



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2407

Quarta-feira - 13 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Abdon Batista .....	4	Fraiburgo.....	519	Monte Castelo.....	806
Agronômica .....	13	Galvão.....	531	Morro da Fumaça .....	807
Água Doce.....	19	Garopaba.....	532	Morro Grande.....	808
Anchieta .....	20	Garuva .....	539	Navegantes.....	810
Angelina .....	21	Gaspar .....	540	Nova Erechim.....	851
Antônio Carlos .....	39	Governador Celso Ramos .....	550	Nova Itaberaba .....	852
Apiuna.....	41	Grão Pará .....	553	Nova Trento.....	853
Arabutã .....	55	Guaraciaba .....	557	Nova Veneza .....	860
Ascurra.....	57	Guaramirim .....	559	Orleans .....	879
Atalanta.....	61	Guarujá do Sul .....	562	Ouro .....	887
Balneário Piçarras.....	62	Herval d'Oeste .....	563	Palhoça .....	935
Balneário Rincão .....	78	Ibirama .....	564	Papanduva.....	945
Bandeirante .....	79	Ilhota .....	570	Paraíso .....	950
Barra Bonita.....	80	Imarui .....	575	Passo de Torres.....	970
Barra Velha.....	81	Imbituba .....	581	Passos Maia .....	972
Bela Vista do Toldo.....	93	Imbuia .....	585	Paulo Lopes .....	973
Benedito Novo .....	94	Indaial .....	587	Penha.....	975
Biguaçu .....	96	Iomerê .....	636	Pescaria Brava .....	977
Blumenau .....	100	Ipira .....	638	Petrolândia .....	978
Bom Retiro .....	110	Iporã do Oeste.....	639	Pinhalzinho .....	979
Braço do Trombudo .....	111	Ipuacú.....	641	Pinheiro Preto .....	980
Brusque.....	124	Ipumirim .....	644	Planalto Alegre.....	1016
Caçador.....	126	Iraceminha .....	652	Pomerode.....	1017
Caibi .....	144	Irani .....	653	Ponte Serrada .....	1040
Camboriú.....	146	Irineópolis .....	654	Porto Belo.....	1042
Campo Alegre .....	147	Itá .....	656	Porto União.....	1044
Campo Erê.....	221	Itapiranga.....	664	Pouso Redondo .....	1045
Campos Novos.....	222	Itapoá .....	666	Praia Grande.....	1046
Canoinhas.....	224	Jaborá .....	671	Presidente Castello Branco .....	1047
Capão Alto.....	226	Jacinto Machado .....	674	Presidente Nereu.....	1049
Capinzal .....	240	Jaraguá do Sul .....	675	Princesa .....	1051
Catanduvas.....	244	Joaçaba .....	693	Quilombo.....	1052
Caxambu do Sul.....	245	Lages .....	701	Rancho Queimado .....	1060
Chapadão do Lageado .....	246	Lauro Muller .....	703	Rio das Antas.....	1061
Concórdia .....	248	Lebon Regis.....	712	Rio do Campo .....	1062
Cordilheira Alta .....	249	Lindóia do Sul.....	713	Rio do Sul.....	1065
Coronel Freitas.....	250	Lontras.....	715	Rio Fortuna.....	1074
Coronel Martins.....	251	Luis Alves .....	716	Romelândia.....	1075
Correia Pinto.....	252	Luzerna .....	722	Salto Veloso .....	1076
Corupá .....	268	Mafra .....	745	Santa Cecília .....	1077
Cunha Porã.....	296	Major Vieira .....	748	Santa Rosa do Sul .....	1078
Cunhataí.....	297	Maracajá .....	764	Santa Terezinha do Progresso .....	1079
Curitibanos .....	300	Maravilha.....	775	Santiago do Sul.....	1083
Descanso .....	312	Marema .....	782	São Bento do Sul.....	1094
Eral Velho .....	324	Massaranduba.....	783	São Domingos.....	1108
Faxinal dos Guedes.....	325	Matos Costa.....	792	São Francisco do Sul.....	1110
Flor do Sertão .....	328	Meleiro .....	802	São João Batista.....	1123
Formosa do Sul .....	492	Modelo .....	803	São João do Oeste .....	1130
Forquilha .....	494	Mondaí.....	805	São João do Sul .....	1132

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2407

Quarta-feira - 13 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

São Joaquim .....	1145	Siderópolis.....	1305	Urussanga .....	1468
São José.....	1160	Tangará .....	1306	Vargeão.....	1470
São José do Cedro.....	1252	Tigrinhos .....	1308	Videira.....	1471
São Lourenço do Oeste.....	1256	Tijucas .....	1314	Vitor Meireles.....	1480
São Miguel da Boa Vista .....	1261	Timbé do Sul .....	1327	Xanxerê.....	1483
São Miguel do Oeste.....	1262	Timbó .....	1435	Xavantina .....	1486
São Pedro de Alcântara.....	1263	Três Barras .....	1442	Xaxim .....	1506
Schroeder .....	1274	Treze Tílias .....	1455	Zortéa .....	1509
Seara .....	1298	Trombudo Central.....	1457		
Serra Alta .....	1302	Tunápolis.....	1463		

## Associações

AMAI.....	1514	AMAUC.....	1514
-----------	------	------------	------

## Consórcios

ARIS .....	1520	CIS/AMOSC.....	1538	Consórcio Lambari.....	1543
CIM-AMAVI .....	1528	CIS/AMURES.....	1539	CIAPS.....	1546
CIS/AMAUC.....	1529	CISAM .....	1540	CISAM-SUL .....	1552
CIS/AMMVI.....	1537	Consórcio Integrar.....	1542		

## Editais de Notificação

Agronômica .....	1553	Campo Erê.....	1650	Guaraciaba .....	1781
Água Doce.....	1554	Campos Novos .....	1651	Guaramirim.....	1783
Alfredo Wagner .....	1559	Canelinha .....	1654	Herval d'Oeste .....	1786
Alto Bela Vista.....	1560	Canoinhas.....	1656	Ibicaré.....	1788
Anchieta .....	1561	Capinzal .....	1659	Ibirama .....	1791
Anita Garibaldi .....	1563	Catanduvas.....	1662	Imbituba .....	1793
Anitápolis.....	1564	Chapadão do Lageado .....	1664	Indaial.....	1797
Antônio Carlos .....	1565	Chapecó .....	1664	Iomerê .....	1801
Apiuna.....	1566	Cocal do Sul.....	1731	Ipira .....	1802
Arroio Trinta.....	1568	Concórdia .....	1734	Ipumirim .....	1803
Ascurra.....	1568	Cordilheira Alta .....	1742	Irani .....	1803
Atalanta.....	1570	Coronel Freitas.....	1742	Irineópolis .....	1805
Aurora .....	1571	Correia Pinto.....	1743	Itaiópolis .....	1806
Balneário Gaivota .....	1572	Corupá .....	1745	Itapiranga.....	1807
Balneário Rincão .....	1574	Cunha Porã .....	1747	Itapoá .....	1809
Barra Bonita.....	1578	Cunhataí.....	1748	Ituporanga .....	1810
Barra Velha.....	1579	Curitibanos .....	1749	Jaborá .....	1819
Belmonte.....	1582	Descanso.....	1753	Jacinto Machado .....	1819
Benedito Novo .....	1583	Dionísio Cerqueira .....	1753	Jaraguá do Sul .....	1821
Biguaçu .....	1584	Ermo .....	1755	Joaçaba.....	1845
Blumenau .....	1587	Faxinal dos Guedes.....	1756	José Boiteux .....	1848
Bom Jardim da Serra .....	1625	Forquilha .....	1758	Lacerdópolis.....	1849
Bom Jesus do Oeste.....	1626	Fraiburgo.....	1761	Lages .....	1850
Bom Retiro .....	1628	Garopaba.....	1765	Laguna .....	1865
Botuverá.....	1629	Garuva .....	1768	Lajeado Grande.....	1868
Brusque.....	1630	Gaspar .....	1769	Lauro Muller .....	1869
Caçador.....	1639	Governador Celso Ramos .....	1777	Lebon Regis.....	1870
Camboriú.....	1644	Grão Pará .....	1778	Leoberto Leal.....	1871
Campo Alegre .....	1648	Gravatal.....	1780	Lindóia do Sul .....	1871

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)





# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2407

Quarta-feira - 13 de Dezembro de 2017

Florianópolis/SC

## Sumário

Luis Alves .....	1872	São Francisco do Sul.....	1986
Luzerna .....	1874	São João Batista.....	1990
Mafra .....	1876	São João do Oeste .....	1994
Maracajá .....	1879	São João do Sul .....	1994
Maravilha.....	1881	São Joaquim .....	1996
Massaranduba.....	1883	São José.....	1998
Matos Costa.....	1885	São José do Cedro.....	2013
Meleiro .....	1887	São Lourenço do Oeste.....	2015
Modelo .....	1888	São Miguel do Oeste.....	2018
Monte Carlo .....	1889	Schroeder .....	2024
Monte Castelo .....	1892	Seara .....	2026
Morro da Fumaça .....	1893	Siderópolis.....	2028
Morro Grande.....	1895	Sombrio.....	2029
Navegantes.....	1897	Sul Brasil .....	2032
Nova Trento .....	1901	Tangará .....	2033
Nova Veneza .....	1902	Tijucas .....	2035
Orleans .....	1904	Timbé do Sul .....	2040
Ouro .....	1907	Timbó .....	2042
Ouro Verde .....	1909	Três Barras .....	2049
Palhoça .....	1909	Treze Tílias .....	2049
Palmitos .....	1918	Tunápolis.....	2054
Papanduva.....	1920	Turvo .....	2056
Passo de Torres.....	1923	União do Oeste .....	2058
Passos Maia .....	1925	Urussanga .....	2059
Paulo Lopes .....	1926	Vargeão.....	2061
Penha.....	1928	Vargem Bonita .....	2062
Petrolândia .....	1931	Videira.....	2062
Pinhalzinho .....	1932	Vitor Meireles.....	2066
Pinheiro Preto .....	1934	Xanxerê.....	2067
Piratuba.....	1935	Xaxim.....	2072
Pomerode .....	1937	Zortéa .....	2075
Ponte Serrada .....	1943		
Porto Belo.....	1944		
Porto União.....	1949		
Pouso Redondo .....	1952		
Praia Grande.....	1953		
Presidente Castello Branco .....	1955		
Presidente Nereu.....	1956		
Rio do Campo .....	1957		
Rio do Sul.....	1957		
Rio dos Cedros.....	1969		
Rio Fortuna.....	1970		
Salto Veloso .....	1971		
Santa Helena .....	1972		
Santa Rosa do Sul .....	1974		
Santa Terezinha do Progresso .....	1976		
São Bento do Sul.....	1977		
São Carlos .....	1982		
São Cristóvão do Sul.....	1984		
São Domingos.....	1986		

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

[diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br](mailto:diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br)



**Abdon Batista****PREFEITURA****DECRETO 112\_2017**

Publicação Nº 1454814

**DECRETO Nº 000112/17 de 24 de Novembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000900/16 de 14 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 11.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02.03.12.361.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.000,00

02.03.12.365.0007.2.025-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02.03.12.365.0007.2.025-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 4.000,00

02.03.12.361.0006.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 7.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Novembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
**LUCIMAR ANTONIO SALMORIA**  
Prefeito Municipal

DEISE



**DECRETO 113\_2017**

Publicação Nº 1454818

**DECRETO Nº 000113/17 de 24 de Novembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000937/17 de 16 de Novembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 59.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07.10.301.0016.2.047-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

59.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07.10.301.0016.2.046-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

39.000,00

03.07.10.301.0016.1.015-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

20.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 24 de Novembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA  
Prefeito Municipal

DEISE

**DECRETO 114\_2017**

Publicação N° 1454821

**DECRETO Nº 000114/17 de 30 de Novembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000938/17 de 30 de Novembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.08 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

04.08.08.244.0017.2.060-3.3.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

10.000,00

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.08 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

04.08.08.244.0017.1.109-4.4.90.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

10.000,00

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Novembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA  
Prefeito Municipal

DEISE

**DECRETO 115\_2017**

Publicação Nº 1454823

**DECRETO Nº 000115/17 de 30 de Novembro de 2017**

Dotação transferida - entre entidades no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000938/17 de 30 de Novembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 4.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.08 - FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL

04.08.08.244.0017.2.060-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

4.000,00

**Art. 2º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Novembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
**LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA**  
Prefeito Municipal

DEISE

**DECRETO 116\_2017**

Publicação Nº 1454825

**DECRETO Nº 000116/17 de 30 de Novembro de 2017**

Dotação transferida - entre entidades no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000938/17 de 30 de Novembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02.03.12.361.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

4.000,00

**Art. 2º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Novembro de 2017**

---

**LUCIMAR ANTONIO SALMORIA**  
Prefeito Municipal

DEISE

**DECRETO 117\_2017**

Publicação Nº 1454830

**DECRETO Nº 000117/17 de 30 de Novembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000938/17 de 30 de Novembro de 2017.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 340.457,99 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO	
02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
02.03.12.361.0006.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	4.854,42
02.01 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01.04.122.0004.2.003-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	69.000,00
02.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLV ECONOMICO	
02.05.20.608.0014.2.033-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	16.000,00
02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
02.02.04.122.0005.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	40.000,00
02.04 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO	
02.04.26.782.0013.2.029-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	155.603,57
02.90 - ENCARGOS GERAIS	
02.90.28.846.0000.2.043-3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	13.000,00
02.06 - DPTO DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE	
02.06.15.512.0015.2.040-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	25.000,00
02.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLV ECONOMICO	
02.05.20.608.0014.2.034-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	7.000,00
02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
02.02.04.122.0005.2.006-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	10.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO	
02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
02.03.12.361.0006.2.018-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	100.000,00
02.03.12.366.0008.2.027-3.3.50.00.00.00.00.00 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	16.378,21
02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
02.02.04.122.0015.2.074-3.3.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	6.587,82
02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
02.03.12.365.0007.2.021-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	35.000,00
02.03.12.361.0006.2.017-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	3.597,98
02.05 - SECRETARIA DA AGRICULTURA E DESENVOLV ECONOMICO	
02.05.20.608.0014.2.035-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	17.000,00
02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
02.03.12.361.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	6.000,00
02.03.12.366.0008.2.027-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	5.325,00
02.03.12.362.0009.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	14.171,79
02.03.12.361.0006.2.020-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	5.000,00
02.02 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
02.02.04.122.0015.2.074-4.4.71.00.00.00.00.00 - Transferências a Consórcios Públicos	11.240,75

DEISE

## 02 - PODER EXECUTIVO

## 02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02.03.12.361.0006.1.108-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
--	-----------

02.03.12.361.0006.2.017-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.256,44
--	----------

02.03.12.361.0006.2.020-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.900,00
--	----------

## 02.04 - SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO

02.04.26.782.0013.1.008-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	10.000,00
--	-----------

## 02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02.03.12.361.0006.2.019-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	45.000,00
--	-----------

02.03.12.366.0008.2.027-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	2.000,00
--	----------

02.03.12.365.0007.2.025-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
--	-----------

**Art. 3º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Novembro de 2017**

---

**LUCIMAR ANTONIO SALMORIA**  
**Prefeito Municipal**

DEISE

**DECRETO 118\_2017**

Publicação Nº 1454862

**DECRETO Nº 000118/17 de 30 de Novembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000900/16 de 14 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 65.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - PODER EXECUTIVO

02.03 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

02.03.12.361.0006.2.016-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	50.000,00
--	-----------

02.03.12.361.0006.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	14.000,00
--	-----------

02.03.12.361.0006.2.016-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas	1.000,00
--	----------

**Art. 2º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 30 de Novembro de 2017**

---

**LUCIMAR ANTONIO SALMORIA**  
Prefeito Municipal

DEISE

**DECRETO 120\_2017**

Publicação Nº 1454955

**DECRETO Nº 000120/17 de 1 de Dezembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ABDON BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ABDON BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 000900/16 de 14 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07.10.301.0016.2.046-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

3.000,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

03 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

03.07.10.301.0016.2.046-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas

3.000,00

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 1 de Dezembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
LUCIMAR ANTONIO SALMÓRIA  
Prefeito Municipal

DEISE



# Agronômica

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO AO CONTRATO 01/2017

Publicação Nº 1454168

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 01/2017.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, a PREFEITURA DE AGRONOMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º83.102.590/0001-90, com sede à Rua 7 de Setembro, 215, Centro, Agronômica – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Cesar Luiz Cunha, portador do CPF nº. 379.381.009-78, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa lado RODRIGO SILVA, Pessoa física, inscrita no CPF sob o nº 009.998.139-43, com Sede na Rua Bom Retiro, 333, Bairro Sumaré, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADO, tem justo e acertado o seguinte.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo Licitatório nº 34/2016 – Pregão Presencial nº 27/2016, homologado no dia 02/01/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 01/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

..... CESAR LUIZ CUNHA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	..... RODRIGO SILVA ARQUITETO CONTRATADO
--	---

#### Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

#### Visto Jurídico

JOEL KORB  
OAB/SC 32561

### 1º ADITIVO AO CONTRATO 02/2017

Publicação Nº 1454171

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 02/2017.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, a PREFEITURA DE AGRONOMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º83.102.590/0001-90, com sede à Rua 7 de Setembro, 215, Centro, Agronômica – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Cesar Luiz Cunha, portador do CPF nº. 379.381.009-78, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa EXPRESSO APOIO A GESTÃO PÚBLICA EIRELI ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.346.252/0001-19, com Sede na Rua Mirador, 141 – Apto 102, Centro, Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Rubens Stanke, brasileiro, separado judicialmente, contador, residente e domiciliado a Rua Mirador, 141 – Apto 102, Centro, Município de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 520.704.099-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo Licitatório nº 37/2016 – Pregão Presencial nº 29/2016, homologado no dia 02/01/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 02/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

..... CESAR LUIZ CUNHA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	..... RUBENS STANKE EXPRESSO APOIO A GESTÃO PÚBLICA EIRELI ME CONTRATADA
--	--

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

Visto Jurídico

JOEL KORB  
OAB/SC 32561

### 1º ADITIVO AO CONTRATO 03/2017-FMS

Publicação Nº 1454080

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2017 - FMS.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.387.359/0001/80, com sede na Rua XV de Novembro, 402 - Centro, Agronômica - SC, representado representada por seu Diretor do Departamento Sr. ANTÔNIO PEDROSO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa ALS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ com o nº 11.746.230/0001-10, com sede na Rua 25 de Julho, 100, Centro, Município de Aurora, representada, neste ato, por André Luiz Santos, RG nº 6.626.302 SESP/SC e CPF nº 014.873.137-64, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo n.º 01/2017, na Inexigibilidade de Licitação nº 01/2017 Credenciamento nº 01/2017, homologado no dia 07/02/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 03/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

..... MUNICIPIO DE AGRONÔMICA ANTONIO PEDROSO DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTRATANTE	..... ALS SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ANDRÉ LUIZ SANTOS REPRESENTANTE LEGAL CONTRATADA
---	--

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

Visto: \_\_\_\_\_  
Advogado: JOEL KORB  
OAB/SC Nº 32561

**1º ADITIVO AO CONTRATO 08/2017-FMS**

Publicação Nº 1454082

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 08/2017 - FMS.**

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONOMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.387.359/0001/80, com sede na Rua XV de Novembro, 402 - Centro, Agronômica - SC, representado representada por seu Diretor do Departamento Sr. ANTÔNIO PEDROSO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a Empresa PEREIRA & ZIZEMER MÉDICOS ASSOCIADOS LTDA ME, inscrita no CNPJ com o nº 07.612.535/0001-62, situada na Rua Euclides da Cunha, 87, Bairro Eugênio Schneider, representada, neste ato, pelo Sr Juliano Pereira, RG nº 2.999.465 e CPF nº 981.698.319-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS**

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo n.º 11/2017, na Inexigibilidade de Licitação nº 06/2017 Credenciamento nº 06/2017, homologado no dia 14/06/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 08/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

**CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

..... MUNICIPIO DE AGRONOMICA ANTONIO PEDROSO DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTRATANTE	..... PEREIRA & ZIZEMER MÉDICOS ASSO- CIADOS LTDA JULIANO PEREIRA CONTRATADA
---	--

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE

CPF: 075.489.709-51

Visto: \_\_\_\_\_

Advogado: JOEL KORB

OAB/SC Nº 32561

**1º ADITIVO AO CONTRATO 09/2017-FMS**

Publicação Nº 1454077

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 09/2017 - FMS.**

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONOMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.387.359/0001/80, com sede na Rua XV de Novembro, 402 - Centro, Agronômica - SC,

representado representada por seu Diretor do Departamento Sr. ANTÔNIO PEDROSO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a senhora KARINA AMARAL CALÇADO, brasileira, residente e domiciliado na Rua Tuiti, 38, Centro, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF: 007.694.970-20, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS**

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo n.º 11/2017, na Inexigibilidade de Licitação nº 06/2017 Credenciamento nº 06/2017, homologado no dia 14/06/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 09/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

**CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

..... MUNICIPIO DE AGRONOMICA ANTONIO PEDROSO DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTRATANTE	..... KARINA AMARAL CALÇADO CONTRATADA
---	--

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO

CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE

CPF: 075.489.709-51

Visto: \_\_\_\_\_

Advogado: JOEL KORB

OAB/SC Nº 32561

**1º ADITIVO AO CONTRATO 10/2017**

Publicação Nº 1454174

**1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 10/2017.**

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, a PREFEITURA DE AGRONOMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 83.102.590/0001-90, com sede à Rua 7 de Setembro, 215, Centro, Agronômica - SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Cesar Luiz Cunha, portador do CPF nº. 379.381.009-78, doravante denominada simplesmente "LOCATÁRIO", de outro lado a Sra. SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE AGRONOMICA - SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.781.435/0001-48, com sede na Rua Ambrósio Bortoluzzi, nº 108, Centro de Agronômica, representada pelo seu Presidente, Sr. Walmor dos Santos Filho, inscrito no CPF sob o nº 419.592.309-30, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente "LOCADORA", tem justo e

acertado o seguinte.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo Licitatório nº 11/2017 – Inexigibilidade de Licitação nº 1/2017, homologado no dia 15/03/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 10/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

.....	.....
MUNICIPIO DE AGRONÔMICA	SINDICATO DOS TRABALHADORES
CESAR LUIZ CUNHA	RURAIIS DE AGRONÔMICA – SC
PREFEITO MUNICIPAL	WALMOR DOS SANTOS FILHO
LOCATÁRIO	LOCADORA

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

Visto Jurídico

JOEL KORB  
OAB/SC 32561

#### 1º ADITIVO AO CONTRATO 11/2017

Publicação Nº 1454176

##### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2017.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, a PREFEITURA DE AGRONÔMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º83.102.590/0001-90, com sede à Rua 7 de Setembro, 215, Centro, Agronômica – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Cesar Luiz Cunha, portador do CPF nº. 379.381.009-78, doravante denominada simplesmente "LOCATÁRIO", de outro lado a Sra. ANA MARIA FELIPPE DA SILVA, inscrita no CPF: 687.812.619-34 e seu esposo Sr. VALMIR DA SILVA, inscrito no CPF: 503.475.359-68, residentes e domiciliados na Rua Júlio Venturi, 135, Centro – Agronômica – SC, a seguir denominada "LOCADORA", tem justo e acertado o seguinte.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo

Licitatório nº 16/2017 – Dispensa de Licitação nº 1/2017, homologado no dia 15/03/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 11/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

.....	.....
MUNICIPIO DE AGRONÔMICA	ANA MARIA FELIPPE DA SILVA
CESAR LUIZ CUNHA	PROPRIETÁRIA
PREFEITO MUNICIPAL	VALMIR DA SILVA
LOCATÁRIO	PROPRIETÁRIA
	LOCADORA

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

Visto Jurídico

JOEL KORB  
OAB/SC 32561

#### 1º ADITIVO AO CONTRATO 11/2017-FMS

Publicação Nº 1454076

##### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 11/2017 - FMS.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.387.359/0001/80, com sede na Rua XV de Novembro, 402 - Centro, Agronômica - SC, representado representada por seu Diretor do Departamento Sr. ANTÔNIO PEDROSO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a senhora a Empresa FISIOTERAPIA GABRIELA MARTINS EIRELI ME, inscrita no CNPJ com o nº 22.703.248/0001-51, com sede na Rua Prefeito Raulino João Rosar, 155, Bairro Jardim América, cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, representada, neste ato, por Gabriela Martins Klein de Moura, brasileira, casada, fisioterapeuta, portadora do RG nº 2.499.816 SSP/SC e CPF nº 890.027.849-53, residente e domiciliada na Rua Marechal Rondon, nº 296, Bairro Jardim América, cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo n.º 9/2017, na Inexigibilidade de Licitação nº 05/2017 Credenciamento



nº 05/2017, homologado no dia 08/08/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 11/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original. O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

..... MUNICIPIO DE AGRONÔMICA ANTONIO PEDROSO DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTRATANTE	..... GABRIELA MARTINS KLEIN DE MOURA FISIOTERAPIA GABRIELA MARTINS EIRELI ME CONTRATADA
---	--

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

Visto: \_\_\_\_\_

Advogado: JOEL KORB  
OAB/SC Nº 32561

### 1º ADITIVO AO CONTRATO 27/2017

Publicação Nº 1454165

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 27/2017.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, a PREFEITURA DE AGRONÔMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n.º83.102.590/0001-90, com sede à Rua 7 de Setembro, 215, Centro, Agronômica – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Cesar Luiz Cunha, portador do CPF nº. 379.381.009-78, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, a empresa TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS VIAÇÃO ITUPORANGA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o nº 14.132.865/0001-16, com Sede na Rua Prefeito Vergilio Scheller, 1477, Município de Ituporanga, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Senhor Agran Sicoan Leon Fachini, inscrito no CPF sob o nº 055.890.999-00, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo Licitatório nº 6/2017 – Pregão Presencial nº 5/2017, homologado no dia 21/02/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 27/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original.

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

..... MUNICIPIO DE AGRONÔMICA CESAR LUIZ CUNHA PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE	..... TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS VIAÇÃO ITUPORANGA LTDA AGRAN SICOAN LEON FACHINI SÓCIO ADMINISTRADOR CONTRATADA
---	---

Testemunhas

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

Visto Jurídico

JOEL KORB  
OAB/SC 32561

### 1º ADITIVO AO CONTRATO 07/2017-FMS

Publicação Nº 1454074

#### 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 07/2017 - FMS.

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE AGRONÔMICA, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF sob n. 11.387.359/0001/80, com sede na Rua XV de Novembro, 402 - Centro, Agronômica - SC, representado representada por seu Diretor do Departamento Sr. ANTÔNIO PEDROSO, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE de outro lado, senhor MICHAEL CHRISTIAN RAMOS, brasileiro, solteiro, médico, residente e domiciliado na Rua Poeta Drummond, 96, Santa Galo, Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF: 050.658.769-08, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, tem justo e acertado o seguinte.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E CAUSAS

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo n.º 06/2017, na Inexigibilidade de Licitação nº 03/2017 Credenciamento nº 03/2017, homologado no dia 30/05/2017.

Fica prorrogado o prazo do contrato 07/2017 a partir de 01/01/2018, por mais 12 (doze) meses.

#### CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Permanecem inalteradas as demais disposições do contrato original. O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca de Rio do Sul, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO

**ADITIVO.**

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

Agronômica, SC, 12 de dezembro de 2017.

..... MUNICIPIO DE AGRONÔMICA ANTONIO PEDROSO DIRETOR DE DEPARTAMENTO CONTRATANTE	..... MICHAEL CHRISTIAN RAMOS HEN- NINCH CONTRATADO
---	--

**Testemunhas**

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

Visto: \_\_\_\_\_

Advogado: JOEL KORB  
OAB/SC Nº 32561

**3º ADITIVO AO CONTRATO 16/2015**

Publicação Nº 1454159

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 16/2015**

Pelo presente instrumento Administrativo de Aditivo, a PREFEITURA MUNICIPAL DE AGRONOMICA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua 7 de setembro, 215, centro em Agronômica / SC, inscrita no CNPJ sob n.º 83.102.590/0001-90, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal Sr. Cesar Luiz Cunha, portador do CPF nº. 379.381.009-78, adiante denominado CONTRATANTE, e o Sr. LUCIANO PINTO FRAST, Pessoa Física, inscrita no CPF sob o nº 978.312.399-87, com Sede na Rua Gabriel Roberto da Silva, n.º 49, Município de Agronômica, Estado de Santa Catarina, a seguir denominado CONTRATADO, tem justo e acertado o seguinte.

**CLAUSULA PRIMEIRA – DAS CAUSAS**

Considerando-se possível realizar a prorrogação do prazo do respectivo Contrato, com base na Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, em seu Artigo 57, Inciso II, previstos no Processo Licitatório n.º 28/2015, na Modalidade Pregão Presencial 24/2015, homologado no dia 13 de Julho de 2015.

FICA PRORROGADO O PRAZO DO CONTRATO 16/2015 DO DIA 01/01/2018 até 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por mais 12 meses, através de termo aditivo do contrato, assim sucessivamente até o limite de 60 meses, conforme previsto no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

**CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento de contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2018.

**CLAUSULA TERCEIRA - DO FORO**

O presente instrumento sujeita os Contratantes as normas das Leis Federais n.º 8.666/93 e 8.883/94, ficando o foro da Comarca da Contratante, para dirimir dúvidas oriundas do presente TERMO ADITIVO.

E, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos assinam-se o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma de direito, na presença de duas testemunhas.

AGRONÔMICA (SC), 12 de dezembro de 2017.

.....  
MUNICIPIO DE AGRONÔMICA  
CESAR LUIZ CUNHA  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

.....  
.....  
LUCIANO PINTO FRAST  
CONTRATADO

**Testemunhas**

FRANCISCO ALEXANDRE DUARTE NETO  
CPF : 595.245.459-34

JAQUELINE TEREZINHA JETHE  
CPF: 075.489.709-51

Visto: \_\_\_\_\_

Advogado: JOEL KORB  
OAB/SC Nº 32561

**EDITAL Nº. 01/2017 - CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2017**

Publicação Nº 1453959

**EDITAL Nº 01/2017- CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017**

O Município de Agronômica, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, o Senhor Cesar Luiz Cunha, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público destinado aos cargos de Assistente Social e Psicólogo do quadro do Poder Executivo, regido pelas disposições deste edital e legislação vigente, especialmente o artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica do Município, cujas inscrições estarão abertas no período compreendido entre 13/12/2017 as 10h a 15/01/2018 as 15h. A íntegra do edital e demais informações estão disponíveis no quadro mural oficial da Prefeitura e nos sites [www.agronomica.sc.gov.br](http://www.agronomica.sc.gov.br) e [www.actio.srv.br](http://www.actio.srv.br).

Agronômica - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Cesar Luiz Cunha  
Prefeito Municipal

Francisco Alexandre Duarte Neto  
Presidente da Comissão do Processo Seletivo  
Decreto nº 090/2017

# Água Doce

## PREFEITURA

### 379/2017

Publicação Nº 1454139

PORTARIA Nº 379/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
"CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a servidora SIMONE LORENCI DE OLIVEIRA, inscrita no CPF nº 085.070.009-40, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, no período de 12/12/2017 até 03/01/2018, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Diretora do Dpto Recursos Humanos

### 380/2017

Publicação Nº 1454141

PORTARIA Nº 380/2017 – DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Conceder férias ao servidor EDEMILSON ZANCHETTA, inscrito no CPF nº 019.093.699-18, efetivo no cargo de Motorista, no período de 12/12/2017 até 10/01/2018, período 16/17.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 12 de dezembro de 2017.  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER  
Diretora do Dpto Recursos Humanos

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 99/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 78/2017

Publicação Nº 1454558

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA DOCE  
PROCESSO LICITATÓRIO 99/2017  
PREGÃO PRESENCIAL 78/2017

O MUNICÍPIO DE AGUA DOCE, com sua sede Administrativa situada à Praça João Macagnan 322, torna público, para conhecimento dos interessados, que se encontra aberto PROCESSO LICITATÓRIO nº 99/2017, na modalidade "PREGÃO PRESENCIAL nº 78/2017", do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinado a peças de reposição para substituição na Motoniveladora Caterpillar 120H ano 1997, frota nº. 78, o qual será processado e julgado no dia 26 de dezembro de 2017 às 08h00, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666, de 31 de junho de 1.993 consolidada, e demais normas legais aplicáveis à espécie. Integra do edital disponível em: [www.aguadoce.sc.gov.br](http://www.aguadoce.sc.gov.br)

Água Doce, SC, 12 de dezembro de 2017  
ANTONIO JOSÉ BISSANI  
Prefeito Municipal

# Anchieta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 182/2017

Publicação Nº 1453503

DECRETO Nº 182, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

#### DECRETA

Art. 1º Fica nomeada a comissão municipal responsável pela elaboração do relatório anual de monitoramento do plano municipal de educação:

I – Claudete Teresinha Junges;

II - Josemir Forigarini;

III – Sheila Fernanda Dornelles.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se na as disposições em contrário.

Anchieta – SC, 11 de dezembro de 2017.

IVAN JOSÉ CANCI

Prefeito Municipal

Publicado no Mural Municipal e no Diário Oficial dos Municípios DOM - [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br)

Fernanda Cristina Segalin Secretária de Administração e Gestão



Angelina

PREFEITURA

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2018 - ANGEPREV

Publicação Nº 1454401

# POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2018



Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município  
de Angelina - SC

# POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2018

## Sumário

I.	INTRODUÇÃO	1
II.	META DE RENTABILIDADE	2
III.	MODELO DE GESTÃO	3
IV.	INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	3
	A) SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)	4
	B) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)	5
V.	VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	7
VI.	LIMITES DE ALOCAÇÃO	8
VII.	SELEÇÃO DE ATIVOS	9
VIII.	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	10
IX.	DISPOSIÇÕES GERAIS	11
X.	ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO	13
	A) CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL	13
	B) CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL	14
XI.	ANEXO II – LISTA DE RATINGS EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO	16

## I. INTRODUÇÃO

Objetivando cumprir a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o **Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Angelina - ANGEPREV** apresenta a versão final de sua Política de Investimento para o ano de 2018, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2017, Ata nº 04/2017.

A Política de Investimento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 alterando a Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e as alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012; MPS nº 440/2013; MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

A Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam a dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. A Política de Investimento deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2018, conforme entendimento da Diretoria, Comitê de Investimentos ou Conselho de Administração. A vigência desta Política de Investimento compreende o período entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.

Ao aprovar a Política de Investimento 2018, será possível identificar principalmente que:

- ❖ O comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno projetado, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial, com riscos adequados ao perfil do RPPS;
- ❖ Órgãos reguladores, gestores, segurados, terceirizados, entre outros, terão ciência dos objetivos e restrições acerca dos investimentos;
- ❖ O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, que baseado nos relatórios de análise dos produtos, tomará decisões acerca das alocações.
- ❖ O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN nº 4.604/2017, na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações, bem como no processo de credenciamento das instituições.

## II. META DE RENTABILIDADE

Em linha com sua necessidade atuarial, o **ANGEPREV** estabelece como meta que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a 6% (seis por cento) acrescida da variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) divulgado pelo IBGE. Em novembro de 2017, a expectativa desta meta atuarial para o final de 2018 era de 10,48%. Em novembro de 2017, a TAXA SELIC média prevista para o ano de 2018 era de 6,88%.

### III. MODELO DE GESTÃO

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o **ANGEPREV** adota o modelo de gestão própria, em conformidade com o artigo nº 15, parágrafo 1º inciso I da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações e define que a macro estratégia será elaborada pela Diretoria ou pelo Comitê de Investimentos.

### IV. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Na gestão dos recursos serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos. Embora o RPPS busque investimentos no longo prazo, também chamados de ESTRATÉGICOS, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.

No cumprimento dos preceitos estabelecidos nos segmentos de RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL, deverão ser observadas as seguintes regras:

- ❖ No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS até aquele momento;
- ❖ O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento;
- ❖ Os fundos que possuírem histórico de rentabilidade menor do que doze meses poderão receber recursos de preferência quando a rentabilidade do fundo esteja enquadrada nos limites estabelecidos nos segmentos RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL. Para este fim, poderão ser excluídos os 15 primeiros

dias de andamento de cota do fundo, dado que podem ocorrer distorções em suas cotas iniciais;

- ❖ As regras de investimentos e desinvestimentos poderão ser flexibilizadas nos seguintes casos:
  - Quando existirem poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas junto ao RPPS;
  - Quando se tratar de fundo sem histórico de cotas;
  - Quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo;
  - Quando os recursos forem referentes à taxa de administração;
- ❖ Quando solicitados os *ratings* de agência de risco estrangeiras, serão utilizados exclusivamente os níveis e agências descritos no Anexo II.

## **A) SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)**

### **Títulos Públicos**

Os títulos públicos deverão ser negociados por meio de plataforma eletrônica e marcados a mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.922/2010 e a Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações. A negociação se dará pelo lançamento de ordens de compra e venda em sistema eletrônico.

### **Fundos de Renda Fixa**

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valer-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas **estratégias de curto prazo**. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. Nas operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

- ❖ **Incisos I, b; I, c e III – Investimento:** Para novas alocações a *performance* em doze meses do fundo poderá ser de no máximo **0,70 p.p.** abaixo da *performance* do índice de referência. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o

desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em doze meses do fundo for **0,80 p.p.** menor do que a rentabilidade do *benchmark*, durante **seis** meses consecutivos;

- ❖ **Incisos IV e VII, b - Investimento:** Para novas alocações a *performance* mínima em doze meses poderá ser igual ou superior a **100%** deste indicador, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além de outros.  
**Desinvestimento:** Poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior a **99%** do CDI, durante **seis** meses consecutivos.

## **B) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL**

### **E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)**

#### **Fundos de Renda Variável**

- ❖ **Inciso I e II** - Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável, ficando a Diretoria/Comitê de Investimentos responsáveis pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, além dos limites estipulados nesta Política de Investimento;

#### Fundos Multimercados

- ❖ **Inciso III – Investimentos:** Para novas alocações em fundos multimercados a *performance* mínima em doze meses de preferência será igual ou superior a 100% do *benchmark*. **Desinvestimento:** Os fundos multimercados cuja rentabilidade em doze meses for abaixo do *benchmark* por **seis** meses consecutivos poderão ter sua posição reduzida em 100%.

#### Fundos Imobiliários e Fundos de Participações

- ❖ **Inciso IV, a; IV, b** - Nos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIP (Fundos de Investimentos em participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, poderá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de Due Diligence.

Em relação aos FIP (Fundos de investimentos em participações), será feita uma avaliação se o produto atende todas as exigências previstas no § 5º, do inciso IV no artigo 8º Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações.

Para os FII (Fundos de investimentos imobiliários), será verificado o histórico em doze meses, antes da aplicação, para apurar a participação em 60% dos pregões de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.



INVESTIMENTO		DESINVESTIMENTO
ENQUADRAMENTO	RENTABILIDADE MÍNIMA EM 12 MESES	RENTABILIDADE EM 12 MESES
ART. 7º - I-B, I-C E III	0,70 P.P. ABAIXO <i>BENCHMARK</i>	6 MESES CONSECUTIVOS < 0,80 P.P. ABAIXO DO <i>BENCHMARK</i>
ART. 7º - IV E VII B	100% DO CDI	6 MESES CONSECUTIVOS < 99% DO CDI
ART. 8º - III	100% CDI, IMA OU IDKA	6 MESES CONSECUTIVOS < 100% DO CDI, IMA OU IDKA

TABELA DE CRITÉRIOS PARA INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS.

## V. VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Além das vedações impostas nesta Política de Investimento, o **ANGEPREV** deverá obedecer todas as diretrizes, normas citadas, definições e classificações dos produtos de investimentos na Resolução CMN nº 3.922/2010, na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações. As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

### Fundos Renda Fixa e Multimercado

- ❖ Serão efetuadas aplicações apenas em fundos que compuserem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito, preferencialmente com classificação mínima (BBB) por agência estrangeira. A totalidade dos ativos não enquadrados nas classificações de risco deste item, nos fundos de renda fixa e nos fundos multimercados poderão representar no máximo 3% do patrimônio do fundo;

### Multimercado

- ❖ É vedada a aplicação em fundos Multimercados que aloquem mais de 5% do patrimônio em FIP e FII.

FIDC

- ❖ De preferência serão realizadas aplicações em FIDC cuja nota de risco for no mínimo A, emitida por agência de risco estrangeira.

## VI. LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

### LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

**3.922 PI**

ARTIGO 7º - RENDA FIXA		100%	100%
I, A	TÍTULOS TESOURO NACIONAL – SELIC	100%	50%
I, B	COTAS DE FI REFERENCIADO 100% TTN	100%	100%
I, C	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA 100% TTN	100%	50%
II	OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5%	0%
III, A	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RF REFERENCIADO (NÃO ATRELADO AO CDI)	60%	60%
III, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA (NÃO ATRELADO AO CDI)	60%	40%
IV, A	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RENDA FIXA	40%	40%
IV, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA	40%	30%
V	LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS	20%	10%
VI, A	CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO (CDB)	15%	10%
VI, B	DEPÓSITO DE POUPANÇA	15%	0%
VII, A	COTAS SÊNIORES DE FIDC	5%	5%
VII, B	COTAS DE FI RENDA FIXA “CRÉDITO PRIVADO”	5%	5%
VII, C	COTAS DE FI DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS	5%	5%
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		30%	30%
I, A	COTAS DE FI DE RENDA VARIÁVEL (ÍNDICE COM NO MÍNIMO 50 AÇÕES)	30%	13%
I, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA VARIÁVEL (ÍNDICE COM NO MÍNIMO 50 AÇÕES)	30%	10%
II, A	COTAS DE FI DE RENDA VARIÁVEL	20%	10%
II, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA VARIÁVEL	20%	10%
III	COTAS DE FI MULTIMERCADO - ABERTO	10%	10%
IV, A	COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES – FECHADO	5%	5%
IV, B	COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO – COTAS NEGOCIADAS EM BOLSA	5%	5%

O total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
ART. 7º, III, A ART. 7º, III, B	60%
ART. 7º, IV A ART. 7º, IV B	40%
ART. 7º, VI A ART. 7º, VI B	15%
ART. 8º	30%

## VII. SELEÇÃO DE ATIVOS

A seleção dos produtos para discussão no Comitê de Investimento é de competência da Diretoria do **ANGEPREV**. Para tanto, deverá ser elaborado relatório técnico, contemplando as exigências **principais do credenciamento** de fundos, divulgado pelo Ministério da Previdência. Ainda, deverão ser observados os itens abaixo:

- ❖ O parecer completo emitido deverá conter no mínimo os seguintes critérios de avaliação:
  - A. Análise das medidas de risco;
  - B. Análise dos índices de *performance*;
  - C. Análise de índices de eficiência;
  - D. Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e análise do relatório de agência de risco (se houver);
  - E. Análise da carteira do fundo com relação à carteira do *benchmark*. Quando se tratar de ativos de créditos, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;

- F. Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de FIP, FII e FIDC. As informações servirão de apoio à decisão acerca das alocações por parte do Comitê de Investimento.
- G. Enquadramento.

## VIII. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

O **ANGEPREV** busca, através da sua Política de Investimento, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos procedimentos para o credenciamento das instituições financeiras, criadas rotinas para as informações periodicamente enviadas por estas instituições.

A diretoria realizará dentro do possível reuniões com os participantes envolvidos no processo de gestão do RPPS, com o objetivo de **avaliar a performance das aplicações financeiras**, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico. Para isso, também poderá ser chamada a consultoria de investimento ou os gestores e representantes das instituições onde os recursos são alocados.

### Credenciamento das Instituições Financeiras e fundos de investimentos

Serão adotados como credenciamento, seguindo o art. 6º-E da Portaria MPS nº 519/2011, por meio da Nota Técnica SPPS nº 17/2017, os Questionários *Due Diligence* da ANBIMA (QDD Anbima) – Seção 1.

#### Abertura das Carteiras e do Rating dos Ativos

As Instituições credenciadas, das quais o RPPS adquirir cotas de fundos - independentemente do segmento - deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, **no mínimo mensalmente**, em que deverá ser possível examinar, ao menos o nome dos ativos, seus vencimentos, taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos, bem como a participação na carteira do fundo. Ainda em relação à composição das carteiras, **mensalmente**, as Instituições credenciadas remeterão ao RPPS **arquivo no formato XML** para que o risco da carteira possa ser apurado.

#### Disponibilização dos Resultados

Além das informações com divulgação obrigatória disciplinada pela portaria MPS 519/2011 e suas atualizações, é de competência da Diretoria do RPPS, disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar a distribuição da carteira por instituição.

## **IX. DISPOSIÇÕES GERAIS**

A presente Política de Investimento foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2018, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. Caso aconteça alteração na legislação vigente, o RPPS passará a adotar em sua Política de Investimento as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta Política de Investimento. Contudo, os pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, mas que fazem parte desta Política de Investimento, e que servem como trava de segurança, a exemplo, vedações e regras de investimentos, deverão permanecer inalterada.

As estratégias macro, definidas nesta Política de Investimento, deverão ser integralmente seguidas pelo Comitê de Investimento, que, de acordo com critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. A Política de Investimento do **ANGEPREV** foi devidamente aprovada pelo Conselho de Administração em 06 de dezembro de 2017, Ata nº 04/2017.

## **X. ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO**

### **A) CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL**

#### **Estados Unidos**

Nos Estados Unidos, para 2017 a grande expectativa se dava em relação à política fiscal a ser realizada pelo presidente americano Donald Trump. Ele prometeu ao longo da campanha presidencial aumentar os gastos com infraestrutura e reduzir impostos sobre famílias e empresas, mas, na prática, ainda não conquistou apoio político suficiente para tanto. Assim, a política monetária seguiu o curso esperado, de 2 aumentos neste ano, e ainda haverá um aumento adicional na última reunião de 2017.

Para 2018, o aperto dos juros nos Estados Unidos deve seguir de maneira gradual, com provavelmente outras 3 elevações de juros, ainda de 25 bps por aumento. Desta maneira, o juro ao final de 2018 deve ficar no intervalo de 2% e 2,25% a.a. Além disso, o Fed seguirá reduzindo os reinvestimentos dos ativos de seu balanço. Este conjunto de medidas reduzirá aos poucos a liquidez mundial, mas ainda de maneira lenta, cautelosa e gradual – e o que mais importante: sem despertar uma fuga de ativos de emergentes.

#### **Zona do Euro e China**

Tanto a Zona do Euro quanto a China vem apresentando ao longo de 2017 uma taxa de crescimento econômico acima da expectativa de mercado. Em linhas gerais, não vemos grandes riscos de ambas as regiões para 2018.

O grande destaque se dará pelo processo de redução das compras mensais de ativos realizado pelo Banco Central Europeu. A partir de janeiro de 2018, o BCE deve reduzir as compras dos atuais 60 bilhões de euros/mês em 5 ou 10 bilhões de euros/mês.

Assim como nos Estados Unidos, apesar da redução da liquidez, o processo também vem sendo sinalizado com clareza, e deve ser realizado com cautela e gradualismo, o que é positivo para emergentes.

## **B) CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL**

As eleições de 2018 devem ser o grande tema do ano, pois é o fator mais importante para o crescimento econômico de médio e longo prazo para o país.

Ao longo de 2017, o governo brasileiro buscou realizar uma série de reformas sobre a economia brasileira e, até outubro, ainda não conseguiu aprovar uma das mais importantes: a reforma da previdência. Esta reforma é fundamental para dar uma trajetória sustentável para a dívida pública brasileira. Uma vez que não foi realizada (ou não foi realizada a contento), o governo eleito ao final de 2018 precisará iniciar 2019 aprovando uma reforma da previdência, abrangendo tanto o Regime Geral, quanto o Regime Próprio Federal e de Militares.

Se por um lado, em 2018 os mercados dependerão fortemente do assunto “eleições”, a economia real deve passar por um período positivo, de crescimento, inflação em torno da meta, juros baixos em comparação ao histórico do país, e moeda se apreciando em termos nominais.

Esperamos que o país cresça 3,2% em 2018, e que a inflação fique em 4,2% - as expectativas de mercado são de 2,43% e 4,02%, respectivamente. Os juros, que em outubro de 2017 encontram-se em 8,25%, devem ser reduzidos até a primeira reunião do Copom para 6,5% (sendo um corte de 75 bps na reunião de outubro, 50 bps na reunião de dezembro e um corte derradeiro de 50 bps em fevereiro de 2018). Além disso, a Selic deve permanecer em 6,5% até o final de 2018, sendo elevada apenas em 2019, provavelmente para algo entre 8% e 9%. Esta redução de juros é propiciada pelo fato de termos expectativas de inflação ancoradas na meta até 2020



(que cai gradualmente a 4%); pela expectativa de consolidação fiscal propiciada pela aprovação da PEC do teto de gastos ao final de 2016; pela aprovação da TLP, que reduz subsídios no mercado de crédito; e pelo bom desempenho de nosso setor externo, com baixo déficit em conta corrente e elevados fluxos de investimento estrangeiro entrando no país. Os bons números de nosso balanço de pagamentos tiram a pressão sobre a taxa de câmbio – o mercado projeta depreciação do real até R\$ 3,30 ao final de 2018, mas, em nossa visão, o câmbio deve se apreciar a R\$ 2,90.

O desemprego, que começou a cair em meados de 2017, deve seguir se reduzindo de maneira muito gradual em 2018, terminando o ano em torno de 11%, ainda acima da taxa natural de desemprego – a taxa que não pressiona a inflação.

Em 2017, dentro do que foi possível, o país realizou uma série de medidas que nos colocaram de volta ao crescimento. Assim, em 2018 devemos usufruir em grande medida estes ganhos. Por outro lado, será importante que nas eleições a opção democrática feita pela população não coloque em xeque para os anos seguintes o que foi duramente conquistado.

## XI. ANEXO II – LISTA DE *RATINGS* EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO

MOODY'S	STANDARD & POOR'S	FITCH RATINGS	SIGNIFICADO
Aaa.br	AAA	AAA	RISCO BAIXÍSSIMO. O EMISSOR É CONFIÁVEL.
Aa	AA	AA	ALTA QUALIDADE, COM PEQUENO AUMENTO DE RISCO NO LONGO PRAZO.
A	A	A	ENTRE ALTA E MÉDIA QUALIDADE, MAS COM VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS.
Baa	BBB	BBB	MÉDIA QUALIDADE, MAS COM INCERTEZAS NO LONGO PRAZO.
Ba	BB	BB	QUALIDADE MODERADA, MAS NÃO TOTALMENTE SEGURO.
B	B	B	CAPACIDADE DE PAGAMENTO ATUAL, MAS COM RISCO DE INADIMPLÊNCIA NO FUTURO.
Caa	CCC	CCC	BAIXA QUALIDADE COM REAL POSSIBILIDADE DE INADIMPLÊNCIA.
Ca	CC	-	QUALIDADE ESPECULATIVA E COM HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA.
C	C	-	BAIXA QUALIDADE COM BAIXA POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO.
-	D	DDD	INADIMPLENTE DEFAULT.
		DD	
		D	

OS SINAIS DE MAIS (+) OU DE MENOS (-), OU EQUIVALENTE, SÃO UTILIZADOS PARA ESPECIFICAR UMA POSIÇÃO MELHOR OU PIOR DENTRO DE UMA MESMA NOTA, E ASSIM NÃO SÃO CONSIDERADOS NOS LIMITES DESTA POLÍTICA.

# Antônio Carlos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 111/2017

Publicação Nº 1455106

DECRETO Nº 111/17 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Alteração da Lei Orçamentária (remanejamento) no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 38.820,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00 04.01.12.361.0004.2.007-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 28.820,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 10.000,00 04.01.12.361.0004.2.007-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 28.820,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 112/2017

Publicação Nº 1455112

DECRETO Nº 112/17 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 63.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA  
04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 63.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 63.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 113/2017

Publicação Nº 1455130

DECRETO Nº 113/17 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 8.095,19 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01.10.301.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 8.095,19

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Excesso de arrecadação 8.095,19

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 114/2017

Publicação Nº 1455136

DECRETO Nº 114/17 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANTONIO CARLOS no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001516/16 de 13 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 103.361,47 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

11 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

11.01.10.301.0007.2.027-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 103.361,47

Art 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Superávit financeiro 103.361,47

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 12 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

## **PORTARIA N 565/2017**

Publicação Nº 1455133

PORTARIA Nº 565/2017

Prorroga licença sem vencimento.

GERALDO PAULI – Prefeito Municipal de ANTÔNIO CARLOS, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1225/2009;

RESOLVE:

Artigo 1º - Prorrogar, LICENÇA SEM VENCIMENTOS, por mais 02 (dois) anos, ao servidor GIOVANNI SCHMITT, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO, a contar de 01 de outubro de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 12 de dezembro de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 13 de dezembro de 2017.

## Apiuna

## PREFEITURA

## DECRETO Nº 2870/2017

Publicação Nº 1454699

DECRETO Nº 2870/2017

De 11/12/2017

APROVA O DESMEMBRAMENTO LOCALIZADO NA ZONA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E USO AGRÍCOLA.

JOSE GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e Considerando a documentação apresentada e aprovada pelo Setor de Engenharia,

## DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de propriedade de JOÃO BERNARDO BRASSIANI, inscrito no CPF sob nº 031.454.849-15 e OLANDINA NUNES BRASSIANI, inscrita no CPF sob nº 973.699.699-91, de ARNALDO BONOMINI, inscrito no CPF sob nº 834.510.139-91 e IVANI FARIAS BONOMINI, inscrita no CPF sob nº 826.855.929-20, de LEONARDO BONOMINI, inscrito no CPF sob nº 948.469.109-97 e GILMERE PEREIRA BONOMINI sob nº 029.718.979-40, do imóvel localizado na Zona de Proteção Ambiental e Uso Agrícola (ZPAA), situado à Estrada Geral Braço Salão, Localidade de Água Fria, devidamente registrado no Registro de Imóveis de Ascurra/SC, sob matrícula nº 7758, com área total de 396.140,86 m² (trezentos e noventa e seis mil e cento e quarenta metros e oitenta e seis décimos quadrados), assim distribuídos:

I	–	Parcela 01 <input type="checkbox"/> com área de	187.014,92m².
II	–	Parcela 02 <input type="checkbox"/> com área de	209.125,94m².

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna - SC, 11 de dezembro de 2017.

JOSE GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 2869

Publicação Nº 1453963

DECRETO Nº 2869/2017

De 06/12/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64 da Lei Orgânica, inciso VI, e de acordo com a Lei nº 855/2017 de 05/12/2017:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna e da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, até o valor de R\$ 14.158,57 (Quatorze mil cento e cinquenta e oito Reais e cinquenta e sete centavos) da seguinte dotação orçamentária:

11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0843.0001.0001	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
30000000000000	Despesas Correntes	
32000000000000	Juros e Encargos da Dívida	
32900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	7.000,00
	Subtotal	7.000,00
08	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0802.2089	Promoção de Realização do Evento Magia de Natal	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	
44900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.800,00
	Subtotal	1.800,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0785.0603.1063	Elaboração de Projetos e Pavimentação de Ruas	
40000000000000	Despesas de Capital	
44000000000000	Investimentos	

44900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	2.208,57
	Subtotal	2.208,57
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Programa Saúde da Família	
30000000000000	Despesas Correntes	
31000000000000	Pessoal e Encargos Sociais	
31900000000000	Aplicações Diretas	
16.702	Núcleo Apoio Saúde da Família-Nasf-Estadual	3.150,00
	Subtotal	3.150,00
	TOTAL	14.158,57

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna e da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 14.158,57 (Quatorze mil e cento e cinquenta e oito Reais e cinquenta e sete centavos), na seguinte dotação orçamentária:

11	Encargos Gerais do Município	
001	Encargos Gerais do Município	
0028.0843.0001.0001	Amortização do Principal e Encargos da Dívida	
40000000000000	Despesas de Capital	
46000000000000	Amortização da Dívida	
46900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	7.000,00
	Subtotal	7.000,00
08	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	
001	Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	
0023.0695.0802.2089	Promoção de Realização do Evento Magia de Natal	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.800,00
	Subtotal	1.800,00
06	Secretaria de Transportes e Obras	
001	Secretaria de Transportes e Obras	
0026.0785.0603.1063	Elaboração de Projetos e Pavimentação de Ruas	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	2.208,57
	Subtotal	2.208,57
05	Fundo Municipal de Saúde	
001	Fundo Municipal de Saúde	
0010.0301.0502.2052	Manutenção das Ações Programa Saúde da Família	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
16.702	Núcleo Apoio Saúde da Família-Nasf-Estadual	3.150,00
	Subtotal	3.150,00
	TOTAL	14.158,57

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 06 de Dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 2871**

Publicação Nº 1455405

DECRETO Nº 2871/2017

De 11/12/2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE APIÚNA UTILIZANDO O SUPERAVIT FINANCEIRO APURADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 812/2016 de 17/11/2016:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica criado o vínculo de recurso 33.101 – Transf. Convênio FMASS- Estrutura Rede e suplementado no orçamento vigente da unidade da Prefeitura Municipal de Apiúna/SC, no valor R\$ 31.809,64 (Trinta e um mil oitocentos e nove Reais e sessenta e quatro centavos) da seguinte classificação orçamentária:

09	Fundo de Assistência Social	
001	Fundo de Assistência Social	
0008.0244.0901.2091	Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social	
30000000000000	Despesas Correntes	
33000000000000	Outras Despesas Correntes	
33900000000000	Aplicações Diretas	
33.101	Transf. Convênio. FMASS- Estrutura Rede	31.809,64
	TOTAL	31.809,64

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Apiúna, em 11 de Dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

**LEI COMPLEMENTAR Nº 174/2017**

Publicação Nº 1454696

LEI COMPLEMENTAR Nº 174/2017

De 12/12/2017

DISCIPLINA CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA ATUAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

**Capítulo I**

Do Quadro de Horários e do Controle de Frequência

Art. 1º - O horário do trabalho da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora constará de quadro, organizado e afixado em lugar bem visível, sendo discriminativo para cada servidor, acaso não exista horário único para todos.

§ 1º - É obrigatória a anotação da hora de entrada e de saída, em registro manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho, devendo haver pré-assinalação do período de repouso.

§ 2º - O Coordenador poderá, excepcionalmente, determinar horário distinto ao servidor, desde que respeitada a jornada de trabalho e que a medida seja necessária a melhor realização do serviço.

§ 3º - Eventual saída particular durante o horário de trabalho deverá ser registrada no sistema de controle de frequência, constituindo-se falta grave sua omissão.

§ 4º - O registro indevido de horas pelo servidor, contrariando as disposições desta Lei, constitui justa causa para afastamento do serviço e adoção de medidas disciplinares pelo Município.

**Capítulo II**

Da Jornada de Trabalho

Art. 2º - A duração normal do trabalho, para os servidores da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, não excederá de 8 (oito) horas diárias, desde que não seja fixado expressamente outro limite.

§ 1º - Não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de quinze minutos, observado o limite máximo de trinta minutos diários.

§ 2º - O tempo despendido pelo servidor desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo Município, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do serviço.

§ 3º - Excetua-se do parágrafo anterior os casos em que o profissional integrante da Equipe Técnica ter sido disponibilizado por Município diferente da Sede do Serviço, quando poderá ser computado como jornada de trabalho o tempo de deslocamento de até 30 (trinta) minutos para o início da jornada, e 30 (trinta) minutos no final.

§ 4º - Ocorrendo necessidade imperiosa, poderá a duração do trabalho exceder do limite legal ou convencionado, seja para fazer face a motivo de força maior, seja para atender à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto.

Art. 3º - Os registros de início e encerramento da jornada regular de trabalho poderão ser feitos entre as 07:15 e 17:15 horas, em dias úteis de segunda a sexta-feira, respeitado o turno e horário de trabalho de cada servidor, conforme definido no Quadro de Horários.

§ 1º - Considera-se como de serviço efetivo o período em que o servidor esteja à disposição do Município, aguardando ou executando ordens, salvo disposição especial expressamente consignada.

§ 2º - Por não se considerar tempo à disposição do serviço de acolhimento, não será computado como período extraordinário o que exceder a jornada normal, ainda que ultrapasse o limite de quinze minutos previsto no § 1º do art. 2º desta Lei, quando o servidor, por escolha própria, buscar proteção pessoal, em caso de insegurança nas vias públicas ou más condições climáticas, bem como adentrar ou permanecer nas dependências da sede física do serviço em Rodeio para exercer atividades particulares, entre outras:

I - práticas religiosas;

II - descanso;

III - lazer;

IV - estudo;

V - alimentação;

VI - atividades de relacionamento social;

VII - higiene pessoal;

VIII - troca de roupa.

Art. 4º - A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em número não excedente de duas, por acordo individual.

§ 1º - A remuneração da hora extra será superior à da hora normal em cinquenta por cento.

§ 2º - Poderá ser dispensado o acréscimo de vencimentos se o excesso de horas em um dia for compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período



máximo de um ano, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

§ 3º - O banco de horas de que trata o § 2º deste artigo poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.

§ 4º - É lícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, para a compensação no mesmo mês.

§ 5º - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho sem que tenha havido a compensação integral da jornada extraordinária, na forma dos §§ 2º e 3º deste artigo, o servidor terá direito ao pagamento das horas extras não compensadas, calculadas sobre o valor da remuneração na data da rescisão.

Art. 5º - O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada, inclusive quando estabelecida mediante acordo tácito, não implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária se não ultrapassada a duração máxima semanal, sendo devido apenas o respectivo adicional.

Parágrafo único - A prestação de horas extras habituais não caracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.

### Capítulo III Dos Períodos de Descanso

Art. 6º - Entre 2 (duas) jornadas de trabalho haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

Art. 7º - Será assegurado a todo servidor um descanso semanal de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, o qual, salvo motivo de conveniência pública ou necessidade imperiosa do serviço, deverá coincidir com o domingo, no todo ou em parte.

Art. 8º - Todos os servidores em qualquer trabalho contínuo, cuja duração exceda de 6 (seis) horas, devem obrigatoriamente usufruir do intervalo para repouso ou alimentação, o qual será, no mínimo, de 1 (uma) hora e, salvo acordo escrito ou contrato coletivo em contrário, não poderá exceder de 2 (duas) horas.

§ 1º - Não excedendo de 6 (seis) horas o trabalho, será, entretanto, obrigatório um intervalo de 15 (quinze) minutos quando a duração ultrapassar 4 (quatro) horas.

§ 2º - Os intervalos de descanso não serão computados na duração do trabalho.

§ 3º - A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

### Capítulo IV Do Sobreaviso

Art. 9º - A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora poderá ter servidores de sobreaviso ou em escala de revezamento, para executarem serviços essenciais, serviços imprevistos ou para substituições de outros servidores que faltem à escala organizada.

§ 1º - Considera-se de "sobreaviso" o servidor que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço.

§ 2º - Cada escala de "sobreaviso" será, no máximo, de vinte e quatro horas.

§ 3º - Os "sobreavisos", para todos os efeitos, serão remunerados à razão de R\$ 200,00 (duzentos reais) por semana, acrescidos de R\$ 100,00 (cem reais) quando incluir feriados nacionais, pagáveis na forma de adicional de "sobreaviso".

§ 4º - Considera-se "em escala de revezamento" o servidor que ficar nas dependências do serviço público, executando atividades ou aguardando ordens.

§ 5º - A escala de revezamento será, no máximo, de doze horas seguidas de serviço por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, observados ou indenizados os intervalos para repouso e alimentação.

§ 6º - Quando, no estabelecimento ou dependência em que se achar o servidor, houver facilidade de alimentação, às doze horas de escala de revezamento, a que se refere o parágrafo anterior, poderão ser contínuas. Quando não existir essa facilidade, depois de seis horas de prontidão, haverá sempre um intervalo de uma hora para cada refeição, que não será, nesse caso, computada como de serviço.

§ 7º - A remuneração mensal pactuada pelo horário previsto nos §§ 5º e 6º deste artigo abrange os pagamentos devidos pelo descanso semanal remunerado e pelo descanso em feriados, e serão considerados compensados os feriados e as prorrogações de trabalho noturno, quando houver.

### Capítulo V Das Condições Gerais

#### Seção I Relativas aos servidores

Art. 10 - Quando o servidor se ausentar da sede do Serviço de Acolhimento para realizar trabalho externo ou participar de eventos de formação e/ou aperfeiçoamento autorizados pela Coordenação, ficará dispensado do registro de frequência, cabendo ao Setor de Recursos Humanos homologar a ocorrência posteriormente, mediante solicitação justificada.

Parágrafo Único - Durante os afastamentos de que tratam o caput deste artigo será considerado usufruído o horário intra e inter jornada.

Art. 11 - Na hipótese do servidor, por esquecimento, deixar de registrar o horário de sua entrada ou saída do trabalho, inclusive durante o expediente para fins particulares, o Coordenador poderá, mediante solicitação justificada, em até 24 horas da ocorrência, promover a correção da frequência, informando ao Setor de Recursos Humanos, ou ao Secretário Municipal responsável pelo servidor, eventuais abusos, inassiduidades ou desídia no exercício funcional, para fins de adoção de medidas disciplinares.

Parágrafo Único - Eventuais faltas ou atrasos, fora da hipótese tratada nesta Lei, deverão ser justificadas ao Coordenador do serviço, que avaliará a justificativa e solicitará ao Setor de Recursos Humanos o desconto ou a compensação do atraso ou falta.

Art. 12 - Para fins funcionais, aplicam-se aos servidores da Equipe Técnica do serviço, independentemente do Município de origem, os pontos facultativos e feriados do Município da sede física do serviço.

Art. 13 - Fica instituído o sistema de 'Banco de Horas', que irá possibilitar aos servidores que aderirem formalmente por acordo individual, armazenarem horas trabalhadas, a maior ou a menor, durante o mês para compensação posterior, nos moldes da presente Lei.

§ 1º - O prazo para compensação das horas acumuladas (banco de horas) será de seis meses a contar da primeira hora incluída no mesmo, sendo definida a data de compensação pela Coordenação do serviço.

§ 2º - Em caso de desligamento de qualquer dos servidores



abrangidos por este artigo, as horas por ele devidas serão descontadas na rescisão contratual.

§ 3º - Fica estabelecido que o "banco de horas" do servidor corresponde tanto as horas acumuladas (saldo positivo) como as horas que falem para completar a jornada diária (saldo negativo).

§ 4º - Permanências superiores a trinta minutos após o encerramento da jornada de trabalho somente integrarão o banco de horas quando autorizadas pela chefia imediata por meio do sistema eletrônico de ponto.

§ 5º - Para o gozo diário dos créditos contidos no banco de horas, quando superiores a trinta minutos, será necessária autorização previa do chefe imediato.

§ 6º - As horas laboradas excedentes da jornada contratual e compensadas de acordo com os critérios desta Lei não terão caráter de labor extraordinário e para o efeito de compensação serão computadas na base de uma por uma.

## Seção II

Relativas à manutenção do serviço

Art. 14 - Compete aos Municípios conveniados responder

proporcionalmente pelas despesas de manutenção e limpeza da sede física do serviço, incluindo despesas de material de limpeza, telefone de plantão e outros.

Parágrafo Único - Caberá ao Coordenador do serviço de acolhimento a requisição de compra e/ou pagamento do material ou consumo pelo município responsável, bem como o controle e prestação de contas destas despesas, observado a distribuição equitativa e uniforme para cada integrante do serviço.

Art. 15 - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento do Município.

Art. 16 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna, em 12 de Dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

## LEI COMPLEMENTAR Nº 175/2017

Publicação Nº 1454695

LEI COMPLEMENTAR Nº 175/2017

De 12/12/2017

DISPÕE SOBRE AS TAXAS MUNICIPAIS POR SERVIÇOS AMBIENTAIS EXECUTADOS PELO ÓRGÃO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO

O Prefeito do Município de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica instituída a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais.

§ 1º - Serão cobradas taxas para cada licenciamento, visando cobrir os custos e despesas de análise das licenças ambientais, bem como a manutenção da estrutura física-operacional do órgão ambiental municipal para a realização de tal fim, na forma desta Lei Complementar.

§ 2º - Poderão ser estabelecidas outras formas de cobrança para os licenciamentos de baixo potencial de degradação ambiental, com anuência do Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais tem como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a prestação de serviços pelo órgão ambiental municipal, e será devida para:

I - análise prévia com vistoria para concessão de autorizações ambientais (terraplanagem) e/ou licenças ambientais (licença prévia, licença de instalação e licença de operação);

II - análise prévia para concessão de licenças simplificadas;

III - autorização de corte de vegetação - AuC e reposição florestal;

IV - autorização municipal simplificada de cortes de árvore;

V - averbação de reserva legal;

VI - licença ambiental para terraplanagem urbana e rural;

VII - certidão de conformidade ambiental, mediante vistoria ou não;

VIII - autorização ambiental.

§ 1º - Os valores referentes à taxa que trata o presente artigo serão calculados e cobrados na forma estabelecida no Anexo Único.

§ 2º - Os critérios do porte do empreendimento em relação ao potencial poluidor degradador serão estabelecidos pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente, que definirá por listagem as atividades potencialmente poluidoras.

§ 3º - A determinação do valor da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais, a quantificação do serviço e o cronograma de execução serão definidos quando da solicitação por parte do interessado.

§ 4º - A cobrança dos serviços solicitados será realizada na hora do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado pelo responsável sem o comprovante do respectivo pagamento.

Art. 3º - Na análise de licenças ambientais de que tratam os incisos I e II do artigo anterior será observado o seguinte:

I - a taxa exigida para as referidas atividades será graduada em função do porte e do potencial poluidor degradador, conforme Tabela 01 do Anexo Único da presente lei;

II - As Licenças Ambientais terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental; e

III - a cobrança da análise dos pedidos de licenças ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento, conforme determina a legislação em vigor.

Art. 4º - O sujeito passivo da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais é a pessoa física ou jurídica cuja atividade esteja sujeita às leis ambientais e que requerer serviço sujeito à sua incidência ou for o destinatário do exercício do poder de polícia.

§ 1º - Estão dispensados do pagamento das taxas de serviços ambientais previstos na presente lei, exceto quando o serviço prestado demandar análise técnica do CIMVI:

I - os órgãos e entidades integrantes da União e o Estado, inclusive suas fundações e autarquias;

II - os órgãos da Administração Direta, as fundações e autarquias municipais;

III - as associações de pais e professores - APP, as associações de moradores de bairro, as associações de classe, centros comunitários e

associações de pais e funcionários - APF, devidamente constituídos e sem fins lucrativos;

IV - os clubes de caça e tiro e as associações culturais, as sociedades desportivas, recreativas e os clubes, devidamente constituídos, reconhecidos de utilidade pública por lei municipal e sem fins lucrativos;

V - as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

§ 2º - Para usufruir da dispensa prevista neste artigo as pessoas jurídicas acima elencadas deverão comprovar documentalmente tal condição no momento do pedido. Além disso, as pessoas jurídicas descritas nos incisos III, IV e V do parágrafo anterior deverão preencher os seguintes requisitos:

I - não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a qualquer título;

II - aplicar integralmente os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III - manter escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 3º - O pagamento da Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais não será exigido dos Microempreendedores individuais no primeiro ano de funcionamento e pela metade no segundo ano, retornando ao valor total nos anos seguintes.

Art. 5º - A Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais será recolhida até a data do requerimento do serviço ou atividade.

Art. 6º - No que couber, aplica-se subsidiariamente à Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais o disposto no Código Tributário Municipal e suas alterações.

Art. 7º - Os valores recolhidos à União, ao Estado, a outro Município e ao Distrito Federal, a qualquer outro título, tais como taxas ou preços públicos de licenciamento ou fiscalização, não constituem crédito para compensação com a Taxa Municipal de Prestação de Serviços Ambientais de que trata esta lei.

Art. 8º - Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em Unidade Monetária Ambiental (UMA) e serão atualizados anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior, na forma da legislação municipal de regência.

Parágrafo Único - A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2017 é de R\$100,00 (cem reais).

Art. 9º - As disposições constantes na presente lei poderão ser regulamentadas por Decreto Municipal.

Art. 10 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, observado quanto aos seus efeitos o disposto no art. 150, inciso III, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal, revogadas disposições em contrário.

Município de Apiúna, 12 de dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito de Municipal

#### Anexo único

#### Taxa de Prestação de Serviços Ambientais

##### 1. NORMAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBIENTAIS NO MUNICÍPIO:

1.1 - A cobrança dos serviços será realizada no momento do pedido, sendo que nenhum serviço será autorizado/realizado sem a comprovação do pagamento.

1.2 - Os valores arrecadados serão integralmente destinados ao órgão ambiental municipal.

1.3 - As Licenças Ambientais de Operação terão prazo de validade em conformidade com o que dispuser a legislação federal, estadual e/ou regulamentação. Caberá ao CIMVI a regulamentação dos procedimentos de licenciamento ambiental e de mitigação dos prazos das licenças ambientais, inclusive simplificadas, e das certidões de conformidade ambiental.

1.4 - A cobrança pela Análise dos Pedidos de Licenças Ambientais será efetuada em cada uma das fases do processo de licenciamento ou de forma simultânea em caso de licenciamento de regularização.

1.5 - Nos casos de pedidos de renovação de Licenças será cobrado o valor referente à classificação da atividade.

##### 2. APURAÇÃO DO VALOR PELA ANÁLISE DE LICENÇAS AMBIENTAIS:

Para a apuração do valor a ser cobrado pelas análises dos pedidos de Licenças Ambientais de que trata a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, Lei Estadual nº 14.675, de 13 de abril de 2009 e alterações, Resoluções do CONSEMA nº 98/2017, nº 99/2017 e suas alterações, as atividades são enquadradas nos níveis I, II, III, em função do porte e do potencial poluidor/degradador, conforme Tabela nº 01.

Enquadramentos das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL				
P	M		G	
	P	P, P	P, M	P, G
PORTE DO EMPREENDIMENTO	M	M, P	M, M	M, G
	G	G, P	G, M	G, G

2.1 - O potencial poluidor/degradador da atividade é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função dos efeitos causados sobre o solo, ar e água. O potencial poluidor/degradador geral é o maior dentre os potenciais considerados sobre cada um dos recursos ambientais analisados.

2.2 - O porte do empreendimento também é considerado pequeno (P), médio (M) ou grande (G), em função de critérios estabelecidos na Resolução CONSEMA nº 98/2017, Resolução CONSEMA nº 99/2017 e suas alterações, que define por listagem as atividades potencialmente causadoras de Degradação Ambiental.

2.3 - O potencial poluidor/degradador e o porte do empreendimento estão definidos nas Resoluções acima mencionadas.

2.4. Licença Ambiental de Operação de Regularização

Remuneração do processo correspondente aos três níveis de licenciamento correspondentes (LAP, LAI e LAO), conforme tabelas anteriores.

Tabela nº 02

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais em UMA

LICENÇAS	NÍVEL								
	P, P	M, P	P, M	M, M	G, P	P, G	M, G	G, M	G, G
LAP	1,7516	3,0801	5,3607	9,3813	14,0954	16,4114	23,4767	28,7199	50,2216
LAI	4,3262	7,6296	13,3666	23,3239	35,0211	40,8403	58,3450	71,4177	124,9428
LAO	8,6642	15,3063	26,7449	46,6831	70,0070	81,6689	116,6901	142,8354	249,8738
Total	14,7420	26,0160	45,4722	79,3883	119,1235	138,9206	198,5118	242,9730	425,0382

Tabela nº 03

Valores para Análise de Pedidos de Licenças Ambientais anual em UMA para as atividades agrícola e pecuária.

LICENÇAS	NÍVEL					
	P, P ou M, P	P, M	M, M ou G, P	P, G	M, G ou G, M	G, G
LAP	1,7046	1,9750	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944
LAI	4,7494	5,7017	9,4988	11,4386	8,6642	22,8302
LAO	3,1506	3,7972	6,3482	7,5944	12,6847	15,2358
Total	9,6046	11,4739	18,9976	22,8302	27,6971	45,6604

3. DETERMINAÇÃO DA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL - EIA E RESPECTIVO RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL - RIMA: Quando o licenciamento se fizer mediante apresentação de Estudos de Impacto Ambiental - EIA e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, conforme determina a legislação ambiental em vigor, a determinação dos preços a serem cobrados pelos serviços prestados, conforme fórmula abaixo:

3.1. Custo total das análises

CT = TT + VT + CE + CA, onde:

a) Trabalho Técnico

TT = T x H (UMA 0,6078/hora)

b) Vistoria Técnica

VT = T x D (UMA 1,4055/dia) + V x R (UMA 0,0083/Km)

c) Consultoria Externa

CE = Cc x H

d) Custo Administrativo

CA = (TT + VT + CE) x 0,0015UMA

Legenda:

CT	Custo Total
TT	Trabalho Técnico
VT	Vistoria Técnica
CE	Consultoria Externa
CA	Custo Administrativo
H	Número de Horas Trabalhadas
D	Número de Dias Trabalhados
R	Total de Km Rodados
T	Número de Técnicos
V	Número de Veículos
Cc	Custo de Consultoria por Hora (UMA 1,4055)
Q(I)	Vazão de bombeamento (m³/h)

4. FÓRMULA PARA COBRANÇA DE VALORES PELOS SERVIÇOS DE ANÁLISE DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO MUNICIPAL SIMPLIFICADA DE CORTE DE ÁRVORES, INCLUSIVE ÁRVORES DE RISCO; AUTORIZAÇÃO DE CORTE/SUPRESSÃO OU EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO; E REPOSIÇÃO FLORESTAL:

UMA 0,8357 para corte isolado de até 10 árvores em zona urbana ou rural.

UMA 0,8357 para corte isolado de até 30 árvores em zona urbana ou rural + apresentação de projeto e doação de mudas quando necessário.

UMA 1,7474 + 0,0003 x AM para corte/supressão de vegetação em zona urbana, com área de corte.

UMA 1,7474 + 0,0006 x U para manejo de Palmito limitado em 2.000 unidades.

UMA 0,9876 para aproveitamento de árvores mortas ou caídas em propriedades rurais.

UMA 1,7474 para análise de projeto de corte de vegetação – AUC para florestas plantadas em áreas protegidas (Área de Preservação Permanente - APP, Unidade de Conservação - UC, etc.), com recomposição vegetal.

UMA 0,9876 para corte eventual em zona rural (20m³ ou 20 unidades).

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário se caracterize como pequeno produtor rural, para fins agrosilvopastoris no limite de até 2,0ha/ano.

UMA 1,7474 para supressão ou exploração de vegetação secundária em estágio inicial cujo proprietário não se caracterize como pequeno

produtor rural, no limite de até 3,0ha, uma única vez.

Isento = autorização municipal para transporte de produtos e subprodutos florestais no caso de pequenos produtores rurais ou posse rural familiar.

#### 5. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA URBANA:

UMA 0,8357 para AM  $\leq$  500

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 500 e  $\leq$  2.000

UMA 0,8357 + 0,0010 x AM para AM > 2.000 e  $\leq$  5.000

UMA 0,8357 + 0,0013 x AM para AM > 5.000

#### 6. FÓRMULA PARA COBRANÇA DOS SERVIÇOS DE LICENCIAMENTO DE TERRAPLENAGEM EM ÁREA RURAL:

UMA 0,8357 para AM  $\leq$  500

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 500 e  $\leq$  2.000

UMA 0,8357 + 0,0003 x AM para AM > 2.000 e  $\leq$  5.000

UMA 0,8357 + 0,0006 x AM para AM > 5.000

#### 7. CERTIDÕES e DECLARAÇÕES DIVERSAS:

Pr = UMA 0,8357

##### 7.1. Certidão de Conformidade Ambiental

UMA 1,0

##### 7.2. Declaração de atividade não constante

UMA 1,0

#### 8. AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA

TAXA DE VISTORIA NO VALOR DE 1,0 UMA +:

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL						
P	Valor (UMA)	M	Valor (UMA)			
PORTE DO EMPREENDIMENTO	inferior a P	P, P	3,00	P, M	3,50	
	inferior a M	M, P	4,00	M, M	5,00	

##### 8.1 - AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL - AuA para a suinocultura

Pr = UMA 0,8357

Conforme consta nas Resoluções do CONSEMA nº 98/2017 e nº 99/2017, entenda-se porte Único = Autorização Ambiental – AuA.

#### 9. PARECER TÉCNICO EM GERAL, EXCLUINDO-SE A ANÁLISE DO EIA/RIMA:

Pr = UMA 1,9374

#### 10. Listagem de valores para A ATIVIDADE DA SUINOCULTURA:

Granja de suínos - terminação

UMA 0,3039 + 0,0010 x NC

Unidade de Produção de Leitão - UPL

UMA 0,3039 + 0,0016 x NM

Granja de suínos - Creche

UMA 0,3039 + 0,0003 x NC

Granja de suínos - Ciclo Completo

UMA 0,3039 + 0,0052 x NM

#### 11. ANÁLISE DE PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREA DEGRADADA (PRAD) (QUANDO NÃO LICENCIÁVEL POR AUA, SITUAÇÃO NA QUAL RECOLHERÁ O VALOR CORRESPONDENTE A ESTA)

UMA 's 1,5

#### 12. LICENÇA DE ADESÃO OU COMPROMISSO - LAC

POTENCIAL POLUIDOR / DEGRADADOR GERAL				
M	Valor (UMA)			
PORTE DO EMPREENDIMENTO	P	P, M	3,00	
	M	M, M	4,00	
	G	G/M	5,00	

#### 13. ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL (ALRS)

UMA 's 1,0

#### 14. TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE

UMA 's 1,0

15. EMISSÃO 2º VIA DO CERTIFICADO DA LICENÇA AMBIENTAL, CERTIDÃO DE CONFORMIDADE AMBIENTAL OU AUA  
UMA 1,0

16. ANÁLISE DE REVISÃO OU PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DE CONDICIONANTE  
UMA 1,0

17. PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE DE LICENÇA OU AUA  
30% (trinta por cento) da remuneração básica da respectiva licença ou autorização

18. RENOVAÇÃO DA LICENÇA OU AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL  
Remuneração do processo correspondente

19. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL  
UMA 01,00 por hora.

Acrescenta-se ao valor calculado o fator de correção de 0,0380 UMA para Licença Ambiental Prévia - LAP, de 0,0570 UMA para Licença Ambiental de Instalação - LAI e de 0,0475 UMA para Licença Ambiental de Operação - LAO.

Legenda:

Pr	Preço Básico da Licença
AU	Área Útil em Hectare
AM	Área em m²
NC	Nº de Cabeças
NM	Nº de Matrizes
LAP	Licença Ambiental Prévia
LAI	Licença Ambiental de Instalação
LAO	Licença Ambiental de Operação
AuA	Autorização Ambiental
AuC	Autorização de Corte de Vegetação
U	Unidades

## LEI Nº 856/2017

Publicação Nº 1454698

LEI Nº 856/2017

De 12/12/2017

INSTITUI A UNIDADE MONETÁRIA AMBIENTAL (UMA) PARA EFEITO DE CÁLCULO DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA E UNIDADE DE REFERÊNCIA DE VALORES EXPRESSOS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. – Fica instituída a Unidade Monetária Ambiental (UMA), para efeito de cálculo de atualização monetária dos créditos pertencentes ao Município, bem como os relativos a multas e penalidades de qualquer natureza, e unidade de referência de valores expressos na legislação ambiental municipal.

Art. 2º. – A UMA terá sua expressão monetária fixada anualmente por Decreto do Chefe do Poder Executivo, segundo a variação acumulada do INPC/IBGE ou outro indexador que vier a substituí-lo, medida entre os meses de janeiro a dezembro de cada exercício imediatamente anterior.

§1º. - Interrompida a apuração ou divulgação do INPC/IBGE, a expressão monetária da UMA será estabelecida com base nos indicadores disponíveis que vierem a substituí-lo, ou, em caso de não substituição, por outro indexador oficial.

§2º. – No caso do parágrafo anterior, o Poder Executivo divulgará, previamente à sua vigência, a metodologia empregada para a determinação da expressão monetária da UMA.

§3º. - A expressão monetária da UMA referente ao ano de 2017 é de R\$100,00 (cem reais).

Art. 3º. – As guias, carnês e demais documentos impressos de arrecadação, cujos valores estejam expressos em quantidades de UFM, referentes a taxas, penalidades e outros valores ligados à legislação ambiental terão seus valores atualizados, já a partir de 1º de janeiro de 2018, segundo os critérios estabelecidos na presente lei ordinária.

Art. 4º. – Esta lei ordinária entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Apiúna, 12 de dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal



**LEI Nº 857/2017**

Publicação Nº 1454704

LEI Nº 857/2017

De 12/12/2017

**"AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".**

O Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do poder executivo autorizado a desapropriar pelos meios: amigáveis e ou judiciais, parte do imóvel de propriedade de JOSÉ EUSTAQUIO MATIAS MOREIRA, a saber:

I – "O terreno urbano, situado no lugar Subida, Município de Apiúna, Comarca de Ascurra, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 298,73 m<sup>2</sup> (duzentos e noventa e oito metros e setenta e três decímetros quadrados), com as seguintes confrontações: Partindo do vértice 1, de coordenadas UTM N=7.001.230,576 e E=653.018,653, deste vértice, com terras de Município de Apiúna (mat. nº 6931- Ascurra), a distância de 15,36 metros e Azimute de 62°48'51" até o vértice 2; deste vértice, com a faixa de domínio da antiga R.F.F.S.A trecho Blumenau-Rio do Sul, com a distância de 3,01 metros e Azimute de 62°48'51" até o vértice 3; deste vértice, com a faixa de domínio da antiga R.F.F.S.A trecho Blumenau-Rio do Sul, com a distância de 17,48 metros e Azimute de 156°15'57" até o vértice 4; deste vértice, com terras remanescente do imóvel a ser desapropriado, com a distância de 17,42 metros e Azimute de 247°43'56" até o vértice 5; deste vértice, com terras de remanescente do imóvel a ser desapropriado, com a distância de 15,95 metros e Azimute de 332°56'30" até o vértice 1 ponto inicial da descrição deste perímetro. Sem edificações".

Art. 2º O imóvel referido no artigo 1º, Declarado de Utilidade Pública pelo Decreto nº 2.852/2017, de 17 de novembro de 2017, terá por finalidade a preservação e conservação dos monumentos históricos e artísticos com o desenvolvimento de atividades turísticas como a implantação de uma estação de embarque e desembarque, venda de bilhetes, pátio de manobras entre outras nos passeios de trem "Maria Fumaça".

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado, conforme valores apurados no Processo Administrativo de Desapropriação – PAD-003/2017, a pagar pelo imóvel mencionado no artigo 1º, a título de indenização a importância de R\$60.000,00 (sessenta mil reais), no ato da assinatura da escritura pública definitiva.

Art. 4º Autoriza o Município de Apiúna receber da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF Regional Santa Catarina – Núcleo Regional Vale do Itajaí, inscrita no CNPJ nº 49.731.466/0007-41, com sede na cidade de Rio Negrinho/SC, o aporte financeiro no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para pagamento exclusivo da indenização.

Art. 5º Fica o Município de Apiúna autorizado celebrar com a Associação o Termo de Cessão de Uso, do bem adquirido pela desapropriação, no prazo de 30 (trinta anos) podendo ser prorrogado por igual prazo.

Art. 6º As despesas decorrentes da presente desapropriação correrão por conta do aporte financeiro oriundo da Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF Regional Santa Catarina – Núcleo Regional Vale do Itajaí.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apiúna em 12 de dezembro de 2017.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

**TERMO DE FOMENTO Nº 005/2017**

Publicação Nº 1454379

TERMO DE FOMENTO Nº 005/2017

**TERMO DE FOMENTO Nº 05 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE APIÚNA E A ASSOCIAÇÃO PATINHAS SOLIDÁRIAS**

O MUNICÍPIO DE APIÚNA, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede administrativa à rua Quintino Bocaiuva, 204, neste ato representada pelo Sr. José Gerson Gonçalves, Prefeito, e a ASSOCIAÇÃO PATINHAS SOLIDÁRIAS inscrita no CNPJ sob nº 21.900.612/0001-00 com sede à Rua Manaus nº 226, doravante denominada ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada por sua Presidente Sra. Fabiana Bazzanella, resolvem celebrar o presente termo de fomento, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante Lei Municipal Nº 836/2017 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

1.1 - O presente termo de fomento, decorrente da Lei Municipal Nº 836/2017, tem por objeto a manutenção e expansão das atividades da Associação, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES**

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

**I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:**

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias

celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

## II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de fomento;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a

inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

## CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de fomento, recursos no valor de R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação Orçamentária à utilizar	
Código Dotação	Descrição
03	Secretaria de Administração e Finanças
001	Secretaria de Administração e Finanças
2030	Manutenção Geral da Secretaria de Administração e Finanças

3335000000000000

Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este Termo de Fomento R\$ 8.500,00 (Oito mil e quinhentos reais), relativamente à avaliação econômica dos serviços dados a título de contrapartida.

## CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica à conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de fomento ou devolvidos aos cofres públicos na conclusão da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.5 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – Quando constarem 02 (duas) parcelas para Prestação de Contas em aberto.

4.6 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

## CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente termo de fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até 31/07/2018, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 - Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração/termo de fomento, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 - Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

II - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

III - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos antes do término do prazo de vigência da parceria.

8.2 - A prestação de contas final relativa à execução do termo de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - relatório de execução financeira do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução



da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração,

no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos que compõem a prestação de contas.

#### CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 - É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor das parcelas, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Fomento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, da Instrução Normativa N.TC - 14/2012 do Tribunal de Contas de Santa Catarina, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e

entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de fomento serão remetidas por correspondência eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via correspondência eletrônica, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ascurra.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Apiúna, 12 de Dezembro de 2017.

José Gerson Gonçalves  
Prefeito

Fabiana Bazzanella  
Presidente da Associação Patinhas Solidárias

#### ANEXO I

#### PLANO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO PATINHAS SOLIDÁRIAS

Disponível em <http://apiuna.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/94079>

**PREFEITURA**

Fonte Financiadora: Excesso de Arrecadação:

Descrição da Fonte: 0.1.0000 – Recursos não Vinculados .....R\$ 15.400,00  
Descrição da Fonte: 0.1.0347 – Rec. Vinc. Transf. do FNAS - IGD SUAS ..... R\$ 3.722,36  
Descrição da Fonte: 0.1.0834 - FMAS - SST/FEAS Bás. Investimentos ..... R\$ 11.731,51  
Descrição da Fonte: 0.1.0109 - Alienação de Bens ..... R\$ 210.000,00

Fonte Financiadora: Superávit Financeiro do Exercício Anterior:

Descrição da Fonte: 0.3.0561 – MDS/IGDBF - Sup. Financeiro ..... R\$ 30.777,02  
TOTAL GERAL ..... R\$ 271.630,91

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 04 de Dezembro de 2017

Leani Kapp Schmitt  
Prefeita

Registra-se e Publica-se  
Em, 04 de Dezembro de 2017.

Glaucia Pottratz  
Responsável Pelas Publicações

## PORTARIA 373/2017

Publicação Nº 1455138

PORTARIA Nº. 373/2017

NOMEAR SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

Considerando, o resultado do Concurso Público nº. 001/2016, homologado pelo Decreto nº. 1989, de 26 de dezembro de 2016;

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 13 de dezembro de 2017, por Concurso Público o Senhor EDER ROQUE DOS SANTOS, inscrito no CPF sob nº. 008.774.659-08, para o cargo de Agente de Manutenção e Construção; com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos conforme Lei Complementar nº.158, de 29 de dezembro de 2014, Anexo II, nível 050, classe "IN".

Art.2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 12 de dezembro de 2017.

LEANI KAPP SCHMITT  
Prefeita

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Glaucia Pottratz  
Responsável pela publicação.

## RETIFICAÇÃO ATA TP 05.2017

Publicação Nº 1454485

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS, REFERENTE À LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2017. OBJETO: contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução da obra de cercamento do Grupo Escolar Paulo Freire e do Pré-Escolar Cinderela.

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, às nove horas, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Arabutã, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 2004/2017, sob a presidência da Senhora Glaucia Pottratz, membros a Senhorita Deise Karin Morche e a Senhorita Maila Kreibin, com a finalidade de efetuar o recebimento e abertura dos envelopes de documentação e propostas de preços, referentes à Licitação em epígrafe. Aberta a sessão pública verificou-se que nenhuma empresa havia protocolizado envelopes para o presente certame. Diante da falta de interesse de eventuais participantes, a Presidente declarou encerrado este processo licitatório, sendo considerado deserto. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente Ata aprovada e assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão de Licitações.

GLAUCIA POTTRATZ Presidente da CPL	MAILA KREIBIN Membro da CPL
DEISE KARIN MORCHE Membro da CPL	

# Ascurra

## PREFEITURA

### LEI Nº 1497, de 08/12/2017.

Publicação Nº 1454341

LEI Nº 1497, de 08 de dezembro de 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CREDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI, Prefeito Municipal de Ascurra, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei n.º 1465, de 09/12/2016.

Art. 1º O Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R\$ 178.000,00 (cento e setenta e oito mil reais), para reforço no exercício financeiro de 2017 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):			
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR			
Secretaria de Transportes e Servicos Urbanos			
Unidade Orçamentária: 07.001	Secretaria de Transportes e Servicos Urbanos		
Funcional Programática: 07.001.0015.0452.0030.2016	Atividade: MANUT. DEPTO. DE OBRAS E ESTRADAS DE RODAGEM		
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor	
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 50.000,00	
Secretaria de Educacao Esporte e Cultura			
Unidade Orçamentária: 04.002	Esporte e Cultura		
Funcional Programática: 04.002.0027.0812.0060.2008	Atividade: MANUTENCAO ATIVIDADES ESPORTIVAS		
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor	
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 9.000,00	
Secretaria de Administracao e Planejamento			
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administracao e Planejamento		
Funcional Programática: 03.001.0004.0122.0100.2042	Atividade: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR		
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor	
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 7.000,00	
Secretaria de Administracao e Planejamento			
Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administracao e Planejamento		
Funcional Programática: 03.001.0004.0121.0100.2002	Atividade: MAN. ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORCAMENTARIA		
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor	
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 112.000,00	
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO: R\$ 178.000,00			

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Gabinete do Prefeito

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

#### ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

Unidade Orçamentária: 02.001	Gabinete do Prefeito	
Funcional Programática: 02.001.0004.0122.0020.2005	Atividade: MANUTENCAO DAS ATIVIDADES EXECUTIVAS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 40.000,00

#### Secretaria de Administracao e Planejamento

Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administracao e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0002.0061.0100.0006	Atividade: PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3190000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 10.000,00

#### Secretaria de Administracao e Planejamento

Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administracao e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0002.0061.0100.0006	Atividade: PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3390000000 - Aplicações diretas	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00

#### Secretaria de Administracao e Planejamento

Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administracao e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0121.0100.0002	Atividade: JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
3290000000 - APLICAÇÕES DIRETAS	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00

#### Secretaria de Administracao e Planejamento

Unidade Orçamentária: 03.001	Secretaria de Administracao e Planejamento	
Funcional Programática: 03.001.0004.0121.0100.1004	Projeto: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor
4490000000 - APLICAÇÕES DIRETAS	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00

#### Secretaria de Administracao e Planejamento

Unidade Orçamentária: 03.002	Fundo Municipal de Habitação	
Funcional Programática: 03.002.0016.0482.0115.2064	Atividade: MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	
Elemento de Despesa	Fonte de Recurso	Valor

Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

#### ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO

4490000000 - APLICAÇÕES DIRETAS	01000000 - Recursos Ordinários	R\$ 5.000,00
---------------------------------	--------------------------------	--------------

#### Secretaria de Educacao Esporte e Cultura

Unidade Orçamentária: 04.002

Esporte e Cultura

Funcional Programática: 04.002.0027.0812.0060.1036

Projeto: CONSTRUÇÃO DE QUADRA ESPORTIVA

#### Elemento de Despesa

#### Fonte de Recurso

#### Valor

4490000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

01000000 - Recursos Ordinários

R\$ 5.000,00

#### Secretaria de Educacao Esporte e Cultura

Unidade Orçamentária: 04.002

Esporte e Cultura

Funcional Programática: 04.002.0027.0812.0060.1038

Projeto: CONSTRUÇÃO DE CENTRO POLIESPORTIVO

#### Elemento de Despesa

#### Fonte de Recurso

#### Valor

4490000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

01000000 - Recursos Ordinários

R\$ 5.000,00

#### Secretaria de Agricultura,abast.e Meio Ambiente

Unidade Orçamentária: 06.001

Secretaria de Agricultura,abast.e Meio Ambiente

Funcional Programática: 06.001.0020.0606.0090.2015

Atividade: MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGRICOLAS

#### Elemento de Despesa

#### Fonte de Recurso

#### Valor

3390000000 - Aplicações diretas

01000000 - Recursos Ordinários

R\$ 30.000,00

#### Secretaria de Transportes e Servicos Urbanos

Unidade Orçamentária: 07.001

Secretaria de Transportes e Servicos Urbanos

Funcional Programática: 07.001.0015.0452.0030.2018

Atividade: MANUTENCAO CONVENIO CONSORCIOS

#### Elemento de Despesa

#### Fonte de Recurso

#### Valor

3393000000 - TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS

01000000 - Recursos Ordinários

R\$ 38.000,00

#### Secretaria de Transportes e Servicos Urbanos

Unidade Orçamentária: 07.001

Secretaria de Transportes e Servicos Urbanos

Funcional Programática: 07.001.0026.0782.0030.1011

Projeto: CONSTRUÇÃO DE PONTES E PONTILHÕES

#### Elemento de Despesa

#### Fonte de Recurso

#### Valor

4490000000 - APLICAÇÕES DIRETAS

01000000 - Recursos Ordinários

R\$ 5.000,00

#### Fundo Municipal de Assistencia Social

Unidade Orçamentária: 09.001

Fundo Municipal de Assistencia Social



Art. 2º Para dar cobertura ao (s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

**ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO**

Funcional Programática: 09.001.0008.0244.0080.2019

Atividade: MANUTENCAO GERAL DA ASSISTENCIA SOCIAL

Elemento de Despesa

Fonte de Recurso

Valor

3190000000 - Aplicações diretas

01000000 - Recursos Ordinários

R\$ 25.000,00

VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO: R\$ 178.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 08 de dezembro de 2017.

LAIRTON ANTONIO POSSAMAI

Prefeito de Ascurra/SC

Publicada a presente Lei na forma regulamentar

Município de Ascurra em, 08 de dezembro de 2017.

Claudia Dalfovo

Auxiliar Administrativo



# Atalanta

## PREFEITURA

### REVOGAÇÃO PROCESSO 3/2017 FMAS

Publicação Nº 1454361

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE ATALANTA**

CNPJ: 18.070.826/0001-92  
AVENIDA 15 DE NOVENBRO, 1030  
C.E.P.: 88410-000 - Atalanta - SC

**CONCORRÊNCIA**  
**Nr.: 1/2017 - CC**

Processo Administrativo: 3/2017  
Processo de Licitação: 3/2017  
Data do Processo: 25/10/2017

**Objeto:** CHAMAMENTO PUBLICO PARA REALIZAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA QUE TEM COMO OBJETIVO A COOPERAÇÃO NA MANUTENÇÃO DE VAGAS PARA 02 (DOIS) INTERNOS PROVENIENTES DO MUNICÍPIO DE ATALANTA

#### NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2017

**Motivo:** FICA REVOGADO PRESENTE PROCESSO PELO MOTIVO DO MESMO TER SIDO DESERTO, SERÁ LANÇADO NOVO PROCESSO EM BREVE.

Atalanta, 11 de Dezembro de 2017

# Balneário Piçarras

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA 03/2017 - FMS

Publicação Nº 1454348

Considerando que a publicação realizado no dia 07/11 referente aos contratos abaixo mencionado não obteve êxito na publicação da tabela de valores e credenciados, republica-se, na íntegra, o extrato aos Contratos nº 08 a 12/2017.

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

#### FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

#### RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

#### CONTRATO Nº 08 a 12/2017

#### REF.PROCESSO LICITATÓRIO N.º 21/2017-FMS

CONTRATAÇÃO: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS MÉDICOS, PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS, PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS, DESTINADOS A PACIENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE GRAVE OU NÃO, DE URGÊNCIA OU NÃO E POR ORDEM JUDICIAL, DOS QUAIS A SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE NÃO POSSUA EM SEU QUADRO DE PROFISSIONAIS DA SAÚDE em um prazo que se estende 12 meses a partir da assinatura do presente contrato, referente os seguintes itens:

Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1 - CONSULTA EM PEDIATRIA	UNIDADE		1.200,	R\$50,00	R\$60.000,00
<b>Fornecedor</b>					
5061695 - COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5 - CONSULTA EM MEDICINA DO TRABALHO	UNIDADE		680,	R\$50,00	R\$34.000,00
<b>Fornecedor</b>					
5045320 - FARIA E VELOSO ATIVIDADES DE ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE LTDA					
5061695 - COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA					
5065089 - CLÍNICA MÉDICA POPULAR LTDA - ME					
5066948 - GOLDENMED CLÍNICA GERAL E MEDICINA DO TRABALHO LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
6 - CONSULTA EM GINECOLOGIA	UNIDADE		960,	R\$50,00	R\$48.000,00
<b>Fornecedor</b>					
5061695 - COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
9 - CONSULTA EM OTORRINOLOGIA	UNIDADE		1.200,	R\$50,00	R\$60.000,00
<b>Fornecedor</b>					
5045320 - FARIA E VELOSO ATIVIDADES DE ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
10 - CONSULTA EM ANGIOLOGIA	UNIDADE		1.200,	R\$50,00	R\$60.000,00
<b>Fornecedor</b>					
5045320 - FARIA E VELOSO ATIVIDADES DE ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE LTDA					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
12 - PROCEDIMENTO COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA -	UNIDADE		4.800,	R\$24,20	R\$116.160,00
<b>Fornecedor</b>					
5065410 - R.G DIAGNOSTICA POR IMAGEM LTDA - ME					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
13 - PROCEDIMENTO COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA	UNIDADE		1,	R\$21.600,00	R\$21.600,00
<b>Fornecedor</b>					
5065410 - R.G DIAGNOSTICA POR IMAGEM LTDA - ME					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
14 - PROCEDIMENTO COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA -	UNIDADE		1,	R\$90.000,00	R\$90.000,00
<b>Fornecedor</b>					
5065410 - R.G DIAGNOSTICA POR IMAGEM LTDA - ME					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
16 - CONSULTA EM CLÍNICA GERAL	UNIDADE		3.600,	R\$35,00	R\$126.000,00
<b>Fornecedor</b>					
5045320 - FARIA E VELOSO ATIVIDADES DE ATENDIMENTO NA ÁREA DA SAÚDE LTDA					
5065089 - CLÍNICA MÉDICA POPULAR LTDA - ME					
Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
17 - CONSULTA EM PSIQUIATRIA	UNIDADE		2.400,	R\$50,00	R\$120.000,00
<b>Fornecedor</b>					
5061695 - COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA					

O presente contrato terá validade até 12 meses, a partir da sua assinatura.

Balneário Piçarras(SC), 31 de outubro de 2017.

**Vinício José dos Santos** – Gestor do Fundo Municipal de Saúde

**CÂMARA MUNICIPAL****CONCURSO PÚBLICO EDITAL NO 01/2017**

Publicação Nº 1455095

CÂMARA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC  
CONCURSO PÚBLICO  
EDITAL No 01/2017

A Comissão do Concurso Público, nomeada pela Portaria Nº 074/2017, torna público o Edital de abertura para realização de Concurso Público destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal da Câmara Municipal de Balneário Piçarras/SC, que se regerá pela Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 125/2017 e 127/2017, Resolução nº 017/1998 – Regimento Interno da Câmara Municipal, suas atualizações e pelas normas estabelecidas neste Edital.

A coordenação técnico/administrativa do Concurso Público será de responsabilidade do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. Os cargos objeto deste Concurso Público, os valores dos respectivos vencimentos, o número de vagas, a jornada de trabalho e a descrição das funções são os constantes do Anexo I deste Edital.

1.1.1. A Câmara Municipal de Balneário Piçarras reserva-se o direito de admitir os candidatos classificados, de acordo com a necessidade e disponibilidade de vagas que surgirem durante a vigência do Concurso.

1.2. As condições de habilitação e definição de conteúdos programáticos, o processo de classificação e as demais informações próprias de cada cargo constarão de instruções específicas, expressas nos Anexos I, II, e III, partes integrantes do presente Edital.

1.3. Para se inscrever, o candidato deverá acessar o site [www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br), clicar no link do cargo escolhido, preencher com atenção os quadros solicitados, conferir todos os dados, confirmar a inscrição e realizar o pagamento do boleto gerado.

1.4. Os candidatos aprovados no Concurso poderão ser designados para as vagas existentes em qualquer unidade de serviço, com horários estabelecidos de acordo com as necessidades da Câmara Municipal de Balneário Piçarras.

**2. REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NO CARGO**

2.1. Os candidatos, quando convocados, deverão apresentar à Câmara Municipal de Balneário Piçarras junto a Diretoria Administrativa, na data, horário e local indicado, os seguintes documentos:

2.2. nacionalidade brasileira ou equiparada;

2.3. gozo dos direitos políticos;

2.4. quitação com as obrigações militares e eleitorais;

2.5. nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo, ou os requisitos especiais para o seu desempenho;

2.6. a idade mínima de 18 (dezoito) anos, na forma da lei;

2.7. habilitar-se previamente em concurso público nos termos desta Lei Complementar;

2.8. declaração de não acumulação de cargos vedados pela Lei Orgânica Municipal;

2.9. aptidão física e mental comprovada por junta médica oficial.

**3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA**

3.1. A legislação reserva às pessoas com deficiência o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) dos cargos públicos.

3.1.1. De acordo com Acórdão do STF (20/09/2007), esta reserva não terá incidência nos casos em que a aplicação do percentual implicar na prática, em majoração, através de arredondamento, do percentual fixado.

3.2. Para este Concurso, em face do número de vagas oferecido para cada cargo, não haverá reserva de vagas para os candidatos com deficiência.

3.3. Os candidatos com deficiência poderão disputar cargos cujas atividades sejam compatíveis com a sua deficiência.

3.4. O candidato com deficiência ou aquele que necessitar de tratamento diferenciado no dia da prova objetiva deverá especificá-lo na ficha de inscrição, indicando as condições diferenciadas de que necessita para a realização da prova, como, por exemplo, prova em andar térreo ou sala para amamentação.

3.4.1. A não solicitação de recursos especiais, tempestivamente, conforme disposto no subitem 3.4, implica a sua não concessão no dia da realização das provas.

3.5. A realização das provas por estes candidatos, em condições especiais, ficará condicionada à possibilidade de fazê-las de forma que não importe quebra de sigilo ou não enseje seu favorecimento.

**4. DA INSCRIÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO**

4.1. Período: 14 de dezembro de 2017 a 12 de janeiro de 2018, pela Internet, através do site ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)).

4.1.1 Os candidatos que não possuem acesso a internet poderão realizar sua inscrição na recepção da Câmara Municipal de Balneário Piçarras, situada à Avenida Nereu Ramos, 299 – Centro - Balneário Piçarras /SC, no horário das 08:00h às 11:30 e das 14:00 às 17:00h.

4.1.1.1. Será disponibilizado a estes candidatos um equipamento (computador) para que os mesmos possam realizar a sua inscrição.

4.1.1.2. Os servidores da Câmara não auxiliarão o candidato a realizar a sua inscrição já que este ato é de responsabilidade exclusiva do candidato.

**4.1.2. Valores de inscrição:**

CARGO / ESCOLARIDADE	VALOR
Nível Superior	R\$ 100,00 (cem reais)

Nível Médio	R\$ 80,00 (oitenta reais)
Nível Fundamental	R\$ 60,00 (sessenta reais)

4.2. O candidato deverá acessar o site ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) onde terá acesso ao Edital e seus Anexos, à ficha de inscrição e aos procedimentos necessários à efetivação da inscrição, que estará disponível no período entre 06 (seis) horas do dia 14 de dezembro de 2017 e 18:00 (dezoito) horas do dia 12 de janeiro de 2018.

4.3. As inscrições somente serão aceitas após o banco confirmar o efetivo pagamento do valor da inscrição. O candidato poderá verificar a aceitação de sua inscrição no endereço eletrônico ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) através da opção Área do Candidato.

4.4. O pagamento do Boleto Bancário deverá ser feito em espécie ou através de Internet Banking, não sendo aceito pagamento em cheque ou mediante agendamento bancário.

4.4.1. A data de pagamento é, impreterivelmente, o último dia de inscrições. No caso do agendamento bancário, o crédito só acontece no dia posterior e por esta razão não tem validade.

4.5. Estarão isentos do pagamento da taxa de inscrição, os candidatos componentes de família de baixa renda nos termos dos Decretos 6.135/2007 e 6.593/2008, e os doadores de sangue que tenham realizado, no mínimo, 01 doação nos últimos doze meses anteriores a data da publicação do Edital.

4.5.1. Para ter direito a isenção na condição de hipossuficiente de renda, o candidato deverá apresentar:

I. comprovante de Cadastramento (CadÚnico) fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário ([www.mds.gov.br/consultaci-dadao](http://www.mds.gov.br/consultaci-dadao)); ou Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, assinada e carimbada com data inferior a 30 dias. Somente serão aceitos Cadastramentos realizados até a data de publicação deste Edital;

II. declaração assinada de que atende à condição estabelecida em lei, conforme Anexo V deste edital.

4.5.2. Para ter direito à isenção como doador de sangue, o candidato terá que comprovar que realizou a doação, dentro do período de 12 (doze) meses que antecedem a data de publicação deste edital, através de declaração da entidade coletora.

4.5.3. Em qualquer situação de isenção os candidatos deverão enviar o formulário identificado como Anexo V, devidamente preenchido, comprovante de pré-inscrição (boleto) juntamente com os demais comprovantes para o escritório regional do IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rua Antônio Cândido de Figueiredo, 39 – CEP 89035-310, Bairro Vila Nova – Blumenau-SC, com postagem no período de 14 a 21 de dezembro a de 2017.

4.6. A Comissão Organizadora do Concurso Público deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no endereço eletrônico do IBAM ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia 08/01/2018.

4.6.1. Caberá recurso quanto ao resultado do pedido de isenção da inscrição à Comissão de Acompanhamento do Concurso Público, no prazo de 2 dias úteis, contado da data da publicação da deliberação.

4.6.2. O recurso relativo à deliberação da isenção das inscrições deverá ser protocolado na Câmara Municipal de Balneário Piçarras, conforme item 6.2 deste Edital.

4.6.3. Os candidatos cujos pedidos de isenção forem indeferidos definitivamente poderão, querendo, efetuar o recolhimento do valor de inscrição até o prazo final das inscrições de acordo com o item 4.4.

4.7. O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão no preenchimento da ficha de inscrição, não sendo permitido pedido de retificação de dados após o encerramento do prazo das inscrições, exceto atualização de endereço.

4.8. O candidato também é responsável por confirmar se os dados da inscrição pela Internet foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago. Se seu nome não constar da listagem de inscritos, publicada logo após o encerramento das inscrições, o candidato deverá entrar em contato com o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal, organizador do Concurso Público, no telefone (47) 3041 6262, a fim de verificar a razão da pendência.

4.9. O Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM e a Câmara Municipal de Balneário Piçarras não se responsabilizam por qualquer problema na inscrição via Internet motivada por falhas de comunicação, falta de energia elétrica, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a conexão ou a transferência de dados.

4.10. Não haverá inscrição condicional ou extemporânea nem inscrição por correspondência.

4.11. O valor pago a título de inscrição somente será devolvido em caso de suspensão, anulação ou cancelamento do Concurso Público, bem como na hipótese de alteração da data do Concurso Público, descabendo qualquer outra hipótese de devolução.

## 5. DAS PROVAS

5.1.1. As provas serão eliminatórias e classificatórias, e se constituirão de questões objetivas de múltipla escolha, conforme descrito nos Anexos II e III deste Edital.

5.1.2. Nas provas, serão considerados habilitados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior ao limite mínimo estabelecido no Anexo II deste Edital.

5.1.3. Em nenhuma hipótese haverá segunda chamada destas provas.

5.2. As provas serão realizadas, no município de Balneário Piçarras, no dia 04 de fevereiro de 2018 no período matutino.

5.2.1. Caso o número de candidatos inscritos exceda a oferta de lugares adequados, existentes e reservados para o período, o IBAM e a Câmara Municipal reservam-se o direito de remarcar o horário de prova de determinados cargos para o período vespertino.

5.2.2. Os candidatos poderão acessar e imprimir o cartão de confirmação, com data, horário e local da prova. O cartão estará disponível, a partir de 24 de janeiro de 2018, no site ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)), no link Área do Candidato.

5.2.3. Só será permitido o ingresso dos candidatos nos locais de prova até o horário estabelecido no cartão de confirmação.

5.2.4. O candidato que chegar após o horário estabelecido não poderá ingressar no local de prova, ficando, automaticamente, excluído do certame.

5.2.5. Para evitar atrasos, recomenda-se que os candidatos compareçam aos locais de provas pelo menos 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o fechamento dos portões.

5.2.6. O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento original de identidade, oficial e com fotografia e caneta esferográfica azul ou preta.

5.2.7. Serão considerados documentos de identidade: Cédula Oficial de Identidade (RG); Carteira expedida por Órgão ou Conselho de Classe (CREA, CRM e outros); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Carteira de Motorista com foto e Passaporte.

5.2.8. Caso o candidato não possa apresentar nenhum dos documentos de identidade relacionados no subitem 5.2.7, no dia de realização

da prova, por motivo de perda, furto ou roubo de todos eles, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias. Neste caso, o candidato deverá registrar sua impressão digital, além da assinatura, no cartão resposta e em formulário próprio.

5.2.9. O candidato, ao ingressar no local de realização da prova, deverá obrigatoriamente manter desligado qualquer aparelho eletrônico que esteja sob sua posse, incluindo as campainhas de celular e os sinais de alarme. O uso de quaisquer funcionalidades de aparelhos tais como bip, telefone celular, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda eletrônica, notebook, calculadora, palm-top, relógio digital com receptor, entre outros, incorrerá na exclusão do candidato do certame, podendo a organização do Concurso vetar o ingresso do candidato com outros aparelhos além dos anteriormente citados.

5.2.10. Nos locais de prova poderá haver rastreamento eletrônico de sinais.

5.2.11. Os candidatos só poderão sair do local de realização da prova após 1 (uma) hora do início da mesma, podendo levar o caderno de provas.

5.2.12. Os 03 (três) últimos candidatos a terminar as provas só poderão deixar a sala de provas juntos, após assinarem o boletim de sala.

5.2.13. A lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova, poderá fazê-lo em sala reservada, desde que o requeira no momento da inscrição, para adoção das providências necessárias.

5.2.14. Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

5.2.15. A criança deverá ser acompanhada de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata) e permanecer em ambiente reservado.

5.2.16. A lactante deverá apresentar-se, no respectivo horário para o qual foi convocada, com o acompanhante e a criança.

5.2.17. Não será disponibilizado pelo IBAM, responsável para a guarda da criança, acarretando à candidata a impossibilidade de realização da prova.

5.2.18. Nos horários previstos para amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

5.2.19. Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

5.2.20. Constatando-se, durante a realização da prova, qualquer erro ou equívoco relacionado à edição ou impressão das provas, os organizadores tomarão a providência cabível, podendo inclusive determinar a anulação da questão ou questões afetadas.

5.2.21. Caberá à entidade organizadora do certame, juntamente com a Comissão, decidir sobre ocorrências verificadas durante a realização das provas.

5.2.22. A Comissão poderá, justificadamente, alterar as normas previstas no item 5 e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do Concurso.

5.2.23. As provas serão corrigidas por meio de processamento eletrônico.

### 5.3. Contagem de Pontos

5.3.1. O total geral de pontos do candidato será obtido pela soma dos pontos a ele atribuídos em cada um dos núcleos de prova.

## 6. RECURSOS E REVISÕES

6.1. Aos candidatos serão assegurados recursos em cada etapa do Concurso Público.

6.2. O candidato que se sentir prejudicado em qualquer das etapas, poderá interpor recurso, mediante requerimento individual, desde que:

a) seja dirigido ao Presidente da Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso e entregue, para registro e protocolo na Câmara Municipal de Balneário Piçarras /SC, situada à Avenida Nereu Ramos, 299 – Centro - CEP 88380-000 - Balneário Piçarras /SC, no horário das 08:00h às 11:30h e das 14:00h às 17:30h, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação ou através de Sedex, postado, exclusivamente, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados após o ato que motivou a reclamação.

b) constem obrigatoriamente do recurso nome completo do candidato, número da inscrição, cargo ao qual se candidatou, fundamentação clara e ampla dos motivos, e, no caso de recursos contra questões ou gabaritos, a bibliografia pesquisada. O referido recurso deverá ser devidamente assinado pelo candidato em todas as folhas.

c) seja apresentado datilografado ou digitado, devendo ser uma folha para cada questão recorrida, no caso de recursos contra questões, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital.

6.3. Será indeferido, liminarmente, o requerimento que não atender os requisitos do item 6.2.

6.4. Os recursos interpostos serão decididos em até 10 (dez) dias úteis pela entidade organizadora do certame, contados, em qualquer caso, da data de seu protocolo.

6.5. Não serão aceitos recursos interpostos por telegrama, Internet ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.

6.6. Se do exame de recursos, resultar anulação de questão, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, independentemente de terem recorrido.

6.7. No caso de o gabarito da prova ser fornecido incorretamente por falha de digitação, publicação ou outra, a questão não será anulada, procedendo-se à sua correção e publicação.

6.8. Será dada publicidade às decisões dos recursos, no site do IBAM ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)).

## 7. DA DIVULGAÇÃO DO GABARITO E DA CLASSIFICAÇÃO

7.1. Considerar-se-á aprovado o candidato que, submetido ao Concurso, conforme descrito no item 5 e no Anexo II do presente Edital, satisfizer todas as condições lá estabelecidas.

7.2. Em caso de igualdade de pontos na classificação, serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios para o desempate dos candidatos:

a) para os cargos de Nível Superior e Nível Médio/Técnico:

1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;

2o) maior no de pontos na prova de Legislação Constitucional e Municipal;

3o) maior no de pontos na prova de Português;

4o) maior idade.



b) para o cargo de Nível Fundamental:

- 1o) maior no de pontos na prova de Conhecimentos Técnico-profissionais;
- 2o) maior no de pontos na prova de Matemática;
- 3o) maior no de pontos na prova de Português;
- 4o) maior idade.

7.2.1. Quando a igualdade de pontos na classificação envolver, pelo menos, 01 (um) candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, o desempate far-se-á considerando como primeiro critério o mais idoso, conforme parágrafo único da Lei nº 10.741/03.

7.3. Os gabaritos serão divulgados no dia 05 de fevereiro de 2018, nos sites ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)) e ([www.camarapicarras.sc.gov.br](http://www.camarapicarras.sc.gov.br)).

7.4. O resultado preliminar do Concurso contendo o desempenho de todos os candidatos inscritos, por cargo, em ordem decrescente de pontuação, será publicado nos sites ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)), através da opção Documentação do Concurso e [www.camarapicarras.sc.gov.br](http://www.camarapicarras.sc.gov.br).

## 8. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

8.2. Após decididos todos os recursos, será também publicada, nos endereços acima, uma relação final com todos os candidatos aprovados por cargo e em ordem de classificação.

8.3. O resultado final do Concurso será homologado pelo Presidente da Câmara, publicado no Mural da Câmara Municipal de Balneário Piçarras e no site ([www.camarapicarras.sc.gov.br](http://www.camarapicarras.sc.gov.br)) e terá validade de dois anos, podendo ser prorrogado por igual período.

## 9. DA CONVOCAÇÃO

9.1. Os candidatos aprovados e classificados no Concurso quando convocados, serão encaminhados para o exame médico e para a comprovação dos requisitos exigidos no item 2 do presente Edital, obedecendo-se rigorosamente a ordem da classificação.

9.2. Os exames médicos admissionais deverão emitir parecer de APTO ou NÃO APTO para o exercício do cargo, sendo este de caráter eliminatório.

9.2.1. A critério do médico avaliador responsável pelo parecer referido no item 9.2, poderão ser requisitados exames complementares.

9.3. A Câmara Municipal de Balneário Piçarras fará a convocação dos aprovados, obedecendo a ordem de classificação, através de correspondência enviada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, com aviso de recebimento (AR) pessoa a pessoa.

9.4. Os candidatos considerados aptos nos exames médicos deverão apresentar a documentação necessária à sua nomeação (conforme item 2 do edital), ao Departamento de Recursos Humanos ou Secretaria Geral da Câmara Municipal, situada à Avenida Nereu Ramos, 299 – Centro - Balneário Piçarras /SC.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Os candidatos que não atenderem aos requisitos exigidos neste Edital serão automaticamente eliminados do Concurso em qualquer de suas fases.

10.2. Será excluído do certame o candidato que:

- ☐ faltar a qualquer uma das fases do Concurso;
- ☐ portar-se de maneira inadequada nos locais de realização das provas, de modo a prejudicar o andamento normal do Concurso;
- ☐ deixar de assinar o cartão resposta;
- ☐ for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato;
- ☐ for apanhado em flagrante tentativa de burla, fraude ou falsificação na realização da prova, sem prejuízo do indiciamento cabível;
- ☐ deixar de apresentar qualquer documento comprobatório dos requisitos exigidos neste Edital.

10.3. O presente Concurso Público objetiva o preenchimento de cargos, sob a égide do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Balneário Piçarras.

10.4. A aprovação em Concurso não gera direito à contratação, a qual se dará, a exclusivo critério da Câmara, dentro do prazo de validade do certame em conformidade com a necessidade atual e futura da Câmara Municipal de Balneário Piçarras.

10.5. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Concurso Público, porém outras se necessário, poderão ser obtidas pelo telefone 47 3041 6262, no horário compreendido entre 8h e 12h.

10.6. O candidato deverá manter atualizado seu endereço e contato telefônico, junto ao IBAM, até a publicação da classificação final do Concurso, e junto ao Departamento de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Balneário Piçarras, após a homologação do resultado do Concurso.

10.7. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão, competente também para julgar, em decisão irrecurável, quaisquer que sejam os recursos interpostos pelos candidatos.

10.8. O presente Edital estará disponibilizado no site do IBAM, ([www.ibam-concursos.org.br](http://www.ibam-concursos.org.br)), no site ([www.camarapicarras.sc.gov.br](http://www.camarapicarras.sc.gov.br)) e no mural da Câmara Municipal de Balneário Piçarras.

10.9. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas neste Edital, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do Concurso, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

Balneário Piçarras, 08 de dezembro de 2017.

Comissão do Concurso Público da Câmara Municipal de Balneário Piçarras/SC

CÓDIGO DO CARGO	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS (ESCOLARIDADE/ FORMAÇÃO)	TOTAL DE VAGAS	JORNADA SEMANAL	VENCIMENTO -BASE (R\$) (*)
NÍVEL SUPERIOR					

01	ANALISTA LEGISLATIVO	Diploma de graduação superior em Ciência Política ou Direito.	01	40h	3.500,00
02	ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	Diploma de graduação superior em Comunicação Social; ou Jornalismo; ou Ciências Políticas ou Relações Públicas.	01	40h	2.500,00
03	CONTADOR LEGISLATIVO	Diploma de graduação superior em Ciências Contábeis, Registro no CRC e comprovante de experiência, de no mínimo, dois anos em atividades de Contabilidade.	01	20h	2.500,00
04	PROCURADOR LEGISLATIVO	Diploma de graduação superior em Direito, comprovante de registro regular na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e comprovação de, no mínimo, dois anos de exercício da advocacia.	01	20h	3.000,00
05	TESOUREIRO LEGISLATIVO	Diploma de graduação superior em Economia ou Gestão Pública ou Ciências Contábeis ou Curso Técnico em Ciências Contábeis com Registro no CRC.	01	40h	3.500,00
NÍVEL MÉDIO					
06	TÉCNICO ADMINISTRATIVO I	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	01	40h	1.800,00
07	TÉCNICO ADMINISTRATIVO II	Diploma de conclusão do Ensino Médio.	01	40h	1.500,00
08	MOTORISTA LEGISLATIVO	Diploma de conclusão do Ensino Médio e Carteira Nacional de Habilitação, categorias A e B.	01	40h	1.700,00
NÍVEL FUNDAMENTAL					
09	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Certificado de conclusão do Ensino Fundamental.	01	40h	1.200,00

## ANEXO I

## DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

## ANALISTA LEGISLATIVO

- I - redigir os atos oficiais da Câmara Municipal;
- II - pesquisar e produzir pronunciamentos da Mesa Diretora e dos Vereadores;
- III - efetuar o acompanhamento da tramitação e o processamento das proposições, projetos de lei, requerimentos, acompanhando os prazos de tramitação junto às comissões legislativas permanentes, temporárias, especiais, de inquérito e comissão mista e atualização dos processos legislativos;
- IV - formalizar o cerimonial e o protocolo público;
- V - organizar os eventos públicos;
- VI - digitalização de documentos;
- VII - realizar atendimento ao público interno e externo, aos vereadores e gabinetes;
- VIII - receber, classificar, conferir, protocolar, localizar, expedir e arquivar expedientes e outros documentos;
- IX - controlar o material de consumo e permanente existente no setor;
- X - realizar operações básicas de microcomputador e atividades correlatas e alimentar o sistema de informática do setor legislativo;
- XI - realizar pesquisas e estudos para fornecer aos vereadores o que for necessário para elaboração de suas proposições e pronunciamentos;
- XII - promover apoio, auxiliar e assessorar o funcionamento das sessões plenárias, solenes, especiais, itinerantes, audiências públicas, independentemente do horário que se realizarem;
- XIII - auxiliar o funcionamento das reuniões das comissões legislativas permanentes, temporárias, especiais, de inquérito e comissão mista;
- XIV - formalizar pareceres, anotar decisões, assessorar e elaborar atas das sessões plenárias e das reuniões de comissões legislativas e a pauta das sessões;
- XV - confeccionar requerimentos, indicações, moções, ofícios, convites, editais de convocação e executar serviços gerais de datilografia e digitação;
- XVI - promover o controle dos prazos e a autuação das proposições legislativas;
- XVII - promover a catalogação, arquivamento, digitalização e publicação dos documentos e proposições legislativas;
- XVIII - proceder à conferência da publicação de sanções, redações finais, leis e atos normativos do Poder Legislativo;
- XIX - proceder ao cadastramento dos documentos recebidos pela Câmara Municipal e proceder a distribuição de cópias aos vereadores;
- XX - providenciar a expedição de diplomas, títulos e honrarias concedidas pelo Poder Público Municipal;
- XXI - desempenhar atividades de nível de intermediário de apoio aos órgãos integrantes da estrutura administrativa da Câmara Municipal, e que exijam qualificação técnica compatível com a complexidade das respectivas atribuições;
- XXII - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou que decorram de suas atribuições.

## ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- I - promover a realização das atividades de comunicação da Câmara de Vereadores, dirigindo e supervisionando o sistema de divulgação de informações acerca dos serviços do Legislativo Municipal;

- II - organizar os registros relativos às audiências, visitas, conferências e reuniões de que deva participar o Presidente e os Vereadores.
- III - apreciar as relações existentes entre a Câmara de Vereadores e o público em geral, propondo medidas para melhorá-las;
- IV - programar solenidades, expedir convites e anotar as providências que se façam necessárias ao fiel cumprimento dos programas;
- V - promover a organização de arquivos de recortes de jornais relativos a assuntos de interesse do Poder Legislativo;
- VI - providenciar a cobertura jornalística das atividades e de atos de caráter público da Câmara de Vereadores;
- VII - providenciar, junto à imprensa, a publicação, retificação e revisão dos Atos da Câmara de Vereadores;
- VIII - fotografar eventos da Câmara Municipal;
- IX - fotografar autoridades, pessoas e objetos diversos para implementar os trabalhos da Câmara, sob orientação do Diretor de Comunicação;
- X - tirar cópias fotográficas; ampliar, reduzir e digitalizar fotografias;
- XI - Identificar e selecionar fotografias, revelar;
- XII - realizar pedidos de material necessários à execução de seu trabalho;
- XIII - zelar pela conservação dos equipamentos;
- XIV - classificar e organizar expedientes recebidos.
- XV - planejar, coordenar e promover a divulgação das atividades programadas e realizadas pela Câmara Municipal;
- XVI - realizar pesquisas e análises de opinião pública;
- XVII - selecionar os veículos de divulgação para difundir as atividades da Câmara;
- XVIII - coletar informações sobre assuntos relativos ao serviço público municipal, para divulgação;
- XIX - redigir e ilustrar matéria de caráter informativo e interpretativo, bem como editoriais, artigos, crônicas ou comentários;
- XX - elaborar notas para divulgação na imprensa;
- XXI - executar trabalhos de digitação relacionados com as atribuições;
- XXII - manter sob sua responsabilidade e promover a circulação de periódicos e revistas;
- XXIII - abastecer o site da Câmara com as informações atualizadas sobre os projetos de lei em trâmite e os aprovados, tudo sob orientação do Diretor Geral e/ou Presidente da Câmara;
- XXIV - manter arquivo digitalizado de todas as matérias realizadas, para posterior consulta;
- XXV - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou que decorram de suas atribuições.

#### CONTADOR LEGISLATIVO

- I - executar as atividades relacionadas ao processo contábil orçamentário, financeiro e patrimonial;
- II - preparar e encaminhar, na época própria, para fins orçamentários, a proposta parcial de despesas da Câmara de Vereadores para o exercício seguinte;
- III - fazer registrar, sintética e analiticamente, em todas as suas fases, as operações da Câmara de Vereadores resultantes e independentes da execução orçamentária;
- IV - organizar mensalmente o balancete contábil;
- V - preparar, na época própria, o balanço geral da Câmara de Vereadores, com os respectivos quadros demonstrativos;
- VI - assinar os balanços, balancetes e outros documentos de apuração contábil-financeira e orçamentária;
- VII - providenciar o empenho prévio das despesas da Câmara de Vereadores;
- VIII - fornecer elementos, quando solicitado, para a abertura de créditos adicionais;
- IX - elaborar e encaminhar o e-Sfinge e demais documentos exigidos pelo Tribunal de Contas (TCE),
- X - preparar e encaminhar, na época própria, os balancetes mensais, financeiro e orçamentário, para fins de consolidação das contas públicas municipais;
- XI - promover o registro contábil dos bens patrimoniais da Câmara de Vereadores;
- XII - controlar o setor contábil/financeiro e executar as atividades inerentes ao cargo de contabilista;
- XIII - controlar o comportamento orçamentário;
- XIV - elaborar a proposta legislativa para o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual;
- XV - elaborar e emitir o Balanço Geral;
- XVI - elaborar os relatórios da Lei de Responsabilidade Fiscal e encaminhá-los ao TCE;
- XVII - cumprir as obrigações mensais da LRF;
- XVIII - elaborar e encaminhar as informações solicitadas quando da análise das prestações de contas pelo TCE;
- XIX - emitir e enviar a DIRF e a RAIS Anual, e cumprir todas as obrigações para com a Receita Federal e demais órgãos da Administração Pública;
- XX - estabelecer procedimentos na área de Recursos Humanos, como cadastro de pessoal, folha de pagamento, controle de férias e atividades correlatas;
- XXI - determinar procedimentos visando às correções nos programas contábil, folhas de pagamento e compras;
- XXII - participar das reuniões que tenham como propósito o aperfeiçoamento contábil, pessoal e LRF e e-Sfinge.
- XXIII - controlar a frequência do pessoal para efeito de pagamento e tempo de serviço;
- XXIV - providenciar, junto aos órgãos competentes, a inspeção médica dos servidores, para admissão, licença, aposentadoria e outros fins legais;
- XXV - promover a apuração do tempo de serviço do pessoal para todo e qualquer efeito, fornecendo certidões e declarações funcionais;
- XXVI - elaborar plano de trabalho para a revisão periódica do Plano de Cargos e Vencimentos, organizando a lotação nominal e numérica dos servidores da Câmara Municipal;
- XXVII - preparar os atos de nomeação aos novos servidores bem como lavrar outros correlatos e, ainda, os termos de posse dos servidores da Câmara de Vereadores, enviando-os para publicação legal;
- XXVIII - preparar para publicação o resultado dos concursos públicos;
- XXIX - preparar subsídios para análises e discussões, com os órgãos interessados, da proposta orçamentária da Câmara de Vereadores na parte referente à pessoal;
- XXX - aplicar e fazer aplicar a legislação pertinente;



XXXI - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou que decorram de suas atribuições.

#### PROCURADOR LEGISLATIVO

- I - Defender direitos e interesses da Câmara Municipal, representando-a em juízo ou fora dele, nas ações em que esta for autora, réu ou interessada, acompanhando o andamento de processos, praticando os atos necessários para garantir seu trâmite legal, prestando assistência jurídica, propondo ou contestando ações, solicitando providências, avaliando provas documentais e orais, analisando legislação para atualização e implementação, apresentando recursos, comparecendo a audiências e outros atos, dentro dos princípios éticos;
- II - representar o Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, judicial ou administrativamente nos processos afetos ao múnus público da vereança;
- III - controlar a tramitação de documentos e processos de interesse do Presidente e da Mesa Diretora;
- IV - prestar assessoria jurídica às Comissões Técnicas e Temporárias da Câmara Municipal, formalizando parecer técnico jurídico;
- V - contribuir na elaboração de projetos de lei, resoluções e decretos legislativos de origem da Câmara Municipal;
- VI - atender a consultas dos Vereadores sobre interpretação de textos legais de interesse do Município e realizar pesquisas no âmbito do Direito, do interesse da Câmara Municipal;
- VII - redigir e elaborar pronunciamentos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal, civil, comercial, trabalhista, penal, constitucional e outras, bem como atos administrativos, convênios, termos administrativos, entre outros documentos jurídicos;
- VIII - assistir a Câmara Municipal na negociação de contratos, acompanhando os processos licitatórios, examinando toda a documentação e os aspectos legais;
- IX - elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- X - examinar e emitir parecer sobre minutas de editais de licitação, contratos, acordos, convênios, ajustes e demais termos obrigacionais;
- XI - elaborar minutas de contrato, acordo, convênio, ajuste e demais termos obrigacionais em que for parte interessada a Câmara Municipal, bem como os contratos para admissão de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- XII - assessorar a Presidência da Câmara e auxiliar a Direção Geral no controle e formalização dos atos do Legislativo;
- XIII - assessorar a realização de inquérito administrativo;
- XIV - requisitar informações ou documentos dos órgãos da Câmara Municipal, para análise dos procedimentos que lhe forem distribuídos;
- XV - participar das Reuniões Plenárias, das Comissões Técnicas e transitórias, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões;
- XVI - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou que decorram de suas atribuições.

#### TESOUREIRO LEGISLATIVO

- I - auxiliar na classificação de documentos segundo o plano de contas.
- II - auxiliar no lançamento de dados e informações contábeis orçamentária, financeira e patrimonial;
- III - auxiliar na elaboração da folha de pagamento;
- IV - auxiliar nas informações relacionadas a custos;
- V - auxiliar na emissão das guias de recolhimento e outros formulários;
- VI - elaborar demonstrações financeiras;
- VII - auxiliar na execução dos serviços de registro de operações, atendendo às necessidades administrativas e às exigências legais;
- VIII - auxiliar na remessa de informações sobre o INSS e FGTS no Programa SEFIP;
- IX - manter o controle financeiro e lançamentos na Tesouraria;
- X - emitir cheques nominiais e realizar o pagamento de fornecedores e de pessoal, bem como de toda e qualquer despesa da Câmara Municipal;
- XI - assinar juntamente com o Presidente da Câmara Municipal as folhas de cheque e/ou ordens de pagamento;
- XII - confeccionar os relatórios diários da Tesouraria;
- XIII - auxiliar o contador legislativo;
- XIV - auxiliar o Assessor Administrativo em suas funções, quando solicitado;
- XV - fornecer subsídios de abertura de créditos adicionais e para a execução do orçamento em vigor;
- XVI - incumbir-se dos contratos com estabelecimentos bancários em assuntos de sua competência;
- XVII - atender aos fornecedores;
- XVIII - depositar as importâncias nos estabelecimentos de créditos pré-autorizados, de acordo com determinações superiores;
- XIX - verificar diariamente a posição dos bancos e instituições de crédito, conferindo os respectivos saldos e encaminhando-os ao Presidente da Câmara Municipal;
- XX - movimentar o processo financeiro do erário legislativo municipal com o responsável pelo mesmo;
- XXI - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou que decorram de suas atribuições.

#### TÉCNICO ADMINISTRATIVO I

- I - providenciar os procedimentos relativos a: compras, consultas, cotações orçamentos de material de expediente, material de limpeza, suprimentos diversos;
- II - controlar as solicitações e tiragem de toner, reparos técnicos básicos de emergência, chamada de técnicos, controle de contadores, serviço de digitalização e atividades afins;
- III - organizar os arquivos permanentes e eletrônicos (CDs das sessões), classificação e armazenamento de correspondências recebidas, expedidas, processos legislativos, encadernações de leis, atas, relatórios das atividades e promover consulta e busca de documentos;
- IV - prestar assistência em informática básica, operação do sistema do Poder Legislativo, redes, servidor, internet, wireless, site, instalação de softwares e periféricos, configurações de impressoras, instalação e manuseamento de data-show etc;

V - prestar serviços externos relativos a bancos, correios, Prefeitura, lotéricas, pagamentos de fornecedores e atividades afins;  
VI - prestar assistência administrativa quanto a solicitação de informações e leis, consultas no sistema do Poder Legislativo;  
VII - prestar atendimento aos Vereadores quanto à impressão de releases, projetos de lei, gravação das sessões, conferência da redação de projetos e leis, abastecimento e controle da quilometragem do veículo, elaboração e impressão de cédulas;  
VIII - colaborar nas tarefas ligadas a cerimoniais;  
IX - autuar os processos licitatórios e legislativos;  
X - conduzir processos licitatórios;  
XI - prestar assessoramento ao Plenário;  
XII - confeccionar atas;  
XIII - elaborar minutas e editais de licitação;  
XIV - receber as demandas por móveis, equipamentos e serviços, verificando as condições de atendimento segundo a disponibilidade já existente na Câmara Municipal;  
XV - encaminhar ao Assessor Administrativo e/ou Diretoria Geral as demandas que, depois de analisadas, não puderem ser supridas nas condições do inciso anterior e comunicar, por escrito, desvios e faltas de material, eventualmente verificados;  
XVI - auxiliar as atividades de registro, tombamento e controle de uso dos bens patrimoniais e, anualmente, a realização do inventário dos bens patrimoniais;  
XVII - auxiliar as atividades de classificação, numeração e codificação do material permanente;  
XVIII - auxiliar na atualização do sistema de carga do material distribuído pelos diversos órgãos da Câmara Municipal;  
XIX - auxiliar a execução das atividades de alienação dos bens patrimoniais inservíveis da Câmara Municipal;  
XX - auxiliar a operação da frota oficial de veículos da Câmara Municipal, própria e locada, e seu consumo de combustível;  
XXI - manter as chaves das dependências da Câmara Municipal;  
XXII - promover e organizar a abertura e o fechamento da Câmara Municipal nos dias e horários regulamentares e nas ocasiões especiais;  
XXIII - auxiliar a implementação dos procedimentos de controle do acesso à Câmara Municipal;  
XXIV - auxiliar no controle de frequência de servidores efetivos, comissionados e terceirizados, da realização de horas extraordinárias e faltas, na emissão e distribuição de folhas de pagamentos e no controle das nomeações e exonerações de pessoal;  
XXV - elaborar estimativas de material de consumo, controlar o almoxarifado e a entrega de materiais de expediente e consumo;  
XXVI - efetuar o recebimento e conferência de todos os materiais adquiridos pela Câmara de Vereadores;  
XXVII - organizar e manter atualizado o registro de estoque existente no almoxarifado;  
XXVIII - realizar inventário do material existente no almoxarifado;|  
XXIX - arquivar processos, publicações e documentos diversos de interesse do departamento segundo normas preestabelecidas;  
XXX - receber, conferir e registrar a tramitação de papéis, apresentando relatório;  
XXXI - auxiliar no estudo de processos referentes a assuntos de caráter geral ou específico da unidade administrativa e propor soluções;  
XXXII - autuar, controlar e encaminhar processos administrativos e manter os arquivos e fichas funcionais dos servidores;  
XXXIII - desempenhar atividades de nível de intermediário de apoio aos órgãos integrantes da estrutura administrativa da Câmara Municipal, e que exijam qualificação técnica compatível com a complexidade das respectivas atribuições;  
XXXIV - realizar outras atribuições correlatas a compras, almoxarifado, arquivo e patrimônio;  
XXXV - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou que decorram de suas atribuições.

#### TÉCNICO ADMINISTRATIVO II

I - auxiliar e executar serviços especializados de natureza profissional nas áreas administrativa, técnica e operacional em geral do Poder Legislativo Municipal.  
II - executar ligações telefônicas, transmissões e recebimento de mensagens pelo telefone;  
III - realizar o atendimento ao público interno e externo, aos vereadores e gabinetes, bem como prestar informações, marcar entrevistas, receber recados e encaminhar pessoas;  
IV - executar serviços, registro, controle, digitação, arquivo, de toda e qualquer atividade de caráter administrativo, financeiro, pessoal ou material;  
V - operar computadores, observando e controlando as etapas de programação dentro dos critérios definidos, bem como realizar atividades correlatas e alimentar os sistemas de informática do sistema administrativo;  
VI - preparar índices e fichários, mantendo-os atualizados;  
VII - preencher formulário, fichas, cartões e transcrever atos oficiais;  
VIII - receber, classificar, conferir, protocolar, localizar, expedir e arquivar material de expediente e outros documentos;  
IX - atender o público;  
X - auxiliar na coordenação de eventos e promoções em geral;  
XI - executar serviços de almoxarife;  
XII - executar trabalhos em aparelhos e acessórios elétricos;  
XIII - operar máquinas e equipamentos manuais, elétricos e eletrônicos;  
XIV - controlar o material de consumo e permanente existente no setor;  
XV - controlar a retirada e a devolução de documentos, livros, mastros, bandeiras ou qualquer objeto pertencente ao arquivo da Câmara Municipal;  
XVI - digitar os envelopes e despachar os ofícios e correspondências encaminhados pela Câmara Municipal  
XVII - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou que decorram de suas atribuições.

#### MOTORISTA LEGISLATIVO

I - prestar serviços de motorista;  
II - responsabilizar-se pela manutenção dos veículos da Câmara Municipal;  
III - controlar as saídas e entradas dos veículos da garagem da Câmara Municipal, mediante anotações de km rodado, itinerários e pessoal

conduzido;

IV - controlar o licenciamento e o seguro dos veículos, e responsabilizar-se por multas eventualmente aplicadas, quando na direção do veículo;

V - entregar os papéis e as correspondências da Câmara Municipal e fazer outros deslocamentos, quando determinados pela Direção da Câmara Municipal;

VI - desempenhar outras atribuições previstas em lei ou que decorram de suas atribuições.

#### AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

I - prestar serviços de limpeza de janelas, vidraças, banheiros, cozinhas, área de serviço, garagens e pátios, assoalhos e móveis, carpetes e tapetes, atuar com

limpeza de área externa e interna, lavagem de vidros, abastecer os ambientes com materiais, retirar lixo, limpeza no escritório, banheiros, vestiários, persianas, realizar a reposição de material de higiene, bebedouro, manter rotinas de higiene e limpeza, copa e cozinha;

II - colaborar no atendimento de tarefas durante as Reuniões Plenárias e das Comissões;

III - zelar pela conservação e guarda dos materiais, ferramentas e equipamentos utilizados;

IV - executar quaisquer outras atividades típicas do cargo e/ou do órgão de lotação.

#### ANEXO II

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Analista Legislativo, Assistente de Comunicação Social, Contador Legislativo, Procurador Legislativo e Tesoureiro Legislativo	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação Constitucional e Municipal	10	10	50
	Português	10	10	50

#### Nível Superior

#### Nível Médio

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Técnico Administrativo I e II; Motorista Legislativo	Conhecimentos Técnico-profissionais	20	10	100
	Legislação Constitucional e Municipal	10	10	50
	Português	10	10	50

#### Nível Fundamental

Cargo	Disciplina	Número de Questões	Valor de cada Questão	Mínimo de Pontos exigido em cada Núcleo de Prova
Auxiliar de Serviços Gerais	Conhecimentos Técnico-profissionais	10	10	50
	Matemática	10	10	50
	Português	10	10	50

#### CÂMARA MUNICIPAL DE BANEÁRIO PIÇARRAS/SC

#### CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 01/2017

#### ANEXO III

#### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

##### ☐ NÍVEL SUPERIOR

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

##### Legislação Constitucional e Municipal para todos os cargos

Constitucional: Dos direitos e garantias individuais: Da declaração e seus fundamentos. Os direitos individuais como limitação ao poder do Estado. Princípio da isonomia. Princípio da legalidade. Irretroatividade da lei. Liberdades públicas. Tripartição de poderes na constituição brasileira: Poder, Função e órgãos. Funções e fins do Estado. As três funções estatais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Espécies normativas. Iniciativa das leis. Regime constitucional dos parlamentares. Regime remuneratório. Proibições e perda do mandato. Total da despesa do Legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito. Poder Executivo. Competências. Prefeito. Atribuições. Responsabilidade. Secretários Municipais. Regime remuneratório dos agentes políticos. Legalidade e Poder Regulamentar. O servidor público e a constituição: Agentes públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Estabilidade e efetividade. Conduta ética no exercício da função pública. Administração Pública: Princípios. Administração direta e indireta. Concessão e permissão de serviços

públicos. Lei Federal que regula o acesso a informações de órgãos públicos - Lei 12.527/2011; Lei da Improbidade Administrativa - Lei Federal 8.429/1992. Legislação Municipal: Lei Orgânica do Município de Balneário Piçarras, Regimento Interno da Câmara Municipal de Balneário Piçarras; Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Piçarras.

☐ CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

**ANALISTA LEGISLATIVO**

Origem do Estado e da Administração Pública moderna. Modelos de gestão pública: patrimonialista, burocrático e gerencial. Caracterização das organizações: tipos de estruturas organizacionais, aspectos comportamentais (motivação, clima e cultura). Instrumentos gerenciais contemporâneos: avaliação de desempenho e resultados; sistemas de incentivo e responsabilização; flexibilidade organizacional; trabalho em equipe; mecanismos de rede. Novas formas de gestão de serviços públicos: formas de supervisão e contratualização de resultados. Avaliação de políticas públicas e seu relacionamento com processos, resultados e impactos. Organização administrativa da Câmara Municipal de Balneário Piçarras. Órgãos e unidades, sua classificação, competências e finalidades e níveis hierárquicos. Cargos comissionados: denominações, atribuições comuns e específicas, classificação, órgãos e unidades a que se destinam. Funcionamento da Câmara Municipal: Órgãos e suas competências e atribuições. Comissões e Sessões, finalidades, modalidades e características. Serviços administrativos da Câmara e publicações. Regime jurídico dos servidores públicos de Balneário Piçarras, de acordo com a legislação em vigor: Provimento, vacância, remoção e redistribuição; Direitos e vantagens; deveres, proibições e penalidades; Processo administrativo de sindicância e disciplinar. Lei de Responsabilidade Fiscal. Comunicações Oficiais: conceito, finalidade e valor documental. Pronomes de tratamento. Padronização e Redação dos Atos Oficiais de Santa Catarina. Atos normativos: conceitos básicos, definição, objeto, forma e estrutura. Atos administrativos: classificação, elementos e conceitos básicos sobre apostila, ata, atestado, alvará, aviso, carta, certidão, circular, declaração, decreto, despacho, edital, exposição de motivos, memorando, mensagem, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, relatório, regimento, regulamento, resolução. Técnica Legislativa: conceitos básicos. Sistemática da Lei. Requisitos essenciais. Normas gerais para a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis e demais atos normativos. Terminologia arquivística. Procedimentos e rotinas de protocolo, expedição, movimentação e arquivamento. Organização e administração de arquivos. Etapas e características Retenção e eliminação de documentos. Arquivos permanentes, intermediários e especiais. O processo de compras: fluxo básico do processo de compras, requisição de materiais, cotação, empenho, recebimento e inspeção de materiais. Licitação. Conceito. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Fases da licitação. Edital. Habilitação. Classificação. Adjudicação. Anulação e Revogação. Recursos administrativos. Contratos administrativos. Conceito. Características. Cláusulas essenciais. Alteração do contrato. Extinção do contrato. Informática Básica: Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft PowerPoint 2013, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática. Informações Gerais sobre o Município de Balneário Piçarras: Símbolos, história, evolução administrativa, localização; aspectos físico-geográficos, população, principais atividades econômicas, limites municipais; Câmara Municipal: dados históricos. Noções básicas de funcionamento da Câmara Municipal conforme seu Regimento Interno: Conhecimentos sobre Mesa Diretora, Plenário, Recesso, Legislação, Sessões; Instalação e eleição da Mesa Diretora. Comissões – tipos e finalidades; Reuniões - tipos finalidades, requisitos e procedimentos. Conceitos sobre proposição, projeto de lei, moção, requerimento. Cerimonial e protocolo. Modalidades de eventos na Câmara Municipal, conforme o regimento interno e seus requisitos. Conceitos sobre Protocolo, Mestre de Cerimônia, Nominata, Representantes e Precedência; Organização de eventos: planejamento, roteiro, composição da mesa, palanque ou local de honra; Uso da palavra. Símbolos do Estado de Santa Catarina. Hino nacional e do Estado; Posicionamento de Bandeiras. Roteiro de cerimônia de posse de Prefeito e Vereadores.

**ASSISTENTE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

Conceitos e Tendências da Comunicação Contemporânea: os meios de comunicação e a sociedade de massa, as correntes teóricas e as principais tendências da comunicação contemporânea, os estudos culturais. 2. Jornalismo, História e Economia: eventos que marcaram a constituição da imprensa brasileira; a censura e o sentido do texto jornalístico durante a ditadura civil-militar; a construção da realidade pela mídia; a notícia como produto industrial; Jornalismo e Ciência. 3. Jornalismo, Poder, Cidadania e Ética: O Código de Ética dos Jornalistas; a relação do profissional de jornalismo com suas fontes; direitos e deveres da mediação jornalística; isenção e objetividade jornalística; o processo de regulamentação da profissão. 4. O Texto Jornalístico e suas Técnicas: elaboração do lide e sublide; características da apuração jornalística - clareza, concisão, correção e tempo da apuração, objetividade, checagem das informações; a natureza das fontes; construção da notícia – conceitualização, proposta e linguagem; press release; clipping; reportagem; artigo de opinião e artigo científico; tipos de pauta e de entrevistas; investigação no jornalismo; expressão jornalística através da comunicação escrita, oral e outros meios de expressão; regras básicas de revisão e editoração – análise de casos. 5. Espaços do Trabalho de Comunicação: o funcionamento de uma empresa jornalística; a comunicação pública e a empresarial; modelos de comunicação para empresas e seus produtos, marketing social; o papel da comunicação em tempos de crise. 6. Jornalismo e Novas Tecnologias: uso da fotografia, rádio, televisão e internet para a comunicação de pautas; utilização de ferramentas de busca; pesquisa de temas; elaboração e atualização de home page, dilemas do jornalismo na era da informação. 7. Lei 12.232/2010 – regulamentação de contratos de publicidade para a Administração Pública. Lei 12.527/2011 – Lei de acesso à informação. Lei 9.504/1997 – Normas para Eleições. 8. Informática Básica: Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft PowerPoint 2013, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática.

**CONTADOR LEGISLATIVO**

Contabilidade Geral: objetivo e finalidade. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Princípios fundamentais da contabilidade. Regulamento de Imposto de Renda – Decreto Lei nº 1.041/94. Contabilidade Pública: conceito, campo de aplicação. A função da contabilidade na Administração Pública. Sistemas da contabilidade pública: objetivo e classificação. Sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial de compensação e de custos. Demonstrações contábeis de entidades governamentais (Lei nº 4.320/64). Balanços: orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais. Relatório resumido da execução orçamentária e relatório de gestão fiscal: regulamentação e composição segundo a Lei Complementar nº 101/2000 e Manual de Demonstrativos Fiscais (MDF) emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Exercício financeiro: definição. Regime contábil: classificação. Regime de caixa e de competência. Regime contábil brasileiro: reconhecimento das receitas e despesas públicas. Aplicação dos princípios fundamentais de contabilidade da área pública. Receita Pública: conceito. Controle da execução da receita orçamentária: contabilização dos estágios de realização da receita orçamentária. Receita



extraorçamentária: definição, casos de receita extraorçamentária e contabilização. Dívida Ativa: conceito, classificação, apuração, inscrição e cobrança. Contabilização. Despesa Pública: Conceito. Controle da execução da despesa orçamentária: contabilização dos estágios de realização da despesa orçamentária. Despesa extraorçamentária: definição, casos de despesa extraorçamentária de gestão dos recursos financeiros. Gestão por caixa único. Gestão por fundos especiais regulamentados. Adiantamentos: conceito e contabilização. Planejamento Governamental: Conceito de Planejamento. Plano de Governo: conceito, estrutura atual do sistema orçamentário brasileiro. Base legal do planejamento governamental. Sistema Orçamentário Brasileiro. Plano Plurianual: conceito, objetivo e conteúdo. Lei de Diretrizes Orçamentárias: conceito, objetivo e conteúdo. Metas Fiscais e Riscos Fiscais. Lei de Orçamento Anual: conceito de Orçamento Público. Princípios orçamentários. Aspectos político, jurídico, econômico e financeiro do Orçamento. Conteúdo do Orçamento-Programa: quadros que o integram e acompanham, conforme a Lei nº 4.320/64 e a Lei Complementar nº 101/2000. Classificações Orçamentárias. Classificação da receita por categorias econômicas. A classificação da receita orçamentária. Classificação da despesa. Classificação institucional. Classificação funcional-programática. Classificação econômica. A classificação da despesa conforme a Lei nº 4.320/64, a Portaria MOG nº 42/99 e a Portaria Interministerial nº 163/2001 (consolidada e atualizada). Processo Orçamentário. Elaboração da proposta orçamentária: conteúdo, forma e competência. Discussão, votação e aprovação: encaminhamento da proposta ao Poder Legislativo. Emendas, vetos e rejeição à proposta orçamentária. Aprovação da Lei de Orçamento. Execução orçamentária da receita: programação financeira, lançamento, arrecadação e recolhimento. Conceitos. Execução orçamentária da despesa: programação financeira, licitação, empenho, liquidação e pagamento. Os créditos adicionais ao orçamento: classificação e recursos para sua abertura. Direito Administrativo. Contrato administrativo: conceito, tipos e cláusulas essenciais. Regime Jurídico da Licitação: conceito, finalidade e modalidades de licitação. Serviços e obras públicas: conceito e formas de execução. Bens públicos: conceito e classificação dos bens públicos. Alienação dos bens públicos. Limites Constitucionais de Despesas. Limites percentuais dos gastos do Poder Legislativo Municipal. (Constituição Federal de 1988, atualizada e Emendas Constitucionais nº 01/1992, 25/2000 e 58/2009). LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal: principais conceitos, pontos de controle e índices aplicáveis a esfera de governo municipal, integração entre o Planejamento e o Orçamento Público previstos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000. Os crimes praticados contra as finanças públicas (Lei Federal nº 10.028/00). Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP 7ª Edição, incluindo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), o Ementário da Receita, Tabela de Fonte e Tabela de Função e Subfunção. Manual de Demonstrativos Fiscais editado por Portaria STN – Secretaria do Tesouro Nacional 403/2016. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Decisão Normativa TCE/SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina n. 06/2008 com alterações pela Decisão Normativa TCE/SC nº 011/2013. Instruções Normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina relativas ao Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão (e-Sfinge). Instrução Normativa nº 20/15, com alterações da Instrução Normativa nº 24/16 do TCE/SC.

#### PROCURADOR LEGISLATIVO

DIREITO CONSTITUCIONAL: Princípios específicos de interpretação constitucional. Direito Constitucional Intertemporal. Vigência, validade e eficácia das normas constitucionais e infraconstitucionais do regime constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais e transitórias. O Estado Democrático de Direito. Princípios constitucionais fundamentais, gerais e setoriais. Regime representativo. República. Presidencialismo e Parlamentarismo. O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos. Modalidades: difuso e concentrado. Ação direta de inconstitucionalidade contra atos comissivos e omissivos. Ação declaratória de constitucionalidade. Ação de descumprimento de preceito fundamental. Inconstitucionalidade face à Constituição do Estado. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Liberdade, igualdade, devido processo legal, inviolabilidade do domicílio, sigilo das comunicações, propriedade e sua função social. Direitos políticos. Direitos sociais e difusos. Ordem social. Organização político-administrativa do Estado brasileiro. Repartição de competências e seus critérios. Competências político-administrativas e legislativas. Princípio da Reserva da Administração. Autonomia dos entes federativos. Intervenção federal e estadual. Mecanismos de integração e de cooperação federativos: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. O Município na Constituição Federal Princípios de organização e competências municipais. Lei Orgânica do Município. Separação de Poderes: o sistema de freios e contrapesos. As funções legislativa, administrativa e jurisdicional. Delegações de funções. Invasões de competência. Poder Legislativo. Organização, Funções típicas e atípicas. Atividades impróprias e passíveis de glosa. Imunidade parlamentar dos Vereadores. Regime remuneratório. Verbas indenizatórias. Proibições e Perda do Mandato. Total da despesa do Legislativo. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito: objeto, poderes e limites. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas parlamentares. Discussão e votação. Sanção e veto. Promulgação e publicação. Espécies legislativas: emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Medidas Provisórias. Poder Executivo. Atribuições do Chefe do Executivo. Prefeito Municipal. Mandato. Perda do mandato. Atribuições. Responsabilidade político-administrativa. Crime de Responsabilidade. Improbidade Administrativa. Foro competente. Secretários Municipais. Regime remuneratório dos agentes políticos do Poder Executivo. Acumulação. Poder regulamentar: natureza, modalidades e limites ao seu exercício. Administração Pública. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Direitos e deveres. Acumulação. Nepotismo. Previdência. Licitação. Controle parlamentar e Jurisdicional. Órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competências do Tribunal de Justiça. Ações constitucionais. Habeas corpus. Mandado de segurança individual e coletivo. Ação popular. Ação civil pública. Mandado de injunção. Habeas data. Finanças Públicas. Orçamento. Princípios constitucionais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas da União e dos Estados: competências. Operações de crédito, inclusive externas, contraídas por Municípios. Transferências voluntárias e retenção de receitas públicas. Sistema Tributário Nacional. Competências tributárias da União, Estados e Municípios. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, legalidade, anterioridade e irretroatividade. Ordem econômica e financeira. Princípios da ordem econômica. Intervenção do Estado. Prestação de serviços públicos e exploração da atividade econômica. O meio ambiente na Constituição Federal. Princípios constitucionais de direito ambiental. Repartição de competências ambientais entre os entes federativos. Tratamento diferenciado de produtos e serviços conforme seu impacto ambiental. Espaços territoriais especialmente protegidos e sistema nacional de unidades de conservação. Estudo Prévio de Impacto Ambiental e licenciamento ambiental.

DIREITO ADMINISTRATIVO: Conceito. Taxinomia. Princípios explícitos e implícitos. Interpretação. Tendências contemporâneas. Interesse Público. Discricionariedade. Conceito. Limites. Controle de legalidade. Desvio de poder. Razoabilidade e proporcionalidade. Conceito jurídico indeterminado. Ato administrativo. Noções gerais. Elementos. Características. Classificação. Desfazimento: anulação e revogação. Sanatória voluntária. Prescrição. Organização administrativa. Noções gerais. Descentralização e Desconcentração. Órgãos Públicos. Administração direta e indireta. Pessoas administrativas: pessoas políticas, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações e outras entidades privadas delegatárias. Advocacia Pública. Contratos administrativos. Noções gerais. Elementos. Características. Distinção

entre Acordos e Contratos. Convênios. Cláusulas Exorbitantes. Formalização, alteração, execução e inexecução. Equilíbrio Econômico Financeiro. Revisão, Reajuste e Repactuação. Prorrogação. Desfazimento e consequências. Licitações. Princípios. Dispensa e inexigibilidade. Registro de Preços. Modalidades. Concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão, pregão presencial e pregão eletrônico. Habilitação. Julgamento. Recursos. Adjudicação e homologação. Anulação e Revogação. Licitações sustentáveis. Ordem Econômica. Fundamentos e Princípios. Atuação do Estado no domínio econômico. Planejamento. Fomento. Exploração direta de atividade econômica. Meio ambiente. Normas de proteção ecológica. Política Nacional do Meio Ambiente. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Código Florestal e Áreas de Preservação Permanente, conceito e hipóteses de supressão. Infrações administrativas ambientais. Serviços públicos. Noções gerais. Princípios específicos. Competência da União, Estados e Municípios. Formas de execução. Delegação. Concessão. Permissão. Autorização. Parcerias Público-Privadas. Concessão Administrativa e Concessão Patrocinada. Gestão Associada dos Serviços Públicos. Poder Concedente, Concessionário e Usuários. Tarifa e Preço. Modelos Tarifários. Receitas alternativas, complementares, acessórias e projetos associados. Retomada do serviço. Encampação. Desapropriação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, concessão de direito real de uso, concessão de uso, cessão, permissão e autorização de uso, dação em pagamento, usucapião, investidura e concurso voluntário. Polícia administrativa. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Espécies de poder de polícia. Polícias de costumes e diversões; de construções; sanitária; de trânsito; de comércio e indústria; de profissões; ambiental. Partilha constitucional da competência de polícia administrativa. Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco, parcelamento e edificação compulsórios. Poderes e Deveres dos Administradores Públicos. Poder Hierárquico e Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Gestão financeira. Princípios Orçamentários. Leis Orçamentárias. Orçamento. Receita e despesa. Estágios da Despesa Pública. Execução orçamentária. Regime de Adiantamento. Responsabilidade Fiscal. Renúncia de receita. Geração da despesa. Despesas obrigatórias de caráter continuado. Despesas com pessoal e controle. Destinação de recursos para o setor privado. Operações de crédito. Restos a pagar. Fundos. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Sistemas de controle externo e interno. Tribunais de Contas. Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar. Controle pelos Tribunais de Contas. Controle jurisdicional e autocontrole. Contencioso administrativo. Improbidade Administrativa. Controle Judicial. Garantias e ações constitucionais dos administrados. Juridicidade. O controle de legalidade pelo habeas corpus, mandados de segurança individual e coletivo, habeas data, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública.

**DIREITO CIVIL.** Direito Civil (Lei 10.406/2002): Vigência, validade, eficácia, interpretação e aplicação das normas civis; Parte geral: Pessoa natural: Personalidade, capacidade, representação, assistência, emancipação, estados (individual, familiar e político), nome e seu registro (Lei de Registros Públicos, Lei 6.015/1973), ausência, curadoria dos bens do ausente, morte e sucessão provisória e sucessão definitiva da pessoa natural; Direitos da personalidade; Pessoa jurídica: Personalidade, capacidade, representação, modalidades de pessoas jurídicas (associações, fundações, entes despersonalizados, sociedades de fato e sociedades irregulares), responsabilidade e extinção; Domicílio civil das pessoas natural e jurídica; Bens jurídicos: Classes: Bens considerados em si mesmos: Bens corpóreos e incorpóreos; Bens imóveis e móveis; Bens fungíveis e consumíveis, bens divisíveis e indivisíveis, bens simples e compostos, bens singulares e coletivos; Bens reciprocamente considerados: Bens principais e acessórios; Benfeitorias, acessões e pertenças: Modalidades e distinções; Frutos e produtos: Modalidades e distinções; Bens considerados em relação ao sujeito: Bens públicos e particulares; Bem de família: Convencional e legal (Lei 8.009/1990); Fato jurídico: Conceituação e classificação, distinção e classificação de fato, ato e negócio jurídicos; Efeitos aquisitivos, modificativos, conservativos e extintivos do fato jurídico; Elementos constitutivos do negócio jurídico (Pressupostos de existência); Validade, invalidade (nulidade a anulabilidade) do negócio jurídico, representação e simulação; Eficácia do negócio jurídico: condição, termo e encargo; Defeitos do negócio jurídico: Erro, dolo, coação, lesão, estado de perigo e fraude contra credores; Atos jurídicos lícito e ilícito; Abuso de direito; Prova: objeto, ônus e litude; Meios de produção de prova. Prescrição e decadência: distinção, modalidades, início, modo de alegação e prazos; Causas impeditivas, suspensivas, interruptivas da prescrição. Direito das obrigações; Obrigações: Modalidades: Obrigações de dar coisa certa e incerta, obrigações de fazer e não fazer, obrigações alternativas, obrigações divisíveis e indivisíveis e obrigações solidárias (solidariedade ativa e passiva); Transmissão das obrigações: Cessão de crédito e Assunção de Dívida; Adimplemento e extinção das obrigações: Pagamento: Sujeitos, objeto, lugar e tempo do pagamento. Formas de extinção das obrigações: Pagamento em consignação, pagamento com sub-rogação, imputação do pagamento, dação em pagamento, novação, compensação, confusão e remissão das dívidas, Inadimplemento das obrigações: Efeitos do adimplemento e do inadimplemento, mora, perdas e danos, juros legais e convencionais, cláusula penal e arras ou sinal. Direito dos contratos; Contratos civis: Elementos e efeitos dos contratos; Formação dos contratos: Estipulação em favor de terceiro, promessa de fato de terceiro, vícios redibitórios, evicção, contratos aleatórios, contrato preliminar, contrato com pessoa a declarar; Extinção do contrato: Distrato, cláusula resolutiva, resolução por onerosidade excessiva; Espécies de Contrato: Compra e venda: Disposições gerais e cláusulas especiais, retrovenda, venda a contento e venda sujeita a prova, preempção ou preferência, venda com reserva de domínio, venda sobre documentos; Troca ou permuta; Contrato estimatório; Doação: Disposições gerais e revogação; Locação de coisas; Empréstimo: Classes: Comodato e mútuo; Prestação de serviço; Empreitada; Depósito: Classes: Depósitos voluntário e necessário; Mandato: Disposições gerais, obrigações do mandatário e do mandante, extinção do mandato, mandatos voluntário e judicial; Comissão; Agência e distribuição; Corretagem; Transporte: Disposições gerais, transporte de pessoas e de coisas; Seguro: Disposições gerais, seguro de dano e de pessoa; Constituição de renda; Jogo e da aposta; Fiança: Disposições gerais, efeitos e extinção da fiança; Transação; Compromisso; Atos Unilaterais: Promessa de recompensa, gestão de negócios, pagamento indevido, enriquecimento sem causa; Responsabilidade civil: Distinção entre responsabilidade contratual e extracontratual, subjetiva e objetiva, direta e indireta; Obrigação de indenizar e fixação da indenização. Direitos reais: Posse: Conceituação, classificação aquisição, efeitos e perda da posse; Propriedade: Disposições gerais, descoberta, aquisição da propriedade Imóvel (por usucapião, pelo registro do título e por acessão), aquisição da propriedade móvel (usucapião, ocupação, achado do tesouro, tradição, especificação, confusão, comissão e adjunção), perda da propriedade; Direitos de vizinhança: uso anormal da propriedade, árvores limítrofes, passagem forçada, passagem de cabos e tubulações, águas, limites entre prédios e direito de tapagem e direito de construir; Condomínio geral: Condomínio voluntário (direitos e deveres dos condôminos e administração do condomínio), condomínio necessário; Condomínio edilício: Disposições gerais, administração do condomínio, extinção do condomínio; Propriedade resolúvel; Propriedade fiduciária; Servidões: Constituição, exercício e extinção das servidões; Usufruto: Disposições gerais, direitos e deveres do usufrutuário e extinção do usufruto; Uso; Habitação; Direito do promitente comprador; Penhor: Disposições gerais, constituição do penhor, direitos e obrigações do credor pignoratício, extinção do penhor, penhor rural (disposições gerais, penhor agrícola e penhor pecuário), penhor industrial e mercantil, penhor de direitos e títulos de crédito, penhor de veículos, penhor legal; Hipoteca: Disposições gerais, hipoteca legal, registro e extinção da hipoteca e hipoteca de vias férreas; Anticrese.

**DIREITO PROCESSUAL CIVIL:** Direito Processual Civil (Lei 13.105/16/03/2015): Aplicação da norma processual no tempo e no espaço;

Legitimação: ordinária e extraordinária; Capacidade processual: capacidade de ser parte, capacidade de estar em juízo e capacidade postulatória; Partes: Deveres, responsabilidade, despesas, multas e substituição das partes; Procuradores: Representação processual, substituição dos procuradores, deveres e responsabilidade (Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei 8.906/1994 e Código de Ética e Disciplina da OAB); Litisconsórcio; Intervenção de terceiros: Assistência: Simples e litisconsorcial, oposição, nomeação à autoria, denúncia da lide e chamamento ao processo; Funções essenciais à justiça: Ministério Público, Advocacia Pública, Defensoria Pública e Advocacia (Constituição Federal/1988); Organização e divisão do Poder Judiciário (Constituição Federal/1988); Competência: competência internacional, competência interna, competência em razão do valor e da matéria, competência funcional, competência territorial, modificações da competência e declaração de incompetência; Juiz: Poderes, deveres, responsabilidade, impedimentos e suspeição do juiz; Auxiliares da justiça: Serventuário, oficial de justiça, perito, depositário, administrador e intérprete; Atos processuais: Forma dos atos processuais, atos em geral, atos da parte, atos do juiz e atos do escrivão ou chefe de secretaria; Tempo dos atos processuais: Prazos processuais: regras de contagem e verificação dos prazos e das penalidades; Lugar dos atos processuais; Comunicações dos atos processuais: Disposições gerais, Cartas, citações e intimações, nulidades; Distribuição e do registro; Valor da causa; Formação do processo; Suspensão do processo; Extinção do processo; Tutela Antecipada. Processo de conhecimento: Distinção entre processo e procedimento; Distinção entre procedimentos comum ordinário e comum sumário; Procedimento sumário; Procedimento ordinário: Petição inicial: requisitos e pedido; Indeferimento da petição inicial; Resposta do réu: Contestação, exceção de incompetência, de impedimento e de suspeição, reconvenção; Revelia; Providências preliminares: Verificação dos efeitos da revelia, declaração incidente, fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do pedido e alegações do réu; Julgamento conforme o estado do processo: Extinção do processo, julgamento antecipado da lide, audiência preliminar e saneamento do processo; Provas: Depoimento pessoal, confissão, exibição de documento ou coisa, prova documental (força probante dos documentos, arguição de falsidade e produção da prova documental), prova testemunhal (admissibilidade, valoração e produção da prova testemunhal), prova pericial, inspeção judicial; Audiência: Conciliação e instrução e julgamento; Sentença: Requisitos e efeitos da sentença; Coisa julgada; Liquidação de sentença; Cumprimento de sentença; Processo nos tribunais: Uniformização da jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade, homologação de sentença estrangeira e ação rescisória; Recursos: Teoria geral dos recursos, apelação, agravos, embargos infringentes e embargos de declaração. Recursos para o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça: Recursos ordinários, recurso extraordinário, recurso especial e ordem dos processos no tribunal. Processo de execução: Execução em geral: Partes, competência, requisitos necessários para realizar qualquer execução (inadimplemento do devedor e título executivo), responsabilidade patrimonial, disposições gerais; Espécies de execução: execução para a entrega de coisa (entrega de coisa certa e incerta), execução das obrigações de fazer e de não fazer (disposições comuns e particulares), execução por quantia certa contra devedor solvente (disposições gerais sobre penhora, avaliação e da arrematação; citação do devedor e da nomeação de bens à penhora; penhora, depósito, penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais; penhora, depósito e administração de empresa e de outros estabelecimentos; avaliação; adjudicação; alienação por iniciativa popular; alienação em hasta pública; pagamento ao credor; disposições gerais sobre pagamento ao credor, entrega do dinheiro e usufruto de móvel ou imóvel); Execução contra a fazenda pública; Execução de prestação alimentícia; Embargos do devedor: Disposições gerais, embargos à execução contra a fazenda pública, embargos à execução fundada em título extrajudicial, embargos à execução e embargos na execução por carta; Execução por quantia certa contra devedor insolvente: Disposições gerais, insolvência, insolvência requerida pelo credor, insolvência requerida pelo devedor ou pelo seu espólio, declaração judicial de insolvência, atribuições do administrador, verificação e da classificação dos créditos, saldo devedor, e extinção das obrigações; Suspensão e da extinção do processo de execução. Processo cautelar: Teoria geral do processo cautelar; Poder geral de cautela; Procedimento comum cautelar. Procedimentos especiais: Teoria geral dos procedimentos especiais; Distinção entre procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária; Procedimento de consignação em pagamento, Procedimento de depósito; Procedimentos de anulação e de substituição de títulos ao portador; Procedimento de prestação de contas; Procedimentos possessórios (disposições gerais, Procedimento de manutenção, de reintegração de posse e interdito proibitório); Procedimento de nunciação de obra nova, Procedimentos de usucapião de terras particulares (usucapião ordinário, extraordinário, especial e coletivo.

**DIREITO TRIBUTÁRIO:** Caracterização e posição do Direito Tributário no quadro do Direito. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Sistema Tributário Nacional. Tributo: conceito, classificação, espécies. A distribuição da competência legislativa tributária. Federalismo fiscal. Repartição das receitas tributárias. Fundo de Participação dos Municípios. Retenção de recursos. Hipóteses. Parcelas do Produto de Arrecadação de impostos de competência dos Estados e de Transferências por estes recebidas, pertencentes aos Municípios. Lei Complementar nº 63/90. Valor Adicionado. Lei nº 4.320/64 e suas alterações. Lei de Responsabilidade Fiscal. Princípios gerais do direito tributário. Normas, princípios e regras. Princípios constitucionais tributários. O princípio da capacidade contributiva: progressividade, proporcionalidade, seletividade, universalidade e personalização. Isonomia tributária e proibição de desigualdade. Os princípios aplicáveis às taxas e às contribuições especiais. Os princípios de segurança jurídica. Legalidade tributária. Tipicidade. Anterioridade. Irretroatividade. Processo legislativo tributário: Emenda Constitucional, Lei Complementar Tributária, Lei Ordinária e Medida Provisória, Decreto Legislativo, Resoluções do Senado, Tratados e Convenções Internacionais. Legislação tributária: conceito, vigência e aplicação. Obrigação e crédito tributário. Obrigação principal e acessória. Fato gerador. Classificação. Tempo do fato gerador. Lugar do fato gerador. O conceito de fato gerador e sua importância. Natureza jurídica: situações jurídicas e situações de fato. Fato gerador e hipótese de incidência. Evasão e elisão fiscal. Normas antielisivas. Imunidade. Isenção, não incidência, anistia e remissão. Fato gerador: aspectos objetivos, espaciais e quantitativos. Base de cálculo e alíquota. Sujeito ativo e sujeito passivo. Sujeito ativo e delegação de competência. Sujeito ativo e titularidade do produto de arrecadação do tributo. Sujeito passivo. Contribuinte e responsável. Solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário. Responsabilidade tributária dos sucessores, de terceiros e por infrações. Impostos Municipais. Imposto municipal sobre Serviços (ISS). Fato gerador e base de cálculo. Sujeito ativo e sujeito passivo. ISS: conceito de serviço. Serviços compreendidos na competência municipal. Relações entre ISS e ICMS: fornecimento simultâneo de mercadorias e serviços. Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Taxa municipal de coleta domiciliar de lixo. Contribuição de Iluminação Pública (CIP). Taxas e Preços públicos. Código Tributário do Município de Balneário Piçarras.

**DIREITO DO TRABALHO:** Direitos Constitucionais dos trabalhadores. Normas gerais e específicas de tutela do trabalho: Segurança e medicina do trabalho. Contrato de trabalho. Consolidação das Leis Trabalhistas. Servidor Público e Empregado Público Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Piçarras e suas alterações. Legislação vigente. Direito processual do trabalho.

#### TESOUREIRO LEGISLATIVO

Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes



atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução, contrato, convênio. Ética no exercício profissional. Protocolo e arquivo de documentos. Teorias e técnicas administrativas. Aspectos diversos do orçamento; Princípios orçamentários; Tipos de orçamento; Classificação econômica e funcional da despesa; Sistemas de contas; Noções sobre a receita pública; Tributos e suas espécies; Regimes de caixa e competência, Atos da execução da receita. Atos da execução da despesa pública. Fluxo de caixa; Receitas orçamentária e extra-orçamentária. Relacionamento bancário. Matemática Financeira: Remuneração de Capital e Taxa de Juros. Juros Simples. Juros Compostos. Tipos de empenhos e operações. Influências da Lei de Responsabilidade Fiscal na administração financeira. Informática Básica: Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft PowerPoint 2013, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática..

#### ☐ NÍVEL MÉDIO

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS COM NÚCLEO COMUM

Português para todos os cargos Interpretação de textos. Funções da linguagem. Colocação pronominal. Acentuação gráfica. Pontuação. Ortografia. Classes gramaticais: substantivo, artigo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, conjunção, interjeição. Regência nominal e verbal. Crase. Concordância nominal e verbal. Tempos e modos verbais. Aspectos sintáticos e semânticos. Termos essenciais da oração: Sujeito e predicado. Sentido dos vocábulos no texto. Significação das palavras. Processos de coordenação e subordinação (valores semânticos).

Legislação Constitucional e Municipal para todos os cargos

Constitucional: Dos direitos e garantias individuais: Da declaração e seus fundamentos. Os direitos individuais como limitação ao poder do Estado. Princípio da isonomia. Princípio da legalidade. Irretroatividade da lei. Liberdades públicas. Tripartição de poderes na constituição brasileira: Poder, Função e órgãos. Funções e fins do Estado. As três funções estatais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Espécies normativas. Iniciativa das leis. Regime constitucional dos parlamentares. Regime remuneratório. Proibições e perda do mandato. Total da despesa do Legislativo. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Comissões parlamentares de inquérito. Poder Executivo. Competências. Prefeito. Atribuições. Responsabilidade. Secretários Municipais. Regime remuneratório dos agentes políticos. Legalidade e Poder Regulamentar. O servidor público e a constituição: Agentes públicos. Acessibilidade aos cargos públicos. Estabilidade e efetividade. Conduta ética no exercício da função pública. Administração Pública: Princípios. Administração direta e indireta. Concessão e permissão de serviços públicos. Lei Federal que regula o acesso a informações de órgãos públicos - Lei 12.527/2011; Lei da Improbidade Administrativa - Lei Federal 8.429/1992. Legislação Municipal: Lei Orgânica do Município de Balneário Piçarras, Regimento Interno da Câmara Municipal de Balneário Piçarras; Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Balneário Piçarras.

#### ☐ NÍVEL MÉDIO

##### CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL

###### TÉCNICO ADMINISTRATIVO I

Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Administração e ambiente de trabalho: Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Teorias de administração geral. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. O processo de compras: fluxo básico do processo de compras, requisição de materiais, cotação, empenho, recebimento e inspeção de materiais. Matemática: Proporcionalidade: razão, proporção, regra de três simples e composta. Noções de Matemática Financeira: porcentagem, juros simples e compostos. Contabilidade Geral: objetivo e finalidade. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Princípios fundamentais da contabilidade. Depreciação. Amortização. Apuração de resultados. Demonstrações contábeis. Informática Básica: Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft PowerPoint 2013, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática.

###### TÉCNICO ADMINISTRATIVO II

Administração Pública Municipal: Conceitos básicos sobre Prefeitura e Câmara: poderes, funções, membros, características gerais. Estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal: organização interna e relação entre os Setores. Características e atribuições dos órgãos municipais. Administração e ambiente de trabalho: Atendimento e comunicação. Técnicas administrativas. Organograma, fluxograma. Relações humanas no trabalho. Organização de reuniões e eventos. Rotinas e controles e administrativos, emissão de relatórios, desempenho, produtividade, qualidade. Organização do local de trabalho. Apresentação e atitude no ambiente de trabalho. Clientes internos e externos. Relacionamento interpessoal. Gerenciamento do tempo. Ética no exercício profissional. Organograma e fluxograma. Pessoas físicas e jurídicas. Administração de conflitos. Protocolo e arquivo de documentos. Comunicação oficial: atributos básicos, siglas e abreviaturas, formas de tratamento. Definição, características e finalidade dos seguintes atos de comunicação: ata, atestado, certidão, declaração, decreto, despacho, edital, estatuto, instrução normativa, lei, memorando, ofício, ordem de serviço, parecer, portaria, procuração, relatório, requerimento, resolução. Estrutura conceitual básica da contabilidade. Princípios fundamentais da contabilidade. Depreciação. Amortização. Apuração de resultados. Demonstrações contábeis. Informática Básica: Sistema Operacional Windows XP, Microsoft Word 2013, Microsoft Excel 2013, Microsoft PowerPoint 2013, Conceitos, serviços e tecnologias relacionados a internet e a correio eletrônico, noções de hardware e de software para o ambiente de microinformática.

**MOTORISTA LEGISLATIVO**

Legislação brasileira de trânsito. Sinalização viária. Normas gerais de circulação e conduta, penalidades e medidas administrativas. Direção defensiva. Métodos e técnicas de condução segura e direção defensiva de veículos automotores visando a segurança dos passageiros e a prevenção de acidentes de trânsito. Conhecimentos sobre funcionamento, manutenção preventiva, diagnóstico e correção de pequenos defeitos em motores de combustão interna, ciclo Otto (gasolina e álcool), ciclo Diesel e dos sistemas de transmissão, suspensão, freios (hidráulicos e pneumáticos), direção e elétrico de veículos para transporte de passageiros. Noções de Primeiros Socorros. Regras de etiqueta e boa conduta.

**- CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL****AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS**

Limpeza e organização do ambiente de trabalho. Higiene de utensílios e equipamentos. Higiene dos alimentos. Contaminação de alimentos. Regras de etiqueta para os serviços de copa. Noções básicas de armazenamento de alimentos e produtos de limpeza. Cuidados no uso de produtos de limpeza. Relação interpessoal. Conhecimentos gerais em zeladoria. Limpeza de ambientes e equipamentos. Jardinagem. Higiene corporal: uniforme e hábitos pessoais. Identificação de Equipamentos de Proteção individual.

NOME DO CANDIDATO:	TIPO DE RECURSO:  1 - CONTRA GABARITO 2 - CONTRA PONTUAÇÃO PROVA 3 - RESULTADO ISENÇÃO
NO DE INSCRIÇÃO:	CARGO:
Nº DA QUESTÃO:	DATA:
FUNDAMENTAÇÃO:	

Assinatura do Candidato

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS  
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2017  
ANEXO V

**FORMULÁRIO PARA REQUISIÇÃO DE ISENÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do CPF nº \_\_\_\_\_, inscrito(a) no Concurso Público para o cargo de \_\_\_\_\_ para a Câmara Municipal de Balneário Piçarras/SC, vem REQUERER isenção do pagamento do valor de inscrição, nos termos do item 4.5 do respectivo Edital.

( ) Candidato doador de sangue

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de pré-inscrição neste concurso (boleto);
- declaração da entidade em que foi realizada a doação certificando a data em que ela ocorreu.

( ) Candidato componente de família de baixa renda nos termos do Decreto 6.135/2007.

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovante de Cadastramento fornecido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário ([www.mds.gov.br/consultacidadao](http://www.mds.gov.br/consultacidadao)); ou Declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, assinada e carimbada com data inferior a 30 dias. Somente serão aceitos Cadastramentos realizados até a data de publicação deste Edital;
- comprovante de pré-inscrição neste concurso (boleto);
- declaração assinada de que atende à condição estabelecida em lei.

Caso sua solicitação seja como componente de família de baixa renda nos termos do Decreto 6.135/2007, você deve assinar a Declaração abaixo:

**DECLARAÇÃO**

Declaro que sou componente de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135/2007. Declaro também, sob as penas da Lei, a veracidade das informações aqui prestadas e que estou ciente e de acordo com todas as exigências especificadas no Edital, notadamente aquelas que versam acerca das condições de isenção da taxa de inscrição.

Assinatura do candidato

# Balneário Rincão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. 095/PMBR/2017

Publicação Nº 1454852

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE BALNEARIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 095/PMBR/2017

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 04/01/2018 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para execução das "Obras de Pavimentação a Base de Blocos Sextavados de Concreto, com extensão de 1.300,00m na Rua Joao Teodoro Machado no Bairro Pedreiras" no Município de Balneário Rincão/SC, compreendendo os serviços de terraplenagem, drenagem, pavimentação, passeios públicos e sinalização.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou pelos telefones (\*\*48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 12 de Dezembro de 2017.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

# Bandeirante

## PREFEITURA

### DECRETO N° 79/2017

Publicação N° 1454079

Decreto nº 079, de 13 de dezembro de 2017.

Altera a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina do Decreto Municipal nº 50, de 02/06/2017, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei orgânica Municipal e demais normas em vigor,

Considerando a Lei Municipal nº 652, de 11/06/2008;

Considerando a Lei Municipal nº 1.243, de 19/10/2017;

Considerando o Decreto Municipal nº 50, de 02/06/2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 50, de 02/06/2017 que nomeia os membros do Conselho Municipal de Habitação e Interesse Social, do Município de Bandeirante, Estado de Santa Catarina, passando o Conselho a atuar com a nomeação dos seguintes membros:

I – um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação	Titular: Jiana Mosena Suplente: Juliane Janice de Abreu
II – um representante da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento	Titular: Patricia de Moraes Ruppel Suplente: Samara da Silva
III – um representante da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo	Titular: Juliana Menegatti Suplente: Adinor Carvalho Salles
IV – um representante da Secretaria Municipal de Administração	Titular: Eder Luiz Marcon Suplente: Rodrigo Andrei Gaidxinski
V – um representante do Comércio, Serviços ou Indústria	Titular: Alcides José Baptista Suplente: Osmar José Gonzatti
VI – um representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e do Sindicato dos Produtores Rurais	Titular: Jocinéia Salvi Suplente: Adair José Teixeira
VII – dois representantes de Movimentos Populares	Titular: Lauri Justina Simioni Suplente: Clairene Teresa Dall Aqua Titular: Odair Pasquali Suplente: Andrieli Marina

Art. 2º A atuação dos membros do Conselho não será remunerada, sem ônus ao Erário Público Municipal, sendo considerada atividade de relevante interesse público.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bandeirante, SC, em 13 de dezembro de 2017.

CELSO BIEGELMEIER

Prefeito Municipal

**Barra Bonita****PREFEITURA****DECRETO SUPLEMENTAÇÃO SAUDE 9942017**

Publicação Nº 1454329

DECRETO Nº 994 /2017.

PROCEDE A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES ATÉ A IMPORTÂNCIA DE R\$. 93.627,00 (NOVENTA E TRES MIL, SEISCENTOS E VINTE E SETE REAIS) NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARRA BONITA E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Moacir Piroca, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 780/2016 de 14 de dezembro de 2016:

**DECRETA**

Art. 1º - Fica alterada a LOA - Lei Orçamentária Anual nº. 780/2016, mais precisamente no que tange ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar, na importância de R\$. 93.627,00 (Noventa e Três Mil, Seiscentos e Vinte e Sete Reais), nas dotações abaixo especificadas:

ÓRGÃO: 12.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
UNID/ORÇ: 12.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJ/ATIV: 010.301.0009.2302 – Manut.das Ativid. de Assist. Médica e Sanitária  
CAT.ECON: 319000000000 – Aplicações Diretas – Pessoal e Encargos  
FONTE/REC:012300 - Transferência de Convênios - Saúde ..... R\$. 93.627,00  
Total ..... R\$. 93.627,00

Art. 2º - Para o atendimento dos Créditos autorizados no artigo anterior deste ato, fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R\$. 93.627,00 (Noventa e Três Mil, Seiscentos e Vinte e Sete Reais), na receita abaixo especificada:

RECEITA: 17000000000000 – Transferências Correntes  
17600000000000 – Transferências de Convênios  
17610000000000 - Transferências de Convênios da União e Suas Entidades  
17610100000000 - Transf. Conv. da União para o SUS  
17610100000001 - Transf. de Conv. da União para o SUS  
FONTE/REC:012300 - Transferência de Convênios - Saúde ..... R\$. 93.627,00  
Total ..... R\$. 93.627,00

Art. 3º - Fica, igualmente, alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias nº. 775/2016, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores desta Lei, relativamente às suplementações introduzidas no presente Decreto.

Art. 4º - Fica alterado o PPA - Plano Plurianual, Lei Municipal nº. 675/2013, em conformidade com o disposto nos artigos anteriores deste Decreto, relativamente ao Crédito introduzido neste texto legal.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam - se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BARRA BONITA, SC em 11 de dezembro de 2017.

MOACIR PIROCA  
Prefeito Municipal

# Barra Velha

## PREFEITURA

### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS INCENTIVADOS

Publicação Nº 1455044

#### ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS INCENTIVADOS

REUNIÃO 02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA

Ao dia doze do mês de dezembro de dois mil e dezessete (12/12/2017), às 13:30 horas, na Prefeitura Municipal de Barra Velha, à rua Avenida Governador Celso Ramos, nº 200, reuniram-se os membros da Comissão de Análise de Projetos Incentivados, sob a presidência do Sr. Marcelo Mauri da Cunha, Presidente da comissão, que convidou a mim, Osni Paulo Testoni, para secretariar a primeira sessão. A reunião foi realizada para fins de apresentação do regimento interno desta comissão pelo Decreto nº 1202/2017. Após a leitura do mesmo. A presidência questionou se alguém tem algo a alterar no regimento. Os membros decidem que o horário fica preferencialmente às 16:00. Dr. Charles indica que será alterado de "Plenário" para "Colegiado" no Artigo 6º, Inciso I. Dr. Charles fica nomeado como Relator pelo presidente. Devido à proximidade do recesso do poder legislativo e ao fato do protocolo ter sido realizado antes da existência do regimento interno, o parecer, excepcionalmente, será feito de maneira oral. Inicia-se a segunda pauta que analisará um protocolo da empresa ROMA LAJES. O Relator analisa a documentação da empresa em questão, confirma que atende todas as necessidades legais e é favorável ao benefício, desde que haja uma fiscalização detalhada, pois é um bem que está sendo subutilizado, sem previsão de utilização do município e o mesmo só tem a ganhar com a cessão. Ainda com a palavra, o Relator frisa que não se trata de uma doação e sim de uma cessão de uso (Lei 1599/2017, Artigo 19º, Inciso II) de uma fração de 15119,56 metros quadrados pertencentes a uma área total de 74775,00 metros quadrados. Todavia, caberá ao chefe do poder executivo decidir qual a modalidade de incentivo econômico a ser concedido, seja a alienação onerosa constante do art. 19 Inciso I ou a cessão do direito real de uso constante do art. 19 inciso II da lei 1599/2017. O Presidente sugere que a(s) empresa(s) apresentem relatórios semestrais para a conferência das promessas citadas no protocolo. Sra. Denise diz que seu voto é favorável desde que, na próxima reunião, haja um croqui indicando a área em questão. Sra. Ana vota favoravelmente, frisando que a área que será cedida é a área que se confronta imediatamente com o terreno da empresa. Os demais membros presentes indicados na lista de presença votam favoravelmente. Nada mais havendo a tratar, às 15:00 horas, o Sr. Presidente suspendeu os trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura desta ata. Reabertos os trabalhos, foi esta ata lida e, achada conforme, aprovada por todos os presentes.

Barra Velha, 12 de dezembro de 2017.

### ATO 002/2017 DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

Publicação Nº 1453972

ATO 002/2017

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

A Presidente do IPREVE - Instituto de Previdência Social do Município de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão de Concurso Público, e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o que segue:

1. Ficam HOMOLOGADAS as inscrições constantes do anexo I deste ato conforme situação.
2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste ato, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.
3. Os recursos contra o indeferimento das inscrições poderão ser interpostos nos dias 12 e 13 de dezembro de 2017, nos termos do edital.
4. Os nomes incompletos e erros de grafia, deverão ser retificados pelo próprio candidato na área do candidato no site do IOBV, no campo de dados pessoais.

Barra Velha, 11 de dezembro de 2017.

Valter Marinho Zimmermann Moema Ramos Alvim Gouveia

Prefeito Municipal Presidente do IPREVE

#### ANEXO I – INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS

Advogado				
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	767849	01/07/1991	Aladia Cristina Sedrez	Deferida/Homologada
2	776690	31/08/1988	Alan Gregory Retkva	Deferida/Homologada
3	739039	28/09/1981	Alexandre Velame	Deferida/Homologada
4	744102	07/05/1992	Alexis Thomaz Schroeder	Deferida/Homologada
5	739521	18/10/1993	Amanda Gabriela Souza Oliveira	Deferida/Homologada



6	774063	06/05/1994	Ana Flavia Rosa	Deferida/Homologada
7	750276	09/03/1980	Ana Maria Da Luz Quadros Pereira	Deferida/Homologada
8	770635	09/06/1995	Ana Paula Müller	Deferida/Homologada
9	765184	09/01/1995	Andressa De Souza Da Silva	Deferida/Homologada
10	744301	12/01/1975	Antonio Carlos Rodrigues	Deferida/Homologada
11	776557	02/08/1986	Antonioni Lucas Costa Magalhaes	Deferida/Homologada
12	757795	13/10/1993	Augusto Farias Klug	Deferida/Homologada
13	744183	12/12/1985	Barbara Prochaska Lemos	Deferida/Homologada
14	744459	16/01/1995	Bianca Testoni	Deferida/Homologada
15	762114	01/03/1991	Bruno Petersson Pacheco	Deferida/Homologada
16	770644	16/06/1989	Camila Garcia	Deferida/Homologada
17	762097	03/06/1988	Carla Aline Dolzan	Deferida/Homologada
18	772807	18/08/1995	Caroline De Souza	Deferida/Homologada
19	752754	20/10/1987	Christiano Sell Neto	Deferida/Homologada
20	747084	18/03/1989	Daiane Wrobel Stella	Deferida/Homologada
21	775175	12/10/1987	Darlon Nogueira Martins	Deferida/Homologada
22	761387	21/06/1991	Dayane Cristina Pontes	Deferida/Homologada
23	740993	10/03/1975	Erika Valentina De Oliveira	Deferida/Homologada
24	776730	30/07/1984	Eurico Dos Santos Junior	Deferida/Homologada
25	743978	26/09/1980	Fabiano Bastos Garcia Teixeira	Deferida/Homologada
26	773126	20/04/1976	Fabiola Alves	Deferida/Homologada
27	776728	19/05/1988	Fernando Arndt	Deferida/Homologada
28	739664	23/12/1989	Flavia Adriana Bahnert	Deferida/Homologada
29	756799	01/07/1987	Gabriella Cardoso Da Silva	Deferida/Homologada
30	776455	23/01/1972	Gilmara Reis Censi	Deferida/Homologada
31	738749	12/04/1991	Giovani Teixeira Dominghini	Deferida/Homologada
32	767240	22/05/1992	Gustavo Da Silva Machado	Deferida/Homologada
33	741597	03/05/1985	Heloisa Pereira Rodrigues	Deferida/Homologada
34	776151	17/02/1981	Isabelle Cortes Carnasciali	Deferida/Homologada
35	742455	11/09/1984	Islandia da Silva Gomes	Deferida/Homologada
36	776797	09/12/1967	Jeane Beatriz Godoy	Deferida/Homologada
37	739565	22/02/1989	Jefferson Luiz Ostrowski	Deferida/Homologada
38	748084	27/02/1994	Jolivete Nantes Fontoura	Deferida/Homologada
39	738932	20/06/1990	Jonatan Braga Ribeiro	Deferida/Homologada
40	775323	04/06/1988	Josilaine Eliz Marchiori	Deferida/Homologada
41	739059	11/07/1991	Juan Felipe Berti	Deferida/Homologada
42	776445	27/02/1990	Juciara Reis Censi	Deferida/Homologada
43	758873	28/05/1969	Katia Geni Raiter Mathias	Deferida/Homologada
44	755292	10/02/1990	Layla Caroline Wehr	Deferida/Homologada
45	770363	25/03/1992	Lucas Scagliusi Miguel	Deferida/Homologada
46	739804	23/10/1976	Luciane Marin Da Silva Garcia Lehmkuhl	Deferida/Homologada
47	754841	14/05/1975	Margarete Jacques Giacomelli	Deferida/Homologada
48	758882	24/02/1964	Maria Aparecida Gruner	Deferida/Homologada
49	738939	31/05/1993	Mariana Danna Vicente	Deferida/Homologada
50	758330	22/07/1990	Marjorie Amanda Pinto Fogaca	Deferida/Homologada
51	771039	02/03/1977	Marlete De Souza	Deferida/Homologada
52	739434	31/03/1992	Matheus Zimmermann Freitas	Deferida/Homologada
53	740077	30/06/1962	Miraci Severo Vieira	Deferida/Homologada
54	771399	17/09/1993	Monica Heloisa Fagundes	Deferida/Homologada
55	743219	20/07/1992	Morgana Dos Santos	Deferida/Homologada



56	771314	21/08/1989	Murilo Campos Peralta	Deferida/Homologada
57	768113	13/04/1982	Naidi Nagila Espindola	Deferida/Homologada
58	771561	13/07/1987	Natalia da Silva Pavan	Deferida/Homologada
59	757217	02/07/1978	Patricia Pereira	Deferida/Homologada
60	750688	16/07/1981	Peterson Walter Scabury De Oliveira	Deferida/Homologada
61	775659	19/03/1985	Philip Ferraz De Abreu	Deferida/Homologada
62	767620	28/06/1990	Rafael Alt Santos De Chaves	Deferida/Homologada
63	738948	16/10/1988	Rafael Mendes Do Nascimento	Deferida/Homologada
64	775057	11/03/1986	Richard Delfino De Araujo	Deferida/Homologada
65	775320	10/10/1972	Roberto Leu	Deferida/Homologada
66	768766	03/11/1988	Sabrina Dorn	Deferida/Homologada
67	740534	08/10/1992	Tamara Suarez Rodrigues	Deferida/Homologada
68	775620	05/02/1992	Tasso Jardel Vilande	Deferida/Homologada
69	746961	01/05/1993	Thaís Bozz	Deferida/Homologada
70	738957	11/08/1988	Thays Mattos Melo	Deferida/Homologada
71	743989	27/04/1994	Theo Rocha Toscano De Lima	Deferida/Homologada
72	775294	26/09/1985	Thiago Alexandre	Deferida/Homologada
73	775658	26/10/1988	Thiago Enrique Shoda	Deferida/Homologada
74	765906	13/01/1990	Tiago Murilo De Souza	Deferida/Homologada
75	739421	30/11/1982	Valter Altemar Ortiz Dos Santos	Deferida/Homologada
76	744721	10/09/1993	Vinicius De Melo Silva	Deferida/Homologada
77	738655	14/02/1983	Vitor Casagrande Junior	Deferida/Homologada
78	746023	18/10/1994	Wilson Cristofolini Junior	Deferida/Homologada

## Agente Administrativo

Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	744688	13/02/1985	Adriana Rodrigues Sanches	Deferida/Homologada
2	742537	09/05/1981	Alessandra Regina Lucas	Deferida/Homologada
3	738976	20/02/1998	Alessandro Quirino Dos Santos	Deferida/Homologada
4	738497	26/11/1991	Aline Arbighaus Ferreira	Deferida/Homologada
5	739244	13/05/1989	Aline Dalla Vecchia Souza	Deferida/Homologada
6	757761	02/11/1990	Amanda Da Rosa Marcelo	Deferida/Homologada
7	742934	18/02/1998	Amanda Moraes	Deferida/Homologada
8	745012	02/07/1981	Ana Carina Salvin	Deferida/Homologada
9	774292	25/02/1992	Anderson De Oliveira	Deferida/Homologada
10	747937	05/07/1982	Anderson Tavaroni Da Silva	Deferida/Homologada
11	768620	18/04/1996	Andre Luis Lourenco Junior	Deferida/Homologada
12	744577	30/03/1982	Andre Luiz Da Silva Correia	Deferida/Homologada
13	745642	21/02/1991	Andreia Ferreira Lourenco	Deferida/Homologada
14	767048	19/09/1985	Andrey Jose Benedine	Deferida/Homologada
15	773916	15/12/1966	Artides Rodrigues Junior	Deferida/Homologada
16	742918	25/07/1985	Ary Henrique Santos De Macedo	Deferida/Homologada
17	775640	02/05/1982	Aylla Karina Schulte	Deferida/Homologada
18	750647	19/01/1996	Barbara Amanda Leite Da Silva	Deferida/Homologada
19	761452	07/10/1991	Bruna Aparecida Da Silva Davini	Deferida/Homologada
20	752720	01/03/1991	Bruna Da Silveira	Deferida/Homologada
21	745653	01/11/1999	Bruna Motta Dos Santos	Deferida/Homologada
22	748227	19/01/1990	Carla Batschauer Gonçalves	Deferida/Homologada
23	738630	08/12/1982	Carlos Eduardo Rodrigues	Deferida/Homologada
24	738612	19/12/1998	Caroline Dos Santos Fagundes	Deferida/Homologada

25	763759	09/06/1978	Claudio Angiolletti	Deferida/Homologada
26	766635	04/03/1999	Claudionir Arbigaus Junior	Deferida/Homologada
27	741710	30/10/1991	Daniel Schiavoni	Deferida/Homologada
28	770104	07/10/1979	Daniela De Assis Pereira	Deferida/Homologada
29	775484	11/08/1980	Danielle A. Wittmann Da Costa	Deferida/Homologada
30	744973	20/05/1982	Diego Keske Ramos	Deferida/Homologada
31	740400	18/12/1977	Diogo De Oliveira Brod	Deferida/Homologada
32	757083	12/11/1991	Douglas Conrado Conti	Deferida/Homologada
33	754015	21/05/1995	Edisia De Souza	Deferida/Homologada
34	767700	04/09/1999	Edlaine Jacinto Da Silva	Deferida/Homologada
35	776735	18/11/1981	Eliana Filomena Da Silva	Deferida/Homologada
36	766293	05/10/1979	Eliane Da Silva	Deferida/Homologada
37	739705	26/04/1974	Elizangela De Andrade De Souza	Deferida/Homologada
38	738570	21/01/1991	Emerson Eduaedo Kuehn	Deferida/Homologada
39	738599	23/08/1977	Ester Reis De Franca	Deferida/Homologada
40	761068	22/04/1983	Etiene Cristina Checo Schicovski	Deferida/Homologada
41	773354	11/09/1974	Fabio Dorian Goncalves	Deferida/Homologada
42	739160	02/08/1986	Felipe Ferreira Alcoforado	Deferida/Homologada
43	776609	28/02/1992	Fernanda Andreia Regert Dos Passos	Deferida/Homologada
44	744570	27/09/1988	Franciele Caroline Costa Da Trindade	Deferida/Homologada
45	766003	10/07/1998	Gabriel Vicente Claudino	Deferida/Homologada
46	739152	21/08/1987	Gabriela Abaide Moretti	Deferida/Homologada
47	773187	23/03/1991	Gessica Franciane Pereira Sezinando	Deferida/Homologada
48	756847	06/06/1989	Giacomo Gasparelo Oliveira	Deferida/Homologada
49	744338	09/03/1984	Gilmara Luciano	Deferida/Homologada
50	741534	18/12/1968	Gisela Sonni Draeger Blahobrazoff Grimaldi	Deferida/Homologada
51	741874	22/04/1995	Glaciela Paczkovski	Deferida/Homologada
52	773789	30/04/1994	Graziela De Fátima Candão Pereira	Deferida/Homologada
53	738830	14/11/1995	Heitor Dos Santos Militao Jacino	Deferida/Homologada
54	740994	11/10/1976	Ilane Marizete Da Silva	Deferida/Homologada
55	738709	28/08/1988	Imer Pereira Neto	Deferida/Homologada
56	776516	04/07/1988	Isabel Machado	Deferida/Homologada
57	745962	18/07/1985	Ismael Oliveira	Deferida/Homologada
58	753456	19/03/1987	Jackson Jose De Souza	Deferida/Homologada
59	773796	16/03/1992	Jadsman Pereira	Deferida/Homologada
60	751876	20/05/1992	Janaina Adelia Duarte	Deferida/Homologada
61	738632	22/02/1983	Janaina De Luca Da Rocha	Deferida/Homologada
62	743725	03/09/1993	Jeferson Siqueira Balelo	Deferida/Homologada
63	741671	29/06/1988	Jenniffer Ludwig Costa	Deferida/Homologada
64	774541	26/03/1996	Jessica Luiza Urias Bento	Deferida/Homologada
65	774457	10/07/1994	Jhonatan Diego Tolentino	Deferida/Homologada
66	738973	20/05/1997	Joao Pedro Montanari	Deferida/Homologada
67	770670	08/04/1967	Joao Ramos Neto	Deferida/Homologada
68	752879	21/02/1995	Jorge Da Veiga Neto	Deferida/Homologada
69	774396	28/04/1993	Josder Da Silveira Martins	Deferida/Homologada
70	746965	23/07/1990	Jose Joaquim Douglas Wundevalde Tavares	Deferida/Homologada
71	743573	06/07/1968	Jose Ricardo Gomes	Deferida/Homologada
72	776217	26/04/1979	Josemar Adilson Verediana	Deferida/Homologada
73	740254	31/03/1979	Josi Da Silva	Deferida/Homologada
74	765783	01/10/1996	Julia Goetten Carvalho	Deferida/Homologada

75	741192	23/09/1977	Juliana Cavalcanti De Sousa	Deferida/Homologada
76	742650	22/03/1979	Karina Porto Goes	Deferida/Homologada
77	741363	05/08/1995	Karine Aparecida Gavasso	Deferida/Homologada
78	745051	15/08/1986	Karla Crystina Thomassen	Deferida/Homologada
79	739895	23/01/1981	Kelen Cristiane Pinto Soares	Deferida/Homologada
80	758102	01/06/1988	Kelly Cristina Do Carmo	Deferida/Homologada
81	775465	24/02/1995	Kethyn Da Silva	Deferida/Homologada
82	763355	19/06/1982	Ketlen Da Costa E Arruda	Deferida/Homologada
83	747720	09/02/1999	Leandro Dos Santos Zamberlan	Deferida/Homologada
84	745883	03/10/1975	Leandro Kraemer	Deferida/Homologada
85	742647	23/06/1991	Lidiane Ponchirolli	Deferida/Homologada
86	745049	18/01/1993	Loana Keitelin Moreira Da Silva Pereira	Deferida/Homologada
87	739810	12/12/1964	Lucia	Deferida/Homologada
88	762915	01/01/1973	Lucimara Goncalves De Oliveira	Deferida/Homologada
89	747451	22/03/1994	Lygia Daphne De Carvalho	Deferida/Homologada
90	738761	08/11/1988	Marcelo Klimke Bento	Deferida/Homologada
91	739203	28/01/1976	Marcelo Machado	Deferida/Homologada
92	776285	16/12/1980	Marcelo Policarpo	Deferida/Homologada
93	739950	24/11/1980	Marcelo Povoas	Deferida/Homologada
94	769003	21/10/1987	Marcelo Sikora	Deferida/Homologada
95	775597	21/06/1973	Marcio Andre Deitos	Deferida/Homologada
96	739418	31/10/1983	Marcos Antonio Fornari	Deferida/Homologada
97	773510	13/04/1990	Marcos Eduardo Körber	Deferida/Homologada
98	762163	08/11/1984	Maria Heloisa Becker	Deferida/Homologada
99	761222	02/06/1996	Marina Gabrielle Goncalves De Oliveira	Deferida/Homologada
100	749405	10/10/1962	Marina Tromm	Deferida/Homologada
101	775740	30/03/1994	Mayra Maria Souza	Deferida/Homologada
102	744440	24/03/1984	Paula Tatiana Santana Vechi	Deferida/Homologada
103	763290	16/06/1968	Pedro Ivo Schlickmann	Deferida/Homologada
104	739602	16/07/1986	Raquel Atanasio	Deferida/Homologada
105	771633	21/12/1955	Regina Prachthauser Pereira	Deferida/Homologada
106	775080	29/01/1980	Renata Knupp Dos Santos	Deferida/Homologada
107	746058	14/02/1983	Renata Sant Ana Tavares	Deferida/Homologada
108	739788	28/10/1989	Ricardo Carlos Ferrari	Deferida/Homologada
109	775223	10/08/1993	Roberto De Oliveira Junior	Deferida/Homologada
110	750299	25/12/1976	Robson Jose Castro Pereira	Deferida/Homologada
111	768548	17/09/1985	Robson Rosa Dos Santos	Deferida/Homologada
112	774458	06/06/1976	Rodrigo Luchesi Tichy	Deferida/Homologada
113	742416	20/11/1978	Rosana Dos Santos Barbosa	Deferida/Homologada
114	761084	15/07/1991	Rosimery De Fatima Moreira	Deferida/Homologada
115	775531	24/05/1991	Ruan Eduardo Da Costa	Deferida/Homologada
116	738659	25/12/1990	Sabrina Kunze	Deferida/Homologada
117	744660	16/11/1977	Sandro Mendes De Souza	Deferida/Homologada
118	756096	15/10/1980	Silene De Nazare Ribeiro De Souza	Deferida/Homologada
119	752948	04/04/1965	Silvone Spitzner	Deferida/Homologada
120	761897	04/09/1956	Suely De Lima	Deferida/Homologada
121	761280	06/07/1994	Thais Aparecida Amaro	Deferida/Homologada
122	739821	28/01/1989	Thais Fernanda Rodrigues De Lima Ferrari	Deferida/Homologada
123	775935	06/06/1992	Thays Cristini Müller	Deferida/Homologada
124	761492	06/11/1990	Vagner Henrique Barbosa De Morais	Deferida/Homologada

125	775533	15/11/1996	Valesca Ferraz Graf	Deferida/Homologada
126	743821	23/02/1988	Vanessa Tatiane Da Trindade	Deferida/Homologada
127	743138	24/06/1956	Vera Lucia De Deus Bento	Deferida/Homologada
128	739069	12/08/1997	Vinicius Dos Santos Da Silva	Deferida/Homologada
129	745015	28/10/1986	Willian John	Deferida/Homologada
	Contador			
Seq.	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Situação
1	773139	04/02/1988	Aline Souza Ramos Kraisch	Deferida/Homologada
2	756541	06/02/1957	Aloir Vieira Da Costa	Deferida/Homologada
3	755446	06/01/1988	Angela Fiori Ribeiro	Deferida/Homologada
4	776077	08/01/1978	Cristiane Alexandre	Deferida/Homologada
5	745957	10/08/1988	Deise Cristiane Oliveira	Deferida/Homologada
6	738961	05/09/1987	Deivite Geraldo Alves	Deferida/Homologada
7	752821	24/03/1987	Diego Egidio Conzati	Deferida/Homologada
8	775600	19/09/1992	Diogo Romario Aguiar	Deferida/Homologada
9	751757	23/04/1978	Estela Roberta Ramos	Deferida/Homologada
10	740931	12/04/1979	Evandro Jose Nogueira	Deferida/Homologada
11	739670	07/01/1993	Fabio Luis Da Silva De Aviz	Deferida/Homologada
12	745177	08/01/1995	Fernanda Arbigauss	Deferida/Homologada
13	751562	07/11/1982	Gilmar Sebastiao Vieira	Deferida/Homologada
14	769836	16/12/1952	Harri Jose Fendrich	Deferida/Homologada
15	747672	08/10/1980	Ivan Tibincoski	Deferida/Homologada
16	775131	15/05/1976	James Severien	Deferida/Homologada
17	774508	13/03/1955	Joaquim Fernandes De Oliveira	Deferida/Homologada
18	776457	28/06/1980	Jonas Nestor Da Silva	Deferida/Homologada
19	743705	07/11/1990	Jonize Marlene Da Silva	Deferida/Homologada
20	745640	31/12/1988	Juliane Da Silva Magalhaes	Deferida/Homologada
21	764086	19/02/1995	Katiane Ranghetti	Deferida/Homologada
22	771886	30/01/1972	Leandro Juca De Lima	Deferida/Homologada
23	750291	16/01/1986	Luciana Vieira Matias	Deferida/Homologada
24	764679	12/05/1996	Maira Iagla Jacques	Deferida/Homologada
25	738791	29/12/1976	Marcio Alexandre Dos Santos	Deferida/Homologada
26	746092	31/05/1992	Marcio Anderson Lima	Deferida/Homologada
27	739844	08/09/1973	Marcos Paulo De Souza Pousa	Deferida/Homologada
28	740094	14/01/1970	Maximiliano Pacheco De Freitas	Deferida/Homologada
29	775605	09/05/1983	Nicale Beatriz Pestana Polidoro	Deferida/Homologada
30	743024	28/03/1975	Otavio Augusto Mariano Meneguella	Deferida/Homologada
31	744602	11/03/1980	Paulo Fagundes Dos Reis Junior	Deferida/Homologada
32	773828	11/01/1982	Rosane Lopes De Camargo Vaz	Deferida/Homologada
33	776105	12/09/1981	Rubens Tives	Deferida/Homologada
34	754451	03/04/1987	Sheila Butzke Garcia	Deferida/Homologada
35	747284	05/01/1988	Sidner De Jesus Custodio	Deferida/Homologada
36	765343	12/12/1992	Stephanie Oliveira Dos Reis Delfino	Deferida/Homologada
37	739840	21/07/1990	Sueli Hermes	Deferida/Homologada
38	744584	03/09/1992	Taiara Bianca Salvador	Deferida/Homologada
39	742738	22/06/1977	Walcione Dias Goes	Deferida/Homologada

## ANEXO II – INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

738572



738580
738589
738597
738605
738628
738669
738673
738687
738758
738818
738926
738927
738954
738998
739052
739204
739223
739247
739281
739298
739524
739541
739605
739615
739646
739720
739760
739761
739789
739838
739857
739885
740082
740093
740112
740160
740242
740284
740288
740369
740397
740422
740495
740537
740566
740581
740590
740629
740703
740707
740963
741101
741164
741288
741486
741664
741708
741763
741770
741813
741873
741893
742169
742383

742415
742423
742452
742475
742606
742672
742674
742680
742823
742837
742839
742965
743065
743182
743201
743214
743228
743253
743277
743314
743321
743333
743361
743373
743394
743400
743456
743654
743683
743890
743938
744001
744022
744028
744051
744303
744311
744566
744612
744814
744999
745112
745279
745281
745427
745479
745627
746156
746446
746838
747207
747263
747359
747764
748118
748573
748988
749182
749287
749660
750335
751219
751282
751567

752087
752448
752578
752855
753127
753399
753416
753498
754040
754223
754535
754803
755037
755262
755656
756477
756479
757037
757200
757581
757654
757661
757721
757789
757892
758385
758927
760451
760622
760627
761236
761765
761932
761998
762018
762065
762077
762433
762988
763272
763309
763334
763802
763974
764205
764626
764877
764939
764983
765040
765507
766632
766802
766860
766914
766969
767272
767300
767664
767805
768170
768315
768421
768564



768580
768681
769141
769470
769639
769702
769858
770149
770309
770563
770658
771287
771471
772003
772195
772281
773011
773486
773628
773674
773823
773902
774316
774486
774548
774938
774994
775073
775303
775670
775784
775880
775892
775950
776015
776093
776123
776246
776537
776568
776607
776617
776673
776682
776803

### **ATO 003/2017 DIVULGA DECISÃO DOS PEDIDOS DE VAGA PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA E CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAR A PROVA**

Publicação Nº 1453976

ATO 003/2017

DIVULGA DECISÃO DOS PEDIDOS DE VAGA PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA  
E CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAR A PROVA  
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

A Presidente do IPREVE - Instituto de Previdência Social do Município de Barra Velha, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão de Concurso Público, e o Instituto o Barriga Verde, tornam público o que segue:

1. As decisões dos pedidos de vaga para portadores de deficiência e condição especial para realização da prova, seguem listadas no anexo I deste Ato;
2. Os candidatos que enviaram os requerimentos em conformidade com o item 6 do edital, foram devidamente deferidos.
3. Os candidatos que requereram carteira para canhoto, os pedidos foram deferidos.
4. Os candidatos que não enviaram os requerimentos de acordo com o edital tiveram seus pedidos indeferidos.

Barra Velha, 11 de dezembro de 2017.  
Valter Marino Zimmermann Moema Ramos Alvim Gouveia  
Prefeito Municipal Presidente do IPREVE

**ANEXO I – DECISÃO DOS PEDIDOS DE VAGA PRA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA  
E CONDIÇÃO ESPECIAL PARA REALIZAR A PROVA**

Agente Administrativo						
Nº INSC	CANDIDATO	P.N.E	Qual Necessidade Especial?	Cond Especial	Qual condição Especial?	Decisão
739203	Marcelo Machado	Não		Sim	bom prova com escrita na fote 18	Deferida Prova Fonte nº 18
742416	Rosana Dos Santos Barbosa	Sim	física	Sim	sala terreo, e alguem para transcrever a prova de possível hora adicional e descansado de pé	Deferida a Vaga de Deficiente, Sala piso térreo, fiscal transcritor, hora adicional de 30 minutos méximos e momentos de descanso em pé
745015	Willian John	Sim	Sequelas de Traumatismo de Plexo Braquial direito	Não	-	Deferida a Vaga de Deficiente
Contador						
Nº INSC	CANDIDATO	P.N.E	Qual Necessidade Especial?	Cond Especial	Qual condição Especial?	Decisão
740931	Evandro Jose Nogueira	Sim	Tetraparesia	Sim	Mesa separada da cadeira, uso cadeira de rodas, sala térrea	Deferida a Vaga de Deficiente, carteira e cadeira separadas e Sala piso térreo
751562	Gilmar Sebastiao Vieira	Sim	Cotovelo direito	Não	-	Indeferido, não enviou documentação necessária

**INEX 002/2017 FUNDEMA**

Publicação Nº 1455006

PREFEITURA DE BARRA VELHA  
FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Processo Administrativo nº 003/2017 - Dispensa de Licitação nº 002/2017

Contratada: SOLUCIONE IMEDIATO CONSULTORIA CORPORATIVA EIRELI

Objeto: Serviço de Consultoria jurídica e imobiliária para fins de acompanhamento e assessoramento da FUNDEMA referente ao Decreto Emergencial 1182 de 2017 para as praias do Tabuleiro e Península.

Valor do Contrato: R\$ 70.000,00

Fund. Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Barra Velha, 12 de dezembro de 2017

SOLUCIONE IMEDIATO CONSULTORIA CORPORATIVA EIRELI - Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN - Prefeito

**LEI Nº 1640, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454006

LEI Nº 1640, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA A EFETUAR DESPESAS COM CESTA DE NATAL PARA OS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BARRA VELHA

O Prefeito do Município de Barra Velha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Faz saber a todos os habitantes do município que a Câmara municipal de vereadores aprovou e é sancionada a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado efetuar despesas no valor de até R\$ 77.000,00 (sessenta e sete mil reais), com Cestas de Natal para os servidores municipais ativos, inativos e pensionistas e Conselheiros Tutelares, da Administração Direta, Indireta dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Barra Velha.

§ 1º Ficará a cargo do Poder Executivo estabelecer os produtos que integrarão a Cesta de Natal, desde que não ultrapasse o valor disposto no caput deste artigo;

§ 2º Será concedida apenas uma Cesta de Natal por servidor, independentemente do número de vínculos legais em acumulação;

§ 3º O benefício de que trata esta Lei não será incorporado aos vencimentos, e nem servirá de base de cálculo para a incidência de

quaisquer descontos ou vantagens;

§ 4º Os recursos despendidos pelo Poder Executivo na execução da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, consignada respectivamente, no orçamento vigente:

Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Administração - SMA  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Administração  
Funcional-programática: 0004.0122.0006  
Projeto/Atividade: 2.010 – Manutenção do Departamento de Administração  
Fonte de Recurso: 01000000  
Elemento: 3.3.39.00.00.00.00.00/46

Órgão: 08 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – SEMEC  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Educação  
Funcional-programática: 0012.0361.0008  
Projeto/Atividade: 2023 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental  
Fonte de Recurso: 01010000  
Elemento: 3.3.39.00.00.00.00.00/113

Órgão: 09 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos – SEMOSP  
Unidade Orçamentária: 02 – Departamento de Obras e Serviços Públicos  
Funcional-programática: 0015.0452.0009  
Projeto/Atividade: 2038 – Manut. do Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
Fonte de Recurso: 01000000  
Elemento: 3.3.39.00.00.00.00.00/187

Órgão: 15 – Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal do Meio Ambiente  
Funcional-programática: 0018.0541.0015  
Projeto/Atividade: 2052 – Manutenção das Atividades do FUNDEMA  
Fonte de Recurso: 01000000  
Elemento: 3.3.39.00.00.00.00.00/241

Órgão: 17 – Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura - FUMTEC  
Unidade Orçamentária: 01 – Fundação Municipal de Turismo, Esporte e Cultura – FUMTEC  
Funcional-programática: 0004.0813.0017  
Projeto/Atividade: 2084 – Manutenção das Atividades do FUMTEC  
Fonte de Recurso: 01000000  
Elemento: 3.3.39.00.00.00.00.00/246

§ 5º Os recursos despendidos pelo Poder Legislativo na execução da presente Lei, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária, consignada respectivamente, no orçamento vigente:

Órgão: 01 – Câmara de Vereadores  
Unidade Orçamentária: 01 – Câmara de Vereadores  
Funcional-programática: 0001.0031.0001  
Atividade: 2.001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal de Vereadores de Barra Velha  
Fonte de Recurso: 01000000  
Elemento: 3.3.39.00.00.00.00.00/5

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Barra Velha, 06 de dezembro de 2017.  
VALTER MARINO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

# Bela Vista do Toldo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Publicação Nº 1454920

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA  
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC  
PROCESSO LICITATÓRIO 002/2017 - FMAS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017 - FMAS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Bela Vista do Toldo/SC, torna público e para conhecimento de quem interessar possa, que a licitação supramencionada, tendo como objeto a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PAR O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS/INVESTIMENTOS), com data de abertura para o dia 12/12/2017 às 09:00 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência de interessados.

Bela Vista do Toldo, 12 de Dezembro de 2017.  
FRANCISCO JOSUÉ KARVAT  
Pregoeiro

# Benedito Novo

## PREFEITURA

### 4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2017

Publicação Nº 1455038

#### PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 6/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 16/2017.

ÓRGÃO GESTOR: Município de Benedito Novo/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE LAMINAS E PARAFUSOS PARA AS MAQUINAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS

EMPRESAS FORNECEDORAS: TRATOR PECAS COMERCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA, MAIOCHI INST. E MONT. DE MAQ. E EQUIP. LTDA, JULIO SILVESTRI FILHO ME

DESCRIÇÃO DO ITEM E VALOR REGISTRADO:

4 no valor de R\$ 5.292,00; 3 no valor de R\$ 1.936,00; 5 no valor de R\$ 195,00; 6 no valor de R\$ 1.350,00; 7 no valor de R\$ 6.720,00; 1 no valor de R\$ 7.190,00; 2 no valor de R\$ 27.120,00; 8 no valor de R\$ 4.800,00

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 22 de fevereiro de 2017 a 22 de fevereiro de 2018.

Benedito Novo (SC), 22 de fevereiro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito

### ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 115/2017

Publicação Nº 1454028

#### ATA DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 115/2017

MODALIDADE: Dispensa de Licitação - 115/2017

DATA: 07/12/2017 - HORA DE INÍCIO: 10 horas.

Na data e horário supramencionados, na sala de reuniões da Prefeitura de Benedito Novo reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações nomeados pela Portaria nº 002/2017 para análise dos documentos constantes do Processo de Dispensa de Licitação nº 115/2017

Aberta a sessão foram analisados os documentos integrantes deste processo de dispensa relacionados abaixo:

Parecer Técnico de Avaliação Mercadológica	Lei 8.666/93, Art. 24, X
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Estaduais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Municipais	Lei 8.666/93, Art. 29, III
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)	Lei 8.666/93, Art. 29, V
Certidão de Inteiro Teor	
Declaração Obrigatória	

Da análise destes documentos, observa-se que o proprietário do imóvel está com a documentação regular.

Nada mais havendo, o Presidente da Comissão encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão.

Publique-se e encaminhe-se os autos para apreciação da Autoridade Superior.

#### COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	JOICE APARECIDA COSTA Membro
-------------------------------------	----------------------------	---------------------------------

### ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO - PP 106/2017

Publicação Nº 1454643

#### ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 12/12/2017 - HORÁRIO DE INÍCIO: 9:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 106/2017

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 106/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MEDICAMENTOS DE A A Z, ÉTICOS, GENÉRICOS E SIMILARES, PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA À POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONSIDERANDO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÁXIMO AO CONSUMIDOR, DA TABELA OFICIAL DE PREÇOS DE MEDICAMENTOS DA REVISTA ABC FARMA, ÓRGÃO OFICIAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE COMÉRCIO FARMACÊUTICO

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para a abertura e julgamento do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 106/2017, com a presença do Pregoeiro SÉRGIO DÁRIO PASQUALI e da Equipe de Apoio MAURICIO STEFFEN e JOICE APARECIDA COSTA, nomeados pela Portaria nº 003/2017. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame as empresas SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA, FARMAMAAS DROGARIA LTDA EPP e MATHIAS CLAUDIO PAGANELLI EPP. As empresas participantes apresentaram o credenciamento em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando seus representantes legais REINALDO CHERAIM CHEDID e GILIARD ASTOLFI. A empresa MATHIAS CLAUDIO PAGANELLI EPP não enviou representante para a sessão. As empresas apresentaram a Declaração de Habilitação em cumprimento a exigência do item 3.5 do Edital. Somente a empresa MATHIAS CLAUDIO PAGANELLI EPP apresentou a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderá fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com a redação dada pela LC nº 147/2014. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem conferidos e rubricados sendo que não houve qualquer manifestação. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Proposta de Preço, sendo as propostas neles contida disponibilizada aos presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio sendo estas consideradas classificadas, conforme relatório classificatório em anexo a esta ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes presentes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances de negociação direta o Pregoeiro procedeu a

abertura do envelope identificado como de Habilitação da licitante vencedora FARMAHAAS DROGARIA LTDA EPP. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação de habilitação apresentada está em conformidade com o exigido no Edital. Sendo assim, a licitante esta HABILITADA e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR o item do certame a empresa vencedora. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Publique-se e encaminhe-se os autos para análise jurídica e apreciação da Autoridade Superior.

#### PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PAS- QUALI Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	JOICE APARECIDA COSTA Equipe de Apoio
---	-------------------------------------	---

LICITANTES PRESENTES: SESI – SERVIÇO SOCIAL DA INDUSTRIA  
- FARMAHAAS DROGARIA LTDA EPP

#### **DECRETO Nº 127/2017 - DISPÕE SOBRE O PRAZO DO §4º, DO ART. 17-A, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 18 DE SETEMBRO DE 2012, QUE ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 30/2003, QUE DISPÕE SOBRE AS NORMAS RELATIVAS AO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA.**

Publicação Nº 1454924

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO CNPJ Nº 83.102.780/0001-08 FONE/FAX: (47) 3385-0487 Rua Celso Ramos, 5070 89.124-000 -BENEDITO NOVO – SC
--

DECRETO Nº 127/2017, de 11 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre o prazo do §4º, do Art. 17-A, da Lei Complementar nº 95, de 18 de setembro de 2012, que altera a Lei Complementar nº 30/2003, que dispõe sobre as normas relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito de Benedito Novo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município no Art. 70, I, "a"; e  
Considerando o Decreto nº 101, de 01 de novembro de 2017, que Dispõe sobre o expediente de final de ano;  
Considerando a concessão de férias coletivas aos servidores públicos municipais no período de 18 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018;  
Considerando o retorno às repartições públicas em 15 de janeiro de 2018;

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado até o dia até o dia 22 de janeiro de 2018, o prazo estabelecido anteriormente de 15 de janeiro de 2018, para a entrega da informação do número de sócios e funcionários a ser apresentada à Divisão de Tributação e Fiscalização do Município, conforme menciona do §4º, do Art. 17-A, da Lei Complementar nº 95, de 18 de setembro de 2012, que alterou a Lei Complementar nº 30/2003, que dispõe sobre as normas relativas ao Imposto

Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Município de Benedito Novo, aos 11 de dezembro de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

Decreto nº 127/2017 foi publicado e registrado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 11 de dezembro de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativo

# Biguaçu

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA 56/2017-FMS

Publicação Nº 1454597

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 56/2017-FMS.

OBJETO: Contratação de prestadoras de serviços de saúde especializados em fisioterapia, visando à ampliação dos serviços ofertados pela Rede Municipal de Saúde de Biguaçu, usando como referência os procedimentos estabelecidos no Anexo I do Edital (Termo de Referência), para um período de 12 meses.

Os interessados deverão apresentar a documentação para habilitação e proposta no período de 13/12/2017 à 19/01/2018.

Recebido os envelopes, a Comissão analisará a documentação entregue no dia 22/01/2018, às 14 h na Sala de Licitações da PMB. Local para obtenção do edital: site da PMB: bigua.atende.net, ou no Setor de Licitação da PMB.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022.

Biguaçu 12 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### CONVOCAÇÃO 17 - EDITAL 001/2016

Publicação Nº 1454638

CONVOCAÇÃO Nº 17 – Edital 001/2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público Edital 001/2016, abaixo relacionados para comparecerem na Prefeitura Municipal de Biguaçu, situada na Praça Nereu Ramos, nº 90, Centro, Biguaçu – SC, no PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS, munidos da Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO SERÁ TIDO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA. Após aprovação no referido exame pré-admissional, os candidatos serão nomeados e tomarão posse no exercício do cargo.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal de Biguaçu

CARGO: SOCIÓLOGO

03 – LUIZ ARISTEU DOS SANTOS FILHO

### DECRETO Nº 260/2017

Publicação Nº 1454618

DECRETO Nº 260/2017 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA-CMDPI.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu em Exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 98, inciso VIII e seu parágrafo único da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e de conformidade com a Lei Municipal Nº 3636 de 29 de abril de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI, para a gestão 2017/2019, o qual passará a funcionar da seguinte forma:

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

TITULAR: Daniela Garcia Fabrício Galiani

SUPLENTE: Alex José Andrade

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

TITULAR: Gabriela Silveira

SUPLENTE: Deyse de Souza

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

TITULAR: Luciene Machado Pacheco

SUPLENTE: Solange Maximiniano

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

TITULAR: Luciana Serra Passos

SUPLENTE: Catarina Olindina dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

TITULAR: Joana Alves Lino dos Santos

SUPLENTE: Laís Gianezini

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS.

SINDICATO E/OU ASSOCIAÇÃO DE APOSENTADOS.

TITULAR: Jorge Eduardo da Silva

SUPLENTE: Anne Caroline Jeronimo da Silva

ORGANIZAÇÃO DE GRUPO OU MOVIMENTO DA PESSOA IDOSA DEVIDAMENTE LEGALIZADA E EM ATIVIDADE.

TITULAR: Evandina Moraes de Lima

SUPLENTE: Lindamira Aparecida Corrêa Rodrigues

CREDO RELIGIOSO COM POLÍTICAS EXPLÍCITAS E REGULARES E PROMOÇÃO DA PESSOA IDOSA.

TITULAR: Ana Carolina Lessa



SUPLENTE: Débora Cristina de Oliveira Veiga

ENTIDADE DE ATENDIMENTO DE SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE (INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA PARA IDOSOS) QUE COMPROVEM POSSUIR POLÍTICAS PÚBLICAS PERMANENTES DE ATENDIMENTO E PROMOÇÃO DA PESSOA IDOSA.

TITULAR: Márcia Porto Trajano

SUPLENTE: Kreize Fernanda de Souza Machado

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS.

TITULAR: Kátia Regina de Aquino

SUPLENTE: Nilza Emília Nau

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Biguaçu, 11 de dezembro de 2017.

Ramon Wollinger  
Prefeito Municipal  
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons  
Escriturária

### **EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104 DO PP 239/2017 – PMB.**

Publicação Nº 1454768

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE CONTRATOS

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104 DO PP 239/2017 – PMB.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE RECARGA DE ÁGUA MINERAL PARA BOMBONAS DE 20 LITROS.

VENCEDOR: ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 45.747,00

VIGÊNCIA: 12/12/2017 A 12/12/2018.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, [www.bigua.sc.gov.br](http://www.bigua.sc.gov.br)

Biguaçu, 06 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 3641/2017**

Publicação Nº 1454929

PORTARIA nº 3641 de 12 de dezembro de 2017

Exonera Servidor(a), ocupante de cargo efetivo, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) SUZANA NAYLA IBIDUM DA SILVA HASSAN, detentor do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, nos termos do inciso II, § 3º, do art. 48, caput da Lei Complementar nº 53/2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

### **PORTARIA Nº 3642/2017**

Publicação Nº 1454932

PORTARIA nº 3642 de 12 de dezembro de 2017

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), RITCHELLY MORAES COELHO, para desempenhar as funções do cargo não provido de TÉCNICO EM MAGISTÉRIO AUXILIAR DE SALA, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, com atividades desenvolvidas perante a Secretaria Municipal de Educação, e jornada de 30 horas semanais, no período de 21/12/2017 a 16/07/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos passam a vigorar a contar de 21/12/2017.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.

KATIA ROUSSENQ BICHELS  
Secretária Municipal de Educação

### **PORTARIA Nº 3643/2017**

Publicação Nº 1454934

PORTARIA nº 3643 de 12 de dezembro de 2017

Exonera o(a) Servidor(a), ocupante do cargo comissionado, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o(a) servidor(a) MARIA DAS NEVES MACHADO DOS SANTOS, detentor(a) do cargo de provimento comissionado de ASSESSOR TÉCNICO DE ADMINISTRAÇÃO – nível CC-5, na Secretaria Municipal de Administração, a partir de 30/11/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 30/11/2017.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3644/2017**

Publicação Nº 1454936

PORTARIA nº 3644 de 01 de dezembro de 2017

Nomeia servidor(a), para exercer o cargo em comissão, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto nº 29 de 29 de fevereiro de 2016.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear, MARIA DAS NEVES MACHADO DOS SANTOS, brasileiro(a), para exercer o cargo em comissão de COORDENADOR DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS, nível CC-4, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a contar de 01/12/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/12/2017.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3645/2017**

Publicação Nº 1454940

PORTARIA Nº. 3645 de 12 de dezembro de 2017

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Kléber Odair Silveira, por meio da Portaria nº 3268/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando nº 14.314/2017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 05/12/2017 a 02/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/12/2017.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3646/2017**

Publicação Nº 1454941

PORTARIA Nº. 3646 de 12 de dezembro de 2017

Prorrogar o prazo do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Prorroga o prazo do Processo Administrativo Disciplinar instaurado para apurar responsabilidade do(a) servidor(a) Altair Machado Júnior, por meio da Portaria nº 3269/2017, nos termos do art. 217, caput da Lei Complementar nº 53/2012, conforme solicitado pelo Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, por meio do Memorando nº 14.314/2017.

Parágrafo único: O prazo de prorrogação é de 05/12/2017 a 02/02/2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 05/12/2017.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3648/2017**

Publicação Nº 1454946

PORTARIA Nº 3648/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), CHIARA LEMOS MONTEIRO CARVALHO, ocupante do Cargo temporário de PROFESSOR III (CIÊNCIAS) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11756/2017 em anexo no período de 01/12/2017 a 15/12/2017.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ

Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3649/2017**

Publicação Nº 1454949

PORTARIA Nº 490 de 16 de fevereiro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98, inciso X, da Lei Orgânica Municipal, de 06 de setembro de 2010 (promulgação de novo texto) e nos termos da Lei Municipal nº. 2791/2009,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR, DAIANE PAZ DE OLIVEIRA MEDEIROS, brasileiro (a), para exercer o cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV - MERENDEIRA com jornada de 30 horas semanais do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Biguaçu.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 16 de fevereiro de 2017.

RAMON WOLLINGER

Prefeito Municipal

**PORTARIA Nº 3650/2017**

Publicação Nº 1454952

**PORTARIA Nº 3650/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), MARIA DA GLORIA LEON DA SILVA, ocupante do Cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA) – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11849/2017 em anexo no período de 06/12/2017 a 15/12/2017.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3651/2017**

Publicação Nº 1454953

**PORTARIA Nº 3651/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), THAIS MARCIA KONS, ocupante do Cargo efetivo de FONOAUDIÓLOGO – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11853/2017 em anexo no período de 01/12/2017 a 30/12/2017.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3652/2017**

Publicação Nº 1454954

**PORTARIA Nº 3652/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), IVONE BRAULINA MARTINS,

ocupante do Cargo efetivo de VIGIA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11900/2017 em anexo no período de 07/12/2017 a 11/12/2017.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**PORTARIA Nº 3653/2017**

Publicação Nº 1454956

**PORTARIA Nº 3653/2017**

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

**RESOLVE:**

CONCEDER ao (a) servidor (a), CESAR MURILO SOUTO DOS SANTOS, ocupante do Cargo efetivo de MÉDICO PLANTONISTA – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 11814/2017 em anexo no período de 09/12/2017 a 08/03/2018.

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
Secretário Municipal de Administração

**REVOGAÇÃO PP 241-2017-PMB**

Publicação Nº 1455355

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES  
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO PP 241/2017-PMB  
O Secretário de Administração, Sr. Daniel César da Luz, por delegação de competência (Portaria nº 002/2017, de 03/01/2017), torna público para conhecimento de todos os interessados, a Revogação, devido à falta de empresas interessadas em apresentar proposta, do Processo Licitatório PP 241/2017-PMB, que tem por objeto "CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA DECORAÇÃO NATALINA NO CENTRO CULTURAL CASARÃO BORN,".

Biguaçu, 12 de dezembro de 2017.  
DANIEL CÉSAR DA LUZ  
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO Nº 20/2017**

Publicação Nº 1454705

**RESOLUÇÃO Nº 20/2017.**

ALTERA O INCISO II DO ARTIGO 17 DO REGIMENTO INTERNO DA CAMARA MUNICIPAL DE BIGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

Autoria: Membros da Mesa Diretora

Art. 1º - O inciso II do artigo 17 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Biguaçu passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17 – [...]"

II - As inscrições das chapas deverão ser feitas até às 17 horas da última sessão ordinária do ano".

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2017.  
Vereador Ângelo Ramos Vieira  
Presidente

# Blumenau

## PREFEITURA

### EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2015

Publicação Nº 1454918

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 009/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA GREIDE ENGENHARIA LTDA. EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA O ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA, ECONÔMICA E AMBIENTAL - EVTEA E DO PROJETO EXECUTIVO DE ENGENHARIA RODOVIÁRIA, QUE INCLUI OBRAS DE ARTE ESPECIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS COMPLEMENTARES PARA OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO (LAI) E ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV) DA VIA MARGINAL DO RIBEIRÃO GARCIA (VP53), LIGAÇÃO VIÁRIA ENTRE AS RUAS SETE DE SETEMBRO (SUPERMERCADO ANGELONI) E AMAZONAS (COTEMINAS), COM TRANSPOSIÇÃO SOBRE O RIBEIRÃO GARCIA, E COMPLEMENTADA PELO ALARGAMENTO DA RUA HERMANN HUSCHER ENTRE A RUA FARMACÊUTICO JOÃO MEDEIROS E RUA GERTRUD METZGER.

FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº. 02-019/14.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias, ou seja, de 09 de dezembro de 2017 até 07 de junho de 2018.

DATA: 1º de dezembro de 2017.

### EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 019/2014

Publicação Nº 1454919

EXTRATO – 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 019/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA VOELZ E CIA LTDA.

OBJETO: LOCAÇÃO DE DOIS TERRENOS (MATRÍCULA Nº. 18.026 E MATRÍCULA Nº. 24.485) DESTINADOS A SERVIR EXCLUSIVAMENTE COMO DEPÓSITO DE VEÍCULOS APREENDIDOS OU REMOVIDOS PELO SETERB.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-226/13.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 25 de janeiro de 2018 até 24 de janeiro de 2019, ou até que seja homologada a nova licitação de concessão de remoção dos veículos e estadia do pátio.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 19.229,86 (dezenove mil duzentos e vinte e nove reais e oitenta e seis centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 230.758,33 (duzentos e trinta mil setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos).

DATA: 1º de dezembro de 2017.

### EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 121/2013

Publicação Nº 1454922

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 121/13

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
CLÍNICA MÉDICA OFTALMOLÓGICA BLUMENAU LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE OFTALMOLOGIA (ANEXO I - LISTAGEM DE PROCEDIMENTOS), CONSTANTE DA TABELA SIA/SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, A SER PRESTADO PELO CREDENCIADO AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-093/13.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 63.576,36 (sessenta e três mil quinhentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos) em decorrência do Termo de Compromisso de Adesão ao Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas.

DATA: 14 de novembro de 2017.

### EXTRATO CONTRATO Nº 158/2017

Publicação Nº 1454925

EXTRATO – CONTRATO Nº. 158/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU  
E A  
EMPRESA LIND GUIMAR MACHADO ME.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de grupos geradores de energia elétrica, incluindo transporte, mão de obra, materiais e acessórios para seu funcionamento para atendimento a Sommerfest 2018 e Reveillon 2018 - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 075/2017.

PREÇO: O valor total do que será pago a CONTRATADA é de R\$ 34.050,00 (trinta e quatro mil e cinquenta reais), sendo o valor unitário do item 02 R\$ 14.050,00 (catorze mil e cinquenta reais) e do item 03 R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

PRAZO: O prazo de vigência deste contrato será a partir de sua assinatura até o dia 28 de fevereiro de 2018.

DATA: 15 de agosto de 2017.



**EXTRATO CONTRATO Nº 241/2017**

Publicação Nº 1454930

EXTRATO – CONTRATO Nº. 241/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA MINISTER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de segurança desarmada nos eventos Vila de Natal/2017, Vila de Páscoa/2018, Sommerfest/2018 e Reveillon/2018, conforme especificações constantes no edital - PROEB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 138/2017.

PREÇO: O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 204.411,00 (duzentos e quatro mil quatrocentos e onze reais).

PRAZO: O prazo de vigência deste contrato é de sua assinatura até o dia 28 de abril de 2018.

DATA: 10 de novembro de 2017.

**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 288/2016**

Publicação Nº 1454931

EXTRATO – 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 288/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A.

OBJETO: PERMISSÃO DE USO DE ÁREA DE 22,00M<sup>2</sup>, SITUADA NO PISO TÉRREO DO TRPPHD – TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS “PREFEITO HERCÍLIO DEEKE”, PARA INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA EMISSORA DE PASSAGENS E DESPACHO DE MERCADORIAS/CARGAS RODOVIÁRIAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-109/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 09 de novembro de 2017 até 08 de novembro de 2018.

PREÇO: Renova o valor pago pela Permissionária ao SETERB que se mantém em R\$ 1.210,00 (um mil duzentos e dez reais), totalizando o valor anual em R\$ 14.520,00 (catorze mil quinhentos e vinte reais).

DATA: 09 de novembro de 2017.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 288/2016**

Publicação Nº 1454935

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 288/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DE ÔNIBUS NOSSA SENHORA DA PENHA S/A.

OBJETO: PERMISSÃO DE USO DE ÁREA DE 22,00M<sup>2</sup>, SITUADA NO PISO TÉRREO DO TRPPHD – TERMINAL RODOVIÁRIO DE

PASSAGEIROS “PREFEITO HERCÍLIO DEEKE”, PARA INSTALAÇÃO DE AGÊNCIA EMISSORA DE PASSAGENS E DESPACHO DE MERCADORIAS/CARGAS RODOVIÁRIAS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-109/2016.

PREÇO: Reajusta o valor pago pela Permissionária ao SETERB para R\$ 1.232,18 (mil duzentos e trinta e dois reais e dezoito centavos) mensais, totalizando o valor de R\$ 14.786,16 (quatorze mil setecentos e oitenta e seis reais e dezesseis centavos), a partir de 09 de novembro de 2017.

O valor da quota de manutenção e limpeza dos espaços comuns será de R\$ 184,83 (cento e oitenta e quatro reais e oitenta e três centavos) mensais, totalizando o valor anual de R\$ 2.217,96 (dois mil duzentos e dezessete reais e noventa e seis centavos).

DATA: 28 de novembro de 2017.

**EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 323/2016**

Publicação Nº 1454939

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 323/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. JACI JOSÉ TAMBANI.

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO C.E.I. PROFª WALLY SERENA BRANDES.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-184/2016.

PREÇO: Acrescenta a quantia de R\$ 853,68 (oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e oito centavos) em decorrência do reajuste do valor da locação para R\$ 3.343,84 (três mil trezentos e quarenta e três reais e oitenta e quatro centavos) mensais, a contar de 1º de novembro de 2017, totalizando o valor do contrato em R\$ 40.126,08 (quarenta mil cento e vinte e seis reais e oito centavos).

DATA: 28 de novembro de 2017.

**PROCESSOS DE DISPENSA NºS 08-137/2017 E 08-139/2017**

Publicação Nº 1454961

Processo de DISPENSA: 08-137/17

Objeto: AQUISIÇÃO DE TONNERS - SEDECI

Artigo: 24 INCISO V; da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: INFOHARD INF. LTDA

VALOR: R\$ 7.145,00

Processo de DISPENSA: 08-139/17

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS - SEMUS

Artigo: 24 INCISO IV; da Lei 8.666/93.

CONTRATADO: VARIOS FORNECEDORES

VALOR: R\$ 80.818,45

**PROCESSOS DE INEXIGIBILIDADE NºS 09-151/17; 09-108/17; 09-147/17; 09-146/17; 09-150/17 E 09-143/17**

Publicação Nº 1454964

Processo de Inexigibilidade: 09-151/17

Objeto: SERVIÇOS DE MONITORIA/PALESTRANTES - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT, da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: VARIOS CONTRATADOS

VALOR: R\$ 2.400,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-108/17

Objeto: INSTALAÇÃO E LICENCIAMENTO DO SISTEMA DO PROCON- PROCON

Artigo: 25 CAPUT; da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: FEESC - FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA

VALOR: R\$ 95.700,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-147/17

Objeto: SERVIÇOS DE MONITORIA/PALESTRANTES - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT; da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: VARIOS CONTRATADOS

VALOR: R\$ 5.400,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-146/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE/OFICINEIRO - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: ANA ESTELA HADDAD.

VALOR: R\$ 500,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-150/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PALESTRANTE/OFICINEIRO - SEMUS

Artigo: 25 CAPUT da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: OTACILIO B. DE SOUZA NETTO.

VALOR: R\$ 1.400,00

Processo de INEXIGIBILIDADE: 09-143/17

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA - SEDEAD

Artigo: 25 CAPUT da Lei 8.666/93.

CONTRATADA: FINANCEIRA ALFA S.A CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.

**RESOLUÇÃO CMDCA Nº 044/2017**

Publicação Nº 1454968

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 44/2017

DIVULGA OS PROJETOS SELECIONADOS, ATRAVÉS DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CMDCA Nº002/2017, A SEREM FINANCIADOS COM RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE BLUMENAU/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 411, de 01 de agosto de 2003, com base no seu Regimento Interno, aprovado pelo Decreto Municipal nº 7.556, de 24 de novembro de 2003, na Plenária Ordinária realizada em 07 de novembro de 2017 e,

CONSIDERANDO:

- o Decreto Municipal nº 9.823, de 11 de outubro de 2012, que aprova o Regulamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Blumenau - FMDCA;

- o Edital de Chamamento Público nº 002/2017, o qual torna

público e convoca as Organizações da Sociedade Civil (OSC), inscritas no CMDCA, a apresentarem projetos voltados à promoção, à proteção e à defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, a serem financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Blumenau - FMDCA;

- a Resolução nº 32/2017, 28 de setembro de 2017, que aprova os valores destinados ao financiamento dos projetos aprovados, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 02/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Divulgar os Projetos selecionados através do Edital de Chamamento Público nº 02/2017, sendo:

a) Projeto "A música: um caminho para o desenvolvimento da pessoa com deficiência", da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Blumenau - APAE, no valor de R\$ 14.094,00 (quatorze mil, noventa e quatro reais), com período de execução em 12 meses;

b) Projeto "Cidadania pelo Esporte", do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, no valor de R\$ 60.655,28 (sessenta mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e vinte e oito centavos), com período de execução em 24 meses;

c) Projeto "Inclusão Digital", do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, no valor de R\$ 11.750,00 (onze mil, setecentos e cinquenta reais), com período de execução em 12 meses;

d) Projeto "Acampamento pais e filhos", do Centro de Recuperação Nova Esperança - CERENE, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), com execução no ano de 2018;

e) Projeto "Futuro Sustentável", da Associação Assistencial Lar Betânia, no valor de R\$ 33.071,06 (trinta e três mil, setenta e um reais e seis centavos), com período de execução de 08 meses;

f) Projeto "Aprender Brincando", da Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, no valor de R\$ 51.360,00 (cinquenta e um mil, trezentos e sessenta reais), com período de execução em 24 meses;

g) Projeto "Convivência que Transforma", da Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com período de execução em 24 meses;

h) Projeto "Movimentação – Uma outra forma de trabalhar", da Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, no valor de R\$ 51.840,00 (cinquenta e um mil, oitocentos e quarenta reais), com período de execução em 24 meses;

i) Projeto "Autismo – A linguagem de aceitação", da Associação Pedagógica Eurípedes Barsanulfo, no valor de R\$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), com período de execução de 24 meses;

j) Projeto "Capacitação e qualificação dos profissionais da ABAM", da Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM, no valor de R\$ 28.812,60 (vinte e oito mil, oitocentos e doze reais e sessenta centavos), com período de execução de 12 meses;

k) Projeto "Minha história de vida", da Associação Blumenauense de Amparo aos Menores - ABAM, no valor de R\$ 25.988,00 (vinte e cinco mil, novecentos e oitenta e oito reais), com período de execução de 24 meses;

l) Projeto "Nosso filho chegou... E agora?", do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Blumenau - GEAAAB, no valor de R\$ 25.920,00 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte reais), com período de execução de 12 meses;

m) Projeto "Se a espera é longa, aproveite e se prepare...", do Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Blumenau – GEAB, no valor de R\$ 17.300,00 (dezessete mil e trezentos reais), com período de execução de 12 meses;

n) Projeto "Fazendo Arte", da Associação de Educação Complementar Puro Amor, no valor de R\$ 36.150,00 (trinta e seis mil, cento e cinquenta reais), com período de execução de 12 meses;

o) Projeto "Acolher e integrar", da Cruz Azul no Brasil, no valor de R\$ 54.555,00 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais), com período de execução em 12 meses;

p) Projeto "Habita KIDS", da Cruz Azul no Brasil, no valor de R\$ 38.655,00 (trinta e oito mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais), com período de execução em 12 meses;

q) Projeto "Capacita-Ação", da Cruz Azul no Brasil, no valor de R\$ 14.790,00 (quatorze mil, setecentos e noventa reais), com execução no ano de 2018;

r) Projeto "Conexão Prevenção", da Cruz Azul no Brasil, no valor de R\$ 93.173,00 (noventa e três mil, cento e setenta e três reais), com período de execução de 12 meses;

s) Projeto "Bate Bola Bate Papo", da Cruz Azul no Brasil, no valor de R\$ 102.972,00 (cento e dois mil, novecentos e setenta e dois reais), com período de execução de 12 meses;

t) Projeto "Saúde Auditiva", da Associação Blumenauense de Amigos dos Deficientes Auditivos - ABADA, no valor de R\$ 78.055,85 (setenta e oito mil, cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), com período de execução de 12 meses;

Art. 2º O valor total de recursos, do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Blumenau – FMDCA, destinado à execução dos projetos dispostos no art. 1º dessa Resolução, é de R\$ 798.541,79 (setecentos e noventa e oito mil, quinhentos e quarenta e um reais e setenta e nove centavos).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Blumenau, 07 de dezembro de 2017.

Dalva Rodrigues da Silva  
Coordenadora do Conselho Municipal  
dos Direitos da Criança e do Adolescente

## RESOLUÇÃO CMAS Nº 43/2017

Publicação Nº 1454972

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 43/2017

APROVA A APLICAÇÃO DE RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FNAS) E DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS), PARA O PERÍODO DE EXECUÇÃO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), pela Lei Complementar Municipal nº 425, de 21 de novembro de 2003 e suas alterações, pela Lei Complementar Municipal nº 945, de 11 de novembro de 2014 e de acordo com a deliberação em Plenária Ordinária realizada em 06 de Dezembro de 2017,

CONSIDERANDO:

- o Decreto nº 5.517, de 17 de abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social de Blumenau;

- a Resolução nº. 33, de 12 de Dezembro de 2012 que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS e que em seus artigos 84, 85 e 86 dispõe sobre a fiscalização dos Fundos de Assistência Social pelos Conselhos de Assistência Social;

- o Parecer favorável da Comissão Permanente de Financiamento da Assistência Social - CPFAS, que analisou as Movimentações Financeiras de Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 2017, em reunião realizada no dia 16 de novembro de 2017, conforme consta no Relatório CPFAS nº. 13/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar as Movimentações Financeiras do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, dos meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 2017, com os seguintes valores:

I - Julho: Receita R\$ 549.736,14 (quinhentos e quarenta e nove mil, setecentos e trinta e seis reais e quatorze centavos);  
Despesas: 816.209,04 (oitocentos e dezesseis mil, duzentos e nove reais e quatro centavos).

II - Agosto: Receita: 729.999,07 (setecentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sete centavos);  
Despesas: 526.348,36 (quinhentos e vinte e seis mil, trezentos e quarenta e oito reais e trinta e seis reais).

III - Setembro: Receita: 239.867,32 (duzentos e trinta e nove mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e dois centavos);  
Despesas: 733.595,41 (setecentos e trinta e três mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta e um centavos).

IV - Outubro: Receita: 1.043.190,60 (um milhão e quarenta e três mil, cento e noventa reais e sessenta centavos);  
Despesas: 803.084,89 (oitocentos e três mil, oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 06 de Dezembro de 2017.  
PATRÍCIA MORASTONI SASSE  
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

## RESOLUÇÃO CMDCA Nº 43/2017

Publicação Nº 1454975

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 43/2017

APROVA AS ALTERAÇÕES DAS ÁREAS DE ABRANGÊNCIA E HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS TRÊS CONSELHOS TUTELARES DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Complementar Nº 411, de 01 de agosto de 2003 e suas alterações e com base no seu Regimento Interno, aprovado através do Decreto Municipal Nº 10.813, de 07 de dezembro de 2015,

CONSIDERANDO:

- a Resolução nº 170, de 10 de Dezembro de 2014 do CONANDA – Conselho Nacional da Criança e do Adolescente, que dispõe em seu art.3º, parágrafos 1º a 3º, quanto à autonomia do Município em definir a área de atuação de cada Conselho



Tutelar, devendo ser, preferencialmente, criado um Conselho Tutelar para cada região, circunscrição administrativa ou microrregião;

- a Lei Municipal Complementar Nº. 411, de 01 de agosto de 2003 e alterações, que dispõe sobre os Princípios da Política dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências;

- o Decreto Municipal Nº 10.813, de 07, de dezembro de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

- a aprovação em Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada 24/08/2017, referente às áreas de abrangência dos três Conselhos Tutelares;

- o relatório da Intercomissão de Política Plano e Diagnóstico e Normas e Registro, com a presença dos conselheiros, Maria Aparecida de Moraes e Marcos Antônio Schmitt, em 29/11/2017, que analisou as alterações de horário de funcionamento dos três Conselhos Tutelares de Blumenau;

- a aprovação em Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, realizada em 30 de novembro de 2017, referente ao horário de funcionamento dos três Conselhos Tutelares de Blumenau.

#### RESOLVE:

Art. 1º. Aprovar as alterações das áreas de abrangência dos três Conselhos Tutelares de Blumenau, considerando o deslocamento, acesso da população e número de denúncias, conforme segue:

I - Área Territorial de Abrangência do CONSELHO TUTELAR I: Boa Vista, Bom Retiro, Centro, Garcia, Glória, Itoupava Seca, Jardim Blumenau, Nova Esperança, Ponta Aguda, Progresso, Ribeirão Fresco, Valparaíso, Vila Formosa, Victor Konder e Vorstadt.

II - Área Territorial de Abrangência do CONSELHO TUTELAR II: Água Verde, Badenfurt, Do Salto, Escola Agrícola, Passo Manso, Salto do Norte, Salto Weissbach, Vila Nova, Velha, Velha Central e Velha Grande, Testa Salto.

III - Área Territorial de Abrangência do CONSELHO TUTELAR III: Fortaleza, Fortaleza Alta, Fidélis, Itoupava Central, Itoupava Norte, Itoupavazinha, Tribess e Vila Itoupava.

Art. 2º. Aprovar as alterações no horário de funcionamento dos três Conselhos tutelares de Blumenau.

I- Os Conselhos Tutelares atenderão ao público de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, compreendendo neste horário a execução de suas atividades.

II- Para o atendimento de situações emergenciais fora do horário de expediente, bem como aos sábados, domingos e feriados, será realizada uma escala de plantões, a ser afixada na sede do Conselho Tutelar e encaminhada para Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 3º. Deverão ser revogadas as disposições contidas nos artigos 4º e 11 do Decreto nº 10.813, de 07 de Dezembro de 2015 que aprova o Regimento Interno dos Conselhos Tutelares de Blumenau, aprovado através de Resolução CMDCA nº 50 de 2015, em 26 de novembro de 2015, bem como o art. 21, §1º da Lei Municipal nº 411 de 01 de agosto de 2003.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor a contar da publicação da Lei que altere o art. 21, §1º da Lei 411/2003 e artigos 4º e 11 referente ao Decreto nº 10.813, de 07 de Dezembro de 2015.

Blumenau, 07 de dezembro de 2017.

Dalva RODRIGUES DA SILVA

Coordenadora do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

## PORTARIA Nº 7047/2017 - SAMAE

Publicação Nº 1454981

### PORTARIA Nº 7047/17

#### CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

#### CONCEDER

Promoção Horizontal com base nos Artigos 24º e 25º, inciso I, da Lei Complementar nº. 661 de 28 de novembro de 2007, a partir de 01 de dezembro de 2017, de acordo com o Processo Administrativo Nº. 643/1712, aos servidores:

Cadastro	Servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO
1991-7	AGOSTINHO KNOPP SOARES	AGENTE DE OBRAS	B	GO
1995-0	ALVARO JOSE GOETTEN JUNIOR	AGENTE DE OBRAS	B	GO
1908-9	EDESIO DA COSTA	AGENTE DE OBRAS	C	GO
1997-6	EMANOEL OLIVEIRA DE QUADROS	AGENTE DE MANUTENÇÃO	B	GO
1988-7	FLAVIO LUIZ BERTOLDI	AGENTE DE VIGILÂNCIA	B	GO
1998-4	GILBERTO DE OLIVEIRA	MOTORISTA	B	GO
1993-3	JANOR FERNANDES ANDRE	QUÍMICO	B	GE
1980-1	JONATHAN JANDER TAVARES	TÉCNICO MECÂNICO	B	GT
1987-9	KADU HENRIQUE HILDINGER	AGENTE DE VIGILÂNCIA	B	GO
1907-0	MARIONEI BONIN	AGENTE DE OBRAS	C	GO
1983-6	PAMELA LOUISE VENANCIO	TELEFONISTA	B	GF

Samae, 11 de dezembro de 2017.

ALEXANDRO  
Diretor

EDUARDO FERNANDES  
Presidente

**PORTARIA Nº 7048/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1454986

PORTARIA Nº 7048/17

DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 20.357, de 04 de janeiro de 2017, RESOLVE:

**DECLARAR**

Estável no serviço público autárquico municipal o servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, pertencente do Quadro Permanente de Pessoal da Autarquia:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
EVERSON DAMAS	1986-0	Agente de Obras	Diretoria de Operações	31/12/2017

Samae, 12 de dezembro de 2017.

ALEXANDRO EDUARDO FERNANDES

Diretor Presidente

**EXTRATO Nº 641/2017 - FURB**

Publicação Nº 1454991

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 641/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E

INFODIGI INFORMAÇÕES DIGITAIS EIRELI - EPP

OBJETO prestação de serviço de elaboração de recorte (clipping) eletrônico das intimações publicadas em nome de pessoas (física ou jurídica) constantes nos Jornais e Diário Oficial da Justiça.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 575/2017 e Contrato nº 323/2017 firmado em 01 de janeiro de 2018.

1.1. PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 3.080,40 (três mil oitenta reais e quarenta centavos), conforme constante dos autos do processo de Dispensa de Licitação nº 575/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas 04 a 06 dos autos, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo estes os preços unitários e as descrições básicas dos itens:

Item	Código FURB	Qtde	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total (em R\$)
1	38756	12	Mês	Despesa mensal com pagamento de prestação de serviço de elaboração de recorte (clipping) eletrônico das intimações judiciais publicadas em nome das pessoas físicas ou jurídicas indicadas pela FURB, nos jornais e diários especializados.	256,70	3.080,40
Preço Total (em reais, por extenso)				três mil oitenta reais e quarenta centavos		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado até o dia 15 (quinze) do mês subsequente a prestação do serviço, após aprovação do Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

.PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do Art. 57, II, da Lei 8.666/93.

DATA: 01/12/2017.

**EXTRATO Nº 656/2017 - FURB**

Publicação Nº 1454993

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 656/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E  
ENTCO BRASIL SERVIÇOS DE TECNOLOGIA LTDA

OBJETO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE TÉCNICO DE SOFTWARES MARCA HEWLETT-PACKARD INSTALADOS NA FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 403/2017 e Contrato nº 233/2017 firmado em 01 de dezembro de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço total de R\$ 5.920,84 (cinco mil novecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), de acordo com a Proposta Técnica/Comercial nº 47144813, apresentada pela CONTRATADA e constante de fls. 13 à 25 de Inexigibilidade de Licitação nº 403/2017.

Código Do Produto	Qtde	Descrição do Produto	Início	Término	Identificador De Contrato (SAID)
B6963AAE	1	HPE DP drive WIN/Netware/Linux E-LTU	01/12/2017	30/11/2018	103826878204
B6965BAE	1	HPE DP on-line Backup for windows E-LTU	01/12/2017	30/11/2018	103826878204
B6965BAE	2	HPE DP on-line Backup for windows E-LTU	01/12/2017	30/11/2018	103826878204
B6961BAE	1	HP Data Prot Stater Pack Windows E-LTU	01/12/2017	30/11/2018	103826878204

1.1.

PAGAMENTO: O pagamento em parcela única a vista, devida no primeiro dia útil do primeiro mês de vigência do presente contrato, será paga até o último dia útil do mês ou até a data de vencimento fixada na respectiva fatura, na agência e banco designado pela CONTRATADA

.PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato tem a vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual e sucessivo período, até o máximo de 60 (sessenta) meses, conforme abaixo e Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 403/2017; cuja proposta comercial passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição.

DATA: 01/12/2017.

**EXTRATO Nº 654/2017 - FURB**

Publicação Nº 1454995

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 654/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E EDNEIA CASABRANCA BUENO

OBJETO: contratação de professores para o curso de pós-graduação lato sensu especialização em doenças infecciosas e parasitárias.

FUNDAMENTO LEGAL: Inexigibilidade de Licitação nº 155/2017 e Contrato nº 109/2017 firmado em 25 de maio de 2017.

PREÇO: Pelo objeto contratado, a CONTRATANTE pagará o preço de R\$ 2.846,88 (Dois mil, oitocentos e quarenta e seus reais e oitenta e oito centavos), conforme constante dos autos do processo de Inexigibilidade de Licitação nº. 155/2017, especialmente quanto a Proposta de folhas 238, que passa a fazer parte integrante deste instrumento contratual, independente de transcrição, sendo este o preço unitário e a descrição do item:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)
4	38037	1	Despesa	Despesa com pagamento a pessoa física por prestação de serviços de educação. - Disciplina: Infecções do SNC, Parasitas Intestinais e Infecções Fúngicas -, com carga horária de 20 horas, conforme cronograma de fl.18 a 20 dos autos.	2.846,88
Preço Total (em R\$)				2.846,88	
Preço Total (em reais, por extenso)				Dois mil oitocentos e quarenta e seus reais e oitenta e oito centavos	

PAGAMENTO: O pagamento será em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva conclusão de cada disciplina, desde que a execução dos trabalhos seja aprovada pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e siga acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato terá início a partir da data de assinatura do instrumento contratual e encerramento vinculado ao término do respectivo exercício financeiro da prestação do serviço, na forma do caput do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

DATA: 12/12/2017.

**EXTRATO Nº 653/2017 - FURB**

Publicação Nº 1454998

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 653/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E  
MOTORMAC RENTAL LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A.

OBJETO: Registro de Preços para contratação futura de serviços de locação de equipamentos, tais como plataformas (articulada e tipo tesoura) e caminhão com cesto aéreo, para uso em manutenções, obras e reformas da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 461/2017 e Ata de Registro de Preços nº 312/2017 firmado em 24 de novembro de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Lote 01						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	37145	90	Diária	Plataforma articulada, com as seguintes características:  - Altura mínima: 13m (treze metros); - Alcance horizontal mínimo: 7,5m (sete metros e meio); - Altura mínima para cima: 7m (sete metros); - Altura mínima por cima: 7m (sete metros) - Capacidade mínima de carga: 200kg (duzentos quilogramas); - Com motor elétrico; - Com capacidade de realizar giro 360º (trezentos e sessenta graus) não contínuos; - Com pneus anti marcas;	185,25	16.672,50
2	32382	6	Serviço	Despesas com transporte (composto pela entrega e devolução) de plataforma articulada.	375,25	2.251,50
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				18.924,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extensão)				Dezoito mil, novecentos e vinte e quatro reais		

Lote 02						
Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	37416	10	Diária	Plataforma tipo tesoura, com as seguintes características:  - Altura mínima: 9,5m (nove metros e meio); - Capacidade mínima de carga: 350kg (trezentos e cinquenta quilogramas); - Capacidade mínima de extensão: 100kg (cem quilogramas); - Com motor elétrico; - Com pneus anti marcas;	150,00	1.500,00
4	32382	10	Serviço	Despesas com transporte (composto pela entrega e devolução) de plataforma tipo tesoura.	395,00	3.950,00
Preço Total do Lote (em reais, R\$)				5.450,00		
Preço Total do Lote (em reais, por extensão)				Cinco mil, quatrocentos e cinquenta reais		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos, após a efetiva locação dos equipamentos, com sua posterior devolução, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade até o 12 (doze) meses, com início a partir da data de sua assinatura.

DATA: 12/12/2017

**EXTRATO Nº 637/2017 - FURB**

Publicação Nº 1455002

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
 Extrato nº. 637/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

E ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICOS EIRELI EPP.

OBJETO: Registro de Preços para aquisições futuras de equipamentos e ferramentas utilizados na manutenção da Universidade.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 496/2017 e Contrato nº. 326/2017 firmado em 08 de dezembro de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca e Modelo	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
7	33971	2	Peça	<p>MARTELETE COMBINADO PERFURADOR E ROMPEDOR DE 5,5 JOULES – EQUIPAMENTO PROFISSIONAL.</p> <p>Características Mínimas Gerais:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Marteleto rotativo e rompedor</li> <li>- Velocidade variável</li> <li>- Controle eletrônico de velocidade</li> <li>- Partida suave</li> <li>- Limitador de torque.</li> <li>- Classe de segurança dupla isolamento.</li> <li>- Encaixe SDS Plus</li> <li>- Empunhadura lateral</li> <li>- Limitador de profundidade</li> <li>- Graxa</li> <li>- Adaptável a coletor / aspirador de pó</li> <li>- Uma (01) maleta para transporte.</li> </ul> <p>Especificação Técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potência: 850 Watts,</li> <li>- Tensão 220/230 Volts – 60Hz</li> <li>- Rotação sem carga: 315 – 630 RPM</li> <li>- Impacto: 1650 – 3300 IPM</li> <li>- Força/energia de impacto: 5,5 Joules</li> <li>- Capacidade de perfuração em concreto: diâmetro de 32mm</li> <li>- Emissão de vibrações: 18 m/s<sup>2</sup></li> <li>- Incerteza K: 1.5 m/s<sup>2</sup></li> <li>- Peso: 4,4kg</li> <li>- Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação a contar da data da entrega.</li> </ul> <p>Referência: Makita modelo HR3200C ou equivalente.</p>	Makita / HR3200C	2.420,00	4.840,00
9	38569	1	Peça	<p>MARTELO DEMOLIDOR DE 33,8 JOULES – EQUIPAMENTO PROFISSIONAL. Características Mínimas Gerais: - Romper/talhar concreto, tijolos, pedras e asfalto. - Sistema antivibração AVT - Velocidade variável - Controle eletrônico de velocidade - Partida suave - Totalmente rolamento - Classe de segurança dupla isolamento. - Encaixe sextavado para ponteiro - Empunhadura lateral</p> <p>- Graxa - Com um (01) ponteiro sextavado - Especificação Técnica:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Potência: 1510 Watts,</li> <li>- Tensão 220/230 Volts – 60Hz</li> <li>- Impacto por minuto: 730 – 1450 IPM</li> <li>- Força/energia de impacto: 33,8 Joules</li> <li>- Emissão de vibrações: 7,0 m/s<sup>2</sup></li> <li>- Incerteza K: 1,5 m/s<sup>2</sup></li> <li>- Comprimento: 715mm (sem ponteiro)</li> <li>- Peso 17kg - Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação a contar da data da entrega. Referência: Makita modelo HM1317C ou equivalente.</li> </ul>	Makita / HM1317C	3.900,00	3.900,00

11	38571	1	Peça	<p>Lavadora de Alta Pressão com Gaiola, trifásica com bomba de alta performance. Linha industrial. Para uso diário e contínuo, com alto rendimento, resistente e baixo desgaste. Cabeçotes e bielas de latão e pistões de cerâmica. Visor frontal de nível e qualidade de óleo. Sistema de sucção com baixa perda e conjunto de vedações de alta performance. Válvula multifuncional: integra by pass, parada total, sucção de detergente, regulagem de pressão e vazão em um único componente. Dados Técnicos:</p> <p>Potência: 4000/6000W (5,3/7,95HP)</p> <p>Tensão: 380V/60Hz</p> <p>Vazão: 700/1000 L/h Pressão: 2175/2610 Psi (150/180 bar)</p> <p>Bloco em alumínio Dimensões: 720/830 x 630/660 x 920/1060mm (C x L x A)</p> <p>Peso: 50/60 kg. Acessórios: Mangueira de alta pressão de 10 metros</p> <p>Pistola de alta pressão. Tubeira giratória 600 mm (inoxidável) Ajuste de Pressão/Vazão</p> <p>Bico Power Leque de 25° Bico Aplicador de Detergente. Bico turbo.</p> <p>Engate rápido. Carrinho integrado com duas (02) rodas - Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação a contar da data da entrega.</p> <p>Modelo de referência: HD 7/15 MAXI Karcher ou equivalente.</p>	Karcher / HD7 / 15-4	7.180,00	7.180,00
23	12880	4	Peça	<p>ROÇADEIRA TIPO COSTAL A GASOLINA – PROFISSIONAL</p> <p>Características Técnicas Mínimas: Motor Mitsubishi, 02 tempos, de 42,7 cilindradas. Capacidade do tanque de combustível: 0,9 litros. Peso aproximado: 11,5 Kg. Para corte em terrenos acidentados. Acessórios: carretel de fio nylon, lâmina com 03 pontas, lâmina com 02 pontas de 330mm, dosador de combustível, óculos de segurança e ferramentas (chaves). - Garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação a contar da data da entrega. Marcas de referências: NAKASHI e TRAPP ou equivalente.</p>	Nakashi – KW4300C	3.550,00	14.200,00
Preço Total dos itens (em R\$)				30.120,00			
Preço Total dos itens (em reais, por extenso)				Trinta mil cento e vinte reais.			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 28 (vinte e oito) dias consecutivos após a efetiva entrega dos produtos, desde que os mesmos sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. DATA: 12/12/2017

## EXTRATO Nº 652/2017 - FURB

Publicação Nº 1455003

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
Extrato nº. 652/2017

PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU  
E TIRA ENTULHOS LTDA

OBJETO: Registro de Preços para contratação de serviços de coleta, transporte e destinação final de entulhos (resíduos de construção civil, ajardinamento e outros), com fornecimento de recipientes (caçambas estacionárias ou containers) nos diversos Campi da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº. 537/2017 e Ata de Registro de Preços nº. 336/2017 firmado em 13 de dezembro de 2017.

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Preço Unitário (em R\$)	Preço Total do Item (em R\$)
1	31237	130	Recipiente	<p>Serviços de coleta e transporte de entulhos (resíduos de construção civil, ajardinamento e outros), com fornecimento de recipientes (caçambas estacionárias ou containers) nos diversos Campi da FURB, através de recipientes (caçambas estacionárias ou containers) com capacidade mínima de 5 m3.</p> <p>Com destinação final em aterro adequado para estes tipos de resíduos.</p>	218,00	28.340,00
Valor Total Registrado (em reais, por extenso)				Vinte e oito mil, trezentos e quarenta reais.		

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado no 7º (sétimo) dia útil subsequente ao mês de prestação dos serviços, desde que aprovados pelo Gestor designado pela Contratante e acompanhados da respectiva Nota Fiscal, através de crédito na conta bancária da Contratada, na agência e banco que ela designar, atendidas as seguintes e concomitantes condições.

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura

DATA: 13/12/2017



# Bom Retiro

## PREFEITURA

### RESULTADO CHAMADA PUBLICA EDITAL 01/2017

Publicação Nº 1455075

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE  
CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 2.280 DE 23 DE JUNHO DE 2015  
AVENIDA MAJOR GENEROSO, Nº 227, CENTRO - BOM RETIRO/SC  
88680-000 / FONE: (49) 3277 0074

Resolução Nº 07 (2017)

Dispõe sobre os projetos aprovados pela Comissão de Análise e Seleção de Projetos do FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Bom Retiro, em reunião plenária realizada no dia 11 de dezembro de 2017, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Municipal Nº 2.280 de 23 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º - Aprovar os seguintes projetos apresentados na Chamada Pública – Edital 01/2017 FIA, para serem contemplados com recursos provenientes do Fundo para Infância e Adolescência (FIA):

- a) Girando, brincando... Assim sou feliz - R\$ 1.690,00 (Associação de Assistência Social de Bom Retiro)
- b) Adulto que tem gosto pela leitura, foi criança que viveu a fantasia de histórias infantis - R\$ 5.311,90 (Associação de Assistência Social de Bom Retiro)
- c) Os livros nos fazem viajar - R\$ 4.060,00 (Associação de Assistência Social de Bom Retiro)
- d) Pular amarelinha faz a infância inesquecível - R\$ 2.401,35 (Associação de Assistência Social de Bom Retiro)
- e) Que legal: restaurando e colorindo - R\$ 8.287,05 (Associação de Assistência Social de Bom Retiro)
- f) Brincando eu aprendo e cresço feliz - R\$ 5.233,45 (APP do Pré-Escolar Municipal Capistrano)
- g) Aprendendo com as tecnologias - R\$ 7.576,00 (APP do Pré-Escolar Municipal Capistrano)
- h) Brincando eu aprendo com meus amigos - R\$ 5.980,00 (APP do Pré-Escolar Municipal Capistrano)
- i) Equipamentos para a reabilitação através da integração sensorial - R\$ 7.907,00 (APAE de Bom Retiro)
- j) Aquisição de teste psicológico WISC IV - Escala Wechsler de Inteligência para Crianças - R\$ 2.470,00 (APAE de Bom Retiro)
- k) Aquisição de equipamentos e materiais para sala de estimulação precoce - R\$ 7.946,75 (APAE de Bom Retiro)

Art. 2º - Todos os projetos aprovados totalizam R\$ 58.863,50, cujo registro encontra-se na ata nº 09/2017 do CMDCA.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Bom Retiro, 11 de dezembro de 2017.  
Fernanda Bollmann Oleskovicz Nunes  
Presidente do CMDCA



# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 119 2017

Publicação Nº 1454967

DECRETO Nº 119/2017

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão de Avaliação de Servidores Públicos em Estágio Probatório.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e demais Legislações Vigentes:

DECRETA:

Art.1º - Fica constituída a Comissão Especial de Avaliação de Servidores em Estágio Probatório, formada pelos servidores: Michelle Vermoehlen, Arlei Everaldo Larsen, Solange Harbs, Zenaide Kniss Felga e Ligia Vogel.

Art. 2º - A comissão será presidida pela servidora Michelle Vermoehlen e secretariada por Zenaide Kniss Felga e tem como objetivo executar a Avaliação de Desempenho dos Servidores em Estágio Probatório.

Art. 3º - A comissão ora constituída seguirá as normas de Decreto nº 067/2005, que baixou instruções especiais sobre Avaliação de Desempenho de Servidor em Estágio Probatório, a as disposições legais em vigor, tomadas as providências necessárias a sua fiel execução e julgamento.

Art. 4º - Fica revogado o Decreto 127/2016 de 28/11/2016.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09/07/2008.

Braço do Trombudo em 12 de Dezembro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 120 2017

Publicação Nº 1454976

DECRETO Nº. 0120/2017.

Abre Crédito Suplementar no Orçamento vigente.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

03 – SECRETARIA DE ADM., FINANÇAS e PLANEJAMENTO  
01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2.016 – Convênios Corpo de Bombeiros  
(20) – 3.3.90.00.00.00.00.1.0034 – Aplicações Diretas  
..... R\$ 10.000,00

TOTAL ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o provável excesso de arrecadação do exercício de 2017 do recurso 1.0361 – Transferências de Convênios - Outros.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 11 de dezembro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 121 2017

Publicação Nº 1454987

DECRETO Nº. 0121/2017.

Cria Crédito Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
02 – FUNDO DA INFANCIA E DO ADOLESCENTE

2.111 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFANCIA E DO ADOLESCENTE

(25) – 3.3.90.00.00.00.00.0.3.0000.000000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

TOTAL ..... R\$ 10.000,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2016 do recurso 3.0000 – Recursos Ordinários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 12 de Dezembro de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2017 FMS

Publicação Nº 1454706

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 14/2017 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude

CNPJ: 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Altermed Material Médico Hospitalar LTDA

CNPJ: 00.802.002/0001-02

Estrada Boa Esperança Nº 2320- Fundo Canoas  
Rio do Sul -SC

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos de acordo com proposta do Ministério de Saúde Nº 114817821160-01 para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC.

#### RETIFICAÇÃO

Onde se Lê:

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrito no CNPJ n.º 11.481.782/0001-44, localizada á Rua Leopoldo Joenck, 119, no centro de Braço do Trombudo, SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Nildo Melmestet, a seguir denominada Contratante, e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar LTDA Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Estrada Boa Esperança Nº 2320- Fundo Canoas, Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por Maicon Cordova Pereira, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 3/2016, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Leia-se:

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrito no CNPJ n.º 11.481.782/0001-44, localizada á Rua Leopoldo Joenck, 119, no centro de Braço do Trombudo, SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Nildo Melmestet, a seguir denominada Contratante, e a empresa Altermed Material Médico Hospitalar LTDA Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Estrada Boa Esperança Nº 2320- Fundo Canoas, Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representada por Maicon Cordova Pereira, a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 20/2017, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Vigência: 28/02/2018

Data da assinatura: 12/12/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2017 FMS

Publicação Nº 1454777

EXTRATO DE 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15/2017 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saude

CNPJ: 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Prohospital Sul Comércio De Materiais Médicos E Odontológicos Eireli EPP

CNPJ sob o nº 05.077.346/0001-01

Rua Tuiuti Nº165- Centro, Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina

Objeto: Aquisição de equipamentos odontológicos de acordo com proposta do Ministério de Saúde Nº 114817821160-01 para a Secretaria de Saúde de Braço do Trombudo/SC.

#### RETIFICAÇÃO

Onde se Lê:

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrito no CNPJ n.º 11.481.782/0001-44, localizada á Rua Leopoldo Joenck, 119, no centro de Braço do

Trombudo, SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Nildo Melmestet, a seguir denominada Contratante, e a empresa Prohospital Sul Comércio De Materiais Médicos E Odontológicos Eireli EPP Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rua Tuiuti Nº165- Centro, Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.077.346/0001-01, neste ato representada por Carlos André dos Santos a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 3/2016, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Leia-se:

A Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Inscrito no CNPJ n.º 11.481.782/0001-44, localizada á Rua Leopoldo Joenck, 119, no centro de Braço do Trombudo, SC, neste ato representada por seu Prefeito Sr. Nildo Melmestet, a seguir denominada Contratante, e a empresa Prohospital Sul Comércio De Materiais Médicos E Odontológicos Eireli EPP Pessoa Jurídica de Direito Privado, sito a Rua Tuiuti Nº165- Centro, Cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 05.077.346/0001-01, neste ato representada por Carlos André dos Santos a seguir denominada Contratada, acórdão e ajustam firmar o presente contrato nos termos da lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e legislação pertinente, assim como pelas condições do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial nº 20/2017, pelas Cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Vigência: 28/02/2018

Data da assinatura: 12/12/2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

#### EXTRATO DE 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2016

Publicação Nº 1454506

EXTRATO DE 2.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2016

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Consorcio de Informática na Gestão Pública Municipal - CIGA

CNPJ nº 09.427.503/0001-12, sito a Rua General Liberato Bittencourt, 1885

Florianópolis - SC

Objeto: Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação, destinadas a publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos de Braço do Trombudo na rede mundial de computadores - Internet, que atende os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP - Brasil), pelo qual, terá seus serviços prestados pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal..

Vigência: 31.12.2018

Data da assinatura: 11.12.2017

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2017 FMS**

Publicação Nº 1454490

EXTRATO DO 1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 03/2017 FMS

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Braço do Trombudo

CNPJ 11.481.782/0001-44,

Sito a Rua Leopoldo Joenck, 119

Braço do Trombudo – SC.

Contratada: Clínica Médica Bibiane Ltda

CNPJ: 20.348.985/0001-58

Sito a Av. Nereu Ramos, 209 - sala 03

Centro

Taió -SC

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS EM PEDIATRIA.

Vigência até 31.12.2018.

Data da assinatura: 12.12.2017

Nildo Melmestet - Prefeito Municipal

seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Projeto/Atividade: 2.111 – MANUTENÇÃO DO FUNDO DA INFÂNCIA E DO ADOLESCENTE

Dotação: 21

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.1.0000 – Aplicações Diretas

Função 8: Assistência Social

Subfunção 243: Assistência à Criança e ao Adolescente

**5. DO PRAZO DE IMPUGNAÇÃO**

Admite-se a impugnação ao edital, apresentada no prazo de cinco dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até cinco dias da data do respectivo protocolo.

Braço do Trombudo, 12 de dezembro de 2017.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

**INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO 03 2017 LAR**

Publicação Nº 1454478

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 3/2017

O MUNICÍPIO DE BRAÇO DO TROMBUDO, inscrito no CNPJ nº 95.952.230/0001-67, com sede na Praça da Independência, nº 25 - Bairro Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Nildo Melmestet, torna público que está efetuando por Inexigibilidade de Chamamento Público o repasse de recursos financeiros para a Instituição LAR BENEFICENTE JOÃO 3.16, inscrita no CNPJ nº 00.663.923/0001-23, com sede na localidade de Ribeirão Concórdia, sn, Braço do Trombudo SC, mediante as seguintes razões:

**1. FUNDAMENTO LEGAL**

De acordo com a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, a Administração Pública pode efetivamente realizar o repasse de recursos financeiros, mediante inexigibilidade de Chamamento Público, conforme artigo 31, inciso II da referida lei, in verbis:

Artigo 31:

Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

**2. JUSTIFICATIVA DO REPASSE**

Considerando as especificidades da Lei nº 13.019/2014 quanto à inexigibilidade do chamamento público, ato respaldado na mesma lei, em seu artº. 31 e o parecer jurídico em anexo, vê-se que é possível efetuar a transferência de recursos a Instituição LAR BENEFICENTE JOÃO 3.16.

**3. DO VALOR DO REPASSE**

O valor do repasse é de R\$ 3.745,00 (três mil setecentos e quarenta e cinco reais) por mês.

**4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da presente inexigibilidade ocorrerão da

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº28/2016 PMBT

Publicação Nº 1445954

Página: 1/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016**

Número do Registro de Preços: 28/2016		Data do Registro: 12/12/2016		Válido até: 12/12/2017		Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Cartucho de tinta original para impressora HP 662 XL preto- CZ105 AB 6,5 mL (17280)	UND	ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	68,8800	1
2			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	76,0000	2
3			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	PPHP	0	76,8000	3
4			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	79,5000	4
5			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	79,9000	5
6			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	HP	0	81,5000	6
7			COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	HP	0	84,0000	7
2	Cartuchos de tinta original para impressora HP 662 XL tricolor CZ106 AB 8,0 mL (17281)	UND	ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	83,3300	1
2			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	85,0000	2
3			COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	HP	0	96,0000	3
3	Cartucho de tinta original para impressora HP 27 preto C8727 AL 10 mL (18788)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	75,0000	1
2			ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	79,9000	2
3			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	94,0000	3
4			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	HP	0	96,4000	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016**

Página: 2/10

**Número do Registro de Preços: 28/2016      Data do Registro: 12/12/2016      Válido até: 12/12/2017**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	Cartucho de tinta original para impressora HP 28 color C 8728 AL 10 ml. (17283)	UND	ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	111,1100	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	99,0000	5
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	HP	0	99,9000	6
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	121,0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	123,0000	3
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	HP	0	126,0000	4
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	HP	0	128,9000	5
5	Cartucho de tinta original para impressora HP 122 XL preto CH563HB 8,5 ml. (17284)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	90,0000	1
			ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	98,8800	2
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	HP	0	124,0000	3
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	126,0000	4
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	HP	0	132,0000	5
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	132,0000	6
6	Cartucho de tinta original para impressora HP 122 XL color CH 564 HB 8,5 ml. (17285)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	93,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016**

Página: 3/10

**Número do Registro de Preços: 28/2016      Data do Registro: 12/12/2016      Válido até: 12/12/2017**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Cartucho de tinta original para impressora HP 56 preto C6656 AL 19 ml. (17286)	UND	ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	96.6900	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	130.0000	3
			ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	88.8900	1
8	Cartucho de tinta original para impressora HP 57 color C6657 AL 19 ml. (17287)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	120.0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	120.0000	3
			ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	111.1100	1
9	Cartucho de tinta original para impressora HP 21 preto C9351 AB 7 ml. (17288)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	115.0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	180.0000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	70.0000	1
10	Cartucho de tinta original para impressora HP 22 color C9352 AB 6 ml. (17289)	UND	MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	HP	0	73.0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	75.0000	3
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	93.0000	1
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	HP	0	95.0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	98.0000	3

Página: 4/10

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016**

**Número do Registro de Preços: 28/2016**      **Data do Registro: 12/12/2016**      **Válido até: 12/12/2017**  
**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	HP	0	99.6000	4
11	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 60 XL preto . CC 641 VL 12 ml. (17290)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	95.0000	1
12	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 60 XL color . CC 641 VL 12 ml. (17291)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	170.0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	179.0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	180.0000	2
13	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 901 XL preto, 15,5 ml (15422)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	68.0000	1
			ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	68.8800	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	160.0000	3
14	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 901 XL color 13 ml. (17292)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	107.0000	1
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	HP	0	109.0000	2
15	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 74 preto, 6 ml (15424)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	63.0000	1
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	HP	0	64.0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	70.0000	3



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016**

Página: 5/10

**Número do Registro de Preços: 28/2016      Data do Registro: 12/12/2016      Válido até: 12/12/2017**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
16	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora HP 75 color, 6 ml (15425)	UND	ISOLD GEHRKE ME (6066)	HP	0	68,8800	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	75,0000	2
17	Cartucho de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 preto, 25 ml (15427)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	EPSON	0	84,0000	1
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	EPSON	0	85,0000	2
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	EPSON	0	88,0000	3
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	91,0000	4
			TECTONER RECARGA DE TONER LTDA (9541)	EPSON	0	132,0000	5
18	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 amarelo, 10 ml (15428)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	EPSON	0	65,0000	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	67,0000	2
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	EPSON	0	72,6000	3
19	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 azul ( dan) 5 ml (15429)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	EPSON	0	65,0000	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	67,0000	2
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	EPSON	0	72,6000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016**

Página: 6/10

**Número do Registro de Preços: 28/2016      Data do Registro: 12/12/2016      Válido até: 12/12/2017**

**Objeto da Compra:** Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Cartuchos de tinta original do fabricante da impressora Epson 140 rosa ( magenta) 10 ml (15430)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	EPSON	0	65,0000	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	EPSON	0	67,0000	2
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	EPSON	0	72,6000	3
21	Toner original D1023S/D103L, impressora Samsung ML 2655 NB preto (15416)	UND	ISOLD GEHRKE ME (6068)	SAMSUNG	0	188,8800	1
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	SAMSUNG	0	199,0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	SAMSUNG	0	280,0000	3
22	Toner Compatível 100% novo lacrado CB 436 A (preto). (12303)	UND	COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	21,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	D&A	0	26,6000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	29,9000	3
23	Toner Compatível 100% novo lacrado TN 650 MFC 8480 DN (preto) (12309)	UND	COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	26,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	D&A	0	39,0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	42,0000	3
24	Toner compatível novo para impressora samsung D204 MLT-D204S (17293)	UND	IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	MASTER	0	105,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016**

Página: 7/10

Número do Registro de Preços: 28/2016		Data do Registro: 12/12/2016		Válido até: 12/12/2017		Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	Toner compatível novo para impressora samsung SCX4623F (17294)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	110.0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	MASTERPRIN	0	113.0000	3
			COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	45.0000	1
26	Toner compatível novo para impressora samsung ML 2165 W (17296)	UND	MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	TONER CART	0	54.9000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	MASTERPRIN	0	60.0000	3
			COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	64.9000	1
27	Toner compatível novo 284 para impressora Multifuncional HP M-127FN M127, M-127 FW M-127, M-125 M125 A M-125 A, M-201, M-225, M-225, M202 HP (17296)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	CHINAMATE	0	65.0000	2
			KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	MASTERPRIN	0	65.0000	3
			COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	20.9000	1
28	Toner compatível 100% novo lacrado Q2612A (preto). (8208)	UND	MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	TONER CART	0	21.0000	2
			COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	21.0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	D&A	0	27.0000	2
29	Toner compatível novo para impressora samsung ML 2165 W (17296)	UND	EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	29.9000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016**

Página: 8/10

Número do Registro de Preços: 28/2016 Data do Registro: 12/12/2016 Válido até: 12/12/2017

Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	Toner compatível 100% novo lacrado CE 285A (preto). (9190)	UND	COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE (8820)	COLOR BLACI	0	21,0000	1
			RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME (9460)	D&A	0	27,0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	POLITONER	0	29,9000	3
30	Cartucho tinta original para impressora HP 664 XL color F6V30AB (16786)	UND	KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME (9207)	HP	0	95,0000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	97,0000	2
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	99,0000	3
			MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	HP	0	102,6000	4
31	Cartucho tinta original para impressora HP 664 XL preto F6V31AB (16787)	UND	MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME (9542)	HP	0	96,5000	1
			IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME (9326)	HP	0	97,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016

Página: 9/10

Número do Registro de Preços: 28/2016		Data do Registro: 12/12/2016		Válido até: 12/12/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braco do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME (9352)	HP	0	99,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 28/2016

Número do Registro de Preços: 28/2016		Data do Registro: 12/12/2016		Válido até: 12/12/2017			
Objeto da Compra: Aquisição de cartuchos de tinta originais e toners compatíveis, para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/2016  
PROCESSO Nº 42/2016

- (6066) - ISOLD GEHRKE ME
- (8820) - COLOR-BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONE
- (9207) - KLEBER MACHADO & CIA LTDA ME
- (9326) - IMPERIO DO PAPEL COMERCIO DE PAPEIS LTDA - ME
- (9352) - EONIX SUPRIMENTOS E INFORMATICA LTDA ME
- (9460) - RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME
- (9541) - TECTONER RECARGA DE TONER LTDA
- (9542) - MARTINS & NASCIMENTO INFORMATICA LTDA - ME

Braço do Trombudo, 12 de Dezembro de 2016.

# Brusque

## PREFEITURA

### EDITAL Nº 02-2017 - COMUSA -ELEIÇÃO

Publicação Nº 1455177

BRUSQUE, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 02/2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BRUSQUE – COMUSA, no uso de suas atribuições, e considerando a Lei Municipal nº 2.870, de 19 de setembro de 2005, alterada pela Lei Municipal nº 2.898 de 21 de dezembro de 2005, e de acordo com a Resolução nº 453 de 10 de maio de 2012, CONVOCA, as Associações, Entidades e Movimentos Sociais organizados representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde, entidades dos Profissionais da Saúde nível superior, prestadores de serviços de saúde para, reunirem-se para eleger o(a)s integrantes Titulares e Suplentes, vagas não preenchida na eleição que aconteceu dia 31 de outubro de 2017, do Conselho Municipal de Saúde – COMUSA do Município de Brusque, Gestão 2017-2019, representantes do Profissionais de Saúde, Prestadores de Serviços de Saúde e dos Usuários do Sistema Único de Saúde, conforme local, data e horário a seguir: Auditório da Secretaria de Saúde do Município de Brusque, situado no 3º andar do Centro de Serviços de Saúde, sito à Praça da Cidadania, Centro de Brusque – SC, na data de 21 de fevereiro de 2018, às 17 horas. As vagas estão assim distribuídas:

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS		
Organização	efetivo	suplente
Entidades de representações de deficiência ou patologias crônicas	01	02
Entidades comunitárias religiosas	00	01
ENTIDADES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE		
Organização	efetivo	suplente
Entidades de Profissionais de saúde de nível superior	00	01
REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE		
Organização	efetivo	suplente
Entidades privadas prestadoras de serviço de saúde	00	01

#### NOTAS:

1. Serão delegados os representantes dos usuários do Sistema Único de Saúde, mediante apresentação de ofício de indicação assinado pelo representante legal, emitindo em papel timbrado e /ou com carimbo da entidade, contendo: endereço, telefone, RG do delegado, cópia da ata de eleição da atual diretoria e cópia do CNPJ. Esses dados deverão ser apresentados no ato da inscrição.
2. Serão delegados os representantes do seguimento dos profissionais de saúde mediante apresentação de ofício de indicação assinado pelo representante legal, emitindo em papel timbrado e /ou com carimbo da entidade, contendo: endereço, telefone, RG do delegado, cópia da ata de eleição da atual diretoria e cópia do CNPJ. Esses dados deverão ser apresentados no ato da inscrição.
3. Serão delegados os representantes do segmento dos prestadores de serviços de saúde privados do Município, mediante apresentação do ofício de indicação assinado pelo representante legal da organização, emitido em papel timbrado, contendo: endereço, nome completo, número do RG do delegado e cópia CNPJ da entidade. Esses deverão ser apresentados no ato da inscrição.
4. Serão considerados candidatos, todas as pessoas indicadas pelo representante legal da instituição. Cada instituição poderá indicar um ou mais candidato. No dia da eleição, os candidatos e delegados deverão apresentar documento de identidade original.
5. Ficam impedidos de comporem o COMUSA na condição de representantes dos usuários e trabalhadores de saúde, os ocupantes de cargos de confiança, de chefia e ainda funcionários públicos, conforme estabelece o §8º do art. 5º da Lei Municipal nº 2.870/2005, de 19 de setembro de 2005 e o §8º do art. 6º do Regimento Interno do COMUSA.
6. Ficam impedidos de representarem os profissionais de saúde, os profissionais prestadores de serviços do SUS.
7. As entidades e representantes das categorias, candidatos a comporem o COMUSA, procederão ao registro apresentando a documentação para a Comissão Eleitoral do Comusa, no dia 21 de fevereiro de 2018 às 17 horas, Auditório da Secretaria de Saúde do Município de Brusque, situado no 3º andar do Centro de Serviços de Saúde, sito à Praça da Cidadania, Centro de Brusque – SC.
10. A Comissão Eleitoral do COMUSA dará suporte ao processo eleitoral que será realizado no Auditório da Secretaria de Saúde do Município de Brusque, situado no 3º andar do Centro de Serviços de Saúde, sito à Praça da Cidadania, Centro de Brusque – SC., no dia 21 de fevereiro de 2018 às 17 horas.
11. Informações adicionais podem ser obtidas, com Julio Atanasio Gevaerd, pelo telefone (47)98425.5925, ou no e-mail presidencia@secbrusque.com.br

Julio Atanasio Gevaerd  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde  
COMUSA

Humberto M. Fornari  
Secretário Municipal de Saúde de Brusque



**EDITAL Nº 02-2017 - COMUSA -ELEIÇÃO - FICHA DE INSCRIÇÃO**

Publicação Nº 1455179

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE  
SECRETARIA DE SAÚDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – COMUSA  
Instituído pela Lei Municipal nº 2.870/2005, de 19 de setembro de 2005.

Eleição COMUSA Biênio 2017-2019

**VI FÓRUM BRUSQUENSE DAS ENTIDADES EM SAÚDE  
FICHA DE INSCRIÇÃO**

Entidade: .....

Endereço: .....

..... nº ..... Bairro: .....

Fone: (....) ..... e-mail: .....

Delegado/ Candidato: ... ..

Endereço: ... ..

..... nº ..... Bairro: ... ..

Fone: (....) ..... e-mail: .....

Candidato: ... ..

Endereço: ... ..

..... nº ..... Bairro: ... ..

Fone: (....) ..... e-mail: .....

Candidato: ... ..

Endereço: ... ..

..... nº ..... Bairro: ... ..

Fone: (....) ..... e-mail: .....

Candidato: ... ..

Endereço: ... ..

..... nº ..... Bairro: ... ..

Fone: (....) ..... e-mail: .....

**SEGMENTO REPRESENTADO**

( ) Entidades Usuárias ( ) Prestadores de Serviço (Filantrópicas/Pri-  
vadas)

**Documentação:**

- ( ) Ofício de Indicação pela Entidade timbrado/carimbado;  
( ) Cópia da ata de eleição da atual Diretoria;  
( ) Cópia Cartão do CNPJ da Entidade;  
( ) Cópia da Cédula de Identidade do membro representante;  
( ) Entidades de Profissionais de Saúde

**Documentação:**

- ( ) Ofício de Indicação pela Entidade timbrado/carimbado;  
( ) Cópia da ata de eleição da atual Diretoria;  
( ) Cópia Cartão do CNPJ da Entidade;  
( ) Cópia da Cédula de Identidade do membro representante;

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 065-2017**

Publicação Nº 1455172

**EXTRATO DO CONTRATO 065/2017**

ESPÉCIE: aquisição de macromedidores. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 030/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.1191.3449 051990000000.02000000; VIGÊNCIA: 90 dias. DATA DA ASSINATURA: 12/12/2017; VALOR: R\$ 30.912,00. CONTRATADA: Conaut Controles Automaticos Ltda. Diretor do SAMAE.

Brusque, 12 de dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 066-2017**

Publicação Nº 1455175

**EXTRATO DO CONTRATO 066/2017**

ESPÉCIE: aquisição de bombas dosadoraas. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Tomada de Preços. PROCESSO LICITATÓRIO: 032/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.002.0017.0512.0301.2293.3339.3 09900000000.06000000; VIGÊNCIA: 60 dias. DATA DA ASSINATURA: 12/12/2017; VALOR: R\$ 134.990,00. CONTRATADA: EMEC Comércio de Equipamentos Ltda EPP. Diretor do SAMAE.

Brusque, 12 de dezembro de 2017.

PUBLIQUE-SE

Roberto Bolognini  
Diretor Presidente  
SAMAE - Brusque

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166-2017**

Publicação Nº 1455203

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO nº 166/2017**

Pregão nº 106/2017

OBJETO: Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, através de serviços mecânicos, elétrico, funilaria e pintura com fornecimento de peças e acessórios para a Usina de Asfalto.

Recorrente: LUQUIPEÇAS LTDA EPP

RESULTADO DO RECURSO ADMINISTRATIVO: Pelo exposto, conhecer o recurso apresentado pela empresa LUQUIPEÇAS LTDA EPP e no mérito julgá-lo improcedentes com fulcro nos poderes conferidos pelo artigo 109, §4º da Lei 8666/93.

04/12/2017

RICARDO JOSÉ DE SOUZA  
Secretária de Obras e Serviços Públicos

# Caçador

## PREFEITURA

### ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO - PROCESSO Nº139/2017 TOMADA DE PREÇO NºTP11/2017

Publicação Nº 1454514

ATA DE JULGAMENTO DE FASE DE HABILITAÇÃO - PROCESSO Nº139/2017

Tomada de Preço NºTP11/2017

Reuniram-se no dia 07/11/2017 às 14:10, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caçador, situada na Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador/SC, os membros da Comissão Especial de Licitação, constituída pelo Decreto nº 7.296, para deliberar e julgar a documentação de recursos e contrarrazões da Tomada de Preço, cujo OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM TERRENO MUNICIPAL CONFRONTANTE COM TERRENO DO SR. HEVANDRIUS CELIO BORBA TESSER. Passou-se, então, à análise da documentação apresentada. Referente a apresentação da certidão pela empresa ENGEGRU CONTRUÇÕES LTDA EPP, a mesma focorreu dentro do prazo estipulado, sendo então a concorrente considerada habilitada. Quanto ao recurso da empresa MITRA CONSTRUTORA LTDA ME, a comissão fez a seguinte constatação: de fato o acervo e atestado técnicos apresentados são tanto do profissional quanto da empresa. A comissão euivocou-se anteriormente, não se atentando ao detalhe de que a empresa havia alterado seu nome (acervo em nome da 1º razão social da empresa). Porém os documentos apresentados não suprem os item 2.1 letras N e O do edital pois o objeto do processo é muro de contenção e o atestado técnico refere-se muro de divisa em alvenaria. Ambas não são semelhantes, ao contrário são obras totalmente distintas. Ainda com relação ao recurso, quanto a recorrente consta a análise da documentação não passou pelo crivo do engenheiro do município e apenas foi realizada pela comissão, a comissão informa que A possui dois técnicos, portanto não há necessidade de encaminhar o processo a outro profissional, ou seja, a comissão tem conhecimento para realizar a análise da documentação. Registra-se também que a comissão não pode aceitar documentos protocolados fora do envelope de habilitação para reforçar a capacidade técnica. A comissão portanto mantém sua decisão quanto a inabilitação da empresa MITRA CONSTRUTORA LTDA ME e a habilitação das empresas FELIPE BRUSCHI ENGENHARIA LTDA e ENGEGRU CONTRUÇÕES LTDA EPP. A data de abertura dos envelopes das propostas de preços fica para dia 14 de dezembro às 13:30. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente sessão, cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por mim e demais membros da Comissão. apresente sessão, cujo termo depois de lido e achado conforme foi devidamente assinado por mim e demais membros da Comissão.

Carine Marcon  
Emerson Schmidt  
Ana Paula Cardoso de Lima

### AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA EDITAL: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 156/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2017

Publicação Nº 1455294

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL E ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

EDITAL: Processo Licitatório nº 156/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO MECÂNICA, FUNILARIA, PINTURA, ELETRECIDADE, BOMBAS E BICOS E ESTOFARIA E TAPEÇARIA, PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES.

A data de abertura passa a ser dia 15 de janeiro de 2018 às 14:00. O Edital Retificado completo encontra-se no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, maiores informações podem ser obtidas no departamento de licitações e contratos da prefeitura no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de dezembro de 2017.

SAULO SPEROTTO  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 7.351

Publicação Nº 1455255

DECRETO Nº 7.351, de 06 de dezembro de 2017.

Retifica anexos do Decreto nº 7.317/2017, que Homologa a classificação final do Edital de Processo Seletivo SME nº 003/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

D ECRETA:

Art. 1º Ficam retificados os Anexos do Decreto nº 7.317, de 09 de novembro de 2017, que Homologa a classificação final do Edital de Processo Seletivo SME nº 003/2017, de 17 julho de 2017, para preenchimento de vagas temporárias e formação de cadastro de reserva para o quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, somente no que se referem aos cargos de Professor II Educação Física (207) e Professor I Educação Infantil (220), passando a vigorar conforme Anexos que ficam fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de dezembro de 2017.  
Saulo Sperotto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 7.353**

Publicação Nº 1455270

DECRETO Nº 7.353, de 07 de dezembro de 2017.  
Designa servidor para exercer fiscalização de contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designado o Servidor Público Municipal Almir Paulo Dias, para exercer a fiscalização do Contrato nº 58/2017, Processo Licitatório nº 43/2017-FMS, Inexigibilidade nº 19/2017, cujo objeto é a aquisição de passagens interestaduais destinadas aos pacientes do Fundo Municipal de Saúde de Caçador.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de dezembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 7.354**

Publicação Nº 1455284

DECRETO Nº 7.354, de 07 de dezembro de 2017.  
Homologa Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA :**

Art. 1º Ficam homologadas as Resoluções nº 34, 35 e 36, de 07 de novembro de 2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, conforme previsto no art. 10, da Lei nº 3.214, de 31 de março de 2015, a qual fica fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de dezembro 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Resolução 34/2017, de 05 de dezembro de 2017  
Dispõe sobre a convocação de suplente do Conselho Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO o Memorando 19.220/2017 da qual encaminha pedido de férias das Conselheiras Tutelares Titulares para o período de 11 de janeiro de 2018 à 19 de junho de 2018.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada dia 05 de dezembro de 2017, Ata nº 355.

**Resolve:**

Art. 1º – Convocar e nomear a seguinte conselheira suplente: Francine de Matias para que substitua as mesmas durante este período.

Art. 2º A conselheira convocada deverá se pronunciar num prazo de até 10 (dez) dias, após a publicação desta resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 05 de dezembro de 2017.

TAYLOR JONATHA VOELZ

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolução 35/2017, de 05 de dezembro de 2017

Dispõe sobre definição do período de férias das Conselheiras Tutelares- ano 2018.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO o Memorando 19.220/2017 da qual encaminha pedido de férias das Conselheiras Tutelares Titulares para o período de 11 de janeiro de 2018 à 19 de junho de 2018, bem como o deferimento da Prefeitura Municipal de Caçador.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária realizada dia 05 de dezembro de 2017, Ata nº 355.

CONSIDERANDO a Resolução 34/2017 que convoca e nomeia a conselheira suplente Francine de Matias para que substitua as conselheiras tutelares titulares durante este período.

**Resolve:**

Art. 1º – Definir o período de férias das Conselheiras Tutelares para o ano de 2018, conforme segue:

1. Andréia Teresinha de Almeida: período de gozo de 11/01/2018 a 09/02/2018;
2. Simone Casagrande: período de gozo de 14/02/2018 a 15/03/2018;
3. Maria Augusta Nhoatto Moreira: período de gozo de 19/03/2018 a 17/04/2018;
4. Adriana Pegoraro Donatti: período de gozo de 18/04/2018 a 17/05/2018;
5. Suzana Ribeiro dos Santos: período de gozo de 21/05/2018 a 19/06/2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 05 de dezembro de 2017.

TAYLOR JONATHA VOELZ

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Resolução 36/2017 de 05 de dezembro de 2017

Dispõe sobre a aprovação do projeto da Associação de Pais e Amigos do Surdos de Caçador- APAS, ano 2017.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 3.214, de 31 de março de 2015.

CONSIDERANDO que a formalização, execução e prestação de contas das parcerias entre a administração pública municipal e as Organizações da Sociedade civil necessitarão observar aos preceitos da Lei 13.019/2014;

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMDCA realizada no dia 05 de dezembro de 2017, Ata nº 355.

**Resolve:**

Art. 1º Aprovar o projeto da entidade abaixo:

1) Associação de Pais e Amigos dos Surdos de Caçador- APAS: valor R\$: 2.085,00 (dois mil e oitenta e cinco reais).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 05 de dezembro de 2017.

TAYLOR JONATHA VOELZ

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

**DECRETO Nº 7.355**

Publicação Nº 1455282

DECRETO Nº 7.355, de 07 de dezembro de 2017.

Designa servidora para exercer fiscalização de contrato.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica designada a Servidora Pública Municipal Gisele de Souza Bleichuehl Zarur, para exercer a fiscalização do Contrato nº 17/2017, Processo Licitatório nº 14/2017-FMAS, Pregão Presencial nº 07/2017, cujo objeto é a aquisição de divisórias em MDF 15 mm na cor branca, destinadas ao CRAS da Secretaria de Assistência Social e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 07 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

**DECRETO Nº 7.357**

Publicação Nº 1455286

DECRETO Nº 7.357, de 08 de dezembro de 2017.

Aprova desmembramento de terreno urbano.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 5.461,50m<sup>2</sup> (cinco mil, quatrocentos e sessenta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 31.713, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Agência de Publicidade Senid Eirele - ME, ficando após o desmembramento constituído de 07 (sete) lotes, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – lote 01, com superfície de 2.845,60m<sup>2</sup> (dois mil, oitocentos e quarenta e cinco metros e sessenta decímetros quadrados), inicia no marco denominado P01, dividindo-o com a Área Verde; segue confrontando com Área Verde com o azimute de 126°37'10" e a distância de 54,99m até o marco P02; segue confrontando com Lote 02 – a desmembrar, com o azimute de 231°06'50" e a distância de 23,25m até o marco P03; segue confrontando com Lote 03 – a desmembrar, com o azimute de 231°06'50" e a distância de 13,58m até o marco P04; segue confrontando com Lote 04 – a desmembrar com o azimute de 231°06'50" e a distância de 13,58m até o marco P05; segue confrontando com Lote 05 – a desmembrar com o azimute de 231°06'50" e a distância de 13,58m até o marco P06; segue confrontando com Lote 06 – a desmembrar com o azimute de 231°06'50" e a distância de 13,58m até o marco P07; segue confrontando com Lote 07 – a desmembrar com o azimute de 231°06'50" e a distância de 8,17m até o marco P08; segue confrontando com matrícula 21.658 com o azimute de 354°32'44" e a distância de 27,65m até o marco P09; segue confrontando

com matrícula 21.660 com o azimute de 43°49'48" e a distância de 27,00m até o marco P10; segue confrontando com matrícula 21.660 com o azimute de 329°48'44" e a distância de 35,50m até o marco P11; segue confrontando com Rua Artur Trevisani com azimute de 72°44'34" e a distância de 12,90m até o marco P12; segue confrontando com Rua Artur Trevisani com azimute de 67°04'08" e a distância de 13,10m até o marco P01, início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 2.845,60m<sup>2</sup>.

II – lote 02, com superfície de 520,31m<sup>2</sup> (quinhentos e vinte metros e trinta e um decímetros quadrados), inicia no marco denominado P01, dividindo-o com a Área Verde; segue confrontando com Área Verde com o azimute de 126°37'05" e a distância de 12,06m até o marco P13; segue confrontando com Julião Tortato e Orlando Ribeiro, com o azimute de 225°20'24" e a distância de 14,00m até o marco P14; segue confrontando com Julião Tortato e Orlando Ribeiro, com o azimute de 131°55'52" e a distância de 16,60m até o marco P15; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos com azimute de 226°41'21" e a distância de 13,16m até o marco P16; segue confrontando com Lote 03 – a desmembrar com o azimute de 317°36'28" e a distância de 30,55m até o marco P03; segue confrontando com Lote 01 – a desmembrar com o azimute de 51°06'50" e a distância de 23,25m até o marco P02; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 520,31m<sup>2</sup>.

III – lote 03, com superfície de 421,86m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e um metros e oitenta e seis decímetros quadrados), inicia no marco denominado P03, dividindo-o com o Lote 02 – a desmembrar; segue confrontando com Lote 02 – a desmembrar com o azimute de 137°36'28" e a distância de 30,55m até o marco P16; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 226°15'27" e a distância de 8,62m até o marco P17; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 228°09'02" e a distância de 4,96m até o marco P18; segue confrontando com Lote 04 – a desmembrar com o azimute de 317°39'35" e a distância de 31,54m até o marco P04; segue confrontando com Lote 01 – a desmembrar com o azimute de 51°06'50" e a distância de 13,58m até o marco P03; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 421,86m<sup>2</sup>.

IV – lote 04, com superfície de 429,60m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e nove metros e sessenta decímetros quadrados), inicia no marco denominado P04, dividindo-o com o Lote 03 – a desmembrar; segue confrontando com Lote 03 – a desmembrar com o azimute de 137°39'35" e a distância de 31,54m até o marco P18; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 230°08'49" e a distância de 12,12m até o marco P19; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 232°56'47" e a distância de 1,50m até o marco P20; segue confrontando com Lote 05 – a desmembrar com o azimute de 317°44'14" e a distância de 31,69m até o marco P05; segue confrontando com Lote 01 – a desmembrar com o azimute de 51°06'50" e a distância de 13,58m até o marco P04; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 429,60m<sup>2</sup>.

V – lote 05, com superfície de 428,13m<sup>2</sup> (quatrocentos e vinte e oito metros e treze decímetros quadrados), inicia no marco denominado P03, dividindo-o com o Lote 04 – a desmembrar; segue confrontando com Lote 04 – a desmembrar com o azimute de 137°44'14" e a distância de 31,69m até o marco P20; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 232°56'47" e a distância de 7,19m até o marco P21; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 234°54'02" e a distância de 6,59m até o marco P22; segue confrontando com Lote 06 – a desmembrar com o azimute de 318°00'18" e a distância de 31,01m até o marco P06; segue confrontando com Lote 01 – a desmembrar



com o azimute de 51°06'50" e a distância de 13,58m até o marco P05; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 428,13m².

VI – lote 06, com superfície de 413,35m² (quatrocentos e treze metros e trinta e cinco decímetros quadrados), inicia no marco denominado P06, dividindo-o com o Lote 05 – a desmembrar; segue confrontando com Lote 05 – a desmembrar com o azimute de 138°00'18" e a distância de 31,01m até o marco P22; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 235°21'45" e a distância de 5,13m até o marco P23; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 242°39'08" e a distância de 6,17m até o marco P24; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 246°20'18" e a distância de 2,98m até o marco P25; segue confrontando com Lote 07 – a desmembrar com o azimute de 318°39'32" e a distância de 28,60m até o marco P07; segue confrontando com Lote 01 – a desmembrar com o azimute de 51°06'50" e a distância de 13,58m até o marco P06; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 413,35m².

VII – lote 07, com superfície de 402,65m² (quatrocentos e dois metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), inicia no marco denominado P06, dividindo-o com o Lote 06 – a desmembrar; segue confrontando com Lote 06 – a desmembrar com o azimute de 138°39'32" e a distância de 28,60m até o marco P25; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos,

com o azimute de 246°20'18" e a distância de 3,01m até o marco P26; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 250°25'20" e a distância de 10,43m até o marco P27; segue confrontando com Rua Coronel Vidal Ramos, com o azimute de 259°26'10" e a distância de 10,66m até o marco P28; segue confrontando com matrícula 21.658, com o azimute de 354°32'44" e a distância de 23,10m até o marco P08; segue confrontando com Lote 01 – a desmembrar com o azimute de 51°06'50" e a distância de 8,17m até o marco P07; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 402,65m².

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## DECRETO Nº 7.358

Publicação Nº 1455280

DECRETO Nº 7.358, de 08 de dezembro de 2017.

Dá nova redação ao art. 1º do Decreto nº 7.216/2017, que Nomeia Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 7.216, de 15 de agosto de 2017, que Nomeia Comissão Permanente de Avaliação de Imóveis da Prefeitura Municipal de Caçador, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas, para comporem a Comissão Permanente de Avaliação, para estimativa do valor venal dos bens e direitos, no momento de sua transmissão para fins de base de cálculo do imposto "intervivos", conforme prevê o art. 8º, da Lei Municipal nº 229, de 15 de dezembro de 1988:" (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 7.195, de 18 de julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 08 de dezembro 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL

## EDITAL PROCESSO LICITATÓRIO 42 - CREDENCIAMENTO 17 - CONSULTAS PEDIÁTRICAS

Publicação Nº 1454780

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 42/2017 – CREDENCIAMENTO –  
17/2017 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CAÇADOR

EDITAL: CREDENCIAMENTO Nº 17/2017

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM PEDIATRIA PARA ATENDER NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE .  
ENTREGA DOS ENVELOPES: 08/01/2018 até às 18hrs30min.  
ABERTURA DOS ENVELOPES: 08/01/2018. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site [cacador.sc.gov.br](http://cacador.sc.gov.br) no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 12 de dezembro de 2017.

ADEMAR SCHMITZ

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

## LEI COMPLEMENTAR Nº 338

Publicação Nº 1455288

LEI COMPLEMENTAR Nº 338, de 6 de dezembro de 2017.

Acresce e altera dispositivos da Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Os dispositivos abaixo elencados, da Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da

Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º ... ..

I - substituição de servidor efetivo ou empregado público, afastado de suas funções, por qualquer tempo e motivo;

.....

VII - suprir a carência de pessoal para o desempenho de atividades sazonais ou emergenciais que não justifiquem o provimento de cargos” (NR)

“Art. 3º ... ..

II - na hipótese do inciso II e VII, até 6 (seis) meses;” (NR)

“Art. 4º O recrutamento do pessoal será feito através de processo seletivo simplificado, de prova objetiva ou de prova objetiva e títulos ou de prova objetiva e prática, cujas normas serão fixadas em edital, sujeito a ampla divulgação e publicidade nos veículos oficiais do Município.” (NR)

“Art. 8º ... ..

II - tenha sido aberto processo seletivo público simplificado, nos termos do art. 4º da presente Lei Complementar, para os respectivos cargos, sem que tenha havido a inscrição ou a aprovação de qualquer candidato, ou não subsistam candidatos aprovados remanescentes.

III - revogado.”

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 6 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## LEI Nº 3.397

Publicação Nº 1455266

LEI Nº 3.397, de 6 de dezembro de 2017.

Dispõe sobre a concessão de uso de espaços públicos para a instalação, manutenção, conservação e exploração publicitária em placas indicativas de ruas no município de Caçador.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, mediante processo de concessão a terceiros, direito de instalação, manutenção, conservação de placas de denominação de logradouros públicos e veiculação de publicidade nestes mesmos equipamentos públicos.

§ 1º As dimensões, formatos, especificações e locais de instalação dos equipamentos e as demais condições da concessão, serão disciplinados pelo Poder Público Municipal através do Manual Referencial de Placas para Logradouros Públicos, anexo a esta Lei.

§ 2º A instalação, a manutenção e a conservação das placas de

denominação de logradouros públicos e demais espaços destinados à publicidade serão de responsabilidade exclusiva da empresa concessionária, não sendo devida nenhuma contrapartida pela municipalidade.

Art. 2º As despesas decorrentes da confecção e manutenção das placas e material publicitário, compreendendo mão de obra e material, serão de exclusiva responsabilidade da(s) empresa(s) vencedora(s) da licitação.

Parágrafo único. Caberá ao Município fiscalizar o uso adequado dos espaços publicitários.

Art. 3º A concessionária deverá proceder a instalação de todas as placas indicativas de logradouros públicos oficialmente denominados no Município de Caçador, bem como os que vierem a ser oficializados no período da concessão, independentemente da exploração comercial de publicidade com sua marca ou de terceiros.

Art. 4º A concessão de serviço será outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da edição do Decreto respectivo, podendo ser renovada, por igual período, mediante autorização legislativa.

Art. 5º A concessionária poderá, durante o período de vigência do contrato de concessão, explorar e comercializar os espaços existentes nas placas de denominação de logradouros públicos para veiculação de publicidade, dentro dos limites estabelecidos pelo Manual.

Art. 6º É vedada a veiculação de propaganda de apelo erótico, cigarros, bebidas alcoólicas, jogos de azar e outros agentes nocivos à saúde, bem como de propaganda político-partidária.

Parágrafo único. O Executivo exercerá o poder de polícia, fiscalizando o conteúdo das mensagens publicitárias, no sentido de que sejam evitados textos ilegais, imorais ou, ainda, sejam contrários à saúde e ao meio ambiente.

Art. 7º Nenhuma responsabilidade caberá ao Município nos contratos de publicidade a serem realizados entre a Concessionária e terceiros.

§ 1º O Município de Caçador não será responsável por prejuízos e/ou indenizações decorrentes dos atos praticados pela Concessionária, seus representantes, prepostos ou seus equipamentos.

§ 2º Caberá a Concessionária a responsabilidade pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais resultantes da execução, implantação e manutenção da concessão prevista na presente Lei.

Art. 8º Os equipamentos instalados, incluídos os postes de sustentação e as placas indicativas dos nomes dos Logradouros Públicos passarão a fazer parte do patrimônio municipal, não cabendo a possibilidade de remoção dos mesmos quando do término do prazo de concessão, tampouco qualquer indenização pelos mesmos.

Parágrafo único. Excetuam-se do previsto no caput deste artigo, as placas publicitárias porventura instaladas, que poderão ser removidas a qualquer tempo, a critério da Concessionária.

Art. 9º Como equipamentos públicos, os postes de sustentação das placas poderão ser utilizados pelo poder público para a instalação de outros equipamentos, tais como lixeiras, não cabendo qualquer remuneração indenizatória à concessionária.

Art. 10. Serão de obrigação da concessionária:

I - instalar e executar adequadamente os reparos necessários nos

locais que receberão os equipamentos, previstos nesta lei;

II - fornecer e instalar os bens no padrão estabelecido pelo Município;

III - explorar o direito de veiculação de publicidade em espaços existentes de forma padronizada e previamente aprovada pelo poder concedente;

IV - respeitar e cumprir fielmente o disposto nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 8.987, de 1995;

V - prestar serviço adequado, de acordo com as normas técnicas aplicáveis;

VI - realizar a manutenção dos materiais publicitários, mantendo os bens em perfeito estado de conservação, obrigando-se a substituir total ou parcialmente aqueles em que se verifiquem vícios, defeitos, incorreções ou em estado de avançado desgaste natural; VII - retirar, remover ou substituir as placas e/ou postes de sustentação, por conta própria, sempre que necessário, para execução de obras, serviços públicos ou na ocorrência de circunstâncias que o Município, a seu critério, exija ou tome por necessárias.

Parágrafo único. Caberá ao Poder Público realizar a fiscalização dos equipamentos e das publicidades veiculadas, que em caso de descumprimento dos regulamentos editados, notificará a concessionária para a imediata adequação, sob pena de multa e demais

penalidades previstas em Lei.

Art. 11. Será vedado à(s) Concessionária(s) vencedora(s) do processo licitatório, transferir, ceder, locar, sublocar ou delegar a terceiros o objeto licitado.

Art. 12. Poderá ser rescindida a concessão de serviço outorgada, sem que caiba qualquer direito indenizatório à concessionária, quando constatado qualquer abuso, irregularidade ou inobservância das condições exigidas no regulamento da presente Lei, bem como do edital de licitação.

Art. 13. Extinta a concessão, os equipamentos de que trata esta Lei ficarão definitivamente incorporados ao patrimônio do Município de Caçador, sem quaisquer pagamentos, seja a que título for.

Art. 14. O Poder Executivo poderá regulamentar as disposições desta Lei.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 6 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto,  
PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.680

Publicação Nº 1455262

PORTARIA Nº 28.680, de 30 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

CONSIDERANDO o Edital nº 04/2017, de 18 de outubro de 2017, de permuta, lotação e remoção dos Servidores da Secretaria da Educação,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.319, de 10 de novembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital,

RESOLVE:

Art. 1º. REMOVER os Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal (horas/aula), local de origem e de destino, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H. (horas/aula)	Local de Origem	Local de Destino
17444	Aline Colla Hahn	Professora de Ensino Fundamental II (educação física)	04	EMEB Alto Bonito	EMEB Esperança
7779	Atílio da Silveira de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental II (história)	09	EMEB Pierina Santin Perret	EMEB Alto Bonito - 03h EMEB Henrique Júlio Berger - 06h
14518	Daiana Bilibio Lins	Professora de Ensino Fundamental II (ciências)	09	EMEB Alto Bonito	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa
1475	Denise Lourdes da Luz	Professora de Ensino Fundamental I	20	EMEB Hilda Granemann de Souza (período vespertino)	EMEB Hilda Granemann de Souza (período matutino)
2916	Denise Lourdes da Luz	Professora de Ensino Fundamental II (artes)	08	EMEB Hilda Granemann de Souza (período matutino)	EMEB Hilda Granemann de Souza (período vespertino)
14217	Edevan Perego	Professor de Ensino Fundamental II (educação física)	04	EMEB Padre José Chamot	EMEB Castelhana
14519	Elisangela Cristina Kviatkovski	Professora de Ensino Fundamental II (inglês)	14	EMEB Ulysses Guimarães	EMEB Irmão Venâncio José - 06 EMEB Padre José Chamot - 08
17449	Jalmei Estefano Hermann	Professor de Ensino Fundamental II (ciências)	06	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	EMEB Hilda Granemann de Souza



3306	Joelma Ana Antunes	Professora de Ensino Fundamental II (educação física)	21	EMEB Hilda Granemann de Souza	EMEB Henrique Júlio Berger
14194	Josiane Carneiro	Professora de Ensino Fundamental II (artes)	16	EMEB Esperança	EMEB Nossa Senhora da Salette
17450	Luciana Aparecida da Silva Baldiceira Castilho	Professora de Ensino Fundamental II (educação física)	20	EMEB Rodolfo Nickel	EMEB Hilda Granemann de Souza
17452	Lucimara Ribeiro	Professora de Ensino Fundamental II (português)	14	EMEB Hilda Granemann de Souza	EMEB Alto Bonito
10527	Maria Célia Badlhuk	Professora de Ensino Fundamental I	20	EMEB Colônia Polidoro	EMEB Esperança
14186	Marta Aparecida Goes	Professora de Ensino Fundamental II (artes)	20	EMEB Morada do Sol	EMEB Alcides Tombini - 12 EMEB Tabajara - 08
14134	Maysa Aparecida Goronski	Professora de Ensino Fundamental II (geografia)	06	EMEB Hilda Granemann de Souza	EMEB Alto Bonito
17446	Michelle Kate Ramthun Bonette	Professora de Ensino Fundamental II (inglês)	02	EMEB Rodolfo Nickel	EMEB Alcides Tombini
17454	Vinícius Assis de Andrade	Professor de Ensino Fundamental II (ciências)	03	EMEB Hilda Granemann de Souza	EMEB Henrique Júlio Berger

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.681

Publicação Nº 1455263

PORTARIA Nº 28.681, de 30 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 13 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

RESOLVE:

CONSIDERANDO o Edital nº 04/2017, de 18 de outubro de 2017, de permuta, lotação e remoção dos Servidores da Secretaria da Educação,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.319, de 10 de novembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital,

RESOLVE:

Art. 1º. LOTAR os Servidores abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, carga horária semanal (horas/aula) e local de lotação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	C.H. (horas/aula)	Escola de Lotação
14863	Daniel Pereira Rafaeli Filho	Professor de Ensino Fundamental II (matemática)	09	EMEB Alcides Tombini - 04 EMEB Alto Bonito - 05
14519	Elisangela Cristina Kviatkovski	Professora de Ensino Fundamental II (inglês)	03	EMEB Pierina Santin Perret
17449	Jalmei Estefano Hermann	Professor de Ensino Fundamental II (ciências)	03	EMEB Hilda Granemann de Souza
14224	Kamila de Andrade Mroz	Professora de Ensino Fundamental II (educação física)	04	EMEB Walsin Nunes Garcia
14134	Maysa Aparecida Goronski	Professora de Ensino Fundamental II (geografia)	03	EMEB Alto Bonito
14199	Suzana de Oliveira Damer	Especialista em Assuntos Educacionais	40	CMEI Sonho Encantado

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.682**

Publicação Nº 1455265

PORTARIA Nº 28.682, de 30 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

CONSIDERANDO o Edital nº 04/2017, de 18 de outubro de 2017, de permuta, lotação e remoção dos Servidores da Secretaria da Educação,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.319, de 10 de novembro de 2017, que homologa a classificação final do Edital,

**RESOLVE:**

Art. 1º. REMOVER POR PERMUTA as Servidoras ADRIANA APARECIDA ZENI BOF e CLAUDIA APARECIDA MAURILIO, ocupantes do cargo de Professora de Ensino Fundamental I e com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, na forma que segue:

I – Adriana Aparecida Zeni Bof, matrícula 10537, lotada na EMEB Esperança para a EMEB Alto Bonito;

II – Claudia Aparecida Maurilio, matrícula 126, lotada na EMEB Alto Bonito para a EMEB Esperança.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.683**

Publicação Nº 1455267

PORTARIA Nº 28.683, de 30 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014 e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR as cidadãs a seguir relacionadas aprovadas em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria da Educação, confirme o Edital SME nº 003/2016, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Lisiane Moriggi dos Santos	Secretária Escolar	1	20h	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada – Carla Cavalheiro Dalazem à disposição da Fundação Municipal de Cultura e Turismo	06/11/2017 a 15/12/2017
Patricia Vezoli Dal Cortivo	Secretária Escolar	1	20h	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada – Carla Cavalheiro Dalazem à disposição da Fundação Municipal de Cultura e Turismo	06/11/2017 a 15/12/2017

Art. 2º. CONTRATAR os cidadãos a seguir relacionados para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria da Educação, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
Karina Rodrigues de França	Professora de Ensino Fundamental I	1	40h	EMEB Ulysses Guimarães EMEB Padre José Chamot EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Vinculada – Pamela Cristina Fiorese Andrade, designada para o cargo de confiança de Direção Escolar	16/11/2017 a 15/12/2017
Raniel Patrick Danese	Professor de Ensino Fundamental I	1	40h	EMEB Hilda Granemann de Souza EMEB Morada do Sol	Vaga Excedente e Vaga Vinculada – Luciana Maria Barbosa Nunes de Oliveira à disposição da Secretaria da Administração	17/11/2017 a 15/12/2017
Saulo Granemann Teixeira	Professor de Ensino Fundamental I	1	20h	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Vinculada - Michelle Kate Ramthun Bonette em licença maternidade	01/11/2017 a 15/12/2017

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.684**

Publicação Nº 1455268

PORTARIA Nº 28.684, de 30 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário,

**RESOLVE:**

Art. 1º. PRORROGAR os contratos por tempo determinado dos Servidores a seguir relacionados e lotados na Secretaria da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária, local de atuação, motivo e período da prorrogação:

Código	Nome	Cargo	CH	Local de Atuação	Motivo da Prorrogação	Período
15049	Leandro dos Santos Nora	Professor de Ensino Fundamental II	20h	EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Luciana Aparecida da Silva Baldicera Castilho em licença para tratamento de saúde	18/11/2017 a 15/12/2017
15083	Luana Andreia Bridi	Professora de Ensino Fundamental II	20h	EMEB Padre José Chamot	Vaga Vinculada - Alexandra Balbinot em licença para tratamento de saúde	30/11/2017 a 15/12/2017
15221	Mardiori Boscari	Professora de Educação Infantil	20h	EMEB Hilda Grannemann de Souza	Vaga Vinculada - Adriana Antunes da Silva, designada para o cargo de confiança de Direção Escolar	08/11/2017 a 15/12/2017
15137	Patricia Gonçalves Ribeiro	Especialista em Assuntos Educacionais	40h	EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Cleci Faganello em licença para tratamento de saúde	07/11/2017 a 15/12/2017
15072	Rosana Aparecida Fogaça	Merendeira	44h	EMEB Alcides Tombini	Vaga Transitória	30/09/2017 a 15/12/2017
14797	Silmara Aparecida Alves do Prado Porfírio	Professora de Ensino Fundamental I	20h	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada - Ilza Witte Rossa em licença prêmio	03/11/2017 a 15/12/2017
15198	Silvana Fátima Coferri	Professora de Ensino Fundamental II	40h	EMEB Morada do Sol EMEB Walsin Nunes Garcia	Vaga Vinculada - Marta Aparecida Goes em licença para tratamento de saúde	19/11/2017 a 15/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.685**

Publicação Nº 1455272

PORTARIA Nº 28.685, de 30 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal,

**RESOLVE:**

Art. 1º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA das Servidoras a seguir relacionadas e lotadas na Secretaria da Educação, especificando código, nome, cargo, carga horária anterior e atual, escola de atuação, motivo da alteração e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	De	Para	Escola de atuação	Motivo da alteração	Período da alteração
14987	Beatriz Macedo Olsen	Professora de Educação Infantil	20h	40h	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Vinculada – Jocilene Lucia Coldebella Correa em licença para tratamento de saúde	13/11/2017 a 15/12/2017
14768	Cristina Aparecida Beckert	Professora de Ensino Fundamental I	20h	40h	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada – Izabel Cristina Salomoni de Araújo, em licença para tratamento de saúde	22/11/2017 a 04/12/2017
15180	Daniela dos Santos Pires	Professora de Ensino Fundamental I	20h	40h	EMEB Alcides Tombini	Vaga Vinculada – Vanusa Zart em licença para tratamento de saúde	20/11/2017 a 06/12/2017
14963	Eliane Scotti Alvarenga	Professora de Educação Infantil	20h	40h	EMEB Padre José Chamot (extensão EEB Santo Damo)	Vaga Transitória	06/11/2017 a 15/12/2017
14964	Elisabete de Fátima Tabor-da Somensi	Professora de Ensino Fundamental I	20h	40h	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Vinculada – Adriana Marliza Campos de Almeida	16/11/2017 a 15/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.  
Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.686**

Publicação Nº 1455273

PORTARIA Nº 28.686, de 30 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador e na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

CONSIDERANDO a necessidade de adequações no contrato da servidora a fim de atender ao interesse público,

**RESOLVE:**

Art. 1º. ALTERAR o art. 2º da Portaria nº 28.531, de 24 de outubro de 2017, no que se refere ao local de atuação, motivo e data fim do contrato da Servidora abaixo relacionada, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
15219	Lirian de Fatima Stafin Liebl	Professora do Ensino Fundamental I	20h	EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada – Roseli Maria Baseggio em licença para tratamento de saúde	19/10/2017 a 26/11/2017

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 30 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.687**

Publicação Nº 1455274

PORTARIA Nº 28.687, de 30 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do inciso VIII, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador e na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário,

CONSIDERANDO a necessidade de adequações nos contratos dos servidores a fim de atender ao interesse público,

**RESOLVE:**

Art. 1º. ALTERAR a Portaria nº 28.023, de 23 de maio de 2017, no que se refere ao local de atuação, motivo e data fim dos contratos dos Servidores abaixo relacionados, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	CH	Local de Atuação	Motivo da Contratação	Período
15031	Jurandir Padilha	Professor do Ensino Fundamental II	40h	EMEB Castelhanos EMEB Morada do Sol EMEB Pierina Santin Perret EMEB Alcides Tombini EMEB Vereda dos Trevos	Vaga Vinculada – Geslaine Guedes dos Santos em licença maternidade	15/05/2017 a 15/12/2017
15040	Viviane Nancy Gonchoreki	Merendeira	44h	EMEB Esperança	Vaga Transitória	02/05/2017 a 15/12/2017

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 30 de novembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.689**

Publicação Nº 1455275

PORTARIA Nº 28.689, de 04 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 203, 23 fevereiro de 2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal e dá outras providências,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo para o preenchimento de vagas temporárias na Prefeitura Municipal de Caçador, conforme Edital nº 01/2017,

CONSIDERANDO a listagem final de classificação homologada pelo Decreto nº 7.266, de 29 de setembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONTRATAR AMANDA PADILHA MACHADO para ocupar o cargo de Assistente Administrativa, pertencente ao Grupo Ocupacional Administrativo, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada à Secretaria da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de dezembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.690**

Publicação Nº 1455276

PORTARIA Nº 28.690, de 04 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

CONSIDERANDO a Portaria nº 20.905, de 09 de agosto de 2011, que defere averbação do tempo de contribuição vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS da Servidora Janini Elyas,

CONSIDERANDO o requerimento contido no Protocolo nº 17.171 de 18 de setembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º. CESSAR, a pedido, os efeitos da Portaria nº 20.905, de 09 de agosto de 2011, que defere a averbação de 5.392 (cinco mil, trezentos e noventa e dois) dias, ou, 14 (quatorze) anos, 09 (nove) meses e 12 (doze) dias do tempo de contribuição vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, conforme Certidão de Tempo de Contribuição nº 20022010.1.00015/050, da Servidora JANINI ELYAS, matrícula 975, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem e lotada na Secretaria da Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de setembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 04 de dezembro de 2017.  
Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.691**

Publicação Nº 1455277

PORTARIA Nº 28.691, de 05 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a Servidora JANINI ELYAS, matrícula 975, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e nomeada através da Portaria nº 6.967, de 10 de

março de 1998.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo nos termos do art. 71, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 05 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.692

Publicação Nº 1455278

PORTARIA Nº 28.692, de 06 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, alínea "b" da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora a seguir relacionada, lotada na Secretaria da Educação, licença para ausentar-se do serviço (nojo) pelo passamento de familiar, especificando código, nome, cargo, dias de afastamento e data do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias Afastamento	Data do Óbito
8428	Roseli Bora	Servente	08	23/11/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 06 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.693

Publicação Nº 1455279

PORTARIA Nº 28.693, de 06 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria da Administração a Servidora a seguir relacionada, especificando código, nome, cargo, local de lotação e data de início da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	Data da disposição
2608	Maria Madalena Palmeira	Servente	Secretaria da Educação	04/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,  
em 06 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.



**PORTARIA Nº 28.696**

Publicação Nº 1455281

PORTARIA Nº 28.696, de 08 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 2.044, de 21 de outubro de 1994, no que se refere ao período aquisitivo de conversão da licença prêmio do Servidor abaixo relacionado, passando a vigorar da seguinte forma:

**Onde se lê:**

CONCEDER a Celso Viero ref. MAG. 3, nível I, lotado(a) no(a) E.B.M. Morada do Sol com 40 horas/aula semanais, conversão em dinheiro de 2/3 da licença prêmio, referente ao período de 02/10/1988 a 05/10/1993.

**Leia-se:**

CONCEDER a Celso Viero ref. MAG. 3, nível I, lotado(a) no(a) E.B.M. Morada do Sol com 40 horas/aula semanais, conversão em dinheiro de 2/3 da licença prêmio, referente ao período de 08/01/1988 a 08/01/1993.

Art. 2º. RETIFICAR a Portaria nº 2.068, de 26 de outubro de 1994, no que se refere ao período aquisitivo da licença prêmio concedida ao Servidor abaixo relacionado, passando a vigorar da seguinte forma:

**Onde se lê:**

CONCEDER a Celso Viero, lotado(a) no(a) E.B.M. Morada do Sol, referência MAG. 3, nível I, 1 (um) mês(es) de licença prêmio, a que faz jus, referente ao período de 05/10/1988 a 05/10/1993, a partir de 10/10/1994.

**Leia-se:**

CONCEDER a Celso Viero, lotado(a) no(a) E.B.M. Morada do Sol, referência MAG. 3, nível I, 1 (um) mês(es) de licença prêmio, a que faz jus, referente ao período de 08/01/1988 a 08/01/1993, a partir de 10/10/1994.

Art. 3º. RETIFICAR a Portaria nº 17.989, de 31 de março de 2008, no que se refere ao período aquisitivo de conversão da licença prêmio do Servidor abaixo relacionado, passando a vigorar da seguinte forma:

**Onde se lê:**

Nome	Cargo	Secretaria	Conversão	Período Aquisitivo
Celso Viero	Professor	05	1/3	05/10/1993 a 05/10/1998

**Leia-se:**

Nome	Cargo	Secretaria	Conversão	Período Aquisitivo
Celso Viero	Professor	05	1/3	08/01/1993 a 08/01/1998

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 28.697**

Publicação Nº 1455283

PORTARIA Nº 28.697, de 08 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

**RESOLVE:**

Art. 1º. RETIFICAR a Portaria nº 21.491, de 20 de março de 2012, no que se refere ao período aquisitivo da licença prêmio concedida à Servidora abaixo relacionado, passando a vigorar da seguinte forma:

**Onde se lê:**

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Período Aquisição	Período Gozo
378	Maricelda Rita Tonietto	Odontóloga	Saúde	01/01/2003 a 01/01/2008 – 3 meses	01/05/2012 a 31/07/2012

**Leia-se:**

Código	Nome	Cargo	Secretaria	Período Aquisição	Período Gozo
378	Maricelda Rita Tonietto	Odontóloga	Saúde	01/08/2003 a 01/08/2008 – 3 meses	01/05/2012 a 31/07/2012



Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.698

Publicação Nº 1455285

PORTARIA Nº 28.698, de 08 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, mais o previsto no art. 31 da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Secretaria de Assistência Social e Habitação a Servidora a seguir relacionada, especificando código, nome, cargo, local de lotação e data de início da disposição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de lotação	Data da disposição
10446	Nelci de Jesus Oliveira Balduino	Servente	Secretaria da Educação	04/12/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.699

Publicação Nº 1455287

PORTARIA Nº 28.699, de 08 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo art. 114 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta dias) dias de licença maternidade conforme atestado médico apresentado, especificando código, nome, cargo e período da licença:

Código	Nome	Cargo	Período
4263	Francielle Marin Menzel	Professora de Educação Infantil	11/09/2017 a 09/03/2018

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## PORTARIA Nº 28.700

Publicação Nº 1455289

PORTARIA Nº 28.700, de 08 de dezembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR SEM EFEITOS a Portaria nº 28.661, de 30 de novembro de 2017, que contrata por tempo determinado a cidadã SILVANE ANDRIONI para ocupar o cargo de Psicóloga – ESF, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de dezembro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de dezembro de 2017.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

## DECRETO Nº 7.351 - ANEXO1

Publicação Nº 1455261

IBAM		CACADOR 2017-SEC EDUCACAO-PROCESSO SELETIVO				PAG: 1	
Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação							
Superior completo							
207 - PROF II EDUC FISICA							
No. de vagas: 0							
CLASSIFICAÇÃO DOS DEFICIENTES							
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
01	FELIPE ALOISIO CRUZ	9010-7	0	25/07/1985	120.00	21.000	141.000
CLASSIFICAÇÃO DOS DEFICIENTES							
Class.	Nome do Candidato	No. Insc.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SUZANA CRISTINA VOLTOLINI	7913-8	0	10/04/1970	180.00	28.000	208.000
2	BRUNA KUNTZ	8561-8	0	23/12/1992	190.00	1.000	191.000
3	DANIELE CARLOS DA SILVA	10376-4	0	06/02/1987	180.00	11.000	191.000
4	TIAGO CARELLI	10070-6	1	07/06/1985	180.00	11.000	191.000
5	DIEGO JUNGES DE LARA	7786-0	0	25/11/1985	180.00	4.000	184.000
6	CICERO ANTONIO CARDOSO	8288-0	0	16/05/1992	170.00	14.000	184.000
7	ANA PAULA PEREIRA	7302-4	1	10/08/1988	160.00	16.000	176.000
8	SOLANGE RODRIGUES	10052-8	0	11/11/1995	170.00	0.000	170.000
9	ELIANE APARECIDA ALVES	7823-9	0	08/10/1971	160.00	10.000	170.000
10	RENI DE JESUS DA CRUZ RIBAS	10129-0	3	11/03/1972	140.00	23.000	163.000
11	RODRIGO CAVALETT	10019-6	0	07/04/1989	140.00	22.000	162.000
12	LARA PEREIRA NEVES	9050-6	0	23/05/1990	160.00	0.000	160.000
13	VITOR THOME CECETTO	10350-0	2	31/08/1980	150.00	10.000	160.000
14	EDEVANDRO PEREGO	8782-3	0	15/08/1993	150.00	8.000	158.000
15	CRISTIANE BATISTA DA SILVA	10074-9	0	03/06/1993	150.00	7.000	157.000
16	NARCISO LUIZ ANDRADE	8212-0	2	24/11/1975	130.00	26.000	156.000
17	ANZERO GIOVANI DE OLIVEIRA	9020-4	2	12/04/1970	130.00	24.000	154.000
18	NILSON ADELINO ZART JUNIOR	7780-1	1	20/09/1983	130.00	24.000	154.000
19	ELIZANE PEDROSO	10167-2	0	03/08/1988	140.00	9.000	149.000
20	AMUR OTAVIO SOARES	10029-3	2	26/08/1958	140.00	5.000	145.000
21	FELIPE ALOISIO CRUZ	9010-7	0	25/07/1985	120.00	21.000	141.000
22	ALVANI MELANI DA SILVA	8469-7	3	18/06/1952	140.00	0.000	140.000
23	RODRIGO COSTA	7385-7	1	22/04/1980	140.00	0.000	140.000
24	GUSTAVO HUCULAK	7591-4	1	05/09/1989	130.00	0.000	130.000
25	JULIANA RODRIGUES DA SILVA	7899-9	0	26/07/1984	120.00	10.000	130.000
26	OLLIMPIO CARLOS SIMOES DE OLIVEIRA	10162-1	1	13/02/1971	120.00	4.000	124.000
27	LEANDRO DOS SANTOS NORA	7637-6	0	11/04/1989	120.00	3.000	123.000
28	MAYARA PELEGRINI DE SOUZA	10005-6	0	15/10/1992	110.00	11.000	121.000
29	MARCIO KAZUHIKO KAMIMURA	7041-6	0	15/01/1991	120.00	0.000	120.000
30	DANIELA ALINE PETRY FERRARI	10012-9	0	17/10/1994	120.00	0.000	120.000
31	ANGELO VALDEMILSON DE SOUZA	8648-7	0	14/12/1992	110.00	9.000	119.000
32	INGRID ANITA BECKERT	8650-9	0	01/08/1990	110.00	2.000	112.000
33	KAROLYNE WOLFF	10268-7	0	06/11/1985	100.00	0.000	100.000
34	ANA PAULA BERTAZI	7928-6	0	19/09/1994	80.00	11.000	91.000
35	JOSE CARLOS CHAVES	10175-3	2	28/06/1972	70.00	8.000	78.000

## DECRETO Nº 7.351 - ANEXO2

Publicação Nº 1455264

IBAM CACADOR 2017-SEC EDUCACAO-PROCESSO SELETIVO  
 Listagem Final dos candidatos aprovados em ordem crescente de Classificação  
 PAG: 1  
 06/11/2017 - 14:00

Superior completo  
 220 - PROF I-EDUC INFANTIL  
 No. de vagas: 0

## RELAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO DOS DEFICIENTES

Class.	Nome do Candidato	No. Ins.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
01	ELIANA MARIA TELES DE SOUZA	10157-5	1	21/10/1976	230.00	29.000	259.000
02	CERENITA REMPEL PRESTES DE OLIVEIRA	8233-3	2	24/02/1973	180.00	12.000	192.000
03	ELAINE HELLER	8071-3	0	15/12/1981	130.00	0.000	130.000
04	PRISCILA PACHECO	10154-0	1	10/07/1987	130.00	0.000	130.000

Class.	Nome do Candidato	No. Ins.	No. Filhos	Data Nascimento	Objetivas	Títulos	Total
1	SANDRA REGINA DOS SANTOS	8314-3	2	09/10/1967	260.00	38.000	298.000
2	JUCILAINE TERESINHA PEREIRA	8948-6	3	25/12/1970	240.00	31.000	271.000
3	MARLUCI DALPIAS	7257-5	0	14/04/1989	240.00	28.000	268.000
4	ELITEIA DIAS	10042-0	1	29/10/1983	250.00	12.000	262.000
5	LUANA RODAKIEVIS	10226-1	0	16/11/1990	240.00	20.000	260.000
6	ELIANA MARIA TELES DE SOUZA	10157-5	1	21/10/1976	230.00	29.000	259.000
7	SALOME APARECIDA FONTANA	7499-3	1	15/10/1966	230.00	28.000	258.000
8	ALECSANDRA BACKSCHAT ANDREOLLA	7414-4	1	28/08/1978	240.00	15.000	255.000
9	MARLEI TOMASI	10224-5	1	10/02/1972	220.00	34.000	254.000
10	MARISTELA BRIXNER KEGLER	8465-4	1	07/11/1987	230.00	21.000	251.000
11	ELIANE SCOTTI ALVARENGA	7917-0	1	03/10/1981	220.00	30.000	250.000
12	KARINA PADILHA	8541-3	1	06/08/1986	230.00	15.000	245.000
13	PRICILA JUSTINO DE SOUZA	8551-0	5	25/06/1987	230.00	14.000	244.000
14	BEATRIZ MACEDO OLSEN	8586-3	3	03/05/1959	210.00	33.000	243.000
15	ADELINE APARECIDA FERRASSO	10358-6	1	11/02/1986	220.00	18.000	238.000
16	DAIANA MAZZOTTI	10239-3	0	21/12/1994	230.00	8.000	238.000
17	ELISAMARA GASPAR DA SILVA	10041-2	0	23/05/1989	230.00	6.000	236.000
18	SANDRA MARA MACENO	7366-0	0	09/08/1971	210.00	26.000	236.000
19	ROMY CRISTINE SCHNEIDER FRANCESCHETTO	7939-1	2	14/06/1966	190.00	41.000	231.000
20	SILVIA CRISTINA EICHELE	8247-3	3	11/08/1972	200.00	30.000	230.000
21	ALESSANDRA DE OLIVEIRA MATOS	8539-1	1	07/10/1986	210.00	19.000	229.000
22	REGINA APARECIDA DANELUZ	10242-3	1	17/02/1982	210.00	15.000	225.000
23	FABIANA CLECI SCHNEIDER	10153-2	2	07/10/1981	210.00	15.000	225.000
24	CLAUDETE APARECIDA MARTINS DO NASCIMENTO	10097-8	1	21/12/1977	210.00	15.000	225.000
25	ROSICLEIA ALVES	10156-7	2	18/12/1984	210.00	14.000	224.000
26	MARIA TEREZINHA ANTUNES	10110-9	2	19/05/1958	200.00	24.000	224.000
27	EDINEIA DIAS DE SOUZA	10141-9	2	12/07/1984	210.00	13.000	223.000
28	DEISE TEREZINHA PACEVICZ SPAZZINI	7263-0	0	04/02/1986	200.00	22.000	222.000
29	JOSELY TEREZINHA DOS SANTOS	10139-7	3	31/03/1963	190.00	29.000	219.000
30	IVONETE RIBEIRO ALVES CARNEIRO	7179-0	2	11/01/1973	200.00	19.000	219.000
31	ELINEIA DIAS	10168-0	0	27/10/1985	190.00	22.000	212.000
32	FABÍULA COSTA MOREIRA FERREIRA	10130-3	2	15/09/1981	200.00	12.000	212.000
33	VANIA APARECIDA BERTOTTO	8138-8	2	15/02/1981	190.00	22.000	212.000

34	ELISANDRA SCAPINELLI	10049-8	1	20/06/1978	180.00	31.000	211.000
35	EUNICE LAZZAROTTO CAVALETT	10165-6	2	02/09/1962	190.00	20.000	210.000
36	JESSICA NAYARA WITIUK	9129-4	0	21/01/1992	200.00	4.000	204.000
37	CARMEN DAIANA SEPULVEDA	8236-8	2	23/05/1982	200.00	1.000	201.000
38	ADRIANA LUCIA KLAUS	10164-8	0	27/03/1985	180.00	19.000	199.000
39	MARIA VIVIANE DE QUADRA	8450-6	1	04/05/1981	180.00	17.000	197.000
40	JOICE PORTH	7446-2	1	08/06/1978	170.00	25.000	195.000
41	KATIA CARLA MOREIRA	10037-4	1	18/08/1988	180.00	15.000	195.000
42	ALEXSANDRA PSCHIEDT UHLIG	7435-7	2	26/08/1984	180.00	13.000	193.000
43	KEILA APARECIDA BRONNER	8424-7	3	30/12/1976	180.00	13.000	193.000
44	CERENITA REMPEL PRESTES DE OLIVEIRA	8233-3	2	24/02/1973	180.00	12.000	192.000
45	ANA PAULA SPEGGIORIN	8481-6	1	21/03/1981	170.00	22.000	192.000
46	RITA DE CASSIA GROBE	7834-4	0	29/07/1967	170.00	22.000	192.000
47	MARISETE APARECIDA LOPES	8557-0	1	05/04/1969	170.00	20.000	190.000
48	MARIA TRINDADE KOBER ALMEIDA	10053-6	3	27/03/1966	190.00	0.000	190.000
49	NILSE PONTES FERNANDES	7281-8	0	10/10/1958	160.00	29.000	189.000
50	SARILANE ZANOTTO BARPP	10298-9	2	11/04/1971	160.00	28.000	188.000
51	LIRIAN DE FATIMA STAFIN LIEBL	7664-3	1	21/03/1989	170.00	15.000	185.000
52	LUCIANE MARIA FERNANDES	10218-0	2	25/06/1977	160.00	24.000	184.000
53	JOCIVANIA PESENTI	8668-1	2	01/02/1986	180.00	0.000	180.000
54	LUCI LUCIO	7974-0	1	01/06/1974	180.00	0.000	180.000
55	SIMONE ALVES NUNES FERREIRA	8225-2	1	11/01/1989	170.00	7.000	177.000
56	JOSIANE PEREIRA	10321-7	0	16/06/1989	160.00	17.000	177.000
57	EMANOELI ZOTTO	10213-0	1	30/03/1989	170.00	5.000	175.000
58	DANIELA CASSAMALLI	7520-5	1	21/01/1992	170.00	5.000	175.000
59	DIRLENE RIBEIRO	10320-9	1	26/08/1982	170.00	0.000	170.000
60	KARLA VALERIA PIACENTINI	8833-1	0	01/06/1984	170.00	0.000	170.000
61	THAISA DE FATIMA RIBEIRO BALBINOT	10419-1	1	17/12/1986	170.00	0.000	170.000
62	IVANILDE ALVES DE GOIS DALLARIVA	8475-1	0	27/06/1967	160.00	10.000	170.000
63	MARCIA VELOSO DE LINHARES	8514-6	3	07/06/1982	170.00	0.000	170.000
64	ADRIANA OLIVEIRA DE SOUZA	10284-9	1	14/09/1982	160.00	9.000	169.000
65	KARINE VIEIRA PAES PELEPE	10261-0	2	10/07/1985	150.00	19.000	169.000
66	MAIRA TATIANA DOS ANJOS	10231-8	1	23/08/1979	160.00	0.000	160.000
67	BEATRIZ MACHADO	10174-5	0	25/07/1971	120.00	38.000	158.000
68	ROSANA PATRICIA CAVALHERI ROCHA	10221-0	2	29/04/1977	140.00	14.000	154.000
69	MARIANA RIBEIRO DA CRUZ BRANCO	7444-6	3	01/11/1959	120.00	33.000	153.000
70	SHIRLEY APARECIDA WURGES MASSAROLLI	7825-5	1	11/04/1967	140.00	12.000	152.000
71	MARIA SALETE MORAES DOS SANTOS	10370-5	4	05/01/1954	150.00	0.000	150.000
72	JANE APARECIDA GRANEMANN	10303-9	1	22/08/1974	130.00	20.000	150.000
73	EVELISE DA CRUZ BUENO	7395-4	0	31/08/1996	140.00	3.000	143.000
74	IVETE APARECIDA GALON	10295-4	0	09/07/1978	140.00	0.000	140.000
75	VIVIANA SANTOS BARBOSA	10369-1	0	04/04/1992	140.00	0.000	140.000
76	CAMILA CASSIA DRUN	8848-0	1	24/06/1994	140.00	0.000	140.000
77	ELAINE HELLER	8071-3	0	15/12/1981	130.00	0.000	130.000
78	PRISCILA PACHECO	10154-0	1	10/07/1987	130.00	0.000	130.000
79	ELIZIANE DE FATIMA VIDAL	9052-2	1	04/04/1986	130.00	0.000	130.000
80	VANESSA RIBEIRO DE FREITAS	8516-2	2	20/11/1982	130.00	0.000	130.000
81	SIBELE BALDICERA	10198-2	0	11/12/1989	120.00	0.000	120.000
82	MIRIA CARDOSO DOS SANTOS	8266-0	0	27/01/1988	120.00	0.000	120.000

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC****PORTARIA Nº 1.051, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454352

PORTARIA nº 1.051, de 11 de dezembro de 2017.

Estabelece recesso administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015,

**RESOLVE:**

Art. 1º Estabelecer o recesso administrativo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no período compreendido entre os dias 18 de dezembro de 2017 a 03 de janeiro de 2018.

Art. 2º Os ocupantes de cargos comissionados deverão permanecer à disposição em caso de eventual necessidade de serviço.

Art. 3º As férias solicitadas durante o período de recesso administrativo serão validadas como férias, bem como as férias requeridas antes ou imediatamente após este período serão deferidas conforme o interesse do Instituto.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 11 de dezembro de 2017.

Fábio Deniz Casagrande- DIRETOR PRESIDENTE DO IPASC

# Caibi

## PREFEITURA

### DECRETO 217/2017

Publicação Nº 1455212

DECRETO Nº. 217/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro de 2016, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 4.589,26 (quatro mil quinhentos e oitenta e nove reais e vinte e seis centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

#### QUADRO I

ÓRGÃO 05 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

UNIDADE 01 – SETOR DE EDUCAÇÃO

123060009.2.020 – PROGRAMA SUPLEMENTAR DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas (1106) Fonte: 0347 Superávit FNDE / PNAE ..... R\$ 4.589,26

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2016 das fontes 0347 Superávit FNDE / PNAE no valor de R\$ 4.589,26.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 12 de dezembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO 218/2017

Publicação Nº 1455239

DECRETO Nº. 218/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 4º. da Lei Municipal Nº. 2475/2016 de 13 de dezembro/2016, decreta:

Art. 1º. – Fica pelo presente decreto efetuado remanejamento de dotação orçamentária dentro da mesma categoria de programação da despesa, nos órgãos, Projetos e Atividades adiante demonstrados:

03.00 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – 082410006.2.007

– MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE do Grupo de Natureza da Despesa (143) 4.4.90 – Investimentos para (125) 3.3.90 – Outras Despesas Correntes o valor de R\$ 1.007,00 da Fonte 0100 Recursos Ordinários.

05.00 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES – 05.01 SETOR DE EDUCAÇÃO – 123610011.2.021 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL do Grupo de Natureza da Despesa (260) 4.6.90 – Amortização da Dívida para (206) 3.2.90 – Juros e Encargos da Dívida o valor de R\$ 435,22 da Fonte 0101 Recursos de Impostos e de Transferências de Impostos 25% Educação.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 12 de dezembro de 2017.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

### DECRETO 219/2017

Publicação Nº 1455295

DECRETO Nº. 219/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal nº. 2475/2016, de 13 de dezembro de 2016, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 21.862,82 (vinte e um mil oitocentos e sessenta e dois reais e oitenta e dois centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2017, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

#### QUADRO I

ÓRGÃO 03 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

082410006.2.007 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA TERCEIRA IDADE

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas (125) Fonte: 0100 Recursos Ordinários ..... R\$ 1.862,82

ÓRGÃO 07 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

UNIDADE 01 – SETOR DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

154520015.2.029 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas (605) Fonte: 0100 Recursos Ordinários ..... R\$ 5.000,00

ÓRGÃO 09 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

UNIDADE 01 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA

206060019.2.033 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA



**AGRICULTURA**

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas  
(710) Fonte: 0100 Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2017 da fonte de recursos 0100 Recursos Ordinários no valor de 21.862,82.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 12 de dezembro de 2017.  
ELOI JOSE LIBANO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração e Planejamento

**DECRETO Nº 216/17**

Publicação Nº 1455055

DECRETO N.º 216/17, de 12 dezembro de 2017.

Designa os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº. 2.086/2007 de 05 de Abril de 2007, e demais legislação vigente, DECRETA:

Art. 1º - Ficam, pelo presente Decreto, designados os membros para comporem o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB do município de Caibi, SC no período de 2 (dois) anos:

**I – REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**

- Titular: Dirlei Lemes de Almeida
- Suplente: Eliana Salete Cecon Hallvass

**II – REPRESENTANTES DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

- Titular: Clenilce Fátima Levulis
- Suplente: Neimar Júnior Worm

**III – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

- Titular: Ana Rita Turcato
- Suplente: Carine Cerutti

**IV – REPRESENTANTES DOS DIRETORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

- Titular: Célia Maria Ferronato Marchese
- Suplente: Marlei Bittencourt

**V – REPRESENTANTES DOS SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS DAS ESCOLAS PÚBLICAS**

- Titular: Deissy Rizzi Secchi
- Suplente: Derlaine Conferi Bordignon

**VI – REPRESENTANTES DOS PAIS DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

- Titular: Michele Berti
- Suplente: Rubens Rodrigues Diniz
- Titular: Cassiane Pignat Beilke
- Suplente: Cleci Terezinha Spézia

**VII – REPRESENTANTES DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA**

- Titular: Édina de Sordi
- Suplente: Bruna Tortora Fiorentin
- Titular: Julia Scopel
- Suplente: Gabriel Guerini

**VIII – REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

- Titular: Marli Chiesa Líbano
- Suplente: Marli Rigon

**IX – REPRESENTANTES DO CONSELHO TUTELAR**

- Titular: Salete Helena Demarchi
- Suplente: Helena Vitória Strapazon

Art. 2º - O serviço do Conselho será considerado de caráter relevante, não se lhe atribuindo qualquer remuneração e nem caracterizando qualquer vínculo de emprego para fins objeto, entre Município de Caibi e seus membros.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 12 de dezembro de 2017.  
ELOI JOSE LIBANO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA  
Secretário de Administração e Planejamento

# Camboriú

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2017 - FMS

Publicação Nº 1455207

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 040/2017 - FMS - Ata do Sistema de Registro de Preços 109/2017 – FMS - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GELADEIRAS PARA O ARMAZENAMENTO DE VACINAS DESTINADO À VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 12/12/2017  
1ª Publicação.

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 120/2017 - PMC

Publicação Nº 1455208

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.  
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 120/2017 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 138/2017 – PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE POSTES DE CONCRETO PADRÃO CELESC, COM 01 (UM) E 02 (DOIS) RELÓGIOS MONOFÁSICOS EM DOIS TAMANHOS DE 7 E 8 METROS, DESTINADOS PARA A AVENIDA SANTA CATARINA NA REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA, NOS LOCAIS ONDE HOUVER NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO DE POSTES NAS RESIDÊNCIAS DE MORADORES, EM DECORRÊNCIA DO ALARGAMENTO DA AVENIDA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR](http://WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR).

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 12/12/2017  
1ª Publicação.

# Campo Alegre

## PREFEITURA

### ATA PREGÃO ELETRÔNICO 98/2017

Publicação Nº 1454375

#### RESUMO DA ATA

(Pregão Eletrônico nº 98/2017)

Às 09h do dia 12/12/2017, reuniu-se a Pregoeira deste órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados por Ato Legal, para em atendimento às disposições contidas em Decreto realizar os procedimentos relativos ao presente Pregão, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de baterias para os veículos da frota municipal da Prefeitura de Campo Alegre/SC. A ata completa está disponível no site Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br>), administradora dos processos licitatórios, modalidade Pregão Eletrônico, do município de Campo Alegre - SC e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://goo.gl/e3mgKH>.

Pregoeira e Equipe de Apoio

### DECRETO Nº 10.943 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454385

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.313 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao Artigo 309 Inciso I da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com CHIRLEI ROBERTA DA CRUZ SILVA, do Cargo Público na Função de Atendente de Sala, Registro no Sistema sob o nº 955613, a partir de 03 de fevereiro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos retroativos a 11 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 10.944 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454386

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.944 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE RESCISÃO POR TÉRMINO DE CONTRATO TEMPORÁRIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas em especial ao inciso I do artigo 309 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Decreta:

Art. 1º Rescindir por término o Contrato Temporário firmado com TAIS BUBA KOTOVICZ, do Cargo Público de Professor I, da Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, Registro no Sistema sob o nº 955720, a partir de 12 de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

### DECRETO Nº 10.945 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454641

#### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.945 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

DESIGNA SERVIDORES PARA COMPORER A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO MUNICIPAL EM ESTÁGIO PROBATÓRIO CAESPE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao § 1º e alíneas "a" e "b" do Artigo 42 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002;

#### DECRETA:

Art. 1º Designar os Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão de Avaliação dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, Estágio Probatório – CAESPE, para continuidade seus trabalhos no corrente ano, previsto na seção V, artigos 41 a 50, em especial o §1º e alíneas "a" e "b" do artigo 42, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 19 de setembro de 2002.

BETINA MOREIRA DA SILVA – Matrícula Funcional nº 026;  
ELAINE MARTINS – Matrícula Funcional nº 000711;

LUCIELLE KAROLYNE CUBAS – Matrícula Funcional nº 000500;  
ROSANI APARECIDA DA SILVA – Matrícula Funcional nº 000211;  
PATRICK ONGHERO – Matrícula Funcional nº 000609.

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.946 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455166

### GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 10.946 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE – IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.573 de 21 de dezembro de 2016; Decreta:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), no seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento vigente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
94.02 -	IPRECAL – Instituto de Previdência Social	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários	
300000.00.0141 -	Despesas Correntes	
310000.00.0141 -	Pessoal e Encargos Sociais	
319000.00.0141 -	Aplicações Diretas	
319001.00.0141 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 300.000,000

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Excesso de Arrecadação do Orçamento vigente, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre – IPRECAL.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08 de dezembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos: [www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.947 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455167

**GABINETE DO PREFEITO****DECRETO Nº 10.947 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017****HOMOLOGA RESOLUÇÕES DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE  
SAÚDE.**

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais em especial o Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; Decreta:

Art. 1º Homologar as Resoluções nº 15; 16; 17; 18 e 19 do Conselho Municipal de Saúde, Resoluções anexas, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

**RUBENS BLASZKOWSKI**  
Prefeito Municipal

**LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ**  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 nos endereços eletrônicos:  
[www.leismunicipais.com.br](http://www.leismunicipais.com.br) e [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: **13/12/2017**.

**JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA**  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RESOLUÇÃO Nº 15 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

**“APROVA BALANCETES  
FINANCEIROS REFERENTES  
AOS MESES DE JULHO,  
AGOSTO, SETEMBRO E  
OUTUBRO DE 2017.”**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º Ficam aprovados os **BALANCETES FINANCEIROS** referente aos meses **de julho, agosto, setembro e outubro de 2017**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

**CAROLINA DA COSTA TELMA**  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RESOLUÇÃO Nº 16 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

**“APROVA PLANO MUNICIPAL DE  
SAÚDE 2018-2021.”**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º Fica aprovado o **PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018-2021**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

**CAROLINA DA COSTA TELMA**  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RESOLUÇÃO Nº 16 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

**“APROVA PLANO MUNICIPAL DE  
SAÚDE 2018-2021.”**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º Fica aprovado o **PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018-2021**.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

**CAROLINA DA COSTA TELMA**  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RESOLUÇÃO Nº 17 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

**“APROVA PRORROGAÇÃO DO  
EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE  
CLÍNICAS E/OU PROFISSIONAIS  
(PREÇO FIXADO DIFERENCIADO DA  
TABELA – SUS) PARA O ANO DE  
2018.”**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º Fica aprovada a **PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS E/OU PROFISSIONAIS (PREÇO FIXADO DIFERENCIADO DA TABELA – SUS) PARA O ANO DE 2018.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

**CAROLINA DA COSTA TELMA**  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RESOLUÇÃO Nº 18 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

**“APROVA CALENDÁRIO ANUAL DE  
REUNIÕES DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O  
ANO DE 2018.”**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º Fica aprovado **CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2018, CONSTANTE NO ANEXO ÚNICO PARTE INTEGRANTE DESTA RESOLUÇÃO.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

**CAROLINA DA COSTA TELMA**  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

**ANEXO ÚNICO****RESOLUÇÃO Nº 18 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017****CALENDARIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE SAÚDE PARA O ANO DE 2018.**

<b>MÊS</b>	<b>DATA</b>	<b>HORÁRIO</b>
<b>FEVEREIRO</b>	<b>20/02/2018</b>	<b>08h30min</b>
<b>ABRIL</b>	<b>17/04/2018</b>	<b>08h30min</b>
<b>JUNHO</b>	<b>19/06/2018</b>	<b>08h30min</b>
<b>AGOSTO</b>	<b>21/08/2018</b>	<b>08h30min</b>
<b>OUTUBRO</b>	<b>16/10/2018</b>	<b>08h30min</b>
<b>DEZEMBRO</b>	<b>11/12/2018</b>	<b>08h30min</b>

Local: Sede da Secretaria Municipal de Saúde – sito a Avenida Dr. Getúlio Vargas,  
nº 467, Centro, Campo Alegre/SC.

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE**

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

**RESOLUÇÃO Nº 19 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

**“APROVA PUBLICAÇÃO DE EDITAL  
PARA CREDENCIAMENTO DE  
HOSPITAIS PARA REALIZAÇÃO DE  
CIRURGIAS ELETIVAS COM VALOR  
COMPLEMENTAR A TABELA SUS  
TENDO COMO REFERÊNCIA O  
VALOR PRATICADO PELO ESTADO  
DE SANTA CATARINA.”**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º Fica aprovada a **PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE HOSPITAIS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS COM VALOR COMPLEMENTAR A TABELA SUS TENDO COMO REFERÊNCIA O VALOR PRATICADO PELO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONSTANTES NO ANEXO PARTE INTEGRANTE DESTA RESOLUÇÃO.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

**CAROLINA DA COSTA TELMA**  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.



## ANEXO ÚNICO

## RESOLUÇÃO Nº 19 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ESPECIALIDADE	CÓD. PROCED.	NOM.PROCED.	VALOR
GERAL	401020100	EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTÂNEO	400,00
GERAL	407040110	HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE	400,00
GERAL	401020088	IEXERSE DE CISTO SACRO-COCCIGEO	400,00
GERAL	406020566	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES UNILATERAL)	400,00
GERAL	406020574	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES BILATERAL)	400,00
GERAL	407020276	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	400,00
GERAL	407020284	HEMORROIDECTOMIA	400,00
GERAL	407040129	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	400,00
GERAL	407030026	COLECISTECTOMIA	500,00
GERAL	407030034	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	500,00
GERAL	407040064	HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA	500,00
GERAL	407040080	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	500,00
GERAL	407040099	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	500,00
GERAL	407040102	HERNIOPLASTIA INGUINAL 1 CRURAL (UNILATERAL)	500,00
GERAL	407020047	APENDICECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	400,00
GERAL	407020080	COLECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	500,00
GERAL	407030077	COLEDOCOTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	400,00
GERAL	407030190	PANCREATECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	500,00
GERAL	407040072	HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA VIDEOLAPAROSCÓPICA	400,00
GERAL	407040137	HERNIORRAFIA INGUINAL VIDEOLAPAROSCÓPICA	400,00

GERAL	407040153	HERNIORRAFIA UMBILICAL VIDEO LAPAROSCOPICA	400,00
GINECOLOGIA	409060046	CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DO COLO DO UTERO	400,00
GINECOLOGIA	409060038	CONIZAÇÃO	500,00
GINECOLOGIA	409070157	EXERESE DE GLANDULA DE BARTHOLIN / SKENE	500,00
GINECOLOGIA	409060020	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR C/ AMPUTACAO DE COLO	500,00
GINECOLOGIA	409060100	HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	409060119	HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA I / BILATERAL)	500,00
GINECOLOGIA	409060127	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	500,00
GINECOLOGIA	409060135	HISTERECTOMIA TOTAL	500,00
GINECOLOGIA	409060186	LAQUEADURA TUBARIA	500,00
GINECOLOGIA	409060216	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	500,00
GINECOLOGIA	409070050	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	500,00
GINECOLOGIA	409070270	TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINENCIA URINARIA POR VIA VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	410010073	PLASTICA MAMARIA FEMININA NAO ESTETICA	500,00
GINECOLOGIA	409060011	CERCLAGEM DE COLO DO UTERO	356,02
GINECOLOGIA	409060054	CURETAGEM UTERINA EM MOLA HIDATIFORME	274,76
GINECOLOGIA	409060178	HISTEROSCOPIA CIRURGICA C/ RESSECTOSCOPIO	346,66
GINECOLOGIA	409060194	MIOMECTOMIA	500,00
GINECOLOGIA	409060208	MIOMECTOMIA VIDEO LAPAROSCOPICA	500,00
GINECOLOGIA	409060232	SALPINGECTOMIA UNI / BILATERAL	500,00
GINECOLOGIA	409060240	SALPINGECTOMIA VIDEO LAPAROSCOPICA	500,00
GINECOLOGIA	409060259	SALPINGOPLASTIA	500,00
GINECOLOGIA	409060267	SALPINGOPLASTIA VIDEO LAPAROSCOPICA	500,00
GINECOLOGIA	409070017	ALARGAMENTO DA ENTRADA VAGINAL	238,70
GINECOLOGIA	409070025	COLPECTOMIA	500,00
GINECOLOGIA	409070033	COLPOCLEISE (CIRURGIA DE LE FORT)	500,00
GINECOLOGIA	409070041	COLPOPERINEOCLEISE	500,00

GINECOLOGIA	409070068	COLPOPERINEOPLASTIA POSTERIOR	500,00
GINECOLOGIA	409070076	COLPOPERINEORRAFIA NAO OBSTETRICA	500,00
GINECOLOGIA	409070084	COLPOPLASTIA ANTERIOR	500,00
GINECOLOGIA	409070149	EXERESE DE CISTO VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	409070190	MARSUPIALIZACAO DE GLANDULA DE BARTOLIN	279,92
GINECOLOGIA	409070203	OPERACAO DE BURCH	500,00
GINECOLOGIA	409070211	RECONSTRUCAO DA VAGINA	500,00
GINECOLOGIA	409070220	TRATAMENTO CIRURGICO DE COAPTACAO DE NINFAS	238,70
GINECOLOGIA	409070238	TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA RETO-VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	409070254	TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA VESICO-VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	409070262	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPERTROFIA DOS PEQUENOS LABIOS	238,70
GINECOLOGIA	409070289	TRATAMENTO CIRURGICO DE VAGINA SEPTADA / ATRESICA	500,00
GINECOLOGIA	409070300	VULVECTOMIA SIMPLES	256,88
MULTIPLA	415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS	-
OFTALMO	405020015	CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)	250,00
OFTALMO	405020023	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)	250,00
OFTALMO	405030045	FOTOCOAGULACAO A LASER	250,00
OFTALMO	405030134	VITRECTOMIA ANTERIOR	250,00
OFTALMO	405030193	PAN-FOTOCOAGULACAO DE RETINA A LASER	250,00
OFTALMO	405050020	CAPSULOTOMIA A YAG LASER	250,00
OFTALMO	405050097	FACECTOMIA C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR	250,00
OFTALMO	405050119	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RIGIDA	250,00
OFTALMO	405050127	FOTOTRABECULOPLASTIA A LASER	250,00
OFTALMO	405050194	IRIDOTOMIA A LASER	250,00
OFTALMO	405050372	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRARVEL	250,00
OFTALMO	405010010	CORRECAO CIRURGICA DE ENTROPIO E ECTROPIO	250,00
OFTALMO	405010028	CORRECAO CIRURGICA DE EPICANTO E TELECANTO	250,00
OFTALMO	405010036	DACRIOCISTORRINOSTOMIA	250,00

OFTALMO	405010079	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS	90,00
OFTALMO	405010117	RECONSTITUICAO DE CANAL LACRIMAL	250,00
OFTALMO	405010125	RECONSTITUICAO PARCIAL DE PALPEBRA COM TARSORRAFIA	250,00
OFTALMO	405030070	RETINOPEXIA C/ INTROFLEXAO ESCLERAL	250,00
OFTALMO	405030142	VITRECTOMIA POSTERIOR	250,00
OFTALMO	405030169	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSAO DE PERFLUOCARBONO E ENDOLASER	250,00
OFTALMO	405030177	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSAO DE PERFLUOCARBONO/ÓLEO DE SILICONE/ENDOLASER	250,00
OFTALMO	405030185	TERMOTERAPIA TRANSPUPILAR	250,00
OFTALMO	405040016	CORRECAO CIRURGICA DE LAGOFTALMO	250,00
OFTALMO	405040105	EXPLANTE DE LENTE INTRA OCULAR	250,00
OFTALMO	405040202	TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL	250,00
OFTALMO	405040210	REPOSICIONAMENTO DE LENTE INTRAOCULAR	250,00
OFTALMO	405050011	CAPSULECTOMIA POSTERIOR CIRURGICA	250,00
OFTALMO	405050046	CICLOCRIOCOAGULACAO / DIATERMIA	250,00
OFTALMO	405050054	CICLODIALISE	250,00
OFTALMO	405050100	FACECTOMIA S/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR	250,00
OFTALMO	405050135	IMPLANTE DE PROTESE ANTI-GLAUCOMATOSA	250,00
OFTALMO	405050143	IMPLANTE INTRA-ESTROMAL	250,00
OFTALMO	405050216	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL	196,88
OFTALMO	405050224	RECONSTITUICAO DE FORNIX CONJUNTIVAL	250,00
OFTALMO	405050321	TRABECULECTOMIA	250,00
OFTALMO	405050356	TRATAMENTO CIRURGICO DE GLAUCOMA CONGENITO	250,00
OFTALMO	405050151	IMPLANTE SECUNDARIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO	250,00
ORTOPEDIA	408060158	MANIPULAÇÃO ARTICULAR	400,00
ORTOPEDIA	408060352	RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-ÓSSEO	400,00
ORTOPEDIA	408060379	RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS	400,00

ORTOPEDIA	408050926	TRATAMENTO DAS LESÕES OSTEO-CONDAIS POR FIXAÇÃO OU MOSAICOPLASTIA JOELHO/TORNOZELO	600,00
ORTOPEDIA	408010045	ARTROPLASTIA ESCAPULO-UMERAL PARCIAL	400,00
ORTOPEDIA	408010150	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA CLAVICULA	400,00
ORTOPEDIA	408010185	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR	400,00
ORTOPEDIA	408010223	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RETARDO DE CONSOLIDACAO DA PSEUDARTROSE DE CLAVICULA / ESCAPULA	400,00
ORTOPEDIA	408010231	TRATAMENTO CIRURGICO DA SINDROME DO IMPACTO SUB-ACROMIAL	400,00
ORTOPEDIA	408020032	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408020040	ARTROPLASTIA DE ARTICULAÇÃO DA MAO	400,00
ORTOPEDIA	408020059	ARTROPLASTIA DE CABEÇA DO RADIO	400,00
ORTOPEDIA	408020091	RESSECÇÃO DO OLECRANO E/OU CABEÇA DO RÁDIO	400,00
ORTOPEDIA	408020105	FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIORES	400,00
ORTOPEDIA	408020130	RECONSTRUÇÃO CAPSULO-LIGAMENTAR DE COTOVELO PUNHO	400,00
ORTOPEDIA	408020148	RECONSTRUÇÃO DE POLIA TENDINOSA DOS DEDOS DA MÃO	400,00
ORTOPEDIA	408020342	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DAS FALANGES DA MAO (COM FIXAÇÃO)	385,20
ORTOPEDIA	408020350	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DE EPICONDILIO / EPITROClea DO ÚMERO	400,00
ORTOPEDIA	408020369	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DO CONDILO / TRÓCLEA/APOFISE CORONÓIDE DO ULNA / CABEÇA DO RÁDIO	400,00
ORTOPEDIA	408020377	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METACARPÍANOS	400,00
ORTOPEDIA	408020407	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	400,00
ORTOPEDIA	408020415	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE EXTREMIDADES / METAFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRACO	400,00

ORTOPEDIA	408020423	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/ SÍNTESE)	400,00
ORTOPEDIA	408020431	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA ÚNICA DO RÁDIO / DA ULNA	400,00
ORTOPEDIA	408020440	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESAO FISARIA DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	400,00
ORTOPEDIA	408020458	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA-LUXAÇÃO DE GALEAZZI / MONTEGGIA / ESSEX-LOPRESTI	400,00
ORTOPEDIA	408020466	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURAS DOS OSSOS DO CARPO	400,00
ORTOPEDIA	408020482	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR DO MEMBRO SUPERIOR: COTOVELO / PUNHO	400,00
ORTOPEDIA	408020490	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO DA MUSCULATURA INTRÍNSECA DA MAO	400,00
ORTOPEDIA	408020504	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO SUPERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408020512	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO CARPO-METACARPIANA	400,00
ORTOPEDIA	408020520	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DOS OSSOS DO CARPO	400,00
ORTOPEDIA	408020555	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA MAO	400,00
ORTOPEDIA	408020571	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DO UMERO	400,00
ORTOPEDIA	408020580	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE AO NIVEL DO COTOVELO	400,00
ORTOPEDIA	408020598	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE NA REGIAO METAFISE-EPIFISARIA DISTAL DO RADIO E ULNA	400,00
ORTOPEDIA	408020601	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDO-RETARDO / CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA AO IVEL DO CARPO	400,00
ORTOPEDIA	408020628	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE SINDACTILIA DA MAO (POR ESPACO INTERDIGITAL)	385,20
ORTOPEDIA	408030399	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA	500,00

		POSTERIOR (UM NÍVEL)	
ORTOPEDIA	408030402	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (DOIS NÍVEIS)	600,00
ORTOPEDIA	408030534	RESSECÇÃO DE ELEMENTO VERTEBRAL POSTERIOR / POSTERO-LATERAL / DISTAL A C2 (MAIS DE 2 SEGMENTOS)	600,00
ORTOPEDIA	408040050	ARTROPLASTIA PARCIAL DE QUADRIL	600,00
ORTOPEDIA	408040076	ARTROPLASTIA DE REVISAO OU RECONSTRUÇÃO DO QUADRIL	600,00
ORTOPEDIA	408040092	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL NAO CIMENTADA / HIBRIDA	600,00
ORTOPEDIA	408040122	EPIFISIODESE DO TROCANter MAIOR DO FEMUR	500,00
ORTOPEDIA	408040130	EPIFISIODESE FEMORAL PROXIMAL IN SITU	500,00
ORTOPEDIA	408040343	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO ESPONTANEA / PROGRESSIVA / PARALITICA DO QUADRIL	600,00
ORTOPEDIA	408050039	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408050055	ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO - REVISAO / RECONSTRUCAO	600,00
ORTOPEDIA	408050101	PATELECTOMIA TOTAL OU PARCIAL	400,00
ORTOPEDIA	408050110	QUADRICEPSPLASTIA	600,00
ORTOPEDIA	408050128	REALINHAMENTO DO MECANISMO EXTENSOR DO JOELHO	400,00
ORTOPEDIA	408050136	RECONSTRUCAO DE TENDAO PATELAR / TENDAO QUADRICIPITAL	600,00
ORTOPEDIA	408050144	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR DO TORNOZELO	400,00
ORTOPEDIA	408050152	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR EXTRA-ARTICULAR DO JOELHO	400,00
ORTOPEDIA	408050322	REPARO DE BAINHA TENDINOSA AO NIVEL DO TORNOZELO	400,00
ORTOPEDIA	408050330	REVISAO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACAO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PE)	343,88
ORTOPEDIA	408050349	REVISAO CIRURGICA DO PE TORTO CONGENITO	400,00
ORTOPEDIA	408050373	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO INFERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408050390	TRANSFERENCIA MUSCULAR / TENDINOSA NO MEMBRO INFERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408050438	TRATAMENTO CIRURGICO DE AVULSAO DO GRANDE E DO PEQUENO TROCANter	500,00



ORTOPEDIA	408050454	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DE OSSOS DO MEDIO-PE	400,00
ORTOPEDIA	408050462	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATARSIANOS	400,00
ORTOPEDIA	408050470	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS PODODACTILOS	400,00
ORTOPEDIA	408050497	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA BIMALEOLAR / TRIMALEOLAR / DA FRATURA-LUXACAO DO TORNOZELO	400,00
ORTOPEDIA	408050527	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DA PATELA POR FIXACAO INTERNA	400,00
ORTOPEDIA	408050535	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO CALCANEIO	400,00
ORTOPEDIA	408050560	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO TALUS	400,00
ORTOPEDIA	408050578	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR	400,00
ORTOPEDIA	408050608	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESAO FISARIA DISTAL DE TIBIA	400,00
ORTOPEDIA	408050667	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR MEMBRO INFERIOR (JOELHO / TORNOZELO)	400,00
ORTOPEDIA	408050675	TRATAMENTO CIRURGICO DE LESAO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO INFERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408050730	TRATAMENTO CIRURGICO DE PÉ CAVO	400,00
ORTOPEDIA	408050748	TRATAMENTO CIRURGICO DE PÉ PLANO VALGO	400,00
ORTOPEDIA	408050764	TRATAMENTO CIRURGICO DE PÉ TORTO CONGENITO	400,00
ORTOPEDIA	408050772	TRATAMENTO CIRURGICO DE PÉ TORTO CONGENITO INVETERADO	400,00
ORTOPEDIA	408050799	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DA DIÁFISE DO FÊMUR	500,00
ORTOPEDIA	408050802	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DA REGIÃO TROCANTERIANA	500,00
ORTOPEDIA	408050810	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DO COLO DO FEMUR	600,00
ORTOPEDIA	408050837	TRATAMENTO CIRURGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA METÁFISE DISTAL DO FEMUR	500,00

ORTOPEDIA	408050845	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO AO NÍVEL DO JOELHO	400,00
ORTOPEDIA	408050861	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DA DIÁFISE TIBIAL	500,00
ORTOPEDIA	408050870	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/ PERDA ÓSSEA DA METÁFISE TIBIAL	400,00
ORTOPEDIA	408050918	TRATAMENTO CIRÚRGICO DO HALUX VALGUS S/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	400,00
ORTOPEDIA	408060018	ALONGAMENTO / ENCURTAMENTO MIOTENDINOSO	400,00
ORTOPEDIA	408060050	ARTRODESE DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES	400,00
ORTOPEDIA	408060069	ARTROPLASTIA DE RESSECÇÃO DE MEDIA / GRANDE ARTICULAÇÃO	600,00
ORTOPEDIA	408060085	BURSECTOMIA	400,00
ORTOPEDIA	408060131	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES	284,12
ORTOPEDIA	408060174	OSTECTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PÉ	500,00
ORTOPEDIA	408060301	RESSECÇÃO MUSCULAR	400,00
ORTOPEDIA	408060328	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR	278,14
ORTOPEDIA	408060336	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ÓSSEO	280,66
ORTOPEDIA	408060387	RETIRADA DE PRÓTESE DE SUBSTITUIÇÃO DE GRANDES ARTICULAÇÕES (OMBRO / COTOVELO / QUADRIL / JOELHO)	500,00
ORTOPEDIA	408060409	RETIRADA DE TRAÇÃO TRANS-ESQUELÉTICA	400,00
ORTOPEDIA	408060425	REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO DE AMPUTAÇÃO DOS DEDOS	400,00
ORTOPEDIA	408060468	TENOMIOTOMIA / DESINSERÇÃO	400,00
ORTOPEDIA	408060476	TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDÃO ÚNICO	500,00
ORTOPEDIA	408060484	TENORRAFIA ÚNICA EM T ' L OSTEIO-FIBROSO	400,00
ORTOPEDIA	408060530	TRANSPOSIÇÃO / TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA MÚLTIPLA	400,00
ORTOPEDIA	408060549	TRANSPOSIÇÃO / TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA ÚNICA	400,00
ORTOPEDIA	408060557	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MEDIAS ARTICULAÇÕES)	400,00
ORTOPEDIA	408060565	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA DAS PEQUENAS ARTICULAÇÕES	400,00

ORTOPEDIA	408060573	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM MARTELO / EM GARRA (MÃO E PE)	400,00
ORTOPEDIA	408060581	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEFORMIDADE ARTICULAR POR RETRACAO TENO-CAPSULO-LIGAMENTAR	400,00
ORTOPEDIA	408060590	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA VICIOSAMENTE CONSOLIDADA DOS OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PÉ	400,00
ORTOPEDIA	408060620	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE INFECÇÃO PÓS-ARTROPLASTIA (GRANDES ARTICULAÇÕES)	500,00
ORTOPEDIA	408060700	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE SINDACTILIA SIMPLES (DOIS DEDOS)	400,00
ORTOPEDIA	403020123	'TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO AO NIVEL DO CARPO	400,00
ORTOPEDIA	408010142	REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS)	400,00
ORTOPEDIA	408020300	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408020326	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM GATILHO	400,00
ORTOPEDIA	408050659	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HALUX VALGUS C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	400,00
ORTOPEDIA	408050896	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL	400,00
ORTOPEDIA	408060123	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE MEDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES	400,00
ORTOPEDIA	408060140	FASCIECTOMIA	400,00
ORTOPEDIA	408060182	OSTEOTOMIA DE OSSOS DA MÃO E/OU DO PE	400,00
ORTOPEDIA	408060212	RESSECÇÃO DE CISTO SINOVIAL	400,00
ORTOPEDIA	408060310	RESSECÇÃO SIMPLES DE TUMOR ÓSSEO / DE PARTES MOLES	400,00
ORTOPEDIA	408060441	TENÓLISE	400,00
ORTOPEDIA	408020563	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DO ANTEBRAÇO	500,00
ORTOPEDIA	408040084	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMÁRIA DO QUADRIL CIMENTADA	600,00
ORTOPEDIA	408050063	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO JOELHO	600,00
ORTOPEDIA	408050160	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO	600,00

		(CRUZADO ANTERIOR)	
ORTOPEDIA	408050179	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO POSTERIOR C/ OU S/ ANTERIOR)	600,00
ORTOPEDIA	408050888	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI / BICOMPATIMENTAL	600,00
ORTOPEDIA	408060190	OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PE	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010482	SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO	400,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010016	ADENOIDECTOMIA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010024	AMIGDALECTOMIA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010032	AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010237	MICROCIRURGIA OTOLOGICA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010415	TURBINECTOMIA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	402010043	TITIREOIDECTOMIA TOTAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010350	TIMPANOPLASTIA (UNI / BILATERAL)	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010105	ESTAPEDECTOMIA	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010113	EXERESE DE PAILOMA EM LARINGE	326,20
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010121	EXERESE DE TUMOR DE VIAS AEREAS SUPERIORES, FACE E PESCOÇO	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010130	EXTIRPAÇÃO DE TUMOR DO CAVUM E FARINGE	400,00

OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010172	LARINGECTOMIA PARCIAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010210	MASTOIDECTOMIA RADICAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010229	MASTOIDECTOMIA SUBTOTAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010326	SINUSOTOMIA BILATERAL	400,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010334	SINUSOTOMIA ESFENOIDAL	400,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010466	PAROTIDECTOMIA PARCIAL OU SUBTOTAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010512	SINUSOTOMIA TRANSMAXILAR	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409050083	POSTECTOMIA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409030040	RESSECCAO ENDOSCOPICA DE PROSTATA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040134	ORQUIDOPEXIA UNILATERAL	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040215	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040231	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040240	VASECTOMIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010561	URETEROLITOTOMIA	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409030023	PROSTATECTOMIA SUPRAPÚBICA	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010065	CISTOLITOTOMIA E/OU RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA BEXIGA	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010146	EXTRACAO ENDOSCOPICA DE CALCULO EM PELVE RENAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010189	LITOTRIPSIA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010200	NEFRECTOMIA PARCIAL	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010219	NEFRECTOMIA TOTAL	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010227	NEFROLITOTOMIA	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010235	NEFROLITOTOMIA PERCUTANEA	600,00

UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010286	NEFROSTOMIA C/ OU S/ DRENAGEM	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010294	NEFROSTOMIA PERCUTANEA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010308	NEFROURETERECTOMIA TOTAL	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010316	PIELOTOTOMIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010324	PIELOPLASTIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010367	RESSECCAO DO COLO VESICAL / TUMOR VESICAL A CEU ABERTO	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010383	RESSECCAO ENDOSCOPICA DE LESAO VESICAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010391	RETIRADA PERCUTANEA DE CALCULO URETERAL C/ CATETER	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010413	TRATAMENTO CIRURGICO DE BEXIGA NEUROGENICA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010430	TRATAMENTO CIRURGICO DE CISTOCELE	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010499	TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINENCIA URINARIA VIA ABDOMINAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010502	TRATAMENTO CIRURGICO DE REFLUXO VESICO-URETERAL	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010537	URETEROCISTONEOSTOMIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010570	URETEROPLASTIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020044	INJECAO DE GORDURA / TEFLON PERI-URETRAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020079	MEATOTOMIA SIMPLES	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020109	RESSECCAO E FECHAMENTO DE FISTULA URETRAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020125	URETROPLASTIA (RESSECCAO DE CORDA)	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020133	URETROPLASTIA AUTOGENA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020141	URETROPLASTIA RETEROGENEA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020168	URETOSTOMIA PERINEAL / CUTANEA / EXTERNA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020176	URETROTOMIA INTERNA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409030031	PROSTATOVESICULECTOMIA RADICAL	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040037	EPIDIDIMECTOMIA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040070	EXERESE DE CISTO DE EPIDIDIMO	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040088	EXERESE DE LESAO DO CORDAO ESPERMÁTICO	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040096	EXPLORACAO CIRURGICA DA BOLSA ESCROTAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040118	NEOSTOMIA DE EPIDIDIMO / CANAL DEFERENTE	400,00

UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040126	ORQUIDOPEXIA BILATERAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040142	ORQUIECTOMIA SUBCAPSULAR BILATERAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040150	ORQUIECTOMIA UNI OU BILATERAL C/ ESVAZIAMENTO GANGLIONAR	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040169	ORQUIECTOMIA UNILATERAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040185	REPARACAO E OPERACAO PLASTICA DO TESTICULO	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409050032	CORRECAO DE HIPOSPADIA (1 o TEMPO)	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409050040	CORRECAO DE HIPOSPADIA (2o TEMPO)	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010022	CISTECTOMIA PARCIAL	600,00



**DECRETO Nº 10.948 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455338

DECRETO Nº 10.948 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.708 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre crédito suplementar no Fundo Municipal de Assistência Social no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social				
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais				
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras				
300000.00.0102 -	Despesas Correntes				
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas				
339048.00.0102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 1.000,00			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social				
300000.00.0102 -	Despesas Correntes				
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas				
339047.00.0102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.000,00			
	Total	R\$ 2.000,00			

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social				
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais				
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras				
300000.00.0102 -	Despesas Correntes				
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas				
339030.00.0102 -	Material de Consumo	R\$ 2.000,00			

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**DECRETO Nº 10.949 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455339

DECRETO Nº 10.949 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal 4.709 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre crédito suplementar no Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde				
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapeuta				

10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.400,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339093.00.119 -	Indenizações e Restituições	R\$ 400,00	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	
	TOTAL	R\$ 1.400,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## DECRETO Nº 10.950 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455340

DECRETO Nº 10.950 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.710 de 12 de dezembro de 2017; Decreta:

Art. 1º Abre crédito Suplementar no valor de R\$ 188.113,80 (cento e oitenta e oito mil, cento e treze reais e oitenta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
319004.00.0519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 18.000,00	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 40.000,00	
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 5.000,00	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
319004.00.0519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 20.000,00	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 63.000,00	

319013.00.0519 -	Obrigações Patronais	R\$ 3.000,00	
319016.00.0519 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 8.000,00	
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 16.113,80	
16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social		
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social		
08.243.0024.2.035 -	Pessoal do Conselho Tutelar		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
310000.00.0896 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
319011.00.0896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 10.600,00	
319013.00.0896 -	Obrigações Patronais	R\$ 2.400,00	
319016.00.0896 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 2.000,00	
	TOTAL	R\$ 188.113,80	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 3.500,00	
339036.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física	R\$ 2.000,00	
05.00 -	Secretaria Municipal de Saúde		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	R\$ 173.113,80	
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico		
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico		
04.123.0007.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339014.00.0896 -	Diária – Civil	R\$ 5.000,00	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00	
16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social		
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social		
08.243.0024.2.038 -	Campanhas Socioeducativas do Conselho Tutelar		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00	
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00	
	TOTAL	R\$ 188.113,80	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**EDITAL DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

Publicação Nº 1454370

**EDITAL DA PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DO  
RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

DIVULGA A HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017.

I - As HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL encontra-se no Anexo I deste Edital.

II - Mais informações poderão ser obtidas nos sites [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), em caráter meramente informativo.

Campo Agre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

**ANEXO I****PUBLICAÇÃO DAS HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL****Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais) - HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	724460	20/02/1994	Tais Buba Kotovicz	1,16	0,29	0,87	2,40	1,75	6,47	0,00	5,18
2	735566	18/01/1990	Aline Lurdes Salvador Da Rocha	0,87	0,00	0,58	2,80	2,10	6,35	0,00	5,08
3	721258	02/05/1969	Dinacir Drevek	0,87	0,58	1,16	2,00	1,05	5,66	1,00	4,73
4	727693	22/12/1987	Isolete Tchoke Zoellner	0,58	0,00	0,87	2,40	1,75	5,60	1,00	4,68
5	721052	09/03/1990	Cristiane Thomas Da Silva Veiga	0,87	0,29	0,87	1,60	1,75	5,38	1,00	4,50
6	731351	12/11/1994	Evilin Ferraz Dos Santos	1,16	0,29	1,16	0,40	2,10	5,11	2,00	4,49
7	722241	16/03/1992	Carla Da Silva	0,58	0,58	0,87	1,20	2,10	5,33	1,00	4,46
8	730179	02/04/1988	Maria Nogueira De Lima Silva	0,87	0,00	1,16	1,60	1,40	5,03	2,00	4,42
9	728595	07/07/1993	Franciele Paloma Maiberg	0,58	0,58	1,16	2,00	1,05	5,37	0,00	4,30
10	721191	22/08/1987	Sirlei Libmann De Jesus	1,16	0,29	0,58	1,60	1,75	5,38	0,00	4,30
11	738122	11/06/1984	Josiane De Fatima Leandro Santos Rank	0,29	0,29	1,16	1,60	1,75	5,09	1,00	4,27
12	729513	25/01/1968	Icleia Ignes Duvoisin Vicenzi	0,87	0,58	0,87	1,60	1,40	5,32	0,00	4,26
13	721355	03/02/1983	Raquel Muehlbauer Blodorn	1,16	0,58	0,87	1,60	1,05	5,26	0,00	4,21
14	722596	27/04/1985	Silvane Ramos	0,58	0,87	1,16	1,60	1,05	5,26	0,00	4,21
15	738754	10/03/1981	Fabiane Vicente Belli Greffin	0,87	0,58	1,16	1,20	1,40	5,21	0,00	4,17
16	741547	09/01/1977	Adriana Tascheck Schreiner	0,87	0,29	0,29	1,60	2,10	5,15	0,00	4,12
17	721600	25/03/1989	Fernanda Cubas Hubner	0,87	0,58	1,45	1,20	1,05	5,15	0,00	4,12
18	725509	17/03/1995	Heloisa Train Malinovski	0,58	0,29	0,87	2,00	1,40	5,14	0,00	4,11
19	741768	22/06/1987	Lucieli Batista	1,16	0,00	0,87	1,60	1,40	5,03	0,00	4,02

**Professor I - Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais (Docência na Educação Infantil e/ou Anos Iniciais) - NÃO-HABILITADO**

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	721933	17/05/1989	Franciele Huwe Wergutz Weiss	0,87	0,29	1,45	2,00	1,75	6,36	6,36
2	735211	12/01/1997	Fabiola Augustin	0,87	0,29	0,87	2,40	1,75	6,18	6,18
3	721143	15/02/1992	Emelyn Ehlke	0,58	0,58	0,87	2,00	1,75	5,78	5,78
4	723541	21/11/1986	Leticia Brunello Reizer	0,87	0,29	0,87	1,60	2,10	5,73	5,73
5	721821	02/12/1999	Gabriele Ferreira	0,58	0,29	1,16	2,40	1,05	5,48	5,48
6	733575	24/01/1997	Carolini Silva	0,58	0,29	0,87	1,60	2,10	5,44	5,44

7	737408	21/12/1997	Maria Machado	1,16	0,29	0,87	2,00	0,70	5,02	5,02
---	--------	------------	---------------	------	------	------	------	------	------	------

## Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	723220	12/05/1967	Marcio Oliveira De Souza	1,16	0,58	0,87	2,40	1,75	6,76	3,00	6,01
2	742285	15/10/1981	Rosemir Franco	0,87	0,58	1,45	2,80	1,75	7,45	0,00	5,96
3	735650	06/08/1970	Gederson Furtado	0,87	0,58	1,16	2,80	1,75	7,16	1,00	5,93
4	740482	23/01/1992	Jessica Cristina Witt	0,58	0,58	1,16	1,60	2,45	6,37	1,00	5,30
5	741870	31/03/1994	Jaison Ferreira	1,16	0,58	1,16	1,60	2,10	6,60	0,00	5,28
6	740528	16/01/1991	Annie Evelyn De Lima	0,87	0,00	1,16	2,00	2,10	6,13	1,00	5,10
7	735417	27/09/1961	Rogério Jorge Scarpim	1,16	0,58	0,58	1,20	2,10	5,62	2,00	4,90
8	728881	11/05/1988	Jonas Da Silva De Sousa	0,87	0,29	0,58	2,80	0,70	5,24	2,00	4,59
9	721931	20/06/1978	João Lindomar Batista	1,16	0,29	0,87	2,00	1,05	5,37	0,00	4,30
10	729591	24/07/1987	Lucas De Farias	0,58	0,58	0,87	2,40	0,70	5,13	0,00	4,10

## Professor II - Professor de Educação Física (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	724305	10/10/1997	Thalia Falquevicz	0,87	0,00	0,87	2,00	2,10	5,84	5,84
2	731951	06/06/1999	Mellanie Merie Cunha Zoellner	0,58	0,58	0,29	2,00	2,10	5,55	5,55
3	735610	10/12/1974	Eulalia Gorniack Custodio	0,87	0,00	1,16	2,00	1,40	5,43	5,43
4	727868	19/08/1996	Paulo Felipe Cipriani	1,16	0,29	0,58	1,60	1,40	5,03	5,03

## Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	735664	01/09/1967	Hortencia Maria De Liz	0,87	0,29	0,87	2,00	2,10	6,13	0,00	4,90

## Professor III - Professor de Arte (Docência na Educação Infantil e/ou Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	721749	20/01/1991	Luana Jaciara De Lima	0,87	0,58	1,16	2,00	2,10	6,71	6,71
2	722925	25/04/1996	Gabriela Luciana Machado	1,16	0,29	0,87	2,00	2,10	6,42	6,42
3	732831	23/04/1994	Dandara Neidert	0,58	0,87	0,58	2,00	1,75	5,78	5,78
4	741208	19/12/1994	Andressa Alves Martins	0,87	0,29	1,45	1,60	1,40	5,61	5,61
5	732972	04/04/1996	Fabiola Rodrigues Vieira	0,58	0,29	0,87	2,40	1,05	5,19	5,19

## Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

## Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Demais Cargos

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	735374	22/02/1982	Ederson Idalencio	0,87	0,29	0,87	2,00	2,10	6,13	6,13
2	731000	05/04/1987	Clara Fischer Reis	0,87	0,29	0,58	2,40	1,40	5,54	5,54

Professor IV - Professor de Inglês (Docência no Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	721809	11/06/1986	Cleiton Jesiel Da Maia	0,87	0,58	1,16	2,00	1,75	6,36	0,00	5,09
2	740279	19/12/1989	Gustavo De Castro Alves Machado	1,16	0,00	1,16	2,40	0,70	5,42	0,00	4,34
3	735120	08/04/1988	Diego Jose Andrade De Oliveira	1,16	0,00	0,87	2,40	0,70	5,13	0,00	4,10
4	741082	01/01/1992	Juliana Piaz Kocan	0,58	0,29	1,16	2,40	0,70	5,13	0,00	4,10

Professor IX - Professor de História (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	721654	29/07/1980	Josias Geraldo Pinheiro	0,87	0,58	0,87	2,80	1,05	6,17	6,17
2	729204	09/03/1972	Gleice Swirkowsky	0,87	0,58	0,29	2,40	1,05	5,19	5,19

Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental – HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor V - Professor de Língua Portuguesa Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	737134	29/03/1984	Rafael De Carvalho	0,87	0,87	1,16	2,40	1,05	6,35	6,35

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	741629	02/09/1990	Tiago Lopes Rodrigues	0,87	1,16	1,16	1,60	1,75	6,54	0,00	5,23
2	735442	14/09/1993	Bruna Zigovski Biaobock	0,58	1,45	1,16	1,60	1,75	6,54	0,00	5,23
3	738162	08/11/1970	Silvana Rhenius Vidal Martins Kubiak	0,87	0,29	0,58	2,00	1,40	5,14	0,00	4,11

Professor VI - Professor de Matemática (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	743713	20/05/1991	Joao Pedro Carvalho Figueiredo	0,58	1,45	0,87	2,00	1,05	5,95	5,95
2	723421	26/02/1990	Cristiano Schneider	0,87	0,87	0,87	1,20	1,75	5,56	5,56

Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO



Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	740174	01/01/1988	Fabiane Do Rocio Nascimento	0,87	0,29	0,87	2,80	1,75	6,58	0,00	5,26
2	741576	30/08/1992	Jessica Guerreiro Valuthky	0,87	0,00	0,87	2,40	1,40	5,54	0,00	4,43
3	731355	10/06/1995	Alana De Castilho Do Nascimento	0,87	0,00	0,58	2,80	1,05	5,30	0,00	4,24

Professor VII - Professor de Ciências (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Títulos	Média final
1	729039	29/03/1994	Tania Kornatzki	0,58	0,29	1,16	3,20	1,75	6,98	0,00	5,58
2	737631	15/09/1994	Claudio Fernando Zeszotko	0,58	0,87	0,87	2,40	1,40	6,12	0,00	4,90

Professor VIII - Professor de Geografia (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Posição	Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO	Português	Matemática	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Técnicos	Legislação Correlata e Informática Básica	Prova teórica	Média final
1	741271	28/10/1981	Margarete Regina Hacke Rohrbacher	1,16	0,29	0,58	2,40	1,75	6,18	6,18

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO-HABILITADO

Não há candidatos aprovados neste cargo

Professor X - Professor de Ensino Religioso (Docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental) - NÃO HABILITADO COM OUTRA LICENCIATURA

Não há candidatos aprovados neste cargo  
Campo Alegre/SC., 13 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

## **EDITAL DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

Publicação Nº 1454300

EDITAL DO JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA  
NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA  
PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

DIVULGA O JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017 E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público o JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017.

I - O Julgamento dos Recursos Contra Notas e Classificação Provisória encontra-se no Anexo I deste Edital.

II - Mais informações poderão ser obtidas nos sites [www.sconcursos.com.br](http://www.sconcursos.com.br) e [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br), em caráter meramente informativo.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal



## ANEXO I

**JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA NOTAS E CLASSIFICAÇÃO  
PROVISÓRIA DO PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

Recurso nº 01. Candidato(a) de inscrição nº 724311.

Despacho/Justificativa: INDEFERIDO. Não há nenhuma necessidade de aparecer a item IV nas alternativas a serem assinaladas na questão de número 2 como afirma o(a) candidato(a), como todas as alternativas afirmam que os itens descritos são corretos, o fato de não aparecer o item IV nas alternativas quer simplesmente dizer que este item também é incorreto. No mais, o presente prazo de recurso refere-se apenas às Notas da Prova Objetiva e conforme item 8.5 do edital não haverá recursos adicionais de questões, sendo portanto, mantida a decisão anterior da banca o qual encontra-se analisada, julgada e correta.

Campo Agre/SC., 12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 4.706 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455320

GABINETE DO PREFEITO

LEI Nº 4.706 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

revoga DISPOSITIVO DA LEI Nº 2.230, DE 27 DE MAIO DE 1997, Que ESTABELECE NORMAS PARA O PROGRAMA DE INCENTIVO A INDÚSTRIA DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o art. 8º da Lei nº 2.230, de 27 de maio de 1997.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**LEI Nº 4.707 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455321

LEI Nº 4.707 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

DENOMINA QUADRA POLIESPORTIVA "JUVELINO GONÇALVES DE CARVALHO, SITUADA NA PRAÇA DO BAIRRO "BELO HORIZONTE", MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º Fica denominada a Quadra Poliesportiva, situada na Praça do Bairro "BELO HORIZONTE", Município de Campo Alegre/SC., de: QUADRA POLIESPORTIVA "JUVELINO GONÇALVES DE CARVALHO".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### BIOGRAFIA

Nome: JUVELINO GONÇALVES DE CARVALHO

Profissão: AGRICULTOR E SERVIÇOS GERAIS

Data de Nascimento: 29 DE DEZEMBRO DE 1934

Nacionalidade: BRASILEIRO

Naturalidade: AGUDOS DO SUL ESTADO DO PARANÁ

Data de Falecimento: 10 DE JUNHO 2015

Filiação: (Pai): JOSÉ ROMÃO DE CARVALHO

(Mãe): AUGUSTINA GONÇALVES DE CARVALHO

Nome da Esposa: GISSELIA TEREZINHA GONÇALVES DE CARVALHO

Nomes dos Filhos: MAYCO ANTONIO GONÇALVES DE CARVALHO, LUCIANO V. GONÇALVES DE CARVALHO, MARCIO C. GONÇALVES DE CARVALHO, PAULO C. GONÇALVES DE CARVALHO, ROSELI T. GONÇALVES DE CARVALHO, MARIA A. GONÇALVES DE CARVALHO, SILVIA DE F. GONÇALVES DE CARVALHO, JOSE LUIZ GONÇALVES DE CARVALHO.

Tempo de Residência no Município: 59 ANOS

Atividades Comunitárias: CONTRIBUIU SIGNIFICATIVAMENTE PARA A ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO BELO HORIZONTE , JOGAVA FUTEBOL NA POSIÇÃO DE GOLEIRO PARA AS EQUIPES DE NOSSO MUNICÍPIO, SEUS FILHOS SÃO ATUANTES NA ÁREA DO ESPORTE.

#### LEI Nº 4.708 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455322

LEI Nº 4.708 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE ELEMENTO DE DESPESA DA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Fundo Municipal de Assistência Social autorizado abrir Crédito suplementar no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social				
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais				
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras				
300000.00.0102 -	Despesas Correntes				
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas				
339048.00.0102 -	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	R\$ 1.000,00			
08.244.0061.2.121 -	Manutenção e Coordenação das Atividades de Assistência Social				
300000.00.0102 -	Despesas Correntes				
330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes				
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas				
339047.00.0102 -	Obrigações Tributárias e Contributivas	R\$ 1.000,00			
	Total	R\$ 2.000,00			

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrão por conta de anulação parcial do seguinte Elemento de Despesa da Dotação Orçamento Vigente, do Fundo Municipal de Assistência Social.

92.00 -	Fundo Municipal de Assistência Social				
92.01 -	Manutenção das Atividades Sociais				
08.243.0087.2.508 -	Manutenção do Programa Famílias Infante Acolhedoras				
300000.00.0102 -	Despesas Correntes				

330000.00.0102 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0102 -	Aplicações Diretas			
339030.00.0102 -	Material de Consumo		R\$ 2.000,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4.709 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455323

LEI Nº 4.709 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Fundo Municipal de Saúde autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos reais), a fim de suplementar o seguinte Elemento de Despesa da Dotação do Orçamento Vigente do referido Fundo Municipal.

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.04 -	Manutenção das Atividades de Assistência Médica e Terapeuta		
10.303.0056.2.117 -	Manutenção das Atividades de Diagnóstico e Terapia		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339039.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 1.400,00	

Art. 2º O crédito a que se refere o Artigo primeiro desta Lei, correrá por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

91.00 -	Fundo Municipal de Saúde		
91.01 -	Manutenção das Atividades Administrativas		
10.301.0052.2.055 -	Remuneração de Pessoal da Saúde		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339093.00.119 -	Indenizações e Restituições	R\$ 400,00	
10.301.0052.2.114 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Saúde		
300000.00.119 -	Despesas Correntes		
330000.00.119 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.119 -	Aplicações Diretas		
339036.00.119 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	R\$ 1.000,00	
	TOTAL	R\$ 1.400,00	

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4.710 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455324

LEI Nº 4.710 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado abrir Crédito Suplementar no valor de R\$ 188.113,80 (cento e oitenta e oito mil, cento e treze reais e oitenta centavos), a fim de suplementar as seguintes Dotações do Orçamento Vigente.

05.00 -	Secretaria Municipal de Educação		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0010.2.046 -	Pessoal do Ensino Fundamental		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
319004.00.0519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 18.000,00	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 40.000,00	
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 5.000,00	
05.03 -	Serviço de Educação Infantil		
12.365.0011.2.047 -	Pessoal da Educação Infantil		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
310000.00.0519 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0519 -	Aplicações Diretas		
319004.00.0519 -	Contratação por Tempo Determinado	R\$ 20.000,00	
319011.00.0519 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 63.000,00	
319013.00.0519 -	Obrigações Patronais	R\$ 3.000,00	
319016.00.0519 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 8.000,00	
319113.00.0519 -	Obrigações Patronais – Op. Intra-Orçamentárias	R\$ 16.113,80	
16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social		
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social		
08.243.0024.2.035 -	Pessoal do Conselho Tutelar		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
310000.00.0896 -	Pessoal e Encargos Sociais		
319000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
319011.00.0896 -	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 10.600,00	
319013.00.0896 -	Obrigações Patronais	R\$ 2.400,00	
319016.00.0896 -	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	R\$ 2.000,00	
	TOTAL	R\$ 188.113,80	

Art. 2º Os créditos a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrão por conta de anulações parciais das seguintes Dotações do Orçamento Vigente:

04.00 -	Secretaria Municipal de Finanças		
04.01 -	Serviço do Controle Fazendário		
04.123.0007.2.103 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Finanças		
300000.00.0896 -	Despesas Correntes		
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes		
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas		
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 3.500,00	
339036.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Física	R\$ 2.000,00	
05.00 -	Secretaria Municipal de Saúde		
05.02 -	Serviço de Ensino Fundamental		
12.361.0009.2.014 -	Transporte Escolar		
300000.00.0519 -	Despesas Correntes		
330000.00.0519 -	Outras Despesas Correntes		

339000.00.0519 -	Aplicações Diretas			
339039.00.0519 -	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	R\$ 173.113,80		
07.00 -	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico			
07.02 -	Divisão de Desenvolvimento Econômico			
04.123.0007.2.109 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico			
300000.00.0896 -	Despesas Correntes			
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas			
339014.00.0896 -	Diária – Civil	R\$ 5.000,00		
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica	R\$ 3.000,00		
16.00 -	Secretaria Municipal de Assistência Social			
16.02 -	Serviço de Bem Estar Social			
08.243.0024.2.038 -	Campanhas Socioeducativas do Conselho Tutelar			
300000.00.0896 -	Despesas Correntes			
330000.00.0896 -	Outras Despesas Correntes			
339000.00.0896 -	Aplicações Diretas			
339030.00.0896 -	Material de Consumo	R\$ 1.000,00		
339039.00.0896 -	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	R\$ 500,00		
	TOTAL	R\$ 188.113,80		

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4.711 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455328

LEI Nº 4.711 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### I – Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Campo Alegre para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 48.275.468,30 (quarenta e oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos) e fixa a Despesa em R\$ 48.275.468,30 (quarenta e oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos), sendo R\$ 41.384.499,96 (quarenta e um milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 6.890.968,34 (seis milhões, oitocentos e noventa mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

### II – Dos Orçamentos das Unidades Gestoras, Poder Executivo e Câmara Municipal.

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 48.275.468,30 (quarenta e oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 868.500,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais), em R\$ 47.406.968,30 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta centavos) a Despesa do Poder Executivo Municipal e em R\$ 9.823.371,21 (nove milhões, oitocentos e vinte e três mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e um centavos) as Transferências Financeiras Concedidas.

§ 1º A Receita do Poder Executivo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	48.275.468,30
4.1. RECEITAS CORRENTES	47.459.112,26

4.2. RECEITAS DE CAPITAL	4.794.000,00
TOTAL GERAL	48.275.468,30

§ 2º A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

<b>1 – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL</b>		
02.00	GABINETE DO PREFEITO	1.201.300,00
03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.993.100,00
04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.226.888,85
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13.111.302,66
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1.029.900,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS	7.821.890,05
09.00	FUMREBOM – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS MILITARES	226.839,64
10.00	CÂMARA DE VEREADORES	868.500,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	1.802.660,00
12.00	FHIS – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	18.900,00
13.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	1.795.500,00
14.00	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	9.600,00
15.00	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	12.700,00
16.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	194.145,00
90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	85.000,00
91.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	9.093.204,06
92.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	839.733,64
93.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA – FIA	53.336,06
94.00	IPRECAL – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	6.890.968,34
	TOTAL	48.275.468,30
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21
	TOTAL GERAL	58.098.839,51

<b>II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO</b>			
01	Legislativa	868.500,00	
04	Administração	4.223.288,85	
05	Defesa Nacional	12.700,00	
06	Segurança Pública	318.339,64	
08	Assistencia Social	1.087.214,70	
09	Previdência Social	6.890.968,34	
10	Saúde	9.093.204,06	
12	Educação	13.111.302,66	
13	Cultura	706.820,00	
15	Urbanismo	6.134.390,05	
16	Habitação	18.900,00	
17	Saneamento	1.774.900,00	
18	Gestão Ambiental	64.600,00	
20	Agricultura	966.820,00	
22	Indústria	7.200,00	
23	Comércio e Serviços	561.620,00	
26	Transporte	1.617.000,00	
27	Desporto e Lazer	534.700,00	
28	Encargos Especiais	198.000,00	
99	Reserva de Contingência	85.000,00	
	TOTAL	48.275.468,30	
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21	
	TOTAL GERAL	58.098.839,51	

<b>III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA</b>		
31	Ação Legislativa	868.500,00
122	Administração Geral	3.095.400,00
123	Administração Financeira	1.115.888,85
128	Formação de Recursos Humanos	12.000,00
181	Policimento	91.500,00
182	Defesa Civil	239.539,64
242	Assistencia ao Portador de Deficiência	100,00
243	Assistência a Crianças e ao Adolescente	300.331,06
244	Assistencia Comunitária	786.783,64
272	Previdência do Regime Estatutário	6.890.968,34



301	Atenção Básica	5.305.473,41
302	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	2.159.436,00
303	Suporte Profilático e Terapeutico	1.542.531,60
304	Vigilância Sanitária	41.286,33
305	Vigilância Epidemiológica	39.376,72
306	Alimentação e Nutrição	362.970,00
361	Ensino Fundamental	8.623.857,52
365	Educação Infantil	4.129.575,14
392	Difusão Cultural	706.820,00
451	Infra Estrutura Urbana	1.122.967,62
452	Serviços Urbanos	5.011.422,43
482	Habitação Urbana	18.900,00
512	Saneamento Urbano	1.774.900,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	64.600,00
606	Extensão Rural	965.820,00
608	Promoção da Produção Agropecuária	1.000,00
661	Promoção Industrial	7.200,00
691	Promoção Comercial	5.000,00
694	Serviços Financeiros	207.200,00
695	Turismo	349.420,00
782	Transporte Rodoviário	1.617.000,00
812	Desporto Comunitário	499.700,00
813	Lazer	35.000,00
841	Refinanciamento da Divida	198.000,00
999	Reserva de Contingência	85.000,00
	TOTAL	48.275.468,30
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21
	TOTAL GERAL	58.098.839,51

## IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1	PROCESSO LEGISLATIVO	868.500,00
2	PESSOAL DO GABINETE DO PREFEITO	1.059.000,00
3	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E CASA DA CIDADANIA	142.300,00
4	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	890.500,00
5	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	1.052.600,00
6	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	452.000,00
7	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	774.888,85
8	APOIO ADMINISTRATIVO A EDUCAÇÃO	884.200,00
9	TRANSPORTE ESCOLAR	1.808.902,22
10	ENSINO FUNDAMENTAL	5490.755,30
11	EDUCAÇÃO INFANTIL	3.963.575,14
12	MERENDA ESCOLAR	357.870,00
13	SALARIO EDUCAÇÃO	602.000,00
14	NUCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO	4.000,00
23	PESSOAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	498.000,00
24	CONSELHO TUTELAR	189.145,00
25	PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	434.100,00
26	DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	207.200,00
28	AGREGAÇÃO DE RENDA AO PRODUTOR RURAL	266.200,00
30	PROFICIONALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO JOVEM E DA MULHER RURAL	5.000,00
36	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	44.000,00
38	SOS NASCENTES E RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR	5.200,00
41	INCENTIVO A INDÚSTRIA	7.200,00
43	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS	1.685.000,00
44	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS	82.000,00
45	MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS	3.227.422,43
47	FROTA MUNICIPAL	1.617.000,00
48	SERVIÇOS PÚBLICOS	1.118.967,62
50	CONVÊNIO COM A POLICIA MILITAR E CIVIL	91.500,00
51	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	85.000,00
52	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.826.176,01
53	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF	195.620,60
54	SAÚDE BUCAL	32.840,00
55	ASSISTÊNCIA E PLANTÃO HOSPITALAR	2.159.436,00



56	SERVIÇOS ESPECIALIZADPS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA	926.865,80
57	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	615.665,80
58	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80.663,05
59	ASSISTENCIA BÁSICA A SAÚDE	108.500,00
60	SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL	5.100,00
61	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	89.223,00
63	MANUTENÇÃO DA REDE SÓCIO ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO	42.000,00
66	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	6.890.968,34
67	ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO	53.336,06
71	FUMREBOM	226.839,64
75	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	408.000,00
76	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	12.600,00
77	AGUAS DE CAMPO ALEGRE	1.777.400,00
78	VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	26.000,00
79	INCREMENTO DA AGROPECUÁRIA	30.000,00
80	INCENTIVO AO COMÉRCIO	5.000,00
81	HABITAÇÃO: VALORIZANDO MORADIA DIGNA	18.900,00
82	CULTURA DESCENTRALIZADA E DEMOCRATIZADA	289.220,00
83	DESTINO CAMPO ALEGRE	570.740,00
84	ESPORTE E LAZER INTEGRAR PARA SOCIALIZAR	534.700,00
86	PROGRAMA MEDIDAS SOCIO EDUCATIVAS	100,00
87	PROGRAMA FAMÍLIAS INFANTO ACOLHEDORAS	52.750,00
89	APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	9.600,00
90	CONTROLE DO BORRACHUDO	18.100,00
93	REINTEGRAÇÃO DE MENORES A SOCIEDADE	5.000,00
100	PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA	101.080,00
102	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	43.880,64
105	GESTÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	100,00
106	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	12.700,00
115	NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA – NASF	142.336,80
116	PARCERIA ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OSC	50.000,00
	TOTAL	48.275.468,30
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21
	TOTAL GERAL	58.098.839,51

### III – Do Orçamento do Poder Executivo

Art. 3º O Orçamento da Entidade Poder Executivo “PREFEITURA” para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 40.376.084,74 (quarenta milhões, trezentos e setenta e seis mil, oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 9.823.371,21 (nove milhões, oitocentos e vinte e três mil trezentos e quarenta e um reais e vinte e um centavos) e fixa a Despesa em R\$ 30.529.726,20 (trinta milhões, quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte centavos ).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4.RECEITAS	40.376.084,74
4.1 RECEITAS CORRENTES	35.582.084,74
4.2 RECEITAS DE CAPITAL	4.794.000,00

§ 2º A Despesa da Entidade Poder Executivo “PREFEITURA” será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	ADMINISTRAÇÃO	4.223.288,85
05	DEFESA NACIONAL	12.700,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	318.339,64
08	ASSISTENCIA SOCIAL	194.145,00
12	EDUCAÇÃO	13.111.302,66
13	CULTURA	706.820,00
15	URBANISMO	6.134.390,05
16	HABITAÇÃO	18.900,00
17	SANEAMENTO	1.774.900,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	64.600,00
20	AGRICULTURA	966.820,00
22	INDÚSTRIA	7.200,00

23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	561.620,00
26	TRANSPORTE	1.617.000,00
27	DESPORTO E LAZER	534.700,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	198.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	85.000,00
	TOTAL	30.529.726,20
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21

**IV – Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre – IPRECAL**

Art. 4º O Orçamento da Entidade IPRECAL para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 6.359.968,34 (seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos) e fixa a Despesa em R\$ 6.890.968,34 (seis milhões, oitocentos e noventa mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	6.359.968,34
4.1 RECEITAS CORRENTES	6.359.968,34
TOTAL	6.359.968,34
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	531.000,00

§ 2º A Despesa da Entidade IPRECAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
09 – Previdência Social	6.890.968,34
TOTAL GERAL	6.890.968,34

**V – Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde**

Art. 5º O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 1.306.870,52 (um milhão, trezentos e seis mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos) e fixa a Despesa em R\$ 9.093.870,52 (nove milhões, noventa e três mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	1.306.870,52
4.1 RECEITAS CORRENTES	1.306.870,52
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	7.762.846,21

§ 2º A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
10 – Saúde	9.093.204,06
TOTAL GERAL	9.093.204,06

**VI – Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social**

Art. 6º O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 185.208,64 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e oito reais e sessenta e quatro centavos) e fixa a Despesa em R\$ 839.733,64 (oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas no quadro anexo.

4. RECEITAS	185.208,64
4.1 RECEITAS CORRENTES	185.208,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	655.025,00

§ 2º A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	839.733,64
TOTAL GERAL	839.733,64

#### VII – Do Orçamento do Fundo da Infância e Adolescência - FIA

Art. 7º O Orçamento da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 47.336,06 (quarenta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais e seis centavos) e fixa a Despesa em R\$ 53.336,06 (cinquenta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e seis centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada no quadro anexo.

4. RECEITAS	47.336,06
4.1 RECEITAS CORRENTES	47.336,06
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	6.000,00

§ 2º A Despesa da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	53.336,06
TOTAL GERAL	53.336,06

#### VIII – Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 8º O Orçamento da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES para o exercício de 2018 fixa a Despesa em R\$ 868.500,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, e discriminada no quadro anexo, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	868.500,00
TOTAL GERAL	868.500,00

§ 2º A Despesa da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
01 – Legislativa	868.500,00
TOTAL GERAL	868.500,00

Art.9º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, Superávit Orçamentário e para a obtenção de Resultado Primário positivo, conforme abaixo:

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
Reserva de Contingência	85.000,00
IPRECAL – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre	
Reserva de Contingência	2.008.306,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até a data de 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10 Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar Dotações de um Elemento de Despesa para outro dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais.

Art. 11 O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a Abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite de 50% ( cinquenta por cento) da Receita Estimada para o Orçamento de cada uma das Unidades Gestoras, utilizando como fonte

de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – Superávit Financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 As despesas por conta das Dotações vinculadas a Convênios, Operações de Créditos e outras Receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos art's. 8º, Parágrafo único e 50, Inciso I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, Inciso I d a LRF.

Art. 13 Os recursos oriundos de Convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Poder Executivo.

Art. 14 Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 15 Comprovado o interesse público municipal e mediante Convênio, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou pelos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 17 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## LEI Nº 4.712 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455336

LEI Nº 4.712 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE IMÓVEL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a realizar a doação de imóvel ao Estado de Santa Catarina, para a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 83.931.550/0001-51.

Art. 2º O imóvel a ser objeto de doação possui área de 2.223,36m<sup>2</sup> (dois mil, duzentos e vinte e três metros quadrados e trinta e seis decímetros quadrados), situado no bairro Santo Antonio, no Município de Campo Alegre/SC., objeto da matrícula imobiliária nº 41.354 do Registro de Imóveis da Comarca de São Bento do Sul/SC.

Parágrafo único. O imóvel doado destina-se à construção do Quartel da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º A doação deverá ser realizada mediante lavratura de Escritura Pública, ficando automaticamente revogada, revertendo a propriedade do imóvel, ao domínio pleno da municipalidade, caso o donatário fizer uso do imóvel doado para fins distintos daquele determinado no artigo anterior.

Parágrafo único. O Donatário deverá iniciar as obras no prazo máximo de 2 (dois) anos, a contar da assinatura da Escritura Pública de doação, sob pena de reversão.

Art. 4º As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

Memorial Descritivo

Proprietário: Município de Campo Alegre/sc.

Situação: Patrimônio Público Municipal  
Localidade: Rodovia SC-418, Bairro Santo Antônio  
Município: Campo Alegre/ SC.  
Estado: Santa Catarina

Área:

O terreno situa-se na FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA SC-418. Com início no marco denominado 'P01', georeferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM - SIRGAS2000, MC-51°W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 673455.754 m e N= 7102344.526 m dividindo-o com a FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA SC-418; Daí segue confrontando com a FAIXA DE DOMÍNIO DA RODOVIA SC-418 com a distância de 34.36 m até o marco 'P02' (E=673426.461 m e N=7102326.563 m); Daí segue confrontando com ODRACYR ANTÔNIO CUBAS (matrícula 41.346) com a distância de 75.68 m até o marco 'P03' (E=673412.752 m e N=7102400.992 m); Daí segue confrontando com ODRACYR ANTÔNIO CUBAS (matrícula 41.346) com a distância de 31.84 m até o marco 'P04' (E=673444.047 m e N=7102406.876 m); Daí segue confrontando com INCEPA REVESTIMENTOS CERÂMICOS LTDA (transcrição 2.373 FL 293 Livro 3-A) com a distância de 63.44 m até o marco 'P01' (E=673455.754 m e N=7102344.526 m); início de descrição, totalizando a área de 2.223,32 m² (Dois mil duzentos e vinte e três metros e trinta e dois decímetros quadrados).

Campo Alegre/SC., 08 de dezembro de 2017.

## LEI Nº 4.712 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455330

LEI Nº 4.711 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### I – Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Campo Alegre para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 48.275.468,30 (quarenta e oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos) e fixa a Despesa em R\$ 48.275.468,30 (quarenta e oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos), sendo R\$ 41.384.499,96 (quarenta e um milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) do Orçamento Fiscal, R\$ 6.890.968,34 (seis milhões, oitocentos e noventa mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

### II – Dos Orçamentos das Unidades Gestoras, Poder Executivo e Câmara Municipal.

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 48.275.468,30 (quarenta e oito milhões, duzentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e trinta centavos) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 868.500,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais), em R\$ 47.406.968,30 (quarenta e sete milhões, quatrocentos e seis mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta centavos) a Despesa do Poder Executivo Municipal e em R\$ 9.823.371,21 (nove milhões, oitocentos e vinte e três mil, trezentos e setenta e um reais e vinte e um centavos) as Transferências Financeiras Concedidas.

§ 1º A Receita do Poder Executivo será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	48.275.468,30
4.1. RECEITAS CORRENTES	47.459.112,26
4.2. RECEITAS DE CAPITAL	4.794.000,00
TOTAL GERAL	48.275.468,30

§ 2º A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

<b>1 – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL</b>		
02.00	GABINETE DO PREFEITO	1.201.300,00
03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	1.993.100,00
04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	1.226.888,85
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	13.111.302,66
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	1.029.900,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS	7.821.890,05
09.00	FUMREBOM – FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DOS BOMBEIROS MILITARES	226.839,64
10.00	CÂMARA DE VEREADORES	868.500,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	1.802.660,00
12.00	FHIS – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	18.900,00
13.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	1.795.500,00
14.00	FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	9.600,00
15.00	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	12.700,00
16.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	194.145,00
90.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	85.000,00
91.00	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	9.093.204,06
92.00	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	839.733,64
93.00	FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E ADOLESCENCIA – FIA	53.336,06
94.00	IPRECAL – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	6.890.968,34
	TOTAL	48.275.468,30
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21
	TOTAL GERAL	58.098.839,51

<b>II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO</b>			
01	Legislativa	868.500,00	
04	Administração	4.223.288,85	
05	Defesa Nacional	12.700,00	
06	Segurança Pública	318.339,64	
08	Assistencia Social	1.087.214,70	
09	Previdência Social	6.890.968,34	
10	Saúde	9.093.204,06	
12	Educação	13.111.302,66	
13	Cultura	706.820,00	
15	Urbanismo	6.134.390,05	
16	Habitação	18.900,00	
17	Saneamento	1.774.900,00	
18	Gestão Ambiental	64.600,00	
20	Agricultura	966.820,00	
22	Indústria	7.200,00	
23	Comércio e Serviços	561.620,00	
26	Transporte	1.617.000,00	
27	Desporto e Lazer	534.700,00	
28	Encargos Especiais	198.000,00	
99	Reserva de Contingência	85.000,00	
	TOTAL	48.275.468,30	
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21	
	TOTAL GERAL	58.098.839,51	

<b>III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA</b>		
31	Ação Legislativa	868.500,00
122	Administração Geral	3.095.400,00
123	Administração Financeira	1.115.888,85
128	Formação de Recursos Humanos	12.000,00
181	Policimento	91.500,00
182	Defesa Civil	239.539,64
242	Assistencia ao Portador de Deficiência	100,00
243	Assistência a Crianças e ao Adolescente	300.331,06



244	Assistencia Comunitária	786.783,64
272	Previdência do Regime Estatutário	6.890.968,34
301	Atenção Básica	5.305.473,41
302	Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	2.159.436,00
303	Suporte Profilático e Terapeutico	1.542.531,60
304	Vigilância Sanitária	41.286,33
305	Vigilância Epidemiológica	39.376,72
306	Alimentação e Nutrição	362.970,00
361	Ensino Fundamental	8.623.857,52
365	Educação Infantil	4.129.575,14
392	Difusão Cultural	706.820,00
451	Infra Estrutura Urbana	1.122.967,62
452	Serviços Urbanos	5.011.422,43
482	Habitação Urbana	18.900,00
512	Saneamento Urbano	1.774.900,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	64.600,00
606	Extensão Rural	965.820,00
608	Promoção da Produção Agropecuária	1.000,00
661	Promoção Industrial	7.200,00
691	Promoção Comercial	5.000,00
694	Serviços Financeiros	207.200,00
695	Turismo	349.420,00
782	Transporte Rodoviário	1.617.000,00
812	Desporto Comunitário	499.700,00
813	Lazer	35.000,00
841	Refinanciamento da Divida	198.000,00
999	Reserva de Contingência	85.000,00
	TOTAL	48.275.468,30
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21
	TOTAL GERAL	58.098.839,51

## IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

1	PROCESSO LEGISLATIVO	868.500,00
2	PESSOAL DO GABINETE DO PREFEITO	1.059.000,00
3	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO E CASA DA CIDADANIA	142.300,00
4	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	890.500,00
5	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS	1.052.600,00
6	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	452.000,00
7	COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES FINANCEIRAS	774.888,85
8	APOIO ADMINISTRATIVO A EDUCAÇÃO	884.200,00
9	TRANSPORTE ESCOLAR	1.808.902,22
10	ENSINO FUNDAMENTAL	5490.755,30
11	EDUCAÇÃO INFANTIL	3.963.575,14
12	MERENDA ESCOLAR	357.870,00
13	SALARIO EDUCAÇÃO	602.000,00
14	NUCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO	4.000,00
23	PESSOAL DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	498.000,00
24	CONSELHO TUTELAR	189.145,00
25	PESSOAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	434.100,00
26	DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO ECONÔMICO	207.200,00
28	AGREGAÇÃO DE RENDA AO PRODUTOR RURAL	266.200,00
30	PROFICIONALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DO JOVEM E DA MULHER RURAL	5.000,00
36	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	44.000,00
38	SOS NASCENTES E RECUPERAÇÃO DE MATA CILIAR	5.200,00
41	INCENTIVO A INDÚSTRIA	7.200,00
43	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS	1.685.000,00
44	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TRANSPORTE E OBRAS	82.000,00
45	MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS E CONSERVAÇÃO DE LOGRADOUROS	3.227.422,43
47	FROTA MUNICIPAL	1.617.000,00
48	SERVIÇOS PÚBLICOS	1.118.967,62
50	CONVÊNIO COM A POLICIA MILITAR E CIVIL	91.500,00
51	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	85.000,00
52	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	4.826.176,01
53	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA – ESF	195.620,60



54	SAÚDE BUCAL	32.840,00
55	ASSISTÊNCIA E PLANTÃO HOSPITALAR	2.159.436,00
56	SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPIA	926.865,80
57	ASSISTENCIA FARMACEUTICA	615.665,80
58	VIGILÂNCIA EM SAÚDE	80.663,05
59	ASSISTENCIA BÁSICA A SAÚDE	108.500,00
60	SISTEMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR NUTRICIONAL	5.100,00
61	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	89.223,00
63	MANUTENÇÃO DA REDE SÓCIO ASSISTENCIAL DO MUNICÍPIO	42.000,00
66	INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE	6.890.968,34
67	ATENDIMENTO AOS MENORES EM SITUAÇÃO DE RISCO	53.336,06
71	FUMREBOM	226.839,64
75	PESSOAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER	408.000,00
76	GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	12.600,00
77	AGUAS DE CAMPO ALEGRE	1.777.400,00
78	VALORIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR	26.000,00
79	INCREMENTO DA AGROPECUÁRIA	30.000,00
80	INCENTIVO AO COMÉRCIO	5.000,00
81	HABITAÇÃO: VALORIZANDO MORADIA DIGNA	18.900,00
82	CULTURA DESCENTRALIZADA E DEMOCRATIZADA	289.220,00
83	DESTINO CAMPO ALEGRE	570.740,00
84	ESPORTE E LAZER INTEGRAR PARA SOCIALIZAR	534.700,00
86	PROGRAMA MEDIDAS SOCIO EDUCATIVAS	100,00
87	PROGRAMA FAMÍLIAS INFANTO ACOLHEDORAS	52.750,00
89	APOIO A PROJETOS ARTÍSTICOS E CULTURAIS	9.600,00
90	CONTROLE DO BORRACHUDO	18.100,00
93	REINTEGRAÇÃO DE MENORES A SOCIEDADE	5.000,00
100	PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA	101.080,00
102	BENEFÍCIOS EVENTUAIS	43.880,64
105	GESTÃO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA	100,00
106	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DA DEFESA CIVIL	12.700,00
115	NÚCLEO DE APOIO À FAMÍLIA – NASF	142.336,80
116	PARCERIA ENTRE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E OSC	50.000,00
	TOTAL	48.275.468,30
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21
	TOTAL GERAL	58.098.839,51

### III – Do Orçamento do Poder Executivo

Art. 3º O Orçamento da Entidade Poder Executivo “PREFEITURA” para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 40.376.084,74 (quarenta milhões, trezentos e setenta e seis mil, oitenta e quatro reais e setenta e quatro centavos) as transferências financeiras do tesouro municipal em R\$ 9.823.371,21 (nove milhões, oitocentos e vinte e três mil trezentos e quarenta e um reais e vinte e um centavos) e fixa a Despesa em R\$ 30.529.726,20 (trinta milhões, quinhentos e vinte e nove mil, setecentos e vinte e seis reais e vinte centavos ).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4.RECEITAS	40.376.084,74
4.1 RECEITAS CORRENTES	35.582.084,74
4.2 RECEITAS DE CAPITAL	4.794.000,00

§ 2º A Despesa da Entidade Poder Executivo “PREFEITURA” será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	ADMINISTRAÇÃO	4.223.288,85
05	DEFESA NACIONAL	12.700,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	318.339,64
08	ASSISTENCIA SOCIAL	194.145,00
12	EDUCAÇÃO	13.111.302,66
13	CULTURA	706.820,00
15	URBANISMO	6.134.390,05
16	HABITAÇÃO	18.900,00
17	SANEAMENTO	1.774.900,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	64.600,00

20	AGRICULTURA	966.820,00
22	INDÚSTRIA	7.200,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	561.620,00
26	TRANSPORTE	1.617.000,00
27	DESPORTO E LAZER	534.700,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	198.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	85.000,00
	TOTAL	30.529.726,20
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	9.823.371,21

**IV – Do Orçamento do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Campo Alegre – IPRECAL**

Art. 4º O Orçamento da Entidade IPRECAL para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 6.359.968,34 (seis milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos) e fixa a Despesa em R\$ 6.890.968,34 (seis milhões, oitocentos e noventa mil, novecentos e sessenta e oito reais e trinta e quatro centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	6.359.968,34
4.1 RECEITAS CORRENTES	6.359.968,34
TOTAL	6.359.968,34
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	531.000,00

§ 2º A Despesa da Entidade IPRECAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

<b>II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO</b>	
09 – Previdência Social	6.890.968,34
TOTAL GERAL	6.890.968,34

**V – Do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde**

Art. 5º O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 1.306.870,52 (um milhão, trezentos e seis mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos) e fixa a Despesa em R\$ 9.093.870,52 (nove milhões, noventa e três mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e dois centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4. RECEITAS	1.306.870,52
4.1 RECEITAS CORRENTES	1.306.870,52
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	7.762.846,21

§ 2º A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

<b>II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO</b>	
10 – Saúde	9.093.204,06
TOTAL GERAL	9.093.204,06

**VI – Do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social**

Art. 6º O Orçamento da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 185.208,64 (cento e oitenta e cinco mil, duzentos e oito reais e sessenta e quatro centavos) e fixa a Despesa em R\$ 839.733,64 (oitocentos e trinta e nove mil, setecentos e trinta e três reais e sessenta e quatro centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas no quadro anexo.

4. RECEITAS	185.208,64
4.1 RECEITAS CORRENTES	185.208,64
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	655.025,00

§ 2º A Despesa da Entidade FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes

desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	839.733,64
TOTAL GERAL	839.733,64

#### VII – Do Orçamento do Fundo da Infância e Adolescência - FIA

Art. 7º O Orçamento da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA - FIA para o exercício de 2018 Estima a Receita em R\$ 47.336,06 (quarenta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais e seis centavos) e fixa a Despesa em R\$ 53.336,06 (cinquenta e três mil, trezentos e trinta e seis reais e seis centavos).

§1º) A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de rendas, transferências de outras esferas de governo e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminada no quadro anexo.

4. RECEITAS	47.336,06
4.1 RECEITAS CORRENTES	47.336,06
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	6.000,00

§ 2º A Despesa da Entidade FUNDO DA INFANCIA E ADOLESCÊNCIA – FIA será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
08 – Assistência Social	53.336,06
TOTAL GERAL	53.336,06

#### VIII – Do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores

Art. 8º O Orçamento da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES para o exercício de 2018 fixa a Despesa em R\$ 868.500,00 (oitocentos e sessenta e oito mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante transferências financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor, e discriminada no quadro anexo, com o seguinte desdobramento.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS	868.500,00
TOTAL GERAL	868.500,00

§ 2º A Despesa da Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
01 – Legislativa	868.500,00
TOTAL GERAL	868.500,00

Art.9º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, Superávit Orçamentário e para a obtenção de Resultado Primário positivo, conforme abaixo:

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL	
Reserva de Contingência	85.000,00
IPRECAL – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre	
Reserva de Contingência	2.008.306,00

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

§ 3º Não se efetivando até a data de 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 10 Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar Dotações de um Elemento de Despesa para outro dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade ou Operações Especiais.

Art. 11 O Executivo está autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a Abrir Créditos Adicionais Suplementares, até o limite de 50% ( cinquenta por cento) da Receita Estimada para o Orçamento de cada uma das Unidades Gestoras, utilizando como fonte de recursos:

- I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;
- II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;
- III – Superávit Financeiro do exercício anterior.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12 As despesas por conta das Dotações vinculadas a Convênios, Operações de Créditos e outras Receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei Federal nº 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos art's. 8º, Parágrafo único e 50, Inciso I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, Inciso I d a LRF.

Art. 13 Os recursos oriundos de Convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Poder Executivo.

Art. 14 Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 15 Comprovado o interesse público municipal e mediante Convênio, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 16 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou pelos seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 17 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.061 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454387

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.061 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 45 (quarenta e cinco) dias de férias a Servidora Pública Municipal OLÍVIA MARTINS DE OLIVEIRA MUNHOZ, Matrícula Funcional nº 000105, Registro no Sistema sob nº 780300, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente aos períodos aquisitivos: 12 de março de 2016 a 11 de março de 2017 = 05 (zero cinco) dias; 12 de março de 2017 a 11 de março de 2018 = 40 (quarenta) dias. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 12 de março de 2017 a 11 de março de 2018.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 08 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.062 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454831

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.062 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal ORIANE LINZMEYER STELZNER, Matrícula Funcional nº 000168, Registro no Sistema sob nº 269001, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2017 a 15 de março de 2018. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 16 de março de 2017 a 15 de março de 2018.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.063 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454878

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.063 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 33 (trinta e três) dias de férias ao Servidor Público Municipal RICARDO ARTEN, Matrícula Funcional nº 000897, Registro no Sistema sob nº 955688, ocupante do Cargo Público de Professor VIII, exercendo a Função de Professor de Geografia, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 20 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 20 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor Público gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 27 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito



**PORTARIA Nº 15.064 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454882

**GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 15.064 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de férias ao Servidor Público Municipal RODOLFO HENRIQUE WORMS, Matrícula Funcional nº 000468, Registro no Sistema sob nº 954474, ocupante do Cargo Público de Professor II, exercendo a Função de Professor de Educação Física, lotado na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Servidor Público gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.065 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454971

**GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 15.065 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA REGINA KOTOVICZ PRUCHNESKI, Matrícula Funcional nº 0261, Registro no Sistema sob nº 101970, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 06 de fevereiro de 2017 a 05 de fevereiro de 2018.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 06 de fevereiro de 2017 a 05 de fevereiro de 2018.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.066 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454973

**GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 15.066 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

**CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.**

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SANDRA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000522, Registro no Sistema sob nº 954620, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de:

13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.067 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455018

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.067 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SARA REINHARDT, Matrícula Funcional nº 000795, Registro no Sistema sob nº 955457, ocupante do Cargo Público de Especialista em Assuntos Educacionais, exercendo a Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica na EMEF – Escola Municipal de Ensino Fundamental “Prof. Jerônimo Francisco Coelho Pacheco”, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.069 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455307

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.069 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, Matrícula Funcional nº

000513, Registro no Sistema sob nº 954609, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

**PORTARIA Nº 15.070 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455308

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.070 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SIMONE IRENE FUCKNER WALTSMANN, Matrícula Funcional nº 000596, Registro no Sistema sob nº 954829, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal



LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.071 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455309

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.071 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 37 (trinta e sete) dias de férias a Servidora Pública Municipal SONIA BERNARDO CORDEIRO, Matrícula Funcional nº 000895, Registro no Sistema sob nº 955679, ocupante do Cargo Público de Professor IV, exercendo a Função de Professor de Língua Inglesa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 14 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 14 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.072 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455310

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.072 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº

006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 33 (trinta e três) dias de férias a Servidora Pública Municipal SUELEN MILCZEWSKI, Matrícula Funcional nº 000899, Registro no Sistema sob nº 955690, ocupante do Cargo Público de Professor VI, exercendo a Função de Professor de Matemática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 21 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 21 de fevereiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 27 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.073 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455311

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.073 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SUELI DO ROCIU WOLLNER DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000175, Registro no Sistema sob nº 300150, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 16 de março de 2017 a 15 de março de 2018.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 16 de março de 2017 a 15 de março de 2018.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.074 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455312

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.074 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal SUZANA BEATRIZ KOTOVICZ MOREIRA, Matrícula Funcional nº 000523, Registro no Sistema sob nº 954621, ocupante do Cargo Público de Professor VI, exercendo a Função de Professor de Matemática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.075 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455313

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.075 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal TAISE CUBAS MUNHOZ DREVECK, Matrícula Funcional nº 000860, Registro no Sistema sob nº 955559, ocupante do Cargo Público de Professor III, exercendo a Função de Professor de Artes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

## **PORTARIA Nº 15.076 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455314

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.076 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 40 (quarenta) dias de férias a Servidora Pública Municipal VIVIANE CCHALOUPECK SCHROEDER, Matrícula Funcional nº 000842, Registro no Sistema sob nº 955529, ocupante do Cargo Público de Professor VI, exercendo a Função de Professor de Matemática, lotada na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo: 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora Pública gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 03 de fevereiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de novembro de 2017 sob nº 14627.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.078 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455315

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.078 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ELÓIA CRISTHINE PRIM, Matrícula Funcional nº 000701, Registro no Sistema sob nº 955145, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Médica Veterinária, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.  
Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de dezembro de 2017 sob nº 14719.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.079 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455316

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.079 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Público Municipal, GILSON OMAR BRUNNQUELL, Matrícula Funcional nº 0240, Registro no Sistema sob nº 475801, ocupante no Cargo Público e na Função de Engenheiro Agrônomo, atualmente exercendo a Função Gratificada de Chefe do Serviço de Comércio, Indústria, Agropecuária e Meio Ambiente, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2016 a 28 de fevereiro de 2017.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 a 14 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de dezembro de 2017 sob nº 14719.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.080 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455317

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 15.080 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Pública Municipal, NATASCHI LARETSA AUGUSTIN, Matrícula Funcional nº 000848, Registro no Sistema sob nº 955547, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de

2017.

Art. 2º A Servidora gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 24 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de dezembro de 2017 sob nº 14719.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.081 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455318

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.081 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias ao Servidor Público PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR, Matrícula Funcional nº 000237, Registro no Sistema sob nº 697100, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Agente Administrativo II, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2017 a 04 de janeiro de 2018. Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de março de 2017 a 04 de janeiro de 2018.

Art. 2º O Servidor gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 04 de janeiro de 2018, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de dezembro de 2017 sob nº 14719.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 15.082 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455319

GABINETE DO PREFEITO  
PORTARIA Nº 15.082 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE FÉRIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao parágrafo IV do artigo 12 da Lei Municipal Complementar nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, EDILSON PRUCKNESKI, Registro no Sistema sob nº 955646, referente ao período aquisitivo 09 de janeiro de 2017 à 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º O Secretário gozará as férias no período de 26 de dezembro de 2017 à 14 de janeiro de 2018, sendo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal, devidamente protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 04 de dezembro de 2017 sob nº 14719.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,  
12 de dezembro de 2017.  
RUBENS BLASZKOWSKI  
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ  
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA  
Chefe de Gabinete do Prefeito

#### **PORTARIA Nº 21 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454175

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE  
Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC.  
E-mail: [iprecal@campoalegre.sc.gov.br](mailto:iprecal@campoalegre.sc.gov.br) fone 47 3632-1574

PORTARIA Nº 21 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CESSA O BENEFÍCIO DE PENSÃO DE ÁGATA PAULA RIBEIRO CONFORME PREVISTO NO INCISO I DO ARTIGO 8º, DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina – IPRECAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial inciso I do artigo 8º, da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014; Resolve:

Art. 1º Cessar o benefício de Pensão de ÁGATA PAULA RIBEIRO, devido a perda da condição de Dependente (menor de 21 anos) da assegurada MARIA ANGÉLICA FOITTE (Processo de Pensão nº 009/2017), conforme previsto no inciso I do artigo 8º da Lei Municipal de Campo Alegre/SC. nº 4.217 de 25 de novembro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de dezembro de 2017.



Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 12 de dezembro de 2017.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

## **PORTARIA Nº 22 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454204

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC.  
E-mail: [iprecal@campoalegre.sc.gov.br](mailto:iprecal@campoalegre.sc.gov.br) fone 47 3632-1574

PORTARIA Nº 22 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE NOVO RATEIO DA PENSÃO DE MARIA ANGÉLICA FOITTE, AOS DEPENDENTES REMANESCENTES CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 25, DA LEI MUNICIPAL Nº 4.217 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina – IPRECAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial do artigo 25, da Lei Municipal nº 4.217 de 25 de novembro de 2014; Resolve:

Art. 1º Concede novo rateio da pensão de MARIA ANGÉLICA FOITTE, (Processo de Pensão nº 009/2017), aos dependentes remanescentes devidamente habilitados conforme previsto no artigo 25, da Lei Municipal de Campo Alegre/SC. nº 4.217 de 25 de novembro de 2014.

Art. 2º Autorizar o pagamento ao dependente JOÃO ADAIR RIBEIRO (companheiro), de 100% (cem por cento) da pensão de MARIA ANGÉLICA FOITTE (Processo de Pensão nº 009/2017), no valor de R\$ 3.827,53 (três mil, oitocentos e vinte e sete reais, cinquenta e três centavos), que serão pagos mensalmente pelo IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 10 de dezembro de 2017.

Art. 4º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 12 de dezembro de 2017.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

## **PORTARIA Nº 23 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454256

IPRECAL – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC.  
E-mail: [iprecal@campoalegre.sc.gov.br](mailto:iprecal@campoalegre.sc.gov.br) Fone 47 3632-1574

PORTARIA Nº 23 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA PAGAMENTO DE ABONO PECUNIÁRIO DE FÉRIAS AO

DIRETOR EXECUTIVO DO IPRECAL.

O Diretor Executivo do IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao artigo 161 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento de Abono Pecuniário de 10 (dez) dias sobre Férias, ao Diretor Executivo do IPRECAL, JEFFERSON JEAN DUVOISIN, Matrícula Funcional nº 000337, Registro no Sistema sob nº 78, ocupante do Cargo Público de Técnico em Nível Médio, exercendo atualmente o Cargo Público Comissionado de Diretor Executivo do IPRECAL, lotado no IPRECAL – Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC.

Parágrafo único. O abono pecuniário de que trata o caput deste artigo referente ao período aquisitivo de 08 de junho de 2017 a 07 de junho de 2018, em moeda corrente oficial na data de pagamento, sendo opção do Diretor Executivo o qual requereu.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Campo Alegre/SC. IPRECAL, 12 de dezembro de 2017.

JEFFERSON JEAN DUVOISIN  
Diretor Executivo do IPRECAL.

Publicado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) em data de: 13/12/2017.

## **RESOLUÇÃO Nº 15 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455134

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“APROVA BALANCETES FINANCEIROS REFERENTES AOS MESES DE JULHO, AGOSTO, SETEMBRO E OUTUBRO DE 2017.”

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Ficam aprovados os BALANCETES FINANCEIROS referente aos meses de julho, agosto, setembro e outubro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 16 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455137

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 16 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"APROVA PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018-2021."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado o PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE 2018-2021.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.**RESOLUÇÃO Nº 17 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455139

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 17 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"APROVA PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS E/OU PROFISSIONAIS (PREÇO FIXADO DIFERENCIADO DA TABELA – SUS) PARA O ANO DE 2018."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovada a PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS E/OU PROFISSIONAIS (PREÇO FIXADO DIFERENCIADO DA TABELA – SUS) PARA O ANO DE 2018.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.**RESOLUÇÃO Nº 18 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455147

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"APROVA CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2018."

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea "h" do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica aprovado CALENDÁRIO ANUAL DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O ANO DE 2018, CONSTANTE NO ANEXO ÚNICO PARTE INTEGRANTE DESTA RESOLUÇÃO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.

ANEXO ÚNICO

RESOLUÇÃO Nº 18 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

CALENDARIO DE REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL  
DE SAÚDE PARA O ANO DE 2018.

MÊS	DATA	HORÁRIO
FEVEREIRO	20/02/2018	08h30min
ABRIL	17/04/2018	08h30min
JUNHO	19/06/2018	08h30min
AGOSTO	21/08/2018	08h30min
OUTUBRO	16/10/2018	08h30min
DEZEMBRO	11/12/2018	08h30min

Local: Sede da Secretaria Municipal de Saúde – sito a Avenida Dr. Getúlio Vargas, nº 467, Centro, Campo Alegre/SC.

**RESOLUÇÃO Nº 19 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455150

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE****CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE****RESOLUÇÃO Nº 19 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

**“APROVA PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE HOSPITAIS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS COM VALOR COMPLEMENTAR A TABELA SUS TENDO COMO REFERÊNCIA O VALOR PRATICADO PELO ESTADO DE SANTA CATARINA.”**

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde, em sua reunião ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, considerando o disposto no artigo 1º da Lei Municipal nº 8.142 de 28 de dezembro de 1990, alínea “h” do artigo 20 do Regimento Interno do CMS – Conselho Municipal de Saúde do Município de Campo Alegre/SC., a Presidente no uso das atribuições legais, faz saber que os Conselheiros aprovaram e ela promulga a seguinte **RESOLUÇÃO**:

Art. 1º Fica aprovada a **PUBLICAÇÃO DE EDITAL PARA CREDENCIAMENTO DE HOSPITAIS PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS COM VALOR COMPLEMENTAR A TABELA SUS TENDO COMO REFERÊNCIA O VALOR PRATICADO PELO ESTADO DE SANTA CATARINA, CONSTANTES NO ANEXO PARTE INTEGRANTE DESTA RESOLUÇÃO.**

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Alegre/SC., 12 de dezembro de 2017.

**CAROLINA DA COSTA TELMA**  
Presidente do Conselho Municipal  
de Saúde de Campo Alegre/SC.



## ANEXO ÚNICO

## RESOLUÇÃO Nº 19 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

ESPECIALIDADE	CÓD. PROCED.	NOM.PROCED.	VALOR
GERAL	401020100	EXTIRPAÇÃO E SUPRESSÃO DE LESÃO DE PELE E DE TECIDO CELULAR SUBCUTÂNEO	400,00
GERAL	407040110	HERNIOPLASTIA RECIDIVANTE	400,00
GERAL	401020088	EXERSE DE CISTO SACRO-COCCÍGEO	400,00
GERAL	406020566	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES UNILATERAL)	400,00
GERAL	406020574	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE VARIZES BILATERAL)	400,00
GERAL	407020276	FISTULECTOMIA / FISTULOTOMIA ANAL	400,00
GERAL	407020284	HEMORRHOIDECTOMIA	400,00
GERAL	407040129	HERNIOPLASTIA UMBILICAL	400,00
GERAL	407030026	COLECISTECTOMIA	500,00
GERAL	407030034	COLECISTECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	500,00
GERAL	407040064	HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA	500,00
GERAL	407040080	HERNIOPLASTIA INCISIONAL	500,00
GERAL	407040099	HERNIOPLASTIA INGUINAL (BILATERAL)	500,00
GERAL	407040102	HERNIOPLASTIA INGUINAL 1 CRURAL (UNILATERAL)	500,00
GERAL	407020047	APENDICECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	400,00
GERAL	407020080	COLECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	500,00
GERAL	407030077	COLEDOCOTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	400,00
GERAL	407030190	PANCREATECTOMIA VIDEOLAPAROSCÓPICA	500,00
GERAL	407040072	HERNIOPLASTIA EPIGÁSTRICA VIDEOLAPAROSCÓPICA	400,00
GERAL	407040137	HERNIORRAFIA INGUINAL VIDEOLAPAROSCÓPICA	400,00
GERAL	407040153	HERNIORRAFIA UMBILICAL VIDEOLAPAROSCÓPICA	400,00

GINECOLOGIA	409060046	CURETAGEM SEMIOTICA C/ OU S/ DILATAÇÃO DO COLO DO UTERO	400,00
GINECOLOGIA	409060038	CONIZAÇÃO	500,00
GINECOLOGIA	409070157	EXERESE DE GLANDULA DE BARTOLIN / SKENE	500,00
GINECOLOGIA	409060020	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR C/ AMPUTACAO DE COLO	500,00
GINECOLOGIA	409060100	HISTERECTOMIA (POR VIA VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	409060119	HISTERECTOMIA C/ ANEXECTOMIA I / BILATERAL)	500,00
GINECOLOGIA	409060127	HISTERECTOMIA SUBTOTAL	500,00
GINECOLOGIA	409060135	HISTERECTOMIA TOTAL	500,00
GINECOLOGIA	409060186	LAQUEADURA TUBARIA	500,00
GINECOLOGIA	409060216	OOFORECTOMIA / OOFOROPLASTIA	500,00
GINECOLOGIA	409070050	COLPOPERINEOPLASTIA ANTERIOR E POSTERIOR	500,00
GINECOLOGIA	409070270	TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINENCIA URINARIA POR VIA VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	410010073	PLASTICA MAMARIA FEMININA NAO ESTETICA	500,00
GINECOLOGIA	409060011	CERCLAGEM DE COLO DO UTERO	356,02
GINECOLOGIA	409060054	CURETAGEM UTERINA EM MOLA HIDATIFORME	274,76
GINECOLOGIA	409060178	HISTEROSCOPIA CIRURGICA C/ RESECTOSCOPIO	346,66
GINECOLOGIA	409060194	MIOMECTOMIA	500,00
GINECOLOGIA	409060208	MIOMECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	500,00
GINECOLOGIA	409060232	SALPINGECTOMIA UNI / BILATERAL	500,00
GINECOLOGIA	409060240	SALPINGECTOMIA VIDEOLAPAROSCOPICA	500,00
GINECOLOGIA	409060259	SALPINGOPLASTIA	500,00
GINECOLOGIA	409060267	SALPINGOPLASTIA VIDEOLAPAROSCOPICA	500,00
GINECOLOGIA	409070017	ALARGAMENTO DA ENTRADA VAGINAL	238,70
GINECOLOGIA	409070025	COLPECTOMIA	500,00
GINECOLOGIA	409070033	COLPOCLEISE (CIRURGIA DE LE FORT)	500,00
GINECOLOGIA	409070041	COLPOPERINEOCLEISE	500,00
GINECOLOGIA	409070068	COLPOPERINEOPLASTIA POSTERIOR	500,00
GINECOLOGIA	409070076	COLPOPERINEORRAFIA NAO OBSTETRICA	500,00

GINECOLOGIA	409070084	COLPOPLASTIA ANTERIOR	500,00
GINECOLOGIA	409070149	EXERESE DE CISTO VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	409070190	MARSUPIALIZACAO DE GLANDULA DE BARTOLIN	279,92
GINECOLOGIA	409070203	OPERACAO DE BURCH	500,00
GINECOLOGIA	409070211	RECONSTRUCAO DA VAGINA	500,00
GINECOLOGIA	409070220	TRATAMENTO CIRURGICO DE COAPTACAO DE NINFAS	238,70
GINECOLOGIA	409070238	TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA RETO-VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	409070254	TRATAMENTO CIRURGICO DE FISTULA VESICO-VAGINAL	500,00
GINECOLOGIA	409070262	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIPERTROFIA DOS PEQUENOS LABIOS	238,70
GINECOLOGIA	409070289	TRATAMENTO CIRURGICO DE VAGINA SEPTADA / ATRESICA	500,00
GINECOLOGIA	409070300	VULVECTOMIA SIMPLES	256,88
MULTIPLA	415010012	TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS	-
OFTALMO	405020015	CORRECAO CIRURGICA DE ESTRABISMO (ACIMA DE 2 MUSCULOS)	250,00
OFTALMO	405020023	CORRECAO CIRURGICA DO ESTRABISMO (ATE 2 MUSCULOS)	250,00
OFTALMO	405030045	FOTOCOAGULACAO A LASER	250,00
OFTALMO	405030134	VITRECTOMIA ANTERIOR	250,00
OFTALMO	405030193	PAN-FOTOCOAGULACAO DE RETINA A LASER	250,00
OFTALMO	405050020	CAPSULOTOMIA A YAG LASER	250,00
OFTALMO	405050097	FACECTOMIA C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR	250,00
OFTALMO	405050119	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR RIGIDA	250,00
OFTALMO	405050127	FOTOTRABECULOPLASTIA A LASER	250,00
OFTALMO	405050194	IRIDOTOMIA A LASER	250,00
OFTALMO	405050372	FACOEMULSIFICACAO C/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR DOBRÁVEL	250,00
OFTALMO	405010010	CORRECAO CIRURGICA DE ENTROPIO E ECTROPIO	250,00
OFTALMO	405010028	CORRECAO CIRURGICA DE EPICANTO E TELECANTO	250,00
OFTALMO	405010036	DACRIOCISTORRINOSTOMIA	250,00
OFTALMO	405010079	EXERESE DE CALAZIO E OUTRAS PEQUENAS LESOES DA PALPEBRA E SUPERCILIOS	90,00
OFTALMO	405010117	RECONSTITUICAO DE CANAL LACRIMAL	250,00

OFTALMO	405010125	RECONSTITUICAO PARCIAL DE PALPEBRA COM TARSORRAFIA	250,00
OFTALMO	405030070	RETINOPEXIA C/ INTROFLEXAO ESCLERAL	250,00
OFTALMO	405030142	VITRECTOMIA POSTERIOR	250,00
OFTALMO	405030169	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSAO DE PERFLUOCARBONO E ENDOLASER	250,00
OFTALMO	405030177	VITRECTOMIA POSTERIOR COM INFUSAO DE PERFLUOCARBONO/ÓLEO DE SILICONE/ENDOLASER	250,00
OFTALMO	405030185	TERMOTERAPIA TRANSPUPILAR	250,00
OFTALMO	405040016	CORRECAO CIRURGICA DE LAGOFTALMO	250,00
OFTALMO	405040105	EXPLANTE DE LENTE INTRA OCULAR	250,00
OFTALMO	405040202	TRATAMENTO DE PTOSE PALPEBRAL	250,00
OFTALMO	405040210	REPOSICIONAMENTO DE LENTE INTRAOCULAR	250,00
OFTALMO	405050011	CAPSULECTOMIA POSTERIOR CIRURGICA	250,00
OFTALMO	405050046	CICLOCRIOCOAGULACAO / DIATERMIA	250,00
OFTALMO	405050054	CICLODIALISE	250,00
OFTALMO	405050100	FACECTOMIA S/ IMPLANTE DE LENTE INTRA-OCULAR	250,00
OFTALMO	405050135	IMPLANTE DE PROTESE ANTI-GLAUCOMATOSA	250,00
OFTALMO	405050143	IMPLANTE INTRA-ESTROMAL	250,00
OFTALMO	405050216	RECOBRIMENTO CONJUNTIVAL	196,88
OFTALMO	405050224	RECONSTITUICAO DE FORNIX CONJUNTIVAL	250,00
OFTALMO	405050321	TRABECULECTOMIA	250,00
OFTALMO	405050356	TRATAMENTO CIRURGICO DE GLAUCOMA CONGENITO	250,00
OFTALMO	405050151	IMPLANTE SECUNDARIO DE LENTE INTRA-OCULAR - LIO	250,00
ORTOPEDIA	408060158	MANIPULAÇÃO ARTICULAR	400,00
ORTOPEDIA	408060352	RETIRADA DE FIO OU PINO INTRA-ÓSSEO	400,00
ORTOPEDIA	408060379	RETIRADA DE PLACA E/OU PARAFUSOS	400,00
ORTOPEDIA	408050926	TRATAMENTO DAS LESÕES OSTEO-CONDRAIS POR FIXAÇÃO OU MOSAICOPLASTIA JOELHO/TORNOZELO	600,00
ORTOPEDIA	408010045	ARTROPLASTIA ESCAPULO-UMERAL PARCIAL	400,00
ORTOPEDIA	408010150	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA CLAVICULA	400,00

ORTOPEDIA	408010185	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO / FRATURA-LUXACAO ACROMIO-CLAVICULAR	400,00
ORTOPEDIA	408010223	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE RETARDO DE CONSOLIDACAO DA PSEUDARTROSE DE CLAVICULA / ESCAPULA	400,00
ORTOPEDIA	408010231	TRATAMENTO CIRURGICO DA SINDROME DO IMPACTO SUB-ACROMIAL	400,00
ORTOPEDIA	408020032	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES DE MEMBRO SUPERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408020040	ARTROPLASTIA DE ARTICULAÇÃO DA MAO	400,00
ORTOPEDIA	408020059	ARTROPLASTIA DE CABEÇA DO RADIO	400,00
ORTOPEDIA	408020091	RESSECÇÃO DO OLECRANO E/OU CABEÇA DO RÁDIO	400,00
ORTOPEDIA	408020105	FASCIOTOMIA DE MEMBROS SUPERIORES	400,00
ORTOPEDIA	408020130	RECONSTRUÇÃO CAPSULO-LIGAMENTAR DE COTOVELO PUNHO	400,00
ORTOPEDIA	408020148	RECONSTRUÇÃO DE POLIA TENDINOSA DOS DEDOS DA MÃO	400,00
ORTOPEDIA	408020342	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DAS FALANGES DA MAO (COM FIXAÇÃO)	385,20
ORTOPEDIA	408020350	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESÃO FISARIA DE EPICONDILIO / EPITROClea DO ÚMERO	400,00
ORTOPEDIA	408020369	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DO CONDILIO / TRÓCLEA/APOFISE CORONÓIDE DO ULNA / CABEÇA DO RÁDIO	400,00
ORTOPEDIA	408020377	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METACARPÍANOS	400,00
ORTOPEDIA	408020407	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA EXTREMIDADE / METÁFISE DISTAL DOS OSSOS DO ANTEBRAÇO	400,00
ORTOPEDIA	408020415	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DE EXTREMIDADES / METAFISE PROXIMAL DOS OSSOS DO ANTEBRACO	400,00
ORTOPEDIA	408020423	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA DIAFISARIA DE AMBOS OS OSSOS DO ANTEBRAÇO (C/ SÍNTESE)	400,00
ORTOPEDIA	408020431	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DIAFISARIA ÚNICA DO RÁDIO / DA ULNA	400,00
ORTOPEDIA	408020440	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA LESAO FISARIA DOS OSSOS	400,00

		DO ANTEBRAÇO	
ORTOPEDIA	408020458	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA-LUXAÇÃO DE GALEAZZI / MONTEGGIA / ESSEX-LOPRESTI	400,00
ORTOPEDIA	408020466	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURAS DOS OSSOS DO CARPO	400,00
ORTOPEDIA	408020482	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR DO MEMBRO SUPERIOR: COTOVELO / PUNHO	400,00
ORTOPEDIA	408020490	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO DA MUSCULATURA INTRÍNSECA DA MÃO	400,00
ORTOPEDIA	408020504	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO EVOLUTIVA FISARIA NO MEMBRO SUPERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408020512	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO CARPO-METACARPIANA	400,00
ORTOPEDIA	408020520	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LUXAÇÃO / FRATURA-LUXAÇÃO DOS OSSOS DO CARPO	400,00
ORTOPEDIA	408020555	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA MÃO	400,00
ORTOPEDIA	408020571	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DO UMBRO	400,00
ORTOPEDIA	408020580	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE AO NÍVEL DO COTOVELO	400,00
ORTOPEDIA	408020598	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE NA REGIÃO METAFISE-EPIFISÁRIA DISTAL DO RÁDIO E ULNA	400,00
ORTOPEDIA	408020601	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDO-RETARDO / CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA AO NÍVEL DO CARPO	400,00
ORTOPEDIA	408020628	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE SINDACTILIA DA MÃO (POR ESPAÇO INTERDIGITAL)	385,20
ORTOPEDIA	408030399	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (UM NÍVEL)	500,00
ORTOPEDIA	408030402	DISCECTOMIA CERVICAL / LOMBAR / LOMBO-SACRA POR VIA POSTERIOR (DOIS NÍVEIS)	600,00
ORTOPEDIA	408030534	RESSECÇÃO DE ELEMENTO VERTEBRAL POSTERIOR / POSTERO-LATERAL / DISTAL A C2 (MAIS DE 2 SEGMENTOS)	600,00
ORTOPEDIA	408040050	ARTROPLASTIA PARCIAL DE QUADRIL	600,00

ORTOPEDIA	408040076	ARTROPLASTIA DE REVISAO OU RECONSTRUÇÃO DO QUADRIL	600,00
ORTOPEDIA	408040092	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO QUADRIL NAO CIMENTADA / HIBRIDA	600,00
ORTOPEDIA	408040122	EPIFISIODESE DO TROCANTER MAIOR DO FEMUR	500,00
ORTOPEDIA	408040130	EPIFISIODESE FEMORAL PROXIMAL IN SITU	500,00
ORTOPEDIA	408040343	TRATAMENTO CIRURGICO DE LUXACAO ESPONTANEA / PROGRESSIVA / PARALITICA DO QUADRIL	600,00
ORTOPEDIA	408050039	ARTRODESE DE MEDIAS / GRANDES ARTICULACOES DE MEMBRO INFERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408050055	ARTROPLASTIA TOTAL DE JOELHO - REVISAO / RECONSTRUCAO	600,00
ORTOPEDIA	408050101	PATELECTOMIA TOTAL OU PARCIAL	400,00
ORTOPEDIA	408050110	QUADRICEPSPLASTIA	600,00
ORTOPEDIA	408050128	REALINHAMENTO DO MECANISMO EXTENSOR DO JOELHO	400,00
ORTOPEDIA	408050136	RECONSTRUCAO DE TENDAO PATELAR / TENDAO QUADRICIPITAL	600,00
ORTOPEDIA	408050144	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR DO TORNOZELO	400,00
ORTOPEDIA	408050152	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR EXTRA-ARTICULAR DO JOELHO	400,00
ORTOPEDIA	408050322	REPARO DE BAINHA TENDINOSA AO NIVEL DO TORNOZELO	400,00
ORTOPEDIA	408050330	REVISAO CIRURGICA DE COTO DE AMPUTACAO EM MEMBRO INFERIOR (EXCETO DEDOS DO PE)	343,88
ORTOPEDIA	408050349	REVISAO CIRURGICA DO PE TORTO CONGENITO	400,00
ORTOPEDIA	408050373	TENOSINOECTOMIA EM MEMBRO INFERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408050390	TRANSFERENCIA MUSCULAR / TENDINOSA NO MEMBRO INFERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408050438	TRATAMENTO CIRURGICO DE AVULSAO DO GRANDE E DO PEQUENO TROCANTER	500,00
ORTOPEDIA	408050454	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DE OSSOS DO MEDIO-PE	400,00
ORTOPEDIA	408050462	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS METATARSIAIS	400,00
ORTOPEDIA	408050470	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA / LESAO FISARIA DOS PODODACTILOS	400,00
ORTOPEDIA	408050497	TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA BIMALEOLAR / TRIMALEOLAR	400,00



		/ DA FRATURA-LUXAÇÃO DO TORNOZELO	
ORTOPEDIA	408050527	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA PATELA POR FIXAÇÃO INTERNA	400,00
ORTOPEDIA	408050535	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO CALCÂNEO	400,00
ORTOPEDIA	408050560	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TALUS	400,00
ORTOPEDIA	408050578	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DO TORNOZELO UNIMALEOLAR	400,00
ORTOPEDIA	408050608	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA LESÃO FISÁRIA DISTAL DE TIBIA	400,00
ORTOPEDIA	408050667	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO AGUDA CAPSULO-LIGAMENTAR MEMBRO INFERIOR (JOELHO / TORNOZELO)	400,00
ORTOPEDIA	408050675	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE LESÃO EVOLUTIVA FISÁRIA NO MEMBRO INFERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408050730	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PÉ CAVO	400,00
ORTOPEDIA	408050748	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PÉ PLANO VALGO	400,00
ORTOPEDIA	408050764	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PÉ TORTO CONGENITO	400,00
ORTOPEDIA	408050772	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PÉ TORTO CONGENITO INVETERADO	400,00
ORTOPEDIA	408050799	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA ÓSSEA DA DIÁFISE DO FÊMUR	500,00
ORTOPEDIA	408050802	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DA REGIÃO TROCANTERIANA	500,00
ORTOPEDIA	408050810	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DO COLO DO FEMUR	600,00
ORTOPEDIA	408050837	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA METÁFISE DISTAL DO FEMUR	500,00
ORTOPEDIA	408050845	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO AO NIVEL DO JOELHO	400,00
ORTOPEDIA	408050861	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DA DIÁFISE TIBIAL	500,00
ORTOPEDIA	408050870	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO/ PERDA ÓSSEA DA METÁFISE TIBIAL	400,00
ORTOPEDIA	408050918	TRATAMENTO CIRÚRGICO DO HALUX VALGUS S/ OSTEOTOMIA DO	400,00

		PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	
ORTOPEDIA	408060018	ALONGAMENTO / ENCURTAMENTO MIOTENDINOSO	400,00
ORTOPEDIA	408060050	ARTRODESE DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES	400,00
ORTOPEDIA	408060069	ARTROPLASTIA DE RESSECÇÃO DE MEDIA / GRANDE ARTICULAÇÃO	600,00
ORTOPEDIA	408060085	BURSECTOMIA	400,00
ORTOPEDIA	408060131	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE PEQUENAS ARTICULAÇÕES	284,12
ORTOPEDIA	408060174	OSTECTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PÉ	500,00
ORTOPEDIA	408060301	RESSECÇÃO MUSCULAR	400,00
ORTOPEDIA	408060328	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ARTICULAR	278,14
ORTOPEDIA	408060336	RETIRADA DE CORPO ESTRANHO INTRA-ÓSSEO	280,66
ORTOPEDIA	408060387	RETIRADA DE PRÓTESE DE SUBSTITUIÇÃO DE GRANDES ARTICULAÇÕES (OMBRO / COTOVELO / QUADRIL / JOELHO)	500,00
ORTOPEDIA	408060409	RETIRADA DE TRAÇÃO TRANS-ESQUELÉTICA	400,00
ORTOPEDIA	408060425	REVISÃO CIRÚRGICA DE COTO DE AMPUTAÇÃO DOS DEDOS	400,00
ORTOPEDIA	408060468	TENOMIOTOMIA / DESINSERÇÃO	400,00
ORTOPEDIA	408060476	TENOPLASTIA OU ENXERTO DE TENDÃO ÚNICO	500,00
ORTOPEDIA	408060484	TENORRAFIA ÚNICA EM T ' L OSTEO-FIBROSO	400,00
ORTOPEDIA	408060530	TRANSPosição / TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA MÚLTIPLA	400,00
ORTOPEDIA	408060549	TRANSPosição / TRANSFERENCIA MIOTENDINOSA ÚNICA	400,00
ORTOPEDIA	408060557	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA (GRANDES E MEDIAS ARTICULAÇÕES)	400,00
ORTOPEDIA	408060565	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ARTRITE INFECCIOSA DAS PEQUENAS ARTICULAÇÕES	400,00
ORTOPEDIA	408060573	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM MARTELO / EM GARRA (MÃO E PE)	400,00
ORTOPEDIA	408060581	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEFORMIDADE ARTICULAR POR RETRAÇÃO TENO-CAPSULO-LIGAMENTAR	400,00
ORTOPEDIA	408060590	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA VICIOSAMENTE CONSOLIDADA DOS OSSOS LONGOS EXCETO DA MAO E DO PÉ	400,00
ORTOPEDIA	408060620	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE INFECÇÃO PÓS-ARTROPLASTIA	500,00

		(GRANDES ARTICULAÇÕES)	
ORTOPEDIA	408060700	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE SINDACTILIA SIMPLES (DOIS DEDOS)	400,00
ORTOPEDIA	403020123	'TRATAMENTO CIRURGICO DE SINDROME COMPRESSIVA EM TUNEL OSTEO-FIBROSO AO NIVEL DO CARPO	400,00
ORTOPEDIA	408010142	REPARO DE ROTURA DO MANGUITO ROTADOR (INCLUI PROCEDIMENTOS DESCOMPRESSIVOS)	400,00
ORTOPEDIA	408020300	TENOSINOVECTOMIA EM MEMBRO SUPERIOR	400,00
ORTOPEDIA	408020326	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE DEDO EM GATILHO	400,00
ORTOPEDIA	408050659	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE HALUX VALGUS C/ OSTEOTOMIA DO PRIMEIRO OSSO METATARSIANO	400,00
ORTOPEDIA	408050896	TRATAMENTO CIRURGICO DE ROTURA DO MENISCO COM MENISCECTOMIA PARCIAL / TOTAL	400,00
ORTOPEDIA	408060123	EXPLORAÇÃO ARTICULAR C/ OU S/ SINOVECTOMIA DE MEDIAS / GRANDES ARTICULAÇÕES	400,00
ORTOPEDIA	408060140	FASCIECTOMIA	400,00
ORTOPEDIA	408060182	OSTEOTOMIA DE OSSOS DA MÃO E/OU DO PE	400,00
ORTOPEDIA	408060212	RESSECÇÃO DE CISTO SINOVIAL	400,00
ORTOPEDIA	408060310	RESSECÇÃO SIMPLES DE TUMOR ÓSSEO / DE PARTES MOLES	400,00
ORTOPEDIA	408060441	TENÓLISE	400,00
ORTOPEDIA	408020563	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE PSEUDARTROSE / RETARDO DE CONSOLIDAÇÃO / PERDA OSSEA DO ANTEBRAÇO	500,00
ORTOPEDIA	408040084	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMÁRIA DO QUADRIL CIMENTADA	600,00
ORTOPEDIA	408050063	ARTROPLASTIA TOTAL PRIMARIA DO JOELHO	600,00
ORTOPEDIA	408050160	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO ANTERIOR)	600,00
ORTOPEDIA	408050179	RECONSTRUCAO LIGAMENTAR INTRA-ARTICULAR DO JOELHO (CRUZADO POSTERIOR C/ OU S/ ANTERIOR)	600,00
ORTOPEDIA	408050888	TRATAMENTO CIRÚRGICO DE ROTURA DE MENISCO COM SUTURA MENISCAL UNI / BICOMPATIMENTAL	600,00
ORTOPEDIA	408060190	OSTEOTOMIA DE OSSOS LONGOS EXCETO DA MÃO E DO PE	600,00
OTORRINO/CABEÇA E	404010482	SEPTOPLASTIA PARA CORREÇÃO DE DESVIO	400,00

PESCOÇO			
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010016	ADENOIDECTOMIA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010024	AMIGDALECTOMIA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010032	AMIGDALECTOMIA C/ ADENOIDECTOMIA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010237	MICROCIRURGIA OTOLOGICA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010415	TURBINECTOMIA	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	402010043	TITIREOIDECTOMIA TOTAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010350	TIMPANOPLASTIA (UNI / BILATERAL)	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010105	ESTAPEDECTOMIA	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010113	EXERESE DE PAPILOMA EM LARINGE	326,20
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010121	EXERESE DE TUMOR DE VIAS AEREAS SUPERIORES, FACE E PESCOÇO	500,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010130	EXTIRPAÇÃO DE TUMOR DO CAVUM E FARINGE	400,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010172	LARINGECTOMIA PARCIAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010210	MASTOIDECTOMIA RADICAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010229	MASTOIDECTOMIA SUBTOTAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010326	SINUSOTOMIA BILATERAL	400,00

PESCOÇO			
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010334	SINUSOTOMIA ESFENOIDAL	400,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010466	PAROTIDECTOMIA PARCIAL OU SUBTOTAL	600,00
OTORRINO/CABEÇA E PESCOÇO	404010512	SINUSOTOMIA TRANSMAXILAR	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409050083	POSTECTOMIA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409030040	RESSECCAO ENDOSCOPICA DE PROSTATA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040134	ORQUIDOPEXIA UNILATERAL	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040215	TRATAMENTO CIRURGICO DE HIDROCELE	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040231	TRATAMENTO CIRURGICO DE VARICOCELE	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040240	VASECTOMIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010561	URETEROLITOTOMIA	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409030023	PROSTATECTOMIA SUPRAPÚBICA	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010065	CISTOLITOTOMIA E/OU RETIRADA DE CORPO ESTRANHO DA BEXIGA	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010146	EXTRACAO ENDOSCOPICA DE CALCULO EM PELVE RENAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010189	LITOTRIPSIA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010200	NEFRECTOMIA PARCIAL	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010219	NEFRECTOMIA TOTAL	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010227	NEFROLITOTOMIA	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010235	NEFROLITOTOMIA PERCUTANEA	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010286	NEFROSTOMIA C/ OU S/ DRENAGEM	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010294	NEFROSTOMIA PERCUTANEA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010308	NEFROURETERECTOMIA TOTAL	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010316	PIELITOTOMIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010324	PIELOPLASTIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010367	RESSECCAO DO COLO VESICAL / TUMOR VESICAL A CEU ABERTO	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010383	RESSECCAO ENDOSCOPICA DE LESAO VESICAL	400,00

UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010391	RETIRADA PERCUTANEA DE CALCULO URETERAL C/ CATETER	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010413	TRATAMENTO CIRURGICO DE BEXIGA NEUROGENICA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010430	TRATAMENTO CIRURGICO DE CISTOCLE	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010499	TRATAMENTO CIRURGICO DE INCONTINENCIA URINARIA VIA ABDOMINAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010502	TRATAMENTO CIRURGICO DE REFLUXO VESICO-URETERAL	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010537	URETEROCISTONEOSTOMIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010570	URETEROPLASTIA	500,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020044	INJECAO DE GORDURA / TEFLON PERI-URETRAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020079	MEATOTOMIA SIMPLES	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020109	RESSECCAO E FECHAMENTO DE FISTULA URETRAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020125	URETROPLASTIA (RESSECCAO DE CORDA)	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020133	URETROPLASTIA AUTOGENA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020141	URETROPLASTIA RETEROGENEA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020168	URETOSTOMIA PERINEAL / CUTANEA / EXTERNA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409020176	URETROTOMIA INTERNA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409030031	PROSTATOVESICULECTOMIA RADICAL	600,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040037	EPIDIDIMECTOMIA	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040070	EXERESE DE CISTO DE EPIDIDIMO	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040088	EXERESE DE LESAO DO CORDAO ESPERMÁTICO	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040096	EXPLORACAO CIRURGICA DA BOLSA ESCROTAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040118	NEOSTOMIA DE EPIDIDIMO / CANAL DEFERENTE	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040126	ORQUIDOPEXIA BILATERAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040142	ORQUIECTOMIA SUBCAPSULAR BILATERAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040150	ORQUIECTOMIA UNI OU BILATERAL C/ ESVAZIAMENTO GANGLIONAR	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040169	ORQUIECTOMIA UNILATERAL	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409040185	REPARACAO E OPERACAO PLASTICA DO TESTICULO	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409050032	CORRECAO DE HIPOSPADIA (1 o TEMPO)	400,00
UROLOGIA/NEFROLOGIA	409050040	CORRECAO DE HIPOSPADIA (2o TEMPO)	400,00

UROLOGIA/NEFROLOGIA	409010022	CISTECTOMIA PARCIAL	600,00
---------------------	-----------	---------------------	--------



# Campo Erê

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 72/2017

Publicação Nº 1455351

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ERÊ/SC.

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 72/2017.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ, Estado de Santa Catarina, CNPJ nº 83.026.765/0001-28. CONTRATADA: RL&Z CONFIANÇA ASSESSORIA E SOLUÇÕES EM CONCURSOS, CNPJ 27.524.937/0001-12. OBJETO: Contratação de Empresa especializada para realização de Concurso Público – Cadastro Reserva e de Processo Seletivo Simplificado – Cadastro Reserva. FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 2162/2017, Tomada de Preços nº 07/2017. VALOR: R\$ 10.447,00 (dez mil, quatrocentos e quarenta e sete reais). Campo Erê/SC, em 12/12/2017. SIGNATÁRIOS: Odilson Vicente de Lima pela Contratante e Udinara Vanusa Zanchettin pela Contratada.

### TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISP. JUST. N. 2177/2017

Publicação Nº 1454417

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 2276/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º: 2177/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 2176/2017;

b) Objeto: O presente certame trata da aquisição de bicicletas (cor e características básicas a definir no momento da aquisição) que serão utilizadas como premiação aos alunos do programa "PROERD";

c) Contratadas: MARCOS NIEDERMAIER EPP – FILIAL 02;

d) Valor Global: 7.230,00 (sete mil duzentos e trinta reais);

Publique-se.

Campo Erê, SC, 07 de dezembro de 2017.

Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal.

# Campos Novos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 7.908/17 DE 08/12/2017 AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1454510

DECRETO Nº. 7.908 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017  
AUTORIZA DESMEMBRAMENTO DE TERRENO URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e;

Considerando parecer técnico do Departamento de Engenharia, nos autos do Processo Administrativo nº. 4.258/2017;  
Considerando a Lei Federal nº. 6.766, Lei Estadual nº 6.063, c/c artigos 55, §2º, e demais disposições da Lei Complementar nº. 03 de 28 de maio de 2007 – Plano Diretor;  
Com amparo no artigo 100, incisos VIII – XVIII da Lei Orgânica do município,

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o desmembramento de um terreno urbano com área de 7.743,19m<sup>2</sup> (Sete mil, setecentos e quarenta e três metros e dezenove centímetros quadrados), sem benfeitoria, na Rua Campos Novos e Rua Projetada, Distrito de Barra do Leão, no Município de Campos Novos, de propriedade de SERGIO CORONETTI, inscrito no CPF sob nº. 018.134.369-08, imóvel matriculado junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos sob nº. 25.284.

Art. 2º. O desmembramento autorizado por este decreto dá origem a 6 (seis) unidades imobiliárias autônomas com as seguintes características e confrontações:

#### LOTE 01: 495,47 m<sup>2</sup> de propriedade de SERGIO CORONETTI

I - Ao NORTE: na extensão total de 31,81 (em três segmentos de 1,47m, 22,29m e 8,05m), confronta com a área absorvida por rua;  
II - Ao SUDOESTE: na extensão total de 47,06m (em dois segmentos de 46,21m e 0,85m) confronta com Oracil José Bernardi – matrículas 26.053, 26.052 e 26.051 e com Mariolane Casagrande – lote 05 – matrícula 26.050;  
III - Ao LESTE: na extensão de 30,02m, confronta com a área 02;

#### LOTE 02: 370,61 m<sup>2</sup> de propriedade de SERGIO CORONETTI

I - Ao NORTE: na extensão de 13,00m, confronta com a área absorvida por rua;  
II - Ao SUL: na extensão total de 12,21m (em dois segmentos de 2,39m e 9,82m), confronta com Mariolane Casagrande- lote 05- matrícula 26.050, e com Francisco Brandalise – lote 04- matrícula 25.279;  
III - Ao LESTE: na extensão de 29,65m, confronta com a área 03;  
IV- Ao OESTE: na extensão de 30,02, confronta com a área 01;

#### LOTE 03: 381,02 m<sup>2</sup> de propriedade de SERGIO CORONETTI

I - Ao NORTE: na extensão total de 13,00m (em dois segmentos de 7,22m e 5,78m), confronta com área absorvida por rua;  
II - Ao SUL na extensão total de 12,98m (em dois segmentos de 3,18 e 9,80m), confronta com Francisco Brandalise – lote 04- matrícula 25.279, e com André Masson - lote 03- matrícula 25.278;  
III - Ao LESTE: na extensão de 29,88m, confronta com a área 04;  
IV- Ao OESTE: na extensão de 29,65m confronta com a área 02;

#### LOTE 04: 345,58 m<sup>2</sup> de propriedade de SERGIO CORONETTI

I - Ao NORTE: na extensão total de 15,29m (em três segmentos de 6,02m, 7,97m e 1,30m – arco com ângulo de 8° 17'36" e 9,00m de raio), confronta com a área absorvida por rua;  
II - Ao SUL: na extensão total de 12,93m (em dois segmentos de 3,21m e 9,72m), confronta com André Masson – lote 03 – matrícula 25.278, e com Oracil José Bernardi – lote 02 – matrícula 25.277;  
III - Ao LESTE: na extensão de 23,62m, confronta com a área 05;  
IV- Ao OESTE: na extensão de 29,88m confronta com a área 03;

#### LOTE 05: 303,41 m<sup>2</sup> de propriedade de SERGIO CORONETTI

I - Ao NORTE: na extensão de 18,31m (arco com ângulo de 116°33'35" e 9,00m de raio), confronta com a área absorvida por rua;  
II - Ao SUL: na extensão de 13,53m, confronta com Ademar Giacometi – lote 01 – matrícula 25.276;  
III - Ao LESTE: na extensão de 29,51m, confronta com Gema Barcarolo;  
IV- Ao OESTE: na extensão de 23,62m, confronta com a área 04;

#### ÁREA ABSORVIDA POR RUA: 998,49M<sup>2</sup>

I - Ao NORTE: na extensão total de 99,08 (em dez segmentos de 7,30m, 28,30m, 8,01m, 12,76m, 6,73m, 5,29m, 16,25m, 1,61m, 4,17m e 8,66m – arco com ângulo de 55°08'49" e 9,00m de raio), confronta com a área remanescente;  
II - Ao SUL: na extensão total de 91,41m (em dez segmentos de 1,47m, 22,29m, 8,05m, 13,00m, 7,22m, 5,78m, 6,02m, 7,97m, 1,30m - arco com ângulo de 8°17'36" e 9,00m de raio – e 18,31m – arco com ângulo 116°33'35" e 9,00m de raio), confronta com as áreas desmembradas 01, 02, 03, 04 e 05;  
III - Ao SUDOESTE: na extensão de 12,00m, confronta com a área absorvida por rua da matrícula 26.054;

#### ÁREA REMANESCENTE: 4.848,61M<sup>2</sup>

A referida gleba é delimitada por um polígono irregular cuja descrição se inicia no vértice 1, assinalado em planta anexa como segue:

I - Ao SUL: do vértice 1 segue até o vértice 2 no azimute de 42°16'14", na extensão de 7,30m, deste segue até o vértice 3 no azimute de 93°51'49", na extensão de 28,30 m, deste segue até o vértice 4 no azimute de 95°46'22", na extensão de 8,01m, deste segue até o vértice 5 no azimute de 93°28'42", na extensão de 12,76m, deste, segue até o vértice 6 no azimute de 93°28'42", na extensão de 6,73m, deste segue até o vértice 7 no azimute de 88°46'08", na extensão de 5,29m deste segue até o vértice 8 no azimute 88°49'21", na extensão de 16,25m, deste, segue até o vértice 9 no azimute 111°49'10", na extensão de 1,61m, deste, segue até o vértice 10 no azimute de 120°31'43", na extensão de 4,17m, deste segue até o vértice 11 no azimute de 145°58'07", na extensão de 8,66m (arco com ângulo de 55°08'49" e 9,00m de raio). Confrontando com a área absorvida por rua;  
II - Ao LESTE: do vértice 11 segue até o vértice 12 no azimute de 353°36'05", na extensão de 15,90m, deste, segue até o vértice 13 no azimute de 353°32'32", na extensão de 20,67m, confrontando com Gema Barcarolo;  
III - Ao NORTE: do vértice 13 segue até o vértice 14 no azimute de 317°38'58", na extensão de 28,28m, deste, segue até o vértice 15 no azimute de 265°07'11", na extensão de 72,32m, deste, segue

até o vértice 16 no azimuth de 272°12'49", na extensão de 46,84m, confrontando com Sergio Coronetti;

IV- Ao OESTE: do vértice 16 segue até o vértice 17 no azimuth de 132°02'48", na extensão de 23,08m, deste segue até o vértice 1, (início da descrição), no azimuth de 132°02'48", na extensão de 44,47m, confrontando com Sergio Coronetti – lote 6 e matrícula 26.054, fechando assim o polígono acima descrito, abrangendo uma área de 4.848,61m2.

Art. 3º. Ficam aprovadas as plantas e memoriais descritivos das unidades imobiliárias descritas no artigo 2º deste decreto.

Art. 4º. Ficam autorizados os Tabelionatos e Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campos Novos, a promoverem a escrituração e as averbações que se fizerem necessárias a transferência de domínio e registro dos imóveis objeto deste decreto.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em 08 de Dezembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos do excesso de arrecadação de recursos do FNS, exames laboratoriais – R\$ 23.191,37; PAB Incremento temporário – R\$ 653.887,00 e CAPS Incremento temporário – R\$ 159.613,00.

Art 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Campos Novos, em 11 de dezembro de 2017.

Silvio Alexandre Zancanaro

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº. 7.909/17 DE 11/12/2017 ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO**

Publicação Nº 1454513

DECRETO Nº 7.909/17 de 11/12/2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 4.259/16 de 12/05/2016 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 4.305/16 de 20/12/2016 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município no valor de R\$ 836.691,37 (Oitocentos e trinta e seis mil, seiscentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.064 – Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde

Elementos de despesa: 50- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0023.000 93- Aplicações Diretas ...R\$ 23.191,37

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.067 – Manutenção dos Programas CAPS e MAC/FAE

Elementos de despesa: 58- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.000 97- Aplicações Diretas ...R\$ 159.613,00

ÓRGÃO: 19 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 02 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.075 – Manutenção do Programa da Atenção Básica- PAB Fixo

Elementos de despesa: 57- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064.000 96- Aplicações Diretas ...R\$ 653.887,00

# Canoinhas

## PREFEITURA

### AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 21/2017

Publicação Nº 1453965

AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º PMC 165/2017  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º PMC 21/2017

O Presidente da Comissão de Licitação do Município de Canoinhas -SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, comunica que a empresa ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME, CNPJ 11.519.548/0001-69, interpôs recurso administrativo contra a proposta vencedora no referido processo. A íntegra do recurso está disponível no endereço eletrônico: [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br), no link licitações, na pasta do respectivo processo. O recurso poderá ser impugnado pelas participantes no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação deste.

Adilson Fernando Ribeiro  
Presidente

### PORTARIA Nº 020/2017 FME

Publicação Nº 1453964

PORTARIA Nº. 20/2017

DANIEL LAURENTINO PINTO, Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, nomeado através do Decreto nº 016/2017, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 13º inciso IX do Estatuto da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, Resolve:

#### EXONERAÇÃO

Art. 1º - Fica exonerada á pedido Gislaíne de Fátima Kriginski, contratado (a) no cargo de Técnico Desportivo de Ginástica, junto á Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Canoinhas, a partir de 01/12/2017,

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 01 de dezembro de 2017.  
DANIEL LAURENTINO PINTO  
Presidente Honorífico

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em  
01/12/2017.

### PORTARIA Nº 021/2017 - FME

Publicação Nº 1453962

PORTARIA Nº. 021/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município. CONSIDERANDO, o disposto na Lei nº 4.138 de 21/03/2007, resolve:

#### AUTORIZAR

Art. 1º. Fica autorizado o servidor Dimas Antônio Chagas, técnico desportivo de atletismo, à disposição da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, a perceber adiantamento conforme o disposto na Lei nº 6.139 de 28/11/2017, visando atender a realização de despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

Art. 2º. Ao servidor citado no caput do artigo anterior, cabe à responsabilidade da conferência das solicitações de ajudas de custo, cujos valores das despesas serão transferidos a uma conta específica para esse fim, e o servidor será responsável pela movimentação com o valor pecuniário a ser despendido e a exigência da comprovação, pelo favorecido, da realização da despesa.

Art. 3º. Ao Controle Interno cabe, no mês subsequente, à verificação da legalidade do processo e a emissão de parecer conclusivo.

Art. 4º. A autorização objeto deste instrumento far-se-á vigente pelo período compreendido entre 01/12/2017 á 03/12/2017.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas, 01 de Dezembro de 2017.  
DANIEL LAURENTINO PINTO  
Presidente Honorífico

GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes e Lazer em  
01/12/2017.

### PORTARIA Nº 1194/2017

Publicação Nº 1454547

PORTARIA Nº 1194/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI e XII da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, resolve:

#### NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art.1º - Fica nomeado JOSÉ CARLOS HERBST, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento a partir de 11/12/2017, interinamente, até que seja nomeado o titular da pasta.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 001/2017.

Canoinhas/SC, 11 de dezembro de 2017.  
GILBERTO DOS PASSOS  
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 11/12/2017.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Administrador  
CRA/SC 18.040  
Mat. 10464

### **PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 129/2017(ELETRÔNICO)**

Publicação Nº 1454579

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 193/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 129/2017 (ELETRÔNICO)  
1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de recebimento das propostas e abertura dos lances, foi transferida para o dia 03/01/2018, ficando estipulado os seguintes horários: até às 14h00min (entrega) e 15h00min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. Cópia do edital alterado (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

[licitacoes-e.com.br](http://licitacoes-e.com.br).

Gilberto dos Passos  
Prefeito

### **PUBLICAÇÃO 1ª ALTERAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº PMC 131/2017 (ELETRÔNICO)**

Publicação Nº 1454894

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. PMC 197/2017  
EDITAL DE PREGÃO Nº. PMC 131/2017 (ELETRÔNICO)  
1ª ALTERAÇÃO DE EDITAL E DATA DE ABERTURA

O Município de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, torna público, que alterou o edital descrito acima. Diante disto, a data de recebimento das propostas e abertura dos lances, foi transferida para o dia 05/01/2018, ficando estipulado os seguintes horários: até às 09h00min (entrega) e 10h00min. (abertura). Informações (047) 3621-7705. Cópia do edital alterado (acesso livre) e pregão (acesso identificado): [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br)

Gilberto dos Passos  
Prefeito

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **RESOLUÇÃO Nº 1.094**

Publicação Nº 1454366

RESOLUÇÃO Nº 1.094 de 12/12/2017  
AUTORIZA VIAGEM AO EXTERIOR

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Regimento Interno, promulga a seguinte:

#### **RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fica autorizado a Vereador Paulinho Basílio ausentar-se do país, entre os dias 24 de dezembro de 2017 e 19 de janeiro de 2018, para tratar de interesses particulares.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas, 12 de dezembro de 2017.  
Wilmar Sudoski  
Presidente

Norma Pereira Zenici Dreher  
Primeira Secretária Segunda Secretária

Registrado e publicado na Secretaria da Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 12/12/2017.

José Luiz Lacowicz  
Secretário Legislativo



# Capão Alto

## PREFEITURA

### **EDITAL RETIFICADO - CREDENCIAMENTO Nº 01/2017O PRESENTE CHAMAMENTO OBJETIVO O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS INTERESSADAS EM FIRMAR COM O MUNICÍPIO CONTRATO PARA A PRESTAÇÃO, DE FORMA CONTINUADA, DE SERVIÇOS NA ÁREA DE SAÚDE, EXAMES LABORATORIAIS, TABELA SUS**

Publicação Nº 1454746

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017  
Credenciamento para Serviços de Análises Clínicas

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA – Secretária Municipal de Saúde, Estado do Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os arts. 30, 196 a 200 da Constituição Federal, e Lei Federal nº 8.666/93,

Faz saber e TORNA PÚBLICO para conhecimento dos interessados, que o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Atílio Mortari, s/nº, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 15.408.168-0001/08, estará procedendo a CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE PARA O ANO DE 2018. As Empresas interessadas deverão comparecer em horário de expediente, das 08:00h às 12:00h e das 13h30min às 17:00h no Setor de Licitações, sito a Rua João Vieira de Oliveira, nº 500, Centro, sede da Prefeitura Municipal de Capão Alto, para fins de Credenciamento, sendo que posteriormente será firmado Contrato com aquelas consideradas habilitadas.

#### 1. OBJETO

1.1. O presente Chamamento objetiva ao Credenciamento de pessoas jurídicas interessadas em firmar com o Município contrato para a prestação, de forma continuada, de serviços na área de saúde, Exames Laboratoriais, nos itens relacionados no ANEXO I, e nos valores determinados pela Tabela SUS.

1.2. É vedada a prestação do serviço credenciado em qualquer dependência do Município.

1.3. Os recursos federais repassados ao Município para a realização dos exames será dividido em cotas mensais de exames entre as empresas credenciadas.

1.4. Todos os exames realizados pelas empresas credenciadas serão remunerados conforme valores constantes na Tabela SUS.

#### 2. DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS

Os documentos necessários ao Credenciamento e às propostas serão recebidos pela Comissão Permanente de Licitações durante o período de vigência deste edital, no horário de funcionamento do Setor Administrativo da Prefeitura Municipal de Capão Alto- SC, em envelope próprio, fechado, com a seguinte identificação:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EMPRESA: ..... (DA EMPRESA A SER CREDENCIADA)

CNPJ: ..... (DA EMPRESA A SER CREDENCIADA)

#### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

2.1 - As informações fornecidas serão conferidas, e, a pessoa que tiver sua habilitação rejeitada será comunicada oficialmente sobre os fatos que motivaram a rejeição.

2.2 - Para habilitação o licitante deverá apresentar:

- a) Registro comercial no caso de empresa individual;
- b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.
- c) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes do Município (ALVARÁ), relativo ao domicílio ou sede do Licitado pertinente ao seu ramo de atividade;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (a Certidão de Regularidade com a Fazenda Federal deverá ser emitida pela Receita Federal);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal;
- g) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando a situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por Lei;
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, nos termos da redação dada pela Lei 12.440, de 7.7.2011 à CLT, e Lei 8.666/93;
- i) Declaração sob as penas da Lei, firmada pelo representante legal da licitante, de que não foi declarada inidônea para licitar e ou contratar com a Administração Pública.
- j) Alvará Sanitário emitido pela Coordenadoria Regional da Saúde;
- k) Declaração que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do Art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal (Anexo V).

l) Declaração que tem pleno conhecimento das condições para execução dos serviços (Anexo III);

m) Relação dos serviços ambulatoriais que se propõe a realizar, observado o preço fixado no Anexo I deste edital;

n) Capacidade máxima de atendimento diário, para fins deste Cadastro;

o) Certificado de Registro da Empresa no Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina (CRF/SC) e/ou em outro Conselho de Classe que regulamente profissões que possuam aptidão técnica para o exercício das funções objetivadas por este Credenciamento, no âmbito deste Estado.

p) Certificado de Responsabilidade Técnica da Empresa junto ao CRF/SC;

q) Comprovação de que o(s) bioquímico é sócio ou funcionário da empresa;

r) Comprovação de que o(s) bioquímico(s) possui(m) registro no CRF/SC;

2.3 - Os documentos constantes do item acima poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada por tabelião ou por funcionário do Município ou publicação em órgão de imprensa oficial. Sendo que os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) estarão sujeitos à comprovação de sua veracidade pela Administração, dispensando-se a autenticação referida no início deste item.

#### 3. DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 – Os serviços de coleta de materiais para análise deverão ser

prestados no Município Contratante, não possuindo o Município responsabilidade pelo transporte dos pacientes e pela retirada dos laudos e/ou resultados dos exames realizados.

3.2. - Para a realização dos exames referidos neste Cadastramento, o Município emitirá autorização expressa que será apresentada pelo paciente quando da realização do atendimento, sendo que o agendamento destes é de responsabilidade do paciente.

3.3 - Em caso de haver mais de uma Empresa Credenciada para a realização do mesmo procedimento, é facultado ao paciente a escolha do prestador do serviço, salvo se esgotado o número de atendimentos a que se propôs a Credenciada.

3.4. Em caso de haver mais de uma Empresa Credenciada, a Secretaria Municipal de Saúde fixará cota mensal de exames, igualitária entre as Credenciadas, devendo a Credenciada cumprir tal obrigação, sob pena de não ser realizado o pagamento dos exames realizados a mais.

3.5. A cota mensal de exames de cada Credenciada será auferida pela divisão dos recursos federais repassados ao Município, pelo número de credenciados.

3.6. A realização de exames excedentes às cotas mensais dependerá da autorização do Município.

3.7. O Município reserva o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos Credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em caso de má prestação, apurada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa;

#### 4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - Conforme Orçamento Vigente na execução do Objeto deste Edital.

#### 5. DO PAGAMENTO

5.1 - O pagamento será efetuado de forma mensal, mediante apresentação, até o décimo quinto dia útil ao mês subsequente à prestação dos serviços, de nota fiscal devidamente certificada pela Secretaria Municipal da Saúde, com retenção dos tributos e/ou contribuições, na forma da Lei.

5.2 - Os valores acompanharão os valores unitários da Tabela SUS e suas respectivas variações, não sendo possível acrescentar valores adicionais aos praticados a esta tabela.

#### 6. DA FORMALIZAÇÃO

6.1 - O credenciamento será formalizado mediante Termo próprio, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital.

#### 7. DO PERÍODO DE VIGÊNCIA

7.1 O prazo de vigência deste Cadastramento será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado por igual período até o limite de 60 meses nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

#### 8. DO PESSOAL DA CREDENCIADA E DOS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS

8.1 - É de responsabilidade da Credenciada, de forma exclusiva, a disponibilização de todos os meios, quer de pessoal como de equipamentos necessários à execução dos serviços que lhe forem determinados, incluindo encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o Município.

#### 9. DA REVISÃO DOS VALORES ESTIPULADOS

9.1 - Durante a vigência deste Cadastramento, os valores contratuais apenas poderão ser revistos no caso de alteração por parte do Governo Federal nos valores constantes na Tabela SUS.

#### 10. DOS QUANTITATIVOS FÍSICO-FINANCEIROS:

10.1 Todos os Exames de Laboratório constantes da tabela do SUS serão contratados de acordo com a necessidade do Fundo Municipal de Saúde através de seu GESTOR(a), capacidade operacional do serviço e parâmetros de cobertura do SUS.

#### 11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1 - Sem prejuízo de plena responsabilidade da Credenciada, todos os serviços serão fiscalizados pelo Município, através da Secretaria Municipal de Saúde.

#### 12 - CONSTITUEM-SE ANEXOS DESTA EDITAL:

I - Relação de exames laboratoriais (Anexo I);

II - Critérios gerais a serem observados pela Credenciada (Anexo II).

III - Declaração de Conhecimento (Anexo III);

IV - Termo de Credenciamento para a prestação de serviços na área da saúde (Anexo IV).

V - Declaração que não emprega menor (Anexo V).

Maiores Informações serão prestadas aos interessados no horário da 8h às 12h, e das 13h30min às 17h00min na Prefeitura Municipal de Capão Alto, sita Rua João Vieira de Oliveira, 500, na cidade de Capão Alto/SC, onde poderão ser obtidas cópia do Edital e seus Anexos, pelo site <http://www.capaoalto.sc.gov.br/> ou telefone (49) 3237-2002.

Capão Alto, 12 de dezembro de 2017.

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

#### ANEXO I

Relação de Exames de Análises Clínicas

EXAME	CODIGO	VALOR
ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA	0202050017	R\$ 3,70
ANTIBIOGRAMA	0202080013	R\$ 4,98
BACTERIOSCOPIA GRAM	0202080072	R\$ 2,80
CLEARANCE DE CREATININA	0202050025	R\$ 3,51
CONTAGEM DE PLAQUETAS	0202020029	R\$ 2,73
CONTAGEM DE RETICULOCITOS	0202020037	R\$ 2,73
CULTURA DE BACTERIAS P/ IDENTIFICACAO	0202080080	R\$ 5,62
CULTURA PARA IDENTIFICACAO DE FUNGOS	0202080137	R\$ 4,19
DETERMINACAO DE CAPACIDADE DE FIXACAO DO FERRO	0202010023	R\$ 2,01
DETERMINACAO DE COMPLEMENTO (CH50)	0202030067	R\$ 9,25
DETERMINACAO DE CURVA GLICEMICA CLASSICA (5 DOSAGENS)	0202010074	R\$ 10,00
DETERMINACAO DE FATOR REUMATOIDE	0202030075	R\$ 5,66
DETERMINACAO DE TEMPO DE COAGULACAO	0202020070	R\$ 2,73
DETERMINACAO DE TEMPO DE SANGRAMENTO DE IVY	0202020100	R\$ 9,00
DETERMINACAO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP (0202020134)	0202020134	R\$ 5,77
DETERMINACAO DE VELOCIDADE DE HEMOSSEDIMENTACAO (VHS)	0202020150	R\$ 2,73



DETERMINACAO DIRETA E REVERSA DE GRUPO ABO	0202120023	R\$ 1,37
DOSAGEM DE 25 HIDROXIVITAMINA D	0202010767	R\$ 15,24
DOSAGEM DE ACIDO URICO	0202010120	R\$ 1,85
DOSAGEM DE ACIDO VALPROICO	0202070050	R\$ 15,65
DOSAGEM DE ALFA 1 GLICOPROTEINA ACIDA	0202010163	R\$ 3,68
DOSAGEM DE ALFA FETOPROTEINA	0202030091	R\$ 15,06
DOSAGEM DE AMILASE	0202010180	R\$ 2,25
DOSAGEM DE ANDROSTENEDIONA	0202060110	R\$ 11,53
DOSAGEM DE ANTICORPOS ANTITRANS-GLUTAMINASE RECOMBINANTE	0202031187	R\$ 18,55
DOSAGEM DE ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO PSA	0202030105	R\$ 16,42
DOSAGEM DE BETA 2 MICROGLOBULINA	0202030113	R\$ 13,55
DOSAGEM DE BILLIRUBINA TOTAL E FRACOES	0202010201	R\$ 2,01
DOSAGEM DE CALCIO	0202010210	R\$ 1,85
DOSAGEM DE CALCIO IONIZAVEL	0202010228	R\$ 3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL HDL	0202010279	R\$ 3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL LDL	0202010287	R\$ 3,51
DOSAGEM DE COLESTEROL TOTAL	0202010295	R\$ 1,85
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C3	0202030121	R\$ 17,16
DOSAGEM DE COMPLEMENTO C4	0202030130	R\$ 17,16
DOSAGEM DE CORTISOL	0202060136	R\$ 9,86
DOSAGEM DE CREATININA	0202010317	R\$ 1,85
DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE CPK	0202010325	R\$ 3,68
DOSAGEM DE DESIDROGENASE LATICA	0202010368	R\$ 3,68
DOSAGEM DE ESTRADIOL	0202060160	R\$ 10,15
DOSAGEM DE FERRITINA	0202010384	R\$ 15,59
DOSAGEM DE FERRO SERICO	0202010392	R\$ 3,51
DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA	0202010422	R\$ 2,01
DOSAGEM DE FOSFORO	0202010430	R\$ 1,85
DOSAGEM DE GAMA- GLUTAMIL TRANSFERASE - GAMA GT	0202010465	R\$ 3,51
DOSAGEM DE GLICOSE	0202010473	R\$ 1,85
DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA	0202060217	R\$ 7,85
DOSAGEM DE HEMOGLOBINA GLICADA	0202010503	R\$ 7,86
DOSAGEM DE HORMONIO DE CRESCIMENTO HGH	0202060225	R\$ 10,21
DOSAGEM DE HORMONIO FOLICULO ESTIMULANTE FSH	0202060223	R\$ 7,89
DOSAGEM DE HORMONIO LUTEIZANTE LH	0202060241	R\$ 8,97
DOSAGEM DE HORMONIOS TIREOESTIMULANTE TSH	0202060250	R\$ 8,96
DOSAGEM DE IMUNIGLOBULINA A IGA	0202030156	R\$ 17,16
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA E IGE	0202030164	R\$ 9,25
DOSAGEM DE IMUNOGLOBULINA M IGM	0202030180	R\$ 17,16
DOSAGEM DE INSULINA	0202060268	R\$ 10,17
DOSAGEM DE LIPASE	0202010554	R\$ 2,25
DOSAGEM DE LITIO	0202070255	R\$ 2,25
DOSAGEM DE MAGNESIO	0202010562	R\$ 2,01
DOSAGEM DE MICROALBUMINA NA URINA	0202050092	R\$ 8,12

DOSAGEM DE PARATORMONIO	0202060276	R\$ 43,13
DOSAGEM DE PEPTIDEO C	0202060284	R\$ 15,35
DOSAGEM DE POTASSIO	0202010600	R\$ 1,85
DOSAGEM DE PROGESTERONA	0202060292	R\$ 10,22
DOSAGEM DE PROLCTINA	0202060306	R\$ 10,15
DOSAGEM DE PROTEINA C REATIVA	0202030202	R\$ 2,83
DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES	0202010627	R\$ 1,85
DOSAGEM DE PROTEINAS URINA DE 24 HORAS	0202050114	R\$ 2,04
DOSAGEM DE SODIO	0202010635	R\$ 1,85
DOSAGEM DE SOMATOMEDINA C IGF1	0202060322	R\$ 15,35
DOSAGEM DE SULFATO DE HIDROEPIANDROSTERONA	0202060330	R\$ 13,11
DOSAGEM DE TESTOSTERONA	0202060349	R\$ 10,43
DOSAGEM DE TIREOGLOBULINA	0202060365	R\$ 15,35
DOSAGEM DE TIROXINA LIVRE T4 LIVRE	0202060381	R\$ 11,60
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO OXALACETICA TGO	2020106430	R\$ 2,01
DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO PIRUVICA TGP	0202010651	R\$ 2,01
DOSAGEM DE TRANSFERRINA	0202010660	R\$ 4,12
DOSAGEM DE TRIGLICERIDEOS	0202010678	R\$ 3,51
DOSAGEM DE TRIIODOTIRONINA T3	0202060390	R\$ 8,71
DOSAGEM DE UREIA	0202010694	R\$ 1,85
DOSAGEM DE VITAMINA B12	0202010708	R\$ 15,24
ELETROFORESE DE HEMOGLOBINA	0202020355	R\$ 5,41
ELETROFORESE DE PROTEINAS	0202010724	R\$ 4,42
EXAME COPROLOGICO FUNCIONAL	0202040038	R\$ 3,04
EXAME MICROBIOLOGICO A FRESCO DIRETO	0202080145	R\$ 2,80
HEMOGRAMA COMPLETO	0202020380	R\$ 4,11
PESQUISA DE ANTICORPO IGG ANTICARDIOLIPINA	0202030253	R\$ 10,00
PESQUISA DE ANTICORPO IGM ANTICARDIOLIPINA	0202030261	R\$ 10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTICLAMIDIA ( POR IMUNOFLOURESCENCIA)	0202030423	R\$ 10,00
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI- DNA	0202030270	R\$ 8,67
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIESTREPTOSINA ASLO	0202030474	R\$ 2,83
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTIMICROSOMAS	0202030555	R\$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTINUCLEO	0202030598	R\$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI- RIBONUCLEOPROTEINA RNP	0202030326	R\$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SM	0202030342	R\$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI- SS-A RO	0202030350	R\$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTI-SS-B LA	0202030369	R\$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITIREOGLOBULINA	0202030628	R\$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS	0202030636	R\$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS CONTRA O VIRUS DA HEPATITE C	0202030679	R\$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTICITOMEGALOVIRUS	0202030741	R\$ 11,00

PESQUISA DE ANTICORPOS IGG ANTITOXOPLASMA	0202030768	R\$ 16,97
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA ANTIGENO CEBTRAL DO VIRUS	0202030784	R\$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0202030814	R\$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGG CONTRA O VIRUS EPSTEIN- BARR	0202030830	R\$ 17,16
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM ANTICITOMEGALOVIRUS	0202030857	R\$ 11,61
PESQUISA DE ANTICORPOS ANTITOXOPLASMA	0202030873	R\$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA HEPATIT A HAV	0101020911	R\$ 18,55
PESQUISA DE ANTICORPOS IGM CONTRA O VIRUS DA RUBEOLA	0202030920	R\$ 17,16
PESQUISA DE ANTIGENO CARCINOEMBRIONARIO CEA	0202030962	R\$ 13,35
PESQUISA DE ANTIGENO DE SUPERFICIE DO VIRUS DA HEPATITE B	0202030970	R\$ 18,55
PESQUISA DE ANTIGENO E DO VIRUS DA HEPATITE B HBEAG	0202030989	R\$ 18,55
PESQUISA DE ESPERMATOZOIDES APÓS VASECTOMIA	0202090264	R\$ 4,80
PESQUISA DE FATOR REUMATOIDE WALER ROSE	0202031012	R\$ 4,10
PESQUISA DE FATOR RH( INCLUI D FRACO)	0202120082	R\$ 1,37
PESQUISA DE HELICOBACTER PYLORI	0202080218	R\$ 4,33
PESQUISA DE HOMOCISTINA NA URINA	0202050262	R\$ 2,04
PESQUISA DE LEOCOCITOS NAS FEZES	0202040097	R\$ 1,65
PESQUISA DE OVOS E CISTOS DE PARASITAS	0202040127	R\$ 1,65
PESQUISA DE ROTAVIRUS NAS FEZES	0202040135	R\$ 10,25
PESQUISA DE SANGUE OCULTO NAS FEZES	0202040143	R\$ 1,65
TESTE FTA ABS IGG P DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0202031128	R\$ 10,00
TESTE FTA ABS IGM P DIAGNOSTICO DA SIFILIS	0202031136	R\$ 10,00
TESTE INDIRETO DE ANTIGLOBULINA HUMANA TIA	0202120090	R\$ 2,73

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

#### ANEXO II CRITÉRIOS GERAIS A SEREM OBSERVADOS PELA CREDENCIADA

- 1- O Município reserva-se ao direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação de serviços pelos Credenciados, podendo proceder ao descredenciamento em casos de má prestação, verificada em procedimentos administrativos específicos, com garantia do contraditório e da ampla defesa.
- 2- A prestação de serviços é exclusiva dos Credenciados, vedada sua transferência a empresas alheias à relação contratual.
- 3- O Credenciado não poderá cobrar do paciente, ou de seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.
- 4- A Credenciada deverá enviar mensalmente relatório de cada procedimento realizado com correspondente relação de pacientes atendidos, acompanhada das requisições emitidas pelo médico credenciado pelo SUS e com comprovante de realização do exame por parte do paciente devidamente assinado por este.
- 5- Somente poderá ser realizado exame a pacientes que sejam

portadores de requisição emitidos por médico credenciado pelo Sistema Único de Saúde que prestam serviços ao Município de Capão Alto/SC.

6- Em caso de haver mais de uma Empresa Credenciada, a Secretária Municipal de Saúde fixará cota mensal de exames igualitária entre os Credenciados, devendo a Credenciada cumprir tal obrigação, sob pena de não ser realizado o pagamento dos exames realizados a mais.

7- A cota mensal de exames de cada Credenciado será auferida pela divisão dos recursos federais repassados ao Município, pelo número de Credenciados.

8- A realização de exames excedentes às cotas mensais dependerá da autorização do Município.

9- Todos os exames realizados pelas Empresas Credenciadas serão remunerados conforme valores constantes na Tabela SUS.

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

#### ANEXO III DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017

Através do presente, a empresa \_\_\_\_\_, CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu representante legal/procurador, que ao final subscreve, DECLARA, sob as penas da Lei, que tem pleno conhecimento das condições para execução dos serviços, não podendo alegar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do Termo de Credenciamento, bem assim, DECLARA que terá a disponibilidade de todos os meios necessários à execução dos serviços ora contratados.

CAPÃO ALTO/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

(Representante Legal/Procurador)

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2017  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011/2017

#### ANEXO IV TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Atilio Mortari, s/nº, Centro, na cidade de Capão Alto/SC, representado por sua Secretária Municipal de Saúde, GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado de CREDENCIANTE e, \_\_\_\_\_, (qualificar), doravante denominada CREDENCIADA, têm justo e acordado este Termo de Credenciamento, de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, consubstanciado na Chamada Pública nº 01/2017, e mediante as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo tem por objeto a prestação, por parte da CREDENCIADA, para a prestação, de forma continuada, de serviços na área de saúde, Exames Laboratoriais, nos itens relacionados no ANEXO I, e nos valores determinados pela Tabela SUS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CREDENCIADA deverá realizar os atendimentos no Município, de acordo com a necessidade do Município,

de segunda à sexta-feira, nos horários de atendimento do estabelecimento credenciado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CREDENCIADA deverá certificar se o paciente é residente neste domicílio, uma vez que não serão pagos procedimentos realizados em pacientes que não residam no Município de Capão Alto/SC e observados os critérios estabelecidos no Anexo II do Edital.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Em caso de haver mais de uma Empresa Credenciada, a Secretária Municipal de Saúde fixará cota mensal de exames igualitária entre os credenciados, devendo a Credenciada cumprir tal obrigação, sob pena de não ser realizado o pagamento dos exames realizados a mais.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Todos os exames realizados pelas EMPRESAS CREDENCIADAS serão remunerados conforme valores constantes na Tabela SUS.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A prestação de serviços é exclusiva da CREDENCIADA, vedada sua transferência a empresas alheias à relação contratual.

**PARÁGRAFO SEXTO** – A CREDENCIADA não poderá cobrar do paciente ou de seu responsável, qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – A CREDENCIADA deverá enviar mensalmente Relatório de cada procedimento realizado com correspondente relação de pacientes atendidos, acompanhado das requisições emitidas pelo médico credenciado pelo SUS e com comprovante de realização do exame por parte do paciente, devidamente assinado por este.

**PARÁGRAFO OITAVO** – Somente poderá ser realizado exame a pacientes que sejam portadores de requisição emitidos por médico credenciado pelo Sistema Único de Saúde que prestam serviços ao Município de Capão Alto/SC.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO:** O prazo de vigência do Credenciamento será de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse do CREDENCIANTE e anuência da CREDENCIADA, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de sessenta meses (art. 57, II da Lei nº 8666/93), contados estes da data de lançamento do edital de credenciamento acima referido.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E DO PRAZO DE PAGAMENTO:** O valor pelos serviços realizados pela CREDENCIADA será pago da seguinte forma:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os serviços contratados por este Termo serão pagos de acordo com o número de atendimentos efetuados durante o mês de referência, tendo como parâmetro a Tabela constante do Edital de Chamamento nº 01/2017, sendo condição para a efetivação do pagamento a apresentação, pela CREDENCIADA, da Nota Fiscal de Serviço devidamente visada pela Secretaria Municipal da Saúde, a qual deverá ser apresentada até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês seguinte aquele em que os serviços foram prestados, juntamente com o Relatório constante no Parágrafo Sétimo da Clausula Primeira deste Contrato Administrativo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Durante a vigência deste Cadastramento, os valores serão revistos a cada 12 meses contados da data do lançamento deste Edital, mediante a aplicação de variação que venha a ser aplicada nos preços referenciados na Tabela SUS.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO**

**I** – O presente credenciamento caracteriza-se como uma relação contratual de prestação de serviços;

**II** – A CREDENCIADA deverá manter, durante a vigência deste Termo, as condições de habilitação exigidas para a sua celebração;

**III** – É de responsabilidade exclusiva e integral da CREDENCIADA, a utilização de pessoal para a execução dos respectivos procedimentos, incluindo encargos trabalhistas, sociais e fiscais resultantes de vínculos empregatício ou comercial, bem como eventuais indenizações deferidas em decorrência dos serviços prestados.

**IV** – A CONTRATADA deverá realizar os atendimentos de acordo com a necessidade do Município de Capão Alto/SC, e de acordo com o Anexo I.

**V** – É facultado ao paciente a escolha do prestador do serviço em caso de haver mais de uma empresa credenciada para a realização

do mesmo procedimento.

**VI** – É vedado:

a) O trabalho da CREDENCIADA em próprios municipais;

b) A transferência dos direitos e obrigações decorrentes desse Termo;

c) A cobrança de qualquer valor a título de diferença dos usuários dos serviços objetos deste Termo.

**CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO:** O CREDENCIANTE realizará, subsidiariamente, fiscalização dos serviços decorrentes desse Termo, mediante ação da Secretaria Municipal de Saúde, a qual designará servidor para tanto, situação que não excluirá ou restringirá a responsabilidade da CREDENCIADA na prestação dos serviços, objeto deste Termo.

**CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES:** À CONVENIADA poderá ser aplicado, em caso de inadimplemento contratual, após assegurado o direito de ampla defesa, as penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e expressas no Edital de Chamamento acima referido.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:** As despesas dos serviços realizados por força deste Termo ocorrerão, no presente exercício, à conta da dotações orçamentárias vigentes.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO:** A rescisão deste Termo poderá se dar numa das seguintes oportunidades:

a) pela ocorrência de seu termo final;

b) por solicitação da CREDENCIADA, cujo aviso formal deverá ser dado com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias;

c) por acordo entre as partes;

d) de forma unilateral pelo CREDENCIANTE, após o devido processo legal, no caso de descumprimento de condição estabelecida no edital ou neste Termo de Credenciamento.

**CLÁUSULA NONA – DA VINCULAÇÃO DESTE INSTRUMENTO:** Este instrumento está vinculado ao Edital de Chamada Pública nº 01/2017, sendo que as condições nele previstos, mesmo que não transcritas neste instrumento, obrigam as partes;

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:** Fica eleito o Foro da Campo Belo do Sul/SC, para dirimir as dúvidas oriundas deste Termo, quando não solvidas administrativamente.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente Termo, em três vias de igual teor e forma.

Capão Alto/SC, ..... 2017.

CONTRATANTE

GISLAINE FREITAS DE JESUS ANTUNES PEREIRA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA

(NOME DA CREDENCIADA)

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

# PROCESSO SELEÇÃO SIMPLIFICADO Nº 04/2017 - PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS PARA O QUADRO DO MAGISTÉRIO E SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO.

Publicação Nº 1454764

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELEÇÃO SIMPLIFICADO Nº 04/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS TEMPORÁRIAS PARA O QUADRO DO MAGISTÉRIO E SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CAPÃO ALTO.

O Prefeito do Município de CAPÃO ALTO - SC, no uso de sua competência, de acordo com o que estabelece o art. 37 inciso IX da Constituição Federal, art. 21 da Constituição Estadual, art. 2º inciso IV, c/c art. 3º da Lei Municipal nº 133/2003 e Lei Municipal 621/2017,

CONSIDERANDO a necessidade de excepcional interesse público para preenchimento dos cargos vagos em substituição aos servidores efetivos que se encontram afastados temporariamente em razão de licença para tratamento de saúde e licença gestação, em cargo comissionado e por pedido de exoneração (neste caso até que seja deflagrado Concurso Público para seu preenchimento);

CONSIDERANDO que, como consectário da autonomia administrativa de que dispõe (CF, art. 30, I), a organização e o funcionamento da Administração Municipal é atribuição do Chefe do Executivo;

CONSIDERANDO que a realização do processo seletivo é requisito legal para garantia dos princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência,

Torna público que estarão abertas, no período de 13/12/2017 a 15/01/2018, as inscrições ao Processo Seletivo Simplificado, para substituição de Professores e Servidores da Educação e da Assistência Social da rede pública municipal, abaixo discriminados, o qual reger-se-á de acordo com as instruções deste Edital.

## CRONOGRAMA

DATA	DESCRIÇÃO
13/12/2017 a 15/01/2018	Período de inscrição exclusivamente presenciais
15/01/2018 até 12:00h	Prazo final para pagamento das inscrições para todos os candidatos
17/01/2018	Divulgação de inscritos no Processo Seletivo Simplificado
18/01/2018 e 19/01/2018	Recursos contra o resultado da homologação das inscrições (presencial)
22/01/2018	Homologação das inscrições
28/01/2018	Aplicação da prova objetiva escrita.
29/01/2018	Gabarito Preliminar divulgação no site Capão Alto ( <a href="http://www.capaoalto.sc.gov.br/">http://www.capaoalto.sc.gov.br/</a> )
30/01/2018 e 31/01/2018	Recursos contra as questões e ao gabarito da prova objetiva escrita (presencial)
02/02/2018	Gabarito Definitivo e julgamento dos recursos da prova objetiva divulgação no site Capão Alto ( <a href="http://www.capaoalto.sc.gov.br/">http://www.capaoalto.sc.gov.br/</a> )
06/02/2018	Divulga Classificação Preliminar no site Capão Alto ( <a href="http://www.capaoalto.sc.gov.br/">http://www.capaoalto.sc.gov.br/</a> ) até às 23:59 hs.
07/02/2018	Recursos contra a classificação preliminar no site Capão Alto ( <a href="http://www.capaoalto.sc.gov.br/">http://www.capaoalto.sc.gov.br/</a> )
09/02/2018	Divulgação Classificação Final no site Capão Alto ( <a href="http://www.capaoalto.sc.gov.br/">http://www.capaoalto.sc.gov.br/</a> )

\* As datas deste cronograma poderão sofrer alterações caso necessário e serão divulgadas previamente nos meios de comunicação.

\*É de responsabilidade do candidato manter-se informado sobre possíveis alterações do horário de expediente da prefeitura, devido a mudanças do horário de verão, acessando o site [www.capaoalto.sc.gov.br](http://www.capaoalto.sc.gov.br) ou ligando para o número (49) 3237-2000.

## I - DO QUADRO

### 1. Secretaria da Educação

#### 1.1 Servidores Ensino Superior

Cargos	Carga Horária	Habilitação Profissional	Vagas
Professor Matemática	Até 40h/s	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Matemática ou Licenciatura Plena em Educação do Campo - Área de Ciências da Natureza (Biologia, Física e Química) e matemática.	01
Professor Educação Física	Até 40h/s	Diploma e Histórico Escolar de Conclusão de Curso Superior de Licenciatura Plena em Educação Física e registro no CREF.	02
Professor de Séries Iniciais	Até 40h/s	Diploma ou certificado de conclusão de curso de graduação em pedagogia	02
Professor para Educação Especial	20h/s	Licenciatura em pedagogia e pós-graduação em Educação Especial ou Curso Superior em Educação Especial	01

#### 1.2 Servidores alfabetizados



Cargos	Carga Horária	Habilitação Profissional	Vagas
Merendeira	40h/s	Alfabetizado	02
Auxiliar de Serviços Gerais	40h/s	Alfabetizado	01

## 2. Secretaria de Assistência Social

### 2.1 Servidores Ensino Superior

Cargos	Carga Horária	Habilitação Profissional	Vagas
Psicólogo	40h/s	Diploma/ Certificado de Nível Superior em Psicologia, devidamente registrado no órgão competente e registro no órgão fiscalizador da profissão	01

## II - VENCIMENTOS

### 1- Secretaria da Educação

Cargo	Carga horária	Valor
Professor Anos Finais	40 h/s	2.377,28
Professor Anos Iniciais	20 h/s	1.188,64
Professor para Educação Especial	20 h/s	1.188,64
Merendeira	40 h/s	976,37
Auxiliar Serviços Gerais	40 h/s	976,37

### 2 - Secretaria da Assistência Social

Cargo	Carga horária	Valor
Psicólogo CRAS	40 h/s	4.312,96

## III - DA INSCRIÇÃO

1- As inscrições serão exclusivamente presenciais realizadas no período de 13/12/2017 a 15/01/2018, nas dependências da Prefeitura Municipal de CAPÃO ALTO, diariamente das 09:00hs até às 12:30hs nas dependências da Prefeitura de Capão Alto, situada na Rua João Vieira de Oliveira - Centro, CAPÃO ALTO/SC.

### 2 - Condições

Só poderá inscrever-se quem:

- 2.1 – Possui nacionalidade Brasileira;
- 2.2 – Está no gozo dos direitos políticos;
- 2.3 – Está quites com as obrigações militares e eleitorais;
- 2.4 – Possui idade mínima de 18 (dezoito) anos;

### 3 – Documentação necessária:

- 3.1 – Fotocópia do documento de identidade;
- 3.2 – Fotocópia do Cadastro de Pessoa física – CPF;
- 3.3 – Fotocópia do Título de Eleitor e do comprovante que votou ou justificou na última convocação eleitoral; (este documento pode ser substituído pelo comprovante de situação eleitoral, expedido pelo Poder Judiciário – Cartório Eleitoral de sua Comarca).
- 3.4 - Fotocópia do comprovante de situação militar;
- 3.5 – Comprovante de pagamento da taxa de inscrição;
- 3.6 – Duas fotos 3x4 atuais.

Os documentos que comprovam os requisitos mencionados nos itens anteriores deverão ser apresentados a via original e uma cópia para que a Comissão do Processo Seletivo Simplificado faça as autenticações necessárias.

### 4 - Taxa de Inscrição:

Para os cargos de nível superior R\$ 50,00 (cinquenta reais);  
Para os cargos de nível Fundamental R\$ 30,00 (trinta reais).

O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado no BANCO SICOOB - AG: 3251, Conta 1.689- 6, praça de pagamento CAPÃO ALTO, através de depósito identificado sendo o depositante o nome do candidato ao Processo Seletivo Simplificado nº 04/2017.

4.1 O candidato regularmente inscrito no edital de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 003/2017, poderá reaproveitar o valor de inscrição para quitação do valor de inscrição, mediante a apresentação do comprovante de pagamento em via original, desde que se destine a inscrição para o mesmo cargo e que não tenha formulado requerimento de ressarcimento do valor pago até a data de publicação deste edital.

#### 5 - Do Requerimento de Inscrição:

5.1 – O candidato requererá a sua inscrição através do preenchimento da Ficha de Inscrição, subscrita pelo próprio candidato ou por procurador legalmente investido.

5.2 – A procuração deverá conter poderes especiais e ser específica para a inscrição neste Processo Seletivo Simplificado.

5.3 – É vedada a inscrição do mesmo candidato a dois cargos oferecidos neste Processo Seletivo Simplificado.

5.4 – Ao preencher e assinar a respectiva ficha de inscrição, o candidato receberá, no ato, o cartão de identificação com a fotografia e a indicação de seu número, sem o qual não terá direito ao ingresso no recinto onde se realizarão as provas.

5.5 – Os documentos de identidade e pessoais do candidato serão devolvidos no ato de apresentação, após as devidas anotações na ficha de inscrição.

5.6 – O candidato cuja documentação não for considerada em ordem, terá sua inscrição indeferida.

5.7 – Após a data e horário fixado como termino do prazo para recebimento de inscrição, não mais serão admitidas quaisquer alterações ou novas inscrições, sob qualquer condição ou pretexto.

5.8 – Fica assegurada a inscrição de portadores de deficiência no presente Processo Seletivo Simplificado, sendo-lhes reservadas 5%(cinco por cento) das vagas de cada Cargo ou 01(uma) quando o resultado da aplicação deste percentual sobre o número de vagas for inferior a unidade e o número de vagas igual ou superior a 02(dois).

5.9 – No ato da inscrição, o portador de deficiência apresentará comprovante de sua deficiência com a especificação das atividades com ela compatíveis.

5.10 – Considera-se pessoa portadora de deficiência aquela enquadrada nas categorias previstas no art. 4º do Decreto Federal Nº 3.298/99.

5.11 - Os candidatos portadores de deficiência participarão da seleção em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, avaliação, duração, data, horário e local da realização das provas, devendo solicitar por escrito no momento da inscrição as providências necessárias para que sejam tomadas, no sentido de haver necessidades de algum atendimento especiais para a realização dos testes.

5.12 - Na falta de candidatos aprovados para o preenchimento de vaga reservada aos deficientes, esta será preenchida pelos demais candidatos aprovados.

#### IV – DA HOMOLOGAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES:

1 – As inscrições serão deferidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado, e publicadas pela imprensa local ou em Edital afixado no mural da Prefeitura Municipal e no site.

2 – Os candidatos que tiverem suas inscrições indeferidas terão o prazo de 02 (dois) dias, contados da data da publicação para entrar com recurso.

3 – Os recursos deverão dar entrada no protocolo da Prefeitura Municipal de Capão Alto, dirigidos ao Presidente da Comissão de Processo Seletivo Simplificado.

#### V – DAS PROVAS:

##### 1 – Das Provas Escritas:

1.1 – As Provas Objetivas serão do tipo múltipla escolha, contendo 20 questões específicas com até quatro alternativas cada, sendo de “a” a “d” e somente uma correta, versando sobre o conteúdo do Anexo II.

##### 1.2 – Da Prova de títulos:

1.2.1 – Os Candidatos ao cargo de nível superior prestarão provas escrita e título e no caso dos candidatos aos cargos de Professor também ocorrerá Prova por Tempo de Serviço.

1.2.1.1 – Os Candidatos a cargos de docência (Professores), contarão também com prova de tempo de serviço na área.

1.2.2 – Serão considerados como Títulos, certificados de cursos de Especialização: Pós-Graduação, Mestrado e/ou Doutorado na área para a qual o candidato se inscrever.

1.2.3 – Somente serão aceitos certificados de cursos de especialização item 1.2.2 devidamente registrados no Ministério da Educação/ MEC e apresentados no ato de inscrição, através de cópia autenticada (em cartório), que acompanhará a ficha de inscrição, para posterior julgamento e contagem de pontos.

1.2.4 – Cada curso de aperfeiçoamento, na área específica e devidamente registrado, valerá 0,5 (zero virgula cinco décimos) até o máximo

de 1,5 (um virgula cinco) pontos para os cargos de Professores e até o máximo de 02 (dois) pontos para os demais cargos de nível superior.

### 1.3 – Da Prova por Tempo de Serviço

1.3.1– Serão considerados como comprovantes de tempo de serviço, documento comprobatório expedido por órgão competente da área educacional, que comprove docência.

1.3.2 Somente serão aceitos documentos comprobatórios de tempo de docência, expedidos por órgão competente, conforme o item 1.3.1 devidamente apresentados no ato de inscrição, através de cópia autenticada (em Cartório), que acompanhará a Ficha de Inscrição, para posterior julgamento e contagem de pontos.

1.3.3 – Cada ano comprovado de atuação na área de docência, valerá 0,3 (três décimos) até o máximo de 1,5 (um virgula cinco) pontos para os cargos de Professores nível superior.

## VI – Do resultado das provas

1 – Todas as avaliações serão de 0 (zero) a 10 (dez).

2 - A nota final será calculada de seguinte forma e fórmula:

2.1 – Aos candidatos que prestarem provas escritas - Nível Alfabetizado

Prova Escrita: Peso 10,0 (dez);

2.2 – Aos candidatos que prestarem somente prova escrita e de títulos – Nível superior:

Prova Escrita: Peso 8,0 (oito);

Prova de Títulos: Peso 2,0 (dois).

2.3 – Aos candidatos que prestarem prova escrita, de títulos e tempo de serviço – Nível superior Professores:

Prova Escrita: Peso 7,0 (sete);

Prova de Títulos: Peso 1,5 (um virgula cinco).

Prova de Tempo de Serviço peso 1,5 (um virgula cinco).

3 – Na Correção das provas escritas serão consideradas as respostas contidas no Cartão Resposta, desprezando-se as anotações contidas no Caderno de Provas.

4 – O Resultado Final será a soma das notas da prova escrita, de títulos, conforme o caso.

5 – Somente serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem as seguintes notas:

5.1 – Cargos Superior (Psicólogo CRAS), na soma das notas (escrita + de títulos), um total de 6,0 (seis) pontos. Sendo a nota mínima na prova escrita de 4,0(quatro) pontos para passar a contar os quesitos títulos.

5.2 – Cargos Superior (Professores) na soma das notas (Escrita + de Títulos + Tempo de Serviço), um total de 6,0 (seis) pontos. Sendo a nota mínima na prova escrita de 5,0 (cinco) pontos para passar a contar os quesitos títulos e tempo de serviço.

5.3 – Cargos Alfabetizado, nota mínima na prova escrita de 5,0 (cinco) pontos.

6 – Em caso de empate, terá preferência o candidato que obtiver a maior nota na prova escrita. Persistindo o empate, o de maior idade.

## VII - Da Realização das Provas

1 – Prova Escrita: Serão realizadas às 09 horas do dia 28 de janeiro de 2018, nas dependências do EEB Emiliano Ramos, Rua Atanásio Silva, 125, Centro, CAPÃO ALTO/SC e obedecerão aos seguintes critérios:

1.1 – O tempo de duração da prova será de 03 (três) horas.

1.2 – Durante a realização da prova não será admitida qualquer espécie de consulta, nem uso de máquina calculadora e/ou aparelhos de comunicação;

1.3 – Não se admitirá a entrada de candidato que não estiver munido do Cartão de Identificação fornecido no ato da inscrição do Processo Seletivo Simplificado, e da Carteira de Identidade, Carteira de Identidade Profissional ou Carteira Nacional de Habilitação;

2 – Não haverá segunda chamada, após a hora marcada para o início, seja qual for motivo alegado.

## VIII – DA CLASSIFICAÇÃO:

1 – A classificação dos candidatos obedecerá à ordem decrescente das notas finais.



2 – Serão publicados apenas os resultados dos candidatos classificados;

3 – Serão Classificados os candidatos que obtiverem notas iguais ou maiores do que a mínima exigida.

4 – O Processo Seletivo Simplificado será homologado pela autoridade competente e seu resultado será publicado no Mural da Prefeitura Municipal de Capão Alto e no Site da Prefeitura Municipal de Capão Alto.

#### IX – DO INGRESSO.

1 - Quando do ingresso do candidato aprovado na administração pública, o mesmo deverá preencher os requisitos previstos para o cargo, bem como comprovar as situações pessoais como segue:

I – A nacionalidade brasileira;

II – O gozo dos direitos políticos;

III – Quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV – O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V – Boa saúde física e mental (Anexo III);

VI – A aprovação em Processo Seletivo Simplificado quando se tratar de nomeação para cargos temporários.

2 - O candidato aprovado que for chamado e não comprovar os itens acima descritos fica automaticamente desclassificado.

#### X - DO REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA.

Os cargos oferecidos neste Processo ficam sujeitos a jornada de trabalho definida no Quadro Geral do presente e serão regidos pelo que dispõe a Legislação contida no caput deste Processo Seletivo Simplificado que disciplina a contratação temporária e demais disposições complementares do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

#### XI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1 – As questões da prova escrita versarão sobre matérias constantes do programa, ANEXO II, parte integrante deste Edital.

2 – A taxa de inscrição, uma vez paga, não será devolvida em hipótese alguma.

3 – O presente Processo Seletivo Simplificado terá validade de dois anos, a contar da data da publicação do resultado final, prorrogável por mais dois anos.

4 – O candidato ou seu procurador, ao assinar o requerimento de inscrição, declara-se ciente e de acordo com todas as normas do Processo Seletivo Simplificado, e aceita as decisões tomadas pela Comissão Organizadora nos casos não previstos neste Edital.

5 – Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

6 – Os candidatos interessados em apresentar recurso, em cada fase deste PSS, deverão ingressar com requerimento junto a Prefeitura Municipal de CAPÃO ALTO nos prazos estabelecidos no Cronograma, correspondentes às fases:

Fase 01 – Edital de convocação;

Fase 02 – Homologação das Inscrições;

Fase 03 – Gabarito

Fase 04 – Edital de Classificação;

Fase 05 – Edital Resultado Final.

CAPÃO ALTO(SC), 15 de dezembro de 2017.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

#### ANEXO I

#### ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

#### CARGOS DE ALFABETIZADO

##### Auxiliar de Serviços Gerais

Proceder a limpeza, conservação e arrumação dos locais de trabalho e instalações, mantendo limpos os equipamentos, materiais de acordo com a necessidade de cada setor; realizar trabalhos manuais e braçais na área em que estiver lotado; efetuar o controle de material permanente existente no setor para evitar extravios; auxiliar em todos os serviços que envolvem limpeza e manutenção do local de trabalho onde estiver lotado; participar das reuniões, quando convocado.

##### Merendeira

Compete à Merendeira fazer a merenda, diversificando-a sempre que necessário, além das seguintes atribuições: I- preparar e servir a merenda controlando-a quantitativa e qualitativamente; II- informar ao Diretor do Estabelecimento de Ensino da necessidade de reposição de estoques; III- conservar o local de preparação da merenda em boas condições de trabalho procedendo a limpeza e arrumação; IV- respeitar os alunos tratando-os com delicadeza e carinho; V- respeitar o trabalho do colega deixando que ele participe também do serviço da cozinha V I- preparar a merenda de acordo com o cardápio elaborado por nutricionista; e VII- zelar pelo material de uso e consumo na preparação da merenda escolar, além de efetuar demais tarefas correlatas a sua função;

**CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR****Professor Matemática**

Planejar e ministrar aulas, coordenando o processo de ensino e aprendizagem nos diferentes níveis de ensino; Elaborar e executar programas educacionais; Selecionar e elaborar o material didático utilizado no processo ensino-aprendizagem; Organizar a sua prática pedagógica, observando o desenvolvimento do conhecimento nas diversas áreas, as características sociais e culturais do aluno e da comunidade em que a unidade de ensino se insere, bem como as demandas sociais conjunturais; Elaborar, acompanhar e avaliar projetos pedagógicos e propostas curriculares; Participar do processo de planejamento, implementação e avaliação da prática pedagógica e das oportunidades de capacitação; Organizar e divulgar produções científicas, socializando conhecimentos, saberes e tecnologias; desenvolver atividades de pesquisa relacionadas à prática pedagógica: Contribuir para a interação e articulação da escola com a comunidade; acompanhar e orientar estágios curriculares.

**Professor de Educação Física**

Orientar a aprendizagem do aluno; Participar no processo do planejamento das atividades da escola; Organizar as operações inerentes ao processo de ensino e aprendizagem; contribuir com o aprimoramento de qualidade do ensino; Planejar e executar o trabalho docente em consonância com o plano curricular da escola atendendo ao avanço da tecnologia educacional; Levantar dados relativos à realidade de sua classe; Definir, operacionalmente os objetivos do plano curricular, formas de execução e situações de experiências; Estabelecer mecanismos de avaliação; Constatar necessidade e carência do aluno e propor o seu encaminhamento a setores específicos do atendimento; Cooperar com a coordenação pedagógica e orientação educacional; organizar registros de observações de alunos; Participar de reuniões, conselho de classe; atividades civis e extraclasse; Coordenar área de estudo; integrar órgãos complementares da escola, atender a solicitação da escola referentes a sua ação docente desenvolvida no âmbito escolar; executar outras tarefas afins.

**Professor de Séries Iniciais**

Planejar e ministrar aulas, coordenando o processo de ensino e aprendizagem nos diferentes níveis de ensino; Elaborar e executar programas educacionais; Selecionar e elaborar o material didático utilizado no processo ensino aprendizagem; Organizar a sua prática pedagógica, observando o desenvolvimento do conhecimento nas diversas áreas, as características sociais e culturais do aluno e da comunidade em que a unidade de ensino se insere, bem como as demandas sociais conjunturais; Elaborar, acompanhar e avaliar projetos pedagógicos e propostas curriculares; Participar do processo de planejamento, implementação e avaliação da prática pedagógica e das oportunidades de capacitação; Organizar e divulgar produções científicas, socializando conhecimentos, saberes e tecnologias; desenvolver atividades de pesquisa relacionadas à prática pedagógica: Contribuir para a interação e articulação da escola com a comunidade; acompanhar e orientar estágios curriculares.

**Professor de Educação Especial**

Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da educação especial; atuar em conjunto com o professor titular em sala de aula, a fim de atender aos alunos com deficiência matriculados nas etapas e modalidade da educação básica regular; planejar e executar as atividades pedagógicas, em conjunto com o professor titular dos anos iniciais; tomar conhecimento antecipado do planejamento do professor regente dos anos finais do ensino fundamental; propor adequações curriculares nas atividades pedagógicas; participar do conselho de classe; sugerir ajudas técnicas que facilitem o processo de aprendizagem do aluno da educação especial; cumprir a carga horária de trabalho na escola, mesmo na eventual ausência do aluno; e - participar de capacitações na área de educação.

**Psicólogo (CRAS)**

Na área organizacional e do trabalho: Planeja, elabora e avalia análises de trabalho para descrição e sistematização dos comportamentos requeridos no desempenho de cargos e funções, com o objetivo de subsidiar ou assessorar as diversas ações da administração; participa do recrutamento e seleção de pessoal utilizando métodos e técnicas de avaliação para análises de função do ponto de vista psicológico; elabora, executa e avalia, em equipe multiprofissional, programas de treinamento e desenvolvimento, visando a otimização de recursos humanos; participa, assessora, acompanha e elabora instrumentos para o processo de avaliação pessoal, objetivando subsidiar as decisões, tais como, promoções, movimentação de pessoal, planos de carreira, remuneração, programas de treinamento e desenvolvimento, etc; participa do processo de movimentação pessoal, analisando o contexto atual, os antecedentes e as perspectivas em seus aspectos psicológicos e motivacionais, assessorando na indicação da locução e integração funcional; encaminha e orienta os empregados e as organizações, quanto ao atendimento adequado, no âmbito da saúde mental, nos níveis de prevenção, tratamento e reabilitação; participa como facilitador de processos de grupo e de intervenção psicossocial nos diferentes níveis hierárquicos das estruturas formais. Outras atividades inerentes à função. Na área da Assistência Social - Recepção e acolhimento de famílias, seus membros e indivíduos em situação de vulnerabilidade social; oferta de procedimentos profissionais em defesa dos direitos humanos e sociais e daqueles relacionados às demandas de proteção social de Assistência Social; mediação dos processos grupais do serviço socioeducativo para famílias; vigilância social; produção e sistematização de informações que possibilitem a construção de indicadores e de índices territorializados das situações de vulnerabilidades e riscos que incidem sobre famílias referenciadas e as beneficiárias do BPC – Benefício de Prestação Continuada e do Programa Bolsa Família; acompanhamento familiar em grupos de convivência, serviço socioeducativo para famílias ou seus representantes; dos beneficiários do Bolsa Família, em especial das famílias que não estejam cumprindo as condicionalidades; das famílias com beneficiários do BPC; proteção proativa por meio de visitas às famílias que estejam em situações de maior vulnerabilidade (como por exemplo, as famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do BBF) ou risco; encaminhamento para avaliação e inserção dos potenciais beneficiários do PBF no Cadastro único e do BPC, na avaliação social e do INSS; das famílias e indivíduos para a aquisição dos documentos civis fundamentais para o exercício da cidadania, encaminhamento (com acompanhamento) da população referenciada no território do CRAS para serviços de Proteção Básica e de Proteção Social Especial, quando for o caso; produção e divulgação de informações de modo a oferecer referências para as famílias e

indivíduos sobre os programas, projetos e serviços sociassistenciais do SUAS, sobre o Bolsa Família e o BPC, sobre os órgãos de defesa de direitos e demais serviços públicos de âmbito local, municipal, regional; apoio nas avaliações de revisão dos cadastros do Programa Bolsa Família, BPC e demais benefícios; articulações de ações que potencializem as boas experiências no território de abrangência; outras atividades inerentes à função. Cabe ainda ao psicólogo responsabilizar-se por equipes auxiliares necessárias à execução das atividades próprias do cargo; municiar o sistema quanto a programas, sejam Federais, Estaduais e Municipais; executar tarefas afins, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão; executar outras tarefas correlatas ao cargo e/ou determinada por superior imediato e, suprir a necessidade do Município conforme apareçam as demandas.

## ANEXO II

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO ESPECÍFICO DOS CARGOS

#### professor de Educação Física (Superior)

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- 9394/96; Constituição da República Federativa do Brasil, título VIII, capítulo III. Estatuto da Criança e do Adolescente; Parâmetros Curriculares Nacionais; Conhecimentos sobre corpo, esportes, atividade rítmicas e expressivas; Histórico da Educação Física; Planejamento Pedagógico; Instrumentos de avaliação em Educação Física; Fundamentos teóricos e práticos da psicomotricidade; A relação entre brincadeira e aprendizagem; Consciência corporal; A questão da competição; Currículo e desenvolvimento humano; A imaginação na construção do conhecimento.

#### professor de MATEMÁTICA (Superior)

Conjuntos numéricos: Noções básicas, tipos e operações. Funções: Função polinomial do 1º e 2º grau, modular, exponencial, logarítmica. Equações: 1º e 2º graus, exponencial e logarítmica. Polinômios: operações básicas e equações. Matrizes e Determinantes. Sistemas Lineares: 2, 3 ou mais variáveis.

Análise Combinatória: fatorial, arranjo, permutação e combinação simples. Binômio de Newton.

Probabilidade. Sucessão ou Sequência: progressões aritméticas e geométricas. Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo, num triângulo qualquer e no ciclo. Funções trigonométricas e inversas. Equações e inequações trigonométricas. Porcentagem. Matemática Comercial e Financeira: juro simples e composto. Desconto simples por dentro e bancário. Taxas. Geometria: Plana (polígonos regulares e irregulares) e espacial (poliedros em geral). Ângulos. Perímetros. Cálculo de área, volume, massa das figuras planas e espaciais. Teoremas de Tales e Pitágoras. Polígonos regulares inscritos e circunscritos em qualquer outro polígono. Geometria Analítica: A reta e a circunferência no plano cartesiano. Números Complexos: Operações básicas, forma algébrica e trigonométrica. Constituição da República Federativa do Brasil.

#### PROFESSOR SÉRIES INICIAIS (Superior)

Currículo Escolar: sentido amplo e específico planejamento curricular, interdisciplinaridade, diversidade; Processos de Ensino Aprendizagem: conceitualização apropriação e elaboração de conceitos científicos, mediação professor-aluno, plano de aula, procedimentos metodológicos e teoria da atividade; Avaliação da aprendizagem: conceitos e procedimentos. Relacionamento Professor x Aluno, Função e papel da escola, Problemas de aprendizagem, Fatores físicos, psíquicos e sociais, Recreação: Atividades recreativas, Aprendizagem: Leitura/Escrita, Processo Ensino-Aprendizagem: avaliação, recuperação, Planejamento de aula: habilidade de objetivos à avaliação, Métodos e processos no ensino da leitura, Desenvolvimento da linguagem oral, escrita, audição e leitura, métodos, técnicas e habilidades, Instrumentos/Atividades Pedagógicas, O brincar no espaço educativo; O papel do profissional da educação; A documentação Pedagógica (planejamento, registro, avaliação); Princípios que fundamentam a prática na educação ,dimensões humanas, direitos da criança e relação creche família; As instituições de educação infantil como espaço de produção das culturas infantis; Desenvolvimento Infantil. Alfabetização e Letramento. PCNs. Constituição da República Federativa do Brasil.

#### CONTEÚDO ESPECÍFICO PARA PROFESSOR EDUCAÇÃO ESPECIAL (SUPERIOR)

O desenvolvimento da criança e do adolescente. Projetos Pedagógicos e planejamento de aula. Teorias Educacionais. Concepções Pedagógicas. Mediação da aprendizagem. Avaliação. Currículo. Fracasso escolar. A prática educativa. Formação de professores. Mídia e Educação. Disciplina e Limites. Cidadania. Fundamentos da Educação Inclusiva. Teoria Sociocultural. Pedagogia Histórico Crítica. Didática da Pedagogia Histórico Crítica. Parâmetros Curriculares Nacionais. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Educação Inclusiva e práticas pedagógicas. Conceito de deficiência. Deficiências: Múltipla, Surdo, cegueira, Intelectual (mental) e Física. Transtornos globais do desenvolvimento. Adequações Curriculares.

#### PSICÓLOGO (CRAS) (SUPERIOR)

Código de Ética Profissional do Psicólogo; Código de Ética e Resoluções do Conselho Federal de Psicologia. Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF; CREAS/SUAS Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Benefício de Prestação Continuada - BPC; Programas Sociais; Resoluções do Conselho Federal de Psicologia; Abordagens teóricas: cognitiva-comportamental, psicanálise, teoria sistêmica, humanista; Elaboração de documentos e registros psicológicos; História da Psicologia; Métodos da Psicologia; Atenção, sensação, percepção, pensamento, memória, juízo, entre outros; Testes psicológicos; Transtornos de ansiedade, personalidade, humor, entre outros; Psicoterapia de grupo; Psicologia social e escolar; Saúde Mental; A Inteligência; A Motivação e a Aprendizagem; A Personalidade; Etiologia das Deficiências Mentais; Desordens da Personalidade; Deficiências Mentais; Desenvolvimento infantil; Psicoterapia Breve; Psicologia do desenvolvimento físico, cognitivo, afetivo e emocional; Avaliações psicológicas: fundamentos das medidas psicológicas; qualidade de vida no trabalho; Saúde coletiva: políticas de saúde mental; Saúde mental e trabalho.

#### Conteúdo específico para Merendeira (Fundamental)

Questões relacionadas a serviços de copa, preparação de café, chá, sucos, sanduíches, mingaus, vitaminas e outras refeições ligeiras;

Limpeza de louças, copos, garrafas, talheres e outros utensílios de copa, inclusive eletrodomésticos; Asseio das dependências da copa e cozinha guarda de utensílios; Questões relacionadas ao trabalho de limpeza em geral, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências;

Questões relacionadas com a higiene e conservação de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; Limpeza de escadas, pisos, passarelas e tapetes; Questões relacionadas sobre a coleta do lixo dos depósitos; Perguntas sobre a remoção ou arrumação de móveis ou utensílios; Questões relacionadas a responsabilidade do cargo; Preparo de Alimentos e Medidas. Constituição da República Federativa do Brasil.

#### Conteúdo específico para AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (ALFABETIZADO)

Regras de comportamento no ambiente de trabalho, regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho. Higiene pessoal: lavagem das mãos, asseio corporal, importância no ambiente de trabalho. Medidas para prevenção de acidentes de trabalho. Roupas adequadas para o trabalho. Destinação correta do lixo; manuseio e uso correto de ferramentas, equipamentos e utensílios. EPIs- Equipamentos de proteção individual, quais são, importância, quando devem ser usados. Cuidados no manuseio de energia elétrica; Conhecimento na área: Habilidades manuais no desempenho das tarefas: sequência correta das operações; uso correto de ferramentas, utensílios e equipamentos; manutenção e conservação de ferramentas, utensílios e equipamentos; Simbologia dos produtos químicos e de perigo; Noções de operação de máquinas simples para limpeza e conservação do ambiente; Remoção de lixo e detritos, destino e seleção do lixo; Constituição da República Federativa do Brasil.

#### ANEXO III

O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado objeto do Edital Nº 04/2017 do Poder Executivo de Capão Alto, para ter direito de ser investido no cargo público, deverá se submeter e ser aprovado em exame clínico e outros exames complementares, que serão realizados pela Unidade de Saúde do Município especificados a seguir:

Exame clínico (ocupacional)

Hemograma

VDRL

Exame Parasitológico de Fezes.

Se os exames citados justificarem a necessidade, poderão ser realizadas outras análises, a fim de elucidar o estado de saúde do futuro servidor.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO  INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 04/2017		
Número de Inscrição:		
Função/cargo:		
Nome do(a) Candidato(a):		
Identidade:	Data de Nascimento: / /	Sexo: M ( ) F ( )
CPF:	Título Eleitoral:	
Estado Civil:	Títulos: ( ) sim ( ) não	Tempo de Serviço: ( ) sim ( ) não
Endereço:	Bairro:	
Município:	Estado:	Fone: ( )
Requer Condição Especial para Realização da Prova ( ) Sim ( ) Não Qual:		
Declaro que aceito todas as exigências especificadas no Edital de abertura deste Processo Seletivo Simplificado, responsabilizando-me pelas informações aqui prestadas.		
Local e Data:	Assinatura do Candidato:	

.....

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N° 04/2017

Número da Inscrição:

Cargo:

Nome do(a) Candidato(a):

Requer Condição Especial para Realização da Prova ( ) Sim ( ) Não

Obrigatório a apresentação deste, juntamente com a Carteira de Identidade no local das provas.

Local e Data:

Assinatura do Responsável:

Via Candidato.

# Capinzal

## PREFEITURA

### Decreto nº 161/2017

Publicação Nº 1453500

DECRETO Nº 161, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Comissão de Monitoramento e Avaliação destinada a monitorar e avaliar a parceria prevista na Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações posteriores, com o Coral São Paulo Apóstolo.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 58 a 60 e demais disposições legais aplicáveis;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para monitorar e avaliar a parceria firmada entre a Administração Pública de Capinzal e o Coral São Paulo Apóstolo, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de Fomento nº 003/2017, sendo assim constituída:

I – Dirlene Aparecida Penso Bonato Hachmann - Ocupante de cargo de provimento em comissão de Diretor de Cultura;

II – Izoete dos Santos Riqueti - Ocupante de cargo efetivo, designada para responder pela Diretoria de Ensino;

III – Leandro Jaco Paza - Ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Saneamento, designado para responder pela Assessoria Administrativa.

Art. 2º A comissão de seleção terá por atribuições as contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 58 a 60, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento nº 003/2017.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de dezembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário da Administração e Finanças

### Decreto nº 162/17

Publicação Nº 1453502

DECRETO Nº 162, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Nomeia Comissão de Monitoramento e Avaliação destinada a monitorar e avaliar a parceria prevista na Lei Federal nº 13.019/2014, e suas alterações posteriores, com a Associação Desportiva AGN Capinzal.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 58 a 60 e demais disposições legais aplicáveis;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e Avaliação, para monitorar e avaliar a parceria firmada entre a Administração Pública de Capinzal e Associação Desportiva AGN Capinzal, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de Fomento nº 001/2017/FME, sendo assim constituída:

I – Romi Vilarino Lira - Ocupante de cargo efetivo de Professor designado para responder pela Superintendência da Fundação Municipal de Esportes;

II – Sergio Rodrigues dos Santos - Ocupante de cargo efetivo de Professor;

III – Leandro Jaco Paza - Ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Saneamento, designado para responder pela Assessoria Administrativa.

Art. 2º A comissão de seleção terá por atribuições as contidas na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 58 a 60, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de Fomento nº 001/2017/FME.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, SC, 11 de dezembro de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal



Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário da Administração e Finanças

### Edital nº 062/2017

Publicação Nº 1454223

EDITAL Nº 062, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Notifica recursos recebidos do Governo Federal.

O MUNICÍPIO DE CAPINZAL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 005, de 09 de janeiro de 2017, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Capinzal, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/12/17	Repasse para ações de apoio ao Transporte Escolar PNATE – Ensino Médio	3.691,42
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/12/17	Repasse para ações de apoio ao Transporte Escolar – PNATE – Ensino Fundamental	633,88
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/12/17	Repasse para ações de apoio ao Transporte Escolar – PNATE - Ensino Infantil	1.541,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/12/17	Merenda – Ensino Educação Especial - AEE	212,00
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/12/17	Merenda – Creche	10.871,20
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/10/17	Merenda – Pré Escolar	7.112,60
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	05/10/17	Merenda – Ensino Fundamental	13.680,00
Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde – Emenda de Bancada - SC	11/12/17	Custeio da Saúde	321.400,00
Ministério das Cidades Planejamento Urbano/CAIXA	11/12/17	Recapeamento de Vias Urbanas CR 1.029.865-38/2016	49.325,86

Capinzal - SC, 11 de dezembro de 2017.  
Nilvo Dorini  
Prefeito de Capinzal

Registrado e publicado o presente Edital na data supra.

Ivair Lopes Rodrigues  
Secretário da Administração e Finanças

### PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0182/2017 PREGÃO PRESENCIAL 0120/2017

Publicação Nº 1454963

AVISO DE LICITAÇÃO  
Processo Licitatório Nº 0182/2017  
Pregão Presencial Nº 0120/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para aquisição de combustível para uso da frota da municipalidade. Com Recursos Municipal, Estadual e Federal.

ENTREGA DE ENVELOPES E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo até as 08:25 horas, para abertura da Seção às 08:30 horas do dia 26/12/2017.

CREDENCIAMENTO: Os documentos de Credenciamento deverão vir fora dos envelopes, em cópias autenticadas, em mãos, a serem entregues na hora da abertura da seção.

Menor Preço Item

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO EDITAL: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos - Setor de Licitações, rua Carmello Zócolli, 155 - Centro.  
Horário: Das 7:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.  
Telefone: (049) 3555-8739, (049) 3555-8716.  
No sítio: [www.capinzal.sc.gov.br](http://www.capinzal.sc.gov.br)

Capinzal, 13 de Dezembro de 2017.  
IVAIR LOPES RODRIGUES  
Secretário de Administração e Finanças



**CÂMARA MUNICIPAL****COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO  
FINAL PROJETO DE LEI Nº 34/2017**

Publicação Nº 1454152

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 34/2017 - Ementa: Altera o art. 2º da Lei nº 3.098, de 12 de dezembro de 2013, que instituiu a cota de participação comunitária.

Relator: Vereador Renato Marcelo Markus

1. Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 27/11/2017, sob o nº 4595 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 28/11/2017. O Parecer da Assessoria Jurídica desta Casa é pela legalidade, constitucionalidade e quanto à técnica legislativa do Projeto. Esta CCJ, apresentou a Proposta Emenda Modificativa nº 1/2017, com a seguinte redação:

“PROPOSTA DE EMENDA MODIFICATIVA Nº 1/2017, ao Projeto de Lei nº 34/2016, que instituiu a cota de participação comunitária destinada a auxiliar na manutenção do Hospital Nossa Senhora das Dores. A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, após análise do Projeto de Lei em tela, apresenta Emenda Modificativa ao artigo 1º do citado PL, que altera a redação do caput do artigo 2º da Lei Municipal nº 3.098/2013, na forma do artigo 121, §§ 4º e 6º do Regimento Interno, o qual passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 1º [...] - “Art. 2º A contribuição de que trata esta Lei, de caráter facultativo, terá a sua vigência até 31 de dezembro de 2.020, e objetiva estabelecer um sistema de cooperação financeira e será lançada e arrecadada mensalmente. Aplicar-se-á por economia de unidade consumidora que será através do documento de recolhimento de fatura de água do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto (SIMAE) e será devida na seguinte proporção: I - (...); II - (...). § 1º (...). § 2º (...). § 3º (...)” A alteração do prazo, de “indeterminado” para 31 de dezembro de 2020, para a vigência da lei, possibilitará ao Poder Executivo Municipal e à Câmara de Vereadores, esta, representando a população, uma reavaliação das contribuições e dos serviços prestados pela entidade hospitalar, e eventualmente poderá ser realizada uma consulta popular sobre o tema. Sala das Comissões/Capinzal (SC), em 4 de dezembro de 2017. Membros – Vereadores, Renato Marcelo Markus-PR-Presidente, Alcides Afonso Coronetti-PMDB e Carlos Adriano Zocoli-PSDB”

A proposta de Emenda acima foi protocolada em 6/12/2017, sob o nº 4721, onde seguirá o seu rito de tramitação regimental.

2. Análise: O Projeto de Lei Altera o art. 2º da Lei nº 3.098, de 12 de dezembro de 2013, que instituiu a cota de participação comunitária destinada a auxiliar na manutenção do Hospital Nossa Senhora das Dores mantido pela Congregação das Servas de Maria Reparadoras, onde o Poder Executivo pretende autorização legislativa para que o prazo de vigência da citada contribuição seja “indeterminado”, haja vista que pela Lei nº 3.098/2013, o prazo se expira em 3/01/2018.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator se manifesta favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 34/2017, com a Emenda Modificativa nº 1/2017. Sala das Comissões, em 11/12/2017.

Vereador Alcides Afonso Coronetti  
Relator

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta CCJ acolhem o voto do Relator e exararam o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 34/2017, com a Emenda Modificativa nº 1/2017. Sala das Comissões, em 11/12/2017.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final  
Membros

Vereador Renato Marcelo Markus-PR  
Presidente/Relator

Vereador Alcides Afonso Coronetti-PMDB  
Membro

Vereador Carlos Adriano Zocoli-PSDB  
Membro

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº  
11/2017**

Publicação Nº 1454157

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Voto/Parecer - Projeto de Lei Complementar nº 11/2017 - Ementa: Institui a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos no Município de Capinzal. Relator: Vereador Lucas Antônio Dorini

1. Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 20/11/2017, sob o nº 4587 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 21/11/2017. O Parecer da Assessoria Jurídica desta Casa é pela legalidade, constitucionalidade e quanto à técnica legislativa do Projeto.

2. Análise: O Projeto de Lei Complementar ora apreciado requer autorização legislativa para instituir a Taxa de Coleta de Resíduos Sólidos no Município de Capinzal. Na Mensagem do presente PLC, o Poder Executivo cita a seguinte legislação sobre o tema: “A Constituição Federal de 1988, no seu art. 145, inciso II assim se expressa: “taxa é o tributo exigido em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição”. A previsão legal para cobrança de taxas por parte do Ente Municipal também encontra-se prevista no art. 65 da Lei Complementar nº 134/2009 – Código Tributário Municipal. A própria legislação que regula os Resíduos Sólidos determina a implementação de políticas municipais para custear os serviços de coleta e destinação final.”

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator se manifesta favorável à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 11/2017. Sala das Comissões, em 11/12/2017.

Vereador Lucas Antônio Dorini  
Relator

4. Do Parecer da Comissão: O voto do Relator é favorável ao Projeto de Lei Complementar nº 11/2017, sendo que o voto do Vereador Rafael Edgar é contrário. Na ausência do Vereador Bruno Michel Fávero, havendo empate, prevalece o voto do Relator, forma do artigo 78, parágrafo 2º do Regimento Interno. Sala das Comissões,

em 11/12/2017.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação  
Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB  
Presidente/Relator

Vereador Rafael Edgar Tonial-PSB - apresentou o seu voto contrário, pois não foi realizada audiência pública e não concorda com a forma da base de cálculo.

Vereador Bruno Michel Fávero-SD

## **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 34/2017**

Publicação Nº 1454155

### **COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Voto/Parecer - Projeto de Lei nº 34/2017 - Ementa: Altera o art. 2º da Lei nº 3.098, de 12 de dezembro de 2013, que instituiu a cota de participação comunitária.

Relator: Vereador Lucas Antônio Dorini

1. Relatório: O Projeto de Lei em tela está em análise nesta Comissão, nos termos do artigo 75 e seguintes do Regimento Interno, tendo sido designado este Vereador para atuar na relatoria. O Projeto de Lei é de origem do Poder Executivo Municipal, tendo sido protocolado nesta Casa em 27/11/2017, sob o nº 4595 e lido no expediente da Sessão Plenária do dia 28/11/2017. O Parecer da Assessoria Jurídica desta Casa é favorável à tramitação do PL, e da Emenda Modificativa nº 1/2017.

2. Análise: O Projeto de Lei requer autorização legislativa para alterar o art. 2º da Lei nº 3.098/2013, que instituiu a cota de participação comunitária destinada a auxiliar na manutenção do Hospital Nossa Senhora das Dores, sendo que no texto original do PL o prazo de vigência da citada contribuição é "indeterminado", e pela Emenda proposta, este prazo expira-se em 31/12/2020.

3. Do Voto do Relator: Pelo exposto, este relator se manifesta favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 34/2017, com a Emenda Modificativa nº 1/2017. Sala das Comissões, em 11/12/2017.

Vereador Lucas Antônio Dorini  
Relator

4. Do Parecer da Comissão: Os Membros desta CCJ acolhem o voto do Relator e exaram o Parecer favorável ao Projeto de Lei nº 34/2017, com a Emenda Modificativa nº 1/2017. Sala das Comissões, em 11/12/2017.

Comissão de Orçamento, Finanças e Tributação  
Membros

Vereador Lucas Antônio Dorini-PMDB  
Presidente/Relator

Vereador Bruno Michel Fávero-SD

Vereador Rafael Edgar Tonial

# Catanduvas

## PREFEITURA

### **AVISO DE LICITAÇÃO: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0116/2017 - PREGÃO Nº 0091/2017**

Publicação Nº 1455291

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0116/2017  
PREGÃO Nº 0091/2017  
REGISTRO DE PREÇO 0017/2017

Objeto: Aquisição de material de construção visando o desenvolvimento das atividades da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto e Infraestrutura para o ano de 2018.

#### Dotação Orçamentária:

2.051.3390.00 - 100 - 71/2017 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS  
2.017.3390.00 - 101 - 24/2017 - MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Abertura das Propostas: 13h45min, do dia 17 de janeiro de 2018.

Da disponibilização do edital: o edital estará disponível a partir do dia 12 de dezembro de 2017, no endereço <http://www.catanduvas.sc.gov.br/> e na Prefeitura Municipal de Catanduvas – SC.

Maiores Informações: das 13h00min às 19h00min, de segunda a sexta-feira pelo telefone (049) 3525-6529.

Catanduvas – SC, 12 de dezembro de 2017.

Dorival Ribeiro dos Santos  
Prefeito Municipal

# Caxambu do Sul

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 058/2017 PCS

Publicação Nº 1454184

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: OESTECOM SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

Contrato nº: 058/2017 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE SISTEMA DE VÍDEO MONITORAMENTO ATRAVÉS DE CÂMERAS DE VIGILÂNCIA EM IMÓVEIS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 12/12/2017.

Vigência: 31/12/2021.

Valor do Contrato: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

# Chapadão do Lageado

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 126, 12.12.2017

Publicação Nº 1454225

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 126, 12.12.2017

Anula e suplementa dotações orçamentárias e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pelo Art.7º, V, da Lei nº 0670, de 15.12.2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado a importância de R\$ 17.625,00 (dezessete mil, seiscentos e vinte e cinco reais), das seguintes dotações do orçamento vigente da Câmara de Vereadores:

01 – CAMARA DE VEREADORES  
01- CAMARA DE VEREADORES  
01- LEGISLATIVO  
01 – PROCESSO LEGISLATIVO  
031 – AÇÃO LEGISLATIVA  
101 – RECURSOS ORDINARIOS  
33900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS  
2.001 –MAN. E FUNC. DA CAMARA DE VEREADORES .. R\$ 13.520,00

01 – CAMARA DE VEREADORES  
01- CAMARA DE VEREADORES  
01- LEGISLATIVO  
01 – PROCESSO LEGISLATIVO  
031 – AÇÃO LEGISLATIVA  
101 – RECURSOS ORDINARIOS  
33500000000 –TRANSF. A INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS  
2.001 –MANUTENÇÃO E FUNC.DA CAMARA DE VEREADORES .....  
..... R\$ 2.100,00

01 – CAMARA DE VEREADORES  
01- CAMARA DE VEREADORES  
01- LEGISLATIVO  
01 – PROCESSO LEGISLATIVO  
031 – AÇÃO LEGISLATIVA  
101 – RECURSOS ORDINARIOS  
44900000000 – APLICAÇÕES DIRETAS  
2.001 –MANUTENÇÃO E FUNC.DA CAMARA DE VEREADORES .....  
..... R\$ 2.005,00

Art. 2º Por conta dos recursos constantes do art. 1º, fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 17.625,00 (dezessete mil, seiscentos e vinte e cinco reais) nas seguintes dotações do Orçamento Vigente da Câmara de Vereadores:

01 – CAMARA DE VEREADORES  
01- CAMARA DE VEREADORES  
01- LEGISLATIVO  
01 – PROCESSO LEGISLATIVO  
031 – AÇÃO LEGISLATIVA  
101 – RECURSOS ORDINARIOS  
33930000000 – APLICAÇÕES DIRETAS DECORRENTES DE OP. ENTRE ÓRGÃOS  
2.001–MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA DE VEREADORES .....R\$ 3.024,00

01 – CAMARA DE VEREADORES

01- CAMARA DE VEREADORES

01- LEGISLATIVO

01 – PROCESSO LEGISLATIVO

031 – AÇÃO LEGISLATIVA

101 – RECURSOS ORDINARIOS

31900000000 – APLICACOES DIRETAS

2.001–MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA CAMARA DE VEREADORES ..... R\$ 14.601,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 12 de dezembro de 2017.

Marli Goretti Kammers

Prefeita Municipal

### LEI N.º 0684 DE 08.12.2017

Publicação Nº 1454065

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO  
LEI N.º 0684 DE 08.12.2017

Conceder Cesta de Natal aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal.

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Legislativo Municipal a conceder uma Cesta de Natal, aos servidores efetivos e comissionados da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, pela passagem do ano de 2017.

Parágrafo único. O valor de cada cesta não será superior a R\$ 100,00 (cem reais).

Art. 2º Fica a critério do Poder Legislativo definir os itens que irão compor a Cesta de Natal para 2017.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 08 de dezembro de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****PORTARIA Nº017/2017**

Publicação Nº 1455220

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO  
PORTARIA Nº017/2017 de 12/12/2017.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora, CRISTIANE CLEMENTE ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR LEGISLATIVO nomeada pela Portaria Nº011 de 31 de julho de 2017, na Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado - SC, a partir do dia 20 (vinte) de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir do dia 20 (vinte) de dezembro de 2017.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 12 de dezembro de 2017.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELER  
Presidente

**PORTARIA Nº018/2017**

Publicação Nº 1455222

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº018/2017 de 12/12/2017.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e regimentais:

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a servidora, LETICIA EYNG MONTIBELLER, ocupante do Cargo em Comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE COMPRAS, CONTRATOS E LICITAÇÕES nomeada pela Portaria Nº01 de 25 de janeiro de 2017, na Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado - SC, a partir do dia 20 (vinte) de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e produzindo seus efeitos a partir do dia 20 (vinte) de dezembro de 2017.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 12 de dezembro de 2017.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER  
Presidente

**PORTARIA Nº16/2017**

Publicação Nº 1454752

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO - SC  
PORTARIA Nº016/2017 de 12/12/2017.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais com base no que se apresenta o Decreto N.º125, de 04.12.2017 do Poder Executivo,

- Considerando a intensificação das atividades relativas ao encerramento de exercício de 2017;

- Considerando as comemorações natalinas e de final de ano próximo vindouro.

**RESOLVE:**

Art. 1º Fica estabelecido expediente interno na Câmara de Vereadores nos dias 21, 22, 27, 28 e 29 de dezembro de 2017.

Art. 2º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 26 de dezembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado, 12 de dezembro de 2017.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER  
Presidente

# Concórdia

## PREFEITURA

### EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2017 – FMS CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Publicação Nº 1454084

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCÓRDIA - SC  
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE  
DE LICITAÇÃO Nº 17/2017 – FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde torna público o ato do Diretor Administrativo do Fundo Municipal de Saúde, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 11 de dezembro de 2017, para credenciamento de prestadores de serviços de saúde para exames de média e alta complexidade (exames cardiológicos), em caráter temporário, a favor das empresas: CLINICA BERNARDI SS, no valor estimado de R\$ 30.660,00 (trinta mil, seiscentos e sessenta reais), CARDIODONTO – SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA LTDA, no valor estimado de R\$ 37.420,00 (trinta e sete mil, quatrocentos e vinte reais) e COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DE CONCÓRDIA E REGIÃO, no valor estimado de R\$ 14.080,00 (quatorze mil e oitenta reais).

SIDINEI DE CASTRO SCHMIDT  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde



# Cordilheira Alta

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 874/2017

Publicação Nº 1453498

DECRETO Nº 874, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.207/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 77

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários - R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 76

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários - R\$ 10.000,00

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 77

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários - R\$ 15.000,00

Projeto/Atividade: 15.752.2511.2.011 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 104

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários - R\$ 15.000,00

Art. 3. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 2º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2016.

Art. 4º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 10.301.2505.2.044 – Manutenção Programa de Atenção Básica - PAB.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 18

Fonte de Recursos: 10.64 – Vinculados – R\$ 75.000,00

Art. 5º Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da Fonte de Recursos Vinculados (10.64) – Incremento Temporário do Componente de Custeio do PAB.

Art. 6º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 11 de dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

### DECRETO Nº 875/2017

Publicação Nº 1453499

DECRETO Nº 875/2017

"CONCEDE LICENÇA A SERVIDORA MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DE MEMBRO DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder 01 (um) dia de licença para acompanhar tratamento de saúde de membro de sua família da Servidora Municipal, Sra. ADRIEZE JAMILE DA ROSA, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 20h (vinte horas) semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e assistência Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para dia 08/11/2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 11 de Dezembro de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

# Coronel Freitas

## PREFEITURA

### CONTRATO Nº 100/2017

Publicação Nº 1455446

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº100/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº100/2017

Contratado: ÉPURA BRINQUEDOS COMÉRCIO LTDA ME

Objeto: AQUISIÇÃO DE JOGOS EDUCATIVOS INFANTO-JUVENIL PARA A ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO.

Valor: R\$ 7.738,69 (sete mil setecentos e trinta e oito reais e sessenta e nove centavos).

Vigência: 31/12/2017.

### CONTRATO Nº 97A/2017

Publicação Nº 1455372

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº97a/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº97a/2017

Contratado: PAULO ADRIANO CUPRINSKI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE FARMACÊUTICO, COM JORNADA DE 40 HORAS SEMANAIS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO, CONFORME SOLICITAÇÃO E JUSTIFICATIVA DO SECRETÁRIO DE SAÚDE MUNICIPAL.

Valor: R\$ R\$ 3.171,42 (três mil cento e setenta e um reais e quarenta e dois centavos).

Vigência: 31/12/2017.

### CONTRATO Nº 99/2017

Publicação Nº 1455370

PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº99/2017

MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº99/2017

Contratado: INCOESME IND. E COM. DE ESQUADRIAS LTDA-ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA, POR EMPREITADA GLOBAL, PARA REFORMA DA COBERTURA DA ESCOLA INTEGRAL MUNICIPAL SIMÕES LOPES E DA ESCOLA INTEGRAL MUNICIPAL PROFESSORA INÊS DOMINGAS TONON TASSONEIRO.

Valor: R\$ R\$ 17.950,00 (dezesete mil novecentos e cinquenta reais).

Vigência: 05/02/2018.

# Coronel Martins

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 177/2017

Publicação Nº 1453878

PORTARIA Nº. 177, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA COMO GESTORA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VI do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 28/10/1994; RESOLVE;

#### DESIGNAR:

Art. 1º A servidora abaixo relacionada como gestora do Programa Bolsa Família, bem como assinar documentos pertinentes e movimentos de contas bancárias, a partir de 18 de dezembro de 2017.

Servidora	Cargo	Órgão
Rosa Maria Camargo	Diretor Geral de Assistência Social	FMAS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC,  
08 de dezembro de 2017.

ADEMIR MADELLA  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER  
Secretária da Administração, Planejamento e Finanças.

### RESOLUÇÃO CMAS Nº 009/2017

Publicação Nº 1453970

Resolução CMAS Nº 09/2017.  
Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2018/2021 do Município de Coronel Martins/SC.

Considerando que o Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento e gestão que vem organizar e consolidar a execução da Política Municipal de Assistência Social em âmbito municipal;

Considerando que no PMAS são estabelecidas as diretrizes, objetivos, prioridades e metas da Política de Assistência Social para um período de quatro anos;

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária, realizada na data 08/12/2017, no uso de suas competências,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2018/2021 do Município de Coronel Martins/SC.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins/SC, 08 de Dezembro de 2017.  
Carmelinda Biazin Gaio  
Presidente do CMAS

### RESOLUÇÃO CMDCA Nº 04/2017

Publicação Nº 1454567

Resolução CMDCA Nº 04/2017  
Dispõe sobre a convocação de Conselheiro Tutelar Suplente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90 e na Lei Municipal nº 86/1997 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado e nomeado a Primeira Conselheira Tutelar Suplente, eleita em 04 de Outubro de 2015, a Sra. Adriane Welchen Marmentini, para compor o Conselho Tutelar Municipal de Coronel Martins/SC pelo período de 11 de Janeiro de 2018 à 14 de Junho de 2018, em substituição aos Conselheiros Tutelares Titulares que estarão de férias conforme cronograma a seguir:

CRONOGRAMA DE FÉRIAS		
Nome	Período	Data
Luiz Bazzi	10/01/2017 a 09/01/2018	11/01 à 09/02/2018
Andreia Alvaristo Craco	10/01/2017 a 09/01/2018	12/02 à 13/03/2018
Jair Coelho	10/01/2017 a 09/01/2018	14/03 à 12/04/2018
Índia Nara Turmina	10/01/2017 a 09/01/2018	16/04 à 15/05/2018
Sidinéia Dutra	10/01/2017 a 09/01/2018	16/05 à 14/06/2018

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Coronel Martins/SC, em 12 de Dezembro de 2017.  
Chaiane Zanata  
Presidente do CMDCA

**Correia Pinto****PREFEITURA****DECRETO Nº 1243/2017**

Publicação Nº 1454495

DECRETO Nº 1243/2017  
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2131/2017, DECRETA:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO".

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), a saber:

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

2.021 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras  
42 3.3.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.081 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
51 3.3.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

11.01 – SECRETARIA MUN. DE MOBILIDADE URBANA E TURISMO

2.082 – Manutenção da Secretaria Mun. De Mobilidade Urbana e Turismo  
95 3.3.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.015 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Creches e Pré-Escolas.  
67 3.1.90.00.00.1018 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00  
68 3.1.90.00.00.1019 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 630.000,00

Art. 2º- Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

06.01 – SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E GERAÇÃO DE RENDA.

2.025 – Projeto de Geração de Emprego e Renda  
26 4.4.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

2.089 – CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CORREIA PINTO

31 4.4.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

2.021 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras  
107 4.4.90.00.00.3000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.013 – Manutenção das Atividades da SEDUC  
59 3.1.90.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 630.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de dezembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1244/2017**

Publicação Nº 1454496

DECRETO Nº 1244/2017  
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2132/2017, DECRETA:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO".

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 – Manutenção da Saúde do Município  
3 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por anulação do item orçamentário, a saber;

15.01 – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.046 – Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência  
1 3.3.50.00.00.1000 –Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos R\$ 55.000,00  
2 3.3.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de dezembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1245/2017**

Publicação Nº 1454500

DECRETO Nº 1245/2017  
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2133/2017, DECRETA:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO".

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), a saber:

13.01 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL CORREIA PINTO  
2.047 – Manutenção dos Serviços Médicos Hospitalares  
1 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

13.01 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO  
2.063 – Manutenção das Atividades da FHMCP  
7 4.4.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de dezembro de 2017.  
Aa

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1246/2017**

Publicação Nº 1454503

DECRETO Nº 1246/2017  
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2134/2017, DECRETA:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADACÃO".

Art. 1º - Abre Crédito Adicional Suplementar por excesso de arrecadação no montante de R\$ 266.000,00 (Duzentos e sessenta e seis mil reais), a saber:

10.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO  
2.015 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB – Creches e Pré -Escolas  
67 3.1.90.00.00.1018 – Aplicações Diretas R\$ 233.000,00  
68 3.1.90.00.00.1019 – Aplicações Diretas R\$ 33.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 266.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação, na fonte de recurso 1018 – Transferência do Fundeb 60% e 1019 – Transferência do Fundeb 40%.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de dezembro de 2017.  
Aa

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete

**DECRETO Nº 1247/2017**

Publicação Nº 1454504

DECRETO Nº 1247/2017  
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 95, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 2135/2017, DECRETA:

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial – Anulação de Dotação no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), a saber:

01.00 – Poder Legislativo  
01.01 – Câmara Municipal de Correia Pinto  
01.069 – Aquisição e Instalação de Plataforma Elevatória Vertical  
4. 4.4.90.00.00.01 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

01.00 – Poder Legislativo  
01.01 – Câmara Municipal de Correia Pinto  
2.001 – Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal  
4. 4.4.90.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00  
TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 70.000,00

Art. 3º - Revoga-se o disposto no Decreto nº 1236 de 22 de novembro de 2017.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 08 de dezembro de 2017.  
Aa

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito  
Registrado e Publicado o presente Decreto no Gabinete do Prefeito Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG  
Chefe de Gabinete



**LEI Nº 2130/2017**

Publicação Nº 1454369

LEI Nº 2130 /2017  
DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVO A EMPRESA MXM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA, ATRAVÉS DE PAGAMENTO DE SUBVENÇÃO ECONOMICA NA FORMA DE ALUGUEL DE IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar contrato para subsidiar o pagamento de aluguel de propriedade de Avicultura e Arrendamento de Imóveis Sulfurosa Ltda, com CNPJ 07.627.997/0001-53, localizado as margens da BR 116, Km 228, Município de Correia Pinto – SC com registro no 3º Ofício de Registro de Imóveis de Lages sob nº 6.794, livro 02, em favor de MXM COMERCIO INTERNACIONAL LTDA, com CNPJ 28.229.223/0001-44, com endereço na Rua 3300 nº 360 sala 108 centro Balneário Camboriú /SC, subsidiária da empresa chinesa QINGDAO NAGE INTERNATIONAL TRADING CO, com endereço na Room 711 B. Building 1, No 193 jiang shan middle road – Qingdao Huangdao Zone, para a instalação de indústria de exportação de madeiras, de acordo com a Lei Municipal nº 898 de 13 de dezembro de 1999, com as alterações dadas pela Lei Complementar 929 de 28 de abril de 2000.

Parágrafo único. O imóvel mencionado no caput deste artigo refere-se a uma área de terras medindo 75.960m<sup>2</sup> (setenta e cinco mil novecentos e sessenta metros quadrados) dentro de uma área maior, com barracão medindo 3.480m<sup>2</sup> (três mil quatrocentos e oitenta metros quadrados), e almoxarifado em madeira de 293m<sup>2</sup>.

Art. 2º - O valor mensal a ser pago será de até R\$ 13.180,00 (treze mil cento e oitenta reais) pelo período de 6 (seis) meses prorrogável por igual período, a contar da data de vigência da presente lei.

Art. 3º - O incentivo a que se refere a presente Lei poderá ser cessado quando a empresa beneficiada:

- I – não utilizar o imóvel alugado para as finalidades previstas no projeto e no decreto que concede o benefício;
- II – decorrido o prazo de 60 (sessenta) dias da publicação do decreto de concessão sem que a empresa tenha iniciado suas atividades;
- III - paralização das atividades, excetuadas aquelas por motivo de força maior, devidamente comprovados;
- IV – ocorrer à extinção, falência ou concordata, antes de encerrar o prazo do contrato.

Parágrafo único. Havendo descumprimento das obrigações por parte da empresa beneficiada, a mesma deverá indenizar o Município no valor correspondente aos incentivos já concedidos.

Art. 4º - As despesas decorrentes de consumo de água e energia elétrica estarão a cargo do beneficiário.

Art. 5º - O Município não é responsável por qualquer tipo de benfeitoria, instalação ou remoção de equipamentos, ou qualquer dano que venha a ser causado por terceiros durante a vigência do contrato.

Art. 6º - As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotação orçamentária específica.

Art. 7º - Revoga-se a Lei nº 2057 de 16 de fevereiro de 2017.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 07 de dezembro de 2017.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 07 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

**LEI Nº 2131/2017**

Publicação Nº 1454371

LEI Nº 2131/2017

DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO".

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 630.000,00 (seiscentos e trinta mil reais), a saber:

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

2.021 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras  
42 3.3.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

09.01 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

2.081 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
51 3.3.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 140.000,00

11.01 – SECRETARIA MUN. DE MOBILIDADE URBANA E TURISMO

2.082 – Manutenção da Secretaria Mun. De Mobilidade Urbana e Turismo  
95 3.3.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.015 - Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – Creches e Pré-Escolas.  
67 3.1.90.00.00.1018 – Aplicações Diretas R\$ 250.000,00  
68 3.1.90.00.00.1019 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 630.000,00

Art. 2º- Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

06.01 – SECRETARIA DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E GERAÇÃO DE RENDA.

2.025 – Projeto de Geração de Emprego e Renda  
26 4.4.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 130.000,00

2.089 – CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CORREIA PINTO

31 4.4.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 160.000,00

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

2.021 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Obras

107 4.4.90.00.00.3000 – Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

10.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2.013 – Manutenção das Atividades da SEDUC

59 3.1.90.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 630.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de dezembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

## LEI Nº 2132/2017

Publicação Nº 1454374

LEI Nº 2132/2017

DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO".

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), a saber:

12.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.037 – Manutenção da Saúde do Município

3 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por anulação do item orçamentário, a saber;

15.01 – FUNDO DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

2.046 – Manutenção dos Projetos para a Infância e Adolescência

1 3.3.50.00.00.1000 –Transf. a Inst. Priv. sem Fins Lucrativos R\$ 55.000,00

2 3.3.90.00.00.1000 – Aplicações Diretas R\$ 45.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 100.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de dezembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

## LEI Nº 2133/2017

Publicação Nº 1454376

LEI Nº 2133/2017

DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO".

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito adicional Suplementar – Anulação de Dotação no montante de R\$ 90.000,00 (Noventa mil reais), a saber:

13.01 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL CORREIA PINTO

2.047 – Manutenção dos Serviços Médicos Hospitalares

1 3.3.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

13.01 – FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

2.063 – Manutenção das Atividades da FHMCP

7 4.4.90.00.00.1002 – Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 90.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de dezembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

## LEI Nº 2134/2017

Publicação Nº 1454378

LEI Nº 2134/2017

DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADACÃO".

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito adicional Suplementar por excesso de arrecadação no montante de R\$ 266.000,00 (Duzentos e sessenta e seis mil reais), a saber:

10.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

2.015 – Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB – Creches e Pré -Escolas

67 3.1.90.00.00.1018 – Aplicações Diretas R\$ 233.000,00

68 3.1.90.00.00.1019 – Aplicações Diretas R\$ 33.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 266.000,00



Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se-á por excesso de arrecadação, na fonte de recurso 1018 – Transferência do Fundeb 60% e 1019 – Transferência do Fundeb 40%.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de dezembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

## LEI Nº 2135/2017

Publicação Nº 1454482

LEI Nº 2135/2017

DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, Prefeito do Município de Correia Pinto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 95 da Lei Orgânica Municipal, comunica a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir Crédito Especial – Anulação de Dotação no montante de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), a saber:

01.00 – Poder Legislativo

01.01 – Câmara Municipal de Correia Pinto

01.069 – Aquisição e Instalação de Plataforma Elevatória Vertical

4. 4.4.90.00.00.01 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 70.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender a suplementação a que se refere o artigo 1º dar-se por anulação do item orçamentário, a saber;

01.00 – Poder Legislativo

01.01 – Câmara Municipal de Correia Pinto

2.001 – Manutenção das Atividades do Legislativo Municipal

4. 4.4.90.00.00.1001 – Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 70.000,00

Art. 3º - Revoga-se o disposto na Lei nº 2128 de 22 de novembro de 2017.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 08 de dezembro de 2017.

CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito

Registrado e Publicado a presente Lei na Secretaria do Município de Correia Pinto, em 08 de dezembro de 2017.

OLIVEIRA PIRES BURG

Chefe de Gabinete

## TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017

Publicação Nº 1454511

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 002/2017

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO - APAE, TENDO EM VISTA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO: II PEDAL E CAMINHADA DA APAE.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, através do FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, inscrito no CNPJ nº 22.160.773/0001-78, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 1569, junto à Prefeitura Municipal, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Senhor Prefeito CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, portador do CPF nº 217.068.839-00, domiciliado neste Município, e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO - APAE, Associação Privada, inscrita no CNPJ sob n. 78.499.977/0001-92, com atividade principal "Defesa de direitos sociais", com sede na rua Lauro Muller, n. 390, Centro, Município de Correia Pinto/SC, representada legalmente por sua presidente ROZANGELA WOLFF DE CORDOVA, brasileira, inscrita no CPF n. 464.187.179-53, portadora da Carteira de Identidade nº 634.083-0, domiciliada e residente na Rua Belizário Ramos, 193, Centro, Correia Pinto – SC, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício 2017, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, consoante o Edital de Chamamento Público nº 001/2017 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 001/2017, tem por objeto a transferência de recursos para entidades governamentais e não-governamentais voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, através de financiamento com os recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), para execução do projeto denominado II PEDAL E CAMINHADA DA APAE."

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela OSC e aprovado pela Comissão Especial de Avaliação do Projeto (Comissão de Seleção), bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

#### I - DA CONCEDENTE:

1. Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;
2. Transferir à OSC os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Município e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Colaboração, comunicando à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e

esclarecimentos;

4. Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração e do seu Plano de Trabalho;
5. Analisar os relatórios de execução do objeto e relatórios de execução financeira;
6. Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA;
7. Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
8. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a CONCEDENTE assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;
9. Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48, da Lei nº 13.019, de 2014;
10. Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;
11. Publicar, no Diário Oficial dos Municípios, extrato do Termo de Colaboração; e
12. Analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Colaboração, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não.

## II - DA OSC:

1. Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014;
2. Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Colaboração;
3. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Colaboração, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;
4. Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Colaboração, de acordo com os normativos vigentes, bem como apresentar licenças e alvarás, aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;
5. Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição e pelo art. 45 da Lei n. 13.019, de 2014;
6. Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;
7. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;
8. Submeter previamente à CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste

instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

9. Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;
10. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;
11. Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Termo de Colaboração, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;
12. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à sempre que houver alterações;
13. Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Colaboração, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;
14. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;
15. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;
16. Facilitar a supervisão e a fiscalização da CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Colaboração, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;
17. Permitir o livre acesso de servidores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
18. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;
19. Prestar contas a CONCEDENTE, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014;
20. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
21. Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Colaboração e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela CONCEDENTE, apor a marca do Governo Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Colaboração;
22. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Colaboração, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;
23. Manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da

execução do Termo de Colaboração e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

24. Permitir à CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Colaboração;

25. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

26. Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

27. Apresentar relatórios semestrais contendo avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados obtidos com a execução do projeto, detalhando a metodologia empregada para a execução das metas previstas no plano de trabalho, bem como análise do impacto social sobre o público-alvo beneficiado e sobre o problema e/ou demanda que deu origem ao projeto; e

28. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração, neste ato fixado em R\$ 10.350,00 (dez mil, trezentos e cinquenta reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária, relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento da CONCEDENTE, autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 2049, de 01 de dezembro de 2016, vinculada ao Projeto Atividade nº 2.046 – Manutenção dos Projetos para Infância e Adolescência, Dotação nº 06:, Elemento: 3.3.50.00.00.00.00 – Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos, Fonte: 1000. Não será exigida contrapartida da OSC.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse da CONCEDENTE serão depositados na conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014.

Subcláusula Primeira. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da CONCEDENTE, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Segunda. Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

Subcláusula Terceira. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Colaboração e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da CONCEDENTE, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Quarta. A conta referida no caput desta Cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Quinta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado à OSC:

I. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

III efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Colaboração, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

Subcláusula Segunda. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie.

Subcláusula Terceira. Caso os recursos transferidos não sejam utilizados no prazo estabelecido no cronograma, o Termo de Colaboração deverá ser rescindido, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela CONCEDENTE, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

Subcláusula Primeira. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração da prestação de contas.

Subcláusula Segunda. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela CONCEDENTE por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

Subcláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação serão realizadas pela comissão nomeada através do competente Decreto Municipal e contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes.

Subcláusula Segunda. A CONCEDENTE designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução em plataforma eletrônica e com visitas in loco.

Subcláusula Terceira. A CONCEDENTE realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em



que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

Subcláusula Quarta. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório, enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

Subcláusula Quinta. A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela CONCEDENTE, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

II - de ofício, por iniciativa da CONCEDENTE quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

Subcláusula Primeira. A prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Colaboração, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela CONCEDENTE, considerando as seguintes situações:

I – alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela CONCEDENTE para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho;

III – ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no término da vigência da parceria, ou no final de cada exercício (se a duração da parceria exceder um ano), observando-se as regras previstas nos artigos 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam a CONCEDENTE avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

Subcláusula Segunda. Para fins de prestação de contas anual (quando for o caso) e final, a OSC deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto, que conterá, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de

que trata a prestação de contas;

II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

V – informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

VI - informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;

VII – informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;

VIII - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das metas, quando for o caso.

Subcláusula Terceira. A CONCEDENTE poderá dispensar a observância dos incisos V a VII da subcláusula segunda quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

Subcláusula Quarta - Quando a OSC não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a CONCEDENTE exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, que deverá conter:

I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III - o extrato da conta bancária específica;

IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Subcláusula Quinta. A análise do relatório de execução financeira, quando exigido, será feita pela CONCEDENTE e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36; e

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula Sexta. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula Sétima. A OSC deverá apresentar a prestação de contas final por meio de relatório de execução do objeto, comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias.

Subcláusula Oitava. A análise da prestação de contas final pela será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - o relatório final de execução do objeto;

II - os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano;

III - relatório de visita técnica in loco, quando houver; e

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

Subcláusula Nona. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

Subcláusula Décima. Na hipótese de a análise de que trata a subcláusula nona concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente relatório final de execução financeira.

Subcláusula Décima Primeira. A OSC deverá observar os seguintes prazos:

I - o relatório final de execução do objeto deverá ser entregue a CONCEDENTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC; e

II - o relatório final de execução financeira deverá ser entregue a CONCEDENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado de sua notificação, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC.

Subcláusula Décima Segunda. O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou anti-econômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Subcláusula Décima Terceira. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Subcláusula Décima Quarta. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Subcláusula Décima Quinta. Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Décima Sexta. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

Subcláusula Décima Sétima. A CONCEDENTE deverá manifestar-se sobre a solicitação de que trata o inciso II, alínea "b", da subcláusula décima quinta no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Subcláusula Décima Oitava. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Subcláusula Décima Nona. Na hipótese do inciso II da subcláusula décima quinta, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - a instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da

legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Subcláusula Vigésima. O prazo de análise da prestação de contas final pela administração pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

Subcláusula Vigésima Primeira. O transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Subcláusula Vigésima Segunda. Se o transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da CONCEDENTE, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela CONCEDENTE, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela CONCEDENTE nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 30 (trinta) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo; e

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

Subcláusula Primeira. Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

III - o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

Subcláusula Segunda. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Terceira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I - nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação

dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública; e

II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da CONCEDENTE.

Subcláusula Quarta. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONCEDENTE determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou não providencie o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Termo de Colaboração, será obrigatoriamente destacada a participação da CONCEDENTE, observado o disposto no §1º do art. 37, da Constituição.

Subcláusula Primeira. A OSC deverá disponibilizar para a CONCEDENTE a arte final do material produzido e seus formatos acessíveis.

Subcláusula Segunda. A CONCEDENTE fica autorizada a reproduzir o conteúdo do material produzido em todos os países que achar conveniente e na rede mundial de computadores (INTERNET).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Colaboração, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da OSC, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

Subcláusula Primeira. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem

adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição. Subcláusula Segunda. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da CONCEDENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO. A publicidade de todos os atos derivados do presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Os partícipes procurarão resolver administrativamente eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente ajuste. Não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de Correia Pinto.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Correia Pinto, 07 de dezembro de 2017.

CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO

Prefeito/CONCECENTE

ROZANGELA WOLFF DE CORDOVA

Presidente/OSC

RITA DE CÁSSIA ALVES

SMASH/Gestora do FIA

JULIO CASIMIRO REUTER DE LIZ

Vice-Prefeito/Testemunha

### TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2017

Publicação Nº 1454516

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 003/2017

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, ATRAVÉS DO FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA E A ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO - APAE, TENDO EM VISTA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA EXECUÇÃO DO PROJETO: SPE – SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO E SALA DO PEDIASUIT.

O MUNICIPIO DE CORREIA PINTO, através do FUNDO PARA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA, inscrito no CNPJ nº 22.160.773/0001-78, com sede na Av. Duque de Caxias, nº 1569, junto à Prefeitura Municipal, Centro, CEP 88535-000 – Correia Pinto/SC, doravante denominado CONCEDENTE, neste ato representado, pelo Senhor



Prefeito CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, portador do CPF nº 217.068.839-00, domiciliado neste Município, e a ASSOCIAÇÃO DOS PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE CORREIA PINTO - APAE, Associação Privada, inscrita no CNPJ sob n. 78.499.977/0001-92, com atividade principal "Defesa de direitos sociais", com sede na rua Lauro Muller, n. 390, Centro, Município de Correia Pinto/SC, representada legalmente por sua presidente ROZANGELA WOLFF DE CORDOVA, brasileira, inscrita no CPF n. 464.187.179-53, portadora da Carteira de Identidade nº 634.083-0, domiciliada e residente na Rua Belizário Ramos, 193, Centro, Correia Pinto - SC, resolvem celebrar o presente Termo de Colaboração, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício 2017, na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014, consoante o Edital de Chamamento Público nº 001/2017 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração, decorrente do Edital de Chamamento Público nº 001/2017, tem por objeto a transferência de recursos para entidades governamentais e não-governamentais voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, através de financiamento com os recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), para execução do projeto denominado: SPE – SERVIÇO PEDAGÓGICO ESPECÍFICO E SALA DO PEDIASUIT."

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este instrumento, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho proposto pela OSC e aprovado pela Comissão Especial de Avaliação do Projeto (Comissão de Seleção), bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

São obrigações dos Partícipes:

##### I - DA CONCEDENTE:

1. Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, fiscalização, prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de tomada de contas especial;
2. Transferir à OSC os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Município e o estabelecido no Cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar, sistematicamente, a execução do objeto deste Termo de Colaboração, comunicando à OSC quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, bem como suspender a liberação de recursos, fixando o prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
4. Analisar e, se for o caso, aprovar as propostas de alteração do Termo de Colaboração e do seu Plano de Trabalho;
5. Analisar os relatórios de execução do objeto e relatórios de execução financeira;
6. Instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação - CMA;
7. Retomar os bens públicos em poder da OSC na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, nos termos do art. 62, inciso I, da Lei nº 13.019, de 2014;
8. Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no Plano de Trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação

de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que a CONCEDENTE assumir essas responsabilidades, nos termos do art. 62, II, da Lei nº 13.019, de 2014;

9. Reter a liberação dos recursos quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida, ou quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle interno ou externo, comunicando o fato à OSC e fixando-lhe o prazo de até 30 (trinta) dias para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos, nos termos do art. 48, da Lei nº 13.019, de 2014;

10. Prorrogar de "ofício" a vigência do Termo de Colaboração, antes do seu término, quando der causa à atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado, nos termos do art. 55, parágrafo único, da Lei nº 13.019, de 2014;

11. Publicar, no Diário Oficial dos Municípios, extrato do Termo de Colaboração; e

12. Analisar a prestação de contas relativa a este Termo de Colaboração, emitindo parecer conclusivo sobre sua aprovação ou não.

##### II - DA OSC:

1. Executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aprovados pela CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração, observado o disposto na Lei n. 13.019, de 2014;

2. Aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Termo de Colaboração;

3. Executar e fiscalizar os trabalhos necessários à consecução do objeto pactuado no Termo de Colaboração, inclusive os serviços eventualmente contratados, observando a qualidade, quantidade, prazos e custos definidos no Plano de Trabalho;

4. Elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Termo de Colaboração, de acordo com os normativos vigentes, bem como apresentar licenças e alvarás, aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera competente e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

5. Não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo inciso X do art. 167 da Constituição e pelo art. 45 da Lei n. 13.019, de 2014;

6. Apresentar Relatório de Execução do Objeto de acordo com o estabelecido nos art. 63 a 72 da Lei nº 13.019/2014;

7. Assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços contratados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pela CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

8. Submeter previamente à CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

9. Manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

10. Arcar com o pagamento de toda e qualquer despesa excedente aos recursos financeiros fixados neste instrumento, indicados na cláusula atinente ao valor e à dotação orçamentária;

11. Realizar os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Termo de Colaboração,

quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Lei 13.019, de 2014, mantendo-o atualizado;

12. Selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pela CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando à sempre que houver alterações;

13. Estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Termo de Colaboração, bem como na manutenção do patrimônio gerado por esses investimentos;

14. Garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

15. Manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração, pelo prazo de 10 (dez) anos, conforme previsto no parágrafo único do art. 68 da Lei nº 13.019, de 2014;

16. Facilitar a supervisão e a fiscalização da CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento in loco e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Termo de Colaboração, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa aos contratos celebrados;

17. Permitir o livre acesso de servidores da CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

18. Manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do art. 10 da Lei nº 13.019, de 2014;

19. Prestar contas a CONCEDENTE, ao término de cada exercício e no encerramento da vigência do Termo de Colaboração, nos termos do capítulo IV da Lei nº 13.019, de 2014;

20. Responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista, fiscal, comercial e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como por todos os encargos tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;

21. Assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação da CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Colaboração e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela CONCEDENTE, afixar a marca do Governo Municipal nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de Colaboração;

22. Operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Termo de Colaboração, após sua execução, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

23. Manter a CONCEDENTE informada sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Termo de Colaboração e prestar informações sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o respectivo acompanhamento e fiscalização.

24. Permitir à CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta específica vinculada ao presente Termo de Colaboração;

25. Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dar ciência aos órgãos de controle e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar o Ministério Público;

26. Garantir a manutenção da capacidade técnica e operacional necessária ao bom desempenho das atividades;

27. Apresentar relatórios semestrais contendo avaliação qualitativa e quantitativa acerca dos resultados obtidos com a execução do projeto, detalhando a metodologia empregada para a execução das metas previstas no plano de trabalho, bem como análise do

impacto social sobre o público-alvo beneficiado e sobre o problema e/ou demanda que deu origem ao projeto; e

28. Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Termo de Colaboração, neste ato fixado em R\$ 8.791,00 (oito mil, setecentos e noventa e um reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária, relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento da CONCEDENTE, autorizado pela Lei Orçamentária Anual nº 2049, de 01 de dezembro de 2016, vinculada ao Projeto Atividade nº 2.046 – Manutenção dos Projetos para Infância e Adolescência, Dotação nº 06:, Elemento: 3.3.50.00.00.00.00 – Transferências à Instituições Privadas sem fins lucrativos, Fonte: 1000. Não será exigida contrapartida da OSC.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse da CONCEDENTE serão depositados na conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela administração pública, como disposto no art. 51 da Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014.

Subcláusula Primeira. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira da CONCEDENTE, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Termo de Colaboração, ficando condicionada, ainda, ao cumprimento dos requisitos previstos no art. 48 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Segunda. Os recursos transferidos serão utilizados exclusivamente para o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho, vedada a sua aplicação em finalidade diversa.

Subcláusula Terceira. Os rendimentos auferidos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente computados a crédito do Termo de Colaboração e aplicados, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, mediante solicitação fundamentada da OSC e anuência prévia da CONCEDENTE, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

Subcláusula Quarta. A conta referida no caput desta Cláusula será isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Quinta. Os recursos da parceria geridos pela OSC estão vinculados ao Plano de Trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Termo de Colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Subcláusula Primeira. É vedado à OSC:

I. utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho;

II. pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias; e

III. efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Termo de Colaboração, salvo se expressamente autorizado pela autoridade competente da CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante sua vigência;

Subcláusula Segunda. Toda a movimentação de recursos será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária, salvo quando autorizado o pagamento em espécie.

Subcláusula Terceira. Caso os recursos transferidos não sejam utilizados no prazo estabelecido no cronograma, o Termo de Colaboração deverá ser rescindido, salvo quando houver execução parcial do objeto, desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A OSC adotará métodos usualmente utilizados pelo setor privado para a realização de compras e contratações de bens e serviços com recursos transferidos pela CONCEDENTE, sendo facultada a utilização do portal de compras disponibilizado pela administração pública municipal.

Subcláusula Primeira. A OSC deve verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no Plano de Trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação e, caso o valor efetivo da compra ou contratação seja superior ao previsto no Plano de Trabalho, deverá assegurar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado, inclusive para fins de elaboração da prestação de contas.

Subcláusula Segunda. Para fins de comprovação das despesas, a OSC deverá obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, e deverá manter a guarda dos documentos originais pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

#### CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

A execução do objeto da parceria será acompanhada pela CONCEDENTE por meio de ações de monitoramento e avaliação, que terão caráter preventivo e saneador, objetivando a gestão adequada e regular da parceria.

Subcláusula Primeira. As ações de monitoramento e avaliação serão realizadas pela comissão nomeada através do competente Decreto Municipal e contemplarão a análise das informações acerca do processamento da parceria, incluída a possibilidade de consulta às movimentações da conta bancária específica da parceria, além da verificação, análise e manifestação sobre eventuais denúncias existentes.

Subcláusula Segunda. A CONCEDENTE designará servidor público que atuará como gestor da parceria, responsável pelo monitoramento sistemático da parceria, podendo designar também fiscais que farão o acompanhamento da execução em plataforma eletrônica e com visitas in loco.

Subcláusula Terceira. A CONCEDENTE realizará visita técnica in loco para subsidiar o monitoramento da parceria, nas hipóteses em que esta for essencial para a verificação do cumprimento do objeto da parceria e do alcance das metas, hipótese em que a OSC deverá ser previamente notificada, no prazo mínimo de 3 (três) dias úteis anteriores à realização da visita.

Subcláusula Quarta. Sempre que houver visita técnica in loco, o resultado será circunstanciado em relatório, enviado à OSC para conhecimento, esclarecimentos e providências e poderá ensejar a revisão do relatório, a critério do órgão ou da entidade da administração pública municipal.

Subcláusula Quinta. A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria realizadas pela CONCEDENTE, pelos órgãos de controle interno e pelo Tribunal de Contas do Estado.

#### CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado

nos seguintes casos e condições previstos no art. 55 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014:

I - mediante termo aditivo, por solicitação da OSC devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término.

II - de ofício, por iniciativa da CONCEDENTE quando der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

Subcláusula Primeira. A prorrogação da vigência prevista no inciso I apenas será admitida, mantidas as demais cláusulas do Termo de Colaboração, desde que seja devidamente formalizada, justificada e previamente autorizada pela CONCEDENTE, considerando as seguintes situações:

I – alteração do Plano de Trabalho sugeridos pela CONCEDENTE para aperfeiçoamento dos processos e dos resultados previstos;

II - superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução do Plano de Trabalho;

III – ampliação de metas e etapas com aumento das quantidades inicialmente previstas no Plano de Trabalho.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

Este Termo de Colaboração poderá ser modificado, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto quanto ao seu objeto, com as devidas justificativas, mediante termo aditivo ou por certidão de apostilamento, devendo o respectivo pedido ser apresentado em até 30 (trinta) dias antes do seu término, observado o disposto no art. 57 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que submetidos pela OSC e aprovados previamente pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no término da vigência da parceria, ou no final de cada exercício (se a duração da parceria exceder um ano), observando-se as regras previstas nos artigos 63 a 72 da Lei nº 13.019, de 31/07/2014, além das cláusulas constantes deste Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas apresentada pela OSC deverá conter elementos que permitam a CONCEDENTE avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas, sendo considerada a verdade real e os resultados alcançados. Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexo de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

Subcláusula Segunda. Para fins de prestação de contas anual (quando for o caso) e final, a OSC deverá apresentar relatório (parcial ou final) de execução do objeto, que conterá, no mínimo, as seguintes informações e documentos:

I - a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas;

II - a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

III - os documentos de comprovação do cumprimento do objeto, como listas de presença, fotos, vídeos, entre outros;

IV - os documentos de comprovação do cumprimento da contrapartida, quando houver;

V - informações sobre os impactos econômicos ou sociais das ações desenvolvidas;

VI - informações sobre o grau de satisfação do público-alvo, que poderá ser indicado por meio de pesquisa de satisfação, declaração de entidade pública ou privada local e declaração do conselho de política pública setorial, entre outros;

VII - informações sobre a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto;

VIII - justificativa na hipótese de não cumprimento do alcance das



metas, quando for o caso.

Subcláusula Terceira. A CONCEDENTE poderá dispensar a observância dos incisos V a VII da subcláusula segunda quando a exigência for desproporcional à complexidade da parceria ou ao interesse público, mediante justificativa prévia.

Subcláusula Quarta - Quando a OSC não comprovar o alcance das metas ou quando houver evidência de existência de ato irregular, a CONCEDENTE exigirá a apresentação de relatório de execução financeira, que deverá conter:

I - a relação das receitas e despesas realizadas, inclusive rendimentos financeiros, que possibilitem a comprovação da observância do plano de trabalho;

II - o comprovante da devolução do saldo remanescente da conta bancária específica, quando houver;

III - o extrato da conta bancária específica;

IV - a memória de cálculo do rateio das despesas, quando for o caso;

V - a relação de bens adquiridos, produzidos ou transformados, quando houver; e

VI - cópia simples das notas e dos comprovantes fiscais ou recibos, inclusive holerites, com data do documento, valor, dados da OSC e do fornecedor e indicação do produto ou serviço.

Subcláusula Quinta. A análise do relatório de execução financeira, quando exigido, será feita pela CONCEDENTE e contemplará:

I - o exame da conformidade das despesas, realizado pela verificação das despesas previstas e das despesas efetivamente realizadas, por item ou agrupamento de itens, conforme aprovado no plano de trabalho, observado o disposto no § 3º do art. 36; e

II - a verificação da conciliação bancária, por meio da aferição da correlação entre as despesas constantes na relação de pagamentos e os débitos efetuados na conta corrente específica da parceria.

Subcláusula Sexta. A OSC deverá manter a guarda dos documentos originais relativos à execução das parcerias pelo prazo de dez anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas.

Subcláusula Sétima. A OSC deverá apresentar a prestação de contas final por meio de relatório de execução do objeto, comprovante de devolução de eventual saldo remanescente, e a previsão de reserva de recursos para pagamento das verbas rescisórias.

Subcláusula Oitava. A análise da prestação de contas final pela será formalizada por meio de parecer técnico conclusivo, que deverá verificar o cumprimento do objeto e o alcance das metas previstas no Plano de Trabalho e considerará:

I - o relatório final de execução do objeto;

II - os relatórios parciais de execução do objeto, para parcerias com duração superior a um ano;

III - relatório de visita técnica in loco, quando houver; e

IV - relatório técnico de monitoramento e avaliação, quando houver.

Subcláusula Nona. Além da análise do cumprimento do objeto e do alcance das metas previstas no plano de trabalho, o gestor da parceria, em seu parecer técnico, avaliará os efeitos da parceria.

Subcláusula Décima. Na hipótese de a análise de que trata a subcláusula nona concluir que houve descumprimento de metas estabelecidas no plano de trabalho ou evidência de irregularidade, o gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC para que apresente relatório final de execução financeira.

Subcláusula Décima Primeira. A OSC deverá observar os seguintes prazos:

I - o relatório final de execução do objeto deverá ser entregue a CONCEDENTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC; e

II - o relatório final de execução financeira deverá ser entregue a CONCEDENTE no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado de sua notificação, conforme estabelecido no instrumento de parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e

solicitação prévia da OSC.

Subcláusula Décima Segunda. O parecer técnico conclusivo da prestação de contas final embasará a decisão da autoridade competente e poderá concluir pela:

I - aprovação das contas, que ocorrerá quando constatado o cumprimento do objeto e das metas da parceria;

II - aprovação das contas com ressalvas, que ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas da parceria, for constatada impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário; ou

III - rejeição das contas, que ocorrerá nas seguintes hipóteses:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou anti-econômico; ou

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

Subcláusula Décima Terceira. A decisão sobre a prestação de contas final caberá à autoridade responsável por celebrar a parceria ou ao agente a ela diretamente subordinado, vedada a subdelegação.

Subcláusula Décima Quarta. A OSC será notificada da decisão da autoridade competente e poderá:

I - apresentar recurso, no prazo de 30 (trinta) dias, à autoridade que a proferiu; ou

II - sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Subcláusula Décima Quinta. Exaurida a fase recursal, a CONCEDENTE deverá:

I - no caso de aprovação com ressalvas da prestação de contas, registrar as causas das ressalvas; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, notificar a OSC para que, no prazo de 30 (trinta) dias:

a) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada; ou

b) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Décima Sexta. O registro da aprovação com ressalvas da prestação de contas possui caráter preventivo e será considerado na eventual aplicação das sanções.

Subcláusula Décima Sétima. A CONCEDENTE deverá manifestar-se sobre a solicitação de que trata o inciso II, alínea "b", da subcláusula décima quinta no prazo de 30 (trinta) dias, sendo a autorização de ressarcimento por meio de ações compensatórias ato de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

Subcláusula Décima Oitava. A realização das ações compensatórias de interesse público não deverá ultrapassar a metade do prazo previsto para a execução da parceria.

Subcláusula Décima Nona. Na hipótese do inciso II da subcláusula décima quinta, o não ressarcimento ao erário ensejará:

I - a instauração da Tomada de Contas Especial, nos termos da legislação vigente; e

II - o registro da rejeição da prestação de contas e de suas causas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

Subcláusula Vigésima. O prazo de análise da prestação de contas final pela administração pública será de 150 (cento e cinquenta) dias, contados da data de recebimento do relatório final de execução do objeto, podendo ser prorrogado, justificadamente, por igual período, desde que não exceda o limite de 300 (trezentos) dias.

Subcláusula Vigésima Primeira. O transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima, e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias; e

II - não implica impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas

ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

Subcláusula Vigésima Segunda. Se o transcurso do prazo definido na subcláusula vigésima, e de sua eventual prorrogação, se der por culpa exclusiva da CONCEDENTE, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos apurados no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela CONCEDENTE, sem prejuízo da atualização monetária, que observará a variação anual do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, desde que comunicada esta intenção à outra parte no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.

PARÁGRAFO ÚNICO. O Termo de Colaboração será rescindido unilateralmente pela CONCEDENTE nas seguintes hipóteses:

a) quando os recursos depositados em conta corrente específica não forem utilizados no prazo de 30 (trinta) dias, salvo se houver execução parcial do objeto e desde que previamente justificado pelo gestor da parceria e autorizado pelo Chefe do Poder Executivo; e

b) caso haja irregularidade ou inexecução parcial do objeto.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, a OSC deverá restituir, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, os saldos financeiros remanescentes.

Subcláusula Primeira. Os recursos a serem restituídos na forma do caput incluem:

I – o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros depositados na conta bancária específica, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado;

II - os valores relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada; e

III – o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos, na hipótese de dissolução da OSC ou quando a motivação da rejeição da prestação de contas estiver relacionada ao uso ou aquisição desses bens.

Subcláusula Segunda. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial, conforme art. 52 da Lei nº 13.019, de 2014.

Subcláusula Terceira. Os débitos a serem restituídos pela OSC serão apurados mediante atualização monetária, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

I - nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da administração pública; e

II - nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

a) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da OSC ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria; ou b) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata a alínea "a" deste inciso, com subtração de eventual período de inércia da CONCEDENTE.

Subcláusula Quarta. Os débitos a serem restituídos pela OSC observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E

#### DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Nos termos do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos; e

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

PARÁGRAFO ÚNICO. A CONCEDENTE determinará a instauração da Tomada de Contas Especial nas seguintes hipóteses:

I - caso conclua pela rescisão unilateral da parceria e a OSC não devolva os valores repassados relacionados à irregularidade ou inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada no prazo determinado; e

II - no caso de rejeição da prestação de contas, caso a OSC não devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto apurada ou com a prestação de contas não apresentada, ou não providencie o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei nº 13.019, de 2014.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Termo de Colaboração, será obrigatoriamente destacada a participação da CONCEDENTE, observado o disposto no §1º do art. 37, da Constituição.

Subcláusula Primeira. A OSC deverá disponibilizar para a CONCEDENTE a arte final do material produzido e seus formatos acessíveis.

Subcláusula Segunda. A CONCEDENTE fica autorizada a reproduzir o conteúdo do material produzido em todos os países que achar conveniente e na rede mundial de computadores (INTERNET).

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente Termo de Colaboração, e que, em razão deste, tenham sido adquiridos, produzidos, transformados ou construídos serão de propriedade da OSC, não sendo permitida sua utilização em qualquer outra ação que não esteja dentro do escopo do objeto pactuado.

Subcláusula Primeira. Caso a prestação de contas final seja rejeitada, a titularidade dos bens remanescentes permanecerá com a OSC, observados os seguintes procedimentos:

I - não será exigido ressarcimento do valor relativo ao bem adquirido quando a motivação da rejeição não estiver relacionada ao seu uso ou aquisição; ou

II - o valor pelo qual o bem remanescente foi adquirido deverá ser computado no cálculo do dano ao erário a ser ressarcido, quando a motivação da rejeição estiver relacionada ao seu uso ou aquisição.

Subcláusula Segunda. Na hipótese de dissolução da OSC durante a vigência da parceria, o valor pelo qual os bens remanescentes foram adquiridos deverá ser computado no cálculo do valor a ser ressarcido.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA DIVULGAÇÃO

Em razão do presente Termo de Colaboração, a OSC se obriga a mencionar em todos os seus atos de promoção e divulgação do projeto, objeto desta parceria, por qualquer meio ou forma, a participação da CONCEDENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO. A publicidade de todos os atos derivados do

presente Termo de Colaboração deverá ter caráter exclusivamente educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO

A eficácia do presente Termo de Colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração de valor ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial dos Municípios, a qual deverá ser providenciada pela CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Os partícipes procurarão resolver administrativamente eventuais dúvidas e controvérsias decorrentes do presente ajuste. Não logrando êxito a solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Termo de Colaboração o foro da Comarca de Correia Pinto.

E, por assim estarem plenamente de acordo os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos no presente instrumento, o qual lido e achado conforme, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Correia Pinto, 07 de dezembro de 2017.  
CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO  
Prefeito/CONCEDENTE

ROZANGELA WOLFF DE CORDOVA  
Presidente/OSC

RITA DE CÁSSIA ALVES  
SMASH/Gestora do FIA

JULIO CASIMIRO REUTER DE LIZ  
Vice-Prefeito/Testemunha



# Corupá

## PREFEITURA

### LEI Nº 2.271, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455300

LEI Nº 2.271, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a firmar Termo de Cessão de Uso de Bem Imóvel com a Associação de Moradores da Rua Henrique Fuck - AMRHF.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a presente Lei;

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Cessão de Uso de bem imóvel com a Associação de Moradores da Rua Henrique Fuck – AMRHF, inscrita no CNPJ sob nº 27.737.002/0001-14, com sede na Rua Henrique Fuck, s/nº, bairro Seminário, cidade de Corupá, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º O Termo de Cessão de Uso a ser firmado terá por objetivo a cessão pelo Município de Corupá/SC do uso de um terreno, registro nº 21.257, com 814 m² (oitocentos e quatorze metros quadrados), situado na Estrada Caminho do Morro, fazendo frente com a Estrada Caminho do Morro com 40 m, fundos com o Ribeirão Caminho do Morro com 48 m, estremando de um lado com terras de Ricardo Hackbarth com 10 m, e de outro lado com o Ribeirão Caminho do Morro com 27 m, no Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, onde se encontra instalada as edificações da Escola Municipal desativada Pastor Ferdinand Schunnsenn.

Art. 3º O prazo da cessão de uso do bem imóvel pertencente ao Município de Corupá é de 10 (dez) anos, a contar da data de publicação do Termo de Cessão de Uso, podendo ser revogado por ato do Poder Executivo por razões de interesse público devidamente atestados em procedimento competente e/ou prorrogado o prazo mediante Termo Aditivo.

Art. 4º A cessão de uso do bem imóvel pertencente ao Município de Corupá destina-se única e exclusivamente para as instalações da sede da Associação de Moradores da Rua Henrique Fuck – AMRHF.

Art. 5º As despesas decorrentes da utilização do imóvel, inclusive aquelas referentes às taxas e impostos, que venham a sofrer na vigência da cessão de uso do bem, e outras indispensáveis à manutenção e conservação, correrão as custas da Associação de Moradores da Rua Henrique Fuck – AMRHF.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 13 de dezembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de dezembro de 2017.

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

### LEI Nº 2.272, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455301

LEI Nº 2.272, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera a Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, que autoriza o ingresso do Município de Corupá no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a presente Lei;

Art. 1º A ementa da Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Ratifica o Protocolo de Intenções e autoriza o ingresso do Município de Corupá no Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), e dá outras providências.

Art. 2º O artigo 1º, da Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica autorizado o ingresso do Município de Corupá, no consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), nos termos do Protocolo de Intenções em anexo.

Art. 3º O artigo 2º, da Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Fica ratificado na íntegra o Protocolo de Intenções do Consórcio Público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS) em anexo, fazendo parte da presente Lei, nos termos da Lei federal nº 11.107/2005.

Art. 4º Fica acrescido o artigo 3º, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 3º Pelo exercício do poder de regulação e fiscalização, ficam instituídas as taxas abaixo indicadas, cuja base de cálculo, alíquotas e demais disposições estão previstas no Protocolo de Intenções em anexo:

I - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água;

II - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário;

III - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza;

IV - Taxa de Regulação de Coleta de Lixo;

V - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Lixo;

VI - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Lixo; e

VII - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana.

Art. 5º Fica acrescido o artigo 4º, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 4º A Taxa de Regulação de Abastecimento de Água - TRAA é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços de abastecimento de água, caracterizado

como aquele serviço desde a captação da água até sua destinação final ao cidadão.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de abastecimento de água.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de abastecimento de água, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,1200 (doze centavos), representada pela seguinte fórmula:  
$$TRAA = NH \times R\$ 0,1200, \text{ onde}$$

TRAA - Taxa de Regulação de Abastecimento de Água  
NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,1200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de abastecimento de água por habitante.

Art. 6º Fica acrescido o artigo 5º, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 5º A Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário - TRES é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de esgotamento sanitário, compreendido como aquele serviço de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequado de esgoto sanitário, desde as ligações prediais até seu lançamento final no meio ambiente.

§ 1º A taxa é devida pela a autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de esgotamento sanitário.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de esgotamento sanitário, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0600 (seis centavos), representada pela seguinte fórmula:

$$TRES = NH \times R\$ 0,0600, \text{ onde}$$

TRES - Taxa de Regulação de Esgotamento Sanitário

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0600 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de esgotamento sanitário por habitante.

Art. 7º Fica acrescido o artigo 6º, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 6º A Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas - TRVL é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de varrição e limpeza de vias públicas, caracterizado como aquele serviço de varrição, poda, capina e limpeza dos logradouros e vias públicas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de varrição e limpeza de vias públicas, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$$TRVL = NH \times R\$ 0,0200, \text{ onde}$$

TRVL - Taxa de Regulação de Varrição e Limpeza de Vias Públicas

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de varrição e limpeza de vias públicas por habitante.

Art. 8º Fica acrescido o artigo 7º, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 7º A Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos - TRCR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos, compreendido como aquele serviço de captação e recolhimento do resíduo sólido doméstico até a fase anterior ao seu transbordo.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de coleta de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de coleta de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:  
$$TRCR = NH \times R\$ 0,0300, \text{ onde}$$

TRCR - Taxa de Regulação de Coleta de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de coleta de resíduos sólidos por habitante.

Art. 9º Fica acrescido o artigo 8º, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 8º A Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos - TRTR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de transbordo e transporte dos resíduos sólidos, caracterizada como aquele serviço que começa com o transbordo até o transporte final ao aterro ou outro meio de tratamento do resíduo sólido.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica que seja prestadora dos serviços de transbordo e transporte de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de transbordo e transporte de resíduos sólidos, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0100 (um centavo), representada pela seguinte fórmula:

$$TRTR = NH \times R\$ 0,0100, \text{ onde}$$

TRTR - Taxa de Regulação de Transbordo e Transporte de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0100 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de transbordo e transporte de resíduos sólidos por habitante.

Art. 10. Fica acrescido o artigo 9º, na Lei nº 2001, de 30 de

novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 9º A Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos - TRDR é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de tratamento e destinação final de resíduos sólidos, caracterizado como aquele serviço de tratamento e a destinação final do resíduo sólido, incluindo as atividades de reciclagem de material.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de tratamento e destinação final de resíduo sólido.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de tratamento e destinação final de resíduo sólido, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0300 (três centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDR = NH \times R\$ 0,0300$ , onde

TRDR - Taxa de Regulação de Tratamento e Destinação Final de Resíduos Sólidos

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0300 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de tratamento e destinação final de resíduos sólidos por habitante.

Art. 11. Fica acrescido o artigo 10, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 10. A Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana - TRDP é devida pelo exercício das atividades administrativas de regulação e fiscalização dos serviços públicos de drenagem pluvial urbana, caracterizada como aquele serviço de captação, transporte, detenção, retenção, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas das áreas urbanas.

§ 1º A taxa é devida pela autarquia, empresa pública ou privada, sociedade de economia mista ou qualquer outra pessoa jurídica prestadora dos serviços de drenagem pluvial urbana.

§ 2º A taxa, paga mensalmente pelo prestador de serviço de drenagem pluvial urbana, será apurada pela multiplicação do número de habitantes no município, consoante última estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, pelo valor de R\$ 0,0200 (dois centavos), representada pela seguinte fórmula:

$TRDP = NH \times R\$ 0,0200$ , onde

TRDP - Taxa de Regulação de Drenagem Pluvial Urbana

NH - Número de habitantes no município

R\$ 0,0200 - valor apurado para o custo da regulação dos serviços de drenagem pluvial urbana por habitante.

Art. 12. Fica acrescido o artigo 11, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 11. Para fins de cálculo das taxas previstas no Protocolo de Intenções, o número de habitantes em cada município será atualizado automaticamente, conforme apurações e estimativas oficiais realizadas periodicamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

Art. 13. Fica acrescido o artigo 12, na Lei nº 2001, de 30 de

novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 12. Não serão devidas as taxas de regulação e fiscalização previstas no Protocolo de Intenções nas atividades de limpeza urbana e coleta seletiva de resíduos sólidos quando esta for desenvolvida por associação, cooperativa ou entidades afins, sem fins lucrativos.

Art. 14. Fica acrescido o artigo 13, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 13. As taxas, pagas mensalmente, serão devidas pelos prestadores de serviços de saneamento básico, devendo ser recolhidas diretamente à ARIS mediante o pagamento de documento de cobrança, até o décimo dia seguinte ao mês de competência da regulação e fiscalização dos serviços.

Art. 15. Fica acrescido o artigo 14, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 14. No caso da prestadora de serviços executar duas ou mais atividades objeto das taxas de regulação e fiscalização, serão devidas as respectivas taxas cumulativamente, conforme cada atividade desempenhada pela prestadora de serviços regulada pela ARIS.

Art. 16. Fica acrescido o artigo 15, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 15. No caso do prestador de serviços de qualquer atividade de saneamento básico atuar em mais de um município consorciado, será devida uma taxa para cada município consorciado onde há a referida prestação de serviços.

Art. 17. Fica acrescido o artigo 16, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 16. Poderá a ARIS, em comum acordo com a prestadora dos serviços de saneamento básico, mediante celebração de contrato, estabelecer outras formas de remuneração pelo exercício da regulação e fiscalização dos serviços públicos objeto do Protocolo de Intenções.

Art. 18. Fica acrescido o artigo 17, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 17. Nos casos em que o município preste diretamente quaisquer dos serviços públicos de saneamento básico, poderá o mesmo repassar recursos, mediante contrato de programa e de rateio, para o custeio das ações de regulação e fiscalização daqueles serviços.

Art. 19. Fica acrescido o artigo 18, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 18. O valor em moeda nacional constante nos artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º, do Protocolo de Intenções, que faz parte da presente Lei, será atualizado automaticamente no primeiro dia do ano subsequente ao início da cobrança, conforme variação dos últimos 12 (doze) meses do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou, na sua ausência, pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP, apurado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV.

§ 1º A primeira atualização de valores dar-se-á em 1º de janeiro de 2011, referente ao período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2010, nos termos do caput deste artigo.

§ 2º Para fins de aplicação deste artigo, considerar-se-á como valor monetário atualizado o resultado obtido pela multiplicação entre o montante previsto no Protocolo de Intenções (artigos 78, § 2º; 79, § 2º; 80, § 2º; 81, § 2º; 82, § 2º; 83, § 2º; e 84, § 2º) e o índice

monetário do período de 12 (doze) meses, conforme § 1º deste artigo, considerando-se como válido o valor numérico até a quarta casa decimal após a vírgula (0,0000).

Art. 20. Fica acrescido o artigo 19, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 19. As receitas próprias auferidas pela ARIS, mediante a cobrança de taxas de fiscalização ou outras receitas a esta equivalentes, somente poderão ser utilizadas para financiar as despesas relacionadas com o exercício das atividades que lhes são conferidas e estabelecidas no Protocolo de Intenções.

Art. 21. Fica acrescido o artigo 20, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 20. A ARIS aplicará e respeitará a legislação tributária de cada ente consorciado, nos limites territoriais dos mesmos.

Parágrafo único. Em casos de questionamento administrativo ou judicial das taxas e preços públicos previstas no Protocolo de Intenções, aplicar-se-á a respectiva legislação tributária do município consorciado onde são prestados os serviços públicos objeto da incidência da taxa de regulação e fiscalização.

Art. 22. Fica acrescido o artigo 21, na Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, com a seguinte redação:

Art. 21. A taxa não recolhida nos prazos fixados será cobrada com os acréscimos de juros e demais encargos previstos na legislação aplicável de cada ente consorciado, conforme o local do fato gerador do tributo.

§ 1º Os valores cuja cobrança seja atribuída por lei à ARIS e apurados administrativamente, não recolhidos no prazo estipulado, serão inscritos em dívida ativa do próprio consórcio público e servirão de título executivo para cobrança judicial, na forma da lei.

§ 2º A execução fiscal da dívida ativa será promovida pelos procuradores da ARIS.

Art. 23. O artigo 3º, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Art. 3º A ARIS tem sua sede na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, 12º andar, CEP: 88070-800, Bairro: Canto, na cidade de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina.

Art. 24. O Parágrafo único, do artigo 32, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo único. Também está impedido de exercer cargo no Conselho de Regulação qualquer pessoa que exerça, mesmo que temporariamente e sem remuneração, cargo, emprego ou função pública em qualquer órgão do Poder Público municipal, estadual ou federal, exceto professor.

Art. 25. O § 1º, do artigo 39, do Anexo I, do Protocolo de Intenções, integrante da Lei nº 2001, de 30 de novembro de 2010, passa a ter a seguinte redação:

§ 1º A diária será concedida por dia de afastamento, sendo de 1/3 (um terço) de diária quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede ou da unidade regional, ou quando o consórcio público custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.

Art. 26. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 13 de dezembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de dezembro de 2017.

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

## LEI Nº 2.273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455302

LEI Nº 2.273, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a proceder na doação de roupas para os municípios da Associação dos Municípios do Vale do Itapocú - AMVALI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a presente Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder na doação e distribuição de roupas aos municípios que compreendem a cobertura da região do Vale do Itapocú – Associação dos Municípios do Vale do Itapocú – AMVALI, que foram recebidas pela Receita Federal no ano de 2014.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a designar as pessoas que irão, diretamente, atuar na operacionalização da distribuição das roupas, através da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 13 de dezembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de dezembro de 2017.

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

## LEI Nº 2.274, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455303

LEI Nº 2.274, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Município de Corupá celebrar Convênio com a Associação de Bombeiros Voluntários de Corupá para autorizar cobrança de contribuição financeira espontânea em fatura de água.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso e exercício das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art. 1º Fica o Município de Corupá autorizado a celebrar Convênio com a Associação de Bombeiros Voluntários de Corupá para autorizar cobrança de contribuição financeira espontânea em fatura de água, objetivando a cooperação mútua entre os partícipes para melhoria no fornecimento e na qualidade de atendimento dos serviços prestados por essa Instituição no Município de Corupá.



§ 1º O prazo de duração do presente convênio é de cinco anos a contar de sua assinatura.

§ 2º As obrigações recíprocas entre os partícipes estarão detalhadas no Termo de Convênio – (Anexo I).

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 13 de dezembro de 2017.  
JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de dezembro de 2017.

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

## LEI Nº 2.275, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455304

LEI Nº 2.275, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui o 2º Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, denominado REFIS II /CORUPÁ – 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a presente Lei;

Art. 1º Fica instituído o 2º Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, denominado REFIS II/CORUPÁ – 2017, destinado a promover a regularização dos créditos tributários do Município, decorrentes de débitos de pessoas físicas ou jurídicas, com fatos geradores ocorridos até 30 de março de 2017, relativos a impostos, contribuições de melhorias e taxas devidas pela prestação de serviços públicos ou decorrentes do exercício do poder de polícia, ou outros créditos, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, com parcelamento em curso ou não.

§ 1º Os débitos de que trata o caput deste artigo poderão ser pagos, em parcelas mensais e sucessivas, desde que seja requerido até 31 de março de 2018, com redução de multa e juros de mora nos seguintes percentuais:

I - 95% (noventa e cinco por cento), quando regularizado em parcela única, com vencimento em até 30 (trinta) dias da data do requerimento;

II - 70% (setenta por cento), quando regularizado em até 12 (doze) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em até 30 (trinta) dias da data do requerimento;

III - 50% (cinquenta por cento), quando regularizado em até 24 (vinte e quatro) parcelas, com vencimento da 1ª parcela em até 30 (trinta) dias da data do requerimento.

§ 2º Ao ser concedido o parcelamento, acrescer-se-á ao débito juros de mora simples computados à razão de 1,00% (um por cento) ao mês.

§ 3º A inadimplência do parcelamento por 3 (três) parcelas consecutivas ou alternadas, implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, os acréscimos legais na forma da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, bem como, se for o caso, no prosseguimento da ação de execução fiscal.

§ 4º O prazo final para adesão ao 2º Programa de Recuperação Fiscal de Corupá - REFIS II/CORUPÁ – 2017, disposto no §1º, poderá ser prorrogado por Decreto, a critério do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O contribuinte optante pela forma de parcelamento previsto nos incisos do parágrafo 1º do artigo anterior que, comprovadamente percebam uma renda familiar inferior a um salário mínimo, terão assegurado o dobro de parcelas, observado sempre os valores mínimos estabelecidos no parágrafo 2º do artigo 4º.

Art. 3º Para os débitos que trata o artigo 1º, fica facultado ao contribuinte a opção por parcelamento individualizado, ou seja, por exercício.

Art. 4º O ingresso no 2º Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, REFIS II/CORUPÁ – 2017, dar-se-á por opção do sujeito passivo que fará, mediante requerimento fornecido pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda que, conforme a espécie do tributo, será acompanhado de documentação fiscal específica, cujo rol deverá constar de Decreto do Prefeito Municipal se necessário.

§ 1º Para ingresso no REFIS II/CORUPÁ – 2017, o optante deverá indicar, expressamente, o débito que deseja incluir, podendo contemplar, também, o saldo remanescente de parcelamentos em curso, sem prejuízo de outros benefícios então concedidos.

§ 2º A parcelas, que terão valor mínimo de 20 (vinte) UFRMs em se tratando de devedor pessoa física, e valor mínimo de 40 (quarenta) UFRMs em se tratando de devedor pessoa jurídica, serão calculadas utilizando-se a seguinte fórmula:

$$P = \{(I + C) + [(J + M) \times (1 - a/100)]\} / b$$

P = valor da parcela

I = valor do débito

C = valor da correção

M = valor da multa

J = valor dos juros

a = percentual de redução

b = número de parcelas

§ 3º Nos débitos tributários ajuizados para cobrança executiva, deverá o optante quitar os honorários advocatícios e custas processuais diretamente com o Poder Judiciário, junto ao Fórum da Comarca onde tenha sido ajuizada a Ação de Execução Fiscal.

§ 4º A parcela paga com atraso deverá ser quitada sem as reduções previstas no parágrafo 1º do artigo 1º, e deverá ser acrescida de juros de mora calculados até a data do pagamento.

Art. 5º A opção pelo 2º Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, REFIS II/CORUPÁ – 2017, sujeita o optante a:

I - confissão irrevogável e irretratável da totalidade dos débitos consolidados incluídos no REFIS II/CORUPÁ – 2017;

II - expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais incluídos no pedido por opção do contribuinte;

III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para ingresso e permanência no REFIS II/CORUPÁ – 2017.

Parágrafo único. A opção pelo REFIS II/CORUPÁ – 2017 implica na manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal, durante todo período em que o contribuinte permanecer no Programa de Recuperação Fiscal, até seu total adimplemento.

Art. 6º A homologação da opção será efetuada pela Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da data do pedido, em consonância com as datas de pagamento previstas no parágrafo 1º, do artigo 1º da presente Lei, findo o qual, não ocorrendo manifestação contrária, considerar-se-á tacitamente homologada.

Art. 7º O contribuinte será excluído do 2º Programa de Recuperação Fiscal de Corupá, REFIS II/CORUPÁ – 2017, nas seguintes hipóteses:

I - deixar de atender qualquer uma das exigências do artigo 5º desta Lei;

II - prática de qualquer procedimento tendente a subtrair receita do optante nos livros e documentos fiscais e comerciais, mediante simulação ou sonegação de informações;

III - declaração de insolvência judicial no caso de contribuinte pessoa física, ou decretação de falência, quando pessoa jurídica.

§ 1º A exclusão do REFIS II/CORUPÁ – 2017 implicará a imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos fatos geradores.

§ 2º A exclusão do Programa produzirá efeitos a partir do mês subsequente àquele em que o contribuinte for cientificado da decisão de sua exclusão.

§ 3º Constatado o motivo de exclusão do Programa, a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda notificará previamente o optante via Correios ou por meio do Diário Oficial do Município, assegurando-lhe o direito de conhecer antecipadamente os fatos que lhe são imputados, para oferecimento de defesa no prazo de 30 (trinta) dias, facultando-lhe a produção de provas.

I - Após a apresentação de defesa e, eventualmente, da instrução probatória, a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda decidirá, fundamentadamente, se trata ou não de caso de exclusão, conforme definição da presente Lei.

II - Da decisão que excluir o optante do REFIS II/CORUPÁ – 2017, caberá recurso com efeito suspensivo, no prazo de 30 (trinta) dias, à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art. 8º O disposto nesta Lei não autoriza a restituição ou compensação das importâncias já pagas.

Art. 9. A Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, através do Setor de Tributação, deverá comunicar de imediato à assessoria jurídica do município sobre a adesão e quitação de contribuinte que possuir débito ajuizado.

Art. 10. A opção pelo Programa de Recuperação Fiscal, REFIS II/CORUPÁ – 2017, exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos relativos aos tributos de que trata esta Lei, exceto os já existentes na data da opção pelo REFIS II/CORUPÁ – 2017.

Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar por Decreto os casos omissos da presente Lei.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 13 de dezembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria

de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de dezembro de 2017.

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

## LEI Nº 2.276, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455305

LEI Nº 2.276, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber em doação do Governo do Estado de Santa Catarina o bem imóvel que especifica.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e com base na Lei Estadual nº 17.288, de 10 de outubro de 2017, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a presente Lei.

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber em doação do Governo do Estado de Santa Catarina o bem imóvel que especifica, matriculado sob nº 10.328 no Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul-SC:

Um terreno em formato retangular, situado no lado ímpar da Rua Dr. Nereu Ramos, município de Corupá-SC, fazendo frente com a Rua Dr. Nereu Ramos em 16,00m, travessão dos fundos em 16,00m com terras da Prefeitura Municipal de Corupá, estremando do lado direito em 37,50m com terras de Odília Borges Piccione, contendo a área de 600,00m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados) sem benfeitorias, situa-se no lado direito da casa nº 419.

Parágrafo único. Caberá ao Município promover e executar as ações necessárias a titularização da propriedade, bem como à averbação das benfeitorias existentes no imóvel.

Art. 2º A doação de que trata esta Lei tem por finalidade regularizar a instalação de uma Unidade Básica de Saúde por parte do Município.

Art. 3º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a receber o terreno ora doado pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Fica estabelecido que após a confecção e registro da escritura pública, será enviada uma cópia para a Diretoria de Gestão Patrimonial da Secretaria da Administração do Governo do Estado.

Art. 5º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Município.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 13 de dezembro 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de dezembro de 2017.

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.



**LEI Nº 2.277, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455306



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

[www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) - [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

LEI Nº 2.277, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza a abertura de Créditos Adicionais Suplementares, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores, aprovou e ele sanciona a presente Lei;

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir por Decreto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 697.177,83 (seiscentos e noventa e sete mil e cento e setenta e sete reais e oitenta e três centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

<b>Código</b>	<b>DR</b>	<b>Classificação</b>	<b>Valor R\$</b>
02.000		Gabinete do Prefeito	
02.001		Gabinete do Prefeito	
004.122.0006.2002		Manutenção do Gabinete do Prefeito	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.1)	76.374,50
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.2003		Manut. Ativ. Div. De Pessoal, Adm. E Compras	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 8)	150.000,00
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Div. De Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 21)	100.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.2009		Manutenção da Divisão de Saúde	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.50)	20.000,00
09.000		Secretaria de Assist. Social, Trab. e Habitação	
09.001		Manutenção do Dep. De Assistência Social	
008.244.0064.2011		Man. Do Dep. De Assistência Social	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 164)	100.000,00
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.361.0047.2018		Manutenção do Ensino Fundamental	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 122)	148.803,33
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.18	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 124)	102.000,00
<b>TOTAL</b>			<b>697.177,83</b>

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

[www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) - [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

Art. 2º Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

<b>Código</b>	<b>DR</b>	<b>Classificação</b>	<b>Valor R\$</b>
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.002		Divisão de Finanças	
004.122.0009.2039		Consórcio de Inform.na Gestão Públ. Municipal	
3.1.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 18)	500,00
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 19)	500,00
3.3.93.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 20)	18.740,00
03.000		Secretaria de Administração e Fazenda	
03.001		Divisão de Administração e Fazenda	
004.122.0009.1007		Modernização Trib. e Constr. Nova Prefeitura	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 4)	153,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 6)	30.424,50
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.002		Divisão De Meio Ambiente	
017.512.0091.2013		Consórcio das Águas do Itapocú e Quiriri	
3.1.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 26)	20.000,00
3.3.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 27)	40.000,00
4.4.71.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 28)	10.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0080.1001		Construção, Ampliação, e Melhoria da Rede Física Das Unidades de Saúde	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.46)	10.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.2037		Bloco Gestão do SUS	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.60)	5.000,00
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.301.1006.2045		Saúde Bucal	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.02.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.37)	5.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1003		Pavimentação e Conservação Da Área Urbana	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.84)	200.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1003		Constr. De Pontes, Pontilhões e Praças	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.89)	21.611,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.002		Divisão de Serviços Públicos	
006.182.0040.2035		Manutenção da Defesa Civil	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.108)	20.577,00

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

[www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) - [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.109)	4.869,00
07.000			
07.002		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
006.182.0040.2049		Divisão de Serviços Públicos	
3.3.90.00.00.00.00		Manutenção das Atividades Bombeiros	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.111)	38.000,00
	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp.113)	20.000,00
08.000			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.306.0047.2017		Divisão de Educação	
3.3.90.00.00.00.00		Manutenção da Merenda Escolar	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 115)	100.000,00
	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 117)	500,00
08.000			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.361.0047.1005		Divisão de Educação	
		Constr.,Ampl. E Melhorias das Unidades de Ensino Fundamental	
4.4.90.00.00.00.00			
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 118)	2.790,00
	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 119)	2.000,00
08			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.361.0047.2020		Divisão de Educação	
3.3.90.00.00.00.00		Manutenção do Transporte Escolar	
	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 133)	50.000,00
08.000			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.365.0047.1004		Divisão de Cultura	
		Constr.,Ampl. E Melhorias das Unidades de Ensino Infantil	
4.4.90.00.00.00.00			
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 140)	6.780,00
	0.1.00.19	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 141)	50.000,00
08			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.366.0049.2022		Divisão de Educação	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	
3.3.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 151)	100,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 152)	100,00
	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 153)	100,00
08			
08.001		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
012.367.0047.2023		Divisão de Educação	
3.1.90.00.00.00.00		Manutenção dos Centros de Educação-CAECO	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 154)	1.000,00
3.1.90.00.00.00.00	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 155)	27.433,33
	0.1.01.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 156)	10.000,00
10.000			
10.001		Encargos Gerais do Município	
028.845.0090.2031		Encargos Gerais do Município	
3.3.50.00.00.00.00		Despesas Gerais do Município	
	0.1.00.00	Aplicações Diretas (Cód. Desp. 184)	1.000,00

**TOTAL****697.177,83**

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”



Estado de Santa Catarina

## **PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ**

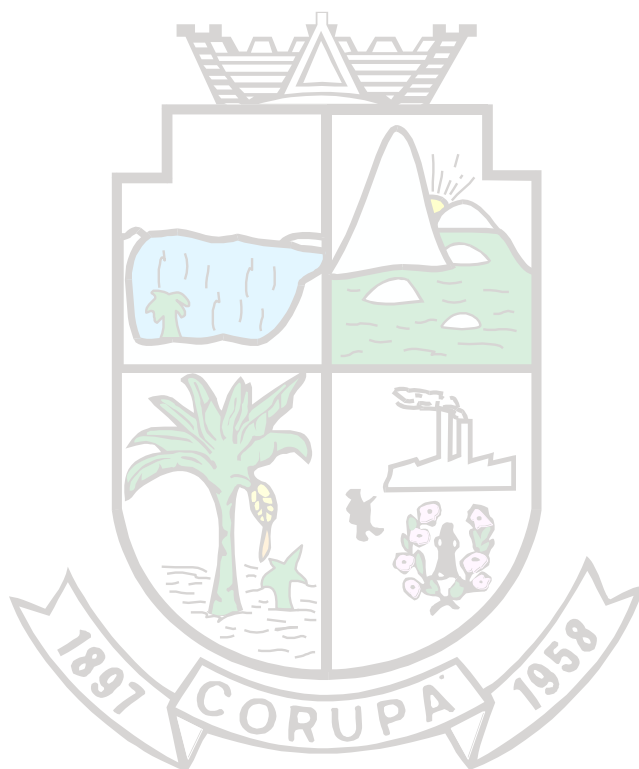
Avenida Getúlio Vargas, 443 – Fone (47) 3375-6500 – 89.278-000 – Corupá – SC

[www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br) - [gabinete@corupa.sc.gov.br](mailto:gabinete@corupa.sc.gov.br)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corupá, 13 de dezembro de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL DE CORUPÁ



Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos treze dias do mês de dezembro de 2017.  
Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ANEXO 01

Publicação Nº 1454805

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>42.000.000,00</b>	<b>42.000.000,00</b>	<b>8.337.394,09</b>	<b>19,85</b>	<b>37.277.500,34</b>	<b>88,76</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>38.760.000,00</b>	<b>38.760.000,00</b>	<b>8.257.105,96</b>	<b>21,30</b>	<b>35.760.872,88</b>	<b>92,26</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	5.033.000,00	5.033.000,00	643.142,66	12,78	4.419.918,49	87,82
IMPOSTOS	3.690.000,00	3.690.000,00	436.928,79	11,84	3.124.466,11	84,67
TAXAS	1.338.000,00	1.338.000,00	206.138,27	15,41	1.283.194,58	95,90
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	5.000,00	5.000,00	75,60	1,51	12.257,80	245,16
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.015.000,00	1.015.000,00	175.687,49	17,31	932.836,89	91,91
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	1.015.000,00	1.015.000,00	175.687,49	17,31	932.836,89	91,91
RECEITA PATRIMONIAL	280.300,00	280.300,00	48.969,42	17,47	514.980,13	183,72
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	280.300,00	280.300,00	48.969,42	17,47	514.980,13	183,72
RECEITA AGROPECUÁRIA	30.000,00	30.000,00	2.631,63	8,77	11.716,71	39,06
OUTRAS RECEITAS AGROPECUÁRIAS	30.000,00	30.000,00	2.631,63	8,77	11.716,71	39,06
RECEITA DE SERVIÇOS	2.801.000,00	2.801.000,00	463.984,42	16,56	2.403.481,47	85,81
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	28.838.000,00	28.838.000,00	6.764.221,39	23,46	26.833.928,57	93,05
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	28.569.000,00	28.569.000,00	4.736.688,42	16,58	24.666.354,94	86,34
TRANSF. DE PESSOAS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.031,72	0,00
TRANSF. DE CONV.	269.000,00	269.000,00	2.027.532,97	753,73	2.164.541,91	804,66
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	762.700,00	762.700,00	158.488,95	20,78	644.010,62	84,44
MULTAS E JUROS DE MORA	215.600,00	215.600,00	46.922,26	21,76	242.282,82	112,38
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	30.000,00	30.000,00	11.961,01	39,87	15.436,93	51,46
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	437.100,00	437.100,00	91.543,68	20,94	271.628,28	62,14
RECEITAS DIVERSAS	80.000,00	80.000,00	8.042,00	10,05	114.662,59	143,33
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.240.000,00</b>	<b>3.240.000,00</b>	<b>80.278,13</b>	<b>2,48</b>	<b>1.516.627,46</b>	<b>46,81</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	243.000,00	20,25
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	1.200.000,00	1.200.000,00	0,00	0,00	243.000,00	20,25
ALIEAÇÃO DE BENS	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.810.000,00	1.810.000,00	78.095,25	4,31	1.243.610,48	68,71
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	3.040,54	0,00	328.933,89	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.810.000,00	1.810.000,00	75.054,71	4,15	914.676,59	50,53
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	2.182,88	7,28	13.037,12	43,46
OUTRAS RECEITAS	30.000,00	30.000,00	2.182,88	7,28	13.037,12	43,46
OUTRAS RECEITAS	0,00	0,00	0,00	0,00	16.979,86	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de Corupá - SC

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO



RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	42.000.000,00	42.000.000,00	8.337.384,09	19,85	37.277.500,34	88,76	4.722.499,66
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	42.000.000,00	42.000.000,00	8.337.384,09	19,85	37.277.500,34	88,76	4.722.499,66
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	42.000.000,00	42.000.000,00	8.337.384,09	19,85	37.277.500,34	88,76	4.722.499,66
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	—	3.852.029,27	—	—	2.447.436,71	—	—
Superávit Financeiro	—	3.852.029,27	—	—	2.447.436,71	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	42.000.000,00	51.013.087,96	7.800.572,77	37.694.043,43	13.319.044,53	7.839.324,85	35.845.594,28	15.167.493,68	34.540.535,59
DESPESAS CORRENTES	32.765.150,00	41.307.694,45	6.481.039,67	33.108.910,00	8.198.784,45	6.758.763,89	31.532.693,86	9.775.000,59	30.397.899,84
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.512.000,00	21.094.353,33	3.402.296,70	17.065.576,12	4.028.777,21	3.398.680,79	17.052.804,20	4.041.549,13	16.682.396,97
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	180.000,00	21.901,06	157.804,76	22.195,24	27.384,38	157.804,76	22.195,24	157.804,76
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	14.953.150,00	20.033.341,12	3.056.841,91	15.885.529,12	4.147.812,00	3.332.698,72	14.322.084,90	5.711.256,22	13.577.698,11
DESPESAS DE CAPITAL	8.734.850,00	9.205.393,51	1.319.533,10	4.585.133,43	4.620.260,08	1.080.560,96	4.312.900,42	4.892.493,09	4.142.635,75
INVESTIMENTOS	7.734.850,00	7.282.393,51	1.059.451,83	2.935.363,76	4.347.029,75	793.864,84	2.663.130,75	4.619.262,76	2.482.866,08
AMORTIZACAO DA DMIDA	1.000.000,00	1.923.000,00	260.081,27	1.649.769,67	273.230,33	286.696,12	1.649.769,67	273.230,33	1.649.769,67
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	42.000.000,00	51.013.087,96	7.800.572,77	37.694.043,43	13.319.044,53	7.839.324,85	35.845.594,28	15.167.493,68	34.540.535,59

Continuação 2/3





Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre		
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>42.000.000,00</b>	<b>51.013.087,96</b>	<b>7.800.572,77</b>	<b>37.694.043,43</b>	<b>13.319.044,53</b>	<b>7.839.324,85</b>	<b>35.845.594,28</b>	<b>15.167.493,68</b>	<b>34.540.535,59</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.431.906,06</b>	<b>-</b>	<b>2.736.964,75</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>42.000.000,00</b>	<b>51.013.087,96</b>	<b>7.800.572,77</b>	<b>37.694.043,43</b>	<b>-</b>	<b>7.839.324,85</b>	<b>37.277.500,34</b>	<b>-</b>	<b>37.277.500,34</b>
<b>RESERVA DO RPPS</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>	<b>-</b>

FONTE:

Corupá, 12/12/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO RICHARDT  
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUH LKABUNDE  
CONTADORA

JOÃO PAULO IMBRIANI  
RESP. CONTROLE INTERNO

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ANEXO 02

Publicação Nº 1454806

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA  
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

PREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
				% (b/Total b)			% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>								
Legislativa	42.000.000,00	51.013.087,96	7.800.572,77	37.694.043,43	100,00	7.839.324,85	36.845.594,28	15.167.493,68
Ação Legislativa	1.700.000,00	1.700.000,00	253.957,49	1.224.867,77	3,25	253.957,49	1.224.867,77	475.132,23
Administração	1.700.000,00	1.700.000,00	253.957,49	1.224.867,77	3,25	253.957,49	1.224.867,77	475.132,23
Administração Geral	4.122.000,00	4.634.624,76	1.364.962,44	4.129.622,34	10,96	707.141,38	3.411.717,19	1.222.907,57
Comunicação Social	50.000,00	4.614.624,76	1.351.882,65	4.114.054,59	10,91	694.894,91	3.396.982,76	1.217.642,00
Segurança Pública	339.000,00	604.516,87	13.031,83	191.010,72	0,51	12.246,47	14.734,43	5.266,57
Policiamento	123.000,00	235.684,76	5.947,43	111.757,31	0,30	10.843,58	187.905,07	416.611,80
Defesa Civil	216.000,00	368.832,11	7.084,40	79.253,41	0,21	5.712,18	110.604,66	125.080,10
Assistência Social	1.032.600,00	1.342.326,05	162.185,82	930.979,25	2,47	174.551,40	77.300,41	291.531,70
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00	613,70	14.781,70	0,04	613,70	14.781,70	433.776,16
Assistência à Criança e ao Adolescente	180.000,00	292.666,70	13.392,37	117.867,30	0,31	9.644,37	114.119,30	25.218,30
Assistência Comunitária	812.600,00	1.009.659,35	148.179,75	798.330,25	2,12	164.293,33	779.648,89	178.547,40
Saúde	6.096.950,00	9.543.615,95	1.197.842,44	7.357.071,32	19,52	1.681.058,52	6.703.071,59	230.010,46
Atenção Básica	5.351.450,00	8.551.280,52	1.013.284,60	6.781.822,44	17,99	1.572.803,62	6.248.212,68	2.840.544,36
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	291.500,00	295.667,92	55.129,63	215.069,22	0,57	53.145,14	209.719,22	2.303.067,84
Suporte Profilático e Terapêutico	180.500,00	427.841,04	24.144,30	188.188,08	0,50	36.325,85	159.638,11	85.948,70
Vigilância Sanitária	193.500,00	188.826,47	104.933,91	168.334,02	0,45	18.433,91	81.834,02	268.202,93
Vigilância Epidemiológica	80.000,00	80.000,00	350,00	3.667,56	0,01	350,00	3.667,56	106.992,45
Trabalho	10.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	76.332,44
Empregabilidade	10.000,00	200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200,00
Educação	14.186.450,00	15.760.531,93	2.172.905,95	11.402.955,74	30,25	2.235.905,76	11.140.830,58	4.619.701,35
Alimentação e Nutrição	443.000,00	643.118,57	24.804,52	461.061,15	1,22	33.787,40	427.808,86	215.309,71
Ensino Fundamental	8.872.950,00	10.290.982,94	1.544.986,00	8.018.522,86	21,27	1.603.988,05	7.801.049,99	2.489.932,95
Ensino Superior	40.000,00	25.000,00	5.143,65	20.105,10	0,05	8.227,56	20.105,10	4.894,90
Educação Infantil	4.740.500,00	4.751.130,42	597.971,78	2.903.266,63	7,70	599.902,75	2.891.866,63	1.859.263,79
Educação de Jovens e Adultos	40.000,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Educação Especial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Cultura	60.000,00	80.000,00	1.754,30	40.375,63	0,11	4.654,30	40.375,63	39.624,37
Diffusão Cultural	60.000,00	80.000,00	1.754,30	40.375,63	0,11	4.654,30	40.375,63	39.624,37
Urbanismo	7.573.000,00	9.380.586,25	1.520.673,18	6.512.327,42	17,28	1.566.749,58	6.412.260,19	2.968.326,06
Infra-Estrutura Urbana	2.038.100,00	3.709.628,84	623.390,31	2.023.254,26	5,37	617.150,64	2.017.024,59	1.692.604,25
Serviços Urbanos	5.534.900,00	5.670.957,41	897.292,87	4.489.073,16	11,91	949.598,94	4.395.235,60	1.275.721,81

Continua 1/2



Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (e-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
					% (b/Total b)		% (d/Total d)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	42.000.000,00	51.013.087,96	7.800.572,77	37.694.043,43	100,00	7.839.324,85	35.845.594,28	15.167.493,68
Habituação	20.000,00	3.200,00	0,00	3.000,00	0,01	1.000,00	2.000,00	1.200,00
Habituação Urbana	20.000,00	3.200,00	0,00	3.000,00	0,01	1.000,00	2.000,00	1.200,00
Saneamento	2.880.000,00	2.900.000,00	358.793,89	1.919.803,60	5,09	388.635,21	1.856.697,87	1.043.302,13
Saneamento Básico Urbano	2.880.000,00	2.900.000,00	358.793,89	1.919.803,60	5,09	388.635,21	1.856.697,87	1.043.302,13
Gestão Ambiental	60.000,00	120.000,00	51.455,79	111.388,75	0,30	48.058,79	92.019,75	27.980,25
Preservação e Conservação Ambiental	60.000,00	120.000,00	51.455,79	111.388,75	0,30	48.058,79	92.019,75	27.980,25
Agricultura	480.000,00	700.000,00	129.814,51	678.586,97	1,80	154.220,23	673.434,52	26.565,48
Extensão Rural	480.000,00	700.000,00	129.814,51	678.586,97	1,80	154.220,23	673.434,52	26.565,48
Energia	1.035.000,00	1.035.486,15	186.304,69	882.053,09	2,34	186.304,69	882.053,09	153.433,06
Energia Elétrica	1.035.000,00	1.035.486,15	186.304,69	882.053,09	2,34	186.304,69	882.053,09	153.433,06
Desporto e Lazer	575.000,00	575.000,00	104.908,11	473.426,40	1,26	112.163,42	473.236,71	101.763,29
Desporto Comunitário	575.000,00	575.000,00	104.908,11	473.426,40	1,26	112.163,42	473.236,71	101.763,29
Encargos Especiais	1.330.000,00	2.133.000,00	281.982,33	1.836.574,43	4,87	314.080,50	1.836.574,43	296.425,57
Serviço da Dívida Interna	1.330.000,00	2.133.000,00	281.982,33	1.836.574,43	4,87	314.080,50	1.836.574,43	296.425,57
Outras Transferências	30.000,00	30.000,00	0,00	29.000,00	0,08	0,00	29.000,00	1.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	42.000.000,00	51.013.087,96	7.800.572,77	37.694.043,43	100,00	7.839.324,85	35.845.594,28	15.167.493,68

FONTE:

Corupá, 12/12/2017

 JOÃO CARLOS GOTTARDI  
 PREFEITO MUNICIPAL

 SILVIO RICHARDT  
 SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

 DILVANE KUHIL KLABUNDE  
 CONTADORA

 JOÃO PAULO IMBRIANI  
 RESP. CONTROLE INTERNO

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ANEXO 03

Publicação Nº 1454808

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA  
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2016 A OUTUBRO/2017



PREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	Nov/2016	Dez/2016	Jan/2017	Fev/2017	Mar/2017	Abr/2017	Maio/2017	Jun/2017	Jul/2017	Ago/2017	Sep/2017	Out/2017	TOTAL (ULT. 12 MESES)
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>4.020.275,78</b>	<b>5.228.865,02</b>	<b>3.418.725,94</b>	<b>3.554.377,96</b>	<b>3.644.570,78</b>	<b>4.398.671,66</b>	<b>3.666.873,46</b>	<b>3.528.895,38</b>	<b>4.212.920,46</b>	<b>3.938.320,89</b>	<b>5.428.896,85</b>	<b>3.496.488,96</b>	<b>48.308.682,84</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	403.975,54	459.458,59	230.628,95	172.189,14	512.949,52	1.247.076,51	283.087,88	346.387,17	572.115,52	482.354,34	363.352,62	279.194,94	5.283.352,62
IPTU	12.581,67	23.184,28	2.948,13	357,07	182.886,09	870.716,23	59.471,96	49.888,29	59.050,40	52.589,42	53.153,45	39.457,33	1.403.289,52
I.R.R.F.	45.455,14	74.681,48	31.182,93	0,00	6.579,81	4.888,44	0,00	8.574,59	202.837,68	64.235,45	78.747,63	24.690,50	542.493,55
I.S.S.	171.004,10	193.486,19	90.838,47	53.184,69	82.487,14	84.475,02	47.142,74	158.283,08	151.182,20	148.287,08	114.273,32	92.976,25	1.388.188,88
I.T.B.I.	69.988,00	59.133,40	19.489,00	11.288,39	103.878,06	34.180,00	34.180,00	15.068,00	41.530,12	48.644,04	16.467,04	16.983,37	440.090,42
Outras Receitas Tributárias	104.886,63	108.973,24	86.179,42	137.359,99	283.573,82	117.288,93	122.302,98	113.706,61	120.415,12	118.603,15	101.366,38	104.847,49	1.508.312,25
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	39.865,28	132.916,33	46.233,20	132.430,90	91.730,41	117.288,93	101.550,22	94.681,34	89.913,63	83.320,77	87.013,77	88.673,72	1.105.618,50
RECEITA PATRIMONIAL	25.408,35	78.152,15	34.322,60	31.420,22	91.086,58	38.440,75	135.110,85	57.442,31	41.462,16	35.715,24	23.881,65	25.087,77	280.300,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.334,95	1.356,60	54,58	2.441,51	1.097,21	1.803,47	463,93	354,77	1.708,19	1.191,42	992,21	1.639,42	30.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	222.752,31	244.479,01	300.241,21	205.719,44	281.372,74	212.939,25	262.265,33	226.867,48	227.788,08	231.223,52	221.930,95	242.080,47	2.870.712,79
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.863.714,07	3.972.807,39	2.731.715,91	2.978.427,13	2.601.388,98	2.718.687,75	2.888.854,23	2.757.677,73	3.211.914,82	3.040.418,84	4.653.023,67	2.779.477,47	37.286.118,99
Code-Parte do FPM	1.398.314,96	2.165.005,75	929.539,32	1.191.694,39	746.638,22	899.572,13	1.000.409,32	940.527,31	1.214.365,56	830.815,77	861.727,76	783.925,01	12.826.385,50
Code-Parte do ICMS	730.370,54	803.829,76	823.311,90	740.211,65	773.427,71	802.562,59	734.275,69	771.211,92	771.483,79	787.412,89	861.746,70	813.903,87	9.418.147,96
Code-Parte do IPVA	78.158,58	52.004,51	66.714,17	81.343,38	135.524,08	123.898,50	146.013,49	129.800,83	133.181,08	151.689,22	128.011,65	128.750,97	1.357.001,46
Code-Parte do ITR	343,36	219,71	15,60	86,42	44,46	184,95	12,76	78,41	19,41	81,73	1.874,65	28.728,54	32.890,00
Outras Transferências Correntes	107.448,10	203.550,50	264.522,30	351.939,34	312.919,84	244.878,31	332.822,70	285.054,98	483.488,00	660.549,39	2.305.847,52	348.263,72	5.871.253,68
Transferências da LC 87/1986	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências da LC 87/1986	2.845,61	2.845,61	2.826,22	2.826,22	2.826,22	2.826,22	2.826,22	2.826,22	2.826,22	2.826,22	2.826,22	2.826,22	33.953,42
Transferências do FUNDEC	645.231,92	724.451,55	638.798,40	611.405,73	644.774,10	622.494,05	622.494,05	648.288,08	606.552,76	624.043,62	680.970,17	671.873,14	7.728.688,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	363.165,28	339.694,95	75.529,49	23.769,22	64.934,34	31.428,00	55.551,22	45.194,98	68.038,06	115.126,76	78.133,68	80.335,07	1.346.900,95
<b>DEMONSTRAÇÕES (II)</b>	<b>443.295,05</b>	<b>511.128,94</b>	<b>365.681,22</b>	<b>407.684,80</b>	<b>335.881,82</b>	<b>367.986,22</b>	<b>382.750,20</b>	<b>370.920,78</b>	<b>329.087,84</b>	<b>355.324,18</b>	<b>336.547,28</b>	<b>354.817,36</b>	<b>4.324.000,00</b>
Despesa com o FUNDEC - ICMS Deson - LC 87/86	-589,12	-589,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.139,24
Devolução da Receita Para Formação do FUNDEC	443.884,17	511.695,06	365.681,22	407.684,80	335.881,82	367.986,22	382.750,20	370.920,78	329.087,84	355.324,18	336.547,28	354.817,36	4.324.000,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>3.576.980,73</b>	<b>4.717.735,98</b>	<b>3.053.044,72</b>	<b>3.146.692,76</b>	<b>3.308.688,96</b>	<b>4.030.685,44</b>	<b>3.284.123,26</b>	<b>3.157.774,60</b>	<b>3.883.832,62</b>	<b>3.583.996,71</b>	<b>5.089.349,57</b>	<b>3.141.671,50</b>	<b>43.944.875,95</b>
FONTE													
Corupá, 12/12/2017													
JOÃO CARLOS GOTTARDI PREFEITO MUNICIPAL	SILVIO RICHARDT SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDA												
JOÃO PAULO MERIANI RESP. CONTROLE INTERNO	DILVANE KUHLLABUNDE CONTADOR												

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ANEXO 05

Publicação Nº 1454809



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)		R\$ 1,00		
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>		SALDO		
		Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Ago 2017 (B)	Em 31 Out 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)		6.038.594,54	4.918.520,99	4.631.824,87
DEDUÇÕES (II)		4.771.709,12	5.264.951,06	5.760.726,33
Disponibilidade de Caixa		4.746.618,10	5.239.860,04	5.735.635,31
Disponibilidade de Caixa Bruta		5.104.939,20	6.454.373,45	7.043.926,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)		358.321,10	1.214.513,41	1.308.290,69
Demais Haveres Financeiros		25.091,02	25.091,02	25.091,02
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.266.885,42	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)		0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)		0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)		1.266.885,42	0,00	0,00

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - Vlb)	Jan a Out 2017 (VIc - VIa)
<b>VALOR</b>	<b>0,00</b>	<b>-1.266.885,42</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>929.912,36</b>

FONTE:

Corupá, 12/12/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO RICHARDT  
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHL KLABUNDE  
CONTADORA

JOÃO PAULO IMBRIANI  
RESP. CONTROLE INTERNO

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANEXO 07

Publicação Nº 1454811



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES				RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (f)	Pagos (i)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2016 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2016 (g)		
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	358.321,10	355.089,10	-	3.232,00	-	655.763,19	482.185,28	482.185,28
EXECUTIVO	0,00	358.321,10	355.089,10	0,00	3.232,00	0,00	655.763,19	482.185,28	482.185,28
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	297.344,02	297.344,02	0,00	0,00	0,00	588.636,72	415.288,81	415.288,81
ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	0,00	32.265,54	32.265,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.245,83	2.245,83	2.245,83
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	108,00	108,00	0,00	0,00	0,00	79.885,75	5.424,81	5.424,81
SECRETARIA DE DESENV. RURAL E MEIO AMBIEN	0,00	769,60	769,60	0,00	0,00	0,00	596,59	0,00	0,00
SECRETARIA DE IND. COM. TUR. ESP. E LAZER	0,00	38,19	38,19	0,00	0,00	0,00	188,60	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	0,00	23.625,81	23.625,81	0,00	0,00	0,00	39.244,74	14.961,69	14.961,69
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	187.217,51	187.217,51	0,00	0,00	0,00	112.373,47	259.232,25	259.232,25
SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA	0,00	53.288,37	53.288,37	0,00	0,00	0,00	260.152,25	94.149,49	94.149,49
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	60.977,08	57.745,08	0,00	3.232,00	0,00	66.926,47	66.926,47	66.926,47
AGUAS DE CORUPÁ	0,00	60.977,08	57.745,08	0,00	3.232,00	0,00	66.926,47	66.926,47	66.926,47
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>358.321,10</b>	<b>355.089,10</b>	<b>0,00</b>	<b>3.232,00</b>	<b>0,00</b>	<b>655.763,19</b>	<b>482.185,28</b>	<b>482.185,28</b>
<b>SALDO TOTAL L = (e+k)</b>								<b>146.382,13</b>	<b>146.382,13</b>

FONTE:

Corupá, 12/12/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO RICHARDT  
SECRETÁRIO DE ADM E FAZENDA

JOÃO PAULO IMBRIANI  
RESP. CONTROLE INTERNO

DILVANE KUHIL KLABUNDE  
CONTADOR



**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ANEXO 08**

Publicação Nº 1454813



**MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	4.117.000,00	4.117.000,00	3.358.338,65	81,57
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.870.000,00	1.870.000,00	1.541.934,59	82,46
1.1.1- IPTU	1.500.000,00	1.500.000,00	1.367.503,57	91,17
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	370.000,00	370.000,00	174.431,02	47,14
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	351.000,00	351.000,00	310.969,02	88,60
1.2.1- ITBI	350.000,00	350.000,00	310.969,02	88,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.456.000,00	1.456.000,00	1.083.078,11	74,39
1.3.1- ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	1.023.636,59	73,12
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	56.000,00	56.000,00	59.441,52	106,15
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	440.000,00	440.000,00	422.356,93	95,99
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	22.220.000,00	22.220.000,00	18.524.052,69	83,37
2.1- Cota-Parte FPM	11.600.000,00	11.600.000,00	9.242.164,79	79,67
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	11.000.000,00	11.000.000,00	8.754.191,69	79,58
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	450.000,00	450.000,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	150.000,00	150.000,00	487.973,10	325,32
2.2- Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	7.884.947,66	87,61
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	50.000,00	50.000,00	28.262,20	56,52
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	150.000,00	150.000,00	110.712,74	73,81
2.5- Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	32.126,93	160,63
2.6- Cota-Parte IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	1.225.838,37	87,56
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>26.337.000,00</b>	<b>26.337.000,00</b>	<b>21.882.391,34</b>	<b>83,09</b>

**RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO**

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	1.065.000,00	1.065.000,00	920.622,76	86,44
5.1- Transferências do Salário-Educação	780.000,00	780.000,00	691.047,23	88,60
5.2- Transferências Diretas - PDDE	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	170.000,00	170.000,00	161.256,00	94,86
5.4- Transferências Diretas - PNATE	80.000,00	80.000,00	54.825,20	68,53
5.5- Outras Transferências do FNDE	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	4.000,00	4.000,00	13.494,33	337,36
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	-	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	-	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	953.800,00	953.800,00	781.399,39	81,92
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>2.019.800,00</b>	<b>2.019.800,00</b>	<b>1.702.022,15</b>	<b>84,27</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	4.324.000,00	4.324.000,00	3.609.381,70	83,47
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	2.200.000,00	2.200.000,00	1.750.838,06	79,58
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.800.000,00	1.800.000,00	1.579.156,50	87,73
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	10.000,00	10.000,00	5.652,40	56,52
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	30.000,00	30.000,00	22.142,56	73,81
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	4.000,00	4.000,00	6.425,30	160,63
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	280.000,00	280.000,00	245.166,88	87,56
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	7.011.000,00	7.011.000,00	6.399.573,13	91,28
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.000.000,00	7.000.000,00	6.359.003,50	90,84
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	11.000,00	11.000,00	40.569,63	368,81
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)</b>	<b>2.676.000,00</b>	<b>2.676.000,00</b>	<b>2.749.621,80</b>	<b>102,75</b>

ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB



**MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC**  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	4.206.500,00	6.164.260,47	5.558.528,50	90,17	5.558.528,50	90,17
13.1- Com Educação Infantil	1.000.000,00	1.963.000,00	1.649.230,67	83,17	1.649.230,67	83,17
13.2- Com Ensino Fundamental	3.206.500,00	4.181.260,47	3.909.297,83	93,50	3.909.297,83	93,50
14- OUTRAS DESPESAS	2.804.500,00	2.427.600,00	1.936.672,71	79,78	1.936.672,71	79,78
14.1- Com Educação Infantil	1.204.500,00	900.500,00	809.870,01	89,94	809.870,01	89,94
14.2- Com Ensino Fundamental	1.600.000,00	1.527.100,00	1.126.802,70	73,79	1.126.802,70	73,79
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.011.000,00	8.591.860,47	7.495.201,21	87,24	7.495.201,21	87,24
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						7.495.201,21
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100 %						86,86
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100 %						30,26
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						-17,12
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2017 2						0,00
<b>MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB</b>						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.423.500,00	3.372.500,00	2.886.266,63	85,58	2.874.866,63	85,24
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	7.589.250,00	7.680.180,47	6.684.055,48	87,03	6.600.275,44	85,94
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.806.500,00	5.708.360,47	5.036.100,53	88,22	5.036.100,53	88,22
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.782.750,00	1.971.820,00	1.647.954,95	83,58	1.564.174,91	79,33
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	12.012.750,00	11.052.680,47	9.570.322,11	86,59	9.475.142,07	85,73
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						2.749.621,80
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (49)						40.569,63
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						-
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
34- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO - 4						-
35- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45 j)						-
36- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35)						2.790.191,43
37- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (36))						6.684.950,64
38- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						30,55
<b>OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE</b>						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
39- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	784.000,00	885.181,45	610.877,40	68,24	537.759,83	60,07
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	889.700,00	3.167.370,01	912.866,12	28,82	847.294,05	26,75
43 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39 + 40 + 41 + 42)	1.673.700,00	4.052.551,46	1.523.743,52	37,51	1.385.053,88	34,09
44- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 43)	13.686.450,00	15.115.231,93	11.094.065,63	73,40	10.860.195,95	71,85
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO			SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2017 (i)	
45- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE			0,00		0,00	
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino			0,00		0,00	
45.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB			0,00		0,00	



MUNICÍPIO DE CORUPÁ - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	133.860,47	0,00
47- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	6.376.544,13	691.047,23
48- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	6.534.323,82	0,00
48.1 Orçamento do Exercício	6.534.323,82	0,00
48.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
49- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	40.569,63	13.446,36
50- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	16.650,41	704.493,59
51- (+) Ajustes	1.778.071,56	0,00
51.1. Retenções	0,00	0,00
51.2. Conciliação bancária	1.778.071,56	0,00
52- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.794.721,97	704.493,59

Corupá, 12/12/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO RICHARDT  
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE  
CONTADORA

JOÃO PAULO IMBRIANI  
RESP. CONTROLE INTERNO

FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

<sup>6</sup> Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

<sup>7</sup> Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ANEXO 09

Publicação Nº 1454815

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO



RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00			
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO' (I)</b>	<b>1.200.000,00</b>	<b>243.000,00</b>		<b>957.000,00</b>	
<b>DESPESAS</b>	<b>DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)</b>	<b>DESPESAS EMPENHADAS (e)</b>	<b>DESPESAS LIQUIDADAS</b>	<b>INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</b>	<b>SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	9.205.393,51	4.585.133,43	4.312.900,42	0,00	4.620.260,08
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):</b>	<b>9.205.393,51</b>	<b>4.585.133,43</b>	<b>4.312.900,42</b>	<b>0,00</b>	<b>4.620.260,08</b>
<b>RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)</b>	<b>-8.005.393,51</b>	<b>-4.342.133,43</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-3.663.260,08</b>

FONTE:

Corupá, 12/12/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO RICHARDT  
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE  
CONTADORA

JOÃO PAULO IMBRIANI  
RESP. CONTROLE INTERNO

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ANEXO 11

Publicação Nº 1454816



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/MÊS OUTUBRO

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)				R\$ 1,00
							SALDO (c) = (a-b)
<b>RECEITAS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS(I)</b>							
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS		200.000,00				0,00	200.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS		100.000,00				0,00	100.000,00
		100.000,00				0,00	100.000,00
<b>DESPESAS</b>							
		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)
							SALDO (h)=(d-e)
<b>APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)</b>							
Despesas de Capital		200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
Investimentos		200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
		200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
<b>SALDO FINANCEIRO A APLICAR</b>		Em 2016 (i)	Em 2017 (j) = (lf - (lfr + lfg))				SALDO ATUAL (k) = (III + IIIj)
<b>Valor(III)</b>							
FONTE:		0,00					0,00

Corupá, 12/12/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO RICHARDT  
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHIL KLABUNDE  
CONTADORA

JOÃO PAULO IMBRIANI  
RESP. CONTROLE INTERNO

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ANEXO 12

Publicação Nº 1454817

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECETA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	4.117.000,00	4.117.000,00	3.358.343,18	81,57	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.500.000,00	1.500.000,00	1.367.503,57	91,17	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervenientes - ITBI	350.000,00	350.000,00	310.969,02	88,85	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.400.000,00	1.400.000,00	1.023.636,59	73,12	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	440.000,00	440.000,00	422.356,93	95,99	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	23.000,00	23.000,00	27.052,08	117,62	
Divida Ativa dos Impostos	302.000,00	302.000,00	146.081,11	48,37	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Divida Ativa	102.000,00	102.000,00	60.743,88	59,55	
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	21.620.000,00	21.620.000,00	18.036.079,59	83,42	
Cota-Parte FPM	11.000.000,00	11.000.000,00	8.754.191,69	79,58	
Cota-Parte ITR	20.000,00	20.000,00	32.126,93	160,63	
Cota-Parte IPVA	1.400.000,00	1.400.000,00	1.225.838,37	87,56	
Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	7.884.947,66	87,61	
Cota-Parte IP-Exportação	150.000,00	150.000,00	110.712,74	73,81	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	50.000,00	50.000,00	28.262,20	56,52	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	50.000,00	50.000,00	28.262,20	56,52	
<b>TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II</b>	<b>25.737.000,00</b>	<b>25.737.000,00</b>	<b>21.394.422,77</b>	<b>83,13</b>	

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.141.500,00	2.141.500,00	2.031.010,47	94,84	
Provenientes da União	2.056.500,00	2.056.500,00	1.791.883,88	87,13	
Provenientes dos Estados	85.000,00	85.000,00	239.126,59	281,33	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	500.000,00	500.000,00	453,74	0,09	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	445.000,00	445.000,00	240.992,25	54,16	
<b>TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE</b>	<b>3.086.500,00</b>	<b>3.086.500,00</b>	<b>2.272.456,46</b>	<b>73,63</b>	

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
DESPESAS CORRENTES	4.675.450,00	8.352.079,93	7.113.498,90	85,17	
Pessoal e Encargos Sociais	2.604.400,00	3.684.251,59	3.221.374,09	87,44	
Outras Despesas Correntes	2.071.050,00	4.667.828,34	3.892.124,81	83,38	
DESPESAS DE CAPITAL	1.141.500,00	1.011.336,02	98.747,21	9,76	
Investimentos	1.141.500,00	1.011.336,02	98.747,21	9,76	

Continua 1/3



Continuação 2/3

Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO



DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.141.500,00	1.011.336,02	98.747,21	9,76	9.490,19	0,94
	1.141.500,00	1.011.336,02	98.747,21	9,76	9.490,19	0,94
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)</b>	5.816.950,00	9.363.415,95	7.212.246,11	77,03	6.558.246,38	70,04
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/v)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/v)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.651.500,00	4.231.935,95	2.181.201,14	30,24	2.016.220,55	30,74
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.651.500,00	4.231.935,95	2.181.201,14	30,24	2.016.220,55	30,74
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA <sup>1</sup>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS <sup>2</sup>	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)</b>	2.651.500,00	4.231.935,95	2.181.201,14	30,24	2.016.220,55	30,74
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)</b>	3.165.450,00	5.131.480,00	5.031.044,97	69,76	4.542.025,83	69,26
<b>PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>						
<b>(VII%) = (VI / VII x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5</b>						
<b>VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x VIIb)/100]<sup>6</sup></b>						
						1.332.862,41

Continuação 2/3



Município de Corupá - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA						
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
Inscritos em 2016	187.778,08	0,00	186.858,06	920,02	0,00	
TOTAL	187.778,08	0,00	186.858,06	920,02	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º						
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (j)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00			0,00	
TOTAL (VIII)	0,00	0,00			0,00	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26						
LIMITE NÃO CUMPRIDO				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERENCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)						
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100	
Atenção Básica	5.351.450,00	8.551.280,52			93,21	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	291.500,00	295.667,92		6.781.822,44	6.248.212,68	
Suporte Profilático e Terapêutico	180.500,00	427.841,04		215.059,22	3,13	
Vigilância Sanitária	93.500,00	188.626,47		188.188,08	2,38	
Vigilância Epidemiológica	80.000,00	80.000,00		168.334,02	2,38	
				3.667,56	1,22	
TOTAL	5.996.950,00	9.543.415,95		7.357.071,32	100,00	
				6.703.071,59	100,00	

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "r" ou com a coluna "h+r" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula  $[V/(h+i)] - (15 \times IIIb)/100$ 

Corupá, 12/12/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI PREFEITO MUNICIPAL	SILVIO RICHARDT SECRETARIO DE ADM E FAZENDA	DILVANE KUHLL KLABUNDE CONTADORA
--	--	-------------------------------------

JOÃO PAULO IMBRIANI  
RESP. CONTROLE INTERNO

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA ANEXO 14**

Publicação Nº 1454819



Município de Corupá - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		42.000.000,00		
Previsão Atualizada		42.000.000,00		
Receitas Realizadas		37.277.500,34		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		2.447.436,71		
DESPESAS				
Dotação Inicial		42.000.000,00		
Créditos Adicionais		9.013.087,96		
Dotação Atualizada		51.013.087,96		
Despesas Empenhadas		37.694.043,43		
Despesas Liquidadas		35.845.594,28		
Despesas pagas		34.540.535,59		
Superavit Orçamentário		1.431.906,06		
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		37.694.043,43		
Despesas Liquidadas		35.845.594,28		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		43.944.875,95		
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (II)		0,00		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		0,00		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		0,00		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		929.912,36	-1.266.885,42	-136,24
Resultado Primário		-380.300,00	2.481.500,36	-652,51
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	655.763,19	27.195,78	482.185,28	146.382,13
EXECUTIVO	655.763,19	27.195,78	482.185,28	146.382,13
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	358.321,10	0,00	355.089,10	3.232,00
EXECUTIVO	358.321,10	0,00	355.089,10	3.232,00
TOTAL:	1.014.084,29	27.195,78	837.274,38	149.614,13
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		6.684.950,64	25%	30,55
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.558.528,50	60%	86,86

Continua 1/2



Município de Corupá - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2017/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			243.000,00	957.000,00
Despesa de Capital Líquida			4.312.900,42	4.892.493,09
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2017	2025	2035	2050
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	200.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	200.000,00
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	4.542.025,83	15,00	21,23	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

## FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Corupá, 12/12/2017

JOÃO CARLOS GOTTARDI  
PREFEITO MUNICIPAL

SILVIO RICHARDT  
SECRETARIO DE ADM E FAZENDA

DILVANE KUHLL KLABUNDE  
CONTADORA

JOÃO PAULO IMBRIANI  
RESP. CONTROLE INTERNO

# Cunha Porã

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO Nº 106/2017

Publicação Nº 1454634

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0106/2017 - O Município de Cunha Porã- SC, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Processo Licitatório nº 02100/2017, na modalidade Pregão Presencial nº 0106/2017, no Sistema de Registro de Preços, com julgamento menor preço por item, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECCÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL GRÁFICO. Os envelopes serão recebidos até dia 26/12/2017, às 08h00min. e a abertura será realizada às 08h15min. do mesmo dia, na sala do Departamento de Licitações, sito à Rua Moura Brasil, 1639, Centro, Município de Cunha Porã. Informações e edital no Depto de Compras e Licitações. Cunha Porã/SC. JAIRO RIVELINO EBELING - Prefeito Municipal.

### PORTARIA 576

Publicação Nº 1454702

#### EXTRATO DE PORTARIA

Extrato: PORTARIANº 576, de 21 de Novembro de 2017.

Ementa: Concede férias regulamentares a servidora municipal Dirlei Rejane Jahnel.

Em: 21 de Novembro de 2017.

Jairo Ebeling

Prefeito Municipal

# Cunhataí

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº 115-2017

Publicação Nº 1455368

DECRETO Nº 115/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso III da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

## DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 40.000,00(Quarenta Mil Reais), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	1
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	2
Atividade	Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (2)
		4.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Infantil	365
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Ensino Infantil	2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (52)
		16.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Ensino Fundamental	2.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (34)
		20.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução parcial ou total nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	1
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	2
Atividade	Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (2)
		4.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12



Sub-Função	Educação Infantil		365
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS		6
Atividade	Manutenção do Ensino Infantil		2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 – (53)	10.000,00
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 – (54)	6.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO		1
Função	Educação		12
Sub-Função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS		6
Atividade	Manutenção do Ensino Fundamental		2.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 – (35)	20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do prefeito, 13 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

## DECRETO MUNICIPAL Nº 116-2017

Publicação Nº 1455373

DECRETO Nº 116/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com Artigo 5º, § 1º, Inciso II da Lei Municipal n.º 863 de 07 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Entidade n.º 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 15.000,00(Quinze Mil Reais), na seguinte dotação:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		4
Unidade	Departamento de Esporte e Lazer		3
Função	Desporto e Lazer		27
Sub-função	Desporto Comunitário		812
Programa	Esporte é Vida, Esporte é Saúde		8
Projeto	Apoio ao Desporto Amador e Social		2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	03.00.000000- (169)	15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender a Suplementação de que trata o Artigo 1º, são os provenientes do Superávit Financeiro apurado no Balanço Geral do exercício de 2016, conforme Decreto n.º 003/2017, na Destinação de Recurso Superávit Financeiro de recursos S.F Recursos Ordinários - DR n.º 03.00 no valor de R\$ - 15.000,00(Quinze Mil Reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do prefeito, 13 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

**DECRETO MUNICIPAL Nº 117-2017**

Publicação Nº 1455376

DECRETO Nº 117/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL Nº 078/2017 E SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO DE COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 77, c/c o inciso I do Artigo 100 da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Senhor Leandro Weberich, Secretário Municipal, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, Obras, Serviços Urbanos, Desenvolvimento e Turismo, para desempenhar a função de responsável pelo Departamento de Turismo.

Art. 2º A designação acima citada será desempenhada sem acréscimo de vencimento salarial.

Art. 3º Para fazer frente as despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos do Orçamento Municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 078 de 02 de agosto de 2017.

Cunhataí - SC, 13 de dezembro de 2017.

LUCIANO FRANZ  
Prefeito Municipal

# Curitibanos

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA Nº 41/2017

Publicação Nº 1455269

Chamada Pública nº 41/2017

Para aquisição de gêneros alimentícios diretamente da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural conforme §1º do art.14 da Lei n.º 11.947/2009 e Resolução FNDE n.º 04/2015.

A Prefeitura Municipal Curitibanos - SC, pessoa jurídica de direito público, Endereço: Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, representada neste ato Secretário de Educação, a Senhor Kleberson Luciano Lima, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no art.14, da Lei nº 11.947/2009 e na Resolução FNDE nº 04/2015, através da Secretaria Municipal de Educação, vem realizar a Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE nos núcleos municipais de educação e centro de educação infantil da rede municipal de ensino, durante o ano de 2018. Os interessados (Grupos Formais, Informais ou Fornecedores Individuais) deverão apresentar a documentação para habilitação e Projeto de Venda, impreterivelmente em envelopes conforme exigência dos itens 3 e 4, até o dia 15 de Janeiro de 2018, das 13:30 as 17:00 horas, na Secretaria Municipal de Educação de Curitibanos - SC, localizada à rua: Marcos Gonçalves de Farias 427- Bairro São José ou na Prefeitura Municipal localizada na Avenida Cel. Vidal Ramos, 860, Centro

#### 1.OBJETO

O objeto da presente Chamada Pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento dos Núcleos Municipais (Escolas) e Centros de Educação Infantil, pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios abaixo:

NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO 2018					
	NÚCLEOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO				
	TABELA PRODUTOS CONVENCIONAIS				
Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde	*Preço	
				R\$ Unitário	R\$ Total
1	Abobrinha fresca, in natura, inteira, de tamanho médio, uniforme, tenra, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	Kg	425	2.51	1.066.75
2	Alface crespa/lisa/americana, unidades pesando aproximadamente 0,3 kg cada, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	Und	3.000	2.89	8.670.00
3	Acelga, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Maço de aproximadamente 300g	UND	896	2.99	2.679.04
4	Aipim, in natura, fresco, de tamanho médio, sem sinais de deterioração, larvas e parasitas. Firme e intacta, isenta de material terroso	KG	393	5.99	2.354.07
5	Batata doce in natura, fresca, de tamanho médio, sem sinais de deterioração, característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas, intacta, isenta de material terroso	KG	2,500	2.89	7.225.00
6	Batata salsa, de tamanho médio, sem sinais de deterioração, característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas, intacta, isenta de material terroso	KG	2.000	5.10	10.200.00
7	Beterraba fresca, in natura, inteira, de tamanho médio, uniforme, tenra, sem folhas, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	KG	4.700	3.05	14.335.00
8	Brócolis, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Cabeça de aproximadamente 300g	Cabeça	793	3.64	2.886.52

9	Cebola, in natura, integra, de tamanho médio, uniforme, tenra, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	KG	980	3.29	3.224.20
10	Cebolinha in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Maço de aproximadamente 250g.	MÇ	5.000	2.40	12.000.00
11	Cenoura in natura, fresca, de tamanho médio, íntegras, sem brotos, pontos pretos, sinais de deterioração, larvas e parasitas.	KG	5.200	2.59	13.468.00
12	Chuchu, in natura, integra, de tamanho médio, uniforme, tenra, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	KG	850	2.50	2.125.00
13	Couve manteiga, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Maço de aproximadamente 300g	MÇ	4.000	2.89	11.560.00
14	Couve Flor, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Cabeça de aproximadamente 300g	KG	123	3.29	404.67
15	Feijão preto/carioca com características de sua variedade, sem nenhum tipo de mistura, resíduos e impurezas, dispostos em embalagem plástica transparente.	KG	2.300	5.90	13.570.00
16	Manjerona -in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. No mínimo 200gr	MÇ	1.148	2.34	2.686.32
17	Milho verde em espiga, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro.	KG	1.400	4.40	6.160.00
18	Moranga cabutia, de Tamanho médio, uniforme, tenro, sem folhas, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	KG	500	2.10	1.050.00
19	Orégano, in natura, fresco, coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, isento de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e Transporte. Maço de aproximadamente 250g	MÇ	225	2.37	533.25
20	Pepino, in natura, fresco, coloração uniforme, isento de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	500	2.90	1.450.00
21	Repolho verde/roxo, in natura, íntegro, de Tamanho médio, uniforme, tenro, sem folhas, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	UND	5.000	2.92	14.600.00
22	Salsinha, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. No mínimo 200gr	MÇ	3.500	2.30	8.050.00
23	Tomate, de tamanho médio, sem sinais de deterioração, característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas, intacta, isenta de material terroso.	KG	600	2.50	1.500.00
24	Uva os cachos devem estar bem cheios, com bagas firmes e lisas, de cor e tamanho apropriados para a variedade; A fruta não deve se desprender com facilidade do cacho; Os cachos não podem conter manchas.	KG	2.000	7.00	14.000.00
VALOR TOTAL				R\$155.797,80	

CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL 2018 –

TABELA PRODUTOS CONVENCIONAIS

Item	Descrição do Produto	Unidade	Qtde Total	*Preço	
				R\$ Uni- tário	R\$ Total
1	Abobrinha fresca, in natura, integra, de tamanho médio, uniforme, tenra, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	KG	145	2.51	363.95
2	Alface crespa/lisa/americana, unidades pesando aproximadamente 0,3 kg cada, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitos e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	UND	3.000	2.89	8.670.00
3	Acelga, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Maço de aproximadamente 300g	UND	896	2.99	2.679.04
4	Aipim, in natura, fresco, de tamanho médio, sem sinais de deterioração, larvas e parasitas. Firme e intacta, isenta de material terroso	KG	393	5.99	2.354.07
5	Batata doce in natura, fresca, de tamanho médio, sem sinais de deterioração, característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas, intacta, isenta de material terroso	KG	1.314	2.89	3797.46
6	Batata salsa, de tamanho médio, sem sinais de deterioração, característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas, intacta, isenta de material terroso	KG	1.720	5.10	8.772.00
7	Batatinha, tamanho médio, sem sinais de deterioração, característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas, intacta, sem-terra aderidos à superfície externa	KG	500	3.00	1.500.00
8	Beterraba fresca, in natura, integra, de tamanho médio, uniforme, tenra, sem folhas, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	KG	2.956	3.05	9.015.80
9	Brócolis, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Cabeça de aproximadamente 300g	CBÇ	792.	3.64	2.882.88
10	Cebola, in natura, integra, de tamanho médio, uniforme, tenra, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	KG	980	3.29	3.224.20
11	Cebolinha in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Maço de aproximadamente 250g.	MÇ	3.000	2.40	7200.00
12	Cenoura in natura, fresca, de tamanho médio, íntegras, sem brotos, pontos pretos, sinais de deterioração, larvas e parasitas.	KG	3.300	2.59	8.547.00
13	Chuchu, in natura, integra, de tamanho médio, uniforme, tenra, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	KG	854	2.50	2.135.00
14	Couve manteiga, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Maço de aproximadamente 300g	MÇ	3.000	2.89	8.670.00
15	Couve Flor, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. Cabeça de aproximadamente 300g	KG	400	3.29	1.316.00
16	Feijão preto/carioca com características de sua variedade, sem nenhum tipo de mistura, resíduos e impurezas, dispostos em embalagem plástica transparente.	KG	3.000	5.90	17.700.00

17	Manjerona -in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. No mínimo 200gr	MÇ	1148	2.37	2.720.76
18	Milho verde em espiga, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro.	KG	3.000	4.40	13.200.00
19	Moranga cabutia, de Tamanho médio, uniforme, tenro, sem folhas, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	KG	742	2.10	1.558.20
20	Morango, in natura, fresco e de boa qualidade.	KG	1.300	21.81	28.353.00
21	Orégano, in natura, fresco, coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvido, isento de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte. Maço de aproximadamente 250g	MÇ	225	2.37	533.50
22	Pepino, in natura, fresco, coloração uniforme, isento de material terroso e unidade externa anormal, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte.	KG	135	2.90	391.20
23	Repolho verde/roxo, in natura, íntegro, de Tamanho médio, uniforme, tenro, sem folhas, sem corpos estranhos ou terra aderidos à superfície externa, coloração característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas.	UND	3.875	2.92	11.315.00
24	Salsinha, in natura, sabor, cor e tamanho característicos, livre de pragas e "ferrugem", produto íntegro. No mínimo 200gr	MÇ	2.000	2.30	4.600.00
25	Tomate, de tamanho médio, sem sinais de deterioração, característica uniforme e sem manchas, sujidades, parasitos e larvas, intacta, isenta de material terroso.	KG	700	2.50	1.750.00
26	Uva os cachos devem estar bem cheios, com bagas firmes e lisas, de cor e tamanho apropriados para a variedade; A fruta não deve se desprender com facilidade do cacho; Os cachos não podem conter manchas.  podem conter manchas.	KG	1.800	7.00	12.600.00
VALOR TOTAL			R\$165.849,10		

Para os licitantes que cotarem produtos orgânicos, será acrescido o percentual de 15% sobre o valor unitário, em conformidade com o artigo 29 §4º da Resolução nº 04 de 02 de Abril de 2015.

## 2 FONTE DE RECURSO

Recursos provenientes do FNDE/PNAE dotação orçamentária 2.08.2140.33.90.000000.00.1037

## 3 HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Os Fornecedores da Agricultura Familiar poderão comercializar sua produção agrícola na forma de Fornecedores Individuais, Grupos Informais e Grupos Formais, de acordo com o Art. 27 da Resolução FNDE nº 04/2015.

a. ENVELOPE Nº 001 - HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR INDIVIDUAL (não organizado em grupo): O Fornecedor Individual deverá apresentar no envelope nº 01 os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I- a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física do agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for caso;

IV - A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda.

V. Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

VI. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

VII. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.



**VIII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.**

b. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO INFORMAL: O Grupo Informal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I- a prova de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;

II - o extrato da DAP Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos 60 dias;

III - a prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso;

IV- Declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos agricultores familiares relacionados no projeto de venda.

V. Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

VI. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

VII. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.

VIII. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

c. ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO DO GRUPO FORMAL: O Grupo Formal deverá apresentar no Envelope nº 01, os documentos abaixo relacionados, sob pena de inabilitação:

I - A prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

II - O extrato da DAP Jurídica para associações e cooperativas, emitido nos últimos 60 dias;

III - A prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

IV - As cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

V - A declaração de que os gêneros alimentícios a serem entregues são produzidos pelos associados/cooperados;

VI - A declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados/associados; e

VII - A prova de atendimento de requisitos previstos em lei específica, quando for o caso.

VIII. Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);

IX. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante.

X. Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante.

XI. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

**4 ENVELOPE Nº 02 - PROJETO DE VENDA**

No Envelope nº 02 os Fornecedores Individuais, Grupos Informais ou Grupos Formais deverão apresentar o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar conforme modelo da Resolução FNDE n.º 04/2015.

4.1 A relação dos proponentes dos projetos de venda será apresentada em sessão pública e registrada em ata, após o término do prazo de apresentação dos projetos, sendo o resultado divulgado de imediato e os selecionado(s) será(ão) contratados com a assinatura no respectivo contrato, após a amostra (somente se for solicitado pela Administração Pública) dos produtos descritos no item 6.

4.2 O(s) projeto(s) de venda a ser(em) contratado(s) será(ão) selecionado(s) conforme critérios estabelecidos pelo art. 25 da Resolução FNDE n.º 04/2015.

4.3 Devem constar nos Projetos de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar o nome, o CPF e nº da DAP Física de cada agricultor familiar fornecedor quando se tratar de Fornecedor Individual ou Grupo Informal, e o CNPJ e DAP jurídica da organização produtiva quando se tratar de Grupo Formal.

4.4 Na ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos constatada na abertura dos envelopes poderá ser concedido abertura de prazo para sua regularização de até 5 dias, conforme análise da Comissão Julgadora.

4.5 Não será aceito nenhuma documentação que não esteja dentro do envelope nº 01 e/ou 02, exceto o que estiver conforme o item 4.4.

**5 CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS**

Para seleção, os projetos de venda habilitados serão divididos em: grupo de projetos de fornecedores locais, grupo de projetos do território rural, grupo de projetos do estado, e grupo de propostas do País.

5.1 Entre os grupos de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I - O grupo de projetos de fornecedores locais terá prioridade sobre os demais grupos.

II- O grupo de projetos de fornecedores do território rural terá prioridade sobre o do estado e do País.

III- O grupo de projetos do estado terá prioridade sobre o do País.

5.2 Em cada grupo de projetos, será observada a seguinte ordem de prioridade para seleção:

I- Os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas, não havendo prioridade entre estes;

II- Os fornecedores de gêneros alimentícios certificados como orgânicos ou agroecológicos, segundo a Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003;

III- Os Grupos Formais (organizações produtivas detentoras de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Jurídica) sobre os Grupos Informais (agricultores familiares, detentores de Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP Física, organizados em grupos) e estes sobre os Fornecedores Individuais (detentores de DAP Física);

5.3 Caso a EEx. Não obtenha as quantidades necessárias de produtos oriundos do grupo de projetos de fornecedores locais, estas serão complementadas com os projetos dos demais grupos, em acordo com os critérios de seleção e priorização citados nos itens 5.1 e 5.2.

5.4 No caso de empate entre grupos formais, terão prioridade organizações com maior porcentagem de agricultores familiares e/ou empreendedores familiares rurais no seu quadro de sócios, conforme DAP Jurídica.

5.5 Em caso de persistir o empate, será realizado sorteio ou, em havendo consenso entre as partes, poderá optar-se pela divisão no

fornecimento dos produtos a serem adquiridos entre as organizações finalistas.

#### 6 DAS AMOSTRAS DOS PRODUTOS

O(s) fornecedor (es) classificado(s) e homologados em ata, deverão entregar as amostras indicadas no quadro abaixo na Secretaria Municipal de Educação de Curitiba no ato da entrega do projeto, para avaliação e seleção dos produtos a serem adquiridos, as quais deverão ser submetidas a testes necessários pelo Conselho de Alimentação Escolar. Somente se exigido pela Administração Pública.

#### 7 LOCAL E PERIODICIDADE DE ENTREGA DOS PRODUTOS

Os produtos deverão ser entregues diretamente na Secretaria Municipal de Educação, Rua: Marcos Gonçalves de Farias Nº 427 – Bairro São Jose. Toda segunda –feira até as 10:00 horas.

A entrega dos gêneros alimentícios deverá ser semanal conforme agendamento prévio realizado pela Secretaria Municipal de Educação.

#### 8 PAGAMENTO

O pagamento será realizado em até 10 dias após a apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, vedada à antecipação de pagamento, para cada faturamento.

#### 9 DISPOSIÇÕES GERAIS

A presente Chamada Pública poderá ser obtida nos seguintes locais: Prefeitura Municipal de Curitiba, localizada na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, e na Secretaria Municipal de Educação, localizada na Rua: Marcos Gonçalves de Farias Nº 427, e pelo endereço eletrônico <http://www.curitiba.sc.gov.br>

9.1 Os produtos alimentícios deverão atender ao disposto na legislação sanitária (federal, estadual ou municipal) específica para os alimentos de origem animal e vegetal.

9.2 O limite individual de venda do agricultor familiar e do empreendedor familiar rural para a alimentação escolar deverá respeitar o valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/Entidade Executora, e obedecerá as seguintes regras:

I - Para a comercialização com fornecedores individuais e grupos informais, os contratos individuais firmados deverão respeitar o valor máximo de R\$20.000,00 (vinte mil reais), por DAP/Ano/EEEx.

II - Para a comercialização com grupos formais o montante máximo a ser contratado será o resultado do número de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica multiplicado pelo limite individual de comercialização, utilizando a seguinte fórmula: Valor máximo a ser contratado = nº de agricultores familiares inscritos na DAP jurídica x R\$ 20.000,00.

9.3 A aquisição dos gêneros alimentícios será formalizada através de um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar (Anexo III) que estabelecerá com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da chamada pública e da proposta a que se vinculam, bem como do Capítulo III - Dos Contratos, da Lei 8.666/1993.

Curitiba, 12 de Dezembro de 2017.

Kleberson Luciano Lima  
Secretário de Educação

#### ANEXO II

##### MODELO PROPOSTO DE CONTRATO DE VENDA (MODELO)

CONTRATO N.º /20XX

##### CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE

A (nome da entidade executora), pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua , N.º , inscrita no CNPJ sob n.º , representada neste ato pelo (a) Prefeito (a) Municipal, o (a) Sr. (a) , doravante denominado CONTRATANTE, e por outro lado (nome do grupo formal ou informal ou fornecedor individual), com situado à Av. , n.º , em (município), inscrita no CNPJ sob n.º , (para grupo formal), CPF sob n.º ( grupos informais e individuais), doravante denominado (a) CONTRATADO (A), fundamentados nas disposições da Lei nº 11.947/2009 e da Lei nº 8.666/93, e tendo em vista o que consta na Chamada Pública nº , resolvem celebrar o presente contrato mediante as cláusulas que seguem:

##### CLÁUSULA PRIMEIRA:

É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, semestre de 20XX, descritos no quadro previsto na Cláusula Quarta, todos de acordo com a chamada pública n.º , o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

##### CLÁUSULA SEGUNDA:

O CONTRATADO se compromete a fornecer os gêneros alimentícios da Agricultura Familiar ao CONTRATANTE conforme descrito na Cláusula Quarta deste Contrato.

**CLÁUSULA TERCEIRA:**

O limite individual de venda de gêneros alimentícios do CONTRATADO, será de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por DAP por ano civil, referente à sua produção, conforme a legislação do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

**CLÁUSULA QUARTA:**

Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos abaixo (no quadro), de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar, o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor total de R\$ ( ).

a) O recebimento das mercadorias dar-se-á mediante apresentação do Termo de Recebimento e das Notas Fiscais de Venda pela pessoa responsável pela alimentação no local de entrega, consoante anexo deste Contrato.

b) O preço de aquisição é o preço pago ao fornecedor da agricultura familiar e no cálculo do preço já devem estar incluídas as despesas com frete, recursos humanos e materiais, assim como com os encargos fiscais, sociais, comerciais, trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas necessárias ao cumprimento das obrigações decorrentes do presente contrato.

Produto	Unidade	Quantidade	Periodicidade de Entrega	Preço de Aquisição	
				Preço Unitário (divulgado na chamada pública)	Preço Total
Valor Total do Contrato					

**CLÁUSULA QUINTA:**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

PROG. ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. CLÁUSULA SEXTA:

O CONTRATANTE, após receber os documentos descritos na Cláusula Quarta, alínea "a", e após a tramitação do processo para instrução e liquidação, efetuará o seu pagamento no valor correspondente às entregas do mês anterior.

**CLÁUSULA SÉTIMA:**

O CONTRATANTE que não seguir a forma de liberação de recursos para pagamento do CONTRATADO, está sujeito a pagamento de multa de 2%, mais juros de 0,1% ao dia, sobre o valor da parcela vencida.

**CLÁUSULA OITAVA:**

O CONTRATANTE se compromete em guardar pelo prazo estabelecido no § 11 do artigo 45 da Resolução CD/FNDE nº 26/2013

as cópias das Notas Fiscais de Compra, os Termos de Recebimento e Aceitabilidade, apresentados nas prestações de contas, bem como o Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar e documentos anexos, estando à disposição para comprovação.

**CLÁUSULA NONA:**

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO o ressarcimento de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA:**

O CONTRATANTE em razão da supremacia do interesse público sobre os interesses particulares poderá:

a) modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitando os direitos do CONTRATADO;

b) rescindir unilateralmente o contrato, nos casos de infração contratual ou inaptidão do CONTRATADO;

c) fiscalizar a execução do contrato;

d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Sempre que o CONTRATANTE alterar ou rescindir o contrato sem restar caracterizada culpa do CONTRATADO, deverá respeitar o equilíbrio econômico-financeiro, garantindo-lhe o aumento da remuneração respectiva ou a indenização por despesas já realizadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

A fiscalização do presente contrato ficará a cargo do respectivo fiscal de contrato, da Secretaria Municipal de Educação, da Entidade Executora, do Conselho de Alimentação Escolar - CAE e outras entidades designadas pelo contratante ou pela legislação.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

O presente contrato rege-se, ainda, pela chamada pública n.º /20XX, pela Resolução CD/FNDE nº /20XX, pela Lei nº 8.666/1993 e pela Lei nº 11.947/2009, em todos os seus termos.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Este Contrato poderá ser aditado a qualquer tempo, mediante acordo formal entre as partes, resguardadas as suas condições essenciais.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

As comunicações com origem neste contrato deverão ser formais e expressas, por meio de carta, que somente terá validade se enviada mediante registro de recebimento ou por fax, transmitido pelas partes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Este Contrato, desde que observada à formalização preliminar à sua efetivação, por carta, consoante Cláusula Décima Quinta, poderá ser rescindido, de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos seguintes casos:

a) por acordo entre as partes;

b) pela inobservância de qualquer de suas condições;

c) por quaisquer dos motivos previstos em lei.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:

O presente contrato vigorará da sua assinatura até a entrega total dos produtos mediante o cronograma apresentado (Cláusula Quarta) ou até de de .

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:

É competente o Foro da Comarca de para dirimir qualquer controvérsia que se originar deste contrato.

E, por estarem assim, justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

(município), de de .

CONTRATADO(S) (Individual ou Grupo Informal)

CONTRATADA (Grupo Formal)

PREFEITO MUNICIPAL TESTEMUNHAS:

1.

2.

## ANEXO III

MODELO PROPOSTO DE PESQUISA DE PREÇO PESQUISA DE PREÇO  
PRODUTOS CONVENCIONAIS (aqueles produzidos com o uso de agroquímicos).

Produtos	Mercado 01 Data: Nome: CNPJ: Endereço:	Mercado 02 Data: Nome: CNPJ: Endereço:	Mercado 03 Data: Nome: CNPJ: Endereço:	Preço Médio	Preço de Aquisição*

\* Preço pago ao fornecedor da agricultura familiar.

Os produtos pesquisados para definição de preços deverão ter as mesmas características descritas no edital de chamada pública. Na pesquisa de preços, observar o Artigo 29 da Resolução FNDE nº xx/201x, para a seleção de mercado e definição do preço de aquisição. Priorizar os mercados da agricultura familiar como feiras livres e outros. Na definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou dos Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, a Entidade Executora deverá considerar todos os insumos exigidos tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. Estas despesas deverão ser acrescidas ao preço médio para definir o preço de aquisição.

Produtos Orgânicos ou Agroecológicos (produzidos sem o uso de agroquímicos).

Produtos	*Mercado 01 Nome: CNPJ: Endereço:	Mercado 02 Nome: CNPJ: Endereço:	Mercado 03 Nome: CNPJ: Endereço:	Preço Médio	Preço de Aquisição*

\* Preço pago ao fornecedor da agricultura familiar. A Entidade Executora que priorizar na chamada pública a aquisição de produtos orgânicos ou agroecológicos poderá acrescentar os preços em até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, conforme Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. (Resolução nº 26/2013, Art. 29: §2º).

Quando houver mercados de produtos orgânicos a pesquisa de preços deve ser nesses mercados. Os produtos pesquisados para definição de preços deverão ter as mesmas características descritas no edital de chamada pública. Na pesquisa de preços, observar o Artigo 29 da Resolução FNDE nº xx/201x, para a seleção de mercado e definição do preço de aquisição. Priorizar os mercados da agricultura familiar como feiras livres e outros. Na definição dos preços de aquisição dos gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e/ou dos Empreendedores Familiares Rurais ou suas organizações, a Entidade Executora deverá considerar todos os insumos exigidos tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. Estas despesas deverão ser acrescidas ao preço médio para definir o preço de aquisição.

## ANEXO IV

## MODELO DE PROJETO DE VENDA MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS FORMAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº					
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES					
GRUPO FORMAL					
1. Nome do Proponente			2. CNPJ		
3. Endereço		4. Município/UF			
5. E-mail		6. DDD/Fone			7. CEP
8. Nº DAP Jurídica		9. Banco	10. Agência Corrente		11. Conta Nº da Conta
12. Nº de Associados		13. Nº de Associados de acordo com a Lei nº 11.326/2006		14. Nº de Associados com DAP Física	
15. Nome do representante legal		16. CPF		17. DDD/Fone	

18. Endereço		19. Município/UF			
II - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
1. Nome da Entidade		2. CNPJ			3. Município/UF
4. Endereço				5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail				7. CPF	
III - RELAÇÃO DE PRODUTOS					
1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço de Aquisição*		5. Cronograma de Entrega dos produtos
			4.1. Unitário	4.2. Total	

OBS: \* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data	Assinatura do Representante do Grupo Formal	Fone/E-mail:

#### MODELO PROPOSTO PARA OS GRUPOS INFORMAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE							
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº							
I - IDENTIFICAÇÃO DOS FORNECEDORES							
GRUPO INFORMAL							
1. Nome do Proponente				2. CPF			
3. Endereço				4. Município/UF		5. CEP	
6. E-mail (quando houver)				7. Fone			
8. Organizado por Entidade Articuladora ( ) Sim ( ) Não				9. Nome da Entidade Articuladora (quando houver)		10. E-mail/Fone	
II - FORNECEDORES PARTICIPANTES							
1. Nome do Agricultor (a) Familiar		2. CPF		3. DAP	4. Banco	5. Nº Agência	6. Nº Conta Corrente
III- IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC							
1. Nome da Entidade				2. CNPJ		3. Município	
4. Endereço						5. DDD/Fone	
6. Nome do representante e e-mail				7. CPF			
III - RELAÇÃO DE FORNECEDORES E PRODUTOS							



1. Identificação do Agricultor (a) Familiar	2. Produto	3. Unidade	4. Quantidade	5. Preço de Aquisição* /Unidade	6.Valor Total
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total agricultor
					Total do projeto

OBS: \* Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).

IV - TOTALIZAÇÃO POR PRODUTO

1. Produto	2. Unidade	3. Quantidade	4. Preço/Unidade	5. Valor Total por Produto	6. Cronograma de Entrega dos Produtos
				Total do projeto:	

Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.

Local e Data:	Assinatura do Representante do Grupo Informal	Fone/E-mail: CPF:
Local e Data:	Agricultores (as) Fornecedores (as) do Grupo Informal	Assinatura

#### MODELO PROPOSTO PARA OS FORNECEDORES INDIVIDUAIS

PROJETO DE VENDA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE					
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE ATENDIMENTO AO EDITAL/CHAMADA PÚBLICA Nº					
I- IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR					
FORNECEDOR (A) INDIVIDUAL					
1. Nome do Proponente			2. CPF		
3. Endereço		4. Município/UF		5.CEP	
6. Nº da DAP Física		7. DDD/Fone		8.E-mail (quando houver)	
9. Banco	10.Nº da Agência			11.Nº da Conta Corrente	
II- Relação dos Produtos					
Produto	Unidade	Quantidade	Preço de Aquisição*		Cronograma de Entrega dos produtos
			Unitário	Total	
OBS: * Preço publicado no Edital n xxx/xxxx (o mesmo que consta na chamada pública).					
III - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO PNAE/FNDE/MEC					
Nome		CNPJ		Município	
Endereço				Fone	

Nome do Representante Legal		CPF
Declaro estar de acordo com as condições estabelecidas neste projeto e que as informações acima conferem com as condições de fornecimento.		
Local e Data:	Assinatura do Fornecedor Individual	CPF:

D.O.U., 08/04/2015 - Seção 1

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017

Publicação Nº 1454479

### EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017

O Município de Curitiba inscrita sob o CNPJ 83.754.044/0001-347, com sede administrativa na Rua Cel Vidal Ramos, 860 Centro Curitiba-SC, convoca seus trabalhadores que mantiveram contrato de trabalho com a Prefeitura no período JANEIRO de 1967 a DEZEMBRO de 1991 para que compareçam junto ao Departamento de Recursos Humanos no período de 01.12.2017 a 28.02.2018, munidos de documentos (número do PIS/PASEP, Carteira de Trabalho e CPF), visando a elaboração de cadastro para o pagamento de valores relativos ao FGTS.

Elizangela Righes  
Dpto de Recursos Humanos

## JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 265/2017

Publicação Nº 1454747

### JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 265/2017

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Município de Curitiba e a empresa OTTIMIZZARE ENGENHARIA IND. COM. IMP. EXP. EIRELI EPP, com o valor de R\$ 8.482,50 (oito mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONCERTO DO AUTO TANQUE AT-8 DE USO DA 2ª BBM DE CURITIBANOS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO.

#### FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – “Nos casos de emergência ou calamidade pública, quando caracteriza urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;”

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 11 de dezembro de 2017.

Diego Sebern Wordell	Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão	Membro

Daniele Cristina Pozzo da Silva	Roberto Carlos da Silva	Paula Juliana Lima Martins
Membro	Membro	Membro

#### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitiba, 11 de dezembro de 2017.

Herlon Adalberto Rech  
Procurador Geral do Município

#### AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 11 de dezembro de 2017.

José Antonio Guidi  
Prefeito Municipal

# Descanso

## PREFEITURA

### DECRETO 1908 2017 HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

Publicação Nº 1454665

DECRETO Nº 1908/2017, de 12 de dezembro de 2017.

HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DOS CANDIDATOS INSCRITOS AO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017, PARA A SELEÇÃO DE PROFESSORES E SERVIDORES DA EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2018 E DEMAIS ÁREAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE ATÉ 01 ANO, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DOS CONCURSOS PÚBLICOS Nº 02 E 03/2007, ESTAREM SUB JUDICE E EM EVENTUAIS VAGAS VINCULADAS OU EXCEDENTES E COMPOR RESERVA TÉCNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais nos termos do artigo 303, da Lei nº 086/1991, de 27.12.1991, alterado pela Lei nº 106/1997, de 22.09.1997, Lei nº 354/2001, de 18.12.2001, alterada pela Lei nº 1009/2010, de 22.11.2010 e Lei nº 1281/2013, de 25.11.2013, Lei nº 04/1990, de 02.03.1990, Lei nº 040/90, de 28.05.1990, Lei nº 089/1990, de 31.10.1990, Lei nº 263/2000, de 03.04.2000, Lei nº 360/2001, de 27.12.2001, Lei nº 908/2009, de 26.11.2009, alterada pela Lei nº 994/2010, de 20.10.2010, Lei 521/2004, de 28.05.2004, Lei nº 827/2009, de 25.03.2009, Lei nº 1327/2014, de 29.04.2014 (FG-6 Médico ESF), Lei nº 1376/2014, de 16.10.2014, alterada pela Lei nº 1384/2014, de 07.11.2014, Lei nº 1378/2014, de 16.10.2014, Lei nº 1426/2015, de 16.04.2015, Lei nº 392/2002, de 18.06.2002, alterada pela Lei nº 1379/2014, de 16.10.2014, Emenda Constitucional nº 51, de 14.02.2006, regulamentada pela Lei Federal nº 11.350, de 05.10.2006, alterada pela Lei Federal nº 12.994, de 17.06.2014, Portaria nº 724/GM-MS, de 11.04.2002, Portaria nº 648/MS, de 28.03.2006, reorganiza do PSF para ESF, Decreto nº 1798/2016, 24.10.2016, Lei nº 1178/2012, de 12.06.2012 (doador de sangue e de órgãos), Lei nº 086/91 de 27.12.91 e Lei Orgânica do Município,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a classificação final dos candidatos inscritos ao Edital de Processo Seletivo nº 02/2017, de 14 de agosto de 2017, conforme abaixo relacionado:

AGENTE CULTURAL							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
175	Ana Cláudia Schuster Rossi	26/01/1991	7,20	1,40	1,05	9,65	1º
203	Eloisa Roberta Oro Antonelo	27/05/1997	6,60	1,40	1,05	9,05	2º
334	Daniela Paula Foletto	28/04/1981	6,60	1,05	1,05	8,70	3º
10	Marlete Madalena Bourscheidt	20/08/1981	7,20	0,70	0,70	8,60	4º
40	Alice Gubiani	11/02/1996	6,60	1,05	0,70	8,35	5º
254	Mari Adriane Sachetti Draczevski	13/07/1977	6,60	0,70	1,05	8,35	6º
13	Catiani Girardi	27/04/1994	6,60	0,70	1,05	8,35	7º
19	Josieli Pietro Biasi	10/06/1993	6,60	0,70	0,70	8,00	8º
162	Simone Gawski	11/10/1987	5,40	0,70	1,05	7,15	9º
182	Juciane Agostini	Faltante					Desc.
225	Maraisa Miotto	Faltante					Desc.
76	Simone Schmitt Bertoncello	Faltante					Desc.
329	Vanessa Piaciski	Faltante					Desc.

AUXILIAR DE ENSINO							
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
279	Elisangela Fatima Pereira Gracik	04/03/1984	6,00	1,05	1,05	8,10	1º
294	Roseli Clarice Scariot	15/06/1974	5,40	1,40	0,70	7,50	2º
264	Daniela Gzebieluckas	05/08/1986	5,40	1,40	0,70	7,50	3º
177	Jéssica Possamai	19/11/1993	4,80	1,75	0,70	7,25	4º
156	Bruna Agustini	25/11/1994	4,80	1,40	1,05	7,25	5º
242	Elizandra Bertuzzi	04/09/1994	4,80	1,40	0,70	6,90	6º
14	Marivane Zanol	13/05/1994	4,20	1,40	0,70	6,30	7º
11	Karoline Ribeiro	22/08/1998	3,60	1,05	1,05	5,70	8º

191	Dirciane Maiara Grando	26/03/1997	3,60	1,05	0,70	5,35	9º
244	Angela Socoloski	26/07/1982	3,60	0,70	1,05	5,35	10º
197	Marcionise Adler	24/06/1982	3,60	0,70	0,70	5,00	11º
38	Bruna Luiza Fleck	04/12/1993	3,00	1,05	0,70	4,75	12º
331	Silmara Thiel Do Nascimento	26/11/1996	3,00	1,05	0,70	4,75	13º
208	Ana Flávia Favero Trintinaglia	09/04/1998	3,00	1,05	0,35	4,40	14º
184	Luciana Monique Lauer	06/07/1988	3,00	0,70	0,70	4,40	15º
21	Debora Regina Siqueira	07/07/1996	3,00	0,70	0,70	4,40	16º
261	Bruna Cozer	17/11/1999	2,40	1,05	0,70	4,15	17º
173	Larissa Bazzo Segheto	27/02/1998	2,40	0,70	1,05	4,15	18º
270	Luciana Camargo	29/06/1984	3,00	0,70	0,35	4,05	19º
149	Graciela Maria Adler	20/08/1984	3,00	0,35	0,70	4,05	20º
163	Sidineia Gawski	01/06/1989	1,80	1,05	0,70	3,55	Desc.
29	Melissa Villa Rodriguesdos Santos	13/02/1997	1,20	0,35	0,70	2,25	Desc.
286	Isabel Scariot Ghizzi	Faltante					Desc.

## AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
303	Rogério Tomazin	16/12/1984	6,60	1,05	0,35	8,00	1º
123	Ana Paula Mendes	08/02/1987	6,60	0,70	0,70	8,00	2º
176	Gelsi Dos Santos	04/01/1982	5,40	1,05	0,35	6,80	3º
193	Vanderleia Lourdes Garbim	28/03/1989	5,40	0,70	0,00	6,10	4º
141	José Dalla Possa	22/11/1991	5,40	0,00	0,70	6,10	5º
17	Eleni Da Conceição Mendes	23/02/1976	4,80	1,05	0,00	5,85	6º
15	Vera Lucia Mendes	30/11/1981	4,80	0,70	0,35	5,85	7º
22	Cleocir Ghidini	25/02/1997	4,80	0,70	0,35	5,85	8º
322	Delmina Luiza Bortoli Felipe	14/06/1950	0,60	0,00	0,35	0,95	Desc.
274	Alesandro Marconi De Oliveira	Faltante					Desc.

## MERENDEIRA

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
251	Catiane Grunewald	22/05/1994	6,60	1,40	0,00	8,00	1º
252	Edivania Borft Lanza	09/12/1990	6,60	0,70	0,35	7,65	2º
332	Roselei Fátima Scariot	19/07/1979	6,00	1,05	0,35	7,40	3º
327	Jasmini Maria Camargo Gonçalves	17/11/1996	6,00	0,70	0,70	7,40	4º
226	Ediane Freese Bassani	13/07/1976	6,00	0,35	0,70	7,05	5º
200	Luci Debona Dalla Possa	Faltante					Desc.

## ZELADOR

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Total	Class.
109	Geici Cristina Miotto	15/01/1993	4,20	1,05	0,35	5,60	1º

## MOTORISTA CATEGORIA "C"

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Prova Prática	Total	Class.
263	Silverio Antonio Hoinacki	12/10/1974	1,71	0,27	0,09	5,20	7,27	1º
259	Lindomar Lutz	09/07/1981	1,90	0,27	0,09	5,00	7,26	2º
194	Nestor Rauber	14/07/1974	1,14	0,09	0,09	4,00	5,32	3º
136	Helio Tomaz Lorenski	Faltante						Desc.

293	Amilton Francisco Morosini	Faltante						Desc.
54	Darci Avila De Souza	Faltante						Desc.
138	Rafael Araldi	Faltante						Desc.
MOTORISTA CATEGORIA "D"								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Prova Prática	Total	Class.
157	Edmar Jose De Sousa	27/10/1967	1,71	0,27	0,00	5,00	6,98	1º
ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
207	Jocilene Juliana Nievinski Pasini	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE ARTES - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
209	Aline Bonamigo	07/10/1983	5,50	1,50	0,00	0,00	7,00	1º
35	Letícia Giron Stefanello	11/08/1994	3,85	1,50	0,30	0,00	5,65	2º
140	Marciane Danhaia	06/03/1988	2,75	1,20	0,60	1,00	5,55	3º
230	Hideko Yamashita Obo	06/07/1964	3,30	0,90	0,60	0,25	5,05	4º
69	Clarice Giordano	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE CIÊNCIAS - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
46	Juliano Do Vale Silvestrin	11/08/1971	4,40	0,90	0,30	0,00	5,60	1º
70	Marcos Alberto Ahlf	27/04/1984	2,75	1,20	0,30	0,00	4,25	2º
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
5	Sabrina Priscila Simioni	17/05/1990	5,50	0,90	0,60	1,00	8,00	1º
169	Maíse Mariga	10/04/1989	5,50	0,90	0,00	1,00	7,40	2º
267	Diego Alencar Chechi	17/10/1986	4,40	0,90	0,60	0,41	6,31	3º
108	Sirlei Rubin	30/03/1993	3,30	0,60	0,60	0,66	5,16	4º
312	Tiago Rigoni	30/01/1994	3,30	0,90	0,30	0,00	4,50	5º
84	Marciéli Fransozi	28/11/1989	2,20	1,50	0,60	0,00	4,30	6º
119	Laerte Jones Pletsch	16/04/1988	2,75	0,90	0,60	0,00	4,25	7º
81	Elis Carla Guerra	13/01/1983	2,75	0,90	0,30	-	3,95	Desc.
246	Vanderlei Bortoluzzi	15/10/1981	3,30	0,30	0,30	-	3,90	Desc.
3	Vanessa Ribeiro Dos Santos	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
325	Carlos Alexander Frigo	10/03/1998	3,85	0,90	0,60	0,00	5,35	1º
237	Eduardo Barbieri	28/04/1996	3,30	0,90	0,30	0,00	4,50	2º
307	Luana Sonalio	19/11/1997	3,30	0,90	0,30	0,00	4,50	3º
236	Juliana Roeder	30/10/1993	3,30	0,90	0,00	0,00	4,20	4º
211	Deisi Isabel Filippin	19/07/1995	2,75	0,60	0,30	-	3,65	Desc.
74	Marcio Aldomir Voos	29/06/1978	0,55	0,60	0,00	-	1,15	Desc.
245	Luiz Felipe Pinheiro De Barros	Faltante						Desc.

183	Tais Regina Pavan	Faltante							Desc.
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - HABILITADO									
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.	
231	Maria Paulina Machado Da Silva Modrak	19/07/1976	5,50	1,20	0,60	0,70	8,00	1º	
41	Josenara Tais Heck	23/07/1995	4,95	1,50	0,60	0,50	7,55	2º	
158	Marlize Regines Moras	16/05/1988	5,50	0,60	0,30	1,00	7,40	3º	
96	Daiane Garbin	16/09/1995	4,95	1,50	0,30	0,54	7,29	4º	
311	Clarice De Oliveira Balbinot	11/07/1976	4,95	1,20	0,30	0,75	7,20	5º	
171	Rose Mere Sulzbacher Matte	07/01/1971	4,40	1,20	0,60	1,00	7,20	6º	
328	Juliana Ferreira De Lima Brocco	08/03/1977	4,95	1,50	0,00	0,50	6,95	7º	
320	Claudia Staub Happke	23/10/1972	4,40	0,90	0,60	1,00	6,90	8º	
67	Fabiana Heinrich Tibola	28/07/1985	4,40	0,90	0,90	0,62	6,82	9º	
216	Patrícia Fernanda Gomes	07/04/1996	4,95	0,90	0,30	0,60	6,75	10º	
31	Greissi Marcia Flach	14/07/1989	5,50	1,20	0,00	0,00	6,70	11º	
49	Lisete Frey Steffen	19/04/1970	4,40	0,60	0,60	1,00	6,60	12º	
313	Silvana Marchesan Olivotto	21/04/1970	4,40	0,60	0,60	1,00	6,60	13º	
275	Daiana Lucia Villa Basso	06/04/1984	4,40	0,60	0,60	1,00	6,60	14º	
129	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	3,85	1,20	0,60	0,93	6,58	15º	
238	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	3,30	1,20	0,90	1,00	6,40	16º	
144	Elizane Favero Burin	02/12/1987	3,85	0,90	0,60	1,00	6,35	17º	
272	Naiana Constante De Oliveira	29/12/1987	4,40	0,90	0,00	0,99	6,29	18º	
155	Leane Flach Kuhn	15/12/1978	3,85	0,90	0,60	0,79	6,14	19º	
308	Leila Carla Rauch	05/03/1991	3,85	1,20	0,00	1,00	6,05	20º	
255	Rosana Dos Santos	07/05/1988	3,85	0,90	0,30	1,00	6,05	21º	
66	Fernanda Luiza Schoenberger	25/02/1994	3,85	1,20	0,30	0,55	5,90	22º	
118	Sirleni Dill Bazzo	25/09/1984	3,30	1,20	0,60	0,75	5,85	23º	
222	Débora Furlanetto	24/08/1994	3,30	1,20	0,60	0,74	5,84	24º	
202	Ionara Assmann	22/09/1989	3,30	0,90	0,60	1,00	5,80	25º	
78	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	3,30	0,90	0,60	1,00	5,80	26º	
319	Franciele Patricia Herbert Scherer	21/10/1986	3,85	0,90	0,00	1,00	5,75	27º	
223	Elizandra Girardi Dotti	27/03/1985	3,85	0,60	0,30	1,00	5,75	28º	
257	Dilvane Lorencini	11/01/1988	2,75	1,20	0,60	1,00	5,55	29º	
253	Paula Lúcia Pomatti	20/08/1986	3,85	0,90	0,00	0,75	5,50	30º	
113	Monica Tonin Menusi	20/03/1978	3,85	0,60	0,00	1,00	5,45	31º	
192	Vanessa Inelva Previdi	01/07/1995	3,85	1,20	0,30	0,00	5,35	32º	
289	Naiara Kosloski	02/04/1993	3,30	0,90	0,30	0,75	5,25	33º	
83	Janaina Paula Ghissi	10/04/1983	2,75	0,90	0,60	1,00	5,25	34º	
132	Luciane Schlickmann	25/04/1994	3,30	1,20	0,00	0,62	5,12	35º	
99	Grasieli Tessaro	15/11/1989	3,30	0,60	0,30	0,55	4,75	36º	
291	Carine Eva Dalmonete Sartori	13/07/1987	2,20	1,20	0,60	0,72	4,72	37º	
298	Ketlin Paula Mileski	07/06/1995	3,30	0,90	0,00	0,50	4,70	38º	
51	Evelyn Bergmann	01/07/1996	2,20	1,20	0,60	0,50	4,50	39º	
137	Silvana Terezinha Sarzi	15/03/1990	2,75	0,90	0,60	0,20	4,45	40º	
185	Tatiane Weiss Justen	07/12/1982	2,75	0,60	0,60	-	3,95	Desc.	
269	Flaviani Claudia Carboni	27/03/1995	2,75	0,60	0,60	-	3,95	Desc.	
107	Marizete Fatima Basso Trevizan	22/04/1975	2,20	1,20	0,30	-	3,70	Desc.	
64	Solange Tibola	22/02/1983	2,20	1,20	0,30	-	3,70	Desc.	



287	Cleci Maria Sovrani	20/06/1983	2,20	0,90	0,60	-	3,70	Desc.
221	Jussinéia Zappani	04/10/1984	2,75	0,60	0,30	-	3,65	Desc.
37	Odete Hammes	19/05/1985	2,75	0,90	0,00	-	3,65	Desc.
282	Silvane Frigotto Dutkiewicz	29/01/1977	2,20	0,90	0,30	-	3,40	Desc.
256	Janice Bassorici Philippsen	07/11/1988	2,20	0,60	0,60	-	3,40	Desc.
249	Laine Lorenski	09/09/1990	1,65	0,90	0,60	-	3,15	Desc.
1	Clarice Scherner	31/05/1994	2,20	0,90	0,00	-	3,10	Desc.
324	Marlete Landim Dos Santos Heneka	19/11/1985	2,20	0,60	0,00	-	2,80	Desc.
87	Margarete Lisaki	15/06/1988	2,20	0,30	0,30	-	2,80	Desc.
178	Cristiane Tonollo	23/12/1993	1,65	0,60	0,30	-	2,55	Desc.
120	Claudia Lutz	21/09/1995	1,65	0,90	0,00	-	2,55	Desc.
160	Eliane Marta Degenhart	01/02/1986	1,65	0,30	0,00	-	1,95	Desc.
240	Marice Nardi Gorziza	Faltante						Desc.
130	Alana De Oliveira	Faltante						Desc.
125	Marieli Letícia Eich	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
234	Jaqueline Chiesa	17/01/1983	4,40	1,20	0,00	0,54	6,14	1º
229	Solange Pedrão Roman	07/04/1979	3,85	0,60	0,60	0,50	5,55	2º
104	Graciele Sehn	25/06/1986	3,30	1,20	0,30	0,75	5,55	3º
278	Sandra Maria Semioni Brugnerotto	30/12/1978	2,75	0,90	0,60	0,00	4,25	4º
56	Andrieli Musckopf Alt	06/10/1997	2,75	0,90	0,60	0,00	4,25	5º
281	Priscila Rosin	10/10/1995	2,75	0,90	0,30	-	3,95	Desc.
45	Marise Correia De Alencar	19/08/1988	2,20	0,90	0,00	-	3,10	Desc.
28	Liana Turatti Happke	19/11/1999	2,75	0,30	0,00	-	3,05	Desc.
34	Lucineia Ciqueira	28/09/1991	1,65	0,30	0,30	-	2,25	Desc.

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
68	Fabiana Heinrich Tibola	28/07/1985	5,50	0,90	0,90	0,62	7,92	1º
300	Fernanda Paparella Viapiana	30/04/1979	4,40	1,20	0,60	1,00	7,20	2º
258	Dilvane Lorencini	11/01/1988	4,40	1,20	0,60	1,00	7,20	3º
232	Maria Paulina Machado Da Silva Modrak	19/07/1976	4,40	1,20	0,60	0,70	6,90	4º
50	Solange Tibola	22/02/1983	4,40	1,20	0,30	1,00	6,90	5º
101	Odete Hammes	19/05/1985	4,95	0,90	0,00	1,00	6,85	6º
187	Terezinha Rizzi Casagrande	22/10/1961	3,85	1,20	0,60	0,90	6,55	7º
100	Grasieli Tessaro	15/11/1989	4,40	0,90	0,60	0,55	6,45	8º
145	Elizane Favero Burin	02/12/1987	3,85	0,90	0,60	1,00	6,35	9º
306	Sirlei Marafon	18/02/1989	3,30	1,20	0,60	1,00	6,10	10º
79	Tânia Berenice Schwengber Biolcki	24/06/1992	3,30	0,90	0,90	1,00	6,10	11º
280	Alice Feltez	20/01/1996	3,30	1,20	0,90	0,50	5,90	12º
299	Ketlin Paula Mileski	07/06/1995	3,85	0,60	0,90	0,50	5,85	13º
283	Silvane Frigotto Dutkiewicz	29/01/1977	3,30	1,20	0,30	1,00	5,80	14º
204	Juliana Carollo	28/08/1984	3,30	0,90	0,60	1,00	5,80	15º
290	Dalvana Franzon	22/05/1988	3,30	0,90	0,60	1,00	5,80	16º
250	Laine Lorenski	09/09/1990	3,30	0,90	0,60	1,00	5,80	17º
128	Camila Sueli Manfe	28/09/1994	3,30	0,90	0,60	0,93	5,73	18º

133	Luciane Schlickmann	25/04/1994	3,85	1,20	0,00	0,62	5,67	19º
95	Daiane Garbin	16/09/1995	3,30	1,50	0,30	0,54	5,64	20º
239	Roque Francisco Ribeiro	12/01/1969	2,75	1,20	0,60	1,00	5,55	21º
63	Débora Furlanetto	24/08/1994	3,30	1,20	0,30	0,74	5,54	22º
196	Arlei Terezinha Finatto	19/05/1966	3,30	0,90	0,30	1,00	5,50	23º
89	Soelí Do Carmo Guerra	15/12/1961	3,85	0,30	0,30	1,00	5,45	24º
214	Jussinéia Zappani	04/10/1984	3,85	0,30	0,30	0,82	5,27	25º
314	Silvana Marchesan Olivotto	21/04/1970	2,75	0,90	0,60	1,00	5,25	26º
12	Janaina Paula Ghissi	10/04/1983	2,75	0,90	0,60	1,00	5,25	27º
318	Franciele Patricia Herbert Scherer	21/10/1986	3,85	0,30	0,00	1,00	5,15	28º
59	Fernanda Luiza Schoenberger	25/02/1994	3,30	0,90	0,30	0,63	5,13	29º
186	Tatiane Weiss Justen	07/12/1982	3,85	0,60	0,60	0,00	5,05	30º
317	Greissi Marcia Flach	14/07/1989	3,85	0,90	0,00	0,00	4,75	31º
288	Cleci Maria Sovrani	20/06/1983	2,75	0,90	0,60	0,00	4,25	32º
310	Amanda Turmina	07/06/1994	2,75	0,60	0,60	-	3,95	Desc.
217	Patrícia Fernanda Gomes	07/04/1996	2,75	0,90	0,30	-	3,95	Desc.
321	Claudia Staub Happke	23/10/1972	3,85	0,00	0,00	-	3,85	Desc.
121	Claudia Lutz	21/09/1995	2,20	0,90	0,30	-	3,40	Desc.
88	Margarete Lisaki	15/06/1988	2,75	0,30	0,30	-	3,35	Desc.
276	Daiana Lucia Villa Basso	06/04/1984	1,65	0,90	0,60	-	3,15	Desc.
304	Bruna Bronzatti	15/04/1991	1,65	0,90	0,30	-	2,85	Desc.
93	Cediane De Fatima Jaguzeski Novello	28/01/1988	2,20	0,60	0,00	-	2,80	Desc.
224	Elizandra Girardi Dotti	27/03/1985	1,65	0,60	0,00	-	2,25	Desc.
179	Cristiane Tonollo	23/12/1993	1,10	0,60	0,00	-	1,70	Desc.
266	Fátima De Ben Dal Mago	Faltante						Desc.
210	Jocilene Juliana Nievinski Pasini	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
233	Jaqueline Chiesa	17/01/1983	3,30	1,20	0,30	0,54	5,34	1º
227	Jéssica Dalla Possa Baldissera	25/11/1991	2,20	1,50	0,00	-	3,70	Desc.
247	Priscila Rosin	10/10/1995	2,20	0,90	0,30	-	3,40	Desc.

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
47	Dinorá Merigo	Faltante						Desc.

## PROFESSOR DE HISTÓRIA - NÃO HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
23	Tamara Lurdes Do Campo Dalla Picola	12/04/1998	2,75	0,60	0,30	-	3,65	Desc.
326	Nathan Bernardo Gawski	21/06/1990	2,20	0,90	0,30	-	3,40	Desc.
97	Thuany Manfroi Amaral	22/05/1997	1,10	1,20	0,60	-	2,90	Desc.

## PROFESSOR DE INFORMÁTICA - HABILITADO

Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
205	Juliana Carollo	28/08/1984	2,75	0,90	0,60	1,00	5,25	1º
243	Lucilaine Sotili	15/12/1990	2,20	1,20	0,60	0,50	4,50	2º
165	Marizete Marciane Stahlhofer	18/01/1986	2,75	0,60	0,30	-	3,65	Desc.

180	Adriana Balestro Fritzen	10/03/1985	2,20	1,20	0,00	-	3,40	Desc.
55	Michele Miqueloto	13/04/1992	2,75	0,30	0,30	-	3,35	Desc.
105	Evandro Lorenzet	Faltante						Desc.
PROFESSOR DE INFORMÁTICA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
131	Felipe De Andrade Alves	16/09/1986	3,30	0,90	0,30	0,00	4,50	1º
212	Djonatan Busa	21/07/1999	2,20	0,90	0,30	-	3,40	Desc.
PROFESSOR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA - INGLÊS - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
188	Daniela Miezmowski	21/09/1987	1,65	1,20	0,30	-	3,15	Desc.
PROFESSOR DE LÍNGUA PORTUGUESA - NÃO HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
201	Débora Dos Passos	30/08/1998	3,30	0,90	0,30	0,48	4,98	1º
PROFESSOR DE MATEMÁTICA - HABILITADO								
Insc.	Candidato	Data Nasc.	CE	LP	CG	Títulos	Total	Class.
106	Francisco Rother	Faltante						Desc.

Art. 2º Para os cargos de Auxiliar de Ensino, Agente Cultural, Merendeira, Zelado, Auxiliar de Serviços Gerais, Professor Habilitado, Professor Não Habilitado e Especialista em Assuntos Educacionais, serão considerados classificados os candidatos que obtiverem a nota mínima de 4,00 quatro, no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais), conforme disposto em edital.

Art. 3º A prova de títulos será somada à média obtida pelos candidatos aprovados na prova objetiva, somente para efeitos de classificação.

Art. 4º Para os cargos de Motorista – Categoria “C” e Motorista – Categoria “D”, somente serão considerados classificados os candidatos que obtiverem nota mínima de 1,00 (um) ponto no conjunto das provas 1, 2 e 3 (na soma das notas de Conhecimentos Específicos, Língua Portuguesa e Conhecimentos Gerais) e nota mínima de 3,00 (três) pontos, na prova prática.

Art. 5º Os desempates estão de acordo com o item 7 do edital.

Art. 6º A classificação após a correção dos cartões de resposta fica sujeita a alterações, obedecendo ao disposto no Capítulo “9”, dos recursos, conforme previsto no referido Edital.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 8º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, 12 de dezembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Simone Pavan – Assessor Técnico – Adm. RH/DP

## **DECRETO Nº 1907/2017 CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA O REMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 58 COM ÁREA DE 360,00 M² AO LOTE URBANO Nº 57 COM ÁREA DE 360,00 M², SITO À RUA ANTÔNIO CIECHANOWSKI, CIDADE DE DESCANSO, DE PROPRIEDADE DE MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ**

Publicação Nº 1454663

DECRETO Nº 1907/2017, de 12 de dezembro de 2017.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO PARA O REMEMBRAMENTO DO LOTE URBANO Nº 58 COM ÁREA DE 360,00 M² AO LOTE URBANO Nº 57 COM ÁREA DE 360,00 M², SITO À RUA ANTÔNIO CIECHANOWSKI, CIDADE DE DESCANSO, DE PROPRIEDADE DE MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 3º, inciso III, c/c o Art. 6º, da Lei nº 43/82, de 21.01.83, alterado pela Lei nº 982/2010, de 24.08.2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o remembramento do lote urbano nº 58, com a área de 360,00 m², sito à Rua Antônio Ciechanowski, nesta cidade de Descanso, registrado sob matrícula nº 5.715, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, ao lote urbano nº 57, com área de 360,00 m², sito à Rua Antônio Ciechanowski, nesta cidade de Descanso, registrado sob matrícula nº 5.714, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Descanso – SC, ambos os imóveis de propriedade de MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ, inscrito no CGC sob o nº 83.314.930/0001-47, o qual passa a se denominar de Lote Urbano nº 57 conforme segue:

Lote Urbano nº 57, com a área de 720,00 m², confrontando-se:

Ø Ao NORTE, com o Lote Urbano nº 56, por linha seca, medindo 25,00 metros;

Ø Ao OESTE, com a Rua Antônio Ciechanowski, por linha seca, medindo 28,80 metros;

Ø Ao SUL, com o Lote Urbano nº 59, por linha seca, medindo 25,00 metros;

Ø Ao LESTE, com Parte do Lote Urbano nº 63, por linha seca, medindo 28,80 metros.

Art. 2º O lote urbano ora criado atende aos requisitos do Art. 2º, § 5º e Art. 3º, parágrafo único, da Lei Federal nº 6.766, de 19.12.1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, contemplando a infraestrutura básica dos parcelamentos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso – SC, de 12 de dezembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Fernando Trintinaglia

Engenheiro Civil - CREA-SC 140.621-5

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm. RH/DP

## **LEI 1576/2017 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE DESCANSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018**

Publicação Nº 1454957

LEI Nº 1576/2017, de 12 de dezembro de 2017.

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE DESCANSO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

### **DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de DESCANSO, abrangendo a administração direta, seus órgãos e fundos, para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 29.622.390,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e noventa reais) e fixa a Despesa em R\$ 29.622.390,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e noventa reais), discriminados nos anexos desta Lei.

#### **DOS ORÇAMENTOS DAS ENTIDADES**

PREFEITURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 2º O Orçamento Geral do Município de DESCANSO para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 29.622.390,00 (vinte e nove milhões, seiscentos e vinte e dois mil e trezentos e noventa reais) e fixa a Despesa para a Câmara Municipal de Vereadores em R\$ 1.210.000,00 (um milhão e duzentos e dez mil reais), para a Prefeitura em R\$ 20.425.486,40 (vinte milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos), para o Fundo Municipal da Saúde em R\$ 7.986.903,60 (sete milhões, novecentos e oitenta e seis mil, novecentos e três reais e sessenta centavos) e R\$ 7.211.503,60 (sete milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e três reais e sessenta centavos) as transferências financeiras à Câmara Municipal de Vereadores e ao Fundo Municipal de Saúde - FMS.

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

4.	Receitas	29.622.390,00
4.1.	RECEITAS CORRENTES	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTALè	36.833.893,60

§ 2º A Despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### **I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

01.00	PODER LEGISLATIVO	1.210.000,00
-------	-------------------	--------------

02.00	CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	590.000,00
03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	890.000,00
04.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA E PLANEJAMENTO	728.000,00
05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	135.000,00
06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E CULTURA	8.125.111,80
07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	700.000,00
08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DOS TRANSPORTES	1.670.494,40
09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	1.878.998,20
10.00	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.480.000,00
11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL	1.617.457,20
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	7.986.903,60
13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	2.610.424,80
	SOMA è	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL è	36.833.893,60

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	1.210.000,00
04	Administração	2.383.000,00
06	Segurança Pública	195.424,80
08	Assistência Social	1.522.457,20
09	Previdência Social	1.250.000,00
10	Saúde	7.986.903,60
12	Educação	7.820.111,80
13	Cultura	255.000,00
15	Urbanismo	1.818.998,20
16	Habitação	95.000,00
17	Saneamento	50.000,00
18	Gestão Ambiental	20.000,00
20	Agricultura	1.460.000,00
22	Indústria	115.000,00
23	Comércio e Serviços	20.000,00
24	Comunicações	10.000,00
26	Transporte	1.670.494,40
27	Desporto e Lazer	700.000,00
28	Encargos Especiais	960.000,00
99	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL è	36.833.893,60

## III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001	Processo Legislativo	1.210.000,00
0011	Vida Rural de Qualidade	1.055.000,00
0012	Produção Animal de Qualidade com Sanidade	255.000,00
0014	Gestão Municipal da Assistência Social	435.000,00
0015	Qualidade de Vida na Terceira Idade	140.000,00
0016	Proteção Social Básica	541.488,40
0017	Proteção Social Especial de Média Complexidade	197.023,00
0018	Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade	300.000,00
0019	Coordenação dos Serviços Socioassistenciais	37.945,80
0020	Infância e Adolescência	11.000,00
0021	Proteção da Criança e Adolescente	125.000,00
0022	Direito à Habitação	95.000,00
0024	Controle e Equilíbrio Nutricional	50.000,00
0025	Segurança Pública e Cidadania	195.424,80
0026	Previdência Social aos Servidores Públicos e Agentes Políticos	1.250.000,00
0027	Encargos especiais	960.000,00
0029	Administração Participativa e Transparente	2.208.000,00
0003	Descanso – Cidade Empreendedora	135.000,00
0030	Educação e Cidadania	7.580.102,40
0031	Resgatando Nossa Cultura	115.000,00

0032	Esporte – Resgatando Cidadania	700.000,00
0033	Resgatando – Estrada Modelo	1.670.494,40
0034	Você Participa – Cidade Melhora	1.878.998,20
0035	Água Boa – Vida Saudável	20.000,00
0036	Da Porteira para dentro	150.000,00
0037	Saúde Preventiva e de Qualidade para Todos	7.936.903,60
0004	História e Sabor	50.000,00
0005	Crescer Saudável	240.009,40
9999	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL è	36.833.893,60

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

DESPESAS CORRENTES		27.349.319,20
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	14.280.389,60
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.068.929,60
DESPESAS DE CAPITAL		2.193.070,80
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.193.070,80
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		80.000,00
9.9.99.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	29.622.390,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL è	36.833.893,60

DO ORÇAMENTO DA ENTIDADE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO

Art. 3º O Orçamento da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 27.636.990,00 (vinte e sete milhões, seiscentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa reais) e fixa as Despesas em R\$ 20.425.486,40 (vinte milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 7.211.503,60 (sete milhões, duzentos e onze mil, quinhentos e três reais e sessenta centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

4	Receitas	27.636.990,00
4.1.	RECEITAS CORRENTES	27.636.990,00
	TOTAL è	27.636.990,00

§ 2º A Despesa da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE DESCANSO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04	Administração	2.383.000,00
06	Segurança Pública	195.424,80
08	Assistência Social	1.522.457,20
09	Previdência Social	1.250.000,00
12	Educação	7.820.111,80
13	Cultura	255.000,00
15	Urbanismo	1.818.998,20
16	Habitação	95.000,00
17	Saneamento	50.000,00
18	Gestão Ambiental	20.000,00
20	Agricultura	1.460.000,00
22	Indústria	115.000,00
23	Comércio e Serviços	20.000,00
24	Comunicações	10.000,00
26	Transporte	1.670.494,40
27	Desporto e Lazer	700.000,00
028	Encargos Especiais	960.000,00
99	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	20.425.486,40
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60



	TOTAL è	27.636.990,00
--	---------	---------------

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	18.342.415,60
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.532.149,60
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.810.266,00
	DESPESAS DE CAPITAL	2.003.070,80
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	2.003.070,80
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	80.000,00
9.9.99.00.00.00.00	Reserva de Contingência	80.000,00
	SOMA è	20.425.486,40
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	7.211.503,60
	TOTAL è	27.636.990,00

## DO ORÇAMENTO DA ENTIDADE

## FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO

Art. 4º O Orçamento da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 1.985.400,00 (um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 6.001.503,60 (seis milhões e um mil e quinhentos e três reais e sessenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 7.986.903,60 (sete milhões e novecentos e oitenta e seis mil e novecentos e três reais e sessenta centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante a arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

4.	Receitas	1.985.400,00
4.1.	RECEITAS CORRENTES	1.985.400,00
	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	6.001.503,60
	TOTAL è	7.986.903,60

§ 2º A Despesa da entidade FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DESCANSO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10	Saúde	7.986.903,60
	TOTAL è	7.986.903,60

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	7.846.903,60
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.838.240,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.008.663,60
	DESPESAS DE CAPITAL	140.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	140.000,00
	TOTAL è	7.986.903,60

## DO ORÇAMENTO DA ENTIDADE

## CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DESCANSO

Art. 5º O Orçamento da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES para o exercício de 2018 estima a Receita de Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.210.000,00 (um milhão e duzentos e dez mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.210.000,00 (um milhão e duzentos e dez mil reais).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS	1.210.000,00
	TOTAL è	1.210.000,00

§ 2º A Despesa da entidade CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DESCANSO será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01	Legislativa	1.210.000,00
----	-------------	--------------

	TOTAL è	1.210.000,00
--	---------	--------------

## II - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	DESPESAS CORRENTES	1.160.000,00
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	910.000,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	250.000,00
	DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	50.000,00
	TOTAL è	1.210.000,00

## DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçados ou orçados a menor.

Art. 7º Na execução orçamentária de 2018, o Chefe do Poder Executivo fica autorizado a proceder às adequações que se fizerem necessárias no orçamento da despesa das unidades orçamentárias, com prévia autorização legislativa.

Art. 8º As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de crédito e outras receitas de realização extraordinária, só serão executadas quando verificado o seu efetivo ingresso no erário municipal.

Art. 9º Durante o exercício de 2018, o Poder Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas e projetos constantes desta lei ou em créditos adicionais, obedecida a legislação específica com prévia autorização legislativa.

Art. 10º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a contar de 01 de janeiro de 2018.

Art. 11º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 12 de dezembro de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Simone Pavan - Assessor Técnico – Adm.RH/DP

# Erval Velho

## PREFEITURA

### EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 041/2017

Publicação Nº 1454708

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO  
PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 073/2017  
Edital de Pregão nº 041/2017

O Município de Erval Velho torna público que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO sob a forma PRESENCIAL a ser Processado e Julgado em conformidade com o Decreto Municipal nº 1386/2010 que regulou a Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis

Objeto: Aquisição de Mecanização Agrícola, conforme relação, quantitativo e especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Data e Horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 27/12/2017.

Local: Setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000

O Edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.ervalvelho.sc.gov.br](http://www.ervalvelho.sc.gov.br)

Maiores informações podem ser obtidas das 7h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min no email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

Walter Kleber Kucher Junior  
Prefeito Municipal.

# Faxinal dos Guedes

## PREFEITURA

### CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO LETIVO DE 2018

Publicação Nº 1455109

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 0002/2017

CONVOCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS DO QUADRO DE PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA O ANO LETIVO DE 2018.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CLEUSA BRUSAMARELLO, em suas atribuições legais, convoca todos os Professores da Rede Pública Municipal, pertencentes ao Quadro do Magistério Público Municipal, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 004/99, datada de 22 de Novembro de 1999, para a escolha de aulas do quadro de vagas do Ensino Fundamental anos Iniciais, Ensino Fundamental anos Finais, Educação Infantil e Educação Especial, conforme a data e condições a seguir:

#### I – DO DIA E HORÁRIO

1. No dia 21 de Dezembro de 2017, no horário das 08h30min às 11h00min e 13h30min às 16h00min nas Dependências da Escola Alexandre Antonioli, com endereço, rua 20 de Janeiro, nº1608, Bairro Rosa.

1.1 A escolha de aulas dos professores efetivos se dará seguindo a Portaria (em anexo) nº257/2017, de 06 de Dezembro de 2017.

0.2 A chamada para escolha ocorrerá conforme segue o quadro das modalidades de ensino e horário:

Educação Infantil	08h30m
Ensino Fundamental Anos Iniciais	10h00m
Ensino Fundamental Anos Finais e Educação Especial	13h30m

Observação: As vagas não preenchidas serão ofertadas para professores em contratação temporária para o ano letivo de 2018, em face da realização do Processo Seletivo lançado de Professores ACT's.

Faxinal dos Guedes/SC, aos 12 de Dezembro de 2017.  
CLEUSA BRUSAMARELLO  
SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

### LEI 2426/2017

Publicação Nº 1455145

LEI Nº 2426/2017.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 911/1985, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2º, da Lei nº 911/1985, de 26 de novembro de 1985, passa ter a seguinte redação:

Art. 2º. O parcelamento do solo será efetuado sob a forma de loteamento, desmembramento, desdobro, condomínio horizontal e loteamento popular.

Art. 2º. O artigo 3º, da Lei nº 911/1985, de 26 de novembro de 1985, inclui os incisos IV, V e VI, passando ter a seguinte redação:

Art. 3º...

I - ...

II - ...

III - ...

IV – Desdobro: É divisão de um lote sem o objetivo de urbanização, não se sujeitando aos efeitos da lei federal 6.766/79, em razão de não deter potencial de influir nos padrões urbanísticos, mediante a constituição de novos lotes com matrículas distintas;

V – Condomínio horizontal: A divisão de imóvel em unidades autônomas destinadas à edificação, as quais correspondem frações ideais das áreas de uso comum dos condôminos, sendo admitida a abertura de vias internas de domínio privado;

VI – Loteamento Popular: Subdivisão da gleba em lotes destinados à edificação, sendo apenas uma unidade por pessoa com renda familiar mensal a ser determinada por decreto, e inscritas em Cadastro Público específico da Secretaria Municipal de Assistência Social, junto ao Setor de Habitação.

Art. 3º. O artigo 6º, da Lei nº 911/1985, de 26 de novembro de 1985, altera os incisos I e II, revoga o parágrafo 1º e Inclui o parágrafos 4º e 5º, passando ter a seguinte redação:

Art. 6º...

I – 8% (oito por cento) da área líquida a ser comercializada para áreas comunitárias, destinadas à implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

II – 7% (sete por cento) da área líquida a ser comercializada para áreas verdes e espaços livres de uso público;

§ 1º. Revogado.

§ 2º .....

§ 3º .....

§ 4º. O poder público municipal poderá reduzir o percentual de áreas públicas previsto no caput desse artigo e nos incisos I e II, quando da realização de loteamento e ou condomínios de interesse social (populares).

§ 5º. As áreas de uso comum ao condomínio horizontal terão proporção mínima de trinta e cinco por cento da área total parcelável." Sendo necessária a manutenção de pelo menos 7% (sete por cento) de área verde, sobre a área total.

Art. 4º. O artigo 9º, da Lei nº 911/1985, de 26 de novembro de 1985, altera a redação e inclui os parágrafos 1º, 2º e 3º:

Art. 9º. Todos os lotes urbanos independentemente da zona em que se situam, terão área mínima de 360,00m² (trezentos e sessenta metros quadrados), com testada mínima de 12,00m (doze metros) e de 14,00m (quatorze metros) para lotes de esquina.

§ 1º. Em loteamentos populares os lotes não poderão ser inferiores a 125,00m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e sua testada não poderá ser inferior a 5,00m (cinco metros)

§ 2º. No caso de desdobramentos, os quais possuírem situação consolidada até o ano de 2016 comprovados pelo Setor de Engenharia do Município os lotes resultantes, não poderão ser inferiores

a 125,00m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) e sua testada não poderá ser inferior a 5,00m (cinco metros).

§ 3º. Em condomínios horizontais as frações ideal não poderão ser inferiores a 125,00m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) e sua testada não poderá ser inferior a 3,00m (três metros).

Art. 5º. O artigo 18, da Lei nº 911/1985, de 26 de novembro de 1985, altera a redação:

Art.18. As vias de acesso sem saída serão permitidas, desde que providas de praças de retorno na extremidade, e seu comprimento, inclusive a praça de retorno não exceda o máximo de 350m (trezentos e cinquenta metros).

Parágrafo Único: Em casos onde existirem projeção de Rua no local, ficará a critério do setor de aprovação do projeto sua realização, bem como sua praça de retorno; quando da realização de loteamento e ou condomínios de interesse social (populares), fica dispensado as praças de retorno.

Art. 6º. O artigo 22, da Lei nº 911/1985, de 26 de novembro de 1985, fica revogado:

Art. 22. Revogado.

Art. 7º. O artigo 23, da Lei nº 911/1985, de 26 de novembro de 1985, passa ter a seguinte redação:

Art. 23. O comprimento e ou largura das quadras não poderá ser superior a 350m (trezentos e cinquenta metros), salvo quando para se adequarem a situações consolidadas.

Art. 8º. O artigo 34, da Lei nº 911/1985, de 26 de novembro de 1985, altera a redação, no Inciso III, altera a redação da alínea a e revoga as alíneas b e c, revoga o inciso IV, V e XII, altera o inciso X e inclui os incisos XIV e XV, passando ter a seguinte redação:

Art. 34. ...

I - ...

II - ....

III - ...

a) do tributo municipal relativo ao imóvel;

b) revogado.

c) revogado.

IV – Revogado.

V – Revogado

VI - ...

VII - ..

VIII - ...

IX - ....

X - Projeto da rede de drenagem pluvial, com a diâmetragem das canalizações, especificação dos materiais empregados e demais detalhes;

XI - ...

XII – Revogado.

XIII - ...

XIV – Projeto de pavimentação asfáltica;

XV – Projeto de travessia da rede de esgoto sanitário nas ruas, conforme parâmetros definidos pela equipe técnica da prefeitura municipal.

Art. 9º. O artigo 54, da Lei nº 911/1985, de 26 de novembro de 1985, altera o inciso V e inclui o inciso VII passando ter a seguinte redação:

Art. 54...

I - ...

II - ....

III - ....

IV - ...

V – Execução das vias de circulação (ruas) com pavimentação

asfáltico e colocação de meios fios;

VI - ...

VII - Execução das travessias da rede de esgoto sanitário nas ruas, conforme projeto aprovado.

Parágrafo Único - ....

Art. 10. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes – (SC), 12 de Dezembro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

## LEI 2427/2017

Publicação Nº 1455149

LEI Nº 2427/2017.

ALTERA A REDAÇÃO DO ARTIGO 34 DA LEI Nº 915/1985, CONFORME ESPECIFICA.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 34, da Lei nº 915/1985, de 26 de Novembro de 1985, inclui os incisos VI, VII e VIII, passando ter a seguinte redação:

Art. 34...

I – ...

II – ...

III – ...

IV - ...

V - ...

VI - Vias Internas de Loteamento (VIL): são as vias de caráter local, no interior de loteamentos. Tem como função acesso dos lotes a vias de maior hierarquização. Possuem 8m (oito metros) de caixa de rolamento e dois passeios de 2,00m (dois metros) cada, totalizando 12m (doze metros);

VII - Vias Internas de Loteamento Popular (VILP): são as vias de caráter local, no interior de loteamentos. Tem como função acesso dos lotes a vias de maior hierarquização. Possuem 6m (seis metros) de caixa de rolamento e dois passeios de 2,00m (dois metros) cada, totalizando 10m (dez metros);

VIII - Vias Internas de Condomínios Horizontais (VICH): são as vias de caráter local, no interior de condomínio. Tem como função acesso das frações ideal. Possuem largura mínima de 8,00m (oito metros).

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes – (SC), 12 de Dezembro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

**LEI 2428/2017**

Publicação Nº 1455152

LEI Nº 2428/2017.

REVOGA AS LEIS Nº 1.006/1987 E 2.235/2012, CONFORME ESPECÍFICA.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam revogadas na sua integralidade a Lei nº 1.006, de 09 de outubro de 1987 e a Lei nº 2.235, de 23 de maio de 2012.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes – (SC), 12 de Dezembro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal

**LEI 2429/2017**

Publicação Nº 1455161

LEI Nº 2429/2017

AUTORIZA DESAFETAR BEM PÚBLICO E EFETUAR PERMUTA DE ÁREAS E BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO COM A EMPRESA AVELINO BRAGAGNOLO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Faxinal dos Guedes, Estado de Santa Catarina, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica desafetado do interesse público e autorizado o chefe do Poder Executivo Municipal efetuar a permutada entre áreas de terras e de bens imóveis localizados no Distrito de Barra Grande, conforme abaixo especificado:

Bens do Município:

01	Trecho da rodovia municipal FAG-050 asfaltada em torno de 10 anos, numa extensão de 2.799,60m2 x R\$ 50,00 o m2, avaliada em:	139.980,00
02	Trecho da estrada após a ponte, entroncamento dos barracões, margeando por trás deles na Indústria Bragagnolo a montante e a jusante da margem direita do Rio Chapecózinho, com área de 8.457,05m2 x R\$ 15,00 o m2, avaliada em:	126.855,75
03	Chacarã 01 pertencente em condomínio na matrícula 24.312, localizado no perímetro urbano da comunidade de Barra Grande com área de 3.704,40m2 x R\$ 35,00 o m2, avaliada em:	129.654,00
04	Chacarã 03 pertencente em condomínio na matrícula 24.312, localizado no perímetro urbano da comunidade de Barra Grande com área de 3.980,00m2 x R\$ 35,00 o m2, avaliada em:	139.300,00
05	Ponte velha sobre o Rio Chapecózinho com extensão aproximada de 65,00m e com uma área aproximada de 296,00m2, avaliada em:	540.825,00
	<b>TOTAL DA AVALIAÇÃO DOS BENS DO MUNICÍPIO</b>	<b>1.076.614,75</b>

Bens de Avelino Bragagnolo S/A Indústria e Comércio:

01	Trecho da estrada entre a comunidade de Barra Grande até o Rio Chapecózinho até a ponte (margem esquerda) que dá acesso a Ouro Verde e outras comunidades, referente a matrícula 25.883 com área de 13.186,00m x R\$ 15,00 o m2, avaliada em:	197.790,00
02	Trecho da estrada entre o Rio Chapecózinho (margem direita) que dá acesso a Ouro Verde e outras comunidades, referente a matrícula 20.231 com área de 2.634,00m x R\$ 15,00 o m2, avaliada em:	39.510,00
03	Trecho da estrada entroncamento novo, margeando por trás da Indústria Bragagnolo a montante do Rio, referente as matrículas 20.232, 20.220, 21.780 e 21.631 com área de 14.065,00m2 x R\$ 15,00 o m2 avaliada em:	210.975,00
04	Imóvel pertencente a matrícula 7000, localizado no perímetro urbano da comunidade de Barra Grande com área de 9.270,00m2 x R\$ 30,34 m2, avaliada em:	281.251,80
05	Ponte nova sobre o Rio Chapecózinho com extensão aproximada de 65,00m e com uma área aproximada de 509,00 m2, avaliada em:	930.000,00
	<b>TOTAL DA AVALIAÇÃO DOS BENS DE AVELINO BRAGAGNOLO S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO</b>	<b>1.659.526,80</b>

Art. 2º. Em razão da permuta das áreas de terras e dos bens acima especificados, fica autorizado o fechamento da estrada geral e da ponte sobre o rio Chapecózinho, que passam a ser propriedade exclusiva da empresa Avelino Bragagnolo S/A Indústria e Comércio.

Art. 3º. Fica autorizado o setor competente da Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, (SC), promover todos os atos necessários para efetivar a regularização, assim como o Chefe do Poder Executivo Municipal, poderá firmar todos os documentos necessários para as transferências dos bens objeto da permuta.

Art. 4º. As despesas decorrentes com a execução da presente lei correrão por conta da dotação orçamentária própria vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Faxinal dos Guedes – (SC), 12 de Dezembro de 2017.

GILBERTO ANGELO LAZZARI

Prefeito Municipal



# Flor do Sertão

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 2419/2017

Publicação Nº 1455451

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão Presencial  
PROCESSO LICITATÓRIO nº. 2419/2017  
MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 47/2017  
CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Global

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2018.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 12 de dezembro de 2017, no site [www.flordosertao.sc.gov.br](http://www.flordosertao.sc.gov.br), e em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 09:30 horas do dia 26 de dezembro de 2017. A abertura da sessão para a realização do certame será às 09:31 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 12 dias do mês de dezembro de 2017.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER		DIOGO DE BEM
CPF: 503.319.819-04		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO

### LEI COMPLEMENTAR Nº 28/2017

Publicação Nº 1454106

LEI COMPLEMENTAR Nº 28/2017  
ALTERA O ARTIGO 111 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 012/2007, DE 10 DE SETEMBRO DE 2007 QUE INSTITUI AS NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO, REDEFINE O PERÍMETRO URBANO E INSTITUI O PARCELAMENTO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PERIN, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º. Fica pela presente Lei alterado o Artigo 111 da Lei complementar nº. 012/2007, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 111 – Aplicam-se ao desmembramento, no que couber, as disposições urbanísticas exigidas para o loteamento, em especial os Artigos 79, 83 e 96.

§ 1º - Ficam os desmembramentos isentos da doação de área destinada ao sistema de circulação;

§ 2º - Ficam os desmembramentos de até 6.500 mt<sup>2</sup> (seis mil e quinhentos metros quadrados) isentos de doação de áreas para implantação de equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres exigidos nos loteamentos;

§ 3º - Os desmembramentos acima de 6.500 mt<sup>2</sup> (seis mil e quinhentos metros quadrados) deverão doar 8% (oito por cento) para as áreas comunitárias destinadas a implantação de equipamentos urbanos e comunitários;

Art. 2º. Os demais Artigos da presente Lei permanecem inalterados;

Art. 3º. A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão,  
aos 12 dias do mês de Dezembro de 2017.

RENATO PERIN Prefeito Municipal em Exercício  
Registrada e publicada  
Na data supra

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário da Administração

**LEI COMPLEMENTAR Nº 29/2017**

Publicação Nº 1454109

1

**SUMÁRIO**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 002/2017.....	9
DISPOSIÇÃO PRELIMINAR.....	9
TÍTULO I.....	9
SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL .....	9
CAPÍTULO I.....	9
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	9
CAPÍTULO II .....	10
COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA .....	10
CAPÍTULO III.....	10
LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR .....	10
CAPÍTULO IV.....	12
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	12
CAPÍTULO V.....	13
DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS .....	13
SEÇÃO I .....	13
FISCALIZAÇÃO.....	13
SEÇÃO II.....	15
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO .....	15
SEÇÃO III.....	16
APREENSÃO DE BENS E OU DOCUMENTOS.....	16
SEÇÃO IV .....	17
REPRESENTAÇÃO .....	17
SEÇÃO V.....	18
DÍVIDA ATIVA.....	18
SEÇÃO VI .....	20
CERTIDÃO NEGATIVA.....	20
CAPÍTULO VI.....	21
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL .....	21
SEÇÃO I .....	21
DOS ATOS INICIAIS .....	21
SEÇÃO II.....	21
DA RECLAMAÇÃO E DEFESA .....	21
SEÇÃO III.....	21
DAS PROVAS.....	21

2

SEÇÃO IV .....	22
DA DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA .....	22
SEÇÃO V .....	23
DO RECURSO VOLUNTÁRIO .....	23
SEÇÃO VI .....	23
DO RECURSO DE OFÍCIO .....	23
SEÇÃO VII .....	24
DA DECISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA .....	24
SEÇÃO VIII .....	24
DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FINAIS .....	24
CAPÍTULO VII .....	24
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES .....	24
CAPITULO VIII .....	27
INFRAÇÕES E PENALIDADES EM GERAL .....	28
SEÇÃO I .....	28
DAS MULTAS .....	28
SUBSEÇÃO I .....	28
DAS MULTAS FIXAS .....	28
SUBSEÇÃO II .....	28
DAS MULTAS VARIÁVEIS .....	28
SEÇÃO II .....	30
DOS JUROS DE MORA .....	30
SEÇÃO III .....	30
DA CORREÇÃO MONETÁRIA .....	30
SEÇÃO IV .....	30
DO PARCELAMENTO .....	30
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS .....	31
TÍTULO II .....	32
DOS IMPOSTOS .....	32
CAPÍTULO I .....	32
DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA .....	32
SEÇÃO I .....	32
PLANTA GENÉRICA DE VALORES .....	32
SEÇÃO II .....	34
IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO .....	34
SEÇÃO III .....	36
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA .....	36

3

SEÇÃO IV .....	36
INSCRIÇÃO .....	36
SEÇÃO V .....	38
LANÇAMENTO .....	38
SEÇÃO VI .....	38
FORMAS DE PAGAMENTO .....	38
SEÇÃO VII .....	39
DAS ISENÇÕES .....	39
SEÇÃO VIII .....	40
PENALIDADES .....	40
CAPÍTULO II .....	40
DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE .....	40
BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS .....	40
SEÇÃO I .....	40
FATO GERADOR .....	40
SEÇÃO II .....	42
SUJEITO PASSIVO .....	42
SEÇÃO III .....	42
DAS ISENÇÕES .....	42
SEÇÃO IV .....	42
BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS .....	42
SEÇÃO V .....	44
LANÇAMENTO .....	44
SEÇÃO VI .....	44
ARRECADAÇÃO .....	44
SEÇÃO VII .....	45
RESTITUIÇÃO .....	45
SEÇÃO VIII .....	45
FISCALIZAÇÃO .....	45
SEÇÃO IX .....	46
INFRAÇÕES E PENALIDADES .....	46
CAPÍTULO III .....	46
DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA .....	46
SEÇÃO I .....	46
HIPÓTESE DA INCIDÊNCIA .....	46
SEÇÃO II .....	48
DO SUJEITO PASSIVO .....	48

	4
SEÇÃO III.....	48
DOMICILIO TRIBUTÁRIO – LOCAL DA PRESTAÇÃO.....	48
SUBSEÇÃO I .....	50
ESTABELECIMENTO PRESTADOR.....	50
SEÇÃO IV .....	50
RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA .....	50
SEÇÃO V.....	52
BASE DE CÁLCULO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB A FORMA DE TRABALHO PESSOAL DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE .....	52
SEÇÃO VI .....	52
BASE DE CÁLCULO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB FORMA DE SOCIEDADE DE PROFISSIONAL LIBERAL.....	52
SEÇÃO VII.....	53
BASE DE CÁLCULO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB A FORMA DE PESSOA JURÍDICA .....	53
SEÇÃO VIII.....	56
ARBITRAMENTO.....	56
SEÇÃO IX .....	58
ESTIMATIVA .....	58
SEÇÃO X.....	58
DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS.....	58
SUBSEÇÃO I .....	59
DO CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS .....	59
SUBSEÇÃO II .....	60
DOS DOCUMENTOS FISCAIS .....	60
SUBSEÇÃO III.....	60
DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA.....	60
SUBSEÇÃO IV .....	60
DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA .....	60
SUBSEÇÃO V .....	61
DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AVULSA .....	61
SUBSEÇÃO VI.....	61
DA AIDF – AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS.....	61
SUBSEÇÃO VII .....	61
DA ESCRITA FISCAL .....	61
SUBSEÇÃO VIII.....	62
EQUIPAMENTOS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS FISCAIS .....	62
SEÇÃO XI .....	62

HOMOLOGAÇÃO .....	62
SEÇÃO XII .....	62
DO LANÇAMENTO .....	62
SEÇÃO XIII .....	63
DA ARRECADAÇÃO .....	64
SEÇÃO XIV .....	64
ISENÇÕES .....	64
SEÇÃO XV .....	65
INSCRIÇÃO E DECLARAÇÃO DOS CONTRIBUINTES .....	65
SEÇÃO XVI .....	67
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES .....	67
TÍTULO III .....	68
DAS TAXAS .....	68
CAPÍTULO I .....	68
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	68
CAPÍTULO II .....	69
ESTABELECIMENTO EXTRATIVISTA, PRODUTOR, INDUSTRIAL, COMERCIAL, SOCIAL E PRESTADOR DE SERVIÇO .....	69
CAPÍTULO III .....	70
DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS .....	70
SEÇÃO I .....	70
COLETA DE LIXO .....	70
SUBSEÇÃO I .....	71
DAS ISENÇÕES .....	71
SEÇÃO II .....	71
TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS .....	71
CAPÍTULO IV .....	71
DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA ..	71
SEÇÃO I .....	71
TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL E VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS .....	72
SUBSEÇÃO I .....	72
FATO GERADOR E INCIDÊNCIA .....	72
SUBSEÇÃO II .....	73
BASE DE CÁLCULO .....	73
SUBSEÇÃO III .....	73
SUJEITO PASSIVO .....	73
SUBSEÇÃO IV .....	73



SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA .....	73
SUBSEÇÃO V .....	74
LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO .....	74
SUBSEÇÃO VI .....	74
ISENÇÕES .....	74
SEÇÃO II .....	74
TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA .....	75
SUBSEÇÃO I .....	75
FATO GERADOR E INCIDÊNCIA .....	75
SUBSEÇÃO II .....	75
BASE DE CÁLCULO .....	75
SUBSEÇÃO III .....	75
SUJEITO PASSIVO .....	75
SUBSEÇÃO IV .....	76
SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA .....	76
SUBSEÇÃO V .....	76
LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO .....	76
SEÇÃO III .....	77
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE AMBULANTE E EVENTUAL .....	77
SUBSEÇÃO I .....	77
FATO GERADOR E INCIDÊNCIA .....	77
SUBSEÇÃO II .....	77
BASE DE CÁLCULO .....	77
SUBSEÇÃO III .....	78
SUJEITO PASSIVO .....	78
SUBSEÇÃO IV .....	78
SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA .....	78
SUBSEÇÃO V .....	78
LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO .....	78
SEÇÃO IV .....	79
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA PARTICULAR .....	79
SUBSEÇÃO I .....	79
FATO GERADOR E INCIDÊNCIA .....	79
SUBSEÇÃO II .....	80
BASE DE CÁLCULO .....	80
SUBSEÇÃO III .....	80
SUJEITO PASSIVO .....	80

SUBSEÇÃO IV .....	80
SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA .....	80
SUBSEÇÃO V .....	80
LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO .....	80
SEÇÃO V .....	81
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO E DE PERMANÊNCIA EM ÁREAS, EM VIAS E EM LOGRADOUROS PÚBLICOS .....	81
SUBSEÇÃO I .....	81
FATO GERADOR E INCIDÊNCIA .....	81
SUBSEÇÃO II .....	82
BASE DE CÁLCULO .....	82
SUBSEÇÃO III .....	82
SUJEITO PASSIVO .....	82
SUBSEÇÃO IV .....	82
SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA .....	82
SUBSEÇÃO V .....	82
LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO .....	82
TÍTULO IV .....	83
DAS CONTRIBUIÇÕES .....	83
CAPÍTULO I .....	83
DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA .....	83
SEÇÃO I .....	83
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	83
SEÇÃO II .....	83
SUJEITO PASSIVO .....	83
SEÇÃO III .....	83
FATO GERADOR E INCIDÊNCIA .....	83
SEÇÃO IV .....	84
BASE DE CÁLCULO .....	84
SEÇÃO V .....	85
SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA .....	85
SEÇÃO VI .....	86
LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO .....	86
CAPÍTULO II .....	88
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA .....	88
SEÇÃO I .....	88
DISPOSIÇÕES GERAIS .....	88

TABELAS DE I A XIV E ANEXO ÚNICO .....	90
TABELA I.....	90
VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO DO LOTE URBANO OU RURAL .....	90
TABELA II .....	90
COEFICIENTE DE VALORIZAÇÃO OU DESVALORIZAÇÃO QUANTO A SITUAÇÃO DO TERRENO .....	90
ÍNDICE .....	90
TABELA III.....	90
COEFICIENTE QUANTO A TOPOGRAFIA DO TERRENO.....	90
TABELA IV.....	91
COEFICIENTE QUANTO A PEDOLOGIA DO TERRENO .....	91
TABELA V .....	91
COEFICIENTE QUANTO AO TIPO DE PAVIMENTAÇÃO DO TERRENO.....	91
TABELA VI.....	91
VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO CONFORME CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO .....	91
TABELA VII .....	92
COEFICIENTE QUANTO A DEPRECIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO .....	92
TABELA VIII .....	92
<i>LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS E ALÍQUOTAS DO ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA .....</i>	<i>92</i>
TABELA IX.....	103
<i>TAXA DE COLETA DE LIXO.....</i>	<i>103</i>
TABELA X .....	104
<i>TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL E VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS .....</i>	<i>104</i>
TABELA XI.....	149
TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA.....	149
TABELA XII .....	159
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA PARTICULAR.....	159
TABELA XIII .....	161
TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA EM ÁREAS, EM VIAS E EM LOGRADOUROS PÚBLICOS .....	161
TABELA XIV .....	161
CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA .....	161
ANEXO ÚNICO .....	162
NOVO MAPA DA DIVISÃO FISCAL.....	162

**LEI COMPLEMENTAR Nº 29/2017.****DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E ESTABELECE NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO E DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE FLOR DO SERTÃO – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.****DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

**Art. 1º** A presente Lei Complementar institui o Sistema Tributário do Município de Flor do Sertão; estabelece normas complementares de Direito Tributário, a ele relativas, e disciplina a atividade tributária do Fisco Municipal. Sendo regido pela Constituição Federal, Código Tributário Nacional, Artigo 11 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, demais Leis Complementares Federais, Lei Orgânica do Município de Flor do Sertão e por este Código que institui os tributos, define as obrigações principais e acessórias das pessoas a ele sujeitas e regula o procedimento tributário fiscal.

**TÍTULO I  
SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL****CAPÍTULO I  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 2º** O sistema tributário municipal é regido pelo disposto na Constituição Federal, pelo Código Tributário Nacional, pela Lei Orgânica Municipal, pela presente Lei Complementar e pelas demais normas tributárias aplicáveis.

**Art. 3º** Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.

**Art. 4º** A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualificá-la:

- I - a denominação e demais características formais adotadas;
- II - a destinação legal do produto da sua arrecadação.

**Art. 5º** Os tributos municipais instituídos por esta Lei Complementar são os seguintes:

I – Impostos sobre:

- a) Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU;
- b) Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direito Reais a eles Relativos – ITBI;
- c) Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

II – Taxas de:

- a) Coleta de Lixo;

- b) Licença para Localização e Permanência no Local e Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas;
- c) Autorização de Publicidade;
- d) Licença para Execução de Obras e Urbanização; e,
- e) Licença para Atividade Eventual ou Ambulante.

III – Contribuições de:

- a) Melhoria; e,
- b) Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

**Parágrafo único.** Os prazos e as condições para pagamento dos tributos municipais previstos no caput deste artigo serão definidos por Decreto do Poder Executivo Municipal e publicados até o dia 31 de dezembro de cada ano fiscal.

## CAPÍTULO II COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

**Art. 6º** A atribuição constitucional de competência tributária compreende a competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, na Constituição do Estado e na Lei Orgânica Municipal e observado o disposto nesta Lei Complementar.

**Art. 7º** A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra.

§ 1º A atribuição compreende as garantias e os privilégios processuais que competem à pessoa jurídica de direito público que a conferir.

§ 2º A atribuição pode ser revogada, a qualquer tempo, por ato unilateral da pessoa jurídica de direito público que a tenha conferido.

§ 3º Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

**Art. 8º** O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

## CAPÍTULO III LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR

**Art. 9º** É vedado ao Município:

- I – instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça;
- II – instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

III – estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos intermunicipais, ressalvadas a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

IV – cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.

V – utilizar tributo com efeito de confisco;

VI – instituir impostos sobre:

a) o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

b) templos de qualquer culto;

c) o patrimônio, a renda ou serviços de partidos políticos, inclusive das fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º O disposto no inciso VI não exclui a atribuição, por lei, às entidades nele referidas, da condição de responsáveis pelos tributos que lhes caiba reter na fonte, e não as dispensa da prática de atos, previstos em lei, assecuratórios do cumprimento de obrigações tributárias por terceiros.

§ 2º O disposto na alínea “a” do inciso VI deste artigo aplica-se exclusivamente aos serviços próprios das pessoas jurídicas de direito público a que se refere este artigo, e inerente aos seus objetivos.

§ 3º As vedações do inciso VI, alínea “a” deste artigo, é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou as dela decorrentes.

§ 4º As vedações do inciso VI, alínea “a” e do parágrafo anterior deste artigo não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis a empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 5º As vedações expressas no inciso VI, alíneas “b” e “c” deste artigo, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços, relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

§ 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas e contribuições, só poderá ser concedido mediante lei municipal específica, que regule exclusivamente as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição.

**Art. 10.** O disposto na alínea “c” do inciso VI do art. 9º desta Lei Complementar é subordinado à observância dos seguintes requisitos pelas entidades nele referidas:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;



II – aplicarem integralmente, no país, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;

III – manterem escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

§ 1º Na falta de cumprimento do disposto neste artigo, ou no § 1º do art. 9º desta Lei Complementar, a autoridade competente pode suspender a aplicação do benefício.

§ 2º Os serviços a que se refere à alínea “c” do inciso VI do art. 9º desta Lei Complementar, são exclusivamente os diretamente relacionados com os objetivos institucionais das entidades de que trata este artigo, previsto nos respectivos estatutos ou atos constitutivos.

**Art. 11.** Poderá ser atribuída ao sujeito passivo de obrigação tributária, a condição de responsável pelo pagamento do imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurado à imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido, com fundamento no § 7º do art. 150 da Constituição Federal.

#### **CAPÍTULO IV IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES**

**Art. 12.** Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.

**Art. 13.** Os impostos que integram o Sistema Tributário Municipal são:

I – Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;

II – Imposto Sobre a Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis - ITBI;

III – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN.

**Art. 14.** As taxas cobradas pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição.

**Parágrafo único.** As taxas não poderão ter base de cálculo própria de impostos.

**Art. 15.** Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando o direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança; à higiene; à ordem; aos costumes; à disciplina da produção e do mercado; ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público; à tranquilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

**Parágrafo único.** Considera-se o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

**Art. 16.** Os serviços públicos a que se refere o art. 14 desta Lei Complementar consideram-se:

I – utilizados pelo contribuinte:

a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;  
b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.

II – específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidades públicas;

III – divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um de nossos usuários.

**Art. 17.** Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se taxas:

- a) taxas de serviços públicos;
- b) taxa de licença em razão do exercício do poder de polícia.

**Art. 18.** A contribuição de melhoria cobrada pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

**Art. 19.** A lei relativa à contribuição de melhoria observará os seguintes requisitos mínimos:

I – publicação prévia dos seguintes elementos:

- a) memorial descrito do projeto;
- b) orçamento do custo da obra;
- c) determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição;
- d) delimitação da zona beneficiada;
- e) determinação do fator de absorção do benefício para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

II – fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos no inciso anterior;

III – regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra que se refere a alínea C, do inciso I deste artigo, e o acréscimo do valor do imóvel situado na zona direta ou indiretamente beneficiada.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento.

## **CAPÍTULO V** **DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS**

### **SEÇÃO I** **FISCALIZAÇÃO**

**Art. 20.** Compete à Administração Fazendária Municipal, pelos órgãos especializados, a fiscalização do cumprimento das normas da legislação tributária.

**Parágrafo único.** A legislação a que se refere este artigo aplica-se as pessoas naturais ou jurídicas, contribuintes ou não, inclusive as que gozem de imunidade tributária ou de isenção de caráter pessoal.

**Art. 21.** Para os efeitos da legislação tributária, não tem aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, prestadores de serviços, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

§ 1º A autoridade administrativa terá ampla faculdade de fiscalização podendo especialmente:

I – exigir do sujeito passivo a exibição de livros comerciais e fiscais e documentos em geral, bem como solicitar seu comparecimento à repartição competente para prestar informações ou declarações;

II – apreender livros e documentos fiscais, nas condições e formas definidas nesta lei;

III – fazer inspeções, vistorias, levantamentos, avaliações e auditorias nos locais e estabelecimentos onde se exerçam atividades passíveis de tributação, ou nos bens que constituam matéria tributável;

IV – a escrita fiscal ou mercantil, com omissão de formalidades legais ou intuito de fraude fiscal, será desclassificada, facultado ao Poder Público Municipal o arbitramento dos diversos valores;

V – a autoridade administrativa poderá determinar sistema especial de fiscalização sempre que forem considerados insatisfatórios os elementos constantes dos documentos e dos livros fiscais e comerciais do sujeito passivo.

§ 2º Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a prescrição dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

**Art. 22.** A autoridade administrativa que proceder ou presidir a quaisquer diligências de fiscalização lavrará os termos necessários para que se documente o início do procedimento na forma estabelecida em regulamento, que fixará prazo máximo para a conclusão daquelas.

§ 1º Os termos a que se refere este artigo serão lavrados, sempre que possível, em um dos livros fiscais exibidos, quando lavrados em separado deles se entregará, à pessoa sujeita à fiscalização, cópia autenticada pela autoridade a que se refere este artigo.

§ 2º Em nenhuma hipótese a autoridade administrativa poderá suspender o curso da ação fiscal, desde que no exercício da fiscalização sejam provados indícios de infração à legislação tributária, decorrentes do descumprimento da obrigação principal, quer da obrigação acessória.

§ 3º É vedado à autoridade de qualquer hierarquia paralisar; impedir; obstruir ou inibir a ação fiscal, exercidas pelos auditores e fiscais de tributos municipais, no exercício de sua competência e suas atribuições.

§ 4º O descumprimento no disposto do parágrafo anterior, pela autoridade de qualquer hierarquia, constitui delito funcional de natureza grave.

**Art. 23.** Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

- I – os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;
- II – os bancos, caixas econômicas e demais instituições financeiras;
- III – as empresas de administração de bens;
- IV – os corretores, leiloeiros, e despachantes oficiais;
- V – os inventariantes;
- VI – os síndicos, comissários e liquidatários;
- VII – os inquilinos e os titulares de direito de usufruto, uso e habilitação;
- VIII – o síndico ou qualquer condômino, no caso de condomínio;
- IX – os responsáveis por cooperativas, associações desportivas e entidades de classe;
- X – os contadores ou responsáveis pela escrita contábil das pessoas físicas e jurídicas;
- XI – quaisquer outras entidades ou pessoas que, em razão de seu cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão, detenham em seu poder, a qualquer título e de qualquer forma, informações necessárias ao fisco.

**Parágrafo único.** A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a guardar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

**Art. 24.** Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte da Fazenda Pública ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira das pessoas sujeitas à fiscalização e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

**Parágrafo único.** Excetuam-se do disposto neste artigo, unicamente os casos previstos no artigo seguinte e os de requisição regular da autoridade judiciária no interesse da justiça.

**Art. 25.** Haverá prestação de mútua assistência para fiscalização de tributos e permuta de informações entre os diversos órgãos do Município e entre estes e a União, Estados e outros Municípios.

**Art. 26.** As autoridades administrativas municipais poderão requisitar o auxílio de força pública federal, estadual ou municipal, quando vítimas de embaraço ou desacato no exercício de suas funções, ou quando necessário à efetivação de medida prevista na legislação tributária, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção.

## SEÇÃO II

### AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO

**Art. 27.** O servidor fazendário competente, ao constatar infração de dispositivo da legislação tributária, lavrará auto de infração ou notificação, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, que deverá conter:

- I – o local, dia e hora da lavratura;
- II – o nome do infrator e das testemunhas, se houver;
- III – o fato que constitui infração e as circunstâncias pertinentes, o dispositivo da legislação tributária violado e a referência ao termo de fiscalização em que se consignou a infração, quando for o caso;

IV – a citação ao infrator para pagar os tributos e multas devidos ou apresentar defesa e provas no prazo de 30 (trinta) dias;

V – assinatura do notificado e notificante.

§ 1º As omissões ou incorreções do auto não acarretarão nulidade, quando do processo constar elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica confissão e nem a recusa agravará a pena.

§ 3º Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção expressa dessa circunstância.

**Art. 28.** Tratando-se a infração de omissão de pagamento de tributo cujo crédito já tenha sido regularmente constituído, será o sujeito passivo notificado a recolhê-lo no prazo de 30 (trinta) dias, sem prejuízo da possibilidade de requerer parcelamento, nos termos desta lei. Neste caso, a notificação indicará, além do previsto no artigo anterior:

I – o número da inscrição municipal do contribuinte, sempre que existente;

II – a identificação do tributo e seu montante;

III – o montante dos juros e demais encargos.

**Art. 29.** Lavrado o auto de infração, terá o servidor fazendário o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para entregar cópia do mesmo ao órgão arrecadador.

**Art. 30.** Da lavratura do auto de infração ou da notificação será cientificado o infrator:

I – pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia do auto ao autuado, ao seu representante ou ao preposto, contra recibo datado no original;

II – por carta, acompanhada de cópia do auto, com Aviso de Recebimento - AR datado e firmado pelo destinatário ou por alguém do seu domicílio;

III – por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, se desconhecido o domicílio tributário do infrator.

**Art. 31.** A notificação presume-se feita:

I – quando pessoal, na data do recibo ou recusa;

II – quando por carta, na data do recibo de volta;

III – quando por edital, no término do prazo, contado este da data da afixação ou publicação em órgão oficial do Estado ou do Município, e em qualquer jornal de circulação local.

### SEÇÃO III APREENSÃO DE BENS E OU DOCUMENTOS

**Art. 32.** Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos existentes em estabelecimento comercial, industrial, prestador de serviços, agrícola ou profissional, do contribuinte, responsável ou de terceiros, em outros lugares ou em trânsito, que constituam prova material de infração à legislação tributária do Município.

**Parágrafo único.** Havendo prova ou fundada suspeita de que as coisas se encontram em residência particular ou em lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina por parte do infrator.

**Art. 33.** Da apreensão lavrar-se-á termo com os elementos do auto de infração, observando-se, no que couber, o disposto no art. 27 desta Lei Complementar.

**Parágrafo único.** O termo de apreensão conterá a descrição das coisas ou dos documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarão depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.

**Art. 34.** Os documentos apreendidos serão devolvidos no prazo de 15 (quinze) dias, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

**Art. 35.** As coisas apreendidas serão restituídas, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será determinada em Legislação Complementar, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

**Art. 36.** Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para a liberação dos bens apreendidos, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a apreensão para bens duráveis ou 48 (quarenta e oito) horas para bens de fácil deterioração, serão os bens levados à hasta pública ou leilão ou, ainda, ser doados.

§ 1º Quando a apreensão recair sobre bens de fácil deterioração, estes poderão ser doados após 48 (quarenta e oito) horas da data da apreensão, a critério da Administração, a ser regulamentado por decreto do Poder Executivo.

§ 2º Apurando-se na venda em hasta pública ou leilão, importância superior aos tributos e multas devidos, será o autuado notificado para, no prazo de 10 (dez) dias, receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

#### SEÇÃO IV REPRESENTAÇÃO

**Art. 37.** Quando incompetente para notificar ou autuar, o agente do Fisco deve, e qualquer pessoa pode, mediante documentação comprobatória, representar contra toda ação ou omissão às disposições da legislação tributária do Município.

**Art. 38.** A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor e será acompanhada de provas ou indicará os elementos destas e mencionará, ainda, os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

**Art. 39.** Recebida a representação, a autoridade fazendária providenciará imediatamente as diligências para verificar, a respectiva veracidade e, conforme couber, notificará o infrator, autuá-lo ou arquivará a representação.



## SEÇÃO V DÍVIDA ATIVA

**Art. 40.** Constitui dívida ativa tributária a proveniente de impostos, taxas e contribuições e demais serviços, no seu valor original, depois de esgotado o prazo fixado para pagamento pela legislação tributária.

§ 1º As dívidas de natureza não tributária serão inscritas em dívida ativa de modo que se identifique a procedência, natureza, valor e formas de atualização do crédito, aplicando-se no que couber o disposto nesta lei.

§ 2º Para fins do previsto no caput deste artigo considera-se esgotado o prazo fixado para pagamento, quando vencida qualquer parcela do tributo, quando decorrido o prazo fixado em notificação, ou findo o prazo previsto por decisão final proferida em processo regular.

**Art. 41.** A dívida ativa tributária goza de presunção de certeza e liquidez.

§ 1º A fluência de juros de mora não exclui, para os efeitos deste artigo, a liquidez do crédito.

§ 2º A presunção de certeza e liquidez a que se refere este artigo é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou de terceiro a que aproveite.

**Art. 42.** O termo de inscrição da dívida ativa deverá conter:

I – o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou residência de um e de outros;

II – o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora de demais encargos previstos em lei;

III – a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida;

IV – a indicação, se for o caso, de estar a dívida sujeita a atualização monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o termo inicial para o cálculo;

V – a data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa;

VI – o número do processo administrativo ou do auto de infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1º A certidão da dívida ativa conterà, além dos elementos previstos neste artigo, a indicação do livro e da folha de inscrição.

§ 2º As dívidas relativas ao mesmo devedor, quando oriundas de vários tributos, não poderão ser englobadas numa única certidão.

§ 3º O termo de inscrição e a certidão de dívida ativa poderão ser preparados, a critério do fisco, por processo manual, mecânico ou eletrônico, desde que atendam aos requisitos estabelecidos nesta lei.

**Art. 43.** Fica autorizada a baixa da Dívida Ativa Municipal, a ser efetivada através de Decreto do Poder Executivo, cancelando os créditos tributários enquadráveis nas seguintes condições:

I – Cujo sujeito passivo encontra-se em local incerto e ignorado;

II – Cujo valor para a sua cobrança, implique em maior custo e risco do que seu produto;

III – Cujo lançamento originário ou inscrição em Dívida Ativa, tenha ocorrido com vício, imperfeição, duplicidade, não incidência de fato gerador, exorbitância de valor ou qualquer motivo que caracterize crédito tributário indevido, situação nula ou anulável;

IV – Os créditos tributários, regularmente inscritos, prescritos, após esgotados todos os recursos administrativos e judiciais para a sua cobrança;

V – Os créditos tributários denegados por decisão administrativa irrecorrível ou decisão judicial passada em julgado; e,

VI – Cujo contribuinte tenha falecido sem deixar bens que expressem valor.

**Art. 44.** A cobrança da dívida ativa do município será procedida pela via administrativa extrajudicial, protesto da CDA – Certidão de Dívida Ativa junto ao Tabelionato de Notas e Protestos ou pela via judicial.

§ 1º As três vias a que se refere este artigo são independentes uma da outra, podendo a administração proceder simultaneamente a dois tipos de cobrança.

§ 2º Caso já tiver sido ajuizada a Execução Fiscal, a CDA não poderá ser encaminhado à protesto.

§ 3º Caso a CDA já tenha sido encaminhada à protesto, não obstará o ajuizamento da Execução Fiscal, podendo a mesma permanecer protestada.

§ 4º O encaminhamento da CDA à protesto, terá que, no mínimo, aguardar o transcurso de 1 (um) exercício financeiro, incluindo-se àquele que deu origem ao débito, para ser encaminhado à protesto.

§ 5º O Município poderá, através do protesto da CDA junto ao Tabelionato de Notas e Protestos, tentar reaver seu crédito, desde que o devedor seja previamente notificado, através de uma das possibilidades a seguir elencadas:

I – envio do carnê;

II – notificação pessoal do devedor; e,

III – publicação de edital contendo o código cadastral e o CPF/CNPJ do devedor e o respectivo valor a ser pago.

§ 6º O município não poderá levar a CDA à protesto, caso a exigibilidade da dívida esteja suspensa.

§ 7º Em caso de pronto pagamento ou não após a notificação pelo Tabelionato de Notas e Protestos, as despesas cartorárias correrão por conta do devedor.

§ 8º Fica expressamente proibido o parcelamento administrativo dos débitos constantes na certidão de dívida ativa no período compreendido entre o envio e a lavratura do protesto.

§ 9º O devedor poderá parcelar administrativamente o débito, após a lavratura do protesto, nos moldes da legislação de regência.

§ 10. É prescindível a informação ao devedor de que o débito será encaminhado para cobrança judicial ou protesto.

§ 11. A CDA deverá, se possível, ser encaminhada de modo eletrônico a protesto.

§ 12. A CDA poderá permanecer protestada pelo prazo máximo de 5 (cinco) anos.

## SEÇÃO VI CERTIDÃO NEGATIVA

**Art. 45.** A prova de quitação com os tributos municipais será feita por certidão negativa, expedida diretamente no sítio do município através do endereço eletrônico: [www.flordosertao.sc.gov.br](http://www.flordosertao.sc.gov.br), bem como junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização a requerimento do interessado, que contenha todas as informações exigidas pelo fisco.

**Parágrafo único.** Caso a certidão negativa for requerida pelo contribuinte, a mesma será fornecida no prazo de até 5 (cinco) dias, a partir da data de entrada do requerimento no órgão fazendário, sob pena de responsabilidade funcional.

**Art. 46.** Terá os mesmos efeitos previstos no artigo anterior a certidão positiva de que conste a existência de créditos:

- I – parcelados e ainda não vencidos;
- II – em curso de cobrança executiva com efetivação de penhora;
- III – cuja exigibilidade esteja suspensa.

**Art. 47.** O município não celebrará contrato, aceitará proposta em licitação, concederá licença para construção ou reforma e habite-se, nem aprovará planta de loteamento, sem que o interessado faça prova, por certidão negativa, da quitação de todos os tributos devidos à Fazenda Municipal.

**Art. 48.** A certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Municipal, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo pagamento do crédito tributário e acréscimos legais.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não exclui a responsabilidade criminal e administrativa que couber e é extensivo a quantos colaborarem por ação ou omissão, no erro contra a Fazenda Municipal.

**Art. 49.** A expedição da certidão negativa não impede a cobrança de débito anterior, posteriormente apurado.

**Art. 50.** A venda, cessão ou transferência de qualquer espécie de estabelecimento comercial, industrial, produtor ou de prestação de serviços de qualquer natureza não poderá efetivar-se sem a apresentação da certidão negativa dos tributos municipais a que estiverem sujeitos esses estabelecimentos, sem prejuízo da responsabilidade solidária do adquirente, cessionário ou de quem quer que os tenha recebido em transferência.

**Art. 51.** Sem prova, por certidão negativa ou por declaração de isenção ou de reconhecimento de imunidade com relação aos tributos ou quaisquer outros ônus relativos ao

imóvel, até o ano da operação, inclusive, os escrivães, tabeliães e oficiais de registro, não poderão lavrar ou registrar quaisquer atos relativos a imóveis, inclusive escrituras de enfiteuse, anticrese, hipoteca, arrendamento ou locação.

**Parágrafo único.** A certidão será obrigatoriamente referida nos atos de que trata este artigo, e terá validade de 120 (cento e vinte) dias.

## **CAPÍTULO VI DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL**

### **SEÇÃO I DOS ATOS INICIAIS**

**Art. 52.** O processo administrativo fiscal terá início com os atos praticados pelos agentes fazendários, especialmente através de:

- I – notificação de lançamento;
- II – lavratura do auto de infração ou de apreensão de mercadorias, livros ou documentos fiscais; e,
- III – representações.

§ 1º A emissão dos documentos referidos neste artigo exclui a espontaneidade do sujeito passivo, independente de intimação.

§ 2º Também exclui a espontaneidade do sujeito passivo o ato de lavratura do TIF – Termo de Início de Fiscalização.

### **SEÇÃO II DA RECLAMAÇÃO E DEFESA**

**Art. 53.** Ao sujeito passivo é facultado o direito de apresentar RECLAMAÇÃO ou DEFESA contra a exigência fiscal, no prazo de até 30 (trinta) dias.

**Art. 54.** Na reclamação ou defesa, apresentada por petição ao Órgão Fazendário mediante protocolo, o sujeito passivo alegará toda a matéria que entender útil, indicará e requererá as provas que pretenda produzir, juntará logo as que possuir e, sendo o caso, arrolará testemunhas, até o máximo de 3 (três).

**Art. 55.** Apresentada a reclamação ou a defesa, os servidores que praticaram os atos, ou outros especialmente designados no processo, terão o prazo de até 90 (noventa) dias para impugná-la.

**Art. 56.** A apresentação da reclamação ou defesa instaura a fase litigiosa do processo administrativo fiscal.

### **SEÇÃO III DAS PROVAS**

**Art. 57.** Findo os prazos a que se referem os artigos 53 e 55, o titular da repartição fiscal deferirá, no prazo de 10 (dez) dias, a produção das provas que não sejam manifestadas inúteis ou protelatórias, ordenará a produção de outras que entender necessárias e fixará o prazo, não superior a 30 (trinta) dias, em que uma e outra devam ser produzidas.

**Art. 58.** As perícias deferidas competirão ao perito designado pela autoridade competente, na forma do artigo anterior, quando requeridas pelo sujeito passivo, ou, quando, ordenadas de ofício, poderão ser atribuídas aos agentes do Fisco.

**Art. 59.** Ao servidor fazendário e ao sujeito passivo será permitido, sucessivamente, reinquirir as testemunhas.

**Art. 60.** O sujeito passivo poderá participar das diligências, pessoalmente ou através de seus prepostos ou representantes legais, e as alegações que tiverem serão juntadas ao processo ou constarão do termo de diligência para serem apreciadas no julgamento.

**Art. 61.** Não se admitirá prova fundada em exame de livros ou arquivos do Órgão Fazendário, ou em depoimento pessoal de seus representantes ou servidores.

#### **SEÇÃO IV DA DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA**

**Art. 62.** Findo o prazo para a produção das provas, ou direito de apresentar a defesa, o processo será apresentado à autoridade julgadora, que proferirá decisão, no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º A autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao servidor fazendário e ao sujeito passivo, por 5 (cinco) dias a cada um, para as alegações finais.

§ 2º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias para proferir a decisão.

§ 3º A autoridade não fica restrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

§ 4º Se não considerar habilitada a decidir, a autoridade poderá converter o processo em diligência e determinar a produção de novas provas, observado o disposto na Seção III, prosseguindo-se na forma deste capítulo, na parte aplicável.

**Art. 63.** A decisão, redigida com simplicidade, clareza e fundamentada, concluirá pela procedência ou improcedência do ato praticado pelo órgão ou servidor fazendário, definindo expressamente os seus efeitos, num ou noutro caso.

**Parágrafo único.** A autoridade julgadora a que se refere esta Seção é o(a) Secretário(a) da Fazenda.

**Art. 64.** Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, cessando, com a interposição do recurso a jurisdição da autoridade de Primeira Instância.

## SEÇÃO V DO RECURSO VOLUNTÁRIO

**Art. 65.** Da decisão de primeira instância caberá recurso voluntário com efeito suspensivo, ao Conselho Municipal de Contribuintes ou a Secretaria da Fazenda Municipal, interposto no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão.

**Parágrafo único.** Enquanto não constituído o Conselho Municipal de Contribuintes a função judicante em Segunda Instância administrativa será exercida pelo(a) Prefeito(a) Municipal.

**Art. 66.** É vedado reunir em uma só petição recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo contribuinte, salvo quando proferidas em um único processo fiscal.

**Art. 67.** Conforme o caso, a autoridade julgadora de Primeira Instância verificará se foram trazidos ao recurso fatos ou elementos novos não constantes da defesa ou da reclamação que lhe deu origem.

§ 1º Os fatos novos, porventura trazidos ao recurso, serão examinados pela autoridade julgadora de primeira instância, antes do encaminhamento do processo ao Conselho Municipal de Contribuintes, sendo que, em hipótese alguma, poderá aquela autoridade modificar o julgamento feito, mas, em face dos novos elementos do processo, poderá justificar o seu procedimento anterior.

§ 2º O recurso deverá ser remetido ao Conselho Municipal de Contribuintes ou a Secretaria da Fazenda no prazo máximo de 10 (dez) dias, independentemente da apresentação ou não de fatos ou elementos que levem a autoridade julgadora de primeira instância a proceder na forma do parágrafo anterior.

## SEÇÃO VI DO RECURSO DE OFÍCIO

**Art. 68.** Das decisões de Primeira Instância contrárias, no todo ou em parte, à Fazenda Municipal, inclusive por desclassificação da infração, será interposto recurso de ofício, com efeito suspensivo.

§ 1º Se a autoridade julgadora deixar de recorrer de ofício, no caso previsto neste artigo, cumpre ao servidor iniciador do processo, ou a qualquer outro que do fato tomar conhecimento, interpor recurso, em petição encaminhada por intermédio daquela autoridade.

§ 2º Constitui falta de exação no cumprimento do dever e desídia no desempenho da função, para efeito de imposição de penalidade estatutária e aplicação de legislação trabalhista, a omissão a que se refere o parágrafo anterior.

**Art. 69.** Subindo o processo em grau de recurso voluntário, e sendo também caso de ofício não interposto, agirá o órgão julgador como se tratasse de recurso de ofício.



## **SEÇÃO VII**

### **DA DECISÃO EM SEGUNDA INSTÂNCIA**

**Art. 70.** A decisão na instância superior será proferida pelo Conselho Municipal de Contribuintes, ou, na ausência do Conselho, pelo Prefeito Municipal no prazo máximo de 30 (trinta) dias, que serão contados da data do recebimento do processo, aplicando-se para a notificação do despacho, o prazo definido no § 2º, do artigo 67 desta Lei Complementar.

**Art. 71.** Decorrido o prazo definido no artigo anterior, sem que tenha proferida a decisão, não serão computados os acréscimos legais a partir dessa data.

## **SEÇÃO VIII**

### **DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES FINAIS**

**Art. 72.** As decisões definitivas serão cumpridas:

I – pela notificação do sujeito passivo e, quando for o caso, também do seu fiador, para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o pagamento do valor da condenação;

II – pela notificação do sujeito passivo para vir receber a importância indevidamente paga como tributo ou multa;

III – pela notificação do sujeito passivo para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 10 (dez) dias, a diferença entre o valor da condenação e o valor pago ou depositado;

IV – pela liberação das coisas e documentos apreendidos e depositados, ou pela restituição do produto de venda, se houver ocorrido alienação, ou do seu valor de mercado, se houver ocorrido doação, com fundamento no artigo 36 e seus parágrafos;

V – pela imediata inscrição como dívida ativa e remessa da certidão para cobrança executiva dos débitos a que se referem os incisos I e III deste artigo, se não satisfeitos no prazo estabelecido.

## **CAPÍTULO VII**

### **CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUENTES**

**Art. 73.** Fica autorizada a instituição do Conselho Municipal de Contribuintes, com a incumbência de julgar, em Segunda instância, os recursos interpostos pelos contribuintes do Município de Flor do Sertão, dos atos e decisões sobre matéria fiscal, praticadas por força das atribuições do Órgão Fazendário Municipal.

**Art. 74.** O Conselho Municipal de Contribuintes será composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) representantes dos contribuintes e 3 (três) representantes do Poder Executivo Municipal, nomeados por Decreto pelo Prefeito Municipal, com mandato de 2 (dois) anos, que poderá ser renovado.

§ 1º A cada membro titular do Conselho corresponderá um suplente, para servirem, quando convocados, na falta ou impedimento dos membros efetivos.

§ 2º Os representantes dos contribuintes, tanto os efetivos como os suplentes, serão indicados pelos seguintes segmentos da sociedade:

I – 1 (um) representante da classe empresarial do Município;

II – 1 (um) representante da classe dos Contabilistas, escolhido em comum acordo entre os profissionais sediados no município, devidamente credenciado no Conselho Regional de Contabilidade; e,

III – 1 (um) representante da OAB, escolhido em comum acordo entre os profissionais sediados no município e devidamente inscrito na OAB/SC.

§ 3º Os representantes do Poder Executivo Municipal, tanto os efetivos como os suplentes, serão de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal através de decreto e escolhidos dentre servidores públicos municipais ativos ou inativos, versados em assuntos fazendários.

§ 4º Consideram-se impedidos para efeito de nomeação para membro do Conselho na qualidade de titular, bem como de suplente, as autoridades judicantes de primeira instância.

§ 5º O Conselho Municipal de Contribuintes elegerá, anualmente, seu Presidente e Vice-Presidente, dentre os membros efetivos, sendo permitida a reeleição.

§ 6º O membro do Conselho que tiver interesse direto ou indiretamente sobre o fato a ser julgado, será substituído pelo suplente.

**Art. 75.** A posse dos membros do Conselho Municipal de Contribuintes realizar-se-á mediante termo lavrado em livro de atas do Conselho, ao se instalar este, ou posteriormente, quando ocorrer à substituição de algum deles, perante o Presidente.

**Art. 76.** Perde o mandato, o membro que deixar de comparecer às sessões por 3 (três) vezes consecutivas, sem motivo justificado e em se tratando de representante do Poder Executivo Municipal, e sendo ele servidor ativo do Município, a perda de mandato, por essa razão, constituirá falta no cumprimento do dever e será anotada em sua ficha funcional.

**Art. 77.** A função de membro do Conselho Municipal de Contribuintes não será remunerada, constituindo-se serviço público relevante.

**Art. 78.** O Conselho Municipal de Contribuintes reunir-se-á em local, em dia e hora designados pelo seu Presidente, em comunicação feita a cada membro com a antecedência de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, não podendo as reuniões serem realizadas com intervalo inferior a 5 (cinco) dias, uma da outra.

**Art. 79.** O chefe do Poder Executivo Municipal designará um servidor público municipal para secretariar os trabalhos do conselho.

**Art. 80.** Ao Conselho Municipal de Contribuintes cabe tomar conhecimento e decidir apenas dos recursos que versem sobre atos e decisões de que trata o Capítulo VI, do Título I, Seção IV desta Lei Complementar, observados os prazos e demais normas previstas.

**Art. 81.** O funcionamento e a ordem dos trabalhadores do Conselho Municipal de Contribuintes reger-se-ão pelo disposto nesta lei Complementar e por regimento próprio, homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 82.** O Conselho Municipal de Contribuintes somente poderá deliberar com a reunião da maioria absoluta de seus membros.

**Parágrafo único.** As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

**Art. 83.** Os processos serão distribuídos aos membros do Conselho mediante sorteio, garantida a igualdade numérica na distribuição.

§ 1º O relator restituirá no prazo de 10 (dez) dias, os processos que lhe forem distribuídos, com o relatório ou parecer.

§ 2º Quando for realizada qualquer diligência a requerimento do relator, terá este novo prazo de 5 (cinco) dias, para complementar o estudo, contado da data em que receber o processo, com a diligência cumprida.

§ 3º Fica automaticamente destituído da função de membro do conselho, o relator que tiver processo além dos prazos previstos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, salvo motivo de doença ou deferimento de dilatação de prazo, por tempo não superior a 30 (trinta) dias, em se tratando de processo de difícil estudo, quando o relator o alegue em requerimento dirigido tempestivamente ao presidente do Conselho.

§ 4º O Presidente do conselho comunicará a destituição à autoridade competente, a fim de ser providenciada a nomeação de novo membro ou a substituição pelo suplente.

§ 5º Para cumprimento do disposto no parágrafo anterior, em cada sessão, o Secretário fornecerá ao presidente a lista dos processos em atraso, a qual constará de ata.

**Art. 84.** O conselho poderá converter em diligência qualquer julgamento, neste caso, o relator lançará a decisão no processo, com o visto do Presidente, prosseguindo-se imediatamente.

**Art. 85.** Enquanto o processo estiver em diligência ou em estudo com o relator, poderá o recorrente, requerer ao presidente a juntada de documentos, a bem de seus interesses desde que isso não protele o andamento do Processo.

**Art. 86.** Facultar-se-á sustentação oral do recurso, durante 15 (quinze) minutos.

**Art. 87.** A decisão, sob a forma de Resolução, será redigida pelo relator até 5 (cinco) dias após o julgamento e se for vencido, o Presidente designará para redigi-la, dentro do mesmo prazo, um dos membros do Conselho, cujo voto tenha sido vencedor.

§ 1º Os votos vencidos, quando fundamentados, serão lançados em seguida à decisão.

§ 2º As resoluções serão publicadas no órgão oficial do Município ou por edital, sob a designação numérica e com indicação nominal dos recorrentes.

§ 3º As decisões importantes do ponto de vista doutrinário poderão ser publicadas na íntegra, a critério do Presidente.

§ 4º Da decisão do Conselho Municipal de Contribuintes que ao interessado se afigure omissa, contraditória ou obscura, cabe Pedido de Esclarecimento, interposto no prazo de 5 (cinco) dias da publicação da Resolução.

§ 5º Não será conhecido o pedido e a sua interposição não interromperá o prazo de decadência do recurso, a juízo do Conselho, quando for manifestamente protelatório ou visar, indiretamente à reforma de decisão.

**Art. 88.** O pedido de Esclarecimento será distribuído ao relator e será julgado preferencialmente na primeira sessão seguinte à data do seu recebimento pelo Conselho.

**Art. 89.** O presidente do conselho mandará organizar pela Secretaria e publicar, até a véspera do dia da reunião, a pauta dos processos, de acordo com os seguintes critérios preferenciais:

- I – data de entrada no protocolo do Conselho;
- II – data do julgamento em primeira instância;
- III – maior valor, se coincidirem aqueles dois elementos de procedência.

**Parágrafo único.** Terão preferência absoluta, para inclusão em pauta e para julgamento, os processos de que constar a apreensão de mercadorias ou documentos.

**Art. 90.** Transitadas em julgado as decisões, a Secretaria do Conselho encaminhará o processo à repartição competente, para as providências de execução.

**Parágrafo único.** Ficarão arquivadas na Secretaria, a petição do recurso e todas as peças que lhe disserem respeito.

**Art. 91.** Os membros do conselho deverão declarar-se impedidos nos processos de seu interesse pessoal ou das sociedades de que façam parte, como sócios, cotistas, acionistas, interessados, ou como membro da Diretoria ou do Conselho Fiscal no caso de ter praticado qualquer ato de fiscalização, lançamento ou arrecadação de tributos municipais, relativo ao processo.

**Art. 92.** O Conselho poderá representar ao chefe do órgão fazendário para:

- I – comunicar irregularidade ou falta funcional, verificada no processo, na instância inferior;
- II – propor as medidas que julgar necessárias à melhor organização dos processos;
- III – Sugerir providências de interesse público, em assuntos submetidos à sua deliberação.

**Art. 93.** O conselho mandará cancelar, nos processos submetidos a julgamento, as expressões descorteses ou inconvenientes, acaso usadas por qualquer das partes.

**Art. 94.** As decisões do Conselho constituem última instância administrativa para recursos contra atos e decisões de caráter fiscal.

**Art. 95.** Caso não for instituído o Conselho Municipal de Contribuintes previsto no artigo 73 e seguintes da presente Lei Complementar, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a integrar Consórcio Público Intermunicipal que poderá ser criado para atender a tal incumbência.

**Art. 96.** Enquanto não for instituído o Conselho Municipal de Contribuintes ou Consórcio Público Intermunicipal, o julgamento dos processos em Segunda Instância será por Despacho do Prefeito Municipal.

## CAPITULO VIII

## **INFRAÇÕES E PENALIDADES EM GERAL**

### **SEÇÃO I DAS MULTAS**

#### **SUBSEÇÃO I DAS MULTAS FIXAS**

**Art. 97.** As multas fixas serão aplicadas e calculadas de acordo com os critérios indicados e em razão das seguintes infrações:

I – não cumprimento, pelo contribuinte ou responsável, de obrigação tributária principal, que resulte no atraso de pagamento de tributos de lançamento direto ou de ofício:

a) quando o recolhimento do débito ocorrer até 30 (trinta) dias após o vencimento, multa de 5% (cinco por cento), calculada sobre o tributo devido atualizado monetariamente, sem prejuízo dos juros de mora;

b) quando recolhimento do débito ocorrer até 60 (sessenta) dias após o vencimento, multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o tributo devido atualizado monetariamente, sem prejuízo dos juros de mora;

c) quando o recolhimento do débito ocorrer após 60 (sessenta) dias do vencimento, multa de 15% (quinze por cento), calculada sobre o tributo devido atualizado monetariamente, sem prejuízo dos juros de mora;

II – não cumprimento pelo contribuinte ou responsável, de obrigação tributária acessória, desde que não resulte na falta de pagamento do tributo - multa de 25 (vinte e cinco) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, quando não existir outra multa prevista na lei específica do tributo a que se refere;

III – ação ou omissão que, direta ou indiretamente, prejudique a Fazenda Municipal - multa de 50 (cinquenta) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, quando não existir outra multa específica do tributo a que se refere, a ser exigida qualquer uma das seguintes pessoas físicas ou jurídicas:

a) o síndico, leiloeiro, corretor, despachante ou quem quer que facilite, proporcione ou auxilie, de qualquer forma, a sonegação de tributo, no todo ou em parte;

b) o árbitro que prejudicar a Fazenda Municipal, por negligência ou má-fé nas avaliações; as autoridades, funcionários administrativos e quaisquer outras pessoas que embarçarem, iludirem ou dificultarem a ação do Fisco;

c) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que infringirem dispositivos da legislação tributária do Município para os quais não tenham sido especificadas penalidades próprias.

#### **SUBSEÇÃO II DAS MULTAS VARIÁVEIS**

**Art. 98.** As multas variáveis serão aplicadas quando a infração configurar pagamento a menor ou não pagamento de tributo de lançamento por homologação, quando apurado através de regular processo administrativo fiscal.

§ 1º A multa variável decorrente da ação fiscal será aplicada sobre o crédito fiscal atualizado, de acordo com os percentuais seguintes:

- a) Por falta de recolhimento do tributo regularmente lançado de ofício..... 50%
- b) Por falta de recolhimento do imposto lançado por homologação..... 50%
- c) Quando não for observada a retenção na fonte pelo responsável..... 75%
- d) Quando for efetuada a retenção na fonte e não repassado ao município..... 100%
- e) Nos casos de fraude e/ou sonegação fiscal..... 100%
- f) Nos demais casos..... 50%

§ 2º Os recolhimentos efetuados dentro dos 15 (quinze) dias, contados da data da ciência do julgamento final do Processo Administrativo que originou o lançamento fiscal, gozará de um desconto de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor da multa.

§ 3º Para os efeitos da letra 'e', do § 1º deste artigo, entende-se como fraude e/ou sonegação fiscal a prática, pelo sujeito passivo ou terceiro em benefício daquele, de quaisquer atos definidos como tais na Legislação Federal, especialmente:

- a) prestar declaração falsa ou omitir, total ou parcialmente, informação que deva ser fornecida a agentes do Fisco, com a intenção de eximir-se, total ou parcialmente, do pagamento de tributos a quaisquer adicionais devidos por lei;
- b) inserir elementos inexatos ou omitir rendimentos ou operações de qualquer natureza em documentos ou livros exigidos pela legislação tributária, com a intenção de exonerar-se do pagamento de tributos devidos à Fazenda Municipal;
- c) alterar faturas e quaisquer documentos relativos a operações mercantis, com o propósito de fraudar a Fazenda Municipal;
- d) fornecer ou emitir documentos gratuitos ou alterar despesas, majorando-as, com o objetivo de obter dedução de tributos devidos à Fazenda Municipal.

§ 4º Aplicada a multa por crime de fraude e/ou sonegação fiscal, a autoridade fazendária poderá ingressar com ação penal.

**Art. 99.** As multas previstas nos artigos 97 e 98 serão cumulativas, quando ocorrer, concomitantemente, o não cumprimento de obrigação tributária principal e acessória.

§ 1º Apurando-se no mesmo processo o não cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória, pelo mesmo sujeito passivo, a pena será aplicada pelo número de infrações cometidas.

§ 2º Quando o sujeito passivo infringir de forma contínua o mesmo dispositivo da legislação tributária, a multa será acrescida de 50% (cinquenta por cento), no prazo de 5 anos, desde que a continuidade não resulte em falta de pagamento do tributo, no todo ou em parte.

**Art. 100.** As multas cujos valores são variáveis serão fixadas no limite mínimo se o infrator efetuar o pagamento do débito apurado no Auto de Infração, dentro do prazo estabelecido para apresentar defesa, desde que não se trate de reincidência específica.

**Art. 101.** As multas não pagas no prazo assinalado serão inscritas em dívida ativa, para cobrança executiva, sem prejuízo da incidência e da fluência de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração e da aplicação da correção monetária.



**Art. 102.** A imposição de penalidade ou o pagamento da multa respectiva não exime o infrator do pagamento do tributo devido.

## **SEÇÃO II DOS JUROS DE MORA**

**Art. 103.** O tributo pago fora do prazo regulamentar será acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês.

§ 1º Os juros de mora previstos neste artigo, serão contados a partir do 1º (primeiro) dia após o vencimento do tributo.

§ 2º Os juros de mora serão calculados sobre o valor principal do tributo.

## **SEÇÃO III DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

**Art. 104.** Os débitos tributários que não forem efetivamente liquidados nos prazos estabelecidos terão seus valores atualizados monetariamente, com base na UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal).

**Art. 105.** A correção monetária prevista no artigo anterior aplicar-se-á inclusive, aos débitos cuja cobrança seja suspensa por medida administrativa ou judicial, salvo se o contribuinte houver depositado em moeda a importância questionada.

## **SEÇÃO IV DO PARCELAMENTO**

**Art. 106.** Poderá ser concedido parcelamento de débitos vencidos, inscritos em Dívida Ativa ou não, em até 12 (doze) prestações mensais e sucessivas, sendo que o valor de cada parcela não poderá ser inferior a 25 (vinte e cinco) UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

§ 1º O parcelamento será concedido mediante requerimento do sujeito passivo, que após regularmente protocolado, será analisado e despachado pela autoridade competente.

§ 2º O pedido de parcelamento somente será deferido se o contribuinte recolher à Fazenda Municipal o valor correspondente à primeira parcela no ato do pedido.

§ 3º O parcelamento obriga o sujeito passivo do crédito tributário ao acréscimo de juros e correção monetária, na forma prevista nesta lei.

§ 4º A correção monetária será feita mediante a vinculação do saldo devedor à UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal ou a outro fator que a substitua.

§ 5º O não pagamento de 02 (duas) parcelas consecutivas ou intercaladas, implica no descumprimento da moratória concedida e obriga o sujeito passivo do crédito tributário, às sanções legais e a antecipação do vencimento das parcelas vincendas com o vencimento em uma única parcela na data da primeira vencida, e, ainda a perda dos benefícios concedidos.

§ 6º A reincidência da infração prevista no parágrafo anterior implica às sanções nele previstas.

**Art. 107.** Não será concedido novo parcelamento do mesmo tributo e para o mesmo cadastro, para períodos diferentes do parcelamento existente, sem que o contribuinte efetue o pagamento integral da moratória concedida.

**Parágrafo único.** O contribuinte poderá ter direito a duas formas de parcelamento, quais sejam no débito vencido e não inscrito em dívida ativa e outro no débito vencido e inscrito em dívida ativa, sendo que somente poderá solicitar novo reparcèlement quando o parcelamento anterior se referir a débito vencido e não inscrito em dívida ativa no momento da concessão do primeiro parcelamento.

**Art. 108.** A concessão do parcelamento não gera direito adquirido e será revogado, de ofício, com efeitos retroativos, sempre que se apure que o beneficiado não satisfaz ou não cumpriu os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e demais encargos legais:

I – com imposição de penalidade cabível, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado ou de terceiros em benefício daquele; e,

II – sem imposição de penalidade, nos demais casos.

**Art. 109.** Na revogação de ofício do parcelamento, em consequência de dolo ou simulação do benefício, não se computará, para efeito de prescrição do direito à cobrança do crédito, o tempo decorrido entre a sua concessão e a sua revogação.

## DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

**Art. 110.** Os prazos fixados nesta Lei Complementar ou na legislação tributária em geral serão contínuos, excluindo-se na sua contagem o dia de início e incluindo-se o de vencimento.

**Parágrafo único.** Os prazos somente se iniciam ou vencem em dia de expediente normal na Prefeitura ou estabelecimentos bancários, prorrogando, se necessário, até o primeiro dia útil seguinte.

**Art. 111.** Fica instituída, no âmbito do Município de Flor do Sertão, a Unidade Fiscal de Referência Municipal - UFRM como medida de valor e parâmetro de atualização monetária de tributos e de valores expressos em Reais, na legislação tributária, fiscal, econômica e financeira, bem como os valores relativos a multas e penalidades de qualquer natureza.

§ 1º A expressão monetária da UFRM deverá ser atualizada anualmente por Decreto até o dia 31 de dezembro ou no dia útil imediatamente anterior, com base na variação acumulada do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, apurada anualmente pelo IBGE, ocorrida no período compreendido entre os meses de dezembro do exercício anterior a novembro do exercício corrente.

§ 2º Excepcionalmente para o exercício de 2018, o valor da UFRM é de R\$ 4,00 (quatro reais), sendo que a mesma sofrerá atualização no dia 31 de dezembro de 2018 ou no dia útil imediatamente anterior, com base no indexador constante do parágrafo anterior.

**Art. 112.** Na fixação da base de cálculo e dos valores finais dos tributos, deverão ser mantidas duas casas decimais após a vírgula.

**Art. 113.** Subsidiariamente a esta Lei Complementar, poderão ser aplicadas as normas estabelecidas no Código Tributário Nacional - Lei nº 5.172/66 com suas alterações posteriores e no Decreto Federal nº 70.235/72 com suas alterações posteriores.

## **TÍTULO II DOS IMPOSTOS**

### **CAPÍTULO I DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA**

#### **SEÇÃO I PLANTA GENÉRICA DE VALORES**

**Art. 114.** O Valor Venal do bem Imóvel será obtido através da soma do Valor Venal do Terreno e o Valor Venal da Edificação, com base na Tabela I – TABELA DO VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO DO LOTE URBANO OU RURAL e seus coeficientes (Tabelas II a V) e na Tabela VI – VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO CONFORME CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO e seu coeficiente de depreciação (Tabela VII). Quando da necessidade de alterações na tabela de valores, deverá ser elaborada por uma Comissão Especial instituída por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e aprovada pelo Poder Legislativo Municipal de acordo com a seguinte fórmula:

$$V.V.I. = V.v.t. + V.v.e.$$

Onde

V.V.I. = Valor Venal do Imóvel

V.v.t. = Valor Venal do Terreno

V.v.e. = Valor Venal da Edificação

**Parágrafo único.** Para efeito de Correção do Valor Venal dos imóveis, levar-se-á em conta a variação da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, a ser aplicada em cada exercício.

**Art. 115.** Para efeito de determinação do Valor Venal do bem Imóvel Urbano, considera-se:

I – Valor Venal do Terreno, aquele obtido através da multiplicação da área do terreno pelo valor genérico de metro quadrado do terreno, aplicados os fatores de correção, de acordo com a seguinte fórmula:

Fórmula para Cálculo do Valor Venal do Terreno:

$$V.v.t. = Vgm^2t \times At \times S \times T \times Pe \times Pv$$

Onde

V.v.t. = Valor Venal do Terreno

Vgm<sup>2</sup>t = Valor genérico metro quadrado do terreno

At = área do terreno

S = Fator corretivo de situação do terreno

T = Fator corretivo de topografia

Pe = Fator corretivo da Pedologia

Pv = Fator corretivo de Pavimentação

II – Valor Venal de Edificação, aquele obtido através da multiplicação do valor genérico do metro quadrado do tipo da construção, aplicados os fatores de correção, pela área construída da unidade de acordo com a seguinte fórmula:

Fórmula para Cálculo do Valor Venal da Edificação:

Valor Venal da Edificação

$V.v.e. = Vgm^2c \times Ac \times Dp$

Onde:

V.v.e. = Valor Venal da Edificação

$Vgm^2c$  = Valor genérico de metro quadrado conforme característica da construção.

Ac = Área Construída da Unidade

Dp = Depreciação da Edificação

§ 1º O valor genérico de metro quadrado do terreno ( $vgm^2t$ ) será obtido através da “Tabela I”, em anexo nesta Lei.

§ 2º O fator corretivo de situação, designado pela letra “S” é atribuído ao imóvel conforme localização, uma esquina, mais de uma esquina e sem esquina, e será obtido através da Tabela II, em anexo nesta Lei.

§ 3º O fator corretivo de topografia, designado pela letra “T” é atribuída ao imóvel conforme as características do relevo do solo, plano, aclave, declive, e será obtido através da Tabela III, em anexo nesta Lei.

§ 4º O fator corretivo quanto a pedologia do terreno, designado pelas letras “Pe”, é atribuída ao imóvel, conforme as características da pedologia do solo, alagado (sim/não), conforme Tabela IV, em anexo nesta Lei.

§ 5º O fator corretivo de Pavimentação, designado pelas letras “Pv”, é atribuído ao tipo de Pavimentação do imóvel, com asfalto, com pedras irregulares, sem Pavimentação e sem arramento, conforme Tabela V, em anexo nesta Lei.

§ 6º O valor genérico do metro quadrado do tipo de construção ( $vgm^2c$ ) será obtido tomando-se por base o valor máximo do metro quadrado de cada tipo de construção, alvenaria, mista, madeira, indústrias, galpão em alvenaria com estrutura metálica, galpão em madeira, pocilga em alvenaria, pocilga em madeira e aviários, de acordo com a Tabela VI, em anexo nesta Lei.

§ 7º A depreciação da edificação, designado pela letra “Dp” é atribuída ao ano da Edificação ou reforma da construção e será obtido de acordo com a Tabela VII, em anexo nesta Lei.

§ 8º Quando num mesmo terreno houver mais de uma unidade autônoma edificada, será calculada a fração ideal do terreno pela seguinte fórmula:

FRAÇÃO IDEAL =  $\frac{\text{área do terreno} \times \text{área da unidade}}{\text{área total da edificação}}$

**Art. 116.** Na determinação do Valor Venal das Edificações não serão considerados:

- a) As construções provisórias que possam ser removidas sem destruição ou alteração;
- b) Construções em andamento ou paralisada, exceto quando concedido licença para habitação;
- c) Construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada;
- d) Construção que a autoridade considere inadequada, quanto à área ocupada, para a destinação ou utilização, nos termos da lei.

**Parágrafo único.** Quando a edificação for concluída em várias etapas, o proprietário ou interessado da mesma deverá requerer o habite-se parcial junto ao setor competente da prefeitura, para que a área concluída seja lançada no cadastro imobiliário do município, independente de sua averbação.

**Art. 117.** Para os fins desta lei, considera-se:

- I – **terreno alagado** - terreno temporariamente inundado por água suja, parada e lodacenta;
- II – **terreno inundável** – terreno suscetível à inundação e/ou alagamento;
- III – **terreno rochoso** – terreno rígido formado por rochas;
- IV – **terreno de esquina** - ângulo formado pelo encontro de dois logradouros;
- V – **terreno encravado** – terreno sem acesso à via pública, exceto por servidão de passagem por outro imóvel/terreno;
- VI – **terreno aglomerado** – unidade habitacional ocupado em terreno de propriedade alheia, pública ou particular, disposta de forma desordenada e carente de serviços públicos essenciais;
- VII – **chácara urbana** - a área territorial, situada dentro das Zonas Físico Territorial, zona urbana dos distritos e sítios de lazer, não provenientes de loteamentos regulares;
- VIII – **residências** - edificações com uma ou mais unidades destinados à habitação humana de modo permanente ou temporário, podendo ser:
  - a) unifamiliar - composta de uma única unidade habitacional;
  - b) multifamiliar - composta de mais de uma unidade habitacional, podendo ser horizontal ou vertical;
- IX – **barracões** - construções destinadas para fins industriais, depósito ou estacionamento, constituída de uma cobertura, apoiada em colunas de alvenaria ou metálicas, fechada pelo menos em duas faces, na altura total ou em parte, por meio de parede de alvenaria não podendo servir de habitação;
- X – **galpões** - construções destinadas para fins industriais, depósito ou estacionamento, constituída de uma cobertura sem forro, apoiada em colunas de madeira, fechada pelo menos em duas faces, na altura total ou em parte, por meio de parede ou tapume, não podendo servir de habitação;
- XI – **pocilga** – curral de porcos; e,
- XII – **aviário** – viveiro de aves.

## SEÇÃO II

### IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

**Art. 118.** O Imposto Predial e Territorial Urbano tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel construído ou não, localizado na zona urbana da sede, distritos ou vilas do Município de Flor do Sertão.

**Parágrafo único.** Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no primeiro dia útil de cada ano.

**Art. 119.** O contribuinte do imposto é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor do terreno, a qualquer título.

**Art. 120.** Respondem solidariamente pelo pagamento do imposto o justo possuidor, o titular do direito de usufruto, uso ou habitação os promitentes compradores imitidos na posse, os cessionários, os posseiros, os comandatários e os ocupantes a qualquer título do imóvel, ainda que pertencente a qualquer pessoa física ou jurídica de direito público ou privado isenta do imposto ou a ele imune.

**Art. 121.** Os imóveis localizados dentro do perímetro urbano do Município de Flor do Sertão, que fazem divisa com rios, riachos ou qualquer fonte natural, enquadráveis em Área de Preservação Permanente (APP), terão uma redução de até 10% (dez por cento) no valor venal do metro quadrado.

**Parágrafo único.** O referido desconto será concedido a partir do exercício financeiro de 2019 sendo que a referida regulamentação será feita via Decreto do Poder Executivo no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, a contar da publicação da presente Lei Complementar.

**Art. 122.** Os imóveis localizados dentro do perímetro urbano do Município de Flor do Sertão, com área acima de 1.000 m<sup>2</sup>, desde que não travem o crescimento da cidade e sejam mantidos limpos e bem conservados, terão uma redução no valor venal do metro quadrado constante na Tabela I – VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO DO LOTE URBANO, a ser enquadrado conforme a sua delimitação com as Zonas constantes na Tabela referida, conforme a seguir:

ÁREA DO TERRENO	REDUÇÃO S/ O VALOR DO M2
De 1.001 a 1.500 m <sup>2</sup>	10%
De 1.501 a 2.000 m <sup>2</sup>	20%
Acima de 2.000 m <sup>2</sup>	30%

**Art. 123.** Para efeitos deste imposto, será considerado lote urbano, os que possuam pelo menos dois dos seguintes melhoramentos, constituídos ou mantidos pelo Poder Público:

- I – meio fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;
- II – abastecimento de água;
- III – coleta de lixo;
- IV – sistema de esgoto sanitário;
- V – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar;
- VI – escola primária ou posto de saúde, a uma distância máxima de três quilômetros do terreno considerado.



**Art. 124.** Também são consideradas zona urbana as áreas urbanizáveis, ou de expansão urbana, constantes de loteamentos aprovados pelos órgãos competentes, mesmo que localizadas fora das zonas definidas nos termos do artigo anterior, preenchidos os requisitos nele estabelecidos.

**Art. 125.** Para os efeitos deste imposto, considera-se terreno sem edificação o que contenha:

- I – construção provisória que possa ser removida sem destruição ou alteração;
- II – construção em andamento ou paralisada, exceto quando concedida licença parcial ou definitiva para habitação;
- III – construção em ruínas, em demolição, condenada ou interditada.
- IV – construção que a autoridade competente considere inadequada, quanto à área ocupada, para a destinação ou utilização pretendida, nos termos da lei.

**Art. 126.** O imposto é devido pelos proprietários, titulares de domínio útil ou possuidores, a qualquer título, de imóvel localizado fora da zona urbana, utilizado como sítio de recreio e no qual a eventual produção extrativa vegetal, agrícola, pecuária ou agroindustrial não se destine ao comércio.

**Parágrafo único.** Considera-se sítio de recreio, para os efeitos deste imposto, o definido pela legislação federal.

**Art. 127.** Para os efeitos deste imposto considera-se zona urbana a definida nos artigos 123 e 124 desta Lei Complementar.

### **SEÇÃO III BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTA**

**Art. 128.** A base de cálculo do Imposto Predial Territorial Urbano é o Valor Venal do Imóvel, que será apurado nos termos dos artigos 114 e 115, desta Lei.

§ 1º O montante do imposto a pagar será apurado, aplicando-se sobre o Valor Venal dos Imóveis obtidos através de PLANTA DE VALORES E DOS COEFICIENTES (Tabelas I a VII) que deverá ser elaborada do Terreno, quando Não Edificado, e sobre o Valor Venal dos Imóveis, quando Edificado, conforme alíquotas, a seguir:

- I – Terrenos Edificados: Alíquota de 0,07% (zero vírgula zero sete por cento), sobre o Valor Venal do Terreno e sobre o Valor Venal da Edificação;
- II – Terrenos Não Edificados: Alíquota de 0,31% (zero vírgula trinta e um por cento), sobre o Valor Venal do Terreno;

§ 2º Não são considerados terrenos edificados, para efeitos de tributação, aqueles em que houver:

- a) Edificações construídas a título precário;
- b) Edificações interditadas ou em ruínas; e,
- c) Edificação que não corresponda à ocupação mínima de 8% (oito por cento) da área do terreno.

### **SEÇÃO IV INSCRIÇÃO**

**Art. 129.** A inscrição no Cadastro Físico Imobiliário é obrigatória, devendo ser promovida pelo contribuinte, separadamente, para cada terreno e/ou imóvel construído de que for proprietário, titular do domínio ou possuidor a qualquer título, mesmo que seja beneficiado por imunidade ou isenção.

**Parágrafo único.** São sujeitos a uma só inscrição, requerida com a apresentação de planta ou croqui, as glebas sem quaisquer melhoramentos.

**Art. 130.** O contribuinte é obrigado a promover a inscrição ou atualização das informações no Cadastro Físico Imobiliário, em formulário especial fornecido pelo Município, sob sua responsabilidade, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da:

- I – convocação eventualmente feita pelo Município;
- II – demolição ou perecimento das edificações ou construções existentes no terreno;
- III – conclusão da construção com a expedição do respectivo “Habite-se”;
- IV – aquisição ou promessa de compra de terreno ou imóvel construído;
- V – aquisição ou promessa de compra de parte de terreno, não construído ou de parte de imóvel construído, desmembrado ou ideal;
- VI – posse de imóvel construído exercida a qualquer título.

**Parágrafo único.** É de total responsabilidade do comprador do imóvel, dentro do prazo estabelecido neste artigo, e depois de firmada a compra do imóvel, a qualquer título, efetuar a transferência no Cadastro Físico Imobiliário, cumprindo todas as exigências no que tange aos documentos e esclarecimentos necessários para a regularização do imóvel adquirido.

**Art. 131.** Os responsáveis pelo parcelamento do solo ficam obrigados a fornecer ao Município, para os fins legais, relação dos terrenos que no ano anterior tenham sido alienados definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, mencionando o nome do comprador e o endereço do mesmo, o nome do loteamento, o número de quadra e do lote e o valor da transação, a fim de ser feita a devida anotação no Cadastro Físico Imobiliário, bem como fornecer mapa ou croqui da área fracionada.

§ 1º A transferência de propriedade do imóvel, no cadastro imobiliário do município, será efetuada mediante comprovação de pagamento do ITBI ou certidão atualizada fornecida pelo Cartório de Registro de Imóveis.

§ 2º Se houver desistência da compra, após o pagamento do ITBI, o comprador deverá informar formalmente o setor de cadastro do município para anotação no cadastro imobiliário e restituição do imposto pago.

§ 3º Para efeito de lotes Urbanos resultantes de novos loteamentos, os mesmos serão tributados a partir do ano seguinte ao da aprovação do loteamento, exceto no caso de venda, onde o proprietário deverá informar o município, conforme caput deste artigo, sob pena de inscrição do débito retroativo, sem prejuízo das demais penalidades previstas nesta lei.

**Art. 132.** O contribuinte omissor será inscrito de ofício, no Cadastro Físico Imobiliário, observado o disposto nesta Lei Complementar.

**Parágrafo único.** Equipara-se ao contribuinte omissor o que apresentar formulário de inscrição com informações falsas, erradas ou omitidas dolosamente.

## SEÇÃO V LANÇAMENTO

**Art. 133.** O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU será lançado anualmente, observando-se a situação do terreno ou do imóvel construído no Cadastro Físico Imobiliário, em 1º de janeiro do ano a que corresponder o lançamento.

§ 1º Tratando-se de construções concluídas durante o exercício, o Imposto Territorial Urbano será devido até o final do exercício, passando a ser devido o Imposto Predial Territorial Urbano a partir do exercício seguinte.

§ 2º Tratando-se de construções demolidas durante o exercício, o Imposto Predial Urbano será devido até o final do exercício, passando a ser devido o Imposto Territorial Urbano a partir do exercício seguinte.

**Art. 134.** O imposto será lançado em nome do contribuinte que constar da inscrição no Cadastro Físico Imobiliário, que estejam devidamente registradas no Cartório de Registro de Imóveis.

**Parágrafo único.** No caso de terreno ou imóvel construído, objeto de compromisso de compra e venda, o lançamento será mantido em nome do promitente vendedor até a inscrição no Cadastro Físico Imobiliário do compromissário comprador, sendo o mesmo solidariamente responsável pelos Tributos.

**Art. 135.** Nos casos de condomínio, o imposto será lançado em nome de um, de alguns ou de todos os co-proprietários, nos dois primeiros casos sem prejuízo da responsabilidade solidária dos demais pelo pagamento do tributo, exceto nos casos em que todas as unidades autônomas estejam devidamente registradas no Cartório de Registro de Imóveis, quando o lançamento será feito em nome do proprietário de cada unidade.

**Parágrafo único.** Os apartamentos, unidades ou dependências, construídas sob a forma de condomínio, com economias autônomas, serão lançados considerando-se também a respectiva fração ideal do terreno.

**Art. 136.** O lançamento do imposto será distinto, um para cada unidade autônoma, ainda que contíguas ou vizinhas e de propriedade do mesmo contribuinte.

**Parágrafo único.** Para efeitos de Lançamento, o imposto será lançado em moeda corrente nacional.

**Art. 137.** O imposto será lançado independentemente da regularidade jurídica dos títulos de propriedade, domínio útil ou posse do terreno ou imóvel construído, ou da satisfação de quaisquer exigências administrativas para a utilização do imóvel.

## SEÇÃO VI FORMAS DE PAGAMENTO

**Art. 138.** O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU será pago nas condições e nos prazos fixados pelo Poder Executivo Municipal em calendário fiscal, conforme segue:

I – à vista, sendo o valor originário da obrigação tributária a ser lançado em reais;

II – em até 03 (três) parcelas mensais, passando o valor originário da obrigação tributária a ser Lançado em reais.

§ 1º Considera-se pagamento à vista, para efeito do disposto no inciso I deste artigo, o pagamento em parcela única, sendo que poderá ser concedido o desconto de até 10% (dez por cento) para pagamento em parcela única, com regulamentação por decreto, observando-se o art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º As quantidades de parcelas, os vencimentos das parcelas mensais e os descontos a serem concedidos serão regulamentados por Decreto pelo Poder Executivo Municipal.

§ 3º Desde que devidamente justificado, poderá o Chefe do Poder Executivo, via Decreto, prorrogar os prazos definidos neste artigo em até 30 (trinta) dias.

§ 4º Para efeito do disposto no inciso I e II deste artigo, tomar-se-á o valor originário da obrigação tributária, em Unidade Fiscal de Referência Municipal – UFRM, e converter-se-á para moeda corrente nacional, para fins de recolhimento.

**Art. 139.** O pagamento do imposto não implica reconhecimento pelo Município, para quaisquer fins, da legitimidade da propriedade, do domínio útil ou da posse do terreno ou do imóvel construído, ou da satisfação de quaisquer exigências.

## **SEÇÃO VII DAS ISENÇÕES**

**Art. 140.** São isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU:

I – O imóvel declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da parcela correspondente ao período de arrecadação do Imposto em que ocorrer a emissão na posse ou a ocupação efetiva pelo poder desapropriante;

II – O imóvel de propriedade de associação de divertimento comunitário, sem fins lucrativos, com personalidade jurídica comprovada, desde que declaradas de utilidade pública neste município;

III – O imóvel pertencente a entidade religiosa de qualquer culto;

IV – O imóvel pertencente ao patrimônio de particular, quando cedido gratuitamente à União Federal, ao Estado de Santa Catarina ou ao Município de Flor do Sertão, para a instalação de serviços públicos, enquanto perdurar a cessão, desde que efetivamente utilizados;

V – As áreas de preservação ambiental permanente, referente aos maciços de matas remanescentes de vegetação nativa e ciliar em geral e ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água, excetuando os artificiais, localizadas no perímetro urbano do município, de conformidade com o art. 2º, da Lei 4.771/65 – Código Florestal e art. 10 da Lei 753/87 – Código de Parcelamento do Solo e art. 11, item VI da Lei 768/87 – Plano Diretor de Flor do Sertão;

VI – Os imóveis não edificados dos proprietários que implantarem loteamentos, nas condições do § 1º deste artigo.

§ 1º Para a concessão da isenção de que trata o inciso VI deste artigo, deverão ser observadas as seguintes condições:

- a) O prazo de isenção será de dois anos a contar da data de aprovação do loteamento, mediante requerimento do proprietário e perdurará automaticamente pelo prazo previsto;
- b) O beneficiário da isenção será somente o proprietário do loteamento; e,
- c) Ao final de cada exercício financeiro o proprietário de cada loteamento deverá apresentar no setor competente da Prefeitura Municipal a relação de todos os lotes alienados.

§ 2º A isenção referida no inciso II restringe-se aos imóveis edificadas utilizados a prática dos objetivos de cada entidade.

## **SEÇÃO VIII PENALIDADES**

**Art. 141.** Constituem infrações às normas atinentes ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, com as correspondentes penalidades:

I – falta de inscrição, de alteração de informação no Cadastro Físico Imobiliário do imóvel, ou da comunicação da transferência de propriedade dentro do prazo estabelecido - Multa correspondente a 50% (cinquenta por cento) do imposto devido corrigido, a partir do exercício em que deveria ter sido feita a inscrição, comunicação de alteração ou transferência;

II – falsidade, dolo ou omissão, praticado quando do preenchimento dos formulários de inscrição do imóvel, no Cadastro Físico Imobiliário - Multa correspondente a 100% (cem por cento) do imposto devido corrigido;

III – falsidade ou omissão em declaração ou documento praticada com o propósito de obtenção indevida de isenção - Multa correspondente a 100% (cem por cento) do imposto devido corrigido, em cada exercício, sem prejuízo das sanções penais cabíveis e de cancelamento de ofício da isenção fiscal concedida.

## **CAPÍTULO II DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO INTER-VIVOS DE BENS IMÓVEIS E DE DIREITOS A ELES RELATIVOS**

### **SEÇÃO I FATO GERADOR**

**Art. 142.** O imposto sobre Transmissão Inter Vivos, a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis e de Direitos Reais a eles Relativos - ITBI tem como fato gerador:

- I – transmissão de bem imóvel por natureza ou por acessão física;
- II – transmissão de direitos reais sobre bens imóveis, exceto os direitos reais de garantia;
- III – cessão de direitos relativos à aquisição de bens imóveis.

**Art. 143.** O fato gerador deste imposto ocorrerá quando os bens transmitidos ou sobre os quais versarem os direitos cedidos, se situarem no território do município, ainda que a mutação patrimonial decorra do contrato celebrado fora dele.

**Art. 144.** A incidência do imposto alcança as seguintes mutações patrimoniais:

- I – compra e venda, pura ou condicional;
- II – dação do pagamento;
- III – arrematação;
- IV – adjudicação;
- V – mandato em causa própria e seus substabelecimentos, quando estes configurem transação e o instrumento contenha os requisitos essenciais a compra e a venda;
- VI – instituição de usufruto convencional sobre bens imóveis;
- VII – compensação ou reposições que ocorram nas divisões para extinção de condomínio de imóveis, quando for recebida por qualquer condômino, quota-parte material, cujo valor seja maior do que o valor de sua quota ideal, incidindo o imposto sobre a diferença;
- VIII – permuta de bens imóveis e de direitos a eles relativos;
- IX – quaisquer outros atos e contratos, translativos da propriedade de bens imóveis, sujeitos a transcrição na forma da lei;
- X – sentença de usucapião.

**Art. 145.** O imposto não incide sobre a transmissão de bens imóveis ou direitos a eles relativos quando:

- I – A transmissão de bens ou direitos, quando efetuada para a sua incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital;
- II – A transmissão de bens e direitos, quando decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica;
- III – A transmissão de bens ou direitos, quando a aquisição for feita por pessoa jurídica de direito público interno, templos de qualquer culto ou instituições de educação e assistência social, observado o disposto no § 6º, deste artigo;
- IV – A reserva ou a extinção de usufruto, uso ou habitação.

§ 1º Os dispostos no inciso I e II deste Artigo não se aplica quando a pessoa jurídica neles referida, tiver como atividade preponderante a venda ou locação de imóveis ou a cessão de direitos à sua aquisição.

§ 2º Considerar-se-á caracterizada a atividade preponderante referida no parágrafo anterior, quando mais de 50% (cinquenta por cento) da receita operacional da pessoa jurídica adquirente nos 2 (dois) anos anteriores e nos 2 (dois) anos subsequentes à aquisição, decorrer de venda, locação ou cessão de direitos à aquisição de imóveis.

§ 3º Se a pessoa jurídica adquirente iniciar suas atividades após a aquisição, ou menos de 2 (dois) anos antes dela, apurar-se-á a preponderância referida no parágrafo anterior, levando-se em conta os 3 (três) primeiros anos seguintes a data da aquisição.

§ 4º Quando a atividade preponderante, referida no § 1º deste artigo, estiver evidenciada no instrumento constitutivo da pessoa jurídica adquirente, o imposto será exigido no ato da aquisição, sem prejuízo do direito à restituição que vier a ser legitimado com aplicação dos dispositivos nos §§ 2º ou 3º.

§ 5º Ressalvada a hipótese do Parágrafo anterior e verificada a preponderância referida nos Parágrafos 2º e 3º, tornar-se-á devido o imposto nos termos da Lei vigente a data da aquisição e sobre o valor atualizado dos bens ou dos direitos.



§ 6º Para o efeito do disposto deste artigo, as instituições de educação e de assistência social deverão observar os seguintes requisitos:

I – não distribuírem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação no seu resultado;

II – aplicarem integralmente no país, os recursos na manutenção e no desenvolvimento dos objetivos institucionais;

III – manterem escrituração de suas respectivas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua perfeita exatidão.

## SEÇÃO II SUJEITO PASSIVO

**Art. 146.** O contribuinte do imposto é:

I – o cessionário ou adquirente de bens ou direitos cedidos ou transmitidos;

II – na permuta, cada um dos permutantes.

**Parágrafo único.** Nas transmissões ou nas cessões que se efetuarem com recolhimento insuficiente, ou sem recolhimento do imposto devido, ficam solidariamente responsáveis por esse pagamento o transmitente, o cedente e o titular do cartório da justiça em razão do seu ofício, conforme o caso.

## SEÇÃO III DAS ISENÇÕES

**Art. 147.** São isentas do imposto:

I – as aquisições a qualquer título, de bens imóveis promovidas pela Companhia de Habitação do Estado – COHAB, ou órgão similar; e,

II – quando decorrente de incorporação ou fusão de uma pessoa jurídica por outra ou com outra.

## SEÇÃO IV BASE DE CÁLCULO E ALÍQUOTAS

**Art. 148.** A base de cálculo do imposto é o valor dos bens no momento da transmissão ou da cessão dos direitos a eles relativos, conforme valor declarado pelo promitente comprador, desde que seja valor real ou a avaliação será atribuída pelo Fisco Municipal com base nos valores constantes nas Tabelas I, II, III, IV, V, VI e VII, atualizadas anualmente por comissão especial nomeada através de Decreto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e posterior envio de projeto de lei específico ao Poder Legislativo Municipal.

§ 1º Não concordando com o valor estimado, poderá o contribuinte requerer a avaliação contraditória obtida junto ao mercado imobiliário, de no mínimo dois representantes da classe com a avaliação administrativa realizada, instruindo o pedido com a documentação que fundamente sua discordância.

§ 2º A Guia de Recolhimento terá vencimento de até 30 (trinta) dias para recolhimento, sendo que a guia emitida durante o mês de dezembro terá vencimento dentro do Exercício

Financeiro de sua emissão, findo o qual, e não tiver sido lavrado o ato de transmissão, a base de cálculo deverá ser reavaliada e se houver diferença a mesma deverá ser recolhida.

§ 3º A Guia de Recolhimento que não for devidamente quitada dentro do Exercício Financeiro de sua emissão, deverá ser cancelada e emitida nova Guia.

§ 4º O valor estabelecido na forma deste artigo prevalecerá pelo prazo de 30 (trinta) dias, findo o qual, sem o pagamento do imposto, ficará sem efeito o lançamento ou a avaliação.

§ 5º A autoridade fazendária poderá utilizar como base de cálculo do imposto, a planta genérica de valores instituída por esta Lei Complementar e atualizações posteriores.

§ 6º A guia de transmissão do ITBI tem sua validade por 90 (noventa) dias contados da data da sua emissão, findo o qual poderá ser revalidado por mais um período de 90 (noventa) dias.

**Art. 149.** Os imóveis localizados dentro do perímetro urbano do Município de Flor do Sertão, com área acima de 1.000 m<sup>2</sup>, desde que não travem o crescimento da cidade e sejam mantidos limpos e bem conservados, terão uma redução no valor venal do metro quadrado constante na Tabela I – VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO DO LOTE URBANO, a ser enquadrado conforme a sua delimitação com as Zonas constantes na Tabela referida, conforme a seguir:

ÁREA DO TERRENO	REDUÇÃO S/ O VALOR DO M2
De 1.001 a 1.500 m <sup>2</sup>	10%
De 1.501 a 2.000 m <sup>2</sup>	20%
Acima de 2.000 m <sup>2</sup>	30%

**Art. 150.** Para efeito de determinação do Valor Venal do bem Imóvel Rural, deverá ser levado em consideração o valor declarado pelo promitente comprador, desde que seja valor real ou avaliação com base nos valores constantes na Tabela I, atualizada periodicamente pelo CEPA – Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola, vinculado a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina.

§ 1º O promitente comprador deverá firmar Declaração, através da qual informará o tipo de terra, além de quais benfeitorias estão inclusas na referida negociação, possibilitando assim a justa avaliação por parte do fisco municipal.

§ 2º As edificações nos imóveis rurais terão como base os valores das Tabelas VII a VIII, em anexo nesta Lei Complementar, tendo um desconto de 20% (vinte por cento) do valor venal final.

**Art. 151.** Nos casos a seguir especificados, a base de cálculo é:

- I – na arrematação ou no leilão, o preço pago ou o da avaliação;
- II – na adjudicação, o valor estabelecido pela avaliação judicial ou administrativa;
- III – nas dações em pagamento, o valor dos bens imóveis dados para solver o débito;
- IV – nas permutas, o valor de cada imóvel ou direito permutado;
- V – na transmissão do domínio útil, 1/3 (um terço) do valor do imóvel;
- VI – na transmissão da nua-propriedade, 2/3 (dois terços) do valor do imóvel;
- VII – na instituição de fideicomisso, o valor do imóvel;
- VIII – na promessa de compra e venda e na cessão de direitos, o valor do imóvel;
- IX – nas tornas ou reposições, o valor excedente a quota-parte;

X – em qualquer outra transmissão ou cessão de imóvel ou de direito real, não especificados nos incisos anteriores, o valor do bem;

XI – nas sentenças de usucapião, o valor da avaliação.

**Art. 152.** Para efeito do artigo anterior considera-se o valor do bem ou do direito, o da época da avaliação judicial ou administrativa.

**Art. 153.** O imposto será calculado pelas seguintes alíquotas:

I – a alíquota de 1% (um por cento) sobre o valor financiado nas transmissões vinculadas ao sistema financeiro nacional de habitação e banco da terra;

II – a alíquota de 2% (dois por cento) nas demais transmissões.

## SEÇÃO V LANÇAMENTO

**Art. 154.** Nas transmissões ou nas cessões, o contribuinte, o escrivão de notas ou tabelião, antes da lavratura da escritura ou do instrumento, conforme o caso, emitirá guia com descrição completa do imóvel, suas características, localização, área do terreno, tipo de construção, benfeitorias e outros elementos que possibilitem a estimativa de seu valor pelo fisco.

§ 1º A emissão da guia de que trata o caput será feita também pelo oficial de registro, antes da transcrição, na hipótese de registro de carta de adjudicação, em que o imposto tenha sido pago sem a anuência da fazenda, com os valores atribuídos aos bens imóveis transmitidos.

§ 2º Na hipótese do parágrafo anterior, fica dispensada a descrição dos imóveis na guia, se a ela for anexada cópia da carta de adjudicação.

I – na aquisição de terreno ou fração ideal de terreno, bem como na cessão dos respectivos direitos, cumulada com contrato de construção, por empreitada de mão de obra e materiais, deverá ser comprovada a preexistência do referido contrato, sob pena de ser exigido o imposto sobre o imóvel, incluída a construção e/ou benfeitoria no estado em que se encontra por ocasião do ato translativo da propriedade.

**Art. 155.** O ITBI será recolhido mediante guia de arrecadação expedida pela repartição fazendária.

## SEÇÃO VI ARRECADAÇÃO

**Art. 156.** O pagamento do imposto far-se-á em estabelecimentos bancários credenciados pelo Município.

**Art. 157.** O pagamento do ITBI realizar-se-á nos seguintes momentos:

I – na transmissão ou cessão por escritura pública, antes de sua lavratura;

II – na transmissão ou na cessão por documento particular, mediante a apresentação do mesmo a fiscalização dentro de 90 (noventa) dias de sua assinatura, mas sempre antes da inscrição, da transcrição ou da averbação no registro competente, em virtude de qualquer sentença judicial;

III – na arrematação, na adjudicação e na remissão, antes do registro do ato no Ofício de Registro de Imóveis, mediante guia de arrecadação expedida pelo fisco municipal;

IV – na aquisição de terras devolutas, antes de assinado o respectivo título, que deverá ser apresentado à autoridade fiscal competente para cálculo do imposto devido, no qual serão anotados os dados da guia de arrecadação;

V – nas tornas ou nas reposições em que incapazes sejam interessados, dentro de 30 (trinta) dias contados da data da intimação do despacho que as autorizar.

VI – na transmissão ou na cessão por meio de procuração em causa própria ou documento que lhe seja assemelhado antes de lavrado o respectivo documento;

VII – na transmissão em virtude de qualquer sentença judicial;

VIII – na arrematação, na adjudicação e na remissão, até 90 (noventa) dias após o ato ou o trânsito em julgado da sentença, mediante guia de arrecadação expedida pelo escrivão do feito;

IX – na aquisição por escritura lavrada fora do município, dentro de 30 (trinta) dias após o ato, vencendo o prazo na data de qualquer anotação ou inscrição ou transição feita no município e referente aos citados documentos.

**Art. 158.** O imposto recolhido fora dos prazos fixados no artigo anterior terá seu valor monetariamente corrigido, e aplicados multa e juros, conforme lei complementar.

## SEÇÃO VII RESTITUIÇÃO

**Art. 159.** O imposto recolhido será devolvido no todo ou em parte quando:

I – não se completar o ato ou o contrato sobre o qual se tiver pago, depois de requerido com provas bastantes e suficientes;

II – for declarada, por decisão judicial transitada em julgado, a nulidade do ato ou do contrato pelo qual tiver sido pago;

III – for reconhecida a não incidência ou o direito a isenção;

IV – houver sido recolhido à maior.

§ 1º Instruirá o processo de restituição a via original da guia de arrecadação respectiva.

§ 2º Para fins de restituição, a importância indevidamente paga será corrigida em função do poder aquisitivo da moeda e segundo coeficientes fixados por correção de débitos fiscais, com base da tabela em vigor na data de sua efetivação.

## SEÇÃO VIII FISCALIZAÇÃO

**Art. 160.** O escrivão, o tabelião, o oficial de notas de registro de imóveis e de registro de títulos e documentos e qualquer outro serventuário da justiça não poderão praticar quaisquer atos que importem em transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como sua cessão, sem que o interessado apresente comprovante original do pagamento do imposto.

**Art. 161.** Os serventuários referidos no artigo anterior ficam obrigados a facilitar à fiscalização da Fazenda Municipal, o exame dos livros, registros e outros documentos e a fornecer gratuitamente, quando solicitados, certidões de atos que forem lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos.

## SEÇÃO IX INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 162.** Na aquisição por ato inter-vivos, o contribuinte que não pagar o imposto nos prazos estabelecidos no artigo 157 fica sujeito as multas previstas no inciso I do artigo 97 da presente Lei incidente sobre o valor do imposto.

**Parágrafo único.** Havendo ação fiscal, a multa prevista neste artigo será de 50% (cinquenta por cento) sobre o imposto.

**Art. 163.** A falta ou a inexatidão de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto, com evidente intuito de fraude, sujeitará o contribuinte a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto devido.

**Parágrafo único.** Igual penalidade será aplicada a qualquer pessoa, inclusive serventuário ou funcionário que intervenha no negócio jurídico ou na declaração, e seja conivente ou auxiliar, na inexatidão ou na omissão praticada.

**Art. 164.** As penalidades constantes desta seção aplicadas sem prejuízo do processo criminal ou administrativo cabível.

§ 1º O serventuário ou o funcionário que não observar os dispositivos legais e regulamentares relativos ao imposto, concorrendo de qualquer modo para o seu não pagamento, ficará sujeito as mesmas penalidades estabelecidas para os contribuintes, devendo ser notificado para recolhimento de multa pecuniária.

§ 2º No caso de reclamação contra a exigência do imposto ou contra aplicação de penalidade, apresentada por serventuário ou funcionário, é competente para decidir a controvérsia, em definitivo, o secretário municipal da fazenda, ou a autoridade indicada pelo chefe do executivo Municipal.

§ 3º O responsável pela lavratura da escritura que deixar de cumprir o estabelecido no inciso I do artigo 157 ficará sujeito a multa de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor do imposto.

**Art. 165.** Serão emitidos tantos documentos de arrecadação, quantos forem os bens e direitos objetos de transmissão.

## CAPÍTULO III DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA

### SEÇÃO I HIPÓTESE DA INCIDÊNCIA

**Art. 166.** O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN tem como fato gerador a prestação de serviço, por pessoa física ou jurídica, com ou sem estabelecimento fixo, constantes da lista de serviços descritas na Tabela VIII anexa a esta Lei, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

§ 2º Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

§ 3º O imposto de que trata esta Lei Complementar incide ainda sobre os serviços prestados mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente mediante autorização, permissão ou concessão, com o pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.

**Art. 167.** A lista de serviços, embora taxativa e limitativa na sua verticalidade, comporta interpretação ampla, analógica e extensiva na sua horizontalidade.

§ 1º A interpretação ampla e analógica é aquela que, partindo de um texto de lei, faz incluir situações análogas, mesmo não, expressamente, referidas, não criando direito novo, mas, apenas, completando o alcance do direito existente.

§ 2º A caracterização do fato gerador do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN não depende da denominação dada ao serviço prestado ou da conta utilizada para registros da receita, mas, tão somente, de sua identificação, simples, ampla, analógica ou extensiva, com os serviços previstos na lista de serviços.

§ 3º Para fins de enquadramento na lista de serviços:

I – o que vale é a natureza, a “alma” do serviço, sendo irrelevante o nome dado pelo contribuinte;

II – o que importa é a essência, o “espírito” do serviço, ainda que o nome do serviço não esteja previsto, literalmente, na lista de serviço.

**Art. 168.** A base de cálculo do imposto é o preço do serviço.

**Parágrafo único.** Quando os serviços descritos pelo subitem 3.04 da lista anexa forem prestados no território de mais de um Município, a base de cálculo será proporcional, conforme o caso, à extensão da ferrovia, rodovia, dutos e condutos de qualquer natureza, cabos de qualquer natureza, ou ao número de postes, existentes em cada Município.

**Art. 169.** O fato gerador do imposto se configura, independentemente:

I – da existência de estabelecimento fixo;

II – do resultado financeiro do exercício da atividade;

III – do cumprimento de qualquer exigência legal, regulamentar ou administrativas, relativas ao prestador do Serviço;

IV – do recebimento ou não do preço do serviço no mesmo mês ou exercício;

V – da destinação dos serviços;

VI – da denominação dada ao Serviço Prestado.



**Art. 170.** O prestador de serviços emitirá, obrigatoriamente, por ocasião de cada prestação, notas de transação, sobre a denominação de Notas Fiscais de Serviços, observadas as demais disposições regulamentares da Fazenda Municipal.

§ 1º É instituída a Nota Fiscal de Serviços, identificada pela Série “S”, que servirá como comprovante de prestação de serviços tributáveis pelo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, observadas as demais disposições desta Lei Complementar.

§ 2º Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Avulsa, a ser fornecida pelo Município de Flor do Sertão, em modelo próprio, quando:

- a) As pessoas físicas ou jurídicas que não realizarem com habitualidade operações de prestação de serviços e que dela venham precisar;
- b) As pessoas que, não estando inscritas como contribuintes do imposto, ou não estejam obrigadas à emissão de documentos fiscais, eventualmente dela necessitem;
- c) Os contribuintes que não obtiverem autorização para impressão de documentos fiscais;
- d) Quando o número for superior a três Notas Fiscais de Prestação de Serviços Avulsa, por exercício, será o contribuinte considerado como prestador de serviço habitual, devendo o mesmo possuir cadastro municipal;
- e) A Nota Fiscal de Serviço Avulsa será emitida em até 3 (três) vias por solicitação do contribuinte, o qual deverá apresentar os documentos e prestar as informações necessárias para o seu preenchimento.

## **SEÇÃO II DO SUJEITO PASSIVO**

**Art. 171.** O Contribuinte do imposto é o prestador de serviço, assim entendida a pessoa física ou jurídica que exerça habitualmente ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, quaisquer atividades da Lista de Serviços.

## **SEÇÃO III DOMICILIO TRIBUTÁRIO – LOCAL DA PRESTAÇÃO**

**Art. 172.** O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local:

- I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 166 desta Lei;
- II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da Lista de Serviços;
- III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da Lista de Serviços;
- IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da Lista de Serviços;
- V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da Lista de Serviços;
- VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da Lista de Serviços;
- VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da Lista de Serviços;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da Lista de Serviços;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da Lista de Serviços;

X – (VETADO)

XI – (VETADO)

XII – do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios; no caso dos serviços descritos no subitem 7.16 da Lista de Serviços;

XIII – da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da Lista de Serviços;

XIV – da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da Lista de Serviços;

XV – onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da Lista de Serviços;

XVI – dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da Lista de Serviços;

XVII – do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da Lista de Serviços;

XVIII – da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da Lista de Serviços;

XIX – do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da Lista de Serviços;

XX – do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da Lista de Serviços;

XXI – da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da Lista de Serviços;

XXII – do porto, aeroporto, ferroponto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da Lista de Serviços.

XXIII – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXIV – do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01; e,

XXV – do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º Considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto no Município:

I – no caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da Lista de Serviços, em relação à extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não;

II – no caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da Lista de Serviços, em relação à extensão da rodovia explorada.

§ 2º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01 da Lista de Serviços.

§ 3º Na hipótese de descumprimento do disposto no *caput* ou no Parágrafo único do artigo 192 desta Lei Complementar, o imposto será devido no local do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado.

## **SUBSEÇÃO I**

### **ESTABELECIMENTO PRESTADOR**

**Art. 173.** Considera-se estabelecimento prestador:

I – o local onde o contribuinte desenvolva a atividade de prestar serviços, de modo permanente ou temporário, e que configure unidade econômica ou profissional, sendo irrelevantes para caracterizá-lo as denominações de sede, filial, agência, posto de atendimento, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

II – o local, edificado ou não, próprio ou de terceiros, onde sejam executadas atividades sujeitas à incidência do imposto, mediante a utilização de empregados, ainda que sob a forma de cessão de mão-de-obra, com ou sem o concurso de máquinas, equipamentos, ferramentas ou quaisquer outros utensílios.

## **SEÇÃO IV**

### **RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA**

**Art. 174.** O Município atribui, de modo expresso, a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação, inclusive no que se refere à multa e aos acréscimos legais.

§ 1º Os responsáveis a que se refere este artigo estão obrigados ao recolhimento integral do imposto devido, multa e acréscimos legais, independentemente de ter sido efetuada sua retenção na fonte.

§ 2º Para efeito do disposto no caput deste artigo, são responsáveis:

I – o tomador ou intermediário de serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País;

II – a pessoa jurídica, ainda que imune ou isenta, tomadora ou intermediária dos serviços descritos nos subitens 3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.11, 7.12, 7.16, 7.17, 7.18, 7.19, 11.01, 11.02, 11.04, 12.01, 12.02, 12.03, 12.04, 12.05, 12.06, 12.07, 12.08, 12.09, 12.10, 12.11, 12.12, 12.14, 12.15, 12.16, 12.17, 16.01, 16.02, 17.05, 17.10, 20.01, 20.02 e 20.03 da Tabela VIII – Lista de Serviços Tributáveis e Alíquotas do ISSQN.

III – os órgãos da administração pública, direta e indireta, autárquicos e fundacionais, das esferas federal, estadual e municipal, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as concessionárias, permissionárias, autorizadas e delegadas de serviços públicos.

IV – a pessoa jurídica tomadora e intermediária de serviços, ainda que imune ou isenta, na hipótese prevista no § 3º do artigo 172 desta Lei.

§ 3º No caso dos serviços descritos nos subitens 10.04 e 15.09, o valor do imposto é devido ao Município declarado como domicílio tributário da pessoa jurídica ou física tomadora do serviço, conforme informação prestada por este.

§ 4º No caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito e débito, descritos no subitem 15.01, os terminais eletrônicos ou as máquinas das operações efetivadas deverão ser registrados no local do domicílio do tomador do serviço.

**Art. 175.** Além do disposto no § 2º do artigo anterior, o tomador do serviço, quer seja pessoa física quer jurídica, é responsável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

I – obrigado à emissão de nota fiscal, fatura ou outro documento exigido pela Administração, não o fizer;

II – desobrigado da emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer:

- a) Recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;
- b) Comprovante de que tenha sido recolhido o imposto correspondente ao exercício anterior, salvo se inscrito posteriormente;
- c) Cópia da ficha de inscrição.

§ 1º Para a retenção do Imposto, nos casos de que trata este artigo, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço, conforme a Tabela VIII anexo a esta Lei ou a Tabela anexa a L. C. nº 123/2006 consolidada, que instituiu o Simples Nacional.

§ 2º O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço.

**Art. 176.** A retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, por parte do tomador de serviço, deverá ser devidamente comprovada, mediante campo específico ou aposição de carimbo com os dizeres “ISSQN Retido na Fonte”, por parte do tomador de serviço:

I – havendo emissão de documento fiscal pelo prestador do serviço, na via do documento fiscal destinada à fiscalização;

II – não havendo emissão de documento fiscal, mas havendo emissão de documento gerencial pelo prestador do serviço, na via do documento gerencial destinada ao tomador do serviço;

III – não havendo emissão de documento fiscal e nem de documento gerencial, pelo prestador de serviço, na via do documento gerencial de controle do tomador do serviço, emitido pelo próprio tomador de serviço.

**Art. 177.** O proprietário da obra quer seja pessoa jurídica ou física, é solidariamente responsável pelo pagamento do imposto relativo à construção civil.

**Art. 178.** Para os efeitos do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, considera-se:

I – Empresa - toda e qualquer pessoa jurídica que exerce a atividade econômica de prestação de serviço;

II – Profissional Autônomo - toda e qualquer pessoa física que habitualmente e sem subordinação jurídica ou dependência hierárquica, exercer atividade econômica de prestação de serviço;

III – Trabalho Pessoal - aquele material ou intelectual, executado pelo próprio prestador, pessoa física;

IV – Sociedade Civil de Profissionais - Sociedade civil de trabalho profissional, com caráter especializado, organizada para a prestação de serviços e que tenha seu contrato ou ato constitutivo registrado no respectivo órgão de classe;

V – Trabalhador Avulso - aquele que exercer atividade de caráter eventual, isto é, fortuito, casual, incerto, sem continuidade, sob dependência hierárquica, mas sem vinculação empregatícia.

**Art. 179.** A pessoa física ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, estabelecimento profissional de prestação de serviços e continuar a exploração do negócio

sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma ou nome individual, é responsável pelo imposto do estabelecimento adquirido e devido até a data do ato:

I – integralmente, se a alienante cessar a exploração da atividade;

II – subsidiariamente com a alienante, se esta prosseguir na exploração ou iniciar, dentro de seis meses a contar da data da alienação, nova atividade do mesmo ou de outro ramo de prestação de serviço.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por ex-sócio, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

**Art. 180.** A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação é responsável pelo imposto devido pelas pessoas jurídicas fundidas, transformadas ou incorporadas, até a data dos atos de fusão, transformação ou incorporação.

## SEÇÃO V

### BASE DE CÁLCULO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB A FORMA DE TRABALHO PESSOAL DO PRÓPRIO CONTRIBUINTE

**Art. 181.** O imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal ou profissional autônomo, pessoa física, conceituados nos incisos II e III do artigo 178 desta Lei, será fixo e determinado em função da natureza do serviço, expresso em UFRM – Unidade Fiscal de Referência do Município.

**Art. 182.** O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física será calculado, mensalmente, através da multiplicação da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal com a quantidade de UFRM fixadas na Tabela VIII anexa a esta Lei.

**Parágrafo único.** Na hipótese de ser verificado que a prestação de serviço relativo a jornada semanal seja proporcional, será cobrado conforme os dias trabalhados, considerando um mínimo de 2 (dois) dias por semana.

**Art. 183.** O Imposto devido pelos prestadores de serviços sob a forma de trabalhador avulso, conceituado no inciso V do artigo 178 desta Lei, será recolhido em prestações mensais, conforme previsto na Tabela VIII anexa a esta Lei.

**Art. 184.** Na hipótese de serviços prestados sobre a forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte, enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado em relação a atividade com a alíquota mais elevada.

## SEÇÃO VI

### BASE DE CÁLCULO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB FORMA DE SOCIEDADE DE PROFISSIONAL LIBERAL

**Art. 185.** O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN, sobre a prestação de serviço sob a forma de Sociedade de Profissional Liberal, conceituado no inciso IV do artigo 178 desta Lei, será determinada, mensalmente, em função da natureza do serviço e dos outros fatores pertinentes.

**Art. 186.** O Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de sociedade de profissional liberal será calculado, mensalmente, através da multiplicação da UFRM – Unidade Fiscal de Referência do Município, com a quantidade de UFRM fixadas na Tabela VIII anexa a esta Lei.

**Art. 187.** Quando os serviços a que se referem os itens 1, 4, 8, 25, 52, 88, 89, 90, 91, e 92, além dos demais serviços considerados correlatos, compreendidos na lista de serviços do Decreto-Lei nº 406/68, forem prestados por sociedade, esta ficará sujeita ao imposto calculado em relação a cada profissional habilitado, sócio ou não, que preste serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 1º Para fins deste artigo, consideram-se sociedade de profissionais aquelas cujos componentes são pessoas físicas, habilitadas para o exercício da mesma atividade profissional, dentre as especificadas nos itens mencionados no “caput” deste artigo. E não explorem mais de uma atividade de prestação de serviços.

§ 2º Nas condições deste artigo, o valor do imposto será calculado pela multiplicação da importância fixada na Tabela VIII anexa a esta Lei, pelo número de profissionais habilitados, sócios, empregados ou não, que prestem serviço em nome da sociedade, embora assumindo responsabilidade pessoal, nos termos da lei aplicável.

§ 3º Quando não atendidos os requisitos fixados no “caput” e nos § 1º deste artigo, o imposto será calculado com base no preço do serviço, poderá ser procedido de ofício, com base no dado da inscrição cadastral do contribuinte.

**Art. 188.** O Imposto devido pelos prestadores de serviços pelas sociedades de profissionais liberais poderá ser recolhido de uma só vez ou em prestações mensais e sucessivas ou trimestrais, devendo o contribuinte optar pela forma, prazos e condições regulamentares no ato da inscrição.

## **SEÇÃO VII**

### **BASE DE CÁLCULO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB A FORMA DE PESSOA JURÍDICA**

**Art. 189.** A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN sobre a prestação de serviço sob a forma de Pessoa jurídica, diferente de sociedade de profissional liberal será determinada, mensalmente, em função do preço do serviço.

**Art. 190.** O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza- ISSQN sobre a prestação de serviços sob a forma de pessoa jurídica será calculado, mensalmente, conforme Tabela VIII anexa a esta Lei, através da multiplicação do Preço do Serviço com a alíquota correspondente.

**Art. 191.** As alíquotas correspondentes, conforme anexo específico próprio, são variáveis de acordo com a natureza do serviço e de outros fatores pertinentes.

**Art. 192.** A alíquota mínima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN será de 2% (dois por cento) e a alíquota máxima será de 5% (cinco por cento).



**Parágrafo único.** O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da Tabela VIII anexo a esta Lei.

**Art. 193.** Para efeito de retenção na fonte o imposto será calculado aplicando-se a alíquota sobre o preço do serviço, conforme Lista de Serviço em anexo ou tabela anexa a L. C. nº 123/2006 consolidada, que instituiu o Simples Nacional.

**Art. 194.** Na hipótese de serviços prestados por empresas enquadráveis em mais de um dos itens da lista de serviços, o imposto será calculado aplicando-se a alíquota própria sobre o preço do serviço de cada atividade.

**Parágrafo único.** O contribuinte deverá apresentar escrituração idônea que permita diferenciar as receitas específicas das várias atividades, sob pena de o imposto ser calculado da forma mais onerosa, mediante a aplicação da alíquota mais elevada sobre a receita auferida.

**Art. 195.** A base de cálculo do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN na construção civil é o preço total do serviço, dela podendo ser deduzidos unicamente o valor dos materiais/mercadorias fornecidos pelo prestador dos serviços previstos nos subitens 7.02 e 7.05 da Tabela VIII que integra esta Lei Complementar.

§ 1º Considera-se material fornecido pelo prestador do serviço aquele por ele produzido ou adquirido de terceiros e que se incorporarem diretamente e definitivamente à obra, perdendo sua identidade física no ato da incorporação, não sendo passíveis de dedução as Bonificações e Despesas Indiretas – BDI, além dos gastos com ferramentas, veículos, máquinas/equipamentos, fretes, combustíveis, materiais de consumo, materiais de instalações provisórias, refeições e similares.

§ 2º Os materiais fornecidos de que trata este artigo deverão ter sua aquisição comprovada pelo prestador dos serviços, através de notas fiscais de ‘compra’ dos materiais adquiridos e/ou notas fiscais de ‘simples remessa’, que deverá:

I – possuir data de emissão anterior ao da Nota Fiscal de Prestação de Serviço emitida, ou seja, durante a execução parcial ou total da obra;

II – discriminar as espécies, quantidades e valores dos respectivos materiais;

III – indicar claramente no corpo da nota fiscal a que obra se destina o material.

§ 3º Em caso de materiais adquiridos para diversas obras, armazenado em depósito centralizado, a saída do material respectivo à cada obra deverá ser acompanhada por nota fiscal de ‘simples remessa’, sendo que a mesma servirá para o seu respectivo transporte até o canteiro da obra.

§ 4º Os materiais fornecidos de que trata este artigo, considerados por espécie, não poderão exceder em quantidade e preço os valores despendidos na sua aquisição pelo prestador dos serviços.

§ 5º Na prestação de serviços de fornecimento de concreto ou asfalto, preparados fora do local da obra, o valor dos materiais fornecidos será determinado pela multiplicação da quantidade de cada insumo utilizado na mistura pelo valor médio de sua aquisição, apurado com base nos 03 (três) últimos documentos fiscais de compras efetuadas pelo prestador dos serviços.

§ 6º São indedutíveis os valores de quaisquer materiais/mercadorias cujos documentos não estejam revestidos das características ou formalidades legais, previstas na legislação Federal, Estadual ou Municipal, especialmente no que concerne à perfeita identificação do emitente e do destinatário.

**Art. 196.** Nos serviços contratados por administração, a base de cálculo compreende os honorários, os dispêndios com mão de obra, encargos sociais e reajustamentos, as despesas gerais de administração e outras, realizadas direta ou indiretamente pelo prestador.

**Art. 197.** Nas demolições, inclui-se no preço dos serviços o montante dos recebimentos em dinheiro e/ou em materiais provenientes do desmonte.

**Parágrafo único.** O disposto neste Artigo não se aplica aos contratos de construção civil, nos quais a empreiteira principal execute e cobre a demolição englobadamente com o contrato de construção.

**Art. 198.** Nas incorporações imobiliárias, quando o construtor acumular a sua qualidade com a de proprietário, promitente comprador, cessionário, ou promitente cessionário do terreno ou de suas frações ideais, a base de cálculo será o preço contratado com os adquirentes de unidades autônomas, relativo às cotas de construção.

§ 1º Na hipótese prevista neste Artigo, só será admissível deduzir da base de cálculo o valor dos materiais de construção proporcionais às frações ideais de terreno, alienadas ou compromissadas.

§ 2º Consideram-se também compromissadas as frações ideais vinculadas às unidades autônomas contratadas para entrega futura, em pagamentos de bens e serviços adquiridos, inclusive terrenos.

§ 3º A apuração proporcional da base de cálculo será feita individualmente, por obra, de acordo com o registro auxiliar das incorporações imobiliárias.

§ 4º Quando não forem especificados, nos contratos, os preços das frações ideais de terrenos e das quotas de construção, o preço dos serviços será a diferença entre o valor total do contrato e o valor resultante da divisão do preço de aquisição do terreno pela fração ideal vinculada a unidade contratada.

**Art. 199.** Se, no local do estabelecimento e em seus depósitos ou outras dependências forem exercidas atividades diferentes, sujeitas a mais de uma forma de tributação, deverá ser observada a seguinte regra: Se as atividades forem tributadas com alíquotas diferentes ou sobre o movimento econômico total, ou com dedução, e se na escrita não estiver separadas as operações, pôr atividade, ficarão as mesmas, em sua totalidade, sujeitas à alíquota mais elevada, calculada sobre o movimento econômico total.

**Art. 200.** Na impossibilidade da apuração do preço do serviço na atividade de construção civil através de informações contábeis ou fiscais, de conformidade com a legislação vigente, o preço desse serviço será apurado pela sistemática a seguir:

**Parágrafo único.** Fica criada a pauta de valores correspondente ao preço por metro quadrado (m<sup>2</sup>) a serem utilizados na apuração do valor mínimo de mão de obra aplicado na construção civil, para efeito de cálculo de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, tomando-se por parâmetro

o Custo Unitário Básico da Construção Civil - CUB, sobre o qual se aplicará proporcionalmente ao tipo de obra realizada, percentuais em função de grau mínimo de absorção de mão de obra aplicada em cada tipo de construção, observando-se as demais disposições constantes dos incisos abaixo:

I – os percentuais serão estabelecidos segundo padrão de acabamento do tipo de obra de conformidade com o memorial descritivo anexo ao pedido de licença para a construção e do enquadramento do IPTU, do grau de absorção de mão de obra na sua execução, acrescido do BDI – Bonificação e Despesas Indiretas, nunca inferior a 70% (setenta por cento) do preço do CUB oficializado pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado;

II – em se tratando de construção do tipo misto, será utilizado para o cálculo o valor corresponde a metragem quadrada de cada um, de acordo com o valor estabelecido na tabela a seguir ou Pauta de Valores criada pelo parágrafo único deste artigo;

III – reforma sem aumento de área, será calculada a base de 50% (cinquenta por cento) do valor correspondente ao tipo de construção do imóvel reformado, previsto na tabela abaixo, a que se refere o parágrafo único deste artigo, considerando-se a área indicada na licença expedida pela Prefeitura Municipal ou a área total construída, se a reforma for diferente ou não constar da respectiva licença.

IV – o cálculo para definição do valor do metro quadrado e do imposto devido será feito com base nos dados seguintes:

Tipo de Construção	Padrão	% sobre o CUB
	BAIXO	15,00%
	ECONÔMICO	15,00%
<b>ALVENARIA</b>	MÉDIO	17,50%
	ALTO	22,50%
	BAIXO	5,00%
<b>MISTA</b>	MÉDIO	7,00%
	ALTO	12,00%
	BAIXO	3,00%
<b>MADEIRA</b>	MÉDIO	7,00%
	ALTO	15,00%

#### V- FÓRMULA DE CÁLCULO:

$CUB \times \% \text{ da Tabela} = \text{Valor do M2} \times \text{metragem da edificação} = \text{valor da base de cálculo.}$

$\text{Base de cálculo} \times \_\_\% = \text{Valor do ISSQN.}$

**Art. 201.** Na hipótese de obra cuja realização esteja por acontecer ou com previsão de prazo para seu início e conclusão a critério do responsável, o ISSQN poderá ser recolhido aos cofres municipais a medida da realização da mesma.

**Art. 202.** A apuração do preço será efetuada com base nos elementos em poder do sujeito passivo.

### SEÇÃO VIII ARBITRAMENTO

**Art. 203.** A autoridade fiscal arbitrará, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quando:

I – não puder ser reconhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;

II – os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exigidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, por serem insuficientes, inverossímeis ou falsos, não merecerem fé;

III – o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exhibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;

IV – existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, mesmo sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis exigidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;

V – ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

VI – houve flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

VII – tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia;

VIII – for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Municipal.

**Art. 204.** Na hipótese do artigo anterior, o arbitramento será elaborado tomando-se como base:

- a) valor de matérias-primas, insumo, combustível e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;
- b) ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;
- c) aluguel do imóvel e de máquinas e equipamentos utilizados ou, quando próprio correspondente a 10% (dez por cento) do valor dos mesmos;
- d) o montante das despesas com água, luz, telefone;
- e) impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;
- f) outras despesas mensais obrigatórias.

**Parágrafo único.** O montante apurado será acrescido de 30% (trinta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte, em relação ao ISSQN.

**Art. 205.** Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso ISSQN, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta:

I – os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II – o preço corrente dos serviços no mercado, em vigor na época da apuração;

III – os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócios ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

**Art. 206.** O arbitramento:

I – referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;

II – deduzirá os pagamentos efetuados no período;

III – será fixado mediante relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata;

IV – com os acréscimos legais, será exigido através de Auto de Infração e Termo de Intimação;

V – cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

## **SEÇÃO IX ESTIMATIVA**

**Art. 207.** A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:

- I – atividade exercida em caráter provisório;
- II – sujeito passivo de rudimentar organização;
- III – o contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhe tratamento fiscal específico;
- IV – sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixar, sistematicamente, de cumprir as obrigações acessórias ou principais.

**Parágrafo único.** Atividade exercida em caráter provisório é aquela cujo exercício é de natureza temporária e está vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

**Art. 208.** A estimativa será apurada tomando-se como base:

- I – o preço corrente do serviço, na praça;
- II – o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
- III – o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.

**Art. 209.** O regime de estimativa:

- I – será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses;
- II – terá a base de cálculo expressa em UFRM;
- III – a critério do Secretário, responsável pela área fazendária, poderá, a qualquer tempo, se suspenso, revisto ou cancelado;
- IV – dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte;
- V – por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

**Art. 210.** O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

**Parágrafo único.** No caso específico de atividade exercido em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através de Termo de Intimação.

**Art. 211.** A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

**Parágrafo único.** Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

## **SEÇÃO X DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS**

## SUBSEÇÃO I

### DO CADASTRO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS

**Art. 212.** São obrigadas a se inscrever no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza (CPSQN) as pessoas naturais ou jurídicas que:

- I – realizem prestações de serviços sujeitas à incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN; e,
- II – sejam, em relação às prestações de serviços a que se refere o inciso I:
  - a) responsáveis pelo pagamento do imposto como substitutos tributários; e
  - b) responsáveis pela retenção do imposto na fonte.

§ 1º A obrigatoriedade prevista neste artigo é extensiva, mesmo não possuindo personalidade jurídica:

- I – aos condomínios em edifícios residenciais ou comerciais;
- II – aos consórcios de sociedades;
- III – aos clubes e fundos mútuos de investimentos;
- IV – às repartições consulares de caráter permanente;
- V – às representações permanentes de órgãos internacionais; e
- VI – aos serviços notariais e de registros públicos.

§ 2º O dever estabelecido no parágrafo anterior só alcança aquelas entidades que estejam enquadradas em uma das situações previstas nos incisos I e II do caput deste artigo.

§ 3º No caso de órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somente serão cadastradas as unidades gestoras de orçamento.

§ 4º Considera-se unidade gestora de orçamento aquela autorizada a executar parcela do orçamento da União, dos Estados e dos Municípios.

§ 5º Excepcionados os casos previstos em regulamento, será exigida inscrição para cada estabelecimento.

**Art. 213.** As pessoas naturais e jurídicas, contribuintes do imposto, somente poderão iniciar as suas atividades depois de inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviços de Qualquer Natureza (CPSQN).

§ 1º Considera-se como data de início das atividades aquela em que se realizar a primeira prestação de serviço.

§ 2º O Secretário Municipal de Finanças e os Fiscais de Tributos, ou autoridade delegada, poderá autorizar o funcionamento de estabelecimentos de caráter temporário, obedecido ao disposto em regulamento.

**Art. 214.** As pessoas inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza (CPSQN) responderão, em qualquer caso, por danos causados ao Município pelo uso indevido de suas inscrições.



**Parágrafo único.** As pessoas inscritas no Cadastro de Prestadores de Serviço de Qualquer Natureza (CPSQN) poderão receber senhas que lhes permitirão o acesso aos seus registros cadastrais no endereço eletrônico da internet do município, responsabilizando-se pelo seu uso e guarda, bem como pela inviolabilidade das informações disponibilizadas.

## **SUBSEÇÃO II DOS DOCUMENTOS FISCAIS**

**Art. 215.** As prestações de serviços devem ser consignadas em documentos fiscais próprios, de acordo com os modelos fixados em regulamento.

**Art. 216.** As notas fiscais de prestação de serviços devidamente autorizadas pelo município devem obedecer a uma sequência numérica ascendente, sem intervalos de emissão, exceto nos casos devidamente comprovados pela necessidade do prestador.

**Art. 217.** Caso haja extravio de documento fiscal devidamente autorizado pelo município pelo contribuinte, deve este registrar o ocorrido ao órgão de polícia local e entregar cópia devidamente autenticada ao setor de fiscalização do município.

**Art. 218.** As operações de prestação de serviço canceladas devem estar acompanhadas da inscrição “CANCELADA” no corpo da primeira via devidamente alocada em sua sequência numérica no bloco de notas de prestação de serviços.

**Parágrafo único.** O regulamento disporá sobre normas relativas à impressão, emissão e escrituração de documentos fiscais, podendo fixar os prazos de validade deles.

## **SUBSEÇÃO III DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELETRÔNICA**

**Art. 219.** Fica desde já autorizado o Município, na forma estabelecida em regulamento instituir a Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica - NFS-e e do Livro Eletrônico, que deverá ser emitida por ocasião da prestação de serviço.

§ 1º Caberá ao regulamento:

- I – disciplinar a emissão da Nota Fiscal Eletrônica de Serviços;
- II – definir os contribuintes que estarão autorizados a emití-la; e,
- III – disciplinar a implantação do Livro Eletrônico.

§ 2º A partir da vigência do documento fiscal eletrônico a que se refere este artigo deve o município disciplinar a ferramenta de controle e emissão da Nota Fiscal de Prestação de Serviços Eletrônica.

## **SUBSEÇÃO IV DA NOTA FISCAL ELETRÔNICA CONJUGADA**

**Art. 220.** Fica desde já autorizado o Município e os contribuintes com atividade mista, na forma estabelecida em convênio com o Estado ou através de sua entidade representante no estado de Santa Catarina estabeleceram regras para a emissão, gerenciamento e recepção de Nota Fiscal

Eletrônica Conjugada, inclusive o compartilhamento de informações fiscais referente as operações mistas de prestação de serviços, venda e revenda de mercadorias.

#### **SUBSEÇÃO V** **DA NOTA FISCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AVULSA**

**Art. 221.** Pode o Município em situações específicas, especialmente na falta de documento fiscal autorizado ou na impossibilidade de emissão de documento fiscal eletrônico emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços Avulsa para cada operação.

§ 1º São situações que cabem à emissão de Nota Fiscal Avulsa:

- I – Serviços prestados por pessoas físicas, sem cadastro no município, de forma estritamente esporádica;
- II – Serviços prestados por pessoas físicas, com cadastro no município, quando for exigência do tomador;
- III – Na falta de notas fiscais autorizadas para pessoas jurídicas, desde que a nova AIDF já esteja emitida;
- IV – Na impossibilidade de emissão de documento fiscal eletrônico por pessoa jurídica;
- V – Em outros casos que o município autorizar.

§ 2º A nota fiscal de serviços avulsa deve ter o ISSQN retirado na fonte, no ato da emissão e o contribuinte deve quitar o valor do imposto retido para poder retirá-la junto ao órgão fazendário.

§ 3º A nota fiscal de prestação de serviços avulsa deve ser declarada na escrita fiscal mensal do contribuinte, inclusive pelo tomador do serviço.

#### **SUBSEÇÃO VI** **DA AIDF – AUTORIZAÇÃO DE IMPRESSÃO DE DOCUMENTOS FISCAIS**

**Art. 222.** Os documentos fiscais próprios somente podem ser emitidos e impressos com a devida Autorização de Impressão de Documentos Fiscais – AIDF, emitida pelo Fisco Municipal.

**Art. 223.** O número e a data da emissão da autorização a que se refere o artigo anterior devem estar grafados nas notas fiscais de serviços impressas pelas gráficas devidamente cadastradas no Município ficando para estas a inteira responsabilidade da obrigação.

#### **SUBSEÇÃO VII** **DA ESCRITA FISCAL**

**Art. 224.** Os contribuintes e demais pessoas obrigadas à inscrição cadastral deverão manter e escriturar, os livros fiscais de serviços próprios e de serviços contratados de terceiros, inclusive para as operações que não houveram retenção na fonte do imposto.

**Art. 225.** Os livros fiscais a que se refere o artigo anterior devem ser entregues para a devida homologação até o dia 30 de abril de cada ano referente o exercício fiscal anterior junto ao setor de fiscalização do município.

**Art. 226.** O Município regulamentará os modelos de livros do ISSQN.

**Parágrafo único.** Os contribuintes e demais pessoas obrigadas, entregarão, nos prazos fixados em regulamento, à Secretaria Municipal de Finanças as informações de natureza cadastral, econômica ou fiscal previstas na legislação tributária.

**Art. 227.** A escrituração fiscal poderá, a cargo da Secretaria Municipal de Finanças ser efetuada e transmitida em aplicativo a ser acessado pela rede mundial de computadores, inclusive a emissão do documento de arrecadação do ISSQN.

### **SUBSEÇÃO VIII**

#### **EQUIPAMENTOS PARA PROCESSAMENTO DE DADOS FISCAIS**

**Art. 228.** O contribuinte poderá usar sistema próprio para a emissão e impressão de documentos fiscais, inclusive a impressão de documento fiscal em formulário contínuo.

### **SEÇÃO XI**

#### **HOMOLOGAÇÃO**

**Art. 229.** A Autoridade Fiscal, tomando conhecido da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimento sem prévio exame do sujeito ativo, homologará ou não os autolançamentos ou lançamentos espontâneos atribuídos ao sujeito passivo.

§ 1º O pagamento antecipado pelo contribuinte extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiros, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3º Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4º O prazo da homologação será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

### **SEÇÃO XII**

#### **DO LANÇAMENTO**

**Art. 230.** O imposto será lançado:

I – de ofício:

a) uma única vez, no exercício a que corresponder o tributo, quando o serviço for prestado sob forma de trabalho pessoal do próprio contribuinte ou profissional autônomo, pessoa física, no caso de opção pelo valor fixo;

b) por arbitramento ou estimativa, numa única vez ou mensalmente, durante o exercício.

II – por homologação, mensalmente, em relação ao serviço efetivamente prestado no período, nos demais casos.

**Art. 231.** Os contribuintes sujeitos ao lançamento mensal do imposto, por homologação, ficam obrigados a:

I – manter escrita fiscal destinada ao registro dos serviços prestados, ainda que não tributáveis ou isentos;

II – emitir notas fiscais de serviços ou outros documentos admitidos pelo órgão fazendário competente, por ocasião da prestação dos serviços ainda que não tributáveis ou isentos;

III – declarar no Livro Eletrônico ou outro meio disponível todos os serviços prestados e tomados durante o mês de referência.

§ 1º A empresa ao necessitar novas notas fiscais, dependerá de autorização prévia do Poder Executivo, em cumprimento às determinações legais.

§ 2º Os livros fiscais deverão ser autenticados, de acordo com normas regulamentares.

§ 3º Os livros e documentos fiscais, que são de exibição obrigatória à fiscalização de tributos, não poderão ser retirados do estabelecimento ou do domicílio do contribuinte, salvo nos casos expressamente previstos nas normas regulamentares.

§ 4º Sendo insatisfatórios os meios normais de fiscalização e tendo em vista a natureza do serviço prestado, o Poder Executivo através da autoridade administrativa, pôr despacho fundamentado, permitir, complementarmente ou em substituição, a adoção de instrumentos e documentos especiais, necessários a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida e do imposto devido.

§ 5º O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer, por Decreto, critérios para as empresas que queiram utilizar o Cupom Fiscal.

**Art. 232.** A administração tributária poderá rever os valores estimados, a qualquer tempo, reajustando as parcelas vincendas do imposto, quando se verificar que a estimativa inicial foi incorreta, que o volume e/ou a modalidade dos serviços se tenha alterado de forma substancial.

**Art. 233.** A estimativa fiscal não poderá ultrapassar o exercício fiscal em que foi estabelecida.

**Art. 234.** Os contribuintes sujeitos ao regime de estimativa poderão, a critério da autoridade administrativa competente, ficar dispensado da escrituração das notas em livros fiscais.

**Art. 235.** O regime de estimativa poderá ser suspenso pela autoridade administrativa, mesmo quando não findo o exercício ou período, seja de modo geral ou individual, seja quanto a qualquer categoria de estabelecimentos, grupos ou setores de atividades, quando não mais prevalecer as condições que originaram o enquadramento.

**Art. 236.** O lançamento do imposto não implica em recolhimento ou regularidade do exercício de atividade ou da legalidade das condições do local, instalações, equipamentos ou obras.

**Art. 237.** Os contribuintes abrangidos pelo regime de estimativa poderão, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou do ciente do ato normativo, apresentar reclamação contra o valor estimado.

### SEÇÃO XIII

## DA ARRECADAÇÃO

**Art. 238.** Nos casos de cálculos de imposto sobre a receita bruta mensal, o recolhimento será feito mensalmente aos cofres da Prefeitura Municipal através dos bancos autorizados, mediante a emissão de guias especiais, independentemente de qualquer aviso ou notificação.

**Parágrafo único.** O imposto será recolhido por meio de guias emitidas pelo próprio contribuinte, de acordo com o modelo a ser estabelecido em regulamento.

**Art. 239.** O recolhimento do imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISSQN, será efetuado nos seguintes prazos:

I – mensalmente no total de 12 (doze) parcelas, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, nos casos do imposto ser homologado ou por estimativa; e,

II – mensalmente, no total de 12 (doze) parcelas, sendo as 2 (duas) primeiras no mês de março e 2 (duas) últimas no mês de dezembro e as demais nos meses de abril a novembro, no caso do valor do imposto ser fixo.

**Parágrafo único.** No caso de início de atividade, o imposto será proporcional ao número de meses restantes do ano e recolhido até o final do mês, relativo ao início da atividade.

**Art. 240.** Relativamente à construção civil, o imposto será recolhido em parcelas mensais durante a execução da obra, com base no contrato celebrado entre as partes, a ser apresentado ao fisco municipal.

**Art. 241.** No caso de feiras ou diversões públicas, quando estas forem eventuais ou provisórias definidas como espetáculos de qualquer espécie, parque de diversões, exposições, feiras ou qualquer outra promoção ou evento, bailes, shows, festivais, recitais e congêneres, competições esportivas, onde se cobram ingressos e os serviços sejam tributados, inclusive a guarda e o estacionamento de veículos, o imposto será fixado a partir de uma base de cálculo estimado ou arbitrado e recolhido antecipadamente aos cofres municipais por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, emitido pelo fisco municipal.

**Parágrafo único.** Na hipótese do caput, quando o contribuinte tiver domicílio tributário e inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas no Município de Flor do Sertão, o recolhimento do imposto poderá ser efetuado no prazo de até 5 (cinco) dias após o término do evento, ou ainda, a critério do fisco municipal, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente.

**Art. 242.** Quando o contribuinte pretender comprovar, com documentação hábil e a critério da fazenda municipal, a inexistência de prestação de serviço tributável pelo município, deve realizá-la nos prazos estabelecidos para pagamento do imposto.

## SEÇÃO XIV ISENÇÕES

**Art. 243.** São isentas do imposto as prestações de serviços efetuadas:

I – por engraxates, jornaleiros; e,

II – por associações de classe, conselhos regionais de profissionais, sindicatos e as respectivas federações e confederações cujos atos constitutivos estejam devidamente registrados nos órgãos competentes.

**Art. 244.** O imposto não incide sobre:

I – as exportações de serviços para o exterior do País;

II – a prestação de serviços em relação de emprego, dos trabalhadores avulsos, dos diretores e membros de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedades e fundações, bem como dos sócios-gerentes e dos gerentes-delegados;

III – o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras.

**Parágrafo único.** Não se enquadram no disposto no inciso I os serviços desenvolvidos no Município, cujo resultado aqui se verifique, ainda que o pagamento seja feito por contratante residente no exterior.

## **SEÇÃO XV**

### **INSCRIÇÃO E DECLARAÇÃO DOS CONTRIBUINTES**

**Art. 245.** Todas as pessoas físicas ou jurídicas, com ou sem estabelecimento fixo, que exerçam, habitualmente ou temporariamente, individualmente ou em sociedade, qualquer atividade de prestação de serviços, ficam obrigadas à inscrição no cadastro de contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, sendo uma inscrição distinta para cada um de seus estabelecimentos.

**Parágrafo único.** No caso de construtor ou empreiteira no ramo de construção civil sediado ou domiciliado em outro município, considerar-se-á como estabelecimento o local da obra.

**Art. 246.** Consideram-se estabelecimentos distintos para efeito de lançamento cobrança do imposto:

I – os que, embora no mesmo local, ainda que com idêntico ramo de atividade, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, tenha funcionamento em locais diversos.

§ 1º Não são considerados locais diversos dois ou mais imóveis contíguos e com comunicação interna, nem os vários pavimentos de um mesmo imóvel cujo estabelecimento pertença a mesma pessoa física ou jurídica.

§ 2º O contribuinte é obrigado a manter, em cada um dos seus estabelecimentos sujeitos à inscrição, escrita fiscal, destinada ao registro dos serviços prestados ainda que não tributados na forma prevista em regulamento.

**Art. 247.** O pedido de inscrição ou da atualização dos dados cadastrais será feito em formulário próprio no qual o contribuinte ou responsável declarará sob sua exclusiva responsabilidade, na forma, prazo e condições regulamentares, todos os elementos exigidos pela legislação municipal, os quais não implicam na sua aceitação pelo fisco, que poderá revê-las em qualquer época independentemente de prévia ressalva ou comunicação.

§ 1º Como complemento dos dados para inscrição, o contribuinte ou responsável é obrigado a anexar ao formulário a documentação exigida pelo regulamento e a fornecer, por escrito, quaisquer informações que lhe forem solicitadas.



§ 2º A inscrição, alteração ou retificação de ofício não exime o infrator das multas que couberem.

§ 3º O contribuinte será identificado, para efeitos fiscais, pelo respectivo número de inscrição no cadastro de atividades, o qual deverá constar em quaisquer documentos pertinentes.

**Art. 248.** A inscrição deverá operar-se antes do início das atividades do prestador do serviço.

**Art. 249.** A obrigatoriedade da inscrição estende-se às pessoas físicas ou jurídicas imunes ou isentas do pagamento do imposto.

**Parágrafo único.** A inscrição é intransferível a terceira pessoa, salvo nos casos de manutenção do mesmo numero de inscrição no CNPJ.

**Art. 250.** O contribuinte é obrigado a comunicar dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contatos da data da sua ocorrência, a transferência, a venda, encerramento das atividades e o extravio de blocos de notas fiscais, sob pena de continuar responsável pelo tributo.

§ 1º A anotação de cessão e/ou de baixa de atividades não implica na quitação ou dispensa de pagamento de quaisquer débitos tributários existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou a baixa de ofício.

§ 2º A baixa da inscrição será procedida considerando a data do protocolo do pedido ou a data do ato, quando tratar-se de baixa de ofício.

§ 3º O contribuinte deverá comunicar ao fisco municipal a perda ou extravio de notas de prestação de serviço, e publicar na imprensa local.

**Art. 251.** Poderão ser cancelados os débitos lançados que incidirem sobre contribuintes, correspondentes ao período posterior ao encerramento das suas atividades, desde que os interessados comprovem a cessação, com documentos hábeis e idôneos, sem prejuízo das custas processuais e das penalidades cabíveis.

**Art. 252.** Os contribuintes do imposto cuja base de cálculo é o preço do serviço, ficam obrigados a apresentar anualmente, ressalvados os casos expressamente previstos, Declaração de Informação Econômico-Fiscal, contendo informes e dados que venham a ser determinados em regulamento.

§ 1º Quando se tratar de contribuinte pessoa jurídica, sujeita a inscrita comercial ou fiscal, a declaração será também assinada por contabilista com registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, o qual será responsável solidário pela veracidade, acerto e preenchimento das informações constantes na referida declaração, extraída da documentação que lhe for apresentada, ficando o contribuinte responsável pela idoneidade, omissões, rasuras ou adulterações dos documentos apresentados ao profissional contábil.

§ 2º não apresentação da Declaração de Informação Econômico-Fiscal prevista no caput deste artigo e determinada em regulamento, apresentada de forma inexata, sujeitará ao infrator a multa de 10 (dez) UFRM – Unidades Fiscais de Referência Municipal, por documento.

## SEÇÃO XVI DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

**Art. 253.** As infrações às disposições deste capítulo serão punidas com multas dos seguintes valores:

I – 5 (cinco) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRM, nos casos de:

- a) exercício de atividade sem prévia inscrição no cadastro fiscal;
- b) não comunicação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da ocorrência, de qualquer alteração contratual ou estatutária;
- c) encerramento das atividades sem comunicação à Fazenda Municipal.

II – 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRM, por documento impresso, no caso de estabelecimento gráfico que emitir nota ou documento fiscal sem a devida autorização, respondendo solidariamente o beneficiário, quando a gráfica estiver estabelecida fora do município.

III – 10 (dez) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRM, nos casos de:

- a) falta de livros fiscais ou de sua autenticação, por livro;
- b) falta de escrituração do imposto devido;
- c) dados incorretos na escrita fiscal ou nos documentos fiscais;
- d) falta de inscrição no cadastro de atividades econômicas do Município.

IV – 15 (quinze) Unidades Fiscais de Referência Municipal - UFRM, nos casos de:

- a) omissão dolosa ou falsidade na declaração de dados;
- b) emissão de nota fiscal que não reflita o preço do serviço, por nota fiscal;
- c) prestação de serviço sem a emissão da respectiva nota fiscal.
- d) recusa na exibição de livros ou documentos fiscais;
- e) sonegação de documentos para apuração do preço do serviço ou da fixação de estimativa;
- f) embaraço a ação fiscal.

V – 20% (vinte por cento) sobre o valor do imposto atualizado monetariamente, nos casos de:

- a) Falta de recolhimento do imposto, apurado por meio de ação fiscal;
- b) Recolhimento do imposto em importância menor do que a efetivamente devida, apurado por meio de ação fiscal;

VI – 30% (trinta por cento) do imposto atualizado monetariamente, nos casos de:

- a) Falta de recolhimento do imposto retido na fonte;
- b) Adulteração, falsificação, extravio ou inutilização de livros e documentos fiscais com a finalidade de sonegação do imposto.

**Art. 254.** Fica estabelecido até a data de 30 (trinta) de maio do exercício em que esta lei passar a produzir efeitos, o prazo final para a realização de recadastramento de todas as empresas com domicílio tributário e inscrição no cadastramento de atividades econômicas no Município de Flor do Sertão na forma estabelecida em regulamento.

§ 1º O prazo previsto neste artigo aplica-se a todos os contribuintes que exerçam atividade no território do Município de Flor do Sertão e são passíveis de inscrição no cadastro de atividades econômicas.

§ 2º Após a data estabelecida neste artigo, fica o Poder Público Municipal autorizado a criar um cadastro Municipal de inativos e aplicar aos infratores as penalidades cabíveis previstas em Lei.

### **TÍTULO III DAS TAXAS**

#### **CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 255.** As taxas de competência do Município decorrem em razão do exercício do poder de polícia.

**Art. 256.** Para efeito de instituição e cobrança de taxas, consideram-se compreendidas no âmbito das atribuições municipais aquelas que, segundo a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica do Município e a legislação com elas compatível, competem ao Município.

**Art. 257.** As taxas cobradas pelo Município, no âmbito de suas respectivas atribuições:

I – têm como fato gerador:

- a) o exercício regular do poder de polícia;
- b) a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição;

II – não podem:

- a) ter base de cálculo ou fato gerador idênticos aos que correspondam a imposto;
- b) ser calculadas em função do capital das empresas.

**Art. 258.** Considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos.

**Parágrafo único.** Considera-se regular o exercício do poder de polícia quando desempenhado pelo órgão competente nos limites da lei aplicável, com observância do processo legal e, tratando-se de atividade que a lei tenha como discricionária, sem abuso ou desvio de poder.

**Art. 259.** Os serviços públicos consideram-se:

I – utilizados pelo contribuinte:

- a) efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;
- b) potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;

II – específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade ou de necessidade públicas;

III – divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

**Parágrafo único.** É irrelevante para a incidência das taxas;

I – em razão do exercício do poder de polícia;

- a) o cumprimento de quaisquer exigências legais, regulamentares ou administrativas;
- b) a licença, a autorização, a permissão ou a concessão, outorgadas pela União, pelo Estado ou pelo Município;
- c) a existência de estabelecimento fixo, ou de exclusividade, no local onde é exercida a atividade;
- d) a finalidade ou o resultado econômico da atividade ou da exploração dos locais;
- e) o efetivo funcionamento da atividade ou a efetiva utilização dos locais;
- f) o recolhimento de preços, de tarifas, de emolumentos e de quaisquer outras importâncias eventualmente exigidas, inclusive para expedição de alvarás, de licenças, de autorizações e de vistorias;

II – pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, que os referidos serviços públicos sejam prestados diretamente, pelo órgão público, ou, indiretamente, por autorizados, por permissionários, por concessionários ou por contratados do órgão público.

## **CAPÍTULO II**

### **ESTABELECIMENTO EXTRATIVISTA, PRODUTOR, INDUSTRIAL, COMERCIAL, SOCIAL E PRESTADOR DE SERVIÇO**

#### **Art. 260.** Estabelecimento:

I – é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades econômicas ou sociais, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, de filial, de agência, de sucursal, de escritório, de representação ou de contato ou de quaisquer outras que venham a ser utilizadas;

II – é, também, o local onde forem exercidas as atividades de diversões públicas de natureza itinerante;

III – é, ainda, a residência de pessoa física, quando de acesso ao público em razão do exercício da atividade profissional;

IV – a sua existência é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos:

- a) manutenção de pessoal, de material, de mercadoria, de máquinas, de instrumentos e de equipamentos;
- b) estrutura organizacional ou administrativa;
- c) inscrição nos órgãos previdenciários;
- d) indicação como domicílio tributário para efeito de outros tributos;
- e) permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica ou social da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondência, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade, ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, de água ou de gás.

**Parágrafo único.** A circunstância da atividade, por sua natureza, ser executada, habitual ou eventualmente, fora do estabelecimento, não o descaracteriza como estabelecimento.

**Art. 261.** Para efeito de incidência das taxas, consideram-se como estabelecimentos distintos:

I – os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora com idêntico ramo de atividade e pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.

**Art. 262.** O lançamento e o pagamento das taxas não importam no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.

### **CAPÍTULO III DAS TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS**

#### **SEÇÃO I COLETA DE LIXO**

**Art. 263.** A taxa de Coleta de Lixo tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço de coleta de lixo domiciliar, comercial e hospitalar, prestado ou posto à disposição.

**Parágrafo único.** Para efeitos desta Lei, entende-se por:

I – lixo residencial, o produzido nas unidades habitacionais;

II – lixo comercial, o produzido nos estabelecimentos cuja atividade é o comércio, prestação de serviço e indústria;

III – lixo hospitalar os resíduos sépticos produzidos por Hospitais, Laboratórios, Farmácias, Consultórios Médicos, Odontológicos e estabelecimentos afins.

**Art. 264.** Contribuinte da Taxa é o proprietário, o titular do domínio ou possuidor, a qualquer título, de imóvel edificado situado em local onde a Prefeitura mantenha, com a regularidade necessária, os serviços referidos no artigo anterior.

§ 1º Responde igualmente pela Taxa de Coleta de Lixo os inquilinos ou usuários de imóveis localizados no perímetro urbano que tenham o serviço colocado a sua disposição por ser estes os produtores de lixo.

§ 2º Cada usuário que se utilizar do serviço de coleta de lixo domiciliar, comercial ou hospitalar fica responsável pelo correto acondicionamento dos resíduos fornecidos.

**Art. 265.** A Taxa será calculada anualmente, observadas à respectiva frequência de coleta, lançado em UFRM – Unidade Fiscal de Referência do Município, de acordo com a Tabela IX anexa a esta Lei.

**Parágrafo único.** A Taxa de Coleta de Lixo será atualizada anualmente de acordo com variação do UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

**Art. 266.** O lançamento da Taxa de Coleta de Lixo é anual.

**Art. 267.** A Taxa de Coleta de Lixo poderá ser lançada juntamente com o carnê do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU, discriminada em campo específico ou separadamente.

**Parágrafo único.** A Taxa de Coleta de Lixo dos estabelecimentos comerciais, industriais, prestadores de serviços e outros poderá ser lançada juntamente com a Taxa de Licença para

Localização e Permanência (Alvará), discriminada em campo específico ou separadamente, exceto quando a mesma já esteja sendo lançada junto no carnê de IPTU.

**Art. 268.** A Taxa será paga de uma vez ou parceladamente na forma e prazos regulamentares, aplicando-se, no que couber, as normas estabelecidas para o Imposto Predial e Territorial Urbano ou Alvará.

**Parágrafo único.** O pagamento de cada parcela independe de estarem pagas as anteriores e não presume a quitação das demais.

**Art. 269.** O serviço de coleta de lixo domiciliar também será prestado no interior do Município de Flor do Sertão, sendo que os locais e como será feita a coleta será regulamentado por decreto do Poder Executivo.

## **SUBSEÇÃO I DAS ISENÇÕES**

**Art. 270.** São isentos de pagamento da taxa de Coleta de Lixo os órgãos de administração direta federal, estadual e municipal, as autarquias e fundações, as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, observado o disposto no artigo 10 e alínea b, inciso VI, do artigo 9º desta Lei Complementar que dispõe sobre as normas gerais de administração tributária, templos de qualquer culto, associações comunitárias, esportivas e os eventos de diversão pública por eles realizados.

## **SEÇÃO II TAXA DE SERVIÇOS DIVERSOS**

**Art. 271.** A utilização dos serviços diversos, específicos, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição, compreende o serviço de limpeza de terreno baldio e será devido com base no valor previsto no parágrafo 3º deste artigo.

§ 1º A administração municipal poderá realizar os serviços de limpeza de terrenos baldios, sem autorização do proprietário, quando exigidos pelo setor de fiscalização municipal através de laudo de vistoria constando que o referido terreno se encontra sem conservação de limpeza.

§ 2º O setor de fiscalização deverá notificar o proprietário do terreno que se encontra sem conservação de limpeza no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da realização do serviço.

§ 3º O valor referente à limpeza de terrenos será de R\$ 0,10 (dez centavos) por metro quadrado. Será lançado a débito no cadastro do IPTU e cobrado através de boleto ou DAM com prazo de vencimento para 30 (trinta) dias após a realização do serviço.

§ 4º O valor notificado e não pago será inscrito em dívida ativa.

## **CAPÍTULO IV DAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO EM RAZÃO DO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA**

### **SEÇÃO I**



## **TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL E VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS**

### **SUBSEÇÃO I FATO GERADOR E INCIDÊNCIA**

**Art. 272.** A Taxa de Licença, Localização e Permanência no Local e Taxa de Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas é devida ao município pela sua atividade de fiscalização do cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, da higiene, saúde, segurança, ordem e tranquilidade públicas, a que se submete qualquer pessoa, física ou jurídica, em razão da localização, instalação e permanência de quaisquer atividades no Município.

§ 1º Incluem-se entre as atividades sujeitas à fiscalização as de comércio, indústria, agropecuária, de prestação de serviço em geral e, ainda, as exercidas por entidades, sociedades ou associações civis, desportivas, religiosas ou decorrentes de profissão, arte ou ofício e autônomos com estabelecimento fixo.

§ 2º A Licença de Localização e Permanência no Local, somente será fornecida mediante verificação “In Loco” do estabelecimento.

§ 3º No caso de profissionais autônomos, com estabelecimento fixo, só será concedida licença após verificação “In loco”.

§ 4º Nos exercícios subsequentes à concessão da Licença, os contribuintes pagarão anualmente, a Taxa de Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas do estabelecimento, a título do específico exercício do poder de polícia administrativa. A taxa será devida quando efetivamente ocorrer o prévio ato de vistoria do estabelecimento e a partir do primeiro dia do exercício seguinte aquele em que o contribuinte deu início as suas atividades.

§ 5º As atividades de que trata este artigo deverão ser enquadradas na tabela CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas, estruturada por Divisão/Grupo/Classe, sendo que os cadastramentos mobiliários poderão ser feitos até Subclasse, respeitados os valores constantes na Classe.

**Art. 273.** Estabelecimento é o local onde são exercidas, de modo permanente ou temporário, as atividades previstas no § único deste Artigo, sendo irrelevantes para sua caracterização as denominações de sede, filial, agência, sucursal, escritório de representação ou contato ou quaisquer outras que venham a ser utilizadas.

**Parágrafo único.** A existência do estabelecimento é indicada pela conjunção, parcial ou total, dos seguintes elementos:

- I – manutenção de pessoal, material, mercadoria, máquinas, instrumentos e equipamentos;
- II – estrutura organizacional ou administrativa;
- III – permanência ou ânimo de permanecer no local, para a exploração econômica da atividade exteriorizada através da indicação do endereço em impressos, formulários ou correspondências, contrato de locação do imóvel, propaganda ou publicidade ou em contas de telefone, de fornecimento de energia elétrica, água ou gás.

**Art. 274.** Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou profissional poderá instalar-se ou iniciar suas atividades no Município, em caráter permanente ou temporário, sem prévia licença de localização outorgada pela Prefeitura e sem que hajam seus responsáveis efetuado o pagamento da taxa devida.

§ 1º Considera-se temporária a atividade que é exercida apenas em determinadas épocas do ano.

§ 2º São obrigados ao pagamento da taxa os depósitos fechados de mercadorias.

**Art. 275.** Para efeito de incidência da taxa, consideram-se estabelecimentos distintos:

I – os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade, ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas;

II – os que, embora com idêntico ramo de atividade e sob a mesma responsabilidade, estejam situados em prédios distintos ou locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.

## **SUBSEÇÃO II BASE DE CÁLCULO**

**Art. 276.** A taxa será calculada em função da natureza da atividade principal e outros fatores pertinentes, de conformidade com a Tabela X em anexo a esta Lei, e será devida pelo período inteiro ou fração.

§ 1º Os contribuintes que exercerem mais do que uma atividade, além de recolherem o valor equivalente da atividade principal, será acrescido o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor de cada atividade secundária cadastrada no Cartão do CNPJ.

§ 2º O acréscimo de valor previsto no parágrafo anterior será exigido a partir do exercício financeiro de 2019.

§ 3º A empresa é responsável pelas informações constantes em seu Cartão do CNPJ, sendo que poderá, mediante Declaração Anual, justificar a não atuação em determinada atividade secundária constante no Cartão CNPJ.

## **SUBSEÇÃO III SUJEITO PASSIVO**

**Art. 277.** O Sujeito passivo da Taxa de Licença, Localização e Permanência no Local e Taxa de Vistoria do Estabelecimento é a pessoa física ou jurídica sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de postura.

## **SUBSEÇÃO IV SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA**

**Art. 278.** A alteração da firma ou a de razão social, decorrente de alienação e de transferência de quotas ou de sucessão, sem prévio pedido de baixa da inscrição, envolverá a responsabilidade solidária do adquirente ou sucessor com o antecessor, relativamente aos débitos fiscais deste.

## **SUBSEÇÃO V**

### **LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO**

**Art. 279.** A taxa será lançada em uma única parcela, com base nos dados existentes no cadastro e/ou apurados “in loco”, quando da vistoria do estabelecimento.

§ 1º O lançamento da Taxa de Licença, Localização e Permanência no Local, será efetuado, por ocasião do requerimento do respectivo alvará, no mês em que ocorrer a solicitação, sendo a mesma devida proporcionalmente aos meses restantes do ano- calendário.

§ 2º O vencimento da Taxa de Vistoria do Cumprimento de Posturas e Normas Urbanísticas do estabelecimento, a título do específico exercício do poder de polícia administrativa, será fixado pelo poder executivo municipal em calendário fiscal, até o dia 31 de dezembro do ano anterior.

**Art. 280.** A taxa será recolhida por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, junto à rede bancária.

## **SUBSEÇÃO VI**

### **ISENÇÕES**

**Art. 281.** São isentos de pagamento da taxa de que trata esta lei:

- I – os vendedores ambulantes de jornais;
- II – os engraxates ambulantes;
- III – os vendedores de artigos de artesanato doméstico de sua fabricação, sem auxílio de empregados;
- IV – as escolas, orfanatos e asilos mantidos pelo poder público;
- V – as atividades desenvolvidas por pessoas físicas deficientes considerados como tais e cadastrados juntos ao setor competente da assistência social do Município, que exerçam o comércio ou serviço eventual ou ambulante em sua própria residência e que não tenham empregados ou em terrenos, vias e logradouros públicos;
- VI – os que venderem nas feiras livres, exclusivamente, os produtos de lavoura e os de criação própria - aves e pequenos animais - desde que exerçam o comércio pessoalmente e que estejam inscritos em órgão competente, como produtor rural e cumpram as demais normas da vigilância sanitária e ambiental;
- VII – os órgãos de administração direta federal, estadual e municipal, as autarquias e fundações, as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, observado o disposto no artigo 10 e alínea b, inciso VI, do artigo 9º desta Lei Complementar que dispõe sobre as normas gerais de administração tributária, templos de qualquer culto, associações comunitárias, esportivas e os eventos de diversão pública por eles realizados.

**Art. 282.** Aplicam-se à Taxa de Licença, Localização e Permanência no Local e/ou Vistoria do Cumprimento de Postura e Normas Urbanísticas, as normas gerais estatuídas na legislação pertinente.

**Art. 283.** Na infração de qualquer artigo deste Capítulo será imposta a multa de 10 (dez) UFRM - Unidade Fiscal de Referência Municipal.

## **SEÇÃO II**

## **TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA**

### **SUBSEÇÃO I FATO GERADOR E INCIDÊNCIA**

**Art. 284.** A Taxa de Fiscalização Sanitária, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à higiene da produção e do mercado – tem como fato gerador o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública, em observância às normas municipais sanitárias.

**Art. 285.** O fato gerador da Taxa de Fiscalização Sanitária considera-se ocorrido:

I – no primeiro exercício, na data de início de atividade, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública;

II – nos exercícios subseqüentes, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre o funcionamento de estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública;

III – em qualquer exercício, na data de alteração de endereço e/ou de atividade, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização e a instalação de estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública.

**Art. 286.** A Taxa de Fiscalização Sanitária não incide sobre as pessoas físicas não estabelecidas.

**Parágrafo único.** Consideram-se não estabelecidas as pessoas físicas que:

I – exerçam suas atividades em suas próprias residências, desde que não abertas ao público em geral;

II – prestam seus serviços no estabelecimento ou na residência dos respectivos tomadores de serviços.

### **SUBSEÇÃO II BASE DE CÁLCULO**

**Art. 287.** A base de cálculo da Taxa de Fiscalização Sanitária será determinada, para cada atividade, conforme a Tabela XI em anexo a esta Lei.

### **SUBSEÇÃO III SUJEITO PASSIVO**

**Art. 288.** O sujeito passivo da Taxa de Fiscalização Sanitária é a pessoa física ou jurídica sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de estabelecimento, onde é fabricado produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública.

#### **SUBSEÇÃO IV SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA**

**Art. 289.** Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Taxa de Fiscalização Sanitária ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidárias pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas:

I – titulares da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel onde está localizado, instalado e funcionando o estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública;

II – responsáveis pela locação do bem imóvel onde está localizado, instalado e funcionando o estabelecimento, onde é fabricado, produzido, manipulado, acondicionado, conservado, depositado, armazenado, transportado, distribuído, vendido ou consumido alimentos, ou exercida outra atividade pertinente à higiene pública.

#### **SUBSEÇÃO V LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO**

**Art. 290.** A Taxa de Fiscalização Sanitária será lançada, de ofício pela autoridade administrativa.

**Art. 291.** O lançamento da Taxa de Fiscalização Sanitária ocorrerá:

I – no primeiro exercício, na data da inscrição cadastral;

II – nos exercícios subsequentes, conforme TL – Tabela de Lançamento estabelecida, através de Decreto, pelo Chefe do Executivo;

III – em qualquer exercício, havendo alteração de endereço e/ou de atividade, na data da alteração cadastral.

**Art. 292.** A Taxa de Fiscalização Sanitária será recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I – no primeiro exercício, na data da inscrição cadastral;

II – nos exercícios subsequentes, conforme TV – Tabela de Vencimento estabelecida, através de Decreto, pelo Chefe do Executivo;

III – em qualquer exercício, havendo alteração de endereço e/ou de atividade, na data da alteração cadastral.

**Art. 293.** O lançamento da Taxa de Fiscalização Sanitária deverá ter em conta a situação fática do estabelecimento no momento do lançamento.

**Art. 294.** Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da

data da cientificação, prestar declarações sobre a situação do estabelecimento, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Fiscalização Sanitária.

### **SEÇÃO III**

#### **TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE ATIVIDADE AMBULANTE E EVENTUAL**

#### **SUBSEÇÃO I**

##### **FATO GERADOR E INCIDÊNCIA**

**Art. 295.** A Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranquilidade pública e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos – tem como fato gerador o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade Ambulante e Eventual, pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais sanitárias e de posturas.

**Art. 296.** O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual considera-se ocorrido:

I – no primeiro exercício ou dia, na data ou hora de início de localização, de instalação e de funcionamento de atividade Ambulante e Eventual, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade Ambulante e Eventual;

II – nos exercícios ou dias subsequentes, na data ou na hora de funcionamento de atividade Ambulante e Eventual, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre o funcionamento de atividade Ambulante e Eventual; e,

III – em qualquer exercício ou dia, na data ou na hora de reinício de localização, de instalação e de funcionamento de atividade Ambulante e Eventual, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade Ambulante e Eventual.

**Art. 297.** Considera-se atividade:

I – ambulante, a exercida, individualmente, de modo habitual, com instalação ou localização fixas ou não;

II – eventual, a exercida, individualmente ou não, em determinadas épocas do ano, especialmente por ocasião de exposições, feiras, festejos, comemorações e outros acontecimentos, em locais previamente definidos; e,

III – feirante, a exercida, individualmente ou não, de modo habitual, nas feiras livres, em locais previamente determinados.

**Parágrafo único.** A atividade ambulante, eventual e feirante é exercida, sem estabelecimento, em instalações removíveis, colocadas nas vias, nos logradouros ou nos locais de acesso ao público, como veículos, como “trailers”, como “stands”, como balcões, como barracas, como mesas, como tabuleiros e como as demais instalações congêneres, assemelhadas e similares.

#### **SUBSEÇÃO II**

##### **BASE DE CÁLCULO**



**Art. 298.** A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual será determinada, para cada atividade, conforme tabela a seguir:

Atividades	Valor em UFRM
Feiras comerciais	100
Comércio sem auxílio de veículo	15
Comércio com veículo de passeio	20
Comércio c/ veículo utilitário c/ cap. até 02 (duas) toneladas	25
Comércio com veículo até 04 (quatro) toneladas	30
Comércio com veículo acima de 04 (quatro) toneladas	40
Barracas ou tendas	30

**Art. 299.** A Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual será calculada para um período diário, através dos valores mencionados.

### SUBSEÇÃO III SUJEITO PASSIVO

**Art. 300.** O sujeito passivo da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual é a pessoa física ou jurídica sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e o funcionamento de atividade Ambulante e Eventual pertinente ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais sanitárias e de posturas.

### SUBSEÇÃO IV SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

**Art. 301.** Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidárias pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas:

I – titulares da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel onde está localizado, instalado e funcionando o ambulante, o eventual e o feirante;

II – responsáveis pela locação do bem imóvel onde está localizado, instalado e funcionando o ambulante, o eventual e o feirante; e,

III – o promotor, o organizador e o patrocinador de exposições, feiras, festejos, comemorações e outros acontecimentos, em locais previamente definidos.

### SUBSEÇÃO V LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO

**Art. 302.** A Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual será lançada, de ofício pela autoridade administrativa para um período diário, através dos valores já mencionados.

**Art. 303.** O lançamento da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual ocorrerá:

I – no primeiro exercício ou mês ou semana ou dia ou hora, na data da autorização e do licenciamento municipal;

II – nos exercícios subsequentes, conforme TL – Tabela de Lançamento estabelecida, através de Decreto, pelo Chefe do Executivo; e,

III – em qualquer exercício ou mês ou semana ou dia ou hora, na data da nova autorização e do novo licenciamento municipal.

**Art. 304.** A Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual será recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I – no primeiro exercício, na data da autorização e do licenciamento municipal;

II – nos exercícios subsequentes; e,

III – em qualquer exercício, havendo reinício de localização, de permanência e de funcionamento de atividade Ambulante e Eventual, na data da nova autorização e do novo licenciamento municipal.

**Parágrafo único.** Caso houver omissão do pagamento da taxa, será recolhida a mercadoria.

**Art. 305.** O lançamento da Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual deverá ter em conta a situação fática da atividade Ambulante e Eventual no momento do lançamento.

**Art. 306.** Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cientificação, prestar declarações sobre a situação da atividade Ambulante e Eventual, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Fiscalização de Atividade Ambulante e Eventual.

## **SEÇÃO IV TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA PARTICULAR**

### **SUBSEÇÃO I FATO GERADOR E INCIDÊNCIA**

**Art. 307.** A Taxa de Fiscalização de Obra Particular, fundada no poder de polícia do Município – limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos – tem como fato gerador o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno, pertinente à lei de uso e de ocupação do solo e ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de obras, de edificações e de posturas.

**Art. 308.** O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Obra Particular considera-se ocorrido:

I – no primeiro exercício, na data de início da obra particular, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno;

II – nos exercícios subsequentes, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno; e,

III – em qualquer exercício, na data de alteração da obra particular, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno.

**Art. 309.** A Taxa de Fiscalização de Obra Particular não incide sobre:

- I – a limpeza ou a pintura interna e externa de prédios, de muros e de grades;
- II – a construção de passeios e de logradouros públicos providos de meio-fio; e,
- III – a construção de muros de contenção de encostas.

## **SUBSEÇÃO II BASE DE CÁLCULO**

**Art. 310.** A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Obra Particular será determinada, para cada obra particular, conforme tabela em anexo.

**Art. 311.** A Taxa de Fiscalização De Obra Particular será calculada através dos valores especificados na Tabela XII anexo a esta Lei.

## **SUBSEÇÃO III SUJEITO PASSIVO**

**Art. 312.** O sujeito passivo da Taxa de Fiscalização de Obra Particular é a pessoa física ou jurídica sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a execução de obra particular, no que respeita à construção e à reforma de edificação e à execução de loteamento de terreno, pertinente à lei de uso e de ocupação do solo e ao zoneamento urbano, em observância às normas municipais de obras, de edificações e de posturas.

## **SUBSEÇÃO IV SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA**

**Art. 313.** Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Taxa de Fiscalização de Obra Particular ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidárias pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas:

- I – responsáveis pelos projetos ou pela sua execução; e,
- II – responsáveis pela locação, bem como o locatário, do imóvel onde esteja sendo executada a obra.

## **SUBSEÇÃO V LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO**

**Art. 314.** A Taxa de Fiscalização de Obra Particular será lançada, de ofício pela autoridade administrativa.

**Art. 315.** O lançamento da Taxa de Fiscalização de Obra Particular ocorrerá:

- I – no primeiro exercício, na data da autorização e do licenciamento da obra particular;
- II – nos exercícios subsequentes; e,

III – em qualquer exercício, havendo alteração da obra particular, na data da nova autorização e do novo licenciamento da obra particular.

**Art. 316.** A Taxa de Fiscalização de Obra Particular será recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I – no primeiro exercício, na data da autorização e do licenciamento da obra particular;

II – nos exercícios subsequentes; e,

III – em qualquer exercício, havendo alteração da obra particular, na data da nova autorização e do novo licenciamento da obra particular.

**Art. 317.** O lançamento da Taxa de Fiscalização de Obra Particular deverá ter em conta a situação fática da obra particular no momento do lançamento.

**Art. 318.** Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cientificação, prestar declarações sobre a situação da obra particular, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Fiscalização de Obra Particular.

## SEÇÃO V

### TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OCUPAÇÃO E DE PERMANÊNCIA EM ÁREAS, EM VIAS E EM LOGRADOUROS PÚBLICOS

#### SUBSEÇÃO I

#### FATO GERADOR E INCIDÊNCIA

**Art. 319.** A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos, fundada no poder de polícia do Município, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene e ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, tem como fato gerador o desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação, a ocupação e a permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos, pertinente à lei de uso e de ocupação do solo e ao zoneamento urbano, à estética urbana, aos costumes, à ordem, à tranquilidade, à higiene, ao trânsito e à segurança pública, em observância às normas municipais de posturas.

**Art. 320.** O fato gerador da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos considera-se ocorrido:

I – no primeiro exercício, na data de início da localização, da instalação e da ocupação em áreas, em vias e em logradouros públicos, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação e a ocupação de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos;

II – nos exercícios subsequentes, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos; e,

III – em qualquer exercício, na data de alteração da localização ou da instalação ou da ocupação em áreas, em vias e em logradouros públicos, pelo desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a

localização ou a instalação ou a ocupação de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos.

**Art. 321.** A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos não incide sobre a localização, a instalação, a ocupação e a permanência de veículos de particulares não destinados ao exercício de atividades econômicas.

## **SUBSEÇÃO II BASE DE CÁLCULO**

**Art. 322.** A base de cálculo da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos será determinada, para cada móvel, equipamento, veículo, utensílio e qualquer outro objeto, conforme a Tabela XIII anexo a esta Lei.

## **SUBSEÇÃO III SUJEITO PASSIVO**

**Art. 323.** O sujeito passivo da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos é a pessoa física ou jurídica sujeita ao desempenho, pelo órgão competente, nos limites da lei aplicável e com observância do processo legal, da fiscalização exercida sobre a localização, a instalação, a ocupação e a permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos, pertinente à lei de uso e de ocupação do solo e ao zoneamento urbano; à estética urbana; aos costumes; à ordem; à tranquilidade; à higiene; ao trânsito e à segurança pública, em observância às normas municipais de posturas.

## **SUBSEÇÃO IV SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA**

**Art. 324.** Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidárias pelo pagamento da taxa, as pessoas físicas ou jurídicas:

I – responsáveis pela instalação dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos; e,

II – responsáveis pela locação, bem como o locatário, dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos.

## **SUBSEÇÃO V LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO**

**Art. 325.** A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos será lançada, de ofício pela autoridade administrativa.

**Art. 326.** O lançamento da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos ocorrerá:

I – no primeiro exercício, na data da autorização e do licenciamento dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos;

II – nos exercícios subsequentes; e,

III – em qualquer exercício, havendo alteração da localização, da instalação, da ocupação e da permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos, na data da nova autorização e do novo licenciamento.

**Art. 327.** A Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos será recolhida, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura:

I – no primeiro exercício, na data da autorização e do licenciamento dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos;

II – nos exercícios subsequentes; e,

III – em qualquer exercício, havendo alteração da localização, da instalação, da ocupação e da permanência de móveis, de equipamentos, de veículos, de utensílios e de quaisquer outros objetos, na data da nova autorização e do novo licenciamento.

**Art. 328.** O lançamento da Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos deverá ter em conta a situação fática dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos no momento do lançamento.

**Art. 329.** Sempre que julgar necessário, à correta administração do tributo, o órgão fazendário competente poderá notificar o contribuinte para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da cientificação, prestar declarações sobre a situação dos móveis, dos equipamentos, dos veículos, dos utensílios e dos outros objetos, com base nas quais poderá ser lançada a Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos.

## **TÍTULO IV DAS CONTRIBUIÇÕES**

### **CAPÍTULO I DA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

#### **SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 330.** A Contribuição de Melhoria cobrada pelo Município é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

#### **SEÇÃO II SUJEITO PASSIVO**

**Art. 331.** O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é a pessoa física ou jurídica titular 1da propriedade ou do domínio útil ou da posse do bem imóvel alcançado pelo acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras publicas municipais.

#### **SEÇÃO III FATO GERADOR E INCIDÊNCIA**

**Art. 332.** A Contribuição de Melhoria tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas municipais.



**Art. 333.** Será devida a Contribuição de Melhoria, no caso de valorização de imóveis de propriedade privada, em virtude de qualquer das seguintes obras públicas municipais:

I – obras de abastecimento de água potável, esgotos, instalações de redes elétricas, telefônicas, transportes e comunicações em geral ou de suprimento de gás e instalações de comodidade pública;

II – proteção contra secas, inundações, erosão, saneamento e drenagem em geral, retificação e/ ou regularização de cursos d'água e irrigação;

III – abertura, alargamento, pavimentação, iluminação, arborização, esgoto pluvial e outros melhoramentos de praças e vias públicas;

IV – construção e ampliação de parques, campos de desportos, pontes, túneis e viadutos; e,

V – aterros e realizações de embelezamento em geral, inclusive desapropriações em desenvolvimento de plano de aspecto paisagístico.

§ 1º As obras definidas neste artigo são classificadas em:

I – prioritárias: quando de relevante interesse público, justificado pelo Poder Executivo Municipal;

II – secundárias: quando de menor interesse público e solicitadas por pelo menos 2/3 (dois terços) dos titulares dos imóveis, situados na área de influência da obra; e,

III – comunitárias: organizadas em programas deliberados em assembleia geral, convocada por entidade comunitária do local, com acompanhamento do Poder Público Municipal, para o atendimento das necessidades de obras públicas destinadas à melhoria de determinada região ou bairro do Município, com aprovação de no mínimo 80% (oitenta por cento) dos titulares dos imóveis situados na área da influência da obra.

§ 2º Os programas referidos nos incisos II e III do § 1º deste artigo deverão ser aprovados pelo Poder Público Municipal.

#### SEÇÃO IV BASE DE CÁLCULO

**Art. 334.** A base de cálculo da Contribuição de Melhoria a ser exigida pelo Município, para fazer face ao custo das obras públicas, será cobrada adotando-se como critério o benefício resultante da obra, calculado através de índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência.

§ 1º A apuração da base de cálculo, dependendo da natureza da obra, far-se-á levando em conta a situação do imóvel na Zona de Influência, sua testada, área, finalidade de exploração econômica e outros elementos a serem considerados, isolada ou conjuntamente.

§ 2º A determinação da base de cálculo da Contribuição de Melhoria far-se-á rateando, proporcionalmente, o custo parcial ou total das obras, entre todos os imóveis incluídos nas respectivas Zonas de Influência.

§ 3º A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários de imóveis do domínio privado, situados nas áreas diretas e indiretamente beneficiadas pela obra.

§ 4º Para a apuração da base de cálculo da Contribuição de Melhoria, o órgão responsável, auxiliado por comissão especial, com base no benefício resultante da obra – calculado através de

índices cadastrais das respectivas Zonas de Influência no Custo Total ou Parcial da Obra, no Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra e em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

§ 5º Para a apuração do Número Total de Imóveis Beneficiados, situados na Zona de Influência da obra, e dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização, a Administração Pública Municipal adotará os seguintes procedimentos:

- I – delimitará, em planta, a Zona de Influência da obra;
- II – dividirá a Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de Hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;
- III – individualizará, com base na área territorial, os imóveis localizados em cada faixa; e,
- IV – obterá a área territorial de cada faixa, mediante a soma das áreas dos imóveis nela localizados.

**Art. 335.** A base de cálculo da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras, computadas as despesas de estudo, projetos, fiscalização, desapropriações, administração, execução e financiamento, inclusive prêmios de reembolso e outras de praxe em financiamento ou empréstimos.

§ 1º Serão incluídos nos orçamentos de custo das obras, todos os investimentos necessários para que benefícios delas decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis situados nas respectivas zonas de influência da obra.

§ 2º A percentagem do custo da obra a ser cobrado mediante Contribuição de Melhoria considerará a natureza da obra, os benefícios para os usuários, as atividades econômicas preponderantes e o nível de desenvolvimento da área beneficiada.

**Art. 336.** A base de cálculo da Contribuição de Melhoria, relativa a cada imóvel, será determinada pelo rateio do Custo Total ou Parcial da Obra, pelo Número Total de imóveis Beneficiados, situados na Zona de influência da Obra, em função dos respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização.

**Parágrafo único.** Os Fatores Relativos e Individuais de Valorização é a determinação do fator de absorção de benefício da valorização para toda a zona e para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas.

**Art. 337.** O Custo Total ou Parcial da Obra, os respectivos Fatores Relativos e Individuais de Valorização e o número total de imóveis beneficiados deverão ser demonstrados em Edital específico próprio.

**Art. 338.** A Contribuição de Melhoria será paga pelo contribuinte de forma que a sua Parcela Anual não exceda a 3% (três por cento) do Valor Venal do Imóvel, atualizado à época da cobrança em atendimento a legislação federal vigente, exceto quando o contribuinte requerer formalmente forma de pagamento diferenciada, objetivando saldar o débito em prazo inferior ao previsto neste artigo.

## SEÇÃO V SOLIDARIEDADE TRIBUTÁRIA

**Art. 339.** Por terem interesse comum na situação que constitui o fato gerador da Contribuição de Melhoria ou por estarem expressamente designados, são pessoalmente solidários pelo pagamento do imposto:

I – o adquirente do imóvel, pelos débitos do alienante, existentes à data do título de transferência, salvo quando conste deste a prova de sua quitação, limitada esta responsabilidade, nos casos de arrematação em hasta pública, ao montante do respectivo preço;

II – o espólio, pelos débitos do “de cujus”, existentes à data da abertura da sucessão;

III – o sucessor, a qualquer título, e o cônjuge meeiro, pelos débitos do “de cujus” existentes à data da partilha ou da adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

IV – a pessoa jurídica que resultar da fusão, transformação ou incorporação de outra, ou em outra, pelos débitos das sociedades fundidas, transformadas ou incorporadas existentes à data daqueles atos; e,

V – a pessoa natural ou jurídica que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou de estabelecimento comercial, industrial ou de serviço, e continuar a exploração do negócio sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, pelos débitos do fundo ou do estabelecimento adquirido, existentes à data da transação.

§ 1º Quando a aquisição se fizer por arrematação em hasta pública ou na hipótese do inciso III deste artigo, a responsabilidade terá por limite máximo, respectivamente, o preço da arrematação ou o montante do quinhão, legado ou meação.

§ 2º O disposto no inciso III deste artigo aplica-se nos casos de extinção de pessoas jurídicas, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente ou se espólio, com a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

## **SEÇÃO VI**

### **LANÇAMENTO E RECOLHIMENTO**

**Art. 340.** Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, o Poder Executivo Municipal publicará, previamente, no órgão de imprensa oficial do Município, Edital Demonstrativo do Custo da Obra de Melhoramento, que conterá os seguintes elementos:

I – memorial descritivo do projeto;

II – custo total ou parcial da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria;

III – delimitação, em planta, da Zona de Influência da obra, demonstrando as áreas, direta e indiretamente, beneficiadas, e a relação dos imóveis que a integram e respectivas medidas lineares das testadas, que serão utilizadas para o cálculo do tributo;

IV – a divisão da Zona de Influência em faixas correspondentes aos diversos Índices de hierarquização de Benefícios de Imóveis, em ordem decrescente, se for o caso;

V – número total de imóveis beneficiados, situados na Zona de Influência da obra; e,

VI – determinação da parcela do custo da obra a ser ressarcida pela Contribuição de Melhoria, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis situados na área de sua influência.

**Art. 341.** O contribuinte definido no artigo 281 da presente Lei poderá, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a começar da data da publicação do edital, impugnar qualquer dos elementos deste, cabendo-lhe o ônus da prova.

**Art. 342.** A impugnação será feita mediante petição fundamentada apresentada à repartição fazendária municipal.

**Art. 343.** A autoridade competente para julgar a impugnação é aquela definida nesta Lei Complementar que dispõe sobre as normas gerais em administração tributária, que proferirá decisão no prazo de 7 (sete) dias, a contar do recebimento do pedido.

**Art. 344.** A decisão da autoridade julgadora poderá ser comunicada ao impugnante, através de ofício, ou ser publicada no órgão oficial do Município, considerando-se cientificado o impugnante no primeiro dia útil seguinte ao da publicação.

**Art. 345.** Da decisão proferida em primeira instância, caberá recurso à Segunda instância, a ser interposto no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, a contar da data da ciência, sob pena de preclusão.

§ 1º O julgamento em segunda instância obedecerá ao prazo estabelecido no artigo 70 da presente Lei.

§ 2º A forma de comunicação ao impugnante obedece ao estabelecido no artigo 30 da presente Lei.

**Art. 346.** Executada a obra pública total ou parcialmente, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, far-se-á o lançamento referente a esses imóveis.

**Art. 347.** O Poder Executivo Municipal, considerando o custo das obras realizadas, a situação financeira do Município e as peculiaridades da área de influência das obras, poderá determinar que o lançamento da Contribuição de Melhoria seja regulamentado em edital e/ou Decreto.

**Art. 348.** Poderá conceder descontos limitados aos custos financeiros considerados no orçamento da obra, para o pagamento em cota única ou em prazo menor do que o fixado no edital.

**Art. 349.** A repartição fazendária competente notificará pessoalmente, via postal ou por edital o sujeito passivo, devendo a notificação conter os seguintes requisitos:

- I – do valor da Contribuição de Melhoria lançada;
- II – do prazo para o seu pagamento e, se for o caso, do número de parcelas mensais e respectivos vencimentos;
- III – dos descontos, se os houver concedidos, para o pagamento nas formas referidas no artigo anterior;
- IV – do prazo para a impugnação do lançamento; e,
- V – o local do pagamento da Contribuição de Melhoria.

**Parágrafo único.** Considerar-se-á regularmente notificado o sujeito passivo na data em que, através de publicação no órgão oficial de publicação do Município ou jornal de circulação local, se dê ciência ao público do lançamento da Contribuição de Melhoria.

**Art. 350.** Caso o contribuinte opte pelo pagamento parcelado, com um valor mínimo de 15 (quinze) UFRM por parcela, deverá manifestar a opção através de requerimento dirigido à autoridade fazendária, pelo menos 20 (vinte) dias antes do vencimento da parcela.

§ 1º No requerimento deverá constar o número de parcelas desejadas;

§ 2º Deferido o parcelamento, a autoridade fazendária procederá a emissão do carnê de pagamento, expresso em UFRM, cuja transformação em moeda se dará no dia do efetivo pagamento da parcela.

## **CAPÍTULO II**

### **CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

#### **SEÇÃO I**

#### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 351.** Fica instituída, nos termos do artigo 149-A da Constituição Federal de 1988, a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, devida pelos consumidores residenciais e não residenciais de energia elétrica, destinado ao Custeio do Serviço de Iluminação Pública.

§ 1º Considera-se serviço de Iluminação Pública aquele destinado a iluminar as vias e logradouros públicos, bem como quaisquer outros bens públicos de uso comum, assim como de atividades assessoriais de instalação, manutenção e expansão da respectiva rede de iluminação.

§ 2º A COSIP não incidirá para imóveis localizados em vias e logradouros que não sejam servidos por iluminação pública.

§ 3º Ficam isentos da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública - **COSIP** os órgãos da Administração Pública direta e indireta do Município de Flor do Sertão, bem como os imóveis em que a administração direta ou indireta do Município figure como locatária, enquanto durar a locação.

**Art. 352.** A contribuição de que trata o artigo anterior corresponderá ao custeio mensal do serviço de iluminação pública, rateado entre os contribuintes, de acordo com os níveis individuais de consumo mensal de energia elétrica.

**Parágrafo único.** Para obtenção do valor da contribuição, as alíquotas da Contribuição de que trata esta lei, constantes da tabela de faixas de consumo (Tabela XIV) em anexo nesta Lei, serão aplicadas sobre o valor da Tarifa de Energia Elétrica para a Iluminação Pública, fixadas por ato da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

§ 1º A COSIP será lançada para pagamento através da fatura mensal de energia elétrica, por meio de nota fiscal fatura, emitida pela concessionária responsável pelo fornecimento de energia elétrica em nome dos consumidores residenciais.

§ 2º Em caso de inadimplência, incidirão sobre a Contribuição os ônus de multa e juros previstos na legislação tributária municipal para o IPTU, bem como a inscrição em dívida ativa e a propositura da competente execução fiscal.

**Art. 353.** O valor da contribuição de que trata esta Lei, será reajustado, automaticamente pelo mesmo índice e com a mesma periodicidade que a tarifa de energia destinada a Iluminação Pública, fixadas por ato da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

**Art. 354.** Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a manter convênio com Concessionária de Energia Elétrica, para operacionalizar a apuração e cobrança da contribuição de que trata o artigo 351 desta Lei, bem como a respectiva prestação de serviço de iluminação pública do interesse do município.

§ 1º Concessionária de Energia Elétrica deverá contabilizar mensalmente o produto da arrecadação da COSIP, em conta própria do Município, e fornecerá ao Município demonstrativo mensal de arrecadação, fatura(s) e outros débitos até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da arrecadação.

§ 2º O Município autoriza a Concessionária de Energia Elétrica a debitar, mensalmente na conta bancária própria do Município, as despesas oriundas do consumo da energia elétrica correspondente à iluminação pública do Município, bem como os encargos financeiros referentes ao serviço de lançamento, arrecadação e seus controles.

§ 3º Compete à Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, com o auxílio do Departamento de Contabilidade, a administração e fiscalização da COSIP.

**Art. 355.** As despesas decorrentes desta Lei Complementar serão consignadas no orçamento em vigor.

**Art. 356.** Esta Lei Complementar será regulamentada, no que couber, por Decreto do Poder Executivo Municipal.

**Art. 357.** Esta Lei Complementar entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018.

**Art. 358.** Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei Complementar nº 009/2006, Lei Complementar nº 027/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão, aos 12 dias do mês de Dezembro de 2017.

**RENATO PERIN**  
**Prefeito Municipal em Exercício**

**LEANDRO NEUHAUS**  
**Secretário de Administração**



**TABELAS DE I A XIV E ANEXO ÚNICO**

**TABELA I**  
**VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO DO LOTE URBANO OU RURAL**

De que trata o Artigo 114 e 115, § 1º, do Projeto de Lei Complementar nº 02/2017

<b>LOTES URBANOS</b>	<b>QUANTIDADE DE UFRM POR M²</b>	<b>VALOR POR M² EM R\$</b>
Zona 1	27,50	110,00
Zona 2	22,00	88,00
Zona 3	19,00	76,00
Zona 4	8,00	32,00
Zona 5 – Área Industrial	8,00	32,00
Zona 6 – Chácaras Urbanas	10,00	40,00
Zona 7 – Setor Especial do Lago	15,00	60,00
<b>LOTES RURAIS</b>	<b>QUANTIDADE DE UFRM POR há</b>	<b>VALOR EM REAIS POR há</b>
<b>CLASSES</b>		
Terra de primeira (áreas mecanizadas acima de 80%)	7.500,00	30.000,00
Terra de primeira (áreas mecanizadas de 50% a 80%)	6.250,00	25.000,00
Terra de segunda (até 50% mecanizada)	3.750,00	15.000,00
Terra de terceira (alta declividade + de 30%)	2.500,00	10.000,00
Terra p/ servidão florestal (Reserva Ambiental ou APP)	1.625,00	6.500,00

**TABELA II**  
**COEFICIENTE DE VALORIZAÇÃO OU DESVALORIZAÇÃO QUANTO A SITUAÇÃO DO TERRENO**

<b>SITUAÇÃO DO TERRENO</b>	<b>ÍNDICE</b>
Esquina/mais de uma frente	1,10
Meio de quadra	1,00
Encravado	0,80
Aglomerado	0,80

**TABELA III**  
**COEFICIENTE QUANTO A TOPOGRAFIA DO TERRENO**

<b>TOPOGRAFIA DO TERRENO</b>	<b>ÍNDICE</b>
Plano	1,00

Active	0,90
Declive	0,70
Irregular	0,80

**TABELA IV**  
**COEFICIENTE QUANTO A PEDOLOGIA DO TERRENO**

<b>PEDOLOGIA DO TERRENO</b>	<b>INDICE</b>
Inundável	0,80
Firme	1,00
Alagado	0,70
Rochoso	0,80

**TABELA V**  
**COEFICIENTE QUANTO AO TIPO DE PAVIMENTAÇÃO DO TERRENO**

<b>PAVIMENTAÇÃO</b>	<b>INDICE</b>
Com asfalto	1,00
Com pedras irregulares	0,95
Sem pavimentação	0,90
Sem arruamento	0,85

**TABELA VI**  
**VALOR GENÉRICO DO METRO QUADRADO CONFORME CARACTERIZAÇÃO DA EDIFICAÇÃO**

<b>TIPO DE CONSTRUÇÃO</b>	<b>Quantidade de UFRM por M<sup>2</sup></b>	<b>Valor do M<sup>2</sup> de Construção em R\$</b>
Residencial c/ 2 Pavimentos de Alvenaria	250,00	1.000,00
Residencial c/ 2 Pavimentos Mista	200,00	800,00
Residencial c/ 3 Pavimentos de Alvenaria	262,50	1.050,00
Residencial c/ 4 Pavimentos de Alvenaria	275,00	1.100,00
Residencial de Alvenaria	237,50	950,00
Residencial Mista	200,00	800,00
Residencial de Madeira	150,00	600,00
Comercial ou Serviços de Alvenaria	250,00	1.000,00
Comercial ou Serviços Mista	200,00	800,00
Comercial ou Serviços de Madeira	150,00	600,00
Barracões, Galpões e Outros (Alvenaria) – Até 650,00 M <sup>2</sup>	112,50	450,00
Barracões, Galpões e Outros (Alvenaria) – A partir de 650,01 M <sup>2</sup>	120,00	480,00
Barracões, Galpões e Outros (Metálica) – Até 650,00 M <sup>2</sup>	87,50	350,00
Barracões, Galpões e Outros (Metálica) – A partir de 650,01 M <sup>2</sup>	95,00	380,00
Aviários	7,50	30,00

Pocilgas e Outros de Alvenaria	25,00	100,00
Pocilgas e Outros Mista	17,50	70,00

**TABELA VII**  
**COEFICIENTE QUANTO A DEPRECIAÇÃO DA EDIFICAÇÃO**

<b>ANO/EDIFICAÇÃO</b>	<b>INDICE</b>
Até 03 anos	1,00
04 a 08 anos	0,95
09 a 15 anos	0,90
16 a 25 anos	0,85
Acima de 26 anos	0,80

**TABELA VIII**  
**LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS E ALÍQUOTAS DO ISSQN – IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA**

<b>1</b>	<b>Serviços de informática e congêneres.</b>	<b>Alíquota (%)</b>	<b>Valor Fixo/Mês em UFRM</b>
1.01	Análise e desenvolvimento de sistemas.	5,00	-
1.02	Programação.	5,00	-
1.03	Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.	5,00	-
1.04	Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.	5,00	-
1.05	Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5,00	-
1.06	Assessoria e consultaria em informática.	5,00	-
1.07	Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5,00	-
1.08	Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5,00	-
1.09	Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviço de Acesso Condicionado, de que trata a <u>Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011</u> , sujeita ao ICMS).	5,00	-
2	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.		
2.01	Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5,00	-

3	Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.		
3.01	(Vetado)	-	-
3.02	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5,00	-
3.03	Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, <i>stands</i> , quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5,00	-
3.04	Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5,00	-
3.05	Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5,00	-
4	Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.		
4.01	Medicina e biomedicina.	5,00	300
4.02	Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultra-sonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	5,00	-
4.03	Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	5,00	-
4.04	Instrumentação cirúrgica.	5,00	-
4.05	Acupuntura.	5,00	-
4.06	Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	5,00	-
4.07	Serviços farmacêuticos.	5,00	-
4.08	Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	5,00	-
4.09	Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	5,00	-
4.10	Nutrição.	5,00	300
4.11	Obstetrícia.	5,00	300
4.12	Odontologia.	5,00	300
4.13	Ortótica	5,00	-
4.14	Próteses sob encomenda.	5,00	-
4.15	Psicanálise.	5,00	-
4.16	Psicologia.	5,00	300
4.17	Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	5,00	-
4.18	Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.	5,00	-
4.19	Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	5,00	-
4.20	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5,00	-
4.21	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5,00	-
4.22	Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5,00	-

4.23	Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5,00	-
5	Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.		
5.01	Medicina veterinária e zootecnia.	5,00	300
5.02	Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5,00	-
5.03	Laboratórios de análise na área veterinária.	5,00	-
5.04	Inseminação artificial, fertilização <i>in vitro</i> e congêneres.	5,00	-
5.05	Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5,00	-
5.06	Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5,00	-
5.07	Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5,00	-
5.08	Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5,00	-
5.09	Planos de atendimento e assistência médico-veterinária.	5,00	-
6	Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.		
6.01	Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	5,00	50
6.02	Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	5,00	50
6.03	Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	5,00	50
6.04	Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	5,00	50
6.05	Centros de emagrecimento, <i>spa</i> e congêneres.	5,00	50
6.06	Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.	5,00	50
7	Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.		
7.01	Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5,00	300
7.02	Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5,00	-
7.03	Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5,00	-

7.04	Demolição.	5,00	-
7.05	Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5,00	-
7.06	Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5,00	-
7.07	Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5,00	-
7.08	Calafetação.	5,00	-
7.09	Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5,00	-
7.10	Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5,00	-
7.11	Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5,00	150
7.12	Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5,00	-
7.13	Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5,00	150
7.14	(Vetado)	-	-
7.15	(Vetado)	-	-
7.16	Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, sivilcultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.	5,00	-
7.17	Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5,00	-
7.18	Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5,00	-
7.19	Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5,00	-
7.20	Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5,00	-
7.21	Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5,00	-
7.22	Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5,00	-
8	Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.		
8.01	Ensino regular pré-escolar, fundamental, médio e superior.	5,00	-

8.02	Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	5,00	-
9	Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.		
9.01	Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, <i>apart-service</i> condominiais, <i>flat</i> , apart-hotéis, hotéis residência, <i>residence-service</i> , <i>suite service</i> , hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5,00	200
9.02	Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5,00	-
9.03	Guias de turismo.	5,00	150
10	Serviços de intermediação e congêneres.		
10.01	Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5,00	-
10.02	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5,00	-
10.03	Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5,00	-
10.04	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ), de franquia ( <i>franchising</i> ) e de faturização ( <i>factoring</i> ).	5,00	-
10.05	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5,00	-
10.06	Agenciamento marítimo.	5,00	-
10.07	Agenciamento de notícias.	5,00	-
10.08	Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5,00	-
10.09	Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5,00	-
10.10	Distribuição de bens de terceiros.	5,00	-
11	Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.		
11.01	Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5,00	-
11.02	Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.	5,00	200
11.03	Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5,00	-
11.04	Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5,00	-
12	Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.		
12.01	Espectáculos teatrais.	5,00	60



12.02	Exibições cinematográficas.	5,00	-
12.03	Espetáculos circenses.	5,00	-
12.04	Programas de auditório.	5,00	-
12.05	Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5,00	-
12.06	Boates, <i>taxi-dancing</i> e congêneres.	5,00	60
12.07	<i>Shows, ballet</i> , danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5,00	-
12.08	Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5,00	-
12.09	Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5,00	-
12.10	Corridas e competições de animais.	5,00	-
12.11	Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5,00	-
12.12	Execução de música.	5,00	-
12.13	Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, <i>shows, ballet</i> , danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5,00	-
12.14	Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5,00	-
12.15	Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5,00	-
12.16	Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, <i>shows</i> , concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5,00	-
12.17	Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5,00	-
13	Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.		
13.01	(Vetado)	-	-
13.02	Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5,00	-
13.03	Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5,00	150
13.04	Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5,00	-
13.05	Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.	5,00	200
14	Serviços relativos a bens de terceiros.		
14.01	Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5,00	-
14.02	Assistência Técnica.	5,00	200

14.03	Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	5,00	-
14.04	Recauchutagem ou regeneração de pneus.	5,00	-
14.05	Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de abjetos quaisquer.	5,00	-
14.06	Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	5,00	-
14.07	Colocação de molduras e congêneres.	5,00	-
14.08	Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	5,00	-
14.09	Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	5,00	50
14.10	Tinturaria e lavanderia.	5,00	50
14.11	Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	5,00	50
14.12	Funilaria e lanternagem.	5,00	50
14.13	Carpintaria e serralheria.	5,00	50
14.14	Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.	5,00	-
15	Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.		
15.01	Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré-datados e congêneres.	5,00	-
15.02	Abertura de contas em geral, inclusive conta-corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5,00	-
15.03	Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5,00	
15.04	Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5,00	-
15.05	Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos – CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5,00	-
15.06	Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5,00	-

15.07	Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac-símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5,00	-
15.08	Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos à abertura de crédito, para quaisquer fins.	5,00	-
15.09	Arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil ( <i>leasing</i> ).	5,00	-
15.10	Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5,00	-
15.11	Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5,00	-
15.12	Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5,00	-
15.13	Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5,00	-
15.14	Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5,00	-
15.15	Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5,00	-

100

15.16	Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5,00	-
15.17	Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5,00	-
15.18	Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5,00	-
16	Serviços de transporte de natureza municipal.		
16.01	Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário de passageiros.	5,00	-
16.02	Outros serviços de transporte de natureza municipal.	5,0	-
17	Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.		
17.01	Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5,00	-
17.02	Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5,00	100
17.03	Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5,00	-
17.04	Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5,00	-
17.05	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5,00	-
17.06	Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5,00	-
17.07	(Vetado)	-	-
17.08	Franquia ( <i>franchising</i> ).	5,00	-
17.09	Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5,00	-
17.10	Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5,00	-
17.11	Organização de festas e recepções; bufê (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5,00	-
17.12	Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5,00	-
17.13	Leilão e congêneres.	5,00	-
17.14	Advocacia.	5,00	300
17.15	Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5,00	-
17.16	Auditoria.	5,00	300
17.17	Análise de Organização e Métodos.	5,00	-

101

17.18	Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5,00	-
17.19	Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5,00	200
17.20	Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5,00	200
17.21	Estatística.	5,00	-
17.22	Cobrança em geral.	5,00	-
17.23	Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização ( <i>factoring</i> ).	5,00	-
17.24	Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5,00	-
17.25	Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).	5,00	-
18	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.		
18.01	Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5,00	-
19	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.		
19.01	Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5,00	-
20	Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.		
20.01	Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5,00	-
20.02	Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5,00	-
20.03	Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5,00	-

21	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.		
21.01	Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5,00	-
22	Serviços de exploração de rodovia.		
22.01	Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5,00	-
23	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.		
23.01	Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	5,00	-
24	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, <i>banners</i> , adesivos e congêneres.		
24.01	Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, <i>banners</i> , adesivos e congêneres.	5,00	60
25	Serviços funerários.		
25.01	Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5,00	-
25.02	Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5,00	-
25.03	Planos ou convênio funerários.	5,00	-
25.04	Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5,00	-
25.05	Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.	5,00	-
26	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; <i>courrier</i> e congêneres.		
26.01	Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; <i>courrier</i> e congêneres.	5,00	-
27	Serviços de assistência social.		
27.01	Serviços de assistência social.	5,00	250
28	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.		
28.01	Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5,00	-
29	Serviços de biblioteconomia.		
29.01	Serviços de biblioteconomia.	5,00	250
30	Serviços de biologia, biotecnologia e química.		
30.01	Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5,00	250
31	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.		
31.01	Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5,00	300



103

32	Serviços de desenhos técnicos.		
32.01	Serviços de desenhos técnicos.	5,00	250
33	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.		
33.01	Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5,00	-
34	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.		
34.01	Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5,00	-
35	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.		
35.01	Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5,00	-
36	Serviços de meteorologia.		
36.01	Serviços de meteorologia.	5,00	-
37	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.		
37.01	Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5,00	-
38	Serviços de museologia.		
38.01	Serviços de museologia.	5,00	100
39	Serviços de ourivesaria e lapidação.		
39.01	Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5,00	-
40	Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.		
40.01	Obras de arte sob encomenda.	5,00	100

**TABELA IX**  
**TAXA DE COLETA DE LIXO**

<b>FREQUÊNCIA DE COLETA SEMANAL (Nº DE DIAS)</b>	<b>Valor em UFRM</b>	<b>Valor em R\$</b>
<b>RESIDENCIAIS</b>		
01 recolhimento por semana	5,50	22,00
02 recolhimentos por semana	11,50	46,00
03 recolhimentos por semana	20,00	80,00
04 recolhimentos por semana	22,00	88,00
05 recolhimentos por semana	24,00	96,00
<b>COMERCIAIS, INDUSTRIAIS, PREST. SERV. E OUTROS</b>		
01 recolhimento por semana	_____	_____
02 recolhimentos por semana	_____	_____
03 recolhimentos por semana	_____	_____
04 recolhimentos por semana	_____	_____
05 recolhimentos por semana	_____	_____



**TABELA X**  
**TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL E VISTORIA DO**  
**CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS**

<b>TAXA DE LICENÇA, LOCALIZAÇÃO E PERMANÊNCIA NO LOCAL E VISTORIA DO CUMPRIMENTO DE POSTURAS E NORMAS URBANÍSTICAS</b>						
Divisão	Grupo	Classe	Denominação	Valor em UFRM		
				Tipo de Empresa		
				Normal	ME / EPP	MEI / Autônomo
			<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA</b>			
<b>01</b>			<b>AGRICULTURA, PECUÁRIA E SERVIÇOS RELACIONADOS</b>			
	<b>01.1</b>		<b>Produção de lavouras temporárias</b>			
		01.11-3	Cultivo de cereais	40	36	32
		01.12-1	Cultivo de algodão herbáceo e de outras fibras de lavoura temporária	40	36	32
		01.13-0	Cultivo de cana-de-açúcar	40	36	32
		01.14-8	Cultivo de fumo	40	36	32
		01.15-6	Cultivo de soja	40	36	32
		01.16-4	Cultivo de oleaginosas de lavoura temporária, exceto soja	40	36	32
		01.19-9	Cultivo de plantas de lavoura temporária não especificadas anteriormente	40	36	32
	<b>01.2</b>		<b>Horticultura e floricultura</b>			
		01.21-1	Horticultura	40	36	32
		01.22-9	Cultivo de flores e plantas ornamentais	40	36	32
	<b>01.3</b>		<b>Produção de lavouras permanentes</b>			
		01.31-8	Cultivo de laranja	40	36	32
		01.32-6	Cultivo de uva	40	36	32
		01.33-4	Cultivo de frutas de lavoura permanente, exceto laranja e uva	40	36	32
		01.34-2	Cultivo de café	40	36	32
		01.35-1	Cultivo de cacau	40	36	32
		01.39-3	Cultivo de plantas de lavoura permanente não especificadas anteriormente	40	36	32
	<b>01.4</b>		<b>Produção de sementes e mudas</b>			

105

			<b>certificadas</b>			
		01.41-5	Produção de sementes certificadas	40	36	32
		01.42-3	Produção de mudas e outras formas de propagação vegetal, certificadas	40	36	32
	<b>01.5</b>		<b>Pecuária</b>			
		01.51-2	Criação de bovinos	40	36	32
		01.52-1	Criação de outros animais de grande porte	40	36	32
		01.53-9	Criação de caprinos e ovinos	40	36	32
		01.54-7	Criação de suínos	40	36	32
		01.55-5	Criação de aves	40	36	32
		01.59-8	Criação de animais não especificados anteriormente	40	36	32
	<b>01.6</b>		<b>Atividades de apoio à agricultura e à pecuária; atividades de pós-colheita</b>			
		01.61-0	Atividades de apoio à agricultura	40	36	32
		01.62-8	Atividades de apoio à pecuária	40	36	32
		01.63-6	Atividades de pós-colheita	40	36	32
	<b>01.7</b>		<b>Caça e serviços relacionados</b>			
		01.70-9	Caça e serviços relacionados	40	36	32
<b>02</b>			<b>PRODUÇÃO FLORESTAL</b>			
	<b>02.1</b>		<b>Produção florestal - florestas plantadas</b>			
		02.10-1	Produção florestal - florestas plantadas	40	36	32
	<b>02.2</b>		<b>Produção florestal - florestas nativas</b>			
		02.20-9	Produção florestal - florestas nativas	40	36	32
	<b>02.3</b>		<b>Atividades de apoio à produção florestal</b>			
		02.30-6	Atividades de apoio à produção florestal	40	36	32
<b>03</b>			<b>PESCA E AQUICULTURA</b>			
	<b>03.1</b>		<b>Pesca</b>			
		03.11-6	Pesca em água salgada	40	36	32
		03.12-4	Pesca em água doce	40	36	32
	<b>03.2</b>		<b>Aqüicultura</b>			
		03.21-3	Aqüicultura em água salgada e salobra	40	36	32

106

		03.22-1	Aqüicultura em água doce	40	36	32
			<b>INDÚSTRIAS EXTRATIVAS</b>			
<b>05</b>			<b>EXTRAÇÃO DE CARVÃO MINERAL</b>			
	<b>05.0</b>		<b>Extração de carvão mineral</b>			
		05.00-3	Extração de carvão mineral	40	36	32
<b>06</b>			<b>EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL</b>			
	<b>06.0</b>		<b>Extração de petróleo e gás natural</b>			
		06.00-0	Extração de petróleo e gás natural	74	70	66
<b>07</b>			<b>EXTRAÇÃO DE MINERAIS METÁLICOS</b>			
	<b>07.1</b>		<b>Extração de minério de ferro</b>			
		07.10-3	Extração de minério de ferro	74	70	66
	<b>07.2</b>		<b>Extração de minerais metálicos não-ferrosos</b>			
		07.21-9	Extração de minério de alumínio	74	70	66
		07.22-7	Extração de minério de estanho	74	70	66
		07.23-5	Extração de minério de manganês	74	70	66
		07.24-3	Extração de minério de metais preciosos	74	70	66
		07.25-1	Extração de minerais radioativos	74	70	66
		07.29-4	Extração de minerais metálicos não-ferrosos não especificados anteriormente	74	70	66
<b>08</b>			<b>EXTRAÇÃO DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS</b>			
	<b>08.1</b>		<b>Extração de pedra, areia e argila</b>			
		08.10-0	Extração de pedra, areia e argila	74	70	66
	<b>08.9</b>		<b>Extração de outros minerais não-metálicos</b>			
		08.91-6	Extração de minerais para fabricação de adubos, fertilizantes e outros produtos químicos	74	70	66
		08.92-4	Extração e refino de sal marinho e salgema	74	70	66
		08.93-2	Extração de gemas (pedras preciosas e semipreciosas)	74	70	66
		08.99-1	Extração de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	74	70	66
<b>09</b>			<b>ATIVIDADES DE APOIO À EXTRAÇÃO DE MINERAIS</b>			

	<b>09.1</b>		<b>Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural</b>			
		09.10-6	Atividades de apoio à extração de petróleo e gás natural	74	70	66
	<b>09.9</b>		<b>Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural</b>			
		09.90-4	Atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural	74	70	66
			<b>INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO</b>			
<b>10</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS</b>			
	<b>10.1</b>		<b>Abate e fabricação de produtos de carne</b>			
		10.11-2	Abate de reses, exceto suínos	40	36	32
		10.12-1	Abate de suínos, aves e outros pequenos animais	40	36	32
		10.13-9	Fabricação de produtos de carne	40	36	32
	<b>10.2</b>		<b>Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado</b>			
		10.20-1	Preservação do pescado e fabricação de produtos do pescado	40	36	32
	<b>10.3</b>		<b>Fabricação de conservas de frutas, legumes e outros vegetais</b>			
		10.31-7	Fabricação de conservas de frutas	40	36	32
		10.32-5	Fabricação de conservas de legumes e outros vegetais	40	36	32
		10.33-3	Fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes	40	36	32
	<b>10.4</b>		<b>Fabricação de óleos e gorduras vegetais e animais</b>			
		10.41-4	Fabricação de óleos vegetais em bruto, exceto óleo de milho	74	70	66
		10.42-2	Fabricação de óleos vegetais refinados, exceto óleo de milho	74	70	66
		10.43-1	Fabricação de margarina e outras gorduras vegetais e de óleos não-comestíveis de animais	74	70	66
	<b>10.5</b>		<b>Laticínios</b>			
		10.51-1	Preparação do leite	74	70	66
		10.52-0	Fabricação de laticínios	74	70	66
		10.53-8	Fabricação de sorvetes e outros gelados comestíveis	74	70	66
	<b>10.6</b>		<b>Moagem, fabricação de produtos amiláceos e de alimentos para animais</b>			

108

		10.61-9	Beneficiamento de arroz e fabricação de produtos do arroz	74	70	66
		10.62-7	Moagem de trigo e fabricação de derivados	74	70	66
		10.63-5	Fabricação de farinha de mandioca e derivados	74	70	66
		10.64-3	Fabricação de farinha de milho e derivados, exceto óleos de milho	74	70	66
		10.65-1	Fabricação de amidos e féculas de vegetais e de óleos de milho	74	70	66
		10.66-0	Fabricação de alimentos para animais	74	70	66
		10.69-4	Moagem e fabricação de produtos de origem vegetal não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>10.7</b>		<b>Fabricação e refino de açúcar</b>			
		10.71-6	Fabricação de açúcar em bruto	74	70	66
		10.72-4	Fabricação de açúcar refinado	74	70	66
	<b>10.8</b>		<b>Torrefação e moagem de café</b>			
		10.81-3	Torrefação e moagem de café	74	70	66
		10.82-1	Fabricação de produtos à base de café	74	70	66
	<b>10.9</b>		<b>Fabricação de outros produtos alimentícios</b>			
		10.91-1	Fabricação de produtos de panificação	40	36	32
		10.92-9	Fabricação de biscoitos e bolachas	40	36	32
		10.93-7	Fabricação de produtos derivados do cacau, de chocolates e confeitos	40	36	32
		10.94-5	Fabricação de massas alimentícias	40	36	32
		10.95-3	Fabricação de especiarias, molhos, temperos e condimentos	40	36	32
		10.96-1	Fabricação de alimentos e pratos prontos	40	36	32
		10.99-6	Fabricação de produtos alimentícios não especificados anteriormente	40	36	32
<b>11</b>			<b>FABRICAÇÃO DE BEBIDAS</b>			
	<b>11.1</b>		<b>Fabricação de bebidas alcoólicas</b>			
		11.11-9	Fabricação de aguardentes e outras bebidas destiladas	40	36	32
		11.12-7	Fabricação de vinho	40	36	32
		11.13-5	Fabricação de malte, cervejas e chopes	40	36	32

	<b>11.2</b>		<b>Fabricação de bebidas não-alcoólicas</b>			
		11.21-6	Fabricação de águas envasadas	40	36	32
		11.22-4	Fabricação de refrigerantes e de outras bebidas não-alcoólicas	40	36	32
<b>12</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DO FUMO</b>			
	<b>12.1</b>		<b>Processamento industrial do fumo</b>			
		12.10-7	Processamento industrial do fumo	74	70	66
	<b>12.2</b>		<b>Fabricação de produtos do fumo</b>			
		12.20-4	Fabricação de produtos do fumo	74	70	66
<b>13</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS TÊXTEIS</b>			
	<b>13.1</b>		<b>Preparação e fiação de fibras têxteis</b>			
		13.11-1	Preparação e fiação de fibras de algodão	74	70	66
		13.12-0	Preparação e fiação de fibras têxteis naturais, exceto algodão	74	70	66
		13.13-8	Fiação de fibras artificiais e sintéticas	74	70	66
		13.14-6	Fabricação de linhas para costurar e bordar	74	70	66
	<b>13.2</b>		<b>Tecelagem, exceto malha</b>			
		13.21-9	Tecelagem de fios de algodão	74	70	66
		13.22-7	Tecelagem de fios de fibras têxteis naturais, exceto algodão	74	70	66
		13.23-5	Tecelagem de fios de fibras artificiais e sintéticas	74	70	66
	<b>13.3</b>		<b>Fabricação de tecidos de malha</b>			
		13.30-8	Fabricação de tecidos de malha	74	70	66
	<b>13.4</b>		<b>Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis</b>			
		13.40-5	Acabamentos em fios, tecidos e artefatos têxteis	74	70	66
	<b>13.5</b>		<b>Fabricação de artefatos têxteis, exceto vestuário</b>			
		13.51-1	Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	74	70	66
		13.52-9	Fabricação de artefatos de tapeçaria	74	70	66
		13.53-7	Fabricação de artefatos de cordoaria	74	70	66
		13.54-5	Fabricação de tecidos especiais, inclusive artefatos	74	70	66

110

		13.59-6	Fabricação de outros produtos têxteis não especificados anteriormente	74	70	66
<b>14</b>			<b>CONFECCÃO DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS</b>			
	<b>14.1</b>		<b>Confecção de artigos do vestuário e acessórios</b>			
		14.11-8	Confecção de roupas íntimas	74	70	66
		14.12-6	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	74	70	66
		14.13-4	Confecção de roupas profissionais	74	70	66
		14.14-2	Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção	74	70	66
	<b>14.2</b>		<b>Fabricação de artigos de malharia e tricotagem</b>			
		14.21-5	Fabricação de meias	74	70	66
		14.22-3	Fabricação de artigos do vestuário, produzidos em malharias e tricotagens, exceto meias	74	70	66
<b>15</b>			<b>PREPARAÇÃO DE COUROS E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE COURO, ARTIGOS PARA VIAGEM E CALÇADOS</b>			
	<b>15.1</b>		<b>Curtimento e outras preparações de couro</b>			
		15.10-6	Curtimento e outras preparações de couro	74	70	66
	<b>15.2</b>		<b>Fabricação de artigos para viagem e de artefatos diversos de couro</b>			
		15.21-1	Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	74	70	66
		15.29-7	Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>15.3</b>		<b>Fabricação de calçados</b>			
		15.31-9	Fabricação de calçados de couro	74	70	66
		15.32-7	Fabricação de tênis de qualquer material	74	70	66
		15.33-5	Fabricação de calçados de material sintético	74	70	66
		15.39-4	Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>15.4</b>		<b>Fabricação de partes para calçados, de qualquer material</b>			
		15.40-8	Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	74	70	66
<b>16</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE</b>			



			<b>MADEIRA</b>			
	<b>16.1</b>		<b>Desdobramento de madeira</b>			
		16.10-2	Desdobramento de madeira	74	70	66
	<b>16.2</b>		<b>Fabricação de produtos de madeira, cortiça e material trançado, exceto móveis</b>			
		16.21-8	Fabricação de madeira laminada e de chapas de madeira compensada, prensada e aglomerada	74	70	66
		16.22-6	Fabricação de estruturas de madeira e de artigos de carpintaria para construção	74	70	66
		16.23-4	Fabricação de artefatos de tanoaria e de embalagens de madeira	74	70	66
		16.29-3	Fabricação de artefatos de madeira, palha, cortiça, vime e material trançado não especificados anteriormente, exceto móveis	74	70	66
<b>17</b>			<b>FABRICAÇÃO DE CELULOSE, PAPEL E PRODUTOS DE PAPEL</b>			
	<b>17.1</b>		<b>Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel</b>			
		17.10-9	Fabricação de celulose e outras pastas para a fabricação de papel	74	70	66
	<b>17.2</b>		<b>Fabricação de papel, cartolina e papel-cartão</b>			
		17.21-4	Fabricação de papel	74	70	66
		17.22-2	Fabricação de cartolina e papel-cartão	74	70	66
	<b>17.3</b>		<b>Fabricação de embalagens de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado</b>			
		17.31-1	Fabricação de embalagens de papel	74	70	66
		17.32-0	Fabricação de embalagens de cartolina e papel-cartão	74	70	66
		17.33-8	Fabricação de chapas e de embalagens de papelão ondulado	74	70	66
	<b>17.4</b>		<b>Fabricação de produtos diversos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado</b>			
		17.41-9	Fabricação de produtos de papel, cartolina, papel-cartão e papelão ondulado para uso comercial e de escritório	74	70	66
		17.42-7	Fabricação de produtos de papel para usos doméstico e higiênico-sanitário	74	70	66
		17.49-4	Fabricação de produtos de pastas celulósicas, papel, cartolina, papel-cartão e	74	70	66

			papelão ondulado não especificados anteriormente			
<b>18</b>			<b>IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES</b>			
	<b>18.1</b>		<b>Atividade de impressão</b>			
		18.11-3	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas	40	36	32
		18.12-1	Impressão de material de segurança	40	36	32
		18.13-0	Impressão de materiais para outros usos	40	36	32
	<b>18.2</b>		<b>Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos</b>			
		18.21-1	Serviços de pré-impressão	40	36	32
		18.22-9	Serviços de acabamentos gráficos	40	36	32
	<b>18.3</b>		<b>Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte</b>			
		18.30-0	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte	40	36	32
<b>19</b>			<b>FABRICAÇÃO DE COQUE, DE PRODUTOS DERIVADOS DO PETRÓLEO E DE BIOCOMBUSTÍVEIS</b>			
	<b>19.1</b>		<b>Coquerias</b>			
		19.10-1	Coquerias	74	70	66
	<b>19.2</b>		<b>Fabricação de produtos derivados do petróleo</b>			
		19.21-7	Fabricação de produtos do refino de petróleo	74	70	66
		19.22-5	Fabricação de produtos derivados do petróleo, exceto produtos do refino	74	70	66
	<b>19.3</b>		<b>Fabricação de biocombustíveis</b>			
		19.31-4	Fabricação de álcool	74	70	66
		19.32-2	Fabricação de biocombustíveis, exceto álcool	74	70	66
<b>20</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS</b>			
	<b>20.1</b>		<b>Fabricação de produtos químicos inorgânicos</b>			
		20.11-8	Fabricação de cloro e álcalis	74	70	66
		20.12-6	Fabricação de intermediários para fertilizantes	74	70	66
		20.13-4	Fabricação de adubos e fertilizantes	74	70	66

113

		20.14-2	Fabricação de gases industriais	74	70	66
		20.19-3	Fabricação de produtos químicos inorgânicos não especificados anteriormente	74	70	
	<b>20.2</b>		<b>Fabricação de produtos químicos orgânicos</b>			
		20.21-5	Fabricação de produtos petroquímicos básicos	74	70	66
		20.22-3	Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras	74	70	66
		20.29-1	Fabricação de produtos químicos orgânicos não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>20.3</b>		<b>Fabricação de resinas e elastômeros</b>			
		20.31-2	Fabricação de resinas termoplásticas	74	70	66
		20.32-1	Fabricação de resinas termofixas	74	70	66
		20.33-9	Fabricação de elastômeros	74	70	66
	<b>20.4</b>		<b>Fabricação de fibras artificiais e sintéticas</b>			
		20.40-1	Fabricação de fibras artificiais e sintéticas	74	70	66
	<b>20.5</b>		<b>Fabricação de defensivos agrícolas e desinfestantes domissanitários</b>			
		20.51-7	Fabricação de defensivos agrícolas	74	70	66
		20.52-5	Fabricação de desinfestantes domissanitários	74	70	66
	<b>20.6</b>		<b>Fabricação de sabões, detergentes, produtos de limpeza, cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal</b>			
		20.61-4	Fabricação de sabões e detergentes sintéticos	74	70	66
		20.62-2	Fabricação de produtos de limpeza e polimento	74	70	66
		20.63-1	Fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	74	70	66
	<b>20.7</b>		<b>Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins</b>			
		20.71-1	Fabricação de tintas, vernizes, esmaltes e lacas	74	70	66
		20.72-0	Fabricação de tintas de impressão	74	70	66
		20.73-8	Fabricação de impermeabilizantes, solventes e produtos afins	74	70	66
	<b>20.9</b>		<b>Fabricação de produtos e preparados</b>			

			<b>químicos diversos</b>			
		20.91-6	Fabricação de adesivos e selantes	74	70	66
		20.92-4	Fabricação de explosivos	74	70	66
		20.93-2	Fabricação de aditivos de uso industrial	74	70	66
		20.94-1	Fabricação de catalisadores	74	70	66
		20.99-1	Fabricação de produtos químicos não especificados anteriormente	74	70	66
<b>21</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS FARMOQUÍMICOS E FARMACÊUTICOS</b>			
	<b>21.1</b>		<b>Fabricação de produtos farmoquímicos</b>			
		21.10-6	Fabricação de produtos farmoquímicos	74	70	66
	<b>21.2</b>		<b>Fabricação de produtos farmacêuticos</b>			
		21.21-1	Fabricação de medicamentos para uso humano	74	70	66
		21.22-0	Fabricação de medicamentos para uso veterinário	74	70	66
		21.23-8	Fabricação de preparações farmacêuticas	74	70	66
<b>22</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE BORRACHA E DE MATERIAL PLÁSTICO</b>			
	<b>22.1</b>		<b>Fabricação de produtos de borracha</b>			
		22.11-1	Fabricação de pneumáticos e de câmaras-de-ar	74	70	66
		22.12-9	Reforma de pneumáticos usados	74	70	66
		22.19-6	Fabricação de artefatos de borracha não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>22.2</b>		<b>Fabricação de produtos de material plástico</b>			
		22.21-8	Fabricação de laminados planos e tubulares de material plástico	74	70	66
		22.22-6	Fabricação de embalagens de material plástico	74	70	66
		22.23-4	Fabricação de tubos e acessórios de material plástico para uso na construção	74	70	66
		22.29-3	Fabricação de artefatos de material plástico não especificados anteriormente	74	70	66
<b>23</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE MINERAIS NÃO-METÁLICOS</b>			
	<b>23.1</b>		<b>Fabricação de vidro e de produtos do vidro</b>			
		23.11-	Fabricação de vidro plano e de segurança	74	70	66

		7				
		23.12-5	Fabricação de embalagens de vidro	74	70	66
		23.19-2	Fabricação de artigos de vidro	74	70	66
	<b>23.2</b>		<b>Fabricação de cimento</b>			
		23.20-6	Fabricação de cimento	74	70	66
	<b>23.3</b>		<b>Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes</b>			
		23.30-3	Fabricação de artefatos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes	74	70	66
	<b>23.4</b>		<b>Fabricação de produtos cerâmicos</b>			
		23.41-9	Fabricação de produtos cerâmicos refratários	74	70	66
		23.42-7	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários para uso estrutural na construção	74	70	66
		23.49-4	Fabricação de produtos cerâmicos não-refratários não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>23.9</b>		<b>Aparelhamento de pedras e fabricação de outros produtos de minerais não-metálicos</b>			
		23.91-5	Aparelhamento e outros trabalhos em pedras	74	70	66
		23.92-3	Fabricação de cal e gesso	74	70	66
		23.99-1	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos não especificados anteriormente	74	70	66
<b>24</b>			<b>METALURGIA</b>			
	<b>24.1</b>		<b>Produção de ferro-gusa e de ferroligas</b>			
		24.11-3	Produção de ferro-gusa	74	70	66
		24.12-1	Produção de ferroligas	74	70	66
	<b>24.2</b>		<b>Siderurgia</b>			
		24.21-1	Produção de semi-acabados de aço	74	70	66
		24.22-9	Produção de laminados planos de aço	74	70	66
		24.23-7	Produção de laminados longos de aço	74	70	66
		24.24-5	Produção de relaminados, trefilados e perfilados de aço	74	70	66
	<b>24.3</b>		<b>Produção de tubos de aço, exceto tubos sem costura</b>			
		24.31-	Produção de tubos de aço com costura	74	70	66

116

		8				
		24.39-3	Produção de outros tubos de ferro e aço	74	70	66
	<b>24.4</b>		<b>Metalurgia dos metais não-ferrosos</b>			
		24.41-5	Metalurgia do alumínio e suas ligas	74	70	66
		24.42-3	Metalurgia dos metais preciosos	74	70	66
		24.43-1	Metalurgia do cobre	74	70	66
		24.49-1	Metalurgia dos metais não-ferrosos e suas ligas não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>24.5</b>		<b>Fundição</b>			
		24.51-2	Fundição de ferro e aço	74	70	66
		24.52-1	Fundição de metais não-ferrosos e suas ligas	74	70	66
<b>25</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE METAL, EXCETO MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>			
	<b>25.1</b>		<b>Fabricação de estruturas metálicas e obras de caldeiraria pesada</b>			
		25.11-0	Fabricação de estruturas metálicas	74	70	66
		25.12-8	Fabricação de esquadrias de metal	74	70	66
		25.13-6	Fabricação de obras de caldeiraria pesada	74	70	66
	<b>25.2</b>		<b>Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras</b>			
		25.21-7	Fabricação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras para aquecimento central	74	70	66
		25.22-5	Fabricação de caldeiras geradoras de vapor, exceto para aquecimento central e para veículos	74	70	66
	<b>25.3</b>		<b>Forjaria, estamparia, metalurgia do pó e serviços de tratamento de metais</b>			
		25.31-4	Produção de forjados de aço e de metais não-ferrosos e suas ligas	74	70	66
		25.32-2	Produção de artefatos estampados de metal; metalurgia do pó	74	70	66
		25.39-0	Serviços de usinagem, solda, tratamento e revestimento em metais	74	70	66
	<b>25.4</b>		<b>Fabricação de artigos de cutelaria, de serralheria e ferramentas</b>			
		25.41-1	Fabricação de artigos de cutelaria	74	70	66
		25.42-	Fabricação de artigos de serralheria,	74	70	66

117

		0	exceto esquadrias			
		25.43-8	Fabricação de ferramentas	74	70	66
	<b>25.5</b>		<b>Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições</b>			
		25.50-1	Fabricação de equipamento bélico pesado, armas de fogo e munições	74	70	66
	<b>25.9</b>		<b>Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente</b>			
		25.91-8	Fabricação de embalagens metálicas	74	70	66
		25.92-6	Fabricação de produtos de trefilados de metal	74	70	66
		25.93-4	Fabricação de artigos de metal para uso doméstico e pessoal	74	70	66
		25.99-3	Fabricação de produtos de metal não especificados anteriormente	74	70	66
<b>26</b>			<b>FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS</b>			
	<b>26.1</b>		<b>Fabricação de componentes eletrônicos</b>			
		26.10-8	Fabricação de componentes eletrônicos	74	70	66
	<b>26.2</b>		<b>Fabricação de equipamentos de informática e periféricos</b>			
		26.21-3	Fabricação de equipamentos de informática	74	70	66
		26.22-1	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	74	70	66
	<b>26.3</b>		<b>Fabricação de equipamentos de comunicação</b>			
		26.31-1	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação	74	70	66
		26.32-9	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação	74	70	66
	<b>26.4</b>		<b>Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo</b>			
		26.40-0	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	74	70	66
	<b>26.5</b>		<b>Fabricação de aparelhos e instrumentos de medida, teste e controle; cronômetros e relógios</b>			
		26.51-5	Fabricação de aparelhos e equipamentos de medida, teste e controle	74	70	66
		26.52-3	Fabricação de cronômetros e relógios	74	70	66



	<b>26.6</b>		<b>Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação</b>			
		26.60-4	Fabricação de aparelhos eletromédicos e eletroterapêuticos e equipamentos de irradiação	74	70	66
	<b>26.7</b>		<b>Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos</b>			
		26.70-1	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos	74	70	66
	<b>26.8</b>		<b>Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas</b>			
		26.80-9	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	74	70	66
<b>27</b>			<b>FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS</b>			
	<b>27.1</b>		<b>Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos</b>			
		27.10-4	Fabricação de geradores, transformadores e motores elétricos	74	70	66
	<b>27.2</b>		<b>Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos</b>			
		27.21-0	Fabricação de pilhas, baterias e acumuladores elétricos, exceto para veículos automotores	74	70	66
		27.22-8	Fabricação de baterias e acumuladores para veículos automotores	74	70	66
	<b>27.3</b>		<b>Fabricação de equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica</b>			
		27.31-7	Fabricação de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica	74	70	66
		27.32-5	Fabricação de material elétrico para instalações em circuito de consumo	74	70	66
		27.33-3	Fabricação de fios, cabos e condutores elétricos isolados	74	70	66
	<b>27.4</b>		<b>Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação</b>			
		27.40-6	Fabricação de lâmpadas e outros equipamentos de iluminação	74	70	66
	<b>27.5</b>		<b>Fabricação de eletrodomésticos</b>			66
		27.51-1	Fabricação de fogões, refrigeradores e máquinas de lavar e secar para uso doméstico	74	70	66
		27.59-	Fabricação de aparelhos eletrodomésticos	74	70	66

		7	não especificados anteriormente			
	<b>27.9</b>		<b>Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente</b>			
		27.90-2	Fabricação de equipamentos e aparelhos elétricos não especificados anteriormente	74	70	66
<b>28</b>			<b>FABRICAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>			
	<b>28.1</b>		<b>Fabricação de motores, bombas, compressores e equipamentos de transmissão</b>			
		28.11-9	Fabricação de motores e turbinas, exceto para aviões e veículos rodoviários	74	70	66
		28.12-7	Fabricação de equipamentos hidráulicos e pneumáticos, exceto válvulas	74	70	66
		28.13-5	Fabricação de válvulas, registros e dispositivos semelhantes	74	70	66
		28.14-3	Fabricação de compressores	74	70	66
		28.15-1	Fabricação de equipamentos de transmissão para fins industriais	74	70	66
	<b>28.2</b>		<b>Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral</b>			
		28.21-6	Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas	74	70	66
		28.22-4	Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas	74	70	66
		28.23-2	Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial	74	70	66
		28.24-1	Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado	74	70	66
		28.25-9	Fabricação de máquinas e equipamentos para saneamento básico e ambiental	74	70	66
		28.29-1	Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>28.3</b>		<b>Fabricação de tratores e de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária</b>			
		28.31-3	Fabricação de tratores agrícolas	74	70	66
		28.32-1	Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola	74	70	66
		28.33-0	Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação	74	70	66
	<b>28.4</b>		<b>Fabricação de máquinas-ferramenta</b>			

120

		28.40-2	Fabricação de máquinas-ferramenta	74	70	66
	<b>28.5</b>		<b>Fabricação de máquinas e equipamentos de uso na extração mineral e na construção</b>			
		28.51-8	Fabricação de máquinas e equipamentos para a prospecção e extração de petróleo	74	70	66
		28.52-6	Fabricação de outras máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo	74	70	66
		28.53-4	Fabricação de tratores, exceto agrícolas	74	70	66
		28.54-2	Fabricação de máquinas e equipamentos para terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores	74	70	66
	<b>28.6</b>		<b>Fabricação de máquinas e equipamentos de uso industrial específico</b>			
		28.61-5	Fabricação de máquinas para a indústria metalúrgica, exceto máquinas-ferramenta	74	70	66
		28.62-3	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo	74	70	66
		28.63-1	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria têxtil	74	70	66
		28.64-0	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias do vestuário, do couro e de calçados	74	70	66
		28.65-8	Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de celulose, papel e papelão e artefatos	74	70	66
		28.66-6	Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico	74	70	66
		28.69-1	Fabricação de máquinas e equipamentos para uso industrial específico não especificados anteriormente	74	70	66
<b>29</b>			<b>FABRICAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES, REBOQUES E CARROCERIAS</b>			
	<b>29.1</b>		<b>Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários</b>			
		29.10-7	Fabricação de automóveis, camionetas e utilitários	74	70	66
	<b>29.2</b>		<b>Fabricação de caminhões e ônibus</b>			
		29.20-4	Fabricação de caminhões e ônibus	74	70	66
	<b>29.3</b>		<b>Fabricação de cabines, carrocerias e reboques para veículos automotores</b>			
		29.30-	Fabricação de cabines, carrocerias e	74	70	66

121

		1	reboques para veículos automotores			
	<b>29.4</b>		<b>Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores</b>			
		29.41-7	Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	74	70	66
		29.42-5	Fabricação de peças e acessórios para os sistemas de marcha e transmissão de veículos automotores	74	70	66
		29.43-3	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de freios de veículos automotores	74	70	66
		29.44-1	Fabricação de peças e acessórios para o sistema de direção e suspensão de veículos automotores	74	70	66
		29.45-0	Fabricação de material elétrico e eletrônico para veículos automotores, exceto baterias	74	70	66
		29.49-2	Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>29.5</b>		<b>Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores</b>			
		29.50-6	Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	74	70	66
<b>30</b>			<b>FABRICAÇÃO DE OUTROS EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES</b>			
	<b>30.1</b>		<b>Construção de embarcações</b>			
		30.11-3	Construção de embarcações e estruturas flutuantes	74	70	66
		30.12-1	Construção de embarcações para esporte e lazer	74	70	66
	<b>30.3</b>		<b>Fabricação de veículos ferroviários</b>			
		30.31-8	Fabricação de locomotivas, vagões e outros materiais rodantes	74	70	66
		30.32-6	Fabricação de peças e acessórios para veículos ferroviários	74	70	66
	<b>30.4</b>		<b>Fabricação de aeronaves</b>			
		30.41-5	Fabricação de aeronaves	74	70	66
		30.42-3	Fabricação de turbinas, motores e outros componentes e peças para aeronaves	74	70	66
	<b>30.5</b>		<b>Fabricação de veículos militares de combate</b>			
		30.50-4	Fabricação de veículos militares de combate	74	70	66
	<b>30.9</b>		<b>Fabricação de equipamentos de transporte não especificados</b>			

			<b>anteriormente</b>			
		30.91-1	Fabricação de motocicletas	74	70	66
		30.92-0	Fabricação de bicicletas e triciclos não-motorizados	74	70	66
		30.99-7	Fabricação de equipamentos de transporte não especificados anteriormente	74	70	66
<b>31</b>			<b>FABRICAÇÃO DE MÓVEIS</b>			
	<b>31.0</b>		<b>Fabricação de móveis</b>			
		31.01-2	Fabricação de móveis com predominância de madeira	74	70	66
		31.02-1	Fabricação de móveis com predominância de metal	74	70	66
		31.03-9	Fabricação de móveis de outros materiais, exceto madeira e metal	74	70	66
		31.04-7	Fabricação de colchões	74	70	66
<b>32</b>			<b>FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS</b>			
	<b>32.1</b>		<b>Fabricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes</b>			
		32.11-6	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	74	70	66
		32.12-4	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	74	70	66
	<b>32.2</b>		<b>Fabricação de instrumentos musicais</b>			
		32.20-5	Fabricação de instrumentos musicais	74	70	66
	<b>32.3</b>		<b>Fabricação de artefatos para pesca e esporte</b>			
		32.30-2	Fabricação de artefatos para pesca e esporte	74	70	66
	<b>32.4</b>		<b>Fabricação de brinquedos e jogos recreativos</b>			
		32.40-0	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	74	70	66
	<b>32.5</b>		<b>Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos</b>			
		32.50-7	Fabricação de instrumentos e materiais para uso médico e odontológico e de artigos ópticos	74	70	66
	<b>32.9</b>		<b>Fabricação de produtos diversos</b>			
		32.91-4	Fabricação de escovas, pincéis e vassouras	74	70	66
		32.92-2	Fabricação de equipamentos e acessórios para segurança e proteção pessoal e profissional	74	70	66

123

		32.99-0	Fabricação de produtos diversos não especificados anteriormente	74	70	66
<b>33</b>			<b>MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E INSTALAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS</b>			
	<b>33.1</b>		<b>Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos</b>			
		33.11-2	Manutenção e reparação de tanques, reservatórios metálicos e caldeiras, exceto para veículos	74	70	66
		33.12-1	Manutenção e reparação de equipamentos eletrônicos e ópticos	74	70	66
		33.13-9	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos elétricos	74	70	66
		33.14-7	Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos da indústria mecânica	74	70	66
		33.15-5	Manutenção e reparação de veículos ferroviários	74	70	66
		33.16-3	Manutenção e reparação de aeronaves	74	70	66
		33.17-1	Manutenção e reparação de embarcações	74	70	66
		33.19-8	Manutenção e reparação de equipamentos e produtos não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>33.2</b>		<b>Instalação de máquinas e equipamentos</b>			
		33.21-0	Instalação de máquinas e equipamentos industriais	74	70	66
		33.29-5	Instalação de equipamentos não especificados anteriormente	74	70	66
			<b>ELETRICIDADE E GÁS</b>			
<b>35</b>			<b>ELETRICIDADE, GÁS E OUTRAS UTILIDADES</b>			
	<b>35.1</b>		<b>Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica</b>			
		35.11-5	Geração de energia elétrica	74	70	66
		35.12-3	Transmissão de energia elétrica	74	70	66
		35.13-1	Comércio atacadista de energia elétrica	74	70	66
		35.14-0	Distribuição de energia elétrica	74	70	66
	<b>35.2</b>		<b>Produção e distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas</b>			
		35.20-4	Produção de gás; processamento de gás natural; distribuição de combustíveis gasosos por redes urbanas	74	70	66

124

	<b>35.3</b>		<b>Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado</b>			
		35.30-1	Produção e distribuição de vapor, água quente e ar condicionado	74	70	66
			<b>ÁGUA, ESGOTO, ATIVIDADES DE GESTÃO DE RESÍDUOS E DESCONTAMINAÇÃO</b>			
<b>36</b>			<b>CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA</b>			
	<b>36.0</b>		<b>Captação, tratamento e distribuição de água</b>			
		36.00-6	Captação, tratamento e distribuição de água	74	70	66
<b>37</b>			<b>ESGOTO E ATIVIDADES RELACIONADAS</b>			
	<b>37.0</b>		<b>Esgoto e atividades relacionadas</b>			
		37.01-1	Gestão de redes de esgoto	74	70	66
		37.02-9	Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes	74	70	66
<b>38</b>			<b>COLETA, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS; RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS</b>			
	<b>38.1</b>		<b>Coleta de resíduos</b>			
		38.11-4	Coleta de resíduos não-perigosos	74	70	66
		38.12-2	Coleta de resíduos perigosos	74	70	66
	<b>38.2</b>		<b>Tratamento e disposição de resíduos</b>			
		38.21-1	Tratamento e disposição de resíduos não-perigosos	74	70	66
		38.22-0	Tratamento e disposição de resíduos perigosos	74	70	66
	<b>38.3</b>		<b>Recuperação de materiais</b>			
		38.31-9	Recuperação de materiais metálicos	74	70	66
		38.32-7	Recuperação de materiais plásticos	74	70	66
		38.39-4	Recuperação de materiais não especificados anteriormente	74	70	66
<b>39</b>			<b>DESCONTAMINAÇÃO E OUTROS SERVIÇOS DE GESTÃO DE RESÍDUOS</b>			
	<b>39.0</b>		<b>Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos</b>			
		39.00-5	Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos	74	70	66
			<b>CONSTRUÇÃO</b>			
<b>41</b>			<b>CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS</b>			



125

	<b>41.1</b>		<b>Incorporação de empreendimentos imobiliários</b>			
		41.10-7	Incorporação de empreendimentos imobiliários	110	106	102
	<b>41.2</b>		<b>Construção de edifícios</b>			
		41.20-4	Construção de edifícios	110	106	102
<b>42</b>			<b>OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA</b>			
	<b>42.1</b>		<b>Construção de rodovias, ferrovias, obras urbanas e obras-de-arte especiais</b>			
		42.11-1	Construção de rodovias e ferrovias	110	106	102
		42.12-0	Construção de obras-de-arte especiais	110	106	102
		42.13-8	Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas	110	106	102
	<b>42.2</b>		<b>Obras de infra-estrutura para energia elétrica, telecomunicações, água, esgoto e transporte por dutos</b>			
		42.21-9	Obras para geração e distribuição de energia elétrica e para telecomunicações	110	106	102
		42.22-7	Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas	110	106	102
		42.23-5	Construção de redes de transportes por dutos, exceto para água e esgoto	110	106	102
	<b>42.9</b>		<b>Construção de outras obras de infra-estrutura</b>			
		42.91-0	Obras portuárias, marítimas e fluviais	110	106	102
		42.92-8	Montagem de instalações industriais e de estruturas metálicas	110	106	102
		42.99-5	Obras de engenharia civil não especificadas anteriormente	110	106	102
<b>43</b>			<b>SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA CONSTRUÇÃO</b>			
	<b>43.1</b>		<b>Demolição e preparação do terreno</b>			
		43.11-8	Demolição e preparação de canteiros de obras	74	70	66
		43.12-6	Perfurações e sondagens	74	70	66
		43.13-4	Obras de terraplenagem	74	70	66
		43.19-3	Serviços de preparação do terreno não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>43.2</b>		<b>Instalações elétricas, hidráulicas e outras instalações em construções</b>			
		43.21-5	Instalações elétricas	40	36	32

126

		43.22-3	Instalações hidráulicas, de sistemas de ventilação e refrigeração	40	36	32
		43.29-1	Obras de instalações em construções não especificadas anteriormente	40	36	32
	<b>43.3</b>		<b>Obras de acabamento</b>			
		43.30-4	Obras de acabamento	40	36	32
	<b>43.9</b>		<b>Outros serviços especializados para construção</b>			
		43.91-6	Obras de fundações	40	36	32
		43.99-1	Serviços especializados para construção não especificados anteriormente	40	36	32
			<b>COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>			
<b>45</b>			<b>COMÉRCIO E REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>			
	<b>45.1</b>		<b>Comércio de veículos automotores</b>			
		45.11-1	Comércio a varejo e por atacado de veículos automotores	72	68	64
		45.12-9	Representantes comerciais e agentes do comércio de veículos automotores	72	68	64
	<b>45.2</b>		<b>Manutenção e reparação de veículos automotores</b>			
		45.20-0	Manutenção e reparação de veículos automotores	72	68	64
	<b>45.3</b>		<b>Comércio de peças e acessórios para veículos automotores</b>			
		45.30-7	Comércio de peças e acessórios para veículos automotores	72	68	64
	<b>45.4</b>		<b>Comércio, manutenção e reparação de motocicletas, peças e acessórios</b>			
		45.41-2	Comércio por atacado e a varejo de motocicletas, peças e acessórios	72	68	64
		45.42-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de motocicletas, peças e acessórios	72	68	64
		45.43-9	Manutenção e reparação de motocicletas	72	68	64
<b>46</b>			<b>COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS</b>			
	<b>46.1</b>		<b>Representantes comerciais e agentes do comércio, exceto de veículos automotores e motocicletas</b>			

127

		46.11-7	Representantes comerciais e agentes do comércio de matérias-primas agrícolas e animais vivos	72	68	64
		46.12-5	Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos	72	68	64
		46.13-3	Representantes comerciais e agentes do comércio de madeira, material de construção e ferragens	72	68	64
		46.14-1	Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves	72	68	64
		46.15-0	Representantes comerciais e agentes do comércio de eletrodomésticos, móveis e artigos de uso doméstico	74	68	64
		46.16-8	Representantes comerciais e agentes do comércio de têxteis, vestuário, calçados e artigos de viagem	74	68	64
		46.17-6	Representantes comerciais e agentes do comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo	74	68	64
		46.18-4	Representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente	74	68	64
		46.19-2	Representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral não especializado	74	68	64
	<b>46.2</b>		<b>Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas e animais vivos</b>			
		46.21-4	Comércio atacadista de café em grão	40	36	32
		46.22-2	Comércio atacadista de soja	40	36	32
		46.23-1	Comércio atacadista de animais vivos, alimentos para animais e matérias-primas agrícolas, exceto café e soja	40	36	32
	<b>46.3</b>		<b>Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios, bebidas e fumo</b>			
		46.31-1	Comércio atacadista de leite e laticínios	40	36	32
		46.32-0	Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados, farinhas, amidos e féculas	40	36	32
		46.33-8	Comércio atacadista de hortifrutigranjeiros	40	36	32
		46.34-6	Comércio atacadista de carnes, produtos da carne e pescado	40	36	32
		46.35-4	Comércio atacadista de bebidas	40	36	32

128

		46.36-2	Comércio atacadista de produtos do fumo	40	36	32
		46.37-1	Comércio atacadista especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente	40	36	32
		46.39-7	Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral	40	36	32
	<b>46.4</b>		<b>Comércio atacadista de produtos de consumo não-alimentar</b>			
		46.41-9	Comércio atacadista de tecidos, artefatos de tecidos e de armarinho	40	36	32
		46.42-7	Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios	40	36	32
		46.43-5	Comércio atacadista de calçados e artigos de viagem	40	36	32
		46.44-3	Comércio atacadista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	40	36	32
		46.45-1	Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, ortopédico e odontológico	40	36	32
		46.46-0	Comércio atacadista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	40	36	32
		46.47-8	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria; livros, jornais e outras publicações	40	36	32
		46.49-4	Comércio atacadista de equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente	40	36	32
	<b>46.5</b>		<b>Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação</b>			
		46.51-6	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática	40	36	32
		46.52-4	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	40	36	32
	<b>46.6</b>		<b>Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos, exceto de tecnologias de informação e comunicação</b>			
		46.61-3	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças	40	36	32
		46.62-1	Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças	40	36	32
		46.63-0	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e	40	36	32

129

			peças			
		46.64-8	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto-médico-hospitalar; partes e peças	40	36	32
		46.65-6	Comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso comercial; partes e peças	40	36	32
		46.69-9	Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças	40	36	32
	<b>46.7</b>		<b>Comércio atacadista de madeira, ferragens, ferramentas, material elétrico e material de construção</b>			
		46.71-1	Comércio atacadista de madeira e produtos derivados	40	36	32
		46.72-9	Comércio atacadista de ferragens e ferramentas	40	36	32
		46.73-7	Comércio atacadista de material elétrico	40	36	32
		46.74-5	Comércio atacadista de cimento	40	36	32
		46.79-6	Comércio atacadista especializado de materiais de construção não especificados anteriormente e de materiais de construção em geral	40	36	32
	<b>46.8</b>		<b>Comércio atacadista especializado em outros produtos</b>			
		46.81-8	Comércio atacadista de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, exceto gás natural e GLP	40	36	32
		46.82-6	Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	40	36	32
		46.83-4	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo	40	36	32
		46.84-2	Comércio atacadista de produtos químicos e petroquímicos, exceto agroquímicos	40	36	32
		46.85-1	Comércio atacadista de produtos siderúrgicos e metalúrgicos, exceto para construção	40	36	32
		46.86-9	Comércio atacadista de papel e papelão em bruto e de embalagens	40	36	32
		46.87-7	Comércio atacadista de resíduos e sucatas	40	36	32
		46.89-3	Comércio atacadista especializado de outros produtos intermediários não especificados anteriormente	40	36	32
	<b>46.9</b>		<b>Comércio atacadista não-especializado</b>			

130

		46.91-5	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios	40	36	32
		46.92-3	Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários	40	36	32
		46.93-1	Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários	40	36	32
<b>47</b>			<b>COMÉRCIO VAREJISTA</b>			
	<b>47.1</b>		<b>Comércio varejista não-especializado</b>			
		47.11-3	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - hipermercados e supermercados	40	36	32
		47.12-1	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	40	36	32
		47.13-0	Comércio varejista de mercadorias em geral, sem predominância de produtos alimentícios	40	36	32
	<b>47.2</b>		<b>Comércio varejista de produtos alimentícios, bebidas e fumo</b>			
		47.21-1	Comércio varejista de produtos de padaria, laticínio, doces, balas e semelhantes	40	36	32
		47.22-9	Comércio varejista de carnes e pescados - açougues e peixarias	40	36	32
		47.23-7	Comércio varejista de bebidas	40	36	32
		47.24-5	Comércio varejista de hortifrutigranjeiros	40	36	32
		47.29-6	Comércio varejista de produtos alimentícios em geral ou especializado em produtos alimentícios não especificados anteriormente; produtos do fumo	40	36	32
	<b>47.3</b>		<b>Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores</b>			
		47.31-8	Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores	72	68	64
		47.32-6	Comércio varejista de lubrificantes	72	68	64
	<b>47.4</b>		<b>Comércio varejista de material de construção</b>			
		47.41-5	Comércio varejista de tintas e materiais para pintura	40	36	32
		47.42-3	Comércio varejista de material elétrico	40	36	32
		47.43-	Comércio varejista de vidros	40	36	32

131

		1				
		47.44-0	Comércio varejista de ferragens, madeira e materiais de construção	40	36	32
	<b>47.5</b>		<b>Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico</b>			
		47.51-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	40	36	32
		47.52-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	40	36	32
		47.53-9	Comércio varejista especializado de eletrodomésticos e equipamentos de áudio e vídeo	40	36	32
		47.54-7	Comércio varejista especializado de móveis, colchoaria e artigos de iluminação	40	36	32
		47.55-5	Comércio varejista especializado de tecidos e artigos de cama, mesa e banho	40	36	32
		47.56-3	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	40	36	32
		47.57-1	Comércio varejista especializado de peças e acessórios para aparelhos eletroeletrônicos para uso doméstico, exceto informática e comunicação	40	36	32
		47.59-8	Comércio varejista de artigos de uso doméstico não especificados anteriormente	40	36	32
	<b>47.6</b>		<b>Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos</b>			
		47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	40	36	32
		47.62-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	40	36	32
		47.63-6	Comércio varejista de artigos recreativos e esportivos	40	36	32
	<b>47.7</b>		<b>Comércio varejista de produtos farmacêuticos, perfumaria e cosméticos e artigos médicos, ópticos e ortopédicos</b>			
		47.71-7	Comércio varejista de produtos farmacêuticos para uso humano e veterinário	40	36	32
		47.72-5	Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal	40	36	32
		47.73-3	Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos	40	36	32
		47.74-1	Comércio varejista de artigos de óptica	40	36	32
	<b>47.8</b>		<b>Comércio varejista de produtos novos</b>			



			<b>não especificados anteriormente e de produtos usados</b>			
		47.81-4	Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios	40	36	32
		47.82-2	Comércio varejista de calçados e artigos de viagem	40	36	32
		47.83-1	Comércio varejista de jóias e relógios	40	36	32
		47.84-9	Comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP)	40	36	32
		47.85-7	Comércio varejista de artigos usados	40	36	32
		47.89-0	Comércio varejista de outros produtos novos não especificados anteriormente	40	36	32
	<b>47.9</b>		<b>Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista</b>			
		47.90-3	Comércio ambulante e outros tipos de comércio varejista	40	36	32
			<b>TRANSPORTE, ARMAZENAGEM E CORREIO</b>			
<b>49</b>			<b>TRANSPORTE TERRESTRE</b>			
	<b>49.1</b>		<b>Transporte ferroviário e metroferroviário</b>			
		49.11-6	Transporte ferroviário de carga	76	72	68
		49.12-4	Transporte metroferroviário de passageiros	76	72	68
	<b>49.2</b>		<b>Transporte rodoviário de passageiros</b>			
		49.21-3	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, municipal e em região metropolitana	76	72	68
		49.22-1	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, com itinerário fixo, intermunicipal, interestadual e internacional	76	72	68
		49.23-0	Transporte rodoviário de táxi	76	72	68
		49.24-8	Transporte escolar	76	72	68
		49.29-9	Transporte rodoviário coletivo de passageiros, sob regime de fretamento, e outros transportes rodoviários não especificados anteriormente	76	72	68
	<b>49.3</b>		<b>Transporte rodoviário de carga</b>			
		49.30-2	Transporte rodoviário de carga	76	72	68
	<b>49.4</b>		<b>Transporte dutoviário</b>			
		49.40-0	Transporte dutoviário	76	72	68

	<b>49.5</b>		<b>Trens turísticos, teleféricos e similares</b>			
		49.50-7	Trens turísticos, teleféricos e similares	76	72	68
<b>50</b>			<b>TRANSPORTE AQUAVIÁRIO</b>			
	<b>50.1</b>		<b>Transporte marítimo de cabotagem e longo curso</b>			
		50.11-4	Transporte marítimo de cabotagem	76	72	68
		50.12-2	Transporte marítimo de longo curso	76	72	68
	<b>50.2</b>		<b>Transporte por navegação interior</b>			
		50.21-1	Transporte por navegação interior de carga	76	72	68
		50.22-0	Transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares	76	72	68
	<b>50.3</b>		<b>Navegação de apoio</b>			
		50.30-1	Navegação de apoio	-	-	-
	<b>50.9</b>		<b>Outros transportes aquaviários</b>			
		50.91-2	Transporte por navegação de travessia	76	72	68
		50.99-8	Transportes aquaviários não especificados anteriormente	76	72	68
<b>51</b>			<b>TRANSPORTE AÉREO</b>			
	<b>51.1</b>		<b>Transporte aéreo de passageiros</b>			
		51.11-1	Transporte aéreo de passageiros regular	-	-	-
		51.12-9	Transporte aéreo de passageiros não-regular	-	-	-
	<b>51.2</b>		<b>Transporte aéreo de carga</b>			
		51.20-0	Transporte aéreo de carga	-	-	-
	<b>51.3</b>		<b>Transporte espacial</b>			
		51.30-7	Transporte espacial	-	-	-
<b>52</b>			<b>ARMAZENAMENTO E ATIVIDADES AUXILIARES DOS TRANSPORTES</b>			
	<b>52.1</b>		<b>Armazenamento, carga e descarga</b>			
		52.11-7	Armazenamento	76	72	68
		52.12-5	Carga e descarga	76	72	68
	<b>52.2</b>		<b>Atividades auxiliares dos transportes terrestres</b>			
		52.21-4	Concessionárias de rodovias, pontes, túneis e serviços relacionados	76	72	68
		52.22-2	Terminais rodoviários e ferroviários	76	72	68

134

		52.23-1	Estacionamento de veículos	76	72	68
		52.29-0	Atividades auxiliares dos transportes terrestres não especificadas anteriormente	76	72	68
	<b>52.3</b>		<b>Atividades auxiliares dos transportes aquaviários</b>			
		52.31-1	Gestão de portos e terminais	-	-	-
		52.32-0	Atividades de agenciamento marítimo	-	-	-
		52.39-7	Atividades auxiliares dos transportes aquaviários não especificadas anteriormente	-	-	-
	<b>52.4</b>		<b>Atividades auxiliares dos transportes aéreos</b>			
		52.40-1	Atividades auxiliares dos transportes aéreos	-	-	-
	<b>52.5</b>		<b>Atividades relacionadas à organização do transporte de carga</b>			
		52.50-8	Atividades relacionadas à organização do transporte de carga	76	72	68
<b>53</b>			<b>CORREIO E OUTRAS ATIVIDADES DE ENTREGA</b>			
	<b>53.1</b>		<b>Atividades de Correio</b>			
		53.10-5	Atividades de Correio	40	36	32
	<b>53.2</b>		<b>Atividades de malote e de entrega</b>			
		53.20-2	Atividades de malote e de entrega	40	36	32
			<b>ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO</b>			
<b>55</b>			<b>ALOJAMENTO</b>			
	<b>55.1</b>		<b>Hotéis e similares</b>			
		55.10-8	Hotéis e similares	40	36	32
	<b>55.9</b>		<b>Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente</b>			
		55.90-6	Outros tipos de alojamento não especificados anteriormente	40	36	32
<b>56</b>			<b>ALIMENTAÇÃO</b>			
	<b>56.1</b>		<b>Restaurantes e outros serviços de alimentação e bebidas</b>			
		56.11-2	Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas	40	36	32
		56.12-1	Serviços ambulantes de alimentação	40	36	32
	<b>56.2</b>		<b>Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada</b>			
		56.20-1	Serviços de catering, bufê e outros serviços de comida preparada	40	36	32

			<b>INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO</b>			
<b>58</b>			<b>EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO</b>			
	<b>58.1</b>		<b>Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição</b>			
		58.11-5	Edição de livros	40	36	32
		58.12-3	Edição de jornais	40	36	32
		58.13-1	Edição de revistas	40	36	32
		58.19-1	Edição de cadastros, listas e outros produtos gráficos	40	36	32
	<b>58.2</b>		<b>Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações</b>			
		58.21-2	Edição integrada à impressão de livros	40	36	32
		58.22-1	Edição integrada à impressão de jornais	40	36	32
		58.23-9	Edição integrada à impressão de revistas	40	36	32
		58.29-8	Edição integrada à impressão de cadastros, listas e outros produtos gráficos	40	36	32
<b>59</b>			<b>ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA</b>			
	<b>59.1</b>		<b>Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão</b>			
		59.11-1	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	74	70	66
		59.12-0	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	74	70	66
		59.13-8	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	74	70	66
		59.14-6	Atividades de exibição cinematográfica	74	70	66
	<b>59.2</b>		<b>Atividades de gravação de som e de edição de música</b>			
		59.20-1	Atividades de gravação de som e de edição de música	74	70	66
<b>60</b>			<b>ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO</b>			
	<b>60.1</b>		<b>Atividades de rádio</b>			
		60.10-1	Atividades de rádio	74	70	66
	<b>60.2</b>		<b>Atividades de televisão</b>			

		60.21-7	Atividades de televisão aberta	74	70	66
		60.22-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura	74	70	66
<b>61</b>			<b>TELECOMUNICAÇÕES</b>			
	<b>61.1</b>		<b>Telecomunicações por fio</b>			
		61.10-8	Telecomunicações por fio	74	70	66
	<b>61.2</b>		<b>Telecomunicações sem fio</b>			
		61.20-5	Telecomunicações sem fio	74	70	66
	<b>61.3</b>		<b>Telecomunicações por satélite</b>			
		61.30-2	Telecomunicações por satélite	74	70	66
	<b>61.4</b>		<b>Operadoras de televisão por assinatura</b>			
		61.41-8	Operadoras de televisão por assinatura por cabo	74	70	66
		61.42-6	Operadoras de televisão por assinatura por microondas	74	70	66
		61.43-4	Operadoras de televisão por assinatura por satélite	74	70	66
	<b>61.9</b>		<b>Outras atividades de telecomunicações</b>			
		61.90-6	Outras atividades de telecomunicações	74	70	66
<b>62</b>			<b>ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO</b>			
	<b>62.0</b>		<b>Atividades dos serviços de tecnologia da informação</b>			
		62.01-5	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	74	70	66
		62.02-3	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	74	70	66
		62.03-1	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	74	70	66
		62.04-0	Consultoria em tecnologia da informação	74	70	66
		62.09-1	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação	74	70	66
<b>63</b>			<b>ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO</b>			
	<b>63.1</b>		<b>Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionadas</b>			
		63.11-9	Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	74	70	66
		63.19-4	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	74	70	66

137

	<b>63.9</b>		<b>Outras atividades de prestação de serviços de informação</b>			
		63.91-7	Agências de notícias	74	70	66
		63.99-2	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	74	70	66
			<b>ATIVIDADES FINANCEIRAS, DE SEGUROS E SERVIÇOS RELACIONADOS</b>			
<b>64</b>			<b>ATIVIDADES DE SERVIÇOS FINANCEIROS</b>			
	<b>64.1</b>		<b>Banco Central</b>			
		64.10-7	Banco Central	-	-	-
	<b>64.2</b>		<b>Intermediação monetária - depósitos à vista</b>			
		64.21-2	Bancos comerciais	40	36	32
		64.22-1	Bancos múltiplos, com carteira comercial	40	36	32
		64.23-9	Caixas econômicas	40	36	32
		64.24-7	Crédito cooperativo	40	36	32
	<b>64.3</b>		<b>Intermediação não-monetária - outros instrumentos de captação</b>			
		64.31-0	Bancos múltiplos, sem carteira comercial	40	36	32
		64.32-8	Bancos de investimento	40	36	32
		64.33-6	Bancos de desenvolvimento	40	36	32
		64.34-4	Agências de fomento	40	36	32
		64.35-2	Crédito imobiliário	40	36	32
		64.36-1	Sociedades de crédito, financiamento e investimento – financeiras	40	36	32
		64.37-9	Sociedades de crédito ao microempreendedor	40	36	32
		64.38-7	Bancos de câmbio e outras instituições de intermediação não-monetária	40	36	32
	<b>64.4</b>		<b>Arrendamento mercantil</b>			
		64.40-9	Arrendamento mercantil	40	36	32
	<b>64.5</b>		<b>Sociedades de capitalização</b>			
		64.50-6	Sociedades de capitalização	40	36	32

	<b>64.6</b>		<b>Atividades de sociedades de participação</b>			
		64.61-1	Holdings de instituições financeiras	40	36	32
		64.62-0	Holdings de instituições não-financeiras	40	36	32
		64.63-8	Outras sociedades de participação, exceto holdings	40	36	32
	<b>64.7</b>		<b>Fundos de investimento</b>			
		64.70-1	Fundos de investimento	40	36	32
	<b>64.9</b>		<b>Atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente</b>			
		64.91-3	Sociedades de fomento mercantil – factoring	40	36	32
		64.92-1	Securitização de créditos	40	36	32
		64.93-0	Administração de consórcios para aquisição de bens e direitos	40	36	32
		64.99-9	Outras atividades de serviços financeiros não especificadas anteriormente	40	36	32
<b>65</b>			<b>SEGUROS, RESSEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE</b>			
	<b>65.1</b>		<b>Seguros de vida e não-vida</b>			
		65.11-1	Seguros de vida	40	36	32
		65.12-0	Seguros não-vida	40	36	32
	<b>65.2</b>		<b>Seguros-saúde</b>			
		65.20-1	Seguros-saúde	40	36	32
	<b>65.3</b>		<b>Resseguros</b>			
		65.30-8	Resseguros	40	36	32
	<b>65.4</b>		<b>Previdência complementar</b>			
		65.41-3	Previdência complementar fechada	40	36	32
		65.42-1	Previdência complementar aberta	40	36	32
	<b>65.5</b>		<b>Planos de saúde</b>			
		65.50-2	Planos de saúde	40	36	32
<b>66</b>			<b>ATIVIDADES AUXILIARES DOS SERVIÇOS FINANCEIROS, SEGUROS, PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E PLANOS DE SAÚDE</b>			
	<b>66.1</b>		<b>Atividades auxiliares dos serviços</b>			



139

			<b>financeiros</b>			
		66.11-8	Administração de bolsas e mercados de balcão organizados	40	36	32
		66.12-6	Atividades de intermediários em transações de títulos, valores mobiliários e mercadorias	40	36	32
		66.13-4	Administração de cartões de crédito	40	36	32
		66.19-3	Atividades auxiliares dos serviços financeiros não especificadas anteriormente	40	36	32
	<b>66.2</b>		<b>Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde</b>			
		66.21-5	Avaliação de riscos e perdas	40	36	32
		66.22-3	Corretores e agentes de seguros, de planos de previdência complementar e de saúde	40	36	32
		66.29-1	Atividades auxiliares dos seguros, da previdência complementar e dos planos de saúde não especificadas anteriormente	40	36	32
	<b>66.3</b>		<b>Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão</b>			
		66.30-4	Atividades de administração de fundos por contrato ou comissão	40	36	32
			<b>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</b>			
<b>68</b>			<b>ATIVIDADES IMOBILIÁRIAS</b>			
	<b>68.1</b>		<b>Atividades imobiliárias de imóveis próprios</b>			
		68.10-2	Atividades imobiliárias de imóveis próprios	40	36	32
	<b>68.2</b>		<b>Atividades imobiliárias por contrato ou comissão</b>			
		68.21-8	Intermediação na compra, venda e aluguel de imóveis	40	36	32
		68.22-6	Gestão e administração da propriedade imobiliária	40	36	32
			<b>ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</b>			
<b>69</b>			<b>ATIVIDADES JURÍDICAS, DE CONTABILIDADE E DE AUDITORIA</b>			
	<b>69.1</b>		<b>Atividades jurídicas</b>			
		69.11-7	Atividades jurídicas, exceto cartórios	40	36	32
		69.12-5	Cartórios	40	36	32
	<b>69.2</b>		<b>Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária</b>			

140

		69.20-6	Atividades de contabilidade, consultoria e auditoria contábil e tributária	40	36	32
<b>70</b>			<b>ATIVIDADES DE SEDES DE EMPRESAS E DE CONSULTORIA EM GESTÃO EMPRESARIAL</b>			
	<b>70.1</b>		<b>Sedes de empresas e unidades administrativas locais</b>			
		70.10-7	Sedes de empresas e unidades administrativas locais	40	36	32
	<b>70.2</b>		<b>Atividades de consultoria em gestão empresarial</b>			
		70.20-4	Atividades de consultoria em gestão empresarial	40	36	32
<b>71</b>			<b>SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS</b>			
	<b>71.1</b>		<b>Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionadas</b>			
		71.11-1	Serviços de arquitetura	40	36	32
		71.12-0	Serviços de engenharia	40	36	32
		71.19-7	Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	40	36	32
	<b>71.2</b>		<b>Testes e análises técnicas</b>			
		71.20-1	Testes e análises técnicas	40	36	32
<b>72</b>			<b>PESQUISA E DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO</b>			
	<b>72.1</b>		<b>Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais</b>			
		72.10-0	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais	74	70	66
	<b>72.2</b>		<b>Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas</b>			
		72.20-7	Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências sociais e humanas	74	70	66
<b>73</b>			<b>PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO</b>			
	<b>73.1</b>		<b>Publicidade</b>			
		73.11-4	Agências de publicidade	74	70	66
		73.12-2	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	74	70	66
		73.19-0	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente	74	70	66

141

	<b>73.2</b>		<b>Pesquisas de mercado e de opinião pública</b>			
		73.20-3	Pesquisas de mercado e de opinião pública	74	70	66
<b>74</b>			<b>OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS</b>			
	<b>74.1</b>		<b>Design e decoração de interiores</b>			
		74.10-2	Design e decoração de interiores	40	36	32
	<b>74.2</b>		<b>Atividades fotográficas e similares</b>			
		74.20-0	Atividades fotográficas e similares	40	36	32
	<b>74.9</b>		<b>Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente</b>			
		74.90-1	Atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente	40	36	32
<b>75</b>			<b>ATIVIDADES VETERINÁRIAS</b>			
	<b>75.0</b>		<b>Atividades veterinárias</b>			
		75.00-1	Atividades veterinárias	40	36	32
			<b>ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES</b>			
<b>77</b>			<b>ALUGUÉIS NÃO-IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO-FINANCEIROS</b>			
	<b>77.1</b>		<b>Locação de meios de transporte sem condutor</b>			
		77.11-0	Locação de automóveis sem condutor	74	70	66
		77.19-5	Locação de meios de transporte, exceto automóveis, sem condutor	74	70	66
	<b>77.2</b>		<b>Aluguel de objetos pessoais e domésticos</b>			
		77.21-7	Aluguel de equipamentos recreativos e esportivos	40	36	32
		77.22-5	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	40	36	32
		77.23-3	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	40	36	32
		77.29-2	Aluguel de objetos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	40	36	32
	<b>77.3</b>		<b>Aluguel de máquinas e equipamentos sem operador</b>			
		77.31-4	Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador	74	70	66
		77.32-2	Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador	74	70	66
		77.33-	Aluguel de máquinas e equipamentos para	74	70	66

142

		1	escritório			
		77.39-0	Aluguel de máquinas e equipamentos não especificados anteriormente	74	70	66
	<b>77.4</b>		<b>Gestão de ativos intangíveis não-financeiros</b>			
		77.40-3	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	40	36	32
<b>78</b>			<b>SELEÇÃO, AGENCIAMENTO E LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA</b>			
	<b>78.1</b>		<b>Seleção e agenciamento de mão-de-obra</b>			
		78.10-8	Seleção e agenciamento de mão-de-obra	40	36	32
	<b>78.2</b>		<b>Locação de mão-de-obra temporária</b>			
		78.20-5	Locação de mão-de-obra temporária	40	36	32
	<b>78.3</b>		<b>Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros</b>			
		78.30-2	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	40	36	32
<b>79</b>			<b>AGÊNCIAS DE VIAGENS, OPERADORES TURÍSTICOS E SERVIÇOS DE RESERVAS</b>			
	<b>79.1</b>		<b>Agências de viagens e operadores turísticos</b>			
		79.11-2	Agências de viagens	64	60	56
		79.12-1	Operadores turísticos	64	60	56
	<b>79.9</b>		<b>Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente</b>			
		79.90-2	Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente	64	60	56
<b>80</b>			<b>ATIVIDADES DE VIGILÂNCIA, SEGURANÇA E INVESTIGAÇÃO</b>			
	<b>80.1</b>		<b>Atividades de vigilância, segurança privada e transporte de valores</b>			
		80.11-1	Atividades de vigilância e segurança privada	64	60	56
		80.12-9	Atividades de transporte de valores	64	60	56
	<b>80.2</b>		<b>Atividades de monitoramento de sistemas de segurança</b>			
		80.20-0	Atividades de monitoramento de sistemas de segurança	64	60	56
	<b>80.3</b>		<b>Atividades de investigação particular</b>			
		80.30-7	Atividades de investigação particular	64	60	56
<b>81</b>			<b>SERVIÇOS PARA EDIFÍCIOS E</b>			

143

			<b>ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS</b>			
	<b>81.1</b>		<b>Serviços combinados para apoio a edifícios</b>			
		81.11-7	Serviços combinados para apoio a edifícios, exceto condomínios prediais	64	60	56
		81.12-5	Condomínios prediais	64	60	56
	<b>81.2</b>		<b>Atividades de limpeza</b>			
		81.21-4	Limpeza em prédios e em domicílios	40	36	32
		81.22-2	Imunização e controle de pragas urbanas	40	36	32
		81.29-0	Atividades de limpeza não especificadas anteriormente	40	36	32
	<b>81.3</b>		<b>Atividades paisagísticas</b>			
		81.30-3	Atividades paisagísticas	40	36	32
<b>82</b>			<b>SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO, DE APOIO ADMINISTRATIVO E OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS ÀS EMPRESAS</b>			
	<b>82.1</b>		<b>Serviços de escritório e apoio administrativo</b>			
		82.11-3	Serviços combinados de escritório e apoio administrativo	40	36	32
		82.19-9	Fotocópias, preparação de documentos e outros serviços especializados de apoio administrativo	40	36	32
	<b>82.2</b>		<b>Atividades de teleatendimento</b>			
		82.20-2	Atividades de teleatendimento	40	36	32
	<b>82.3</b>		<b>Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos</b>			
		82.30-0	Atividades de organização de eventos, exceto culturais e esportivos	40	36	32
	<b>82.9</b>		<b>Outras atividades de serviços prestados principalmente às empresas</b>			
		82.91-1	Atividades de cobrança e informações cadastrais	40	36	32
		82.92-0	Envasamento e empacotamento sob contrato	40	36	32
		82.99-7	Atividades de serviços prestados principalmente às empresas não especificadas anteriormente	40	36	32
			<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL</b>			
<b>84</b>			<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, DEFESA E SEGURIDADE SOCIAL</b>			
	<b>84.1</b>		<b>Administração do estado e da política</b>			

144

			<b>econômica e social</b>			
		84.11-6	Administração pública em geral	40	36	32
		84.12-4	Regulação das atividades de saúde, educação, serviços culturais e outros serviços sociais	40	36	32
		84.13-2	Regulação das atividades econômicas	40	36	32
	<b>84.2</b>		<b>Serviços coletivos prestados pela administração pública</b>			
		84.21-3	Relações exteriores	40	36	32
		84.22-1	Defesa	40	36	32
		84.23-0	Justiça	40	36	32
		84.24-8	Segurança e ordem pública	40	36	32
		84.25-6	Defesa Civil	40	36	32
	<b>84.3</b>		<b>Seguridade social obrigatória</b>			
		84.30-2	Seguridade social obrigatória	40	36	32
			<b>EDUCAÇÃO</b>			
<b>85</b>			<b>EDUCAÇÃO</b>			
	<b>85.1</b>		<b>Educação infantil e ensino fundamental</b>			
		85.11-2	Educação infantil – creche	40	36	32
		85.12-1	Educação infantil - pré-escola	40	36	32
		85.13-9	Ensino fundamental	40	36	32
	<b>85.2</b>		<b>Ensino médio</b>			
		85.20-1	Ensino médio	40	36	32
	<b>85.3</b>		<b>Educação superior</b>			
		85.31-7	Educação superior – graduação	50	46	42
		85.32-5	Educação superior - graduação e pós-graduação	50	46	42
		85.33-3	Educação superior - pós-graduação e extensão	50	46	42
	<b>85.4</b>		<b>Educação profissional de nível técnico e tecnológico</b>			
		85.41-4	Educação profissional de nível técnico	40	36	32
		85.42-2	Educação profissional de nível tecnológico	40	36	32
	<b>85.5</b>		<b>Atividades de apoio à educação</b>			

145

		85.50-3	Atividades de apoio à educação	40	36	32
	<b>85.9</b>		<b>Outras atividades de ensino</b>			
		85.91-1	Ensino de esportes	40	36	32
		85.92-9	Ensino de arte e cultura	40	36	32
		85.93-7	Ensino de idiomas	40	36	32
		85.99-6	Atividades de ensino não especificadas anteriormente	40	36	32
			<b>SAÚDE HUMANA E SERVIÇOS SOCIAIS</b>			
<b>86</b>			<b>ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA</b>			
	<b>86.1</b>		<b>Atividades de atendimento hospitalar</b>			
		86.10-1	Atividades de atendimento hospitalar	74	70	66
	<b>86.2</b>		<b>Serviços móveis de atendimento a urgências e de remoção de pacientes</b>			
		86.21-6	Serviços móveis de atendimento a urgências	50	46	42
		86.22-4	Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências	40	36	32
	<b>86.3</b>		<b>Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos</b>			
		86.30-5	Atividades de atenção ambulatorial executadas por médicos e odontólogos	40	36	32
	<b>86.4</b>		<b>Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica</b>			
		86.40-2	Atividades de serviços de complementação diagnóstica e terapêutica	40	36	32
	<b>86.5</b>		<b>Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos</b>			
		86.50-0	Atividades de profissionais da área de saúde, exceto médicos e odontólogos	40	36	32
	<b>86.6</b>		<b>Atividades de apoio à gestão de saúde</b>			
		86.60-7	Atividades de apoio à gestão de saúde	40	36	32
	<b>86.9</b>		<b>Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente</b>			
		86.90-9	Atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente	40	36	32
<b>87</b>			<b>ATIVIDADES DE ATENÇÃO À SAÚDE HUMANA INTEGRADAS COM ASSISTÊNCIA SOCIAL, PRESTADAS EM RESIDÊNCIAS</b>			



146

			<b>COLETIVAS E PARTICULARES</b>			
	<b>87.1</b>		<b>Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes, e de infra-estrutura e apoio a pacientes prestadas em residências coletivas e particulares</b>			
		87.11-5	Atividades de assistência a idosos, deficientes físicos, imunodeprimidos e convalescentes prestadas em residências coletivas e particulares	40	36	32
		87.12-3	Atividades de fornecimento de infra-estrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio	40	36	32
	<b>87.2</b>		<b>Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química</b>			
		87.20-4	Atividades de assistência psicossocial e à saúde a portadores de distúrbios psíquicos, deficiência mental e dependência química	40	36	32
	<b>87.3</b>		<b>Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares</b>			
		87.30-1	Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares	40	36	32
<b>88</b>			<b>SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL SEM ALOJAMENTO</b>			
	<b>88.0</b>		<b>Serviços de assistência social sem alojamento</b>			
		88.00-6	Serviços de assistência social sem alojamento	40	36	32
			<b>ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO</b>			
<b>90</b>			<b>ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS</b>			
	<b>90.0</b>		<b>Atividades artísticas, criativas e de espetáculos</b>			
		90.01-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	40	36	32
		90.02-7	Criação artística	40	36	32
		90.03-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	40	36	32
<b>91</b>			<b>ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL</b>			
	<b>91.0</b>		<b>Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental</b>			
		91.01-	Atividades de bibliotecas e arquivos	40	36	32

147

		5				
		91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	40	36	32
		91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	40	36	32
<b>92</b>			<b>ATIVIDADES DE EXPLORAÇÃO DE JOGOS DE AZAR E APOSTAS</b>			
	<b>92.0</b>		<b>Atividades de exploração de jogos de azar e apostas</b>			
		92.00-3	Atividades de exploração de jogos de azar e apostas	40	36	32
<b>93</b>			<b>ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER</b>			
	<b>93.1</b>		<b>Atividades esportivas</b>			
		93.11-5	Gestão de instalações de esportes	40	36	32
		93.12-3	Clubes sociais, esportivos e similares	40	36	32
		93.13-1	Atividades de condicionamento físico	40	36	32
		93.19-1	Atividades esportivas não especificadas anteriormente	40	36	32
	<b>93.2</b>		<b>Atividades de recreação e lazer</b>			
		93.21-2	Parques de diversão e parques temáticos	40	36	32
		93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	40	36	32
			<b>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS</b>			
<b>94</b>			<b>ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS</b>			
	<b>94.1</b>		<b>Atividades de organizações associativas patronais, empresariais e profissionais</b>			
		94.11-1	Atividades de organizações associativas patronais e empresariais	40	36	32
		94.12-0	Atividades de organizações associativas profissionais			
	<b>94.2</b>		<b>Atividades de organizações sindicais</b>			
		94.20-1	Atividades de organizações sindicais	40	36	32
	<b>94.3</b>		<b>Atividades de associações de defesa de direitos sociais</b>			
		94.30-8	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	40	36	32
	<b>94.9</b>		<b>Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente</b>			

148

		94.91-0	Atividades de organizações religiosas	40	36	32
		94.92-8	Atividades de organizações políticas	40	36	32
		94.93-6	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	40	36	32
		94.99-5	Atividades associativas não especificadas anteriormente	40	36	32
<b>95</b>			<b>REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E COMUNICAÇÃO E DE OBJETOS PESSOAIS E DOMÉSTICOS</b>			
	<b>95.1</b>		<b>Reparação e manutenção de equipamentos de informática e comunicação</b>			
		95.11-8	Reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos	40	36	32
		95.12-6	Reparação e manutenção de equipamentos de comunicação	40	36	32
	<b>95.2</b>		<b>Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos</b>			
		95.21-5	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	40	36	32
		95.29-1	Reparação e manutenção de objetos e equipamentos pessoais e domésticos não especificados anteriormente	40	36	32
<b>96</b>			<b>OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS PESSOAIS</b>			
	<b>96.0</b>		<b>Outras atividades de serviços pessoais</b>			
		96.01-7	Lavanderias, tinturarias e toalheiros	20	16	12
		96.02-5	Cabeleireiros e outras atividades de tratamento de beleza	20	16	12
		96.03-3	Atividades funerárias e serviços relacionados	40	36	32
		96.09-2	Atividades de serviços pessoais não especificadas anteriormente	40	36	32
			<b>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b>			
<b>97</b>			<b>SERVIÇOS DOMÉSTICOS</b>			
	<b>97.0</b>		<b>Serviços domésticos</b>			
		97.00-5	Serviços domésticos	20	16	12
			<b>ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES EXTRATERRITORIAIS</b>			
<b>99</b>			<b>ORGANISMOS INTERNACIONAIS E OUTRAS INSTITUIÇÕES</b>			

149

			<b>EXTRATERRITORIAIS</b>			
	<b>99.0</b>		<b>Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais</b>			
		99.00-8	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	40	36	32

**TABELA XI**  
**TAXA DE FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA**

**INDÚSTRIA DE ALIMENTOS**

**MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO**

**UFRM**

Conserva de produtos de origem vegetal .....	60
Doces / Produtos de confeitaria (c/ creme) .....	60
Massas frescas .....	60
Panificação (fabricação e distribuição) .....	60
Produtos alimentícios infantis .....	60
Produtos congelados .....	60
Produtos dietéticos .....	60
Refeições industriais .....	60
Sorvetes e similares .....	60
Congêneres .....	60

A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de 06

**MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO**

**UFRM**

Aditivos .....	40,5
Água Mineral .....	40,5
Amido e derivados .....	40,5
Bebidas analcolicas, sucos e outras .....	40,5
Biscoitos e Bolachas .....	40,5
Cacau, chocolates e sucedâneos .....	40,5
Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos .....	40,5
Condimentos, molhos e especiarias .....	40,5
Confeitos, caramelos, bombons e similares .....	40,5
Desidratadora de frutas (uva-passa, banana, maçã, etc...) .....	40,5
Desidratadora de vegetais e ervateiras .....	40,5
Farinhas (moinhos) e similares .....	40,5
Gelatinas, pudins, pó para sobremesas e sorvetes .....	40,5
Gelo .....	40,5
Gordura, óleos, azeites, cremes (fabr./ ref./ envasadoras) .....	40,5
Marmeladas, doces e xaropes .....	40,5
Massas secas .....	40,5
Refinadora e envasadora de açúcar .....	40,5
Refinadora e envasadora de sal .....	40,5
Salgadinhos / batata fria (empacotado) .....	40,5
Salgadinhos e frituras .....	40,5

150

Suplementos alimentares enriquecidos .....	40,5
Temperos a base de sal.....	40,5
Torrefadora de café .....	40,5
Congêneres .....	40,5

A cada grupo de produtos secundários industrializados pela empresa será acrescido o valor de 4,5

### LOCAL DE ELABORAÇÃO E/ OU VENDA DE ALIMENTOS

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFRM
Açougue .....	21
Assadora de aves e outros tipos de carne .....	4,5
Cantina escolar .....	4,5
Casa de carnes .....	12
Casa de frios (laticínios e embutidos) .....	12
Casa de sucos / caldo de cana e similares .....	4,5
Comércio atacadista / depósito de produtos perecíveis.....	32,4
Confeitaria.....	15
Cozinha de escolas .....	12
Cozinha/ clube/ hotel/ motel/ creche/ boate/ similares .....	12
Cozinha de lactários/ hosp./ mater./ casas de saúde.....	09
Feira livre/ com. Amb. (c/ venda de carne/ pescados, outros) .....	12
Lanchonete/ café colonial e petiscarias.....	12
Mercado super / mini (somatório das atividades) .....	***
Mercearia / armazém (única atividade).....	09
Padaria / panificadora.....	15
Pastelaria .....	09
Peixaria (pescados e frutos do mar) .....	15
Pizzaria.....	15
Produtos congelados .....	21
Restaurante / buffet / churrascaria .....	21
Rotisserie.....	21
Serv-car./ drive-in/ quiosque/ trailer e similares .....	09
Sorveteria e/ ou posto de venda .....	09
Congêneres .....	12

Em estabelecimentos com mais de uma atividade, o valor da taxa será a soma em UFRMs das atividades exercidas

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFRM
Bar/ boate/ uisqueira .....	09
Bomboniere .....	4,5
Café .....	09
Depósito de bebidas .....	09
Depósito de frutas e verduras.....	09
Depósito de produtos não perecíveis .....	09
Envasadora de chás/ cafés/ condimentos/ especiarias.....	15

151

Feira-livre/ comércio amb. Alimentos não perecíveis.....	4,5 p/ dia
Quitanda, frutas e verduras.....	4,5
Venda ambulante (carrinho de pipoca/ milho/ sanduíche, etc).....	4,5 p/ dia
Comércio atacadista de produtos não perecíveis .....	12
Congêneres .....	09
Em estabel. c/ mais de uma atividade, o valor será a soma em UFIR's das ativ. exercidas	

### INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFRM
Agrotóxicos.....	60
Cosméticos, perfumes e produtos e higiene.....	60
Insumos farmacêuticos.....	60
Produtos farmacêuticos .....	60
Produtos biológicos.....	60
Produtos de uso laboratorial.....	60
Produtos de uso médico / hospitalar .....	60
Produtos de uso odontológicos .....	60
Próteses (ortop./ estética/ auditiva, etc) .....	60
Saneantes domissanitários.....	60
Congêneres.....	60
Para cada atividade secundária exercida por estabelecimento, será acrescido o valor de	12

MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFRM
Embalagens .....	40,5
Equip./ instrumentos laboratoriais .....	40,5
Equip./ instrumentos médico / hospitalares .....	40,5
Equip./ instrumentos odontológicos.....	40,5
Produtos veterinários.....	40,5
Congêneres.....	40,5
Para cada atividade secundária exercida por estabelecimento será acrescido .....	09

### COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE

MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	UFRM
Agrotóxicos.....	40,5
Com./ distrib. de medicamentos.....	60
Com./ distrib. de produtos laboratoriais.....	40,5
Com./ distrib. de produtos médico/ hospitalares.....	40,5
Com./ distrib. de produtos odontológicos .....	40,5
Com./ distrib. de produtos veterinários.....	40,5
Com./ distrib. de saneantes / domissanitários .....	40,5
Produtos químicos.....	40,5
Congêneres.....	40,5
Para cada atividade secundária exercida pelo estabelecimento, será acrescido o valor de	

.....06

## **MENO RISCO EPIDEMIOLÓGICO**

## **UFRM**

Alimentação animal (ração / supletivos).....	21
Com./ distrib. de cosméticos, perfumes, produtos higiene .....	21
Embalagens .....	21
Equip./ instrumentos agrícolas, ferragens, etc. ....	21
Equip./ instrumentos laboratoriais .....	21
Equip./ instrumentos médico/ hospitalares .....	21
Equip./ instrumentos odontológicos.....	21
Fertilizantes / corretivos.....	21
Prótese (ortop./ estética/ auditiva, etc...).....	21
Sementes/ selecionadas/ mudas .....	21
Congêneres.....	21
Para cada atividade secun. exercida p/ estabelecido será acrescido o valor de .....	4,5

## **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SAÚDE MAIOR RISCO DE EPIDEMIOLÓGICO**

Ambulatório médico .....	21
Ambulatório odontológico .....	21
Ambulatório veterinário.....	12
Ambulatório de enfermagem .....	21
Banco de leite humano.....	12
Banco de órgãos (olhos, rins, fígado, etc...).....	12
Clínica médica.....	40,5
Clínica veterinária .....	21
Hemodiálise .....	40,5
Policlínica.....	40,5
Pronto socorro .....	12
Serviço de nutrição e dietética .....	12
Unidade sanitária.....	isento
Medicina nuclear.....	40,5
Radioimunoensaio.....	40,5
Radioterapia, cobaltoterapia, etc. (por equipamento) .....	40,5
Radiologia médica (por equipamento) .....	33
Radiologia odontológica (por equipamento).....	12
Farmácia alopática .....	40,5
Farmácia (homeopática).....	40,5
Drogaria .....	40,5
Posto de medicamentos.....	12
Dispensário de medicamentos.....	12
Ervanária .....	21
Unidade volante de comércio farmacêutico .....	12
Farmácia privativa (Hosp./ clínica/ assoc. etc) .....	40,5
Hospital especializado.....	60
Hospital geral .....	60
Hospital infantil.....	60
Maternidade .....	60



153

Unidade integrada de saúde / unidade mista .....	60
Laboratório de análises clínicas .....	40,5
Laboratório de análises bromatológicas .....	40,5
Laboratório de anatomia e patologia .....	40,5
Laboratório de controle e qualidade farmacêutica .....	40,5
Laboratório químico-toxicológico .....	40,5
Laboratório cito/genético .....	40,5
Posto de coleta de material de laboratório .....	15
Agência transfusional de sangue .....	21
Banco de sangue .....	33
Posto de coleta de sangue .....	21
Serviço de hemoterapia .....	42
Serviço industrial de derivados de sangue .....	60
Unidade volante de assistência médica pré-hospitalar (por unidade móvel) .....	21
Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel) .....	12

**MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO****UFRM**

Clínica de fisioterapia e/ ou reabilitação .....	33
Clínica de psicoterapia / desintoxicação .....	33
Clínica de psicanálise .....	33
Clínica de odontologia .....	33
Clínica de tratamento e repouso .....	33
Clínica de ortopedia .....	33
Clínica de diagnóstico por imagem (por equipamento) .....	33
Clínica de fonoaudiologia .....	21
Consultório médico .....	21
Consultório nutricional .....	21
Consultório odontológico .....	21
Consultório de psicanálise / psicologia .....	21
Consultório veterinário .....	21
Estabelecimento de massagem .....	21
Laboratório de prótese dentária .....	21
Laboratório de prótese auditiva .....	21
Laboratório de prótese ortopédica .....	21
Laboratório de ótica .....	21
Ótica .....	12
Serviços eventuais (pressão arterial, coleta e tipo de sangue) .....	09
Estabelecimento de saúde de propriedade da União, Estado e Município .....	isento
Congêneres .....	12
Estabelecimento c/ mais de uma atividade, o valor da taxa será a soma em UFIR's das atividades exercidas	***

**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE****MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO****UFRM**

Asilo e similares .....	12
Desinsetizadora e/ ou desratizadora .....	40,5
Escola de natação e similares .....	21

154

Estação hidromineral/ termal, climatério .....	60
Estabelecimento de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, pré-escolar jardim de infância.....	21
Estabelecimento de ensino de 1º, 2º e 3º graus e similares.....	21
Estabelecimento de ensino (todos os graus) regime internato.....	21
Piscina coletiva.....	21
Radiologia industrial.....	40,5
Sauna.....	21
Zoológico.....	33
Estabel. de propriedade da União, Estado e Município e asilo	isento
Congêneres.....	21

**MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO****UFRM**

Aviário/ pequenos animais / peixes ornamentais / aquários.....	12
Academia de ginástica / artes marciais e similares.....	12
Agência bancária e similares.....	09
Barbearia.....	4,5
Camping.....	21
Cárcere / penitenciária e similares.....	isento
Casa de espetáculos (discoteque / baile, similares).....	21
Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliches, similares).....	12
Cemitérios / necrotérios.....	21
Cinema/ auditório/ teatro.....	09
Circo/ rodeio/ hípica/ parque de diversão.....(por dia 2,4 - por mês 72)	
Comércio em geral (eletrodom., calçados, tecido, disco, vestuário, etc...).....	09
Dormitório (por cômodo).....	1,5
Escritório em geral.....	4,5
Estação de tratamento de água para abast. Público.....	40,5
Estação de tratamento de esgoto.....	40,5
Estética facial/ maquiagem.....	12
Floricultura/ plantas e mudas .....	09
Garagem/ estacionamento coberto.....	09
Hotel (hospedagem) (por cômodo).....	03
Igrejas e similares.....	4,5
Lavanderia.....	09
Motel (Hospedagem) (por cômodo).....	03
Oficina/ consertos em geral.....	09
Orfanato / patronato.....	4,5
Parque natural / campo de naturismo.....	09
Pensão (por cômodo).....	1,5
Posto combustível / lubrificante.....	12
Quartel.....	isento
Salão de beleza/ manicure/ cabeleireiro.....	09
Shopping (área comum) exceto estabelecimentos.....	12
Serviço e veículo para transporte de alimentos (por veículo).....	09
Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos sólidos.....	40,5
Serviço de lavagem de veículos.....	09
Serviço de limpeza de fossa.....	40,5
Serviço de limpeza/ desinf. De poço/ caixa d'água.....	21

155

Tabacaria.....	09
Transportadora de produtos perecíveis (por veículo).....	09
Transporte coletivo (terrestre/ marítimo e aéreo).....	09
Empresa produtora de módulos sanitários.....	12
Estabelec. de propriedade da União, Estado e Município	isento
Congêneres.....	09

Estabelecimento c/ mais de uma atividade, o valor da taxa será a soma em UFRM's das atividades exercidas

#### **ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO UFRM**

Apartamento/ hotel/ cabana (prédio)... (p/m2).....	0,15
Residência (p/m2).....	0,15
Ampliação por m2.....	0,15
Habitação popular até 40 m2.....	isento
Sala comercial p/ m2.....	0,3
Ginásio, estádio e similares p/ m2.....	0,3
Galpão, depósito e similares p/ m2.....	0,3
Garagem/ estac. coberto p/ m2.....	0,15
Estabelecimento de saúde p/ m2.....	0,15
Estabelecimento de ensino p/ m2.....	0,15
Estabelecimento de ginástica/ natação e lazer p/ m2.....	0,15
Maternal/ creche/ jardim de infância/ asilo p/ m2.....	0,15
Habitação coletiva – internato e similares p/m2.....	0,15
Cemitérios e afins p/ m2.....	0,15
Congêneres p/m2.....	0,15

#### **ANÁLISE DE PROJETOS UFRM**

Apartamento/ residência e similares até 100m2.....	06
Estabelecimentos de saúde até 100m2.....	06
Estabelecimentos de ensino até 100m2.....	06
Estabelecimento de ginástica/ laser e similares até 100m2.....	06
Estabelecimentos e locais de trabalho até 100m2.....	06
Maternal/ jardim infância/ asilo até 100m2.....	06
Cemitérios e afins.....	06
Sistema de tratamento de água até 100 m2.....	06
Sistema de tratamento de esgoto até 100m2.....	06
Congêneres até,2.....	06

**OBS:** Para cada metro quadrado de projeto analisado acima de 100 m2 ( p/m2)...0,06

#### **REGISTRO MUNICIPAL DE PRODUTOS (DIRETORIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL) UFRM**

Aditivos e similares.....	12
Alimentos.....	12
Alimentos dietéticos.....	15
Alimentos produtos coloniais / artesanais.....	4,5

156

Coadjuvantes de tecnologia ou embalagens.....	09
Produtos de higiene.....	12
Saneantes domissanitários.....	12

**OBS:** No valor cobrado para registrado de produto estão compreendidas as diversas apresentações, tais como: fragrância, tonalidade, aroma, sabor, volume e material de acondicionamento, independentemente das quantidades solicitadas pela empresa.

### **ALTERAÇÃO DE REGISTRO**

**UFRM**

Por iniciativa da empresa, independente da área de atuação (por assunto).....	09
Para produtos coloniais / artesanais.....	03

### **VALIDAÇÃO DE REGISTRO**

**UFRM**

P/ totalidade das classes de prod. (inclus. todas as apresentações do produto).....	09
Para produtos coloniais/ artesanais.....	03

### **TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE POR REGISTRO**

**UFRM**

P/ totalidade das classes prod. (inclusas todas as apresentações do produto).....	09
Para produtos coloniais/ artesanais.....	03

### **ALTERAÇÃO DA EMPRESA**

**UFRM**

Incorporação fusão ou outras formas de combinação, associação e dissociação.....	40,5
--	------

### **CANCELAMENTO**

**UFRM**

Registro ou de autorização.....	09
---------------------------------	----

### **AValiação E CLASSIFICAÇÃO**

**UFRM**

Toxicológica, extensão de uso de produtos	
Estudo.....	60
Análise.....	60

### **ANÁLISES LABORATORIAIS**

#### **ANÁLISE DE ALIMENTOS, BEBIDAS, MATÉRIAS-PRIMAS PARA ALIMENTOS, ADITIVOS E CONSULTAS TÉCNICAS**

### **ÁGUA**

**UFRM**

Águas industriais.....	arbitrar
Análise química de potabilidade.....	09
Análise bacteriológica de potabilidade.....	7,5
Análise de potabilidade (química + bacteriológica).....	15
Análise de potabilidade c/ exame detalhado do resíduo.....	15
Para cada elemento do resíduo, acréscimo de.....	03

Análise microbiológica de água mineral, incluindo pseudomonas, enterococcus e clostrídio sulfito redutor (indicativa).....	09
Eficiência de filtros para água (bacteriológico).....	12
Eficiência de filtros para água (químico).....	09
Água de piscina.....	09

<b>ADITIVOS PARA ALIMENTOS</b>	<b>UFRM</b>
Aditivos quimicamente definidos.....	15
Aditivos em alimentos, exame quantitativo, cada um.....	09
Aditivos em alimentos, exame qualitativo, cada um.....	03
Mistura de aditivos em preparações p/alimentos, cada aditivo a ser determinado.....	09
Teor de bioxina.....	09
Teor de cafeína.....	09
Teor de lactose.....	09

<b>ÁLCOOL</b>	<b>UFRM</b>
Álcool para uso alimentar ou farmacêutico.....	09

<b>ALIMENTOS</b>	<b>UFRM</b>
Alimentos em geral, naturais ou industrializados, exames bromatológico (voláteis a 105°C, resíduo mineral fixo, lipídeos, glicédeos).....	15
Exame microscópico e exame microbiológico.....	15
Determinação de glúten.....	06
Determinação de fibras.....	06
Determinação de colesterol, em alimentos com ovos.....	06
Determ. de cascina em alim. (com prévia consulta junto à Seção competente).....	06
Análise bromatológica, com determinação de valor calórico.....	15
Matérias-primas, quimicamente definidas p/ uso alimentar.....	15
Alcalinidade livre.....	06

<b>MEDICAMENTOS</b>	<b>UFRM</b>
Testes físicos em medicamentos e matéria-prima (densidade, viscosidade, ponto de fusão, ph, umidade, teste de desintegração de comprimido), cada um.....	03
Substância quimicamente definida inscrita em farmacopeias.....	12
Medicamentos compostos (análise quantitativa), por componente.....	06
Medicamento composto (análise qualitativa), por componente.....	7,5
Produtos oficiais (análise quantitativa).....	7,5
Produtos oficiais (análise qualitativa).....	06
Esteróides, corticosteróides (análise qualitativa e quantitativa).....	7,5
Produtos à base de plantas ou extrato de plantas, não inscritos em farmacopéia ou formulários.....	09
Antibióticos (análise química).....	7,5
Antibióticos (análise microbiológica).....	7,5

<b>PESTICIDAS E OUTROS</b>	<b>UFRM</b>
Resíduos de pesticidas organoclorados/ fosforados, cada um.....	30
Resíduos de fosfina, carbamato, deltametrina, cada um.....	30
Resíduos de ácido de etileno, etilenocloridina, etilenoglicol, cada um.....	12
Benzeno em solvente para tintas.....	09

Formulação de pesticidas (cada princípio ativo).....	arbitrar
Bifenilas policloradas (peb's).....	30

<b>VÁRIOS</b>	<b>UFRM</b>
Titulação potenciométrica.....	06
Determinação de cianeto.....	7,5
Espectro na região UV - VIS.....	06
Espectro na região do infravermelho.....	7,5
Espectro infravermelho, com interpretação.....	arbitrar
Umidade, segundo Karl Fischer.....	06
Análise de detergente e desinfetantes, por componentes.....	06
Análise de arsênio (Gutzeit).....	4,5
Análise de arsênio (colrimetria c/ dietil ditiocarbamato ag).....	06
Análise de flúor (eletrodo seletivo).....	06
Análise de metais pesados (sem chumbo) com gás sulfúrico.....	4,5
Consulta técnica.....	arbitrar
Biodegradabilidade.....	7,5

<b>SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>UFRM</b>
Segunda via do Alvará Sanitário.....	03
Análise de processo para registro de produto.....	30
Segunda via de certificado de registro de produto.....	06
Desarquivamento de processo de reg. Produto (p/ processo).....	15
Visto em receitas e notificação de receitas.....	isento
Fornecimento de notificação de receita (por bloco).....	1,5
Alteração de contrato social.....	06
Baixa de alvará sanitário (mudança, baixa razão social).....	03
Baixa de responsabilidade técnica.....	03
Mudança de responsabilidade técnica.....	06
Mudança de endereço..... (30% do valor do alvará)	
Cadastramento da empresa.....	4,5
Segunda via laudo de análise.....	03
Emissão de edital.....	06
Atestado de antecedentes.....	03

### **VISTORIA PRÉVIA PARA AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESA, CONCESSÃO E/ OU REVALIDAÇÃO DE ALVARÁ SANITÁRIO, ETC...**

De natureza simples (menor risco epidemiológico).....	21
De natureza complexa (maior risco epidemiológico).....	33

### **GUIAS / LICENÇAS**

Livre trânsito prod. sujeito fisc. Sanitária (p/ guia).....	03
Requisição de entorpecentes (p/ guia).....	03
Impostação de produto sujeito fisc. Sanitária.....	18
Comércio de entorpecentes/ subst. Psicotrópica.....	12

### **IMPLANTAÇÃO/ MONITORAMENTO**

Sistema simplificado de treinamento de água.....	arbitrar
--	----------

Sistema simplificado de tratamento de esgoto (*).....	arbitrar
Comunidade carente.....	isento

**LIBERAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE**

Liberação de petit parquet (p/ volume).....	1,5
Liberação colix pesteaux (por volume).....	1,5
Liberação de produtos (paciente estado terminal).....	isento

**AUTENTICAÇÃO**

Livros farmácias/ hospital/ laboratório prótese/ ótica/ creches/ banco de órgãos/ similares. (por folha).....	0,15
Transferência de resp. técnica/ baixa de livros (por livro).....	1,5

**REGISTROS**

Diplomas e certidões.....	03
Certificado (aux. de farmácias/ protético/ ótico/ outros).....	03
Apostilamento.....	1,5

**CERTIDÃO (QUALQUER NATUREZA)**

Até 50 linhas.....	03
Acima de 50 linhas.....	06
Laudo Técnico.....	21
Comunicação vacância unidade resid./com./ind. (até 500m2).....	21

**CERTIFICADOS/ EXPEDIENTES**

Certificado de regularidade sanitária.....	21
Requerimentos diversos.....	03
Certificado de livre comercialização de produtos.....	21

**COMBATE DE VETORES**

Desintetização até (100m2).....	09
Desratização até (100m2).....	06
Para cada metro quadrado de área tratada acima de 100m2 ( p/m2).....	0,06
Comunidade carente.....	isento

**AÇÕES PEDAGÓGICAS**

Treinamento.....	arbitrar
Reciclagem.....	arbitrar
Palestra.....	arbitrar
Demonstração.....	arbitrar
Órgãos públicos/ comunidades carentes.....	isento.

**TABELA XII**  
**TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA PARTICULAR**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EM UFRM</b>
Expedição de Alvará de Construção, mediante aprovação de projeto arquitetônico relativo a edificações, por m² de área de piso.	
1.1 Edificações residenciais até 100 m²	0,15



1.2 Edificações residenciais acima de 100 m²	0,20
1.3 Edificações comerciais e industriais	0,40
Reconstrução, alteração e reforma por m² de área de piso	0,50
Acréscimo de obra, por m²	0,45
Demolição de prédios, por m² de área de piso a ser demolido	1,30
Colocação de tapume, por m² de tapume	0,43
Terraplanagem e movimentos de terra em geral, por m²	
6.1 – até 10.000 m² em loteamento	0,25
6.2 – acima de 10.000 m² em loteamento	0,38
6.3 – até 10.000 m² em vias	0,50
6.4 – acima de 10.000 m² em vias	0,60
Construção de muro nas divisas dos lotes e calçadas	Isento
Substituição, alteração e reforma de telhados	Isento
Recarimbamento de plantas aprovadas (2ª via), por prancha	6,00
Renovação de Alvará de Construção, por m²:	
10.1 Edificações tombadas no Centro Histórico e residenciais até 50 m²	Isento
10.2 Edificações residenciais acima de 100 m²	0,50
10.3 Edificações comerciais industriais	2,50
Alvará de Loteamento:	
11.1 Loteamentos sem edificação, por m² de lotes edificáveis	0,65
11.2 Loteamentos com edificação, por m² de edificação	0,25
Autorização para desmembramento ou remembramento de Terrenos, por m²	0,30
Concessão de habite-se para edificações executadas com projetos aprovados pela Prefeitura, por m²:	
13.1 Edificações residenciais até 100 m²	0,20
13.2 Edificações residenciais acima de 100 m²	0,25
13.3 Edificações comerciais e industriais	0,50
13.4 Área regulamentar por m²	1,25
13.5 Levantamento de habite-se até 100 m²	0,45
13.6 Levantamento de habite-se acima de 100 m²	0,85
Expedição de habite-se mediante aprovação de levantamento arquitetônico de construções existentes, por m² de piso	
14.1 Edificações de até 100 m²	0,25
14.2 Edificações acima de 100 m²	0,50
14.3 Edificações tombadas pelo Patrimônio Histórico Federal e Estadual	Isento
Construção de drenos, sarjetas, canalização e quaisquer escavações nas vias públicas, por m²:	
15.1 Em logradouros com pavimento flexível	0,50
15.2 Em logradouros com pavimento rígido	0,40
15.3 Em logradouros sem pavimentação	0,25
Colocação ou substituição de bombas combustíveis e lubrificantes, inclusive tanque, por unidade	80,00
Laudo técnico, por m²:	
17.1 Edificações residenciais até 100 m²	10,00
17.2 Edificações residenciais acima de 100 m²	12,00
17.3 Edificações comerciais e industriais	15,00
Liberação de praça, quadra e outros espaços públicos do mesmo gênero, para realização de eventos com fins lucrativos e mercantis e sem fins lucrativos:	
18.1 Liberações de praças, quadras e outros espaços públicos do mesmo gênero	4,00

161

para realização de eventos com fins lucrativos e mercantis, por m²	
18.2 Liberações de praças, quadras e outros espaços públicos do mesmo gênero para realização de eventos sem fins lucrativos, culturais, religiosos, políticos-eleitorais, manifestações públicas destinadas à expressão de pensamento	Isento
Análise prévia de projetos	35,00
Aprovação de projeto sem expedição de alvará	50,00
Demarcação ou redemarcação de lotes, por m²	0,25
Levantamento planialtimétrico da área, por m²	0,10
Avaliação de imóvel	35,00
Vistoria de imóvel	30,00
Numeração de prédio, por unidade	5,00
Alinhamento, por metro linear	2,15
Vistoria de edificações, para efeito da regularização de obra feita irregularmente, por m²	1,50
Emissão de certidões	4,00

**TABELA XIII**  
**TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE PERMANÊNCIA EM ÁREAS, EM VIAS E EM**  
**LOGRADOUROS PÚBLICOS.**

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>EM UFRM</b>
1. Barraquinhas ou quiosques, por mês.....	20,00
2. Ocupações diversas, por dia.....	25,00
3. Trailers, similares (ex.: barracas de fibra), ou veículos motorizados destinados ao comércio informal:	
por dia.....	12,00
por mês.....	110,00
4. Assentamento de posteamento para qualquer uso – por unidade ao ano.....	6,00
5. Instalação de máquinas, aparelhos e equipamentos nas vias e logradouros públicos, por mês.....	20,00
6. Redes de tubulações para fornecimento ou distribuição de esgotos, água, gases, líquidos químicos ou material tóxicos, por km, anualmente.....	30,00

**TABELA XIV**  
**CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

**Classe Residencial**

<b>Faixa</b>	<b>Valor da Tarifa B4a X 1.000 X %</b>	<b>Valor Atual R\$</b>
0 a 100	2,13	5,39
101 a 200	2,84	7,18
201 a 500	3,55	8,98
501 a 1.000	4,61	11,66
Acima de 1.001	7,45	18,84

**Classe industrial e Comercial**

<b>Faixa</b>	<b>Valor da Tarifa B4a X 1.000 X %</b>	<b>Valor Atual R\$</b>
0 a 100	4,61	11,66
101 a 200	5,32	13,46
201 a 500	6,03	15,25
501 a 1.000	7,45	18,84
Acima de 1.001	11,00	27,82

**Poder Público Estadual e Federal**

<b>Faixa</b>	<b>Valor da Tarifa B4a X 1.000 X %</b>	<b>Valor Atual R\$</b>
0 a 100	6,03	15,25
101 a 200	7,45	18,84
201 a 500	10,28	26,00
501 a 1.000	14,54	36,77
Acima de 1.001	18,09	45,75

**Grupo A ou Consumidores Primários**

<b>Faixa</b>	<b>Valor da Tarifa B4a X 1.000 X %</b>	<b>Valor Atual R\$</b>
0 a 2.000	18,09	45,75
2.001 a 5.000	25,18	63,69
5.001 a 10.000	42,91	108,53
10.001 a 50.000	64,19	162,35
Acima de 50.001	78,38	198,24

**ANEXO ÚNICO**  
**NOVO MAPA DA DIVISÃO FISCAL**

**LEI Nº 680/2017**

Publicação Nº 1454105

LEI Nº. 680/2017

Regulamenta o uso do CENTRO DE EVENTOS DO MUNICIPIO DE FLOR DO SERTÃO e dá outras providências.

RENATO PERIN, Prefeito Municipal em Exercício de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a Seguinte Lei:

Art. 1º A presente Lei define e estabelece regras para o uso do

Centro de Eventos do Município de Flor do Sertão e recebe doação de materiais e utensílios de cozinha da Comunidade Nossa Senhora do Caravaggio, que serão incorporados como bens do Centro de Eventos, conforme lista constante no anexo III da presente Lei.

Art. 2º A administração do Centro de Eventos compete a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes do Município de Flor do Sertão.

Art. 3º Fica autorizado o aluguel do Centro de Eventos, mediante pagamento de taxas de uso constantes do Anexo I da presente Lei.

§ 1º O aluguel de que trata a presente Lei será concedido a pessoas físicas e jurídicas.

§ 2º O recolhimento das taxas de uso serão pagas em até 5 (cinco) dias da solicitação.

§ 3º Fica isenta do pagamento das taxas de aluguel, em até 4 (quatro) datas por ano, a Comunidade Católica Nossa Senhora do Caravaggio, sediada no centro da cidade de Flor do Sertão, em razão da doação dos materiais e utensílios de cozinha constantes no anexo III da presente lei e da área de terra onde está localizado o centro de eventos..

§ 4º Somente será aceito o cancelamento da reserva em casos excepcionais, os quais serão avaliados pela Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes.

§ 5º No caso de cancelamento previsto no § 4º do presente artigo, somente serão devolvidos em caso excepcionais, havendo a possibilidade de fazer a remarcação da data.

Art. 4º As receitas oriundas dos aluguéis serão aplicadas na manutenção do Centro de Eventos.

Art. 5º A pessoa física ou jurídica que locar o Centro de Eventos deverá firmar termo de responsabilidade na forma do modelo constante do Anexo II da presente Lei.

Art. 6º O locatário será responsável administrativa, cível e criminalmente por danos causados a terceiros e ao patrimônio público durante o prazo de locação ou utilização dos bens do Centro de Eventos bem como realizar a limpeza total do espaço.

Parágrafo único. O locatário dos bens do Centro de Eventos, quando necessário, providenciará a vigilância por meio de seguranças (vigias) a suas próprias expensas, isentando o Poder Público de qualquer responsabilidade pelo evento.

Art. 7º O locatário será responsável pela obtenção dos competentes alvarás ou licenças para o evento junto aos órgãos de segurança pública (Polícia Militar, Civil e Bombeiros).

Art. 8º Fica vedado ao locatário a transferência ou sublocação a terceiros sob qualquer forma.

Art. 9º. Os valores constantes do Anexo I serão atualizados anualmente conforme reajuste da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) previsto no Código Tributário do Município.

Art. 10º Esta lei poderá ser regulamentada, a qualquer momento, por decreto emitido pelo Prefeito Municipal.

Art. 11º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Flor do Sertão - SC,  
em 12 dias do mês de Dezembro de 2017.  
RENATO PERIN

Prefeito Municipal em Exercício

LEANDRO NEUHAUS  
Secretário da Administração

## ANEXO I

### VALOR DAS TAXAS PARA O USO DO CENTRO DE EVENTOS

DESCRIÇÃO		UFRM
I	Shows e Bailes	80
II	Almoços, congressos, palestras e afins, promovidos por pessoas jurídicas (Entidades e Empresas);	40
III	Almoços, Festas de Casamentos, outros eventos de confraternização, promovido por pessoa física, sem fins lucrativos.	25
IV	Quadra para esportes - por hora de uso	05

Valor da UFRM (Unidade Fiscal de Referência Municipal) para o ano de 2017 R\$ 3,80 (três reais e oitenta centavos).

## ANEXO II

### TERMO DE RESPONSABILIDADE

A Empresa/Pessoa \_\_\_\_\_, inscrito CPF/MF/CNPJ sob nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, representada neste ato por \_\_\_\_\_, brasileiro, \_\_\_\_\_, empresário, portador da CI nº \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na \_\_\_\_\_, nº \_\_\_\_\_, na cidade de \_\_\_\_\_, pelo presente instrumento assume a responsabilidade civil, criminal e administrativa pelo uso \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_ nos dias \_\_\_\_\_, do mês de \_\_\_\_\_ do ano de \_\_\_\_\_, para evento de \_\_\_\_\_. A Empresa/Pessoa se responsabiliza também pela obtenção de alvará e licença do Corpo de Bombeiros, da Polícia Civil e Militar, relativamente ao evento antes mencionado, caso for necessário.

Pelo presente termo, isentamos o Município de Flor do Sertão - SC de qualquer responsabilidade pelo uso do Centro de Eventos nos dias estabelecidos, relativamente ao evento de \_\_\_\_\_. E se compromete em devolver o centro de eventos e seus bens utilizados limpos e sem danos.

Flor do Sertão - SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

## ANEXO III

# Formosa do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4345/2017

Publicação Nº 1454900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL  
DECRETO MUNICIPAL N.º 4345, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.  
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.  
DECRETA:1º

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

ÓRGÃO - 06 SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE- 02 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE  
PROJ./ATIV-2.016 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL  
( 173) 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
FONTE: 0300 Recursos Ordinários .....R\$ ..... 135.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1.º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro à fonte de recurso abaixo relacionada no valor de:

ÓRGÃO - 06 SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
UNIDADE - 02 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
Fonte de Recurso: 0300 – Recursos Ordinários	R\$ 135.000,00

Art.

Art. 3.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):  
ÓRGÃO - 06 SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
UNIDADE- 02 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE  
PROJ./ATIV-2.016 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL  
(173) 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas  
FONTE: 0300 Recursos ordinários .....R\$ ..... 5.000,00

Art. 4.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 06 SECRETARIA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
UNIDADE - 02 DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
PROJ./ATIV. 2.016 RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	
(163) 3.3.90.00.00.00.00.00.0300- Aplicações Diretas	R\$ 5.000,00

Art. 5.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 08 de dezembro de 2017.  
RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4346/2017

Publicação Nº 1454902

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL  
DECRETO MUNICIPAL N.º 4346, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.  
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.  
DECRETA:1º

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
PROJ./ATIV. 2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
(3) 3.3.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	R\$ 4.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO	
02.01 – GABINETE DO PREFEITO	
PROJ./ATIV. 2.002 MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO	
(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.0100- Aplicações Diretas	
Fonte de Recurso: 0100 Recursos Ordinários.	R\$ 4.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 08 de dezembro de 2017.  
RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4347/2017

Publicação Nº 1454903

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL  
DECRETO MUNICIPAL N.º 4347, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXV da Lei Orgânica Municipal, Inciso VIII do artigo 2º da Lei Municipal N.º 255/2001, e Lei Complementar N.º 019 de 08 de março de 2007 e alterações posteriores, e, considerando:

A necessidade de contratação temporária para suprir vaga de servidor e atender o serviço público;  
O resultado do Teste Seletivo para contratação temporária,

realizado a partir do Edital N.º 001, de 22 de fevereiro de 2017.  
DECRETA:

Art.1º Fica contratada a senhora CLEUGÊNIA TICHZ VARIANI, brasileira, portadora do RG 4.112.958 e do CPF N.º 034.858.299-43, residente na cidade de Formosa do Sul/SC, para exercer as atividades inerentes ao cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo prazo estabelecido na Lei Municipal N.º 255/2001.

Art. 2º O nível e vencimento mensal, a jornada de trabalho, o local de trabalho, bem como os direitos e deveres do contratado serão tratados no contrato administrativo a ser firmado entre as partes.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto, serão utilizados recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 11 de dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4348/2017

Publicação Nº 1454904

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL  
DECRETO MUNICIPAL N.º 4348, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2017 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 675, de 15 de dezembro de 2016.

DECRETA:1º

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.007 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
(47) 3.3.90.00.00.00.00.0136- Aplicações Diretas	R\$ 2.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação (ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.007 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
(51) 4.4.90.00.00.00.00.0136- Aplicações Diretas	
Fonte de Recurso: 0136 Salário Educação.	R\$ 2.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 11 de dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

### DECRETO MUNICIPAL N.º 4349/2017

Publicação Nº 1454906

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL  
DECRETO MUNICIPAL N.º 4349, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
"CONCEDE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE À SERVIDOR (A) PÚBLICO (A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Artigo 71, Inciso XXIV da Lei Orgânica Municipal, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 017 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar N.º 019 – Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores e posteriores e ainda conforme Laudo Técnico de Condições Ambientais de Trabalho,

DECRETA:

Art.1º Fica concedido ADICIONAL DE INSALUBRIDADE de Grau Máximo a Servidora Pública Municipal CLEUGÊNIA TICHZ VARIANI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, no valor de 40% sobre o vencimento base do município.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 11 de dezembro de 2017.

RUDIMAR CONTE  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### EXTRATO CONTRATUAL N.º 008- "DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR PARA ATENDER NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO".

Publicação Nº 1454911

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. DE TRABALHO N.º: 008/2017
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADA: CLEUGÊNIA TICHZ VARIANI
OBJETO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- 40 H
PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/12/2017 a 02/05/2018.
FORMOSA DO SUL, 11 DE DEZEMBRO DE 2017.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL



# Forquilha

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 182/PMF/2017;

Publicação Nº 1454359

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 182/PMF/2017;

OBJETIVO: O presente Edital tem por objetivo a aquisição de "gêneros alimentícios", merenda escolar, através de empresas do ramo pertinente, conforme Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento às Escolas e Creches da Rede Municipal de Ensino de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 05 de janeiro de 2018 às 08:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 12 de dezembro de 2017.  
VALDECIR TISCOSKI  
Pregoeiro

### DECRETO Nº 211, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454390

DECRETO Nº 211, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.  
NOMEIA, POR CONCURSO, OS QUE RELACIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990,

CONSIDERANDO a necessidade de preenchimento imediato das vagas de Auxiliar de Educação, Professor de Educação Infantil e Psicólogo;

CONSIDERANDO que os nomeados em questão foram classificados no Concurso Público, Edital nº. 001/2014 e 002/2014, de 08 de agosto de 2014, homologados em 05 de dezembro de 2014,

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados, para exercerem o cargo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO, classificados(as), respectivamente, em 123º a 132º lugar:

123. DENISE NUNES DA ROSA LEVANDOSKI
124. DANIELA JOÃO GOULARTE
125. ANA BEATRIZ DA SILVA ALMENDRA
126. BEATRIZ DE MEDEIROS FIGUEREDO
127. FRANCIELLY WINKLER
128. VERIDIANA MOREIRA GUIMARÃES
129. VANESSA MARTINS
130. CINTIA NASCIMENTO GONÇALVES
131. ADRIANA GOMES CASTANON
132. ALEXSANDRA DONDOSSOLA TROMBIM;

Art. 2º Ficam nomeados, por concurso, os abaixo relacionados,

para exercerem o cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, classificados(as), respectivamente, em 82º a 85º lugar:

82. VANDERLEIA DAL PONT DA SILVA
83. PRISCILA DE CARVALHO FRASSON
84. AUDRIE COSTA SOCCOL
85. MARIA CRISTINA ZEFINO IZE MARIANA

Art. 3º Fica nomeado, por concurso, JULIO CESAR SILVANO BITENCOURT para exercer o cargo de PSICÓLOGO, classificado em 5º lugar:

Art. 4º Os nomeados terão 15 (quinze) dias para apresentar a documentação necessária para posse.

§ 1º A relação de documentos, exames médicos necessários e instruções para posse do respectivo cargo poderão ser requeridos no Departamento de Pessoal do Município, situado na Av. 25 de Julho, n. 3400, Centro, Forquilha/SC;

§ 2º Se a documentação necessária para posse não for apresentada no prazo estipulado no caput, o ato de nomeação será tornado sem efeito, e, sendo no caso, nomeado imediatamente o próximo classificado no concurso.

Art. 5º A posse e o início do exercício dos nomeados se dará no dia:

- a) 05/01/2018 para o cargo de Auxiliar de Educação;
- b) 01/02/2018 para os cargos de Professor de Educação Infantil e Psicólogo.

Art. 6º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 06 de dezembro de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 06 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 213, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455352

DECRETO Nº 213, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE ABONO EXCEPCIONAL AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, EM EFETIVO EXERCÍCIO DO CARGO E LOTADOS NA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 51 da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de conformidade com a Lei Municipal nº 2.284, de 07 de dezembro de 2017,

CONSIDERANDO que a concessão deste abono se faz necessário em razão do incremento dos valores recebidos a título de Fundeb;

CONSIDERANDO que o recebimento destes valores não previstos



altera significativamente o planejamento financeiro do Município, podendo afetar o cumprimento da regra disposta no art. 60, XII, dos ADCT e art. 22 da Lei nº 11.494/07;

CONSIDERANDO que 60%, no mínimo, de todos os valores auferidos a título de FUNDEB deverão ser obrigatoriamente destinados para o pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em pleno exercício na rede pública;

CONSIDERANDO que em decorrência do abono possuir como causa justamente a adequação do município frente ao percentual mínimo de gastos dos recursos do FUNDEB com o magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública de ensino, a FECAM compreende como adequado a concessão nos últimos meses do ano, onde seria possível obter com segurança a receita auferida a título de FUNDEB e os gastos com pessoal para fins de cálculo e cumprimento do percentual previsto no artigo 60, XII, do ADCT e ao artigo 22 da Lei nº 11.494/07, não se enquadrando das vedações eleitorais e da Lei de Responsabilidade Fiscal;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.284, de 07 de dezembro de 2017, autorizou o Poder Executivo Municipal a conceder abono excepcional aos profissionais do magistério da educação, em efetivo exercício do cargo e lotados na Secretaria de Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Lei Nacional nº 11.494/07, art. 22, parágrafo único, inciso III, considera "profissionais do magistério da educação: docentes, profissionais que oferecem suporte pedagógico direto ao exercício da docência: direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional e coordenação pedagógica";

CONSIDERANDO que a Lei Nacional nº 11.494/07, art. 22, parágrafo único, inciso III, considera "efetivo exercício: atuação efetiva no desempenho das atividades de magistério previstas no inciso II deste parágrafo associada à sua regular vinculação contratual, temporária ou estatutária, com o ente governamental que o remunera, não sendo descaracterizado por eventuais afastamentos temporários previstos em lei, com ônus para o empregador, que não impliquem rompimento da relação jurídica existente";

CONSIDERANDO que os arts. 64 e 157 da Lei Municipal nº 2.227, de 09 de março de 2017, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, enumera os casos de afastamento que são considerados como de efetivo exercício;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.284, de 07 de dezembro de 2017, dispõe que o valor do abono será fixado por Decreto do Chefe do Poder Executivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido abono excepcional, no mês de dezembro/2017, aos profissionais do magistério da educação, em efetivo exercício do cargo e lotados na Secretaria de Municipal de Educação, no valor de R\$ 700,00 (setecentos reais).

§ 1º Nos termos do inciso III, do parágrafo único da Lei Nacional nº 11.494/07, terão direito a concessão do abono de que trata este artigo, os servidores efetivos, temporários e comissionados, ocupantes dos cargos de professor, diretor, diretor adjunto e coordenador de ensino.

§ 2º Além das ausências ao serviço previstas no art. 157, serão considerados como de efetivo exercício, para efeitos da concessão do abono, os afastamentos em virtude de:

I - férias;

II - licenças:

a) para tratamento de saúde, exceto quando superior a 60 dias;

b) à gestante, à lactante, à adotante e à paternidade;

III - afastamento preventivo por processo disciplinar se o servidor

nele for declarado inocente, ou se a punição se limitar à pena de advertência;

Art. 2º O benefício instituído pela Lei Municipal nº 2.284, de 07 de dezembro de 2017, e regulamentado por este Decreto:

I - tem natureza indenizatória;

II - não tem natureza salarial ou remuneratória;

III - não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

IV - não é considerado para efeito do pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias;

V - não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;

VI - não configura rendimento tributável ao servidor.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do elemento de despesa de pessoal da Secretaria Municipal de Educação vinculados aos recursos do Fundeb 60%.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 08 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 08 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO Nº. 212, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454392

DECRETO Nº. 212, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DESTINADA A PROCESSAR E JULGAR CHAMAMENTOS PÚBLICOS PARA CELEBRAÇÃO DOS TERMOS DE PARCERIAS NO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, art. 2º, inciso X, da Lei Federal nº 13.019/2014 e nos arts. 30 e 31 do Decreto Municipal nº 199/2017,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para comporem a Comissão de Seleção, destinada a processar e julgar chamamentos públicos para celebração dos termos de parcerias no Município de Forquilha, os seguintes servidores:

a) LILIAN ARNS;

b) SÔNIA REGINA SILVEIRA GONÇALVES;

c) VALDECIR TISCOSKI.

Art. 2º São atribuições da Comissão de Seleção processar e julgar Chamamentos Públicos e/ou Dispensa/inexigibilidade, realizados pelo regime da Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 199/2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 06 de dezembro de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 06 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO  
Secretário de Administração e Finanças

## **EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 02/2017. CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA**

Publicação Nº 1454293

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº. 02/2017.  
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

O Prefeito do Município de Forquilha, Estado de Santa Catarina, DIMAS KAMMER e o Secretário Municipal de Administração e Finanças ADEMIR BRANDIELI PEDRO, no exercício de suas atribuições,

FAZ SABER: a todos os proprietários, titulares do domínio útil ou possuidores a qualquer título, de imóveis localizados na área de influência da obra pública de que trata a Lei Municipal nº 2.048, de 23/12/2014, localizados na RUA BENTO DA SILVA MARTINS, com extensão de 541,71 metros, localizada no Bairro Santa Ana, neste município de Forquilha que, nesta data TORNA PÚBLICO que o Poder Público Municipal, a partir da publicação deste EDITAL, promoverá todos os atos necessários à execução das obras públicas de pavimentação asfáltica, com revestimento em Concreto Asfáltico Usinado a Quente (CAUQ), drenagem pluvial, sinalização e demais obras complementares.

O Contribuinte, querendo, poderá impugnar administrativamente qualquer dos elementos referidos no Edital, no prazo de 30 (trinta) dias, a começar no primeiro dia útil seguinte à publicação deste Edital, cabendo ao impugnante o ônus da prova, sem prejuízo do exame pelo Poder Judiciário.

A impugnação de quaisquer dos elementos constantes no Edital, será feita mediante procedimento administrativo, que deverá ser protocolado em horário de expediente normal junto ao Departamento de Tributos, dirigido ao Secretário Municipal de Administração e Finanças.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários com a delimitação da área beneficiada, relação dos imóveis nela compreendidos, descrição e finalidade da obra, memorial descritivo do projeto, orçamento do custo da obra, determinação da parcela do custo da obra a ser considerada no cálculo do tributo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 01 de dezembro de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO Secretário Municipal de Administração e Finanças	DIMAS KAMMER Prefeito Municipal
--	------------------------------------

## **EXTRATO DE TERMO ADITIVO FMPS 03/2017**

Publicação Nº 1454388

EXTRATO DO TERMO ADITIVO FMPS Nº 03/2017  
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMPS Nº 04/2015  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA TRABALHO LTDA ME

DO OBJETO – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços na área de perícia médica, para formar a JUNTA MÉDICA do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha – FORQUILHINHA PREV.

DO PRAZO – O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato 04/FMPS/2015 de 21/11/2017 para 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 20 de novembro de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

## **EXTRATO DE TERMO ADITIVO PMF 101/2017**

Publicação Nº 1454389

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 101/2017  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF 18/2017  
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – PREV & SEG ASSESSORIA E SEGURANÇA TRABALHO LTDA ME.

DO OBJETO – Contratação de empresa prestadora de serviços especializados de segurança e medicina do trabalho, à fim de elaborar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO e do Laudo Técnico das Condições Ambientais no Trabalho – LTCAT, através de avaliações quantitativas e qualitativas nos diversos setores da Prefeitura Municipal de Forquilha; bem como consultoria em Medicina e Segurança do Trabalho nas demandas internas, realizando a elaboração do Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP e Assistência Técnica e acompanhamento em perícias médicas e trabalhistas por profissionais habilitados.

DO PRAZO – O presente termo tem por objetivo a prorrogação da vigência contratual de 31/12/2017 para 31/12/2018.

DO FUNDAMENTO LEGAL – Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA – 06 de dezembro de 2017.  
DIMAS KAMMER  
Prefeito Municipal

**PUBLICAÇÃO IPTU 2013 A 2016 E FRH 2013 A 2016**

Publicação Nº 1454429

**PUBLICAÇÃO IPTU 2013 A 2016 E FRH 2013 A 2016**

O Secretário de Administração e Finanças do Município de Forquilha/SC, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 142 do Código Tributário Nacional, pelo presente, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados, que encontram-se em local incerto e não sabido e que recusaram o recebimento da presente constituição de crédito tributário e não tributário, pelos lançamentos do Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU e do Fundo Rotativo Habitacional, referentes ao exercício fiscal de 2013 a 2016.

A presente notificação tem prazo de 30 (trinta) dias para que seja efetuado o pagamento abaixo discriminado, ou para que apresente defesa formal. Em acordo com a Lei Municipal 494/98, art. 467, a não observância pelo contribuinte do prazo de pagamento sujeitará o mesmo ao recolhimento da correção monetária, multa e juros, resultando em protesto em cartório e /ou execução fiscal.

Nº NOTIF.	DT GERAÇÃO	VALOR NOTIF.	NOME DO CONTRIBUINTE	OBJETO DE NOTIFICAÇÃO	DÍVIDAS CONTIDAS
34997	21/11/2017	4.890,16	MARILEIA ROSA CHAVES	IMÓVEL: 17160	IMPOSTO PREDIAL, FRH
34995	21/11/2017	1.262,38	GLEIDISON FELISBIANO ARAUJO	IMÓVEL: 26277	IMPOSTO PREDIAL
34998	21/11/2017	2.945,87	ANDREIA MICHELS	IMÓVEL: 19743	IMPOSTO PREDIAL
34999	21/11/2017	8.651,77	CONFECÇÕES VILLA FRANCA	IMÓVEL: 10846	IMPOSTO PREDIAL
35004	22/11/2017	379,53	LUIZ SILVEIRA	IMÓVEL: 26297	IMPOSTO PREDIAL
35005	22/11/2017	1.207,08	MARCIO MARTIGNAGO	IMÓVEL: 25166	IMPOSTO PREDIAL
35006	22/11/2017	2.068,25	NILZETE RODRIGUES DA SILVA	IMÓVEL: 25072	IMPOSTO PREDIAL

Forquilha/SC, 12 de Dezembro de 2017.

Ademir Brandieli Pedro

Secretário de Administração e Finanças

**RESOLUÇÃO Nº 01, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454114

RESOLUÇÃO Nº 01, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

ESTABELECE NORMAS E CRITÉRIOS PARA INSERÇÃO DE ENGENHOS PUBLICITÁRIOS E TOLDOS EM EDIFICAÇÕES TOMBADAS, INVENTARIADAS OU INTEGRANTES DE CONJUNTOS URBANOS ACAUTELADOS (PROTEGIDOS) DE FORQUILHA/SC.

O CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE FORQUILHA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1.361, de 17 de abril de 2008, reunido no dia 08 de dezembro de 2017 e registrado em ata;

RESOLVE:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. Considerando a preservação dos remanescentes culturais existentes no Município, especialmente em seu Núcleo Inicial, e que o turismo cultural pode contribuir com o aumento das atividades comerciais, a adequação no tratamento de fachada do conjunto edificado e a conservação dos elementos arquitetônicos são fundamentais;

2. A orientação para a colocação destes elementos de propaganda deve atentar à reversibilidade de suas instalações, ou seja, à possibilidade de retornar ao estado original, tendo em vista, além do imóvel como bem isolado, o conjunto em que se insere. Dessa forma, pretende-se proporcionar uma maior legibilidade da linguagem e estética presentes na composição das fachadas. Em suma, a interferência deve ser mínima e respeitosa, sem prejudicar a visão de conjunto;

3. Estes critérios têm, entre outros objetivos, o de evitar a disputa de espaços publicitários que acabem se tornando agressivos ao conjunto preservado, descaracterizando-o e criando um caos visual que interfere na leitura dos imóveis e da composição do conjunto de fachadas em relação à rua;

4. Consideram-se engenhos publicitários qualquer tipo de publicidade visível dos logradouros públicos ou estrutura que comporte anúncios constituído por símbolos, imagens ou desenhos, com o propósito de indicar, informar ou divulgar marcas, produtos e serviços;

5. Não será permitida a exibição de qualquer tipo de engenho publicitário, instalação de toldo ou qualquer tipo de propaganda que interfira visualmente em imóvel tombado individualmente, imóvel localizado em área tombada ou em seu entorno, sem a aprovação prévia do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Forquilha;

DOS CRITÉRIOS PARA COLOCAÇÃO DE ENGENHOS

6. Os engenhos não deverão encobrir total ou parcialmente elementos decorativos ou estruturadores de valor que façam parte da composição das fachadas de edificações tombadas, inventariadas ou integrantes de conjuntos urbanos acautelados (protegidos);

7. Será permitida a iluminação dos engenhos desde que seja externa, focada, com temperatura de cor de 4.000K, seguindo os mesmos

requisitos descritos nesta resolução, quando aplicáveis;

8. Não será permitida a colocação de engenhos que de alguma forma prejudiquem os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais e monumentos típicos;
9. Não será permitido engenhos que obstruam, interceptam ou reduzam os vãos das portas e janelas e suas respectivas bandeiras, vãos de iluminação e ventilação;
10. Somente será permitida a colocação de engenhos no nível do pavimento térreo da edificação, não sendo permitido nos pavimentos superiores ou cobertura;
11. Somente será permitida a colocação de um engenho publicitário por atividade instalada e por fachada voltada a logradouro público. Nos casos de estabelecimentos em esquina, será permitida a instalação de um engenho para cada fachada voltada aos logradouros públicos;
12. Quando houver dois ou mais estabelecimentos no pavimento superior do imóvel, os engenhos publicitários deverão ser fixados no Hall, em placa comum, à exceção dos estabelecimentos voltados para o logradouro público no térreo;
13. As empenas de imóveis vizinhos a imóveis recuados não poderão servir de suporte para nenhum tipo de engenho publicitário, nem os muros dos imóveis recuados;
14. Serão permitidos materiais como: chapa de madeira, chapa metálica, cerâmica, lâmina de acrílico translúcida ou outros materiais que tiverem aprovação prévia do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Forquilha;
15. "Outdoors" que se localizarem próximos às edificações e/ou áreas tombadas ou inventariadas deverão ser aprovados pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Forquilha.

#### ENGENHOS PERPENDICULARES À FACHADA

16. A solução perpendicular muitas vezes é a mais compatível e adequada nos casos de fachadas muito ornamentadas e edificações construídas no alinhamento do lote (sem recuo frontal) com varandas/alpendres em toda a sua extensão, pois mais facilmente atende aos princípios de não obstrução de elementos e vãos;
17. Os engenhos deverão respeitar uma altura livre de no mínimo 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), medidos do nível do passeio público à face inferior do engenho. Em casos onde não há essa possibilidade, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Forquilha deverá ser consultado previamente;
18. As dimensões máximas dos engenhos serão 0,80 m (oitenta centímetros) x 0,50 m (cinquenta centímetros), podendo estar dispostos tanto na vertical quanto na horizontal, embora em boa parte dos casos seja indicado que o anúncio esteja colocado com a altura maior (vertical), pois interfere menos na visibilidade do conjunto de imóveis. A espessura do anúncio não deverá ultrapassar em 0,15 m (quinze centímetros) e deve haver um afastamento da parede em 0,15 m (quinze centímetros);
19. Os engenhos publicitários perpendiculares à fachada deverão alinhar-se pelo topo da verga das aberturas, quando aparente, ou a 0,25 m (vinte e cinco centímetros) da aresta superior dos vãos das aberturas, desde que respeitada a altura mínima contida no item 17 desta resolução. Em casos onde não há essa possibilidade, o Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Forquilha deverá ser consultado previamente;
20. Nas calçadas com largura inferior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros), a dimensão máxima do engenho publicitário deverá respeitar um afastamento mínimo de 0,65 m (sessenta e cinco centímetros) da aresta externa do meio fio e uma distância mínima de 0,05 m (cinco centímetros) do plano da fachada;
21. Nas calçadas com largura superior a 1,20 m (um metro e vinte centímetros), a dimensão máxima do engenho publicitário não poderá ter sua projeção horizontal sobre o passeio superior a 0,95 m (noventa e cinco centímetros) incluindo os suportes, desde que respeitando o afastamento mínimo de 0,65 m (sessenta e cinco centímetros) da aresta externa do meio fio;
22. Engenhos publicitários com projeção horizontal de até 0,50 m (cinquenta centímetros) poderão ter altura máxima de 0,80 m (oitenta centímetros). Engenhos publicitários com projeção horizontal acima desse limite (0,50 m) terão altura limitada a 0,50 m (cinquenta centímetros);
23. O sistema de fixação dos engenhos deverá interferir o mínimo possível nas fachadas das edificações sendo utilizados parafusos ou itens similares, preferencialmente.

Desenhos ilustrativos – ENGENHOS PERPENDICULARES HORIZONTAIS e VERTICAIS

#### ENGENHOS PARALELOS À FACHADA

24. Os engenhos fixados paralelamente à fachada só poderão se projetar, além do alinhamento da mesma, na distância máxima de 0,10 m (dez centímetros): espessura máxima do engenho de 0,5 m (cinco centímetros) + afastamento máximo em relação à edificação de 0,5 m (cinco centímetros);
25. Deverão estar contidos em 3/5 (três quintos) da altura compreendida entre a verga e o alinhamento inferior da sacada, cimalha, friso

ou beiral, atingindo o máximo de 0,50 m (cinquenta centímetros). Os espaços livres (superior e inferior) deverão ter, cada um, 1/5 (um quinto) da altura de referência;

26. No caso da distância entre o topo da verga e o alinhamento inferior da sacada, piso ou cimalha exceder a 1,20 m (um metro e vinte centímetros), a parte inferior do engenho deverá distar no máximo 0,40 m (quarenta centímetros) do topo da verga. Nas edificações térreas, a altura do engenho ficará limitada ao espaço compreendido entre as vergas dos vãos térreos e o friso, cimalha ou beiral, quando for o caso, resguardadas as mesmas proporções citadas acima;

27. Os engenhos fixados paralelamente à fachada deverão ter o comprimento máximo de 1/3 (um terço) da largura da mesma, respeitando-se o comprimento máximo de 2 (dois) vãos de abertura. Nos casos em que o imóvel tenha mais de um estabelecimento comercial distinto, os engenhos ficarão limitados à largura de 1 (um) vão de abertura;

28. Os anúncios pintados ou em letras individuais aplicadas sobre a fachada só poderão ser executados se sobre reboco/massa única quando estes não interceptarem elementos decorativos, não sendo permitido o uso de tintas a óleo ou cores fosforescentes;

29. Quando pintadas, as letras deverão ser executadas diretamente sobre a parede, não sendo admitido nenhum tipo de pintura de fundo diferenciada da cor da fachada, e todas as letras deverão ser pintadas em uma única cor;

30. Elementos executados em pedra deverão ser mantidos em sua coloração original, não sendo admitida qualquer tipo de pintura;

31. O sistema de fixação dos engenhos deverá interferir o mínimo possível nas fachadas das edificações sendo utilizados parafusos ou itens similares, preferencialmente.

Desenho ilustrativo – ENGENHOS PARALELOS

#### DOS CRITÉRIOS PARA COLOCAÇÃO DE TOLDOS

32. A colocação de toldos somente será permitida no pavimento térreo, desde que estes sejam retráteis, de fácil remoção e fixados ou entre o vão luz e as bandeiras das portas ou acima dessas, sem danificar nenhum elemento de composição da fachada;

33. No caso da pré-existência de toldos instalados na mesma quadra, os novos deverão manter o mesmo alinhamento, desde que não interfiram nos aspectos técnicos, funcionais e estéticos. Dessa forma, institui-se unidade no conjunto urbano e maior conforto aos transeuntes;

34. A extremidade do toldo aberto ou qualquer estrutura de fixação deverá ter uma altura mínima em relação à calçada de 2,20 m (dois metros e vinte centímetros), em conformidade com a Lei Complementar nº 18, de 11 de agosto de 2011;

35. Terão no máximo 1,00 m (um metro) de comprimento a contar do alinhamento da fachada ou uma medida tal que a face externa do toldo fique recuada 0,70 m (setenta centímetros) do alinhamento da calçada, prevalecendo a menor medida;

36. Será admitido o uso de “bandeau” (aba) frontal, que deverá ser liso, sem trabalhos sinuosos de desenho ou recorte e com altura vertical máxima de 0,35 m (trinta e cinco centímetros);

37. Poderá ser utilizado somente uma cor no toldo e, de preferência, a cor predominante da fachada ou esquadrias, permitindo a inscrição do nome do estabelecimento ou sua atividade na borda dos mesmos. Os anúncios pintados deverão ter o comprimento máximo de 2/3 (dois terços) do comprimento do toldo e, na vertical, deverão estar contidos em 3/5 (três quintos) da altura do “bandeau”. Todas as letras deverão ser pintadas na mesma cor;

38. Os toldos poderão ser instalados da maneira entalada no vão entre as ombreiras ou do vão de luz, em caso da inexistência de ombreiras;

39. Os toldos não poderão encobrir elementos decorativos ou construtivos de valor que façam parte da composição da fachada.

Desenho ilustrativo – TOLDOS

#### PROCEDIMENTOS PARA APROVAÇÃO DOS ENGENHOS PUBLICITÁRIOS E TOLDOS

40. A aprovação dos projetos para inserção dos engenhos publicitários e/ou toldos deverá ser solicitada através de requerimento padrão ao órgão competente;

Parágrafo único. Para a aprovação dos projetos a que se refere o caput deste artigo, serão necessários os seguintes documentos:

I – Documentação do Requerente (CNPJ/CPF e RG);

II – Matrícula atualizada do imóvel;

III – Projeto específico contendo todas as informações necessárias ao entendimento e análise dos critérios descritos nesta resolução (dimensões do objeto, afastamentos, projeções, limites, materialidade, alturas, arte, etc.);

IV – Descrição da localização do estabelecimento na edificação, incluindo o pavimento em que se encontra e se possui vistas a logradouros;

V – Descrição do número de unidades comerciais contidas no pavimento da edificação onde o estabelecimento se encontra;

VI – Fotografia das placas e local de instalação nos casos de placas instaladas anteriormente à vigência desta resolução e em conformidade com os critérios aqui citados.



41. O órgão municipal competente deverá, se necessário, emitir despacho comunicando ao requerente do projeto as correções necessárias;
42. Após a aprovação do projeto específico, o órgão municipal competente emitirá o alvará de liberação da execução do projeto proposto;
43. No caso de engenhos publicitários ou toldos em desacordo com esta resolução, o órgão competente fará a notificação necessária, determinando o prazo para retirada, reparação, limpeza ou regularização;

Parágrafo único. Expirado o prazo estipulado na notificação, a Prefeitura efetuará os serviços necessários cobrando, dos responsáveis, as despesas acrescidas de 20% (vinte por cento), sem prejuízo das multas aplicadas, conforme parágrafo único do art. 204 da Lei complementar nº. 019, de 11 de agosto de 2011.

44. Na infração de qualquer artigo desta resolução, será imposta a multa correspondente ao valor de 100 UFM, conforme art. 205 da Lei complementar nº. 019, de 11 de agosto de 2011.

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

45. O Conselho Municipal de Patrimônio Cultural de Forquilha reserva-se o direito de solicitar alterações diferentes das aqui descritas, de modo a adaptar a melhor solução em cada caso para melhor preservação do patrimônio.
46. No prazo de 90 (noventa) dias, contados da publicação, os estabelecimentos que contiverem engenhos e toldos instalados anteriormente a esta resolução deverão solicitar sua aprovação ou protocolar um novo projeto, ambos mediante requerimento padrão, para posterior adequação.
47. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha, 11 de dezembro de 2017.  
Eng. Lilian Bitencourt Colombi  
Presidente do COMPAC

ANEXO: MODELO DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHOS PUBLICITÁRIOS E TOLDOS PARA APROVAÇÃO

# POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2018



Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de  
Forquilha - SC

---

---



# POLÍTICA DE INVESTIMENTO 2018

## Sumário

I.	INTRODUÇÃO	1
II.	META DE RENTABILIDADE	2
III.	MODELO DE GESTÃO	3
IV.	INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS	3
	A) SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)	4
	B) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)	5
V.	VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES	7
VI.	LIMITES DE ALOCAÇÃO	8
VII.	SELEÇÃO DE ATIVOS	9
VIII.	POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA	10
IX.	DISPOSIÇÕES GERAIS	11
X.	ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO	13
	A) CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL	13
	B) CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL	14
XI.	ANEXO II – LISTA DE RATINGS EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO	16

## I. INTRODUÇÃO

Objetivando cumprir a legislação pertinente aos investimentos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, o **Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Forquilha - FORQUILHINHAPREV** apresenta a versão final de sua Política de Investimento para o ano de 2018, devidamente aprovada pelo Conselho de Previdência em 12 de dezembro de 2017.

A Política de Investimento estabelece a forma de gerenciamento dos investimentos e desinvestimentos dos recursos financeiros. Nela foram inseridas as normas e diretrizes referentes à gestão dos recursos financeiros do RPPS com base na Resolução CMN Nº 4.604, de 19 de outubro de 2017 alterando a Resolução CMN Nº 3.922 de 25 de novembro de 2010, na Portaria MPS 519, de 24 de agosto de 2011 e as alterações decorrentes pelas Portarias MPS nº 170/2012; MPS nº 440/2013; MPS nº 65/2014 e MPS nº 300/2015, levando em consideração os fatores de Risco, Segurança, Solvência, Liquidez e Transparência.

A Política de Investimento traz em seu contexto principal os limites de alocação em ativos de renda fixa, renda variável e investimentos estruturados, em consonância com a legislação vigente. Além destes limites, vedações específicas visam a dotar os gestores de orientações quanto à alocação dos recursos financeiros em produtos e ativos adequados ao perfil e às necessidades atuariais do RPPS. A Política de Investimento deve ser elaborada anualmente, podendo ser revista e alterada durante o decorrer do ano de 2018, conforme entendimento da Diretoria, Comitê de Investimentos ou Conselho de Previdência. A vigência desta Política de Investimento compreende o período entre 1º de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018.

Ao aprovar a Política de Investimento 2018, será possível identificar principalmente que:

- ❖ O comitê de Investimento buscará produtos entre os investimentos disponíveis e de acordo com a legislação vigente, cujo retorno projetado, dentro do possível, seja compatível com a meta atuarial, com riscos adequados ao perfil do RPPS;
- ❖ Órgãos reguladores, gestores, segurados, terceirizados, entre outros, terão ciência dos objetivos e restrições acerca dos investimentos;
- ❖ O processo de investimento é decidido pelo corpo técnico, que baseado nos relatórios de análise dos produtos, tomará decisões acerca das alocações.
- ❖ O RPPS seguirá os princípios da ética e da transparência na gestão dos investimentos, tomando como referência principalmente as diretrizes e normas estabelecidas nesta Política de Investimento, na Resolução CMN nº 4.604/2017, na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações, bem como no processo de credenciamento das instituições.

## II. META DE RENTABILIDADE

Em linha com sua necessidade atuarial, o **FORQUILHINHAPREV** estabelece como meta que a rentabilidade anual da carteira de investimentos alcance, no mínimo, desempenho equivalente a 6% (seis por cento) acrescida da variação do INPC (Índice Nacional de Preço ao Consumidor) divulgado pelo IBGE. Em novembro de 2017, a expectativa desta meta atuarial para o final de 2018 era de 10,48%. Em novembro de 2017, a TAXA SELIC média prevista para o ano de 2018 era de 6,88%.

### III. MODELO DE GESTÃO

Para que todas as decisões de investimentos e desinvestimentos sejam tomadas internamente sem interferência de agentes externos, o **FORQUILHINHAPREV** adota o modelo de gestão própria, em conformidade com o artigo nº 15, parágrafo 1º inciso I da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações e define que a macro estratégia será elaborada pela Diretoria ou pelo Comitê de Investimentos.

### IV. INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS

Na gestão dos recursos serão adotados critérios para os investimentos e desinvestimentos. Embora o RPPS busque investimentos no longo prazo, também chamados de ESTRATÉGICOS, os gestores poderão realizar movimentos com objetivo de obter retorno financeiro de curto prazo, procurando distorções de preços em excessos de valorização ou desvalorização dos ativos financeiros.

No cumprimento dos preceitos estabelecidos nos segmentos de RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL, deverão ser observadas as seguintes regras:

- ❖ No processo de investimento, entende-se por novas alocações, as aplicações realizadas em fundos que não compuserem a carteira do RPPS até aquele momento;
- ❖ O processo de desinvestimento poderá não ocorrer quando a cota atual do fundo for inferior à cota de aplicação, a fim de não realizar o prejuízo no investimento;
- ❖ Os fundos que possuírem histórico de rentabilidade menor do que doze meses poderão receber recursos de preferência quando a rentabilidade do fundo esteja enquadrada nos limites estabelecidos nos segmentos RENDA FIXA e RENDA VARIÁVEL. Para este fim, poderão ser excluídos os 15 primeiros

dias de andamento de cota do fundo, dado que podem ocorrer distorções em suas cotas iniciais;

- ❖ As regras de investimentos e desinvestimentos poderão ser flexibilizadas nos seguintes casos:
  - Quando existirem poucos produtos semelhantes entre as instituições credenciadas junto ao RPPS;
  - Quando se tratar de fundo sem histórico de cotas;
  - Quando os recursos forem caracterizados como de curto prazo;
  - Quando os recursos forem referentes à taxa de administração;
- ❖ Quando solicitados os *ratings* de agência de risco estrangeiras, serão utilizados exclusivamente os níveis e agências descritos no Anexo II.

### **A) SEGMENTO DE RENDA FIXA – ART. 7º (3.922/2010)**

#### **Títulos Públicos**

Os títulos públicos deverão ser negociados por meio de plataforma eletrônica e marcados a mercado, conforme a Resolução CMN nº 3.922/2010 e a Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações. A negociação se dará pelo lançamento de ordens de compra e venda em sistema eletrônico.

#### **Fundos de Renda Fixa**

No segmento de fundos de renda fixa, a fim de valer-se de distorções nos preços dos ativos que compõem os índices, poderão ser realizadas **estratégias de curto prazo**. Contudo, estas operações ocorrerão em fundos da classe IMA ou IDkA. Nas operações de curto prazo não haverá limite temporal de permanência dos recursos em qualquer dos índices de renda fixa.

- ❖ **Incisos I, b; I, c e III – Investimento:** Para novas alocações a *performance* em doze meses do fundo poderá ser de no máximo **0,70 p.p.** abaixo da *performance* do índice de referência. **Desinvestimento:** Poderá ocorrer o

desinvestimento total dos recursos investidos quando a rentabilidade acumulada em doze meses do fundo for **0,80 p.p.** menor do que a rentabilidade do *benchmark*, durante **seis** meses consecutivos;

- ❖ **Incisos IV e VII, b - Investimento:** Para novas alocações a *performance* mínima em doze meses poderá ser igual ou superior a **100%** deste indicador, quando sua carteira for composta por ativos de crédito privado, além de outros.  
**Desinvestimento:** Poderá ocorrer o desinvestimento total dos fundos com crédito, quando a rentabilidade acumulada em doze meses for inferior a **99%** do CDI, durante **seis** meses consecutivos.

## **B) SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL**

### **E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS – ART. 8º (3.922/2010)**

#### **Fundos de Renda Variável**

- ❖ **Inciso I e II** - Nos fundos de renda variável as estratégias de investimentos e desinvestimentos estarão diretamente ligadas às análises dos fundos e do cenário econômico no momento da tomada de decisão. Desta forma, entende-se que pela particularidade de cada produto, qualquer regra estabelecida poderá prejudicar as estratégias de longo prazo do RPPS. Neste sentido, não haverá diretriz estabelecida para resgates e aplicações em fundos de renda variável, ficando a Diretoria/Comitê de Investimentos responsáveis pela conduta dos processos de investimentos e desinvestimentos, observando os limites da Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, além dos limites estipulados nesta Política de Investimento;

#### Fundos Multimercados

- ❖ **Inciso III – Investimentos:** Para novas alocações em fundos multimercados a *performance* mínima em doze meses de preferência será igual ou superior a 100% do *benchmark*. **Desinvestimento:** Os fundos multimercados cuja rentabilidade em doze meses for abaixo do *benchmark* por **seis** meses consecutivos poderão ter sua posição reduzida em 100%.

#### Fundos Imobiliários e Fundos de Participações

- ❖ **Inciso IV, a; IV, b** - Nos FII (Fundos de Investimentos Imobiliários) e nos FIP (Fundos de Investimentos em participações), a fim de conhecer em detalhes a estrutura do produto, poderá ser realizada análise criteriosa, evidenciando a formatação de sua estrutura, foco setorial dos ativos que o compõem, a iliquidez, e demais riscos pertinentes ao segmento de ativos estruturados. Havendo necessidade, poderá ser realizado processo de Due Diligence.

Em relação aos FIP (Fundos de investimentos em participações), será feita uma avaliação se o produto atende todas as exigências previstas no § 5º, do inciso IV no artigo 8º Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações.

Para os FII (Fundos de investimentos imobiliários), será verificado o histórico em doze meses, antes da aplicação, para apurar a participação em 60% dos pregões de negociação em mercados regulamentados de valores mobiliários.



INVESTIMENTO		DESINVESTIMENTO
ENQUADRAMENTO	RENTABILIDADE MÍNIMA EM 12 MESES	RENTABILIDADE EM 12 MESES
ART. 7º - I-B, I-C E III	0,70 P.P. ABAIXO <i>BENCHMARK</i>	6 MESES CONSECUTIVOS < 0,80 P.P. ABAIXO DO <i>BENCHMARK</i>
ART. 7º - IV E VII B	100% DO CDI	6 MESES CONSECUTIVOS < 99% DO CDI
ART. 8º - III	100% CDI, IMA OU IDKA	6 MESES CONSECUTIVOS < 100% DO CDI, IMA OU IDKA

TABELA DE CRITÉRIOS PARA INVESTIMENTOS E DESINVESTIMENTOS.

## V. VEDAÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Além das vedações impostas nesta Política de Investimento, o **FORQUILHINHAPREV** deverá obedecer todas as diretrizes, normas citadas, definições e classificações dos produtos de investimentos na Resolução CMN nº 3.922/2010, na Portaria MPS nº 519/2011 e suas respectivas alterações. As aplicações a serem realizadas pelo RPPS deverão obedecer as seguintes vedações:

### Fundos Renda Fixa e Multimercado

- ❖ Serão efetuadas aplicações apenas em fundos que compuserem suas carteiras exclusivamente com ativos classificados como de baixo risco de crédito, preferencialmente com classificação mínima (BBB) por agência estrangeira. A totalidade dos ativos não enquadrados nas classificações de risco deste item, nos fundos de renda fixa e nos fundos multimercados poderão representar no máximo 3% do patrimônio do fundo;

### Multimercado

- ❖ É vedada a aplicação em fundos Multimercados que aloquem mais de 5% do patrimônio em FIP e FII.

FIDC

- ❖ De preferência serão realizadas aplicações em FIDC cuja nota de risco for no mínimo A, emitida por agência de risco estrangeira.

## VI. LIMITES DE ALOCAÇÃO

A Resolução CMN nº 3.922/2010 e suas respectivas alterações, estabelece que os recursos em moeda corrente podem ser alocados, exclusivamente, nos segmentos de: Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados.

### LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS

**3.922 PI**

ARTIGO 7º - RENDA FIXA		100%	100%
I, A	TÍTULOS TESOURO NACIONAL – SELIC	100%	50%
I, B	COTAS DE FI REFERENCIADO 100% TTN	100%	100%
I, C	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA 100% TTN	100%	50%
II	OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5%	0%
III, A	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RF REFERENCIADO (NÃO ATRELADO AO CDI)	60%	60%
III, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA (NÃO ATRELADO AO CDI)	60%	40%
IV, A	COTAS DE FI CLASSIFICADOS COMO RENDA FIXA	40%	40%
IV, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICES DE RENDA FIXA	40%	30%
V	LETRAS IMOBILIÁRIAS GARANTIDAS	20%	10%
VI, A	CERTIFICADO DE DEPÓSITO BANCÁRIO (CDB)	15%	10%
VI, B	DEPÓSITO DE POUPANÇA	15%	0%
VII, A	COTAS SÊNIORES DE FIDC	5%	5%
VII, B	COTAS DE FI RENDA FIXA “CRÉDITO PRIVADO”	5%	5%
VII, C	COTAS DE FI DE DEBÊNTURES INCENTIVADAS	5%	5%
ARTIGO 8º - RENDA VARIÁVEL E INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS		30%	30%
I, A	COTAS DE FI DE RENDA VARIÁVEL (ÍNDICE COM NO MÍNIMO 50 AÇÕES)	30%	13%
I, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA VARIÁVEL (ÍNDICE COM NO MÍNIMO 50 AÇÕES)	30%	10%
II, A	COTAS DE FI DE RENDA VARIÁVEL	20%	10%
II, B	COTAS DE FUNDOS DE ÍNDICE DE RENDA VARIÁVEL	20%	10%
III	COTAS DE FI MULTIMERCADO - ABERTO	10%	10%
IV, A	COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM PARTICIPAÇÕES – FECHADO	5%	5%
IV, B	COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIO – COTAS NEGOCIADAS EM BOLSA	5%	5%

O total aplicado em cada inciso e alínea deverão respeitar os seguintes limites no somatório:

ENQUADRAMENTO	LIMITE SOMATÓRIO
ART. 7º, III, A ART. 7º, III, B	60%
ART. 7º, IV A ART. 7º, IV B	40%
ART. 7º, VI A ART. 7º, VI B	15%
ART. 8º	30%

## VII. SELEÇÃO DE ATIVOS

A seleção dos produtos para discussão no Comitê de Investimento é de competência da Diretoria do **FORQUILHINHAPREV**. Para tanto, deverá ser elaborado relatório técnico, contemplando as exigências **principais do credenciamento** de fundos, divulgado pelo Ministério da Previdência. Ainda, deverão ser observados os itens abaixo:

- ❖ O parecer completo emitido deverá conter no mínimo os seguintes critérios de avaliação:
  - A. Análise das medidas de risco;
  - B. Análise dos índices de *performance*;
  - C. Análise de índices de eficiência;
  - D. Análise do regulamento evidenciando as características, natureza, enquadramento do produto e análise do relatório de agência de risco (se houver);

- E. Análise da carteira do fundo com relação à carteira do *benchmark*. Quando se tratar de ativos de créditos, verificar a concentração por emissor, notas de risco dos ativos e vencimento dos títulos;
- F. Informações claras que permitam a identificação dos fatores positivos e negativos do investimento, quando se tratar de FIP, FII e FIDC. As informações servirão de apoio à decisão acerca das alocações por parte do Comitê de Investimento.
- G. Enquadramento.

## VIII. POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA

O **FORQUILHINHAPREV** busca, através da sua Política de Investimento, estabelecer critérios de transparência e governança em seus processos internos de investimentos. Desta forma, foram definidos procedimentos para o credenciamento das instituições financeiras, criadas rotinas para as informações periodicamente enviadas por estas instituições.

A diretoria realizará dentro do possível reuniões com os participantes envolvidos no processo de gestão do RPPS, com o objetivo de **avaliar a performance das aplicações financeiras**, discutir eventuais alternativas de novos investimentos e mudanças de cenário econômico. Para isso, também poderá ser chamada a consultoria de investimento ou os gestores e representantes das instituições onde os recursos são alocados.

### Credenciamento das Instituições Financeiras e fundos de investimentos

Serão adotados como credenciamento, seguindo o art. 6º-E da Portaria MPS nº 519/2011, por meio da Nota Técnica SPPS nº 17/2017, os Questionários *Due Diligence* da ANBIMA (QDD Anbima) – Seção 1.

#### Abertura das Carteiras e do Rating dos Ativos

As Instituições credenciadas, das quais o RPPS adquirir cotas de fundos - independentemente do segmento - deverão remeter as carteiras de investimentos de forma aberta, **no mínimo mensalmente**, em que deverá ser possível examinar, ao menos o nome dos ativos, seus vencimentos, taxas de negociação, o valor de mercado dos ativos, bem como a participação na carteira do fundo. Ainda em relação à composição das carteiras, **mensalmente**, as Instituições credenciadas remeterão ao RPPS **arquivo no formato XML** para que o risco da carteira possa ser apurado.

#### Disponibilização dos Resultados

Além das informações com divulgação obrigatória disciplinada pela portaria MPS 519/2011 e suas atualizações, é de competência da Diretoria do RPPS, disponibilizar em sítio eletrônico ou por meio físico um relatório sintético que permita ao ente e aos servidores acompanhar a distribuição da carteira por instituição.

## **IX. DISPOSIÇÕES GERAIS**

A presente Política de Investimento foi elaborada e planejada para orientar as aplicações de investimentos para o exercício de 2018, considerando as projeções macro e microeconômicas no intervalo de doze meses. As revisões extraordinárias, quando houver necessidade de ajustes perante o comportamento/conjuntura do mercado e/ou alteração da legislação, deverão ser justificadas, aprovadas e publicadas. Caso aconteça alteração na legislação vigente, o RPPS passará a adotar em sua Política de Investimento as novas diretrizes sem que necessariamente seja alterado o texto desta Política de Investimento. Contudo, os pontos que permanecerem semelhantes, ou os itens não citados na legislação, mas que fazem parte desta Política de Investimento, e que servem como trava de segurança, a exemplo, vedações e regras de investimentos, deverão permanecer inalterada.

As estratégias macro, definidas nesta Política de Investimento, deverão ser integralmente seguidas pelo Comitê de Investimento, que, de acordo com critérios técnicos, estabelecerá as diretrizes de alocação específicas, de curto e médio prazo, para a obtenção da meta atuarial. A Política de Investimento do **FORQUILHINHAPREV** foi devidamente aprovada pelo Conselho de Previdência em 12 de dezembro de 2017

## **X. ANEXO I - CENÁRIO ECONÔMICO**

### **A) CENÁRIO ECONÔMICO INTERNACIONAL**

#### **Estados Unidos**

Nos Estados Unidos, para 2017 a grande expectativa se dava em relação à política fiscal a ser realizada pelo presidente americano Donald Trump. Ele prometeu ao longo da campanha presidencial aumentar os gastos com infraestrutura e reduzir impostos sobre famílias e empresas, mas, na prática, ainda não conquistou apoio político suficiente para tanto. Assim, a política monetária seguiu o curso esperado, de 2 aumentos neste ano, e ainda haverá um aumento adicional na última reunião de 2017.

Para 2018, o aperto dos juros nos Estados Unidos deve seguir de maneira gradual, com provavelmente outras 3 elevações de juros, ainda de 25 bps por aumento. Desta maneira, o juro ao final de 2018 deve ficar no intervalo de 2% e 2,25% a.a. Além disso, o Fed seguirá reduzindo os reinvestimentos dos ativos de seu balanço. Este conjunto de medidas reduzirá aos poucos a liquidez mundial, mas ainda de maneira lenta, cautelosa e gradual – e o que mais importante: sem despertar uma fuga de ativos de emergentes.

#### **Zona do Euro e China**

Tanto a Zona do Euro quanto a China vem apresentando ao longo de 2017 uma taxa de crescimento econômico acima da expectativa de mercado. Em linhas gerais, não vemos grandes riscos de ambas as regiões para 2018.

O grande destaque se dará pelo processo de redução das compras mensais de ativos realizado pelo Banco Central Europeu. A partir de janeiro de 2018, o BCE deve reduzir as compras dos atuais 60 bilhões de euros/mês em 5 ou 10 bilhões de euros/mês.



Assim como nos Estados Unidos, apesar da redução da liquidez, o processo também vem sendo sinalizado com clareza, e deve ser realizado com cautela e gradualismo, o que é positivo para emergentes.

## **B) CENÁRIO ECONÔMICO DO BRASIL**

As eleições de 2018 devem ser o grande tema do ano, pois é o fator mais importante para o crescimento econômico de médio e longo prazo para o país.

Ao longo de 2017, o governo brasileiro buscou realizar uma série de reformas sobre a economia brasileira e, até outubro, ainda não conseguiu aprovar uma das mais importantes: a reforma da previdência. Esta reforma é fundamental para dar uma trajetória sustentável para a dívida pública brasileira. Uma vez que não foi realizada (ou não foi realizada a contento), o governo eleito ao final de 2018 precisará iniciar 2019 aprovando uma reforma da previdência, abrangendo tanto o Regime Geral, quanto o Regime Próprio Federal e de Militares.

Se por um lado, em 2018 os mercados dependerão fortemente do assunto “eleições”, a economia real deve passar por um período positivo, de crescimento, inflação em torno da meta, juros baixos em comparação ao histórico do país, e moeda se apreciando em termos nominais.

Esperamos que o país cresça 3,2% em 2018, e que a inflação fique em 4,2% - as expectativas de mercado são de 2,43% e 4,02%, respectivamente. Os juros, que em outubro de 2017 encontram-se em 8,25%, devem ser reduzidos até a primeira reunião do Copom para 6,5% (sendo um corte de 75 bps na reunião de outubro, 50 bps na reunião de dezembro e um corte derradeiro de 50 bps em fevereiro de 2018). Além disso, a Selic deve permanecer em 6,5% até o final de 2018, sendo elevada apenas em 2019, provavelmente para algo entre 8% e 9%. Esta redução de juros é propiciada pelo fato de termos expectativas de inflação ancoradas na meta até 2020

(que cai gradualmente a 4%); pela expectativa de consolidação fiscal propiciada pela aprovação da PEC do teto de gastos ao final de 2016; pela aprovação da TLP, que reduz subsídios no mercado de crédito; e pelo bom desempenho de nosso setor externo, com baixo déficit em conta corrente e elevados fluxos de investimento estrangeiro entrando no país. Os bons números de nosso balanço de pagamentos tiram a pressão sobre a taxa de câmbio – o mercado projeta depreciação do real até R\$ 3,30 ao final de 2018, mas, em nossa visão, o câmbio deve se apreciar a R\$ 2,90.

O desemprego, que começou a cair em meados de 2017, deve seguir se reduzindo de maneira muito gradual em 2018, terminando o ano em torno de 11%, ainda acima da taxa natural de desemprego – a taxa que não pressiona a inflação.

Em 2017, dentro do que foi possível, o país realizou uma série de medidas que nos colocaram de volta ao crescimento. Assim, em 2018 devemos usufruir em grande medida estes ganhos. Por outro lado, será importante que nas eleições a opção democrática feita pela população não coloque em xeque para os anos seguintes o que foi duramente conquistado.

## XI. ANEXO II – LISTA DE *RATINGS* EM ESCALA NACIONAL DE LONGO PRAZO

MOODY'S	STANDARD & POOR'S	FITCH RATINGS	SIGNIFICADO
Aaa.br	AAA	AAA	RISCO BAIXÍSSIMO. O EMISSOR É CONFIÁVEL.
Aa	AA	AA	ALTA QUALIDADE, COM PEQUENO AUMENTO DE RISCO NO LONGO PRAZO.
A	A	A	ENTRE ALTA E MÉDIA QUALIDADE, MAS COM VULNERABILIDADE ÀS MUDANÇAS DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS.
Baa	BBB	BBB	MÉDIA QUALIDADE, MAS COM INCERTEZAS NO LONGO PRAZO.
Ba	BB	BB	QUALIDADE MODERADA, MAS NÃO TOTALMENTE SEGURO.
B	B	B	CAPACIDADE DE PAGAMENTO ATUAL, MAS COM RISCO DE INADIMPLÊNCIA NO FUTURO.
Caa	CCC	CCC	BAIXA QUALIDADE COM REAL POSSIBILIDADE DE INADIMPLÊNCIA.
Ca	CC	-	QUALIDADE ESPECULATIVA E COM HISTÓRICO DE INADIMPLÊNCIA.
C	C	-	BAIXA QUALIDADE COM BAIXA POSSIBILIDADE DE PAGAMENTO.
-	D	DDD	INADIMPLENTE DEFAULT.
		DD	
		D	

OS SINAIS DE MAIS (+) OU DE MENOS (-), OU EQUIVALENTE, SÃO UTILIZADOS PARA ESPECIFICAR UMA POSIÇÃO MELHOR OU PIOR DENTRO DE UMA MESMA NOTA, E ASSIM NÃO SÃO CONSIDERADOS NOS LIMITES DESTA POLÍTICA.

# Fraiburgo

## PREFEITURA

### 8 - DECISÃO CREDENCIAMENTO CHAMADA PUBLICA 0003-2017 - FMS

Publicação Nº 1455164

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4618/2017 - FMS  
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 0003/2017 - FMS

OBJETO – Credenciamento de empresas para Contratação de pessoas jurídicas do ramo para prestação de serviços de consultas médicas especializadas e procedimentos ortopédicos ambulatoriais, aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, a fim de atender as necessidades da população de Fraiburgo, durante o período de dezembro de 2017 a dezembro de 2018.

#### DECISÃO

Após análise feita pela Comissão Permanente de Licitações da documentação apresentada para credenciamento pela empresa GAYA ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA EIRELE - ME - ME, inscrita no CNPJ sob nº 17.070.403/0001-006, a mesma foi apresentada conforme item 4 do edital, restando habilitada para a contratação. Fraiburgo(SC), 07 de dezembro de 2017

Elma Neli dos Santos Furtado Presidente da CPL	Andrea Aparecida Rezzadori Vice-Presidente da CPL
Marilei Mateucci Secretária da CPL	Roalves Jorge Polese Membro da CPL
Enelice Lídia Gerlach Membro da CPL	Luciana Cordeiro Frozza Membro da CPL

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0021A\_2017 - FMS

Publicação Nº 1454970

Aviso do Pregão Presencial nº 0021A/2017– FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição de peças e mão de obra mecânica, chapeação e pintura com todos os materiais necessários para a recuperação do veículo FIAT DOBLÔ Nº 270, ano 2012, placas MJO-4705. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 22.12.2017, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 12 de dezembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde

### AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL DESERTO Nº 0021 FMS

Publicação Nº 1454969

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

Pregão Presencial nº 0021/A2017 – FMS

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

A Secretaria Municipal de Saúde, Sra Idione Fantinel, torna público que a licitação com numeração mencionada acima, cujo objeto é o PREGÃO PRESENCIAL visando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de peças e mão de obra mecânica, chapeação e pintura com todos os materiais necessários para a recuperação do veículo FIAT DOBLÔ Nº 270, ano 2012, placas MJO-4705, restou DESERTO pela ausência de proponentes interessados.

Fraiburgo (SC), 12 de dezembro de 2017.

Idione Fantinel – Secretária Municipal de Saúde de Fraiburgo

### Decreto nº 308 - 2017

Publicação Nº 1454933

DECRETO Nº 308, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

#### DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	750.000,00
0.1.0300 (81)		
12.365.0005.2.013 – Manutenção da Educação Infantil		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	200.000,00
0.1.0300 (66)		
10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.01 – Secretaria de Infraestrutura		
15.451.0017.2.040 – Manutenção da Secretaria de Infraestrutura		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso	R\$	50.000,00
0.1.0200 (125)		
TOTAL	R\$	1.000.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

411120800 – ITBI	R\$	200.000,00
411130501 – Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	R\$	400.000,00



411300400 – Contribuição de Melhorias	R\$	300.000,00
417220102 – Cota-Parte do IPVA	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	1.100.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto nº 309 - 2017

Publicação Nº 1454938

DECRETO Nº 309, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de até R\$ 7.000,00 (sete mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0201 (136)	R\$	7.000,00
TOTAL	R\$	7.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

10.00 – Secretaria de Infraestrutura		
10.02 – Segurança Pública		
06.181.0019.2.043 – Manutenção da Segurança Pública		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0201 (141)	R\$	7.000,00
TOTAL	R\$	7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.  
FRAIBURGO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### Decreto nº 311-2017

Publicação Nº 1455060

DECRETO Nº 311, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
NOMEIA COMISSÃO MISTA DE AVALIAÇÃO DE FAIXAS VERDES.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados para integrarem a Comissão Mista de Avaliação de Faixas Verdes, conforme inciso terceiro da Lei nº 2022 de 06 de Outubro de 2009, os seguintes representantes:

I – RAFAEL AUGUSTO CASTILHO – Representante do Município de Fraiburgo;  
II – VLADEMIR ANTONIO ZONTA JUNIOR - Representante do Município de Fraiburgo;  
III – MAURICIO LAZZARI FERREIRA – Representante das Corretoras Imobiliárias;  
IV – NILSON SOBERANO - Representante das Corretoras;  
V – FLÁVIO ANDRÉ DE OLIVEIRA – Representante dos Engenheiros Civis.

Art. 2º. A Comissão Mista de Avaliação de faixas Verdes, solicitará aos órgãos do Município pareceres técnicos, como subsídio no julgamento dos processos, sempre que se fizerem necessários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CLAUDETE GHELLER MATHIAS  
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

### TERMO DE RENÚNCIA ALINE SURDI 2017

Publicação Nº 1455066

#### TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Psicólogo para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: ALINE SURDI  
Inscrição nº: 703  
Cargo: 18 - Psicólogo  
Classificação: 3º Lugar  
Data da Convocação: 05/12/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 12/12/2017

Fraiburgo (SC), 12 de dezembro de 2017.

ALINE SURDI

**TERMO DE RENÚNCIA ANGELICA APARECIDA DE OLIVEIRA 2017**

Publicação Nº 1455068

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: ANGELICA APARECIDA DE OLIVEIRA  
Cargo: Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental  
Classificação: 3º Lugar  
Data da Convocação: 27/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 12/12/2017

Fraiburgo (SC), 12 de dezembro de 2017.  
ANGELICA APARECIDA DE OLIVEIRA

**TERMO DE RENÚNCIA EDMILSON CAMARGO ROQUE 2017**

Publicação Nº 1455070

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Agente de Serviços Gerais para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 001/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: EDMILSON CAMARGO ROQUE  
Cargo: Agente de Serviços Gerais  
Classificação: 38º Lugar  
Data da Convocação: 27/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 12/12/2017

Fraiburgo (SC), 12 de dezembro de 2017.  
EDMILSON CAMARGO ROQUE

**TERMO DE RENÚNCIA GENERCI SIQUEIRA 2017**

Publicação Nº 1455072

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 001/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: GENERCI SIQUEIRA  
Cargo: Auxiliar de Alimentação e Nutrição  
Classificação: 35º Lugar  
Data da Convocação: 27/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 12/12/2017

Fraiburgo (SC), 12 de dezembro de 2017.

GENERCI SIQUEIRA

**TERMO DE RENÚNCIA LUANA APARECIDA CAREGNATO REINHOLD 2017**

Publicação Nº 1455073

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Professor - Artes para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 002/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: LUANA APARECIDA CAREGNATO REINHOLD  
Cargo: Professor - Artes  
Classificação: 4º Lugar  
Data da Convocação: 27/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 12/12/2017

Fraiburgo (SC), 12 de dezembro de 2017.

LUANA APARECIDA CAREGNATO REINHOLD

**TERMO DE RENÚNCIA MARIA DE LOURDES DE MELLO 2017**

Publicação Nº 1455076

**TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA**

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 001/2017-PMF. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: MARIA DE LOURDES DE MELLO  
Cargo: Auxiliar de Alimentação e Nutrição  
Classificação: 36º Lugar  
Data da Convocação: 27/11/2017  
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 12/12/2017

Fraiburgo (SC), 12 de dezembro de 2017.

MARIA DE LOURDES DE MELLO

**DECRETO Nº 307 - 2017**

Publicação Nº 1454734

**DECRETO Nº 307, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.****HOMOLOGA A CLASSIFICAÇÃO FINAL DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0024, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017.**

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica homologada a classificação final do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0024 de 24 de outubro de 2017, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
Prefeita Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento





Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0024 DE 24 DE OUTUBRO DE 2017**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Guarda do Patrimônio** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Guarda do Patrimônio**

**Critérios de Desempate**

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	15	RICARDO MARTINS DE MELLO	25	5	5	0	NÃO	12/08/1978
2	52	ALTAIR GRACIOLI	24	4	5	0	NÃO	17/11/1988
3	9	LUCIANO MONTEIRO	20	4	1	1	NÃO	20/06/1983
4	5	PETERSON PATRICK LORENO DA ROSA	20	4	1	1	NÃO	04/12/1985
5	11	JOSÉ ODAIR SIMIONE	18	8	5	1	SIM	26/09/1976
6	17	ANTONIO EVALDIR GONÇALVES DE ARAÚJO	18	6	7	0	NÃO	19/11/1966
7	28	ALESSON ALEXANDRE BOAVENTURA	17	10	2	2	NÃO	30/08/1988
8	34	ANTONIO CESAR DE OLIVEIRA	17	0	7	3	NÃO	13/07/1967
9	46	EMERSON FERREIRA	16	10	1	2	NÃO	28/08/1978
10	25	ADRIANO DETOGNI	16	0	1	2	NÃO	08/05/1990
11	2	DENIR SETTI	16	0	1	1	NÃO	01/07/1981
12	19	ROMILDO DOS SANTOS RIBEIRO DAMACENO	16	0	1	0	NÃO	20/04/1993
13	51	GIOVANI GUGIEL	15	10	0	0	NÃO	16/12/1994
14	7	ANGÉLICA FIDÉLIS RIBEIRO	15	0	0	0	NÃO	21/02/1990
15	3	PAULO CESAR ANTUNES	14	0	4	3	NÃO	28/12/1970
16	8	EDEMILSON FERNANDO PEREIRA	13	0	3	1	NÃO	04/11/1977
17	6	JONATHAN JOÃO FERREIRA	10	5	0	0	NÃO	23/04/1994
18	43	LEONECI HAASE	9	4	0	1	NÃO	03/02/1978
19	13	MARIA RITA DOS SANTOS	9	4	0	1	NÃO	01/06/1992
20	33	IGOR RAFAEL MENEGOL	6	6	0	3	NÃO	28/02/1980
21	47	DAIANE APARECIDA FERREIRA	6	4	2	3	NÃO	20/05/1989
22	16	ALINE MAYARA DE MORAIS	5	0	0	5	NÃO	04/05/1989

terça-feira, 12 de dezembro de 2017

Página 1 de 2

23	40	GELSON CARLOS RODRIGUES LOPES	5	0	0	0	3	NÃO	22/09/1980
24	12	DIRLEI MARISETE ELSINGA COROLESKI	5	0	0	0	2	NÃO	19/09/1976
25	27	GENECI DE LIMA	5	0	0	0	2	NÃO	10/01/1983
26	38	VIVIANE DO NASCIMENTO	5	0	0	0	2	NÃO	15/07/1984
27	45	SUZANE NOIA FERREIRA	5	0	0	0	2	NÃO	08/11/1985
28	4	LITIERE SOUZA OLIVEIRA BORGES	5	0	0	0	2	NÃO	28/01/1990
29	18	DAIANE DOS SANTOS CRESTANI	5	0	0	0	2	NÃO	24/09/1992
30	31	ELIZETE MARIA DE NARDI	5	0	0	0	1	NÃO	02/01/1965
31	35	SILVANA APARECIDA PEREIRA MACHADO	5	0	0	0	1	NÃO	28/12/1971
32	39	ELIANE SOUZA DA COSTA	5	0	0	0	1	NÃO	08/03/1976
33	29	ANTONIO GILBERTO RIBEIRO DA SILVA	5	0	0	0	1	NÃO	10/08/1976
34	37	GENY TERESINHA PONTES	5	0	0	0	0	NÃO	03/04/1962
35	42	JOÃO WILMAR DE ASSIS	5	0	0	0	0	NÃO	02/11/1963
36	1	TEREZINHA APARECIDA FUNINI	5	0	0	0	0	NÃO	09/07/1968
37	49	ALINE APARECIDA MARQUES DA SILVA	5	0	0	0	0	NÃO	07/08/1982
38	36	ADILSON TRINDADE	5	0	0	0	0	NÃO	28/11/1987
39	10	EVANDERSON MELO RIBEIRO	5	0	0	0	0	NÃO	20/07/1993
40	50	KELLI TAIZE SANTOS ROSA	5	0	0	0	0	NÃO	20/07/1995
41	44	LISIANE DIAS DOS SANTOS	5	0	0	0	0	NÃO	13/06/1997
42	23	LUCAS BATISTA ALVES	5	0	0	0	0	NÃO	21/03/1998
43	20	DOUGLAS DE OLIVEIRA DA SILVA	5	0	0	0	0	NÃO	13/06/1998
44	48	EVELYN DUARTE MANFIOLETTI	5	0	0	0	0	NÃO	01/05/1999
45	21	WELLINGTON RIBEIRO VELOSO	5	0	0	0	0	NÃO	13/11/1999
46	14	ELIANE APARECIDA DOMINGUES	4	4	0	0	1	NÃO	24/03/1982
47	32	ADILSON FIGUEIREDO DOS SANTOS	0	0	0	0	4	NÃO	24/07/1983
48	22	TONICLEI DE SOUZA NEVES	0	0	0	0	2	NÃO	14/09/1973
49	26	DENIRIA VOLF BERNARDO	0	0	0	0	2	NÃO	22/06/1990
50	53	ADRIANO ALVES CASEMIRO	0	0	0	0	1	NÃO	09/08/1981
51	54	JULIANA WANDSGHEER	0	0	0	0	1	NÃO	01/07/1995
52	41	CLAUDIO PRATES	0	0	0	0	0	NÃO	29/01/1963
53	30	MARCOS JOSE ARAUJO	0	0	0	0	0	NÃO	05/09/1992

terça-feira, 12 de dezembro de 2017

Página 2 de 2

**DECRETO Nº 310-2017**

Publicação Nº 1454947

**DECRETO Nº 310, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.****DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA, DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0025, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.**

A **Prefeita Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

**DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0025, de 25 de outubro de 2017, conforme lista anexa.

**Art. 2º.** Ficam convocados os classificados até a 17ª posição, para realização de prova prática, no dia 14/12/2017 (quinta-feira) a partir das 8hs, em Frente a Universidade do Alto do Vale do Rio do Peixe - UNIARP, localizada na Avenida Carlos Maister, s/n., Bairro das Nações, Fraiburgo, SC., conforme Anexo I, parte integrante deste Decreto.

**Art. 3º.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA  
FRAIBURGO, SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

**CLAUDETE GHELLER MATHIAS**  
Prefeita Municipal

**ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA**  
Secretário de Administração e Planejamento

**ANEXO I**

<b>NOME</b>	<b>DATA PROVA PRÁTICA</b>	<b>HORÁRIO</b>	<b>LOCAL</b>
EDGAR DE ROSSI	14/12/2017	8:00hs	Em frente a UNIARP
PEDRO JOSÉ FERREIRA	14/12/2017	8:20hs	Em frente a UNIARP
LUIZ CARLOS FOSCARINI	14/12/2017	8:40hs	Em frente a UNIARP
ALOIR RICHTER	14/12/2017	9:00hs	Em frente a UNIARP
CLAUDIO DE SOUZA	14/12/2017	9:20hs	Em frente a UNIARP
NOLBERTO REINHOLD	14/12/2017	9:40hs	Em frente a UNIARP
JOSÉ VALMIR DA SILVA	14/12/2017	10:00hs	Em frente a UNIARP
JULIO CEZAR RODRIGUES FERREIRA	14/12/2017	10:20hs	Em frente a UNIARP
EVERALDO ALVES FERREIRA	14/12/2017	10:40hs	Em frente a UNIARP
NATALY MUMBERGER	14/12/2017	11:00hs	Em frente a UNIARP
VALCIR BALDISSERA	14/12/2017	14:00hs	Em frente a UNIARP
EDSON MACHADO	14/12/2017	14:20hs	Em frente a UNIARP
LUIZ FERNANDO CARDOSO	14/12/2017	14:40hs	Em frente a UNIARP
WILLIAN LENI TEODORO	14/12/2017	15:00hs	Em frente a UNIARP
VALDECIR GOMES DOS SANTOS	14/12/2017	15:20hs	Em frente a UNIARP
DIRLEI MARISETE ELZINGA COROLESKI	14/12/2017	15:40hs	Em frente a UNIARP
ANTONIO GILBERTO RIBEIRO DA SILVA	14/12/2017	16:00hs	Em frente a UNIARP



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0025 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017**

**Relação dos Candidatos com Inscrições Indeferidas por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordenação Crescente pelo Nome do Candidato**

Cargo: **Motorista** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Motorista**

Número Inscrição	Nome do Candidato	Habilit.	Motivo
20	ADRIANO ALVES CASEMIRO		Não preenche pré-requisito de edital
18	MARCELO RODRIGO HILLESHEIM		Não preenche pré-requisito de Edital



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT  
Nº 0025 DE 25 DE OUTUBRO DE 2017

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina  
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo:  Quadro:

Código:  Área de Atuação:

Disciplina:

*Critérios de Desempate*

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
22	5	0	NÃO	04/04/1965
20	5	0	NÃO	29/06/1962
23	0	1	NÃO	03/06/1967
20	3	2	NÃO	16/08/1981
20	3	1	NÃO	13/03/1977
20	0	3	NÃO	25/06/1967
20	1	0	NÃO	23/06/1972
20	0	2	NÃO	31/05/1989
10	5	1	NÃO	10/05/1978
16	0	2	NÃO	24/12/1992
10	0	0	NÃO	03/08/1963
0	5	2	NÃO	09/01/1987
0	3	1	NÃO	20/01/1980
0	0	1	NÃO	24/11/1994
0	0	2	NÃO	29/11/1975
0	0	2	NÃO	19/09/1976
0	0	1	NÃO	10/08/1976

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	10	EDGAR DE ROSSI	28,00	0,00
2	4	PEDRO JOSÉ FERREIRA	25,00	0,00
3	8	LUIZ CARLOS FOSCARINI	23,00	0,00
4	19	ALOIR RICHTER	23,00	0,00
5	1	CLAUDIO DE SOUZA	23,00	0,00
6	13	NOLBERTO REINHOLD	22,00	0,00
7	6	JOSÉ VALMIR DA SILVA	21,00	0,00
8	7	JULIO CEZAR RODRIGUES FERREIRA	20,00	0,00
9	2	EVERALDO ALVES FERREIRA	17,00	0,00
10	15	NATALY MUMBERGER	16,00	0,00
11	16	VALCIR BALDISSERA	10,00	0,00
12	12	EDSON MACHADO	5,00	0,00
13	9	LUIZ FERNANDO CARDOSO	3,00	0,00
14	3	WILLIAN LENI TEODORO	3,00	0,00
15	14	VALDECIR GOMES DOS SANTOS	0,00	0,00
16	5	DIRLEI MARISETE ELZINGA COROLESKI	0,00	0,00
17	11	ANTONIO GILBERTO RIBEIRO DA SILVA	0,00	0,00

## REC. FEDERAIS\_11\_2017

Publicação Nº 1454950

## NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS

O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:

Bloco	Ação/Serviço/Estratégia	Competência/Parcela	Nº OB	Data OB	Banco OB	Agência OB	Conta OB	Valor Líquido
ATENÇÃO BÁSICA	PAB FIXO	11 de 12/2017	844754	01/11/2017	001	013870	0000169994	75.391,33
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	INC. AS AÇÕES DE VIG. PREV. E CONT. DAS DST/AIDS E HEPATITE VIRAIS (PVS)	10 de 12/2017	845094	08/11/2017	001	013870	000017002X	2.500,00
ATENÇÃO BÁSICA	INCENTIVO AO PROGRAMA ACADEMIA DA SAÚDE - RAB-ACAD	10 de 12/2017	845370	09/11/2017	001	013870	0000169994	3.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	10 de 12/2017	845244	09/11/2017	001	013870	0000169994	2.028,00
ATENÇÃO BÁSICA	PROGRAMA DE MELHORIA DO ACESSO E DA QUALIDADE - PMAQ (RAB-PMAQ-SM)	10 de 12/2017	845398	09/11/2017	001	013870	0000169994	44.900,00
ATENÇÃO BÁSICA	SAÚDE DA FAMÍLIA - SF	10 de 12/2017	845166	09/11/2017	001	013870	0000169994	60.605,00
ATENÇÃO BÁSICA	NÚCLEOS DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF	10 de 12/2017	845216	09/11/2017	001	013870	0000169994	20.000,00
ATENÇÃO BÁSICA	FORTALEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACS - 5 POR CENTO	10 de 12/2017	845286	09/11/2017	001	013870	0000169994	2.687,10
ATENÇÃO BÁSICA	SAÚDE BUCAL - SB	10 de 12/2017	845299	09/11/2017	001	013870	0000169994	6.690,00
ATENÇÃO BÁSICA	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACS - 95 POR CENTO	10 de 12/2017	845188	09/11/2017	001	013870	0000169994	51.054,90
ATENÇÃO BÁSICA	INCENTIVO ADICIONAL PSF	10 de 12/2017	845322	09/11/2017	001	013870	0000169994	10.000,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	11 de 12/2017	845539	10/11/2017	001	013870	0000170011	102.751,47
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE BRASIL SEM MISÉRIA (BSOR-SM)	11 de 12/2017	846167	10/11/2017	001	013870	0000170011	7.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	TETO MUNICIPAL REDE SAÚDE MENTAL (RSME)	11 de 12/2017	846165	10/11/2017	001	013870	0000170011	28.305,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192 (MAC)- MUNICIPAL	10 de 12/2017	846611	16/11/2017	001	013870	0000170011	12.500,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL ÀS URGÊNCIAS - SAMU 192 (RAU-SAMU)- MUNICIPAL	10 de 12/2017	846612	16/11/2017	001	013870	0000170011	9.419,00
MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR	FAEC SIA - MAMOGRAFIA PARA RASTREAMENTO (RCA-RCAN PO 0008)	09 de 12/2017	847269	17/11/2017	001	013870	0000170011	2.745,00
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	FORTALEC. DE POL. AFETAS À ATUAÇÃO DA ESTRATÉGIA DE ACE - 5 POR CENTO	10 de 12/2017	847493	20/11/2017	001	013870	000017002X	50,70
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE (PFVS) PARCELA	10 de 12/2017	847372	20/11/2017	001	013870	000017002X	8.283,25
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	ASSISTÊNCIA FINANCEIRA COMPLEMENTAR - ACE - 95 POR CENTO	10 de 12/2017	847788	21/11/2017	001	013870	000017002X	963,30
VIGILÂNCIA EM SAÚDE	PISO FIXO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA PARTE - FNS (PARCELA)	07 de 12/2017	847927	24/11/2017	001	013870	000017002X	1.358,91
ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA BÁSICA (PARCELAS)	11 de 12/2017	848186	29/11/2017	001	013870	0000169986	16.787,43



**AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0139\_2017 - DOM**

Publicação Nº 1455635

Aviso do Pregão Presencial nº 0139/2017– PMF  
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: Contratação de empresa do ramo para o fornecimento de artigos destinados a realização de show pirotécnico nas imediações do Lago das Araucárias no dia 31.12.2017, sendo: 02 (duas) Girândola com 144 tubos com 45mm e 3.600 disparos tiros, e 2 (duas) Girândola com 144 tubos com 45mm e 3.600 disparos tiros/cores. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Entrega/Protocolo dos envelopes: até as 09:00 horas do dia 26.12.2017, deverão ser feitos junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: ate às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3001/3039. Site: [www.fraiburgo.sc.gov.br](http://www.fraiburgo.sc.gov.br).

Fraiburgo (SC), 12 de dezembro de 2017.  
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

# Galvão

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 077/2017

Publicação Nº 1454192

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 077/2017, Edital de Pregão Presencial 024/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 09 de janeiro de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DE CAPTAÇÃO, ELABORAÇÃO E ACOMPANHAMENTOS DE RECURSOS E CONVÊNIOS JUNTO AO GOVERNO FEDERAL E ESTADUAL, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 12 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 078/2017

Publicação Nº 1454798

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 078/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 025/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 11 de janeiro de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA E ALIMENTOS PARA OS SETORES DO MUNICIPIO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 12 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 079/2017 FUNSAU

Publicação Nº 1454801

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 079/2017, Edital de credenciamento/inexigibilidade 001/2017, TORNA PÚBLICO para o CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTRÓPICAS E OU SEM FINS LUCRATIVOS PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, INTERESSADAS EM PARTICIPAR DE FORMA COMPLEMENTAR AO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GALVÃO – SC, PARA FORNECIMENTO DE EXAMES LABORATORIAIS COM FINALIDADE DIAGNÓSTICA, O fundamento legal é a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável.

Data e Local para a entrega dos envelopes: Deverão ser entregues e protocolados junto ao Setor de Licitações do Município de Galvão

- SC, sita à Avenida Sete de Setembro nº 548, Galvão, Estado de Santa Catarina, até o dia 10 de janeiro de 2018 09h:00min. Abertura dos envelopes: 10 de janeiro de 2018, às 09h:15 horas. na sala de licitações do Município de Galvão, localizada na Avenida Sete de Setembro nº 548, Centro, na cidade de Galvão – SC. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 12 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort  
Prefeito Municipal

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 080/2017

Publicação Nº 1454804

#### EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 080/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 026/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 12 de janeiro de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO PARA SER UTILIZADO PELO ENSINO FUNDAMENTAL DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ARNALDO FRANCISCO DOS SANTOS, DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 12 de dezembro de 2017 .

Admir Edi Dalla Cort Rose Ester Miglioretto  
Prefeito Municipal Secretaria Municipal

### PROCESSO DE LICITAÇÃO 081/2017

Publicação Nº 1454020

#### MUNICIPIO DE GALVÃO – SC - EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 081/2017, Edital de Dispensa de Licitação 014/2017, até às 09h:00min do dia 25 de janeiro de 2018, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente chamada pública é a aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, conforme especificações dos gêneros alimentícios constantes no Edital, para o exercício de 2017, onde será adquirido da COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE GALVÃO – COOPAFAG. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro n.548, na cidade de Galvão –SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: [www.galvao.sc.gov.br](http://www.galvao.sc.gov.br) Galvão - SC, 12 de dezembro de 2017.

Admir Edi Dalla Cort Rose Ester Miglioretto  
Prefeito Municipal Secretaria Municipal

# Garopaba

## PREFEITURA

### AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2017

Publicação Nº 1454483

#### DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o artigo 24 inciso XVI da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 146/2017; DL nº. 026/2017; Contratado: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA; CNPJ: 09.427.503/0001-12; Objeto: prestação de serviços de tecnologia da Informação e Comunicação: Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC; gestão de Obras; Gestão Tributaria - gestão do Simples Nacional; Gestão Tributaria - Gestão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônicas - GNOTA; Gestão Tributaria - Registro Mercantil Integrado - REGIN; Valor Total: R\$17.130,00 (Dezessete mil cento e trinta reais); Data da Homologação: 29/11/2017.

### AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2017

Publicação Nº 1454470

#### AVISO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o inciso I a III, do artigo 25, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 149/2017; IL nº. 017/2017; Contratada: ROGERIO RIBEIRO SANTOS ME; CNPJ: 07.860.044/0001-30; Objeto: Contratação de empresa para realizar apresentações artísticas no Natal Cristo Luz 2017 já previsto no calendário anual de eventos que ocorrerá dos dias 02 a 23 de Dezembro de 2017; Valor: R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) Data da Homologação: 30/11/2017.

### CONVOCAÇÃO 134/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1455234

#### CONVOCAÇÃO 134/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
DANIEL PEREIRA DA SILVA  
Candidato(a): 004773  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 20º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE

FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 20º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 135/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1455235

#### CONVOCAÇÃO 135/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
PATRICIA ADORNES SILVEIRA  
Candidato(a): 004650  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 21º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 21º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### CONVOCAÇÃO 136/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1455236

#### CONVOCAÇÃO 136/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
ELIAKIN CHAVES MACHADO  
Candidato(a): 004650  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 22º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 22º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 137/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455237

CONVOCAÇÃO 137/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
SORAIA DE OLIVEIRA VICENTE  
Candidato(a): 005480  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 23º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),  
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 23º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 138/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455238

CONVOCAÇÃO 138/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
CAMILA FERNANDA CARANTINIS FERREIRA DA SILVA  
Candidato(a): 004735  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 24º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 24º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 139/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455241

CONVOCAÇÃO 139/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
JEFERSON MARCELINO  
Candidato(a): 004900  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 25º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 25º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 140/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455242

CONVOCAÇÃO 140/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
YURI RABLEDO RIEFFEL DORNELES BRITO  
Candidato(a): 004455  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 26º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 26º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 141/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455244

CONVOCAÇÃO 141/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
MIRIAN DA SILVA JARDIM  
Candidato(a): 004409  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 27º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 27º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 142/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455245

CONVOCAÇÃO 142/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
JEAN MACHADO GRACIANO  
Candidato(a): 004861  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 28º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 28º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 143/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455247

CONVOCAÇÃO 143/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
MÁRCIA DIAS  
Candidato(a): 004971  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 29º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 29º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 144/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455248

CONVOCAÇÃO 144/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
JASMINE LUIZA DEMÉTRIO MENDES PEREIRA  
Candidato(a): 004923  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 30º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 30º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 145/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455249

CONVOCAÇÃO 145/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
PAULO ANTONIO COSTA  
Candidato(a): 004465  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 31º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 31º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 146/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455250

CONVOCAÇÃO 146/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
DANIELA ALVES DE LIMA  
Candidato(a): 004906  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 32º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 32º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 147/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455251

CONVOCAÇÃO 147/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
JOAO CARLOS DA SILVA  
Candidato(a): 005362  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 33º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 33º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

**CONVOCAÇÃO 148/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455252

CONVOCAÇÃO 148/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).



FABIO JAQUES DOS SANTOS  
Candidato(a): 005492  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 34º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 34º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 149/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455253

CONVOCAÇÃO 149/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
DAVID EDUARDO MESSINA GABRIEL  
Candidato(a): 005298  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 35º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 35º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 150/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455254

CONVOCAÇÃO 150/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
GABRIELLI FERREIRA CUNHA  
Candidato(a): 005058  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 36º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 36º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 151/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455256

CONVOCAÇÃO 151/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
ENIA APARECIDA GRACIA BERNARDO  
Candidato(a): 004646  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 37º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 37º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 152/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455257

CONVOCAÇÃO 152/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
DANIELLE DA ROCHA CARVALHO  
Candidato(a): 004406  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 38º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 38º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

### **CONVOCAÇÃO 153/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.**

Publicação Nº 1455258

CONVOCAÇÃO 153/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
GUSTAVO SILVA DE AZEVEDO  
Candidato(a): 005059  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 39º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 39º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

## CONVOCAÇÃO 154/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

Publicação Nº 1455259

CONVOCAÇÃO 154/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).  
JANAINA DE SOUZA AMORIM  
Candidato(a): 005371  
Cargo: AGENTE DE FISCALIZAÇÃO  
Classificação: 40º LUGAR

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

Senhor(a) Candidato(a),  
Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AGENTE DE FISCALIZAÇÃO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 40º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo  
Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 261/2017

Publicação Nº 1455233

DECRETO N.º 261, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE RECESSO E HORARIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Código Tributário Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado recesso nas repartições públicas da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Sec Municipal de Saúde durante as festividades de natal e fim de ano, conforme segue:

I - No dia 22 de dezembro de 2017, sexta-feira, recesso.

II - Nos dias 26 a 29 de dezembro de 2017, terça-feira a sexta-feira, recesso.

Art. 2º. Fica decretado horário especial durante os dias 22 á 29 de dezembro nas repartições públicas da Secretaria Municipal de Saúde onde estarão abertos apenas os serviços essenciais de urgência e emergência, entre eles:

Pronto atendimento – Policlínica Municipal (Atendimento 24 horas)  
SAMU (Atendimento 24 horas)

E os seguintes serviços com funcionamento em Regime de Plantão:

Vigilância Epidemiológica (para testes rápidos)

Vigilância Sanitária (denúncias)

Almoxarifado (atendimento interno)

Deverão ser acionados na recepção da Policlínica Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 262/2017

Publicação Nº 1455183

DECRETO N.º 262, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 5.176,16 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 5.176,16 (cinco mil, cento e setenta e seis reais e dezesseis centavos), no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.176,16
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	5.176,16
3.1.90-0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	3.833,83
3.1.90-0.2.14.000068 - Aplicações Diretas	1.342,33

Art. 2º - Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 5.176,16 (cinco mil, cento e setenta e seis reais e dezesseis centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 263/2017

Publicação Nº 1455186

DECRETO N.º 263, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 5.394,99 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 5.394,99 (cinco mil, trezentos e noventa e quatro reais e noventa e nove centavos) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.394,99
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	5.394,99
3.1.90-0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	5.279,99
3.1.90-0.2.14.000068 - Aplicações Diretas	115,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 5.394,99 (cinco mil, trezentos e noventa e quatro reais e noventa e



nove centavos), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	5.394,99
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	5.394,99
3.3.90-0.2.14.000068 - Aplicações Diretas	115,00
4.4.90-0.2.14.000067 - Aplicações Diretas	5.279,99

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## DECRETO Nº 264/2017

Publicação Nº 1455240

DECRETO N.º 264, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE FUNCIONAMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Código Tributário Municipal e demais legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado horário especial de funcionamento nas repartições públicas municipais, durante as festividades de natal e fim de ano, conforme segue:

I - No dia 22 de dezembro de 2017, sexta-feira, expediente das 7:00 às 13:00 horas e atendimento das 8:00 às 13:00 horas.

II - No dia 29 de dezembro de 2017, sexta-feira, último dia útil do ano, expediente interno das 8:00 às 13:00 horas.

Parágrafo Único. Os Serviços de Limpeza e Manutenção Pública terão expediente conforme programação da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

## ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO PR006/2017

Publicação Nº 1455232

ERRATA AO AVISO DE LICITAÇÃO PR006/2017

O Município de Garopaba, através da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, RETIFICA o aviso de Licitação,

publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina □ DOM, no dia 11 de Dezembro de 2017.

Onde se lê:

22/12/2017

Leia-se:

27/12/2017

## PORTARIA Nº. 1383/2017.

Publicação Nº 1454974

PORTARIA N.º 1383, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 1259, DE 23 DE OUTUBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR, a partir de 12/12/2017, a Portaria nº. 1259 de 23 de outubro de 2017, que NOMEIA os membros que compõem a Comissão de Avaliação do Edital de Contratação de Profissionais em Caráter Temporário nº 002/2017, Agentes de Fiscalização 2017/2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

## PORTARIA Nº. 1384/2017.

Publicação Nº 1454977

PORTARIA N.º 1384, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A PORTARIA Nº 1250/2017, DE 20/10/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR a Ementa e o artigo 1º da Portaria n.º 1250, de 20 de outubro de 2017 que passam a vigorar com a seguinte redação:

"CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM CARÁTER TEMPORÁRIO N.º 002/2017."

"Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, formada pelos servidores municipais: ROSILENE PACHECO DE LIMA, mat. 0736, MARILETE ANGELA ALBERTI DE ABREU, mat. 3679, CLEIDE DE SOUZA, mat.0740, MARLISE GOULART DE OLIVEIRA PAES, mat. 3691 e LEANDRO IZALDO SILVA, mat. 0924 para, sob a presidência da primeira, efetuarem a execução, avaliação, fiscalização e acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2017, para Contratação de Profissionais em Caráter Temporário."

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### **PORTARIA Nº. 1385/2017.**

Publicação Nº 1454979

PORTARIA N.º 1385, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 1378, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR, a partir de 12/12/2017, a Portaria nº. 1378, de 11 de dezembro de 2017, que CESSA a Gratificação de Atividade Especial de 70% do cargo ocupado do servidor RENAN ELIZEU HILÁRIO, Mat. 6759, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

#### **PORTARIA Nº. 1386/2017.**

Publicação Nº 1454980

PORTARIA N.º 1386, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

REVOGA A PORTARIA Nº 1379, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. REVOGAR, a partir de 12/12/2017, a Portaria nº. 1379 de 11 de dezembro de 2017, que NOMEIA RENAN ELIZEU HILÁRIO, Mat. 6759, para exercer as funções do cargo de DIRETOR TÉCNICO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, da Secretaria Municipal de Saúde, com Gratificação Especial de 40% do cargo ocupado.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 12 de dezembro de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 13/12/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

# Garuva

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 219

Publicação Nº 1454452

DECRETO Nº. 219 de 12 de dezembro de 2017

“Dispõe sobre a exoneração da servidora Adriana Franzoloso, da função de confiança de Secretária de Escola.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NAS LEIS COMPLEMENTARES MUNICIPAIS 001/98 DE 02 DE MARÇO DE 1998, 045/09 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009 E 044/09 DE 09 DE OUTUBRO DE 2009.

DECRETA:

Art. 1o. – Fica exonerada, á pedido, a servidora ADRIANA FRANZOLOSO, da função de confiança de Secretária de Escola, subordinada a Secretaria Municipal de Educação, nomeada através do Decreto 127/2017 de 25 de maio de 2017.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor a contar de 12 de dezembro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 053/2017

Publicação Nº 1454260

TERMO DE RATIFICAÇÃO

RATIFICO o ato do Secretária Municipal de Educação, Monise Nagel Moreira da Silva, que declarou inexigível a licitação, para a Contratação da empresa Controllor Tecnologia e Sistemas de Informação Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 04.072.953/0001-16, detentora e proprietária do Software de Gestão Escolar denominado "Escola Via Net", para os controles de gestão escolar da Secretaria Municipal de Educação, no valor total de R\$ 15.049,44 (quinze mil e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos).

Fica anulado o Ato de Publicação nº 1451211, contido no Diário oficial dos Municípios edição nº 2405, de 11/12/2017 (RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 053/2017), tendo em vista o erro material.

Publique-se.

Garuva, 12 de dezembro de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID

Prefeito Municipal

### RESULTADO FINAL -PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO 011

Publicação Nº 1454208

CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROCESSO SELETIVO

EDITAL - Nº 011/2017

Médico Clínico Geral:		
Nome do Candidato	Classificação	Inscrição
Leandro Rosin	1º	001
Francisco Jose Carvalho Vieira	2º	002
Rômulo Bohr Frutuoso	Reprovado	003

Garuva, 12 de dezembro de 2017.

Isabela Aragao Pereira

Presidente da Comissão

Portaria 170/2017

# Gaspar

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 7.742, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017

Publicação Nº 1455360

DECRETO Nº 7.742, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017.

DECLARA ESTADO DE PERIGO PÚBLICO E URGÊNCIA NA REDE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE GASPAR, E DECRETA INTERVENÇÃO MUNICIPAL POR MODALIDADE DE REQUISIÇÃO DO PRÉDIO E TODAS AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, ENGLOBANDO LABORATÓRIO, EQUIPAMENTOS MÉDICOS /CIRÚRGICOS, DE EXAMES, RECURSOS HUMANOS E DEMAIS MÁQUINAS, OBJETOS E ITENS QUE FAÇAM PARTE DO REGULAR E EFETIVO FUNCIONAMENTO DO NOSOCÔMIO PARA O ATENDIMENTO DOS QUE DELE NECESSITAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar, e

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 147 e 148, da Lei Orgânica do Município de Gaspar; art. 153, da Constituição do Estado de Santa Catarina; artigos 6º, 23, 30, 197, 198 e 196, da Constituição da República Federativa do Brasil, este último, dispondo que: "a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação", como também, as Leis 8.080/1990; 8.142/1990; 8.666/1993; e 6.439/1977;

CONSIDERANDO a responsabilidade do Município frente à descentralização instituída pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para o atendimento médico-hospitalar da população;

CONSIDERANDO que ao Município compete a organização, direção e gestão das ações e serviços de saúde executadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em seu âmbito territorial, e à direção municipal deste órgão compete controlar e fiscalizar os procedimentos pertinentes dos serviços privados de saúde;

CONSIDERANDO a obrigatoriedade do Município na prestação de serviços de atendimento à saúde da população e com devida cooperação técnica e financeira da União e do Estado;

CONSIDERANDO que a Comissão Intervencionista nomeada para dirigir e administrar a instituição conquistou muitos avanços, mas os problemas econômico-financeiros da instituição ainda são graves e não foram totalmente sanados, importando ainda em graves riscos ao atendimento hospitalar no município e região de referência;

CONSIDERANDO que a interrupção dos trabalhos desenvolvidos pela nova administração até o momento importaria em desestabilidade e risco à estrutura funcional da instituição;

CONSIDERANDO que o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro é o único no Município de Gaspar e que para fins de se firmar convênio ou contrato para prestação de serviços o mesmo ainda se encontra impedido pelas regras do artigo 29, inciso III, art. 55, inciso XII, art. 116, § 3º, inciso I e II, da Lei Federal nº 8.666/1.993; art. 16 e art. 17, da Lei Federal nº 4.320/1.964; art. 26, inciso II, alíneas "b", "c", "d" e "e", da Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº 14/2012; e art. 3º, do Decreto Municipal nº 900/2.005;

CONSIDERANDO que, ainda não tem condições de obter Certidões Negativas de Débito junto ao Poder Público, o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar, continua impedido de receber novos valores do Município;

CONSIDERANDO que é notório o fato do hospital depender de recursos públicos para seu funcionamento, onde o próprio hospital, por diversas vezes, afirmou e reconheceu tal condição;

CONSIDERANDO ausências de repasses do Estado de Santa Catarina, como por exemplo das cirurgias eletivas;

CONSIDERANDO que as Portarias com os pedidos pleiteados junto à Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina e Junto ao Ministério da Saúde até o momento restaram infrutíferas à entidade hospitalar;

CONSIDERANDO que o inadimplemento do Estado junto ao hospital e a não habilitação das portarias gera um déficit mensal de aproximadamente R\$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais);

CONSIDERANDO a recomendação da Diretoria Técnica do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, para que seja dada continuidade aos trabalhos de implantação da nova gestão no hospital, visando propiciar estabilidade e viabilidade da instituição, sob pena de ver comprometida todas as transformações já implementadas, expediente que integra o presente Decreto;

CONSIDERANDO que a Comissão Intervencionista tem garantido o pagamento em dia dos funcionários e dos profissionais que atuam na instituição, propiciando segurança e bom ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de manter a harmonia das relações entre direção do hospital com a classe médica, com os próprios funcionários, e com o Poder Público interveniente e repassador de recursos;

CONSIDERANDO que a credibilidade vem sendo retomada pela instituição junto aos cidadãos gasparenses, o que tem importado inclusive em aumento do faturamento da instituição;

CONSIDERANDO a necessária e indispensável garantia no direito ao atendimento à saúde da população de forma séria, profissional e com o devido respeito que todos merecem;

CONSIDERANDO que todos os setores do hospital, dos serviços e especialidades médico-hospitalares necessitam condições adequadas de trabalho, a fim de que a entidade possa atender às necessidades da população;

CONSIDERANDO, em homenagem ao princípio da continuidade da prestação do serviço público, ser indispensável e necessário que o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro mantenha o serviço público a que se propôs;

CONSIDERANDO que é dever comum da União, Estado e do Município preservar os direitos inalienáveis à saúde e a vida, e os interesses supremos da população à garantia e preservação destes direitos, garantindo a manutenção do adequado funcionamento das instalações do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, fazendo-as com os recursos humanos e materiais de que dispõe, mediante o uso dos equipamentos, móveis e instalações pertencentes



à instituição de saúde, nos termos do art. 5º, inciso XXV, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a importância de trazer à baila a redação entalhada no corpo do art. 25, da Lei nº 6.439, de 01 de Setembro de 1.977, regrando que: "Em caso de calamidade pública, perigo público iminente ou ameaça de paralisação das atividades de interesse da população a cargo das entidades do SINPAS, o Poder Executivo poderá requisitar os bens e serviços essenciais à sua continuidade, assegurada ao proprietário indenização ulterior";

CONSIDERANDO a redação do art. 15, inciso XIII, da Lei nº 8.080, de 19 de Setembro de 1990, que assim prescreve: "Art. 15. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão, em seu âmbito administrativo, as seguintes atribuições: Inciso XIII - para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa indenização";

CONSIDERANDO os termos do art. 1.228, §3º, do Código Civil Brasileiro, in verbis: "Art. 1.228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. § 3º O proprietário pode ser privado da coisa, nos casos de desapropriação, por necessidade ou utilidade pública ou interesse social, bem como no de requisição, em caso de perigo público iminente;" e

CONSIDERANDO as razões e motivos acima delineados, caracterizado o estado de perigo público e urgência no atendimento hospitalar por parte do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

CONSIDERANDO os recursos públicos municipais investidos, aproximadamente R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais) ao ano;

Que diante do quadro explicitado, o efetivo saneamento das anomalias ainda existentes e a consolidação de todos os propósitos indicados no ato interventivo exigem que o Poder Público permaneça por mais tempo na entidade, objetivando a total recuperação da sua capacidade hospitalar para continuar prestando relevantes serviços de interesse público na área da saúde;

#### DECRETA:

Art.1º DECLARA O ESTADO DE PERIGO PÚBLICO E URGÊNCIA NA REDE HOSPITALAR DO MUNICÍPIO DE GASPAS, na forma dos motivos e fundamentos informados no presente Decreto.

Art.2º Em face da Declaração de Estado de Perigo Público e Urgência no Atendimento na Rede Hospitalar do Município, ficam requisitadas para utilização no atendimento hospitalar da população, TODAS AS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO, ENGLOBALANDO LABORATÓRIO, EQUIPAMENTOS MÉDICOS/CIRÚRGICOS E DE EXAMES, RECURSOS HUMANOS E DEMAIS MÁQUINAS, OBJETOS E ITENS QUE FAÇAM PARTE DO REGULAR E EFETIVO FUNCIONAMENTO do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, CNPJ nº 84.045.83/00001-25, com sede na Rua José Krauss, nº 97, bairro Sete de Setembro, no Município de Gaspar – SC.

Art. 3º A manutenção da intervenção do Poder Público Municipal do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, tem por objetivo dar continuidade nos avanços conquistados pela Comissão Interventora e garantir a continuidade da prestação dos serviços de saúde aos usuários do SUS (Sistema Único de Saúde), evitando a sua paralisação.

Art. 4º A requisição vigorará até 180 (cento e oitenta) dias, contados

da vigência deste Decreto, podendo cessar antes de seu termo final ou, ainda, ser prorrogado, de acordo com a necessidade.

Art. 5º Fica composta a Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro composta na seguinte conformidade representativa:

I - Ricardo Alexandre Freitas - CPF: 620.889.049-72;

II - Janice Cristina Eleotério - CPF: 988.336.779-15;

III - Ana Karina Schramm Matuchaki - CPF: 043.524.199-07.

Art. 6º No exercício de suas atribuições, caberá à Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Gaspar, a prática de todo e qualquer ato inerente à administração do hospital, e, ainda:

I - representar o Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar, administrativa e judicialmente, cabendo a tomada de decisões gerenciais visando a excelência na gestão do hospital, em especial visando à melhoria no atendimento dos pacientes do SUS (Sistema Único de Saúde) e o integral cumprimento das suas obrigações legais, contratuais, assim como de suas finalidades estatutárias;

II - requisitar serviços indispensáveis ao cumprimento de sua missão junto às repartições públicas municipais e solicitá-los às repartições de outras esferas de governo;

III- gerir os recursos destinados ao Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar, podendo, para tanto, abrir e fechar contas bancárias se necessário, bem como movimentar as existentes;

IV- gerenciar toda a administração de pessoal necessária ao bom andamento dos serviços do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar;

V - manter o inventário do patrimônio de bens móveis e imóveis do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro;

VI - adotar todas as medidas de ordem técnica, administrativa, jurídica, financeira, assim como as eventualmente não especificadas neste Decreto, necessárias ao restabelecimento do pleno e hígido funcionamento do hospital.

Art. 7º As atribuições da Comissão Interventora nomeada poderão ser delegadas à auxiliares de prepostos que componha o quadro funcional do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro ou que venha a ser contratado, seja pessoa física ou jurídica.

Art. 8º A Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro deverá remeter à 1ª Promotoria de Justiça de Gaspar e à Imprensa do Município, a cada 90 (noventa) dias, relatório informando as medidas adotadas, bem como demonstrativo simplificado da situação financeira do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, de Gaspar.

Art. 9º Os atos de requisição serão formalizados por Portarias numeradas sequencialmente e constarão no relatório final.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, caso necessário, ficando, desde já, autorizados, nos termos das Leis Orçamentárias Municipais e da Lei de responsabilidade Fiscal, os repasses necessários.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Interventora o controle dos repasses efetuados e devidos pelo Estado de Santa Catarina, pela União e pelo Município.

Art. 11. A Comissão Interventora do Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Gaspar, 30 (trinta) dias antes de finalizar o prazo da intervenção vigente, remeterá ao Prefeito Municipal o relatório de todas as ocorrências e as sugestões de medidas a serem providenciadas.

Art. 12. Em consequência do presente Decreto, continuam os dirigentes afastados de suas atividades.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, e surtindo efeitos a partir de 06 de novembro de 2017.

Gaspar, 26 de outubro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito de Gaspar

## DECRETO Nº 7.766, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454069

DECRETO Nº 7.766, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 2.833, de 13 de dezembro de 2006,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados para integrarem o Conselho Municipal de Saúde para o biênio 2018/2019, conforme eleição realizada no dia 14 de novembro de 2017.

Entidade	Titular	Suplente
Gestão Municipal	Maria Bernadete Tomazini CPF: 736.750.169-00 Secretária Municipal de Saúde	Luiz Ricardo Schmitt CPF: 089.917.629-13 Diretor-Geral Administrativo
	Elson Antonio Aparecido Marson Junior CPF: 654.277.009-78 Superintendente de Saúde	Francisco José Ramos Dias CPF: 009.748.263.32 Encarregado-Geral de Regiões de Saúde
Prestadores de Serviços da Saúde	Luiz Buzzi Sobrinho CPF: 093.350.729-15 Laboratório de Análises Clínicas Unidos Ltda.	Alexandra Conceição da Costa CPF: 007.143.979-03 Hospital Nossa Senhora do Perpétuo Socorro
Trabalhadores em Saúde	Luis Cesar Hening CPF: 817.240.559-68	Rose Maria Venturini CPF: 548.022.969-91
	Odete Ostrowoski Fistarol CPF: 577.158.749-49	Jeanne Alessandra Santana CPF: 920.190.309-00
	Alcides Fernandes dos Santos CPF: 842.612.509-34	Kenia de Souza da Silva Andrade CPF: 888.772.729-53
Entidades Sindicais	Jorge Luis Dellarosa CPF: 439.562.899-00 Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar	Sérgio Luis Batista de Almeida CPF: 343.603.010-49 Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Gaspar
Associações de moradores e movimentos comunitários	Elias Anísio Lana CPF: 030.551.659-00 Associação de Moradores da Vila Isabel	Silvana da Silva CPF: 626.839.939-00 Associação de Moradores da Vila Isabel

Entidades de Portadores de Patologias e Deficiências	Franciele Cristine Cordeiro CPF: 051.077.029-02 APAE de Gaspar	Sérgio Murilo Batista CPF: 653.253.039-53 APAE de Gaspar
Entidades Religiosas	João de Bastos CPF: 589.932.400-78 Igreja Evangélica Assembléia de Deus	Jocemira Oliveira Waltrick CPF: 757.884.709-00 Pastoral da Criança
Entidades de Empresários da Indústria	Eduardo Deschamps CPF: 034.836.059-24 AMPE Gaspar e Ilhota	Douglas de Oliveira Waltrick CPF: 044.342.409-86 AMPE Gaspar e Ilhota
Movimento Organizado de Mulheres em Saúde	Maria Koerich Wernke CPF: 383.010.839-72 Rede Feminina de Combate ao Câncer	Erica da Silva CPF: 418.839.429-34 Rede Feminina de Combate ao Câncer

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 7.466, de 03 de maio de 2017, e suas alterações.

Gaspar, 20 de novembro de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

## LEI Nº 3.824, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455361

LEI Nº 3.824, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS E A REMUNERAÇÃO DA BOLSA-ESTÁGIO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE GASPAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A remuneração da bolsa-estágio dos estagiários da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, do Poder Legislativo e de órgãos públicos convenientes será, mensalmente, de:

I – R\$ 419,68 (quatrocentos e dezenove reais e sessenta e oito centavos) para o estagiário matriculado:

a) nos anos finais do ensino fundamental,

b) no ensino médio; e

c) na educação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos;

II – R\$ 839,36 (oitocentos e trinta e nove reais e trinta e seis centavos) para o estagiário matriculado:

a) nos cursos de graduação superior; e

b) na educação especial;

III – R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) para o estagiário matriculado nos cursos de pós-graduação.

Parágrafo único. Os valores estabelecidos nos incisos I, II e III deste artigo serão atualizados de acordo com o índice de reajuste dos servidores públicos municipais.

Art. 2º Será concedido ao estagiário auxílio-transporte no valor vigente de duas passagens por dia de estágio efetivamente cumprido no mês para ajudar nas despesas de deslocamento ao local de estágio e seu retorno.

Art. 3º O recrutamento para as vagas de estágio será feito através de processo seletivo simplificado, mediante prévia convocação por edital divulgado no órgão oficial de publicação.

§ 1º Caso seja necessária a contratação de estagiário, mas não haja mais candidatos habilitados em processo seletivo válido, poderá o Município, de forma excepcional e até promover nova seleção, recrutar candidatos por intermédio do agente de integração.

§ 2º Nas contratações feitas nos moldes do § 1º deste artigo, devem-se levar em conta as proibições previstas nos artigos 1º e 2º da Lei Municipal nº 2.862, de 11 de abril de 2007.

Art. 4º Fica assegurada, nos percentuais previstos na legislação vigente, a reserva de vagas de estágio às pessoas negras e às pessoas com deficiência, ressalvada a compatibilidade das atribuições com a aludida deficiência.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente de cada Secretaria, Autarquia, Fundação ou Fundo que vier a contratar o estagiário, bem como da Câmara de Vereadores.

Art. 6º As demais disposições de regulamentação e funcionamento do programa de estágio no Município serão normatizadas através de decreto específico.

Art. 7º Fica revogada a Lei Municipal nº 1.779, de 17 de dezembro de 1997.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de dezembro de 2017.  
Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

### **LEI Nº 3.826, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455362

LEI Nº 3.826, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BELCHIOR BAIXO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, do legítimo proprietário, Artur Solano da Costa, inscrito no CPF sob o nº 222.799.709-53, um imóvel localizado no bairro Belchior Baixo, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº

3.680, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 3.165,74m<sup>2</sup> (três mil cento e sessenta e cinco metros e setenta e quatro décimos quadrados), partindo do ponto 01 localizado no vértice mais ao Norte e mais a Oeste da área em estudo com deste segue, confrontando com terras de Artur da Costa com Az – 147°14'31'' e distância de cento e noventa e sete metros e trinta e cinco centímetros (197,35) chega-se ao Ponto 02, deste segue confrontando com a Rua Vidal Flávio Dias com Az – 187°16'40'' e distância de vinte e quatro metros e setenta e três centímetros (24,73m), chega-se ao ponto 03 deste segue confrontando com terras de Artur da Costa com Az – 327°14'31'' e distância de cento e noventa e oito metros e trinta e seis centímetros (198,36m), chega-se ao ponto 04 deste segue confrontando com a Rua Vidal Flavio Dias com Az – 09°39'51'' e distância de vinte e três metros e noventa e sete centímetros (23,97m), chega-se ao ponto 01 ponto inicial desta descrição.

Art. 2º O recebimento em doação do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei tem como destinação a regularização da Rua Vidal Flávio Dias, denominada pela Lei nº 776, de 13 de maio de 1983.

Art. 3º O imóvel doado e descrito nesta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de dezembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

### **LEI Nº 3.827, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455363

LEI Nº 3.827, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BELCHIOR CENTRAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, dos legítimos proprietários Libório João Reinert, inscrito no CPF sob o nº 291.131.809-91, e Verônica Reinert, inscrita no CPF sob o nº 770.768.189-49, um imóvel localizado no bairro Belchior Central, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 5.282, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 2.313,81 m<sup>2</sup> (dois mil trezentos e treze metros e oitenta e um décimos quadrados) cuja descrição inicia-se no ponto P59 com coordenada Leste 695672,11 e Norte 7027364,85, deste segue com azimuth de 112°02'04" e distância de 15,67m até o ponto P43, com coordenada Leste 695686,64 e Norte 7027358,98, confrontando com terras de Joise Andreia Lemke e Leandro José Lemke (M. 17.912 – Comarca de Gaspar), deste segue com azimuth 106°37'06" e distância de 16,18m até o ponto P44, com coordenada Leste 695702,15 e Norte 7027354,35, deste segue com azimuth de 109°22'13" e distância de 38,00m até o ponto P45, com coordenada Leste 695738,00 e Norte 7027341,74, deste segue com azimuth de 119°12'50" e distância de 32,59m até o ponto P46, com coordenada Leste 695766,45 e Norte 7027325,84, deste segue com azimuth de 127°29'04" e distância de 48,07m até o ponto P47,



com coordenada Leste 695804,60 e Norte 7027296,58, deste segue com azimute de 130°11'08" e distância de 19,72m até o ponto P48, com coordenada Leste 695819,66 e Norte 7027283,86, deste segue com azimute de 130°11'07" e distância de 15,00m até o ponto P49, com coordenada Leste 695831,12 e Norte 7027274,18, deste segue com azimute de 40°11'08" e distância de 15,00m até o ponto P50, com coordenada Leste 695840,80 e Norte 7027285,64, deste segue com azimute de 310°11'09" e distância de 15,00m até o ponto P51, com coordenada Leste 695829,34 e Norte 7027291,31, deste segue com azimute de 220°11'07" e distância de 3,00m até o ponto P52, com coordenada Leste 695827,40 e Norte 7027293,03, deste segue com azimute de 310°11'08" e distância de 20,00m até o ponto P53, com coordenada Leste 695812,12 e Norte 7027305,93, deste segue com azimute de 307°29'04" e distância de 49,22m até o ponto P54, com coordenada Leste 695773,06 e Norte 7027335,89, deste segue com azimute de 299°12'50" e distância de 34,49m até o ponto P55, com coordenada Leste 695742,96 e Norte 7027352,72, deste segue com azimute de 289°22'13" e distância de 39,33m até o ponto P56, com coordenada Leste 695705,86 e Norte 7027365,77, deste segue com azimute de 286°37'06" e distância de 15,91m até o ponto P57, com coordenada Leste 695690,61 e Norte 7027370,31, deste segue com azimute de 292°00'11" e distância de 18,94m até o ponto P58, com coordenada Leste 695673,06 e Norte 7027377,41, todas as linhas confrontando com terras de Libório João Reinert (M. 5.282 – Comarca de Gaspar), deste segue com azimute 184°19'04" e distância de 12,60m até o ponto P59, confrontando com o leito da Rua Alberto Reinert, ponto inicial da descrição deste perímetro, perfazendo o percurso um total de 408,71m, contendo a área de 2.313,81m<sup>2</sup>, distando a partir da frente em 314,35m até a Rua Bonifácio Haendchen.

Art. 2º O recebimento em doação do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei tem como destinação a regularização da Rua Alberto Reinert, denominada pela Lei nº 1.724, de 11 de setembro de 1997.

Art. 3º O imóvel doado e descrito nesta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de dezembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

## **LEI Nº 3.828, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455365

LEI Nº 3.828, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEIS LOCALIZADOS NO BAIRRO LAGOA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, dos legítimos proprietários, Francisco João Nagel, inscrito no CPF sob o nº 350.844.489-91, e Claudia Maria Nagel, inscrita no CPF sob o nº 920.110.639-49, um imóvel localizado no

bairro Lagoa, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 11.275, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 1.217,20m<sup>2</sup> (um mil duzentos e dezessete metros e vinte decímetros quadrados), cuja descrição inicia-se no vértice M13, de coordenadas N 7.023.032,67 m e E 710.155,45 m, situado no limite com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, deste, segue com azimute de 161°01'59" e distância de 16,49m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M12, de coordenadas N 7.023.017,08 m e E 710.160,81 m; deste, segue com azimute de 152°17'36" e distância de 58,04m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M11, de coordenadas N 7.022.965,69m e E 710.187,80 m; deste, segue com Raio de 9,00m e distância de 13,02m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M10, de coordenadas N 7.022.961,45m e E 710.198,93 m; deste, segue com azimute de 249°24'41" e distância de 29,28m, confrontando neste trecho com o lado ímpar da Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice P8, de coordenadas N 7.022.951,16 m e E 710.171,52 m; deste, segue com raio de 9,00m e distância de 15,25m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P7, de coordenadas N 7.022.963,76 m e E 710.176,33 m; deste, segue com azimute de 332°20'49" e distância de 55,28m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M15, de coordenadas N 7.023.012,72 m e E 710.150,68 m; deste, segue com azimute de 341°01'59" e distância de 17,32m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M14, de coordenadas N 7.023.029,10m e E 710.145,05m; deste, segue com raio de 9,5m e distância de arco de 47,96m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M13, de coordenadas N 7.023.032,67 m e E 710.155,45 m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de ARAQUARI, de coordenadas UTM (E): 725.707,184m e UTM (N): 7.078.727,144m, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51..WGr/EGr, tendo como o Datum SIRGAS 2.000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM.

Art. 2º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, dos legítimos proprietários, Francisco João Nagel, inscrito no CPF sob o nº 350.844.489-91, e Claudia Maria Nagel, inscrita no CPF sob o nº 920.110.639-49, um imóvel localizado no bairro Lagoa, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 11.275, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 3.105,29 m<sup>2</sup> (três mil cento e cinco metros e vinte e nove decímetros quadrados), cuja descrição inicia-se no vértice M2, de coordenadas N 7.023.080,29 m e E 710.279,58 m, situado no limite com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção à Rua Geral Poço Grande, deste, segue com azimute de 95°21'52" e distância de 15,50m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção ao final dela própria, até o vértice B2, de coordenadas N 7.023.078,85 m e E 710.295,01 m; deste, segue com azimute de 184°56'08" e distância de 4,75m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção ao final dela própria, até o vértice V1, de coordenadas N 7.023.074,11 m e E 710.294,60 m; deste, segue com azimute de 252°43'25" e distância de 6,39m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V14, de coordenadas N 7.023.072,21 m e E 710.288,49 m; deste, segue com azimute de

226°21'01" e distância de 9,38m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V13, de coordenadas N 7.023.065,74 m e E 710.281,71 m; deste, segue com azimute de 210°14'24" e distância de 25,66m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V12, de coordenadas N 7.023.043,57 m e E 710.268,78 m; deste, segue com azimute de 204°26'53" e distância de 17,02m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V11, de coordenadas N 7.023.028,08 m e E 710.261,74 m; deste, segue com azimute de 202°10'40" e distância de 37,83m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V10, de coordenadas N 7.022.993,05 m e E 710.247,46 m; deste, segue com azimute de 209°44'52" e distância de 16,56m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V9, de coordenadas N 7.022.978,68 m e E 710.239,25 m; deste, segue com azimute de 223°17'28" e distância de 25,60m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V8, de coordenadas N 7.022.960,04 m e E 710.221,69 m; deste, segue com azimute de 241°00'09" e distância de 18,31m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V7, de coordenadas N 7.022.951,17 m e E 710.205,68 m; deste, segue com azimute de 249°24'41" e distância de 66,49m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V6, de coordenadas N 7.022.927,79 m e E 710.143,44 m; deste, segue com azimute de 234°36'17" e distância de 10,54m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V5, de coordenadas N 7.022.921,68 m e E 710.134,85 m; deste, segue com azimute de 218°16'39" e distância de 10,19m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V4, de coordenadas N 7.022.913,68 m e E 710.128,54 m; deste, segue com azimute de 200°34'19" e distância de 11,45m, confrontando neste trecho com área B da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice V3, de coordenadas N 7.022.902,96 m e E 710.124,51 m; deste, segue com azimute de 274°58'49" e distância de 12,02m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção à Rua Geral Poço Grande, até o vértice B1, de coordenadas N 7.022.904,01 m e E 710.112,54 m; deste, segue com azimute de 4°35'05" e distância de 1,54m, confrontando neste trecho com a Rua Alfredo Nicolao da Silva (Prefeitura Municipal de Gaspar), lado que vai em direção à Rua Geral Poço Grande, até o vértice P12, de coordenadas N 7.022.905,54 m e E 710.112,67 m; deste, segue com azimute de 20°34'19" e distância de 15,07m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P11, de coordenadas N 7.022.919,65 m e E 710.117,96 m; deste, segue com azimute de 38°16'40" e distância de 13,78m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P10, de coordenadas N 7.022.930,47 m e E 710.126,50 m; deste, segue com azimute de 54°36'17" e distância de 13,82m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P9, de coordenadas N 7.022.938,47 m e E 710.137,76 m; deste, segue com azimute de 69°24'41" e distância de 36,07m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice P8, de coordenadas N 7.022.951,16 m e E 710.171,52 m; deste, segue com azimute de 69°24'41" e distância de 29,28m, confrontando neste trecho com a frente da Rua Bernardino de Souza (Prefeitura Municipal de Gaspar), até o vértice M10, de coordenadas N 7.022.961,45 m e E 710.198,93 m; deste, segue com azimute de 69°24'41" e distância de 1,82m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de

Francisco João Nagel, até o vértice M9, de coordenadas N 7.022.962,09 m e E 710.200,63 m; deste, segue com azimute de 61°00'09" e distância de 15,56m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M8, de coordenadas N 7.022.969,63 m e E 710.214,24 m; deste, segue com azimute de 43°17'28" e distância de 22,31m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M7, de coordenadas N 7.022.985,87 m e E 710.229,53 m; deste, segue com azimute de 29°44'51" e distância de 14,34m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M6, de coordenadas N 7.022.998,32 m e E 710.236,65 m; deste, segue com azimute de 22°10'40" e distância de 37,27m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M5, de coordenadas N 7.023.032,83 m e E 710.250,72 m; deste, segue com azimute de 24°26'53" e distância de 17,86m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M4, de coordenadas N 7.023.049,09 m e E 710.258,11 m; deste, segue com azimute de 30°14'24" e distância de 27,96m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M3, de coordenadas N 7.023.073,25 m e E 710.272,19 m; deste, segue com azimute de 46°21'01" e distância de 10,20m, confrontando neste trecho com área A da matrícula nº 11.275, Ofício de Gaspar, de Francisco João Nagel, até o vértice M2, de coordenadas N 7.023.080,29 m e E 710.279,58m; ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão geo-referenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de ARAQUARI, de coordenadas UTM (E): 725.707,184 m e UTM (N): 7.078.727,144m, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -51..WGr/EGr, tendo como o Datum SIRGAS 2.000. Todos os azimutes e distâncias, áreas e perímetros foram calculados no plano de projeção UTM. Distando 590,00 aprox. da Rua Geral Poço Grande.

Art. 3º O recebimento em doação dos imóveis acima descritos tem como destinação:

I – o imóvel descrito no artigo 1º desta Lei, a regularização da Rua Bernardino de Souza, denominada pela Lei nº 1.923, de 27 de setembro de 1999; e

II – o imóvel descrito no artigo 2º desta Lei, a regularização da Rua Alfredo Nicolao da Silva, denominada pela Lei nº 1.923, de 27 de setembro de 1999.

Art. 4º Os imóveis doados e descritos nesta Lei serão outorgados ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de dezembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

**LEI Nº 3.829, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455366

LEI Nº 3.829, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BARRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, do legítimo proprietário, Olindio Benaci, inscrito no CPF sob o nº 030.303.779-20, um imóvel localizado no bairro Barracão, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 2.907, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área de 8.949,95m<sup>2</sup> (oito mil novecentos e quarenta e nove metros e noventa e cinco decímetros quadrados), partindo do ponto 01 localizado no vértice mais ao Sul e mais a Oeste da área em estudo com este segue, confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 99,72m e distância quarenta e quatro metros e quarenta e sete centímetros (44,47m) chega-se ao ponto 02, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 56°11'09'' e distância de noventa e seis metros e oitenta e três centímetros (96,83m), chega-se ao ponto 03, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 62°38'31'' e distância de vinte e nove metros e quarenta e seis centímetros (29,46m), chega-se ao ponto 04, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 68°54'26'' e distância de quarenta e oito metros e cinquenta e cinco centímetros (48,55m), chega-se ao ponto 05, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 102,21m e distância de cinquenta e um metros e sessenta e quatro centímetros (51,64m), chega-se ao ponto 06, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva 147,55m e distância de noventa e seis metros e quarenta e sete centímetros (96,47m), chega-se ao ponto 07, deste segue confrontando com a Rua Amadio Beduschi com Az – 94°45'58'' e distância de setenta e oito metros e setenta e oito centímetros (78,78m), chega-se ao ponto 08, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 252°32'18'' e distância de vinte e três metros e setenta centímetros (23,70m), chega-se ao ponto 09, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 258°37'16'' e distância de quarenta e quatro metros e cinquenta e nove centímetros (44,59m), chega-se ao ponto 10, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 123,51 e distância de oitenta e oito metros trinta e sete centímetros (88,37m), chega-se ao ponto 11, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 125,52 e distância de sessenta e quatro metros e dois centímetros (64,02m), chega-se ao ponto 12, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 248°56'33'' e distância de quarenta e sete metros e trinta e cinco centímetros (47,35m), chega-se ao ponto 13, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 242°38'31'' e distância de vinte e sete metros dezoito centímetros (27,18m), chega-se ao ponto 14, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Az – 236°10'36'' e distância de noventa e cinco metros e quarenta e três centímetros (95,43m), chega-se ao ponto 15, deste segue confrontando com terras de Olindio Benaci com Raio de Curva de 76,72m e distância de dezenove metros e setenta e nove centímetros (19,79m), chega-se ao ponto 16, deste segue confrontando com a Rua Amadio Beduschi com Az – 269°44'42'' e distância de vinte e oito metros e doze centímetros (28,12m), chega-se ao ponto 01, ponto inicial desta descrição, distante 1.350,00m da Rodovia Ivo Silveira.

Art. 2º O recebimento em doação do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei tem como destinação a regularização da Rua Amadio Beduschi, denominada pela Lei nº 1.515, de 27 de outubro de 1994.

Art. 3º O imóvel doado e descrito nesta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de dezembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall

Prefeito

**LEI Nº 3.830, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455367

LEI Nº 3.830, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

**AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO IMÓVEL LOCALIZADO NO BAIRRO BARRAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação, sem encargos, dos legítimos proprietários, Sandra Mara Cabral de Azevedo, inscrita no CPF sob o nº 415.787.679-20, Ana Cláudia Cabral de Azevedo de Souza, inscrita no CPF sob o nº 889.356.399-15, Diogo Cabral de Azevedo Mendes, inscrito no CPF sob o nº 031.877.409-79, e Iuri Souza de Azevedo, inscrito no CPF sob o nº 098.552.609-29, um imóvel localizado no bairro Barracão, Gaspar, Santa Catarina, matriculado sob o nº 19.268, no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Gaspar, compreendendo um terreno com área a área de 1.350,57m<sup>2</sup> (um mil trezentos e cinquenta metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), fazendo frente ao Oeste, em uma linha reta partindo do "vértice-20" para o "vértice-18", com o azimute 4°59'05" e a distância de 31,88m, com o lado ímpar da Rua Carolina dos Santos Barbieri, lado direito ao Norte, em duas linhas, a primeira em uma linha curva partindo do "vértice-18" para o "vértice-17", com o raio de 9,00m, o azimute 130°06'11", a corda de 14,72m e o desenvolvimento com a distância de 17,24m e a segunda em uma linha reta partindo do "vértice-17" para o "vértice-16", com o azimute 75°13'18" e a distância de 93,76m, ambas com terras remanescentes "A" de Sandra Cabral de Azevedo e outros, fundos ao Leste, em uma linha reta partindo do "vértice-16" para o "vértice-26", com o azimute 255°13'18", ângulo interno 90°52'54" e a distância de 12,00m com terras da Prefeitura Municipal de Gaspar (matrícula nº 17.309 desta serventia de Registro de Imóveis), atualmente ocupada pela Rua Johana Brenk Barbieri e lado esquerdo ao Sul, em duas linhas, a primeira em uma linha reta partindo do "vértice-26" para o "vértice-21", com o azimute 255°13'18", ângulo interno de 89°07'18" e a distância de 104,72m, sendo 25,73m com terras de Andressa Reis e Lizandra Reis (matrícula nº 21.253 desta serventia de Registro de Imóveis) e 78,99m e a segunda uma linha curva partindo do "vértice-21" para o "vértice-20", com o raio de 9,00m, o azimute 220°06'11", a corda de 10,35m e o desenvolvimento com a distância de 11,03m, ambas com terras remanescentes "B" de Sandra Mara Cabral de



Azevedo e Outros.

Art. 2º O recebimento em doação do imóvel descrito no artigo 1º desta Lei tem como destinação a regularização da Rua Johana Brenk Barbieri, denominada pela Lei nº 2.480, de 28 de abril de 2004.

Art. 3º O imóvel doado e descrito nesta Lei será outorgado ao Município a título gratuito, por meio de escritura pública.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de Gaspar.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 11 de dezembro de 2017.

Kleber Edson Wan-Dall  
Prefeito

### **PORTARIA RH 63/2017**

Publicação Nº 1455010

MUNICÍPIO DE GASPAR  
PORTARIA RH 63/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) SEBASTIAO DOMINGOS GONCALVES, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, referente ao período aquisitivo de 03/05/2010 a 16/01/2017, devendo folgar a partir de 13/12/2017 a 12/03/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de dezembro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

### **PORTARIA RH 64/2017**

Publicação Nº 1455013

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 64/2017

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a ) PEDRO PAULO DOMINGOS, ocupante do cargo efetivo de Pintor, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos (à disposição na Secretaria da Fazenda e Gestão Administrativa), referente ao período aquisitivo de 04/07/2005 a 27/12/2010, devendo folgar a partir de 03/01/2018 a 02/04/2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de dezembro de 2017.  
KLEBER EDSON WAN-DALL  
Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000  
-Fone/Fax (0\*\*47) 3331-1825-Gaspar /SC  
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 001/2017**

Publicação Nº 1455246

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO CM - 001/2017

TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR E A EMPRESA POSTO SOAZU LTDA, OBJETIVANDO A MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO.

1. O preço máximo a ser pago pela CONTRATANTE por litro de gasolina comum, constante da cláusula 4.1 do pacto, passa para o valor de R\$ 3,88 [três reais e oitenta e oito centavos].

2. O presente aditivo é amparado pelo artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 8.666/1993, tendo sido autorizado pela Resolução nº 95/2017, da Mesa Diretora da CONTRATANTE, publicada no Diário Oficial dos Município de Santa Catarina em 12 de dezembro de 2017 [edição 2.406].

3. O preço constante deste aditivo é decorrente de requerimento fundamentado apresentado pela CONTRATADA, datado de 1º de novembro de 2017, bem como dos documentos que o instruíram, revelando-se adequado para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do pacto, sendo a majoração decorrente de circunstâncias imprevisíveis, caracterizadoras de álea econômica

extraordinária.

4. As despesas decorrentes deste aditivo serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária: Unidade Gestora: 01 - Câmara Municipal de Gaspar – Programa: 0001 - Manutenção do Legislativo – Ação: 2004 - Manutenção das Atividades em Geral – Dotação: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas.

5. O presente Termo Aditivo tem vigência a partir de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de novembro de 2017 [data de apresentação do pedido que demonstrou a necessidade de revisão do preço inicialmente ajustado], ficando sua vigência limitada à vigência inicial do contrato.

6. Por estarem de acordo os celebrantes, o presente aditivo é firmado em duas vias de igual teor.

Gaspar (SC), em 12 de dezembro de 2017.

CÂMARA DE VEREADORES DE GASPAR	POSTO SOUAZU LTDA
CIRO ANDRÉ QUINTINO	VALDIR AFONSO TESTONI

**SAMAE - GASPAR****RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO 10/2017 - SAMAE**

Publicação Nº 1454633

**TERMO DE NOTIFICAÇÃO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2017.**

Autos do Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços nº19/2017

Contrato nº 10/2017.

Causa da Rescisão: Inexecução total do objeto contratual.

Fundamento Legal: art. 77, art. 78 inciso I, IV e XII c/c art. 79 I, art. 86 e 87 e seguintes, todos da Lei n.8.666/93, e violação contratual por parte da Empresa Al Certa Construtora e Incorporadora LTDA.

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE, ora NOTIFICANTE pessoa jurídica de direito público interno, Autarquia Municipal, inscrita no CNPJ sob o nº 82.636.028/0001-84, com sede na Rua João Vieira, nº 189, Santa Terezinha, Gaspar (SC), neste ato representado por seu Diretor Presidente José Hilário Melato, nomeado pelo Decreto Municipal nº 7.605, de 03 de agosto de 2017 e portador do CPF nº 291.309.309-44, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, lhe notificar da RESCISÃO UNILATERAL do contrato acima epigrafado, por atendimento (dever) legal, o fazendo com amparo legal no art.78, inciso I, IV e XII da Lei n.8.666/93, bem como por ter a empresa AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, ora NOTIFICADA pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº. 11.479.726/0001-75, estabelecida à rua Vinte e Cinco de Julho, nº 188, bairro Itoupava Norte, na cidade de Blumenau-SC, representada pelo seu proprietário Senhor Richard Esteves, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do CPF nº 005.308.419-59, com o mesmo endereço da empresa, descumprido os itens I, IV e XII da Cláusula 13ª do Contrato nº 10/2017, ou seja, INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO, caracterizada pela não execução da obra, consoante se depreende da documentação constante do Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços nº 19/2017.

A empresa ora NOTIFICADA deixou de executar o Objeto Contratual, violando assim disposições de ordem pública, e causando prejuízo ao SAMAE.

Em observância aos preceitos legais e às cláusulas contratuais estabelecidas entre as partes, o ora NOTIFICANTE que vos subcreve, vem formal e respeitosamente INFORMAR E NOTIFICAR A RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE REVITALIZAÇÃO DA ANTIGA ÁREA DE CAPTAÇÃO DO SAMAE DE GASPAR, CONSOANTE ESTABELECIDO NO EDITAL E ANEXOS

DA LICITAÇÃO IDENTIFICADA EM EPÍGRAFE, O FAZENDO, sob os seguintes fatos e fundamentos que a seguir passa a expor:

Notifica-se da rescisão unilateral do Contrato de revitalização da antiga área de captação do SAMAE de Gaspar nº 10/2017, considerando a comprovação da inércia da NOTIFICADA no que tange ao adimplemento de sua obrigação contratual e comprovado o escoamento do prazo da ordem de serviços, tendo sido emitida uma notificação, sem que até o presente momento a obra não tenha iniciado, caracterizando o descumprimento total da obrigação contratual. Cumpre-nos, nos termos legais, em respeito à lei de regência, em defesa do erário público a rescisão contratual, caracterizada por culpa exclusiva da NOTIFICADA que sequer iniciou a execução do objeto contratual, já se tendo passado mais de dois meses da assinatura do contrato.

Ao recusar o atendimento à ordem de serviço para dar início a execução do contrato, restou caracterizado a inexecução total do objeto contratual. Por conta disso fez a empresa por sua culpa exclusiva incidir as fundamentações legais para a rescisão e para eventual aplicação das sanções legais e contratuais, que após o direito de defesa e do contraditório serão analisadas de acordo com as previsões conjugadas dos artigos 78, inciso I, IV e XII c/c 79/ art.86 e 87, todos da Lei n.8.666/93.

Em síntese, houve processo Licitatório na Modalidade TP nº 199/2017, que veio a ser homologada, adjudicada e lavrado o Contrato ora rescindido de nº 10/2017. A NOTIFICADA, empresa Al Certa Construtora e Incorporadora LTDA, sagrou-se vencedora do certame em epígrafe.

Importante registrar que na mesma época da assinatura do contrato nº 10/2017 a NOTIFICADA já detinha o contrato nº 60/2016, este decorrente do Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços nº 55/2016 o qual possui como objeto a reforma e modernização da ETA II (Bairro Bela Vista). Em razão de descumprimento do cronograma de execução, o Engenheiro Sr. Ricardo Alexandre da Silva (fiscal do contrato) procedeu com uma vistoria onde verificou que a obra encontrava-se parada e atrasada. Diante disso, notificou vossa empresa (NOT. Fiscalização 003/2017) mencionando inclusive que a referida obra possuía um prazo de 04 (quatro) meses para execução e àquela altura a obra de reforma já contava com quase 10 (dez) meses.

Pois bem, de volta ao contrato nº 10/2017, o SAMAE notificou o representante da NOTIFICADA (NOT. Fiscalização 001/2017), relatando que após a assinatura da Ordem de Serviço (23/08/2017) já transcorreram dois meses e alguns dias

sem que sequer a obra tenha sido iniciada, cientificando-o de que faria o encaminhamento do problema ao departamento jurídico desta Autarquia, solicitando a presente rescisão.

Em resposta à referida notificação (em 14/11/2017), a empresa ora NOTIFICADA solicitou a rescisão contratual, sem ônus para quaisquer das partes, alegando, em suma, que atualmente não possui mão de obra pois logo após a adjudicação do objeto do contrato "foi contemplado" com mais contratos e por esta razão não é mais capaz de honrar seu compromisso firmado através o devido instrumento contratual. Bem como alega não possuir mais condições econômico financeiras para tanto.

Razão pela qual desde já fica consignado e cientificado que o Contrato nº 10/2017 está rescindido. Tal desiderato decorre de obrigação legal, contratual e acima de tudo atende o interesse da administração e o interesse público. Bem como atende ainda o princípio da legalidade, moralidade e eficiência, advertindo que o poder público, seja em qual esfera for, não é lugar para aventureiros. A responsabilidade é antes de tudo uma obrigação moral, e portanto, cabe fazer enquanto gestores da "res" pública defendendo os interesses da coletividade revelada na defesa do interesse público.

O Contrato de nº 10/2017, a ordem de serviço, a notificação extrajudicial e por óbvio a NOTIFICADA sequer ter iniciado os serviços, são elementos de provas irrefutáveis da inexecução total do objeto contratado. Portanto operou-se a inexecução contratual, passado todos os prazos e tentativas de equacionar a questão de forma menos onerosa para ambas as partes não restando nenhuma possibilidade de manter vigente o Contrato a que se obrigou a empresa e por ela inexecutado, inadimplido as cláusulas reguladoras das obrigações assumidas pela notificada.

Face a inexecução da prestação contratual, conforme previsto no artigo 78, inciso I, IV e XII da Lei 8.666/93, constituído está o motivo para a rescisão do contrato nº 10/2017.

Vale ressaltar ainda, que o poder público, aqui por intermédio da administração do SAMAE, tem a obrigação primeira de fazer cumprir os atos que envolvem a administração pública, podendo ser responsabilizado por eventual omissão, prepondera assim o ato motivador da presente rescisão unilateral.

Ademais, imperioso mencionar que a revitalização da antiga captação do SAMAE é uma obra que precisa ocorrer com urgência, sendo, portanto, de interesse público na medida em que atualmente lá é ponto de consumo de drogas e os municípios

correm risco por lá transitarem dada a insegurança decorrente do estado que se encontra aquele lugar. Igualmente, por razões de saúde pública pois é sabido que em locais como este ocorre disseminação de doenças já que os drogados deixam resíduos alimentares etc.

Há de observar-se e ter a ciência que os atos da Administração Pública buscam a satisfação do interesse público, e os contratos administrativos possuem e guardam características próprias, sendo-as regidas pelos princípios basilares da Administração Pública, visto no art. 37 da Constituição Federal. Sendo revestidos de prerrogativas para o seu exercício, dentre eles o poder de rescisão por conveniência do interesse público, ou in casu pelos fatos e direito expostos.

Cumpram-se ainda que a inexecução e a rescisão do contrato serão reguladas pelos arts. 58, inciso II e 77 a 80, seus parágrafos e incisos da Lei Federal nº 8.666/93.

Ainda, preceitua o art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, in verbis:

Art. 77. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

...

IV - o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

(...)

XII - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

E ainda

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

Por conta de culpa exclusiva da NOTIFICADA que gerou a rescisão contratual, e por determinação legal, fica ressaltado neste termo de Notificação e Rescisão a possibilidade de aplicação das penalidades previstas no Edital no Contrato e na Lei 8.666/93, que será apurado mediante o regular processo administrativo em respeito a ampla defesa e contraditório por parte da empresa ora NOTIFICADA.

Para o caso em tela poderá mediante regular processo administrativo ser aplicada as sanções previstas no edital, contrato e em especial as decorrentes da Lei 8.666/93. Ou ainda deverá em melhor análise o setor competente observar as medidas administrativas

aplicáveis ao caso de praxe. Caso a inexecução resulte em crime contra a administração pública, também deverá ser encaminhada a decisão ao Ministério Público de nossa Comarca para as providências cabíveis.

Abre-se o prazo legal de 05 (cinco) dias úteis para o contraditório e a ampla defesa, nos termos do inciso I do art. 109 da Lei Federal 8.666/93, que assim prevê:

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...)

e) rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 desta Lei;

Fique a NOTIFICADA ciente de que não deverá efetuar serviços após a notificação.

Publique-se o presente termo na imprensa oficial do Município, e notifique-se imediatamente a empresa AL CERTA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, via correios na modalidade de AR-MP.

Transcorrido o prazo, sem manifestação da empresa NOTIFICADA, providencie a cobrança da multa administrativa, administrativamente ou judicial, bem como retornem os autos conclusos, após parecer jurídico para deliberar a respeito das demais sanções cabíveis.

Gaspar-SC, em 21 de novembro de 2017.

JOSÉ HILÁRIO MELATO

Diretor Presidente do SAMAE

**Governador Celso Ramos****PREFEITURA****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 182/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS PORTÁTEIS, CONTAINER SANITÁRIO E DUCHAS, INCLUINDO MANUTENÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA BEM COMO ABASTECIMENTO E REPOSIÇÃO DE MATERIAIS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR C**

Publicação Nº 1454732

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2017**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS PORTÁTEIS, CONTAINER SANITÁRIO E DUCHAS, INCLUINDO MANUTENÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA BEM COMO ABASTECIMENTO E REPOSIÇÃO DE MATERIAIS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL

Aos 07 dias do mês de dezembro do ano de 2017, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.892.373/0001-89, representado por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) RICARDO ALEXANDRE GABRIEL EIRELI, estabelecida à Rua SÃO LEOPOLDO, Nº 032, ARIRIU, PALHOÇA/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 09.278.438-0002/91, neste ato representado pelo JORGE LUIS MARTINS BRUM, brasileiro, CASADO, ADMINISTRADOR, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 810.067.210-53, portador do RG n.º 8074177893, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS PORTÁTEIS, CONTAINER SANITÁRIO E DUCHAS, INCLUINDO MANUTENÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DIÁRIA BEM COMO ABASTECIMENTO E REPOSIÇÃO DE MATERIAIS NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 120/20017, objeto do Processo 120/2017. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

**Itens constantes da Ata:**

ITEM	RICARDO ALEXANDRE GABRIEL EIRELI EMPRESA	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS QUÍMICOS PORTÁTEIS INCLUINDO MANUTENÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DIÁRIAS BEM COMO ABASTECIMENTO E REPOSIÇÃO DE MATERIAIS E ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO MEMORIAL DESCRITIVO.	DIA	4.000,00	79,00	316.000,00
02	LOCAÇÃO DE CONTAINER SANITÁRIO COM ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM NECESIDADES ESPECIAIS E CAIXA DE DESEJOS COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 4 MILILITROS INCLUINDO MANUTENÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DIÁRIAS BEM COMO ABASTECIMENTO E REPOSIÇÃO DE MATERIAIS E ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO MEMORIAL DESCRITIVO.	DIA	500,00	895,00	447.500,00
03	LOCAÇÃO DE DUCHA TIPO CABINE INCLUINDO MANUTENÇÃO, LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DIÁRIAS BEM COMO ABASTECIMENTO E REPOSIÇÃO DE MATERIAIS E ATENDENDO AS ESPECIFICAÇÕES DO MEMORIAL DESCRITIVO.	DIA	500,00	69,00	34.500,00

Governador Celso Ramos/SC, 07 de dezembro 2017.

RICARDO ALEXANDRE GABRIEL EIRELI

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS  
Prefeito Municipal



**NOVA DATA PARA A SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO DA TP 108/2017**

Publicação Nº 1454557

JULGAMENTO DA NOVA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 108/2017  
PROCESSO: 108/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PROMOVER AÇÕES INTEGRADAS PARA IMPLEMENTAR E DESENVOLVER NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E REALIZAR O ESTUDO SÓCIO AMBIENTAL PARA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO LOTEAMENTO BELA VISTA, NO BAIRRO AREIAS DO MEIO E DA RUA JOSÉ DORLITOS NUNES NO BAIRRO CANTO DOS GANCHOS E ACOMPANHAR A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO DOS MESMOS, BEM COMO ACOMPANHAR A APROVAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DA RUA HORÁCIO FIEL, SITUADA NO BAIRRO DA FAZENDA DA ARMAÇÃO.

ANALISANDO AS NOVAS DOCUMENTAÇÕES APRESENTADAS PELAS EMPRESAS DAS EMPRESAS, A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DEU INÍCIO AO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO PROCESSO 108/2017 - TOMADA DE PREÇOS 108/2017 DAS LICITANTES, OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO ASSIM JULGARAM:

-A EMPRESA INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE SANTA CATARINA – INDESSC, DEIXOU DE APRESENTAR O VÍNCULO DE QUATRO PROFISSIONAIS ELENCADOS NA EQUIPE TÉCNICA (DANIEL FALAVIGNA – ENGENHEIRO, GILBERTO GARCIA – ARQUITETO, JEAN CHRISTIAN WEISS – ADVOGADO, ANA MARIA VIANA GARCIA – ADVOGADA) EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, QUE REQUISITAVA:

"7.2.1.6 - A comprovação do vínculo profissional a que se referem os subitens 7.2.1.1, 7.2.1.4 e 7.2.1.5 dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

[...]

III – No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos."(grifo nosso).

PORTANTO, HAVIA RESTADO INABILITADA DO CERTAME. OCORRE QUE A MESMA APRESENTOU NOVA DOCUMENTAÇÃO E NOVA RELAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA PARA OS TRABALHOS, DESTA MANEIRA, A COMISSÃO DEVE ANALISAR ALÉM DA COMPROVAÇÃO DE VÍNCULO QUE ENSEJARAM A INABILITAÇÃO DA MESMA, TAMBÉM A CAPACITAÇÃO TÉCNICA, QUE DESSA VEZ ESTÁ COM DEFICIÊNCIA EM RELAÇÃO ÀS CERTIDÕES DE ACERVO TÉCNICO, CONFORME PREVISTO NO EDITAL:

"7.2.1.5 - Certidão de Registro de Pessoa Física junto ao CREA ou CAU ou Inscrição na entidade competente, quando couber, dentro do seu prazo de validade, do(s) profissional (is) responsável(is) técnico(s) legal(is) da proponente, se couber acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico por execução de serviço de características semelhantes;"

ASSIM, QUANDO COUBESSE REGISTRO NO CREA OU CAU, A MESMA IMPRETERIVELMENTE DEVERIA VIR ACOMPANHADA DA CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO DO PROFISSIONAL POR EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE CARACTERÍSTICAS SEMELHANTES. E SÓ APRESENTOU A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO POR SERVIÇOS SEMELHANTES EM RELAÇÃO AO GEÓLOGO JORGE AUGUSTO DA SILVA. FALTANDO A CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO DO RENÉ ARNUTI, BIÓLOGO E AGRIMENSOR E DO GILBERTO GARCIA, ARQUITETO.

PORTANTO, POR DESCUMPRIR O EDITAL, A EMPRESA RESTA INABILITADA DO CERTAME.

-A EMPRESA ECOSFERA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA EPP, APRESENTOU A DOCUMENTAÇÃO PARA A SUA HABILITAÇÃO DE FORMA CORRETA, UMA VEZ QUE HAVIA SIDO INABILITADA POR NÃO TER COMPROVADO O VÍNCULO DE DOIS PROFISSIONAIS

ELENCADOS NA EQUIPE TÉCNICA (CASSIANA STUART -ARQUITETA E URBANISTA E GABRIEL BUSS DOS SANTOS-ADVOGADO), SENDO ESSE VÍCIO SANADO NA APRESENTAÇÃO DE CONTRATOS DEVIDAMENTE REGISTRADOS NO CARTÓRIO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DOS MESMOS. PORTANTO RESTA HABILITADA AO CERTAME.

-A EMPRESA BASE AMBIENTAL ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE S/S ME DEIXOU DE APRESENTAR O VÍNCULO DE QUATRO PROFISSIONAIS ELENCADOS NA EQUIPE TÉCNICA (FILIPE MARQUES SANTOS – ADVOGADO, MARIA LÚCIA LOPES – ADVOGADA, DIOGO D'ÁVILA - ARQUITETO – HERMANN ALBERT BECKER MONDL - GEÓGRAFO) EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, QUE REQUISITAVA:

"7.2.1.6 - A comprovação do vínculo profissional a que se referem os subitens 7.2.1.1, 7.2.1.4 e 7.2.1.5 dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

[...]

III – No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos."(grifo nosso).

OS VÍCIOS QUE ENSEJARAM SUA INABILITAÇÃO FORAM SANADOS, POIS APRESENTARAM TODA A DOCUMENTAÇÃO CORRETAMENTE CUMPRINDO ASSIM, OS REQUISITOS DO EDITAL, RESTANDO HABILITADA AO CERTAME.

-A EMPRESA GEO CONSULTORES ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA EPP

DEIXOU DE RELACIONAR E CONSEQUENTEMENTE APRESENTAR O VÍNCULO DO(A) ADVOGADO(A), PROFISSIONAL ESSE EXIGIDO PARA A ETAPA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA EM CONFORMIDADE COM O EDITAL, QUE REQUISITAVA:

"7.2.1.6 - A comprovação do vínculo profissional a que se referem os subitens 7.2.1.1, 7.2.1.4 e 7.2.1.5 dar-se-á mediante a apresentação dos seguintes documentos:

[...]

III – No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço devidamente registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos."(grifo nosso).

E TAMBÉM NO ANEXO I, ACERCA DA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA:

### 3. EQUIPE TÉCNICA

Todo o processo para a regularização deverá ser elaborado por equipe técnica multidisciplinar das áreas de: direito (Advogado, bacharel), meio ambiente (Eng.Florestal, Biologia, Agronomia), planejamento urbano (Eng. Civil), topografia (Técnico Agrimensor/topógrafo), socioeconomia e georreferenciamento (geógrafo)."(grifo nosso)

PORTANTO, AGORA APRESENTOU O ADVOGADO(A) E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DEVIDAMENTE REGISTRADO CUMPRINDO ASSIM OS REQUISITOS CONTIDOS NO EDITAL, A EMPRESA RESTA HABILITADA AO CERTAME.

ASSIM, ABRE-SE PRAZO DE 5(DIAS) DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS JÁ FICANDO DETERMINADA NOVA DATA PARA A SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DAS LICITANTES HABILITADAS NA DATA DE 21/12/2017 ÀS 14:30HS SE NÃO HOUVER INTEMPÉRIES AO PROCESSO.

NADA MAIS HAVENDO A CONSTAR, SENÃO AGUARDAR A NOVA SESSÃO PÚBLICA.

Governador Celso Ramos, 12 de Dezembro de 2017.  
VALMOR ANTÔNIO KAIR FILHO  
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS  
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

MANOEL MARCELO DA CUNHA  
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SERGIO ADGAR ANDERSON  
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ARILDO WALDEMAR SAGAS  
MEMBRO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

# Grão Pará

## PREFEITURA

### DECRETO DF 072/2017 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1454456

PREFEITURA MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ ESTADO DE SANTA CATARINA

Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 000072/17 de 8 de Dezembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

(002)3.3.90.00.00.00.00.00.2.002-0000 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

(162)3.3.90.00.00.00.00.00.0.004-0000 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

Total Suplementação: 42.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO

02.01 - GABINETE DO PREFEITO

(001)3.1.90.00.00.00.00.00.2.002-0000 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

11 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.01 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

(163)4.6.90.00.00.00.00.00.0.004-0000 - Aplicacoes Diretas 40.000,00

Total Anulação: 42.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 8 de Dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria aos 8 de Dezembro de 2017.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Página: 1/1

### DECRETO DF 073/2017 - ORÇAMENTO

Publicação Nº 1454984

DECRETO Nº 000073/17 de 11 de Dezembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRÃO PARÁ no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de GRÃO PARÁ e autorização contida na Lei Municipal nº 002061/16 de 20 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(063)3.3.90.00.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas 5.000,00 (075)3.3.90.00.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS

(150)3.3.90.00.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(187)3.3.90.00.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Total Suplementação: 67.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

06.01 - DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

(059)3.1.90.00.00.00.00.00.2.013-0001 - Aplicacoes Diretas 5.000,00 (071)3.1.90.00.00.00.00.00.2.014-0001 - Aplicacoes Diretas 10.000,00

10 - SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS

10.01 - DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS

(149)3.1.90.00.00.00.00.00.2.029-0000 - Aplicacoes Diretas 50.000,00

DECRETO Nº 000073/17 de 11 de Dezembro de 2017

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

15 - FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

15.02 - DEPARTAMENTO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

(186)3.1.90.00.00.00.00.00.2.044-0000 - Aplicacoes Diretas 2.000,00

Total Anulação: 67.000,00

Art. 3º -

Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 11 de Dezembro de 2017.

MARCIO BORBA BLASIU

Prefeito Municipal

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

## Publicação Nº 1455223

**LEI MUNICIPAL Nº 2.097/2017**

Publicação Nº 1455225

LEI MUNICIPAL Nº 2.097/2017  
(De 12 de dezembro de 2017)

“REGULAMENTA A CIRCULAÇÃO E O ESTACIONAMENTO DOS ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido como ponto de chegada, estacionamento e saída dos ônibus intermunicipais, a parte central da Rua Joinville, nas proximidades da Escola de Educação Básica “Dr. Miguel de Patá”, no trecho compreendido entre as Ruas Nereu Ramos e Barão do Rio Branco, no Centro da Cidade.

Art. 2º. Os ônibus deverão circular e estacionar para embarque e desembarque de passageiros sempre no sentido Sul-Norte.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
12 de dezembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**LEI MUNICIPAL Nº 2.098/2017**

Publicação Nº 1455226

LEI MUNICIPAL Nº 2.098/2017  
(De 12 de dezembro de 2017)

“REGULAMENTA O ESTACIONAMENTO PÚBLICO EM FRENTE ÀS FARMÁCIAS NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido o limite máximo de 15 (quinze) minutos para estacionamento público, em vias públicas, em frente às farmácias situadas no Município de Grão-Pará.

Parágrafo único. Para cumprimento ao disposto no caput deste artigo, deverá ser limitado a 4,00m (quatro metros) o espaço reservado para o estacionamento de veículos em frente às farmácias.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
12 de dezembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**LEI MUNICIPAL Nº 2.099/2017**

Publicação Nº 1455227

LEI MUNICIPAL Nº 2.099/2017  
(De 12 de dezembro de 2017)

“AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ A CELEBRAR CONVÊNIO COM O HOSPITAL SANTA TEREZINHA, DE BRAÇO DO NORTE, E dá outras providências”

MARCIO BORBA BLASIUS, Prefeito Municipal de Grão-Pará, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a celebrar Convênio, com a Sociedade Beneficente Santa Teresinha – Hospital Santa Teresinha, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/ MF sob o n. 86.437.845/0001-64, estabelecido na Rua Jacob Batista Uliano, 288, Centro, Braço do Norte/SC, pelo prazo de 12 (doze) meses, durante o exercício de 2018, para atendimento de urgência e/ou emergência a pacientes de Grão-Pará.

Parágrafo único. O valor do Convênio de que trata o art. 1º será de R\$ 174.240,00 (cento e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta reais), dividido em 12 (doze) parcelas de R\$ 14.520,00 (quatorze mil, quinhentos e vinte reais), ficando o repasse da parcela subsequente condicionado à prestação de contas da parcela anterior.

Art. 2º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações consignadas no Orçamento do Município vigente para o Exercício Financeiro de 2018.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,  
12 de dezembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIUS  
Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Diário Oficial Eletrônico dos Municípios de Santa Catarina.

DIONE HEINZEN  
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

**QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 1455229

JUSTIFICATIVA À QUEBRA  
DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa NC COMUNICAÇÕES S.A. possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os serviços prestados pela referida empresa vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: NC COMUNICAÇÕES S.A.  
Ordens de Pagamento: 1274 e 1275  
Valor: R\$ 1.322,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de dezembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIU  
Prefeito Municipal

## **QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA**

Publicação Nº 1455228

### **JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO**

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, considerando que a empresa RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A. possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os serviços prestados pela referida empresa vai ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: RBS-ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.  
Restos a Pagar: 0015, 0021, 0022, 0056, 0119, 0120 e 0195  
Valor: R\$ 6.183,00

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 12 de dezembro de 2017.  
MARCIO BORBA BLASIU  
Prefeito Municipal



# Guaraciaba

## PREFEITURA

### ATA 2 CHAMAMENTO PÚBLICO 04.2017.DOCX

Publicação Nº 1454325

#### CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2017

##### Ata Nº02 da reunião de Sorteio

A comissão de Licitação nomeada pela Portaria nº 415/2017, reuniu-se na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Guaraciaba, SC, sito a Rua Ademar de Barros, nº 85, Centro, no dia 12/12/2017 a partir das 10h00min para proceder o sorteio dos profissionais da Subcomissão Técnica que irão julgar a proposta técnica referente ao Processo Licitatório 136/2017, Tomada de Preços 07/2017, para contratação de serviços de publicidade institucional.

Como apenas os profissionais Franciele Vesentin, Cinthia Borsatto e João Carlos Cavalli se credenciaram para prestar os referidos serviços a comissão declara os mesmos aptos a comporem a Subcomissão Técnica, não procedendo o sorteio, cujo julgamento está previsto para o dia 21 de dezembro de 2017, às 09h00 ou, se não houver expediente nesta data, no primeiro dia útil subsequente, no Departamento de Licitações, no seguinte endereço: Rua Ademar de Barros, 85, Centro – Guaraciaba/SC.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Publique-se na forma prevista no edital.

#### COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

Aldo Justino Salvi, Marciel Dresch, Elizete Sandra Benachio Ludwig,  
Presidente Membro/Suplente Membro/Suplente

### TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº04 FMS.2017.DOCX

Publicação Nº 1454016

#### TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. 04/2017 DO FMS

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2017

PREGÃO PRESENCIAL No 07/2017

#### TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04/2017

Aos doze dias do mês de dezembro de 2017, o município de guaraciaba, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua presidente Kennedy, nº 455, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 11.355.924/0001-27, neste ato representado pela sua Ordenadora, Srta. Daiane Dorigon, resolve CANCELAR A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, em epígrafe, a qual foi firmada com a empresa DAL POSSO & SAUER LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.749.533/0001-73, de acordo com as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

0.1. O presente termo visa cancelar o registro do saldo remanescente de todos os itens constantes da Cláusula Primeira da Ata de Registro de Preços nº04/2017, oriunda do Processo Licitatório 15/2017, Pregão Presencial SRP 07/2017, quais sejam:

Lote: 1			
Item	Especificação	Unid.	Quantidade
1	Prótese parcial removível (grade metálica e acrilização) PPR. Especificações mínimas dos procedimentos: Procedimento de protético Prótese parcial removível (grade metálica e acrilização) PPR. Prótese com processo de fabricação em mufla, com resina de boa qualidade termo-polimerizável de alta resistência; Dentes (Biotone) de acrílico com no mínimo duas camadas de prensagem (corpo e esmalte), de alta resistência mecânica, química e à abrasão. Ausência total de bolhas e porosidades; Certificado ISO Grade de estrutura metálica em cromo cobalto fundida e polida, rolete de cera para registro de mordida; Montagen e remontagen, escultura de gengiva para finalização e acabamentos. Procedimentos odontológicos: Prótese parcial removível (grade metálica e acrilização) PPR. Moldagem inicial com alginato especial e vazamento do modelo com gesso especial. Mordida em cera e demarcações da linha do sorriso, escolha da cor do dente. Prova dos dentes e mordida. Instalação da prótese e possíveis ajustes.	UN	96,00
2	Prótese dentária total superior e inferior. Especificações mínimas dos procedimentos: Procedimento de protético Prótese dentária total – PT superior e inferior Prótese com processo de fabricação em mufla, com resina de boa qualidade termo - polimerizável; Dentes (Biotone) de acrílico com no mínimo duas camadas de prensagem, rolete em cera com placa de godiva de 1mm; Ausência total de bolhas e porosidades; Montagens, remontagens, escultura de gengiva para finalização tipo "casca de laranja", acrilização termo - polimerizavel e acabamento final; Certificado ISO Procedimentos odontológicos: Prótese dentária total – PT Moldagem inicial com alginato e vazamento do modelo em gesso pedra. Mordida em cera, marcação da linha do sorriso, altura da dimensão vertical, escolha da cor do dente. Prova dos dentes e mordida, moldagem funcional com pasta zinco enólica e vazamento em gesso pedra. Instalação da prótese e possíveis ajustes de mordida.	UN	144,00
3	REEMBASAMENTO DE PROTESE DENTÁRIA	UN	50,00
4	CONCERTO DE PROTESE DENTÁRIA	UN	50,00

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO



2.1. Fundamento Legal: o fornecedor terá seu registro cancelado por descumprir as condições da Ata de Registro de Preços nos termos abaixo.

**CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de Julho de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

Para firmeza e validade, o presente Termo de Cancelamento foi lavrado em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de assinado pelo Gestor do FMS será encaminhado ao Fornecedor, e publicado.

Guaraciaba, 12 de dezembro de 2017.

DAIANE DORIGON,  
Ordenadora Do FMS

# Guaramirim

## PREFEITURA

### AVISO ERRATA EDITAL 225 2017

Publicação Nº 1454978

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
AVISO DE SIMPLES CORREÇÃO DE LICITAÇÃO
Edital: TOMADA DE PREÇO -225/2017
Tipo : Menor Preço – Por Item
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE CONSTRUÇÃO CIVIL PARA FINALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DA REFORMA E AMPLIAÇÃO DA EMEF PADRE MATHIAS MARIA STEIN. ONDE LÊ-SE; IV- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO
4.1. O prazo para execução da obra é de 90 ( noventa ) dias, contados a partir do quinto dia útil do recebimento da ordem de serviço expedida pela Contratada. AGORA SE LÊ : IV- DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO
4.1. O prazo para execução da obra é de 180 ( cento e oitenta ) dias, contados a partir do quinto dia útil do recebimento da ordem de serviço expedida pela Contratada.
Entrega dos Envelopes: 18/12/2017 às 09:00 h
Abertura dos Envelopes: 18/12/2017 às 09:00 h
Local : Secretaria de Educação de Guaramirim, Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, Centro, Guaramirim SC, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00 – 13:00 às 17:00, pelo site <a href="http://www.guaramirim.sc.gov.br">www.guaramirim.sc.gov.br</a> ou pelo fone (47) 3373-4433.
GUARAMIRIM (SC), 12/12/2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 228/2017 – PMG.

Publicação Nº 1454537

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

#### EXTRATO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 228/2017 – PMG.

Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE MADEIRA EUCALIPTO, EM CARÁTER EMERGENCIAL.  
Modalidade de Licitação: Dispensa de licitação.  
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.  
Contratado: MADEIREIRA BOME LTDA – ME, sob o CNPJ nº 82.740.804/0002-72, estabelecida na Rodovia BR 280, Km 57,5, Bairro Centro, Guaramirim - SC.  
Valor: R\$ 2.212,00 (dois mil duzentos e doze reais).

Guaramirim (SC), 12 de dezembro de 2017.  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO 87/2017

Publicação Nº 1453971

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE CONTRATO 87/2017

Processo de Licitação: 212/2017 – PMG  
Modalidade: Pregão Presencial.  
Tipo: Menor preço por item.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAÇÃO A TRADO E ENSAIOS DE SOLO DE COMPACTAÇÃO E CBR DA RUA BANANAL.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.  
Contratada: CCL SERVIÇOS EM RODOVIAS - EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 29.105.107/0001-86, estabelecida na rua catulo da paixão cearense, município de Curitiba, Estado do Paraná.  
Valor do Contrato: R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais).

Data da Assinatura: 07/12/2017 Vigência: 08/03/2018.

GUARAMIRIM (SC), 12/12/2017  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2017 – PMG

Publicação Nº 1454539

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO – SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO Nº 89/2017 – PMG

Dispensa de Licitação nº: 229/2017 – PMG  
Contrato nº: 88/2017 - PMG  
Modalidade: Dispensa de Licitação  
Fundamento Legal: Artigo 24, inciso I, da Lei nº 8.666/93.  
Objeto: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A INSTALAÇÃO E RETIRADA DE MANGUEIRAS LUMINOSAS E GUIRLANDAS DOS POSTES DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC.  
Contratado: SERRANA ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 83.073.536/0001-64 e inscrição Estadual nº 253.637.244, estabelecida na Rua Ottokar Doerffel, nº 841, Bairro Atiradores, município de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.203-001.  
Valor: R\$ 3.514,08 (três mil quinhentos e catorze reais e oito centavos)

Data da Assinatura: 08/12/2017 Vigência: 06/02/2018

GUARAMIRIM (SC), 12 de dezembro de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2017-PMG

Publicação Nº 1454755

Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES  
EXTRATO DO CONTRATO 84/2017- PMG  
Processo Licitatório nº: 147/2017 - PMG

Modalidade: Tomada de Preços.

Objeto da Licitação: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA RUA HERVINO HANEMANN POR MEIO DO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Contratado: EFETIVA CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 25.526.024/0001-00, estabelecida na Rodovia BR 470, nº 600, Galpão Fundos, Bairro Diamante, em Rodeio-SC, CEP: 89.136-000.

Valor: R\$ 144.600,32 (cento e quarenta e quatro mil seiscentos reais e trinta e dois centavos).

Data da Assinatura: 28/11/2017

GUARAMIRIM (SC), 12/12/2017  
LUIZ ANTONIO CHIODINI  
PREFEITO MUNICIPAL

### OFÍCIO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE Nº 187/2017

Publicação Nº 1454362

Ofício Secretaria Municipal de Saúde nº 187/2017  
Guaramirim, 22 de novembro de 2017.

Ilustríssimo Senhor Doutor,  
LUCIANO LOPES PASTOR  
Diretor Presidente da Associação Mahatma Gandhi

Assunto: Requerimento para qualificação como Organização Social no Município de Guaramirim/SC

Cumprimentando-o cordialmente, vimos por meio deste, em atenção ao Ofício n. 406/2017/Mahatma, referente a possibilidade de participação da referida associação no concurso de projetos, a qualquer tempo, embora encerrado o credenciamento e qualificação das organizações sociais de saúde no âmbito do Município de Guaramirim.

A associação alega que tem interesse na qualificação, atende aos critérios da lei municipal e do concurso de projetos n. 206/2017 e que não existe limitação temporal para requerer sua qualificação podendo apresentar a documentação necessária a qualquer tempo conforme posicionamento do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Ocorre que, a administração pública municipal já avançou diversas fases do processo de contratação de organização social para gestão do Hospital Municipal Santo Antônio.

Isso porque, primeiramente houve a publicação do Decreto n. 815/2017, manifestando o interesse na contratação, posteriormente houve a publicação do edital de chamamento público n. 001/2017 FMS concedendo prazo para apresentação da documentação para qualificação como OS e ainda na sequência a publicação dos decretos n. 804/2017 e 837/2017 com a relação de OS's qualificadas.

Sendo assim, em todo o tempo, desde o início do processo de seleção a administração observou corretamente a publicidade de cada fase do processo de contratação, inclusive da qualificação, ficando aberto o procedimento para qualquer entidade participar, oportunidade em que a Associação Mahatma Gandhi não demonstrou-se interessada.

Por fim, superada a fase de qualificação por meio do edital de chamamento público, passou-se a seleção das entidades elencadas no decreto n. 804/2017 e 837/2017, por meio do Concurso de Projetos, de forma que esta etapa (concurso de projetos) foi elaborada para participação das entidades que passaram pela primeira etapa do processo, ou seja, pelo Chamamento Público 001/2017.

Quanto aos procedimentos adotados, estes seguiram a Lei Municipal 4360/2016, sendo que, no que concerne a qualificação prevista na Seção I do referido dispositivo legal, esta fase já foi encerrada com a publicação do decreto que declarou as entidades qualificadas, nos termos do artigo 3º da Lei 4360/2016, tratando-se agora, o Concurso de Projetos, da fase de seleção prevista na Seção II do referido dispositivo legal.

Por tanto, considerando o exposto, manifestamo-nos pela inviabilidade e intempestividade da qualificação da Associação Mahatma Gandhi no Concurso de Projetos referente a seleção de organização social para gestão do Hospital Municipal Santo Antônio.

Sem mais, renovamos na oportunidade, protestos de consideração e estima.

IVONE URSULA KINAS GONÇALVES DA LUZ  
Secretária Municipal de Saúde

### QUEBRA ORDEM CRONOLÓGICA RAMPINI COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS E TERAPEUTICOS LTDA

Publicação Nº 1454239

#### JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Em atendimento ao art. 5º da Lei 8.666/93, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor RAMPINI COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPÉDICOS E TERAPEUTICOS LTDA – ME referente ao empenho nº. 2581/2017, datado de 06/12/2017, no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais). Este pagamento se refere à aquisição de andador para a paciente A. P. R.

O pagamento do referido empenho foi feito antecipadamente para atender a necessidade do paciente conforme solicitação terapêutica, devido à situação do paciente, pois a empresa somente realiza a venda mediante pagamento imediato, razão pela qual justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento do fornecedor supracitado.

Tendo em vista o acima justificado, assinamos a presente para que a mesma surta os efeitos jurídicos legais, devendo ser efetuado o referido pagamento e as publicações necessárias.

Guaramirim - SC, 11 de Dezembro de 2017.  
IVONE U. K. G. DA LUZ  
Secretária Municipal de Saúde

**REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 222/2017 - PMG**

Publicação Nº 1454753

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
SETOR DE LICITAÇÕES

REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial nº 222/2017 – PMG

Processo Licitatório: 222/2017 – PMG

Tipo: Menor preço por item

Objeto: Registro de preços para prestação de serviço de lavagem

e limpeza completa de veículos de passeio, utilitários, caminhões e motos, para a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Entrega dos Envelopes: até 24/01/2018 às 14h

Abertura dos Envelopes: 24/01/2018 às 14h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, pelo site [www.guaramirim.sc.gov.br](http://www.guaramirim.sc.gov.br) ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 12 de dezembro de 2017.  
Luiz Antonio Chiodini  
PREFEITO MUNICIPAL

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**ERRATA Nº 02 - PROC. LICIT. Nº 002/2017**

Publicação Nº 1454624

ERRATA  
MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL  
PROCESSO LICITATORIO Nº 002/2017  
TIPO: TÉCNICA E PREÇO

ERRATA DA LICITAÇÃO

O PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, de acordo com a legislação vigente, torna público, para conhecimento dos interessados, ERRATA ao edital de licitação nº 002/2017.

Considerando que o objeto desta licitação, refere-se à prestação de Serviço Móvel Pessoal – SMP, o item 6.4 Qualificação Técnica, alínea (C), fica efetivamente excluído do presente edital.

Considerando que consta no ANEXO VI – Minuta de Contrato, fica excluído da presente minuta a Cláusula Sexta, inciso II, não havendo fornecimento de aparelhos em regime de comodato.

Por fim, ratifica-se no ANEXO VI – Minuta de Contrato, Cláusula Sétima, onde se lê Município de Itajaí, leia-se Município de Guaramirim.

Guaramirim, 11 de dezembro de 2017.  
Aurélio Tadeu Tomaselli  
Presidente da Comissão de Licitação

# Guarujá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DE TERMO ADITIVO - PREF / FMS 2018

Publicação Nº 1454415

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 04/2016.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 01/2016 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 01/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

CONTRATADO: CLEOMAR LUIS CONTE

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de locação de apartamento ` Mais Medico `, de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, sem reajuste.

VALOR TOTAL R\$ 8.356,68

Guarujá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

Volnei Luis Gossler,

Secretaria Municipal de Saúde.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 17/2017

PROCESSO LICITATORIO Nº . 15/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 11/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GLOBALMIDIA GM INFORMATICA LTDA ME

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço de Informática, de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

VALOR TOTAL R\$ 50.400,00

Guarujá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

SEGUNDO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 46/2016.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 28/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 18/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: MKNET SERVIÇOS E COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI EPP

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato de Serviço e Instalação de Link Banda Larga, de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018, sem reajuste.

VALOR TOTAL R\$ 82.800,00

Guarujá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

PRIMEIRO TERMO ADITIVO – CONTRATO Nº. 45/2017.

PROCESSO LICITATORIO Nº . 39/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 04/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – CIEE/SC,

OBJETO: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato na área administrativa de estagio de estudantes de 01 de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

VALOR TOTAL R\$ 59.952,00

Guarujá do Sul, 12 de dezembro de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

# Herval d'Oeste

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 1470/2017

Publicação Nº 1455153

#### PORTARIA Nº 1470/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

EXONERAR a pedido conforme requerimento, e DECLARAR a Vacância do cargo ocupado pelo Servidor ERON DIDRICH DOS SANTOS (Matr. 3749), a qual exercia as funções inerentes ao Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "A", Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a partir de 11 de dezembro de 2017, de conformidade com o disposto nos artigos 44 e 45, da LC Nº 281/2011. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1471/2017

Publicação Nº 1455154

#### PORTARIA Nº 1471/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

ADVERTIR, a Servidora ELISANGELA REGINA PINHO (Matr. 3191), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível/Referência – 3/A, Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, por transgressão ao artigo 142, Incisos I e IV, da Lei Complementar nº 281/2011: "ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato" e, "opor resistência injustificada ao andamento de documento, processo ou execução de serviço", de acordo com decisão proferida no Processo Administrativo Disciplinar nº 015/2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1472/2017

Publicação Nº 1455156

#### PORTARIA Nº 1472/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora SIDIANE DA SILVA RAMOS (Matr. 4672), a contar de 12 de dezembro de 2017, a qual exercia a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turno matutino, Educação Infantil, junto ao CMEI Criança Feliz, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 1473/2017

Publicação Nº 1455158

#### PORTARIA Nº 1473/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

#### RESOLVE:

DETERMINAR a Servidora NEUSA APARECIDA CAMPOS (Matr. 4393), ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Gerente de Compras e Licitação, Nível – DAS-2, Anexo VI da Lei Complementar Nº 280/2011, alterado pelo Anexo VI da Lei Complementar Nº 335/2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, a entrar em exercício junto ao Setor de Compras e Licitações do Município, a partir de 13 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 12 de Dezembro de 2017.

Américo Lorini  
Prefeito Municipal



# Ibirama

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.163, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1454413

DECRETO nº 4.163, de 06 de dezembro de 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º Por conta do Excesso de Arrecadação do exercício de 2017 na fonte de recursos 01380100 – PAB FIXO, fica suplementado na importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) o elemento de despesa a seguir especificada.

#### 09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

##### 001 – FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO FDO MUNICIPAL DA SAÚDE

0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde 01380100 – PAB FIXO

3339000 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00

TOTAL ..... R\$ 50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições ao contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de dezembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.164, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017 - SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1454915

DECRETO nº 4.164, de 06 de dezembro de 2017.

"SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ADRIANO POFFO, Prefeito Municipal de Ibirama, no uso de suas atribuições legais e fundamentados no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.263 de 20 de dezembro de 2016.

#### DECRETA:

Art. 1º Por conta do Provável Excesso de Arrecadação do exercício de 2017 nas fontes de recursos 01180000 – Recursos FUNDEB 60% ficam suplementados os elementos de despesa a seguir especificados

#### 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

##### 001 – Departamento de Supervisão Pedagógica

0012.0361.0051.2068 – Manutenção do FUNDEB 60%

01180000 – Recursos FUNDEB 60%

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 150.000,00

0012.0365.0050.2060 – Manutenção do FUNDEB 60%

01180000 – Recursos FUNDEB 60%

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00

TOTAL ..... R\$ 190.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 06 de dezembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

### DECRETO Nº 4.166, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1454883

DECRETO nº 4.166, de 12 de dezembro de 2017.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.314 de 12 de dezembro de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 78.878,22 (setenta e oito mil oitocentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos) a saber:

#### 09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde 0010.0301.0060.1039 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos.

##### 01380100 – PAB FIXO

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

##### 01380200 – PMAQ

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.555,80

0010.301.0060.2073 – Manutenção das Ações do Programa ACS.

01020000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.347,93

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.062,60

0010.0301.0060.2074 – Manutenção das Ações do Programa PSF

01020000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.664,81

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 107,11

0010.0301.0060.2075 – Manutenção das Ações do Caps.

01020000 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.562,66

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.309,32



0010.0301.0060.2076 – Manutenção das Ações do Progr. Saúde Bucal e Ceo.  
 0102000 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 19,81  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 657,39  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 270,00  
 0010.0301.0060.2077 – Man. das Ações/Vigilância/Sanitária/ Epidemiológica.  
 0102000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Saúde  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 6.510,72  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.810,07  
 TOTAL ..... R\$ 78.878,22

Art. 2º Com a anulação parcial de despesa citada no Art. 1º, serão e suplementadas as seguintes dotações Orçamentárias, a saber:

#### 09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
 0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde  
 0102000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Saúde  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 41.322,42  
 01380100 – PAB FIXO  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00  
 01380200 – PMAQ  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.555,80  
 TOTAL ..... R\$ 78.878,22

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de dezembro de 2017.  
 ADRIANO POFFO  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
 Secretário de Administração e Finanças

### **DECRETO Nº 4.167, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1454886

DECRETO nº 4.167, de 12 de dezembro de 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIRAMA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e fundamentos no Artigo 5º, inciso II, da Lei nº 3.315 de 12 de dezembro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 476.916,67 (quatrocentos e setenta e seis mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) à saber:

03 – GABINETE DO PREFEITO E VICE  
 001 – Gabinete do Prefeito e Vice  
 0004.0122.0010.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice  
 01000009 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 18.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.129,40  
 04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

001 – Departamento de Administração  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 525,38  
 0004.0122.0020.2070 – Manutenção do Funrebom  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 002 – Departamento de Finanças  
 0004.0123.0022.2006 – Manutenção do Departamento de Finanças  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 96,00  
 05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 001 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
 0015.0452.001.2018 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.201,00  
 0015.0452.0044.2021 – Manutenção do Sistema Municipal de Trânsito  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00  
 0026.0782.0040.1011 – Construção de Pontes e Bueiros  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 948,18  
 0026.0782.0040.2017 – Manutenção do Departamento de Obras  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.043,00  
 06 – SECRETARIA DE DESENV. ECON. E MEIO AMBIENTE  
 001 – Departamento Agropecuários  
 0018.0541.0031.2014 – Manutenção do Dpto de Desenv. do Meio Ambiente  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.665,64  
 002 – Departamento de Indústria, Comércio e Turismo  
 0022.0661.0032.2015 – Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.162,81  
 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 001 – Departamento de Supervisão Pedagógica  
 0012.0306.0051.2062 – Manutenção do Programa Merenda Escolar Pnae  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 41.000,00  
 0012.0365.0050.2059 – Manutenção do Programa Merenda Creches Pnae  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 67.000,00  
 0012.0367.0054.2025 – Manutenção do Ensino Especial  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00  
 002 – Departamento de Esportes  
 0027.0812.0056.1031 – Construção de Complexo Esportivo de Lazer  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.538,46  
 0027.0812.0056.2027 – Manutenção do Departamento de Esporte Amador  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00  
 003 – Departamento de Cultura

0013.0392.0055.1028 – Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.606,80  
 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 001 – Funcionamento e Manutenção do FMAS  
 0008.0244.0062.2088 – Apoio ao Grupo da Melhor Idade  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 0008.0244.0062.2089 – Manutenção do Cras e Aquisição de Equipamentos  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 476.916,67

Art. 2º Com a anulação parcial ou total de despesa citada no Art. 1º, serão e suplementadas as seguintes dotações Orçamentárias, a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 001 – Funcionamento e Manutenção do FMAS  
 0008.0244.0062.2055 – Manutenção do Fundo de Assistência Social  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
 001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
 0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde  
 01020000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 406.916,67  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 476.916,67

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de dezembro de 2017.  
 ADRIANO POFFO  
 Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
 Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 3.313, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018**

Publicação Nº 1454718

LEI Nº 3.313, de 12 de dezembro de 2017.

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE IBIRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Ibirama para o exercício de 2018 Estima a Receita e Fixa a Despesa em R\$ 54.395.000,00 (cinquenta e quatro milhões trezentos e noventa e cinco mil reais).

Dos Orçamentos dos Poderes Executivo e Legislativo

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 54.395.000,00 (cinquenta e quatro milhões trezentos e noventa e cinco mil reais) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo Municipal em R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais) e em 51.995.000,00 (cinquenta e um milhões novecentos e noventa e cinco mil reais), a Despesa do Poder Executivo Municipal.

§ 1º A Receita da Prefeitura Municipal será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento.

RECEITAS .....	60.124.800,00
RECEITAS CORRENTES .....	58.082.800,00
RECEITAS DE CAPITAL .....	2.042.000,00
DEDUÇÕES DA RECEITA .....	- 5.729.800,00
TOTAL .....	54.395.000,00

§ 2º A Despesa dos Poderes Executivo e Legislativo será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte forma:

#### **I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

01 – FUNDO MUN. DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	246.000,00
02 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	2.400.000,00
03 – GABINETE DO PREFEITO E VICE	1.010.000,00
04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	5.758.951,00
05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.685.500,00
06 – SECRETARIA DE DES. ECON. E MEIO AMBIENTE	1.350.000,00
07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CUL. E ESPORTES	25.097.100,75
09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	9.712.548,25
10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.134.900,00
TOTAL	54.395.000,00

#### **II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

01 – Legislativa	2.400.000,00
04 – Administração	5.868.951,00
08 – Assistência Social	1.380.900,00
09 – Previdência Social	450.000,00
10 – Saúde	9.712.548,25
12 – Educação	23.122.100,75
13 – Cultura	937.500,00
15 – Urbanismo	5.573.000,00
16 – Habitação	125.000,00
18 – Gestão Ambiental	475.000,00
20 – Agricultura	685.000,00
22 – Indústria	85.000,00
23 – Comércio e Serviços	105.000,00
26 – Transporte	1.987.500,00
27 – Desporto e Lazer	1.037.500,00
28 – Encargos Especiais	400.000,00
99 – Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	54.395.000,00

#### **III – CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO**

31 – Ação Legislativa	2.400.000,00
122 – Administração Geral	4.363.951,00
123 – Administração Financeira	1.505.000,00
243 – Assistência à Criança e ao Adolescente	246.000,00
244 – Assistência Comunitária	1.134.900,00
301 – Atenção Básica	9.712.548,25
306 – Alimentação e Nutrição	546.000,00
361 – Ensino Fundamental	11.793.100,75
362 – Ensino Médio	200.000,00

364 – Ensino Superior 650.000,00  
 365 – Educação Infantil 9.631.000,00  
 367 – Educação Especial 302.000,00  
 392 – Difusão Cultural 937.500,00  
 451 – Infra-Estrutura Urbana 2.303.000,00  
 452 – Serviços Urbanos 3.270.000,00  
 482 – Habitação Urbana 125.000,00  
 541 – Preservação e Conservação Ambiental 475.000,00  
 606 – Extensão Rural 685.000,00  
 661 – Programação Industrial 85.000,00  
 695 – Turismo 105.000,00  
 782 – Transporte Rodoviário 1.987.500,00  
 812 – Desporto Comunitário 1.037.500,00  
 843 – Serviço da Dívida Interna 400.000,00  
 845 – Transferência 450.000,00  
 999 – Reserva de Contingência 50.000,00  
 TOTAL 54.395.000,00

#### IV – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

01 – PROCESSO LEGISLATIVO 2.400.000,00  
 10 – GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR 1.010.000,00  
 14 – ORGANIZAÇÃO E MOD. ADM. 170.000,00  
 20 – ADMINISTRAÇÃO GERAL 2.873.951,00  
 21 – FORT. DO MUNICIPALISMO 200.000,00  
 22 – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA 1.505.000,00  
 23 – ENCARGOS ESPECIAIS 950.000,00  
 25 – DESP. DE EXERC. ANTERIORES 10.000,00  
 30 – ASSIT. AO PRODUTOR RURAL 685.000,00  
 31 – DESENV. DO MEIO AMBIENTE 475.000,00  
 32 – DESENV. DA IND. E COMÉRCIO 85.000,00  
 33 – DESENV. DO TURISMO 105.000,00  
 40 – MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS 1.987.500,00  
 41 – MANUT. DE VIAS URBANAS 2.830.000,00  
 42 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA 2.263.000,00  
 43 – HABITAÇÃO POPULAR 125.000,00  
 44 – TRÂNSITO SEGURO 480.000,00  
 50 – ENSINO PRÉ-ESCOLAR 9.631.000,00  
 51 – ENSINO FUNDAMENTAL 12.339.100,75  
 52 – ENSINO MÉDIO 200.000,00  
 53 – ENSINO SUPERIOR 650.000,00  
 54 – ENSINO ESPECIAL 302.000,00  
 55 – DIFUSÕES CULTURAIS 937.500,00  
 56 – DESPORTO AMADOR 1.037.500,00  
 60 – MANUT. DOS SERV. DA SAÚDE 9.712.548,25  
 62 – ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL 1.134.900,00  
 63 – ASSISTÊNCIA AO MENOR 246.000,00  
 99 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA 50.000,00  
 TOTAL 54.395.000,00

#### V – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO NATUREZA

DESPESAS CORRENTES 48.139.000,00  
 3.1.00.00.00.00 – PESSOAL E ENC. SOCIAIS 27.912.029,00  
 3.2.00.00.00.00 – JUROS E ENC. DA DÍVIDA 50.000,00  
 3.3.00.00.00.00 – OUTR. DESP. CORRENTES 20.176.971,00  
 DESPESAS DE CAPITAL 6.206.000,00  
 4.4.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS 5.856.000,00  
 4.6.00.00.00.00 – AMORT. DA DÍVIDA 350.000,00  
 RESERVA DE CONTINGÊNCIA 50.000,00  
 9.9.00.00.00.00 – RES. DE CONTINGÊNCIA 50.000,00  
 TOTAL 54.395.000,00

Art. 3º Os recursos da reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário positivo, conforme abaixo:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 50.000,00  
 9.9.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA 50.000,00  
 TOTAL 50.000,00

§ 1º A Utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais específicos neste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou a menor.

§ 3º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o orçamento para 2018 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado e remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º O Executivo esta autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento) da Receita estimada para o orçamento, utilizado como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – Superávit financeiro do exercício anterior.

§ Único Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º, da Lei nº. 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das fontes de recursos, conforme disposto nos artigos 8º. 42 e 50, I da LRF.

Art. 7º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito Para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 9º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.



Art. 10º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal e Estadual, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 11º A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogado as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de dezembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 3.314, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1454727

LEI Nº 3.314, de 12 de dezembro de 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 78.878,22 (setenta e oito mil oitocentos e setenta e oito reais e vinte e dois centavos) à saber:

#### **09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
0010.0301.0060.1039 – Aquisição de Veículos, Móveis e Equipamentos.

01380100 – PAB FIXO

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

01380200 – PMAQ

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.555,80

0010.301.0060.2073 – Manutenção das Ações do Programa ACS.

01020000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 9.347,93

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 3.062,60

0010.0301.0060.2074 – Manutenção das Ações do Programa PSF

01020000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.664,81

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 107,11

0010.0301.0060.2075 – Manutenção das Ações do Caps.

01020000 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.562,66

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.309,32

0010.0301.0060.2076 – Manutenção das Ações do Progr. Saúde Bucal e Ceo.

01020000 – Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 19,81

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 657,39

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 270,00

0010.0301.0060.2077 – Man. das Ações/Vigilância/Sanitária/

Epidemiológica.

01020000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 6.510,72

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.810,07

TOTAL ..... R\$ 78.878,22

Art. 2º Com a anulação parcial de despesa citada no Art. 1º, serão e suplementadas as seguintes dotações Orçamentárias, a saber:

#### **09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE**

001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde

01020000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos – Saúde

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 41.322,42

01380100 – PAB FIXO

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 25.000,00

01380200 – PMAQ

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 12.555,80

TOTAL ..... R\$ 78.878,22

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de dezembro de 2017.

ADRIANO POFFO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO

Secretário de Administração e Finanças

### **LEI Nº 3.315, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 - ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1454733

LEI Nº 3.315, de 12 de dezembro de 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Ibirama, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Prefeito Municipal de Ibirama, autorizado a anular parcialmente a seguinte dotação orçamentária no valor de R\$ 476.916,67 (quatrocentos e setenta e seis mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) à saber:

#### **03 – GABINETE DO PREFEITO E VICE**

001 – Gabinete do Prefeito e Vice

0004.0122.0010.2002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice

01000009 – Recursos Ordinários

331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 18.000,00

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.129,40

#### **04 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

001 – Departamento de Administração

01000000 – Recursos Ordinários

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 525,38

0004.0122.0020.2070 – Manutenção do Funrebo

01000000 – Recursos Ordinários

333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00

344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 002 – Departamento de Finanças  
 0004.0123.0022.2006 – Manutenção do Departamento de Finanças  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 96,00  
 05 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS  
 001 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos  
 0015.0452.001.2018 – Manutenção do Departamento de Serviços Urbanos  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.201,00  
 0015.0452.0044.2021 – Manutenção do Sistema Municipal de Trânsito  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 140.000,00  
 0026.0782.0040.1011 – Construção de Pontes e Bueiros  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 948,18  
 0026.0782.0040.2017 – Manutenção do Departamento de Obras  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 40.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.043,00  
 06 – SECRETARIA DE DESENV. ECON. E MEIO AMBIENTE  
 001 – Departamento Agropecuários  
 0018.0541.0031.2014 – Manutenção do Dpto de Desenv. do Meio Ambiente  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.665,64  
 002 – Departamento de Indústria, Comércio e Turismo  
 0022.0661.0032.2015 – Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.162,81  
 07 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
 001 – Departamento de Supervisão Pedagógica  
 0012.0306.0051.2062 – Manutenção do Programa Merenda Escolar Pnae  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 41.000,00  
 0012.0365.0050.2059 – Manutenção do Programa Merenda Creches Pnae  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 67.000,00  
 0012.0367.0054.2025 – Manutenção do Ensino Especial  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 4.000,00  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 1.000,00  
 002 – Departamento de Esportes  
 0027.0812.0056.1031 – Construção de Complexo Esportivo de Lazer  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 5.538,46  
 0027.0812.0056.2027 – Manutenção do Departamento de Esporte Amador  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 8.000,00  
 003 – Departamento de Cultura  
 0013.0392.0055.1028 – Recuperação e Preservação do Patrimônio Histórico  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 344900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 2.606,80  
 10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 001 – Funcionamento e Manutenção do FMAS

0008.0244.0062.2088 – Apoio ao Grupo da Melhor Idade  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 0008.0244.0062.2089 – Manutenção do Cras e Aquisição de Equipamentos  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 476.916,67

Art. 2º Com a anulação parcial ou total de despesa citada no Art. 1º, serão e suplementadas as seguintes dotações Orçamentárias, a saber:

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
 001 – Funcionamento e Manutenção do FMAS  
 0008.0244.0062.2055 – Manutenção do Fundo de Assistência Social  
 01000000 – Recursos Ordinários  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 20.000,00  
 09 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE  
 001 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal da Saúde  
 0010.0301.0060.2057 – Manutenção das Ações do Fundo da Saúde  
 01020000 – Receitas Impostos e Transferências de Impostos - Saúde  
 331900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 406.916,67  
 333900 – Aplicações Diretas ..... R\$ 50.000,00  
 TOTAL ..... R\$ 476.916,67

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Ibirama, em 12 de dezembro de 2017.  
 ADRIANO POFFO  
 Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei na data supra.

FÁBIO LUIZ FUSINATO  
 Secretário de Administração e Finanças

# Ilhota

## PREFEITURA

### DECRETO - 86/2017

Publicação Nº 1454629

DECRETO Nº 86/2017, DE 01 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.815/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e da Lei 1.825/16 Orçamentária Anual de 2017, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, de conformidade com o art. 16º, II, art.18º e art. 19 da LOA/2016, na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais) e da outras providências.

#### TÍTULO – I

#### CAPÍTULO – I

#### DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 1º Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.815, de 18 de Julho de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 29º, IV e art. 30º, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, atividade: 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica (1074) Aplicações Diretas (103), valor R\$ 60.000,00, (sessenta mil reais) e atividade: 1030100142.054 – Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMPQ (1080) Aplicações Diretas (122), valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

#### CAPÍTULO – II

#### DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 1.825, de 07 de Dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 18º, parágrafo único e art.19º, mais precisamente no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), na 12-01 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota, atividade: 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica 3.3.90.00.00.00.00 (1074) Aplicações Diretas (103), valor R\$ 60.000,00, (sessenta mil reais) e atividade: 1030100142.054 – Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMPQ (1080) Aplicações Diretas (122), valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

#### CAPÍTULO – III

#### DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento do Fundo Municipal da Saúde vigente na importância de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.806/2016 – LOA, a seguir:

12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

12.01 – Fundo Municipal Saúde de Ilhota

Atividade: 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica

3.3.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1074) Aplicações Diretas (103) ..... R\$ 60.000,00

1030100142.054 – Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMPQ

3.3.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1080) Aplicações Diretas (122) ..... R\$ 60.000,00

Total ..... R\$ 90.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no Fundo Municipal da Saúde no valor total de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme especificado abaixo:

12 – Fundo Municipal de Saúde de Ilhota

12.01 – Fundo Municipal Saúde de Ilhota

Atividade: 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica

4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1074) Aplicações Diretas (104) ..... R\$ 60.000,00

1030100142.054 – Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMPQ

4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1080) Aplicações Diretas (123) ..... R\$ 30.000,00

Total ..... R\$ 90.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução no Fundo Municipal da Saúde, mais propriamente consignadas nas Leis LDO e LOA, na Atividade: Atividade: 1030100142.050 – Manutenção de Atenção Básica, 4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1074) Aplicações Diretas (104) R\$ 60.000,00 ( sessenta mil reais), e atividade: 1030100142.054 – Manutenção do Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade – PMPQ, 4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (1080) Aplicações Diretas (123) R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal Ilhota,

01 de Setembro de 2017.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

### DECRETO 88/2017

Publicação Nº 1454631

DECRETO Nº 88 /2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERAVIT FINANCEIRO DE 2016, DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE ILHOTA, POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERICO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72, VI da Lei Orgânica do Município, e conforme autorização prevista no parágrafo único do artigo 17º da lei nº 1.825, de 07 de Dezembro de 2016 (LOA), e de conformidade com o art. 43 parágrafo 1º, item I, II e III da Lei 4.320/64 de 17/03/1964, decreta:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

Suplementar por Superávit Financeiro de 2016, por fonte de Recurso a importância de R\$ 750.000,00(setecentos e cinquenta mil reais),destinado aos seguintes programas e dotações abaixo discriminadas:

ÓRGÃO: 11 – Fundo Municipal da Educação Ilhota  
UNIDADE:11.01 – Fundo Municipal da Educação de Ilhota  
Funcional – 12.361.00151.024 – Ref. e Ampl.Unidades Escolares Ensino Fundamental  
4.4.90.00.00.00.00 - 101 – Aplicações Diretas (159) .....  
..... R\$ 300.000,00  
4.4.90.00.00.00.00 – 19 - Aplicações Diretas (32828)  
..... R\$ 450.000,00

TOTAL GERAL ..... R\$ 750.000,00

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de setembro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA,  
em 06 de Setembro de 2017.  
ERICO DE OLIVERIA  
Prefeito Municipal

## DECRETO 92/2017

Publicação Nº 1454636

DECRETO Nº 92/2017, DE 15 DE SETEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a alteração da Lei 1.815/2016 de Diretrizes Orçamentárias de 2017 e da Lei 1.825/16 Orçamentária Anual de 2017, através remanejamento de dotação orçamentária, por conta a anulação parcial ou total das dotações previstas no orçamento vigente do Fundação Municipal de Esporte, de conformidade com o art. 16º, II, art.18º e art. 19 da LOA/2016, na importância de R\$ 21.000,00 (vinte e hum mil reais) e da outras providências.

TÍTULO – I

CAPÍTULO – I

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 1º Fica igualmente alterada a Lei nº. 1.815, de 18 de Julho de 2016 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 29º, IV e art. 30º, relativo ao remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor total de R\$ 21.000,00 (vinte e hum mil reais), na 20-01 – Fundação Municipal de Esporte, atividade: 2781300202.019 – Fundação Municipal de Esporte (100) Aplicações Diretas (267), valor R\$ 21.000,00,(vinte e hum mil reais), objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – II

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 1.825, de 07 de Dezembro de 2016 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2017, em conformidade com o art. 18º, parágrafo único e art.19º, mais precisamente no Orçamento da Fundação Municipal de Esporte, através do remanejamento de dotação orçamentária vigente, no valor de R\$ 21.000,00 (vinte e hum mil reais), na 20-01 – Fundação Municipal de Esporte, atividade: 2781300202.019 – Fundação Municipal de Esporte (100) Aplicações Diretas (267), valor R\$ 21.000,00,(vinte e hum mil reais), em conformidade com o disposto neste ato, objetivando ao atendimento de despesas de caráter continuado.

CAPÍTULO – III

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder, o remanejamento de dotação orçamentária do seguinte item do orçamento vigente na importância de R\$ 21.000,00 (vinte e hum mil reais), em conformidade com o art. 12º, II e art.13º da lei 1.806/2016 – LOA, a seguir:

20 – Fundação Municipal de Esporte  
20-01 – Fundação Municipal de Esporte  
atividade: 2781300202.019 – Fundação Municipal de Esporte  
4.4.90.00.00.00.00 – fonte Recurso (100) Aplicações Diretas (267)  
..... R\$ 21.000,00  
Total ..... R\$ 21.000,00

Art. 5º - Para o atendimento do Crédito autorizado neste ato fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a proceder às seguintes reduções orçamentária no valor total de R\$ 21.000,00 (vinte e hum mil reais), conforme especificado abaixo:

20 – Fundação Municipal de Esporte  
20-01 – Fundação Municipal de Esporte  
Atividade: 2781200202.038 – Promoção das Atividades Esportivas  
3.3.90.00.00.00.00 – Fonte recurso (100) Aplicações Diretas (258)  
..... R\$ 1.000,00  
Atividade: 2781200202.039 – Reforma e Ampliação de Espaços Esportivos  
4.4.90.00.00.00.00 – Fonte recurso (100) Aplicações Diretas (260)  
..... R\$ 10.000,00  
Atividade: 2781200202.070 – Construção de Pista Skate  
4.4.90.00.00.00.00 – Fonte recurso (100) Aplicações Diretas (262)  
..... R\$ 10.000,00  
Total ..... R\$ 21.000,00

Art. 6º - Com objetivo de atendimento dos prescritos na Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, relativamente no que tange a compensação das despesas ora instituídas com o advento deste ato, ficam compensadas pela redução parcial das previsões constantes na matéria orçamentária em execução no Fundo Municipal de Esporte, mais propriamente consignadas nas Leis LDO e LOA, na Atividade: Atividade: 2781200202.038 – Promoção das Atividades Esportivas 3.3.90.00.00.00.00 – Fonte recurso (100) Aplicações Diretas (258) R\$ 1.000,00 (dez mil reais), Atividade: 2781200202.039 – Reforma e Ampliação de Espaços Esportivos, 4.4.90.00.00.00.00 – Fonte recurso (100) Aplicações Diretas (260) R\$10.000,00(dez mil reais) e Atividade: 2781200202.070 – Construção de Pista Skate, 4.4.90.00.00.00.00 – Fonte recurso (100) Aplicações Diretas (262) R\$10.000,00 (dez mil reais).

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 15 de setembro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal Ilhota,  
15 de Setembro de 2017.  
Erico de Oliveira  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO 066 TP 001 - 2017 FMS - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013.2016

Publicação Nº 1454395

Extrato de Contrato nº 066/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS UBALDO BITTENCOURT COM 218 METROS E MARIA CLARA



BITTENCOURT COM 196,70 METROS DE EXTENSÃO DO BAIRRO PEDRA DE AMOLAR, DE ACORDO COM CONTRATO DE REPASSE Nº 809538/2014 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONFORME PROCESSO Nº 2622.1018370-90/2014.

Prestador: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 28/05/2017.

Vigência: 27/08/2017  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 067 TP 001 - 2017 FMS - TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013.2016**

Publicação Nº 1454397

Extrato de Contrato nº 067/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS UBALDO BITTENCOURT COM 218 METROS E MARIA CLARA BITTENCOURT COM 196,70 METROS DE EXTENSÃO DO BAIRRO PEDRA DE AMOLAR, DE ACORDO COM CONTRATO DE REPASSE Nº 809538/2014 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONFORME PROCESSO Nº 2622.1018370-90/2014.

Prestador: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 28/08/2017.

Vigência: 27/11/2017  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 068 TP 001 - 2017 FMS - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 013.2016**

Publicação Nº 1454399

Extrato de Contrato nº 068/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E SINALIZAÇÃO DAS RUAS UBALDO BITTENCOURT COM 218 METROS E MARIA CLARA BITTENCOURT COM 196,70 METROS DE EXTENSÃO DO BAIRRO PEDRA DE AMOLAR, DE ACORDO COM CONTRATO DE REPASSE Nº 809538/2014 MINISTÉRIO DAS CIDADES/CAIXA, CONFORME PROCESSO Nº 2622.1018370-90/2014.

Prestador: ARTEFATOS DE CIMENTO SANTA TEREZINHA LTDA  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 29/11/2017.

Vigência: 26/02/2018.  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 069 TP 002 - 2017 FMS - TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 028.2017**

Publicação Nº 1454402

Extrato de Contrato nº 069/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 002/2017 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DA COBERTURA DA ACADEMIA E REFORMA DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE "AGOSTINHO ZIMERMANN", LOCALIZADO NA ESTRADA GERAL BAÚ CENTRAL, conforme edital e seus anexos.

Prestador: VILLACON CONSTRUTORA E INCORPORADORALTD A-EPP  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 31/10/2017.

Vigência: 29/01/2018.  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 071 TP 003 - 2017 FMS - NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027.2015**

Publicação Nº 1454404

Extrato de Contrato nº 071/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO DA ESCOLA MUNICIPAL DOMINGOS JOSÉ MACHADO.

Prestador: DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-EPP  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 09/10/2017.

Vigência: 07/12/2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 072 TP 006 - 2017 FMS - DÉCIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13.2015**

Publicação Nº 1454405

Extrato de Contrato nº 072/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E DRENAGEM PLUVIAL NAS RUAS LUIZ LEAL (LOTE 1) E LUIZ PONTALDI (LOTE 2), DE ACORDO COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº 798174/2013 - MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONVÊNIO 1012034-12/2013.

Prestador: PETRY EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME.

Aditivo de prazo.  
Assinatura: 28/08/20117.

Vigência: 26/10/2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 073 TP 006 - 2017 FMS - DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 13.2015**

Publicação Nº 1454407

Extrato de Contrato nº 073/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 006/2015 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS E DRENAGEM PLUVIAL NAS RUAS LUIZ LEAL (LOTE 1) E LUIZ PONTALDI (LOTE 2), DE ACORDO COM O TERMO DE COMPROMISSO Nº 798174/2013 - MINISTÉRIO DAS CIDADES, CONVÊNIO 1012034-12/2013.

Prestador: PETRY EMPREITERA DE MÃO DE OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME.  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 27/10/20117.

Vigência: 25/12/2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 074 TP 007 - 2017 FMS - DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15.2015**

Publicação Nº 1454408

Extrato de Contrato nº 074/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 007/2015 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO EM TRECHO DA RUA JOÃO DOMINGOS PEREIRA, BAIRRO ILHOTINHA, EM CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 0306298-66/2009/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA.

Prestador: PETRY EMPREITERA DE MÃO DE OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME.  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 27/10/2017.

Vigência: 25/12/2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 075 TP 007 - 2017 FMS - DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 15.2015**

Publicação Nº 1454411

Extrato de Contrato nº 075/2017

Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 007/2015 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS SEXTAVADAS DE CONCRETO EM TRECHO DA RUA JOÃO DOMINGOS PEREIRA, BAIRRO ILHOTINHA, EM CONFORMIDADE COM CONTRATO DE REPASSE Nº 0306298-66/2009/MINISTERIO DAS CIDADES/CAIXA.

Prestador: PETRY EMPREITERA DE MÃO DE OBRA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA ME.  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 28/08/2017.

Vigência: 26/10/2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DE CONTRATO 076 TP 003 - 2017 FMS - DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 27.2015**

Publicação Nº 1454420

Extrato de Contrato nº 076/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 003/2015 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA QUADRA ESCOLAR COBERTA COM VESTIÁRIO DA ESCOLA MUNICIPAL DOMINGOS JOSÉ MACHADO.

Prestador: DI FATTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA EPP.  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 08/12/2017.

Vigência: 06/02/2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO DO CONTRATO 070 TP 011 - 2017 FMS - SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 029.2015**

Publicação Nº 1454403

Extrato de Contrato nº 070/2017  
Estado de Santa Catarina  
Município de Ilhota  
Prefeitura Municipal de Ilhota  
Setor de Compras e Licitações  
Processo: TOMADA DE PREÇO Nº 011/2015 – FMS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REUBARNIZAÇÃO DA RUA MODESTO VARGAS, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 348155-25/2010/MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA, conforme edital e seus anexos.

Prestador: RENTAL SERVICE LTDA-EPP  
Aditivo de prazo.  
Assinatura: 21/09/2017.

Vigência: 19/12/2017.  
ERICO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****RESOLUÇÃO MD 20/2017**

Publicação Nº 1454464

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 20/2017

DISPENSA O TRÂMITE PELO RITO REGIMENTAL DOS PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR Nº 46/2017, 47/2017 E 56/2017, TODOS DE AUTORIA DO EXECUTIVO, POSSIBILITANDO SUA DELIBERAÇÃO EM UM ÚNICO TURNO DE DISCUSSÃO E VOTAÇÃO NA MESMA SESSÃO ORDINÁRIA.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, faz saber,

CONSIDERANDO que deu entrada nesta Casa de Leis os Projetos de Lei Complementar nº 46/2017, 47/2017 e 56/2017 todos de autoria do Executivo;

CONSIDERANDO que os Projetos de Lei Complementar nº 46/2017, 47/2017 e 56/2017 todos de autoria do Executivo, não necessitam, obrigatoriamente serem deliberados em dois turnos de votação;

CONSIDERANDO que a tramitação dos Projetos de Lei Complementar nº 46/2017, 47/2017 e 56/2017 todos de autoria do Executivo, devem por imposição legal obedecer ao trâmite Regimental aplicável à espécie;

CONSIDERANDO que as deliberações da Câmara Municipal dar-se-ão em dois turnos de discussão e votação, com interstício mínimo de vinte e quatro horas conforme preceitua o art. 126 do Regimento Interno;

CONSIDERANDO a justificada urgência da matéria constante na proposição apresentada pelo executivo municipal;

CONSIDERANDO a importância da matéria que se encontra estampada na referida proposição para a comunidade Ilhotense;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica dispensado do trâmite regimental os Projetos de Lei Complementar nº 46/2017, 47/2017 e 56/2017 todos de autoria do Executivo.

Art. 2º. Autoriza a Câmara Municipal de Ilhota a deliberar os Projetos de Lei Complementar nº 46/2017, 47/2017 e 56/2017 todos de autoria do Executivo, inclusos na Ordem do dia da Sessão Ordinária do dia 15 de dezembro de 2017, em um único turno de discussão e votação.

Art. 3º. A presente resolução entra em vigor nesta data, quando de sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 12 de dezembro de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

**RESOLUÇÃO MD 21/2017**

Publicação Nº 1454469

RESOLUÇÃO DE MESA Nº 21/2017

ESTABELECE PROCEDIMENTOS QUANTO AO TÉRMINO DOS TRABALHOS LEGISLATIVOS DE 2017 E INÍCIO DE 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ILHOTA, com fundamento no artigo 39, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Ilhota, bem como no artigo 27, inciso I do Regimento Interno, faz saber:

CONSIDERANDO que o recesso legislativo significa ausência de sessões ordinárias e ocorre de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro, conforme artigo 7º do Regimento Interno:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica fixado o expediente da Câmara de Vereadores de Ilhota para o final de 2017 e o início de 2018 da seguinte forma:

I – O último dia de expediente no ano de 2017 será o dia 22 de dezembro com início do expediente às 07h00min e término às 13h00min;

II – não haverá expediente de 23 de dezembro de 2017 a 01 de janeiro de 2018;

III – o retorno das atividades será no dia 02 de janeiro de 2018, horário/expediente normal.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor nesta data, quando da sua publicação.

Câmara Municipal de Ilhota, 12 de dezembro de 2017.

Francisco Domingos

Presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Jonatas de Oliveira Jacó

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ilhota

Luiz Gustavo dos Santos Fidel

1º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

Arnoldo Adriano

2º Secretário da Câmara Municipal de Ilhota

# Imarui

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 91 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455384

DECRETO Nº. 91 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito do Município de Imaruí-SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar, no orçamento do Poder Executivo e Fundo Municipal de Saúde, exercício 2017, na importância de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	9	1.000	Aplicações Diretas	5.500,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	16	1.000	Aplicações Diretas	3.500,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	19	1.000	Aplicações Diretas	17.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	21	1.000	Aplicações Diretas	22.900,00
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	25	1.000	Aplicações Diretas	4.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	26	1.000	Aplicações Diretas	8.000,00
PROJ/ATIV. – 2.014	PRECATÓRIOS E OUTRAS DESPESAS JUDICIAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	29	1.000	Aplicações Diretas	63.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	31	1.001	Aplicações Diretas	9.000,00
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	51	1.018	Aplicações Diretas	95.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	71	1.001	Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	74	1.001	Aplicações Diretas	97.000,00
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	75	1.018	Aplicações Diretas	160.000,00
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	89	1.000	Aplicações Diretas	800,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			

PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	100	1.000	Aplicações Diretas	3.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 12.01	SECRETARIA DE PREOMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	171	1.000	Aplicações Diretas	1.300,00
Total				499.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	1.002	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.002	Aplicações Diretas	43.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	11	1.064	Aplicações Diretas	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	14	1.064	Aplicações Diretas	3.000,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	17	1.064	Aplicações Diretas	10.000,00
Total				81.000,00
Total Geral				580.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GRABINETE DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	1	1.000	Aplicações Diretas	4.000,00
UNIDADE – 02.02	AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
PROJ/ATIV. – 2.003	MANUTENÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	3.000,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	SGABINETE DO VICE PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	11.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	52	1.001	Aplicações Diretas	50.000,00
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	57	1.018	Aplicações Diretas	25.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	58	1.001	Aplicações Diretas	45.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	65	1.001	Aplicações Diretas	83.000,00
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	76	1.019	Aplicações Diretas	230.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			



Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	108	1.000	Aplicações Diretas	4.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS, SERV.URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	148	1.000	Aplicações Diretas	28.000,00
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	159	1.000	Aplicações Diretas	16.000,00
Total				499.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BÁSICA			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	12	1.002	Aplicações Diretas	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	15	1.002	Aplicações Diretas	13.000,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMÍLIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	18	1.002	Aplicações Diretas	45.000,00
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	23	1.064	Aplicações Diretas	18.000,00
Total				81.000,00
Total Geral				580.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 12 de dezembro de 2017.  
RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2017 – PMI

Publicação Nº 1455435

EXTRATO DE CONTRATO Nº 049/2017 – PMI

Convite PMI Nº 009/2017. Contratante: MUNICÍPIO DE IMARUÍ. CNPJ do Contratado: 01.098.455/0001-54. Contratado: Publiciti Distribuidora Ltda Epp. Objeto: Aquisição de material pedagógico e esportivo. Fundamentação legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 31/12/2017. Valor total: R\$ 76.143,85. (Dotação: Proj. Ativ.: 2.027 - Código Resumido: 54; (Dotação: Proj. Ativ.: 2.029 - Código Resumido: 67); (Dotação: Proj. Ativ.: 2.028 - Código Resumido: 60). Data de assinatura: 06/11/2014. Signatário pelo Município: Rui José Candemil Júnior, pela contratada: Cláudia Demétrio Joaquina.

## LEI Nº. 2.012, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455387

LEI Nº. 2.012, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, no orçamento do Poder Executivo e Fundo Municipal de Saúde, exercício 2017, na importância de R\$ 580.000,00 (quinhentos e oitenta mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
UNIDADE – 04.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO			
PROJ/ATIV. – 2.005	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GOVERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor

3.1.90.00.00.00.00.00	9	1.000	Aplicações Diretas	5.500,00
ÓRGÃO – 05	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
UNIDADE – 05.01	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
PROJ/ATIV. – 2.009	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	16	1.000	Aplicações Diretas	3.500,00
ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.012	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	19	1.000	Aplicações Diretas	17.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	21	1.000	Aplicações Diretas	22.900,00
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	25	1.000	Aplicações Diretas	4.000,00
3.2.90.00.00.00.00.00	26	1.000	Aplicações Diretas	8.000,00
PROJ/ATIV. – 2.014	PRECATÓRIOS E OUTRAS DESPESAS JUDICIAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	29	1.000	Aplicações Diretas	63.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.01	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
PROJ/ATIV. – 2.020	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	31	1.001	Aplicações Diretas	9.000,00
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	51	1.018	Aplicações Diretas	95.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	71	1.001	Aplicações Diretas	9.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	74	1.001	Aplicações Diretas	97.000,00
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	75	1.018	Aplicações Diretas	160.000,00
UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	89	1.000	Aplicações Diretas	800,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
PROJ/ATIV. – 2.050	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	100	1.000	Aplicações Diretas	3.000,00
ÓRGÃO – 12	SECRETARIA DE PROMOÇÃO SOCIAL			
UNIDADE – 12.01	SECRETARIA DE PREOMOÇÃO SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.047	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	171	1.000	Aplicações Diretas	1.300,00
Total				499.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	1.002	Aplicações Diretas	20.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.002	Aplicações Diretas	43.000,00
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	11	1.064	Aplicações Diretas	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL			



Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	14	1.064	Aplicações Diretas	3.000,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	17	1.064	Aplicações Diretas	10.000,00
Total				81.000,00
Total Geral				580.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o art. 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 02	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 02.01	GRABINETE DO GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.002	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	1	1.000	Aplicações Diretas	4.000,00
UNIDADE – 02.02	AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
PROJ/ATIV. – 2.003	MANUTENÇÃO DA AUDITORIA E CONTROLE INTERNO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	4	1.000	Aplicações Diretas	3.000,00
ÓRGÃO – 03	GABINETE DO VICE PREFEITO MUNICIPAL			
UNIDADE – 03.01	SGABINETE DO VICE PREFEITO MUNICIPAL			
PROJ/ATIV. – 2.004	MANUTENÇÃO DO GABINETE DO VICE PREFEITO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	6	1.000	Aplicações Diretas	11.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP. E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – PRE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	52	1.001	Aplicações Diretas	50.000,00
PROJ/ATIV. – 2.028	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	57	1.018	Aplicações Diretas	25.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00	58	1.001	Aplicações Diretas	45.000,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	65	1.001	Aplicações Diretas	83.000,00
PROJ/ATIV. – 2.031	MANUTENÇÃO DO FUNDEB			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	76	1.019	Aplicações Diretas	230.000,00
ÓRGÃO – 10	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
UNIDADE – 10.01	SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
PROJ/ATIV. – 2.055	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE PESCA E AQUICULTURA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	108	1.000	Aplicações Diretas	4.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.060	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS, SERV.URBANOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	148	1.000	Aplicações Diretas	28.000,00
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	159	1.000	Aplicações Diretas	16.000,00
Total				499.000,00
ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.02	ATENÇÃO BASICA			
PROJ/ATIV. – 2.105	MANUTENÇÃO DO PACS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	12	1.002	Aplicações Diretas	5.000,00
PROJ/ATIV. – 2.106	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	15	1.002	Aplicações Diretas	13.000,00
PROJ/ATIV. – 2.107	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE DA FAMILIA			

Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	18	1.002	Aplicações Diretas	45.000,00
PROJ/ATIV. – 2.110	MANUTENÇÃO DO NASF			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	23	1.064	Aplicações Diretas	18.000,00
Total				81.000,00
Total Geral				580.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 12 de dezembro de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

# Imbituba

## PREFEITURA

### ERRATA AO DECRETO Nº 176, DE 07 DE DEZEMBRO 2017

Publicação Nº 1454887

#### ERRATA AO DECRETO Nº 176, DE 07 DE DEZEMBRO 2017

Eu, Ana Paula Leal da Silveira, Chefe de Departamento de Atos Normativos, da Prefeitura Municipal de Imbituba, informo que a presente serve para retificar a publicação do Decreto Municipal nº 176 de 07 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 12 de dezembro do ano em curso, edição 2406, página 376, em virtude de erro de digitação.

#### DECRETO PMI Nº 176, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O. PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.870, de 07 de dezembro de 2017:

#### DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), para reforço de dotações orçamentárias distribuído da seguinte forma:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SEDUCE		
Saúde no Prato - Aluno Saudável - Fundamental		
12.306.0009-2.005		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0017)	Aplicações Diretas	22.000,00
Saúde no Prato - Aluno Saudável - Creche		
12.306.0009-2.145		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0019)	Aplicações Diretas	45.000,00
Saúde no Prato - Aluno Saudável - Pré-escola		
12.306.0009-2.146		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0021)	Aplicações Diretas	30.000,00
Total		97.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SEDUCE		
Apoio ao CEITEC		
12.363.0007-2.173		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0045)	Aplicações Diretas	52.000,00
Apoio ao Ensino Superior		
12.364.0009-2.037		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0046)	Aplicações Diretas	45.000,00
Total		97.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

**ERRATA À LEI COMPLEMENTAR Nº 8.871 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454845

**ERRATA À LEI COMPLEMENTAR Nº 8.871 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017**

Eu, Ana Paula Leal da Silveira, Chefe de Departamento de Atos Normativos, da Prefeitura Municipal de Imbituba, informo que a presente serve para retificar a publicação da Lei Complementar Municipal nº 8.871 de 07 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 12 de dezembro do ano em curso, edição 2406, página 379, em virtude de erro de digitação na sua numeração.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 8.871, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.**  
Dispõe sobre a criação de emprego público e vaga no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal o emprego público descrito no Anexo Único desta Lei, com a vaga, atribuições inerentes ao cargo, habilitação/escolaridade e Nível/Sub-Nível salarial correspondente.

Parágrafo Único. O emprego público e respectiva vaga passa a integrar os Anexos correspondente da Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira  
Chefe de Departamento de Atos Normativos

**ERRATA À LEI COMPLEMENTAR Nº 8.872 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454847

**ERRATA À LEI COMPLEMENTAR Nº 8.872 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017**

Eu, Ana Paula Leal da Silveira, Chefe de Departamento de Atos Normativos, da Prefeitura Municipal de Imbituba, informo que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 8.872 de 07 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 12 de dezembro do ano em curso, edição 2406, página 380, em virtude de erro de digitação na sua numeração.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 8.872, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Cria Vaga de Emprego Público no Quadro Permanente de Pessoal no Serviço Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado no Quadro Permanente de Pessoal do Serviço Público Municipal, 01 (vaga) para o Emprego Público de “Balseiro”, que passa a integrar os Anexos correspondentes da Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações próprias do Orçamento Geral do Município.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira  
Chefe de Departamento de Atos Normativos

**ERRATA À LEI Nº 8.869 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454842

**ERRATA À LEI Nº 8.869 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017**

Eu, Ana Paula Leal da Silveira, Chefe de Departamento de Atos Normativos, da Prefeitura Municipal de Imbituba, informo que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 8.869 de 07 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 12 de dezembro do ano em curso, edição 2406, página 381, em virtude de erro de digitação na sua numeração.

**LEI Nº 8.869, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.**  
Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar operação de crédito junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, no âmbito do programa “Avançar Cidades.”

Art. 2º A adesão ao Programa “Avançar Cidades” propiciará o aporte de recursos ao Município para financiamento de pavimentação em vias urbanas do Município de Imbituba.

Art. 3º Para atendimento das necessidades financeiras do programa de investimentos mencionados no artigo anterior fica o Poder Executivo autorizado a tomar empréstimo junto ao BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, com recursos do Programa BRDE Avançar Cidades, até o montante de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo Único. Em garantia aos empréstimos estabelecidos neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a oferecer a vinculação de quotas partes do ICMS e/ou FPM, para pagamento do principal, juros, tarifas bancárias e outros encargos da operação de crédito.

Art. 4º Para dar continuidade ao Programa BRDE Avançar Cidades, o Poder Executivo consignará nos projetos de lei orçamentários dos anos subsequentes, as dotações necessárias à formação do Programa, bem como para cumprimento dos compromissos com encargos dos empréstimos tomados.

Art. 5º Os recursos provenientes da operação de crédito a que se refere esta Lei deverão ser consignados como receita no Orçamento ou em créditos adicionais, nos termos do inciso II, § 1º, art. 32, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Art. 6º Os orçamentos ou os créditos adicionais deverão consignar as dotações necessárias às amortizações e aos pagamentos dos encargos anuais, relativos aos contratos de financiamento a que se refere o artigo 1º.

Art. 7º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais destinados a fazer face aos pagamentos de obrigações decorrentes da operação de crédito ora autorizada.

Art. 8º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira  
Chefe de Departamento de Atos Normativos

## ERRATA À LEI Nº 8.870 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454843

### ERRATA À LEI Nº 8.870 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Eu, Ana Paula Leal da Silveira, Chefe de Departamento de Atos Normativos, da Prefeitura Municipal de Imbituba, informo que a presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 8.870 de 07 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na data de 12 de dezembro do ano em curso, edição 2406, página 382, em virtude de erro de digitação na sua numeração.

### LEI Nº 8.870, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais), para reforço de dotações orçamentárias distribuído da seguinte forma:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SEDUCE		
Saúde no Prato - Aluno Saudável - Fundamental		
12.306.0009-2.005		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0017)	Aplicações Diretas	22.000,00
Saúde no Prato - Aluno Saudável - Creche		
12.306.0009-2.145		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0019)	Aplicações Diretas	45.000,00
Saúde no Prato - Aluno Saudável - Pré-escola		
12.306.0009-2.146		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0021)	Aplicações Diretas	30.000,00
Total		97.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes das anulações parciais e/ou totais das dotações orçamentárias, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SEDUCE		
Apoio ao CEITEC		
12.363.0007-2.173		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0045)	Aplicações Diretas	52.000,00
Apoio ao Ensino Superior		
12.364.0009-2.037		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0046)	Aplicações Diretas	45.000,00
Total		97.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 07 de dezembro de 2017.  
Rosivaldo da Silva Júnior  
Prefeito

Registre-se e Publique-se.  
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira  
Chefe de Departamento de Atos Normativos

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 100.2017 CHAMADA PUBLICA 15.2017**

Publicação Nº 1455169

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA  
PMI

O Município de Imbituba, por meio do Presidente da Comissão de Licitação, COMUNICA a todos os interessados que as empresas que se inscreveram no Chamamento Público nº. 15/2017, Processo Licitatório nº 100/2017, foram: Gonzaga Sampaio Empreendimentos Imobiliários ficando com a rótula situada na Rua Ernani Cotrim com a Rua Otacílio de Carvalho, Ferjú- Indústria e Comercio de Vestuário LTDA com a rótula situada na Rua Irineu Bornhausen com a Rua Nereu Ramos, Fintel Sistemas de Informática Eireli –ME com a que se situa na Rua Ernani Cotrim com a Avenida Santa Catarina, Engeluz Iluminação e Eletricidade LTDA com a que se situada na Rua Irineu Bornhausen com a Rua Otacílio de Carvalho, Althoff Supermercados LTDA com que se situa na Rua Irineu Bornhausen com a Avenida João Rimsa.

Imbituba, 13 de dezembro de 2017.

Fernando Melo da Silva  
Presidente CPL

# Imbuia

## PREFEITURA

### 76/2017 - CHAMADA PUBLICA Nº 01/2018 - AGRICULTURA

Publicação Nº 1453614

EDITAL DE CHAMADA PUBLICA Nº 001/2018  
PROCESSO LICITATORIO Nº 75/2017

O Prefeito Municipal de Imbuia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais e considerando o disposto no Art. 21, da Resolução/CD/FNDE Nº. 26, de 17 de junho de 2013, convoca agricultores e empreendedores rurais ou suas organizações a comparecer na Prefeitura Municipal na Secretaria da Educação, Cultura e Desporto, durante o período de 13 de dezembro de 2018 à 10 de janeiro de 2019, com finalidade de apresentar proposta e habilitação para fornecimento de gêneros alimentícios que serão utilizados na merenda escolar durante o exercício de 2018.

Produto	Unidade	Quantidade Total
Abóbora ( verde rajada)– Orgânico	UN	150
Abobora ( moranga, menina e Goianinha) Orgânico	KG	120
Aipim – Orgânico	KG	300
Alho de Cabeça – Orgânico	KG	20
Alho Poró – Orgânico	MÇ	100
Alface – Orgânico	UN	250
Batata doce lavada – Orgânico	KG	600
Batata Inglesa Lavada – Orgânico	KG	1000
Batata aipo – Orgânico	KG	100
Batata aipo — Convencional	KG	200
Beterraba – Orgânico	KG	250
Biscoito caseiro – Convencional	KG	200
Bolacha caseira – Convencional	KG	400
Biscoito de fubá – Convencional	KG	200
Macarrão caseiro – Convencional	KG	200
Couve-Flor – Orgânico	UN	300
Brócolis– Orgânico	MÇ	250
Cebola de cabeça – Orgânico	KG	250
Cenoura – Orgânico	KG	450
Chuchu – Orgânico	KG	240
Espinafre – Orgânico	MÇ	150
Feijão preto – Orgânico	KG	250
Feijão preto – Convencional	KG	50
Feijão Corres – Orgânico	KG	250
Laranja / Lima/ Comum– Orgânico	KG	350
Melancia – Orgânica	KG	2500
Melancia – Convencional	KG	1000
Jabuticaba – Orgânico	KG	100
Geléia –Convencional	PT	120
Repolho verde – Orgânico	UN	220
Suco de Uva – Orgânico	LT	300
Tomate – Orgânico	KG	400
Tomate Perinha – Orgânico	KG	50
Uva – Orgânico	KG	137
Caki – Orgânico	KG	174
Orégano ( maço de 100 gr)	GR	50
Cebolinha ( maço de 200gr)	GR	60
Salsinha ( maço de 200gr)	GR	60
Vagem ou Feijão de Vara	KG	100
Nabo Branco	KG	80
Couve-Chinesa	UM	100

Para a devida habilitação, deverá ser apresentado junto com a proposta de preços os documentos descritos no edital de Chamada Pública nº 001/2018, que poderá ser adquirido no Setor de Licitação do Município de Imbuia, ou através do fone 47 3557-2419. Imbuia, aos 13 dias do mês de dezembro de 2017.

JOÃO SCHWAMBACH- Prefeito Municipal



**EDITAL 14/2017 FMS**

Publicação Nº 1454091

MUNICIPIO DE IMBUIA – SC  
CHAMADA PUBLICA Nº 01/2017  
CREDENCIAMENTO 011/2017  
PROCESSO Nº 14/2017

O Prefeito Municipal de Imbuia – SC, de acordo com o Art. 25 da Lei nº 8666/93 de 21 de junho de 1.993, e Atribuições legais que lhe são conferidas pelo art, 3º da Instrução Normativa nº 01/2017, na forma do disposto no art. 197 da Constituição Federal, no art, 4º, § 2º da Lei Federal 8.080/90, bem como o previsto no Decreto Municipal nº 30/2017 de 12 de dezembro de 2017. Torna público aos interessados, que estará realizando a partir de 13/12/2017 o CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Consulta Médicas em diversas especialidades e Hora Plantão em Clínica Geral para atendimento na REDE MUNICIPAL DE SAÚDE. Local: a Pref. Municipal de Imbuia, na AV. Bernardino de Andrade, nº 86. Os interessados poderão obter a íntegra dos Documentos necessários e demais informações diariamente, das 07:00 às 13:00 no Dep. de Licitações da Prefeitura , site [www.imbuia.sc.gov.br](http://www.imbuia.sc.gov.br). Imbuia, em 13/12/2017. João Schwambach—Pref. Municipal.

# Indaial

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2017

Publicação Nº 1455374

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.37/2017

Processo Licitatório Nº 17/00000179

Pregão Nº 65/2017

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.37/2017

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **André Luiz Moser**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e RG sob nº 4.365.137-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, apartamento 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000179 - Pregão Nº 65/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

#### 1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):

- 1.1 FOOT COMERCIAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.397.879/0001-73, estabelecida à RUA GOTTLIEB REIF, nº 68 – Bairro ESCOLA AGRÍCOLA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.2 RP COMERCIAL LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 20.604.417/0001-70, estabelecida à RUA DAS BROMELIAS, nº 1126 – Bairro FORTALEZA, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.3 TECNOLAR LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 12.464.652/0001-66, estabelecida à RUA ARTUR SCHLUPP, nº 190 – Bairro ÁGUA VERDE, no município de Blumenau – Santa Catarina.
- 1.4 SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 25.209.250/0001-67, estabelecida à RUA ARISTILIANO RAMOS, nº 777 – Bairro DAS CAPITAIS, no município de Timbó – Santa Catarina.
- 1.5 VÉRTICE COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.763.888/0001-26, estabelecida à AVENIDA CEARA, nº – Bairro CENTRO, no município de Portão – Rio Grande do Sul.

#### 2. DO OBJETO:

- 2.1. Aquisição de materiais e equipamentos de proteção individual EPI.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes



refabricados ou recondicionados.

### 3. VALORES REGISTRADOS:

3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

#### 3.1.1.

696757 - FOOT COMERCIAL LTDA ME						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
8	Sapato de segurança na cor preta, modelo Blatt, com elástico nas laterais, em couro curtido ao cromo, solado em biodensidade, sem biqueira de aço e com palmilha antimicrobiana, com resistência ao óleo combustível e a passagem de corrente elétrica, tamanhos a definir posteriormente.	PAR		950	R\$48,70	R\$46.265,00
10	Conjunto de segurança, tipo motoqueiro: confeccionado em PVC, formado por jaqueta com gola. Fechamento frontal com zíper e velcro, calça com elástico na cintura, barra das pernas com ajustes de zíper. Espessura de 0,30 a 035mm. Possuir refletivos: Frontal e traseiro: na cor preta. Tamanhos a definir posteriormente.	UNIDADE		58	R\$55,00	R\$3.190,00
19	Capa de chuva em matéria TREVIRA: com manga e com capuz, tamanho a definir.	UNIDADE		410	R\$16,50	R\$6.765,00
28	Fita antiderrapante preta: autoadesivo 5cm x 20m.	UNIDADE		20	R\$63,00	R\$1.260,00
31	Luva de segurança confeccionada em malha de algodão, palma dedos e dorso com revestimento total em borracha nitrílica, punho em malha, tamanhos 9 a 10, com nível de desempenho mínimo de 3111.	PAR		400	R\$4,75	R\$1.900,00
32	Luva confeccionada em raspa: reforço em raspa entre os dedos polegar e indicador, punho de 7, nível de desempenho mecânico mínimo de 4144.	PAR		300	R\$5,70	R\$1.710,00
37	Luva de vaqueta petroleira com reforço.	PAR		50	R\$9,80	R\$490,00
47	Protetor solar profissional, proteção contra radiação UVA e UVB, FPS 60, com repelente. Com registro ANVISA, bisnaga/tubo com 120 Gr/ml.	UNIDADE		600	R\$16,90	R\$10.140,00
					Total Lote:	R\$71.720,00
					Total Fornecedor:	R\$71.720,00

782203 - RP COMERCIAL LTDA ME						
Lote: -						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
1	Bota de borracha: comprimento do cano de 30mm, sem forração	PAR		40	R\$21,50	R\$860,00

	interna, em PVC, impermeável, PVC injetado. Solado em PVC e massa nitrílica, sem biqueira. Cor preta. Tamanhos a definir posteriormente.					
2	Bota de segurança: em microfibra M Micro Suede, resistente a penetração e absorção de água, forração em tecido respirável, com cardaço, biqueira plástica PVC, solado em PU Bidensidade Bicolor. Peso produto 900 gramas, cor cinza.	PAR		12	R\$180,00	R\$2.160,00
4	Bota de PVC, cor preta, cano médio com no mínimo 30 cm no cano, modelo sem fio (sem forração interna), tamanho/numeração a definir posteriormente.	PAR		150	R\$21,20	R\$3.180,00
5	Bota de PVC, cor preta, cano longo com no mínimo 39cm no cano, modelo sem fio (sem forração interna), tamanho/numeração a definir posteriormente.	PAR		250	R\$24,90	R\$6.225,00
9	Sapato de segurança com elástico, na cor branca, em solado PU, confeccionado em vaqueta, hidrofugado, sem biqueira de aço e com palmilha microbiana, tamanho a definir posteriormente. Sapato para as agentes educacionais.	PAR		50	R\$59,50	R\$2.975,00
12	Cotoveleira para motociclista : em poliepropileno, proteção interna em EVA, revestimento em poliamida, para vestir como manga. Proteção para cotovelo e antebraço. Tamanhos a definir posteriormente.	UNIDADE		8	R\$180,00	R\$1.440,00
13	Joelheira para motociclista: semiarticulada anatômica projeta em três peças, construída em polipropileno injetado, proteção interna em EVA, três cintas de regulagens em elástico e velcro. Tamanho único.	UNIDADE		8	R\$175,00	R\$1.400,00
14	CAPACETE PARA MOTOCICLISTA: cor branca, casco aerodinâmico em resina termoplástica (ABS), forração mais confortável, antialérgico, removível e lavável, viseira transparente 2mm antirisco em policarbonato com proteção UV; viseira solar interna embutida, cinta jugular com sistema de engate micrométrico, duas entradas de ar ajustável e dois pontos de exaustão, pintura com tratamento em verniz anti UV. Tamanhos a definir posteriormente.	UNIDADE		6	R\$375,00	R\$2.250,00
16	Colete de proteção de alta visibilidade: confeccionado em tecido 100% poliéster, combinado de faixas refletivas com material fluorescente, repelente a água,	UNIDADE		350	R\$15,40	R\$5.390,00

	fechamento frontal com zíper, com faixas refletivas em X nas costas e duplo H na frente, na cor verde fluorescente, tamanho M, G, e GG.					
18	Conjunto de máscara semi-facial completa: com dois filtros e cartuchos e retentores, para uso em gases tóxicos - Multi gases.	UNIDADE		20	R\$40,00	R\$800,00
21	Calça de segurança, confeccionada em PVC: laminado com fios de poliéster, com ajuste na cintura por cordão de nylon, acoplada com botas de PVC, tamanho/numeração a definir posteriormente.	UNIDADE		40	R\$79,00	R\$3.160,00
25	Cone de sinalização: retrátil 62cm com faixa refletiva.	UNIDADE		10	R\$60,00	R\$600,00
30	Lanterna com no mínimo 10 LEDS, bivolt, recarregável, capacidade de carga de 8 à 10 horas.	UNIDADE		35	R\$84,00	R\$2.940,00
33	Luva de proteção, tricotada sem costura: confeccionada em fibras naturais e fibras sintéticas, palma com pigmento em PVC.	PAR		300	R\$1,50	R\$450,00
38	Luva nitrílica: luva confeccionada em borracha nitrílica, revestimento interno em flocos de algodão, relevo na palma da mão antiderrapante, punho longo com no mínimo 40cm.	PAR		50	R\$20,50	R\$1.025,00
39	Luva de látex amarela.	UNIDADE		100	R\$1,65	R\$165,00
40	Luva de procedimentos em látex hipo alergenic, levemente pulverizadas, com PO BIO absorvível a base de amido de milho, não esterilizadas ambidestras - tamanho G - caixa com 100 unidades.	CAIXA		30	R\$18,00	R\$540,00
41	Luva de borracha, látex 100% natural, forro de 100% algodão, textura antiderrapante, cobertura de ¾ cotovelo e borda para impedir a entrada de água, embaladas em pares, individualmente, nos tamanhos, pequena, média e grande. Luvas para higienização.	PAR		120	R\$5,50	R\$660,00
42	Mascara descartável: mascara respiratória descartável PFFE sem válvula.	PAR		30	R\$1,00	R\$30,00
45	Perneira de segurança confeccionada em material sintético, fechamento por costura de solda eletrônica e velcro, três talas de aço frontais revestidas com polipropileno para proteção.	PAR		80	R\$35,00	R\$2.800,00
46	Protetor solar facial: uso adulto FPS 60, toque seco, textura gel creme, alta proteção UVA/UVB, embalagem contendo 50ml, validade de 12 meses com fabricação atual registrada na embalagem. Com registro no Ministério da Saúde,	UNIDADE		32	R\$15,00	R\$480,00

	indicação do químico responsável na embalagem, composição e informação do fabricante na embalagem					
48	PROTETOR SOLAR, TIPO CREME, COM FATOR FPS 30, A FORMULA DEVERA CONTER FILTROS UVA EUVB E VITAMINA E, BISNAGA COM NO MINIMO 120 ML.	UNIDADE		20	R\$7,00	R\$140,00
49	Protetor facial tipo tela nylon 20cm cm boné.	UNIDADE		100	R\$28,50	R\$2.850,00
51	Protetor auricular, constituído por dois abafadores em forma de concha, tipo concha, montados simetricamente na extremidades de uma haste suporte ajustável, em forma de arco, adaptável a cabeça, permitindo que cada abafador se aplique sob pressão, aos respectivos pavilhões auriculares, atenuação mínima de 24dB.	UNIDADE		65	R\$26,75	R\$1.738,75
52	Touca descartável caixa com 100 unidades para uso na cozinha.	CAIXA		80	R\$7,00	R\$560,00
53	APITO: modelo Fox 40 Pearl	UNIDADE		30	R\$17,85	R\$535,50
54	AVENTAL DE SEGURANÇA EM PVC, COR A DEFINIR, FORRADO, COM BAINHA 120X70CM, IMPERMEÁVEL, FECHAMENTO COM TRÊS CORDÕES DE MATERIAL SINTÉTICO PARA AJUSTE DE USO.	PEÇA		170	R\$4,60	R\$782,00
55	Boné tipo legendário, com recortes anatômicos, confeccionado em tecido de poliamida AMNI UV protection, com proteção UV 50+ permanente inserida no fio. Tem regulador em velcro e protetor removível para a nuca e o pescoço. Bordado na frente com o brasão da Prefeitura Municipal de Indaial, na cor azul marinho.	UNIDADE		50	R\$65,00	R\$3.250,00
					Total Lote:	R\$49.386,25
					Total Fornecedor:	R\$49.386,25

**871540 - TECNOLAR LTDA ME****Lote: -**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
24	Chapéu de palha: com abas de no mpinim o 16cm.	UNIDADE		60	R\$16,00	R\$960,00
					Total Lote:	R\$960,00
					Total Fornecedor:	R\$960,00

**918636 - SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EIRELI ME****Lote: -**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
17	Colete de segurança tipo X: nas cores verde e laranja, tamanhos M e G.	UNIDADE		50	R\$9,50	R\$475,00
22	Macacão de segurança: confeccionado em fibra de polipropileno, não tecido, possuindo respirabilidade, elástico no capuz, cintura, tornozelos e punhos.	PAR		30	R\$13,80	R\$414,00



	Proteção do tronco, membros superiores e inferiores do usuário contra riscos de produtos químicos em ambientes onde o risco de contaminação seja caracterizado apenas por poeira, partículas ou névoas de pouca toxicidade.					
23	MACACÃO IMPERMEÁVEL COM BOTA, TAMANHO 42 AO 44.	UNIDADE		30	R\$114,80	R\$3.444,00
27	Fita antiderrapante autoadesivo: 5cm x 20m zebraada.	UNIDADE		10	R\$130,00	R\$1.300,00
34	Luva de malha: Luva de segurança tricotada em fios de algodão branco ou preto e poliéster, palma e face palmar dos dedos com pigmentos antiderrapantes de PVC, punho e elástico.	PAR		30	R\$1,90	R\$57,00
36	Luva de segurança confeccionada em raspa, reforço em raspa na região palmar entre os dedos polegar e indicador, forrada com tecido de algodão no punho, espuma e algodão tipo jersey na palma e dorso, costura em fios de aramida.	PAR		10	R\$45,85	R\$458,50
43	Óculos de proteção: anti embaçante, lentes em policarbonato com tratamento anti-risco. Abas laterais de proteção, hastes reguláveis. Com cordão de segurança, lente incolor.	UNIDADE		262	R\$4,40	R\$1.152,80
44	Óculos de proteção: anti embaçante, lentes em policarbonato com tratamento anti riscos. Abas laterais de proteção, hastes reguláveis. Com cordão de segurança, lente escura ou fume.	UNIDADE		350	R\$4,60	R\$1.610,00
50	Protetor de roçagem urbano, retrátil, tela de nylon, rodas na frente e atrás, com guião direcionador. Dimensões: 1,5 x 3,0 metros.	UNIDADE		5	R\$944,00	R\$4.720,00
					Total Lote:	R\$13.631,30
					Total Fornecedor:	R\$13.631,30

**918679 - VÉRTICE COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS LTDA-EPP****Lote: -**

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unit.	Valor Total
11	Conjunto de nylon tipo motoqueiro: forrada com refletivos. Confecção em nylon emborrachado, face externa 100% poliamida, face interna 10% policloreto de vinila, espessura total 0.2mm, fechamento com costuras duplas usando linha 100% poliéster, impermeabilizadas através do processo termo eletrônico, jaqueta com fechamento frontal com zíper de nylon nº 5, comprimento de 60cm, sobre lapa afixada com velcro, capuz ajustado por dois	UNIDADE		50	R\$124,00	R\$6.200,00

	cadarços paralelos, punhos ajustados com velcro, bolso frontal com faixa refletiva na largura de 50mm na circunferência do tórax, calça ajustada na cintura com elástico de 25mm de largura, faixa refletiva na largura de 50mm na circunferência da perna. Cor preta, com tamanhos a definir posteriormente.					
						Total Lote: R\$6.200,00
						Total Fornecedor: R\$6.200,00
						Total Homologação: R\$141.897,55

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. REAJUSTE DE PREÇOS:

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. EXECUÇÃO DAS COMPRAS:

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

#### 6. FISCALIZAÇÃO:

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;

- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 179/2017 - Edital de Pregão nº 65/2017.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da presente Ata de Registro de Preços;
  - c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
  - d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
  - e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
  - f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
  - g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.
- 10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".
- 10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:
- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
  - b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
  - c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
  - d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.
- 11. RESCISÃO DA ATA:**
- 11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:
- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
  - b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
  - c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
  - d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

**12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.

12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
- b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
- c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
- d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
- e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
- f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
- g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
- h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
- i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
- j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 8 de dezembro de 2017.

**MUNICIPAL DE INDIAIAL**  
André Luiz Moser

Prefeito Municipal

**FOOT COMERCIAL LTDA ME**

TELMO NAZARIO  
Representante

**RP COMERCIAL LTDA ME**

ROBSON PATRIK SOARES  
Representante

**TECNOLAR LTDA ME**

HELIO ALMIR BAGATOLI  
Representante

**SUL SAFETY DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS**

**EIRELI ME**

RODRIGO DINEI ODELLI  
Representante

**VÉRTICE COMÉRCIO DE ROUPAS E ACESSÓRIOS  
LTDA-EPP**

EURICO DAUBER NETO  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 038/2017**

Publicação Nº 1455375

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.38/2017****Processo Licitatório Nº 17/00000193****Pregão Nº 69/2017****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº.38/2017**

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, de um lado o **MUNICÍPIO DE INDIAIAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.798/0001-00, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 126, bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. **André Luiz Moser**, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 045.251.719-28 e RG sob nº 4.365.137-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua dos Atiradores, nº 141, apartamento 604, Bairro Centro, nesta cidade de Indaial – Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS – OGRP**; e de outro lado, a(s) empresa(s) adjudicatária(s), doravante denominada simplesmente de **FORNECEDOR**, tem entre si justo e acordado a presente Ata, fundamentado na Lei Federal nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 654/2014 e vinculada aos termos da proposta apresentada no Processo licitatório 17/00000193 - Pregão Nº 69/2017, observadas as condições do edital, as seguintes condições:

**1. FORNECEDOR(ES) REGISTRADO(S):**

- 1.1 LED 21 IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.631.753/0001-00, estabelecida à RUA AGROLANDIA, nº 440 – Bairro MUNICIPIOS, no município de Balneário Camboriú – Santa Catarina.

**2. DO OBJETO:**

- 2.1. Aquisição de embalagens (tipo saco) para coleta seletiva com impressão.
- 2.2. Não é permitida, em hipótese alguma, a entrega de equipamentos ou quaisquer componentes refabricados ou recondicionados.

**3. VALORES REGISTRADOS:**

- 3.1. Estão registrados, através da presente ata, os seguintes valores para os respectivos itens, para cada FORNECEDOR:

**3.1.1.**

<b>752770 - LED 21 IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI - EPP</b>						
<b>Lote: -</b>						
<b>Item</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Marca</b>	<b>Qtde</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
1	Embalagem (tipo saco) produzida a partir de material reciclável com base em polietileno, gramatura 08 (oito), na cor verde claro, tamanho 70 x 108 cm, com impressão na cor preta de um lado ao longo do comprimento (modelo da impressão a ser encaminhado pela secretaria de Saneamento com medidas de	MILHEIRO		600	R\$423,00	R\$253.800,00



	impressão 35 cm comprimento x 23 cm largura).					
						Total Lote: R\$253.800,00
						Total Fornecedor: R\$253.800,00
						Total Homologação: R\$253.800,00

- 3.2. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários ao perfeito fornecimento dos bens, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão-de-obra especializada ou não, fretes, mão-de-obra para carga e descarga, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, bem como o lucro.

#### 4. **REAJUSTE DE PREÇOS:**

- 4.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do art. 65 da Lei Federal no 8.666/93.
- 4.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

#### 5. **EXECUÇÃO DAS COMPRAS:**

- 5.1. As compras dos bens objeto do presente Registro de Preços serão realizadas pelo Departamento de Compras do OGRP, através da comunicação da ordem de compra.
- 5.1.1. A Ordem de Compra que conterá as informações básicas da discriminação básica e o número do item dos bens, a quantidade a ser adquirida, a unidade compradora, o fornecedor, condições de entrega e pagamento, e a assinatura do responsável.
- 5.1.2. O OGRP, sempre que achar conveniente, poderá substituir a Ordem de Compra por qualquer outro instrumento hábil para a realização das compras.
- 5.2. O OGRP realizará as compras parceladamente.
- 5.3. Fica entendido que o OGRP não terá qualquer obrigação de aquisição dos itens objeto do edital.

#### 6. **FISCALIZAÇÃO:**

- 6.1. O exercício de fiscalização pelo preposto do OGRP não excluirá nem reduzirá as responsabilidades do FORNECEDOR.
- 6.2. À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:
- 6.2.2. Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados;
- 6.2.3. 6.2.3. Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;
- 6.2.4. Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;
- 6.3. O OGRP, sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle

qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

**7. PRAZO DE VALIDADE:**

- 7.1. O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data de sua assinatura.

**8. OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

- 8.1. Assegurar o fornecimento do objeto conforme as especificações constantes no item 2 da presente ata, com entrega no prazo e no endereço constante no edital.
- 8.2. Providenciar a imediata correção de todas as deficiências detectadas pelo OGRP, quanto ao fornecimento do objeto;
- 8.3. Garantir o pagamento a todos os prestadores de serviço alocados, bem como despesas extraordinárias, quando for o caso;
- 8.4. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, materiais ou pessoais, decorrentes de culpa ou dolo, causados por seus empregados ou prepostos, em decorrência do fornecimento do objeto, assegurado o direito de defesa;
- 8.5. Prestar imediatamente quaisquer esclarecimentos solicitados pelo OGRP, respeitados os casos de complexidade para os quais se fixarão prazos específicos;
- 8.6. Comunicar imediatamente o OGRP, de forma detalhada, toda e qualquer ocorrência de acidentes verificada no curso da execução da ata.
- 8.7. Manter até o termo final desta Ata de Registro de Preços todas as obrigações com os órgãos públicos e fiscais, assim como encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, resultantes da execução, devidamente regularizados, segundo estabelecido no art. 71 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.
- 8.8. Manter, durante toda a execução, as obrigações assumidas relativas a todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Processo Licitatório nº 193/2017 - Edital de Pregão nº 69/2017.

**9. OBRIGAÇÕES DO OGRP:**

- 9.1. Cumprir e fazer cumprir todas as determinações constantes nesta ata e a legislação vigente correlata à execução do mesmo.
- 9.2. Efetuar o pagamento devido ao FORNECEDOR, na data e forma estabelecida no edital.
- 9.3. Fiscalizar a entrega dos bens objeto da presente Ata, registrando as ocorrências, bem como atestar o recebimento dos mesmos em conformidade com os demais itens.
- 9.4. Recusar o recebimento dos bens em desacordo com as especificações do item 2 da presente Ata, quanto à sua natureza, quantidade ou qualidade, bem como documentos fiscais em desacordo com os bens adquiridos.

**10. SANÇÕES:**

- 10.1. Advertência, no caso de falta que não motive a aplicação de multa.
- 10.2. Multa, de acordo com os seguintes critérios:
- a) No valor de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor contratado, por dia de atraso injustificado na entrega dos materiais/produtos/equipamentos;
  - b) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por inobservância do item 12.4 da

presente Ata de Registro de Preços;

- c) No valor de 2,0% (dois por cento) do valor contratado por descumprimento das OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR, inseridos no item 8, desde que não previstos em outros itens;
- d) No valor de 3,0 % (três por cento) do valor contratado, por acumulação de 03 (três) advertências;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado no caso de fornecimento de bens em desacordo com as especificações da presente Ata de Registro de Preços, desde que cause prejuízo ao OGRP;
- f) Multa de 10% (dez por cento) do valor contratado no caso de recusa da entrega dos bens, sem justificativa e aviso prévio ao OGRP;
- g) No valor de 10% (dez por cento) do valor contratado se der causa à Declaração de Inidoneidade.

10.3. Suspensão de Participação em licitações com o Município de Indaial, incluindo a administração direta e indireta, pelo prazo de 05 (cinco) anos, no caso das sanções previstas nas alíneas "e" à "g".

10.4. Declaração de Inidoneidade, nos seguintes casos:

- a) Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor contratado;
- b) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- c) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- d) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor contratado.

## **11. RESCISÃO DA ATA:**

11.1. Constituem motivo para rescisão da Ata, além dos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal no 8.666/93:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou,
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal no 8.666/93, ou no art. 7º da Lei Federal no 10.520/02.

11.2. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

## **12. DISPOSIÇÕES GERAIS:**

12.1. Todos os prazos previstos na presente Ata de Registro de Preços são contados como dias corridos, salvo disposição em contrário, e terá seu critério de contagem em consonância com o art. 110 da Lei Federal nº 8.666/93.

- 12.2. Não serão aceitos, em hipótese alguma, acordos verbais entre as partes com a finalidade de alteração ou substituição da Ata de Registro de Preços, ou da Ordem de Compra, ou da Nota de Empenho.
- 12.3. A inadimplência do FORNECEDOR, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.
- 12.4. O FORNECEDOR está terminantemente proibida de efetuar a transferência à terceiros das obrigações do fornecimento dos bens objeto desta Ata de Registro de Preços.

**13. FORO:**

- 13.1. O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de INDIAIAL/SC.

**14. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:**

- 14.1. Aplica-se à presente Ata, nas partes omissas, a seguinte legislação:
- a) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;
  - b) Lei Orgânica do Município de Indaial;
  - c) Lei Federal nº 8.666/93. Lei das Licitações e Contratos Administrativos;
  - d) Lei Federal nº 4.320/64. Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal;
  - e) Lei Federal nº 8.078/90. Código de Defesa do Consumidor;
  - f) Lei Federal nº 10.406/02. Código Civil Brasileiro;
  - g) Decreto-Lei nº 3.689/41. Código de Processo Penal;
  - h) Lei Federal nº 7.210/84. Lei de Execução Penal;
  - i) Lei Complementar Federal nº 101/2000. Lei de Responsabilidade Fiscal; e,
  - j) Decreto Municipal no 654/2014.

**15. AS PARTES:**

- 15.1. Por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que produzam seus efeitos administrativos.

Indaial/SC, em 12 de dezembro de 2017.

**MUNICIPAL DE INDIAIAL**

André Luiz Moser  
Prefeito Municipal

**LED 21 IMPORTADORA E EXPORTADORA EIRELI  
- EPP**

DEVANIR DELLAJUSTINA MENGARDA  
Representante

**Testemunhas:**

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

Assinatura:

Nome Legível:

CPF.:

**DECRETO Nº 1000/17**

Publicação Nº 1454042

. DECRETO Nº 1000/17

. De 11 de dezembro de 2017

EDITA O CALENDÁRIO DE FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS PARA O EXERCÍCIO DE 2018 DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica editado o calendário de feriados e pontos facultativos para o exercício de 2018, para cumprimento pelos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

**Janeiro**

01 – Segunda-feira : Confraternização Universal – Feriado Nacional

**Fevereiro**

12- Segunda-feira: Ponto Facultativo

13 – Terça-feira, Carnaval: Ponto Facultativo

**Março**

21 – Quarta-feira: Emancipação do Município – Feriado Municipal (Lei 3382/05)

30 – Sexta-feira: sexta feira da Paixão – Feriado Municipal/ Nacional

**Abril**

30 – Segunda-feira – Ponto Facultativo

**Mai**

01 – Terça-feira: Dia do Trabalho – Feriado Nacional

31 – Quinta-feira – Corpus Christi – Feriado Nacional

**Junho**

01 – sexta-feira – Ponto Facultativo

**Setembro**

07 -Sexta-feira: Independência do Brasil – Feriado Nacional

**Outubro**

12 – Sexta-feira: Nsa. Sra. Aparecida – Feriado Nacional

**Novembro**

02 – sexta-feira: Finados – Feriado Nacional

15 – quinta-feira – Proclamação da República - Feriado Nacional

16 – Sexta-feira – Ponto Facultativo

**Dezembro**

25 – Segunda-feira – Natal – Feriado Nacional

26 – Terça-feira – Segundo dia Natal – Feriado Municipal (lei 3382/05)

Art. 2º - O atendimento dos serviços públicos essenciais nas datas mencionadas será garantido pelos órgãos da Administração Municipal, por intermédio de escala de serviço, sobreaviso ou plantão.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 1001/17**

Publicação Nº 1454044

. DECRETO Nº 1001/17

. De 11 de dezembro de 2017

NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL / COMPROVAÇÃO INCRA PARA FINS IPTU

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos VIII, XI e XII e Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeados/designados para integrar a Comissão Especial para análise da documentação que comprove a situação INCRA, para fins do IPTU do Município de Indaial, os seguintes servidores:

· LENIRIA PREILEPPER

· MARILENI ELISABETH THEINDL

· SONIA PACIFICO DE CASTRO MONTIBELLER

· Walfredo Haag

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

**DECRETO Nº 1002/17**

Publicação Nº 1454050

. DECRETO Nº 1002/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 015/2017 – CMDCA / DISPÕE SOBRE O ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e deliberações da Plenária do dia 19 de Setembro de 2017.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 015/2017 – CMDCA - Aprovar a inclusão da nova ortografia e a impressão de 2.500 exemplares do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

	RESOLUÇÃO Nº 15/2017 DISPÕE SOBRE O ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE INDAIAL
--	--

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no

uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da Plenária do dia 19 de Setembro de 2017.

#### CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

#### Resolve:

- Art. 1º – Aprovar a inclusão da nova ortografia e a impressão de 2.500 exemplares do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente.
- Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 19 de Setembro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel

Coordenador do CMDCA

### DECRETO Nº 1003/17

Publicação Nº 1454051

. DECRETO Nº 1003/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 016/2017 – CMDCA / DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO PARA O CMDCA GESTÃO 2017/2019

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da Plenária do dia 17 de outubro de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 016/2017 – CMCD - Aprovar a capacitação para o CMDCA gestão 2017/2019, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

	RESOLUÇÃO Nº 16/2017 DISPÕE SOBRE A CAPACITAÇÃO PARA O CMDCA INDAIAL GESTÃO 2017/2019.
--	---

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações,

e deliberações da Plenária do dia 17 de outubro de 2017.  
CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

#### Resolve:

Art. 1º – Solicitamos a contratação da capacitação para os conselheiros, nova Gestão, sendo seis encontros de três horas.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 17 de outubro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel

Coordenador do CMDCA

### DECRETO Nº 1004/17

Publicação Nº 1454053

. DECRETO Nº 1004/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 017/2017 – CMDCA / DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO DE CONSELHEIRO TUTELAR SUPLENTE.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da Plenária do dia 17 de outubro de 2017.

#### DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 017/2017 – CMCD - Aprovar o chamamento de conselheiro tutelar suplente, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

	RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 17/2017 DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO DE CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE.
--	--

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações e reunião da Comissão de Ética, de 24 de Outubro de 2017.

#### CONSIDERANDO:



- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

Resolve:

Art. 1º – Solicita o chamamento de Conselheira Tutelar suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 24 de Outubro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel  
Coordenador do CMDCA

## DECRETO Nº 1005/17

Publicação Nº 1454054

. DECRETO Nº 1005/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 018/2017 – CMDCA / AUTORIZA O CHAMAMENTO DA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 018/2017 – CMCD - Solicita o chamamento de Fernanda Reif Thomsen, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter, , faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

	RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 18/2017
	CHAMAMENTO DE CONSELHEIRA TUTELAR DE INDAIAL SUPLENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

Resolve:

Art. 1º – Solicita o chamamento de Fernanda Reif Thomsen, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter.

ivemos um primeiro contato via telefone, em 26 de Outubro de 2017, a partir de hoje dia 31 de Outubro tem seis dias (08 de Novembro) para assumir o cargo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 31 de Outubro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel  
Coordenador do CMDCA

## DECRETO Nº 1006/17

Publicação Nº 1454055

. DECRETO Nº 1006/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 019/2017 – CMDCA / CHAMAMENTO CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da Plenária do dia 17 de outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 019/2017 – CMCD - Que dispõe sobre o primeiro contato com a conselheira tutelar suplente, Fernanda Reif Thomen, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

	RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 19/2017
	CHAMAMENTO DE CONSELHEIRA TUTELAR DE INDAIAL SUPLENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de

Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;  
– A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

Resolve:

Art. 1º – Solicita o chamamento de Fernanda Reif Thomsen, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter.

Tivemos um primeiro contato via telefone, em 26 de Outubro de 2017, a partir de hoje dia 31 de Outubro tem seis dias (08 de Novembro) para assumir o cargo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Indaial, 31 de Outubro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel

Coordenador do CMDCA

## DECRETO Nº 1007/17

Publicação Nº 1454056

. DECRETO Nº 1007/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 020/2017 – CMDCA / APROVA A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS TUTELARES EM ENCONTROS REGIONAIS E CAPACITAÇÃO

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 020/2017 – CMCDCA - Aprovar a participação dos conselheiros tutelares em encontros regionais e capacitação, a resolução faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 20/2017	APROVA A PARTICIPAÇÃO DE CONSELHEIROS TUTELARES EM ENCONTRO REGIONAL/CAPACITAÇÃO.
--	--

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;

A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;

A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a participação de duas Conselheiras Tutelares de Indaial no Encontro Regional de Conselheiros a ser realizadas nos dias 22 e 23 de Novembro de 2017, na cidade de São Bento do Sul, SC, pagamento de diária – alimentação, hospedagem e deslocamento, no valor de R\$ 360,00 cada uma (Patricia e Nara), totalizando R\$ 720,00.

E duas diárias de R\$ 50,00, totalizando R\$ 100,00, para o motorista Leopoldo.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 16 de Novembro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel

Coordenador do CMDCA

## DECRETO Nº 1008/17

Publicação Nº 1454060

. DECRETO Nº 1008/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 021/2017 – CMDCA / DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO DA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 021/2017 – CMCDCA - Solicita o chamamento de Márcia Tonett Lopes de Oliveira, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter, faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 21/2017

CHAMAMENTO DE CONSELHEIRA TUTELAR DE INDAIAL SUPLENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

CONSIDERANDO:

o O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;

o A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;

o O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;

o A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

**Resolve:**

Art. 1º – Solicita o chamamento de Márcia Tonett Lopes de Oliveira, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter.

Tivemos um primeiro contato via telefone, em 20 de Novembro de 2017, a partir de hoje tem seis dias (até 27 de Novembro) para assumir o cargo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 20 de Novembro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel

Vice Coordenador do CMDCA

**DECRETO Nº 1009/17**

Publicação Nº 1454061

. DECRETO Nº 1009/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 022/2017 – CMDCA / DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO DA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 022/2017 – CMDCA - Solicita o chamamento de Roseli da Silva Peixe, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter, a resolução faz parte deste Decreto para fins legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

	RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 22/2017
	CHAMAMENTO DE CONSELHEIRA TUTELAR DE INDAIAL SUPLENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

**CONSIDERANDO:**

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

**Resolve:**

Art. 1º – Solicita o chamamento de Roseli da Silva Peixe, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter.

Tivemos um primeiro contato via telefone, em 29 de Novembro de 2017, a partir de hoje tem seis dias (até 07 de Dezembro) para assumir o cargo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 29 de Novembro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel

Coordenador do CMDCA

**DECRETO Nº 1010/17**

Publicação Nº 1454063

. DECRETO Nº 1010/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 023/2017 – CMDCA / DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO DA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 023/2017 – CMDCA - Solicita o chamamento de Beatriz Padilha, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter, a resolução faz parte deste Decreto para fins legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

	RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 23/2017
	CHAMAMENTO DE CONSELHEIRA TUTELAR DE INDAIAL SUPLENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

**CONSIDERANDO:**

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

Resolve:

Art. 1º – Solicita o chamamento de Beatriz Padilha, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter.

Tivemos um primeiro contato via telefone, em 01 de Dezembro de 2017, a partir de hoje tem seis dias (até 08 de Dezembro) para assumir o cargo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Indaial, 01 de Dezembro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel  
Coordenador do CMDCA

## DECRETO Nº 1011/17

Publicação Nº 1454064

. DECRETO Nº 1011/17

. De 11 de dezembro de 2017

HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 024/2017 – CMDCA / DISPÕE SOBRE O CHAMAMENTO DA CONSELHEIRA TUTELAR SUPLENTE

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações, e deliberações da Plenária do dia 17 de outubro de 2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologa a resolução nº 024/2017 – CMCDCA - Solicita o chamamento de JOICE DANIELA PEREIRA NUNES, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter, a resolução faz parte deste Decreto para efeitos legais.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RESOLUÇÃO AD REFERENDUM Nº 24/2017  
CHAMAMENTO DE CONSELHEIRA  
TUTELAR DE INDAIAL SUPLENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal nº 8.069/90, na Lei Municipal 4.321/11 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e suas alterações, no Decreto nº 552/2017 de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, suas alterações.

CONSIDERANDO:

- O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei8.069/90;
- A Lei Municipal 4.321/2011- que dispõe sobre o FIA, CMDCA e outros;
- O que dispõe no Manual do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina denominado "Orçamento Público e o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente/2010;
- A previsão orçamentária do Fundo para o exercício de 2017.

Resolve:

Art. 1º – Solicita o chamamento de JOICE DANIELA PEREIRA NUNES, Conselheira Tutelar de Indaial, suplente, devido ao

afastamento do Conselheiro Tutelar Alidor Reiter.

Tivemos um primeiro contato via telefone, em 11 de Dezembro de 2017, a partir de hoje tem seis dias (até 18 de Dezembro) para assumir o cargo.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Indaial, 11 de Dezembro de 2017.

Fabio Eduardo Nagel  
Coordenador do CMDCA

## DECRETO Nº 1013/17

Publicação Nº 1454097

. DECRETO Nº 1013/17

. De 11 de dezembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICIPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 427.482,34 (QUATROCENTOS E VINTE E SETE MIL E QUATROCENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E TRINTA E QUATRO CENTAVOS) destinado a atender a despesa abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.3319100000000	01180000	148.254,77
05.001.0012.0365.0005.2102.3319000000000	01180000	53.035,91
05.001.0012.0361.0005.2101.3319100000000	01180000	113.095,83
05.001.0012.0361.0005.2101.3319000000000	01180000	113.095,83

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 11 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## DECRETO Nº 1014/17

Publicação Nº 1453961

. DECRETO Nº 1014/17

. De 12 de dezembro de 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 NO MUNICIPIO DE INDAIAL, PROVENIENTES DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento vigente do MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS) destinado a atender a despesa abaixo



discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0361.0005.2101.3319000000000000	01180000	50.000,00

Art. 2º - As despesas decorrentes do artigo anterior serão cobertas com recursos provenientes de provável Excesso de arrecadação apurado no Exercício Financeiro de 2017.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## DECRETO Nº 1015/17

Publicação Nº 1454213

. DECRETO Nº 1015/17

. De 12 de dezembro de 2017

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a Lei Municipal nº 5503/2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 48.271,31 (Quarenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e trinta e um centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2462	MANUT DAS UBS (UNIDADES BASICAS DE SAÚDE)
33390000000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01671002	ESF ESTADO
	Valor: ( 48.271,31)

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGTO – FUNDO DE SAÚDE
33190000000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01671002	ESF ESTADO
	Valor: ( 48.271,31)

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

## EDITAL Nº 10/2017 - PAVIMENTAÇÃO - SISTEMA MUTIRÃO DA RUA CONCÓRDIA - ETAPA II

Publicação Nº 1454162

Indaial, 11 de dezembro 2017

EDITAL Nº 10/2017

O Prefeito de Indaial, André Luiz Moser, torna público de acordo com o estabelecido na Lei Complementar 79/2007, Leis 4580/2011 e 4841/2013 e Decreto Municipal nº 2472/2012, orçamento contendo custos da pavimentação com lajota tijolão de concreto – Sistema Mutirão da Rua Concórdia – Etapa II, Bairro Rio Morto, totalizando 1.094,00m² de pavimentação (128,00 metros de extensão) e 264,50 metros lineares de testadas. Importando a obra em R\$ 91.627,40 (noventa e um mil, seiscentos e vinte e sete reais e quarenta centavos). Iniciando, no embocamento com a Rua Pomerode em ambos os lados, terminando, no lado direito, na propriedade de José Franklin Lopes e na propriedade de Henrique Kloch, pelo lado esquerdo.

### MEMORIAL DESCRITIVO

#### 1. MATERIAL

- 1.1 – Fornecimento de lajota tijolão de concreto;
- 1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto;
- 1.3 – Pó de brita para colchão de assentamento de lajota;
- 1.4 – Tijolos maciços para confecção de caixas coletoras;
- 1.5 – Grelha para caixa coletora;
- 1.6 – Cimento para confecção e reparação de caixas coletoras;
- 1.7 – Tubo de concreto = 40 cm diâmetro.

#### 2. MÃO-DE-OBRA

- 2.1 – Colocação de lajota tijolão de concreto com preparação do colchão para assentamento e rejunte das sarjetas;
- 2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte das fugas;
- 2.3 – Abertura de vala para colocação de tubos;
- 2.4 – Confecção e reparação de caixas coletoras;
- 2.5 – Colocação de tubos;
- 2.6 – Preparo da cancha para colocação de lajota tijolão de concreto;
- 2.7 – Rolo compactador;

2.8 – Carregadeira;  
2.9 – Retroescavadeira.

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	UNIT.	TOTAL R\$
<b>1. MATERIAL</b>				
1.1 – Fornecimento de lajota tijolo de concreto	m²	1.094,00	36,79	40.248,26
1.2 – Fornecimento de meio-fio de concreto		264,50	18,60	4.919,70
1.3 – Colchão com pó de brita	m³	214,6616	54,00	11.591,73
1.4 – Grelha para confecção e reparação de caixa coletora	pç	8,00	48,00	384,00
1.5 – Tijolo comum para confecção e reparação de caixa coletora	Unid	1.600	0,50	800,00
1.6 – Cimento comum para confecção e reparação de caixa coletora	saco	3,00	22,00	66,00
1.7 – Tubo de concreto = 40 cm diâmetro.	m	52,00	27,00	1.404,00
<b>TOTAL ITEM 01 = R\$</b>				<b>59.413,69</b>
<b>2. MÃO-DE-OBRA</b>				
2.1 – Execução de pav. com preparação de colchão	m²	1.094,00	21,86	23.914,84
2.2 – Colocação de meio-fio com rejunte de fugas	m	264,50	9,75	2.578,87
2.3 – Confecção de caixa coletora	unid.	2,00	80,00	160,00
2.4 - Reparo de caixa coletora	unid	6,00	50,00	300,00
2.5 – Máquina para preparação de cancha	h	10,00	240,00	2.400,00
2.6 – Rolo compactador	h	2,00	80,00	160,00
2.7 Colocação de tubo de concreto 40 cm	m	52,00	20,00	1.040,00
2.8– Transporte de material excedente	h	10,00	63,50	635,00
2.9– Carregadeira	h	10,00	80,00	800,00
2.10– Retroescavadeira	h	5,00	65,00	325,00
<b>TOTAL ITEM 02 = R\$</b>				<b>32.313,71</b>
<b>TOTAL GERAL ITEM 01 E 02 = R\$</b>				<b>91.627,40</b>
<b>3. CUSTOS DA OBRA</b>				
3.1 Participações dos moradores				70.559,82
3.2 – Participações do Poder Público				
3.2.1 – Infraestrutura e melhorias				8.374,00
3.2.2 – Testadas e embocamentos				12.693,48
<b>TOTAL ITEM 03 = R\$</b>				<b>91.627,40</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DOS CUSTOS POR PROPRIETÁRIOS</b>				
		TESTADA	ÁREA	
PROPRIETÁRIOS		(m)	(m²)	TOTAL – R\$
<b>Lado Direito</b>				
Município de Indaial – embocamento			18,00	1.369,80
Município de Indaial – área de domínio público		16,00	64,00	4.870,40
José Franklin Lopes		112,06	448,24	34.111,06
<b>Lado Esquerdo</b>				
Município de Indaial – embocamento			18,00	1.369,80
Município de Indaial – área de domínio público		16,00	64,00	4.870,40
José Franklin Lopes		25,00	100,00	7.610,00
Henrique Klock		94,74	378,96	28.838,86

Ficam notificados todos os proprietários beneficiados, supramencionados, que não aderiram ao sistema mutirão para, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar quaisquer elementos dos custos apresentados.

1. Vencimento 30 (trinta) dias após o recebimento da notificação para pagamento total ou 1ª parcela.

2. Em 12 (doze) parcelas, conforme artigo 9º da Lei 4580/2011, com redação dada pela Lei 4841/2013, incidindo juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o saldo devedor, conforme Art. 407 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) e artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3. O não pagamento implicará:

3.1 – MULTA: conforme Art. 458 e 459 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal)

3.2 – JUROS: conforme Art. 62 da Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal) artigo 9º da Lei 4580/2011, alterado pela Lei 4841/2013.

3.3 - CORREÇÃO MONETÁRIA: conforme Lei Complementar nº 079 de 18 de dezembro de 2007 (Código Tributário Municipal).

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PREFEITO

## ERRATA DO EDITAL 07/2017 DE PAVIMENTAÇÃO SISTEMA MUTIRÃO DA RUA AURORA

Publicação Nº 1454149

Indaial, 11 de dezembro de 2017

## ERRATA

No edital de Contribuição de Melhoria de nº 07/2017 – pavimentação – sistema mutirão - da Rua Aurora, publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, edição de nº 2331, do dia 31 de agosto de 2017, página 361, na distribuição de custos por proprietários, lado direito,

onde constou:

PROPRIETÁRIOS	(m²)	(m)	VALOR R\$
Aldir Pedro Dornelles	70,00	280,00	21.308,00
Sonia M. Facciola	40,00	160,00	12.176,00
Edemir Luiz Dallagnolo	39,40	157,60	11.993,36

o correto é:

PROPRIETÁRIOS	(m²)	(m)	VALOR R\$
Aldir Pedro Dornelles	70,00	280,00	21.308,00
Sonia M. Facciola	40,00	160,00	12.176,00
Edemir Luiz Dallagnolo	39,40	157,60	11.993,36
Município de Indaial - viradouro		58,90	4.482,29

Por conseguinte, o custo da obra passa a ter a seguinte composição:

3. CUSTOS DA OBRA										
3.1 Participações dos moradores				165.228,32						
3.2 – Participações do Poder Público										
3.2.1 – Infraestrutura e melhorias				5.802,56						
3.2.2 – Embocamento e viradouro				8.135,09						
TOTAL ITEM 03 = R\$				179.165,97						

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PREFEITO

**LEI N° 5503/2017**

Publicação Nº 1454214

. LEI N° 5503

. de 12 de dezembro de 2017

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 48.271,31 (Quarenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e trinta e um centavos) da Dotação Orçamentária abaixo discriminadas:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
30.001.0010	SAUDE
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE
30.001.0010.0301.0030.2462	MANUT DAS UBS (UNIDADES BASICAS DE SAÚDE)
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
01671002	ESF ESTADO
	Valor: ( 48.271,31)

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INDAIAL a seguinte dotação:

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição



30	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
30.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
30.001.0010	SAUDE	
30.001.0010.0301	ATENÇÃO BASICA	
30.001.0010.0301.0030	FUNDO DE SAÚDE	
30.001.0010.0301.0030.2440	MANUTENÇÃO DO RH – FOLHA DE PAGTO – FUNDO DE SAÚDE	
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS	
01671002	ESF ESTADO	
	Valor: ( 48.271,31)	

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 12 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA  
Procurador-Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA  
Chefe de Gabinete

## PORTARIA Nº 1858/17

Publicação Nº 1453505

PORTARIA Nº 1858/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Matemática, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Manuela de Aviz Schulz, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

## PORTARIA Nº 1859/17

Publicação Nº 1453506

PORTARIA Nº 1859/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Matemática, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Viviane Aparecida Pedro Simão, aprovada em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1860/17**

Publicação Nº 1453507

PORTARIA Nº 1860/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Matemática, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Monique Vieira Bona, aprovada em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1861/17**

Publicação Nº 1453508

PORTARIA Nº 1861/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Matemática, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Willian Roberto Packer, aprovado em 6º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1862/17**

Publicação Nº 1453969

PORTARIA Nº 1862/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Matemática, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Amanda Pacher, aprovada em 7º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1863/17**

Publicação Nº 1453973

PORTARIA Nº 1863/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Matemática, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Edilson Rieg, aprovada em 8º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1864/17**

Publicação Nº 1453977

PORTARIA Nº 1864/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ciências, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Wiliam Bezerra de Sant´anna, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1865/17**

Publicação Nº 1453980

PORTARIA Nº 1865/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ciências, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Letícia Schramm Dall´asta, aprovada em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1866/17**

Publicação Nº 1453985

PORTARIA Nº 1866/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ciências, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Caroline Beatriz Silva, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1867/17**

Publicação Nº 1453994

PORTARIA Nº 1867/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ciências, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Angela Aparecida Poyer, aprovada em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1868/17**

Publicação Nº 1454000

PORTARIA Nº 1868/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ciências, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Iraci Alves, aprovada em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1869/17**

Publicação Nº 1454001

PORTARIA Nº 1869/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ciências, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Duane de Fátima Guessser, aprovada em 6º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1870/17**

Publicação Nº 1454003

PORTARIA Nº 1870/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ciências, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Iara Bruns Stuhler, aprovada em 7º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1871/17**

Publicação Nº 1454005

PORTARIA Nº 1871/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Geografia, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Gabriel Girardi, aprovad em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1872/17**

Publicação Nº 1454007

PORTARIA Nº 1872/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Geografia, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Patrícia de Fátima Coelho, aprovada em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1873/17**

Publicação Nº 1454012

PORTARIA Nº 1873/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Geografia, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Karoline Kolosinski Obal, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1874/17**

Publicação Nº 1454017

PORTARIA Nº 1874/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Geografia, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Vilma Schmitz, aprovada em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1875/17**

Publicação Nº 1454021

PORTARIA Nº 1875/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Geografia, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Sebastião Ferreira, aprovado em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal



**PORTARIA Nº 1876/17**

Publicação Nº 1454024

PORTARIA Nº 1876/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Geografia, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Anderson Miguel Bona, aprovado em 6º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1877/17**

Publicação Nº 1454026

PORTARIA Nº 1877/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Geografia, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Débora Orzechowski, aprovada em 7º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1878/17**

Publicação Nº 1454029

PORTARIA Nº 1878/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de História, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Guilherme Raul Blaese Pasold, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1879/17**

Publicação Nº 1454032

PORTARIA Nº 1879/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de História, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Felipe Nunes Nobre, aprovado em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1880/17**

Publicação Nº 1454033

PORTARIA Nº 1880/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de História, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Rafael Edmundo da Silva, aprovado em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1881/17**

Publicação Nº 1454035

PORTARIA Nº 1881/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Inglês, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Claudia Leytchele Imme Atanzio, aprovada em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1882/17**

Publicação Nº 1454037

PORTARIA Nº 1882/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Inglês, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Isabel Cristina da Silva, aprovada em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1883/17**

Publicação Nº 1454039

PORTARIA Nº 1883/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Inglês, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Hanna Flávia Flores, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal



**PORTARIA Nº 1884/17**

Publicação Nº 1454041

PORTARIA Nº 1884/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Inglês, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Delvan Araujo da Silva, aprovado em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1885/17**

Publicação Nº 1454045

PORTARIA Nº 1885/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Inglês, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Cibelle Stahnke Lehmkuhl, aprovada em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1886/17**

Publicação Nº 1454049

PORTARIA Nº 1886/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Franklin Arthur Vitorino, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1887/17**

Publicação Nº 1454052

PORTARIA Nº 1887/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Denise Rezende Flora Kirsten, aprovada em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1888/17**

Publicação Nº 1454062

PORTARIA Nº 1888/17

De 07 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Rodrigo Correa de Lima, aprovado em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 07 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1889/17**

Publicação Nº 1454067

PORTARIA Nº 1889/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Marcelo Labes, aprovado em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1890/17**

Publicação Nº 1454070

PORTARIA Nº 1890/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Fernanda Daniela Frare Rosa, aprovada em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1891/17**

Publicação Nº 1454073

PORTARIA Nº 1891/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Ana Paula Demétrio, aprovada em 6º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1892/17**

Publicação Nº 1454075

PORTARIA Nº 1892/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Tais Fabiane Schroeder Evald, aprovada em 7º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1893/17**

Publicação Nº 1454078

PORTARIA Nº 1893/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Mirna Seide Lutkemaier, aprovada em 8º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1894/17**

Publicação Nº 1454083

PORTARIA Nº 1894/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Clayce Alves Ribeiro, aprovada em 9º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1895/17**

Publicação Nº 1454085

PORTARIA Nº 1895/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17, de 05 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Física, 20 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Isabelle dos Santos, aprovada em 10º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1896/17**

Publicação Nº 1454092

PORTARIA Nº 1896/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Clagisa Reis Reinert, aprovada em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1897/17**

Publicação Nº 1454095

PORTARIA Nº 1897/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Andreia Maria Krueger Tomelin, aprovada em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1898/17**

Publicação Nº 1454098

PORTARIA Nº 1898/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Sueli Fátima Lopes Linhares, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1899/17**

Publicação Nº 1454100

PORTARIA Nº 1899/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Maria José Monteiro, aprovada em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1900/17**

Publicação Nº 1454103

PORTARIA Nº 1900/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Noeli Korc Agostini, aprovada em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1901/17**

Publicação Nº 1454104

PORTARIA Nº 1901/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Viviane Agostini, aprovada em 6º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1902/17**

Publicação Nº 1454108

PORTARIA Nº 1902/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Carla Lang, aprovada em 7º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1903/17**

Publicação Nº 1454111

PORTARIA Nº 1903/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Damielly Grazielly Aparecida da Rocha, aprovada em 8º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal



**PORTARIA Nº 1904/17**

Publicação Nº 1454113

PORTARIA Nº 1904/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Luciane de Zutter Oliveira, aprovada em 9º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1905/17**

Publicação Nº 1454118

PORTARIA Nº 1905/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Sandra Maria Nichelatti, aprovada em 10º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1906/17**

Publicação Nº 1454123

PORTARIA Nº 1906/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Luciana de Cassia de Araujo Gonçalves, aprovada em 11º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1907/17**

Publicação Nº 1454126

PORTARIA Nº 1907/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Ana Paula Gebhardt, aprovada em 12º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1908/17**

Publicação Nº 1454128

PORTARIA Nº 1908/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Susane Bugmann Schirmer, aprovada em 13º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1909/17**

Publicação Nº 1454132

PORTARIA Nº 1909/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Marcos Alves de Lima, aprovado em 14º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1910/17**

Publicação Nº 1454135

PORTARIA Nº 1910/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Informática Pedagógica, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Douglas José Diel, aprovado em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1911/17**

Publicação Nº 1454136

PORTARIA Nº 1911/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Informática Pedagógica, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Raquel Nagel, aprovada em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal



**PORTARIA Nº 1912/17**

Publicação Nº 1454140

PORTARIA Nº 1912/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Ana Paula de Oliveira Iten, aprovada em 1º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1913/17**

Publicação Nº 1454146

PORTARIA Nº 1913/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Angelita Perrony, aprovada em 2º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1914/17**

Publicação Nº 1454147

PORTARIA Nº 1914/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Ivania Olina da Rocha, aprovada em 3º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1915/17**

Publicação Nº 1454148

PORTARIA Nº 1915/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Patrícia Voss, aprovada em 4º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1916/17**

Publicação Nº 1454150

PORTARIA Nº 1916/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Linda Simone Ribeiro, aprovada em 5º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1917/17**

Publicação Nº 1454164

PORTARIA Nº 1917/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Patrícia Felizari, aprovada em 6º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1918/17**

Publicação Nº 1454169

PORTARIA Nº 1918/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Lenize Teresinha da Silva, aprovada em 7º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1919/17**

Publicação Nº 1454172

PORTARIA Nº 1919/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Fernanda Silva Cardoso Forst, aprovada em 8º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1920/17**

Publicação Nº 1454177

PORTARIA Nº 1920/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Cleomilda Franke da Silva, aprovada em 9º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1921/17**

Publicação Nº 1454179

PORTARIA Nº 1921/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Rosemeri Sandri, aprovada em 10º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1922/17**

Publicação Nº 1454182

PORTARIA Nº 1922/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Adriane Cristina Carlini, aprovada em 11º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1923/17**

Publicação Nº 1454183

PORTARIA Nº 1923/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Priscila Raddatz, aprovada em 12º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1924/17**

Publicação Nº 1454188

PORTARIA Nº 1924/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Josiane Betto, aprovada em 13º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1925/17**

Publicação Nº 1454191

PORTARIA Nº 1925/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Yasmin Ottoni Sironi, aprovada em 14º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1926/17**

Publicação Nº 1454197

PORTARIA Nº 1926/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Nelma Terezinha Bambinetti, aprovada em 15º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1927/17**

Publicação Nº 1454199

PORTARIA Nº 1927/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Tatiane Koch, aprovada em 16º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI

Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1928/17**

Publicação Nº 1454202

PORTARIA Nº 1928/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Jessica Andrade Wirth, aprovada em 17º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1929/17**

Publicação Nº 1454207

PORTARIA Nº 1929/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Daniella Flohr Metzger, aprovada em 18º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1930/17**

Publicação Nº 1454211

PORTARIA Nº 1930/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Andreia Correa de Oliveira, aprovada em 19º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1931/17**

Publicação Nº 1454217

PORTARIA Nº 1931/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Tatiane Priebe, aprovada em 20º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal



**PORTARIA Nº 1932/17**

Publicação Nº 1454218

PORTARIA Nº 1932/17  
De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Daiane Antunes da Silva, aprovada em 88º lugar na colocação geral e 1º lugar na vaga de portadores de necessidades especiais (Decreto nº 1331/2007, artigo 1º, § único), no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1933/17**

Publicação Nº 1454220

PORTARIA Nº 1933/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Elisangela M. Klug Fabichaski, aprovada em 21º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1934/17**

Publicação Nº 1454222

PORTARIA Nº 1934/17

De de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Ricardo Schers de Goes, aprovado em 22º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1935/17**

Publicação Nº 1454226

PORTARIA Nº 1935/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Kerly Bia Maayer, aprovada em 23º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1936/17**

Publicação Nº 1454230

PORTARIA Nº 1936/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Daiani Maria Hermes, aprovada em 24º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1937/17**

Publicação Nº 1454231

PORTARIA Nº 1937/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Franciele Carlos Gonçalves, aprovada em 25º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1938/17**

Publicação Nº 1454235

PORTARIA Nº 1938/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Shirlei Candido, aprovada em 26º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1939/17**

Publicação Nº 1454237

PORTARIA Nº 1939/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Jaqueline Strey, aprovada em 27º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.  
ANDRÉ LUIZ MOSER  
Prefeito

ALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal



**PORTARIA Nº 1940/17**

Publicação Nº 1454238

PORTARIA Nº 1940/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Julia Schneider, aprovada em 28º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1941/17**

Publicação Nº 1454241

PORTARIA Nº 1941/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Cintia Aparecida dos Santos da Silva, aprovada em 29º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1942/17**

Publicação Nº 1454242

PORTARIA Nº 1942/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Idete da Rocha Paes, aprovada em 30º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1943/17**

Publicação Nº 1454243

PORTARIA Nº 1943/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Viviana da Silva, aprovada em 31º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

**PORTARIA Nº 1944/17**

Publicação Nº 1454245

PORTARIA Nº 1944/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Rosenilde Kammer Rodrigues, aprovada em 32º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal**PORTARIA Nº 1945/17**

Publicação Nº 1454248

PORTARIA Nº 1945/17

De 08 de dezembro de 2017

Nomeia para provimento de cargo efetivo

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 105/10, Artigo 13, inciso II da Constituição Federal e EC nº 19, Lei Municipal 2.317/94 e alterações, considerando Lei Complementar nº 113 de 23 de agosto de 2011 que criou o cargo de Professor e tendo em vista resultado do concurso Público Municipal nº 001/2017, homologado pelo Decreto 975/17 de 05 de dezembro de 2017 e alterado pelo Decreto 985/17 de 07 de dezembro de 2017, RESOLVE:

Nomear para o provimento do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, 40 h/s, do quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Indaial, Karin Daiane Barth, aprovada em 33º lugar no Concurso Público 001/2017, determinando o prazo de 30 dias para a Posse no Cargo, prorrogável de acordo com o artigo 14, § 1º, da LC 105/10.

Prefeitura de Indaial, em 08 de dezembro de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER  
PrefeitoALEXANDRA REGINA BAUER MATHIUSSI  
Diretora de Gestão de Pessoal

# Iomerê

## PREFEITURA

### EDITAL CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1454290

#### Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra GREISSI PERETTI, para o cargo de Assistente de Creche e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)
- i)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- j)Avaliação Cardiológica;
- l)Avaliação Neurológica;
- m)RX Tórax;
- n)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- o) Hemograma;
- p)VDRL;
- q)ABO RH;
- r)Glicemia
- s)Ex. Quat. Urina
- t)EPF;
- u)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 12 de dezembro de 2017

Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

### EDITAL CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1454493

#### Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra SIMONE CORRENT PEROSA, para o cargo de Faxineiro e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e

Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)
- i)Comprovante de Escolaridade e requisitos(conforme exigido no Edital de Concurso)
- j)Avaliação Cardiológica;
- l)Avaliação Neurológica;
- m)RX Tórax;
- n)RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- o) Hemograma;
- p)VDRL;
- q)ABO RH;
- r)Glicemia
- s)Ex. Quat. Urina
- t)EPF;
- u)Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 06 de dezembro de 2017

Luciano Paganini  
Prefeito Municipal

### EDITAL CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1454494

#### Edital de Convocação

O Prefeito Municipal de IOMERE, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a Sra Monica Gonçalves da Silva, para o cargo de Merendeira e, que no prazo de 30(trinta) dias, contados da publicação do presente Edital compareça na Secretaria de Administração e Finanças, no Paço Municipal, a Rua João Rech nº500, no Município de Iomerê-SC, a fim de tomar posse no cargo em razão de aprovação no Concurso Público nº01/2015

O Convocado deverá apresentar na Sec. De Administração e Finanças da Prefeitura Municipal de Iomerê, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- a)Carteira de Trabalho;
- b)PIS/PASEP;
- c)1(uma)foto 3x4;
- d)Comprovante de Residência
- e)Declaração de dependentes para Imposto de Renda
- f)Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14(quatorze) anos;
- g) Certidão de Antecedentes da 1ª e 2ª Varas(Fórum);
- h) Comprovante de rendimentos (contracheque) do mês anterior

ao da nomeação (aposentado, beneficiário de pensão, empregado público ou agente político)

i) Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso)

j) Avaliação Cardiológica;

l) Avaliação Neurológica;

m) RX Tórax;

n) RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;

o) Hemograma;

p) VDRL;

q) ABO RH;

r) Glicemia

s) Ex. Quat. Urina

t) EPF;

u) Avaliação Audiométrica.

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência.

O não atendimento à presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Iomerê, 06 de dezembro de 2017

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

# Ipira

## PREFEITURA

### PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 015/2017- FMS

Publicação Nº 1455124

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPIRA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2017 - FMS

Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017 - FMS

O Município de Ipira torna público que ratificou o ato da Senhora Marilene Janete da Silva Borges, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do caput do Artigo 25 da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para contratação de serviços objetivando o atendimento de urgência e emergência aos habitantes do município, no Pronto Socorro do Hospital São Francisco, através de escala de sobreaviso, para o ano de 2.018, com encaminhamento da Secretaria Municipal de Saúde, no valor total de R\$ 28.313,03 (vinte e oito mil trezentos e treze reais e três centavos).

Ipira (SC), 12 de Dezembro de 2017.

Marcelo Minks

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Ipira

### CONTRATO 151/2017- PMI

Publicação Nº 1454315

11/12/2017 31/12/2018 02/01/2018 2135 151/2017 0 1 REF: O OBJETO DO PRESENTE CONTRATO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. 5355,00 101874 CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTAO PUBLICA MUNICIPAL J 1 0 0 1471 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

### CONTRATO 080/2017-FMS

Publicação Nº 1455193

12/12/2017 31/12/2018 02/01/2018 2017 15 641 80/2017 0 1 Serviços de saúde especializados de referência e de maior complexidade a nível ambulatorial, para a população do município de Ipira, que necessita deste tipo de tratamento e cooperação técnico-financeira entre o Município de Ipira e também o Hospital São Francisco, objetivando o atendimento de urgência e emergência aos habitantes do Município, no Pronto Socorro do Hospital São Francisco 28313,03 9005 Beneficência Camiliana do Sul J 1 0 0 32 C 0 0 9 IL 2 2017 1 Não FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRA

### CONTRATO 150/2017-PMI

Publicação Nº 1454313

11/12/2017 31/12/2018 02/01/2018 2134 150/2017 0 1 SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DO PPRA - PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, ACOMPANHAMENTO DO LTCAT - LAUDO TÉCNICO DE CONDIÇÕES AMBIENTAIS DO TRABALHO, ACOMPANHAMENTO DO PCMSO - PROGRAMA DE CONTROLE MÉDICO DE SAÚDE OCUPACIONAL, EXAMES MÉDICOS (PERIÓDICOS), AVALIAÇÃO MÉDICA, ASSESSORIA E CONSULTORIA / VISITAS/ INTRODUTÓRIO DE SEGURANÇA, PPP - PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO, ELABORAÇÃO DO PROGRAMA DE PREVENÇÃO DE RISCOS AMBIENTAIS, DE TODAS AS SECR 7500,00 102519 AMETTRA - ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SEGURANCA DO J 1 0 0 1470 34 C 24 8 8 DL 0 0 0 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

# Iporã do Oeste

## PREFEITURA

### APOSTILA 01-012/2017

Publicação Nº 1455085

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 053/2017

Pregão Presencial Nº 019/2017

APOSTILAMENTO: 01-012/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2017

VIGENCIA: 25.04.2018

Das Partes:

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – FMS – 78.485.554/0001-13

S&amp;R Distribuidora Ltda – 04.889.315/0001-92

#### DO OBJETO

Seleção e possível contratação futura de empresa para fornecimento de Medicamentos para Farmácia Publica Municipal de Iporã do Oeste - SC, conforme especificações constantes no Anexo I do Edital Pregão Presencial nº 019/2017.

#### FUNDAMENTAÇÃO LEGAL PARA A REVISÃO DE PREÇOS:

A revisão dos preços e o instrumento adequado são autorizados pelo art. 65, II, d, II e § 8º, da Lei nº 8.666/93 e na Cláusula Primeira – item 1.4., 1.4.1. e 1.4.2. da Ata de Registro de Preços 012/2017, transcritos a seguir:

"Art. 65...

II...

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (Redação dada à alínea "d" pela Lei nº 8.883, de 08.06.1994).

II – as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

§8º - A variação do valor contratual para fazer face dos reajustes dos preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento."

"Cláusula Primeira....

1.4. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição somente no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

1.4.1. Os preços registrados que sofrerem recomposição não ultrapassarão os preços mínimos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado, à época do registro.

1.4.2. Caso o valor da Ata ser necessária a revisão, poderá ser recomposto mediante o "reequilíbrio econômico-financeiro" (art. 65, II, alínea "d", da Lei 8.666/93), mediante comprovação específica nota fiscal e/ou publicação oficial.

Em vista do ofício recebido informando a alteração de percentual de preços repassados aos medicamentos, os dispositivos legais citados e ainda parecer jurídico favorável e concedente a alteração dos preços conforme tabela a seguir:

Código:					
Item	Produto	Marca	Unidade	Valor Unit. Anterior	Valor Unit. Atual
168	Prednisona 5mg	VITAMEDIC	COMP.	R\$0,07	0,096

Junte-se a presente Apostila a Ata de Registro de Preços nº 012/2017, do qual deverá ser parte integrante e inseparável.

Iporã do Oeste, 08 de dezembro de 2017.

	Mauro Cesar Barella Gestor FMS	
--	-----------------------------------	--



**TERMO ADITIVOS**

Publicação Nº 1454574

Termo Aditivo nº 01-101/2017  
Contrato Público nº 101/2017  
Partes: Município de Iporã do Oeste e Modelar Empreendimentos Ltda  
Objeto: Contratação de empresa para execução de obra de ampliação de pavilhão da secretaria municipal de transportes e obras  
Processo Administrativo: 133/2017  
Tomada de preços: 011/2017  
Valor Total R\$ 261,03  
Finalidade: Readequação projeto  
Vigência: 12.12.2017 a 31.03.2018  
Data: 12.12.2017

Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

Termo Aditivo nº 15-030/2017  
Contrato Publico nº 030/2014  
Partes: Município de Iporã do Oeste e Transp. Coletivos DMP Ltda  
Objeto: Contratação de empresa para efetuar o transporte escolar do Sistema Municipal de ensino  
Processo Administrativo: 120/2013  
Pregão Presencial: 016/2013  
Finalidade: acréscimo quantidade  
Valor Total R\$ 2.603,17  
Vigência: 12.12.2017 a 31.12.2017  
Data: 12.12.2017  
Lucio Mallmann – Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 039/2017**

Publicação Nº 1454459

Estado de Santa Catarina  
Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC

Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 039/2017, que AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE AO CONSÓRCIO PÚBLICO DENOMINADO DE CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL, (CVC) E DÁ OURAS PROVIDÊNCIAS.

Iporã do Oeste SC, 12 de dezembro de 2017.  
Laírton Hahn  
Presidente

**EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 040/2017**

Publicação Nº 1454462

Estado de Santa Catarina  
Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC  
Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 040/2017, que DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO VALOR DO AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO CONCEDIDO PELA LEI Nº 0787 DE 21 DE MAIO DE 2001 E ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Iporã do Oeste SC, 12 de dezembro de 2017.  
Laírton Hahn  
Presidente

**EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 041/2017**

Publicação Nº 1454465

Estado de Santa Catarina  
Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC  
Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 041/2017, que CONCEDE ABONO SALARIAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Iporã do Oeste SC, 12 de dezembro de 2017.  
Laírton Hahn  
Presidente

**EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 043/2017**

Publicação Nº 1454467

Estado de Santa Catarina  
Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC  
Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 043/2017, que AUTORIZA A DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Iporã do Oeste SC, 12 de dezembro de 2017.  
Laírton Hahn  
Presidente

**EXTRATO DE REDAÇÃO FINAL PL 045/2017**

Publicação Nº 1454471

Estado de Santa Catarina  
Câmara de Vereadores de Iporã do Oeste – SC  
Extrato Redação Final do PROJETO DE LEI Nº 045/2017, que AUTORIZA AUXÍLIO FINANCEIRO A ASSOCIAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Iporã do Oeste SC, 12 de dezembro de 2017.  
Laírton Hahn  
Presidente



# Ipuacú

## PREFEITURA

### **DECRETO Nº 286 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1454626

DECRETO Nº 286

DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita do Município, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5 da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo remanejamento de dotação na seguinte programação de despesa:

Da Programação de despesa:

10.00 – Encargos Gerais do Município

Projeto/Atividade n. 28.846.2800.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais

Modalidade de Aplicação: 32900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 109 – R\$ 18.781,62

Para Programação de despesa:

10.00 – Encargos Gerais do Município

Projeto/Atividade n. 28.846.2800.0.000 – Amortização da Dívida e Encargos Municipais

Modalidade de Aplicação: 46900000

Fonte de Recurso: 0100 – Ordinários

Despesa: 111 – R\$ 18.781,62

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 07 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

### **PORTARIA Nº 219 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA.**

Publicação Nº 1454784

PORTARIA Nº 219

DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 83 e seguintes da Lei Complementar nº

011, de 14 de junho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença, até o final da gestação ou pelo período confirmado em perícia médica a ser realizada pelo INSS, para tratamento de saúde à Servidora GABRIELA SERRAGLIO, ocupante do cargo em provimento efetivo de Odontóloga, de acordo com atestado médico com data de 01 de dezembro de 2017 e apresentado na data de 04 de dezembro junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos ao dia 01 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú/SC, em 04 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

### **PORTARIA Nº 220 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

Publicação Nº 1454786

PORTARIA Nº 220

DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 83 e seguintes da Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, ou pelo período confirmado em perícia médica a ser realizada pelo INSS, para tratamento de saúde ao Servidor ANTÔNIO PILANTIR, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Manutenção e Construção – 40h., de acordo com atestado médico datado em 29 de novembro de 2017 e apresentado na data de 04 de dezembro junto ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal.

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos ao dia 29 de novembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú/SC, em 04 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 221 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017. CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA.**

Publicação Nº 1454789

PORTARIA Nº 221  
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 83 e seguintes da Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER licença pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, ou pelo período confirmado em perícia médica a ser realizada pelo INSS, para tratamento de saúde à Servidora LUCIANE NADIN REMOR, ocupante do cargo em provimento efetivo de Assistente Social, de acordo com atestado médico apresentado nesta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 08 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 222 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

Publicação Nº 1454792

PORTARIA Nº 222  
DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 76 e seguintes da Lei Complementar nº 011/2015 – Estatuto dos Servidores Municipais; e Considerando a concessão de férias coletivas aos Servidores lotados na Secretaria de Infraestrutura e Obras;

**RESOLVE:**

Art. 1o. Conceder 30 (trinta) dias de RECESSO ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica, atentado-se que o pagamento do respectivo adicional acontecerá após atingido o período aquisitivo, conforme referência abaixo:

NOME	CARGO	REFERENCIA	GOZO
VANIR SEBASTIÃO INÁCIO	Auxiliar de Serviços Gerais	06/05/2017 à 05/05/2018	11/12/2017 à 10/01/2018

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, produzindo efeitos a contar do dia 11 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 08 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA  
Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO  
Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 223 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A  
SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.**

Publicação Nº 1454983

PORTARIA Nº 223

DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR  
PÚBLICO MUNICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente art. 83 e seguintes da Lei Complementar nº 011, de 14 de junho de 2005;

**RESOLVE:**

Art. 1º. CONCEDER licença, até a data de 28 de fevereiro de 2018, para tratamento de saúde ao Servidor ANTÔNIO CARDOSO COSTA, ocupante do cargo em provimento efetivo de Motorista, de acordo com atestado médico apresentado nesta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu/SC, em 08 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 224 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA  
PÚBLICA MUNICIPAL.**

Publicação Nº 1454989

PORTARIA Nº 224

DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA PÚBLICA MU-  
NICIPAL.

CLORI PEROZA, Prefeita Municipal de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente Lei Complementar nº 026, de 09 de junho de 2010;

**RESOLVE:**

Art. 1o. CONCEDER licença maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias a Servidora abaixo relacionada, no período que especifica, conforme atestado médico apresentado nesta data:

SERVIDORA	CARGO	PERÍODO
ANGÉLICA VUELMA	Professor II – 20h	07/12/2017 à 05/06/2018

Art. 2º. Esta Portaria é publicada na presente data, com efeitos retroativos ao dia 07 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 08 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

**PORTARIA Nº 225 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
REQUISITA RETORNO DE SERVIDOR NO SERVIÇO  
PÚBLICO, O QUAL ENCONTRA-SE EM GOZO DE  
FÉRIAS.**

Publicação Nº 1454992

PORTARIA Nº 225

DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

REQUISITA RETORNO DE SERVIDOR NO SERVIÇO PÚBLICO, O  
QUAL ENCONTRA-SE EM GOZO DE FÉRIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente artigo 80 da Lei Complementar nº 11 de 14 de junho de 2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

**RESOLVE:**

Art. 1o. REQUISITAR retorno do Servidor CESAR DE PAULA, no Serviço Público a partir desta data, o qual encontra-se em gozo de férias, tendo em vista a necessidade da Administração Municipal. Parágrafo Único. Anote-se em sua ficha funcional o saldo de férias em haver, as quais poderão ser usufruídas em período posterior.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu- SC, em 11 de dezembro de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO

Secretária de administração e fazenda

# Ipumirim

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 533/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454890

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito de Ipumirim – SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, especialmente na forma do artigo 2º da Lei 1.472/2007, alterada pelas Leis 1559/2008 e 1580/2009, que cria o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social – CMHIS – e da outras providencias;

#### NOMEIA

Art. 1º - Ficam nomeados os seguintes membros para comporem o CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – CMHIS, conforme segue:

#### I – Representantes Governamentais:

Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.

Titular: Patricia de Pinho Bonassi  
Suplente: Mireli Frigeri

Representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Janete Clarice Bernardi Locatelli  
Suplente: Edna Luciane Sartori

Representante da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças:

Titular: Moira Comboski  
Suplente: Tatiane Zanella

Representante da Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e comércio:

Titular: Maria Cristina de Almeida Lins  
Suplente: Sergio Luiz Bernardi.

#### II – Representante da Sociedade Civil.

Representante de Associação de Moradores:

#### A – Associações de Moradores:

Associação dos moradores Bairro Costa do Engano:

Titular: Julio Cesar Guerini  
Suplente: Ilvo Vivian

Associação dos moradores do Bairro Carlos Bonissoni

Titular: Marisa Lersch  
Suplente: Laudecir Francio

Associação de Moradores do Bairro Beira Sol.

Titular: Ilca Decker

Suplente: Egon Decker

Representante da Camara de Dirigentes Lojistas de Ipumirim – CDL.

Titular: Gilmar Cavalieri  
Suplente: Adilson Antonio da Rosa.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº. 513/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454481

EXONERA SERVIDOR MUNICIPAL CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

#### EXONERA

RAY JUNIOR ZAT, Matrícula 2712-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.584.272 e do CPF 081.670.399-00, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 256/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

### PORTARIA Nº. 514/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454484

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

#### E X O N E R A

RICARDO LECARDELLI, sob a Matrícula 2715-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.584.462 e do CPF 082.831.939-10, no cargo em caráter

temporário de Professor de História, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titu-lado 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 269/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 515/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454487

EXONERA SERVIDORA CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.  
E X O N E R A

ROSANE WEISS KERN, sob a Matrícula 2711-1, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 1.877.291-0 e do CPF 026.284.399-48, no cargo em caráter temporário de Professora de Educação Infantil Pré-Escola, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 255/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 15 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 516/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454492

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSELI MARIA GUERINI FALABRETTI, Matrícula 2705-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.327.690 e do CPF 040.710.639-12, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 246/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 517/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454497

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

ROSI MARIA PUTTON MOSCON, Matrícula 2612-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 6876487 e do CPF 056.666.499-22, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 103/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 518/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454505

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.  
CONTRATA

SAMUEL JUNIOR COSTA, sob a Matrícula 2694-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5703554 e do CPF 085.715.789-23, no cargo em caráter temporário de Professor de Educação Física, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 255/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim



**PORTARIA Nº. 519/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454512

**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

O Prefeito municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

**E X O N E R A**

SIRLEIA KIST, sob a Matrícula 2663-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3935723 e do CPF 004.831.649-09, no cargo em caráter temporário de Professora de Anos Iniciais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 181/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito**PORTARIA Nº. 520/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454517

**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

O Prefeito municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

**E X O N E R A**

SIRLEIA KIST, sob a Matrícula 2662-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 3935723 e do CPF 004.831.649-09, no cargo em caráter temporário de Professora de Anos Iniciais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 180/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.

Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito**PORTARIA Nº. 521/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454518

**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

**E X O N E R A**

SONIA SILVA DE ALMEIDE FALLOSSI, sob a Matrícula 2688-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 184470067 e do CPF 090.074.848-69, no cargo em caráter temporário de Professora de Reforço Escolar, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Não-Titulado, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 218/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim**PORTARIA Nº. 522/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454520

**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS**

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

**EXONERA**

TAINARA ALESSANDRA SCHMIDT MACHADO, Matrícula 2620-4, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.975280 e do CPF 084.726.849-70, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NÍVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 111/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 12 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.

Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim**PORTARIA Nº. 523/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454521

**EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.**

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

**E X O N E R A**

TAISE DAIANE FUCHS WENTZ, sob a Matrícula 2710-3, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4.334.315 e do CPF 082.512.199-06, no cargo em caráter temporário de Professora de anos iniciais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no

Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 254/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 15 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

#### **PORTARIA Nº. 524/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454523

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.  
E X O N E R A

TATIANE PANISSI, sob a Matrícula 2666-2, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 7.758.438 e do CPF 011.149.020-04, no cargo em caráter temporário de Professora de Anos Iniciais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 184/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito.

#### **PORTARIA Nº. 525/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454538

EXONERA SERVIDORA CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.  
E X O N E R A

TATIANE PANISSI, sob a Matrícula 2665, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 7.758.438 e do CPF 011.149.020-04, no cargo em caráter temporário de Professora de Anos Iniciais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 183/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de

dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito.

#### **PORTARIA Nº. 526/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454542

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.  
E X O N E R A

TIAGO VINICIUS TREMEA, sob a Matrícula 2667-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.336.869-0 e do CPF 084.750.279-11, no cargo em caráter temporário de Professor de Educação Física na vaga vinculada de Dilviana Cason, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 40 horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 185/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito

#### **PORTARIA Nº. 527/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454546

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições:

EXONERA

VANDERSON CERUTTI, Matrícula 2695-6, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 4065611 e do CPF 052.068.709-43, com nomeação para o cargo de Professor, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Ensino Superior 10 Horas, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 227/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim



**PORTARIA Nº. 528/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454552

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

E X O N E R A

VOLMIR CASAGRANDE ZILLI, sob a Matrícula 2696-4, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 1.537.803 e do CPF 690.721.089-49, no cargo em caráter temporário de Professor de Atletismo, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 10 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 228/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 529/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454556

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

E X O N E R A

VOLMIR CASAGRANDE ZILLI, sob a Matrícula 2668, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 1.537.803 e do CPF 690.721.089-49, no cargo em caráter temporário de Professor de Atletismo, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu 10 Horas, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 186/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

**PORTARIA Nº. 530/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454559

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

E X O N E R A

WERENISE SCHACH LUDESCHER, sob a Matrícula 2669-7, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 9039263455 e do CPF 746.792.950-15, no cargo em caráter temporário de Professora de Anos Iniciais, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 20 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 187/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 531/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454563

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito municipal de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei.

E X O N E R A

WILIAN LUIZ ARTMANN, sob a Matrícula 2670-0, com domicílio na Cidade e Município de Xavantina, Carteira de Identidade nº. 3.910.677-2 e do CPF 055.923.009-56, no cargo em caráter temporário de Professor de Educação Física, constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 30 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 188/2017, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antonio Schmidt  
Prefeito

**PORTARIA Nº. 532/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454681

EXONERA SERVIDORA MUNICIPAL CONTRATADA EM CARATER TEMPORARIO POR TERMINO DE CONTRATO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso

de suas atribuições:

#### EXONERA

MARINES FATIMA MARQUES, Matrícula 2726-0, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 2.694.303-4 e do CPF 023.381.729-81, com nomeação para o cargo de Zeladora, constante no Anexo II, Grupo D - Serviços Gerais, com vencimentos previstos no Anexo V, nível salarial NIVEL CE 10, com carga horária de 40 horas semanais.

Revogadas as disposições em contrário, em especial a portaria 309/2017, a presente portaria produzirá efeitos a partir de 15 de dezembro de 2017.

Ipumirim - SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volnei Antônio Schmidt  
Prefeito de Ipumirim

especificações anexas ao Edital. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico [www.ipumirim.sc.gov.br](http://www.ipumirim.sc.gov.br), (link: Governo -> licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 12/12/2017  
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2017, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2017/FMS**

Publicação Nº 1454652

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 8/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 18/2017

VALDIR ZANELLA - GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso X, cujo objeto é: Locação de imóvel residencial mobiliado, para ocupação imediata, localizado na área central da cidade de Ipumirim-SC, com área de aproximadamente 120, 00 m² (cento e vinte metros quadrados), para o exercício de 2018. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 12/12/2017

VALDIR ZANELLA  
GESTOR E ORDENADOR DE DESPESAS  
DO FUNDO M.DE SAÚDE

### **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 89/2017, PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017/PM**

Publicação Nº 1455063

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM  
Estado de Santa Catarina  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 49/2017  
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 89/2017

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 27/12/2017, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 27/12/2017. Objeto da licitação: aquisição de combustíveis (óleo diesel e gasolina), destinados a frota de máquinas e veículos do Município, para o exercício de 2018, conforme

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 18, DL Nº 8-2017-FMS**

Publicação Nº 1454669

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 8/2017 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 18/2017 Data do Processo: 12/12/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Gestor E Ordenador De Despesas Do Fundo M.de Saúde, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 18/2017  
b) Licitação Nr.: 8/2017-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d) Data Homologação: 12/12/2017  
e) Objeto da Licitação: Locação de imóvel residencial mobiliado, para ocupação imediata, localizado na área central da cidade de Ipumirim-SC, com área de aproximadamente 120, 00 m² (cento e vinte metros quadrados), para o exercício de 2018.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**ANDERSON LIBANO CORRETOR DE IMÓVEIS- CRECI-SC 15.2 (7312)**

2 Locação de imóvel residencial mobiliado, para ocupação imediata, localizado na área central da cidade de Ipumirim-SC, com área de aproximadamente 120, 00 m² (cento e vinte metros quadrados), para o exercício de 2018.	Mês	12,00	0,0000	1.061,00	12.732,00
--	-----	-------	--------	----------	-----------

**Total do Fornecedor: 12.732,00**

**Total Geral: 12.732,00**

Ipumirim, 12 de Dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_  
VALDIR ZANELLA  
TOR E ORDENADOR DE DESPESAS DO FUNDO M.DE S/

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 88, DL Nº 29-2017-PM**

Publicação Nº 1454043

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</b>  CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 29/2017 - DL</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 88/2017 Data do Processo: 11/12/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito Municipal, VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 88/2017  
b) Licitação Nr.: 29/2017-DL  
c) Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços  
d) Data Homologação: 11/12/2017  
e) Objeto da Licitação: contratação de serviços de pesquisa, assistência, vistoria técnica e extensão rural, elaboração e acompanhamento de Planos de Crédito Pronaf, Projetos de Crédito Fundiário, agroindústria familiar, atividade leiteira e demais atividades, para o exercício de 2018.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

**EMPRESA DE PESQUISA AGROP. E EXTENSÃO RURAL DE S.C (8801)**

1 contratação de serviços de pesquisa, assistência, vistoria técnica e extensão rural, elaboração e acompanhamento de Planos de Crédito Pronaf, Projetos de Crédito Fundiário, agroindústria familiar, atividade leiteira e demais atividades, para o exercício de 2018.	SER	12,00	0,0000	2.083,00	24.996,00
--	-----	-------	--------	----------	-----------

**Total do Fornecedor: 24.996,00**

**Total Geral: 24.996,00**

Ipumirim, 11 de Dezembro de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
PREFEITO MUNICIPAL

Volnei Antonio Schmidt- Prefeito de Ipumirim

# Iraceminha

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL 1373/2017

Publicação Nº 1454009

Lei Municipal nº 1373/2017, de 12 de Dezembro de 2017.

Dispõe sobre a declaração de inservibilidade de bens móveis municipais, autoriza a alienação dos mesmos e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 99, I da Lei Orgânica Municipal, faço SABER a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores APROVOU e eu SANCIONO e PROMULGO a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º - Ficam declarados como inservíveis ao serviço Público Municipal de Iraceminha, os bens móveis abaixo relacionados, com seus respectivos valores mínimos para alienação na forma da Lei Federal nº 8.666/93, de acordo com a avaliação efetuada pela Comissão Especial de Avaliação:

- Britador Móvel Marca CCM numero de série nº 0075 modelo 5030 peso 12 Ton ANO 2013; R\$ 60.000,00.
- Veículo Marca Toyota Modelo Corolla – Ano de fabricação 2015/2015, chassi 9BRBDWHE0F0257435, placa OKG6582, R\$ 48.000,00.
- Caminhão Basculante Marca Mercedes Benz Modelo LK 1113 – Ano de fabricação 1979/1979, chassi34404112453954, placa LWS5687, R\$ 16.000,00.
- Distribuidor de Esterco sólido Marca Ipacol Modelo SE 7.5 Ano de fabricação 2009, Nº série IP090408074 CAP 4,2m³, 7,5 Ton, R\$ 500,00.

Art. 2º - Fica também o Poder Executivo Municipal autorizado a alienar os bens acima mencionados, através de processo licitatório na modalidade de Edital de Leilão Público, ou como parte de pagamento de novos veículos ou equipamentos, tendo como preço mínimo de venda, o valor antes estabelecido para o referido bem, conforme avaliação efetuada por comissão instituída pelo Decreto Municipal nº 005/2017 de 02 de janeiro de 2017.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha (SC), 12 de Dezembro de 2017.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

# Irani

## PREFEITURA

### ACORDO DE COOPERAÇÃO 001/2017

Publicação Nº 1455202

#### ACORDO DE COOPERAÇÃO 001/2017

Acordo de mútua cooperação que celebram entre si o MUNICÍPIO DE IRANI e a ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IRANI, visando a realização de serviço de guarda-vidas durante período de veraneio no Lago Municipal.

O MUNICÍPIO DE IRANI, inscrito no CNPJ sob nº 82.939.455/0001-31, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.465.964 SESP SC e inscrito no CPF nº 665.448.239-53, doravante denominado ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL e a ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IRANI, inscrita no CNPJ sob o nº 02.544.444/0001-13, com sede à Rua Izabete Grisa, 222, Centro, Irani/SC, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. OZAIDE ANTÔNIO ALVES DA ROCHA, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado neste município, à Rua José Garaffa, 53, Loteamento Pacífico Matias, Irani/SC, portador da Cédula de Identidade nº 2.320.859 SSP SC, CPF sob o nº 552.201.189-00, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, em conformidade com a Lei Federal 13.019/2014 e o Decreto Municipal nº 080/2017, celebram o presente Acordo de Cooperação, conforme abaixo descrito.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Acordo é a prestação de serviços de guarda-vidas em número a ser definido conforme escala previamente estabelecida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para garantir a segurança dos visitantes e banhistas que frequentem o Lago Municipal, no período de veraneio com nos seguintes horários:

- De segundas a sábados: 14h00min às 20h00min
- Nos domingos: 10h00min às 20h00min.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

##### 2.1 Caberá à ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- I – Realizar a vistoria do local (Lago Municipal) apontando à Secretaria de Administração e Gestão às providências estruturais a serem adotadas para garantir a segurança dos banhistas e visitantes;
- II – Ceder bombeiros com treinamento específico, devendo ser maiores de dezoito anos;
- III – Informar à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a existência de quaisquer irregularidades;
- IV – Orientar a comunidade quantos aos riscos de Afogamentos e Acidentes.

##### 2.2 Caberá a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

- I – Providenciar a sinalização adequada conforme apontado pela Associação;
- II – Adquirir os equipamentos necessários para realização do atendimento.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 Este Acordo, por si só, não implica em compromissos financeiros entre as Partes.

Parágrafo Primeiro – As partes farão incluir nos seus respectivos orçamentos anuais os recursos necessários às atividades previstas neste Acordo e em seus Termos Aditivos.

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

4.1 Qualquer modificação, vedada à alteração do objeto, será estabelecida em Termo Aditivo, que se tornará parte integrante do

presente instrumento, mediante a assinatura pelos representantes legais das Partícipes, para vigorar dentro do prazo de vigência deste Acordo.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO PESSOAL

5.1 A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL se isenta de toda e qualquer despesa e responsabilidade de natureza social, trabalhista, previdenciária, tributária, securitária ou de outra natureza, embora não especificada, devida em decorrência, direta ou indireta, para com o pessoal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL que vier a ser contratado e/ou designado para atender o objeto do presente Acordo, não tendo os empregados da mesma qualquer vínculo empregatício com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente Acordo poderá ser rescindido por qualquer das Partes desde que haja comunicação prévia e expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. Em caso de inadimplemento total ou parcial das responsabilidades assumidas ou da paralisação das atividades constantes deste Acordo e seus termos aditivos, será o mesmo rescindido de pleno direito, independentemente de aviso judicial ou extrajudicial.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1 Este Acordo entrará em vigor em 12 de dezembro de 2017 até 31/03/2018, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo, a critério das Partes.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1 A publicação resumida deste Acordo na imprensa oficial será providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, nos termos do parágrafo único do artigo 38, da Lei nº 13.019/2014.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

As controvérsias surgidas na execução do presente Acordo deverão ser resolvidas integralmente por via administrativa. Caso, todavia, não se alcance solução, e como medida excepcional, as Partes elegem o Foro da Comarca de Concórdia/SC, para dirimir qualquer dúvida ou litígio que porventura possa surgir da execução deste Acordo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por concordarem as partes com o conteúdo e condições acima convenionadas, assinam as 03 (três) vias originais deste documento.

Irani/SC, 11 de dezembro de 2017.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES	OZAIDE ANTÔNIO ALVES DA ROCHA
Prefeito	Presidente
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Testemunhas:

Flávio de Melo  
CPF: 009.687.709-08

Aliny Jacira Kades  
CPF: 067.539.119-95



# Irineópolis

## PREFEITURA

### EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 02/2017 - INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Publicação Nº 1455025

#### TESTE SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Prefeitura Municipal de Irineópolis

EDITAL Nº 002.2/2017 PMI

A Comissão do teste seletivo nº 002/2017, no uso das atribuições conferidas pela Portaria n.º 397/2017 de 01 de Novembro de 2017, vem através do presente, homologar e tornar público a listagem de candidatos com inscrições DEFERIDAS após decorrido o prazo recursal

#### INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Cargo - MOTORISTA

Número Inscrição Nome

- 01 Jairo Xavier da Cruz
- 02 João Maria da Conceição Júnior
- 03 Lucas Kopecki
- 04 Jocimar Rodrigues Chaga
- 05 Cristiano Roberto Sausen
- 06 Jean Carlo Duda
- 07 Roberto Bedretchuk
- 08 Julio Cesar Kondrat
- 09 Altamir Neres de Souza
- 10 Luis Cezar Lopes
- 11 Michel Willian Pinheiro de Santana
- 12 Nery João Schuck
- 13 Daniel Alves
- 14 Irineu Bueno Ferreira
- 15 Alexandre Martins de Camargo
- 16 Valdir Zapotoczny
- 17 José Netto
- 18 Luiz Carlos Otto
- 19 Evandro Vieira Lopes
- 20 Donisete Vieira
- 21 Diego Amadeus Gomes
- 22 Diego Rodrigo Amazonas
- 23 Alex Roberto Bendlin
- 24 Lirio Bossow
- 25 Juliano Martins
- 26 Giuliano de Lima Pinto
- 27 João Carlos Bittencourt
- 28 José Augusto Juzak
- 29 Edvino Szwed
- 30 Vitor Eduardo Abuda Wendt
- 31 Lidiane Roberta Partica
- 32 Delcio Antonowicz
- 33 Lauri de Oliveira

- 34 Priscila Forostecky da Rocha
- 35 Everton Ivaél Chuk
- 36 Fernando Vieira
- 37 Emerson Cardoso dos Santos
- 38 Wanderson Verissimo Rodrigues
- 39 Everton de Castro Silva
- 40 Lucinei Gomes dos Santos
- 41 Eneas Mangue
- 42 Roger Friedrich Reichardt
- 43 João
- 44 Marcos Michels
- 45 José Evaldo Burjarka
- 46 Fernando José meirelles
- 47 Everson Luiz Moissa
- 48 Ivan Chuk
- 49 Sergio Karvat
- 50 Lindomar Senn
- 51 Marcelo Ruchinski

Irineópolis, 12 de Dezembro de 2017.

Giozani Regina Crestani  
Scheila Patricia Kielb  
Comissão de Teste Seletivo

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 64/2017 - PM

Publicação Nº 1455090

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 64/2017  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 33/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 08 de janeiro de 2018, às 14:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUI-SIÇÃO DE 01 PÁ CARREGADEIRA NOVA, PARA A SECRETARIA DA AGRICULTURA ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIOS E CONTRATO DE REPASSE Nº 848183/2017/MAPA/CAIXA". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 às 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro – Irineópolis – SC, Fone (47) 3625-1111, e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br). Irineópolis, 12 de dezembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA  
Prefeito Municipal

**HOSPITAL Bom Jesus****DECRETO 3336/2017**

Publicação Nº 1455230

DECRETO 3336/2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas e autorizado pela Lei 1.913 de 07 de dezembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica anulada parcialmente no Orçamento Geral do Hospital Municipal Bom Jesus, no exercício corrente, a dotação a seguir especificada, no montante de R\$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais), conforme discriminação seguinte:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
2.028– Manutenção do Hospital Bom Jesus	
4.4.90.00.00.00.00.00.3454 Aplicações Diretas R\$ 8.300,00	
T O T A L .....	R\$ 8.300,00

Art. 2º - Por conta da anulação prevista no artigo anterior, fica suplementada a dotação a seguir especificada, que tem previsão de dispêndio no exercício dos valores atribuídos:

03 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
03.01 – HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS	
2.028– Manutenção do Hospital Bom Jesus	
3.1.90.00.00.00.00.00.3454 Aplicações Diretas R\$ 8.300,00	
T O T A L .....	R\$ 8.300,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12.12.2017, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 12 de dezembro de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

# Itá

## PREFEITURA

### ATA DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO PL 070/2017, TP 009/2017

Publicação Nº 1454865

ATA DE ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2017 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2017, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 14h00min do dia doze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 003 de 06 de janeiro de 2017, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de análise da documentação das empresas: MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA – EPP, F SIGMA CONSTRUTORA EIRELLI EPP, CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI – ME, da análise da documentação restou em a) HABILITAR a empresa F SIGMA CONSTRUTORA EIRELLI EPP por cumprir os requisitos do edital; b) INABILITAR as empresas: MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA – EPP por deixar de apresentar o item 5.1.4.2 (atestado de capacidade técnica não compatível ao objeto do edital e sem registro na CAT), item 5.1.4.5 (atestado operacional não compatível com o objeto do edital); A empresa MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA – EPP apresentou a prova de regularidade do FGTS vencida, podendo caso vencedora regularizar em até cinco dias úteis por ter comprovado a condição de empresa de pequeno porte. CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI – ME por deixar de apresentar o item 5.1.1.6 (não apresentou certificado de registro cadastral), item 5.1.4.2 (não apresentou atestado de capacidade técnica, e a CAT sem registro do atestado de capacidade técnica), item 5.1.4.5 (não apresentou atestado operacional), item 5.1.4.6 (declaração de vistoria assinada pelo proprietário da empresa e não pelo responsável técnico); Diante do fato o presidente abre prazo de cinco dias uteis para que as empresas CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELI – ME e F SIGMA CONSTRUTORA EIRELLI EPP apresentem recurso, caso deneguem apresentação poderão apresentar termo de renúncia da fase de habilitação. A empresa MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA – EPP apresentou em sua documentação termo de renúncia de recurso quanto a fase de habilitação. Intima-se as empresas da decisão. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão. Esta Ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br).

Delso Minski Silvine Carla Mertins  
Presidente Membro

Marta Bender Sartoretto  
Membro

### ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2017, TP 009/2017

Publicação Nº 1454205

ATA REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 070/2017 EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 009/2017, DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Às 08h30min do dia doze do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações, designada pelo Decreto nº 003 de 06 de janeiro de 2017, sob a Presidência do Senhor Delso Minski estando presentes os membros Senhoras Silvine Carla Mertins e Marta Bender Sartoretto para o ato de recebimento dos envelopes documentação e proposta e abertura dos documentos de habilitação, referentes à Tomada de Preços nº 009/2017 Processo Licitatório nº 070/2017, destinada a contratação de empresa para revitalização do Canteiro Central, localizado na frente do Clube Cruzeiro, com fornecimento de material e mão de obra; Entregou tempestivamente, os envelopes Documentação e Proposta, as empresas: MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA – EPP, F SIGMA CONSTRUTORA EIRELLI EPP, CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELLI – ME. Estiveram presentes na sessão os representantes; Christian Wilson Maroso e Tiago Ismael Hartmann. As empresas comprovaram a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte. O Senhor Presidente, em prosseguimento, verificou a inviolabilidade dos envelopes de documentação e proposta passando à abertura do envelope de documentação, cujos documentos foram numerados e rubricados pela comissão. O envelope “proposta” foi lacrado e rubricados pela comissão e representantes das empresas. Aberto espaço para intenção de recurso não houve manifestação. O presidente reserva-se do direito de análise posterior da documentação informando aos licitantes das decisões. Após a análise e decisão da comissão abre prazo para interposição de recursos, julgados estes, será feita a convocação para o ato de abertura dos envelopes proposta. Em nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou a sessão, lavrando-se esta ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelo presidente, membros da Comissão e licitantes presentes. Esta Ata será publicada no mural público do Município de Itá, na página do Município na internet [www.ita.sc.gov.br](http://www.ita.sc.gov.br), e entregue pessoalmente aos licitantes presentes

Delso Minski Silvine Carla Mertins  
Presidente Membro

Marta Bender Sartoretto  
Membro

MAROSO GEOAMBIENTAL LTDA – EPP  
Licitante

CANEPELE ARTEFATOS DE CIMENTO EIRELLI – ME  
Licitante

**CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR - PROCESSO SELETIVO 002/2017**

Publicação Nº 1453974

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 002/2017

**CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR**

Auxiliar de Classe   Ensino Médio				
Posição	Nº INSC	CANDIDATO	Nota Teórica	
			Acertos	Nota
1	711120	Andressa Pessoa De Chaves	18	9,00
2	722118	Adriana Pifer	16	8,00
3	723208	Genuir Jose Andrioli Junior	16	8,00
4	725789	Camila Lilian Caumo	15	7,50
5	714439	Erica Tamires Jesus De Carvalho	15	7,50
6	703510	Aguinaldo Elias Schaparin	15	7,50
7	709774	Diana Brito Oliveira	15	7,50
8	709585	Justina Ines Bresiani Taffarel	15	7,50
9	706158	Aline Alflen	15	7,50
10	705983	Luciane Maria Hartmann	14	7,00
11	707443	Bruna Carla Rech	14	7,00
12	716986	Nelci Maria Stroeher Mocellin	14	7,00
13	707756	Roseli Fatima Golo Dalle Laste	14	7,00
14	714905	Guimaraes Gomes Marcanzoni	14	7,00
15	708899	Ivone T. Nossal Bevilaqua	14	7,00
16	716166	Luciane Fatima Fantinelli	14	7,00
17	703507	Lucinei Fatima Deves	14	7,00
18	712385	Vanessa Pessoa De Chaves	14	7,00
19	705958	Fabiola Lombardi	14	7,00
20	703905	Sandra Mara Dos Santos Taffarel	14	7,00
21	720751	Pricila Colpani Do Amara	14	7,00

22	720130	Diana Carla De Araujo	14	7,00
23	706770	Dilce Versa	13	6,50
24	724363	Locivani Salete Frozza Signor	13	6,50
25	708804	Ivone Te Denis Wollmann Burnier	13	6,50
26	711000	Roseclei Ilha	13	6,50

27	704012	ArianLuisZeni	13	6,50
28	710860	GisianeSeibel	13	6,50
29	713801	RoseliCeliaJungDecezare	13	6,50
30	709300	SaleteMariaMartinelli	13	6,50
31	712596	DanielaNadiaFerreira	13	6,50
32	706695	DeniseSimon	13	6,50
33	720635	AnaliceMalvinaDosSantosSoares	13	6,50
34	721393	LeilaCristinaKochemGrooders	13	6,50
35	721302	ElisianaPainDosSantos	13	6,50
36	705967	PatriniMarieliBiessek	13	6,50
37	703543	LarissaTaccaValcarenghi	13	6,50
38	703868	AmandaPaulaRoyPereiraDaSilva	13	6,50
39	722456	RosangelaMariaWathierDeOliveira	13	6,50
40	713560	CarlaAparecidaAntunesDeLimaJung	12	6,00
41	709070	AlineRaquelMachry	12	6,00
42	703844	AndressaSandraGross	12	6,00
43	703164	AndressaElisaSchuch	12	6,00
44	724162	SimonePatriciaSalviKlein	12	6,00
45	704334	SilizanePadilhaDosSantos	12	6,00
46	716381	CamilaBurin	12	6,00
47	720133	AndressaLuciaLecardelli	12	6,00
48	713876	BrunaFedrizzi	12	6,00
49	711371	RaimundoLopesFalcao	12	6,00
50	707017	ClaudiaMariaDosSantos	12	6,00
51	706463	LilianeFrancieliTrombettaMenin	12	6,00
52	717980	GislaineSeibelMarcanzoni	12	6,00
53	703971	SoniaDaSilva	11	5,50
54	717848	NeusaCapellaroPetry	11	5,50
55	705372	GabrielaCristinaPetry	11	5,50
56	717584	MirianMinella	11	5,50
57	723335	UlianaMariaLermen	11	5,50
58	711725	IvoneLeonildaLorscheitter	11	5,50
59	711414	EleandraAparecidaTonello	11	5,50
60	708996	AnaPaulaRemocri	11	5,50
61	710959	JessicaCarlaTondello	11	5,50

62	709596	SolangeGiarettaFabrini	10	5,00
63	716735	NeucimaraTeixeiraMachado	10	5,00
64	711418	AnaMariaDeMattos	10	5,00
65	720513	TaniaCarlaFreyer	10	5,00
66	709846	DeborahDaSilva	10	5,00
67	714355	ClariceDrexler	10	5,00
68	716822	CristianeSilviaMertinsMarcanzoni	10	5,00
69	720659	ElisGritti	10	5,00
70	721500	BetemariReginaBianchi	9	4,50
71	706829	KelinCatiaDePicoli	9	4,50
72	704759	ClariceKochCovatti	9	4,50
73	719742	VaniseMariaKielling	9	4,50
74	718676	EndrianeMiorandoWathier	9	4,50
75	703297	ElianeSaleteSchapariniBrand	9	4,50
76	710306	MicheliFatimaFurlan	9	4,50
77	722813	MaielenMariaSpagnol	9	4,50

78	724605	AlineValentini	9	4,50
79	721829	SirleiMariaStringui	8	4,00
80	715783	VanuzaTerezinhaBrandDeFreitas	8	4,00
81	704300	EdianeMaristelaGranna	8	4,00
82	725183	ArkselEullerGoncalves	8	4,00
83	705028	AdrianaMartiori	8	4,00
84	712644	ClicianeInesDosSantosPereira	7	3,50
85	721270	FabianaSaatkamp	7	3,50
86	704474	MicheleRibeiroDosSantos	7	3,50
87	723888	MarciaMariaRoyBavaresco	5	2,50
88	704421	JoseDanielPertusattiNunesDaSilva	5	2,50

## Estagiário|EnsinoMédio

Posição	NºINSC	CANDIDATO	NotaTeórica	
			Acertos	Nota
1	724851	GiulliaZamboniFigueiro	14	7,00
2	706207	ElisabethLiberaSomensi	14	7,00
3	719370	RafaelGabrielDaRosa	14	7,00
4	725096	AndreLuizBenderSartoretto	14	7,00



5	710941	MarianaPaulaBevilaqua	13	6,50
6	724859	JessicaAlessandraMocellin	12	6,00
7	725827	BrunaCaumo	12	6,00
8	714431	AlineMartello	10	5,00
9	708949	GiovanaRegisBlankl	10	5,00
10	718257	GuilhermeDeOliveira	10	5,00
11	725961	FabioJuniorAndrioliRibeiro	9	4,50
12	711384	DanieliCristinaHartmann	9	4,50
13	710807	GabrieleGabiatti	8	4,00
14	716174	NauerGabrielDoPradoReis	8	4,00
15	721336	JulianaDosSantos	8	4,00
16	724502	MariaCeciliaLazzari	8	4,00
17	720278	AndressaDaSilva	7	3,50
18	724750	LeonardoFilipeBurnier	7	3,50
19	725226	KaliferZeni	6	3,00
20	716711	TaisGollo	5	2,50
21	714026	TaliaPereiraDaSilva	4	2,00
22	723459	RoseliSandraZamban	4	2,00
23	711603	HellenCarolineTaffarelDeFranca	4	2,00
24	722340	AnnaKarolineReimers	3	1,50

Itá-SC, 11 de Novembro de 2017.

COMISSÃO ORGANIZADORA

## DECRETO N. 083/2017

Publicação Nº 1454996

DECRETO Nº 083/2017, de 30 de novembro de 2017.

“Dispõe Sobre a Abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências”.

PREFEITO MUNICIPAL DE ITÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o art. 3º, Inciso I e II do art. 4º da Lei Municipal nº 2.490, de 06 de dezembro de 2016 e Inciso I e II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 103.159,44 (cento e três mil, cento e cinquenta e nove reais e quarenta e quatro centavos) utilizando como recursos o Superávit Financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2016, nos termos do inciso I, artigo 4º da Lei Municipal 2.490, e inciso I, §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda  
 1.033 – Adequação do Centro Administrativo Municipal  
 4.4.90.00.00.00.3089 Aplicações Diretas 63.159,44

07.00 – Secretaria de Assistência Social  
 07.05 – Fundo Municipal de Direitos do Idoso

2.057 – Manutenção Fundo Municipal de Direitos do Idoso  
3.3.90.00.00.00.3824 Aplicações Diretas 10.000,00

08.00 – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico

08.03 – Departamento de Cultura

2.045 – Realização Carnaval Náutico

3.3.50.00.00.00.3000 Transferências a Instituições 30.000,00

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.490, conforme programação a seguir:

03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Fazenda

2.003 – Manutenção Atividades da Secretaria de Administração e Fazenda  
Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

04.00 – Secretaria Municipal dos Transportes

04.01 – Departamento Municipal de Estradas e Rodagem

2.007 – Manutenção Atividades do DMER

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

05.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

05.01 – Departamento Municipal de Agricultura

2.010 – Manutenção Departamento de Agricultura

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	15.000,00
--	-----------

05.02 – Departamento do Meio Ambiente

2.011 – Manutenção Departamento do Meio Ambiente

Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	5.000,00
--	----------

Anulação

3.3.50.00.00.00.00.1000 Transferências a Instituições	9.000,00
---	----------

4.4.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	1.000,00
--	----------

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.014 – Manutenção Ensino Fundamental

Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1018 Aplicações Diretas	100.000,00
--	------------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1019 Aplicações Diretas	100.000,00
--	------------

07.00 – Secretaria de Assistência Social

07.03 – Fundo Municipal de Assistência Social

2.051 – Manutenção Fundo Municipal de Assistência Social

Suplementação

3.3.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

Anulação

3.1.90.00.00.00.00.1000 Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

Art. 3º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Itá, no valor de R\$ 26.347,90 (vinte e seis mil, trezentos e quarenta e sete reais e noventa centavos), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.490 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

06.00 – Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer

06.01 – Departamento de Educação

2.013 – Coordenação e Distribuição Merenda Escolar

3.3.90.00.00.00.00.1060 Aplicações Diretas	3.225,40
--	----------

Fonte de recursos – 1060: Recursos FNDE – PNAE Ensino Fundamental

3.3.90.00.00.00.00.1160 Aplicações Diretas	855,10
--	--------

Fonte de recursos – 1160: Recursos FNDE – PNAE Pré-Escolar

3.3.90.00.00.00.00.1260 Aplicações Diretas	2.267,40
--	----------

Fonte de recursos – 1260: Recursos FNDE – PNAE Creche

2.020 – Manutenção Creche Municipal

3.1.90.00.00.00.00.1018 Aplicações Diretas	20.000,00
--	-----------

Fonte de recursos – 1018: Transferências do FUNDEB 60%

Art. 4º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil) utilizando como recursos o remanejamento de dotações orçamentárias dentro do mesmo projeto e atividade, nos termos do art. 3º da Lei Municipal 2.490, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.032 – Manter Programa Saúde da Família  
Suplementação

3.1.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas	135.000,00
--	------------

Anulação

3.3.90.00.00.00.00.1002 Aplicações Diretas	135.000,00
--	------------

Art. 5º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Itá, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), utilizando como fonte de recursos o excesso de arrecadação por fonte de recurso nos termos do inciso II, art. 4º da Lei Municipal 2.490 e do inciso II do §1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64, conforme programação a seguir:

11.00 – Fundo Municipal de Saúde

11.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.032 – Manter Programa Saúde da Família

3.3.90.00.00.00.00.1064 Aplicações Diretas	10.000,00
--	-----------

Fonte de recursos – 1064: Transf. SUS – Atenção Básica – PAB Fixo

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,  
30 de novembro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO N. 085/2017**

Publicação Nº 1455011

DECRETO Nº 085, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Divulga os feriados e decreta os pontos facultativos no exercício de 2018.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Inciso VII do Artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008. DECRETA:

Art. 1º Ficam divulgados os feriados nacionais e municipais, bem como decretados as datas consideradas ponto facultativo nas repartições municipais para o ano de 2018, a seguir:

I - 1º de janeiro, segunda-feira, Confraternização Universal, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

II - 12 de fevereiro, segunda-feira, carnaval, (ponto facultativo);

III - 13 de fevereiro, terça-feira, carnaval, (ponto facultativo);

IV - 14 de fevereiro, quarta-feira de cinzas, (ponto facultativo pela manhã);

V - 30 de março, sexta-feira, Paixão de Cristo (feriado nacional - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008);

VI - 21 de abril, sábado, Tiradentes (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

VII - 1º de maio, terça-feira, Dia do Trabalho, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

VIII - 31 de maio, quinta-feira, Corpus Christi, (feriado nacional - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008);

IX - 29 de junho, sexta-feira, Dia de São Pedro, Padroeiro do Município (feriado municipal - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008);

X - 07 de setembro, sexta-feira, Independência do Brasil, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

XI - 12 de outubro, sexta-feira, Nossa Senhora Aparecida, (feriado nacional - Lei Federal nº 6.802, de 30 de junho de 1.980);

XII - 02 de novembro, sexta-feira, Finados, (feriado nacional - Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

XIII - 15 de novembro, quinta-feira, Proclamação da República, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

XIV - 13 de dezembro, quinta-feira, Dia do Município, (feriado municipal - Lei Municipal nº 1.955, de 25 de setembro de 2.008);

XV - 25 de dezembro, terça-feira, Natal, (feriado nacional - Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002);

Art. 2º Em dias de especial significado poderá o Chefe do poder Executivo Municipal, decretar ponto facultativo nas repartições públicas, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1.955/2008.

Art. 3º O atendimento dos serviços públicos considerados essenciais, nas datas mencionadas nos artigos 1º e 2º, deverão ser garantidos pelos órgãos da administração pública municipal, por

intermédio de escalas de serviços ou plantões.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Gabinete da Prefeita Municipal de Itá, 07 de dezembro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta secretaria na data supra

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**DECRETO N. 086/2017**

Publicação Nº 1455008

DECRETO Nº 086, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a adoção de turno único para os serviços de zeladores(as) lotados(as) na Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 69, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e nos termos do artigo 18 de da Lei Complementar nº 35/2006, de 11 de dezembro de 2006, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, das autarquias e das fundações públicas municipais e combinado com inciso XIV do artigo 7º da Constituição Federal,

Considerando que nas dependências escolares não haverá aulas no período de 02 a 31 de Janeiro de 2018;

Considerando que, por isso, os serviços de limpeza e conservação restam reduzidos;

DECRETA:

Art. 1º Fica adotado turno único de trabalho para os serviços de zeladores(as) lotados(as) na Secretaria Municipal de Educação no período de 02 a 31 de Janeiro de 2018.

§ 1º O Turno Único de que trata este artigo será executado das 07h00min às 13h00min, de segunda-feira a sexta-feira;

§ 2º Poderão ser feitas horas-extras apenas mediante expressa autorização do Secretário ou Responsável da Secretaria, sendo que estas serão contabilizadas no banco de horas.

Art. 2º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá - SC,  
09 de Novembro de 2017.  
JAIRO LUIZ SARTORETTO  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA  
Secretário de Administração e Fazenda

# Itapiranga

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 235/2017

Publicação Nº 1455110

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA - SC  
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 235/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO ELÉTRICO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA PROCEL RELUZ, COM A INSTALAÇÃO DE LUMINÁRIAS PÚBLICAS DO TIPO LED NAS VIAS PÚBLICAS DO CENTRO DE ITAPIRANGA – SC, DESTACANDO A AVENIDA URUGUAI, AVENIDA BEIRA RIO, RUA DO COMÉRCIO E RUAS TRANSVERSAIS, COM A SUBSTITUIÇÃO APROXIMADA DE 250 LUMINÁRIAS.

Modalidade: Pregão Presencial.

Tipo: Menor Preço por Item.

Recebimento das Propostas: até as 08h30 do dia 26/12/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no site do Município [www.itapiranga.sc.gov.br](http://www.itapiranga.sc.gov.br) ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00. Informações através do e-mail [compras@itapiranga.sc.gov.br](mailto:compras@itapiranga.sc.gov.br) ou fone (49) 3678-7700.

Itapiranga, SC, 12 de dezembro de 2017.

Lauro Schlickmann

Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

### LEI MUNICIPAL Nº 3.110 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454712

LEI MUNICIPAL Nº 3.110, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2017  
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA, EXERCÍCIO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ITAPIRANGA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores votou e que sanciona esta Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir o seguinte crédito adicional suplementar no Orçamento do Município de Itapiranga - SC na seguinte dotação:

03.01 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos  
04.122.0010.2004 – Manutenção das atividades da Secretaria da Administração  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 89.000,00

04.01 – Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento  
04.123.0018.2013 – Manutenção das atividades da Secretaria da Fazenda e Planejamento  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 185.144,77

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes  
26.782.0149.2043 – Manutenção das atividades da Secretaria de

Transportes

31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 228.900,00

14.01 – Secretaria Municipal da Ind. Com. Prest. Serviços e Turismo  
22.661.0131.2011 – Manutenção das atividades da Secretaria Ind. Com. Prest. Serviços e Turismo  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00

Total .....  
.....R\$ 518.044,77

Art. 2º Servirá de suporte para a suplementação, objeto do artigo 1º, a anulação parcial da seguinte dotação:

01.01 – Gabinete do Prefeito  
04.122.0140.2002 – Manutenção das atividades do gabinete  
3190.00.00.00.00.00.104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 22.685,00

03.02 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos - Saneamento  
17.512.0079.2010 – Manutenção das atividades do Setor de Saneamento  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 52.233,00

03.03 – Secretaria Municipal da Administração, Obras e Serviços Urbanos - Urbanismo  
15.452.0076.2009 – Manutenção das atividades do Setor de Urbanismo  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 70.850,00

06.03 – Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Desporto – Outras Fontes  
13.392.0153.2036 – Manutenção das atividades da Biblioteca Municipal e Museu Público Municipal  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 75.000,00

08.01 – Secretaria Municipal de Transportes  
26.782.0149.1027 – Aquisição de veículo, máquinas e equip. e material permanente  
44.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 139.017,13

26.782.0149.1032 – Ampliação e reforma da garagem e oficina  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 47.640,64

09.01 – Fundo Municipal da Agricultura e Meio Ambiente  
20.606.0107.2038 - Manutenção das atividades da Secretaria  
31.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 95.619,00

14.01 – Secretaria Municipal da Ind. Com. Prest. Serviços e Turismo  
22.661.0131.2011 – Manutenção das atividades da Secretaria Ind. Com. Prest. Serviços e Turismo  
33.90.00.00.00.00.00.0104 - Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 15.000,00



Total .....  
.....R\$ 518.044,77

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itapiranga, em 14 de novembro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicado no DOM – Diário Oficial dos Municípios  
Secretaria de Administração.

## **PORTARIA Nº 282/2017**

Publicação Nº 1455024

Portaria nº 282 de 12 de dezembro de 2017.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Ivana Raquel Krug matrícula nº 14817/05, no período de 12/12/2017 até 9/6/2018.

Art.2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Itapiranga-SC, 12 de dezembro de 2017.

Jorge Welter  
Prefeito

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM  
Ivair Paulo Tavares  
Diretor de Recursos Humanos



# Itapoá

## PREFEITURA

### ATA DE SESSÃO PÚBLICA Nº 101/2017 - MATERIAL ESPORTIVO

Publicação Nº 1454674

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2017 – ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo segundo dia do mês de dezembro de 2017, a partir das 14:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA e ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 101/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, PARA SER UTILIZADO NO PROJETO VERÃO 2017/2018, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricado o envelope de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento do representante:

Participante	
Empresa	Representante
MAGNUM INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES ESPORTIVAS EIRELI –EPP	LEANDRO RODRIGUES PADOVA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preços da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa vencedora	Itens/ Lotes	Valor Total
MAGNUM INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES ESPORTIVAS EIRELI – EPP	1	R\$ 9.365,90

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s)

empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 12 de dezembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeira	
ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL Membro	JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro

Licitantes:

MAGNUM INDUSTRIA E COMERCIO DE REDES ESPORTIVAS EIRELI – EPP  
LEANDRO RODRIGUES PADOVA

### ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 102/2017

Publicação Nº 1455057

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 142/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo segundo dia de dezembro de 2017, a partir das 16:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, SUZANA BESEN MARTINS e RODRIGO FERNANDES DE SOUZA nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 102/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA OS CAMPEONATOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER NO PROJETO VERÃO 2017/2018, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO EDITAL E SEUS ANEXOS. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de

Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
FUTSPORTS ARBITRAGENS E ORGANIZAÇÕES ESPROTIVAS LTDA	LAUDIR ZERMIANI
FERNANDA JANTSCH REIS ME	EDUARDA REIS OSORIO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de habilitação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que as empresas demonstraram atender as exigências editalícias, sendo habilitadas para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa Vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
FUTSPORTS ARBITRAGENS E ORGANIZAÇÕES ESPROTIVAS LTDA	1	R\$ 7.150,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata. Itapoá, 12 de dezembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
SUZANA BESEN MARTINS Membro	RODRIGO FERNANDES DE SOUZA Membro

Licitantes:

FUTSPORTS ARBITRAGENS E ORGANIZAÇÕES ESPROTIVAS LTDA LAUDIR ZERMIANI	FERNANDA JANTSCH REIS ME EDUARDA REIS OSORIO
---	---

## ATA SESSÃO PÚBLICA - PREGÃO Nº 108/2017

Publicação Nº 1455210

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2017, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 148/2017 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO.

Ao décimo segundo dia do mês de dezembro de 2017, a partir das 17:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ - SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROCHA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros, SUZANA BESEN MARTINS e RODRIGO FERNANDES SOUZA nomeados pelo (a) Decreto nº 3307/2017, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 108/2017, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO, PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE IMAGENS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS DE CONTAGEM DE VEÍCULOS, PESQUISA DE ORIGEM E DESTINO, SOFTWARES ESPECIALIZADOS E EMISSÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS, EM TRÊS ACESSOS DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC, CONFORME CONSTANTES ANEXOS PARTES INTEGRANTES DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após rubricados os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
SUPREMA SISTEMAS VIARIOS LTDA - EPP	RODRIGO ZANINI
DBA INDUSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS LTDA - EPP	JOAO LEONARDO SIMAS DONATO

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, ficam as licitantes vencedoras responsáveis pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores em anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de habilitação das empresas ofertantes dos menores preços, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatada que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresa vencedora	Itens/Lotes	Valor Total
SUPREMA SISTEMAS VIARIOS LTDA - EPP	1	R\$ 52.400,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitada a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira

informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 12 de dezembro de 2017.

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira

SUZANA BESEN MARTINS  
Membro

RODRIGO FERNANDES DE SOUZA  
Membro

Licitantes:

SUPREMA SISTEMAS VIARIOS  
LTDA – EPP  
RODRIGO ZANINI

DBA INDUSTRIA E COMERCIO DE  
EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS  
LTDA – EPP  
JOAO LEONARDO SIMAS DONATO

## EDITAL 010/2017 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO - TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA .

Publicação Nº 1454761

### EDITAL 010/2017 DE INTIMAÇÃO/ NOTIFICAÇÃO DE AUTOS DE INFRAÇÃO TERMO DE CIÊNCIA DE JULGAMENTO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

A Autoridade Ambiental Fiscalizadora da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Setor de Fiscalização, vem por meio deste Edital INTIMAR/ NOTIFICAR os autuados citados nos Processos Administrativos decorrentes dos Autos de Infrações Ambientais abaixo listados nos termos da Lei Complementar Municipal Nº 021/2008, Art 39:

§ 2º. Não tendo sido encontrado, o infrator, nesta fase ou nas fases anteriores do procedimento, a comunicação da decisão será feita via edital oficial da Prefeitura Municipal de Itapoá, por um período de dez dias, após o que, as providências legais serão tomadas.

Caso queira, o autuado, apresentar as alegações finais, deverá protocolá-las no prazo de 10 (dez) dias, conforme edital, no setor de protocolos da Secretaria de Meio Ambiente, localizados na Avenida Beira Mar 3, nº 1412, Jardim Perola do Atlântico, Itapoá, SC, no seu horário de atendimento, 13:00 as 18:30 de segunda a sexta-feira, endereçando para a Autoridade Ambiental Fiscalizadora do Secretaria de Meio Ambiente.

A presente relação também estará disponível na página da Prefeitura Municipal de Itapoá, em: <http://www.itapoa.sc.gov.br>, e será fixada no mural da sede da Secretaria de Meio Ambiente no endereço acima informado. Os processos administrativos encontram-se disponíveis para consulta dos interessados, no mesmo endereço.

#### RELAÇÃO DOS AUTUADOS

Autuado	CNPJ/CPF	Auto	Local
Argeniro Irineu Izepetto	234.804.409-91	126	Balneário Brandallize Q 061 L 0007
Carlos Smaka	754.571.489-04	191	Balneário Rio Gracioso Q 024 L 0005
Cristiane Aparecida Rota	014.382.919-06	203	Balneário Itapoá Praia do Imperador Q 022 L 0013
Espolio de Sebastião Fernandes do Nascimento Filho	639.406.637-00	230	Balneário Nascimento Q 013 L 0012
Helio Pagliarini	000.000.000-00	202	Balneário Rosa dos Ventos Q 012 L 0014
Marilise Aparecida Cordeiro	511.085.009-78	198	Balneário Mariluz Q 049 L 0006
Matheus Maria Briones	000.000.000-00	137	Balneário Praia dos Veleiros Q 011 L 0224
Orides dos Santos Neto	088.800.839-29	224	Balneário Cambiju Q 057 L 0003
Sociedade Imobiliária Agrícola e Pastoril Ltda	86.127.594/0001-01	235	Balneário Itapoá Q 048 L 0008
Sociedade Imobiliária Agrícola e Pastoril Ltda	86.127.594/0001-01	234	Balneário Itapoá Q 048 L 0009

Itapoá 12 de dezembro de 2017.

Rodrigo Cechin

Diretor Municipal de Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Meio Ambiente

**EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90/2017**

Publicação Nº 1454526

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 90/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.  
Contratada: FLEXPROMO PRODUÇÃO DE EVENTOS EIRELI ME, com sede à Rua Aníbal Requião, nº 500, Loja 02, Xaxim, na cidade de Curitiba/PR, CEP: 81.810-370, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 23.518.131/0001-60 e Inscrição Estadual: Isenta, representada neste ato por procurador Sr. ERLON CARLON DA SILVA, portador do CNPF/MF nº 016.661.919-14 e do CI. RG nº 5.554.628-7 SESP PR.  
Licitação: PREGÃO Nº 109/2017 - PROCESSO Nº 149/2017.  
Objeto: Contratação de empresa para locação, instalação e manutenção de estruturas de tendas, e serviços de carro de com para o Projeto "Um Toque de Natal" do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.  
VALOR R\$: 15.790,00 (quinze mil setecentos e noventa reais).  
DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/03/2018  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 11 de dezembro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

**EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2017**

Publicação Nº 1454530

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ  
EXTRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 91/2017

Contratante: Município de Itapoá/SC.  
Contratada: MARCIO ANDRE FADUL VILAS BOAS SERVIÇOS ME, com sede à Avenida Armelindo Trombini, nº 3320, Jd. Albuquerque, na cidade de Campo Mourão/PR, CEP: 87.309-097, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.758.410/0001-15 e Inscrição Estadual: Isenta, representada neste ato por sócio, o Sr. MARCIO ANDRE FADUL VILAS BOAS, portador do CNPF/MF nº 257.931.522-53 e do CI. RG nº 6.086.311 SSP/SC.  
Licitação: PREGÃO Nº 109/2017 - PROCESSO Nº 149/2017.  
Objeto: Contratação de empresa para locação, instalação e manutenção de estruturas de tendas, e serviços de carro de com para o Projeto "Um Toque de Natal" do Município de Itapoá/SC, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos.  
VALOR R\$: 2.080,08 (dois mil e oitenta reais e oito centavos).  
DATA DA ASSINATURA: 11/12/2017  
PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/03/2018  
BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 11 de dezembro de 2017.  
MARLON ROBERTO NEUBER  
Prefeito Municipal

**JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD Nº 002/2017.**

Publicação Nº 1454749

JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – PAD N. 002/2017 SOLAMIR COELHO, Secretária de Administração de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o art. 181 parágrafo segundo, inciso II, da Lei Complementar n. 044/2014:

Considerando o relatório da Comissão instituída e nomeada através da Portaria Municipal n.1.855/2017, de 07 de novembro de 2017; Considerando Ação Judicial por Ato de Improbidade Administrativa proposta pelo Ministério Público de n.0901203-80.2016.8.24.0126; Considerando também a jurisprudência apoiando o fato: ADMINISTRATIVO - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - DESTITUIÇÃO JUDICIAL DE CONSELHEIRO TUTELAR - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CABIMENTO - PRÉVIA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - DESNECESSIDADE - DIREITO À DEFESA QUE PODE SER EXERCIDO NA VIA JUDICIAL - PRÁTICA DE ATOS INCOMPATÍVEIS COM A FUNÇÃO EXERCIDA NO CONSELHO TUTELAR - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE - BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA - DEFERIMENTO - SUSPENSÃO DO PAGAMENTO DAS CUSTAS PROCESSUAIS - RECURSO PROVIDO EM PARTE. 1 - A perda do mandato de Conselheiro Tutelar, por ordem constitucional, e consoante a previsão da legislação municipal de regência, depende da prévia apuração de infringência às regras do Estatuto da Criança e do Adolescente, em procedimento que assegure ao interessado o pleno exercício do direito de defesa. 2 - É despicienda a instauração de processo administrativo se a destituição do Conselheiro é postulada pelo Ministério Público em sede de ação civil pública, porquanto o contraditório e a ampla defesa do particular podem ser exercidos na demanda judicial. 3 - O Ministério Público é parte legítima e a ação civil pública é instrumento adequado ao intento da destituição judicial de Conselheiro Tutelar, por se tratar de interesse difuso relacionado à infância e à juventude, tutelado pelo órgão ministerial. Precedente do col. Superior Tribunal de Justiça. 4 - Apurada a prática de atos incompatíveis com a idoneidade moral exigida para o exercício das funções de Conselheiro Tutelar, substanciados no mau atendimento dos munícipes e na omissão de regular desempenho dos misteres do encargo público, é devida a ordem de destituição. 5 - Evidenciada a hipossuficiência financeira do demandado, é de se lhe deferir os benefícios da justiça gratuita, suspendendo-se, assim, o pagamento das custas processuais. Inteligência do art. 12 da Lei nº. 1.060/50.

(TJ-MG - AC: 10517120017085001 MG, Relator: Sandra Fonseca, Data de Julgamento: 31/03/2015, Câmaras Cíveis / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/04/2015)

Considerando a Lei 182/2008 - Art. 7º Perderá o mandato o Conselheiro que:  
...Parágrafo único. A perda do mandato será decretada pelo CMD-CA, mediante provocação do Ministério Público,  
Considerando a CI n. 145/2017/SA com a análise e concordância da Procuradoria jurídica;

**RESOLVE:**

ACATAR o relatório da Comissão instituída e nomeada através da Portaria Municipal n.1.855/2017, de 07 de novembro de 2017, referente ao Processo Disciplinar nº 02/2017, e DETERMINA:

SUSPENSÃO/ARQUIVAMENTO, até que haja SENTENÇA COM TRÂNSITO EM JULGADO.

Itapoá(SC), 05 de dezembro de 2017.  
Solamir Coelho  
Secretária de Administração



**TERMO DE RETIFICAÇÃO Nº 42-17- CONTRATO Nº 80-17 - MOBILIÁRIO E ELETROELETRÔNICOS**

Publicação Nº 1454668

TERMO ADITIVO Nº 42/2017 DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2017. (1º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si, celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob N.º 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges, n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Educação, a Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, pelo Prefeito Municipal, o Sr. MARLON ROBERTO NEUBER, brasileiro, casado, portador do CI.RG nº 4/C 32845399 e CNPF/MF nº 909.610.489-72, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 617, neste Município, e, de outro lado a Empresa CELIA MARIA ULRICH – VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS EIRELI ME, com sede à Rua Waldir Muller, nº 78, Bairro: Centro, na cidade de Matinhos/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.587.641/0003-06 e Inscrição Estadual nº 90736740-15, representada neste ato pela sócia Sra. CELIA MARIA ULRICH, portadora do CNPF/MF nº 286.251.619-87 e do CI.RG nº 667-377 SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo visando retificar e ratificar a Aquisição de mobiliário e equipamentos eletroeletrônicos para equipar as Escolas da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações constantes no edital e seus anexos, e em conformidade com o processo de licitação tipo PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2017 – PROCESSO Nº 137/2017, de acordo com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente termo visa retificar marca dos itens da planilha do Contrato Administrativo nº 80/2017 e dos termos de homologação e adjudicação, conforme proposta apresentada pela licitante, por tratar-se de erro de digitação, que passa a vigorar da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	TABLET. Processador Octa-Core 1.6 GHz, Tamanho do Display 10.1", Memória Interna 16GB, Expansivo até MicroSD até 120GB, Memória RAM 3GB, Câmera traseira 8M, Câmera frontal 2MP	UN	SAMSUNG A SM P585	100	R\$ 1.135,00	R\$ 113.500,00
6	SMART TV led 49" full HD com conversor digital 2hdmi 2 usb WIFI	UN	LG	3	R\$ 2.300,00	R\$ 6.900,00
VALOR TOTAL R\$:						120.400,00

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 80/2017, e seus aditivos, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento do Contrato Administrativo nº 80/2017, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 12 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ MARLON ROBERTO NEUBER PREFEITO MUNICIPAL  LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATADA CELIA MARIA ULRICH – VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS EIRELI ME CELIA MARIA ULRICH
Testemunhas: NOME : CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

# Jaborá

## PREFEITURA

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 101/2017

Publicação Nº 1454848

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 13/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 20/2017

Contrato Administrativo nº: 101/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO ATUAL E FUTURA DE HORA/MÁQUINA DE RETROESCAVADEIRA, COM OPERADOR, PARA EXECUTAR OBRAS E SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA NAS ESTRADAS VICINAIS E RUAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: GRGR TRANSPORTES E OBRAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.209.881/0001-09.

Jaborá, SC, 12 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 102/2017

Publicação Nº 1454917

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 13/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 20/2017

Contrato Administrativo nº: 102/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO ATUAL E FUTURA DE CAMINHÃO PRANCHA, COM MOTORISTA, PARA TRANSPORTAR AS MÁQUINAS PESADAS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE JABORÁ-SC.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: JV SERVICOS DE TERRAPLENAGEM LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 18.387.751/0001-78.

Jaborá, SC, 12 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 30/2016

Publicação Nº 1454571

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 32/2015

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 46/2015

Contrato Administrativo nº: 30/2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM COMPLETA, MEIA LAVAGEM, CONSERTO E TROCA DE PNEUS DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: RENATO AMIN DE SANTI, inscrita no CNPJ sob o nº 13.962.296/0001-73.

Jaborá, SC, 12 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 55/2016

Publicação Nº 1454548

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 21/2015

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 21/2015

Contrato Administrativo nº: 55/2016.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM COMPLETA, MEIA LAVAGEM, CONSERTO E TROCA DE PNEUS DE VEÍCULOS DA FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JABORÁ

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: RENATO AMIN DE SANTI, inscrita no CNPJ sob o nº 13.962.296/0001-73.

Jaborá, SC, 12 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

### EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 56/2016

Publicação Nº 1454615

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

#### EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Chamada Pública 1/2016

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 1/2016

Contrato Administrativo nº: 56/2016.

Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE PARA ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO AMBULATORIAL DE PACIENTES EM REABILITAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR AOS USUÁRIOS DO SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, DE ACORDO



COM AS NORMAS DO SUS, NA BASE TERRITORIAL POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE JABORÁ-SC.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, inscrita no CNPJ sob o nº 02.027.460/0001-39.

Jaborá, SC, 12 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 78/2015**

Publicação Nº 1454651

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 4/2015

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 4/2015

Contrato Administrativo nº: 78/2015.

Objeto: CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS PARA ATENDER A DEMANDA DA POPULAÇÃO DE JABORÁ.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: ETC LABORATORIO DE PROTESE DENTARIA LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.650.831/0001-01.

Jaborá, SC, 12 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 78/2017**

Publicação Nº 1454679

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Contrato Administrativo nº: 78/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE UNIDADE PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE E/OU PROFISSIONAIS PARA OS PROCEDIMENTOS DE CONSULTAS MÉDICAS EM: GINECOLOGIA, CARDIOLOGIA, CIRURGIA, UROLOGIA, ORTOPEDIA, OFTALMOLOGIA, FONOAUDIÓLOGA E/OU EXAMES DE: ULTRA SOM GINECOLÓGICO, ULTRA SOM OBSTÉTRICO E ELETROCARDIOGRAMA, OBEDECENDO AOS RESPECTIVOS GRUPOS, SUBGRUPOS E NÍVEIS DE ORGANIZAÇÃO DA TABELA UNIFICADA DE PROCEDIMENTOS SUS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Fundo Municipal de Saúde

Contratada: INSTITUTO ANDONHIRAN DE ASSISTENCIA À SAÚDE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.074.062/0001-64.

Jaborá, SC, 12 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO Nº 83/2017**

Publicação Nº 1454800

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE PRAZO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 8/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94

Processo de Licitação Nº: 11/2017

Contrato Administrativo nº: 83/2017.

Objeto: SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AULA DE KARATÊ NO MUNICÍPIO DE JABORÁ/SC.

Vigência: 01/01/2018 à 31/12/2018.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: ASSOCIAÇÃO CONCORDIENSE DE KARATÊ, inscrita no CNPJ sob o nº 97.372.437/0001-98.

Jaborá, SC, 12 de dezembro de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

#### **EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2017FMS**

Publicação Nº 1455039

PREGÃO PRESENCIAL 12/2017FMS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O pregoeiro Robert Edward Savaris, designado pelo decreto 1.642/2017, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 12/2017, com a exclusão dos subitem 5.2.2 e 5.2.4 do Edital, e alterar a data de realização do mesmo para o dia 03 de janeiro de 2018 às 10:30 horas.

Jaborá/SC, 12 de dezembro de 2017.

Robert Edward Savaris

Pregoeiro

#### **EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2017**

Publicação Nº 1455034

PREGÃO PRESENCIAL 47/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL

O pregoeiro Robert Edward Savaris, designado pelo decreto 1.642/2017, torna público, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do Pregão Presencial 47/2017, com a exclusão dos subitem 5.2.2 e 5.2.4 do Edital, e alterar a data de realização do mesmo para o dia 03 de janeiro de 2018 às 09:00 horas.

Jaborá/SC, 12 de dezembro de 2017.

Robert Edward Savaris

Pregoeiro

**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DE CONTRATO 06-2017**

Publicação Nº 1455000

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JABORÁ – SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2017

Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 02/2017.

Fundamento Legal: Lei nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

Processo de Licitação nº: 04/2017.

Contrato nº: 06/2017.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.

Valor: R\$ 81.101,45 (Oitenta e um mil, cento e um reais e quarenta e cinco centavos).

Vigência: O presente contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar a partir de 02/01/2018, podendo ser renovado por períodos sucessivos até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos da legislação vigente.

Contratantes: Câmara Municipal de Vereadores de Jaborá, CNPJ nº 07.733.746/0001-53.

Contratada: BETHA Sistemas Ltda., CNPJ sob nº 00.456.865/0009-14.

Jaborá, SC, 12 de dezembro de 2017.

Itamar Toigo

Presidente da Câmara de Vereadores

Certifico que o presente Extrato de Contrato foi publicado no Diário Oficial dos Municípios conforme a Legislação do Município.

Maria Edemara Orso Maule

Secretária da Câmara de Vereadores

# Jacinto Machado

## PREFEITURA

### AVISO DA LICITAÇÃO 74/2017 PP

Publicação Nº 1454096

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 74/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Contratação de empresa especializada para fretamento de ônibus para o transporte escolar dos alunos universitários de Jacinto Machado, para o ano de 2018.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 08h15min do dia 26/12/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 08h30min do dia 26/12/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h as 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133. João Batista Mezzari

Prefeito Municipal

### AVISO DA LICITAÇÃO 75/2017 PP

Publicação Nº 1454234

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Jacinto Machado

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 75/2017 - Pregão Presencial - menor preço por item

Objeto: Contratação de empresa especializada para fretamento de ônibus para o transporte escolar dos alunos da rede pública de Jacinto Machado, durante o exercício de 2018.

Data e hora da entrega dos envelopes: até as 09h45min do dia 26/12/2017.

Data e hora da abertura dos envelopes: a partir das 10h do dia 26/12/2017.

Local para entrega dos envelopes, informações e cópia do edital: Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, sito a Rua Pool Jorge Zacca, 75 - Centro, no município de Jacinto Machado/SC, no horário das 07h as 13h, em dias úteis, ou através do e-mail [licita@jacintomachado.sc.gov.br](mailto:licita@jacintomachado.sc.gov.br). Fone/fax (48) 3535-1133. João Batista Mezzari

Prefeito Municipal

# Jaraguá do Sul

## PREFEITURA

### EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 443/2017 AO CONTRATO Nº 033/2013

Publicação Nº 1454445

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 443/2017 AO CONTRATO Nº 033/2013

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 176/2012

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: VALDE &amp; CLARY TRANSPORTE E TURISMO LTDA ME.

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Salto Ribeirão Cavalo até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ribeirão Cavalo, localizada na Rua Francisco Gretter, nº 507, no bairro Braço Ribeirão Cavalo e Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Pio de Freitas, localizada na Rodovia Municipal JGS 050, nº 4131.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 18 (dezoito) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 3.726,90 (três mil setecentos e vinte e seis reais e noventa centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 45.136,90 (quarenta e cinco mil cento e trinta e seis reais e noventa centavos) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul - SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Valdemar Horwarth.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

### EDITAL DE NOTIFICAÇÕES - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS 2017

Publicação Nº 1453995

#### EDITAL DE NOTIFICAÇÕES - FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS

O Chefe de Fiscalização de Posturas do município de Jaraguá do Sul/SC, no uso de suas atribuições legais e, tendo em vista a situação emergencial e o amparo legal, com fundamento nos termos do artigo 4º, III da Lei 5427/2009, CIENTIFICA o contribuinte abaixo identificado acerca da notificação emitida:

Notificado (a)	CPF	Notificação	Medida Determinada	Prazo para Cumprimento
Eliane de Fátima Alves	452.172.469-87	21698/2017	Realizar roçada, limpeza do terreno baldio e fechar imóvel, cadastro na PMJS 10522.	15 dias

Considera-se notificado o contribuinte acima listado no prazo de 15 dias a contar da publicação deste, período ao qual após, acarretará na aplicação de multa contra o notificado, nos termos do Art. 7º da Lei 5427/2009, sem o prejuízo da obrigação de fazer ou desfazer e da ação das demais autoridades competentes.

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2017**

Publicação Nº 1455349

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 163/2017  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
TIPO: Menor Preço por Item

**COMUNICADO DE REPROVAÇÃO DAS AMOSTRAS APRESENTADAS E CONVOCAÇÃO DAS SEGUNDAS COLOCADAS**

O Município através da Pregoeira e Equipe de Apoio, comunica aos participantes do Pregão Presencial nº 112/2017, que conforme Laudos da Comissão de Avaliação (anexos) ficam DESCLASSIFICADAS as seguintes empresas, itens e motivos. Com as desclassificações citadas nos laudos, ficam convocadas as empresas segundas colocadas para realizarem a entrega de suas amostras no prazo de até 05(cinco) dias úteis a contar do dia 14/12/2017 com término em 20/12/2017, devendo ser entregues no Almoxarifado Central – Acesso Portaria 2 (em frente ao Senais), Rua Isidoro Pedri, 120, no Bairro Barro do Rio Molha em Jaraguá do Sul/SC, com os Srs. Marcelo Adriano Elert e/ou Wagner Salles, no horário de expediente vigente do Município, a qual serão encaminhadas e analisadas pela Comissão designada pelo Decreto nº 11.672/2017, no horário de expediente da PMJS ou seja, das 7:30 às 11:30 hs e das 13:00 às 16:30hs, como segue:

Itens	Descrição dos equipamentos	Empresa 2ª colocada para apresentação de amostra
226	LÂMPADA COMPACTA ELETRÔNICA ESPIRAL 15W Base E27 APRESENTAR AMOSTRA Fluxo luminoso mínimo 850lm. Temperatura de cor 6.400K. Vida útil mediana de 6000 horas. Eficiência luminosa 55lm/W. Fator de potência 0,92. 220V. 60Hz. Selo Procel. Embalada individualmente. Garantia de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. O fornecedor deverá identificar, através de marcador permanente, cada uma das lâmpadas fornecidas com a data de entrega a fim de garantir a execução do tempo de garantia. Cabe ao fornecedor, a responsabilidade de retirada deste item para reciclagem, ao término de sua vida útil, conforme solicitação da Diretoria de Administração, em cumprimento à LEI Nº12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.	DANNA COMERCIAL EIRELI ME
227	LÂMPADA COMPACTA ELETRÔNICA ESPIRAL 25W Base E27 APRESENTAR AMOSTRA Fluxo luminoso mínimo 1470lm. Temperatura de cor 6.400K. Vida útil mediana de 6000 horas. Eficiência luminosa 60lm/W. Fator de potência 0,92. 220V. 60Hz. Selo Procel. Embalada individualmente. Garantia de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. O fornecedor deverá identificar, através de marcador permanente, cada uma das lâmpadas fornecidas com a data de entrega a fim de garantir a execução do tempo de garantia. Cabe ao fornecedor, a responsabilidade de retirada deste item para reciclagem, ao término de sua vida útil, conforme solicitação da Diretoria de Administração, em cumprimento à LEI Nº12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME
231	LÂMPADA LED U 9W APRESENTAR AMOSTRA Lâmpada LED, 3U, base E27, mínimo 9W, Bivolt (85~265V)AC, 60Hz. Fluxo luminoso mínimo 810lm. Temperatura de cor 6000~6500K. Ângulo de abertura 150°. Vida útil mediana de 20.000 horas. Certificação CE ou Selo Procel. Embalada individualmente. Garantia de 02 (dois) anos contra defeitos de fabricação. O fornecedor deverá identificar, através de marcador permanente, cada uma das lâmpadas fornecidas com a data de entrega a fim de garantir a execução do tempo de garantia. Cabe ao fornecedor, a responsabilidade de retirada deste item para reciclagem, ao término de sua vida útil, conforme solicitação da Diretoria de Administração, em cumprimento à LEI Nº12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.	COMERCIAL VITÓRIA LTDA ME
237	LÂMPADA MISTA OVOIDE 250W BASE E27 Lâmpada de vapor de mercúrio com filamento de tungstênio 220V. Fluxo luminoso mínimo 5600lm. Temperatura de cor 3800K. Vida útil mediana 10000 horas. Embalada individualmente. O fornecedor deverá identificar, através de marcador permanente, cada uma das lâmpadas fornecidas. Cabe a responsabilidade de retirada deste item para reciclagem, ao término de sua vida útil, conforme solicitação da Diretoria de Administração, em cumprimento à LEI Nº12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.	ELÉTRICA LUZ COMERCIAL DE MAT. ELÉTRICOS LTDA ME
238	LUMINÁRIA DE EMBUTIR 2X54W APRESENTAR AMOSTRA Corpo em chapa de aço fosfatizada com pintura epóxi na cor branca. Refletor parabólico em alumínio brilhante de alta refletância. Aletas em alumínio brilhante de alta refletância. Com 1200mm. Encaixe de base G-5, engate rápido.	LILI CASA E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP

242	<p>SINALIZAÇÃO DE SAÍDA 28X20cm APRESENTAR AMOSTRA</p> <p>Estrutura ABS na cor branca. Iluminação por LED permanente (acesa com energia e sem energia da rede elétrica). Tensão 100~220V(CA), bivolt automático. Fluxo luminoso mínimo de 30 lumens. Face dupla. Fundo branco. SAÍDA escrito em vermelho e setas autoadesivas para definição do sentido na instalação. Dimensão mínima de 28x20cm. Plugue 2P+T para tomada padrão brasileiro atual. Cabo com no mínimo 30cm. Bateria de lítio com autonomia de no mínimo duas horas. Atende NBR 10898. Garantia de 01 (um) ano contra defeitos de fabricação. O fornecedor deverá identificar, através de marcador permanente, cada uma das luminárias fornecidas com a data de entrega a fim de garantir a execução do tempo de garantia. Cabe ao fornecedor, a responsabilidade de retirada deste item para reciclagem, ao término de sua vida útil, conforme solicitação da Diretoria de Administração, em cumprimento à LEI Nº12.305, DE 2 DE AGOSTO DE 2010.</p>	LILI CASA E CONSTRUÇÕES EIRELI EPP
-----	---	------------------------------------

Os demais itens foram aprovados, conforme Laudo anexo.

Jaraguá do Sul (SC), 12 de dezembro de 2017.

Rosinei A.G.Dias  
Pregoeira

Elian Gustavo Hermes Vareiro

Sidnei Correa de Almeida

Equipe de Apoio  
Decreto 9.071/2013  
alterado pelo Decreto nº 10.054/2014

## EDITAL PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017-FMS

Publicação Nº 1455348

EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL  
PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2017-FMS  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TIPO: Menor Preço Por Item

### RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através da Pregoeira, comunica aos interessados no Pregão Presencial acima, que teve por objeto aquisição de Próteses dentárias totais (superiores e inferiores), destinadas para o CEO - Centro de Especialidades Odontológicas Policlínica João Biron ao longo de 12(doze) meses, restou FRUSTRADO em função da Inabilitação da empresa participante do certame.

Jaraguá do Sul (SC), 12 de dezembro de 2017.

Rosinei Ap.Gretter Dias  
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

## EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO Nº 435/2017 AO CONTRATO Nº 312/2014

Publicação Nº 1454440

EXTRATO DO NONO TERMO ADITIVO Nº 435/2017 AO CONTRATO Nº 312/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 100/2014.  
FUNDAMENTO: artigo 57, inciso II da Lei Federal nº 8.666/91.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC  
CONTRATADA: LINC SEGRANÇA PATRIMONIAL LTDA.

DO OBJETO: Constitui objeto deste contrato prestação de vigilância humana armada e/ou desarmada, destinado para segurança de diversos locais do município, em conformidade com o Anexo II – Termo de Referência, Anexo XIII – Planilha de composição de custo.

DO PRAZO: Com fundamento no artigo 57 inciso II da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução dos serviços, previstos no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 367/2015, prorrogado pelo item



2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 150/2016, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 293/016, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sexto Termo Aditivo nº 014/2017, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sétimo Termo Aditivo nº 179/2016, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Oitavo Termo Aditivo nº 329/2017, fica prorrogado por mais 01 (um) mês compreendendo o período de 01/11/2017 com término em 30/11/2017. O prazo de vigência deste termo aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: O valor pactuado no item 5.1 do contrato original, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 367/2015, acrescido e suprimido pelos itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 367/2015, acrescido pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quarto Termo Aditivo, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 293/2016, inalterado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Sexto Termo Aditivo nº 014/2017, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sétimo Termo Aditivo nº 179/2017, reequilibrado pelo item 2.1 da cláusula segunda do presente termo aditivo, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 109.663,50 (cento e nove mil seiscentos e sessenta e três reais e cinquenta centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017, como segue:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
37.01.08.122.0900.2.802	Manutenção das Atividades do Social	3.3.90 – Aplicações Diretas	324	Próprios
05.04.04.122.0300.2.057	Manutenção das Atividades do Patrimônio	3.3.90 – Aplicações Diretas	37	Próprios

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 16/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Willian Lopes de Aguiar.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 437/2017 AO CONTRATO Nº 315/2016

Publicação Nº 1454441

### EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 437/2017 AO CONTRATO Nº 315/2016

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 51/2016-FMS

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e nº 8.666/93

LOCADORA: MMZG ADMINISTRADORA DE BENS LTDA ME.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: Locação de imóvel com área total de edificação de 419,24m², composto da matrícula: MI 66.453 (sala comercial), localizada no pavimento térreo do Residencial Maranello, situado na Rua 506 Feliciano Bortolini nº 1246, no bairro Barra do Rio Cerro, no município de Jaraguá do Sul/SC, destinado exclusivamente ao funcionamento do Pronto Atendimento Médico Ambulatorial II – PAMA II.

DO PRAZO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de locação pactuado no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período iniciado em 04/12/2017 com término em 03/12/2018. O prazo de vigência do Termo Aditivo será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com o locador o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 5.005,72 (cinco mil cinco reais e setenta e dois centavos), totalizando o valor de R\$ 60.068,64 (sessenta mil sessenta e oito reais e sessenta e quatro centavos), pelo período de 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente termo aditivo correrão por conta dos orçamentos dos exercícios de 2017 e 2018 (mensagem nº 126/2017 de 31/08/2017), a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
15.01.10.301.0751.2.660	Assistência de Atenção Básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	028	90	5.005,72
15.01.10.301.0751.2.660	Assistência de Atenção Básica	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2017	90	55.062,92

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 16/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt, Mauro Butzke e Zenilde Maria Butzke.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 439/2017 AO CONTRATO Nº 216/2017**

Publicação Nº 1454442

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 439/2017 AO CONTRATO Nº 216/2017**

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 121/2016.

FUNDAMENTO: artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: FOTSENSORES TECNOLOGIA ELETRÔNICA LTDA

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fiscalização automática de trânsito e monitoramento estatístico, através de equipamentos e sistemas eletrônicos no Município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com os Estudos Técnicos, Projeto Básico, Planilha Orçamentária/Quantitativa e Minuta de Contrato que são partes integrantes do edital de Concorrência N.º 121/2016.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido, a partir de 04/12/2017, no item nº 02 - Equipamento/Sistema de Fiscalização Múltiplo 07 (sete) faixas em semáforos já existentes, em dois locais, conforme segue: 04 (quatro) faixas no cruzamento da Rua Epitácio Pessoa x Ponte Maria Grubba e 03 (três) faixas no cruzamento da José Theodoro Ribeiro esquina Rua Carlos Oeschler. Em consequência dos acréscimos acima, o contrato original passa a contar com 97 (noventa e sete) faixas do item nº 02 - Equipamento/Sistema de Fiscalização Múltiplo – Radar Semáforo e Excesso de Velocidade com identificador automático de placas de veículos – OCR/LAP e vídeo monitoramento, conforme demonstrativo abaixo:

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unit. / Mês	Valor Total/Mês
01	Equipamento/Sistema de Fiscalização de Excesso de Velocidade – Radar Tipo Fixo, com sensor de medição de velocidade não intrusivo ao pavimento, com Display (Lombada Eletrônica) com identificador automático de placas de veículos – OCR/LAP e vídeo monitoramento.	55 faixas	3.315,20	182.336,00
02	Equipamento/Sistema de Fiscalização Múltiplo – Radar Semáforo e Excesso de Velocidade com identificador automático de placas de veículos – OCR/LAP e vídeo monitoramento.	98 faixas	2.718,76	266.438,48
03	Central de Processamento e Gerenciamento WEB	01 unidade	7.221,78	7.221,78

DO VALOR: Considerando o valor pactuado no item 5.1 da cláusula quinta do contrato original, fica acrescido o valor de R\$ 818.346,76 (oitocentos e dezoito mil trezentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos), pelo período de 43 (quarenta e três) meses. Em consequência do acréscimo acima corresponde a 3,90% (três inteiros e noventa centésimos por cento) de acréscimo em relação ao valor do contrato original. O valor de R\$ 19.031,32 (dezenove mil trinta e um reais e dois centavos) será pago com orçamento do exercício de 2017, o valor remanescente de R\$ 799.315,44 (setecentos e noventa e nove mil e trezentos e quinze reais e quarenta e quatro centavos) correrá por conta dos exercícios de 2018 e 2019. Em razão dos acréscimos supracitados o valor global total para os serviços passa de R\$ 20.974.317,12 (vinte milhões novecentos e setenta e quatro mil trezentos e dezessete reais e doze centavos) para R\$ 21.792.663,88 (vinte e um milhões, setecentos e noventa e dois reais e seiscentos e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos) para o período de 48 (quarenta e oito) meses.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017, 2018 e 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
33.02.15.452.0424.2.259	Manutenção e terceirização das atividades de segurança	3.3.90 – Aplicações Diretas	228	070
33.02.15.452.0424.2.259	Manutenção e terceirização das atividades de segurança	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício de 2018	070
33.02.15.452.0424.2.259	Manutenção e terceirização das atividades de segurança	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2019	070

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurício Vogelsanger.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 453/2017 AO CONTRATO Nº 005/2017**

Publicação Nº 1454451

**EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 453/2017 AO CONTRATO Nº 005/2017**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 119/2016.

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: SIGNUS TRANSPORTES LTDA EPP.

DO OBJETO: Contratação de 02 (dois) veículos com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluindo o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade da Estrada Geral - Jaraguá 84 – Item I, e para

alunos residentes na localidade de Ribeirão Cacilda e Ribeirão Alice – Item II, fazendo esse trajeto 4 x ao dia até a Escola Municipal de Ensino Básico Santo Estevão, localizada na Rodovia Municipal JGS 466, nº 1.285, Bairro Garibaldi, neste município, como segue:

**ITEM 01 - LOCALIDADE DA ESTRADA GERAL - JARAGUÁ 84**

01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista).

**ITEM 02 – LOCALIDADE RIBEIRÃO CACILDA E RIBEIRÃO ALICE**

01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 46 (quarenta e seis) passageiros sentados, (incluído o motorista).

**DO ACRÉSCIMO:** Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 23 (vinte e três) dias de transporte escolar no item 01 e 23 (vinte e três dias) de transporte escolar no item 02 no ano letivo de 2017. O acréscimo supracitado totaliza o valor de R\$ 9.821,00 (nove mil oitocentos e vinte e um reais) no item 01 e o no valor de R\$ 11.845,00 (onze mil oitocentos e quarenta e cinco reais) no item 02, perfazendo o montante de R\$ 21.666,00 (vinte e um mil seiscentos e sessenta e seis reais) de acréscimo ao contrato original para o exercício de 2017. Em consequência, o valor total do contrato passa a ser de R\$ 210.066,00 (duzentos e dez mil sessenta e seis reais ).

**DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO:** As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional progra- mática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurilio Barbosa Canovas.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

## **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 467/2017 AO CONTRATO Nº 007/2012**

Publicação Nº 1454453

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 467/2017 AO CONTRATO Nº 007/2012

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 060/2017 e PROCESSO Nº 019/2017-FMS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

CONTRATADA: AGUAJA DISTRIBUIDORA EIRELI ME.

**DO OBJETO:** O objeto do presente contrato consiste no fornecimento de 4.000 (quatro mil) bombonas de mineral natural, sem gás, acondicionada em bombonas de 20(vinte) litros cada, com validade mínima de 02 (dois) meses e data de envase não superior a 30 (trinta) dias, com PH a 25°C entre 6,0 e 8,0 e teor de sódio com no máximo 11,00 mg/l, em conformidade com o Anexo I e Anexo IX do Edital.

**DO ACRÉSCIMO:** Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica acrescido o valor presumido de R\$ 8.650,00 (oito mil seiscentos e cinquenta reais), equivalente a 1.000 (um mil) bombonas de mineral natural, sem gás, acondicionada em bombonas de 20(vinte) litros cada, correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) de acréscimo em relação ao contrato original. Em consequência do acréscimo, o valor total do contrato passa a ser de R\$ 43.250,00 (quarenta e três mil e duzentos e cinquenta reais).

**DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:** As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional Progra- mática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
05.04.04.122.0300.2.057	Manutenção das atividades do Patrimônio	3.3.90 – Aplicações Diretas	037	80

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Regiane Aparecida de Arruda Leal..

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

## **EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 470/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 334/2016**

Publicação Nº 1454455

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 470/2017 AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 334/2016

PROCESSO: Inexigibilidade 124/2016 ao CREDENCIAMENTO 085/2016.

FUNDAMENTO: inciso II, do artigo 57 c/c artigo 65, §1º da Lei Federal 8.666/93

MUNICÍPIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR SÃO JOSÉ DE JARAGUÁ DO SUL

**OBJETO:** O objeto do presente CREDENCIAMENTO é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE RAIOS-X, RESSONÂNCIA MAGNÉTICA

SEM CONTRASTE, TOMOGRAFIA E ECOGRAFIA, destinados para os exames periódicos, admissionais, de retorno ao trabalho, demissionais, avaliações de estágio probatório e de outras avaliações de ordem ocupacional, visando a prevenção dos agravos a saúde relacionada a atividade profissional dos servidores públicos municipais, em conformidade com o Anexo V do Edital.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento no inciso II, do artigo 57, da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução do contrato original previsto no item 4.1 da cláusula quarta, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de 06/12/2017 a 05/12/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93, fica suprimido o exame de Ecografia – AMB- 16.02.014-6, em sua totalidade de 10 unidades, no valor estimativo de R\$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), correspondentes 1% (um por cento) ao valor estimado do credenciamento.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: As despesas decorrentes da execução do objeto do presente termo aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2017, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamen- tária	Recurso
05.02.04.331.0300.2.053	Atenção ao servidor	3.3.90 – Aplicações Diretas	032	80

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Mauricio José Souto.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

## EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 389/2017 AO CONTRATO Nº 168/2014

Publicação Nº 1454437

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO Nº 389/2017 AO CONTRATO Nº 168/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014-FMS.

FUNDAMENTO: 65, §1º da Lei 8.666/93 .

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ALCIDES THRUN.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de jardinagem, a ser realizado nos pátios externos das Unidades de Saúde, Pamas, Policlínicas, Caps I, II, III e Unidades Administrativas da Saúde do município de Jaraguá do Sul, em conformidade com o Anexo I – Termo de Referência e Anexo XI – Endereço das Unidades.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93 e no Ofício nº 1022/2017/SEMSA em anexo, fica suprimido do item 1.1 da cláusula primeira do contrato original, a partir de 09/11/2017, o item nº 30 – Centro de Atendimento do Idoso – CAI, no endereço Rua Walter Marquardt, nº 697, no bairro Barra do Rio Molha, neste Município, correspondendo a 2,56% (dois inteiros e cinquenta e seis centésimos por cento) da quantidade original licitada. Em consequência, a quantidade de locais nos quais são prestados os serviços de jardinagem passa de 41 (quarenta e um) para 40 (quarenta) locais, e o valor mensal passa a ser de 5R\$ 4.033,20 (quatro mil e trinta e três reais e vinte centavos).

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Alcides Thrun.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 441/2017 AO CONTRATO Nº 020/2013

Publicação Nº 1454443

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO Nº 441/2017 AO CONTRATO Nº 020/2013

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 174/2012

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADO: SIGNUS TRANSPORTES LTDA

DO OBJETO: O objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rio da Luz I até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Helmuth G. Duwe, localizada na Rua Gerhard Muller, nº 289, no bairro Rio da Luz I.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 10 (dez) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017.

Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 2.254,10 (dois mil duzentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 47.336,10 (quarenta e sete mil trezentos e trinta e seis reais e dez centavos) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, e Maurílio Barbosa Canovas

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO N° 442/2017 AO CONTRATO N° 021/2013

Publicação N° 1454444

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO N° 442/2017 AO CONTRATO N° 021/2013

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL N° 175/2012

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC.

CONTRATADO: SIGNUS TRANSPORTES LTDA

DO OBJETO: Objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rio da Luz I até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Helmuth G. Duwe, localizada na Rua Gerhard Muller, nº 289, no bairro Rio da Luz I.

DO OBJETO: Objeto do presente contrato é a contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Rio da Luz I até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Helmuth G. Duwe, localizada na Rua Gerhard Muller, nº 289, no bairro Rio da Luz I.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 1 (um) dia de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 223,52 (duzentos e vinte e três reais e cinquenta e dois centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 44.927,52 (quarenta e quatro mil novecentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Maurílio Barbosa Canovas

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO N° 444/2017 AO CONTRATO N° 060/2014

Publicação N° 1454447

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO N° 444/2017 AO CONTRATO N° 060/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 001/2014

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: CISNE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na localidade de Pedra Branca até a Escola Estadual Professor José Duarte Magalhães, localizada na Rua Ângelo Rubini, 2.384 no Bairro Barra do Rio Cerro e Escola Municipal de Ensino Fundamental Professora



Gertrudes Steilein Milbratz, localizada na Rua Pastor Alberto Schneider, 2.491 no Bairro Rio da Luz, neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 26 (vinte e seis) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 7.728,76 (sete mil setecentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 67.180,76 (sessenta e sete mil cento e oitenta reais e setenta e seis centavos) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Márcio Roberto Nielsen.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

## EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 425/2017 AO CONTRATO Nº 332/2016

Publicação Nº 1454438

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 425/2017 AO CONTRATO Nº 332/2016

PROCESSO: CONCORRÊNCIA Nº 49/2016.

FUNDAMENTO: artigo 57, § 1º, inciso VI c/c artigo 65 § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA.

DO OBJETO: Este contrato tem por objeto a prestação de serviços de engenharia para pavimentação asfáltica, drenagem, calçadas e sinalização da Rua 1020 – Dorval Marcatto no Bairro Chico de Paulo, com extensão de 738,07m (setecentos e trinta e oito vírgula zero sete metros), com fornecimento de materiais e mão de obra, em conformidade com os Projetos, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária/Quantitativa, que são partes integrantes do edital.

DO PRAZO DE VIGÊNCIA: Com fundamento no artigo 57, § 1º, inciso VI da Lei Federal 8.666/93, o prazo de vigência dos serviços previstos no item 6.1 da cláusula sexta do contrato original, prorrogado pelo item 2.2 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 327/2017, fica prorrogado por mais 60 (sessenta) dias a contar de 26/01/2018 com término em 26/03/2018.

DA SUPRESSÃO: Com fundamento no artigo 65 § 1º da Lei Federal 8.666/93, integra o presente Termo Aditivo a Planilha (Anexo) que reduz os serviços, constantes da planilha apresentada pela CONTRATADA juntamente com a proposta e que fazem parte do presente, no valor de R\$ 3.390,66 (três mil trezentos e noventa reais e sessenta e seis centavos), correspondentes a 0,23% (vinte e três centésimos por cento) de redução em relação ao valor do contrato original; Em consequência do acréscimo e supressão, o valor total da obra fica em R\$ 1.456.246,44 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil duzentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos). Os valores a serem suprimidos previstos no item 3.1 serão anulados do Empenho nº 2.210/2017.

DA PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA deverá providenciar a prorrogação da garantia de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, para fins de fiel cumprimento da execução do objeto deste Contrato, com prazo de validade até 26 de março de 2018, conforme item 12.1.1 da cláusula décima segunda do contrato, sob pena de descumprimento contratual, sujeita às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93. A garantia referida no item 5.1 desta cláusula será liberada à CONTRATADA após a apresentação da CND do INSS referente à obra e após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da mesma. Na hipótese da CONTRATADA deixar de cumprir os compromissos assumidos com a sua proposta, contrato e edital de licitação, fica o MUNICÍPIO autorizado a liberar a seu próprio favor, o valor da caução, após comprovação da não execução ou cumprimento. A liberação do pagamento dos valores decorrentes do contrato está condicionada à comprovação da obrigação prevista no item 5.1 deste termo aditivo contratual, competindo ao fiscal do contrato designado pelo Decreto Municipal nº 10.885/2016, servidor público Engenheiro Felipe Ememendörfer Scheuer, a fiscalização da presente obrigação por parte da contratada.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Jaime Barbosa Soares Filho.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal



**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 452/2017 AO CONTRATO Nº 159/2016**

Publicação Nº 1454450

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 452/2017 AO CONTRATO Nº 159/2016**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 028/2016

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: CISNE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes nas localidades de Rio Alma, Tifa Javali, Tifa Aurora e BR 416, fazendo esse trajeto 4 x ao dia até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Ricieri Marcatto, localizada na Rua Richard Viergutz, nº 177, no Bairro Rio Cerro I, neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretária Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 07 (sete) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 1.610,00 (um mil seiscentos e dez reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 47.610,00 (quarenta e sete mil seiscentos e dez reais) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Marcio Roberto Nilsen.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 388/2017 AO CONTRATO Nº 480/2013**

Publicação Nº 1454436

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 388/2017 AO CONTRATO Nº 480/2013**

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2013.

FUNDAMENTO: inciso II, do artigo 57, da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADA: ESCRIMATE COMÉRCIO DE MATERIAIS DE ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA LTDA ME

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de impressão (outsourcing de impressão) com o fornecimento de impressoras laser, multifuncionais laser e jato de tinta, aparelhos de fax e plotters, que deverão ser novas e de primeiro uso, em linha de fabricação, para reprodução de cópia / impressão / fax / digitalização, monocromáticas e coloridas, com fornecimento de todos os insumos necessários à execução dos serviços, inclusive papel, além de assistência técnica especializada e reposição de peças originais, em conformidade com o Anexo VIII – Especificações técnicas mínimas e quantitativas dos equipamentos, Anexo IX – Locais e endereços de atendimento, Anexo X - Cronograma de Implantação e demais Anexos deste edital.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento no inciso II, do artigo 57, da Lei Federal 8.666/93, o prazo de execução do contrato original previsto no item 5.1 da cláusula quinta, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 465/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 440/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 325/2016, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses compreendendo o período de 22/11/2017 a 21/11/2018. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a CONTRATADA, conforme documento anexo, o valor pactuado no item 4.1 da cláusula quarta do contrato original, inalterado pelo 3.1 da cláusula terceira do Primeiro Termo Aditivo nº 465/2014 e pelo item 4.1 da cláusula quarta do Terceiro Termo Aditivo nº 440/2015, reduzido pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 311/2017, fica inalterado, sendo o valor de R\$ 0,08 (oito centavos) por página monocromática, R\$ 0,40 (quarenta centavos) por página colorida e R\$ 0,73 (setenta e três centavos) o metro impresso de folha A0. Considerando que as cotas mensais, dispostas no item 3.3 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 440/2015, permanecem as mesmas, sendo de 34.800 (trinta e quatro mil e oitocentas) para impressão, fax e cópias coloridas A4 e A3, de 270 (duzentos e setenta) metros de impressão colorida A0 e de 313.200 (trezentos e treze mil e duzentas) para impressão, fax e cópias monocromática A4 e A3, o valor estimativo total do presente termo aditivo é de R\$ 470.077,20 (quatrocentos e setenta mil e setenta e sete reais e vinte centavos).

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: Os recursos orçamentários decorrentes para as despesas deste aditivo correrão por conta do orçamento dos exercícios de 2017 e 2018 (mensagem nº 126/2017 de 31/08/2017), segundo as dotações apresentadas abaixo, a saber:

Os recursos orçamentários decorrentes das despesas deste termo aditivo correrão por conta das dotações orçamentárias por conta do orçamento dos exercícios de 2017 e 2018 (mensagem nº 126/2017 de 31/08/2017), conforme constantes no item 4.1 deste contrato.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 01/11/2017.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL-SC

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Maria Santin Camello, Jonas Germano Schmidt e Robson Cardoso

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito MunicipalMaria Santin Camello  
Gestora do FMASJonas Germano Schmidt  
Gestor do FMS**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 445/2017 AO CONTRATO Nº 145/2014**

Publicação Nº 1454448

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 445/2017 AO CONTRATO Nº 145/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2014.

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: CISNE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na Rua Ricardo Fritzke – PIO, na localidade de Rio da Luz I até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Helmuth Guilherme Duwe, localizada na Rua Gerhard Muller, 289, no Bairro Rio da Luz I, neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretaria Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 10 (dez) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 2.397,00 (dois mil trezentos e noventa e sete reais), totalizando o valor do contrato em R\$ 50.337,00 (cinquenta mil trezentos e trinta e sete reais) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Marcio Roberto Nilsen.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI  
Prefeito Municipal**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 446/2017 AO CONTRATO Nº 146/2014**

Publicação Nº 1454449

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO Nº 446/2017 AO CONTRATO Nº 146/2014

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL 18/2014.

FUNDAMENTO: artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: CISNE TRANSPORTE COLETIVO DE PASSAGEIROS LTDA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) veículo com capacidade para transportar no mínimo 16 (dezesesseis) passageiros sentados, (incluído o motorista), destinado ao transporte escolar aos alunos residentes na Rua Alvin Meier na localidade de Ribeirão das Pedras até a Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Estanislau Ayroso, localizada na Rua Berta Weege, 3.046 no Bairro Jaraguá 99, neste município.

DO ACRÉSCIMO: Com fundamento no artigo 65, § 1º da Lei Federal 8.666/93 e no memorando encaminhado pela Secretaria Municipal da Educação (anexo), fica acrescido na quantidade licitada no contrato original 18,5 (dezoito dias e meio período) dias de transporte escolar no ano letivo de 2017. Em consequência, o presente Termo Aditivo acresce ao contrato o valor de R\$ 3.653,20 (três mil seiscentos e cinquenta e três reais e vinte centavos), totalizando o valor do contrato em R\$ 43.147,20 (quarenta e três mil cento e quarenta e sete reais e vinte centavos) para o exercício de 2017.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes do objeto deste termo aditivo correrão por conta da dotação orçamentária do exercício de 2017, a saber:

Classif.Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
--------------------------------	-------------------	----------------------------------	----------------------	---------

08.02.12.361.0350.2.110	Transportar alunos da rede estadual e municipal	3.3.90 – Aplicações Diretas	115	66
-------------------------	---	-----------------------------	-----	----

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 20/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli e Marcio Roberto Nilsen.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito Municipal

## EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 430/2017 AO CONTRATO Nº 337/2012

Publicação Nº 1454439

### EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 430/2017 AO CONTRATO Nº 337/2012

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 022/2012-FMS.

FUNDAMENTO: Lei Federal nº 8.245/91 e Lei Federal nº 8.666/93.

LOCADORA: SECULUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL/SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

OBJETO: O objeto do presente é a locação de imóvel construído em alvenaria, localizado na Rua João Planinscheck, 1571, lado par da rua 37, Jaraguá Esquerdo, com área de edificação 222,36 m², matriculado sob o nº 7.094 no Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul, cadastrado na PMJS/SC sob o nº 6.341, destinado ao funcionamento do Programa de Saúde da Mulher e demais subprogramas. O imóvel ora locado destina-se exclusivamente ao Programa de Saúde da Mulher.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de execução dos serviços constantes no item 3.1 da cláusula terceira do contrato original, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Segundo Termo Aditivo nº 391/2013, prorrogado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Terceiro Termo Aditivo nº 319/2014, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 310/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 216/2016, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 226/2017, fica prorrogado por mais 06 (seis) meses, compreendendo o período de 10/12/2017 até 09/06/2018. O prazo de vigência será igual do prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com o locador o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 391/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 319/2014, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 216/2016, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sexto Termo Aditivo nº 226/2017, permanece inalterado, sendo o valor mensal da locação de R\$ 2.836,31 (dois mil, oitocentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos), totalizando R\$ 17.017,86 (dezesete mil dezessete reais e oitenta e seis centavos) pelo período de 06 meses.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO: As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento do ano de 2017 e 2018 (mensagem nº 126/2017 de 31/08/2017), saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso	Valor (R\$)
15.01.10.301.0751.2.660	Assistência de Atenção Básica - PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	28	90	2.836,31

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 14/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul/SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Monique Françoise Schmitt Wajima.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt

Secretário Municipal da Saúde e

Gestor de Fundo Municipal de Saúde

## EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 469/2017 AO CONTRATO Nº 479/2010 – FMS

Publicação Nº 1454454

### EXTRATO DO SÉTIMO TERMO ADITIVO Nº 469/2017 AO CONTRATO Nº 479/2010 – FMS

PROCESSO: Dispensa de Licitação nº 064/2010-FMS.

FUNDAMENTO: Leis Federais nº 8.245/91 e 8.666/93.

LOCADORA: IMOBILIÁRIA KASILGRAFE LTDA.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL-SC, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

DO OBJETO: O objeto do presente é a locação de uma sala comercial – imóvel, com área de 122,00m², com piso mosaico e vidros temperados, situada na Rua 610 – Alwin Müller nº 71, bairro: Vieira, no município de Jaraguá do Sul-SC, matriculado sob o nº 11.732 no Registro de Imóveis da Comarca de Jaraguá do Sul, de propriedade de CLAUDINO KUNS e sua esposa ÂNGELA MÔNICA KUNS. O imóvel ora locado

destina-se exclusivamente ao funcionamento de um Posto de Saúde.

DA PRORROGAÇÃO: Com fundamento na Lei Federal nº 8.245/91, o prazo de execução previsto no item 3.1 da cláusula segunda do contrato original, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Primeiro Termo Aditivo nº 13/2012, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Segundo Termo Aditivo nº 31/2013, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 020/2014, prorrogado pelo item 4.1 da cláusula quarta do Quarto Termo Aditivo nº 011/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quinto Termo Aditivo nº 439/2015, prorrogado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Sexto Termo Aditivo nº 306/2016, fica prorrogado por mais 05 (cinco) meses, compreendendo o período de 01/01/2018 até 31/05/2017. O prazo de vigência será igual ao prazo de execução acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO VALOR: Em concordância com a locadora o valor pactuado no item 2.1 da cláusula segunda do contrato original, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Primeiro Termo Aditivo nº 13/2012, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Segundo Termo Aditivo nº 31/2013, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Terceiro Termo Aditivo nº 020/2014, reajustado pelo item 2.1 da cláusula segunda do Quarto Termo Aditivo nº 011/2015, inalterado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Quinto Termo Aditivo nº 439/2015, reajustado pelo item 3.1 da cláusula terceira do Sexto Termo Aditivo nº 306/2016, fica inalterado, sendo o valor mensal de R\$ 1.717,65 (um mil setecentos e dezessete reais e sessenta e cinco centavos), totalizando o presente termo aditivo em R\$ 8.788,25 (oito mil setecentos e oitenta e oito reais e vinte e cinco centavos).

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento de 2018 (mensagem nº 126/2017 de 31/08/2017), a saber:

Classif. Funcional programática	Projeto/atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recurso
15.01.10.301.0751.2.660	Assistência de atenção básica – PAB	3.3.90 – Aplicações Diretas	Exercício 2018	PAB

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

DATA DA ASSINATURA: 27/11/2017.

FORO: Comarca de Jaraguá do Sul – SC.

SIGNATÁRIOS: Antídio Aleixo Lunelli, Jonas Germano Schmidt e Sandra Regina Ramos.

Antídio Aleixo Lunelli  
Prefeito Municipal

Jonas Germano Schmidt  
Gestor do Fundo Municipal de Saúde

## PORTARIA SAMAE JSU Nº 587/2017

Publicação Nº 1454775

PORTARIA SAMAE JSU Nº 587/2017

Decisão de Processo Administrativo para fins de ressarcimento  
ao erário em face do servidor Claudio Luís Pereira dos Santos

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações.

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 015/2017 instaurado em face do servidor Claudio Luís Pereira dos Santos para fins de ressarcimento ao erário referente danos causados no veículo do Samae, patrimônio nº 2568;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo, nomeada pela Portaria SAMAEJSU nº 272/2017 de 29 de junho de 2017 observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR que o servidor CLAUDIO LUIS PEREIRA DOS SANTOS, matrícula 534, proceda à indenização integral dos valores apurados no bojo do Processo Administrativo nº 015/2017, nos termos do artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2017.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAE JSU N° 588/2017**

Publicação N° 1454776

PORTARIA SAMAE JSU N° 588/2017

Decisão de Processo Administrativo para fins de ressarcimento  
ao erário em face do servidor Giovani Denilson Spezia

O DIRETOR PRESIDENTE do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 123/2012 e suas alterações.

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Processo Administrativo nº 016/2017 instaurado em face do servidor Giovani Denilson Spezia para fins de ressarcimento ao erário referente danos causados no veículo do Samae, patrimônio nº 2037;

CONSIDERANDO que a Comissão Permanente de Processo Administrativo, nomeada pela Portaria SAMAEJSU nº 272/2017 de 29 de junho de 2017 observou adequadamente o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa;

CONSIDERANDO o teor do Relatório Final da Comissão Permanente de Processo Administrativo, bem como a decisão administrativa exarada no bojo do referido processo;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

RESOLVE:

Art.1º DETERMINAR que o servidor GIOVANI DENILSON SPEZIA, matrícula 624, proceda à indenização integral dos valores apurados no bojo do Processo Administrativo nº 016/2017, nos termos do artigo 57, §1º e §4º, II da Lei Complementar Municipal nº 154/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2017.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente

**PORTARIA SAMAE JSU N° 589/2017**

Publicação N° 1454778

PORTARIA SAMAEJSU N° 589/2017

Prorrogação de prazo

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições que lhe são conferidas e em conformidade com o artigo 202 da Lei Complementar 154/2014 de 03 de novembro de 2014,

CONSIDERANDO o memorando 1074/2017 de 06 de dezembro de 2017 da Comissão de Processo Administrativo;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 004/2017;

CONSIDERANDO a Portaria 162/2017 de 13 de abril de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR por mais 60 (sessenta) dias, a partir do dia 08 de dezembro de 2017 os trabalhos da Portaria 162/2017 de 13 de abril de 2017.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Jaraguá do Sul, 07 de dezembro de 2017.

ADEMIR IZIDORO  
Diretor Presidente



**PORTARIA SAMAE JSU Nº 590/2017**

Publicação Nº 1454781

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 590/2017  
Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 114, 115, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO o DECRETO Municipal nº 11604/2017 de 17 de outubro de 2017; e,

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos relacionados.

**RESOLVE:**

Art.1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR e MATRÍCULA	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário referente ao Período Aquisitivo
Ademir Ferreira Bueno – 346	08/01/2016 a 07/01/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Adilson Rosa – 591	07/05/2016 a 06/05/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Adriano Pereira – 454	13/12/2016 a 12/12/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	10
Afonso Reckziegel Filho - 604	01/07/2016 a 30/06/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Airton Rodrigo Ramos – 414	13/02/2016 a 12/02/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Alessandra Stinghen - 565	02/05/2015 a 01/05/2016	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Amarildo Travassos – 365	21/12/2016 a 20/12/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
André Luiz Pacheco – 672	05/04/2017 a 04/04/2018	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Antônio Carlos Machado – 527	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	20	X
Antônio Francolino Estevão – 345	21/12/2015 a 20/12/2016	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Betinho Doege – 389	14/03/2016 a 13/03/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Bruno Mendes Sobiecki – 528	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Carlos Albino Zanin – 271	19/03/2016 a 18/03/2017	02/01/2018 a 21/02/2018	20	10
Carlos André Urnau – 631	14/08/2016 a 13/08/2017	02/01/2018 a 16/01/2018	15	X
Cildo Raymundo Demschinski – 434	13/03/2016 a 12/03/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Claudio Cesar Eischtaedt Garcia – 526	01/03/2015 a 29/02/2016	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Claudio Cesar Eischtaedt Garcia 526	01/03/2016 a 28/02/2017	12/01/2018 a 21/01/2018	10	10
Derli Silva Santos – 353	24/02/2016 a 23/02/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Diego Bloch – 589	06/05/2016 a 05/05/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Eder Cordeiro Dutra – 620	05/11/2016 a 04/11/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Elisabet Grisa Gomes Spezia – 592	07/05/2016 a 06/05/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X



Enio Evandro Luchtnberg – 493	05/08/2016 a 04/08/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Erni Amadeu Luz da Silva – 421	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Evania Aparecida Duarte Liebl – 653	03/01/2017 a 02/01/2018	_*_*_*_*_*_*_*_*_	X	10
Everson Donaldso Borges – 441	05/06/2016 a 04/06/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Fernando Jesuino de Abreu – 607	04/07/2016 a 03/07/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Gilberto de Moura – 394	14/03/2016 a 13/03/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Gilson Antônio dos Santos – 550	09/01/2016 a 08/01/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Gilson Antônio dos Santos – 550	09/01/2017 a 08/01/2018	-x-x-x-x-x-	X	10
Guilherme Goettzinger – 605	01/07/2016 a 30/06/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Irineu Elias Reinehr – 391	14/03/2016 a 13/03/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Ivanes Francisco Kuffel – 425	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Ivanildo de Oliveira Souza – 437	03/04/2016 a 02/04/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Joel Fraccetto Martins Velho – 422	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Joelson Pereira – 601	06/06/2016 a 05/06/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
José Carlos Santana – 266	13/03/2016 a 12/03/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
José Pereira Neto – 619	04/11/2016 a 03/11/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Jozimar Cardozo – 352	21/12/2016 a 20/12/2017	-x-x-x-x-x-x-	X	10
Juarez Jose de Mello Junior – 559	01/04/2016 a 31/03/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Juliano Trindade de Oliveira – 617	29/10/2015 a 28/10/2016	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Juliano Trindade de Oliveira – 617	29/10/2016 a 28/10/2017	12/01/2018 a 31/01/2018	20	10
Jurandir de Luca – 356	08/01/2017 a 07/01/2018	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Juremir de Oliveira Fernandes – 273	01/08/2016 a 31/07/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Juvino Formigari – 109	13/02/2016 a 12/02/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Leticia França Andrade – 491	25/03/2016 a 24/03/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Lindomar Soares – 580	01/04/2016 a 31/03/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Marcio Antônio Klein – 426	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Maristela Teresinha Kasmirski Moresco – 321	16/02/2016 a 15/02/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Marlei Bittencourt Bolduan – 234	02/07/2016 a 01/07/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Moacir Silvestre Martins – 649	01/06/2016 a 31/05/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Moacir Chaves – 364	12/01/2016 a 11/01/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Moacir Chaves – 364	12/01/2017 a 11/01/2018	12/01/2018 a 21/01/2018	10	10
Nivaldo Alves Ribeiro – 379	01/09/2016 a 31/08/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Ozias Dreher – 608	07/07/2016 a 06/07/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X

Paula Mariana Stahelin – 625	18/03/2016 a 17/03/2017	02/01/2018 a 16/01/2018	15	X
Pedro de Oliveira – 606	01/07/2016 a 30/06/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Renato Packer – 349	08/01/2015 a 07/01/2016	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Renato Pisetta – 392	14/03/2016 a 13/03/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Rodrigo Alaim Siewerdt – 529	01/03/2016 a 28/02/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Salesio Francisco Rosa – 361	21/12/2016 a 20/12/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Sandra Janete Diel da Silva – 279	14/01/2016 a 13/01/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Sandra Regina da Costa da Silva – 650	15/06/2016 a 14/06/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Sergio Uilson Stralioi – 643	15/02/2016 a 14/02/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Valberto Hillesheimm – 405	10/03/2016 a 09/03/2017	02/01/2018 a 11/01/2018	10	X
Vanderlei Marcondes Ferreira – 578	18/03/2016 a 17/03/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	X
Vilmar Machado – 387	12/11/2016 a 11/11/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10
Walter Ropelato – 348	21/12/2016 a 20/12/2017	02/01/2018 a 21/01/2018	20	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

## PORTARIA SAMAE JSU Nº 591/2017

Publicação Nº 1454782

PORTARIA SAMAEJSU Nº. 591/2017

Indeniza e Concede Gozo de Férias

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 114, 115, 116, 117, 118 e 119 da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO o Artigo 90, inciso II do Capítulo II da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO o DECRETO Municipal nº 11604/2017 de 17 de outubro de 2017; e

CONSIDERANDO os termos dos requerimentos dos servidores para concessão de Férias dos períodos aquisitivos relacionados.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER Férias aos servidores públicos municipais do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Jaraguá do Sul, na seguinte forma:

SERVIDOR e MATRÍCULA	Período Aquisitivo de Férias	Período de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a Serem Gozadas	Número de Dias de Férias a converter em abono pecuniário referente ao Período Aquisitivo
Reginaldo Jose da Silva – 418	13/02/2016 a 12/02/2017	08/01/2018 a 17/01/2018	10	X
Vanessa Eich – 533	02/04/2016 a 01/04/2017	08/01/2018 a 27/01/2018	20	X
Jose Roberto Reinert – 577	06/01/2017 a 05/01/2017	08/01/2018 a 17/01/2018	10	10
Erick Gustavo Correa da Costa – 628	01/03/2016 a 28/02/2017	10/01/2018 a 19/01/2018	10	10
Luciane Graciela Pires Ferreira – 652	07/10/2016 a 06/10/2017	11/01/2018 a 30/01/2018	20	X
Ana Carolina Bornemann Silveira Figur – 497	03/01/2017 a 02/01/2018	15/01/2018 a 24/01/2018	10	10
Giovani Denilson Spezia – 624	16/03/2016 a 15/03/2017	15/01/2018 a 24/01/2018	10	X

Adriano de Brito Machado – 408	19/07/2016 a 18/07/2017	15/01/2018 a 24/01/2018	10	10
Tiago Luan Probst – 648	09/05/2016 a 08/05/2017	15/01/2018 a 03/02/2018	20	X
Jair Lopes – 532	19/03/2016 a 18/03/2017	15/01/2018 a 03/02/2018	20	X
Cesar Decker – 436	13/03/2016 a 12/03/2017	15/01/2018 a 24/01/2018	10	X
Claudia Regina Borba Besen – 554	18/02/2016 a 17/02/2017	15/01/2018 a 24/01/2018	10	X
Loreci Raitz dos Anjos – 351	08/01/2017 a 07/01/2018	15/01/2018 a 03/02/2018	20	10
Dilnei da Silva – 284	01/07/2016 a 30/06/2017	16/01/2018 a 04/02/2018	20	10
João Maria Alves de Miranda – 265	13/03/2016 a 12/03/2017	22/01/2018 a 10/02/2018	20	X
Greicy Paola Farias Fronza Volkmann – 398	17/06/2016 a 16/06/2017	22/01/2018 a 31/01/2018	10	X
Roberto Osmar Mielke – 521	01/03/2016 a 28/02/2017	22/01/2018 a 31/01/2018	10	X
India Nara Pellis Milbratz – 322	16/02/2016 a 15/02/2017	22/01/2018 a 10/02/2018	20	X
Antonio Oriel da Rocha Junior – 548	19/12/2016 a 18/12/2017	22/01/2018 a 10/02/2018	20	X
Suzana Karina Tribess Stricker – 655	09/01/2017 a 08/01/2018	29/01/2018 a 07/02/2018	10	10
Dilson Lipke – 382	06/01/2017 a 05/01/2018	31/01/2018 a 09/02/2018	10	10

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 08 de dezembro de 2017.  
Ademir Izidoro  
Diretor Presidente

### **PORTARIA SAMAE JSU Nº 592/2017**

Publicação Nº 1454783

PORTARIA SAMAEJSU Nº 592/2017  
Instaura Processo Administrativo em face de  
Laboratório de Metrologia Lenzi Ltda.

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL- SAMAE, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 123/2012 e,

CONSIDERANDO o memorando 1045/2017/SamaeDT de 04 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade da Administração Pública de zelar pelo bom desempenho das atividades administrativas e cumprimento dos contratos firmados;

CONSIDERANDO os princípios inerentes à atuação da Administração Pública, notadamente os princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público;

CONSIDERANDO os termos do Contrato nº. 286/2017, celebrado entre o SAMAE e o Laboratório de Metrologia Lenzi Ltda.;

CONSIDERANDO que o cumprimento irregular das cláusulas contratuais poderá ensejar, além das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e no contrato, a responsabilidade pelos danos causados diretamente à Administração, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato;

CONSIDERANDO a existência de Comissão Permanente para a tutela dos princípios norteadores da Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Processo Administrativo em face da empresa LABORATÓRIO DE METROLOGIA LENZI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.294.095/0001-78, para apurar a responsabilidade por eventual inexecução contratual, notadamente no que se refere à obrigação de realizar os serviços descritos nos lotes 03, 08 e 09 do Contrato nº 286/2017 firmado entre Samae e o respectivo laboratório conforme o Processo Licitatório nº 130/2017 realizado na modalidade Pregão para Aquisição

de Peças e Contratação de empresa para manutenção preventiva e calibração de equipamentos de processo e bancada.

Art. 2º - A Comissão responsável para apuração dos fatos é aquela designada pela nomeada pela Portaria SAMAEJSU nº 272/2017 de 29 de junho de 2017, cujo prazo para conclusão dos trabalhos será de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação.

Parágrafo Único. O prazo de conclusão dos trabalhos poderá ser prorrogado a pedido da Comissão e mediante justificativa, por iguais e sucessivos períodos, observado, contudo, a conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 3º - Fica a Comissão investida dos poderes de investigação e de solicitação de qualquer suporte técnico e de pessoal aos órgãos da Autarquia, para que possa realizar as medidas necessárias ao cumprimento do presente ato.

Art. 4º - Durante os trâmites processuais a Comissão processante deverá observar os direitos e garantias constitucionais inerentes aos princípios da ampla defesa e do contraditório, sob pena de nulidade de seus atos.

Art. 5º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 11 de dezembro de 2017.  
ADEMIR IZIDORO  
Diretor – Presidente

# Joaçaba

## PREFEITURA

### DECRETO N 5279

Publicação Nº 1454958

DECRETO Nº 5.279 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, CAPUT, DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), proveniente apuração de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Instituto de previdência dos servidores públicos do município de Joaçaba:

Órgão: 11 INST. DE PREV. DOS SERV. PUB. DO MUNIC. DE JOAÇABA

Unidade orçamentária: 12 INST. DE PREV. DOS SERV. PUB. DO MUNIC. DE JOAÇABA

Proj./Atividade: 0.001 – CONTRIBUIÇÃO AO PASEP - IMPRES

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0000-01

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 12 de dezembro de 2017.

DIOCLELIO RAGNINI

Prefeito

### DECRETO N 5280

Publicação Nº 1455215

DECRETO Nº 5.280 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 20 DA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 451.478,85(quatrocentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oitenta e cinco centavos) destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, por conta do provável excesso de arrecadação dos recursos transferidos pela Fundação Nacional de Saúde- FUNASA:

Órgão: 09 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Proj./Atividade: 1.059 Esgoto Sanitário Urbano

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0034.000000-301 Aplicações Diretas
--

Valor: R\$ 451.478,85

Art. 2º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais ) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do excesso de arrecadação dos recursos ordinários do Município:

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.047 Manutenção das Atividades Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-118 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 20.000,00

Proj./Atividade: 2.048 Manutenção das Atividades Educação Infantil

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0001.000000-137 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 12 de dezembro de 2017

Dioclésio Ragnini

Prefeito

### DECRETO Nº 5.268 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455125

DECRETO Nº 5.268 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 14, I, DA LEI MUNICIPAL 5.045 DE 25/11/16 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), proveniente de excesso de arrecadação apurado neste exercício, destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 2.061 – Operação e manutenção do sistema de água urbano

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000-13

Valor: R\$ 350.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, em 05 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

**DECRETO Nº 5.274 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017 (REPUBLICAÇÃO).**

Publicação Nº 1455114

DECRETO Nº 5.274 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017 (REPUBLICAÇÃO).

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 20 DA LEI Nº 5.045 DE 25 DE NOVEMBRO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Joaçaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhes são conferidas por Lei;

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional na importância de R\$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais) destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, por conta do excesso de arrecadação dos recursos ordinários do Município:

Órgão: 05 SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA

Unidade orçamentária: 01 Secretaria Municipal de Gestão Financeira

Proj./Atividade 0.005 Contribuição ao PASEP- Prefeitura

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000.000000-90 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 60.000,00

Órgão: 07 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade orçamentária: 01 – Secretaria Municipal de Educação

Proj./Atividade: 2.049 Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0001.000000-108 Aplicações Diretas

Valor: R\$ 34.000,00

Órgão: 11 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Unidade orçamentária: 01 Procuradoria Geral do Município

Proj./Atividade: 2.079 Pagamento de sentenças Judiciais e Precatórios

Modalidade Aplicação:	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000.000000-198	

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA(SC), em 08 de dezembro de 2017

Dioclésio Ragnini

Prefeito

**DECRETO Nº 5.277 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455111

DECRETO Nº 5.277 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE – SVA, NO MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

O Prefeito de Joaçaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e em cumprimento ao Termo de Ajustamento de Conduta –TAC relativo ao SIG Nº 06.2016.00007756-3; e

CONSIDERANDO que a Lei Federal Nº 10.098/2000 estabeleceu normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e prevê que o acesso aos edifícios públicos ou de uso coletivo e os edifícios de uso privado também devem atender às normas de acessibilidade;

CONSIDERANDO que o Decreto-Lei Nº 5.296/2004 regulamentou as Leis nº 10.048/2000 e 10.098/2000 e estabeleceu critérios e

parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade;

CONSIDERANDO os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), dentre elas a NBR9050/2015, que fixa padrões e critérios que visam propiciar às pessoas com deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaços, mobiliário e equipamentos urbanos;

CONSIDERANDO que foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC (SIG Nº 06.2016.00007756-3), datado de 23/12/2016, com o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, objetivando a conscientização e cumprimento das legislações e normas técnicas pertinentes à matéria, no que tange à acessibilidade para fins de emissão de Alvará Municipal de Licença de Localização e Funcionamento no Município de Joaçaba;

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica regulamentado o Serviço de Verificação de Acessibilidade – SVA, prestado através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, mediante cobrança de taxas, nos termos do Código Tributário Municipal - CTM, que analisará os pedidos para obtenção do CA - Certificado de Acessibilidade ou AR - Atestado de Autorização de Adaptação Razoável para edifícios ou unidades imobiliárias públicas ou privadas de uso coletivo localizadas no Município de Joaçaba.

Parágrafo único. São legitimados a solicitar a emissão do CA ou AR, pessoalmente ou através de seus procuradores, inclusive corretores de imóveis:

I – o proprietário da unidade imobiliária;

II – o locatário da unidade imobiliária.

**CAPÍTULO I****DO CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE – CA**

Art. 2º. O Certificado de Acessibilidade – CA terá validade de 10 (dez) anos e será emitido posteriormente à vistoria efetuada por um servidor público municipal, com habilitação técnica, designado pelo poder público, para edifícios e unidades imobiliárias públicas ou privadas de uso coletivo que atendam às condições de acessibilidade previstas neste Capítulo.

Art. 3º. Será considerada acessível a unidade imobiliária que atenda, no mínimo, aos seguintes requisitos de acessibilidade:

I - Nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas com deficiência com comprometimento de mobilidade;

II - Nas edificações que tenham recebido alvará de construção até 2 de janeiro de 2016, pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida;

III - Pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que tratam as Leis nº 10.098/2000 e 13.146/2015, de acordo com os critérios da NBR:9050, pela inexistência de barreiras arquitetônicas;

IV - Os edifícios públicos ou privados de uso coletivo deverão dispor de banheiros acessíveis, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, e em número que atenda ao quantitativo disposto na Tabela 9 da NBR 9050/2015, abaixo transcrita, e nas alíneas seguintes:

Uso da edificação	Situação da edificação	Número de sanitários acessíveis com entradas independentes



Público	A ser construída Existente	5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo um, para cada sexo em cada pavimento, onde houver sanitários
	Existente	Um por pavimento, onde houver ou onde a legislação obrigar a ter sanitários
Coletivo	A ser construída	5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento, onde houver sanitário
	A ser ampliada ou reformada	5% do total de cada peça sanitária, com no mínimo um em cada pavimento acessível, onde houver sanitário
	Existente, com alvará de construção expedido até a data de entrada em vigor da NBR9050/2015	Uma instalação sanitária, onde houver sanitários

a) Em espaços de uso público ou uso coletivo que apresentem unidades autônomas de comércio ou serviços, deve ser previsto no mínimo um sanitário por pavimento, localizado nas áreas de uso comum do andar, sendo que quando o cálculo da porcentagem de 5 % de peças sanitárias do pavimento resultar em mais do que uma instalação sanitária ou fração, estas devem ser divididas por sexo para cada pavimento;

b) Em edificações de uso coletivo a serem ampliadas ou reformadas, com até dois pavimentos e área construída de no máximo 150 m<sup>2</sup> por pavimento, as instalações sanitárias acessíveis podem estar localizadas em um único pavimento;

V - Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços livres e assentos reservados para pessoas com deficiência e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação;

VI - Somente será considerado acessível o edifício público ou privado de uso coletivo em que as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam exercer, em igualdade de condições, todos os direitos a serem exercidos naquele local e a possibilidade de trabalho naquele ambiente;

VII - O atendimento às condições previstas neste Decreto não dispensa os edifícios públicos e privados de uso coletivo da observância da legislação municipal respeitante a edificações e posturas, que com ele não sejam conflitantes;

VIII - Edificações que tenham recebido alvará de construção a partir de 2 de janeiro de 2016 somente serão consideradas acessíveis se respeitarem as normas técnicas de edificação, notadamente a NBR 9050/2015 e a NBR16537/2016, além da legislação municipal sobre edificações e posturas.

Art. 4º. Para a obtenção do Certificado de Acessibilidade (CA) será exigido dos legitimados os seguintes documentos, em via original, a serem protocolados na Secretaria de Infraestrutura e Agricultura:

I – Requerimento padronizado assinado pelo legitimado ou seu representante, conforme Anexo I;

II - ART (Anotação de Responsabilidade Técnico) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica);

III – Atestado Técnico de conformidade com as condições de Acessibilidade expedida por profissional da área de Engenharia Civil ou Arquitetura, conforme Anexo II;

IV – comprovante de pagamento de taxa conforme previsto no Código Tributário.

§ 1º. Após a obtenção do Certificado de Acessibilidade (CA), o proprietário e/ou locatário deverá afixar obrigatoriamente em local de ampla visibilidade e, preferencialmente, junto à entrada principal, o Selo de Acessibilidade.

§ 2º. O Selo de Acessibilidade deverá atender ao padrão estabelecido no Anexo III deste Decreto.

## CAPÍTULO II

DO ATESTADO DE AUTORIZAÇÃO DE ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL - AR  
Art. 5º. O Atestado de Autorização de Adaptação Razoável – AR terá validade de 03 (três) anos, e será emitido, após vistoria, por, no mínimo, dois servidores públicos municipais, com habilitação técnica, designados pelo poder público, para edifícios e unidades imobiliárias públicas ou privadas de uso coletivo em que for reconhecida a impossibilidade de atendimento às condições de acessibilidade previstas nos artigos 2º e 3º, deste Decreto, mas que tenham executadas as obras necessárias para as adaptações razoáveis aprovadas pelo Município de Joaçaba.

§ 1º. Será considerada impossível a adoção dos requisitos mínimos de acessibilidade dispostos nos artigos 2º e 3º deste Decreto, somente para edificações que tenham recebido alvará de construção anteriormente a 20 de dezembro de 2000 e que, cumulativamente com o disposto no § 3º deste artigo, apresentem uma das seguintes condições, devidamente reconhecida pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade.

I - O valor das obras de adaptação superar 20% (vinte por cento) do valor venal predial da unidade imobiliária, nos termos do cadastro imobiliário municipal, conforme orçamento apresentando por profissional habilitado e com anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica;

II - As obras de adaptação ao desenho universal (à acessibilidade – artigo 3º) causarem risco estrutural insuperável, conforme atestado por profissional com anotação de responsabilidade técnica ou registro de responsabilidade técnica;

III - As obras de adaptação ao desenho universal causarem redução da área útil da unidade imobiliária superior a 20% (vinte por cento);

§ 2º. O percentual previsto nos incisos I e III, do § 1º, será de 12% quando o Contribuinte for localizado fora da Zona Central de Joaçaba, na forma definida pela Lei Complementar Municipal nº 137, de 12 de fevereiro de 2007, na redação vigente em 23 de dezembro de 2016;

§ 3º. Edifícios privados de uso coletivo, que tenham recebido alvará de construção até 20 de dezembro de 2000, serão considerados acessíveis, quanto à possibilidade de trabalho, se as pessoas com deficiência puderem exercer todas as profissões e ofícios desempenhados naquele local, em pelo menos 75% da área útil da unidade imobiliária, excluídas as áreas técnicas de serviço ou de acesso restrito, como casa de máquina, barriletes, passagem de uso técnico e outros com funções similares, escadas e sanitários não-adaptados para pessoa com cadeira de rodas.

§ 4º. Será obrigatória a comprovação, para fins de obtenção do AR, de que os imóveis tenham recebido alvará de construção até 20 de dezembro de 2000 e não tenham sido objeto de reforma que altere a edificação em parte essencial por supressão, acréscimo ou modificação.

Art. 6º. Para a obtenção do AR serão exigido dos legitimados os seguintes documentos, (em via original ou cópia autenticada), a serem protocolados na prefeitura do município de Joaçaba:

I - Requerimento conforme modelo constante do Anexo IV;

II - Alvará de Construção expedido pelo Município de Joaçaba, e seu respectivo projeto, com data anterior a 20/12/2000;

III - Termo de Compromisso de realização de adaptações razoáveis conforme a especificidade e cada obra;

IV - Declaração de ciência de que a utilização falsa para fins de obtenção do alvará de funcionamento ou obtenção do CA ou do AR configura crime de falsidade ideológica conforme Anexo VI;

V - Orçamento apresentado por profissional habilitado, com ART ou RRT, atestando, nos casos do art. 5º, §1º, inciso I, que a realização da obra tem custo superior a 20% do valor venal predial da unidade imobiliária;

VI - Laudo emitido por profissional habilitado, acompanhado de ART ou RRT e Cronograma de Acessibilidade, que ateste também,



nos casos previstos no art. 5º, § 1º, incisos II e III, que:

- a) as obras de adaptação causarão risco estrutural insuperável;  
b) as obras de adaptação ao desenho universal, na forma do artigo 3º, causarão redução da área útil da unidade imobiliária superior a 20%;

VII - Projeto para Adequação de Acessibilidade (plantas-baixas, memorial, orçamento e cronograma) de acordo com NBR 9050:2015 e artigo 2º deste Decreto;

VIII - Projeto para Adequação Razoável (plantas-baixas, memorial, orçamento e cronograma);

IX - ART (Anotação de Responsável Técnico) ou RRT (Registro de Responsabilidade Técnica);

X - Autorização do proprietário, no caso da obra for executada em imóvel de terceiros;

XI - Comprovante do pagamento da Taxa de Análise e Vistoria conforme o Código Tributário Municipal.

Art. 7º. O prazo para análise dos projetos será de 30 dias úteis a contar da data do protocolo.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2018.

Joaçaba, 11 de dezembro de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

Prefeito

#### ANEXO I

##### REQUERIMENTO PARA CERTIFICADO DE ACESSIBILIDADE - CA

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Joaçaba

\_\_\_\_\_, CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, abaixo assinado, solicita Certificado de Acessibilidade - CA de um/uma \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, com \_\_\_\_\_ pavimentos, medindo \_\_\_\_\_ m², no lote nº. \_\_\_\_\_ quadra \_\_\_\_\_, situado na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, sob. cadastro imobiliário nº. \_\_\_\_\_, razão pela qual se sujeita a todos os dispositivos legais.  
Termos em que,  
Pede deferimento.

Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Requerente

##### ESCLARECIMENTOS:

1. Área total a ser Certificada : \_\_\_\_\_ m²

2. Autor do Projeto : \_\_\_\_\_

3. Número do Registro no CREA/CAU: \_\_\_\_\_

4. Responsável Pela Execução : \_\_\_\_\_

5. Número do Registro no CREA/CAU: \_\_\_\_\_

#### ANEXO II

##### ATESTADO TÉCNICO DE CONFORMIDADE DAS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE

Eu, \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, profissional habilitado, registrado no \_\_\_\_\_ CAU/SC □ CREA/SC nº \_\_\_\_\_, com □ Registro de Responsabilidade

Técnica – RRT nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, □ Anotação de Responsabilidade Técnica – ART nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, estando domiciliado à \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, Cidade \_\_\_\_\_, CEP \_\_\_\_\_

venho por meio deste, na qualidade de Responsável Técnico, visando à obtenção de

Alvará de Licença de Funcionamento

ATESTAR, sob penas da lei, em especial o Art. 3º do Decreto Federal nº 5.296/04, que a edificação sito a \_\_\_\_\_

nº \_\_\_\_\_, bairro \_\_\_\_\_, sob. inscrição imobiliária nº \_\_\_\_\_, nesta Cidade, encontra-se em plena conformidade com a legislação pertinente e a norma técnica ABNT NBR 9050.

Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Engenheiro/Arquiteto (ou outro profissional habilitado)

##### ATENÇÃO

Todos os campos deste atestado são de preenchimento obrigatório. A assinatura deverá ter firma reconhecida.

#### ANEXO III

##### SELO DE ACESSIBILIDADE

Dimensões (largura x altura): 17,50cm x 25,00cm

#### ANEXO IV

##### REQUERIMENTO PARA ADAPTAÇÃO RAZOÁVEL - AR

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Joaçaba

\_\_\_\_\_, CPF/CNPJ \_\_\_\_\_, abaixo assinado, solicita Atestado de Autorização de Adaptação Razoável – AR de um/uma \_\_\_\_\_ em \_\_\_\_\_, com \_\_\_\_\_ pavimentos, medindo \_\_\_\_\_ m², no lote nº. \_\_\_\_\_ quadra \_\_\_\_\_, situado na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, Telefone \_\_\_\_\_, com Inscrição Imobiliária – IPTU nº. \_\_\_\_\_, razão pela qual se sujeita a todos os dispositivos legais.

Termos em que,

Pede deferimento.

Joaçaba, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Requerente

##### ESCLARECIMENTOS:

1. Área total a ser Certificada : \_\_\_\_\_ m²

2. Autor do Projeto : \_\_\_\_\_

3. Número do Registro no CREA/CAU: \_\_\_\_\_

4. Responsável Pela Execução : \_\_\_\_\_

5. Número do Registro no CREA/CAU: \_\_\_\_\_

6. Data do alvará expedido pelo Município de Joaçaba:

#### ANEXO V

Termo de Compromisso de realização de adaptações razoáveis

Pelo presente Termo de Compromisso de Realização de Adaptações Razoáveis, eu, \_\_\_\_\_, portador da cédula de identidade nº \_\_\_\_\_, CPF nº \_\_\_\_\_, compromete-se a executar as obras de Adaptações Razoáveis aprovadas pelo Serviço de Verificação de Acessibilidade Municipal, conforme previstos no projeto e cronograma aprovado.

Joaçaba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Requerente

#### ATENÇÃO

Todos os campos deste atestado são de preenchimento obrigatório. A assinatura deverá ter firma reconhecida.

#### ANEXO VI

Declaração de veracidade das informações prestadas

Eu, \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ (nacionalidade), \_\_\_\_\_ (estado civil), \_\_\_\_\_

(profissão), portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, inscrito no CPF/MF, sob o nº \_\_\_\_\_, residente e domiciliado na Cidade de \_\_\_\_\_ e Estado do \_\_\_\_\_, à Rua \_\_\_\_\_ (endereço completo), declaro, para fins de direito, sob as penas da lei, e em atendimento ao DECRETO MUNICIPAL nº XXXXX, que as informações constantes nos documentos são VERDADEIRAS. Fico CIENTE através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, e passível de apuração na forma da Lei. Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

Joaçaba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Engenheiro/Arquiteto (ou outro profissional habilitado)

#### ATENÇÃO

Todos os campos deste atestado são de preenchimento obrigatório. A assinatura deverá ter firma reconhecida.

### EXTRATO ADITIVO 01/2017PMJ - TA 03

Publicação Nº 1455292

CONTRATO Nº 01/2017/PMJ – TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI e a EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.411.843/0001-08, estabelecida na Rua Dario Fontana nº 216, Bairro Centro, no Município de Luzerna, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. EITOR HOPPEN, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-383.597, inscrito no CPF/MF sob o nº 250.844.459-68, residente e domiciliado na cidade de Luzerna, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 001/2017/PMJ, firmado em 13/01/2017, proveniente do Processo de Licitação nº 03/2017/PMJ, Inexigibilidade nº 1/2017/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2017, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA

Justifica-se a necessidade do presente aditivo de acréscimo para correção de erro formal ocorrido na estimativa da evolução das despesas deste contrato para o exercício do ano de 2017, conforme informação constante no memorando nº 468/2017, anexo a este termo.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 1.125,60 (mil cento e vinte e cinco reais e sessenta centavos), correspondentes a 1,313% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º, do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao aumento de:

536	un	Passes Escolares	2,10	1.125,60
-----	----	------------------	------	----------

#### CLÁUSULA TERCEIRA

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 07 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE  
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

EMPRESA JOAÇABENSE DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA – EPP - CONTRATADA  
EITOR HOPPEN

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**EXTRATO ADITIVO 02/2017PMJ - TA 03**

Publicação Nº 1455293

CONTRATO Nº 02/2017/PMJ - TA 03

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede à Avenida XV de Novembro, 378, inscrito no CNPJ/MF nº 82.939.380/0001-99, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, e a Empresa ESTRELATUR TRANSPORTE COLETIVO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.823.65/0001-95, estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 520, Bairro Centro, no Município de Herval d'Oeste, SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. IVO CARLOS HACK JUNIOR, portador da Carteira de Identidade nº 11/R-1.703.356, inscrito no CPF sob o nº 737.459.109-82, residente e domiciliado na cidade de Herval d'Oeste, SC, celebram entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato nº 002/2017/PMJ, firmado em 13/01/2017, proveniente do Processo de Licitação nº 1/2017/PMJ, Inexigibilidade nº 1/2017/PMJ, cujo objeto é o fornecimento pela CONTRATADA de passagens destinadas ao vale transporte dos servidores municipais e passes para estudantes das unidades escolares do Município, durante o exercício financeiro de 2017, onde se ADITA a CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Justifica-se a necessidade do presente aditivo de acréscimo para correção de erro formal ocorrido na estimativa da evolução das despesas deste contrato para o exercício do ano de 2017, conforme informação constante no memorando nº 468/2017, anexo a este termo.

**CLÁUSULA SEGUNDA****CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO, REAJUSTE E REVISÃO**

O valor do contrato fica acrescido em R\$ 34.232,00 (trinta e quatro mil duzentos e trinta e dois reais), correspondentes a 7,923% do valor inicialmente contratado, em conformidade com o disposto no § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, referente ao aumento de:

9.320	un	Passes Escolares	1,75	16.310,00
6.180	un	Passes Escolares (Distrito de Nova Petrópolis)	2,90	17.922,00

**CLÁUSULA TERCEIRA**

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA (SC), 08 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA - CONTRATANTE  
DIOCLÉSIO RAGNINI - Prefeito

ESTRELATUR DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA - CONTRATADA  
IVO CARLOS HACK JUNIOR

Testemunhas:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

**EXTRATO DE ALTERAÇÃO PL 85/2017/PMJ - CC 4/2017/PMJ**

Publicação Nº 1455140

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)  
AVISO DE ALTERAÇÃO 01  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 85/2017/PMJ  
CONCORRÊNCIA Nº 04/2017/PMJ

A licitação que tem por objeto "a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção da 3ª etapa do Parque Central, na Rua Luiz Specht, Bairro Cruzeiro do Sul, no Município de Joaçaba, SC.", em face da revisão dos anexos do edital, fica alterado o credenciamento e entrega dos envelopes para até às 14h e 30 minutos do dia 12/01/2018 e o processamento da Concorrência para às 15h do dia 12/01/2018, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital alterado: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site [www.joacaba.sc.gov.br](http://www.joacaba.sc.gov.br), a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações

poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail [comprasjba@yahoo.com.br](mailto:comprasjba@yahoo.com.br).

Joaçaba, 11 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA  
VILSON SARTORI  
Secretário de Infraestrutura e Agricultura

## NOTA DE PUBLICAÇÃO SEM EFEITO

Publicação Nº 1455191

MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC  
NOTA DE PUBLICAÇÃO SEM EFEITO

O Município de Joaçaba TORNA SEM EFEITO a publicação do EXTRATO DE ALTERAÇÃO PL 85/2017/PMJ - CC 4/2017/PMJ, cujo objeto é o "CONCLUSÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DO CENTRO DE INOVAÇÃO", conforme relacionado no QUADRO Nº 01 (anexo a este Edital), cujos quantitativos, orçamento, projetos, cronogramas e demais elementos técnicos estão indicados nos ANEXOS números 01, 02, 03 e 04.", feita no DOM, na edição nº 2406, de 12/12/2017, página 480.

Joaçaba (SC), 12 de dezembro de 2017.

Município de Joaçaba

## TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1455214

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 48 horas da convocação do candidato(a) Sr(a) Maria Regina Falchetti - cargo de Professor de Matemática, classificado em 7º lugar, referente ao Processo Seletivo n.º 014/2016 – Secretaria Municipal de Educação, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado. Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

## TERMO DE NÃO ATENDIMENTO A CONVOCAÇÃO

Publicação Nº 1455108

TERMO DE NÃO ATENDIMENTO DE CONVOCAÇÃO

Tendo em vista que decorreu o prazo de 48 horas da convocação do candidato(a) Sr(a) Nilza Blotz - cargo de Professor de Matemática, classificado em 9º lugar, referente ao Processo Seletivo n.º 014/2016 – Secretaria Municipal de Educação, sem que a convocação fosse atendida, fica registrado a perda da vaga pelo referido candidato, possibilitando a chamada do próximo classificado. Este termo entra em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

## SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

### PORTARIA JHL 425/2017

Publicação Nº 1454228

PORTARIA SIMAE JHL Nº – 425/2017 DE 11/12/2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- ENQUADRAR, o servidor Marcos Antonio Bordin da Rosa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no P-3, N-3, Ref. J-6, ao adicional de periculosidade - 30% no período de 11 de dezembro 2017 à 30 de dezembro de 2017, tendo por base de cálculo o vencimento da Referência "A", do Nível 01, do Padrão correspondente ao seu cargo de lotação, com base no LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho e nos Artigos 10º, 11º, 13º da Lei Complementar 193/2010 de 06.09.2010 e no Decreto nº 3661/2010 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º- O direito do servidor ao adicional de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, comprovado por laudo técnico específico, determinado pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de dezembro de 2017.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

**PORTARIA JHL 426/2017**

Publicação Nº 1454246

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 426/2017 DE 11.12.2017

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

**RESOLVE:**

Art. 1º- Designar Marcos Antonio Bordin da Rosa, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no P-3, N-3, Ref.J-6, sob nº da CNH 01441561830, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a Motocicleta NXR 160 Bross, Placa QHI-2073, no período de 11 de dezembro de 2017 à 30 de dezembro de 2017, por motivo de férias do titular, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB. O atendimento a lei complementar 313/2015 que trata das atividades do condutor de veículos.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único do Artº 3 da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 11 de dezembro de 2017.  
Paulo Cesar Lamin  
Diretor Presidente

# Lages

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO 267/2017 - VIVIAN VALENTE - PML

Publicação Nº 1454457

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO N.º 267/2017 – PML

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE LAGES / SECRETARIA MUNICIPAL DE POLÍTICA PARA A MULHER E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

LOCADOR(A): KARIN VALENTE RAMOS ROCHA, inscrita no CPF sob nº 784.358.549-49, PAULO VALENTE RAMOS, inscrito no CPF sob nº 596.316.609-82 e VIVIAN VALENTE RAMOS BRANDÃO, inscrita no CPF sob nº 596.316.789-20, residente e domiciliada à Rua Vidal Ramos Junior, nº 50, apto 1101, bairro Centro, CEP 88502-120.

Resolvem celebrar este Contrato, em decorrência do Processo Licitatório nº 242/2017, correlato ao Pregão Presencial nº 96/2017, aberto em 24/10/2017 e homologado em 25/10/2017.

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Locação de Imóvel destinado à Instalação da Secretaria Municipal de Política para a Mulher e Assuntos Comunitários.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Do Início: Da data da assinatura do presente contrato;

2.2 Da Execução: 12 (doze) meses a contar da data da assinatura do contrato;

2.3 Do Recebimento: Provisoriamente, nos termos dispostos na alínea “a”, inciso II do art. 73 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, para posterior verificação da qualidade e em consequência a aceitação e ulteriormente o recebimento definitivo, se aprovado;

2.4 Do Contrato: A sua vigência será de 12 (doze) meses a contar da sua assinatura, podendo ser renovado por igual período, conforme necessidade, interesse e conveniência da Administração, nos termos do art. 57 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares.

#### CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 O preço total certo e ajustado pelas partes conforme proposta do(a) LOCADOR(A) é de R\$ 67.200,00 (sessenta e sete mil e duzentos reais).

Lages, 01 de dezembro de 2017

Antonio Ceron  
Prefeito Municipal

### RERRATIFICAÇÃO PP 22/2017 FMASH

Publicação Nº 1454430

#### RERRATIFICAÇÃO

REF:PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2017 – FMASH

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS PARA UTILIZAÇÃO NO CENTRO POP E NOS CREAS I, II E III DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados que as alterações que se fazem necessárias no Anexo II – Termo de Referência do Edital em comento serão disponibilizadas no site [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br).

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 14/12/2017, para às 09:00 horas do dia 12/01/2018.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 13 de dezembro de 2017.

Antônio César Alves de Arruda  
Secretário de Administração e Fazenda



**CÂMARA MUNICIPAL****EXTRATO DO CONTRATO DE ADITIVO 26/2017**

Publicação Nº 1454620

EXTRATO DO CONTRATO DE ADITIVO Nº 26/2017  
4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 27/2015

Vigência: 11/12/2017 Vencido: 10/12/2018

Processo: 18/2015 Pregão Presencial: 10/2015

Objeto: TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS.

Contratado: TROPEIRO TRANSPORTES LTDA - ME  
CNPJ: 08.520.491/0001-03

VALOR TOTAL: R\$ 48.514,15 (QUARENTA E OITO MIL,QUINHENTOS E QUATORZE REAIS E QUINZE CENTAVOS) mensal.

LAGES (SC) 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

AIDAMAR SEMINOTTI HOFFER – Presidente

**Lauro Muller****PREFEITURA****EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 061/FMS/2017**

Publicação Nº 1454586

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LAURO MULLER

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 061/FMS/2017

Data início do Credenciamento: 08/01/2018

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterly, 369, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: O presente Edital tem por objeto o credenciamento de farmácias para fornecimento de medicamentos constantes do guia da farmácia, para uso emergencial e cumprimento de mandados judiciais, perante prescrição médica, no atendimento a pessoas carentes do Município de Lauro Muller durante o exercício de 2018.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelos telefones (\*\*\*48) 3464.3122, ou através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com).

Lauro Muller, 12 de dezembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

**HOMOLOGAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017**

Publicação Nº 1455102

Classificação Final

Área: 1 - Educação Infantil

Cargo: 01 - Prof Educ Infantil (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	FABIANA AMARAL SANTOS GUIMARAES	81.500	9.50	5.000	2 - Especialização	22-02-1985	1	1.000
2º Lugar	JULIANA PINHEIRO DA SILVA ASSUNÇÃO	78.000	9.00	5.000	2 - Especialização	23-03-1985	0	1.000
3º Lugar	ALESSANDRA ANTUNES DO LIVRAMENTO FE	71.000	8.00	5.000	2 - Especialização	25-04-1971	2	1.000
4º Lugar	MONIK RODRIGUES DOS SANTOS	67.500	7.50	5.000	2 - Especialização	18-05-1984	2	1.000
5º Lugar	ADRIANA DEMARCH	67.500	7.50	5.000	2 - Especialização	07-02-1991	0	1.000
6º Lugar	FLAVIANA GOULART CAMILO	64.500	7.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	27-01-1987	0	1.000
7º Lugar	JULIANA CANEVER	64.500	7.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	01-03-1989	0	1.000
8º Lugar	JESSICA DA LUZ COELHO	64.275	7.50	3.925	1 - Licenciatura na Área	04-04-1990	1	0.925
9º Lugar	JUCEMARA FELISBINO	64.000	7.00	5.000	2 - Especialização	23-11-1970	1	1.000
10º Lugar	EDINEIA CARDOSO	64.000	7.00	5.000	2 - Especialização	22-08-1981	0	1.000
11º Lugar	ÉRICA FURLAN	61.000	7.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	03-04-1995	0	1.000
12º Lugar	JUSELDA DA CUNHA CAMPOS	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	12-12-1967	0	1.000
13º Lugar	SAMIRA CAETANO MATHEUS	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	22-11-1978	3	1.000
14º Lugar	ELIZIA VIEIRA RIZZI CASSAO	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	24-02-1979	2	1.000

15º Lugar	MÁRCIA CARBONI	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	04-07-1982	0	1.000
16º Lugar	FABIANA DA SILVA	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	23-07-1983	1	1.000
17º Lugar	BELISA NAVA	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	28-03-1985	0	1.000
18º Lugar	GISELE CHEQUETO BAGGIO LEBARBENCHON	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	23-01-1986	1	1.000
19º Lugar	CRISTIANE LÍDIA SPIER	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	20-11-1987	1	1.000
20º Lugar	JULIA NAZARIO	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	29-03-1989	2	1.000
21º Lugar	VANESSA ZANELATTO	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	20-05-1990	0	1.000
22º Lugar	MORGANA HEINZEN	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	15-06-1990	0	1.000
23º Lugar	LEILA BURATTE JESUINO	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	08-03-1991	1	1.000
24º Lugar	MARINA MEIS	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	22-12-1992	0	1.000
25º Lugar	LARISSA BENEDET	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	04-03-1993	0	1.000
26º Lugar	CARMEM LUCIA LIMA JOSE	59.238	7.00	3.413	1 - Licenciatura na Área	27-04-1972	1	0.413
27º Lugar	LUCIANA FERREIRA MARCINEIRO	58.000	7.00	3.000	1 - Licenciatura na Área	16-05-1980	1	0.000
28º Lugar	DENISE APARECIDA DE OLIVEIRA	57.500	6.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	23-11-1984	1	1.000
29º Lugar	KARINI RAMOS CARDOSO DA SILVA	57.500	6.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	19-02-1987	1	1.000
30º Lugar	DANIELA BELTRAME	57.500	6.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	06-06-1989	0	1.000
31º Lugar	TAMIRIZ LEAL	57.500	6.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	10-09-1994	0	1.000
32º Lugar	TAISE DE JESUS FERREIRA DAMASIO	56.563	6.50	3.688	1 - Licenciatura na Área	09-07-1991	1	0.688
33º Lugar	FABIANI JORGE	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	02-02-1974	0	0.000
34º Lugar	JESSICA CRISTINA NAZARO	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	21-07-1991	1	0.000
35º Lugar	ALINE PANDINI	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	07-12-1992	1	0.000
36º Lugar	KELEN TANISE PIUCO ANTUNES	54.000	6.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	25-02-1983	1	1.000
37º Lugar	ELIZANDRA BAGIO	53.500	5.50	5.000	2 - Especialização	12-06-1976	2	1.000
38º Lugar	CRISTIANE CANDIDO DOS SANTOS LEITE	53.500	5.50	5.000	2 - Especialização	14-08-1978	1	1.000
39º Lugar	DÉBORA DE OLIVEIRA ESPINDOLA	53.500	5.50	5.000	2 - Especialização	29-10-1982	2	1.000
40º Lugar	CAMILA SALVADOR	53.500	5.50	5.000	2 - Especialização	19-11-1990	0	1.000
41º Lugar	TUANY AMÉRICO VIEIRA	53.500	5.50	5.000	2 - Especialização	10-03-1991	0	1.000
42º Lugar	LUDIMAR FLORIANO	51.000	6.00	3.000	1 - Licenciatura na Área	20-10-1985	2	0.000
43º Lugar	INGRID JESSICA DE SOUZA PAGANINI	50.500	5.50	4.000	2 - Especialização	08-10-1989	1	0.000
44º Lugar	ATAISE MENDES	50.500	5.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	29-04-1985	1	1.000
45º Lugar	INDIANARA RODRIGUES DA CRUZ	50.500	5.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	16-02-1995	0	1.000
46º Lugar	PATRICIA GONÇALVES CAMILO BAGGIO	50.000	5.00	5.000	2 - Especialização	28-10-1977	3	1.000

47º Lugar	ELAINE SALVADOR ZEFERINO	50.000	5.00	5.000	2 - Especialização	29-12-1977	1	1.000
48º Lugar	JAQUELINE DORREGÃO DEBIASI	50.000	5.00	5.000	2 - Especialização	08-06-1988	0	1.000
49º Lugar	SÔNIA CAMILO RICARDO	47.500	5.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	23-06-1974	1	0.000
50º Lugar	ELUCIANE APARECIDA POLIDORO	47.000	5.00	4.000	2 - Especialização	23-02-1983	3	0.000
51º Lugar	DAIANI DOS SANTOS	47.000	5.00	4.000	2 - Especialização	07-05-1988	1	0.000
52º Lugar	BRUNA SPÍNDOLA PIZONI	47.000	5.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	29-11-1994	0	1.000
53º Lugar	THAYSE LIECHESKI CARDOSO	46.500	4.50	5.000	2 - Especialização	04-01-1979	2	1.000
54º Lugar	ADRIANA AMARAL SANTOS GARLINI	46.500	4.50	5.000	2 - Especialização	19-02-1982	1	1.000
55º Lugar	CRISTIANE DE OLIVEIRA	46.500	4.50	5.000	2 - Especialização	28-05-1983	2	1.000
56º Lugar	GRASIELE PIATI	46.500	4.50	5.000	2 - Especialização	24-08-1985	2	1.000
57º Lugar	SAMARA DA SILVA	46.500	4.50	5.000	2 - Especialização	18-12-1990	0	1.000
58º Lugar	ROSÉLIA DA CRUZ LUCIANO	46.325	5.00	3.775	1 - Licenciatura na Área	23-11-1972	1	0.775
59º Lugar	MARILÉIA MACHADO DE SOUZA	43.500	4.50	4.000	2 - Especialização	01-09-1974	1	0.000
60º Lugar	JULIANA SPINDOLA MAXIMIANO	43.500	4.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	29-03-1986	1	1.000
61º Lugar	IVANISE CAMILA CARRER HORN	43.000	4.00	5.000	2 - Especialização	25-04-1963	1	1.000
62º Lugar	JOSIANA MARIA JACINTHO DE ÁVILA	43.000	4.00	5.000	2 - Especialização	30-03-1970	0	1.000
63º Lugar	CACIANA ESPINDOLA DA SILVA	40.500	4.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	13-05-1984	2	0.000
64º Lugar	MARAYSA LUIZ MACHADO BECKHAUSER	40.000	4.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	12-12-1984	2	1.000
65º Lugar	JUCENARA BERNARDINO DA ROSA	39.500	3.50	5.000	2 - Especialização	26-08-1980	2	1.000
66º Lugar	MARIA DE LOURDES RIBEIRO CESCONETO	32.500	2.50	5.000	2 - Especialização	21-12-1969	1	1.000

Cargo: 01 - Prof Educ Infantil (Não Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+-Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	MARCIANE GOMES	62.500	8.50	1.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	19-10-1979	3	1.000
2º Lugar	TALITA MARTINS	56.375	8.00	0.125	Licenciatura Cursando (6ª fase)	05-03-1996	0	0.125
3º Lugar	KATRYN APARECIDA BONADEO	56.000	8.00	0.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	21-11-1995	0	0.000
4º Lugar	ISABEL APARECIDA DA SILVA FONTANELA	50.125	7.00	0.375	Licenciatura Cursando (8ª fase)	08-07-1983	2	0.375
5º Lugar	MARIA TEREZA FERNANDES	48.500	6.50	1.000	Licenciatura Cursando (5ª fase)	11-02-1980	1	1.000
6º Lugar	ELOISE SILVANO PAIM MACHADO	48.500	6.50	1.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	08-06-1994	2	1.000
7º Lugar	GEOVANA DE ABREU BRANDOLFI	48.500	6.50	1.000	Licenciatura Cursando (4ª fase)	12-03-1995	0	1.000
8º Lugar	GABRIELLI DE SOUZA PADILHA	46.400	6.50	0.300	Licenciatura Cursando (4ª fase)	28-12-1998	0	0.300
9º Lugar	DEBORA TOMAZ	45.875	6.50	0.125	Licenciatura Cursando (4ª fase)	10-01-1983	2	0.125
10º Lugar	ANDRESA MAZON ACORDI	45.500	6.50	0.000	Licenciatura Cursando (5ª fase)	30-01-1989	2	0.000

11º Lugar	ROBERTA FERNANDES LUIZ	45.500	6.50	0.000	Licenciatura Cursando (4ª fase)	28-12-1989	1	0.000
12º Lugar	LEDENIR MARIA SCARSANELA CARDOSO	42.000	6.00	0.000	Licenciatura Cursando (5ª fase)	05-06-1962	0	0.000
13º Lugar	EDVANIA SILVA	42.000	6.00	0.000	Licenciatura Cursando (4ª fase)	19-02-1988	1	0.000
14º Lugar	FERNANDA DA SILVA ALVES	42.000	6.00	0.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	24-01-1990	0	0.000
15º Lugar	BEATRIZ CUSTÓDIO PIZONI	42.000	6.00	0.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	27-05-1995	1	0.000
16º Lugar	ROSÂNGELA TOMAZ ANTONIO	41.500	5.50	1.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	29-06-1984	0	1.000
17º Lugar	ANA CARLA ELIAS	38.875	5.50	0.125	Licenciatura Cursando (4ª fase)	18-09-1993	1	0.125
18º Lugar	ROSTENNE GUIMARÃES COSTA GOMES	38.500	5.50	0.000	Licenciatura Cursando (5ª fase)	11-01-1973	0	0.000
19º Lugar	JOZI CARLA RODRIGUES	38.500	5.50	0.000	Licenciatura Cursando (4ª fase)	27-09-1990	0	0.000
20º Lugar	DANIELI CAMBRUZZI	38.500	5.50	0.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	27-12-1995	0	0.000
21º Lugar	IVANI MARIA MATOS CASSÃO	36.125	5.00	0.375	Licenciatura Cursando (4ª fase)	14-03-1988	2	0.375
22º Lugar	PRISCILA VIEIRA	34.500	4.50	1.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	02-05-1987	1	1.000
23º Lugar	CLAUDICEA DA SILVA	31.500	4.50	0.000	Licenciatura Cursando (4ª fase)	13-02-1978	3	0.000
24º Lugar	ROSINETE TOMAZ ANTONIO	31.500	4.50	0.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	25-08-1985	2	0.000
25º Lugar	HELLEN MAGDA MAURICIO	31.000	4.00	1.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	13-06-1982	2	1.000
26º Lugar	ESTER ADRIANO	24.500	3.50	0.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	22-01-1987	1	0.000
27º Lugar	ROSANI DUARTE	21.000	3.00	0.000	Licenciatura Cursando (5ª fase)	07-05-1968	2	0.000

Área: 2 - Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano)

Cargo: 02 - Prof Ens Fundam (1º ao 5º) (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	ALESSANDRA ANTUNES DO LIVRAMENTO FE	71.000	8.00	5.000	2 - Especialização	25-04-1971	2	1.000
2º Lugar	FABIANA DA SILVA	67.500	7.50	5.000	2 - Especialização	23-07-1983	1	1.000
3º Lugar	FLAVIANA GOULART CAMILO	64.500	7.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	27-01-1987	0	1.000
4º Lugar	JULIA NAZARIO	64.000	7.00	5.000	2 - Especialização	29-03-1989	2	1.000
5º Lugar	ADRIANA DEMARCH	64.000	7.00	5.000	2 - Especialização	07-02-1991	0	1.000
6º Lugar	JUCIMARA DE MEDEIROS	61.000	7.00	4.000	2 - Especialização	13-03-1965	1	0.000
7º Lugar	MONIK RODRIGUES DOS SANTOS	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	18-05-1984	2	1.000
8º Lugar	GISELE CHEQUETO BAGGIO LEBARBENCHON	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	23-01-1986	1	1.000
9º Lugar	KELEN TANISE PIUCO ANTUNES	57.500	6.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	25-02-1983	1	1.000
10º Lugar	JULIANA CANEVER	57.500	6.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	01-03-1989	0	1.000
11º Lugar	TAMIRIZ LEAL	57.500	6.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	10-09-1994	0	1.000
12º Lugar	JUCEMARA FELISBINO	57.000	6.00	5.000	2 - Especialização	23-11-1970	1	1.000

13º Lugar	MÁRCIA CARBONI	57.000	6.00	5.000	2 - Especialização	04-07-1982	0	1.000
14º Lugar	CRISTIANE LÍDIA SPIER	57.000	6.00	5.000	2 - Especialização	20-11-1987	1	1.000
15º Lugar	CAMILA MACHADO	57.000	6.00	5.000	2 - Especialização	15-01-1988	1	1.000
16º Lugar	SAMARA DA SILVA	57.000	6.00	5.000	2 - Especialização	18-12-1990	0	1.000
17º Lugar	LARISSA BENEDET	57.000	6.00	5.000	2 - Especialização	04-03-1993	0	1.000
18º Lugar	MARCIA REGINA RIGHETTO MAFRA	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	07-03-1961	2	0.000
19º Lugar	SÔNIA CAMILO RICARDO	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	23-06-1974	1	0.000
20º Lugar	JESSICA CRISTINA NAZARO	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	21-07-1991	1	0.000
21º Lugar	ALINE PANDINI	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	07-12-1992	1	0.000
22º Lugar	KARINI RAMOS CARDOSO DA SILVA	54.000	6.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	19-02-1987	1	1.000
23º Lugar	BRUNA SPÍNDOLA PIZONI	54.000	6.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	29-11-1994	0	1.000
24º Lugar	JESSICA DA LUZ COELHO	53.775	6.00	3.925	1 - Licenciatura na Área	04-04-1990	1	0.925
25º Lugar	ELAINE SALVADOR ZEFERINO	53.500	5.50	5.000	2 - Especialização	29-12-1977	1	1.000
26º Lugar	TAISE DE JESUS FERREIRA DAMASIO	53.063	6.00	3.688	1 - Licenciatura na Área	09-07-1991	1	0.688
27º Lugar	LUCIANA FERREIRA MARCINEIRO	51.000	6.00	3.000	1 - Licenciatura na Área	16-05-1980	1	0.000
28º Lugar	ELUCIANE APARECIDA POLIDORO	50.500	5.50	4.000	2 - Especialização	23-02-1983	3	0.000
29º Lugar	ATAISE MENDES	50.500	5.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	29-04-1985	1	1.000
30º Lugar	JOSIANA MARIA JACINTHO DE ÁVILA	50.000	5.00	5.000	2 - Especialização	30-03-1970	0	1.000
31º Lugar	ANA MARIA NESI	50.000	5.00	5.000	2 - Especialização	06-07-1973	1	1.000
32º Lugar	THAYSE LIECHESKI CARDOSO	50.000	5.00	5.000	2 - Especialização	04-01-1979	2	1.000
33º Lugar	CAMILA SALVADOR	50.000	5.00	5.000	2 - Especialização	19-11-1990	0	1.000
34º Lugar	LUDIMAR FLORIANO	47.500	5.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	20-10-1985	2	0.000
35º Lugar	INGRID JESSICA DE SOUZA PAGANINI	47.000	5.00	4.000	2 - Especialização	08-10-1989	1	0.000
36º Lugar	PATRICIA GONÇALVES CAMILO BAGGIO	46.500	4.50	5.000	2 - Especialização	28-10-1977	3	1.000
37º Lugar	ADRIANA AMARAL SANTOS GARLINI	46.500	4.50	5.000	2 - Especialização	19-02-1982	1	1.000
38º Lugar	GRASIELE PIATI	46.500	4.50	5.000	2 - Especialização	24-08-1985	2	1.000
39º Lugar	ROSÉLIA DA CRUZ LUCIANO	46.325	5.00	3.775	1 - Licenciatura na Área	23-11-1972	1	0.775
40º Lugar	FERNANDO CAMPOS LIMA	43.500	4.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	17-01-1960	0	1.000
41º Lugar	CRISTIANE CANDIDO DOS SANTOS LEITE	43.000	4.00	5.000	2 - Especialização	14-08-1978	1	1.000
42º Lugar	MICHELLE M. D. DA LUZ DELLA GIUSTIN	43.000	4.00	5.000	2 - Especialização	06-12-1980	2	1.000
43º Lugar	MARILÉIA MACHADO DE SOUZA	40.000	4.00	4.000	2 - Especialização	01-09-1974	1	0.000
44º Lugar	JULIANA SPINDOLA MAXIMIANO	40.000	4.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	29-03-1986	1	1.000



45º Lugar	JUCENARA BERNARDINO DA ROSA	36.000	3.00	5.000	2 - Especialização	26-08-1980	2	1.000
46º Lugar	MICHEL ALBERTON JUNG	33.000	3.00	4.000	2 - Especialização	27-11-1972	1	0.000

Cargo: 02 - Prof Ens Fundam (1º ao 5º) (Não Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+-Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	TALITA MARTINS	63.375	9.00	0.125	Licenciatura Cursando (6ª fase)	05-03-1996	0	0.125
2º Lugar	MARCIA NE GOMES	62.500	8.50	1.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	19-10-1979	3	1.000
3º Lugar	ROBERTA FERNANDES LUIZ	52.500	7.50	0.000	Licenciatura Cursando (4ª fase)	28-12-1989	1	0.000
4º Lugar	WALDEMAR UGERO LUCIANO	52.000	7.00	1.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	25-10-1979	1	1.000
5º Lugar	ELOISE SILVANO PAIM MACHADO	52.000	7.00	1.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	08-06-1994	2	1.000
6º Lugar	ROSÂNGELA TOMAZ ANTONIO	45.000	6.00	1.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	29-06-1984	0	1.000
7º Lugar	RITA DE CASSIA NOWASKI	42.000	6.00	0.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	16-02-1980	3	0.000
8º Lugar	HELLEN MAGDA MAURICIO	41.500	5.50	1.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	13-06-1982	2	1.000
9º Lugar	DANIELI CAMBRUZZI	38.500	5.50	0.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	27-12-1995	0	0.000
10º Lugar	CAROLINA RIBEIRO FRANCISCO	38.000	5.00	1.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	20-02-1998	0	1.000
11º Lugar	ANA CARLA ELIAS	31.875	4.50	0.125	Licenciatura Cursando (4ª fase)	18-09-1993	1	0.125
12º Lugar	ROSINETE TOMAZ ANTONIO	31.500	4.50	0.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	25-08-1985	2	0.000
13º Lugar	CLAUDICEA DA SILVA	28.000	4.00	0.000	Licenciatura Cursando (4ª fase)	13-02-1978	3	0.000
14º Lugar	PRISCILA VIEIRA	27.500	3.50	1.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	02-05-1987	1	1.000
15º Lugar	ESTER ADRIANO	21.000	3.00	0.000	Licenciatura Cursando (8ª fase)	22-01-1987	1	0.000

Área: 3 - Disciplinas Específicas

Cargo: 04 - Prof Língua Portuguesa (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+-Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	DIEGO RODRIGO FERRAZ	72.000	9.00	3.000	1 - Licenciatura na Área	21-11-1991	0	0.000
2º Lugar	CLAUDIA MARA BEZ BATTI	68.000	8.00	4.000	2 - Especialização	28-11-1980	0	0.000
3º Lugar	ROBERTA MARI NUNES	50.000	5.00	5.000	2 - Especialização	20-09-1984	2	1.000

Cargo: 05 - Prof Ciências (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+-Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	LUCILENE NUNES MONTEIRO	78.000	9.00	5.000	2 - Especialização	05-02-1988	0	1.000
2º Lugar	VANESA SPRICIGO	64.500	7.50	4.000	2 - Especialização	30-08-1988	0	0.000
3º Lugar	MARCIA DE OLIVEIRA ARAUJO	57.500	6.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	03-07-1978	2	1.000
4º Lugar	EMA MARCHIOLI DOS SANTOS	35.975	3.50	3.825	1 - Licenciatura na Área	12-12-1986	2	0.825

Cargo: 06 - Prof Matemática (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	ROSIMERI DA ROSA MENDES LOCATELLI	64.000	7.00	5.000	2 - Especialização	20-09-1979	1	1.000
2º Lugar	CARINE NESI BURATTE	64.000	7.00	5.000	2 - Especialização	03-04-1990	1	1.000
3º Lugar	HELEN CRISTINA MACHADO BURATTE	60.500	6.50	5.000	2 - Especialização	22-01-1989	1	1.000
4º Lugar	JAMILA FIDELIS INÁCIO	43.000	4.00	5.000	2 - Especialização	17-01-1990	0	1.000

## Cargo: 07 - Prof História (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	JULIANA MANARIN SALVADOR MACHADO	44.000	5.00	3.000	1 - Licenciatura na Área	19-03-1987	1	0.000

## Cargo: 08 - Prof Geografia (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	SUELEN PEREIRA MONTEIRO	68.000	8.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	22-03-1992	1	1.000
2º Lugar	SANDRA CERON	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	03-04-1984	2	0.000
3º Lugar	FABIO JOSÉ DE SOUZA	47.000	5.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	26-09-1974	1	1.000

## Cargo: 09 - Prof Inglês (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	MARIA HORTENCIA ROCHA PROENÇA	64.000	7.00	5.000	2 - Especialização	02-09-1960	2	1.000
2º Lugar	KETOLLY SALVADOR RABELO	40.500	4.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	27-09-1983	0	0.000

## Cargo: 10 - Prof Artes (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	VICTÓRIA MARIA JORGE	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	25-11-1994	0	0.000
2º Lugar	TAMIRIS TASCA	52.913	6.00	3.638	1 - Licenciatura na Área	10-06-1988	0	0.638
3º Lugar	CRISLEI GETNER NAVA	50.000	5.00	5.000	2 - Especialização	03-12-1982	3	1.000
4º Lugar	ROSILDA DA SILVA ANTUNES ACORDI	40.500	4.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	13-09-1973	1	0.000

## Cargo: 11 - Prof Educação Física (Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	PAULA DA SILVEIRA	78.000	9.00	5.000	2 - Especialização	19-01-1989	0	1.000
2º Lugar	FRANCINI ESPINDULA FOLCHINI	68.000	8.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	09-09-1988	1	1.000
3º Lugar	EVELIN BELTRAME	68.000	8.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	20-03-1995	0	1.000
4º Lugar	FÁBIO MACHADO FERNANDES	67.500	7.50	5.000	2 - Especialização	03-07-1978	3	1.000
5º Lugar	GIULIA GIORDANI	64.500	7.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	17-04-1990	0	1.000

6º Lugar	LETICIA TEZZA DEBIASI	64.500	7.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	17-05-1995	0	1.000
7º Lugar	ANGELICA TENFEN DE MORAES	64.000	7.00	5.000	2 - Especialização	20-10-1990	1	1.000
8º Lugar	BIANCA MENEGASSO	64.000	7.00	5.000	2 - Especialização	13-03-1993	0	1.000
9º Lugar	SIBELE QUERINO NAZARO	57.000	6.00	5.000	2 - Especialização	30-09-1988	0	1.000
10º Lugar	ADRIANA TANCREDO	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	14-02-1968	0	0.000
11º Lugar	IRAÊ VELHO SPECK	54.500	6.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	19-10-1994	0	0.000
12º Lugar	WILIAN CARDOSO HERT	54.000	6.00	4.000	1 - Licenciatura na Área	14-09-1990	0	1.000
13º Lugar	ROZELI DE LIMA DA SILVA	53.500	5.50	5.000	2 - Especialização	18-04-1973	0	1.000
14º Lugar	SAMIR RIGHETTO	51.000	6.00	3.000	1 - Licenciatura na Área	30-05-1991	0	0.000
15º Lugar	ADRIANE LUZIA CESCONETTO	51.000	6.00	3.000	1 - Licenciatura na Área	04-02-1992	0	0.000
16º Lugar	FRANCIELI PEDROSO	50.500	5.50	4.000	1 - Licenciatura na Área	15-08-1993	0	1.000
17º Lugar	GIOVANI SILVA MIGUEL	47.500	5.50	3.000	1 - Licenciatura na Área	20-02-1986	0	0.000
18º Lugar	IZADORA DOS SANTOS	44.000	5.00	3.000	1 - Licenciatura na Área	07-03-1990	0	0.000

## Cargo: 04 - Prof Língua Portuguesa (Não Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+-Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	TALITA LIMAS CUCOLOTO	49.000	7.00	0.000	Licenciatura cursando (4ª fase)	08-03-1998	1	0.000
2º Lugar	SAMARA MADEIRA TAVARES	48.500	6.50	1.000	Licenciatura cursando (6ª fase)	01-01-1988	1	1.000
3º Lugar	LAURA DONEDA PURIFICAÇÃO	48.500	6.50	1.000	Licenciatura cursando (6ª fase)	31-08-1991	0	1.000
4º Lugar	JAQUELINE DA SILVEIRA CARDOSO	38.500	5.50	0.000	Licenciatura cursando (4ª fase)	24-02-1992	1	0.000

## Cargo: 06 - Prof Matemática (Não Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+-Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	GIULIA NASCIMENTO	42.000	6.00	0.000	Licenciatura cursando (4ª fase)	19-07-1998	0	0.000
2º Lugar	MARIA ROSIANA DOS SANTOS RABELO	28.000	4.00	0.000	Licenciatura cursando (6ª fase)	02-03-1973	2	0.000

## Cargo: 07 - Prof História (Não Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+-Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	FERNANDO DEMÉTRIO LONGO	35.000	5.00	0.000	Licenciatura cursando (7ª fase)	22-07-1989	2	0.000

## Cargo: 09 - Prof Inglês (Não Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+-Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	ANA CARLA FELISBINO DOS SANTOS	52.000	7.00	1.000	Licenciatura cursando (4ª fase)	06-05-1979	3	1.000

## Cargo: 10 - Prof Artes (Não Habilitado)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	RENAN CARLOS FENILI MONTEIRO	27.500	3.50	1.000	Licenciatura Cursando (6ª fase)	09-10-1992	0	1.000

Área: 4 – Serviços Gerais

Cargo: 14 - Cozinheiro(a)

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	MICHELE ANTUNES CHAGAS	45.500	6.50	0.000	Fundamental Completo	21-06-1989	1	0.000

Cargo: 15 - Servente

Coloc	Nome do Candidato	Total	Prova	Grad+- Cur	Graduação	Idade	Dep	Cursos
1º Lugar	VANESSA LEMOS DOS SANTOS	31.500	4.50	0.000	Fundamental Completo	27-04-1987	12	0.000
2º Lugar	RANIZI PEREIRA VALIM	28.000	4.00	0.000	Fundamental Completo	23-07-1992	1	0.000
3º Lugar	ROSIANI SERGIO	24.500	3.50	0.000	Fundamental Completo	09-08-1982	2	0.000
4º Lugar	GREICE SANDRINA MAXIMIANO	10.500	1.50	0.000	Fundamental Completo	15-10-1976	2	0.000

## PREGÃO PRESENCIAL Nº. 170/PMLM/2017

Publicação Nº 1454621

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LAURO MULLER  
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 170/PMLM/2017

Data e horário da sessão de abertura: 11/01/2018 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Vetterly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente para sonorização para eventos, conforme condições fixadas em termo de referência e demais condições deste edital para o Município de Lauro Muller/SC.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico [compraslicitacaopmlm@gmail.com](mailto:compraslicitacaopmlm@gmail.com) e disponível em [www.lauromuller.sc.gov.br](http://www.lauromuller.sc.gov.br).

Lauro Muller, 12 de dezembro de 2017.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

# Lebon Régis

## PREFEITURA

### **MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2017 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2017.**

Publicação Nº 1454788

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 79/2017 – Dispensa de Licitação nº 16/2017.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de apoio administrativo, técnico e operacional de vigilância e segurança presencial por profissional treinado e devidamente autorizado, sem o uso de armas de fogo, destinados às festividades alusivas ao aniversário do Município, a realizar-se nos dias 18 e 19 de dezembro, em todos os locais dos eventos. Data de Homologação: 12/12/2017 - LICITANTE HOMOLOGADA: SWOT SEGURANÇA PRIVADA LTDA – ME, CNPJ Nº 18.865.654/0001-43. Valor total de R\$ 7.900,00 (sete mil e novecentos reais). Lebon Régis, 12 de dezembro de 2017. Douglas Fernando de Mello – Prefeito Municipal

# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PR 68/2017

Publicação Nº 1454802

MUNICIPIO DE LINDOIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

Edital de Pregão Presencial 68/2017

Genir Loli – Prefeito Municipal, de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL na forma da Lei nº 10.520/02, para aquisição de nitrogenio liquido, a realizar-se no dia 27 de dezembro de 2017, as 08:30 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 08:15 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site [www.lindoiadosul.sc.gov.br](http://www.lindoiadosul.sc.gov.br), poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 12 de dezembro de 2017.

Genir Loli

Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 2.991/2.017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454750

DECRETO Nº 2.991/2.017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Ordinária Nº 1.340/2017, de 15 de Dezembro de 2016. DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 06: SECRETARIA MUN. DE INFRA ESTRUTURA E TRANSP

Unidade 01 – Diretoria de Urbanismo

Projeto/Atividade 2.006 – Diretoria de Infra-Estrutura - Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00.0601 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 20.597,78

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta do Superávit Financeiro de 2017 da conta cosip.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em, 05 de Dezembro de 2.017

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

### DECRETO Nº 2.992/2.017, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454751

DECRETO Nº 2.992/2.017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

REMANEJA RECURSOS DO EXERCÍCIO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GENIR LOLI - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Ordinária Nº 1.383/2017, de 11 de Dezembro de 2017. DECRETA

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, nos termos do art. 40 e seguintes da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, autorizado a proceder a abertura, através de Crédito Suplementar da seguinte dotação orçamentária:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 2.034 – Extensão Rural - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 72.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para suplementação das dotações constantes no art. 1º, ocorrerá por conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 07: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AMBIENTE

Unidade 02 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Projeto/Atividade 1.010 – Saneamento Básico Rural - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade 2.031 – Promoção da Produção Vegetal - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade 2.032 – Promoção da Produção Animal - FUNDERURAL

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade 2.033 – Abastecimento - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade 2.035 – Educação e Qualidade Ambiental - FUNDERURAL

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 8.000,00

Unidade 03 – Fundo Municipal do Meio Ambiente

Projeto/Atividade 2.049 – Fundo do Meio Ambiente

3.1.71.00.00.00.00.00.0104 – Trans. a Consórcios Públicos .....

..... R\$ 5.000,00

3.3.71.00.00.00.00.00.0104 – Trans. a Consórcios Públicos .....

..... R\$ 5.000,00

3.3.90.00.00.00.00.00.0104 – Aplicações Diretas .....

..... R\$ 5.000,00

4.4.71.00.00.00.00.00.0104 – Trans. a Consórcios Públicos .....

..... R\$ 5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Lindóia do Sul - SC.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal



Registra-se e Publica-se  
Em, 11 de Dezembro de 2017

Sandra Regina Zuanazzi  
Analista Administrativo

### **RETIFICAÇÃO DE EXTRATO - PR 05/207 FMS**

Publicação Nº 1454799

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL  
Estado de Santa Catarina  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
RETIFICAÇÃO DE EXTRATO AO PREGÃO 05/2017 FMS

FABIANO BIEZUS FRARE – Secretario Municipal de Saude e Ação Social, de Lindóia do Sul, SC, retifica o extrato de licitação referente ao Pregão Presencial 05/2017, cujo o objeto é contratação de serviços de exames laboratoriais, veiculado no dia 12/12/2017, A data de entrega e abertura dos envelopes de proposta e documentação, passará a vigorar conforme descrição abaixo:

A entrega dos envelopes deverá ser até as 08:15 horas do dia 26 de dezembro de 2017.

A abertura dos envelopes será as 08:30 do dia 26 de dezembro de 2017.

Maiores informações, poderá ser obtido pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 12 de dezembro de 2017.

Fabiano Biezus Frare – Secretario de Saúde e Ação Social

# Lontras

## PREFEITURA

### DECRETO 190/2017

Publicação Nº 1454927

DECRETO Nº 190/2017  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIN, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Processo de Inexigibilidade nº 137/2017 em 11 de dezembro de 2017, pela Presidente da Comissão de Licitação, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 137/2017, na modalidade de Inexigibilidade para CONTRATAÇÃO DE BANDAS PARA APRESENTAÇÃO NO EVENTO NATAL NA PRAÇA NOS DIAS 22 E 23 DE DEZEMBRO DE 2017.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 11 de dezembro de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIN  
PREFEITO

### DECRETO 191/2017

Publicação Nº 1454907

DECRETO Nº 191/2017  
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Credenciamento nº 119/2017 em 26 de outubro de 2017, pela Presidente e Membros da Comissão Permanente de Licitações, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 119/2017, na modalidade de Inexigibilidade, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES PARA ATENDIMENTO NA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE.

Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 12 de dezembro de 2017.  
MARCIONEI HILLESHEIM  
PREFEITO

# Luis Alves

## PREFEITURA

### DECRETO 131/2017

Publicação Nº 1455084

#### DECRETO N.º 131/2017

Dispõe sobre a reestruturação e nomeação dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil, pelos incisos IV e VI do artigo 47 da Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal n.º 1.384/2010;

CONSIDERANDO que a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural será homologada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, conforme previsto no §3º do artigo 4º da Lei Municipal n.º 1.384, de 23 de junho de 2010, alterada pela Lei Municipal n.º 1.702, de 08 de novembro de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica reestruturado, composto e nomeado o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 1.384, de 23 de junho de 2010, alterada pela Lei Municipal n.º 1.702, de 08 de novembro de 2017, estando assim constituído:

§ 1º Na condição de representantes do segmento Governamental: I – representantes da Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:

a) titular: Luís Carlos Reichert;

b) suplente: Douglas Reichert.

II – representantes da Secretaria Municipal do Planejamento

a) titular: Amáble Erbs Schoeping;

b) suplente: Rafael Vieira.

III – representantes da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI:

a) titular: Carlos Alberto Jacobsen;

b) suplente: Jerônimo Vêppo.

IV – representantes da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC:

a) titular: Júlio Vilperte;

b) suplente: Augusto Eneas Upmooor.

§ 2º Na condição de representantes do segmento Não Governamental:

I - representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Luiz Alves - SITRULA:

a) titular: José Matias Scherer;

b) suplente: Maurício Winter.

II – representantes da Associação de Bananicultores de Luiz Alves:

a) titular: Ronivandro Edson Piccini;

b) suplente: Vanessa Maria Corrêa Pacheco.

III – representantes dos oleicultores:

a) titular: Arno Neuenfeldt;

b) suplente: Laércio Tiedt.

IV - representantes da Assistência Técnica Rural:

a) titular: Alessandra Turozzi;

b) suplente: Leonel Eduardo Paes de Chaves.

Art. 3º O Presidente, o Vice-presidente e o Secretário do CMDR serão escolhidos por meio de voto secreto pelos demais membros e, em caso de empate, será eleito o candidato mais velho.

Art. 4º Os membros titulares e suplentes do CMDR exercerão as suas funções com base nas competências que lhes são atribuídas pela Lei Municipal n.º 1.384, de 23 de junho de 2010, bem como por regimento próprio, pelo prazo de 02 (dois) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 5º Os membros do CMDR não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de interesse público relevante.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 11 dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário Municipal de Administração

### DECRETO 133/2017

Publicação Nº 1455088

#### DECRETO N.º 133/2017

Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições Legais e, de acordo com o artigo 167, inciso VI da Constituição Federal e artigo 12, inciso III da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 - Lei Municipal n.º 1.660, de 30 de novembro de 2016;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar de R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais) ao orçamento municipal vigente:

Órgão: 10 – Fundo Municipal de Educação.

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Educação.

12.361.0007.2.023 – Manutenção dos serviços do ensino fundamental.

(11) 3.1.90.00.00.00.00.00.02.0820.0 (0.2.00018) – Aplicações Diretas R\$ 118.000,00

12.365.0010.2.029 – Manutenção dos serviços da educação infantil

(30) 3.1.90.00.00.00.00.00.02.0820.0 (0.2.00018) – Aplicações Diretas R\$ 106.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com recursos proveniente do excesso de arrecadação apurado no exercício de 2017, por conta dos recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, na importância de R\$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais).

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 12 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO WEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de

Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal

e no site da Prefeitura de Luiz Alves -

[www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 172/2017**

Publicação Nº 1455045

PORTARIA N.º 172/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 18 de dezembro de 2017 e término no dia 11 de janeiro de 2018, aos Atendentes de Educação Infantil, vinculados à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencados:

- I - Sueli Luçoli Scola;
- II - Daiane Grasielle Novaes;
- III - Elenita Weinrich;
- IV - Suzana Pereira Reichert;
- V - Sílvia Cardoso Pereira;
- VI - Nayara Thaís Scola;
- VII - Carla Janaína Winter Ramos;
- VIII - Marina Kremer;
- IX - Leidi Daiani Spezia Martendal;
- X - Sandra Evelise Altini Schmitz;
- XI - Natalina Rincus Micheluzzi;
- XII - Vera Lúcia Besen Kreisch;
- XIII - Gabriely Schmitt;
- XIV - Jucieli Hess;
- XV - Gisele Sperber;
- XVI - Amanda Gonçalves;
- XVII - Taline Carvalho Albuquerque;
- XVIII - Marta Roberta Pereira de Almeida;
- XIX - Vanessa Bachmann Tironi;
- XX - Áurea Schell Veber;
- XXI - Ana Charlene Costa Batista;
- XXII - Maria Lúcia Winter;
- XXIII - Gislaine Maria de Freitas Castegnaro;
- XXIV - Aline Fernanda Ferreira dos Santos;
- XXV - Giandra Manes Zimmermann;
- XXVI - Lilian Regina Gesser;
- XXVII - Lilian Regina Gesser;
- XXVIII - Rosenéia Sachetti Kreff;
- XXIX - Bruna Daniela Signorelli;
- XXX - Naraline Diemon Severo;
- XXXI - Géssica Mannes;
- XXXII - Lorena Pereira;
- XXXIII - Janice Lauermann.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 173/2017**

Publicação Nº 1455048

PORTARIA N.º 173/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 18 de dezembro de 2017 e término no dia 11 de janeiro de 2018, às Coordenadoras de Centro de Educação Infantil, vinculadas à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencadas:

- I - Rosana Rech Fritzsche;
- II - Débora Lorena Cristofolini;
- III - Mara Lúcia Rainert.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 174/2017**

Publicação Nº 1455049

PORTARIA N.º 174/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 18 de dezembro de 2017 e término no dia 11 de janeiro de 2018, às Cozinheiras, vinculadas à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencadas:

- I – Maria Ruth Hoffmann;
- II – Maria Isabel Schell;
- III – Márcia Regina Lima Milbratz;
- IV – Camila Caroline de Azevedo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 175/2017**

Publicação Nº 1455050

PORTARIA N.º 175/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 01 de janeiro de 2018 e término no dia 31 de janeiro de 2018, às Cozinheiras, vinculadas à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencadas:

I – Alzina Winter Wilpert;

II – Olivina de Souza;

III – Eliane Aparecida Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 176/2017**

Publicação Nº 1455051

PORTARIA N.º 176/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 20 de dezembro de 2017 e término no dia 08 de janeiro de 2018, aos Diretores de Departamento, vinculados à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencadas:

I – Adilson Mário Signorelli;

II – Cláudia Rath Dal Ri.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 177/2017**

Publicação Nº 1455052

PORTARIA N.º 177/2017

Concede férias a servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª DANIELA WUST SCHMITZ LOURENÇO, Diretora de Ensino, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com início do dia 20 de dezembro de 2017 e término no dia 08 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 178/2017**

Publicação Nº 1455053

PORTARIA N.º 178/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 01 de janeiro de 2018 e término no dia 31 de janeiro de 2018, às Diretoras de Escolas Municipais, vinculadas à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencadas:

I – Andreia Tiedt;

II – Valdenice Luciani Roderes;

III – Cristina Kleine Fritzke;

IV – Géssica Hermes Bachmann;

V – Vivian Steinbach Ronchi;

VI – Vanessa de Oliveira da Costa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 179/2017**

Publicação Nº 1455054

PORTARIA N.º 179/2017

Concede férias a servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª DANIELE COUTO, fonoaudióloga, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com início do dia 20 de dezembro de 2017 e término no dia 19 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário M. de Administração

**PORTARIA 180/2017**

Publicação Nº 1455056

PORTARIA N.º 180/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 18 de dezembro de 2017 e término no dia 11 de janeiro de 2018, às Monitoras, vinculadas à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencadas:

I – Ivonete Vescovi Gonçalves;

II – Jaira Conradi Schmidt;

III – Mara Rúbia Leber;

IV – Maria Salete Kroisch;

V – Joice Graf;

VI – Dilma Terezinha Rech da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário M. de Administração

**PORTARIA 181/2017**

Publicação Nº 1455058

PORTARIA N.º 181/2017

Concede férias a servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª IVETE VICK KREISCH, Monitora, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com início do dia 18 de dezembro de 2017 e término no dia 17 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário M. de Administração

**PORTARIA 182/2017**

Publicação Nº 1455059

PORTARIA N.º 182/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 01 de janeiro de 2018 e término no dia 31 de janeiro de 2018, aos motoristas, vinculados à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencados:

I – Edegar Pereira;

II – Giovani Serpa;

III – Artur Tironi;

IV – Ênio César Vegini;

V – Laércio Teodoro Rincus;

VI – Marcio Kreff.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,  
Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER  
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva  
Secretário M. de Administração



**PORTARIA 183/2017**

Publicação Nº 1455061

PORTARIA N.º 183/2017

Concede férias a servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias à servidora efetiva Sr.ª MICHELE SCABURRI PAULO, nutricionista, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com início do dia 20 de dezembro de 2017 e término no dia 08 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 184/2017**

Publicação Nº 1455064

PORTARIA N.º 184/2017

Concede férias a servidores públicos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder férias, com início no dia 01 de janeiro de 2018 e término no dia 31 de janeiro de 2018, aos Professores, vinculados à Secretaria Municipal da Educação e Cultura, abaixo elencados:

I – José Augustinho Martini;

II – Irio Luciani;

III – Maria da Glória Furlani;

IV – Marli Machado Zimmermann;

V – Tatiana Regina Schmitz Goedert;

VI – Beatriz Fulani Schmitt;

VII – Constância de Fátima Erbs;

VIII – Dorli Wruck Signorelli;

IX – Marili Rosane Hoffmann Luciani;

X – Roselene Kniss Zatelli;

XI – Jane Mery Schweitzer Reinert;

XII – Susana Marta Pabst Spézia;

XIII – Alexandra Martini Wilbert;

XIV – Simone Brugnago Zabel;

XV – Maria Aparecida Gomes Cunha;

XVI – Marizete Kreff Moser;

XVII – Fabíula Rosa da Silva Rech;

XVIII – Sueli Borges Fernandes;

XIX – Fabricia Dilma Reinert Kraisch;

XX – Alessandra Graf Tiedt;

XXI – Ilda Maria Graf;

XXII – Célia Geni Feder Guedert;

XXIII – Cheila Adriana Erbs Micheluzi;

XXIV – Marinei Regiane da Cruz;

XXV – Juliana Melchiorretto Zappeline;

XXVI – Rosimeri Müller Kreff;

XXVII – Vanderléia Luciani Veber;

XXVIII – Kátia Melchiorretto Fritzke;

XXIX – Rafael Martini;

XXX – Caroline Cristina Reinert;

XXXI – Janete Grzybowski da Silva;

XXXII – Fabiana Rosa da Silva Tolardo;

XXXIII – Daiana Luciani;

XXXIV – Girles Conradi Ferreira;

XXXV – Lucilene Luciani da Silva;

XXXVI – Solenir da Cunha Kammer;

XXXVII – Rosemar Schork;

XXXVIII – Marlise Rech;

XXXIX – Nizilene Daiane Soares Müller;

XL – Cristiane Kreisch;

XLI – Rosana Bachmann Lopes;

XLII – Andreia Juçara Vick Müller;

XLIII – Fabiele Rosa da Silva Moraes;

XLIV – Luana Rech;

XLV – Silvia Regina Martim Müller;

XLVI – Aline Müller;

XLVII – Fernanda Veshoscki Martini;

XLVIII – Josiane Borderes;

XLIX – Joice Wilbert Hess;

L – Viviana Ferreira de Brito Espig;

LI – Cinara Elair Rech Ramos;

LII – Silmara Brugnago Bachmann;

LIII – Teresinha Alves de Lima;

LIV – Lilian Adriana Altini Luciani;

LV – Simone Aparecida Pabst Kreisch;

LVI – Elza Franciele Pasquali Schüller;

LVII – Sandra Maria Rech;

LVIII – Marilene Kons;

LIX – Vânia Gisele Correa;

LX – Samira Rech Schweitzer;

LXI – Leandra de Freitas Castegnaro Diemon;

LXII – Luana Caroline Deola;

LXIII – Michele Cintra Cezar;

LXIV – Josiane Aparecida Paganini;

LXV – Jaqueline Esperandio Zimmermann;

LXVI – Solange Markenwski Ronchi;

LXVII – Liziane Mader.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 185/2017**

Publicação Nº 1455065

PORTARIA N.º 185/2017

Exonera Servidor Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica

do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor WILLIAM DE OLIVEIRA PAULINO, a pedido deste, do cargo efetivo de motorista, vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

**PORTARIA 186/2017**

Publicação N° 1455067

PORTARIA N.º 186/2017

Concede férias a servidora pública municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LUIZ ALVES, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e em conformidade com a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias à servidora Sr.ª LYSIANE MÜLLER, Secretária da Escola Municipal Professor Rafael Rech, junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com início do dia 01 de janeiro de 2018 e término no dia 31 de janeiro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES/SC,

Em, 05 de dezembro de 2017.

MARCOS PEDRO VEBER

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM, no Paço Municipal e no site da Prefeitura de Luiz Alves - [www.luizalves.sc.gov.br](http://www.luizalves.sc.gov.br)

Gilmar da Silva

Secretário M. de Administração

# Luzerna

## PREFEITURA

### CONTRATO FMAS Nº 008/2017

Publicação Nº 1450452

CONTRATO FMAS Nº 008/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO FMAS Nº 006/2017  
DISPENSA FMAS Nº 002/2017

O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA - FMAS, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 14.006.814/0001-48, com sede administrativa na Avenida 16 de fevereiro, 151, em Luzerna/SC, neste ato representado por seu Gestor, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI, no uso de suas atribuições denominado CONTRATANTE, e ESPORTE CLUBE VITÓRIA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 83.518.860/0001-49, situado a Avenida 16 de fevereiro, 127, Centro, em Luzerna/SC, CEP 89609-000, neste ato representado por seu Presidente GILMAR MARINO MATTE, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.418.590 e inscrito no CPF/MF sob o nº 681.910.149-04, residente e domiciliado neste Município de Luzerna/SC, doravante denominada CONTRATADO, têm entre si justo e contratado o presente CONTRATAÇÃO DESTINADA A LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO CLUBE PARA REALIZAÇÃO DE TREINOS DE BOCHA E BOLÃO PELOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, DURANTE O ANO DE 2018, SENDO O IMÓVEL LOCADO DESTINADO AO ATENDIMENTO DE FINALIDADE PRECÍPUAS DA ADMINISTRAÇÃO, CUJAS NECESSIDADES DE INSTALAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E SEGURANÇA CONDICIONAM SUA ESCOLHA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a CONTRATAÇÃO DESTINADA A LOCAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS DO CLUBE PARA REALIZAÇÃO DE TREINOS DE BOCHA E BOLÃO PELOS GRUPOS DE IDOSOS DO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, DURANTE O ANO DE 2018.

1.2. O objeto deste contrato de locação para uso da cancha de bocha e bolão, situado à Av. Dezesesseis de Fevereiro, 127, Centro, na cidade de Luzerna/SC.

1.3. O CONTRATANTE não será responsável pelos tributos incidentes sobre o imóvel e/ou quaisquer outras despesas que recaírem sobre o imóvel.

1.4. O CONTRATANTE não arcando também com as despesas provenientes de sua utilização seja elas, luz, água, taxas extras de uso ou IPTU.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DO VALOR

2.1. O preço total da locação convencionado é global convencionado corresponde a R\$ 6.480,00 (seis mil quatrocentos e oitenta reais), destinado:

- a) Treinos de bocha: 3 (três) horas por mês, correspondendo a R\$ 20,00 (vinte reais)/hora.
- b) Treinos de bolão: 2 (duas) horas por semana, correspondendo a R\$ 60,00 (sessenta reais)/hora.

2.2. O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias contados da apresentação do documento fiscal, devidamente atestado por Servidor Municipal competente.

2.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

2.4. O CONTRATADO deverá enviar por e-mail o documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone: (049) 3551-4700 | E-mail: [compras@luzerna.sc.gov.br](mailto:compras@luzerna.sc.gov.br)).

2.5. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o Município do ressarcimento de qualquer prejuízo para o CONTRATADO.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA VIGÊNCIA

3.1. O presente Contrato terá validade de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018, podendo ser prorrogado em conformidade com o art. 57, § 1º, incisos II, III, IV e VI, da Lei nº 8.666/93.  
3.2. O Contrato somente terá sua validade se o CONTRATADO mantiver durante toda a sua vigência as mesmas condições da habilitação inicial.

#### CLÁUSULA QUARTA DA DOTAÇÃO

As despesas provenientes da execução deste Contrato correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias:

Ação: 06.002.08.241.601.2610 - Administração e Execução do Fundo do Idoso  
Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 aplicações diretas – outras despesas correntes  
Fontes(s):  
350- Doações ao Fundo do Idoso  
000 - Recursos Ordinários CLÁUSULA QUINTA  
DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do Contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, por intermédio da Sra. Isabela Toscan Mitterer Berkembrock, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do Contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

#### CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES

O presente Contrato somente poderá ser alterado na forma disposta na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, art.65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõem os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DA RESCISÃO E INEXECUÇÃO DO CONTRATO

Pela inexecução total ou parcial do objeto o CONTRATANTE poderá rescindir o presente Contrato com fundamento nas hipóteses previstas nos arts. 77 e 78 e pelas formas do art. 79 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações sendo que pela inexecução total ou parcial do Contrato fica estipulada multa de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

#### CLÁUSULA OITAVA DO FORO

Fica eleito o foro de Comarca de Joaçaba/SC, para dirimir dúvidas e qualquer litígio oriundo deste Contrato.  
E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 13 de dezembro de 2017.  
LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI  
GESTOR FMAS  
CONTRATANTE

GILMAR MARINO MATTE  
ESPORTE CLUBE VITÓRIA  
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_ 2. \_\_\_\_\_

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

## DECRETO 2497

Publicação Nº 1454144

DECRETO Nº 2497 de 12 de dezembro de 2017.

“ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 1562 de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art.1º- Ficam remanejadas as dotações abaixo, até o limite de valores descritos:

I - Recursos FUNDEB

Movimento	Órgão.Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Mod.	Valor
Anulação	08.001	2030	019	3	90	1.700,00
Anulação	08.001	2031	019	3	90	12.732,32
Anulação	08.001	2091	019	1	90	5.000,00
Anulação	08.001	2092	018	1	90	1.954,43
Suplementação	08.001	1032	019	4	90	21.386,75

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.  
MOISES DIERSMANN  
Prefeito de Luzerna

## DECRETO 2498

Publicação Nº 1454221

DECRETO Nº 2498 de 12 de dezembro de 2017.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE LUZERNA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 5º da Lei nº 1.475 de 10 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto no orçamento do Município de Luzerna, CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), para a suplementação do seguinte programa:

Órgão: 11 Secretaria de Serviços Integrados de Infraestrutura  
Unidade: 001 Diretoria de Serviços Integrados de Infraestrutura  
Função: 26 Transporte  
Subfunção: 782 Transporte rodoviário  
Programa: 0067 Estradas vicinais  
Projeto: 1063 Renovação da frota da Secretaria  
Cat. Eco.: 4 Despesas de Capital  
G.N.D: 4 Investimentos  
Modalidade: 90 Aplicações Diretas  
Elemento: 52 Equipamentos e material permanente

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do CRÉDITO SUPLEMENTAR

de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de Crédito autorizada pela Lei nº 1533, de 15 de agosto de 2017.

Parágrafo Único - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## DECRETO 2499

Publicação Nº 1455160

DECRETO Nº 2499 de 12 de dezembro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do art. 5º da Lei nº 1.475 de 10/11/16,

DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), proveniente de excesso de arrecadação apurado neste exercício, destinado a suplementar a dotação abaixo descrita pertencente ao Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna - SIMAE:

Órgão: 14 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO-JHL-SIMAE

Unidade orçamentária: 01 SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO- JHL-SIMAE

Proj./Atividade: 0.003 – FORMAÇÃO DO PATRIMÔNIO DO SERVIDOR PÚBLICO

Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000- 2

Valor: R\$ 5.000,00

Art.2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## DECRETO 2500

Publicação Nº 1455184

DECRETO Nº 2500 de 12 de dezembro de 2017.

“EDITA O CALENDÁRIO DOS FERIADOS E PONTOS FACULTATIVOS DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018, PARA OS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE LUZERNA(SC)”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e de acordo com o disposto na Lei Federal nº 662 de 06 de abril de 1949, Lei Federal nº 6.802 de 30 de junho de 1980, Lei Federal nº 9.093 de 12 de setembro de 1995, Lei Estadual nº 12.906, de 22 de janeiro de 2004 que alterou a Lei Estadual nº 10.306, de 26 de dezembro de 1996, na Lei Municipal nº 422 de 06 de dezembro de 2002 alterada pela Lei nº 852 de 11 de agosto de 2009, que dispõe sobre feriados;

DECRETA:

Art.1º- Fica editado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, para os órgãos e entidades da Administração Municipal de Luzerna(SC), sem prejuízo da prestação dos serviços considerados essenciais:

1º de janeiro, segunda-feira, Confraternização Universal (feriado nacional)

12 de fevereiro, segunda-feira, Carnaval (ponto facultativo);

13 de fevereiro, terça-feira, Carnaval (ponto facultativo);

14 de fevereiro, quarta-feira de cinzas (ponto facultativo até às 13h30);

30 de março, sexta-feira da Paixão (ponto facultativo);

1º de abril, domingo, Páscoa (ponto facultativo);

21 de abril, sábado, Tiradentes (feriado nacional);

1º de maio, terça-feira, Dia do Trabalhador (feriado nacional);

31 de maio, quinta-feira, Corpus Christi (ponto facultativo);

1º de junho, sexta-feira (ponto facultativo);

25 de agosto, sábado, emancipação político-administrativa (feriado municipal);

07 de setembro, sexta-feira, Independência (feriado nacional);  
12 de outubro, sexta-feira Nossa Senhora Aparecida, (feriado nacional);  
15 de outubro, segunda-feira, Dia do Professor (ponto facultativo nas Unidades de Ensino municipais);  
28 de outubro, domingo, dia do servidor público (ponto facultativo);  
02 de novembro, sexta-feira, finados (feriado nacional);  
15 de novembro, quinta-feira, Proclamação da República, (feriado nacional);  
16 de novembro, sexta-feira (ponto Facultativo);  
24 de dezembro, segunda-feira (ponto facultativo);  
25 de dezembro, terça-feira, Natal (feriado nacional);  
31 de dezembro, segunda-feira (ponto facultativo).

Art. 2º - Nas datas estabelecidas como Ponto Facultativo, os serviços considerados essenciais, bem como a programação da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes e da Secretaria Municipal de Serviços Integrados de Infraestrutura e Agropecuária, ficam a cargo dos respectivos Secretários.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## LEI 1559

Publicação Nº 1454115

LEI Nº 1559 de 12 de dezembro de 2017.

"DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA POLÍTICA E DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO, DOS USUÁRIOS E DOS OBJETIVOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Seção I

Da Definição

Art.1º- A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, a fim de garantir o atendimento às necessidades básicas.

Seção II

Dos Usuários

Art.2º- Constitui o público usuário da Assistência Social, cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

I. Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade;

II. Ciclos de vida;

III. Identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual;

IV. Desvantagem pessoal resultante de deficiências;

V. Exclusão pela pobreza;

VI. Falta de acesso às demais políticas públicas;

VII. Uso de substâncias psicoativas;

VIII. Diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos;

IX. Inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal;

X. Estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem apresentar risco pessoal e social.

Seção III

Dos Objetivos

Art.3º - A política da assistência social tem por objetivos:

I. A proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) A proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) O amparo às crianças e aos adolescentes;

c) A promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) A habilitação e a reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

e) A garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.



II. A vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III. A defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo Único - Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais, promovendo a universalização dos direitos sociais.

## CAPÍTULO II

### DOS PRINCÍPIOS E DAS DIRETRIZES DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

#### Seção I

##### Dos Princípios

Art. 4º A política da assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

III. Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao direito em acessar benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IV. Igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

V. Divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

#### Seção II

##### Das Diretrizes

Art. 5º- A organização da assistência social tem como base as seguintes diretrizes:

I. Descentralização político-administrativa e comando único das ações no Município;

II. Participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações;

III. Primazia da responsabilidade do Município na condução da política de assistência social;

IV. Centralidade na família para concepção e implementação dos serviços, programas, projetos e benefícios.

## CAPÍTULO III

### DAS ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 6º- Consideram-se entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos por esta Lei, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

§1º- São de atendimento aquelas entidades que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de prestação social básica ou especial, dirigidos às famílias e aos indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, respeitados as deliberações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§2º- São de assessoramento aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social.

§3º- São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social.

## CAPÍTULO IV

### DA GESTÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 7º- A gestão das ações na assistência social fica organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com os seguintes objetivos:

I. Consolidar a gestão compartilhada, o cofinanciamento e a cooperação técnica entre os entes federativos que, de modo articulado, operam a proteção social não contributiva;

II. Integrar a rede pública e privada de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social;

III. Estabelecer as responsabilidades dos entes federativos na organização, regulação, manutenção e expansão das ações de assistência social;

IV. Definir os níveis de gestão, respeitadas as diversidades regionais e municipais;

V. Implementar a gestão do trabalho e a educação permanente na assistência social;

VI. Estabelecer a gestão integrada de serviços e benefícios;

VII. Afiarçar a vigilância socioassistencial e a garantia de direitos

§1º- As ações ofertadas no âmbito do SUAS têm por objetivo a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice e, como base de organização, o território.

§2º- O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos Conselhos de Assistência Social e pelas entidades e organizações de assistência social, abrangidas por esta Lei.

§3º- A instância coordenadora da Política Municipal de Assistência Social é a Diretoria de Assistência Social.

Art. 8º- A assistência social organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I. Proteção Social Básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de

vulnerabilidade e risco social por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II. Proteção Social Especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos e de rompimento de vínculo.

Parágrafo Único - A vigilância socioassistencial é um dos instrumentos das proteções da assistência social que identifica e previne as situações de risco e vulnerabilidade social e seus agravos no território.

Art.9º- As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos e/ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada ação.

§1º- A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela Diretoria Municipal que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

§2º-Para o reconhecimento referido no parágrafo anterior, a entidade deverá cumprir os seguintes requisitos:

I. Inscrever-se no Conselho Municipal de Assistência Social;

II. Integrar o sistema de Cadastro Nacional de Entidades.

§3º- As entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS celebrarão convênios, contratos, acordos ou ajustes com o poder público para a execução, garantido financiamento integral, pelo Estado, de serviços, programas, projetos e ações de assistência social, nos limites da capacidade instalada, aos beneficiários abrangidos por esta Lei, observando-se as disponibilidades orçamentárias.

§4º- As demais questões relacionadas ao processo de inscrição e acompanhamento das entidades e organizações de assistência social serão definidas em Resolução do CMAS.

## Seção I

### Da Diretoria Municipal de Assistência Social

Art.10 - À Diretoria Municipal de Assistência Social compete:

I. Coordenar e organizar o SUAS em âmbito local;

II. Planejar, executar, monitorar e avaliar serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

III. Organizar a rede socioassistencial por níveis de proteção social básica e especial;

IV. Manter estrutura para recepção, identificação, encaminhamento, orientação e acompanhamento dos beneficiários do BPC e dos benefícios eventuais;

V. Realizar a gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda;

VI. Promover a articulação intersetorial dos serviços socioassistenciais com as demais políticas públicas e sistema de garantia de direitos;

VII. Elaborar programas e projetos, sempre vinculados aos serviços socioassistenciais;

VIII. Efetivar e acompanhar convênios com a rede prestadora de serviços;

IX. Gerenciar o Fundo Municipal de Assistência Social e outros fundos especiais relacionados aos Conselhos a ela vinculados;

X. Organizar conferências, seminários e instituir capacitação e educação permanente, para técnicos e conselheiros da assistência social;

XI. Gerir os programas de transferência de renda e benefícios eventuais;

XII. Elaborar o Plano de Assistência Social de forma participativa, submetendo-o à aprovação do Conselho de Assistência Social;

XIII. Assessorar técnica e administrativamente o Conselho Municipal de Assistência Social e Conselhos de direitos a ela vinculados;

XIV. Ofertar serviços de proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade, conforme diretrizes do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ofertados em quantidade e qualidade aos usuários, conforme tipificação nacional de serviços;

XV. Desenvolver o serviço de vigilância sócio territorial;

XVI. Desenvolver o serviço de informação, monitoramento e avaliação;

XVII. Elaborar e executar a política de recursos humanos de acordo com a NOB/RH.

Art.11 - A Diretoria Municipal de Assistência Social é constituída pela seguinte estrutura:

§1º- Diretamente vinculados a Diretoria Municipal - Gestão Direta:

I. Diretor (a) Municipal de Assistência Social;

II. Chefe do Setor de Habitação e Trabalho

III. Assistente Social;

IV. Assistente Administrativo;

V. Agente de Copa e Higienização

§2º- Órgãos Colegiados vinculados à Diretoria Municipal de Assistência Social:

I. Conselho Municipal de Assistência Social;

II. Conselho Municipal do Idoso;

III. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV. Conselho dos Direitos da Mulher

V. Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

§4º- Órgãos de execução de atividades meio:

I. Subsecretaria de Administração, Finanças e Patrimônio

II. Coordenadoria de Compras

III. Setor de Contabilidade

IV. Setor de Licitações

V. Setor de Desenvolvimento Humano

VI. Assessoria Jurídica.

## Seção II

### Dos Serviços Ofertados

Art.12 - A Proteção Social Básica será responsável por executar os seguintes serviços:

I. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);

II. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV);

III. Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosas.

Art.13- A Proteção Social Especial de Média Complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I. Serviço de Proteção e Atendimento Especializado para Famílias e Indivíduos (PAEFI);

II. Serviço Especializado em abordagem social;

III. Serviço de Proteção Social para adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa de liberdade assistida e de prestação de serviços à comunidade (PSC);

IV. Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias;

V. Serviço Especializado para pessoas em situação de rua.

Art.14- A Proteção Social Especial de Alta Complexidade será responsável por executar os seguintes serviços:

I. Serviço de acolhimento institucional, nas seguintes modalidades:

a) Abrigo Institucional;

b) Casa Lar;

c) Casa de Passagem;

d) Residência Inclusiva.

I. Serviço de Acolhimento em república;

II. Serviço de Proteção em situações de calamidades públicas e de emergências.

Art.15- Os Serviços de Proteção Social Básica serão executados obrigatoriamente no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Art.16- O Centro de Referência de Assistência Social – CRAS é unidade de referência territorializada, que tem por objetivo a atuação com famílias, seus membros e indivíduos, residentes no Município de Luzerna, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários, e provendo a inclusão das famílias nas políticas públicas, no mercado de trabalho e na vida em comunidade por meio das seguintes ações:

I. Promover o acompanhamento socioassistencial de famílias em um determinado território;

II. Potencializar a família como unidade de referência, fortalecendo vínculos internos e externos de solidariedade;

III. Contribuir com o processo de autonomia e emancipação social das famílias, fomentando o seu protagonismo;

IV. Desenvolver programas que envolvam diversos setores, com o objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações;

V. Atuar de forma preventiva, evitando que as famílias integrantes do público-alvo tenham seus direitos violados, recaindo em situações de risco.

Art.17- O Centro de Referência de Assistência Social - CRAS conta com uma equipe de referência, conforme previsto na NOB/SUAS-RH e na Resolução n. 17/2011, obedecendo ao critério de atendimento de até 2.500 famílias referenciadas (Pequeno Porte I), 3.500 famílias referenciadas (Pequeno Porte II) e 5.000 famílias referenciadas (Médio e Grande Porte), e será composto pelos seguintes profissionais de referência:

I. Coordenador de nível superior, que seja servidor público titular de cargo público ou comissionado, e que possua experiência em trabalhos comunitários e gestão de equipe;

II. Assistente social;

III. Psicólogo;

IV. Técnicos de nível médio;

V. Orientador social;

VI. Agente de Copa e Higienezação

Art.18 - Os Serviços de Proteção Social de Média Complexidade serão executados e/ou referenciados para a equipe de referência alocada no órgão gestor da Assistência Social do município e/ou por entidades conveniadas.

Art.19 - O Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade constitui-se no acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, conforme citado no Art. 14, destinados às famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos, a fim de garantir proteção integral, sendo coordenado e articulado pela Diretoria de Assistência Social.

Art.20 - Os Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade serão implantados no Município quando se justificar por meio da demanda, sendo possível a instituição destes serviços em forma de convênio, consórcio público ou regionalizado entre Municípios, desde que garanta a convivência familiar e comunitária.

Art.21 - Os Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade que não exigem equipe técnica de referência no equipamento poderão ser executados por equipe de referência no órgão gestor municipal.

### Seção III

#### Dos Benefícios Eventuais

Art.22 - Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do SUAS e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública.

§1º- A concessão e o valor dos benefícios de que trata este artigo serão definidos pelo Município e previstos nas respectivas leis orçamentárias anuais, com base em critérios e prazos definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social.

§2º- Será elaborada Lei Municipal específica apresentando os benefícios eventuais, conforme critérios estabelecidos pelo CMAS.

### Seção IV

#### Dos Programas e Projetos

Art. 23 - Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

Parágrafo Único - Os programas de que trata este artigo serão definidos pelos respectivos Conselhos de Assistência Social, obedecidos os objetivos e princípios que regem esta lei, com prioridade para a inserção profissional e social.

Art.24 - Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e a sua organização social.

#### Seção V

#### Do Financiamento

Art. 25 - O financiamento dos benefícios, serviços, programas e projetos estabelecidos nesta lei far-se-á com os recursos da União, do Estado e do Município de Luzerna, das demais contribuições sociais previstas no art. 195 da Constituição Federal de 1988, além daqueles que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS.

§1º- A Diretoria Municipal de Assistência Social deverá participar ativamente da elaboração do PPA, LDO e LOA do Município garantindo a alocação de recursos necessários para a execução da Política Municipal de Assistência Social.

§2º- Cabe à Diretoria de Assistência Social, responsável pela coordenação da Política Nacional de Assistência Social, gerir o Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS sob a orientação e controle do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

§3º- O financiamento da assistência social no SUAS deve ser efetuado mediante cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, devendo os recursos alocados nos fundos de assistência social ser voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios desta política.

### CAPÍTULO V

#### DAS COMPETÊNCIAS DOS ENTES FEDERADOS

Art. 26 - Compete à União:

- I. Responder pela concessão e manutenção dos benefícios de prestação continuada definidos no art. 203 da constituição federal de 1988;
- II. Apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito nacional;
- III. Cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito nacional;
- IV. Atender, em conjunto com os estados, o distrito federal e os municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;
- V. Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar estados, distrito federal e Municípios para seu desenvolvimento.

Art. 27 - Compete aos Estados:

- I. Destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;
- II. Apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito regional ou local;
- III. Destinar recursos financeiros aos Municípios, a título de participação no custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 27, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Estaduais de Assistência Social;
- IV. Cofinanciar, por meio de transferência automática, o aprimoramento da gestão, os serviços, os programas e os projetos de assistência social em âmbito regional ou local;
- V. Atender, em conjunto com os Municípios, às ações assistenciais de caráter de emergência;
- VI. Estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social;
- VII. Prestar os serviços assistenciais cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem uma rede regional de serviços, desconcentrada, no âmbito do respectivo Estado;
- VIII. Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social e assessorar os Municípios para seu desenvolvimento.

Art. 28 - Compete aos Municípios:

- I. Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos auxílios natalidade e funeral, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;
- II. Destinar recursos financeiros para custeio do pagamento dos benefícios eventuais de que trata o art. 27, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social;
- III. Efetuar o pagamento do auxílio funeral;
- IV. Destinar o kit bebê (natalidade) as famílias;
- V. Executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;
- VI. Atender às ações assistenciais de caráter de emergência;
- VII. Prestar os serviços assistenciais;
- VIII. Cofinanciar o aprimoramento da gestão, dos serviços, dos programas e dos projetos de assistência social em âmbito local;
- IX. Realizar o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito.

### CAPÍTULO VI

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29 - É condição para os repasses de recursos do governo Federal e Estadual, que o Município mantenha a efetiva instituição e funcionamento:

- I. o Conselho de Assistência Social, de composição paritária entre governo e sociedade civil;
- II. o Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social;
- III. o Plano de Assistência Social.

Parágrafo Único - É, também, condição para transferência de recursos do FNAS ao Município, a comprovação orçamentária dos recursos



próprios destinados à Assistência Social, alocados em seus respectivos Fundos de Assistência Social.

Art. 30 - Os servidores vinculados à Política Municipal de Assistência Social constarão do Plano de Cargos e Salários a ser elaborado pela Administração Municipal para os demais servidores municipais.

Art. 31 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## LEI 1560

Publicação Nº 1454117

LEI Nº 1560 de 12 de dezembro de 2017.

“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, autorizado a arcar com o custeio dos benefícios eventuais.

Parágrafo Único - O custeio dos benefícios eventuais será proveniente de recursos Federais, Estaduais e Municipais alocados no Fundo Municipal de Assistência Social, bem como doações de entidades socioassistenciais cadastradas.

Art.2º- O benefício eventual é uma modalidade de provisão de proteção social de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, na forma prevista nesta lei.

Parágrafo Único - A concessão dos benefícios eventuais visa o atendimento das necessidades humanas básicas e deve ser integrado aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no Município, unificando assim, as garantias do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art.3º- O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de vulnerabilidade e contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros e será concedido mediante preenchimento dos requisitos constantes na presente Lei.

I. O acesso aos benefícios eventuais é um direito do cidadão, por isso deve ser concedido priorizando o respeito e a dignidade das famílias e indivíduos que deles necessitem.

II. Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual devem ser evitadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

III. Os benefícios eventuais são gratuitos, sendo vedado subordinar o seu recebimento a pagamentos prévios ou exigir compensações posteriores.

IV. Terão prioridade na concessão dos benefícios eventuais a gestante, a nutriz, a criança, o idoso, a pessoa com deficiência e a família.

§1º- Contingências sociais são situações que podem deixar as famílias ou indivíduos em situações de vulnerabilidade e fazem parte da condição real da vida em sociedade, tais como: acidentes, nascimentos, mortes, desemprego, enfermidades, situação de emergência, estado de calamidade pública, entre outros.

§2º- Vulnerabilidade social compreende situações ou identidades que podem levar a exclusão social dos sujeitos - situações estas que tem origem no processo de produção e reprodução de desigualdades sociais e de processos discriminatórios e segregacionistas. A vulnerabilidade não é somente financeira; ela envolve a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar este conjunto de bens e serviços, de modo a exercer sua cidadania.

Art. 4º - A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I. Riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II. Perdas: privação de bens e de segurança material; e

III. Danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo Único - Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I. Da falta de:

a) Acesso a condições e meios para produzir segurança social e suprir as necessidades básicas do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação;

b) Documentação; e

c) Domicílio,

II. Da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

III. Da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida.

IV. De desastres e de calamidade pública;

V. De outras situações sociais que comprometam a sobrevivência.

Art.5º- O benefício eventual em razão de nascimento constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, concedido em pecúnia ou bens materiais, para atender necessidades advindas do nascimento de membro da família.

§1º- Os bens de consumo consistem no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário, utensílios e itens para alimentação e higiene, observados a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§2º- O Município poderá através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, encaminhar às entidades socioassistenciais os requerimentos deste benefício, caso haja entidades cadastradas que se comprometam a arcar com os seus custos.

§3º- Quando concedido na forma pecuniária, corresponderá ao valor de até um salário mínimo nacional para cobrir os custos dos itens descritos no §1º.

§4º- O benefício pode ser requerido a partir do 8º (oitavo) mês de gestação.

§5º- O benefício eventual em razão de nascimento deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após o requerimento.

Art.6º- O benefício eventual em razão de nascimento atenderá

preferencialmente aos seguintes aspectos:

- I. Necessidades do nascituro ou recém-nascido;
  - II. Apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;
  - III. Apoio à família no caso de morte da mãe.
- Parágrafo Único - São documentos essenciais para concessão do benefício por razão de natalidade:
- I. Se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar documentos que comprovem a gestação;
  - II. Se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento; e
  - III. Documentos pessoais
  - IV. Comprovante de renda do grupo familiar;
  - V. Comprovante de residência da gestante

Art.7º- O benefício eventual concedido em virtude de morte constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, em pecúnia, bens materiais e ou serviços destinados a reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art.8º- O benefício eventual concedido em virtude de morte atenderá:

- I. O custeio das despesas de urna funerária, velório e sepultamento, incluindo transporte funerário, utilização de capela, isenção de taxas e colocação de placa de identificação, dentre outros serviços inerentes que garantam a dignidade e o respeito à família beneficiária;
- II. O custeio das necessidades urgentes da família para enfrentar riscos e vulnerabilidades advindas da morte de seus provedores ou membros; e

III. O ressarcimento, no caso de ausência do benefício eventual no momento em que este se fez necessário;

§1º- O valor do benefício eventual concedido em virtude de morte será de até 01 salário mínimo

§2º- O benefício concedido em virtude de morte deverá ser requerido em até 30 (trinta) dias após o óbito.

§3º - O valor do benefício concedido em virtude de morte, quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social em situação de abandono, morador de rua ou indivíduo sem vínculo familiar conhecido, será o total dos custos das despesas decorrentes do funeral, sendo gerido pelo órgão gestor municipal de Assistência Social.

§4º- São documentos necessários para requerer o benefício eventual concedido em virtude de morte:

- I. Declaração e/ou certidão de óbito;
- II. Comprovante de residência no nome do falecido ou de quem ele comprovadamente residia (familiar, cuidador, instituição de longa permanência para idosos, etc), desde que o comprovante de residência seja do próprio município;
- III. Documentos pessoais do falecido e do requerente;
- IV. Comprovante de renda do grupo familiar do requerente.

§5º- O benefício eventual concedido em virtude de morte será concedido em bens e serviços, uma vez que pressupõe a ausência de recursos financeiros para pagamento das despesas inerentes ao funeral, e neste caso deverá ser solicitado em até trinta dias a partir da data do óbito.

Art.9º- Os benefícios eventuais concedidos em virtude de nascimento ou morte serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art.10 - Os benefícios eventuais em virtude de morte ou nascimento serão concedidos mediante requerimento formulado junto ao serviço socioassistencial ao qual a família estiver referenciada, por parente de até segundo grau do recém nascido ou falecido, ou pessoas por aqueles autorizadas, mediante procuração devidamente instruídos.

Art.11 - Os riscos, as perdas e os danos serão supridos conforme o caso, através do fornecimento de alimentação, leite, cestas básicas, passagem rodoviária ou passes para situação de trânsito,

oferta de alojamentos provisórios, provisões de materiais e/ou outros itens necessários para atendimento das situações encaminhadas pelo Conselho Tutelar e demais serviços socioassistenciais.

§1º- Considera-se situação de trânsito aquela de indivíduos ou famílias vindos de outras cidades, em passagem pelo Município de Luzerna(SC), sem referências, sem destino certo ou em busca de alternativas ou novos projetos de vida, não possuindo condições econômicas de custear o seu transporte.

§2º- Somente será concedida a passagem rodoviária, nos seguintes casos:

- I. Havendo morte de familiar em outra cidade do país;
- II. Para a realização de visitas a familiar em instituições de abrigamento de outras cidades, quando tiverem o fim de manter os vínculos familiares, sendo que, a quantidade de visitas será definida pela equipe técnica responsável;
- III. Para familiares e, ou, indivíduos que necessitem mudar de cidade como medida protetiva, desde que, encaminhados pelo órgão competente.

§3º- Para os fins do §2º serão considerados familiares, os parentes consanguíneos de primeiro e segundo grau, e os parentes de primeiro grau por afinidade.

§4º-Serão concedidas passagens rodoviárias de ida e volta, para até 02 (duas) pessoas no caso previsto no inciso I do §2º.

§5º-As passagens rodoviárias apenas serão fornecidas mediante a comprovação do falecimento e do vínculo de parentesco previsto no inciso I, em não sendo possíveis estas comprovações elas serão substituídas pela análise da equipe técnica que se responsabilizará pelas informações prestadas.

§6º-As passagens rodoviárias serão sempre concedidas para a localidade, solicitada ou requerida, desde que, haja linha de transporte rodoviário disponível no Município de Luzerna, ou, na falta desta, para a localidade mais próxima do destino, considerando-se disponível a linha que se inicie, ou que, realize parada no Município de Luzerna.

§7º- Apenas serão concedidos os passes de ônibus intermunicipal, nos casos em que:

I. As famílias participem dos grupos de convivência e fortalecimento de vínculo, no CRAS e os Cursos do PRONATEC/ACESSUAS (Promoção da Integração ao Mundo do Trabalho)

II. Os indivíduos, ou famílias, sejam encaminhados, pelo CRAS, para setores de outras políticas setoriais.

§8º- Os benefícios de que tratam os §§ 2º e 7º deste artigo, serão prestados pelo fornecimento do bilhete de embarque ou do passe de ônibus, sendo vedada a substituição destes pelo fornecimento do seu equivalente em dinheiro.

Art.12 - Para o atendimento em virtude de situação de emergência e estado de calamidade pública, o benefício eventual deve assegurar, complementarmente e de forma intersetorial com as demais políticas públicas, a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do art. 22 da Lei 8.742, alterada pela Lei 12.435 de 2011.

§1º- A situação de emergência é caracterizada por alteração intensa e grave das condições um determinado Município, Estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo, parcialmente sua capacidade de resposta.

§2º- O estado de calamidade pública é caracterizado pela alteração intensa e grave das condições de um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

§3º- Tais situações podem ser advindas de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos, inclusive à segurança ou a vida de seus integrantes.

§4º- A concessão de itens de ajuda humanitária da Defesa Civil depende do reconhecimento do poder público, via Decreto municipal, o que não ocorre com os benefícios eventuais, que podem ser concedidos mediante necessidade da população e regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social.



§5º- A gestão municipal deverá observar para não haver sobreposição de itens de ajuda humanitária e benefícios eventuais, mediante trabalho integrado da política de defesa civil e Assistência Social.

§6º- A concessão do benefício eventual de aluguel social em virtude de situação de emergência ou de calamidade pública é instituída por legislação específica.

Art.13 - Para concessão dos benefícios eventuais, exceto em situação de calamidade pública, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

I. Renda per capita mensal de ½ salário mínimo vigente;

II. Comprovar residência no Município de Luzerna(SC), exceto em situação de trânsito;

III. Acolhida e avaliação realizada pela equipe técnica de referência dos serviços socioassistenciais;

IV. Requerimento do benefício em formulário instituído pela gestão Municipal da Assistência Social.

§1º- A equipe psicossocial que compõe a equipe de referência dos serviços do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, ao identificar demanda por benefícios eventuais poderá concedê-los, após a acolhida que é uma ação da equipe psicossocial de referência dos serviços socioassistenciais e é um momento em que os profissionais devem buscar compreender os múltiplos significados das demandas, vulnerabilidades e necessidades apresentadas pelas famílias identificando seus recursos e potencialidades e como tais situações se relacionam e ganham significado no território.

§2º- O atendimento das famílias com beneficiários que estão em serviços de acolhimento da rede socioassistencial terá como foco a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a reintegração familiar e a garantia dos direitos socioassistenciais.

§3º- Conforme NOB RH 2006, entende-se por equipe técnica de referência aquela constituída por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas e benefícios de proteção social básica e especial.

§4º- A família ou pessoa beneficiada deverá ser encaminhada para ser inserida no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal- CADUNICO. No entanto, a inclusão no CADUNICO não deverá constituir critério para acesso aos benefícios.

§5º- Nas situações de calamidade pública os benefícios serão concedidos mediante a constatação de que a pessoa foi afetada pela situação anormal.

§6º- As equipes dos serviços socioassistenciais devem atualizar, periodicamente, por meio de dados da vigilância socioassistencial, o diagnóstico do território, especificando a quantidade e as características das famílias com membros beneficiários de benefícios eventuais e os serviços socioassistenciais necessários para atendimento destas famílias.

§7º- Os benefícios eventuais serão concedidos de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária, obedecendo aos critérios estabelecidos nesta lei.

Art.14 - Casos específico que não estejam enquadrados nos critérios estabelecidos no que dispõe o Art. 13 serão avaliados pela equipe técnica com base no conceito de contingência social.

Art.15 - Não serão considerados benefícios eventuais situações relativas a programas, projetos, serviços e benefícios na área de habitação, saúde, educação, demais políticas setoriais.

Parágrafo Único - Não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do Município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art.16 - Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social no Município:

I. Coordenar e avaliar a prestação dos benefícios eventuais, bem como o seu financiamento;

II. Elaborar as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

III. Garantir a descentralização da oferta dos benefícios eventuais;

IV. Manter atualizado os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente nome do beneficiado, registro do CADÚNICO, benefício concedido, valor, quantidades e período de concessão;

V. Produzir anualmente estudo da demanda, revisão do tipo de benefício e revisão dos valores e quantidades;

VI. Articular as políticas sociais e de defesa de direitos no município para o atendimento integral da família beneficiada de forma a ampliar o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa;

VII. Promover ações permanentes de ampla divulgação dos Benefícios Eventuais e seus critérios de concessão;

VIII. Prever dotação orçamentária anual para concessão dos benefícios elencados nesta lei e

IX. Elaborar anualmente o plano de aplicação e relatório descritivo especificando o número de famílias beneficiadas e apresentar ao Conselho Municipal de Assistência Social para apreciação e aprovação respectivamente.

Art. 17 - Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I. Acompanhar periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do Município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

II. Acompanhar a relação dos tipos de benefícios concedidos e também dos benefícios negados e as justificativas da não concessão;

III. Exercer o controle social sobre a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional de Assistência Social pelo Município;

IV. Acompanhar as ações do Município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda, conforme protocolo de gestão integrada de serviços, benefícios e transferência de renda;

V. Fiscalizar a aplicação dos recursos destinados aos benefícios eventuais, bem como a eficácia deste no Município e propor, sempre que necessário, a revisão anual da regulamentação, da concessão e dos valores dos mesmos.

Art.18- As despesas provenientes desta Lei correrão a conta da dotação orçamentária da Política de Assistência Social prevista na Unidade Orçamentária do Fundo Municipal de Assistência Social em cada exercício financeiro.

Art. 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial da Lei nº 1095 de 26 de março de 2013, Lei nº 1433 de 22 de março de 2016 e Decreto nº 1632 de 05 de junho de 2013.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI 1561**

Publicação Nº 1454119

LEI Nº 1561 de 12 de dezembro de 2017.

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR REPASSE DE RECURSOS PARA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL MEDIANTE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar Termo de Fomento, envolvendo a transferência de recursos financeiros, com a entidade ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE FREI ROGÉRIO, com sede em Curitiba, na Rua Praça Josefina Amorin, nº 1, Centro, Curitiba (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.754.341/0001-80.

§1º- O valor do recurso disponibilizado para custear as despesas do Termo de Fomento corresponderá ao valor mensal de até R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais), quando o idoso possuir benefício previdenciário 70% (setenta por cento) do valor do benefício será utilizado para o pagamento do valor mensal nos termos da Lei nº 10.741/03, cabendo ao MUNICÍPIO arcar com o valor excedente, assegurado o cumprimento dos direitos e obrigações das partes expressas nesta Lei.

§2º- O Termo de Fomento será precedido de processo de

inexigibilidade de chamamento público nos termos do artigo 31, caput, inciso II, da Lei Federal n. 13.019, de 31 de julho de 2014, sendo inviável a competição em razão da natureza singular do objeto.

§2º- O repasse de recursos à entidade será realizado mensalmente, durante o exercício 2018, mediante efetiva comprovação do número de idosos provenientes de Luzerna atendidos na entidade.

§3º- Fica a entidade mencionada no caput, sujeita a apresentação de Plano de Trabalho que deverá ser composto por identificação de interesse público e diagnóstico da realidade a ser modificada, bem como demais documentos de habilitação.

§4º- A entidade prestará contas dos repasses nos termos da Instrução Normativa nº14/2012 do TCE/SC e da Lei nº 13.019/2014, cujas exigências se farão constar no devido instrumento de parceria.

§5º- As despesas provenientes do § 1º correrão a conta da dotação orçamentária existente na ação: 06.002.08.241.601.2610-Administração e execução do Fundo do Idoso.

Art.2º- A não obediência à finalidade do repasse, cumprimento do objeto e dos prazos estabelecidos pelo Executivo, acarretará na devolução parcial ou integral dos valores atualizados monetariamente em favor do Erário Público Municipal, conforme avaliação do Gestor da Parceria.

Art.3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI 1562**

Publicação Nº 1454121

LEI Nº 1562 de 12 de dezembro de 2017.

“AUTORIZA A ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar as dotações abaixo, até o limite de valores descritos:

I - Recursos Ordinários

Movimento	Órgão.Uni	Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor
Anulação	02.001	2007	3	90	868,88
Anulação	02.002	2047	3	90	1.031,45
Anulação	02.002	2051	3	90	350,00
Anulação	06.001	0017	3	90	2.000,00
Anulação	06.001	2006	3	90	5.000,00
Anulação	06.001	2015	3	90	3.652,80
Anulação	07.003	2081	3	90	1.254,75
Anulação	08.001	2030	3	90	5.116,02
Anulação	08.001	2038	3	90	64,34
Anulação	08.001	2093	3	90	504,43
Anulação	08.003	2040	3	90	2.000,00
Anulação	11.001	1054	3	90	769,50
Anulação	11.002	2042	3	90	6.226,34
Anulação	12.001	2026	3	90	1.288,36

Anulação	12.001	2084	3	90	231,90
Anulação	06.001	2006	4	90	253,98
Anulação	12.001	2026	4	90	1.150,75
Anulação	12.001	2084	3	90	3.912,00
Anulação	02.001	2005	1	90	1.341,61
Anulação	08.001	2030	1	90	95.000,00
Anulação	08.001	2092	1	90	5.000,00
Suplementação	02.001	2002	1	90	21.000,00
Suplementação	02.001	2004	1	90	6.000,00
Suplementação	02.001	2007	1	90	200,00
Suplementação	06.001	2006	1	90	17.000,00
Suplementação	06.001	2015	1	90	200,00
Suplementação	07.003	2081	1	90	200,00
Suplementação	08.001	2029	1	90	200,00
Suplementação	08.001	2031	1	90	200,00
Suplementação	08.001	2036	1	90	200,00
Suplementação	08.001	2091	1	90	10.000,00
Suplementação	08.001	2093	1	90	200,00
Suplementação	08.003	2040	1	90	200,00
Suplementação	11.002	2042	1	90	200,00
Suplementação	11.001	2052	1	90	32.000,00
Suplementação	11.001	2060	1	90	32.000,00
Suplementação	12.001	2026	1	90	500,00
Suplementação	13.001	2017	1	90	14.317,11
Suplementação	13.001	2094	1	90	500,00
Suplementação	13.001	2095	1	90	1.500,00
Suplementação	02.002	2047	1	90	200,00
Suplementação	16.001	2086	1	90	200,00

## II - Recursos FUNDEB

Movimento	Órgão.Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Mod.	Valor
Anulação	08.001	2030	019	3	90	1.700,00
Anulação	08.001	2031	019	3	90	12.732,32
Anulação	08.001	2091	018	1	90	12.000,00
Anulação	08.001	2091	019	1	90	5.000,00
Anulação	08.001	2092	018	1	90	24.354,43
Suplementação	08.001	2030	018	1	90	34.400,00
Suplementação	08.001	1032	019	4	90	21.386,75

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI COMPLEMENTAR 177**

Publicação Nº 1454122



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº 177 de 12 de dezembro de 2017.**

**“ALTERA DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 033 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2003 - PLANO DE CARREIRA, CARGOS E REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**MOISÉS DIERSMANN**, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

**Art.1º-** Fica criada a Classe "O" nos cargos públicos de **Professor II, III, IV e V.**

**Art.2º-** Ficam **alterados** os Anexos II e III da Lei Complementar nº 33 de 08/12/2003 e alterações posteriores, devido a criação da Classe "O" nos cargos públicos de Professor II, III, IV e V, passando a ter tais anexos a redação dada por esta Lei Complementar.

**Art.3º-** As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004, permanecem inalteradas.

**Art.4º-** Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

**MOISÉS DIERSMANN**  
Prefeito de Luzerna



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA**

**QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO  
MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

**ANEXO II**

**CARGO PÚBLICO**

**10 HORAS**

<b>CARGOS/NÍVEL</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>CLASSES</b>
Professor II	2	A a O
Professor III	4	A a O
Professor IV	2	A a O
Professor V	2	A a O

**20 HORAS**

<b>CARGOS/NÍVEL</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>CLASSES</b>
Professor II	12	A a O
Professor III	24	A a O
Professor IV	8	A a O
Professor V	2	A a O

**30 HORAS**

<b>CARGOS/NÍVEL</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>CLASSES</b>
Professor II	3	A a O
Professor III	4	A a O
Professor IV	2	A a O
Professor V	2	A a O

**40 HORAS**

<b>CARGOS/NÍVEL</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>CLASSES</b>
Professor II	10	A a O
Professor III	32	A a O
Professor IV	8	A a O
Professor V	2	A a O

**20 HORAS - EM EXTINÇÃO**

<b>CARGOS/NÍVEL</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>CLASSES</b>
Professor Não Habilitado	2	A a M

**20 HORAS**

<b>CARGOS/NÍVEL</b>	<b>Nº DE VAGAS</b>	<b>CLASSES</b>
Professor de Dança II a IV	1	A a M

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA****20 HORAS**

CARGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Professor de Xadrez II a IV	1	A a M

**30 HORAS - EM EXTINÇÃO**

CARGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Auxiliar de Sala	20	A a M

**40 HORAS**

CARGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Auxiliar de Laboratório de Informática	2	A a M

**40 HORAS**

CARGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Auxiliar de Secretaria	1	A a M

**20 HORAS**

CARGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Psicólogo Educacional	1	A a M

**40 HORAS**

CARGOS/NÍVEL	Nº DE VAGAS	CLASSES
Nutricionista	1	A a M





ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE LUZERNA

**QUADRO DE CARGOS PÚBLICOS E VENCIMENTOS DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL**

Lei Complementar nº 033/03 alterada pelas Leis Complementares nº 094/10 e 099/11 e Leis nºs 498/04, 589/05, 649/06, 714/07, 781/08, 835/09, 903/10, 980/11, 1036/12, Complementar 116/13, Lei 1109/13, Lei 1194/13, Lei 1329/14, Lei Complementar nº 129/15, Lei 137/15, Lei 1420/15 e Lei 1478/16 e Lei Complementar nº 177/2017

**ANEXO III**

VENCIMENTOS																
CARGOS PÚBLICOS DE PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL, DANÇA E XADREZ - 40 HORAS																
CARGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O
Professor	Prof. II	2765,71	2848,68	2931,65	3014,62	3097,60	3180,57	3263,54	3346,51	3429,48	3512,45	3595,42	3678,39	3761,37	3844,34	3927,30
Professor	Prof. III	2959,02	3047,79	3136,56	3225,33	3314,10	3402,87	3491,64	3580,41	3669,18	3757,95	3846,72	3935,49	4024,26	4113,03	4201,80
Professor	Prof. IV	3485,36	3589,92	3694,48	3799,04	3903,60	4008,16	4112,72	4217,28	4321,85	4426,41	4530,97	4635,53	4740,09	4844,65	4949,21
Professor	Prof. V	3903,60	4020,70	4137,81	4254,92	4372,03	4489,13	4606,24	4723,35	4840,46	4957,57	5074,67	5191,78	5308,89	5426,00	5543,11
CARGO EM EXTINÇÃO - 20 HORAS																
CARGO	Classe/ Nível	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Professor	Não Habilitado	632,91	651,90	670,88	689,87	708,86	727,84	746,83	765,82	784,81	803,79	822,78	841,77	860,76		
AUXILIARES																
CARGO/Classe		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Auxiliar de Sala 30 h EM EXTINÇÃO		1525,91	1571,69	1617,47	1663,24	1709,02	1754,80	1800,58	1846,35	1892,13	1937,91	1983,69	2029,46	2075,24		
CARGO/Classe 40 h		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Auxiliar de Laboratório de Informática		1256,41	1294,10	1331,79	1369,49	1407,18	1444,87	1482,56	1520,25	1557,95	1595,64	1633,33	1671,02	1708,72		
Auxiliar de Secretaria		1609,82	1658,11	1706,41	1754,70	1803,00	1851,29	1899,59	1947,88	1996,17	2044,47	2092,76	2141,06	2189,35		
PROFISSIONAIS DIVERSOS																
CARGO/Classe		A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M		
Psicólogo Educacional 20 h		2100,00	2163,00	2226,00	2289,00	2352,00	2415,00	2478,00	2541,00	2604,00	2667,00	2730,00	2793,00	2856,00		

**LEI COMPLEMENTAR 178**

Publicação Nº 1454137

LEI COMPLEMENTAR Nº 178 de 12 de dezembro de 2017.

“REVOGA INCISO V DO ART. 132 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 053 de 19 de dezembro de 2006 - CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, COM AS ALTERAÇÕES POSTERIORES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º- Revoga o inciso V do art. 132 da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006 e alterações posteriores.

Art.2º-Ficam isentos todos os custos, inclusive prévios, relativos à abertura, à inscrição, ao registro, ao funcionamento, ao alvará, à licença, ao cadastro, às alterações e procedimentos de baixa e encerramento e aos demais itens relativos ao Microempreendedor Individual - MEI.

Art.3º-Ficam cancelados os lançamentos de débitos de Microempreendedor Individual - MEI.

Art.4º- Fica autorizado o Poder Executivo Municipal através dos Setores de Tributação e Contabilidade, a realizar a baixa dos créditos tributários inscritos em dívida ativa de Microempreendedores Individuais - MEIs cadastrados no Município de Luzerna.

Art.5º- As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 053 de 19 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, permanecem inalteradas.

Art.6º-Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI COMPLEMENTAR 179**

Publicação Nº 1454138

LEI COMPLEMENTAR Nº 179 de 12 de dezembro de 2017.

“REFERENDA A ALTERAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA, HERVAL D’OESTE E LUZERNA - SIMAE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art.1º - Em atendimento ao disposto no art. 6º da Lei nº 250 de 27 de novembro de 2000 deste Município, c/c ao artigo 40 da Lei Complementar 193/10 de 06 de setembro de 2010 do Município de Joaçaba e suas alterações, fica REFERENDADA a alteração do PLANO DE CARREIRA, CARGOS E VENCIMENTOS do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto - SIMAE, promovida pela Lei Complementar n 349 de 23 de novembro de 2017, do Município de Joaçaba(SC).

Art. 2º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

**LEI COMPLEMENTAR 180**

Publicação Nº 1454142

LEI COMPLEMENTAR Nº 180 de 12 de dezembro de 2017.

“CRIA A DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL LUZERNA - ITL E O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR ADMINISTRATIVO DA INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL LUZERNA - ITL ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 159 de 21 de março de 2017 E A LEI COMPLEMENTAR Nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

**LEI COMPLEMENTAR:**

Art.1º - Fica criada na estrutura do Gabinete do Prefeito, a Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL, alterando-se o art. 12 da Lei Complementar nº 159 de 21 de março de 2017 que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12 - Ao Gabinete do Prefeito subordinam-se diretamente:

- I. A Chefia de Gabinete;
- II. A Assessoria Jurídica;
- III. A Controladoria do Município;
- i. A Ouvidoria do Município;
- IV. A Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor - PROCON;
- V. A Coordenadoria Municipal de Proteção e de Defesa Civil - COMPDEC;
- VI. A Diretoria de Planejamento;
- VII. A Diretoria de Desenvolvimento Econômico e Inovação
- VIII. A Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL”

Art.2º - Revoga o inciso XI do art. 18 da Lei Complementar nº 159 de 21 de março de 2017.

Art.3º- Insere a Subseção VII - Da Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL e o art. 18 A na Lei Complementar nº 159 de 21 de março de 2017 com a seguinte redação:

**“SUBSEÇÃO VI**

**DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA DA INCUBADORA TECNOLÓGICA  
DE LUZERNA - ITL**

Art.18A - À Diretoria Administrativa da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL compete desenvolver as seguintes atividades:

- I. Administrar o complexo técnico, administrativo e operacional da INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA;
- II. Coordenar o processo de seleção das empresas a serem incubadas;
- III. Em consonância com o Conselho Consultivo das Empresas Incubadas, realizar gestões junto aos órgãos competentes, para obtenção de recursos necessários à efetivação de negócios incubados;
- IV. Orientar e acompanhar os trabalhos da equipe envolvida na Diretoria Administrativa da INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA;
- V. Orientar, acompanhar e avaliar os trabalhos da INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA, em especial as ações de suporte técnico, administrativo, mercadológico e operacional aos empreendedores e empresas incubadas;
- VI. Organizar e propor ao Conselho o planejamento anual e orçamento da Incubadora;
- VII. Realizar outras atividades referentes a gestão da INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA.”

Art.4º- Fica criado o cargo de provimento em comissão de Diretor Administrativo da Incubadora Tecnológica de Luzerna - ITL, no Anexo III - TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores.

Art.5º- O Anexo III - TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO, criado pela Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores passa a ter a seguinte redação:

**ANEXO III**

**TABELA DE CARGOS E VENCIMENTOS DE CARGOS DE PROVIMENTO DE COMISSÃO**

DISCRIMINAÇÃO DOS CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS	NÍVEL	VENCIMENTO
<b>GABINETE DO PREFEITO</b>			
Chefe de Gabinete	01	CC-4	R\$ 2.730,59
Consultor Jurídico	01	CC-2	R\$ 5.647,42
Diretor de Planejamento	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Diretor de Desenvolvimento Econômico e Inovação	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Diretor Administrativo da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna	01	CC-3	R\$ 3.520,90
<b>SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO</b>			
Secretário de Coordenação de Governo e Gestão	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Subsecretário de Administração, Finanças e Patrimônio	01	CC-2	R\$ 5.647,42
Coordenador de Compras	01	CC-5	R\$ 2.076,16
Assistente Administrativo de Compras	01	CC-6	R\$ 1.339,75
<b>SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS EM INFRAESTRUTURA E AGROPECUÁRIA</b>			
Secretário de Serviços Integrados em Infraestrutura e Agropecuária	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Subsecretário de Agropecuária e Meio Ambiente	01	CC-2	R\$ 5.647,42
Diretor de Serviços Integrados de Infraestrutura	01	CC-3	R\$ 3.520,90

Diretor de Paisagismo	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Coordenador de Manutenção de Equipamentos	01	CC-5	R\$ 2.076,16
Assistente Administrativo de Agropecuária	01	CC-6	R\$ 1.339,75
<b>SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL</b>			
Secretário de Saúde e Assistência Social	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Diretor de Saúde	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Diretor de Assistência Social	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Chefe do Setor de Habitação e Trabalho	01	CC-4	R\$ 2.730,59
Assistente Administrativo de Atenção Básica de Saúde	01	CC-6	R\$ 1.339,75
Assistente Administrativo de Atenção Básica de Assistência Social	01	CC-6	R\$ 1.339,75
<b>SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES</b>			
Secretário de Educação, Cultura e Esportes	01	CC-1	R\$ 5.673,25
Diretor de Educação e Cultura	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Diretor de Esportes	01	CC-3	R\$ 3.520,90
Coordenador do Centro de Eventos	01	CC-5	R\$ 2.076,16

Art.6º- Altera as atribuições do cargo de Diretor de Desenvolvimento Econômico e Inovação e insere as atribuições do cargo de Diretor Administrativo da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna alterando quanto a esses cargos o ANEXO VI - ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS da Lei Complementar nº 035 de 18 de março de 2004 e alterações posteriores, conforme abaixo:

#### ANEXO VI

#### ESPECIFICAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DO QUADRO PERMANENTE DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

...

**CARGO:** Diretor de Desenvolvimento Econômico e Inovação

**ATRIBUIÇÕES:** Estabelecer e coordenar a execução das diretrizes básicas do desenvolvimento municipal nas áreas da indústria e do comércio; atuar no planejamento e desenvolvimento de projetos e programas de apoio e incentivo que estimulem a expansão da atividade econômica; executar projetos de incentivo ao desenvolvimento industrial, comercial, de inovação e de prestação de serviços; implantar e desenvolver áreas industriais e de inovação; atuar junto ao Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico na definição de políticas públicas prioritárias e ações de desenvolvimento, expansão e crescimento do Município; implantar a Política Municipal de Desenvolvimento Econômico, mediante a concessão de incentivos econômicos para implantação, expansão e reativação de empreendimentos industriais em Luzerna, visando o desenvolvimento econômico-social; participar e promover feiras, congressos e outros eventos visando o desenvolvimento econômico do Município; fomentar as atividades referentes à inovação; promover ações e parcerias a fim de incentivar e promover projetos relativos à área de inovação; atuar na fiscalização dos contratos de concessão de áreas/terrenos públicos quando tal concessão objetivar o desenvolvimento, apoio e incentivo que estimulem a expansão da atividade econômica no Município.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

**CONDIÇÕES PARA INGRESSO:** livre nomeação e exoneração

**CARGO:** Diretor Administrativo da Incubadora Tecnológica Municipal de Luzerna

**ATRIBUIÇÕES:** Administrar o complexo técnico, administrativo e operacional da INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA - ITL; cumprir e fazer cumprir o Regimento e as decisões do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO; servir de agente articulador entre as empresas incubadas, a INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA - ITL e as entidades de fomento; elaborar a proposta de Edital de seleção dos interessados em ingressar na INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA - ITL, para seleção de empreendedores e/ou empresas a serem incubadas, aprovando-os no CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO; coordenar o processo de seleção das empresas a serem incubadas; elaborar lista de consultores "ad hoc" para análise dos Planos de Negócios dos candidatos à incubação, de acordo com sua natureza; coordenar a análise dos Planos de Negócios pelos consultores "ad hoc"; convocar os candidatos à incubação, se necessário, para complementarem as informações; submeter ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO os Planos de Negócios e os pareceres dos Consultores "ad hoc"; submeter ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO os recursos apresentados pelas empresas contra suas decisões, com parecer fundamentado; coordenar a "instalação" dos incubados; buscar junto aos parceiros da INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA - ITL, o apoio para a execução das propostas e projetos aprovados pelo CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO; em consonância com o CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO, realizar gestões junto aos órgãos competentes, para obtenção de recursos necessários à efetivação dos negócios incubados; encaminhar para assinatura os convênios acordos, ajustes, contratos, obrigações e compromissos, previamente aprovados pelo CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO; fornecer ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO informações e meios necessários ao eficiente desempenho de suas atribuições; divulgar as decisões, políticas e diretrizes emanadas do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO, encaminhando ao Prefeito do Município de Luzerna propostas de resoluções e atos administrativos para apreciação e aprovação; Divulgar as atividades da ITL e também dos incubados, mediante autorização dos mesmos, de forma a resguardar informações confidenciais; orientar, acompanhar e avaliar os trabalhos da INCUBADORA TECNOLÓGICA MUNICIPAL DE LUZERNA - ITL, em especial as ações de suporte técnico, administrativo, mercadológico e operacional aos empreendedores e empresas incubadas; preparar as reuniões do CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO; promover a integração e cooperação técnica entre os incubados; Apresentar relatório anual das atividades ao CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO DE LUZERNA; organizar e propor ao Conselho o planejamento anual e orçamento da Incubadora. Participar, juntamente com os Conselhos Técnicos, dos processos de seleção, das propostas e dos empreendimentos a serem admitidos na Incubadora.

**REGIME DE TRABALHO:** dedicação integral

CONDIÇÕES PARA INGRESSO: livre nomeação e exoneração.

Art.7º- As demais disposições vigentes da Lei Complementar nº 159 de 21 de março de 2017 e da Lei Complementar 035 de 18 de março de 2004, permanecem inalteradas.

Art. 8º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data da sua publicação.

Luzerna(SC), 12 de dezembro de 2017.

MOISES DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

## **PL 019/2017 – IL 004/2017 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA - FMS**

Publicação Nº 1454332

MUNICÍPIO DE LUZERNA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2017/ FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, LUIS FERNANDO DAHMER PERUCHINI leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 004/2017/ FMS.

OBJETO: O presente Edital tem por objeto o credenciamento de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de fisioterapia destinados aos pacientes do Município de Luzerna, conforme autorização emitida pela Secretaria de Saúde e Assistência Social de Luzerna/SC, para atendimento da demanda, em atenção ao disposto nas especificações estabelecidas no presente Edital e seus Anexos.

ENTREGA DOS ENVELOPES: O prazo de entrega dos documentos para credenciamento será no máximo até às 17 horas e 30 minutos do dia 16 de janeiro de 2018.

ANÁLISE DOS DOCUMENTOS: A análise dos documentos de credenciamento será feita pela Comissão Permanente de Licitações da Prefeitura Municipal de Luzerna, a qual se reunirá na data de 17 de janeiro de 2018, às 13 horas e 30 minutos, procedendo à análise e posterior resultado.

OBTENÇÃO DO EDITAL: [www.luzerna.sc.gov.br](http://www.luzerna.sc.gov.br).

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA 2018**

Publicação Nº 1454926

ATA DA SESSÃO DE ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA  
PARA O ANO DE 2018 - 11/12/2017

Havendo quorum regimental, o Presidente da Casa Legislativa, vereador Mauri José Schlindwein, cumprimentou todos os presentes e abriu a Sessão de Eleição da Mesa Diretora para o ano de 2018. Foi registrada somente uma chapa. A Chapa 01 apresentou a seguinte composição: Presidente: Rodrigo Sousa, Vice-Presidente: Alexander Rover, Primeiro Secretário: Luiz Carlos Gonçalves e Segunda-Secretária: Ana Cleusa Dalla Lana. Em seguida, iniciou-se a votação, posteriormente os vereadores João Batista Zamboni e Helena Terezinha Reisdorfer procederam ao escrutínio e com 09 (nove) votos favoráveis a Chapa 01 foi eleita por unanimidade, ficando da seguinte maneira a composição da Mesa Diretora para o ano de 2018: Presidente: Rodrigo Sousa, Vice-Presidente: Alexander Rover, Primeiro Secretário: Luiz Carlos Gonçalves e Segunda-Secretária: Ana Cleusa Dalla Lana. Por fim, o Presidente da Casa parabenizou e desejou sucesso aos eleitos, agradeceu a presença de todos e encerrou a presente sessão.

Mauri José Schlindwein  
Presidente

Alexander Rover  
2º Secretário

Luiz Carlos Gonçalves  
2º Secretário

**BALANCETE FINANCEIRO 10.2017**

Publicação Nº 1454944

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Outubro  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>34.371,31</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>34.371,31</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	33.512,32
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	858,99
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>50.833,31</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	50.833,31		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>80.607,47</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>87.252,45</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.811,92	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	2.736,05
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	34.371,31	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	42.304,40
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	1.119,84	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	1.119,84
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	42.304,40	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	41.092,16
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>78.465,93</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>88.282,95</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	78.465,93	BANCO C/ MOVIMENTO	88.282,95
<b>TOTAL</b>	<b>209.906,71</b>	<b>TOTAL</b>	<b>209.906,71</b>

Luzerna, 07/11/2017

MAURI JOSE SCHLINDWEIN  
PRESIDENTE MESA DIRETORA

RUBIANA SUELEN BALESTRIN  
CONTADORA/TESOUREIRA



**BALANCETE FINANCEIRO 11.2017**

Publicação Nº 1454945

Betha Sistemas  
Exercício de 2017  
Período: Novembro  
Página: 1

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**CAMARA MUNICIPAL DE LUZERNA**  
Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
		<b>ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>67.408,76</b>
		<b>DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>67.408,76</b>
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	66.446,26
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	962,50
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>	<b>50.833,31</b>		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	50.833,31		
<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>173.737,86</b>	<b>EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>171.698,88</b>
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	5.178,87	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	3.032,64
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	67.408,76	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	73.683,93
CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	27.466,30	CRÉDITO EMPENHADO EM LIQUIDAÇÃO	27.466,30
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	73.683,93	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	67.516,01
<b>SALDOS ANTERIORES</b>	<b>88.282,95</b>	<b>SALDOS ATUAIS</b>	<b>73.746,48</b>
BANCO C/ MOVIMENTO	88.282,95	BANCO C/ MOVIMENTO	73.746,48
<b>TOTAL</b>	<b>312.854,12</b>	<b>TOTAL</b>	<b>312.854,12</b>

Luzerna, 04/12/2017

MAURI JOSE SCHLINDWEIN  
PRESIDENTE MESA DIRETORA

RUBIANA SUELEN BALESTRIN  
CONTADORA/TESOUREIRA

# Mafra

## PREFEITURA

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2017

Publicação Nº 1454896

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 262/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: PAPELARIA SÃO BENTO LTDA-EPP

CNPJ Nº 07.634.816/0001-16

Valor Registrado: R\$ 61.501,60 (sessenta e um mil quinhentos e um reais e sessenta centavos).

Objeto: aquisição de materiais de armarinho, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 262/2017, Pregão Presencial - RP nº 130/2017.

Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2017

Publicação Nº 1454899

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 263/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: TECENIL TEXTIL LTDA

CNPJ Nº 83.742.817/0001-62

Valor Registrado: R\$ 26.520,00 (vinte seis mil quinhentos e vinte reais).

Objeto: aquisição de materiais de armarinho, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 262/2017, Pregão Presencial - RP nº 130/2017.

Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2017

Publicação Nº 1454901

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 264/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Empresa Registrada: G T A ATACADO E VAREJO EIRELI - EPP

CNPJ Nº 20.257.784/0001-45

Valor Registrado: R\$ 48.991,95 (quarenta e oito mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta centavos).

Objeto: aquisição de materiais de armarinho, destinados a Secretaria Municipal de Assistência Social, através do Fundo Municipal de Assistência Social.

Origem: Processo nº 262/2017, Pregão Presencial - RP nº 130/2017.

Data de Assinatura: 12 de dezembro de 2017.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 12 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO 070/2015

Publicação Nº 1454790

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO 070/2015

Contrato nº: 070/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: GENTE SEGURADORA S.A

CNPJ nº 90.180.605/0001-02

Modalidade Processo Licitatório n.º 248/2015. Pregão Presencial nº 088/2015.

Data Assinatura do termo aditivo de Supressão: 12 de dezembro de 2017.

VEÍCULO SUPRIMIDO

Gol VW Placa MEE 3803

Foro: Comarca de Mafra.

### EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 010/2015

Publicação Nº 1455017

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 087/2016

Contrato nº: 087/2016

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/PLASSMA

Contratada: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ nº 95.836.771/0001-20

Modalidade Processo Licitatório n.º 159/2016. Pregão Presencial nº 052/2016.

Data Assinatura do termo aditivo: 12 de dezembro de 2017.

Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra .

### EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 018/2015

Publicação Nº 1455042

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 018/2015

Contrato nº: 018/2015

Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 061.198.164/0001-60

Modalidade Processo Licitatório n.º 038/2015 Pregão Presencial nº 009/2015.

Data Assinatura do termo aditivo: 12 de dezembro de 2017.

Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2018.

Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 087/2016 CONTRATO Nº: 087/2016**

Publicação Nº 1455029

EXTRATO DE 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 010/2015  
Contrato nº: 010/2015  
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
Contratada: PÚBLICA INFORMATICA LTDA  
CNPJ: 95.836.771/0001-20  
Modalidade Processo Licitatório n.º 361/2014. Pregão Presencial nº 084/2014  
Data Assinatura do termo aditivo: 12 de dezembro de 2017  
Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2018.  
Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 069/2015**

Publicação Nº 1454779

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 069/2015  
Contrato nº: 069/2015  
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
Contratada: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS  
CNPJ nº 061.198.164/0001-60  
Modalidade Processo Licitatório n.º 245/2016. Pregão Presencial nº 088/2015.  
Data Assinatura do termo aditivo: 12 de dezembro de 2017.  
Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2018.  
Valor do Termo Aditivo: R\$ 12.682,05 (doze mil seiscentos e oitenta e dois reais e cinco centavos).  
Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 070/2015**

Publicação Nº 1454787

EXTRATO DE 4º TERMO ADITIVO DO CONTRATO 070/2015  
Contrato nº: 070/2015  
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA  
Contratada: GENTE SEGURADORA S.A  
CNPJ nº 90.180.605/0001-02  
Modalidade Processo Licitatório n.º 245/2016. Pregão Presencial nº 088/2015.  
Data Assinatura do termo aditivo: 12 de dezembro de 2017.  
Prazo: com vigência até 31 de dezembro de 2018.  
Valor do Termo Aditivo: R\$ 2.270,34 (dois mil duzentos e setenta reais e trinta e quatro centavos).  
Foro: Comarca de Mafra.

**EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO 071/2015**

Publicação Nº 1454793

EXTRATO DE 5º TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO DO CONTRATO 071/2015  
Contrato nº: 071/2015  
Contratante: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Contratada: GENTE SEGURADORA S.A  
CNPJ nº 90.180.605/0001-02  
Modalidade Processo Licitatório n.º 240/2015. Pregão Presencial nº 083/2015.  
Data Assinatura do termo aditivo de Supressão: 11 de dezembro de 2017.

**VEÍCULOS SUPRIMIDOS**

VW Gol 1.0 Ecomotion total flex 2012/2013, Placa MJS 0605, combustível ALC/GAS

Iveco Daily (Diesel) - Nac. CHASSI 35.10 2002/2002, placa MCG 1107, combustível Diesel.

Foro: Comarca de Mafra.

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2017**

Publicação Nº 1454309

DECRETO LEGISLATIVO Nº 07/2017, de 11 de dezembro de 2017.  
DECRETA LUTO OFICIAL

O Vereador EDER GIELGEN, Presidente da Câmara Municipal de Mafra, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado Luto Oficial por 3 (três) dias, em homenagem ao senhor José de Souza Poly, pai da Vereadora Cláudia Maria Bus, falecido no dia 10.12.2017, na cidade de Mafra/SC.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11 de dezembro de 2017.

VER. EDER GIELGEN

Presidente

# Major Vieira

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1757, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454549

DECRETO Nº 1757, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Aprova a ICS designada - Instância de Controle Social do Programa Bolsa Família- PBF de Major Vieira-SC

Orildo Antônio Severgnini, Prefeito do Município de Major Vieira, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 79, inciso VII da Lei Orgânica do Município, Lei Federal nº 8742 de 07 de dezembro de 1993, da Lei Municipal nº 2.347 de 25 de abril de 2017, que dispõe sobre estruturação e organização do CMAS de Major Vieira, e Decreto nº1737/2017 que aprova o regimento interno do CMAS e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a Resolução nº 14/2017, que regulamenta a ICS - Instância de Controle Social do PBF - Programa Bolsa Família;

Art. 2º A Resolução nº 14/2017, é parte integrante deste Decreto, para efeitos legais;

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Major Vieira, 07 de dezembro de 2017.

Antônio Orildo Severgnini

Prefeito

### LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2017

Publicação Nº 1455437

LEI COMPLEMENTAR Nº 068/2017

"DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara de Vereadores de Major Vieira (SC) aprovou a seguinte

LEI COMPLEMENTAR

#### CAPÍTULO I

##### DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

Art. 1º A administração pública direta do Município de Major Vieira, bem como as ações do Governo Municipal, em obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, será orientada no sentido do desenvolvimento do Município e de aprimoramento dos serviços prestados à população, mediante o planejamento de suas atividades.

§ 1º O planejamento das atividades da Administração Municipal será feito através da elaboração e atualização dos seguintes instrumentos:

I - Planos de Governo e de Desenvolvimento Municipal;

II - Plano Diretor;

III - Plano Plurianual (PPA);

IV - Plano Plurianual (PPA);

V - Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO);

VI - Lei do Orçamento Anual (LOA);

VII - Planos e Programas Setoriais.

§ 2º A elaboração e a execução do planejamento das atividades municipais deverão guardar estreita consonância com os planos e programas do Governo do Estado e dos órgãos da Administração Federal.

Art. 2º Os planos e programas do Governo Municipal terão acompanhamento e avaliação permanentes, de modo a garantir o seu êxito e assegurar a sua continuidade.

Art. 3º. O Prefeito Municipal conduzirá o processo de planejamento e motivará o comportamento organizacional da Prefeitura para a consecução dos seguintes objetivos:

I- coordenar a ação local e integrá-la com a do Estado e a da União, bem como com a dos Municípios da região;

I - assegurar a integração do processo de planejamento na esfera municipal, compatibilizando metas, objetivos, planos e programas setoriais e globais de trabalho, bem como orçamentos anuais e planos plurianuais;

II - garantir a cooperação de entidades representativas da sociedade no planejamento acompanhar e avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade dos serviços públicos;

III - assegurar o acesso democrático às informações e a transparência dos atos e ações do Governo Municipal.

IV - municipal;

Art. 4º Todos os órgãos da Administração devem ser acionados permanentemente, no sentido de:

- I - conhecer os problemas e as demandas da população;
  - II - estudar e propor alternativas de solução social e econômica compatíveis com a realidade local e com os objetivos comuns da Administração Municipal;
  - III - definir e operacionalizar objetivos de ação governamental;
  - IV - acompanhar a execução de programas, projetos e atividades que lhes são afetos;
  - V - avaliar periodicamente o resultado de suas ações;
  - VI - rever e atualizar objetivos, programas e projetos;
  - VII - articular-se e colaborar entre si.
- Art. 5º O planejamento municipal deverá adotar como princípios básicos a democracia e a transparência no acesso às informações disponíveis.
- Art. 6º. O Município buscará, por todos os meios ao seu alcance, a cooperação de associações representativas no planejamento municipal.

## CAPÍTULO II

### DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA AÇÃO ADMINISTRATIVA

- Art. 7º A atuação do Município em áreas assistidas pela atuação do Estado ou da União será supletiva e, sempre que for o caso, deve mobilizar as pessoas, os recursos materiais e financeiros disponíveis.
- Art. 8º A ação do Governo Municipal será norteada pelos seguintes princípios básicos:

- I - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência conforme o previsto no art. 37 da Constituição Federal;
- I - valorização dos cidadãos de Major Vieira, cujo atendimento deve constituir meta prioritária da Administração Municipal;
- II - aprimoramento permanente da prestação dos serviços públicos de competência do Município;
- III - entrosamento com o Estado e a União para a obtenção de melhores resultados na prestação de serviços de competência concorrente;
- IV - empenho no aprimoramento da capacidade institucional da Administração Municipal, principalmente através de medidas, visando:
  - a) a simplificação e o aperfeiçoamento de normas, métodos e processo de trabalho;
  - b) a coordenação e a integração de esforços das atividades de administração centralizada e descentralizada;
  - c) o desenvolvimento dos servidores públicos municipais, com ênfase na qualificação, capacitação, saúde e qualidade de vida dos mesmos;
  - d) o aumento de racionalidade das decisões sobre a alocação de recursos e a realização de dispêndio na Administração Municipal.
- V - desenvolvimento social, econômico e administrativo do Município, com vistas ao fortalecimento de seu papel no contexto da região em que está situado;
- VI - disciplina criteriosa no uso do solo urbano, visando a sua ocupação equilibrada e harmônica e a obtenção de melhor qualidade de vida para os habitantes do Município;
- VII - integração da população à vida político-administrativa do Município, através da participação de grupos comunitários no processo de levantamento e debate dos problemas sociais;
- VIII - estímulo à participação da população no planejamento municipal;
- IX - fomento à participação da população, como usuário, na Administração Pública, através do acesso a registros administrativos e informações sobre o Governo, observado o disposto nos incisos X e XXXIII do art. 5º da Constituição Federal, registro de reclamação sobre a prestação dos serviços públicos, averiguação de denúncias contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na Administração pública municipal;
- X - avaliação periódica, interna e externa, da qualidade dos serviços prestados;
- XI - fixação de metas e critérios de desempenho, para os órgãos e para os servidores públicos municipais.

## CAPÍTULO III

### DA ORGANIZAÇÃO DA PREFEITURA

- Art. 9º Os órgãos da Prefeitura Municipal de Major Vieira, diretamente subordinados ao Prefeito, serão agrupados em:
- I - órgãos de assessoramento e controle - com a responsabilidade de assistir ao Prefeito e dirigentes de alto nível hierárquico, na concepção, na organização, na coordenação e no acompanhamento e controle dos serviços públicos municipais;
  - II - órgãos de gestão estratégica - são aqueles responsáveis pelos processos de planejamento e gestão municipal, que concebem e executam atividades e tarefas administrativas, financeiras, técnicas e econômicas, com a finalidade de dar suporte aos demais na consecução dos objetivos institucionais;
  - III - órgãos de ação governamental e políticas públicas - que têm a seu cargo a concepção e execução dos serviços considerados finalísticos da Administração Municipal;
  - IV - órgãos colegiados de assessoramento - que têm a seu cargo funções consultivas e deliberativas em matérias de suas áreas específicas, conforme o caso, e com vistas à participação e controle social nas políticas públicas.
  - V - órgãos da administração indireta - as autarquias e fundações públicas que são compostas por órgãos com personalidade jurídica própria, e que desempenham funções do Município de maneira descentralizada, são criadas por meio de uma lei com a finalidade de executar uma atribuição específica.
- Parágrafo único. A Estrutura Operacional da Administração direta do Poder Executivo compreende o conjunto de unidades que integram a estrutura organizacional básica da administração direta do Poder Executivo de Major Vieira, sendo estabelecida e organizada os seguintes critérios e disposições:

- I - ajustamento e adequação dos cargos comissionados e funções gratificadas criadas por lei;
- II - limitação numérica aos cargos;
- III - flexibilidade estrutural com vistas a otimização dos serviços e dos gastos públicos;
- IV - constituição dos grupos temporários de trabalho para o desempenho de encargos específicos que exijam a multidisciplinaridade de executores.

- Art. 10. A Prefeitura Municipal de Major Vieira, para a execução de serviços de responsabilidade do Município, em observância ao disposto



no artigo anterior, é constituída dos seguintes órgãos:

I - órgãos de assessoramento e controle:

- a) Gabinete do Prefeito - GP;
- b) Gabinete do Vice-Prefeito – GVP;
- c) Assessoria Jurídica – AJ.

II - órgãos de gestão estratégica:

- a) Secretaria Municipal de Administração e Gestão - SEMAG;
- b) Secretaria Municipal de Finanças e Tributação - SEMUFIT.

III - órgãos de ação governamental e políticas públicas:

- a) Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto - SEMEC;
- b) Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS;
- c) Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS;
- d) Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pecuária - SEMAGRI;
- e) Secretaria Municipal de Obras e Serviços - SEMOS;
- f) Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico - SEMPLAN.

IV - órgãos colegiados de assessoramento:

- a) Conselhos Municipais.

§ 1º. Serão subordinados ao Prefeito, por linha de autoridade integral, os órgãos da administração direta previstos nos incisos I, II e III deste artigo.

§ 2º. Os órgãos colegiados previstos no inciso IV serão vinculados por linha de coordenação aos órgãos do Governo Municipal correspondentes às suas respectivas áreas de atuação.

V - órgãos da administração indireta:

- a) Autarquia do Hospital Municipal de Major Vieira – AHMMV;
- b) Fundações.

Art. 11. As entidades da administração indireta serão regidas por leis, estatutos e regimentos próprios.

Parágrafo único. A estrutura administrativa dos servidores comissionados e de função de confiança da Autarquia do Hospital Municipal de Major Vieira, é a integrante do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração criada por Lei Complementar.

Art. 12. Ficam criados os cargos de Secretário Municipal, em número igual ao das Secretarias Municipais, todos subordinados diretamente ao Prefeito Municipal.

§ 1º. Os titulares dos órgãos mencionados no parágrafo anterior serão responsáveis pelo cumprimento das finalidades dos órgãos que dirigem.

§ 2º. A estrutura administrativa de cada Secretaria é a prevista nos Anexos I e II e suas atribuições no anexo V, todos integrantes desta Lei Complementar.

## CAPÍTULO IV

### DAS FUNÇÕES E DA ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS ÓRGÃOS

#### Seção I

##### Do Gabinete do Prefeito

Art. 13. O Gabinete do Prefeito exerce as seguintes funções:

I- prestar assistência ao Chefe do Executivo Municipal em suas relações políticas e administrativas com os munícipes, órgãos e entidades públicas e privadas e associações de classe;

II- promover a articulação política e institucional entre o Poder Executivo e a Câmara Municipal mantendo contatos com lideranças políticas e parlamentares do Município;

III- executar as atividades de assessoramento legislativo, acompanhando a tramitação na Câmara de projetos de interesse do Executivo;

IV- manter o Prefeito informado sobre os temas de interesse do Município e assessorá-lo em suas relações institucionais;

V- elaborar as mensagens, projetos de leis e demais atos normativos e administrativos de competência do Prefeito, em articulação com a Procuradoria Geral do Município e demais Secretarias Municipais afins;

VI - promover intercâmbio e interlocução com a liderança de Governo junto à Câmara Municipal, bem como junto aos Vereadores que compõem a base de sustentação governamental e aos demais parlamentares;

VII- promover o acompanhamento do processo legislativo na Câmara Municipal, especialmente aquelas proposições de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, mantendo registro atualizado das matérias;

VIII - assistir pessoalmente ao Prefeito, bem como coordenar sua correspondência e sua agenda institucional;

IX - preparar, registrar, publicar e expedir os atos governamentais em articulação com a assessoria jurídica;

X -organizar, numerar e manter, sob sua responsabilidade, originais de leis, decretos e demais atos oficiais expedidos pelo Chefe do Executivo Municipal;

XI - responsabilizar-se pela execução das atividades de expediente e de apoio administrativo do Gabinete do Prefeito;

XII - organizar os serviços de recepção e atendimento ao público no âmbito do Gabinete do Prefeito;

XIII -coordenar o fluxo de informações e expedientes oriundos e destinados às demais Secretarias Municipais, às entidades e órgãos da administração em matérias da competência do Chefe do Poder Executivo;

XIV - proceder à publicação e à preservação dos atos oficiais;

XV - realizar a redação das mensagens e razões de veto, em articulação com as Secretarias Municipais afins;

XVI - promover e apoiar as atividades da Junta de Serviço Militar;

XVII - exercer a vigilância interna e externa sobre os próprios municipais e unidades administrativas e funcionais de todos os órgãos da administração direta do Município de Major Vieira;

XVIII - proteger o patrimônio público municipal contra atos de vandalismo e danos;

XIX - prevenir, no âmbito de sua competência, a ocorrência de qualquer ilícito penal;

XX - garantir a execução dos serviços de responsabilidade do Município, bem como exercer a sua função fiscalizadora no desempenho de atividade de Polícia Administrativa, nos termos das Constituições Estadual e Federal e Lei Orgânica do Município;

XXI - atuar em sintonia com os organismos policiais do Estado, dentro de suas atribuições específicas;

XXII - fiscalizar e preservar as áreas de preservação ambiental em articulação com a Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;

XXIII - propor, coordenar e executar a política de comunicação externa e interna do Poder Executivo Municipal;

XXIV - promover a divulgação de fatos e ações de interesse público e dos serviços municipais, de modo a assegurar a democratização do acesso à informação e a transparência da Administração Municipal;

XXV - assessorar e apoiar as Secretarias e os demais órgãos municipais da administração direta e indireta na divulgação de suas iniciativas e em seu relacionamento institucional com os segmentos da comunidade local;

XXVI - relacionar-se com os veículos de comunicação para todos os fins;

XXVII - acompanhar e analisar as informações divulgadas sobre a Prefeitura Municipal de Major Vieira, com a finalidade de contribuir para a construção de uma imagem positiva do Município e avaliar as tendências na divulgação e sua repercussão junto à opinião pública;

XXVIII - colaborar no processo de entrevistas demandadas e concedidas pelo Prefeito;

XXIX - realizar pesquisas de opinião pública visando o acompanhamento da imagem da Administração municipal;

XXX - manter atualizado o sítio da Prefeitura na Rede Mundial de Computadores;

XXXI - coordenar e executar a publicidade institucional da Prefeitura Municipal;

XXXII - administrar veículos de mídia institucional do tipo impresso, eletrônicos, radiodifusão e outros sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal;

XXXIII - registrar e encaminhar para as providências cabíveis as sugestões, reclamações e denúncias recebidas pela Ouvidoria Geral;

XXXIV - desenvolver atividades de Cerimonial da Prefeitura;

XXXV - promover e participar da elaboração do calendário de eventos, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e a Coordenadoria de Turismo;

XXXVI - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo único. O Gabinete do Prefeito compreende em sua estrutura as seguintes unidades:

- I - Assessoria Jurídica;
- II - Chefia de Gabinete e Ouvidoria;
- III - Coordenadoria de Comunicação Social;
- IV - Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil.

#### Sessão II Da Assessoria Jurídica

Art. 14. Assessoria Jurídica terá por objetivo representar o Município, judicial e extrajudicialmente e exercer as funções de consultoria judicial e assessoramento ao Prefeito e à Administração em geral.

Art. 15. A Assessoria Jurídica é órgão da Prefeitura que tem por competência:

- I - defender, em juízo ou fora dele, os direitos e interesses do Município;
- II - emitir pareceres sobre questões jurídicas;
- III - assessorar o Prefeito e os órgãos da Prefeitura em assuntos referentes a normas jurídicas estaduais e federais aplicáveis ao Município;
- IV - promover a cobrança judicial da Dívida Ativa tributária e da proveniente de quaisquer outros créditos do Município;
- V - redigir projetos de lei, justificativas de vetos, decretos, regulamentos, contratos e outros documentos de natureza jurídica;
- VI - assessorar o Prefeito nos atos executivos relativos desapropriações, aquisições e alienações de imóveis pela Prefeitura;
- VII - emitir pareceres sobre processos administrativos, constitucionalidade da legislação municipal em vigor, minutas de anteprojeto de leis e de decretos, examinando-os do ponto de vista da técnica legislativa e do ordenamento jurídico do país em face da legislação municipal em vigor;
- VIII - assistir a Secretaria Municipal de Finanças e Tributação na regulamentação da legislação tributária, bem como do processo fiscal;
- IX - organizar e atualizar a coletânea de leis municipais, bem como a legislação federal e estadual de interesse do Município;
- X - realizar estudos sobre matéria jurídica de interesse geral do Município, por determinação do Prefeito ou solicitação dos Secretários;
- XI - assessorar os órgãos da Administração na interpretação de normas jurídicas;
- XII - desempenhar outras competências afins.

#### Seção III Da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Art. 16. A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico exerce as seguintes funções:

- I - formular, planejar e implementar a política de fomento ao desenvolvimento econômico e tecnológico dos setores primário, secundário e terciário do município;
- I - estimular a atração, criação, preservação e ampliação de empresas e polos econômicos;

- II - aprimorar e ampliar as relações da Prefeitura com empresários e entidades públicas e privadas, em nível local, nacional e internacional;
- III - apoiar a comunidade empresarial por meio de planos, programas, projetos, informações, pesquisas e estudos;
- IV - constituir convênios de cooperação com instituições e entidades nacionais e internacionais nas áreas científica, tecnológica, de promoção econômica, gestão empresarial;
- V - interagir com os demais órgãos da administração municipal, direta e indireta, com o objetivo de implementar programas, projetos e atividades;
- VI - coordenar as atividades relacionadas com a identificação e captação de recursos para Projetos Internacionais no âmbito do Município;
- VII - prestar assessoramento ao Prefeito em matéria de planejamento, coordenação, controle e avaliação das atividades desenvolvidas pela Prefeitura;
- VIII - coordenar a elaboração e manutenção atualizada do Plano Diretor do Município, em articulação com as Secretarias afins;
- IX - coordenar a elaboração e implantação dos instrumentos estabelecidos pelo Estatuto da Cidade, em articulação com os órgãos municipais afins;
- X - promover e monitorar a execução dos planos municipais de desenvolvimento;
- XI - solicitar aos demais órgãos e entidades do Município dados e informações necessárias ao planejamento, organizando-os e mantendo-os devidamente atualizados;
- XII - coletar, analisar, disponibilizar e manter atualizados os indicadores de desempenho, dados e estatísticas da Prefeitura Municipal;
- XIII - elaborar e dar ampla publicidade a produtos tais como, Relatório Anual de Atividades, Relatório de Gestão e Anuários, que retratem e possibilitem uma análise do desenvolvimento institucional da Prefeitura;
- XIV - assegurar o fluxo sistemático das informações institucionais; bem como difundi-las, com apoio do Coordenador de Comunicação Social, junto aos demais órgãos municipais, subsidiando o processo decisório;
- XV - promover a elaboração e o acompanhamento de diagnósticos, projetos, estudos e levantamentos a serem utilizados no planejamento e gestão do Município;
- XVI - promover a realização de pesquisas e o levantamento e a atualização de dados estatísticos e informações básicas de interesse para o planejamento do Município;
- XVII - desenvolver, em conjunto com as Secretarias Municipais de Assistência Social e de Obras e Serviços, estudos e projetos urbanísticos no campo habitacional do Município, bem como da definição de uma política habitacional que permita melhorar as condições de moradia da população;
- XVIII - promover, em conjunto com as Secretarias de Obras e Serviços e de Assistência Social, os estudos e propostas para a formulação da política urbana do Município com o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana em articulação com os órgãos e entidades afins;
- XIX - planejar, em conjunto com os órgãos e entidades afins, o crescimento do Município de Major Vieira, disciplinando a ocupação e uso do solo, de forma a garantir o seu desenvolvimento sustentável;
- XX - analisar e licenciar projetos particulares de urbanização, fracionamento e parcelamento do solo e de edificações;
- XXI - elaborar projetos de obras públicas de edificações, de macro e micro paisagismo e de projetos urbanos;
- XXII - promover um sistema de informações territoriais com base no geoprocessamento, em cooperação com as Secretarias Municipais de Obras e Serviços e a de Administração e Gestão;
- XXIII - elaborar, em coordenação com os demais órgãos e entidades do Município, o Plano Plurianual, os Anteprojetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias e de Orçamento Anual, de acordo com as políticas estabelecidas pelo Governo Municipal e as normas em vigor;
- XXIV - acompanhar a execução físico-financeira de planos e programas, assim como avaliar seus resultados;
- XXV - acompanhar a transferência de recursos de outras esferas de governo para o Município;
- XXVI - identificar, dentro e fora do Município, áreas com potencial de atração de investimentos e oportunidades de captação de recursos, procedendo à elaboração de projetos para submissão junto aos organismos privados e públicos das esferas estadual e federal, conforme o caso;
- XXVII - elaborar, coordenar e acompanhar projetos, convênios, acordos, contratos e afins em que o Município faz parte;
- XXVIII - proceder à organização e controle da prestação de contas dos recursos recebidos através de convênios, contratos e acordos firmados pelo Município;
- XXIX - coordenar a elaboração de estudos de racionalização administrativa, de melhoria de processos e de aperfeiçoamento da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, bem como elaborar normas para disciplinar os diversos subsistemas afins;
- XXX - formular propostas de melhoria da qualidade da gestão estratégica institucional e municipal, com base em análises e processos internos de avaliação, realizados em articulação com as demais Secretarias;
- XXXI - observar e cumprir a legislação sobre o tratamento jurídico diferenciado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais;
- XXXII - buscar formas de facilitar aos empreendedores de micro e pequenos negócios formais e informais, o acesso ao microcrédito;
- XXXIII - executar as políticas de aproveitamento e desenvolvimento das potencialidades turísticas do Município;
- XXXIV - incentivar a instalação de empreendimentos turísticos, com a exploração de todas as possibilidades econômicas naturais e do turismo rural, atuando de forma integrada com os Municípios da região e com os organismos de turismo do Governo Federal e Estadual;
- XXXV - captar recursos através de programas específicos de geração de emprego e renda nos serviços de turismo;
- XXXVI - promover a divulgação turística do Município junto a eventos regionais, estaduais, nacionais e internacionais;
- XXXVII - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico compreende em sua estrutura interna as seguintes unidades:

- I- Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;  
a) Coordenadoria de Indústria, Comércio e Turismo;

- II- Diretoria de Projetos, Convênios e Prestação de Contas  
III - Diretoria de Habitação  
IV - Assessoria de Serviços Técnicos-Administrativos

Seção VI  
Da Secretaria Municipal de Administração e Gestão

Art. 17. A Secretaria Municipal de Administração e Gestão exerce as seguintes funções:

- I - planejar, acompanhar e controlar as atividades de administração e gestão geral da Prefeitura;
- II - promover, apoiar e acompanhar a realização de licitações para compra de materiais e contratação de serviços necessários às atividades da Prefeitura;
- III - executar atividades relativas à padronização, aquisição, guarda, distribuição e controle do material utilizado na Prefeitura;
- IV - executar atividades relativas a tombamento, registro, inventário, proteção e conservação dos bens móveis da Prefeitura e descarte dos mesmos quando inservíveis;
- V - administrar e gerenciar os serviços de protocolo e arquivo;
- VI - conservar móveis, instalações, máquinas e equipamentos de escritório, bem como equipamentos leves de responsabilidade da Secretaria;
- VII - promover as atividades de limpeza, copa, portaria, telefonia e pequenos reparos da Prefeitura;
- VIII - prestar apoio técnico e administrativo à Comissão Permanente de Licitação;
- IX - planejar, padronizar e, quando couber, executar as ações de tecnologia da informação e telecomunicação da Prefeitura;
- X - planejar e manter atualizada a infraestrutura de tecnologia da informação e telecomunicação da Prefeitura;
- XI - suprir os meios necessários para manter a qualidade dos sistemas de informação, assim como os serviços de internet providos;
- XII - manter a consistência, segurança e confiabilidade das bases de dados e das informações geradas a partir deles;
- XIII - prover à gestão municipal, em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, informação para suporte a decisões;
- XIV - participar e apoiar a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico nas ações de elaboração de estudos de racionalização administrativa, de melhoria de processos e de aperfeiçoamento da estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, bem como na elaboração de normas para disciplinar os diversos subsistemas afins;
- XV - propor, coordenar, acompanhar e avaliar, em articulação com os órgãos da Prefeitura, políticas e diretrizes relativas ao recrutamento e seleção, ao desenvolvimento, à capacitação, à avaliação de desempenho, saúde e qualidade de vida dos servidores municipais;
- XVI - executar as atividades relativas aos direitos e deveres, aos registros funcionais, ao controle de frequência, à elaboração das folhas de pagamento e aos demais assuntos relacionados aos prontuários dos servidores municipais;
- XVII - manter e atualizar um cadastro funcional central com o dimensionamento da força de trabalho do Poder Executivo municipal, buscando a lotação ideal dos servidores, conforme o perfil e a qualificação de cada um, compatibilizada com a necessidade dos órgãos;
- XVIII - propor o desenvolvimento e implantar sistemas de informação de gestão de pessoas, que permitam o cumprimento das orientações relativas à administração de pessoal, bem como a produção de informações gerenciais;
- XIX - coordenar, anualmente, a elaboração de proposta orçamentária e o gerenciamento da execução financeira relativos às ações de gestão de pessoas;
- XX - promover os serviços de apoio e inspeção de saúde dos servidores municipais para fins de admissão, licença e outros fins, bem como de técnicas e métodos de segurança e medicina do trabalho no ambiente da Prefeitura;
- XXI - planejar, coordenar e executar atividades relativas à qualificação e capacitação dos servidores municipais, bem como identificar necessidades de desenvolvimento das pessoas;
- XXII - organizar, coordenar e executar as atividades de correição procedendo ao encaminhamento dos procedimentos disciplinares, a partir de sindicâncias e processos administrativos;
- XXIII - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração e Gestão compreende em sua estrutura interna as seguintes unidades:

- I - Diretoria de Licitações e Contratos;
  - a) Coordenadoria de Compras e Serviços;
  - b) Coordenadoria de Almoxarifado, Patrimônio, Protocolo e Arquivo Geral.
- II - Diretoria de Tecnologia da Informação – Suporte e redes;
- III - Diretoria de Recursos Humanos;
  - a) Coordenadoria de Recursos Humanos.
- IV - Assessoria de Serviços Técnicos-Administrativos.

Seção V  
Da Secretaria Municipal de Finanças e Tributação

Art. 18. A Secretaria Municipal de Finanças e Tributação exerce as seguintes funções:

- I - executar as políticas de tributação e finanças do Município;
- II - promover o lançamento, arrecadação, controle de créditos e fiscalização dos tributos e demais receitas municipais;
- III - promover a inscrição, administração, notificação e cobrança das dívidas para com a Fazenda Municipal que não foram liquidadas nos prazos legais;
- IV - gerir e mapear o Cadastro Imobiliário do Município;
- V - realizar os serviços de contabilidade da administração direta, incluindo escrituração, manutenção de registros e controles, elaboração de relatórios gerenciais e demonstrações contábeis em geral, consolidação dos dados contábeis do Município e controle de ativos;
- VI - efetuar o controle interno de todas as movimentações financeiras, lançando as informações no sistema de auditoria do Tribunal de Contas;
- VII - elaborar e executar o cronograma mensal de desembolso da Administração direta do Município em articulação com o Controlador Interno;

- VIII - promover o recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos numerários e outros valores do Município;
- IX - definir e propor soluções dos problemas financeiros e tributários de competência do Município;
- X - identificar, analisar e propor medidas relativas às Receitas Municipais, suas leis e regulamentos;
- XI - adotar medidas para acompanhamento ou proposição de modificação no Sistema Tributário Municipal;
- XII - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Finanças e Tributação compreende em sua estrutura interna as seguintes unidades:

- I - Diretoria de Finanças;
  - a) Coordenadoria de Serviços de Contabilidade.
- II - Diretoria Tributária, Fiscal e Arrecadação;
  - a) Coordenadoria de Serviços Administrativos e Cadastro Imobiliário.
- III - Assessoria de Serviços Técnicos-Administrativos.

#### Seção VI

Da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

Art.19. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, exerce as seguintes funções:

- I - assumir, organizar e manter o sistema municipal de ensino de forma integrada aos sistemas educacionais da União e do Estado;
- I - propor e promover o desenvolvimento da política de educação, do Plano Municipal de Educação e das normas sobre o ensino municipal, suplementares às baixadas pela União e pelo Estado;
- II - gerir as unidades de educação infantil e de ensino fundamental;
- III - realizar o censo escolar e a chamada para matrícula;
- IV - garantir igualdade de condições para o acesso e permanência do aluno na escola;
- V - garantir o ensino fundamental e obrigatório, inclusive para os que não tiveram acesso na idade própria;
- VI - organizar e manter o sistema de informação sobre a situação do ensino no Município e análise e avaliação de indicadores de seus resultados, como taxas de evasão, distorção idade-série, repetição, analfabetismo e outras, relacionados à qualidade do ensino e da escola e ao rendimento dos docentes e estudantes;
- VII - atender o educando através de programas de apoio como os de alimentação e transporte escolar;
- VIII - promover a participação da comunidade escolar, pais e demais segmentos, no que se refere às questões educacionais e à gestão de recursos destinados ao ensino, especialmente daqueles destinados diretamente às escolas municipais;
- IX - oferecer a educação infantil na rede municipal de ensino;
- X - promover a educação de jovens e adultos na área de abrangência do Município;
- XI - assegurar a orientação técnico-pedagógica junto aos estabelecimentos municipais de educação infantil e do ensino fundamental;
- XII - criar condições para o desenvolvimento, aperfeiçoamento e a atualização dos profissionais da educação e do respectivo pessoal administrativo em consonância com as diretrizes da Secretaria Municipal de Administração e Gestão;
- XIII - promover o intercâmbio com outras entidades, propondo convênios, parcerias e programas de atuação conjunta de interesse educacional;
- XIV - prestar apoio técnico e administrativo aos Conselhos Municipais da área da Educação;
- XV - gerir o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB;
- XVI - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades específicas de zeladoria, transportes, vigilância patrimonial e serviços administrativos, bem como zelar pela guarda dos bens móveis, equipamentos, instalações e arquivos de documentação pertinentes à Secretaria;
- XVII - elaborar o calendário de eventos da Secretaria, em articulação com a Coordenadoria de Turismo;
- XVIII - desempenhar outras atividades afins.

§ 1º. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto compreende em sua estrutura interna as seguintes unidades:

- I - Chefia de Planejamento e Administração;
- II - Diretoria Pedagógica;
- III - Diretoria de Esporte Escolar;
  - a) Coordenadoria de Atividades Esportivas.
- IV - Diretoria de Cultura;
  - a) Coordenadoria de Atividades Culturais.
- V - Assessor de Serviços Técnicos-Administrativos.

§ 2º. A área da Educação deve observar a regulamentação e os requisitos dos cargos estabelecidos em Lei Municipal específica.

#### Seção VII

Da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 20. A Secretaria Municipal de Saúde exerce as seguintes funções:

- I - atuar sempre em consonância com as diretrizes e os princípios do Sistema Único de Saúde, em articulação com outros municípios, com as direções estadual e federal do Sistema e de acordo com normas em vigor;
- II - atuar em consonância com a missão, visão e valores estabelecidos;
- III - proceder à gestão de saúde do Município em formato que viabilize o acesso universal, igualitário e integral à população, de modo contínuo, serviços de saúde de qualidade e resolutivos com o princípio da equidade;
- IV - efetivar o princípio da integralidade em suas várias dimensões, a saber:
  - a) integrar ações programáticas e demanda espontânea;
  - b) articular ações de promoção à saúde, prevenção de agravos, vigilância em saúde, tratamento e reabilitação;
  - c) trabalhar de forma interdisciplinar e em equipe;
  - d) coordenar a rede de serviços.



- V - desenvolver relações de vínculo e responsabilidade com a população sob sua área de abrangência;
- VI - destinar recursos materiais e financeiros em função da diminuição das desigualdades sociais em saúde;
- VII - prestar contas sistematicamente ao Conselho Municipal de Saúde das receitas e despesas do Fundo Municipal de Saúde, abrangendo as que são objeto de transferências governamentais e as de recursos próprios do tesouro municipal;
- VIII - realizar avaliação e acompanhamento sistemático dos resultados alcançados, como parte do processo de planejamento e gestão do sistema municipal de saúde;
- IX - organizar e manter os diversos sistemas de informação em saúde atualizados, permitindo conhecer as condições de saúde dos cidadãos e priorizar ações resolutivas;
- X - desenvolver a gestão da saúde de forma transparente, promovendo a divulgação dos resultados alcançados em processo contínuo de comunicação em saúde;
- XI - estimular a participação popular e o controle social, adotando atitudes proativas de integração com a comunidade através do Conselho Municipal de Saúde;
- XII - desenvolver e executar ações de vigilância em saúde, bem como normatizar, complementarmente, a legislação em vigor, assegurando o seu cumprimento;
- XIII - executar programas especiais de saúde de iniciativa própria ou através de convênios com a União e o Estado de Santa Catarina;
- XIV - articular-se com os demais órgãos municipais, em especial com as Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Desporto e de Assistência Social, numa ação Intersectorial, para a execução de programas dirigidos ao educando;
- XV - coordenar e executar as ações pactuadas entre o Município, o Estado e a União, garantindo a correta aplicação dos recursos em consonância com o princípio de equidade;
- XVI - celebrar contratos e convênios com a rede complementar, controlando e avaliando a sua execução;
- XVII - colaborar com os órgãos e setores da Prefeitura responsáveis pela execução orçamentária e financeira, controle contábil, interno e auditoria, nas prestações de contas dos recursos transferidos e próprios ao Conselho Municipal de Saúde e outras prestações de contas previstas por lei;
- XVIII - planejar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades específicas de zeladoria, transportes, vigilância patrimonial e serviços administrativos, bem como zelar pela guarda dos bens móveis, equipamentos, instalações e arquivos de documentação pertinentes à Secretaria;
- XIX - prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal de Saúde;
- XX - elaborar o calendário de eventos da Secretaria, em articulação com a Coordenadoria de Turismo;
- XXI - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Saúde compreende em sua estrutura interna as seguintes unidades:

I - Diretoria de Atenção à Saúde e de Serviço de Atendimento Odontológico;

a) Coordenadoria dos Enfermeiros da Atenção Básica;

II Diretoria do CAPS e Saúde Mental;

III - Diretoria de Vigilância em Saúde;

IV - Diretoria de Administração e Ouvidoria da Saúde;

a) Coordenadoria do Setor de Tratamento Fora do Domicílio ;

b) Coordenadoria de Controle da Frota da Saúde.

V- Assessoria de Serviços Técnicos-Administrativos.

## Seção VIII

Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 21. A Secretaria Municipal de Assistência Social exerce as seguintes funções:

I - propor, promover e desenvolver a política pública de assistência social do Município de forma integrada com a Lei Orgânica de Assistência Social, PNAS, NOB/SUAS e executar programas, atividades e projetos que visem à melhoria de vida da população, o combate à exclusão e à pobreza e a proteção de grupos e indivíduos em vulnerabilidade e situação de risco social e pessoal;

II - coordenar em nível local, o processo de descentralização da Assistência Social, considerando a responsabilidade das três esferas de governo, o Comando Único da Assistência Social e a participação dos diversos segmentos envolvidos na formulação das políticas e no controle das ações;

III - articular os esforços dos setores governamental e privado, no processo de assistência social do Município, incluindo o estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil;

IV - promover a atenção prioritária à infância e à adolescência em situação de risco social e pessoal, bem como ao idoso, à pessoa com deficiência e a mulher;

V - promover a realização de estudos, diagnósticos e perfis socioeconômicos da população, voltados para os programas de assistência social, promovidos pela própria Secretaria ou por outros órgãos municipais;

VI - promover programas para usuários específicos e de ações assistenciais de caráter de emergência social;

VII - realizar eventos para promoção de direitos da cidadania, destinados à inclusão social;

VIII - prestar apoio técnico e administrativo aos Conselhos Municipais relacionados com a área de atuação da Secretaria;

IX - prestar auxílio material em casos de extrema pobreza ou outros de emergência comprovada;

X - gerir o Fundo Municipal de Assistência Social;

XI - desenvolver as políticas para as pessoas com deficiência e para o idoso;

XII - planejar, coordenar e executar políticas públicas de proteção e promoção à mulher;

XIII - coordenar, acompanhar, supervisionar e controlar os benefícios sociais inerentes ao Cadastro Único do Ministério de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome do Governo Federal;

XIV - contribuir com o desenvolvimento da gestão municipal e da sociedade civil organizada, através da mobilização dos segmentos sociais, da articulação política e social e da integração entre governo e comunidade;

XV - apoiar técnica e financeiramente os serviços, os programas e os projetos de enfrentamento da pobreza em âmbito local;

XVI - estimular e apoiar técnica e financeiramente as associações e os consórcios municipais na prestação de serviços de assistência social e direitos humanos;



- XVII - monitorar e avaliar programas municipais decorrentes de convênios com órgãos públicos e privados que implementam políticas voltadas para a assistência e ao bem estar social da população;
- XVIII - assistir as associações de bairros e outras formas de organização que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida dos habitantes;
- XIX - manter plantão social para atendimento de emergência;
- XX - formular projetos voltados para a ampliação das oportunidades de trabalho, de forma a enfrentar o desemprego e melhorar a qualidade de vida da população;
- XXI - promover as atividades de levantamento e cadastramento atualizando a força de trabalho no município;
- XXII - promover e viabilizar a realização de cursos voltados à iniciação e formação profissional dos munícipes, em articulação com a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Cultura e Desporto e a Diretoria de Turismo;
- XXIII - formular, coordenar e executar as ações e políticas públicas voltadas para o fomento da habitação de interesse social no âmbito do município;
- XXIV - elaborar, em articulação com as Secretarias Municipais de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e de Obras e Serviços, planos e programas habitacionais específicos, inclusive com vistas a proporcionar melhoria das condições habitacionais da população, especialmente de menor renda;
- XXV - promover as ações para o estabelecimento da política habitacional local em conjunto com a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico, que privilegie a melhoria das condições de moradia da população beneficiária da assistência social;
- XXVI - realizar cadastro da população beneficiária dos programas de habitação de interesse popular em articulação com a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;
- XXVII - promover o exame da situação socioeconômica dos beneficiários, bem como selecionar pessoas consideradas aptas a integrar o programa habitacional;
- XXVIII - incentivar a participação cidadã e o controle social por parte das entidades civis e populares no âmbito do município;
- XXIX - articular e mobilizar entidades e organizações que promovam a segurança alimentar e nutricional sustentável;
- XXX - garantir ações de fomento à produção de alimentos e à inclusão produtiva da população em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- XXXI - coordenar a criação de programas e instrumentos de abastecimento alimentar, voltados preferencialmente à população de baixa renda do Município, em articulação com a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pecuária;
- XXXII - promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar em parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pecuária;
- XXXIII - elaborar o calendário de eventos da Secretaria, em articulação com a Coordenadoria de Turismo;
- XXXIV - desempenhar outras atividades afins.
- Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Assistência Social compreende em sua estrutura interna as seguintes unidades:

I - Diretoria de Proteção Social;

a) Coordenadoria do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS;

b) Coordenadoria de Vigilância e Benefícios Socioassistenciais.

II - Diretoria de Trabalho, Emprego e Renda;

III- Assessoria de Serviços Técnicos-Administrativos;

## Seção IX

Da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente

Art. 22. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente exerce as seguintes funções:

- I - participar e contribuir com os estudos e propostas para a formulação da política agrícola do Município com o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento das funções agrícolas da cidade e de propriedades rurais em articulação com os órgãos e entidades afins;
- II - promover ações e programas municipais relativos à proteção, ao controle e ao desenvolvimento agropecuário;
- III - promover e programar a divulgação de eventos relativos à agricultura e pecuária;
- IV - promover a realização de estudos e a execução de medidas visando o desenvolvimento das atividades agropecuárias no Município e sua integração à economia local e regional;
- V - desenvolver programas de assistência técnica e difundir a tecnologia apropriada às atividades agropecuárias do Município;
- VI - executar programas de extensão rural, em integração com outras entidades que atuam no setor agrícola;
- VII - viabilizar assistência técnica a pequenos e médios produtores e criadores rurais;
- VIII - propor, coordenar e executar políticas públicas e ações voltadas para o fomento e apoio à agricultura familiar;
- IX - executar programas municipais de pesquisa e fomento à produção agrícola e ao abastecimento, especialmente de hortifrutigranjeiros e alimentos de primeira necessidade;
- X - articular-se com organismos, tanto públicos como privados, para o aproveitamento de incentivos e recursos para o desenvolvimento econômico do Município;
- XI - padronizar e inspecionar os produtos vegetais e animais utilizados nas atividades agropecuárias, em articulação com os sistemas estadual e federal;
- XII - incentivar e apoiar a formação de associações de produtores rurais;
- XIII - viabilizar assistência técnica a pequenos e médios produtores e criadores rurais;
- XIV - planejar, formular, desenvolver, coordenar, executar, controlar e avaliar políticas para o desenvolvimento sustentável do Município, bem como as ações municipais relativas à preservação e conservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado;
- XV - desenvolver atividades direcionadas à formulação de políticas públicas de sustentabilidade do Município e de normas e padrões de proteção, defesa e controle, em articulação com os sistemas estadual e federal de meio ambiente;
- XVI - fazer cumprir as normas técnicas e os padrões de proteção, controle e conservação ambiental definidos na legislação em vigor;
- XVII - elaborar, em articulação com os Municípios da região, propostas de trabalho comuns para a proteção e defesa do meio ambiente e

dos recursos naturais;

XVIII - promover ações e programas municipais relativos à proteção, ao controle e ao desenvolvimento ambiental;

XIX - promover, coordenar e supervisionar os processos de educação ambiental para a população e para os estudantes da rede municipal pública e privada de ensino, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto e outros órgãos municipais;

XX - promover e programar a divulgação de eventos relativos à proteção do meio ambiente;

XXI - incentivar e apoiar as ações voltadas para a reciclagem de materiais em cooperação com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços;

XXII - desenvolver e manter áreas verdes em vias públicas, parques, jardins, áreas de lazer e próprios municipais, em articulação com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços;

XXIII - realizar o licenciamento e a fiscalização ambiental, em articulação com os órgãos da esfera Estadual, quando couber;

XXIV - atuar, dentro dos limites de competência municipal, como elemento regularizador do abastecimento da população;

XXV - selecionar os meios mais efetivos de escoamento e comercialização da produção de alimentos e gêneros de primeira necessidade produzidos no Município, inclusive pela agricultura familiar;

XXVI - padronizar e inspecionar os produtos vegetais, animais e de insumos utilizados nas atividades agropecuárias e de pesca, em articulação com os sistemas estadual e federal;

XXVII - organizar, coordenar e fiscalizar o programa de feiras livres;

XXVIII - apoiar as iniciativas populares na organização para a produção e o consumo;

XXIX - planejar, formular, desenvolver, coordenar, executar, controlar, administrar e avaliar políticas para a conservação e desenvolvimento sustentável das unidades de conservação municipais, de acordo os preceitos previstos nas legislações federal e estadual vigente;

XXX - incentivar e orientar a instalação e a localização de indústrias que utilizem os insumos disponíveis no Município, sem prejuízo ao meio ambiente;

XXXI - promover o cadastramento das fontes de recursos para o desenvolvimento do Município, bem como a preparação de projetos para a captação de recursos em articulação com a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico;

XXXII - agir de forma conjunta com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços nas ações que visam assegurar a aplicação das posturas urbanísticas no Município;

XXXIII - promover a utilização e a divulgação de novas tecnologias em articulação com órgãos de pesquisa de outras esferas de governo e não governamentais;

XXXIV - incentivar ações que possibilitem a capacitação e o treinamento de pessoal para todas as áreas;

XXXV - articular-se com entidades públicas e privadas para a promoção de convênios e implantação de programas e projetos nas áreas de atuação da Secretaria Municipal;

XXXVI - prestar apoio técnico e administrativo aos Conselhos Municipais das respectivas áreas de atuação da Secretaria Municipal;

XXXVII - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente compreende em sua estrutura interna as seguintes unidades:

I - Diretoria de Agricultura e Pecuária;

a) Coordenadoria de Assistência Técnica ao Agricultor.

II - Diretoria de Meio Ambiente;

III - Assessoria de Serviços Técnicos-Administrativos.

## Seção X

Da Secretaria Municipal de Obras e Serviços

Art. 23. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços exerce as seguintes funções:

I - participar e contribuir com os estudos e propostas para a formulação da política urbana do Município com o objetivo de assegurar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana em articulação com os órgãos e entidades afins;

II - participar e contribuir no planejamento, bem como monitorar o crescimento do Município de Major Vieira, disciplinando e controlando a ocupação e uso do solo, de forma a garantir o seu desenvolvimento sustentável;

III - participar e contribuir na elaboração do Plano Diretor do Município promovendo a sua implantação e gestão depois de aprovado por lei;

IV - assegurar a aplicação das posturas urbanísticas de maneira articulada com as equipes das demais Secretarias;

V - ordenar o espaço público municipal fazendo valer o código de posturas municipal;

VI - fiscalizar com base na legislação aplicável, o uso e a ocupação do solo e das normas edilícias do Município;

VII - coibir o uso indevido das calçadas e a ocupação dos passeios públicos por obstáculos que impeçam a livre circulação dos pedestres;

VIII - gerir o Cadastro Técnico do Município, em articulação com a Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico e a Secretaria Municipal da Fazenda;

IX - construir, manter e conservar as obras civis públicas;

X - executar e gerenciar projetos de obras públicas de edificações, de macro e micro paisagismo e de projetos urbanos;

XI - manter atualizado o cadastro das obras públicas municipais e dos dados técnicos e financeiros necessários ao acompanhamento e controle das referidas obras;

XII - analisar e licenciar projetos particulares de urbanização, fracionamento e parcelamento do solo e de edificações;

XIII - elaborar normas básicas e padronizadas para execução de obras em prédios públicos;

XIV - controlar, fiscalizar e mensurar as obras públicas contratadas a terceiros pela Prefeitura;

XV - construir, pavimentar e conservar as vias urbanas e logradouros;

XVI - executar trabalhos de patrolamento, melhoria e encascalhamento; bem como, atividades relacionadas com obras de madeira e cimento como manilhas, bueiros e demais correlatos na zona urbana e zona rural;

XVII - realizar, de forma direta ou contratada, a execução dos serviços de coleta de resíduos sólidos e sua destinação final, dos serviços de aterro sanitário, e dos serviços de capina, varrição e limpeza das vias e logradouros públicos;

XVIII - promover e supervisionar a execução dos serviços de iluminação pública, no seu âmbito de atuação, em articulação com os órgãos competentes do Estado;

XIX - supervisionar e zelar pela administração dos cemitérios municipais;

XX - propor a regulamentação dos serviços funerários existentes no Município;

XXI - definir diretrizes e propor medidas com vistas a organizar e tornar eficiente o sistema de transportes públicos;

XXII - oferecer os serviços de manutenção descentralizada nas estradas municipais, nas áreas rurais;

XXIII - articular, coordenar e gerenciar ações de defesa civil em nível municipal;

XXIV - elaborar, executar e gerenciar planos diretores, planos de contingências e planos de operações de defesa civil, bem como projetos relacionados com o assunto;

XXV - propor à autoridade competente a decretação de situação de emergência ou de estado de calamidade pública, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

XXVI - coordenar a política municipal de saneamento básico e fiscalizar os serviços prestados, obedecendo às diretrizes exaradas pelo Plano Municipal de Saneamento Básico;

XXVII - planejar, coordenar, executar e fiscalizar as obras de infraestrutura, de construção e manutenção de estradas vicinais, caminhos, pontes, mata-burros, pontilhos e passarelas na área rural do Município;

XXVIII - conservar, manter, administrar e guardar a frota de veículos leves e máquinas pesadas da Prefeitura destinadas aos serviços da Secretaria;

XXIX - organizar, regular e fiscalizar o sistema de trânsito e de transporte no Município;

XXX - definir diretrizes e propor medidas com vistas a organizar e tornar eficiente o sistema de transportes públicos;

XXXI - planejar, organizar e controlar os serviços de transporte público coletivo e da circulação viária do Município;

XXXII - promover e supervisionar a execução dos serviços de tráfego e trânsito, sob a responsabilidade do Município;

XXXIII - promover os serviços de sinalização de trânsito e tráfego em articulação com os órgãos estaduais competentes, conforme a legislação vigente;

XXXIV - desempenhar outras atividades afins.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Obras e Serviços compreende em sua estrutura interna as seguintes unidades:

I - Diretoria de Obras, Posturas e Fiscalização;

a) Coordenadoria de Manutenção da Frota Municipal;

b) Coordenadoria de Almoxarifado.

II - Diretoria de Obras e Serviços Urbanos;

III- Diretoria de Obras e Serviços Rurais;

IV- Diretoria Geral de Trânsito e Rodoviário;

V - Assessoria de Serviços Técnicos-Administrativos.

## Seção XI

### Dos Conselhos

Art. 24. Integram a estrutura organizacional da Prefeitura Municipal, nos termos da legislação respectiva, os Conselhos Municipais, com atribuições e encargos consultivos, de assessoramento, e de execução, consoante as competências erigidas em regulamentos específicos.

Parágrafo único. As competências, a composição e a forma de funcionamento dos órgãos colegiados de assessoramento são estabelecidas em legislação específica.

## Seção XII

### Das Autarquias e Fundações

Art. 25. Compõem a Estrutura Administrativa indireta da Prefeitura Municipal as Autarquias e Fundações, em conformidade com as respectivas leis instituidoras, regidas por legislação que lhes é específica, como entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público ou de direito privado, criadas por lei e com autonomia administrativa e financeira, e patrimônios próprios, destinadas à exploração de atividades econômicas em caráter supletivo ou substitutivo, ou as atividades filantrópicas, em decorrência de contingências ou conveniência administrativa.

## CAPÍTULO V

### DOS CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA

#### Sessão I

##### Dos Cargos em Comissão

Art. 26. O cargo de provimento em comissão é aquele cujo provimento dá-se independentemente de aprovação em concurso público, destinado somente às atribuições de direção, chefia e assessoramento, caracterizando-se pela transitoriedade da investidura, podendo ser preenchido por pessoa que não seja servidor de carreira, observado o percentual mínimo 50% (cinquenta por cento) de servidores efetivos.

Art. 27. A provisão dos Cargos em Comissão dar-se-á através de livre nomeação do Chefe do Poder Executivo Municipal, e são as constantes na tabela do anexo II - Cargos de Provimento em Comissão, onde constam a remuneração, quantidades de vagas e o código e a complexidade, descrições e atribuições dos cargos, descritas no Anexo V.

Art. 28. O servidor de provimento efetivo ao ser designado para exercer função de cargo em comissão, poderá optar pelo vencimento base do cargo efetivo, acrescido de 50% (cinquenta por cento) do vencimento fixado para o cargo em comissão que irá ocupar.

Parágrafo único. Dispensado do cargo de comissão, sua remuneração será a proveniente do cargo de provimento efetivo de origem, com os acréscimos respectivos ao cargo efetivo, não gerando nenhum direito o exercício no cargo em comissão, para efeito de remuneração.

Art. 29. A jornada de trabalho dos servidores dos cargos providos em comissão será de 40 (quarenta) horas semanais, cumpridas de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de Major Vieira.

§ 1º Além do cumprimento do estabelecido neste artigo, o exercício de cargo em comissão exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da administração.

§ 2º O Assessor Jurídico comissionado sujeita-se à jornada de trabalho caracterizada pela exigência da prestação de 20 (vinte) horas semanais, considerando-se também para efeito de trabalho e cumprimento de carga horária o tempo de duração de audiências relativas à representação judicial e extrajudicial da Prefeitura Municipal de Major Vieira.

Art. 30. Extinto o órgão da atual estrutura administrativa, automaticamente extinguir-se-á os cargos em comissão correspondente à sua direção, chefia ou assessoramento.

**Sessão II****Das Funções de Confiança**

Art. 31. A função de confiança, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, representa um acréscimo salarial na forma de "gratificação" pago ao servidor efetivo que exerce atribuição de direção, chefia ou assessoramento, de acordo com os cargos, e quantidades constantes do Anexo II e natureza, complexidade, descrições e atribuições descritas no Anexo V.

Art. 32. O Cargo de Provimento em Comissão na função de confiança, objeto do anexo II, poderá ser outorgada na forma de percentual incidente sobre o vencimento base do cargo efetivo, constantes no anexo IV, limitado a quantidade de vagas e a complexidade, descrições e atribuições dos cargos, descritas no Anexo V.

Art. 33. A Função de Confiança será devida somente enquanto o servidor efetivo estiver ocupando o cargo em comissão, para o qual foi designado, cessando imediatamente no ato de sua exoneração.

Art. 34. Não é permitido o acúmulo de mais de uma função de confiança.

**CAPÍTULO VI****DOS PRINCÍPIOS GERAIS DE DELEGAÇÃO E EXERCÍCIO DE AUTORIDADE**

Art. 35. O Prefeito, os Secretários Municipais e os titulares de igual nível hierárquico, salvo hipóteses expressamente contempladas em lei, deverão permanecer livres de funções meramente executórias e da prática de atos relativos à rotina administrativa ou que indiquem uma simples aplicação de normas estabelecidas.

Parágrafo único. O encaminhamento de processos e outros expedientes às autoridades mencionadas neste artigo, ou a avocação de qualquer caso por essas autoridades, apenas se dará quando:

I - o assunto se relacione com ato praticado pessoalmente pelas citadas autoridades;

II - se enquadre simultaneamente na competência de vários órgãos subordinados diretamente ao Secretário ou não se enquadre precisamente na de nenhum deles;

III - incida ao mesmo tempo no campo das relações da Prefeitura com a Câmara ou com outras esferas de Governo;

IV - for para reexame de atos manifestamente ilegais ou contrários ao interesse público;

V - a decisão importar em precedente que modifique a prática vigente no Município.

Art. 36. Ainda com o objetivo de reservar às autoridades superiores as funções de planejamento, organização, coordenação, controle e de acelerar a tramitação administrativa, serão observados, no estabelecimento de rotinas de trabalho e de exigências processuais, entre outros princípios de racionalidade administrativa, os seguintes:

I - todo assunto será decidido no nível hierárquico das Secretarias Municipais e Setores, para isso:

a) as chefias imediatas que se situam na base da organização devem receber a delegação de poderes decisórios, em relação a assuntos rotineiros;

b) a autoridade competente para proferir a decisão ou ordenar a ação deve ser a que se encontre no ponto mais próximo àquele em que a informação se complete ou em que todos os meios e formalidades requeridos por uma operação se conclua.

II - a autoridade competente não poderá escusar-se de decidir, protelando por qualquer forma o seu funcionamento ou encaminhando o caso à consideração superior ou de outra autoridade;

III - os contatos entre os órgãos da Administração Municipal, para fins de instrução de processo, far-se-ão diretamente de órgão para órgão.

**CAPÍTULO VII****DA IMPLANTAÇÃO DA NOVA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA****DOS CARGOS EM COMISSÃO**

Art. 37. A estrutura administrativa estabelecida nesta Lei entrará em funcionamento gradativamente, à medida que os órgãos que a vierem compor forem sendo implantados, segundo as conveniências da Administração e as disponibilidades de recursos.

Parágrafo único. A implantação dos órgãos constantes da presente Lei far-se-á através da efetivação das seguintes medidas:

I - provimento dos respectivos cargos em comissão;

II - dotação do pessoal, dos recursos materiais e orçamentários indispensáveis ao seu funcionamento.

Art. 38. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei através de decreto, definindo a estrutura administrativa de forma mais detalhada, tendo como referência a estrutura organizacional básica de cada Secretaria instituída pela presente Lei.

Art. 39. O Prefeito, através do Decreto que define a estrutura administrativa, poderá delegar competência aos diversos órgãos para proferir despachos decisórios, podendo a qualquer momento, no entanto, avocar a si, segundo seu único critério, a competência delegada.

Parágrafo único. São indelegáveis as competências decisórias do Chefe do Executivo, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município de Major Vieira.

**CAPÍTULO VIII****DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 40. Os agentes políticos, dada as peculiaridades do cargo, que incluem a liberdade e independência no exercício de suas funções, não se submetem à jornada de trabalho comum aos servidores públicos, o que, consequentemente, também não gera o direito ao recebimento de horas extras, sobremodo diante do disposto no § 4º do art. 39 da Constituição Federal, que estabelece a remuneração dos agentes políticos exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer adicional.

§ 1º São considerados Agentes políticos do Município, o Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais.

§ 2º Os subsídios dos Agentes Políticos, serão fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal.

Art. 41. A estrutura organizacional e administrativa da Prefeitura de Major Vieira passa a reger-se por esta Lei que promove a sua reorganização e reestruturação.

Art. 42. O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito, que detém a direção superior da Administração Pública Municipal, auxiliado pelos órgãos e dirigentes da administração direta e indireta, com as competências previstas na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina, na Lei Orgânica do Município de Major Vieira e na legislação pertinente.

Art. 43. Ficam criados, organizados e estruturados administrativamente os cargos de provimento em comissão, ordenados por órgão, código e níveis de vencimentos, constantes dos Anexos I, II e III e os cargos de provimento em função de confiança, constantes no Anexo IV desta Lei.

Art. 44. A Secretaria Municipal de Administração e Gestão procederá, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, contados da vigência

desta Lei, às modificações que se fizerem necessárias no Quadro Permanente de Pessoal, em decorrência da aplicação deste ato legal.

Art. 45. Os bens patrimoniais, contratos, convênios, acordos e outras modalidades de ajustes celebrados deverão ser ajustados conforme a nova estrutura organizacional desta Lei.

Art. 46. Esta Lei entrará em vigor em 01 de janeiro de 2018, revogando-se todas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.022, de 01 de Julho de 1993, bem como todos os atos normativos a ela referidos e, direta e indiretamente, vinculados, observados os dispositivos constantes desta Lei.

Major Vieira, 08 dezembro de 2017.

ORILDO ANTÔNIO SEVERGNINI

Prefeito do Município de Major Vieira/SC

#### ANEXO I

##### CARGOS DE SECRETÁRIOS (AGENTES POLÍTICOS)

Nº	CARGO	QUANT.	VALOR (R\$)
1	Secretário Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	1	*3.585,50
2	Secretário Municipal de Administração e Gestão	1	
3	Secretário Municipal de Finanças e Tributação	1	
4	Secretário Municipal de Educação, Cultura e Desporto	1	
5	Secretário Municipal de Saúde	1	
6	Secretário Municipal de Assistência Social	1	
7	Secretário Municipal de Obras e Serviços	1	
8	Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	1	

(\*) CC-Subsídio

Valor de acordo com a Legislação em vigor que fixa o subsídio dos Agentes Políticos.

#### ANEXO II

##### CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO POR ÓRGÃO

ÓRGÃO	CARGO	CÓDIGO	Nº. VAGAS	VALOR (R\$)
Gabinete do Prefeito	Assessor Jurídico	CC-5	1	4.512,48
	Chefe de Gabinete e Ouvidoria	CC-4	1	2.800,00
	Coordenador de Comunicação Social	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador de Proteção e Defesa Civil	CC-2	1	1.770,00
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	Diretor de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Projetos, Convênios e Prestação de Contas	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Habitação	CC-3	1	2.512,72
	Coordenador de Indústria, Comércio e Turismo	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador de Turismo	CC-2	1	1.770,00
	Assessor de Serviços Técnicos-Administrativos	CC-1	1	1.360,00



Secretaria Municipal de Administração e Gestão	Diretor de Licitações e Contratos	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Tecnologia da Informação – Suporte e redes	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Recursos Humanos	CC-3	1	2.512,72
	Coordenador de Almoxarifado, Patrimônio, Protocolo e Arquivo Geral	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador de Compras e Serviços	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador de Recursos Humanos	CC-2	1	1.770,00
	Assessor de Serviços Técnicos-Administrativos	CC-1	1	1.360,00
Secretaria Municipal de Finanças e Tributação	Diretor de Finanças	CC-3	1	2.512,72
	Diretor Tributário, Fiscal e Arrecadação	CC-3	1	2.512,72
	Coordenador de Serviços de Contabilidade	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador de Serviços Administrativos e Cadastro Imobiliário	CC-2	1	1.770,00
	Assessor de Serviços Técnicos-Administrativos	CC-1	1	1.360,00
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto	Chefe de Planejamento e Administração	CC-4	1	2.800,00
	Diretor Pedagógico	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Esporte Escolar	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Cultura	CC-3	1	2.512,72
	Coordenador de Atividades Esportivas	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador de Atividades Culturais	CC-2	1	1.770,00
	Assessor de Serviços Técnicos-Administrativos	CC-1	1	1.360,00
Secretaria Municipal de Saúde	Diretor de Atenção à Saúde	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Administração e Ouvidoria da Saúde	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Atenção à Saúde e de Serviço de Atendimento Odontológico	CC-3	1	2.512,72
	Diretor do CAPS e Saúde Mental	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Vigilância em Saúde	CC-3	1	2.512,72
	Coordenador dos Enfermeiros da Atenção Básica	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador do setor de Tratamento fora do Domicílio-TFD	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador de Controle da Frota da Saúde	CC-2	1	1.770,00
	Assessor de Serviços Técnicos-Administrativos	CC-1	2	1.360,00



Secretaria Municipal de Assistência Social	Diretor de Proteção Social	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Trabalho, Emprego e Renda	CC-3	1	2.512,72
	Coordenador do CRAS	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador de Vigilância e Benefícios Socioassistenciais	CC-2	1	1.770,00
	Assessor de Serviços Técnicos- Administrativos	CC-1	1	1.360,00
Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	Diretor de Agricultura e Pecuária	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Meio Ambiente	CC-3	1	2.512,72
	Coordenador de Assistência Técnica ao Agricultor	CC-2	1	1.770,00
	Assessor de Serviços Técnicos- Administrativos	CC-1	1	1.360,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços	Diretor de Obras, Posturas e Fiscalização	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Obras e Serviços Urbanos	CC-3	1	2.512,72
	Diretor de Obras e Serviços Rurais	CC-3	1	2.512,72
	Diretor Geral de Trânsito e Rodoviário	CC-3	1	2.512,72
	Coordenador de Manutenção da Frota Municipal	CC-2	1	1.770,00
	Coordenador de Almoxarifado	CC-2	1	1.770,00
	Assessor de Serviços Técnicos- Administrativos	CC-1	1	1.360,00

## ANEXO III

## CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO POR CÓDIGO

CÓDIGO	VALOR (R\$)	CARGOS
CC-5	4.512,48	Assessor Jurídico
CC-4	2.800,00	Chefe
CC-3	2.512,72	Diretor
CC-2	1.770,00	Coordenador
CC-1	1.360,00	Assessor

Código:

CC: Cargo Comissionado

## ANEXO IV

## CARGOS DE PROVIMENTO EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA

CÓDIGO	Nº. VAGAS	CARGOS	FUNÇÃO DE CONFIANÇA PERCENTUAL SOBRE O VENCIMENTO BASE
FG-4	5	Chefe	45%
FG-3	4	Diretor	35%
FG-2	3	Coordenador	30%
FG-1	3	Assessor	20%

Registrada e Publicada no DOM – Diário Oficial dos Municípios no dia 12/12/2017 e Site [www.majorvieira.gov.br](http://www.majorvieira.gov.br) em 11/12/2017.Marenize Terezinha Brocco  
Analista Contábil

**RETIFICAÇÃO TP 003.2017**

Publicação N° 1454667

MUNICÍPIO DE MAJOR VIEIRA/SC

**AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇO N.º 003/2017**

Objeto: Pregão presencial para eventual e futura contratação de empresas para aquisição CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS DE CONCRETO NA RUA VITOR FERNANDES DE SOUZA – TRECHO 02 - COM ÁREA TOTAL 1.512,22 M². | Tipo: Menor Preço – Por Item| REALIZA-SE ALTERAÇÃO NO EDITAL TP 003.2017, Informações adicionais/Obtenção do Edital na íntegra/Local da Sessão Pública: Paço Municipal/Depto de Licitações, na Travessa Otacílio F. Souza, 210, Bairro Centro, Major Vieira/SC, ou por e-mail: Licitacao.majorvieira@yahoo.com.br Fone (47) 3655-1111. Vilson Marcos Fernandes – Pregoeiro, Major Vieira/SC 12/12/2017.

# Maracajá

## PREFEITURA

### CHAMADA PÚBLICA Nº 066/2017

Publicação Nº 1454767

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MARACAJÁ

#### AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Chamada Pública nº 066/2017

OBJETIVO: Chamada Pública para aquisição de gêneros alimentícios oriundos diretamente da Agricultura Familiar para a merenda escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino do Maracajá/SC (Escolas e C.E.I.), para o ano de 2018, conforme legislação do FNDE.

DATA DE ENTREGA: até 22 de janeiro de 2018 às 13h45min.

DATA DE ABERTURA: Dia 22 de janeiro de 2018 às 14h00min.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no departamento de Licitações do Município de Maracajá, na Avenida Getulio Vargas nº530 –Centro, Maracajá/SC, no horário das 08h30min às 17h30min, ou pelos telefones (48) 3523-1199 e 3523-1111, ou através do site: [www.maracaja.sc.gov.br](http://www.maracaja.sc.gov.br)

Maracajá, 05 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

PREFEITO MUNICIPAL

### LEI Nº 1106, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454349

LEI Nº 1106, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Arlindo Rocha, Prefeito Municipal de Maracajá, faz saber a todos os habitantes deste município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abertura de Crédito Suplementar no valor de R\$ 490.279,00 (quatrocentos e noventa mil, duzentos e setenta e nove reais), para suplementar no orçamento vigente as dotações abaixo:

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
2.004 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (14) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 197.939,00  
2.047 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (23) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.340,00  
05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
2.012 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
3.1.90.00.00.00.00.00.0104 (67) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 100.000,00  
07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS  
2.038 – MANUTENÇÃO, ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E PONTES  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (98) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 110.000,00  
11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
2.035 – MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA  
3.1.90.00.00.00.00.00.0103 (10) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 70.000,00

16.01 – SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TURISMO  
2.050 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DO MEIO AMBIENTE E TURISMO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (140) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

TOTAL .....  
..... R\$ 490.279,00

Art. 2º Para atender a suplementação de que trata o artigo anterior, fica anulada no mesmo orçamento as dotações abaixo:

02.01 – GABINETE DO PREFEITO  
2.002 – MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (2) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 6.600,00  
03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
0.001 – AMORTIZAÇÃO DO PRINCIPAL, ENCARGOS DA DÍVIDA E PASEP  
3.2.90.00.00.00.00.00.0080 (26) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (27) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00  
4.6.90.00.00.00.00.00.0080 (28) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 30.000,00  
2.043 – CONTRIBUIÇÃO AS ENTIDADES MUNICIPALISTAS  
3.3.50.00.00.00.00.00.0080 (11) – Transferências a Instituições Privadas sem Fins ..... R\$ 4.000,00  
05.01 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DEPTO. DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
1.005 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA - EDUCAÇÃO INFANTIL  
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (62) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 4.865,40  
1.006 – CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA - ENSINO FUNDAMENTAL  
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (39) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 143.804,61  
1.008 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ENSINO FUNDAMENTAL  
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (42) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 2.970,30  
1.025 – AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS - ENSINO INFANTIL  
4.4.90.00.00.00.00.00.0104 (64) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 13.750,00  
2.020 – BOLSA DE ESTUDO E TRANSPORTE  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (74) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 12,97  
05.02 – DEPTO. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES - DEPTO. DE ESPORTES  
2.023 – MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES  
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (84) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 1.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (85) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 21.182,47  
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (86) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 456,11  
07.01 – DEPTO. DE OBRAS, HABITAÇÃO E SERV. URBANOS  
2.030 – MANUTENÇÃO E MELHORIA DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA  
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (89) – Aplicações Diretas .....  
..... R\$ 10.000,00

2.033 - MANUTENÇÃO, LIMPEZA E MELHORIAS DE PRAÇAS PÚBLICAS	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (91) - Aplicações Diretas .....	R\$ 59.853,66
2.034 - MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (93) - Aplicações Diretas .....	R\$ 2.926,20
2.036 - MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE ESGOTO PLUVIAL	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (112) - Aplicações Diretas .....	R\$ 16.095,00
2.039 - MANUTENÇÃO E LIMPEZA DE VIAS URBANAS	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (107) - Aplicações Diretas .....	R\$ 55.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (108) - Aplicações Diretas .....	R\$ 36.090,60
13.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
2.027 - INTEGRAÇÃO DOS IDOSOS E MANUTENÇÃO DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (113) - Aplicações Diretas .....	R\$ 2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 (115) - Aplicações Diretas .....	R\$ 2.000,00
14.01 - FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCÊNCIA	
2.025 - PROTEÇÃO AS CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RISCO	
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 (127) - Aplicações Diretas .....	R\$ 1.000,00
16.01 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
2.040 - MANUTENÇÃO DO PARQUE ECOLÓGICO	
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 (137) - Aplicações Diretas .....	R\$ 36.671,68
<b>TOTAL .....</b>	<b>R\$ 490.279,00</b>

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 7 de Dezembro de 2017.

Arlindo Rocha  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria Municipal de Administração em 7 de Dezembro de 2017.

Marluci Freitas Bitencourt  
Secretária de Administração

## PORTARIA 266/2017

Publicação Nº 1454888

Portaria Nº 266, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Merendeira - ACT, LUCIA CASAGRANDE, CPF 638.590.259-53, matrícula Nº 2303, nascida em 24 de julho de 1966.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 135/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

## PORTARIA 267/2017

Publicação Nº 1454891

Portaria Nº 267, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, ELI ROSANGELA LOUREIRO GUHL, CPF 634.983.400-34, matrícula Nº 2315, nascida em 21 de dezembro de 1972.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 154/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

## PORTARIA 268/2017

Publicação Nº 1454893

Portaria Nº 268, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

### RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 29 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Assistente Social - ACT, SANDRA DE SOUZA URBANO, CPF 889.257.819-72, matrícula Nº 2318, nascida em 13 de março de 1971.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 163/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de

Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA 269/2017**

Publicação Nº 1454895

Portaria Nº 269, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Recepcionista - ACT, GABRIELA ROCHA, CPF 105.115.819-20, matrícula Nº 2319, nascida em 26 de março de 1999.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 164/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA 270/2017**

Publicação Nº 1454898

Portaria Nº 270, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Psicólogo - ACT, TATIANE NUNES DA SILVA, CPF 699.107.400-44, matrícula Nº 2320, nascida em 6 de novembro de 1974.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 165/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA 271/2017**

Publicação Nº 1454905

Portaria Nº 271, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Psicólogo - ACT, CRISTIANE COSTA FELISBINO MENDES, CPF 004.117.349-03, matrícula Nº 2321, nascida em 30 de agosto de 1981.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 166/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA 272/2017**

Publicação Nº 1454909

Portaria Nº 272, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, ROSINEIA APARECIDA GONÇALVES, CPF 775.469.899-49, matrícula Nº 2325, nascida em 17 de fevereiro de 1975.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 190/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 273/2017**

Publicação Nº 1454912

Portaria Nº 273, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, INGRID VARELA GONÇALVES, CPF 100.483.829-81, matrícula Nº 2326, nascida em 4 de abril de 1998.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.  
Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 191/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 274/2017**

Publicação Nº 1454914

Portaria Nº 274, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, CRISTINA GONÇALVES, CPF 085.827.449-35, matrícula Nº 2328, nascida em 12 de agosto de 1991.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.  
Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 195/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 275/2017**

Publicação Nº 1454916

Portaria Nº 275, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora

pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, SUZEN DA ROCHA, CPF 080.576.109-80, matrícula Nº 2330, nascida em 28 de setembro de 1991.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 202/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 276/2017**

Publicação Nº 1454928

Portaria Nº 276, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, SANDRA REGINA BARCELOS ROSA, CPF 434.378.429-00, matrícula Nº 2333, nascida em 15 de abril de 1960.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.  
Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 210/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 277/2017**

Publicação Nº 1454937

Portaria Nº 277, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil - ACT, JULIANA DE SOUZA ELIAS, CPF 080.913.019-01, matrícula Nº 2334, nascida em 10 de setembro de 1991.  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.  
Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 211/2017.



Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA 278/2017**

Publicação Nº 1454943

Portaria Nº 278, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, TÂNIA DE MACEDO INÁCIO DOS SANTOS, CPF 044.371.209-30, matrícula Nº 2350, nascida em 30 de maio de 1986.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 243/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA 279/2017**

Publicação Nº 1454948

Portaria Nº 279, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, DIRLENE JOANA CORTES DA SILVA DIAS, CPF 044.719.649-92, matrícula Nº 2353, nascida em 24 de junho de 1984.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 257/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA 280/2017**

Publicação Nº 1454951

Portaria Nº 280, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 14 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, GESIANE BASÍLIO DE ALMEIDA SOMARIVA, CPF 030.521.839-58, matrícula Nº 2354, nascida em 7 de abril de 1980.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 261/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

### **PORTARIA 281/2017**

Publicação Nº 1454959

Portaria Nº 281, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a partir do dia 29 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Recepcionista - ACT, LAÍS MARTINELLO, CPF 108.818.269-01, matrícula Nº 2348, nascida em 23 de abril de 1997.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 236/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 282/2017**

Publicação Nº 1454962

Portaria Nº. 282 de 4 de dezembro de 2017.

Exonera, IVANIZIA DA SILVA ROCHA do cargo de Técnico em Enfermagem - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de sua competência que lhe confere o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 29 de dezembro de 2017, a servidora pública IVANIZIA DA SILVA ROCHA, brasileira, maior, nascida em 18 de março de 1964, CPF 712.008.789-49, matrícula Nº 2198, do cargo de Técnico em Enfermagem – ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 364/2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 4 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 283/2017**

Publicação Nº 1454982

Portaria Nº. 283 de 4 de dezembro de 2017.

Exonera, DAIANA DA ROSA GONÇALVES do cargo de Técnico em Enfermagem - ESF.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de sua competência que lhe confere o inciso VII, do Artigo 73, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 29 de dezembro de 2017, a servidora pública DAIANA DA ROSA GONÇALVES, brasileira, maior, nascida em 28 de agosto de 1986, CPF 009.914.849-83, matrícula Nº 2214, do cargo de Técnico em Enfermagem – ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 393/2016.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 4 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 284/2017**

Publicação Nº 1454988

PORTARIA Nº 284 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA KELEN BORGES DE SOUZA MACHADO.

O Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere o inciso VII, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE**

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, a partir do dia 6 de dezembro de 2017, a servidora KELEN BORGES DE SOUZA MACHADO, ocupante do cargo de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, a contar de 6/12/2017 a 3/6/2018, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 285/2017**

Publicação Nº 1454990

Portaria N.º 285 de 4 de dezembro de 2017.

Nomeia José Edson Scremin para exercer o cargo de Auditor Fiscal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições e à vista do resultado do Concurso Público convocado pelo Edital Nº 001/2015 de 23 de março de 2015 e realizado dia 24 de maio 2015, cujos resultados foram homologados em 22 de junho de 2015 e cumprindo a determinação judicial expedida no Processo 0302405-85.2017.8.24.0004 (Mandado de Segurança), resolve:

**NOMEAR**

A partir do dia 14 de dezembro de 2017, JOSÉ EDSON SCREMIN, brasileiro, maior, nascido em 13 de dezembro de 1959, portador da Cédula de Identidade nº. 851.124, inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob nº. 591.703.289-00, para exercer o cargo de Provimento Efetivo de Auditor Fiscal, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 4 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, na Secretaria de Administração, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 286/2017**

Publicação Nº 1454994

Portaria Nº 286, de 4 de dezembro de 2017.  
EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA.

O Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de sua competência que lhe confere a Lei 914 de 13 de dezembro de 2012,

**RESOLVE:**

Art. 1º Exonerar a partir do dia 31 de dezembro de 2017, a servidora pública nomeada para exercer o cargo de Professor - ACT, GRAZIELA DOS ANJOS VARELA, CPF 038.630.469-60, matrícula Nº 2264, nascida em 22 de maio de 1983, em razão do término de sua Licença Maternidade.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Portaria nº 078/2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

**PORTARIA 287/2017**

Publicação Nº 1455001

PORTARIA Nº. 287 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

RETIFICA A PORTARIA Nº 145/2017.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições, retifica:

Art. 1º Fica retificada a Portaria nº 145 de 17 de abril de 2017, que nomeou Wagner Guimarães de Souza para o cargo de Agente de Saúde - ESF - ACT.

Art. 2º O Artigo 1º, da referida Portaria passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º Nomear WAGNER GUIMARÃES DE SOUZA, brasileiro, maior, nascido em 23 de outubro de 1988, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 024.950.803-67, para exercer o cargo de Agente de Saúde - ESF - ACT, 40 horas, no período de 17 de abril de 2017, podendo vigorar até 28 de dezembro de 2018."

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 4 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

**PORTARIA 288/2017**

Publicação Nº 1455015

PORTARIA Nº. 288 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

RETIFICA A PORTARIA Nº 147/2017.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições, retifica:

Art. 1º Fica retificada a Portaria nº 147 de 17 de abril de 2017, que nomeou Tania de Oliveira para o cargo de Agente de Saúde - ESF - ACT.

Art. 2º O Artigo 1º, da referida Portaria passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º Nomear TANIA DE OLIVEIRA, brasileira, maior, nascida em 12 de agosto de 1986, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 064.297.899-93, para exercer o cargo de Agente de Saúde - ESF - ACT, 40 horas, no período de 17 de abril de 2017, podendo vigorar até 28 de dezembro de 2018."

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 17 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 4 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

**PORTARIA 289/2017**

Publicação Nº 1455028

PORTARIA Nº. 289 DE 4 DE DEZEMBRO DE 2017.

RETIFICA A PORTARIA Nº 206/2017.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições, retifica:

Art. 1º Fica retificada a Portaria nº 206 de 10 de agosto de 2017, que nomeou Camila Fernandes Mota para o cargo de Agente de Saúde - ESF - ACT.

Art. 2º O Artigo 1º, da referida Portaria passa a ter a seguinte redação: "Art. 1º Nomear CAMILA FERNANDES MOTA, brasileira, maior, nascida em 29 de abril de 1998, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda sob o nº 113.043.499-00, para exercer o cargo de Agente de Saúde - ESF - ACT, 40 horas, no período de 10 de agosto de 2017, podendo vigorar até 28 de dezembro de 2018."

Art. 3º Essa Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 10 de agosto de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Maracajá,  
em 4 de dezembro de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

**PORTARIA 290/2017**

Publicação Nº 1455032

Portaria nº 290 de 4 de dezembro de 2017.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DA DIRETORA DA E.E.B.M. NIVALDO JOSÉ ROSA, CARLA VIVIANE DARÓS SCARDUELLI.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 58 de 29 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o percentual da Gratificação mensal da Servidora efetiva, CARLA VIVIANE DARÓS SCARDUELLI, brasileira, maior, nascida em 10 de janeiro de 1974, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 712.528.519-87, que ocupa cargo em comissão de Diretora da E.E.B.M. Nivaldo José Rosa, passando de 50% sobre o vencimento inicial da Tabela Salarial LP-1A, para 20% calculado sobre o valor do vencimento do respectivo cargo efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de dezembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 224 de 12 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 291/2017**

Publicação Nº 1455035

Portaria nº 291 de 4 de dezembro de 2017.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DA DIRETORA DA E.E.B.M. ENCRUZO DO BARRO VERMELHO, DANÚBIA ROCHA DE OLIVEIRA DE ARAUJO.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 58 de 29 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o percentual da Gratificação mensal da Servidora efetiva, DANÚBIA ROCHA DE OLIVEIRA DE ARAUJO, brasileira, maior, nascida em 5 de janeiro de 1986, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 054.093.169-16, que ocupa cargo em comissão de Diretora da E.E.B.M. Encruzo do Barro Vermelho, passando de 50% sobre o vencimento inicial da Tabela Salarial LP-1A, para 50% calculado sobre o valor do vencimento do respectivo cargo efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de dezembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a

Portaria nº 226 de 12 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**PORTARIA 292/2017**

Publicação Nº 1455036

Portaria nº 292 de 4 de dezembro de 2017.

ALTERA O PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO DA DIRETORA DO C.E.I. MARGARETH MARIA THOMAZI ROCHA.

O Prefeito Arlindo Rocha, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 58 de 29 de novembro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º Alterar o percentual da Gratificação mensal da Servidora efetiva, JULIANA DASSOLER DA SILVA, brasileira, maior, nascida em 17 de setembro de 1986, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 062.399.389-98, que ocupa cargo em comissão de Diretora do C.E.I. Margareth Maria Thomazi Rocha, passando de 50% sobre o vencimento inicial da Tabela Salarial LP-1A, para 50% calculado sobre o valor do vencimento do respectivo cargo efetivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 1º de dezembro de 2017.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 227 de 12 de setembro de 2017.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 4 de dezembro de 2017.  
ARLINDO ROCHA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, em 4 de dezembro de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT  
Secretária de Administração

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2017 - PREGÃO Nº 063/2017**

Publicação Nº 1454587

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 1/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....****Número do Registro de Preços: 10/2017****Data do Registro: 11/12/2017****Válido até: 12/12/2018****Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição parcelada de Playground infantil para atender as necessidades da Secretaria de Administração e do Departamento de Educação e Cultura do Município de Maracajá/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
1	<p>PARQUE INFANTIL COLORIDO - com estrutura principal (colunas) de Madeira Plástica medindo 11x11cm e parede de 20mm Revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo: 1 Plataforma confeccionada em madeira plástica, com altura de 1,20mt estruturada com cantoneira metálica estrutura 1,07x1,07m, cantoneira 4cm galvanizado, pintado e sem cobertura, com coqueiro 8 folhas em plástico decorativo e suporte de fixação em alumínio; 3 Plataformas medindo 1,07 x1,07mt, estrutura metálica cantoneira galvanizada a fogo medindo 3x8cm espessura 1,5mm, com altura 1,35mt confeccionado com deck de madeira plástica 13x3cm com acabamento externo de polipropileno pigmentado na cor itaúba, cobertura superior em plástico rotomoldado, parede dupla em formato redonda, medindo 1,60mx0,85cm; 1 Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2700mm x 530mm de largura; 1 Estrutura de balanço em alumínio com 02 assentos em rotomoldado correntes de elo curto medindo 1,52 metros de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro 42,6mm com parede de 2mm; 1 Rampa de cordas com estrutura tubular de aço, com diâmetro de 42,60mm e 31,75mm e parede de 2,00mm. Corda de nylon de diâmetro 14,00mm e junções em plástico injetado; 1 Tobogã em plástico rotomoldado, com 2 curvas de 90º com 2600mm de comprimento x 760mm de diâmetro (aproximado), fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída em plástico rotomoldado. 1 Escorregador caracol em Rotomoldado, seção de deslizamento com 1500mm x 540mm de largura. 01 deck auxiliar em madeira de itaúba com medidas de 1000x1000mm. 02 guarda corpos com altura de 670mm (necessário mínimo 800mm) em aço tubular de diâmetro de 25,4mm com parede de 1,55mm e hastes de 12,7mm. 1 Passarela de cordas reta comprimento 2,00 m de comprimento por 0,80 cm largura por 0,60 cm altura confeccionada em 2 vigas de metal tubular 1,5 polegada de diâmetro sendo cordas em poliéster externo e com junção em plástico resistente. 1 Tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,6m de compr. X 0,80 m de diâmetro; 1 Rampa de escalada curva em plástico rotomoldado dupla de 6 de graus Com portal de segurança em plástico rotomoldado; 1 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1700 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm; 1 Tubo curvado em plástico rotomoldado 90 graus medindo 1,82m de comprimento x 75cm de diâmetro de abertura; 1 Cano escalada com estrutura de aço tubular de diâmetro 31,75mm com parede de 2,00mm, degraus em aço diâmetro de 25,4mm e parede de 1,55mm; 1 Escada curvada com arco de 2,56m de comprimento x 0,63m de largura. Estrutura e 7 degraus tubulares em aço galvanizado; 2 Fechamentos em plástico rotomoldado; Frete, montagem e instalação por conta do contratado. Área p/ circulação (aprox.): 13,60m x 11 m.</p>	UN	MSC PLAYGROUND LTDA - EPP (111451)		30.455,8000	1



**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

Página: 2/3

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

<b>Número do Registro de Preços: 10/2017</b>		<b>Data do Registro: 11/12/2017</b>	<b>Válido até: 12/12/2018</b>			
<b>Objeto da Compra:</b> Registro de Preços para aquisição parcelada de Playground infantil para atender as necessidades da Secretaria de Administração e do Departamento de Educação e Cultura do Município de Maracajá/SC.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.

2	<p><b>PARQUE INFANTIL COLORIDO COM ESTRUTURA PRINCIPAL</b> - Parque infantil colorido com estrutura principal (colunas) de Madeira Plástica medindo 11x11cm e parede de 20mm Revestida com acabamento de Polipropileno e Polietileno pigmentado cor itaúba contendo: 2 Plataforma de 1,00x1,00m confeccionada em tábuas tipo assoalho de madeira plástica e cobertura em plástico rotomoldado estilo pirâmide quadrada de 1,26x1,26m altura de 1,20mt; 01 Tobogã em plástico rotomoldado, 2 curvas com 90º x 80mm de diâmetro, fixado a torre com painel de plástico rotomoldado e ao piso com seção de saída dupla em plástico rotomoldado; 1 Fechamento em plástico rotomoldado; 1 Escada em plástico rotomoldado duplo com 5 degraus, medindo 1000 mm de comprimento x 600mm de largura, corrimãos em aço tubular retangular de 30mm X 70mm com parede de 1,25mm; 1 Tubo horizontal em plástico rotomoldado medindo 1,60m de compr. X 0,80 m de diâmetro; 1 Conjunto de balanços com 02 assento em plástico rotomoldado, correntes de Elo Curto com 1520 mm de comprimento. Estrutura de aço tubular de diâmetro de 42,6mm com parede de 2,00mm. 1 Rampa de escada curva em plástico rotomoldado dupla de 6 de graus Com portal de segurança em plástico rotomoldado; 1 Escorregador reto em plástico rotomoldado, seção de deslizamento com 2.700mt x 530mm de largura; com proteção e paga mão em plástico rotomoldado; 1 Jogo da velha composto por 9 cilindros em plástico rotomoldado colorido, com de letras "X" e "O" na cor preta. Área p/ circulação (aprox.):11m x 8,40m.</p>	UN	MSC PLAYGROUND LTDA - EPP (111451)		15.544,2000	1
---	--	----	------------------------------------	--	-------------	---



Página: 3/3

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: .....**

**Número do Registro de Preços:** 10/2017      **Data do Registro:** 11/12/2017      **Válido até:** 12/12/2018  
**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição parcelada de Playground infantil para atender as necessidades da Secretaria de Administração e do Departamento de Educação e Cultura do Município de Maracajá/SC.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Preço Unitário	Classif.
------	---------------	-------	------------	-------------	----------------	----------

**(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)**

**REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2017  
PROCESSO Nº 63/2017**

(111451) - MSC PLAYGROUND LTDA - EPP

Maracajá, 11 de Dezembro de 2017.

# Maravilha

## PREFEITURA

### Decreto nº 700/2017

Publicação Nº 1454018

DECRETO Nº 700, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Constitui Comissão Municipal de Acessibilidade e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Lei Municipal nº 3.546, de 25 de agosto de 2011,

O Termo de Ajustamento de Conduta sobre cumprimento das normas de Acessibilidade firmado em 28 de julho de 2017 pelo Ministério Público de Santa Catarina, através da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Maravilha/SC e o Município de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Ficam pelo presente Decreto designados os seguintes servidores para comporem a Comissão Municipal de Acessibilidade:

- I - Karine Pissatto;
- II - André Medeiros;
- III - Patrícia Bertollo;
- IV - Atenor Wazlawik;
- V - Camila Begrow;
- VI - Ederval Pigatto.

Art. 2º São funções da presente Comissão Municipal de Acessibilidade, entre outras:

- I- Fazer cumprir e colaborar para o cumprimento para todas as cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta sobre Acessibilidade;
- II- Determinar medidas compensatórias cabíveis nas hipóteses em que, comprovadamente, o desenho universal não possa ser empreendido na edificação;
- III- Determinar medidas compensatórias cabíveis ao projeto alternativo de impossibilidade de adequação de acessibilidade, nos casos em que as modificações ensejem risco à estrutura da edificação, após aprovação pelo setor competente da Prefeitura Municipal;
- IV- Demais funções atinentes a Comissão.

Art. 3º Os serviços prestados pelos membros da Comissão são de caráter relevante, não onerando os cofres públicos com qualquer despesa.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Maravilha – SC, 12 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

### Decreto nº 701/2017

Publicação Nº 1454023

DECRETO Nº 701, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 003/2017 para o cargo de Técnica em

Enfermagem,

A aposentadoria da servidora Onira Aparecida Alves da Silva,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 12 de dezembro de 2017 a 18 de junho de 2018, SUSANA APARECIDA BRAGA, brasileira, inscrita no CPF sob nº 069.070.369-40, para ocupar o cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 12 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Decreto nº 702/2017

Publicação Nº 1454206

DECRETO Nº 702, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Dispõe sobre a baixa de dívida junto ao Departamento de Tributação e Fiscalização do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto autorizado o Setor de Tributação a proceder a baixa de dívida em decorrência da Lei Complementar nº 10/2003, Lei Municipal nº 2.918/2004, art. 25 da Lei Municipal nº 1.942/1993, Lei Municipal nº 3.001/2005 e Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 25/2009, conforme relação e valores abaixo discriminados:

Cadastro	Contribuinte	Ano	Imposto	Valor R\$
775-0	ARNILDO ELSEMBACH ME.	2004 a 2007	TVA	764,59
2891-0	CARLOS BAREA	2011	ISSF	75,25
2891-0	CARLOS BAREA	2011	TVA	75,24
1096-0	COM. DE CONF.FATURAMAIS LTDA.	2002, 2005-2006	TVA	900,41
64400-0	COMERCIAL AMES DE CEREAIS LTDA.	2002 a 2003	CTMEL.	1.056,00
1184-0	ELISEU UHLMANN ME.	2003-2005	TVA	197,72
1313-0	FERNANDA BRANDALEZI ME.	2004	TVA	285,63
407400-0	IROCI GASPAR MOSCON	2010 a 2012	CTMEL.	3.675,60
1220-0	IVETE DE CAMPOS ME.	2003	TVA	153,20
746-0	JANETE APARECIDA RAMOS ME.	2008	TVA	320,22
270809-0	JOÃO CASTANHA	2010	CTMEL.	604,00
422000-0	LIDIA BERNARDI FRANDOLOSO	2010 a 2012	CTMEL.	3.120,70
2285-0	LUIZ CARLOS DA SILVA	2008	CTMEL.	3.752,09
1106-0	N.T.O TUR AGENCIA DE VIAGENS	2003	TVA	306,39
1266-0	NELDO KERKHOFF ME.	2003-2004, 2006	TVA	419,37
899-0	RAMOS MONTAG.DE EQUIPAMENTOS	2004 a 2005	TVA	257,58
899-0	RAMOS MONTAG.DE EQUIPAMENTOS	2004 a 2005	ISSH	268,30
1468-0	RM CELULARES LTDA.	2016	ISSNE	236,10
1146-0	ROSANE RODIGHERI GIRALDI ME.	2004	TVA	171,72
1183-0	VILMAR BOMBIERI ME.	2004	TVA	171,72
428301-0	WILSON CARLOS PAN	2016	IPTU	385,07
406100-0	DIRCEU PITON	2010 a 2012	CTMEL.	3.306,24
793-0	GLOBAL IMPORT LTDA.	2008	TVA	426,96
460100-0	BENVINDO FRANDOLOSO	20015 e 2016	IPTU	551,89
271404-0	ERENA WEBER	2016	IPTU	98,54

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 12 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Lei Complementar nº 116/2017

Publicação Nº 1453967

### LEI COMPLEMENTAR Nº 116, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Institui contribuição de melhoria e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA. Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover os atos necessários à cobrança da Contribuição de Melhoria em decorrência da valorização imobiliária relativa às obras públicas de pavimentação asfáltica em Concreto Betuminoso Usinado a Quente (C.B.U.Q), drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares, tendo como limite total as despesas realizadas das obras e, como limite individual, o acréscimo de valor que resultar para cada imóvel beneficiado, compreendendo aqueles diretamente localizados no seguinte logradouro:

I- Rua José de Anchieta (trecho compreendido entre a Avenida Araucária e a Rua Caramuru) com área total de 4.935,90 m².

Parágrafo único. O custo total/orçamento estimado no que se refere à consecução das obras públicas definidas nesta Lei, corresponde à quantia de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), tendo como fonte recursos os valores obtidos pelo Contrato de Repasse n. 845424/2017, processo n. 1040763-14/2017, celebrado com a União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades representado pela Caixa Econômica Federal e mediante aplicação de recursos próprios do Município de Maravilha no valor de R\$ 4.150,00 (quatro mil e cento e cinquenta reais).

Art. 2º O Sujeito Passivo da Contribuição de Melhoria é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor a qualquer título, de imóvel localizado na área de influência da obra pública.

§ 1º Os bens indivisos serão lançados em nome de qualquer um dos titulares, a quem caberá o direito de exigir dos demais as parcelas que lhes couberem.

§ 2º Na hipótese de haver condomínio, o tributo será lançado em nome de todos os condôminos que serão responsáveis na proporção de suas cotas.

Art. 3º Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário do imóvel ao tempo do seu lançamento, e esta responsabilidade se transmite aos adquirentes e sucessores, a qualquer título, do domínio do imóvel.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal determinará as providências para a elaboração dos atos administrativos que se fizerem necessários para o cumprimento desta Lei.

Art. 5º Para o cálculo da contribuição de melhoria será observado

o seguinte:

I - a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento de planejamento, encarregado pela execução da obra, elaborará a respectiva planta, na qual constarão os imóveis atingidos diretamente pela obra, que comporão a zona de influência, oportunidade na qual deverá elaborar o memorial descritivo das obras, a ser acompanhado do orçamento detalhado de seu custo, devendo fazer parte do edital.

II - a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, através do departamento competente, relacionará em lista própria, todos os imóveis que se encontrem dentro da zona de influência definida na forma do inciso anterior, conforme cadastro imobiliário municipal, bem como fixará seu valor venal territorial, por meio de avaliação, independentemente dos valores que constarem no cadastro imobiliário fiscal, sem prejuízo de sua utilização se estiver atualizado em face do valor de mercado dos imóveis.

III - após a conclusão da obra o Município realizará nova avaliação dos imóveis abrangidos pela valorização, apurando o valor de cada imóvel após a execução da mesma, a fim de estabelecer o diferencial de valorização, assim entendido como sendo a diferença entre o valor anterior e o atual.

IV - os valores obtidos nas avaliações referidas nos incisos II e III deste artigo balizarão a observância dos limites individuais da cobrança da contribuição de melhoria, que não poderá ser superior ao limite de valorização individual de cada imóvel constante na zona de influência definida pelo inciso II do mesmo artigo.

V - o órgão competente municipal calculará o valor da contribuição de melhoria devida pelos titulares de cada imóvel constante na relação a que se refere o inciso I deste artigo, por meio de sistema de proporção simples (regra de três), no qual o somatório das valorizações dos imóveis balizará proporcionalmente cada valorização, assim como a parcela do custo a ser recuperada está para cada contribuição de melhoria.

Art. 6º As avaliações dos imóveis de que trata esta Lei serão efetivadas pela Comissão Municipal de Avaliação de Bens Imóveis designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Art. 7º Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Secretaria de Planejamento, Administração e Fazenda, após a execução das obras, publicará o Edital contendo os seguintes requisitos:

I - memorial descritivo do projeto;

II - orçamento do custo da obra;

III - determinação da parcela do custo da obra a ser financiada pela contribuição de melhoria;

IV - delimitação da zona beneficiada;

V - determinação do fator de absorção do benefício da valorização para toda a zona ou para cada uma das áreas diferenciadas, nela contidas;

VI - fixação de prazo não inferior a 30 (trinta) dias, a contar do lançamento, para impugnação, pelos interessados, de qualquer dos elementos referidos nos incisos anteriores;

VII - valorização de cada imóvel e o valor da respectiva contribuição

de melhoria.

VIII - regulamentação do processo administrativo de instrução e julgamento da impugnação a que se refere o inciso anterior, sem prejuízo da sua apreciação judicial.

§ 1º A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio da parcela do custo da obra a que se refere o inciso III, pelos imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização.

§ 2º Por ocasião do respectivo lançamento, cada contribuinte deverá ser notificado do montante da contribuição, da forma e dos prazos de seu pagamento e dos elementos que integram o respectivo cálculo.

§ 3º Sempre que, por qualquer motivo, não for assinada a notificação pelo notificado, a ele se dará ciência do ato fiscal via notificação extrajudicial, via postal (Correio) - com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) em caso de contribuinte Pessoa Física ou simples Aviso de Recebimento (AR) no caso de contribuinte Pessoa Jurídica -, ou via edital em jornal de circulação local.

Art. 8º Dentro do prazo que lhe for concedido, que não será inferior a 30 (trinta) dias, o contribuinte poderá impugnar quaisquer elementos do edital, cabendo-lhe o ônus da prova.

§ 1º As impugnações oferecidas aos elementos a que se refere este artigo serão apresentadas por meio de petição fundamentada e devidamente identificada, descrevendo as provas requeridas, sob pena de preclusão neste sentido, e endereçadas ao titular da Secretaria da Administração e Fazenda o qual, após manifestação através de parecer jurídico, deverá proferir decisão final em prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo da petição da parte interessada:

I - da decisão proferida pela Municipalidade será cientificada pessoalmente a parte interessada e encaminhada correspondência oficial aos Setores da Administração envolvidos para, sendo o caso, providenciarem as medidas cabíveis.

II - a comunicação ao interessado da decisão referida no inciso anterior será feita:

- a) Pessoalmente, por aposição do ciente no processo;
- b) Pelo correio, com Aviso de Recebimento Mão Própria (AR-MP) se contribuinte Pessoa Física, ou, simples Aviso de Recebimento (AR) se contribuinte Pessoa Jurídica;
- c) Por edital publicado em jornal de circulação local.

Art. 9º A contribuição de melhoria de que trata esta Lei será cobrada, exclusivamente, sobre o percentual que excede a quantia do repasse do Convênio de que trata o parágrafo único do artigo 1º, da presente Lei, ou seja, sobre o valor da contrapartida do Município.

Parágrafo único. O Poder Executivo Municipal arcará com o custo de 5% (cinco por cento) do valor da contrapartida por si disponibilizada para as referidas obras.

Art. 10. Considera-se regularmente notificado o sujeito passivo na data da publicação do Edital de Contribuição de Melhoria no órgão oficial do Município ou no jornal de circulação local.

Art. 11. As reclamações ou quaisquer recursos administrativos não suspendem o início ou o prosseguimento das obras e nem terão efeito de obstar a Administração na prática dos atos necessários ao lançamento e cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 12. A Contribuição de Melhoria poderá ser paga:

I - em até 10 (dez) parcelas fixas, mensais e consecutivas.

Parágrafo único. No parcelamento, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

Art. 13. Os créditos vencidos da Fazenda Municipal a título de Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei sujeitar-se-ão à incidência de juros de mora calculados à taxa de 1% ao mês, conforme disposto no art. 34, da Lei nº 1.942/93 (Código Tributário Municipal), e multa moratória de 2%, nos termos da Lei Municipal nº 2.544/2001.

Art. 14. Aplicam-se à Contribuição de Melhoria de que trata esta Lei, no que couber e lhe forem aplicáveis, as disposições contidas nos artigos 81 e 82, ambos da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), Decreto-lei nº 195/1967, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade) e Lei nº 1.942/93 (Código Tributário Municipal) e suas alterações.

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 12 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado em data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## Lei nº 4.047/2017

Publicação Nº 1453975

LEI Nº 4.047, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Maravilha/SC para o exercício de 2018.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, ESTADO DE SANTA CATARINA, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Fiscal e de Seguridade Social do Município de Maravilha para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$: 72.497.900,00 (Setenta e dois milhões, quatrocentos e noventa e sete mil e novecentos reais) e compreende o Poder Executivo Municipal, seus Órgãos e Fundos e o Poder Legislativo.

§ 1º A Receita da Prefeitura Municipal será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES R\$ 81.308.300,00
    - 1.1. Impostos, taxas e Contribuição de Melhoria R\$ 14.990.000,00
    - 1.2. Contribuições R\$ 1.600.000,00
    - 1.3. Receita Patrimonial R\$ 700.000,00
    - 1.6. Receita de Serviços R\$ 100.000,00
    - 1.7. Transferências Correntes R\$ 62.898.300,00
    - 1.9. Outras Receitas Correntes R\$ 1.020.000,00
    - 1.7. (-) Dedução P/ Formação do FUNDEB R\$ (8.850.400,00)
  2. RECEITAS DE CAPITAL R\$ 40.000,00
    - 2.4. Transferências de Capital R\$ 40.000,00
- TOTAL R\$ 72.497.900,00



§ 2º A Despesa da Prefeitura Municipal será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 – Câmara Municipal de Vereadores R\$ 3.299.805,60  
02 – Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito R\$ 1.135.878,00  
03 – Secretaria do Planej. Administração e Fazenda R\$ 8.701.900,00  
04 – Secretaria da Educação R\$ 19.675.660,00  
05 – Secretaria da Saúde R\$ 17.804.320,00  
06 – Secretaria dos Transportes, Obras e Urban. R\$ 7.245.282,00  
07 – Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente R\$ 6.683.040,00  
08 – Secretaria da Indústria, Comércio e Turismo R\$ 2.227.680,00  
09 – Secretaria de Assistência Social R\$ 4.153.820,00  
10 – Secretaria de Esportes, Juventude e Lazer R\$ 1.392.300,00  
99 – Reserva de Contingência R\$ 178.214,40  
TOTAL R\$ 72.497.900,00

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa R\$ 3.299.805,60  
04 – Administração R\$ 4.771.778,00  
06 – Segurança Pública R\$ 920.000,00  
08 – Assistência Social R\$ 3.953.820,00  
10 – Saúde R\$ 17.804.320,00  
12 – Educação R\$ 18.840.280,00  
13 – Cultura R\$ 835.380,00  
15 – Urbanismo R\$ 6.791.282,00  
16 – Habitação R\$ 200.000,00  
18 – Gestão Ambiental R\$ 150.000,00  
20 – Agricultura R\$ 6.488.040,00  
22 – Indústria R\$ 1.442.680,00  
23 – Comércio e Serviços R\$ 830.000,00  
27 – Desporto e Lazer R\$ 1.392.300,00  
28 – Encargos Especiais R\$ 4.600.000,00  
99 – Reserva de Contingência R\$ 178.214,40  
TOTAL R\$ 72.497.900,00

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

0001 – Processo Legislativo R\$ 3.299.805,60  
0002 – Administração Superior R\$ 1.135.878,00  
0003 – Planejamento Urbano R\$ 466.000,00  
0004 – Administração Geral R\$ 2.505.900,00  
0005 – Fortalecimento do Municipalismo R\$ 550.000,00  
0006 – Administração Financeira R\$ 580.000,00  
0007 – Educação para a Cidadania R\$ 18.840.280,00  
0008 – Esporte e Lazer R\$ 1.392.300,00  
0009 – Apoio e Desenvolvimento da Cultura R\$ 835.380,00  
0010 – Saúde para Todos R\$ 17.804.320,00  
0011 – Serviços Urbanos R\$ 7.245.282,00  
0013 – Agricultura Fortalecida R\$ 6.543.040,00  
0014 – Preservação do Meio Ambiente R\$ 140.000,00  
0015 – Apoio a Indústria e ao Comércio R\$ 1.982.680,00  
0016 – Desenvolvimento do Turismo Municipal R\$ 245.000,00  
0017 – Programas Socioeducativos R\$ 3.317.820,00  
0018 – Desenvolvendo a Cidadania R\$ 636.000,00  
0019 – Morar Melhor R\$ 200.000,00  
0000 – Encargos Gerais R\$ 4.600.000,00  
0099 – Reserva de Contingência R\$ 178.214,40  
TOTAL R\$ 72.497.900,00

#### IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ENTIDADE: 01 – PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA

DESPESAS CORRENTES R\$ 61.525.638,00  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 33.560.440,00  
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida R\$ 200.000,00  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 27.765.198,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 7.494.242,00  
4.4.00.00 – Investimentos R\$ 6.831.562,00  
4.5.00.00 – Inversões Financeiras R\$ 362.680,00  
4.6.00.00 – Amortização da Dívida R\$ 300.000,00

9.9.99.99 – Reserva de Contingência R\$ 178.214,40

Total da Entidade R\$ 69.198.094,40

ENTIDADE: 02 – CÂMARA MUNICIPAL DE MARAVILHA

DESPESAS CORRENTES R\$ 2.374.805,60  
3.1.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais R\$ 1.858.305,60  
3.2.00.00 – Juros e Encargos da Dívida R\$ 0,00  
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes R\$ 516.500,00

DESPESAS DE CAPITAL R\$ 925.000,00  
4.4.00.00 – Investimentos R\$ 925.000,00  
4.5.00.00 – Inversões Financeiras R\$ 0,00  
4.6.00.00 – Amortização da Dívida R\$ 0,00

Total da Entidade R\$ 3.299.805,60

TOTAL GERAL R\$ 72.497.900,00

Art. 2º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

§ 1º Para efeitos desta Lei, entende-se como “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstas neste artigo, todos os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados para atender “Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos”.

§ 3º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de uma modalidade de aplicação para outra, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 4º O Executivo está autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares e especiais, até o limite de 12,5% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos: NR

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III – o Superávit financeiro do exercício anterior.

Parágrafo Único. Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares e especiais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 5º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.



Art. 6º As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 7º Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 8º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 9º Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios

com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 10. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Maravilha - SC, 12 de dezembro de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

## CÂMARA MUNICIPAL

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 186/2017 - HOMOLOGA TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARAVILHA E A EMPRESA PGM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS**

Publicação Nº 1455092

DECRETO LEGISLATIVO Nº 186 de 11/12/2017.

Homologa Termo de Concessão de Uso de bem imóvel que entre si celebram o Município de Maravilha e a Empresa PGM Indústria e Comércio Ltda ME e da outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo homologado em sua totalidade e sem restrições Termo de Concessão de Uso de bem imóvel, firmado entre o Município de Maravilha e a Empresa PGM Indústria e Comércio Ltda ME.

Art. 2º A presente CONCESSÃO de direito real de uso, far-se-á com relação ao Pavilhão de propriedade do Cedente, a seguir descrito, mediante as disposições do processo de concorrência pública 002/2017:

Pavilhão nº 01, com área construída de 740,00m², situado na Rua Ayrton Senna no Município de Maravilha.

Art. 3º O presente termo terá a vigência por 10 (dez) anos a contar da data de assinatura do Termo mediante a aprovação do CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha prorrogável por igual período.

Art. 4º O Termo de Concessão de Uso nº 002/17 em anexo é parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

Itamar Adler

Presidente

### **DECRETO LEGISLATIVO Nº 187/2017 - HOMOLOGA TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARAVILHA E A EMPRESA CH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ELETRODOMÉSTICOS LTDA ME E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1455097

DECRETO LEGISLATIVO Nº 187 de 11/12/2017.

Homologa Termo de Concessão de Uso de bem imóvel que entre si celebram o Município de Maravilha e a Empresa CH Indústria e Comércio de Eletrodomésticos Ltda ME e da outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo homologado em sua totalidade e sem restrições Termo de Concessão de Uso de bem imóvel, firmado entre o Município de Maravilha e a Empresa CH Indústria e Comércio de Eletrodomésticos Ltda ME.

Art. 2º A presente CONCESSÃO de direito real de uso, far-se-á com relação ao Pavilhão de propriedade do Cedente, a seguir descrito, mediante as disposições do processo de concorrência pública 002/2017:

Pavilhão nº 02, com área construída de 540,40m², situado na Rua Ayrton Senna no Município de Maravilha.

Art. 3º O presente termo terá a vigência por 10 (dez) anos a contar da data de assinatura do Termo mediante a aprovação do CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha prorrogável por igual período.

Art. 4º O Termo de Concessão de Uso nº 002/17 em anexo é parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

Itamar Adler

Presidente

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 188/2017 - HOMOLOGA  
TERMO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARAVILHA  
E A EMPRESA RINO INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS  
AGRÍCOLAS EIRELI E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1455100

DECRETO LEGISLATIVO Nº 188 de 11/12/2017.

Homologa Termo de Concessão de Uso de bem imóvel que entre si celebram o Município de Maravilha e a Empresa RINO Indústria de Equipamentos Agrícolas EIRELI e da outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidos por Lei, em especial a alínea "d" do inciso "I" do artigo 46 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município que o plenário da Câmara aprovou e ELE promulga o seguinte Decreto Legislativo.

Art. 1º Fica por este Decreto Legislativo homologado em sua totalidade e sem restrições Termo de Concessão de Uso de bem imóvel, firmado entre o Município de Maravilha e a Empresa RINO Indústria de Equipamentos Agrícolas EIRELI.

Art. 2º A presente CONCESSÃO de direito real de uso, far-se-á com relação ao Pavilhão de propriedade do Cedente, a seguir descrito, mediante as disposições do processo de concorrência pública 002/2017:

Pavilhão nº 03, com área construída de 524,55m<sup>2</sup>, situado na Rua Ayrton Senna no Município de Maravilha.

Art. 3º O presente termo terá a vigência por 10 (dez) anos a contar da data de assinatura do Termo mediante a aprovação do CODEM – Conselho de Desenvolvimento Econômico de Maravilha prorrogável por igual período.

Art. 4º O Termo de Concessão de Uso nº 002/17 em anexo é parte integrante deste Decreto Legislativo.

Art. 5º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal em vigor.

Art. 6º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

Itamar Adler

Presidente

# Marema

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL N. 040/2017

Publicação Nº 1454785

Município de Marema.

A Prefeitura Municipal de Marema - SC FAZ SABER a todos os interessados, que se encontra aberto Processo Licitatório n. 060/2017 - Pregão Presencial n. 040/2017 – Registro de Preço, para possível aquisição de Filtros para Veículos e Maquinas da Prefeitura, Secretarias e seus departamentos. Envelopes dos interessados serão recebidos no Setor de Adm. da Prefeitura até o dia 22/12/2017, às 08h00min, e a abertura dos mesmos, a realizar-se no dia 22/12/2017 às 08h30min. Maiores informações ou a cópia da integra do edital, bem como a Minuta do Contrato, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Marema, na Rua Vidal Ramos, 357, centro, Marema, de segunda à sexta feira, das 07h30min às 11h30min das 13h00min às 17h00min, pelo telefone (0xx49)33540222 e Site [www.marema.sc.gov.br](http://www.marema.sc.gov.br)

Marema, 12 de dezembro de 2017.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

# Massaranduba

## PREFEITURA

### CO 03.2014 AD 04 - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Publicação Nº 1454195

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO (3/4) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 03/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CREDENCIANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, inscrita no CNPJ sob o nº 00.360.305/0001-04 (Matriz), tendo sua filial estabelecida na Rua 11 de Novembro, número 3156, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelo Gerente, Sr. ANDRE LUIZ STAPAIT, inscrito no CPF sob o nº 969.651.189-20, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2013 - PMM, regido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE BANCOS PÚBLICOS OU PRIVADOS ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) PARA O RECEBIMENTO DE COBRANÇAS DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

1.2. Ao assinar este contrato, a credenciada declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do mesmo. Não será considerada pela credenciante qualquer reclamação ou reivindicação por parte da credenciada fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O contrato firmado entre as partes e que a este termo deu origem, prevê a prorrogação dos serviços prestados mediante aditamento de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 DE JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018. Caso a Administração Municipal opte por realizar novo processo licitatório para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS TARIFAS

3.1. De acordo com o item 4.3 da cláusula quarta do CONTRATO Nº 03/2014, estabelece-se que o índice para reajuste de tarifas será o Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado no período referente ao termo de aditamento anterior a este. Sendo para o referido período (dezembro de 2016 a novembro de 2017), o percentual de 1,94477%. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a credenciante pagará ao credenciado os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo

ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

ITEM	R\$ UNITÁRIO MÁXIMO	HISTÓRICO
01	R\$ 2,31	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,92	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 1,16	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 1,28	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,28	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 1,03	Débito automático
07	R\$ 1,53	Fone fácil

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este termo de aditamento e o contrato que a este deu origem são complementares entre si. Qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro, será considerado válido. As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ANDRE LUIZ STAPAIT
CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI	ADAMIR ISIDORO KOLACKI
CPF: 452.293.509-97	CPF: 620.869.109-59

### CO 04.2014 AD 04 - BANCO BRADESCO S.A.

Publicação Nº 1454173

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO (4/4) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O BANCO BRADESCO S.A.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CREDENCIANTE,

neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, o BANCO BRADESCO S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 60.746.948/0001-12, estabelecido no Nuc. Cidade de Deus, sem número, bairro Vila Yara, Município de Osasco, Estado de São Paulo, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representado pelo bancário Sr. JORGE LUIS CARDOUZO, inscrito no CPF sob o nº 481.633.769-53 e também pela bancária Sra. ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 294.021.648-71, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2013 - PMM, regido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE BANCOS PÚBLICOS OU PRIVADOS ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) PARA O RECEBIMENTO DE COBRANÇAS DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

1.2. Ao assinar este contrato, a credenciada declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do mesmo. Não será considerada pela credenciante qualquer reclamação ou reivindicação por parte da credenciada fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O item 2.1 constante na cláusula segunda do CONTRATO Nº 04/2014 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e alterações. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 DE JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018. Caso a Administração Municipal opte por realizar novo processo licitatório para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo qualquer reclamação ou indenização.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS TARIFAS

3.1. De acordo com o item 4.3 da cláusula quarta do CONTRATO Nº 04/2014, estabelece-se que o índice para reajuste de tarifas será o Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado no período referente ao termo de aditamento anterior a este. Sendo para o referido período (dezembro de 2016 a novembro de 2017), o percentual de 1,94477%. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a credenciante pagará ao credenciado os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

ITEM	R\$ UNITÁRIO MÁXIMO	HISTÓRICO
01	R\$ 2,31	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,92	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 1,16	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 1,28	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,28	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 1,03	Débito automático
07	R\$ 1,53	Fone fácil

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este contrato e o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013, CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2013 e seus anexos são complementares entre si. Qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

4.2. As demais cláusulas do contrato que deu origem a este, permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2016.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA	
ARMINDO SESAR TASSI	
CONTRATANTE	
BANCO BRADESCO S.A. JORGE LUIS CARDOUZO	BANCO BRADESCO S.A. ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA
CONTRATADA	CONTRATADA

#### TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI CPF: 452.293.509-97	ADAMIR ISIDORO KOLACKI CPF: 620.869.109-59
--------------------------------------	---

### CO 05.2014 AD 04 - CECRED - COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO

Publicação Nº 1454186

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO (5/4) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO – CECRED.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CREDENCIANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, a COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED, inscrita no CNPJ sob o nº 05.463.212/0001-29, estabelecida na Rua Frei Estanislau Shætte, número 1201, bairro Água Verde, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CREDENCIADA, neste ato representada pelo Sr. IVO JOSÉ BRACHT, diretor executivo, inscrito no CPF sob o nº 469.162.459-72 e pelo Sr. MÁRCIO ALEXANDRE OBATA QUEIROZ, diretor de controladoria, inscrito no CPF sob o nº 112.343.388-74, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2013 - PMM, regido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE



BANCOS PÚBLICOS OU PRIVADOS ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) PARA O RECEBIMENTO DE COBRANÇAS DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

1.2. Ao assinar este contrato, a credenciada declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do mesmo. Não será considerada pela credenciante qualquer reclamação ou reivindicação por parte da credenciada fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O item 2.1 constante na cláusula segunda do CONTRATO Nº 05/2014 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e alterações. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 DE JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018. Caso a Administração Municipal opte por realizar novo processo licitatório para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo qualquer reclamação ou indenização.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS TARIFAS

3.1. De acordo com o item 4.3 da cláusula quarta do CONTRATO Nº 05/2014, estabelece-se que o índice para reajuste de tarifas será o Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado no período referente ao termo de aditamento anterior a este. Sendo para o referido período (dezembro de 2016 a novembro de 2017), o percentual de 1,94477%. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a credenciante pagará ao credenciado os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

ITEM	R\$ UNITÁRIO MÁXIMO	HISTÓRICO
01	R\$ 2,31	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,92	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 1,16	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 1,28	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,28	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 1,03	Débito automático
07	R\$ 1,53	Fone fácil

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este contrato e o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013, CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2013 e seus anexos são complementares entre si. Qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

4.2. As demais cláusulas do contrato que deu origem a este, permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes que a tudo assistiram

e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA

ARMINDO SESAR TASSI  
CONTRATANTE

COOPERATIVA CENTRAL DE  
CRÉDITO URBANO - CECRED  
IVO JOSÉ BRACHT

COOPERATIVA CENTRAL DE CRÉDITO URBANO - CECRED  
MÁRCIO ALEXANDRE OBATA QUEIROZ

CONTRATADA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI  
CPF: 452.293.509-97

ADAMIR ISIDORO KOLACKI  
CPF: 620.869.109-59

### CO 06.2014 AD 04 - BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Publicação Nº 1454133

QUARTO TERMO DE ADITAMENTO (6/4) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 06/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E O BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente CREDENCIANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, e do outro lado, o BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 01.181.521/0001-55, estabelecido na Avenida Assis Brasil, número 3940, bairro Passo d'Areia, Município de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, doravante denominado simplesmente de CREDENCIADO, neste ato representado pelo Sr. MILTON CESAR DE GOES, inscrito no CPF sob o nº 426.995.090-00, e Sr. SAVIO DA SILVA SUSIN, inscrito no CPF sob o nº 732.606.650-72, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013 - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2013 - PMM, regido pela Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE BANCOS PÚBLICOS OU PRIVADOS ESTABELECIDOS NO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC) PARA O RECEBIMENTO DE COBRANÇAS DE TRIBUTOS E PREÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS.

1.2. Ao assinar este contrato, o credenciado declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do mesmo. Não será considerada pela credenciante qualquer reclamação ou reivindicação por parte do credenciado fundamentado na falta de conhecimento dessas condições.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2.1. O item 2.1 constante na cláusula segunda do CONTRATO Nº 06/2014 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e alterações. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo



período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 DE JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018. Caso a Administração Municipal opte por realizar novo processo licitatório para o objeto supracitado, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo qualquer reclamação ou indenização.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS TARIFAS

3.1. De acordo com o item 4.3 da cláusula quarta do CONTRATO Nº 06/2014, estabelece-se que o índice para reajuste de tarifas será o Índice Nacional de Preços do Consumidor – INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurado no período referente ao termo de aditamento anterior a este. Sendo para o referido período (dezembro de 2016 a novembro de 2017), o percentual de 1,94477%. Pela prestação dos serviços de arrecadação de documentos com códigos de barras e prestação de contas através de meio magnético, a credenciante pagará ao credenciado os seguintes valores, a título de tarifas de recebimento, não podendo ser cobrado nada além destes que seguem abaixo:

ITEM	R\$ UNITÁRIO MÁXIMO	HISTÓRICO
01	R\$ 2,31	Por documento recebido no guichê
02	R\$ 1,92	Por documento recebido no correspondente
03	R\$ 1,16	Por documento recebido na internet bank
04	R\$ 1,28	Por documento recebido no auto atendimento
05	R\$ 1,28	Por registro, na disponibilização de arquivo de retorno
06	R\$ 1,03	Débito automático
07	R\$ 1,53	Fone fácil

#### CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este contrato e o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 87/2013, CHAMADA PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO Nº 05/2013 e seus anexos são complementares entre si. Qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado especificado e válido.

4.2. As demais cláusulas do contrato que deu origem a este, permanecem inalteradas.

#### CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1. Fica eleito o foro da Comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.
MILTON CESAR DE GOES
CONTRATADA
BANCO COOPERATIVO SICREDI S.A.
SAVIO DA SILVA SUSIN
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

CÍRIO MARTINI	ADAMIR ISIDORO KOLACKI
CPF: 452.293.509-97	CPF: 620.869.109-59

## CO 11.2016 AD 02 - DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA

Publicação Nº 1454229

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO (11/2) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 11/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.658.136/0001-81, com sede na Rua João Butschardt, número 210, bairro Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por Sra. ALCIONE MARIA ZIMMERMANN, inscrita no CPF sob o nº 471.265.319-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. O item 5.1 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 11/2016 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais nº 8.666/93 e 8.883/94. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. A alínea 4.2 da cláusula quarta do contrato original firmado entre as partes prevê o índice IGP-M para reajuste de valores (calculado entre janeiro de 2017 a novembro de 2017), sendo -1,41004% de redução, o contrato não sofrerá reajuste, pois houve um recuo na inflação, mantendo então o valor de R\$ 30,92 (TRINTA REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) por spot.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que

a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA ARMINDO SESAR TASSI CONTRATANTE	DJ COMUNICAÇÕES E EXPLORAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO DIFUSÃO LTDA ALCIONE MARIA ZIMMERMANN CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI CPF: 008.687.979-01	JULIANA P. DA S. KREUTZFELD CPF: 043.554.869-74
---	--

## CO 12.2016 AD 02 - CPR COMUNICAÇÃO LTDA – ME

Publicação Nº 1454232

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO (12/2) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA CPR COMUNICAÇÃO LTDA – ME.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa CPR COMUNICAÇÃO LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.469.298/0001-34, com sede na Rua Paulo Cardoso, número 276, Sala 10, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pela Sra. ALCIONE MARIA ZIMMERMANN, inscrita no CPF sob o nº 471.265.319-15, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. O item 5.1 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 12/2016 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais nº 8.666/93 e 8.883/94. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. A alínea 4.2 da cláusula quarta do contrato original firmado entre as partes prevê o índice IGP-M para reajuste de valores (calculado entre janeiro de 2017 a novembro de 2017), sendo -1,41004% de redução, o contrato não sofrerá reajuste, pois houve um recuo na inflação, mantendo então o valor de R\$ 30,92 (TRINTA REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) por spot.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente

contrato.

## CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA ARMINDO SESAR TASSI CONTRATANTE	CPR COMUNICAÇÃO LTDA – ME ALCIONE MARIA ZIMMERMANN CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI CPF: 008.687.979-01	JULIANA P. DA S. KREUTZFELD CPF: 043.554.869-74
---	--

## CO 15.2017 AD 01 (PMM) TAMIRES LAYS TOMIO

Publicação Nº 1454209

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (15/1) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 15/2017, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E TAMIRES LAYS TOMIO.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a TAMIRES LAYS TOMIO, Pessoa Física, inscrita no CPF sob o nº 085.508.349-20, residente e domiciliado na Rua 1º de Maio, nº 602 Bairro Centro, Município Massaranduba, Estado de Santa Catarina, doravante denominada CONTRATADA, CONFORME PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2017, onde as partes de comum acordo tem justo e contratado o que segue:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. O item 4.1 constante na cláusula quarta do CONTRATO Nº 15/2017 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais nº 8.666/93 e 8.883/94. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. O índice IGP-M será referência para cálculo de reajuste de valores. O índice percentual IGP-M acumulado entre março de 2017 a novembro de 2017 é de -2,11531%, houve um recuo na inflação, portanto o contrato não sofrerá reajuste, mantendo então o valor global de R\$ 20.000,00 (VINTE MIL REAIS), sendo o valor de R\$ 10,00 (DEZ REAIS) por hora.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou

diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA ARMINDO SESAR TASSI CONTRATANTE	TAMIRES LAYS TOMIO CPF: 085.508.349-20 CONTRATADA
--	---

TESTEMUNHAS:

CIBELI PAWLAK DERETTI CPF: 051.161.519-13	CRISTIANO RODOLFO TIRONI CPF: 037.067.119-82
--	---

#### CO 16.2016 AD 01 - REDE DE COMUNICAÇÕES PÉROLA DO VALE LTDA – EPP

Publicação Nº 1454224

SEGUNDO TERMO DE ADITAMENTO (16/2) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 16/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA REDE DE COMUNICAÇÕES PÉROLA DO VALE LTDA – EPP.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a REDE DE COMUNICAÇÕES PÉROLA DO VALE LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 75.369.587/0001-00, com sede na Rua Domingos Rodrigues da Nova, número 252, bairro Centro, Município de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, neste ato representada por Sra. ELENI JANNESCH, credenciada pela empresa supracitada, inscrita no CPF sob o nº 751.452.869-53, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2016 – CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. O item 5.1 constante na cláusula quinta do CONTRATO Nº 16/2016 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido nas Leis Federais nº 8.666/93 e 8.883/94. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. A alínea 4.2 da cláusula quarta do contrato original firmado entre as partes prevê o índice IGP-M para reajuste de valores (calculado entre janeiro de 2017 a novembro de 2017), sendo

-1,41004% de redução, o contrato não sofrerá reajuste, pois houve um recuo na inflação, mantendo então o valor de R\$ 30,92 (TRINTA REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) por spot.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guarimir, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA ARMINDO SESAR TASSI CONTRATANTE	REDE DE COMUNICAÇÕES PÉROLA DO VALE LTDA – EPP ELENI JANNESCH CONTRATADA
--	--

TESTEMUNHAS:

VIVIANE HAFEMANN GRABOWSKI CPF: 008.687.979-01	JULIANA P. DA S. KREUTZFELD CPF: 043.554.869-74
---	--

#### CO 50.2017 (FMS) LEONARDO BORGES DE CASTRO

Publicação Nº 1454110

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA – SANTA CATARINA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2017

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADO: LEONARDO BORGES DE CASTRO

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA.

VALOR CONTRATADO: R\$ 106,86 (CENTO E SEIS REAIS E OITENTA E SEIS CENTAVOS) POR HORA PLANTÃO.

VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2017 À 01 DE DEZEMBRO DE 2018

MASSARANDUBA, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUZANE E.F. REINKE – GESTORA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
ARMINDO SESAR TASSI – PREFEITO MUNICIPAL

#### CO 59.2014 AD 03 - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A – EPAGRI.

Publicação Nº 1454216

TERCEIRO TERMO DE ADITAMENTO (59/3) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 59/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A – EPAGRI.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, município de



Massaranduba, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado, a EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A – EPAGRI, empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, sob forma de sociedade por ações, constituída nos termos do inciso II do art. 151 da Lei Complementar 284/2005, neste ato representada em consonância com o estatuto social da EPAGRI por seu presidente, Sr. LUIZ ADEMIR HESSMANN, inscrito no CPF sob o nº 352.288.499-04 e também pelo diretor, Sr. PAULO ROBERTO LISBOA ARRUDA, inscrito no CPF sob o nº 933.564.479-04, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0024-59, com sua sede na Rodovia SC 301 KM 0, bairro Dona Francisca, município de Joinville, estado de Santa Catarina, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem de comum acordo celebrar o presente aditamento do contrato de prestação de serviços, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores, conforme seguintes disposições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. A cláusula quarta do CONTRATO Nº 59/2014 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o estabelecido na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 01 DE JANEIRO DE 2018, findando em 31 DE DEZEMBRO DE 2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. Conforme prevê o contrato que a este termo originou, o índice IGP-M será referência para cálculo de reajuste de valores. O índice percentual IGP-M acumulado entre dezembro de 2016 a novembro de 2017 é de -0,87765% houve um recuo na inflação, portanto o contrato não sofrerá reajuste, mantendo o valor global de R\$ 51.389,18 (CINQUENTA E UM MIL TREZENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E DEZOITO CENTAVOS), subdivididos em parcelas mensais de R\$ 4.282,43 (QUATRO MIL DUZENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E QUARENTA E TRÊS CENTAVOS).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93, admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas abaixo mencionadas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

PREFEITURA DE MASSARANDUBA  
ARMINDO SESAR TASSI  
CONTRATANTE

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A – EPAGRI  
LUIZ ADEMIR HESSMANN  
CONTRATADA

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A – EPAGRI  
PAULO ROBERTO LISBOA ARRUDA  
CONTRATADA TESTEMUNHAS:

VILSON EICHSTADT  
CPF: 564.967.109-53

CÍRIO MARTINI  
CPF: 452.293.509-97

### CO 74.2016 AD 01 - QUALYMEDIC LTDA

Publicação Nº 1455452

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (74/1) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 74/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA QUALYMEDIC LTDA

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, e também pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa QUALYMEDIC LTDA, Pessoa Jurídica, inscrita sob o CNPJ nº 10.763.524/0001-98, estabelecida na Rua Antonio Scheroeder, 960, Bairro Bela Vista 2, na cidade de São José (SC), representada por RENATO CARDOSO, inscrita sob o CPF nº 417.489.649-68, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. A cláusula quarta do CONTRATO Nº 74/2016 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o Parágrafo 1º do art. 4º do decreto municipal 2051/2010. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 16 DE DEZEMBRO DE 2017, findando em 16 DE DEZEMBRO DE 2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. Conforme a cláusula terceira do contrato supracitado, o índice IGP-M será referência para cálculo de reajuste de valores. O índice percentual IGP-M acumulado entre dezembro de 2016 a novembro de 2017 é de -0,87765% houve um recuo na inflação, portanto o contrato não sofrerá reajuste, mantendo então o valor global de R\$ 14.000,00 (QUATORZE MIL REAIS).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93, admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, tem-se a possibilidade de

prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI	FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
PREFEITO MUNICIPAL	SUZANE F. REINKE
CONTRATANTE	Gestora do Fundo Municipal Saúde

QUALYMEDIC LTDA
RENATO CARDOSO
CONTRATADA

Testemunhas:

ELISETE APARECIDA MELCHIORETTO DA ROCHA	GREICE GRIBOSKI
CPF: 043.554.869-74	CPF nº 099.180.659-07

#### CO 75.2016 AD 01 - SLS HOSPITALAR SERVICO EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI - ME

Publicação Nº 1455453

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (75/1) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 75/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA SLS HOSPITALAR SERVICO EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI - ME.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, e também pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa SLS HOSPITALAR SERVICO EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI - ME, Pessoa Jurídica, inscrita sob o CNPJ nº 10.620.279/0001-60, estabelecida na Rua Schiller, 47, Bairro Floresta, na cidade de Joinville (SC), representada por ALISON CESAR FERNANDES, inscrita sob o CPF nº 033.499.159-57, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo

concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA

1.1. A cláusula quarta do CONTRATO Nº 75/2016 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o Parágrafo 1º do art. 4º do decreto municipal 2051/2010. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 16 DE DEZEMBRO DE 2017, findando em 16 DE DEZEMBRO DE 2018.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

2.1. Conforme a cláusula terceira do contrato supracitado, o índice IGP-M será referência para cálculo de reajuste de valores. O índice percentual IGP-M acumulado entre dezembro de 2016 a novembro de 2017 é de -0,87765% houve um recuo na inflação, portanto o contrato não sofrerá reajuste, mantendo então o valor global de R\$ 75.662,00 (SETENTA E CINCO MIL SEISCENTOS E SESENTA E DOIS REAIS).

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93, admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO FORO

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI	FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
PREFEITO MUNICIPAL	SUZANE F. REINKE
CONTRATANTE	Gestora do Fundo Municipal Saúde

SLS HOSPITALAR SERVICO EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI - ME
ALISON CESAR FERNANDES
CONTRATADA

Testemunhas:

ELISETE APARECIDA MELCHIORETTO DA ROCHA	GREICE GRIBOSKI
CPF: 043.554.869-74	CPF nº 099.180.659-07

**CO 78.2016 AD 01 - OLOS TECNOLOGIA LTDA**

Publicação Nº 1455455

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO (78/1) DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 78/2016, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC) E A EMPRESA OLOS TECNOLOGIA LTDA - EPP.

Pelo presente instrumento contratual de que firmam o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 11.231.203/0001-05, com sede na Rua 11 de Novembro, número 2997, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Gestora, Sra. SUZANE ELISA FROELICH REINKE, inscrita no CPF sob o nº 468.882.339-87, e também pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, no uso da atribuição que lhe confere poderes, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e do outro lado, a empresa OLOS TECNOLOGIA LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 85.260.354/0001-28, com sede na Rua Tufie Mahfud, número 210, bairro Centro, sala 301, 303 e 304, município de Jaraguá do Sul, estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Sr. ALFREDO ROEDER JUNIOR, sócio administrador, inscrito no CPF sob o nº 516.083.089-87, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 37/2016, mediante sujeição mútua às normas constantes na Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, as partes de comum acordo concordam ao referenciado contrato conforme seguintes disposições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA**

1.1. A cláusula quarta do CONTRATO Nº 78/2016 firmado entre as partes, prevê sua prorrogação, mediante termo de aditamento, de acordo com o interesse mútuo e em conformidade com o Parágrafo 1º do art. 4º do decreto municipal 2051/2010. Por conseguinte, o prazo de vigência fica PRORROGADO pelo período de 12 (doze) meses, tendo como início de sua vigência o dia 21 DE DEZEMBRO DE 2017, findando em 21 DE DEZEMBRO DE 2018.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE**

2.1. Conforme a cláusula terceira do contrato supracitado, o índice IGP-M será referência para cálculo de reajuste de valores. O índice percentual IGP-M acumulado entre dezembro de 2016 a novembro de 2017 é de -0,87765% houve um recuo na inflação, portanto o contrato não sofrerá reajuste, mantendo então o valor global de R\$ 38.252,92 (TRINTA E OITO MIL DUZENTOS E CINQUENTA E DOIS REAIS E NOVENTA E DOIS CENTAVOS) pertinente à licença de uso.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA BASE LEGAL**

3.1. Com efeito, a Lei Federal 8.666/93, admite a prorrogação dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57 da mesma. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos.

**CLÁUSULA QUARTA - DO FORO**

4.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, excluído qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a ocorrer. As partes poderão compor-se consensualmente, sempre que o interesse público o exigir ou diante de norma superveniente que torne impraticável o presente contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este termo deu origem.

E, para firmeza e validade do que aqui se estipulou, formulou-se

o presente termo em duas (02) vias de igual teor, que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes que a tudo assistiram e mais duas (02) testemunhas.

Massaranduba (SC), 11 de dezembro de 2017.

ARMINDO SESAR TASSI	FUNDO MUN. DE SAÚDE DE MASSARANDUBA
PREFEITO MUNICIPAL	SUZANE F. REINKE
CONTRATANTE	Gestora do Fundo Municipal Saúde

OLOS TECNOLOGIA LTDA - EPP

ALFREDO ROEDER JUNIOR

CONTRATADA

Testemunhas:

ELISETE APARECIDA MELCHIORETTO DA ROCHA	GREICE GRIBOSKI
CPF: 043.554.869-74	CPF nº 099.180.659-07



**Matos Costa****PREFEITURA****ADITIVO AO CONTRATO 38/2014**

Publicação Nº 1455159

**8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 38/2014**

PRORROGA O PRAZO PARA A CONSTRUÇÃO DE SEIS SALAS DE AULA JUNTO AO CENTRO DE EDUCACIONAL PROFESSORA ANA MARIA DE PAULA.

PROCESSO LICITATORIO Nº 13/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº 4/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATOS COSTA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n. 83.102.566.0001-51, com sede na Rua Manoel Altino de Araújo, 137, centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal RAUL RIBAS NETO, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF\MF sob o nº439. 388.339-04, residente e domiciliado nesta cidade de Matos Costa-SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE.

CONTRATADA: ENGEMO CONSTRUÇÕES LTDA-EPP, inscrita no CNPJ Nº sob o nº 03.637.604/0001-31, com sede na Rua Cabo João M. T. Palhano, 722, CENTRO, Santa Cecília-Sc, neste ato representado pelo Sr. ASSIS ALI MOHAMAD, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 8R\ 1.754.822 SSP\SC, inscrito no CPF Nº 538.404.379-20, residente e domiciliado em Santa Cecília, SC-cep 89540-000.

Nos termos do Processo Licitatório nº 13/2014 na modalidade Tomada de Preços nº 4/2014 que originou a contratação, bem como das normas da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes, firmam o presente Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA- DO CONTRATO PRINCIPAL.**

Este aditamento contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 38/2014, datado em 07 de maio de 2014, referente ao processo licitatório nº 13/2014 na modalidade Tomada de Preços nº 4/2014, para contratação de empresa habilitada em regime de execução por empreitada global, do tipo Menor Preço Global, para realizar a construção de escola com 06 (seis) salas de aula, junto ao Centro Educacional Ana Maria de Paula, localizada na Rua Sete de Setembro, no Centro do Município de Matos Costa Costa-SC, com área de 854,00 m2, referente ao Termo de compromisso PAR Nº 19709/2013, de acordo com as especificações dos projetos fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE.

**CLÁUSULA SEGUNDA- DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a prorrogação do prazo contratual, conforme solicitação e justificativa da Secretaria Municipal de Educação e mediante parecer jurídico favorável, documentos estes, anexos ao presente, para todos os fins e efeitos legais, estando o mesmo em conformidade com a Cláusula Quarta do Contrato Municipal e com artigos 57, parágrafo 1º, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

**CLÁUSULA TERCEIRA- DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente instrumento inicia-se em 01 de dezembro de 2017 até 01 de março de 2018.

**CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO**

A publicação resumida deste termo aditivo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Setor de Licitações até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

**CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO**

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do Contrato originário que não tenham sido modificados pelo presente Termo Aditivo.

E assim estarem assim justas e acordadas, as partes firma o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surtam todos os efeitos em Direito previsto, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas que a tudo assistiram e do que dão fé.

Matos Costa, 28 de novembro de 2017.

Município de Matos Costa	Engemo Construções LTDA-EPP
RAUL RIBAS NETO	ASSIS ALI MOHAMAD
Prefeito Municipal	Contratada.
Contratante	

**Testemunhas:**

Oderlaine N. S. Moraes	Dirceu Joanim de Freitas
CPF Nº 024.957.729-19	CPF Nº 646.873.509-25

**PORTARIA 610/2017**

Publicação Nº 1454522

PORTARIA Nº 610/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora FATIMA DANIELI GOMES, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de PROFISSIONAL na categoria funcional de FISIOTERAPEUTA, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 611/2017**

Publicação Nº 1454525

PORTARIA Nº 611/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora ELIANE APARECIDA CASTILHO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de ADMINISTRATIVO na categoria funcional de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, Designada para exercer a função de Fiscal da Vigilância Sanitária, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 612/2017**

Publicação Nº 1454527

PORTARIA Nº 612/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora LUCIANA CRISTINA SANTOS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - AMUS, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 613/2017**

Publicação Nº 1454531

PORTARIA Nº 613/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor RODRIGO DE PAULA, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA- AMUS, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 614/2017**

Publicação Nº 1454534

PORTARIA Nº 614/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MAURO FERREIRA MARTINS, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 615/2017**

Publicação Nº 1454540

PORTARIA Nº 615/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora ESTER CARINE RAMOS SKIBINSKI, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 17.07.2012 a 16.07.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 616/2017**

Publicação Nº 1454541

PORTARIA Nº 616/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER a servidora LIDIANE LOURDES FREISLEBEN, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 617/2017

Publicação Nº 1454545

PORTARIA Nº 617/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora GICELI CARNEIRO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 à 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 618/2017

Publicação Nº 1454543

PORTARIA Nº 618/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIA LUIZA PAIVA, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 16.07.2012 a 15.09.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 à 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de

26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 619/2017

Publicação Nº 1454550

PORTARIA Nº 619/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARLI BERTOTTI DE GOIS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 à 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 620/2017

Publicação Nº 1454553

PORTARIA Nº 620/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora SEDINEIA MORAES, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de

SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 621/2017

Publicação Nº 1454554

PORTARIA Nº 621/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora DILCE ANTUNES DOS SANTOS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 622/2017

Publicação Nº 1454561

PORTARIA Nº 622/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora LADIR RODRIGUES DA SILVA PRADO, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 623/2017

Publicação Nº 1454562

PORTARIA Nº 623/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER antecipadamente a servidora LUCIANE NORONHA DE FREITAS, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 11.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09



**PORTARIA 624/2017**

Publicação Nº 1454564

PORTARIA Nº 624/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER antecipadamente a servidora CRISTIANE DO CARMO MOSSANIK, investida no cargo de provimento em careira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 11.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 625/2017**

Publicação Nº 1454566

PORTARIA Nº 625/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER antecipadamente a servidora SIANE APARECIDA FAGUNDES DOS SANTOS, investida no cargo de provimento em careira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, 12 (doze) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 11.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 626/2017**

Publicação Nº 1454568

PORTARIA Nº 626/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER antecipadamente a servidora GISLAINE LEVANDOSKI, investida no cargo de provimento em careira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de TECNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA, Designada para exercer a função de Agente de Endemias e do Programa de Controle da Dengue, 12 (doze) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 11.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

**PORTARIA 627/2017**

Publicação Nº 1454569

PORTARIA Nº 627/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

**RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER antecipadamente a servidora ELCIONE MARCHALK, investida no cargo de provimento em careira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de TECNICO EM SAUDE BUCAL, 12 (doze) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 11.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.



Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 628/2017

Publicação Nº 1454570

PORTARIA Nº 628/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER antecipadamente a servidora GISELLE ALINE VERGUTZ DE FREITAS, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de TECNICO na categoria funcional de TECNICO EM SAUDE BUCAL, 12 (doze) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a serem gozadas entre os dias 11.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 629/2017

Publicação Nº 1454572

PORTARIA Nº 629/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor MARIO BENDLIN NETO, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de PROFISSIONAL na categoria funcional de ODONTOLOGO II, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art.

134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 630/2017

Publicação Nº 1454573

PORTARIA Nº 630/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor VENTURINO JOSE ZARDO, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de PROFISSIONAL na categoria funcional de ODONTOLOGO I, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 631/2017

Publicação Nº 1454575

PORTARIA Nº 631/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ANTONIO SERAFIN CARNEIRO,

investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MOTORISTA, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 632/2017

Publicação Nº 1454577

PORTARIA Nº 632/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIZA SMEK DE OLIVEIRA, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 633/2017

Publicação Nº 1454578

PORTARIA Nº 633/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora MARIA INES KINAL, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de TÉCNICO na categoria funcional de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 634/2017

Publicação Nº 1454580

PORTARIA Nº 634/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ANITA PASTERNAKI DOS SANTOS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 09.07.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 á 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 635/2017

Publicação Nº 1454583

PORTARIA Nº 635/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora LUZIANE MICHELI SKIBINSKI DOS SANTOS, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 à 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 636/2017

Publicação Nº 1454585

PORTARIA Nº 636/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora JOELCY FRANCIANE GRANEMANN, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de PROFISSIONAL na categoria funcional de ASSISTENTE SOCIAL, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 30.11.2012 a 29.10.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 à 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 637/2017

Publicação Nº 1454591

PORTARIA Nº 637/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora ROSANI KOCAN, investida no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 à 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

DIRCEU JOANIM DE FREITAS  
Assistente Administrativo I

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL  
Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 638/2017

Publicação Nº 1454594

PORTARIA Nº 638/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora NILSE GIELINSKI, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, 12 (doze) dias de férias regulamentares, relativas ao período aquisitivo de 2016/2017, a serem gozadas entre os dias 11.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 107, da Lei Municipal Complementar nº 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 639/2017

Publicação Nº 1454602

PORTARIA Nº 639/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor DARI DE CASTRO, investido no cargo de provimento em Carreira do MAGISTERIO do grupo ocupacional do MAGISTÉRIO COM HABILITAÇÃO na categoria funcional de PROFESSOR, Designado para exercer a função de CORRDEADOR DO CRAS, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, relativas ao período aquisitivo de 02.03.1998 à 02.03.2003, a serem gozadas entre os dias 11.12.17 a 22.12.17, de conformidade com o insculpido no inciso VI, do art. 39, da Lei Complementar Municipal nº. 013/2007, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 640/2017

Publicação Nº 1454606

PORTARIA Nº 640/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor JOCIMAR DA SILVA, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional

de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de MECANICO, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 01.08.2012 a 30.07.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 à 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

## PORTARIA 641/2017

Publicação Nº 1454613

PORTARIA Nº 641/2017 – De 11 de Dezembro de 2017.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

### RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor ANTONIO CESAR ROSA, investido no cargo de provimento em Carreira do grupo ocupacional de SERVIÇOS GERAIS na categoria funcional de OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA, 12 (doze) dias de Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 27.06.2012 a 26.06.2017 a serem gozados entre os dias 11.12.17 à 22.12.17, de conformidade com o insculpido no art. 131, c/c art. 134 e art. 135, da Lei Complementar nº. 023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de sua publicação.

Paço do Contestado, 11 de Dezembro de 2017.

RAUL RIBAS NETO  
PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	MARCELO CARNEIRO BLEIXUVEHL Membro da C.F.- Decreto n.º 01/09

# Meleiro

## PREFEITURA

### TERMO DE HABILITAÇÃO CV Nº 092-2017

Publicação Nº 1454921

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO CARTA CONVITE nº. 092/2017

O Prefeito Municipal o Senhor EDER MATTOS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores HABILITA as seguintes empresas na Carta Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 092/2017.

Empresas Habilitadas:

- PROJETAR Arquitetura e Consultoria Ltda
- MV ROSA CONSTRUTORA E PAVIMENTADORA LTDA
- TRATARE CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP
- CONSTRUTORA PAI & FILHOS LTDA EPP
- CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP

Processo nº. 092/2017

Modalidade: Carta Convite para Obras e Serviços de Engenharia.

Sendo que a nova data de Abertura das propostas de preço será no dia 18 de DEZEMBRO de 2017 as 14:00 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro/SC, 12 de dezembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

### TERMO DE HABILITAÇÃO CV Nº 098-2017

Publicação Nº 1454923

TERMO DE HABILITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO  
CARTA CONVITE nº. 098/2017

O Prefeito Municipal o Senhor EDER MATTOS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores HABILITA as seguintes empresas na Carta Convite para Obras e Serviços de Engenharia nº 098/2017.

Empresas Habilitadas:

- CONSTRUTORA PAI & FILHOS LTDA EPP
- CONSTRUTORA NELGUI LTDA EPP
- JRV CONSTRUTORA LTDA

Processo nº. 098/2017

Modalidade: Carta Convite para Obras e Serviços de Engenharia.

Sendo que a nova data de Abertura das propostas de preço será no dia 18 de DEZEMBRO de 2017 as 15:30 horas no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Meleiro.

Meleiro/SC, 12 de dezembro de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal



# Modelo

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO P.L. Nº 1926-2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 065-2017 MERENDA 1º SEMESTRE

Publicação Nº 1452248

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE MODELO  
Aviso de Licitação

Processo Licitatório nº: 1926/2017  
Modalidade: Pregão Presencial nº 65/2017  
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO PREPARO DA MERENDA ESCOLAR DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO PARA O 1º SEMESTRE DE 2018, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I DO EDITAL. Entrega dos Envelopes: 08h15min do dia 26 de dezembro de 2017. Abertura dos Envelopes: 09h00min do dia 26 de dezembro de 2017. O edital e seus anexos estão disponíveis no site [www.modelo.sc.gov.br](http://www.modelo.sc.gov.br). Pedidos de esclarecimentos adicionais poderão ser solicitados, por escrito, ao Departamento de Licitações do Município de Modelo, na Rua do Comércio, 1.304, Centro, Modelo/SC, ou através do e-mail [licitacao@modelo.sc.gov.br](mailto:licitacao@modelo.sc.gov.br).

RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito

### DECRETO Nº 0250/2017

Publicação Nº 1454236

DECRETO Nº 0250/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL ÉDER SCHLÖSSER DA SILVA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.296/2017, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando o requerimento de exoneração apresentado pelo Servidor,

#### DECRETA:

Art.1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 16.12.2017, o Servidor ÉDER SCHLÖSSER DA SILVA, do cargo comissionado de Assessor de Departamento, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

Parágrafo Único: O servidor manterá suas atividades laborais até 15.12.2017, afastando-se do cargo a partir de 16 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 12 de dezembro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

ÉDER SCHLÖSSER DA SILVA

Registrado e Publicado na Data Supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 175-2017 SEMEM BOVINO - GENSUR BRASIL

Publicação Nº 1454381

Extrato de Contrato nº 175/2017  
Processo Licitatório nº 583/2017  
Pregão Presencial nº 034/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: GENSUR BRASIL AGROPECUARIA LTDA EPP, CNPJ nº 06.163.768/0001-62,  
Valor: R\$ 3.608,50  
Assinado em: 29/11/2017  
Vigente até: 31/12/2017  
Objeto: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO DESTINADO A MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL E MELHORAMENTO GENÉTICO BOVINO DO MUNICÍPIO DE MODELO PARA O ANO DE 2017.

Modelo/SC, 29 de novembro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 176-2017 GÊNEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - JOSÉ SCHMITZ

Publicação Nº 1454382

Extrato de Contrato nº 176/2017  
Processo Licitatório nº 803/2017  
Pregão Presencial nº 003/2017  
Contratante: MUNICÍPIO DE MODELO/SC. CNPJ: 83.021.832/0001-11  
Contratada: JOSÉ SCHMITZ, CPF n.º 625.581.549-91  
Valor: R\$ 224,00  
Assinado em: 10/07/2017  
Vigente até: 31/12/2017  
Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública do Município de Modelo/SC.

Modelo/SC, 05 de dezembro de 2017.  
RICARDO LUIS MALDANER  
Prefeito Municipal



**PORTARIA Nº 0166/2017**

Publicação Nº 1454421

PORTARIA Nº 0166/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias do Departamento de Saúde e requerimentos dos Servidores,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido aos Servidores Públicos Municipais relacionados abaixo, férias a que fazem jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE CONCES-SÃO
Andreia Kath	24.04.2016 a 23.04.2017	18.12.2017 a 06.01.2018 (20 dias)
Claudete da Silva	05.02.2016 a 04.02.2017	18.12.2017 a 06.01.2018 (20 dias)
Nei Zanchett	03.07.2016 a 02.07.2017	21.12.2017 a 19.01.2018 (30 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 12 de dezembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

**PORTARIA Nº 0167/2017**

Publicação Nº 1454425

PORTARIA Nº 0167/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Lei Orgânica Municipal, Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.906/2010, 2.296/2017 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,  
Considerando em especial a programação de férias do Departamento e requerimento do Servidor,

**RESOLVE:**

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISI-TIVO	PERÍODO DE CONCES-SÃO
Claudecir Leonir Bolis	07.03.2015 a 06.03.2016	20.12.2017 a 29.12.2017 (10 dias)

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),  
aos 12 de dezembro de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI  
Assessora de Departamento

# Mondaí

## PREFEITURA

### NOTIFICAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE RECURSOS Nº 034/2017

Publicação Nº 1455151

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO nº. 034/2017

#### NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

VALDIR RUBERT, Prefeito Municipal de Mondaí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº. 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº. 4.683 de 20 de março de 2015 que regulamenta a notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Mondaí, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:

Período da liberação dos recursos: 08/12/2017 a 11/12/2017.

ATO LEGAL	CONCEDENTE	VALOR LIBERADO (R\$)
	Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	
Programa	Piso de Atenção Básica Fixo – PAB Fixo	100.000,00
Programa	Teto Municipal de Média e Alta Complexidade	55.609,36
Programa	Média e Alta Complexidade – Próteses Dentárias	15.000,00
Programa	Teto Municipal Rede Saúde Mental – RSME	73.080,68
Programa	Teto Municipal Rede Brasil sem Miséria	4.500,00
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO .....R\$		248.190,04

Maiores informações a respeito do valor liberado e a integra dos termos supramencionados, podem ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, junto à Prefeitura Municipal de Mondaí, situada na Rua Laju, 420, centro, ou pelo telefone (49) 3674-3100.

Mondaí – SC, 12' de dezembro de 2017.

Valdir Rubert

Prefeito Municipal

Jonas Carlos Scheffer Demarchi

Coordenador de Controle Interno

# Monte Castelo

## PREFEITURA

### TOMADA DE PREÇOS 005/2017 - REPUBLICAÇÃO

Publicação Nº 1454794

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

REAVISO LICITAÇÃO

Modalidade Tomada de Preço nº 005/17

OBJETO: O objeto do presente edital de licitação TOMADA DE PREÇOS é a Contratação de empresa para EXECUÇÃO de obras e serviços de engenharia para CONSTRUÇÃO DO QUARTEL DE BOMBEIROS MILITAR DE MONTE CASTELO-SC, com área total a ser construída de 134,86 m2, em conformidade com o Projeto Arquitetônico, Plantas e Memoriais Descritivos e nas condições fixadas neste Edital e seus Anexos.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 15h00min horas do dia 13/12/2017 às 09h00min horas do dia 29/12/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 29/12/2017.

TIPO: Menor Preço Global.

CADASTRO: Fica estipulado a data de 22/12/2017 último dia para cadastro ou atualização das empresas interessadas no certame, e ainda a visita técnica.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo, 13 de Dezembro de 2017

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

# Morro da Fumaça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 177/2017

Publicação Nº 1455104

DECRETO Nº 177/2017, em 08 de Dezembro de 2017.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL 1.465/2011 QUE DISPÕE SOBRE A GRATIFICAÇÃO PARA MOTORISTAS EM CONDIÇÕES ESPECIAIS

Art. 1º - Nos termos da Lei Municipal 1.465 de 21 de Setembro de 2011, considera-se motorista em condições especiais aquele que desenvolva suas atividades junto:

I – A coleta de resíduos sólidos e orgânicos;

II – A manutenção de serviços urbanos, em escala de horário diferenciada da jornada normal de trabalho;

III - A manutenção de serviços urbanos, com deslocamento rotineiro na base territorial do município que impossibilite cumprir os limites da jornada normal de trabalho;

IV – Ao transporte escolar, em escala de horário diferenciada da jornada normal de trabalho;

V – Ao Tratamento de Pacientes Fora do Domicílio – TFD, em escala de horário diferenciada da jornada normal de trabalho;

VI – Transporte de usuários dos programas e políticas municipais, em escala de horário diferenciada da jornada normal de trabalho;

Art. 2º - Perderá a gratificação o motorista que:

I – faltar repetidamente e injustificadamente ao trabalho;

II – comparecer repetidamente tardiamente e injustificadamente ao local de trabalho ou ausentar-se dele antecipadamente, sem autorização;

III - provocar acidente de trânsito;

IV - autuação repetidamente por multa de trânsito;

V - não-atendimento injustificado à escala de trabalho;

VI - infringir as normas regulamentares do Setor;

VII- serviços de visita domiciliares de profissionais da área da saúde e assistência social.

Art. 3º – Cabe ao Secretário de cada pasta, ou quem designado por este, fazer cumprir o disposto neste decreto.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, em 08 de Dezembro de 2017

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

# Morro Grande

## PREFEITURA

### AVISO - PREGAO PRESENCIAL 36-2017 - PMMG

Publicação Nº 1454337

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA DE MORRO GRANDE, localizada a Rua Irmãos Biff, nº 50, bairro Centro, CEP 88.925-000 Morro Grande/SC, torna público para conhecimento dos interessados, que está sendo publicado o Edital de Pregão Presencial nº 36/2017, cujo objetivo o registro de preços para a possível e futura AQUISIÇÃO PARCELADA DE GASOLINA COMUM PARA MANUTENÇÃO DAS FROTAS MUNICIPAIS DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE. Os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação serão recebidos até às 08h30min do dia 28/12/2017, com abertura no mesmo dia às 09h00min, junto ao Setor de Licitações desta prefeitura. Informamos que a íntegra do Edital e seus anexos poderão ser lidos ou obtidos no endereço supracitado, das 07h00min as 13h00min, de segunda a sexta-feira, ou no site [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br). Maiores informações estarão disponíveis os telefones (48) 3544-0016 ou pelo e-mail [licita@morrogrande.sc.gov.br](mailto:licita@morrogrande.sc.gov.br). Valdionir Rocha - Prefeito Municipal.

### DECRETO Nº 137/2017

Publicação Nº 1455382

DECRETO Nº 137/2017

CONSTITUI E DESIGNA OS MEMBROS PARA ACOMPANHAR, SUPERVISIONAR E FISCALIZAR OS PROCESSOS SELETIVOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que estabelece a legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º CONSTITUIR COMISSÃO para acompanhar, supervisionar e fiscalizar os Processos Seletivos a serem realizados no município de Morro Grande.

Art. 2º DESIGNAR os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão ora constituída dos Processos Seletivos a serem realizados no município de Morro Grande:

- a) Presidente: Jaqueline Daniel Rabelo, matrícula nº 813;
- b) Secretário: Jossemar Antônio Daniel, matrícula nº 119;
- c) Membro: Ivonete Sônego Favarin, matrícula nº 100;
- d) Membro Suplente: Elaine Marchesini Zuchinali, matrícula nº 1093;
- e) Membro Suplente: Amanda Crepaldi, matrícula nº 1109.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário

Morro Grande/SC, 12 de dezembro de 2017.

VALDIONIR ROCHA

Prefeito Municipal

### EXTRATO - PROCESSO SELETIVO 1-2017 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1455359

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO GRANDE

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 – PMMG

VALDIONIR ROCHA, Prefeito Municipal de Morro Grande - SC, no uso de suas atribuições legais, e nos termos, da Legislação vigente TORNA PÚBLICO que estarão abertas as inscrições no período de 13 de dezembro de 2017 a 02 de janeiro de 2018 do processo seletivo para os cargos de Auxiliar de Ensino de Educação Infantil, Professores de Educação Infantil, Ensino Fundamental I e Professores nas diversas disciplinas de Conhecimento do Ensino Fundamental II, todos com e sem habilitação, para admissão em caráter temporário para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, sob o regime estatutário, filiado ao Regime Geral de Previdência Social, o qual se regerá pelas Instruções Especiais contidas no Edital, que poderá ser obtido nos sites <http://concursos.epbazi.com.br> e [www.morrogrande.sc.gov.br](http://www.morrogrande.sc.gov.br).

sc.gov.br.  
Morro Grande/SC, 12 de dezembro de 2017.  
VALDIONIR ROCHA  
Prefeito Municipal

**NOTIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1454099

NOTIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA  
EXTINÇÃO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO DECORRENTE DE PRESCRIÇÃO DOS CONTRIBUINTE A SEGUIR RELACIONADOS

CONTRIBUINTE	ANO DIVIDA	DATA INSCRIÇÃO	INSCRIÇÃO
MILTON JOAO BORTOLINI	2010	15/03/2011	402
MILTON JOAO BORTOLINI	2010	15/03/2011	401
EDIO ROCHA	2010	15/03/2011	390
GISLAINE DE ANDRADE	2010	15/03/2011	335
MARILEIA LUIZ	2009	05/02/2010	64
EULIOMAR PEREIRA RIBEIRO	2009	05/02/2010	52
EULIOMAR FERREIRA RIBEIRO	2010	15/03/2011	316
JOSE NAZARENO BITENCOURTE	2010	15/03/2011	271
SIGMAN PRODUÇÕES LTDA ME	2010	15/03/2011	332
SIGMAN PRODUÇÕES LTDA ME	2009	05/02/2010	59
TRANSPORTADORA COSTA E DUMINELLI LTDA	2008	08/01/2009	62
TRANSPORTADORA COSTA E DUMINELLI LTDA	2009	05/02/2010	51
TRANSPORTADORA COSTA E DUMINELLI LTDA	2010	15/03/2011	315
FERNANDO SILVA MARTINS ME	2010	15/03/2011	352
JULIO C DANIELSKI	2010	15/03/2011	341
MARILEIA LUIZ	2010	15/03/2011	340

Morro Grande, 12 de dezembro de 2017  
VALDIONIR ROCHA  
PREFEITO MUNICIPAL



# Navegantes

## PREFEITURA

### DECRETO 536/2017 RATIFICA O DECRETO 210/2016

Publicação Nº 1455093

DECRETO Nº 536, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

RATIFICA O DECRETO Nº. 210/2016 QUE ESPECIFICA TARIFA PARA COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO DO LIXO NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, inciso III da Lei Orgânica do município,

CONSIDERANDO que a lei 8.666/93, em seu art. 55, III, dispõe que são cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam "o preço e as condições de pagamento, os critérios, datas-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento",

CONSIDERANDO que no respectivo Contrato de Concessão (nº 33/2002) firmado pelo Município com a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Ltda., a cláusula quarta prevê a garantia do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste,

CONSIDERANDO que o regime jurídico da remuneração dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos domiciliares prestados pela concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda. Através do referido Contrato de Concessão é tarifário,

CONSIDERANDO que o ato de alteração dos valores das tarifas de serviços públicos é privativo do Chefe do Poder Executivo,

CONSIDERANDO a Deliberação nº 034/2017, proferida em 27 de novembro de 2017 pela Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS e o Parecer Técnico nº 496/2017 da Diretoria de Regulação da ARIS;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 89 da Lei Orgânica do município, que dispõe que "as tarifas dos serviços públicos deverão ser fixadas pelo Prefeito, tendo-se em vista a justa remuneração",

DECRETA:

Art. 1º Ratifica o Decreto nº 210/2016 que estabelece tarifa relativa á remuneração dos serviços públicos de coleta, transporte e disposição final do lixo de Navegantes pelo índice IGPM, conforme previsão contida na cláusula quarta do Contrato de Concessão 033/2002, permanecendo em 2018 as tarifas cobradas em 2017.

Art. 2º Em conformidade com o índice especificado no artigo 1º, a Concessionária, a cobrará dos munícipes, a partir de 1º/01/2018, os seguintes valores pelos serviços prestados, indicados no Contrato de Concessão 033/2002:

Descrição dos Serviços	Bairro	Periodicidade	Tarifa 2018 (8,35%IGPM)
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	São Pedro.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$ 25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	São Pedro.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$51,23
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	São Domingos I e Centro (começa no Colégio Júlia Miranda de Souza e Av. Nereu Liberato para baixo).	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$ 25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	São Domingos I e Centro (começa no Colégio Júlia Miranda de Souza e Av. Nereu Liberato para baixo).	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$51,23
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	Gravatá / Dentro (da Av. José Juvenal Mafra sentido mato) Começa na Av. Rio do Sul até o Garrincha.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	Gravatá / Dentro (da Av. José Juvenal Mafra sentido mato) Começa na Av. Rio do Sul até o Garrincha.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$51,23

Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	Gravatá / Fora (da Av. José Juvenal Mafra sentido praia) Começa na ponte do Garrincha até a Rua Rio do Sul e dentro e fora Gravatá até divisa com Penha.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	Gravatá / Fora (da Av. José Juvenal Mafra sentido praia) Começa na ponte do Garrincha até a Rua Rio do Sul e dentro e fora Gravatá até divisa com Penha.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$51,23
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	São Domingos II.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	São Domingos II.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$51,23
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	Porto das Balsas.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	Porto das Balsas.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$51,23
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	Meias Praia / Dentro - Começa na Rua Alberto Werner (Sodema) no Gravatá até Radial Leste Oeste (Rest. Siri Manhoso) dentro e fora na Meia Praia. Mesma rota acima mas toda Meia Praia.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	Meias Praia / Dentro - Começa na Rua Alberto Werner (Sodema) no Gravatá até Radial Leste Oeste (Rest. Siri Manhoso) dentro e fora na Meia Praia. Mesma rota acima mas toda Meia Praia.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$51,23
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	Meia Praia / Fora – Início na Rua Radial Leste Oeste (Rest. Siri Manhoso) dentro e fora até Rua do Aeroporto. Mesma rota acima mais toda Meia Praia.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	Meia Praia / Fora – Início na Rua Radial Leste Oeste (Rest. Siri Manhoso) dentro e fora até Rua do Aeroporto. Mesma rota acima mais toda Meia Praia.	Terça-Feira, Quinta-Feira e Sábado.	R\$51,23
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	Centro – da Av. Armação sentido praia até Av. João Sacavem e Transversais.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	Centro – da Av. Armação sentido praia até Av. João Sacavem e Transversais.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$51,23
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 03 vezes por semana.	Centro – da Av. Armação para dentro até Av. João Gaya e Aeroporto.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$25,60
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 03 vezes por semana.	Centro – da Av. Armação para dentro até Av. João Gaya e Aeroporto.	Segunda-Feira, Quarta-Feira e Sexta-Feira.	R\$51,23
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	Nossa Senhora das Graças (Areia Branca) e Jardim Paranaense.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$11,62
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	Nossa Senhora das Graças (Areia Branca) e Jardim Paranaense.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$23,25

Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	Volta Grande.	Segunda-Feira e Quinta-Feira.	R\$11,62
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	Volta Grande.	Segunda-Feira e Quinta-Feira.	R\$23,25
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	Pedreiras.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$11,62
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	Pedreiras.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$23,25
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	São Paulo, São Paulo I e Loteamento Muller.	Quarta-Feira e Sábado.	R\$11,62
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	São Paulo, São Paulo I e Loteamento Muller.	Quarta-Feira e Sábado.	R\$23,25
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	Machados.	Terça-Feira e Sábado.	R\$11,62
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	Machados.	Terça-Feira e Sábado.	R\$23,25
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos domiciliares e compactáveis – 02 vezes por semana.	Escalvados.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$11,62
Coleta regular, transporte e disposição final dos resíduos compactáveis e comerciais – 02 vezes por semana.	Escalvados.	Terça-Feira e Quinta-Feira.	R\$23,25
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos hospitalares (Fundação Hospitalar de Navegantes)		Semanal	R\$9,82
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos de farmácias, consultórios odontológicos, clínicas médicas e veterinárias e outros resíduos da área as saúde.			R\$251,51
Coleta Regular, transporte e disposição final dos resíduos de laboratórios.			R\$443,93
Coleta Regular, transporte, tratamento e disposição final dos resíduos de saúde gerados pelas unidades de saúde do município.		Semanal e Quinzenal dependendo da unidade de saúde.	R\$ R\$251,51 mensal por unidade de saúde até 10 (dez) quilos. Acima dessa quantidade será cobrado o valor de R\$ 9,82 por quilo excedente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação tendo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017, revogando-se, na íntegra, o Decreto nº 518, de 1 de dezembro de 2015.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE DEZEMBRO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 30 de novembro de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**DECRETO Nº 541 DE 12 DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455168

**DECRETO Nº 541 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3248 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 103 – Desenvolvimento Sustentável

1.094 – Implantação do Parque Ambiental

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

04 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 22 – Gestão Ambiental Eficaz

2.067 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Técnica

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

07 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 34.800,00

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 103 – Desenvolvimento Sustentável

2.147 – Recursos da Compensação Ambiental

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

09 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 542 – Controle Ambiental

Programa: 22 – Gestão Ambiental Eficaz

1.036 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos para a FUMAN

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

14 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.400,00

**T O T A L** .....  
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 542 – Controle Ambiental

Programa: 22 – Gestão Ambiental Eficaz

2.068 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

16 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

**T O T A L** .....  
..... R\$ 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 12 de dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal

**DECRETO Nº 542 DE 12 DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455178

**DECRETO Nº 542 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3249 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 74.800,00 (Setenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais) das seguintes dotações:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esporte

Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Programa: 76 – Esporte e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

1.006 – Construção de Ginásio de Esportes

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

04 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esporte

Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Programa: 24 – Navegantes é Esportes

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

1.092 – Aquisição de Veículos

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

08 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.800,00

**T O T A L** .....  
..... R\$ 74.800,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esporte

Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Programa: 24 – Navegantes é Esporte

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

2.072 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

14 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 74.800,00

**T O T A L** .....  
..... R\$ 74.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 12 de dezembro de 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

## DECRETO Nº 543 DE 12 DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455185

DECRETO Nº 543 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação"

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3250 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 152.700,00 (Cento e Cinquenta e Dois Mil e Setecentos Reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 74 – Fomento à Cultura

2.146 – Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

25 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.400,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 03 – Fundo Municipal de Cultura

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 75 – Fundo Municipal de Cultura

2.149 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultura

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

27 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 72.300,00

T O T A L .....  
.....R\$ 152.700,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 23 – Cultura p/ Todos

2.070 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

12 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 141.700,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC

Função: 13 – Cultura

Subfunção: 392 – Difusão Cultural

Programa: 23 – Cultura p/ Todos

2.070 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

13 – 3.1.91.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias R\$ 11.000,00

T O T A L .....  
.....R\$ 152.700,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 12 de dezembro de 2017.

Emílio Vieira

PREFEITO

## DECRETO Nº 544 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 (LOA/2018)

Publicação Nº 1455148

DECRETO Nº 544 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de NAVEGANTES para o exercício de 2018.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 3251 de 12/12/2017:

DECRETA:

Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do município de NAVEGANTES para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 301.600.173,11 (trezentos e um milhões, seiscentos mil, cento e setenta e três reais e onze centavos), sendo R\$ 215.413.939,83 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 86.186.233,28 (oitenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras

Art. 2º O Orçamento do Município de Navegantes para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 301.600.173,11 (trezentos e um milhões, seiscentos mil, cento e setenta e três reais e onze centavos), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos), em R\$ 296.760.112,01 (duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e sessenta mil, cento e doze reais e um centavo) a Despesa das demais unidades gestoras, incluindo o valor de R\$ 34.198.711,26 (trinta e quatro milhões, cento e noventa e oito mil, setecentos e onze reais e vinte e seis centavos), as transferências financeiras assim tituladas: Transferências Financeiras p/ o Fundo Mun. Assistência Social, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal do Meio Ambiente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Cultura, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Esportes, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Saúde, Transferências Financeiras para a Fundação Hospitalar Municipal, Transferências Financeiras para Fundação Municipal de Vigilância, Transferências Financeiras para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais e Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

§ 1º A Receita do Município para o exercício de 2018, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 280.735.228,02
  - 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 65.340.165,24
  - 1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 13.103.763,96
  - 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 13.693.473,78



1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 21.238.724,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 164.355.226,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 3.003.875,04  
 2. RECEITAS DE CAPITAL 34.827.393,15  
 2.1. OPERACOES DE CREDITO 19.000.000,00  
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 15.827.393,15  
 7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.491.057,98  
 7.1. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 13.178.003,98  
 7.2. RECEITAS DE SERVIÇOS 311.485,00  
 9. DEDUÇÕES DA RECEITA -27.453.506,04  
 9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -27.453.506,04  
 TOTAL 301.600.173,11

§ 2º A Despesa do Município para o exercício de 2018, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, assim distribuídas:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - CAMARA DE VEREADORES 4.840.061,10  
 02 - GABINETE DO PREFEITO 2.060.000,00  
 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 623.000,00  
 06 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 1.162.000,00  
 07 - SECRETARIA DE GOVERNO 1.285.000,00  
 08 - PROCURADORIA GERAL 2.435.000,00  
 09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA 7.187.500,00  
 10 - SECRETARIA DE FINANÇAS 9.587.878,05  
 12 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 5.079.850,00  
 13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 94.976.653,96  
 14 - SECRETARIA MEIO AMBIENTE, AGRICUL. E PESCA 1.548.000,00  
 15 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL 1.366.500,00  
 16 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES 2.645.090,00  
 17 - SECRETARIA DE OBRAS 51.858.057,89  
 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1.156.165,00  
 19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA 1.881.400,00  
 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 2.412.593,00  
 21 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL 731.800,00  
 22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA 1.731.609,00  
 23 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.540.785,00  
 24 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 438.000,00  
 25 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 41.636.249,86  
 26 - FUNDO MUN. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS 707.500,00  
 28 - SECRETARIA MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO 20.023.300,00  
 29 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL NAVEGANTES 11.243.341,33  
 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE 939.500,00  
 31 - SECRETARIA MUN. DESENV. ECON. E RECEITA 2.651.620,00  
 32 - SECRETARIA MUN. CRIANÇA, ADOLESC. JUVENTUDE 1.211.500,00  
 33 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO 1.351.000,00  
 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83  
 97 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 24.304.707,09

TOTAL: 301.600.173,11

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 4.840.061,10  
 02 - Judiciária 1.835.000,00  
 03 - Essencial a Justiça 600.000,00  
 04 - Administração 22.612.518,68  
 06 - Segurança Pública 3.805.609,00  
 08 - Assistência Social 8.270.135,00  
 09 - Previdência Social 8.742.407,83  
 10 - Saúde 42.368.049,86

11 - Trabalho 2.451.620,00  
 12 - Educação 90.096.753,96  
 13 - Cultura 1.881.400,00  
 15 - Urbanismo 33.459.032,89  
 17 - Saneamento 19.023.300,00  
 18 - Gestão Ambiental 1.156.165,00  
 20 - Agricultura 1.548.000,00  
 23 - Comércio e Serviços 2.645.090,00  
 25 - Energia 6.013.300,00  
 26 - Transporte 14.636.725,00  
 27 - Desporto e Lazer 2.412.593,00  
 28 - Encargos Especiais 7.913.192,87  
 99 - Reserva de Contingência 984.511,83  
 97 - Reserva Orçamentária do RPPS 24.304.707,09

TOTAL: 301.600.173,11

#### III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 210.697.399,10  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 125.159.671,31  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 302.378,05  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 85.235.349,74

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 65.613.555,09  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 60.613.555,09  
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 5.000.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 25.289.218,92  
 9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83  
 9.9.99.97.00.00.00.00 - RESERVA DO RPPS 24.304.707,09

TOTAL 301.600.173,11

Do orçamento da  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Art. 3º O orçamento da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 248.014.734,09 (duzentos e quarenta e oito milhões, quatorze mil, setecentos e trinta e quatro reais e nove centavos) e fixa as Despesas em R\$ 208.975.961,73 (duzentos e oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 39.038.772,36 (trinta e nove milhões, trinta e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos), incluídas as transferências financeiras à Câmara Municipal.

§ 1º A Receita da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada mediante: Arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 244.512.457,24  
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 64.867.829,24  
 1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 5.950.000,00  
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 1.195.600,00  
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 19.861.900,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 152.016.928,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 620.200,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 30.655.782,89  
 2.1. OPERACOES DE CREDITO 19.000.000,00  
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 11.655.782,89

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 300.000,00



## 7.1. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 300.000,00

9. DEDUÇÕES DA RECEITA -27.453.506,04

9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -27.453.506,04

9.1.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA -11.468.450,44

9.1.7. DEDUÇÕES TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -15.985.055,60

TOTAL 248.014.734,09

§ 2º A Despesa da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

02 - Judiciária 1.835.000,00

03 - Essencial a Justiça 600.000,00

04 - Administração 20.616.400,00

06 - Segurança Pública 1.366.500,00

08 - Assistência Social 6.291.350,00

11 - Trabalho 2.451.620,00

12 - Educação 90.096.753,96

15 - Urbanismo 33.459.032,89

17 - Saneamento 19.023.300,00

20 - Agricultura 1.548.000,00

23 - Comércio e Serviços 2.645.090,00

25 - Energia 6.013.300,00

26 - Transporte 14.636.725,00

28 - Encargos Especiais 7.408.378,05

99 - Reserva de Contingência 984.511,83

TOTAL: 208.975.961,73

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 39.038.772,36

TOTAL: 248.014.734,09

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 153.443.043,20

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 94.702.471,82

3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 302.378,05

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 58.438.193,33

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 54.548.406,70

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 49.548.406,70

4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 5.000.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83

9.9.99.99.00.00.00.00 984.511,83

SOMA: 208.975.961,73

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 39.038.772,36

TOTAL: 248.014.734,09

Do orçamento do

FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES

Art. 4º O Orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 1.380.884,00 (hum milhão, trezentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 159.901,00 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.540.785,00 (hum milhão, quinhentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 1.262.084,00

1.3. RECEITA PATRIMONIAL 72.000,00

1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 1.172.084,00

1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 18.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 118.800,00

2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 118.800,00 XXXXXXXXX

SOMA: 1.380.884,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 159.901,00

TOTAL: 1.540.785,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 1.540.785,00

TOTAL 1.540.785,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.046.705,00

3.1.90.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 10.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.036.705,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 494.080,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 494.080,00

TOTAL 1.540.785,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES

Art. 5º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 44.097,00 (quarenta e quatro mil, noventa e sete reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.368.496,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.412.593,00 (dois milhões, quatrocentos e doze mil, quinhentos e noventa e três reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 44.097,00

1.1. RECEITA TRIBUTARIA 836,00

1.3. RECEITA PATRIMONIAL 14.787,00

1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 28.474,00

SOMA : 44.097,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 2.368.496,00

TOTAL : 2.412.593,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27 - Desporto e Lazer 2.412.593,00  
TOTAL 2.412.593,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.998.773,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 785.246,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.213.527,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 413.820,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 413.820,00  
TOTAL 2.412.593,00

Do orçamento do  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Art. 6º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 15.656.624,26 (quinze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte quatro reais e vinte seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 25.979.625,60 (vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 41.636.249,86 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 11.708.214,00  
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 456.000,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 288.000,00  
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 10.892.214,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 72.000,00  
2. RECEITAS DE CAPITAL 3.948.410,26  
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 3.948.410,26  
SOMA: 15.656.624,26  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 25.979.625,60  
TOTAL: 41.636.249,86

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 41.636.249,86

TOTAL 41.636.249,86

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 33.779.803,93  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 14.312.771,93  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 19.467.032,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 7.856.445,93  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 7.856.445,93

TOTAL 41.636.249,86

Do orçamento da  
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES

Art. 7º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 3.867,00 (três mil, oitocentos e sessenta e sete reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.877.533,00 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.881.400,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil e quatrocentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 3.867,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 3.867,00

SOMA: 3.867,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.877.533,00  
TOTAL: 1.877.533,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13 - Cultura 1.881.400,00  
TOTAL 1.881.400,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.773.765,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 926.984,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 846.781,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 107.635,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 107.635,00

TOTAL 1.881.400,00

Do orçamento do  
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE NAVEGANTES

Art. 8º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 438.000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada

mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 208.000,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 48.000,00  
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 130.000,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 30.000,00  
SOMA: 208.000,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 230.000,00  
TOTAL: 438.000,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 438.000,00  
TOTAL 438.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 398.000,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 398.000,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 40.000,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 40.000,00  
TOTAL 438.000,00

Do orçamento da  
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

Art. 10 O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 409.900,00 (quatrocentos e nove mil e novecentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 321.900,00 (trezentos e vinte e um mil e novecentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 731.800,00 (setecentos e trinta e um mil e oitocentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 341.500,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 40.000,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 142.000,00  
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 144.000,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 15.500,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 68.400,00  
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 68.400,00  
SOMA: 409.900,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 321.900,00

TOTAL: 731.800,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 731.800,00

TOTAL 731.800,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 362.950,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 72.070,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 290.880,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 368.850,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 368.850,00

TOTAL 731.800,00

Do orçamento da  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES

Art. 11 - O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 717.736,00 (setecentos e dezessete mil, setecentos e trinta e seis reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 438.429,00 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.156.165,00 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 706.251,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 7.948,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 584.745,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 113.558,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 11.485,00  
7.6 RECEITA DE SERVIÇOS 11.485,00  
SOMA: 717.736,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 438.429,00

TOTAL: 1.156.165,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental 1.156.165,00  
TOTAL 1.156.165,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.002.550,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 888.335,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 114.215,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 153.615,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 153.615,00  
TOTAL 1.156.165,00

Do orçamento do  
FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES

Art. 12 O orçamento da unidade, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018,

estima a Receita em R\$ 697.000,00 (seiscentos e noventa e sete mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 707.500,00 (setecentos e sete mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 661.000,00  
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 15.500,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 16.000,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 621.500,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 8.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 36.000,00  
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 36.000,00  
SOMA: 697.000,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 10.500,00  
TOTAL: 707.500,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNIC.REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 707.500,00

TOTAL 707.500,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 266.500,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 266.500,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 441.000,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 441.000,00

TOTAL 707.500,00

Do orçamento da  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES

Art. 13 O orçamento da unidade, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 899.048,00 (oitocentos e noventa e nove mil, quarenta e oito reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 832.561,00 (oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.731.609,00 (um milhão, setecentos e trinta e um mil, seiscentos e nove reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 897.479,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 40.369,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 105,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 857.005,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS  
7.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.569,00

SOMA: 899.048,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 832.561,00

TOTAL: 1.731.609,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 1.731.609,00  
TOTAL 1.731.609,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.507.138,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 565.564,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 941.574,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 224.471,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 224.471,00  
TOTAL 1.731.609,00

Do orçamento da  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES

Art. 14 O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima as Transferências Recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos) e fixa as despesas em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 4.840.061,10

TOTAL 4.840.061,10

§ 2º A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 4.840.061,10  
TOTAL 4.840.061,10

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 4.240.061,10  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 3.230.000,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.010.061,10

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 600.000,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 600.000,00  
TOTAL 4.840.061,10

Do orçamento do  
INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERV. MUNICIPAIS



Art. 15 O orçamento da unidade, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 33.568.282,76 (trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.979.765,66 (hum milhão, novecentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) e fixa as Despesas em R\$ 35.548.048,42 (trinta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quarenta e oito reais e quarenta e dois centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 20.390.278,78
- 1.2 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 7.153.763,96
- 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 11.966.902,78
- 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.269.612,04

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.178.003,98
- 7.2. RECEITAS CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇ. 13.178.003,98

SOMA: 33.568.282,76  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.979.765,66

TOTAL: 35.548.048,42

§ 2º A Despesa da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

- 04 - Administração 1.996.118,68
- 09 - Previdência Social 8.742.407,83
- 28 - Encargos Especiais 504.814,82
- 99 - Reserva de Contingência 24.304.707,09

TOTAL 35.548.048,42

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

- 3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 10.878.109,87
- 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 9.666.228,56
- 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.211.881,31
- 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 365.231,46
- 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 365.231,46
- 9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 24.304.707,09
- 9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 24.304.707,09
- TOTAL 35.548.048,42

## Das Disposições Finais

Art. 16 Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 3230/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2018), com o seguinte desdobramento:

## I - UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

- a) Passivos Contingentes 246.127,96
- b) Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor 492.255,92
- c) Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 246.127,95

## II - UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

- a) Reserva Orçamentária do RPPS 27.750.973,00
- § 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", situações como: enxurradas, situações de emergência, calamidade pública, intempéries e outros fatores, que necessitem da intervenção do poder público municipal.

§ 3º Não se efetivando até 10/12/2018 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a ela reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento de 2019 tenha reservado recursos para os riscos fiscais.

§ 4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor", serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 17 Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, inclusive para adequação a nova tabela de destinação da receita pública do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, aplicável para o exercício de 2018.

Art. 18 O Executivo esta autorizado nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

- I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.
- II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, devidamente autorizadas em Lei.
- III - superávit financeiro do exercício anterior.
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo, realizá-las.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 19 Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei, com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43 § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos Orçamentos da Receita e Despesa para fins de

abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares, de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 21 Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta lei.

Art. 22 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 24 Este decreto vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 12 de Dezembro de 2017.  
EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito

## DECRETO Nº 545 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454158

DECRETO Nº 545 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei nº 3252 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 216.300,00 (Duzentos e dezesseis mil e trezentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 49 – Serviços de Saúde  
1.067 – Aquisição de Veículos p/ Saúde  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
04 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 55.700,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 41 – Atenção Básica  
2.108 – Manutenção dos Recursos do NASF  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
54 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.200,00  
56 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.200,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 41 – Atenção Básica  
2.127 – Manutenção Saúde na Escola - PSE  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
57 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 96.300,00  
58 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

T O T A L .....  
..... R\$ 216.300,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 39 – Saúde Bucal  
2.084 – Manutenção das Ações da Estratégia Saúde da Família em Saúde Bucal  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
39 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 50 – Estratégia Saúde da Família  
2.095 – Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
46 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 159.300,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 50 – Estratégia Saúde da Família  
2.096 – Manutenção dos Recursos do Programa de Agentes Comunitários de Saúde  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
50 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

T O T A L .....  
..... R\$ 216.300,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 12 de dezembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

## DECRETO Nº 546 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454163

DECRETO Nº 546 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei nº 3253 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 562.959,00 (Quinhentos e sessenta e dois mil, novecentos e



cinquenta e nove reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 49 – Serviços de Saúde  
1.067 – Aquisição de Veículos p/ Saúde  
Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
05 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 55.700,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa: 38 – Centro de Especialidades Odontológicas  
2.082 – Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidade Odontológicas  
Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
81 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 97.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa: 40 – Atenção Especializada  
2.085 – Manutenção das Unidades de Atenção Especializada  
Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
83 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 55.300,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa: 42 – Saúde da Mulher e do Homem  
2.087 – Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro de Referência da Mulher e do Homem  
Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
86 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00  
88 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.900,00  
ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
2.091 – Manutenção das Unidade de Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
89 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.900,00  
90 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.900,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa: 53 – Centro de Atenção Psicossocial  
2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial  
Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar

96 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 89.959,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa: 54 – Centro de Especialidade Médicas  
2.100 – Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades Médicas  
Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
99 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 138.300,00

T O T A L .....  
..... R\$ 562.959,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
2.107 – Manutenção e Funcionamento do Recursos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
101 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 562.959,00

T O T A L .....  
..... R\$ 562.959,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRE-SE.  
Navegantes, 12 de dezembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

## DECRETO Nº 547 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454166

DECRETO Nº 547 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei nº 3254 de 12/12/2017.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 195.500,00 (Cento e noventa e cinco mil e quinhentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 41 – Atenção Básica  
1.057 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidade de Atenção Básica  
Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
31 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.900,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 06 – Bloco Assistência Farmacêutica  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico  
 Programa: 48 – Farmácia Básica do Município  
 2.092 – Manutenção da Farmácia Básica  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 59 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
 1.064 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidade de Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 73 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.900,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 102 – Atendimento Hospitalar  
 1.101 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Unidades Hospitalares  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 79 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 95.400,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 42 – Saúde da Mulher e do Homem  
 2.087 – Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro de Referência da Mulher e do Homem  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 85 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.600,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 53 – Centro de Atenção Psicossocial  
 2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 95 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.100,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 54 – Centro de Especialidade Médica  
 2.100 – Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades Médicas  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 98 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.800,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância Sanitária  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica  
 Programa: 45 – Centro de Controle de Zoonoses  
 1.089 – Construção do Centro de Controle de Zoonoses  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 106 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.400,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância Sanitária  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica  
 Programa: 51 – Programa DST/AIDS  
 2.097 – Manutenção do Recursos do Programa DST/AIDS  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 121 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.900,00

T O T A L .....  
 ..... R\$ 195.500,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 301 – Atenção Básica  
 Programa: 49 – Serviços de Saúde  
 2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 11 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 195.500,00

T O T A L .....  
 ..... R\$ 195.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Navegantes, 12 de dezembro de 2017.  
 Emílio Vieira  
 Prefeito

## DECRETO Nº 548 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454304

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CNPJ 83.102.855/0001-50
--	---

DECRETO Nº 548 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
 DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 18.190,00 (dezoito mil, cento e noventa reais), das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10.100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.365.0007 – 2.055 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Infantil  
100 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 18.190,00

Art. 2º - Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10.100 – Recursos Receitas de Impostos e Transf. de Impostos – Educação  
13 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
02 – Diretoria Pedagógica  
12.365.0007 – 2.055 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria Pedagógica - Ensino Infantil  
98 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 18.190,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMpra-SE.

Navegantes, 12 de dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

**DECRETO Nº 549 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455107

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE NAVEGANTES  
CNPJ 83.102.855/0001-50

**DECRETO Nº 549 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017  
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 18, da Lei nº 3148 de 12/12/2016 e pelo inciso VI do art. 167 da Constituição Federal:

**DECRETA:**

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 79.000,00 (Setenta e Nove Mil Reais), das seguintes dotações, nas respectivas fontes de recursos:

Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários  
06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
01 - Diretoria de Comunicação Social  
04.131.0003 – 2.008 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social  
12 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 3.000,00

**08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

01 – Procuradoria Geral do Município  
03.092.0004 – 2.013 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município  
23 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 45.000,00

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos  
04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da diretoria de Gestão de RH  
29 - 3.3.90.00.00.00 – Outras Despesas Correntes – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

**15 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL**

01 – Diretoria da Segurança e Defesa Social  
06.182.0016 – 2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria da Segurança e Defesa Social  
137 - 4.4.90.00.00.00 – Investimentos – Apl. Diretas R\$ 1.000,00

Total Fonte de Recursos: 10.000 – Recursos Ordinários R\$ 69.000,00

**Fonte de Recursos – 10.001 – Recursos Sesan**

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
01 – Diretoria Adm. Fin. Planejamento e Projetos  
17.512.0057 – 2.114 – Manutenção e Funcionamento da Dir. Adm. Fin. Planejamento e Projetos  
174 – 3.1.91.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas – Op. Intra Orç. R\$ 10.000,00

Total Fonte de Recursos: 10.001 – Recursos Sesan R\$ 10.000,00

Art. 2º - Os recursos acima, suplementarão as seguintes dotações orçamentárias, nas respectivas fontes de recursos:

**Fonte de Recursos – 10.000 – Recursos Ordinários**

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
01 - Diretoria de Comunicação Social  
04.131.0003 – 2.008 - Manutenção e Funcionamento da Diretoria de Comunicação Social  
10 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 3.000,00

**08 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO**

01 – Procuradoria Geral do Município  
03.092.0004 – 2.013 – Manutenção e Funcionamento da Procuradoria Geral do Município  
21 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 45.000,00

**09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA**

01 – Diretoria de Gestão de Recursos Humanos  
04.128.0005 – 2.014 – Manutenção e Funcionamento da diretoria de Gestão de RH  
27 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 20.000,00

**15 – SECRETARIA MUNICIPAL DA SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL**

01 – Diretoria da Segurança e Defesa Social  
06.182.0016 – 2.059 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria da Segurança e Defesa Social  
134 - 21 - 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas R\$ 1.000,00

Total Fonte de Recursos: 10.000 – Recursos Ordinários R\$ 69.000,00

**Fonte de Recursos – 10.001 – Recursos Sesan**

28 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO  
01 – Diretoria Adm. Fin. Planejamento e Projetos

17.512.0057 – 2.114 – Manutenção e Funcionamento da Dir. Adm. Fin. Planejamento e Projetos  
173 – 3.1.90.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais – Apl. Diretas  
R\$ 10.000,00

Total Fonte de Recursos: 10.001 – Recursos Sesan R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.  
Navegantes, 12 de dezembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

## **ERRATA PORTARIA 3188/2017**

Publicação Nº 1454219

### **ERRATA**

Na publicação da Portaria 3188 de 10 de Novembro de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIAS SOARES PINHEIRO JUNIOR, matrícula 6230302, ocupante do cargo COMISSIONADO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 01/11/2017.

Leia-se:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELIAS SOARES PINHEIRO JUNIOR, matrícula 6230302, ocupante do cargo COMISSIONADO de EXECUTIVO DE PROJETOS EXTRATEGICO II, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 01/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **ERRATA**

Na publicação da Portaria 2166 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) RUBIA LOTH TEIXEIRA, matrícula 227307, ocupante do cargo EFETIVO de ORIENTADORA ESCOLAR, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 22/05/2017.

Leia-se:

I - Tornar publico a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) RUBIA LOTH TEIXEIRA, matrícula 227307, ocupante do cargo EFETIVO de ORIENTADORA ESCOLAR, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 22/05/2017 à 19/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **ERRATA**

Na publicação da Portaria 2167 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) NIVALDO MANOEL MELO, matrícula 153902, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 21/07/2017.

Leia-se:

I - Tornar publico a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) NIVALDO MANOEL MELO, matrícula 153902, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 21/07/2017 à 21/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **ERRATA**

Na publicação da Portaria 2168 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) CLAUDIA MARIA DELGADO, matrícula 2051904, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 03/06/2017.

Leia-se:

I - Tornar publico a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) CLAUDIA MARIA DELGADO, matrícula 2051904, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 03/06/2017 à 21/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **ERRATA**

Na publicação da Portaria 2170 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ISMAYLLA SILVIA TEIXEIRA BENVENUTTI, matrícula 63365401, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 15/06/2017.

Leia-se:

I - Tornar público a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) ISMAYLLA SILVIA TEIXEIRA BENVENUTTI,



matrícula 63365401, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSOR, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 15/06/2017 à 17/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

ERRATA

Na publicação da Portaria 2177 de 01 de Agosto de 2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios.

Onde se lê:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) NARYE CRISTINE DA SILVEIRA, matrícula 63278501, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 21/03/2017.

Leia-se:

I - Tornar público a concessão de licença para tratamento de saúde ao (a) servidor(a) NARYE CRISTINE DA SILVEIRA, matrícula 63278501, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertence ao quadro de servidores da Municipalidade, pelo período de 21/03/2017 à 27/07/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 03 DE AGOSTO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## ERRATA PORTARIA 3377 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455155

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--	--

ERRATA

Na publicação da Portaria 3377 de 6 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial dos Municípios do dia 11 de dezembro de 2017.

Onde se lê:

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

Leia-se:

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,

Onde se lê:

DESIGNAR os servidores Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Douglas Lemos para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível irregularidade no ato de nomeação da senhora A.M.E..

Leia-se:

DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim, Alessandra Regina Lucas e Juliana Rubia da Costa Succo para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR para apurar possível irregularidade no ato de nomeação da senhora A.M.E..

Emílio Vieira

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística.

Navegantes, 12 de dezembro de 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## LEI 3246/2017 DENOMINA LOGRADOURO

Publicação Nº 1454066

LEI Nº 3246 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

“DENOMINAÇÃO DE LOGRADOURO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Que o Beco sem denominação oficial, localizado no bairro de Escalvados, localizada no lado esquerdo da Rua Alzira Gertrudes de Souza nº 501, passa a denominar-se oficialmente como BECO FRANCISCO REINOSO SEVILLA.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

EMÍLIO VIEIRA

Prefeito

KARLILE CUGNIER  
Secretária de Administração e Logística

## LEI Nº 3248 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455171

LEI Nº 3248 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 150.000,00 (Cento e Cinquenta Mil Reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 103 – Desenvolvimento Sustentável

1.094 – Implantação do Parque Ambiental

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

04 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 22 – Gestão Ambiental Eficaz

2.067 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Técnica

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

07 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 34.800,00

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 01 – Diretoria Técnica - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 541 – Preservação e Conservação Ambiental

Programa: 103 – Desenvolvimento Sustentável

2.147 – Recursos da Compensação Ambiental

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

09 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 542 – Controle Ambiental

Programa: 22 – Gestão Ambiental Eficaz

1.036 – Aquisição de Veículos, Máquinas e Equipamentos para a FUMAN

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

14 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 15.400,00

T O T A L .....  
..... R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 18 – Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes

UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FUMAN

Função: 18 – Gestão Ambiental

Subfunção: 542 – Controle Ambiental

Programa: 22 – Gestão Ambiental Eficaz

2.068 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

16 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

T O T A L .....  
..... R\$ 150.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 12 de dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3249 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455181

LEI Nº 3249 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 74.800,00 (Setenta e Quatro Mil e Oitocentos Reais) das seguintes dotações:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esporte

Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Programa: 76 – Esporte e Lazer

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

1.006 – Construção de Ginásio de Esportes

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

04 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 65.000,00

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esporte

Unidade: 01 – Diretoria Técnica - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Programa: 24 – Navegantes é Esportes

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

1.092 – Aquisição de Veículos

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

08 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.800,00

T O T A L .....  
.....R\$ 74.800,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esporte

Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FME

Função: 27 – Desporto e Lazer

Programa: 24 – Navegantes é Esporte

Subfunção: 812 – Desporto Comunitário

2.072 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa

Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários

14 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 74.800,00

T O T A L .....  
..... R\$ 74.800,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 12 de Dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

## LEI Nº 3250 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455189

LEI Nº 3250 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”



O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 152.700,00 (Cento e Cinquenta e Dois Mil e Setecentos Reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura  
UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC  
Função: 13 – Cultura  
Subfunção: 392 – Difusão Cultural  
Programa: 74 – Fomento à Cultura  
2.146 – Manutenção e Funcionamento da Lei de Incentivo à Cultura  
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários  
25 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 80.400,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura  
UNIDADE: 03 – Fundo Municipal de Cultura  
Função: 13 – Cultura  
Subfunção: 392 – Difusão Cultural  
Programa: 75 – Fundo Municipal de Cultura  
2.149 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Cultura  
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários  
27 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 72.300,00

T O T A L .....  
.....R\$ 152.700,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura  
UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC  
Função: 13 – Cultura  
Subfunção: 392 – Difusão Cultural  
Programa: 23 – Cultura p/ Todos  
2.070 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa  
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários  
12 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 141.700,00

ÓRGÃO: 19 – Fundação Municipal de Cultura  
UNIDADE: 02 – Diretoria Administrativa - FMC  
Função: 13 – Cultura  
Subfunção: 392 – Difusão Cultural  
Programa: 23 – Cultura p/ Todos  
2.070 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa  
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários  
13 – 3.1.91.00.00.00 – Aplicações Diretas – Oper.Intra-Orçamentárias R\$ 11.000,00

T O T A L .....  
.....R\$ 152.700,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 12 de dezembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

## LEI Nº 3251 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 (LOA/2018)

Publicação Nº 1455143

LEI Nº 3251 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de NAVEGANTES para o exercício de 2018.

EMÍLIO VIEIRA, Prefeito Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Do Orçamento do Município

Art. 1º O Orçamento Geral do município de NAVEGANTES para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 301.600.173,11 (trezentos e um milhões, seiscentos mil, cento e setenta e três reais e onze centavos), sendo R\$ 215.413.939,83 (duzentos e quinze milhões, quatrocentos e treze mil, novecentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 86.186.233,28 (oitenta e seis milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos) do Orçamento da Seguridade Social.

Dos Orçamentos das Unidades Gestoras

Art. 2º O Orçamento do Município de Navegantes para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 301.600.173,11 (trezentos e um milhões, seiscentos mil, cento e setenta e três reais e onze centavos), fixa a Despesa para a Câmara Municipal em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos), em R\$ 296.760.112,01 (duzentos e noventa e seis milhões, setecentos e sessenta mil, cento e doze reais e um centavo) a Despesa das demais unidades gestoras, incluindo o valor de R\$ 34.198.711,26 (trinta e quatro milhões, cento e noventa e oito mil, setecentos e onze reais e vinte e seis centavos), as transferências financeiras assim tituladas: Transferências Financeiras p/ o Fundo Mun. Assistência Social, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal do Meio Ambiente, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Cultura, Transferências Financeiras p/ a Fundação Municipal de Esportes, Transferências Financeiras p/ o Fundo Municipal de Saúde, Transferências Financeiras para a Fundação Hospitalar Municipal, Transferências Financeiras para Fundação Municipal de Vigilância, Transferências Financeiras para o Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais e Transferências Financeiras para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros.

§ 1º A Receita do Município para o exercício de 2018, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 280.735.228,02  
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 65.340.165,24  
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 13.103.763,96  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 13.693.473,78  
1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 21.238.724,00  
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 164.355.226,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 3.003.875,04

2. RECEITAS DE CAPITAL 34.827.393,15  
2.1. OPERACOES DE CREDITO 19.000.000,00  
2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 15.827.393,15

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.491.057,98  
7.1. RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES 13.178.003,98

7.2. RECEITAS DE SERVIÇOS 311.485,00

9. DEDUÇÕES DA RECEITA -27.453.506,04

9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -27.453.506,04

TOTAL 301.600.173,11

§ 2º A Despesa do Município para o exercício de 2018, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, assim distribuídas:

## I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 - CAMARA DE VEREADORES 4.840.061,10  
 02 - GABINETE DO PREFEITO 2.060.000,00  
 03 - GABINETE DO VICE-PREFEITO 623.000,00  
 06 - SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 1.162.000,00  
 07 - SECRETARIA DE GOVERNO 1.285.000,00  
 08 - PROCURADORIA GERAL 2.435.000,00  
 09 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA 7.187.500,00  
 10 - SECRETARIA DE FINANÇAS 9.587.878,05  
 12 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 5.079.850,00  
 13 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 94.976.653,96  
 14 - SECRETARIA MEIO AMBIENTE, AGRICUL. E PESCA 1.548.000,00  
 15 - SECRETARIA DE SEGURANÇA E DEFESA SOCIAL 1.366.500,00  
 16 - SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTES 2.645.090,00  
 17 - SECRETARIA DE OBRAS 51.858.057,89  
 18 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE 1.156.165,00  
 19 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA 1.881.400,00  
 20 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES 2.412.593,00  
 21 - FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL 731.800,00  
 22 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA 1.731.609,00  
 23 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 1.540.785,00  
 24 - FUNDO MUN. DIR. CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 438.000,00  
 25 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 41.636.249,86  
 26 - FUNDO MUN. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS 707.500,00  
 28 - SECRETARIA MUN. DE SANEAMENTO BÁSICO 20.023.300,00  
 29 - INSTITUTO DE PREV. SOCIAL NAVEGANTES 11.243.341,33  
 30 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO E CONTROLE 939.500,00  
 31 - SECRETARIA MUN. DESENV. ECON. E RECEITA 2.651.620,00  
 32 - SECRETARIA MUN. CRIANÇA, ADOLESC. JUVENTUDE 1.211.500,00  
 33 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO 1.351.000,00  
 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83  
 97 - RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS 24.304.707,09

TOTAL: 301.600.173,11

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa 4.840.061,10  
 02 - Judiciária 1.835.000,00  
 03 - Essencial a Justiça 600.000,00  
 04 - Administração 22.612.518,68  
 06 - Segurança Pública 3.805.609,00  
 08 - Assistência Social 8.270.135,00  
 09 - Previdência Social 8.742.407,83  
 10 - Saúde 42.368.049,86  
 11 - Trabalho 2.451.620,00  
 12 - Educação 90.096.753,96  
 13 - Cultura 1.881.400,00  
 15 - Urbanismo 33.459.032,89  
 17 - Saneamento 19.023.300,00  
 18 - Gestão Ambiental 1.156.165,00  
 20 - Agricultura 1.548.000,00  
 23 - Comércio e Serviços 2.645.090,00  
 25 - Energia 6.013.300,00  
 26 - Transporte 14.636.725,00

27 - Desporto e Lazer 2.412.593,00

28 - Encargos Especiais 7.913.192,87

99 - Reserva de Contingência 984.511,83

97 - Reserva Orçamentária do RPPS 24.304.707,09

TOTAL: 301.600.173,11

## III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 210.697.399,10  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 125.159.671,31  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 302.378,05  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 85.235.349,74  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 65.613.555,09  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 60.613.555,09  
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 5.000.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 25.289.218,92

9.9.99.99.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83

9.9.99.97.00.00.00.00 - RESERVA DO RPPS 24.304.707,09

TOTAL 301.600.173,11

Do orçamento da

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

Art. 3º O orçamento da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 248.014.734,09 (duzentos e quarenta e oito milhões, quatorze mil, setecentos e trinta e quatro reais e nove centavos) e fixa as Despesas em R\$ 208.975.961,73 (duzentos e oito milhões, novecentos e setenta e cinco mil, novecentos e sessenta e um reais e setenta e três centavos) e as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 39.038.772,36 (trinta e nove milhões, trinta e oito mil, setecentos e setenta e dois reais e trinta e seis centavos), incluídas as transferências financeiras à Câmara Municipal.

§ 1º A Receita da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada mediante: Arrecadação de Rendas, Transferências de Outras Esferas de Governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1. RECEITAS CORRENTES 244.512.457,24  
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 64.867.829,24  
 1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 5.950.000,00  
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 1.195.600,00  
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 19.861.900,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 152.016.928,00  
 1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 620.200,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 30.655.782,89  
 2.1. OPERACOES DE CREDITO 19.000.000,00  
 2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 11.655.782,89

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 300.000,00  
 7.1. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 300.000,00

9. DEDUÇÕES DA RECEITA -27.453.506,04  
 9.1. DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE -27.453.506,04  
 9.1.1. DEDUÇÕES DA RECEITA TRIBUTÁRIA -11.468.450,44  
 9.1.7. DEDUÇÕES TRANSFERÊNCIAS CORRENTES -15.985.055,60

TOTAL 248.014.734,09

§ 2º A Despesa da unidade gestora, PREFEITURA MUNICIPAL DE

NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

02 - Judiciária 1.835.000,00  
 03 - Essencial a Justiça 600.000,00  
 04 - Administração 20.616.400,00  
 06 - Segurança Pública 1.366.500,00  
 08 - Assistência Social 6.291.350,00  
 11 - Trabalho 2.451.620,00  
 12 - Educação 90.096.753,96  
 15 - Urbanismo 33.459.032,89  
 17 - Saneamento 19.023.300,00  
 20 - Agricultura 1.548.000,00  
 23 - Comércio e Serviços 2.645.090,00  
 25 - Energia 6.013.300,00  
 26 - Transporte 14.636.725,00  
 28 - Encargos Especiais 7.408.378,05  
 99 - Reserva de Contingência 984.511,83

TOTAL: 208.975.961,73  
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 39.038.772,36

TOTAL: 248.014.734,09

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00- DESPESAS CORRENTES 153.443.043,20  
 3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 94.702.471,82  
 3.2.00.00.00.00.00.00 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA 302.378,05  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 58.438.193,33  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 54.548.406,70  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 49.548.406,70  
 4.6.00.00.00.00.00.00 - AMORTIZACAO DA DIVIDA 5.000.000,00

RESERVA DE CONTINGÊNCIA 984.511,83  
 9.9.99.99.00.00.00.00 984.511,83  
 SOMA: 208.975.961,73  
 TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 39.038.772,36

TOTAL: 248.014.734,09

Do orçamento do  
 FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES

Art. 4º O Orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 1.380.884,00 (hum milhão, trezentos e oitenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 159.901,00 (cento e cinquenta e nove mil, novecentos e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.540.785,00 (hum milhão, quinhentos e quarenta mil, setecentos e oitenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 1.262.084,00  
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 72.000,00  
 1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 1.172.084,00

1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 18.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 118.800,00

2.2. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 118.800,00 XXXXXXXXX

SOMA: 1.380.884,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 159.901,00

TOTAL: 1.540.785,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 1.540.785,00

TOTAL 1.540.785,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.046.705,00  
 3.1.90.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 10.000,00  
 3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.036.705,00  
 4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 494.080,00  
 4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 494.080,00

TOTAL 1.540.785,00

Do orçamento da  
 FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES

Art. 5º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 44.097,00 (quarenta e quatro mil, noventa e sete reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 2.368.496,00 (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil, quatrocentos e noventa e seis reais) e fixa as Despesas em R\$ 2.412.593,00 (dois milhões, quatrocentos e doze mil, quinhentos e noventa e três reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 44.097,00  
 1.1. RECEITA TRIBUTARIA 836,00  
 1.3. RECEITA PATRIMONIAL 14.787,00  
 1.6. RECEITA DE SERVIÇOS 28.474,00

SOMA : 44.097,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 2.368.496,00

TOTAL : 2.412.593,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE ESPORTES DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

27 - Desporto e Lazer 2.412.593,00  
TOTAL 2.412.593,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.998.773,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 785.246,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.213.527,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 413.820,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 413.820,00  
TOTAL 2.412.593,00

Do orçamento do  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES

Art. 6º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 15.656.624,26 (quinze milhões, seiscentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte quatro reais e vinte seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 25.979.625,60 (vinte e cinco milhões, novecentos e setenta e nove mil, seiscentos e vinte e cinco reais e sessenta centavos) e fixa as Despesas em R\$ 41.636.249,86 (quarenta e um milhões, seiscentos e trinta e seis mil, duzentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 11.708.214,00  
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 456.000,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 288.000,00  
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 10.892.214,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 72.000,00  
  
2. RECEITAS DE CAPITAL 3.948.410,26  
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 3.948.410,26  
SOMA: 15.656.624,26  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 25.979.625,60  
TOTAL: 41.636.249,86

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 41.636.249,86

TOTAL 41.636.249,86

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 33.779.803,93  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 14.312.771,93  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 19.467.032,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 7.856.445,93  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 7.856.445,93  
  
TOTAL 41.636.249,86

Do orçamento da  
FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES

Art. 7º O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 3.867,00 (três mil, oitocentos e sessenta e sete reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.877.533,00 (um milhão, oitocentos e setenta e sete mil, quinhentos e trinta e três reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.881.400,00 (um milhão, oitocentos e oitenta e um mil e quatrocentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 3.867,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 3.867,00

SOMA: 3.867,00

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.877.533,00  
TOTAL: 1.877.533,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUN. DE CULTURA DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

13 - Cultura 1.881.400,00  
TOTAL 1.881.400,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.773.765,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 926.984,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 846.781,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 107.635,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 107.635,00  
  
TOTAL 1.881.400,00

Do orçamento do  
FUNDO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DE NAVEGANTES

Art. 8º O orçamento da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 208.000,00 (duzentos e oito mil reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 230.000,00 (duzentos e trinta mil reais) e fixa as Despesas em R\$ 438.000,00 (quatrocentos e trinta e oito mil reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 208.000,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 48.000,00  
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 130.000,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 30.000,00  
SOMA: 208.000,00



TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 230.000,00

TOTAL: 438.000,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUN. DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

08 - Assistência Social 438.000,00

TOTAL 438.000,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 398.000,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 398.000,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 40.000,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 40.000,00

TOTAL 438.000,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES

Art. 10 O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 409.900,00 (quatrocentos e nove mil e novecentos reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 321.900,00 (trezentos e vinte e um mil e novecentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 731.800,00 (setecentos e trinta e um mil e oitocentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 341.500,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 40.000,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 142.000,00  
1.7. TRANSFERENCIAS CORRENTES 144.000,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 15.500,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 68.400,00  
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 68.400,00  
SOMA: 409.900,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 321.900,00

TOTAL: 731.800,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

10 - Saúde 731.800,00

TOTAL 731.800,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 362.950,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 72.070,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 290.880,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 368.850,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 368.850,00

TOTAL 731.800,00

Do orçamento da

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES

Art. 11 - O orçamento da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 717.736,00 (setecentos e dezessete mil, setecentos e trinta e seis reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 438.429,00 (quatrocentos e trinta e oito mil, quatrocentos e vinte e nove reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.156.165,00 (um milhão, cento e cinquenta e seis mil, cento e sessenta e cinco reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal, arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 706.251,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 7.948,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 584.745,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 113.558,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 11.485,00  
7.6 RECEITA DE SERVIÇOS 11.485,00  
SOMA: 717.736,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 438.429,00

TOTAL: 1.156.165,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

18 - Gestão Ambiental 1.156.165,00

TOTAL 1.156.165,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.002.550,00

3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 888.335,00

3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 114.215,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 153.615,00

4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 153.615,00

TOTAL 1.156.165,00

Do orçamento do

FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES

Art. 12 O orçamento da unidade, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 697.000,00 (seiscentos e noventa e sete mil reais) as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 10.500,00 (dez mil e quinhentos reais) e fixa as Despesas em R\$ 707.500,00 (setecentos e sete mil e quinhentos reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDO MUNIC. REEQUIP. CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 661.000,00  
1.1. RECEITA TRIBUTARIA 15.500,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 16.000,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 621.500,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 8.000,00

2. RECEITAS DE CAPITAL 36.000,00  
2.4. TRANSFERENCIAS DE CAPITAL 36.000,00  
SOMA: 697.000,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 10.500,00  
TOTAL: 707.500,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDO MUNIC.REEQUIP. DO CORPO DE BOMBEIROS DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 707.500,00

TOTAL 707.500,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 266.500,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 266.500,00  
4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 441.000,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 441.000,00

TOTAL 707.500,00

Do orçamento da  
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES

Art. 13 O orçamento da unidade, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 899.048,00 (oitocentos e noventa e nove mil, quarenta e oito reais), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 832.561,00 (oitocentos e trinta e dois mil, quinhentos e sessenta e um reais) e fixa as Despesas em R\$ 1.731.609,00 (hum milhão, setecentos e trinta e um mil, seiscentos e nove reais).

§ 1º A Receita da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 897.479,00  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 40.369,00  
1.6. RECEITA DE SERVICOS 105,00  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 857.005,00

7. RECEITAS CORRENTES INTRA ORÇAMENTÁRIAS  
7.9 OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.569,00  
SOMA: 899.048,00  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 832.561,00

TOTAL: 1.731.609,00

§ 2º A Despesa da unidade gestora, FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA DE NAVEGANTES será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

06 - Segurança Publica 1.731.609,00  
TOTAL 1.731.609,00

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 1.507.138,00  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 565.564,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 941.574,00

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 224.471,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 224.471,00  
TOTAL 1.731.609,00

Do orçamento da  
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES

Art. 14 O Orçamento da entidade CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES NAVEGANTES, para o exercício de 2018, estima as Transferências Recebidas do Tesouro Municipal em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos) e fixa as despesas em R\$ 4.840.061,10 (quatro milhões, oitocentos e quarenta mil, sessenta e um reais e dez centavos).

§ 1º A Receita será realizada mediante Transferências Financeiras do Tesouro Municipal.

TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 4.840.061,10

TOTAL 4.840.061,10

§ 2º A Despesa da entidade CAMARA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 – Legislativa 4.840.061,10  
TOTAL 4.840.061,10

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 4.240.061,10  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 3.230.000,00  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.010.061,10

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 600.000,00  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 600.000,00  
TOTAL 4.840.061,10

Do orçamento do  
INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERV. MUNICIPAIS

Art. 15 O orçamento da unidade, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 33.568.282,76 (trinta e três milhões, quinhentos e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos), as Transferências Financeiras do Tesouro Municipal em R\$ 1.979.765,66 (hum milhão, novecentos e setenta e nove mil, setecentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos) e fixa as Despesas em R\$ 35.548.048,42 (trinta e cinco milhões, quinhentos e quarenta e oito mil, quarenta e oito reais e quarenta



e dois centavos).

§ 1º A Receita da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada mediante arrecadação de Rendas, Transferências de outras esferas de governo, Outras Receitas Correntes, na forma da legislação em vigor e discriminadas nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento.

1. RECEITAS CORRENTES 20.390.278,78  
1.2 RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES 7.153.763,96  
1.3. RECEITA PATRIMONIAL 11.966.902,78  
1.9. OUTRAS RECEITAS CORRENTES 1.269.612,04

7. RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS 13.178.003,98  
7.2. RECEITAS CONTRIBUIÇÕES INTRA-ORÇ. 13.178.003,98

SOMA: 33.568.282,76  
TRANSFERENCIAS FINANCEIRAS 1.979.765,66

TOTAL: 35.548.048,42

§ 2º A Despesa da unidade gestora, INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS, será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte forma:

## II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

04 - Administração 1.996.118,68  
09 - Previdência Social 8.742.407,83  
28 - Encargos Especiais 504.814,82  
99 - Reserva de Contingência 24.304.707,09

TOTAL 35.548.048,42

## IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

3.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS CORRENTES 10.878.109,87  
3.1.00.00.00.00.00.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 9.666.228,56  
3.3.00.00.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES 1.211.881,31

4.0.00.00.00.00.00.00 - DESPESAS DE CAPITAL 365.231,46  
4.4.00.00.00.00.00.00 - INVESTIMENTOS 365.231,46  
9.0.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 24.304.707,09  
9.9.00.00.00.00.00.00 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA 24.304.707,09  
TOTAL 35.548.048,42

## Das Disposições Finais

Art. 16 Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme art. 18, § 1º, da Lei Municipal nº 3230/2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias/2018), com o seguinte desdobramento:

## I - UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

a) Passivos Contingentes 246.127,96  
b) Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor 492.255,92  
c) Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos 246.127,95

## II - UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREV. SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

a) Reserva Orçamentária do RPPS 27.750.973,00

§ 1º A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será efetuada por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º Para efeito desta lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", situações como: enxurradas, situações de emergência, calamidade pública, intempéries e outros fatores, que necessitem da intervenção do poder público municipal.

§ 3º Não se efetivando até 10/12/2018 os riscos fiscais alocados como Reserva de Contingência, os recursos a ela reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento de 2019 tenha reservado recursos para os riscos fiscais.

§ 4º Os recursos da Reserva de Contingência destinados ao evento "Dotações não Orçadas ou Orçadas a Menor", serão utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo para a abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

Art. 17 Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, inclusive para adequação a nova tabela de destinação da receita pública do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, aplicável para o exercício de 2018.

Art. 18 O Executivo esta autorizado nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 80% (oitenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas, devidamente autorizadas em Lei.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo, realizá-las.

Parágrafo Único: Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 19 Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei, com recursos vinculados a fontes oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43 § 3º da Lei 4.320/64 será realizado em cada fonte de recursos identificados nos Orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 20 Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares, de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 21 Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar operações de Crédito para financiamento de programas prioritizados nesta lei.

Art. 22 Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 23 Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 24 A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 12 de Dezembro de 2017.

EMÍLIO VIEIRA  
Prefeito

## LEI Nº 3252 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454153

LEI Nº 3252 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 216.300,00 (Duzentos e dezesseis mil e trezentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 49 – Serviços de Saúde  
1.067 – Aquisição de Veículos p/ Saúde  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
04 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 55.700,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 41 – Atenção Básica  
2.108 – Manutenção dos Recursos do NASF  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
54 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.200,00  
56 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 5.200,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 41 – Atenção Básica  
2.127 – Manutenção Saúde na Escola - PSE  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
57 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 96.300,00  
58 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 49.900,00

T O T A L .....  
..... R\$ 216.300,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 39 – Saúde Bucal  
2.084 – Manutenção das Ações da Estratégia Saúde da Família em Saúde Bucal  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
39 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 50 – Estratégia Saúde da Família  
2.095 – Manutenção dos Recursos da Estratégia Saúde da Família  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
46 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 159.300,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 50 – Estratégia Saúde da Família  
2.096 – Manutenção dos Recursos do Programa de Agentes Comunitários de Saúde  
Fonte de Recursos – 13801 – Atenção Básica  
50 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 37.000,00

T O T A L .....  
..... R\$ 216.300,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 12 de dezembro de 2017.  
Emílio Vieira  
Prefeito

## LEI Nº 3253 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454154

LEI Nº 3253 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 562.959,00 (Quinhentos e sessenta e dois mil, novecentos e cinquenta e nove reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
Função: 10 – Saúde  
Subfunção: 301 – Atenção Básica  
Programa: 49 – Serviços de Saúde

1.067 – Aquisição de Veículos p/ Saúde  
 Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
 05 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 55.700,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 38 – Centro de Especialidades Odontológicas  
 2.082 – Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidade Odontológicas  
 Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
 81 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 97.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 40 – Atenção Especializada  
 2.085 – Manutenção das Unidades de Atenção Especializada  
 Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
 83 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 55.300,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 42 – Saúde da Mulher e do Homem  
 2.087 – Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro de Referência da Mulher e do Homem  
 Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
 86 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 47.000,00  
 88 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.900,00  
 ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
 2.091 – Manutenção das Unidade de Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
 Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
 89 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.900,00  
 90 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.900,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 53 – Centro de Atenção Psicossocial  
 2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial  
 Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
 96 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 89.959,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 54 – Centro de Especialidade Médicas  
 2.100 – Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades Médicas  
 Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
 99 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 138.300,00

T O T A L .....  
 ..... R\$ 562.959,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
 2.107 – Manutenção e Funcionamento do Recursos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Fonte de Recursos – 13802 – Atenção de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar  
 101 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 562.959,00

T O T A L .....  
 ..... R\$ 562.959,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 12 de Dezembro de 2017.

Emílio Vieira

Prefeito

## LEI Nº 3254 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454156

LEI Nº 3254 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias até o valor de R\$ 195.500,00 (Cento e noventa e cinco mil e quinhentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 301 – Atenção Básica  
 Programa: 41 – Atenção Básica  
 1.057 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidade de Atenção Básica  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 31 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.900,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 06 – Bloco Assistência Farmacêutica  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 303 – Suporte Profilático e Terapêutico  
 Programa: 48 – Farmácia Básica do Município

2.092 – Manutenção da Farmácia Básica  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 59 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 23.500,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 46 – Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
 1.064 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidade de Atenção Ambulatorial e Hospitalar  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 73 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.900,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 102 – Atendimento Hospitalar  
 1.101 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Unidades Hospitalares  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 79 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 95.400,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 42 – Saúde da Mulher e do Homem  
 2.087 – Manutenção das Ações Básicas e Especializadas do Centro de Referência da Mulher e do Homem  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 85 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 9.600,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 53 – Centro de Atenção Psicossocial  
 2.099 – Manutenção do Centro de Atenção Psicossocial  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 95 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 2.100,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial  
 Programa: 54 – Centro de Especialidade Médica  
 2.100 – Manutenção e Funcionamento do Centro de Especialidades Médicas  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 98 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 1.800,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância Sanitária  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica  
 Programa: 45 – Centro de Controle de Zoonoses

1.089 – Construção do Centro de Controle de Zoonoses  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 106 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 3.400,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 10 – Bloco Vigilância Sanitária  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 305 – Vigilância Epidemiológica  
 Programa: 51 – Programa DST/AIDS  
 2.097 – Manutenção do Recursos do Programa DST/AIDS  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 121 – 3.3.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 19.900,00  
 T O T A L ..... R\$ 195.500,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde  
 UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa  
 Função: 10 – Saúde  
 Subfunção: 301 – Atenção Básica  
 Programa: 49 – Serviços de Saúde  
 2.093 – Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde  
 Fonte de Recursos – 10200 – Receitas e transferências de impostos - Saúde  
 11 – 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 195.500,00  
 T O T A L ..... R\$ 195.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Navegantes-SC, 12 de Dezembro de 2017.  
 Emílio Vieira  
 Prefeito

## **PORTARIA 3234/2017 LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1454849

PORTARIA N º 3234 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017  
 CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-CA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora JACQUELINE SILVA BARBOSA, MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL efetiva – 20 horas (matrícula 63344601), pelo período de 20/11/2017 a 19/05/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 20/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
 SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



**PORTARIA 3258/2017 LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1454841

PORTARIA N º 3258 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-  
CA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora CAROLINA MARONE ADAMCZYK, PROFESSORA ACT – 20 horas (matrícula 6261305), pelo período de 22/10/2017 a 19/04/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 27/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3265/2017 LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1454844

PORTARIA N º 3265 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFI-  
CA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora FERNANDA GALVEZ NOCETTI COUTO, PROFESSORA EFETIVA – 20 horas (matrícula 369107), pelo período de 21/11/2017 a 19/05/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 28/11/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3266/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1455087

PORTARIA Nº 3266 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003

– Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JACI DE JESUS DOS SANTOS , matrícula 6209302 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 13/11/2017 a 23/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA 3271,3272,3273/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1454215

PORTARIA N º 3271 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SERGIO PINHEIRO DE MACEDO, matrícula 250103, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 22/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3272 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARILEUSA BETTONI DA CRUZ, matrícula 204102, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 29/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3273 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MICHELLE BAIÃO BORGES ALVIM, matrícula 6315501, ocupante do cargo EFETIVO de ENFERMEIRO ESF, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 23/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### **PORTARIA 3275/2017 READAPTA**

Publicação Nº 1454859

PORTARIA Nº 3275 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora SELONI APARECIDA RAMOS, PROFESSORA, matrícula 294110, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 27/11/2017, conforme ofício nº 84 da Junta Médica.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### **PORTARIA 3276/2017 READAPTA**

Publicação Nº 1454861

PORTARIA Nº 3276 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das

suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora SILEIDE MADRA DOS SANTOS, AGENTE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 451701, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 23/11/2017, conforme ofício nº 83 da Junta Médica.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

#### **PORTARIA 3329,3330,3331,3332/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1454864

PORTARIA Nº 3331 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VIVIANE APARECIDA BECHER, matrícula 1678402 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 20/10/2016 a 30/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3332 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) THAYSE CRISTINE VIEIRA, matrícula 63297601 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE DE EDUCAÇÃO, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 15/11/2017 a 29/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.



REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3330 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARIA FERNANDA BATISTA DE OLIVEIRA , matrícula 333506 ocupante do cargo EFETIVO de ODONTOLOGA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 27/11/2017 a 27/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3329 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) HELIO FRANCISCO MONTEIRO DOS SANTOS , matrícula 6125302 ocupante do cargo EFETIVO de MEDICO, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 18/07/2017 a 30/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3355/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1454189

PORTARIA N º 3355 DE 04 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARGARETE BORCHARTT DE LIMA FEDEROVICZ, matrícula 6263907, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 04/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3358/2017 LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1454820

PORTARIA N º 3358 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -  
RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora VIVIANE ALVES FERNANDES PEREIRA, AGENTE DE EDUCAÇÃO efetiva – 20 horas (matrícula 6294703), pelo período de 20/11/2017 a 18/05/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 04/12/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3359/2017 LICENÇA PREMIO**

Publicação Nº 1454261

PORTARIA N º 3359 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -  
RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) DENISE CRISTINA DOMINGOS FLORES (matrícula 69502), pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais efetiva no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM – 40 horas, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 04.12.2017 a 03.03.2018, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de dezembro de 2017 a 03 de março de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 04.12.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3375/2017 LICENÇA PREMIO**

Publicação Nº 1454262

PORTARIA N º 3375 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes - RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) NILCEA MARCIA PEREIRA (matrícula 4811304), pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais efetiva no cargo de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL – 30 horas, para usufruir de 90 (noventa) dias, pelo período de 04.12.2017 a 03.03.2018, referente ao período aquisitivo de 2010/2015.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 04 de dezembro de 2017 a 03 de março de 2018.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 06.12.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3376/2017 LICENÇA MATERNIDADE**

Publicação Nº 1454829

PORTARIA N º 3376 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes - RESOLVE:

I - CONCEDER licença-maternidade à servidora CELIA REGINA LIBORIO, MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL efetiva – 30 horas (matrícula 6293503), pelo período de 05/12/2017 a 02/06/2018.

II - Os 60 (sessenta) dias a mais de licença são amparados pela lei municipal 2088 de 21/11/2007.

III - Esta Portaria entra em vigor com efeitos a partir de 06/12/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3379/2017 READAPTA**

Publicação Nº 1454856

PORTARIA Nº 3379 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora MARIA LORETI BATISTA, AGENTE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 421903, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 06/12/2017, conforme ofício n 86 da Junta Médica.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIA 3382/2017 LICENÇA ASSUNTOS PARTICULARES**

Publicação Nº 1454259

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA DE NAVEGANTES CGC 83.102.855/0001-50 Rua João Emílio n º 100 - Centro CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC Fone/Fax: (47) 3342-9500 www.navegantes.sc.gov.br
--

PORTARIA N º 3382 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017  
CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE ASSUNTOS PARTICULARES

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes – lei complementar 007 de 11/11/2003,

RESOLVE:

I CONCEDER a licença para tratamento de assuntos particulares a servidora MARCELA REGINA DA SILVA, ocupante do cargo de AUXILIAR ENFERMAGEM PSF, com 40 horas, pelo período de 07/12/2017 a 07/12/2019.

III Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos retroativos a 07.12.2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 3212,3213/2017 LICENÇA PREMIO**

Publicação Nº 1454263

PORTARIA N º 3212 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) ALBERTINA MAZZI FLORES (matrícula 449301), pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais efetiva no cargo de PROFESSORA – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 16.11.2017 a 15.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2007/2012.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de novembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3213 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2017.  
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Conceder Licença Prêmio, ao (à) senhor (a) JOABE NOGUEIRA DA SILVA (matrícula 6241601), pertencente ao Quadro de Funcionários Públicos Municipais efetiva no cargo de TECNICO SEGURANÇA DO TRABALHO – 40 horas, para usufruir de 30 (trinta) dias, pelo período de 16.11.2017 a 15.12.2017, referente ao período aquisitivo de 2012/2017.

II - A concessão de que trata o item I desta portaria vai de 16 de novembro de 2017 a 15 de dezembro de 2017.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 16.11.2017, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 3218,3228,3229,3236,3237/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1455078

PORTARIA Nº 3218 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARIA FERNANDA BATISTA DE OLIVEIRA , matrícula 333506 ocupante do cargo EFETIVO de ODONTOLOGO ESF, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 31/10/2017 a 14/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3229 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ROSIMAR APARECIDA DA SILVA VICENTE , matrícula 1987602 ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 04/11/2017 a 17/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3228 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARISTELA DE SOUZA COUTO , matrícula 143703 ocupante do cargo EFETIVO de SUPERVISORA ESCOLAR, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 05/04/2017 a 17/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3236 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ANTONIO CARLOS COSTA DOS SANTOS , matrícula 197402 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 27/04/2017 a 20/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3237 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) CAROLINI BARBOSA DE OLIVEIRA , matrícula 63304101 ocupante do cargo EFETIVO de ASSISTENTE SOCIAL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 29/08/2017 a 20/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 20 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIAS 3219,3220/2017 READAPTA

Publicação Nº 1454853

PORTARIA Nº 3219 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I. READAPTAR o servidor DOMINGOS FRANCISCO HERMOGENES , AGENTE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 86703, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 14/11/2017, conforme ofício nº 80 da Junta Médica do Município de Navegantes.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3220 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

READAPTA SERVIDOR (A) QUE ESPECIFICA

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I. READAPTAR a servidora JULIA GRAZIELE COSTA BRUM , MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, matrícula 1975405, pelo período de 12 (doze) meses, a partir de 14/11/2017, conforme ofício nº 81 da Junta Médica do Município de Navegantes.

II. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## PORTARIAS 3222,3223/2017 LICENÇA SAUDE

Publicação Nº 1454198

PORTARIA Nº 3222 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) THAYSE CRISTINE VIEIRA, matrícula 63297601, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente



ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 15/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3223 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) LAURA MILENE BANDEIRA CREMONESE, matrícula 1736907, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 14/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 17 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 3239,3240/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1455080

PORTARIA Nº 3239 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VALDELIRIA MIOTTO , matrícula 433306 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 04/11/2017 a 12/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3240 DE 21 DE NOVEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VALDELIRIA MIOTTO , matrícula 433307 ocupante do cargo ACT de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 04/11/2017 a 12/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 21 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 3244,3245,3246,3247,3248/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1454201

PORTARIA N º 3248 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARINA SANCHES DE OLIVEIRA, matrícula 63354301, ocupante do cargo ACT de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 02/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3247 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) GREICE PRISCILA DIAS CELETINO, matrícula 1979801, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 22/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3246 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JULIANA APARECIDA MICHALACK, matrícula 405312, ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 21/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3244 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ALAN MANOEL GUIMARAES, matrícula 63293501, ocupante do cargo EFETIVO de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 17/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3245 DE 22 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) TEREZINHA LOPES DE SOUZA DOS SANTOS, matrícula 63362901, ocupante do cargo ACT de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 22/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **PORTARIAS 3249, 3250, 3277/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1455082

PORTARIA Nº 3249 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) BRUNA OLIVEIRA COSTA FERREIRA , matrícula 63308901 ocupante do cargo EFETIVO de VIGIA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 18/04/2017 a 23/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3277 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) FRANCIELI EMER LOCOTTI , matrícula 6250304 ocupante do cargo ACT de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 20/10/2017 a 21/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA



PORTARIA Nº 3250 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) FERNANDA MILIAN LOPES, matrícula 63380301 ocupante do cargo ACT de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 07/09/2017 a 22/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3260,3261,3262,3263,3264, 3267/2017  
LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1454210

PORTARIA N º 3260 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) LEONARDO LIMA DE ALENCAR SANTOS, matrícula 6125103, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 25/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3261 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a)

PRISCILLA CRISTINA DOS SANTOS, matrícula 6205303, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 25/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3262 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MIROSLAVA MARIN, matrícula 358804, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 23/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3263 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) CASSIANA DEBORAH FERREIRA DA SILVA, matrícula 6284402, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 23/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 27 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3264 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das

suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) CAROLINE SEVERINO, matrícula 183607, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 28/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3267 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) RONALDO PASSOS, matrícula 442601, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 26/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 28 DE NOVEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3331,3332/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1455091

PORTARIA Nº 3331 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VIVIANE APARECIDA BECHER , matrícula 1678402 ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 06/12/2016 a 30/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3332 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) THAYSE CRISTINE VIEIRA , matrícula 63297601 ocupante do cargo EFETIVO de ASSISTENTE SOCIAL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 15/11/2017 a 29/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3348,3349,3350/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1454869

PORTARIA Nº 3348 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

**RESOLVE:**

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) VERANIZ SOMAVILLA , matrícula 225902 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 20/11/2017 a 01/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3349 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

**LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE**

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

## RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JULIANA LUCIA VIEIRA , matrícula 391613 ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 20/10/2017 a 01/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3350 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2017

## LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

## RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JULIANO SANTOS VIEIRA , matrícula 189301 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 08/11/2017 a 01/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 3369,3370,3371,3372,3378/2017  
LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1454193

PORTARIA N º 3369 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

## LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

## RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) ELISABETE BARBOZA DA SILVA SOARES, matrícula 217403, ocupante do cargo EFETIVO de TECNICO EM COMPUTAÇÃO, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 01/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3370 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

## LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

## RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SILVANA APARECIDA DA CUNHA BUNDE matrícula 416302, ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 04/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3371 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

## LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

## RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JAIRO CASTELAN, matrícula 1637303, ocupante do cargo COMISSIONADO de COORDENADOR EXECUTIVO, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 23/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 3372 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

## LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

## RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) THAIS STEFANI COUTO, matrícula 6223307, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento

em 05/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3378 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - CONCEDER licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) LUCILEIA MARLETE CUSTODIO, matrícula 1678608, ocupante do cargo EFETIVO de MONITORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, pertencente ao quadro de servidores da Municipalidade, com início do afastamento em 06/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 3374,3380/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1454871

PORTARIA Nº 3374 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) MARIA LORETI BATISTA , matrícula 421903 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 11/06/2016 a 06/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3380 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) SERGIO PINHEIRO DE MACEDO , matrícula 250103 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 22/11/2017 a 27/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

### **PORTARIAS 3383,3384,3386/2017 LICENÇA SAUDE**

Publicação Nº 1454879

PORTARIA Nº 3383 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) CLARICE ALVES MIRANDA , matrícula 351001 ocupante do cargo EFETIVO de PROFESSORA, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 08/11/2017 a 21/11/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3386 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

#### LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

#### RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) CAMILA AIME CONINCH , matrícula 1799302 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE COMUNITARIA SAUDE, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 10/09/2017 a 07/12/2017.



II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 3384 DE 07 DE DEZEMBRO DE 2017

LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes -

RESOLVE:

I - Tornar pública a concessão de licença para tratamento de saúde ao (à) servidor(a) JACI DE JESUS DOS SANTOS , matrícula 6209302 ocupante do cargo EFETIVO de AGENTE SERVIÇOS GERAIS, do quadro de servidores da Municipalidade, no período de 04/12/2017 a 07/12/2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE DEZEMBRO DE 2017.

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

## **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES - NAVEGANTESPREV**

### **ERRATA EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 10/2017**

Publicação Nº 1454433

ERRATA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 10/2017

Errata referente ao Edital 10/2017 do REGISTRO DE PREÇOS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, EXPEDIENTE, ELÉTRICO, COPA E COZINHA E DIVERSOS PARA O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES.

No anexo V (Minuta de Ata de Registro de Preços), no anexo VI (Minuta de Contrato) e no anexo VII (Termo de Referência) relativos ao Lote: Gêneros Alimentícios, Item 24:

ONDE SE LÊ:

Unidade: LIT

LEIA - SE:

Unidade: Cx

Jan Ullrich

DIRETOR PRESIDENTE DO NAVEGANTESPREV

Navegantes, 11 de dezembro de 2017.

### **REPUBLICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 09/2017 NAVEGANTESPREV**

Publicação Nº 1454645

REPUBLICAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 09/2017 NAVEGANTESPREV

Comunica na forma da Lei 8.666/93, que se encontra aberto o processo licitatório de CONCORRÊNCIA PARA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL (TERRENO) NA ÁREA URBANA DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 13:50 hs do dia 30/01/2018. Abertura envelopes: às 14:00 hs do dia 30/01/2018. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Av. Conselheiro João Gaya, n.º 295, Centro - Navegantes/SC ou no site; [www.navegantesprev.sc.gov.br](http://www.navegantesprev.sc.gov.br). Navegantes, 13 de dezembro de 2017. JAN ULLRICH – DIRETOR PRESIDENTE

# Nova Erechim

## PREFEITURA

### PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017 SERVIÇO MANUTENÇÃO

Publicação Nº 1455386

#### AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/2017

PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 048/2017

Nédio Antônio Cassol, Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NO BRITADOR MÓVEL DE MANDÍBULAS, MODELO 45X35 DO MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC. A abertura dos envelopes acontecerá às 09h15min do dia 22 de dezembro de 2017, junto a Secretaria Municipal da Administração, sito à Avenida Francisco F. Losina n.º 139, Fone (49) 3333-3100, no Município de Nova Erechim/SC. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas na Sede da Prefeitura Municipal ou e-mail licitacoes.ne@gmail.com

Nova Erechim (SC), em 12 de dezembro de 2017.

NÉDIO ANTÔNIO CASSOL

Prefeito Municipal

### RESOLUÇÃO 08/2017 CMDCA

Publicação Nº 1455378

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA  
NOVA ERECHIM - SC

RESOLUÇÃO N.º 008 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a aprovação do Projeto: "Escolinha de Futebol – Formando Cidadãos e Descobrimdo Talentos" para o município de Nova Erechim, para captação de recursos através do FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Nova Erechim, em reunião plenária ordinária realizada no dia 12 de dezembro de 2017, na forma das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e pela Lei Municipal nº 1.010/2001, de 12 de março de 2001, e, conforme deliberações constantes em Ata,

Resolve:

Art. 1º- Fica aprovado e autorizado o Projeto nº 21/2017, "Escolinha de Futebol – Formando Cidadãos e Descobrimdo Talentos", para captação de recursos através de leis de incentivo fiscal, tendo como Proponente a Prefeitura Municipal de Nova Erechim, inscrita no CNPJ 83.021.840/0001-68, conforme registro em ata nº 11/2017, de 12 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 120.041,00 (Cento e vinte mil, e quarenta e um reais).

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - O prazo para captação de recursos é previsto até o dia 31 de dezembro de 2018.

Nova Erechim, 12 de dezembro de 2017.

JULIANA NUNES DE GOIS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

#### PROJETOS PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Município de Nova Erechim - SC

Fundo Municipal para a Infância e Adolescência do Município de Nova Erechim

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CM-DCA

Projeto Aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Número do Projeto: 21/2017

Proponente: Prefeitura Municipal de Nova Erechim

CNPJ: 83.021.840/0001-68

Título: Escolinha de Futebol – Formando Cidadãos e Descobrimdo Talentos

Valor Autorizado para Captação: R\$ 120.041,00 (Cento e vinte mil e quarenta e um reais)

Data da Aprovação: 12/12/2017

Número da Ata: 11/2017

Número da Resolução: 08/2017

Dados Bancários:

Titular da Conta: Fundo Municipal para a Infância e Adolescência do Município de Nova Erechim

CNPJ: 25.682.539/0001-07

Banco: Banco do Brasil (001)

Agência: 5395-3

Conta-Corrente: 8946-X

Prazo de Captação: 31/12/2018

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente



# Nova Itaberaba

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 301/2017

Publicação Nº 1455419

DECRETO Nº. 301/2017 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 1.955,91 (Um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos) no Projeto Atividade 2.010 - Apoio ao Ensino Médio e no projeto Atividade 2.013 – Manutenção das Atividades do Transporte Escolar, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na Fonte 01.66 – Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Des. da Educação, nos termos da Lei Municipal, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 362 Ensino Médio

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.010 – APOIO AO ENSINO MÉDIO

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Rec. Imp. Transf. Imp. Educação  
Fonte: 0.1.66 – Transferências Legais e Const. do Estado para o Des. da Educação

Detalhamento: 00075 – Transporte Escolar 2º Grau Estado R\$ 1.285,92

Sub-Função: 361 Ensino Fundamental

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.013 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO TRANSPORTE ESCOLAR

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Rec. Imp. Transf. Imp. Educação  
Fonte: 0.1.66 – Transferências Legais e Const. do Estado para o Des. da Educação

Detalhamento: 00074 – Transporte Escolar EF Estado R\$ 669,99

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do produto do provável Excesso de Arrecadação da fonte de recursos 0.1.66 – na Rubrica 1.7.2.2.9.9.01 – Outras Transferências dos Estados – Transferências Financeiras do Transporte Escolar Fundamental, de acordo com o estabelecido no art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.101/2016 art. 5º.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 305/2017

Publicação Nº 1455421

DECRETO Nº. 305/2017 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS "

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito Municipal de Nova Itaberaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente o disposto na Lei Municipal nº 1.101/2016, de 22 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Município de Nova Itaberaba no exercício 2017, no valor de R\$ 89,90 (Oitenta e nove reais e noventa centavos) no Projeto Atividade 2.010 - Apoio ao Ensino Médio, na modalidade de aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta – na Fonte 01.66 – Transferências Legais e Constitucionais do Estado para o Des. da Educação, nos termos da Lei Municipal, conforme programação a seguir.

Órgão: 04 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

Unidade Orçamentária: 01 Departamento de Educação

Função: 12 Educação

Sub-Função: 362 Ensino Médio

Programa: 0004 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Projeto/Atividade: 2.010 – APOIO AO ENSINO MÉDIO

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Rec. Imp. Transf. Imp. Educação  
Fonte: 0.1.66 – Transferências Legais e Const. do Estado para o Des. da Educação

Detalhamento: 00075 – Transporte Escolar 2º Grau Estado R\$ 89,90

Art. 2º - Os recursos para Abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do produto do provável Excesso de Arrecadação da fonte de recursos 0.1.66 – na Rubrica 1.7.2.2.9.9.01 – Outras Transferências dos Estados – Transferências Financeiras do Transporte Escolar Fundamental, de acordo com o estabelecido no art. 43 § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei Municipal nº 1.101/2016 art. 5º.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

# Nova Trento

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 345/2017

Publicação Nº 1454466

DECRETO Nº 345, de 11 de dezembro de 2017.

Fixa o Calendário dos Feriados Nacionais, Municipais e Pontos Facultativos para os órgãos e as entidades da administração direta e autárquica do Poder Executivo Municipal, para o Exercício de 2018.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, Santa Catarina, no uso das atribuições legais e na forma prevista no inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto nas Leis Municipais nº 364/1967, 577/1977 e 1.199/1992, que Dispõe sobre os Feriados Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o calendário dos feriados municipais e pontos facultativos desde 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, para os órgãos e as entidades da administração direta e autárquica do Poder Executivo Municipal:

Dia	Mês	Natureza	Feriado e/ou Ponto Facultativo
01	Janeiro	Confraternização Universal	Feriado Nacional
12	Fevereiro	Carnaval	Ponto Facultativo
13	Fevereiro	Carnaval	Ponto Facultativo
30	Março	Paixão de Cristo	Feriado Nacional
21	Abril	Tiradentes	Feriado Nacional
30	Abril		Antecede feriado Tiradentes - Ponto Facultativo
01	Maio	Dia do Trabalho	Feriado Nacional
31	Maio	Corpus Christi	Feriado Municipal
01	Junho		Pós feriado Corpus Christi - Ponto Facultativo
09	Julho	Aniversário de Morte de Santa Paulina	Feriado Municipal
08	Agosto	Aniversário do Município	Feriado Municipal
07	Setembro	Independência do Brasil	Feriado Nacional
12	Outubro	Nossa Senhora Aparecida	Feriado Nacional
15	Outubro	Dia do Professor	Ponto Facultativo (servidores da Secretaria Municipal de Educação)
02	Novembro	Finados	Feriado Nacional
15	Novembro	Proclamação da República	Feriado Nacional
16	Novembro		Pós Feriado Proclamação da República - Ponto Facultativo
25	Dezembro	Natal	Feriado Nacional

Folha 2 – Decreto 345/2017

Art. 2º Os Pontos Facultativos estabelecidos no artigo anterior, no que tange a preservação e o funcionamento dos serviços considerados essenciais, serão administrados no âmbito de cada Unidade Administrativa responsável, garantindo o atendimento por meio de escalas de serviço ou plantão.

Art. 3º Excepcionalmente, nos dias 12 de fevereiro, 30 de abril, 01 de junho, e 16 de novembro, (Pontos Facultativos), as Creches municipais atenderão em regime de plantão.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 11 de dezembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrado o presente Decreto nesta Prefeitura e publicado no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**LEI COMPLEMENTAR Nº 664/2017**

Publicação Nº 1454047

LEI COMPLEMENTAR Nº 664, de 12 de dezembro de 2017.

Insero o art. 115-A, na Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1.992 e institui o regime de escala e revezamento e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, III e V, da Lei Orgânica do Município, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1.992, passa a vigorar acrescida do art. 115-A, com a seguinte redação:

“Art. 115-A. Em atenção à conveniência e interesse público, poderá a Administração Municipal, implantar escala de trabalho em regime de revezamento de 12x36 horas (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso), respeitado o limite máximo da jornada prevista em lei para cada cargo, para a realização de serviços contínuos e ininterruptos, inclusive em períodos certos e determinados, em razão de situação excepcional.

§ 1º Os servidores, efetivos ou temporários, que cumprirem jornada de trabalho em regime de revezamento, terão direito a 1 (uma) folga extra mensal como forma de compensação relativa à jornada elastecida por conta da escala cumprida, não sendo devida a gratificação pela prestação de serviço extraordinário de que trata o art. 134, II, desta Lei, após a oitava hora até a décima segunda, por estarem compreendidas dentro da jornada das 40 (quarenta) horas semanais;

§ 2º Para efeitos do regime de revezamento previsto neste artigo, sábados, domingos e feriados serão considerados dias normais de trabalho;

§ 3º Serão garantidos intervalos intrajornada de até 30 (trinta) minutos, para refeição;

§ 4º Aos servidores que exercem suas atividades no regime de revezamento, aplica-se, quando couber, as regras do art. 141 desta Lei quanto ao trabalho noturno;

§ 5º Ao Secretário da pasta a que se vincule o servidor, ou a quem o mesmo delegar, caberá a elaboração da escala mensal de trabalho a ser cumprida pelos servidores indicados, observado o necessário rodízio.

§ 6º O servidor está obrigado à marcação de ponto, seja eletrônico ou registro manual.

Art. 2º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 12 de dezembro de 2017.

gian francesco voltolini

Prefeito Municipal de Nova Trento

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário M. Administração e Finanças

**LEI Nº 2.664/2017**

Publicação Nº 1453497

LEI Nº 2.664, DE 12 DE dezembro DE 2017.

Dispõe sobre as Taxas de Prestação de Serviços Públicos no Município de Nova Trento, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Trento, no uso das atribuições que lhe confere o art. 94, III e V, da Lei Orgânica do Município, e o art. 213 da Lei Complementar nº 661, de 21 de novembro de 2017, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÃO PRELIMINAR**

Art. 1º As taxas de que trata esta Lei têm como fato gerador a prestação efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis ao contribuinte ou postos a sua disposição.

Parágrafo único. A cobrança das Taxas pela Prestação de Serviços Públicos independe da efetiva utilização, pelo contribuinte, dos serviços postos a sua disposição pelo Município.

**Seção Única****TAXA DE COLETA DE LIXO E RESÍDUOS SÓLIDOS****Subseção I****Fato Gerador**

Art. 2º A Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos tem como fato gerador a utilização efetiva ou potencial do serviço público de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.

§ 1º A taxa prevista neste artigo incidirá sobre a propriedade imóvel edificada beneficiada, efetiva ou potencialmente, pelo serviço.

§ 2º Para fins do disposto nesta Lei entende-se como resíduos sólidos as matérias insolúveis e imprestáveis oriundas de imóveis de uso residencial ou não, que possam ser acondicionados em sacos plásticos.

§ 3º Ficam excluídos da coleta prevista nesta Lei os resíduos que, por seu volume, origem, composição ou peso, necessitam de serviços especiais para a coleta, embalagem, transporte e destinação final, dentre os quais:

I – processos industriais, comerciais e de prestação de serviços;

II – obras de construção civil ou demolições;

III – serviços de saúde;

IV – limpeza de jardins e similares.

§ 4º Os resíduos excetuados no § 3º poderão ser coletados pelo Município mediante tarifa específica a ser fixada por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Subseção II****Contribuinte**

Art. 3º São contribuintes da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos os proprietários, os titulares do domínio útil ou os possuidores a qualquer título, de imóveis edificados localizados nas áreas atendidas pelo serviço de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos.

**Subseção III****Base de Cálculo e Lançamento**

Art. 4º A Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos corresponderá ao custo anual do serviço público de coleta, transporte e destinação final dos resíduos sólidos rateado entre os contribuintes levando-se em conta a área construída e o uso do imóvel beneficiado pelo serviço.

Parágrafo único. O valor anual da taxa correspondente será obtido de acordo com os valores fixados nos incisos I e II a seguir:

I – Imóveis residenciais:

ÁREA CONTRUÍDA DO IMÓVEL (m²)	VALOR EM UFMs
Até 50m²	99,49
Acima de 50m² até 100m²	104,47
Acima de 100m² até 150m²	109,69
Acima de 150m² até 200m²	115,18
Acima de 200m² até 250m²	120,94
Acima de 250m² até 300m²	126,98
Acima de 300m² até 350m²	133,33
Acima de 350m² até 400m²	140,00
Acima de 400m² até 450m²	147,00
Acima de 450m² até 500m²	154,35
Acima de 500m² até 550m²	162,07
Acima de 550m² até 600m²	170,17
Acima de 600m² até 650m²	178,68
Acima de 650m² até 700m²	187,61
Acima de 700m² até 1.000m²	196,99

Acima de 1.000m² até 2.200m²	206,84
Acima de 2.200m²	217,18

## II – Imóveis não residenciais:

ÁREA CONTRUÍDA DO IMÓVEL (m²)	VALOR EM UFM's
Até 50m²	107,07
Acima de 50m² até 100m²	112,42
Acima de 100m² até 150m²	118,05
Acima de 150m² até 200m²	123,95
Acima de 200m² até 250m²	130,15
Acima de 250m² até 300m²	136,65
Acima de 300m² até 350m²	143,48
Acima de 350m² até 400m²	150,66
Acima de 400m² até 450m²	158,19
Acima de 450m² até 500m²	166,10
Acima de 500m² até 550m²	174,41
Acima de 550m² até 600m²	183,13
Acima de 600m² até 650m²	192,28
Acima de 650m² até 700m²	201,90
Acima de 700m² até 750m²	211,99
Acima de 750m² até 800m²	222,59
Acima de 800m² até 850m²	233,72
Acima de 850m² até 900m²	245,41
Acima de 900m² até 1.100m²	257,68
Acima de 1.100m² até 1.150m²	270,56
Acima de 1.150m² até 1.200m²	284,09
Acima de 1.200m² até 1.250m²	298,29
Acima de 1.250m² até 1.600m²	313,21
Acima de 1.600m² até 1.650m²	328,87
Acima de 1.650m² até 1.700m²	345,31
Acima de 1.700m² até 1.750m²	362,58
Acima de 1.750m² até 2.050m²	380,71
Acima de 2.050m² até 3.050m²	399,74
Acima de 3.050m² até 3.650m²	419,73
Acima de 3.650m² até 3.700m²	440,72
Acima de 3.700m²	462,75

Art. 5º O lançamento da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos será realizado anualmente, de ofício, com base nos dados constantes do Cadastro Imobiliário Fiscal.

Parágrafo único. Os contribuintes definidos no art. 3º desta Lei, em relação aos imóveis construídos no meio do exercício, ficam sujeitos ao lançamento da taxa calculada proporcionalmente ao número de meses restantes, a partir da data em que se considerar construída a edificação.

Art. 6º A taxa lançada na forma do art. 5º desta Lei poderá ser cobrada nas mesmas condições e prazos estabelecidos para o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU).

Parágrafo único. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com empresas públicas concessionárias de serviços de energia elétrica ou autarquia de água e esgoto, para a arrecadação da Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos na fatura de cobrança dos respectivos serviços.

## Subseção IV

## Disposições Finais

Art. 7º Aplicam-se à Taxa de Coleta de Lixo e Resíduos Sólidos, no que couber, as disposições relativas ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ressalvadas as hipóteses de dispensa, isenção ou redução para o pagamento do crédito fiscal.

Art. 8º Ficam revogados os artigos 58 a 61 da Lei nº 738, de 25 de outubro de 1983, bem como suas alterações posteriores, nos termos do art. 278 da Lei Complementar nº 661, de 21 de novembro de 2017 (Código Tributário Municipal).

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Trento, 12 de dezembro de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Lei nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

**OITAVO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2015**

Publicação Nº 1454307

**TERMO ADITIVO (PRAZO)****OITAVO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 073/2015**

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 073/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA jv empreendimentos Ltda me.

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, empresa jv empreendimentos Ltda me., estabelecida a estabelecida a Rua Nereu Ramos, nº 122, Sala 02, Bairro Centro, do Município de São João Batista, CEP 88240000, CNPJ/MF n.16.978.577/0001-02, neste ato representada por seu sócio, Sr. Luiz Carlos Hillesheim, inscrito no CPF nº 029.805.239-33, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 073/2015, mediante as cláusulas e condições seguintes

**Cláusula Primeira - DO OBJETO**

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 073/2015, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 90 (noventa) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93 e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

JUSTIFICATIVA: Ainda não executado o enrocamento e aterro na cabeceira da ponte. Serviço a ser executado pela Prefeitura de Nova Trento. Parecer Técnico anexo.

**Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 01 de NOVEMBRO de 2017.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	jv empreendimentos Ltda me. Contratada
---	---

Jucelino Marino Chini

Secretário de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Jeferson dos Santos
---	---------------------------------



**PORTARIA Nº 709/2017 "C"**

Publicação Nº 1455086

PORTARIA Nº 709/2017 "C"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JULIANA MARCHIORI VINOTTI, matrícula nº 62, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Básica Professor Francisco João Valle – Trinta Réis e 20 (vinte) horas semanais na Creche Municipal Espreado – Espreado, Município de Nova Trento, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar de 06 de dezembro de 2017 a 20 de dezembro de 2017, conforme atestado médico datado de 30/11/2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 30 de novembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 713/2017 "B"**

Publicação Nº 1455098

PORTARIA Nº 713/2017 "B"

Concede Licença Tratamento de Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o art. 102, da Lei nº 1.668, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde à Servidora Pública Municipal JULIANA MARCHIORI VINOTTI, matrícula nº 62, concursada no cargo de Professor Nível IV, Referência N, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo 20 (vinte) horas semanais na Escola Municipal de Educação Professor Francisco João Valle – Trinta Réis e 20 (vinte) horas semanais na Creche Municipal Espreado – Espreado, Município de Nova Trento, pelo período de 25 (vinte e cinco) dias, a contar de 06 de dezembro de 2017 a 30 de dezembro de 2017, conforme resultado pericial datado de 06/12/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 06 de dezembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 716/2017**

Publicação Nº 1454446

PORTARIA Nº 716/2017 "A"

Concede Licença Tratamento Saúde

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 340/2016, de 11 de abril de 2016, e de acordo com o que determina o art. 102, da Lei nº 1.668/99, de 22 de dezembro de 1999 (Estatuto do Magistério Público Municipal),

**RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 676/2017 que Concedeu Licença para Tratamento de Saúde, à Servidora Pública Municipal MARIA ISABEL PERES SIMAS, matrícula nº 7561 - ACT, ocupante do cargo de Professor Nível III, Referência A – Ensino Fundamental - Geografia, com 35 (trinta e cinco) horas semanais, sendo 15 (quinze) horas na Escola Municipal de Educação Básica Aguti e 20 (vinte) horas na Escola de Educação Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento, pelo período de 13 (treze) dias, a contar de 07 de dezembro de 2017 até 19 de dezembro de 2017, conforme atestado médico datado de 07/12/2017, aguardando resultado pericial.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 07 de dezembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

**PORTARIA Nº 718/2017**

Publicação Nº 1455079

PORTARIA Nº 718/2017

Concede Licença à Gestante

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 2º da Lei Complementar nº 655, de 11 de julho de 2017, que alterou o Artigo 94 da Lei 1.207 de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

**RESOLVE:**

CONCEDER LICENÇA GESTANTE, à Servidora Pública Municipal ANA LUIZA GÊSSELE, matrícula nº 7250, concursada, ocupante do cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro de Educação Municipal Infantil Padre Rossi, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 14 de dezembro de 2017 a 11 de junho de 2018, conforme resultado pericial, datado de 13/11/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de dezembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **PORTARIA Nº 719/2017**

Publicação Nº 1454486

PORTARIA Nº 719/2017

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e com base no Decreto Nº 095 de 18 de Abril de 2017:

### **RESOLVE:**

Prorrogar a Portaria Nº 696/2017 que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, de 21/12/2016, convocada conforme Decreto nº 277/2017, VANILSE DA SILVA, matrícula nº 7613, para exercer o cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Infantil Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento, a contar de 13 de dezembro de 2017 a 11 de junho de 2018, em substituição à titular Ana Luiza Gêssele, afastada conforme Portaria nº 718/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 13 de dezembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi  
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios  
DOM/SC

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

## **2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 281/2017**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, brasileiro, solteiro, portador do CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, Bairro Mato Queimado, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora VANILSE DA SILVA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua São Francisco de Assis, s/nº, Bairro Mato Queimado, município de Nova Trento, portadora do CPF nº 066.996.379-83, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Atendente de Creche, com 40 (quarenta) horas semanais, no Centro Municipal de Educação Padre Rossi, Centro, Município de Nova Trento.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

O contratado, durante a vigência deste Termo Aditivo, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.103,20 (hum mil, cento e três reais e vinte centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL**

Este Termo Aditivo é firmado pelo período de 13 de dezembro de 2017 até 11 de junho de 2018, em substituição à titular Ana Luiza Gêssele, afastada conforme Portaria nº 718/2017.

### **CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado Termo Aditivo.

Nova Trento, em 13 de dezembro de 2017.

Luiz Carlos Orsi Vanilse da Silva  
Secretário Mun. de Educação Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo em 13 de dezembro de 2017.

Jucelino Marino Chini  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### **TESTEMUNHA:**

Gustavo Achcar  
Técnico Administrativo

## **SÉTIMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2015**

Publicação Nº 1454306

### **TERMO ADITIVO (PRAZO)**

SETIMO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 073/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 073/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA jv empreendimentos Ltda me.

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, empresa jv empreendimentos Ltda me., estabelecida a estabelecida a Rua Nereu Ramos, nº 122, Sala 02, Bairro Centro, do Município de São João Batista, CEP 88240000, CNPJ/MF n.16.978.577/0001-02, neste ato representada por seu sócio, Sr. Luiz Carlos Hillesheim, inscrito no CPF nº 029.805.239-33, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 073/2015, mediante as cláusulas e condições seguintes

### **Cláusula Primeira - DO OBJETO**

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 073/2015, para prorrogar o prazo de execução dos serviços objeto deste contrato, por mais 90 (noventa) dias, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93 e solicitação formulada pela fiscalização do Contrato.

JUSTIFICATIVA: Ainda não executado o enrocamento e aterro na cabeceira da ponte. Serviço a ser executado pela Prefeitura de Nova Trento. Parecer Técnico anexo.

### **Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**



As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 01 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	jv empreendimentos ltda me. Contratada
---	---

Jucelino Marino Chini  
Secretário de Administração e Finanças

Gian Francesco Voltolini Prefeito Contratante	jv empreendimentos ltda me. Contratada
---	---

Jucelino Marino Chini  
Secretário de Administração e Finanças

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Jeferson dos Santos
---	---------------------------------

Testemunhas: 1. _____ Aprigio José Botameli	2. _____ Jeferson dos Santos
---	---------------------------------

### TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2015

Publicação Nº 1454317

TERMO ADITIVO VALOR (ADIÇÃO E SUPRESSÃO)

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 073/2015

TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 073/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO E A EMPRESA jv empreendimentos ltda me.

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, empresa jv empreendimentos ltda me., estabelecida a estabelecida a Rua Nereu Ramos, nº 122, Sala 02, Bairro Centro, do Município de São João Batista, CEP 88240000, CNPJ/MF n.16.978.577/0001-02, neste ato representada por seu sócio, Sr. Luiz Carlos Hillesheim, inscrito no CPF nº 029.805.239-33, doravante denominada CONTRATADA, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 073/2015, mediante as cláusulas e condições seguintes

#### Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterada a Cláusula Nona do Contrato nº 073/2015, para aditar a importância de R\$ 19.492,93 (dezenove mil, quatrocentos e noventa dois reais e noventa e três centavos) correspondente a 11,60 % do contrato original, e, suprimir a importância de R\$ 6.300,50 (seis mil, trezentos reais e cinquenta centavos) correspondente a 3,75 % do contrato original, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8.666/93.

#### JUSTIFICATIVA:

Anexo a este, constamos um TERMO DE JUSTIFICATIVA TÉCNICA. Este termo justifica a edição deste aditivo quanto aos valores de adição, com itens discriminados.

#### Cláusula Segunda – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem acordados, assinam o presente Termo, em duas vias de igual teor, juntamente com as testemunhas abaixo, obrigando seus sucessores legais, a cumpri-lo mutuamente.

Nova Trento, 08 de dezembro de 2017.

**RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N° 091/2017**

Publicação N° 1454338

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 91/2017 - PR</b>
CNPJ: 82.925.025/0001-60 RUA SANTO INACIO 126 C.E.P.: 88270-000 - Nova Trento - SC	Processo Administrativo: 118/2017 Processo de Licitação: 118/2017 Data do Processo: 10/11/2017
	Folha: 1/1

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O(a) Prefeito, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 118/2017  
b ) Licitação Nr.: 91/2017-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 12/12/2017  
e ) Data da Adjudicação: Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO PARCELADA DE UNIFORMES ESCOLARES PARA A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE NOVA TRENTO/SC, PARA O ANO DE 2018, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I, QUE FICAM FAZENDO PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL.

		(em Reais R\$)	
g ) Fornecedores e Itens Vencedores:		<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>
		<u>Total dos Itens</u>	
Lote: 1 - 010742 - CAMPOSILK - ARTES E ESTAMPARIAS LTDA - ME		52	0,0000
<b>Total por Fornecedor:</b>		<b>52</b>	<b>44.450,00</b>
<b>Total:</b>		<b>52</b>	<b>44.450,00</b>

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

## Nova Veneza

## PREFEITURA

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 LOCAL DE PROVAS

Publicação Nº 1454876

ROL DE INSCRITOS  
INSCRIÇÕES DEFERIDAS

Auxiliar de Administração Escolar

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
766472	26/06/1976	Adriana De Souza
748225	18/09/1989	Aline Da Silva Machado
774132	13/07/1987	Andre Vicente Da Siva
762012	23/06/1995	Barbara Baroni Warmling
740426	22/12/1989	Bruna Fernandes Colombo
775968	26/12/1989	Bruna Formigoni Amboni
768616	07/02/1991	Bruna Warmling Minatto
775031	18/04/1996	Camilla Zanette Toretti
777005	09/02/1988	Carine Almeida Goncalves Cipriano
766582	11/12/1981	Caroline Zanoni
778040	12/11/1995	Carolini Ferrari Lima
749180	17/01/1980	Cristiano Da Roza Francisco
776806	26/06/1982	Elaine Cristina Dos Santos Bitencourt Da Fonseca
776620	21/08/1999	Erica Virginia Dias Griebeller
776002	20/01/1984	Fernanda Silva Guimaraes
755503	17/06/1987	Gilson Costa Porfirio Correa
744310	17/02/1996	Helena Dondossola Baldessar
756568	01/01/1971	Janine Zanette Bristot
778101	27/06/1995	Jaqueline Ribeiro Silva
775220	24/12/1989	Jeisa Damasio
768944	21/04/1991	Jessica Ronconi Dondossola
771753	14/05/1999	Jessica De Oliveira Freitas
766390	27/11/1985	Josieli Damiani Gava Alexandre
768713	22/08/1998	Leticia Padilha Da Silva
777916	14/03/1980	Luciana Dos Santos Luz
775137	06/03/1981	Luciana Rodrigues Da Luz
757374	13/06/1973	Luciana Selau De Moraes
769364	16/06/1975	Luciana Wronski Netto
775311	09/06/1976	Maria Vanuza Dos Santos Policarpi
751571	29/08/2001	Mariana Piazza
770556	19/09/1988	Mariane Silveira Arns Baroni
763810	19/08/1985	Michele Goncalves Fidel
744286	17/01/1993	Natali Borges Patricio
752820	25/09/1976	Nelson Casagrande
775548	31/03/1987	Oglas Morelli Arns
770636	22/02/1992	Patrik Buratti Simiano
742022	10/04/2000	Paula Colonetti Borges
764965	28/11/1979	Priscila Andreia Silverio
744159	09/03/1996	Priscila Mezari Piucco
753182	21/12/1982	Raquel Dos Santos
776718	09/09/1984	Renan Alexandre Severino
776721	23/04/1990	Renata De Souza Felisberto

740747	06/09/1989	Renata Menegao Becker
761148	21/12/1992	Ricardo Rezin
751715	03/11/1983	Rodrigo Marques Cipriano
745508	13/05/1983	Rubia Nara Rabello
776796	13/03/1971	Sandra De Souza Urbano Jacques
776181	23/05/1980	Sibila Anita Frigo Mondardo
767433	31/07/1977	Silvani Michels Mondardo
776051	17/03/1997	Stefani Alessio Da Silva
770057	29/12/1985	Taize Dos Santos Fernandes
740364	03/02/1989	Talita Vieira
755576	26/11/1963	Tania Ize
776713	26/12/1983	Vania Elias Pereira

## Auxiliar de Biblioteca

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
751717	19/05/1986	Albegair Crispim Da Cunha
754557	05/02/2000	Aline Marcelino Da Rocha
747245	15/10/1970	Andre Lucas
776989	06/09/1977	Angela Maria Ferraz Romanha
775436	16/08/1985	Claudia Possamai Colonetti
777419	10/12/1977	Daiane Cardosos Dos Santos
777373	25/11/1986	Denise Medeiros
746101	27/12/1975	Edson Pereira
775363	23/05/1978	Elaine Orben Rinaldi
777728	12/03/1986	Fabiana Da Cruz Martins Ronchi
751884	17/10/1994	Fabricio Filisbino
757046	03/07/1993	Filipe Camargo
774794	25/01/1994	Gabriel Cretella Carvalhaes
765986	26/01/1991	JESSICA DA SILVA LIMA
762641	25/06/1996	Leticia Cristina Obertier
777412	01/04/1998	Lucas Rosa Ferreira
775879	18/11/1987	Lusmeri Paes
767514	23/07/1998	Maiara Spilere Minatto
744072	01/11/1997	Maria Leticia Mazorana Nuernberg
776045	15/05/1990	Mariane Floriano Porziski
741114	19/08/1993	Marielle Darella Lorenzin Fernandes
769585	16/06/2000	Milliana Spilere Minatto
770791	12/12/1999	Morgana Alessio Da Silva
776862	19/12/1988	Raquel B. Pasini Frasseto
775776	18/08/1972	Rodrigo Netto
741847	23/07/1969	Simone Beatriz Guedes
775078	17/08/1977	Sonia Frigo Brogni
746292	25/02/1968	Vera Lucia Michels Zanoni

## Auxiliar de Ensino de Educação Infantil – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
771590	08/12/1997	Aline Bertolina Serafim
759846	15/11/1991	Ana Claudia Disner Gava
763045	21/10/1975	Andrea Cristina Souza Roldao
772652	14/04/1993	Camila Coral Stanger
766562	19/03/1991	Camila Pereira Silverio
756359	21/11/1983	Carina Manique Fernandes
772671	05/05/1994	Carla Coral Da Costa
772651	21/06/1980	Carla Crescencio Milanez

765382	25/06/1986	Cristiane Regina Viola
775710	15/12/1997	Daiana Rosa Tancredo
763857	08/08/1989	Daniela Teixeira Reus
768727	08/02/1979	Daniela De Oliveira Sebastiao
746493	16/08/1986	Darlen Dondossola Pasetto
744975	29/01/1982	Denize Souza Ribeiro Miguel
776675	26/11/1977	Edineia Tomasi Junkes
772231	26/11/1994	Edmara Vitali
758769	21/07/1994	Fernanda Pedro Correia
750268	09/07/1996	Fernanda Vitorino Antunes
775425	13/05/1987	Greiziela Eliege Lopes Manenti Viana
773569	08/04/1993	Jaciane Priscila De Sousa
773258	01/06/1984	Jeissibel Serafim Freitas
745013	13/03/1992	Jessica Franciele Borges Duarte Geremias
773245	12/08/1989	Josicleia Serafim Freitas
756600	12/01/1981	Juliana Alves Dagostim Albano
772385	17/04/1972	Lucelia Almeida Da Silva
764613	30/05/1976	Luciana Sipriano
747983	18/11/1964	Lucimar Teresinha Romagna
777346	28/02/1991	Marcela Beatriz Nunes Lima Eufrazio
748943	15/04/1994	Maria Eduarda Savio Gava
765310	08/01/1994	Marina Daminelli Zanette
744740	12/12/1991	Monica Lavezzo Waterkemper
775287	19/08/1962	Nair Barbara Coral Ghislandi
761089	12/02/1983	Patricia Da Rocha Francelino
774976	31/10/1985	Paula Ferreira Bonassa
754702	25/06/1992	Priscila Simao Carvalho
777138	08/09/1975	Renata Figueiredo Correa
773654	29/03/1977	Rosangela Chipinski Mendes
740289	08/04/1982	Silvia Nara Gomes Serafim De Araujo
772187	16/03/1973	Sinara Americo Schneider
747485	10/04/1980	Sonia Somariva
776827	05/10/1990	Suelen Cipriano Tomaz
776410	25/01/1970	Sueli Machado
748954	26/10/1990	Vanessa Camilo De Campos

## Auxiliar de Ensino de Educação Infantil – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
758023	10/06/1992	Bruna Bordignon Policarpi
772286	13/11/1987	Cristina Custodio Figueira
764537	12/10/1982	Eliana Aparecida Piva Da Rosa Kesting
775611	18/04/1981	Ellen Matos Frigo Melo
743336	15/08/1996	Gabriela De Abreu Ghisleri
745054	05/01/1996	Jhenifer Oliveira Da Silva
747253	12/05/1995	Juliana Ugioni Daminelli
746404	28/03/1983	Raquel Policarpi Da Silva
764891	06/09/1993	Samara Pasini Moretto

## Auxiliar de Serviços Gerais I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
751203	25/07/1978	Alexandra Martins Fernandes
753150	15/11/1975	Claudete Buss
775064	04/11/1978	Dirleia Dos Santos Costa
750899	21/09/1983	Eliziane Vieira

745666	25/12/1991	Esmaira De Araujo Moraes
769305	28/11/1994	Francieli Goncalves
748552	11/11/1972	Ines Angelica Somariva Mazzucco
763234	10/05/1977	Joelma Dias Coelho
745849	10/04/1988	Josimara Da Rosa Alves
771978	01/09/1969	Margarida Aparecida Barbosa
771958	25/07/1970	Marinalva Oliverio
745464	02/12/1975	Rodrigo Paredes Silveira
768773	21/05/1982	Rosilene Furlaneto Bozello Rodovanski
761010	29/04/1962	Sinclair Colombo
776948	25/06/1990	Tamires Felisberto Vieira

## Coordenador Pedagógico

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
744197	09/12/1957	Ana Elizabeth Rossoni Burigo
776396	28/08/1976	Ana Keila Guimaraes Ugioni
745382	03/10/1983	Rosa Maria Crispim Da Cunha
761445	17/09/1972	Roseli Viola Rodrigues
768956	26/12/1971	Silvio Vergulino Euclides

## Fonoaudiólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
745936	05/01/1995	Thais Terezinha Cardoso

## Motorista I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
776857	13/06/1982	Antonio Carlos Ungaratti Felizardo
775810	26/02/1977	Eraldo Rodrigues Da Luz
774896	19/08/1981	Graziela Laurindo Rabelo
750607	22/12/1970	Patricia Bratti
752807	12/12/1967	Pedro Donizete Artismo
751063	23/02/1998	Vitor Borges Vitali

## Motorista II

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777400	01/09/1968	Amarildo Da Silva
747370	15/09/1976	Edicarlos Alessio
776158	27/08/1984	Emerson Pereira
774356	11/10/1981	Jose Salvador Dias Junior
759107	29/09/1979	Lincon Miguel Santana
775902	04/12/1976	Moizes Luciano Celane
754224	07/06/1962	Narcisio Waterkemper
761889	10/09/1978	Nelvio Segatto
766232	09/01/1976	Rodrigo Kieslarck Moretti
776343	26/05/1988	Vagner Costa Mondardo
766485	15/10/1975	Vagner Dos Santos

## Orientador Educacional

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
757153	17/03/1986	Larissa Vicenti Da Silva
747191	19/05/1967	Silvia Albino Custodio

## Professor Artes (Infantil ao 9º ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775305	05/08/1967	Aderna Cristina Paletti Gava



764926	06/05/1966	Ana Cacilda Zampolli
770919	22/03/1995	Ana Caroline Moro Campos
761428	23/08/1969	Ana Cristina Goncalves
774505	21/11/1988	Andressa Manfioleti Vitali
774221	19/05/1974	Ariane Regina Antony Barbosa
743082	18/08/1973	Cleuza Tramontin Flor
758675	28/11/1992	Daiane Cardoso Paes
770963	01/01/1983	Daiane Trombin Duminelli Scarpari
773925	15/03/1985	Daniela Zanelato Baldessar
773866	23/05/1989	Deise Moises Matos
745413	01/01/1985	Diego Castelan Guidi
748327	01/03/1987	Gilberto De Souza Jeronimo
767494	03/10/1983	Gizeli De Souza Gomes Araujo
740722	13/06/1990	Helena Da Silva Stanger
769834	05/10/1991	Itibere Domingues Riffel
766460	06/05/1978	Jaqueline Souza Da Silva
746157	10/05/1984	Jose Roberto Roque
775507	02/10/1985	Juliane Fernandes Alessio
756904	24/02/1990	Kenia Bitencourt Goulart
774762	11/09/1968	Leda Cretella
753637	23/06/1993	Lidiane Scarpari Fernandes De Jesus
741918	13/08/1992	Mainara Rosso
747200	29/01/1969	Maria Margarete Dos Santos Rodrigues
741940	18/06/1993	Mariane De Souza Ancelmo Dos Santos
752141	12/07/1988	Naysa Menegon Biff

## Professor Artes (Infantil ao 9º ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
752671	16/08/1992	Camila Fernandes Da Silva
776186	18/04/1997	Larissa Savio Daniel

## Professor Ciências 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
770681	27/09/1988	Allan Minatto Collodel
774635	03/06/1986	Ana Debora Olivo Panciera
771507	18/11/1991	Andressa Warmling Preve
761735	27/02/1986	Daniela Felix Ribeiro
762545	17/11/1965	Decio Escobar De Oliveira Ladislau
775746	08/05/1982	Gilsiane Souza Milanez
741903	23/04/1994	Greice Genuino Premoli
777276	02/11/1992	Ivanenson Da Silva Saraiva
767483	18/07/1975	Jaqueline Zanandrea Rocha Dias
744955	31/07/1976	Karin Cristine Braglia
774429	18/07/1979	Micheline Dagostim Dias
753728	09/04/1975	Sandra Rodrigues Ribeiro
742279	09/04/1975	Sandra Rodrigues Ribeiro

## Professor Ciências 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

## Não há candidatos neste cargo Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
763293	21/02/1983	Alexandra Ranacoski
768708	07/09/1989	Aline Gava Nazario
771395	05/09/1987	Ana Carolina Bortolotto Ranacoski
742262	28/02/1994	Ana Paula Silva De Costa

751418	23/07/1989	Anieli Trento
743769	27/11/1992	Bruna Coelho Vassoler
777823	21/02/1989	Camila Joaquim Da Silva
747508	19/06/1994	Carolini Crepaldi Ugioni
748699	28/06/1990	Cecilia Ronconi Spilere
764914	30/06/1992	Cintia Zanoni Furlan
761140	29/03/1990	Daniele Furtado Dos Santos
741514	28/03/1983	Diciane Aparecida Barp Pasini
741908	22/12/1989	Douglas Ugioni Marques de Souza
746757	10/09/1973	Fabiane Cristina Vito Mondardo
742274	10/02/1990	Fernanda Cavaler Mezari Goulart
741052	21/01/1992	Francieli Cardoso De Oliveira
775634	12/02/1980	Frederico Cilon Camargo Brites
750788	27/12/1991	Guilherme Freitas Goncalves
774509	06/02/1990	Guilherme Peterle
753427	05/11/1979	Jussara Mondardo
770559	09/12/1990	Layon Crescencio De Freitas
763048	22/01/1982	Lielson Feltrin Rosa
745877	15/12/1989	Lucas De Souza Goulart
753799	02/05/1991	Luciane Topanotti Moretto
775900	07/08/1988	Luize Milanez Matos
748144	30/04/1991	Maicon Anderson Elias Amancio
776280	04/05/1978	Marcio Ricken
743045	20/11/1995	Mariane Rodrigues Albano
743711	18/01/1990	Mariele Marcineiro Merencio
749226	08/04/1991	Mateus Patricio
770752	05/02/1982	Morgana Lavezzo Da Silva
776830	23/08/1984	Natache Borges Da Silva
775519	04/09/1987	Patricia Rodrigues
757145	04/04/1994	Pedro Henrique Antunes Biff
773987	09/09/1980	Rafael Rosa Dos Santos
776407	14/05/1991	Renato Porto
777574	26/06/1989	Sheila Vivian Da Rosa
759373	04/09/1986	Simone Bordignon Da Silva
765500	12/12/1987	Taise Re
777752	10/05/1986	Talita Silva De Amorim
745932	25/07/1991	Thais Peruchi Scarpari
773836	27/03/1994	Thiago Machado Dos Santos
770815	07/11/1987	Valter Antunes Junior
763220	15/10/1983	Vanessa Carradore Da Silva
754193	11/02/1975	Viviane Bortolotto

## Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
746497	09/06/1992	Afonso Colombo Neto
751918	30/08/1995	Thaise Joao De Freitas

## Professor Educação Infantil – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
762166	12/03/1994	Alice Zanellato Botini
769755	09/02/1989	Aline Joaquim Goulart
776100	03/04/1981	Amanda Luiza Da Silva
767535	12/12/1958	Ana Beatriz Viola Felisberto
766760	07/01/1988	Ana Claudia Pereira

769560	25/10/1995	Ana Paula Zeferino Dal Molin
765501	22/05/1979	Ana Rita Dias Dornelles
772091	26/08/1979	Andreia Bortolotto Antunes
776883	19/02/1975	Andreia Prestes De Souza
747452	31/12/1983	Andreza Coral Goulart Moro
776131	05/05/1983	Andreza Teixeira Mariano
740465	21/11/1983	Andreza Valeriano Venson Nicolau
773547	03/01/1978	Barbara Marialete Roman Fontana Mezari
760839	14/01/1988	Beatriz Ghellere
748898	02/11/1980	Carla Garcia Bortolotto Bonfante
740676	29/12/1995	Carolini Zanette Bonfante
774783	10/09/1990	Cintia Patricia Nazario Da Silva
772839	13/06/1986	Cintia Silveira Borba
768859	19/01/1970	Cristiane Frederico Serafim
762701	05/06/1983	Daiane Dondossola Da Rosa
766051	17/11/1979	Daniela Da Silva Reinert Da Costa
740086	30/01/1992	Daniela Dandolini Colombo
753679	08/01/1991	Daniela Masiero Vitali
758337	25/10/1988	Debora Toigo
773704	20/03/1958	Dores Borges
763572	11/03/1978	Edilaine Cechinel Torquato
776333	29/12/1977	Elaine Salvador Zeferino
757817	14/03/1986	Eliana Claudia Da Silva De Souza
766125	23/06/1982	Elisete Panatto
776135	08/10/1979	Elizangela Vitorino Brunel
762705	13/04/1978	Erica Mondardo Morelli Brogni
774291	11/07/1966	Eronilde Texeira Alessio
774250	04/04/1978	Fabiana Dos Santos
744912	24/03/1980	Fabiana Siste Monteiro
740713	29/04/1986	Fernanda Miranda Monteiro Miranda Monteiro
746557	25/08/1983	Flavia Spillere Ronchi
761845	03/06/1987	Gabriela Pandini Roque
774609	24/03/1976	Geci Fatima Da Rosa
758158	27/07/1970	Gesebel Andreia Mondardo Milanez
763091	02/04/1983	Geslane Spilere
776115	19/02/1978	Giane Zocche Demo Marangoni
774137	19/12/1972	Glaci Pereira Campos
767654	11/01/1979	Gracilene Aparecida Morona Bernardino
764517	27/09/1967	Isabel Cristina Satorno Sachet
766172	17/07/1968	Ivete Panatto Savio
768607	26/08/1976	Izabel Cristina Maffioletti Jacques
764948	11/04/1991	Jessica Arns Sehnem
762950	19/01/1992	Jessica Da Luz Beretta
745083	20/12/1991	Jessica Moro Marini
776918	30/03/1970	Josiana Maria Jacintho De Avila
740530	30/01/1970	Josiane Mondardo Milanese
743167	23/03/1985	Josiane Silva Hoeller Salles
777421	20/07/1986	Josieli Dionizia Da Silva
748316	30/04/1983	Jucilene Regina Mota
742059	03/05/1973	Jucileni Marangoni Costa
769928	21/03/1984	Juliana Ferreira Frello De Lorenzi Cancelier
742694	04/09/1977	Juliana Vicente
753886	30/03/1986	Karina De Mattia

743895	04/05/1982	Karine Caetana Felisberto
762704	16/07/1990	Lais Gava Savio
775159	02/09/1962	Liene Silveira
769698	19/09/1987	Lorizete Cardoso
752678	20/04/1978	Luciana Da Silva Nazario Spricigo
764161	25/11/1969	Luciana Da Silva Ugioni
764816	30/08/1978	Luziete Izaías
742865	04/11/1989	Maiane Silva Preis
762230	05/01/1986	Maiara Milioli Barbosa
743687	11/05/1981	Manuela Helena Da Silva
765985	14/09/1974	Marcele Matos Pereira
751579	13/05/1984	Maria Cristina Cararo
773087	03/09/1962	Maria De Lourdes Hygídio Fernandes
757149	22/03/1998	Maria Eduarda Pasini
756636	07/06/1967	Maria Jadina Siqueira Figueredo
747288	30/08/1964	Maria Rosa De Lima Dos Santos Dondossola
777081	04/10/1965	Maria Terezinha Da Silva Dagostim
771241	01/04/1973	Marileia Rodrigues
750306	09/05/1971	Marileia Zanelato Borges
746401	28/06/1979	Marilene Dimenes
772377	22/04/1988	Marília Tavares Davila
774821	23/01/1962	Marisa Spilere Ghislere
766611	30/04/1980	Melissa Dos Passos Da Silva Felipe
765685	15/01/1987	Morgana Pirola Bagio
777223	21/12/1993	Paola Cristina Da Silva
754610	20/01/1980	Patricia Buzzo Rovida
756915	06/12/1981	Patricia De Jesus Crecencio
763210	10/06/1988	Patricia Felicio Bony Dos Santos
761991	11/07/1980	Patricia Jose Porfirio Corrêa
770909	08/07/1976	Patricia Pereira Velho
777084	25/05/1987	Raiza Milioli
745958	19/05/1979	Renata Sandrini Alberton
774919	12/07/1966	Rita Cecilia Souza De Oliveira
773603	21/12/1959	Rosângela Irene Dandolini Tiscoski
775839	29/06/1974	Rosicleia De Souza
766025	11/07/1984	Rosineia Ribeiro
759855	04/09/1981	Sabrina Pereira Pietsch
774717	02/04/1986	Samara Borges Da Rocha
759813	18/08/1983	Samira Savio Ghellere Pavan
773438	20/08/1974	Simone De Oliveira Felisbino
750023	08/06/1995	Sinara Rampinelli Dordet
747640	15/07/1978	Soraia Florentino Martinho
754562	30/09/1968	Suzana Spillere
775999	01/12/1980	Taciani Peritto Batista
758989	03/10/1988	Tamiris Dias
763080	20/02/1984	Tatiana Bussulo Martins Nunes
741119	19/06/1984	Tatiani Santiago Costa
775470	14/11/1986	Valeria Daniel Wessler
750304	28/01/1986	Vanessa Bordinis Da Silva Arend
754081	04/01/1987	Vanessa Do Canto
759887	03/04/1985	Vanessa Romao Bongioiolo
761980	30/01/1977	Vanusa Maccarini De Amorim Sprisigo
770329	19/06/1968	Vienir Luiza Spillere Viana

776855	01/08/1983	Vivian Borges Furlanetto
761894	13/03/1971	Zulma Menger Da Rosa

## Professor Educação Infantil – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
758804	29/06/1988	Agnes Francisco Monteiro
769288	24/10/1992	Debora Grassi Manique Barreto
765666	18/05/1984	Genaina P. Nascimento De Freitas

## Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
762965	30/11/1979	Adriana Aparecida Gomes De Oliveira Padilha
778001	28/01/1973	Adriane Trento
775147	02/11/1979	Amanda Prestes
746457	08/06/1983	Ana Paula Pedroso Fernandes
747963	24/08/1982	Andreia Cambruzzi Cittadin
766468	12/01/1981	Andreia De Souza Pacheco Ramos
742586	15/06/1978	Andreza Maria Cunico Mondardo Savi
750473	21/01/1983	Angela Carradore Coral
751985	01/09/1993	Bruna Domingo Bortolotto
772665	24/05/1992	Camila Da Silva Mendes
750065	10/09/1981	Carina Valerio Da Luz
761744	18/08/1991	Cintia Dordet
744236	13/05/1971	Cleuza Loch Pirola
762951	05/05/1982	Cristiane Albano Meister
749622	14/07/1987	Daiane Goncalves Pereira
760823	29/05/1967	Darlene Nascimento Rodrigues
770996	22/10/1991	Edicleia Aparecida Florencio Martins
770804	05/07/1975	Edineia Leticia Alessio Gava
775188	13/07/1963	Eliane Pereira Da Rosa
742038	16/01/1988	Fernanda Bortolotto De Souza
761268	04/04/1980	Fernanda Nogueira De Oliveira
757005	23/07/1981	Franciele Monteiro Teixeira Garcia
744300	15/05/1977	Graziela Amboni
762174	21/11/1973	Ingrid Roussenq Fortunato Martins
771476	08/04/1988	Janaina Waterkemper Lock
758399	25/02/1981	Jessica Salgado Vieira Ross
744114	22/08/1962	Joana Darc Motta Gomes Mcalister
751386	05/03/1976	Jucelia Willemann Albino
771904	10/09/1976	Jucemara Ladriana Savio Zuchinalli
762127	13/05/1977	Kari Daniele Flores Carneiro
756312	19/12/1979	Lauana Bukaski Rodrigues Machado
741775	21/04/1971	Lia Betim Do Prado
769616	18/04/1981	Luana Regina Cesconeto Machado
777620	29/10/1970	Marcia Beatriz Bernardino
752142	22/02/1971	Marcia De Oliveira Sabino
754688	30/10/1962	Margareti Rodrigues Simon
776687	31/07/1962	Maria Bernardete May Schmitz
764151	15/08/1964	Maria De Fatima Silveira Zanoni
748136	28/04/1992	Marina Ronchi Martinello
776888	01/10/1968	Mauren Furukawa De Araujo
765834	27/07/1986	Michele Milak De Moraes
740872	23/02/1981	Paula Rejane De Souza Goncalves
774353	09/11/1982	Renata Lavezzo Candeu Amboni

757223	01/12/1974	Rosilda Marchioli De Bona
777534	20/10/1970	Rosinei Meurer
762955	14/01/1981	Samira Bristot De Freitas
770545	14/09/1961	Senclair Maria Silveira Arns
756771	03/12/1972	Silvia Letícia Borges da SilveiraSilveira
747280	11/05/1977	Silvia Regina Bonfante Ronchi
768916	09/10/1974	Simone Moro Pereira
772161	10/09/1971	Sirlene Gomes
745450	14/04/1986	Suzana Aparecida De Souza Medeiros
772709	03/12/1979	Suzana Velho Rissi
742018	28/09/1992	Talyta Felizardo Mendes Mezzari

## Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
742325	21/12/1981	Elines Goulart Canani
764348	16/05/1991	Kelly Esser Mendonça Colombo
767199	09/10/1983	Lilian Pizoni Bonfanti Correa
767244	08/12/1990	Michele Franca Marcolino

## Professor Geografia 6º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
763211	28/02/1973	Alexandre Urnau
751228	09/04/1973	Elis Cristina Ghislandi
750824	08/02/1975	Fabricio Maciel Magagnin
761832	03/02/1984	Gustavo Zanelatto Schneider
744921	06/12/1996	Thales Henrique Marques Marangoni
746563	06/08/1989	Victor Damiani Romagna

## Professor Geografia 6º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775964	07/02/1980	Adriane Dorner
747231	18/01/1982	Diogo Manique
776605	24/10/1979	Idianara Felisberto Marcelo Felisberto Marcelo

## Professor História 6º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
758967	24/07/1979	Andre Miguel Machado
753770	02/12/1977	Fernanda De Souza
776841	03/10/1979	Fernando Lafuente
746238	15/10/1981	Gilmara Duarte Placido
769418	03/02/1987	Gilvani Mazzucco Jung
773322	13/12/1986	Glauco Roberto Salvan
747311	22/06/1981	Graziela Martinho Mota
742566	06/07/1985	Jucilene De Souza Placido Francisco
743296	30/07/1991	Lucas Santiago Costa
772899	01/12/1971	Luciana Dos Santos Menezes
758998	07/10/1983	Pamela Kurzawa Rizzi
772639	19/08/1993	Patricia Marcos Paes
753879	14/06/1992	Suelen Pacheco Mazzucco

## Professor História 6º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
746544	23/09/1970	Robson Persola

## Professor Inglês 1 ao 9º ano – HABILITADO



Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
764981	10/01/1981	Andressa Coronel Ovelar
740293	14/06/1983	Edilenia Macarini Frezza Ronchi
745355	04/08/1969	Juliana Estela Spillere
747718	05/06/1976	Paulo Ricardo Lopes Costa
772721	19/09/1985	Pricila Nola Guidarini
755379	02/05/1980	Saionara Felisberto Salvadego Topanotti

Professor Inglês 1 ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Não há candidatos neste cargo Professor Língua Italiana 1º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
745167	08/08/1968	Angela Beatriz Fabbro

Professor Língua Italiana 1º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Não há candidatos neste cargo Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777630	04/09/1989	Ananias Almeida Goncalves
777040	22/07/1984	Erica Cividini Scardueli Tramontin
752611	08/03/1989	Loren Santiago Pereira
755847	04/02/1980	Renata Zapelini Dos Santos
746126	03/09/1972	Rosinei Teresinha Margotti D.lorenzin Fernandes
747083	18/07/1965	Sandra Tavares
743147	03/03/1970	Sonia Soares Pierini Nuernberg
777595	12/05/1963	Tanea L L Ribeiro
777921	09/11/1995	Thainara Teixeira

Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
741592	10/09/1997	Jennifer Demetrio Dos Santos
777452	06/05/1960	Rosangela Antonio
743662	25/03/1996	Thamiris Dondossola De Souza

Professor Matemática 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
747936	01/02/1983	Claudia Alves Da Silva Joaquim
770095	07/11/1990	Erica Merencio Pagnan
751118	24/05/1980	Gislaine Tricheis Nazario Gomes
773311	09/11/1978	Leoclydes Vinicius Vianna Schraier
748931	29/12/1984	Maria Helena Milanez Mastella
773680	27/10/1987	Mariana De Oliveira Zuchinalli
765541	17/08/1992	Thiago Dagostim Meller

Professor Matemática 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
762010	29/06/1985	Ana Lucia Nuernberg Bristot
773835	25/05/1986	Cidelei Ferreira De Paula Junior

Psicólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
761601	18/07/1994	Aline Costa Rocha
777750	20/11/1988	Bruna Goudinho Goncalves Goulart
773998	10/11/1994	Carla Sasso Simon
762711	15/01/1980	Cristiane Leandro De Lima
768048	07/08/1990	Gian Paulo Mazzucco Jung
757924	13/05/1982	Heloisa De Fatima Spillere
776909	10/09/1993	Luzia Dagostin Saccon

748415	24/06/1967	Mara Verlaine Luz
743194	14/02/1960	Maria Antunes Ronchi
750255	14/04/1992	Maria Fernanda Moura Da Cunha
765645	12/05/1993	Marina Da Silva De Matos
746931	01/09/1977	Mineia Cunha
770892	27/01/1985	Rochele Henz Araujo De Lima
776506	31/07/1992	Samira Tellecher Riquelme
746448	02/07/1976	Silvana De Souza Policarpi
776861	31/01/1994	Tassia Mendes Alexandre
777890	02/01/1992	Thiago Ribeiro

**Psicopedagogo**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
766854	25/09/1960	Maria Goreti Marcos Deschamps
752158	13/02/1968	Raquel Aparecida De Souza Della
776584	12/05/1972	Rosalva Rocha Dordete
740932	10/06/1971	Sandra Luiza Dumer

**Supervisor Escolar**

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
763197	04/03/1971	Gizele Albino Urnau
740128	19/02/1995	Patrik Wiggers Junkes

Nova Veneza, 11 de dezembro de 2017.

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 LOCAL DE PROVAS**

Publicação Nº 1454868

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017  
LOCAL DE PROVAS**

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, Estado de Santa Catarina, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado nomeada pelo Decreto Municipal nº 406, de 04 de Agosto de 2017, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO o LOCAL DE PROVAS do EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017, conforme segue:

1. A prova objetiva para os cargos de:  
PROFESSOR DO FUNDAMENTAL II (Matemática, Ciências, Português, Italiano, Inglês, Artes, Geografia, História, Educação Física).

Será realizada no dia 17/12/2017, com duração máxima de 2 horas e 30 minutos e duração mínima de 30 minutos, das 09h30min às 12h00min na E.E.B. HUMBERTO HERMES HOFMANN, situada na Rodovia José Spillere, 941 Distrito de Caravaggio, Nova Veneza/SC.

1.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 09h e 15 minutos, sob qualquer alegação

2. A prova objetiva para os cargos de:  
PSICÓLOGO  
COORDENADOR PEDAGÓGICO  
SUPERVISOR ESCOLAR  
ORIENTADOR EDUCACIONAL  
FONOAUDIÓLOGO  
PSICOPEDAGOGO  
MOTORISTAS I  
MOTORISTA II  
AUXILIAR DE BIBLIOTECA  
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Será realizada no dia 17/12/2017, com duração máxima de 2 horas e 30 minutos e duração mínima de 30 minutos, das 09h30min às 12h00min na E.E.B. ABÍLIO CÉSAR BORGES, situada na Rua Alfredo Pessi, 384 – Centro Nova Veneza/SC.

2.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 09h e 15 minutos, sob qualquer alegação.

3. A prova objetiva para os cargos de:

PROFESSOR DO FUNDAMENTAL I  
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I  
AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR  
AUXILIAR DE ENSINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Será realizada no dia 17/12/2017, com duração máxima de 2 horas e 30 minutos e duração mínima de 30 minutos, das 09h30min às 12h00min na E.B.M. BAIRRO BORTOLOTO, situada na Rua Antônio Destro, Bairro Bortolotto, Nova Veneza/SC.

3.1. Será vedado o acesso ao local de prova objetiva para todos os candidatos que se apresentarem após às 09h e 15 minutos, sob qualquer alegação.

Prefeitura Municipal de Nova Veneza, 11 de dezembro de 2017.

ELZIO JOSÉ MILANEZ  
Secretário Municipal de Educação

## EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 001/2017 LOCAL DE PROVAS

Publicação Nº 1454881

ROL DE INSCRITOS  
INSCRIÇÕES INDEFERIDAS

### Auxiliar de Administração Escolar

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775610	27/09/1979	Alecsandro Rosso Colombo
758785	28/07/1981	Andrea Nazare Santos Crispim Rios
741216	18/07/1990	Arnaldo Juvencio Matias Neto
752750	29/12/1994	Barbara Bspalec Da Silva
750773	24/04/1987	Carina Dos Santos De Oliveira
765098	31/01/1957	Dinah Mara Esperon Da Silv
751812	12/03/1985	Edilaine Sabino Dos Santos
767796	21/10/1997	Gabriela Antonio Marcelino
757299	28/10/1990	Gabriele Medeiros Gome
776472	22/03/1977	Josieli Bortolotto Mazzorana
750478	18/07/1991	Julian Carvalho Goncalves
754590	21/10/1985	Juliana Aparecida Machado
744578	31/05/1997	Karolini Kontana Garcia
775307	29/09/1989	Leanderson Vieira Rosalino
765771	29/01/1982	Luciane Biava Marques
769223	03/06/1989	Marcelo Bittencourt
772013	03/02/1993	Marcia Da Silva Natal
751369	01/07/2000	Maria Eduarda Xavier De Costa
775306	08/07/1997	Marilia Quini
761605	23/04/1993	Mateus Santiago Ferreira
752336	19/07/1973	Ronaldo De Assis
749016	11/05/1980	Sara Tenorio Da Silva
746376	14/07/1980	Silvana Maria Alves Arruda
763566	09/12/1996	Taionara Antunes Vassoler
768241	27/12/1996	Vanessa Da Rocha Figueredo
764338	27/07/1987	Vanessa Martins

### Auxiliar de Biblioteca

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
745050	02/07/1981	Ana Carina Salvin
757245	23/11/1986	Carina Dos Santos
742232	01/02/1985	Ines Aparecida Dos Reis Fonseca

777316	28/04/1988	Jessica Marcello
770138	09/02/1997	Joao Paulo Alves
767003	24/04/1989	Lucky Wilk Feitosa
777692	11/02/1969	Maria Isabel Marcon Marcelino Dos Santos
742365	04/06/1988	Natacha Augusto Celestino De Souza
768374	03/02/1985	Priscila Rodrigues Campos

## Auxiliar de Ensino de Educação Infantil – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
761633	26/07/1982	Adriana Machado Da Silva
748939	03/12/1976	Alessandra Ferreira Fraga
777020	13/12/1983	Amanda Da Rosa Pinheiro
740424	24/01/1979	Angelise Da Silva
761598	19/07/1999	Beatriz Dario Custodio
759875	19/04/1992	Debora Romao Bongioio
747966	01/09/1999	Deborah Luiza Fidelis Honorato
770589	21/08/1986	Elisandra Da Silva
760971	15/01/1977	Elisete Da Silva Machado
750594	20/12/1985	Flavia Celestino Leandro
756294	28/08/1996	Graziela Moro Marini
745701	27/01/1984	Jessica Zeferino Gomes
773804	25/05/1981	Leticia Souza Da Silva De Faveri
770661	13/12/1959	Maria De Estefani Langer
755298	26/05/1995	Maria Tereza Alves Trichez
767769	22/01/1993	Mariane Semprebom Bardini
740431	16/07/1973	Patricia Do Carmo Dos Santos Siqueira
767720	16/01/1994	Rosemeri Genuino Da Rocha
777313	19/08/1973	Rosileia Elisa Nunes
754704	08/02/1977	Rosilene Da Silva
745516	16/10/1995	Tayna Gomes Carvalho

## Auxiliar de Ensino de Educação Infantil – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
776757	28/02/1997	Bruna Da Silva Goncalves
772701	08/07/1982	Clarice Mastella Felipe
751736	11/04/1984	Daiane Silverio Vaz Franco
756473	17/12/1994	Daniele da Silva Ronchi Margotti
751931	10/01/1970	Dorilda Scahaukoski
743502	09/08/1995	Gabriela Fernandes Capela
740915	25/12/1993	Iscarleti Francisco Araujo
757147	28/06/1981	Marines Ramos
754579	23/04/1995	Michele Oliveira Fidelis
747133	13/10/1983	Patricia Victalvino Cabral Da Silva
751454	26/10/1992	Paulo Henrique Alves
763097	07/11/1994	Tamiris Antunes Vassoler
768928	18/10/1980	Tatiana Dassoler De Souza

## Auxiliar de Serviços Gerais I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
766821	21/05/1999	Maria de Fátima Ribeiro da Silva
774784	14/03/1990	Simoni Figueredo

## Coordenador Pedagógico

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
---------	-----------	-----------

743452	20/07/1976	Raquel Da Rocha Oliveira
--------	------------	--------------------------

## Fonoaudiólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
766941	21/11/1993	Jaiane Franzosi

## Motorista I

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
748283	20/05/1976	Edmilson Dos Santos Lima
756434	19/06/1994	Isaac Anselmo Pagani
770305	14/12/1993	Jefferson Santos De Mattos

## Motorista II

Não há candidatos neste cargo Orientador Educacional

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
741555	05/07/1968	Ivone Zocche
753472	15/10/1979	Monalisa Da Silva
768753	02/01/1977	Vanessa Bithencourt Da Rosa

## Professor Artes (Infantil ao 9º ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
765251	06/04/1971	Aldenira Soares
749613	21/10/1962	Ester Duarte De Oliveira
757214	02/03/1992	Gabriel Valga Ricardo
767229	14/01/1991	Janaina Lis Trindade Vieira
761298	27/03/1986	Juliana Pereira Guimaraes
755406	03/10/1981	Marines Pinheiro Marques
775887	19/05/1990	Mario Fernandes Junior
761783	21/07/1986	Rodrigo De Souza
772248	27/01/1972	Silvia Meller Waterkemper

## Professor Artes (Infantil ao 9º ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
770680	11/11/1974	Angelica Pires De Lima Kohler

## Professor Ciências 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
746930	16/02/1995	Caroline Bortoluzzi Da Silva
749085	15/02/1994	Daiele Bendo Pagnan
755387	25/06/1982	Fernando Farias Topanotti
778027	07/01/1988	Graziele Lodetti Milioli
751099	19/07/1987	Monique Cataneo Marcelino Cardoso
741454	04/01/1969	Soraia Bitencourt Dallo

## Professor Ciências 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
777994	24/05/1973	Adriana Marcelo Elias
746040	30/06/1991	Leonardo Piuco Zanin

## Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
765977	20/08/1975	Adenilson Monteiro
747714	11/05/1979	Alison Dal Molin De Lacerda
752166	04/12/1970	Barbara Eliane De Jesus
741217	30/06/1973	Claudia Regina Da Rosa
774983	09/09/1996	Daiane Mascarello Coutinho

743941	05/04/1979	Danilo Lopes Nasario
742205	09/05/1991	Debora Patricia Ritter
774512	03/03/1990	Diego De Oliveira
769063	26/10/1992	Fabiana Ize Marangoni
771014	11/07/1985	Gabriel Westrup De Souza
778097	29/09/1994	Ingrid Da Rosa Goularte
766545	22/04/1986	Juan Carlos Serafim
774899	27/04/1995	Maiara Freitas Mariano De Mattia
762578	24/04/1988	Maicon Colombo
777945	31/03/1986	Simara Antunes Miguel Milak
777064	16/04/1988	Tamiris Zanete Damiani

## Professor Educação Física (Infantil ao 9º ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
763156	03/03/1973	Fabiano Felipe Guimaraes
764600	05/12/1987	Marlon Albert Alexandre
741812	18/02/1995	Sabrina Jennifer Da Luz

## Professor Educação Infantil – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
747851	24/04/1989	Aline Fernandes Patricio
751795	06/10/1984	Ana Paula Amoroso
761762	26/12/1978	Andreia De Souza Goncalves
775777	18/03/1985	Andreia Pasini Just
743080	08/08/1989	Angelica Da Silva Goulart
760912	16/05/1974	Angelina Maria Da Silva Garcia
766006	28/03/1985	Belisa Nava
769518	26/01/1974	Cheila Maria Coral Costa
778069	29/07/1992	Cintia Nascimento Goncalves
775534	24/07/1987	Deise Da Silva Tomaz
745241	15/03/1987	Elida L. K. Da C. Bezfontana
775072	18/05/1980	Emilie Ricken Belmiro
773813	29/10/1982	Fabiana Zeferino Goncalves
751561	10/12/1985	Franciele Mangili Bordini
742051	04/02/1995	Gesraeli De Souza Machado
749990	14/10/1982	Giane Barbosa Da Silva
753547	13/08/1971	Giovana Sebastiao
777570	29/09/1989	Helen Candido
740979	21/01/1992	Isabela Gomes Tiscoski
768010	30/06/1966	Ivonete Minato
740637	13/03/1990	Janaina Pereira Vassoler
756062	15/10/1968	Jucemara Da Luz Viola
763371	12/01/1981	Juliana Alves Dagostim Albano
751411	01/01/1985	Katia Zampolli Philippi Maximo
759630	27/06/1977	Kellen Baldessar Vergilino
768937	11/09/1988	Kitania Botelho Godinho Kurtz
746887	29/07/1977	Leonice Longen Panatto
769649	12/05/1997	Liliane De Bem Vieira
746816	01/01/1966	Loecir Pereira Jung
742874	11/01/1984	Luciane De Mello Alexandre De Souza
755145	18/04/1979	Marcia Maria Vieira
767801	19/06/1956	Marcia Pereira Gomes
741419	01/10/1970	Maria Regina Da Luz Motta
761948	09/04/1987	Marjourie Mariano Serafim



756951	24/08/1983	Márcia Fabris De Souza Fernandez
748164	15/10/1970	Miria Sandra De Abreu Chini
766705	21/09/1982	Mislene Scheneider Figueredo
775617	04/05/1999	Monike Aleixo Dos Santos
774630	23/03/1985	Muriel Da Silva
751136	25/10/1973	Nadia Silva Dos Santos
756709	12/09/1989	Pamella Costa De Freitas Vieira
769756	30/09/1992	Paola Ghislandi Fermino
759983	30/11/1979	Patricia Cardoso Fraga
763574	12/10/1974	Paulo Cear Joaquim De Carvalho
755614	10/06/1977	Raquel Orlando Constantino
776912	24/09/1976	Rejane Maria Colombo Pereira
744757	12/11/1986	Renata Marcelo Da Silva
769684	20/10/1962	Rita De Cassia Antero Daniel
745740	06/05/1977	Simone Silveira Dos Santos De Avila
765752	13/01/1981	Talita Rodrigues Paes
769010	17/05/1964	Valquiria Pereira
761954	05/06/1978	Vanderleia Aparecida Campos Laurindo
742973	05/03/1978	Vanessa Fernanda Cardoso
765476	07/10/1975	Vanusa Candida Rodrigues
745039	26/07/1985	Vanusa Da Rocha Martinelli
770092	18/06/1984	Viviane Hespanhol Da Silva Ugioni

## Professor Educação Infantil – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
745515	19/02/1981	Aretuza De Freitas Gabriel Mateus
773568	01/02/1966	Edna Aparecida Antonio
756534	15/03/1988	Edna Velho Galant

## Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
766598	07/07/1981	Adriana Brunelli Ghisi Ubiali
743872	22/12/1972	Andrea De Oliveira
756521	29/11/1985	Barbara De Medeiros Da Luz
763115	18/11/1982	Cristiane Alexandre Clemente
754176	23/10/1956	Fatima Nuernberg Gava
743316	19/03/1990	Francieli Guidarini Ferro
740583	07/12/1974	Juciane Lopes De Souza Cordova
749025	30/11/1962	Lizabet Terezinha Tomazi Da Silva
752088	17/11/1965	Mara Rubia Pedro Camilo
742108	15/04/1963	Marcia Vieira De Medeiros
739957	25/06/1982	Morgana Gomes Loureiro
756814	01/10/1964	Queila Jaqueline Nazari
757321	21/04/1968	Raquel Silvana Machado Nunes
757073	20/01/1983	Renata Rodrigues Goularte
743191	20/07/1962	Rosangela Gomes Jose
742119	21/11/1979	Salete Terezinha De Souza
769720	27/08/1977	Sandra Vitali
739915	22/12/1977	Silvia Lucia Felizardo Mendonca
771909	11/08/1967	Suzana Torquatto Moretto

## Professor Ensino Fundamental (1º ao 5º Ano) – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
778063	01/08/1988	Carina Boava Colonetti

760623	04/01/1984	Michele Martins Mezzari
--------	------------	-------------------------

## Professor Geografia 6º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
770518	09/07/1974	Maricleia Vieira Teixeira
753520	10/11/1977	Suzana Barros Monteiro

## Professor Geografia 6º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
741895	05/04/1991	Tiago Goncalves Cardoso

## Professor História 6º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
756060	15/04/1987	Andre De Oliveira Ramilo
754744	06/09/1971	Elisete Soares Ronchi
745341	06/03/1990	Josiane De Souza Aguiar
746559	28/10/1989	Samuel Moschen

## Professor História 6º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
762791	28/12/1986	Denise Tognon Cadilhac
746224	08/03/1981	Dilnei Bloemer Pereira

## Professor Inglês 1 ao 9º ano – HABILITADO

Não há candidatos neste cargo Professor Inglês 1 ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Não há candidatos neste cargo Professor Língua Italiana 1º ao 9ºano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
775697	21/03/1971	Luis Carlos

## Professor Língua Italiana 1º ao 9ºano – NÃO HABILITADO

Não há candidatos neste cargo Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
741551	24/09/1980	Fabio Da Rosa Pizzolo
741491	13/08/1994	Johana Vieira De Medeiros
773798	04/05/1982	Nariene Pereira Leonel

## Professor Língua Portuguesa 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
774119	01/05/1990	Daniel De Oliveira De Assis
773787	09/05/1978	Elisiane Pereira Leonel
766113	27/11/1983	Naiara Serafim Chagas

## Professor Matemática 6º ao 9º ano – HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
744444	06/04/1977	Alexsandro Vieira Caetano
743319	24/04/1986	Angela Cristine Spillere
754853	08/09/1991	Cintia Sagrillo Trombin
761296	30/11/1975	Edson Luis Martins Da Silva
748727	23/11/1992	Felipe Nazario Da Silva
743431	07/06/1989	Juliana Delfino Teixeira
762794	14/11/1977	Liliane Dos Santos Soares
743494	13/06/1990	Renan Magnus Dos Santos
741999	15/09/1993	Suelen Da Cunha Medeiros
742429	02/02/1981	Viviane Alves Silva

## Professor Matemática 6º ao 9º ano – NÃO HABILITADO

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
---------	-----------	-----------

747225	27/02/1993	Anderson De Oliveira Romeu
756129	08/06/1994	Graziela Da Silva Moraes

## Psicólogo

Nº INSC	Data Nasc	CANDIDATO
746305	25/08/1994	Bruna Biava Spillere
770741	12/11/1990	Edina Schimitz Dos Santos
768571	11/04/1984	Geórgia Paula Dias
740720	25/07/1991	Joice Marcelino Marcineiro
770028	01/04/1993	Jordana Oliveira Kras
741392	24/06/1975	Juliano Farias Nascimento
756325	05/06/1994	Loridane Meotti
758646	26/12/1989	Marina Vieira
743538	03/04/1971	Rondon Da Silva
744885	06/11/1974	Tatiane Nunes Da Silva
761878	06/06/1989	Thayara Heitich Pedro
765952	08/02/1981	Vanderléia Tumelero

## Psicopedagogo

Não há candidatos neste cargo Supervisor Escolar

Não há candidatos neste cargo Nova Veneza, 11 de dezembro de 2017.

# Orleans

## PREFEITURA

### EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO CONCURSO PUBLICO Nº002/2017 - FAMOR

Publicação Nº 1455377

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINALCONCURSO PÚBLICO EDITAL 002/2017.

EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO CONCURSO PÚBLICO NO 002/2017, DESTINADO A PROVER VAGAS PARA O QUADRO PERMANENTEDA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA, POR MEIO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FAMOR.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ Nº 82.926.544/0001-43com sede Rua XV de Novembro, nº 282, Bairro Centro, Orleans, Santa Catarina., neste ato representado por seu representante legal, JORGE LUIZ KOCH, brasileiro, portadora da Cédula de Identidade Nº 514937 SSP/SC, inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o Nº 342.332.539-91, por meio da FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE - FAMOR, torna público o edital de HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINALdo CONCURSO PÚBLICO,realizado pela FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE- FEBAVE, destinado a prover vagas para seu quadro permanente, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 02/2017, com publicação da classificação oficial na data de 11 de dezembro de 2017 no endereço eletrônico <http://www.orleans.sc.gov.br>, e [concursos.unibave.net](http://concursos.unibave.net) tendo em vista a conclusão dos trabalhos relativos aos cargos supracitados no Edital 002/2017, após cumprimento de todas as etapas previstas, prazos recursais e demais exigências constantes no Edital. O prazo de validade do concurso público será de 2 (dois) anos, contado a partir da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período segundo interesse da Administração. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, é expedido o presente Edital.

Orleans/SC, 11 de dezembro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal de Orleans

### ENCERRAMENTO DO PROCESSO Nº 167/2017 PREFEITURA

Publicação Nº 1455083

ENCERRAMENTO DE PROCESSO

PROCESSO Nº 167/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA COMPRAS ESERVIÇOS Nº 82/2017

REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAÇÃO DOS VEÍCULOS DA FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS.

MOTIVO: DESERTO. (NÃO HOUVE LICITANTES INTERESSADOS.)

Orleans - SC, 12 de Dezembro de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

**EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO CONCURSO PUBLICO Nº002/2017 - FAMOR**

Publicação Nº 1455379



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**  
CONCURSO PÚBLICO - 002/2017  
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL****BIÓLOGO 40H - ORLEANS**

INSCRIÇÃO	NOME	cgp	cgm	ce	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	CIDADE	TELEFONE(S)	EMAIL
0000151	ANDRÉ LUIS KLEIN	1,60	1,80	4,80	8,20	1º	Aprovado	Blumenau	(42) 988438832	ndrklein@gmail.com
0000243	LUIZ MARTINS GONÇALVES NETO	1,40	1,80	4,80	8,00	2º	Excedente	Jaraguá do Sul	(47) 30540257 / (47) 999493081	luiz.mgn@hotmail.com
0000247	PEDRO BUSS MARTINS	2,00	1,80	4,20	8,00	3º	Excedente	Florianópolis	(48) 30394973 / (48) 99365338	pmbuss@gmail.com
0000098	MARIANA MROTSKOSKI NIERO	1,60	1,20	4,80	7,60	4º	Excedente	Florianópolis	(48) 34434680 / (48) 999618446	mari.m.niero@gmail.com
0000050	CAMILA FLOR ANDRÉ	1,80	1,00	3,90	6,70	5º	Excedente	Orleans	(48) 34663853 / (48) 999841536	milafa22@yahoo.com.br
0000195	JOSI FERNANDA CERVEIRA	1,40	1,00	3,60	6,00	6º	Excedente	Parobé	(51) 981751285	josicerveira@gmail.com
0000092	ANGELICA TEREZINHA RIZZATTI PADILHA	0,80	0,60	4,20	5,60	-	Eliminado	Treviso	(48) 34690374 / (48) 999640116	angelicarizzatti@hotmail.com
0000183	ALLAN MINATTO COLLODEL	0,80	0,80	3,90	5,50	-	Eliminado	Içara	(48) 34784201 / (48) 999328117	allancolloedel@hotmail.com
0000003	THATIANE CORDINI FERNANDES	1,00	1,00	3,00	5,00	-	Eliminado	Orleans	(48) 996114289	thati.famor@gmail.com
0000128	ALTAMIR ROCHA ANTUNES	1,20	0,60	2,70	4,50	-	Eliminado	Criciúma	(48) 30570295 / (48) 991947782	altamirmad@hotmail.com
0000018	JULIANA MEDEIROS BORGHEZAN	1,20	0,40	2,70	4,30	-	Eliminado	Orleans	(48) 998091828	borghezanj@outlook.com
0000144	LILIAN BOGER ALBERTON	1,20	0,60	2,40	4,20	-	Eliminado	Orleans	(48) 34662459 / (48) 999232623	lilianalberton@hotmail.com
0000201	MARIELY DA SILVA E SILVA	1,00	0,80	2,40	4,20	-	Eliminado	Tubarão	(48) 996109464	mariely.silvas@gmail.com
0000121	SORAY SALETE PEREIRA DOS SANTOS CALEGARI	-	-	-	-	-	Ausente	Joinville	(47) 34736629 / (47) 996478865	soraycalegari@gmail.com
0000073	LAÍS DE MELO MILANI	-	-	-	-	-	Ausente	Curitiba	(41) 33566996 / (41) 996678196	lsmilani@gmail.com



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**  
CONCURSO PÚBLICO - 002/2017  
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE



**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

ENGENHEIRO AGRÔNOMO 40H - ORLEANS										
INSCRIÇÃO	NOME	cgp	cgm	ce	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	CIDADE	TELEFONE(S)	EMAIL
0000244	ANA FLÁVIA PAVEI	1,40	1,40	4,50	7,30	1º	Aprovado	Florianópolis	(48) 998318027 / (48) 998318027	anaflaviapavei@gmail.com
0000237	GABRIEL FORNAZARI PIRES PINHEIRO	1,20	1,20	4,20	6,60	2º	Excedente	Florianópolis	(48) 32414386 / (48) 996631935	gabrielppinheiro@gmail.com
0000027	RAMON CUSTODIO RODRIGUES	1,20	1,60	3,60	6,40	3º	Excedente	São Ludgero	(48) 998384383	custodiorodrigues@hotmail.com
0000197	EDUARDO MARAGNO PERUCH	1,20	1,60	3,60	6,40	4º	Excedente	Morro Grande	(48) 35379036 / (48) 988129804	eduardo_mperuch@hotmail.com
0000048	GERSON ELESBAO	1,60	1,80	3,00	6,40	5º	Excedente	Florianópolis	(48) 32381740 / (48) 984368798	gerson.elesbao@hotmail.com
0000173	JOANA ZAMPRONIO BETT NASCIMENTO	1,20	1,60	3,30	6,10	6º	Excedente	Lauro Müller	(48) 34647213 / (48) 988162352	agro.joana@hotmail.com
0000096	CLEITON KORCELSKI	1,00	1,60	3,30	5,90	-	Eliminado	Passo Fundo	(54) 996201401	korcelski@gmail.com
0000139	LIANDRA HILLMANN PAZETO	1,00	1,20	3,60	5,80	-	Eliminado	Grão Pará	(48) 984466201 / (48) 996711492	likahpgp@hotmail.com
0000198	VICTOR BOPPRE	1,20	1,20	3,30	5,70	-	Eliminado	Tubarão	(48) 999811529	victorboppre5@hotmail.com
0000032	NEMORA GULIANE MOCELIN	0,80	0,40	4,20	5,40	-	Eliminado	Lauro Müller	(49) 999375522 / (49) 991367655	nemoragulianemocelin@gmail.com
0000228	LEANDRO FURLAN CESCONETTO	1,20	1,20	3,00	5,40	-	Eliminado	Orleans	(49) 988445262 / (48) 999691087	leandrocesconetto@hotmail.com
0000154	JOSEANE DE SOUZA HIPOLITO	1,00	1,00	3,30	5,30	-	Eliminado	Criciúma	(48) 998016314	souza-jose@hotmail.com
0000053	RUBENS MACIESKI PAHOHEK	1,20	0,80	3,00	5,00	-	Eliminado	Grão Pará	(48) 36521811 / (48) 996443369	rubenspahohek@hotmail.com
0000220	EDSON BOGER SALVALAGGIO	0,80	1,20	3,00	5,00	-	Eliminado	Orleans	(48) 999180053	edsonboger@hotmail.com
0000115	LAÍS DA LUZ BENEDET	0,80	0,20	3,90	4,90	-	Eliminado	Lauro Müller	(48) 34644418 / (48) 991029493	laisbenedet@hotmail.com
0000246	ANDERSON HILLMANN	1,00	1,00	2,70	4,70	-	Eliminado	Orleans	(48) 996622713	tec.agricola.andersonhi@gmail.com
0000185	ELUANA ALBERTON FONTANELLA	0,80	0,40	3,30	4,50	-	Eliminado	Orleans	(48) 996546565	eluana.alberton@gmail.com
0000230	HELEN PEREIRA DE SOUZA	1,20	1,40	1,80	4,40	-	Eliminado	Balneário Arroio do Silva	(48) 35246994 / (48) 996282370	helen.depsouza@gmail.com
0000225	VANIA NUERNBERG	0,80	0,80	2,70	4,30	-	Eliminado	São Ludgero	(48) 99068185	vaniansl@hotmail.com
0000074	BRUNA FRANCINY KAMERS	1,00	1,20	2,10	4,30	-	Eliminado	São José	(48) 32469841 / (48) 988134763	brunakamers@gmail.com
0000023	KATIA CASAGRANDE	0,80	0,60	2,70	4,10	-	Eliminado	Criciúma	(48) 000000000 / (48) 000000000	ka.dalcas@gmail.com
0000191	RAPHAEL ZOMER NIERO	1,20	0,80	2,10	4,10	-	Eliminado	Orleans	(48) 34663597 / (48) 996049206	raphael.zn@hotmail.com
0000227	ANA PAULA ULIANO BLASIU	1,00	0,20	2,70	3,90	-	Eliminado	Capivari de Baixo	(48) 996314005 / (48) 996263252	aninhblasiu@hotmail.com
0000101	PAULA ZELINDRO CARDOSO	0,80	0,40	2,70	3,90	-	Eliminado	Laguna	(48) 36460807 / (48) 996025647	paulazelindro@gmail.com
0000159	ITALO BUSSOLO BERTONCINI	0,80	1,00	2,10	3,90	-	Eliminado	Orleans	(48) 991083708 / (48) 991083708	italobertoncini@hotmail.com
0000100	DIEDRA RIBEIRO ESCOBAR	1,00	0,40	2,40	3,80	-	Eliminado	Itajaí	(48) 999964041	diedra.escobar@hotmail.com
0000034	THIAGO BLINI MOLINA	0,80	1,20	1,80	3,80	-	Eliminado	São Gabriel	(55) 999111615	thiagomolina_7@hotmail.com
0000022	LUCAS VENDRAMINI	1,00	0,60	1,80	3,40	-	Eliminado	Orleans	(48) 34660440 / (48) 999076805	lucas.vendramini@hotmail.com
0000012	GEAN HOFFMANN	-	-	-	-	-	Ausente	Orleans	(48) 36590716 / (48) 991282735	geanhoff@hotmail.com
0000030	JONAS BLOEMER	-	-	-	-	-	Ausente	Braço do Norte	(48) 991743670 / (48) 999669681	jonas.bloemer@hotmail.com





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**  
CONCURSO PÚBLICO - 002/2017  
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE

**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

0000035	JÉSSICA DA SILVA PODELESKI	-	-	-	-	-	Ausente	Florianópolis	(51) 998516708 / (51) 980285431	jessicapodeleski@yaho o.com.br
---------	-------------------------------	---	---	---	---	---	---------	---------------	------------------------------------	-----------------------------------



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**  
CONCURSO PÚBLICO - 002/2017  
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE



**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

ENGENHEIRO AMBIENTAL 40H - ORLEANS										
INSCRIÇÃO	NOME	cgp	cgm	ce	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	CIDADE	TELEFONE(S)	EMAIL
0000169	JOACIR BRIGHENTE	1,40	1,80	5,40	8,60	1º	Aprovado	Orleans	(48) 996181695	joacir_brighente@hotmail.com
0000192	CAMILA CASSULY TELES	1,40	1,80	5,40	8,60	2º	Excedente	Porto Belo	(47) 992927706	camila_cassuly@hotmail.com
0000205	NATÁLIA SPRIGIO MARAGNO	2,00	1,40	5,10	8,50	3º	Excedente	Criciúma	(48) 996153710	natimaragno@gmail.com
0000166	LUIS ANTONIO URBANO	1,40	2,00	4,50	7,90	4º	Excedente	Uberaba	(34) 91563056	luisantoniourbano@gmail.com
0000129	ANDRÉ CASTELLANI LOPES	1,60	1,80	4,20	7,60	5º	Excedente	Florianópolis	(48) 32285091 / (48) 998303118	andrecastellani@gmail.com
0000143	STELA LOPES DE LIMA	1,40	1,20	4,80	7,40	6º	Excedente	Brusque	(47) 33552292 / (47) 997703918	slopesdelima@gmail.com
0000149	PAULO RICARDO GONÇALVES	1,60	1,80	3,90	7,30	7º	Excedente	Urussanga	(48) 34653469 / (48) 996019984	pauloricardo_gon@hotmail.com
0000155	MARIELLI DEBIASI ORBEN	1,80	1,40	3,90	7,10	8º	Excedente	Orleans	(48) 991531071	maryorben@hotmail.com
0000202	MICHELLE PELLIZER DE ANDRADE	1,40	1,80	3,60	6,80	9º	Excedente	Lavras	(35) 992026494	MICHELLE.PELLIZER@GMAIL.COM
0000171	RENATA PORTO MORAIS	1,40	1,20	3,90	6,50	10º	Excedente	Tubarão	(48) 36281621 / (48) 996471632	eng.renataporto@gmail.com
0000234	CAMILA DA SILVA	1,40	0,80	3,90	6,10	11º	Excedente	Indaial	(47) 33333697 / (47) 992326347	camiladasilva89@hotmail.com
0000028	KATIRI BARDINI MARCELINO	1,40	1,00	3,60	6,00	12º	Excedente	Criciúma	(48) 996117321	katiribm@gmail.com
0000189	MAIHCON MATIAS	0,80	1,20	3,90	5,90	-	Eliminado	Orleans	(48) 999218265 / (48) 999218265	matias.maihcon@gmail.com
0000239	BIANCA MENDES DOS SANTOS	1,40	1,40	3,00	5,80	-	Eliminado	Braço do Norte	(48) 999205283	Biancamdossantos@gmail.com
0000123	WILIAN DEBIASI BIANCO	1,20	1,40	3,00	5,60	-	Eliminado	Orleans	(48) 999219909	wiliandbianco@gmail.com
0000216	TIAGO BAESSO DA ROSA	1,40	1,40	2,70	5,50	-	Eliminado	Urussanga	(48) 34663098 / (48) 991237677	tiago_baesso@hotmail.com
0000037	HELLEN BECKER FELTRIN	1,00	1,00	3,30	5,30	-	Eliminado	Urussanga	(48) 991725818 / (48) 991725818	hellenbfeltrin@hotmail.com
0000222	NICOLAS WANDERLIND DA SILVA	0,60	0,60	3,00	4,20	-	Eliminado	Araranguá	(48) 35241892 / (48) 996216965	nicolaswdasilva@gmail.com
0000235	JOVANIA REGINA FORMIGHIERI	-	-	-	-	-	Ausente	Itajaí	(47) 33490862 / (47) 988275281	jovaniaregina@gmail.com
0000083	THIAGO ROSSETTI MIOTTELLO	-	-	-	-	-	Ausente	Urussanga	(48) 999401177	thiago_rossetti@hotmail.com
0000113	TAISE FORTUNATO	-	-	-	-	-	Ausente	Orleans	(48) 991686678 / (48) 991778559	taisefortunato@hotmail.com



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**  
CONCURSO PÚBLICO - 002/2017  
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE



**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

**ENGENHEIRO SANITARISTA AMBIENTAL 40H - ORLEANS**

INSCRIÇÃO	NOME	cgp	cgm	ce	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	CIDADE	TELEFONE(S)	EMAIL
0000194	SAMUEL ANDRADE SEGATTO	1,40	1,40	4,50	7,30	1º	Aprovado	São José	(48) 996166123	segatto.samuel@gmail.com
0000015	NICOLE FRIEDRICH NEUMANN	1,80	1,40	3,90	7,10	2º	Excedente	Campo Largo	(41) 32926101 / (41) 998866720	nifneumann@gmail.com
0000142	FRANCESCA CECILIA CORSO SCHONINGER	1,00	1,00	3,90	5,90	-	Eliminado	Horizontina	(55) 997004975	francesca_corso@hotmail.com
0000226	BIANCA BALLMANN	1,20	1,20	3,30	5,70	-	Eliminado	Armazém	(48) 36456169 / (48) 98509954	biancaballmann.engas@hotmail.com
0000058	ANDREW VELHO MACHADO	0,80	1,20	3,60	5,60	-	Eliminado	Orleans	(48) 999186098	andrewbjs@gmail.com
0000132	GUSTAVO WILLEMANN	0,80	1,40	3,30	5,50	-	Eliminado	Orleans	(48) 34662836 / (48) 996619586	gustavowill@hotmail.com
0000047	ALAN ANDRADE FIRMIANO	0,80	1,60	3,00	5,40	-	Eliminado	Orleans	(48) 996302659 / (48) 999265051	alan_afirmiano@hotmail.com
0000188	SARA HELENA RAUPP GOMES	0,80	1,20	3,30	5,30	-	Eliminado	Campo Bom	(51) 984066689	sara.raupp@gmail.com
0000082	CAMILA JACINTO FRAGA	1,20	1,40	2,10	4,70	-	Eliminado	Braço do Norte	(48) 999267704	camilajfraga@hotmail.com
0000152	MILENA BOGER ALBERTON	1,20	0,40	3,00	4,60	-	Eliminado	Orleans	(48) 34662459 / (48) 999888463	milenaalberton@hotmail.com
0000031	JANAINA TASCA	1,20	0,60	2,70	4,50	-	Eliminado	Urussanga	(48) 988614778 / (48) 988296426	janatasca@gmail.com
0000232	TIAGO FELIPE CASSÃO RAMOS	0,60	1,20	2,70	4,50	-	Eliminado	Lauro Muller	(48) 30152155 / (48) 91070113	t.felipe1@hotmail.com
0000158	VANDERLEIA BAGIO MATUCHAKI	1,40	1,00	2,10	4,50	-	Eliminado	Orleans	(48) 996241821	vanderleiamatuchaki@hotmail.com.br
0000078	HÉLDER RIGHETTO JUNG	1,20	1,20	2,10	4,50	-	Eliminado	Orleans	(48) 34660549 / (48) 996459394	helderjung@hotmail.com
0000245	GABRIELA PEREIRA	1,00	0,60	2,70	4,30	-	Eliminado	Orleans	(48) 996697517	Eng.gabrielapereira@gmail.com
0000079	JULIANA TONETTI	0,80	0,80	2,70	4,30	-	Eliminado	Pedras Grandes	(48) 991227199 / (48) 991637411	juliana.tonetti@hotmail.com
0000103	KAROLINE MAY BLOEMER	1,00	1,20	2,10	4,30	-	Eliminado	Rio Fortuna	(48) 991574900	karolinemaybloemer@gmail.com
0000218	FLÁVIO BATISTA VELHO	1,20	0,60	2,40	4,20	-	Eliminado	Lauro Müller	(48) 34644773 / (48) 988286613	fbv88@hotmail.com
0000005	LAYSE ROTA SOUZA	0,80	0,60	2,10	3,50	-	Eliminado	Orleans	(48) 999542305 / (48) 34660594	layse_souza@hotmail.com
0000236	FRANCIELE CANDIDO DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	Ausente	Lauro Muller	(48) 988292754 / (48) 988299301	franciele-candido1@hotmail.com
0000167	CHARLES WEIDER SILVEIRA DOS SANTOS	-	-	-	-	-	Ausente	Criciúma	(48) 34429406 / (48) 996114744	charles.weider@hotmail.com



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**  
CONCURSO PÚBLICO - 002/2017  
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE



**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

FISCAL DO MEIO AMBIENTE 40H - ORLEANS										
INSCRIÇÃO	NOME	CGP	cgm	ce	NOTA FINAL	POSIÇÃO	RESULTADO	CIDADE	TELEFONE(S)	EMAIL
0000176	SAYMON LAURINDO CAMPOS	1,80	1,60	4,80	8,20	1º	Aprovado	Orleans	(48) 34664107 / (48) 998391266	dericampos@hotmail.com
0000164	EDUARDO FERNANDES DA LUZ	1,40	1,60	5,10	8,10	2º	Excedente	Gravatá	(48) 36482315 / (48) 996517123	eeduardo.fernandes@live.com
0000099	FRANCINE GOULART DIAS	2,00	1,20	4,80	8,00	3º	Excedente	Urussanga	(48) 34653117 / (48) 998627514	francine_goulart_dias@hotmail.com
0000125	IGOR DELLA GIUSTINA DE LORENZO CANCELLIER	1,80	1,60	4,50	7,90	4º	Excedente	Orleans	(48) 34661330 / (48) 999648858	IGOR.DGIUSTINA@HOTMAIL.COM
0000044	CAROLINE EING	1,80	1,80	4,20	7,80	5º	Excedente	Orleans	(48) 999371357	caroline.eing@hotmail.com
0000002	JULIA CACIATORI JUNG	1,60	1,40	4,50	7,50	6º	Excedente	Orleans	(48) 34661524 / (48) 996051865	juliacjung@gmail.com
0000080	GILBERTO CORRÊA CANEVER	1,80	1,00	4,50	7,30	7º	Excedente	Orleans	(48) 996954891	gilberto75647@gmail.com
0000068	DANIEL GONÇALVES FELTRIN	1,60	1,00	4,50	7,10	8º	Excedente	Criciúma	(48) 34115430 / (48) 991935960	danfeltrin@hotmail.com
0000117	FRANCYEL CORREA	1,60	1,80	3,60	7,00	9º	Excedente	Armazém	(48) 36422009 / (48) 998589400	francyelcorrea@hotmail.com
0000077	BRUNO CARARA	1,00	1,40	4,50	6,90	10º	Excedente	Urussanga	(48) 34652161 / (48) 999855044	bruno.cararabruno@gmail.com
0000090	BEATRIZ FELTRIN CANEVER	1,20	1,80	3,90	6,90	11º	Excedente	Orleans	(48) 34663245 / (48) 998289565	beatriz.canever@gmail.com
0000213	VANIA MADALENA CAMILO	1,40	1,20	4,20	6,80	12º	Excedente	Pindotiba	(48) 34667031 / (48) 991175931	vaniacint@hotmail.com
0000065	ERICKA WILLEMAN ORBEN	1,00	1,60	4,20	6,80	13º	Excedente	Orleans	(48) 999489915	ericka.orben@hotmail.com
0000124	ANTÔNIO CARLOS DA SILVA GONÇALVES	1,40	1,00	4,20	6,60	14º	Excedente	Tubarão	(48) 36290344 / (48) 999369273	antonioarloskm60@hotmail.com
0000140	PATRÍCIO RADUVANSKI TORRES	1,20	1,00	4,20	6,40	15º	Excedente	Orleans	(48) 996125633	trpatricio@hotmail.com
0000168	ALEF CAVAGNOLI GEREMIAS	0,60	1,20	4,50	6,30	16º	Excedente	Pedras Grandes	(48) 991331263 / (48) 991778536	alef2alef@hotmail.com
0000238	ANA CRISTINA DURANTE LUNARDI	1,20	0,80	4,20	6,20	17º	Excedente	Orleans	(48) 991160443 / (48) 991160443	anacristina_dl@hotmail.com
0000146	GUILHERME AUGUSTO CATANEO	1,60	0,60	3,90	6,10	18º	Excedente	Criciúma	(48) 34621990 / (48) 999282420	guilhermecataneo@gmail.com
0000133	FERNANDO SCREMIN	1,00	0,80	4,20	6,00	19º	Excedente	Orleans	(48) 34664148 / (48) 996984605	fernandoas51@hotmail.com
0000071	NAIRON AUGUSTO DE SOUZA	1,40	0,60	3,90	5,90	-	Eliminado	Florianópolis	(48) 999956114	naironaugusto@gmail.com
0000233	ANGÉLICA CAVAGNOLI GEREMIAS	0,80	0,40	4,50	5,70	-	Eliminado	Pedras Grandes	(48) 991136361 / (48) 91331263	angelica.c.geremias@gmail.com
0000196	SARA THIESEN	1,00	0,40	4,20	5,60	-	Eliminado	Orleans	(48) 34664157 / (48) 999021020	sara-thiesen@hotmail.com
0000089	ADRIANO TELES DE MACEDO	1,00	0,60	3,90	5,50	-	Eliminado	Orleans	(48) 999230869 / (48) 996884977	adrianotelledm@gmail.com
0000095	SABRINA SILVA DA ROSA CÂNDIDO	1,40	0,80	3,30	5,50	-	Eliminado	Lauro Müller	(48) 998168185	sabryna_sdrc@hotmail.com
0000021	PÂMELA VICENTINI ZOMER	1,20	0,20	3,90	5,30	-	Eliminado	Orleans	(48) 34661540 / (48) 991741155	pamela_zomer@hotmail.com
0000093	JANAINA NUERNBERG	1,00	0,40	3,90	5,30	-	Eliminado	Orleans	(48) 99414864	janaina.nuern@bol.com.br
0000145	MAURICIO WINGERT RODRIGUES	1,20	0,80	3,30	5,30	-	Eliminado	Orleans	(48) 999131408 / (48) 999131408	mauriciowr@yahoo.com.br



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS**  
CONCURSO PÚBLICO - 002/2017  
ORGANIZAÇÃO: FUNDAÇÃO EDUCACIONAL BARRIGA VERDE



**HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL**

0000062	DIANA STEFEN MORGAN	0,80	0,20	4,20	5,20	-	Eliminado	Lauro Müller	(48) 988113782 / (48) 996279655	dianastefen93@gmail.com
0000004	NAGIANA KOCH CAMPOS	0,60	0,60	3,90	5,10	-	Eliminado	Orleans	(48) 999294017 / (48) 996714452	nagianako@gmail.com
0000165	CÍNTIA RODRIGUES MADALENA	1,60	0,80	2,70	5,10	-	Eliminado	Pindotiba	(48) 34667031 / (48) 991807800	cintia.egcivil@gmail.com
0000056	MARIANA ALBERTON ASCARI	1,40	0,20	3,30	4,90	-	Eliminado	Orleans	(48) 998372898	mari_ascari@hotmail.com
0000110	FABIANO SANDRINI BROGNOLI	0,80	0,80	3,30	4,90	-	Eliminado	Orleans	(48) 34661245 / (48) 999541520	fabianobrognoli@hotmail.com
0000109	TAINARA MAZON VIEIRA	0,80	0,80	3,30	4,90	-	Eliminado	Orleans	(48) 999849330 / (48) 999040220	tainara_mazon@hotmail.com
0000221	DANIELY GONÇALVES	0,60	1,00	3,30	4,90	-	Eliminado	Urussanga	(48) 996574784 / (48) 998069396	danielego@hotmail.com
0000206	CLEINER VERONEZ COAN	0,40	0,60	3,60	4,60	-	Eliminado	Orleans	(48) 34661641 / (48) 999750104	Kenynb@hotmail.com
0000242	JOEL DE SOUZA JOAQUIM	1,00	0,40	3,00	4,40	-	Eliminado	Cocal do Sul	(48) 34473361 / (48) 988325558	souzajoaquim1@yahoo.com.br
0000215	MAIANE DA SILVA VIRGINIO	1,20	0,40	2,70	4,30	-	Eliminado	Tubarão	(48) 36283444 / (48) 99528388	maaaaysilva@hotmail.com
0000136	GABRIELA MIRANDA	1,20	0,60	2,40	4,20	-	Eliminado	Criciúma	(68) 981391799	Gabisjp@msn.com
0000182	DANIELE MONTEGUTI DORIGON	0,80	0,20	3,00	4,00	-	Eliminado	Orleans	(48) 999091142 / (48) 34662792	Dany.dorigon@hotmail.com
0000199	ANGELA ZOMER ALBERTON	0,40	0,40	3,00	3,80	-	Eliminado	Orleans	(48) 999350024	angela-zomer@hotmail.com
0000181	BIANCA CROZETA LOLE	0,80	0,20	2,70	3,70	-	Eliminado	Orleans	(48) 34664103 / (48) 998392562	crozetab@gmail.com
0000006	EDSON MAZZUCCO	0,80	0,80	2,10	3,70	-	Eliminado	Lauro Müller	(48) 999740696 / (48) 999740696	EDSONMAZZUCCO@HOTMAIL.COM
0000231	MARINA DELLA JUSTINA SEIFER	0,60	0,20	2,70	3,50	-	Eliminado	Orleans	(48) 999207977 / (48) 999207977	Marinadaviedson2017@gmail.com
0000106	RENATO SILVA VITCHE	0,40	0,60	2,10	3,10	-	Eliminado	Içara	(48) 34323351 / (48) 996990982	renato silva vitche
0000108	MARIO FILIPPE SCHULZ	0,40	0,20	2,10	2,70	-	Eliminado	Braço do Norte	(48) 996683992 / (48) 996683992	mario.filippe.schulz@hotmail.com
0000184	TAYNE APARECIDA ECHILE ROSA	1,00	0,40	1,20	2,60	-	Eliminado	Orleans	(48) 34661823 / (48) 99680063	tayneechilerosa@hotmail.com
0000148	EVANIA CROZETTA MAZON	-	-	-	-	-	Ausente	Orleans	(48) 34661138 / (48) 99315020	evaniacmazon@gmail.com
0000024	RICHARLES DA SILVA JARDIM	-	-	-	-	-	Ausente	Criciúma	(48) 984202178	richarless@gmail.com
0000130	PHILIPPE ZOMER MATHEUS	-	-	-	-	-	Ausente	Orleans	(48) 34662404 / (48) 91911544	phiizm@hotmail.com
0000180	SANDRINY DA SILVA LACERDA	-	-	-	-	-	Ausente	Içara	(48) 996153673 / (48) 991401476	sandriny.lacerda@gmail.com
0000017	LUANA FRANÇA	-	-	-	-	-	Ausente	Pedras Grandes	(48) 996656585 / (48) 991269853	luh.tuba@gmail.com
0000014	FABIO DE SOUZA MILIOLI	-	-	-	-	-	Ausente	Criciúma	(48) 998065509 / (48) 999196913	fabiosmilioli@hotmail.com

# Ouro

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 484

Publicação Nº 1455325

DECRETO Nº 484, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2017.

Fixa o valor da Unidade de Referência Municipal - URM para o mês de dezembro de 2017.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, caput, inciso VI, da Lei Orgânica, e com fundamento no disposto na Lei nº 428, de 1º de dezembro de 1980, e no art. 2º, § 2º, da Lei Complementar nº 11, de 7 de dezembro de 2000,

Considerando a variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, da Fundação Getúlio Vargas, no mês de outubro de 2017, de 0,20% (vinte centésimos por cento);

#### DECRETA:

Art. 1º Fica fixado em R\$ 3,3163 (três inteiros e três mil, cento e sessenta e três dezenas de milhar de real) o valor da Unidade de Referência Municipal - URM, para o mês de dezembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos legais a partir de 1º de dezembro de 2017.

Ouro, 24 de novembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

### DECRETO Nº 486

Publicação Nº 1455326

DECRETO Nº 486, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017.

Aprova o projeto de implantação do Condomínio Horizontal Residencial Unifamiliar RESIDENCIAL ARVOREDO, na área da Matrícula nº 20.851, com área total de 51.178,39 m², e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, caput, incisos VI e XVIII, da Lei Orgânica, e com fundamento no art. 9º e seguintes da Lei nº 2.271, de 9 de dezembro de 2010;

Considerando o Parecer Técnico nº 042E/2016, expedido pela Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense - AMMOC, lavrado pela Engenheira Civil Ana Julia Ungericht de Carvalho - CREA/SC sob nº 105.295-8;

#### DECRETA:

Art.1º Fica aprovado o Projeto de Parcelamento do Solo para implantação de Condomínio Horizontal Residencial Unifamiliar RESIDENCIAL ARVOREDO, de propriedade da pessoa jurídica PINHAIS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 14.436.967.0001-25, com sede na Rua 7 de Abril, 3003, Bairro Parque e Jardim Ouro, representada por sua sócia-proprietária a Sra. Tulany Parisotto, inscrita no CPF sob nº 051.572.999-07, com registro no CAU/SC sob nº A593850, com área total de 51.178,39 m² (cinquenta e um mil, cento e setenta e oito metros e trinta e nove centímetros quadrados), situado na área urbana do Município, na Rodovia Estadual SC-150, com as seguintes características:

I - matrícula nº 25.193, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal/SC;

II - número total de lotes: 40 (quarenta) lotes;

III - número total de quadras: 3 (três) quadras;

IV - área total de lotes: 19.793,06 m² (dezenove mil, setecentos e noventa e três metros e seis centímetros quadrados);

V - área de circulação: 11.259,88 m² (onze mil, duzentos e cinquenta e nove metros e oitenta e oito centímetros quadrados);

VI - área verde: 10.465,00 m² (dez mil, quatrocentos e sessenta e cinco metros quadrados);

VII - área de utilidade pública: 5.690,90 m² (cinco mil, seiscentos e noventa metros e noventa centímetros quadrados);

VIII - área de reserva legal: 4.000,00 m² (quatro mil metros quadrados).

Art. 2º Fazem parte deste Decreto as plantas, memoriais descritivos, certidões, projetos para colocação de redes de água, energia elétrica e pavimentação das ruas com paver (blocos pré-moldados de concreto).

§ 1º Deverá o Loteador cumprir as determinações especiais previstas no art. 8º da Lei nº 2.271, de 9 de dezembro de 2010, devendo executar as obras previstas no art. 12 da mesma Lei no prazo de 2 (dois) anos a partir da entrada em vigor deste Decreto.

§ 2º A constituição jurídica do condomínio deverá ocorrer no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da entrada em vigor deste Decreto.

Art. 3º Após a aprovação e constituição jurídica do Condomínio Horizontal Residencial Unifamiliar RESIDENCIAL ARVOREDO, ficarão sob a sua exclusiva responsabilidade, com relação a suas áreas internas, os seguintes serviços:



I - coleta e remoção de lixo domiciliar, que deverá ser depositado em local definido e em recipiente adequado, onde houver recolhimento da coleta pública;

II - manutenção das obras para abastecimento de água potável, no caso do mesmo não ser efetuado pelo Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, drenagem pluvial, esgoto sanitário, arborização, pavimentação e aterros;

III - manutenção de todas as obras destinadas a implantação de área comum dentro do condomínio.

§ 1º A responsabilidade dos serviços descritos neste artigo se limita à área do condomínio e não isentam as unidades territoriais privativas dos respectivos tributos municipais, devendo os mesmos serem calculados e lançados individualmente ao sujeito passivo tributário de cada unidade.

§ 2º O condomínio deverá garantir a ação livre e desimpedida das autoridades e entidades públicas que zelam pela segurança e bem estar da população.

Art. 4º O Condomínio ora aprovado deverá ser registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal/SC, em consonância com o disposto na legislação em vigor, no prazo máximo de 270 (duzentos e setenta) dias.

Art. 5º A área compreendida no condomínio será computada no Cadastro de Contribuintes do Município para lançamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, a ser lançado a partir de 1º de janeiro de 2018, cujo recolhimento será de inteira responsabilidade da empresa proprietária do condomínio até que se proceda a baixa e transferência dos lotes aos adquirentes, mediante apresentação da correspondente escritura pública.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 6 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

## LEI COMPLEMENTAR Nº 43

Publicação Nº 1455337

LEI COMPLEMENTAR Nº 43, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui gratificação para a função de Pregoeiro e Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica criado o Adicional de Função a ser atribuído ao servidor público efetivo designado para exercer cumulativamente com as atribuições próprias do cargo as funções de Pregoeiro e de Presidente da Comissão Permanente de Licitações, conforme estabelecido na Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º O valor do Adicional de Função a ser concedido mensalmente ao servidor designado nos termos do art. 1º desta Lei corresponderá a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo ocupado pelo mesmo.

§ 1º Esta gratificação não terá incidência na remuneração de férias, licença para tratamento de saúde, 13º vencimento e 1/3 das férias, ficando vedada a percepção cumulativa desta com qualquer outra função gratificada existente ou que venha a ser instituída.

§ 2º Não terá direito a percepção da gratificação, pelo prazo de seu afastamento, o titular que estiver ausente por qualquer motivo, mesmo sendo esse período remunerado, uma vez que o recebimento desta vantagem se vincula ao efetivo desempenho da função.

Art. 3º A designação para o exercício da função de Pregoeiro e de Presidente da Comissão Permanente de Licitações deverá recair sobre servidor que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos:

I - ser titular de cargo de provimento efetivo com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e que exija para o ingresso habilitação em nível médio ou superior;

II - possuir Certificado de Curso de Pregoeiro;

III - experiência mínima de 2 (dois) anos no setor de compras e licitações.

Parágrafo único. O servidor designado deverá exercer, cumulativamente com as atribuições próprias do cargo, as funções de Pregoeiro e de Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

Art. 4º Salvo disposição expressa em contrário, o Adicional de Função disciplinado nesta Lei não será incorporado ao vencimento do servidor.

Art. 5º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei serão utilizados recursos do orçamento do Município.

Art. 6º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 12 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**LEI Nº 2.493**

Publicação Nº 1455327

LEI Nº 2.493, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Institui o Plano Plurianual do Município de Ouro para o período de 2018 a 2021.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de Ouro para o período de 2018 a 2021 - PPA 2018-2021, em cumprimento ao disposto no art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º O PPA 2018-2021 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º As ações e metas do PPA 2018-2021 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo I desta Lei.

Art. 5º O PPA 2018-2021 contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada e estão expressas no Anexo II desta Lei.

Art. 6º As ações e metas do PPA 2018-2021 consolidadas por programas, são aquelas constantes no Anexo III desta Lei.

Art. 7º As ações e metas que compõem o PPA 2018-2021, representadas no Anexo II desta Lei, serão estruturadas em programa, diagnóstico, diretrizes, objetivos, ações, produto, unidade de medida, meta, valor e fonte de recursos.

§ 1º As metas físicas e fiscais por ações em cada programa, serão demonstradas na forma do Anexo II desta Lei.

§ 2º Para fins desta Lei, considera-se:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

II - Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

III - Diretrizes, conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

IV - Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

V - Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;

VI - Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

VII - Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 8º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão orçados a preços constantes e poderão ser atualizados em cada exercício de vigência do Plano Plurianual, no mês de fevereiro, por ato do Chefe do Poder Executivo, com base na variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior.

Art. 9º As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante lei específica aprovada pelo Poder Legislativo Municipal. Parágrafo único. O Poder Executivo poderá alterar, por ato do Chefe do Poder Executivo, a especificação das Destinações de Recursos - DR, quando se fizer necessário a reprogramação financeira dos recursos que financiarão a execução das ações estabelecidas.

Art. 10. O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o permanente equilíbrio das contas públicas.

Art. 11. As prioridades do Município em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 12. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 13. As ações e metas da autarquia Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, parte integrante do Plano Plurianual do Município de Ouro para o quadriênio de 2018/2021, bem como a previsão dos recursos que financiarão as ações, serão executados conforme disposto no Anexo IV desta Lei.

§ 1º Para os efeitos de consolidação das contas públicas e cumprimentos das disposições estabelecidas pela Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, as contas da Autarquia serão consolidadas e analisadas juntamente com as do Município de Capinzal - SC, município sede da Autarquia.

§ 2º Para os efeitos de execução a Autarquia deverá observar as disposições desta Lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 12 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**ANEXO I****DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA RECEITA PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021**

Código	Especificação	Valor (R\$)	DR
1.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	97.786.640,00	
1.1.0.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.956.800,00	
1.1.1.0.00.0.0	IMPOSTOS	5.945.800,00	



1.1.1.3.00.0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	1.524.000,00	
1.1.1.3.03.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	1.524.000,00	
1.1.1.3.03.1.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	1.470.000,00	
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	749.700,00	00
		426.300,00	01
		294.000,00	02
1.1.1.3.03.4.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	54.000,00	
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	27.540,00	00
		15.660,00	01
		10.800,00	02
1.1.1.8.00.0.0	Impostos Específicos de Estados, DF e Municípios	4.421.800,00	
1.1.1.8.01.0.0	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	1.667.800,00	
1.1.1.8.01.1.0	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	977.000,00	
1.1.1.8.01.1.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	409.530,00	00
		232.870,00	01
		160.600,00	02
1.1.1.8.01.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	4.080,00	00
		2.320,00	01
		1.600,00	02
1.1.1.8.01.1.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	61.200,00	00
		34.800,00	01
		24.000,00	02
1.1.1.8.01.1.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	23.460,00	00
		13.340,00	01
		9.200,00	02
1.1.1.8.01.4.0	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	690.800,00	
1.1.1.8.01.4.1	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Principal	351.900,00	00
		200.100,00	01
		138.000,00	02
1.1.1.8.01.4.2	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Multas e Juros	408,00	00
		232,00	01
		160,00	02
1.1.1.8.02.0.0	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	2.754.000,00	
1.1.1.8.02.3.0	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	2.754.000,00	
1.1.1.8.02.3.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	1.387.200,00	00
		788.800,00	01
		544.000,00	02
1.1.1.8.02.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juros	3.060,00	00
		1.740,00	01
		1.200,00	02
1.1.1.8.02.3.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	10.200,00	00
		5.800,00	01
		4.000,00	02
1.1.1.8.02.3.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa - Multas e Juros	4.080,00	00
		2.320,00	01
		1.600,00	02
1.1.2.0.00.0.0	TAXAS	1.889.800,00	
1.1.2.1.00.0.0	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	831.200,00	
1.1.2.1.01.0.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	831.200,00	
1.1.2.1.01.1.0	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	831.200,00	
1.1.2.1.01.1.1	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	816.000,00	00
1.1.2.1.01.1.2	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	6.800,00	00
1.1.2.1.01.1.3	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	6.800,00	00
1.1.2.1.01.1.4	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.600,00	00
1.1.2.2.00.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	1.058.600,00	
1.1.2.2.01.0.0	Taxas pela Prestação de Serviços	1.058.600,00	
1.1.2.2.01.1.0	Taxas pela Prestação de Serviços	1.058.600,00	
1.1.2.2.01.1.1	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	1.055.000,00	00
1.1.2.2.01.1.2	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	1.200,00	00
1.1.2.2.01.1.3	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	1.200,00	00
1.1.2.2.01.1.4	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.200,00	00
1.1.3.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	121.200,00	
1.1.3.8.00.0.0	Contribuição de Melhoria - Específica de Estados, DF e Municípios	121.200,00	
1.1.3.8.04.0.0	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	121.200,00	

1.1.3.8.04.1.0	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares	121.200,00	
1.1.3.8.04.1.1	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Principal	120.000,00	00
1.1.3.8.04.1.2	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Multas e Juros	400,00	00
1.1.3.8.04.1.3	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa	400,00	00
1.1.3.8.04.1.4	Contribuição de Melhoria para Pavimentação e Obras Complementares - Dívida Ativa - Multas e Juros	400,00	00
1.2.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.585.600,00	
1.2.1.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	5.600,00	
1.2.1.8.00.0.0	Contribuições Sociais Específicas de Estados, DF e Municípios	5.600,00	
1.2.1.8.01.0.0	Contribuições para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS de Estados/DF/Municípios	5.600,00	
1.2.1.8.01.2.0	Contribuição Patronal dos Servidores Civis Inativos	5.600,00	
1.2.1.8.01.2.1	Contribuição Patronal dos Servidores Civis Inativos - Principal	5.600,00	03
1.2.4.0.00.0.0	CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.580.000,00	
1.2.4.0.00.1.0	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.580.000,00	
1.2.4.0.00.1.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - Principal	1.580.000,00	08
1.3.0.0.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	520.400,00	
1.3.1.0.00.0.0	EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	48.000,00	
1.3.1.0.01.0.0	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	48.000,00	
1.3.1.0.01.1.0	Aluguéis e Arrendamentos	48.000,00	
1.3.1.0.01.1.1	Aluguéis e Arrendamentos - Principal	48.000,00	00
1.3.2.0.00.0.0	VALORES MOBILIÁRIOS	472.400,00	
1.3.2.1.00.0.0	Juros e Correções Monetárias	472.400,00	
1.3.2.1.00.1.0	Remuneração de Depósitos Bancários	472.400,00	
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	354.800,00	00
		12.000,00	01
		20.000,00	02
		400,00	07
		8.000,00	08
		400,00	09
		400,00	11
		2.000,00	12
		20.000,00	18
		4.800,00	35
		4.000,00	36
		800,00	37
		41.600,00	38
		400,00	39
		2.000,00	62
		800,00	67
1.6.0.0.00.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	584.000,00	
1.6.1.0.00.0.0	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	564.000,00	
1.6.1.0.01.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	540.000,00	
1.6.1.0.01.1.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	540.000,00	
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	540.000,00	00
1.6.1.0.02.0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	4.000,00	
1.6.1.0.02.1.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	4.000,00	
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	4.000,00	00
1.6.1.0.03.0.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	20.000,00	
1.6.1.0.03.1.0	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização	20.000,00	
1.6.1.0.03.1.1	Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização - Principal	20.000,00	00
1.6.2.0.00.0.0	SERVIÇOS E ATIVIDADES REFERENTES À NAVEGAÇÃO E AO TRANSPORTE	20.000,00	
1.6.2.0.02.0.0	Serviços de Transporte	20.000,00	
1.6.2.0.02.1.0	Serviços de Transporte	20.000,00	
1.6.2.0.02.1.1	Serviços de Transporte - Principal	20.000,00	00
1.7.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	86.151.840,00	
1.7.1.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	33.567.200,00	
1.7.1.8.00.0.0	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	33.567.200,00	
1.7.1.8.01.0.0	Participação na Receita da União	28.838.000,00	
1.7.1.8.01.2.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	26.400.000,00	
1.7.1.8.01.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	13.464.000,00	00
		7.656.000,00	01
		5.280.000,00	02
1.7.1.8.01.3.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro	1.180.000,00	

1.7.1.8.01.3.1	Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – 1% Cota entregue no mês de dezembro - Principal	1.180.000,00	00
1.7.1.8.01.4.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho	1.220.000,00	
1.7.1.8.01.4.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho - Principal	1.220.000,00	00
1.7.1.8.01.5.0	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	38.000,00	
1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	19.380,00	00
		11.020,00	01
		7.600,00	02
1.7.1.8.02.0.0	Transferências da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	310.000,00	
1.7.1.8.02.6.0	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	310.000,00	
1.7.1.8.02.6.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	310.000,00	39
1.7.1.8.03.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	2.084.400,00	
1.7.1.8.03.1.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo	2.084.400,00	
1.7.1.8.03.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Repasses Fundo a Fundo - Principal	2.084.400,00	38
1.7.1.8.04.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	647.200,00	
1.7.1.8.04.1.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	647.200,00	
1.7.1.8.04.1.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS - Principal	647.200,00	35
1.7.1.8.05.0.0	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.575.600,00	
1.7.1.8.05.1.0	Transferências do Salário-Educação	1.084.000,00	
1.7.1.8.05.1.1	Transferências do Salário-Educação - Principal	1.084.000,00	36
1.7.1.8.05.3.0	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	336.000,00	
1.7.1.8.05.3.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE - Principal	336.000,00	37
1.7.1.8.05.4.0	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	155.600,00	
1.7.1.8.05.4.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE - Principal	155.600,00	37
1.7.1.8.06.0.0	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	112.000,00	
1.7.1.8.06.1.0	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	112.000,00	
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Principal	57.120,00	00
		32.480,00	01
		22.400,00	02
1.7.2.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	39.864.640,00	
1.7.2.8.00.0.0	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	39.864.640,00	
1.7.2.8.01.0.0	Participação na Receita dos Estados	37.070.000,00	
1.7.2.8.01.1.0	Cota-Parte do ICMS	33.000.000,00	
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	16.830.000,00	00
		9.570.000,00	01
		6.600.000,00	02
1.7.2.8.01.2.0	Cota-Parte do IPVA	3.520.000,00	
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	1.795.200,00	00
		1.020.800,00	01
		704.000,00	02
1.7.2.8.01.3.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	490.000,00	
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	249.900,00	00
		142.100,00	01
		98.000,00	02
1.7.2.8.01.4.0	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	60.000,00	
1.7.2.8.01.4.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - Principal	60.000,00	07
1.7.2.8.03.0.0	Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	1.810.640,00	
1.7.2.8.03.1.0	Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo	1.810.640,00	
1.7.2.8.03.1.1	Transferências de Recursos do Estado para Programas de Saúde - Repasse Fundo a Fundo - Principal	1.810.640,00	67
1.7.2.8.07.0.0	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	44.000,00	
1.7.2.8.07.1.0	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	44.000,00	
1.7.2.8.07.1.1	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - Principal	44.000,00	65
1.7.2.8.10.0.0	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades	940.000,00	
1.7.2.8.10.2.0	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação	940.000,00	
1.7.2.8.10.2.1	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas de Educação - Principal	940.000,00	62
1.7.4.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	20.000,00	
1.7.4.8.00.0.0	Transferências de Instituições Privadas - Específicas de Estados, DF e Municípios	20.000,00	
1.7.4.8.10.0.0	Transferência de Convênios de Instituições Privadas	20.000,00	



1.7.4.8.10.1.0	Transferência de Convênios de Instituições Privadas	20.000,00	
1.7.4.8.10.1.1	Transferência de Convênios de Instituições Privadas - Principal	20.000,00	09
1.7.5.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	12.700.000,00	
1.7.5.8.00.0.0	Transferências de Outras Instituições Públicas - Específicas de Estados, DF e Municípios	12.700.000,00	
1.7.5.8.01.0.0	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	12.700.000,00	
1.7.5.8.01.1.0	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	12.700.000,00	
1.7.5.8.01.1.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB - Principal	12.700.000,00	18
1.9.0.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	988.000,00	
1.9.1.0.00.00	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	324.000,00	
1.9.1.0.01.0.0	Multas Previstas em Legislação Específica	324.000,00	
1.9.1.0.01.1.0	Multas Previstas em Legislação Específica	324.000,00	
1.9.1.0.01.1.1	Multas Previstas em Legislação Específica - Principal	4.000,00	00
		51.200,00	10
		51.200,00	11
		217.600,00	12
1.9.9.0.00.0.0	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	664.000,00	
1.9.9.0.99.0.0	Outras Receitas	664.000,00	
1.9.9.0.99.1.0	Outras Receitas - Primárias	664.000,00	
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	664.000,00	00
2.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	23.970.000,00	
2.1.0.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	800.000,00	
2.1.1.0.00.0.0	OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	800.000,00	
2.1.1.9.00.0.0	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	800.000,00	
2.1.1.9.00.1.0	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno	800.000,00	
2.1.1.9.00.1.1	Outras Operações de Crédito - Mercado Interno - Principal	800.000,00	83
2.2.0.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	
2.2.1.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	
2.2.1.3.00.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	30.000,00	
2.2.1.3.00.1.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	30.000,00	
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	30.000,00	89
2.4.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	23.140.000,00	
2.4.1.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	15.545.000,00	
2.4.1.8.00.0.0	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	15.545.000,00	
2.4.1.8.03.0.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.071.000,00	
2.4.1.8.03.1.0	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.071.000,00	
2.4.1.8.03.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	1.071.000,00	38
2.4.1.8.05.0.0	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	1.390.000,00	
2.4.1.8.05.1.0	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	1.390.000,00	
2.4.1.8.05.1.1	Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educação	1.390.000,00	37
2.4.1.8.10.0.0	Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	13.084.000,00	
2.4.1.8.10.1.0	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS	550.000,00	
2.4.1.8.10.1.1	Transferências de Convênio da União para o Sistema Único de Saúde - SUS - Principal	550.000,00	33
2.4.1.8.10.2.0	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação	2.801.000,00	
2.4.1.8.10.2.1	Transferências de Convênio da União destinadas a Programas de Educação - Principal	2.801.000,00	32
2.4.1.8.10.9.0	Outras Transferências de Convênios da União	9.733.000,00	
2.4.1.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênios da União - Principal	9.733.000,00	34
2.4.2.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	7.595.000,00	
2.4.2.8.00.0.0	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	7.595.000,00	
2.4.2.8.10.0.0	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.595.000,00	
2.4.2.8.10.9.0	Outras Transferências de Convênio dos Estados	7.595.000,00	
2.4.2.8.10.9.1	Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	7.595.000,00	64
	DEDUÇÕES DA RECEITA PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		
1.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	-12.712.000,00	
1.7.0.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	-12.712.000,00	
1.7.1.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	-5.310.000,00	
1.7.1.8.00.0.0	Transferências da União - Específicas de Estados, DF e Municípios	-5.310.000,00	
1.7.1.8.01.0.0	Participação na Receita da União	-5.287.600,00	
1.7.1.8.01.2.0	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	-5.280.000,00	
1.7.1.8.01.2.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal - Principal	-5.280.000,00	01
1.7.1.8.01.5.0	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural	-7.600,00	



1.7.1.8.01.5.1	Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - Principal	-7.600,00	01
1.7.1.8.06.0.0	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	-22.400,00	
1.7.1.8.06.1.0	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96	-22.400,00	
1.7.1.8.06.1.1	Transferência Financeira do ICMS - Desoneração - L.C. nº 87/96 - Principal	-22.400,00	01
1.7.2.0.00.0.0	TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	-7.402.000,00	
1.7.2.8.00.0.0	Transferências dos Estados - Específicas de Estados, DF e Municípios	-7.402.000,00	
1.7.2.8.01.0.0	Participação na Receita dos Estados	-7.402.000,00	
1.7.2.8.01.1.0	Cota-Parte do ICMS	-6.600.000,00	
1.7.2.8.01.1.1	Cota-Parte do ICMS - Principal	-6.600.000,00	01
1.7.2.8.01.2.0	Cota-Parte do IPVA	-704.000,00	
1.7.2.8.01.2.1	Cota-Parte do IPVA - Principal	-704.000,00	01
1.7.2.8.01.3.0	Cota-Parte do IPI - Municípios	-98.000,00	
1.7.2.8.01.3.1	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	-98.000,00	01
TOTAL DA RECEITA		109.044.640,00	

## DESTINAÇÕES DE RECURSOS

DR	Especificação das Destinações de Recursos
00	Recursos Ordinários
01	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação
02	Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
03	Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS
07	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE
08	Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP
09	FIA Imposto de Renda
10	Convênio de Trânsito: Militar
11	Convênio de Trânsito: Civil
12	Convênio de Trânsito: Prefeitura
18	Transferências do FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
31	Transferências de Convênios da União - Assistência Social
32	Transferências de Convênios da União - Educação
33	Transferências de Convênios da União - Saúde
34	Transferências de Convênios da União - Outros
35	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/União
36	Salário Educação
37	Outras Transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
38	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/União
39	Fundo Especial do Petróleo e Transferências decorrentes de Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Naturais
61	Transferências de Convênios do Estado - Assistência Social
62	Transferências de Convênios do Estado - Educação
63	Transferências de Convênios do Estado - Saúde
64	Transferências de Convênios do Estado - Outros
65	Transferências do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/Estado
67	Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS/Estado
83	Operações de Crédito Internas - Outros Programas
89	Alienações de Bens destinados a Outros Programas

## ANEXO II

## DEMONSTRATIVO DOS PROGRAMAS E AÇÕES PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021

PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021					
Programa:					
0001. GESTÃO LEGISLATIVA					
Diagnóstico:					
O Legislativo Municipal composto de nove vereadores, com autonomia financeira e quadro de pessoal próprio.					
Diretrizes:					
Continuidade da eficácia na realização de suas funções, com aprimoramento da gestão para elevação da eficiência e da eficácia e da efetividade, incluindo a adequada estruturação administrativa para as atividades fim; continuidade na eficácia da realização de publicações legais; eficiência e eficácia na execução das diversas atividades legislativas e de suporte.					
Objetivos:					
Consolidar e ampliar as condições para o exercício das funções do Poder Legislativo e de seus órgãos de suporte técnico-administrativo; cumprir suas funções constitucionais e legais; otimizar os fluxos de trabalhos legislativos, de fiscalização e administrativos, e seu controle.					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1001. Aquisição de veículo para o Legislativo	veículo	unidade	1	100.000,00	00

2001. Manutenção das atividades legislativas	exercício	unidade	4	4.592.000,00	00
2002. Manutenção do Programa Vereador Mirim	exercício	unidade	4	60.000,00	00
TOTAL				4.752.000,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:

## 0002. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Diagnóstico:

A gestão administrativa é composta pelo Gabinete do Prefeito, Gabinete do Vice-Prefeito, Assessoria Jurídica, Controle Interno e Secretaria de Administração e Fazenda.

Diretrizes:

Proporcionar a gestão participativa da população nos assuntos pertinentes à elaboração do Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes orçamentária (LDO) e da Lei Orçamentária Anual (LOA); distribuir o limite orçamentário para as despesas discricionárias priorizadas pela administração municipal em consonância com os objetivos estabelecidos; assegurar a execução do acompanhamento sistemático de todas as ações (projetos e atividades) em andamento em todas as áreas da administração pública; aprimorar os mecanismos de monitoramento sistemático da execução orçamentária do planejamento efetuado.

Estimular o desenvolvimento organizacional harmônico e humanizado que alinhe os valores institucionais, através da gestão eficiente no preenchimento de cargos e funções na administração municipal, do aperfeiçoamento contínuo dos servidores municipais, da promoção da racionalização, da otimização, da eficiência, da eficácia, da transparência na aplicação dos recursos públicos; promoção da qualidade de vida dentro e fora do ambiente organizacional, propiciando o bem-estar social.

Objetivos:

Promover a participação da população nas ações e decisões administrativas; promover os princípios da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da transparência, da eficiência e da legalidade em todas as áreas da administração pública; primar pela qualidade dos serviços prestados em todos os setores da administração pública municipal.

Assegurar condições estruturais adequadas ao desenvolvimento dos processos fazendários alinhados a excelência no relacionamento com a sociedade; assegurar o equilíbrio fiscal; garantir a aplicação dos recursos de acordo com as destinações constitucionais; dar provimento ao quadro de pessoal de forma a assegurar uma força de trabalho qualificada para a consecução das atividades organizacionais.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1002. Aquisição de veículo para o Gabinete do Prefeito	veículo	unidade	1	100.000,00	00
2003. Manutenção do Gabinete do Prefeito	exercício	unidade	4	1.125.000,00	00
2004. Manutenção das atividades dos Conselhos Municipais	exercício	unidade	4	26.000,00	00
2005. Manutenção do Controle Interno e Assessoramento Jurídico	exercício	unidade	4	1.005.000,00	00
2006. Atenção a Terceira Idade	exercício	unidade	4	72.000,00	00
2007. Manutenção do Conselho Tutelar	exercício	unidade	4	814.000,00	00
2008. Manutenção da Casa da Cidadania	exercício	unidade	4	174.000,00	00
2009. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	exercício	unidade	4	404.000,00	00
1003. Aquisição de veículo para a Administração	veículo	unidade	1	50.000,00	00
2010. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias	exercício	unidade	4	7.123.648,00	00
2011. Publicidade dos atos oficiais	exercício	unidade	4	132.000,00	00
2012. Contribuições associativas	exercício	unidade	4	603.000,00	00
0001. Amortização do Principal e Encargos da Dívida	exercício	unidade	4	1.200.000,00	00
0002. Contribuição para formação do Patrimônio do Servidor - PASEP	exercício	unidade	4	817.110,00	00
				600,00	07
				3.100,00	39
0003. Manutenção dos encargos com Inativos e Pensionistas	exercício	unidade	4	2.123.000,00	00
				5.600,00	03
TOTAL				15.778.058,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:

## 0003. A ESCOLA FORMANDO CIDADÃOS E AMPLIANDO SABERES

Diagnóstico:

O Município possui 6 escolas que atendem a demanda de Educação Infantil e Ensino Fundamental, atendendo crianças a partir de 4 meses de idade. O Município oferece também programas de incentivo ao ensino de jovens e adultos. As 1.870 crianças/alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino são beneficiadas pelos programas oferecidos pelo Município. O Município apoia o transporte de alunos que frequentam o ensino profissionalizante e curso superior.

Diretrizes:

Participação dos profissionais ligados a educação em cursos de capacitação; manutenção e ampliação da rede física; disponibilização de materiais e equipamentos para o desenvolvimento das atividades educacionais; transporte para os estudantes de todas as modalidades escolares; oferecer merenda escolar dentro dos padrões que atendam as exigências nutricionais. Integrar os programas da área da Educação com os de outras áreas como a Cultura e Esporte.

Objetivos:

Criar mecanismos de maior interação entre os pais e a escola; avaliações periódicas entre educadores e pais para melhorar a aprendizagem e o desempenho dos alunos; fazer da escola um instrumento de interação com a comunidade criando atividades de inclusão social; melhorar a qualidade de ensino, visando a erradicação do analfabetismo; promover a formação humanística, científica e tecnológica; ampliar gradativamente a oferta de vagas de creches e pré-escola para as crianças de 4 meses a 5 anos e 11 meses; atender pedagogicamente os portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; alfabetizar as crianças até, no máximo 8 anos de idade; combater a repetência, observando as especificidades de cada instituição adotando práticas como aulas de reforço no contra turno e recuperação paralela; garantir o acesso e permanência de pessoas com necessidades educacionais especiais nas classes comuns do ensino regular, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas; promover a educação infantil utilizando-se do cuidar e educar simultaneamente; fortalecer programa de formação continuada dos profissionais da educação; fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância; revisar plano de carreira e salários para os profissionais da educação, valorizando o mérito do trabalhador da educação, representado por desempenho eficiente no trabalho, dedicação, assiduidade, pontualidade, responsabilidade, realização de projetos e trabalhos especializados, cursos de atualização e de desenvolvimento profissional; incorporar à gestão uma equipe multifuncional com orientador pedagógico, psicólogo e psicopedagogo para acompanhar e auxiliar nas dificuldades de aprendizagem e de comportamento; divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Ideb; acompanhar e avaliar, com a participação da comunidade e do Conselho de Educação, e garantir condições, sobretudo institucionais, de continuidade das ações efetivas, preservando a memória das ações já realizadas.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
2013. Manutenção da Secretaria de Educação	exercício	unidade	4	1.105.000,00	00
2014. Merenda Escolar	aluno	unidade	2.800	339.000,00	00
				86.000,00	36
				336.400,00	37
1004. Melhoria dos espaços físicos das Escolas de Ensino Fundamental	escola	unidade	3	5.000,00	01
				310.000,00	32
1005. Aquisição de mobiliários e equipamentos para as Escolas de Ensino Fundamental	equipamento	unidade	300	4.500,00	01
				450.000,00	32
1006. Aquisição de veículos para as atividades da educação	veículo	unidade	1	6.000,00	01
				206.000,00	32
1007. Aquisição de veículos para o transporte escolar	veículo	unidade	2	14.000,00	01
				1.390.000,00	37
1008. Construção de unidade escolar	obra executada	m²	1.500	16.000,00	01
				1.600.000,00	32
2015. Manutenção do Ensino Fundamental	aluno	unidade	1.288	2.772.182,00	01
				6.202.000,00	18
2016. Manutenção do transporte escolar	aluno	unidade	3.844	1.911.000,00	01
				1.002.000,00	36
				156.000,00	37
				942.000,00	62
2017. Apoio ao Ensino Profissionalizante	aluno	unidade	148	44.000,00	00
2018. Apoio ao Ensino Superior	acadêmico	unidade	480	280.000,00	00
1009. Melhoria dos espaços físicos dos Centros de Educação Infantil	centro	unidade	2	5.000,00	01
				235.000,00	32
1010. Aquisição de terreno no Distrito de Santa Lúcia	terreno	m²	400	100.000,00	01
				2.048.000,00	01
2019. Manutenção da Educação Infantil	aluno	unidade	1.536	6.518.000,00	18
				40.000,00	01
2020. Educação para Jovens e Adultos	aluno	unidade	96	40.000,00	01
2021. Manutenção da Educação Especial	aluno	unidade	72	535.000,00	01
TOTAL				28.658.082,00	

#### PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:

0004. APOIANDO A CULTURA E PRESERVANDO A HISTÓRIA

Diagnóstico:

O Município de Ouro possui uma biblioteca pública dotada de um centro de informática para atendimento a população. As escolas municipais possuem suas bibliotecas com acesso a internet. A colonização predominantemente italiana tem seus reflexos nos eventos tradicionais realizados como a Festa do Colono e a Noite do Queijo e do Vinho. Alguns grupos folclóricos e associações étnicas preservam a cultura. Festas religiosas celebrando suas crenças. Promoção do festival da Canção de Ouro. Promoção de diversos cursos: música instrumental, dança, teatro, canto. Ampliação dos grupos municipais de dança (italiana, jazz, contemporânea). Apoio aos artesãos de Ouro com atendimento e espaço para exposição de trabalhos.

Diretrizes:

Apoio às manifestações religiosas como fonte de promoção de bem-estar social e preservação da cultura; desenvolvimento de atividades artístico-culturais; manutenção dos grupos folclóricos e associações étnicas; apoio aos artesãos locais.

Objetivos:

Divulgar o município através do Festival da Canção de Ouro integrando-o a região; ampliar o apoio e divulgação das promoções artístico-culturais realizadas no Município; integrar a comunidade aos eventos culturais locais e regionais.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
2022. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	exercício	unidade	4	267.000,00	00
0027. Manutenção da retransmissão de televisão	exercício	unidade	4	60.000,00	00

0028. Desenvolvimento de atividades artístico-culturais	exercício	unidade	4	267.000,00	00
TOTAL				594.000,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:

## 0005. EXERCITANDO O CORPO E RESGATANDO VALORES

Diagnóstico:

Para atender a população de 7.399 habitantes no que tange a prática esportiva o município disponibiliza três ginásios no perímetro urbano, e na área rural a maioria das comunidades possui campos de futebol e quadras poliesportivas. São realizados campeonatos de futebol de campo, futebol de salão, bocha, futebol suíço, jogos de mesa, Copinha Ouro, Oleouro, entre outras modalidades. Também são realizadas atividades esportivas com as crianças dos programas sociais e com a terceira idade. Escolinha de Iniciação de práticas desportivas: bocha, futsal e tênis de mesa.

Diretrizes:

Realização de eventos esportivos envolvendo a população urbana e rural; oficinas para desenvolvimento de diversas atividades esportivas atendendo crianças dos bairros e centro, como futebol de salão, voleibol, futebol de campo, entre outras; atividades físicas para a terceira idade; ampliação e conservação do patrimônio físico.

Objetivos:

Desenvolver e difundir as práticas esportivas entre crianças; realizar campeonatos de bocha, futebol de campo, futebol de salão e de outras modalidades atendendo as mais diversas faixas etárias; estimular a prática esportiva como instrumento de integração entre as comunidades; representar o Município nas competições regionais e estaduais. Melhorar as condições físicas dos locais das práticas esportivas. Participar das competições intermunicipais: Jogos Escolares, JESC e OLESC e fases micro regionais de Jogos Abertos - JASC.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1011. Melhorias dos ginásios de esportes	Ginásio	unidade	3	30.000,00	00
				270.000,00	34
1012. Substituição do piso no ginásio André Colombo	piso	m²	850	130.000,00	64
1013. Academias de ginástica ao ar livre	academia	unidade	3	150.000,00	64
2025. Manutenção das atividades desportivas	exercício	unidade	4	1.166.000,00	00
TOTAL				1.746.000,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:

## 0006. PROMOVENDO A SAÚDE PÚBLICA

Diagnóstico:

A Atenção Básica deve ser o primeiro contato dos usuários com o Sistema Único de Saúde – SUS, principal porta de entrada para a Rede de Atenção à Saúde.

O Município de Ouro tem população estimada em 7.399 habitantes e possui duas Unidades Básicas de Saúde, sendo uma no Centro e a outra no Bairro Parque e Jardim Ouro (está por sua vez, contempla em sua estrutura uma clínica de fisioterapia com atendimento de 20 horas semanais por um profissional fisioterapeuta) e um Ponto de Atendimento no Distrito de Santa Lúcia, unidades responsáveis pelo atendimento de atenção básica da saúde pública. O Município possui um ESF (Estratégia Saúde da Família) com atuação na área urbana e uma Academia da Saúde em fase final de construção. As Unidades Básicas de Saúde oferecem atendimento em horário das 7h30min às 11h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira, sendo que o Município possui convênio de pronto atendimento com o Hospital Nossa Senhora das Dores, que faz os atendimentos dos casos de urgência e emergência, também possui convênio com o Hospital Universitário Santa Terezinha de Joaçaba e com a UPA de Herval d'Oeste.

Diretrizes:

Atender a população com observância às diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) buscando a universalidade de acesso aos serviços de saúde, integralidade e igualdade de assistência e a equidade.

Objetivos:

Fornecer à comunidade uma infraestrutura para a melhor prestação de serviços médicos, ambulatoriais, odontológicos e outros, visando a prevenção, recuperação e a reabilitação da saúde dentro da sistemática do SUS.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1014. Aquisição de veículos para as atividades de saúde	veículo	unidade	4	30.000,00	02
				550.000,00	33
1015. Aquisição de mobiliários e equipamentos	equipamento	unidade	40	20.000,00	02
				200.000,00	38
1016. Construção de Unidade Básica de Saúde no Distrito de Santa Lúcia	obra executada	m²	339	20.000,00	02
				746.000,00	38
1017. Implantação de Academia da Saúde	academia	unidade	1	5.000,00	02
				125.000,00	38
2026. Manutenção das atividades gerais de saúde	exercício	unidade	4	6.607.905,00	02
				1.976.255,00	02
2027. Manutenção da Estratégia da Saúde da Família	exercício	unidade	4	956.800,00	38
				120.400,00	67
2028. Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial	exercício	unidade	4	20.000,00	38
				1.598.640,00	67
				380.000,00	02
2029. Manutenção do Programa Farmácia Básica	exercício	unidade	4	150.800,00	38
				92.400,00	67

2030. Manutenção do Programa Mais Médico	exercício	unidade	4	80.000,00	02
2031. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva	exercício	unidade	4	4.540.000,00	02
				855.200,00	38
				190.000,00	00
2032. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária	exercício	unidade	4	144.000,00	02
				48.000,00	38
2033. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde	exercício	unidade	4	8.000,00	02
				95.200,00	38
2034. Manutenção do Programa de Alimentação e Nutrição	exercício	unidade	4	110.000,00	02
TOTAL				19.669.600,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:

## 0007. AMPLIANDO A INFRAESTRUTURA VIÁRIA

Diagnóstico:

O Município possui uma vasta malha viária que atende todas as comunidades do interior do Município, com grande fluxo de veículos pesados, em decorrência da grande produção de aves e suínos, várias pontes encontram-se em situação precárias. Possui também um parque de máquinas já bastante desgastadas e insuficientes para atender a demanda de serviços.

Diretrizes:

Disponibilizar estradas em condições de boa trafegabilidade para escoamento da produção; manter o parque de máquinas em condições de oferecer serviços de qualidade; criar programas de incentivo aos agricultores; oferecer aos operadores de máquinas cursos de aperfeiçoamento com relação às atividades desenvolvidas por cada cargo.

Objetivos:

Permitir o escoamento da produção a qualquer tempo. Substituição das pontes que oferecem riscos; substituição das máquinas e caminhões velhos e aquisição de novas máquinas para a manutenção das rodovias.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1018. Aquisição de veículo para infraestrutura viária	veículo	unidade	3	15.000,00	00
				600.000,00	34
1019. Aquisição de máquinas e equipamentos	equipamento	unidade	8	20.000,00	00
				2.000.000,00	34
1020. Construção de pontes em concreto	ponte	unidade	4	22.000,00	00
				400.000,00	64
1021. Construção da garagem municipal	obra executada	m²	400	5.000,00	00
				450.000,00	64
1022. Pavimentação de estradas rurais	pavimentação	m²	2.000	5.000,00	00
				4.000.000,00	64
2035. Manutenção das estradas vicinais	exercício	unidade	4	3.395.000,00	00
				59.800,00	07
				307.300,00	39
0050. Manutenção da garagem e oficina municipal	exercício	unidade	4	100.000,00	00
TOTAL				11.379.100,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:

## 0008. SEGURANÇA DO CIDADÃO

Diagnóstico:

O fluxo de veículos aumentou consideravelmente no município o que exige mais atenção e ações com o trânsito, como questões ligadas à sinalização horizontal e vertical, semáforo, local para carga e descarga de mercadorias. A proteção dos bens imóveis e a assistência nos casos de acidentes e situações de emergências são realizadas pelo Corpo de Bombeiros.

Diretrizes:

Manutenção da sinalização vertical e horizontal; administração e controle da sinalização eletrônica; implantação de estrutura básica de urbanização. Proporcionar a prevenção de sinistros, assistência nos casos de sinistros, acidentes e situações de emergência.

Objetivos:

Dar maior segurança aos motoristas e pedestres usuários do sistema viário, e a prevenção de sinistros, assistência nos casos de sinistros, acidentes e situações de emergência, através de ações conjuntas com o comando da Polícia Militar Civil, Corpo de Bombeiros e Comissão Municipal de Trânsito.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
2037. Manutenção das atividades de trânsito	exercício	unidade	4	4.400,00	00
				219.600,00	12
2038. Manutenção de convênio com a Polícia Militar	exercício	unidade	4	51.200,00	10
2039. Manutenção de convênio com a Polícia Civil	exercício	unidade	4	51.600,00	11
2040. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha	exercício	unidade	4	56.400,00	00
1023. Aquisição de viaturas e equipamentos para o Corpo de Bombeiros	equipamento	unidade	4	400.000,00	00
2041. Manutenção de convênio com o Corpo Bombeiros	exercício	unidade	4	600.400,00	00
TOTAL				1.383.600,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:					
0009. REVITALIZANDO O URBANISMO					
Diagnóstico:					
O Município possui diversas vias urbanas ainda não pavimentadas, bem com os seus passeios. Faz-se necessário a recuperação dos passeios. A coleta do lixo urbano é realizada por empresa terceirizada; necessidade da implementação do sistema de saneamento básico, que encontra-se em fase implantação; o sistema de iluminação pública atende a maioria das vias públicas.					
Diretrizes:					
Implantação de estrutura básica de urbanização; ampliação do sistema de saneamento básico; incremento do sistema de coleta de lixo; melhoria da eficácia da iluminação pública; recuperação das vias urbanas e dos passeios.					
Objetivos:					
Melhorar as condições trafegabilidade urbana, oferecendo maior segurança aos pedestres e condutores de veículos; melhorar o aspecto físico do Município; recuperar as vias e passeios públicos; melhorar o sistema de coleta de lixo; melhorar a eficiência da iluminação pública.					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1024. Pavimentação de ruas	pavimentação	m²	7.600	20.000,00	00
				1.400.000,00	34
				1.400.000,00	64
1025. Revitalização de passeios públicos	calçada	m²	8.000	80.000,00	00
				280.000,00	34
				280.000,00	64
1026. Construção de Portal Turístico	obra executada	unidade	1	10.000,00	00
				150.000,00	64
1027. Ampliação do Cemitério Municipal	terreno	unidade	1	80.000,00	00
1028. Revitalização de área urbana e construção de praça pública	praça	unidade	1	3.000,00	00
				310.000,00	34
1029. Revitalização da ponte Mathias Michelizzi	ponte	unidade	1	10.000,00	00
				135.000,00	64
1030. Iluminação pública entre o Bairro Parque e Jardim Ouro e Linha Caravaggio	obra executada	unidade	2	38.000,00	00
				60.000,00	08
1031. Aquisição de veículos para os serviços urbanos	veículo	unidade	2	120.000,00	00
2042. Manutenção dos serviços urbanos	exercício	unidade	4	3.094.800,00	00
2043. Manutenção da coleta de lixo	exercício	unidade	4	1.284.200,00	00
2044. Manutenção do Cemitério Municipal	exercício	unidade	4	60.000,00	00
2045. Manutenção da iluminação pública	exercício	unidade	4	1.528.000,00	08
2046. Manutenção do transporte coletivo urbano	exercício	unidade	4	60.000,00	00
1032. Infraestrutura e saneamento básico em área de expansão do perímetro urbano	obra executada	unidade	3	10.000,00	00
				1.000.000,00	34
TOTAL				11.413.000,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:					
0010. CONSTRUINDO MINHA CASA					
Diagnóstico:					
Uma parcela da população do Município é constituída por famílias de baixa renda, sem condições de construir sua residência, causando um déficit na área da habitação.					
Diretrizes:					
Propiciar oportunidades as famílias de baixa renda, condições de construir suas residências.					
Objetivos:					
Oferecer unidades habitacionais para famílias de baixa renda.					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1033. Programas habitacionais nas áreas rurais	exercício	unidade	3	3.000,00	00
				300.000,00	34
1034. Programas habitacionais nas áreas urbanas	exercício	unidade	3	3.000,00	00
				300.000,00	34
1035. Infraestrutura para loteamentos de interesse social	exercício	unidade	4	8.000,00	00
				780.000,00	34
1036. Programa Minha Casa Minha Vida	exercício	unidade	1	10.000,00	00
				1.383.000,00	34
1037. Aquisição de terreno para implantação de núcleo habitacional	terreno	m²	140.000	500.000,00	83
2047. Manutenção das atividades habitacionais	exercício	unidade	4	46.000,00	00
TOTAL				3.333.000,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

Programa:					
0011. DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR					
Diagnóstico:					



A agricultura do Município é estruturada basicamente na integração de aves, suínos e gado de leite e corte, onde as pequenas propriedades praticam a economia de subsistência. Existe a procura de outras atividades paralelas para agregar valor e aumentar a renda familiar.

## Diretrizes:

Elaborar ações e normas que visem atender a todos os agricultores, dentro de um planejamento de alcance municipal, e com um direcionamento, social, ambiental e econômico, com ênfase ao associativismo.

## Objetivos:

Auxiliar as famílias rurais, principalmente as que praticam a economia de subsistência, a atingirem o máximo do seu potencial de desenvolvimento e a agregação de renda. Aquisição de máquinas e equipamentos para atender a demanda da economia agrícola e de pecuária. Promover cursos de capacitação aos agricultores visando aprimorar suas técnicas de produção. Participação em eventos que apresentem novas tecnologias.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1038. Aquisição de veículos para a Agricultura	veículo	unidade	2	10.000,00	00
				250.000,00	34
				30.000,00	89
1039. Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	equipamento	unidade	14	40.000,00	00
				600.000,00	34
				500.000,00	64
2048. Manutenção e promoção das atividades agrícolas	exercício	unidade	4	2.555.000,00	00
2049. Convênios para a prestação de serviços e assistência técnica	convênio	unidade	4	100.000,00	00
TOTAL				4.085.000,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

## Programa:

## 0012. INCREMENTANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

## Diagnóstico:

A economia do Município está baseada na agricultura, avicultura e pecuária, com forte potencial de desenvolvimento industrial através do fomento das atividades de agroindústria e fortalecimento do comércio e prestação de serviços. O Município em razão de sua cultura italiana, belezas naturais, proximidade com estância hidromineral e contando com uma em seu território, possui um excelente potencial turístico, se constituindo numa excelente opção de geração de emprego e renda, além de um local de lazer.

## Diretrizes:

Desenvolvimento das atividades agroindustriais com a geração de produtos mais elaborados, propiciando um maior valor agregado a produção. Intercâmbio com municípios com a economia similar ao do município. Agregar valores de produção, incentivar a produção artesanal, resgate e preservação da cultura italiana, embelezamento da cidade; investimento na divulgação dos pontos turísticos.

## Objetivos:

Apoiar as atividades das agroindústrias existentes; buscar novas tecnologias viáveis de serem implantadas no município. Promover eventos culturais a nível regional e estadual; capacitar as pessoas para atender o turista; estruturar a cidade para receber investimentos e turistas. Tornar o turismo uma alternativa de geração de emprego e renda.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1040. Aquisição de terreno para instalação do Distrito Industrial	terreno	unidade	1	10.000,00	00
				300.000,00	83
1041. Reforma do Centro de Eventos Caravaggio	obra executada	unidade	1	3.000,00	00
				260.000,00	34
2050. Ações de desenvolvimento econômico	exercício	unidade	4	86.000,00	00
2051. Manutenção das atividades turísticas	exercício	unidade	4	50.000,00	00
TOTAL				709.000,00	

## PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021

## Programa:

## 0013. ASSEGURANDO DIREITOS E FORTALECENDO VÍNCULOS

## Diagnóstico:

A Assistência Social desenvolve diversos tipos de programas e ações envolvendo 2.500 famílias referenciadas e atendidas nos espaços institucionais. Como é o caso do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS com o Programa de Atenção Integral à Família - PAIF, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e gestão com atendimentos da média complexidade, concessão de benefícios eventuais e programas de transferência de renda.

## Diretrizes:

As políticas públicas buscam integrar e melhorar as condições de vida da população usuária garantindo o acesso a direitos que é base da Assistência Social. Um trabalho coeso perpassa por ações sólidas que visem a inclusão social de maneira a garantir a prevenção de situações de risco social, possibilitando ainda a superação das dificuldades encontradas em nosso Município e o desenvolvimento de melhores condições de vida para a população.

## Objetivos:

Proporcionar aos usuários atividades visando sua integração social e melhoria da qualidade de vida.

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
2052. Transferência ao Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	exercício	unidade	4	679.000,00	00
2053. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente	exercício	unidade	4	763.000,00	00
				307.600,00	35
2054. Manutenção do Programa Bolsa Família	exercício	unidade	4	69.200,00	35

1042. Reforma do Centro Comunitário do Bairro Alvorada	exercício	unidade	1	50.000,00	00
2055. Manutenção das atividades da Assistência Social	exercício	unidade	4	1.302.800,00	00
				44.000,00	65
2056. Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social	exercício	unidade	4	1.613.000,00	00
				275.200,00	35
2057. Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência	exercício	unidade	4	20.000,00	00
				20.400,00	09
TOTAL				5.144.200,00	

PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021					
Programa:					
0014. RESERVA DE CONTINGÊNCIA					
Diagnóstico:					
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.					
Diretrizes:					
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.					
Objetivos:					
Atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
9000. Reserva de Contingência	exercício	unidade	4	400.000,00	00
TOTAL				400.000,00	

## ANEXO III

## DEMONSTRATIVO DA CONSOLIDAÇÃO DA DESPESA POR PROGRAMA PARA 2018/2021

Código	Programa	Valor
0001	Gestão Legislativa	4.752.000,00
0002	Gestão Administrativa	15.778.058,00
0003	A Escola Formando Cidadãos e Ampliando Saberes	28.658.082,00
0004	Apoiando a Cultura e Preservando a História	594.000,00
0005	Exercitando o Corpo e Resgatando Valores	1.746.000,00
0006	Promovendo a Saúde Pública	19.669.600,00
0007	Ampliando a Infraestrutura Viária	11.379.100,00
0008	Segurança do Cidadão	1.383.600,00
0009	Revitalizando o Urbanismo	11.413.000,00
0010	Construindo Minha Casa	3.333.000,00
0011	Desenvolvimento da Agricultura Familiar	4.085.000,00
0012	Incrementando o Desenvolvimento Econômico	709.000,00
0013	Assegurando Direitos e Fortalecendo Vínculos	5.144.200,00
0014	Reserva de Contingência	400.000,00
	TOTAL	109.044.640,00

## ANEXO IV

## DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA RECEITA PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO - SIMAE

Código	Especificação	Valor (R\$)	DR
1.0.0.0.00.0.0	RECEITAS CORRENTES	35.067.684,05	
1.1.0.0.00.0.0	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	372.182,65	
1.1.1.0.00.0.0	IMPOSTOS	372.182,65	
1.1.1.3.00.0.0	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	372.182,65	
1.1.1.3.03.0.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	372.182,65	
1.1.1.3.03.1.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	370.670,75	
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	370.670,75	00
1.1.1.3.03.4.0	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	1.511,90	
1.1.1.3.03.4.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos - Principal	1.511,90	00
1.3.0.0.00.0.0	RECEITA PATRIMONIAL	930.888,64	
1.3.2.0.00.0.0	VALORES MOBILIÁRIOS	930.888,64	
1.3.2.1.00.0.0	Juros e Correções Monetárias	924.985,28	
1.3.2.1.00.1.0	Remuneração de Depósitos Bancários	924.985,28	
1.3.2.1.00.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	924.985,28	00
1.3.2.2.00.0.0	Dividendos	5.903,36	
1.3.2.2.00.1.0	Dividendos	5.903,36	

1.3.2.2.00.1.1	Dividendos – Principal	5.903,36	00
1.6.0.0.00.0.0	RECEITA DE SERVIÇOS	31.945.278,86	
1.6.1.0.00.0.0	SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS GERAIS	31.945.278,86	
1.6.1.0.01.0.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	31.925.419,32	
1.6.1.0.01.1.0	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	31.925.419,32	
1.6.1.0.01.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	31.925.419,32	00
1.6.1.0.02.0.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	19.859,54	
1.6.1.0.02.1.0	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	19.859,54	
1.6.1.0.02.1.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos - Principal	19.859,54	00
1.9.0.0.00.0.0	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.819.333,90	
1.9.1.0.00.0.0	MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	131.207,67	
1.9.1.0.09.0.0	Multas e Juros Previstos em Contratos	131.207,67	
1.9.1.0.09.1.0	Multas e Juros Previstos em Contratos	131.207,67	
1.9.1.0.01.1.1	Multas e Juros Previstos em Contratos - Principal	131.207,67	00
1.9.2.0.00.0.0	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	174.423,21	
1.9.2.1.00.0.0	Indenizações	174.423,21	
1.9.2.1.01.0.0	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	174.423,21	
1.9.2.1.01.1.0	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público	174.423,21	
1.9.2.1.01.1.0	Indenizações por Danos Causados ao Patrimônio Público - Principal	174.423,21	00
1.9.9.0.00.0.0	DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.513.703,02	
1.9.9.0.99.0.0	Outras Receitas	1.513.703,02	
1.9.9.0.99.1.0	Outras Receitas - Primárias	1.513.703,02	
1.9.9.0.99.1.1	Outras Receitas - Primárias - Principal	98.930,51	00
1.9.9.0.99.1.2	Outras Receitas - Primárias - Multas e Juros	301.555,23	00
1.9.9.0.99.1.3	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa	1.082.616,34	00
1.9.9.0.99.1.4	Outras Receitas - Primárias - Dívida Ativa - Multas e Juros	30.600,94	00
2.0.0.0.00.0.0	RECEITAS DE CAPITAL	32.972,45	
2.2.0.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS	32.972,45	
2.2.1.0.00.0.0	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	32.972,45	
2.2.1.3.00.0.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	32.972,45	
2.2.1.3.00.1.0	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	32.972,45	
2.2.1.3.00.1.1	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	32.972,45	89
TOTAL DA RECEITA		35.100.656,50	

**DEMONSTRATIVO DO PROGRAMA E AÇÕES PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO - SIMAE**

PLANO PLURIANUAL - QUADRIÊNIO 2018/2021					
Programa:					
8000. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO					
Diagnóstico:					
O Município possui uma Autarquia responsável pela captação, adução, reservação, tratamento e distribuição de água potável nos município de Capinzal e Ouro. A Autarquia também é responsável pela coleta e tratamento de esgoto sanitário.					
Diretrizes:					
Garantir o abastecimento de água com qualidade e ampliar a cobertura do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário.					
Objetivos:					
Manter e ampliar o sistema de abastecimento de água e ampliar a cobertura do sistema de coleta e tratamento de esgoto sanitário.					
Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1060. Ampliação e reforma da sede administrativa	edificação	m²	120	200.000,00	00
1061. Aquisição de bens móveis	equipamento	unidade	50	150.000,00	00
2145. Manutenção administrativa dos Sistemas de Água e Esgoto	unidade gestora	unidade	4	8.054.660,26	00
1062. Ampliação e automação da Estação de Tratamento de Água/Estação de Tratamento de Esgoto	equipamento	unidade	4	900.000,00	00
1063. Construção/ampliação de bens imóveis de natureza industrial	edificação	m²	200	400.000,00	00
1064. Implantação redes e adutoras de água	rede	m	2.000	2.000.000,00	00
1065. Implantação de redes de esgoto	rede	m	2.000	1.265.339,47	00
1066. Ampliação e manutenção sistema de macro e micro medidores.	equipamento	unidade	3.500	600.000,00	00
1067. Aquisição e substituição de painéis de comando	equipamento	unidade	2	120.000,00	00
1068. Aquisição e substituição de conjunto moto-bombas	equipamento	unidade	2	220.000,00	00
1069. Aquisição de veículos	veículo	unidade	6	400.000,00	00
1070. Aquisição de equipamentos	equipamento	unidade	20	250.000,00	00
1071. Aquisição de terrenos	terreno	m²	800	200.000,00	00
1072. Construção/ampliação de almoxarifado de materiais e produtos	edificação	m²	200	150.000,00	00
1073. Construção de reservatórios de água	reservatório	m³	1.000	1.500.000,00	00

1074. Aquisição e manutenção sistema supervisório	equipamento	unidade	8	500.000,00	00
2146. Manutenção e operação técnica do Sistema de Água e Esgoto	unidade gestora	unidade	4	17.436.971,27	00
2147. Transferências ao consórcio público CISAM	exercício	unidade	4	253.759,33	00
2148. Manutenção dos serviços de regulação	exercício	unidade	4	128.613,39	00
2149. Contribuição ao PASEP	unidade gestora	unidade	4	371.312,78	00
TOTAL				35.100.656,50	

**LEI Nº 2.494**

Publicação Nº 1455329

LEI Nº 2.494, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estabelece normas para execução do Programa Municipal de Transporte Escolar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas para execução do Programa Municipal de Transporte Escolar, prestado de forma gratuita aos alunos matriculados nas escolas municipais e estaduais de Educação Básica obrigatória, que residam dentro dos limites de divisa do Município e que cumpram os requisitos desta Lei.

§ 1º O serviço de transporte escolar poderá ser prestado de forma indireta, mediante a contratação de serviço terceirizado, prestado por pessoa física ou jurídica, através de processo licitatório.

§ 2º Esta Lei deverá ser parte integrante dos editais dos processos licitatórios para contratação de transporte escolar terceirizado.

Art. 2º O Programa Municipal de Transporte Escolar constitui-se no transporte dos alunos da área rural e dos bairros, dos pontos de embarque até os estabelecimentos de ensino, e destes até os pontos de desembarque, mediante itinerário determinado pela Secretaria Municipal de Educação, residentes a uma distância mínima de 3 (três) quilômetros das respectivas escolas, admitindo-se exceções a essa distância quando houverem vagas nos veículos.

Art. 3º Caberá à Direção das Escolas e Centros de Educação Infantil enviar, no início de cada período letivo, para a Secretaria Municipal de Educação, a relação de alunos matriculados contendo o nome do aluno, o ciclo em que está matriculado, o endereço e a distância entre sua residência e a escola.

Parágrafo único. A relação referida no caput deste artigo deverá ser atualizada no início de cada período letivo ou sempre que algum aluno for excluído ou incluído na Escola ou Centro de Educação Infantil e que faça parte do Programa de Transporte Escolar.

Art. 4º Os condutores do transporte escolar deverão cumprir todas as exigências da legislação de trânsito.

§ 1º Somente poderão conduzir veículos escolares os condutores previamente aprovados pelo Município, mediante autorização específica, precedida da comprovação das seguintes condições:

I - ter idade superior a 21 (vinte e um) anos;  
II - ser portador da Carteira Nacional de Habilitação na categoria "D" ou "E";

III - ausência de infrações de trânsito de natureza grave ou gravíssima, ou reincidência em infrações médias nos últimos 12 (doze) meses;

IV - comprovar a aprovação em curso especializado para o transporte de escolares, nos termos da regulamentação do CONTRAN;

V - apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos;

VI - outras exigências da legislação de trânsito.

Art. 5º Sempre que houver ingresso de novos condutores, estes deverão submeter-se aos mesmos procedimentos especificados no artigo anterior.

Art. 6º O Município exigirá que o transporte escolar terceirizado seja realizado com o acompanhamento de monitores, nos roteiros

com alunos de 0 (zero) a 10 (dez) anos, fixado em edital, de responsabilidade da empresa prestadora do serviço, o qual permanecerá no veículo durante todo o trajeto.

§ 1º Somente poderão atuar como monitores de transporte escolar pessoas que comprovem as seguintes condições:

I - ter idade mínima de 18 anos (dezoito) anos;

II - ter como nível de escolaridade mínima o ensino médio;

III - apresentar certidão negativa do registro de distribuição criminal relativamente aos crimes de homicídio, roubo, estupro e corrupção de menores, renovável a cada cinco anos;

V - outras exigências da legislação de trânsito.

§ 2º O Município poderá exigir, a qualquer tempo, outros requisitos para o exercício de atividade de monitores, como curso de qualificação.

§ 3º O auxílio prestado pelo monitor ao condutor não inclui a atividade de direção do veículo.

Art. 7º O Município, após análise da documentação solicitada, exigirá do condutor do veículo e do monitor crachá específico, que deverá ser portado em local visível, durante toda a execução do serviço.

Art. 8º A gestão, a operacionalização e a fiscalização do Programa Municipal de Transporte Escolar ficarão a cargo da Secretaria Municipal de Educação, que definirá anualmente:

I - os itinerários e os horários;

II - os pontos de embarque e desembarque, quando necessários;

III - os critérios de acompanhamento e fiscalização do programa;

IV - os meios necessários para fiscalização dos contratos de terceirização, se ocorrer;

V - a seleção dos condutores e dos monitores, na forma exigida pelo Código de Trânsito Brasileiro e por esta Lei.

Art. 9º Serão autorizados, para transporte escolar, veículos automotores destinados ao transporte de passageiros, como ônibus, micro-ônibus, vans e kombis, adaptados para tal finalidade, desde que sejam licenciados pelo órgão competente e que a idade dos mesmos não ultrapasse a:

I - ônibus não superior a 15 anos;

II - micro-ônibus não superior a 15 anos;

III - vans, kombis até 16 passageiros não superior a 12 anos.

§ 1º Para aferição da idade dos veículos, será considerado como data base inicial o mês de janeiro do ano de fabricação do mesmo.

Art. 10. Os veículos autorizados para o transporte escolar terão, na parte externa, a pintura padronizada de uma faixa amarela fora a fora, com 40 (quarenta) centímetros de largura, nas partes laterais e traseira do veículo, com o dístico ESCOLAR em cor preta e com 30 (trinta) centímetros de largura.

§ 1º São exigências para o transporte escolar, sem prejuízo de outras obrigações regulamentares e normativas:

I - registro como veículo de passageiros, emitido pelo órgão estadual (DETER);

II - inspeção semestral para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança (IPETRA);

III - autorização do órgão estadual para o transporte de escolares, fixada em local visível na parte interna do veículo, com inscrição da lotação permitida;

IV - equipamento registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo;

V - cintos de segurança em número igual à lotação;

VI - alarme sonoro de marcha a ré;

VII - cadeirinhas para transportes de menores de 4 (quatro) anos,



caso houver.

§ 2º Não será permitido o transporte de passageiros em pé ou superlotação além da capacidade de passageiros do veículo.

§ 3º Será vedada a execução dos serviços de transporte escolar por veículos que não possuam licença de vistoria.

§ 4º Os veículos pertencentes à frota de serviço de transporte escolar deverão ser vistoriados pelo órgão competente ou por oficinas autorizadas por este, na periodicidade da legislação vigente, devendo o responsável pelo mesmo apresentar o respectivo laudo de vistoria ao setor responsável da Secretaria Municipal de Educação.

§ 5º O Município poderá solicitar laudo técnico de mecânica e elétrica do veículo duas vezes em cada ano letivo, em oficina indicada pelo Município, para verificação da manutenção e das condições dos veículos.

§ 6º Se os veículos não apresentarem as condições mínimas de segurança e funcionamento exigidas, será interditado o seu uso no transporte escolar, antes mesmo do prazo estabelecido no termo de vistoria, podendo o contrato ser rescindido sem ônus para o Município.

§ 7º O laudo de vistoriado emitido pelo órgão competente será afixado na parte interna do veículo, em local visível aos usuários e à fiscalização.

§ 8º Será vedada a utilização de serviços de transporte escolar em propriedades particulares, exceto para casos excepcionais devidamente justificados pela Secretaria Municipal de Educação que estabelecerá os pontos de embarque e desembarque, considerando a distância de até 1 (um) km dos pontos até a residência.

§ 9º Em caso de necessidade de substituição do veículo, a Secretaria Municipal de Educação deverá ser previamente comunicada, sendo o mesmo feito por veículo nas mesmas condições exigidas no contrato, sem prejuízo aos usuários.

Art. 11. Além da observância das obrigações expressas no artigo anterior, bem como no Código Nacional de Trânsito e seu regulamento, é obrigação de todo motorista e monitor:

a) tratar com polidez e urbanidade os passageiros do transporte escolar;

b) não permitir excesso de lotação;

c) cumprir rigorosamente os horários e itinerários estabelecidos;

d) manter a higiene adequada no veículo;

e) comunicar imediatamente à direção da escola qualquer anormalidade ocorrida;

f) proibir a entrada e o transporte de terceiros que não sejam os alunos ou professores.

Art. 12. Fica atribuída a responsabilidade ao Conselho Municipal de Educação e ao Conselho de Controle Social do Programa de Transporte Escolar para o controle e acompanhamento do Transporte Escolar.

Art. 13. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 12 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

## LEI Nº 2.495

Publicação Nº 1455331

LEI Nº 2.495, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a regulamentação dos Benefícios Eventuais no âmbito das Políticas Públicas de Assistência Social.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o do Poder Executivo Municipal, através da Secretaria

Municipal de Assistência Social, autorizado a arcar com o custeio dos Benefícios Eventuais.

Parágrafo único. O custeio dos Benefícios Eventuais será proveniente de recursos Federais, Estaduais e Municipais alocados no Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 2º O Benefício Eventual é uma modalidade de provisão de proteção social de caráter suplementar e temporário, que integra organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais e humanos, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública, na forma prevista nesta Lei.

Parágrafo único. A concessão dos Benefícios Eventuais visa o atendimento das necessidades humanas básicas e deve ser integrado aos demais serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social no município, unificando assim, as garantias do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Art. 3º O Benefício Eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de vulnerabilidade e contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros e será concedido mediante preenchimento dos requisitos constantes na presente Lei.

§ 1º O acesso aos Benefícios Eventuais é um direito do cidadão, por isso deve ser concedido priorizando o respeito e a dignidade das famílias e indivíduos que deles necessitem.

§ 2º A comprovação das necessidades para a concessão do Benefício Eventual devem ser evitadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

§ 3º Os Benefícios Eventuais são gratuitos, sendo vedado subordinar o seu recebimento a pagamentos prévios ou exigir compensações posteriores.

§ 4º Terão prioridade na concessão dos Benefícios Eventuais a gestante, a nutriz, a criança, o idoso, a pessoa com deficiência e a família.

§ 5º Contingências sociais são situações que podem deixar as famílias ou indivíduos em situações de vulnerabilidade e fazem parte da condição real da vida em sociedade, tais como: acidentes, nascimentos, mortes, desemprego, enfermidades, situação de emergência, estado de calamidade pública, entre outros.

§ 6º Vulnerabilidade social compreende situações ou identidades que podem levar a exclusão social dos sujeitos, envolvendo a relação entre direitos e rede de serviços e políticas públicas e a capacidade dos indivíduos ou grupos sociais de acessar este conjunto de bens e serviços, de modo a exercer sua cidadania.

Art. 4º O benefício eventual em razão de nascimento, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, concedido em pecúnia, para aquisição de bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

§ 1º O Benefício Eventual em razão de nascimento será no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais).

§ 2º O Benefício Eventual em razão de nascimento deverá ser entregue em até 30 (trinta) dias após o requerimento.

§ 3º O Benefício pode ser requerido a partir do sexto mês de gestação.

Art. 5º O Benefício Eventual em razão de nascimento atenderá preferencialmente aos seguintes aspectos:

I - necessidades do nascituro ou recém-nascido;

II - apoio à mãe nos casos de natimorto e morte do recém-nascido;

III - apoio à família no caso de morte da mãe.

Parágrafo único. São documentos essenciais para concessão do benefício por razão de natalidade:

I - se o benefício for solicitado antes do nascimento o responsável deverá apresentar documentos que comprovem a gestação;

II - se for após o nascimento o responsável deverá apresentar a certidão de nascimento; e

III - documentos pessoais e comprovante de renda do grupo familiar.

Art. 6º O Benefício Eventual concedido em virtude de morte, constitui-se em uma prestação única, não contributiva da assistência social, em pecúnia para pagamento de bens de consumo e serviços, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Art. 7º O valor do Benefício Eventual concedido em virtude de morte, será de R\$ 500,00 (quinhentos reais), sendo que o traslado, quando houver, será de responsabilidade da família.

§ 1º O benefício concedido em virtude de morte deverá ser requerido em até 30 (trinta) dias após o óbito.

§ 2º O valor do benefício concedido em virtude de morte, quando se tratar de usuário da Política de Assistência Social em situação de abandono, morador de rua ou indivíduo sem vínculo familiar conhecido, será o total dos custos das despesas decorrentes do funeral, sendo gerido pelo órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 8º Os Benefícios Eventuais concedidos em virtude de morte ou nascimento serão devidos à família em número igual ao das ocorrências desses eventos.

Art. 9º Os Benefícios Eventuais em virtude de morte ou nascimento, serão concedidos mediante requerimento formulado junto ao serviço socioassistencial ao qual a família estiver referenciada, por parente de até segundo grau do recém nascido ou falecido, ou pessoas por aqueles autorizadas, mediante procuração devidamente instruídos.

Parágrafo único. São documentos necessários para requerer o Benefício Eventual concedido em virtude de morte:

I - Certidão de Óbito;

II - comprovante de residência no nome do falecido ou de quem com ele comprovadamente residia, familiar, cuidador, instituição de longa permanência para idosos, desde que o comprovante de residência seja do próprio município;

III - documentos pessoais do falecido e do requerente;

IV - comprovante de renda do grupo familiar do requerente.

Art. 10. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I - riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II - perdas: privação de bens e de segurança material;

III - danos: agravos sociais e ofensa.

§ 1º Os riscos, as perdas e os danos podem decorrer:

I - da falta de:

a) acesso a condições e meios para suprir a reprodução social cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente a de alimentação, e serão supridos através do fornecimento de alimentação e de outras situações sociais que comprometam a sobrevivência, supridas através do fornecimento de passagem rodoviária ou passes – desde que a empresa de transporte rodoviários seja credenciada/conveniada com a administração pública; para situação de trânsito e/ou outras situações encaminhadas pelo Conselho Tutelar e demais serviços socioassistenciais:

1 - Considera-se situação de trânsito aquela de indivíduos ou famílias vindas de outras cidades, em passagem pelo Município de Ouro - SC, sem referências, sem destino certo ou em busca de alternativas ou novos projetos de vida, não possuindo condições econômicas de custear o seu transporte.

b) documentação;

c) domicílio, quando:

1 - da situação de abandono ou da impossibilidade de garantir abrigo aos filhos;

2 - da perda circunstancial decorrente da ruptura de vínculos familiares, da presença de violência física ou psicológica na família ou de situações de ameaça à vida.

3 - de desastres e de calamidade pública, sendo supridos através da oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme necessidades detectadas.

Art. 11. Para o atendimento em virtude de situação de emergência e estado de calamidade pública, o Benefício Eventual deve assegurar, complementarmente e de forma intersetorial com as demais políticas públicas, a sobrevivência e a reconstrução de sua

autonomia, nos termos do art. 22 da Lei nº 8.742, alterada pela Lei nº 12.435 de 2011.

§ 1º A situação de emergência é caracterizada por alteração intensa e grave das condições em determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo, parcialmente sua capacidade de resposta.

§ 2º O estado de calamidade pública é caracterizado pela alteração intensa e grave das condições de um determinado município, estado ou região, decretada em razão de desastre, comprometendo substancialmente sua capacidade de resposta.

§ 3º Tais situações podem ser advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos, inclusive à segurança ou a vida de seus integrantes.

§ 4º A concessão de itens de ajuda humanitária da Defesa Civil depende do reconhecimento do poder público, via decreto municipal, o que não ocorre com os benefícios eventuais, que podem ser concedidos mediante necessidade da população e regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social.

§ 5º A gestão municipal deverá observar para não haver sobreposição de itens de ajuda humanitária e benefícios eventuais, mediante trabalho integrado da política de defesa civil e Assistência Social.

§ 6º A concessão do benefício eventual de aluguel social em virtude de situação de emergência ou de calamidade pública está instituída na Lei nº 2.262 de 23 de novembro de 2010 na Política Municipal de Habitação de Interesse Social em seu art. 14.

Art. 12. Para concessão dos Benefícios Eventuais, exceto em situação de calamidade pública, ficam estabelecidos os seguintes critérios:

I - renda per capita mensal de ¼ (um quarto) do salário mínimo vigente;

II - comprovar residência no município de Ouro - SC, exceto em situação de trânsito;

III - acolhida e avaliação realizada pela equipe técnica de referência dos serviços socioassistenciais;

IV - instituído pela gestão Municipal de Assistência Social através da emissão de requerimento do benefício por técnico de referência de nível superior da Política de Assistência Social.

§ 1º O valor do Benefício Eventual nominado cesta básica será em pecúnia, fixado de acordo com a estrutura familiar:

I - Cesta A: até 3 (três) membros familiares, no valor de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais);

II - Cesta B: até 5 (cinco) membros familiares no valor de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais);

III - Cesta C: acima de 6 (seis) membros no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais).

§ 2º A acolhida é uma ação da equipe psicossocial de referência dos Serviços Socioassistenciais e é um momento em que os profissionais devem buscar compreender os múltiplos significados das demandas, vulnerabilidades e necessidades apresentadas pelas famílias identificando seus recursos e potencialidades e como tais situações se relacionam e ganham significado no território.

§ 3º O atendimento das famílias com beneficiários que estão em serviços de acolhimento da rede socioassistencial terá como foco a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, a reintegração familiar e a garantia dos direitos socioassistenciais.

§ 4º Conforme NOB RH 2006, entende-se por equipe técnica de referência aquela constituída por servidores efetivos responsáveis pela organização e oferta de serviços, programas e benefícios de proteção social básica e especial.

§ 5º A família ou pessoa beneficiada deverá ser encaminhada para ser inserida no Cadastro Único para Programas sociais do governo Federal- CADUNICO; no entanto, a inclusão no CADUNICO não deverá constituir critério para acesso aos benefícios.

§ 6º Nas situações de calamidade pública os benefícios serão concedidos mediante a constatação de que a pessoa foi afetada pela situação anormal conforme prevista Art. 11.

§ 7º As equipes dos serviços socioassistenciais devem atualizar,



periodicamente, por meio de dados da vigilância socioassistencial, o diagnóstico do território.

§ 8º Os benefícios eventuais serão concedidos de acordo com a disponibilidade financeira e orçamentária, obedecendo aos critérios estabelecidos nesta Lei.

Art. 13. O Critério de renda não deve ser condicionante para o acesso aos benefícios eventuais, levando em consideração as contingências sociais como conceito para compreensão da necessidade do benefício.

Art. 14. Não serão considerados Benefícios Eventuais as situações relativas a programas, projetos, serviços e benefícios na área de habitação, saúde, educação, demais políticas setoriais.

Parágrafo único. Não são provisões da política de assistência social os itens referentes a órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentaduras, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos e outros itens inerentes à área de saúde, integrantes do conjunto de recursos de tecnologia assistiva ou ajudas técnicas, bem como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leites e dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoas que têm necessidades de uso.

Art. 15. Caberá ao órgão gestor da Política de Assistência Social no Município:

I - coordenar e avaliar a prestação dos Benefícios Eventuais, bem como o seu financiamento;

II - elaborar as instruções e instituir formulários e modelos de documentos necessários à operacionalização dos benefícios eventuais;

III - garantir a descentralização da oferta dos benefícios eventuais;

IV - manter atualizado os dados sobre os benefícios concedidos, incluindo-se obrigatoriamente nome do beneficiado, benefício concedido, valor, quantidades e período de concessão;

V - produzir anualmente estudo da demanda, revisão do tipo de benefício e revisão dos valores e quantidades;

VI - articular as políticas sociais e de defesa de direitos no município para o atendimento integral da família beneficiada de forma a ampliar o enfrentamento de contingências sociais que provoquem riscos e fragilizam a manutenção da unidade familiar, a sobrevivência de seus membros ou a manutenção da pessoa;

VII - promover ações permanentes de ampla divulgação dos Benefícios Eventuais e seus critérios de concessão;

VIII - prever dotação orçamentária anual para concessão dos benefícios elencados nesta resolução;

IX - elaborar anualmente o plano de aplicação e relatório descritivo especificando o número de famílias beneficiadas e apresentar ao conselho municipal de Assistência Social para apreciação e aprovação respectivamente.

Art. 16. Caberá ao Conselho Municipal de Assistência Social:

I - acompanhar periodicamente a concessão desses benefícios, no âmbito do município, por meio da lista de concessões fornecidas pelo órgão gestor da Assistência Social;

II - acompanhar a relação dos tipos de benefícios concedidos e também dos benefícios negados e as justificativas da não concessão;

III - exercer o controle social sobre a regulamentação da prestação dos benefícios eventuais em consonância com a Política Nacional de Assistência Social pelo Município;

IV - acompanhar as ações do município na organização do atendimento aos beneficiários de modo a manter a integração de serviços, benefícios e programas de transferência de renda, conforme protocolo de gestão integrada de Serviços, Benefícios e Transferência de Renda do SUAS;

V - fiscalizar a aplicação dos recursos destinadas aos benefícios eventuais, bem como a eficácia deste no município e propor, sempre que necessário, a revisão anual da regulamentação, da concessão e dos valores dos mesmos.

Art. 17. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, para ser aplicada a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 18. Ficam revogadas a Lei nº 2.383, de 1º de julho de 2014 e a Lei nº 2.426, de 17 de novembro de 2015.

Ouro, 12 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**LEI Nº 2.496**

Publicação Nº 1455332

**LEI Nº 2.496, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2018.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO**, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O orçamento do Município de Ouro, para o exercício de 2018, será elaborado e executado de acordo com as diretrizes estabelecidas nesta Lei, compreendendo:

- I - as metas fiscais;
- II - as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do Plano Plurianual 2018/2021;
- III - a estrutura dos orçamentos;
- IV - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- V - as disposições sobre dívida pública municipal;
- VI - as disposições sobre despesas com pessoal;
- VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VIII - as disposições gerais.

**Art. 2º** O orçamento da autarquia Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, parte integrante do orçamento do Município de Ouro, não comporá, para efeito de análise, as metas fiscais estabelecidas pela Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, em decorrência de que a consolidação das contas da autarquia vem sendo processada no Município de Capinzal.

**I - DAS METAS FISCAIS**

**Art. 3º** As metas fiscais de receita, despesa, resultado nominal e primário e montante da dívida pública para os exercícios de 2018 a 2020, de que trata o § 1º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, estão identificadas no Anexo I desta Lei.

**II - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 4º** As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos Anexos I e II desta Lei.

**§ 1º** Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2018 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos I e II desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação da despesa.

**§ 2º** Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2018, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

### III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

**Art. 5º** O orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, seus Fundos, Fundações e Autarquias, e será elaborado levando-se em conta a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

**Art. 6º** Para efeito desta Lei entende-se por:

I - programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II - ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por atividade, projeto ou operação especial;

III - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta em produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V - operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços;

VI - unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - receita ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

**Art. 7º** A Lei Orçamentária para o exercício de 2018 evidenciará a receita de cada uma das Unidades Gestoras em níveis gerencialmente importantes, especificando no orçamento da receita da Unidade Gestora Central aquelas vinculadas a fundos, identificando cada rubrica com o código de destinação de recurso; e a despesa de cada Unidade Gestora, por função, subfunção, programa, projeto ou atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, sendo também identificado o código de destinação de recurso, tudo em conformidade com a Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, com a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, e com o Manual de Receita Pública editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, na forma dos seguintes Anexos:

I - Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;

II - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;

III - Demonstrativo da Evolução da Receita;

IV - Demonstrativo da Receita segundo as Categorias Econômicas;

V - Demonstrativo da Evolução da Despesa;

VI - Consolidação Geral da Despesa segundo a Natureza da Despesa;

VII - Demonstrativo da Natureza da Despesa por Órgão e Unidade;

VIII - Demonstrativo da Despesa por Órgão e Função;

IX - Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa em conformidade com os Projetos, Atividades e Operações Especiais;

X - Demonstrativo da Despesa por Função, Subfunção e Programa conforme o vínculo com os Recursos;

XI - Programa de Trabalho;

XII - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

XIII - Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa conforme o vínculo com os Recursos;

XIV - Demonstrativo dos Projetos, Atividades e Operações Especiais.

§ 1º O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará suas receitas e despesas conforme disposto no *caput* deste artigo.

§ 2º Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as Entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

§ 3º O Quadro Demonstrativo da Despesa - QDD, será fixado e alterado por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal.

**Art. 8º** A mensagem de encaminhamento do projeto de lei orçamentária conterá:

I - demonstrativo da evolução da receita dos exercícios de 2014 a 2016, previsão para 2017 e 2018, com justificativa da estimativa para 2018, acompanhado de metodologia e memória de cálculo;

II - demonstrativo da evolução da receita realizada por fontes, dos três últimos exercícios e da estimada para o exercício corrente;

III - demonstrativo da participação relativa de cada fonte na composição da receita total;

IV - demonstrativo dos tributos lançados e não arrecadados de 2011 a 2016, identificando o estoque da Dívida Ativa;

V - demonstrativo da evolução da despesa a nível de função e por grupo de natureza, dos exercícios de 2014 a 2016 e fixada para 2017 e 2018;

VI - demonstrativo da evolução da despesa realizada no mínimo por Categoria Econômica, dos três últimos exercícios e da fixada para o exercício corrente;

VII - demonstrativo da despesa por unidade orçamentária e sua participação relativa;

VIII - demonstrativo da evolução das receitas correntes líquidas, despesas com pessoal e seu grau de comprometimento;

IX - demonstrativo dos recursos vinculados a manutenção e desenvolvimento do ensino;

X - demonstrativo dos recursos vinculados a ações públicas de saúde;

XI - demonstrativo da composição do ativo e passivo financeiro, posição em 31 de outubro

de 2017;

XII - demonstrativo do saldo da dívida fundada por contrato, com identificação dos credores, nos exercícios de 2014 a 2016 e projetada para 2017 e 2018;

XIII - demonstrativo da origem e aplicação dos recursos oriundos de alienação de ativos, se for o caso.

#### **IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

**Art. 9º** O Orçamento para o exercício de 2018 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio das contas públicas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias, Fundações e Fundos.

**Art. 10.** Os Fundos Municipais terão suas receitas especificadas no Orçamento da Receita da Unidade Gestora Central e vinculadas a despesas relacionadas a seus objetivos, identificadas nos Anexos e Adendos da Unidade Gestora Central, definidos no art. 7º desta Lei.

§ 1º Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal, serem delegados a servidores municipais.

§ 2º A movimentação orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

**Art. 11.** As previsões de receita para o exercício de 2018, observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º A Receita Corrente Líquida será calculada de acordo com disposto no art. 2º, IV da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 12.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o equilíbrio orçamentário e financeiro, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações, observada a fonte de recursos, adotarão mecanismo de limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas abaixo:

I - redução dos investimentos programados, desde que não comprometidos;

II - redução de despesas com manutenção;

III - eliminação de despesas com horas extras;

IV - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores.

**Parágrafo único.** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

**Art. 13.** A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederá, no exercício de 2018, a 20% (vinte por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de

2016.

**Art. 14.** O orçamento da Unidade Gestora Central para o exercício de 2018 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados a 1% (um por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas, destinados a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Anexo III desta Lei.

**Parágrafo único.** Para efeito desta Lei, entende-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipal não orçadas, ou orçadas a menor, e neste caso, mesmo que investimentos.

**Art. 15.** Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

**Art. 16.** O Executivo Municipal estabelecerá até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira, cronograma anual de desembolso mensal para suas Unidades Gestoras, se for o caso, e o desdobramento das metas bimestrais de arrecadação.

**Art. 17.** Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos oriundos de convênios, operações de crédito, alienação de bens e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

**§ 1º** A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, será apurado em cada fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**§ 2º** Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

**Art. 18.** A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2018, constantes do Anexo I desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita.

**Art. 19.** A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica, de saúde e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal, e dependerá de autorização em lei específica.

**Parágrafo único.** As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal.

**Art. 20.** Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro no exercício de 2018, em cada evento, não excedam ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, devidamente atualizado.

**Art. 21.** Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.

**Art. 22.** Despesas de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos



na Lei Orçamentária.

**Art. 23.** A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

**Art. 24.** A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 25.** Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2018.

**Art. 26.** As destinações de recursos, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento por Decreto do Poder Executivo.

## **V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 27.** A Lei Orçamentária de 2018 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento às Despesas de Capital, observado o limite de endividamento de 50% (cinquenta por cento) da Receita Corrente Líquida apurada até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 28.** A contratação de Operações de Crédito dependerá de autorização em lei específica.

**Art. 29.** Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 27 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira nas dotações, conforme estabelece esta Lei.

## **VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art. 30.** O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Parágrafo único.** Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na Lei Orçamentária.

**Art. 31.** Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37, da Constituição Federal, a despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, não excederá em percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2016, acrescida de até 20% (vinte por cento), obedecido os limites prudenciais de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente.

**Art. 32.** Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no art. 20, III da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 33.** O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal:

- I - eliminação das despesas com horas extras;
- II - demissão de servidores admitidos em caráter temporário;
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão; e
- IV - eliminação de vantagens concedidas a servidores.

**Art. 34.** Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão de obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal de Ouro, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo único.** Quando a contratação de mão de obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o “34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

## VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 35.** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

**Art. 36.** Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

**Art. 37.** O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

## VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 38.** O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária ao Legislativo Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 20 de dezembro de 2017.

**§ 1º** O Legislativo Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* deste artigo.

**§ 2º** Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

**§ 3º** Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2017, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer,

neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

**Art. 39.** Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

**Art. 40.** Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 41.** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

**Art. 42.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 12 de dezembro de 2017.

**Neri Luiz Miqueloto**

Prefeito

**Alex Sandro Silva**

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**ANEXO I****1. METAS FISCAIS DO MUNICÍPIO DE OURO****1.1. METAS ANUAIS**

**MUNICÍPIO DE OURO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**METAS ANUAIS**  
**2018**

AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

Especificação	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIBx100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIBx100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIBx100)
Receita Total	33.920.460	32.459.770		26.349.260	24.129.358		24.495.060	21.466.181	
Receitas Primárias (I)	32.979.860	31.559.674		26.233.660	24.023.498		24.374.460	21.360.494	
Despesa Total	33.920.460	32.459.770		26.349.260	24.129.358		24.495.060	21.466.181	
Despesas Primárias (II)	33.720.460	32.268.382		26.149.260	23.946.208		24.095.060	21.115.642	
Resultado Primário (III)=(I-II)	-740.600	-708.708		84.400	77.289		279.400	244.851	
Resultado Nominal	640.000	612.440		-100.000	-91.575		-200.000	175.269	
Dívida Pública Consolidada	1.700.000	1.626.794		1.600.000	1.465.201		1.400.000	1.226.886	
Dívida Consolidada Líquida	1.600.000	1.531.100		1.500.000	1.373.626		1.300.000	1.139.251	

VARIÁVEIS	2018	2019	2020
IPCA - LDO 2018	4,50%	4,50%	4,50%

Nota: Variável extraída do Projeto de Lei de LDO da União.

**1.1.1. Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes**

2018	2019	2020
valor corrente/1,0450	valor corrente/1,0920	valor corrente/1,1411

**1.1.2. Memória e metodologia de cálculo das Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública****1.1.2.1. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas**

As metas anuais de Receitas do Município de Ouro foram calculadas a partir das seguintes receitas orçamentárias:

Especificação	2018	2019	2020
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	36.914.660,00	29.452.660,00	27.727.660,00
RECEITAS CORRENTES	22.738.660,00	23.718.660,00	24.977.660,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.636.700,00	1.839.700,00	2.101.700,00
Impostos	1.252.700,00	1.388.700,00	1.557.700,00
Taxas	353.700,00	420.700,00	513.700,00
Contribuição de Melhoria	30.300,00	30.300,00	30.300,00
Receita de Contribuições	381.400,00	391.400,00	401.400,00
Contribuições Sociais	1.400,00	1.400,00	1.400,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	380.000,00	390.000,00	400.000,00
Receita Patrimonial	121.100,00	127.100,00	133.100,00

Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	10.500,00	11.500,00	12.500,00
Valores Mobiliários	110.600,00	115.600,00	120.600,00
Receita de Serviços	131.000,00	141.000,00	151.000,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	126.000,00	136.000,00	146.000,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferências Correntes	20.221.460,00	20.972.460,00	21.943.460,00
Transferências da União e de suas Entidades	8.067.800,00	8.273.800,00	8.499.800,00
Cotas-Parte do FPM	6.870.000,00	7.090.000,00	7.310.000,00
Transferência de Recursos do SUS	536.100,00	516.100,00	516.100,00
Transferência de Recursos do FNAS	161.800,00	161.800,00	161.800,00
Transferência de Recursos do FNDE	393.000,00	393.000,00	393.000,00
Demais Transferências da União	106.000,00	112.000,00	118.000,00
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	9.348.660,00	9.693.660,00	10.138.660,00
Cota-Parte do ICMS	7.700.000,00	8.000.000,00	8.400.000,00
Cota-Parte do IPVA	820.000,00	860.000,00	900.000,00
Cota-Parte do IPI - Municípios	115.000,00	120.000,00	125.000,00
Transferência de Recursos do SUS	399.660,00	399.660,00	399.660,00
Transferências de Convênio - Programas de Educação	235.000,00	235.000,00	235.000,00
Demais Transferências dos Estados	26.000,00	26.000,00	26.000,00
Transferências de Instituições Privadas	5.000,00	5.000,00	5.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.800.000,00	3.000.000,00	3.300.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	2.800.000,00	3.000.000,00	3.300.000,00
Outras Receitas Correntes	247.000,00	247.000,00	247.000,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	81.000,00	81.000,00	81.000,00
Demais Receitas Correntes	166.000,00	166.000,00	166.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	14.176.000,00	5.734.000,00	2.750.000,00
Operações de Crédito	800.000,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	800.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	30.000,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	30.000,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	13.346.000,00	5.734.000,00	2.750.000,00
Transferências da União e de suas Entidades	7.586.000,00	5.089.000,00	2.105.000,00
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	5.760.000,00	645.000,00	645.000,00
DEDUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-2.994.200,00	-3.103.400,00	-3.232.600,00
RECEITAS CORRENTES	-2.994.200,00	-3.103.400,00	-3.232.600,00
Transferências Correntes	-2.994.400,00	-3.103.400,00	-3.232.600,00
Transferências da União e de suas Entidades	-1.267.200,00	-1.307.400,00	-1.347.600,00
Dedução de receita para a formação do FUNDEB	-1.267.200,00	-1.307.400,00	-1.347.600,00
Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidades	-1.727.000,00	-1.796.000,00	-1.885.000,00
Dedução de receita para a formação do FUNDEB	-1.727.000,00	-1.796.000,00	-1.885.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>33.920.460,00</b>	<b>26.349.260,00</b>	<b>24.495.060,00</b>

#### 1.1.2.2. Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita:

##### Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	693.400,00	
2015	841.400,00	21,34%
2016	1.076.000,00	27,88%
2017	1.304.600,00	21,25%
2018	1.636.700,00	25,46%
2019	1.839.700,00	12,40%
2020	2.101.700,00	14,24%

##### Receita de Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	226.500,00	

2015	228.800,00	1,02%
2016	261.200,00	14,16%
2017	271.350,00	3,89%
2018	381.400,00	40,56%
2019	391.400,00	2,62%
2020	401.400,00	2,55%

**Receita Patrimonial**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	74.700,00	
2015	78.800,00	5,49%
2016	115.800,00	46,95%
2017	145.550,00	25,69%
2018	121.100,00	-16,80%
2019	127.100,00	4,95%
2020	133.100,00	4,72%

**Receita de Serviços**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	55.000,00	
2015	86.000,00	56,36%
2016	107.500,00	25,00%
2017	117.600,00	9,40%
2018	131.000,00	11,39%
2019	141.000,00	7,63%
2020	151.000,00	7,09%

**Cotas-Parte do Fundo de Participação dos Municípios**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	5.200.000,00	
2015	5.600.000,00	7,69%
2016	6.630.000,00	18,39%
2017	6.700.000,00	1,06%
2018	6.870.000,00	2,54%
2019	7.090.000,00	3,20%
2020	7.310.000,00	3,10%

**Transferências de Recursos do SUS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	462.000,00	
2015	443.000,00	-4,11%
2016	493.500,00	11,40%
2017	484.000,00	-1,93%
2018	536.100,00	10,76%
2019	516.100,00	-3,73%
2020	516.100,00	0,00%

**Transferências de Recursos do FNDE**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	262.000,00	
2015	311.800,00	19,01%
2016	331.800,00	6,41%
2017	332.500,00	0,21%
2018	393.900,00	18,47%
2019	393.900,00	0,00%



2020	393.900,00	0,00%
------	------------	-------

**Cota-Parte do ICMS**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	6.000.000,00	
2015	6.700.000,00	11,67%
2016	7.500.000,00	11,94%
2017	7.500.000,00	0,00%
2018	7.700.000,00	2,67%
2019	8.000.000,00	3,90%
2020	8.400.000,00	5,00%

**Cota-Parte do IPVA**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	660.000,00	
2015	760.000,00	15,15%
2016	760.000,00	0,00%
2017	780.000,00	2,63%
2018	820.000,00	5,13%
2019	860.000,00	4,88%
2020	900.000,00	4,65%

**Transferências de Recursos do FUNDEB**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	1.700.000,00	
2015	2.100.000,00	23,53%
2016	2.200.000,00	4,76%
2017	2.280.000,00	3,64%
2018	2.800.000,00	22,81%
2019	3.000.000,00	7,14%
2020	3.300.000,00	10,00%

**Outras Receitas Correntes**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	93.000,00	
2015	61.700,00	-33,66%
2016	88.000,00	42,63%
2017	94.600,00	7,50%
2018	247.000,00	161,10%
2019	247.000,00	0,00%
2020	247.000,00	0,00%

**1.1.2.3. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas**

As metas anuais de Despesas do Município de Ouro foram calculadas a partir das despesas orçamentárias:

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	2018	2019	2020
DESPESAS CORRENTES (I)	18.664.460,00	19.746.260,00	20.949.060,00
Pessoal e Encargos Sociais	10.421.400,00	10.838.000,00	11.270.000,00
Juros e Encargos da Dívida	100.000,00	100.000,00	200.000,00
Outras Despesas Correntes	8.143.060,00	8.808.260,00	9.479.060,00
DESPESAS DE CAPITAL (II)	15.156.000,00	6.503.000,00	3.446.000,00
Investimentos	15.056.000,00	6.403.000,00	3.246.000,00
Amortização Financeira	100.000,00	100.000,00	200.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	100.000,00	100.000,00	100.000,00
TOTAL (IV)=(I+II+III)	33.920.460,00	26.349.260,00	24.495.060,00

**1.1.2.4. Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas:****Pessoal e Encargos Sociais**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	7.719.000,00	
2015	8.877.170,61	15,00%
2016	10.248.092,00	15,44%
2017	10.349.075,00	0,99%
2018	10.421.400,00	0,70%
2019	10.838.000,00	4,00%
2020	11.270.000,00	3,99%

**Juros e Encargos da Dívida**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	123.100,00	
2015	93.220,00	-24,27%
2016	25.000,00	-73,18%
2017	60.000,00	140,00%
2018	100.000,00	66,67%
2019	100.000,00	0,00%
2020	100.000,00	0,00%

**Outras Despesas Correntes**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	4.959.300,00	
2015	5.144.119,39	3,73%
2016	7.530.288,00	46,39%
2017	6.928.075,00	-8,00%
2018	8.143.060,00	17,54%
2019	8.808.260,00	8,17%
2020	9.479.060,00	7,62%

**Investimentos**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	14.945.700,00	
2015	15.614.660,00	4,48%
2016	16.526.460,00	5,84%
2017	14.893.970,00	-9,88%
2018	15.056.000,00	1,09%
2019	6.403.000,00	-57,47%
2020	3.246.000,00	-49,31%

**Amortização da Dívida**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	635.900,00	
2015	590.890,00	-7,08%
2016	416.820,00	-29,46%
2017	0,00	-100,00%
2018	100.000,00	0,00%
2019	100.000,00	0,00%
2020	200.000,00	100,00%

**Reserva de Contingência**

Metas Anuais	Valor Nominal - R\$ 1,00	Variação - %
2014	20.000,00	
2015	100.000,00	400,00%
2016	100.000,00	0,00%
2017	40.000,00	-60,00%

2018	100.000,00	150,00%
2019	100.000,00	0,00%
2020	100.000,00	0,00%

### 1.1.2.5. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
RECEITAS CORRENTES (I)	15.200.500,00	17.320.000,00	17.712.600,00	19.744.460,00	20.615.260,00	21.745.060,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	841.400,00	1.076.000,00	1.304.600,00	1.636.700,00	1.839.700,00	2.101.700,00
Contribuições	228.800,00	261.200,00	271.350,00	381.400,00	391.400,00	401.400,00
Receita Patrimonial	78.800,00	115.800,00	145.550,00	121.100,00	127.100,00	133.100,00
Aplicações Financeiras (II)	71.800,00	106.800,00	136.850,00	110.600,00	115.600,00	120.600,00
Outras Receitas Patrimoniais	7.000,00	9.000,00	8.700,00	10.500,00	11.500,00	12.500,00
Transferências Correntes	13.903.800,00	15.671.500,00	15.778.900,00	17.227.260,00	17.869.060,00	18.710.860,00
Demais Receitas Correntes	147.700,00	195.500,00	212.200,00	378.000,00	388.000,00	398.000,00
Receitas Fiscais Correntes (III)=(I-II)	15.128.700,00	17.213.500,00	17.575.750,00	19.633.860,00	20.499.660,00	21.624.460,00
RECEITAS DE CAPITAL (IV)	15.219.560,00	17.526.660,00	14.558.520,00	14.176.000,00	5.734.000,00	2.750.000,00
Operações de Crédito (V)	2.200.000,00	0,00	1.000.000,00	800.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (VII)	47.500,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	12.972.060,00	17.526.660,00	13.558.520,00	13.346.000,00	5.734.000,00	2.750.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Fiscais de Capital (VIII)=(IV-V-VI-VII)	12.972.060,00	17.526.660,00	13.558.520,00	13.346.000,00	5.734.000,00	2.750.000,00
RECEITAS PRIMÁRIAS (IX)=(III+VIII)	28.100.760,00	34.739.860,00	31.134.270,00	32.979.860,00	26.233.660,00	24.374.460,00
DESPESAS CORRENTES (X)	14.114.510,00	17.803.380,00	17.337.150,00	18.664.460,00	19.746.260,00	20.949.060,00
Pessoal e Encargos Sociais	8.877.170,61	10.248.092,00	10.349.075,00	10.421.400,00	10.838.000,00	11.270.000,00
Juros e Encargos da Dívida (XI)	93.220,00	25.000,00	60.000,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00
Outras Despesas Correntes	5.144.119,39	7.530.288,00	6.928.075,00	8.143.060,00	8.808.260,00	9.479.060,00
Despesas Fiscais Correntes (XII)=(X-XI)	14.021.290,00	17.778.380,00	17.277.150,00	18.564.460,00	19.646.260,00	20.749.060,00
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	16.205.550,00	16.943.280,00	14.893.970,00	15.156.000,00	6.503.000,00	3.446.000,00
Investimentos	15.614.660,00	16.526.460,00	14.893.970,00	15.056.000,00	6.403.000,00	3.246.000,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	590.890,00	416.820,00	0,00	100.000,00	100.000,00	200.000,00
Despesas Fiscais de Capital (XV)=(XIII-XIV)	15.614.660,00	16.526.460,00	14.893.970,00	15.056.000,00	6.403.000,00	3.246.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	100.000,00	100.000,00	40.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
DESPESA PRIMÁRIA (XVII)=(XII+XV+XVI)	29.735.950,00	34.404.840,00	32.211.120,00	33.720.460,00	26.149.260,00	24.095.060,00
RESULTADO PRIMÁRIO (IX-XVII)	-1.635.190,00	335.020,00	-1.076.850,00	-740.600,00	84.400,00	279.400,00

### 1.1.2.6. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal

Especificação	2015 (b)	2016 (c)	2017 (d)	2018 (e)	2019 (f)	2020 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.637.800,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.700.000,00	1.600.000,00	1.400.000,00
DEDUÇÕES (II)	100.000,00	100.000,00	40.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Ativo Disponível	100.000,00	100.000,00	40.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	2.537.800,00	900.000,00	960.000,00	1.600.000,00	1.500.000,00	1.300.000,00
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)	2.537.800,00	900.000,00	960.000,00	1.600.000,00	1.500.000,00	1.300.000,00
	(b-a)	(c-b)	(d-c)	(e-d)	(f-e)	(g-f)
RESULTADO NOMINAL	1.400.000,00	-1.637.800,00	60.000,00	640.000,00	-100.000,00	-200.000,00

**1.1.2.7. Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida Pública**

Especificação	2015	2016	2017	2018	2019	2020
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.637.800,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.700.000,00	1.600.000,00	1.400.000,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	2.637.800,00	1.000.000,00	1.000.000,00	1.700.000,00	1.600.000,00	1.400.000,00
DEDUÇÕES (II)	100.000,00	100.000,00	40.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Ativo Disponível	100.000,00	100.000,00	40.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III)=(I-II)	2.537.800,00	900.000,00	960.000,00	1.600.000,00	1.500.000,00	1.300.000,00

**1.2. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

MUNICÍPIO DE OURO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2018**

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1.000,00

Especificação	Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a)x100
Receita Total	34.846.660,00		21.278.037,78		-13.568.622,22	- 38,94
Receitas Primárias (I)	34.739.860,00		20.915.303,27		-13.824.556,73	- 39,79
Despesa Total	34.846.660,00		21.306.644,04		-13.540.015,96	- 38,86
Despesas Primárias (II)	34.404.840,00		20.865.136,55		-13.539.703,45	- 39,35
Resultado Primário (III)=(I-II)	335.020,00		50.166,72		-284.853,28	- 85,03
Resultado Nominal	-1.637.800,00		-901.043,98		736.756,02	- 44,98
Dívida Pública Consolidada	1.000.000,00		0,00		-1.000.000,00	- 100,00
Dívida Consolidada Líquida	900.000,00		-3.574.512,71		-4.474.512,71	- 497,17

**1.3. METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

MUNICÍPIO DE OURO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**  
**2018**

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

Especificação	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	30.420.060	34.846.660	14,6	32.271.120	-7,4	33.920.460	5,1	26.349.260	-22,3	24.495.060	-7,0
Receitas Primárias (I)	28.100.760	34.739.860	23,6	31.134.270	-10,4	32.979.860	5,9	26.233.660	-20,5	24.374.460	-7,1
Despesa Total	30.420.060	34.846.660	14,6	32.271.120	-7,4	33.920.460	5,1	26.349.260	-22,3	24.495.060	-7,0
Despesas Primárias (II)	29.735.950	34.404.840	15,7	32.211.120	-6,4	33.720.460	4,7	26.149.260	-22,5	24.095.060	-7,9
Resultado Primário (I-II)	-1.635.190	335.020	-120,5	-1.076.850	-421,4	-740.600	-31,2	84.400	-111,4	279.400	231,0
Resultado Nominal	1.400.000	-1.637.800	-217,0	60.000	-103,7	640.000	966,7	-100.000	-115,6	-200.000	100,0
Dívida Pública Consolidada	2.637.800	1.000.000	-62,1	1.000.000	0,0	1.700.000	70,0	1.600.000	-5,9	1.400.000	-12,5
Dívida Consolidada Líquida	2.537.800	900.000	-64,5	960.000	6,7	1.600.000	66,7	1.500.000	-6,3	1.300.000	-13,3

Especificação	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	%	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%
Receita Total	28.774.177	32.995.606	14,7	30.444.452	-7,7	32.459.770	6,6	24.129.358	-25,7	21.466.181	-11,0
Receitas Primárias (I)	26.580.363	32.894.479	23,8	29.371.952	-10,7	31.559.674	7,4	24.023.498	-23,9	21.360.494	-11,1
Despesa Total	28.774.177	32.995.606	14,7	30.444.452	-7,7	32.459.770	6,6	24.129.358	-25,7	21.466.181	-11,0
Despesas Primárias (II)	28.127.081	32.577.255	15,8	30.387.849	-6,7	32.268.382	6,2	23.946.208	-25,8	21.115.642	-11,8
Resultado Primário (I-II)	-1.546.718	317.223	-120,5	-1.015.896	-420,2	-708.708	-30,2	77.289	-110,9	244.851	216,8
Resultado Nominal	1.324.253	-1.550.800	-217,1	56.603	-103,6	612.440	982,0	-91.575	-115,0	175.269	-291,4
Dívida Pública Consolidada	2.495.081	946.880	-62,1	943.396	-0,4	1.626.794	72,4	1.465.201	-9,9	1.226.886	-16,3
Dívida Consolidada Líquida	2.400.492	852.192	-64,5	905.660	6,3	1.531.100	69,1	1.373.626	-10,3	1.139.251	-17,1

**1.4. EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO**

## MUNICÍPIO DE OURO

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**2018**

AMF- Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	16.904.650,92	100,00	16.177.887,33	100,00	13.199.217,52	100,00
TOTAL	16.904.650,92	100,00	16.177.887,33	100,00	13.199.217,52	100,00

### 1.5. ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

**MUNICÍPIO DE OURO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**  
**2018**

AMF- Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016 (a)	2015(b)	2014 (c)
RECEITAS DE CAPITAL -ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	100.000,00	98.150,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	100.000,00	98.150,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2014 (d)	2015 (e)	2014 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	100.330,14	105.600,00	9.777,34
DESPESAS DE CAPITAL	100.330,14	105.600,00	9.777,34
Investimentos	100.330,14	105.600,00	9.777,34
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	(g)=[(Ia-IIb)+IIIh]	(h)=[(Ib-IIe)+IIIi]	(i)=[(Ic-IIf)]
VALOR (III)	0,00	330,14	7.780,14

### 1.6. AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

O Município de Ouro não possui Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos.

### 1.7. ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

O Município de Ouro tem por princípio incentivar o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano e suas taxas adicionais (Taxa de Coleta de Lixo, Taxa de Limpeza Pública, Taxa de Conservação de Calçamento e Taxa de Expediente) em cota-única, concedendo um desconto de até 5% (cinco por cento). Na previsão da receita do referido tributo e taxas já foram excluídas a renúncia de receita, conforme previsão demonstrada no quadro a seguir:

Previsão do valor do IPTU e Taxas a serem lançados no exercício de 2018	R\$	485.160,00
Previsão de Pagamento em conta única de 56%	R\$	271.690,00
Desconto de 5% - Renúncia de Receita	R\$	13.584,00
Previsão de Arrecadação Líquida em 2018 (324.584,00 - 13.584,00)	R\$	311.000,00

## 2. METAS FISCAIS DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO - SIMAE

### 2.1. META FISCAL DA RECEITA

Especificação	2018	2019	2020
---------------	------	------	------

Município de Ouro - Lei nº 2.496

Página 16 de 23

RECEITAS CORRENTES	7.995.412,55	8.487.532,65	9.012.586,84
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	86.350,78	90.668,32	95.201,73
Impostos	86.350,78	90.668,32	95.201,73
Receita Patrimonial	215.977,18	226.776,04	238.114,84
Valores Mobiliários	215.977,18	226.776,04	238.114,84
Receita de Serviços	7.270.977,60	7.726.875,95	8.213.897,31
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	7.270.977,60	7.726.875,95	8.213.897,31
Outras Receitas Correntes	422.106,99	443.212,34	465.372,96
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	30.441,73	31.963,82	33.562,01
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	40.468,25	42.491,66	44.616,24
Demais Receitas Correntes	351.197,01	368.756,86	387.194,71
RECEITAS DE CAPITAL	7.650,00	8.032,50	8.434,12
Alienação de Bens	7.650,00	8.032,50	8.434,12
Alienação de Bens Móveis	7.650,00	8.032,50	8.434,12
<b>TOTAL</b>	<b>8.003.062,55</b>	<b>8.495.565,15</b>	<b>9.021.020,96</b>



## ANEXO II

### 1. PRIORIDADES E METAS DO MUNICÍPIO DE OURO PARA O EXERCÍCIO DE 2018

<b>Programa:</b> <b>0001. GESTÃO LEGISLATIVA</b>					
<b>Ações</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor</b>	<b>DR</b>
2001. Manutenção das atividades legislativas	exercício	unidade	1	1.137.000,00	00
2002. Manutenção do Programa Vereador Mirim	exercício	unidade	1	15.000,00	00
<b>TOTAL</b>				<b>1.152.000,00</b>	

<b>Programa:</b> <b>0002. GESTÃO ADMINISTRATIVA</b>					
<b>Ações</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor</b>	<b>DR</b>
2003. Manutenção do Gabinete do Prefeito	exercício	unidade	1	265.000,00	00
2004. Manutenção das atividades dos Conselhos Municipais	exercício	unidade	1	5.000,00	00
2005. Manutenção do Controle Interno e Assessoramento Jurídico	exercício	unidade	1	237.000,00	00
2006. Atenção a Terceira Idade	exercício	unidade	1	15.000,00	00
2007. Manutenção do Conselho Tutelar	exercício	unidade	1	192.000,00	00
2008. Manutenção da Casa da Cidadania	exercício	unidade	1	42.000,00	00
2009. Manutenção do Gabinete do Vice-Prefeito	exercício	unidade	1	95.000,00	00
2010. Manutenção das atividades administrativas e fazendárias	exercício	unidade	1	1.497.297,00	00
2011. Publicidade dos atos oficiais	exercício	unidade	1	30.000,00	00
2012. Contribuições associativas	exercício	unidade	1	140.000,00	00
0001. Amortização do Principal e Encargos da Dívida	exercício	unidade	1	200.000,00	00
0002. Contribuição para formação do Patrimônio do Servidor - PASEP	exercício	unidade	1	189.890,00	00
				150,00	07
				700,00	39
0003. Manutenção dos encargos com Inativos e Pensionistas	exercício	unidade	1	500.000,00	00
				1.400,00	03
<b>TOTAL</b>				<b>3.410.437,00</b>	

<b>Programa:</b> <b>0003. A ESCOLA FORMANDO CIDADÃOS E AMPLIANDO SABERES</b>					
<b>Ações</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor</b>	<b>DR</b>
2013. Manutenção da Secretaria de Educação	exercício	unidade	1	260.000,00	00
2014. Merenda Escolar	aluno	unidade	700	80.000,00	00
				20.000,00	36
				84.100,00	37
1007. Aquisição de veículos para o transporte escolar	veículo	unidade	2	14.000,00	01
				1.390.000,00	37
1008. Construção de unidade escolar	obra executada	m²	1.500	16.000,00	01

				1.600.000,00	32
2015. Manutenção do Ensino Fundamental	aluno	unidade	322	592.673,00	01
				1.331.000,00	18
2016. Manutenção do transporte escolar	aluno	unidade	961	450.000,00	01
				252.000,00	36
				39.000,00	37
				235.500,00	62
2017. Apoio ao Ensino Profissionalizante	aluno	unidade	37	8.000,00	00
2018. Apoio ao Ensino Superior	acadêmico	unidade	120	70.000,00	00
1009. Melhoria dos espaços físicos dos Centros de Educação Infantil	centro	unidade	2	5.000,00	01
				235.000,00	32
1010. Aquisição de terreno no Distrito de Santa Lúcia	terreno	m²	400	100.000,00	01
2019. Manutenção da Educação Infantil	aluno	unidade	384	400.000,00	01
				1.474.000,00	18
2020. Educação para Jovens e Adultos	aluno	unidade	24	10.000,00	01
2021. Manutenção da Educação Especial	aluno	unidade	18	126.000,00	01
<b>TOTAL</b>				<b>8.792.273,00</b>	

**Programa:****0004. APOIANDO A CULTURA E PRESERVANDO A HISTÓRIA**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
2022. Manutenção da Biblioteca Pública Municipal	exercício	unidade	1	60.000,00	00
0027. Manutenção da retransmissão de televisão	exercício	unidade	1	13.000,00	00
0028. Desenvolvimento de atividades artístico-culturais	exercício	unidade	1	60.000,00	00
<b>TOTAL</b>				<b>133.000,00</b>	

**Programa:****0005. EXERCITANDO O CORPO E RESGATANDO VALORES**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1011. Melhorias dos ginásios de esportes	ginásio	unidade	1	10.000,00	00
				90.000,00	34
1012. Substituição do piso no ginásio André Colombo	piso	m²	850	130.000,00	64
1013. Academias de ginástica ao ar livre	academia	unidade	3	150.000,00	64
2025. Manutenção das atividades desportivas	exercício	unidade	1	290.000,00	00
<b>TOTAL</b>				<b>670.000,00</b>	

**Programa:****0006. PROMOVENDO A SAÚDE PÚBLICA**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1014. Aquisição de veículos para as atividades de saúde	veículo	unidade	2	10.000,00	02
				250.000,00	33
1015. Aquisição de mobiliários e equipamentos	equipamento	unidade	2	5.000,00	02
1016. Construção de Unidade Básica de Saúde no Distrito de Santa Lúcia	obra executada	m²	339	20.000,00	02
				746.000,00	38
2026. Manutenção das atividades gerais de saúde	exercício	unidade	1	1.561.055,00	02
				377.685,00	02
2027. Manutenção da Estratégia da Saúde da Família	exercício	unidade	1	239.200,00	38
				30.100,00	67
2028. Manutenção da Rede de Atenção Psicossocial	exercício	unidade	1	20.000,00	38
				399.660,00	67
2029. Manutenção do Programa Farmácia Básica	exercício	unidade	1	80.000,00	02
				37.700,00	38
				23.100,00	67
2030. Manutenção do Programa Mais Médico	exercício	unidade	1	18.000,00	02
2031. Manutenção do Programa de Saúde Preventiva	exercício	unidade	1	1.120.000,00	02
				213.800,00	38
2032. Manutenção do Programa de Vigilância Sanitária	exercício	unidade	1	41.500,00	00

				36.000,00	02
				12.000,00	38
2033. Manutenção do Programa de Vigilância e Promoção de Saúde	exercício	unidade	1	2.000,00	02
				23.800,00	38
2034. Manutenção do Programa de Alimentação e Nutrição	exercício	unidade	4	20.000,00	02
<b>TOTAL</b>				<b>5.286.600,00</b>	

**Programa:****0007. AMPLIANDO A INFRAESTRUTURA VIÁRIA**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1018. Aquisição de veículo para infraestrutura viária	veículo	unidade	1	5.000,00	00
				250.000,00	34
1019. Aquisição de máquinas e equipamentos	equipamento	unidade	4	10.000,00	00
				1.000.000,00	34
1020. Construção de pontes em concreto	ponte	unidade	2	2.000,00	00
				200.000,00	64
1021. Construção da garagem municipal	obra executada	m²	400	5.000,00	00
				450.000,00	64
1022. Pavimentação de estradas rurais	pavimentação	m²	2.000	5.000,00	00
				4.000.000,00	64
2035. Manutenção das estradas vicinais	exercício	unidade	1	800.000,00	00
				11.950,00	07
				69.400,00	39
0050. Manutenção da garagem e oficina municipal	exercício	unidade	1	25.000,00	00
<b>TOTAL</b>				<b>6.836.350,00</b>	

**Programa:****0008. SEGURANÇA DO CIDADÃO**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
2037. Manutenção das atividades de trânsito	exercício	unidade	1	1.100,00	00
				12.800,00	12
2038. Manutenção de convênio com a Polícia Militar	exercício	unidade	1	12.800,00	10
2039. Manutenção de convênio com a Polícia Civil	exercício	unidade	1	12.900,00	11
2040. Manutenção de convênio com a Rádio Patrulha	exercício	unidade	1	14.100,00	00
1023. Aquisição de viaturas e equipamentos para o Corpo de Bombeiros	equipamento	unidade	1	100.000,00	00
2041. Manutenção de convênio com o Corpo Bombeiros	exercício	unidade	1	150.100,00	00
<b>TOTAL</b>				<b>345.900,00</b>	

**Programa:****0009. REVITALIZANDO O URBANISMO**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1024. Pavimentação de ruas	pavimentação	m²	1.900	5.000,00	00
				350.000,00	34
				350.000,00	64
1025. Revitalização de passeios públicos	calçada	m²	2.000	20.000,00	00
				70.000,00	34
				70.000,00	64
1026. Construção de Portal Turístico	obra executada	unidade	1	10.000,00	00
				150.000,00	64
1027. Ampliação do Cemitério Municipal	terreno	unidade	1	80.000,00	00
1029. Revitalização da ponte Mathias Michelizzi	ponte	unidade	1	10.000,00	00
				135.000,00	64
1030. Iluminação pública entre o Bairro Parque e Jardim Ouro e Linha Caravaggio	obra executada	unidade	1	18.000,00	00
				30.000,00	08
1031. Aquisição de veículos para os serviços urbanos	veículo	unidade	1	60.000,00	00

Município de Ouro - Lei nº 2.496

Página 20 de 23

2042. Manutenção dos serviços urbanos	exercício	unidade	1	688.200,00	00
2043. Manutenção da coleta de lixo	exercício	unidade	1	276.300,00	00
2044. Manutenção do Cemitério Municipal	exercício	unidade	1	15.000,00	00
2045. Manutenção da iluminação pública	exercício	unidade	1	352.000,00	08
2046. Manutenção do transporte coletivo urbano	exercício	unidade	1	15.000,00	00
1032. Infraestrutura e saneamento básico em área de expansão do perímetro urbano	obra executada	unidade	1	5.000,00	00
				500.000,00	34
TOTAL				3.209.500,00	

**Programa:****0010. CONSTRUINDO MINHA CASA**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1033. Programas habitacionais nas áreas rurais	exercício	unidade	1	1.000,00	00
				100.000,00	34
1034. Programas habitacionais nas áreas urbanas	exercício	unidade	1	1.000,00	00
				100.000,00	34
1035. Infraestrutura para loteamentos de interesse social	exercício	unidade	1	2.000,00	00
				195.000,00	34
1037. Aquisição de terreno para implantação de núcleo habitacional	terreno	m²	140.000	500.000,00	83
2047. Manutenção das atividades habitacionais	exercício	unidade	1	11.500,00	00
<b>TOTAL</b>				<b>910.500,00</b>	

**Programa:****0011. DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1038. Aquisição de veículos para a Agricultura	veículo	unidade	2	10.000,00	00
				250.000,00	34
				30.000,00	89
1039. Aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas	equipamento	unidade	6	10.000,00	00
				200.000,00	34
				125.000,00	64
2048. Manutenção e promoção das atividades agrícolas	exercício	unidade	1	570.000,00	00
2049. Convênios para a prestação de serviços e assistência técnica	convênio	unidade	1	25.000,00	00
<b>TOTAL</b>				<b>1.220.000,00</b>	

**Programa:****0012. INCREMENTANDO O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
1040. Aquisição de terreno para instalação do Distrito Industrial	terreno	unidade	1	10.000,00	00
				300.000,00	83
1041. Reforma do Centro de Eventos Caravaggio	obra executada	unidade	1	3.000,00	00
				260.000,00	34
2050. Ações de desenvolvimento econômico	exercício	unidade	1	20.000,00	00
2051. Manutenção das atividades turísticas	exercício	unidade	1	10.000,00	00
<b>TOTAL</b>				<b>603.000,00</b>	

**Programa:****0013. ASSEGURANDO DIREITOS E FORTALECENDO VÍNCULOS**

Ações	Produto	Unidade	Meta	Valor	DR
2052. Transferência ao Consórcio Intermunicipal Abrigo Casa Lar	exercício	unidade	1	160.000,00	00
2053. Manutenção do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Criança e do Adolescente	exercício	unidade	1	170.000,00	00
				76.900,00	35
2054. Manutenção do Programa Bolsa Família	exercício	unidade	1	17.300,00	35
1042. Reforma do Centro Comunitário do Bairro	exercício	unidade	1	50.000,00	00

Alvorada					
2055. Manutenção das atividades da Assistência Social	exercício	unidade	1	306.800,00	00
				11.000,00	65
2056. Manutenção do Centro de Referência da Assistência Social	exercício	unidade	1	380.000,00	00
				68.800,00	35
2057. Manutenção do Fundo da Infância e Adolescência	exercício	unidade	1	5.000,00	00
				5.100,00	09
<b>TOTAL</b>				<b>1.250.900,00</b>	

**Programa:****0014. RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

<b>Ações</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor</b>	<b>DR</b>
9000. Reserva de Contingência	exercício	unidade	1	100.000,00	00
<b>TOTAL</b>				<b>100.000,00</b>	

## 2. PRIORIDADES E METAS DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO - SIMAE PARA O EXERCÍCIO DE 2018

**Programa:****8000. ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO**

<b>Ações</b>	<b>Produto</b>	<b>Unidade</b>	<b>Meta</b>	<b>Valor</b>	<b>DR</b>
1060. Ampliação e reforma da sede administrativa	edificação	m²	60	100.000,00	00
1061. Aquisição de bens móveis	equipamento	unidade	16	50.000,00	00
2145. Manutenção administrativa dos Sistemas de Água e Esgoto	unidade gestora	unidade	1	1.868.776,49	00
1062. Ampliação e automação da Estação de Tratamento de Água/Estação de Tratamento de Esgoto	equipamento	unidade	1	200.000,00	00
1063. Construção/ampliação de bens imóveis de natureza industrial	edificação	m²	50	100.000,00	00
1064. Implantação redes e adutoras de água	rede	m	250	250.000,00	00
1065. Implantação de redes de esgoto	rede	m	366	231.39,80	00
1066. Ampliação e manutenção sistema de macro e micro medidores.	equipamento	unidade	875	150.000,00	00
1067. Aquisição e substituição de painéis de comando	equipamento	unidade	1	60.000,00	00
1068. Aquisição e substituição de conjunto moto-bombas	equipamento	unidade	1	110.000,00	00
1069. Aquisição de veículos	veículo	unidade	1	60.000,00	00
1070. Aquisição de equipamentos	equipamento	unidade	5	30.000,00	00
1071. Aquisição de terrenos	terreno	m²	320	80.000,00	00
1073. Construção de reservatórios de água	reservatório	m³	200	300.000,00	00
1074. Aquisição e manutenção sistema supervisorio	equipamento	unidade	3	200.000,00	00
2146. Manutenção e operação técnica do Sistema de Água e Esgoto	unidade gestora	unidade	1	4.045.583,66	00
2147. Transferências ao consórcio público CISAM	exercício	unidade	1	58.875,17	00
2148. Manutenção dos serviços de regulação	exercício	unidade	1	28.256,80	00
2149. Contribuição ao PASEP	unidade gestora	unidade	1	80.030,63	00
<b>TOTAL</b>				<b>8.033.062,55</b>	

**ANEXO III**

<b>RISCOS FISCAIS - LDO 2018</b> Art. 4º, § 3º da LRF	
<b>Identificação dos Eventos</b>	<b>2018</b>
1. Riscos Fiscais	100.000,00
1.1. Intempéries	50.000,00
1.2. Demandas judiciais	50.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>100.000,00</b>



**LEI Nº 2.497**

Publicação Nº 1455333

LEI Nº 2.497, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Ouro para o exercício de 2018.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO**

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Ouro para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 41.923.522,55 (quarenta e um milhões, novecentos e vinte três mil, quinhentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos), sendo R\$ 35.386.022,55 (trinta e cinco milhões, trezentos e oitenta e seis mil, vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos) do Orçamento Fiscal e R\$ 6.537.500,00 (seis milhões, quinhentos e trinta e sete mil e quinhentos reais) do Orçamento da Seguridade Social.

Parágrafo único. O orçamento da autarquia Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, parte integrante do orçamento do Município de Ouro, não comporá, para efeito de análise, as metas fiscais estabelecidas pela Lei Complementar nº 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, de 4 de maio de 2000, em decorrência de que a consolidação das contas da autarquia vem sendo processada no Município de Capinzal.

**DO ORÇAMENTO DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO**

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo Municipal para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 33.920.460,00 (trinta e três milhões, novecentos e vinte mil e quatrocentos e sessenta reais) e fixa a Despesa para o Poder Legislativo Municipal em R\$ 1.152.000,00 (um milhão, cento e cinquenta e dois mil reais) e em R\$ 32.768.460,00 (trinta e dois milhões, setecentos e sessenta e oito mil e quatrocentos e sessenta reais) a Despesa do Poder Executivo.

§ 1º A Receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	36.914.660,00
1.0.0. RECEITAS CORRENTES	R\$	22.738.660,00
1.1.0. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$	1.636.700,00
1.1.1. Impostos	R\$	1.252.700,00
1.1.2. Taxas	R\$	353.700,00
1.1.3. Contribuição de Melhoria	R\$	30.300,00
1.2.0. Contribuições	R\$	381.400,00
1.2.1. Contribuições Sociais	R\$	1.400,00
1.2.4. Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	R\$	380.000,00
1.3.0. Receita Patrimonial	R\$	121.100,00
1.3.1. Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	R\$	10.500,00
1.3.2. Valores Mobiliários	R\$	110.600,00
1.6.0. Receita de Serviços	R\$	131.000,00
1.6.1. Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	R\$	126.000,00
1.6.2. Serviços e Atividades referentes à Navegação e ao Transporte	R\$	5.000,00
1.7.0. Transferências Correntes	R\$	20.221.460,00
1.7.1. Transferências da União e de suas Entidades	R\$	8.067.800,00
1.7.2. Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	R\$	9.348.660,00
1.7.4. Transferências de Instituições Privadas	R\$	5.000,00
1.7.5. Transferências de Outras Instituições Públicas	R\$	2.800.000,00
1.9.0. Outras Receitas Correntes	R\$	247.000,00
1.9.1. Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R\$	81.000,00
1.9.9. Demais Receitas Correntes	R\$	166.000,00
2.0.0. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	14.176.000,00
2.1.0. Operações de Crédito	R\$	800.000,00
2.1.1. Operações de Crédito - Mercado Interno	R\$	800.000,00
2.2.0. Alienação de Bens	R\$	30.000,00
2.2.1. Alienação de Bens Móveis	R\$	30.000,00
2.4.0. Transferências de Capital	R\$	13.346.000,00
2.4.1. Transferências da União e de suas Entidades	R\$	7.586.000,00
2.4.2. Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	R\$	5.760.000,00
DEDUÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	-2.994.200,00
1.0.0. RECEITAS CORRENTES	R\$	-2.994.200,00
1.7.0. Transferências Correntes	R\$	-2.994.200,00
1.7.1. Transferências da União e de suas Entidades	R\$	-1.267.200,00
1.7.2. Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	R\$	-1.727.000,00
TOTAL DA RECEITA	R\$	33.920.460,00

§ 2º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal serão realizadas segundo as discriminações a seguir, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica:

#### I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL:

01.01 - Câmara Municipal de Vereadores	R\$	1.152.000,00
02.01 - Gabinete do Prefeito	R\$	756.000,00
03.01 - Gabinete do Vice-Prefeito	R\$	95.000,00
04.01 - Sec. Mun. da Administração e Fazenda	R\$	1.667.297,00
04.02 - Encargos Gerais do Município	R\$	892.140,00
05.01 - Sec. Mun. da Educação, Cultura e Desporto	R\$	260.000,00
05.02 - Departamento de Educação	R\$	8.532.273,00
05.03 - Departamento de Cultura	R\$	133.000,00
05.04 - Departamento de Desporto	R\$	670.000,00
06.01 - Fundo Municipal de Saúde	R\$	5.286.600,00
07.01 - Sec. Mun. de Transportes	R\$	6.836.350,00
08.01 - Departamento de Urbanismo e Obras	R\$	3.555.400,00
08.02 - Fundo Municipal de Habitação	R\$	910.500,00
09.01 - Sec. Mun. da Agricultura e Meio Ambiente	R\$	1.220.000,00
10.01 - Sec. Mun. da Indústria, Comércio e Turismo	R\$	603.000,00
11.01 - Fundo Municipal de Assistência Social	R\$	1.240.800,00
11.02 - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	R\$	10.100,00
99.99 - Reserva de Contingência	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	33.920.460,00

#### II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

01 - Legislativa	R\$	1.152.000,00
04 - Administração	R\$	2.518.297,00
06 - Segurança Pública	R\$	345.900,00
08 - Assistência Social	R\$	1.250.900,00
10 - Saúde	R\$	5.286.600,00
12 - Educação	R\$	8.792.273,00
13 - Cultura	R\$	133.000,00
15 - Urbanismo	R\$	3.209.500,00
16 - Habitação	R\$	910.500,00
20 - Agricultura	R\$	1.220.000,00
22 - Indústria	R\$	310.000,00
23 - Comércio e Serviços	R\$	293.000,00
26 - Transporte	R\$	6.836.350,00
27 - Desporto e Lazer	R\$	670.000,00
28 - Encargos Especiais	R\$	892.140,00
99 - Reserva de Contingência	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	33.920.460,00

#### III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA:

Código	Programa	Valor
0001	Gestão Legislativa	1.152.000,00
0002	Gestão Administrativa	3.410.437,00
0003	A Escola Formando Cidadãos e Ampliando Saberes	8.792.273,00
0004	Apoiando a Cultura e Preservando a História	133.000,00
0005	Exercitando o Corpo e Resgatando Valores	670.000,00
0006	Promovendo a Saúde Pública	5.286.600,00
0007	Ampliando a Infraestrutura Viária	6.836.350,00
0008	Segurança do Cidadão	345.900,00
0009	Revitalizando o Urbanismo	3.209.500,00
0010	Construindo Minha Casa	910.500,00
0011	Desenvolvimento da Agricultura Familiar	1.220.000,00
0012	Incrementando o Desenvolvimento Econômico	603.000,00
0013	Assegurando Direitos e Fortalecendo Vínculos	1.250.900,00
0014	Reserva de Contingência	100.000,00
	TOTAL	33.920.460,00

#### IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:

3.0 - DESPESAS CORRENTES	R\$	18.664.460,00
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	10.421.400,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$	100.000,00

3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$	8.143.060,00
4.0 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$	15.156.000,00
4.4 - Investimentos	R\$	15.056.000,00
4.6 - Amortização da Dívida	R\$	100.000,00
9.0 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	100.000,00
TOTAL	R\$	33.920.460,00

## DO ORÇAMENTO DO SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE CAPINZAL E OURO

Art. 3º O Orçamento do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 8.003.062,55 (oito milhões, três mil, sessenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos).

§ 1º A Receita do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE será realizada mediante arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, com o seguinte desdobramento:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	R\$	8.003.062,55
1.0.0. RECEITAS CORRENTES	R\$	7.995.412,55
1.1.0. Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$	86.350,78
1.1.1. Impostos	R\$	86.350,78
1.3.0. Receita Patrimonial	R\$	215.977,18
1.3.2. Valores Mobiliários	R\$	215.977,18
1.6.0. Receita de Serviços	R\$	7.270.977,60
1.6.1. Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	R\$	7.270.977,60
1.9.0. Outras Receitas Correntes	R\$	422.106,99
1.9.1. Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	R\$	30.441,73
1.9.2. Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	R\$	40.468,25
1.9.9. Demais Receitas Correntes	R\$	351.197,01
2.0.0. RECEITAS DE CAPITAL	R\$	7.650,00
2.2.0. Alienação de Bens	R\$	7.650,00
2.2.1. Alienação de Bens Móveis	R\$	7.650,00
TOTAL DA RECEITA	R\$	8.003.062,55

§ 2º A Despesa do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE será realizada segundo as discriminações a seguir, obedecendo a funcional-programática e natureza econômica:

## I - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO:

04 - Administração	R\$	2.018.776,49
17 - Saneamento	R\$	5.904.255,43
28 - Encargos Especiais	R\$	80.030,63
TOTAL	R\$	7.276.834,47

## II - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA:

8000 - Água Potável e Saneamento	R\$	8.003.062,55
TOTAL	R\$	8.003.062,55

## III - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA:

3.0 - DESPESAS CORRENTES	R\$	6.079.235,71
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	2.865.621,34
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$	3.213.614,37
4.0 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$	1.923.826,84
4.4 - Investimentos	R\$	1.923.826,84
TOTAL	R\$	8.003.062,55

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme abaixo:

## Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL

I - Intempéries	R\$	50.000,00
II - Demandas judiciais	R\$	50.000,00
TOTAL	R\$	100.000,00

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificado neste artigo.

Art. 5º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto ou atividade ou operações especiais.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado, nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 100% (cem por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;

II - superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta Lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

Art. 8º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º da Lei nº 4.320, de 1964, será realizada por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos arts. 8º, parágrafo único e 50, I da Lei de Responsabilidade Fiscal e no que estabelece a Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001, do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e suas alterações posteriores.

Art. 9º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos arts. 8º, 42 e 50, inciso I da Lei de Responsabilidade Fiscal e no que estabelece a Portaria Interministerial nº 163/2001.

Art. 10. Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 11. Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Poder Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 12. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os seus efeitos legais a partir de 1º de janeiro de 2018.

Ouro, 12 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

## LEI Nº 2.498

Publicação Nº 1455334

LEI Nº 2.498, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo firmar convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para execução de serviços de bombeiros, e dispõe sobre a Cota de Participação Mensal Comunitária de Segurança Contra Sinistros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a firmar convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar, inclusive para arrecadação das Taxas de Prevenção Contra Sinistros - TPCS, com fulcro no art. 17 e seguintes, bem como no Anexo IV, Tabela VII, da Lei estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988.

Art. 2º Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão recolhidos em conta bancária deste Município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º Para compor o efetivo de prontidão, fica autorizado o Município a ceder servidores municipais efetivos para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º A Cota de Participação Mensal Comunitária de Segurança Contra Sinistros (Cota Comunitária Voluntária) instituída pela Lei nº 1.598, de 17 de dezembro de 1998, tendo como objetivo fomentar, estimular e potencializar o serviço de combate a incêndio, resgates e salvamentos, ações de defesa civil e capacitação da comunidade, prestados pelo Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal para o município de Ouro.

§ 1º A cobrança da Cota Comunitária Voluntária referida do caput deste artigo será lançada no documento de recolhimento da fatura de água do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, conforme acordo em convênio específico.

§ 2º Os contribuintes que desejarem participar da Cota Comunitária Voluntária deverão dirigir-se à sede do Corpo de Bombeiros Militar de Capinzal, munidos da última fatura de água, para preenchimento de formulário próprio para inclusão no cadastro de contribuinte, cuja cobrança dar-se-á ao mês seguinte ao encaminhamento.

§ 3º Os municípios que, na data da entrada em vigor da presente Lei, já se encontram cadastrados como contribuintes ficam dispensados da providência mencionada no parágrafo anterior, cuja adesão será mantida.

§ 4º Os valores da Cota Comunitária Voluntária são assim classificados, em conformidade com a Lei nº 1.598, de 1998 e valores fixado para o exercício de 2017:

I - Residenciais: R\$ 3,91 (três reais e noventa e um centavos);

II - Comercial/Industrial: R\$ 17,59 (dezessete reais e cinquenta e nove centavos);

III - Poder Público: R\$ 17,59 (dezessete reais e cinquenta e nove centavos).

§ 5º Os valores da Cota Comunitária Voluntária, previsto no parágrafo anterior, serão atualizadas anual, através de Decreto, tendo por base a variação do índice de atualização da Unidade de Referência Municipal - URM.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com o Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Capinzal e Ouro - SIMAE, para proceder o recolhimento da Cota Comunitária Voluntária.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Ouro, 12 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**LEI Nº 2.499**

Publicação Nº 1455335

LEI Nº 2.499, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Denomina de Dario da Rosa o Ginásio Municipal de Esportes do Bairro Nossa Senhora dos Navegantes no Município de Ouro.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE OURO, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Ginásio Municipal de Esportes edificado ao lado da Escola Municipal Professor Guerino Riquetti no Bairro Nossa Senhora dos Navegantes, neste Município, fica denominado de "DARIO DA ROSA".

Art. 2º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação. Ouro, 12 de dezembro de 2017.

Neri Luiz Miqueloto

Prefeito

Alex Sandro Silva

Sec. Mun. da Administração e Fazenda

**PR 052/2017**

Publicação Nº 1454384

MUNICÍPIO DE OURO / SC

PREGÃO PRESENCIAL N. 0052/2017

O Município de Ouro/SC TORNA PÚBLICO que realizará no dia 28/12/2017, às 09:00 hs, o Processo Licitatório nº. 0075/2017, na modalidade Pregão Presencial N. 0052/2017, tipo menor preço por item, com execução parcelada. Objeto: Contratação de seguros para os veículos da frota do Município de Ouro, para o exercício de 2018. Obtenção do edital: licitacao2@ouro.sc.gov.br; www.ouro.sc.gov.br. Informações: (49) 3555-7000. Município de Ouro, SC, 12/12/2017. Neri Luiz Miqueloto, Prefeito Municipal.



# Palhoça

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.295, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454535

decreto Nº 2.295, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

RECESSO. Define sobre o recesso das atividades do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica determinado o recesso das atividades do Poder Executivo Municipal, no período de 22 de dezembro de 2017 até 05 de janeiro de 2018.

§ 1º O último dia de expediente do ano será em 21 de dezembro de 2017 (quinta-feira) e o retorno das atividades ocorrerá no dia 08 de janeiro de 2017 (segunda-feira);

§ 2º Aos servidores do magistério público não será aplicado o disposto no caput deste artigo, devendo ser observada a regra prevista no art. 170 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 2º O titular de cada órgão deverá definir quais serviços e servidores não participarão do recesso previsto neste Decreto, cabendo-lhe notificar diretamente os servidores, especificando em quais dias cada um irá trabalhar.

Art. 3º O disposto no artigo 1º deste Decreto não será aplicado à UPA 24horas, ao PA Pinheira, bem como aos serviços públicos essenciais, que deverão ser garantidos pelos órgãos competentes.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde deverá reforçar o atendimento na UPA 24 horas, através de escala de serviços e plantão dos servidores, mediante ato próprio.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de dezembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2.295, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454642

decreto Nº 2.295, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

RECESSO. Define sobre o recesso das atividades do Poder Executivo Municipal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica determinado o recesso das atividades do Poder Executivo Municipal, no período de 22 de dezembro de 2017 até 05 de janeiro de 2018.

§ 1º O último dia de expediente do ano será em 21 de dezembro de 2017 (quinta-feira) e o retorno das atividades ocorrerá no dia 08 de janeiro de 2018 (segunda-feira);

§ 2º Aos servidores do magistério público não será aplicado o disposto no caput deste artigo, devendo ser observada a regra prevista no art. 170 da Lei Complementar nº 097, de 15 de dezembro de 2010.

Art. 2º O titular de cada órgão deverá definir quais serviços e servidores não participarão do recesso previsto neste Decreto, cabendo-lhe notificar diretamente os servidores, especificando em quais dias cada um irá trabalhar.

Art. 3º O disposto no artigo 1º deste Decreto não será aplicado à UPA 24horas, ao PA Pinheira, bem como aos serviços públicos essenciais, que deverão ser garantidos pelos órgãos competentes.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Saúde deverá reforçar o atendimento na UPA 24 horas, através de escala de serviços e plantão dos servidores, mediante ato próprio.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 06 de dezembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 2.298, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455020

decreto Nº 2.298, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS DO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina, No uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orçamentária nº 4.444, de 21 de dezembro de 2016, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar no valor de R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais) na dotação orçamentária abaixo:

16:00 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
16:01 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Ação - 92 – Amortização e Encargos da Dívida Interna  
162 46..90.00.00.00.00.0.010.000142– Aplicações Diretas R\$ 81.000,00

Art. 2º A suplementação que se refere o Artigo 1º deste Decreto correrá por conta da anulação da dotação orçamentárias abaixo:

10:00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
10:01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS  
Ação - 2066 – Func. E Manut. da Secretaria Municipal de Finanças  
63 33..90.00.00.00.00.0.010.000142– Aplicações Diretas R\$ 81.000,00



Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 11 de dezembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## **LEI Nº 4.556, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454536

LEI Nº 4.556, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Dispõe sobre a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC -, institui o Departamento de Defesa do Consumidor – PROCON/PALHOÇA – o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON - e o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC -, revoga as leis 1.304/2001 e 2.111/91, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,  
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

### **CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Fica estabelecida a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, nos termos do inciso XXXII do art. 5º da Constituição Federal e dos arts. 4º e 105 da Lei Federal nº. 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor -, e alterações posteriores, e do Decreto Federal 2.181/97.

Parágrafo Único. O Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC tem como finalidade promover no Município de Palhoça, ações de defesa e representação dos consumidores juntamente com os diversos organismos estaduais e municipais, públicos ou privados, articulando-as com as ações exercidas pelas demais instituições integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC:

I - o Departamento de Defesa do Consumidor – PROCON/PALHOÇA;

II - o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON; e

III - o Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC.

### **CAPÍTULO II DO DEPARTAMENTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON SEÇÃO I**

Art. 3º Fica instituído o Departamento de Defesa do Consumidor – PROCON/PALHOÇA, destinado a promover e a implementar, no âmbito do Município de Palhoça, ações direcionadas à formulação da política de proteção, orientação, defesa e educação do consumidor.

Art. 4º Ao Departamento de Defesa do Consumidor – PROCON/PALHOÇA, órgão vinculado diretamente à Secretaria Municipal de Defesa do Cidadão, compete:

I - assegurar a aplicabilidade da Lei Federal 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

II - planejar, elaborar, propor e executar a política do Sistema Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor;

III - receber, analisar, avaliar e encaminhar reclamações, consultas, denúncias e sugestões apresentadas por consumidores e entidades de defesa do consumidor;

IV - prestar aos consumidores orientação permanente sobre seus direitos e garantias;

V - informar, conscientizar e motivar os consumidores a buscar seus direitos, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;

VI - dar atendimento aos consumidores, processando, regularmente, as reclamações fundamentadas;

VII - orientar permanentemente os fornecedores e consumidores sobre seus direitos e deveres;

VIII - solicitar a instauração de inquérito para apuração de delito contra consumidores, nos termos da legislação vigente;

IX - representar ao Ministério Público competente, para fins de adoção de medidas processuais, penais e civis, no âmbito de suas atribuições;

X - levar ao conhecimento dos órgãos competentes as infrações de ordem administrativa que violarem os interesses difusos, coletivos ou individuais dos consumidores;

XI - solicitar o concurso de órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e de outros municípios, bem como auxiliar na fiscalização de preços, do abastecimento, da quantidade e da segurança de produtos e serviços;

XII - incentivar, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais, a formação, pelos municípios, de entidades que tenham por objetivo a defesa dos direitos dos consumidores;

XIII - funcionar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência e dentro das regras fixadas na Lei Federal nº 8.078/90, bem como pela legislação complementar, pelo Decreto e por Portaria;

XIV - celebrar Termos de Ajustamento de Conduta conforme previsto no Decreto nº 2.221/2017;

XV - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 8.078/90, e em outras normas pertinentes à defesa do consumidor;

XVI - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnico-científica para a consecução de seus objetivos;

XVII - convencionar com fornecedores de produtos e prestadores de serviços ou com suas entidades representativas a adoção de normas coletivas de consumo;

XVIII - realizar mediação individual ou coletiva de conflitos de consumo;

XIX - realizar estudos e pesquisas no interesse dos consumidores;

XX - atuar no mercado de consumo em conformidade com a legislação vigente;

XXI - elaborar e divulgar o cadastro nacional de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, a que se refere o art. 44 da Lei Federal 8.078/90;

XXII - notificar, constatar, apreender e autuar em cumprimento da

legislação vigente; e

XXIII - desenvolver outras atividades compatíveis com suas finalidades.

## SEÇÃO II DA ESTRUTURA

Art. 5º A regulamentação do funcionamento do Departamento Municipal de Defesa do Cidadão será definido pelo Secretário da pasta.

Parágrafo Único. O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do PROCON os recursos humanos e financeiros, bem como os bens materiais necessários para o seu funcionamento.

## CAPÍTULO III DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 6º Fica instituído o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECON – com as seguintes atribuições:

I - Atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;

II - Administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, destinando os recursos para projetos e programas de educação, proteção e defesa do consumidor;

III - Prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

IV - Elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no § 1º do art. 55 da lei nº 8.078/90;

V - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

VI - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC, dentro de 60 (sessenta) dias do início do ano subsequente;

VII - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 7º O Conselho Municipal será composto por representantes do Poder Público assim discriminados:

I - o Secretário Municipal do qual o PROCON está vinculado;

II - um representante do PROCON;

III - um representante da Faculdade Municipal de Palhoça - FMP;

IV - um representante da Secretaria Municipal da Saúde – Vigilância Sanitária;

V - um representante da Procuradoria do Município;

VI - um representante da Câmara Municipal de Palhoça;

VII - serão convidados a indicar um representante para compor o CONDECON:

a) a Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Palhoça;

b) a Associação Comercial e Industrial de Palhoça (ACIP);

c) a Câmara de Dirigentes Lojistas de Palhoça (CDL).

§ 1º Todos os demais membros serão indicados pelos órgãos e pelas entidades que representam, sendo investidos na função de conselheiros mediante nomeação pelo Prefeito Municipal;

§ 2º As indicações para nomeações ou substituições de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos;

§ 3º Para cada membro será indicado um suplente que substituirá o titular, com direito a voto em suas ausências ou seus impedimentos;

§ 4º Perderá a condição de membro do CONDECON o Representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) alternadas, no período de 1 (um) ano;

§ 5º Os órgãos e as entidades relacionadas neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo o disposto no § 2º deste artigo;

§ 6º As funções dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica local.

§ 7º Os membros do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor e seus suplentes terão mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.

Art. 8º O Conselho – CONDECON será presidido pelo Secretário Municipal do qual o PROCON está vinculado.

Parágrafo Único. O presidente do CONDECON deverá convidar para as reuniões do Conselho, por ofício, o representante do Ministério Público em exercício na Comarca, o qual poderá se manifestar quanto às deliberações.

Art. 9º O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada 02 (dois) meses (bimestral) e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente, ou por solicitação da maioria de seus membros.

§ 1º As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

§ 2º Ocorrendo falta de quorum mínimo de plenário, será convocada, automaticamente, nova reunião, que acontecerá após 48 horas, com qualquer número de participantes.

## CAPÍTULO IV DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - FMDC

Art. 10. O Fundo Municipal de Defesa do Consumidor destina-se ao funcionamento das ações de desenvolvimento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, compreendendo especificamente:

I - Aquisição de material permanente ou de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das atividades de Defesa do Consumidor;

II - Realização de eventos, feiras e atividades relativas à educação, pesquisa e divulgação de informações visando a orientação do consumidor;

III - Estruturação e instrumentalização do órgão Municipal de Defesa do Consumidor.

Art. 11. Constituem recursos orçamentários e financeiros do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor:

I - as dotações constantes do orçamento do Município;

II - as contribuições, doações, subvenções e auxílios específicos de órgãos e entidades da Administração direta e indireta, federal, estadual e municipal;

III - os recursos provenientes de:

a) empréstimos internos e externos;

b) multas decorrentes da aplicação da Lei nº 8.078/90 e Decreto Federal nº 2.181/97;

c) Termos de Ajustamento de Conduta, conforme Decreto nº. 2.221/2017;

d) doações específicas de pessoas físicas e de entidades privadas;

IV - produto de convênios firmado com órgãos e entidades de direito público e privado;

V - outras receitas provenientes de fontes aqui não explícitas.

Parágrafo Único. As receitas neste artigo serão depositadas obrigatoriamente em conta específica e mantida em estabelecimentos oficial de créditos destinados exclusivamente ao fundo, conforme determina o art. 29 do Decreto Federal 2.181/97.

Art. 12. Os saldos financeiros do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor, verificados no final de cada exercício, serão automaticamente transferidos ao exercício seguinte.

Art. 13. Todos os recursos que compõem a receita do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor deverão ser utilizados ao funcionamento da Política Municipal de Defesa do Consumidor, previstas no artigo 2º deste regulamento.

Art. 14. A Administração do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC será regida pelo Secretário Municipal do qual o PROCON está vinculado, a quem compete:

I - Administrá-lo e propor políticas de aplicação de seus recursos;

II - Encaminhar à contabilidade geral do Município as demonstrações mensais de receitas e despesas do Fundo;

III - Ordenar empenhos e pagamentos das despesas do Fundo.

Parágrafo Único. A aplicação dos recursos financeiros do fundo depende de autorização do Prefeito Municipal, podendo delegar ao Secretário da Fazenda do Município.

Art. 15. A Administração contábil do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor é exercida pelo Município através da unidade responsável a quem compete:

I - colaborar na elaboração da proposta orçamentária anual do Fundo;

II - emitir empenhos, subempenhos, guias de recolhimento, ordens de pagamento, em conjunto com o Administrador do Fundo;

III - efetuar pagamentos e transferências bancárias;

IV - efetuar a contabilidade do Fundo, organizar e expedir nos padrões e prazos determinados, os balancetes, balanços de outras

demonstrações contábeis;

V - desenvolver outras atividades relacionadas com a administração financeira e contábil do Fundo, de acordo com as normas do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 16. A prestação de contas de gestão financeira do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor caberá ao Administrador do Fundo, e será feita, em cada exercício, ao Tribunal de Contas do Estado. Quando for o caso, ao Tribunal de Contas da União, por meio de balancetes, demonstrativos e balanços.

## CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 17. No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica com os seguintes órgãos e entidades, no âmbito de suas respectivas competências:

I - Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça;

II - Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor PROCON – ESTADUAL;

III - Promotoria de Justiça do Consumidor;

IV - Juizados Especiais;

V - Delegacia de Polícia;

VI - Secretaria de Saúde e da Vigilância Sanitária;

VII - Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial (INMETRO);

VIII - Associações Cívicas da Comunidade;

IX - Receitas Federal e Estadual;

X - Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional; e

XI - Outras entidades relacionadas ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC).

Art. 18. Considera-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas e/ou privadas que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo Único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 19. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias do Município.

Art. 20. Caberá ao Secretário o qual o PROCON está vinculado autorizar e aprovar o Regimento Interno do PROCON, que fixará o desdobramento dos órgãos previstos, bem como as competências e atribuições de seus dirigentes.

Art. 21. Em caso do PROCON de Palhoça não estiver vinculado a uma Secretaria, o Administrador do Fundo Municipal de Defesa do Consumidor – FMDC será o responsável imediato do PROCON.

Art. 22. Ficam revogadas as Leis Municipais n.º 1.304, de 30 de outubro de 2001 e, 2.111, de 27 de agosto de 1991.

Art. 23. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 05 de dezembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 99

Publicação Nº 1455046

Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Palhoça  
AV. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/sc - Cep: 88132-271  
Fone/Fax: (48) 3279-1745 - CNPJ: 82.892.316/0001-08 - Visite Nosso Site: [www.palhoca.scv.gov.br](http://www.palhoca.scv.gov.br)

PORTARIA Nº 99/2017.

CRISTINA SCHWINDEN SCHMIDT, Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no artigo 7º, inciso III da Lei Complementar nº. 149/2013 combinado com o artigo 227 da Lei Complementar nº. 096/2010.

Considerando o memorando nº 62.424/2017 do Gabinete do Prefeito.

### RESOLVE

1.0 Determinar a instauração de Sindicância Investigatória para apurar responsabilidade pelos fatos, nos termos do art. 229, 238, 239, 241 da Lei Complementar nº 96, de 15 de dezembro de 2010.  
2.0 Constituir, com o fim de dar cumprimento à determinação feita no item precedente, Presidente da Sindicância que será integrada pelo membro a seguir:

A) RENATA ANSELMO MAFRA COELHO - mat. 129290 - Presidente

3.0 Fixar, por força do Diploma Legal, art. 237 da Lei Complementar nº 096/2010 para a conclusão dos trabalhos em 60 (sessenta) dias, contados da publicação da presente portaria, prorrogável em caso de força maior por mais 60 dias.

Palhoça - SC, em 11 de dezembro de 2017.  
Cristina Schwinden Schmidt  
Secretária Municipal de Administração

## PORTARIA Nº 006/2017/SMDC.

Publicação Nº 1455204

PORTARIA Nº \_\_\_\_/2017.

SUSPENDE. Estabelece a suspensão dos prazos do Decreto nº 2.221, de 07 de agosto de 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DEFESA DO CIDADÃO, Município de Palhoça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

Considerando a edição do Decreto Municipal nº 2.221, 07 de agosto de 2017, que dispõe sobre o regulamento dos procedimentos nos processos administrativos do PROCON Municipal;

Considerando que o Decreto Municipal prevê diversos prazos e procedimentos, que devem ser respeitados e assegurados;

Considerando que o Poder Executivo Municipal entrará em recesso no dia 22 de dezembro de 2017 até o dia 05 de janeiro de 2018, retornando às atividades no dia 08 de janeiro de 2018, nos termos do Decreto nº 2.295, 06 de dezembro de 2017,

### RESOLVE:

Art. 1º Ficam suspensos os prazos administrativos disciplinados no Decreto Municipal nº 2.221/2017 durante o recesso do Poder Executivo Municipal, que ocorrerá do dia 22 de dezembro de 2017 até o dia 05 de janeiro de 2018.

Art. 2º Os prazos voltarão a fluir a partir do dia 08 de janeiro de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, 12 de dezembro de 2017.  
NILSON JOÃO ESPÍNDOLA  
Secretário Municipal de Defesa do Cidadão

## RESULTADO DO P.P SGP 135/2017

Publicação Nº 1454240

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO FINAL DO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL RP nº 135/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado FINAL do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 135/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL RP.

### CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

ELO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME - CNPJ 14.990.312/0001-02, ficou classificada e habilitada no seu menor preço Item 01, totalizando a importância de R\$ 138.000,01 (Cento e trinta e oito mil reais e um centavo) e no Item 02 totalizando a importância de R\$ 13.813,80 (Treze mil, oitocentos e treze reais e oitenta centavos).

Palhoça, 12 de dezembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

## RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL 145/2017

Publicação Nº 1454134

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO FINAL DO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 145/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados o resultado FINAL do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 145/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

### CLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA DO CERTAME:

COMP1 INFORMATICA LTDA EPP, ficou classificada e habilitada no seu menor preço nos ITENS 02 e 03, totalizando a importância de R\$ 3.190,00 (Tres mil cento e noventa reais).

BOHRER EQUIPAMENTOS DE AUDIO E VIDEO EIRELI, ficou classificada e habilitada no seu menor preço nos ITENS 4,5,6,7,8,10,11,17,18,1,20,21 e 22, totalizando a importância de R\$ 69.764,59 (Sessenta e nove mil setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos).  
Os itens 01, 09, 12,13,14,15,16 e 23 não foram adquiridos.

Palhoça, 12 de dezembro de 2017.  
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS  
Prefeito Municipal

**RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 143/2017**

Publicação Nº 1455216

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
RESULTADO  
PROCESSO LICITATÓRIO  
PREGÃO PRESENCIAL nº 143/2017

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 143/2017, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de 02 veículos OK, para a Secretaria de Segurança Pública do Município de Palhoça através de recurso do Convênio de Trânsito, conforme discriminado nos anexos, partes integrantes do edital.

**CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:**

S & W MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA ficou classificada em 1º lugar, totalizando R\$ 123.990,00 (cento e vinte e três mil novecentos e noventa reais).

Palhoça, 12 de dezembro de 2017.

**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA****AVISO DE NOTIFICAÇÃO**

Publicação Nº 1454765

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**AVISO DE NOTIFICAÇÃO**

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, NOTIFICA a empresa NOVOTETO EMPREENDIMENTOS IMÓBILIÁRIOS LTDA, a retomar os serviços de construção da UPA SUL, previstos no Contrato de Execução de Obras nº 016/2014, em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da publicação desta, sob pena de serem tomadas as providências legais e administrativas atinentes ao caso. Palhoça, 12 de dezembro de 2017.

Anna Paula Heiderscheidt  
Secretária Municipal de Saúde

**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2017**

Publicação Nº 1451575

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA  
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2017 – Pregão Presencial 34/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: FLAME COMERCIO DE GAS LTDA. OBJETO: Aquisição de água mineral, gás de cozinha e vasilhames, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Unidades da Rede Municipal de Saúde.  
DATA: 12/09/2017 à 11/09/2018.



Nome da Empresa: FLAME COMERCIO DE GAS LTDA.

CNPJ: 01.171.815/0001-04

Lote 2: Gás GLP

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Carga de gás de cozinha GLP - 13 kilos. Acondicionado em botijão para gás GLP com capacidade de 13kg, com protetor inviolável da rosca da válvula, conforme normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). Na entrega será feita a troca do vasilhame, que deve ser construído em aço carbono, conter no vasilhame as informações em baixo relevo do fabricante, série ou lote de fabricação e data de fabricação. O botijão não pode apresentar amassaduras ou sinais de oxidação.

1  
200,00  
CARG  
NACIONAL GAS  
R\$65,0000  
R\$13.000,0000

Especificação: Botijão (vasilhame sem carga) para gás GLP com capacidade de 13kg, pintado, corpo construído em aço carbono. conforme normas ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas). O botijão não pode apresentar amassaduras ou sinais de oxidação.

2  
20,00  
UN  
NACIONAL GAS  
R\$191,0000  
R\$3.820,0000

Valor Total  
(dezesesseis mil e oitocentos e vinte reais)

R\$16.820,00

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2017

Publicação Nº 1451576

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2017 – Pregão Presencial 34/2017 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA. OBJETO: Aquisição de água mineral, gás de cozinha e vasilhames, para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde e Unidades da Rede Municipal de Saúde.

DATA: 12/09/2017 à 11/09/2018.



Nome da Empresa: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CÁSSIA LTDA

CNPJ: 03.489.027/0001-88

Lote 1: Água Mineral

Item  
Quantidade  
Unidade  
Marca e Modelo  
Preço Unitário  
Preço Total

Especificação: Água Mineral, sem gás, acondicionada em bombona de polycarbonato transparente, com capacidade de 20 litros, com lacre de segurança, PH mínimo de 5,7 a 25° C na fonte. Na entrega será feita a troca do vasilhame, que deve ser fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super resistente e com no mínimo 80% de vida útil, fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Com registro no Ministério da Saúde.

1  
600,00  
CARG  
SANTA RITA  
R\$7,3000  
R\$4.380,0000

Especificação: Vasilhame para água mineral, garrafão plástico com capacidade de 20 Litros, vazio. produto novo, fabricado com matéria prima de 1ª qualidade, super resistente e com no mínimo 80% de vida útil, fabricado dentro dos padrões de certificação da NBR 14222 e DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral).

2  
10,00  
UN  
Sandriplast  
R\$14,5000  
R\$145,0000

Valor Total  
(quatro mil e quinhentos e vinte e cinco reais)

R\$4.525,00

## EXTRATO DE CONTRATO N.º 058-2017 - DMI

Publicação Nº 1454102

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 058/2017 – PARTES: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a pessoa jurídica DMI – DIAGNÓSTICO MÉDICO POR IMAGEM LTDA. OBJETO: – prestação de serviços de saúde para atendimento ambulatorial de Diagnóstico por Ressonância aos pacientes do SUS – Sistema Único de Saúde. Valor do contrato: Dá-se a este instrumento o valor de R\$ 322.500,00 (trezentos e vinte e dois mil e quinhentos reais).

DATA: 20/10/2017.

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

## PORTARIA Nº 086/2017

Publicação Nº 1454107

PORTARIA Nº 086/2017

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 e declara a vacância do cargo público do servidor Janio Luiz Deschamps.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,



Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, o servidor Janio Luiz Deschamps, detentor da matrícula funcional nº 200013-01, inscrito no CPF sob o 298.443.479-04 e no PIS/PASEP sob o nº 1.009.779.525-6, lotado na Secretaria de Finanças, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/12/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 07 de dezembro de 2017.

Milton Luiz Espindola	Maria Terezinha Broering Fernandes
Presidente do IPPA	Assistente administrativo
Matrícula 300054-01	

## PORTARIA Nº 087/2017

Publicação Nº 1454120

PORTARIA Nº 087/2017.

Concede aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público da servidora Shirley Regina de Farias.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

Resolve:

Art. 1º Aposentar, por tempo de contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, a servidora Shirley Regina de Farias, detentora da matrícula funcional nº 200025-01, inscrita no CPF sob o nº 483.056.269-20 e no PIS/PASEP sob o nº 1.700.174.564-0, lotada na Secretaria da Administração e Serviços Compartilhados, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Administrativo, do Quadro de Pessoal desta prefeitura Municipal.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de aposentadoria por tempo de contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, que será pago mensalmente pelo IPPA.

Parágrafo único A revisão dos proventos obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 47/2005, havendo paridade com os servidores ativos.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 85 da Lei Complementar nº 096/2010 – Estatuto dos Servidores Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a contar de 31/12/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 07 de dezembro de 2017.

Milton Luiz Espindola	Maria Eduarda da Rosa Custódio
Presidente do IPPA	Técnico Previdenciário
Matrícula 90003353	

IPPA/mtbf

**PORTARIA Nº 088/2017**

Publicação Nº 1454124

**PORTARIA Nº 088/2017**

Concede pensão por morte, em caráter integral aos menores Pedro Henrique Gonçalves Pacheco e Letícia Gonçalves Pacheco, dependentes presumidos da servidora ativa falecida, Sra. Ana Claudia Gomes Gonçalves, detentora do cargo de provimento efetivo de Professora Série/Anos Iniciais, nos termos do art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01.

Milton Luiz Espindola, Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça, no uso de suas atribuições, estabelecidas pelo art. 72 da Lei Complementar nº 235/2016,

**Resolve:**

Art.1º Conceder, pensão por morte, conforme dispõe o art. 40, §7º, inciso II da Constituição Federal observada a redação da Emenda Constitucional nº 41/03, do art. 2º, inciso II da Lei Federal nº 10887/04 e do art. 34, inciso I da Lei Municipal nº 1320/01, aos menores Pedro Henrique Gonçalves Pacheco, inscrito no CPF sob o nº 137.268.399-25, portador da C.N. nº 106583 01 55 2011 1 00107 092 0036709 32 e Letícia Gonçalves Pacheco, inscrita no sob o nº CPF nº 137.268.289-90, portadora da C.N. nº 106583 01 55 2013 1 00115 171 0042713 86, dependentes presumidos da servidora ativa Ana Claudia Gomes Gonçalves, falecida em 16/11/2017.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de pensão por morte, em caráter integral, nos termos do parágrafo único do art. 41 da Lei Municipal nº 1.320/2001, correspondente a 100% (cem por cento) do valor do provento percebido na data do óbito, que serão pagos mensalmente pelo IPPA.

§ 1º. O valor dos proventos será rateado em partes iguais entre os dependentes, conforme Art. 9º da Lei Municipal nº 1320/01.

§ 2º - A revisão dos proventos de pensão por morte obedecerá ao contido na Emenda Constitucional nº 41/2003, não havendo paridade com os servidores ativos, eis que o falecimento ocorreu após publicação desta Emenda (31/12/2003).

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no inciso V do art. 109 da Lei Complementar nº 097/2010 – Estatuto do Magistério Público Municipal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a contar de 16/11/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça SC, em 08 de dezembro de 2017.

Milton Luiz Espindola	Ariana Vera da Rosa Tavares
Presidente do IPPA	Técnico Previdenciário
Matrícula 900048	

IPPA/mtbf

**PORTARIA Nº 089/2017**

Publicação Nº 1454129

**PORTARIA Nº 089/2017**

Define Horário de Funcionamento do IPPA

Milton Luiz Espíndola, Presidente do IPPA, no uso de suas atribuições,

**Resolve:**

Art. 1º - Fica estabelecido turno único, das 13h:00min às 19h:00min, no período compreendido entre 08.01.2018 e 14.02.2018.

Art. 2º A partir de 15.02.2018 o turno do IPPA será das 07h:00min às 19h:00min.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 1.304/2011.

Palhoça, em 11 de dezembro de 2017.

Milton Luiz Espíndola  
Presidente do IPPA

# Papanduva

## PREFEITURA

### 1º ADITIVO SC CONTRATO 033/2016

Publicação Nº 1453998

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 033/2016, datado em 06 de Junho de 2016, vinculada ao processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS para OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 043/2016. Objeto: A Prorrogação do CONTRATO Nº 033/2016. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: SC CONSTRUÇÃO CIVIL FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA-ME. Vigência até 25/02/2018. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 12 de Novembro de 2017.

Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### 3º ADITIVO PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO/CONTRATO 27/2016

Publicação Nº 1454027

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

OBJETO: TERCEIRO termo aditivo ao CONTRATO Nº 027/2016 datada em 08 de Abril de 2016, prorrogado até 31/12/2017, referente a TP Nº 21/2016. Objeto: supressão dos itens 3.3/4.1/4.2/ CONTRATANTE: Município de Papanduva CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA. Validade: 31 de Dezembro de 2017. Base Legal: Lei nº 8666/93. Luiz Henrique Saliba – Prefeito Municipal.

### 5º ADITIVO SC/CONTRATO Nº 0006/2016

Publicação Nº 1454014

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

ESPÉCIE: Quinto Termo Aditivo ao CONTRATO Nº 006/2016, datado em 06 de Junho de 2016, prorrogado até 29/12/2017, vinculada ao processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS para OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 084/2015. CONTRATANTE: Município de Papanduva. CONTRATADA: SC CONSTRUÇÃO CIVIL FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS LTDA-ME. Vigência até 25/02/2018. Base Legal: nº 8666/93. Papanduva, 12 de Novembro de 2017.

Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal.

### EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2017 ONEI INACIO DOS SANTOS

Publicação Nº 1454672

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2017

Extrato de CONTRATO nº 52/2017

Objeto: Contratação de EXPLORAÇÃO DE CASCALHEIRA Sr. ONEI INACIO DOS SANTOS, denominado LOCADOR e de outro lado MUNICÍPIO DE PAPANDUVA, no valor de R\$ 6.000,00. Validade: 04/09/2018. Base legal: Lei nº 8666/93. Papanduva, 12 de Dezembro de 2017. Luiz Henrique Saliba - Prefeito Municipal

### EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DO 1º ADITIVO ASKEIN

Publicação Nº 1454130

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

Objeto: Extrato de retificação do 1º termo aditivo do contrato 035/2015, datado de 06 de Junho de 2015 (VÁLIDO POR 12 MESES), cujo contratado é a empresa ASKEIN EQUIPAMENTOS LTDA -EPP, encontra-se sem efeitos por falta de renovação no prazo legal, ou seja, venceu no dia 06/06/2016. Base legal lei 8666/93.

Luiz Henrique Saliba – Prefeito municipal.

### LEI2144 - 2017 - LDO - 2018

Publicação Nº 1454068

LEI Nº 2144, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO, AS METAS E OBJETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO, SEUS RECURSOS FINANCEIROS E AS BASES PARA PREPARAÇÃO DO ORÇAMENTO PROGRAMA PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 59, Inciso I, da Lei Orgânica do Município, submete à apreciação da Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei:

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. O orçamento do Município de Papanduva /SC, para o exercício financeiro de 2018 será elaborado de acordo com as diretrizes orçamentárias estabelecidas nesta lei, conforme a Constituição Federal em seu art. 165 § 2º, na Lei Federal 4.320 de 17/03/64, na Lei Complementar 101 de 04/05/00 e Lei Orgânica Municipal artº 93, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II – as prioridades e metas da administração pública do Município de Papanduva extraída/contemplada no Plano Plurianual para 2018/2021;

III - a estrutura dos orçamentos;

IV - as diretrizes para elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre a dívida pública Municipal;

VI – as disposições sobre despesas com pessoal e seus encargos;

VII – as disposições sobre alterações na legislação tributária; e

VIII – as disposições gerais.

#### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º. As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios 2018, 2019 e 2020, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no Demonstrativo I desta lei, instruído com as memória e metodologias de cálculo, e que conterà ainda:

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício de 2016;

Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos três Exercícios Anteriores;

Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos de Alienação

de Ativos;

Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Demonstrativo VII - Demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

Demonstrativo VIII- Demonstrativo da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado; e

Demonstrativo IX – Demonstrativo dos Riscos Fiscais.

Demonstrativo X – Das Prioridades e Metas.

## II – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2018

Art. 3º. As prioridades e metas Fiscais da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018 são aquelas definidas e demonstradas nos DEMONSTRATIVO X, de que trata o artigo 2º desta lei.

Art. 4º. Na elaboração da proposta orçamentária para 2018, o Poder Executivo Municipal poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta lei e identificadas no DEMONSTRATIVO X, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de formas a preservar a suficiência de caixa.

## III - DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º. Para efeito desta Lei, entende-se por:

I – programa, o instrumento de organização de ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;

II – ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por objeto, atividade ou operação especial;

III – atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental;

IV - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

V – operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das atuações de governo, das quais não resulta um produto, e não gera contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades e projetos, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função, subfunção e programa às quais se vinculam.

§ 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária em conformidade com a portaria nº. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, que atualiza a discriminação da despesa por funções de que trata o inciso I, do § 1º do Art. 2º e § 2º do Art. 8º, ambos da Lei nº. 4.320 de 17 de março de 1964, por função, subfunção, programa, projetos ou atividades e a Receita por rubrica na forma dos seguintes Adendos:

I - Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas (Anexo I da Lei 4320/64 e Adendo II da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

II - Demonstrativo da Receita, segundo as Categorias Econômicas (Anexo II da Lei 4320/64 e Adendo III da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

III - Resumo Geral da Despesa (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IV - Programa de Trabalho (Adendo V da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

V - Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e por Projetos e Atividades (Adendo VI da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VI - Demonstrativo da Despesa por Funções e Subfunções conforme o vínculo com os recursos (Adendo VII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VII - Demonstrativo da Despesa por órgãos e Funções (Adendo VIII da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

VIII - Demonstrativo da Despesa por modalidade, segundo cada unidade orçamentária (Adendo IV da Portaria SOF/SEPLAN nº. 8/85);

IX - Demonstrativo da Evolução da Receita realizada por categoria dos últimos três exercícios, da estimada para o exercício corrente e da projeção para dois exercícios seguintes, conforme disposto no Art. 12 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

X - Demonstrativo da evolução da Despesa realizada por modalidade dos últimos três exercícios, da fixada para o exercício corrente e da projeção para o exercício seguinte;

Art. 6º. O orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a modalidade de aplicação e a fonte de recursos; poderá o executivo enviar o orçamento por centro de custo.

Art. 7º. O orçamento do Município compreenderá a programação do Poder Legislativo, Executivo, Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Papanduva, Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE e dos Fundos Especiais abaixo descritos:

I - Fundo Municipal de Saúde;

II - Fundo Municipal de Assistência Social;

III - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV- Fundo Rotativo Habitacional;

Art. 8º. A Lei orçamentária discriminará em categorias de programação específicas as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Art. 9º. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo Municipal encaminhará ao Poder Legislativo Municipal e a respectiva Lei será constituída de:

I - texto de lei;

II - quadros orçamentários consolidados;

III – adendos conforme § 3º do Art. 3º desta lei.

## IV - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2018 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal e o equilíbrio das contas públicas, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da comunidade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 11. O Poder Legislativo Municipal terá como limites das despesas correntes e de capital o disposto no art. 29-A-CF (E.C. nº. 25).



Art. 12. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, alocação dos recursos na Lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 13. A proposta orçamentária anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios de unidade, universalidade e anualidade, não podendo o montante das despesas fixadas excederem a previsão da receita para o exercício.

Art. 14. As receitas e as despesas serão estimadas tomando por base o índice de inflação apurado nos últimos doze meses, a tendência e o comportamento da arrecadação municipal mês a mês, tendo em vista principalmente os reflexos dos planos de estabilização da economia editados pelo Governo Federal, conforme dispõe as Metas Fiscais.

§ 1º. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:

- I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
- II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
- III - a expansão do número de contribuintes;
- IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

§ 2º. As taxas de polícia administrativa e de serviços públicos deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

§ 3º. Os tributos, cujo recolhimento poderá ser efetuado em parcelas, serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pela unidade fiscal do Município.

§ 4º. Nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros previstos na programação de desembolso, e a inscrição de Restos a Pagar estará limitada ao montante das disponibilidades de caixa.

Art. 15. Se a receita estimada para 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo a sua alteração e a conseqüente adequação do orçamento da despesa.

Art. 16. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativos e Executivos, de forma proporcional as suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário para as seguintes despesas baixo:

- I - eliminação de possíveis vantagens concedidas a servidores;
- II - eliminação de despesas com horas extras;
- III - redução de 20% (vinte por cento) dos gastos com combustível para a frota de veículos das secretarias;
- IV - redução dos investimentos programados.

Art. 17. Não poderão ser destinados recursos para atender as despesas com ações que não sejam de competência exclusiva do Município.

Art. 18. É vedada a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada de atendimento direto do público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação.

Art. 19. Os projetos de Lei relativos a créditos adicionais serão apresentados com o detalhamento estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º. Cada projeto de Lei deverá restringir-se a um único tipo de crédito adicional.

Art. 20. Para efeito do disposto no Art. 16, § 3º da Lei de Responsabilidade Fiscal, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de cada ação governamental nova, cujo impacto orçamentário financeiro num exercício financeiro não pode exceder ao percentual de 0,18% da Receita Corrente Líquida apurada até mês imediatamente anterior.

Art. 21. Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Demonstrativo IX desta Lei.

§ 1º. Os riscos fiscais, caso se concretize, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência, contingenciamento de despesas do excesso de arrecadação do exercício, de 2018 e do superávit financeiro do exercício de 2017.

§ 2º. Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

Art. 22. O orçamento para o exercício de 2018, de cada uma das unidades gestoras contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 2,2% da Receita Corrente Líquida prevista, destinada a atender os passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme Demonstrativo IX desta lei.

Parágrafo único - Para efeito desta lei, entendem-se como eventos fiscais imprevistos, as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços da Administração Pública Municipais não orçados ou orçados a menor.

Art. 23. Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual.

Art. 24. Para atender o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo incumbir-se-á do seguinte:

- I - estabelecer Programação Financeira e o Cronograma de execução mensal de desembolso;
- II - publicar, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre relatório resumido da execução orçamentária, verificando o alcance das metas, e se não atingidas deverá realizar cortes de dotações da Prefeitura e da Câmara;
- III - o Poder Executivo emitirá ao final de cada semestre, Relatório de Gestão Fiscal, avaliando o cumprimento das Metas Fiscais;
- IV - os Planos, LDO, Orçamentos, Prestação de Contas, Parecer do TCE serão amplamente divulgados e ficarão à disposição da comunidade.

Art. 25. Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, só serão executados e utilizados se ocorrer o seu ingresso no fluxo de caixa. Salvo por força de cláusulas de convênio.

§ 1º Os recursos de convênios não previstos nos orçamentos da receita, ou o seu excesso de arrecadação, poderão ser utilizados como fonte de recursos para abertura de crédito suplementar ou especial.

Art. 26. As renúncias de receita, estimadas para o exercício financeiro de 2018, são constantes do demonstrativo VII desta Lei e serão consideradas para efeito de cálculo do orçamento da receita.

Art. 27. A transferência de recursos do Tesouro Municipal a



entidades, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, esportivo e de cooperação técnica.

Art. 28. Nenhum projeto novo poderá ser incluído no orçamento, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapa de obras em andamento e para a conservação do patrimônio público, salvo os projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 29. Despesas de custeio de competência de outros entes da Federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária.

Art. 30. A previsão das Receitas e a fixação das Despesas serão orçadas para 2018 a preços correntes.

Art. 31. Na execução da Lei Orçamentária para 2018, o Executivo Municipal está autorizado nos termos do art. 7 da Lei Federal nº 4320/64, a abrir crédito adicionais suplementares até o limite previsto na proposta Orçamentária da Receita Prevista, para cada orçamento de das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos desde que não comprometidas. Conforme do Art. 43º, § 1º da Lei 4.320/64:

I – O Superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, observada a fontes de recursos e suas vinculações; e  
II – Os provenientes de excesso de arrecadação ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício e a fonte de recursos e suas vinculações.

Art. 32. Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos, fiscais e no Plano Plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício, constantes do Demonstrativo das Metas e Prioridades das Despesas por Programa;

Art. 33. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2018, por autoridades locais, e comprovantes de regularidade de sua diretoria.

V - DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL  
Art. 34. Obedecidos os limites estabelecidos em Lei Complementar Federal, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento ou despesas correntes quando contrato prever a aplicação dos recursos para estas finalidades.

Art. 35. As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 36. A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. O montante da dívida pública contratada para o exercício de 2018 não excederá o limite de 16% da Receita Corrente Líquida.

#### VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS DE PESSOAL;

Art. 37. O Executivo Municipal poderá conceder qualquer vantagem ou aumento de remuneração ou proposta a criação de cargos ou alteração da estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal pelos órgãos da administração Municipal, mediante a existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e dos acréscimos dela decorrentes, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/2000.

Art. 38. A despesa total com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo não excederá em percentual o limite 54% e 6% da Receita Corrente Líquida respectivamente.

Art. 39. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no Art. 20, III da lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 40. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal artigos 19 e 20.

I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;  
II - eliminação das despesas com horas extras;  
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;  
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Art. 41. Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referirem a substituição de servidores públicos serão contabilizados como "outras despesas de Pessoal.", sub-elemento do elemento de despesa 3.1.90.34 - outras despesas de pessoal decorrente de contratação terceirizada.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes da estrutura organizacional e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 42. A verificação dos limites das despesas com pessoal serão feitas na forma estabelecida da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43. O Executivo Municipal autorizado em Lei poderá conceder benefícios fiscais aos contribuintes, devendo, nestes casos, serem considerados nos cálculos do orçamento da receita, apresentando estudos do seu impacto e atender ao disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 44. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos o valor for inferior a R\$ 250,00 ( duzentos e cinquenta reais ) não será encaminhada para cobrança judicial, serão canceladas, mediante autorização Legislativa, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 45. A Lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após anulação de despesas em valor equivalente, caso produzam impacto financeiro no mesmo exercício.

Art. 46. A concessão de subsídios, isenção e anistias, remissões, alterações de alíquotas, redução da base de cálculo, concessão de crédito presumido de qualquer tributo, devem ser concedidas por lei específica, nos termos do § 6º do Art. 150 da Constituição Federal, observadas ainda, as exigências do Art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000

#### VIII- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. Ao projeto de lei orçamentária não poderão ser apresentadas emendas quando:

I – anulem o valor de dotações orçamentárias com recursos provenientes de:  
a) Recursos vinculados;  
b) Recursos próprios de entidades da administração indireta, exceto quando remanejados para a própria entidade;

c) Contrapartida obrigatória de Convênios firmados com o Estado e a União.

II – Anulem despesas relativas à:

- a) Dotações para pessoal e encargos sociais;
- b) Serviço da dívida;
- c) Transferências tributárias constitucionais para os municípios;
- d) Limite mínimo de Reserva de Contingência.

III – incluam ações com a mesma finalidade em mais de um órgão ou no mesmo programa, ressalvados os casos daquelas com objetivos complementares e interdependentes.

Parágrafo único. As emendas ao projeto de lei orçamentária não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com as disposições desta lei e do Plano Plurianual.

Art. 48. O Poder Executivo Municipal deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação orçamentária.

Art. 49. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, essa será de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de despesas com diárias, material de consumo, serviços de terceiros e encargos, diversas despesas de custeio, investimentos e inversões financeiras, paralisação temporária de atividades caracterizadas como não essenciais; reavaliação da distribuição das cotas mensais do orçamento em cada órgão; reanálise dos custos de cada ação orçamentária em execução e seleção de prioridades a serem efetuadas até o final do exercício.

§ 1º. Na hipótese de ocorrência dos dispostos no caput deste Art., o Chefe do Poder Executivo Municipal comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 2º. O Chefe do Poder Executivo Municipal, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior publicará ato estabelecendo os montantes que cada órgão do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 50. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2018, cronograma anual de desembolso mensal observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A Contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária financeira efetivamente ocorrida, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do caput deste artigo.

Art. 52. O Poder Executivo poderá desde que autorizado, firmar convênio com outras esferas de Governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde, assistência social, transporte, obras, habitação, urbanismo, saneamento, agricultura, turismo, desenvolvimento econômico, segurança pública, assistência, e previdência.

Art. 53. Fica, também, o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios, termos de cooperação e outros ajustes com Entidades do Governo Federal, do Governo Estadual e outros Municípios, de qualquer dos Poderes, mediante seus respectivos representantes legais, para a realização de obras, serviços e cessão

de servidores municipais para terem exercício nesses órgãos, sempre que presente o interesse público, com remuneração do órgão ou da origem, conforme ajustado.

Parágrafo único. As disposições deste artigo, aplicam-se à cessão de servidores municipais para o Poder Judiciário, Delegacia de Polícia Civil, Corpo de Bombeiros Militar ou Voluntários, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Associação Hospitalar e Maternidade São Sebastião e companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina – CIDASC.

Art. 54. O montante da despesa não deverá ser superior à receita.

Art. 55. O Município aplicará mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o Art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e pré-escolar (educação infantil) e, 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos do art. 7º inciso III da Emenda Constitucional nº. 29/2000.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e da valorização do magistério obedecerá ao disposto na Lei Federal nº. 11.494 de 20 de junho de 2007 em seus art. 22.

Art. 56. A Estrutura do Orçamento Anual obedecerá à estrutura organizacional aprovada por decreto, acrescida dos fundos especiais criados por Lei, que recebam recursos do Tesouro Municipal e transferências intergovernamentais.

Art. 57. O Chefe do Poder Executivo Municipal de Papanduva enviará à Câmara Municipal a proposta orçamentária para o exercício de 2018.

§ 1º. Se o projeto de Lei Orçamentária anual não for encaminhado à sanção até o início do exercício financeiro de 2018 fica o Executivo Municipal autorizado a executar a Proposta Orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva Lei Orçamentária Anual.

§ 2º. Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o Superávit Financeiro do Exercício de 2017 o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a Reserva de Contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos fiscais previstos.

Art. 58. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 59. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, em 30 de novembro de 2017.  
Luiz Henrique Saliba  
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada na Secretaria da Administração e publicada no átrio – mural de publicações desta Prefeitura Municipal, e no site [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br), na mesma data supra.

Bernadete Wiliczinski  
Secretária da Administração

# Paraíso

## PREFEITURA

**1962/2017**

Publicação Nº 1454112

DECRETO Nº 1962/2017.

"AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A PROCEDER À ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL NO ORÇAMENTO MUNICIPAL DE 2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1440/2016 de 17 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica abertura Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 4.778,00 (quatro mil, setecentos e setenta e oito reais).no orçamento da Prefeitura de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

05.00 – SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.  
05.03 - DIRETORIA DE UNID.ESCOLAR DO ENS.FUNDAMENTAL  
05.03.12.361.1031.2.035 –Manut.do Programa Educação p/Todos  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0206 – Aplicações Diretas(43)

..... R\$ 3.000,00

05.04 – DIRETORIA DE UND. PRÉ-ESCOLA

05.04.12.306.1031.2.050 – Merenda Escolar-Educação Infantil  
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0209 - Aplicações Diretas (58)  
..... R\$ 78,00

07.00 – SECR.MUN.DO SESENV.SOCIAL, DA FAM.E ASS.DA JUVEN.

07.04 – FDO. MUN,DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.04.08.244.1080.2.116 – PAIF-Progr.de Atend.Integral à Família  
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0428 – Aplicações Diretas(101)  
..... R\$ 1.250,00

10.00 – SECR.MUN.DE TRANSP.OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

10.02 – DIVISÃO DE TRANSP.E TRÁFICO RODOVIÁRIO

10.02.26.782.1120.2.140 – Manut.e Func.do Progr.Caminhos da Roça

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0211 – Aplicações Diretas(127)  
..... R\$ 450,00

Total da Adição .....

..... R\$ 4.778,00

(quatro mil, setecentos e setenta e oito reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 4.778,00 (quatro mil, setecentos e setenta e oito reais) será utilizado os recursos provenientes ao provável excesso de arrecadação, referente a fonte de recurso 0.1.0209(TCE 58 ) Transf. Diretas do FNDE – PNAC, fonte de recurso 0.1.0206 (TCE 36) Transf. do Salário Educação, fonte de recurso 0.1.0428(TCE 35) Piso Básico Fixo e fonte de recurso 0.1.0211(TCE 07) Cota-Parte CIDE, conforme Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1440/2016 de 17/11/2016 e o inciso II , do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC), 11 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado na data supra

Paraíso (SC) 11 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

**1963/2017**

Publicação Nº 1454127

DECRETO Nº 1963/2017

"Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1440 de 17 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional suplementar até o valor de R\$ 1.874,00 (hum mil, oitocentos e setenta e quatro reais) no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Paraíso (SC) distribuído na Ação já existente conforme discriminação a seguir:

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo

3.3.50.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(2) .....  
..... R\$ 1.874,00

Total da Adição .....

..... R\$ 1.874,00

( hum mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

Art. 2º Para cobertura dos recursos suplementares definidos no artigo anterior, até o valor de R\$ 1.874,00 (hum mil, oitocentos e setenta e quatro reais), fica anulado parcial ou totalmente os saldos orçamentários da ação discriminadas abaixo e constante do orçamento vigente, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal do Orçamento Anual nº 1440 de 17 de novembro de 2016 e o inciso III, do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

01.00 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01.031.1000.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo

3.3.90.00.00.00.00.0.1.0200 – Aplicações Diretas(3) .....  
..... R\$ 1.874,00

Total das subtrações .....

..... R\$ 1.874,00

(hum mil, oitocentos e setenta e quatro reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Paraíso (SC),12 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e

publicado na data supra

Paraíso, 12 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

**601-702/2017**

Publicação Nº 1454350

**PORTARIA Nº 661/2017**

Dispõe sobre a concessão de auxílio-natalidade para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Artigo 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o disposto no Artigo 196 da Lei Municipal Nº 255/97 de 03 de fevereiro de 1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER Auxílio-Natalidade a servidora pública municipal DIANA DE PELLEGRIN FRAPORTI, matrícula Nº 1709, inscrita no CPF sob nº 057.613.089-32, a qual ocupa o cargo comissionado de DIRETORA DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA FAMÍLIA E ASSUNTOS DA JUVENTUDE, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, no valor de R\$ 937,00 (Novecentos e trinta e sete reais), correspondente ao menor piso pago pelo município, conforme requerimento protocolado sob Nº 1509/2017 em 08/11/2017, em razão do nascimento de sua filha MIRELA SOFIA FRAPORTI, ocorrido em 04/11/2017, determinando que seja efetuado o pagamento, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 14 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 14 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 662/2017**

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal Sr. DÉLCIO JOÃO BERGMANN, inscrito no CPF sob Nº 526.544.519-68, matrícula Nº 1213, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para viagem a São Miguel do Oeste – SC, no dia 12/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 14 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 14 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

**PORTARIA Nº 663/2017**

Dispõe sobre a concessão de licença a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 148 e parágrafos, da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, a servidora pública municipal IVANEZ SCHANNE, inscrita no CPF sob Nº 025.391.729-89, matrícula Nº 776, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, no período de 13/11/2017 a 12/12/2017, em virtude de seu filho ter realizado cirurgia e necessitar de acompanhamento contínuo no período, com vencimentos correspondentes a 2/3 da sua remuneração normal, conforme atestado médico apresentado nesta data e de acordo com o disposto em Lei.



Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 13/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 14 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 14 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 664/2017

Dispõe sobre a nomeação de pessoal na área de educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR por prazo determinado, período de 16/11/2017 a 12/12/2017, a Sra. VILMA MARIA SCHMITT, inscrita no CPF sob Nº 018.588.029-03, com matrícula nº 1778, em conformidade com a Lei Municipal Nº 532/2001 de 26/04/2001, alterada pela Lei Nº 613/2002 de 14/01/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, para ocupar o cargo de PROFESSOR II, Nível 033-DOCE-4, Classe/Referência A-1, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, com carga horária de 20 horas semanais, em substituição a titular do cargo Ivanez Schanne que está legalmente afastada no período, para atuar na Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário (Lei Nº 255/1997).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 16 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 16 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 665/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal Sr. ROBERTO MIGUEL BELLATO, inscrito no CPF sob Nº 018.120.779-63, matrícula Nº 1129, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 62,80 (Sessenta e dois reais e oitenta centavos), para viagem a Xanxerê - SC, no dia 19/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 20 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 20 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 666/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Municipal Nº 615/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, e demais alterações, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a servidora pública municipal Sra. ROSMERI MARTINI BECKER, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 153/2017 de 06/02/2017, inscrita no CPF sob Nº 949.456.169-49, com matrícula Nº 1734, do cargo de PROFESSOR I, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, a qual desempenha suas funções junto a Rede Municipal de Educação, com carga horária de 20 (Vinte) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 21 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 21 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 667/2017

Dispõe sobre a concessão de afastamento para tratamento de saúde a servidor público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997 de 05/04/1997, Artigo 142 e seguintes, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER licença para tratamento de saúde por 15 dias, no período de 21/11/2017 a 05/12/2017, ao servidor público municipal ADEMIR ANTONIO ZANIN, matrícula Nº 94, inscrito no CPF sob nº 655.983.939-72, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 22 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 22 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 668/2017

Dispõe sobre o pagamento de Horas Extras a servidores e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Decreto Nº 1212/2009, de 25/02/2009, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Horas Extras (Evento 22), referentes ao período de 21/10/2017 a 20/11/2017, conforme relatórios emitidos pelos Secretários / Responsáveis, aos servidores e na quantidade conforme relação que segue:



Matric.	Nome	Cargo	Quantidade Horas Extras
1778	Adimilson Farencena	Motorista	14,75
13	Albino Ferreira Prestes	Operador de Máq. e Equip. II	10,50
582	Bernadete B. Schütz	Servente	36
1535	Carla Simsen	Servente	36
745	Cleidimar Aurélio Pilla	Motorista	44
70	Danilo José Almeida	Motorista	36
1213	Délcio João Bergmann	Motorista	36
1082	Denise Aparecida Bacin	Assistente Social	22
1510	Dirlei Gnovatto	Operador de Máq. e Equip. I	12
694	Ereci T. G. do Amaral	Técnica em Enfermagem	10,50
595	Filisbina Conceição Biazzi	Servente	36
26	Florindo Telles de Souza	Motorista	11,50
634	Gilmar Antonio Pilla	Auxiliar de Serviços Gerais	10
1085	Jair Vaz	Motorista	44
1543	Joel Vaz	Auxiliar de Serviços Gerais	15,50
1561	Jeison Diesel	Motorista	36
1086	Lenoir Angelo Almeida	Motorista	44
82	Marquinhos Bariviera	Operador de Máq. e Equip. I	23
1214	Neri Silva dos Passos	Motorista	36
93	Paulino Leão	Profissional Especializado	10
1084	Paulo Sérgio Gheno	Auxiliar de Serviços Gerais	10
1155	Roberto Carlos Leão	Motorista	44
1129	Roberto Miguel Bellato	Motorista	44
45	Valdesir Julian	Operador de Máq. e Equip. I	13
1087	Valmir Vichinieski	Operador de Máq. e Equip. I	23

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de NOVEMBRO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 22 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 22 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 669/2017

Dispõe sobre o pagamento de Horas de Plantão a servidores da Secretaria de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Decreto Nº 1803/2016 de 13/04/2016, Anexo I, RESOLVE:

Art. 1º AUTORIZAR o pagamento de Horas de Plantão (Evento 407), referentes ao período de 21/10/2017 a 20/11/2017, conforme relatórios emitidos pelos secretários / responsáveis, aos servidores, na quantidade e percentual conforme relação que segue:

Matric.	Nome	Cargo	Lotação	Quantidade de Plantões	Percentual
745	Cleidimar Aurélio Pilla	Motorista	Secret. Saúde	08	62%
1085	Jair Vaz	Motorista	Secret. Saúde	08	62%
1086	Lenoir Angelo Almeida	Motorista	Secret. Saúde	10	62%
1155	Roberto Carlos Leão	Motorista	Secret. Saúde	08	62%
1129	Roberto Miguel Bellato	Motorista	Secret. Saúde	10	62%

Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento dos servidores relacionados no mês de NOVEMBRO/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 22 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 22 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 670/2017

Dispõe sobre a concessão de Adiantamento para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº 032/93 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. DANIELA APARECIDA BONDAN, inscrita no CPF sob Nº 081.627.079-13, matrícula Nº 1783, a qual ocupa o cargo efetivo de FISCAL TRIBUTÁRIO e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, ADIANTAMENTO para suprimento de despesas nos seguintes elementos:

- 33.90.39.99 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 267,00 (Duzentos e sessenta e sete reais) – Código Reduzido – 25.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta Portaria, correrão pela dotação orçamentária da Prefeitura Municipal de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 22 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 22 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 671/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. MARINES ECKERT, inscrita no CPF sob Nº 627.197.509-72, matrícula Nº 1699, a qual ocupa o cargo comissionado de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde - FMS, 04 (Quatro) diárias no valor de R\$ 1.004,84 (Um mil e quatro reais e oitenta e quatro centavos), para viagem a Joinville - SC, nos dias 27/11 a 01/12/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 24 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 24 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 672/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal, em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o servidor público municipal Sr. NERI BELLATTO, inscrito no CPF sob Nº 707.972.189-04, com matrícula nº 679, admitido em 03/03/2003, do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 673/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal, em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o servidor público municipal Sr. PEDRINHO BARIVIERA, inscrito no CPF sob Nº 477.156.779-49, com matrícula nº 023, admitido em 18/06/1990 (Transferido de São Miguel do Oeste), do cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 674/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal, em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o servidor público municipal Sr. WALMOR BONDAN, inscrito no CPF sob Nº 526.529.049-49, com matrícula nº 633, admitido em 01/04/2002, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal  
Esta Portaria foi registrada e  
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 675/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal, em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o servidor público municipal Sr. OSMAR PAULESKI PILLA, inscrito no CPF sob Nº 220.506.559-91, com matrícula nº 075, admitido em 20/07/1994, do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal  
Esta Portaria foi registrada e  
Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 676/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a Lei Nº 531/2001, Lei Municipal Nº 615/2002, de acordo com a Lei Nº 1179/2009 de 30/12/2009, Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR a pedido, a servidora pública municipal Sra. LOISLENE FERREIRA, inscrita no CPF sob Nº 033.398.950-31, matrícula Nº 1769, do cargo temporário de ORIENTADOR SOCIAL, com lotação na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, determinando o pagamento das verbas rescisórias na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 677/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ERECI TERESINHA GUERREIRO DO AMARAL, inscrita no CPF sob Nº 563.474.139-49, matrícula Nº 694, a qual ocupa o cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde - FMS, 01 (Uma) diária no valor de R\$ 125,60 (Cento e vinte e cinco reais e sessenta centavos), para viagens a Chapecó - SC, nos dias 27/11 e 30/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 678/2017

Dispõe sobre a prorrogação de afastamento para tratamento de saúde a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº 255/1997 de 03/02/1997, Artigo 142 e seguintes, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER prorrogação da licença para tratamento de saúde por 60 dias, no período de 25/11/2017 a 23/01/2018, a servidora pública municipal Sra. LUCIANE TEREZINHA CANESSO, matrícula Nº 605, inscrita no CPF sob nº 043.852.049-18, a qual ocupa o emprego público no cargo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, conforme atestado médico apresentado nesta data, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 25/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 679/2017

Dispõe sobre a designação de servidora para ter lotação em outra Secretaria e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º LOTAR a servidora pública municipal a Sra. VANIA MARIA MONLIN SPIER, a qual ocupa o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, inscrita no CPF sob Nº 080.045.889-30, com matrícula nº 622, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Saúde,

junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, mantendo sua carga horária nas duas secretarias, na forma da Lei.

Art. 2º A servidora deverá cumprir o horário de expediente de cada Secretaria Municipal, onde registrará sua frequência diária ao trabalho, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 680/2017

Dispõe sobre a concessão do restante férias a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o restante das FÉRIAS (10 dias) a servidora pública municipal ANDRÉIA PAULA GUARESI, inscrita no CPF sob Nº 037.831.729-69, matrícula Nº 1185, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de ORIENTADORA EDUCACIONAL, e está lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, no período de 27/11/2017 a 06/12/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 18/09/2015 e 17/09/2016, as quais haviam sido concedidas pela Portaria Nº 595/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 681/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal, em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o servidor público municipal Sr. JATIR CANDATEN, inscrito no CPF sob Nº 313.714.420-53, com matrícula nº 039, admitido em 15/06/1993, do cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA, com lotação na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/11/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e  
Publicada na forma da Lei.



Paraíso/SC, em 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 682/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. NERI SILVA DOS PASSOS, inscrito no CPF sob Nº 736.636.979-91, matrícula Nº 1214, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais oitenta e dois centavos), para viagem a São João do Oeste - SC, no dia 25/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 27 de novembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 27 de novembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 683/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, alterada pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal Sr. DÉLCIO JOÃO BERGMANN, inscrito no CPF sob Nº 526.544.519-68, matrícula Nº 1213, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) para viagem a Descanso - SC, no dia 27/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 684/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER ao servidor público municipal Sr. NERI SILVA DOS PASSOS, inscrito no CPF sob Nº 736.636.979-91, matrícula Nº 1214, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA e está lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, 1/2 (Meia) diária no valor de R\$ 55,82 (Cinquenta e cinco reais oitenta e dois centavos), para viagem a Bandeirantes - SC, no dia 30/11/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 685/2017

Dispõe sobre a concessão de férias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, a servidora pública municipal MÁRCIA CASTAGNA, inscrita no CPF sob Nº 017.577.789-69, matrícula Nº 028, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), no período de 01/12/2017 a 30/12/2017 (Gozo real das férias no período de 20/11/2017 a 19/12/2017), referente ao período aquisitivo compreendido entre 02/05/2015 e 01/05/2016, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 686/2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER o restante das FÉRIAS (13 dias), a servidora pública municipal, SILVANE KAPPEL, inscrita no CPF sob Nº 081.484.079-59, matrícula Nº 1593, a qual ocupa o cargo de provimento efetivo de RECEPCIONISTA, e está lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento, no período de 04/12/2017 a 16/12/2017, referente ao período aquisitivo compreendido entre 04/05/2016 e 03/05/2017, as quais foram concedidas pela Portaria Nº 344/2017 e interrompidas pela Portaria Nº 395/2017, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 687/2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal MARQUINHOS BARIVIERA, inscrito no CPF sob Nº 626.996.529-20, matrícula Nº 082, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I e está lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no período de 01/12/2017 a 30/12/2017, (Gozo real das férias no período de 04/12/2017 a 02/01/2018), referente ao período aquisitivo compreendido entre 02/02/2015 e 01/02/2016, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 688/2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal PEDRO GILBERTO RUEDEL, inscrito no CPF sob Nº 525.817.309-78, matrícula Nº 607, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, no período de 02/12/2017 a 31/12/2017, (Gozo real das férias no período de 05/12/2017 a 03/01/2018), referente ao período aquisitivo compreendido entre 10/02/2016 e 09/02/2017, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 689/2017

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, ao servidor público municipal DIRLEI GNOVATTO, inscrito no CPF sob Nº 066.251.799-73, matrícula Nº 1510, o qual ocupa o cargo de provimento efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS I e está lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, no período de 01/12/2017 a 30/12/2017 (Gozo real das férias no período de 05/12/2017 a 03/01/2018), referente ao período aquisitivo compreendido entre 22/01/2016 e 21/01/2017, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 690/2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Artigo 100, da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER a servidora pública municipal Sra. DENISE APARECIDA BACIN, matrícula Nº 1082, inscrita no CFF sob Nº 015.990.059-05, a qual ocupa o cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, da Família e Assuntos da Juventude, adicional por tempo de serviço equivalente a um triênio, à razão de 10% (dez por cento) sobre o piso básico do respectivo cargo efetivo, para cada triênio concedido (3º TRIÊNIO), referente ao período aquisitivo compreendido entre 20/11/2014 e 19/11/2017.

Art. 2º Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento da servidora a partir do mês de DEZEMBRO/2017, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 691/2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Artigo 100, da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal Sr. PAULO SERGIO GHENO, matrícula Nº 1084, inscrito no CFF sob Nº 058.277.649-06, o qual ocupa o cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, adicional por tempo de serviço equivalente a um triênio, à razão de 10% (dez por cento) sobre o piso básico do respectivo cargo efetivo, para cada triênio concedido (3º TRIÊNIO), referente ao período aquisitivo compreendido entre 20/11/2014 e 19/11/2017.

Art. 2º Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de DEZEMBRO/2017, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 692/2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Artigo 100, da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal Sr. JAIR VAZ, matrícula Nº 1085, inscrito no CFF sob Nº 029.980.889-02, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, adicional por tempo de serviço equivalente a um triênio, à razão de 10% (dez por cento) sobre o piso básico do respectivo cargo efetivo, para cada triênio concedido (3º TRIÊNIO), referente ao período aquisitivo compreendido entre 20/11/2014 e 19/11/2017.

Art. 2º Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de DEZEMBRO/2017, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável  
PORTARIA Nº 693/2017

Dispõe sobre a concessão de Adicional por Tempo de Serviço para servidor e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO/SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o disposto no Artigo 100, da Lei Nº 255/97, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor público municipal Sr. LENOIR ANGELO ALMEIDA, matrícula Nº 1086, inscrito no CFF sob Nº 296.075.239-20, o qual ocupa o cargo efetivo de MOTORISTA, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, adicional por tempo de serviço equivalente a um triênio, à razão de 10% (dez por cento) sobre o piso básico do respectivo cargo efetivo, para cada triênio concedido (3º TRIÊNIO), referente ao período aquisitivo compreendido entre 20/11/2014 e 19/11/2017.

Art. 2º Fica determinado que seja acrescido o valor correspondente na folha de pagamento do servidor a partir do mês de DEZEMBRO/2017, na forma da Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 01 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável  
PORTARIA Nº 694/2017

Dispõe sobre a concessão de Adiantamento para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal Nº 032/93 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal MARINES ECKERT, inscrita no CPF sob nº 627.197.509-72, matrícula Nº 1699, a qual ocupa o cargo comissionado de Secretária Municipal de Saúde e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde - FMS, ADIANTAMENTO para suprimento de despesas nos seguintes elementos:

- 33.90.39.99 – Outros serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 1.000,00 (Um mil reais) – Código Reduzido 03 - FMS.
- 33.90.30.99 – Outros Materiais de Consumo – R\$ 300,00 (Trezentos reais) – Código Reduzido 03 - FMS.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta Portaria, correrão pela dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 05 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 05 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 695/2017

Dispõe sobre a concessão de diárias para servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e de conformidade com a Lei Nº 972/2006 de 21 de junho de 2006, definido pelo Decreto Nº 1884/2017 de 01/03/2017 e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º ARBITRAR e CONCEDER a servidora pública municipal Sra. SOLANGE KAPPES, inscrita no CPF sob Nº 080.045.889-30, matrícula Nº 1766, a qual ocupa o cargo efetivo de PSICÓLOGA e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde - FMS, 03 (Três) diárias no valor de R\$ 376,80 (Trezentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), para viagem a Chapecó- SC, no período de 06/12 a 09/12/2017, atendendo as finalidades constantes no Roteiro de Viagem anexo.

Art. 2º As despesas provenientes do objeto desta portaria correrão pela dotação orçamentária do Fundo Municipal de Saúde de Paraíso.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 05 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e  
Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 05 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 696/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o servidor público municipal Sr. ADEMIR ANTONIO ZANIN, inscrito no CPF sob Nº 538.166.099-53, com matrícula nº 094, admitido em 11/09/1995, do cargo de provimento efetivo de MOTORISTA, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/12/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 05 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande  
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e  
Publicada na forma da Lei.



Paraíso/SC, em 05 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 697/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora efetiva e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a servidora pública municipal Sra. ERECI TERESINHA GUERREIRO DO AMARAL, inscrita no CPF sob Nº 563.474.139-49, com matrícula nº 694, admitida em 02/05/2003, do cargo de provimento efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/12/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 05 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 05 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 698/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o servidor público municipal Sr. ALCIONE SCHNEIDER, inscrito no CPF sob Nº 627.028.829-00, com matrícula nº 016, admitido em 01/02/1993, do cargo de provimento efetivo de PROFESSOR II, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Turismo, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 06 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 06 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 699/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidora efetiva e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, a servidora pública municipal Sra. ZENILDA MARKENDORF, inscrita no CPF sob Nº 627.237.159-49, com matrícula nº 642, admitida em 01/04/2002, do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde (Fundo Municipal de Saúde), determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 06 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 06 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 700/2017

Dispõe sobre a exoneração de servidor efetivo e dá outras providências.

Considerando a recomendação Nº 009/2017/04PJ/SMO, decorrente do Inquérito Civil Nº 06.2017.00004064-7;

Considerando a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar emitida pela Comissão do mesmo PAD;

Considerando a decisão proferida pelo Executivo Municipal em relação à Recomendação e ao Processo Administrativo Disciplinar;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com a recomendação do Ministério Público e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, o servidor público municipal Sr. GILMAR ANTONIO PILLA, inscrito no CPF sob Nº 425.149.169-68, com matrícula nº 634, admitido em 01/04/2002, do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com lotação na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos, determinando o pagamento das verbas rescisórias, na forma da Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/12/2017.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO / SC, em 06 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e

Publicada na forma da Lei.

Paraíso/SC, em 06 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 701/2017

Dispõe sobre concessão de férias a servidora e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, no uso de suas atribuições, de acordo com o Artigo nº 64, Incisos VI e VIII, da Lei Orgânica do Município, e de conformidade com o disposto no Artigo 131 da Lei Nº 255/97 de 03/02/1997, e demais legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, a empregada pública municipal NELCI MARIA WICKERT CADONÁ, inscrita no CPF sob Nº 023.594.499-82, matrícula Nº 1325, a qual ocupa o cargo de AGENTE DE SAÚDE, e está lotada na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, no período de 01/12/2017 a 30/12/2017 (Gozo real das férias no período de 06/12/2017 a 04/01/2018), referente ao período aquisitivo compreendido entre 11/04/2015 e 10/04/2016, com vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

PORTARIA Nº 702/2017

Dispõe sobre a prorrogação da contratação temporária de pessoal na área de saúde e dá outras providências.

Considerando que, não tem Concurso Público e nem Processo Seletivo vigente para o cargo de Agente de Saúde;  
Considerando a necessidade da continuidade dos trabalhos na área de Saúde;  
Considerando que a Saúde é de excepcional interesse público, e a necessidade de substituir servidor legalmente afastado;

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO / SC, Sr. VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações em vigor, RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a nomeação por tempo determinado, período de 06/12/2017 a 02/02/2018 da Sra. ADRIANA MARIA TRISSOLDI CIVARDI, a qual foi nomeada pela Portaria Nº 485/2017, inscrita no CPF sob Nº 054.227.249-09, com matrícula Nº 1770, em conformidade com a Lei Nº 615/2002, e alterações posteriores, em especial a Lei Complementar Nº 003/2017 de 06/04/2017, para ocupar o emprego público no cargo de AGENTE DE SAÚDE, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde, em substituição à titular do cargo Sra. Nelci Maria Wickert Cadoná que estará de férias no período, com carga horária de 40 horas semanais, com atribuições, vencimentos e vantagens definidos em Lei.

Art. 2º A servidora fica vinculada ao Regime Geral da Previdência Social e ao Regime Jurídico Estatutário, podendo a nomeação ser prorrogada em caso de necessidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

MUNICÍPIO DE PARAÍSO/SC, em 06 de dezembro de 2017.

Valdecir Antonio Casagrande

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi Registrada e

Publicada na forma da Lei

Paraíso/SC, 06 de dezembro de 2017.

Servidor Responsável

## ERRATA EDITAL TP 05-2017

Publicação Nº 1454393

O MUNICIPIO DE PARAÍSO, leva ao conhecimento dos interessados:

ERRATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2017

ONDE SE LÊ:

1.2 - O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, contendo respectivamente a documentação de habilitação e as propostas de preços dos interessados, dar-se-á até as 08h15min do dia 14 de Dezembro de 2017, no Setor de Compras e Licitações.

1.3 - O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 08h30min do dia 14 de Dezembro de 2017, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, no mesmo local retro estabelecido. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

LEIA – SE:

1.2 - O recebimento dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO e 02 – PROPOSTA, contendo respectivamente a documentação de habilitação e as propostas de preços dos interessados, dar-se-á até as 08h15min do dia 04 de Janeiro de 2018, no Setor de Compras e Licitações.

1.3 - O início da abertura dos Envelopes 01 – DOCUMENTAÇÃO, dar-se-á às 08h30min do dia 04 de Janeiro de 2018, na Sala de Reuniões do Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de Paraíso, no mesmo local retro estabelecido. Havendo a concordância de todos os proponentes com o resultado da fase de habilitação, bem como a desistência expressa de interposição de recursos, de acordo com o disposto no inciso III, art. 43 da Lei 8.666/93, formalizada na respectiva Ata ou Termo de Renúncia, proceder-se-á, nesta mesma data, à abertura dos Envelopes 02 – PROPOSTA, contendo as propostas dos proponentes habilitados.

ONDE SE LÊ:

11 – DA GARANTIA

11.1 - Será solicitada garantia, de acordo com o art. 56 da Lei 8.666/93.

11.2 - A Garantia de Proposta corresponde a R\$ 12.804,60 (Doze mil, oitocentos e quatro reais e sessenta centavos), com validade mínima de 60 (sessenta) dias, deverá ser depositada até o dia 24/11/2017, na Conta Bancária da Prefeitura Municipal de Paraíso, Banco do Brasil, Agência 0599-1, Conta Corrente nº. 105374-4, de titularidade deste município, devendo o respectivo comprovante ser juntado aos

documentos de habilitação.

11.3 - A Garantia de Proposta das Licitantes não vencedoras ser-lhes-á restituída no prazo de até 30 (trinta) dias, contado a partir da homologação e da adjudicação da proposta vencedora. A Garantia de Proposta das Licitantes inabilitadas ser-lhes-á restituída no prazo de 30 (trinta) dias, sem juros e correção contados a partir do encerramento da fase de habilitação; no caso de interposição de recurso o prazo de devolução será contado a partir do julgamento definitivo dos recursos.

11.4 - A Garantia de Proposta da Licitante vencedora será liberada após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, pelo Departamento de Engenharia do Município de Paraíso/SC.

LEIA-SE:

11 – DA GARANTIA

11.1 – Não será solicitado garantia de proposta.

ONDE SE LÊ:

14 – DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1 - A Comissão de Licitações, depois de ultrapassado o prazo legal para interposição de recursos ou após sua decisão, encaminhará o processo à Autoridade Competente a quem caberá a decisão sobre a adjudicação e homologação do procedimento.

14.2 - Após o procedimento acima descrito, a adjudicatária será formalmente convocada a assinar o Contrato (minuta constante do Anexo "IX" deste Edital), dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, junto a Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento. Decorrido o prazo acima estipulado, se a adjudicatária não aceitar ou retirar o instrumento contratual, decairá do direito, sujeitando-se às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

14.3 - O Município de Paraíso/SC poderá, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas neste instrumento convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/63 e suas posteriores alterações.

14.4 - Na hipótese de haverem documentos, dentre aqueles apresentados pela licitante em atendimento ao item da DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A HABILITAÇÃO – Sub item - Para comprovação da Regularidade Fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93) ainda na fase de habilitação deste certame, com prazo de validade vencido à época da convocação para a assinatura do Contrato, os mesmos deverão ser reapresentados no Departamento de Compras do Município de Paraíso/SC no ato da assinatura do Contrato, devidamente renovados.

14.5 – Não será permitido subcontratação, devendo a empresa contratada iniciar e encerrar a obra.

LEIA – SE:

14 – DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

14.1 - A Comissão de Licitações, depois de ultrapassado o prazo legal para interposição de recursos ou após sua decisão, encaminhará o processo à Autoridade Competente a quem caberá a decisão sobre a adjudicação e homologação do procedimento.

14.2 - Após o procedimento acima descrito, a adjudicatária será formalmente convocada a assinar o Contrato (minuta constante do Anexo "IX" deste Edital), dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis após a convocação, junto a Secretaria Municipal de Administração Fazenda e Planejamento. Decorrido o prazo acima estipulado, se a adjudicatária não aceitar ou retirar o instrumento contratual, decairá do direito, sujeitando-se às sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93 e multa de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato.

14.3 - Será solicitada a garantia de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, nos termos do artigo 56 da Lei 8.666/93, sendo que caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia previstas na lei, quais sejam: caução em dinheiro, seguro-garantia ou fiança bancária.

14.4 - Em caso do contratado optar pela modalidade de garantia "caução em dinheiro", o mesmo deverá ser depositado na Conta Bancária da Prefeitura Municipal de Paraíso, Banco do Brasil, Agência 0599-1, Conta Corrente nº 105374-4, de titularidade deste município.

14.5 - A garantia deverá ser prestada até a data da assinatura do contrato e comprovada neste ato.

14.6 - A garantia de contrato será liberada após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra, pelo Departamento de Engenharia do Município de Paraíso – SC.

14.7 - O Município de Paraíso/SC poderá, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidas neste instrumento convocatório, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666/63 e suas posteriores alterações.

14.8 - Na hipótese de haverem documentos, dentre aqueles apresentados pela licitante em atendimento ao item da DOCUMENTAÇÃO REFERENTE A HABILITAÇÃO – Sub item - Para comprovação da Regularidade Fiscal (art. 29 da Lei 8.666/93) ainda na fase de habilitação deste certame, com prazo de validade vencido à época da convocação para a assinatura do Contrato, os mesmos deverão ser reapresentados no Departamento de Compras do Município de Paraíso/SC no ato da assinatura do Contrato, devidamente renovados.

14.9 – Não será permitido subcontratação, devendo a empresa contratada iniciar e encerrar a obra.

Paraíso/SC, 12 de Dezembro de 2017.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAISO.

# Passo de Torres

## PREFEITURA

### PORTARIA 248/2017

Publicação Nº 1455217

PORTARIA Nº 248, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, LETICIA SOARES RIBEIRO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Jonas Gomes de Souza, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com o Artigo 107 da lei 118/94.

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença Prêmio a servidora Pública Municipal, Leticia Soares Ribeiro, referente ao período aquisitivo de 13/02/2012 à 12/06/2017.

Art. 2º - A Licença Prêmio, conforme prevê a Lei Municipal Nº 118/94, é de 90 dias consecutivos, iniciando em 01/12/2017 com término em 28/02/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

Passo de Torres, em 01 de dezembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

### PORTARIA 249/2017

Publicação Nº 1455218

PORTARIA Nº. 249, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

“CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL DA LETRA “E” PARA “F” A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL DO QUADRO EFETIVO DO MUNICÍPIO, ELIETE VKJILLIN DO NASCIMENTO, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53, da lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Nº. 737/2011;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido progressão funcional da Letra “E” para “F”, a servidora pública Municipal do quadro efetivo, Eliete Kjillin do Nascimento, de acordo com o que estabelece o Artigo 6º, da Lei Municipal Nº. 737/2011.

Parágrafo Único: A progressão que trata o “Caput” do Artigo 1º, esta de acordo com os Anexo: V, Grupo: III da referida Lei.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrario.

Passo de Torres/SC, em 01 de dezembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de dezembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário M. de Administração e Finanças

### PORTARIA 250/2017

Publicação Nº 1455219

PORTARIA Nº 250, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE SINDICANCIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

JONAS GOMES DE SOUZA, Prefeito Municipal de Passo de Torres, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência privativa que lhe confere o Inciso VII, do Artigo 53 da Lei Orgânica Municipal combinado com a Lei 118/94.

Considerando os termos do BOLETM DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 413 datado de 04 de dezembro de 2017, objetivando averiguar possíveis irregularidades administrativas, como contratuais e conduta profissional;

Considerando ainda que tal fato afronta a legislação pertinente e os princípios da Administração pública;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Determinar abertura de sindicância, visando apurar os fatos do BOLETM DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 413 datado de 04 de dezembro de 2017, apontando possíveis responsáveis, bem como seus beneficiários.

Art.2º - Ficam nomeados para compor a referida comissão sob a Presidência do Primeiro, os seguintes membros:

- Marcos André Pereira
- Janaina Silveira Scheffer
- Luiz Carlos Hespanhol

Art. 3º - A comissão deverá apurar possíveis irregularidades do servidor João Batista dos Santos, Motorista da Secretaria de Obras.

Art. 4º - A comissão deverá encerrar a sindicância no prazo de (60) sessenta dias, podendo ser prorrogado por igual período, a pedido da comissão, por motivos devidamente justificados.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Passo de Torres, em 11 de dezembro de 2017.

Jonas Gomes de Souza  
Prefeito Municipal

Publicado e Registrado nesta Secretaria de Administração e Finanças, em 11 de dezembro de 2017.

Marcio Luiz Abatti  
Secretário Municipal de Administração e Finanças.



**RESOLUÇÃO 003/2017 DHS**

Publicação Nº 1455211

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE PASSO DE TORRES/SC

RESOLUÇÃO Nº 003, 11 de dezembro de 2017.

Nomeia Gestor do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) do município de Passo de Torres – SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de PASSO DE TORRES CMDCA, por intermédio de sua presidente, no uso de suas atribuições e:

CONSIDERANDO a Lei Federal 8.069/90, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO a Resolução do CONANDA – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente Nº171, que “Estabelece os parâmetros para discussão, formulação e deliberação dos planos decenais dos direitos humanos da criança e do adolescente em âmbito estadual, distrital e municipal, em conformidade com os princípios e diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e com os eixos e objetivos estratégicos do Plano Nacional Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e altera os prazos dispostos na Resolução N.º 161, de 03 de dezembro de 2013”;

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº0 28, de 25 de junho de 2014. (De criação do CMDCA).

CONSIDERANDO a deliberação da reunião de 11 de dezembro de 2017 para nomeação do Gestor do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) do município de Passo de Torres – SC.

CONSIDERANDO a aplicação do princípio constitucional da prioridade absoluta, competindo ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção às crianças e adolescentes;

CONSIDERANDO a necessidade de definição do Gestor do Fundo para Infância e Adolescência (FIA);

**RESOLVE:**

Art. 1º. Que o Secretário Municipal de Desenvolvimento Humano e Social será o Gestor do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) do município de Passo de Torres – SC.

Art. 2º. Compete ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente a deliberação e aprovação da aplicação dos recursos provenientes do Fundo para Infância e Adolescência (FIA) do município de Passo de Torres – SC.

Parágrafo Único: Lei Municipal Nº 028, de 25 de junho de 2014.

**SEÇÃO II**

**DA COMPETÊNCIA DO CONSELHO**

Art. 7º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, cumprir as normas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, e em especial:

I – formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, fixando prioridades para a consecução das ações, assim como avaliando e controlando seus resultados;

II – gerir o fundo municipal, alocando recursos para os programas das entidades governamentais e repassando verbas para as entidades não governamentais;

ELIZANDRA DA SILVA MARTINS

Presidente do CMDCA



# Passos Maia

## PREFEITURA

### PROCESSO ADMINISTRATIVO 0079/2017

Publicação Nº 1451582

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0079/2017

PREGÃO PRESENCIAL N. 0059/2017

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberto o Processo Licitatório n. 0079/2017, Modalidade de Pregão Presencial n. 0059/2017 – Objeto: A presente licitação tem por objeto a locação de 35 impressoras PB e 05 COLOR multifuncionais novas ou com no máximo de 2 (dois) anos de uso, impressora, copiadora, scanner, transformador de voltagem, toner reserva, assistência técnica, componentes eletrônicos e reposição de peças sem onerar a prefeitura, conforme especificações em anexo I do edital. Os envelopes contendo a documentação e propostas serão recebidas até às 08:45 horas do dia 26 de dezembro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública às 09:00 horas, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto ao Departamento Municipal de Compras e Licitações das 08:00hs às 17:00hs, e pelo site [WWW.passosmaia.sc.gov.br](http://WWW.passosmaia.sc.gov.br) . Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 11 de novembro de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

Prefeito Municipal.

**Paulo Lopes****PREFEITURA****DECRETO 66/2017**

Publicação Nº 1455357

**DECRETO Nº 66/2017**

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.683 de 14 de dezembro de 2016 - LOA,

Art. 1º - Fica suplementado, no orçamento fiscal vigente, as dotações abaixo, no limite de R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 218.000,00
12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental	R\$ 158.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.01.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 75.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.18.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 83.000,00
12.361.0004.2.021 – Manutenção do Transp. Escolar Ensino Fund.	R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.15.000049 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais):

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 218.000,00
12.361.0004.1.009 – Aquisição de Veículo Escolar	R\$ 40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.15.000049 – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
12.365.0004.1.011 – Construção e Ampliação de Escolas do EI	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.15.000049 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
12.361.0004.2.021 – Manut. Transporte Escolar do Ensino Fundamental	R\$ 88.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.19.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 38.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.01.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
12.361.0004.2.016 – Manut. Transporte Escolar do Ensino Infantil	R\$ 70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.19.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.01.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de dezembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Sec. Municipal de Administração

**DECRETO 67/2017**

Publicação Nº 1455380

**DECRETO Nº 67/2017**

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.683 de 14 de dezembro de 2016, aprova o seguinte Decreto:

Art. 1º - Fica suplementada a dotação abaixo, no limite de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

1301 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE R\$ 310.000,00  
10.301.0013.2.055 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde R\$ 310.000,00  
3.1.90.00.00.00.00.00.0.2.14.002000 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00  
3.3.90.00.00.00.00.00.0.2.14.002000 – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pelo excesso de arrecadação da fonte 0.2.14.002000 – PAB Fixo, no valor de R\$ 310.000,00 (trezentos e dez mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de dezembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Sec. Municipal de Administração

**LEI 1739/2017**

Publicação Nº 1454170

**LEI Nº 1739/2017**

Institui denominação de Travessa Petronilho Manoel Fernandes, no Bairro Areias.

Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 56/2017 e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Institui a denominação de Travessa Petronilho Manoel Fernandes, trecho compreendido com início na Rua Rute Jovina dos Santos, sentido sul/norte paralelo a Rua Manoel do Carmo Pereira, no Bairro Areias. Trata-se de uma Travessa sem saída.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 23 de novembro de 2017.  
NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de dezembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Sec. Municipal de Administração

## LEI 1740/2017

Publicação Nº 1454187

LEI Nº 1740/2017

Institui denominação de Travessa Ari Manoel da Silva, no Bairro Penha.

Prefeito Municipal de Paulo Lopes, faz saber a todos os habitantes do Município que a Câmara aprovou o Projeto de Lei nº. 57/2017 e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Institui a denominação de Travessa Ari Manoel da Silva, trecho compreendido com início na Vidal da Rosa, primeira entrada após a Rua Gercino da Silveira, sentido norte/sul, no Bairro Penha. Trata-se de uma travessa sem saída.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paulo Lopes, 23 de novembro de 2017.  
NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de dezembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Sec. Municipal de Administração

## LEI 1741/2017

Publicação Nº 1454227

LEI Nº 1741/2017

Autoriza a anulação e suplementação de dotações no Orçamento Fiscal vigente e dá outras providências.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, usando das atribuições a ele concedidas pela Lei 1.683 de 14 de dezembro de 2016 - LOA,

Art. 1º - Fica autorizado, no orçamento fiscal vigente, suplementar as dotações abaixo, no limite de R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais), de acordo com as especificações seguintes:

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 218.000,00
12.361.0004.2.017 – Manutenção do Ensino Fundamental	R\$ 158.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.01.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 75.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.18.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 83.000,00
12.361.0004.2.021 – Manutenção do Transp. Escolar Ensino Fund.	R\$ 60.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.15.000049 – Aplicações Diretas	R\$ 60.000,00

Art. 2º - O disposto no artigo 1º deste Decreto será atendido pela anulação das dotações abaixo identificadas, no valor de R\$ 218.000,00 (duzentos e dezoito mil reais):

0501 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	R\$ 218.000,00
12.361.0004.1.009 – Aquisição de Veículo Escolar	R\$ 40.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.15.000049 – Aplicações Diretas	R\$ 40.000,00
12.365.0004.1.011 – Construção e Ampliação de Escolas do EI	R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.15.000049 – Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
12.361.0004.2.021 – Manut. Transporte Escolar do Ensino Fundamental	R\$ 88.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.19.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 38.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.01.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 50.000,00
12.361.0004.2.016 – Manut. Transporte Escolar do Ensino Infantil	R\$ 70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.19.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 45.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.01.000000 – Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NADIR CARLOS RODRIGUES  
Prefeito Municipal

Publicado a presente Lei no Diário Oficial dos Municípios, em 13 de dezembro de 2017.

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA  
Sec. Municipal de Administração

# Penha

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014 2017 - PMP

Publicação Nº 1454892

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 106/2017 – PMP

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 014/2017 –PMP

Contrato: 171/2017 - PMP

Contratado: AIRTON ANTONIO PELLANDA

Objeto: Locação de imóvel localizado à Travessa Barbacena, nº 488, Bairro Armação, neste Município, com terreno medindo aproximadamente 288m² e área construída de aproximadamente 97m², Inscrição Imobiliária nº 01.04.088.0027.001, Matrícula do imóvel nº 10.447 e 1.100, que será utilizado para funcionamento do Centro de Educação Infantil "Pingo de Gente", pelo período de 12 (doze) meses, atendendo solicitação nº 1599/2017 da Secretaria de Educação e Cultura (documento integrante do Processo de Dispensa).

Valor: R\$ 34.200,00 (trinta e quatro mil e duzentos reais).

Dotação Orçamentária: Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura. Unidade: 02 - Departamento de Ensino. Funcional: 12.361.0009.2.024 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil/Creche. Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.00611 – Aplicações Diretas (80).

Vigência: 12 (doze) meses

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Penha/SC, 12 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

### DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015 2017 - PMP

Publicação Nº 1454897

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2017 – PMP

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2017 –PMP

Contrato: 172/2017 - PMP

Contratado: CASA DA AMIZADE DE PENHA

Objeto: Locação de imóvel localizado à Rua Arthur Silvino dos Reis, nº 322, Bairro Centro, neste Município, com terreno medindo aproximadamente 2.531,900m² e área construída de aproximadamente 735m², Inscrição Imobiliária nº 01.02.063.0156.001, Matrícula do imóvel nº 9.016, 23.402 e 23.403, que será utilizado para funcionamento do Centro de Educação Infantil "Casa da Amizade", pelo período de 12 (doze) meses, atendendo solicitação nº 1644/2017 da Secretaria de Educação e Cultura (documento integrante do Processo de Dispensa).

Valor: R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais).

Dotação Orçamentária: Órgão: 10 - Secretaria de Educação e Cultura. Unidade: 02 - Departamento de Ensino. Funcional: 12.361.0009.2.024 - Funcionamento e Manutenção do Ensino Infantil/Creche. Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.00.00611 – Aplicações Diretas (80).

Vigência: 12 (doze) meses

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso X, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

Penha/SC, 12 de dezembro de 2017.

NAIR LEICHT – Presidente da Casa da Amizade de Penha

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA - Prefeito Municipal

### LEI Nº 2920/2017 DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA SEMANA MUNICIPAL DE VALORIZAÇÃO DA VIDA "SETEMBRO AMARELO" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1454515

LEI Nº 2920/2017

Dispõe sobre a instituição da Semana Municipal de Valorização da Vida "Setembro Amarelo" e dá outras providências.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Instituída a Semana Municipal de Valorização da Vida, a ser realizada, anualmente, na semana que compreender o dia 10 de setembro, Dia Mundial de prevenção ao Suicídio.

Art. 2º A campanha terá como objetivo informar, esclarecer, conscientizar, envolver e mobilizar a sociedade civil a respeito da prevenção ao suicídio.

Art. 3º Ao longo do mês de setembro, serão realizados fóruns de debates, palestras, seminários, divulgação de material informativo impresso ou audiovisual, entre outras ações de conscientização em espaços públicos.

Parágrafo Único. Para as atividades descritas no caput deste artigo, a administração municipal poderá contar com a participação voluntária de profissionais de medicina, psicologia, psiquiatria, serviço social, segurança comunitária, educação, entre outras áreas do Poder Público, instituições públicas e privadas e a população de modo geral.

Art. 4º A Prefeitura de Penha poderá firmar parcerias de forma não onerosa com órgãos públicos, universidades, entidades de classes, organizações não governamentais, entidades de interesse público, entre outras instituições públicas ou privadas visando à instituição da Semana Municipal de Valorização da Vida "Setembro Amarelo", bem como sua promoção anual.

Art. 5º Caberá as Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Assistência Social organizar durante a Semana de Valorização da vida um evento a nível municipal, que envolvam as escolas das redes públicas e privadas do município cujo o enfoque seja o adolescente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 11 de dezembro de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos onze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

**REPUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017-FMS**

Publicação Nº 1454866

MUNICÍPIO DE PENHA  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE EDITAL  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 029/2017-FMS

Objeto: O presente Edital tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de oxigênio medicinal para atender demanda do Pronto Atendimento 24 Horas e das Unidades de Saúde do Município de Penha/SC, conforme solicitação nº 724/2017, anexa ao Processo, tudo de acordo com as condições estabelecidas no edital e Termo de Referência, parte integrante do presente processo.

Abertura do Processo e Entrega de Envelopes: 28/12/2017 às 14:30 horas

Local: Avenida Nereu Ramos, nº 190, Bairro Centro, Penha - Santa Catarina (antessala do Gabinete do Prefeito).

Coordenação do Processo: Pregoeiro Elton Cantenor Teixeira.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site [www.penha.sc.gov.br](http://www.penha.sc.gov.br). Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 às 12h e das 13:30 às 17:30h.

Penha/SC, 12 de dezembro de 2017.  
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA  
Prefeito Municipal

**SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA Nº 04/2017**

Publicação Nº 1454372

**TERMO DE JULGAMENTO**

Sindicância Administrativa nº 04/2017

Vistos, relatados etc..., os presentes autos, verifiquei que:  
Foi instaurada Sindicância Administrativa nº 04/2017 para apuração dos fatos referentes ao acidente de trânsito mencionado no Boletim de Ocorrência nº 02000-2017-05659..

Na instrução processual, ouviram-se os depoimentos dos servidores envolvidos, bem como do Coordenador de Frotas e Diretora Administrativa da Secretaria de Saúde, bem como o condutor do veículo I/HYUNDAI TUCSON GL 20L (MIY 1500).

Após a análise das oitivas e dos documentos, a comissão julgadora emitiu sua decisão e encaminhou para a consideração deste Chefe do Executivo.

É o relatório.

Na instrução dos autos administrativos verificou-se que ocorreu um acidente com a ambulância do Município que, na ocasião estava sendo conduzida pelo servidor Wenilton Carlos Jorge.

Na ocasião do acidente foi emitido o Boletim de Ocorrência nº 02000-2017-05659, onde em Relato Policial informou-se o seguinte:

“(…)

A guarnição entrou em contato com a central para verificar o sistema de monitoramento que fica localizado na rótula onde ocorreu o acidente que foi constatado que a ambulância já se encontrava na rótula quando o veículo TUCSON veio a colidir na lateral da ambulância onde a mesma capotou na via. A guarnição fez os procedimentos cabíveis.”

Neste ínterim, o inciso III do artigo 29 do Código de Trânsito prevê

que:

“Art. 29. O trânsito de veículos nas vias terrestres abertas à circulação obedecerá às seguintes normas:

(…)

III – quando veículos, transitando por fluxos que se cruzem, se aproximarem de local não sinalizado, terá preferência de passagem:

(…)

b) no caso de rotatória, aquele que estiver circulando por ela;”

Assim, conforme robusta prova testemunhal e documental, o acidente e os prejuízos ocasionados no bem móvel do Município foram ocasionados pelo condutor do veículo TUCSON, e diante do que preconiza a legislação, devia o Senhor Ramon Silvio dos Passos aguardar a movimentação do veículo oficial para só então adentrar na rotatória da via pública.

Desta forma, em razão do aludido acima, ACOLHO OS TERMOS DO RELATÓRIO FINAL, para decidir que não há responsabilidade do Servidor Wenilton Carlos Jorge pelo acidente, não havendo o que lhe imputar de penalidade.

No mais, determino que a Secretaria de Saúde proceda à avaliação dos danos materiais ocorridos no veículo RENAULT/MASTER EURO AMB (QID6248), devendo a Secretaria de Saúde formalizar três orçamentos atuais para que se proceda à ação de cobrança judicial. Diante do presente julgamento, determino seja lavrado o competente Ato procedendo-se a sua publicação na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias a contar da presente data.

Cumpra-se.

Publica-se.

Penha, 11 de dezembro de 2017.

Aquiles José Schneider da Costa

Prefeito Municipal

# Pescaria Brava

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 0330/2017

Publicação Nº 1455354

PORTARIA Nº 0330/2017

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA, Prefeito Municipal de Pescaria Brava/SC, no uso das atribuições conferidas no artigo 70, da Lei Orgânica do Município,

#### RESOLVE

Art. 1º. Dispensar os servidores ACTS por término de contrato, conforme tabela abaixo:

ADRIANA ALVES DA SILVA	SERVIÇOS GERAIS
ADRIANA GONÇALVES DE ARAÚJO	SERVIÇOS GERAIS
ALESSANDRA DE JESUS GOMES	PROFESSOR
ANA DE OLIVEIRA RABELO	MONITOR DE TRANSPORTES ESCOLAR
ANA PAULA DE SOUZA FERNANDES	PROFESSOR
ANA PAULA RIBEIRO CAMILO DA ROSA	PROFESSOR
ANDREZA DA SILVA TEIXEIRA	PROFESSOR
DENISE RIBEIRO LEANDRO	PROFESSOR
ELAINE MEDEIROS SABINO COSTA	PROFESSOR
INDIANA CAETANO DA ROSA GOULART	PROFESSOR
JUCIMARA DE JESUS CALLEGARI	SERVIÇOS GERAIS
LAIS MACHADO CORREA	SERVIÇOS GERAIS
LETICIA BARRETO AVELINO	PROFESSOR
LUCIMARA DA ROCHA FIRMINO	MONITOR DE TRANSPORTES ESCOLAR
MARCIA HELENA MARCONDES FERNANDES	PROFESSOR
MARIA APARECIDA PATRICIO	PROFESSOR
MARLY SILVA DE MEDEIROS	PROFESSOR
MAYRA CRISTINA BARCELOS PACHECO	PROFESSOR
REGINA GOULART ALBINO	PROFESSOR
SANDRA FLOR GOULART DOS SANTOS	PROFESSOR
TAIRES VIEIRA CORREA	MONITOR DE TRANSPORTES ESCOLAR
TAMARA RODRIGUES DA SILVA	MONITOR DE TRANSPORTES ESCOLAR
TATIANE FERNANDES ARCENO	MONITOR DE TRANSPORTES ESCOLAR
YASMYNY LIANA COSTA	PROFESSOR
JONATA SILVA SÁ	MOTORISTA I

Art. 2º. - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, sendo condição de validade a publicação resumida no Diário Oficial dos Municípios até o último dia útil do mês seguinte ao da assinatura.

Pescaria Brava/SC, 08 de Dezembro de 2017.

DEYVISONN DA SILVA DE SOUZA

Prefeito Municipal



# Petrolândia

## PREFEITURA

### DISPENSA DE LICITAÇÃO 04 2017 - ORLANDO MAFRA

Publicação Nº 1454038

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 43/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que realizou PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43/2017 na modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 4/2017, tendo por objetivo a EXPLORAÇÃO, EXTRAÇÃO, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE MACADAME DE PEDREIRA NA LOCALIDADE DE ALTO TRÊS BARRAS PARA REVESTIMENTO DE VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA. O processo foi baseado no Artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93. Outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 13 de dezembro de 2017. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

# Pinhalzinho

## PREFEITURA

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 047-2017 - PMP

Publicação Nº 1455397

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2017 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE NITROGÊNIO LÍQUIDO (NL2), para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. (Exclusiva para ME e EPP)

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS)

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 26/12/2017

Abertura: dia 26/12/2017, às 08:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 13 de Dezembro de 2017.

Honorino Dallapossa

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

### AVISO PREGÃO PRESENCIAL 048-2017 - PMP

Publicação Nº 1455399

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2017 - PMP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual contratação de empresa especializada na coleta, transporte e destinação final de carcaças de animais mortos, incluindo o fornecimento de materiais e serviços, em todo o território municipal. (Exclusiva para ME e EPP)

Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS)

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 14:30 do dia 26/12/2017

Abertura: dia 26/12/2017, às 14:45

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município [www.pinhalzinho.atende.net](http://www.pinhalzinho.atende.net) ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: [compras01@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras01@pinhalzinho.sc.gov.br) ou [compras02@pinhalzinho.sc.gov.br](mailto:compras02@pinhalzinho.sc.gov.br).

Pinhalzinho, SC, 13 de Dezembro de 2017.

Honorino Dallapossa

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 091/2017

Publicação Nº 1454635

AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DE LICITAÇÃO  
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 091/2017  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 04/01/2018, licitação modalidade Pregão Presencial nº 091/2017, visando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA EXERCÍCIO DE 2018.

DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇOS: 04/01/2018, até às 8:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preços nesta mesma data, às 8:15hs.

Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562-2000 ou pelo site [www.pinheiropreto.sc.gov.br](http://www.pinheiropreto.sc.gov.br).

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 084/2017

Publicação Nº 1454432

AVISO DE ALTERAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 084/2017

O Presidente da Câmara M Pinheiro Preto/SC, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os interessados, que o Edital de Licitação nº 084/2017, modalidade Pregão Presencial, passou a vigorar com a seguinte alteração no Anexo II e Anexo XI:

#### ANEXO II PROPOSTA COMERCIAL

contratação de empresa especializada para fornecimento SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET, ATRAVÉS DE LINKS DEDICADOS, QUE ATEN- DAM AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NO ANEXO I.

#### 1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social

Endereço:

Bairro: \_\_\_\_\_ Município

Estado: \_\_\_\_\_ CEP

Fone/Fax

E-mail:

CNPJ:

#### 2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

a) Prazo de validade da proposta: \_\_\_\_\_ dias.

b) Prazo do contrato: 12 meses, iniciando-se após emissão da ordem de serviço.

Item	Descrição	Velocidade Mínima	Local de Instalação	VALOR UNIT. MENSAL
01	Link de acesso à internet com 2 IPs público	10mb Full	Sede Admi- nistrativa	
02	Link de acesso à internet com 1 IP público	5mb Full	Centro Edu- cacional	
03	Link de acesso à internet com 1 IP público	10mb Full	Unidade Sanitária	
04	Link de acesso à internet com 1 IP público	5mb Full	Conselho Tutelar	
TOTAL MENSAL:				

**3. DECLARAÇÃO:**

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, fica vedada qualquer alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços cotados.

Local/Data: \_\_\_\_\_

.....  
LICITANTE

Assinatura do Responsável Legal  
pela Empresa - Carimbo CNPJ da Empresa:

ANEXO XI  
PREGÃO PRESENCIAL N 084/2017  
ORÇAMENTO MÁXIMO

**ITEM 01:**

Item	Descrição	Velocidade Mínima	Local de Instalação	VALOR UNIT. MENSAL
01	Link de acesso à internet com 2 IPs público	10mb Full	Sede Administrativa	1.156,42
02	Link de acesso à internet com 1 IP público	5mb Full	Centro Educacional	726,33
03	Link de acesso à internet com 1 IP público	10mb Full	Unidade Sanitária	1.123,09
04	Link de acesso à internet com 1 IP público	5mb Full	Conselho Tutelar	726,33
TOTAL MENSAL:				3.732,17

Fica mantida a data e horário de abertura do edital, permanecendo inalterados os demais itens, tendo em vista que a presente alteração não altera o mérito do edital.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, 08 de dezembro de 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE REFRIGERANTES Nº 409/2017**

Publicação Nº 1455188

**CONTRATO DE FORNECIMENTO DE REFRIGERANTES Nº 409/2017**

Termo de Contrato de "FORNECIMENTO DE REFRIGERANTES" entre o Município de Pinheiro Preto a empresa NS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA, autorizado através do Processo n. 317/2017, Licitação n 082/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Empresa: NS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA  
CNPJ-MF nº 01.961.643/0001-64  
Endereço: VILA SAO ROQUE,, 515, INTERIOR,  
Pinheiro Preto-Santa Catarina – CEP 89.570-000

**INTRODUÇÃO**

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 2.785/2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e, ainda, as condições da Licitação nº 082/2017, e os princípios do Direito Administrativo.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO FUNDAMENTO LEGAL**

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE BEBIDA TIPO REFRIGERANTE PARA A FESTA DE NATAL QUE SERÁ REALIZADA NO DIA 19 DE DEZEMBRO DE 2017, autorizado através do Processo n. 317/2017, Licitação n.082/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, consistente:

Item	Quantidade	Descrição	Valor
01	25	REFRIGERANTE, SABOR LARANJA. Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,00
02	25	REFRIGERANTE, SABOR LIMÃO. Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,00

03	60	REFRIGERANTE, SABOR GUARANA. Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,00
04	110	REFRIGERANTE, SABOR COLA Embalagem do fabricante de 2 litros de boa qualidade	6,50

Parágrafo único. A empresa vencedora deverá, por sua conta e risco, fornecer a bebida no dia do evento (19/12/2017) no ginásio municipal de esportes, a partir das 18:00hs, devidamente refrigerada

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço de R\$ 1.375,00 (um mil trezentos e setenta e cinco reais), devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário: 2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária: 2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função: 13 - Cultura  
Subfunção: 392 - Difusão Cultural  
Programa: 13 - Desenvolvimento

2.2 O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia após a entrega das bebidas, mediante a apresentação de documento fiscal próprio e certificação pela autoridade pública.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ data da sua assinatura até 31/12/2017.

#### CLÁUSULA QUARTA – PENALIDADES.

4.1.1. Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na prestação de serviço especificada na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10% sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro e, ainda:

4.1.3.1 Advertência;

4.1.3.2 Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

#### 4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O contrato poderá ser rescindido nos termos da Lei nº 8.666/93.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93:

4.3.1 Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e especialmente:

a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;

c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;

d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

e) a dissolução da empresa;

f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditivo da execução do Contrato;

4.3.2 Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.3.3 Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.4 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato não exime de ser exigida, a qualquer tempo, o cumprimento integral do mesmo.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado ao processo de licitação nº 317/2017, licitação nº 082/2017, modalidade pregão presencial, bem como à Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.4 Atuará como gestor do contrato, a Secretária da Educação, e como fiscal, a Servidora Gianna Dalmolin.

5.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 06 de dezembro de 2017

CONTRATANTE  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA  
NS DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) ..... 2) .....

Nome: Nome:

CPF: CPF:

#### CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 398/2017

Publicação Nº 1454427

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 398/2017

Termo de Contrato de CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ANÁLISE DE VIABILIDADE DO SOLO DE ÁREA DE LOTEAMENTO - VILA BRESSAN celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa GEOLOGIA CRIPPA LTDA ME, autorizado através do Processo n. 341/2017, Licitação n. 220DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:  
Município de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111



Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: GEOLOGIA CRIPPA LTDA ME  
CNPJ-MF nº 24.623.000/0001-06  
Endereço: RUA 13 DE MAIO, 243, CENTRO,  
Joaçaba-Santa Catarina – CEP 89.600-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 220DL2017, datado de 29/11/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1. O termo de contrato tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ANÁLISE DE VIABILIDADE DO SOLO DE ÁREA DE LOTEAMENTO - VILA BRESSAN

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36388 - LAUDO GEOTÉCNICO	un	1	3.000,00	3.000,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANÇAS  
4 - Administração  
122 - Administração Geral  
3 - Administração Geral  
2.22 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
261 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
300 - Recursos Ordinários - Ex. anterior

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 220DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na

prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 29 de novembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

GEOLOGIA CRIPPA LTDA ME

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

## CONTRATO Nº 374/2017

Publicação Nº 1454426

CONTRATO Nº 374/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE EPI PARA BOMBEIROS MILITARES celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AMAURI MACHADO PESSINI, autorizado através do Processo n. 311/2017, Licitação n. 203DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: AMAURI MACHADO PESSINI

CNPJ-MF nº 21.038.678/0001-33

Endereço: Rua José Luiz Rissardi, 67, Pilarzinho,

Curitiba-Paraná – CEP 80.520-650

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 203DL2017, datado de 06/11/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE EPI PARA BOMBEIROS MILITARES

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36338 - BOTA TÁTICA CLASSICA	un	13	412,00	5.356,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 5.356,00 (cinco mil e trezentos e cinquenta e seis reais).

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO

2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

6 - Segurança Pública

182 - Defesa Civil  
4 - Segurança Municipal  
2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM  
104 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
100 - Recursos Ordinarios

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 203DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA NONA – PENALIDADES**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 28 de novembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

AMAURI MACHADO PESSINI

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**CONTRATO Nº 388/2017**

Publicação Nº 1454428

**CONTRATO Nº 388/2017**

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O CONserto DE CAMINHÃO LZM2514, QHE6635 E MCA2514 celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa RETIFICA E AUTO PECAS DOCA LTDA, autorizado através do Processo n. 327/2017, Licitação n. 215DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

**CONTRATANTE:**

Município de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: RETIFICA E AUTO PECAS DOCA LTDA  
CNPJ-MF nº 12.870.611/0001-70  
Endereço: RODOVIA SC 453 KM 53, 5, , S/N,  
Pinheiro Preto-Santa Catarina – CEP

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 215DL2017, datado de 20/11/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O CONserto DE CAMINHÃO LZM2514, QHE6635 E MCA2514

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	15455 - CORREIA ALTERNADOR	un	1	66,20	66,20
2	25747 - bomba d'água motor [2002581]	PÇ	1	317,44	317,44
3	15417 - aditivo anticorrosivo [15435]	un	1	15,69	15,69
4	7444 - engrenagem re [7453]	PÇ	1	272,00	272,00
5	21302 - ANEL SINCRONIZADO CAIXA [21334]	un	2	86,72	173,44
6	25296 - rolamento interno [2002129]	PÇ	1	59,12	59,12
7	23853 - rolamento caixa MBB [41520]	PÇ	2	65,06	130,12
8	28486 - rolamento eixo piloto interno [20010727]	PÇ	1	170,63	170,63
9	36385 - BUCHA MARCHA 44,5MM	un	1	176,21	176,21
10	16052 - luva engate [16070]	un	1	292,80	292,80
11	24309 - 3300403 bucha [41976]	PÇ	1	230,40	230,40
12	36386 - JOGO DE ROLETES	un	1	37,80	37,80
13	23850 - jogo junta caixa MBB [41517]	PÇ	1	14,16	14,16
14	21307 - RETENTOR FLANGE CAIXA [21339]	un	2	27,00	54,00
15	23566 - tubo cardan [41233]	PÇ	1	180,00	180,00
16	23854 - cruzeta cardam MBB [41521]	PÇ	3	77,90	233,70
17	12520 - parafuso cardan [12529]	un	8	3,30	26,40
18	17150 - rolamento caixa transferencia [17170]	un	2	384,00	768,00
19	23459 - 0600006006 rolamento [41126]	PÇ	1	198,00	198,00
21	28238 - Contra eixo [20010479]	PÇ	1	896,00	896,00
22	25776 - rolamento caixa de transferencia 1113/2213 [2002610]	PÇ	2	93,28	186,56
23	17158 - engrenagem caixa transferencia engretec [17178]	un	1	332,80	332,80
24	17153 - retentor pinhao [17173]	un	4	14,00	56,00
25	36387 - TAMPA CAIXA DE TRANSFERENCIA	un	1	850,00	850,00
26	17020 - KIT EMBREAGEM	un	1	1.100,00	1.100,00
27	23960 - jogo junta caixa [41627]	PÇ	1	30,45	30,45
28	24446 - 0600106008 rolamento [42113]	PÇ	1	18,86	18,86
29	31003 - BUCHA TIRANTE	un	2	9,80	19,60
30	35926 - PARAFUSO 14 X 50	PÇ	6	3,86	23,16
31	26301 - porca 14 mm [2003135]	PÇ	12	1,05	12,60
32	36026 - ARRUELA LISA 14MM	PÇ	12	0,61	7,32
33	1985 - bucha mola MB [1991]	un	1	123,23	123,23
34	16119 - porca 12 mm [16137]	un	1	0,61	0,61
35	23906 - pino de centro 12x7 CB [41573]	PÇ	1	11,47	11,47



36	24884 - pino de mola [2001717]	PÇ	6	17,19	103,14
37	5339 - bucha de mola traseira [5347]	un	4	6,76	27,04
38	27706 - pino trava pino da mola [2004541]	un	4	5,93	23,72
39	29219 - porca 10 mm [20040480]	PÇ	4	0,43	1,72
40	8376 - GRAXEIRA 3/8 RETA [8385]	PÇ	6	2,54	15,24
41	23927 - arruela lisa 1" [41594]	PÇ	10	4,01	40,10

TOTAL CONTRATADO: R\$ 7.295,73 (sete mil e duzentos e noventa e cinco reais e setenta e três centavos).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
26 - Transporte  
782 - Transporte Rodoviário  
23 - Estradas Vicinais  
2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
151 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
139 - FEP e Transf. dec. comp. financ expl. de Rec. Naturais

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 215DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 20 de novembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

RETIFICA E AUTO PECAS DOCA LTDA

REPRESENTANTE

## TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**CONTRATO Nº 391/2017**

Publicação Nº 1454423

## CONTRATO Nº 391/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO ÔNIBUS QHE 5955 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa CASA DO ONIBUS, autorizado através do Processo n. 330/2017, Licitação n. 216DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

## CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

## CONTRATADA:

Empresa: CASA DO ONIBUS

CNPJ-MF nº 83.060.327/0002-67

Endereço: ROD. ENG. LOURENÇO FAORO, 1421, INTERIOR,

Caçador-Santa Catarina – CEP 89.500-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 216DL2017, datado de 22/11/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

## CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO ÔNIBUS QHE 5955 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	26229 - bucha mola DT [2003063]	PÇ	4	24,99	99,96
2	15961 - bucha suspensao [15979]	un	8	35,00	280,00
3	36389 - PARAFUSO 16X110 AÇO 8.8	un	2	7,80	15,60
4	3645 - PIVO SUSPENSAO [3651]	PÇ	4	132,20	528,80
5	36390 - TERMINAL BARRA ESTABILIZADOR	un	2	146,30	292,60
6	4951 - terminal barra direcao esquerda [4959]	un	2	132,64	265,28
7	25951 - PINO MOLA	un	1	13,27	13,27
8	27706 - pino trava pino da mola [2004541]	un	1	4,80	4,80

TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.500,31 (um mil e quinhentos reais e trinta e um centavos).

## CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO

2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

12 - Educação

361 - Ensino Fundamental

12 - Desenvolvimento Educacional

2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

119 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

137 - Outras Transferencias FNDE

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 216DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº

8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 22 de novembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

CASA DO ONIBUS

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

### CONTRATO Nº 400/2017

Publicação Nº 1455271

CONTRATO Nº 400/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO VEICULO QHD 8705 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECANICA ZAGO S.B. LTDA - ME, autorizado através do Processo n. 344/2017, Licitação n. 222DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: MECANICA ZAGO S.B. LTDA - ME

CNPJ-MF nº 04.526.146/0001-26

Endereço: ROD SC 303 S/N KM 04, 0, VIDEIRA/SC

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 222DL2017, datado de 04/12/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DO VEICULO QHD 8705 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	15109 - valvula rele [15126]	un	1	306,41	306,41
2	36399 - ATUADOR VALVULA RELE	un	1	190,00	190,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 496,41 (quatrocentos e noventa e seis reais e quarenta e um centavos).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto

2000 - PODER EXECUTIVO

2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS

26 - Transporte

782 - Transporte Rodoviário

23 - Estradas Vicinais

2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS

151 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas

139 - FEP e Transf. dec. comp. financ expl. de Rec. Naturais

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato,



devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 222DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 4 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

MECANICA ZAGO S.B. LTDA - ME

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

## CONTRATO Nº 401/2017

Publicação Nº 1454501

### CONTRATO Nº 401/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PAÇAS PARA CONserto NO VEÍCULO MLX7052 DA SECRETARIA DE SAÚDE celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MECANICA RUBINI, autorizado através do Processo n. 345/2017, Licitação n. 223DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 10.642.703/0001-77

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MECANICA RUBINI

CNPJ-MF nº 10.647.867/0001-97

Endereço: RUA PAULO OGLIARI, 160, VIDEIRA/SC.

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 223DL2017, datado de 04/12/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PAÇAS PARA CONserto NO VEÍCULO MLX7052 DA SECRETARIA DE SAÚDE

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	17347 - correia dentada [17368]	un	1	78,90	78,90
2	28978 - ROLAMENTO TENSOR CORREIA DENTADA	un	1	116,60	116,60
3	16509 - correia alternador [16527]	un	1	89,30	89,30
4	29950 - FILTRO OLEO	L	1	24,00	24,00
5	30686 - FILTRO AR	un	1	29,00	29,00
6	30290 - FILTRO COMBUSTÍVEL	un	1	21,30	21,30
7	36395 - ANEL DE BUJÃO	un	1	2,00	2,00
8	23729 - jogo de pastilha de freio [41396]	PÇ	1	115,00	115,00
9	21534 - lampada 1 polo [21567]	un	2	2,00	4,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 480,10 (quatrocentos e oitenta reais e dez centavos).

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
10 - Saúde  
301 - Atenção Básica  
9 - Saude Com Qualidade  
2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
29 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
102 - Recursos de Impostos e Transferencias de Impostos Saude

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 223DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

**CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

**CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO**

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

**CLÁUSULA NONA – PENALIDADES**

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 4 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE

Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

MECANICA RUBINI

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**CONTRATO Nº 402/2017**

Publicação Nº 1454664

**CONTRATO nº 402/2017**

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PANEIS INDUSTRIAIS PARA USO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MICHELE BULLE DA COSTA, autorizado através do Processo n. 346/2017, Licitação n. 224DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

**CONTRATANTE:**

Município de Pinheiro Preto  
CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto-SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

**CONTRATADA:**

Empresa: MICHELE BULLE DA COSTA  
CNPJ-MF nº 21.264.252/0001-06  
Endereço: AV. ENGEHEIRO LOURENÇO FAORO, 1820, CENTRO,  
Caçador-Santa Catarina – CEP 89.500-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 224DL2017, datado de 04/12/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO**

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PANEIS INDUSTRIAIS PARA USO DAS UNIDADES EDUCACIONAIS MUNICIPAIS

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36396 - PAINEL INOX DE 18X36CM	un	2	798,00	1.596,00
2	36397 - PAINEL EM INOX DE 15X28CM	un	2	398,00	796,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 2.392,00 (dois mil e trezentos e noventa e dois reais).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO**

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
12 - Educação  
361 - Ensino Fundamental  
12 - Desenvolvimento Educacional  
2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL  
116 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
101 - Recursos de Imposto e Transferências de Impostos Educacao

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA**

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;

4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;

4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;

4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 224DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a



Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 4 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

MICHELE BULLE DA COSTA

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

#### CONTRATO Nº 404/2017

Publicação Nº 1454424

CONTRATO Nº 404/2017

Termo de Contrato de AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DE RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa TRAÇÃO SERVICE PEÇAS PARA TRATORES, autorizado através do Processo n. 348/2017, Licitação n. 226DL2017, modalidade Dispensa por Justificativa.

CONTRATANTE:

Município de Pinheiro Preto

CNPJ-MF nº 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto-SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: TRAÇÃO SERVICE PEÇAS PARA TRATORES

CNPJ-MF nº 20.686.902/0002-11

Endereço: AV. RENATO RAMOS DA SILVA, 3724, CENTRO,

Imbituba-Santa Catarina – CEP 88.780-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa por Justificativa nº 226DL2017, datado de 04/12/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

1. O termo de contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DE RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416E

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	36393 - HASTE DO PISTÃO DE GIRO	un	1	845,00	845,00
2	36394 - REPARO NO CILINDRO	un	1	255,00	255,00

TOTAL CONTRATADO: R\$ 1.100,00 (um mil e cem reais).

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DO PAGAMENTO

2.1. Os recursos para pagamento do objeto do termo de contrato estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

2 - Município de Pinheiro Preto  
2000 - PODER EXECUTIVO  
2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
26 - Transporte  
782 - Transporte Rodoviário  
23 - Estradas Vicinais  
2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
151 - 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
139 - FEP e Transf. dec. comp. financ expl. de Rec. Naturais

2.2. O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta-corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1. A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;  
4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;  
4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;  
4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;  
4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

#### CLÁUSULA SEXTA – VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 226DL2017 – modalidade Dispensa por Justificativa, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

#### CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

10.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1. Advertência;

10.1.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. As sanções previstas nos itens 10.1.3 e 10.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto-SC, 4 de dezembro de 2017.

CONTRATANTE

Município de Pinheiro Preto

PEDRO RABUSKE

CONTRATADA

TRAÇÃO SERVICE PEÇAS PARA TRATORES

REPRESENTANTE

TESTEMUNHAS:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

**DECRETO 4713**

Publicação Nº 1454058

DECRETO Nº 4.713 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO NO FUNDO DO SISTEMA DE ASSISTÊNCIA MÉDICO HOSPITALAR DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE PINHEIRO PRETO - SIMASPP

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Fundo do Sistema de Assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP, autorizado a proceder suplementação com Iduso, Fonte e detalhamento de recursos no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), nas dotações orçamentárias a seguir:

Órgão: 06–Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP

Unidade Orçamentária: 6001 – Sistema de assistência médico hospitalar dos servidores públicos municipais de Pinheiro Preto - SIMASPP

Função: 08 – Assistência social

Subfunção: 244 – Assistência comunitária

Programa: 7 – Assistência medica aos segurados

Ação: 2.28 – MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA MEDICA AOS SEGURADOS

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 300 ..... R\$ 70.000,00

Total Suplementado ..... R\$ 70.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste decreto, fica utilizado no mesmo valor o recurso de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), por conta do Superávit Financeiro do Balanço do Sistema de assistência Médico Hospitalar dos Servidores Públicos Municipais de Pinheiro Preto – SIMASPP - 2016, conforme demonstrativo do anexo 13 e 14 da lei 4.320/64.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de novembro de 2017.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto, em 01 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

**DECRETO 4720**

Publicação Nº 1453983

DECRETO Nº 4.720, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme art. 5º, da Lei Municipal nº 1.913 de 16 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Departamento de Contabilidade do Município de Pinheiro Preto, autorizado a proceder suplementação no valor de R\$

90.000,00 (Noventa mil reais) na Dotação Orçamentária a seguir discriminada:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 111

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:118 - Transferência do FUNDEB R\$ 70.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES

Função:12 - Educação

Subfunção:361 - Ensino Fundamental

Programa:12 - Desenvolvimento Educacional

Ação:2.32 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Despesa 114

3.1.91.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:118 - Transferência do FUNDEB R\$ 20.000,00

Art. 2º Para suporte dos créditos adicionais fica utilizado o valor arrecadado na Conta Bancária do Fundeb.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

**DECRETO 4721**

Publicação Nº 1454257

DECRETO Nº 4.721, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº 1.981 de 12 de dezembro de 2017.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder suplementação na dotação do Fundo de Saúde de Pinheiro Preto no valor de R\$ 233.500,00 (Duzentos e trinta e três mil e quinhentos reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saúde Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 26

3.1.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde

R\$ 181.500,00

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saúde Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Despesa 27  
3.1.91.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde  
R\$ 52.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º deste Decreto, decorrem da anulação das seguintes dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal Pinheiro Preto, no valor de R\$ 233.500,00 (Duzentos e trinta e três mil e quinhentos reais)  
Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:365 - Educação Infantil  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Despesa 125  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao  
R\$ 20.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:181 - Policiamento  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.23 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
Despesa 101  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 7.500,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:182 - Defesa Civil  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM  
Despesa 104  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 15.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:15 - Urbanismo  
Subfunção:452 - Serviços Urbanos  
Programa:16 - Serviços De Utilidade Pública  
Ação:2.38 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICAS  
Despesa 136  
3.1.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 500,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:15 - Urbanismo  
Subfunção:452 - Serviços Urbanos  
Programa:16 - Serviços De Utilidade Pública  
Ação:2.38 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICAS  
Despesa 137  
3.3.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 500,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 149  
3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2008 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Função:28 - Encargos Especiais  
Subfunção:846 - Outros Encargos Especiais  
Programa:25 - Outros Encargos Especiais  
Ação:2.44 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS  
Despesa 158  
3.2.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2008 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Função:28 - Encargos Especiais  
Subfunção:846 - Outros Encargos Especiais  
Programa:25 - Outros Encargos Especiais  
Ação:2.44 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS  
Despesa 160  
4.6.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 75.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANCAS  
Função:27 - Desporto e Lazer  
Subfunção:812 - Desporto Comunitário  
Programa:24 - Esporte É Vida  
Ação:1.17 - AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESPORTIVA  
Despesa 90  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 30.000,00



Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## LEI 1980

Publicação Nº 1454272

LEI Nº 1.980, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

FIXA PERÍODO DE RECESSO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto – SC, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso I, da Lei Orgânica: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica decretada a suspensão (recesso) dos serviços no âmbito da Administração Pública Municipal, no período compreendido entre 26 de dezembro de 2014 a 29 de dezembro de 2017.

§ 1º Os serviços contábeis e correlatos deverão ser executados pelos servidores responsáveis, ficando estes servidores dispensados do ponto e do cumprimento da carga horária fixada em lei.

§ 2º No caso de emergências, os serviços serão executados normalmente, cabendo às secretarias informar aos administrados o número do telefone para contato, através de informativo afixado em local de acesso ao público.

§ 3º A Unidade de Saúde Central deverá funcionar mediante escala de plantões, e se necessário em regime de sobreaviso, aplicando-se, no que couber, o disposto nos §§ 1º e 2º desta lei

Art. 2º As horas do recesso deverão ser repostas, devendo cada secretaria organizar a compensação, dispensados os servidores que permanecerem em regime de sobreaviso.

Parágrafo único. O retorno às atividades dar-se-á no dia 02 de janeiro de 2018, com turno excepcional neste dia das 12:00 horas às 18:00 horas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## LEI 1981

Publicação Nº 1454275

LEI Nº 1.981, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder

suplementação na dotação do Fundo de Saúde de Pinheiro Preto no valor de R\$ 233.500,00 (Duzentos e trinta e três mil e quinhentos reais) no orçamento corrente, com a seguinte programação:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saúde Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Despesa 26  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde  
R\$ 181.500,00

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE  
Função:10 - Saúde  
Subfunção:301 - Atenção Básica  
Programa:9 - Saúde Com Qualidade  
Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE  
Despesa 27  
3.1.91.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:102 - Recursos de Impostos e Transferências de Impostos Saúde  
R\$ 52.000,00

Art. 2º Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo 1º desta Lei, decorrem da anulação das seguintes dotações orçamentárias da Prefeitura Municipal Pinheiro Preto, no valor de R\$ 233.500,00 (Duzentos e trinta e três mil e quinhentos reais)

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES  
Função:12 - Educação  
Subfunção:365 - Educação Infantil  
Programa:12 - Desenvolvimento Educacional  
Ação:2.35 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL  
Despesa 125  
3.1.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:101 - Recursos de Imposto e Transferencias de Impostos Educacao  
R\$ 20.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:181 - Policiamento  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.23 - MANUTENÇÃO CONVÊNIO SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
Despesa 101  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 7.500,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:6 - Segurança Pública  
Subfunção:182 - Defesa Civil  
Programa:4 - Segurança Municipal  
Ação:2.24 - MANUTENÇÃO DO FUNREBOM  
Despesa 104



3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 15.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:15 - Urbanismo  
Subfunção:452 - Serviços Urbanos  
Programa:16 - Serviços De Utilidade Pública  
Ação:2.38 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICAS  
Despesa 136  
3.1.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 500,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:15 - Urbanismo  
Subfunção:452 - Serviços Urbanos  
Programa:16 - Serviços De Utilidade Pública  
Ação:2.38 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICAS  
Despesa 137  
3.3.71.00.00 Transferências a Consórcios Públicos mediante contrato de  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 500,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 149  
3.1.91.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 20.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2008 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Função:28 - Encargos Especiais  
Subfunção:846 - Outros Encargos Especiais  
Programa:25 - Outros Encargos Especiais  
Ação:2.44 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS  
Despesa 158  
3.2.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 60.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2008 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO  
Função:28 - Encargos Especiais  
Subfunção:846 - Outros Encargos Especiais  
Programa:25 - Outros Encargos Especiais  
Ação:2.44 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA E ENCARGOS MUNICIPAIS  
Despesa 160  
4.6.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 75.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2002 - SECRET. DE ADMINISTR. E FINANCAS  
Função:27 - Desporto e Lazer  
Subfunção:812 - Desporto Comunitário

Programa:24 - Esporte É Vida  
Ação:1.17 - AMPLIAÇÃO DA REDE FÍSICA ESPORTIVA  
Despesa 90  
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários R\$ 5.000,00

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto  
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO  
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS  
Função:26 - Transporte  
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário  
Programa:23 - Estradas Vicinais  
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS  
Despesa 150  
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas  
Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinarios R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## LEI 1982

Publicação Nº 1454276

LEI Nº 1.982, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

### CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS Seção I Da Definição

Art. 1º Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias, prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária, desastre e ou de calamidade pública, na forma que dispõe o art. 22 da Lei Federal nº 8.742/1993.

Parágrafo único. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, com fundamentação nos princípios de cidadania e nos direitos sociais humanos.

### Seção II Dos Princípios dos Benefícios Eventuais

Art. 2º Os benefícios eventuais devem atender, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, aos seguintes princípios:

- I – integração à rede de serviços socioassistenciais, com vistas ao atendimento das necessidades básicas humanas;
- II – constituição de provisão certa para enfrentar com agilidade e presteza eventos incertos;
- III – proibição de subordinação a contribuições prévias e de vinculação a contrapartidas;
- IV – adoção de critérios de elegibilidade em consonância com a

Política Nacional de Assistência Social – PNAS;  
V – garantia de qualidade e prontidão de respostas aos usuários, bem como de espaços para manifestação e defesa de seus direitos;  
VI – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e a fruição dos benefícios eventuais;  
VII – afirmação dos benefícios eventuais como direito relativo à cidadania;  
VIII – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão; e  
IX – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias de pobreza, que estigmatizam os benefícios, os beneficiários e a Política de Assistência Social.

### Seção III Da Forma de Concessão dos Benefícios Eventuais

Art. 3º Os benefícios eventuais poderão ser concedidos na seguinte forma:

- I - bens de consumo;
- II - em pecúnia.

§ 1º A concessão dos benefícios eventuais poderá ser cumulada, conforme o caso, dentre as formas previstas no caput deste artigo.

§ 2º Os critérios para a concessão do benefício eventual são aqueles previstos na Lei Federal nº 8.742 de 07/12/1993.

Art. 4º As provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios diretamente vinculados ao campo da saúde, educação, integração nacional e das demais políticas setoriais não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social.

Parágrafo único. Não se constituem, dentre outros, como benefícios eventuais:

- I – concessão de medicamentos;
- II – concessão de órtese e prótese;
- III – tratamento de saúde.

### Seção IV Dos Beneficiários em Geral

Art. 5º O benefício eventual destina-se aos cidadãos e às famílias com impossibilidade de arcar por conta própria com o enfrentamento de contingências sociais, cuja ocorrência provoca riscos e fragiliza a manutenção do indivíduo, a unidade da família e a sobrevivência de seus membros.

§ 1º Na comprovação das necessidades para a concessão do benefício eventual são vedadas quaisquer situações de constrangimento ou vexatórias.

§ 2º Considera-se Família para efeito da avaliação da renda per capita o núcleo básico, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade circunscrito a obrigações recíprocas e mútuas organizadas em torno de relações de geração, gênero e homoafetiva que vivem sob o mesmo teto (LOAS/ NOB-SUAS).

## CAPÍTULO II DAS MODALIDADES DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

### Seção I Da Classificação

Art. 6º No âmbito do Município de Pinheiro Preto, os benefícios eventuais classificam-se nas seguintes modalidades:

- I – auxílio natalidade;
- II – auxílio por morte;
- III – auxílio em situações de vulnerabilidade temporária;

IV – auxílio em situações de desastre e calamidade pública.

### Seção II Da Documentação

Art. 7º A ausência de documentação pessoal não será motivo de impedimento para a concessão do benefício, devendo a Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, no que compete a esta, adotar as medidas necessárias ao acesso do indivíduo e suas famílias à documentação civil e demais registros para o exercício da ampla cidadania.

### Seção III Do Auxílio Natalidade

#### Subseção I Da Definição

Art. 8º O benefício eventual, na modalidade de auxílio natalidade, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social em bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por nascimento de membro da família.

Art. 9º O alcance do auxílio natalidade é destinado a família e atenderá às necessidades do nascituro.

#### Subseção II Das Formas de Concessão

Art. 10. O auxílio natalidade será concedido na forma de bens de consumo.

#### Subseção III Dos Critérios

Art. 11. O auxílio na forma de bens de consumo consiste no enxoval do recém-nascido, incluindo itens de vestuário e utensílios de higiene, observada a qualidade que garanta a dignidade e o respeito à família beneficiária.

§ 1º O enxoval de que trata o caput será concedido em número igual ao da ocorrência de nascimento.

§ 2º A concessão deste auxílio sob a forma de bens de consumo será assegurado à gestante que comprove residir no Município de Pinheiro Preto e possuir renda familiar per capita igual ou inferior a 1/2 (meio) salário mínimo nacional.

§ 3º Será concedido às pessoas em situação de rua e aos usuários da assistência social que, em passagem por Pinheiro Preto, vierem a nascer e aos que estiverem em unidades ou entidades de acolhimento sem referência familiar.

#### Subseção IV Dos Documentos

Art. 12. As beneficiárias do auxílio natalidade serão cadastradas no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, onde apresentarão documentos de identificação e comprovação dos critérios para a percepção do auxílio de que trata esta seção, a saber:

- I – carteira de identidade ou documentação equivalente e CPF do requerente;
- II – comprovante de residência no Município de Pinheiro Preto, por meio de fatura de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei, se houver;
- III – comprovante de renda pessoal, se houver;
- IV – certidão de nascimento do recém-nascido, se houver, ou documento expedido pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social.

Seção IV  
Do Auxílio por Morte  
Subseção I  
Da Definição

Art. 13. O benefício eventual, na modalidade por morte, constitui-se em uma prestação temporária, não contributiva da assistência social, na forma de bens de consumo, para reduzir vulnerabilidade provocada por morte de membro da família.

Subseção II  
Das Formas de Concessão

Art. 14. O auxílio será concedido na forma dos seguintes bens:

- I - uma urna funerária;
- II - um edredom;
- III - um véu;
- IV - quatro velas;
- V - paramentação conforme credo religioso;
- VI - sepultamento;
- VII - placa de identificação na lápide;
- VIII - conservação de cadáver, se houver necessidade; e
- IX - traslado nos casos que houver necessidade.

Subseção III  
Dos Critérios

Art. 15. O auxílio por morte será assegurado às famílias:

I – que comprovem residir no Município de Pinheiro Preto;

II - sem renda ou possuírem renda familiar per capita igual ou inferior a ½ (meio) salário mínimo nacional vigente, ou pessoas em situação de rua.

Art. 16. O auxílio será concedido ao requerente em caráter suplementar e provisório.

Art. 17. O auxílio por morte deve ser ofertado pela Secretária de Saúde e Bem-Estar Social e pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, conforme seu funcionamento.

Subseção IV  
Dos Documentos

Art. 18. As famílias beneficiárias deverão apresentar os seguintes documentos:

I – carteira de identidade ou documentação equivalente e o CPF do requerente;

II – comprovante de renda, se houver;

III - comprovante de residência no Município de Pinheiro Preto, tais como fatura de consumo de água, luz, telefone, IPTU ou outra forma prevista em lei;

IV – certidão de óbito;

V – documentos de identificação do de cujus, se houver.

Seção IV  
Do Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária  
Subseção I  
Definição

Art. 19. O Auxílio em Situação de Vulnerabilidade Temporária caracteriza-se como uma provisão suplementar provisória de assistência

social, prestada em bens de consumo e/ou em pecúnia, para suprir a família em situações de vulnerabilidade temporária, que envolvem acontecimentos do cotidiano dos cidadãos e podem se apresentar de diferentes formas produzindo diversos padecimentos.

Art. 20. A vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

- I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;
- II – perdas: privação de bens e de segurança material;
- III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

- a) ausência de acesso às condições e meios para suprir a necessidade cotidiana do solicitante e de sua família, principalmente de alimentação;
- b) falta de documentação;
- c) situação de abandono ou impossibilidade de garantir abrigo a seus filhos;
- d) perda circunstancial decorrente de ruptura e vínculos familiares e comunitários;
- e) presença de violência física ou psicológica na família ou por situações de ameaça a vida;
- f) situações de famílias em dificuldades socioeconômicas durante os processos de remoções ocasionados por:
  - 1) decisões governamentais de reassentamento habitacional;
  - 2) decisões desocupação de área de risco.
- g) outras situações sociais que comprometam a sobrevivência e a convivência familiar e comunitária.

Subseção II  
Dos Beneficiários

Art. 21. O público alvo do auxílio de que trata esta subseção são as famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes ou em passagem pelo Município de Pinheiro Preto.

Subseção III  
Da Finalidade

Art. 22. O auxílio visa a suprir situações de riscos, perdas e danos imediatos que impeçam o desenvolvimento e a promoção sócio familiares, possibilitando o fortalecimento dos familiares e garantir a inserção comunitária.

Subseção IV  
Forma de Concessão

Art. 23. O auxílio será concedido em caráter provisório através dos seguintes bens de consumo:

- I - cesta de alimentos; e
- II - passagem.

Paragrafo único. O auxílio também poderá ser concedido em pecúnia para casos de auxílio aluguel de reassentamento de família em área de risco, não podendo ultrapassar três meses.

Subseção V  
Dos Critérios

Art. 24. Na seleção de famílias e dos indivíduos para fins de concessão deste auxílio, devem ser observados:

I – indicativos de violência contra criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso, como trabalho infantil, conflito com a lei, abuso e exploração sexual, negligência, isolamento, maus tratos; ou por questões de gênero e discriminação racial e sexual;

II – moradia que apresenta condições de risco;  
III – pessoas idosas e/ou pessoas com deficiência em situação de isolamento;  
IV - situação de extrema pobreza;  
V – famílias com indicativos de rupturas familiares;  
VI - que possuam renda familiar per capita igual ou inferior a ½ (meio) salário mínimo nacional.

§ 1º O usuário perceberá o auxílio mediante relatórios consubstanciados de acompanhamento elaborado pela equipe técnica, enquanto perdurar a situação de vulnerabilidade, sem desconsiderar o caráter temporário e eventual deste benefício.

§ 2º No caso do benefício em pecúnia para auxílio aluguel decorrente de reassentamento de família em área de risco fica dispensada a observância do inciso VI do artigo 24.

#### Seção V

##### Do Auxílio em Situação de Desastre e/ou Calamidade Pública

##### Subseção I

##### Definição

Art. 25. O auxílio em situação de desastre e/ou calamidade pública é uma provisão suplementar e provisória de assistência social, prestada para suprir a família e o indivíduo na eventualidade dessas condições, de modo a assegurar-lhe a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia.

Parágrafo único. A situação de calamidade pública é o reconhecimento pelo poder público de eventos anormais, advindos de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos a comunidade afetada, inclusive a segurança ou a vida de seus integrantes, e outras situações de calamidade.

##### Subseção II

##### Dos Beneficiários

Art. 26. O público alvo deste auxílio são as famílias e indivíduos vítimas de situações de desastre e/ou de calamidade pública, os quais se encontrem impossibilitados de arcar por conta própria com o restabelecimento para a sobrevivência digna da família e de seus membros.

##### Subseção III

##### Forma de Concessão

Art. 27. O auxílio será concedido na forma de bens de consumo, em caráter provisório, levando-se em conta a avaliação socioassistencial de cada caso.

#### CAPÍTULO III

##### Seção I

##### Dos Procedimentos para a Concessão

Art. 28. A Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, incluído o CRAS, realizará todos os procedimentos necessários à concessão e operacionalização dos benefícios eventuais dispostos nesta Lei.

##### Seção II

##### Da Equipe Profissional

Art. 29. A avaliação socioeconômica será realizada por assistente social, e o acompanhamento das famílias e dos indivíduos beneficiários será realizado por técnicos integrantes do quadro de servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social e do CRAS.

#### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30. Compete ao Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social, destinar recursos para o custeio do pagamento dos benefícios eventuais, devendo constar de seus instrumentos de planejamentos.

Art. 31. A prestação de contas será operacionalizada pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem-Estar Social e pelo CRAS.

Parágrafo único. Deverá ser encaminhada, quadrimestralmente, ao Conselho Municipal de Assistência Social, prestação de contas relativas aos benefícios eventuais concedidos, para fins de acompanhamento.

Art. 32. O critério de renda mensal per capita familiar para acesso aos benefícios eventuais estabelecidos nesta Lei será fixado em valor igual ou inferior a ½ salário mínimo nacional, ou na ausência de renda, conforme o caso.

Art. 33. Responderá civil e penalmente quem utilizar os benefícios eventuais para fins diversos ao qual é destinado, como também o agente público, que de alguma forma contribuir para a malversação dos recursos públicos objeto dos benefícios de que trata essa Lei.

Art. 34. Por serem considerados direitos socioassistenciais, é vedada a vinculação dos benefícios eventuais a quaisquer Programas de Governo, em consonância as diretrizes da Política Pública de Assistência Social, disciplinada na forma do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 35. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações consignadas nas leis orçamentárias.

Art. 36. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37. É revogada a Lei nº 1.460, de 02 de dezembro de 2010.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

#### LEI 1983

Publicação Nº 1454277

LEI Nº 1.983, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O RECEBIMENTO EM CESSÃO DE USO DE BEM MÓVEL QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município autorizado a receber em cessão de uso do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura, um veículo marca Fiat Uno Mille, ano/modelo 2007/2008, Renavam nº 944090273, placa MDV 8174.

Parágrafo único. O veículo será utilizado exclusivamente em serviço e tão somente para o atendimento dos agricultores do Município de Pinheiro Preto.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta de dotação prevista na lei de orçamento em vigor.



Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## LEI 1984

Publicação Nº 1454278

LEI Nº 1.984, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

NOMINA INSTITUIÇÃO DE ENSINO QUE ESPECIFICA.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica Municipal: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu promulgo e sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica nominada de "Centro Educacional Padre Trudo Plesers - Unidade II", a Unidade de Ensino edificada no Bairro Tranquilo Benjamim Guzzi.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## LEI 1985

Publicação Nº 1454279

LEI Nº 1.985, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

PRORROGA PRAZO DE QUE TRATA O ARTIGO 10 DA LEI 1.260, DE 07 DE AGOSTO DE 2007, COM ALTERAÇÕES DAS LEIS NS. 1.766/2014 E 1.910/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º É concedido prazo improrrogável de 28 de fevereiro de 2018 para que os beneficiários na aquisição de lote de terra urbano de que trata a Lei nº 1.260, de 07 de agosto de 2007, deem início à construção, e a conclua no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. Considera-se iniciada a obra desde que na data de 28 de fevereiro de 2017 tenha sido locada a construção e executada a base (alicerce), na forma do alvará expedido.

Art. 2º Caso o beneficiário não cumpra com as disposições previstas no art. 1º, caput e parágrafo desta lei, a autoridade pública municipal deverá, incontinenti, tomar as medidas necessárias com vistas à reversão do imóvel ao domínio público, observado o devido processo legal.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## LEI 1986

Publicação Nº 1454282

LEI Nº 1.986, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO DE 2018

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições: Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto no ano de 2018, em conformidade ao disposto no inciso II, do artigo 41, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R\$5.000,00 (Cinco mil reais).

Artigo 2º - O crédito adicional especial definido no Artigo 1º terá a seguinte classificação orçamentária:

Unidade Gestora:1 - Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:1000 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária:1101 - CÂMARA DE VEREADORES

Função:1 - Legislativa

Subfunção:31 - Ação Legislativa

Programa:1 - Processo Legislativo

Ação:2.19 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

3.3.93.00.00 Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

Artigo 3º - Para cobertura do crédito adicional especial definido no artigo 2º, será anulado o valor da seguinte dotação orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto:

Unidade Gestora:1 - Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:1000 - PODER LEGISLATIVO

Unidade Orçamentária:1101 - CÂMARA DE VEREADORES

Função:1 - Legislativa

Subfunção:31 - Ação Legislativa

Programa:1 - Processo Legislativo

Ação:2.19 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Fonte de recurso:100 - Recursos Ordinários

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## LEI 1987

Publicação Nº 1454280

PROJETO DE LEI Nº 2.101, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

PROMOVE ALTERAÇÃO NO ART. 189 DA LEI N. 422, DE 05 DE DEZEMBRO DE 1986 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL).

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 84, inciso I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 189 da Lei Municipal nº 422, de 05 de dezembro de 1986 (Código Tributário Municipal), passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 189. Fica instituído o "Valor de Referência Municipal – VRM", no valor de R\$ 583,01 (quinhentos e oitenta e três reais e um centavo). (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor a partir de 1º de janeiro do ano seguinte à publicação, respeitado o princípio nonagesimal, na forma do disposto no art. 150, alíneas "b" e "c", da Constituição Federal.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

PROJETO DE LEI Nº 2.101, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

MENSAGEM N. 079/2017

Senhor Presidente,  
Senhores Vereadores:

A presente proposição ora em apreciação por essa Egrégia Casa Legislativa visa promover alteração no art. 189 do CTM, com o fim de melhorar e atualizar a redação do dispositivo, além de fixar novo valor, com majoração de 05% sobre o valor atual que é de R\$ 555,25.

Impende salientar que o Valor de Referência Municipal é uma unidade monetária padrão, que serve de base de cálculo das importâncias correspondentes a tributos.

Ainda, a nova redação ao artigo traz como padrão monetário o R\$, pois o artigo ainda ostenta o padrão CZ\$.

Ante o exposto acreditamos que o presente projeto de lei será alvo da atenção dos nobres Edis, no sentido de aprová-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 08 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI COMPLEMENTAR 241

Publicação Nº 1454281

LEI COMPLEMENTAR Nº 241, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 081, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1999 (INSTITUI REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA).

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os §§ 1º e 3º do art. 74 da Lei Complementar nº 081, de 12 de novembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:  
Art. 74 .....

§ 1º Poderão concorrer ao cargo de Diretor Executivo, servidor efetivo ativo ou inativo, com grau de instrução mínima no ensino médio (2º grau).  
.....

§ 3º O servidor no exercício do cargo de Diretor Executivo receberá gratificação mensal no valor de R\$ 1.400,00 (mil e quatrocentos

reais), e no caso de se tratar de servidor inativo, a carga horária semanal será de 20hs.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 12 de dezembro de 2017.

PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

## LEI COMPLEMENTAR 242

Publicação Nº 1454691

LEI COMPLEMENTAR Nº 242, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

REESTRUTURA VENCIMENTO DO CARGO DE DIRETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL.

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, I, da Lei Orgânica do Município: Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica reestruturado o vencimento do cargo em comissão de DIRETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL de que trata a Lei Complementar nº 112, de 11 de maio de 2004, passando a ser de R\$ 3.900,00 (três mil e novecentos reais) mensais, carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O Anexo VI da Lei Complementar n. 112, de 11 de maio de 2004, com alteração da Lei Complementar nº 190, de 29 de outubro de 2013, passa a vigorar com a seguinte alteração:

(Lei Complementar nº 242, de 12 de dezembro de 2017)  
CARGOS EM COMISSÃO DE 40 HORAS SEMANAIS

CARGOS	VENCIMENTO
[....]	[....]
Diretor de Ensino Fundamental	R\$ 3.900,00

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas nas leis orçamentárias do Município.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

## PORTARIA Nº 437 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455131

PORTARIA Nº 437 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 082/2017 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA.

PEDRO RABUSKE Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão da comissão de licitação, bem como parecer da Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º Homologar a licitação nº 082/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL, VISANDO O FORNECIMENTO DE BEBIDA TIPO REFRIGERANTE DESTINADOS AO EVENTO DA NOITE NATALINA, e adjudica o objeto licitado à seguinte empresa vencedora:

1. N.S. DISTRIBUIDOR DE BEBIDAS LTDA, inscrita no CNPJ /MF



sob nº. 01.961.643/0001-64, o seguinte valor global: R\$ 1.375,00 (um mil trezentos e setenta e cinco reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

PEDRO RABUSKE  
Prefeito Municipal

### **TERMO ADITIVO 069/2017**

Publicação Nº 1454627

TERMO ADITIVO Nº 069/2017,  
REFERENTE CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 281/2017

Através do presente termo aditivo de alteração de contrato, as partes, de comum acordo, resolvem suprimir parcialmente o objeto do contrato de " Repasse de recursos financeiros para pagamento das despesas dos serviços e fornecimento de materiais para perfurar poços tubulares para captação de água, visando ao bem-estar social de comunidades e amenizar, prevenir ou cessar os efeitos da estiagem e das secas" celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA, autorizado através do Processo nº 234/2017 e Licitação n. 151/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO, mediante cláusulas e condições que seguem:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69  
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111  
Centro, Pinheiro Preto - SC.  
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA,  
CNPJ sob o nº 12.075.748/0001-32,  
Endereço: Rua General Liberato Bittencourt, 1885, 12º Andar, sala 1205, Bairro Canto, no Município de Florianópolis- SC  
Representado por: Elói Rönna

FUNDAMENTO LEGAL: § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO CONTRATO FIRMADO PELAS PARTES**

O contrato objeto da presente supressão visava o Repasse de recursos financeiros para pagamento das despesas dos serviços e fornecimento de materiais para perfurar poços tubulares para captação de água, visando ao bem-estar social de comunidades e amenizar, prevenir ou cessar os efeitos da estiagem e das secas

O CONTRATANTE repassará ao CONTRATADO o valor de até R\$128.289,00 (Cento vinte e oito mil duzentos e oitenta e nove reais).

### **CLÁUSULA SEGUNDA: DA SUPRESSÃO**

Tendo em vista não haver mais necessidade no presente exercício do serviço de perfuração de 01 poços tubulares para captação de água na Linha São Roque se suprime o valor restante de R\$ 33.351,50 (trinta e três mil trezentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).

### **CLÁUSULA TERCEIRA: DA INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO**

A contratada declara inexistir prejuízo em razão da presente supressão, pelo que dá ampla rasa e geral quitação ao Ente Público, renunciado qualquer direito decorrente do contrato ora rescindido.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento de rescisão contratual em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 18 de outubro de 2017

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO  
PEDRO RABUSKE  
PREFEITO MUNICIPAL

EMPRESA  
Consórcio Intermunicipal Catarinense – CIMCATARINA

### **TESTEMUNHAS:**

1) ..... 2) .....  
Nome: ..... Nome: .....  
CPF: ..... CPF: .....

## **CÂMARA MUNICIPAL**

### **RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 006, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1453577

RESOLUÇÃO LEGISLATIVA Nº 006, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

"FIXA PERÍODO DE RECESSO PARLAMENTAR E PONTO FACULTATIVO DOS TRABALHOS DA CÂMARA DE VEREADORES DE PINHEIRO PRETO, DETERMINA TURNO ÚNICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

KELVIN BROCARDO, Presidente da Câmara Municipal de Pinheiro Preto-SC, no uso das atribuições que lhe confere o art. 49, II, da Lei Orgânica, e Art. 28, II e Art. 167 do Regimento Interno, faz saber a todos os habitantes deste Município, que encaminhou ao Plenário da Câmara Municipal de Vereadores, para apreciação e votação a seguinte Resolução:

### **RESOLUÇÃO**

Art. 1º Fixar como recesso parlamentar o período compreendido de

15 de dezembro a 01 de Fevereiro de 2018;

Parágrafo Único: Havendo necessidade e interesse maior da municipalidade, no período compreendido no caput deste Artigo, os Nobres Edis poderão ser convocados para sessões extraordinárias, nos termos da Lei Orgânica e do Regimento Interno.

Art. 2º Fixar como ponto facultativo dos trabalhos da Câmara o período compreendido de 22 de dezembro ao dia 05 de janeiro de 2018.

Parágrafo Único: No período descrito no caput deste Artigo, todos os funcionários da Câmara Municipal de Vereadores deverão ficar sobreaviso, sendo que os casos urgentes deverão ser tratados pelo telefone nº 49 98857 8687 com Priscila.

Art.3º Fica instituído o turno único de trabalho na Câmara Municipal de Vereadores de Pinheiro Preto (SC) de 6 (seis) horas diárias, das 07h:30m as 13h:30m, de Segunda a Sexta feira.

Art. 4º O horário de atendimento em turno único especificado no artigo 3º será mantido no período compreendido entre o dia 08 de Janeiro de 2018 até o dia 31 de Janeiro de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, devendo ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, no site [www.cmpinheiropreto.sc.gov.br](http://www.cmpinheiropreto.sc.gov.br) e no Mural da Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto.

Câmara de Vereadores de Pinheiro Preto, 12 DE DEZEMBRO de 2017.

KELVIN BROCARDI

Presidente

# Planalto Alegre

## PREFEITURA

### DECRETO 4796/2017

Publicação Nº 1455392

DECRETO Nº 4796/2017 DE 29 DE NOVEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito Municipal de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 781/2016, etc;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento do MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), para a dotação orçamentária constante do Anexo I deste Decreto:

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito Adicional Suplementar proveniente do provável excesso de arrecadação são oriundos das fontes constantes do Anexo I.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Planalto Alegre/SC, em 29 de novembro de 2017

JUARES BET

Prefeito

ANEXO I							
DECRETO Nº 4796/2017							
SUPLEMENTAÇÕES							
Entidade:	PREFEITURA DE PLANALTO ALEGRE						
Data da Suplemen- tação	Mov.	Tipo Movi- mento	Valor R\$	Despesa	Proj/Ativ.	Elemento	Recurso
29/11/2017	1	Adicionar	20.000,00	41	2	33900000000000	1022 - Transferências de Convênios - Educação
29/11/2017	1	Adicionar	2.000,00	57	2	33900000000000	1052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi
29/11/2017	1	Adicionar	4.000,00	55	2	31900000000000	1052 - Outras Transferências de Recursos do Fundo de Assi
TOTAL DA ENTIDADE			26.000,00				

Planalto Alegre/SC, em 29 de novembro de 2017

JUARES BET

Prefeito.

# Pomerode

## PREFEITURA

**DECRETO Nº 3336/2017 DE 08/12/2017**

Publicação Nº 1455371



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETO Nº 3336/2017**  
**DE 08/12/2017**

**DISPÕE SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DAS SEGUINTE UNIDADES GESTORAS: PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES E A FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTE E LAZER DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**ÉRCIO KRIEK**, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica,

**CONSIDERANDO** que existem restos a pagar inscritos nos exercícios de 2000, 2006, 2010, 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016, que não foram processados, bem como a inexecução de convênios, restando, portanto, a faculdade administrativa de proceder a anulação dos documentos;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 1º do Decreto Nº 20.910/1932 em que as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem;

**CONSIDERANDO** o disposto no Art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas;

**CONSIDERANDO** o disposto no § 2º Art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, em que a inscrição de restos a pagar na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º do mesmo;

**CONSIDERANDO** o disposto no artigo 70 do Decreto Nº 93.872/1986 em que prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, §10, VI);

**CONSIDERANDO** o disposto no Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei;

**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260  
Fax: (47) 3387-7254  
[www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Ficam canceladas as despesas empenhadas pela **Prefeitura de Pomerode**, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme **anexo 01**.

**Art. 2º** - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo **Fundo Municipal de Saúde de Pomerode**, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme **anexo 02**.

**Art. 3º** - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo **Fundo Municipal de Assistência Social de Pomerode**, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme **anexo 03**.

**Art. 4º** - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo **Fundo De Aposentadoria e Pensões de Pomerode**, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme **anexo 04**.

**Art. 5º** - Ficam canceladas as despesas empenhadas pela **Fundação Promotora de Eventos, Esporte e Lazer de Pomerode (FUNPEEL)**, não realizadas e/ou não pagas, inscritas em Restos a Pagar Não Processado, conforme **anexo 05**.

**Art. 6º** - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

**Art. 7º** - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 8º** - Os consignados constantes no Demonstrativo da Dívida Flutuante deverão ser baixados após o prazo prescricional de cinco anos, em virtude da extinção da exigibilidade do crédito.

**Art. 9º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 08 de Dezembro de 2017.

**ERCIO KRIEK**  
Prefeito Municipal

**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260  
Fax: (47) 3387-7254  
[www.pomerode.sc.gov.br](http://www.pomerode.sc.gov.br)



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO 01 - PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE									
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Posição de Restos			Total Pago	Total a Pagar
					Empenhado	Cancelado	Saldo		
Tipos de Restos: Inscrição Não-Processado									
2000	4841 - 0	Glo	01000000	DRENOS DRENAGEM LTDA	9.926,00	-	9.926,00	-	9.926,00
2011	1687 - 0	Glo	01000000	MODELO PNEUS LTDA	412,00	-	412,00	-	412,00
2011	5485	Ord	01010000	LLR CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO LTDA EPP	320,00	-	320,00	-	320,00
2011	5896	Ord	01000000	IMPrensa NACIONAL	759,25	-	759,25	-	759,25
2012	45	Ord	01000000	IMPrensa NACIONAL	485,92	-	485,92	-	485,92
2012	1759 - 0	Glo	01000000	SINDICATO TRAB. SERV. PUBL. MUNIC. POMER	205,26	-	205,26	-	205,26
2012	2060	Ord	01000000	COM. DE PARAFUSOS E FER. BERTOLDI LTDA EPP	8,60	-	8,60	-	8,60
2012	2314	Ord	01000000	KATHIA KAHT ME	200,00	-	200,00	-	200,00
2012	2759 - 0	Glo	01110000	MIDER COMERCIO E SERVIÇOS HIGIÊNICOS LTDA-ME	205,00	-	205,00	-	205,00
2012	2760	Ord	01000000	MIDER COMERCIO E SERVIÇOS HIGIÊNICOS LTDA-ME	655,00	-	655,00	-	655,00
2012	3133	Ord	01000000	FUNDO DE MAT. PUBL E IMPRESSOS OFICIAIS	230,68	-	230,68	-	230,68
2012	3263 - 0	Glo	01000000	LUIZA POZES DA SILVA PEREIRA	656,00	-	656,00	-	656,00
Motivo do Cancelamento									
2000	4841 - 0	Glo	01000000	DRENOS DRENAGEM LTDA	9.926,00	-	9.926,00	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2011	1687 - 0	Glo	01000000	MODELO PNEUS LTDA	412,00	-	412,00	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2011	5485	Ord	01010000	LLR CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO LTDA EPP	320,00	-	320,00	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2011	5896	Ord	01000000	IMPrensa NACIONAL	759,25	-	759,25	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	45	Ord	01000000	IMPrensa NACIONAL	485,92	-	485,92	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	1759 - 0	Glo	01000000	SINDICATO TRAB. SERV. PUBL. MUNIC. POMER	205,26	-	205,26	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	2060	Ord	01000000	COM. DE PARAFUSOS E FER. BERTOLDI LTDA EPP	8,60	-	8,60	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	2314	Ord	01000000	KATHIA KAHT ME	200,00	-	200,00	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	2759 - 0	Glo	01110000	MIDER COMERCIO E SERVIÇOS HIGIÊNICOS LTDA-ME	205,00	-	205,00	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	2760	Ord	01000000	MIDER COMERCIO E SERVIÇOS HIGIÊNICOS LTDA-ME	655,00	-	655,00	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	3133	Ord	01000000	FUNDO DE MAT. PUBL E IMPRESSOS OFICIAIS	230,68	-	230,68	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	3263 - 0	Glo	01000000	LUIZA POZES DA SILVA PEREIRA	656,00	-	656,00	-	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.

Fone: (47) 3387-7260  
Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br

**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC





**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

2012	3640 - 0	Glo	01000000	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	12.801,05	-	12.801,05	-	12.801,05	Pagar.	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	4608 - 0	Glo	01000000	FUNDO DE MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS OFICIAIS SC	634,38	-	634,38	-	634,38	Pagar.	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	5077 - 0	Glo	01000000	MAYTE LEMKE DA VEIGA	280,00	-	280,00	-	280,00	Pagar.	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	5305	Ord	01010000	MARIA CLARINDA FERNANDES DA PAZ	29,21	-	29,21	-	29,21	Pagar.	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	7009	Ord	03360000	LORIVALD REINKE	14.000,00	-	14.000,00	-	14.000,00	Pagar.	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	7010	Ord	01010000	LORIVALD REINKE	1.000,00	-	1.000,00	-	1.000,00	Pagar.	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2013	2184 - 0	Glo	01000000	ENGEPLAN LTDA	4.463,61	-	4.463,61	-	4.463,44	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.	
2013	2704 - 0	Glo	01000000	SERVIMED SAUDE LTDA	865,71	-	865,71	-	865,71	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.	
2013	2705 - 0	Glo	01000000	SERVIMED SAUDE LTDA	192,38	-	192,38	-	192,38	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.	
2013	5096 - 0	Glo	01000000	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	66,92	-	66,92	-	66,92	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.	
2013	5097 - 0	Glo	01000000	PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	63.968,41	-	63.968,41	41.587,65	22.380,76	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.	
2013	6463 - 0	Glo	01000000	BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME	2.399,74	-	2.399,74	-	2.399,74	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.	
2013	8576	Ord	01000000	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	847,78	-	847,78	-	847,78	Despesa Não Efetuada.	
2014	47 - 0	Glo	01010000	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	69,06	-	69,06	-	69,06	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.	
2014	329 - 0	Glo	01010000	KRAFT COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA ME	125,00	-	125,00	-	125,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.	

**Prefeitura Municipal de Pomerode**

Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260  
Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

2014	394	Ord	01010000	BAGATOLI COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA ME	720,00	-	-	720,00	-	720,00	Despesa Não Efetuada.
2014	739 - 0	Glo	01000000	RBS - ZERO HORA EDITORA JORNALISTICA S/A	36,06	-	-	36,06	-	36,06	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	840 - 0	Glo	01000000	BLOCOPAV PAVIMENTAÇÃO E SERVIÇOS LTDA ME	9.252,29	-	-	9.252,29	-	9.252,29	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	841 - 0	Glo	01000000	SERVICO AUTONOMO MUNICIPAL DE AGUAS ESGOTOS DE TIMBO	13.431,25	-	-	13.431,25	-	13.431,25	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	956	Ord	01010000	CAPEBRASIL TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO LTDA. - ME	360,00	-	-	360,00	-	360,00	Despesa Não Efetuada.
2014	1212 - 0	Glo	01000000	SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.	50,00	-	-	50,00	-	50,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	1472 - 0	Glo	01000000	EMPREENDEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP	7.520,22	-	-	7.520,22	-	7.520,22	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	1504	Ord	01100000	VALDECIR PEREIRA 67505120972	200,00	-	-	200,00	-	200,00	Despesa Não Efetuada.
2014	1959	Ord	01100000	AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP	19,50	-	-	19,50	-	19,50	Despesa Não Efetuada.
2014	1961	Ord	01100000	AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP	127,00	-	-	127,00	-	127,00	Despesa Não Efetuada.
2014	2429	Ord	01000000	ELETRO MECANICA ELBIO LTDA ME	435,57	-	-	435,57	-	435,57	Despesa Não Efetuada.
2014	2433	Ord	01000000	BAGATOLI COMÉRCIO DE MOVEIS LTDA ME	530,00	-	-	530,00	-	530,00	Despesa Não Efetuada.
2014	2707	Ord	03000000	CELEIRO DA CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE LTDA EPP	3.682,80	-	-	3.682,80	-	3.682,80	Despesa Não Efetuada, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	2711	Ord	01010000	CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTAS DO BRASIL	40,00	-	-	40,00	-	40,00	Despesa Não Efetuada.
2014	2901	Ord	01000000	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS	70,00	-	-	70,00	-	70,00	Despesa Não Efetuada.
2014	2954	Ord	01120000	ENGELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA. EPP	168,00	-	-	168,00	-	168,00	Despesa Não Efetuada.
2014	2955	Ord	01000000	GP AR CONDICIONADO LTDA ME	100,00	-	-	100,00	-	100,00	Despesa Não Efetuada.

**Prefeitura Municipal de Pomerode**

Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260

Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

2014	2997	Ord	01100000	SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.	18,50	-	18,50	-	18,50	-	Despesa Não Efetuada.
2014	3219	Ord	01120000	SERVICENTER COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA - ME	360,00	-	360,00	-	360,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	3278 - 0	Glo	01000000	GABRIELA BAMBINETTI ELIAS	61,33	-	61,33	-	61,33	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	3284 - 0	Glo	01000000	DANIEL DA LUZ	6,00	-	6,00	-	6,00	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	3397	Ord	01000000	AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP	320,00	-	320,00	-	320,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	3398	Ord	01000000	AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP	668,34	-	668,34	-	668,34	-	Despesa Não Efetuada.
2014	3405 - 0	Glo	01000000	EMPREENDEIRA DE MÃO DE OBRA VBLTDA - EPP	8.551,97	-	8.551,97	-	8.551,97	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	3854 - 0	Glo	01000000	JULIO SILVESTRI FILHO ME	600,06	-	600,06	-	600,06	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	3855	Ord	01000000	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP	267,84	-	267,84	-	267,84	-	Despesa Não Efetuada.
2014	3857 - 0	Glo	01000000	TRATOR PEÇAS COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATOR LTDA EPP	416,00	-	416,00	-	416,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	4095	Ord	01120000	SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI	860,00	-	860,00	-	860,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	4194	Ord	01000000	MINISTERIO DO TRABALHO - MTE	456,93	-	456,93	-	456,93	-	Despesa Não Efetuada.
2014	4195	Ord	01000000	MINISTERIO DO TRABALHO - MTE	5,64	-	5,64	-	5,64	-	Despesa Não Efetuada.
2014	4196	Ord	01000000	MINISTERIO DO TRABALHO - MTE	5,64	-	5,64	-	5,64	-	Despesa Não Efetuada.
2014	4197	Ord	01000000	MINISTERIO DO TRABALHO - MTE	5,64	-	5,64	-	5,64	-	Despesa Não Efetuada.
2014	4518	Ord	01000000	JORNAL DE POMERODE EDITORA LTDA EPP	168,00	-	168,00	-	168,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	4568	Ord	01100000	SUPRIMÓVEIS EIRELI EPP	201,00	-	201,00	-	201,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	4586	Ord	01000000	QUALICOPY SERVICOS E COMERCIO LTDA ME	48,50	-	48,50	-	48,50	-	Despesa Não Efetuada.
2014	4598	Ord	01000000	LUIZ MINIOLI NETTO - EPP	14,43	-	14,43	-	14,43	-	Despesa Não Efetuada.

**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260  
Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

2014	4639	Ord	01110000	AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP	120,00	-	-	120,00	-	120,00	Despesa Não Efetuada.
2014	4785 - 0	Glo	01360000	EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA GOEDE LTDA ME	2.886,29	-	-	2.886,29	-	2.886,29	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	5073 - 0	Glo	01000000	L.C. EMPREENHEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME	1.115,80	-	-	1.115,80	-	1.115,80	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	5074 - 0	Glo	01000000	EMPREENHEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP	1.300,16	-	-	1.300,16	-	1.300,16	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	5076 - 0	Glo	01000000	L.C. EMPREENHEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME	1.427,79	-	-	1.427,79	-	1.427,79	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	5284	Ord	01000000	QUALICOPY SERVICOS E COMERCIO LTDA ME	9,00	-	-	9,00	-	9,00	Despesa Não Efetuada.
2014	5468	Ord	01000000	ANNA LENA RIFFEL ME	20,00	-	-	20,00	-	20,00	Despesa Não Efetuada.
2014	5479 - 0	Glo	01000000	MANOTTI COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME	20,78	-	-	20,78	-	20,78	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	5599 - 0	Glo	01000000	GUSTAVO WEIDMANN	12,00	-	-	12,00	-	12,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	5603 - 0	Glo	01100000	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA - UNISUL	2.250,38	-	-	2.250,38	-	2.250,38	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	5629	Ord	01370400	FABIANE GONSCHOROVSKI DE SOUZA ME	2.685,00	-	-	2.685,00	-	2.685,00	Despesa Não Efetuada.
2014	5786	Ord	01110000	AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP	196,00	-	-	196,00	-	196,00	Despesa Não Efetuada.
2014	5788	Ord	01110000	AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP	73,50	-	-	73,50	-	73,50	Despesa Não Efetuada.
2014	5838 - 0	Glo	01000000	LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP	0,14	-	-	0,14	-	0,14	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	6115 - 0	Glo	03360000	L.C. EMPREENHEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME	6.549,31	-	-	6.549,31	-	6.549,31	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	6247	Ord	01000000	KRUEGER COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA ME	216,00	-	-	216,00	-	216,00	Despesa Não Efetuada.

**Prefeitura Municipal de Pomerode**

Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260

Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

2014	6368	Ord	01000000	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	108,65	-	-	108,65	-	108,65	-	Despesa Não Efetuada.
2014	6387 - 0	Glo	03000000	CONSTRUTORA TERTEL LTDA - EPP	25.023,30	-	-	25.023,30	-	25.023,30	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	6507 - 0	Glo	01000000	L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME	0,01	-	-	0,01	-	0,01	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	7075	Ord	01100000	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	71,00	-	-	71,00	-	71,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	7203	Ord	01000000	SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.	36,00	-	-	36,00	-	36,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	7245	Ord	01000000	PERS/ANAS CRISDAN LTDA EPP	940,00	-	-	940,00	-	940,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	7587 - 0	Glo	01000000	LAJETUBOS ARTEFATOS E SERVIÇOS EIRELI EPP	4.210,11	-	-	4.210,11	-	4.210,11	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	7599	Ord	01360000	TMS TELECOMUNICACOES LTDA ME	100,00	-	-	100,00	-	100,00	-	
2014	8407 - 0	Glo	01190000	L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME	50.688,28	-	-	50.688,28	-	50.688,28	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	9026 - 0	Glo	11900000	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA GOEDE LTDA ME	7.331,69	-	-	7.331,69	-	7.331,69	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	9041	Ord	01000000	SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.	36,00	-	-	36,00	-	36,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	9058	Ord	01120000	SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.	24,00	-	-	24,00	-	24,00	-	Despesa Não Efetuada.
2014	9089	Ord	01100000	ERSILIO REINICKE OFICINA MECÂNICA LTDA ME	85,25	-	-	85,25	-	85,25	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2014	9160 - 0	Glo	01190000	L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME	12.363,53	-	-	12.363,53	-	12.363,53	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2014	9215	Ord	01000000	CIACOMP - SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELI ME	619,60	-	-	619,60	-	619,60	-	Despesa Não Efetuada.
2014	9226	Ord	01100000	I.A. SERVIÇOS EM TELEFONIA LTDA - ME	85,00	-	-	85,00	-	85,00	-	Despesa Não Efetuada.
2015	176	Ord	01100000	AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP	402,00	-	-	402,00	-	402,00	-	Despesa Não Efetuada.

**Prefeitura Municipal de Pomerode**

Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260

Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

2015	252 - 0	Glo	01000000	IPM SISTEMAS LTDA	962,00	-	962,00	-	402,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2015	374	Ord	01100000	VOLKMAASS - AUTO PEÇAS E MECÂNICA LTDA ME	480,00	-	480,00	-	962,00	Despesa Não Efetuada.
2015	1061	Ord	01000000	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	54,00	-	54,00	-	480,00	Despesa Não Efetuada.
2015	1670	Ord	01000000	REFRIGERAÇÃO LALI LTDA ME	35,00	-	35,00	-	54,00	Despesa Não Efetuada.
2015	1674	Ord	01000000	REFRIGERAÇÃO LALI LTDA ME	25,00	-	25,00	-	35,00	Despesa Não Efetuada.
2015	1682	Ord	01000000	HAMILTON MACHADO ME	23,70	-	23,70	-	25,00	Despesa Não Efetuada.
2015	1695	Ord	01000000	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP	282,75	-	282,75	-	23,70	Despesa Não Efetuada.
2015	1696	Ord	01000000	DIAL DEPARTAMENTOS EIRELI EPP	53,70	-	53,70	-	282,75	Despesa Não Efetuada.
2015	1697	Ord	01000000	SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.	32,40	-	32,40	-	53,70	Despesa Não Efetuada.
2015	1771 - 0	Glo	01000000	KAREN FÁTIMA BAYER	2.160,00	-	2.160,00	-	32,40	Despesa Não Efetuada.
2015	1772 - 0	Glo	01000000	KAREN FÁTIMA BAYER	360,00	-	360,00	-	2.160,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2015	1804	Ord	01100000	LIBERTE VEICULOS LTDA	693,00	-	693,00	-	360,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2015	1805	Ord	01100000	LIBERTE VEICULOS LTDA	671,50	-	671,50	-	693,00	Despesa Não Efetuada.
2015	1930	Ord	03000000	REFOPA JOLI DISTRIBUIDORA DE REVISTAS E LIVROS LTDA - EPP	168,00	-	168,00	-	671,50	Despesa Não Efetuada.
2015	2278	Ord	01000000	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA LTDA EPP	230,67	-	230,67	-	168,00	Despesa Não Efetuada.
2015	2626	Ord	01020000	AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA	211,60	-	211,60	-	230,67	Despesa Não Efetuada.
2015	2734	Ord	01110000	SUPERMERCADO ECONÔMICO LTDA.	60,00	-	60,00	-	211,60	Despesa Não Efetuada.
2015	2904 - 0	Glo	01000000	ROSANDER CABELEIREIROS E PERFUMARIA LTDA ME	91,00	-	91,00	-	60,00	Despesa Não Efetuada.
									91,00	Despesa Não Efetuada.

**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260  
Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br





**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

2015	3859	Ord	03000000	INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	46,00	-	-	46,00	-	46,00	Despesa Não Efetuada.
2015	3861 - 0	Glo	03000000	GLOBAL SERVIÇOS TÉCNICOS EM TOPOGRAFIA LTDA	2.586,93	-	-	2.586,93	-	2.586,93	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2015	4323	Ord	03000000	FRAU PORATH FLORICULTURA LTDA - ME	200,00	-	-	200,00	-	200,00	Despesa Não Efetuada.
2015	4853 - 0	Glo	01000000	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MEDIO VALE DO ITAJAI	7.311,50	-	-	7.311,50	-	7.311,50	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2015	4946 - 0	Glo	01020000	RUIPEL - RUDNICK PETRÓLEO LTDA.	1.408,50	-	-	1.408,50	-	1.408,50	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2015	5837	Ord	01120000	SSAT SINALIZAÇÃO E ADESIVOS EIRELI	2.260,00	-	-	2.260,00	-	2.260,00	Despesa Não Efetuada.
2015	6104	Ord	01000000	TERRAPLANAGEM KNOPF LTDA - EPP	13.569,00	-	-	13.569,00	-	13.569,00	Despesa Não Efetuada.
2015	6183 - 0	Glo	03000000	MPB SANEAMENTO LIMITADA	129.900,00	-	-	129.900,00	-	129.900,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2015	6651	Ord	01000000	COMERCIAL MULTIVILLE LTDA ME	179,71	-	-	179,71	-	179,71	Despesa Não Efetuada.
2015	6935	Ord	01000000	JEAN CARLOS DE ARAUJO ME.	137,50	-	-	137,50	-	137,50	Despesa Não Efetuada.
2015	7644 - 0	Glo	01000000	AGR ENGENHARIA E AGRIMENSURA LTDA - ME	40.584,00	-	-	40.584,00	-	40.584,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2015	7799	Ord	01000000	SUPER IDEAL COMERCIO VAREJISTA SUPERMERCADISTA LTDA	54,00	-	-	54,00	-	54,00	Despesa Não Efetuada.
2015	7826	Ord	01010000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP	33,00	-	-	33,00	-	33,00	Despesa Não Efetuada.
2015	8249 - 0	Glo	01360000	EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO VOLKMAN LTDA.	29.675,00	-	-	29.675,00	-	29.675,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2015	8288	Ord	01000000	SERVIMED CLÍNICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA	100,00	-	-	100,00	-	100,00	Despesa Não Efetuada.
2015	9290 - 0	Glo	01620200	EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO VOLKMAN LTDA.	2,00	-	-	2,00	-	2,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2015	9583	Ord	01000000	BAZAR POMERANO LTDA EPP	174,70	-	-	174,70	-	174,70	Despesa Não Efetuada.
2015	9587	Ord	01000000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP	120,00	-	-	120,00	-	120,00	Despesa Não Efetuada.

**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260  
Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

2015	9588	Ord	01000000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP	39,00	-	-	39,00	-	39,00	Despesa Não Efetuada.
2015	9589	Ord	01000000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP	25,00	-	-	25,00	-	25,00	Despesa Não Efetuada.
2015	9590	Ord	01000000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP	52,50	-	-	52,50	-	52,50	Despesa Não Efetuada.
2015	9591	Ord	01000000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP	98,00	-	-	98,00	-	98,00	Despesa Não Efetuada.
2015	9592	Ord	01000000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP	150,00	-	-	150,00	-	150,00	Despesa Não Efetuada.
2015	9593	Ord	01000000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP	160,00	-	-	160,00	-	160,00	Despesa Não Efetuada.
2015	9790 - 0	Glo	01360000	L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME	1.166,64	-	-	1.166,64	-	1.166,64	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme protocolo nº 9033/2017.
2015	10845	Ord	01360000	COMPANHIA ULTRAGAZ S.A.	1.499,31	-	-	1.499,31	-	1.499,31	Despesa Não Efetuada.
2015	10885	Ord	01000000	MECANICA ATIVA LTDA EPP	80,00	-	-	80,00	-	80,00	Despesa Não Efetuada.
2015	10890	Ord	01020000	AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP	530,00	-	-	530,00	-	530,00	Despesa Não Efetuada.
2015	10908	Ord	01360000	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	89,00	-	-	89,00	-	89,00	Despesa Não Efetuada.
2015	11205	Ord	01010000	INFOPLAN LTDA ME	6.022,00	-	-	6.022,00	-	6.022,00	Despesa Não Efetuada.
2015	11206	Ord	01010000	BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA ME	229,00	-	-	229,00	-	229,00	Despesa Não Efetuada.
2015	11251	Ord	01000000	BERTOLDI MANGUEIRAS E CONEXÕES HID. LTDA	80,00	-	-	80,00	-	80,00	Despesa Não Efetuada.
2016	3686	Ord	01000000	MUNICÍPIO DE POMERODE	1.621,01	-	-	1.621,01	-	1.621,01	Despesa Não Efetuada.
2016	3888 - 0	Est	01010000	ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA - EIRELI	0,06	-	-	0,06	-	0,06	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2016	5076 - 0	Glo	03830000	UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA - ME	94.899,90	-	-	94.899,90	54.690,11	40.209,79	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2016	5804 - 0	Glo	03000000	EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VBLTDA - EPP	3.345,64	-	-	3.345,64	-	3.345,64	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2016	5936 - 0	Glo	01000000	CONSTRUTORA TERTEL LTDA -	50.060,22	-	-	50.060,22	-	-	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado, conforme

**Prefeitura Municipal de Pomerode**

Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260  
Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

2016	9299 - 0	Glo	01000000	EPP	NELINHO UTPADEL	640,00	-	-	640,00	-	50.060,22	protocolo nº 9033/2017.
2016	9335	Ord	01000000		KRUEGER COMÉRCIO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS LTDA ME	12,50	-	-	12,50	-	640,00	Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2016	9760	Ord	01120000		COM. DE PARAFUSOS E FER. BERTOLDI LTDA EPP	41,67	-	-	41,67	-	12,50	Despesa Não Efetuada.
2016	9800	Ord	01120000		AUTO CENTER SERVIÇOS LTDA ME	28,00	-	-	28,00	-	41,67	Despesa Não Efetuada.
2016	9917	Ord	01360000		EGON FRANTZ	1.300,00	-	-	1.300,00	-	28,00	Despesa Não Efetuada.
2016	10292	Ord	01360000		ELETROTÉCNICA E REFRIGERAÇÃO RIEGEL LTDA ME	827,00	-	-	827,00	-	1.300,00	Despesa Não Efetuada.
<b>Total de Restos Não-Processados</b>						<b>684.524,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>684.524,65</b>	<b>96.277,76</b>	<b>588.246,72</b>	<b>Despesa Não Efetuada.</b>

**Prefeitura Municipal de Pomerode**

Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260

Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE										
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Posição de Restos			Total Pago	Total a Pagar	Motivo do Cancelamento
					Empenhado	Cancelado	Saldo			
2006	781 - 0	Glo	01020000	COINTER MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA	82,50	0,00	82,50	0,00	82,50	Art. 70 do decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar. Anulação Parcial: Saldo não será utilizado.
2013	102 - 0	Glo	01670201	NESTOR PAULO GASPAROTTO 38607530968	1.950,00	0,00	1.950,00	0,00	1.950,00	
2013	1907	Ord	01380208	EMPRESA DE TRANSPORTES E TURISMO TIO MARIO LTDA ME	170,00	0,00	170,00	0,00	170,00	
2013	2507	Ord	01020000	LABORATORIO SANTA ISABEL DE ...	50,00	0,00	50,00	0,00	50,00	Saldo não será utilizado
2013	2787	Ord	01020000	AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP	80,00	0,00	80,00	0,00	80,00	Saldo não será utilizado
2013	2861	Ord	03380401	MOTORAMA MOTOS LTDA ME	110,00	0,00	110,00	0,00	110,00	Saldo não será utilizado
2013	2862	Ord	03380401	MOTORAMA MOTOS LTDA ME	78,00	0,00	78,00	0,00	78,00	Saldo não será utilizado
2014	394	Ord	01380207	CEK INFORMÁTICA EIRELI ME	495,00	0,00	495,00	0,00	495,00	Saldo não será utilizado
2014	1385	Ord	01020000	MASTERKAP COMERCIO DE CAPACHOS LTDA.	720,00	0,00	720,00	0,00	720,00	Saldo não será utilizado
2014	1788	Ord	01020000	TATICOS E RESGATE COMERCIO DE ARTIGOS MILITARES LTDA - ME	600,00	0,00	600,00	0,00	600,00	Saldo não será utilizado
2016	265 - 0	Est	01380201	CELESC DISTRIBUICAO S.A	20.744,58	20.744,56	0,02	0,00	0,02	Saldo não será utilizado
2016	447	Ord	01380201	CIRÚRGICA BELA VISTA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME	1.490,89	0,00	1.490,89	0,00	1.490,89	Saldo não será utilizado
2016	882 - 0	Glo	03020000	L.C. EMPREITEIRA DE MÃO-DE-OBRA LTDA - ME	33.279,45	0,00	33.279,45	11.777,59	21.501,86	Saldo não será utilizado
2016	1175	Ord	01380207	CEK INFORMÁTICA EIRELI ME	2.733,00	0,00	2.733,00	0,00	2.733,00	Saldo não será utilizado
2016	2553	Ord	01380201	PRODUVALE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	1.500,00	0,00	1.500,00	0,00	1.500,00	Saldo não será utilizado
2016	2937	Ord	03380305	K. C. R. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP	800,00	0,00	800,00	0,00	800,00	Saldo não será utilizado
Total Geral					64.883,42	20.744,56	44.138,86	11.777,59	32.361,27	

**Prefeitura Municipal de Pomerode**

Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260

Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO 03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE POMERODE									
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Posição de Restos			Total a Pagar	
					Empenhado	Cancelado	Saldo		
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado									
2016	364	Ord	010000000	CLIONE CANDIDO SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA - ME	300,00	0,00	300,00	300,00	Despesa Não Efetuada.
Total Vínucdo					300,00	0,00	300,00	300,00	

**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260  
Fax: (47) 3387-7254  
www.pomerode.sc.gov.br



**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO 04 - FUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE POMERODE										
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Posição de Restos			Total Pago	Total a Pagar	Motivo do Cancelamento
					Empenhado	Cancelado	Saldo			
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado										
2011	4 - 0	Glo	01030000	UNISEMT-COOP.SERV.SEG. E MEDIC.TRABALHO	343,00	0,00	343,00	0,00	343,00	Despesa Não Efetuada.
2012	1 - 0	Glo	01030000	IPM SISTEMAS LTDA	0,29	0,00	0,29	0,00	0,29	Despesa Não Efetuada.
2013	21 - 0	Glo	01030000	IPM SISTEMAS LTDA	0,32	0,00	0,32	0,00	0,32	Despesa Não Efetuada.
2013	22	Ord	01030000	BANCO DO BRASIL SA	136,00	0,00	136,00	0,00	136,00	Despesa Não Efetuada.
2013	54 - 0	Glo	01030000	SERVIMED CLINICA DE MEDICINA DO TRABALHO LTDA.	562,50	0,00	562,50	0,00	562,50	Despesa Não Efetuada.
2016	1 - 0	Glo	01030000	W F BORGES JUNIOR - ME	499,00	0,00	499,00	0,00	499,00	Despesa Não Efetuada.
2016	2 - 0	Glo	01030000	W F BORGES JUNIOR - ME	5.425,00	0,00	5.425,00	0,00	5.425,00	Despesa Não Efetuada.
Total de Restos Não-Processados					6.966,11	0,00	6.966,11	0,00	6.966,11	

**Prefeitura Municipal de Pomerode**

Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260

Fax: (47) 3387-7254

www.pomerode.sc.gov.br





**Prefeitura Municipal de Pomerode**  
Estado de Santa Catarina  
**GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO 05 - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EVENTOS, ESPORTES E LAZER DE POMERODE										
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Posição de Restos			Total Pago	Total a Pagar	
					Empenhado	Cancelado	Saldo			
Tipos de Restos: Inscrito Não-Processado										
2013	381	Ord	010000000	IVO STAHNKE	400,00	0,00	400,00	0,00	400,00	Despesa Não Efetuada.
2016	207	Ord	010000000	MANNOS RESTAURANTE E PIZZARIA LTDA - ME	270,00	0,00	270,00	0,00	270,00	Despesa Não Efetuada.
Total de Restos Não-Processados					670,00	0,00	670,00	0,00	670,00	

**Prefeitura Municipal de Pomerode**

Rua 15 de Novembro, 525 – CEP 89107-000  
Centro – POMERODE – SC

Fone: (47) 3387-7260

Fax: (47) 3387-7254

www.pomerode.sc.gov.br

**DECRETO Nº 3337/2017 DE 08/12/2017**

Publicação Nº 1455369

DECRETO Nº 3337/2017

DE 08/12/2017

DISPÕEM SOBRE O CANCELAMENTO DE EMPENHOS INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, CONSIDERANDO a necessidade de adequar as contas a realidade do município e de que existem restos a pagar inscritos nos exercícios de 2001, 2002, 2003, 2005, 2009, 2010, 2011 e 2012 processados que já se encontram prescritos e/ou de que não correu neste período, nenhuma manifestação das empresas prestadoras dos serviços contratados em receber o pagamento. CONSIDERANDO o disposto no artigo 1º do Decreto Nº 20.910/1932 em que as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originarem; CONSIDERANDO o disposto no Art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, em que a inscrição de despesas como Restos a Pagar será automática, no encerramento do exercício financeiro de emissão da Nota de Empenho, desde que satisfaça às condições estabelecidas; CONSIDERANDO o disposto no § 2º Art. 68 do Decreto nº 93.872/1986, em que a inscrição de restos a pagar na condição de não processados e não liquidados posteriormente terão validade até 30 de junho do segundo ano subsequente ao de sua inscrição, ressalvado o disposto no § 3º do mesmo; CONSIDERANDO o disposto no artigo 70 do Decreto Nº 93.872/1986 em que prescreve em cinco anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar (CCB art. 178, §10, VI); CONSIDERANDO o disposto no Art. 359-F da Lei nº 10.028/2000, dos crimes contra as finanças públicas, onde penaliza o Gestor que deixar de ordenar, de autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei; CONSIDERANDO o Parecer da SEORI/AUDIN – MPU nº 1.735/2016 em que os restos a pagar processados que já atingiram o prazo prescricional de cinco anos devem ser cancelados;

**DECRETA:**

Art. 1º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pela Prefeitura de Pomerode, inscritas em Restos a Pagar Processados, conforme anexo 01, os fornecedores/prestadores de serviços que não se manifestarem no prazo a que se refere o parágrafo 1º do art. 4º.

Art. 2º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Saúde de Pomerode, inscritas em Restos a Pagar Processado, conforme anexo 02, os fornecedores/prestadores de serviços que não se manifestarem no prazo a que se refere o parágrafo 1º do art. 4º.

Art. 3º - Ficam canceladas as despesas empenhadas pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Pomerode, inscritas em Restos a Pagar Processado, conforme anexo 03, os fornecedores/prestadores de serviços que não se manifestarem no prazo a que se refere o parágrafo 1º do art. 4º.

Art. 4º - Após o cancelamento da inscrição das despesas como Restos a Pagar, o pagamento que vier a ser reclamado em decorrência dos cancelamentos efetuados na forma deste Decreto, poderá ser atendido à conta de dotação constante da Lei Orçamentária Anual à conta de Despesas de Exercícios Anteriores ou de créditos adicionais abertos para esta finalidade no exercício em que ocorrer o reconhecimento da dívida.

§1º - Os fornecedores e prestadores de serviços que tenham dívidas empenhadas inscritas em restos a pagar processados e identificados no presente Decreto deverão comprovar a interrupção do prazo prescricional até o dia 18/12/2017, mediante protocolo junto a Secretaria de Gestão Administrativa e Fazendária.

Art. 5º - Os Restos a Pagar cancelados poderão ser restabelecidos de acordo com os permissivos contábeis vigentes e com o artigo 37, da Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, em 08 de Dezembro de 2017.

ERCIO KRIEK

Prefeito Municipal

**ANEXO 01 - PREFEITURA**

Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Posição de Restos			Total Pago	Total a Pagar	Motivo do Cancelamento
					Empe- nhado	Cance- lado	Saldo			
2002	1398	Ord	01000000	IRMAOS WE- EGE LTDA	280,00	0,00	280,00	0,00	280,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2002	4531	Ord	01000000	AUTO ELE- TRICA STAR LTDA ME	31,00	0,00	31,00	0,00	31,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.

2002	4540	Ord	01000000	AUTO ELE- TRICA STAR LTDA ME	55,00	0,00	55,00	0,00	55,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2002	7477	Ord	01000000	RADIO NE- REU RAMOS LTDA	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2003	2589	Ord	01000000	NC SOFT LTDA ME	12,90	0,00	12,90	0,00	12,90	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2005	5089	Ord	01000000	SHAKS BAR E RESTAURAN- TE LTDA ME	216,00	0,00	216,00	0,00	216,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2009	3626	Ord	01000000	OLI COMUNI- CAÇÕES LTDA ME	200,00	0,00	200,00	0,00	200,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2009	3631	Ord	01000000	HEIKE WEE- GE ME	300,00	0,00	300,00	0,00	300,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2009	4686	Ord	01000000	TECMATRIZ IND.E COM. DE MOLDES LTDA	1.110,00	0,00	1.110,00	0,00	1.110,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	812	Ord	01000000	POMERODE COMERCIO DE TELEFO- NIA LTDA EPP	439,00	0,00	439,00	0,00	439,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	2184	Ord	01000000	GRAVACAR REMAR- CAÇÃO E GRAVAÇÃO DE CHASSI LTDA-ME	180,00	0,00	180,00	0,00	180,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	3924	Ord	01000000	RUY GE- BAUER	6,30	0,00	6,30	0,00	6,30	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	5982	Ord	01000000	BERTOLDI MANGUEI- RAS E CONE- XOES HID. LTDA	113,30	0,00	113,30	0,00	113,30	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
Total Geral					3.143,50	0,00	3.143,50	0,00	3.143,50	

## ANEXO 02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Ano	Em- pe- nho	Tipo	Vínculo	Credor	Posição de Restos			Total Pago	Total a Pagar	Motivo do Cancelamento
					Empe- nhado	Can- cela- do	Saldo			
2001	907	Ord	01000000	JOSE ODAIR ALBU- QUERQUE ME	8,00	0,00	8,00	0,00	8,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2001	1022	Ord	01000000	JOSE ODAIR ALBU- QUERQUE ME	8,00	0,00	8,00	0,00	8,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2001	1140	Ord	01000000	KRAUSE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA ME	108,00	0,00	108,00	0,00	108,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2003	341	Ord	01000000	EHLERT INST. ELETR. E HIDRAULICAS LTDA	33,00	0,00	33,00	0,00	33,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2010	1917	Ord	01020000	POMERODE DECAL- QUE PRESTADORA DE SERVICOS LTDA - ME	60,00	0,00	60,00	0,00	60,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Pres- creve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.

2011	1483	Ord	01380201	RONI FABER BILIBIU	240,00	0,00	240,00	0,00	240,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	617	Ord	01020000	ELETRONICA RAULINO LTDA ME	55,00	0,00	55,00	0,00	55,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
Total Geral					512,00	0,00	7.683,09	0,00	7.683,09	

ANEXO 03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE										
Ano	Empenho	Tipo	Vínculo	Credor	Posição de Restos			Total Pago	Total a Pagar	Motivo do Cancelamento
					Empenhado	Cancelado	Saldo			
2012	88	Ord	1000000	ROBERTO PAULO SOARES 78132630904	40,00	0,00	40,00	0,00	40,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
2012	352	Ord	03000000	CLAUDINO CAMILO GESSNER ME	260,00	0,00	260,00	0,00	260,00	Art. 70 do Decreto nº 93.872/1986: Prescreve em 5 (cinco) anos a dívida passiva relativa aos Restos a Pagar.
Total Geral					300,00	0,00	300,00	0,00	300,00	

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 142 / 2017**

Publicação Nº 1455170

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 142 / 2017**

Processo Administrativo n.º 087 / 2017.

Pregão Presencial n.º 051 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: POSTO AGRICOPEL LTDA.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10 E S500 PARA O ABASTECIMENTO EM POSTO DE COMBUSTÍVEL DAS MÁQUINAS, VEÍCULOS E ÔNIBUS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA CIVIL E MILITAR DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$412.690,00 (quatrocentos e doze mil e seiscentos e noventa reais) – Itens 01, 02 e 03.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/11/2018.

Pomerode / SC, 27 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 143 / 2017**

Publicação Nº 1455173

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 143 / 2017**

Processo Administrativo n.º 088 / 2017.

Pregão Presencial n.º 052 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP.

Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$2.900,00 (dois mil e novecentos reais) – Item 13.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/11/2018.

Pomerode / SC, 27 de Novembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 144 / 2017**

Publicação Nº 1455174

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 144 / 2017**

Processo Administrativo n.º 088 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$33.095,00 (trinta e três mil e noventa e cinco reais) – Itens 05, 08, 09, 11 e 12.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/11/2018.

Pomerode / SC, 27 de Novembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 145 / 2017**

Publicação Nº 1455176

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 145 / 2017**

Processo Administrativo n.º 088 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 052 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: PLA COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS EIRELI ME.  
Objeto: AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE POMERODE, FUNDOS E FUNDAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$14.605,00 (catorze mil e seiscentos e cinco reais) – Itens 01, 02, 03, 04, 06, 07, 10 e 14.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 26/11/2018.

Pomerode / SC, 27 de Novembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 146 / 2017**

Publicação Nº 1455180

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 146 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: OFICINA MECÂNICA POMERODE LTDA ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais) / Lote 15 - Itens 34 e 35.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

## **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 147 / 2017**

Publicação Nº 1455182

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 147 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.

Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: AUTO ELÉTRICA KURI LTDA EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$90.000,00 (noventa mil reais) / Lote 13 - Itens 30 e 31.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

## **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 148 / 2017**

Publicação Nº 1455187

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 148 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.

Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: ERSILIO REINICKE OFICINA MECÂNICA LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$50.990,00 (cinquenta mil e novecentos e noventa reais) / Lote 02 - Itens 08 e 09; e, Lote 06 – Itens 16 e 17.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

## **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 149 / 2017**

Publicação Nº 1455190

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

### **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 149 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.

Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratada: AUTO CENTER SERVIÇOS LTDA ME.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Valor total registrado: R\$23.700,00 (vinte e três mil e setecentos reais) / Lote 27 - Itens 01, 02, 03 e 04; e, Lote 28 – Itens 01, 02, 03 e 04.

Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode



**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 150 / 2017**

Publicação Nº 1455192

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 150 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: AUTO PEÇAS CELMAK LTDA EPP.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$58.720,00 (cinquenta e oito mil e setecentos e vinte reais) / Lote 03 - Itens 10 e 11; Lote 04 – Itens 12 e 13; e, Lote 07 – Itens 18 e 19.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 151 / 2017**

Publicação Nº 1455194

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 151 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: MECÂNICA ATIVA LTDA EPP.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$140.500,00 (cento e quarenta mil e quinhentos reais) / Lote 09 - Itens 22 e 23; Lote 10 – Itens 24 e 25; e, Lote 11 – Itens 26 e 27.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 152 / 2017**

Publicação Nº 1455195

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 152 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: PAUL NUBER & FILHOS LTDA EPP.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$38.050,00 (trinta e oito mil e cinquenta reais) / Lote 29 - Itens 01, 02 e 03; Lote 30 – Itens 01, 02 e 03; e, Lote 31 – Itens 01 e 02.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 153 / 2017**

Publicação Nº 1455196

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 153 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: MOTORAMA MOTOS LTDA ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$8.500,00 (oito mil e quinhentos reais) / Lote 12 - Itens 28 e 29.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 154 / 2017**

Publicação Nº 1455198

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 154 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: ALFA OFICINA MECÂNICA E AUTOPEÇAS LTDA. ME.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$49.400,00 (quarenta e nove mil e quatrocentos reais) / Lote 01 - Itens 06 e 07; Lote 05 – Itens 14 e 15; e, Lote 08 – Itens 20 e 21.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 155 / 2017**

Publicação Nº 1455199

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 155 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: MEGA PSI COMÉRCIO LTDA EPP.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$16.900,00 (dezesseis mil e novecentos reais) / Lote 16 - Item 36; Lote 17 – Item 37; e, Lote 18 – Item 38.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 156 / 2017**

Publicação Nº 1455200

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 156 / 2017**

Processo Administrativo n.º 090 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 054 / 2017 – Registro de Preços.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: RAFAEL RICARDO DRAEGER 09477232939.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS DOS FABRICANTES, LUBRIFICANTES, TROCA DE ÓLEO E FILTROS, LANTERNAGEM E PINTURA, LAVAGEM, LUBRIFICAÇÃO E GEOMETRIA, PARA OS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS, FUNDAÇÃO, AUTARQUIA E VIATURAS DA POLÍCIA MILITAR E CIVIL DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.  
Valor total registrado: R\$38.700,00 (trinta e oito mil e setecentos reais) / Lote 19 - Item 39; Lote 20 – Item 40; Lote 21 – Item 41; Lote 22 – Item 42; Lote 23 – Item 43; Lote 24 – Item 44; Lote 25 – Item 45; e, Lote 26 – Item 46.  
Prazo de vigência – 12 meses – Prazo final: 30/11/2018.

Pomerode / SC, 01 de Dezembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 072 / 2017**

Publicação Nº 1455201

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE POMERODE  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO  
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

**EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 072 / 2017**

Processo Administrativo n.º 092 / 2017.  
Pregão Presencial n.º 056 / 2017.  
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.  
Contratada: CAGERE CASA ASSISTENCIAL LTDA. - EPP.  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO DE ACOLOHIMENTO PARA ATENDIMENTO INTEGRAL, ALOJAMENTO, ALIMENTAÇÃO, VESTUÁRIO E ACOMPANHAMENTO FISIOTERÁPICO, PSICOLÓGICO E NUTRICIONAL AMBULATORIAL, HOSPITALAR ÀS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS, COM IDADE ENTRE 18 E 59 ANOS, DE AMBOS OS SEXOS, QUE DEPENDEM DE CUIDADOS DE TERCEIROS, CONFORME DETERMINAÇÕES JUDICIAIS.  
Valor mensal contratado: R\$16.375,00 (dezesseis mil e trezentos e setenta e cinco reais).  
Valor total contratado – 12 meses: R\$196.500,00 (cento e noventa e seis mil e quinhentos reais).  
Prazo de vigência contratual: 12 meses – de 01/12/2017 à 30/11/2018.  
Ass.: Ércio Kriek – Prefeito Municipal de Pomerode – Contratante / Maria de Lourdes Dalago – Sócia Administradora – Cagere Casa Assistencial Ltda. - EPP – Contratada.

Pomerode / SC, 30 de Novembro de 2017.  
ÉRCIO KRIEK  
Prefeito Municipal de Pomerode

# Ponte Serrada

## PREFEITURA

### ATA Nº 4 PROCESSO Nº90/2017

Publicação Nº 1454286

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA</b>  CNPJ: 82.777.236/0001-01 RUA MADRE MARIA THEODORA, 264 C.E.P.: 89683-000 - Ponte Serrada - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 12/2017 - TP</b>
	Processo Administrativo: 90/2017 Processo de Licitação: 90/2017 Data do Processo: 30/10/2017

Folha: 1/1

#### OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO GLOBAL DE OBRA DE RECAPEAMENTO ASFALTICO SOBRE PISOS DE CALÇAMENTOS COM PEDRA IRREGULAR E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA ANTONI ZANLUCHI, EM PARTE DA RUA MADRE MARIA THEODORA, EM PARTE DA RUA DR. CRISTIANO MAYER E EM PARTE DA RUA HERMÍNIO DAVID FRIGUETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO EXECUTIVO APROVADO NO ÂMBITO DO CONVÊNIO Nº 845734/2017/MCidades/CAIXA, CONTRATO DE REPASSE Nº 1.037.574-58/2017.

#### ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 92/2017 (Sequência: 4)

Ao(s) 11 de Dezembro de 2017, às 14:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 907/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 90/2017, Licitação nº. 12/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão sem a presença das empresas participantes da licitação. Aos onze dias de dezembro de dezessete, as quatorze horas, na sala de licitações na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pelo Decreto nº 903/2017 de 24 de outubro de 2017, para abertura e julgamento das propostas. Decorrido o prazo recursal, nenhuma empresa protocolou pedido de recurso. Sendo assim, foram abertos os envelopes das propostas e analisados os documentos apresentados pelas empresas. Nenhum dos representantes credenciados pelas empresas compareceu no horário para a abertura dos envelopes. A empresa SETEP CONSTRUÇÕES S.A representou valor global da proposta R\$ 477.889,59 (quatrocentos e setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e nove reais e cinquenta e nove centavos) sendo R\$ 419.567,15 (quatrocentos e dezenove mil, quinhentos e sessenta e sete mil e quinze centavos) destinados a materiais e R\$ 58.322,44 (cinquenta e oito mil, trezentos e vinte e dois reais e

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ponte Serrada, 11 de Dezembro de 2017

#### COMISSÃO:

MARINA GUIDINI	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
ALICE CRISTINA FROZZA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
DENISE BARBOSA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
RAQUEL FOPPA EVANGELISTA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO

**ATA PROCESSO Nº 91/2017**

Publicação Nº 1454288

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA</b>  <b>CNPJ: 82.777.236/0001-01</b> <b>RUA MADRE MARIA THEODORA, 264</b> <b>C.E.P.: 89683-000 - Ponte Serrada - SC</b>	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 13/2017 - TP</b>  <b>Processo Administrativo: 91/2017</b> <b>Processo de Licitação: 91/2017</b> <b>Data do Processo: 01/11/2017</b>
	Folha: 1/1

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA EXECUÇÃO DE MÃO DE OBRA DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E ILUMINAÇÃO NA PISTA DE CAMINHADA, A CONDIÇÃO DO SERVIÇO É EM EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

**ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr.**

Ao(s) 11 de Dezembro de 2017, às 15:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 907/2017, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 91/2017, Licitação nº. 13/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

OURO LUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS, QUARK ENGENHARIA LTDA EPP, TALASKA ENERGIA EIRELI ME, FABIANO FRANCHIN ME.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às 15:00 horas, reuniram-se a sala de licitações da Prefeitura Municipal de Ponte Serrada - SC a comissão permanente de licitações designada pelo decreto nº 903/2017 de 24 de outubro de 2017 para julgar a licitação em epígrafe. Registra-se que protocolaram os envelopes nº 01 e nº 02 dentro do prazo estabelecido no edital as empresas OURO LUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS, QUARK ENGENHARIA LTDA EPP, TALASKA ENERGIA EIRELI ME, FABIANO FRANCHIN ME, sem representantes presentes. Da análise dos documentos de credenciamento da empresa, constatou-se que as empresas apresentaram toda documentação exigida pelo edital. Ato contínuo, a comissão rubricaram os documentos do credenciamento e também os envelopes, e foi atestado que os mesmos encontravam-se lacrados. Os documentos referente a habilitação das empresas licitantes foram remetidos ao setor de engenharia e ao setor de contabilidade, para análise dos documentos. Após o recebimento do parecer dos respectivos setores, sendo: a senhora Liane Bergmaier, e senhor Mauricio Renan Mendes, a comissão analisou toda a documentação e decide por HABILITAR as empresas: OURO LUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELÉTRICAS, QUARK ENGENHARIA LTDA EPP, TALASKA ENERGIA EIRELI ME, FABIANO FRANCHIN ME. Abre-se prazo de 05 dias úteis para a apresentação de recurso das empresas interessadas, encerrando no dia 18/12/2017 as 17:00 horas. Os recursos deverão ser protocolados no setor de licitação, ou no caso de remessa via postal devem ser recebidos dentro do prazo. Não havendo apresentação de recurso por parte das licitantes, os envelopes das propostas serão abertos no dia 19/12/2017 as 09:00 horas no setor de licitação. Dessa maneira encerra-se a presente ata a qual todos passam a assinar. A presente ata será publicada no site do município [WWW.ponteserrada.sc.gov.br](http://WWW.ponteserrada.sc.gov.br) no mural público e no DOM-Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ponte Serrada, 11 de Dezembro de 2017

**COMISSÃO:**

MARINA GUIDINI	- ..... - Presidente da Comissão de Licitação
ALICE CRISTINA FROZZA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
DENISE BARBOSA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO
RAQUEL FOPPA EVANGELISTA	- ..... - MEMBRO DA COMISSÃO

# Porto Belo

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1.714, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454340

DECRETO Nº 1.714, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera os dispositivos que menciona do Decreto Municipal nº 1.156/2013, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º O Decreto Municipal nº 1.156, de 7 de novembro de 2013, passará a ter a seguinte redação:

"Art. 3º .....

Parágrafo único. As "vans" poderão disponibilizar até quinze lugares para passageiros, as quais não poderão ter mais de dez anos de uso.

Art.6º Cada agência de turismo credenciada poderá disponibilizar no máximo 1 (um) veículo tipo "van" para passeio turístico, desde que:"

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto Municipal nº 1.156/2013, permanecem inalterados.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

### DECRETO Nº 1713, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454339

DECRETO Nº 1713, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Regulamenta a prática de esportes nas praias do Município e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município, e,

Considerando a época de temporada de verão;

Considerando, a necessidade de disciplinar a prática de esportes nas praias do Município, visando coibir abusos de direito individual em prejuízo da coletividade;

Considerando, outrossim, que as praias são bens de uso comum do povo, tendo o Município competência para, utilizando-se do seu poder de polícia, disciplinar atividades nelas praticadas que afetem a qualidade de vida da população e a segurança no uso e gozo da propriedade e as atividades normais à comunidade, DECRETA:

Art. 1º Fica determinado que somente durante o período compreendido entre 18:00 e 22:00 horas será permitido a prática de esportes, na faixa de areia nas praias do Município.

Art. 2º Fica terminantemente proibido o estacionamento de equipamentos de prática de esportes náuticos nas faixas de areia da praia, bem como a instalação de qualquer equipamento esportivo por particular sem autorização prévia.

Parágrafo Único. Para a montagem das quadras é necessário a autorização da Fundação Municipal de Esporte da Fundação Municipal de Turismo, assim como a identificação no local, por meio de placa com o nome da entidade ou contribuinte autorizada.

Art. 3º O não cumprimento ao presente Decreto, poderá acarretar na apreensão do material esportivo.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Porto Belo - SC, aos 11 dias do mês de dezembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

### DECRETO Nº 1716, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455157

DECRETO Nº 1.716, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I da Lei Municipal nº 2.467/2016".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 06 – Secretaria de Planejamento Urbano

Unidade Orçamentária: 01 – Secretaria de Planejamento Urbano

Funcional Programática: 06.182.0004

Atividade: 2.016 – Manutenção do Departamento de Trânsito

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.12 – Convênio de Transito - Prefeitura

Valor: R\$ 200.000,00

Atividade: 2.017 – Convênio Trânsito/Polícia Civil

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.11 – Convênio de Transito - Civil

Valor: R\$ 30.000,00

Atividade: 2.018 – Convênio Trânsito/Polícia Militar

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.1.10 – Convênio de Transito - Militar

Valor: R\$ 30.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior serão cobertos com recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017, por conta dos Recursos Convênio de Trânsito Prefeitura no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), Convênio de Trânsito Militar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) e Convênio de Trânsito Civil no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), totalizando 260.000,00 (Duzentos e sessenta mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 12 de dezembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

**DECRETO Nº 1717, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455205

DECRETO Nº 1.717, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18, inciso I da Lei Municipal nº 2.467/2016".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 568.000,00 (Quinhentos e sessenta e oito mil reais), destinado a suplementar as dotações abaixo descritas pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 09 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Funcional Programática: 10.301.0010

Atividade: 2.049 – Manutenção das Ações Básicas em Saúde Bucal

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.2.3878 – Emenda de Bancada: Incremento Temporário para o Custeio do PAB

Valor: R\$ 100.000,00

Atividade: 2.052 – Manutenção de Programa de Agentes Comunitários de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.2.3878 – Emenda de Bancada: Incremento Temporário para o Custeio do PAB

Valor: R\$ 200.000,00

Atividade: 2.056 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0.2.3878 – Emenda de Bancada: Incremento Temporário para o Custeio do PAB

Valor: R\$ 268.000,00

Art. 2º Os créditos abertos no artigo anterior serão cobertos com os recursos do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2017 por conta dos Recursos de Emenda de Bancada – Incremento Temporário do Componente de Custeio do PAB na importância de R\$ 568.000,00 (Quinhentos e sessenta e oito mil reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 12 de dezembro de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO



# Porto União

## PREFEITURA

### EXTRATO DE CONTRATO 031/2017 - AMASPU

Publicação Nº 1454268

Extrato de Contrato 031/2017 – AMASPU

Partes: AMASPU – Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e Clínica Mater Gin Ltda ME.

Objeto: Prestação de serviços na área de saúde.

Valor Total: Conforme Tabela CBHPM 4ª edição.

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Processo de licitação nº 029/2017 - Inexigibilidade nº 024/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de dezembro de 2017.

Margareth Flissak

Presidente AMASPU

Mater Gin Ltda ME

Contratada

## CÂMARA MUNICIPAL

### EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2017 - MODALIDADE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2017

Publicação Nº 1454283

Câmara de Vereadores de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato

Processo Licitatório nº 080/2017 - Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 002/2017

Contratante: PORTO UNIÃO – CÂMARA DE VEREADORES (CNPJ SOB nº 83.529.933/0001-06).

Contratada: Marielli Baratto (CNPJ nº 25.153.296/0001-01).

Objeto: Contratação de empresa para a edição de vídeo da Sessão Solene em homenagem aos cem anos do município de Porto União, com outorga dos títulos de cidadãos honorários e beneméritos. Posteriormente a entrega de cópias de material de áudio visual com as imagens da referida sessão (DVD).

Valores: R\$ 400,00 (Quatrocentos reais).

Vigência: de novembro de 2017 a dezembro 2017.

Dotação Orçamentária:

Órgão 01 – Poder Legislativo de Porto União

Unidade 01 – Câmara de Vereadores de Porto União

Atividades – 2.001 – Manutenção das Atividades Legislativas

Modalidade – 3.3.90.100 – Aplicações Diretas

Complemento – 3.3.90.39.59.00.00.00 – Serviços de áudio, vídeo e fotos

Foro: Comarca de Porto União (SC).

Base legal: Artigo 25 da Lei 8.666/93

Luiz Alberto Pasqualin

Presidente

# Pouso Redondo

## PREFEITURA

### RETIFICAÇÃO 096 2017 - MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Publicação Nº 1454565

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2017/ PROCESSO Nº096/2017

A Prefeitura Municipal de Pouso Redondo, através de seu prefeito municipal o Sr. Oscar Gutz, torna público a retificação do Edital de Pregão Presencial nº 80/2017, DE OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de Construção, acabamento, dentre outros equipamentos, utensílios e materiais para uso nas secretarias do Município de Pouso Redondo., Onde retifica-se conforme segue:

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição
8	30,00	UND		SABONETEIRA DE PAREDE METALICA PARA SABONETE LIQUIDO
27	2,00	UND		PLAINA ELETRICA, POTÊNCIA MINIMA 630 W, MANUAL
28	5,00	JG		JOGO FACA P/ PLAINA MANUAL LARGA, COMPATIVEL A PLAINA ADQUIRIDA NO ITEM 27
29	5,00	JG		JOGO FACA P/ PLAINA MANUAL ESTREITA COMPATIVEL A PLAINA ADQUIRIDA NO ITEM 27
30	2,00	UND		SERRA MEIA ESQUADRIA 10"
163	5.000,00	M		LONA PRETA 4X100 M², DE NO MÍNIMO 100 MICRAS
164	5.000,00	M		LONA PRETA 6X100 M² DE NO MÍNIMO 100 MICRAS
286	2,00	UND		FUDAREIRA COM MARTELETE PERFURADOR E ROMPEDOR
294	2,00	UND		GERADOR DIESEL 8000, MONOFASICO
298	2,00	UND		PARAFUSADEIRA 12V BATERIA LITIO
299	2,00	UND		LIXADEIRA DE PALMA ELÉTRICA DE NO MÍNIMO 200W
300	2,00	UND		ESMERILHADEIRA 7X.1/4 DE NO MÍNIMO 1400W
311	15,00	UN		FOSSA E FILTRO , TAMANHO PADRÃO DE 1,20MTX0,90

As demais clausulas permanecem inalteradas

Os interessados deverão retirar novo edital com as devidas alterações na Prefeitura, no mesmo endereço, no site [www.pousoredondo.sc.gov.br](http://www.pousoredondo.sc.gov.br), e maiores informações pelo telefone (47) 3534-8700/ 8737.

Pouso Redondo, 12 de Dezembro de 2017.

Oscar Gutz

Prefeito Municipal

# Praia Grande

## PREFEITURA

### CONTRATO 140/2017- PREFEITURA

Publicação Nº 1454010

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
CONTRATO Nº. 140/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2017 – CONVITE Nº 35/2017  
CONTRATADA: SOMVÉRIO SONORIZAÇÕES E EVENTOS LTDA  
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO; DE ESTANDES; DE TABLADO; DE TENDAS; DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA FINS DE REALIZAÇÃO DOS EVENTOS "I CANYON-FEST E EXPOFEIRA 2017" NO MÊS DEZEMBRO DE 2017 E NOS DIAS 15, 16 E 17 DE DEZEMBRO DE 2017, RESPECTIVAMENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
DO VALOR: R\$ 16.005,00.  
DA VIGENCIA: 07/12/2017 à 31/12/2017.  
Praia Grande, 07 de Dezembro de 2017.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
Prefeito Municipal.

– ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PARA ATENDER A SECRETARIA DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE PARA O EXERCÍCIO DE 2018  
DO VALOR: R\$ 65.250,00  
DA VIGENCIA: 01/01/2018 à 31/12/2018.  
Praia Grande, 05 de Dezembro de 2017.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
Prefeito Municipal.

### CONTRATO 141/2017- PREFEITURA

Publicação Nº 1454015

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
CONTRATO Nº. 141/2017  
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 94/2017 – CONVITE Nº 35/2017  
CONTRATADA: GALATAS MÍDIAS E EVENTOS LTDA ME  
DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO, INCLUINDO MONTAGEM E DESMONTAGEM DE PALCO; DE ESTANDES; DE TABLADO; DE TENDAS; DE SISTEMAS DE SONORIZAÇÃO E DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PARA FINS DE REALIZAÇÃO DOS EVENTOS "I CANYON-FEST E EXPOFEIRA 2017" NO MÊS DEZEMBRO DE 2017 E NOS DIAS 15, 16 E 17 DE DEZEMBRO DE 2017, RESPECTIVAMENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC  
DO VALOR: R\$ 27.500,00.  
DA VIGENCIA: 07/12/2017 à 31/12/2017.  
Praia Grande, 07 de Dezembro de 2017.  
HENRIQUE MATOS MACIEL  
Prefeito Municipal.

### CONTRATO 51/2017 - SAUDE ERRATA

Publicação Nº 1454353

ERRATA: O CONTRATO Nº51/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº12/2017 CARTA CONVITE Nº03/2017 PUBLICADO NO DIA 07/12/2017 NA EDIÇÃO Nº 2403 – PAGINA 1281, DA PUBLICAÇÃO ABAIXO:

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PRAIA GRANDE/SC  
CONTRATO Nº. 51/2017 – TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 17/2017  
PROCESSO Nº 12/2017 – CONVITE 03/2017  
CONTRATADA: BRANET GESTÃO DE LOGÍSTICA EM SAÚDE LTDA

# Presidente Castello Branco

## PREFEITURA

### EXTRATO CONTRATO Nº 162/2017

Publicação Nº 1454846

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 162/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	L.A. CN INFORMÁTICA LTDA - EPP
OBJETO:	Tem por objeto aquisição de equipamentos para atender o Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, na modalidade Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde no Estado de Santa Catarina, através da Proposta Nº 11333.647000/1150-0.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 7.127,75 (Sete mil, cento e vinte e sete reais e setenta cinco centavos), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	06/12/2017 à 31/12/2017.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 156/2017

Publicação Nº 1454851

EXTRATO DE CONTRATO  
Nr. 156/2017

CONTRATANTE:	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC
CONTRATADO:	ACLARA COMÉRCIO DE INFORMÁTICA EIRELI-ME
OBJETO:	Tem por objeto aquisição de equipamentos para atender o Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, na modalidade Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde no Estado de Santa Catarina, através da Proposta Nº 11333.647000/1150-0.
VALOR:	O preço total ajustado para o fornecimento dos materiais é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), sendo que o valor a ser pago pelo fornecimento é o descrito na tabela acima, cláusula segunda, valor este que o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA.
VIGÊNCIA:	06/12/2017 à 31/12/2017.

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017

Publicação Nº 1454756

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2017

#### EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08h45min (oito horas e quarenta e cinco minutos), do dia 27 (vinte e sete) de dezembro de 2017, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a escolha mais vantajosa para a contratação de empresa no ramo de transporte coletivo de passageiros, para prestação de serviço de fretamento intremunicipal no ano letivo de 2018, conforme cadastro de reserva de vaga junto a Secretaria Municipal de Educação Cultura e Desporto, destinado aos alunos residentes no Município de Presidente Castello Branco/SC para frequentar cursos técnicos e superiores em instituições localizadas no Município de Concórdia/SC. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: [www.castellobranco.sc.gov.br](http://www.castellobranco.sc.gov.br)

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ademir Domingos Miotto

Prefeito Municipal

# Presidente Nereu

## PREFEITURA

### ATO 003/CP/001/2017 DIVULGA JULGAMENTO DE RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Publicação Nº 1454524

ATO 003/CP/001/2017  
DIVULGA JULGAMENTO DE RECURSO  
CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO  
DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

O Senhor Isamar de Melo, Prefeito de Presidente Nereu, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a comissão de Concurso Público e o Instituto o Barriga Verde, torna público o julgamento de recurso contra o indeferimento de inscrição, conforme segue:

INSCRIÇÃO	706579 - Edineia Catia De Melo Back
CARGO	Técnico em Enfermagem
PEDIDO	Requer-se o deferimento da inscrição, haja vista o pagamento. O pagamento foi agendando para o dia 16/11/17, mas por um erro de processamento acabou não ocorrendo. Junto aos documentos está o comprovante de pagamento da taxa. Fundamenta-se no fato de que o erro foi do banco ao não processar o pagamento, e não da candidata. Sendo assim, por erro de terceiro, cabendo recurso para efetuar o pagamento.
RESPOSTA	Fica Deferida e homologada a inscrição da candidata recorrente, pois houve um equívoco do banco que realizou o pagamento do boleto bancário do candidato, o qual comprovou em tempo hábil. O candidato pode consultar o status de pagamento na área do candidato no site para conferência. O mesmo fará parte do ensalamento a ser divulgado conforme cronograma em edital.

PRESIDENTE NEREU, 12 de dezembro de 2017.  
ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal

### DECRETO 108/2017

Publicação Nº 1454519

Número da Lei:	1508		
Ano da Lei:	2016		
Data da Lei:	24/11/2016		
DECRETO Nº 108, de 7 de dezembro de 2017			
Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar			
DECRETA:			
Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 40.000,00( quarenta mil reais )			
Crédito Adicional			
Tipo Crédito	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Suplementar	Fundo Municipal de Saude	10.001.0010.0301.1601.2022.33390 0000000000.01020000	40.000,00
Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.			
Fonte de Recurso			



Tipo Fonte	Unidade Orçamentária	Detalhamento	Valor
Excesso		417210103000000 - 01020000	40.000,00
Art. 3 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.			

Presidente Nereu - Santa Catarina, 7 de dezembro de 2017

ISAMAR DE MELO  
Prefeito Municipal  
CPF: 767.132.029-34

ALINE LESKE TILLMANN  
CONTADOR  
CRC: 24474 /SC

# Princesa

## PREFEITURA

### DECRETO Nº. 301 DE 12.12.2017

Publicação Nº 1454380

DECRETO Nº. 301, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

EXONERA FUNCIONÁRIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

**DECRETA:**

Art. 1º. EXONERAR, por PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, LAURA COSTA CURTA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Nereu Ramos, nº. 43, Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 038.809.519-93, ocupante do cargo de farmacêutico, a partir de 31.12.2017

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31.12.2017.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),

em 12 de Dezembro de 2017.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

# Quilombo

## PREFEITURA

### AVISO 47/2017

Publicação Nº 1454034

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS – QUILOMBO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 47/2017
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS
O Gestor do Fundo Municipal de Saúde do Município de Quilombo-SC, torna pública a Dispensa de Licitação para aquisição de peças e serviços mecânicos para substituição quando da recuperação do veículo AMBULANCIA CITROEN JUMPER 2.3 16V PLACAS MJZ-4815, utilizado nos Serviços de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU, de acordo com o inciso IV do Art.24 da lei 8.666/93.
EMPRESA: VIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E ASSESSÓRIOS LTDA.
VALOR: 7.731,00 (Sete mil e setecentos e trinta e um reais).
QUILOMBO, 11 de dezembro de 2017.
PAULO CÉSAR BARP
Secretário Municipal da Saúde

### AVISO 48/2017 FMS

Publicação Nº 1454965

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE QUILOMBO-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 48/2017
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.:48/2017
Tipo : Menor Preço/Preço POR LOTE
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS MECÂNICOS.
Entrega dos Envelopes : 09:00 horas do dia 26/12/2017.
Abertura dos Envelopes : 09:10 horas do dia 26/12/2017.
A íntegra do Edital e esclarecimentos, poderão ser obtidos no Centro Administrativo Municipal, sito à Rua Duque de Caxias nº 165, nos dias úteis, das segundas às sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo Fone (049) 3346-3242 ou e-mail licitacoes@quilombo.sc.gov.br.
QUILOMBO, 12 de dezembro de 2017.
PAULO CESAR BARP
Secretário Municipal de Saúde

### EXTRATO 155/2017

Publicação Nº 1454247

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE QUILOMBO	
REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	155/2017
Contratante.:	MUNICIPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	TECTRUCK EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA ME
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, DESTINADA PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE QUILOMBO, EM ATENDIMENTO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 836903/2016/MDA/CAIXA, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE QUILOMBO E O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
Valor ..... :	R\$ 14.100,00 (Quatorze mil e cem reais).

Vigência ..... :	60 (sessenta) dias da data da entrega da Autorização de Fornecimento pelo Município à empresa.
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017
Recursos ..... :	1.049 4.4.90.00 0.1.00/0.1.24
QUILOMBO/SC, 27 de outubro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

**EXTRATO 158/2017**

Publicação Nº 1454252

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE QUILOMBO	
REPUBLICAÇÃO DE EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	158/2017
Contratante.:	MUNICIPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	MVM SPERANDIO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA
Objeto ..... :	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO UTILITÁRIO NOVO, DESTINADOS PARA UTILIZAÇÃO PELA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE QUILOMBO, EM ATENDIMENTO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 836903/2016/MDA/CAIXA, FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE QUILOMBO E O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO POR INTERMÉDIO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
Valor ..... :	R\$ 70.200,00 (Setenta mil e duzentos reais).
Vigência ..... :	60 (sessenta) dias da data da entrega da Autorização de Fornecimento pelo Município à empresa.
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017
Recursos ..... :	1.049 4.4.90.00 0.1.00/0.1.24
QUILOMBO/SC, 27 de outubro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	

**EXTRATO T.A 155/2017**

Publicação Nº 1454249

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE QUILOMBO	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº.155/2017.
Contratante.:	MUNICIPIO DE QUILOMBO
Contratada.:	TECTRUCK EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA ME
Objeto ..... :	PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO SUPERIOR Nº.155/2017.
Vigência ..... :	60 (sessenta) dias da data da entrega da Autorização de Fornecimento pelo Município à empresa.
Licitação ..... :	PREGÃO PRESENCIAL Nº 112/2017.
QUILOMBO/SC, 12 de dezembro de 2017.	
SILVANO DE PARIZ	
Prefeito Municipal	
	Extrato Contratual

**PORTARIA Nº. 1662/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454458

PORTARIA Nº. 1662/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Cleciane Maria Grazzioli Bonetti, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, por 15 (quinze) dias, de 11 a 25 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1663/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454468

PORTARIA Nº. 1663/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Sandra Steffens, ocupante do cargo de Pedagoga, por determinação médica e conforme atestados, por 05 (cinco) dias, de 11 a 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1664/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454472

PORTARIA Nº. 1664/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Cleci Salete Dall'Agenese ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), por determinação médica e conforme atestados, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1665/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454473

PORTARIA Nº. 1665/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Lidiane Dalmago Zembruski, ocupante do cargo de Educadora Infantil, por determinação médica e conforme atestados, nos dias 11 e 12 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1666/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454474

PORTARIA Nº. 1666/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001 e considerando Parecer Social da Assistente Social do CAPS, datado de 07 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Darli Maria Conte Paz, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 13 de dezembro de 2017, no período vespertino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 1990, de 11 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 15 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto



ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s)(Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1667/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454475

PORTARIA Nº. 1667/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Tairine Fernanda de Lima Hanauer, ocupante do cargo de Educadora Infantil, no dia 13 de dezembro de 2017, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 1994, de 11 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 15 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s)(Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

### **PORTARIA Nº. 1668/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454477

PORTARIA Nº. 1668/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Mara Regina Zanchet Bodanese, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no dia 12 de dezembro de 2017, no período vespertino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 2001, de 11 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 14 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1669/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454480

PORTARIA Nº. 1669/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA ACOMPANHAR MEMBRO DA FAMÍLIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo, e de conformidade com o Inciso I do Art. 69 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Régis Eduardo Sette, ocupante do cargo de Técnico em Atividades Administrativas, no dia 13 de dezembro de 2017, no período matutino, para acompanhar membro da família em consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 1988, de 11 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 15 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1670/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454488

PORTARIA Nº. 1670/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, Cristiano de Martini, ocupante do cargo de Motorista, no dia 13 de dezembro de 2017, no período matutino, para realizar consulta médica, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 1989, de 11 de dezembro de 2017.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 15 de dezembro de 2017, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski

Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1671/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454489

PORTARIA Nº. 1671/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Beatriz Pasqualotto Seraglio, ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 13 de dezembro de 2017, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 1991, de 11 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 29h09min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

**PORTARIA Nº. 1672/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454491

PORTARIA Nº. 1672/2017 - DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

**RESOLVE:**

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Ivanete Bison, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 13 de dezembro de 2017, no período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 1993, de 11 de dezembro de 2017.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 114h37min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 11 de dezembro de 2017.

SILVANO DE PARIZ  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Lei Municipal 1087/1993

Alice Niedzialkoski  
Funcionária Designada

# Rancho Queimado

## PREFEITURA

### **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - TIPO: MENOR PREÇO**

Publicação Nº 1454326

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO QUEIMADO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2017 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2017 - TIPO: MENOR PREÇO – O Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rancho Queimado, torna público que até as 15:00 horas do dia 27 de dezembro de 2017, estará recebendo propostas para aquisição de 01 (um) veículo novo, tipo van, 0 (zero) km, com capacidade de 16 lugares, potência mínima de 130 cv, teto alto, direção hidráulica, vidros e travas elétricas, ar condicionado, combustível diesel, na cor branca. O edital na sua íntegra, contendo todas as especificações encontra-se à disposição dos interessados no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal no horário das 08:00 às 12:00 horas ou no site [www.ranchoqueimado.sc.gov.br](http://www.ranchoqueimado.sc.gov.br).  
Rancho Queimado, em 12 de dezembro de 2017.

Cleci Aparecida Veronezi – Prefeita Municipal

# Rio das Antas

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 329/2017

Publicação Nº 1454365

PORTARIA Nº 329/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO EM DECORRÊNCIA DE INEXECUÇÃO PARCIAL DE CONTRATO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DAS ANTAS, usando da competência que lhe confere o art.102, item VII da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO DAS ANTAS e tendo em vista normas do Sistema de Controle Interno do Município e do caso concreto relativo a necessidade de verificar situação decorrente da inexecução parcial de contratos;

**RESOLVE:**

Art.1º Fica Instaurado PROCESSO ADMINISTRATIVO e designado o servidor de cargo efetivo ADEMIR FERRARIN, pregoeiro pelo Decreto nº 31/2017, para apurar no prazo de 60(sessenta) dias, os fatos relativos a INEXECUÇÃO PARCIAL DOS CONTRATOS NºS 97/2016 E 98/2016, emitindo relatório ao final do processo, com parecer sobre o assunto.

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RIO DAS ANTAS, 12 DE DEZEMBRO DE 2017

RONALDO DOMINGOS LOSS

Prefeito Municipal

Registrado em livro próprio e publicado no mural do átrio da Prefeitura na mesma data.

ISRAEL MONTEIRO

Secretário Munic. de Administr. e Finanças



# Rio do Campo

## PREFEITURA

### ADITIVO Nº 04 - CONTRATO 55/2015

Publicação Nº 1454686

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DO ADITIVO NR 04/2017 AO CONTRATO Nº 55/2015

Contratante: Município de Rio do Campo

Contratado: ROGERIO AMERICO - ME

Objeto: – As partes de comum acordo, na forma convencionada na Cláusula Terceira do contrato original, decidem prorrogar o prazo de vigência por igual período, ou seja, 08(oito) meses, de 08/12/2017 até 08/07/2018, nos termos da Lei 8.666/93.

Rio do Campo (SC), 08/12/2017

Rodrigo Preis – Prefeito Municipal

### DECRETO 3.890

Publicação Nº 1454676

#### DECRETO Nº 3.890, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

"Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR por excesso de arrecadação e dá outras providências."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.122, de 25 de novembro de 2016;

DECRETA:

Art. 1 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 194.000,00( cento e noventa e quatro mil reais )

#### Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33190000000000.02380504	143.000,00
Suplementar	Atenção Básica e Saúde da Família	11.001.0010.0301.0014.2089.33191000000000.02380504	51.000,00

Art. 2 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

#### Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Excesso		02380504- Incremento PAB Fixo /Bancada	194.000,00

Art. 3 - Fica aberto crédito adicional suplementar, nas seguintes dotações orçamentárias, nos limites máximos indicados: R\$ 3.113,00( três mil e cento e treze reais )

#### Crédito Adicional

Tipo Crédito	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
Suplementar	Segurança Pública	05.001.0006.0181.0005.2014.33390000000000.01100410	3.113,00

Art. 4 - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 3 decorrerão de excesso, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, dos seguintes detalhamentos.

#### Fonte de Recurso

Tipo Fonte	Descrição Ação	Detalhamento	Valor
------------	----------------	--------------	-------

Excesso		01100410 - Multas de Trânsito - Militar	3.113,00
Art. 5 - Este(a) DECRETO entrará em vigor na data de sua publicação.			

Gabinete do Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, 12 de outubro de 2017.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Külkamp

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO 3.891

Publicação Nº 1454683

DECRETO Nº 3.891, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

"ESTABELECE PONTOS FACULTATIVOS PARA OS ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO".

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII, artigo 65, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido que a partir de 18 de dezembro de 2017, até 05 de janeiro de 2018, será ponto facultativo para os órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município de Rio do Campo, EXCETO:

I. O dia 25 de dezembro de 2017, feriado de Natal;

II. O dia 26 de dezembro de 2017, que será feriado em virtude da antecipação do feriado do dia 29 de dezembro de 2017, conforme decreto 3.865, de 06 de outubro de 2017;

III. O dia 1º de Janeiro de 2018, feriado de Confraternização Universal, e

IV. Os finais de semana.

Art. 2º. Sempre que necessário o executivo e os responsáveis pelas Secretarias poderão convocar os servidores para prestação de serviços, visando o bom desenvolvimento do serviço público municipal, não sendo consideradas como extraordinárias as horas trabalhadas.

§ 1º. A convocação quando necessária poderá ser feita de forma verbal, pessoal ou por telefone.

§ 2º. O não comparecimento a qualquer das convocações na forma deste decreto, acarretará falta injustificada, respondendo o servidor nos termos da lei.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina,  
em 12 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis

Prefeito Municipal

Jean Carlos Külkamp

Secretário de Administração e Finanças

## DECRETO 3.892

Publicação Nº 1454771

DECRETO 3.892, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017 "Abre Crédito Adicional SUPLEMENTAR através da Anulação de Dotações do Orçamento vigente, e dá outras providências."

RODRIGO PREIS, Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, no exercício das atribuições e autorização concedida através da Lei 2.182, de 12 de dezembro de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 Poder Legislativo

Unidade: 01 Câmara Municipal de Vereadores

Funcional: 01.032.0001 Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços do Poder Legislativo

(3) 3.1.90.00.00.00.00.00.2.001-0065 – Aplicações Diretas – R\$: 20.000,00

(6) 3.3.90.00.00.00.00.00.2.001-0065 – Aplicações Diretas – R\$: 3.000,00

Total Suplementação: R\$ 23.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da

seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 Poder Legislativo

Unidade: 01 Câmara Municipal de Vereadores

Funcional: 01.032.0001 Atividade: 1.037 – Ampliação das Instalações do Poder Legislativo

(2) 4.4.90.00.00.00.00.2.001-0065 – Aplicações Diretas – R\$: 23.000,00

Total Anulação: R\$ 23.000,00

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, 12 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Külkamp  
Secretário de Administração e Finanças

## LEI 2.182

Publicação Nº 1454769

LEI Nº. 2.182, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017. "Autoriza abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR através da Anulação de Dotações do Orçamento vigente, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO CAMPO no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município de RIO DO CAMPO. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado abrir no corrente exercício Crédito Suplementar para a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 Poder Legislativo

Unidade: 01 Câmara Municipal de Vereadores

Funcional: 01.032.0001 Atividade: 2.001 – Manutenção dos Serviços do Poder Legislativo

(3) 3.1.90.00.00.00.00.2.001-0065 – Aplicações Diretas – R\$: 20.000,00

(6) 3.3.90.00.00.00.00.2.001-0065 – Aplicações Diretas – R\$: 3.000,00

Total Suplementação: R\$ 23.000,00

Art. 2º. Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 Poder Legislativo

Unidade: 01 Câmara Municipal de Vereadores

Funcional: 01.032.0001 Atividade: 1.037 – Ampliação das Instalações do Poder Legislativo

(2) 4.4.90.00.00.00.00.2.001-0065 – Aplicações Diretas – R\$: 23.000,00

Total Anulação: R\$ 23.000,00

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio do Campo, Estado de Santa Catarina, 12 de dezembro de 2017.

Rodrigo Preis  
Prefeito Municipal

Jean Carlos Külkamp  
Secretário de Administração e Finanças

# Rio do Sul

## PREFEITURA

### DANUBIA GONZAGA - 7º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1453501

7º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2017 firmado em 19/05/2017, com término previsto para 22/12/2017.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência prevista no Decreto nº 6053, de 23 de fevereiro de 2017, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) DANUBIA GONZAGA, portador(a) do CPF nº 007.762.399-10, na qualidade de Contratado(a), celebraram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue: na qualidade de Contratado(a), celebram o 7º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 238/2017, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### Cláusula Primeira – Do objeto

Altera a cláusula primeira do Contrato Administrativo, que, com efeito retroativo, a partir de 28/11/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso III, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no CEI Tia Bea, em substituição a Elisabeth Bernardo Fronza, afastada em licença maternidade.

#### Cláusula Terceira – Do Prazo de Vigência

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA DANUBIA GONZAGA  
Secretário de Administração e Fazenda Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

### DECRETO 6763

Publicação Nº 1455221

DECRETO Nº 6763, de 12 de dezembro de 2017.

“Suplementa e anula dotações do orçamento do município de Rio do Sul.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o artigo 12, inciso III, da Lei Orçamentária nº 5.789, de 15 de dezembro de 2016, e com a Lei nº 5.886, de 12 de dezembro de 2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam suplementadas até o limite de R\$ 696.539,98 (seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	496.539,98
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	100.000,00

08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	696.539,98

Art. 2º Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$ 696.539,98 (seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
2.034	Transporte Escolar Educação Básica – Próprios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	696.539,98
	TOTAL	R\$	696.539,98

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

12 de dezembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

## LEI 5886

Publicação Nº 1455209

LEI Nº 5.886, de 12 de dezembro de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Ficam suplementadas até o limite de R\$ 696.539,98 (seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	DEPARTAMENTO PEDAGÓGICO DE ENSINO		
2.030	Manutenção do Ensino Infantil		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	496.539,98
2.067	Manutenção do Ensino Fundamental		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	100.000,00
08.03	DEPARTAMENTO DE APOIO ADMINISTRATIVO		
2.031	Manutenção do Departamento Administrativo		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais		
3.1.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	100.000,00
	TOTAL	R\$	696.539,98

Art. 2º Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial até o limite de R\$ 696.539,98 (seiscentos e noventa e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e noventa e oito centavos), a seguinte dotação do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
08.02	Departamento Pedagógico de Ensino		
2.034	Transporte Escolar Educação Básica – Próprios		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01010000	Recursos Educação	R\$	696.539,98
	TOTAL	R\$	696.539,98

Art. 3º Esta Lei entra em vigor a partir de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO  
12 de dezembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito de Rio do Sul

## LEI COMPLEMENTAR 374 CORREÇÃO

Publicação Nº 1455197

LEI COMPLEMENTAR Nº 374, de 23 de novembro de 2017.

“ACRESCENTA, ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 110, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2003, QUE INSTITUI O CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL.”

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Altera o inciso V do art. 259, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 259.

[...]

V - de contribuintes que estejam afastados por motivo de saúde, acidente de trabalho ou licença para tratamento de saúde, ou similar, desde que encontre-se devidamente recebendo o benefício do INSS, durante o período de impedimento para o trabalho;”

Art. 2º Altera o §8º do art. 272-A, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 272-A.

[...]

§8º Os profissionais liberais mencionados na tabela do § 7º do presente artigo terão isenção de 50% (cinquenta por cento) do valor previsto a título de ISSQN Fixo nos primeiros doze meses de atividade, contados a partir do registro no órgão de classe, e 25% (vinte e cinco por cento) no segundo e no terceiro ano.”

Art. 3º Altera o caput e os §§ 1º e 2º e cria o §5º do art. 295, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 295. O contribuinte é obrigado a comunicar o término da atividade e qualquer alteração capaz de gerar, modificar ou extinguir a obrigação tributária, na forma do regulamento e obedecendo ao seguinte:

§1º Será cobrada a taxa decorrente do exercício poder de polícia do município até que seja solicitada a baixa de atividade do contribuinte.

§2º A anotação de término ou paralisação da atividade não extingue débitos existentes, ainda que venham a ser apurados posteriormente à declaração do contribuinte ou o cancelamento de ofício.

[...]

§5º A comunicação, prevista no caput deste artigo, deverá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do registro no órgão estadual competente, quando for o caso, de alteração dos atos constitutivos ou alterações contratuais e cadastrais, capazes ou não de gerar, modificar ou extinguir a obrigação tributária.”

Art. 4º Altera o caput e inclui o parágrafo único no art. 322, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 322. Não efetuar a entrega de informações previstas em Decreto Regulamentador.

Parágrafo único. A multa prevista no caput deste artigo terá redução de:

I – 90% (noventa por cento) para os Microempreendedores Individuais;

II – 50% (cinquenta por cento) para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.”

Art. 5º Altera o art. 324, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:



“Art. 324. A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência da integralidade do imposto devido, o cumprimento da obrigação acessória e a aplicação de outras multas cabíveis.”

Art. 6º Altera o art. 328, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 328. A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência da integralidade do imposto devido, o cumprimento da obrigação acessória e a aplicação de outras multas cabíveis.”

Art. 7º Inclui parágrafo único no art. 330, da Lei Complementar nº 110, de 17 de dezembro de 2003, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 330.

[...]

Parágrafo único. A multa prevista no caput deste artigo terá redução de:

I – 90% (noventa por cento) para os Microempreendedores Individuais;

II – 50% (cinquenta por cento) para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.”

Art.8º Altera o art. 332, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 332. A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência da integralidade do imposto devido, o cumprimento da obrigação acessória e a aplicação de outras multas cabíveis.”

Art. 9º Altera o parágrafo único do art. 333, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 333.

[...]

Parágrafo único. A imposição das penalidades de que trata esta seção não elide a exigência da integralidade do imposto devido, o cumprimento da obrigação acessória e a aplicação de outras multas cabíveis.”

Art. 10. Inclui dispositivos no art. 352, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 352. ...

I – os sujeitos passivos serão notificados do lançamento da taxa:

a) por meio de uma única publicação no Diário Oficial dos Municípios e na página oficial do Município na rede mundial de computadores, em relação aos lançamentos efetuados pela ocorrência dos fatos geradores na data prevista no art. 355 do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Para todos os efeitos de direito, considera-se regularmente notificado o lançamento ao sujeito passivo e constituído o correspondente crédito tributário, no primeiro dia útil subsequente à data de vencimento constante no Decreto Regulamentador, conforme disposto no art. 356 do Código Tributário Municipal.”

Art.11. Altera o §2º e cria o §9º, do art. 353, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 353.

[...]

§2º Será cobrada a taxa decorrente do poder de polícia previsto neste capítulo até que seja solicitada a baixa de atividade do contribuinte.

[...]

§9º O contribuinte que for se estabelecer eventualmente no município deverá solicitar o alvará provisório mediante requerimento devidamente protocolado e deverá recolher a taxa definida no decreto regulamentador.

Art. 12. Altera e cria dispositivos do art. 360, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 360. A taxa de vigilância sanitária será exigida, anualmente, das indústrias de alimentos e das indústrias de produtos do interesse da saúde; do comércio e dos prestadores de serviço, sejam públicos ou privados, que preparem e/ou vendem alimentos e do comércio do interesse da saúde; do prestador de serviços de saúde e do prestador de serviços de interesse da saúde; do transportador de produtos alimentícios, farmacêuticos e de bebidas e do transportador de produtos de interesse da saúde, não importando o grau de risco epidemiológico.

I – os sujeitos passivos serão notificados do lançamento da taxa:

a) por meio de uma única publicação no Diário Oficial dos Municípios e na página oficial do Município na rede mundial de computadores, em relação aos lançamentos efetuados pela ocorrência dos fatos geradores na data prevista no art. 363 do Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Para todos os efeitos de direito, considera-se regularmente notificado o lançamento ao sujeito passivo e constituído o correspondente crédito tributário, no primeiro dia útil subsequente à data de vencimento constante em Decreto Regulamentador, conforme disposto no art. 364 do Código Tributário Municipal.”

Art. 13. Altera o §2º e cria o §4º do Art. 361, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 361.  
[...]

§ 2º Será cobrada a taxa decorrente do poder de polícia previsto neste capítulo até que seja solicitada a baixa de atividade do contribuinte.  
[...]

§4º O contribuinte que for se estabelecer eventualmente no município deverá solicitar o alvará provisório mediante requerimento devidamente protocolado e deverá recolher a taxa definida no decreto regulamentador. ”

Art. 14. Altera e inclui itens no Anexo III – Tabelas I da Taxa de Verificação do Cumprimento das Normas Municipais – TVCNM e a Tabela II da Taxa de Vigilância Sanitária, as quais passam a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO

##### TABELA I – TVCNM

ELEMENTOS DE CUSTO PARA CÁLCULO DA TAXA DE VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS NORMAS MUNICIPAIS – TVCNM
Pessoal do Departamento de Fiscalização Tributária 100%
Pessoal do Departamento de Arrecadação 10%
Pessoal do Departamento de Contabilidade 10%
Pessoal do Departamento de Cadastro Mobiliário 70%
Transporte
Material de Expediente
Depreciação de Equipamentos
Instalações
TOTAL GERAL

##### TABELA II – TVS

ELEMENTOS DE CUSTO PARA CÁLCULO DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA – TVS
Pessoal do Departamento de Vigilância Sanitária 100%
Pessoal do Departamento de Arrecadação 10%
Pessoal do Departamento de Contabilidade 10%
Pessoal do Departamento de Cadastro Mobiliário 30%
Transporte
Material de Expediente
Depreciação de Equipamentos
Instalações
Campanhas Epidemiológicas
TOTAL GERAL

Art. 15. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

23 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do município de Rio do Sul

### Portaria n. 1525/DGP de 05 de dezembro de 2017

Publicação Nº 1455113

#### PORTARIA N. 1525/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

#### RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 14/12/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 026/2017, designada pela Portaria n. 1368/DGP de 24 de outubro de 2017 (publicada em 31/10/2017), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 026/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 006/P.A.D. 026/2017, de 04 de dezembro de 2017, para a devida instrução do presente processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

### **Portaria n. 1526/DGP de 05 de dezembro de 2017**

Publicação Nº 1455115

PORTARIA N. 1526/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 14/12/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 025/2017, designada pela Portaria n. 1367/DGP de 24 de outubro de 2017 (publicada em 31/10/2017), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 025/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 004/P.A.D. 025/2017, de 04 de dezembro de 2017, para a devida instrução do presente processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

### **Portaria n. 1527/DGP de 05 de dezembro de 2017**

Publicação Nº 1455116

PORTARIA N. 1527/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a prorrogação pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados a partir de 14/12/2017 à Comissão de Processo Administrativo Disciplinar n. 024/2017, designada pela Portaria n. 1366/DGP de 24 de outubro de 2017 (publicada em 31/10/2017), para conclusão da Instrução do Processo Administrativo Disciplinar n. 024/2017.

Art. 2º. A prorrogação é concedida com base nas disposições contidas no Art. 7º, da Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015, haja vista a solicitação efetivada pela respectiva Comissão através do Ofício SMA n. 004/P.A.D. 024/2017, de 04 de dezembro de 2017, para a devida instrução do presente processo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração  
Lso

### **Portaria n. 1528/DGP de 05 de dezembro de 2017**

Publicação Nº 1451313

PORTARIA N. 1528/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 183, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro 2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade de Advertência, com fundamento ao disposto no Art. 184, inciso I, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015, à servidora municipal SIDINÉIA CLAUDIA ANDRADE BIANKI, matrícula n. 3649001, ocupante do cargo de provimento

efetivo Técnico em Enfermagem, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n. 022/2017, que concluiu que a servidora transgrediu os artigos 170, incisos II, III e IX; 171, inciso XVII e o 262, todos da Lei Complementar supracitada.

Art. 2º Determinar que a servidora efetue o ressarcimento ao município do período relativo ao do atestado que foi motivo o processo administrativo disciplinar em questão.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de dezembro de 2017.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Lso

## PORTARIA Nº 1532/DGP

Publicação Nº 1454797

PORTARIA Nº. 1532/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º – REMOVER, a partir de 02/01/2018, os servidores abaixo relacionados, pertencente ao Quadro de Pessoal do Magistério Público Municipal, considerando o Resultado Final do Concurso Interno de Remoção por Concurso e por Permuta – Ano Letivo 2017, do Magistério Público Municipal e em conformidade com o disposto no Artigo 20-B, da Lei Complementar nº 075 de 20/11/2001 e suas alterações posteriores.

Servidor	Disciplina	Carga Horária	Unidade Origem	Unidade Destino
Caroline Friedel	Matemática	10 horas	CE Pref. Luiz Adelar Soldatelli	CE Roberto Machado
Klaury Simone Wutzon	Matemática	20 horas	CE Roberto Machado	EM Ella Kurth
Helmut Lindner Filho	Educação Física	20 horas	EM Ella Kurth	CE Ricardo Marchi
Vanessa da Rocha Kofahl	Educação Infantil	40 horas	CEI Cobras	CEI Exp. Augusto Bosco
Leila Klaumann	Educação Infantil	40 horas	CE Ricardo Marchi	CEI Profª. Dores Janke Stupp
Priscila Paula Schneider Machado da Silva	Educação Infantil	40 horas	CEI Titio Karan	CEI Pref. Danilo Lourival Schmidt
Elisiani Andrade	Educação Infantil	40 horas	CE Ricardo Marchi	CEI Shirley Dolores Sedrez
Silvia Sebold Bach	Educação Infantil	40 horas	CE Ricardo Marchi	CEI Profª. Belmarli da Silva
Cineide Marileia Moser Schmidt	Educação Infantil	40 horas	CEI Exp. Augusto Bosco	CEI Cinderela
Eliane Miranda Weiss Klaumann	Educação Infantil	40 horas	CE Ricardo Marchi	CEI Profª. Belmarli da Silva
Fernanda Rohling	Educação Infantil	40 horas	CEI Pe. Angelo Moser	CEI Profª. Dores Janke Stupp
Patricia Kohls Von Paraski	Educação Infantil	40 horas	CEI Pe. Angelo Moser	CEI Profª. Dores Janke Stupp
Denise Adriana da Silva Laurindo	Educação Infantil	40 horas	CEI Profª. Dores Janke Stupp	CEI Favinho de Mel I
Regiane Aparecida Espindola	Anos Iniciais	20 horas	Secretaria Municipal de Educação	CE Anibal de Barba
Maria Luciana da Silva Camargo	Anos Iniciais	20 horas	CEI Tia Bea (Educação Infantil – 40 horas)	CE Ulrich Hubsch
		20 horas		CE Sebastião Back

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor a partir desta data.

Rio do Sul, 11 de dezembro de 2017.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda  
Ed

**RESUMO DO ADITIVO Nº 117/2017**

Publicação Nº 1454434

2º TERMO ADITIVO Nº 117/2017 – DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 028/2015, REFERENTE EXECUÇÃO DA ESTABILIZAÇÃO E CONTENÇÃO DA ENCOSTA TRANSVERSAL DA ESTRADA DO RETENTOR, BAIRRO FUNDO CANOAS EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

Ao primeiro (01) dia do mês de novembro (11) do ano de dois mil e dezessete (2017), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. José Eduardo Rothbarth Thomé, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA., estabelecida na rua Duque de Caxias, 78, Sala 03, 1º andar, Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-123 inscrita no CNPJ sob o nº 14.629.988/0001-67, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor, Sr. Gustavo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Concorrência nº 169/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 028, datado de 25 de março de 2015, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO**

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS**

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, acrescido o prazo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 30 de janeiro de 2018. Conforme Memorando 097/2017/SEINFRA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA REGULARIDADE FISCAL**

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

**CLÁUSULA QUARTA – DAS RATIFICAÇÕES**

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Prefeito Municipal  
Contratante

EQUAL CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA  
. Sr. Gustavo Aragão Silva  
Contratada

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

\_\_\_\_\_  
Nome:  
CPF:

**RESUMO DO CONTRATO Nº 126/2017**

Publicação Nº 1453960

RESUMO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 126/2017  
Pregão Presencial nº 097/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: KSB Transportes e Obras LTDA – ME

Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de locação de caminhão basculante 12 m<sup>3</sup>, escavadeira hidráulica tipo “PC” e

disponibilização de operadores. Para reabilitação do trecho da Estrada Geral da Comunidade Bonfim.

Valor: R\$ 98.400,00 (noventa e oito mil e quatrocentos reais);

Prazo de Fornecimento: 30 dias;

Recurso: União;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 12 de novembro de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

---

## CÂMARA MUNICIPAL

---

### DECRETO LEGISLATIVO Nº 1490, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454687

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.490, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Homologa Termo de Cooperação Mútua celebrado entre os municípios de Rio do Sul, Apiúna, Ibirama e Lontras.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica homologado o Termo de Cooperação Mútua celebrado entre os municípios de Rio do Sul, Apiúna, Ibirama e Lontras.

Parágrafo único. O Termo de Cooperação Mútua visa definir regras para as retiradas do material rochoso, disponível no "Bota Fora do Atafona", localizado no município de Lontras.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 9 de dezembro de 2017.

FRANCISCO GOETTEN



# Rio Fortuna

## PREFEITURA

### PROCESSO LICITATÓRIO Nº 066/2017 EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017

Publicação Nº 1454412

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA  
Processo de Licitação 066/2017  
Edital de Pregão Presencial 042/2017

A Comissão Permanente de Licitações de Rio Fortuna torna público para conhecimento dos interessados, que realizará às 8 h, do dia 29 de dezembro de 2017, nas dependências da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Setor de Licitação, situado na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, PREGÃO PRESENCIAL visando à CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E MANUTENÇÃO DE LINK DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA PARA TODA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA E SEUS FUNDOS 24 HORAS POR DIA, ATÉ 31/12/2018. Os interessados em participar poderão retirar o Edital Completo e demais informações complementares no Setor de Licitações da Prefeitura de Rio Fortuna, no endereço acima, de segunda à sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, ou pelo telefone: (48) 3653-1122. Rio Fortuna/SC, 12 de dezembro de 2017.

LINDOMAR BALLMANN  
Prefeito Municipal

# Romelândia

## PREFEITURA

### DECRETO 3.915/2017

Publicação Nº 1454212

DECRETO Nº 3.915/2017

NOMEIA OS PREGOEIROS E A EQUIPE DE APOIO DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA – SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no Uso de Suas Atribuições Legais, e de acordo com a Lei: DECRETA:

ART. 1º - Fica pelo presente Decreto nomeado o Pregoeiro oficial do Município de Romelândia/SC e equipe de apoio para a análise, recebimento, julgamento e acompanhamento nos Processos Licitatórios das modalidades de Pregão Eletrônico e/ou Presencial, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas complementações, para exercer a função no período de 13 de dezembro de 2017 a 31 de Dezembro de 2017, composta pelos seguintes membros:

PREGOEIRO: MILTON AIMI

SUBSTITUTO: VALQUÍRIA GIOTTO GENZ

Equipe de apoio: Edinéia Paula Meneghini Michels, Nilson Schafer, Robson L. Scholtze

ART. 2º - O trabalho da Comissão é considerado de caráter relevante sendo o pregoeiro remunerado, regulamentado na forma da portaria que o nomeia.

ART. 3º - Fica estabelecido que na ausência dos membros Titulares, o Substituto assumirá as funções daquele, independente do ato.

ART. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 5º - Fica revogado o Decreto nº. 3.909/2017 de 25 de outubro de 2017 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia/SC, 12 de Dezembro de 2017.

VALDIR BUGS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada o presente Decreto em data supra

Dariz Genz

Auxiliar de Movimento Econômico

### PORTARIA 8624/2017

Publicação Nº 1455141

PORTARIA Nº 8624/2017

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL POR MOTIVO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Exonerar a Servidora Pública Municipal ELIZA INES SCHEIBLER, por motivo de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, cargo de carreira de PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL, 20 horas semanais e PROFESSORA DE ENSINO FUNDAMENTAL, 20 horas semanais, conforme prevê a Lei vigente.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 12 de dezembro de 2017.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

pp Adriane T. M. Jung

Secretária da Administração

Designada decreto municipal nº 3.803/17

Vera Lúcia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

# Salto Veloso

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 401/2017

Publicação Nº 1455350

PORTARIA Nº 401 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DO QUADRO DE PESSOAL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO - SC, usando da competência da Legislação em vigor e tendo em vista o que consta a seu pedido:

**RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 20 dias de Férias, no período compreendido de 11 de dezembro de 2017 a 30 de dezembro de 2017, totalizando 20 dias de férias à servidora FABIANE CAMILA DA SILVA do quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º - O período de aquisição é de 22/04/2016 a 21/04/2017, correspondente a 20 dias.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso - SC, 11 de dezembro de 2017.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

# Santa Cecília

## PREFEITURA

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 077/2017

Publicação Nº 1454803

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 077/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial no sistema Registro de Preços, no dia 04 de janeiro de 2018 às 09h00min, com objetivo de receber proposta de pessoa jurídica para Registro de Preços destinado a contratação de empresa para aquisição eventual e futura parcelada de combustíveis e lubrificantes, destinados à frota oficial de veículos, máquinas e equipamentos do Município e Fundo Municipal de Saúde, durante o exercício de 2018, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min as 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: [licitacoes@santacecilia.sc.gov.br](mailto:licitacoes@santacecilia.sc.gov.br) ,site: [www.santacecilia.sc.gov.br](http://www.santacecilia.sc.gov.br).

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 08h45min do dia 04/01/2018.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h00min do dia 04/01/2018

Santa Cecília, 12 de Dezembro de 2017.

Alessandra Aparecida Garcia

Prefeita Municipal

# Santa Rosa do Sul

## PREFEITURA

### EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 119/2017 PR

Publicação Nº 1455206

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

#### PROCESSO DE LICITAÇÃO 119/2017- PR 119/2017

Prefeitura Municipal de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para a contratação de empresa para fornecimento de 01 (uma) Colhedora de forragens de uma linha de no mínimo de 12 facas serrilhadas, para uso do Setor de Agricultura. Com credenciamento e entrega dos envelopes-habilitação e proposta até às 13h15min do dia 22 de Dezembro de 2017, com início da sessão de abertura dos envelopes e julgamento às 13h30min do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, ou pelo fone: (0xx48)3534-1113.

E-mail [licitacao@santarosadosul.sc.gov.br](mailto:licitacao@santarosadosul.sc.gov.br)

Santa Rosa do Sul, 12 de Dezembro de 2017.

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

# Santa Terezinha do Progresso

## PREFEITURA

### DECRETO MUNICIPAL Nº. 263/2017

Publicação Nº 1455427

DECRETO Nº 263/2017

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, incisos V e VII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica pelo presente Decreto exonerado o servidor Leodir Batista, matrícula 13041/02, do cargo de Assistente Administrativo, lotado na Secretaria de Educação.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,  
em 13 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

### PORTARIA Nº 158/2017

Publicação Nº 1455439

PORTARIA Nº 158/2017

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e art. 71 da Lei Complementar nº 010/2009 – Estatuto dos Servidores Municipais;

RESOLVE

Art. 1º. Ficam concedidas férias a servidora pública municipal, senhora SIRLEI DIAS DOS SANTOS, lotada na Secretaria de Gestão e Desenvolvimento Econômico, sob matrícula 7307/01 na função de Agente de Serviços Gerais. Período aquisitivo de 16/02/2015 a 15/02/2016, período de gozo de férias de 11 de dezembro de 2017 a 09 de Janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 07 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

### PORTARIA Nº. 159/2017

Publicação Nº 1455442

PORTARIA Nº 159/2017

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica concedida férias ao servidor público municipal, Senhor Volmir Conchi Braganholli, matrícula 10839/01 lotado na Secretaria de



Municipal de Saúde, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Leves. Período aquisitivo de 09/02/2013 a 08/02/2014, período de gozo de férias de 11/12/2017 a 09/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 07 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

## **PORTARIA Nº. 160/2017**

Publicação Nº 1455448

PORTARIA Nº 160/2017

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida licença para tratamento de saúde do servidor Silvio de Bairros, Matrícula 5231/01, ocupante do cargo de Operador de Trator de Esteira, conforme o Atestado Médico, no período do dia 08 de dezembro a 22 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

## **PORTARIA Nº. 161/2017**

Publicação Nº 1455445

PORTARIA Nº 161/2017

PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica prorrogado a licença para tratamento de saúde do servidor Ari Barpp, Matrícula 5355/01, ocupante do cargo de Operador de Máquinas Agrícolas, conforme o Atestado Médico, a partir de 11 de dezembro por tempo indeterminado.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 11 de dezembro de 2017.

DERLI FURTADO  
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 67/2017**

Publicação Nº 1455089

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 97/2017  
PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 67/2017

O MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal Sr. Derli Furtado, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:30 horas do dia 26 de dezembro de 2017, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a aquisição de gêneros de alimentação para confecção da merenda escolar para o ano letivo de 2018.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital. A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto à comissão de Licitações do Município, sita a AV. Tancredo Neves, 337, na cidade de Santa Terezinha do Progresso – SC, Fone 049 3657 0001, e-mail: compras@staterezinhaprogresso.sc.gov.br ou pelo site www.staterezinhaprogresso.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 13 de Dezembro de 2017.  
Derli Furtado  
Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2017**

Publicação Nº 1454703

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2017 CÂMARA MUNICIPAL  
DE VEREADORES DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO – SC.

**EXTRATO DE CONTRATO**

O Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA

Objeto: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Valor: R\$ 3.360,00 (três mil e trezentos e sessenta reais).

Vigência: 01.01.2018 a 31.12.2018.

Assinatura: 28 de novembro de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara

**DECRETO LEGISLATIVO N. 06/2017**

Publicação Nº 1455213

**DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/2017**

Dispõe sobre o remanejamento de dotação orçamentária e dá outras providências.

O Presidente da Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e o disposto na Lei n. 1308, de 27 de Dezembro de 2016;

**Decreta**

Art. 1º. Fica remanejado o crédito adicional suplementar, no orçamento vigente da Câmara Municipal, de que trata a Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 5.255,00 (Cinco mil e duzentos e cinquenta e cinco reais).

01.00 Câmara Municipal de Vereadores				
01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
010310001.2.001000 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo				
1	0100	3.1.90.00.00.0000	Aplicações Diretas	5.255,00

Art. 2º. Os recursos para a cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, serão provenientes de anulação de dotações orçamentárias constantes do orçamento vigente, conforme Lei n. 1308, de 27 de dezembro de 2016.

01.00 Câmara Municipal de Vereadores

01.01 Câmara Municipal de Vereadores				
01012001.3.001000 Manutenção das Atividades do Poder Legislativo				
3	0100	3.3.90.00.00.0100	Aplicações Diretas	2.655,00
5	0100	4.4.90.00.00.0100	Aplicações Diretas	2.600,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, em 12 de Dezembro de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara de Vereadores

## **PORTARIA N. 09, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454688

PORTARIA N. 09, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede férias à Servidor Público Municipal e dá outras providências.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares a Servidora Pública Municipal, Senhora FRANCIELI LUDWIG, matrícula n. 515-01, ocupante da função de Auxiliar de Serviços Gerais, no período de 12/12/2017 a 31/12/2017, relativo ao período aquisitivo de 03/10/2016 a 02/10/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

Eliane Laura Rohden

Contadora

## **PORTARIA N. 10, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454692

PORTARIA N. 10, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Concede férias à Servidor Público Municipal e dá outras providências.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, principalmente aquelas previstas na Lei Orgânica do Município e Regimento Interno da Câmara Municipal de Vereadores.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares ao Servidor Público Municipal, Senhor ADAGIR FREITAS, matrícula n. 540-01, ocupante da função de Técnico Legislativo, no período de 12/12/2017 a 31/12/2017, relativo ao período aquisitivo de 06/11/2016 a 05/11/2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Câmara de Vereadores de Santa Terezinha do Progresso, SC, em 11 de dezembro de 2017.

ELOIR ROGÉRIO PIMEL

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Registrado e publicado em data supra:

Eliane Laura Rohden

Contadora

# Santiago do Sul

## PREFEITURA

### LEI MUNICIPAL N. 882/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455118

Dispõe sobre alteração o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2018/2021 da Lei nº 868 de 01 de setembro de 2017 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o Anexo II – Relação de Despesas- Planejadas da Lei Municipal nº 868 de 01 de setembro de 2017 de que trata as planilhas de identificação dos Projetos, Atividades e Operações Especiais com a inclusão da Ação 1.019, Projeto: 1.019 – Construção, Ampliação e Reforma do CRAS no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) sendo o total do PPA permanece no valor de R\$ 53.145.000,00 (Cinquenta e três milhões e cento e quarenta e cinco mil reais).

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

### LEI MUNICIPAL N. 883/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455119

Estima a receita e fixa a despesa do Município de Santiago do Sul para o exercício de 2018 e dá outras providências.

JULCIMAR FRANCISCO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

#### DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Santiago do Sul para o exercício de 2018, estima a Receita em R\$ 12.362.000,00 (Doze milhões, trezentos e sessenta e dois mil reais) e fixa a Despesa em R\$ 12.362.000,00 (Doze milhões, trezentos e sessenta e dois mil reais), sendo R\$ 8.928.000,00 (oito milhões novecentos e vinte e oito mil reais) do Orçamento Fiscal e R\$ 3.434.000,00 (Três milhões quatrocentos e trinta e quatro mil reais), do Orçamento da Seguridade Social.

#### DOS ORÇAMENTOS DAS UNIDADES GESTORAS

Art. 2º O Orçamento da Prefeitura para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 11.685.000,00 (Onze milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil reais) e fixa a despesa em R\$ 8.983.000,00 (Oito milhões, novecentos e oitenta e três mil reais), que contempla também os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social - FMHIS e do Fundo Municipal da Infância e Adolescência – FIA, figurando como Unidades Orçamentárias e Câmara de Vereadores com autonomia própria com uma despesa de R\$ 581.000,00 (quinhentos e oitenta e um mil reais).

Art. 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde - FMS para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 677.000,00 (Seiscentos e setenta e sete mil reais) e fixa a despesa em R\$ 2.798.000,00 (Dois milhões, setecentos e noventa e oito mil reais), tendo o valor de R\$ 2.121.000,00 (Dois milhões, cento e vinte e um mil reais) a título de Transferências Financeiras da Unidade Gestora Prefeitura para o Fundo Municipal de Saúde – FMS.

§ 1º As Receitas da Prefeitura e Fundos serão realizadas mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da Legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos à presente lei, com o seguinte desdobramento:

4.	RECEITAS	R\$ 12.362.000,00
4.1	Receitas Correntes	R\$ 12.362.000,00

## 4.2 Receitas de Capital 00,00

## Prefeitura – FMAS – FMHIS - FIA

4.	RECEITAS	R\$ 11.685.000,00
4.1	Receitas Correntes	R\$ 11.685.000,00

## 4.2 Receitas de Capital 00,00

## Fundo Municipal de Saúde - FMS

4.	RECEITAS	R\$ 677.000,00
4.1	Receitas Correntes	R\$ 677.000,00
4.2	Receitas de Capital	00,00

§ 2º As Despesas da Prefeitura e Fundos, serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes da presente, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
02.00	GABINETE DO PREFEITO	R\$	626.500,00
03.00	SECRETARIA MUN.DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	R\$	1.487.000,00
04.00	SECRETARIA MUN.DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	R\$	2.927.900,00
05.00	SECRETARIA MUN.DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	3.434.000,00
05.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS	R\$	2.798.000,00
05.02	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS	R\$	617.000,00
05.03	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIAS – FIA	R\$	15.000,00
05.04	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-FMHIS	R\$	4.000,00
06.00	SECRETARIA MUN.DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	R\$	2.071.910,00
07.00	SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R\$	1.153.690,00
99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	11.781.000,00
II	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
04	ADMINISTRAÇÃO	R\$	1.975.500,00
06	SEGURANÇA PÚBLICA	R\$	42.000,00
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	642.000,00
10	SAÚDE	R\$	2.798.000,00
12	EDUCAÇÃO	R\$	2.588.900,00
13	CULTURA	R\$	118.000,00
15	URBANISMO	R\$	585.400,00
16	HABITAÇÃO	R\$	4.000,00
17	SANEAMENTO	R\$	65.000,00
18	GESTÃO AMBIENTAL	R\$	1.000,00
20	AGRICULTURA	R\$	1.091.690,00
22	INDÚSTRIA	R\$	5.000,00
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	R\$	2.000,00
26	TRANSPORTE	R\$	1.434.510,00
27	DESPORTO E LAZER	R\$	211.000,00
28	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	137.000,00
99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	11.781.000,00

III	CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO		
121	PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	R\$	721.500,00
122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$	925.000,00
123	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$	232.000,00
124	CONTROLE INTERNO	R\$	98.000,00
182	DEFESA CIVIL	R\$	42.000,00
242	ASSISTÊNCIA AO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA	R\$	60.000,00
243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE	R\$	376.000,00
244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	R\$	206.000,00
301	ATENÇÃO BÁSICA	R\$	2.562.500,00
302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	R\$	98.000,00
304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	R\$	86.100,00
305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	R\$	51.400,00

306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	R\$	125.500,00
361	ENSINO FUNDAMENTAL	R\$	1.624.900,00
362	ENSINO MÉDIO	R\$	191.700,00
364	ENSINO SUPERIOR	R\$	63.000,00
365	EDUCAÇÃO INFANTIL	R\$	582.800,00
392	DIFUSAL CULTURAL	R\$	118.000,00
451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	R\$	48.100,00
452	SERVIÇOS URBANOS	R\$	537.300,00
481	HABITAÇÃO RURAL	R\$	1.000,00
482	HABITAÇÃO URBANA	R\$	3.000,00
511	SANEAMENTO BÁSICO RURAL	R\$	61.000,00
512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	R\$	4.000,00
541	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL	R\$	1000,00
606	EXTENSÃO RURAL	R\$	1.091.690,00
661	PROMOÇÃO INDUSTRIAL	R\$	5.000,00
695	TURISMO	R\$	2.000,00
782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	R\$	1.434.510,00
812	DESPORTO COMUNITÁRIO	R\$	186.000,00
813	LAZER	R\$	25.000,00
846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	137.000,00
999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	11.781.000,00

IV	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA		
0002	GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR	R\$	435.500,00
0003	CONTROLADORIA	R\$	98.000,00
0004	ADMINISTRAÇÃO GERAL	R\$	924.000,00
0005	MUNICÍPIO FORTALECIDO	R\$	194.000,00
0006	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	R\$	232.000,00
0007	TODA CRIANÇA NA ESCOLA	R\$	2.334.200,00
0008	APOIO AO ENSINO MÉDIO	R\$	191.700,00
0009	APOIO PARA ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR	R\$	63.000,00
0011	ESPORTE É SAÚDE	R\$	221.000,00
0012	RESGATE E PRESERVAÇÃO DA CULTURA	R\$	52.000,00
0013	BIBLIOTECA PÚBLICA	R\$	66.000,00
0014	SAÚDE COM QUALIDADE	R\$	2.798.000,00
0015	GESTÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$	102.000,00
0016	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	R\$	300.000,00
0017	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	R\$	121.000,00
0018	ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	R\$	107.000,00
0019	HABITAÇÕES URBANAS	R\$	3.000,00
0020	HABITAÇÕES NO MEIO RURAL	R\$	1.000,00
0021	SANTIAGO – VIVER MELHOR	R\$	630.400,00
0022	PRÓ EMPREGO	R\$	7.000,00
0023	PRÓ VIAS	R\$	1.434.510,00
0024	ASSISTÊNCIA AO PRODUTOR RURAL	R\$	1.153.690,00
0025	CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS	R\$	94.000,00
0026	SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA	R\$	1.000,00
0000	ENCARGOS ESPECIAIS	R\$	137.000,00
9999	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.000,00
	TOTAL	R\$	11.781.000,00

V	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA			
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	11.374.800,00	
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	5.890.990,00	
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	R\$	500,00	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	5.483.310,00	
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	326.200,00	
4.4.00.00	Investimentos	R\$	324.700,00	
4.5.00.00	Inversões Financeiras	R\$	1.000,00	
4.6.00.00	Amortização da Dívida	R\$	500,00	
	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	80.000,00	
9.9.00.00	Reserva de Contingência	R\$	80.000,00	



	TOTAL	R\$	11.781.000,00	
--	-------	-----	---------------	--

Art. 4º O Orçamento da Câmara de Vereadores para o exercício de 2018 fixa a despesa em R\$ 581.000,00 (Quinhentos e oitenta e um mil reais).

§ Único – A Despesa da Câmara será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza, distribuídas na seguinte maneira:

I	CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL		
01.00	CÂMARA DE VEREADORES	R\$	581.000,00
	TOTAL	R\$	581.000,00
II	CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO		
01	LEGISLATIVA	R\$	581.000,00
	TOTAL	R\$	581.000,00
III	CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO		
31	AÇÃO LEGISLATIVA	R\$	581.000,00
	TOTAL	R\$	581.000,00
IV	CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA		
0001	PROCESSO LEGISLATIVO	R\$	581.000,00
	TOTAL	R\$	581.000,00
V	CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA		
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	R\$	462.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	R\$	380.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	R\$	196.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	R\$	5.000,00
4.4.90.00	Investimentos	R\$	5.000,00
	TOTAL	R\$	581.000,00

Art. 4º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinadas ao atendimento de riscos fiscais representados por intempéries:

RESERVA DE CONTINGÊNCIA – Especificação		Valor R\$
1. Intempéries	R\$	80.000,00
TOTAL	R\$	80.000,00

Parágrafo único. A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos especificado neste artigo.

Art. 5º A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fonte de Recursos, para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal (Art. 167, VI da CF).

Parágrafo único. As fontes e destinações de recursos, bem como o detalhamento, poderão sofrer alterações, inclusões ou exclusões, de acordo com as necessidades.

Art. 6º O Executivo está autorizado, nos termos do Art.7º. da lei Federal nº.4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 30% da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício;

II – A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

Parágrafo único. Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 7º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados à destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/64 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos Artigos 8º, Parágrafo Único e 50, I da LRF e Portaria Conjunta Nº3, de 14 de outubro de 2008 da STN, com alterações da Portaria Conjunta N.1, de 30 de junho de 2009, Portaria N.467 de 6 de agosto de 2009 e alterações posteriores.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos Artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria Conjunta Nº3, de 14 de outubro de 2008 da STN, com alterações da Portaria Conjunta N.1, de 30 de junho de 2009, Portaria N.467 de 6 de agosto de 2009 e alterações posteriores.

Art. 8º Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 9º Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 10º Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11º. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênios com os Governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta.

Art. 12º. Os códigos das fontes de recursos/ídusos constantes dos anexos da presente Lei poderão ser modificados no exercício de 2018, de acordo com a especificação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 13º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

## **LEI MUNICIPAL N. 884/2017 – DE 05 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455120

Dispõe sobre o Sistema Municipal de Abastecimento de Água do Município de Santiago do Sul, fixa tarifas e da outras providencias.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O sistema municipal de abastecimento de água de Santiago do Sul, será regulado pelas disposições da presente Lei.

Art. 2º Será preferido, para o abastecimento de água no Município o sistema de hidrômetros, estabelecendo tarifas para consumo e serviços prestados, conforme Tabela constante no Anexo I.

Art. 3º A concessão de ligações de água será feita mediante requerimento e apresentação de alvará de construção ou habite-se ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, mediante pagamento de Tarifa de Ligação, conforme tabela em vigor na data da prestação do serviço.

Parágrafo único: Dispensa-se apresentação de alvará ou habite-se para os casos isentos destes documentos.

Art. 4º O Município compromete-se a efetuar a colocação do Hidrômetro, caixa de proteção, ramal da água até a linha divisória, cobrando posteriormente junto com a fatura mensal o valor estipulado no item 06 do Anexo I, em até três parcelas.

I – Entende-se como linha divisórias a divisa entre a rua e o imóvel do proprietário.

II – Nas áreas rurais será instalado o hidrômetro em local de fácil acesso.

Art. 5º Cada prédio terá sua derivação própria para o suprimento de água, não se permitindo a canalização de uns para outros prédios ou imóveis, embora contínuos e do mesmo proprietário.

§ 1º Verificada a infração, cortar-se-á a ligação para o prédio até que o responsável destrua, a custas próprias as derivações clandestinas.

§ 2º Tratando-se do prédio em que haja, economias distintas, far-se-ão tantas derivações quantas forem estas, sob a responsabilidade do proprietário, inclusive a instalação de caixa de água, ressalvadas as peculiaridades de cada caso.

Art. 6º As ligações procedidas pelo Município destinam-se ao fornecimento de água para usos domiciliares comuns, ficando a concessão de ligações para outros fins subordinados as possibilidades da rede.

Art. 7º Depois do aviso que estipula o prazo razoável, o Município poderá, através de uma Comissão Técnica, recusar a ligação recorrida, ou cortá-la após a concessão quando se tratar de fornecimento para fins industriais, desde que haja prejuízo para o abastecimento doméstico a cargo da rede ou possa o interessado prover-se em outras fontes.

Parágrafo único. Quando negada uma ligação por falta de capacidade da rede, deixará o proprietário do imóvel de ser lançado para o

pagamento da tarifa de água.

Art. 8º Verificando-se incapacidade da rede pública e havendo possibilidade ou conveniências de aproveitamento de água de outra fonte será concedida a licença para a captação privada.

§ 1º Dentro do perímetro servido pela água potável, é vedado empregar águas de captações privadas para beber e para cozinhar salvo mediante autorização do Poder Público Municipal, sendo de utilização exclusiva do beneficiado não podendo ser fornecido a prédios ou imóveis vizinhos.

§ 2º Fora do perímetro servido pela água potável, será permitido sistemas privados comunitários de captações de águas, devidamente autorizado pelo Poder Público Municipal, organizados através de regulamento próprio, devendo ainda atender os seguintes requisitos:

I – As despesas de consumo de energia elétrica, pagamento de eventuais empregados e outros de ordem geral serão de responsabilidade das associações comunitárias;

II – As eventuais despesas de manutenção dos equipamentos que compõe o sistema serão de responsabilidade das associações comunitárias colocando-se peças genuínas e assistência técnica especializada;

III – Os valores referentes ao consumo de água cobrados pelos sistemas privados comunitários deverá ser no mínimo o constante no anexo único da presente Lei, salvo nas situações em que for tecnicamente comprovado um custo maior de captação e distribuição de água;

IV – Os valores arrecadados pelas associações somente poderão ser destinados para manutenção, melhorias e ampliação do sistema.

§ 3º Os sistemas privados comunitários de captações de águas atualmente existentes poderão requerer que o Município assuma a responsabilidade do abastecimento de água de sua competência, desde que devidamente autorizado em assembleia e doando toda estrutura a administração.

Art. 9º O Sistema Municipal de Abastecimento de Água e os Sistemas Privados Comunitários autorizados, deverão controlar a qualidade da água de consumo, através de profissional habilitado, atendendo a Portaria nº 2914, de 12 de dezembro de 2011, do Ministério da Saúde ou legislação posterior que venha substituí-la.

Art. 10. A perfuração de poços profundos (artesianos ou não) no Município deverá ser autorizada previamente pela Administração, após realização de estudo técnico, através de requerimento ao Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos, e atender o disposto na legislação Federal e Estadual em vigor.

Parágrafo único. Os Sistemas que capturem água de poços profundos deverão limitar seu volume de fornecimento em função da capacidade de produção do poço, conforme laudo técnico e relatório complementar emitido pelo Município, devidamente assinado por profissional habilitado, devendo ser atualizado periodicamente.

Art. 11. A título precário e mediante requerimento poderá ser concedido a construtor registrado no Município a ligação de água para a execução de obras que sejam edificadas.

§ 1º As despesas de ligação feita por hidrômetros serão pagas pelo construtor, responsável pelas instalações, no decorrer das obras.

§ 2º Finda a obra o construtor dará conhecimento por escrito ao Município, solicitando ao mesmo tempo a leitura do hidrômetro para a liquidação da conta do consumo, e o corte da ligação.

Art. 12. Faculta-se ao interessado pedir a aferição do hidrômetro, cujo funcionamento considere defeituoso.

Art. 13. Os funcionários encarregados das leituras dos hidrômetros, comunicarão por escrito a sessão competente do Município quaisquer defeitos ou irregularidades neles observados, afim de se fazerem imediatamente os concertos necessários.

Art. 14. As leituras de hidrômetro serão feitas de trinta em trinta dias, aproximadamente, por funcionários especializados ou treinados para este fim, que as anotarão em impressos próprios.

§ 1º Recebidos os talões, far-se-á dentro de cinco dias mapas das leituras para recebimento das tarifas, pagas nas agências bancárias locais conveniadas.

§ 2º Serão desprezados na leitura e no pagamento das tarifas de consumo as frações de metro cúbico.

Art. 15. As faltas de pagamento das tarifas nos prazos estabelecidos, sujeitará o responsável as penalidades do Código Tributário Municipal.

Art. 16. A derivação domiciliar até o hidrômetro, constitui parte externa da ligação, pertencente ao usuário e feitas as expensas deste.

§ 1º Correrão por conta do proprietário as modificações posteriores a seu pedido e no seu interesse feitas na parte externa da ligação.

§ 2º Em todo o ramal domiciliador, além de um registro externo do uso do Município, para fechamento e abertura da água, instalar-se-á um registro interno, ou segundo registro, colocado adiante do hidrômetro para uso do proprietário.

Art. 17. A nenhum pretexto é permitido ao proprietário ou morador de prédio, a troca de registro de entrada e hidrômetro.

Art. 18. Sem prejuízo das penalidades previstas em cada caso especial poderá ainda o Município proceder o corte da ligação nas seguintes ocorrências:

I - não pagamento das tarifas decorridos noventa dias da apresentação da conta, após decorrido 10 (dez) dias da "Notificação de Corte", sendo então emitido a "Emissão de Corte".

II - oposição da entrada de funcionários encarregados da leitura, conservação e fiscalização dos hidrômetros;

III - violação fraudulenta da parte externa da ligação;

IV - não cumprimento de qualquer intimação que o encarregado de serviços de hidrômetros faça no interesse coletivo;

Parágrafo único. Cortada a ligação, somente será restabelecido o fornecimento de água depois de removida a causa da penalidade, pagas as multas impostas e as despesas resultantes da infração, cabendo ao Município restabelecer o fornecimento no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a apresentação dos respectivos comprovantes.

Art. 19. Fica fixado o vencimento para tarifa de água para o 10º dia do mês subsequente ao do mês de leitura.

Art. 20. As tarifas e serviços serão reajustados anualmente, preferencialmente no mês de janeiro, pela variação do IGPM, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

Art. 21 Até a entrada em vigência da presente Lei não ocorrerá reajustes, sendo que para o reajuste de janeiro de 2019, será considerado o IGPM do ano de 2018.

Art. 22. A transferência de responsabilidade da unidade consumidora deverá ser requerido pelo interessado com a anuência do antigo responsável, sendo que só será feita pelo Município quando não houver pendências.

Art. 23. Os proprietários de imóveis que cederem espaço para ponto de captação ou armazenamento de água ficarão isentos da taxa mínima de consumo, sendo que pagarão pelo consumo excedente.

Art. 24. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção ao anexo I que entra entrará em vigor em 1º de abril de 2018.

Art. 25 Ficam revogada as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 714/2014, de 03 de abril de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 05 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

#### ANEXO I

#### TABELA DE VALORES PARA CALCULO DA TARIFA DE AGUA E SERVIÇOS

##### FAIXA DE CONSUMO- CATEGORIA "A" (PERÍMETRO URBANO)

##### RESIDENCIAL SEM LIMITE DE CONSUMO

Até 7 m3 ..... = R\$ 25,00

De 8 a 15 m3 ..... = + R\$ 4,00 p/m3 excedente de 7 m3

De 16 a 20 m3 ..... = + R\$ 5,00 p/m3 excedente de 15 m3

De 21 a 30 m3 ..... = + R\$ 6,00 p/m3 excedente de 20 m3

Acima de 31 m3 ..... = + R\$ 7,00 p/m3 excedente de 30 m3

##### OUTROS SERVIÇOS :

##### 01-REESTABELECIMENTO DE AGUA

Serviço de ligação e/ou colocação de hidrômetro = R\$ 15,00

Por falta de pagamento = R\$ 25,00

##### 02-DESLIGAMENTO

por solicitação do usuário ..... = R\$ 15,00

##### 03-CONSUMO DE AGUA POR CIRCOS, PARQUES E OUTROS CONGENERES.

Custo fixo até 15 dias ..... = R\$ 80,00

Custo fixo acima de 15 dias ..... = R\$ 150,00

**04-AFERIÇÃO DE HIDROMETROS**

Por solicitação do usuário ou Município....= R\$ 15,00

**05-LIGAÇÃO DE AGUA COM FORNECIMENTO DE HIDROMETRO COM CAIXA DE PROTEÇÃO  
CONDIÇÕES VALOR DA PRESTAÇÃO**

A vista = R\$ 150,00

02 pgts = R\$ 75,00

03 pgts = R\$ 50,00

**06- HIDROMETRO**

A vista = R\$ 75,00

02 pgts = R\$ 37,50

03 pgts = R\$ 25,00

**07 - CAIXA DE PROTEÇÃO**

A vista = R\$ 75,00

02 pgts = R\$ 37,50

03 pgts = R\$ 25,00

Santiago do Sul, SC, ... de ..... de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL N. 885/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455121

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal nº840/2016 de 08 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 110.000,00 (Centro e dez mil reais), conforme discriminação abaixo:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte

Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 023 – Pró Vias

Ação: 2.053 – Manutenção Atividades – Estradas Vicinais

Atividade: 2.053 – Manutenção Atividades – Estradas Vicinais

Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (144) ..... R\$ 110.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 110.000,00 (Centro e dez mil reais), serão provenientes de anulação de dotação do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Unidade Gestora: Município de Santiago do Sul

Órgão: 04.00 – Sec. Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária.: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Subfunção: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 007 – Toda Criança na Escola

Ação: 2.013 – Manutenção das Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Atividade: 2.013 – Manutenção das Atividades da Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.1.01- Aplicações Diretas (45) ..... R\$ 20.000,00

Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.01- Aplicações Diretas (47) ..... R\$ 10.000,00

Ação: 2.014 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Atividade: 2.014 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental

Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.1.01- Aplicações Diretas (49) ..... R\$ 30.000,00

Subfunção: 362 – Ensino Médio

Programa: 008 – Apoio ao Ensino Médio

Ação: 2.020 – Transporte Escolar – Ensino Médio

Atividade: 2.020 – Transporte Escolar – Ensino Médio  
Natureza da Despesa:3.3.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (64) ..... R\$ 40.000,00  
Função: 27 – Desporto e Lazer  
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário  
Programa: 011 – Esporte É Saúde  
Ação: 1.013 – Reforma e Ampliação do C.R.E.C.  
Projeto: 1.013 – Reforma e Ampliação do C.R.E.C.  
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.1.00- Aplicações Diretas (36) ..... R\$ 10.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.  
Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi  
Assessor Jurídico

## **LEI MUNICIPAL N. 886/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455122

Dispõe sobre abertura de créditos adicionais suplementares no Orçamento do Município e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento do Município, Lei Municipal nº840/2016 de 08 de dezembro de 2016, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 03.00 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Unidade Orçamentária: 03.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças  
Função: 04 – Administração  
Subfunção: 122 – Administração Geral  
Programa: 004 – Administração Geral  
Ação: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Atividade: 2.004 – Manutenção das Atividades da Administração Geral  
Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (238) ..... R\$ 77.000,00

Órgão: 04.00 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes  
Função: 27 – Desporto e Lazer  
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário  
Programa: 011 – Esporte é Saúde  
Ação: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador  
Atividade: 2.025 – Promoção e Incentivo ao Esporte Amador  
Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (239) ..... R\$ 5.000,00

Órgão: 07.00 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
Unidade Orçamentária: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente  
Função: 20 – Agricultura  
Subfunção: 606 – Extensão Rural  
Programa: 024 – Assistência ao Produtor Rural  
Ação: 2.056 – Manutenção das Atividades da Agricultura  
Atividade: 2.056 – Manutenção das Atividades da Agricultura  
Natureza da Despesa:3.1.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (240) ..... R\$ 18.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura dos créditos adicionais suplementares de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), serão provenientes de anulação de dotação do Orçamento Municipal vigente, conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos  
Função: 22 – Indústria  
Subfunção: 661 – Promoção Industrial



Programa: 022 – Pró Emprego  
Ação: 1.033 – Construção, Reforma e Ampliação Pavilhões Industriais  
Projeto: 1.033 – Construção, Reforma e Ampliação Pavilhões Industriais  
Natureza da Despesa:4.4.90.00-D.R.0.3.00- Aplicações Diretas (212) ..... R\$ 100.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

### **LEI MUNICIPAL N. 887/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455126

REVOGA A LEI MUNICIPAL Nº 134/2000, DE 12 DE JUNHO DE 2000 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 134/2000, de 12 de junho de 2000.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

### **LEI MUNICIPAL N. 888/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455127

Revoga o inciso I do art. 2º da Lei Municipal nº 394/2007, de 17 de dezembro de 2007 e da outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes do Município de Santiago do Sul, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado inciso I do art. 2º da Lei Municipal nº 394/2007.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

**LEI MUNICIPAL N. 889/2017 – DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455129

Dispõe sobre alteração do Art.2º da Lei Municipal Nº.869/2017 e dá outras providências.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º O Artigo 2º da Lei Municipal N.869/2017 de 05 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 86.120,00 (Oitenta e seis mil cento e vinte reais), serão provenientes de anulações de dotações do Orçamento Municipal vigente, sendo que, dentre esses valores, o valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais) será proveniente da anulação do saldo de dotação remanescente na ação/projeto 1.003 – Aquisição de Veículos, no Órgão/Unidade 02.01 Gabinete do Prefeito, aberto através de crédito especial, ora autorizado sua anulação, conforme discriminação a seguir:”

Art. 2º Fica ratificado o Decreto N.332/2017 de 1º de dezembro de 2017, para fins de registro no sistema de contabilidade, com efeitos retroativos à 05 de setembro de 2017, tendo em vista as informações necessárias para o envio ao sistema e-sfinge do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 05 de setembro de 2017.

Art. 4º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,  
em 11 de dezembro de 2017.

JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em data supra.

Wagner Douglas Franzosi

Assessor Jurídico

# São Bento do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 594/2017

Publicação Nº 1454677

DECRETO Nº 0594, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 – Gestão dos Serv. da Proteção Social Básica – PBF - Estado

(180)3.3.90.30.00.00.00 152 – Material Consumo ..... R\$ 4.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.091 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - União

(644)3.3.90.30.00.00.00 352 – Material Consumo ..... R\$ 3.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.081 – Gestão dos Serv. da Proteção Social Básica – PBF - Estado

(183)3.3.90.39.00.00.00 152 – Outros Serviços de Terceiros – PJ....R\$ 4.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade: 02 – Fundo de Assistência Social

Atividade: 2.091 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV - União

(592)3.3.90.39.00.00.00 352 – Outros Serviços de Terceiros – PJ....R\$ 3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

### DECRETO Nº 595/2017

Publicação Nº 1454757

DECRETO Nº 0595, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 4º, da Lei Municipal Lei nº 3728/16 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 215.000,00 (duzentos e quinze mil reais) no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas à Atenção Básica

(666)3.3.90.30.00.00.00.00.0264 – Material de Consumo ..... R\$ 10.000,00

(763)3.3.90.30.00.00.00.00.0664 – Material de Consumo ..... R\$ 40.000,00

(675)3.3.90.39.00.00.00.00.0264 –Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 40.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 – Estratégia da Saúde da Família

(693)3.3.90.30.00.00.00.00.0264 – Material de Consumo ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade

(704)3.3.90.39.00.00.00.00.0002 –Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 65.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.203 – Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

(716)3.1.90.16.00.00.00.00.0065 – Outras Despesas Variáveis – PCR\$ 10.000,00

Art. 2º. Para dar cobertura aos Créditos Adicionais abertos, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas à Atenção Básica

(668)3.3.90.32.00.00.00.00.0264 – Material de Distribuição Gratuita..R\$ 40.000,00

(684)4.4.90.52.00.00.00.00.0264 – Equip. e Material Permanente ..... R\$ 10.000,00

(769)4.4.90.52.00.00.00.00.0264 – Equip. e Material Permanente ..... R\$ 40.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.101 – Estratégia da Saúde da Família

(697)4.4.90.52.00.00.00.00.0264 – Equip. e Material Permanente ..... R\$ 50.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.201 – Ações Voltadas a Média e Alta Complexidade

(701)3.3.71.70.00.00.00.00.0002 –Rateio pela Part. em Consórcio ....R\$ 65.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.203 – Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

(720)3.3.90.39.00.00.00.00.0065 –Outros Serviços de Terceiros – PJR\$ 3.000,00

(722)4.4.90.52.00.00.00.00.0065 – Equip. e Material Permanente ..... R\$ 7.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## DECRETO Nº 596/2017

Publicação Nº 1454759

DECRETO Nº 0596, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 3862, de 13 de dezembro de 2017,

### DECRETA

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.361.500,00 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica

(24)3.3.90.39.00.00.00.00.0002 – Outros Serviços de Terceiros – PJ ..... R\$ 1.361.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

(06)4.4.90.52.00.00.00.0023 – Equipamentos e Material Permanente .R\$ 210.000,00

(08)4.4.90.51.00.00.00.0002 – Obras e Instalações ..... R\$ 201.000,00

Prefeito Municipal

## Publicação Nº 1454960

## EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 220/2017

LN CONSTRUÇÕES LTDA EPP, como Contratada.

## Publicação Nº 1454689

**MAGNO BOLEFARI**  
Prefeito Municipal

**LEI Nº 3861/2017**

Publicação Nº 1454694

LEI Nº 3861, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 3.559, DE 18 DE JUNHO DE 2015, QUE APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015-2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º A Meta 1 do Anexo da Lei nº 3559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“META 1 – EDUCAÇÃO INFANTIL: Universalizar, até 2016, a Educação Infantil na Pré-escola para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação (PME).”

Art. 2º A estratégia 1.2, inserida na Meta 1 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

1.2 Assegurar, em parceria com a União, a construção, ampliação, reforma, readequação e equipamentos necessários aos centros de educação infantil, os quais deverão ser acessíveis, de boa qualidade, seguros e dentro das normas vigentes, para atender crianças de até 5 (cinco) anos, mantendo e ampliando programas de construção e reestruturação;”

Art. 3º A estratégia 1.11, inserida na Meta 1 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

1.11 Assegurar a contratação de docentes que tenham como formação inicial a Licenciatura Plena em Pedagogia, promovendo a formação continuada desses profissionais com ênfase na educação infantil;”

Art. 4º A estratégia 1.16, inserida na Meta 1 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

1.16 Implementar programas de desenvolvimento integral das crianças até 5 (cinco) anos de idade;”

Art. 5º. A estratégia 1.18, inserida na Meta 1 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação

“.....

1.18 Garantir a avaliação das Diretrizes Curriculares Municipais da Educação Infantil a cada 2 (dois) anos e no 3º (terceiro) ano assegurar a sua atualização, quando necessário, para um ensino de qualidade;”

Art. 6º. A estratégia 1.21, inserida na Meta 1 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

1.21 Promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à Educação Infantil, em parceria com as demais secretarias, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias de idade e a obrigatoriedade para as crianças de 4 (quatro) anos completos até o dia 31 (trinta e um) de março do ano correspondente;”

Art. 7º. A estratégia 1.22, inserida na Meta 1 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

1.22 Oportunizar o acesso à Educação Infantil em tempo integral, para as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil e conforme disponibilidade financeira;”

Art. 8º. A estratégia 1.23, inserida na Meta 1 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

1.23 Oportunizar a oferta da Educação Infantil, para as populações do campo, nas próprias comunidades, desenvolvendo formas alternativas para a sua oferta, conforme demanda e disponibilidade financeira;”

Art. 9º. A estratégia 2.28, inserida na Meta 2 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

2.28 Assegurar, com apoio do Estado, recursos financeiro e técnico para implantação, manutenção e atualização de ambientes pedagógicos como: laboratório de Ciências, salas informatizadas, de idiomas e Arte, com equipamentos adequados e a devida qualificação dos profissionais envolvidos em sua utilização;”

Art. 10. A estratégia 2.32, inserida na Meta 2 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:



“.....

2.32 Garantir a avaliação a cada 2 (dois) anos das Diretrizes Curriculares Municipais do Ensino Fundamental e no 3º (terceiro) ano assegurar a sua atualização, quando necessário, a fim de efetivar um ensino que mantenha e eleve o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB);”

Art. 11. A estratégia 9.8, inserida na Meta 9 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

9.8 Garantir as matrículas de EJA de forma a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, elevando assim o nível de escolaridade do trabalhador;”

Art. 12. A estratégia 9.17, inserida na Meta 9 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“.....

9.17 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e para os alunos com deficiência, com tecnologias assistivas que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;”

Art. 13. A Meta 16 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“META 16 – FORMAÇÃO CONTINUADA E PÓS-GRADUAÇÃO DE PROFESSORES: Formar 60% (sessenta por cento) dos professores da educação básica, em nível de pós-graduação, até o último ano de vigência deste PME, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.”

Art. 14. A Meta 18 do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“META 18 – GESTÃO DEMOCRÁTICA: Garantir condições para a efetivação da gestão democrática, na educação básica e superior públicas, que evidenciem o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante no prazo de 4 (quatro) anos após a aprovação deste PME.”

Art. 15. Fica incluída a estratégia 17.35, na Meta 17, do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, com a seguinte redação:

“.....

17.35 Assegurar oferta de cursos e ajuda de custo aos auxiliares de serviços gerais, como incentivo para buscarem formação, obtendo valorização depois da conclusão.”

Art. 16. Fica incluído o item “j” na estratégia 20.1, da Meta 20, do Anexo da Lei nº 3.559, de 18 de junho de 2015, com a seguinte redação:

“.....

j) Promover e implementar ações de educação alimentar e nutricional, objetivando a formação de hábitos alimentares saudáveis, valorizando a importância do cardápio na escola, que colaborem para a aprendizagem, o estado de saúde dos alunos e a qualidade de vida do indivíduo.”

Art. 17. Ficam revogadas as estratégias 18.15 e 18.30, do Anexo da Lei n. 3559, de 18 de junho de 2015.

Art. 18. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## LEI Nº 3862/2017

Publicação Nº 1454697

LEI Nº 3862, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.361.500,00 (um milhão, trezentos e sessenta e um mil, quinhentos reais) no orçamento vigente do Município de São Bento do Sul.

Parágrafo Único: O Crédito Adicional Suplementar será aberto por Decreto do Chefe do Poder Executivo e suplementará as seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Atividade: 2.054 – Ações Voltadas a Atenção Básica  
(24)3.3.90.39.00.00.00.0002 – Outros Serviços de Terceiros – PJ ..... R\$ 1.361.500,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional aberto, serão utilizados recursos provenientes das anulações parciais das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Atividade: 1.024 – Ampliação da Rede Física da Saúde  
(02)4.4.90.51.00.00.00.00023 – Obras e Instalações ..... R\$ 750.000,00  
(04)4.4.90.51.00.00.00.00264 – Obras e Instalações ..... R\$ 200.500,00  
(06)4.4.90.52.00.00.00.00023 – Equipamentos e Material Permanente .R\$ 210.000,00

Órgão: 17 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde  
Atividade: 1.025 – Ampliação da Rede Física da Saúde – Média e Alta Complexidade  
(08)4.4.90.51.00.00.00.00002 – Obras e Instalações ..... R\$ 201.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2017  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

## LEI Nº 3863/2017

Publicação Nº 1454700

LEI Nº 3863, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3.794, DE 13 DE JULHO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 3.794, de 13 de julho de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica autorizado o Município de São Bento do Sul a ceder espaço à OI S.A – SANTA CATARINA, CNPJ nº 76.535.764/0322-66, para instalação de armários de telefonia e postes em passeios públicos e canteiros públicos para a expansão da rede óptica e cobertura de banda larga em alta velocidade, nos endereços constantes no Anexo I desta Lei.

§ 1º O prazo de vigência da licença conferida será de 10 (dez) anos e poderá ser renovada por igual período.

§ 2º A empresa OI S.A – SANTA CATARINA ou eventual empresa terceirizada para fazer os serviços não poderá:

- I - obstruir a circulação de veículos, pedestres ou ciclistas;
- II - contrariar parâmetros urbanísticos e paisagísticos aprovados para a área;
- III - prejudicar o uso de praças e parques;
- IV - prejudicar a visibilidade dos motoristas que circulem em via pública ou interferir na visibilidade da sinalização de trânsito;
- V - danificar, impedir acesso ou inviabilizar a manutenção, o funcionamento e a instalação de infraestrutura de outros serviços públicos;
- VI - pôr em risco a segurança de terceiros e de edificações vizinhas;

§ 3º Sempre que houver necessidade de promover alterações nos logradouros públicos ou interromper o trânsito a empresa deverá colocar sinalização adequada, perfeitamente visível de dia e luminosa à noite.

§ 4º Nos locais que sofrerem intervenções para implantação dos postes e armários de telefonia, onde sejam realizados cortes em calçadas e logradouros para passagem do cabeamento, no prazo máximo de 24 horas após a realização da obra a empresa OI S.A – SANTA CATARINA ou eventual empresa por ela terceirizada deverá reparar os danos, deixando o local limpo, sem entulhos e em perfeitas condições de uso.

§ 5º A empresa OI S.A - SANTA CATARINA, seja por ela ou por empresa terceirizada, deverá agir de modo à minimizar os impactos urbanísticos, paisagísticos e ambientais quando da realização das obras;

Art. 2º O artigo 3º da Lei nº 3.794, de 13 de julho de 2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º Em caso de descumprimento do previsto nos artigos 1º ou 2º, além das disposições penalizadoras inseridas no Código de Posturas, o Município estará autorizado buscar o ressarcimento do custo dos serviços, incidindo a empresa em multa equivalente a 1.000 UFM.

Parágrafo único. Eventuais alterações nos endereços constantes no Anexo I desta Lei deverão ser comunicadas pela empresa à Secretaria Municipal de Planejamento antes do início da obra.”

Art. 3º Fica alterado o Anexo I da Lei nº 3.794, de 13 de julho de 2017, denominado "Tabela de endereços para instalação de armários de telefonia", que passa a contar com a seguinte redação:

#### Anexo I

#### Tabela de endereços para instalação de armários de telefonia

AD	LATITUDE	LONGITUDE	ENDEREÇOS	ITEM
P050	26°13'44.96"S	49°24'45.67"W	RUA ARAPONGAS, 744 ESQ. RUA JOÃO PAULI (OXFORD)	1
P051	26°12'22.40"S	49°23'47.03"W	RUA LEO FRANTZ ESQ. ROD. SC-301 (MATO PRETO)	2
P052	26°13'4.36"S	49°24'49.09"W	RUA IRACEMA, 78 (CRUZEIRO)	3
P054	26°14'39.41"S	49°23'19.26"W	RUA AVIADOR H. BOLLMANN	4
P055	26°15'8.84"S	49°22'55.49"W	RUA ALFREDO KLIMMEK, 263 ESQ. RUA AUGUSTO KLIMMEK (CENTRO)	5
D630	26°14'31.96"S	49°21'39.70"W	AV. DOS IMIGRANTES, 66 ESQ. RUA AUGUSTO WUNDERWALD	6
D631	26°14'20.36"S	49°22'16.93"W	RUA VIDEIRA, 89 (POSTO DE SAÚDE - BAIRRO PROGRESSO)	7
D632	26°15'8.64"S	49°22'42.64"W	RUA BENJAMIM CONSTANT, 205 (FRENTE CENTRO ADMINISTRATIVO)	8
D634	26°14'59.65"S	49°23'11.45"W	RUA G. BOLLMANN ESQ. RUA RICHARD BANNIER (CENTRO - PRAÇA - FRENTE APAE)	9
P056	26°15'28.01"S	49°23'12.31"W	RUA DAS NEVES, 741 (SERRA ALTA, SINALEIRO 25)	10
P033	26°13'48.26"S	49°23'48.63"W	RUA MASCARENHAS DE MORAES ESQ. RUA GETULIO VARGAS (BOEMERWALD)	11
P034	26°13'55.12"S	49°23'53.68"W	RUA ANTONIO KAESEMODEL, 1408 (BOEMERWALD)	12
P035	26°13'8.36"S	49°24'30.85"W	RUA CARLOS LINZMEYER, 22 (OXFORD)	13
P036	26°12'47.89"S	49°24'56.03"W	RUA AGUDOS DO SUL, 475 (CRUZEIRO)	14
P037	26°12'43.17"S	49°24'30.08"W	RUA PEDRO FLEISCHMANN ESQ. RUA ENGELBERTO PECHLER (CRUZEIRO)	15
P038	26°12'52.29"S	49°25'13.44"W	RUA ERVINO MUHLBAUER, 1515 (CRUZEIRO)	16
P039	26°13'10.65"S	49°23'46.04"W	RODOVIA DOS MÓVEIS ESQ. RUA ALBERTO WEISS (OXFORD)	17
P041	26°12'47.94"S	49°24'49.52"W	RUA IRACEMA, 534 ESQ. RUA PAPANDUVA (CRUZEIRO)	18
P042	26°15'59.98"S	49°23'24.76"W	R. ADOLFO RÜCKL, 9 ESQ. RUA DAS NEVES, 1840 (SERRA ALTA - MACROBOM)	19
P043	26°16'14.86"S	49°22'13.12"W	RUA WIGANDO DIENER, 42 ESQ. RUA GOV. PEDRO IVO CAMPOS (25 DE JULHO)	20
D636	26°14'47.68"S	49°23'8.52"W	RUA WENZEL KAHLHOFER, 160 (MUSE/TERMINAL URBANO) ESQ. AV. ARGOLO	21
D637	26°14'56.30"S	49°22'55.74"W	TRAVESSA JOSE ZIPPERER, 82, CENTRO	22
D638	26°14'46.88"S	49°22'44.51"W	RUA ANDRÉ ZIPPERER ESQ. RUA PAULO PARUCKER (TREVO)	23
D639	26°14'39.39"S	49°22'21.26"W	RUA REYNALDO D'AGROTH	24
P048	26°14'41.88"S	49°21'58.49"W	RUA LINO SCHOERPER (PARQUE MARIANE)	25
P049	26°14'55.16"S	49°23'27.18"W	RUA RIO NEGRO, 60 ESQ. RUA EWALDO BUSCHLE	26

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

#### LEI Nº 3864/2017

Publicação Nº 1454701

LEI Nº 3864, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO A FIRMAR TERMO DE COLABORAÇÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Município de São Bento do Sul autorizado a celebrar TERMO DE COLABORAÇÃO para a consecução de finalidades de interesse público, por meio de transferência de recursos financeiros entre a Administração Pública Municipal e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Bento do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 83.172.478/0001-26.

§ 1º O Termo de Colaboração de que trata o caput deste artigo será firmado nas condições estabelecidas no termo anexo, que é parte integrante desta Lei.

§ 2º A contrapartida da entidade beneficiada será realizada através do atendimento à pessoa portadora de necessidade especial em sua sede.

Art. 2º Fica o Município autorizado a repassar à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Bento do Sul a contribuição financeira no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o ano de 2018, valor este dividido em 12 (doze) pagamentos mensais, sendo as parcelas de janeiro, fevereiro, março e abril no valor de R\$ 19.643,91 cada, no mês de maio o valor de R\$ 33.916,91, nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro no valor de R\$ 19.643,91, e no mês de dezembro o valor de R\$ 19.643,99. Parágrafo único. O recurso, objeto deste artigo, será aplicado em despesas com manutenção da entidade, conforme plano de trabalho constante no Processo Administrativo nº 9266/2017.

Art. 3º Na aplicação dos recursos originários desta Lei, será obedecido ao que dispõe no Decreto nº 0098/2013, que "Aprova o manual de

orientações para prestação de contas de recursos públicos municipais recebidos”.

Art. 4º A entidade deverá apresentar a prestação de contas, até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, junto ao Departamento de Controle Interno.

Art. 5º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação do orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº \_\_\_\_/2017

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO EXCEPCIONAIS – APAE SÃO BENTO DO SUL PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n. 86.051.398/0001-00, com sede e foro na Rua Jorge Lacerda n. 75, Centro, neste ato representado por seu Prefeito MAGNO BOLLMANN, portador do RG n. 543.185 e do CPF n. 019.658.839-15, doravante denominado CONCEDENTE e do outro lado a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE de São Bento do Sul, com sede na Rua Henrique Schwarz, n. 294, Centro, CNPJ n. 83.172.478/0001-26, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. Harriet Hackbarth, residente e domiciliada na Rua Ernesto Pfau, nº 31, Apto 21, Bairro Schramm, CPF nº 034.912.139-75, doravante denominada PROPONENTE, resolvem celebrar este TERMO DE COLABORAÇÃO, amparados na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, na Lei Municipal nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017 e no Decreto Municipal nº 034, de 25 de janeiro de 2013 e nas normas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina resolvem convencionar entre si, o disposto nas cláusulas e condições previstas no presente instrumento a seguir:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração tem por objeto a transferência de recursos financeiros destinados à manutenção da APAE no ano de 2018 e aquisição de uniformes escolares, conforme Plano de Trabalho proposto pelo CONVENIENTE e aprovado pelo CONCEDENTE, através do Processo Administrativo nº 9266/2017.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DA GESTÃO

2.1 – Este Termo terá como gestor da PROPONENTE o SR. \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, o qual se responsabiliza, de forma solidária, pela execução das atividades e cumprimento das metas pactuadas na colaboração.

2.2 – O CONCEDENTE nomeia como gestor do presente Termo de Colaboração o SR. \_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, conforme Portaria nº \_\_\_\_\_.

2.3 – O responsável pela gestão do convênio poderá, de acordo com a necessidade e para fins de análise do relatório, solicitar informações adicionais, examinar documentos e praticar demais atos pertinentes ao exato cumprimento das finalidades do presente termo.

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS

Para execução do presente Termo de Colaboração serão destinados recursos financeiros no montante de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) para o ano de 2018, valor este dividido em 12 (doze) pagamentos mensais, sendo as parcelas de janeiro, fevereiro, março e abril no valor de R\$ 19.643,91 cada, no mês de maio o valor de R\$ 33.916,91, nos meses de junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro no valor de R\$ 19.643,91, e no mês de dezembro o valor de R\$ 19.643,99.

#### CLÁUSULA QUARTA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos de que trata a Cláusula Terceira serão repassados pelo CONCEDENTE, em 12 (doze) parcelas mensais e sucessivas, iniciando-se a primeira no mês de janeiro de 2018.

§ 1º Os valores mencionados na Cláusula Terceira serão repassados mediante depósito em conta individualizada no Banco do Brasil, Agência 0674-2, Conta Corrente nº 106281-6 a favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de São Bento do Sul.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Os saldos de recursos, enquanto não empregados em sua finalidade, devem ser aplicados em caderneta de poupança ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de uso for superior a um mês. Os rendimentos desta aplicação financeira deverão ser computados a crédito do Termo de Colaboração e aplicados no seu objeto, estando sujeitas às mesmas regras de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do presente Termo de Colaboração correrão à conta da seguinte Dotação do Orçamento Vigente:

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito

Unidade: 01 – Gabinete do Prefeito

Projeto/Atividade: 0.049 – Auxílio Financeiro para Associações de Moradores e outras Entidades

Elemento de Despesa: 3.3.50.41.00.00.00.00.01.0000 – Contribuições

Fonte de Recursos: 100 – Recursos do Tesouro – Exercício Corrente

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

6.1 – SÃO OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE:

- Cumprir com o disposto na Cláusula Terceira deste Termo de Colaboração;
- Fiscalizar a aplicação dos recursos repassados; e

- Examinar a Prestação de Contas dos Recursos Repassados.
- Dar publicidade ao presente Termo de Colaboração através da publicação em jornal Oficial de publicação municipal;
- Comunicar formalmente ao PROPONENTE qualquer irregularidade encontrada na execução do presente Termo;

#### 6.2 – SÃO OBRIGAÇÕES DA PROPONENTE:

- Movimentar os recursos financeiros oriundos deste Termo de Colaboração na conta corrente específica, conforme as Cláusulas Primeira e Terceira, e de acordo com o Decreto Municipal nº 0098, de 03 de abril de 2013;
- Não repassar os recursos recebidos à outras entidades de direito público ou privado;
- Não utilizar os recursos em finalidade diversa da pactuada ou fora do prazo de vigência;
- Restituir ao CONCEDENTE o saldo dos recursos não aplicados no objeto da colaboração, inclusive os rendimentos da aplicação financeira na data da conclusão ou rescisão do termo de colaboração ou dos prazos previstos no presente termo;
- Solicitar, quando necessário, a prorrogação da vigência do termo de colaboração original antes do término com a devida justificativa;
- Excluir o Município de São Bento do Sul/SC de qualquer responsabilidade concernente à Previdência Social e legislação trabalhista decorrente deste Termo de Colaboração;
- Fornecer informações e dados quando solicitados pelo CONCEDENTE.
- Dispor de corpo técnico necessário, assegurando a Estimulação Essencial, os serviços da Educação Especial "Serviço de Atendimento Educacional Especializado", "Serviço Pedagógico Específico" e "Educação Profissional", assim como a efetivação da Política de Assistência Social, por meio de ações de prevenção, promoção, inserção e proteção, aos alunos e atendidos previstos no Plano de Trabalho;
- Atender às necessidades dos alunos da educação especial que frequentam os Centros de Atendimento Especializado e dos demais níveis oferecidos pela APAE;
- Executar programas educacionais que favoreçam o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e social dos alunos.
- Realizar serviços de atendimento à pessoa com deficiência conforme preconizado na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais ao público alvo e sua família, atendendo aos objetivos propostos pelo serviço com foco para os resultados previstos;
- Realizar de forma continuada, permanente e planejada, serviços e execução de programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos ao público alvo e família, nos termos da Lei nº 8.742, de 1993, e respeitadas as deliberações do CNAS;
- Assumir as responsabilidades por eventuais danos materiais ou morais causados ao Município e a terceiros, em decorrência de sua ação ou omissão no desenvolvimento do Serviço, sem nenhuma responsabilidade do CONTRATANTE;
- Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE, bem como pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, por escrito, garantindo-se o livre acesso dos mesmos nas dependências da instituição.

#### CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A PROPONENTE compromete-se a restituir o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicável, nos seguintes casos:

- a) inexecução do objeto;
- b) falta de apresentação de prestação de contas, no prazo exigido;
- c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.
- d) não apresentação dos documentos previstos neste Termo de Colaboração.

Parágrafo Único: Compromete-se, ainda a PROPONENTE, a recolher à conta do CONCEDENTE o valor correspondente a rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação.

#### CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O PROPONENTE fica obrigado a apresentar a prestação de contas ao CONCEDENTE no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de não o fazendo restituir o valor total repassado, com os seguintes documentos:

- a) Ofício de encaminhamento;
- b) Declaração do responsável pela entidade informando que os recursos foram rigorosamente aplicados aos fins concedidos – modelo Anexo I do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- c) Balancete da Prestação de Contas de Recursos Antecipados – modelo Anexo II do Decreto Municipal nº 0098/2013;
- d) Comprovantes de despesas em primeira via (notas fiscais, recibos, folha de pagamento, etc, conforme legislação em vigor), preenchidos com clareza e sem rasuras;
- e) Cópias dos comprovantes de pagamentos eletrônicos (DOC/TED) individuais por credor, utilizados para pagamentos das despesas efetuadas;
- f) Extrato bancário com movimentação completa do período;
- g) Conciliação bancária, quando for o caso;
- h) Parecer do Conselho Fiscal da Entidade, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;
- i) Comprovante de recolhimento de saldo não aplicado;
- j) Relatório descrevendo as atividades desenvolvidas no período, informando se o objetivo foi totalmente, parcialmente ou não cumprido, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação na imprensa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução do projeto, quando for o caso.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PROIBIÇÕES

Fica ainda proibido à PROPONENTE:

- a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
- b) integrar dirigentes que também sejam agentes políticos do governo concedente;



- c) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste Termo de Colaboração;
- d) utilizar recursos para finalidade diferente da prevista e despesas a título de taxa de administração;
- e) utilizar recursos em pagamento de despesas diversas, não compatíveis com o objeto deste Termo de Colaboração;
- f) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;
- g) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias que não haja comprovante;
- h) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;
- i) deixar de aplicar ou não comprovar a contrapartida pactuada no Plano de Trabalho;
- j) realizar despesas com:
  - a) multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da administração pública na liberação de recursos financeiros, bem como verbas indenizatórias;
  - b) publicidade, salvo as previstas no plano de trabalho e diretamente vinculadas ao objeto da colaboração, de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal;
  - c) obras que caracterizem a ampliação de área construída ou a instalação de novas estruturas físicas;
  - d) pagamento de despesas bancárias.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

Este instrumento poderá ser rescindido por mútuo acordo ou unilateralmente por uma das partes, com aviso prévio de 30 (trinta) dias, se ocorrer comprovada inadimplência de qualquer de suas cláusulas e condições.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO PRAZO

O presente Termo de Colaboração terá vigência de 01 (um) ano a contar da publicação da Lei Municipal que autoriza o repasse dos valores.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO OU MODIFICAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

Este Termo de Colaboração poderá ser alterado ou ter modificação no Plano de Trabalho, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada por meio de TERMO DE ADITAMENTO.

Parágrafo Único: Admitir-se-á modificação do Plano de Trabalho com prévia apreciação do CONCEDENTE e aprovação do Gestor deste Instrumento ou Sistema de Controle, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Para as questões decorrentes deste instrumento, fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente Termo de Colaboração.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

São Bento do Sul/SC, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

HARRIET HACKBARTH

Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de São Bento do Sul

Testemunhas:

Nome: Nome:

CPF: CPF:

#### LISTAGEM PORTARIAS Nº 13/12

Publicação Nº 1454684

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 2769, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de Outubro de 2017, EDINEI APARECIDA DOS SANTOS DROZDEK, AUXILIAR DE SERVICOS, Grupo Ocupacional 01, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe A pra a Classe B, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2770, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 26 de Outubro de 2017, LILIANE FRANCO DA SILVA, AUXILIAR DE SERVICOS, Grupo Ocupacional 01, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe A pra a Classe B, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2771, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 8 de Novembro de 2017, ELISSAMA SANTOS DIAS GIRARDI, AUXILIAR DE SERVICOS, Grupo Ocupacional 01, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe A pra a Classe B, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2772, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 9 de Novembro de 2017, LILIANE GREIN, NUTRICIONISTA, Grupo Ocupacional 05, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe A pra a Classe B, na Secretaria Municipal de Educação.



Portaria nº 2773, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 15 de Novembro de 2017, EUNICE JORGE GONÇALVES, AUXILIAR DE OPERAÇÕES, Grupo Ocupacional 01, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe G pra a Classe H, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2774, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 16 de Novembro de 2017, CLEUSA SALDANHA, AUXILIAR DE SERVICOS, Grupo Ocupacional 01, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe A pra a Classe B, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2775, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 21 de Novembro de 2017, FABIANA TERESINHA PEREIRA, AUXILIAR DE SERVICOS, Grupo Ocupacional 01, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe A pra a Classe B, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2776, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 1 de Dezembro de 2017, CARLA THAIS KRUGER, PSICOLOGO, Grupo Ocupacional 05, Nível II, com carga horária de 40 horas semanais, passando da Classe A pra a Classe B, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Portaria nº 2777, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 3 de Outubro de 2017, IZAIAS DIAS ANTONIACOMI, PROFESSOR DE ANOS INICIAIS - Especialização, Nível II, com carga horária de 20 horas semanais, passando da Classe D para a Classe E, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2778, de 11 de dezembro de 2017. Promove Servidor Público Por Avaliação de Desempenho, a partir de 30 de Novembro de 2017, ROSENILDA ALVES DOS SANTOS DE SOUZA, ATENDENTE EDUCATIVO - Magistério, Nível II, com carga horária de 30 horas semanais, passando da Classe B para a Classe C, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2779, de 11 de dezembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 18 de novembro de 2017, progressão vertical à servidora ORIANE ROESLER DOS SANTOS, Auxiliar de Consultório Dentário, Grupo Ocupacional 03, Classe B, na Secretaria Municipal de Saúde, passando do Nível I para o Nível II – Técnico Médio.

Portaria nº 2780, de 11 de dezembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 20 de novembro de 2017, progressão vertical à servidora SILVANA MARIA BIANCO BAUER, Fiscal em Vigilância em Saúde, Grupo Ocupacional 04, Classe B, na Secretaria Municipal de Saúde, passando do Nível I para o Nível II – Graduação.

Portaria nº 2781, de 11 de dezembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 29 de novembro de 2017, progressão vertical ao servidor EDUARDO ANTONIO RODRIGUES DE MORAES, Médico Clínico Geral, Grupo Ocupacional 08, Classe H, na Secretaria Municipal de Saúde, passando do Nível I para o Nível II – Especialização.

Portaria nº 2782, de 11 de dezembro de 2017. Concede Progressão Vertical, a partir de 9 de dezembro de 2017, progressão vertical ao servidor WERNER TASCHEK, Fiscal da Fazenda – em extinção, Grupo Ocupacional 05, Classe B, na Secretaria Municipal de Finanças, passando do Nível II para o Nível III – Especialização.

Portaria nº 2783, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 14 de novembro de 2017, LUANA PEDROCHESKI, do cargo de Professor Educação Infantil, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2784, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 22 de novembro de 2017, LARISSA MASSANEIRO, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2785, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 17 de novembro de 2017, NATALIA PERES DE LIMA, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2786, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 23 de novembro de 2017, CLEIDE JOSIANE HONÓRIO TEIXEIRA LEITE, do cargo de Professor Anos Finais - Matemática, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2787, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 23 de novembro de 2017, MARGARETE PEREIRA NOGUEIRA, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2788, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 24 de novembro de 2017, ADRIANE TEREZINHA FRANZ, do cargo de Professor Anos Finais - Matemática, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2789, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 28 de novembro de 2017, SIRLEI DA CRUZ MARTINS, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2790, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 1º de dezembro de 2017, SIOMARA TEREZINHA RINCON DE SOUZA, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2791, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 1º de dezembro de 2017, IZABELY CRISTINA FERNANDES, do cargo de Professor Anos Finais - Matemática, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2792, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 1º de dezembro de 2017,

SILVANA RHENIUS VIDAL MARTINS KUBIAK, do cargo de Professor Anos Finais - Matemática, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2793, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 6 de dezembro de 2017, WALDIRENE WOICHEROSKI KRUCZKIEVICZ, do cargo de Professor Anos Iniciais, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2794, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 12 de dezembro de 2017, ADRIELLY ODAINY PINHEIRO, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2795, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 13 de dezembro de 2017, PRISCILA APARECIDA DE LIMA FRANZ, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2796, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 13 de dezembro de 2017, CARLA ADRIELE FRAGOSO, do cargo de Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2797, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 2 de dezembro de 2017, ANA PAULA MILCZEWSKY, do cargo de Professor Anos Finais - Artes, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2798, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 8 de dezembro de 2017, GRASIELE RODRIGUES, do cargo de Professor Anos Finais - História, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2799, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a partir de 7 de dezembro de 2017, LILIAN DAIANA ALVES, do cargo de Professor Atendente Educativo, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2800, de 12 de dezembro de 2017. Demite Servidor Temporário, por término de contrato, a pedido, a partir de 13 de novembro de 2017, INES FISCHER JELLER, do cargo de Auxiliar de Serviços, na Secretaria Municipal de Educação.

Portaria nº 2801, de 12 de dezembro de 2017. Declara Vago Cargo com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de dezembro de 2017, o cargo de Assistente Administrativo, ocupado pela servidora SUELY DEREVETZKEI.

Portaria nº 2802, de 12 de dezembro de 2017. Declara Vago Cargo com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de dezembro de 2017, o cargo de Assistente Administrativo, ocupado pela servidora ILIZABETE CORREA FRANÇA.

Portaria nº 2803, de 12 de dezembro de 2017. Declara Vago Cargo com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de dezembro de 2017, o cargo de Professor Anos Iniciais, ocupado pela servidora SIOMARA GLADIS WRUBLEVSKI KAMINSKI.

Portaria nº 2804, de 12 de dezembro de 2017. Declara Vago Cargo com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 1º de dezembro de 2017, o cargo de Vigia, ocupado pelo servidor EDEMAR HAU FRANÇA.

Portaria nº 2805, de 12 de dezembro de 2017. Declara Vago Cargo com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 11 de dezembro de 2017, o cargo de Auxiliar de Serviços, ocupado pela servidora MARIA DA GLÓRIA CORRÊA.

Portaria nº 2806, de 12 de dezembro de 2017. Declara Vago Cargo com fulcro no art. 47, inciso V, da Lei Municipal nº 228/2001, a partir de 11 de dezembro de 2017, o cargo de Auxiliar de Operações, ocupado pelo servidor PAULO ALVES.

Portaria nº 2807, de 12 de dezembro de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir 12 de dezembro de 2017, ANA PAULA MILCZEWSKY, para atuar na EBM Emílio Engel, na função de Professor Anos Finais - Artes, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais. SEMED.

Portaria nº 2808, de 12 de dezembro de 2017. Admite Servidor Temporário, a partir de 12 de dezembro de 2017, ZULMIRA DE FÁTIMA ADÃO CARNEIRO, para atuar no CEIM Fada Madrinha, na função de Auxiliar de Serviços, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. SEMED.

São Bento do Sul, 13 de dezembro de 2017.  
MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL.

**PORTARIA Nº 2767/2017**

Publicação Nº 1454647

PORTARIA Nº 2767, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40º, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 11 de dezembro de 2017, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição ao segurado PAULO ALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe E, matrícula nº 21680, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 9704/2017, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de dezembro de 2017.

São Bento do Sul, 11 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2768/2017**

Publicação Nº 1454654

PORTARIA Nº 2768, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder, provisoriamente, a partir de 11 de dezembro de 2017, aposentadoria voluntária proporcional por idade e tempo de contribuição à segurada MARIA DA GLÓRIA CORREA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional 01, Nível I, Classe C, matrícula nº 36801, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas no processo nº 9142/2017, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 11 de dezembro de 2017.

São Bento do Sul, 11 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2809/2017**

Publicação Nº 1454659

PORTARIA Nº 2809, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

REVOGA PORTARIA Nº 2445/2017

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a partir de 1º de janeiro de 2018, a Portaria nº 2445, de 16 de outubro de 2017, que designou FABIO ROBERTO BERNARDES, ocupante do cargo efetivo de Assistente Administrativo, para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe de Divisão de Emprego e Renda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

**PORTARIA Nº 2810/2017**

Publicação Nº 1454662

PORTARIA Nº 2810, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Designa para responder

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da lei,

RESOLVE:

Designar, CACILDO JOSÉ TREML, ocupante do cargo efetivo de Administrador, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para responder, interinamente, pelo cargo de Chefe de Divisão de Emprego e Renda, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de janeiro de 2018.

São Bento do Sul, 12 de dezembro de 2017.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE \_\_\_\_\_ A \_\_\_\_\_

PUBLICADO NO DOM Nº \_\_\_\_\_

PÁGINA \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_

ASSINATURA:

# São Domingos

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 262, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455224

DECRETO Nº 262, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.795, de 24/11/16;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional pelo superávit financeiro e adiciona o valor de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais), nas seguintes programações de despesa:

08.00 – Encargos Gerais do Município				
28.846.0000.0.001 – Dívida Fundada Interna				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
46900000	Aplicações Diretas	126	03.0000	20.000,00

08.00 – Encargos Gerais do Município				
28.846.0000.0.004 – Obrigações Tributárias e Contributivas				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	127	03.0000	20.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, será utilizado recurso proveniente do superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) da Fonte de 03.0000 – recursos ordinários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos-SC, 11 de Dezembro de 2017.

Elieze Comachio

Prefeita Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Paula Natana Comachio

Secretária de Administração e Fazenda - Designada

### RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO FRH Nº 0046/2008 DE 06/05/2008

Publicação Nº 1454795

RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE PERMISSÃO DE USO A TÍTULO PRECÁRIO FRH Nº 0046/2008 de 06/05/2008

O Município de São Domingos, com sede na Rua Getúlio Vargas, 750, inscrito no CNPJ sob o nº 83.009.894/0001-08 neste ato representada pela Prefeita Municipal, Senhora Elieze Comachio, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Santa Maria, 530, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 89.835-000, nesta cidade de São Domingos (SC), inscrita no CPF nº 824.323.259-15 e Carteira de Identidade nº 2.874.243, expedida pela SSP/SC e a Secretária Municipal de Assistência Social, Senhora Francismara Mariani, brasileira, separada, residente e domiciliada nesta cidade de São Domingos

e (SC), inscrita no CPF nº 040.833.989-65, neste ato denominados PERMISSOR e a Senhora EVA FERNANDES, brasileira, portador do CPF nº 005.957.559-09, Carteira de Identidade nº 3.764.736-9, expedida pela SSP/SC, doravante denominada neste instrumento como PERMISSOR, pelo que promete respeitar e cumprir as cláusulas seguintes:

- Considerando o Contrato por Instrumento Particular de Mútuo para Obras com Obrigações e Caução – Carta de Crédito FGTS, de 05/02/2007, firmado entre a Senhora Eva Fernandes, a Prefeitura Municipal de São Domingos (SC) e a Caixa Econômica Federal;
- Considerando o falecimento da Senhora Eva Fernandes no dia 09/04/2013, conforme certidão de óbito termo nº 1711 livro 06 folha 085 do dia 18/04/2013 da cidade de São Domingos/SC;
- Considerando o Relatório Situacional emitido em 14/09/2012 pela Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social de São Domingos (SC);
- Considerando a legislação sobre o assunto;

· Considerando mútuo acordo, conveniência administrativa e ainda razões de interesse público.

O PERMISSOR resolve celebrar a presente rescisão conforme cláusulas e condições abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:**

O objeto do presente consiste na rescisão do Contrato de Permissão de Uso a Título Precário FRH nº 0014/2008, de 06/05/2008, referente à:  
(x) do Lote urbano nº10, localizado na Quadra 34-A, Loteamento Bortolini Marcante de propriedade do PERMISSOR;  
(x) de uma Unidade Habitacional em alvenaria de 44,25 m² de área construída, destinados ao uso de sua família reconhecidamente de baixa renda, para a construção de um imóvel residencial do Programa Carta de Crédito FGTS – Individual – Operações Coletivas – Recursos do FGTS do Ministério das Cidades, intermediado pelo Município junto a Caixa Econômica Federal.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL:**

Fundamenta-se o presente instrumento de rescisão, no contrato acima citado, na Lei 8.666/93, de 21/06/93, atualizada e demais legislações aplicáveis a matéria.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO:**

Para as questões decorrentes da execução deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de São Domingos, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado ou especial que possa ser exceto o que dispõe o inciso X do artigo 29 da Constituição Federal.

E, por estarem assim justos e contratados, as partes firmam o presente, juntamente com 02 (duas) testemunhas, em 03 (três) vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Domingos (SC), 04 de Dezembro de 2017.

**PERMISSOR:**

Prefeita Municipal – Elieze Comachio \_\_\_\_\_

Secretária Municipal de Assistência Social – Francismara Mariani \_\_\_\_\_

**PERMISSIONÁRIO – (FALECIDA)**

Assessoria Jurídica - Rudimar Borcioni /OAB 15411/SC \_\_\_\_\_

Testemunha 1.

Testemunha 2. \_\_\_\_\_



# São Francisco do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 2.747/2017

Publicação Nº 1454584

DECRETO Nº 2.747, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.925, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.925, de 12 de dezembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica incluído no orçamento do corrente exercício, a categoria econômica e grupo de natureza de despesa 44, Modalidade de Aplicação 90, no seguinte Projeto Atividade:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

14.01 – Gerência de Ensino

2025 – Manutenção e Atualização da Frota de Veículos da Sec. de Educação

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01010000 Rec.de impostos e de transf.de imp-educ

Art. 2º Fica aberto o crédito adicional especial no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

14.01 – Gerência de Ensino

2025 – Manutenção e Atualização da Frota de Veículos da Sec. de Educação

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01010000 Rec.de impostos e de transf.de imp-educ ..... R\$ 75.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 75.000,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Especial que trata o art. 2º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

14.01 – Gerência de Ensino

1017 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01010000 Rec.de impostos e de transf.de imp-educ ..... R\$ 75.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 75.000,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO  
Secretário Municipal de Educação

**DECRETO Nº 2.748/2017**

Publicação Nº 1454590

DECRETO Nº 2.748, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.927, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.927, de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

30.00 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

2079 – PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO IPRESF

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

319000.000 – Aplicação Direta

Fonte de Recurso: 020301 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (patronal) .....

..... R\$ 100.000,00

30.00 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

2084– AUXILIO DOENÇA

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

319000.000 – Aplicação Direta

Fonte de Recurso: 020302 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (segurados) .....

..... R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o art. 1º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

30.00 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

2081 – PAGAMENTO DOS APOSENTADOS

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

319000.000 – Aplicação Direta

Fonte de Recurso: 020301 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (patronal) .....

..... R\$ 100.000,00

Fonte de Recurso: 020302 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (segurado) .....

..... R\$ 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 200.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS  
Diretora Presidente do IPRESF

**DECRETO Nº 2.749/2017**

Publicação Nº 1454592

DECRETO Nº 2.749, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.928, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.928, de 12 de dezembro de 2017,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 107.400,00 (cento e sete mil e quatrocentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

**25.00 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL****25.001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA****2057 – Manutenção Administrativa e Fortalecimento da FUCISF**

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 78.400,00

339100.000 – Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 29.000,00

**TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 107.400,00**

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Especial que trata o art. 2º, deste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes de anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

**25.00 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL****25.001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA****2052 – Manutenção das Instalações e Atividades da Biblioteca**

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 6.000,00

**2053 – Manutenção e Aquisição de Acervo do Museu Histórico**

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 5.900,00

**25.00 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL****25.002 – DEPARTAMENTO DE CULTURA****2051 – Manutenção do Programa Criação e Execução de Projetos Culturais**

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 66.000,00

**2054 – Exibição de Espetáculo no Cine Teatro**

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 – Recursos Ordinários ..... R\$ 14.500,00

**TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 107.400,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas

ANDRÉA DE OLIVEIRA  
Diretora Presidente da FUCISF

## DECRETO Nº 2.750/2017

Publicação Nº 1454596

DECRETO Nº 2.750, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO, DE ACORDO COM A LEI Nº 1.929, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

O Prefeito do Município de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.929, de 12 de dezembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica incluído no orçamento do corrente exercício, nas categorias econômica e grupo de natureza de despesa 33 a Modalidade de Aplicação 93 na seguintes dotações orçamentária:

20.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
20.002 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
2045 – DESENVOLVIMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
3000000.000 – Despesas Correntes  
3300000.000 – Outras Despesas Correntes  
339300.000 – Aplicação Direta Decorrente de Operações de Órgãos, Fundos e Entidades com Consórcio Público  
Fonte de Recurso: 038.00400 –Outras Especificações - Multas Ambientais

Art. 2º Fica aberto o crédito especial no valor de R\$ 86.640,00 (oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

20.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
20.002 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
2045 – DESENVOLVIMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
3000000.000 – Despesas Correntes  
3300000.000 – Outras Despesas Correntes  
339300.000 – Aplicação Direta Decorrente de Operações de Órgãos, Fundos e Entidades com Consórcio Público .....  
..... R\$ 86.640,00  
Fonte de Recurso: 038.00400 –Outras Especificações - Multas Ambientais

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 86.640,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Especial que trata o art. 2º, deste Decreto, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

20.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
20.002 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
2045 – DESENVOLVIMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
3000000.000 – Despesas Correntes  
3300000.000 – Outras Despesas Correntes  
339000.000 – Aplicação Direta ..... R\$ 86.640,00  
Fonte de Recurso: 038.00400 –Outras Especificações - Multas Ambientais

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 86.640,00

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas

GABRIEL DANIEL CONORATH  
Secretário Municipal de  
Meio Ambiente

**EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO Nº009-2017 - COLONIA DE PESCADORES**

Publicação Nº 1454196

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC  
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO  
DEZEMBRO/2017

TERMO DE FOMENTO nº 009-2017  
CONTRATANTE: Município de São Francisco do Sul - SC  
CONTRATADO: COLÔNIA DE PESCADORES – Z 02.  
OBJETO: Manutenção de suas atividades sociais e administrativas.  
VALOR DO TERMO DE FOMENTO: R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais)  
DATA DA ASSINATURA: 08 de Dezembro de 2017.

São Francisco do Sul, 08 de Dezembro de 2017.

Henrique Celestino Bueno Junior  
Chefe de Gabinete

**LEI Nº 1.925/2017**

Publicação Nº 1454599

LEI Nº 1.925, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no PPA – Plano Plurianual do Município de São Francisco do Sul, quadriênio 2014/2017, conforme art. 12, da Lei nº 1539/2013, de 5 de agosto de 2013, meta física, meta financeira e a fonte de recurso, na dotação orçamentária conforme segue:

**14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****14.01 – Gerência de Ensino**

2025 – Manutenção e Atualização da Frota de Veículos da Sec. de Educação

Fonte de Recurso: 01010000 Rec.de impostos e de transf.de imp-educ

Meta física: 01

Produto: Veículo 07 lugares

Meta Financeira ..... R\$ 75.000,00

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir na LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias do Município de São Francisco do Sul, conforme art. 3º, da Lei nº 1.835, de 17 de outubro de 2016, a meta física, meta financeira e a fonte de recurso na dotação orçamentária conforme segue:

**14.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****14.01 – Gerência de Ensino**

2025 – Manutenção e Atualização da Frota de Veículos da Sec. de Educação

Fonte de Recurso: 01010000 Rec.de impostos e de transf.de imp-educ

Meta física: 01

Produto: Veículo 07 lugares

Meta Financeira ..... R\$ 75.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento do corrente exercício, a categoria econômica e grupo de natureza de despesa 44, Modalidade de Aplicação 90, no seguinte Projeto Atividade:

**14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO****14.01 – Gerência de Ensino**

2025 – Manutenção e Atualização da Frota de Veículos da Sec. de Educação

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01010000 Rec.de impostos e de transf.de imp-educ

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, §1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

14.01 – Gerência de Ensino

2025 – Manutenção e Atualização da Frota de Veículos da Sec. de Educação

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01010000 Rec.de impostos e de transf.de imp-educ ..... R\$ 75.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 75.000,00

Art. 5º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Especial que trata o art. 4º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

14.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

14.01 – Gerência de Ensino

1017 - Construção, Ampliação e Reforma de Escolas

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

4490000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 01010000 Rec.de impostos e de transf.de imp-educ ..... R\$ 75.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 75.000,00

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 7º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas

ALDAIR NASCIMENTO CARVALHO  
Secretário Municipal de Educação

## LEI Nº 1.926/2017

Publicação Nº 1454603

LEI Nº 1.926, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 867, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2009, QUE DISCIPLINA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO AMBULANTE E/OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AMBULANTES NAS VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogado o inciso I, do art. 5º, da Lei nº 867, de 18 de dezembro de 2009, que disciplina o exercício do comércio ambulante e/ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos no Município de São Francisco do Sul, e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º [...]

I – Revogado;

[...]”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.



São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.  
 RENATO GAMA LOBO  
 Prefeito Municipal

## LEI Nº 1.927/2017

Publicação Nº 1454605

LEI Nº 1.927, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentárias:

30.00 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

2079 – PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO IPRESF

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

319000.000 – Aplicação Direta

Fonte de Recurso: 020301 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (patronal) .....  
 ..... R\$ 100.000,00

30.00 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

2084– AUXILIO DOENÇA

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

319000.000 – Aplicação Direta

Fonte de Recurso: 020302 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (segurados) .....  
 ..... R\$ 100.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 200.000,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Adicional Suplementar que trata o art. 1º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

30.00 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

30.001 – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES

2081 – PAGAMENTO DOS APOSENTADOS

3000000.000 – Despesas Correntes

3100000.000 – Pessoal e Encargos Sociais

319000.000 – Aplicação Direta

Fonte de Recurso: 020301 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (patronal) .....  
 ..... R\$ 100.000,00

Fonte de Recurso: 020302 – Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social (segurado) .....  
 ..... R\$ 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.  
 RENATO GAMA LOBO  
 Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas

BEATRIS DIRCELHA DOS SANTOS  
Diretora Presidente do IPRESF

**LEI Nº 1.928/2017**

Publicação Nº 1454607

LEI Nº 1.928, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de R\$ 107.400,00 (cento e sete mil e quatrocentos Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentária:

25.00 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

25.001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA

2057 – Manutenção Administrativa e Fortalecimento da FUCISF

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários ..... R\$ 78.400,00

339100.000 – Aplicações diretas decorrentes operações entre órgãos

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários ..... R\$ 29.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 107.400,00

Art. 2º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Especial que trata o art. 2º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

25.00 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

25.001 – DIRETORIA ADMINISTRATIVA

2052 – Manutenção das Instalações e Atividades da Biblioteca

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários ..... R\$ 6.000,00

2053 – Manutenção e Aquisição de Acervo do Museu Histórico

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários ..... R\$ 5.900,00

25.00 – FUNDAÇÃO CULTURAL ILHA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

25.002 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

2051 – Manutenção do Programa Criação e Execução de Projetos Culturais

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários ..... R\$ 66.000,00

2054 – Exibição de Espetáculo no Cine Teatro

3000000.000 – Despesas Correntes

3300000.000 – Outras Despesas Correntes

339000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários ..... R\$ 15.000,00

4000000.000 – Despesas de Capital

4400000.000 – Investimentos

449000.000 – Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 010.00000 –Recursos Ordinários ..... R\$ 14.500,00

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 107.400,00

Art. 3º A Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o § 1º do Art. 3º c/c o art.7º, da Lei 1.539, de 5 de agosto de 2013.

Parágrafo único. De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas

ANDRÉA DE OLIVEIRA  
Diretora Presidente da FUCISF

## LEI Nº 1.929/2017

Publicação Nº 1454609

LEI Nº 1.929, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL AO ORÇAMENTO DO CORRENTE EXERCÍCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir no orçamento do corrente exercício, nas categorias econômica e grupo de natureza de despesa 33 a Modalidade de Aplicação 93 nas seguintes dotações orçamentária:

20.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
20.002 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
2045 – DESENVOLVIMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
3000000.000 – Despesas Correntes  
3300000.000 – Outras Despesas Correntes  
339300.000 – Aplicação Direta Decorrente de Operações de Órgãos, Fundos e Entidades com Consórcio Público  
Fonte de Recurso: 038.00400 –Outras Especificações - Multas Ambientais

Art. 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no valor de R\$ 86.640,00 (oitenta e seis mil, seiscentos e quarenta Reais), ao orçamento do corrente exercício, de conformidade com a Lei Municipal nº 1.861, de 22 de dezembro de 2016, que aprovou o orçamento para o exercício de 2017 e suas alterações, combinado com o inciso III, § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, nas seguintes dotações orçamentária:

20.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
20.002 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
2045 – DESENVOLVIMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
3000000.000 – Despesas Correntes  
3300000.000 – Outras Despesas Correntes  
339300.000 – Aplicação Direta Decorrente de Operações de Órgãos, Fundos e Entidades com Consórcio Público .....  
..... R\$ 86.640,00  
Fonte de Recurso: 038.00400 –Outras Especificações - Multas Ambientais

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... R\$ 86.640,00

Art. 3º Como fonte de recursos para abertura do Crédito Especial que trata o art. 2º, desta Lei, será utilizado o recurso proveniente de anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

20.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
20.002 – FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
2045 – DESENVOLVIMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE  
3000000.000 – Despesas Correntes  
3300000.000 – Outras Despesas Correntes  
339000.000 – Aplicação Direta ..... R\$ 86.640,00

Fonte de Recurso: 038.00400 –Outras Especificações - Multas Ambientais

TOTAL DA ANULAÇÃO ..... R\$ 86.640,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	GABRIEL DANIEL CONORATH Secretário Municipal de Meio Ambiente
--	---

## LEI Nº 1.930/2017

Publicação Nº 1454611

LEI Nº 1.930, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DA SAÚDE, A CELEBRAR TERMO DE COOPERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE ARAQUARI, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, PARA A EXECUÇÃO DE EXAMES RADIOLÓGICOS DE RAIOS-X COM LAUDO MÉDICO, NAS INSTALAÇÕES DO HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL NOSSA SENHORA DA GRAÇA - HMMNSG, DE PACIENTES EM FILA DE ESPERA NO SISTEMA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARAQUARI/SC.

O Prefeito Municipal de São Francisco do Sul, no uso de suas atribuições, faz saber que a Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul aprovou, e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a celebrar Termo de Cooperação com o Município de Araquari, nos termos do documento anexo.

Art. 2º O Termo de Cooperação referido no artigo 1º, desta Lei, tem por objeto, a realização de exames radiológicos de Raios-X com laudo médico, de pacientes que aguardam em fila de espera no sistema de saúde do Município de Araquari, tais exames serão realizados pela Secretaria Municipal de Saúde de São Francisco do Sul/SC.

Art. 3º O custo unitário por exame objeto do presente acordo será no valor de R\$ 12,00 (doze reais);

Art. 4º As condições de pagamento, bem como os dispositivos legais aplicáveis, estarão contidos no Termo de Cooperação, que deverá ser assinado pelos municípios por meio de seus representantes legais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Ficam revogadas as disposições em contrário.

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA Secretário Municipal de Administração, Finanças e Gestão de Pessoas	NÁDIA MOREIRA RAPOSO Secretária Municipal de Saúde
---	---

## ANEXO ÚNICO

LEI Nº 1.930, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

## TERMO DE COOPERAÇÃO

Termo de cooperação que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARAQUARI e o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, visando à execução de exames de Raios-X, dos pacientes do Sistema de Saúde de Araquari, em fila de espera, a ser realizado nas dependências do Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça – HMMNSG, localizado no Município de São Francisco do Sul.

Celebram o presente TERMO, de um lado o MUNICÍPIO DE ARAQUARI, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/ Fundo Municipal de Saúde, pessoa jurídica de direito público privado, com sede na Rua Coronel Almeida, nº 60, Centro, Araquari/SC, a seguir denominado PMA, neste ato representado pelo Prefeito CLENILTON CARLOS PEREIRA, e de outro lado, o MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, com sede na Praça Dr. Getúlio Vargas, nº 01, Centro, São Francisco

do Sul, a seguir denominado PMSFS, neste ato representado pelo Prefeito RENATO GAMA LOBO, conforme as cláusulas e condições que seguem:

Considerando que o Sistema Único de Saúde está caracterizado constitucionalmente como uma rede regionalizada e hierarquizada de serviços (art. 198, da CF), na qual devem estar integrados todos os serviços e ações de saúde municipais, estaduais e federais;

Considerando que a atenção primária deve ser desenvolvida pelos municípios, independentemente de seu porte econômico, demográfico e social;

Considerando a inexistência de aparelhos de Raio-X no município de Araquari, estando em andamento processo licitatório para aquisição do referido equipamento;

Considerando os efeitos deletérios que isso vem causando à Estratégia de Saúde da Família, no âmbito do Estado;

Considerando que esse processo não pode ser superado sem uma ação conjunta e articulada do conjunto dos municípios substituindo ações isoladas e a competição predatória entre os mesmos por políticas interfederadas pactuadas entre os entes e atores sociais que constituem o SUS SC;

Considerando a necessidade de se encontrar uma solução que possa de fato eliminar a grande fila de espera de pacientes por exames de Raio-X no município de Araquari, a qual tem a responsabilidade e permanente articulação e interação, sempre de maneira consensual, devem desenvolver a Estratégia de Saúde da Família no Município, segue o termo de acordo de cooperação.

**CLÁUSULA 1ª – DO OBJETO:** Constitui objeto deste termo a cooperação entre os partícipes a realização de exames de Raio-X em pacientes em fila de espera da rede municipal de saúde de Araquari, a serem realizados no Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça – HMMNSG, localizado no Município de São Francisco do Sul.

1.1 - Os Cooperantes poderão solicitar reciprocamente assessoria técnica nas ações de fiscalização para elucidação de dúvidas e/ou questionamentos, sem prejuízo das respectivas atividades institucionais.

**CLÁUSULA 2ª - DIRETRIZES GERAIS DA AÇÃO:** A PMA e a PMSFS deverão, na execução de suas atividades objeto do presente acordo, utilizar canais que permitam ações coordenadas e integradas, no que se refere à operacionalização dos exames a serem efetuados.

2.1 - Fica instituída a Comissão de Fiscalização Integrada - CFI, incumbida do planejamento e supervisão das ações preconizadas no presente Termo, obrigando-se a PMA e a PMSFS, no prazo de até trinta dias contados da data de publicação deste Termo, a indicar seus representantes, sendo dois titulares e respectivos suplentes de cada parte, os quais deliberarão sobre o funcionamento da Comissão e a operacionalização deste Termo, que será alternadamente presidida pelo Representante da PMA e da PMSFS, ou a quem estes deleguem poderes.

2.2 - O mandato do presidente da Comissão será de 12 (doze) meses.

2.3 - Todas as comunicações previstas nas cláusulas de competência serão feitas entre os membros da CFI.

**CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÃO DAS PARTES**

**3.1) COMPETE À PMA:**

a) Comunicar em até 72h à PMSFS, para conhecimento e providências cabíveis, quando a irregularidades constatadas no regular andamento da cooperação;

b) Proceder à abertura do competente processo administrativo para apuração de fatos identificados ou comunicados pela PMA que possam caracterizar descumprimento de normas referentes ao exercício das obrigações contratuais;

c) Enviar previamente a relação dos exames a serem efetuados, juntamente com o nome dos pacientes que farão exames utilizando a estrutura do Hospital e Maternidade Municipal Nossa Senhora da Graça – HMMNSG. d) Realizar divulgação aos pacientes sobre o convênio, visando agilizar o atendimento da demanda de exames de Raio-X e laudo técnico competente;

e) Efetuar o pagamento para a PMSFS mensalmente referente aos exames efetuados no mês anterior;

**3.2) COMPETE À PMSFS:**

a) Enviar em prazo justo o resultado dos exames e o respectivo laudo, no prazo de 7 (sete) dias da data da realização dos exames.

b) Encaminhar a PMA semanalmente, as vagas disponíveis para efetuar os exames objeto deste Acordo de cooperação;

c) Permitir ações de fiscalização pela PMA sobre a regularidade na prestação dos serviços objeto deste convênio, consoantes formulários próprios e normativas fiscalizatórias.

**CLÁUSULA 4ª – DOS COMPROMISSOS RECÍPROCOS**

4.1 - As partes responsabilizar-se-ão pela remuneração de seus respectivos servidores, designados para as ações e atividades previstas neste Termo de Cooperação;

4.2 - As partes promoverão a capacitação profissional necessária para o desempenho das ações previstas neste Termo de Cooperação;

CLÁUSULA 5ª – DO PAGAMENTO: O presente Termo terá um custo unitário de R\$ 12,00 (doze reais) por exame e será custeado pelo Fundo Municipal de Saúde de Araquari, não envolve a transferência mútua de recursos financeiros, cabendo a cada partícipe o custeio das despesas inerentes às tarefas de sua competência, com exceção do custo unitário do exame.

5.1 – O pagamento será realizado diretamente ao Fundo Municipal de Saúde no dia 10 (dez) do mês subsequente ao da realização dos exames.

CLÁUSULA 6ª - VIGÊNCIA E DA ALTERAÇÃO: O presente Termo vigorará da data da sua assinatura ao dia 31/12/2018, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, de acordo com o interesse das partes.

6.1 - na ocorrência de qualquer fato que demonstre, comprovadamente, o comprometimento do objeto do presente termo, as partes poderão, a qualquer tempo, denunciá-lo, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial. 6.2 - Constitui motivo para denúncia do presente Termo o descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições estabelecidas.

6.3 – O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer momento por qualquer das partes, sem qualquer ônus.

CLÁUSULA 7ª - DA PUBLICAÇÃO: A PMA fará publicar o presente Termo, na forma de extrato, no prazo de 5(cinco) dias corridos subsequentes ao de sua assinatura, bem como a PMSFS se obriga a publicá-lo, no mesmo prazo.

CLÁUSULA 9ª – FORO: As dúvidas oriundas da execução deste Termo serão dirimidas pela via administrativa, no âmbito dos convenientes, e, caso necessário, pelo foro da Comarca de Araquari/SC.

E por estarem, assim, justos e acordados, firmam o presente Termo em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas identificadas, para que produza seus efeitos jurídicos.

CLENILTON CARLOS PEREIRA  
Prefeito de Araquari

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito de São Francisco do Sul

Testemunhas:

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

São Francisco do Sul – SC, 12 de dezembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO  
Prefeito Municipal

JULIO ELOI DA SILVA  
Secretário Municipal de Administração,  
Finanças e Gestão de Pessoas

NÁDIA MOREIRA RAPOSO  
Secretária Municipal de Saúde



**PORTARIA Nº 14.601/2017**

Publicação Nº 1454582

PORTARIA nº 14.601, de 13 de novembro de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL de São Francisco do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, incisos VI e IX, da Lei Orgânica do Município, e considerando a deliberação descrita na Ata nº 12/2017, da Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, que aprovou a Resolução nº 1, de 9 de novembro de 2017, que dispõe sobre a ordenação Financeira do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e dá outras providências,

**RESOLVE:**

Art. 1º - DESIGNAR LUIZ ARNALDO MARTINS, Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e da Cidadania, inscrito no CPF sob o nº 936.555.339-34, Presidente do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, como Ordenador Financeiro do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Francisco do Sul - SC, 13 de novembro de 2017.

RENATO GAMA LOBO

Prefeito Municipal

# São João Batista

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017.2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 051/FMS/2017

Publicação Nº 1454143

Ata de Registro de Preços nº 017/2017

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2017

PROCESSO LICITATÓRIO 051/FMS/2017 –

PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/FMS/2017

No dia 12 de dezembro de 2017, o Fundo Municipal de Saúde, com sede à Rua Gilson Geraldo Sartori, 440, Centro, em São João Batista/SC, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial – Registro de Preços, na Ata de julgamento de preços, homologada em 12/12/2017, RESOLVE registrar os preços das empresas vencedoras do certame citado, nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as seguintes disposições a seguir: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA CUMPRIMENTO DAS AÇÕES JUDICIAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO BATISTA, SC, conforme especificações constantes do Anexo I, tipo menor preço por item. As licitantes registradas para o fornecimento de medicamentos são:

A.G. KIENEN & CIA LTDA – EPP PROMEDIC CNPJ 82.225.947/0001-65
Item: 1, 11, 14, 17, 18, 25, 26, 40, 45, 53, 54, 58, 65, 66, 67, 68, 80, 85, 90, 103, 104, 106, 108, 109, 112, 120, 128, 131, 132, 133, 137, 145, 146, 160, 161, 176
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 94.328,34 (noventa e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e trinta e quatro centavos).
AGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME CNPJ 20.590.555/0001-48
Item: 6, 7, 8, 22, 57, 77, 115, 116, 124, 154
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 6.858,50 (seis mil oitocentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos).
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA CNPJ 00.802.002/0001-02
Item: 21, 28, 61, 63, 72, 73, 96, 101, 102, 107, 155, 165, 166, 169
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 37.251,13 (trinta e sete mil duzentos e cinquenta e um reais e treze centavos).
ANGEOMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSP. LTDA ME CNPJ 0602.607.956/0001-81
Item: 10, 20, 27, 87, 91, 110, 119, 122, 156, 157, 158
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 11.719,00 (onze mil setecentos e dezenove reais).
CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 05.782.733/0001-49
Item: 39, 46, 47, 48, 59, 60, 64, 74, 75, 95, 100, 135, 136, 143, 151, 162
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 49.017,06 (quarenta e nove mil dezessete reais e seis centavos).
CIRÚRGICA SANTA CRUZ COM. PROD. HOSPITALARES LTDA CNPJ 94.516.671/0002-34
Item: 12, 117, 118, 159
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 4.215,00 (quatro mil duzentos e quinze reais).
DIMEVA DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA - EPP CNPJ 76.386.283/0001-13
Item: 23, 24, 33, 34, 42, 88, 105, 127, 130, 140, 147, 148, 153, 164, 171
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 161.026,80 (cento e sessenta e um mil vinte e seis reais e oitenta centavos).
EXTRA DIST. DE MEDICAMENTOS E PROD. HOSPITALARES CNPJ 06.035.038/0001-86
Item: 32, 43, 84, 93, 111, 113, 129, 134, 150, 168
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 29.253,80 (vinte e nove mil duzentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos).
F&F DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 28.093.678/0001-85
Item: 3, 41, 92, 94, 125, 138, 141
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 17.230,44 (dezessete mil duzentos e trinta reais e quarenta e quatro centavos).
INFINITY MEDICAMNETOS EIRELLI EPP CNPJ 23.240.000/0001-64
Item: 82, 83, 167
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 35.537,35 (trinta e cinco mil quinhentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos).
INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA CNPJ 12.889.035/0001-02
Item: 2, 35, 55, 56, 62, 69, 70, 163
Valor total homologado ao Licitante: R\$ 30.345,80 (trinta mil trezentos e quarenta e cinco reais e oitenta centavos).

MAURO MARCIANO COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ 94.894.169/0001-86

Item: 9, 16, 29, 30, 37, 44, 50, 51, 52, 76, 79, 98, 99, 121, 126, 144, 152, 170, 172

Valor total homologado ao Licitante: R\$ 299.995,90 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e cinco reais e noventa centavos).

MEDILAR IMPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO P. M. H - LTDA

CNPJ 07.75.236/0001-23

Item: 13, 15, 31, 36, 49, 71, 97, 114, 123, 139, 173, 174, 175

Valor total homologado ao Licitante: R\$ 30.665,50 (trinta mil seiscentos e sessenta e cinco reais e cinquenta centavos).

SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ 05.531.725/0001-20

Item: 177, 178, 179

Valor total homologado ao Licitante: R\$ 25.817,00 (vinte e cinco mil oitocentos e dezessete reais).

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para o fornecimento, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurado ao detentor do registro preferencial de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da Lei 8.666/93; VIGÊNCIA: A presente ATA vigorará por 12 (doze) meses. ENTREGA: Os materiais deverão ser entregues conforme a necessidade da municipalidade. Após efetuada a solicitação, os materiais deverão ser entregues em 01 (um) dia, nas condições estipuladas no presente Edital e seus anexos. São João Batista, 12 de dezembro de 2017 – Ademir José Rover - Secretário Municipal.

## DECRETO Nº 3297/17

Publicação Nº 1453992

### DECRETO 3297/2017

Suspende o atendimento externo e interno nas repartições públicas municipais.

O Prefeito Municipal de São João Batista, no exercício da competência que lhe é outorgada pelo artigo 67, incisos IX e XII, da Lei Orgânica do Município, decreta:

Art. 1º Fica suspenso o atendimento geral externo e interno nas repartições públicas municipais, no período de 18 de dezembro de 2017 até 16 de janeiro de 2018, ressalvados os serviços essenciais que funcionarão da seguinte forma:

§1º – A Secretaria da Infraestrutura, durante o período descrito no caput do artigo 1º deste Decreto, funcionará em regime de plantão, das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min.

§2º – Na Secretaria da Saúde o expediente interno e externo será realizado da seguinte forma:

I - Não haverá expediente nos Postos de Saúde Municipais, com exceção do Posto de Saúde Central, que funcionará:

a) Do dia 18/12/2017 ao dia 22/12/2017 haverá atendimento das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min;

b) Do dia 26/12/2017 ao dia 02/01/2018, não haverá expediente; e

c) Do dia 03/01/2018 ao dia 16/01/2018 haverá atendimento das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min;

II – As disposições contidas no artigo 1º deste Decreto não se aplicam ao Hospital Monsenhor José Locks, onde haverá expediente normal;

III – Na Clínica do Povo funcionará normalmente, parando somente no período compreendido entre as datas de 22/12/2017 até 07/01/2018;

§3º - Na Secretaria da Agricultura o expediente interno e externo ficará suspenso somente no período compreendido entre as datas de 20/12/2017 até 03/01/2018.

§4º - Na Secretaria de Educação o expediente ficará suspenso no período compreendido entre as datas de 18/12/2017 até 16/01/2018.

§5º - Na secretaria de Assistência Social, o expediente se dará da seguinte forma:

I - no período compreendido entre as datas de 18/12/2017 a 07/01/2018, a Secretaria de Assistência Social funcionará em regime de plantão; e

II – a partir da data de 08/01/2018 será retomado o expediente normal.

§6º O expediente do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal – SISAM funcionará da seguinte forma:

I - O setor da coleta do Lixo, ETA e operacional funcionará normalmente;

II - O atendimento na sede do SISAM funcionará normalmente, parando somente no período compreendido entre as datas de 26/12/2017 até 02/01/2018;

III - O escritório da sede do SISAM funcionará normalmente, parando somente no período compreendido entre as datas de 26/12/2017 até 10/01/2018.

§7º O Setor de Identidades e Junta Militar funcionará normalmente, parando somente no período compreendido entre as datas de 22/12/2017 até 18/01/2018;

§8º O expediente interno e externo na Intendência de Tigipió será normal, exceto nos dias 24 e 31 de dezembro de 2017 e nos feriados.

Art. 2º Considera-se expediente interno aquele destinado às atividades administrativas, e expediente externo, aquele destinado a atendimento ao público e às atividades realizadas fora da sede dos órgãos públicos.

Art. 3º Fica concedida férias coletivas aos servidores municipais, salvo para os responsáveis pelos serviços essenciais, no período de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018.

Art. 4º A concessão destas férias coletivas aos servidores admitidos há menos de doze meses será considerada como antecipação das férias.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista, 11 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

## EXTRATO DE CONTRATO 014/FMAS/2017

Publicação Nº 1454744

Extrato do Contrato nº 014/FMAS/2017

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de São João Batista - SC; Contratada: Práticas Assessoria LTDA ME – CNPJ nº 12.038.574/0001-38; Processo: Processo Licitatório 019/FMAS/2017 – Dispensa 004/FMAS/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ASSESSORIA NA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Valor global: R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais); Despesa orçamentária: (35) 3.3.90.39.99.00.00.00.00.00; Data da assinatura: 11/12/2017; Vigência: 06 meses

## LEI MUNICIPAL 3.774, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454807

LEI MUNICIPAL 3.774, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA A CONCEDER SUBVENÇÃO SOCIAL POR MEIO DE TERMO DE FOMENTO à ASSOCIAÇÃO BATISTENSE PROTETORA DOS ANIMAIS, abre crédito adicional especial no valor de R\$ 30.000,00 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de São João Batista autorizado a conceder subvenção social por meio de Termo de Fomento à Associação Batistense Protetora dos Animais - ABPA, objetivando a parceria mútua entre os partícipes para contribuir com as esterilizações dos animais de ruas resgatados pela Associação, através de mutirões e à medida que seja necessário já nos resgates, de modo a promover e articular ações de defesa e garantias de direitos, prevenção, orientações, prestação de serviços, atendimento e apoio quanto aos animais domésticos e silvestres, priorizando os animais de rua, e, fazendo assim, com que diminua a população dos animais e suas respectivas zoonoses no município, principalmente nos bairros mais carentes, que são foco de abandonos. Preza-se então, por melhores condições principalmente quanto a pagamentos de terceiros (clínicas veterinárias e veterinários autônomos).

§ 1º Para a execução da parceria de que trata o “caput” deste artigo, o Município de São João Batista repassará a entidade através de subvenção social firmada por Termo de Fomento com fulcro na Lei 13.019/2014, o valor global de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

§ 2º O repasse da primeira parcela ocorrerá no mês de janeiro de 2018.

§ 3º O repasse da parcela de cada mês está condicionada à apresentação da Prestação de Contas do mês anterior nos moldes da Lei 13019/2014 c/c IN14/2012 TCE/SC.

§ 4º A vigência do Termo de Fomento será de 12 meses, renováveis até 5 (cinco), podendo ser alterado, no todo ou em parte, mediante acordo entre as partes e através de Termo Aditivo, cujos valores nas possíveis renovações, serão corrigidos pelo INPC.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente, a fim de repassar no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a Associação Batistense Protetora dos Animais - ABPA, destinados para atender despesas de esterilização e pagamento de profissionais terceirizados, como: clínicas veterinárias e veterinários autônomos, objetivando a execução de suas finalidades sociais e estatutárias, com a seguinte classificação orçamentária:

### SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
08	Órgão - Fundo Municipal Da Saúde	30.000,00
01	Unidade Orçamentária – Fundo Municipal da Saúde	30.000,00
2049	Funcionamento e Manutenção Do Centro de Zoonose	30.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.0.1.02	Transferência a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos.	30.000,00

Art. 3º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária específica prevista na Lei Orçamentária Anual.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 12 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal

## **LEI MUNICIPAL 3.775, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1454810

LEI MUNICIPAL 3.775, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Altera a Lei de Diretrizes Orçamentárias e autoriza a abertura de crédito especial na Lei Orçamentária de 2017.

O Prefeito Municipal de São João Batista faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido ao programa 0006 do anexo 1.2 da Lei Municipal nº 3.676 de 24 de outubro de 2016 - Lei de Diretrizes Orçamentária, a prioridade e meta prevista no Anexo Único, desta Lei.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir e incluir no orçamento o crédito especial no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais), destinado a construção de gavetário no Cemitério Municipal, conforme modalidade de aplicação:

05 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

0501 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

15.452.0006.1.152 - Construção do Gavetário

4.4.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – RS 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrá por conta da anulação parcial da seguinte modalidade de aplicação:

05 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

0501 – SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA

15.452.0006.2.073 – Manutenção da Secretaria da Infraestrutura

3.3.90.00.00.00.00.0.1.00.0 – Aplicações Diretas

Valor – RS 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 12 de dezembro de 2017.

Daniel Netto Cândido  
Prefeito Municipal

## **PROCESSO LICITATÓRIO 174/PMSJB/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 009/2017**

Publicação Nº 1454266

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 174/PMSJB/2017 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/PMSJB/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), inscrito no CNPJ nº 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Plácido Vargas, Secretário de Desenvolvimento Econômico, comunica que dispensou o processo licitatório conforme: Processo Licitatório 174/PMSJB/2017 - Dispensa 009/PMSJB/2017; OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM CONSULTORIA COM VISTAS AO DESENVOLVIMENTO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS DA CADEIA PRODUTIVA DA MODA E AO INCREMENTO DE SUA COMPETITIVIDADE, COM FULCRO NO ART. 24, XIII, DA LEI FEDERAL 8.666/93; CONTRATADO: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA SEBRAE/SC, CNPJ nº 82.515.859/00001-06. VALOR GLOBAL: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). DESPESA: Correrá por conta da seguinte dotação orçamentária: (117) 3.3.90.35.01.00.00.00.00; BASE LEGAL: Artigo 24, XIII, da Lei 8.666/93. São João Batista, 12 de dezembro de 2017. Plácido Vargas – Secretário de Desenvolvimento Econômico

**DECRETO Nº 003295/17 DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1453987

**DECRETO Nº 003295/17 de 6 de Dezembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de SAO JOAO BATISTA e autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**D E C R E T A :**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 54.658,79 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - CAMARA MUNICIPAL

01.01 - CAMARA MUNICIPAL

01.01.01.031.0002.2.001-3.1.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 45.000,00

01.01.01.031.0002.2.001-3.1.91.00.00.00.00.00 - Aplicações Diretas - Oper.Intra-Orçamentárias 9.658,79

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

01 - CAMARA MUNICIPAL

01.01 - CAMARA MUNICIPAL

01.01.01.031.0002.2.001-3.3.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 45.000,00

01.01.01.031.0002.2.001-4.4.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 9.658,79

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 6 de Dezembro de 2017**

\_\_\_\_\_  
**DANIEL NETTO CANDIDO**  
Prefeito Municipal



**DECRETO Nº 3296/17**

Publicação Nº 1453989

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA**  
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89  
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369  
C.N.P.J: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC  
E-mail: [contabilidade@sjbatista.sc.gov.br](mailto:contabilidade@sjbatista.sc.gov.br)

**DECRETO Nº 3296/17**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003680/16 de 2 de Dezembro de 2016.

**DECRETA:**

**Art. 1º -** Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.840,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**09 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL****09.01 - FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL**

08.243.0005.2.055 - Proteção Especial de Média Complexidade

3.1.90.00.00.00.00.0012 - Aplicacoes Diretas

Valor - 3.675,00

08.243.0005.2.056 - Proteção Especial de Alta Complexidade

3.3.50.00.00.00.00.0012 - Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu

Valor - 165,00

**Art. 2º -** Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação do Fundo Nacional de Assistência Social.

**Art. 3º -** Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

**São João Batista, 8 de Dezembro de 2017**

**DANIEL NETTO CÂNDIDO**

**Prefeito Municipal**

Registrado e Publicado em 08/12/2017

\_\_\_\_\_  
Assessoria de Comunicação

**CÂMARA MUNICIPAL****DECRETO 10**

Publicação Nº 1454833

Decreto Legislativo Nº 10/2017

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE "CERTIFICADO DE HONRA AO MÉRITO LEGISLATIVO", DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO N.º 04/2017.

A Presidente da Câmara de Vereadores de São João Batista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ela Promulga o presente

DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º . Fica concedido o "CERTIFICADO DE HONRA AO MÉRITO LEGISLATIVO", aos Conselheiros Jhonatan Amorim, Simone Vargas Máze-ra, Rosane Guedes Hoffmann, Elenir Azevedo Poncio e Evair Bernardo, pelos relevantes trabalhos que vem efetuando perante esta Instituição, como atender as crianças e adolescentes nas hipóteses onde seus direitos forem violados, seja por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, falha ou abuso dos pais ou responsável, ou em caso de ato infracional.

Art. 2º . Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de Dezembro de 2017.

Rúbia Alice Tamanini Duarte
-----------------------------

Presidente
------------

# São João do Oeste

## PREFEITURA

### INEXIGIBILIDADE FMS 05/2017 LABORATORIOS

Publicação Nº 1454089

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 05.2017 – Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 13 de Dezembro de 2017.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para execução de exames laboratoriais e coleta de material para envio ao LACEN, para pacientes da Secretaria Municipal da Saúde, conforme Decreto Municipal nº 103/16.

Vigência: até 31.12.2018 – contados a partir de credenciamento.

Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 11 de dezembro de 2.017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### INEXIGIBILIDADE FMS 06/2017 PROTESES DENTARIAS

Publicação Nº 1454244

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 06.2017 – Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 13 de dezembro de 2017.

OBJETO: Credenciamento de Pessoas jurídicas, privadas ou Públicas, lucrativas ou não, para fornecimento de prótese dentaria maxilar e mandibular, a pessoas necessitadas do Município de São João do Oeste, com Recursos do Ministério da Saúde.

Vigência: até 31.12.2018 – contados a partir de credenciamento.

Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 13 de dezembro de 2.017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### INEXIGIBILIDADE FMS 08/2017 SERVIÇOS DE GINECOLOGIA

Publicação Nº 1454589

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 08.2017 – Edital de Chamamento Público para Credenciamento.

Credenciamento: a partir do dia 13 de Dezembro de 2017.

OBJETO: Credenciamento de jurídica para prestação de serviços médicos especializados em ginecologia, conforme autorização emitida pela secretaria municipal de saúde, para atendimento da demanda.

Vigência: até 31.12.2018 – contados a partir de credenciamento.

Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. São João do Oeste, SC, 11 de dezembro de 2.017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

### PP 13.17 FMAS CESTAS BASICAS

Publicação Nº 1454461

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE  
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL  
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 017/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017 – EXCLUSIVO PARA EMPRESAS MPES

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preços, para a aquisição de gêneros alimentícios e de produtos de higiene e limpeza para o programa cidadão mirim e oportunidade do município de São João do Oeste

Tipo: menor preço por item.

Recebimento dos envelopes da proposta e documentos até as 08:30 horas do dia 26 de dezembro de 2017 e julgamento no mesmo dia e horário na Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente. Edital disponível no site [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 11 de dezembro de 2.017.

FERNANDO BISIGO – PREFEITO MUNICIPAL.

## PP 150.17 NITROGENIO, LUVAS E BAINHAS

Publicação Nº 1454414

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0217/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0150/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preço para eventual aquisição, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de nitrogênio líquido, bairhas e luvas para o programa de melhoramento genético da Secretaria da Agricultura do Município de São João do Oeste.

Tipo: menor preço por item

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 21 de dezembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 21 de dezembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município [www.saojoao.sc.gov.br](http://www.saojoao.sc.gov.br). São João do Oeste, SC, 07 de DEZEMBRO de 2.017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

# São João do Sul

## PREFEITURA

### CONT. 020\_2017

Publicação Nº 1454855

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 20/2017

OBJETO: Aquisição de medicamentos para o programa de saúde mental e demais medicamentos para distribuição gratuita aos munícipes de São João do Sul.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAÚDE - AMESC

VIGÊNCIA: 28/08/2017 até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 87.690,08 (oitenta e sete mil seiscentos e noventa reais e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 17/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 - 2.024 - 3.3.93.00.00.00.0033 (21)

São João do Sul, 28 de agosto de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### CONT. 021\_2017

Publicação Nº 1454858

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 21/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada em prestação de serviços de organização, planejamento e realização de Processo Seletivo para preenchimento de vagas em caráter temporário, com a elaboração, impressão e aplicação de provas para os cargos do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde de São João do Sul, incluindo profissionais na área de saúde.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: AIR SOLUÇÕES EM PESQUISA E TECNOLOGIA EIRELI - ME

VIGÊNCIA: 06/09/2017 até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 2.965,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 19/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 – 2.024 – 3.3.90.39.48.00.00.00(85)

São João do Sul, 06 de setembro de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

### CONT. 022\_2017

Publicação Nº 1454863

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO Nº 22/2017

OBJETO: Contratação de laboratório de Análises Clínicas a serem contratados por inexigibilidade de licitação para prestação dos serviços de Diagnóstico em Laboratório Clínico no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, usando como referência os procedimentos e valores do Grupo 2, Subgrupo 2, constantes na tabela de exames laboratoriais do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SIA/SUS) - Tabela Unificada de Procedimentos (SIGTAP), conforme Anexo I deste Edital, pelo prazo de até 60 meses contados da primeira publicação deste edital.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICA E CITOLOGIA SÃO JOÃO LTDA.

VIGÊNCIA: 13/09/2017 até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 28.302,14 (vinte e oito mil trezentos e dois reais e quatorze centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 20/2017 na modalidade Inexigibilidade de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 – 2.024 – 3.3.90.00.00.00 (16 e 49)

São João do Sul, 13 de setembro de 2017.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**CONT. 023\_2017**

Publicação Nº 1454867

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 23/2017

OBJETO: Contratação de laboratório de Análises Clínicas a serem contratados por inexigibilidade de licitação para prestação dos serviços de Diagnóstico em Laboratório Clínico no atendimento aos serviços de saúde ofertados pela Rede Municipal de Saúde aos usuários do SUS – Sistema Único de Saúde, usando como referência os procedimentos e valores do Grupo 2, Subgrupo 2, constantes na tabela de exames laboratoriais do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sistema Único de Saúde (SIA/SUS) - Tabela Unificada de Procedimentos (SIGTAP), conforme Anexo I deste Edital, pelo prazo de até 60 meses contados da primeira publicação deste edital.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: LABORATORIO J.A. MATOS LTDA – ME.

VIGÊNCIA: 13/09/2017 até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 10.233,78(dez mil duzentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 20/2017 na modalidade Inexigibilidade de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 – 2.024 – 3.3.90.00.00.00 (16).

São João do Sul, 13 de setembro de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**CONT. 024\_2017**

Publicação Nº 1454870

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 24/2017

OBJETO: contratação direta do CONSÓRCIO DE SAÚDE DA AMESC para prestação de serviços de consultas médicas especializadas, destinados ao atendimento das demandas da saúde pública municipal, dos quais a secretaria municipal da saúde não possua em seu quadro de profissionais da saúde.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA SAUDE - AMESC.

VIGÊNCIA: 14/09/2017 até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 10.233,78(dez mil duzentos e trinta e três reais e setenta e oito centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 22/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 - 2.024 - 3.3.93.00.00.00.0085 (25).

São João do Sul, 14 de setembro de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**CONT. 025\_2017**

Publicação Nº 1454872

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2017

OBJETO: aquisição de veículo tipo minivan ano/modelo 2017 com sete lugares, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: SUL PEÇAS E VEÍCULOS LTDA.

VIGÊNCIA: 21/09/2017 até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 84.990,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 22/2017 na modalidade Dispensa de Licitação, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:



07.01 – 1.028 – 4.4.90.00.00.00 (3)  
São João do Sul, 21 de setembro de 2017.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**CONT. 026\_2017**

Publicação Nº 1454875

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2017

OBJETO: aquisição de equipamentos e material permanente, nos termos da reprogramação da PROPOSTA Nº 11364.800000/1150-01, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial o descritivo e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo – I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: VMLX ELETRONICOS EIRELI – ME.

VIGÊNCIA: 29/09/2017 até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 9.312,00 (nove mil trezentos e doze reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 16/2017 na modalidade Pregão Presencial, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 – 1.065 – 4.4.90.52.08.00.00.3023 (54) – R\$ 7.857,00;

07.01 – 1.065 – 4.4.90.52.42.00.00.3023 (54) – R\$ 873,00;

07.01 – 1.065 – 4.4.90.52.99.00.00.3023 (54) – R\$ 7582,00.

São João do Sul, 29 de setembro de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**CONT. 027\_2017**

Publicação Nº 1454877

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2017

OBJETO: aquisição de equipamentos e material permanente, nos termos da reprogramação da PROPOSTA Nº 11364.800000/1150-01, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial o descritivo e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo – I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: GOLD COMPUTADORES LTDA - EPP.

VIGÊNCIA: 29/09/2017 até 31/12/2017.

VALOR: R\$ 18.626,00 (dezoito mil seiscentos e vinte e seis reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 16/2017 na modalidade Pregão Presencial, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

07.01 – 1.065 – 4.4.90.52.42.00.00.3023 (54) – R\$ 8.967,00;

07.01 – 1.065 – 4.4.90.52.35.00.00.0023 (55) – R\$ 7.960,00;

07.01 – 1.065 – 4.4.90.52.12.00.00.3023 (54) – R\$ 1.699,00.

São João do Sul, 29 de setembro de 2017.

REJANE ELIBIO BORBA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**CONT. 028\_2017**

Publicação Nº 1454880

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 28/2017

OBJETO: aquisição de equipamentos e material permanente, nos termos da reprogramação da PROPOSTA Nº 11364.800000/1150-01, obedecendo às especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial o descritivo e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo – I), observadas as especificações ali estabelecidas, bem como as demais condições constantes no edital e demais anexos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
CONTRATADA: HAYA INFORMÁTICA LTDA – EPP.  
VIGÊNCIA: 29/09/2017 até 31/12/2017.  
VALOR: R\$ 5.330,00 (cinco mil trezentos e trinta reais).  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 16/2017 na modalidade Pregão Presencial, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:  
07.01 – 1.065 – 4.4.90.52.35.00.00.0023 (54) – R\$ 3.992,00;  
07.01 – 1.065 – 4.4.90.52.30.00.00.3023 (54) – R\$ 1.338,00.  
São João do Sul, 29 de setembro de 2017.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**CONT. 029\_2017**

Publicação Nº 1454885

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 29/2017  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM FILTRADA E DIESEL S10 PARA OS VEÍCULOS DA UNIDADE CENTRAL DE SAÚDE, através de empresa do ramo pertinente.  
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.  
CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA.  
VIGÊNCIA: 09/10/2017 até 31/12/2017.  
VALOR: R\$ 45.024,63 (quarenta e cinco mil e vinte e quatro reais e sessenta e três centavos).  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 66/2017 na modalidade Pregão Presencial, de acordo com a Lei 8.666/93 suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:  
0701 – 2.024 – 3.3.90.30.01.00.00.0085 (19) – R\$ 44.946,83  
0701 – 2.026 – 3.3.90.30.01.00.00.0045 (29) – R\$ 77,80  
São João do Sul, 09 de outubro de 2017.  
REJANE ELIBIO BORBA  
Presidente do Fundo Municipal de Saúde

**CONT. 043\_2017**

Publicação Nº 1454709

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2017  
OBJETO: contratação de empresa prestadora de serviços para executar a mão de obra, para instalações novas, atendimento e manutenção da iluminação da rede pública do município de São João do Sul/SC, obedecendo as especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições e preços máximos constantes Termo de Referência (Anexo I) e na proposta vencedora.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.  
CONTRATADA: COOPERATIVA DE ELETRICIDADE PRAIA GRANDE  
VIGÊNCIA: 02/06/2017 a 31/12/2017  
VALOR: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais).  
FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 30/2017 na modalidade Pregão Presencial, Lei 10.520/02 e suas alterações.  
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 09.01 – 2.010 – 3.3.90.39.99.00 (111)  
São João do Sul/SC, 02 de junho de 2017.  
Moacir Francisco Teixeira  
Prefeitura Municipal

**CONT. 044\_2017**

Publicação Nº 1454711

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2017  
OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento de combustível automotivo (Gasolina Comum e Diesel S10) para abastecimento dos veículos oficiais da frota municipal de São João do Sul/SC, através de empresa do ramo pertinente.  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.  
CONTRATADA: SÃO JOÃO DO SUL AUTO POSTO LTDA  
VIGÊNCIA: 02/06/2017 a 31/12/2017  
VALOR: R\$ 29.490,00 (vinte e nove mil quatrocentos e noventa reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 66/2016 na modalidade Pregão Presencial, Lei 10.520/02 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

0901 – 2.051 – 3.3.90.30.01.00.00.0080 (115) – R\$ 14.440,00

1001 – 2.046 – 3.3.90.30.01.00.00.0080 (137) – R\$ 15.050,00

São João do Sul/SC, 02 de junho de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

## **CONT. 046\_2017**

Publicação Nº 1454713

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2017

OBJETO: contratação de empresa para aquisição de equipamentos de informática para o Centro de Referência de Assistência Social - Cras e setor de atendimento do Bolsa Família da Secretaria Municipal de Assistência Social de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: WEA INFORMATICA LTDA – ME

VIGÊNCIA: 05/07/2017 a 31/08/2017

VALOR: R\$ 9.880,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 33/2017, na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

08.01 – 2.013 – 4.4.90.52.35.00 (84); e

08.01 – 2.013 – 4.4.90.52.35.00 (160).

São João do Sul/SC, 05 de julho de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

## **CONT. 047\_2017**

Publicação Nº 1454714

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 47/2017

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento e instalação de vidro temperado com estrutura de alumínio para refeitório da Escola Quintiliano João Pacheco e cobertura de vidro temperado para a entrada da Escola Quintiliano João Pacheco.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: MANOEL ALVES PEREIRA78937930900.

VIGÊNCIA: 17/07/2017 a 30/09/2017

VALOR: R\$ 35.675,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 36/2017, na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.026 – 3.3.90.29.16.00 (36)

São João do Sul/SC, 17 de julho de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

## **CONT. 048\_2017**

Publicação Nº 1454716

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 48/2017

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de horas maquinas (retro escavadeira) para assistência ao produtor rural do município de São João do Sul.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: JANDER DE OLIVEIRA SCHEFFER.

VIGÊNCIA: 21/07/2017 a 31/12/2017

VALOR: R\$ 33.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 37/2017, na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

10.01 – 2.046 – 3.3.90.39.99.00 (137)

São João do Sul/SC, 21 de julho de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 049\_2017**

Publicação Nº 1454717

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 49/2017

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços com arbitragem para o campeonato municipal de futebol amador edição de 2017, incluindo delegado e apoio técnico.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA.

VIGÊNCIA: 11/08/2017 a 31/12/2017

VALOR: R\$ 33.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 39/2017, na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 06.01 – 2.041 – 3.3.90.39.99.00 (174).

São João do Sul/SC, 11 de agosto de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 050\_2017**

Publicação Nº 1454719

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 50/2017

OBJETO: contratação de jornal de circulação local e regional para divulgar matérias institucionais de interesse do município de São João do Sul/SC, através de periódico semanal.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: MAQUIU AGUIAR CARDOSO.

VIGÊNCIA: 18/08/2017 a 31/12/2017

VALOR: R\$ 28.000,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 40/2017, na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.031 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (40) – R\$ 3.200,00;

08.01 – 2.015 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (88) – R\$ 6.400,00;

10.01 – 2.046 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (137) – R\$ 4.800,00;

03.01 – 2.004 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (161) – R\$ 4.800,00;

04.01 – 2.005 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (172) – R\$ 6.400,00; e

06.01 – 2.041 – 3.3.90.39.88.00.00.00 (174) – R\$ 2.400,00.

São João do Sul/SC, 18 de agosto de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 051\_2017**

Publicação Nº 1454720

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 51/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: NP CAPACITAÇÃO E SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA.

VIGÊNCIA: 29/08/2017 a 28/08/2018

VALOR: R\$ 5.990,00 (cinco mil novecentos e noventa reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 40/2017, na modalidade Convite, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

04.01 – 2.005 - 3.3.90.39.99.00.00.3080 (172)

São João do Sul/SC, 29 de agosto de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 052\_2017**

Publicação Nº 1454721

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 52/2017

OBJETO: aquisição de veículo automotor zero quilometro modelo sedan, ano/modelo 2017/2018, com capacidade para 05 (cinco) passageiros, para o gabinete do prefeito, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: STRADA MOTORS LTDA.

VIGÊNCIA: 01/09/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 103.000,00 (cento e três mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 41/2017, na modalidade Pregão Presencial, Lei 10.520/2002 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

02.01 – 1.067 – 4.4.90.00.00.00 (143); R\$ 49.000,00; e

02.01 – 1.067 – 4.4.90.00.00.00 (175) – R\$ 54.000,00.

São João do Sul/SC, 01 de setembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 053\_2017**

Publicação Nº 1454722

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 53/2017

OBJETO: contratação de empresa jornalística, para através de jornal de circulação diária local e regional divulgar atos oficiais de interesse do município de São João do Sul/SC, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: GCS LTDA – ME.

VIGÊNCIA: 01/09/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 26.610,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 22/2017, na modalidade Pregão Presencial, Lei 10.520/2002 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

03.01 – 2.004 – 3.3.90.39.90.00.00 (161) – R\$ 26.610,00.

São João do Sul/SC, 01 de setembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 054\_2017**

Publicação Nº 1454723

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 54/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada na locação de relógio ponto biométrico, para controle de ponto dos servidores do setor Administrativo da Prefeitura Municipal e Conselheiros Tutelares do Município de São João do Sul/SC, incluindo software do MTE e manutenção do sistema.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: PONTO SYSTEM COMERCIO DE RELÓGIO PONTO LTDA.

VIGÊNCIA: 05/09/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 1.472,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 10.520/2000 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

03.01 – 2.004 – 3.3.90.39.12.00.00.3080 (161) – R\$ 736,00.

08.01 – 2.019 – 3.3.90.39.12.00.00.0080 (96) – R\$ 736,00.

São João do Sul/SC, 05 de setembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 055\_2017**

Publicação Nº 1454724

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 55/2017

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e ou suas organizações, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino no entre os meses 08/2017 e 12/2017, de acordo com a chamada pública n.º 002/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARESNE ARTESANATO DE SÃO JOÃO DO SUL – COOPERSERTÃO.

VIGÊNCIA: 06/09/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 14.282,50 (quatorze mil duzentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 3.3.90.30.07.00.00.0103 (54)

São João do Sul/SC, 06 de setembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 056\_2017**

Publicação Nº 1454725

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 56/2017

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e ou suas organizações, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ANITO FARIAS DA ROSA.

VIGÊNCIA: 06/09/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 11.010,00 (onze mil e dez reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 3.3.90.30.07.00.00.0103 (54)

São João do Sul/SC, 06 de setembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 057\_2017**

Publicação Nº 1454726

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2017

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e ou suas organizações, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ALPHA PINTURAS EIRELI - ME.

VIGÊNCIA: 11/09/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 28.650,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº 44/2017, Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.029 – 3.3.90.00.00.0101(36) – R\$ 17.960,00;

05.01 – 2.032 – 3.3.90.00.00. 0101(45) – R\$ 10.690,00.

São João do Sul/SC, 11 de setembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal



**CONT. 058\_2017**

Publicação Nº 1454728

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 57/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada para a construção de ponte passagem molhada na localidade de Beira Rio, nos termos do CONTRATO 833523/2016 – PROCESSO 1033721-44/2016 – PM São João do Sul/SC, conforme localização, condições, especificações, quantitativos e demais dados técnicos, constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto básico e demais anexos do edital e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ARAUJO CONSTRUÇÕES EIRELI – EPP.

VIGÊNCIA: 27/09/2017 a 31/01/2018.

VALOR: R\$ 340.285,45 (trezentos e quarenta mil duzentos e oitenta e cinco reais e quarenta e cinco centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

09.01 – 1.052 – 4.4.90.00.00.00 (100) – R\$ 243.750,00; e

09.01 – 1.052 – 4.4.90.00.00.00 (144) – R\$ 96.535,45.

São João do Sul/SC, 27 de setembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 061\_2017**

Publicação Nº 1454729

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 61/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada para a locação de sonorização, iluminação, palco e pirâmides tipo tenda, para uso na realização da I Feira da Agricultura Familiar, dentro do evento IV São João de Natal e Comemoração do 56º aniversário política do Município de São João do Sul, nos dias 17 a 20 de dezembro de 2017, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ANITO FARIAS DA ROSA.

VIGÊNCIA: 09/11/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 13.390,00 (treze mil trezentos e noventa reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Processo licitatório nº 50/2017 – Pregão Presencial e Lei 10.520/02 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

06.01 – 2.039 – 3.3.90.00.00.00.0080 (66) – R\$ 3.471,48;

06.01 – 2.039 – 3.3.90.00.00.00.0034 (186) – R\$ 9.918,52.

São João do Sul/SC, 09 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 062\_2017**

Publicação Nº 1454730

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 62/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento do material britado e mão de obra para manutenção das rodovias municipais SJS 222 e SJS 350, obedecendo as especificações e condições constantes no edital e anexos, em especial as descrições e preços máximos constantes Termo de Referência – Anexo I, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Projetos e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ALBINO &amp; CIA LTDA – EPP.

VIGÊNCIA: 09/11/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

09.01 – 2.051 – 3.3.90.00.00.00.0034 (114)

São João do Sul/SC, 09 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 063\_2017**

Publicação Nº 1454731

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 63/2017

OBJETO: contratação de empresa para contratação de empresa para prestação de serviços de arbitragem para a realização XIX Taça Cidade do Município de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: LIGA ATLÉTICA VALE DO MAMPITUBA.

VIGÊNCIA: 21/11/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 18.360,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 55/2017 – Convite e Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

06.01 – 2.041 – 3.3.90.39.99.00 (174)

São João do Sul/SC, 21 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 064\_2017**

Publicação Nº 1454735

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 64/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada para elaboração de projetos, incluindo obras de arte necessárias, para futura pavimentação asfáltica da Rodovia Municipal SJS 150, na comunidade de Vila São José, conforme edital e anexos e valores constantes na proposta de preços.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: LITORAL SUL CONSULTORIA E PROJETOS DE ENGENHARIA EIRELI.

VIGÊNCIA: 22/11/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 45.435,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 56/2017 – Convite e Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

09.01 – 2.051 – 3.3.90.39.39.05.00.00.0080 (115)

São João do Sul/SC, 22 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 065\_2017**

Publicação Nº 1454736

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL  
EXTRATO DE CONTRATO Nº 65/2017

OBJETO: contratação de empresa especializada, com vistas à execução de obras e serviços de engenharia destinados à construção de uma creche na comunidade de Vila Santa Catarina, conforme projetos, planilhas, cronograma, especificações técnicas e de mais documentos anexos a este ao edital e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA EPP.

VIGÊNCIA: 27/11/2017 a 31/03/2018.

VALOR: R\$ 649.116,15 (seiscentos e quarenta e nove mil, cento e dezesseis reais e quinze centavos)..

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 55/2017 – Tomada de Preços e Lei 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 1.037 – 4.4.90.51.98.00.00.0098(28) – R\$ 224.315,00;

05.01 – 1.037 – 4.4.90.51.98.00.00.0102(29) – R\$ 316.421,00; e

05.01 – 1.037 – 4.4.90.51.98.00.00.0101(184) – R\$ 108.380,15;

São João do Sul/SC, 27 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 066\_2017**

Publicação Nº 1454737

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 66/2017

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e ou suas organizações, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ANITO FARIAS DA ROSA.

VIGÊNCIA: 30/11/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 3.300,00 (três mil e trezentos reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.035 – 3.3.90.30.00.00.00.00 (54)

São João do Sul/SC, 30 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 067\_2017**

Publicação Nº 1454738

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 67/2017

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e ou suas organizações, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: CLODOALDO MONTEIRO RODRIGUES.

VIGÊNCIA: 30/11/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 1.433,60 (um mil quatrocentos e trinta e três reais e sessenta centavos).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.035 – 3.3.90.30.00.00.00.00 (54)

São João do Sul/SC, 30 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 068\_2017**

Publicação Nº 1454739

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 68/2017

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e ou suas organizações, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino no entre os meses 11/2017 e 12/2017, de acordo com a chamada pública n.º 003/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: COOPERATIVA REGIONAL DOS AGRICULTORES FAMILIARESNE ARTESANATO DE SÃO JOÃO DO SUL – COOPERSERTÃO.

VIGÊNCIA: 30/11/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 10.893,00 (dez mil oitocentos e noventa e três reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.035 – 3.3.90.30.00.00.00.00 (54)

São João do Sul/SC, 30 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 069\_2017**

Publicação Nº 1454740

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 69/2017

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e ou suas organizações, para atender os

alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: ALDOIR HAHANN MARINHO.

VIGÊNCIA: 30/11/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 2.612,00 (dois mil seiscentos e doze reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.035 – 3.3.90.30.00.00.00.00 (54)

São João do Sul/SC, 30 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

## **CONT. 070\_2017**

Publicação Nº 1454741

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2017

OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural e ou suas organizações, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Municipal de Ensino.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: JOSÉ MOACIR BIANCHINI.

VIGÊNCIA: 30/11/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 229,30.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei 11.947/2009, Resolução/CD/FNDE Nº 26, de 17 de junho de 2013.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

05.01 – 2.035 – 3.3.90.30.00.00.00.00 (54)

São João do Sul/SC, 30 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

## **CONT. 071\_2017**

Publicação Nº 1454742

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 71/2017

OBJETO: contratação de contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular dos veículos da frota municipal de São João do Sul/SC e valores constantes na proposta de preços.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS.

VIGÊNCIA: 01/12/2017 a 30/11/2018.

VALOR: R\$ 23.680,00 (vinte e três mil seiscentos e oitenta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 57/2017 – Convite, Lei 8.666/93 e alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

PREFEITURA: 05.01 – 2.036 – 3.3.90.39.69.00 (58) – R\$ 7.050,00; 08.01 – 2.015 – 3.3.90.39.69.00 (88) – R\$ 600,00; 09.01 – 2.051 – 3.3.90.39.69.00 (115) – R\$ 2.840,00; 03.01 – 2.004 – 3.3.90.39.69.00 (161) – R\$ 3.200,00; 09.02 – 2.058 – 3.3.90.39.69.00 (165) – R\$ 4.900,00; e 10.01 – 2.046 – 3.3.90.39.69.00 (173) – R\$ 3.000,00.

SAÚDE: 07.01 – 2.024 – 3.3.90.39.69.00 (19) – R\$ 1.210,00.

São João do Sul/SC, 01 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 072\_2017**

Publicação Nº 1454743

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 72/2017

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento de equipamentos de informática para a Delegacia de Polícia Civil do Município de São João do Sul/SC, por meio de recursos para Manutenção Convênio Fiscalização de Trânsito.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: WEA INFORMATICA LTDA – ME.

VIGÊNCIA: 11/12/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 2.570,00.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 59/2017 – Convite e Lei 8.666/93 e alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

09.01 – 2.057 – 4.4.90.52.35.00 (195) - R\$ 2.570,00

São João do Sul/SC, 30 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

**CONT. 073\_2017**

Publicação Nº 1454745

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 73/2017

OBJETO: contratação de empresa para contratação de empresa para fornecimento de troféus e medalhas para a premiação nas diversas modalidades esportivas XIX Taça Cidade do Município de São João do Sul/SC.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: HIGOR FERNANDES DOS SANTOS 02717987932.

VIGÊNCIA: 11/12/2017 a 31/12/2017.

VALOR: R\$ 6.637,80

FUNDAMENTO LEGAL: Processo Licitatório nº 61/2017 – Convite e Lei 8.666/93 e alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

06.01 – 2.041 – 3.3.90.39.99.00 (174) – R\$ 6.637,80

São João do Sul/SC, 30 de novembro de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

# São Joaquim

## PREFEITURA

### LEI Nº 4.524/2017

Publicação Nº 1455016

LEI Nº 4.524/2017

“QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM PARA O EXERCÍCIO DE 2018.”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de São Joaquim/SC para o exercício de 2018 estima a Receita e fixa e Despesa em R\$ 47.562.700,00 (Quarenta e Sete Milhões, Quinhentos e Sessenta e Dois Mil e Setecentos Reais ).

Art. 2º - O orçamento estimado e afiação de despesa serão executadas através das entidades abaixo relacionadas e respectivos valores:

Entidade	Valor Orçado
PREFEITURA DE SÃO JOAQUIM	13.772.150,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.605.750,00
FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.652.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	19.265.200,00
CÂMARA DE VEREADORES	1.500.100,00
TOTAL	47.795.200,00

§ 1º - A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, transferências rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

Especificação	Valor
1.RECEITAS CORRENTES	53.606.700,00
1.1.RECEITA TRIBUTARIA	6.437.350,00
1.2. RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	594.000,00
1.3.RECEITA PATRIMONIAL	786.350,00
1.4.RECEITA AGROPECUARIA	32.500,00
1.6.RECEITA DE SERVIÇOS	32.000,00
1.7.TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	45.241.700,00
1.9.OUTRAS RECEITAS CORRENTES	482.800,00
2.RECEITAS DE CAPITAL	87.500,00
2.2 – ALIENAÇÃO DE BENS	87.500,00
9.0 – DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.899.000,00)
9.1 – DEDUÇÕES DA RECEITA	(5.899.000,00)
Total	47.795.200,00

§ 2º - A despesa será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza, assim distribuídas:



**I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL**

02.01 - PODER EXECUTIVO - Prefeitura Municipal de São Joaquim	13.772.150,00
02.13 - PODER EXECUTIVO - Fundo Mun. de Saúde	10.605.750,00
02.14 - PODER EXECUTIVO - Fundo Mun. da Assistência Social	2.652.000,00
02.12 - PODER EXECUTIVO - Fundo Mun. de Educação	19.265.200,00
01.01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.500.100,00
Total	47.795.200,00

**II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO**

Especificação	Valor
Legislativa	1.500.100,00
Administração	5.434.250,00
Segurança Publica	456.300,00
Assistência Social	2.452.000,00
Saúde	10.595.750,00
Educação	19.067.700,00
Cultura	50.000,00
Urbanismo	3.931.950,00
Habitação	200.000,00
Saneamento	10.000,00
Gestão Ambiental	1.645.983,72
Agricultura	1.470.066,28
Comércio e Serviços	621.500,00
Transporte	112.100,00
Desporto e Lazer	147.500,00
Reserva de Contingência	100.000,00
Total	47.795.200,00

**III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA**

Especificação	Valor
1 – GESTÃO SÃO JOAQUIM	5.890.550,00
2 – COLHENDO RESULTADOS	3.116.050,00
3 – ESTRUTURAR PARA CRESCER	4.034.050,00
4- TURISMO CRIATIVO	621.500,00
5- CIDADANIA ASSISTIDA	2.652.000,00
6 – EDUCAR PARA CRESCER	19.067.700,00
7 - GESTÃO A PRÁTICA ESPORTIVA	147.500,00
8– DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA	50.000,00
9 – EVOLUINDO COM SAÚDE	10.605.750,00
10- AÇÃO LEGISLATIVA	1.500.100,00
11- MOBILIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO	10.000,00
99- RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
Total:	47.795.200,00

**IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA**

DESPESAS CORRENTES	46.174.085,52
3.1.00.00.00.00.00.00 – PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.628.119,75
3.2.00.00.00.00.00.00 – JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	30.000,00
3.3.00.00.00.00.00.00 – OUTRAS DESPESAS CORRENTES	19.515.965,77
DESPESAS DE CAPITAL	1.521.114,48
4.4.00.00.00.00.00.00 – INVESTIMENTOS	1.323.114,48
4.6.00.00.00.00.00.00 – AMORTIZAÇÃO DA DIVIDA	198.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
9.9.00.00.00.00.00.00 – RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00
Total:	47.795.200,00

Art. 3º - Os recursos da Reserva de Contingência são destinados ao atendimento dos passivos contingentes, intempéries, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, superávit orçamentário e para obtenção de resultado primário.

§ 1º - A utilização dos recursos de Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observando o limite para cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º - Para efeito desta Lei entende-se como "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos" as despesas diretamente relacionadas ao funcionamento e manutenção dos serviços de competência de cada uma das unidades gestoras não orçadas ou orçadas a menor.

§ 3º - Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados a passivos contingentes e intempéries previstos neste artigo, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para atender "Outros Riscos e Eventos Fiscais Imprevistos", conforme definido no § 2º deste artigo, desde que o Orçamento para 2019 tenha reservado recursos para os mesmos riscos fiscais.

Art. 4º - O Executivo municipal por ato próprio poderá remanejar dotações de um elemento para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 5º - O Executivo está autorizado, nos termos do Artigo 7º da Lei Federal nº 4320/64, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 50% (cinquenta por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fonte de recurso.

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício.

II - a anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas.

III - superávit financeiro do exercício anterior.

§ 1º - Excluem-se deste limite, os créditos adicionais suplementares, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

§ 2º - Os créditos a que se referem esse artigo, poderão ser abertos por ato próprio do chefe do poder executivo e dentro da mesma ação governamental no caso de anulação.

Art. 6º - As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios, operações de créditos e outras receitas de realização extraordinária só serão executadas ou utilizadas de alguma forma, se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

Art. 7º - Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 8º - As receitas de realização extraordinária, oriundas de convênios, operações de crédito e outras, não serão consideradas para efeito de apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 9º - Durante o exercício de 2018 o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Crédito para financiamento de programas priorizados nesta Lei.

Art. 10 - Comprovado o interesse público municipal e mediante convênio, acordo ou ajuste, o Executivo Municipal poderá assumir custeio de competência de outros entes da Federação.

Art. 11 - Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos Federal, Estadual e Municipal, diretamente ou através de seus órgãos da administração direta ou indireta.

Art. 12 - Ficam autorizados os ajustes de recursos e valores necessários nos Anexos do Plano Plurianual 2018/2021 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 em função dos Anexos da presente Lei.

Art. 13 - Esta Lei vigorará durante o exercício de 2018, a partir de 1º de Janeiro, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Dezembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## LEI Nº 4.525/2017

Publicação Nº 1455023

LEI Nº 4.525/2017

“QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM, PARA O EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de São Joaquim, para o exercício de 2018, será elaborado e executado de acordo com o que dispõe o § 2º do artigo 165, da Constituição Federal, e a Lei Complementar Nº 101, de 04/05/2000 e conterá:

- I – as prioridades e metas da administração municipal;
- II - a estrutura dos orçamentos fiscais;
- III - as diretrizes para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município;
- IV - as disposições sobre a dívida pública municipal;
- V - disposições sobre despesas com pessoal;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII – as disposições gerais.

### I - DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2018, são aquelas definidas nos Anexos constantes desta Lei.

§ 1º - Integram esta Lei de Diretrizes Orçamentárias os anexos a seguir:

- I- Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas;
- II- Demonstrativos da Lei 4.320/64:
  - a. Anexo I - Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas;
  - b. Anexo VI – Demonstrativo de Trabalho de Governo;
  - c. Anexo VIII – Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas;
  - d. Anexo IX – Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções;
- III- Demonstrativos da Lei 101/2000:
  - a. Demonstrativo I – Metas Anuais;
  - b. Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
  - c. Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;
  - d. Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
  - e. Anexo I – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Receitas – Total das Receitas;
  - Anexo Ia - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receitas;
  - f. Anexo II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as Despesas;
  - Anexo IIa - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Despesas;
  - g. Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;
  - h. Anexo IV - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal;
  - i. Anexo V - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;
  - j. Anexo VI - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
  - k. Anexo VII – Demonstrativo dos Riscos Fiscais e Providências.

§ 2º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2018, serão destinados, preferencialmente, para as prioridades estabelecidas na Lei, não se constituindo, em limites à programação de despesas.

§ 3º - Na elaboração da Proposta Orçamentária para o exercício de 2018, o Poder Executivo poderá alterar as metas estabelecidas nesta Lei a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

### II – DA ESTRUTURA DO ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 3º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2018 abrangerá os Poderes Legislativo, Executivo, e Fundos, o mesmo será elaborado levando-se em conta a estrutura organizacional do Município.

Art. 4º - A Lei orçamentária do Município evidenciará às Receitas por rubricas, discriminará as despesas por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento das despesas por categoria econômica, grupo de natureza de despesas e modalidade de aplicação. O Projeto de Lei Orçamentária encaminhado ao Legislativo conterá, além do texto da lei os quadros orçamentários consolidados a seguir:

I – Demonstrativo da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas;

II – Programa de Trabalho de Governo;

III – Programa de Trabalho de Governo – Demonstrativo de Funções, Sub-funções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais;

IV – Demonstrativo da Despesa por Funções e Sub-funções e Programas, conforme o vínculo com os Recursos;

V – Demonstrativo da Despesa por Órgão e Funções.

§ Único – O Orçamento Fiscal, Seguridade Social e Fundos, serão integrantes do orçamento Geral do Município, evidenciarão suas receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

### III – DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 5º - O Orçamento para o exercício de 2018 obedecerão aos Princípios da Transparência e do Equilíbrio das contas públicas abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e Fundos, levando-se em conta a estrutura organizacional da Administração Pública Municipal.

Art. 6º - Os estudos para definição da previsão da receita para o exercício de 2018, deverão observar as alterações da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico e vegetativo e sua evolução nos exercícios anteriores.

Art. 7º - Se a receita estimada para o exercício de 2018, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o Legislativo, quando da análise da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração e a conseqüente adequação ao orçamento.

Art. 8º - Na execução do orçamento, se verificado que o comportamento da receita poderá afetar as metas estabelecidas, os Poderes Legislativo, Executivo e Fundos deverão de forma proporcional as suas dotações, adotar o mecanismo da limitação de empenhos no montante necessário, para as seguintes despesas e na ordem abaixo:

I – eliminação de despesas com horas extras;

II – eliminação de possíveis vantagens concedidas à servidores;

III – racionalização com gastos com diárias;

IV – redução dos gastos com combustíveis para a frota de veículos;

V – contingenciamento das dotações apropriadas para custeio;

VI – redução dos investimentos programados (aquisição de equipamentos e máquinas em geral).

Art. 9º - A expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, não excederão, no exercício de 2017, a 10% (dez por cento) da Receita Corrente Líquida apurada no exercício de 2017.

Art. 10 – Constituem riscos fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do município, as despesas;

I – decorrentes de decisões judiciais;

II – aumento da despesa provocado por fato da administração, como por exemplo, redução na arrecadação de tributos;

III – Indenização por rescisões contratuais e passivos trabalhistas ou de outra natureza, inclusive indenização por responsabilidade civil;

IV – despesas em caso de emergência ou calamidade pública;

V – redução de receitas em face de crises econômicas;

VI – desapropriação;

VII – com manutenção orçada a menor ou não orçada.

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de Contingência, ou de créditos abertos por excesso de arrecadação exceto os itens de recursos vinculados, convênios e do Superávit Financeiro do exercício de 2017.

§ 2º – Sendo estes recursos insuficientes, o Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei à Câmara, propondo a anulação de recursos alocados no Orçamento, desde que não vinculados ou comprometidos.

Art. 11 – O orçamento para o exercício de 2018 contemplará recursos para a Reserva de Contingência, limitados até 5% (cinco por cento) da Receita Corrente Líquida prevista, destinados a atender os passivos contingentes, os riscos e eventos fiscais, e outros imprevistos, calamidade pública, as desapropriações de imóveis.

§ Único – Para efeito desta Lei, entende-se como eventos e riscos fiscais imprevistos, entre outros, as despesas necessárias ao funcionamento e manutenção dos serviços públicos e da estrutura da Administração Pública Municipal, não orçadas ou orçadas a menor e as decorrentes de criação, expansão ou aperfeiçoamento de ações governamentais, imprescindíveis às necessidades do poder público.

Art. 12 – Os investimentos com duração superior a 12 (doze) meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano

Plurianual.

Art. 13 – O Executivo Municipal deverá elaborar até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o cronograma anual de desembolso mensal para a Prefeitura e Câmara, e Fundos.

Art. 14 – Os projetos e atividades com dotações vinculadas a recursos de convênios, operações de crédito e outros, somente serão executados se ocorrer o ingresso no fluxo de caixa do respectivo órgão ou termo assinado no qual se comprove o compromisso firmado.

Art. 15 – A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades, dependerão de Lei autorizativa específica e beneficiará somente aquelas de caráter assistencial, educacional e de cooperação técnica.

Art. 16 – Para efeito do disposto no § 3º artigo 16, da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de ação governamental nova, cujo impacto orçamentário-financeiro num exercício não excedam o valor para dispensa de licitação fixado no item I do artigo 24 da Lei nº 8.666/93, devidamente atualizadas.

Art. 17 – Nenhum projeto novo poderá ser incluído e/ou iniciado, sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Art. 18 – Despesas de competência de outros entes da Federação, só serão assumidas pela Administração Municipal, quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstas na Lei Orçamentária.

Art. 19 – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para o exercício de 2018, a preços correntes, acrescidos do índice inflacionário previsto e expectativa de crescimento vegetativo.

Art. 20 – A Lei Orçamentária para o exercício de 2018 poderá contemplar autorização ao Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais dos saldos não utilizáveis das dotações, através de ato próprio do executivo.

Art. 21 – Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para a abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares prevista na Lei Orçamentária 2018, por ato do Executivo Municipal.

Art. 22 – Para apuração do excesso de arrecadação, considera-se todas as receitas previstas no orçamento.

Art. 23 – Durante a execução orçamentária de 2018, o Executivo Municipal, autorizado por Lei, poderá incluir novos projetos ou atividades nos orçamentos fiscais e no plano plurianual, na forma de crédito especial, desde que se enquadrem nas prioridades para o exercício.

Art. 24 – Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2016; por autoridades locais e comprovantes de regularidade de sua diretoria, certidões negativas do INSS, FGTS e Municipal, nos termos da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 25 – As entidades privadas sem fins lucrativos, beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 26 – A celebração de convênios para a concessão de subvenção social e auxílio, para despesa de capital, é restrita a entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam atividades nas áreas social, educacional e saúde ressaltando-se os convênios e contratos firmados com cooperativas ou associações comunitárias ou de produção, para repasse de recursos federais ou municipais, observadas as exigências da legislação em vigor, e está condicionada a:

- I – comprovação das prestações de contas referentes aos recursos de que trata este artigo, recebidos em 2017;
- II – aprovação pelo tribunal de Contas do Estado da prestação de contas dos recursos de que trata este artigo, recebidos em 2016;
- III – atendam ao disposto no artigo 204 e artigo 61, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal.

Art. 27 – O orçamento para o exercício de 2018, durante o processo de elaboração atenderá ao artigo 48 da Lei Federal nº 101 de 04/05/2000 e a Lei Municipal nº 2.412/01.

Art. 28 – O Balanço Fiscal do exercício financeiro de 2018 que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo deverá ser confeccionado de acordo com a legislação pertinente a matéria e atender o artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO.

Art. 29 – Os recursos relativos a programas sociais, será conferida prioridade às áreas de menor índice de desenvolvimento sócio-econômico.

Art. 30 – O Poder Executivo poderá celebrar convênios com entidades privadas sem fins lucrativos para desenvolver programas educacionais.

#### IV – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 31 – Obedecidos os limites estabelecidos em legislações vigentes, o Município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício de 2018, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Art. 32 – As operações de crédito deverão constar da Proposta Orçamentária e autorizadas por lei específica.

Art. 33 – A verificação dos limites da dívida pública poderá ser feita ao final de cada semestre.

#### V – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS

Art. 34 – O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

§ Único – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos no orçamento ou acrescidos por créditos adicionais.

Art. 35 – A despesa total com pessoal dos Poderes, Executivo e Legislativo, não excederão em percentual da receita Corrente Líquida, os limites de 54% (cinquenta e quatro por cento) e 6% (seis por cento), respectivamente.

§ Único - O Poder Legislativo não excederá também os gastos com folha de pagamento, conforme disposto no Art. 29A da Constituição Federal.

Art. 36 – Nos Casos de necessidades temporárias, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% (noventa e cinco por cento) do limite estabelecido no artigo 20, III da Lei Complementar nº 101 de 04/05/2000.

Art. 37 – Os contratos de terceirização de mão-de-obra realizados com a Administração Pública Municipal, que se referirem a substituição de servidores ou empregados públicos, serão apropriados como “outras despesas com pessoal”.

§ Único – Para efeito no disposto deste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades e funções, constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal e que não envolvam a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Art. 38 – O Executivo Municipal, se necessário, adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal no exercício:

- I – exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- II – eliminação de vantagens concedidas à servidores;
- III – eliminação de despesas com horas extras;
- IV – demissão de servidores não estáveis;
- V – demissão de servidores estáveis.

Art. 39 – A verificação dos limites das despesas com pessoal poderão ser feitas no final de cada semestre.

#### VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 40 – O Executivo Municipal, poderá conceder benefício fiscal aos contribuintes que pagarem seus tributos em parcela única e/ou no prazo de vencimento, ou ainda em dia com suas obrigações tributárias, devendo, nestes casos, ser considerado nos cálculos do orçamento da receita.

Art. 41 – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no artigo 14, § 3º, Inciso II da Lei Complementar nº 101, de 04/05/00.

Art. 42 – O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação, se for o caso.

#### VII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 – A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não aprovar a Proposta Orçamentária, conforme já previsto no Art. 14 § 2º da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º - Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for devolvido ao Executivo até o início do exercício financeiro de 2018, fica o Executivo Municipal autorizado a executá-lo na forma original, até a devida sanção da respectiva lei.

§ 2º - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrência, do disposto no Parágrafo anterior, serão ajustados após a sanção da Lei Orçamentária Anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de Decreto do Poder Executivo, usando como fontes de recursos o superávit financeiro do exercício de 2017, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos de dotações não comprometidas e a reserva de contingência sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os riscos e eventos fiscais imprevisíveis.

Art. 44 – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos decorrentes de insuficiência de disponibilidade de caixa.

Art. 45 – São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.



Art. 46 – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do Poder Executivo.

Art. 47 – O Executivo Municipal poderá assinar convênio com o Governo Federal e Estadual, através de seus órgãos da Administração direta ou indireta para a realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

Art. 48 - O Executivo Municipal está autorizado a firmar acordos e ajustes judiciais ou extrajudiciais.

Art. 49 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Dezembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## **LEI Nº 4.526/2017**

Publicação Nº 1455026

LEI Nº 4.526/2017

“QUE DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOAQUIM PARA O QUADRIÊNIO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim (SC), faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Os objetivos e metas da Administração para o quadriênio de 2018/2021, serão financiadas com os recursos previstos nos anexos desta Lei.

Art. 2º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de São Joaquim para o Quadriênio 2018/2021, contemplará as despesas de capital e as despesas correntes expressas nas planilhas dos anexos desta Lei.

Art. 3º - As metas da Administração para o quadriênio 2018/2021, consolidamos por programas constantes dos anexos desta Lei.

Art. 4º - As planilhas que compõem o Plano Plurianual, serão estruturadas em programa, diretrizes, objetivos, ações, valor e fonte de recursos.

§ Único – Para fins desta Lei, considera-se:

I – Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização de objetivos pretendidos;

II – Diretrizes , conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

III – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações de governo;

IV – Ações, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa.

Art. 5º - Os valores constantes dos anexos desta Lei estão orçados a preços correntes com a projeção de inflação para:

2018 - 4,5% (quatro vírgula cinquenta por cento).

2019 - 4% (quatro por cento)

2020 – 4% (quatro por cento)

2021- 4% (quatro por cento)

Art. 6º - As alterações na programação somente poderão ser promovidas mediante lei específica votada na Câmara.

Art. 7º - O Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei.

Art. 9º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Dezembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.527/2017**

Publicação Nº 1455030

LEI Nº 4.527/2017

“QUE AUTORIZA O CHEFE DO EXECUTIVO MUNICIPAL PROCEDER PERMISSÃO E/OU CONCESSÃO DE ESPAÇO PÚBLICO”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a concessão e/ou permissão remunerada dos espaços a serem locados no Terminal Rodoviário Municipal, Ginásio de Esportes Juraci Santos e Estádio Municipal José Leão Dutra, através de Processo Licitação.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data publicação, ficando revogadas as disposições da Lei Municipal Nº 2.720/2006 de 10/05/2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Dezembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

**LEI Nº 4.528/2017**

Publicação Nº 1455033

LEI Nº 4.528/2017

“DISPÕE SOBRE A CONSTITUIÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL E OS PROCEDIMENTOS PARA ACESSO AO SERVIÇO DE INSPEÇÃO SANITÁRIA DE ESTABELECIMENTOS QUE PRODUZAM BEBIDAS E ALIMENTOS PARA COMERCIALIZAÇÃO DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim – SC. faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei fixa normas de inspeção sanitária, no Município de São Joaquim, para a industrialização, o beneficiamento e a comercialização de bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal; cria o Serviço de Inspeção Municipal - SIM e dá outras providências.

Parágrafo Único – Esta Lei está em conformidade às Leis Federais nº 7.889/1989 e nº 9.712/1998 e ao Decreto Federal nº 5.741/2006, que constituiu e regulamentou o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA e suas alterações; Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990; Legislações provenientes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; Legislações pertinentes do Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente, Ministério do Trabalho, Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO; e Normativas do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA.

Art. 2º - A inspeção sanitária das bebidas e alimentos de consumo humano de origem animal e vegetal refere-se ao processo sistemático de acompanhamento, avaliação e controle sanitário, compreendido da matéria-prima até a elaboração do produto final e será de responsabilidade da Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal da Agricultura do Município de São Joaquim.

Art. 3º – Caberá ao Serviço de Inspeção do Município de São Joaquim, dentro de sua jurisdição, a responsabilidade das atividades de inspeção sanitária e atenção a sanidade agropecuária.

§ 1º – A Secretaria Municipal de Agricultura do Município de São Joaquim atuará em parceria com os demais municípios através do CISAMA, em cooperação técnica com o Estado de Santa Catarina e a União para facilitar o desenvolvimento de atividades relativas à inspeção sanitária, em consonância ao SUASA.

§ 2º – O Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense – CISAMA é o responsável pela adesão ao Sistema Brasileiro de Inspeção – SISBI de municípios e pelos estabelecimentos que quiserem aderir ao Sistema.

Art. 4º - Estão sujeitos à inspeção prevista nesta lei:

- I - Carnes e derivados;
- II - Leite e derivados;
- III – Produtos de abelhas e derivados;
- IV - Ovos e derivados;
- V - Pescado e derivados;
- VI - Frutas, hortaliças e seus subprodutos;
- VII - Cereais e seus subprodutos;
- VIII- Bebidas;
- IX - Outros produtos de origem animal e vegetal.

§ 1º – A inspeção sanitária se dará:

- nos estabelecimentos que recebem matérias-primas, produtos, subprodutos e derivados, de origem animal e vegetal para beneficiamento ou industrialização, com o objetivo de obtenção de alimentos e bebidas para comercialização, excluídos restaurantes, padarias, pizzarias, bares e similares;
- nas propriedades rurais fornecedoras de matérias-primas de origem animal e vegetal, em caráter complementar e com a parceria da defesa sanitária animal e vegetal, para identificar as causas de problemas sanitários apurados na matéria prima e/ou nos produtos no estabelecimento industrial.

§ 2º – O Serviço de Inspeção do Município de São Joaquim poderá ser executado de forma permanente ou periódica:

I – A inspeção deve ser executada obrigatoriamente de forma permanente nos estabelecimentos durante o abate das diferentes espécies animais. Entende-se por espécies animais de abate, os animais domésticos de produção, silvestres e exóticos criados em cativeiros ou provenientes de áreas de reserva legal e de manejo sustentável.

II – Nos demais estabelecimentos previstos nesta Lei a inspeção será executada de forma periódica. Os estabelecimentos com inspeção periódica terão a frequência de execução de inspeção estabelecida, considerando o risco dos diferentes produtos e processos produtivos envolvidos, o resultado da avaliação dos controles dos processos de produção e do desempenho de cada estabelecimento, em função da implementação dos programas de autocontrole.

§ 3º – A inspeção sanitária é um serviço oficial, devendo ser executada por funcionário público concursado e devidamente habilitado para a área afim, do quadro da Secretaria de Agricultura do Município de São Joaquim.

§ 4º – Os servidores públicos contratados ou designados para integrar a equipe responsável pela inspeção terão suas funções estabelecidas na forma do regulamento desta lei, por Instruções Normativas do CISAMA e da legislação Federal e Estadual vigentes, em consonância com as atribuições da categoria profissional estabelecidas pelos Conselhos de Classe.

Art. 5º - Nos casos de vacância do cargo do médico veterinário efetivo, em caráter de emergência pelo risco à saúde pública pela falta de responsável pelo serviço de inspeção, o Executivo Municipal fica autorizado a contratar temporariamente Médico Veterinário para atender o serviço de inspeção, por tempo não superior a doze (12) meses, mediante a elaboração de processo seletivo.

Parágrafo Único – A remuneração do contratado pelo valor previsto no Plano de Cargos e Salários dos servidores municipais, em seu nível inicial.

Art. 6º – Para acesso ao Serviço de Inspeção Municipal – SIM o estabelecimento deverá apresentar requerimento dirigido ao responsável da Secretaria de Agricultura, solicitando a inspeção e atender a toda documentação exigida pelo processo registro.

§ 1º – Os estabelecimentos já existentes para se adequarem à esta lei, deverão apresentar os respectivos projetos para aprovação do registro no SIM.

§ 2º – Deverá ser submetido à aprovação do SIM todo e qualquer projeto visando à construção, instalação, reforma ou ampliação do estabelecimento.

Art. 7º – As instalações do estabelecimento processador de alimentos obedecerão a preceitos mínimos de construção, equipamentos e práticas de fabricação, e sua especificação será estabelecida pela regulamentação desta lei e Instruções Normativas do Ministério da Agricultura e do CISAMA.

Art. 8º – A matéria-prima, os animais, os produtos, os subprodutos deverão seguir padrões de sanidade e fabricação definidos em regulamentos técnicos de identidade e qualidade, portarias, instruções normativas, manuais e normas federais, estaduais ou municipais.

Art. 9 – Todas as ações da inspeção e da vigilância sanitária serão executadas visando à segurança alimentar e a educação sanitária, buscando o comprometimento dos integrantes da cadeia produtiva agropecuária e da sociedade em geral, no cumprimento de normas e regulamentos estabelecidos pelo Serviço de Inspeção, pela Vigilância Sanitária do Município e pelo CISAMA em consonância com a legislação vigente.

§ 1º - Para tanto, buscar-se-á a cooperação com as demais instâncias do SUASA, instituições públicas e privadas de ensino, pesquisa e extensão.

§ 2º - O Serviço de Inspeção e o trabalho da Vigilância Sanitária serão desenvolvidos em sintonia, evitando-se superposições, paralelismos e duplicidade.

Art. 10 - O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR será a instância de discussão, sugestão e definição de assuntos ligados a execução dos serviços de inspeção e sobre a criação de regulamentos, normas, portarias e outros.

Art. 11 - Os recursos financeiros necessários à implementação da presente Lei e do Serviço de Inspeção Municipal serão fornecidos pelas verbas alocadas na Secretaria Municipal de Agricultura, constantes no Orçamento do Município e ou no contrato de rateio do CISAMA, da cobrança de tarifas pelos serviços prestados junto aos estabelecimentos assistidos e de recursos das demais instâncias do SUASA.

§ 1º – O Decreto 5.741/2006 estabelece em seu Art. 126 a possibilidade das instâncias do SUASA afixarem com base em legislação própria

a cobrança de tarifas pelos serviços que prestam.

§ 2º – Fica estabelecida pela presente lei a tabela de cobrança de tarifas pelos serviços de inspeção do Município de São Joaquim. As tarifas pelos serviços de inspeção municipal passam a vigorar de acordo com o anexo único da presente lei, podendo ser alterado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 12 - Os casos omissos ou de dúvidas que surgirem na execução da presente Lei, bem como a sua regulamentação, serão resolvidos através de resoluções e decretos baixados pela Secretaria de Agricultura e pelo CISAMA depois de debatido no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural - CMDR.

Art. 13 – As infrações às normas previstas nesta Lei serão apuradas em processo administrativo próprio, juntamente com as sanções e penalidades, sem prejuízo da responsabilidade de natureza cível e penal cabível.

Art. 14 – Serão considerados responsáveis por infrações a serem descritas em decreto as pessoas físicas ou jurídicas de fornecedores de matérias-primas ou de produtos de origem animal, proprietários/locatários ou arrendatários de estabelecimentos registrados no Serviço de Inspeção do Município de São Joaquim, ou que expedirem ou transportarem matérias-primas ou produtos de origem animal.

Parágrafo Único - A responsabilidade a que se refere o caput abrange as infrações cometidas por quaisquer empregados ou prepostos das pessoas físicas ou jurídicas que exerçam atividades industriais e comerciais de produtos de origem animal ou de matérias primas.

Art. 15 – Se houver evidência ou suspeita de que um produto de origem animal represente risco à saúde pública ou tenha sido alterado, adulterado ou falsificado, o Serviço de Inspeção do Município de São Joaquim deverá adotar isolada ou cumulativamente, as seguintes medidas cautelares:

I – apreensão do produto;

II – suspensão provisória do processo de fabricação ou de suas etapas; e III coleta de amostras do produto para realização de análises laboratoriais.

§ 1º – Sempre que necessário, será determinada a revisão dos programas de autocontrole dos estabelecimentos.

§ 2º - A retomada do processo de fabricação ou a liberação do produto sob suspeita será autorizada caso o SIM constate a inexistência ou a cessação da causa que motivou a adoção da medida cautelar.

§ 3º - O disposto no caput não afasta as competências de outros órgãos fiscalizadores, na forma da legislação.

Art. 16 – As penalidades a serem aplicadas terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 17 – Sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, a infração ao disposto no Decreto ou em normas complementares referentes aos produtos de origem animal e vegetal, considerada a sua natureza e a sua gravidade, acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções:

I – advertência, quando o infrator for primário e não tiver agido com dolo ou má fé;

II – multa, nos casos não compreendidos no inciso I, tendo como valor máximo 2.500 (Dois mil e quinhentos) UFRM, observadas as seguintes gradações:

a) para infrações leves, multa de dez a vinte por cento do valor máximo;

b) para infrações moderadas, multa de vinte a quarenta por cento do valor máximo;

c) para infrações graves, multa de quarenta a oitenta por cento do valor máximo; e

d) para infrações gravíssimas, multa de oitenta a cem por cento do valor máximo;

III – apreensão ou condenação das matérias primas e dos produtos de origem animal e vegetal, quando não apresentarem condições higiênico sanitárias adequadas ao fim a que se destinam, ou forem adulterados;

IV – suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico sanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;

V – interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas; e

VI – cassação de registro do estabelecimento.

§ 1º – A interdição poderá ser levantada após o atendimento das exigências que motivaram a sanção;

§ 2º – Se a interdição não for levantada nos termos da alínea anterior, decorridos seis meses será cancelado o respectivo registro.

Art. 18 – Para fins de aplicação da sanção de que trata o inciso IV do art. 17, caracterizam embaraço à ação fiscalizadora, sem prejuízo de outras previsões desta lei, quando o infrator:

I – embaraçar a ação de servidor da Secretaria de Agricultura no exercício de suas funções, visando a dificultar, retardar, impedir, restringir ou burlar os trabalhos de fiscalização;

II – desacatar, intimidar, ameaçar, agredir, tentar subornar servidor da Secretaria de Agricultura;

III – omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;

IV – simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;

- V – construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Serviço de Inspeção Municipal do município de São Joaquim;
- VI – utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem, apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
- VII – prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referente à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos, ou cometer qualquer sonegação de informação que, direta ou indiretamente, interesse ao SIM e ao consumidor;
- VIII – fraudar documentos oficiais;
- IX – fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;
- X – não cumprir os prazos estabelecidos em seus programas de autocontrole, bem como nos documentos expedidos ao SIM, em atendimento a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações; ou
- XII – não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

Art. 19 - Para fins de aplicação da sanção de multa de que trata o inciso II do art.17, são consideradas:

**I - Infrações Leves:**

- a) - construir, ampliar ou reformar instalações sem a prévia aprovação do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;
- b) - não realizar as transferências de responsabilidade ou deixar de notificar o comprador, o locatário ou o arrendatário sobre esta exigência legal, por ocasião da venda, da locação ou do arrendamento;
- c) - utilizar rótulo que não atende ao disposto na legislação aplicável específica;
- d) - expedir matérias-primas, ingredientes, produtos ou embalagens em condições inadequadas;
- e) - ultrapassar a capacidade máxima de abate, de industrialização, de beneficiamento ou de armazenagem;
- f) - elaborar produtos que não possuam processos de fabricação, de formulação e de composição registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;
- g) - expedir produtos sem rótulos ou cujos rótulos não tenham sido registrados no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

**II - Infrações Moderadas:**

- a) - desobedecer ou inobservar os preceitos de bem-estar animal dispostos neste Decreto e em normas complementares referentes aos produtos de origem animal;
- b) - desobedecer ou inobservar as exigências sanitárias relativas ao funcionamento e à higiene das instalações, dos equipamentos, dos utensílios e dos trabalhos de manipulação e de preparo de matérias-primas e de produtos;
- c) - omitir elementos informativos sobre composição centesimal e tecnológica do processo de fabricação;
- d) - receber, utilizar, transportar, armazenar ou expedir matéria-prima, ingrediente ou produto desprovido da comprovação de sua procedência;
- e) - utilizar processo, substância, ingredientes ou aditivos que não atendem ao disposto na legislação específica;
- f) - não cumprir os prazos previstos em seus programas de autocontrole e nos documentos expedidos em resposta ao SIM relativos a planos de ação, fiscalizações, autuações, intimações ou notificações;
- g) - adquirir, manipular, expedir ou distribuir produtos de origem animal oriundos de estabelecimento não registrado ou relacionado no Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal ou que não conste no cadastro geral do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal;
- h) - expedir ou distribuir produtos falsamente oriundos de um estabelecimento;
- i) - elaborar produtos que não atendem ao disposto na legislação específica ou em desacordo com os processos de fabricação, de formulação e de composição registrados pelo Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

**III - Infrações Graves:**

- a) - utilizar produtos com prazo de validade vencida, apor aos produtos novas datas depois de expirado o prazo ou apor data posterior à data de fabricação do produto;
- b) - prestar ou apresentar informações, declarações ou documentos falsos ou inexatos perante o órgão fiscalizador, referentes à quantidade, à qualidade e à procedência das matérias-primas, dos ingredientes e dos produtos ou sonegar qualquer informação que, direta ou indiretamente, interesse ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal e ao consumidor;
- c) - fraudar registros sujeitos à verificação pelo SIM;
- d) - ceder ou utilizar de forma irregular lacres, carimbos oficiais, rótulos e embalagens;
- e) - alterar ou fraudar qualquer matéria-prima, ingrediente ou produto de origem animal;
- f) - simular a legalidade de matérias-primas, de ingredientes ou de produtos de origem desconhecida;
- g) - expedir para o comércio internacional produtos elaborados sem atenção ao disposto nas normas complementares relativas à exportação de produtos de origem animal;

**IV- Infrações Gravíssimas:**

- a) - embaraçar a ação de servidor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal no exercício de suas funções, com vistas a dificultar, a retardar, a impedir, a restringir ou a burlar os trabalhos de fiscalização;
- b) - desacatar, intimidar, ameaçar, agredir ou tentar subornar servidor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal;
- c) - produzir ou expedir produtos que representem risco à saúde pública;
- d) - produzir ou expedir, para fins comestíveis, produtos que sejam impróprios ao consumo humano;



- e) - utilizar matérias-primas e produtos condenados ou não inspecionados no preparo de produtos usados na alimentação humana;
- f) - utilizar, substituir, subtrair ou remover, total ou parcialmente, matéria-prima, produto, rótulo ou embalagem apreendidos pelo SIM e mantidos sob a guarda do estabelecimento;
- g) - fraudar documentos oficiais;
- h) - não realizar o recolhimento de produtos que possam incorrer em risco à saúde ou aos interesses do consumidor.

§ 1º - As infrações classificadas como leves, moderadas ou graves poderão receber graduação superior, nos casos em que a falta cometida implicar risco à saúde ou aos interesses dos consumidores, ou, ainda, pelas sucessivas reincidências.

§ 2º - Aos que cometerem outras infrações previstas em Decreto ou nas normas complementares, será aplicada multa no valor compreendido entre vinte e cem por cento do valor máximo da multa, de acordo com a gravidade da falta e com as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas em decreto.

Art. 20 - As multas não isentam o infrator da apreensão ou da inutilização do produto, da interdição total ou parcial de instalações, da suspensão de atividades, da cassação do registro do estabelecimento ou da ação criminal, quando tais medidas couberem.

IV – suspensão de atividade, quando causar risco ou ameaça de natureza higiênico sanitária ou quando causar embaraço à ação fiscalizadora;

V – interdição total ou parcial do estabelecimento, quando a infração consistir na adulteração ou na falsificação habitual do produto ou quando se verificar, mediante inspeção técnica realizada pela autoridade competente, a inexistência de condições higiênico-sanitárias adequadas; e

Art. 21 - As multas previstas no artigo 17 poderão ser agravadas até o grau máximo (até 100 vezes o valor da multa) nos casos de: artifício, ardil, simulação, desacato, embaraço, ou resistência à ação fiscal, levando-se em conta, além das circunstâncias atenuantes ou agravantes, a situação econômico-financeira do infrator, os meios a seu alcance para cumprir a lei ou; o os casos em que o volume da produção do infrator faça prever que a punição será ineficaz.

§ 1º - As multas a que se refere a presente lei serão aplicadas sem prejuízo de outras que, por lei, possam ser impostas por autoridades de saúde pública ou policiais.

§ 2º - O documento de fiscalização com infração deve ser lavrado pelo médico veterinário responsável pelo Serviço de Inspeção Municipal.

Art. 22 - As penalidades serão impostas pelo SIM, cabendo recurso à Secretaria da Agricultura do município de São Joaquim na forma regulamentar, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

Art. 23 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições da Lei Municipal Nº 2.970/2010, de 01/09/2010.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Dezembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## LEI Nº 4.529/2017

Publicação Nº 1455037

LEI Nº 4.529/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, LEI Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO  
UNIDADE: 03.02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
AÇÃO: 2.003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
Valor da Suplementação ..... 745.100,00

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Adicional Suplementar nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO  
UNIDADE: 03.02 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
AÇÃO: 2.003 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
(4) 3.1.90.00.00.00.00.00 0160 – Recursos Ordinários ..... 495.100,00  
(86) 3.1.90.00.00.00.00.00 0210 – Recursos Ordinários ..... 250.000,00  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO ..... 745.100,00



Art. 3º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.03 – SECRETARIA DA FAZENDA

AÇÃO: 2.059 – PARTICIPAÇÃO CONSÓRCIO CIGA PROGRAMA GESTÃO TRIBUTÁRIA

(13) 3.3.93.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 5.600,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

AÇÃO: 1.005 – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO AO PRODUTOR RURAL

(14) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 21.300,00

(60) 4.4.90.00.00.00.00.00 0210 Recursos Ordinários ..... 250.000,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

AÇÃO: 2.007 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(16) 3.3.50.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 87.000,00

(18) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 81.300,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

AÇÃO: 2.008 – APOIO AO MEIO AMBIENTE

(19) 3.3.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 55.000,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.05 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

AÇÃO: 2.050 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

(21) 3.3.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 22.000,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

AÇÃO: 1.007 – PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS

(26) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 6.900,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

AÇÃO: 1.024 – CONSTRUÇÃO, REFORMA E BENFEITORIAS EM OBRAS PÚBLICAS

(27) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 79.000,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.06 – SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

AÇÃO: 1.032 – CONSTRUÇÃO DE PONTES EM LOCALIDADES RURAIS

(29) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 12.500,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

AÇÃO: 1.028 – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DA MAÇÃ E DO CENTRO DE EVENTOS NEWTON STÉLIO FONTANELLA

(43) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 13.900,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

AÇÃO: 1.029 – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO

(44) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 5.000,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

AÇÃO: 1.030 – REFORMA E ADEQUAÇÃO DO BELVEDERE EM SÃO JOAQUIM

(45) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 4.000,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

AÇÃO: 1.031 – REFORMA DE ESPAÇO PARA IMPLANTAÇÃO DE ESCOLA DE GASTRONOMIA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

(46) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 7.000,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.07 – SECRETARIA DE TURISMO

AÇÃO: 2.011 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO TURISMO

(50) 4.4.90.00.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 14.600,00

ÓRGÃO: 03 – PODER EXECUTIVO

UNIDADE: 03.09 – SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

AÇÃO: 1.034 – ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E REDIMENSIONAMENTO INSTALAÇÕES ELÉTRICAS, REDE E TELEFONIA PRÉDIOS PÚBLICOS  
(51) 4.4.90.00.00.00.00 0160 Recursos Ordinários ..... 80.000,00  
TOTAL DE ANULAÇÕES .....745.100,00

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Dezembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

## LEI Nº 4.530/2017

Publicação Nº 1455040

LEI Nº 4.530/2017

“DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017, LEI Nº 4.450/2016, DE 18/11/2016”

Eu, GIOVANI NUNES, Prefeito Municipal de São Joaquim-SC, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores “APROVOU” e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder a abertura de crédito adicional especial na seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS  
MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR  
6.182.0007-2.046

3.3.30.00.00.00.00.1010 (59) Transferências a Estados e ao Distrito Federal ...11.500,00

Total ..... 11.500,00

Art. 2º - Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais), no orçamento (LOA) 2017, conforme art. 1º desta Lei e conforme Lei nº 4.450/2016, de 18/11/2016, para a seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS  
MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM A POLÍCIA MILITAR  
6.182.0007-2.046

3.3.30.00.00.00.00.1010 (59) Transferências a Estados e ao Distrito Federal... 11.500,00

Total .....11.500,00

Art. 3º - O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação nas fontes de recursos Convênio de Trânsito – Militar, Convênio de Trânsito - Polícia Civil e Convênio de Trânsito - Prefeitura.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de  
São Joaquim, 12 de Dezembro de 2017.  
GIOVANI NUNES  
Prefeito Municipal.

# São José

## PREFEITURA

### ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2017

Publicação Nº 1455074

#### ANÁLISE E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

##### TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 8533/2017  
PROCESSO DE COMPRAS Nº 568/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE PONTE DE MADEIRA E CABECEIRA EM CONCRETO ARMADO, NO BAIRRO COLÔNICA SANTANA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas de preços apresentadas pelas empresas abaixo, habilitadas no processo em epígrafe.

#### EMPRESAS HABILITADAS

- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME.

É o relatório.

#### ANÁLISE DA COMISSÃO

Em análise às propostas apresentadas pelas empresas habilitadas, a Comissão Permanente de Licitações concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações foram plenamente observadas, decidindo assim:

#### CLASSIFICAR AS PROPOSTAS DAS EMPRESAS

- AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME.

Assim sendo, após análise das propostas apresentadas, ficam de tal modo classificadas pelo critério de MENOR PREÇO GLOBAL as empresas:

1ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES LTDA ME: R\$ 52.108,48 (cinquenta e dois mil, cento e oito reais e quarenta e oito centavos).

2ª Classificada: AMVT CONSTRUÇÕES LTDA ME: R\$ 53.988,48 (cinquenta e três mil, novecentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não havendo recurso o processo será encaminhado à autoridade superior para fins de Homologação, Anulação ou Revogação.

São José, 12 de dezembro de 2017.

Cláudia Schweitzer	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	
	Iriberto Antônio M. Júnior	
	Membro da CPL	

**CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2017 – SEPAA**

Publicação Nº 1454985

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS

CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2017 – SEPAA – Processo nº 886/2017 – Proc. adm. 11216/2017 - Objeto: CHAMADA PÚBLICA PARA PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE – PMI, RELATIVA À APRESENTAÇÃO DE ESTUDOS DE VIABILIDADE DE CONTRATAÇÃO DE PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA OU OUTRO MODELO ECONOMICAMENTE VIÁVEL PARA MODERNIZAÇÃO, EXPANSÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. O envelope com a documentação será recebido e protocolado até as 14h00min do dia 15/01/2018 na Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos. A sessão para a abertura dos envelopes será às 14h30min do dia 15/01/2018. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Secretaria de Planejamento e Assuntos Estratégicos, 4º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381- 0000.

**CONTRATO/CT: Nº 111/2017**

Publicação Nº 1454476

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 111/2017 – PR 123/2017 – Processo 702/2017 – Proc. Adm. 9227/2017 - Contratado: POSTMIX SOLUÇÕES GRÁFICAS EIRELI EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS PARA CONFECÇÃO DE DOCUMENTOS DE COBRANÇA (CARNÊS) DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO (IPTU) 2018 PARA A SECRETARIA DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: O prazo de vigência do contrato será até o dia 31/03/2018. Valor: R\$ 79.500,00 (setenta e nove mil e quinhentos reais). Data da Assinatura do Contrato: 08 de dezembro de 2017.

**DECRETO Nº 8989/2017**

Publicação Nº 1454910

DECRETO Nº 8989/2017  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada, a pedido, a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
FABIANA SILVA ROSA MARTINS	Auxiliar de Ensino	05/12/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/12/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8990/2017**

Publicação Nº 1454762

DECRETO Nº 8990/2017  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensadas, a pedido, as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
BIANCA ENEAS NUNES	Auxiliar de Ensino	01/12/2017
GILDA VENCATO	Auxiliar de Ensino	01/12/2017
SANDRA CARNEIRO COSTA SALMASO	Auxiliar de Ensino	01/12/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/12/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8991/2017

Publicação Nº 1454763

DECRETO Nº 8991/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
MICHELLE ARAUJO	Professor-M	04/12/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04/12/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## DECRETO Nº 8992/2017

Publicação Nº 1454908

DECRETO Nº 8992/2017

DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Fica dispensada a seguinte servidora, admitida por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
THAISI CRISTHINA COSTA	Auxiliar de Sala	05/12/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05/12/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8993/2017**

Publicação Nº 1454766

DECRETO Nº 8993/2017  
DISPENSA SERVIDOR CONTRATADO POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º – Ficam dispensadas as seguintes servidoras, admitidas por Processo Seletivo.

NOME	CARGO	DATA
ARLETE DE SOUZA FELIPPE	Professor-M	01/12/2017
PAMELA DE OLIVEIRA	Auxiliar de Sala	01/12/2017

Art. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/12/2017.

Art. 3º – Revoga-se demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8994/2017**

Publicação Nº 1454760

DECRETO Nº 8994/2017  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora MARA ELLEN MELCHER DOS SANTOS, matrícula nº 13698-0, concursada, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Ensino, com uma carga horária semanal correspondente a 20 horas, com exercício de suas funções junto ao Colégio Municipal Maria Luiza de Melo.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/12/2017.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG  
Secretária Municipal de Educação

**DECRETO Nº 8995/2017**

Publicação Nº 1454758

DECRETO Nº 8995/2017  
EXONERA SERVIDOR DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º – Fica exonerada, a pedido, a servidora SILVANA SILVEIRA DE AMORIM DE MELO, matrícula nº 21582-1, concursada, ocupante do



cargo de provimento efetivo de Professor, com uma carga horária semanal correspondente a 18 horas aulas, com exercício de suas funções junto ao Centro Educacional Municipal Interativo Floresta.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06/12/2017.

Art. 3º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 07 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

## EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 041/2017

Publicação Nº 1455296

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 041/2017

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, JUNIOR SPIES, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005 e considerando o pedido de vistas do conselheiro Valmor dos Santos Júnior, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 14 de dezembro, às 11h, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	17748/2013
Recorrente	FRANCISCO JOÃO SILVEIRA
Procurador habilitado nos autos	O PRÓPRIO
Relator	RODRIGO JOÃO MACHADO

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24hs antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 12/12/2017.

JUNIOR SPIES Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017
--	---

### REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº \_\_\_\_\_

Interessado: \_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_, CPF/OAB \_\_\_\_\_, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia \_\_\_\_\_, conforme Edital de Convocação nº \_\_\_\_\_.

São José, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome:

CPF/OAB

### RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 689/2017**

Publicação Nº 1455128

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
SECRETARIA DA CASA CIVIL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 689/2017 - Proc. de Compras 924/2017 - Proc. Adm. 12026/2017. Contratado: INSTITUTO DE-SENVOLVIMENTO ENSINO E ASSISTENCIA À SAÚDE - IDEAS. Objeto: "DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS, LOCALIZADO NA POLICLINICA DE FORQUILHINHA". Valor anual do contrato: R\$ 12.139.455,48 (doze milhões e cento e trinta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e oito centavos). Fundamento Legal: art. 24, inciso XXIV, da Lei nº 8.666/93.

**LEI N.º 5.646 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455297

INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DO OSTOMIZADO" NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no Município de São José, O "Dia Municipal do Ostomizado" no Calendário Oficial do Município de São José, a ser comemorado na data de 16 de novembro de cada ano.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de dezembro de 2017.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

**LEI N.º 5.647 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1455298

DISPÕE SOBRE O PPA – PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ PARA O QUADRIÊNIO 2018 A 2021, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I****DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL**

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de São José, para o período compreendido entre os exercícios de 2018 e 2021, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º O Plano Plurianual se insere no planejamento governamental que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, regulamenta as escolhas das políticas públicas do Município.

Art. 3º Este Plano denominado de PPA 2018-2021 é um instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de organizar e viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orienta a definição de prioridades e as ações do governo para os próximos 4 (quatro) anos, possibilitando a execução de projetos de desenvolvimento a médio e longo prazo, orientando a definição das metas prioritárias para a elaboração dos orçamentos anuais.

Art. 4º O PPA 2018-2021 terá como diretrizes estratégicas estruturadas em Programas de Governo os seguintes pontos:

I - Processo Legislativo

II - Saúde em Boas Mãos

III - Educação Prioridade Permanente

IV - Esporte e Lazer em Boas Mãos

V - Gestão Pública Eficiente e Eficaz

VI - Urbanização com Valorização das Pessoas

VII - Nova Cultura de Combate à Corrupção

VIII - Desenvolvimento Econômico para São José

IX - Meio Ambiente em Boas Mãos

X - Segurança Pública para as Pessoas

XI - Assistência para as Pessoas

XII - Mobilidade Urbana

XIII - São José é Cultura

## CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º O PPA 2018-2021 do Município de São José, compreendendo os Poderes, Legislativo e Executivo inclusive seus Órgãos da Administração Direta e Indireta, está ordenado na atuação do Governo Municipal sob a forma de Programas, agregando-os, por Ações (projetos e atividades), demonstrando assim, o melhor resultado da Administração Pública Municipal, com maior transparência na aplicação dos recursos públicos e na integração e compatibilização dos instrumentos de planejamento, orçamento e gestão.

Art. 6º Os Programas constantes do PPA 2018-2021 estarão expressos nas LDO's - Leis de Diretrizes Orçamentárias e nas LOA's - Leis Orçamentárias Anuais.

Parágrafo Único: As Ações serão discriminadas nas leis orçamentárias anuais.

Art. 7º O valor global dos Programas e das Ações não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

## CAPÍTULO III DA GESTÃO DO PLANO

Art. 8º A gestão do PPA 2018-2021 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo, para a garantia de acesso dos diversos segmentos populacionais em especial os mais carentes às políticas públicas e na busca do aperfeiçoamento:

- I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;
- II - dos critérios de regionalização das políticas públicas; e
- III - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2018-2021.

Parágrafo Único: Caberá à Secretaria de Finanças definir os prazos, as diretrizes e as demais orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2018-2021 em especial na compatibilização das Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais.

Art. 9º O Executivo Municipal promoverá a adoção de mecanismos de estímulo à cooperação com o Estado de Santa Catarina e com a União Federal, com vistas à produção, ao intercâmbio e à disseminação de informações para subsidiar a gestão das políticas públicas.

## CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 Fica autorizado o Executivo Municipal, se necessário, ajustar o presente Plano Plurianual para a compatibilização das Leis de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais dos respectivos exercícios.

Art. 11 Fica autorizado o Executivo Municipal, se necessário, corrigir os valores constantes dos anexos de Receita e Despesa do respectivo Plano Plurianual, para comporem as Leis de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Fiscais dos respectivos exercícios.

Art. 12 Fica autorizado o Executivo Municipal a introduzir e/ou excluir novas ações – Projetos ou Atividades, quando da elaboração das respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos Anuais, a fim de atender as demandas, compatibilizando-as aos Programas já definidos no PPA 2018-2021.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 12 de dezembro de 2017.  
ADELIANA DAL PONT  
Prefeita Municipal

## A N E X O

Considerando, que o Projeto de Lei nº. 124/2017, que "Dispõe sobre o PPA – Plano Plurianual do Município de São José para o Quadriênio 2018 a 2021, e dá outras providências", sofreu emenda em seus anexos;

Considerando, que a emenda apresentada por este Poder Legislativo ao Projeto de Lei nº. 124/2017, foi devidamente deliberada e aprovada no Plenário; e

Considerando, não ser possível o Departamento Legislativo, alterar os anexos consolidados do Projeto de Lei encaminhado a este Poder Legislativo, a Mesa Diretora, faz constar como parte integrante do Projeto de Lei nº. 124/2016, que "Dispõe sobre o PPA – Plano Plurianual do Município de São José para o Quadriênio 2018 a 2021, e dá outras providências" à referida alteração a ser observada na execução da presente Lei:

1) EMENDA DA MESA DIRETORA, ACATADA PELA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO E APROVADA EM PLENÁRIO, A QUAL DEVERÁ INTEGRAR OS PL Nº. 124/2017:

Emenda:  
Os valores constantes da Planilha II - Identificação das Ações de Governo, no Programa 0101 – Processo Legislativo - Unidade 0101 – Câmara Municipal de São José, ficam redistribuídos conforme tabela abaixo:

Programa: 0101 – PROCESSO LEGISLATIVO							
Unidade: 0101 – CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ							
Descrição da Ação-Subação	Unidade Responsável	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade de Medida	Ano	Metas Físicas	Valores (R\$ 1)
1.556 – Construção da Nova Sede da Câmara Municipal de São José	Câmara de Vereadores de São José	P	Diversos	dvs	2018	1,00	4.875.000,00
					2019	1,00	100.000,00
					2020	1,00	100.000,00
					2021	1,00	100.000,00
					META	4,00	5.175.000,00
2.001 – Manutenção da Câmara Municipal	Câmara de Vereadores de São José	A	Administrativo	uni	2018	1,00	19.125.000,00
					2019	1,00	25.500.000,00
					2020	1,00	27.300.000,00
					2021	1,00	29.200.000,00
					META	4,00	101.125.000,00

T O T A L D O P P A  
106.300.000,00

### PORTARIA - SA- N.º 1169/2017

Publicação Nº 1454812

P O R T A R I A- SA - N.º 1.169/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I- Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) LAURECI OLIVIA LEITE, matrícula N.13850-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, Licença para Tratamento de Saúde por 30 (trinta ) dias de 26.09.2017 á 25.10.2017

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 26 de setembro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 18 de outubro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

### PORTARIA - SA- N.º 1365/2017

Publicação Nº 1454854

P O R T A R I A- SA - N.º1365/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). ANDREA OURIQUES ANDRADE, matrícula n.º 13677-8, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 30 (trinta) dias de 10.11.2017 a 06.12.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 10 de novembro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA- N.º 1366/2017**

Publicação Nº 1454913

P O R T A R I A- SA - N.º1366/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr (a). HUDSON DE RESENDE MOREIRA, matrícula n.º 13802-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, licença para Tratamento de Saúde de Pessoa da Família, por 30 (trinta) dias de 07.09.2017 a 06.10.2017.

II - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 07 de setembro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA- N.º 1367/2017**

Publicação Nº 1454857

P O R T A R I A- SA - N.º 1.367/2017

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 108 da Lei n.º 2.248/91, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder à servidora Sr. (a) SARA REGINA NAZÁRIO NOBRE, matrícula n.º 42158-8, lotada na Secretaria de Educação, no cargo de Auxiliar de Sala, licença maternidade por 180 (cento e oitenta) dias a partir de 23.10.2017 a 20.04.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 23 de outubro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

**PORTARIA - SA- N.º 1368/2017**

Publicação Nº 1454827

P O R T A R I A- SA - N.º 1.368/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) FABÍOLA APARECIDA SEZERINO, matrícula nº21771-9, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Supervisor Escolar, Licença Saúde por 45 (quarenta e cinco) dias de 05.11.2017 a 19.12.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 05 de novembro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

## **PORTARIA - SA- N.º 1369/2017**

Publicação Nº 1454836

P O R T A R I A- SA - N.º 1.369/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) VANDERLEIA KAMERS, matrícula nº13576-3, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 60 (sessenta) dias de 03.11.2017 a 01.01.2018.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração

## **- N.º 1370/2017**

Publicação Nº 1454839

P O R T A R I A- SA - N.º 1.370/2017

O Secretário de Administração, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal c/c art. 89 da Lei n.º 2.761/95 do Estatuto do Magistério Público Municipal,

Considerando o Termo de Inspeção Médica expedido pela Junta Médica oficial do Município,

RESOLVE:

I - Conceder ao (a) servidor (a) Sr(a) ELIETE BEATRIZ NAGEL PEREIRA, matrícula nº13869-0, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, Licença Saúde por 30 (trinta) dias de 04.11.2017 a 03.12.2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de novembro de 2017.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de novembro de 2017

VERA SUELY DE ANDRADE  
Secretária de Administração



**PORTARIA Nº 07 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455260

PORTARIA Nº 07 de 08 de dezembro de 2017.

MATSON LUIS CÉ, Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de São José, no uso de suas atribuições:

"Dispõe sobre os integrantes da comissão de Licitação da Concessão de Serviços Funerários".

Considerando, os Princípios da Eficiência, Transparência e Celeridade;

Considerando o Dever de Fiscalizar;

Considerando a Lei 8.666/93, Artigo 6º, XVI, faz se necessário à implantação.

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam definidos os seguintes servidores para compor a comissão, conforme lista abaixo:

- Caio Rogério Nichnig - matrícula nº 13475;
- Gabriela Sardagna - matrícula nº 41664;
- Marcelo Santos - matrícula nº 2187;
- Osmar Vieira Filho - matrícula nº 30746;
- Pedro Inácio da Silva - matrícula nº 426191;

Art. 2º - Fica designado como presidente (fiscal) dessa comissão o seguinte servidor:

- Caio Rogério Nichnig

Art. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

São José, 08 de dezembro de 2017.

Matson Luis Cé

Secretário de Urbanismo e Serviços Públicos

**PORTARIA Nº 1.446/2017/SME**

Publicação Nº 1455299



Estado de Santa Catarina  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ  
Secretaria de Educação

PORTARIA Nº 1.446/2017/SME

**HOMOLOGA      RESULTADO      DO  
PROCESSO   SELETIVO   PARA   O  
MAGISTÉRIO PÚBLICO DA SECRETARIA  
DE EDUCAÇÃO – EDITAL 004/2017.**

**A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 62 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - FICA HOMOLOGADO o resultado do Processo Seletivo Público – Edital 004/2017 destinado à formação de cadastro reserva de docentes, auxiliares de ensino e auxiliares de sala para atuação na Educação Básica, nos níveis do ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio e na modalidade de educação de jovens e adultos que serão admitidos em caráter temporário no ano letivo de 2018, de acordo com a Lei Municipal nº 4.670 de 15 de setembro de 2008; Lei Municipal nº 4.744 de 20 de fevereiro de 2009; Lei Municipal nº 4.908 de 17 de dezembro de 2009 e Lei Municipal nº 5.353 de 03 de dezembro de 2013, após decorrido o respectivo prazo para os recursos, conforme listagem anexa.

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 04 de dezembro de 2017.

**ADELIANA DAL PONT**  
Prefeita Municipal

**MÉRI TEREZINHA DE MELO HANG**  
Secretária Municipal de Educação

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTES E ATIVIDADES COMPLEMENTARES ARTÍSTICO-CULTURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA ]

**Total de Aprovados:**83

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
4380	JUAREZ JOSE NASCIMENTO NUNES	7.90	1
5410	ALEXANDRE GANDOLFI NETO	7.70	2
688	FRANCINE MATOS COSTA	7.50	3
3733	VITOR MARTINS AMARAL DOS SANTOS	7.40	4
2937	FERNANDO MANES WEBER	7.30	5
5989	MONICA CANEDA MORAIS	7.20	6
2579	ADRIANA KAMMERS GOULART	7.10	7
2936	EVERTON VASCONCELOS DE ALMEIDA	6.90	8
4160	THAYNA CRISTINE RODRIGUES SILVA	6.80	9
3988	ALESSANDRA FABIANA DESCHAMPS MENDES	6.70	10
2531	JOAO ROBERTO MENDONCA DE BARROS	6.60	11
3770	SAMIRA MACHADO POFFO	6.60	12
3993	LUCELIA RODRIGUES DA VEIGA	6.60	13
1290	DANIELA MONTEIRO LEBARBENCHON	6.50	14
4202	ALEXSANDRO MAQUEL LOPES	6.50	15
5181	SANDRA REGINA BATISTA ANTONIO	6.40	16
3882	MIRIAN CARLA CRUZ	6.40	17
1785	RUDMAR DA SILVA MARCOS	6.40	18
1449	ELISABETE MARQUES SANCHEZ RIBAL	6.40	19
2848	WENDIE DE OLIVEIRA SERRALHEIRO	6.30	20
3831	MARILIA WEINBERG JEFFMAN	6.30	21
3706	ALINE HOLZ VIEIRA	6.20	22
2050	LISETE ADELAIDE BERGER ZAMBRANO	6.20	23
4258	JUCIELE DE FATIMA RAMOS	6.10	24
817	ANA PAULA SILVA E COSTA	6.00	25
4456	ELISANGELA DIAS	5.90	26
5706	JULIANA ZEFERINO	5.90	27
4643	CAREN ALESSANDRA TAPIA ARAUJO	5.80	28
1302	FABIO ILMAR DA SILVA	5.70	29
5352	ANA CARINE FABRICIO PEREIRA	5.70	30
645	ALINE TERESINHA DA SILVA	5.60	31
2402	MARIA VIRGINIA GAPSKI GIORDANI	5.60	32
71	MANOEL MESSIAS LIMA	5.40	33
5754	PATRICIA STELA VALIM	5.40	34
3326	GILBERTO DE SOUZA JERONIMO	5.40	35
5376	ESTHER LORIZOLLA CORDEIRO	5.40	36
5444	ANDRES TISSIER CORREA DE ARAUJO	5.40	37
671	MARIANA DORIGATTI WORITOVICZ	5.40	38
1744	GILBERTO FRANCISCO MAGALHAES CAPELETTO	5.40	39
1708	LIDIA MARTINS DE ALMEIDA COSTA	5.40	40
600	CLAUDIA DA MOTTA REYS	5.40	41
5564	MARA JOSE LOPES	5.30	42
657	PATRICIA PERPETUA GUEDES	5.30	43
5430	RENATA CECILIA DE LIMA OLIVEIRA	5.30	44
775	CARLOS JOSE LONGO JUNIOR	5.30	45
737	ANTONIO CLAUDIO BORGES DIAS	5.30	46
3927	DANIELE RAQUEL DAL FORNO SIQUEIRA	5.30	47
1263	MARCOS BITTENCOURT LAPORTA	5.30	48
723	ERICA ZACARIAS FLORIANO	5.30	49
161	RICARDO LUCIO ALVES	5.30	50
2977	ELISA BAYESTORFF MAGNUS DE COSTA	5.20	51
4866	BEATRIZ CRIPALDI DE SOUZA	5.10	52
6158	IARIMA CASTRO ALVES CARDOSO	5.10	53
2750	ALINE VILLELA ABBADE	5.10	54
3248	MARCONY RIBAS MENDES	5.00	55
1063	JUCEMAR DA ROSA FAJARDO	5.00	56

725	MICHEL LUIS MARQUES	5.00	57
6153	LIDIA DE MIRAPALHETA ROSENHEIN	5.00	58
6121	TIAGO GOUVEIA FARIA	5.00	59
388	ROSELI MARIA MARCINICHEN CORREA	4.90	60
1052	SCHEILA GREGGIO FAJARDO	4.80	61
4960	ANGELICA SANTOS DA SILVA	4.60	62
2415	PRISCILLA MARLI FRANCISCO	4.60	63
4391	NYCOLLE KETTERYN CORREA DA SILVA	4.60	64
2026	LUIZ FERNANDO VIEIRA	4.60	65
3086	MARIA APARECIDA SOARES DA SILVA	4.60	66
2515	TANIA ALVES BARCELOS	4.60	67
2218	CAMILA WOSNES CONGINSKI	4.50	68
5688	JAINE SOUZA DOS SANTOS	4.50	69
259	ERACI KOERICH	4.40	70
314	GISELE APARECIDA KNUTEZ	4.40	71
3917	MARIA INEZ BITTENCOURT	4.40	72
2696	AUDREI ANE GARCIA HULLEN	4.30	73
750	LOURDES BAUMGARTNER DO AMARAL	4.20	74
5745	GLEISON SOARES GONCALVES	4.10	75
2411	MARLEI SIRLEI PADILHA TONINI	4.00	76
1995	JEANE KELI SILVA	4.00	77
1600	CRISCHELLE CORREA	3.90	78
6056	JOSE CLAUDIO BANDEIRA BARCELLOS	3.60	79
5631	LISANGELA SILVA	3.60	80
5763	SANDRA LEITE BECKHAUSER	3.00	81
2615	ALINE FILIPPUS	2.80	82
5616	CLEBER NEURI DE LIMA VIANA	2.50	83

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTES E ATIVIDADES COMPLEMENTARES ARTÍSTICO-CULTURAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA ]

**Total de Aprovados:**11

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	Nº	CLASS
5141	GABRIELA TODESCHINI LUCAS	6.40	1
705	CARLA MARINA COUTO BECKER	5.90	2
5256	SANDRO ROBERTO DOS SANTOS	5.20	3
5465	RAQUEL DA ROCHA MARTINS	4.90	4
243	EDUARDO DO NASCIMENTO	4.60	5
1468	ROVANI BIZARRO	4.30	6
5850	ROBERTA PAULA BAGATTOLI	4.30	7
4423	JEFERSON MAGNUS DE SOUZA	4.20	8
2407	JENECI SALETE VERUS	4.10	9
32	ELIETE MARQUES COSTA NETA	3.90	10
2474	ELUZAH MATEUS FERRO	3.80	11

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ CIÊNCIAS/BIOLOGIA ]

**Total de Aprovados:**106

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	Nº	CLASS
3581	NARJARA ZIMMERMANN	9.40	1
5965	LIZ MEIRA GOES	8.70	2
1614	THIAGO DE ALMEIDA BATAGLION	8.50	3
5095	HEDER LUCIANO LYRA ROSA	8.20	4
742	NAISSA MARIA DANIELLI	8.20	5
5358	MANUELA ROLIM DE MOURA	8.00	6
3821	MICHELLE CARNEIRO DE ANDRADE DE FREITAS	7.70	7
2769	BEATRIZ PEREIRA	7.60	8
5780	AMANDA FIRMINO CERVEIRA	7.50	9
1246	MAIRA CAROLINE DEFENDI OLIVEIRA	7.30	10
218	LUA LOBO BAPTISTA	7.20	11

5628	LUANA COSTA	7.10	12
5659	GIANCARLO MICHEL HACHMANN	7.10	13
3206	MARINA DA CRUZ BALESTRA	7.00	14
1909	MARLENE BOTTEGA	6.90	15
1077	ANA SARA SOARES PINTO	6.90	16
646	KARINE OLIVEIRA DAS NEVES	6.80	17
3035	ARTHUR PRADO FLEURY MAGALHAES	6.70	18
2636	CASSIA MACIEL DUARTE	6.70	19
3524	THAIS GONCALVES SANTO	6.70	20
3661	KAROLINE CHIARADIA GILIOLI	6.60	21
4479	DOUGLAS LEMOS FARIAS	6.60	22
560	SILVIA LETICIA RIJO ALVES	6.60	23
2066	FERNANDA DOMICIANO DA ROSA	6.60	24
2134	GISELI CAROLINE LANDO COLLA	6.60	25
1565	ANA PAULA E SILVA	6.50	26
3187	MAYANA LACERDA LEAL	6.50	27
2341	LIA CHRISTINA KIRCHHEIM KEHL	6.50	28
3601	LIVIA DE OLIVEIRA GUIMARAES	6.50	29
1492	CLEITON MANOEL FERREIRA	6.50	30
3055	EMERSON FELIX FERNANDES	6.50	31
3741	CARLA CRISTINA FARIAS	6.50	32
983	NELCI MARIA VENDRAMINI	6.40	33
2562	GLICIA SCHMITZ RESENDE	6.40	34
3258	FERNANDA CARVALHO CAVALARI	6.40	35
4007	GREICY PATES DE OLIVEIRA	6.30	36
4177	JOSELENE SOUZA DOS SANTOS	6.30	37
717	FELIPE CARVALHO GALDINO	6.30	38
4487	MARCIA HASCKEL	6.30	39
2961	SOCRATES DE SAO PAULO VASCONCELOS DE SOUZA	6.20	40
1335	MARIANA FERNANDES	6.20	41
4246	ALEXANDRE MARCELO SPARTACO BERGAMO	6.10	42
1051	GERALDO LUIZ MEYER	6.10	43
3749	EWERTON PAZINI SEBEM	6.00	44
650	RODRIGO SILVA CHAGAS DE OLIVEIRA	6.00	45
4170	ELIERSE APARECIDA BRAZ KUHL	6.00	46
1160	RICHARD MOTTA COELHO	6.00	47
2998	DIONIA ELI DORNELES	5.90	48
3543	CLAUDIA DE SOUZA AGUIAR	5.90	49
3023	ISAC FRANCISCO MACHADO	5.90	50
6149	LEANDRO LOURIVAL BATISTA	5.80	51
424	JESSICA MISSAGLIA	5.80	52
1390	NIVALDO DO AMARAL	5.70	53
1587	ANDRESA HOFFMANN	5.70	54
1834	ANGELA MARIA DEMETRIO	5.60	55
5395	SAULO LANGARO SOARES	5.60	56
486	ANA PAULA CORREIA	5.60	57
739	IVONETE JESUS DOS SANTOS	5.60	58
6060	DAIANE PEREIRA INACO	5.50	59
5038	PABLO ROGERIO PORTOLANI DA SILVA	5.50	60
5927	DANIELA RODRIGUES PANTOJA	5.50	61
2963	HELDER GASPAR	5.50	62
6006	MARCELA DA TRINDADE PASSOS	5.50	63
5513	MYRNA FARIA HORNKE	5.40	64
4856	SILVIA RAMOS COELHO	5.40	65
4744	DOUGLAS DE LIMA SILVA	5.40	66
999	ROSILENE DOS SANTOS AVILA	5.40	67
2042	HELOISA HELENA KREIBICH	5.30	68
3755	JAIRO SILVEIRA	5.30	69
5134	DOUGLAS FICANHA	5.30	70
3027	KARLA CRISTINA GUIMARAES DE OLIVEIRA	5.30	71
3135	PAULO RENATO COSTA	5.20	72
922	VCADMIR KRETZER	5.20	73

751	ANA LUCIA RABENSCHLAG SANTOS MARTINS	5.20	74
3606	GRAZIELE CAVALCANTE GUEDES	5.10	75
2547	ANGEL FRANCINE TOMAZONI	5.10	76
721	ANA CAROLINA SCHMITZ DA SILVA	5.00	77
5213	JOCIANE SALETE OSTROSKI	5.00	78
2634	LUANA CAROLINE RODERMEL DIAS	5.00	79
1417	BRUNA LUANA CAPELIN KUNZLER	5.00	80
4556	EVA TAMIRES SETTI	4.90	81
4878	RALSKD DA SILVA CARIAGAS	4.90	82
665	IARA DE JESUS SILVA DA CUNHA	4.90	83
2925	MARIA IDELISE BORGES PINHEIRO	4.80	84
2800	SERGIO NEVES BARCELLOS	4.80	85
5842	SILVIO DE ALMEIDA BORBA	4.70	86
592	VALDERLI FERREIRA	4.70	87
2147	MARINES BALBINOT DYSARZ	4.70	88
2506	MARIELA SALVIO DE ANDRADE	4.70	89
6004	DRIELE DE SOUZA CASTILHO CORREA	4.70	90
6025	JOSE ANTONIO DOS SANTOS	4.60	91
3196	ANA CRISTINA GOMES DA SILVA NEVES	4.60	92
835	MARIANA CATARINE FAGUNDES	4.50	93
5779	MIRIAM BEATRIZ XAVIER DE MOURA	4.40	94
3486	JOSE ALESSANDRO RADICI COSTI	4.30	95
4417	FERNANDA SILVEIRA NETTO JORGE	4.20	96
2681	MELISSA CZERMAINSKI NOGUEIRA	4.20	97
350	NATANI DOS SANTOS COSER	4.20	98
5775	DOUGLAS TEIXEIRA	3.90	99
4655	MARCIO ALEXANDRE DA SILVA	3.80	100
797	BRENDA PEROTTI	3.70	101
3839	JOELMO JOAQUIM ADAO	3.60	102
1500	CESAR DINIZ PASQUALETTI	3.50	103
4376	SCHEILA MAGALI SEGALIN NASCIMENTO	3.20	104
5963	ISMAEL DOS SANTOS	2.70	105
4141	NATALIA COELHO FAVACHO	2.20	106

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ CIÊNCIAS/BIOLOGIA ]

**Total de Aprovados:**14

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3958	LINA RIBEIRO VENTURIERI	7.10	1
4024	FREDERICO ALVES DAVILA	6.50	2
5163	JOSE ANTONIO SCHWANTES	6.30	3
1516	GABRIEL BRAGA OLIVEIRA	6.10	4
5952	MARCUS VINICIUS CIPRIANI DA COSTA	6.00	5
2990	FLAVIO LIMA GARCIA	5.90	6
3999	CARLOS EDUARDO SANTOS	5.70	7
635	SABRINA VIANA	5.60	8
2956	NAYARA CASTRO DE OLIVEIRA	5.60	9
2682	FERNANDO LUIS FUHR	5.50	10
4689	THUANY SCHMITZ AMARAL	5.00	11
2688	FABRICIO ROBERTO	4.70	12
3244	MARTIN BENITEZ RAMOS	4.20	13
5686	JULIANA MACEDO PADILHA	2.60	14

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ CIÊNCIAS DA RELIGIÃO ]

**Total de Aprovados:**4

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3079	MARILENE ELIAS RODRIGUES	4.60	1
1129	SIRLEI APARECIDA VELHO	4.40	2
3336	DEBORA MARES LEMES DA SILVA NASCIMENTO	3.30	3



2918	LAURA LUIZA SIMOES DA SILVA	2.40	4
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ CIÊNCIAS DA RELIGIÃO ]			
<b>Total de Aprovados:</b> 1			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Não habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
4681	ANTONIA LAURIMAR DE C G DE PAIVA	4.10	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ EDUCAÇÃO ESPECIAL (AEE) ]			
<b>Total de Aprovados:</b> 28			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
5644	ANDERSON FERNANDES NUNES	5.70	1
3975	DEBORA SILVA DOS SANTOS	5.40	2
2478	CARLA DE ALMEIDA PEREIRA VARANDAS	5.40	3
3862	THATIANE DUMS GONCALVES	5.30	4
3695	CLARICE ANDIARA BRASIL MACHADO	4.90	5
2958	ALEXANDRA DE CAMPOS MARIANO LEAL	4.80	6
5541	MARINES DE MELLO	4.70	7
2215	JESSICA DOS SANTOS ROCHA	4.60	8
2425	FERNANDA DA SILVA	4.40	9
5663	SILVANA INES WEBER PITZ	4.30	10
3064	DENANCI LUIZA DO PRADO	4.30	11
303	ROSEMERI ROSSI DO AMARAL	4.00	12
1954	ADAISE SOARES DE OLIVEIRA	3.90	13
3684	MIRNA COIMBRA DE LUCA	3.80	14
106	TAMARA THAIS MACHADO	3.80	15
497	MIRIAN GESSICA GIMENEZ FALCAO	3.70	16
5350	DANIELA LETTNIN MATIAS	3.60	17
3057	MYLENE MARAVIESKI	3.60	18
3083	SUZANA ELZITA SAGAS STAHELIN	3.60	19
1798	LETICIA LAYLA DE SOUZA SCHUTZ	3.50	20
4356	MARCIA SILVIA CARDONE SILVEIRA	3.20	21
2729	MAYARA SUELY SILVA	2.90	22
926	LUCIA MARIA BASTOS PERES DOS SANTOS	2.70	23
2314	SUSA ADRIANA BITENCOURT MAZERA	2.60	24
3080	ELISANGELA DE FATIMA MUNHOZ	2.60	25
1090	TAISSE SOARES DOS SANTOS	2.40	26
2711	FRANCINE ANDERSEN	2.30	27
4582	LUCIA TRIERVEILER	2.20	28
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ EDUCAÇÃO FÍSICA - ED. INFANTIL/ ENSINO FUNDAMENTAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES ESPORTIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL ]			
<b>Total de Aprovados:</b> 294			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
1295	GABRIEL RENALDO DE SOUSA	8.70	1
3785	VILMAR JOSE BOTH	8.20	2
3150	THAIS RODRIGUES DE ALMEIDA	7.70	3
464	JEFERSON MACHADO DAVILA	7.40	4
5164	RITA DE CASSIA CARNEIRO TEDESCO	7.30	5
736	JULIANA REGINA SILVA GUIMARAES	7.20	6
967	LUIZ GUSTAVO DE MEDEIROS MANCHEIN	7.20	7
1166	LAISE MARQUES DE SOUZA SILVEIRA	7.20	8
4775	GUILHERME MULLER MARIA	7.20	9
5364	GUILHERME MOURA MIRANDA FILMIANO	7.20	10
2139	JULIANA KANARECK DA SILVA	7.10	11
4184	JOCELINO ZADIR BONORINO FIGUEREDO	7.10	12
3085	HELOISA HELENA MONTEIRO	7.10	13

5085	RODOLFO SILVA DA ROSA	7.10	14
2801	MAURICIO BUENO DA ROSA	7.10	15
2365	LUIZ ALBERTO RODRIGUES	7.00	16
1178	RUDEMAR BRIZOLLA DE QUADROS	7.00	17
3948	LIDIANE AMANDA BEVILACQUA	7.00	18
5114	MAURICIO BICA FERREIRA	6.90	19
3315	KAROLINY FELISBINO	6.90	20
4683	AILTON DE SOUZA JUNIOR	6.90	21
1446	RAFAELLA DE MIRANDA SIMAS	6.80	22
3142	ELIZANGELA SONIA GALLIZA	6.80	23
335	RENATA MULLER MENDES	6.80	24
238	CARLOS LUIZ PAIM FILHO	6.70	25
2126	ROSANGELA COSTA LOPES	6.70	26
2243	MAURICIO MARTINS DE OLIVEIRA	6.70	27
4397	FRANSUELLI VIEIRA CORREIA	6.60	28
3358	AMANDA CAROLINE DE MIRANDA	6.60	29
2039	GEAN LUCAS DE OLIVEIRA	6.60	30
2064	CLEBER SILVEIRA	6.50	31
1113	MARILIA GARCIA PINTO	6.50	32
5973	ALINE SOUZA DOS PASSOS	6.40	33
2349	DENIS MACIEL DOS SANTOS	6.40	34
487	GUILHERME MORAES KOPKE	6.40	35
5058	CINTIA VIEIRA	6.40	36
777	ALINE RENATA RENTZ FERNANDES	6.40	37
4887	MARIA JAQUELINE MENDES	6.40	38
681	ADEMIR ALBERTO ZANATTA	6.30	39
57	JULIO CESAR BITENCOURT	6.30	40
3683	MARCOS AURELIO HEINZELMANN	6.30	41
1213	JANAINA COSTA DE OLIVEIRA MARTINS	6.30	42
191	ANA PAULA MARTINS HERIG	6.30	43
406	MAYARA LUANA DOS SANTOS FERREIRA	6.30	44
5730	ALINE DOS SANTOS SCHURHAUS	6.30	45
3201	GIOVANA GIANNECCHINI	6.30	46
4459	CRISTOFER MACHADO	6.30	47
412	FABIANA DA SILVA COSTA	6.20	48
5236	MATEUS DOMINGOS MARCON	6.20	49
283	DANIELA NASCIMENTO DA SILVA	6.20	50
629	BRUNO VICENTE	6.20	51
2765	MARCELO ARAUJO FIGUEIREDO	6.20	52
1019	ANDREIA MENEGHETTI	6.20	53
5991	DANIEL GREGORY PAULI	6.10	54
5176	ANDRE FREITAS FONSECA	6.10	55
1110	ALEXANDRE NASCIMENTO	6.10	56
3761	VLADIMIR SILVA DA CUNHA	6.10	57
2088	LIZETE MARIA KLOH	6.10	58
734	HELOISE MARIANO BIANCHINI	6.10	59
257	VALMIR ARI BRITO	6.10	60
3385	WAGNER FERNANDES CAETANO	6.00	61
1402	INGRID GONZAGA PIO	6.00	62
5980	MARLENE FERIATO	6.00	63
3371	ANA PAULA DA ROSA	6.00	64
3335	RODRIGO RAMOS DA SILVA FERNANDES	6.00	65
5783	VINICIUS DE OLIVEIRA FREITAS	6.00	66
2186	GRASIELA MARIA COSSA	6.00	67
5766	ANGELO LUIZ BRUGGEMANN	6.00	68
5406	THALES AUGUSTO SCHROEDER NUNES DA CONCEICAO	5.90	69
1266	MARILENE PROPP DE JESUS MOREIRA	5.90	70
5977	CAROLINE HERZER MOREIRA	5.90	71
4955	BRUNO NASCIMENTO DE SIQUEIRA	5.90	72
3194	FERNANDA NILMA DOS SANTOS	5.90	73
4536	DARLENE DE OLIVEIRA PEREIRA CIPRIANO	5.90	74
4800	JULIANA MACHADO DE CAMPOS	5.90	75

5193	JEAN BATISTA DE OLIVEIRA	5.90	76
589	FERNANDO BORGES DE MORAES	5.90	77
4406	LUCIANA DO PRADO	5.90	78
5679	TATIANO LOPES DOS SANTOS	5.80	79
1411	RICARDO BRAGLIA PACHECO	5.80	80
1180	FELIPE JAKUBIAK	5.80	81
4446	LEONARDO LEODORO MEDEIROS BARBOSA	5.80	82
1394	JULIA CRISTINA WESSLER	5.80	83
4472	PEDRO GUILHERME MATIAS CITADIN	5.80	84
5740	GUSTAVO ELPIDIO DOS SANTOS	5.80	85
3101	CINTIA HARTMANN	5.80	86
1848	NATTARYANNA MARIA BERNS BAUNGARTEN	5.80	87
4701	JORGE RICARDO JARDIM FLOR	5.70	88
4030	ANTONIO CARLOS PEREIRA DA SILVA	5.70	89
5130	FERNANDA FEIJO POULSEN	5.70	90
1636	CRISTIANE MARIA MEURER	5.70	91
883	MAICON LEANDRO LOHN	5.70	92
2893	ILONI INES MEOTTI DO VALE REGO	5.70	93
3931	JULIANA LETICIA GONCALVES	5.70	94
5692	CHRISTIANI REGINA BROGNOLI	5.70	95
137	GIANCARLOS PEREIRA	5.70	96
4652	FELIPE SOARES SILVA	5.70	97
1521	KARLA FERREIRA BRESSAN	5.70	98
576	MARILDA APARECIDA AMADEU	5.60	99
5143	CARLA MARISTELA NEUHAUS	5.60	100
205	RAFAEL PEREIRA	5.60	101
5756	TALITTA CHAGAS DANIEL	5.60	102
6068	PATRICK YAGO DE MELO FERNANDES	5.60	103
4499	MAISA DA SILVA PAULI	5.60	104
6022	MOISES PICOLI	5.60	105
6034	NATALIA DIAS	5.60	106
1030	KATHERINE SIMONE DREISSIG AGUIRRE	5.60	107
541	LUIS ROBERTO PEREIRA	5.60	108
5223	MARCOS VINICIUS ARAUJO	5.60	109
5709	PATRICIA SIMONE SCHIFINI	5.50	110
3847	RODRIGO RODRIGUES RIBEIRO	5.50	111
5986	LARISSA FERNANDA PORTO MACIEL	5.50	112
1541	ANDERSON SANTOS	5.50	113
2022	CAROLINE CARVALHO FERREIRA DALLA COSTA	5.50	114
4817	EDUARDO KRTICKA BECK	5.50	115
4186	LUIS HENRIQUE SOARES DE OLIVEIRA	5.50	116
2324	DOUGLAS NUNES DA SILVA	5.50	117
624	VITOR DA SILVA GONCALVES	5.50	118
5059	MARGARETH MARCIA MALYSZ PLATT	5.50	119
3786	MAYCON JOSE CORREIA	5.50	120
1463	ANA PAULA KARLING SOARES	5.40	121
584	JOAO AMBROSIO DE OLIVEIRA	5.40	122
4051	MARIANA RAMOS SCHUTZ	5.40	123
1983	LETICIA MACHADO	5.40	124
136	PATRICIA PEREIRA ASSUMPCAO	5.40	125
1301	ARIANY DOS SANTOS SCHUWARTZ	5.40	126
2583	KARINA HOFFMANN HEINZEN	5.40	127
5722	ELISANGELA FERREIRA GUEDES	5.40	128
4200	RONALDO VALDIR VIEIRA	5.40	129
4300	ADENILSON SA DA SILVA	5.40	130
2849	LUANA DE OLIVEIRA PADILHA	5.40	131
5192	HERIKA AMARAL ZANETTE	5.40	132
4151	LEANDRO PEREIRA TANGER	5.30	133
879	LAURA ANGELA MAIA DA SILVA GARCIA	5.30	134
1418	ELIAS BARBOZA LACERDA	5.30	135
5585	LUIS CARLOS MARQUES ALVARES	5.30	136
6161	MARCOS HENRIQUE DE SOUSA	5.20	137

2557	KARINE SCHUTZ	5.20	138
1649	RAISSA FERNANDES GOMES BATISTA	5.20	139
3820	GRAZIELI TALLMANN	5.20	140
5441	CAMILA ROBERTA PORTO	5.20	141
437	FERNANDO TEIXEIRA	5.20	142
4949	LUIS FERNANDO DOS SANTOS RECK	5.20	143
2167	LUIZ AFONSO ZANETI	5.20	144
2479	JULIANA DALA CORTE ERDMANN	5.20	145
4687	BRAULINA DA SILVA ERNESTO	5.20	146
44	RAFAEL MADEIRA DA COSTA	5.10	147
3891	JAQUELINE PETRANSKI	5.10	148
1721	RODOLFO CRUZ	5.10	149
947	JESSICA LAMAISSON MALHEIROS	5.10	150
460	PRISCILLA SEMONETTI PIZZETTI	5.10	151
1484	HENDEL LIMA DE OLIVEIRA	5.10	152
3745	JULIANA DA SILVA	5.10	153
2642	DONER JOSE DE ANDRADE	5.10	154
2926	JEFERSON COUTINHO DE SOUSA	5.10	155
962	JANAYNA CHRISTINA DE MORAES	5.00	156
4836	LIZIANE ALVES ESPINDOLA	5.00	157
4293	TITO BATINGA	5.00	158
6138	MANOEL DOS SANTOS JUNIOR	5.00	159
33	PRISCILLA CLEMENTE	5.00	160
5808	RENATA KUHNEN DA SILVA	5.00	161
1761	THAMIRES DA SILVA LINHARES	5.00	162
3122	ALEXANDRE FERREIRA	5.00	163
3938	KARLA CRISTINA SOUZA DA SILVA	5.00	164
785	MARCOS LUIZ DE MELLO	5.00	165
945	MONICA MACZEWSKI	5.00	166
4626	SINELANDIA SCHUTZ DA SILVA ALVES	4.90	167
5053	RODRIGO PLATEN	4.90	168
124	FERNANDO STROSCHEIN	4.90	169
3898	JESSICA SANDRA DA SILVEIRA	4.90	170
1438	JAQUELINE BERNARDO MENDES	4.90	171
5771	RODRIGO ROSA	4.90	172
1389	JESYCA CAROLINY KOCH	4.90	173
4700	CARLOS PEDRO DA SILVA FARIA GOMES	4.80	174
2038	IOLANDA DE FREITAS	4.80	175
165	CRISTIANO RECH BITENCOURT	4.80	176
5824	TABATA CRISTINA DE OLIVEIRA	4.80	177
5700	KAMILA SILVA GOMES	4.80	178
4013	VANESSA STAHELIN	4.80	179
5768	JULIANA ALMEIDA ROSA	4.80	180
4033	GRAZIELLA DA SILVA CRESCENCIO	4.80	181
5932	DANIEL VIEIRA CORREA DA SILVA	4.80	182
5891	MONICA COSTA SILVA	4.80	183
4938	PAMELA SCHMITT DOS SANTOS	4.80	184
1730	MIRELLA RAMOS LIMA	4.80	185
4762	EROZANE DA SILVA AZEVEDO	4.80	186
1937	CAROLINE SOARES DA SILVA	4.70	187
5122	ANDREE PHILIPPE PIMENTEL COUTINHO	4.70	188
4609	MARCOS VENICIOS BRAUNA DO NASCIMENTO	4.70	189
5852	ARTHUR YWATA ALBANO	4.70	190
1065	GIZELLI APARECIDA VIEIRA MACHADO	4.70	191
1585	MURILO LUIZ ANSELMO	4.70	192
954	WILLIAN THOMAS CORDEIRO	4.70	193
1601	LUCAS SELL ROMAO	4.70	194
2976	MARCIO AURELIO VIEIRA	4.70	195
5501	GIOVANE PEREIRA BALBE	4.70	196
6122	JANE OLIVEIRA PEREIRA	4.60	197
892	RUBENS MANOEL FERNANDES	4.60	198
5068	HEITOR DE OLIVEIRA SALES	4.60	199

5220	ANNA CAROLINE SOARES	4.60	200
5960	NAIADE SCHARDOSIM DE AZEVEDO	4.60	201
1501	PRISCILA MARILENE BUNN	4.60	202
5071	MATHEUS PEROTTI	4.60	203
343	SILVIA DENISE DIAS ANDRES	4.60	204
274	REICKSON CARLOS KUHN	4.60	205
5437	LEANDRO PEREIRA ARAUJO	4.60	206
3867	CLEBERSON ROBERTO DE OLIVEIRA	4.50	207
80	JEANE FERREIRA	4.50	208
2101	JULIANA ARRUDA CHAVES	4.50	209
974	BRUNO MARCOS SILVA DOS SANTOS	4.50	210
809	ODAIR JOSE KAJEWSKI	4.50	211
1742	GABRIELI ALEXANDRE CUCO	4.50	212
5343	MANOELA PIEDRA KOERICH ZANLUCHI	4.50	213
3270	INGRID FERNANDES	4.50	214
5029	BRENO ADRIANO	4.50	215
3017	NAPOLEAO DO CARMO PORTELA	4.40	216
649	JAISON PALADINI	4.40	217
2992	LISANDRA MARTINS DOS SANTOS	4.40	218
4031	MICHELLI BUZZI	4.40	219
4600	RAQUEL KRAPP DO NASCIMENTO	4.40	220
3411	CLARICE CORREA	4.30	221
1099	BARBARA SOLDATELLI BAUM	4.30	222
1107	RODRIGO DOS SANTOS JESUS	4.30	223
1098	HELIONIZE GONCALVES SERPA	4.30	224
2944	ELIANA BARBARA CONTI	4.30	225
2757	GILIARD LEHMKUHL	4.30	226
5876	BRAZ DA SILVA FILHO	4.30	227
5988	JORDY SAMARONE BARROSO BOTELHO	4.20	228
5968	ARIANE VIEIRA ROVER	4.20	229
3859	SERGIO VIEIRA GALDINO	4.20	230
4870	ARIANE D AVILA HENRIQUE	4.20	231
1997	DENILZE TRENTINI	4.20	232
890	DOUGLAS GENARO SCHELLES	4.20	233
5524	SILVIA REGINA CECHINEL	4.10	234
5063	VALDEMAR DOS SANTOS JUNIOR	4.10	235
4915	LILIAN CRISTINA DE OLIVEIRA	4.10	236
5060	CRISTIANE DONEDA RUZZA	4.10	237
3158	ALYSSON RODRIGO DA SILVEIRA	4.00	238
1419	JOSE EDUARDO DE ANDRADE	4.00	239
4441	JOSIANE JANAINA DE CARVALHO PACHECO	4.00	240
5634	CAMILLA PEREIRA LUIZ	4.00	241
2693	LUIZ ANTONIO MACHADO	3.90	242
221	ELIANE RODRIGUES VARELA	3.90	243
5427	HADJANE QUINTINO FERNANDES	3.90	244
3995	MANUELLA DE SA VIEIRA	3.90	245
3961	ALEXANDRE CEZAR	3.90	246
2125	VANESSA JULIANA SOUZA	3.90	247
3433	ALEXSANDRO DE SA	3.90	248
5573	CINTIA FALLER BRUM	3.90	249
6031	KLEBER VANZELLI MARTINS	3.90	250
2133	ANTONIO BURIGO FILHO	3.90	251
730	LUANA CRISTINA VOLPE BRAZAO	3.80	252
2527	ANA CAROLINA DA SILVA NOVAIS	3.80	253
5101	FRANCIELE CAROLINA KLOSINSKI	3.80	254
5157	LEONARDO LARA OLIVAR	3.80	255
5160	MORGANA FABIOLA VENDRAME	3.80	256
1140	ANA PAULA DE CAMPOS	3.80	257
5593	FABIO SILVA NEVES	3.80	258
1064	ANGELITIA MACHADO	3.80	259
5211	EDSON PINTO DA LUZ	3.70	260
3034	JULIANA FARIAS DOS SANTOS	3.70	261

2965	EDIMARA MENDES DO NASCIMENTO	3.70	262
3950	NELSON OLIVEIRA JUNIOR	3.60	263
5182	JOAO PEDRO JUNCKES	3.60	264
5591	FRANCINI HENRIQUE	3.60	265
2250	RITA DE CASSIA BATISTA NOGUEIRA	3.60	266
3508	RAQUEL LEAL	3.60	267
687	ALEX RODRIGUES	3.60	268
3004	ADRIANO JOSE DA SILVEIRA	3.60	269
5281	EDNEI LEANDRO DE BRITO	3.60	270
4667	JEFERSON ANDREI SILVEIRA	3.50	271
4298	RICARDO PIRES MERLIN	3.50	272
3555	JOSE ERNESTO ARGUELLO MARCOS	3.50	273
2815	MAURICIO REIS SANTIAGO FILHO	3.50	274
6108	ANA CLAUDIA MARIA DE JESUS RODRIGUES	3.50	275
2766	FRANCIELE GONZAGA GUEDES	3.50	276
1183	FELIPE FERREIRA DA SILVA	3.50	277
4566	THALLITA BONIM PAGLARINI RAMOS	3.40	278
4869	JULIANA DOS SANTOS ALVES	3.40	279
4588	JOICE CARLA PEREIRA	3.30	280
4713	GABRIEL MARTINS	3.30	281
450	PAULO DE LIMA NEDEL	3.20	282
466	GIULIANO MARCOS LIBERATO MACIEL	3.10	283
2911	FRANCIN ALEXANDRINA DE SIQUEIRA	3.10	284
5655	CARLOS CESAR DE ABREU	3.10	285
714	KLEBER SULLIVAN RIBEIRO	3.00	286
3810	ADRIANO GARCIA	3.00	287
132	CLAUDIA PEREIRA ASSUMPCAO	2.90	288
4419	FABIOLA DE NAZARE DAMASCENO MAGALHAES	2.90	289
5231	MARCELO MENEZES SOARES	2.80	290
1770	MARCELO BARBOSA LACERDA	2.80	291
1934	DIEGO RAMIRES LOPES	2.70	292
3148	GESIANE ROMILDES MACANEIRO	2.70	293
3701	ROSA SALETE PADILHA	1.60	294

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL ]

**Total de Aprovados:**650

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
2713	KAROLINE WANEZ BOAVA	7.90	1
5398	ROSANGELA MEES	7.90	2
807	ALCILEIA DE SOUZA DA SILVA	7.80	3
222	ROBERTA SCHWINDEN DUARTE SILVA	7.80	4
1525	SUAYHANE TUPYHARO LINS DA SILVA	7.80	5
2284	RENATA SOARES DA SILVA	7.70	6
573	CAMILA VIEIRA DA ROSA	7.60	7
1331	MIRIA DA SILVA DE PAULA	7.60	8
2907	EDNA DE ANDRADE OLIVEIRA	7.50	9
3726	TATIANI CASTRO	7.50	10
4198	THAYZE WERLICH MARTINS	7.50	11
5718	KATIA APARECIDA OLIVEIRA BERNERT	7.40	12
4759	LUCIANA POSSATO DE LIZ	7.40	13
5576	FABIANA REGINA COSTA DE SOUZA	7.40	14
5335	BIANCA APARECIDA SILVA	7.30	15
5904	JOELMA SILVEIRA DE OLIVEIRA	7.30	16
2442	CLEIDIMAR CUNRADI BESEN	7.30	17
4115	JESSIKA DE AMORIM	7.30	18
2091	JULIETTE CAVALCANTI FERNANDES	7.30	19
2251	SCHEILA APARECIDA SOARES	7.30	20
1768	JANINE NUNES ROSAR	7.30	21
3457	MARIA APARECIDA FRANCISCO	7.30	22
3392	CLAUDIA ARRUDA DE SENNE	7.20	23



5194	KELLY CRISTINA SILVA LOHN	7.20	24
630	JOSEANE GASPAR DE BRITO	7.20	25
1503	DELZIRE SILVEIRA	7.20	26
4039	RITA DE CASSIA MACHADO HOFFMANN	7.20	27
272	VALDIRENE TEIXEIRA	7.20	28
3020	FRANCIELE ROECKER	7.20	29
5408	ANA CAROLINE FOLSTER PEREIRA	7.20	30
154	LARISSA GIMENES DE ARAUJO	7.20	31
4308	ELIS REGINA PETRY MARTINS	7.20	32
4268	PRISCILLA SILVEIRA DE AZEVEDO	7.20	33
587	ROSITA ALZIRA DA ROSA	7.20	34
2209	ALEXANDRA SAMARA DA SILVA	7.10	35
2881	ROSAURIA VITALINA DE OLIVEIRA ARAUJO BALBINO	7.10	36
3647	AMELIA GUETTEN LOHN	7.10	37
2660	MYRIAN MARTINS DA SILVA	7.10	38
570	MICHELE SCHREIBER	7.10	39
4220	ALESSANDRA PRUDENCIO	7.00	40
568	ANA PAULA FRUTUOSO	7.00	41
1081	LIONARA POLETTI	7.00	42
715	SONIA NELITA LEITE	7.00	43
2007	VERIDIANA LOPES RAMOS COELHO	7.00	44
5179	SANDRA LUCIANA OLIVEIRA	7.00	45
2113	JOICE WOLLINGER	7.00	46
3144	JULEIDE BRUXEL CAMARGO	7.00	47
5365	FRANCIELLE DANIEL TEIXEIRA	7.00	48
3772	ANDREIA APARECIDA CUCHI DE MORAIS	7.00	49
2280	DANIELA RODRIGUES FARIA	6.90	50
420	FERNANDA DE MELO	6.90	51
5475	ALESSANDRA FERREIRA GONCALVES	6.90	52
873	ERCI LUIZ DE LIZ	6.90	53
5432	GISELE RITTA E SILVA	6.90	54
3735	DANIELA DA ROCHA THEISIES DOS SANTOS	6.90	55
97	SCHAYANY LUMA ROSA MACHADO	6.90	56
1227	DAYANA DA SILVA	6.80	57
3074	TATIANA SANTOS XAVIER DE BORBA	6.80	58
5493	LUCAS KAMERS DE AGUIAR	6.80	59
845	SOLANGE CAROLINE STEFFENS	6.80	60
3557	VAITHIERA WOZNIK ARGENTA	6.80	61
2502	ESTHER DA ROSA DE OLIVEIRA	6.80	62
905	MARIA LUCIA DA CRUZ NASCIMENTO	6.80	63
4261	ANA CRISTINA NEVES DUARTE	6.80	64
893	CAMILA THAIS DA SILVA	6.80	65
4547	CAROLINE DO AMARANTE SILVEIRA	6.70	66
1014	ISABEL CRISTIANE BUENO MATIAS	6.70	67
1882	CLARICE MARTENDAL FUCK	6.70	68
357	FABIANA DA COSTA RIBEIRO	6.70	69
2629	NAIARA LENI ROMANO VIANNA	6.70	70
4607	JULIANA ALBANICE BATISTA BRAUNA	6.70	71
2358	MAIARA NASCIMENTO	6.70	72
4003	TAIS REGINA URBAINSKI FINCO	6.70	73
806	JAQUELINE SILVA	6.70	74
2464	VANDERLEIA SILVA	6.70	75
5318	ROSANGELA LENIR CORREIA DE OLIVEIRA	6.70	76
384	LIZZIANE GOEDERT FACCIN	6.70	77
4803	MARIANE IVANESSA PORTO DOS SANTOS MAKOWIESKY	6.70	78
93	GIZELI MARINA PORTO	6.70	79
201	GREICY CONCEICAO ROSA	6.70	80
5944	ANA LUCIA DA CRUZ	6.60	81
5551	ALINE DA SILVA SCHMITT	6.60	82
3691	CRISTINA ZUFFO	6.60	83
2006	NATHANA COSTA	6.60	84
3808	KARINA MARIA FERNANDES	6.60	85

1676	QUEILA BERNARDO MARTINS	6.60	86
5450	SARAH CLEMENTINO PEREIRA LOPES	6.60	87
411	ELIZABETH DA SILVEIRA	6.60	88
3955	SCHAYANE GONCALVES CAMPO	6.60	89
841	CINTIA RODRIGUES DE ANDRADE ASSUNCAO	6.60	90
4584	ELIANE SILVEIRA	6.60	91
886	MARILZA TRISTAO DA SILVA	6.60	92
282	WALCIMAR NASCIMENTO DA SILVA PENHA	6.60	93
932	EDNEIA MENDES	6.60	94
3750	RUBIA FRANCISCA ROYER DA SILVA CORREA	6.60	95
3788	SILVANA MACHADO RODRIGUES DA SILVA	6.60	96
4516	JULIANA SILVA PFLEGER	6.60	97
608	FABIANA RODRIGUES MARTINS	6.60	98
1010	BRUNA ROGERIA PORTO FERREIRA	6.60	99
3069	FABIOLA CORREIA SOARES	6.60	100
5251	SOLANGE FIDELIS ROSA	6.50	101
4691	TANIA TEREZINHA JORGE	6.50	102
1131	ANA PAULA SCHEIB STEIN	6.50	103
6069	LUANA VIEIRA DA ROSA	6.50	104
1147	LETICIA NAIBERT DE OLIVEIRA	6.50	105
2745	LILIANE DE PINHO	6.50	106
1729	RENATTA MORAES SILVA	6.50	107
1352	MARIANA OVIDIA PRATTS	6.50	108
4721	THAYSE DO CARMO JUNCES	6.50	109
4730	CYNTIA DE ANDRADE	6.50	110
166	JOSIANE TEREZINHA DE LIMA FLORES	6.50	111
5658	ELAINE DA SILVA ZEFERINO	6.50	112
1431	CINTHIA MULLER MOREIRA	6.50	113
3793	FABRICIA ANDREZA AMORIM HOFFMANN	6.50	114
826	MARCELA FLAVIA FERNANDES DE SOUZA	6.50	115
4845	MISLENE CRISTINA CARDOSO DA SILVA	6.40	116
3153	RAQUEL BRISCHKE	6.40	117
1397	RAFAELA SCHMIDT	6.40	118
3174	ENI FATIMA SCHMITT DA SILVA	6.40	119
3912	ALESSANDRA MARA FERNANDES	6.40	120
3824	GRAZIELA NUNES	6.40	121
4959	ANA PAULA DA SILVA	6.40	122
3243	KARYNA DE MORAIS VIEIRA	6.40	123
1623	JESSICA WEINGARTNER	6.40	124
5289	ISABELLE DUTRA CARDOSO	6.40	125
3642	LEONICE MARIA DA SILVA SELL	6.30	126
1134	LUCIANA LAMINN	6.30	127
4362	IZELANDIA ALAIDE DOS SANTOS LOBO	6.30	128
4907	ANA LUCIA GORGES	6.30	129
992	CAMILA VIEIRA	6.30	130
3670	EDI MARIA GOULART SANTOS	6.30	131
2476	MAYRA PATRICIA PINTO VIEIRA	6.30	132
2494	FERNANDA CRISTINA MELO	6.30	133
4559	FABIANA HOINASKI	6.30	134
3566	AMANDA DA SILVA VIEIRA	6.30	135
252	MARIA THEREZIA ELSAS DE FARIA	6.20	136
5312	ADRIANE CONCEICAO AZAMBUJA	6.20	137
1487	CARMEM LUCIA VIEIRA	6.20	138
5088	MANOELA SILVA BITTENCOURT	6.20	139
1142	DANUSA DANIELA DE VARGAS	6.20	140
5857	SARAH STHIAGO	6.20	141
4401	LETICIA CORREIA BARROSO	6.20	142
39	GLEICA ARALINE CARDOSO	6.20	143
1221	JESSICA DE SOUZA SECATI	6.20	144
4799	NILDAMIR JONCK DA SILVA	6.20	145
3488	MARLENE BATISTA	6.20	146
4324	MARLI FILOMENA MARTINS SOUZA	6.20	147

3089	SOLANGE DE SOUZA ALVES	6.20	148
2063	MARCIA PIRES DE OLIVEIRA BORGES	6.20	149
2356	TATIANA BAZAN FARIA	6.20	150
2276	ADRIANA PEDROSA SOUZA	6.20	151
5548	JACKELINE ZILDETE SIMAO	6.20	152
4999	FRANCIELY GOULART RICHARTZ	6.20	153
2277	CAMILLA KRISLAYNE DELAGIUSTINA	6.20	154
2161	THAIANE BORGES	6.20	155
2523	ALINE JOSE FOLSTER	6.20	156
4964	PRISCILA BERNARDO DO ESPIRITO SANTO	6.20	157
4950	IONARA MARIA MOURA LIMA CALDAS	6.20	158
256	ADRIANA LEIA JUNCES	6.20	159
638	MARIA GENY GOMES DE FRANCA	6.20	160
4831	MARIA DELFINA DELMIRO BORGES	6.10	161
4970	PRISCILA FREITAS CARPES	6.10	162
5664	EDIANA CASTILHO CANCIAN	6.10	163
2196	DAYANA MARA PINTO	6.10	164
3389	KATIA REGINA NUNES FERREIRA	6.10	165
3970	RAQUEL MARIA RODRIGUES	6.10	166
4509	JOICE CARLA DASILVA	6.10	167
1778	MARCELANE SANTOS PRADO	6.10	168
316	THAIS ALEXANDRA DE SOUZA	6.10	169
1326	GIZELDA CARDOSO	6.10	170
3167	OLVIDIO SERGIO ROLANDI DE OLIVEIRA	6.10	171
3019	JULIANA DE FREITAS FINGER	6.10	172
963	RENATA CRISTINA ALVES DE SOUSA	6.10	173
2175	LUCIANE XAVIER	6.10	174
2267	JEANICE SCHMIDT BULIK	6.10	175
3308	ANDREA CRISTINA DA ROSA POLYTE	6.10	176
3925	ELIANDRA TURCATTO	6.10	177
3404	ADRIANA CORTOLET ZARDO	6.10	178
3864	DEISE CORDOVA PEREIRA	6.10	179
4542	MICHELE PEREIRA	6.10	180
3592	GISELA DA SILVA	6.10	181
414	PATRICIA COSTA DO NASCIMENTO JUNCES	6.10	182
1329	ELISABETE RODRIGUES	6.00	183
4370	SIMONE ITSO	6.00	184
5304	ANGELA APARECIDA PACHECO	6.00	185
1322	GLEYCE ACIONE TELLES NASCIMENTO	6.00	186
322	SUELEN ROUSSENQ DE SOUZA RODRIGUES	6.00	187
2124	DAIANE CECILIA SCHLICHTING	6.00	188
951	ROSILENY MARIA WEBER	6.00	189
4958	LIZANDRA MARTINS	6.00	190
5835	ANA FLAVIA SCHARF KLOPPPEL	6.00	191
707	TAIS FROESE	6.00	192
5817	MANOELLA CARDOSO DA SILVA	6.00	193
340	NATHALIA DA SILVA	6.00	194
3775	ALINE EFFTING	6.00	195
2230	ZILA ROSAR VENTURA	6.00	196
2842	IZABEL CRISTINA QUINTINO	6.00	197
1796	MARISA SANTOS OLIVEIRA	6.00	198
3896	MARILUCE MARTINS	6.00	199
856	VANESSA REGINA FERNANDES	6.00	200
4100	ARLETE DE SOUZA FELIPPE	6.00	201
595	JANAINA ALVES DE LIMA	6.00	202
4450	JESSICA ARACELI CARDOSO	6.00	203
5632	MARIA LUIZA DE SOUZA E SOUZA	6.00	204
3293	REGINALDA PP SIMONETTI	6.00	205
3830	LUCEIR MARIA ORSI DEHLANO	6.00	206
5951	PATRICIA MACHADO	6.00	207
3223	PATRICIA ALEXANDRE SOUZA DA COSTA	6.00	208
2128	MICHELLE PEREIRA	6.00	209

349	KELLEN MARA LOCKS CORDOVA	6.00	210
368	ANA CAROLINA SCHMITZ	6.00	211
5020	TAMARA LEOPOLDINO CARDOSO DIAS	6.00	212
2454	LUCIA GARCIA DA SILVA	5.90	213
1262	SHAIA NE DA SILVA DOS SANTOS	5.90	214
2171	GILDA VENCATO	5.90	215
4668	GESSE ANDRION VALENTE	5.90	216
4619	ERICA FRANCIELE SILVA FARIAS DOS SANTOS	5.90	217
2553	FABIANA APARECIDA ALVES VIEIRA	5.90	218
3558	PATRICIA DA ROSA BRIZOLLA	5.90	219
3963	KAMILLA COSTA FLORIANO	5.90	220
3644	KELI MARQUES CABRAL	5.90	221
5397	ANNA CAROLINA CARDIAS	5.90	222
4236	REJANE CAROLINY CARVALHO GONCALVES	5.90	223
4136	RACHEL TELLIS ZIMERFELD	5.90	224
2271	ANA MARIA DA ROSA	5.90	225
4546	IVONE MARIA BORGES	5.90	226
5117	ANA PAULA MEDEIROS TEIXEIRA	5.90	227
5235	SIMONE CRISTINA CHAVES COELHO	5.90	228
626	MARINES DE QUEIROZ	5.90	229
702	DEBORA TAVARES BONETTI PINHEIRO	5.90	230
3259	PATRICIA TEODORO DOS SANTOS	5.90	231
5458	MARILEIA BORGES	5.90	232
1125	JACIARA MULLER SIMOES	5.90	233
2136	ELISANDRA PORTO	5.90	234
958	DANUBIA DA SILVEIRA	5.90	235
4951	VANESSA DA SILVA THIVES	5.90	236
5387	JULIANA MATILDE VIEIRA CARMINATTI	5.90	237
49	MARIZETE MARIA LOFY MORGANTI	5.90	238
4004	BARBARA RAFAELA BRUMMER	5.90	239
3850	IVOLENE IVONE MACHADO SANTOS	5.90	240
3841	ROZEMERE ZIZA QUINTINO	5.90	241
3283	MARIELI VICENTE AGOSTINHO	5.90	242
530	ROSANE DE FATIMA BARROS DE OLIVEIRA	5.80	243
1962	DENISE MEDEIROS DA SILVA	5.80	244
1265	PRISCILA REGIS DE SOUZA	5.80	245
2519	ELAINE PEREIRA LARANJEIRA	5.80	246
791	LETICIA RIBEIRO DOS SANTOS	5.80	247
96	ANA PAULA BARRETO SILVA DE SOUSA	5.80	248
1879	NATALI PIRES CARDOZO	5.80	249
3728	CRISTINA DE SOUZA	5.80	250
3835	MARIANE BEATRIZ SCHNEIDER STAHELIN	5.80	251
3892	ALINE MACHADO	5.80	252
336	MICHELLY DE LIMA ROLHANO	5.80	253
381	EDEMEE DA LUZ MELLO	5.80	254
1579	ZILMA KLOPPPEL	5.80	255
2386	ALBERTINA ERNESTINA MELO	5.80	256
2340	VALQUIRIA MACEDO	5.80	257
28	RAQUEL INDALENCIO GERONIMO	5.80	258
4553	JULIANE RODRIGUES MARTINS	5.80	259
732	KACHIRI CARMINATI DOS SANTOS	5.80	260
365	HELEN SIQUEIRA PINTO DE OLIVEIRA FUCKNER	5.70	261
1724	ELIDE MARIA ANZOATEGUI	5.70	262
64	TATIANA BRANCO FERREIRA	5.70	263
710	CLEUSA MEURER	5.70	264
186	ILANE TEREZINHA MELLO DE AZEVEDO	5.70	265
5042	DANIELA FONSECA	5.70	266
5019	LUANA BACK LIVRAMENTO	5.70	267
2915	EMILIANA HILLESHEIM PATRICIO	5.70	268
3964	BRUNA BERNARDI BOFF	5.70	269
1845	ZENITA MARIAN	5.70	270
1003	FERNANDA MAGALHAES PINHEIRO	5.70	271

2772	JULIANA MACHADO COELHO HENSEL	5.70	272
2296	RENATA LEONETE DE OLIVEIRA	5.70	273
5366	MARIANA SCHMITZ DOS SANTOS TELLES	5.70	274
3928	DAIANA MARGARETE CAMPOS	5.70	275
2130	DORACI VASCONCELOS DE JESUS	5.60	276
3926	KELLI ROBERTA GOMES	5.60	277
1831	SIMONE FATIMA DE OLIVEIRA	5.60	278
195	SUIAN CAMILE VENANCIO ROECKER	5.60	279
2372	MAISA CELHEZ DA LUZ DA COSTA	5.60	280
4379	FRANCISCA DO NASCIMENTO FREITAS	5.60	281
1423	EVANIA DE JESUS SODRE	5.60	282
975	FRANCIELI PAGENO DE AMORIM	5.60	283
3860	KAMILLA SOUZA SCHNEIDER LONGEM	5.60	284
4251	FERNANDA BITENCOURT DE FREITAS	5.60	285
3443	BRUNA CRISTINA JOCHEN	5.60	286
2398	JESSICA BONETTI	5.60	287
2384	RENATA BARBOSA BERKA	5.60	288
2184	JOSLAINE PAES LANDIM	5.60	289
1379	BEATRIZ GUEDES FAGUNDES	5.60	290
913	ELIETE VIEIRA DIA	5.60	291
3693	LUCIMARA MARIA DA ROSA TASIOR	5.60	292
5145	VIVIANE BARREIROS ALVES	5.60	293
3667	SILVIA ALBERTINA VENANCIO	5.60	294
769	ANDRESSA GOMES DE AZEVEDO	5.60	295
2580	THAYANA REGINA DE OLIVEIRA TEIXEIRA	5.60	296
5704	MIRTES WELTER LUNKES	5.60	297
4860	ELIENE SILVA FERREIRA	5.60	298
3523	CRISTIANY DE MELO	5.60	299
1737	PATRICIA ROZA DO LIVRAMENTO	5.50	300
3442	FABRICIA FLORENTINO DE OLIVEIRA JUTTEL	5.50	301
148	JESSICA DA SILVEIA	5.50	302
4062	FERNANDA TIC BOCHI	5.50	303
2383	MARISA ANTUNES DE SA PLOENCIO	5.50	304
2379	LETICIA NEUSA FERREIRA	5.50	305
4962	RAQUEL MACHADO MARCELINO	5.50	306
1349	ANA MARIA DA SILVA	5.50	307
5057	DAYANE MAGALI LEITE LEMONIE PLATEN	5.50	308
3374	LUANA FARIAS DIAS	5.50	309
885	TAYSE MARTINS CAMILO	5.50	310
1250	DANIELLE JERONIMO BORBA	5.50	311
3492	MARIA CRISTINA MAFRA	5.50	312
3285	VANESSA JOSE	5.50	313
4485	BIANCA ELAINE DA SILVA PACHECO	5.40	314
3071	TANIA DOMITILIA DE ANDRADE SCHMITT	5.40	315
538	MARLUCI VIEIRA	5.40	316
4001	ESTER FELIX PEREIRA DA SILVA	5.40	317
116	ALINE DE ABREU DA SILVA	5.40	318
2144	THUANY BASTOS MESCHKE KONS	5.40	319
862	MARIANE APARECIDA PEREIRA	5.40	320
4543	MARLENE DA SILVA JUTTEL	5.40	321
1851	MIRIAN DALILA HONKE	5.40	322
3895	DIELA DE SOUZA	5.40	323
2000	TATIANA GICELI NASCIMENTO DE ESPINDOLA	5.40	324
4734	FERNANDA HAMMES JARACESCKI	5.40	325
3369	QUEIDE CARINA TRIDAPALLI LOPES	5.40	326
3435	GRAZIELE FLORES BRUCH	5.40	327
2311	FRANCIELLE ARAUJO	5.40	328
1947	DANIELLA NASCIMENTO MONSON	5.40	329
4395	CLEUZA CRISTINA CARDOSO DA SILVA	5.40	330
363	LETICIA GOMES DA SILVA SOUZA	5.40	331
1725	MAURO MARQUES	5.40	332
494	BEATRIS PERES TORRES	5.40	333

900	FABIANA LOHN	5.40	334
3946	SAMANTHA FURTADO MEDEIROS	5.40	335
3531	ALINE OLIVEIRA DA SILVA	5.30	336
4657	VIVIAN FRANCOSI DE SOUZA	5.30	337
4978	MARIA APARECIDA PEREIRA	5.30	338
2869	IVONETE MARCELIANO MARCON	5.30	339
1776	ANA CRISTINA PEREIRA CUNHA PAMPLONA	5.30	340
1698	LUCILA DOS PRASERES DA SILVA	5.30	341
1534	SORAIA JACQUELINE REBELO	5.30	342
3535	JULIANE KLEIN GARCIA	5.30	343
2984	ELENICE SERAFIM	5.30	344
2733	DEBORA DA SILVA	5.30	345
2077	SIMONE DA SILVA PERES	5.30	346
5313	MIDIA COPQUEL ARAUJO	5.30	347
1339	JULIANA SILVA DE MORAIS DE SOUZA	5.30	348
1563	PRISCILLA DAIANE DE OLIVEIRA BORGES	5.30	349
1124	PRISCILA CARDOSO	5.30	350
2098	ANANDA ASSUNCAO DE FARIAS	5.30	351
4086	CAMILA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO	5.30	352
5535	DAIANA HERHARDT	5.30	353
1489	KAROLINE CATARINA DA ROSA	5.30	354
2172	AMANDA VIEIRA	5.30	355
4366	DENISE SEEMANN	5.30	356
1814	MARINES JAQUELINE SCHNORRENBERGER	5.30	357
123	IRENE DE SOUZA AUGUSTO	5.30	358
3111	PRESCILA MICHELE DE MELLO RODRIGUES RIBEIRO	5.30	359
3576	DAIANE COELHO DE AGUIAR	5.30	360
1903	TAMYRIS NUNES PEREIRA	5.30	361
194	SANDRA APARECIDA FERRAZ DOS SANTOS	5.30	362
4741	ORISTELA DIAS PEREIRA COPETTI	5.30	363
1291	ELIANE BARBARA KRTICKA	5.20	364
1225	MARIANA DE DEUS VIANA	5.20	365
4844	CARMEN LUCIA LOPES MARTINS	5.20	366
3588	CRISTIELE LOSTADA	5.20	367
5298	NOEMI COSTA DA SILVA	5.20	368
1620	JULIANA RODRIGUES DE SOUZA	5.20	369
1255	JOCELIA CRISTINA ELIAS	5.20	370
2151	VIVIANE CORDEIRO COMELLI	5.20	371
1151	CAROLINE HEIL MAFRA	5.20	372
5570	LILIANE RAMOS	5.20	373
3969	PAULA RAFAELA DA ROSA	5.20	374
5544	LUCILIE JURACY DOS SANTOS	5.20	375
4466	LEILANE STEFFENS	5.20	376
4987	FRANCIELLI PRESTES	5.20	377
824	MARIA MARGARETE FARIAS	5.10	378
5037	NELMA SCHMIDT	5.10	379
4882	JOCIANE CUNHA	5.10	380
821	ROBERTA DE SOUZA	5.10	381
3911	ANELISE KOWALSKI ABREU SILVA	5.10	382
2500	ANA PAULA WEISS	5.10	383
5185	CAMILA CAROLINA SILVERIO SIMAO	5.10	384
2945	JAQUELINE NUNES	5.10	385
5226	ELIZANDRA GONSALVE DE SOUZA	5.10	386
5713	RAFAELA SOARES GARCIA NICACIO	5.10	387
925	KARINE FERREIRA ALVES	5.10	388
1597	FABIANA RIBEIRO	5.10	389
2142	ARLETE MARIA PEREIRA DE LIMA	5.10	390
92	ELAINE MARIA MARTINS	5.10	391
536	ALBERTINA FLORIANO	5.00	392
4245	LUTIELE LEAL DA SILVA	5.00	393
5789	RAQUEL DE ZORZE	5.00	394
5129	JANAINA APARECIDA SABBI	5.00	395



1229	RENATA MACANEIRO	5.00	396
2789	CLAUDETE GOMES	5.00	397
499	MARIA DAS GRACAS CARDOSO FRAGA	5.00	398
5719	GABRIELA PAIVA AVELINO DICK	5.00	399
575	NOEMY CRUZ DE ALMEIDA	5.00	400
4145	DAIANA KARINA FERNANDES CONSTANTINO	5.00	401
113	DANIELA LUZIA VITORIO	5.00	402
5512	JULIA AMABLIA VIEIRA	5.00	403
4462	PRISCYLA KELLY PEREIRA GONCALVES	5.00	404
1714	MARCELY LOURDETE VIEIRA	5.00	405
1706	AMANDA FELIPPE	5.00	406
2929	GISLAYNE FARIA ESPINDOLA	5.00	407
5051	ALESSANDRA DE SOUZA	5.00	408
95	FRANCIELI FOLSTER	5.00	409
3872	LUCIANA MATOS CORDEIRO	5.00	410
187	ELINES DA COSTA DE LIMA	5.00	411
4990	EDUARDA DE ANDRADE	4.90	412
5710	RITA DE CASSIA FRANCA	4.90	413
5021	SANDRA HELENA LAMEGO	4.90	414
4782	NARIDISIA SILVEIRA DA ROSA	4.90	415
1187	SIMONE FATIMA SUELOS SILVA DE OLIVEIRA	4.90	416
5108	HELOISA NIETSCHE GERATTI	4.90	417
3626	MARILEIA DE SOUZA CARDOSO	4.90	418
4779	TAMARA SANTOS DO ESPIRITO SANTO RODRIGUES	4.90	419
2224	JESSICA DE JESUS	4.90	420
5809	ANA PAULA MOREIRA	4.90	421
3973	HELAINÉ TEREZINHA HENRIQUE	4.90	422
3729	JULIANA POLETTI	4.90	423
1819	BRUNA CAROLINE FERREIRA	4.90	424
5999	ANALIA VERONICA SOUZA	4.80	425
3423	CLAUDIA DELLOME MACIEL	4.80	426
4888	ANDREIA ANJOS DE LIMA	4.80	427
404	JOELMA LUZIA DOS SANTOS	4.80	428
4218	JANAINA DA SILVA	4.80	429
5597	LUCIANE MARIA DE ANDRADE DE SOUZA	4.80	430
318	GRAZIELA SOUZA MENDES	4.80	431
2468	SILVANE JANINHA DA COSTA DE MATTOS	4.80	432
2241	CAROLINE DE PIERI FURLANETO	4.80	433
5764	BRUNA FARIAS DA SILVA	4.80	434
1367	SUZANA PEREIRA DE JESUS	4.80	435
1826	FRANCINNE CRISTINA ROCHA	4.80	436
255	CLAUDIA KOERICH	4.80	437
214	BRENDA LORENA COSTA PISSOLITO	4.80	438
1012	LOURDES ESPINDOLA CORREA	4.80	439
2092	VALCIONE WALMA OLIVEIRA PORTO	4.80	440
939	EDNA LEOPOLDO DA SILVA	4.80	441
670	ADRIANNE ODETTE TARGINO DE AZEVEDO SIMOES	4.80	442
4969	LUCIANE RODRIGUES PEREIRA DA SILVA	4.80	443
1013	ELAINE CRISTINA EVANGELHO DOS SANTOS	4.80	444
3361	ALEXSANDRA DA SILVA DE SOUZA	4.80	445
2537	ANA CARLA MARTINS ALVES DE FARIAS	4.80	446
833	CAROLINA DOS REIS MADEIRA DA PURIFICACAO	4.80	447
393	SONIA MARIA DOS SANTOS LIMA DE SOUZA	4.80	448
3783	LIDIANE HELENA DA SILVA	4.80	449
312	BARBARA SUSAN BREMM	4.80	450
1365	MARIAH CRISPIM CRUZ	4.80	451
3164	MARIA LUCIA RIBEIRO	4.70	452
1835	ADMA FLOR	4.70	453
5886	BIBIANA KARINE SOUZA ANTUNES ZIMMER	4.70	454
3377	THAIS MARCELINO CUNHA	4.70	455
2672	MARIA DE FATIMA DE SOUZA PIRES	4.70	456
2883	FERNANDA MACHADO	4.70	457

1398	MARILZA DE MATOS	4.70	458
5456	HELOZIA MARIA DOS SANTOS BALDANCA	4.70	459
5695	ELAINE CRISTINA SOUZA DE OLIVEIRA	4.70	460
5438	CLARISSA KRUGEL ALBARNAZ	4.70	461
5683	RENATA DOS SANTOS VALENTE	4.70	462
5183	LUANA PRATES PARIZOTTO DA SILVA	4.70	463
735	JESSICA FELIPPE SOARES	4.70	464
3526	LUCIA APARECIDA ALBINO BEIRO	4.70	465
2559	MARRUBIA APARECIDA RAMOS	4.70	466
2653	RAQUEL MARIA RODRIGUES CONSTANCIO	4.70	467
4830	CRISTIANA MIRANDA BEZERRA MARTINS	4.70	468
5311	CHEILA RODRIGUES MACIEL	4.70	469
5151	LIANE COSTA ESTEFANO	4.70	470
3630	AMANDA ARLENE MAFRA	4.70	471
4503	ZULMA DA SILVA TOMAZ	4.60	472
5720	NUBIA SOARES CALDAS	4.60	473
5378	RAQUEL SANTOS MEDEIROS DO AMARAL	4.60	474
5225	FERNANDA LOPES DA SILVA	4.60	475
1062	ACIONE IRACI VIEIRA	4.60	476
5935	ROSILENE MEES PROBST	4.60	477
5940	SILVIA MANOELA SOUZA	4.60	478
3302	VIVIANE HENSING DE SOUZA	4.60	479
2211	EDIANE DE OLIVEIRA SILVA	4.60	480
4606	AIRMA OLIVEIRA DA SILVA	4.60	481
3556	FABIANA MARIA DE SOUZA	4.60	482
2522	JULIANA MARIA GOMES FARIAS	4.60	483
4081	SABRINA ANTUNES CONCEICAO	4.60	484
287	NADIR RODRIGUES NAZARIO	4.60	485
4899	VANDERLEA LACI SAGAS DOS SANTOS	4.60	486
5340	CANDIDA NOEMIA CORREIA MIRANDA	4.50	487
5230	JOELMA LIMA SANTOS PREIMA	4.50	488
6085	JULIANA APARECIDA VIEIRA CUSTODIO	4.50	489
2226	ELAINE LOHN HOFFMANN	4.50	490
273	CAMILA DE OLIVEIRA	4.50	491
107	MARCIA SCHUTZ FLORIANO	4.50	492
2234	FABIANA MIZERSKI DE ALMEIDA	4.50	493
1607	ARIANE FREITAS DA SILVA GARCIA	4.50	494
1281	BARBARA REGIS DE SOUZA	4.50	495
134	GLEYCIANE DA ROCHA LUCENA	4.50	496
1643	KATIANE DE SOUZA	4.40	497
4632	BARBARA SEOLIN	4.40	498
127	MARIA JAQUELINE BIFF KLOCH	4.40	499
4237	MARINA PERES PIONER	4.40	500
374	CAMILA DE SOUZA	4.40	501
3009	MARTA REGINA CARDOSO DE OLIVEIRA	4.40	502
2814	VALDETE RITA	4.40	503
819	ANDREA FERNANDES DEMICIANO	4.40	504
3834	CLAUDINEIA HAMMES	4.40	505
612	CINARA CORDEIRO	4.40	506
4720	LETICIA DOS SANTOS	4.40	507
2163	CLAUDIA ISMENIA DE ARRUDA MONICO	4.40	508
4321	MARIA NERI DUARTE	4.40	509
2312	MARILEIA FERMINA DA SILVA HAMMES	4.40	510
4769	ANDREA FERNANDES DE JESUS	4.40	511
2884	SILVIA REGINA HEIDERSCHIEDT	4.40	512
5315	KEILA MARIA RODRIGUES MACIEL	4.40	513
1127	MAGDA LEMOS DA SILVA	4.30	514
3740	ADRIANA BONFANTI DA SILVEIRA	4.30	515
1053	FABIANA DA SILVA	4.30	516
982	KAREN FABIANA GONCALVES	4.30	517
4855	JOSY GONCALO SILVA	4.30	518
2174	PATRICIA SANTOS DA SILVA	4.30	519

4865	MARIA JOSE DOS SANTOS SILVA	4.30	520
2387	LORENI CASTODI	4.30	521
5394	VANDERLEIA SCHEIDT NEUHAUS	4.30	522
5772	MARLUCIA DOS SANTOS RAMOS LIMA	4.20	523
949	FERNANDA DE SOUZA	4.20	524
2090	CINDY ZOCCOLI GONCALVES	4.20	525
5386	GRAZIELLE MARTINY DOS SANOS ARAUJO	4.20	526
5956	JUCIELI MARTINS SCHAFER THIESEN	4.20	527
3339	SANDRA REGINA COSTA DA ROCHA	4.20	528
2902	FRANCINE FERNANDA HECK DE NOVAES	4.20	529
4828	CLAUDILENE OLIVEIRA NETO	4.20	530
1547	EZILDA GERALDINACOELHO	4.10	531
313	KELLY SIEGEL	4.10	532
2705	CARLA REJANE SILVA DE SOUZA	4.10	533
701	MARILZA DA SILVA KLOEPPEL	4.10	534
5324	ALESANDRA MARIA FOLSTER DA CUNHA	4.10	535
5871	CINTHIA MILENA BENITES DE LOS SANTOS MACHADO	4.10	536
3586	SIMONE FERNANDES DE JESUS	4.10	537
5009	SILVANA MANOEL	4.10	538
3879	ALINY BORGES PEIXOTO	4.10	539
1283	CARINA PEREIRA	4.10	540
4413	TANIA CRISTINA DE SOUZA	4.10	541
3173	GRAZIELLE ROSA BANKI	4.10	542
5598	JAQUELINE OLIVEIRA MOREIRA	4.10	543
4873	CLENUBIA OURIVES SOUZA	4.00	544
3072	ANGELA SCHMITZ DE QUADROS	4.00	545
1596	KIZY FERREIRA CARDOSO	4.00	546
2981	ALINE ASSING BARCELOS	4.00	547
5065	NATHASHA CHAGAS DE FARIAS	4.00	548
2420	ALINE JASPER	4.00	549
442	PATRICIA MARA JUSTINO	4.00	550
4010	DENAIR PEREIRA SOTERO	4.00	551
2602	ORLANDA FERNANDES CIQUEIRA	4.00	552
3209	SUZANA GERMANO FARIAS	4.00	553
3550	ALAIDE DA COSTA FERREIRA	4.00	554
1920	ROSELI AGUIAR MEYER	3.90	555
3460	LILIAN DE ALMEIDA	3.90	556
3383	VANIA REGINA DE ANDRADE CUSTODIO	3.90	557
3216	AMANDA SERPA	3.90	558
691	DEYSE CRISTINA MARIANO	3.90	559
2180	ALINI RAMOS LUZ	3.90	560
2746	KAMILA KAHL	3.90	561
581	JULIANA FONTES NORONHA	3.90	562
301	MARCIA MARIA DUTRA	3.90	563
1345	ANDREA SCHLISCHTING DA SILVA	3.90	564
1293	ADRIANE REGINA TUROSSI	3.90	565
1671	BIANCA ARIEL DOS SANTOS VOIGT	3.90	566
4428	MARIA DE FATIMA ALVES MARTINS	3.90	567
2567	ELIANE PERIN HENRIQUE FERNANDES	3.90	568
1097	ANA LUCIA DE SOUZA	3.90	569
4165	AMANDA DAIANA THOMAZ	3.90	570
4822	NEIDE MARGARIDA RAMOS	3.80	571
185	ANDREA MACHADO FAGUNDES DE SOUZA	3.80	572
5595	ALCIONE AMARAL E SILVA MAUES	3.80	573
5865	JOSICLEA CRISTINA DA COSTA	3.80	574
4110	JANE JUSSARA ALVES DE BARROS	3.80	575
5271	CARMEN LUCIA SOARES DOS SANTOS	3.80	576
2397	SABRINA TEODORO SODRE	3.80	577
5474	ANA CLAUDIA DE SOUZA PEDRO	3.80	578
1464	DAIANE FERNANDES ALVES	3.70	579
571	DEBORA LUIZA SILVA CIOFFI	3.70	580
1200	ADRYNARA MATOS DE FREITAS	3.70	581

5758	ALESSANDRA REGIS FERREIRA	3.70	582
1906	SAMARA DA SILVA	3.70	583
3407	ARIANE CAYANA DE FARIA	3.70	584
5799	NATALIA CRISTINA DA SILVA	3.70	585
4166	MAISA DE OLIVEIRA COSTA	3.70	586
3211	ALESSANDRA ETELVINA ESTANISLAU MARQUES	3.70	587
3136	LETICIA V SAGAS MARTINS	3.70	588
1025	SIMONE RIBEIRO DE OLIVEIRA DA CUNHA	3.60	589
2718	PATRICIA MAIARA NUNES LIRA	3.60	590
5747	JAMILIA LEANDRA OLIVEIRA	3.60	591
1880	JODETE ITAVALDA ADAO	3.60	592
746	RENETE MULLER	3.60	593
3857	IVANETE HILHA	3.50	594
3506	CLAUDINEIA BRAULINA FRAGA	3.50	595
2777	JULIANA PRESTES DE OLIVEIRA	3.50	596
2751	ALBANESSA DE SOUZA MATIAS	3.50	597
3678	ANA LUCIA ZIMMERMANN DOS SANTOS	3.50	598
667	MONICA DAROSCI FLORES	3.50	599
5545	VANESSA DOS SANTOS MOURA	3.40	600
3330	ALINE CRISTINA DA SILVA	3.40	601
2856	SCHARLINE SUZANA GONCALVES ALBINO	3.40	602
548	STELA MARIS SANTOS DOS SANTOS	3.40	603
2084	MAYARA REGINA DO NASCIMENTO	3.40	604
5677	ALBERTINA DE SOUZA	3.30	605
5839	DEISE CASTRO DA SILVA	3.30	606
1808	DAIANY TEREZINHA BACH	3.30	607
6078	PAMELLA FERREIRA	3.30	608
1894	ANA PAULA JOAO	3.30	609
1984	ANTONIA JOZIEDNA DE SOUZA SILVA	3.30	610
3686	ELAINE NUNES DUARTE	3.30	611
6076	ANNE RAFAELLE DE SOUSA LAGES	3.20	612
3097	ANGELA APARECIDA DO AMARAL PESSOA COELHO	3.20	613
4936	SELMASTANK	3.20	614
2046	EUNICE ELIZANA DE SOUZA	3.20	615
5272	LAIZE TEREZINHA DA SILVA	3.20	616
3300	MARIA EDUARDA DOS SANTOS	3.20	617
2908	ANA PAULA FELIPPE	3.20	618
2272	MARIA JULIETA DE SOUZA SOGABE	3.20	619
135	SORAIA LUZIA DOS SANTOS SIMAO	3.20	620
3375	MARIZA NUNES	3.20	621
5131	ROSANA VALMIRA ALEXANDRE	3.10	622
3230	SANDRA REGINA MINONO DE SOUZA	3.10	623
2542	DAYANE CORREA	3.10	624
1862	EMILY FERNANDA VARELA CANTELI	3.10	625
4121	CRISTINA NUNES DA SILVA GODINHO	3.10	626
5138	FERNANDA LEANDRA CONSTANTE	3.10	627
2210	VIVIANE ROSA DE SOUZA CUNHA	3.10	628
2595	MARGARETE OLIMPIA RODRIGUES DUTRA	3.10	629
6094	ROSANGELA MARIA DA SILVA	3.00	630
4580	ROSELI DA SILVA	3.00	631
4840	JURCELINA DIAS PRESTES	3.00	632
5096	DEBORA ROSA NASCIMENTO	3.00	633
5922	FABIANA REGINA SILVA DE SOUZA	3.00	634
1631	MELIANDER MAIARA DA SILVA	3.00	635
1581	IZOLETE EULALIA SILVA	3.00	636
1898	PRISCILA DA SILVA MARTINHO	2.90	637
1965	KELLY REBECA SANTOS PIEDADE	2.80	638
4011	NEUSETTE TERESINHA ROSA	2.80	639
4674	MICHELLE DA SILVA	2.80	640
4158	ADRIANA DA SILVA	2.70	641
6035	AGATHA SIMONE DOS SANTOS	2.50	642
850	ARIANE MARTINS FERREIRA	2.50	643

959	CRISTIANE DE OLIVEIRA DA ROSA	2.50	644
4352	ANDREIA ALVES CORREIA ANSELMO	2.30	645
4468	ELAINE JACQUE DE MORAES	2.30	646
6093	CRISTIANA XAVIER DE MOURA DE SOUZA	2.20	647
6092	JANAINA TEREZINHA CUNHA FRANCISCO	2.20	648
2343	MARIA CAROLINA DA SILVA	1.70	649
591	PATRICIA DE SOUSA FERREIRA	1.60	650

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL ]

**Total de Aprovados:**17

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
2947	DENISE FURTADO	7.30	1
6095	SUZANA RAQUEL LIMA DE OLIVEIRA	6.30	2
2904	SCHAIANE MARTINS LEAL	6.20	3
3146	MAIARA VERA DOS SANTOS	5.80	4
403	GLAUCYA FRANCINI COLLACO	5.80	5
1173	ANA LUCIA DEGERING DOS SANTOS	5.30	6
758	VIVIANE DE CASSIA FAGUNDES BAPTISTA	4.40	7
4168	MARIA EDUARDA PADILHA	4.30	8
5109	RAFAELA MARINHO DA CUNHA	3.70	9
3134	DENIZE ELIETE MACHADO DA SILVA	3.50	10
5903	EDINA PAULA ISRAEL	3.40	11
2298	JULY GRAZIELY VIEIRA	3.30	12
5359	MARCELO ANGELICIO DE SOUZA	3.20	13
5379	ROSANE MARLEI PAGNONCELLI	3.20	14
1926	ANA CLAUDIA SILVA MERIZ	3.20	15
3317	JAIANA ANTERO	2.90	16
3967	KARINA PEDROSO	2.70	17

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ESPANHOL ]

**Total de Aprovados:**11

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
2445	LOUISE AUREA OLIVA	8.00	1
5280	VANESSA CARMO DE OLIVEIRA	7.70	2
5845	NOEMI TELES DE MELO	7.30	3
5521	ADRELENA DA CUNHA	7.00	4
2793	SHEILA CRISTIANE DA SILVA MARTINS	6.60	5
1619	LIANE SALETE SILVESTRI	6.50	6
1756	THAYNARA CRISTINA NUNES NOVAIS	6.40	7
5557	SILVIANA DELUCHI	5.90	8
5671	MORGANA ESCOBAR RODRIGUES	5.50	9
5938	SONIA BRAGA	4.80	10
6015	ANDERSON FRONZA VICENTE	2.60	11

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ FILOSOFIA ]

**Total de Aprovados:**37

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
5166	JEAN CARLOS HERPICH	8.30	1
898	LUIZ FERNANDO ANICETO DOS SANTOS	8.00	2
4639	THIAGO QUIRINO DA SILVA	7.80	3
827	LEONARDO EDI IGNACIO	7.70	4
792	JONAS CURT TOEBE	7.50	5
3084	RAFAEL JOSE DE LEMOS	7.40	6
445	RODRIGO WOITILA FERREIRA	7.40	7
565	GABRIEL VIEIRA SCARDUELI	7.30	8
2085	RAFAEL FERREIRA DE OLIVEIRA	7.10	9

5682	PAULA FERNANDA PILLE DA SILVA	7.10	10
4082	MARIA TEREZINHA CORREA	6.80	11
679	WENDELL MENEZES DE SOUZA	6.80	12
2504	DANILO CAMPO	6.80	13
1907	CLARISSA PETRY CASTRO	6.80	14
3565	CINTHIA BERWANGER PEREIRA	6.80	15
542	JUCELAINE CHRISTMANN	6.70	16
668	ADRIANO MATEUS DE OLIVEIRA	6.70	17
697	LEANDRO RANGEL RODRIGUES	6.50	18
1656	MARLOVA DE VARGAS MINATO	6.50	19
5670	LORECIR EDUARDO TOPOLSKI	6.20	20
481	JULIO TOME	6.20	21
5249	ERISSON JOSE DA SILVA	6.10	22
4760	THAIS CAMPOS DE OLIVEIRA	6.00	23
940	AUGUSTO GUARNIERI NETO	5.70	24
1237	DANIELLE EVELINE DE QUADROS	5.60	25
2274	JHONATAS DE CASTRO OLIVEIRA	5.50	26
2695	SANDRA INES SANGALETTI	5.50	27
2935	EDSON CLAITON GUEDES	5.40	28
1996	ERNANI JUNIOR DA SILVA	5.40	29
6136	LUIS ANTONIO NOVATZKI	5.30	30
1605	GILIARD DE SOUZA	5.30	31
881	DIEGO LUIZ WARMLING	5.20	32
4568	ROSEANE PINA DOS SANTOS	5.10	33
1604	LEONARDO ALVES DE MELO	4.90	34
2019	DIEGO SILVA RODRIGUES DA COSTA	4.80	35
2132	ELIDIO REMIGIO FILHO	4.80	36
786	ANA CRISTINA SIQUEIRA KREMER	3.80	37

Cargo [ Área/Disciplina ]:Professor [ FILOSOFIA ]

Total de Aprovados:9

Edital:004/2017/SME

Formação: Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
4881	TIAGO FONTANELLA DE LIMA	7.00	1
5640	JOSE JANERSON DE MATOS MORAES	6.10	2
2912	BRUNA ELISABETE DE SOUZA	6.00	3
1067	JOSE LUCAS MARTINS	5.80	4
3794	ISABELA DA CUNHA	5.70	5
5997	BRYAN SALES SILVA	5.30	6
3959	ROQUE LUIS FARIAS	4.80	7
40	RAIMUNDO NONATO RIBEIRO JANUARIO	3.70	8
6139	VERA LUCIA PEREIRA	3.30	9

Cargo [ Área/Disciplina ]:Professor [ FÍSICA ]

Total de Aprovados:9

Edital:004/2017/SME

Formação: Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
5602	FERNANDO HENRIQUE MARTINS DA SILVA	9.00	1
5752	JOAO HENRIQUE AVILA DE BARROS	8.40	2
5777	FLAVERSON MESSIAS BATISTA	6.60	3
2315	FRANSUELI BAHR DA SILVA DE GOES	5.80	4
6120	THALISSA GABRIELA GURJAO MARTINS	4.90	5
1015	GIORDANO GOTTARDI	4.50	6
3727	JANECI LEONI DEWES	4.40	7
5992	JULIANO FABIO FLORENCIO DA SILVA	4.30	8
1076	RINALDO BERGAMIM MIGUEL	4.20	9

Cargo [ Área/Disciplina ]:Professor [ FÍSICA ]

Total de Aprovados:1

Edital:004/2017/SME



**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
5091	CLOVIS LIMA DA SILVA	4.50	1

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ GEOGRAFIA ]**Total de Aprovados:**96**Edital:**004/2017/SME**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
4694	CRISTINA BENEDET	8.30	1
3261	GLAUCO MARTORANO VIEIRA FILHO	7.90	2
1951	ALAN FERNANDES DOS SANTOS	7.80	3
6107	JOAO MARCELO VELA	7.70	4
1056	KATISCIA DA SILVA PEREIRA	7.50	5
692	JOAO ANTONIO RAULINO	7.50	6
2855	ADRIANE MARIA MITTMANN HANZEN	7.40	7
1522	KARINA ROUSSENG DAL PONT	7.40	8
5175	FERNANDO DA SILVA	7.30	9
4266	EDSON DE MORAIS MACHADO	7.30	10
4226	ELIANA APARECIDA JOHANSSON	7.20	11
4179	ANTONIO ROBERTO FERNANDES	7.10	12
6047	LISANGELA ALBINO	7.00	13
636	ANDRE VITORINO	6.90	14
2988	JOAO PAULO OLIVEIRA DA ROSA	6.90	15
3552	HELEN CRISTINA MACHADO	6.90	16
3762	MARIANA DE BARROS ZEFERINO	6.90	17
3252	PERCIO TARSO DA LUZ	6.80	18
3408	VOLNEI VIEIRA	6.80	19
4140	RAIMUNDO MUNIZ PENHA	6.70	20
2260	NARA MARTINS DOS SANTOS	6.70	21
661	SUELEN SANTOS MAURICIO	6.70	22
4735	EDUARDO ARRUDA	6.70	23
5228	GABRIELA SALGADO	6.70	24
4723	IVANA MARIA FARIAS GOMES	6.70	25
3192	ATTAHUALPA CESAR MACHADO NETO	6.60	26
2170	MATEUS SCHAPPO	6.60	27
3916	SARAH ANDRADE	6.60	28
503	VINICIUS AQUINIO SILVA	6.50	29
3015	ANTONIA NUBIA DE OLIVEIRA	6.50	30
1096	VALQUIRIA PONCZKO FERREIRA	6.40	31
1427	EMERSON LUIZ DOS SANTOS	6.40	32
6010	ROGERIO FERNANDES DE OLIVEIRA REIS	6.30	33
1069	EDIVAN COELHO KREMER	6.20	34
5464	ROBSON ALVES	6.20	35
5446	KAINAN RODRIGUES DOS SANTOS	6.20	36
2285	GABRIELA MIQUELOTO SCHMITZ	6.20	37
931	ANTHONY TOINI ARRUDA MEDEIROS	6.10	38
3354	ROZALIA BRANDAO TORRES	6.10	39
298	MAURICIO SZARAZGAT	6.10	40
4770	CLARISSE MUNIZ DE MOURA	6.10	41
2219	AURELIO AFFONSO MARISCAL	6.00	42
5641	FERNANDA RODRIGUES SCHEID	6.00	43
3886	FILIPPE ADERBAL DA SILVA	6.00	44
4035	ANA PAULA OLIVEIRA	6.00	45
5993	EDERSON LUIZ LOPES VIEIRA	6.00	46
4240	CARLOS HENRIQUE BURQUE	6.00	47
6081	BIANCA DE SOUZA PROENCA	6.00	48
1078	DILTON FERREIRA JUNIOR	5.90	49
5885	TABATA SELL DA SILVA	5.90	50
6040	THIAGO PEREIRA DE PEREIRA	5.80	51
4474	TALITA LAURA GOES	5.80	52
5239	OSVALDO RICARDO DA SILVA	5.70	53

3696	SERGIO VALPIR DA SILVA	5.70	54
2369	JULIA SILVA	5.50	55
4706	JULIANO CARNIEL	5.50	56
5329	JULIANA SEEMANN NASCIMENTO	5.50	57
5601	CRISTINE BORKOWSKI	5.40	58
5072	DANIELA DE SIQUEIRA	5.40	59
1270	LARISSA ANA DOS SANTOS MIRANDA	5.40	60
713	THUANY REGINA NASCIMENTO	5.40	61
2784	CAMILA CAMARGO	5.30	62
5781	MHENNIX BATISTA MARTINS	5.20	63
4123	ARAO FERREIRA DA SILVA	5.20	64
2053	DANILO STANK RIBEIRO	5.20	65
5404	ISANE BEATRIZ KRUGEL ALBARNAZ	5.20	66
5930	TANIA REGINA GONCALVES CAMPOS	5.10	67
5678	DILVANA DA COSTA	5.10	68
611	DOUGLAS NASCIMENTO	5.10	69
6167	GUINTER RAFAEL HAMES	5.00	70
2078	MARCIA CRISTINA FONTOURA CARDOSO	5.00	71
745	FRANCISCO MAX COUTO FEITOZA	4.90	72
580	RODRIGO BARBOZA LOPES	4.90	73
4189	JULIANA LEMOS ROCHA	4.90	74
6011	GABRIELA MORAES CANDIDO SABINO	4.90	75
147	ADRIANA JULIETA VIEIRA	4.70	76
5884	ELTON HOLLANDA DOS SANTOS	4.60	77
1555	NATALIA FELTZ ALANO	4.60	78
1633	JAQUELINE CORREIA BAIMA	4.60	79
1143	ELIZABETH NOCETI PEREIRA	4.60	80
911	CHARLLES EDUARDO BORGES	4.50	81
755	PRISCILA PAMELA DOS SANTOS	4.50	82
2071	ALEXSANDRE DA SILVA	4.40	83
1946	AYRIAN HUGO DOS SANTOS THEDIGA	4.40	84
5285	YURI LIMA PEROTTO	4.40	85
2485	DEIVISON LAURENTINO DA ROCHA	4.30	86
4807	MARIAH AMANDA DA SILVA	4.30	87
5936	MARIA ANDREIA DAMIANI	4.30	88
3412	MARIELI APARECIDA CAMARGO	4.20	89
5254	ELIANE MAENNCHEN	4.20	90
270	RUTE SEBASTIANA DE MELO KRAUZE	4.10	91
2526	WESLEY LUAN SOARES	4.10	92
1285	ANDRESSA CATARINA CARVALHO LOUSADA	4.00	93
5894	AMAURI DE BARROS JUNIOR	3.70	94
4829	ILSON VANDERLEI FURTADO	3.70	95
1257	FRANCYELLY FERNANDA RODRIGUES DE ALMEIDA	2.80	96

Cargo [ Área/Disciplina ]:Professor [ GEOGRAFIA ]

Total de Aprovados:7

Edital:004/2017/SME

Formação: Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
4386	MARCIO JOSE DE SOUZA	6.30	1
1944	LARISSA MARCHESAN	5.10	2
2289	SIMONE APARECIDA MARCELINO DE JESUS	4.80	3
5837	BENONES LUIZ GUARNIERI	4.20	4
4437	EDSON LUIZ MACHADO	4.10	5
5666	JOSE CARLOS DOMINGUES	3.60	6
2497	RICARDO PEREIRA MORAES	3.40	7

Cargo [ Área/Disciplina ]:Professor [ HISTÓRIA ]

Total de Aprovados:127

Edital:004/2017/SME

Formação: Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
------	------	----	-------

771	CAMILA NASCIMENTO AZEVEDO	8.40	1
4523	PEDRO CRISTIANO DE AZEVEDO	8.10	2
30	CHRYSTIAN WILSON PEREIRA	8.10	3
2654	MARIANA HECK SILVA	8.00	4
302	JEAN CARLOS ANTONIO	7.90	5
1222	KARLA LEANDRO RASCKE	7.90	6
5603	SIMONI MENDES DE PAULA	7.90	7
4585	ELTON FRANCISCO	7.80	8
3883	JULIANA APARECIDA CRUZ MARTINS	7.70	9
5317	MARCELO COELHO RAUPP	7.60	10
5694	CECILIA DE SOUSA REIBNITZ	7.60	11
4931	MISAEAL COSTA CORREA	7.40	12
4427	MICHELE NUNES DA SILVA	7.30	13
4508	ALINE CRISTHIANE TELES AUGUSTO	7.30	14
5895	ANA CAROLINA SCHVEITZER	7.30	15
1119	MARCOS ALBERTO RAMBO	7.20	16
4347	LUANNA JALES DUQUE DE ALBUQUERQUE	7.20	17
458	HELLEN MARTINS RIOS	7.20	18
5238	MIGUEL CARDOZO	7.00	19
935	MARCO ANTONIO FERREIRA DE SOUZA	7.00	20
5027	MIRIAN ALVES DO NASCIMENTO	7.00	21
2431	FELIPE SALVADOR WEISSHEIMER	7.00	22
5594	LUCIANA DOS SANTOS MENEZES	6.80	23
815	GILSON ROBERTO PAULI	6.80	24
367	CLAUDIO ROBERTO ANTUNES SCHERER JUNIOR	6.80	25
5941	BRUNA DA SILVEIRA VIANA	6.80	26
4105	CAMILA EVARISTO DA SILVA	6.80	27
1105	JOAO LENON SIQUEIRA PEREIRA	6.70	28
356	EDNA CRISTIANA KUNZ ROSA	6.70	29
5105	JOSE ROBERTO CORREA SUCH	6.70	30
3337	EVANDRO ADILSON FARIAS	6.70	31
4913	SUELEM GARCIA DOVIGI DIAS	6.70	32
3473	EDUARDO MOGNON FERREIRA	6.60	33
5734	LUCAS KAMMER ORSI	6.60	34
979	CAROLINE ANDREA CAUDURO CUMERLATO	6.50	35
4846	MICHELE RODRIGUES TUMELERO	6.50	36
2257	TALITA BENITE RIBEIRO BEPPU DOS SANTOS	6.40	37
6099	RAFAEL BARCELOS MARTINS	6.40	38
3719	MYLENE SILVA DE PONTES VISANI	6.40	39
246	VIVIANE CAVALCANTE PINTO	6.40	40
398	SAVIO LOPES PAVANELLO	6.30	41
59	GIANCARLO MUNIZ	6.30	42
5468	REGIANE PEREIRA DE MELO LIMA	6.30	43
6101	GABRIELA MOSQUETA FERASO	6.30	44
5463	WELITON LUIZ TORRENS	6.30	45
5248	WALLACE CARDOSO MULLER	6.30	46
1294	GABRIELLI DEBORTOLI	6.20	47
4489	SOLANGE MARIA FORESTI MORAES	6.20	48
3235	DIEGO VARGAS BARCELOS	6.20	49
6028	GUILHERME MIRANDA NAMAN	6.10	50
4618	GABRIEL VIDEIRA SILVA	6.10	51
6042	LUIS FERNANDO FINTELMAN DA SILVA	6.10	52
5156	LUIZA RAMPANELLI	6.10	53
2541	JANE DAS DORES DA SILVA	6.10	54
4250	MATEUS PEREZ JORGE	6.00	55
4615	CAROLINA MALAGOLI KRELLING	6.00	56
6144	SIDNEI SUTIL DOS REIS	6.00	57
3699	JOECI DE OLIVEIRA JUNIOR	6.00	58
828	ANGELO ANTONIO DE AGUIAR	6.00	59
1628	UBIRAJARA SOARES MONTEIRO	6.00	60
5653	RAFAEL DO NASCIMENTO	5.90	61
4521	NATALIA FERRONATTO DA SILVA	5.90	62

3417	GIULIANO ALBUQUERQUE DE MEDEIROS	5.90	63
3280	CARLOS ADEMIR MATOS JOB	5.80	64
2882	RAFAEL DA COSTA	5.80	65
1495	SAIONARA APARECIDA DA SILVA	5.70	66
663	LUCAS COELHO BACCIN	5.70	67
3049	MARCIO ANTONIO LACERDA	5.70	68
2917	DIEGO PACHECO	5.60	69
2227	FELIPE BARREIROS TAVARES VIANA	5.60	70
1561	CARLOS ALBERTO VIEIRA JUNIOR	5.60	71
6113	EDUARDO RODRIGUES MARTORANO	5.60	72
4488	RAQUEL PAUL THOMAZ	5.60	73
5342	RODRIGO ADRIANO DE FREITAS	5.60	74
4335	DENISE PEREIRA DOS SANTOS	5.50	75
784	GUILHERME JOSE DA SILVA	5.50	76
1022	THAYNA SCHLICHTING DE SOUZA	5.50	77
3322	DINAH MARA ESPERON DA SILVA	5.40	78
2030	MARCELA DE LIZ	5.40	79
4238	TRIELLE MOTA JOHAS	5.40	80
2201	SILVANA ROSA DIONISIO	5.40	81
5529	KEILA CRISTINA R DE FREITAS	5.40	82
1361	HENDERSON ASSUNCAO LIMA	5.30	83
2248	HEIDI PENZ	5.30	84
6171	CHRISTIAN DENIS QUINT	5.30	85
1988	PETER AUGUSTO DESSBESELL	5.30	86
2742	BARBARA BROGNOLI DONINI	5.30	87
1545	CLEBER SIGALS SOARES	5.20	88
741	VINICIUS GOMES	5.20	89
2412	JULIA BALBINOTTI PEROSA	5.20	90
3218	ENIO ANTONIO BALESTRA	5.10	91
6125	VICTOR SEVERO LUIZ	5.10	92
5016	DENILTON DE QUADRO GALLO	5.10	93
3489	ESTHER CORDEIRO	5.10	94
2380	DAIANE LETICIA COLOMBI	5.10	95
1940	ANA CRISTINA GUIMARAES BARBOSA	5.00	96
3066	JOAO VITOR RIGONI DAL MASO	4.90	97
2316	MARIA CAROLINA ELI	4.90	98
6089	JANAINA DA SILVA	4.80	99
5608	DIOGO RODRIGUES RAMOS	4.80	100
3579	JULIO CESAR DA SILVA	4.80	101
430	ANA CRISTINA DA SILVA	4.70	102
6124	EVERSON ROBERTO RODRIGUES DA SILVA	4.70	103
4138	MARIO LUIZ DE JESUS	4.70	104
4426	JULIANA DOS SANTOS OLIVEIRA	4.70	105
4327	MARIANE JULIA DOS SANTOS	4.60	106
801	JEFERSON FERNANDO LOPES HENKEL	4.60	107
5650	SIDNEY JOSE SETUBAL	4.60	108
4917	JESSICA MORITZ BRUGNAGO	4.50	109
5662	ALINE KRUGER HACHMANN	4.50	110
4248	TATIANE MACHADO	4.40	111
3562	JOAO PEDRO TAVARES FILHO	4.40	112
1328	PRISCELE MARILIA MARTINS DE SOUSA	4.40	113
1727	HELTON SILVEIRA DO LIVRAMENTO	4.30	114
3332	GILMARA OZELAME DA COSTA	4.30	115
3246	ROGERIO FRANCISCO VELOSO FORTES	4.30	116
5052	CAMILA FERNANDA ALBINO	4.20	117
5212	ROSE CHAINIUK VILLANOVA	4.20	118
4758	LUCIANE DUTRA	4.10	119
4028	GABRIEL CORREA GEITENS	4.00	120
3649	LUIZ CARLOS DOS SANTOS	3.80	121
6096	MIGUEL ANGELO DE OLIVEIRA	3.70	122
1833	JOYCE MARIA BARBOSA	3.50	123
2532	MARCELA CRISTINA DE SOUZA	3.30	124

2140	LUCI VILMA DOS SANTOS FAGUNDES	3.30	125
4369	LOURIVAL SANTANA DE OLIVEIRA	3.20	126
5026	MONICA APARECIDA DA SILVA JACQUES	3.00	127

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ HISTÓRIA ]

**Total de Aprovados:**23

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	Nº	CLASS
5583	MATHEUS SILVA	5.70	1
3381	MAURICIO ERNESTO DE SOUZA	5.60	2
3617	MARIA EDUARDA FLORES	5.60	3
4823	FRANCISCO DANDOLINE JUNIOR	5.50	4
2106	MONIQUE COELHO	5.50	5
1861	VALDIR MANOEL RIBEIRO	5.30	6
3394	NILTON JOSE COELHO NETO	5.30	7
1478	RODRIGO OSVALDO PERERA	5.30	8
2558	DIEGO LUNARDELLI	5.10	9
4740	VANDERLEI FRANCIO STRAPAZZON	4.80	10
961	DANIELA ELIZABETE VIEIRA	4.80	11
2810	CLEBER LOPES	4.60	12
320	RAFAELA INEZ FARIAS DOS SANTOS	4.60	13
5356	BRUNO ZABOT PACHECO	4.50	14
1169	FLAVIO ROBERTO DOS SANTOS	4.50	15
6077	BEATRIZ SCHNEIDER MONTEIRO	4.40	16
897	MARCELO LUIZ DE SOUZA	4.20	17
4132	MAYARA VAQUEIRO FERNANDES	4.10	18
3643	LUIZ HENRIQUE ESPINDOLA	4.00	19
3112	ANACLETO A DA SILVA JUNIOR	4.00	20
3778	PATRICIA LLANOS SANTANDER	4.00	21
2879	LUANA PRISCILA FELIPPE DOS ANJOS	2.90	22
1116	ERIKA CAMPANHOLI LOPES	2.40	23

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ INFORMÁTICA ]

**Total de Aprovados:**43

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	Nº	CLASS
16	GIOVANO DA CRUZ BALESTRA	7.30	1
1924	EVERTON DA SILVA	7.20	2
13	ANA LUCELIA TEIXEIRA CABELEIRA BALESTRA	7.10	3
377	VANDEIR JOSE LEMES	6.90	4
197	ALCEU BERNARDINO RODRIGUES	6.90	5
376	RICARDO FELISBINO	6.70	6
4322	JACQUELINE DO RIO SELARIM	6.60	7
1816	DAVID CESAR PINTO DA SILVA	6.60	8
878	VIVIANE MARIA OLINDA AMARAL	6.60	9
1208	DANIELA MONTEIRO	6.60	10
5554	KARINE SCHVAMBACH	6.40	11
915	ALESSANDRO GONCALVES RIBEIRO	6.40	12
1791	ANDERSON LEOPOLDO	6.40	13
48	EVONETH PATRICIO MATIAS	6.20	14
1095	RENATO FERNANDES ADAO	6.20	15
4070	JANE LUCIA DOS SANTOS	6.10	16
864	HUGO DEL CISTIA ANDRADE	6.10	17
805	LUSICLER DE SOUZA MOLON	6.00	18
532	ALINE FRECCIA	6.00	19
1842	GUITON CESAR KUNTZE	5.80	20
4675	JOSEANE ESTEFANIA KOGELINSKI NIZER SANTIAGO	5.80	21
1726	PAULO AUGUSTO HAHN	5.60	22
5419	ALEXANDRE GANDOLFI FROES	5.60	23
421	PATRICIA MARIA DE SOUZA	5.50	24

87	LUIS FENANDO CARDOSO MARTINS	5.50	25
1103	LEANDRO CESAR DA SILVA	5.40	26
2563	WILLIAN CANOSSA DE SOUZA	5.40	27
4005	SINARA FLORES PALMA	5.20	28
4896	RICARDO DE SOUZA LUIZ	5.20	29
4715	ROGER WILLIAN DA SILVA	5.20	30
4787	RAFAEL CELIO RAMOS	5.20	31
3732	IVANILDE GALLAS	5.10	32
4294	CRISTIANO ZANIVAM CARDOSO	5.10	33
496	CAMILA DO VAL WINTGENS	5.00	34
5174	ALESSANDRO RAULINO	5.00	35
908	MARIO HENRIQUE GONCALVES DA CUNHA	4.90	36
4764	PEDRO MACHADO ALBARNAZ	4.80	37
3546	ANGELICA LUIZA DOS SANTOS	4.70	38
1305	RICARDO FERREIRA SABINO DA SILVA	4.60	39
5278	FRANCISCO TIAGO DA SILVA NASCIMENTO	3.90	40
4595	LUCIANO DE OLIVEIRA	3.80	41
5537	EDUARDO MANOEL DO NASCIMENTO	3.20	42
1863	ALDORI CAXAMBU	3.10	43

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ INFORMÁTICA ]

**Total de Aprovados:**9

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3602	MARCOS JOSE OLIVEIRA SILVA	7.20	1
5738	MICHAEL ATAIDES DE MELO	6.10	2
3431	THIAGO ADANIO SCHEIDT	5.80	3
2982	CARLOS DOUGLAS NASCIMENTO MARCELINO	5.40	4
4447	PATRICIA ALVES MACHADO	4.90	5
2168	BRUNO SHMITT	4.60	6
3171	EVELISE BOTTEGA PERGHER	4.60	7
5528	AUGUSTO DE OLIVEIRA	4.50	8
2706	FABIO AUGUSTO DE MORAES PAES	3.60	9

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ INGLÊS ]

**Total de Aprovados:**54

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
5326	MARISTELA SILVEIRA DE ALBUQUERQUE	6.70	1
4367	BRUNO DE FREITAS MOTTA	6.60	2
5274	FILIPPE DOS SANTOS AVILA	6.60	3
502	DEBORA GRASSANO SOARES	6.30	4
157	ELIANE MARIA DOS SANTOS	6.30	5
5195	ELICA VAZ TEIXEIRA SANTOS	6.30	6
4993	ONDINA APARECIDA SOARES	6.20	7
5883	EDUARDO RODRIGO MACIEL	6.20	8
3115	FABRICIO RIBEIRO DA SILVA	6.00	9
4156	ALAN FABIAN CALDEIRA SILVA	5.90	10
2846	MARCO ANDRE MARTINI	5.90	11
1773	CINTHIA DE MELO MARQUES	5.80	12
1913	KARINA ANA DA SILVA FEIJO	5.70	13
1406	EMANUELLE CHRISTIAN LAGO DA SILVA	5.70	14
4843	MARIA ANGELICA DAIUNE DE MORAIS CAMPION	5.70	15
4827	JAQUELINE DA SILVA PINTO	5.60	16
1088	SIMONE FERREIRA CIDADE	5.50	17
4219	DEBORA LUIZA PORTELA SANTOS	5.50	18
5244	ADRIANO GASPAR	5.50	19
5721	POLIANE WARMLING	5.50	20
4403	PATRICIA ELI FORTKAMP	5.40	21
4492	LUCIANE ARAUJO DA SILVA SOUSA	5.40	22



3118	ANTONIO IRAPUAN RODRIGUES PACHECO	5.30	23
3634	TIAGO COELHO AZIZ LIMA	5.30	24
128	SILVANA FLOR	5.30	25
5873	WILIAN ANTONIO PACHECO DOS SANTOS	5.30	26
3516	SIMONE DA SILVA AURELIO	5.30	27
122	ELIANA CELIA DE ALMEIDA GONCALVES	5.10	28
829	CLAUDIANE DE JESUS LISCHKA	5.10	29
3353	PAULO RICARDO COSTA E SILVA	5.10	30
293	GRASIELE PIMENTEL	5.10	31
3577	RENATO DE LIMA LOURENCO	5.00	32
3747	ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO	5.00	33
5697	ROSE MERI DAS NEVES	4.90	34
5563	ISABEL RADEMAKER VALENCA	4.90	35
5028	TERSANDRA SOARES CARVALHO DOS SANTOS	4.90	36
1332	CRISTINA BOHRER COELHO	4.90	37
3871	MARILEI WINTER	4.80	38
2067	MARIA SOLANGE RODRIGUES KARKLIS	4.70	39
3587	SENO MENDES DO AMARAL	4.70	40
2582	ANDREA TEIXEIRA DE LIMA	4.60	41
2845	NILZA DE CASSIA LIMA	4.50	42
2796	SILVANE BERNARDI SERPA	4.30	43
5687	LOVANI HILDA WOLTER	4.20	44
5371	THIAGO DE PASCOA OLIVEIRA	4.20	45
639	ERICKSON ANDRADE E SOUZA	4.20	46
2206	AURINEIDE BANDEIRA DE MELO	4.20	47
3334	SARA RAMOS DA SILVA	4.00	48
5755	VALDNEY GOMES DA CRUZ	3.90	49
5797	JANAINA DE PAULA BERNARDES	3.90	50
1639	ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA SILVA	3.80	51
843	ANA LUIZE CAMPOS OTONI	3.60	52
2427	LUCIANA NOCETTI FEIJO	3.60	53
3026	MARIA DO CARMO NUNES VIANA	3.30	54

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ INGLÊS ]

**Total de Aprovados:**4

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
6064	ARIANNA PALADINI DA SILVA	6.50	1
3493	JACKSON BOSA DOS SANTOS	5.20	2
268	REBECA MASTROTO DA SILVA	4.90	3
716	BEATRIZ IMMICH STEINBACH	4.40	4

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ]

**Total de Aprovados:**8

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
2238	ALEXSANDRO LOURIVAL DA LUZ	5.80	1
858	LUCIANA GALLO	5.70	2
5451	JOAO PAULO CASAGRANDE MERLO	5.60	3
3324	JOAO RAPHAEL COUTINHO BERTONCELLI	5.60	4
5153	LUCIANO AMORIM	5.20	5
1918	THIAGO AMARAL VITORINO	5.00	6
5303	ABDEL AZZIZ MOUSSA HASSAN DAOUD	4.00	7
3188	RUI ALESSANDRO ZUZA PEREIRA	4.00	8

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ]

**Total de Aprovados:**2

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
------	------	----	-------

3569	EMANUELLE SCHMITT	6.20	1
492	SAIDE MARTINS HAJAR	6.00	2
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ MATEMÁTICA ]			
<b>Total de Aprovados:</b> 94			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
INSC	NOME	NF	CLASS
944	GUSTAVO ALEXANDRE ALBANO CARLI	8.70	1
1616	NATHASCHA SOTERO DE OLIVEIRA	7.20	2
1753	MAICON SCHLICHTING	7.10	3
5729	WESLEY OLIVEIRA DA SILVA	7.00	4
2009	NIVEA MARIA DE OLIVEIRA	7.00	5
2978	ELAINE TERESINHA MOLINA	7.00	6
174	ALISSON CUNHA CHAURAS	6.90	7
4093	JUCENIR JOSE JEOVANINI	6.90	8
564	ORLANDINO ROSELE FARIAS DA SILVA JUNIOR	6.90	9
3929	SABRINA LEAL	6.90	10
4751	MICHELI PINHEIRO TERESA	6.80	11
3654	MARIA CRISTINA TORRES BARBALHO DE ALMEIDA	6.80	12
1572	OLIDETE AUGUSTA FAVARETTO VARIANI	6.80	13
3716	NILSON MARIANO DA SILVA JUNIOR	6.80	14
812	FERNANDO DA SILVA	6.80	15
2233	RODRIGO LUIS DOS SANTOS	6.80	16
4410	CLAUDIO JOAO DE MIRANDA	6.70	17
1471	ANGELA ARAUJO BARROS	6.70	18
4771	JULIANA CRISTINA DA SILVA	6.70	19
4712	NATIELE GABE	6.70	20
4511	RENATA SILVIA MORAES DA FONSECA	6.60	21
479	JORGE GONCALVES VIANNA	6.60	22
2096	HARLEY BORLIN	6.60	23
4188	CARLOS EZEQUIEL OLIVEIRA	6.60	24
529	THAIS KARINE AMARAL MANGRICH	6.50	25
1893	MARCONDES FREIBERGER	6.50	26
6127	ALINE DE AMORIM	6.40	27
3207	ALOISIO JOSE BATTISTI	6.40	28
4611	JULIANA LEOPOLDINA DONARIO	6.40	29
304	VINICIUS MAURICIO SACRAMENTO	6.30	30
231	LEANDRO CORREA	6.30	31
601	MAX BARANENKO RODRIGUES	6.30	32
516	SANDRA MATIAS	6.30	33
2040	RAFAEL DE SOUZA	6.20	34
1264	JULIO CESAR MELO	6.20	35
4512	JARDEL ANTONIO DA SILVA	6.20	36
604	PAULO ROBERTO RODRIGUES	6.20	37
79	VANESSA CAMILIANA DINALI	6.20	38
5241	MAYARA TEIXEIRA SOUZA	6.10	39
2189	DAYVISON BORLIN	6.10	40
1001	JOHNNY SARAIVA	6.00	41
793	ANDERSON SOARES NOBREGA	6.00	42
4919	ANA FLAVIA DE FREITAS CORREA	5.90	43
275	PALOMA BROCKVELD	5.90	44
614	ANA FLORINDA DE CAMPOS IANNAONI	5.90	45
1697	GILBERTO LINHARES	5.80	46
2439	WIVIANI RAFAELA DA SILVA	5.80	47
1073	RUDIMAR VERONA	5.80	48
5638	CLAUDIO LUIZ DA SILVA	5.60	49
5055	MARISA CORDEIRO DOS SANTOS	5.50	50
1923	FABIANA BRANCO DE ALMEIDA	5.50	51
5201	IRETE STEIN	5.50	52
6126	JAYSON ADJAMUR MARTINS	5.40	53
5273	DJERLY SIMONETTI	5.40	54

2253	PAULO SELL FILHO	5.40	55
5260	NEIDE ANTUNES DE LIMA	5.30	56
5224	ANNELISE PORTELA	5.30	57
1457	ALEX BRUNO BARATA DE OLIVEIRA	5.30	58
1215	GILSONEI PIRES DANIEL	5.30	59
991	REGINA PAULA SAUTNER MAZINE	5.20	60
5810	KLIVER LUIZ DO NASCIMENTO	5.10	61
6024	MARIA ELIVANIA DE SOUZA ARAUJO	4.90	62
2876	ELIO MELIM JUNIOR	4.90	63
4150	ELISANGELA REIS CALCADOS BULGARI	4.80	64
4305	EDMARA DA CRUZ OLIVEIRA	4.70	65
2671	CARLOS ALBERTO ALVES DE GOES	4.70	66
562	THIAGO RAMOS PEREIRA DOS SANTOS	4.60	67
467	LEANDRO SILVEIRA IFRAN	4.60	68
3802	CARLOS ALBERTO SILVY	4.60	69
3485	ANA PAULA BOMBASSARO	4.50	70
35	REGIANI LILIAN DO NASCIMENTO BILIBIO	4.50	71
4155	CLAUDIA REGINA FARIA SOARES	4.30	72
1366	JOSEANE PATRICIA CHEGATTI	4.30	73
2393	JOSE FERMIANO DE FARIAS	4.20	74
3517	ALEXANDRE VIEIRA CORREIA	4.20	75
4540	LENIZE OLIVEIRA OLIVEIRA	4.20	76
4616	WANIO GOMES RAFAEL	4.20	77
4214	LUCIANA GOMES BORGES BULHOES	4.10	78
3680	VIVIANE MACHADO RODRIGUES	4.10	79
700	ELENO KUHNEN	4.10	80
4883	RAFAEL DE MELLO ARRUSUL	3.90	81
4196	ROSELENE SILVA DAS NEVES	3.90	82
5102	MARCOS CLAUDIO COLCHAO WESTPHAL	3.70	83
1372	RUBIA SINARA BATISTA	3.70	84
2437	JANDIRENE MARGARIDA HENRIQUE	3.60	85
4418	MARIA CAROLINE RODRIGUES DA SILVA	3.40	86
1873	MARCIO MURILO DE SOUZA	3.30	87
3284	JOCYANE CARDOSO COSTA	2.70	88
4363	CATIA BEATRIZ DE MELO SOUZA	2.70	89
683	FERNANDA KROTH MEDEIROS	2.40	90
4139	JOSE HENRIQUE DA SILVA	2.30	91
5870	ADRIELLI LUIZA PRESTES LOPEZ	2.20	92
1226	DEBORA RODRIGUES FACCO	2.10	93
971	MARIA CLARA SILVA MATOS	2.00	94

Cargo [ Área/Disciplina ]:Professor [ MATEMÁTICA ]

Total de Aprovados:26

Edital:004/2017/SME

Formação: Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
6150	ADRIAN DA SILVA SOLECKI	7.10	1
3168	GABRIEL DA SILVA WAGNER	6.30	2
288	CLAUDIA BEATRIZ OLIVEIRA DA SILVA PRONDZYNSKI	6.10	3
1963	FRANCIELE DALTOE	6.10	4
1008	RENNE SOARES ANTUNES	5.90	5
993	LARISSA DA SILVA FERNANDES DE BORBA	5.90	6
2290	MARCOS ANTONIO VENTURA	5.80	7
724	LEONARDO AUGUSTO SANMARTIN LINCK FLEIG	5.70	8
3945	BRUNO MENDES FIGUEIREDO	5.60	9
927	IZAIA PEDRO DA SILVA	5.40	10
3902	GUILHERME MARCO REIS	5.10	11
1815	EDINA APARECIDA DE SOUZA LINS	5.00	12
5743	ANTONIO CARLOS TEIXEIRA	4.90	13
1807	NATALIA ROSA DE SOUZA BRIZOLA	4.80	14
3059	ARIADNA SOBOLEWSKI MAGASSY BAPTISTA	4.50	15
2282	JOSE ANTONIO MARTINS	4.40	16

2942	LUIZ HENRIQUE DA LUZ ZAMORA	4.40	17
192	MARCOS ROGERIO BROCKER	4.30	18
3553	JONATHAN DA SILVA	4.20	19
4976	JORGE LUIZ DA SILVA	3.90	20
4610	JAIR MANGELO FOGACA	3.60	21
3619	SERGIO FERNANDES OLIVEIRA SANTOS	3.50	22
2712	GRASIELA DE OLIVEIRA PACHECO	3.40	23
4476	ANGELO DIONISSA ZEFERINO	2.80	24
2641	DANIELLI FARIAS DE SOUZA	2.70	25
1832	MANOEL MESSIAS BATISTA	2.00	26

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ NOÇÕES DE DIREITO ]

**Total de Aprovados:**54

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
5381	CAMILA DAMASCENO DE ANDRADE	9.00	1
546	SHIRLEY MAGALHAES NOVAES	8.30	2
1515	REGIS FERNANDES DE OLIVEIRA	8.10	3
3298	PAULA PEREIRA SARMENTO	8.00	4
842	MARIANA SCHLEMPER	8.00	5
5217	RODOLFO MACEDO DO PRADO	7.90	6
4872	MAIRA CRISTINA FENSTERSEIFER	7.70	7
5402	GIANA SUCUPIRA FERNANDES	7.70	8
987	MAYRA RAFAELA KAHL CALLADO DE OLIVEIRA	7.60	9
2164	BRUNA HELENA DA SILVA MATOS	7.60	10
5566	GIANA DE SOUZA	7.50	11
1499	RAPHAEL MARTINS DE SOUZA	7.50	12
4989	DANIELA MARIA MELO	7.40	13
782	GUACIRA BITTENCOURT	7.40	14
4113	JONAS MANOEL MACHADO	7.30	15
4727	SIMONE DOS SANTOS SILVA	7.30	16
2756	JACKSON JOSE SCHNEIDER SEILONSKI	7.30	17
1267	FERNANDA NASCIMENTO GONCALVES	7.30	18
2762	CIBELE DIAS DA SILVEIRA	7.30	19
2974	LIVIA JACOB VEIGA	7.30	20
4732	VIVIANI CATARINA MACEDO	7.30	21
2666	MARCIO HENRIQUE DE ALMEIDA E SILVA	7.30	22
2709	PATRICK BARCELOS TEIXEIRA	7.30	23
3498	TELMA GEBER DOS SANTOS ALENCAR	7.20	24
3536	GILBERTO JOSE RAMOS	7.10	25
5910	FERNANDA LAVINAS MACEDO DE ANDRADE	7.10	26
4354	ALINE INES DONIDA	7.10	27
5689	MARK PICKERSGILL WALKER	7.10	28
3817	LUZIA MARIA CABREIRA	7.00	29
6111	IGOR BANDEIRA DE MATOS	6.90	30
2543	ISADORA CLIMACO JUNG	6.90	31
2875	JOHANNA KUBIN SARDA	6.90	32
4790	EDICLEA GUIGUEL	6.90	33
4318	THYAGO HOFFMANN	6.90	34
2887	RICARDO BRANDEBURGO CURI	6.80	35
953	MONIQUE ROSANA MARTINS	6.70	36
3031	ISAIAS OLIVEIRA DA SILVA	6.70	37
4906	SEILA MARIA MELLO DOS SANTOS	6.50	38
1634	RAFAELA GALIAZZI	6.50	39
1567	ANA PAULA PEREIRA GONCALVES	6.40	40
924	RAFAEL MACHADO DE BRITO	6.30	41
1300	JUCELIO JOSE DA SILVA	6.30	42
2860	RAFAEL MEDEIROS	6.30	43
3229	SHAYENNE CALLEGARI	6.20	44
3318	MAGALI DE FATIMA MULLER MESQUITA	6.20	45
5205	PAULO CESAR FERNANDE DE ABREU	6.10	46

3117	KELE CRISTINA SCHULLER	5.80	47
4497	JEFFERSON LUIZ OSTROWSKI	5.80	48
1564	SERGIO EDUARDO TEIXEIRA BARBOSA	5.70	49
3328	LUCILA DA SILVA	5.60	50
2697	PATRICIA DA SILVA E LUZ NUNES	5.50	51
6129	MARILDA CARDOSO SCHARDOSIM	5.40	52
5996	AMANDA DE SOUZA	5.20	53
2308	JESSICA KATYANY CAZARIN	4.90	54

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ NOÇÕES DE DIREITO ]

**Total de Aprovados:**16

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
1821	GABRIEL MARTINHO	7.60	1
3855	JOSE NILTON APARECIDO RODRIGUES	7.30	2
781	JEAN TEIXEIRA MANOEL	6.50	3
3689	WALTER DIAS TEIXEIRA	6.40	4
6071	AMANDA COSTA ZANETTA	6.20	5
6062	DIANA GARCIA ECHEVERRIA	6.10	6
4867	EVELYN FARIAS BRESCIANI	6.10	7
2265	MARIANA STEIMBACH DESTRI	6.10	8
4504	CARLOS FABRICIO UBERTI RIBEIRO	6.00	9
3711	MAYARA DA SILVA MORFIM	6.00	10
2538	JACKSON MAYR LOZ DE MELO	5.90	11
5972	THIAGO DA SILVA ROCHA	5.80	12
1024	RONALDO DA ROSA DAMAZIO	5.30	13
5855	MARCOS ANTONIO MARTINS	4.80	14
2295	NICOLAS LUIZ REBELO	4.20	15
3730	HELLEN ZLUHAN LOPES	3.40	16

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ PORTUGUÊS ]

**Total de Aprovados:**122

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
774	MAIRA DE SOUSA EMERICK DE MARIA	8.10	1
355	CRISTIAN ROLIN DA SILVA	8.00	2
2900	GISIANE CABRAL DE OLIVEIRA	7.80	3
4777	ANA CLAUDIA FABRE ELTERMANN	7.80	4
4230	ALINE OLIVEIRA SOUZA	7.70	5
2034	MARCOS ANTONIO FERREIRA DA ROCHA	7.60	6
3583	LUCIANA COSTA	7.50	7
358	RUBENS ROZSA NETO	7.50	8
6130	AGILDO GALDINO FERREIRA FILHO	7.40	9
281	THALISSON ERICK DE ALMEIDA MACHADO	7.40	10
4076	BRUNO SOARES	7.40	11
4924	MARCELLA LOMBA NABAS	7.40	12
1588	ALEXANDRA CRISTINA DE OLIVEIRA KAMINSKI	7.30	13
279	MARIA DE FAVERI	7.30	14
4693	GIOVANA DE OLIVEIRA QUADROS	7.20	15
1552	FERNANDA LIMA JARDIM MIARA	7.20	16
6027	ROSEMERI BERNARDO DE ALBUQUERQUE	7.10	17
4393	GECIELLI ESTEFANIA FRITZEN	7.10	18
698	LUCIANA MEDEIROS GOMES RAULINO	7.10	19
4050	FABIANA DE FATIMA APARECIDA DE OLIVEIRA	7.10	20
1673	PRISCILLA RODRIGUES SIMOES	7.10	21
5045	TARISSA CORREA STERN SOARES	7.00	22
4537	ANDREA DA ROCHA VIANA	6.90	23
5635	ELIZANGELA CHEQUETTO BROCKER	6.90	24
3547	SAMUEL GIOVANI DOS SANTOS FERREIRA	6.90	25
4368	SAMARA GONCALVES LADEIRA	6.90	26

767	ANA CRISTINA NUNES GOMES MULLER	6.90	27
3403	LUCILA SANTOS DE ABREU	6.80	28
882	RODRIGO PATAY SOTOMAYOR	6.80	29
2306	JOAO MARIA DA COSTA	6.80	30
456	JOSIANE MACHADO SCHUSLER	6.80	31
6163	MARCELA FARIAS MARTINS	6.70	32
677	BARBARA PORTO MACHADO	6.70	33
6091	DEBORA GUILHERME DA COSTA	6.60	34
1922	LUCIANO VIANNA LIMA	6.60	35
4289	BIANCA DA CUNHA	6.60	36
6059	VANIA DUTRA	6.50	37
3099	ANDRE DANIEL DA CRUZ	6.50	38
5440	ELAINE DELATORRE	6.50	39
5804	DAIANE DANIEL	6.50	40
162	NATACHA DA SILVA	6.50	41
1041	PRISCILLA PAWLACK	6.50	42
1455	FRANCIELLE SCHEIDT BOEHME	6.50	43
5536	MARIA ANGELICA RODRIGUES DOS SANTOS	6.50	44
917	MARCOS LEVI POERSCH DE SOUZA	6.40	45
1021	ELISIANE MARTINS OLIVEIRA BARBOSA	6.40	46
4659	CRISTIAN EDEVALDO GOULART	6.40	47
216	TIAGO CARTURANI	6.40	48
1317	GLIZAUDA CHAVES LIMA	6.40	49
1043	MARCELO DOS SANTOS	6.40	50
4309	TATIANA CARLA CORREIA	6.30	51
386	KIARA PRISCILA STEIN MOTA	6.30	52
4914	MORGANA FERREIRA	6.30	53
5582	DHIOGO RIBEIRO DE SOUZA SANTOS	6.30	54
5971	GIULI MONIQUE CARDOSO FERNANDES	6.30	55
3233	GIOVANI WILBERSTAEDT	6.30	56
1523	MARCELA DA SILVA ALMEIDA	6.30	57
5462	ARNALDO GOES	6.20	58
4562	CLAUDIA REGINA PINHEIRO CECHINEL	6.20	59
2058	SIMONE CRISTINA DA LUZ	6.20	60
3204	PRISCILA ALVES	6.20	61
4000	CLAUDIA SCHVEITZER	6.20	62
521	MARILIA DENISE BARATTO NUNES	6.10	63
4750	ADRIANA SIQUEIRA LEAL	6.10	64
6162	ANA FLAVIA DE SOUZA	6.10	65
4778	MARISTELA DUTRA	6.00	66
4561	MARILDA VANINI GUIMARAES	6.00	67
4421	EDNA LILIAN ORENHA	6.00	68
553	ELIANE OLIVEIRA DE SOUSA	6.00	69
5491	BRIGITE DE LIMA GOULART	5.90	70
3203	MARIO NORTON SIEBINGER	5.90	71
4966	SUZY ZAPAROLI	5.90	72
4593	SILVANIA REGINA DE CAMPOS MAYER	5.90	73
5723	LEDIA AUGUSTA DE SOUZA	5.80	74
6109	GILMARA JOAO	5.80	75
2816	ROBERTA PROFETA FORNI	5.80	76
4773	CLEUSA CAMARA CANTO NOLETO	5.80	77
4349	MARGARETE VANIN	5.80	78
1086	ANA ALINE MOREIRA FRICH	5.80	79
1035	KIZY ROBERTA RIBEIRO	5.80	80
5198	ALESSANDRA SANTOS DE QUEIROZ	5.80	81
6041	VIVIANE CONCEICAO DA SILVA ROCHA	5.70	82
5639	MARIA DE LOURDES OLIVEIRA LESSA DA SILVA	5.70	83
3784	JOCILEI DOS SANTOS CABRAL	5.70	84
5949	JOAQUIM DIAS SATELIS	5.70	85
1715	DULCE MARA DA ROCHA MIRANDA	5.70	86
346	JULIANO GIESLER ZAMPERETE	5.60	87
4549	EMANUELA FERREIRA	5.50	88



969	LUCELIA MARIA DE OLIVEIRA	5.50	89
184	POLIANA MENDES MOURA	5.50	90
1739	ANA SILVIA MOREIRA DO NASCIMENTO	5.40	91
5255	VIVIANE APARECIDA QUENUPE	5.40	92
3589	MARLENE APARECIDA LAGES DOS SANTOS	5.30	93
5611	MARINEI LOPES DA ROSA	5.30	94
1312	ALEXANDRE TEIXEIRA	5.30	95
4257	FABIANA CURY AMORIM	5.30	96
1364	VANESSA PATRICIA DA SILVA	5.30	97
2953	ALEXANDRA SCHROEDER	5.20	98
1108	VERONICA APARECIDA DE ASSIS	5.20	99
1763	THIAGO ROSA NASCIMENTO	5.10	100
5216	CRISTIANE DE FATIMA GUEDERT	5.10	101
1168	MONICA SILVA COIMBRA	5.00	102
3990	LUHARA ZULMIRA DA COSTA MACEDO	5.00	103
2665	ERISLANE ROCHA ARAUJO	5.00	104
823	KARLA ELENA NORONHA	4.80	105
5094	ELIANE APARECIDA DUTRA	4.80	106
5321	MARIA DALVANI SCHEIBLER	4.70	107
2286	MARCIA LOPES DUCA	4.70	108
3688	ANTONIO TEIXEIRA DO PRADO	4.60	109
2588	MARLINDA VIERO SOUZA	4.60	110
5928	CINTIA RAFAEL DA COSTA	4.40	111
3103	DANIEL JOSE MARTINS	4.40	112
1434	BRUNA ROSSAFA DA FOSNECA	4.40	113
3286	JOSELINA FERREIRA	4.20	114
5765	MARIA ODINEA PAIVA DE OLIVEIRA	4.10	115
4119	CRYSTIANE DA CRUZ MARTINEZ	4.00	116
4374	ROSELI APARECIDA DE LIMA FONTALVA	4.00	117
5851	SILEIDE ZILDA DA SILVA MARQUES	3.90	118
5796	MARIA HELENA PEREIRA DA SILVA	3.70	119
3000	GUEISY MEDINA PARDO VIEIRA	3.70	120
5184	MARILESE SANTOS DA ROSA	3.00	121
345	HEVELYN DE FATIMA APARECIDO	2.50	122

Cargo [ Área/Disciplina ]:Professor [ PORTUGUÊS ]

Total de Aprovados:11

Edital:004/2017/SME

Formação: Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
5180	RENATO DE SOUZA	6.70	1
5425	MURILO FERNANDES COELHO	6.20	2
674	KARLA MAFRA TABALIPA	6.10	3
2752	CAROLINE SCHIRMER GOTZ	6.10	4
1493	MARINA GOEDERT	6.10	5
4613	TATHIANA MORAES DA FONSECA	5.70	6
1461	MARIANE ROSINEIDE ESTEFANO	5.60	7
3254	GUSTAVO SALIN NUH	5.60	8
3113	ANDREY PAULO DE JESUS CORREA	5.50	9
5770	DANIELA DE MELLO PEREIRA DE ARAUJO	5.50	10
2489	SIMONE AZEVEDO NUNES	4.50	11

Cargo [ Área/Disciplina ]:Professor [ QUÍMICA ]

Total de Aprovados:15

Edital:004/2017/SME

Formação: Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
1648	LARA MARTHOLLY DI MARTOS	8.50	1
818	CARLA ALVES LARA	7.90	2
676	DOMINGAS CARDOSO DA SILVA	7.70	3
236	JARINA COSTA MOREIRA	7.20	4
2261	ALVARO PRUDENCIO DA SILVA	6.70	5

4894	PATRICIA ORBEM VERONEZI	6.70	6
4698	NICOLAS KIRSCHNER	6.50	7
2073	AMANDA RODRIGUES DE SOUSA	5.80	8
2268	RENATA ARAGAO DA SILVEIRA	5.80	9
5979	MARCELO ADRIANO KROKOSZ	5.70	10
1467	CRISTINA DA SILVA	4.50	11
6017	GABRIELA CZERMAINSKI NOGUEIRA	4.40	12
94	VICTOR RAMON MENDONCA LEITE	4.20	13
722	MARISTELA CRISTINA BONAFE	4.20	14
5253	FABIANA BORGES BRASCHER	4.00	15

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ QUÍMICA ]

**Total de Aprovados:**7

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3172	SAMIRA JAMIL FAYAD	8.60	1
3702	MARCOS PEREIRA	6.80	2
2294	LUIZ HENRIQUE CARTAPATI	6.50	3
3128	CAROLINA TOLEDO CAVALCANTE	5.10	4
2203	JOHNNY FREDERICO BELAN	4.10	5
6097	FELIPE GENTIL MARTINS	3.50	6
407	FABIO PHILIPPE CORREA	2.80	7

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ SOCIOLOGIA ]

**Total de Aprovados:**11

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
1889	MARINA SCAPINI	7.20	1
6029	ALEXANDRE MAGNO DE AQUINO	7.00	2
2919	LUISA BONETTI SCIREA	6.80	3
462	LILI MACHADO	6.30	4
1210	MARA LUCIA DA SILVA	6.10	5
5348	ANA CLAUDIA TAU	6.00	6
4292	JAILSON RODRIGUES BEZERRA	5.90	7
1407	VANUSA RODRIGUES SENA	5.80	8
2081	VANESSA SOUZA PEREIRA	5.70	9
3045	THIAGO PANEGACE DE AVILA	5.30	10
5300	ANTONIO SILVA JUNIOR	4.50	11

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ SOCIOLOGIA ]

**Total de Aprovados:**6

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
4312	BRUNO LOPES CUNHA	6.00	1
685	SANDRA TANHOTE SOUSA	5.50	2
5862	ERIKA POLITI	5.30	3
173	MARINA SCHNEIDER CAMILO	4.30	4
5391	LEILIANE FERREIRA DA SILVA	3.60	5
1254	JOSEANE SIMONE DE LIMA	2.70	6

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Auxiliar de Ensino [ EDUCAÇÃO ESPECIAL (ED. INFANTIL e ENSINO FUNDAMENTAL) ]

**Total de Aprovados:**342

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
803	MARIA AUGUSTA OURIQUES DOS SANTOS	6.80	1
5291	CRISTIANO RODRIGO PASCHOAL DE QUEIROZ PINTO	6.50	2
375	DANIELA LUZ ANDRADE SOUZA	6.50	3
2237	LOURDES CATARINA DA SILVA	6.30	4

1818	ANA CAROLINA SILVA DA SILVA	6.30	5
1444	INDYANARA FLORIANO COELHO	6.20	6
4408	MICHELE TERESINHA DA SILVA	6.00	7
3604	MAITE LOPES KRETZER	5.90	8
696	ANA PAULA MORAES	5.90	9
5054	ERICA SONTAG CARDOSO	5.80	10
3474	ANNA LYA DUARTE DE FARIAS	5.80	11
1192	MARA LUCIA QUINT	5.80	12
4502	ELMIRA TERESINHA GULLICH CAETANO	5.80	13
5715	GLEYSE EDNA CARDOSO DE SOUZA	5.70	14
5502	CRISTIANE FERREIRA DA SILVA	5.70	15
4244	THAIS PEREIRA CARDOSO	5.70	16
2700	CAROLINA DE MATTOS VAZ	5.70	17
2154	CLEIDE CARMEM BALESTRERI RACTZ	5.60	18
230	ELEANDRA CRISTINA AGUIAR	5.60	19
3919	ROSEMERI GOLYNSKI NOGUEIRA	5.50	20
3351	AGDA NERI SALINOS PEREIRA	5.50	21
729	ROSELI SIMAO CAVALCANTE	5.50	22
5896	GEOVANA DA ROCHA SILVEIRA	5.40	23
183	IVONETE FERREIRA LESSA	5.40	24
5527	Jaelice Aparecida Monteiro	5.40	25
3466	ELISA CASTRO CORREA	5.40	26
4012	KAROLINY SERRAO SILVA DOS SANTOS	5.30	27
18	ALEXSANDRA DA SILVA	5.30	28
728	EDLENI BASTOS	5.30	29
1251	FABIANA CRISTINA DE MORAES WERLICH	5.30	30
3214	DAIANI SCHLEMPER	5.30	31
4592	KENIA DE MORAES CORREA	5.30	32
2325	MARLI MATOS	5.20	33
799	RENATA FONTOURA	5.20	34
1404	ALINE MARIA LAURINDO DE FRANCA	5.20	35
2240	GISELLE ANGELA MARINS CORREA	5.20	36
1148	CLEUSA ELIANE LUDVIG	5.20	37
1646	SIMONE COSTA ABREU	5.20	38
622	HELENA MARTA GOULART MARTINS	5.20	39
254	NELIZE DE ROCCO PAIVA	5.20	40
315	LILIAN DA SILVA	5.20	41
1494	MARIZETE ALBANO AMORIM	5.10	42
3731	CLAUDIA REGINA SANFELICE	5.10	43
1589	PATRICIA MATTOS DA SILVA	5.10	44
101	ANGELA MARIA SCHOTTEN DUARTE	5.10	45
415	DOUGLAS FIDENCIO	5.10	46
4636	LOURDES BROLES	5.00	47
5490	CLEUSANE LOURDES CUMERLATTO	5.00	48
2291	TATIANE DUARTE PIVA	5.00	49
2922	MARCIO AUGUSTO QUADROS DE ARAUJO	5.00	50
4703	ANA CLAUDIA VILELA	5.00	51
4133	MARIA APARECIDA DA SILVEIRA FREITAS	5.00	52
2701	ROSE ALVES RIBEIRO	5.00	53
1481	PATRICIA KARLA JALES LOPES ZIMMER	5.00	54
662	JULIANA MARQUES DA SILVA	5.00	55
3533	SERGIO LUIZ LEAL	5.00	56
2153	JUDITE DA SILVA	4.90	57
3504	DARCI CLASEN	4.90	58
3571	MARIA DA GLORIA DO NASCIMENTO	4.90	59
3499	RITA DE CASSIA CARDOSO	4.90	60
5125	ROSE MERCEDES DE SOUZA RODRIGUES	4.90	61
2165	VANDERLEIA DA APARECIDA CARDOZO	4.90	62
844	ELIZANDRA BERNARDO DA ROSA	4.90	63
3406	FABIANA RONCHI VITORINO	4.90	64
2673	MARIA ELIZETH RAMPA DA SILVEIRA	4.80	65
248	NECI DE ROCCO	4.80	66

1430	MARLI ALVES CALHEIRO BENKE	4.80	67
4510	JULIANA FERNANDES	4.70	68
508	JOCELIA MACHADO DE PAULA MARTENDAL	4.70	69
1718	MANOEL DE JESUS	4.70	70
2192	IVETE PAULA LISBOA	4.70	71
67	IDIANA LOPES	4.70	72
5859	JUCIANE PLACIDO DA SILVA	4.70	73
2840	GISELLE SILVA DE VILHENA	4.70	74
5515	ISACLARA NUNES MARTINS	4.70	75
3947	DENISE CUSTODIO DOS SANTOS ABREU	4.70	76
319	KARIN GUENTHER	4.70	77
1490	MISLENE DA ROSA	4.70	78
37	MARINEIDE SEMEAO PINHEIRO DIAS	4.70	79
200	NEUSA ALMEIDA SANTANA MACHADO	4.60	80
2104	GERUSA DE AMORIM	4.60	81
2592	SIRLENE DE MELO	4.60	82
5092	ROSI APARECIDA ABREU ZIMMERMANN	4.60	83
4331	JANAINA BRANCO DE ALMEIDA	4.60	84
4633	FERNANDA PRIEBE FERREIRA	4.60	85
643	CRISTIANE TEREZINHA FENILLI	4.60	86
652	ARLENICE DE ALMEIDA	4.60	87
1268	MIRELA SCHMITT DA SILVA	4.60	88
1132	EDNA SZUMANSKI	4.50	89
1186	MARIA APARECIDA DEMETRIO	4.50	90
3907	LIDIA GARCIA DA SILVA	4.50	91
3494	ANDREA EULALIA VIEIRA OURIQUES	4.50	92
1016	AMANDA FONSECA	4.50	93
747	MARILETE DE MELO	4.50	94
2322	ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA	4.50	95
31	IARA APARECIDA PAES MARTINS	4.50	96
2514	NEIVA ALMEIDA DE NOVAIS PEREIRA	4.50	97
5242	MICHELINE DA SILVA FRAGA	4.40	98
4084	FABIANA LOURDES MARIA BENTO VERMOHLER	4.40	99
4647	DEIZE SCHWINDEN CRAVO	4.40	100
1154	ELIZABETE ASSUNCAO PRADO PELISER	4.40	101
615	MARCIA VANDERLEIA VANDERVERT	4.40	102
3935	ANA CLEIA MOREIRA RAMIRES	4.40	103
3811	JOSIANE BORGES OURIQUES	4.40	104
4891	CRISTIANE DUARTE DE SOUZA	4.40	105
4491	SIMONE ALT LOVISI CRAVO	4.40	106
3272	CAMILA ANGELITA MARQUES	4.40	107
4707	DEBORA R RIBEIRO DE MORAES MAURER	4.40	108
2156	DAIANA VIEIRA DA SILVA	4.40	109
1042	IONE MARIA BITTENCOURT MARTINS	4.40	110
4837	CELIA REGINA DA SILVA	4.40	111
4532	FABIANA SILVA ROSA MARTINS	4.40	112
4739	DAIANI LICHTENFELZ	4.40	113
2739	BEATRIZ BORGES	4.30	114
2870	FABIANA MARIA NASCIMENTO	4.30	115
2220	PRISCILA DE SOUSA SILVA	4.30	116
2018	KARINY SOUZA DOS SANTOS	4.30	117
3092	MARIA EDUARDA DA SILVA	4.30	118
4579	MARIA DE FATIMA FERREIRA DOS SANTOS	4.30	119
4534	JAQUELINE CANDOMIL FARIAS	4.30	120
5168	MARIA DO SOCORRO DE SALES COSTA	4.30	121
1930	CRISTIANE SIQUEIRA SULZBACHER	4.30	122
5587	MARCIA APARECIDA ALBUQUERQUE	4.30	123
5733	LIDIANE DE FATIMA GOMES	4.30	124
1408	MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA CONRADO	4.30	125
2190	IVONETE PAULA LISBOA	4.30	126
1309	CRISTIANE BARROS DE PAULA	4.30	127
6154	GABRIELA SCHWINDEN VENTURA	4.20	128

5510	SIRLEI ELEN MIGNONI DE ANDRADE	4.20	129
2059	SILVIA ANDREA BOGAS DE OLIVEIRA HENTGES	4.20	130
3787	IZABELA LAUS	4.20	131
1325	SONIA FLICIDADE DOS SANTOS	4.20	132
2103	CRISTIANE DA SILVA	4.20	133
4211	ANA CRISTINA DA SILVA RAMOS	4.20	134
391	JOICE MARA DA SILVA	4.20	135
5309	ALEXANDRE SOUZA DE JESUS SOUZA	4.20	136
5484	MARISANGELA MIRANDA DOS SANTOS	4.20	137
3001	FRANCIELE ANA DE MELO	4.20	138
378	TAYNARA DE FARIAS LEHMKUHL	4.20	139
740	MARILEIA DE MELO	4.20	140
1789	PATRICIA HULSE FERREIRA	4.20	141
2639	GRAZIELA BAUER VERMOHLER	4.20	142
2722	TAYNARA DE SOUZA KIRCHNER	4.20	143
3645	TAMIRIS DOS SANTOS	4.20	144
3797	LUCIA HELENA MARTINS RODRIGUES	4.20	145
4075	ANDREA ELIZETE VENTURA	4.20	146
2539	ARIADNE MOREDA BUENO	4.10	147
816	MARY KARYNE DOS SANTOS	4.10	148
1562	ROSA MARIA DE SOUZA	4.10	149
1483	JANE MARQUES DUARTE	4.10	150
267	MAIARA CHAGAS DA CUNHA	4.10	151
1152	MARIA AMELIA MOURAO DE OLIVEIRA	4.10	152
3093	CRISTIANI DA SILVA LANDRA	4.10	153
5827	MEIRE APARECIDA LOPES SILVERIO	4.00	154
3304	ROSANA FATIMA DA SILVA	4.00	155
504	ELIZABETH GENEROSA DA SILVA	4.00	156
4904	SALETE VIEIRA PADILHA	4.00	157
328	ALESSANDRA DUWE GARCIA	4.00	158
726	TASSIA JAMILE MANENTE	4.00	159
3263	ANA PAULA SOARES REBELO	4.00	160
3273	MARILIA ELZITA SAGAS OLIVEIRA	4.00	161
4710	ANDREIA PINHEIRO	4.00	162
5523	JULIANA ZIMMER DE CERQUEIRA CEZAR	4.00	163
2099	KARINA RADTKE	4.00	164
387	JULIANA FERREIRA CORREA VIEIRA	4.00	165
3468	ROSIMERE DOS PASSOS DE SOUZA ESPIRITO SANTO	4.00	166
5047	KATIA JUDITE PAULI	4.00	167
5086	PAULA APARECIDA SOARES	4.00	168
2332	LILIANE DA SILVA GARCIA	4.00	169
2116	ELZA MARIA PINTO CARMINATTI	3.90	170
2571	ZELANDIA ROSA BERTE ROCHA	3.90	171
5050	RAFAELA LAURITA VIEIRA	3.90	172
5353	ANA CATARINA MARINHO	3.90	173
3479	MARINALVA MATHIAS SOUZA MATTOS	3.90	174
418	JANAINA CRISTINA MARQUES	3.90	175
3876	GISELE FERNANDES	3.90	176
3289	PATRICIA DE ANDRADE	3.90	177
1412	CAMILA MARTINS	3.90	178
2187	ANA PAULA DE SOUZA	3.90	179
1388	FRANCIELE REGIS DE SOUZA	3.90	180
269	JOSELI DOS SANTOS	3.90	181
2569	CLEIA BAUMGARTEN DA ROCHA	3.90	182
2102	ELIANE PEDROSO DA SILVA COSTA	3.90	183
1072	JULIANA APARECIDA ALFLEN GELSLEICHTER	3.90	184
271	LUIZ FIGUEIREDO BERTOLUCI	3.90	185
779	JAQUELINE SILVEIRA TRINDADE	3.80	186
1117	CELIA REGINA TRINOSKI	3.80	187
5062	MARIANA AGOSTINHO WEISS	3.80	188
225	ALIRIO PIONER DE OLIVEIRA	3.80	189
6131	ANDREA LUCIANA SILVA	3.80	190

2207	JAISON ROMILDO DOS PASSOS	3.80	191
2525	DENISE DA SILVEIRA SCHUTZ MOLMELSTET	3.80	192
4920	TAYNARA XAVIER TELLES	3.80	193
1674	MARLI DE FATIMA PEREIRA	3.80	194
2169	JANICE JOAO DE SOUZA VASCO	3.80	195
1172	ADRIANA HEREDIA DOS SANTOS	3.80	196
5503	CLEIDE HAMES ALEXANDRE	3.80	197
1630	SILVIA MARA DEODATO	3.80	198
265	DIANA LOPES PACHECO	3.80	199
53	EUNICE IRMA ROSA	3.80	200
3780	BRUNO RICARDO CIDADE PORTO	3.80	201
720	MARIA HELENA DA SILVA	3.70	202
2710	MARIA GORETE DE SOUZA FERNANDES	3.70	203
434	KATHIANA CRIS SILVA	3.70	204
2589	DAIANE REGINA PEREIRA	3.70	205
4228	BRUNA OLIVEIRA	3.70	206
1822	JAQUELINE HULSE DE SOUZA	3.70	207
689	MARIA AMELIA DE JESUS FREIRE NASCIMENTO	3.70	208
3863	ANGELA MARIA DA SILVA GODINHO	3.70	209
5385	VANIA REGINA DA SILVA	3.60	210
5034	ENI APARECIDA BITTENCOURT PRATES	3.60	211
1931	TAMIRES CELY CARDOSO	3.60	212
3480	LIA MARA BLEYER DOS SANTOS	3.60	213
3200	MARCELO JOSE SCHAPPO	3.60	214
4284	CLEUSI MARIA FAGUNDES	3.60	215
4018	VANILDA LETICIA MARCAL GALLO	3.60	216
3905	RAQUEL NUNES ALONSO	3.60	217
4316	SILVIA REGINA GONCALVES	3.60	218
5190	FRANCISCA MARIA NASCIMENTO GOMES	3.60	219
3723	ELIANI MARCHINHAKI	3.60	220
4058	JOCIMAR DA SILVA FINI	3.60	221
5320	JANAINA HILDEBRANDO DOS SANTOS DA SILVA	3.60	222
5778	FERNANDA XAVIER DE AMORIM	3.60	223
3880	ROSANA DAS NEVES	3.60	224
5001	LUCIANA MARIA CARDOSO	3.60	225
3347	LUCIANE DE SOUZA LOCH	3.60	226
686	RUANA GABRIELI SOUZA CASTRO	3.60	227
3992	GEODESIA RACHADEL OURIQUES	3.50	228
888	JUCINEA MACHADO FRUTUOSO	3.50	229
5229	MARCIA REGINA DA SILVA	3.50	230
895	VANESSA SOARES DA ROCHA	3.50	231
480	PAULA ANDREIA CONCEICAO LUZ	3.50	232
1598	AUREA SCHMITZ LOPES	3.50	233
4571	GRACIANE MULLER DE CASTRO	3.50	234
4848	CAMILA BIANCHINI DOS SANTOS MAIA	3.50	235
2014	JOSIANE SANGUINETTO DE SOUSA DO NASCIMENTO	3.50	236
2355	NEUSA MARIA SUSIN	3.50	237
5076	ANA PAULA DE CARVALHO DIAS SEVERINO	3.50	238
1795	LUCIMARA DOS SANTOS	3.40	239
3425	MARINA ZIMMERMANN SIQUEIRA FRANCISCO	3.40	240
5943	MARIA AMELIA TESTA	3.40	241
4154	ANDREA DE FATIMA PEDROSO PEGORARO	3.40	242
5337	FERNANDA DE SOUZA	3.40	243
5819	DANIELA APARECIDA DE OLIVEIRA	3.40	244
4641	GRAZIELA JACOBSEN OLIVEIRA	3.40	245
2120	RAQUEL CORREA CARMINATTI	3.40	246
1288	ARIANE MARIA DE BITTENCOURT BALDANCA	3.40	247
5838	ALINE MARIA DA ROSA	3.40	248
3677	FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER	3.40	249
4747	MARIA GORETE SPINDOLA	3.40	250
5084	ROSIMERE MEIRA DA SILVA	3.40	251
4690	VIVIANI DOS SANTOS DE SOUZA	3.40	252



5370	DARCILA ROSANGELA MARTINS DA SILVA	3.30	253
3350	SILVIA CRISTINA PEREIRA SOUZA	3.30	254
1617	RUTE JURACI DA SILVEIRA	3.30	255
1274	JANAINA APARECIDA DA SILVA	3.30	256
1650	VANIA SIMAS COSTA	3.30	257
680	ROSILDA DE MELO BORGES	3.30	258
4992	MICHELE KREISCHER SCHMID	3.30	259
5079	NEUMAR ESTHER BEZERRA	3.20	260
3387	CLEIDE GRANDMAISON MENEGAZ	3.20	261
2087	RUTE DEMARCHE	3.20	262
5000	SIMONE MARIA DA CONCEICAO	3.20	263
3714	JULIANA ZEITZ	3.20	264
1853	FRANCIELLY MARTINS	3.20	265
3899	GENILSA QUINT DE SOUZA	3.20	266
2637	MARIA DAS GRACAS HEIDEMANN DA COSTA	3.20	267
1101	SIRLEI APARECIDA MARTINS	3.20	268
2797	GORETE DE MELO BORGES MICHETTE	3.20	269
1929	ZILA SIQUEIRA SULZBACHER	3.10	270
4412	JUCARA FERNANDES LIMA	3.10	271
3600	MARIANNE SANTOS SANDIN	3.10	272
4736	ADELANIA FATIMA PEDROSO	3.10	273
3773	ANDRE JUCELIO PRAZERES CUNHA	3.10	274
1621	MAIARA INGRIDY DA SILVA	3.10	275
3345	JOSE DALVO BORBA	3.10	276
4753	ANGELITA PEREIRA ESPINDOLA	3.10	277
1318	VALDINEIA DE SOUZA ANACLETO	3.10	278
449	MARIA DAS GRACAS GODINHO	3.00	279
4357	IVONETE SILVEIRA CORREA	3.00	280
1824	LUCERIA APARECIDA PINTO DE ARRUDA	3.00	281
1248	SONIA TERESINHA DE MORAES	3.00	282
4550	ROSEMERI CRISTINA DA SILVA	3.00	283
2960	MARIA ERINEIDE COSTA DUTRA	3.00	284
3397	KARINA ELIAS MACHADO	3.00	285
3568	STEFANNI CABRAL	3.00	286
1094	BERNADETE MACHRI ALMEIDA	3.00	287
1157	TATIANA CRISTINA CANDIDO REGIS	3.00	288
4014	TATYANE VIDAL SANTANA DE OLIVEIRA	3.00	289
990	BRUNA COELHO MENDES DA ROSA	3.00	290
2716	MARIA SALETE DE SOUZA	3.00	291
86	KAROLINE BENEDET	2.90	292
1780	EDNA REGINA SOUSA DE FARIA	2.90	293
760	TEREZINHA BURATTI DA SILVA BORGES	2.90	294
811	MARIA CRISTINA SADLER RODRIGUES DA SILVEIRA	2.90	295
1662	CRISTINA ESPINDOLA	2.90	296
2897	GISELLE REGINA MACHADO	2.90	297
3596	MARCIA SILVA FELIX TAVARES	2.90	298
19	RENATA GERBER GONCALVES	2.90	299
4195	BRUNA DA SILVA	2.90	300
837	FABRICIA MARIA DE SOUZA DE OLIVEIRA	2.90	301
3979	MARCIA REGINA DE SOUZA	2.90	302
4262	PATRIZIA MIRANDA TEMOCHKO	2.90	303
1296	RIXIELI SOUZA DOS ANJOS	2.80	304
276	KARINA DOS PASSOS	2.80	305
780	EDUARDO SILVEIRA	2.80	306
1950	CARMEM APARECIDA DE MATTOS SOARES	2.70	307
2647	ALESSANDRA STENGER BURIGO	2.70	308
3845	TAMIRES TURNES	2.70	309
507	CLEUNICE DA SILVA BERGO	2.70	310
490	ARIEL FRANCESCA RODRIGUES DA SILVA	2.70	311
6020	JOCELITA DAL FORNO SIQUEIRA	2.60	312
3138	TELMA REGINA DA SILVA MIRANDA	2.60	313
1695	ROSIMARA PEREIRA DOS SANTOS	2.60	314

5633	SCHEILA DOS SANTOS	2.60	315
3893	MARIA NATALIA FERNANDES	2.60	316
3367	TEREZA CRISTINA DE FREITAS	2.60	317
4526	ZELIA MARIA DA SILVA FELIPE	2.50	318
3303	OSIR ODILON SOARES	2.50	319
4193	GREYCE MEDEIROS DE SOUSA	2.50	320
5133	SILVANA LAURICI CHAVES DA SILVA	2.50	321
5610	JOSELI MARIA MARTINS BRUCH	2.50	322
2418	NATALICIA HENDGES	2.50	323
1875	SONIA TEREZINHA SOARES MELO	2.40	324
4708	MARIA DAS DORES COSTA	2.40	325
1393	ROSANA CERQUEIRA DA SILVA	2.40	326
3095	CARLA MAGDA MINICH	2.40	327
3162	TAYNARA CRISTINA VIEIRA	2.40	328
1925	MARIA GORETI PEREIRA	2.30	329
2079	SONIA REGINA BITTENCOURT CARDOSO	2.30	330
292	DEISE KARINA CARVALHO DE SOUSA ESPINDOLA	2.30	331
3983	JAINE DEISY OLIVEIRA RIBEIRO	2.30	332
4972	MARIA APARECIDA HAMMES ONOFRE	2.20	333
586	DANIELA BOTELHO PEREIRA SALVADOR	2.10	334
6057	TAISE CAROLINE GASPAR DE FARIAS	2.10	335
2763	AMARILDA ILMA SOUZA	2.00	336
2024	INES DA CONCEICAO TORRADO PEREIRA	1.90	337
938	ROSALINA PEREIRA DE JESUS	1.90	338
4726	CRISTIANE SILVA DE MOURA VALDEVINO	1.70	339
6045	LUCIANA CUNHA TEODOSIO	1.70	340
5511	ANDREA DOS SANTOS COSTA	1.50	341
4680	KARINA DA SILVA	0.00	342

**Cargo [ Área/Disciplina ]:** Auxiliar de Ensino [ EDUCAÇÃO ESPECIAL (ED. INFANTIL e ENSINO FUNDAMENTAL) ]

**Total de Aprovados:** 59

**Edital:** 004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	Nº	CLASS
5525	FERNANDA DA FONTOURA SOARES	5.30	1
4973	BEATRIZ PEREIRA	5.30	2
1717	ROSANE MARIA SPANHOL CORREA	5.20	3
5556	DREIKS ALAIN LIMA DE SOUZA JUNIOR	5.10	4
1688	DENIZE RESINA WEPRAJETZKY	5.10	5
98	CELINA ANITA DE CAMPOS	5.10	6
4270	LIDIANE SISTI SANDRE	5.10	7
3368	ROCHELLE APARECIDA GODINHO	5.00	8
3752	GILENISE GIOVANELLA	4.70	9
2346	JULIA MARIA SILVEIRA	4.30	10
588	PATRICIA HIPOLITO	4.30	11
3432	JOSELIA DA SILVA SALAZAR SCHEIDT	4.10	12
4274	MARIANA CHAGAS REITZ	4.10	13
1751	SANDRO CARDOSO	4.00	14
523	JESSICA MARTINS	4.00	15
1738	JOECI FATIMA GOTTARDI	4.00	16
5915	PATRICIA DE SIMAS	3.90	17
1118	LEONIR SANGALETTI	3.90	18
3231	ANA PAULA BECKER	3.90	19
2056	GABRIELA LEITE	3.90	20
278	AMANDA DE ANDRADE OLIVEIRA	3.90	21
1344	RODRIGO IZIDORO	3.80	22
3061	DEISE FERNANDA TAVARES	3.80	23
5912	LUCELIA MIRANDA NUNES	3.70	24
4247	MICHELE RIBEIRO DE OLIVEIRA	3.70	25
517	JOSIRENE FERREIRA CORREA NIENKOETTER	3.70	26
2155	ADRIANA DOS SANTOS LOURENCO DE SOUSA	3.70	27
1971	ALINE HOFFMANN	3.70	28

3564	MARIA APARECIDA VIGANIGO	3.60	29
1689	INGRID PEREIRA	3.50	30
5165	BEATRIZ GESSER TRINDADE	3.50	31
1927	RENATA NUNES	3.50	32
1165	PATRICIA SOUSA MENDES	3.40	33
3376	MARIANA DA SILVA FRANCISCO PASSOS	3.40	34
5832	STEPHANIE LOISE ALFLEN	3.30	35
341	CAMILA ELIAS	3.30	36
6014	MARIAH TEIXEIRA RACHADEL	3.10	37
5494	KATIA REGINA DOS PASSOS SEEMANN	3.10	38
684	SHEYLA DE CASSIA PEREIRA SAMPAIO	3.10	39
5266	THABATA DE MATTOS MACEDO BARCELOS	3.10	40
1167	JESSICA SOUSA MENDES VIEIRA	3.00	41
2301	AURELIO ZACHARIAS ADAO FILHO	3.00	42
2011	PATRICIA CLECIA FRANCESCHINA	3.00	43
3869	MIRELA MARISE MACEDO	2.70	44
2732	BARBARA DUTRA LOPES	2.70	45
4780	SARA DE SOUZA ALVES	2.70	46
3881	MARINA ELIAS DE CASTRO	2.70	47
4768	NATAN AZEVEDO DOS SANTOS	2.70	48
4676	ANA BEATRIZ DA SILVA	2.70	49
4217	IVONETE APARECIDA DE QUEIROZ	2.40	50
4287	SOLANGE ANTUNES PAZ	2.40	51
5577	MERCIA SIMONE RACHADEL KREMER	2.30	52
204	TELMO EDERSON DA SILVA	2.30	53
2062	MARIA CELINA DO NASCIMENTO SILVEIRA	2.20	54
5981	JESSICA DE SOUZA COSTA	2.20	55
1977	IVONETE REETZ	2.20	56
1497	MARIA ROSILEIA FIRMIANO AMERICO CLARO	2.10	57
1342	CYNTHIA DE SIMAS	2.10	58
2872	SAMANTA MACHADO FLORENCIO	2.10	59

**Cargo [ Área/Disciplina ]:** Auxiliar de Ensino [ INTÉRPRETE EDUCACIONAL ]

**Total de Aprovados:**19

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
1141	GESSICA DE SOUZA	7.40	1
468	MICHELE DIAS	7.40	2
5923	MONISE FIORENTIN GOMES	7.10	3
1540	DIOGO NUNES DA LUZ	6.80	4
443	GISLAINE CRISTINE GERONIMO DA CUNHA PIRES	6.50	5
2368	ANGELA TEREZINHA DE FARIAS VIRGILIO	6.40	6
2613	GLENDA SILVA DOS SANTOS GERBER	6.30	7
440	WENIS VARGAS DE CARVALHO	6.10	8
1869	CRISTIANE TRINDADE GARCIA	6.00	9
3629	FADIA PEREIRA NOR	6.00	10
988	FABIULA ADRIANA MOCELINI FOGACA	6.00	11
907	ADRIANA CECILIA QUEIROZ SCHABERLE	5.60	12
2292	FERNANDA DE FATIMA MACIEL	5.50	13
4023	BIANCA ENEAS NUNES	5.00	14
441	KARIZY FERNANDES DA SILVA	5.00	15
1787	JAQUELINE DE OLIVEIRA SILVA	4.80	16
5539	ELAINE CRISTINA FARIAS MARIA	4.40	17
1401	KAREN FERNANDA BIANCHINI DA SILVA	4.20	18
125	HAMILTON DA SILVA FERREIRA	3.30	19

**Cargo [ Área/Disciplina ]:** Auxiliar de Ensino [ INTÉRPRETE EDUCACIONAL ]

**Total de Aprovados:**14

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
------	------	----	-------

152	MAIRLA PEREIRA PIRES COSTA	6.90	1
3636	DEISE CLEA LEONEL	6.40	2
141	MARIANA DA SILVA NEVES	6.40	3
5310	RAIANE MENDES VICENTE	6.20	4
5624	DIEGO MACHADO DA SILVA	6.10	5
5861	BEATRIZ MAFRA SOUZA	6.00	6
5654	RITA DE CASSIA BORGES CABRAL	5.90	7
640	GISLEIA REGINA DE LIMA	5.60	8
284	ANA CAROLINA RIBEIRO VIEIRA	5.50	9
1665	BARBARA RODRIGUES LEMOS VIEIRA FARIAS LOPES	5.20	10
2927	FILIPPE DA SILVA GEMAUQUE	4.90	11
2726	KAROLLINI MACHADO	4.80	12
306	DANIELLE REGINA ROSA DE SOUZA	3.50	13
763	LUISA ROSA DE SOUZA	3.40	14

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Auxiliar de Ensino [ ENSINO FUNDAMENTAL/ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL ]

**Total de Aprovados:**129

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
2578	PATRICIA LISBOA	8.20	1
2627	BEATRIZ BAUER	8.10	2
1002	JAQUELINE ZUCCO	7.80	3
3265	REGINA NIURA SILVA DO AMARAL	7.70	4
305	JORGETE BERTONCINI FERNANDES	7.60	5
4040	TATIANE FELICIANO DOS ANJOS	7.50	6
3208	PRISCILA ROSE DA SILVA	7.50	7
3627	TAISE ANASTACIA DA SILVA	7.50	8
6065	MARCELO PEDRO VIEIRA	7.40	9
2585	ANDREISA ALVES DA CONCEICAO	7.20	10
4111	GUILHERME DOS PASSOS CONCEICAO	7.20	11
5275	JEANE MARTINS DA SILVA CORREA	7.10	12
4916	FRANCIELLI DE PIERI FLORIANO	7.00	13
1663	FABRICIO DONATO ALEXANDRE	6.90	14
3984	BARBARA CRISTINA LEMOS	6.90	15
3157	CAROLINE SOUZA DE AZEVEDO	6.90	16
4842	JADAIR HERCILIA CARDOSO SILVA GOMES	6.90	17
4435	MARIANA WALDRICH ZIMMERMANN	6.90	18
145	KARINA LUCIA SCHUTZ	6.80	19
2832	VANESSA DA SILVA	6.80	20
4833	GRACIELLE FRANCINE DAMASCENO PICCOLI	6.70	21
4688	CINTIA ROVEDA FERNANDES	6.70	22
3703	MARIA IRIA FERNANDES	6.60	23
2720	CRISTIANE VIANA TEODOSIO	6.60	24
1324	ANA PAULA DE SOUSA	6.60	25
709	ALEXANDRA BIANCA SILVA	6.60	26
3398	KEZIA TEREZINHA DOS SANTOS	6.50	27
4445	ELINEA MUNIZ DE SOUZA	6.50	28
1823	KARINA CAMPOS	6.50	29
2877	ANA CLAUDIA FRAGA CABRAL	6.40	30
887	FRANCINE RENGEL GOES LUIZ	6.40	31
260	CAROLINE CARDOSO DA COSTA	6.40	32
2649	FERNANDA MANCHEIN	6.40	33
3700	EDNA MARIA PEREIRA GUIMARAES	6.40	34
4478	MARILEIA CILENE FARIAS DA SILVA PEREIRA	6.30	35
4748	PRISCILLA CHAVES RODRIGUES ANDRADE	6.30	36
3418	JANAINA MELO DE SANTANA	6.30	37
2148	FLAVIANA PEREIRA	6.30	38
277	RAFAEL PHILIPPE CORREA	6.30	39
3635	GEOVANNA DOS PASSOS GAVIOLLI	6.30	40
4934	JULIO DALLA VECCHIA	6.20	41
4854	MARIANA DE ESPINDOLA GARCIA	6.20	42

851	MARIA SOLANGE COELHO	6.20	43
5589	JANICE ZAWASKI PAZETTO DAMASIO	6.20	44
5177	ALESSANDRA MEDEIROS BELZER	6.20	45
4575	VIVIANE MARTINI	6.10	46
1654	JUVANEIDE SILVA DE SOUZA	6.10	47
904	JOSIANE CASTRO	6.10	48
436	MARIA TEREZA CONTE	6.00	49
870	JENIFER CRISTINA FAVRETTO	6.00	50
4754	RITA MARIA RADTKE	6.00	51
2344	MAGALY FARIAS ADAO DUWE	5.90	52
3453	ANA CAROLINA SANTANA	5.90	53
3365	LEANDRA GUEBARA BERALDI	5.90	54
6157	ROBERTA CLAUDIA SOARES PONTES	5.90	55
4895	ADRIANA KOERICH COSTA	5.90	56
1857	GEOVANA VINHA LIMA	5.80	57
4968	ANA CRITINA DA SILVA SOARES	5.80	58
5878	KELLY CORREA	5.80	59
4947	LEANDRO SILVA ROSA	5.80	60
1591	IZABEL TEREZINHA GHIZONI	5.70	61
3518	JOYCE FERNANDA DOS SANTOS	5.70	62
5605	ELISANGELA APARECIDA JACINTO	5.70	63
5113	JULIANA BEZERRA DOS SANTOS	5.70	64
3279	JOANA VANGELISTA MONGELO	5.70	65
2382	JOSIANE MARIA LISBOA	5.60	66
4554	BETHINA DOS SANTOS RACHADEL	5.60	67
4816	IDINEIA CARLA BIOEU	5.60	68
3471	KARLA RENATA DIAS	5.50	69
5749	ROSENILDO JULIO NASCIMENTO PAZ	5.50	70
3538	MARIA ALBERTINA JANUARIO DA SILVA	5.40	71
4169	NADIA APARECIDA FRAGA	5.40	72
1877	DEBORA MUNIZ NASCIMENTO DE SOUZA	5.40	73
3154	GRASIELA MARIA GARCIA	5.40	74
5519	OSVALMIRA DA SILVA SANTOS	5.30	75
3563	LUCIANA EMERENCIANO CARVALHO	5.30	76
3570	SANDRA MARTINS FROES BENTO	5.30	77
2824	ELISANDRA DOS SANTOS	5.30	78
2460	PATRICIA REGIS DA ROCHA NOLDIN	5.30	79
4436	LACI MOTA	5.30	80
4679	JAQUELINE VICENTE	5.20	81
5620	FABIANA DE LIMA PEREIRA	5.20	82
3534	LEILA ALVES ESPINDOLA	5.10	83
3985	MAYARA CRISTINA DA COSTA	5.10	84
2924	SILVIA SILENE CARDOSO	5.10	85
3804	CIBELE RAMOS DA SILVA	5.00	86
380	ELIZANDRA NILZETE DA SILVA DE OLIVEIRA	5.00	87
880	DOLORES TERESINHA HEIL FAGUNDES	4.80	88
1258	RENATA SCHAFFER	4.80	89
5292	JACSON ADRIANO BOESING	4.80	90
5829	ANA CLAUDIA DA LUZ HERNANDES	4.70	91
5592	PRISCILA VICENTE	4.70	92
4825	DANIELA NAZIDE DA COSTA	4.70	93
1123	MARIO JOAO DA SILVA	4.60	94
5384	ALESSANDRA ROVER	4.60	95
6118	TAIZE ELENA SCHVEITZER	4.60	96
3986	MARIANE DE SOUSA	4.60	97
176	MARILIA VENTURI FAISTEL	4.40	98
5825	LORENA SILVA REIS	4.40	99
1783	JOSIANE MARIA SILVANO	4.40	100
2357	HELGA LIVA ALVARENGA	4.30	101
3018	KAMILLA DA COSTA	4.30	102
5888	ADRIANA ELIAS RODRIGUES	4.30	103
2352	ALINE VIVIAN DA SILVA	4.30	104

5421	LUIZA MAGALI SILVEIRA DO AMARAL	4.20	105
4208	MARIA ESTELA SCHNEIDER VIANNA QUINALIA	4.20	106
3124	ANA MARIA LOFY	4.20	107
5584	ROSILENE BENTA CABRAL PAULI	4.20	108
3890	LEIA ROSELAINÉ RAUPP TRAJANO WESTPHAL	4.20	109
429	ELISETTE PINTO DE ARRUDA	4.10	110
4644	MARCIA BRAZ CARNEIRO	4.10	111
3413	SILVIA REGINA DA SILVEIRA PINTO	4.10	112
5483	MARCIA REGINA DE MELO DA SILVA	4.00	113
4971	BRUNA CHAGAS VIGANO	4.00	114
2353	JANE JORGE TAVARES	3.90	115
2495	SANDRA MARA ROVERE	3.90	116
5345	PRISCILA OLIVEIRA DA CRUZ	3.90	117
5459	ALESSANDRA DOS SANTOS VIEIRA	3.50	118
4794	RITA DE CASSIA SOUSA	3.40	119
4623	JOSUE CARLOS DA ROSA	3.40	120
4671	FABIANA DE ANDRADE FLORES	3.30	121
3737	ALICE MARIA BORBA	3.20	122
5178	LUCIANA MACHADO VIEIRA	3.10	123
3800	TATIANE TRENTIN CHANG	2.70	124
266	ANDREIA SALETE GUESSER	2.50	125
5126	GEANE MARA DA CUNHA CARVALHO	2.20	126
5731	VERA MARIA DANOWSKI CASSAIS	2.00	127
3104	CLEIDE CRISTINA DA SILVA BATISTA	1.90	128
5127	MARILICE URBAN	1.60	129

**Cargo [ Área/Disciplina ]:** Auxiliar de Ensino [ ENSINO FUNDAMENTAL/ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL ]

**Total de Aprovados:**16

**Editais:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3307	CLAUDIA ALVES MARQUES DE SOUSA	5.50	1
4483	WILTIANE MARIA BARBOSA PEREIRA	5.00	2
3846	JOAO BATISTA SARTORI	4.80	3
5782	LEILIANE VIEIRA	4.70	4
5794	NAYANE MARCELINO	4.70	5
5514	VERA LUCIA BARCELOS NICOLINO	4.50	6
3313	MARCELLA KOERICH	4.50	7
5984	CAMILA FAGUNDES COELHO	4.40	8
5409	TAIINA CORREA	4.10	9
5699	ELAINE GOMES BONGIOLO MADEIRA	3.90	10
4026	GABRIELA DE AGAPITO PRAZERES	3.80	11
5025	ELIANE DE FATIMA DONNER SILVY	3.50	12
2748	LEANDRO ANTUNES	3.50	13
5426	JANE VANDA ALVES	3.40	14
5449	DANELISE SILVEIRA SOARES	2.90	15
4080	FERNANDA RAMOS HABITZREUTER	2.70	16

**Cargo [ Área/Disciplina ]:** Auxiliar de Ensino [ EDUCAÇÃO INFANTIL ]

**Total de Aprovados:**160

**Editais:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
46	FABIO JUNIOR BITENCOURT	7.50	1
2731	KARIELI CRISTINA DA SILVA	7.30	2
3687	ROSILDE RIBEIRO BRANCO DE LIMA	6.80	3
5840	SUELLEN GONCALVES GALDINO DA SILVA	6.40	4
1038	DENISE WEIAND	6.20	5
4387	MICHELES RICHARTZ	6.10	6
3799	LIVIA REZENDE GIRARDI	6.10	7
6016	MELISSA DA COSTA	6.10	8
1029	TEREZINHA DA SILVA	6.10	9



1769	NICOLE DA ROSA FELISBINO	6.00	10
2758	ANA MARIA TITTONI CORSO	6.00	11
4630	MARIA DO CARMO HECK MARTINS	5.90	12
4064	SINARA REGINA CABRAL OLIVEIRA	5.90	13
6151	FRANCYELE APARICIO SOARES	5.90	14
2535	LUCIANA TIETE	5.90	15
362	KARINA PEREIRA NOCETI	5.80	16
928	GILVANA LUCIA DE SANTANA	5.80	17
5258	MAGGIORE SIMONE MAZUCHIN	5.80	18
3996	ANDREZA FERREIRA	5.70	19
1355	GISELE MARIA DA LUZ	5.60	20
5077	LUCILIA HELENA DA SILVEIRA	5.60	21
3640	THUANY DA ROSA CAMARGO	5.60	22
5382	JULIANE SCHMITT MAXIMIANO	5.50	23
2149	FELIPE DA SILVA SOARES	5.40	24
1973	GRACIETE NELI DA SILVA	5.40	25
3697	FERNANDA MARIA CABRAL	5.40	26
4127	MARCIA TEREZINHA DA SILVA COELHO	5.30	27
3874	MARINES ESMERALDO DA SILVA	5.30	28
501	FERNANDA HARTMANN RAMOS	5.30	29
4722	THAIANA EHRHARDT DE SOUZA	5.30	30
3901	CELIA FRIZON	5.30	31
4178	ALINNE PERRONE AUZIER DE ANDRADE	5.30	32
5263	NATHALIA REITZ FRANCENER DE SOUZA	5.20	33
5572	PATRICIA TOMAZIA GOES	5.20	34
4980	ROSELI DE SOUZA	5.20	35
5726	ANDREA LETICIA BRESOLA FERRO	5.20	36
366	MONALISA COELHO DA COSTA	5.20	37
770	SUSY APARECIDA DE CARVALHO	5.20	38
4743	VERANICE RODRIGUES CORDEIRO	5.20	39
5080	TATIANA INACIO DE JESUS	5.10	40
5568	AMANDA BARBI AMARO HOFER	5.10	41
3052	LARISSA BRISSOW	5.10	42
484	JAINE FELIPPE PEREIRA DA SILVEIRA	5.10	43
3844	LICE ANA CHITOLINA	5.10	44
6053	MARIA APARECIDA MARTINS DA SILVA	5.00	45
4074	BRUNNA DUARTE	5.00	46
3982	ALINE CRISTINA DA CUNHA	5.00	47
2048	VALDIRENE FERREIRA	5.00	48
4034	NAIRA ALICE SILVA TATAGIBA DE OLIVEIRA	4.90	49
859	BEATRIZ SILVA DOS SANTOS	4.90	50
1136	SIMONE VIANA DE MEDEIROS	4.90	51
3819	IRENE DE FATIMA NOVAK GALVAN	4.90	52
5082	ROSELI DE OLIVEIRA NERI	4.90	53
2717	EVELINE LOPES ALBANO	4.90	54
788	OTACILIO PAULO DA COSTA	4.80	55
334	RITA DE CASSIA VITORIA DA CRUZ	4.80	56
5609	FRANCIELEN CRISTINA DE OLIVEIRA	4.80	57
3584	KARINA MARQUES DE ARAUJO	4.80	58
4709	ROSANA DUARTE DA SILVEIRA	4.70	59
2480	CLAUDINEIA DOS SANTOS	4.70	60
3077	MANOELLA MARTINS	4.70	61
2399	ANDREA ADRIANO BUCHELE	4.70	62
4925	VIVIANY MESSIAS OYOLA RARO NUNES	4.70	63
6134	JOANE LUCIA LANDIM PAZ DE CASTRO	4.60	64
2330	ELIZANE FATIMA CARDOSO DA SILVA	4.60	65
5863	MISLENE RICHARTZ	4.60	66
2335	MAIANE MAIRA VIDAL	4.60	67
5834	MAKAELLY FRANCIANE BORGES SANTOS BONISSONI	4.60	68
2630	PRISCILA SOARES MARTINS	4.60	69
2823	MARIANA BORGES CIDADE FERRAO	4.60	70
1278	JENIFER DE CASSIA DE MORAES	4.60	71

5161	ADRIANA MEDEIROS DA ROSA	4.50	72
5040	ANA PAULA COSTA	4.50	73
2394	LEDA ELANIR DE SOUZA COSTA TABORDA	4.50	74
1685	VERA REGINA CORDEIRO DE OLIVEIRA	4.40	75
2249	REGIANE CRISTINA RIBEIRO	4.40	76
1337	KARINE SCHAPPO KRETZER	4.40	77
2916	SHENIA LUCIA DE SANTANA	4.40	78
4180	SUELEN MURIEL EGER DOS SANTOS	4.40	79
2954	JULIANA JESUS ROLDAO RAMOS	4.40	80
2606	JOSIANE PACCE	4.40	81
3981	AGUIAR DOS SANTOS	4.40	82
4159	LUANA MEURER SAMUEL DE TOLEDO	4.40	83
4291	VANESSA ROSAR	4.40	84
4461	SARA DOROTI ZORAIDE MARTINS	4.30	85
4935	ELENILCE CERQUEIRA ANUNCIACAO	4.30	86
4530	ANA CRISTINA ESPINDOLA	4.30	87
3960	GISELE ROBERTA GODINHO	4.20	88
5139	GISLAINE VAZ DE OLIVEIRA	4.20	89
3675	GISELY SILVA	4.20	90
6169	MARIA LEILIANE SANTIAGO MARQUES	4.20	91
4995	AMANDA SAMPAIO GONCALVES	4.20	92
2730	JULIA RAMOS BELTRAME	4.20	93
3532	AURELIA MARIA DA COSTA	4.20	94
1637	FERNANDA VIEIRA MARTINS	4.10	95
4620	AMANDA DOS PASSOS DA ROSA	4.10	96
5724	GABRIELA ELIETE DOS SANTOS	4.10	97
4451	BIANCA BATISTA DA SILVA	4.10	98
699	NOEMI DE FATIMA BRANCO	4.00	99
4171	KARLA SIMAS	4.00	100
1599	SEFORA KEIKO IVASSA	4.00	101
2491	SANDRA TRINDADE CAMARGO SCHAPPO	4.00	102
4885	GRAZIELA SOUZA BEZERRA	4.00	103
2122	DEBORA KATE PINHEIRO	3.90	104
4045	CLECI DA SILVA DUARTE	3.90	105
5812	LUCIANE APARECIDA VELHO	3.90	106
3463	VANESSA TEREZINHA CUNHA FRANCISCO	3.90	107
3454	SUELEN VIEIRA BERGLER	3.90	108
1910	FLAVIA FERNANDA RODRIGUES	3.90	109
385	SABRINA ALVES	3.90	110
5472	JAQUELINE LEONIDA DA SILVA	3.90	111
4091	MERI NATALINA MACIEL BAGESTON	3.80	112
1023	KAMILA SILVA PEREIRA	3.80	113
1137	THAIS MARIA DOS SANTOS MARTINS	3.80	114
754	SIMONE LEANDRA LINO DIAS	3.80	115
4952	ELOIZE HELENA OURIQUES DEFREYN	3.70	116
2070	MARIA CRISTINA BIANCHINI	3.70	117
3694	NICOLY PRIM	3.70	118
6002	JOICE DA SILVA	3.60	119
3109	LUCIA ERONDINA SANTOS	3.60	120
5868	URSULA PRISCILA DIAS PAIVA	3.60	121
5508	SILVIA APARECIDA RAMOS	3.60	122
5154	ANDREIA MACHADO DA SILVA	3.60	123
3611	MAIRANE BOSCHI	3.60	124
5453	GRASIELA MARIA DE OLIVEIRA	3.60	125
4494	ARIANE MARTINS VIEIRA	3.60	126
2001	ANA LUCIA DA SILVA FERNANDES BERNARDO	3.50	127
2222	RITA DE CASSIA SANTOS DOS SANTOS	3.50	128
196	JULIA ELENA QUINTILHAN ZEN	3.40	129
3510	DILMA CLASEN	3.40	130
170	LAISE DOS SANTOS DE JESUS CARDOSO	3.40	131
4918	MAIRA SOUZA SORATO	3.40	132
4590	KAMYL MAURA POSSAS	3.30	133

6080	FRANCIELI LIVRAMENTO COSTA	3.30	134
3812	THAIS GONSALVES	3.30	135
5305	LIGIA BEATRIZ GUIMARAES CARRIJO	3.20	136
5596	ADRIANA MACIEL SANTOS VIANNA	3.20	137
5958	MARIA DE FATIMA FRANCISCO	3.20	138
1159	LARISSA VENTURA	3.20	139
3287	VANIA CRISTINA SILVA DE SOUZA	3.20	140
2749	MARCIA DE ABREU	3.10	141
3815	KARLA BARBI KRETZER DE FREITAS	3.10	142
2458	ANA CLAUDIA MARTINS	3.10	143
3838	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	3.10	144
2334	JOICE BINHOTTI	3.10	145
4815	NOELI TERESINHA DO AMARAL WAILAND	2.90	146
2309	VANESSA DA ROSA FERRAZZA SILVA	2.90	147
3777	KARINA APARECIDA DE FREITAS PERES	2.90	148
1336	THALITA FERNANDA DA COSTA	2.90	149
1111	CLEUSA MARIA GARCIA PINTO	2.70	150
4725	MARIA HELENA VIDAL	2.70	151
1957	ANA PAULA DO NASCIMENTO	2.70	152
3013	JUCILEIDE DINIZ KLEIN	2.50	153
5811	MAGALY IVONE DOS SANTOS	2.50	154
2594	JAQUELINE VERONICA	2.50	155
3921	ALESSANDRA CRISTINA DE SOUZA	2.20	156
5081	JENNIFER NASCIMENTO SEABRA	2.20	157
3325	RAQUEL MAURINA CORREIA	2.10	158
4685	ROSYLENE REGINA COELHO	1.40	159
5701	ANAIR NERI LOPES	1.30	160

**Cargo [ Área/Disciplina ]:** Auxiliar de Ensino [ EDUCAÇÃO INFANTIL ]

**Total de Aprovados:**59

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3344	REGIANE MARIA VARGAS NADAL MILEZZI	6.20	1
5767	CAMILA CRISTINA BEPLER	5.70	2
2971	PATRICIA DOS SANTOS	5.30	3
4963	ARIELLE DE SOUZA FERREIRA	5.30	4
5622	JULIANA VERA FARIA	5.20	5
4112	RENATA HOFFMEISTER	5.10	6
4108	MAYARA JANET LOBO	5.10	7
2901	TATIANE ALVES VIEIRA FERNANDES	5.00	8
849	ALEXANDRA BIANCA DE SOUZA	4.80	9
4116	LUCIANA KREMER DE OLIVEIRA PEREIRA	4.60	10
5457	MARIA LUIZA COELHO	4.60	11
3012	ROSELIA LUCIA HAMES	4.60	12
5204	WANDERLEIA TERESINHA IBERS STAHELIN	4.60	13
1017	HEVILYN IZADORA FRANCISCO	4.50	14
5434	JULIANA DUARTE DOS ANJOS	4.30	15
4019	JANINI DA SILVA RODRIGUES	4.20	16
1308	LARISSA MELO COELHO	4.20	17
3909	ANDREIA REGINA XAVIER	4.10	18
1244	MARIA PAULA DOS SANTOS	4.10	19
5433	JOSIANE MARCONDES ESTECHE	4.00	20
5188	TIELLY RODRIGUES ZACOUTEGUY	3.90	21
3462	ANDRE FELIPE BEKY	3.90	22
3310	SHERON DAMS	3.90	23
3622	CELINA PETRY PAES	3.90	24
5803	GRAYCE KELLY BERNARDES	3.90	25
5530	JANE OLIVEIRA BRANDAO	3.70	26
4152	GISELE SIMAS PEREIRA	3.70	27
3813	ANDREIA SOARES DOS SANTOS	3.70	28
5390	ALINE CORREIA DA SILVA SOARES PAVAN	3.70	29

3756	GRAZIELA ROCHA SOUTHER	3.60	30
4514	SABRINA TOMAZ DA SILVA	3.60	31
1428	RUBIA DESPINDOLA	3.50	32
2194	CAMILA DRIELLE DA SILVA	3.50	33
5816	CATIANE PEZZINI DE SOUZA	3.40	34
4259	MARLIZE PETRI	3.40	35
3837	KAROLINA DE PALHARES FALCAO RODRIGUES OURIQUES	3.40	36
5790	ALESSANDRA DE CASTRO MULLER	3.40	37
3724	DEIZE DA CONCEICAO GONCALVES MACIEL	3.30	38
1194	PAMELA CRISTINA DOS SANTOS	3.30	39
1928	SIMONE MENDES	3.10	40
41	IZADORA DOMINGUES	3.10	41
5931	ARIANE BOEIRA VARELA TEODORO	3.00	42
3096	ANA PAULA ALVES DE SOUZA	2.90	43
4796	PRISCILA SCHVEITZER VANDRESEN	2.90	44
4781	CAROLINE KRUM ALVES	2.80	45
2657	FRANCINI ONDINA DA COSTA RICARDO	2.80	46
1610	KAREN CRISTHINA DA SILVA	2.80	47
1383	ROSILENE MARIA DA SILVA	2.60	48
1425	CLEIDE MACHADO	2.50	49
1782	CHARLENE CORREA ROGERIO	2.40	50
4313	PEDRO IGGOR DOS SANTOS ROCHA	2.40	51
1505	SIMONE MARIA DA SILVA	2.20	52
1775	GREYCE LILIAN PAEGLE	2.20	53
3856	CRISTIANA FIDELIS	2.10	54
5476	REGIANE SOUSA	1.90	55
1608	ANGELA ANA DE AMORIM SILVA	1.90	56
3792	ELISA JERONIMO	1.80	57
6165	LUCIANA ROCHA NEGREIROS	1.60	58
1852	SILVIA GOMES	1.50	59

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Auxiliar de Ensino [ REVISOR DE BRAILLE ]

**Total de Aprovados:**1

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
83	JOSUE LEANDRO DA ROSA COELHO	5.50	1

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Auxiliar de Sala [ EDUCAÇÃO INFANTIL ]

**Total de Aprovados:**775

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
1956	GISELE PEREIRA PACHECO DE SOUZA	8.00	1
1214	FERNANDA SCHLOESSER	8.00	2
3851	REGIANE MARTINS DO NASCIMENTO MARCELINO	7.90	3
395	GRACIANE QUADROS ROSA	7.80	4
4661	ELISABETE ESPINDOLA BROERING	7.70	5
1575	DEBORA MARIA DOS SANTOS	7.70	6
2310	PATRICIA REGINA LOURENCO THUMS	7.60	7
242	JULIANA BATISTA ANJOS	7.60	8
4135	VERONICE ALVES MOREIRA	7.50	9
3073	AMANDA DA SILVA LUTZ	7.50	10
2300	DJANE MARA SILVA	7.40	11
2166	MAITUANE VIEIRA	7.40	12
1405	ADRIELE DE SOUZA TABORDA	7.40	13
3894	CLAUDETE EROTILDES DIAS	7.40	14
950	SANDRA GOULART PINTO	7.40	15
5018	MABEL SCHUTZ MACIEL	7.30	16
3823	AURICE NEVES DA ROCHA	7.30	17
2121	TATIANE DA ROSA DE LIMA	7.30	18
2200	CRISLAINE FERNANDA NAZARIO MELO	7.20	19

1979	LAYANA MURYEL DE SOUZA SILVA	7.10	20
4464	MARLI VIEIRA	7.10	21
4117	CARLA GOULART	7.10	22
4328	CRISTINNI DJULIA ANDRETT	7.10	23
234	MARISTER REGIS	7.10	24
4557	CLEUSI DOS SANTOS MARIA ARENT	7.10	25
1653	BARBARA DE MIRANDA	7.10	26
625	TAIZE PASQUALLI	7.00	27
6043	HELENA MARIA LUIZ DA SILVA GOIS	7.00	28
2319	DAIANA ABDALA CECI	7.00	29
4390	ROSANE CARVALHO LUIZ DE MIRANDA	7.00	30
4372	MAIARA GUCKERT WEINGARTNER DUARTE	7.00	31
4143	ANDREIA LAIDE DA SILVA	6.90	32
5482	PRISCILLA AMORIM FERREIRA	6.90	33
642	ANDREIA SILVA BENKENDORF	6.90	34
3065	HELENA APARECIDA VIEIRA SEBERINO PEREIRA	6.90	35
5373	NEUSA DE FARIA DA LUZ	6.80	36
2598	MARLENE DA SILVA DE MEDEIROS	6.80	37
224	ANDREA LAHIR NASCIMENTO ARANHA	6.80	38
752	BIANCA PONTAROLO PESSANHA	6.80	39
3274	DENISE VOLPATO DA SILVA	6.80	40
4524	LYDELICIA APARECIDA FURTADO	6.80	41
1936	MARCILEIA CRISTIANE ANTUNES RIBEIRO	6.80	42
3500	MONICA KAROLINE KUHNEN	6.80	43
4621	NATHALIA SOARES	6.80	44
3768	CLAUDIA LUZIA PORTO MENDES	6.80	45
2452	JOSIANE MARIA RODRIGUES MATOS	6.80	46
2158	ANDRESA SILVEIRA	6.80	47
2993	TATIANE APARECIDA DE ARAUJO	6.80	48
2808	ESTER NASCIMENTO PEREIRA	6.80	49
5875	JANE CLARICE SEVERO GARCIA	6.70	50
5702	SABRINA MICHELS DE MIRANDA	6.70	51
394	MARCIA SILVA	6.70	52
3651	JULIANA DE CARVALHO	6.70	53
1445	STEFANI DA SILVA	6.70	54
1360	SIMONE DREHMER SCHUTZ	6.70	55
1865	JULIANA TEREZA DA ROSA	6.70	56
181	NADINE TATIANA ELIAS BRANCO CORREA	6.60	57
1986	ANDREIA TERESINHA DA SILVA DE BRUM	6.60	58
3801	LENITA WERLICH	6.60	59
4811	JESSIA RAQUEL DE OLIVEIRA LOPES	6.60	60
3352	ELIVANIA ROSA DA SILVA ANDO	6.60	61
3225	PATRICIA BONETTI	6.60	62
3236	MARLENE BASTOS	6.60	63
223	LUCIA HELENA DA SILVA	6.60	64
1546	REGINA MARQUES	6.60	65
3497	ZILMA TEREZINHA BALDI DE OLIVEIRA	6.60	66
1644	CRISTINA DE FATIMA WALTRICH	6.60	67
2607	CRISTIANE DA SILVA	6.60	68
3401	BIANCA SALESE DA SILVA	6.60	69
2770	JACIARA ODETE VIEIRA RAMOS	6.60	70
4185	MANON DOS SANTOS	6.50	71
4384	JOVELINA ELIETE DA COSTA BITTENCOURT	6.50	72
1298	MERYANNE DOS SANTOS ALVES	6.50	73
1382	GISELY KARINA CAPESTRANO SILVEIRA	6.50	74
3782	ANA PAULA SANTANA TURNES	6.50	75
4857	LUANA DIAS ALBERTON	6.50	76
250	KAMILA PAES PEREIRA DA SILVA	6.50	77
325	SANDRA MARIA GASDA	6.50	78
3098	DENICE APARECIDA DE OLIVEIRA MENDES	6.50	79
4334	MARCIANA FREITAS MELO DOS SANTOS	6.50	80
399	JAQUELINE GRACA COSTA	6.50	81

4407	MARIA LUCINEIDE PEREIRA DANTAS	6.50	82
3525	SIMONE DOS SANTOS SILVA	6.50	83
5982	JOAO FABIO BORGES BITTENCOURT	6.40	84
5106	IZABEL GIACOMINA SPRICIGO	6.40	85
4650	PATRICIA ANA DE SOUZA	6.40	86
2991	MARLENE AURORA NAU DA ROSA	6.40	87
4027	ROSIMERI RAMOS	6.40	88
5435	JEANDRA MARIA DA SILVA	6.40	89
4928	KAMILA MORAIS PEREIRA	6.40	90
903	KARIN MARIA CREGI	6.40	91
3163	MARIA ESTELA LAGUNA JACQUES	6.40	92
778	IZABEL MACHADO	6.40	93
1837	NOELLI MARIA MARTINS	6.40	94
1319	NIKELY FLORES LIMAS	6.40	95
4997	LEONILDA MICHELS	6.30	96
4670	SANDRA CARNEIRO COSTA SALMASO	6.30	97
1524	KATIANE DE SOUZA	6.30	98
1122	MONICA DE OLIVEIRA LOURENCO RODRIGUES	6.30	99
4072	LUCIA DA SILVA COSTA	6.30	100
2347	LUCIMARI TEREZINHA DA SILVA ALVES	6.30	101
4344	KATIA APARECIDA DE SOUZA	6.30	102
2847	SUSIANE DE QUADROS	6.30	103
5473	DARLENE APARECIDA VIEIRA	6.30	104
2281	CARINE SCHMITZ	6.30	105
4486	VIVIANE DA SILVA	6.30	106
119	CRISTIANE DE OLIVEIRA TORRES	6.30	107
5208	BIANCA MARCELA TESTA	6.30	108
4043	KATIA REGINA MARTINS AGUIAR	6.30	109
2548	DARSONIA ALCI DOS SANTOS PEREIRA	6.30	110
3451	MARIA ROSIMAR FIRMIANO AMERICO	6.30	111
3448	APARECIDA MARIA DE SOUZA	6.30	112
1811	TATIANE DA CUNHA	6.30	113
4810	KAROLINA GONCALVES DE CARVALHO	6.30	114
5900	KEDIMA COUTINHO	6.30	115
1878	LILIAN FERNANDA FIAMONCINI	6.30	116
2753	ANDREZA DANIELA DOS SANTOS	6.30	117
5716	HILNAR FERREIRA	6.20	118
3438	JANE RODRIGUES FEIJO	6.20	119
2550	EDNA APARECIDA MARTINS CARDOSO	6.20	120
706	ROSIMERI MARTINS RITZEL	6.20	121
3521	JUCELIA PRUDENCIO	6.20	122
2482	MARLI ISABEL GONCALVES DA SILVA	6.20	123
996	VANESSA LANGE LIMA	6.20	124
1812	SHIRLEY CASCAES	6.20	125
5549	VANEZA DIAS DE OLIVEIRA	6.20	126
5471	DANIELA IVANILDE ZEFERINO DE SOUZA	6.20	127
4991	JENIFER MARIA DOS SANTOS REINHOLD	6.20	128
189	LUCILENE DOS SANTOS NUNES	6.20	129
3312	DAIANA PFLEGER KREMER	6.20	130
261	ACIOLI ISABEL DE JESUS	6.20	131
5630	MARIA VITORIA DA CUNHA	6.20	132
1517	MARIA APARECIDA FAVARIN RODRIGUES RITA	6.20	133
2727	CATIA IVONE KLAUSEN DA SILVEIRA	6.20	134
488	LUCIANA DA SILVA	6.20	135
896	GRAZIELLA SETUBAL	6.20	136
3807	FRANCIELE FLORES VOGES	6.20	137
4443	PRISCILA NEIS	6.20	138
120	DAYANE CRISTINA DE OLIVEIRA	6.20	139
4059	PATRICIA CRISTINA LIMA MELO	6.20	140
2943	ELIZETE SCHMIDT DOS SANTOS	6.20	141
4589	LUCIANA IRACEMA PEREIRA GESSER	6.20	142
3437	CLARICE DE JESUS	6.10	143



2952	CLEONICE CLARICE DA SILVA	6.10	144
5807	PRISCILA CANDIDO SANTIAGO	6.10	145
1838	SAMARA DE SOUZA	6.10	146
4979	PATRICIA GONCALVES BINHOTE	6.10	147
3769	ANGELICA MITTELMANN KAHL	6.10	148
5099	SUSANA CORREA PIRES DALSASSO	6.10	149
4910	MIRIA REGINA BOTELHO TAVARES	6.10	150
5265	KARLA PATRICIA DA COSTA SCHOENAU	6.10	151
2604	VERA LUCIA CEOLIN	6.10	152
38	FERNANDA DA SILVA PINHEIRO	6.10	153
323	MARIA LISANDRA DUARTE DE QUADRA	6.10	154
2889	MARISA INES SAORES	6.10	155
3545	ANGELITA SANTIAGO FIGUEIREDO	6.10	156
5287	ROSILENE DE ALMEIDA FOGACA	6.10	157
901	VIVIANE SARDA MULLER	6.10	158
2252	JESSICA CARDOSO SOUZA	6.10	159
1034	BRUNA DE SOUZA SCHMITT	6.10	160
942	MANOELA WAGNER	6.10	161
3989	EMILY COSTA DE OLIVEIRA	6.10	162
329	ADRIANA LUCIA DA SILVA	6.10	163
27	ANA CAROLINA JUNCES	6.10	164
3141	RONITA ROSINA KERICH	6.00	165
2913	KATIA MARIA COSTA SILVA	6.00	166
6023	MARINEIDE BRAGA GOES	6.00	167
6128	ADRIANA COSTA CARDOSO	6.00	168
1197	MARCIA HELOISA ANDREAZZI DE OLIVEIRA	6.00	169
5413	SIMONE MAURA PORTO	6.00	170
4128	MARIA DE LOURDES SCHMITT COSTA	6.00	171
3655	CINTIA DAROCESKI GUEDES	6.00	172
4704	MANUELA MANERICH DE ANDRADE	6.00	173
459	GABRIELA VIEIRA DA SILVA	6.00	174
718	ANA LETICIA DA ROSA CORREA	6.00	175
909	ARIANA RIBEIRO DA SILVA MACHADO	6.00	176
3362	ANDREIA CATARINA DE AMORIM	6.00	177
3674	THAYANA VIRTUOSO MAFRA	6.00	178
2894	ANA PAULA QUADROS	6.00	179
397	LETICIA DA ROSA	6.00	180
2565	GISELE CABRAL	6.00	181
144	ALEXSANDRA DA GRACA CARDOSO	6.00	182
1839	SANDRA MARA DE SOUZA MOREIRA FERNANDES	5.90	183
524	CAROLINE DALLA PORTA GABBI	5.90	184
1719	IRENE DE LOURDES PEREIRA LIMA	5.90	185
6070	SHIRLEY BOTELHO SIMOES	5.90	186
2247	ELIETE APARECIDA DOS SANTOS LOPES	5.90	187
3930	LUCIENE TAVARES ELIAS	5.90	188
3853	ROSICLEIA DA SILVA VERISSIMO	5.90	189
5191	JANIA MARA CHINI CITADINI	5.90	190
5097	SILVANIA ROSA MACHADO	5.90	191
227	SCHEILA XAVIER DE SOUZA	5.90	192
5078	ANA PAULA MARTINS	5.90	193
4898	MAIRES KURPEL	5.90	194
5112	RENATA DUARTE DA ROSA	5.90	195
616	ELIZIANI STEINMETZ	5.90	196
5288	VIVIANE COSTA NUNES DA SILVA	5.90	197
1068	MARIANA DA SILVA CORREIA DA ROSA	5.90	198
4482	MARIA CLECIA DOS SANTOS SILVA	5.90	199
6049	PAULA MELLO BARCELOS	5.90	200
1741	TANIA MARA NICOLEIT	5.90	201
5043	ANDREIA MONICA MENDES FERNANDES	5.90	202
4774	ALESSANDRA OURIQUES NARDI	5.90	203
2179	SOLANGE HEINZ	5.90	204
4507	TAIZI MARLENE DE MELO MARTINEZ	5.90	205

3888	VANESSA FELICIO GUEDES SOARES	5.90	206
4908	GRASIANE ALDEMIRA DOS SANTOS WOLLINGER	5.90	207
2212	KAROLINE DA SILVA	5.90	208
1543	MARIA APARECIDA MENDES	5.80	209
3046	CLAUDIA REGINA KLAHMANN	5.80	210
3179	DENISE DEA PAIVA	5.80	211
1632	HELLEN MARIA	5.80	212
1228	MARIA JOCELINA FERNANDES	5.80	213
3829	JAQUELINE INACIO DE MORAIS	5.80	214
1611	DAIANE SAGAZ BECKERT	5.80	215
4449	TATIANE ADRIANA DA SILVA	5.80	216
5497	ELIS REGINA HEINZEN GARCIA	5.80	217
1526	KARINA GLADYS PORTILLO	5.80	218
4473	ROBERTA SCHAUFFERT	5.80	219
1629	REBECKA DA SILVA MARTINS	5.80	220
3234	ANGELICA DEYSE DA SILVA	5.80	221
5646	SAMARA ANDRESSA VALENTE	5.80	222
5823	MONIQUE CASSIA COSTA AMORIM	5.80	223
5619	AMANDA MARTINS	5.80	224
5712	LUCICLEIA LAURITA VITAL SAGAS	5.80	225
620	ROSANGELA DAS GRACAS LOPES	5.70	226
4496	ELAINE DE MORAES	5.70	227
5330	MONICA MEURER DE AGUIDA	5.70	228
4182	DANIELA REGINA REGO DA COSTA	5.70	229
5784	PATRICIA RAMOS SENHORINHA	5.70	230
1396	ARIANE CRISTINA DE JESUS	5.70	231
17	KATIANI ROSA ANDRADE	5.70	232
1093	BRUNA DE ANDRADE	5.70	233
814	HELENA DE ALENCAR FELISBERTO	5.70	234
1667	MIRELLY ROBERTA SILVEIRA	5.70	235
1900	CLEIDE IRACEMA PEREIRA	5.70	236
4851	MARILETE TEREZINHA DE ABREU	5.70	237
1138	SINARA SILVA FLORIANO	5.70	238
2698	GISELI MARIA ANACLETO VIEIRA	5.70	239
2975	SIBELLY CRISTINE SILVEIRA DOS SANTOS	5.70	240
1341	VANESSA ALBINO THEISGES	5.70	241
3966	VANDERLEIA MARIA GUESSEER DA ROSA	5.70	242
596	JOSIANE WEBER LUCRECIO FACCHI	5.70	243
3193	VALQUIRIA GOMES DA SILVA	5.70	244
1170	TATIANA SILVEIRA MINA	5.70	245
4129	MARCELI CONRADO SOUZA	5.60	246
1424	LUCILENE CABRAL DA SILVA	5.60	247
3195	IDAYANE SALETE CORDOVA	5.60	248
5889	DAYANA REGINA NECKEL	5.60	249
139	ALINE APARECIDA CANDIDO BONI	5.60	250
5495	BRUNA BRAULINA RODRIGUES DO AMARAL DA SILVA	5.60	251
1699	MARIA CARMELITA DE SOUZA CHAVES	5.60	252
4705	MARCELA IARA VIEIRA	5.60	253
583	GABRIELA LOURDES MARTINS DOS SANTOS	5.60	254
2790	CRISTIANE ZUGNO LAURINDO	5.60	255
2223	GISELLY DA SILVEIRA	5.60	256
874	ANDREA CARMINATTI DE AQUINO	5.60	257
4819	ANA PAULA SCATOLA DA SILVA	5.60	258
609	ISTEFANI DE ANDRADE MARIA	5.60	259
4763	BARBARA PORTO	5.60	260
209	ARIELY ELI COELHO	5.60	261
1975	THUANA COSTA	5.60	262
5575	NICOLLY SPERANDIO SILVEIRA	5.60	263
54	ANA VITORIA ALBINO CORREA	5.60	264
2983	VERA LUCIA VELOSO	5.60	265
3005	NAIR BOEGER ROHLING	5.60	266
289	IEDA DEMETRIO DA SILVA VIEIRA	5.60	267

2110	ARLI ANTONIA LAPA WEINGARTNER	5.60	268
82	LUCIANA GONCALVES MAGAGNIN	5.60	269
1475	JOSIANE MARIA DA SILVA	5.60	270
3520	GISELA MENDONCA FORSTER	5.60	271
2055	VERA LUCIA MANSANI DA SILVA	5.50	272
5792	MARINES DA ROSA DE CAMPOS	5.50	273
1204	MIRIAN BOUSFIELD	5.50	274
3366	LUIZA HELENA CUSTODIO	5.50	275
738	LEDA GLACIANE PACHECO DE ANDRADE	5.50	276
3746	SAMARA DE OLIVEIRA	5.50	277
5869	ARIANA DA ROSA DE JESUS CUNHA	5.50	278
4531	SUELY NUNES FERNANDES	5.50	279
3991	LUANA SCHUSLER	5.50	280
5357	LUAYRA DE SA SANTOS	5.50	281
2593	ELEDIR ENERITA RAULINO LEITE	5.50	282
4329	CRISLEINE CRISTINA DO CARMO	5.50	283
3044	JILIANA MULLER MACHADO DOS SANTOS	5.50	284
2141	ADRIANA GONCALVES CIPRIANO	5.50	285
2127	LOURDES APARECIDA SCHELL	5.50	286
2850	MILTON TRAPANI	5.50	287
1980	DAIANE HINKEL	5.50	288
5403	MARIZA SANTIAGO FARIAS	5.50	289
3131	ELCI TEREZINHA DOS SANTOS	5.50	290
2457	ALESANDRA DA CRUZ	5.50	291
5612	EDITE BRAULIA NASCIMENTO	5.40	292
3484	MERCEDES MARTA VARGAS DE SOUZA	5.40	293
2668	JOSIANE DA SILVA DIAS MOREIRA	5.40	294
3705	CAROLINA GOMES SILVA	5.40	295
5478	MARLI OLIVEIRA DO NASCIMENTO	5.40	296
1005	GABRIELA DUARTE SILVA MACHADO	5.40	297
3833	VERA LUCIA SILVA SILVEIRA	5.40	298
1451	SILVANA DOS SANTOS LOURENCO SOUSA	5.40	299
4622	JUCELIA APARECIDA LOPES SENHORINHA JOSE	5.40	300
4381	JULIANE CRISTINE DOS SANTOS DA SILVA	5.40	301
4378	JANAILDESTELES MIRANDA	5.40	302
2419	MARIA CRISTIANE VIEIRA	5.40	303
5295	JOICE CRISTIANE DA ROSA	5.40	304
2426	TABATA DE SOUZA	5.40	305
2704	BRUNA MARIA FERREIRA	5.40	306
3889	ALINE FRANCIELE NEVES LEAL	5.40	307
251	KAUANA GONCALVES	5.40	308
215	PAMELA REGINA CARDOSO KOCHEN	5.40	309
2825	WINNIE DE LIMA RODRIGUES	5.40	310
933	ANA CLAUDIA GIARETTA	5.40	311
3177	STHEFFANY GARCIA BARBOSA	5.40	312
2338	REGINA MIRANDA ROZAR CORREIA	5.40	313
3609	LUCIANA FREIBERGER HEINZ	5.40	314
1784	MONICA DE ABREU DOS SANTOS	5.40	315
3126	PATRICIA SERVEIRA	5.40	316
3650	DANIELA SCHMITT DA SILVA	5.40	317
526	DEBORA APARECIDO FAUSTINO	5.40	318
2648	CAMILA DE SOUZA VILELA	5.40	319
1895	SONIA TERESINHA MARTINS	5.30	320
2051	MARIA APARECIDA ANTUNES PEREIRA	5.30	321
3033	JULIANA CORDEIRO	5.30	322
4452	REGINA NELY RAFAEL ZEFERINO	5.30	323
1207	MARIA GORETH MICHETTE	5.30	324
5004	ROSIMAR DE SOUZA SEGALA	5.30	325
1554	MARLI SALETE TASCA	5.30	326
1891	TEREZINHA ELEOTERO	5.30	327
3681	CARIM CRISTIANE MATTOS DA SILVA SEVERO	5.30	328
213	LUCIENE APARECIDA DOS SANTOS	5.30	329

5492	LUANDA MYZELE CARDOSO DE OLIVEIRA	5.30	330
4131	CRISTINA GOEBEL	5.30	331
4564	ANA PAULA CROZETA	5.30	332
5947	MAYARA GIL DUTRA LOPES	5.30	333
832	BIANCA DE OLIVEIRA MASSANEIRO	5.30	334
4576	DEBORA MARQUES DA SILVA	5.30	335
4625	SUELEN FRANCELINO DA SILVA	5.30	336
1040	MARIA ANGELICA PRIM HOFFMANN	5.30	337
813	GISELE ZELANDA LEHMKUHL KRETZER	5.30	338
2663	BRUNA MARIA DE OLIVEIRA BRUCH	5.30	339
1104	DAMARIS HINKEL	5.30	340
1830	JANDIRA SCHREINER	5.20	341
3281	ROSANA BERGER DOS SANTOS	5.20	342
4943	TANIA REGINA MARTINS BITTENCOURT JACINTO	5.20	343
3237	CACILDA MARIA SCHMITT DA SILVA	5.20	344
1179	SANDRA TERESINHA LOHN KRUGER	5.20	345
3591	LUCIANA FLORES	5.20	346
3399	ALCEMAR ACIOLI FRAGA	5.20	347
3903	CAROLINA ALVES DA ROCHA	5.20	348
56	ELIZABETE BARBOSA	5.20	349
3133	FABIANA DUARTE DE QUADRA	5.20	350
2483	SUELEN PIRES ANJOS SERRATINE	5.20	351
402	ELIZANDRA ROQUE CARDOSO	5.20	352
1622	MARCIA CAROLINA DE ARAUJO GOMES	5.20	353
757	GABRIELA TEREZINHA DA SILVA	5.20	354
5319	ANDREIA ABREU PADILHA	5.20	355
1491	BRUNA MARINHO LIMA	5.20	356
3573	LUANA DE OLIVEIRA SOUZA	5.20	357
4315	AMANDA DIAS NAZARIO	5.20	358
1595	HYNGRID STEFANY LEMOS DE AZEVEDO	5.20	359
1357	JAYNE MAYARA DA ROSA	5.20	360
4206	CLEUSA ALVES GUIMARAES DA SILVA	5.20	361
3664	KARINA ROSELI MACHADO	5.20	362
5461	CLARISSA DAMAZIO ALEXANDRE PEREIRA	5.20	363
2677	PRISCILLA COSTA FLORENCO	5.20	364
1211	JHENIFER TORRENTE FERREIRA GONCALVES	5.20	365
783	GISELLE ABRAHAO BARROS DE BORBA	5.20	366
2061	ALEXSANDRA DE SOUSA	5.20	367
29	LIBANIA CRISTINA GOMES	5.20	368
3884	KETORA MARTINS DA COSTA	5.10	369
1659	GRAZIELA SALETE DOS SANTOS RAMOS	5.10	370
4994	BERTA PUFAL DEVANTIER	5.10	371
2221	ANGELA TEREZINHA MORAES	5.10	372
2302	JOSIANE DA ROSA COSTA	5.10	373
511	ANDREZA DE OLIVEIRA	5.10	374
4048	LUIZA CARLA WALTRICH	5.10	375
3429	MICHELI TEREZINHA RAMOS	5.10	376
5728	ALESSANDRA COMICHOLLI DE QUADROS	5.10	377
3123	GABRIELA GONCALVES GOES	5.10	378
2552	SARA VIVIANE PEREIRA DA ROCHA	5.10	379
1722	JESSICA JULY DA SILVA OURIQUES	5.10	380
3228	MARIA DE FATIMA BORGES	5.10	381
3197	ANDREZA COUTINHO	5.10	382
1647	ROSA MARIA DA SILVEIRA	5.10	383
4525	AMANDA SAGAS SOARES BERNARDES	5.10	384
1269	JAQUELINE KAMMERS	5.10	385
756	MAIARA SILVA BURIGO	5.10	386
3430	SANDRA REGINA DE MACEDO MOREIRA	5.00	387
1327	ADRIANA CURCIO	5.00	388
383	THAISE QUINTINO CANTALICE	5.00	389
1376	ANA CAROLINA DE ARAUJO E SILVA	5.00	390
2054	SUZANA TEREZINHA DA SILVA	5.00	391

448	CASSIANA MARIS DE SOUZA RIBEIRO	5.00	392
4583	GABRIELE BENTO DE OLIVEIRA DE LIZ	5.00	393
4046	RENATA HOBOLD LOCH	5.00	394
5269	ALESSANDRA DOS PASSOS	5.00	395
4737	DEBORA MACHADO COELHO	5.00	396
1202	EDUARDA MENDES TEIXEIRA	5.00	397
1716	JANAHINA VICTORIA SUAREZ CASALA	5.00	398
5561	ANA EMILIA OCKER	5.00	399
5647	MARIA MARGARIDA PORTO	5.00	400
5516	ELIANE BERNARDO	5.00	401
5547	ELOISA APARECIDA PEDRO	5.00	402
1239	KARIANE LINHARES ARAUJO	5.00	403
4889	BRUNA RODRIGUES	5.00	404
4222	GABRIELA DOS PASSOS CONCEICAO	5.00	405
1566	BIANCA ANA DE SA	5.00	406
1731	KARLA VIVIANE MULLER	5.00	407
3540	SOLANGE COSTA	4.90	408
2892	MARIA ODETE CHECHI DOS SANTOS	4.90	409
2225	MARIA LUZIA MARTINS DA SILVA	4.90	410
3814	VALERIA TEREZINHA BARSCH GOEDERT	4.90	411
1960	MARIA HELENA MACHADO DA SILVA DUTRA	4.90	412
3712	LUCIANA DA SILVA CAETANO	4.90	413
3210	SONIA RAMPA PEREIRA	4.90	414
3758	FABIANA SILVY COUTINHO	4.90	415
4348	ORLANDINA LOURDES DE SOUZA	4.90	416
5578	MICHELLE NUNNES	4.90	417
102	TAISE RAQUEL DA SILVA	4.90	418
1351	VIVIANE KUHN	4.90	419
5714	ELOISA PACHECO DA SILVA	4.90	420
3268	MARIA JOSE TORRESAN CANDIDO	4.90	421
3127	SANDRA REGINA DE SOUSA	4.90	422
539	FERNANDA CIDRAL MULLER	4.90	423
2782	ROSANA ISABEL LIMA	4.90	424
2996	ALCIMEIA DA SILVA	4.90	425
910	DAIANE DE MEDEIROS FLORENCO	4.90	426
1968	SARA MARIA AMORIM DA CUNHA	4.90	427
5407	DEBORA JULIANE PLAUT TONIAZZO	4.90	428
5907	FERNANDA MARIA CREGI	4.90	429
3937	GLADIS CANTU	4.90	430
413	DAYSE VIEIRA	4.90	431
3513	DARCI CARDOSO PEREIRA MARTINS	4.80	432
5761	JUREMA DE FATIMA MARTINS	4.80	433
3887	RANGELY MAGDA COELHO	4.80	434
4984	FRANCIELI ANDRADE DA SILVA	4.80	435
4389	ROSANA DA SILVA RATHS	4.80	436
4839	KATIANE RODRIGUES INACIO	4.80	437
3016	DAIANE CANDIDO	4.80	438
232	VANIA CRISTINA LINHARES	4.80	439
5470	TAMARA REGINA CARDOSO	4.80	440
3605	JEANY KARLA DE SA	4.80	441
6140	ISABELLA DE PAIVA LEITE	4.80	442
5022	MARISTELA ALVES DE LIMA	4.80	443
5306	NICOLLE SILVA BOSCHETTO	4.80	444
2833	LUCIANA LIMA STUART	4.80	445
4373	ELK APARECIDA DA SILVA BATISTOTI	4.80	446
2005	SHIRLEY CRISTINA ASSUNCAO DIAS GUESSER	4.80	447
483	BETANIA KEILA SERRANO	4.80	448
3202	ANA CECI DA LUZ HERNANDES	4.70	449
2528	SONIA REGINA BROERING VIEIRA	4.70	450
1794	MARI ADRIANA PINTO DA SILVEIRA	4.70	451
5507	FERNANDO MARCELO DA SILVA	4.70	452
4838	MARILENE GALLIANI DE SOUZA	4.70	453

1092	NEIVA JUNCKES	4.70	454
2016	KENYA GLADYS PAULO CAMPAGNOLO OLIVEIRA	4.70	455
4500	LIA ELISABETE TREZZI	4.70	456
4876	ANGELA CATARINA SILVA DA COSTA	4.70	457
392	PATRICIA VIEIRA DE MEDEIROS	4.70	458
4323	BRUNA LOURENA SILVA	4.70	459
1139	RAFAELA SILVINO TOME	4.70	460
2076	LEA FERNANDES DE LIRA REIS	4.70	461
4555	SONIA REGINA LEITES DOS SANTOS	4.70	462
1747	SANTINA SUTIL DE OLIVEIRA	4.70	463
1082	MARISTELA DAGMAR JACINTO	4.70	464
4345	LOURDES CECILIA WEBER	4.70	465
1371	MARLI TEREZINHA SIMOES MACHADO DUARTE	4.70	466
5128	MARIA DE LURDES MOREIRA	4.70	467
3781	PATRICIA REGINA DA SILVA OYE	4.70	468
3184	KELLY DOS REIS MACIEL DA SILVA	4.70	469
877	BRUNA ANJOS DE LIMA	4.70	470
4930	SABRINA CRISTINA FLORIANO	4.70	471
4974	RAPHAELA AMORIM	4.70	472
889	ALINE DA CUNHA COELHO	4.70	473
719	ALINE SCHWEITZER	4.70	474
396	FABIOLA GARCIA	4.60	475
4640	APARECIDA SANTOS DA COSTA	4.60	476
4875	TAMARA SARDINHA FARIAS BRESCHIANI	4.60	477
2699	ALICE DE LA VEIGA	4.60	478
5171	ROZA SOLANGE DOS SANTOS	4.60	479
1999	ANDREA REGINA MEIRINHO DE CARVALHO	4.60	480
3277	ADRIANA DA SILVA	4.60	481
1436	VIVIANE ESPINDOLA DA SILVA	4.60	482
1602	SANDRA TEREZINHA DA SILVA CELESTINO	4.60	483
1809	ANDREIA TATIANE DOS SANTOS	4.60	484
5339	ROSANGELA CARDOSO	4.60	485
4425	ANA PAULA LAMEGO SOUZA	4.60	486
4409	THAISI CRISTHINA COSTA	4.60	487
3319	ALINE SALVI	4.60	488
2865	MARLISE GARBRECHT	4.60	489
3455	JANAINA MARIA KAMMER	4.60	490
1373	MARCIA PARECIDA MADRUGA	4.60	491
1163	ALEXSANDRA DA COSTA	4.60	492
2400	ARIANA MARIA RODRIGUES	4.60	493
4025	MARIA LOURDES ALVES	4.50	494
5064	ELIS REGINA SARAIVA DOS SANTOS	4.50	495
6000	DENISE IVANILDE ZEFERINO	4.50	496
5681	GESSI ANA VAZ DA SILVA	4.50	497
3671	PAMILA DA SILVA BRANCO	4.50	498
3924	TAYNA CORREA PEREIRA	4.50	499
5913	CLEONICE APARECIDA FERREIRA TERRES	4.50	500
400	CAMILA BRESCIA AMARAL	4.50	501
2804	ARIANY GARCIA OCKER	4.50	502
2348	MARIVONE SA DOS SANTOS	4.50	503
470	MARIA DE FATIMA RODRIGUES	4.50	504
4847	REGIANE INACIO	4.50	505
4513	MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	4.50	506
4009	GILNEIA RIBEIRO DE SOUZA	4.50	507
1050	VERA LUCIA MORAIS	4.50	508
1421	DAYANA BURATI	4.50	509
3395	FRANCIELI SILVEIRA	4.50	510
4594	KETLLYN SCHAYANI PACHECO DA SILVA	4.50	511
1720	EDUARDA HENRIQUE DA SILVA	4.50	512
5750	JULIANA FOLSTER	4.50	513
4702	FABIANA INACIO JAROSISKI	4.50	514
4746	MIKAELE DA SILVA OCKER	4.40	515



3029	DEISE APARECIDA VARGAS	4.40	516
4884	MARCIA VALDETE DUTRA ALVES	4.40	517
1559	JENIFFER STEINMETZ CORREA CABRAL	4.40	518
3953	FRANCIELE RICARDO	4.40	519
4263	NAIADE JORDANA BRANCO CORREA	4.40	520
1403	LUCILENE WALTRICH	4.40	521
2389	JULIANA BORGES DE CASTRO	4.40	522
5532	ANA PAULA VIEIRA	4.40	523
5033	ANA CLAUDIA FEJO	4.40	524
3511	KAROLINI SILVA DE CARVALHO	4.40	525
4360	FERNANDA ALVES REI	4.40	526
5162	FRANCIELLE MENDES FERREIRA DA SILVA	4.40	527
1532	JURACI TASCA HENRIQUE	4.40	528
3240	DEBORA DIAS BLAU BERGAMO	4.40	529
2503	RAFAELA GOULART KUHN	4.40	530
5436	LETICIA CORDOVA TEODORO	4.40	531
1657	TALYA RUBIA DE FARIAS	4.40	532
682	YASMIN ADRIANO	4.40	533
2488	MARIA IRONI BOITA GARCIA	4.40	534
559	SHIRLEY RODRIGUES DE OLIVEIRA DA SILVA	4.30	535
2013	FRANCINY BECKER PRESTES	4.30	536
2430	TERESINHA ZANELLA	4.30	537
2391	ANA MARIA ALVES DA SILVA DE FARIAS	4.30	538
3748	IVONI FUKUDA FERREIRA MARTINS	4.30	539
4122	ARZELI APARECIDA VELHO	4.30	540
5203	BEATRIZ CRISTINA DE OLIVEIRA SANTOS	4.30	541
2395	MARCIA SANTINA DE MOURA DE OLIVEIRA	4.30	542
1045	ELENICE NICOLINO HOELLER	4.30	543
2662	RUTIANE DA CUNHA	4.30	544
3590	SILMARA GOMES DE SOUZA	4.30	545
4645	DENISE SILVEIRA MENDES	4.30	546
2536	ANDREZA SILVIA ANDRADE	4.30	547
4814	LUCIANE REZENDE	4.30	548
1933	PAMELA DE OLIVEIRA	4.30	549
3942	MARIANE APARECIDA GODOY	4.30	550
3582	EVERTON VINICIUS DA COSTA	4.30	551
5488	BARBARA BULIN	4.30	552
3885	PAMELA CACILHAS PEREIRA DE OLIVEIRA	4.30	553
672	THAYANE DA ROSA	4.30	554
4965	MARIA SELMA DE ARAUJO CORREIA	4.30	555
1146	RENATA DE MEDEIROS	4.30	556
4548	MARCIA ELIS AURELIO BORGES	4.20	557
177	MARIA KESSLER	4.20	558
5917	VANESSA RIBEIRO DA SILVA ALBUQUERQUE DUARTE	4.20	559
694	ELIZABETE ZANLUCA DE MATOS	4.20	560
1658	AUREA ELOIR CORDOVA DA ROSA	4.20	561
2524	RUTE DA SILVA TAVARES	4.20	562
4234	ELINAIDE DIAS DOS SANTOS	4.20	563
229	JOSEANE FAGUNDES KILA ORGUISSA	4.20	564
5705	GISELE CRISTINA CORREA	4.20	565
1247	TAIANE MARCELA ARISTIMUNHO	4.20	566
2159	VIVIANI SILVA	4.20	567
5489	ANA PAULA HOFFMANN AGUIAR	4.20	568
1828	EDNEIA DAVID GOMES	4.10	569
3771	MARIA MARGARETE HOFFMANN	4.10	570
5417	ADRIANA ROMAO SCHEIBE	4.10	571
1212	GISELLE CRISTINI NOCETI DA LUZ	4.10	572
24	FATIMA PEREIRA	4.10	573
1185	DEVINELI STANCK GODOI	4.10	574
5344	TAMARA CRISTIANE VIEIRA	4.10	575
2328	ALINE DE SOUZA ALVES	4.10	576
3949	EVELYN FERREIRA TELLES	4.10	577

432	DENISE ROSA VIEIRA	4.10	578
85	CAMILA CRISTINA DIAS	4.10	579
3662	JURACI DE AVIZ	4.00	580
3037	CRISTINA DA FONSECA CARDOSO	4.00	581
5820	ADRIANE APARECIDA MATTOS GUEDES BIRANOSKI	4.00	582
5024	MAURILIA PEREIRA VIEIRA	4.00	583
5826	ELIZANIA DE SOUZA DA SILVA	4.00	584
5267	VANESSA LUCRECIO DA SILVA DE SOUZA	4.00	585
5250	GRAZIELA BEATRIZ DA SILVA MORGAN	4.00	586
212	ROSA ORTIZ	4.00	587
607	ROBERTA LETICIA PEIXOTO DE OLIVEIRA	4.00	588
651	JOICE VANESSA ALVES FRAGOSO BOTELHO	4.00	589
344	NATHALIE JULIANA BRANCO CORREA	4.00	590
3659	MIRELLA GARCIA FERNANDES	4.00	591
3578	ANDRESA APARECIDA ADRIANO	4.00	592
4824	DAMARIS DOS SANTOS HEIDERCHIEDT	4.00	593
3370	HAYANNE TIEFENSEE	4.00	594
2470	JAQUELINE DE MEDEIROS	4.00	595
1899	ELMI INES GOMES VIEIRA	4.00	596
3657	EDNA MARIA DO AMARAL	3.90	597
5540	VOLNETE HENRIQUE	3.90	598
4656	DEBORA MULLER FREIRE	3.90	599
5399	PATRICIA PETRY	3.90	600
3515	SIBELI NUNES DA SILVA CARVALHO	3.90	601
2262	ZILMA DE FATIMA ANDRADE	3.90	602
2337	ANDREZA PERES	3.90	603
3056	JOSELI NOEMIA RODRIGUES LIMA	3.90	604
1507	CLARICE DA SILVA COUTINHO	3.90	605
6055	ALINE NEIDERT XAVIER LUDWIG	3.90	606
299	BENEDITO FERREIRA FILHO	3.80	607
4658	MARGARETE MARIA DA SILVA	3.80	608
3861	ADRIANA MARIA DA SILVA	3.80	609
5757	LYEDJE NAYA GONZAGA	3.80	610
2955	MARLIZE INES LORSCHETER	3.80	611
5454	ALEXANDRE MANOEL DA SILVA	3.80	612
3393	LIDIA KULESZA DE OLIVEIRA	3.80	613
1709	ADRIANA RODRIGUES	3.80	614
2472	ALESANDRA BRITO	3.80	615
3447	MICHELE SOUZA PEREIRA	3.80	616
4096	SUELLEN CRISTINA MACHADO	3.80	617
3224	JAQUELINE CRISTINA CARDOSO	3.80	618
1286	JANAINA CECILIA DOS SANTOS	3.80	619
787	CLARICE FREITAS	3.80	620
2043	LUANDRA DE CASSIA SILVA	3.80	621
6013	ANA INES ERCKMANN	3.70	622
2493	ROSELI APARECIDA BOESING DA SILVA	3.70	623
3022	MELISSA DE SA MEDEIROS	3.70	624
3554	GRAZIELA SILVA DA SILVA	3.70	625
3621	MAYHARA CRYSTINY PERES	3.70	626
327	PATRICIA SAMANTA ROLIN	3.70	627
3242	ALICE MONTEIRO COSTA	3.70	628
5787	TELMA HELENA DIAS MOREIRA	3.70	629
1233	ISABEL CRISTINA LOPES BRANDAO	3.70	630
2761	SUZANA MARA MARTINS LUCAS	3.70	631
2661	MARINES CONCEICAO DE SOUZA	3.70	632
1745	JACIRA ILDA DA SILVA	3.70	633
6036	ALLYNE FRANCYANE MACHRI ALMEIDA	3.70	634
5567	BERENICE VAS	3.70	635
2027	ANA CRISTINA CUNHA DE AZEVEDO	3.70	636
4605	RILARY KEVYN SELL	3.70	637
711	THAYSE PEREIRA FAUSTINO	3.70	638
5877	LETICIA DOS SANTOS SILVA	3.70	639

4137	FLAVIA IEDA DOS SANTOS	3.70	640
518	JERUBIA DE SOUZA DA SILVA	3.70	641
943	LOURENA APARECIDA RIBEIRO	3.60	642
4581	MARIA ROZEMARTA PEREIRA	3.60	643
5363	JOCELAINE RODRIGUES MAIA	3.60	644
4249	ESTER SILVANA LEAL LEHMKUHL	3.60	645
2150	CELITA LIMA MEDEIROS	3.60	646
5843	MILIANE CONCEICAO BARBOSA	3.60	647
5011	LUCIANE MAGALHAES DA ROSA	3.60	648
5522	ANGELA RITA DOS SANTOS	3.60	649
168	GEANE MARIA DE LIMA	3.60	650
130	GISLAINE MARTINS DOS SANTOS CARVALHO	3.60	651
435	ANDRESSA VARGAS GARCIA ZANDER	3.60	652
1702	BEATRIZ BITENCOURT LEITE	3.60	653
659	MARIVANE APARECIDA MACHADO	3.60	654
4286	SARA CRISTANA DA SILVA	3.60	655
5429	CRISTIANE DA COSTA FERREIRA	3.50	656
2118	BELINDA MARIA VIEIRA DE ARAUJO	3.50	657
5499	SAMIRA GEVAERD	3.50	658
1354	ANA PAULA MARTINS FLUGEL DIAS	3.50	659
4945	JULHANA APARECIDA SCHMOELLER	3.50	660
2843	MICHELEM CAREM DA SILVA	3.50	661
2115	ELAINE CRISTIANI GORGES SETUBAL	3.50	662
4922	JESSICA STEFANI REBELO	3.50	663
291	JENIFFER DOS PASSOS SILVA	3.50	664
203	LUANA SILVEIRA BENITES	3.50	665
1686	SOELI TERESINHA ELI MARTINS	3.50	666
525	LUCILENE LOPES DE ALMEIDA SILVA	3.40	667
1377	MARA RUBIA VARELA	3.40	668
4956	JESSICA DOS SANTOS BARBOSA	3.40	669
764	MARLENE RAMOS FIDELIS DA SILVA	3.30	670
2834	NIVEA DRANSFLD	3.30	671
129	RAQUEL LUCIA CARDOSO KOCHEN	3.30	672
3215	GLAUCIA FARIAS DE MELO	3.30	673
5349	CHIRLEY ZULEIDE CHAGAS	3.30	674
5030	ANA PAULA FEIJO	3.30	675
4455	JAMILA SANDRA DOS SANTOS	3.30	676
2587	GABRIELA CORREA BORGES	3.30	677
2811	LAURA ARAUJO DA SILVA	3.30	678
4210	RENATA CRISTINA DE OLIVEIRA	3.30	679
452	GUIOMAR DE SOUZA	3.30	680
2903	ADRIANE SIMAO DRESCH	3.30	681
4041	ELAINE CRISTINA DE SOUZA	3.30	682
3685	MARIA IZABEL CASAROTTO	3.30	683
4651	ANA CLAUDIA RIBEIRO	3.30	684
2410	MAIRE DA SILVA	3.30	685
5802	CAROLINE ANDRADE SCHMITT	3.30	686
2899	ANDRESSA BORGES AMARAL	3.30	687
207	RENATA ODETE ANTUNES	3.30	688
5132	RITA DE CASSIA MULLER	3.20	689
5813	ROSEMAR BOURDOT SILVEIRO	3.20	690
3631	IZABEL CRISTINA SILVA DE SOUSA	3.20	691
228	VANESSA VERA DELFINO	3.20	692
941	FRANCIELLY MARTINS	3.20	693
5833	PATRICIA FREITAS PINHEIRO	3.20	694
5200	DEISE ELISE FIDELIS	3.20	695
4359	MARIANI SCHAFER	3.20	696
5983	ARIANA NATALIA RIBEIRO	3.20	697
2951	BETANIA CARDOSO DA LUZ	3.20	698
648	MARISE EDI DOS SANTOS	3.20	699
2646	ISOLETE CARDOSO DE AGUIAR	3.10	700
558	BRENDA REGINA DA ROSA	3.10	701

5240	GEZIELE BRISOLA	3.10	702
1958	ANNE CAROLINY DE CAMPOS	3.10	703
332	IVANIR MARIA MATZENBACHER SIMON	3.10	704
2780	ROSANGELA DA SILVA PAIXAO DA SILVA CUNHA	3.10	705
3852	JANAINA DE SOUSA FRAGA	3.10	706
597	MIDAN ALVES DE LIMA	3.10	707
2350	SANDRA REGINA IAROCHE HEINZ	3.10	708
3165	JULIANA NARA TONELLI	3.10	709
5801	ANA LUCIA PINTO CARDOSO	3.00	710
295	EDILAMAR DE SOUZA	3.00	711
408	MONICA APARECIDA QUINDANI TEIXEIRA	3.00	712
660	RUBIA DA LUZ OLIVEIRA	3.00	713
1733	JOSIANE ESTELITA PEREIRA	3.00	714
6159	JULIANA RODRIGUES DE ALENCAR	3.00	715
1272	JOSIANE STEINCK	3.00	716
3110	THAIS SILVA DE OLIVEIRA	3.00	717
5012	PAMELA NUNES DE OLIVEIRA	3.00	718
3827	ELIZIA MARA CABRAL	3.00	719
2138	DIANE TERESINHA DAVILA	2.90	720
1573	SIMONE REGINA DA SILVA	2.90	721
2255	ALESSANDRA SUBTIL DOS SANTOS	2.90	722
220	LUANA DE OLIVEIRA	2.90	723
6051	GABRIELLY KAROLINE TEODOSIO	2.90	724
1218	LUANA CRISTINI LAUS ANGIOLETTI	2.90	725
2321	JANE VANIA HOFFMANN MARQUES	2.80	726
4029	KATIA REGINA GONCALVES	2.80	727
4545	ROSILDA HECK	2.80	728
3205	MARGARETE FERREIRA	2.80	729
5372	DAIANA DE JESUS DA SILVA	2.80	730
3940	LUCIA VANESSA DE CAMARGO	2.80	731
110	CHRISTHI IASMIN OLM DA SILVA	2.80	732
1161	VANESSA DOS PRAZERES ALVES	2.80	733
4055	VANIA REGINA COMICHOLI MARTINS	2.80	734
5685	CLAUDETE MAURA ROSA	2.80	735
3271	CHRISTINNA MARIA MEDEIROS	2.70	736
5041	INES COLETTI	2.70	737
5333	GISELE MARTINS DE SOUZA	2.70	738
5003	CLAUDIOMARA SOUZA DE SOUZA	2.70	739
2351	CARLA TERESINHA CARDOSO	2.70	740
847	RAMONA ANTUNES MARGOTTI	2.70	741
5015	TAYNARA MARQUES	2.70	742
2049	CARMEN GRASIELA DE LIMA BARBOSA	2.60	743
410	JESSYCA BORGES DA SILVA	2.60	744
2069	ELIANE MARIA CARDOSO ADRIANO	2.60	745
3227	EVANIR PEDROSO DA SILVA PEREIRA	2.60	746
6090	LEISSA ALEXANDRA FILISBINO	2.60	747
5418	DAIANA MORGANA GONZAGA VENTURA	2.60	748
3461	TUANE GARCIA DE AZEVEDO	2.60	749
90	KATIA MARIA DE OLIVEIRA	2.60	750
3944	SUELEN MARIA TELES	2.50	751
2109	DANIELA DE FARIAS	2.50	752
3870	ODINEIA DE JESUS	2.40	753
2060	MARIA DAS DORES MARTINS ANDRADE	2.40	754
3426	WILK DA SILVA COSTA DE ASSUNCAO	2.40	755
2339	ELIANE CAPESTRANO DE OLIVEIRA	2.40	756
2650	SEBASTIAO RAMOS	2.40	757
1666	LIZANDRA NEU	2.30	758
4591	SANDRA DA SILVA PISKE	2.30	759
3791	CARINE BATISTA CORDEIRO	2.30	760
3305	THATIANE JORGE SCHMITZ	2.20	761
6083	SACHA BORGES	2.20	762
4628	INGRID DOS SANTOS	2.20	763

5961	ADESIA LEALDINA DO NASCIMENTO SILVA	2.20	764
1624	MARIA ISONEIDE DA SILVA	2.20	765
2534	MONIQUE JEREMIAS	2.20	766
5423	ANA MARIA MARTINS TEIXEIRA	2.10	767
5142	MARICELIA MARTINS	2.10	768
5543	ERENETE PEREIRA PELOGIA	2.10	769
369	SILVANA MONTEIRO SOARES CAETANO	2.10	770
5617	BERENICE CRISTIANA LUCAS	2.10	771
3764	ANA CLAUDIA DIAS THIBES	1.90	772
3803	DEISE GOULART	1.90	773
3349	SUZANE PINHEIRO	1.60	774
5648	KATHERIN ROSA SILVA	1.10	775

**Cargo [ Área/Disciplina ]:** Auxiliar de Sala [ EDUCAÇÃO INFANTIL ]

**Total de Aprovados:**185

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3725	JEAN JUNIO DE OLIVEIRA PEREIRA	7.50	1
5906	KAREN MUNARETTI	7.10	2
3637	ZULMARA VILVERT PITZ	6.90	3
6141	ANA KAROLINY DE OLIVEIRA	6.60	4
1275	ANDREA CRISTINA SILVA	6.50	5
1071	CLAUDIA CURCIO	6.50	6
540	TATIANI PFLEGER SILVA	6.40	7
5477	GERUSA APARECIDA DA SILVEIRA	6.40	8
4460	DALIRIA ALVIM	6.40	9
4783	DANIELA MACHADO REGIS	6.30	10
5355	ANDREIA MARIA DOMINGOS TAVARES	6.20	11
3720	KARLA MIRELLA GONCALVES	6.20	12
6137	VIVIANE SOUZA JIMENEZ LAVIL	6.10	13
3390	PAULA FERREIRA DE FARIA	6.10	14
6168	JULIANA SERENA	6.10	15
4098	DINAMARA ALVAREZ ACOSTA	6.00	16
4517	ANA PAULA VITALI MARCELINO	6.00	17
1533	ALINE RAQUEL SILVA NUNES	6.00	18
5103	SUELLY MARIA VIEIRA VENSON	6.00	19
3400	KAMYL APARECIDA DE AMORIM	6.00	20
2638	ADRIANA BELO DE OLIVEIRA	6.00	21
704	FRANCISCA VIEIRA DO NASCIMENTO SPINELLO	5.90	22
5708	SANDRA REGINA CABRAL LIMA	5.90	23
5975	SELMA SOARES DE SOUZA FRANCA	5.90	24
1311	GABRIELLE NASCIMENTO SOUSA	5.90	25
6152	ANA CLAUDIA FERREIRA FEIJO	5.80	26
3221	ALESSANDRA PANIZZON	5.80	27
2603	LORIE NE LIMA SIRQUEIRA	5.70	28
2836	JEHNIFER DEMETRIO CATARINA	5.70	29
4863	NATALIA BEATRIZ SILVA DE OLIVEIRA	5.70	30
1276	PAULA ANDOIGNINI	5.60	31
3282	FABIANE FOLSTER	5.60	32
1992	ROBERTO GENRO DE BRUM	5.50	33
4665	TALITA BORILLI	5.50	34
5264	HEMILY APARECIDA SOARES	5.50	35
2576	MIRIAN CRISTINA PERES WERLANG	5.40	36
1176	BEATRIZ HINKEL AMORIM	5.40	37
1442	GABRIELA REGINA MACHADO	5.40	38
5759	FRANCIELI GUESSER GUILHERME	5.40	39
3918	JESSICA KETHRYNE LUSTOSA DE SOUSA	5.40	40
3575	IVETE GUARES ANTUNES	5.30	41
4243	TAMIRES SILVA CORREIA	5.30	42
5500	TATIANA APARECIDA DA SILVA FONSECA	5.20	43
2162	ELIZANDRA ICLEIA REHBEIN	5.20	44

5005	PATRICIA APARECIDA MEIRA	5.20	45
2239	MARIANA COELHO	5.20	46
5010	DANIELY JULIANE MOREIRA BAZZI	5.20	47
5039	ROZILIN DA SILVA FRAGA CAITANO	5.20	48
3025	ANA CLAUDIA DA SILVA	5.20	49
4795	JESSYCA MARQUES DE SOUZA	5.20	50
3818	BEATRIZ RICHARTZ	5.20	51
5061	JESSICA TRINDADE DO CARMO	5.20	52
5007	REGIANE DA SILVA	5.20	53
2839	SANDRA LUCIANA PFAFFENZELLER	5.10	54
2254	CAMILA CLEONICE MONTEIRO	5.10	55
2361	ANDREIA PEDROSO	5.10	56
753	MARIANE MEDEIROS DE ANDRADE	5.10	57
2508	KARINE DA SILVA GALINDO	5.10	58
2373	MAXINY FIRMO	5.10	59
3816	JACQUELINE PACHECO XAVIER	5.10	60
4862	DEBORA HELENA DA SILVA	5.00	61
5880	VANESSA MARLETE MARCOS LACERDA	5.00	62
3580	JESSICA ELLER DE MELO	5.00	63
1638	BRUNA PARCIANELLO SANFELICE DOS SANTOS	5.00	64
2617	ANA CAROLINA GOMES	5.00	65
390	THASSIEN CAROLINE RIBEIRO FERNANDES	5.00	66
6147	CLAUDIA ROSE ANDRE	4.90	67
4207	TATIANE HASCKEL	4.90	68
3311	CLEIDE ALVES	4.90	69
5954	CINTIA LESSA DE ASSIS	4.90	70
2318	ADRIANA CARLA LIMA	4.90	71
4493	ANDREIA ALBANICE BATISTA	4.90	72
3245	GRASELI JUNKES DA CUNHA	4.90	73
5892	MARCIA GRAZIELA DE SOUZA	4.80	74
1613	GRAZIELA KOERICH NIENKOETTER	4.80	75
5939	NAJARA PORTO	4.80	76
3247	ARIELA ROSE WERLICH	4.80	77
1669	CAMILA MARTINS	4.80	78
5625	STEFANI CASCAES	4.80	79
6079	MARLI TEREZINHA REGINALDO	4.80	80
3402	PATRICIA CATARINA DE AMORIM	4.70	81
871	MARCIA REGINA DE SOUSA	4.70	82
4083	ELIANDRA CAROLINE DA SILVA	4.70	83
6054	GRACIELA MORAES DOS SANTOS	4.70	84
4221	JUCELIA LAURA PILATTI BARBOSA	4.70	85
5830	CIBELY SILVA BALDANCA	4.70	86
4296	ANA PAULA DE FREITAS	4.70	87
1736	STEFANY JULI DA SILVA	4.70	88
371	GEOVANNA SILVA MARTINS	4.70	89
1061	JAQUELINE ZIN DA SILVA DE BITENCOURT	4.60	90
1368	KARINE LUCIA ELIAS	4.60	91
2703	THALITA MACIEL GOULART	4.60	92
4793	GREICE KELI SIMOES MARTINS	4.60	93
1260	DEBORA DA CUNHA	4.50	94
4396	MARLI DA SILVA	4.50	95
3923	SOLANGE FERNANDES TOMAZ	4.50	96
4332	IVONETE VRUBLIESCKI	4.40	97
5942	ANA MARLISE PRIM PRANGE	4.40	98
1850	MICHELE DA CONCEICAO	4.40	99
644	MARILENE OLIVEIRA MACHADO	4.40	100
1374	MARCELIA ELIZIANE VOLFE DO CARMO	4.40	101
5308	MAYNARA LUISE MARTINS GODINHO	4.40	102
2964	LETICIA DE SOUZA PEREIRA	4.40	103
2264	TUANY REGINA VENANCIO	4.40	104
5800	ROSIMERI PERLEBERG	4.30	105
4256	ANA OLIVIA DOS REIS	4.30	106



2880	ROSIMERI FALCAO DE OLIVEIRA	4.30	107
5354	MARIA EDUARDA NASCIMENTO	4.30	108
1070	OLGA TERESA BRAGA LOPES	4.20	109
2283	CARLA ALVES FARIAS	4.20	110
4572	CLECI TEREZINHA DE QUEIROZ	4.20	111
5643	ROZELANE STEFFENS	4.20	112
4253	ANDREA HOFFMANN SCHUTZ	4.20	113
1149	TATIANI ISOLETE DUARTE FERNANDES	4.20	114
2678	VANESSA APARECIDA STAROSKY	4.20	115
572	LYANDRA LUIZA GARCIA	4.20	116
2364	FRACIANE DA SILVA DIAS	4.20	117
5665	NERLI DA CRUZ PIRES	4.10	118
5338	MARA CRISTINA DE ASSIS SOARES	4.10	119
810	ALINE CRISTINA DE SOUZA XAVIER	4.10	120
5739	BIANCA SILVANI ROSA	4.10	121
2275	SABRINA AMORIM DE OLIVEIRA	4.10	122
1083	JOICE APARECIDA PRIM	4.10	123
4634	KATIA COELHO DUTRA	4.00	124
2072	GILMAR FELICIANO	4.00	125
2734	HELLEN LARISSA DE LIMA	3.90	126
1378	JESSICA EDUARDA DE SOUZA	3.90	127
3373	LENIRA MARTINS GOES	3.80	128
4336	MARIA FABIANA MENDES	3.80	129
3809	MANUELLA PACHECO DOS REIS	3.80	130
1443	PAMELA PAOLA POSSO	3.80	131
2609	JOZICLEIA MARIA DE OLIVEIRA	3.70	132
3007	LIA REJANE MENDES	3.70	133
1677	ANDRIELE KARINE DA SILVA DE OLIVEIRA	3.70	134
5481	LUCIANE CELINA RODRIGUES	3.60	135
4804	JARIANA CORREA PEREIRA	3.60	136
2891	LIDIANE DIAS ROCHA	3.60	137
6155	ADRIANA SPECHT	3.60	138
5967	THAIS THECLA MARQUES	3.60	139
20	ANA CAMILA FERREIRA DO NASCIMENTO SOARES	3.50	140
4629	MARISTELA LUCIO LUIZ VICTOR	3.40	141
5995	CYNTIA APARECIDA DA SILVA PEREIRA	3.40	142
4776	KARINE ROSA BINHOTI	3.40	143
2516	LUCILENE GOMES DE SOUSA	3.40	144
1079	LARISSA DA SILVA	3.40	145
4765	SILVIA LAIS OLIVEIRA DE AZEVEDO	3.30	146
1346	CINTIA APARECIDA DA SILVA ROCHA FREIBERGER	3.30	147
6173	SILVANA DA SILVA	3.30	148
4642	AGATHA LEANDRO BITTENCOURT	3.30	149
5380	BRUNA CAROLINA DA LUZ	3.20	150
2052	LUCIANA PEREIRA LOPES	3.20	151
3182	TELMA OSNILDA LEONEL	3.20	152
5776	TAYNA FERNANDES DOS SANTOS	3.20	153
2868	BRUNA SCHMITZ DA SILVA	3.20	154
2581	GEICEMARA RODRIGUES	3.20	155
5167	FRANCINNI NUNES VIEIRA DA SILVEIRA	3.20	156
4054	GUACIRA SONETE RIBEIRO HEIDERSCHIEDT	3.10	157
2735	FERNANDA DA COSTA FLORES	3.00	158
3952	MANUELLA SILVA KREBS	3.00	159
4981	EVELYN DIAS GONCALVES	2.90	160
2854	IVANILDA BARROS LEO DE LIZ	2.90	161
2501	ARIANA BATISTA DE LIMA FARIA CORREA	2.90	162
2861	REGINA DE FATIMA WERLICH	2.80	163
2802	GRAYCE REGINA BATISTA	2.80	164
2980	ADELMIRA AMARO DO SANTOS	2.70	165
4343	CRISTINA TEREZINHA DE ANDRADE	2.70	166
4480	NATALIA DE BORBA BINHOTI	2.70	167
6044	LIANA DENOFRIO	2.70	168

3478	AMANDA KAVIQUIONI	2.70	169
5821	MARINA FURTADO DE MELO	2.60	170
1700	FABIANA FARIA DE AVILA	2.50	171
2278	LUANA PINTER FELISBERTO	2.40	172
5445	MARILENE ESOI PERES	2.20	173
5742	LIAMARA HENRIQUE DE OLIVEIRA	2.20	174
6117	SILVIA MARIA KREMER	2.20	175
4985	ELOISA DE QUEIROZ	2.20	176
4042	EDINA MARTINHA MARQUES	2.10	177
4940	GISLEINE DOS SANTOS SAGAS	2.10	178
641	TATIANE DE SOUZA OLIVEIRA NAZARIO	2.00	179
2803	DANIELA MACHADO	1.90	180
5849	ANE CAROLINE DOS SANTOS	1.90	181
4260	MORGANA FERNANDES GARCIA	1.70	182
3436	THAYNA RIBEIRO	1.70	183
3608	SABELI CRISTINA SCHUTZ	1.70	184
5645	ANDREA JUTTEL	1.60	185

**Cargo [ Área/Disciplina ]:** Professor [ ANOS INICIAIS, PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA (PLE), TEMPOS DE APRENDIZAGENS ANOS INICIAIS E FINAIS (TAs), ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ]

**Total de Aprovados:**492

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3341	GRAZIELA REGINA DOS SANTOS	8.80	1
382	KATIA REGINA CORREA CLARINDA	8.50	2
4996	NATALIA FORTUNATO	8.30	3
4662	ALINE PAIANO	8.20	4
240	ALESSANDRA SIMOES TRINDADE	8.00	5
5822	JANIRA MORELLI MATOS	8.00	6
5550	MARIA APARECIDA RECH MONTEIRO	7.90	7
4541	LEILA USANIR FLOR	7.90	8
4120	ARIELLA DE OLIVEIRA BORGES	7.80	9
2045	ANA MARIA VIEIRA RAMOS	7.80	10
5735	CLAUDIA INES POZZA	7.80	11
1249	ADRIANA MARA FREIBERGER	7.80	12
169	MARLI APARECIDA FERNANDES ROSA	7.80	13
4275	SABRINA ELIAS FERREIRA ELIAS	7.70	14
535	CLEONICE ROSI RAUCH VIEIRA	7.70	15
4755	MARCELLA GIMENES E SILVA	7.70	16
3291	TAISE DA SILVA SANTOS	7.70	17
3090	MARIA SUELI FERREIRA DE SOUSA	7.70	18
5137	CLAUDIA ROSANA VIEIRA	7.70	19
5360	CYNTHIA SCHMITZ DOS SANTOS	7.70	20
3058	VANESSA APARECIDA BETTINI	7.70	21
2359	CASSIANO UBERTI	7.70	22
2434	ANA PAOLA MEDEIROS ZANONI	7.60	23
3452	ELAINE GOMES DA COSTA	7.60	24
2404	GISLAYNE ROBERTA COELHO	7.60	25
5328	RAFAEL MELLO GOMES	7.50	26
1032	MARINA DOS SANTOS TEIXEIRA	7.50	27
4900	ADINAR DOS SANTOS	7.50	28
4194	LUCIANA AUGUSTA TELES GIOVANNUCCI	7.50	29
5214	PATRICIA MARA DE OLIVEIRA GODINHO	7.50	30
5785	LUCIA HELENA LOPES FERNANDES	7.40	31
5297	MICHELLI WENDHAUSEN MARTINS	7.40	32
1303	CAMILA LOCH	7.40	33
4371	SYLVIA BREUS NENEAS	7.40	34
14	LUIZ FERNANDES	7.40	35
1115	JUCINEIDE DA SILVA	7.40	36
4383	VALERIA ROMANCINI PACHECO	7.40	37

5401	GIOVANA MERY DA SILVEIRA	7.40	38
1943	SUELLEN APARECIDA COSTA MONGUILHOTT	7.40	39
163	ALINE CAMPOS	7.40	40
4601	ALEXSANDRA DA ROSA	7.30	41
4416	CAROL ANNE MACHADO CURCIO ESPINDOLA	7.30	42
2890	MARA GONCALVES MARTINS	7.30	43
5773	ROSANE CRISTINA DE SOUZA VIEIRA	7.30	44
2146	LEO JORGE PEIXOTO DA SILVA	7.30	45
1036	LISIANE MARIA DA SILVA MACEDO	7.30	46
3105	SIMONE MARCUZZO	7.20	47
2684	LIDIA CRISTINA DOS REIS ROGERIO	7.20	48
1704	MARIA AMALIA LEAL LEDOUX	7.20	49
1476	LUCIANE SCARABELOT CAMPOS	7.20	50
4977	CRISTIANE SALETE LOURENCO	7.20	51
4199	FLAVIA JORGE MARTINS	7.20	52
1804	LIANE ROSA OLIVEIRA	7.10	53
1529	SILVANA TYSKA PERONI	7.10	54
6100	CRISTIANE COELHO	7.10	55
4853	ADRIANA ROLDAO DE FREITAS RAIMUNDO	7.10	56
3490	SEZIANE TURATTO	7.10	57
2549	ANA LUCIA RAMOS DA SILVA BARBOSA	7.10	58
2303	ELISANGELA DE ASSIS VIEIRA BRUCH	7.10	59
5675	LEONARDO OLIVEIRA	7.10	60
749	GEOVANIA JAPIASSU MARTINS	7.10	61
4297	STELA MARIS BION	7.00	62
3734	DEBORA PEREIRA	7.00	63
618	JOSIANE DOS SANTOS CAPRISTANO	7.00	64
1827	MARINES PAIANO DA SILVA	7.00	65
4057	CARLOS FERNANDO REIS SILVA	7.00	66
1439	LUANA CLAMER MIORANDO	7.00	67
2886	DENISE ELGA ACKERMANN	7.00	68
4267	SIMONE APARECIDA PASSOS	7.00	69
921	TATIELE DE LIMA BRAGA RIBEIRO	7.00	70
447	ANA CAROLINA MARTHENDAL DA LUZ	7.00	71
3380	THAYRINI REIS BENTO	7.00	72
4146	TALITA BEATRIZ ZANZI	7.00	73
1054	NOEMI SALES	6.90	74
4224	JULIANA CARDOSO VIEIRA	6.90	75
2086	ELISABETE MARIA GIL ALBERTINI	6.90	76
1007	ANDREA SILVEIRA	6.90	77
451	MARILENE DA SILVA DE SOUZA	6.90	78
3618	VIVIANE FRANCO	6.90	79
5048	FRANCINI MENDONCA DE CARVALHO	6.90	80
5867	EDVANIA CRISTINA NOGUEIRA	6.90	81
1901	GEISICLEIA DE ASSIS VIEIRA MARQUES	6.90	82
4126	SANDRA APARECIDA CHALCOWSKI CUNHA	6.80	83
4125	VIVIAN MARIA CARVALHO DE LIMA	6.80	84
875	CAMILA DE OLIVEIRA	6.80	85
3943	SANDRINE RODRIGUES CORDEIRO OSORIO	6.80	86
88	ANDREIA SANTANA KULBA	6.80	87
4172	RENATA DO PRADO SOUZA	6.80	88
4302	JUSSILVANA CAVALCANTI FERNANDES NIEDERMAYER	6.80	89
4653	ELAINE MARIA MACIEL LOPES DE SOUZA	6.80	90
4757	CARLA VANESSA COSTA BILHER	6.80	91
4983	ELIANE DA CONCEICAO	6.80	92
2806	PATRICIA DO ROSARIO DANTAS	6.80	93
4097	MIRELA ALBERTINA CORREA	6.70	94
5277	EDINEUSA MARIA SAGAZ OLIVEIRA CARDOSO	6.70	95
1120	BIVAR SANTOS JUNIOR	6.70	96
370	KATIA ALEXANDRE	6.70	97
4953	ELAINE CRISTINA DE ANDRADE	6.70	98
6046	ZULMA MARIA DEITOS NEUMANN	6.70	99

5504	GREICE DEMETRIO SANTANA	6.70	100
4457	MARIO JOSE DA CONCEICAO JUNIOR	6.70	101
552	JULIANA FREITAS MARTINS	6.70	102
4544	LIVIA ZIMMER DE CERQUEIRA CEZAR	6.70	103
309	KENIA MARA JORGE DE ANDRADE	6.70	104
3977	RITCHELLY WEBER DA SILVA	6.70	105
361	CHRISTINE REGINA SOARES MATIAS	6.70	106
5741	FLAVIA DUARTE NOVAK	6.70	107
1919	JANE TERESINHA COELHO CARVALHO	6.70	108
2157	JULIO JOSE LIBANIA	6.70	109
5657	LIZA BANDEIRA DE FREITAS GOULART	6.70	110
3753	LILIANE DA CONCEICAO PARADEDA	6.60	111
4073	NILTON DIAS	6.60	112
2544	ELISANDRA RITTA	6.60	113
4515	PAMELA REGINA CARDOSO	6.60	114
2266	EDUARDO DA LUZ ROCHA	6.60	115
4205	ALEXANDRE LUIZ DE SOUZA	6.60	116
353	RUDIMAR MACHADO	6.50	117
1955	VATUZA VENANCIO DE ALMEIDA	6.50	118
5008	FERNANDA CRISTINA FERREIRA	6.50	119
339	ARIANE PEREIRA FERNANDES	6.50	120
5237	BETANIA MACHADO DA SILVA PIZATO FICANHA	6.50	121
3934	CAMILA GULARTE COSTA PORCIUNCULA	6.50	122
1728	WANEISSA MATOS VIEIRA	6.50	123
3692	ROSANA VILAIN	6.50	124
2447	KAMILLA LOPES FARIAS	6.50	125
1256	JOSIANE DA SILVA	6.50	126
142	GISLAINE DE QUADROS LEAO	6.50	127
2178	ROSANA DA SILVA	6.50	128
5934	REGINA PENA	6.40	129
5637	KARLA BERNINI BRAGA	6.40	130
731	SIMONE VIEIRA PEREIRA VARNIERI	6.40	131
4095	DAYSE MARIA CORREA	6.40	132
585	JANICE NUNES	6.40	133
1044	FRANK JOAO DEMETRIO	6.40	134
5872	MARIA LUISA SILVEIRA GEVAERD TEIXEIRA	6.40	135
1171	EVALDO FURTADO PINHEIRO	6.40	136
3866	CARLA CRISTINE ZENI SILVA	6.40	137
513	DRIELLY POLYANA GERALDO	6.40	138
4290	MARIANA VIRTUOSO	6.40	139
428	ANA KAROLYNA BOURDOT	6.40	140
4812	ALESSANDRA BACK	6.40	141
567	NIRVANA MOREL SAES	6.40	142
2723	IVANETE TERESINHA BEZ TIEPPO	6.40	143
180	DENISE BEATRIZ ROSSATO PINOS	6.30	144
3416	DAISY WINICKI VAGHETTI	6.30	145
1084	ROSANE QUEIROZ	6.30	146
2829	ANA CLAUDIA ANTUNES CASSINI FONTANELLA	6.30	147
5486	ELAINE VALDIVA DA SILVA THOLL	6.30	148
3828	GILSEMARA SILVA DA SILVA	6.30	149
653	ADRIANA ALVES CAVALHEIRO	6.30	150
3721	CECILIA DA ROSA DOS SANTOS	6.30	151
1126	KATIA DE LIMA	6.30	152
3567	DAIANA ALFLEN MENDES	6.30	153
4982	MONICA DE OLIVEIRA COIMBRA	6.30	154
3825	RAFAELLY LOPES MARTINS	6.30	155
1006	ROSIMERI DE CASSIA SOUZA	6.30	156
1133	CLARICIA ELIANI KNISS	6.30	157
1479	MARY OLIVEIRA BRANDAO CAETANO	6.20	158
997	WORDZA MARIA DO CARMO GONZAGA	6.20	159
4608	DANIELA MEIRELLES NETTO	6.20	160
1536	ROSELI OLIBONI POZZA	6.20	161

3560	ANA CRISTINA SALVADOR ALCENO DE ALMEIDA	6.20	162
852	MARIA SALETE TONDELLO DALLOGLIO	6.20	163
103	LILIAN MIGUEL	6.20	164
5098	MARILEI INES JAHNEL	6.20	165
3962	KELLY SILVEIRA	6.20	166
533	ELIETE VIEIRA MATHIAS	6.20	167
520	DANIELA BROERING	6.20	168
4761	IVAN DOS SANTOS	6.20	169
825	MIRELLE REIS	6.20	170
4282	LUCIANA OHVEILER MANDIAO	6.20	171
66	CRISTIANE CARNEIRO HERNANDES	6.20	172
3477	GRASIELLE CORREA FLORENCIO	6.20	173
4756	LARISSA RODRIGUES FIGUEREDO	6.20	174
4785	ANA LUCIA DE SOUZA	6.20	175
117	SILVANA CARDOSO DE SOUSA	6.20	176
5111	MADALENA FERNANDES IGNACIO	6.20	177
3220	TATIANE CATARINA DOS SANTOS	6.20	178
4664	MARLI DA SILVA DE SOUZA	6.20	179
4624	LIANE CRISTINA SILVESTRE CABOLA	6.10	180
1836	PAOLA SILVEIRA SAMPAIO	6.10	181
4533	SCHEILA VILMA DA ROSA MONTEIRO	6.10	182
3130	VANESSA PIRES DE SOUZA	6.10	183
980	CARMEN FATIMA DE PRA KOLLN	6.10	184
4806	ALINE DOS SANTOS LUIZ	6.10	185
3633	MARIA JOSE SIQUEIRA	6.10	186
5247	ELISEU JOSE DE SOUZA	6.10	187
2416	MICHELLE DA CUNHA	6.10	188
5405	CRISTIANE MARIA DE CARVALHO	6.10	189
491	VERA LUCIA RODRIGUES VAZ	6.10	190
2910	MARILENE PRATES DE SOUZA	6.10	191
605	MARCIA MENDES MARCELINO	6.10	192
2177	MORGANY BARRETO FERNANDES	6.10	193
984	SANDRA REGINA DE BEM	6.00	194
1106	IZABEL CRISTINA MONTE ALTO	6.00	195
5571	ELIZANDRA CECILIA ARESI	6.00	196
2560	SABRINA HASSE FELISBERTO	6.00	197
4467	BARBARA LIANDRA DE OLIVEIRA	6.00	198
4695	JOICE DA SILVA	6.00	199
2895	FABIOLA VENTURA PEREIRA	6.00	200
75	EDICLEIA ASSIS VIEIRA	6.00	201
3906	SANDRA MARGARETE COSTA VALTER	6.00	202
3743	REGIANI RAYMUNDO MACHADO DE SOUZA	6.00	203
3428	MICHELE DESCHAMPS MARQUETTI	6.00	204
557	SCHEILA APARECIDA KIRSCH	6.00	205
1049	QUENIA CRISTINE DE JESUS	6.00	206
3388	JULIANE DA CRUZ DE CASTRO	6.00	207
3713	LAUCIANA ROSA DA SILVA	6.00	208
2561	VALCIRA MARIA FERREIRA	6.00	209
155	DEBORAH DA SILVA SILVESTRE	5.90	210
5207	DAIANE ISMAEL TEIXEIRA MENDES	5.90	211
5517	ALESSANDRA MINA DOS SANTOS	5.90	212
603	FRANCISKA KATIENNA ALVES DO MONTE LIMA	5.90	213
153	CINTIA ROSA DO LIVRAMENTO BARRETO	5.90	214
804	JULIANA BASTOS FERREIRA	5.90	215
4411	GRAZIELA MULLER	5.90	216
5261	ALYSSON FELYPE MARTINS	5.90	217
5485	LUCIANE DUARTE	5.90	218
3251	MARIA HELENA RODRIGUES MATOS	5.90	219
2674	FERNANDA DAYANE SOUZA VAZ	5.90	220
1203	DIANA MAXIMIANO	5.90	221
4285	GLAUCIA CLASEN	5.90	222
1279	SANDRA MARA RIBEIRO RODRIGUES	5.80	223

2044	MARILENE MEDIANEIRA LORENSI	5.80	224
5206	JANAINA LEHMKUHL	5.80	225
482	JOICE MARA FAUSTINO	5.80	226
4239	MIRIAN QUEIROZ ELLER KAHL	5.80	227
1334	MICHELE MARCIA HILZENDEGER	5.80	228
1273	MARIA INES DE SOUZA	5.80	229
198	ANA FLAVIA DE SOUZA ALVES	5.80	230
759	RENATA APARECIDA BURATTI BORGES	5.80	231
2423	JOELMA DAL BO	5.80	232
1245	ROSIMERI CAMPREGHER MABA	5.80	233
2323	SABRINA MIRANDA	5.80	234
4742	BARBARA CONSTANTE ALVES	5.80	235
2455	MARIVONE TEREZINHA TEIXEIRA NUNES	5.70	236
4926	SILESIA FRANCISCO	5.70	237
3409	CRISTIANE MACHADO AUGUSTO	5.70	238
3414	KATIA CHRISTINE VIEIRA DOS SANTOS SURGIK	5.70	239
4897	MARLI APARECIDA ANTUNES DE SOUSA ALMEIDA	5.70	240
4578	LUCIA DE FATIMA SILVA	5.70	241
5119	KARLA CRISTINA BALBINO	5.70	242
582	ANGELITA IZABEL DA SILVA	5.70	243
5898	NARA BEATRIZ GOMES OCANA	5.70	244
2093	JADY SALLES NUNES	5.70	245
647	ANA PAULA LIPKA	5.70	246
4477	ELIZABETE DE SOUZA ROCHA	5.70	247
4254	CARMEM LUCIA ZIZA QUINTINO	5.70	248
262	SILVIA FLOR	5.70	249
3656	SOLANGE ROSA	5.70	250
1189	GIANE SOARES	5.70	251
91	GRAZIELLE OLIVEIRA DA ROCHA	5.70	252
1400	NINFA FIDENCIO DA COSTA DA SILVA	5.60	253
5467	MARCIA DOS SANTOS OLIVEIRA	5.60	254
5955	PETLA WOLFF DA SILVA	5.60	255
60	JULIANA APARECIDA DALPRA	5.60	256
3181	SANDRA REGINA PREISCHARDT ROSA	5.60	257
637	PAULA FERNANDA NASCIMENTO SAGAS	5.60	258
3968	LIA FLEITAS DE ARAUJO	5.60	259
867	ANDREA MARIA SILVA	5.60	260
5669	JOELMA MARTENDAL	5.60	261
372	LUCIMARA RODRIGUES RIBEIRO	5.60	262
4399	SABRINA LUCAS DE FREITAS	5.60	263
4213	JOSIANE SILVA PEREIRA SEEMANN	5.60	264
3010	CRISTIANE FELISBERTO DE AZEVEDO	5.60	265
1793	ANDERSON TOMAZ	5.60	266
5148	DAFNE SOUSA CLARO	5.60	267
5621	VERA MARIA COSTA DA SILVA	5.50	268
1841	FABIANA DOS SANTOS LUCIANI	5.50	269
3241	HELBERT DOS SANTOS SILVEIRA	5.50	270
5243	RITA MARIA LOPES DAMASCENO	5.50	271
5874	ROSIMEIRE DA SILVA RABELO	5.50	272
2435	GRAZIELA DOS PASSOS PEREIRA	5.50	273
4104	ROBERTA KEILA MENDES TAVARES	5.50	274
547	MAYARA BAIERLES BAPTISTA	5.50	275
1890	JENIFFER HEIRI FERNANDES	5.50	276
3669	VITORIA MARIA DA SILVEIRA	5.50	277
4280	FELIPE ALVES DE SOUZA	5.50	278
2511	EULINA LUIZA BELTRAMI	5.50	279
1112	JUSSILENE LESSA BERTI	5.50	280
2768	LIBERTAD ITZALANA CORREA FLETES	5.50	281
6052	CRISTIANE LAURA FLORENCIO	5.50	282
5600	ICLEIA DE ALMEIDA ANDRADE	5.50	283
68	PAMELA KETRYN JORGE	5.50	284
5553	EVELISE DANIELA LINO	5.40	285



4766	SIMONE SUELI SEGALA ANDRADE	5.40	286
861	ROSEMARY VILAIN DOS SANTOS	5.40	287
5074	FERNANDA BENTA NUNES GAMA	5.40	288
772	ROSIMERI DA SILVA PETRY	5.40	289
1535	MARELI DOS SANTOS	5.40	290
5505	ROJIANA MILIOLI	5.40	291
2259	SUZANA MIRIHAN VIEIRA	5.40	292
5924	ROBERTA LOPES PEDRO	5.40	293
5152	CATIA SOTHE	5.40	294
146	IVANI ISABEL WOSCZINIAK	5.40	295
4265	ADRIANA ANJOS DE LIMA	5.40	296
469	GRASIELE FERREIRA GRANDO	5.40	297
4724	CAMILE GABRIELA DA ROSA ROCHA MELO	5.40	298
160	MANOELA LOPES FONTANELLA	5.40	299
2214	KARINA PRIM DOS SANTOS	5.40	300
4102	DENIZE MEDEIROS CARDOSO	5.40	301
3212	GORETI TEIXEIRA DA COSTA AMORIM	5.40	302
5945	BIANKA MAYSIA MOHR DE ABREU	5.40	303
1635	RAFAELA REBELO RODRIGUES HADLICH	5.40	304
1970	REGINA DA SILVA FARIA	5.40	305
3593	JANETE APARECIDA CAMPOS	5.40	306
4392	RAQUEL STEFFENS	5.30	307
5210	CASSIA APARECIDA KORMANN	5.30	308
1711	ROSELI GRUBER DE LIMA	5.30	309
5998	PATRICIA FERREIRA BARRETO	5.30	310
5864	URSULA DA SILVA VIEIRA	5.30	311
1592	LUCIANE DA SILVA MADALENA	5.30	312
2740	SILVANA MACHADO	5.30	313
4134	LIZIANE PEREIRA DE ALENCAR	5.30	314
2896	DAYANE ROBERTA CORREIA RODRIGUES	5.30	315
2370	MARINA DE CAMPOS TEIXEIRA	5.30	316
986	JESSICA MARIA HULLER	5.30	317
5994	TANIA MIRES ECCEL	5.30	318
628	ELIZANGELA LUIZA MENDES	5.30	319
5604	JUANILDA DA SILVA	5.20	320
416	OSNI GOMES	5.20	321
4017	MONICA PUELLO DA COSTA BUSSOLO	5.20	322
3238	ANA PAULA BATISTA	5.20	323
5905	VERA LUCIA MARTINS CORTES	5.20	324
4201	ANA LUCIA ALVELES CARDOSO	5.20	325
4197	ANDREZA TERESINHA MARTINS	5.20	326
133	RICHARD REINALDO	5.20	327
563	LIZANDRA VIDAL PEREIRA	5.20	328
5146	BRUNA KAROLINE SOTHE DA SILVA	5.20	329
5219	LENIR COELHO DE OLIVEIRA	5.20	330
3910	VALDETE ANDRADE	5.20	331
3198	LISYANE JALMIRA FERREIRA	5.20	332
3439	TANIA MARA RAULINO GODINHO	5.20	333
4183	SIRLEY ROSA DE OLIVEIRA	5.20	334
577	MARIZA VILMA RACHADEL	5.10	335
761	ANDREA MARISTELA DA SILVA OLIVEIRA	5.10	336
1569	ELOIZA HELENA SCHOTEL DEAVILA	5.10	337
190	ALINE CRISTIANE TEROZENI	5.10	338
1310	DENIZE DA SILVA	5.10	339
4242	DIANA RODE	5.10	340
2600	FABRICIA DOS SANTOS DA CONCEICAO	5.10	341
22	CRISLAINE PESSOA	5.10	342
2089	MARILEUZA PASSIG DA SILVA	5.10	343
52	KEILA DA SILVEIRA SILVA MARIAN	5.10	344
4065	MARIA DE FATIMA CARDOSO	5.00	345
5970	MARTA MARCIANA DA SILVA	5.00	346
4103	KELLEN APARECIDA CARDOSO DE LIMA	5.00	347

3006	JOSELAINE NERES DE BRITO	5.00	348
2392	EUNICE MACIEL CORDEIRO	5.00	349
2111	DANIELLE BORGES DIOGO	5.00	350
4448	ZENILDA CARLIN DE PINA	5.00	351
5542	CLEIDE IRENE TEIXEIRA BAPTISTA	5.00	352
2794	ROSELIS JOST	5.00	353
5118	SILVANA MUZEKA GALLOTTI	5.00	354
351	GLAUCIA SCHMITT	5.00	355
5732	FRANCIELLY BARCELOS HOFFMANN DE OLIVEIRA	5.00	356
5346	TAMARA NARLOCH NUNES	5.00	357
2080	ANA SILVIA COSTA MARCELINO	5.00	358
5526	IARA FORMENTIN DA SILVA	5.00	359
802	PATRICIA HELENA FREITAS PAULI	4.90	360
515	MARCIA NILTA DOS SANTOS DE ESPINDOLA	4.90	361
4602	RAQUEL KOERICH MARCONDES	4.90	362
1606	VERA LUCIA DA SILVA CUNHA	4.90	363
522	ALIOMAR ARAUJO XAVIER	4.90	364
3997	GEISIELLY DOS SANTOS SOBRINHO	4.90	365
3585	JANAINA KUSTER DOS SANTOS	4.90	366
1917	ELISIANE APARECIDA FERREIRA	4.90	367
1114	ANA CLARA ARRUDA DIAS	4.90	368
2841	LAURA BULHOES BAPTISTA	4.90	369
3151	DIONE SENA PALHARES	4.80	370
5918	CRISTIANO BARBOSA DOS SANTOS	4.80	371
3458	NILMA EINHARDT	4.80	372
4053	ALUDE ZEFERINO	4.80	373
3572	MARTA HELENA DOS SANTOS FERREIRA	4.80	374
5546	ROSIMAR MARTINOVSKI	4.80	375
4433	ELAINA MEIRA HINCKEL	4.80	376
1004	JANAINA APARECIDA BORGES	4.80	377
5169	JOANA DARC CORDEIRO DE CASTRO MOCELIN	4.80	378
3503	FERNANDA DE LIMA NOGUEIRA	4.80	379
4527	ELIETE RIBEIRO DA LUZ	4.80	380
5848	JUCARA AZEVEDO NONATO	4.70	381
6018	MAGDA CRISTINA DE OLIVEIRA	4.70	382
2095	SANDRA DO ESPIRITO SANTO TEIXEIRA	4.70	383
5599	GISELE LOPES PRESTES	4.70	384
2605	LUCIANA JOSE SOBIERAJSKI	4.70	385
3014	PAULA MORAES CARDOSO	4.70	386
2003	ILELIE VIANA ALVARES	4.70	387
1864	HELOISA HELENA DA SILVA DE OLIVEIRA	4.70	388
4944	MAISA FERNANDA PEREIRA	4.70	389
1802	IREN NATALINA DE JESUS BORGES	4.70	390
326	MARIA APARECIDA SOARES TEIXEIRA	4.60	391
1723	ANDREIA VOGT MELLO DE LIMA	4.60	392
4341	IVONETE WEBER	4.60	393
4350	CRISTIANE ALVES	4.60	394
4252	AMANDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA FOGACA	4.60	395
3269	ROSANGELA PACHER	4.60	396
1978	LENIR TORQUATO JUSTEN	4.60	397
3868	SCHEILA CRISTINA SCHMITZ	4.60	398
5006	IARA CRISTINA MARINHO SCHEIDT	4.60	399
5693	CAROLINE JOHNSON EVANGELHO	4.60	400
5660	LUCIANA ALVES MESQUITA	4.50	401
4911	ADRIANA SHEILA MACEDO DE MORAIS	4.50	402
2755	ANDERSON LUIS DOS REIS	4.50	403
5974	ANGELIANNE MIRIAN DOS SANTOS DA SILVA	4.50	404
5377	SONIA CLAUDIA DOMINGUES DE MORAIS DA SILVA	4.50	405
4415	GABRIELA MULLER	4.50	406
150	LUCIANE ALVES DA SILVA FAGUNDES	4.50	407
2414	BIANCA PAULA VIEIRA	4.50	408
6086	DENISE DEMARCO COUTO	4.50	409

5623	ROSANE FERRAES BINELLO	4.50	410
4063	FERNANDA CAROLINE CAMILO ZAMBONI	4.50	411
4752	GRACIELE DIAS	4.50	412
2573	MARILETE HACH DE OLIVEIRA	4.40	413
3356	ROSIMERE ROCHA GIL PETRY	4.40	414
241	PATRICIA DE ANDRADE	4.40	415
5411	JANE JOCELI ALVES	4.40	416
4495	GISELLE DINIZ SILVA	4.30	417
286	MARTA DA SILVA	4.30	418
5361	ANA NELIA HUGEN	4.30	419
2229	VALERIA GAMA NINOW LIMA	4.30	420
2623	MARIA TATIANA ALVES DE CASTRO	4.30	421
2725	CLAUDIA SELMA DE SOUZA	4.20	422
2041	SANDRA MARIA LAURINDA RIBEIRO DA SILVA	4.20	423
5075	CHARLENY TAISA COELHO	4.20	424
1582	CAROLINA CIDRAL	4.20	425
354	ANA LILA DE CAMPOS	4.20	426
1435	CARMEN LUCIA MATTOS	4.10	427
5031	CHRISTIANI ARANTES DOS SANTOS	4.10	428
1867	ADRIANA DA ROSA	4.10	429
5431	ANDRESA LONGO GOULART	4.10	430
5607	JOSIANE DA ROCHA	4.10	431
4453	SANDRA FARIAS PEREIRA BARBOSA	4.10	432
164	ANA CRISTINA KOERIG	4.10	433
4465	MARCELA CARGNIN ELIAS	4.10	434
69	ANA MARIA NEVES FAUST	4.10	435
619	JANAINA DIAS MESQUITA	4.10	436
6103	MICHELA FERNANDES	4.00	437
1109	MARIA DE FATIMA DE SOUZA ARRUDA	4.00	438
4699	ROSSANA NEGRI COSTA	4.00	439
5853	VERUSCA FEITOZA DOS REIS	4.00	440
5846	RAQUEL BARBOSA MIRANDA	4.00	441
5978	LIANA PACHECO BOTELHO	4.00	442
4954	LETICIA RODRIGUES FERNANDES ABREU	4.00	443
2465	VILMA TAVARES DOS SANTOS	4.00	444
3028	MARIANA CRISTINA CAMPOS	3.90	445
3139	LIDIANE DAMACENA PINTO	3.90	446
1949	LUIS CARLOS AULER	3.90	447
5452	EVANILDO ALVES FILHO	3.90	448
5066	ALEXANDRA WEIMAR MEDEIROS MAGADAN	3.90	449
5172	ANA PAULA FILISBINO	3.90	450
237	DANIELA MARILDA FARIAS	3.90	451
1458	LUCIANA RIZZO	3.80	452
4637	SANDRA ANDREIA MARTINS	3.80	453
2433	CRISTIANE CORREA MICHAITO	3.80	454
3191	DAYANA GARCIA	3.80	455
1687	THAYS MOREIRA OURIQUES	3.80	456
3050	MARGARETE MARIA ESPINDOLA VECCHIETTI	3.80	457
1413	SAYONARA ALVES MACHADO	3.80	458
219	ROSE CRISTIANE TELLES	3.80	459
5487	SCHEILA ALESSANDRA DE MATTOS	3.80	460
3355	DEVANIR DE FATIMA CORREA	3.80	461
4923	DIRCE ONEIDE DE FREITAS	3.70	462
831	OSEIAS CAETANO	3.70	463
970	JESSICA NARLOCH NUNES	3.70	464
439	KARINA SCHNEIDER	3.70	465
537	DEIZE REGINA NASCIMENTO	3.50	466
4696	GEOVANA OLIVEIRA MIRANDA	3.50	467
76	KAROLINE KAREN OLIVEIRA	3.50	468
2626	MAYRA APARECIDA DE MATTOS MARIANO	3.50	469
1810	FRANCINE APARECIDA VENTURA VERAS DA SILVA	3.40	470
3660	FRANCISCA FIGUEIREDO	3.40	471

5914	GABRIELA ESPINDOLA DE MELO	3.40	472
1055	GEISA CARDOSO PEREIRA	3.40	473
5916	FRANCISCA CORDOVA BARBOSA	3.40	474
2023	SARA MARIA TORRADO PEREIRA	3.30	475
114	DENISE DE SOUZA	3.30	476
3343	GISELLE DOS SANTOS	3.30	477
830	VANESSA MAIARA CABRAL	3.30	478
4037	ROSALBA DOS SANTOS SAGAS	3.30	479
4276	MARCIA MARIA DE SOUZA	3.20	480
5562	KAREN CRISTINA SPINDOLA	3.20	481
3501	MARIA REJANE REINEHR CAMARGO	3.20	482
172	VANIA CARDOSO DE SOUZA	3.10	483
2957	ELIANE MARIA ROQUE	3.10	484
461	ANDREZA FERNANDA COSTA	3.00	485
5946	LEONIR MAIA	3.00	486
5538	LOURDES BIANCHI	3.00	487
1363	MAGALI DE FATIMA RENATA ZANI DE JESUS	2.80	488
3185	REGIANE GESSER	2.80	489
338	SAMARA MARIA DE SOUZA SILVEIRA	2.80	490
5186	LADIA MARIA DE LIMA MACHADO OLIVEIRA	2.50	491
4886	JANICE VIEIRA	2.10	492

**Cargo [ Área/Disciplina ]:** Professor [ ANOS INICIAIS, PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA (PLE), TEMPOS DE APRENDIZAGENS ANOS INICIAIS E FINAIS (TAs), ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ]

**Total de Aprovados:**44

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3054	POLYANA FERREIRA ALBINO	7.00	1
5388	VIVIANE DIAS PEREIRA	7.00	2
3541	BIANCA APARECIDA MARCOS RITA	6.90	3
1740	JOQUEBEDE TAIS CERCAL VIEIRA	6.60	4
4311	ELOAR PRISCILLA SILVA	6.60	5
4587	ELISANDRA AMARAL	6.40	6
5856	SIMONE DELA JUSTINA KLOCK	6.40	7
2950	CAMILLA REGINA DA CUNHA	6.40	8
1905	MARIA CRISTINA GARDA DE SOUZA	6.30	9
5362	CRISTIANE DE SOUZA XAVIER	6.20	10
3467	ALDA MARIA CUNHA DOS SANTOS	6.10	11
4841	LUCILENE SOARES ESPEZIM	6.00	12
4319	FLAVIA ALVES DA SILVA	5.90	13
4340	JESSICA VIEIRA MARTINS FERREIRA	5.90	14
2973	FRANCISCO FAGNE FREITAS MOTA	5.80	15
3267	MARISTELA PEREIRA PELAGIO	5.70	16
5332	ANA PAULA DE MATOS	5.70	17
5383	WAGNER GALANT SARAIVA	5.50	18
3091	BEATRIZ DOS PRASERES DA SILVA DE SOUZA	5.40	19
2490	TABATA DUARTE	5.40	20
2362	LUANA MARIA BONFIM DOS REIS RAUDZIUS	5.30	21
4539	ROCHELE LERNER	5.30	22
3082	LAYS DE OLIVEIRA ALVES	5.30	23
4905	LUANA DA CUNHA	5.20	24
2135	SHEILA CRISTINA RODRIGUES MARIANO COSTA	5.20	25
4272	TAYANA MARCELA DA SILVA	5.10	26
1323	GILSON GONZAGA DOS SANTOS	5.00	27
4056	GRAZIELA DO NASCIMENTO PETRY	5.00	28
1234	PATRICIA LUCIANA ALVES	4.80	29
4355	FERNANDA ROSA LADISLAU	4.80	30
182	PAOLA OLIVEIRA DA LUZ	4.80	31
798	AMANDA GONCALVES CAMPOS SILVEIRA	4.70	32
5284	EDUARDO FERNANDES	4.70	33

2708	MIRELLA SCOPEL	4.40	34
1746	JESSICA DA SILVA PIERRI	4.40	35
3405	THAIS FRANCIELY DA SILVA	4.40	36
3666	ALDENISE CELIA MIRANDA SAGAS	4.20	37
2108	PRISCILA HADDAD	4.20	38
2741	ROZIMERI DOS SANTOS	4.10	39
1681	NORBERTO CEZAR CORREA JUNIOR	4.10	40
4089	KELLY DOS SANTOS NASCIMENTO VIDAL DE SOUZA	4.00	41
4498	DAIANA CAROLINA DA SILVA	4.00	42
6119	SULAMITA DE SOUZA	3.90	43
171	ROSANAFRANCISCADACUNHA	3.60	44

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – ARTES APLICADAS ]

**Total de Aprovados:**17

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
733	ADRIANA KLAGENBERG CANELLO	7.42	1
2432	PATRICIA DE ASSUNCAO	7.27	2
2467	MARIA NAIR DE FARIAS STOPASSOLI	7.13	3
330	FABRICIA RIBEIRO SOARES MARQUES	7.13	4
1801	LUANA RAUPP	7.12	5
1967	ROSANA ALBA BARAO RODRIGUES	6.84	6
4988	LUCIA HELENA DUTRA	6.69	7
3378	ANGELA MARIA DA SILVA	6.69	8
3610	MARCIA EMILIA BOENG WIGGERS	6.69	9
1282	PRISCILA MARIA TRUPPEL DA SILVA	6.55	10
2575	OLENCA MARIA STRINGHINI	6.40	11
2217	MARLI BUCHE VIEIRA	6.25	12
1177	TERESINHA APARECIDA JOAO MADEIRA	5.82	13
5049	RENATA MANGRICH DO NASCIMENTO DA ROSA	5.39	14
1771	CINTHIA IRENE TELLES IZIDORO	5.09	15
2979	ANA PAULA SILVA DE FREITAS	5.09	16
2446	JANARA LUCIA OLIVEIRA TELLES NUNES	4.95	17

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – BORDADO À MÃO ]

**Total de Aprovados:**1

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
235	MARIA DAS GRACAS MARCONDES BOMBILIO	6.97	1

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – BORDADO À MÁQUINA ]

**Total de Aprovados:**4

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
2707	ANA PAULA ATAIDE DA SILVA	6.98	1
1886	ANA LUCIA FONTES RACHADEL	6.39	2
4047	MARA CRISTINA VIEIRA	5.38	3
848	ZENAIR DE OLIVEIRA ALVES	5.23	4

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – CORTE E CABELO ]

**Total de Aprovados:**11

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3502	EDI SILVA FOPPA	7.71	1
3386	CENIRA PEREIRA RAMOS DA SILVA	6.54	2
2123	TATIANA CRISTINA BERNARDO	5.96	3
4330	KARINA AMORIM	5.68	4
419	ISAURA DOS ANJOS	5.53	5

4933	CRISTIANO VITORINO JOAO	5.38	6
4957	LUCIANE APARECIDA LAURINDO	5.24	7
1531	GISELE APARECIDA FARIAS	5.24	8
2462	NAIR CARVALHO DE SOUZA	5.23	9
4422	VIVIANE DE FATIMA MESQUITA	5.10	10
2628	CRISTIANNE KELLHY FREITAS CORREIA	4.07	11

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – CORTE E COSTURA ]

**Total de Aprovados:**13

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3987	MARIA JOSE HOMEM	7.42	1
4233	SELMA ELI SILVA	6.98	2
5480	CARINA EMILIA KRAUS	6.55	3
1414	BIANCA OSCARINA ESPINDOLA	6.40	4
1574	MARIA ELIZABET SCHILLER BUNN	6.26	5
2939	LUCIMARA DA SILVA AMBROSIO	6.26	6
5290	ANDREIA ILEO	6.25	7
2760	MARIA APARECIDA DA SILVA	5.97	8
4663	DRIELI DE SOUZA	5.38	9
1615	MARLETE SILVEIRA DE SOUZA	5.23	10
1626	MARIA MADALENA CARDOSO	5.08	11
4215	LOURDES PIRES FERRAZZA	4.65	12
4617	VERONICA SILVEIRA NAU	3.64	13

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – CORTE E COSTURA ]

**Total de Aprovados:**1

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Não habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
712	LUCIA DOMINGOS GOULART	3.78	1

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – CORTE E COSTURA – LINGERIE ]

**Total de Aprovados:**4

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
2481	MICHELLY MORAES SCHIMITZ	7.48	1
666	MARIA APARECIDA ROSA FRANCA	6.25	2
2624	LUCIA GUIMANARAES FACHINI FERREIRA	6.10	3
594	NELI RUBICK ANDRADE	5.52	4

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – MANICURE ]

**Total de Aprovados:**6

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
5588	FABIANA SILVEIRA	5.97	1
6123	MARIANE DOS SANTOS BOTELHO	5.53	2
2498	PRISCILA CRISTINA DE ALMEIDA	5.38	3
3865	ELISANGELA ABREU SCHWINDEN	5.10	4
2574	JULIA DA COSTA PASSOS	4.66	5
405	KARLA DA SILVEIRA BORTULUCI	3.93	6

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – PATCHWORK ]

**Total de Aprovados:**6

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
4444	ROSANGELA SCHMITZ XAVIER	7.56	1
1941	EDNA CUGNIER PEDRO	7.13	2



2962	SANDRA WILDNER DE MEDEIROS	6.98	3
1760	MARILENE OURIQUES LAURINDO	6.97	4
5083	MICHELLE ARAUJO	6.26	5
4067	MARIZETE DRACHINSKI	5.97	6

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – PINTURA EM MADEIRA E GESSO ]

**Total de Aprovados:**9

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
2540	LUCIENE MATTOS RODRIGUES MIETZSCH	7.13	1
2792	ARLENY PIACENTE NAZARIO	6.98	2
3913	CLARICE FLEIGER FELIPE	6.98	3
3653	CARLA PEREIRA ELIAS	6.98	4
4420	GEORGEA FILETI STEDILE DE OLIVEIRA	6.84	5
4612	IARA MONTEIRO DA SILVA	6.39	6
3624	MARCIA HELENA DA SILVA PAULI	6.39	7
2767	VANILDE DE SOUZA JOVINO	6.26	8
4006	CLARICE CRISTIANE DA SILVA	5.53	9

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – PINTURA EM TECIDO ]

**Total de Aprovados:**8

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3070	JANAINA DE SOUSA LESSA	7.42	1
5897	ANA PAULA GODOI	7.27	2
3539	ELIZETE MARIA DA ROSA	7.12	3
99	RENATA SONIA SCHNEIDER CAMILO	6.83	4
138	ELAINE VASQUES MENDES	6.69	5
3998	ADRIANA DE JESUS FRAGA	6.54	6
3190	TANIA MORAES DE SOUSA	6.26	7
2004	ELIZABETE BAVARESCO BONGIOLO	6.25	8

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – PINTURA EM TELA ]

**Total de Aprovados:**3

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
1625	MARIA DE LOURDES LUZ BORGONOV	6.54	1
5014	VANDA RODRIGUES DA SILVA	6.40	2
3364	FABIANA CAMPOS DE SOUZA	5.67	3

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – PORCELANA FRIA ]

**Total de Aprovados:**1

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
3754	ANA BEATRIZ DA SILVA	5.09	1

**Cargo [ Área/Disciplina ]:**Professor [ ARTESANATO – TRICÔ E CROCHÊ ]

**Total de Aprovados:**6

**Edital:**004/2017/SME

**Formação:** Habilitado

INSC	NOME	NF	CLASS
2191	ROSANGELA BOAVENTURA LOCH	6.98	1
5341	AIDA JANET DE OLIVEIRA SILVEIRA	6.69	2
2680	MARGARIDA MARIA RODEN DE MATOS	6.40	3
2444	MARIA FERMINA GUIRALDELLI	6.11	4
1527	TERESINHA CONCEICAO LOBATO PEREIRA SILVEIRA	5.68	5
3507	LUCIANA DE BRITO DE ARAUJO	4.22	6

<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ CIÊNCIAS/BIOLOGIA ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
1160	RICHARD MOTTA COELHO	6.00	1
3839	JOELMO JOAQUIM ADAO	3.60	2
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ EDUCAÇÃO ESPECIAL (AEE) ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
3057	MYLENE MARAVIESKI	3.60	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ EDUCAÇÃO FÍSICA – ED. INFANTIL/ ENSINO FUNDAMENTAL E ATIVIDADES COMPLEMENTARES ESPORTIVAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
2133	ANTONIO BURIGO FILHO	3.90	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
4324	MARLI FILOMENA MARTINS SOUZA	6.20	1
1778	MARCELANE SANTOS PRADO	6.10	2
2383	MARISA ANTUNES DE SA PLOENCIO	5.50	3
612	CINARA CORDEIRO	4.40	4
1127	MAGDA LEMOS DA SILVA	4.30	5
2902	FRANCINE FERNANDA HECK DE NOVAES	4.20	6
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ HISTÓRIA ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
1988	PETER AUGUSTO DESSBESELL	5.30	1
3218	ENIO ANTONIO BALESTRA	5.10	2
801	JEFERSON FERNANDO LOPES HENKEL	4.60	3
4369	LOURIVAL SANTANA DE OLIVEIRA	3.20	4
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
5451	JOAO PAULO CASAGRANDE MERLO	5.60	1
5153	LUCIANO AMORIM	5.20	2
1918	THIAGO AMARAL VITORINO	5.00	3
5303	ABDEL AZZIZ MOUSSA HASSAN DAOUD	4.00	4
3188	RUI ALESSANDRO ZUZA PEREIRA	4.00	5
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Não habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>

3569	EMANUELLE SCHMITT	6.20	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ MATEMÁTICA ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
3517	ALEXANDRE VIEIRA CORREIA	4.20	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ PORTUGUÊS ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
5216	CRISTIANE DE FATIMA GUEDERT	5.10	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Auxiliar de Ensino [ EDUCAÇÃO ESPECIAL (ED. INFANTIL e ENSINO FUNDAMENTAL) ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
415	DOUGLAS FIDENCIO	5.10	1
2120	RAQUEL CORREA CARMINATTI	3.40	2
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Auxiliar de Ensino [ INTÉRPRETE EDUCACIONAL ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
2368	ANGELA TEREZINHA DE FARIAS VIRGILIO	6.40	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Auxiliar de Ensino [ EDUCAÇÃO INFANTIL ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
1023	KAMILA SILVA PEREIRA	3.80	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Auxiliar de Ensino [ REVISOR DE BRAILLE ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
83	JOSUE LEANDRO DA ROSA COELHO	5.50	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Auxiliar de Sala [ EDUCAÇÃO INFANTIL ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
3768	CLAUDIA LUZIA PORTO MENDES	6.80	1
3497	ZILMA TEREZINHA BALDI DE OLIVEIRA	6.60	2
4344	KATIA APARECIDA DE SOUZA	6.30	3
706	ROSIMERI MARTINS RITZEL	6.20	4
2247	ELIETE APARECIDA DOS SANTOS LOPES	5.90	5
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Auxiliar de Sala [ EDUCAÇÃO INFANTIL ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Não habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
1443	PAMELA PAOLA POSSO	3.80	1

<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ ANOS INICIAIS, PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA (PLE), TEMPOS DE APRENDIZAGENS ANOS INICIAIS E FINAIS (TAs), ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
5998	PATRICIA FERREIRA BARRETO	5.30	1
<b>Cargo [ Área/Disciplina ]:</b> Professor [ ANOS INICIAIS, PRÁTICA DE LEITURA E ESCRITA (PLE), TEMPOS DE APRENDIZAGENS ANOS INICIAIS E FINAIS (TAs), ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL E ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ]			
<b>Vagas Reservadas – Portadores de Deficiência</b>			
<b>Edital:</b> 004/2017/SME			
<b>Formação:</b> Não habilitado			
<b>INSC</b>	<b>NOME</b>	<b>NF</b>	<b>CLASS</b>
2490	TABATA DUARTE	5.40	1

---

**CÂMARA MUNICIPAL**

---

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº: 11/2017**

Publicação Nº 1455243

ESTADO DE SANTA CATARINA  
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ  
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

**AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 11/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 152/2017

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS DE FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR, PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO FORNECIMENTO DE PEÇAS, PARA OS VEÍCULOS PERTENCENTES À FROTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS (ANEXO I) E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II).

A Câmara Municipal de São José comunica aos interessados da ABERTURA do presente Pregão com data período do recebimento dos envelopes de habilitação e proposta até o dia 08/01/2018 às 14h:00min. O credenciamento dos representantes das empresas licitantes acontecerá até às 14h:30min do dia 08/01/2018. O início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 08/01/2018, após o encerramento do credenciamento.

Não havendo representantes para serem credenciados, o início da sessão pública dar-se-á a partir das 14h:00min do dia 08/01/2018.

A íntegra do Edital estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/editais>

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, ou através dos telefones: (48) 3029-1315, (48) 3029-1327 e (48) 3029-1355.

São José/SC, 12 de dezembro de 2017.  
ADRIANA ISOLETE DE SOUZA  
Diretora de Administração

# São José do Cedro

## PREFEITURA

### EXTRATO INEXIGIBILIDADE 33-2017

Publicação Nº 1454270

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 33/2017  
PROCESSO Nº 33/2017 HOMOLOGAÇÃO: 12/12/2017  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO CEDRO  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PASSAGENS PARA PACIENTES ENCAMINHADOS A TRATAMENTO DE SAÚDE NÃO REALIZADOS NO MUNICÍPIO.

CONTRATADO: REUNIDAS TURISMO S.A.  
VALOR DA DESPESA: R\$ 88.892,80 (oitenta e oito mil oitocentos e noventa e dois reais e oitenta centavos)  
FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações.

São José do Cedro, 12/12/2017  
FERNANDO JULIO WILL - Gestor Do Fms

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.163/2017

Publicação Nº 1454011

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº163/2017  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº163/2017, Edital de Pregão Nº163/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO que tem como objetivo, a REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E PRODUTOS DE LIMPEZA PARA USO E MANUTENÇÃO DOS TRABALHOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO E CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS). Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 26/12/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.164/2017

Publicação Nº 1455381

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº164/2017  
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº164/2017, Edital de Pregão Nº164/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇO DE ORGANIZAÇÃO, ARBITRAGEM, COORDENAÇÃO E JULGAMENTO DESPORTIVO E DISCIPLINAR DE TODAS AS COMPETIÇÕES OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC, PARA O ANO DE 2018. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 28/12/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

### EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.32/2017

Publicação Nº 1454151

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº32/2017 – Registro de preço

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 32/2017,

Edital de Pregão Nº 32/2017, REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS PACIENTES DO SISTEMA SUS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO PARA 2018. Recebimento, abertura e julgamento às 08:00 horas do dia 27/12/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

## **EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.34/2017**

Publicação Nº 1454354

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº34/2017 – Registro de preço

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 34/2017, Edital de Pregão Nº 34/2017, REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA FAZER LIMPEZA GERAL E HIGIENIZAÇÃO INTERNA COMPLETA POR MEIO DE PULVERIZAÇÃO DOS VEÍCULOS UTILIZADOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 27/12/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, [www.prefcedro.sc.gov.br](http://www.prefcedro.sc.gov.br), pelo e-mail [compras@prefcedro.sc.gov.br](mailto:compras@prefcedro.sc.gov.br), telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

## **PORTARIA Nº 671/2017**

Publicação Nº 1453492

PORTARIA Nº 671/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias à Servidora Pública Municipal Elisandra Simone Santin Canton, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Obras, Grupo ATM, Nível 03, Matrícula 2714, referente ao período aquisitivo de 01/06/2016 a 31/05/2017, para serem gozadas no período de 13 a 22 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 13 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 11 de dezembro de 2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração/Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 672/2017**

Publicação Nº 1453493

PORTARIA Nº 672/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias ao Servidor Público Municipal Luiz Fernando Krummenauer, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, Grupo TSG, Nível 09, Matrícula 3213, referente ao período aquisitivo de 03/06/2016 a 02/06/2017, para serem gozadas no período de 14 a 28 de dezembro de 2017.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 14 de dezembro de 2017.



Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 11 de dezembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

PEDRINHO CASARIN,  
Secretário Municipal de Agricultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 673/2017**

Publicação Nº 1453494

PORTARIA Nº 673/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e, de acordo com o inciso IX, do Art. 69º, da Lei Orgânica Municipal e, de acordo com o Art. 67º, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 07 (sete) dias de GOZO de férias à Servidora Pública Municipal Neusa Ducatti Kuhn, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Grupo SAU, Nível 05, Matrícula 1967, no período de 18 a 24 de dezembro de 2017, interrompidas pelo Decreto nº 6.061, de 12 de julho de 2017, restando 03 (três) dias para serem gozados posteriormente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 11 de dezembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,  
Secretário Municipal de Administração/Fazenda.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 674/2017**

Publicação Nº 1453495

PORTARIA Nº 674/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Público Municipal Fabiano Rodrigo Mayer Schmidt, ocupante do cargo efetivo de Motorista, Grupo TSG, Nível 08, Matrícula 2672, referente ao período aquisitivo de 01/03/2016 a 28/02/2017, para serem gozadas no período de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 12 de dezembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

## **PORTARIA Nº 675/2017**

Publicação Nº 1453496

PORTARIA Nº 675/2017.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso IX, do Artigo 69, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Artigo 67, da Lei Municipal nº 2.020/93, de 28 de abril de 1993;

### **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias à Servidora Pública Municipal Sueli Carmela Rockenbach, ocupante do cargo comissionado de Diretor de Secretaria, Grupo DAC, Nível 12, Matrícula 3022, referente ao período aquisitivo de 05/05/2015 a 04/05/2016, para serem gozadas no período de 18 de dezembro de 2017 a 16 de janeiro de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 18 de dezembro de 2017.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José do Cedro,  
em 12 de dezembro de 2017.  
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,  
Prefeito.

FERNANDO JÚLIO WILL,  
Secretário Municipal de Saúde.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,  
Departamento de Pessoal.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2017 - SRP - PR Nº 148/2017

Publicação Nº 1454529

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/12/2017, às 07h30min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 199/2017. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 148/2017. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASTAS PARA ACONDICIONAR OS BLOCOS DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de dezembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2017 - PR Nº 149/2017

Publicação Nº 1454533

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 26/12/2017, às 10h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 200/2017. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 149/2017. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET PARA AS ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS DO DISTRITO DE SÃO ROQUE, BEM COMO PARA OS PROFESSORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO RESIDENTES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO E NÃO ABRANGIDOS PELO PROGRAMA CIDADE DIGITAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site [www.saolourenco.sc.gov.br](http://www.saolourenco.sc.gov.br).

São Lourenço do Oeste – SC, 12 de dezembro de 2017.  
RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

### DECRETO Nº 5.808, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1453509

DECRETO Nº 5.808, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 004/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 004/2017; e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 004/2017;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 004/2017;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo Público de Títulos, aberto pelo Edital nº 004/2017, de 06 de novembro de 2017, para admissão de Enfermeiro e Fisioterapeuta, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, em caráter temporário e excepcional, para atuação na Secretaria Municipal de Saúde, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A partir desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público preencherá as vagas conforme necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 5.808, de 12 de dezembro de 2017)

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017

APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 004/2017:

CARGO: FISIOTERAPEUTA			
ORDEM DE CLASSIF.	Nº INSCR.	CANDIDATO	Nº DE PONTOS
1º	02	Jaqueline Cittadim Bamberg	64 pontos
2º	09	Andreia Martins Ribeiro	42 pontos
3º	01	Daiane de Fátima Marques	37 pontos
4º	11	Clair Fiorini	36 pontos
5º	25	Keli Cristina Bernardi	35 pontos
6º	12	Leda Carla Segalin	22 pontos
7º	22	Sonia Maria Nezzi	21 pontos
8º	06	Luciane Catani	12 pontos
9º	07	Daiane da Silva Kleimpaul	12 pontos
10º	10	Daiane Steffens	10 pontos
11º	08	Livia Eveline Martinello	07 pontos
12º	03	Luciana Aline Spaniol	06 pontos

CARGO: ENFERMEIRO			
ORDEM DE CLASSIF.	Nº INSCR.	CANDIDATO	Nº DE PONTOS
1º	20	Aparecido Gois	150 pontos
2º	18	Edilaura Gaspar da Silva	100 pontos
3º	16	Fernanda Melere	50 pontos
4º	05	Lais Terezinha Teixeira	47 pontos
5º	19	Marcia Andreia Antonioli de Anhaia	44 pontos
6º	04	Kemoly Aparecida Schuster	30 pontos
7º	23	Debora Rossari	29 pontos
8º	17	Andressa Regina Verlang Milan	22 pontos
9º	14	Jaqueline Glovacki	18 pontos
10º	15	Carla Cristina Destri	10 pontos
11º	21	Wanessa Kohaut Girardi	08 pontos
12º	13	Sergio Ricardo Severo Posser	05 pontos

São Lourenço do Oeste - SC, 12 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

## EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2017 - FMS

Publicação Nº 1454086

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2017 - FMS

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 034/2017 – Pregão Presencial Nº 031/2017.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA USO DO CEO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO/MATERIAL PERMANENTE Nº 11359.214000/1160-01, FNS/MS - GOVERNO FEDERAL.

FORNECEDOR: DENTAL OESTE LTDA ME - CNPJ: 05.412.147/0001-02.

VALOR: R\$ 22.150,00 (vinte e dois mil, cento e cinquenta reais).  
TOTAL: R\$ 22.150,00 (vinte e dois mil, cento e cinquenta reais).  
DATA DE ASSINATURA: 06/12/2017.  
VIGÊNCIA: 06/12/2017 à 31/12/2017.  
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2017

Publicação Nº 1454087

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 172/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 172/2017 – Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia Nº 015/2017.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DA OBRA DE REESTRUTURAÇÃO DA PRAÇA DA BANDEIRA 2ª ETAPA, PERTENCENTE AO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CONFORME PROJETOS ANEXOS.  
FORNECEDOR: QUARK ENGENHARIA EIRELI - CNPJ: 12.496.490/0001-48.  
VALOR: R\$ 124.975,99 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos).  
TOTAL: R\$ 124.975,99 (cento e vinte e quatro mil, novecentos e setenta e cinco reais e noventa e nove centavos).  
DATA DE ASSINATURA: 06/12/2017.  
VIGÊNCIA: 06/12/2017 à 31/12/2017.  
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2017

Publicação Nº 1454094

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 176/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 176/2017 – Pregão Presencial Nº 133/2017.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, PARA OS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO.  
FORNECEDOR: NUTRICARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA - CNPJ: 09.051.290/0001-77.  
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO (a ser aplicada aos estabelecimentos credenciados): percentual de 1,90%.  
DATA DE ASSINATURA: 08/12/2017.  
VIGÊNCIA: 08/12/2017 à 31/12/2017.  
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/2017

Publicação Nº 1454088

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 183/2017 – Pregão Presencial Nº 137/2017.  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GRAMA ESMERALDA (ZOYSIA JAPONICA) EM LEIVA, COM PLANTIO E PREPARAÇÃO DE SOLO COM COMPOSTO ORGÂNICO, NOS LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.  
FORNECEDOR: VALDAIR RANZAN ME - CNPJ: 13.197.182/0001-84.  
VALOR: R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais).  
TOTAL: R\$ 85.500,00 (oitenta e cinco mil e quinhentos reais).  
DATA DE ASSINATURA: 00/00/2017.  
VIGÊNCIA: 00/00/2017 à 31/12/2017.  
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

### EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2017

Publicação Nº 1454090

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/2017

ORIGEM: Processo Licitatório Nº 187/2017 – Pregão Presencial Nº 140/2017.  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CONSUMO DA 2ª COMPANHIA DO 14º BATALHÃO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.  
FORNECEDOR: COMERCIAL ALVORADA LTDA ME - CNPJ: 82.831.025/0001-00.  
VALOR: R\$ 10.350,00 (dez mil, trezentos e cinquenta reais).  
FORNECEDOR: LS MERCADO LTDA ME - CNPJ: 07.841.640/0001-73.

VALOR: R\$ 14.210,00 (quatorze mil, duzentos e dez reais).  
FORNECEDOR: NOAL & TREVISOL LTDA – ME - CNPJ: 05.528.521/0001-30.  
VALOR: R\$ 8.440,00 (oito mil, quatrocentos e quarenta reais).  
FORNECEDOR: FABIANE MIKOLAJCZYK EPP - CNPJ: 03.966.514/0001-94.  
VALOR: R\$ 3.884,00 (três mil, oitocentos e oitenta e quatro reais).  
TOTAL: R\$ 36.884,00 (trinta e seis mil, oitocentos e oitenta e quatro reais).  
DATA DE ASSINATURA: 04/12/2017.  
VIGÊNCIA: 04/12/2017 à 31/12/2017.  
INFORMAÇÕES: licitacoes@saolourenco.sc.gov.br ou (49) 3344-8588.

## EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/2017

Publicação Nº 1454093

EXTRATO DA ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 190/2017  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE–SC, através do Sr. Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo Licitatório Nº 190/2017 – Pregão Presencial Nº 143/2017, com Objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA, ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO (ETE) E CAIXAS DE GORDURA NOS LOCAIS PÚBLICOS INDICADOS PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, com data de abertura designada para 07/12/2017, às 14h00min, restou DESERTO por não haver nenhum interessado para o certame.

São Lourenço do Oeste – SC, 07 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
PREFEITO MUNICIPAL

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 262/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1454773

EXTRATO DO CONTRATO Nº 262/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 175/2017, Modalidade Pregão Presencial nº 132/2017.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: P.A. Sonorizações e Estofaria Ltda. ME, CNPJ nº 10.621.526/0001-42.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE: SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, ESTRUTURA E EQUIPAMENTOS, SEGURANÇA, TRIO ELÉTRICO, CAMINHÃO PALCO, DECORAÇÃO DA CASINHA DO PAPAÍ NOEL E DE FIGURANTE DE PAPAÍ NOEL, DESTINADOS A REALIZAÇÃO DO NATAL 2017 ORGANIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC.

Valor: R\$ 4.169,00 (quatro mil e cento e sessenta e nove reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados em até dois dias úteis após a prestação do serviço contratado por meio de depósito bancário em conta de titularidade da Contratada, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato serão custeadas através de recursos próprios do município por conta do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 015/2017 - 06.01.04.122.4503.2.006.3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

Data de Assinatura: 12/12/2017.

Vigência: de 12/12/2017 a 31/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Evandro Carlos Ranzan - pela Contratada.



**PORTARIA Nº 1.299, 04 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454048

PORTARIA Nº 1.299, 04 DE DEZEMBRO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal NADIA GAVA BOLZAN ocupante do cargo efetivo de ANALISTA ADMINISTRATIVO, matrícula nº 3113/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 11 a 25 de janeiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2015/2016, e no período de 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 2018, referente ao período aquisitivo 2016/2017.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 04 de dezembro de 2017.

RAFAEL CALEFFI  
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2017.

# São Miguel da Boa Vista

## PREFEITURA

### MINUTA DE EDITAL 74/2017.

Publicação N° 1454273

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 74/2017.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – REGISTRO DE PREÇO

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo “MENOR PREÇO”, por item, na modalidade Pregão Presencial, para aquisição de combustível, e estará recebendo envelopes da documentação e proposta até às 8:00 horas do dia 27/12/2017. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de compras e Licitações, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 7:30 às 11:30 e das 13:00 as 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei n. ° 10.520/02 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e atualizações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 11 de dezembro de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

# São Miguel do Oeste

## PREFEITURA

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 77/2017

Publicação Nº 1454351

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 77/2017 – PR 181/2017 ☐ PROCESSO LICITATÓRIO 270/2017 – OBJETO: Aquisição de combustíveis e arla destinados para o abastecimento da Frota do Município de São Miguel do Oeste ☐ SC, para o exercício de 2018, de acordo com o anexo I do edital.

Fornecedores:

STANG &amp; STANG LTDA , com os itens de 01 a 05.

Total da Licitação: R\$ 1.653.537,00.

ASSINATURA: 12/12/2017.

VIGÊNCIA: 2018

### ATA DE REGISTRO DE PREÇO 78/2017

Publicação Nº 1454670

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 78/2017 – PR 179/2017 ☐ PROCESSO LICITATÓRIO 268/2017 – OBJETO: Registro de Preços para futuro e eventual aquisição de recarga de gás GLP e aquisição de água mineral para atender as necessidades da Administração Municipal de São Miguel do Oeste ☐ SC, de acordo com o anexo I do edital.

Fornecedores:

MAULE COMERCIO DE GAS EIRELI com os itens 02 e 03 – Valor Total R\$ 70.100,00.

NILOSUL IND. E COM. LTDA – EPP com o item 01 – Valor Total R\$ 75.931,50.

ROBERTO LUIZ MALDANER 73666254934 com o item 04 – Valor Total R\$ 1.384,50.

Total da Licitação: R\$ 147.416,00

ASSINATURA: 12/12/2017.

VIGÊNCIA: 2018

# São Pedro de Alcântara

## PREFEITURA

### ATA 83.2017

Publicação Nº 1454400

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –  
Fone: 48-32770122 –  
www.pmspa.sc.gov.br –

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº 83/2017  
PREGÃO PRESENCIAL nº 43/2017  
ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS n.º 83/2017			
Início: 23/10/2017		Validade/Término: 22/10/2018	
Processo Licitatório – PREGÃO PRESENCIAL n.º 43/2017		Ref.	Valor Global R\$
01	A presente licitação tem como objeto Contratação de empresa de engenharia para execução de serviços contínuos de manutenção, melhoria, eficientização e ampliação do Sistema de Iluminação Pública do Município de São Pedro de Alcântara/SC, cadastro e identificação de unidades, teleatendimento de solicitações de manutenção com software de gerenciamento, destinação final ambientalmente sustentável dos materiais retirados da iluminação pública, composto de 784 (setecentos e oitenta e quatro) pontos de iluminação, incluindo o fornecimento de materiais, conforme especificações constantes no anexo a esta Ata de Registro de Preços.	01	355.000,00
Preço Total		R\$ 355.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco mil reais)	
Razão Social		ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA	
CNPJ		09.008.659/0001-69	Fone/Fax: 48 3211-7070
Endereço		Rua Aberlado Manoel Peixer, 70 Barreiros – São José SC CEP: 88110-055	e-mail: engenharia@energiluz.com.br

#### 1- OBJETO E PREÇOS:

- 1.1- Constitui o objeto da presente ata, o registro de preços do item dela constante, nos termos do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e do Decreto Municipal n.º 218/2007.
- 1.2- Os preços registrados têm caráter orientativo (preço máximo) e se referem aos itens da tabela que consta em anexo a esta Ata de Registro de Preços:

#### 2- RECEBIMENTO:

- 2.1- A forma de recebimento do objeto, após cumprimento do estabelecido no Edital n.º 43.2017, será estabelecida quando da contratação.

#### 3- CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- 3.1- O prazo para a retirada da autorização de fornecimento (AF) será de até 02 (dois) dias, bem como do comunicado específico encaminhado à detentora.
- 3.2- Para a retirada de cada autorização de fornecimento ou contrato perante a unidade requisitante, a detentora da ata deverá apresentar a seguinte documentação:
- 3.2.1- Certificado de regularidade de situação para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 3.2.2- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 3.2.3- Certidão negativa de débitos municipais relativos à sede.
- 3.3- Fica dispensa a apresentação dos documentos acima requeridos se aqueles já apresentados na habilitação do processo de licitação n.º 43/2017 ainda estiverem dentro da validade.

#### 4- PRAZOS E LOCAIS DE ENTREGA:

- 4.1- O prazo de entrega/prestação dos serviços será de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da autorização de fornecimento e/ou nota de empenho, ou da assinatura do contrato.
- 4.1.1- Esse prazo poderá ser menor ou maior, conforme acordo entre a detentora e a Prefeitura de São Pedro de Alcântara, ante as peculiaridades dos serviços a serem realizados.
- 4.2- O objeto da ata será recebido pela Secretaria da Administração do Município de São Pedro de Alcântara, através de preposto que a represente, provisoriamente, consoante o disposto no artigo 73, inciso II, da Lei n.º 8666/1993.
- 4.2.1- Os endereços de entrega do objeto desta ata serão informados na autorização de fornecimento.
- 4.3- A entrega dos serviços na unidade requisitante será acompanhada da nota fiscal ou nota fiscal-fatura, bem como da cópia reprográfica da autorização de fornecimento.

4.4- Se a qualidade dos produtos ou a prestação do serviço não corresponder às especificações do objeto da ata, aqueles serão devolvidos ou notificados a contratada, aplicando-se as penalidades cabíveis.

4.5- Se, durante o prazo de validade da ata, os produtos apresentarem quaisquer alterações que impeçam ou prejudiquem sua utilização, a detentora deverá providenciar a substituição, por sua conta e risco, no prazo estabelecido pelo Município de São Pedro de Alcântara.

#### 5- PENALIDADES:

5.1- Pelo descumprimento do ajuste, a detentora sujeitar-se-á às penalidades adiante especificadas, que serão aplicadas pela Secretaria Municipal de Administração, na condição de órgão gestor da ata, e só serão dispensadas nas hipóteses de comprovação, pela detentora, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento contratual ou de manifestação da unidade requisitante informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis à Administração.

5.1.1- Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, por dia de atraso na entrega do objeto, até o 10.º dia após o recebimento da autorização de fornecimento ou ordem de fornecimento, período após o qual configura-se a inexecução parcial da obrigação.

5.1.2- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inexecutada por inexecução parcial da obrigação, que se configura nos seguintes casos:

a) atraso na entrega do objeto superior a 10 (dez) e não superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

b) entrega meramente parcial do objeto ou das quantidades exigidas nesta ata, até o 30.º dia, contado do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.3- Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento por inexecução total da obrigação, que se configura pelo descumprimento da obrigação por prazo superior a 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota de empenho ou autorização de fornecimento.

5.1.4- Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da autorização de fornecimento, sem prejuízo de, a critério da Administração, aplicação de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de São Pedro de Alcântara, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, quando a detentora, injustificadamente, deixar de retirar, no prazo estabelecido, a autorização de fornecimento.

5.1.4.1- Aplicar-se-ão as mesmas penas previstas neste subitem, se o impedimento à retirada da autorização de fornecimento decorrer da não apresentação da CND, do certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e/ou das certidões negativas municipais.

5.1.5- Caso constatem-se problemas técnicos relacionados aos objetos entregues, a detentora deverá substituí-los ou consertá-los, no prazo determinado pela Administração. Não ocorrendo a substituição dentro do prazo, será aplicada multa de 1,0% (um por cento) ao dia, sobre o valor da autorização de fornecimento, até a data do efetivo cumprimento da obrigação.

5.1.6- Multa de 10% (dez por cento) por descumprimento de quaisquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previsto nos subitens acima, que incidirá sobre o valor da autorização de fornecimento.

5.1.7- É cabível, ainda, a aplicação das demais sanções estabelecidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/1993, com suas posteriores alterações.

5.2- A aplicação de uma penalidade não exclui a aplicação das outras, quando cabíveis.

#### 6- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

6.1- O pagamento será efetivado em até 10 (dez) dias depois da entrega do objeto contratado, e será efetivado mediante apresentação da nota fiscal/fatura, que deverá ser emitida em nome do Município de São Pedro de Alcântara, devendo constar o CNPJ, o número da licitação, o número da ata de registro de preços e da autorização de fornecimento e/ou contrato.

6.2- Caso venha ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da detentora, a fluência do prazo será interrompida, reiniciando-se a sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

#### 7- READEQUAÇÃO DE PREÇOS:

7.1- Durante o período de vigência da ata, os preços não serão reajustada automaticamente, ressalvada, entretanto, a possibilidade de readequação dos preços vigentes nos termos do Decreto Municipal n.º 218/2007, ou em face da superveniência de normas federais ou municipais aplicáveis à espécie, considerada, para base inicial de análise, a demonstração da composição de custos da data, anexa a esta ata.

7.2- O diferencial de preço entre a proposta inicial da detentora e a pesquisa de mercado efetuada pelo Município de São Pedro de Alcântara à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos concedidos pela detentora, serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da vigência da ata.

7.2.1- Durante a vigência da ata, os preços registrados não poderão ficar acima dos praticados no mercado. Por conseguinte, independentemente de provocação da Secretaria Municipal de Administração, no caso de redução, ainda que temporária, dos preços de mercado, a detentora obriga-se a comunicar à referida secretaria o novo preço que substituirá o então registrado.

7.2.1.1- Caso a detentora venha a se locupletar com a redução efetiva de preços de mercado não repassados à Administração, ficará obrigada à restituição do que houver recebido indevidamente.

#### 8- AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DE NOTA DE EMPENHO OU AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO:

8.1- As aquisições decorrentes desta ata serão autorizadas, caso a caso, pela Secretaria Municipal de Administração ou por quem aquele delegar competência para fazê-lo, sempre sob a supervisão do Secretário Municipal.

8.2- As aquisições decorrentes desta ata serão formalizadas através da emissão da autorização de fornecimento pela unidade requisitante, ou através de contrato, no caso da unidade precisar de regulamentação não prevista neste instrumento, desde que as normas contratuais não colidam com as cláusulas desta ata.

8.3- A emissão da autorização de fornecimento, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, bem como a celebração de contratos, serão, igualmente, autorizados pela Secretaria Municipal de Administração.

#### 9- DISPOSIÇÕES GERAIS:

9.1- O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante recebimento da autorização de fornecimento ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registros de Preços.

9.2- Os pedidos deverão ser efetuados através de ofício ou memorando, protocolizados ou enviados através de "fac-símile", deles constando:

1) quantidade; 2) valor unitário; 3) local para entrega; 4) carimbo e assinatura do responsável da unidade requisitante; e 5) data, hora e identificação de quem os recebeu.

9.2.1- Deverão ser juntadas cópias aos processos de liquidação e de requisição.

9.3- Os preços registrados, nos termos do § 4.º, do artigo 15, da Lei n.º 8.666/1993 e alterações posteriores, têm caráter orientativo (preço máximo) e não obrigam a Administração a contratar com a detentora da ata.

9.4- A detentora fica obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante o prazo de vigência da ata, ainda que o fornecimento decorrente tenha que ser efetuado após o término de sua vigência.

9.5- O preço a ser pago pelo Município de São Pedro de Alcântara é o vigente na data em que o pedido for entregue à detentora da ata, independentemente da data de entrega do produto na unidade requisitante, ou de autorização de readequação pela Administração nesse intervalo de tempo.

9.6- Na hipótese de a detentora da ata se negar a receber o pedido, este deverá ser enviado pelo correio com registro de recebimento, considerando-se como efetivamente recebido na data do registro, para todos os efeitos legais.

9.7- As especificações do objeto não expressamente declaradas nesta ata deverão obedecer às normas técnicas pertinentes.

9.8- A detentora da ata deverá comunicar a Secretaria Municipal de Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização.

9.9- Fica eleito o foro da Comarca de São José/SC, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes desta ata.

São Pedro de Alcântara/SC, 23 de outubro de 2017

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

ERNEI JOSÉ STAHELIN

PREFEITO MUNICIPAL

ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA

09.008.659/0001-69

## **DECRETO N.º 161/2017**

Publicação Nº 1454071

DECRETO n.º 161/2017

DISPÕE SOBRE O RECESSO DE FINAL DE ANO NA PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Complementar 94/2013.

Considerando os feriados nacionais dos dias 25 de dezembro de 2017 (Natal) e 1º de janeiro de 2018 (Confraternização Universal);

Considerando a necessidade de cumprimento às normas contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal;

Considerando que o recesso mencionado proporciona redução do custeio da Administração Pública Municipal a necessidade de contenção de despesas em todos os órgãos da Administração, tendo em vista a queda na arrecadação de receitas, principalmente no FPM;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o RECESSO DE FINAL DE ANO na Prefeitura de São Pedro de Alcântara, no período de 26/12/2017 a 02/01/2018.

Parágrafo Único: O período do recesso não será descontado do servidor.

Art. 2º - As atividades referentes aos serviços públicos essenciais não serão paralisadas, sendo organizadas e executadas em conformidade com as atribuições e competências de cada Secretaria Municipal, sendo possível o sistema de rodízio.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal



**LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS PROCESSO SELETIVO 001.2017**

Publicação Nº 1454081

	ESTADO DE SANTA CATARINA	
	MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	
	Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – São Pedro de Alcântara	
	88125-000 – Fone: 48-32770122 Ramal 223	
	administracao@pmspa.sc.gov.br	
	LISTA DE CANDIDATOS INSCRITOS	

O Prefeito de São Pedro de Alcântara torna público a lista dos candidatos inscritos, conforme estabelecido no Edital de Processo Seletivo nº 001/2017. As provas escritas serão realizadas às 09:00 horas do dia 17/12/2017, nas dependências da Escola Básica Dr. Adalberto Tolentino de Carvalho, Bairro Santa Teresa - São Pedro de Alcântara.

01 - TRABALHADOR BRAÇAL - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
7	ANTONIO CARLOS ELIAS	DEFERIDO
8	VILMAR FORSTER	DEFERIDO
10	INACIO SCHMITT	DEFERIDO
15	JAISON SOARES DA SILVA	DEFERIDO
16	MATEUS SOARES DA SILVA	DEFERIDO
17	UESLEI BRAZ BICA	DEFERIDO
27	ALDO ERHARDT	DEFERIDO
75	RODRIGO SCHEIDT DE CASTILHO	DEFERIDO
95	DANIEL COSTA DOS SANTOS	DEFERIDO
135	RUAN STAHELIN	DEFERIDO
158	NILO NASCIMENTO	DEFERIDO

## 02 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
9	FRANCIELI VENTURA MARTINS	DEFERIDO
13	ELLEN CRISTERINA POLIDORIO	DEFERIDO
30	ANA CRISTINA DA SILVA DE BORBA	DEFERIDO
49	DEBORA HAMES	DEFERIDO
58	LUCINEIA VIEIRA	DEFERIDO
59	ELIZANDRA SCHAFER	DEFERIDO
62	DAIANA CARDOSO	DEFERIDO
105	NATALIA LIMA DA SILVA	DEFERIDO
108	GRASIELA JUNKES	DEFERIDO
116	SCHERONN KAROLAENN DOS SANTOS	DEFERIDO
125	SCHAIANE SUZANA GONÇALVES	DEFERIDO
134	RODRIGO ROSA DOS SANTOS	DEFERIDO
153	GISLANE DESCHAMPS	DEFERIDO
159	CLARICE BERNARDO MATHIAS JUNKES	DEFERIDO
191	CRYSSEVERTON OLIVEIRA MEDEIROS	DEFERIDO
18	BERNADETE ZENAIDE FERREIRA BERNARDO	DEFERIDO

03 - MOTORISTA II - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
1	DJENIER DA SILVA RODRIGUES	DEFERIDO
6	RAFAEL MEDEIROS	DEFERIDO
11	JOÃO PAULO DOS SANTOS	DEFERIDO
106	DOUGLAS EUFRÁSIO	DEFERIDO
82	WANDERSON SARAIVA NOGUEIRA	DEFERIDO
04 - MOTORISTA II - TRANSPORTE ESCOLAR - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
69	JOSE LINO NAU	DEFERIDO
117	GILSON DA SILVA	DEFERIDO
122	JULIANO DA CUNHA	DEFERIDO
163	LEANDRO DA COSTA	DEFERIDO
05 - OPERADOR DE MAQUINA II - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
20	JAISON JUNCKES	DEFERIDO
53	MILTON MIDIO EHARDT	DEFERIDO
06 - OFICIAL DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
193	MARCIO SOLIMAN DA SILVA	DEFERIDO
194	LUIZ CARLOS MENDES DA SILVA	DEFERIDO
07 - AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - ESF - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
12	LUCAS JOSÉ DE BORBA	DEFERIDO
37	JULIANA SILVA	DEFERIDO
60	SUELEN MACHADO SILVEIRA	DEFERIDO
74	EVELLYN NASCIMENTO DA SILVA	DEFERIDO
89	DENISE EMERENCIANO	DEFERIDO
165	TAMIRES PEREIRA DOS ANJOS	DEFERIDO
08 - AUXILIAR DE ENFERMAGEM - ESF - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
70	FABIANA ROSA	DEFERIDO
174	JOÃO BATISTA PROCÓPIO	DEFERIDO
09 - TECNICO EM ENFERMAGEM - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
64	MANOELLA KETLIN DA SILVA	DEFERIDO

104	ROSIADE DE JESUS	DEFERIDO
127	LUANA DA CONCEIÇÃO PARADEDA	DEFERIDO
129	DAIANA MACHADO	DEFERIDO
143	CLAUDIANE SOARES RISSI DO NASCIMENTO	DEFERIDO
190	SERGIO ESTEVO	DEFERIDO

## 10 - ENFERMEIRO - ESF - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
22	JULIANA TEREZINHA JUNCKES	DEFERIDO
34	JÉSSICA SOARES CORRÊA	DEFERIDO
45	GABRIELA SCHUCK KERN	DEFERIDO
46	SABRINA DE SOUZA COSTEA	DEFERIDO
47	AMANDA AZEVEDO PERES	DEFERIDO
68	JÉSSICA RODOLFO CAMPOS	DEFERIDO
71	AMANDA DA SILVA	DEFERIDO
78	MICHELE DA SILVA MUNIZ	DEFERIDO
107	LEHEN MARIE MORENO JOB	DEFERIDO
147	TATIANE DA SILVA HUERGO	DEFERIDO
154	SUNAMITA HAMMES BRUNO	DEFERIDO
162	MICHELE CRISTINE CLASEN	DEFERIDO
172	FRANCIELLY MAYARA DA SILVA	DEFERIDO
179	GEANI SOUZA	DEFERIDO

## 11 - MEDICO CLINICO GERAL - ESF - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
57	THALYTA INDJA DITTERT CABRAL	DEFERIDO
87	RENATA STAHELIN	DEFERIDO
91	TELMA LIBNA RODRIGUES BORBURENA	DEFERIDO
95	MARILIA MEDEIROS ALAMINO	DEFERIDO
137	FILIPPE OSNI COELHO	DEFERIDO
148	LUCAS NATALE CARDOSO	DEFERIDO
149	LILIAN PEREIRA DOS SANTOS BORGES	DEFERIDO
150	KLEITON ROSA BORGES	DEFERIDO
182	LEONARDO DA SILVA LIMA	DEFERIDO
188	NATHASHA BRUNO PIRES	DEFERIDO
189	DANIEL CESAR BASTOS DE SOUZA	DEFERIDO

## 12 - MEDICO GINECOLOGISTA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
170	RENATA FORTUNATO ÁVILA POLPETA	INDEFERIDO

## 14 - MEDICO CLINICO GERAL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
2	EDUARDO PATRICK BELTRAN MONASTERIO	DEFERIDO

121	UBIRATAN PINTO GONÇALVES	INDEFERIDO
15 - AUXILIAR SAUDE BUCAL - COMPL. PENITENCIÁRIO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
25	GEANE FELISBINO DE SOUZA	DEFERIDO
88	EDGLEY GLAUBER CARDOSO	DEFERIDO
144	ALINE FERNANDES	DEFERIDO
181	EVELISE BITENCOURT MARTINS	DEFERIDO
16 - TECNICO EM ENFERMAGEM - COMPL. PENITENCIÁRIO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
184	EMANUELY VENTURA DE SOUZA	DEFERIDO
17 - CIRURGIÃO DENTISTA - COMPL. PENITENCIÁRIO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
3	ELAINE GUIMARAES BEZERRA DE BELTRÁN	DEFERIDO
4	JOÃO PAULO SAVI E SILVA	DEFERIDO
26	TAMIRYS PRIM PAULI	DEFERIDO
36	ANA PAULA DE OSÓRIO	DEFERIDO
56	ANDERSON PALUDO	DEFERIDO
97	TAIANY MULLER	DEFERIDO
109	FERNANDO VALENTIM BITENCOURT	DEFERIDO
111	NAYLA REBELO SOUZA LIMA	DEFERIDO
114	CAMILA PRADO DAS NEVES	DEFERIDO
118	SIDHARTHA DOS REIS STEFANOSKY	DEFERIDO
142	EWANDRO CARLOS BERRETTA FILHO	DEFERIDO
146	DANIEL LONGHI	DEFERIDO
151	ANDERSON FRANÇA DA COSTA	DEFERIDO
156	ALESSANDRO TOMAZ OLIVEIRA DA SILVA	DEFERIDO
159	MARCELO OLEIRO MACHADO	DEFERIDO
160	DALCIRIA DE SOUZA LEMOS	DEFERIDO
173	BIANCA CARLA BIANCO	DEFERIDO
176	JULIANA DA SILVA	DEFERIDO
178	LEANDRO DO NASCIMENTO CARDOSO	DEFERIDO
18 - MEDICO CLINICO GERAL - COMPL. PENITENCIÁRIA - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
131	MARCOS ANTÔNIO CAVALCANTE DA FONTOURA	DEFERIDO
19 - PROFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
115	GISELLY DA SILVEIRA	DEFERIDO
138	DEBORA MULLER FREIRE	DEFERIDO
152	ANA CAROLINA JUNCCKES	DEFERIDO

167	FERNANDA LEANDRA CONSTANTE	DEFERIDO
168	MARLANA DE SOUZA LOHN	DEFERIDO
186	SCHARLINE SUZANA GONÇALVES ALBINO	DEFERIDO

## 20 - PROFESSOR I - AUXILIAR DE SALA - NÃO HABILITADO - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
14	DEBORA CUNHA	DEFERIDO
19	ANA PAULA PELOZO	DEFERIDO
28	BEATRIZ RICHARTZ	DEFERIDO
29	KELLY DE BORBA	DEFERIDO
41	MARINA RECH LOPES	DEFERIDO
42	ISABELA MARTINS SCHABERLE	DEFERIDO
48	ANA CRISTINA DUARTE	DEFERIDO
50	JOYCI CRISTINI DA SILVA	DEFERIDO
52	TUILA MORAIS PEREIRA	DEFERIDO
63	CRISLAINE MARIA DUARTE	DEFERIDO
67	PATRICIA KAMERS	DEFERIDO
80	MARIA LUIZA COELHO	DEFERIDO
81	LEIDIANE DA CUNHA	DEFERIDO
86	GRASELI JUNKES DA CUNHA	DEFERIDO
93	DAIANA SIMONE LOPES	DEFERIDO
94	GISELE MATIAS JUNCKES DA SILVA	DEFERIDO
100	ALINE PFLEGER	DEFERIDO
101	ELAINE CRISTINA ALVES	DEFERIDO
102	MARIA SALETE DE LIMA	DEFERIDO
126	BARBARA RODRIGUES LEMOS VIEIRA FARIAS LOPES	DEFERIDO
133	FRANCISLAINE MARINHO GONÇALVES	DEFERIDO
136	JULIA MARIA SILVEIRA	INDEFERIDO
141	CAMILA DESCHAMPS	DEFERIDO
145	MARIA JOCELINA FERNANDES	DEFERIDO
166	CLEIMAR DUESSMANN REITZ	DEFERIDO
169	SUELEN ROUSSENQ DE SOUZA RODRIGUES	DEFERIDO
187	PATRICIA DE ANDRADE	DEFERIDO
32	JOICE APARECIDA PRIM	DEFERIDO
124	REUMA ALVES	DEFERIDO

## 21 - PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
5	LARICE PATRICIA DE ALMEIDA	DEFERIDO
21	LUCIANA MATOS CORDEIRO	DEFERIDO
24	FABIANA LOHN	DEFERIDO
31	SIMONE DREHMER SCHUTZ	DEFERIDO
33	JANAÍNA MARIA KAMMER	DEFERIDO
35	ANA LUCIA DE SOUZA	DEFERIDO
38	LETICIA DOS SANTOS	DEFERIDO
51	CLEUSA FATIMA MORAIS	DEFERIDO

54	ADRIANA KARLA SCHUTZ DA SILVA	DEFERIDO
55	FERNANDA DE SOUZA KIRCHNER	DEFERIDO
65	MICHELEM CAREM DA SILVA	DEFERIDO
72	VIVANE JUNCKES DA SILVA	DEFERIDO
77	SHAIANE CRISTINE DA SILVA	DEFERIDO
79	TAMIRIS DOS SANTOS	DEFERIDO
84	DAIANA REGINA DE SOUZA	DEFERIDO
85	CLEIDIMAR CUNRADI BESEN	DEFERIDO
92	CLARICE MARTENDAL FUCK	DEFERIDO
110	STELA MARIS SANTOS DOS SANTOS	DEFERIDO
119	VALDELENA MALZETE SALVADOR	DEFERIDO
123	SANDRA FERREIRA DA SILVA	DEFERIDO
139	MARIA CARMELITA DE SOUZA CLAVES	DEFERIDO
161	RAFAELA PAULA FREITAS	DEFERIDO
164	ORISTELA DIAS PEREIRA COPETTI	DEFERIDO
171	LEILANE STEFFENS	DEFERIDO
183	LUCIENNE GARCIA ALVES	DEFERIDO
90	AMÉLIA GUETTEN LOHN	DEFERIDO

## 22 - PROFESSOR II - ANOS INICIAIS - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
23	ADRIANA VIEIRA	DEFERIDO
43	GRACIANE MULLER DE CASTRO	DEFERIDO
73	DEIZE REGINA NASCIMENTO	DEFERIDO
132	BRUNA DE SOUZA SCHMITT	DEFERIDO
175	CRISTIANY DECKER	DEFERIDO
99	EDUARDA STAHELIN	DEFERIDO
112	FABIANA HAMES	DEFERIDO

## 24 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO - MATEMÁTICA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
185	LUIS FABIANO CELESTRINO	DEFERIDO

## 25 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - GEOGRAFIA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
61	MARCIA JANICE DA SILVA LOPES	DEFERIDO
180	OSVALDO RICARDO DA SILVA	DEFERIDO

## 27 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - EDUCAÇÃO FÍSICA - CR

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
39	MARCOS VINICIUS ARAUJO	DEFERIDO
40	ANNA CAROLINE SOARES	DEFERIDO
44	EVANDRO NANDI	DEFERIDO
66	JOÃO PEDRO JUNCKES	DEFERIDO
96	AROLDLO LOPES GOYA	DEFERIDO
103	VANESSA STAHELIN	DEFERIDO



128	LIZETE MARIA KLOH	DEFERIDO
130	RODRIGO DOS SANTOS JESUS	DEFERIDO
28 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - ALEMÃO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
157	DANIEL AMARO DE VASCONCELOS	DEFERIDO
29 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - INGLES - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
113	ANA RUTE DA SILVA RIBEIRO	DEFERIDO
30 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - MUSICA/BANDAS E FANFARRAS, PERCUSSÃO/SOPRO- CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
30	CLEYTON MEDEIROS	DEFERIDO
31 - PROFESSOR HORISTA NÃO HABILITADO - MUSICA/MUSICA/BANDAS E FANFARRAS, PERCUSSÃO/SOPRO - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
83	FERNANDO PEREIRA SIQUEIRA JUNIOR	DEFERIDO
155	ELVIS BRUNO	DEFERIDO
32 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - LINGUA PORTUGUESA - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
177	SUÉLY SERAFIM	DEFERIDO
36 - PROFESSOR HORISTA HABILITADO - CIENCIAS - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
120	JOACIR LUZ FILHO	DEFERIDO
39 - PROFESSOR HORISTA BACHAREL - EDUCAÇÃO FÍSICA - CR		
Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO
76	LIDIANE C. DA SILVA JUNCKES	DEFERIDO
140	ARTHUR DUTRA DOS SANTOS	DEFERIDO
	São Pedro de Alcântara/SC, 11/12/2017.	
	ERNEI JOSE ESTAHELIN	
	Prefeito Municipal	

**PORTARIA N.º 405/2017**

Publicação Nº 1454360

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 405/2017

Exonera SUÉLY SERAFIM do cargo de Professor II Horista.

ERNEI JOSÉ STAHELIN Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Exonerar SUÉLY SERAFIM do cargo de Professor II Horista, contrato de trabalho nº. 076/2017.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

**PORTARIA N.º 406/2017**

Publicação Nº 1454363

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA  
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000  
Fone: 48-32770122 – R.222  
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 406/2017

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

**RESOLVE:**

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ALDIRA ARLETE VERLICH EGER, pelo período de 08 (oito) dias, a contar da data de 08/12/2017, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 08 de dezembro de 2017.

ERNEI JOSÉ STAHELIN  
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2017.

# Schroeder

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 4.336/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455449

DECRETO Nº 4.336/2017, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.254/2016 de 29 de novembro de 2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 154.000,00 (cento e cinquenta e quatro mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 15.000,00

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigações Patronais R\$ 4.000,00

05.04.12.365.3009.2.365 - Manutenção Educ Infantil FUNDEB

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigações Patronais R\$ 12.000,00

3.3.90.46.00.00.00.00 - 00.01.0019 - Auxílio-Alimentação R\$ 2.000,00

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 35.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 40.000,00

05.04.12.365.3009.2.366 - Manutenção do Pré-Escolar Municipal FUNDEB

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigações Patronais R\$ 6.000,00

3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Indenizações Restituições Trabalhistas R\$ 20.000,00

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.04 - SETOR DE EDUCAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 19.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 11 de Dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS

Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

### DECRETO Nº 4.337/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicação Nº 1455450

DECRETO Nº 4.337/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE MÉDICO (A) PARA ATENDER A NECESSIDADE DE ESPECIAL INTERESSE PÚBLICO, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o disposto no Art. 2º, IV, da Lei Municipal nº 1.690/2008, que autoriza a contratação de profissionais em caráter temporário para suprir necessidade de excepcional interesse público;

Considerando as informações repassadas pela Secretaria Municipal de Saúde, por meio de ofício nº 158/2017 - SMS, datado em 30 de novembro de 2017, para a contratação de 01 (um) profissional MÉDICO para atuar na Secretaria Municipal de Saúde;

Considerando que o referido secretário já foi orientado a proceder com os ditames para realização de novo processo seletivo que permitirá a contratação em caráter temporário ACT's para suprir possíveis demandas nas áreas da Saúde;

Considerando que os profissionais da Saúde são indispensáveis para os bons andamentos dos trabalhos e o atendimento aos munícipes conforme legislação específica.

Considerando que a Constituição da República Federativa do Brasil inscreve, em seu art. 6º, a Saúde como um direito social pétreo e inalienável;

**DECRETA:**

Art. 1º Autoriza-se a contratação pelo Poder Executivo Municipal de 01 (um) profissional MÉDICO (A), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, pelo prazo máximo de 87 (oitenta e sete) dias, a contar da efetiva contratação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**EXTRATO DE CONTRATO Nº. 22/2017-FAS**

Publicação Nº 1454460

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA  
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro  
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500  
CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC  
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato de Contrato nº. 22/2017-FAS  
Dispensa de Licitação nº. 20/2017-FAS  
Processo nº. 28/2017-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BARRA SUL – TURISMO NAUTICO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.511.976/0001-30, estabelecida na Avenida Atlântica, nº 6006, sala 08, Bairro Barra Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.330-908.

Objeto: contratação de empresa especializada para Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horário de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo para o Projeto Skate do CRAS, da Secretaria de Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNI-TÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horário de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Crianças de 6 à 12 anos	27	Unidade	20,00	540,00

02	Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horário de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Pessoas de 13 à 59 anos	33	Unidade	39,00	1.287,00
TOTAL R\$					1.827,00

Valor do Contrato: R\$ 1.827,00 (um mil oitocentos e vinte e sete reais)

Data da Assinatura: 12/12/2017 – Vigência: 31/12/2017

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº 7.281/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455385

PORTARIA Nº 7.281/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Marciane Neumann Stortz, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY

Assessor Jurídico

## **PORTARIA Nº 7.282/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455388

PORTARIA Nº. 7.282/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Agatha Winter Rodrigues, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

HARILDO KONELL

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.283/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455390

PORTARIA Nº. 7.283/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Alecsandra Andresa Walz, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.284/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455391

PORTARIA Nº. 7.284/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Bianca Eggert, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº 7.285/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455393

PORTARIA Nº. 7.285/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Bruna Rabuske, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.286/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455394

PORTARIA Nº. 7.286/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Carmen Marcia Geisler Vasel, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.287/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455395

PORTARIA Nº. 7.287/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Caroline Gaedtke, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.288/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455398

PORTARIA Nº. 7.288/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor, Sr. Cassius Fernando Mozzer, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.289/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455400

PORTARIA Nº. 7.289/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Claudete Postai dos Santos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.290/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455401

PORTARIA Nº. 7.290/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Daiana Maira Uller, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.291/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455402

PORTARIA Nº. 7.291/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Daniele Fernanda Lange Maffezzolli, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.292/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455404

PORTARIA Nº. 7.292/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado do servidor, Sr. David Alves, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.293/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455406

PORTARIA Nº. 7.293/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Elisangela Emidio da Silva Vons, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.294/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455407

PORTARIA Nº. 7.294/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Evani Salete Chaves Klodzinski, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.295/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455408

PORTARIA Nº. 7.295/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Francinara Cardoso Portella Vieira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.296/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455410

PORTARIA Nº. 7.296/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Gabriele Aparecida Ferreira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.297/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455411

PORTARIA Nº. 7.297/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Giselia Aparecida Pereira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.298/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455412

PORTARIA Nº. 7.298/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Josiani Maioli de Anevão, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº 7.299/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455414

PORTARIA Nº. 7.299/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Jussara da Silva, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.300/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455415

PORTARIA Nº. 7.300/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Lidia Fernanda Cora, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.301/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455416

PORTARIA Nº. 7.301/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Luciane Rosa de França, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.302/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455417

PORTARIA Nº. 7.302/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Maria Karolina Cavalheiro Heguedichi, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.303/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455418

PORTARIA Nº. 7.303/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Marilena Novak, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.304/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455420

PORTARIA Nº. 7.304/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Morgana Bresolin Bogoni Lorenço, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.305/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455422

PORTARIA Nº. 7.305/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Noemi Silvana Riedel Vargas, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.306/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455423

PORTARIA Nº. 7.306/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Noenice Maske Mundel, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.307/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455424

PORTARIA Nº. 7.307/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Patricia Hasse Onofre, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.308/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455425

PORTARIA Nº. 7.308/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Rejane de Cassia Cordeiro, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.309/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455426

PORTARIA Nº. 7.309/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Rita de Cassia Barbosa Amador, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.310/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455428

PORTARIA Nº. 7.310/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Rosecler de Rodettes de Mera, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.311/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455429

PORTARIA Nº. 7.311/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Sandra Regina Fagundes Machado, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.312/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455430

PORTARIA Nº. 7.312/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Simone Aparecida Tonello Cavalheiro, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico



**PORTARIA Nº 7.313/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455431

PORTARIA Nº. 7.313/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Suely da Silva Vieira, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.314/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455432

PORTARIA Nº. 7.314/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Tainara Terra, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.315/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455433

PORTARIA Nº. 7.315/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Thaiz Lenz Pszybilski, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.316/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455434

PORTARIA Nº. 7.316/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Valdy Rodrigues Cavalcante, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

### **PORTARIA Nº 7.317/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455436

PORTARIA Nº. 7.317/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXTINGUIR o contrato de trabalho por prazo determinado da servidora, Sra. Vivian Vieira do Prado Martins, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK  
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL  
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.318/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455438

PORTARIA Nº. 7.318/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR o servidor, Sr. Willian Henrique Fritzke, do cargo comissionado de Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 12 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	ELMER SANDRO QUADROS
Prefeito Municipal	Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**PORTARIA Nº 7.319/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.**

Publicação Nº 1455441

PORTARIA Nº 7.319/2017, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Ana Paula da Silva, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 13 de dezembro de 2017.

OSVALDO JURCK	HARILDO KONELL
Prefeito Municipal	Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY  
Assessor Jurídico

**ATA TOMADA DE PREÇOS 17/2017-PMS (SEQUÊNCIA 05)**

Publicação N° 1454330

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>MUNICIPIO DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>TOMADA DE PREÇO</b> <b>Nr.: 17/2017 - TP</b>  Processo Administrativo: Processo de Licitação: 235/2017 Data do Processo: 26/10/2017
Folha: 1/2	

**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) reforma e ampliação na estrutura do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, localizada na Rua Guilherme Zastrow, neste Município de Schroeder/SC, com área toda de 454,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

**ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 239/2017 (Sequência: 5)**

Ao(s) 12 de Dezembro de 2017, às 11:20 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 7271/2017, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 235/2017, Licitação nº 17/2017 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

**Parecer da Comissão:** A comissão reuniu-se após recebimento do parecer do Setor Jurídico e Setor de Engenharia da análise da proposta comercial. Foi recebido parecer da análise da proposta comercial do setor de engenharia, juntamente com Parecer da Procuradoria nº 125/2017-PROJUR. O parecer da análise das propostas do setor de engenharia consta as empresas ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. - EPP, CONSTRUTORA CRA EIRELI - ME, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP e CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP atendem as exigências do edital no item 10.1.1.4 e item 10.1.1.7. Parecer da Procuradoria nº 125/2017-PROJUR traz em sua conclusão para que seja dado o regular andamento ao procedimento licitatório mantendo os valores das tabela apresentadas pelas empresas ENGECON SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. - EPP, CONSTRUTORA CRA EIRELI - ME, OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA. - ME, SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP e CÚBICA CONSTRUÇÕES LTDA. - EPP, devendo as mesmas serem notificadas para apresentar a planilha orçamentária da proposta por meio digital. Constatando vencedora a empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA. - ME, com o valor total de R\$ 169.342,04. Diante do exposto abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da Ata, Quadro Comparativo, Parecer da Procuradoria nº 125/2017-PROJUR e Parecer do Setor de Engenharia às empresas participantes.

**LOTE: 1****Participante: 12632 - OMVS CONTRUTORA LTDA-ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) reforma e ampliação na estrutura do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, localizada na Rua Guilherme Zastrow, neste Município de Schroeder/SC, com área toda de 454,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	169.342,04	169.342,04

**Total do Participante —————>** 169.342,04

**Total Geral —————>** 169.342,04

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**TOMADA DE PREÇO  
Nr.: 17/2017 - TP**

Processo Administrativo: 235/2017  
Processo de Licitação: 26/10/2017  
Data do Processo:

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 12 de Dezembro de 2017

**COMISSÃO:**

Daniela Samulescki

- ..... - Presidente da Comissão de Licitação

Ivandra de Souza

- ..... - Membro

Ilmar José Pereira Borges Filho

- ..... - Membro

Fabiane Heller

- ..... - Membro

Marlene Neumann

- ..... - Secretária

Valderi Rocha de Camargo

- ..... - Membro Suplente

Diego Guilherme Lasta

- ..... - Membro Suplente

**DISPENSA 20/2017-FAS**

Publicação Nº 1454435

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER</b>  CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	<b>DISPENSA DE LICITAÇÃO</b> <b>Nr.: 20/2017 - DL</b>
	<b>Processo Nr.: 28/2017</b> <b>Data: 12/12/2017</b>
Folha: 1/2	

<b>Fornecedor:</b> BARRA SUL - TURISMO NAUTICO LTDA. <b>Endereço:</b> AV ATLANTICA, 6006, SALA 08 <b>Cidade:</b> Balneário Camboriú - SC <b>CNPJ:</b> 08.511.976/0001-30	<b>Código:</b> 13724  <b>Inscrição Estadual:</b>
<b>Objeto da Compra:</b> Solicitação de Contratação de empresa especializada para Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horário de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheir	

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	27,00	"Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horário de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Crianças de 6 à 12 anos"	UN	20,00	540,00
2	33,00	"Passeio de Barco Pirata em Balneário Camboriú, com saída na Saída do Rio Camboriú, navegando na orla marítima de Balneário Camboriú. Passando pela praia central contornando a Ilha das Cabras, seguindo para Praia de Laranjeiras. Barco com capacidade para mais de 100 pessoas, com duração do passeio de no mínimo 1 hora, show temático (Piratas) durante o passeio, diversos horário de saída e retorno durante o dia. O barco deve possuir banheiros a bordo. Pessoas de 13 à 59 anos"	UN	39,00	1.287,00

**FUNDAMENTO LEGAL:****Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**JUSTIFICATIVA**

"Conforme prevê no planejamento do grupos do CRAS e da Secretaria de Assistência Social, a cada final de ano é feito uma atividade para o encerramento das atividades do ano.

Recursos Federal Proteção Social Básica."

**RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:**



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
Nr.: 20/2017 - DLProcesso Nr.: 28/2017  
Data: 12/12/2017

Folha: 2/2

Schroeder, 12 de Dezembro de 2017

-----  
OSVALDO JURCK  
PREFEITO MUNICIPAL

12/12/2017

**DESPACHO FINAL:**

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 12 de Dezembro de 2017

**Valor da Despesa:**

1.827,00 (um mil oitocentos e vinte e sete reais)

**Pagamento.....:**

15 dias após recebimento do documento fiscal

QUADRO COMPARATIVO TOMADA DE PREÇOS 17/2017-PMS 12/12/2017

Publicação Nº 1454331

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE SCHROEDER  
Quadro Comparativo de Preços (Fornecedores por Item)

Total dos Itens Vencedores: 169.342,04

Processo / Ano: 235/2017  
Licitação.....: 17/2017 - TP  
Modalidade.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia  
Objeto.....: contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) reforma e ampliação na estrutura do Centro de Educação Infantil Municipal Girassol, localizada na Rua Guilherme Zastrow, neste Município de Schroeder/SC, com área toda de 454,80m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório

Fornecedor	Nome do Fornecedor	Marca	Quantidade	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	Situação	Classificação
Item.....: 1	-	20392	-	reforma e ampliação na estrutura do CEIM Girassol	-	Unidade: UN		
12632	OMVS CONTRUTORA LTDA-ME		1,000	0,0000	169.342,0400	169.342,04	Venceu	1 *****
13712	CONSTRUTORA CRA EIRELI - ME		1,000	0,0000	174.930,0800	174.930,08	Perdeu	2
13112	FORTE ROCHA CONSTRUTORA LTDA - ME		1,000	0,0000	175.129,7300	175.129,73	Perdeu	3
13439	SL CONSTRUTORA EIRELI - EPP		1,000	0,0000	193.371,3600	193.371,36	Perdeu	4
13560	ENGECON SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA - EPP		1,000	0,0000	203.503,7600	203.503,76	Perdeu	5
12256	CUBICA CONSTRUCOES LTDA - EPP		1,000	0,0000	235.183,7700	235.183,77	Perdeu	6
13663	SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - EPP		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0
13727	FREITAS OBRAS DE ALVENARIA LTDA. - ME		1,000	0,0000	0,0000	0,00	Inabilitado	0

Schroeder,	Em	...../...../.....
Daniela Samulescki	-	..... - Presidente da Comissão
Ivandra de Souza	-	..... - Membro
Ilmar José Pereira Borges Filho	-	..... - Membro
Fabiane Heller	-	..... - Membro
Martene Neumann	-	..... - Secretária
Valkier Rocha de Camargo	-	..... - Membro Suplente
Diego Guilherme Lasta	-	..... - Membro Suplente
Natália Kersten Brumüller	-	..... - Membro Suplente
Elair José Wendt	-	..... - Membro Suplente

# Seara

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1353, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454160

DECRETO Nº 1353, de 12 de dezembro de 2017

Concede e/ou indefere evolução por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação aos servidores públicos municipais.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o disposto no artigo 25 da Lei Complementar nº 27/2008 que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, e dá outras providências, e no termos do Edital nº. 39/2017,

#### DECRETA

Art. 1º Fica concedido evolução por cursos de aperfeiçoamento para os seguintes servidores:

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo Efetivo	% de Evolução
1246/01	Adair Paulo Bortolini	Advogado	1%
1365/01	Arloci Berno	Técnico Agrícola	1%
26/01	Celia Gris	Auxiliar de Administração	1%
1149/01	Claudia Regina Fantin	Psicóloga	1%
1448/01	Cleomara Santana Carraro	Assistente Social	1%
1207/01	Daniela Vieira da Rocha	Fonoaudióloga	1%
9/01	Dirlei Giombelli Wildner	Auxiliar de Administração	1%
1522/01	Jackson Tres	Farmacêutico	1%
1552/01	Jairo Zaia Zanluchi	Assistente Social	1%
1513/01	Liamara Michaelson	Auxiliar de Enfermagem	1%
1150/01	Marcia Ires Sczesny Hoff	Servente Interno	1%
1158/01	Marlice Isabel Alfien	Servente Interno	1%
2052/01	Nivia Schneider Krause	Nutricionista	1%
1351/01	Odair José Felipe	Auxiliar de Administração	1%
2062/01	Reginaldo Orlando	Motorista de Veículos de Cargas e Passageiros	1%
1594/02	Ricardo Moises Hoch	Professor Educação Física - FMES	1%
1206/01	Tathiana Emmert	Fisioterapeuta	1%
1519/01	Tereza Isabel de Oliveira	Auxiliar de Enfermagem	1%
1247/01	Vanessa Fernandes Paludo	Advogado	1%

Art. 2º Não faz jus à evolução por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, em razão de não atender ao dispositivo do § 4º do artigo 25 da Lei Complementar nº. 27/2008 e do inciso I do artigo 2º do Edital nº. 39/2017, o seguinte servidor efetivo:

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo
122901	Renato Tumelero	Engenheiro Agrônomo

Art. 3º Pelo indeferimento da progressão por cursos de aperfeiçoamento ou capacitação, nos termos do artigo 144 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato de indeferimento da progressão.

Parágrafo Único. Nos termos do artigo 146 da Lei Complementar nº 18, de 28 de novembro de 2003, o pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Seara-SC, 12 de dezembro de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 12 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 1354, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454167

DECRETO Nº 1354, de 12 de dezembro de 2017.  
Concede evolução por escolaridade aos servidores públicos municipais.

O Prefeito Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 108, inciso X, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o disposto no artigo 15 da Lei Complementar nº 27/2008 que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, e dá outras providências, e nos termos do Edital nº. 38/2017,

DECRETA

Art. 1º Fica concedida evolução por escolaridade para os seguintes servidores:

Matrícula	Nome do Servidor	Escolaridade do Cargo	Evolução	% de Evolução
124601	Adair Paulo Bortolini	Ensino Superior	Pós Graduação Latu Sensu	5%
160201	Ademir Lemes da Silva	Alfabetizado	Ensino Médio	10%
2053/01	Edes Noel do Amaral Junior	Ensino Superior	Pós Graduação Latu Sensu	5%
1666/01	Ivandro Roberto Novakowski	Alfabetizado	Ensino Médio	10%

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018.

Seara-SC, 12 de dezembro de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 12 de dezembro de 2017.

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 1355

Publicação Nº 1455094

DECRETO Nº 1355, de 12 de dezembro de 2017

Nomeia comissão avaliadora das amostras da Licitação nº 151/2017 - Edital de Pregão Presencial no 081/2017–RP

O Prefeito Municipal de Seara, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Avaliadora das amostras da Licitação nº 151/2017 - Edital de Pregão Presencial no 081/2017-RP.

- a) Fabiana Mariani
- b) Filomena Salete Canossa Freyer
- c) Bruna Mariani
- d) Ana Paula Trentini Alves

Art. 2º Os membros das Comissões acima, não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC, 12 de dezembro de 2017  
EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 12 de dezembro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## DECRETO Nº 1356

Publicação Nº 1455096

DECRETO Nº 1356, de 12 de dezembro de 2017

Nomeia comissão avaliadora das amostras da Licitação nº 053/2017-FMS - Edital de Pregão Presencial no 024/2017-FMS–RP

O Prefeito Municipal de Seara, em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso X, artigo 108 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão Avaliadora das amostras da Licitação nº 053/2017-FMS - Edital de Pregão Presencial no 024/2017-FMS–RP.

- a) Luciana Maier Gagiola
- b) Jackson Três
- c) Emanuele Sandrim
- d) Marizete Cerrutti

Art. 2º Os membros das Comissões acima, não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC, 12 de dezembro de 2017  
EDEMILSON CANALE  
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se  
Em 12 de dezembro de 2017

Neri Cosmann  
Secretário de Administração

## PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2017

Publicação Nº 1454873

Processo Licitatório n.º 159/2017  
Edital de Pregão Presencial n.º 086/2017

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei n.º 10.520/02 e lei n.º 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 04/01/2018, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de empresa especializada para fornecimento de licença e locação de sistema de gestão da Assistência Social. A íntegra do Edital de Pregão Presencial poderá ser obtido no Departamento de Licitações do Município ou no site [www.seara.sc.gov.br](http://www.seara.sc.gov.br) e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 12 de dezembro de 2017.  
Edemilson Canale  
Prefeito Municipal

**TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017- PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017**

Publicação Nº 1455103

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/2017-PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2017

**TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços nº 004/2017

Pregão Presencial nº 004/2017

Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ nº 83.024.505/0001-13, com sede e foro à Av. Anita Garibaldi, nº 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG nº 11/R.380.367, CPF nº 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, nº 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Lubrifil Comércio de Lubrificantes e Filtros Ltda, CNPJ nº 01.558.657/0001-31, estabelecida na rua Tancredo de Almeida Neves, nº 91, Centro, Concórdia, SC, neste ato representada pelo Sr. Valter Clóvis Osowski, brasileiro, casado, representante comercial, RG nº 2131461 SSP/SC, CPF nº. 808.594.029-91, residente e domiciliado na rua Atalípio Magarinos, nº 190, apto 702, Centro, Concórdia, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria do Interior, fica acrescido a quantidade licitada do item abaixo:

- Item 19 – “Óleo lubrificante TD10W30 API GL4CNH410BM 20litros”.

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 3.675,00 (três mil, seiscentos e setenta e cinco reais) conforme tabela abaixo:

Item	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
19	80667	ÓLEO LUBRIFICANTE TD10W30 API GL4CNH410BM 20LITROS-MARCA PETRONAS	UN	60	15	245,00	3.675,00
TOTAL R\$							3.675,00

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 08/12/2017.

Edemilson Canale  
Município de Seara  
Contratante

Valter Clóvis Osowski  
Lubrifil Comércio de Lubrificantes e Filtros Ltda  
Contratada



# Serra Alta

## PREFEITURA

### DECRETO 199/2017

Publicação Nº 1454748

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 199/2017, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso II do art. 4º da Lei nº. 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0002 – Receita de Impostos e de Transferências – Saúde

Despesa: 2 ..... R\$ 30.000,00

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.1664 – Transferências do SUS/União

Despesa: 4 ..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0002 – Receita de Impostos e de Transferências – Saúde

Despesa: 5 ..... R\$ 30.000,00

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.1664 – Transferências do SUS/União

Despesa: 7 ..... R\$ 20.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 06 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

### DECRETO 200/2017

Publicação Nº 1454707

DECRETO Nº 200/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO PERÍODO DE FÉRIAS DO SERVIDOR FERNANDO RENATO DIOGO JACINTO DE OLIVEIRA, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DARCI CEREZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº. 498/2001,

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o período de férias do Servidor FERNANDO RENATO DIOGO JACINTO DE OLIVEIRA, constante no Decreto nº 198/2017, de 06 de dezembro de 2017, passando para:

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS	DIAS
01/01/2017 A 31/12/2017	17/07/2018 A 31/07/2018	15 DIAS

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 12 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

## DECRETO 201/2017

Publicação Nº 1455081

DECRETO Nº 201/2017, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o inciso II do art. 4º da Lei nº. 1.069/2016, de 30 de novembro de 2016,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.069/2016, de 30 de novembro 2016:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes

Projeto/Atividade: 2.600 – Apoio ao Esporte Amador

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0001 – Receita de Impostos e de Transferências – Ordinário

Despesa: 52 ..... R\$ 15.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento dos Transportes

Projeto/Atividade: 2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0001 – Receita de Impostos e de Transferências – Ordinário

Despesa: 62 ..... R\$ 55.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), são provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.03 – Departamento de Esportes

Projeto/Atividade: 2.600 – Apoio ao Esporte Amador

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0001 – Receita de Impostos e de Transferências – Ordinário

Despesa: 54 ..... R\$ 15.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.01 - Departamento dos Transportes

Projeto/Atividade: 2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0001 – Receita de Impostos e de Transferências – Ordinário

Despesa: 63 ..... R\$ 55.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 12 de dezembro de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

# Siderópolis

## PREFEITURA

### COMUNICADO

Publicação Nº 1454860

#### COMUNICADO

O Município de Siderópolis convida a todos os munícipes para Audiência Pública de apresentação da Programação Anual de Saúde do 2º Quadrimestre de 2017.

Local: Camara Municipal de Vereadores – Centro – Siderópolis – SC

Data: 19/12/2017 – 3ª Feira

Hora: 14h00min

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

# Tangará

## PREFEITURA

### **PORTARIA Nº. 044 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2.017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1454311

PORTARIA Nº. 044 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2.017.  
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012;

#### RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a servidora ROSA SCHMITZ, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – NÍVEL 05 – CLASSE D, no período de 11/12/2017 a 09/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ-SC, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

### **PORTARIA Nº 042, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2.017. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1454308

PORTARIA Nº 042, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2.017.  
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 488/2017.

2- Com amparo na Lei Complementar nº 020, de 25 de Abril de 2.003, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

#### RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora SILVANA APARECIDA CARDOSO DOS SANTOS, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de COZINHEIRA - NÍVEL 02 - CLASSE C, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "D" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/12/2017.

Art. 2º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação compreendida no período de 2014, 2015, 2016 e 2017, conforme prevê a lei complementar nº 020/2003.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ – SC, 01 DE DEZEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PORTARIA Nº. 043 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2.017. CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1454310

PORTARIA Nº. 043 DE 09 DE DEZEMBRO DE 2.017.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR QUE ESPECÍFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas, no inciso VII, do Artigo 74, da Lei Orgânica do Município, c/c com Artigo 90 da Lei Complementar 057/2012;

RESOLVE

Art. 1º. Conceder férias a servidora SALETE VERGINIA DE LIMA, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM – NÍVEL 05 – CLASSE A, no período de 09/12/2017 a 07/01/2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO DE TANGARÁ-SC, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**PR 129/2017**

Publicação Nº 1454834

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 197/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 129/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 129/2017, a qual tem por objeto a AQUISIÇÃO DE UMA COLHEDORA DE FORRAGEM COM AREA TOTAL PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE. Os envelopes contendo as propostas de preços serão recebidos até às 10h00min do dia 28/12/2017, com abertura às 10h00min do mesmo dia. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 12 de Dezembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO 005/2017 EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2017 HMFR**

Publicação Nº 1455165

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2017

EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001/2017

O Prefeito do Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, comunica aos interessados que encontra se aberto o EDITAL DE CREDENCIAMENTO 001, a qual tem por objeto o CREDENCIAMENTO DE MÉDICOS – PESSOAS FÍSICAS para prestação de serviço/atendimento em regime de sobreaviso no Hospital Municipal Frei Rogério do Município de Tangará. Os envelopes contendo a documentação deverão ser entregue no Departamento de Licitações. O credenciamento inicia-se no dia 13 de Dezembro de 2017 até dia 31 de Janeiro de 2018. O edital e seus anexos podem ser obtidos na sede Administrativa do Município, sito a Av. Irmãos Piccoli, 267, Fone 49 3532-1522. Tangará-SC, 12 de Dezembro de 2017.

NADIR BAÚ DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL



# Tigrinhos

## PREFEITURA

### DECRETO 127/17

Publicação Nº 1454178

DECRETO Nº 127/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito do Município de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 62.940,00 (Sessenta e dois mil Novecentos e quarenta reais), destinados suplementar dotação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (40) R\$ 29.140,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.365.1005.2.112 – Manutenção do Ensino Infantil

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (53) R\$ 28.800,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL

UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Proj./Ativ.: 08.244.1008.2.048 – Manutenção da Assistência Social

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (70) R\$ 5.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 62.940,00

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 62.940,00 (Sessenta e dois mil Novecentos e quarenta reais) previstos no artigo 1º desta Lei, ficam utilizados os recursos das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO

UNIDADE: 02 – CHEFIA DE GABINETE

Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (03) R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

Proj./Ativ.: 12.361.1026.2.124 – AMPLIAÇÃO DO COLEGIO MUNICIPAL

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (46) R\$ 7.500,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.361.1004.2.024 – Capacitação para docentes

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (34) R\$ 4.889,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.040 – Transporte escolar Fundamental

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (36) R\$ 3.300,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.365.1005.2.112 – Manutenção do Ensino Infantil

Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (56) R\$ 2.851,00

Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.363.1005.2.127 – Auxílio financeiro a Estudantes Ensino Técnico Profissional

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (140) R\$ 4.200,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Livres

Proj./Ativ.: 12.363.1005.2.128 – Auxílio Financeiro a acadêmicos do Município

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (141) R\$ 11.200,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj./Ativ.: 08.244.1144.2.151 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM FAMILIA ACOLHEDORA  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (88) R\$ 5.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
UNIDADE: 03 – FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE  
Proj./Ativ.: 08.243.1008.2.051 – Apoio Sócio-Educativo para Crianças e Adolescentes – FIA  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (89) R\$ 4.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 62.940,00

Art. 3.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 46.000,00 (Quarenta e seis mil reais), destinados suplementar dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL SAUDE  
Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.066 – Manutenção da secretaria de Saúde  
Modalidade: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (4) R\$ 21.000,00  
Fonte de Recurso: 0002 – Recursos de Impostos 15% saúde

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.121 – Manutenção da secretaria de Saúde  
Modalidade: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (23) R\$ 25.000,00  
Fonte de Recurso: 0002 – Recursos de Impostos 15% saúde

TOTAL R\$ 46.000,00

Art. 4.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 46.000,00 (Quarenta e seis mil reais) previstos no artigo 3º desta Lei, ficam utilizados os recursos das seguintes dotações orçamentarias:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
UNIDADE: 03 – FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE  
Proj./Ativ.: 08.243.1008.2.051 – Apoio Sócio-Educativo para Crianças e Adolescentes – FIA  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (89) R\$ 6.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER  
UNIDADE: 01 – DEPTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA  
Proj./Ativ.: 15.452.1.011.2.083 – Manutenção da secretaria de obras e serviços urbanos  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (98) R\$ 10.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER  
UNIDADE: 02 – DEPTO DE TRANSPORTES  
Proj./Ativ.: 26.782.1.015.2.087 – Manutenção da Secretaria de Obras –DMER  
Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (100) R\$ 20.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER  
UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO FDO. MUN. DES. AGROPECUARIO  
Proj./Ativ.: 20.543.1.017.2.091 – Manutenção da Secretaria de Agricultura  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (106) R\$ 10.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres  
TOTAL R\$ 46.000,00

Art. 5.º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito

**EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS PROCESSO LICITATÓRIO 055-2017**

Publicação Nº 1455358

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO  
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 001/2017

Órgão Responsável: MUNICÍPIO DE TIGRINHOS  
Objeto: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA  
Número da Ata: 001/2017  
Licitante Vencedor: COM. DE ARTIGOS DE INFORMÁTICA IRACEMINHA LTDA – CNPJ: 06.165.903/0001-09  
Valor da Ata: R\$ 1.760,00  
Licitante Vencedor: MB CATARINENSE LTDA ME – CNPJ: 16.961.181/0001-52  
Valor da Ata: R\$ 6340,00  
Licitante Vencedor: OSMAR KREUTZ ME – CNPJ: 06.280.668/0002-05  
Valor da Ata: R\$ 480,00

Amparo Legal: A presente Ata de Registro de Preços é originária do Processo Licitatório nº. 055/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº. 036/2017, do Município de Tigrinhos, que foi realizado com base na Lei 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94; Lei nº. 9.648/98; Lei nº. 10.520/2002; Decreto nº. 5.504/2005; Portaria Interministerial MP/MF nº. 217/2006 e demais normas pertinentes, e por este Edital.

Tigrinhos/SC, em 11 de Dezembro de 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 058-2017**

Publicação Nº 1454025

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 058/2017.  
Tomada de Preços nº. 006/2017.

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR EMPREITADA GLOBAL, para Contratação de Empresa de Construção Civil para Fornecimento de Materiais e Mão de Obra para Execução do Projeto de Adequação da Acessibilidade Interna e Reforma da Cobertura do Centro de Educação Municipal Professor Ivo Luiz Honnef, área total de 1.238,70m<sup>2</sup>, conforme projeto anexo I do Edital. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 28/12/2017, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 09h00min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital e Projeto poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito na Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: [www.tigrinhos.sc.gov.br](http://www.tigrinhos.sc.gov.br)  
Tigrinhos (SC), 12 de Dezembro de 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

**LEI MUNICIPAL 894/17**

Publicação Nº 1454181

LEI MUNICIPAL Nº 894/17, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
AUTORIZA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELA ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a presente Lei.:

Art. 1.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 62.940,00 (Sessenta e dois mil Novecentos e quarenta reais), destinados suplementar dotação no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.113 – Manutenção do Ensino Fundamental  
Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (40) R\$ 29.140,00  
Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.365.1005.2.112 – Manutenção do Ensino Infantil  
Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (53) R\$ 28.800,00  
Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA DA SAUDE E PROMOÇÃO SOCIAL  
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj./Ativ.: 08.244.1008.2.048 – Manutenção da Assistência Social  
Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (70) R\$ 5.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres  
TOTAL R\$ 62.940,00

Art. 2.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 62.940,00 (Sessenta e dois mil Novecentos e quarenta reais) previstos no artigo 1º desta Lei, ficam utilizados os recursos das seguintes dotações orçamentarias:

ÓRGÃO: 02 – GABINETE DO PREFEITO  
UNIDADE: 02 – CHEFIA DE GABINETE  
Proj./Ativ.: 04.121.1001.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito  
Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (03) R\$ 20.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE  
UNIDADE: 01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO  
Proj./Ativ.: 12.361.1026.2.124 – AMPLIAÇÃO DO COLEGIO MUNICIPAL  
Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (46) R\$ 7.500,00  
Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.361.1004.2.024 – Capacitação para docentes  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (34) R\$ 4.889,00  
Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.361.1005.2.040 – Transporte escolar Fundamental  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (36) R\$ 3.300,00  
Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.365.1005.2.112 – Manutenção do Ensino Infantil  
Modalidade: 4.4.90.0000 – Aplicações Diretas (56) R\$ 2.851,00  
Fonte de Recurso: 0001 – Recursos 25% para Educação

Proj./Ativ.: 12.363.1005.2.127 – Auxílio financeiro a Estudantes Ensino Técnico Profissional  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (140) R\$ 4.200,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Livres

Proj./Ativ.: 12.363.1005.2.128 – Auxílio Financeiro a acadêmicos do Município  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (141) R\$ 11.200,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL  
Proj./Ativ.: 08.244.1144.2.151 – ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL EM FAMILIA ACOLHEDORA  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (88) R\$ 5.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
UNIDADE: 03 – FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE  
Proj./Ativ.: 08.243.1008.2.051 – Apoio Sócio-Educativo para Crianças e Adolescentes – FIA  
Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (89) R\$ 4.000,00  
Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 62.940,00

Art. 3.º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor de até R\$ 46.000,00 (Quarenta e seis mil reais), destinados suplementar dotação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde conforme discriminação a seguir:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE  
UNIDADE: 01 – FUNDO MUNICIPAL SAUDE  
Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.066 – Manutenção da secretaria de Saúde  
Modalidade: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (4) R\$ 21.000,00

Fonte de Recurso: 0002 – Recursos de Impostos 15% saúde

Proj./Ativ.: 10.301.1010.2.121 – Manutenção da secretaria de Saúde

Modalidade: 3.1.90.0002 – Aplicações Diretas (23) R\$ 25.000,00

Fonte de Recurso: 0002 – Recursos de Impostos 15% saúde

TOTAL R\$ 46.000,00

Art. 4.º Para dar cobertura ao valor de R\$ 46.000,00 (Quarenta e seis mil reais) previstos no artigo 3º desta Lei, ficam utilizados os recursos das seguintes dotações orçamentarias:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

UNIDADE: 03 – FUNDO MUNICIPAL CRIANÇA E ADOLESCENTE

Proj./Ativ.: 08.243.1008.2.051 – Apoio Sócio-Educativo para Crianças e Adolescentes – FIA

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (89) R\$ 6.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER

UNIDADE: 01 – DEPTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Proj./Ativ.: 15.452.1.011.2.083 – Manutenção da secretaria de obras e serviços urbanos

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (98) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER

UNIDADE: 02 – DEPTO DE TRANSPORTES

Proj./Ativ.: 26.782.1.015.2.087 – Manutenção da Secretaria de Obras –DMER

Modalidade: 3.1.90.0000 – Aplicações Diretas (100) R\$ 20.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

ÓRGÃO: 07 – SECRETARIA DE OBRAS. SERV.URB.AGRIC.INTER

UNIDADE: 03 – FUNDEAGRO FDO. MUN. DES. AGROPECUARIO

Proj./Ativ.: 20.543.1.017.2.091 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

Modalidade: 3.3.90.0000 – Aplicações Diretas (106) R\$ 10.000,00

Fonte de Recurso: 0000 – Recursos Ordinários Livres

TOTAL R\$ 46.000,00

Art. 5.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

## PORTARIA 226/2017

Publicação Nº 1454031

PORTARIA Nº. 226/2017. NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR CONVOCADA PARA ASSUMIR TEMPORARIAMENTE O CARGO EM RAZÃO DE FÉRIAS DOS TITULARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal.

Considerando o Processo de Eleitoral do Conselho Tutelar de Tigrinhos, mandato 2016/2020, conforme Ata nº 08/2015 e Edital nº 04/2015 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a ocorrência de férias dos conselheiros titulares;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. JUSANI DE QUADROS DAMACENO, brasileira, portadora do CPF nº. 060.415.309-05, para exercer o cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, com 20 (vinte) horas semanais, a contar a partir de 12 de Dezembro de 2017, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Justifica-se a nomeação em razão do afastamento excepcional das conselheiras tutelares do Município de Tigrinhos/SC, em virtude das FÉRIAS programadas e agendadas para os meses de Dezembro/2017, Janeiro/2018, Fevereiro/2018, Março/2018 e Abril/2018, conforme cronograma da Administração Municipal, sendo absolutamente necessária a substituição para dar continuidade aos trabalhos realizados no Conselho Tutelar do Município de Tigrinhos/SC.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,  
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em doze de dezembro de dois mil e dezessete.

Cleiton Soethe  
Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.



# Tijucas

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 1293/2017

Publicação Nº 1454180

DECRETO Nº 1293, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
Dispõe sobre a Suplementação de Dotação  
Orçamentária da Câmara Municipal de Vereadores.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito Municipal de Tijucas, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 82 inciso VIII, da Lei Orgânica do Município, em atendimento a recomendação contábil e de conformidade com a art. 17 da Lei 2669/2016,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada em R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) a dotação orçamentária que segue:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 Câmara Municipal de Vereadores

1310001-2001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

3.1.90.00(1) Aplicação Direta .....R\$ 30.000,00

Art. 2º A Suplementação referida no artigo anterior correrá por conta da anulação da dotação conforme segue:

01 – CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

01 Câmara Municipal de Vereadores

1310001-2001 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

3,3.90.00 (4) Aplicação Direta ..... R\$ 30.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 12 de dezembro de 2017.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

### DECRETO Nº 1294/2017

Publicação Nº 1455383

DECRETO Nº 1294, 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estabelece Ponto Facultativo o período que especifica, tendo em vista as festas natalinas e de fim de ano.

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e VIII, do art. 82 e na forma da alínea "o", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, todos da Lei Orgânica Municipal, e demais disposições legais, e ainda,

CONSIDERANDO o estabelecido no Decreto Estadual nº 58027, de 08 de dezembro de 2017, que acresceu dispositivos ao Decreto Estadual nº 1.034, de 31 de janeiro de 2017, fixando pontos facultativos os dias 26, 27, 28 e 29 de dezembro de 2017 e 2, 3, 4 e 5 de janeiro de 2018 para os Órgãos e as Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual de Santa Catarina;

CONSIDERANDO que o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, através da Resolução nº TJ 16/2017, de 04 de outubro de 2017, disciplinou o período de recesso de final de ano, com suspensão de expediente no período de 20 de dezembro de 2017 a 5 de janeiro de 2018, inclusive, no Poder Judiciário de Santa Catarina;

CONSIDERANDO, a necessidade de adotar e executar medidas que visam à reparação e manutenção dos equipamentos e dos prédios públicos municipais, no período de recesso.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido ponto facultativo em todos os órgãos e entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Municipal de Tijucas, em virtude das festas natalinas e de final de ano, os dias 26, 27, 28 e 29 de dezembro de 2017 e 2, 3, 4 e 5 de janeiro de 2018.

Art. 2º O disposto no artigo anterior não se aplica aos serviços considerados essenciais, que por sua natureza não possam ser paralisados ou interrompidos, os quais funcionarão em regime de plantão e conforme orientação do órgão ou entidade responsável.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1289, de 30 de novembro de 2017.

Tijucas (SC), 13 de dezembro de 2017.  
ELOI MARIANO ROCHA  
Prefeito do Município de Tijucas

**EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 166/PMT/2017**

Publicação Nº 1454685

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 166/PMT/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 147/PMT/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 110/PMT/17

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS.

CONTRATADA: RECICLAGEM NMJW LTDA - ME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A COLETA, TRANSPORTE E TRIAGEM DE LIXO RECICLÁVEL PRODUZIDO NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS, SOB A RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS - SC.

PRAZO PRORROGADO: APARTIR DE 01/01/2018 Á 31/12/2018.

TIJUCAS/SC, 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

**EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 076/FMS/15 - PROCESSO 034/FMS/15 - DISPENSA 034/FMS/15**

Publicação Nº 1454889

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 076/FMS/2015 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/FMS/15 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 034/FMS/15

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: REFLEXO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA ME

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A UNIDADE DE TRANSPORTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, LOCALIZADO NA RUA 13 DE MAIO, Nº 695, GALPÃO 01, CENTRO, CEP 88.200-000, TIJUCAS/SC.

PRAZO PRORROGADO: A PARTIR 01 DE JANEIRO DE 2018 ATÉ 31 DE DEZEMBRO DE 2018

TIJUCAS/SC, 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

**EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/FME/2017 - REGISTRO DE PREÇO Nº 025/FME/2017**

Publicação Nº 1453504

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 027/FME/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 025/FME/2017

Objeto: Aquisição de material (fogos) e serviço de montagem e execução de efeitos especiais para abertura e encerramento dos eventos, da Fundação Municipal de Esportes, do Município de Tijucas/SC, para o ano de 2018.

Empresa Vencedora do Processo: SILVIO PEDRO SZPAK ME, foi vencedora do Lote 01, no valor de R\$. 11.910,00 (Onze mil, novecentos e dez reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)

Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/FME/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 026/FME/2017**

Publicação Nº 1454002

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 028/FME/2017 DO

**PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 026/FME/2017**

Objeto: Aquisição de banners e placas para divulgação dos eventos, da Fundação Municipal de Esportes, do Município de Tijucas/SC, para o ano de 2018. Empresa Vencedora do Processo: FT PETTIRINI LTDA ME, foi vencedora dos Lotes 01, 02 e 03, no valor de R\$. 10.949,20 (Dez mil, novecentos e quarenta e nove reais e vinte centavos).  
Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 169/PMT/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 129/PMT/2017**

Publicação Nº 1454303

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

**EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 169/PMT/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 129/PMT/2017**

Objeto: Serviços de arbitragens para a 18ª Edição das Olimpíadas Escolares Tijuquense (OLESTE), e Etapa Municipal do Moleque Bom de Bola 2018, da secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: ASSOCIAÇÃO DE ÁRBITROS DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ, foi vencedora do lote: 01, no valor de R\$ 26.000,00 (Vinte e seis mil reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 170/PMT/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 130/PMT/2017**

Publicação Nº 1454357

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

**EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 170/PMT/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 130/PMT/2017**

Objeto: Aquisição de material hidráulico para atender a necessidade da Secretaria, na execução de serviços de reparo e melhorias na rede pluvial, da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do Município de Tijucas/SC.

Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA EPP, foi vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 08 e 09, no valor de R\$ 19.683,80 (Dezenove mil, seiscentos e oitenta e três reais e oitenta centavos).

Empresa Vencedora do Processo: REIS & FILHOS LTDA, foi vencedora dos itens: 06 e 07, no valor de R\$ 18.390,00 (Dezoito mil, trezentos e noventa reais).

Empresa Vencedora do Processo: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP, foi vencedora do item: 10, no valor de R\$ 17.450,00 (Dezessete mil, quatrocentos e cinquenta reais).

Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 171/PMT/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 131/PMT/2017**

Publicação Nº 1454528

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 171/PMT/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 131/PMT/2017

Objeto: Aquisição de toldo com instalação, em superfície metálica na creche, da Secretaria Municipal de Educação, do Município de Tijucas/SC.  
Empresa Vencedora do Processo: ANSELMO SCHMOLLER ME, foi vencedora do item: 01, no valor de R\$ 3.360,00 (Três mil, trezentos e sessenta reais).  
Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/FMS/2017 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 028/FMS/2017**

Publicação Nº 1454264

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

EXTRATO DO RESULTADO DO PROCESSO Nº 039/FMS/2017 DO  
PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 028/FMS/2017

Objeto: Aquisição de material de construção para reforma e manutenção das unidades sanitárias e SAMU, do Fundo Municipal de Saúde, do Município de Tijucas/SC.  
Empresa Vencedora do Processo: ARTEFATOS DE CIMENTO CAMPO NOVO LTDA ME, foi vencedora dos itens: 13, 39, 40, 41, 43, 120, 121, 127, 128, 129, 134, 135, 136, 137, 138, 150, 151, 152, 157, 158, 159, 160, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 182, 195, 197 e 201, no valor de R\$ 26.164,93 (Vinte e seis mil, cento e sessenta e quatro reais e noventa e três centavos).  
Empresa Vencedora do Processo: BERNARDINO INDALICIO DA SILVA ME, foi vencedora dos itens: 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 42, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 69, 89, 105, 106, 107, 112, 113, 114, 131, 132, 142, 148, 149, 156, 170, 183, 184, 185, 186, 188, 189, 191, 192, 193, 194, 196, 198, 203, 204, 205, 206, 209, 210, 211, 212, 213, 214 e 215, no valor de R\$ 31.780,78 (Trinta e um mil, setecentos e oitenta reais e setenta e oito centavos).  
Empresa Vencedora do Processo: COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ZONTA NETO LTDA ME, foi vencedora dos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 12, 16, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 44, 45, 70, 71, 72, 76, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 109, 110, 111, 115, 116, 117, 118, 119, 123, 124, 125, 126, 145, 146, 161, 162, 177, 178, 187 e 207, no valor de R\$ 14.305,75 (Quatorze mil, trezentos e cinco reais e setenta e cinco centavos).  
Empresa Vencedora do Processo: MALU MAURICIO ME, foi vencedora dos itens: 122 e 123, no valor de R\$ 4.245,00 (Quatro mil, duzentos e quarenta e cinco reais).  
Empresa Vencedora do Processo: REIS & FILHOS LTDA, foi vencedora dos itens: 08, 09, 10, 11, 17, 37, 38, 55, 56, 66, 67, 68, 73, 74, 75, 108, 130, 139, 140, 141, 143, 144, 147, 153, 154, 155, 163, 164, 165, 167, 168, 169, 179, 180, 181, 190, 199, 200, 202 e 208, no valor de R\$ 22.050,95 (Vinte e dois mil, cinqüenta reais e noventa e cinco centavos).  
Informações Complementares: Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br)  
Elói Mariano Rocha – Prefeito Municipal de Tijucas

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 045/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 029/SAMAE/17 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/SAMAE/17**

Publicação Nº 1454614

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 045/SAMAE/17 DO PROCESSO LICITATÓRIO 029/SAMAE/17 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/SAMAE/17  
CONTRATANTE: SAMAE- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto  
CONTRATADA: ARTEFATOS DE CIMENTO CAMPO NOVO LTDA ME  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE AREIA GROSSA PARA BERÇO E RECOBRIMENTO DA TUBULAÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA DO SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC  
VIGÊNCIA: 31.12.2017  
VALOR: R\$ 34.000,00 (Trinta e quatro mil reais).  
Tijucas SC, 12 de dezembro de 2017.

**EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 170/PMT/2017**

Publicação Nº 1454059

EXTRATO TERMO DE CONTRATO Nº 170/PMT/2017 DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 183/PMT/2017 – DISPENSA Nº 037/PMT/17  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TIJUCAS, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS – CORPO DE BOMBEIROS

CONTRATADA: SAFETY WORLD BRASIL EIRELI ME

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS DE REPOSIÇÃO E MÃO DE OBRA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE ABASTECIMENTO DE AR COMPRIMIDO, MODELO MCH -16 (CASCATA), DO CORPO DE BOMBEIROS, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

VALOR: R\$ 4.220,00 (QUARO MIL, DUZENTOS E VINTE REAIS).

TIJUCAS/SC, 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 142/PMT/2017**

Publicação Nº 1453966

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 187/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 142/PMT/2017

Objeto: Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO de horas de mão de obra, compreendendo Elétrica, Hidrossanitária, Alvenaria e carpintaria, PARA Atender as necessidades do GABINETE DO PREFEITO e secretaria de administração e finanças do Município de Tijucas S/C.

Tipo: Menor Preço Global

Data de Abertura: 22 de dezembro de 2017, as 10h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/PMT/2017 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 143/PMT/2017**

Publicação Nº 1453491

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 188/PMT/2017

PREGÃO PRESENCIAL

REGISTRO DE PREÇO Nº 143/PMT/2017

Objeto: Aquisição de materiais de construção para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito e Secretaria de Administração e finanças, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 22 de dezembro de 2017, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site [www.tijucas.sc.gov.br](http://www.tijucas.sc.gov.br).

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

**CÂMARA MUNICIPAL****INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/CI/CMT/2017**

Publicação Nº 1454335

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 004/CI/CMT/2017

DISPÕE SOBRE OS PROCEDIMENTOS PARA AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO, SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS EM GERAL MEDIANTE LICITAÇÃO, INCLUSIVE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

A Controladoria Interna da Câmara Municipal de Tijucas/SC, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 4º, da Lei Municipal nº 2672, de

22 de fevereiro de 2017, RESOLVE:

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1º A presente Instrução Normativa (IN) tem por finalidade estabelecer procedimentos para o Setor de Compras, Contratos e Licitações na aquisição de bens de consumo, serviços e equipamentos em geral.

Parágrafo Único. Esta IN disciplina todo o processo de compras, desde a solicitação pelo setor interessado, pesquisa de preço, aprovação do orçamento pelo ordenador de despesa e a aquisição do produto ou serviço.

Art. 2º Para fins desta IN, considera-se:

I - Unidade Solicitante: A unidade que, após identificar suas necessidades, solicita a aquisição de bens e serviços e contratação de obras e serviços de engenharia para atender o interesse público e a Câmara Municipal;

II - Termo de Referência – TR: O documento utilizado para a solicitação de aquisições de bens, serviços, obras e serviços de engenharia, contendo os elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração, diante de orçamento que especifica o objeto, considerando preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimentos e o prazo de execução do contrato;

III - Processo Administrativo: Pasta contendo todos os documentos gerados no decorrer da rotina, desde a requisição até a emissão da Autorização de Fornecimento ou da Ordem de Serviço, com registro das etapas percorridas e manifestações, com identificação das datas e dos responsáveis em cada etapa, para arquivamento no Setor de Compras, Contratos e Licitações;

IV - Dispensa de licitação: É a possibilidade de celebração direta de contrato entre a Administração e o particular, nos casos estabelecidos no Art. 24, da Lei 8.666/93;

V - Inexigibilidade: No sentido literal do termo é aquilo que deixa de ser exigível, não obrigatório ou compulsório. Portanto, quando houver inviabilidade de competição, em razão do bem ou serviço possuir singularidade de fornecimento, desde que devidamente comprovada sua exclusividade, a contratação direta poderá ser efetivada, conforme Art. 25, da Lei 8.666/93.

Art. 3º A presente IN integra o conjunto de ações de planejamento, organização e controle de responsabilidade da Câmara Municipal de Tijucas.

Parágrafo Único. Esta IN fundamenta-se sobre os dispositivos contidos na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/1988), Lei Federal nº. 4320/1964 (Lei do Orçamento Público), Lei Federal nº. 8429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), Lei Federal nº. 8666/1993 (Lei de Licitações), Lei Federal Complementar nº. 101/2000 (LRF), Lei Federal nº. 10520/2002 (Lei do Pregão), normatizações do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), Lei Municipal 2672/2017 e Instrução Normativa nº. 001/2017/CI/CMT.

## CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES

Art. 4º O Processo de Compra somente é iniciado após o recebimento do TR e a autorização do Ordenador de Despesas (Presidente da Câmara).

Parágrafo Único. São atribuições típicas e concorrentes do Ordenador de Despesa, sem prejuízos e sobreposição com as demais previstas nesta IN:

I - autorizar abertura de licitações;

II - decidir sobre recursos contra atos da Comissão Permanente de Licitação e do Pregoeiro;

III - homologar os procedimentos licitatórios e, quando necessário, adjudicar;

IV - ratificar os atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação;

V - celebrar contratos;

VI - ordenar o pagamento de despesas.

Art. 5º Das responsabilidades dos agentes envolvidos no Processo de Compra:

§ 1º. Cabe às unidades solicitantes elaborar TR.

§ 2º. Compete ao Responsável pelo Setor de Compras, Contratos e Licitações, as aquisições de bens, serviços comuns, cursos/eventos, obras e serviços de engenharia, para reposição de estoques e/ou para atender necessidade específica de qualquer unidade.

§ 3º. Ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação:

I - elaborar e, se necessário, retificar o edital de licitação;

II - proceder ao credenciamento dos interessados;

III - realizar o recebimento dos envelopes com as propostas de preços e com a documentação de habilitação;

IV - realizar a abertura e julgamento dos envelopes com as propostas de preços e documentação nos termos da lei;

V - elaborar a ata;

VI - conduzir os trabalhos da equipe.

§ 4º. Ao Pregoeiro:

I – Elaborar e, se necessário, retificar o edital de licitação;

II – conduzir os procedimentos relativos aos lances na realização de Pregão;

IV – indicar a nomeação da equipe de apoio;



- V – conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- VI – elaboração da ata;
- VI – receber, examinar e decidir sobre recursos;
- VII – encaminhar o processo devidamente instruído ao Presidente da Câmara, visando a homologação, adjudicação e a contratação.

§ 5º. À Assessoria Jurídica da Câmara Municipal de Tijucas (ASJUR/CMT) cabe a análise e emissão de parecer jurídico sobre a legalidade dos atos.

§ 6º. Ao Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças:

- I - verificação da compatibilidade da despesa com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e da respectiva disponibilidade orçamentária, emissão da nota de empenho e da nota de liquidação;
- II – bloqueio de dotação orçamentária para acompanhamento da execução de contratos administrativos;
- III - acompanhamento e gerenciamento da execução orçamentária, contábil e financeira dos pedidos mediante verificação da compatibilidade da despesa com o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e LOA.

### CAPÍTULO III DOS PROCEDIMENTOS

#### Seção I Disposições Gerais

Art. 6º O Processo de Compra tem início com o Setor que Gerou a Demanda emitindo solicitação com justificativa de contratação ao Presidente da Comissão de Licitação e finda com o cumprimento do objeto contratual e o efetivo pagamento.

Art. 7º O TR deverá conter no mínimo:

- I – especificação técnica e completa do objeto (serviço/consumo ou obra) a ser adquirido;
- II – identificação da unidade e quantidade do objeto a ser adquirido;
- III – forma de execução do objeto: identificação da forma de entrega ou da prestação de serviço;
- IV – da responsabilidade da contratada: para os casos de prestação continuada ou que enseja a elaboração de termo contratual;
- V – da responsabilidade da contratante: para os casos de prestação continuada ou que enseja a elaboração de termo contratual;
- VI – assinatura do responsável pela unidade solicitante;
- VII – assinatura do responsável pela elaboração do TR;
- VIII – assinatura do Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo Único. Em se tratando de obra ou serviço de engenharia, o Projeto Básico deve ser anexado ao TR.

Art. 8º Toda aquisição de bens, cursos/eventos ou outros serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, deverá ser precedida de licitação, dispensa ou inexigibilidade de licitação, conforme disposto na Lei Federal nº. 8666/1993 e Lei Federal nº. 10520/2002.

Art. 9º A contratação dos serviços de agência de publicidade e propaganda deverá obedecer os trâmites previstos na Lei Federal nº. 12232/2010.

Art. 10 Os valores de dispensa previstos na Lei de Licitações deverão obedecer os limites estabelecidos, levando em consideração todo o exercício financeiro, sob pena de fracionamento de contratações e fuga à licitação, o que caracteriza conduta ilegal prevista na Lei Federal nº. 8666/1993, sem prejuízo das penalidades cíveis e administrativas.

Art. 11 O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades de licitação cujos preços estejam compreendidos nos limites estabelecidos em lei, e facultativo nos demais casos em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Art. 12 O prazo para publicação resumida do instrumento de contrato é o previsto no parágrafo único do Art. 61 da Lei Federal nº. 8666/1993.

#### Seção II Solicitação para Compras

Art. 13 A solicitação de compras, independente do valor, para atender as necessidades dos setores, deverão ser encaminhadas pelo responsável de cada setor ao Setor de Compras, Contratos e Licitações.

Parágrafo Único. Os TRs elaborados serão submetidos ao crivo do Presidente da Câmara.

Art. 14 As solicitações deverão ser justificadas, indicando-se a necessidade, finalidade e descrição do objeto.

Art. 15 O responsável pelo Setor de Compras, Contratos e Licitações verificará a conformidade do TR e seus anexos.

§ 1º. Havendo necessidade de correções, o responsável pelo Setor de Compras, Contratos e Licitações devolverá o TR à unidade solicitante para as devidas correções.

§ 2º. Estando o TR em conformidade e aprovado pelo Presidente da Câmara Municipal, o processo será encaminhado pelo Setor de Compras, Contratos e Licitações.

Art. 16 Em se tratando de compras de equipamentos de informática, os TRs serão elaborados pela unidade demandante em conjunto com o Setor de Tecnologia da Informação.

Art. 17 Em se tratando de manutenção, reparo e/ou aquisição de peças para a frota da Câmara, os pedidos serão realizados pelo responsável pelo Setor de Transportes, inclusive os TRs.

### Seção III

Do Procedimento de Compra realizado por Dispensa de Licitação  
(artigo 24, incisos I e II, da Lei Federal nº. 8666/1993)

Art. 18 Nos casos de compras nos termos do Art. 24, incisos I e II da Lei Federal nº. 8666/1993, o responsável pelo Setor de Compras, Contratos e Licitações observará os seguintes procedimentos:

§ 1º. Encaminhado processo administrativo de solicitação ao Setor de Compras, Contratos e Licitações, nos termos do capítulo anterior, este selecionará no Cadastro de Fornecedores, no mínimo 03 (três) possíveis interessados em realizar/executar a obra, o serviço de engenharia, os bens ou outros serviços.

§ 2º. O Setor de Compras, Contratos e Licitações providenciará orçamentos e juntá-los-á ao processo administrativo.

§ 3º. Os orçamentos devem, obrigatoriamente, ser elaborados no padrão disponível no software de Gestão Pública que a Câmara Municipal faz uso.

I – o orçamento deverá conter especificação do objeto, unidade de medida, preço unitário e total, a validade da proposta, o prazo de entrega do objeto, Razão Social, os números do CNPJ, Inscrição Estadual e/ou Inscrição Municipal;

II – em se tratando de aquisição de diversos itens, a identificação deverá ser feita por item.

§ 4º. De posse dos orçamentos, indicando o melhor preço e o fornecedor apto a oferecer os produtos/serviços, o Setor de Compras, Contratos e Licitações deverá, em seguida:

I – solicitar ao Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças informação sobre a respectiva disponibilidade orçamentária e adequação do pedido a LOA;

a – havendo disponibilidade orçamentária para atender a despesa, o Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças juntará ao processo cópia do pedido de empenho;

b – caso não haja disponibilidade orçamentária para atender a despesa ou a despesa não esteja compatível com a LOA, o processo será devolvido ao Setor de Compras, Contratos e Licitações, que comunicará o fato à unidade solicitante.

Art. 19 Identificada a necessidade de procedimento licitatório, o Setor de Compras, Contratos e Licitações deverá identificar a modalidade e o tipo da licitação adequada e solicitar autorização ao Presidente da Câmara Municipal para prosseguimento do procedimento de aquisição.

Art. 20 Autorizado o procedimento pelo Presidente da Câmara Municipal, é de responsabilidade do Setor de Compras, Contratos e Licitações, assessorado pela ASJUR/CMT, elaborar a minuta do contrato a ser anexada no processo licitatório tendo como referência o TR emitido pela unidade solicitante.

Parágrafo Único. No mesmo processo em que for anexada a minuta do contrato, deverá ser solicitado pelo Setor de Compras, Contratos e Licitações ao Presidente da Comissão de Licitação a confecção da minuta do Edital para ser anexada ao processo e posterior encaminhamento a ASJUR/CMT para emissão de parecer jurídico e à Presidência da Câmara para autorização e assinatura.

Art. 21 Se não for autorizada a aquisição, o Presidente da Câmara Municipal determinará o arquivamento do processo e informará o fato ao Setor de Compras, Contratos e Licitações que comunicará a unidade solicitante.

Art. 22 Na fase interna do processo licitatório, caso os procedimentos não estejam corretos ou adequados à lei, a ASJUR/CMT deverá solicitar, mediante emissão de parecer, as adequações necessárias e devolver o processo ao Setor de Compras, Contratos e Licitações para as providências necessárias.

Parágrafo Único. Realizadas as adequações, retorna-se a ASJUR/CMT para confirmação.

Art. 23 A Fase externa do procedimento licitatório somente se inicia após aprovação pelo Presidente da Câmara Municipal, momento em que o Setor de Compras, Contratos e Licitações encaminhará o processo para a Comissão Permanente de Licitação ou para o Pregoeiro, conforme o caso, para as providências devidas.

### Seção IV

Do Procedimento de Compra Direta

(artigo 60, da Lei Federal nº. 8666/1993; item 4.9, do Manual de Contabilidade Pública, exercício 2017, 7ª edição; artigo 68 e 69, da Lei 4.320/64)

Art. 24 É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" da Lei 8.666/93, feitas em regime de adiantamento.

§ 1º A compra direta será realizada no valor de até R\$ 4.000,00 e por regime de adiantamento, assim entendido segundo o MPCASP 2017, item 4.9.

§ 2º Suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de

realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.

§ 3º O suprimento de fundos deve ser utilizado nos seguintes casos:

I – Para atender a despesas eventuais, inclusive em viagem e com serviços especiais, que exijam pronto pagamento;

II – Para atender a despesas de pequeno vulto, assim entendidas aquelas cujo valor, em cada caso, não ultrapassar limite estabelecido em ato normativo próprio.

§ 4º Para atender a despesas imprevistas, urgentes, excepcionais dentro dos limites impostos pela Lei de licitações.

## Seção V

### Dos Processos da Comissão Permanente de Licitação

#### Subseção I

##### Do Convite

Art. 25 Nos processos de compras realizados pela Câmara Municipal de Tijucas, preferencialmente, adotar-se-á outras modalidades de licitação, que não o Convite.

Parágrafo Único. Havendo a necessidade de realização de um Convite, devidamente justificada, utilizar-se-á os regramentos estabelecidos pela Lei Federal nº. 8666/1993 para esta modalidade.

#### Subseção II

##### Do Pregão Presencial

Art. 26 O Pregoeiro deverá:

I – agendar a data do certame;

II – elaborar o aviso de licitação e informar o local onde se poderá obter o texto integral e todas as informações sobre a licitação.

Parágrafo único. O prazo fixado para a apresentação das propostas, contados a partir da publicação dos avisos, não será inferior a 8 (oito) dias úteis.

Art. 27 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o edital de licitação na modalidade pregão presencial, seja por inconsistência dos termos editalícios ou por irregularidade na aplicação da lei vigente, devendo protocolar o pedido até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, devendo o Pregoeiro julgar e responder a impugnação em 24 (vinte e quatro) horas do recebimento.

§ 1º. Se as impugnações forem procedentes e ensejarem reformulação das propostas, deverá ser reaberto o prazo de publicidade de 8 (oito) dias úteis.

§ 2º. Confirmada a improcedência das impugnações, o Pregoeiro comunicará o fato ao impugnante e aos demais interessados.

Art. 28 No dia, hora e local definidos no instrumento convocatório, o Pregoeiro verificará se compareceram interessados no certame.

§ 1º. Se não comparecerem interessados no certame, o Pregoeiro deverá declarar a sessão deserta, consignar o fato em ata e reabrir prazo de publicidade de 8 (oito) dias úteis, por até 2 (duas) vezes.

§ 2º. Se após as 2 (duas) publicações referidas no parágrafo anterior não comparecerem interessados no certame, o Pregoeiro deverá declarar a licitação deserta, consignar o fato em ata e sugerir, ao Presidente da Câmara, a contratação por dispensa de licitação com base no artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº. 8666/1993.

§ 3º. Não sendo autorizada pelo Presidente da Câmara a contratação por dispensa de licitação, o Presidente determinará o arquivamento do processo, informando o fato ao Setor de Compras, Contratos e Licitações que comunicará à unidade solicitante.

§ 4º. Comparecendo interessados, o Pregoeiro procederá à abertura da audiência pública de licitação, efetuará o credenciamento do interessado em participar do pregão, ou de seu representante legal, que deverá identificar-se, comprovando, se for o caso, possuir poderes para apresentação de lances e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Art. 29 Aberta a sessão, os interessados, ou seus representantes, deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a indicação do objeto e do preço oferecido.

Parágrafo único. O Pregoeiro deverá examinar, no momento da abertura do pregão, a compatibilidade dos bens ou serviços cotados pelos licitantes, com as especificações técnicas estipuladas em edital, fazendo constar na ata, de forma detalhada, os motivos da desclassificação.

Art. 30 O Pregoeiro abrirá os envelopes das propostas e classificará o autor da oferta de menor preço, bem como aqueles concorrentes cujo valor proposto não supere em mais de 10% (dez por cento) a menor oferta, observado o seguinte:

I – não havendo, no mínimo, 3 (três) ofertas nas condições definidas no caput, serão classificados os autores das melhores propostas, até o máximo de três, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

II - o número máximo de concorrentes classificados poderá ser excedido, se ocorrer empate no valor das propostas.

§ 1º. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos em edital.

§ 2º. Caso todas as propostas de preços apresentadas sejam desclassificadas, o Pregoeiro poderá fixar aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias

úteis para a apresentação de novas propostas, visando a correção dos motivos que ensejaram a desclassificação.

Art. 31 O Pregoeiro iniciará a etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, os quais deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

Art. 32 O Pregoeiro deverá convidar individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, para apresentarem lances verbais a partir do autor da proposta classificada de maior preço, e os demais, em ordem decrescente de valor.

§ 1º. A desistência do licitante em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na sua exclusão da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

§ 2º. Caso não se realize lance verbal, deverá ser verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

Art. 33 Declarada encerrada a etapa competitiva e colocadas em ordem as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada quanto ao objeto e valor, abrirá o envelope de habilitação e verificará se as informações atendem aos requisitos do edital.

Art. 34 Se não houver aceitabilidade da oferta da primeira classificada e/ou não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do licitante na ordem de classificação e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

Art. 35 Se todos os interessados forem declarados inabilitados, o fato será consignado em ata e o processo encaminhado ao Presidente da Câmara que:

I – poderá determinar a repetição do pregão ou declarar a licitação fracassada, homologando a decisão;

II – arquivará o processo, em caso fracassado, e informará ao Setor de Compras, Contratos e Licitações que comunicará o fato à unidade solicitante e providenciará a publicação do resultado.

Art. 36 Se houver aceitabilidade da oferta da primeira classificada, atendendo às exigências de habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor e verificará se algum licitante tem interesse em interpor recurso.

Parágrafo Único. Caso haja interesse na interposição de recurso, o Pregoeiro abrirá prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

Art. 37 Se houver interposição de recurso, o Pregoeiro analisará e verificará se reconsidera sua decisão.

Parágrafo Único. Se o Pregoeiro não reconsiderar sua decisão, o processo será encaminhado ao Presidente da Câmara que julgará o mérito do recurso e devolverá o mesmo ao Pregoeiro que deverá:

I – convocar e informar os licitantes sobre a decisão;

II – elaborar ata com a apuração do resultado da licitação;

III – encaminhar o processo ao Presidente da Câmara para adjudicar e homologar a licitação, devolvendo-o ao Setor de Compras, Contratos e Licitações, que seguirá os trâmites do Capítulo IV desta IN.

Art. 38 Se não houver interposição de recurso ou houver reconsideração de decisão, o Pregoeiro adjudicará a licitação, fará consignar os fatos em ata e encaminhará o processo ao Presidente da Câmara para homologação do certame, devolvendo-o ao Setor de Compras, Contratos e Licitações, que seguirá os trâmites do Capítulo IV desta IN.

Parágrafo Único. Se a licitação não for homologada pelo Presidente da Câmara, a decisão deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM) e o processo arquivado, comunicando o fato à unidade solicitante.

Art. 39 O Presidente da Câmara, com as devidas justificativas, poderá revogar, em caso de conveniência e oportunidade, ou anular a licitação, em caso de ilegalidade, determinando o arquivamento do processo e informando o fato ao Setor de Compras, Contratos e Licitações, que comunicará à unidade solicitante.

Parágrafo Único. Antes da manifestação do Presidente da Câmara Municipal acerca do resultado da fase externa do procedimento licitatório, o processo será encaminhado a ASJUR/CMT para análise e emissão do parecer.

### Subseção III

#### Da Tomada de Preços e Concorrência

Art. 40 A Comissão Permanente de Licitação deverá:

I – agendar a data do certame;

II – elaborar o edital e seus anexos;

III – elaborar o aviso de licitação e publicá-lo, dando ampla divulgação, com a respectiva informação do local onde se poderá obter o texto integral e todas as informações sobre a licitação.

Art. 41 A publicação do aviso de licitação deverá obedecer:

I – concorrência: 45 (quarenta e cinco) dias quando a licitação for do tipo Melhor Técnica ou Técnica e Preço, ou o regime de execução do objeto for empreitada integral; e 30 (trinta) dias para os demais casos;

II – tomada de Preços: 30 (trinta) dias no caso de licitação do tipo Melhor Técnica ou Técnica e Preço; e 15 (quinze) dias para os demais casos.

Art. 42 Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação nas modalidades tomada de preços e concorrência por irregularidade na aplicação de lei vigente, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para o recebimento dos envelopes, devendo o Presidente da Comissão Permanente de Licitação julgar e responder à impugnação em 3 (três) dias úteis do recebimento.

§ 1º. Caso seja procedente a impugnação, após as alterações necessárias no edital, deverá ser novamente publicado pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

§ 2º. Confirmada a improcedência das impugnações, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação comunicará o fato ao impugnante e aos demais interessados.

Art. 43 No dia, hora e local definidos no instrumento convocatório, a Comissão Permanente de Licitação verificará se compareceram interessados no certame.

§ 1º. Quando a modalidade de licitação for Tomada de Preços, os interessados deverão estar devidamente cadastrados ou atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

§ 2º. Se não comparecerem interessados no certame, a Comissão Permanente de Licitação deverá declarar a licitação deserta, consignar o fato em ata e reabrir novo prazo de publicidade por 2 (duas) vezes.

§ 3º. Quando realizada a sessão pública por 2 (duas) vezes, referidas no parágrafo anterior, não comparecerem interessados, a Comissão Permanente de Licitação deverá declarar a licitação deserta, consignar o fato em ata e sugerir, ao Presidente da Câmara, a contratação por dispensa de licitação com base no artigo 24, inciso V, da Lei Federal nº. 8666/1993.

§ 4º. Não sendo autorizada pelo Presidente da Câmara a contratação por dispensa de licitação, o Presidente determinará o arquivamento do processo, informando o fato ao Setor de Compras, Contratos e Licitações, que comunicará à unidade solicitante.

§ 5º. Comparecendo interessados, o Presidente da Comissão Permanente de Licitação procederá à abertura da audiência pública de licitação, efetuará o credenciamento dos representantes das empresas licitantes e, em seguida, receberá os envelopes contendo os documentos de habilitação e propostas de preços.

§ 6º. Quando se tratar de Tomada de Preços do tipo "Melhor Técnica" ou "Técnica e Preço", deverá ser entregue o envelope contendo a documentação técnica exigida no edital, sendo aberto, primeiramente, o envelope de habilitação, depois o de técnica e por último o da proposta de preço.

Art. 44 O Presidente da Comissão Permanente de Licitação deverá efetuar a abertura dos envelopes que contenham os documentos de habilitação, que deverão ser analisados e rubricados pelos presentes.

§ 1º. Caso todos os licitantes sejam inabilitados, a Comissão Permanente de Licitação consignará o fato em ata, publicará o resultado e fixará o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, visando a correção dos motivos que ensejaram a inabilitação.

§ 2º. Havendo intenção de interposição de recurso, seguir-se-á os procedimentos estabelecidos no Capítulo V desta IN.

Art. 45 Não havendo recurso, a Comissão Permanente de Licitação deverá lavrar o fato em ata e tomar as seguintes providências:

I – abrir os envelopes que contenham as propostas de preços dos licitantes habilitados;

II – ordenar as propostas de forma crescente;

III – solicitar aos licitantes presentes que rubriquem todas as propostas;

IV – suspender, se necessário, a sessão pública para que se possa analisar as propostas de preços;

V – identificar a proposta vencedora;

VI – verificar se os licitantes tem a intenção de interpor recurso.

§ 1º. Caso todas as propostas de preços sejam desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitação consignará o fato em ata, publicará o resultado e poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para que os licitantes possam sanar as irregularidades.

§ 2º. Havendo intenção de interpor recurso, seguir-se-á os procedimentos estabelecidos no Capítulo V desta IN.

Art. 46 Após os procedimentos do artigo anterior, a Comissão Permanente de Licitação deverá elaborar ata com a apuração do resultado da licitação, elaborar despacho de adjudicação do objeto da licitação e encaminhar o processo à Presidência da Câmara para homologação.

Parágrafo Único. No caso de recurso, e após o seu respectivo julgamento, o Presidente da Câmara é a autoridade competente para adjudicação.

Art. 47 O Presidente da Câmara poderá decidir pela homologação, revogação ou anulação da licitação, e qualquer que seja a decisão, o processo será encaminhado para o Setor de Compras, Contabilidade e Licitações com a informação.

§ 1º. Antes da manifestação do Presidente da Câmara Municipal acerca do resultado da fase externa do procedimento licitatório, o processo será encaminhado a ASJUR/CMT para emissão de parecer.

§ 2º. Se a licitação não for homologada pelo Presidente da Câmara, a decisão deverá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios e o processo arquivado, comunicando-se o fato à unidade solicitante.



§ 3º. Se a licitação for homologada pelo Presidente da Câmara, o Setor de Compras, Contratos e Licitações seguirá os procedimentos previstos no Capítulo IV desta normatização.

#### Subseção IV

#### Da Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação

Art. 48 Identificada como adequada a aquisição ou contratação por dispensa ou inexigibilidade de licitação, a Comissão de Licitação deverá:

I – providenciar o Ato de Dispensa ou de Inexigibilidade de Licitação, colhendo a assinatura do Presidente;

II – publicar o Ato de Dispensa ou Inexigibilidade de Licitação;

III – encaminhar o resultado com a publicação ao Setor de Compras, Contratos e Licitações para que este execute os procedimentos previstos no Capítulo IV desta normatização.

#### CAPÍTULO IV

#### DA CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS E ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Art. 49 Após a homologação da licitação ou dos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, o processo licitatório será devolvido ao Setor de Compras, Contratos e Licitações, que convocará o fornecedor para a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços.

Parágrafo único. Colhida a assinatura do fornecedor, o contrato ou a ata de registro de preços será encaminhado ao Presidente da Câmara para assinatura.

Art. 50 Após a assinatura do Presidente no contrato ou na ata de registro de preços serão tomadas as seguintes providências:

I – publicar o extrato do contrato ou da ata de registro de preços;

II – fazer o controle dos instrumentos formalizados;

III – encaminhar uma cópia do contrato ou da ata de registro de preços à unidade solicitante;

IV – juntar ao processo licitatório o contrato ou a ata de registro de preços e o extrato do contrato ou da ata de registro de preços;

V – encaminhar cópia do contrato ou da ata de registro de preços e publicações respectivas ao Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças para autuação do processo de execução da despesa, mediante emissão de Nota de Empenho em nome do fornecedor conforme previsto no Sistema de Contabilidade;

VI – sugerir ao Presidente da Câmara o arquivamento dos autos, após encerrada a execução do contrato ou da ata de registro de preços.

Art. 51 O Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças, após emissão da Nota de Empenho, deverá juntá-lo ao processo de execução de despesa, a fim de colher as assinaturas dos responsáveis e do Presidente da Câmara, devolvendo o processo ao Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças para aguardar a execução da despesa.

Parágrafo único. Após a execução do serviço ou do recebimento do produto, a Nota Fiscal, atestada pela unidade solicitante do produto/serviços, será encaminhada ao Setor de Contabilidade, Orçamento e Finanças para liquidação e pagamento conforme os procedimentos previstos no sistema de contabilidade.

#### CAPÍTULO V

#### DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 52 Havendo a interposição de recurso nos moldes do art. 109 da Lei Federal nº. 8666/1993, exceto no caso de licitações efetuadas na modalidade de convite, o resultado do exame do recurso deverá ser publicado no Diário Oficial dos Municípios, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso, contados da data de publicação.

§ 1º. Interposto o recurso, dar-se-á ciência, com cópia das razões recursais, aos demais licitantes, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 2º. O recurso será dirigido ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou ao Pregoeiro, os quais poderão reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º. Se o Presidente da Comissão Permanente de Licitação ou o Pregoeiro não reconsiderarem sua decisão, o processo, devidamente informado, será encaminhado ao Presidente da Câmara, que julgará o mérito do recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, e devolverá o processo à Comissão Permanente de Licitação.

§ 4º. Em se tratando de licitações efetuadas nas modalidades Convite ou Pregão Presencial, os prazos para recorrer ou contra-arrazoar serão de 2 (dois) e 3 (três) dias úteis, respectivamente.

#### CAPÍTULO VI

#### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53 Nas aquisições de bens e materiais de consumo, o recebimento e aceitação do material deverão atender às normas e procedimentos específicos do setor responsável pelo controle patrimonial e de materiais e pelo setor responsável pelo controle da execução dos contratos.

Art. 54 Nas contratações de serviços, o acompanhamento da execução contratual deverá atender às normas e procedimentos específicos do setor responsável pelo acompanhamento e controle da execução dos contratos.

Art. 56 Ato próprio deverá regulamentar os procedimentos a serem adotados na realização de Pregão Eletrônico.



Art. 57 São parte integrante desta instrução normativa o Anexo I e II, que tratam, respectivamente, do fluxograma do processo de compras e do modelo de coleta de preços (orçamento).

Art. 58 Os casos não previstos nesta instrução serão dirimidos pelas unidades envolvidas e responsáveis por este instrumento.

Art. 59 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Tijucas, 12 de dezembro de 2017.

GUSTAVO LEMOS SOUZA Controlador Interno	JOICE PERES Contadora
MARIANA FERREIRA DO AMARAL Diretora Geral	RHAMMYSES LINHARES Gerente Administrativo
ZENIR DIONEI ATANÁZIO Presidente da Comissão Permanente de Licitação Pregoeiro Oficial	

ANEXO I  
FLUXOGRAMA DO PROCESSO DE COMPRAS

ANEXO II  
MODELO DE COLETA DE PREÇO

## **PREVISERTI - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS**

### **PORTARIA 032/2017 - CONCEDE PENSÃO POR MORTE A ANA JÚLIA ARAGÃO**

Publicação Nº 1454194

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tijucas - PREVISERTI

PORTARIA nº 032, de 01 de novembro de 2017.

Concede Pensão por Morte, em caráter integral, nos termos do art. 40, §7º inciso I da Constituição Federal, do art. 2º, inciso I da Lei federal nº 10887/04 e do art. 81, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 37/2015, a dependente presumida da servidora VERA LUCIA SCHWARTZ, a partir de 01/11/2017 e dá outras providências.

Christian Rocha Neves  
Presidente do PREVISERTI

### **PORTARIA 035/2017 - CONCEDE APOSENTADORIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO A MARIA DE FÁTIMA RÉGIS MIRANDA**

Publicação Nº 1454200

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Tijucas - PREVISERTI

PORTARIA nº 035, de 08 de dezembro de 2017.

Concede aposentadoria por idade e tempo de contribuição, pela regra permanente, em caráter integral, com fundamentos na alínea "b", inciso III, § 1º do art. 40 da Constituição da República Federativa do Brasil, art. 70 da Lei Complementar Municipal nº 37/15 e Processo Administrativo nº 2017034, a servidora MARIA DE FÁTIMA RÉGIS MIRANDA, a partir 08/12/2017.

Christian Rocha Neves  
Presidente do PREVISERTI

# Timbé do Sul

## PREFEITURA

### DECRETO 273/2017 EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO

Publicação Nº 1454997

DECRETO Nº 273, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal Nº 899/96 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Timbé do Sul:

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, VILMAR MAFFIOLETTE, matrícula nº 3316, ocupante do cargo de Diretor do Departamento de Atenção à Saúde e Odontologia, Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul, a partir de 15/12/2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de dezembro de 2017.  
ROBERTO BIAVA  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

MARLON ARCARO PANATTA  
Secretario de Administração e Finanças

### DECRETO 274/2017 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1455007

DECRETO Nº 274, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.  
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1816/2016;

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento do Município de Timbé do Sul, no valor de R\$ 45.929,00 (quarenta e cinco mil e novecentos e vinte e nove reais), nas seguintes dotações do orçamento vigente:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

10-3.3.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

197-3.3.90.00.00.00.00.0380 – Aplicações Diretas ..... R\$ 929,00

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.006 – Manutenção do Ensino Básico

36-3.3.90.00.00.00.00.0087 – Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

Art. 2º - Os recursos para cobertura da suplementação de que trata o artigo anterior são decorrentes da anulação de orçamento nas dotações que especifico:

03.01 – Secretaria de Administração e Finanças

2.003 – Manutenção da Secretaria de Administração e Finanças

8-3.1.90.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas ..... R\$ 10.000,00

206-4.4.90.00.00.00.00.0380 – Aplicações Diretas ..... R\$ 929,00

04.01 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte

2.006 – Manutenção do Ensino Básico

31-3.1.90.00.00.00.00.0087 – Aplicações Diretas ..... R\$ 35.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de dezembro de 2017.  
Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretário de Administração e Finanças

**DECRETO 275/2017 REVOGA DEMISSÃO DE SERVIDORES**

Publicação Nº 1455009

DECRETO Nº. 275, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017.

REVOGA DEMISSÃO DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS TEMPORÁRIOS

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Fica REVOGADA a demissão dos servidores abaixo identificados ocorrida através do Decreto 271/2017 de 08/12/2017.

Nome	Cargo	Matrícula
Daniela Grigio	Professor Magistério	3373
Rosileia Correa Stecanella	Professor Magistério	3390
Valdemir Domingos Valim de Souza	Pedreiro/Carpinteiro	3304

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 11 de dezembro de 2017.  
Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicado e registrado presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretário de Administração e Finanças

**LEI Nº 1.881/2017 DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1455014

LEI PE Nº 1.881, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURA DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

**TÍTULO I**

Das Disposições Preliminares

Art. 1º- É instituído por esta Lei, o CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL que estabelece normas de polícia administrativa municipal e comina penas aos infratores, que, por ação ou omissão, infringirem a legislação e os regulamentos do Município.

Art. 2º - Compete ao Município zelar pela manutenção da cidade visando à melhoria do ambiente urbano de modo a garantir o desenvolvimento social e econômico sustentáveis e conforto público.

**TÍTULO II**

Da proteção do cidadão

Art. 3º Terão especial proteção do Poder Público:

- I - a gestante;
- II - o idoso conforme a legislação;
- III- o portador de deficiência;
- IV - a criança e o adolescente;
- V - o consumidor.

§ 1º. Homens ou mulheres acompanhados de crianças de colo terão os mesmos direitos concedidos às gestantes.

§ 2º. Para os efeitos desta lei, entende-se por portador de deficiência toda pessoa incapaz de assegurar, por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades individuais e a participação ativa na sociedade, em decorrência de uma deficiência temporária ou duradoura, congênita ou não, em suas capacidades físicas, sensoriais ou mentais.

Art. 4º À gestante, desde que seja evidente ou comprovada a gravidez, e aos homens ou mulheres acompanhados de criança de colo até 03 (três) anos de idade assistem os seguintes direitos, entre outros:

I - terão preferência no atendimento ao público, sem discriminação de espécie alguma;

Pena: grave.

II - terão preferência nos assentos dos meios de transporte público coletivo, só sendo permitido a esses estar em movimento se tais pessoas se encontrarem devidamente sentadas;

Pena: grave.

III - poderão ter acesso aos meios de transporte público coletivo pelas portas dianteiras, desde que efetuem o pagamento aos trocadores ou aos motoristas.

Pena: grave.

Art. 5º Aos idosos assistem os seguintes direitos, entre outros:

I - terá preferência no atendimento ao público, sem discriminação de espécie alguma;

Pena: grave.

II - facilitação de acesso aos meios de transporte público coletivo pelas portas dianteiras, gratuitamente.

Pena: grave.

III - terão preferência nos assentos dos meios de transporte público coletivo, só sendo permitido a esses estar em movimento se tais pessoas se encontrarem devidamente sentadas.

Pena: grave.

Art. 6º Às pessoas portadoras de deficiência assistem os seguintes direitos, entre outros:

I - terão preferência no atendimento ao público, sem discriminação de espécie alguma;

Pena: grave.

II - facilitação de acesso, com acompanhante, aos meios de transporte público coletivo pelas portas dianteiras, desde que efetuem o pagamento;

Pena: grave.

III - terão preferência nos assentos dos meios de transporte público coletivo, só sendo permitido a esses estar em movimento se tais pessoas se encontrarem devidamente sentadas;

Pena: grave

IV - facilitação de acesso aos locais abertos ao público em geral, inclusive das respectivas instalações sanitárias;

Pena: grave.

V - instituição de vagas especiais em estacionamentos, devidamente sinalizadas, garantida a localização privilegiada.

Pena: grave.

Art. 7º Na proteção da criança e do adolescente será especialmente considerada a importância da família e da entidade familiar no sadio desenvolvimento da pessoa.

Art. 8º É proibida a exposição ao público em geral de materiais de cunho pornográfico ou violento, em revistas, jornais, vídeo, discos ou qualquer outro meio.

Pena: grave.

§ 1º Entende-se por pornografia toda violação do direito à privacidade do corpo humano em sua natureza masculina e feminina, violação que reduz a pessoa humana e o corpo humano a um objeto despersonalizado, com o intuito de oferecer, ainda que gratuitamente, satisfação libidinosa.

§ 2º Entende-se por violenta toda apresentação de atos que descrevem a agressividade exercida de maneira profundamente ofensiva ou passional, desrespeitando a dignidade da pessoa, em seus aspectos físico ou psíquico, e os valores sociais de convivência, diálogo e respeito mútuo.

§ 3º A exposição de tais produtos deverá ser feita em local privado, devendo o comerciante ou prestador de serviços impedir a entrada de crianças e adolescentes.

Pena: grave.

§ 4º Sendo impossível ao comerciante ou prestador de serviços dispor de local conveniente, nos termos do parágrafo antecedente, deverá manter catálogo ou álbum das obras a fim de que os mesmos possam ser consultados, sendo a consulta vedada a crianças e adolescentes.

Pena: grave

Art. 9º Os provedores de acesso à internet que prestem serviço no Município deverão instalar programas que impeçam o acesso a sites que transmitam conteúdo incluído no artigo antecedente, podendo ser liberados a pedido expresso do consumidor, comprovada a idade adequada e mediante senha a ser fornecida pelo provedor.

Pena: gravíssima.

Art. 10 É proibido alienar, emprestar ou de qualquer forma deixar na posse de crianças e adolescentes os seguintes materiais:

I - armas, munições e explosivos;

Pena: gravíssima.

II- bebidas alcoólicas;

Pena: gravíssima.

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida;

Pena: gravíssima.

IV - fogos de estampido e de artifícios, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida;

Pena: gravíssima.

V- materiais de cunho violento ou pornográfico, incluído neste conceito os brinquedos, comestíveis, peças de vestuário, cosméticos e quaisquer outros produtos que se apresentem de forma contrária à dignidade da pessoa humana ou se destinem a utilização inadequada;

Pena: grave.

VI - bilhetes lotéricos e equivalentes;

Pena: grave.

VII - publicações que contenham ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios dos materiais citados no inciso V.

Pena: grave.

Parágrafo único: Os estabelecimentos que comercializem os produtos enumerados acima deverão afixar nos acessos uma placa de, no mínimo, 30 x 20 cm, informando sobre a proibição disposta neste artigo.

Pena: grave.

Art. 11. No atendimento ao consumidor, deverão ser respeitadas as seguintes regras:

I - nos casos em que houver hora marcada para atendimento, o tempo de espera além do combinado não poderá ultrapassar 30 (trinta) minutos;

Pena: leve.

II - nos casos em que houver fila em que se espere de pé, o tempo de espera não poderá ultrapassar 20 (vinte) minutos;

Pena: leve.

III - nos casos em que houver fila em que se espere sentado, o tempo de espera não poderá ultrapassar 40 (quarenta) minutos.

Pena: leve.

§ 1º Para ser aplicado o inciso III, a quantidade de assentos disponíveis não poderá ser inferior a 5 (cinco), caso em que será atendida a regra estabelecida no inciso II.

§ 2º Nos locais de atendimento ao público destinado à espera, deverá ser afixada uma placa de, no mínimo, 30 x 20 cm, contendo a íntegra do artigo anterior, de forma legível.

Pena: leve.

Art. 12. No atendimento ao consumidor:

I - fica proibida a utilização de embalagens devassáveis de molhos, temperos de mesa e congêneres, nos bares, restaurantes, padarias, lanchonetes, carrocinhas, veículos automotores, instalações removíveis e similares.

Pena: Leve

II - ficam os bares, casas de sucos e lanchonetes obrigados a utilizar apenas copos descartáveis para atendimento ao público, salvo nos casos de possuírem equipamentos esterilizadores.

Pena: Leve

III - as mercadorias expostas à venda, ainda que em vitrine, em qualquer espécie de comércio, deverão conter de maneira clara o respectivo preço.

Pena: Leve

§ 1º Consideram-se embalagens devassáveis, para os efeitos do inciso I deste artigo, os tubos e potes que permaneçam abertos após o uso e aqueles que não possuam fechamento hermético, data de fabricação, prazo de validade, procedência, composição química e demais exigências previstas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§ 2º Consideram-se molhos e temperos de mesa os molhos de tomate, mostarda, maionese, molho inglês, sal, açúcar e demais produtos utilizados às refeições.

§ 3º Fica autorizado o uso de sachês descartáveis para uso individual dos produtos referidos no inciso I deste artigo.

§ 4º Para fins da ressalva prevista no inciso II, os equipamentos esterilizadores deverão ficar à vista dos consumidores, de tal modo que seu real funcionamento seja evidente.

### TÍTULO III

#### Do Sossego Público

Art. 13. São proibidas as desordens, algazarras ou barulhos provenientes dos estabelecimentos.

Pena: grave.

Parágrafo único. Serão de responsabilidade do titular do estabelecimento os tumultos e algazarras que ocorrerem na parte externa adjacente ao mesmo em razão de seu funcionamento.

Art. 14. Ninguém poderá colocar objetos em lugar fronteiro às vias públicas ou passíveis de cair sobre os transeuntes.

Pena: grave.

Parágrafo único. Fica proibido estender quaisquer peças vestuárias nas janelas, portas, varandas, sacadas ou em qualquer local visível pelo

transeunte.  
Pena: leve.

Art. 15. É proibido atirar objetos de prédios ou outras propriedades particulares nas vias públicas.  
Pena: gravíssima.

Art. 16. Os proprietários ou moradores das residências que possuam cães bravios deverão afixar placas indicativas no portão, de forma visível e clara.  
Pena: grave.

§ 1º Ficam também obrigadas a ter caixa receptora de correspondência em local fora do alcance dos animais.  
Pena: leve.

§ 2º O proprietário ou detentor dos animais deverá tomar medidas para impedir que os mesmos causem ou ameacem causar danos aos transeuntes.  
Pena: grave.

Art. 17. Para os efeitos deste Código, consideram-se prejudiciais ao sossego público quaisquer ruídos:

I - que atinjam, no ambiente exterior ao recinto em que têm origem, nível sonoro superior a 85 (oitenta e cinco) decibéis em período diurno e 55 (cinquenta e cinco) decibéis em período noturno.

Pena: grave.

II - produzidos por buzinas, ou por pregões, anúncios ou propaganda, na via pública, em local considerado pela autoridade competente como "zona de silêncio";

Pena: gravíssima.

III - produzidos em quaisquer ambientes, sejam escolas, edifícios de apartamentos, vilas e conjuntos residenciais ou comerciais, por instrumentos musicais ou aparelhos receptores de rádio ou televisão ou reprodutores de sons, ou ainda de viva-voz, de modo a incomodar a vizinhança, provocando desassossego, intranquilidade ou desconforto;

Pena: grave

IV - provenientes de instalações mecânicas, bandas ou conjuntos musicais e de aparelhos ou instrumentos produtores ou amplificadores de som ou ruído, quando produzidos na via pública ou quando nela sejam ouvidos de forma incômoda;

Pena: grave

V - provocados por bombas, morteiros, foguetes, rojões, fogos de estampido e similares.

Pena: grave

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a eventos tradicionais do Município, bem como demais eventos e festejos autorizados pela Administração Municipal.

Art. 18. São permitidos, observado o disposto no inciso I do artigo anterior, os ruídos que provenham:

I - de sinos de igrejas ou templos, bem como, de instrumentos litúrgicos utilizados no exercício de culto ou cerimônia religiosa, celebrados no recinto das respectivas sedes das associações religiosas, no período de 7:00h às 22:00h, exceto aos sábados e na véspera dos dias feriados e de datas religiosas de expressão popular quando então será livre o horário.

Pena: grave.

II - de bandas de música nas praças e nos jardins públicos em desfiles oficiais ou religiosos;

III - de sirenes ou aparelhos semelhantes usados para assinalar o início e o fim da jornada de trabalho e do horário das aulas por tempo não superior a 5 segundos;

Pena: média.

IV - de sirenes ou aparelhos semelhantes, quando usados por batedores oficiais ou em ambulâncias ou veículos de serviço urgente, ou quando empregados para alarme e advertência, limitado o uso ao mínimo necessário;

V - de explosivos empregados em pedreiras, rochas e demolições no período das 8:00h às 18:00h;

Pena: gravíssima.

VI - de máquinas e equipamentos utilizados em construções, demolições e obras em geral, no período compreendido entre 08h00minh às 18h00minh;

Pena: gravíssima.

VII - de máquinas e equipamentos necessários à preparação ou conservação de logradouros públicos, no período de 07h00minh às 22h00minh.

Pena: gravíssima.

VIII - de alto-falantes utilizados para propaganda eleitoral durante a época própria, determinada pela Justiça Eleitoral, e no período compreendido entre 08h00minh às 18h00minh.

Pena: gravíssima.

Parágrafo único. As limitações a que se referem os itens VI e VII deste artigo não se aplica quando a obra for executada em zona não residencial ou em logradouro público, nos quais o movimento intenso de veículos ou pedestres, no período diurno, recomende a sua realização à noite.

Art. 19. Os equipamentos de difícil substituição, geradores de ruídos não permitidos por este Código, terão seu funcionamento tolerado, por prazo a ser determinado para a sua substituição ou para tomar medidas visando a manter os ruídos dentro dos níveis tolerados, de acordo com o artigo 16, inciso I.



Parágrafo único. O prazo a ser concedido, incluídas as prorrogações, não poderá ser superior a 12 (doze) meses.

Art. 20. Para os efeitos deste Código considerar-se-á como período diurno aquele compreendido entre 07h00minh e 22h00minh.

Art. 21. Os responsáveis por eventos festivos ou por estabelecimentos comerciais potencialmente geradores de poluição sonora, de acordo com esta Lei, deverão apresentar às Autoridades competentes laudo prévio elaborado por técnico habilitado por órgão reconhecido.

#### TÍTULO IV

Das Medidas Referentes ao Meio Ambiente

##### CAPÍTULO I

Regras Gerais

Art. 22. É proibido causar poluição de qualquer natureza que:

I - resulte ou possa resultar em danos à saúde humana, ou que provoque a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora;  
Pena: gravíssima.

II - torne uma área, urbana ou rural, imprópria para a ocupação humana;

Pena: gravíssima.

III - cause poluição atmosférica que provoque a retirada, ainda que momentânea, dos habitantes das áreas afetadas, ou que cause danos diretos à saúde da população;

Pena: gravíssima.

IV - cause poluição hídrica que torne necessária a interrupção do abastecimento público de água de uma comunidade;

Pena: gravíssima.

V - dificulte ou impeça o uso de bens de uso comum do povo, tais como ruas, praças e parques;

Pena: gravíssima.

VI - ocorra por lançamento de resíduos sólidos, líquidos ou gasosos, ou detritos, óleos ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou regulamentos municipais.

Pena: gravíssima.

Parágrafo único. Incorrem nas mesmas penas previstas às infrações enumeradas neste artigo quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível.

#### Capítulo II

Da Limpeza Pública

Art. 23. O serviço de limpeza das ruas, praças e logradouros públicos, bem como a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final do lixo serão executados direta ou indiretamente pelo Município, observada a legislação em vigor.

Art. 24. São classificados como serviços de limpeza pública as seguintes atividades:

Parágrafo único. A roça e a capina dos jardins públicos e das ruas, mediante o uso de equipamentos motorizados (elétricos ou a combustível) ou manuais, devem ser feitas por pessoas protegidas com equipamento (EPI), devendo a área de limpeza estar cercada com telas protetoras, para segurança geral.

Pena: gravíssima.

I - coleta regular, especial e seletiva, transporte, tratamento e disposição final adequada do lixo público, domiciliar, comercial e dos serviços de saúde e hospitalar;

II - conservação da limpeza de vias, sanitários públicos, áreas verdes, parques e outros logradouros e bens de uso comum dos munícipes;

III - remoção de animais mortos em via pública;

IV - capina do leito dos rios e das ruas e a remoção do produto resultante;

V - outros serviços concernentes à limpeza da cidade.

Art. 25. Os proprietários, inquilinos ou ocupantes são responsáveis pela limpeza do passeio fronteiro aos seus imóveis.

Pena: leve.

Parágrafo único. É proibido, em qualquer caso, varrer resíduos, de qualquer natureza, para as vias, sarjetas e ralos dos logradouros públicos.

Pena: leve.

Art. 26. É proibida a existência de terrenos, quintais, pátios ou outras propriedades particulares:

I - servindo como aterro sanitário ou depósito de lixo ou entulho, quando não autorizado;

Pena: grave.

II - servindo de depósito de materiais que possam ser nocivos à saúde pública ou ao meio ambiente;

Pena: grave.

III - que, devido às suas condições se constituam em focos de vetores de doenças;

Pena: grave.

Art. 27. Não é permitido o plantio ou conservação de vegetação espinhosa ou espécies que, de qualquer modo, sejam nocivas à saúde, em local que possa oferecer risco aos transeuntes.

Pena: leve.

Art. 28. O Município poderá, a seu exclusivo critério, executar serviços de modo a cumprir o disposto nos artigos anteriores, caso o infrator tenha sido comunicado previamente, e não tome as providências devidas no prazo estipulado.

Art. 29. A lavagem dos imóveis com frente para os passeios não poderá ser efetuada antes das 20h00minh e após as 09h00minh, exceto nos casos em que a água escoar para ralo no interior do mesmo.

Pena: leve.

Art. 30. A ninguém é lícito, sob qualquer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelos ralos, canos, valas, sarjetas ou canais das vias públicas, obstruindo, danificando ou alterando tais servidões.

Pena: média.

Art. 31. É proibido:

I - lavar roupas, veículos, animais ou quaisquer outros objetos em chafarizes, fontes, tanques, ou similares, de domínio público;

Pena: leve.

II - lavar roupas, veículos, animais ou quaisquer outros objetos em cursos d'água naturais, nascentes, olhos d'água e canais de domínio público;

Pena: média.

III - consentir o escoamento de águas limpas, servidas ou pluviais, dos imóveis para as vias públicas, onde existir rede de escoamento;

Pena: leve.

IV - queimar lixo ou quaisquer detritos.

Pena: média.

V - consentir o escoamento de água proveniente de aparelho condicionador de ar, ou similar, para a via pública;

Pena: leve.

VI - praticar qualquer ato que perturbe, prejudique ou impeça a execução da varredura ou de outros serviços de limpeza urbana;

Pena: leve.

VII - lançar entulho ou qualquer tipo de resíduo sólido nos cursos e nascentes d'água ou em suas margens;

Pena: grave.

VIII - extrair areia dos rios sem prévia licença da Administração e dos órgãos estaduais e federais competentes.

Pena: grave.

IX - riscar, colar papéis, pintar inscrições, fixar placas ou escrever dísticos no mobiliário urbano e no cenário urbano e paisagístico natural do Município.

Pena: grave.

Parágrafo único. Entende-se por mobiliário urbano a coleção de artefatos implantados no espaço público da cidade, de natureza utilitária ou de interesse urbanístico, paisagístico, simbólico ou cultural.

Art. 32. Os entulhos de obras, construções e reformas são de responsabilidade da fonte geradora, cabendo à mesma o acondicionamento, o transporte e a sua destinação final, sem que comprometa a limpeza pública e o meio ambiente.

Pena: grave.

Art. 33. O responsável pela distribuição de panfletos de propaganda, mesmo que autorizado, deverá manter limpos de seus panfletos os espaços públicos em um raio de 200 (duzentos) metros.

Pena: leve.

§ 1º Os panfletos a serem distribuídos em via pública deverão conter de forma clara, legível e de fácil visualização a inscrição "Preserve o meio ambiente: não jogue este impresso em via pública", ocupando no mínimo 5% de uma das faces dos mesmos.

Pena: leve.

§ 2º. A Administração Pública poderá determinar outras inscrições, mantendo o caráter educativo de seu conteúdo.

Art. 34. É proibido conduzir quaisquer materiais comprometendo o asseio das vias públicas ou a saúde do cidadão.

Pena: grave.

§ 1º Os veículos que transportem carga de qualquer natureza deverão trafegar com acondicionamento apropriado e adequado que impeça seu espalhamento.

Pena: média.

§ 2º Quando da carga e descarga de veículos, deverão ser adotadas, pelo interessado, todas as medidas para garantir a integridade do passeio e do logradouro público.

Pena: média.

§ 3º Os detritos resultantes da lavagem, limpeza, carga ou descarga, deverão ser retirados da via pública.

Pena: média.

Seção I

Da Coleta Regular

Art. 35. O lixo domiciliar e comercial devidamente acondicionado e armazenado, deverá ser apresentado pelo usuário à coleta regular, com

observância das seguintes normas:

I - deverá ser colocado no alinhamento dos respectivos imóveis, desde que não estorve o trânsito de pedestres ou de automóveis, obedecido o horário fixado pela Municipalidade para a coleta regular.

Pena: leve.

II - deverá ser colocado em local pré-determinado mantido pela Administração Pública, quando os veículos de coleta não tiverem acesso ao local;

Pena: leve.

§ 1º Nos locais dotados de coleta seletiva, o lixo deverá ser acondicionado conforme orientação do órgão competente.

Pena: leve.

§ 2º O Município ou a concessionária divulgará os horários de coleta para cada região da cidade, cabendo ao primeiro a fiscalização pelo cumprimento desse horário.

Pena: leve.

Art. 36. É vedada a colocação de lixo na via pública após a coleta diária, bem como nos dias em que esta não ocorra.

Pena: média.

#### Seção II

##### Da Coleta Especial

Art. 37. Cabe ao Município, mediante pagamento de taxa de coleta especial ou preço público, a remoção final de:

I - lixos originários de estabelecimentos públicos, institucionais, de prestação de serviços e comerciais superiores a 500 (quinhentos) litros/dia;

II - animais mortos;

III - restos de podas, capinas e entulho de obras, até 4 m<sup>3</sup> (quatro metros cúbicos);

IV - móveis e equipamentos domésticos em desuso.

Parágrafo único. A Administração Pública poderá fazer, a seu exclusivo critério, a coleta especial de restos de podas, capinas e entulho de obras acima do limite estabelecido no inciso III deste artigo.

#### Seção III

##### Da Coleta Seletiva

Art. 38. É obrigatório a todos os munícipes apresentar à coleta seletiva, separadamente do lixo comum, os seguintes materiais:

I - compostos de amianto;

Pena: leve.

II - borrachas e plásticos, salvo os sacos plásticos utilizados para embalar os demais resíduos;

Pena: leve.

III - latas;

Pena: leve.

IV - vidros;

Pena: leve.

V - embalagens de aerosóis;

Pena: leve.

VI - produtos para motores, tais como óleos lubrificantes, fluidos para freio e transmissão;

Pena: leve.

VII - outros materiais determinados pelo Executivo.

Pena: leve.

Art. 39. É obrigatório a todos os munícipes apresentar à coleta, separadamente de qualquer outro lixo e separados entre si, os seguintes materiais:

I - curativos, seringas ou outros materiais que, de qualquer forma, possam infectar outras pessoas;

Pena: gravíssimo.

II - agrotóxicos, tais como pesticidas, inseticidas, repelentes, herbicidas, bem assim suas embalagens;

Pena: gravíssimo.

III - materiais de pintura, tais como tintas, solventes, pigmentos e vernizes, e bem assim suas embalagens;

Pena: gravíssimo.

IV - máquinas e equipamentos que contenham elementos tóxicos, tais como mercúrio, cádmio, chumbo e radioativos;

Pena: gravíssimo.

V - outros materiais determinados pelo Executivo.

Pena: gravíssimo.

Art. 40. Lâmpadas fluorescentes, baterias de telefones celulares, baterias de veículos automotores, pilhas e materiais similares deverão ser encaminhados aos estabelecimentos que os comercializem, sendo proibida qualquer outra destinação.

Pena: gravíssimo.

Parágrafo único. Todos os estabelecimentos que comercializem os itens referidos neste artigo ficam obrigados a manter em local visível e adequado recipientes especiais para o seu recolhimento, dando-lhe destinação que não degrade ou ponha em risco o meio ambiente.

Pena: gravíssimo.

#### Seção IV

##### Dos Resíduos de Serviços de Saúde

Art. 41. Entende-se por resíduos de serviços de saúde aquele originário dos hospitais públicos ou privados, de ambulatorios, consultórios, farmácias, drogarias, veterinários, indústrias farmacêuticas, laboratórios de análises clínicas e patológicas e demais estabelecimentos de serviços de saúde.

§ 1º A coleta, transporte e destinação final dos resíduos de serviço de saúde serão desempenhados direta ou indiretamente pelo Município, mediante pagamento de taxa ou preço público.

§ 2º Poderá o Município credenciar empresas privadas que se destinem ao armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos de serviço de saúde.

Art. 42. No tratamento dos resíduos de serviço de saúde, todos os estabelecimentos citados no artigo anterior ou as empresas credenciadas ficam obrigados a atender às seguintes normas:

I - os resíduos de serviço de saúde serão acondicionados em embalagens recomendadas ou admitidas pelo Executivo, visando a distingui-lo dos demais tipos de lixo;

Pena: gravíssimo.

II - as aberturas serão lacradas ou devidamente fechadas de modo que as embalagens se tornem invioláveis;

Pena: gravíssimo.

III - enquanto aguardam remoção, essas embalagens não poderão ficar expostas nas calçadas ou em locais de fácil acesso ao público ou a animais, de modo a se evitar que sejam danificadas ou violadas;

Pena: gravíssimo.

IV - o transporte dessas embalagens dos locais próprios de recolhimento para o seu destino será feito em veículo adequado e de uso exclusivo, que terá em sua carroceria, de modo bem visível, a inscrição "RESÍDUOS DE SERVIÇO DE SAÚDE".

Pena: gravíssimo.

V - chegando ao destino em local previamente autorizado pelo Município, que se deve revestir da proteção sanitária conveniente, os resíduos de serviço de saúde serão incinerados, tomando-se as precauções exigidas.

Pena: gravíssimo.

Art. 43. Fica proibida a incineração dos resíduos de serviço de saúde, sem antes serem esterilizados, a vapor, a fim de evitar o lançamento de substâncias tóxicas na atmosfera.

Pena: gravíssimo.

Art. 44. É proibido desempenhar atividade geradora dos resíduos de serviço de saúde sem a comprovação do pagamento da respectiva taxa ou preço, ou sem a efetiva manutenção de contrato com empresa privada credenciada.

Pena: gravíssimo.

#### Seção V

##### DO LIXO INDUSTRIAL

Art. 45. É obrigação do gerador de lixo industrial realizar o acondicionamento, transporte e destino final dos resíduos sólidos industriais, conforme a legislação pertinente.

Pena: grave.

Parágrafo único. A Administração Pública poderá, direta ou indiretamente, desempenhar a atividade disposta neste artigo, mediante pagamento de taxa ou preço público.

#### Seção VI

##### DA RECICLAGEM DO LIXO

Art. 46. A Administração Municipal incentivará a implantação de serviços de coleta seletiva de lixo, com vistas à sua reciclagem.

Art. 47. A reciclagem do lixo será encargo de cooperativas ou empresas destinadas a este fim.

Art. 48. A Administração Municipal poderá, direta ou indiretamente, se incumbir da reciclagem de lixo, sem prejuízo do disposto no artigo anterior.

#### Capítulo III

##### DA PRESERVAÇÃO DO AR

Art. 49. Considera-se poluição atmosférica a alteração da composição ou das propriedades do ar atmosférico, produzida pela descarga de poluentes, de maneira a torná-lo prejudicial ao meio ambiente, conforme as normas pertinentes.

Art. 50. Os estabelecimentos poluidores do ar, já existentes, terão prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir da data de notificação, para instalar dispositivos adequados que eliminem ou reduzam os fatores de poluição aos índices permitidos.

Pena: gravíssima.

Parágrafo único. Não será permitida reforma ou ampliação que resulte em poluição atmosférica.

#### Capítulo IV

##### DA PRESERVAÇÃO DAS ÁGUAS

Art. 51. Os resíduos líquidos ou sólidos somente poderão ser lançados nas águas, superficiais ou subterrâneas, situadas no território do Município, após o tratamento adequado para eliminar ou reduzir o índice de poluição, de acordo com o determinado pelos órgãos competentes.  
Pena: grave.

Art. 52. O Município, em consonância com o órgão estadual competente, deverá proceder à classificação das águas situadas no território do Município.

Art. 53. Ficam sujeitos à aprovação da Administração, e anuência prévia do órgão estadual competente, os projetos de instalações de tratamento de esgoto a serem construídos no Município.

Art. 54. Devem ser mantidos os mananciais, os cursos e reservatórios de águas e demais recursos hídricos do Município, sendo proibidos a sua alteração, obstrução ou aterro, sem a aprovação prévia da Administração e prévia parecer autorisativo do órgão estadual competente.  
Pena: gravíssima.

Art. 55. Os proprietários deverão manter permanentemente limpos os cursos d'água ou veios em sua propriedade, e submeter as obras à prévia licença, às exigências do Município e à anuência prévia do órgão estadual competente.  
Pena: média.

Art. 56. Nas vias onde existir rede pública de esgotos sanitários, todas as edificações deverão obrigatoriamente lançar seus dejetos na rede pública.  
Pena: média.

Art. 57. Onde não existir rede pública de esgotos sanitários, serão obrigatórias as instalações individuais ou coletivas de fossas ou sistemas alternativos de tratamento de esgotos sanitários.

Parágrafo único. A construção de fossas deverá satisfazer a todos os requisitos sanitários, devendo atender ainda às seguintes exigências:

a) as fossas sépticas deverão ser construídas e mantidas obedecendo as prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT);  
Pena: média.

b) as fossas não deverão causar, direta ou indiretamente, a poluição do solo;  
Pena: grave.

c) não deverá haver perigo da fossa poluir água subterrânea;  
Pena: grave.

d) devem ser evitados o mau cheiro, proliferação de insetos e os aspectos desagradáveis à vista.  
Pena: média.

Art. 58. A limpeza das fossas deverá ser feita de modo a não causar poluição do ambiente.  
Pena: média.

Parágrafo único. As empresas particulares, que trabalhem no ramo de limpezas de fossas, deverão ter autorização especial da Administração Pública.  
Pena: grave.

Art. 59. As fossas existentes em desacordo com os artigos anteriores deverão ser corrigidas, de modo a satisfazer as exigências dos mesmos, em prazo a ser estabelecido pela Administração.  
Pena: média.

Art. 60. É proibido todo e qualquer desperdício de água, devendo o proprietário ou ocupante zelar pela manutenção e conservação das instalações.  
Pena: leve

#### CAPÍTULO V

##### Do Cuidado dos Animais

Art. 61. Os proprietários dos animais deverão cuidar da saúde e higiene dos mesmos.  
Pena: leve.

Art. 62. É proibido praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos.  
Pena: grave.

Art. 63. É proibida a permanência de animais soltos ou abandonados na via pública, sendo responsabilidade de seus proprietários a guarda dos mesmos, bem como os danos que venham a causar.  
Pena: gravíssima.

Art. 64. A utilização de animais para a tração de charretes, vitórias e similares será regulamentada por Decreto do Prefeito Municipal, que poderá impor as penalidades cabíveis.

**TÍTULO V****Do Trânsito Público e da Conservação das Habitações**

Art. 65. O trânsito, de acordo com as leis vigentes, é livre e sua regulamentação tem por objetivo manter a ordem, a segurança e o bem-estar dos transeuntes e da população em geral.

Art. 66. É proibido embarçar ou impedir, por qualquer forma, o livre trânsito de pedestres ou de veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências policiais o determinarem ou, ainda, quando autorizado pelo Poder Público.

Pena: média.

§ 1º Sempre que houver necessidade de impedir o trânsito deverá ser colocada sinalização adequada claramente visível de dia e com iluminação à noite, além de efetuada comunicação à autoridade competente.

Pena: grave.

§ 2º A instalação de protetores de calçadas poderá ser autorizada pelo Poder Público, respeitadas as seguintes condições:

I - só poderão ser instalados quando o espaço restante para passagem, no passeio, for de no mínimo 1m (um metro);

Pena: grave.

II - só poderão ser instalados junto ao meio-fio;

Pena: grave.

III - deverão obedecer aos padrões definidos pelo Poder Público para cada localidade;

Pena: grave.

IV - a distância entre um protetor e outro deverá ser de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros);

Pena: grave.

V - o proprietário ou morador do imóvel fronteiro deverá mantê-los limpos, íntegros, pintados de amarelo e sem oferecer perigo aos transeuntes;

Pena: grave.

VI - em cada instalação será observada pela Administração a conveniência e a oportunidade, tendo em vista o bem público, especialmente o bem dos portadores de deficiência.

Pena: grave.

§ 3º A qualquer tempo, a Administração poderá revogar a autorização para protetores de calçadas, sendo de responsabilidade do proprietário ou morador do imóvel fronteiro a retirada dos mesmos, deixando o passeio em perfeito estado.

Pena: grave.

§ 4º Não será permitida a instalação de protetores de calçadas sem prévia autorização.

Pena: grave.

Art. 67. Compreende-se na proibição do caput do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral, vedado o estacionamento de veículos objetos de transação comercial, ou o seu comércio ou ainda para fins publicitários.

Pena: grave.

Art. 68. É proibido nas vias públicas do Município:

I - conduzir animais ou veículos não motorizados em disparada;

Pena: média.

II - fazer trafegar qualquer veículo em sentido contrário ao fluxo do trânsito;

Pena: grave.

III - conduzir animais domésticos ou ferozes sem a necessária precaução;

Pena: grave.

IV - deixar de recolher, nos logradouros públicos, os dejetos eliminados por animais de sua propriedade ou sob sua guarda;

Pena: grave.

V - colocar ou conduzir nos passeios públicos volumes de grande porte ou quaisquer materiais que dificultem o tráfego de pedestres, de portadores de deficiência física e de carrinhos de crianças;

Pena: grave.

VI - conduzir ou estacionar pelos passeios e praças, veículos de quaisquer espécies, salvo quando autorizado;

Pena: grave.

VII - colocar cones e cavaletes a fim de reservar área de estacionamento particular;

Pena: média.

VIII - abandonar veículos ou objetos;

Pena: média.

IX - lançar, no passeio público, quaisquer objetos, inclusive resíduos oriundos de processo industrial, tais como partículas em suspensão, tintas, limalha, poeira, gases, vapores e fumaça sem proteção ou anteparo;

Pena: média.

X - fazer o desmonte ou o depósito dos materiais oriundos de estabelecimentos que comercializem ferro velho e papéis usados nas vias e passeios públicos;

Pena: gravíssima.

XI - o gotejamento oriundo de aparelhos condicionadores de ar diretamente sobre os passeios públicos, devendo os proprietários providenciar instalação de dispositivo coletor para o interior de seu imóvel.

Pena: leve.



XII - conduzir animais em vias onde haja trânsito de veículos, sem a devida autorização.

Parágrafo único. Excetuam-se do disposto neste artigo, carrinhos de crianças, cadeiras de roda, triciclos, bicicletas de uso infantil e similares.

Art. 69. É proibido danificar ou retirar sinalização de advertência, regulamentação e informação existente nas vias, estradas ou caminhos públicos.

Pena: gravíssima

Art. 70. O Poder Público poderá impedir, independentemente de notificação ou autuação anterior, o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública e / ou à segurança dos munícipes.

Art. 71. Poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, para festividades religiosas, cívicas, políticas ou de caráter popular, desde que observadas as seguintes condições:

I - serem previamente aprovados pela Prefeitura;

Pena: grave.

II - não prejudicarem o escoamento das águas pluviais;

Pena: grave.

III - não danificarem o calçamento, o ajardinamento e o patrimônio público, correndo por conta dos responsáveis pelo evento a reparação dos danos que porventura ocorrerem;

Pena: grave.

IV - serem removidos dentro do prazo estipulado, no caso de utilização de coretos, palanques e outros equipamentos.

Pena: grave.

Parágrafo único. Uma vez findo o prazo estabelecido pelo Poder Público, este poderá executar a remoção do material, sendo considerado abandonado para todos os efeitos e cobradas do responsável as despesas com remoção, sem prejuízo da aplicação das multas cabíveis.

Art. 72. Os estabelecimentos comerciais, mediante consulta prévia que englobe croquis da pretensão encaminhada ao órgão competente, poderão ocupar com mesas e cadeiras, parte do passeio público correspondente à testada do imóvel desde que fique livre para o trânsito público uma faixa do passeio, a contar do alinhamento predial, com largura mínima de 1 (um) metro, vedada a instalação de churrasqueiras e similares.

Pena: média.

§ 1º O Poder Público, nestes casos, cobrará uma taxa de ocupação pelo uso do solo.

§ 2º Poderá o Poder Público, padronizar o tipo de mesa, cadeira e abrigo (guarda-sol) a ser instalada em uma determinada área, rua ou praça.

§ 3º Em todos os casos, no entanto, só será permitido mesas com no máximo 0,80cmX0,80cm, ou com o mesmo diâmetro, para no máximo, quatro cadeiras cada.

Art. 73. A construção de jardineiras nos passeios de logradouros públicos será autorizada de acordo com a conveniência e oportunidade da Administração, só sendo permitida a sua construção em passeios com largura igual ou superior a 1,20m (um metro e vinte centímetros), não podendo ser ocupada uma área superior a 20% (vinte por cento) da metragem total da calçada.

Pena: média.

§ 1º A qualquer tempo, a Administração poderá revogar a autorização para a existência de jardineira, sendo de responsabilidade do proprietário ou morador do imóvel fronteiro a retirada da mesma, deixando o passeio em perfeito estado.

Pena: média.

§ 2º O proprietário ou morador do imóvel fronteiro será responsável por sua conservação e manutenção permanentes.

Pena: média.

Art. 74. As jardineiras, atingidas por obras públicas realizadas nos passeios e que tenham condições de ser recolocadas, serão obrigatoriamente recompostas pelo responsável pelas obras.

Pena: média.

Art. 75. A execução de serviços mecânicos em vias públicas somente será tolerada nos casos de evidente emergência, para socorro de eventuais defeitos no funcionamento de automotores e pelo tempo estritamente necessário.

Pena: média.

Art. 76. A execução de serviços profissionais de qualquer natureza em veículos, inclusive troca de pneus no logradouro público, ressalvada a situação admitida na forma do artigo anterior, é expressamente proibida em todo o território do Município.

Pena: média.

Parágrafo único. A proibição de que trata este artigo estende-se especialmente aos estabelecimentos de oficina de pintura, mecânica, lanternagem, instalação de peças e acessórios, borracheiros e similares.

Art. 77. Os imóveis deverão ser pintados a cada quatro anos ou quando se fizer necessário dado o estado de deterioração.

Pena: leve.

§ 1º Tratando-se de imóvel com acabamento em pastilhas, pedras ou similares os mesmos deverão ser lavados ou recuperados, assegurando o seu permanente bom estado de conservação.

Pena: leve.

§ 2º Os toldos deverão ser conservados em perfeito estado de funcionamento, limpeza e pintura quando for o caso.

Pena: leve.

§ 3º As fachadas dos imóveis de antigas fábricas fechadas, localizadas no centro histórico, devem estar sempre limpas e pintadas, e os caixilhos das janelas e portas com suas vidraças inteiras.

Pena: gravíssima.

Art. 78. Os proprietários de terrenos são obrigados a murá-los ou cercá-los dentro dos prazos fixados pelo Poder Público, de acordo com as disposições do presente Código e outras Leis, Decretos e Regulamentos.

Pena: leve.

Art. 79. Os terrenos edificados ou não, com frente para vias públicas dotadas de pavimentação e meio-fio, são obrigados a construir muros e passeio público, bem como mantê-los em bom estado de conservação.

Pena: leve.

Parágrafo único. Em se tratando de lote com mais de uma testada, as obrigações estabelecidas neste artigo se estendem a todas elas.

Art. 80. Os proprietários de terrenos fronteiros à via pública não poderão manter vegetação que cause ou ameace causar:

I - transtorno aos transeuntes;

Pena: leve.

II - perigo aos transeuntes ou veículos;

Pena: leve.

III - prejuízo aos logradouros públicos.

Pena: leve.

Art. 81. Será dispensada a construção de muro ou passeio nos terrenos cuja localização junto a córregos ou acentuados acidentes geográficos, em relação ao leito do logradouro público, não permitir esse melhoramento, ou torná-lo excessivamente oneroso, de acordo com parecer técnico do órgão Municipal competente.

Art. 82. Nos casos em que os proprietários dos imóveis não cumpram o prazo de intimação para construção de muros e passeios, poderá o Município, a seu exclusivo critério e além das medidas previstas neste Código, executar, direta ou indiretamente, tais melhoramentos, ou manutenção dos mesmos, cobrando o respectivo ressarcimento do infrator.

Art. 83. Nos muros junto ao alinhamento frontal, não é permitido o fechamento por meio de cercas de arame farpado, chapas metálicas, tábuas, vegetais espinhosos ou qualquer outro material que possa causar danos aos transeuntes.

Pena: média.

Parágrafo único. Os materiais que objetivem a segurança da propriedade poderão ser instalados nos muros e cercas, desde que acima da altura máxima prevista nas Leis, Decretos e Regulamentos, não isentando o proprietário ou morador da responsabilidade civil e penal vigente.

Pena: grave.

Art. 84. Quando os terrenos forem fechados por meio de cercas vivas e estas não forem convenientemente conservadas, o Poder Público poderá substituir-se ao responsável por sua conservação ou exigir a substituição desse fechamento por outro tipo, a cargo remissivo do proprietário.

Art. 85. Os terrenos baldios devem ser mantidos limpos, roçados e drenados, por seus proprietários ou possuidores.

Pena: grave.

Art. 86. Na execução de serviços que exponham os transeuntes a riscos, devem ser colocados avisos alertando sobre o perigo.

Pena: grave.

## TÍTULO VI

### Da Publicidade e Propaganda

Art. 87. Toda e qualquer publicidade ou propaganda, seja por processo que for, nas vias ou logradouros públicos do Município, nos veículos nele licenciados, nos lugares de acesso comum ou nos lugares que, pertencendo ao domínio privado, sejam visíveis ou perceptíveis pelo público, deverão ter prévia autorização do Município.

Pena: média.

Art. 88. Entende-se por engenhos ou veículos de publicidade ou propaganda, entre outros:

I - os cartazes, faixas, letreiros, panfletos, folhetos, galhardetes, tabuletas (outdoors), painéis, emblemas, placas, avisos, anúncios e mostruários, removíveis ou não;

II - o som;

## III - a imagem.

Art. 89. Para efeitos deste Código, os engenhos de publicidade ou propaganda são identificados pelas seguintes características:

- I - Placa ou Pannel: destinado à pintura de anúncios, iluminado natural ou artificialmente, com dimensões máximas de 27m<sup>2</sup> (vinte e sete metros quadrados), instalados diretamente no solo;
- II - Letreiro: iluminado natural ou artificialmente, destinado à identificação do estabelecimento, afixado na área de domínio do mesmo;
- III - Cartaz e Faixa: constituído de material facilmente deteriorável e que se caracteriza pela alta rotatividade de mensagem;
- IV - Publicidade Móvel: transportado em veículos automotores ou por qualquer outro modo;
- V - Folheto, Encarte, Prospecto, Panfleto ou Volante: impressos em papel, distribuídos de qualquer forma ao público;
- VI - Indicador de Logradouro, de Direção ou de Sinalização: simples ou luminoso, instalado ao longo das vias públicas, destinado à identificação de logradouros, à indicação de locais turísticos e/ou interesse público;
- VII - Balão publicitário: caracterizado pela suspensão acima do solo, mediante o uso de ar ventilado, ou qualquer tipo de gás não inflamável, fixo ao solo por qualquer material, com qualquer formato, contendo ou não inscrição;
- VIII - Totem: com características similares a placa, painel ou letreiro, podendo apresentar faces múltiplas, ancorado a uma única coluna;
- IX - Tabuleta (Outdoor): iluminado natural ou artificialmente, destinado à colagem de material impresso, com as dimensões de 9m x 3m (nove metros de comprimento por três metros de largura), instalado diretamente no solo, constituído de material facilmente deteriorável e que se caracteriza pela rotatividade da mensagem.

Art. 90. Toda e qualquer publicidade ou propaganda, seja por que processo for, deverá ser conservada em boas condições e limpa, renovada ou consertada sempre que tais providências sejam necessárias para seu bom aspecto e segurança.

Pena: leve.

Art. 91. Sem prejuízo da sanção aplicável, todo anúncio, propaganda, engenho ou veículo em desacordo com as exigências deste Título deverá ser adequado às mesmas no prazo assinalado pelo Órgão Municipal competente.

Pena: média.

§ 1º O prazo a que alude o caput será improrrogável e deverá estar compreendido entre 15 (quinze) e 90 (noventa) dias.

§ 2º Quando a adequação se mostrar inviável, ou quando descumprido o prazo assinalado para a mesma, deverá ser removido pelo proprietário ou responsável, em prazo compreendido entre 24 horas a 10 (dez) dias, ao final do qual poderá o Poder Público efetuar a retirada, ressarcindo-se das despesas junto ao proprietário ou responsável.

Pena: média.

Art. 92. É proibida:

I - a afixação de propaganda ou publicidade em muros, paredes, postes, árvores, pilotis, tapumes, colunas, grades, calhas dos rios, pontes e guarda-corpos, empenas cegas e coberturas das edificações ou que de alguma forma prejudique o mobiliário urbano, o cenário urbano, histórico e paisagístico natural do Município;

Pena: grave.

II - a afixação de publicidade ou propaganda em área de preservação permanente;

Pena: gravíssima

III - utilização de publicidade ou propaganda que:

a) perturbe o sossego público;

Pena: média.

b) obstrua, intercepte ou reduza os vãos de portas, janelas e prismas de ventilação e iluminação, bem como suas bandeiras;

Pena: leve.

c) contenha incorreções de linguagem;

Pena: leve.

d) contenha palavras em língua estrangeira, salvo quando já de uso comum;

Pena: leve.

e) pela sua quantidade ou má distribuição prejudique os aspectos das fachadas;

Pena: leve.

f) seja ofensiva à moral, ou contenha dizeres ou imagens discriminatórios;

Pena: gravíssima.

g) contenha armas, símbolos, emblemas, escudos ou quaisquer desenhos semelhantes aos usados pelo Poder Público ou entidades a ele ligadas.

Pena: grave.

IV - a divulgação de anúncios ou letreiros quando pintados, desenhados ou gravados nas rochas, cortes rodoviários e imóveis públicos;

Pena: grave.

V - a instalação de engenhos publicitários e a exibição de anúncios, seja qual for a sua finalidade, forma ou composição, nos seguintes casos:

a) quando cobrir parcial ou totalmente a visibilidade de sinalização de trânsito ou outro sinal de comunicação institucional, destinado à orientação do público, bem como a numeração imobiliária e a denominação das vias;

Pena: grave.

b) quando estiver próxima aos dispositivos de sinalização de trânsito ou apresentar conjunto de formas e cores que se confundam com as convencionadas para as diferentes categorias de sinalização de trânsito de forma a desviar a atenção do motorista ou pedestre;

Pena: grave.

c) quando, com dispositivo luminoso, produzir ofuscamento ou causar insegurança ao trânsito de veículos ou pedestres;

Pena: grave.

d) em edificações de uso exclusivamente residencial, salvo a instalação de letreiros, de acordo com o uso liberado pelo Poder Público;

Pena: média.

e) nas partes internas e externas de cemitérios;

Pena: média.

f) nas partes internas e externas de hospitais, pronto socorros e postos de atendimento médico, exceto os que digam respeito a eventos relacionados à área de saúde;

Pena: média.

g) próxima a curvas, esquinas, pontes, viadutos, túneis, cruzamentos, entroncamentos, passarelas, elevados, salvo a instalação de letreiros, de acordo com o uso liberado pelo Poder Público, ou de indicador de logradouro, de direção ou de sinalização;

Pena: grave.

h) em imóveis tombados, sem autorização prévia do órgão de tombamento competente;

Pena: média.

i) em praças, jardins, parques, bosques e outros locais públicos.

Pena: média.

VI - a pintura de propaganda em portas de aço.

Pena: média.

VII - a propaganda e publicidade em imóveis Municipais de Educação e Saúde.

Pena: média

Parágrafo único. o disposto neste artigo não se aplica a publicidade e propaganda realizada, direta ou indiretamente, pela Administração Pública Municipal, inclusive mediante licitação.

Art. 93. É igualmente proibida toda publicidade ou propaganda através de alto-falantes, amplificadores de voz ou quaisquer outros aparelhos sonoros a menos de 200 (duzentos metros):

I - dos órgãos dos Poderes Federal, Estadual e Municipal;

Pena: leve.

II - dos Hospitais, casas de saúde ou repouso e similares;

Pena: gravíssima.

III - dos estabelecimentos de ensino e estudo, bibliotecas e arquivos públicos, igrejas e teatros quando em funcionamento;

Pena: grave.

Art. 94. O disposto neste Título não se aplica à veiculação autorizada de propaganda e publicidade no mobiliário urbano, tais como terminais rodoviários, abrigos de ônibus, bancos de praças e outros que se encontrem ou porventura venham a ser implantados no espaço público, cabendo ao Poder Executivo regulamentar a matéria com vistas a promover a despoluição visual.

Art. 95. O Poder Executivo, mediante Decreto do Prefeito, poderá proibir a veiculação de propaganda ou publicidade em locais, horários ou épocas especificamente determinados, podendo tal proibição ser aplicável a todos os engenhos ou veículos, ou a alguns deles em particular.

Parágrafo único. O descumprimento da proibição sujeitará o infrator a pena variável entre leve e média, de acordo com o estipulado no Decreto, sendo-lhe aplicável todas as normas contidas no Título XI desta Lei.

## Capítulo I

### Da Autorização de Empresas de Publicidade

Art. 96. A exibição de publicidade poderá ser promovida por empresa do ramo, desde que devidamente cadastrada no órgão competente para a fiscalização das posturas municipais.

Pena: média.

§ 1º. O cadastro será feito mediante requerimento, estabelecido de acordo com critérios definidos por Portaria do Órgão Municipal competente.

§ 2º. Obedecidas as disposições desta Lei, toda publicidade ou propaganda de qualquer estabelecimento sediado no Município poderá ser feita pelo próprio interessado, independente de registro, desde que devidamente autorizado.

Art. 97. Observado o que trata o artigo anterior, a empresa estará habilitada a requerer autorização para exibição de publicidade, na forma desta Lei.

Parágrafo único. Quaisquer alterações contratuais que importem substituição na responsabilidade ou de sede, filial ou agência, deverão ser comunicadas ao setor de registro no prazo de 30 (trinta) dias.

Pena: média.

Art. 98. Todos os requerimentos de autorização para publicidade ou propaganda deverão ser instruídos com as especificações técnicas e apresentação dos seguintes documentos:

I - requerimento padrão, onde conste:

\* o nome e o C.N.P.J. da empresa;

\* a localização e especificação do equipamento;

\* o número de cadastro imobiliário do imóvel, no qual será instalado o engenho ou veículo;

\* a assinatura do representante legal;

\* número da inscrição municipal.

II - autorização do proprietário do imóvel, quando de terceiros, com firma reconhecida;

III - para os casos de franquia, o contrato com a franqueadora;

IV - projeto de instalação, contendo:

\* especificação do material a ser empregado;

\* dimensões;

\* altura em relação ao nível do passeio;

\* disposição em relação à fachada ou ao terreno e, no caso de outdoors, às edificações e anúncios nos lotes vizinhos e no próprio lote;

\* comprimento da fachada do estabelecimento;

\* sistema de fixação;

\* sistema de iluminação, quando houver;

\* inteiro teor dos dizeres;

\* tipo e suporte sobre o qual será sustentado.

V - termo de responsabilidade técnica ou ART- Anotação de Responsabilidade Técnica, quando for o caso, quanto à segurança da instalação e fixação, assinado pela empresa fabricante, instaladora e pelo proprietário da publicidade.

§ 1º. O Órgão Municipal competente poderá exigir, justificadamente, outros documentos, sempre que se revelar necessário ou conveniente, de acordo com o caso concreto.

§ 2º. A autorização prevista neste artigo terá validade de 1 (um) ano.

Art. 99. A taxa de autorização de publicidade será calculada de acordo com a tabela prevista no Código Tributário do Município.

Art. 100. Estão isentas das exigências e taxas os painéis exigidos por legislação própria e afixados nos locais das obras de construção civil, no seu período de funcionamento.

Art. 101. As exigências previstas nesta Lei não se aplicam:

I - às propagandas afixadas no interior dos estabelecimentos, que tenham por objetivo incentivar a venda dos produtos ali existentes;

II - à propaganda política de partidos e candidatos, regularmente inscritos no Tribunal Regional Eleitoral - TRE, respeitadas as normas próprias que regulam a matéria.

Parágrafo único. Todos os anúncios referentes à propaganda eleitoral deverão ser retirados pelos responsáveis até 15 (quinze) dias após a realização das eleições.

Art. 102. Qualquer modificação de local, de espaço, instalação ou de anunciante, ocorrida no veículo autorizado, implicará nova autorização.

Art. 103. Em toda publicidade deverá constar de forma visível o número do processo que a autorizou, inserido na extremidade inferior esquerda do engenho ou veículo.

Pena: leve.

## Capítulo II

### Das Placas, Painéis e Totens

Art. 104. Os anúncios e engenhos publicitários enquadrados neste capítulo devem obedecer às seguintes disposições:

I - afastamento frontal e de fundos de 3m (três metros);

Pena: média.

II - afastamento lateral e entre engenhos na seguinte proporção, conforme a altura do engenho:

a) até 3m (três metros) de altura, afastamento lateral de 1,5m (um metro e meio);

Pena: média.

b) acima de 3m (três metros) até 6m (seis metros) de altura, afastamento lateral de 2m (dois metros);

Pena: média.

c) acima de 6m (seis metros) até 8m (oito metros) de altura, afastamento lateral de 3m (três metros).

Pena: média.

## Capítulo III

### Dos Letreiros

Art. 105. A colocação de letreiros em todo o Município deverá respeitar os seguintes critérios:

I - em imóvel construído junto ao alinhamento predial, os letreiros:

a) deverão ser instalados na fachada do mesmo;

Pena: média.

b) deverão, sempre que possível, ser encaixados nos vãos de portas, sem se projetar além do alinhamento;

Pena: média.

c) deverão permitir uma altura mínima de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), medida do piso da soleira do estabelecimento até a face inferior do anúncio ou letreiro;

Pena: média.

d) terão altura máxima de 60cm (sessenta centímetros);

Pena: média.

e) serão permitidos apenas nos pavimentos térreos dos estabelecimentos, sendo proibida sua colocação acima das marquises;

Pena: média.

II - quando o imóvel estiver construído respeitando o afastamento frontal destinado para o local, o estabelecimento poderá optar pela instalação de um totem de área inferior ou igual a 1,80 m<sup>2</sup>, renunciando à modalidade prevista no inciso anterior;

Pena: média.

III - os letreiros poderão ser perpendiculares às fachadas, obedecendo ao seguinte:

a) deverão ser fixados nas paredes ou no fundo das lajes de marquises junto à parede, respeitando uma altura livre de 2,50m, medida do nível do passeio até a face inferior dos anúncios e letreiros;

Pena: média.

b) terão dimensões máximas de 80cm por 60cm e 20cm de espessura ou área equivalente devendo estar afastados do plano do alinhamento da fachada, em uma distância máxima de 15cm, respeitada a alínea anterior;

Pena: média.

c) deverão permitir que a projeção ao solo de sua extremidade mais afastada tenha uma distância livre mínima de 0,80m do meio fio do passeio, qualquer que seja a largura da calçada;

Pena: média.

d) serão localizados apenas no pavimento térreo.

Pena: média

IV - quando o estabelecimento estiver localizado no pavimento térreo, os letreiros pintados sobre as fachadas:

a) não poderão interceptar elementos decorativos ou morfológicos das fachadas;

Pena: média.

b) não poderão ser aplicados sobre cantarias;

Pena: média.

c) só poderão ser aplicados no térreo.

Pena: média

d) as letras poderão ser aplicadas em relevo com, no máximo, 2cm (dois centímetros) de espessura em relação ao plano da fachada e não poderão exceder a 30cm (trinta centímetros) de altura.

Pena: média.

V - quando afixados acima do pavimento térreo, só poderão ser instalados letreiros verticais, perpendiculares à fachada, e deverão permitir que a projeção ao solo de sua extremidade mais afastada tenha uma distância livre mínima de 1,00m (um metro) do meio fio do passeio, qualquer que seja a largura da calçada.

Pena: média.

Art. 106. Os letreiros não poderão obstruir vãos de iluminação, ventilação, prismas de ventilação, passagens ou áreas de exposição de outros anúncios.

Pena: média.

Art. 107. A altura mínima livre sob os anúncios não deverá ser inferior a 2,70m (dois metros e setenta centímetros) do nível do passeio.

Pena: média.

Art. 108. Em cada estabelecimento, só poderá ser instalado um único letreiro.

§ 1º Instalado o letreiro, fica proibida a instalação de qualquer outro veículo de publicidade ou propaganda no estabelecimento.

Pena: média.

§ 2º Fica excluída da proibição do parágrafo anterior e isenta de aprovação pelo Poder Público toda e qualquer publicidade que for afixada no interior dos estabelecimentos comerciais ou industriais e que tenham por finalidade incentivar e promover vendas, desde que não contrarie, no que couber, as disposições deste Código e demais normas em vigor.

Art. 109. Poderão ser aceitos letreiros afixados ao solo desde que:

I - respeitado o afastamento frontal de 3,00m (três metros).

Pena: média.

II - respeitado afastamento lateral de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Pena: média.

III - respeitada altura máxima de 1,00m (um metro) contada do nível de implantação da instalação do letreiro.

Pena: média.

IV - possuam no máximo 1,50 m<sup>2</sup>.

Pena: média.

#### Capítulo IV

##### Dos Cartazes e Faixas

Art. 110. Os cartazes, faixas e galhardetes só serão autorizados para serem instalados em local apropriado e pré-determinado pelo Órgão Municipal competente.

Parágrafo único. O responsável pela afixação dos cartazes, faixas e galhardetes deverá afixar no máximo 15 dias antes e retirar os mesmos até o máximo de 48 horas após a realização do evento.

Pena: grave.

#### Capítulo V

##### Das Tabuletas

Art. 111. A instalação de tabuletas, também chamadas outdoors, só poderá ser feita em imóveis não edificadas, e nos locais e condições expressamente previstos em Decreto, devendo manter equidistância de qualquer outro anúncio de, no mínimo, 50 (cinquenta) metros.

Pena: média.



§ 1º A instalação de duas tabuletas em grupo poderá ser autorizada pelo Órgão Municipal competente sempre que, a seu juízo, tal procedimento não desatenda aos fins visados por esta Lei.

§ 2º Não poderá ser autorizado agrupamento de mais de duas tabuletas.

## TÍTULO VII

### Do Comércio de Rua

Art. 112. Para os fins deste Código, é considerado comércio de rua a atividade exercida por pessoas físicas em instalações removíveis, colocadas nas ruas ou logradouros públicos.

Art. 113. Não se considera comerciante de rua, para os fins deste Código, aquele que exerce sua atividade em condições que caracterizem a existência de vínculo empregatício com fornecedor da mercadoria comercializada. Ver tópico.

Art. 114. O comerciante de rua poderá se utilizar dos seguintes meios para exercer sua atividade:

- I - bancas de jornal;
- II - bancas de comércio ambulante;
- III - bancas de feiras livres;
- IV - quiosques.

### Capítulo I

#### Do Comércio em Bancas de Jornal

Art. 115. As bancas de jornal e revistas poderão ser instaladas, nos espaços públicos ou terrenos particulares, desde que previamente autorizadas pelo Município.

Pena: grave.

Art. 116. O pedido de autorização para funcionamento das bancas deverá ser encaminhado ao Órgão de Fiscalização de Posturas através de requerimento devidamente protocolado, instruído de acordo com as normas baixadas pelo Órgão Municipal competente.

Parágrafo único. A banca deverá ser instalada e iniciar seu funcionamento dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data da autorização, sob pena de esta perder sua validade.

Art. 117. A autorização para funcionamento de bancas só poderá ser conferida a pessoas físicas.

Parágrafo único. Cada pessoa só poderá ser titular de uma única autorização.

Art. 118. O formato das bancas deverá obedecer a modelos determinados ou aprovados pelo Poder Público e em nenhuma hipótese poderão ser instaladas em calçadas cuja a largura mínima para passagem de pedestre seja inferior a 1.50m (um metro e meio), a contar do alinhamento predial, após a montagem da instalação, devendo as mesmas serem adaptadas para fácil remoção.

Pena: grave.

Art. 119. As bancas de jornais não poderão ser localizadas:

- I - junto aos pontos de parada de veículos de transporte coletivo, exceto quando instalados em estações rodoviárias, de transbordo ou similares.
- II - em locais que comprometam a estética, o paisagismo ou o trânsito público.
- III - nos pontos em que possam prejudicar a visão dos motoristas.
- IV - de forma a prejudicar o acesso a prédios, a iluminação natural ou artificial dos mesmos, a boa visualização das vitrines dos estabelecimentos comerciais ou a comprometer a segurança de terceiros no sentido de tornar-se refúgio de desocupados e marginais ou possibilitar a afronta à higiene, saúde pública ou ainda dificultar a limpeza da área onde estiver instalada.

Art. 120. Nas bancas de jornais só poderão ser vendidos:

- I - jornais, revistas, livros de bolsos, publicações em fascículos, almanaques, guias e plantas da cidade e de turismo;
  - II - bilhetes de loteria, se explorados pelo Poder Público ou por este concedida a sua exploração;
  - III - qualquer publicação periódica de sentido cultural, artístico ou científico;
  - IV - selos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, cartões postais, telefônicos e de estacionamento rotativo;
  - V - faixas, bandeiras, galhardetes, balões infláveis e flâmulas, contendo símbolos de clubes de futebol ou de sociedades beneficentes, desde que acondicionados em envelopes ou sacos plásticos;
  - VI - álbuns, figurinhas e similares, desde que não promovam sorteios ou distribuição de prêmios sem autorização de órgão competente;
  - VII - ingressos para espetáculos culturais e esportivos.
  - VIII - preservativos.
  - IX - cigarros, fósforos, isqueiros, canetas, pilhas, publicações com acompanhamentos, balas, confeitados e doces embalados.
  - X - filmes fotográficos, chaves, chaveiros, serviço de conserto de fechaduras e moldagem de chaves, cópias de documentos e plastificações, artigos para presentes;
  - XI - refrigerantes e sorvetes.
- Pena: leve

Art. 121. É proibido fazer uso de caixotes, tábuas ou quaisquer outros meios para aumentar a banca ou a área por ela coberta.

Pena: média.

Art. 122. As bancas deverão ser mantidas em perfeitas condições de conservação e higiene.

Pena: leve.

Parágrafo único. O responsável pela banca de jornal deverá manter os espaços públicos limpos de qualquer produto vendido, em um raio de 5.00m (cinco metros).

Pena: leve.

## Capítulo II

### Do Comércio Ambulante

Art. 123. As bancas para comércio ambulante poderão se utilizar dos seguintes meios:

I - as carrocinhas, de um modo geral, para pipocas, doces, refrescos, salgados e afins, bancas e barracas, com largura máxima de 1,00m (um metro), comprimento máximo de 2,00m (dois metros) e altura máxima de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros);

Pena: leve.

II - cesta ou caixa térmica a tiracolo, sendo proibido ao comerciante de rua transportar mais que uma unidade;

Pena: leve.

III - caixa térmica sobre rodas, para comércio de sorvete, com volume máximo de 70 (setenta) litros.

Pena: leve

§ 1º. A área da cobertura das instalações mencionadas no inciso I não poderá ultrapassar a 20% da área autorizada para as instalações.

Pena: leve.

§ 2º. As instalações deverão obedecer rigorosamente a modelo aprovado pelo órgão competente, e respeitada a legislação em vigor no que concerne ao setor de saúde pública.

Pena: leve.

Art. 124. Somente poderão ser autorizados veículos automotores para comércio de cachorro-quente, pizza, sanduíches, crepes e bebidas não alcoólicas no horário de 19h00minh às 04h00minh, utilizando equipamento previamente aprovado pelo órgão competente, em veículos cujas alterações tenham sido homologadas pelo órgão de trânsito competente.

Pena: média.

## Capítulo III

### Comércio em Feiras Livres

Art. 125. As feiras livres do Município de Timbé do Sul têm por finalidade o abastecimento suplementar de verduras, legumes, frutas, pescados, aves abatidas e outros produtos previstos neste Código.

Art. 126. Entende-se por feira livre a venda a varejo, dos produtos mencionados neste Código, feita em bancas e veículos, em caráter eventual, em locais previamente determinados pelo Órgão Municipal competente.

Art. 127. As bancas usadas na feira livre, serão confeccionadas de acordo com os modelos e cores adotados pelo órgão competente.

Pena: leve.

§ 1º. A banca medirá 1 (um) metro de profundidade por 2 (dois) metros de frente.

Pena: leve.

§ 2º. A cobertura da banca medirá 3 (três) metros de profundidade, por 2 (dois) metros de frente.

Pena: leve.

§ 3º. A cada quatro bancas, deverá ser observada a distância de 0,60m (sessenta centímetros) do conjunto de quatro bancas seguintes, para atender necessidades de circulação.

Pena: leve.

Art. 128. A banca será colocada em posição paralela ao eixo da rua, ou em outra posição que melhor atenda às condições do órgão competente. Ver tópico

Pena: leve.

Art. 129. Entende-se por feirante, para todos os efeitos legais, aquele que praticar atividade comercial na feira livre, previamente autorizado.

Art. 130. Só poderão comercializar nas feiras livres as pessoas físicas autorizadas pelo órgão competente, nas categorias de feirante-produtor ou feirante-intermediário.

Parágrafo único. Consideram-se:

I - Feirante-produtor: aquele que comercializa o produto de sua lavoura ou criação, sendo permitida a venda de produtos fornecidos por terceiros em até 20% (vinte por cento) do total oferecido ao público;

II - Feirante-intermediário: aquele que comercializa produtos fornecidos por terceiros.

Art. 131. Os pedidos de autorização serão instruídos na forma determinada pelo Órgão Municipal competente.

Art. 132. As autorizações serão concedidas em caráter precário e único, por interessado, pessoal e intransferível sequer em caso de sucessão, somente a pessoas residentes em Timbé do Sul, não sendo permitida a cessão da mesma através de aluguel, arrendamento, venda ou quaisquer outros tipos de transferência, ou transação.

Pena: grave.

Art. 133. O feirante poderá requerer o registro de até 3 (três) auxiliares para ajudá-lo no exercício de suas atividades.

Pena: média.

§ 1º. Os auxiliares serão registrados de acordo com as normas determinadas pelo Órgão Municipal competente.

§ 2º. A mesma pessoa não poderá ser registrada como feirante ou como auxiliar em mais de uma banca.

Art. 134. O afastamento ou a falta do feirante e seus auxiliares não acarretará a mudança do lugar que lhe estava reservado na feira, sem prejuízo das medidas administrativas que venham a ser deliberadas pelo órgão fiscal competente.

#### Seção I

##### Do Comércio Permitido em Feiras Livres

Art. 135. São os seguintes os comércios permitidos nas feiras livres:

- I - verduras, legumes e frutas;
- II - aves abatidas e ovos;
- III - flores naturais, plantas e sementes;
- IV - carnes e pescado, em veículos especiais;
- V - balas e biscoitos de produção caseira ou artesanal, mel e melado;
- VI - temperos e ervas;
- VII - laticínios e doces;
- VIII - caldo de cana, refrescos e salgados;
- IX - cereais.
- X- Aves vivas destinadas ao consumo, cuja venda não seja proibida por Lei.
- XL- Aguardente e Similares

§ 1º. O comércio a que se refere o inciso II será exercido com animais limpos e previamente eviscerados, exclusivamente.

Pena: média.

§ 2º. O comércio a que se referem os incisos II e IV será exercido em veículos especiais, dotados de sistemas de refrigeração, que conservem os produtos em perfeitas condições de consumo à temperatura julgada conveniente pelo órgão municipal competente.

Pena: grave.

§ 3º. A organização da feira em seções será definida pelo Órgão Municipal competente, com a participação das representações eleitas pelos feirantes, sendo prevista uma seção específica para os feirantes produtores, na qual poderá ser vendido qualquer item do caput deste artigo; o feirante produtor que optar por não permanecer na sua seção será considerado, para todos os fins, como feirante intermediário.

§ 4º. Será observada ainda, no que couber, a legislação sanitária em vigor.

#### Seção II

##### Dos Horários de Funcionamento das Feiras Livres

Art. 136. As feiras livres obedecerão aos dias e horários de funcionamento estabelecidos pelo Órgão Municipal competente, que disciplinará também a montagem e desmontagem das barracas; carga, descarga e estacionamento de viaturas; limpeza e liberação da via pública e entornos.

Pena: média.

Art. 137. Os serviços de transporte, montagem e desmontagem das bancas e demais veículos utilizados nas feiras livres são de exclusiva responsabilidade do feirante.

#### Seção III

##### Das Embalagens Permitidas

Art. 138. São os seguintes os tipos de embalagens permitidos para o acondicionamento de produtos:

- I - saco plástico incolor, transparente;
- II - saco de papel;
- III - rede de plástico;
- IV - rede de linha;
- V - folha de plástico incolor, transparente;
- VI - folha de papel impermeável;
- VII - papel branco.

Pena: grave.

Parágrafo único. Para o comércio de produtos refrigerados ou resfriados, os feirantes utilizarão, obrigatoriamente, um dos tipos definidos nos incisos I, V ou VI do caput deste artigo para acondicionamento direto do produto, utilizando para reforço, quando for o caso, o papel

branco.  
Pena: leve.

#### Seção IV Das Obrigações do Feirante

Art. 139. Sem prejuízo das demais normas pertinentes, constantes deste Código, é obrigação do feirante:

I - manter em local visível o cartão de autorização para o exercício da atividade;

Pena: leve.

II - portar a carteira de identidade;

Pena: leve.

III - usar o crachá de identificação;

Pena: leve.

IV - usar o uniforme padronizado e definido pelo Poder Público;

Pena: leve.

V - manter em local visível a tabela de preços dos produtos comercializados;

Pena: leve.

VI - manter vasilhame para recolhimento de lixo produzido por sua atividade;

Pena: leve.

VII - manter limpa a área ocupada por sua banca e seu entorno;

Pena: leve.

VIII - desempenhar sua atividade em conformidade com as informações constantes de seu cartão de autorização.

Pena: leve.

Art. 140. Sem prejuízo de outras normas pertinentes, é proibido ao feirante:

I- fraudar as pesagens, medidas ou balanças;

Pena: gravíssima.

II - fornecer mercadoria a vendedores clandestinos;

Pena: grave.

III - vender produtos não especificados em boletim de produção, salvo quando produzidos por terceiros;

Pena: leve.

IV- jogar na rua ou em leito de rio, ou em outro logradouro público, recolhimento de refugos ou detritos;

Pena: grave.

V - não colocar cobertura na banca, mantê-la em más condições de conservação ou fora do modelo determinado;

Pena: leve.

VI - utilizar veículo sem toldo de enrolamento mecânico ou de balança superior a 2,50 m (dois metros e cinquenta centímetros) ou de cor diferente da aprovada pelo órgão municipal competente

Pena: leve.

VII - utilizar balcão que não seja inteiramente metálico ou de dimensões superiores a 3,00 m (três metros) ou ainda afastados mais de 0,90 m (noventa centímetros) do veículo;

Pena: leve.

VIII - não manter o veículo, a banca, o balcão, o toldo, ou os letreiros em perfeitas condições de conservação, pintura e limpeza.

Pena: leve.

Art. 141. As obrigações e as proibições referidas nos artigos anteriores são extensivas aos auxiliares, ficando responsável pelos mesmos o feirante titular da autorização.

#### Seção V Das Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 142. Cabe ao Executivo Municipal:

I - modificar, transferir, criar ou extinguir feiras livres;

II - conceder, revalidar, cancelar, suspender e revogar autorizações;

III - baixar atos normativos referentes a locais, dias de funcionamento, medidas de higiene, lotação, obrigatoriedade de uso de veículos especiais, e demais especificações de bancas e veículos utilizados.

Art. 143. Somente será permitido, em cada feira livre, o funcionamento de um veículo ou banca por titular de matrícula.

Art. 144. Fica o Poder Executivo autorizado, ainda, a baixar os atos necessários ao cumprimento e complemento das disposições da presente Lei, bem como instituir feiras especiais, entendidas como tais aquelas destinadas a fomentar atividades temporárias específicas, culturais, artesanais, regionais, folclóricas e turísticas.

#### Capítulo IV Do Comércio em Quiosques

Art. 145. Os quiosques só poderão ser instalados, nos logradouros públicos ou propriedades particulares, desde que previamente autorizados pelo Poder Público.

Pena: grave.

Art. 146. O pedido de autorização para funcionamento dos quiosques, em logradouros públicos, deverá ser encaminhado ao Órgão de

Fiscalização de Posturas através de requerimento que obedecerá as normas baixadas pelo Órgão Municipal competente.

Art. 147. O pedido de autorização para funcionamento dos quiosques em propriedades particulares deverá ser instruído com os documentos exigidos pelo Órgão competente, além de prova de propriedade do imóvel ou autorização do proprietário do mesmo.

Art. 148. A autorização para funcionamento de quiosques, em locais públicos, só poderá ser conferida a pessoas físicas.

Parágrafo único. Cada pessoa só poderá ser titular de uma única autorização, podendo requerer o registro de um único auxiliar.

Art. 149. O formato dos quiosques, em locais públicos, deverá obedecer a modelos determinados pelo Poder Público e em nenhuma hipótese poderão ser instalados em calçadas cuja largura mínima restante para passagem de pedestre seja inferior a 1,00m, a contar do alinhamento predial, devendo os mesmos serem adaptados para fácil remoção.

Pena: grave.

Art. 150. Aplica-se aos quiosques todas as limitações previstas pelo art. 118, referentes à bancas de jornais.

Art. 151. Nos quiosques, em via pública, só poderão ser vendidos:

I - cafés, achocolatados, chás, biscoitos e tortas para consumo no local;

II - flores e plantas ornamentais, se localizados em praças;

III - artigos turísticos, tais como cartões postais, lembranças, mapas, guias, miniaturas e camisetas;

IV - ingressos para espetáculos na cidade ou fora dela.

V - cartões telefônicos, selos de correio.

Pena: leve

Art. 152. Os quiosques deverão ser mantidos em perfeitas condições de conservação e higiene.

Pena: média.

Parágrafo único. O responsável pelo quiosque deverá manter os espaços públicos limpos de qualquer produto vendido, em um raio de 5.00m (cinco metros).

Pena: leve.

## Capítulo V

### Das Pessoas Habilitadas ao Comércio de Rua

Art. 153 .Não serão considerados habilitados para o comércio de rua:

I - empregados em qualquer tipo de empresa;

II - proprietários ou participantes de sociedades de prestação de serviços, comercial ou industrial;

III - funcionários públicos, civis ou militares, municipais, estaduais ou federais, da administração direta, indireta ou fundacional;

IV - cônjuge e parente até o 2º grau, incluso, da autoridade que concede a autorização.

Art. 154. Na concessão e renovação da autorização, deverá ser dada preferência a pessoa que acumular maior número de pontos, nos termos a seguir:

I - portador de deficiência física grave: 30 pontos;

II - portador de deficiência física média: 10 pontos;

III - portador de deficiência física leve: 5 pontos;

IV - paternidade ou maternidade na adolescência, enquanto durar esta: 30 pontos;

V - existência de filhos menores de 16 anos: 15 pontos por cada filho;

VI - pai solteiro ou mãe solteira: 25 pontos;

VII - idade: 1 ponto por cada ano completo;

VIII - egressos do sistema penitenciário: 25 pontos;

IX - desempenho atual do comércio de rua: 20 pontos por ano de atividade.

§ 1º. servirão como critérios de desempate, sucessivamente, os itens IX, I, IV, VII, V,VIII, VI, II e III.

§ 2º. Persistindo o empate, proceder-se-á a sorteio, na presença dos interessados.

§ 3º. Os melhores pontuados terão preferência de opção pelos locais concedidos.

§ 4º. Os requerimentos de solicitação de autorização para comércio de rua, com a documentação comprobatória da pontuação referida por este artigo, deverão ser protocolados na primeira quinzena de setembro de cada ano, para o exercício da atividade no ano seguinte.

§ 5º. A deficiência será comprovada mediante atestado médico.

§ 6º. O pretendente que alegar ser pai solteiro ou mãe solteira deverá ter menos de 25 anos e apresentar certidão ou declaração de que não é casado nem convivente.

§ 7º. Os casos dos incisos IV e VI não serão acumuláveis.

§ 8º. O disposto no inciso VIII somente aproveita ao requerente nos 2 (dois) primeiros anos após a soltura, ainda que cumpra regime aberto ou semi-aberto.

#### Capítulo VI

##### Das Autorizações

Art. 155. O comerciante de rua deverá se localizar em área previamente estabelecida pelo Poder Público.

Pena: gravíssima.

Art. 156. Ao comerciante de rua a quem for concedida a autorização, será confeccionado um cartão de autorização, destinado à fiscalização pelo órgão competente e para a base da cobrança e incidência da taxa, contendo as seguintes características de sua atividade:

- a) nome e fotografia do comerciante;
- b) as mercadorias comercializadas;
- c) o tipo de instalação;
- d) a metragem da instalação;
- e) os dias e horários de funcionamento;
- f) o local de funcionamento;
- g) nº da carteira sanitária, quando tratar-se da comercialização de alimentos.

#### Capítulo VII

##### Das Infrações

Art. 157. É obrigação do comerciante de rua e do auxiliar:

I - manter em local visível o cartão de autorização para o exercício da atividade;

Pena: leve.

II - portar a carteira de identidade;

Pena: leve.

III - usar o crachá de identificação;

Pena: leve.

IV - usar o uniforme padronizado e definido pelo Poder Público;

Pena: leve.

V - manter em local visível a tabela de preços dos produtos comercializados;

Pena: leve.

VI - manter vasilhame para recolhimento de lixo produzido por sua atividade;

Pena: leve.

VII - manter limpos a área de trabalho e seu entorno, durante todo o período de trabalho, assim como deixá-la limpa quando do encerramento do período;

Pena: leve.

VIII - desempenhar sua atividade em conformidade com as informações constantes de seu cartão de autorização.

Pena: grave.

Art. 158. As autorizações de comércio de rua serão cedidas em caráter único e intransferível, ficando assim, proibida, a venda, aluguel ou arrendamento da licença.

§ 1º. Salvo o previsto no artigo 132, será facultado ao comerciante de rua matricular, junto ao órgão competente do Poder Público somente um auxiliar para acompanhá-lo ou para substituí-lo:

I - até um limite máximo de 45 (quarenta e cinco) dias por ano, em caso de afastamento para tratamento de saúde devidamente comprovado através de atestado médico confeccionado nos termos da lei;

II - por um período de até 120 (cento e vinte) dias, em caso de gravidez.

§ 2º. A inobservância dos limites definidos no parágrafo anterior implicará em pena gravíssima, e, na reincidência, perda da autorização.

§ 3º. Para ser matriculado como auxiliar são exigidos os documentos definidos em norma do órgão competente.

Art. 159. O comerciante de rua será também responsável pelas infrações cometidas por seu auxiliar.

Art. 160. As autorizações deverão ser específicas com relação aos produtos a serem comercializados, sendo proibido o comércio, transporte ou posse de:

I - bebidas alcoólicas, de qualquer espécie;

Pena: grave.

II - armas, munições, facas e outros objetos considerados perigosos;

Pena: gravíssima.

III - inflamáveis, explosivos e corrosivos;

Pena: gravíssima.

IV - medicamentos de toda e qualquer espécie e gênero;

Pena: gravíssima.

V - aparelhos óticos, quando dependentes de receituário.



Pena: gravíssima.

VI - animais, exceto em feiras livres;

Pena: média.

VII - materiais fonográficos e audiovisuais;

Pena: grave.

VIII - quaisquer artigos que ofereçam perigo à saúde e ou incolumidade pública;

Pena: gravíssima.

IX - artigos não constantes do instrumento de autorização.

Pena: grave.

Art. 161. O comerciante de rua não poderá colocar caixotes, móveis (exceto banco para uso próprio), botijões de gás ou outros combustíveis, e demais objetos ou material no logradouro público.

Pena: grave.

Art. 162. É proibido ao comerciante de rua que utilizar de veículos automotores fazer uso destes em mau estado de conservação e limpeza.

Pena: grave.

Art. 163. É proibido a todo comerciante de rua:

I - comercializar, sem autorização;

Pena: gravíssima.

II - não manter, em local visível, a tabela de preços dos produtos comercializados;

Pena: leve.

III - faltar com a urbanidade;

Pena: leve.

IV - prejudicar o fluxo de pedestres ou veículos;

Pena: média.

V - deixar as instalações em via pública em dia ou horário não autorizado para o exercício da atividade;

Pena: grave.

VI - desempenhar a atividade em desacordo com as informações constantes do instrumento de autorização;

Pena: grave.

VII - trabalhar alcoolizado;

Pena: gravíssima.

VIII - expor ou comercializar as mercadorias em muros, pilastras, colunas ou outras edificações;

Pena: grave.

IX - apregoar mercadorias, salvo em feiras livres;

Pena: média.

X - fazer uso de qualquer instrumento sonoro, em qualquer circunstância.

Pena: grave.

XI - utilizar letreiros ou qualquer tipo de propaganda, sem autorização prévia do Município;

Pena: média.

XII - atentar contra a moral e os bons costumes;

Pena: grave.

XIII - vender mercadoria deteriorada ou fora do prazo de validade;

Pena: gravíssima.

XIV - danificar o mobiliário urbano.

Pena: grave.

XV - utilizar-se de auxiliar em desconformidade com o estabelecido neste Código Pena: média.

Art. 164. Não é permitido o comércio ambulante em calçadas cuja área livre resultante para passagem de pedestre, seja inferior a 1,00m (um metro) de largura e nas seguintes áreas:

I - em frente à entrada de edifícios e repartições públicas, de hospitais, de igrejas, de quartéis e de estabelecimentos bancários;

Pena: gravíssima.

II - nas paradas de coletivos;

Pena: gravíssima.

III - a menos de 100 (cem) metros de estabelecimentos que vendam os mesmos produtos.

Pena: gravíssima.

IV - a menos de 50 (cinquenta) metros de monumentos públicos e edificações tombadas.

Pena: gravíssima.

§ 1º. Excepcionalmente, poderá ser autorizado aos comerciantes de rua que exerçam as suas atividades em veículo automotor, comercializar seus produtos na área mencionada no inciso IV deste artigo, a exclusivo critério da Autoridade Pública e em caráter provisório.

§ 2º. Poderá ser autorizado aos comerciantes de pipoca, churros, sorvetes e produtos destinados ao público infantil comercializar seus produtos nas áreas mencionadas nos incisos IV.

§ 3º. É facultado ao Executivo Municipal, segundo seu critério e entendimento, estender a proibição do comércio de rua a qualquer logradouro público não mencionado neste artigo.

§ 4.- A proibição deste artigo não se aplica a produtos específicos para turistas, desde que previamente autorizados pelo Poder Público.

Art. 165. É proibido ao comerciante de rua que venda produtos alimentícios:

I - utilizar veículos, cestas, caixas ou tabuleiros destinados ao transporte e à venda de alimentos, como depósito de quaisquer mercadorias ou objetos estranhos à atividade comercial;

Pena: grave

II - embrulhar gêneros alimentícios em jornais, revistas ou papéis usados ou maculados;

Pena: grave

III - usar produtos adulterados, deteriorados ou com prazo de validade vencido;

Pena: grave

IV - expor e vender alimentos sem os devidos cuidados de acondicionamento e higiene;

Pena: grave

V - usar maionese ou outro molho que a contenha, salvo a industrializada quando acondicionada em embalagens descartáveis destinadas ao uso individual, sem prejuízo do disposto no inc. I do art. 11 desta Lei;

Pena: grave

VI - utilizar uniforme em desacordo com o estabelecido pelo Poder Público;

Pena: leve

## Capítulo VIII

Das Disposições Comuns aos Capítulos Anteriores

Art. 166. Os casos omissos serão resolvidos pelo Órgão competente.

Art. 167. Nos eventos festivos oficiais, o exercício do comércio de rua será regulado por ato do Executivo Municipal.

Art. 168. Não serão concedidos privilégios de exclusividade, em qualquer hipótese, a associações, sindicatos, entidades de representação e de qualquer tipo, que deverão sujeitar-se às normas desta Lei.

## Título VIII

Do Funcionamento Das Indústrias, Do Comércio E Dos Prestadores De Serviço

Art. 169. A localização de estabelecimentos pertencentes a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, industriais, comerciais, profissionais ou associações civis, instituições prestadoras de serviços e outros de qualquer natureza, ainda que em recinto ocupado por outro estabelecimento, mesmo quando a atividade for exercida no interior de residências, situadas neste Município, está subordinada a licença prévia, concedida mediante requerimento do interessado e pagamento dos tributos devidos, após preenchidas as formalidades legais.

Parágrafo único. Excluem-se da obrigação imposta neste artigo os estabelecimentos da União, dos Estados e dos Municípios, respectivas autarquias, dos partidos políticos e das missões diplomáticas.

Art. 170. Para efeito da concessão do alvará, serão considerados estabelecimentos distintos os seguintes:

I - os que pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas, ainda que funcionando no mesmo local;

II - os que estejam situados em estabelecimentos distintos, embora pertencentes à mesma pessoa, física ou jurídica, e com a mesma atividade.

Art. 171. O alvará expedido só será mantido enquanto o estabelecimento funcionar com estrita obediência às leis que lhe forem aplicáveis, sem causar quaisquer incômodos à vizinhança.

Pena: média.

Art. 172. A eventual isenção de tributos municipais não implica a dispensa de licença de localização.

## Capítulo I

Do divertimento público

Art. 173. Para os efeitos deste Código são considerados divertimentos públicos aqueles realizados nas vias públicas ou em casas de diversão, assim consideradas aquelas situadas em locais fechados ou ao ar livre, com entradas pagas ou não, destinada ao entretenimento, recreio ou prática de esporte.

Parágrafo único. A fiscalização e o funcionamento das casas de que trata este artigo, bem como as atividades comerciais exercidas em seu interior reger-se-ão pelo presente Código, respeitada a Legislação pertinente.

Art. 174. Nenhum divertimento público poderá ser realizado sem a licença do Poder Público.

Pena: grave.

Parágrafo único. O pedido de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão deverá ser instruído com a documentação exigida pela legislação vigente para estabelecimentos comerciais em geral, inclusive instalações de obras e mais a que for exigida pelos órgãos policiais competentes, em especial o Certificado de Aprovação do Corpo de Bombeiros, e, ainda Declaração da Capacidade Máxima de Lotação, ou outros que vierem a constituir-lo.

Art. 175. É livre o horário de funcionamento das casas de diversão, salvo disposição em contrário em Lei, Decreto, ou ato administrativo

fundamentado respeitada a tranqüilidade, o sossego e o decoro públicos.

Art. 176. As casas de diversão, de qualquer tipo, são obrigadas a afixar, nos locais de ingresso, em dimensões bem legíveis, o respectivo horário de funcionamento, a lotação máxima consentida e, quando couber, o limite mínimo de idade cuja frequência seja permitida.  
Pena: grave.

Art. 177. Para permitir a armação de circos, parques ou barracas em logradouros públicos, poderá o Poder Público exigir, se julgar conveniente, um depósito em espécie, de acordo com os custos previstos para eventuais despesas com a limpeza e recomposição do logradouro público.

Parágrafo único. O depósito será restituído integralmente, se não houver necessidade de limpeza ou reparação, ou dele serão deduzidas as despesas realizadas com tais serviços.

Art. 178. Os espetáculos, bailes ou festas abertos ao público dependerão, para realizar-se, de prévia autorização do Poder Público Municipal.

Parágrafo único. São dispensadas das disposições deste artigo as reuniões de qualquer natureza, sem convites ou entradas pagas, levadas a efeito por clubes ou entidades de classe, em sua sede, ou as realizadas em residências particulares.

Art. 179. Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas pelo Código de Obras:

I - tanto as salas de entrada como as de espetáculos serão mantidas higienicamente limpas;

Pena: média.

II - as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

Pena: gravíssima.

III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "Saída", legível à distância e luminosa de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala;

Pena: gravíssima.

IV - todas as circulações, escadas e vãos de acesso deverão apresentar iluminação baixa, para orientação e segurança dos usuários;

Pena: média.

V - deverão dispor de iluminação de emergência, com fonte de alimentação própria, para ser imediata e automaticamente acionada em caso de falta de energia elétrica;

Pena: gravíssima.

VI - os aparelhos destinados à renovação e condicionamento do ar deverão ser conservados e mantidos em perfeito funcionamento;

Pena: média.

VII - haverá ao menos 1% dos assentos destinados a portadores de deficiência física, garantido o fácil acesso;

Pena: média.

VIII - haverá instalações sanitárias independentes para homens e mulheres;

Pena: média.

IX - possuirão bebedouro automático de água filtrada;

Pena: média.

X - durante os espetáculos, deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas com reposteiros ou cortinas;

Pena: gravíssima.

Art. 180. A armação de parques de diversão e circos atenderá, além do previsto no artigo anterior, as seguintes condições:

I - o material dos equipamentos será incombustível;

Pena: gravíssima.

II - haverá, obrigatoriamente, vãos de entrada e de saída independentes;

Pena: gravíssima.

III - a largura dos vãos de entrada e de saída será de 1m (um metro) para cada 100m<sup>2</sup> (cem metros quadrados) de área total, não podendo ser inferior a 3m (três metros) cada uma, devendo a cada 300 m<sup>2</sup> (trezentos metros quadrados) ser acrescido de mais um novo vão de entrada e saída;

Pena: gravíssima.

IV - a largura mínima das passagens de circulação deverá ser de 2m (dois metros) de largura a cada 10m (dez metros) de extensão, sendo acrescida em 0,10m (dez centímetros) para cada metro excedente do comprimento.

Pena: gravíssima.

## Capítulo II

### Do Plantão De Farmácias e Drogarias

Art. 181. A Administração poderá estabelecer plantão noturno para as farmácias e drogarias situadas em todo o Município, inclusive aos domingos e feriados, o qual será cumprido de acordo com a escala que para tanto for estabelecida e previamente publicada no Órgão Oficial.

§ 1º. As farmácias e drogarias escaladas para plantão no horário de que trata este artigo, ficam também obrigadas ao plantão entre 8:00h (oito horas) às 20:00h (vinte horas), nos domingos e feriados.

Pena: grave.

§ 2º. Além dos plantões às quais forem escaladas, as farmácias e drogarias poderão funcionar em regime de vinte e quatro horas ininterruptas, respeitada a legislação vigente.

Art. 182. No caso do artigo anterior, todas as farmácias e drogarias, inclusive as que estejam com as portas cerradas, afixarão, em local visível para o público, um quadro de boa aparência, com o nome e o endereço da que se acha de plantão.

Pena: média.

### Capítulo III

#### Da Utilização De Terrenos Particulares Para Estacionamento De Veículos

Art. 183. É permitida a utilização e a exploração comercial, a título precário, dos terrenos baldios de propriedade particular, para o estacionamento de veículos, como atividade principal, desde que satisfeitas as condições fixadas pela Administração.

Art. 184. Para obter a licença para localização, o interessado, além de atender no que couber as determinações dos Códigos de Obras e Tributário, quanto à documentação a ser apresentada e a taxa de licenciamento, deverá:

a) cercar o terreno, observada a legislação em vigor a respeito;

Pena: média.

b) manter adequadamente drenado e pavimentado o piso do terreno a ser utilizado;

Pena: média.

c) construir uma cabina com bom acabamento para abrigar o vigia e assegurar acesso a sanitário;

Pena: média.

d) instalar na entrada e saída do estacionamento um sinal luminoso e sonoro para alertar os transeuntes da saída de veículos.

Pena: média.

e) reservar área interna destinada à manobra dos veículos, os quais não poderão em nenhuma hipótese prejudicar o trânsito público.

Pena: média.

Art. 185. Não será permitida a execução de serviços de qualquer natureza nos veículos, exceto lavagem, sem equipamentos.

### TÍTULO IX

#### Dos Parques, Jardins e Espaços Verdes

Art. 186. Os parques, jardins e espaços verdes municipais são espaços públicos cuja gestão é da competência dos órgãos municipais, cabendo a estes zelar pela sua proteção e conservação.

Parágrafo único. A expansão dos espaços verdes surge como exigência natural do direito a uma melhor qualidade de vida e tendo como principal objetivo o equilíbrio ecológico das paisagens urbanas e a criação de zonas de lazer, recreio e áreas de preservação permanente no Município.

### Capítulo I

#### Dos Parques, Jardins e Espaços Verdes

Art. 187. Nos parques, jardins e espaços verdes municipais, é vedado:

\* confeccionar e consumir refeições, ou acampar, fora dos locais destinados a esse efeito;

\* permanecer nas suas áreas após o seu horário de encerramento, sem a devida e prévia autorização;

\* entrar e circular com qualquer tipo de veículo, salvo com prévia e expressa autorização, permitida a entrada e circulação de viatura de serviço público, cadeiras de rodas, carrinhos de bebê, triciclos, bicicletas e carrinhos infantis, desde que não proibido por norma específica;

\* passear com animais, salvo se devidamente açaímados e contidos por guias, correntes ou trelas;

\* passear com qualquer animal em parques desportivos ou infantis;

\* corte, colheita ou dano causado a flores e plantas em geral, bem como o corte ou quebra de ramos de árvores e arbustos;

\* uso dos lagos, chafarizes e fontes para banhos ou pesca, bem como lançar aos mesmos quaisquer objetos, líquidos ou detritos;

\* praticar jogos organizados, fora dos locais, condições e horários previstos para tal, sem obtenção de prévia e expressa autorização;

\* caçar, perturbar ou molestar os animais que vivam nos parques, jardins e espaços verdes;

\* acender fogueiras de qualquer tipo;

\* lançar águas poluídas ou provenientes de limpezas domésticas, ou ainda quaisquer imundícies e detritos;

\* apascentar gado bovino, ovino, caprino ou equino;

\* comercializar sem prévia e expressa autorização escrita e pagamento das taxas previstas em lei;

\* permitir que os animais evacuem em quaisquer dessas zonas, sem que o acompanhante apanhe o dejetos colocando-o em saco plástico e o deposite, de forma salubre, em contentores previstos para este fim, admitindo-se a única exceção de cães-guia de deficientes visuais;

\* urinar ou defecar fora dos locais expressamente destinados a esse fim;

\* destruir ou danificar placas de sinalização, monumentos, estátuas, fontes, esculturas, dispositivos de rega ou quaisquer tipos de mobiliário urbano existentes nesses locais.

§ 1º. O descumprimento de qualquer vedação prevista neste artigo sujeitará o infrator à pena média.

§ 2º. Só poderão ter acesso ao interior dos parques acompanhados de seus animais os proprietários que se identificarem junto à Direção dos mesmos, a fim de facilitar a eventual aplicação de penalidade pelo descumprimento do disposto no inciso XIV deste artigo.

Art. 188. É proibida a utilização, nos parques, jardins e espaços verdes, de aparelhos de som, exceto aqueles usados com fones de ouvido.

Pena: leve

Parágrafo único. É requerida prévia e expressa autorização escrita, para o uso de som ambiente no quadro de atividade cultural ou situação similar.

## Capítulo II

Da proteção a árvores e arbustos nos parques, jardins e espaços verdes

Art. 188 A . Nas árvores e arbustos que se encontrem plantadas nos parques, jardins, espaços verdes em geral, ruas, praças e outros espaços públicos, não é permitido:

- \* subir para colher frutos, flores, ou para outro fim do qual possa resultar dano à planta;
- \* abater ou podar sem prévia orientação e permissão do Órgão Municipal competente;
- \* destruir, danificar, cortar ou golpear os seus troncos ou raízes, bem como riscar ou gravar nos mesmos;
- \* retirar ou danificar os tutores ou outras proteções das árvores;
- \* varejar ou puxar seus ramos, sacudir ou cortar as suas folhas, frutos ou floração;
- \* lançar-lhes pedras, paus ou outros objetos;
- \* despejar nos canteiros ou nas caldeiras das árvores e arbustos, quaisquer produtos que lhes causem danos;
- \* encostar, pregar, grampear ou pendurar quaisquer objetos ou dísticos em seus ramos, troncos ou folhas, bem como fixar fios, escoras ou cordas, quaisquer que sejam as suas finalidades, sem prévia e expressa autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O descumprimento de qualquer proibição prevista neste artigo sujeitará o infrator à pena média.

## Capítulo III

Da fiscalização

Art. 189. Compete aos funcionários municipais que desempenham a sua atividade nos parques, jardins e espaços verdes municipais, sempre que presenciem a prática de uma infração, efetuar as respectivas notificações.

## Título X

Dos Cemitérios Públicos e Particulares

Art. 190. O Município poderá manter, direta ou indiretamente, cemitérios públicos ou licenciar cemitérios particulares, na forma da lei, incumbindo-se sempre de sua fiscalização.

Art. 191. Para os efeitos deste código, entende-se por locais de sepultamento:

I - mausoléu ou capela - lugar construído em alvenaria, destinado à inumação de cadáveres com dimensões máximas externas de 3,00m X 3,00m, incluindo-se os 0,50m de calçada;

II - sepultura - lugar construído em alvenaria, com 03 (três) compartimentos internos, destinado a inumação de cadáveres, devendo ter as seguintes dimensões:

- a) planta 0,80m X 2,10m de espaço interno mínimo e 1,10m X 2,50m de espaço externo máximo;
- b) altura máxima externa - 0,90m em relação ao nível do solo.

III - carneira - lugar para inumação individual de cadáveres, de uso temporário, construído em alvenaria com fundo constituído por terreno natural ou não;

IV - carneira pública - lugar para inumação individual de cadáveres, de uso temporário, construído em alvenaria com fundo constituído por terreno natural ou não, com capacidade para até 03 (três) inumações;

V - gaveta ou catacumba - compartimento individual de alvenaria de uso temporário destinado à inumação de cadáveres;

VI - cova rasa - lugar para inumação individual de cadáveres, no próprio solo sem qualquer tipo de construção;

VII - ossário perpétuo - lugar construído em alvenaria, destinado a guarda de restos mortais, devendo observar as seguintes dimensões:

- a) em planta: 0,80m X 0,80m de espaço externo máximo;
- b) altura máxima externa: 0,90m em relação ao nível do solo;

VIII - ossário de aluguel - lugar no cemitério construído em alvenaria para uso individual e temporário, destinado a guarda de restos mortais, podendo ser alugado pelo período de 05 (cinco) anos renováveis por períodos iguais .

IX - nicho ou perpétuo - lugar no cemitério construído em alvenaria para uso individual e perpétuo, destinado a guarda de restos mortais.

## Capítulo I

Do Horário De Funcionamento

Art. 192. Os cemitérios municipais funcionarão, diariamente, nos seguintes horários:

- I - das 8:00h às 18:00h para visitação pública;
- II - das 09:00h às 17:00h para execução de obras de quaisquer natureza.

Parágrafo único. O horário de funcionamento dos cemitérios poderá ser alterado por Decreto do Prefeito.

Art. 193. Os sepultamentos, cerimônias religiosas, necrológicas e outras solenidades fúnebres, realizar-se-ão, diariamente, das 9:00h às 17:00h, podendo o responsável pelo serviço, em casos excepcionais, autorizar o prolongamento de tais solenidades até às 18:00h.

Art. 194. Os sepultamentos e solenidades a que se refere o artigo anterior, só serão permitidos mediante autorização da administração do cemitério. Para tanto os interessados, por si ou por procurador, deverão se apresentar munidos da guia de sepultamento, se for o caso, e de outros documentos exigidos pela administração do cemitério, impreterivelmente, até às 12:00h para sepultamento no mesmo dia e até às 18:00h para sepultamento no dia seguinte.

Art. 195. No período compreendido entre os dias 25 de outubro e 04 de novembro são vedados, nos cemitérios, a exumação de cadáveres bem como a execução de serviços de construção, reformas e pinturas, exceto os de limpeza.

Parágrafo único. No período fixado neste artigo só se realizarão as exumações que forem determinadas por autoridade policial, judiciária ou

por ordem expressa do Secretário competente.

## Capítulo II

### Da Concessão De Uso e da Locação

Art. 196. A concessão de uso ou a locação de áreas nos cemitérios públicos só pode ser solicitada por pessoa física ou entidade religiosa junto à competente repartição municipal, com o pagamento da taxa respectiva.

Parágrafo único. Quando do requerimento, deverá ser apresentada, em anexo, a documentação necessária para identificar o requerente.

Art. 197. O direito de uso dos locais de sepultamento será concedido pelo Prefeito Municipal ou por delegação deste, em caráter gratuito ou oneroso, perpétua ou temporariamente.

Art. 198. O uso de carneiras públicas, carneiras, ossários de aluguel e gavetas ou catacumbas será efetivado exclusivamente mediante locação.

Art. 199. As concessões perpétuas são feitas "intuito familiae", podendo ser inumados nas sepulturas, ossários, carneiros, mausoléus ou capelas todos os parentes dos titulares do direito de uso e os cadáveres autorizados por qualquer um dos titulares, pagas as respectivas taxas.

Art. 200. Os locais de sepultamento em cemitério público, bem como os direitos sobre eles, inclusive a concessão, são insuscetíveis de alienação, seja por venda, doação, transferência ou qualquer outra forma, salvo a sucessão mortis causa.

Parágrafo único. As benfeitorias feitas nas sepulturas terão sempre o caráter acessório, impossibilitada a sua transferência isolada.

Art. 201. Inexistindo decisão judicial transitada em julgado, a transferência mortis causa obedecerá o disposto na legislação civil, inclusive quanto à seguinte ordem de sucessão:

I - aos descendentes, em concorrência com o cônjuge sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime de comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único, do Código Civil); ou se, no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;

II - aos ascendentes, em concorrência com o cônjuge;

III - ao cônjuge sobrevivente;

IV - aos colaterais.

Art. 202. A alteração quanto à titularidade, para efeitos administrativos, só deverá surtir efeito após a confecção de termo de concessão que identifique o novo titular, que ao requerê-lo juntará toda a documentação necessária para esclarecer o direito que lhe assiste.

Art. 203. A concessão de uso temporário se dará quanto às áreas destinadas a:

I - gaveta ou catacumba;

II - cova rasa;

III - carneira;

IV - carneira pública;

V - ossário de aluguel.

§ 1º O cadáver permanecerá nos locais indicados nos incisos I a IV pelo prazo máximo de 03 (três) anos, e no local indicado pelo inciso V pelo prazo de 05 (cinco) anos, renovável.

§ 2º O prazo de 3 (três) anos previsto no parágrafo anterior somente será prorrogável em até mais 18 (dezoito) meses, caso se verifique que o cadáver não está completamente desfeito, situação a ser definida pelo Administrador do Cemitério e informada ao Diretor responsável, mediante documento próprio.

§ 3º Findo o prazo de permanência, proceder-se-á a exumação dos restos mortais, mediante solicitação da família.

§ 4º Em caso de não comparecimento da família e com antecedência mínima de 3 (três) dias do fim do prazo de permanência, deverá a Administração Pública solicitar o comparecimento do parente mais próximo, mediante edital, para fins de proceder à exumação dos restos mortais.

§ 5º Não comparecendo o parente mais próximo, em até quarenta e oito horas após o fim do prazo de permanência, a exumação será realizada ex officio mediante determinação do Administrador do Cemitério, destinando-se os restos ao ossário geral.

Art. 204. É expressamente proibida a exumação antes de decorridos os prazos fixados nos parágrafos anteriores, salvo as hipóteses legais. Ver tópico

## Capítulo III

### Das Obrigações Do Concessionário

Art. 205. O concessionário se responsabilizará pela conservação do local submetido ao seu uso e pela autorização de qualquer inumação a ser ali realizada, que só poderá se concretizar mediante apresentação da respectiva guia de sepultamento.

§ 1º. Em se tratando de inumação de um ou mais membros do corpo humano, não se exigirá a guia de sepultamento, e sim, declaração



de sepultamento parcial.

§ 2º. Nas exumações, quando se tratar de concessão de uso perpétuo, além da autorização do titular, deverá haver a anuência formal do cônjuge ou companheiro de união estável ou do parente mais próximo do falecido.

§ 3º. Na ausência de pessoa que possa anuir, nos termos do parágrafo anterior, o titular autorizará a exumação, ficando os restos mortais depositados no local.

§ 4º. Para fins de inumação e exumação poderá o concessionário indicar um representante especificamente constituído para este fim.

§ 5º. O descumprimento quanto à conservação acarretará, no que couber, o procedimento previsto no artigo 213 deste Código.

Art. 206. Toda obra incidente sobre área concedida em cemitério público só poderá ser realizada mediante autorização conferida pela autoridade competente, que estipulará o prazo de sua conclusão.

§ 1º. A obra realizada será considerada benfeitoria, inadmitida qualquer forma de indenização por parte do Município.

§ 2º. O disposto no parágrafo anterior será considerado implícito em todo termo de concessão de uso.

§ 3º. O concessionário deverá concluir a obra no prazo estipulado, podendo solicitar prorrogação à autoridade competente.

Art. 207. A Administração Pública poderá padronizar as novas construções no interior dos cemitérios municipais.

#### Capítulo IV

##### Da Conservação e Obras

Art. 208. Os titulares do direito de uso dos locais de sepultamento, vazios ou não, são obrigados a mantê-los limpos, conservados e numerados

Pena: média.

Parágrafo único. A limpeza deve ser feita de modo a não prejudicar os locais de sepultamento contíguos sendo vedada a baldeação e o uso exagerado d água.

Pena: grave

Art. 209. É facultado aos titulares do direito de uso dos locais de sepultamento a contratação de terceiros para construção e conservação dos jazigos. A execução do serviço só será permitida, entretanto, se os encarregados da construção, limpeza e conservação se acharem devidamente registrados e licenciados pelo Município.

Parágrafo único. Para registro e autorização, serão necessários apenas os seguintes documentos:

- I - nome completo;
- II - número da identidade e do CPF;
- III - endereço completo;
- IV - termo de responsabilidade.

Art. 210. O concessionário será solidariamente responsável pelos danos causados a terceiros por obras realizadas no interior dos cemitérios municipais por profissionais por ele contratados.

§ 1º. O Município poderá exigir a indenização prevista neste artigo e executar por si mesmo a reparação do dano, na qualidade de gestor de negócios.

§ 2º. O disposto neste artigo será considerado implícito em todo termo de concessão de uso.

Art. 211. A Administração dos cemitérios poderá retirar de qualquer local de sepultamento os ornamentos com má apresentação.

Parágrafo único. É proibido ao concessionário depositar em qualquer local do cemitério municipal recipientes que possam armazenar água ou que, de qualquer maneira, provoquem ou possam provocar proliferação de insetos ou outros animais indesejáveis.

Pena: grave.

#### Capítulo V

##### Da Fiscalização e Das Penalidades

Art. 212. O administrador do cemitério promoverá vistorias mensais, especialmente para verificar:

- I - a regularidade de obras concluídas ou em curso;
- II - a conservação das sepulturas.

§ 1º. Será enviada ao Secretário competente a relação completa dos locais de uso concedido que se encontrem abandonados ou em mau estado de conservação.

§ 2º. De posse da relação, o Secretário fará publicar edital intimando os titulares a fazer a obra necessária, fixando prazo para a conclusão

da mesma.

Art. 213. Constatado em averiguações mensais o contínuo abandono de um mesmo local de uso por um prazo superior a 12 (doze) meses, conforme anotações em ficha, caberá ao Diretor responsável solicitar o comparecimento de qualquer dos titulares, mediante edital.

§ 1º. Entende-se por contínuo abandono a situação constante de má conservação do local, no qual a degradação física traga dificuldades para o uso próprio ou das sepulturas contíguas.

§ 2º. Sempre que identificável o titular, os agentes da Administração Pública deverão dar-lhe ciência durante o período de 06 (seis) meses, ao menos uma vez a cada bimestre, para que tome as devidas providências.

§ 3º. Não estando clara a titularidade quanto à concessão, restará à Administração Pública fazer a intimação, prevista no parágrafo anterior, genérico aos titulares do direito, identificando a sepultura pelo número, pelas inumações ou, se isso não for possível, por sua localização, ficando a multa anotada no registro da sepultura e passível de cobrança tão logo se identifique o responsável.

§ 4º. Dentro do prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do recebimento da carta ou da publicação do edital o intimado deverá concluir as obras de reparo, ou apresentar ao Diretor responsável a defesa que entender cabível.

§ 5º. Recebida a defesa, interrompe-se o prazo para a execução dos procedimentos cabíveis por parte do intimado, reiniciando-se sua contagem após a ciência da decisão final por parte do titular, caso persista sua responsabilidade.

§ 6º. Em caso de não comparecimento ou não conclusão das obras, decidirá o Secretário competente pela revogação da concessão.

Art. 214. Esgotadas as medidas administrativas previstas no artigo 215, sem que haja qualquer intervenção por parte do titular do direito de uso, poderá o Secretário revogar a concessão.

§ 1º. Revogada a concessão, os restos mortais existentes serão exumados e postos em local apropriado, ossário de aluguel devidamente anotado em ficha ou livro próprio pelo prazo de 05 (cinco) anos. Comparecendo os familiares do exumado, serão cobradas as taxas previstas no Código Tributário Municipal.

§ 2º. Findo o prazo previsto no parágrafo anterior, poderão ser os restos mortais depositados no ossário geral.

Art. 215. A Administração Pública poderá exigir taxa de administração anual, destinada à manutenção das áreas comuns.

§ 1º. A taxa de administração poderá ser diferenciada, de acordo com o local de sepultamento, previsto no art. 191 deste Código.

§ 2º. A referida taxa deverá ser revertida ao órgão encarregado da administração do cemitério.

§ 3º. No caso de inadimplência, nenhum sepultamento será autorizado na referida sepultura, devendo ser realizado em cova rasa.

§ 4º. A inadimplência por mais de 5 anos acarretará a revogação da concessão.

## Capítulo VI

### Da Organização Administrativa Dos Cemitérios

Art. 216. Em cada um dos cemitérios municipais haverá os seguintes livros:

- I - de sepultura, mausoléu;
- II - de gavetas ou catacumbas;
- III - de nicho perpétuo;
- IV - de ossário perpétuo;
- V - de ossário alugado;
- VI - de carneira alugada ou carneira pública;
- VII - de sepultamentos diários;
- VIII - de óbitos.

§ 1º. Os livros mencionados nos incisos I a VIII se destinarão a anotar o número e o nome dos concessionários, com toda a seqüência histórica, de cada um dos locais destinados à concessão ou locação.

§ 2º. Os livros de sepultamentos diários conterão informações sobre cada uma das inumações realizadas, agrupadas de acordo com o dia de ocorrência, havendo de constar pelo menos as seguintes anotações:

- I - nome e idade do inumado;
- II - funerária que prestou o serviço;
- III - horário da inumação;
- IV - tipo e local utilizado com o respectivo número de identificação;
- V - nome e identificação do responsável pela autorização do uso do local e seu endereço;
- VI - número do DAMP;
- VII - servidores que realizaram o serviço.

§ 3º. Os livros de óbitos conterão as anotações relativas a cada pessoa inumada, incluindo-se aí nome, nacionalidade, filiação, estado civil, idade, número do óbito, tipo de área utilizada e o respectivo número.

Art. 217. Cada cemitério municipal deverá ter entre os seus registros:

- I - ficha de sepultura;
- II - ficha de gaveta ou catacumba;
- III - ficha de ossário perpétuo;
- IV - ficha de ossário alugado;
- V - ficha de nicho perpétuo;
- VI - ficha de carneira alugada ou carneira pública;
- VII - ficha de mausoléu.

§ 1º. Cada tipo de ficha conterá as informações pertinentes à utilização da respectiva área de uso, informações essas individualizadas por cada unidade concedida, fazendo constar, conforme o caso, pelo menos, as seguintes anotações:

- I - inumações realizadas;
- II - exumações realizadas, incluindo-se aí a destinação dada aos restos mortais;
- III - anotações dos restos mortais vindos de outros locais;
- IV - todas as demais informações decorrentes da fiscalização administrativa e de requerimentos administrativos ou processos judiciais.

§ 2º. As fichas relacionadas a concessões temporárias conterão ainda informações sobre o prazo de validade das mesmas.

Art. 218. A administração de cada cemitério terá obrigatoriamente os seguintes formulários:

- I - de autorização para inumação;
- II - de autorização para exumação;
- III - de autorização para serviços gerais;
- IV - de solicitação de gratuidade, desistência e denúncia.

## Capítulo VII

### Das Concessionárias Prestadoras de Serviços Funerários

Art. 219. O serviço funerário, considerado como de interesse público local, poderá ser concedido a pessoa jurídica criada para este fim satisfeitas as seguintes exigências:

- a) inscrição no Cadastro de Prestadores de Serviços de qualquer natureza, junto a Secretaria de Fazenda Municipal;
- b) assinatura do Termo de Autorização em livro próprio;
- c) assinatura de Termo de Compromisso, segundo o estabelecido neste Código;
- d) quitação com todas as suas obrigações tributárias perante a Fazenda Pública Municipal;
- e) demais exigências da legislação federal e estadual pertinente.

Art. 220. O serviço previsto neste capítulo poderá ser exercido, ainda, por entidade religiosa, desde que sem fito de lucro, obedecido, no que couber, o artigo anterior.

Art. 221. No Termo de Compromisso, a concessionária se obrigará a atender o disposto nessa seção, sob pena de perda da concessão.

Parágrafo único. Assinado o Termo de Compromisso, a concessionária ou entidade passará a ser considerada e tratada como autorizada para a prestação dos serviços funerários no Município.

Art. 222. Salvo motivos de caso fortuito, força maior, justa causa e outros previstos em lei, nenhum prestador de serviço funerário poderá recusar ou retardar os serviços relativos aos enterros ou sepultamentos que devam se realizar nos cemitérios e que estejam compreendidos na concessão.

Parágrafo único. Constitui obrigação inescusável do prestador de serviço desempenhar sua atividade assim que solicitada pelos familiares ou parentes do falecido ou que seja determinada pela Autoridade Administrativa competente.

Art. 223. Reputam-se compreendidos na autorização concedida, considerando-se de prestação obrigatória em todas as espécies de serviço funerário as seguintes atividades:

- I - Preparação e vestimenta do cadáver;
- II - Remoção e transporte do corpo para o local do velório e, depois, para o local do enterro ou sepultamento;
- III - Realização do velório, em capela mortuária própria, de terceiros ou do Município, com ou sem o fornecimento de aparatos, paramentos, adereços e ornamentos fúnebres;
- IV - Consecução de dia, hora e local para o enterro ou sepultamento, a ser fixado de comum acordo com os familiares, parentes ou responsável pelo finado;
- VI - Recepção de coroas e flores, bem como o seu posterior encaminhamento ao local do enterro ou sepultamento, inclusive sua colocação sobre as campas ou nos mausoléus;
- IX - Serviços religiosos, ao ensejo do velório, durante o cortejo fúnebre ou durante o enterro.
- XI - Recolhimento de todas as taxas municipais devidas em razão da exumação ou da inumação e o respectivo repasse ao Município;

## XII - Declaração prévia do Óbito e posterior fornecimento de certidão a quem de direito.

Parágrafo único. A relação supra é meramente enunciativa, não eximindo os prestadores de serviço da obrigação de realizar serviços funerários nela não incluídos, mas que sejam usual, costumeira ou tradicionalmente prestados aos usuários.

Art. 224. Os prestadores de serviços deverão obedecer, no que couber, a legislação de proteção ao consumidor.

§ 1º. A Administração Pública, ouvidas as entidades de defesa do consumidor, discriminará, em planilha publicada no Diário Oficial do Município, o valor máximo do serviço obrigatório -estabelecido no artigo anterior- e os valores máximos dos enterros econômico, simples e comum.

§ 2º. Incluídos sempre os serviços previstos no artigo anterior, considera-se:

- a) econômico, o serviço compreendendo caixão com forração de plástico, capela mortuária, sepultura rasa e certidão de óbito;
- b) simples, o serviço compreendendo caixão com forração de plástico, capela mortuária, sepultura rasa, certidão de óbito e flores para ornar o corpo do morto;
- c) comum, o serviço compreendendo caixão forrado com tecido, aluguel de capela mortuária, mais simples, sepultura rasa, certidão de óbito e flores para ornar o corpo do morto.

§ 3º. Serviços diferenciados poderão ser oferecidos pelas concessionárias, com livre determinação de seu conteúdo e valores, sendo absolutamente vedada a prestação casada com os enterros econômico, simples ou comum.

Art. 225. Em casos de catástrofes ou de calamidade pública, que envolvam morte coletiva, a autoridade administrativa competente poderá requisitar a prestação dos serviços, a todos ou alguns prestadores de serviço, em regime de prontidão.

§ 1º. Requisitados os serviços, os mesmos deverão ser prestados prioritariamente, com caráter de urgência, cabendo aos prestadores de serviço dar pronto atendimento e cumprimento à requisição.

§ 2º. O regime de prontidão vigorará durante todo o tempo em que a autoridade administrativa considerar necessário, só cessando a requisição por liberação expressa desta.

§ 3º. Enquanto perdurar o regime de prontidão, todos os funcionários e equipamentos dos prestadores de serviço deverão ser postos à inteira disposição da autoridade administrativa competente.

§ 4º. Sempre que possível, a autoridade administrativa competente ressalvará o direito dos prestadores de serviço à percepção da remuneração a que façam jus pelos serviços funerários prestados.

§ 5º. Nos casos previstos neste artigo, a autoridade administrativa deverá escolher prioritariamente aqueles que desempenhem a atividade sem fito de lucro.

Art. 226. Os prestadores de serviços funerários são responsáveis pelo sepultamento gratuito, na espécie de serviço econômico, para os que percebem até 1,5 salários mínimos e para os desempregados.

- a) nos casos em que o falecido recebia 1,5 salário mínimo, será exigido contra-cheque recente e na falta deste, declaração da firma comprovando a remuneração;
- b) nos casos em que o falecido estava desempregado, será exigida, para fins de comprovação do direito, apenas a sua Carteira Profissional de Trabalho.

Parágrafo único. No caso de falecimento de pessoa entre 5 (cinco) e 16 (dezesseis) anos de idade, os documentos enumerados nas alíneas a e b serão os do responsável legal do menor.

Art. 227. Fica estabelecida a gratuidade de sepultamento, na espécie de serviço econômico, para os menores de até 05 (cinco) anos de idade.

Art. 228. Os prestadores de serviços funerários deverão afixar próximo ao balcão de atendimento uma placa, dela constando a íntegra dos artigos 223, 224, 226 e 227. Capítulo VIII Das Disposições Comuns aos Capítulos Anteriores.

Art. 229. Figurando como concessionária ou locatária pessoa absoluta ou relativamente incapaz, será aplicado o disposto na legislação civil para a prática dos atos junto ao Município.

Art. 230. A eventual titularidade reconhecida pela Administração, em virtude de processo administrativo, não ilide os direitos resultantes da legislação aplicável, devendo estes ser reconhecidos tão logo demonstrados.

Art. 231. Os locais de uso que se encontrem numerados e com inumações, mas sem o devido registro quanto ao perpetuante no competente Órgão Municipal, deverão ser considerados, em caráter de presunção, como tendo sido objeto de concessão por parte do Município.

§ 1º. Caberá ao Diretor do órgão competente, ouvida a Procuradoria do Município, averiguar em torno de quem recairia a presunção sobre a perpetuação, relevando especialmente o grau de parentesco entre os inumados e as demais informações e documentos idôneos constantes nas repartições municipais ou que instruem o processo administrativo.

§ 2º. A presunção de que trata este artigo é relativa, podendo ser desfeita em face de prova em contrário, desconstituindo-se todos os atos desamparados pela verdadeira perpetuação.

Art. 232. Prescreverá em 20 (vinte) anos a possibilidade de revisão, a qualquer título, da definição de titularidade da concessão de uso.

Art. 233. Os processos administrativos em curso que tratem de questões relacionadas à concessão de uso, que ainda não contenham decisão definitiva, deverão ser analisados à luz do disposto neste Código, mantidos os atos já praticados.

Art. 234. As sepulturas retomadas serão destinadas preferencialmente à locação.

Art. 235. Todas as decisões administrativas são passíveis de recursos à autoridade imediatamente superior àquela que prolatou a decisão, observando-se, no que couber, o disposto neste Código.

Art. 236. O traslado dos ossos será apenas admitido mediante ato de ofício determinado pelo Administrador do Cemitério mediante requerimento do parente mais próximo, desde que comprovado que se destinarão a outro cemitério legalmente constituído ou ainda:

- I - quando existir interesse público em transferi-los para outro cemitério;
- II - por determinação judicial;
- III - solicitação de instituição de ensino ou pesquisa.

Parágrafo único. Excetuando-se o caso do inciso III, que será promovido pelo Secretário de Administração, os demais serão decididos também pelo Administrador do Cemitério onde se encontrem os restos mortais.

Art. 237. As capelas mantidas por este Município nos cemitérios públicos, poderão ser utilizadas para velórios em caso de inumações gratuitas, vedado porém o pernoite.

## TÍTULO XI

### Das Infrações, Das Penas E Do Processo

#### Capítulo I

##### Das Infrações

Art. 238. Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no exercício de seu poder de polícia.

Art. 239. Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger, induzir, coagir ou auxiliar alguém a praticar infração.

§ 1º Será passível de pena igual à aplicada ao infrator:

- I - o conivente, entendido como tal aquele que não evitar ou interromper, por si mesmo ou por preposto, a prática de infrações, dentro de seus estabelecimentos, de sua residência ou de sua propriedade;
- II - aquele que se beneficiar, a qualquer título, com a infração;
- III - todo aquele que, de qualquer forma, ainda que por mera omissão, impedir, por si mesmo ou por outrem, a regular fiscalização por parte das autoridades competentes.

§ 2º. Praticada a infração por incapaz, a pena recairá sobre os pais, tutores, curadores ou pessoas em cuja guarda de fato estiver o mesmo.

§ 3º. A autoridade competente poderá desconsiderar a personalidade jurídica da empresa, estabelecimento ou sociedade, sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo para a imposição das sanções previstas neste Código ou em outras leis, decretos e regulamentos concernentes a posturas municipais.

Art. 240. Será considerado reincidente o infrator que violar preceito deste Código, por cuja infração já tiver sido lavrado contra si o Auto de Infração no período antecedente de 5 (cinco) anos.

#### Capítulo II

##### Das Penas

Art. 241. Sem prejuízo das sanções de natureza civil ou penal cabíveis e independentemente das que possam estar previstas no Código Tributário Municipal, as infrações aos dispositivos deste Código serão punidas com multa e, cumulativamente ou não, com a apreensão de material, produto ou mercadoria e interdição de atividades, sem prejuízo da obrigação de reparar o dano.

Parágrafo único. Salvo nas reincidências, o infrator poderá requerer desconto de 20% (vinte por cento) do valor da multa, desde que cumulativamente e por escrito:

- I - reconheça a veracidade dos fatos apontados como infração e sua autoria;
- II - concorde com a penalidade imposta, inclusive quanto à sua dosagem;
- III - declare abrir mão do direito de recurso do Auto de Infração;
- IV - recolha a penalidade pecuniária no prazo de 20 (vinte) dias a contar da declaração.

#### Seção I

##### Das multas

Art. 242. As multas serão aplicadas conforme Anexo, e serão dosadas pelo fiscal de um grau mínimo até um grau máximo, levando-se em conta na sua imposição:

- I - a maior ou menor gravidade da infração;
- II - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.

Parágrafo único. O Executivo fica autorizado a alterar os valores do Anexo, devendo respeitar a proporcionalidade entre as multas estabelecida por esta Lei.

Art. 243. Nas reincidências, as multas serão aplicadas progressivamente, em dobro, ainda que ultrapassem o limite máximo estabelecido no Anexo.

Parágrafo único. Ocorrendo a reincidência, a dobra será calculada com base na multa anterior sem o desconto de 20% (vinte por cento) previsto no parágrafo único do art. 241, parágrafo único, se for o caso.

Art. 244. A multa será inscrita em dívida ativa e judicialmente executada, se o infrator não a satisfizer no prazo legal.

Parágrafo único. Os infratores, cuja dívida seja inscrita em dívida ativa, não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com o Município, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, receber ou manter autorizações, permissões ou licenças, ou transacionar a qualquer título com a administração municipal.

Art. 245. Com o objetivo de aparelhamento do órgão fiscalizador, será destinado ao mesmo o montante relativo a, no mínimo, 12% (doze por cento) do valor das multas pagas, originadas no órgão.

## Seção II

### Da Apreensão de Bens

Art. 246. A apreensão consiste na tomada de bens e terá como objetivo:

- I - interromper a prática da infração; ou
- II - servir como prova material da mesma.

Parágrafo único. Na apreensão, lavrar-se-á Auto de Apreensão que conterá a descrição da coisa apreendida, a referência ao Auto de Infração respectivo, se for o caso, e o órgão a quem o infrator deverá se dirigir para tomar as providências pertinentes.

Art. 247. Nos casos de apreensão, o bem apreendido será recolhido aos depósitos da Prefeitura Municipal, se for o caso.

§ 1º. Quando os objetos apreendidos não puderem ser recolhidos àquele depósito, ou quando a apreensão se realizar fora do primeiro distrito, poderão ser depositados em mãos de terceiros ou, a critério do agente fiscalizador, do próprio detentor, observadas as formalidades legais.

§ 2º. Desde que não exista impedimento legal consubstanciado em legislação específica de caráter municipal, estadual ou federal, a devolução dos objetos apreendidos só se fará à vista de comprovante:

- I - de pagamento das multas que tiverem sido aplicadas;
- II - de indenização da Prefeitura pelas despesas que tiverem sido feitas com a sua apreensão, transporte e depósito.

§ 3º. Tratando-se de coisa de rápido perecimento ou fácil deterioração, se não retirada no prazo de 24h (vinte e quatro horas), será destinada a:

- I - escolas ou creches municipais; ou
- II - entidades filantrópicas, sem fins lucrativos, em situação regular com o Município.

§ 4º. No caso do parágrafo anterior, a coisa será tida como perecida para todos os efeitos.

§ 5º. Os alimentos porventura apreendidos que não tenham procedência comprovada, não se prestarão a doação, devendo ser inutilizados.

§ 6º. Não caberá, em qualquer caso, responsabilidade ao Poder Público pelo perecimento das mercadorias apreendidas em razão de infração a esta Lei.

Art. 248. No caso de não ser reclamada e retirada dentro de 60 (sessenta) dias, contados da data da lavratura do Auto de Apreensão, a coisa apreendida será levada a leilão público pelo Poder Público, na forma da Lei.

§ 1º. A importância apurada será aplicada na quitação das multas e de todas as despesas que tiverem sido feitas pelo Poder Público, e entregue o saldo, se houver, ao proprietário, que será notificado no prazo de 15 (quinze) dias para, mediante requerimento devidamente instruído, receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

§ 2º. Prescreve em 5 (cinco) anos o direito de retirar o saldo remanescente mencionado no parágrafo anterior; depois desse prazo será incorporado ao erário.



§ 3º. Quando o custo para a realização do leilão superar o valor do material apreendido, o mesmo poderá ser incorporado ao patrimônio público municipal ou destinado às instituições previstas nos incisos I e II do § 3º do art. 247.

Art. 249. O Auto de Apreensão é o instrumento pelo qual a autoridade fiscal apura e registra o material apreendido, quando a ação fiscal assim o exigir, contendo:

I - obrigatoriamente:

- \* nome, razão social ou outra denominação que possa identificar o proprietário ou detentor do bem apreendido, e endereço do mesmo;
- \* hora, dia, mês e ano da lavratura;
- \* a relação pormenorizada do material apreendido e as condições atenuantes ou agravantes que ocasionaram a apreensão;
- \* a assinatura e a matrícula de quem o lavrou;

II - se possível:

- a) a assinatura do proprietário ou detentor do bem apreendido;
- b) a assinatura e qualificação da testemunha.

### SEÇÃO III

#### Da Interdição

Art. 250. A interdição é o ato pelo qual se suspendem as atividades do estabelecimento, nos casos em que as medidas de intimação e atuação não se fizerem suficientes para o cumprimento das disposições deste Código e outras Leis.

Parágrafo único. O período de interdição será o necessário para que sejam cumpridas as exigências legais aplicadas.

Art. 251. A desinterdição só se dará após o cumprimento e atendimento das exigências, bem como a liberação determinada pelo Titular do órgão competente.

### Capítulo III

#### Dos Instrumentos Hábeis

##### Seção I

###### Da Notificação

Art. 252. A Notificação é um instrumento de caráter educativo e informativo, pelo qual a autoridade fiscal informa sobre o andamento de processos, bem como instrui a população sobre os dispositivos do presente Código e outras Leis, Decretos e Regulamentos, obedecendo a modelos especiais, contendo:

I - obrigatoriamente:

- \* nome, razão social ou outra denominação que possa identificar o notificado e seu endereço;
- \* hora, dia, mês e ano da lavratura;
- \* os dispositivos a serem informados ou despacho exarado no processo;
- \* a assinatura e a matrícula de quem a lavrou;

II - se possível

- a) a assinatura do notificado.

##### Seção II

###### Da Intimação

Art. 253. O Termo de Intimação é um instrumento de caráter coercitivo, pelo qual o agente fiscal intima o cumprimento das disposições contidas neste Código e de outras Leis, Decretos e Regulamentos do Município, e deverá obedecer a modelos especiais, contendo:

I - obrigatoriamente:

- \* nome, razão social ou outra denominação que possa identificar o intimado e seu endereço;
- \* hora, dia, mês e ano da lavratura;
- \* os dispositivos infringidos e as providências necessárias para o atendimento das exigências estipuladas neste Código, bem como o prazo para realização de tais providências;
- \* a assinatura e a matrícula de quem a lavrou;

II - se possível

- a) a assinatura do intimado.

Art. 254. O prazo concedido pelo fiscal no termo de intimação poderá ser prorrogado pelo chefe do órgão fiscalizador por até 60 (sessenta) dias, quando isso não causar riscos ou transtornos.

§ 1º. O pedido de prorrogação de prazo deverá ser feito por escrito e motivado, em requerimento protocolado no órgão competente e imortalará em reconhecimento da veracidade da infração cometida.

§ 2º. Prazos superiores ao citado no caput do presente artigo dependerão de anuência do Secretário Municipal ao qual o órgão de fiscalização estiver subordinado.

§ 3º. Em ambos os casos, o fiscal que lavrou o termo de intimação deverá opinar, sempre que possível.

### Seção III

#### Dos Autos de Infração e Apreensão

Art. 255. O Auto de Infração é o instrumento pelo qual a autoridade fiscal apura e registra a violação das disposições deste Código e de outras Leis, Decretos e Regulamentos do Município, e obedecendo a modelos especiais, contendo:

I - obrigatoriamente:

- \* nome, razão social e endereço do infrator;
- \* hora, dia, mês e ano da lavratura;
- \* relato claro e completo do fato constante da infração e os pormenores que possam servir de atenuantes ou agravantes à ação;
- \* a assinatura e a matrícula de quem o lavrou;
- \* valor da multa correspondente à infração, e do respectivo preceito legal ou regulamentar que fundamenta a imposição.

II - se possível

- a) a assinatura do infrator;
- b) a assinatura e qualificação de testemunha

Art. 256. Compete ao Diretor do Departamento a que estiver afeta a fiscalização, em conjunto com o Secretário Municipal a que estiver subordinado, determinar a interdição de estabelecimentos.

#### Seção IV

##### Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 257. Na recusa ou impossibilidade do infrator assinar a Notificação, o Termo de Intimação, o Auto de Infração ou o Auto de Apreensão, tal fato será consignado no mesmo pela autoridade que o lavrou.

Parágrafo único. A recusa não desobriga nem isenta o infrator a cumprir as penalidades impostas pelo documento lavrado.

Art. 258. O infrator será notificado, intimado ou autuado por edital, publicado no Diário Oficial do Município quando:

- I - for desconhecido ou incerto;
- II - estiver em local incerto, não sabido ou de difícil acesso;
- III - por duas vezes não for encontrado, em dias distintos.

§ 1º. O edital conterá as informações do art. 255, inc. I, letras b, c, e, e o nome completo e matrícula do fiscal.

§ 2º. Também se considera de difícil acesso, para efeito do edital, qualquer localidade fora do Município.

Art. 259. Ninguém poderá opor-se a que os fiscais inspecionem os bens móveis, imóveis e semoventes.

Art. 260. Em caso de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, bem como nas reincidências, ficam dispensadas notificações e intimações prévias, devendo ser aplicadas todas as sanções cabíveis, ainda que concomitantes, de modo a interromper a prática da infração.

Art. 261. O desrespeito, desacato ou ofensa a servidor competente em razão de suas funções, bem como o embaraço oposto a qualquer ato de fiscalização de leis ou regulamentos de posturas municipais, sujeitarão o infrator às sanções previstas no presente Código.

Art. 262. As sanções previstas nas seções anteriores são aplicáveis a todas as infrações previstas neste Código, salvo se previsto expressamente o contrário.

#### Capítulo IV

##### Da Defesa

Art. 263. O infrator terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar sua defesa contra a ação do agente fiscal, contados a partir da data do recebimento do Auto de Infração ou sua recusa.

Parágrafo único. Autuado por edital, o prazo começará a correr da data de sua publicação.

Art. 264. A defesa far-se-á por requerimento dirigido ao Secretário ao qual o órgão de fiscalização estiver subordinado -autoridade julgadora-, facultado instruir sua defesa com documentos que deverão ser anexados ao processo.

Art. 265. No julgamento da defesa, a autoridade julgadora deverá obedecer às seguintes regras:

- I - quando aplicada a pena mínima prevista, o recurso deverá se limitar às formalidades do ato;
- II - toda decisão deverá ser motivada, concluindo pela procedência ou não do Auto de Infração.

Art. 266. Pelo prazo em que a defesa estiver aguardando julgamento serão suspensos todos os prazos de aplicação das penalidades ou cobranças de multas, exceto as penalidades sobre perecíveis.

Art. 267. Da decisão do Secretário, caberá ao infrator recurso ao Prefeito dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da publicação da decisão no Diário Oficial, só havendo prosseguimento deste recurso com a prova do pagamento da multa.

Parágrafo único. O Prefeito poderá delegar o poder de julgamento dos autos de infração à comissão, permanente ou temporária, especialmente criada para esta finalidade.

## Capítulo V

### Da Contagem dos Prazos

Art. 268. Os prazos estabelecidos por esta lei ou por decisão em processo administrativo são contínuos, não se interrompendo nos feriados.

Art. 269. Decorrido o prazo, extingue-se, independentemente de declaração da autoridade competente, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, ao infrator provar que o não realizou por justa causa.

§ 1º. Reputa-se justa causa o evento imprevisto, alheio à vontade do infrator e que o impediu de praticar o ato por si ou por mandatário.

§ 2º. Verificada a justa causa, a autoridade competente restituirá o prazo ao infrator.

Art. 270. Salvo disposição em contrário, computar-se-ão os prazos, excluindo o dia do começo e incluindo o do vencimento.

§ 1º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil se o vencimento cair em feriado ou em dia em que:

I - for determinado o fechamento da repartição competente para receber o ato;

II - o expediente for encerrado antes da hora normal.

§ 2º Consideram-se como feriado, nos termos do parágrafo antecedente, os dias em que a repartição competente comumente não funcione.

## Título XII

### Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 271. Normas reguladoras da elaboração do laudo previsto no artigo. 20 e de suas fiscalizações, serão publicadas no prazo de 3 (três) meses após a publicação deste Código.

Art. 272. Toda publicidade instalada no Município terá um prazo de 30 (trinta) dias para se legalizar e se adaptar às normas desta Lei a partir da data de sua entrada em vigor.

Art. 273. Em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da entrada em vigor deste Código, o administrador do cemitério deverá identificar os locais objeto de concessão de uso que por seu péssimo estado de conservação devam sofrer intervenção o mais rápido possível.

§ 1º Adaptando-se à conveniência administrativa, serão publicados no veículo oficial, uma vez por mês, durante 3 (três) meses consecutivos, listas de sepulturas que necessitem reparo urgente, sob pena de revogação da concessão.

§ 2º Aplica-se, no que couber, o procedimento previsto no art. 213.

§ 3º Nos casos previstos neste artigo, o prazo para conclusão das obras de reparo será de 60 (sessenta) dias, prorrogável uma única vez por igual período mediante requerimento devidamente justificado.

Art. 274. Após a entrada em vigor deste Código, os locais de sepultamento poderão ser objeto de uma única transferência, desde que realizada por todos os atuais titulares em favor de um único adquirente.

§ 1º A transferência prevista neste artigo somente produzirá efeitos após sua devida formalização junto ao Órgão Municipal competente.

§ 2º Formalizada a transferência, será vedada qualquer espécie de transferência posterior, aplicando-se integralmente o disposto no art. 200 deste Código.

Art. 275. As autorizações previstas neste Código são concedidas a título precário e intransferível; seu cancelamento ou alteração não gera a seu titular o direito de pleitear, administrativa ou judicialmente, qualquer indenização.

Art. 276. Ninguém poderá transacionar com a Administração sem prova de quitação de todos os tributos municipais.

Art. 277. No período compreendido entre a publicação desta lei e sua entrada em vigor, previsto no artigo seguinte, a fiscalização de posturas poderá efetuar notificações exclusivamente para fins de informação.

Art. 278. O corte e poda de árvores será regulamentado por Decreto do Prefeito Municipal, que poderá impor as penalidades cabíveis.

Art. 279. Este Código entra em vigor 90 (noventa) dias após a data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.881/2017

## ANEXO I

PENA	MINIMA	MAXIMA
LEVE	R\$ 50,00	R\$ 100,00
MEDIA	R\$ 100,00	R\$ 200,00
GRAVE	R\$ 200,00	R\$ 800,00
GRAVISSIMA	R\$ 800,00	R\$ 2.000,00

**LEI Nº 1.882/2017 DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL**

Publicação Nº 1455022

LEI Nº 1.882 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS NO MUNICIPIO TIMBÉ DO SUL

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Título I  
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído o Código de Obras do Município de Timbé do Sul, o qual estabelece normas para a elaboração de projetos e execução de obras e instalações no território municipal, fundamentalmente em seus aspectos tecnológicos, estruturais, funcionais e formais.

CAPITULO I  
DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para efeitos do presente Código deverão ser admitidas as seguintes definições:

Acesso Coberto - Tipo de toldo dotado de apoios no solo, destinado a proteger a(s) entrada(s) de uma edificação.

Acréscimo - Aumento da obra, feito durante ou após a conclusão da mesma, inclusive modificação de projeto.

Afastamento - Distância mínima que a construção deve observar relativamente ao alinhamento da via pública e/ou às divisas do lote.

Água - Plano ou pano de telhado. Exemplos: telhado de uma só água, telhado de duas águas, etc.

Alçapão - Porta ou tampa horizontal dando entrada para o porão ou para o desvão do telhado.

Alicerce - Maciço de material adequado que serve de base às paredes de uma edificação.

Alinhamento - Linha legal traçada pelas autoridades municipais que serve de limite entre o lote e o logradouro público.

Alpendre - Cobertura saliente de uma edificação, sustentada por colunas, pilares ou consolos.

Andaime - Obra provisória constituindo plataforma elevada, destinada a sustentar os operários e os materiais durante a execução das obras.

Andar - Qualquer pavimento de uma edificação, acima do sub-solo, do embasamento, rés-do-chão, loja ou sobre-loja. Andar térreo é o pavimento imediatamente acima do sub-solo ou do embasamento; primeiro andar é o pavimento imediatamente acima do andar térreo, rés-do-chão, loja ou sobre-loja.

**Ar Condicionado** - Ar a que se impõem condições pré-estabelecidas de temperatura, e umidade e que é insuflado nos compartimentos ou recintos, depois de convenientemente filtrado.

**Área** - Medida de uma superfície, dada em metros quadrados.

**Área bruta de pavimento** - Área compreendida pelo perímetro interno das paredes externas de edificação, considerada sem dedução das áreas de circulações, armários embutidos, espessuras das paredes internas, etc.

**Área edificada** - Superfície do lote ocupada pela projeção horizontal da edificação.

**Área livre** - Superfície do lote não ocupada pela edificação considerada por sua projeção horizontal.

**Área global de construção** - Soma das áreas de todos os pavimentos de uma edificação, incluídas as paredes.

**Área útil** - Superfície utilizável de uma edificação, excluídas as paredes.

**Auditórios** - Recinto de características apropriadas a audições.

**Aumento** - O mesmo que acréscimo.

**Balanço** - Avanço, a partir de certa altura, de parte da fachada de edificação sobre o logradouro público ou recuo regulamentar; por extensão, qualquer avanço de edificação ou de parte dela sobre pavimentos inferiores.

**Beiral ou Beirado** - Parte da cobertura que faz saliência sobre o prumo das paredes.

**Calçada** - Pavimentação do terreno dentro do lote.

**Carga incêndio ou carga combustível de uma edificação** - Conteúdo combustível de uma edificação (móveis e seu conteúdo, divisórias leves, forros, acabamentos, cortinas, etc.), podem ser expressa em termos de massa média de materiais combustíveis por  $m^2$ , pela qual é calculada a liberação de calor baseada no valor calorífico dos materiais combustíveis (dado em  $MJ/m^2$ ,) ou expressa em massa de madeira (dada em  $Kg/m^2$ ) que imitaria a mesma quantidade de calor que a queima total dos materiais combustíveis considerados.

**Carramanchão** - Obra rústica, em jardins, para abrigo ou para sustentar trepadeiras.

**Casa** - Residência, edificação de caráter privado.

**Casa de Bombas** - Compartimento em que se instalam as bombas de recalque.

**Casa de máquinas** - Compartimentos em que se instalam os motores dos elevadores.

**Centro Comercial (Shopping Center)** - conjunto de lojas individuais ou não, casas de espetáculos, locais para refeições, etc, em um só conjunto arquitetônico.

**Cinta** - Elemento de construção destinado a distribuir as cargas das paredes nos alicerces.

**Circulação de uso comum** - Corredor ou passagem que dá acesso à saída de mais de um apartamento, unidade autônoma de qualquer natureza, quarto de hotel ou assemelhado.

**Construção** - De um modo geral é qualquer obra nova. Ato de construir.

**Contraventamento** - Travadura para se opor à deformação de uma estrutura ou sua queda.

**Corpo avançado** - Parte da edificação que avança além do plano das fachadas.

**Corredor** - Local de circulação interna de uma edificação, confirmado, que serve de comunicação horizontal entre dois ou mais compartimentos ou unidades autônomas.

**Cota** - Indicação ou registro numérico de dimensões.

**Degrau** - desnivelamento formado por duas superfícies.

**Depósito** - Edificação destinada à guarda prolongada de materiais ou mercadorias.

**Dependências de uso comum** - Conjunto de dependências a edificação que poderão ser utilizadas em comum por todos ou por parte dos titulares de direito das unidades autônomas.

**Dependências de uso privativo** - Conjunto de dependências de uma unidade autônoma, cuja utilização é reservada aos respectivos titulares de direito.

Duto de entrada de ar - Espaço no interior da edificação que conduz ar puro, coletado ao nível inferior da mesma, para compartimentos que, por disposição expressa deste Código, possam ser ventiladas por tal dispositivo.

Duto de tiragem de ar - Espaço vertical, no interior da edificação, que recolhe, em qualquer pavimento, ar viciado para lançá-lo ao ar livre, acima da cobertura da edificação.

Economia - Unidade autônoma de uma edificação passível de tributação.

Edificação de ocupação mista - Edificação cuja ocupação é diversificada, englobando mais de um uso.

Elevador - Veículo para transporte vertical de pessoas e cargas.

Embargo - Ato administrativo que determina a paralisação de uma obra.

Empachamento - Utilização de espaços públicos para finalidades diversas.

Entrepiso - Conjunto de elementos de construção, com ou sem espaços vazios, compreendidos entre a parte inferior do teto de um pavimento e a parte superior do piso do pavimento imediatamente superior.

Entulho - Materiais ou fragmentos restantes da demolição ou da construção.

Escada - Elementos da construção formado por uma sucessão de degraus.

Escada de Emergência - Escada integrante de uma saída de emergência conforme norma NB-9077.

Escala - Relação de homologia existente entre o desenho e o que ele representa.

Escoramento - Estrutura, em geral de madeira, para arrimar parede que ameaça ruir, evitar desabamento de terreno ou possibilitar outro serviço.

Esgoto - Abertura, cano por onde esgota ou flui qualquer líquido; particularmente, é o condutor destinado a coletar águas servidas e levá-las para lugar adequado.

Especificações - Descrição dos materiais e serviços empregados na edificação.

Espelho - Parte vertical do degrau da escada.

Espigão - Linha de união entre duas águas de telhado em ângulo diedro.

Esquadria - Termo genérico para indicar portas, caixilhos, taipas, venezianas, etc.

Estábulo - Construção apropriada ao abrigo de animais.

Estribo - Peça de ferro batido que liga o pendural ao tirante nas tesouras.

Fachada - Elevação das paredes externas de uma construção.

Fachada principal - Fachada voltada para o logradouro público.

Forno - revestimento da parte inferior do madeiramento do telhado. Cobertura de um pavimento.

Forno falso - Forno facilmente removível, de material leve, geralmente suspenso de lajes de entrepiso ou de laje sob telhado.

Fossa - Cova ou poço feita na terra, para fins diversos.

Fossa Séptica - tanque de concreto ou de alvenaria revestido, em que se depositam as águas de esgoto e onde as matérias sólidas e em suspensão sofrem processo de mineralização.

Frigorífico - Construção constituída essencialmente de câmaras frigoríficas.

Fundação - Conjunto dos elementos da construção que transmitem ao solo as cargas das edificações.

Fundo do Lote - Lado oposto à frente.

Gabarito - Dimensão, previamente fixada, que define largura dos logradouros, altura de edificações, etc.

Galeria - Avanço da construção sobre o alinhamento do terreno, tornando-a uma passagem ou circulação coberta.

Galeria Comercial - Conjunto de lojas individuais ou não, num mesmo edifício, servido por uma circulação horizontal com ventilação permanente dimensionada de forma a permitir o acesso e a ventilação de lojas e serviços a ela dependentes.



Galeria pública - Avanço da construção sobre o passeio, tornando a passagem coberta.

Galpão - Construção constituída por uma cobertura fechada, total ou parcialmente pelo menos em três de suas faces, por meio de parede ou tapume e destinada somente a fins industriais ou depósitos, não podendo servir de habitação.

Galpão de obra - Dependência provisória destinada à guarda de materiais, escritório de obra ou, moradia do vigia, enquanto durarem os serviços de construção.

Garagem - Ocupação ou uso de edificação onde são estacionados ou guardados veículos, com ou sem abastecimento de combustível.

Hall - Dependência de uma edificação que serve como ligação entre os outros compartimentos.

Iluminação - Distribuição de luz natural ou artificial num recinto ou logradouro.

Hotel - prédio destinado a alojamento, quase sempre temporário.

Indústria Leve - É a que, pela natureza ou pequena quantidade de sua produção, pode funcionar sem incomodo ou ameaça à saúde ou à segurança de pessoas e prédios vizinhos.

Indústria incômoda - É a que, pela produção de ruídos, emissão de poeira, fumo, fuligem, exalação de mau cheiro, etc., pode constituir incomodo para a vizinhança.

Indústria nociva - É a que, por qualquer motivo, pode tornar-se prejudicial à saúde.

Indústria Perigosa - É a que, por sua natureza pode constituir perigo de vida à vizinhança.

Indústria pesada - É considerada indústria pesada aquela que, pelo seu funcionamento, natureza ou volume de produção, pode constituir incomodo ou ameaça à saúde ou a também à segurança das pessoas e prédios vizinhos.

Incombustível - Material que atende os padrões de método de ensaio para a determinação de incombustibilidade.

Jirau - Plataforma intermediária entre o piso e o teto de um compartimento. O mesmo que mezanino.

Lance - Comprimento de um pano de parede, muro, etc. parte da escada que se limita por patamar.

Lanternim - Telhado sobreposto às cumeeiras, permitindo a ventilação e iluminação de grandes salas, oficinas, etc.

Lavanderia - Compartimento para lavagem de roupa.

Largura de uma rua - Distância medida entre os alinhamentos das duas faces da mesma.

Licenciamento da construção - Ato administrativo que concede licença e prazo para início de uma edificação.

Local reunião - Ocupação ou uso de uma edificação ou parte dela, onde se reúnem mais de cinquenta pessoas, tais como auditórios, assembleias, cinemas, teatros, tribunais, clubes, estações de passageiros, igrejas, salões de baile, museus, bibliotecas, estádios desportivos, circos e assemelhados.

Logradouro Público - Parte da superfície da cidade destinada ao trânsito e ao uso público, oficialmente reconhecida e designada por um nome, de acordo com a legislação em vigor.

Loja - Tipo de edificação destinada, basicamente, à ocupação comercial varejista e à prestação de serviços.

Lote - Porção de terreno que faz frente ou testada para um logradouro público, escrito, e legalmente assegurado por uma prova de domínio.

Mansarda - O mesmo que sótão. Compartimento compreendido entre o teto do último pavimento de uma edificação e seu telhado.

Marquise - Cobertura ou alpendre geralmente em balanço.

Meia-água - cobertura constituída de um só plano de telhado.

Meio-fio ou cordão - Bloco de cantaria ou concreto que separa o passeio da faixa de rolamento do logradouro.

Memória ou memorial - Descrição completa dos serviços a executar.

Mezanino - Piso intermediário entre o piso e o teto de uma dependência ou pavimento de uma edificação.

Muro - Maciço de alvenaria de pouca altura que serve de vedação ou separação entre terrenos contíguos, entre edificações, entre o pátio do terreno ou entre o pátio e um logradouro público.

Muro de arrimo - Obra destinada a sustar o empuxo das terras e que permite dar a esta um talude vertical ou inclinado.

Nicho - reentrância em parede.

Nivelamento - Regularização do terreno por desaterro das partes altas, enchimento das partes baixas. Determinação das diversas cotas e, conseqüentemente, das atitudes de linha traçada no terreno.

Obra - Resultado de ação de artífices.

Ocupação - Uso previsto de uma edificação ou de parte da mesma, para abrigo e desempenho da atividade de pessoas e/ou proteção de animais e bens.

Oficina - Construção com ocupação destinada a reparos em automóveis.

Oitão - Cercamento de parede, de forma triangular.

Parapeito - Resguardo de pequena altura, colocado nos bordos das sacadas, terraços, pontes, etc., para proteção das pessoas.

Pára-Raios - Dispositivos destinados a proteger os edifícios contra efeitos das descargas da atmosfera.

Parede - Maciço que forma a vedação externa ou as divisões internas das edificações.

Parede contra-fogo - Elemento da construção que funciona como barreira contra a propagação do fogo, e que, sob a ação do mesmo, conserva suas características de resistência mecânica; é estanque à propagação da chama e proporciona um isolamento térmico tal que a temperatura medida sobre a superfície não exposta não ultrapasse 140°C durante um tempo especificado.

Parede de meação - Parede comum a edificações contíguas, cujo eixo coincide com a linha divisória dos lotes.

Parede resistente ao fogo - Parede capaz de resistir estruturalmente os efeitos de qualquer fogo.

Passeio - É a parte do logradouro destinada ao trânsito de pedestres.

Passagens - Circulação coberta ou não, com pelo menos um de seus lados abertos.

Patamar - Superfície de escada, de maior profundidade que o degrau.

Pátio aberto - Pátio cujo perímetro é aberto pelo menos em um de seus lados para o logradouro público.

Pátio fechado - Pátio limitado em todo o seu perímetro por paredes ou linha divisória do lote.

Pátio Principal - Pátio através do qual pode ser efetuada a iluminação e ventilação de compartimentos principais.

Pátio secundário - Pátio através do qual só poder ser efetuada a iluminação e ventilação de cozinhas, lavanderias, sanitários, circulações e compartimentos de uso secundário.

Pavimento - Plano que divide as edificações no sentido da altura. Conjunto de dependências situadas no mesmo nível, compreendidas entre dois pisos consecutivos.

Pavimento térreo - é o pavimento sobre os alicerces do rés-do-chão.

Pé direito - É a distância vertical entre o piso e o teto de um compartimento.

Peitoril - Nome da superfície horizontal de fecho inferior de uma janela, ou paramento superior de uma mureta, parapeito ou guarda de alvenaria de terraços, balcões e varandas; por extensão, medida vertical entra esta superfície e o piso interno da dependência onde se acha situada.

Pérgola - Vigamento sucessivo com uma função decorativa para suporte de plantas trepadeiras ou com uma função técnica de quebra-sol.

Pilar - Elemento construtivo de suporte nas edificações.

Piso - Plano ou superfície de fechamento inferior de um pavimento.

Platibanda - Mureta ou balaustrada construída no coroamento de uma fachada para seu arremate e, ao mesmo tempo, para ocultar a vista do telhado ou constituir guarda de terraço; forma falsa de ático.

Pontaleta - Qualquer peça colocada de prumo ou ligeiramente inclinada e que trabalha comprimida. Na tesoura do telhado, é a peça vertical que se apóia no tensor, junto à extremidade da tesoura, e que sustenta a flexão da empena.

Porão - Pavimento das edificações que tem mais da quarta parte do pé-direito abaixo do terreno circundante.

Porta contra fogo - Conjunto de folha de porta, marco e acessórios, dotada de marca de conformidade da ABNT, que impede ou retarda a propagação do fogo, calor e gases de combustão de um ambiente para outro, e resiste ao fogo, sem sofrer colapso, por um tempo mínimo estabelecido.

Porta resistente ao fogo - Conjunto de folha de porta, marco e acessórios, que resiste ao fogo, sem sofrer colapso, por tempo não inferior a 30 min.

Pórtico - Portal de edifício, com alpendre. Passagem ou galeria coberta, em frente dos edifícios, ou serve para dar ingresso ao interior dos lotes.

Postura - Regulamento sobre assuntos de jurisdição municipal.

Prédio - Construção destinada a um uso específico.

Profundidade do lote - É a distância entre a testada ou frente à divisa oposta, medida ou linha normal à frente. Se a forma do lote for irregular avalia-se a profundidade média.

Rampa - Rampa é elemento de composição arquitetônica, cuja função é propiciar a possibilidade de circulação vertical entre desníveis, através de um plano inclinado.

Reciclagem de uso - Ato de construir novamente, no mesmo local e com as mesmas dimensões, uma edificação ou parte dela, e que tenha sido demolida.

Reentrância - Espaço aberto que fica recuado do plano da fachada onde se situa.

Reforma - Alteração ou substituição de partes essenciais de uma edificação existente, com ou sem modificação de área ou de uso.

Resistência ao Fogo - Avaliação do tempo que o material combustível quando exposto ao fogo, pode resistir, sem se inflamar ou expelir gases combustíveis ou tóxicos, sem perder a coesão ou forma, nem deixar passar para a face oposta elevação de temperatura superior a pré-fixada.

Sacada - Varanda saída para fora da parede, com balaustrada ou qualquer outro tipo de guarda corpo. Parte da edificação em balanço em relação à parede do prédio, tendo pelo menos uma face aberta para o espaço livre exterior (logradouro ou pátio).

Saguão de elevadores (hall) - compartimento de entrada em uma edificação onde se encontra ou dá acesso à escada; local de acesso aos elevadores, tanto no pavimento térreo como nos demais pavimentos.

Saída de emergência - Caminho devidamente protegido, parte da rota de fuga, a ser percorrido pelo usuário de uma edificação em caso de incêndio, até atingir a via pública ou espaço aberto protegido em comunicação com a mesma.

Saliência - Elemento arquitetônico da edificação, não constituindo balanço, que se destaca em relação ao plano de uma fachada.

Sapata - Parte mais larga ao alicerce apoiada sobre o solo.

Servidão - Encargo imposto a qualquer propriedade para passagem, proveito ou serviço de outra propriedade.

Sobre-Loja - Pavimento acima da loja e de uso exclusivo da mesma.

Soleira - Parte inferior do vão da porta.

Sótão - Cobertura, aproveitável como dependência de uma edificação.

Subsolo - Pavimento de uma edificação situada abaixo do nível natural do terreno ou do nível médio do passeio.

Cutelo - Parede delgada que serve para dividir compartimentos.

Tapume - Vedação provisória de madeira ou tela ou material adequado usada durante a construção.

Terraço - Local descoberto sobre uma edificação ou ao nível de um de seus pavimentos, acima do primeiro, constituído piso acessível e utilizável.

Telheiro - Construção constituída por uma abertura suportada, pelo menos em parte, por meio de colunas ou pilares, aberta em todas as faces ou parcialmente fechada.

Teto - Acabamento inferior dos entrespos, ou a vedação entre o último pavimento e a cobertura do prédio.

Tijolo maciço - Componente cerâmico para alvenaria que possui todas as fases plenas de material, podendo apresentar rebaixos de fabricação em uma das faces de maior área.

Tipo Edifício - Características formais e funcionais de uma edificação de acordo com a finalidade a que se destina.

Toldo - Elemento de proteção, constituindo cobertura de material leve e facilmente removível, do tipo lona ou similar.

Unidade autônoma - Parte da edificação vinculada a uma fração ideal do terreno, sujeita às limitações da Lei, constituída de dependências e instalações de uso privativo de parcelas das dependências e instalações de uso comum da edificação destinada a fins residenciais ou não, assinaladas por designações especiais numéricas.

Unidade de passagem - Largura mínima necessária para a passagem de uma fila de pessoas, fixada em 55 cm.

Vão Livre - Distância entre dois apoios, medida entre as faces internas.

Vestíbulo - Entrada de uma edificação; espaço entre a porta de ingresso e a escadaria em átrio.

Verga - Peça que se dispõe, horizontalmente sobre o vão de porta ou janela e encimando a parede.

Vistoria - Diligência efetuada pelo Poder Público tendo por fim verificar as condições técnicas da edificação e/ou a observância do projeto aprovado.

Vistoria Técnica para Habitar - Diligência efetuada por funcionário do Município, com o fim de constatar a conclusão de uma obra para concessão do "Habite-se".

Parágrafo Único - Estas definições poderão ser alteradas mediante simples portaria do Secretaria de Obras Viárias e Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e Serviços Públicos.

## SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

CREA - Conselho regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia

EB - Especificação Brasileira (ABNT)

ABCT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial

NB - Norma Brasileira (ABNT)

NBR - Norma Brasileira Registrada no INMETRO

PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

## TÍTULO II

### DISPOSIÇÕES ADMINISTRATIVAS

#### CAPÍTULO I

##### HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Art. 3º - São considerados habilitados ao exercício da profissão aqueles que satisfizerem as disposições da legislação profissional vigente.

Art. 4º - Para efeitos deste Código, as firmas e os profissionais legalmente habilitados deverão requerer sua matrícula na Prefeitura, mediante a Certidão de Registro Profissional do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Art. 5º - Somente profissionais habilitados poderão assinar, como responsáveis, qualquer projeto, especificação ou cálculo, a ser submetido à aprovação.

Parágrafo Único - Excetuam-se da exigência de responsável técnico legalmente habilitado as construções de madeira, residências e galpões de até 70,00m², de uma só pavimento.

Art. 6º - As edificações residenciais, unifamiliares, de um só pavimento, com área de até 70,00m², que não constituem conjunto, poderá ter o responsável técnico fornecido por entidades que reúnam os técnicos da área de engenharia e arquitetura ou município, conforme convênio com o CREA, devendo os projetos, para a aprovação constarem apenas de planta de situação, planta baixa e croqui da rede primária sanitária.

Art. 7º - A Municipalidade não assumirá qualquer responsabilidade em razão de aprovação de projetos ou obra mal executada.

Art. 8º - No local das obras deverão ser afixadas placas dos profissionais intervenientes, placas estas que deverão se submeter às exigências da legislação do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.

Art. 9º - O profissional que tiver de substituir outro, deverá comparecer ao departamento competente para assinar execução do projeto ali arquivado, munido de cópia aprovada, que também será assinada e documento comprobatório, fornecido pelo órgão de fiscalização profissional, submetendo-se ao visto do responsável pela seção.

Parágrafo Único - É facultado ao proprietário de obra embargada, por motivo de suspensão de seu executante, conduzi-la, desde que faça a substituição do profissional punido.

Art. 10 - Sempre que cessar a sua responsabilidade técnica, o profissional deverá solicitar na Prefeitura Municipal, a respectiva baixa de sua matrícula, que somente será concedida estando a obra em execução de acordo com o projeto aprovado.

Art. 11 - Sempre que o profissional habilitado atuar em comprovada imperícia, má fé ou direção de obra não licenciada, caberá ao Município comunicar ao órgão de fiscalização profissional.

## CAPÍTULO II

### PROCESSO DE APROVAÇÃO DE PROJETOS E CONSTRUÇÃO

Art. 12 - A execução de qualquer edificação será constituída dos seguintes atos administrativos:

I - Alinhamento;

II - Aprovação do projeto;

III - Licenciamento para construção;

IV - habite-se.

Parágrafo Único - O alinhamento, aprovação e licenciamento de que tratam os incisos I, II e III poderão ser requeridos de uma só vez.

Art. 13 - O processo de construção será constituído dos seguintes elementos:

#### I ALINHAMENTO:

a - requerimento padrão solicitando alinhamento, instruções quanto ao Zoneamento do Plano Diretor e aprovação de projetos;

b - Preenchimento do croqui de situação no formulário padrão;

c - Solicitação do cadastro imobiliário na Prefeitura Municipal;

#### II APROVAÇÃO:

a - preenchimento do formulário da Prefeitura Municipal

b - plantas de Situação e Localização;

c - plantas baixas dos vários pavimentos;

d - Fachadas

e - cortes longitudinais e transversais;

f - especificações técnicas;

g - planta de localização de esgoto sanitário;

h - especificações do sistema de prevenção contra incêndio;

i - Anotação de responsabilidade técnica dos projetos;

#### III LICENCIAMENTO:

a - Anotação de responsabilidade técnica da execução de todos os projetos;

#### IV CONCLUSÃO E ENTREGA DA OBRA:

a - Projeto de instalações hidráulico-sanitárias;

b - Projeto de instalações elétricas e telefônicas;

c - Projeto de antena de TV e porteiro eletrônico;

d - Projeto estrutural; quando acima de 2 pavimentos, ou altura superior a 5m.

e - Cálculo de tráfego dos elevadores;

f - projeto executado de instalação preventiva contra incêndio;

g - Carta de liberação dos demais órgãos competentes.

§ 1º - Os itens a,b,c do inciso I constarão de formulário fornecido pelo Município, onde deverão constar: o nome do proprietário, o endereço completo, o nome do requerente e croqui de situação.

§ 2º - Todas as pranchas e memoriais relacionados deverão ser entregues em duas vias, devidamente assinados pelo proprietário e pelos responsáveis técnicos.

§ 3º - A planta de situação deve caracterizar a posição do lote relativamente a quarteirão, indicando a distância a uma das esquinas, dimensões do lote e sua orientação magnética.

§ 4º - A planta de localização deve registrar a posição da edificação relativamente às linhas de divisa do lote e outras construções nele existentes, construção do meio fio e entradas de veículos a serem executadas, podendo constituir, com a planta de situação, um único desenho.

§ 5º - As plantas baixas devem indicar destino, dimensões, área de cada compartimento e dimensões dos vãos. Tratando-se de edifícios, bastará a apresentação de uma só planta para cada grupo de pavimentos repetidos, além das demais plantas baixas. No caso de mais de uma economia por pavimento estas deverão ser numeradas, adotando-se para o primeiro pavimento (térreo) os números de 101 a 199; para o segundo pavimento de 201 a 299 e assim sucessivamente; para o primeiro pavimento subsolo de 01 a 99; para o segundo subsolo de 001 a 099, e assim, sucessivamente.

§ 6º - Os cortes longitudinais e transversais serão apresentados em número suficiente a um perfeito entendimento do projeto. Serão convenientemente cotados registrando o perfil do terreno. Quando tais cortes resultarem muito extensos, em virtude de pavimentos repetidos, poderão ser simplificados, omitindo-se na forma convencional, a representação dos pavimentos iguais, desde que seja cotada a altura da edificação. Os pavimentos deverão ser ordenados obedecendo ao seguinte critério: térreo ou primeiro pavimento, segundo pavimento, terceiro pavimento, etc., as sobre-lojas, se existirem, para efeito de ordenação, serão como pavimentos.

§ 7º - A planta de localização do esgoto sanitário deve registrar a posição da edificação relativamente às linhas de divisa do lote, posição da rede primária de esgoto sanitário e pluvial, caixas de inspeção, fossa, filtro e sumidouro.

§ 8º - O projeto de instalações hidráulico-sanitárias constará de:

I - plantas baixas dos diversos pavimentos;

II - estereogramas;

III - corte esquemático hidráulico.

§ 9º - O projeto estrutural a ser apresentado constará dos seguintes elementos:

I - Distribuição dos pilares no piso térreo, com indicação das cargas finais;

II - Plantas de formas

III - Cálculo estático.

§ 10 - Os elementos do projeto arquitetônico mencionado neste artigo, itens c,d,e do inciso II, poderão ser agrupados em uma só prancha. As plantas de situação e localização serão ainda apresentadas em separado.

§ 11 - Os desenhos obedecerão às seguintes escalas mínimas:

- 1:50 - para as plantas baixas.
- 1:50 - para cortes e fachadas.
- 1:250 - para cobertura.
- 1:200 ou 1:250 - para as plantas de localização.
- 1:1000 - para as plantas de situação.
- 1:20; 1:25 ou 1:50 - para o projeto estrutural.
- 1:50 ou 1:100 - para o projeto de instalação.

§ 12 - O órgão responsável poderá aceitar desenhos em escalas diferentes das definidas no parágrafo anterior, ficando a critério do profissional, a escolha de outra escala devendo, em qualquer caso, ficar assegurada a perfeita compreensão do projeto.

§ 13 - A escala não dispensará a indicação de cotas, que prevalecerão nos casos de divergência sobre as medidas tomadas nos desenhos.

Art. 14 - O papel empregado no desenho do projeto e nas especificações deverá obedecer à dobragem indicados pela ABNT.

Art. 15 - Não serão permitidas rasuras nos projetos salvo correções de cotas e pequenos detalhes, que deverão ser feitas em tinta vermelha pelo autor do projeto que assinará.

Parágrafo Único - No caso de não regularização do solicitado, no prazo de 60 dias, o processo será arquivado.



## SEÇÃO I ALINHAMENTO

Art. 16 - O processo de alinhamento é a primeira etapa do projeto de construção, deverá ser comprovado o pagamento da taxa de alinhamento e atendido os itens a,b,c do inciso I do artigo 12.

## SEÇÃO II APROVAÇÃO DE PROJETO

Art. 17 - O processo de aprovação de projeto deve atender ao disposto do artigo anterior, mais os itens d, e do inciso II do Art. 12.

§ 1º - Não será, concedido licenciamento da construção antes da aprovação de todos os elementos exigidos.

§ 2º - É facultado à Administração Municipal exigir novos elementos, inclusive título de posse do terreno.

Art. 18 - Os projetos que dependem do cumprimento de exigências de órgãos de esfera Estadual e/ou Federal, deverão estar acompanhados dos respectivos projetos.

Art. 19 - O prazo para aprovação dos projetos pela Municipalidade será de 30 dias, incluindo-se neste, o tempo necessário para demarcação do alinhamento.

§ 1º - O prazo estipulado no presente artigo será acrescido do tempo que decorrer da notificação das exigências e o cumprimento das mesmas.

§ 2º - Uma vez aprovado o projeto, uma via será arquivada aguardando prosseguimento do processo e as demais poderão ser retiradas pelo requerente.

## SEÇÃO III LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO

Art. 20 - O processo de licença constará dos artigos 15 e 16, pagamento de taxa de licenciamento e inclusão do item XIII do artigo 12.

Art. 21 - Uma vez requerido o licenciamento da construção, a licença deverá ser fornecido ao interessado dentro do prazo de 5 dias úteis.

Art. 22 - No caso de demora ou de exigências injustificadas, a parte interessada poderá dirigir-se, por escrito, ao Senhor Prefeito Municipal, que mandará proceder às necessárias sindicâncias e aplicará ao funcionário faltoso as penalidades previstas em Lei, caso forem constatadas.

Art. 23 - Uma vez licenciado o projeto, uma das vias ficará arquivada na Prefeitura Municipal e as demais serão entregues ao requerente, o qual estará habilitado a iniciar a construção.

## CAPÍTULO III VALIDADES DE PROJETO E LICENCIAMENTO

Art. 24 - A aprovação de um projeto será considerada válida pelo prazo de 1 ano após a data do despacho deferitório.

Parágrafo Único - Poderá ser solicitada a revalidação, sujeitando-se a parte interessada às determinações legais vigentes à época do pedido da revalidação.

Art. 25 - Será passível de revalidação, obedecendo os preceitos legais da época da aprovação, o projeto aprovado cujo pedido de licenciamento ficou na dependência de ação judicial para a retomada do imóvel onde deve ser realizada a construção, nas seguintes condições:

I - ter a ação judicial iniciada no prazo de validade do projeto aprovado;

II - ter a parte interessada requerido a revalidação dentro do prazo de um mês a partir da data do trânsito em julgado da sentença que determinar a retomada do imóvel.

Parágrafo Único - Nesse caso o licenciamento que será único, deverá ser requerido dentro do prazo de 30 dias a contar da data do despacho deferitório da revalidação.

Art. 26 - O licenciamento para início da construção será válido pelo prazo de 06 meses. Findo este prazo, e não tendo sido iniciada a construção, o licenciamento perderá o seu valor.

Parágrafo Único - Para efeito do presente Código, uma obra será considerada como iniciada quando for promovida a execução dos serviços com base no projeto aprovado, e indispensável a sua implantação imediata.

Art. 27 - Após a caducidade do primeiro licenciamento, se a parte interessada quiser iniciar as obras, deverá requerer novo licenciamento, desde que ainda válido o projeto aprovado.

Art. 28 - O município fixará, anualmente, as taxas a serem cobradas pela aprovação ou revalidação da aprovação do projeto de construção.

#### CAPÍTULO IV MODIFICAÇÃO DE PROJETO APROVADO

Art. 29 - Devem ser requeridas as alterações de projeto aprovado.

Art. 30 - As modificações que não impliquem em aumento de área, não alterem a forma externa da edificação e nem o projeto hidráulico-sanitário, poderão ser executadas, independentemente de aprovação prévia, desde que não contrarie nenhum dispositivo do presente Código.

Parágrafo Único - No caso previsto neste artigo, deverá o autor do projeto ou responsável técnico pela obra apresentar, diretamente ao departamento competente, planta elucidativa (em duas vias) das modificações propostas, a fim de receber o visto no mesmo, antes do pedido de vistoria para a sua aprovação definitiva.

#### CAPÍTULO V ISENÇÃO DE PROJETOS E LICENÇAS

Art. 31 - Independentemente da apresentação do projeto, ficando contudo sujeitos à concessão de licença, os seguintes serviços e obras:

- I - galpão de uso doméstico até 6,00m<sup>2</sup>;
- II - viveiros e telheiros com até 15,00m<sup>2</sup> de área coberta;
- III - galinheiros sem finalidade comercial, até 15,00m<sup>2</sup> de área coberta;
- IV - carramanchões e frente decorativas;
- V - estufas e coberturas de tanque de uso doméstico;
- VI - serviços de pinturas externas;
- VII - conserto e execução de passeios;
- VIII - rebaixamento de meios-fios;
- IX - construção de muros no alinhamento dos logradouros;
- X - reparos no revestimento das edificações;
- XI - reparos internos e substituição de abertura em geral.

Parágrafo Único - As isenções não eximem os interessados no cumprimento de outras exigências legais ou regulamentares relativa à obra.

Art. 32 - Independem de apresentação do projeto ficando contudo sujeitos à concessão de licença, as construções de madeira até 70,00m<sup>2</sup>, situadas na zona rural, caso estejam localizadas a mais de 100,00m de distância do alinhamento da estrada e desde que não contrariem as exigências de higiene e habitabilidade deste Código.

Art. 33 - Independem de licença os serviços de remendos, substituições de revestimento de pisos e impermeabilização de terraços; substituição de telhas partidas de calhas e condutores em geral, construções de calçadas no interior dos terrenos edificados e muros de divisa até 2,00 m de altura.

#### CAPÍTULO VI REFORMA, RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÕES

Art. 34 - As obras de reforma, reconstrução ou ampliação de prédios existentes, deverão observar o mesmo processo relativo à aprovação de projetos novos, indicando-se nas pranchas, através de convenções, as partes a conservar, demolir e construir, utilizando-se as seguintes cores:

- I - azul para as partes existentes;
- II - amarelo para as partes a demolir;
- III - vermelho para as partes a construir.

Art. 35 - Nas construções existentes em logradouros, para os quais haja projeto de modificações de alinhamento ou recuo obrigatório para ajardinamento, somente serão permitidas obras de construção, reparos, reformas e acréscimos para as edificações nas seguintes condições:

- I - quando para atender às condições de higiene;

II - quando não ampliar a capacidade de utilização e nem alterar a forma geométrica da edificação;

III - quando não atingirem a faixa de recuo fixada.

Parágrafo Único - Será permitida a substituição de revestimento de fachada, sem modificação de suas linhas.

## CAPÍTULO VII OBRAS PARALISADAS

Art. 36 - No caso de se verificar a paralisação de uma construção por mais de 180 dias, deverá ser feito o fechamento do terreno no alinhamento do logradouro por meio de um muro dotado de portão, observadas as exigências deste Código para fechamento dos terrenos das zonas respectivas.

§ 1º - Tratando-se de construção no alinhamento, um dos vãos abertos sobre o logradouro deverá ser dotado de porta, devendo todos os outros vãos para o logradouro serem fechados de maneira segura e conveniente.

§ 2º - No caso de continuar paralisada a construção, depois de decorridos os 180 dias, será feito, pelo departamento competente, um exame no local a fim de constatar se a construção oferece perigo à segurança pública e promover as providências que se fizerem necessárias.

Art. 37 - Os andaimes e tapumes de uma construção paralisada há mais de 180 dias deverão ser demolidos, desimpedindo o passeio e deixando-o em perfeitas condições.

## CAPÍTULO VIII DEMOLIÇÕES

Art. 38 - A demolição de qualquer edificação, executados apenas os muros de fechamento até 1,50m de altura, só poderá ser executada mediante licença.

§ 1º - Tratando-se de edificações no alinhamento do logradouro, ou sobre uma ou mais divisas do lote, mesmo que sejam um só pavimento, será exigida a responsabilidade profissional habilitado.

§ 2º - Em qualquer demolição o profissional responsável ou proprietário conforme o caso porá em prática todas as medidas necessárias e possíveis para garantir a segurança dos operários e do público, das benfeitorias do logradouro e das propriedades vizinhas obedecendo o que dispõe o presente Código no título III, Capítulo I, que trata de tapumes.

§ 3º - O departamento competente poderá estabelecer horário dentro do qual uma demolição deva ou possa ser feita.

§ 4º - No pedido de licença para demolição, deverá constar o prazo de duração dos trabalhos o qual poderá ser prorrogado atendendo solicitações justificada do interessado.

§ 5º - Caso a demolição não fique concluída dentro do prazo programado o responsável ficará sujeito as multas previstas no presente Código.

## CAPÍTULO IX CONCLUSÃO, ENTREGA DAS OBRAS

Art. 39 - Nenhuma edificação poderá ser ocupada sem que seja procedida a vistoria e expedido o respectivo "Habite-se".

Art. 40 - Concluída a obra deverá o profissional responsável:

I - solicitar o desarquivamento do processo de construção;

II - pagamento de taxas de "Habite-se";

III - anexar itens XIV a XX d artigo 12.

§ 1º - A partir da entrega destes documentos a fiscalização municipal executará a vistoria no prazo máximo de 15 dias úteis, a contar da data do recebimento destes.

§ 2º - Para residências unifamiliares será dispensado o item III deste artigo para liberação do "Habite-se".

Art. 41 - Por ocasião da vistoria, se for constatado que a edificação não foi construída, aumentada, reconstruída ou reformada de acordo com o projeto aprovado, o responsável será multado de acordo com as disposições deste código e intimado a regularizar o projeto, caso as alterações possam ser aprovadas, ou a fazer a demolição ou as modificações necessárias para repor a obra de acordo com o projeto aprovado.

Parágrafo Único - A multa referida neste artigo, somente será aplicada se no prazo de 30 dias o responsável não regularizar as modificações e alterações constatadas.

Art. 42 - Por ocasião da vistoria, estando as obras de acordo com o projeto aprovado, será entregue ao proprietário de acordo com o projeto aprovado

§ 1º - Por ocasião da vistoria, os passeios fronteiros deverão estar incluídos de acordo com os artigos 68 a 73.

§ 2º - Uma vez fornecido o "Habite-se", a obra é considerada aceita.

Art. 43 - Será concedida vistoria parcial quando em prédios residenciais, comerciais, de escritórios ou mistos, ficarem assegurados o acesso e circulação, em condições satisfatórias, aos pavimentos a serem vistoriados.

§ 1º - Excluem-se das disposições do presente artigo prédios residenciais constituindo uma única economia.

§ 2º - O primeiro pedido de vistoria parcial deverá ser instruído com o projeto arquitetônico aprovado, completo.

§ 3º - Os casos não previstos neste artigo, serão apreciados pelo departamento competente, resguardadas as exigências anteriores.

Art. 44 - A numeração das edificações, bem assim como das economias distintas com frente para via pública, no pavimento térreo, será designada pelo departamento competente.

§ 1º - É obrigatória a colocação de placa de numeração do tipo oficial, ou artística, que deverá ser fixada em lugar visível, no muro do alinhamento ou fachada.

§ 2º - O departamento competente, quando julgar conveniente, ou for requerido pelos respectivos proprietários e aprovada sua absoluta necessidade, poderá designar numeração para lotes de terrenos que estiverem perfeitamente murados em todas as suas divisas.

§ 3º - Caberá também ao departamento competente a numerações de habitações em lotes de fundos.

§ 4º - A numeração das novas edificações será processada por ocasião da vistoria.

§ 5º - No caso de reconstrução ou reforma, não poderá ser colocada a placa de numeração primitiva sem anuência do departamento competente.

§ 6º - Quando estiverem danificadas as placas de numeração o departamento competente fará sua substituição, devendo as mesmas serem cobradas do respectivo proprietário.

Art. 45 - A numeração dos apartamentos, salas, escritórios ou economias distintas, internas de uma mesma edificação, caberá ao proprietário ou proprietários, mas sempre de acordo com o previsto pelo artigo 12, parágrafo 5º.

## CAPÍTULO X OBRAS PÚBLICAS

Art. 46 - As obras públicas, de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 125, de 3 de dezembro de 1935, não poderão ser executadas, sem licença, devendo obedecer as determinações do presente Código, ficando entretanto isentas de pagamento de emolumentos as seguintes obras:

I - construção de edifícios públicos;

II - obras de qualquer natureza em propriedade da União ou Estado;

III - obras a serem realizadas por instituições oficiais ou paraestatais (Instituto da Previdência, Caixas ou Associações) quando para sua sede própria.

Art. 47 - As infrações das disposições do presente Código sujeitarão o administrador ou contratante das obras, ou quem as houver determinado, à multa correspondente.

## TÍTULO III OBRIGAÇÕES A SEREM CUMPRIDAS DURANTE A EXECUÇÃO DAS OBRAS

### CAPÍTULO I ANDAIMES

Art. 48 - Os andaimes deverão satisfazer as seguintes condições:

I - apresentarem perfeitas condições de segurança em seus diversos elementos;

II - respeitarem, no máximo, a largura do passeio, menos 0,50m;

III - preverem a proteção das árvores, dos aparelhos de iluminação pública, dos postes e de qualquer outro dispositivo existentes, sem prejuízo do funcionamento destes;

IV - ser dotado de proteção em todas as faces livres para impedir a queda de materiais.

Art. 49 - Os pontaletes de sustentação de andaimes, quando formarem galerias, devem ser colocadas a um primo de modo rígido sobre o passeio, afastados, no mínimo, 0,50m do meio-fio.

Parágrafo Único - No caso do presente artigo, serão postas em prática todas as medidas necessárias para proteger o trânsito sob o andaime e para impedir a queda de materiais.

Art. 50 - Os andaimes armados com cavalete ou escadas, além das condições dos artigos anteriores, deverão atender as seguintes condições:

I - serem utilizados para pequenos serviços até a altura de 5,00m;

II - não impedirem, por meio de travessas que os limitem, o trânsito público sob as peças que os constituem

Art. 51- O emprego de andaimes suspensos por cabos (jaús), é permitido nas seguintes condições:

I - terem no passadiço a largura de 0,90m, pelo menos, e 2,00m, no máximo, sem que seja excedida a largura do passeio, quando utilizadas a menos de 4,00 m de altura;

II - ser o passadiço dotado de proteção em todas as faces livres, para segurança dos operários e para impedir a queda de materiais.

## CAPÍTULO II TAPUMES

Art. 52 - Nenhuma construção ou demolição poderá ser feita no alinhamento das vias públicas ou com recuo inferior a 4,00m, sem que haja em toda a sua frente, bem como em toda a sua altura, um tapume provisório acompanhando o andamento da construção ou demolição, ocupando no máximo a metade da largura do passeio.

§ 1º - Nas construções recuadas de 4,00 m, com até 12,00 m de altura, será obrigatória apenas a construção de tapumes com 2,00 m de altura no alinhamento.

§ 2º - Nas construções recuadas de 4,00m, com mais de 12,00m de altura, deverá ser executado, também a partir desta altura.

§ 3º - Nas construções recuadas de mais de 4,00m, com mais de 12,00m de altura, deverá ser executado o tapume, a partir da altura determinada, pela proporção 1:3 (recuo e altura).

§ 4º - Nas construções recuadas de 8,00m, ou mais com até 7,00m de altura, estarão isentas de construção de tapume, sem prejuízo das determinações do artigo 55.

Art. 53 - Quando for tecnicamente indispensável para execução da obra a ocupação de mais área do passeio, deverá o responsável requerer a devida autorização, justificando o motivo alegado.

§ 1º - Em casos especiais, será permitida a construção de tapumes avançados, no máximo de 2/3 do passeio, não devendo ser inferior a 1,00m a faixa livre destinada ao trânsito de pedestres.

§ 2º - Quando no passeio houver postes ou árvores, a distância de 1,00, será contada à face interna destes.

Art. 54 - Os tapumes serão periodicamente vistoriados pelo departamento competente a fim de verificar sua eficiência e segurança.

Art. 55 - Após o termino das obras, os tapumes deverão ser retirados no prazo máximo de 10 dias.

## CAPÍTULO III CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DOS LOGRADOUROS DE PROTEÇÃO ÀS PROPRIEDADES

Art. 56 - Durante a execução das obras, o profissional deverá por em prática todas as medidas necessárias para que o leito dos logradouros, no trecho fronteiro à obra, sejam mantidos em estado de limpeza e conservação.

§ 1º - O responsável pela obra porá em prática todas as medidas necessárias no sentido de evitar o excesso de poeira e queda de detritos nas propriedades vizinhas.

§ 2º - Nas obras situadas nas proximidades de estabelecimentos hospitalares, não poderá ser executado, antes das 7 e depois das 19 horas, qualquer trabalho que produza ruído excessivo.

Art. 57 - Nenhum material poderá permanecer no logradouro público senão o tempo necessário para a sua descarga e remoção, salvo a que se destinar a obras a serem executadas no próprio logradouro ou muro do alinhamento.

Art. 58 - No caso de se verificar a paralização por mais de 90 dias, a construção deverá:

I - ter todos os seus vãos fechados de maneira segura e conveniente;

II - ter seus andaimes e tapumes removidos, quando construídos sobre o passeio.

#### TÍTULO IV CONDIÇÕES GERAIS RELATIVAS A TERRENOS

##### CAPÍTULO I TERRENOS NÃO EDIFICADOS

Art.59 - Os terrenos não edificadas serão mantidos limpos, capinados e drenados, podendo o Município determinar as obras necessárias.

Art. 60 - Os terrenos não edificadas, situados em logradouros providos de pavimentação, serão obrigatoriamente fechados nas respectivas testadas, por meio de muro de bom aspecto.

Art. 61- Os proprietários de terrenos, situados em logradouros que possuam meio-fio, serão obrigados a executar a pavimentação do passeio fronteiro a seus imóveis, dentro dos critérios e padrões estabelecidos pelo Município e mantê-lo em estado de conservação e limpeza.

##### CAPÍTULO II TERRENOS EDIFICADOS

Art. 62 - Os recuos para alargamento viário e para jardim em terrenos edificadas, serão mantidos abertos para o logradouro e para os confrontantes laterais, sendo mantido o ajardinamento permanente conservado nos bairros residenciais e tratados para o fim a que se destinarem. Os limites entre os logradouros e as propriedades, e destas entre si, deverão ficar marcados com meio-fio, marcadas de pedra ou concreto, ou elementos equivalentes.

##### SEÇÃO I MUROS

Art. 63 - Os particulares que quiserem vedar os recuos para o jardim poderão fazê-lo desde que sejam tais recuos em logradouros onde a vedação for explicitamente proibida, nas seguintes condições:

I - as vedações nas divisas laterais e de frente, quando executadas com materiais opacos, como concreto, alvenaria de tijolos ou de pedras, ou de materiais similares, não poderão ter altura superior a 2,10m.

Art. 64 - Nas zonas residenciais definidas pelo Plano Diretor a ser implementado, os muros de fechamento das divisas de fundo, bem como das divisas laterais compreendidas dentro dos recuos de fundo não poderão ter altura superior a 3,00m.

Art. 65 - Os muros que subdividam área, principais ou secundárias, abertas ou fechadas, não poderão ultrapassar a altura de 2,10m, a não ser que cada uma das áreas resultantes satisfaça as condições exigidas por este Código.

Art. 66 - Os muros divisórias laterais e de fundos dos lotes edificadas poderão ter, como altura máxima, a permitida para a construção de edifícios na divisa respectiva, ressalvados os casos dos artigos 62 e 64.

Parágrafo Único - Nos locais onde, por exigências de Lei, não for permitida qualquer construção na divisa, a altura máxima do muro será de 4,00m.

Art. 67 - O Município poderá exigir a reconstrução ou aumento da altura dos muros de fechamento dos terrenos, edificadas ou não, feitos anteriormente à data deste Código.

Art. 68 - Havendo muros de frente, em terrenos cuja construção fique recuada do alinhamento, nos logradouros onde haja obrigatoriedade de recuo, os mesmos serão considerados como fachada ou parte integrante desta, para fins de tratamento de altura.

##### SEÇÃO II PASSEIOS

Art. 68 - Ficam obrigados os proprietários de imóvel, com frente à logradouros públicos, providos de meio-fio e pavimentação, a proceder a construção dos respectivos passeios.

Art. 70 - Os passeios nas zonas residenciais e industriais especificadas pelo Plano Diretor a ser implementado serão constituídos com material que melhor convier ao proprietário, desde que seja apropriado a esta atividade.

Art. 71 - Os passeios em qualquer das zonas definidas pelo Plano Diretor a ser implementado terá seu material especificado pela equipe técnica da Prefeitura Municipal

Art. 72 A execução das calçadas correrá por conta de cada proprietário, que sofrerá aplicação de multas se findar o prazo sem o devido atendimento. A Prefeitura Municipal notificará a todos os proprietários, concedendo prazo para a construção, reconstrução ou conserto dos respectivos passeios.



Art. 73 - Quando da execução das calçadas pela municipalidade o proprietário, além do valor do serviço, pagará mais 10%, sobre o total do custo do mesmo a título de taxa de despesas de administração.

Art. 74 - Quando houver no alinhamento dos logradouros públicos, gradil, portas e outros elementos da construção, estes não deverão embaraçar ou impedir o livre trânsito dos pedestres.

### CAPÍTULO III PROTEÇÃO E FIXAÇÃO DE TERRAS

Art. 75 - O Município poderá exigir dos proprietários a construção de muros de arrimo e de revestimento de terras, sempre que o nível dos terrenos não coincidir com o logradouro público.

Parágrafo Único - O Município exigirá a execução das providências necessárias quando, nos terrenos, em consequência de enxurradas as águas de infiltração, se verificar o arrastamento de terras com prejuízo para a limpeza dos logradouros.

## TÍTULO V ELEMENTOS DA CONSTRUÇÃO

### CAPÍTULO I MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Art. 76 - Todo o material deverá satisfazer as normas de qualidade e segurança compatíveis com seu destino na construção.

§ 1º - os materiais correntes devem estar enquadrados no que dispõe a ABNT, em relação a cada caso.

§ 2º - Em se tratando de materiais novos ou de materiais para os quais não tenham sido estabelecido normas, os índices qualificados serão fixados mediante estudo e orientação de uma entidade oficialmente reconhecida.

Art. 77- O Município reserva-se o direito de impedir o emprego de qualquer material que julgar inadequado e, em consequência, exigir o seu exame, às expensas do construtor ou do proprietário em laboratório conceituado.

### CAPÍTULO II PAREDES

Art. 78 - As paredes das edificações em geral, quando executadas em alvenaria de tijolos, deverão ter as seguintes espessuras:

I - 25 cm

- a) para paredes externas de divisa;
- b) para paredes que constituam divisórias entre unidades autônomas.

II - 15 cm

- a) para paredes em divisória entre área de uso comum;
- b) para paredes que constituam divisória entre a área privativa com as de uso comum;
- c) para paredes externas das edificações que possuírem estrutura metálica e concreto armado

III - 10 cm

- a) para paredes internas sem função estática (estantes e armários embutidos);
- b) para paredes que constituam divisórias internas de compartimentos sanitários.

Parágrafo Único - Para edificações residenciais unifamiliares, de até dois pavimentos permitir-se-á paredes externas de alvenaria de tijolos, com espessura de 15 cm.

Art. 79 - As espessuras das paredes constantes dos artigos anteriores poderão ser alteradas quando utilizadas materiais de natureza diversa que possuam comprovadamente índices de resistência, impermeabilidade e isolamento térmico e acústico, conforme as exigências de cada caso.

Art. 80 - As edificações executadas sem estrutura metálica ou sem concreto armado não poderão ter mais de 4 pavimentos ou 13,00m de altura, executando-se quando utilizados materiais de natureza diversa que possuam resistência comprovada através de órgão oficial.

Art. 81 - As paredes portantes quando de alvenaria, de material cerâmico, usarão obrigatoriamente tijolos maciços ou blocos de cerâmico portantes.

### CAPÍTULO III PISOS E ENTREPISOS

Art. 82- As fachadas e demais paredes externas das edificações, inclusive as de divisa de lote, deverão receber tratamento e ser

convenientemente conservadas, considerando seu compromisso com a paisagem urbana.

Art. 83 - As fachadas das edificações no alinhamento correspondente ao pavimento térreo poderão ter saliências até o máximo de 0,10m.

Parágrafo Único - Quando no pavimento térreo forem previstas aberturas, janelas com venezianas, gelosias de projetar, aparelhos de ar condicionado ou grades salientes, deverão estas ficar a altura de 2,00m acima do nível do passeio.

#### CAPÍTULO V VITRINAS E MOSTRUÁRIOS

Art. 84 - As instalações de vitrinas e mostruários serão permitidas quando não acarretar prejuízos para a ventilação, iluminação e vão de passagens prescritas no presente Código.

Art. 85 - Será permitida a colocação de mostruários nas paredes externas das lojas, desde que:

- I - o passeio do logradouro tenha a largura mínima de 3,00m;
- II - não interfiram direta ou indiretamente com o trânsito de pedestre;
- III - atenda as demais prescrições do presente Código;
- IV - saliência máxima de 0,10m.

#### CAPÍTULO VI SACADAS E CORPOS AVANÇADOS

Art. 86 - Nas fachadas constituídas no alinhamento e nas que ficarem dele afastadas em consequência do recuo para ajardinamento regular, só poderão ser feitas construções em balanço ou formando saliências, obedecendo as seguintes condições:

- I - a altura deste balanço será de 2,80m em relação ao nível do passeio, nas fachadas sobre o alinhamento, e de 2,00m, em relação ao terreno quando a fachada for afastada do alinhamento em consequência do recuo regulamentar para ajardinamento;
- II - o balanço Máximo permitido será de 1/20 da largura do logradouro, não podendo exceder do limite máximo de 1,2m;
- III - nos logradouros cuja largura for igual ou inferior a 10,00m não será permitida a construção em balanço;
- IV - tratando-se de edificações com recuo obrigatório de alinhamento, a largura do logradouro, para o cálculo do valor da saliência, será acrescida desses recursos;
- V - todas as construções sobre pilotis obedecerão, em projeção, aos alinhamentos previstos pelo Município.

Parágrafo Único - Quando as edificações apresentarem faces voltadas para mais de um logradouro, cada uma delas será considerada isoladamente para efeito do presente artigo.

#### CAPÍTULO VII MARQUISES

Art. 87 - Será obrigatório a construção de marquises em toda a testada de qualquer edificação localizadas em zonas definidas pelo Plano Diretor como obrigatório, inclusive naquelas com recuo obrigatório, exceto em prédios cujo afastamento do alinhamento do terreno seja igual ou superior a 3,00m.

Art. 88 - Será permitida a construção de marquises na testada das edificações construídas no alinhamento dos logradouros desde que:

- I - tenham o balanço de 3,00m, ficando, em qualquer caso, 0,50m aquém do meio-fio;
- II - tenham todos os seus elementos estruturais ou decorativos, cotas iguais ou superiores a 3,00m referidas ao nível do passeio;
- III - tenham todos os elementos estruturais e decorativos situados acima da marquise, com dimensão máxima de 0,80m no sentido vertical;
- IV - sejam de forma tal a não prejudicar a arborização e a iluminação pública;
- V - sejam construídas, na totalidade de seus elementos, de material incombustível e resistente à ação do tempo;
- VI - sejam promovidas de cobertura protetora, quando revestidas de vidros ou de qualquer outro material quebradiço;
- VII - se forem executadas em concreto, deverão ser devidamente impermeabilizadas.

Art. 89 - A altura e o balanço das marquises serão uniformes na mesma quadra, salvo no caso de logradouro em declive.

Art. 90 - Ficam os proprietários de imóveis por ocasião física, cujo prédio possuir marquise, obrigados a apresentar laudo técnico conforme modelo do Município.

§ 1º - O laudo deverá ser apresentado pelo proprietário de imóvel com 15 anos, ou mais de "Habite-se", procedimento que deverá ser repetido a cada 5 anos.

§ 2º - O laudo técnico deve ser encaminhado ao órgão responsável, com a assinatura do proprietário e do profissional registrado no CREA e Município.

§ 3º - O laudo deverá estar acompanhado de ART. - Anotação de Responsabilidade Técnica.

§ 4º - Este laudo deverá ser efetuado com prova de carga, quando:

I - apresentar fissuras ou deformações aparentes;

II - apresentar manchas de infiltração de água;

III - possuir elementos de sobre-carga apostos sobre estrutura, tais como: painéis publicitários, luminosos e outros;

IV - apresentar qualquer outra anormalidade.

#### CAPÍTULO VIII

##### TOLDOS E ACESSOS COBERTOS

Art. 91 - Será permitida a ocupação de passeios e recuos com toldos e passagens cobertas, quando fronteiros às entradas principais de hotéis, clubes, restaurantes, cinemas e teatros.

Art. 92 - Os toldos, de que trata o artigo anterior, deverão possuir estrutura metálica e cobertura de lona ou materiais similares, devendo localizar os apoios junto ao alinhamento, afastados de 0,50m do meio-fio e não possuir elementos abaixo de 2,20m em relação ao nível do passeio.

#### CAPÍTULO IX

##### JIRAUS E MEZANINOS

Art. 93 - A construção de jiraus e mezaninos destinadas a pequenos escritórios, depósitos, localização da orquestra e estrados elevados de fábricas, será permitida desde que o espaço aproveitável apresentem boas condições de iluminação e não resulte prejuízo para as condições de ventilação e iluminação de compartimento onde esta construção for executada.

Art. 94 - Os jiraus e mezaninos deverão ser construídos de maneira a atender as seguintes condições:

I - deixarem passagem livre, por baixo, com altura mínima de 2,20m;

II – ter pé direito mínimo livre de 2,00m;

III - terem parapeito;

IV - terem escada fixa de acesso.

Parágrafo Único - Quando os jiraus e mezaninos forem colocados em lugares freqüentados pelo público, a escada que se refere ao item IV do presente artigo será disposta de maneira a não prejudicar a circulação do respectivo compartimento e atender as demais condições que lhe forem aplicáveis, devendo dar saída direta para corredor com ligação imediata a logradouro público ou pátio.

Art. 95 - Não será permitida a construção de jiraus e mezaninos que cubram mais de 25% do compartimento onde forem colocados, salvo nos casos que constituírem passadiços, de largura não inferior a 0,80m ao longo das paredes.

Art. 96 - Serão tolerados jiraus e mezaninos que cubram mais de 25% da área do compartimento em que forem colocados, até o limite de 50% uma vez obedecendo as seguintes condições:

I - deixarem passagem livre, por baixo, com altura mínima de 2,60m;

II – ter pé direito mínimo de 2,40m.

Art. 97 - Não será permitida a construção de jiraus em compartimentos destinados a dormitórios em casa de habitação coletiva.

Art. 98 - Não será permitido o fechamento de jiraus com paredes divisórias de qualquer espécie.

#### CAPÍTULO X

##### SÓTÃOS

Art. 99 - Os compartimentos situados nos sótãos que tenham pé-direito médio de 2,50m, poderão ser destinados a dormitórios e salas, com o mínimo de 10,00m², desde que sejam obedecidos os requisitos mínimos de ventilação e iluminação, e não tenham, em nenhum local, pé-direito inferior a 1,80m.

Art. 100 - Não será considerado como sótãos a construção que cubra mais de 50% da área do último pavimento.

## CAPÍTULO XI CHAMINÉS

Art. 101 - As chaminés de qualquer espécie serão dispostas de maneira que o fumo, fuligem, odores estranhos ou resíduos que possam expelir, não incomodem os vizinhos, ou então, serem dotados de aparelhamento que evite tais inconvenientes.

§ 1º - Nos casos de chaminés de estabelecimentos industriais ou similares que produzam resíduos inconvenientes aos vizinhos, sua altura será no mínimo de um metro mais alta que a linha de cumeeira do telhado mais alto, em um raio de 50,00m, devendo ser equipados com câmara de lavagem dos gases de combustão e coletor de fagulhas.

§ 2º - O Município poderá, quando julgar necessário, determinar a modificação de chaminés existentes ou o emprego de dispositivos, quaisquer as alturas das mesmas, a fim de ser cumprido o que dispõe o presente artigo.

## CAPÍTULO XII PORTAS

Art. 102 - O dimensionamento das portas deverá obedecer a uma altura mínima de 2,10m e as seguintes larguras mínimas:

I - porta de entrada principal, 0,90m;

II - portas principais de acesso as salas, dormitórios, lavanderias e cozinhas, 0,80m;

III - portas de acesso a compartimentos de uso público principal ou secundária serão de 0,80m;

IV - portas internas secundárias em geral e de banheiros, 0,60m;

§ 1º - A largura mínima das portas será aumentada nos casos previstos na norma NB 208 (NBR-9077).

§ 2º - As portas da entrada principal, quando possuírem capachos, esses deverão ser nivelados em sua face ao piso.

Art. 103 - É obrigatório, nas agencias e postos de serviços bancários, a instalação de porta eletrônica de segurança individualizada em todos os acessos destinados ao público.

Parágrafo Único - A porta que se refere este artigo, deverá entre outras, obedecer as seguintes características técnicas:

I - equipada com detector de metais;

II - travamento e retorno automático;

III - abertura ou janela para entrega ao vigilante do metal detectado;

IV - vidros laminados resistentes ao impacto de projéteis oriundos de uma arma de fogo até calibre 45.

Art. 104 - Portas e portões quando localizados no alinhamento do logradouro não poderão embaraçar ou impedir o livre trânsito de pedestres.

## CAPÍTULO XIII FUNDAÇÕES

Art. 105 - Qualquer obra que venha a ser executada nas proximidades de uma construção existente, de tal forma que venha modificar as condições de equilíbrio do maciço de terra de que depende a estabilidade das fundações vizinhas deverá ser executada de maneira tal que não a prejudique.

## TÍTULO VI CIRCULAÇÕES

### CAPÍTULO I ESCADAS

Art. 106 - Em qualquer edificação as escadas principais, incluindo as externas, deverão atender as seguintes condições:

I - ser constituída em material resistente ao fogo quando servirem a mais de 2 pavimentos;

II - ter os pisos dos degraus e patamares revestidos com materiais antiderrapantes;

III - ser, quando o desnível a vencer for superior a 1,20m, dotadas de guarda-copos com altura mínima de 0,92m, medida acima da quina do degrau, os quais, quando constituídos por balaústre, terão espaçamentos horizontais ou verticais entre os seus elementos de forma a oferecer adequada proteção, devendo estes guarda-corpos terem altura mínimo de 1,05m quando em patamares, passagens, rampas, etc;

IV - ser dotadas, em ambos os lados, de corrimão situados entre 0,80m a 0,92m acima do nível da superfície superior do degrau, afastado 0,04 a 0,05m das paredes ou guarda-corpos, devendo prolongar-se horizontalmente, no mínimo 0,30m das duas extremidades dos lances da escada;

V - ter passagem com altura mínimo não inferior a 2,10m;

VI - escadas de uso público;

a) quando em prédios comerciais, industriais e repartições públicas, o desnível a vencer for superior a 3,5m, estes deverão ser dotadas de guarda-corpos.

b) Sinalizar piso servido, constituídos pelas áreas contíguas a escada;

c) Possuir mudança de direção somente através de patamar.

§ 1º - Em cinemas, teatros, auditórios, hospitais e escolas, a escada não poderá desenvolver-se em leque quando constituir saída de emergência, salvo quando o raio da borda externa for, no mínimo, igual ao dobro da largura da escada, e esta largura for no máximo, de 2,00.

§ 2º - Em hospitais e escolas deverão ter ventilação e iluminação natural em cada pavimento, salvo em casos de escadas de emergência, nos termos das normas brasileiras.

§ 3º - Nas escolas, deverão distar, no máximo, 30,00m das salas de aula.

§ 4º - Nos hospitais, deverão localizar-se de maneira que nenhum enfermo necessite percorrer mais de 40,00m para alcançá-las.

Art. 107 - As larguras das escadas devem atender aos seguintes requisitos:

I - ter largura mínima de 1,10m devendo ser dimensionada de acordo com a fórmula abaixo e em função do pavimento com maior população, o qual determinará as larguras mínimas para os lances correspondentes aos demais pavimentos, considerando-se o sentido de saída.

$$N = P/C$$

Na qual:

N = Número de unidades de passagem, arredondando para número inteiro.

P = População do pavimento de maior lotação

C = Capacidade da unidade de passagem conforme Anexo III.

II - ter, quando se desenvolver em lances paralelos, espaço mínimo de 0,10m entre lances, para permitir localização de guarda ou fixação de corrimão.

Art. 108 - A largura mínima das escadas principais nos hospitais e clínicas com internação em geral, será de 2,20m, e nas galerias de centros comerciais será de 1,65m.

Art. 109 - Nas escadas de uso nitidamente secundário e eventual, como para depósitos, garagens, dependências de empregadas ou casos similares, a redução da largura poderá ser feita para até no mínimo de 0,60m.

Art. 110 - O dimensionamento dos degraus será feito de acordo com a fórmula:  $2h+b = 0,63$  a  $0,64$  onde "h" é a altura do degrau e "b" é a largura.

I - Ter altura máxima de 0,25m;

II - Ter altura mínima de 0,16m;

III - Ter, no mesmo lance, larguras e alturas iguais, e em lances sucessivos de uma mesma escada, diferença entre as alturas dos degraus de no máximo 0,50cm;

Art. 111 - Nas escadas em leque a medida "b" (largura do degrau) é feita a 0,55m da borda interna (ou linha média quando a largura da escada for maior que 1,10m) e a parte mais estreita destes degraus não terá menos de 0,15m.

Art. 112 - O lance mínimo será de 3 degraus e o lance Máximo, entre dois patamares consecutivos não ultrapassar a 3,70m,

Art. 113 - Os patamares deverão:

I - ter comprimento, medido na direção do trânsito, quando em escada reta, dado pela fórmula:

$$P = (2h + b) n + b$$

Em que n é um número inteiro (1, 2 ou 3)

II - ter comprimento, no mínimo, igual a largura da escada, quando houver a mudança de direção, não se aplicando neste caso a fórmula retro.

Art. 114 - haverá obrigatoriamente patamares junto às portas, com comprimento mínimo igual a largura de suas folhas, no sentido de sua abertura, respeitando em ambos os lados, o mínimo de 0,60m.

Art. 115 - A existência de elevador em uma edificação não dispensa a construção de escada.

Art. 116 - A existência de escada rolante não dispensa nem substitui qualquer escada ou elevador exigido pela legislação.

## CAPÍTULO II RAMPAS

Art. 117 - As rampas deverão atender as seguintes condições

I - ser constituída em material resistente ao fogo quando servir a mais de 2 pavimentos;

II - ter os pisos e patamares revestidos com materiais antiderrapante;

III - ter a largura obedecendo as mesmas condições que as escadas;

IV - ser dotadas de guardas e corrimãos nas mesmas condições exigidas para escadas.

Art. 118 - A declividade máxima de rampas será:

I - 5 % quando se constituir em único elemento de acesso;

II - 10% quando acompanhada de escada.

Art. 119 - os patamares terão no mínimo 1,10m, sendo estes obrigatórios sempre que houver mudança de direção ou quando a altura a vencer for superior a 3,70m.

Art. 120 - As rampas de veículos deverão ter declividade máxima de 20%, sempre com revestimento antiderrapante, totalmente situadas no interior do lote, e ter como largura as seguintes dimensões mínimas:

I - quando retas:

a) 2,75m;

b) 5,50m quando possuir mais de 50 vagas de estacionamento.

II - quando curvas:

a) 4,00 m;

b) 7,00m, quando possuir mais de 50 vagas de estacionamento.

## CAPÍTULO III CORREDORES

Art. 121 - Os corredores principais deverão atender as seguintes condições:

I - ter pé-direito mínimo de 2,20m;

II - ter largura mínima de 1,10 m, devendo ser dimensionado de acordo com a fórmula abaixo e em função do pavimento com maior população, o qual determinará as larguras mínimas para os lanços correspondentes aos demais pavimentos, considerando-se o sentido de saída;

$$N = P/C$$

Na qual:

N = número de unidades de passagem, arredondado para número inteiro

P = população do pavimento de maior lotação

C = capacidade da unidade de passagem conforme anexo III

III - ter piso regular, contínuo e não interrompido por degraus;



IV - ser livres de obstáculos, devendo as caixas de coleta, telefones públicos, extintores de incêndio e outros serem colocados em locais apropriados;

V - ter ventilação para cada trecho máximo de 15,00m de extensão.

Parágrafo Único - Nos corredores de uso privado a unidade autônoma, será permitido a redução da largura para até 0,90m.

Art. 122 - Os corredores das galerias de uso público deverão permanecer abertos ao trânsito público ininterruptamente.

Art. 123 - Quanto ao dimensionamento da largura mínima dos corredores em relação ao seu uso e comprimento, conforme o tipo edifício especificado, deverá ser seguida a planilha abaixo:

DIMENSIONAMENTO DOS CORREDORES		
TIPO EDIFÍCIO	CARACTERÍSTICAS/ LARGURA	
GALERIA/ CENTRO COMERCIAL	Comprimento 30,00 m.. 30,00m a 40,00m... Acima de 40,00m..	Largura 2,75m 3,30m .1/12 do maior percurso
HOSPITAIS E CONGÊNERES	Principais.... 2,20m Secundários... 1,65m	
ESCOLAS ( acesso às salas de aula)	1,65m c/ ventilação natural obrigatória	
Cinema / Teatro / Auditório	1,65m	

§ 1º - Quando o corredor for seccionado por escadas, vazios e outros elementos, cada seção deverá garantir no mínimo a largura da planilha acima quando o comprimento for inferior a 30,00m ou entre 30,00m e 40,00m.

§ 2º - Quando comprimento do corredor superior a 40,00m a dimensão mínima da largura nunca poderá ser inferior a 1/12 do maior percurso de cada seção.

§ 3º - Os corredores deverão ter ventilação com obrigatoriedade de entrada e tiragem de ar em locais distintos, que possibilitem ventilação cruzada, podendo efetivar-se através de dutos.

#### CAPÍTULOS IV SAGUÃO DE ELEVADORES

Art. 124 - Os saguões dos elevadores deverão ter :

I - dimensão mínima de 3,00m, medida perpendicularmente à porta do elevador e largura igual a caixa de corrida;

II - ter áreas mínima de 4.50m<sup>2</sup> para cada elevador;

III - permitir a inscrição de um círculo cujo diâmetro seja igual:

$$D = N \times 2.0$$

sendo

D - diâmetro do círculo

N - número de elevadores atendidos pelo saguão.

Art. 125- Na frente da porta dos elevadores nos demais pavimentos, exceto o saguão, deverá ser mantida a dimensão mínima de 1,50 m, medida esta perpendicular à porta do elevador e igual a caixa de corrida.

## TÍTULO VII ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

### CAPÍTULO I VÃOS DE ILUMINAÇÃO E VENTILAÇÃO

Art. 126 - Salvo os casos expressos, todo compartimento deverá ter vãos, para o exterior, satisfazendo as prescrições deste código.

§ 1º - Os vãos quando dotados de esquadrias, deverão permitir a renovação do ar, em pelo menos 50% da área exigida.

§ 2º - A área das aberturas destinadas à ventilação, em qualquer compartimento, não poderá ser inferior a 0,40m², exetutando-se:  
I - os casos de ventilação por dutos previstos no artigo 132;

II - os sanitários dotados exclusivamente de vaso sanitário e lavatório, em edifícios residenciais e escritórios, caso em que a área poderá ser reduzida para até 0,25m²;

III - serão tolerados os compartimentos resultantes da subdivisão de salas, em edifícios de escritórios e lojas, que não atendam ao disposto neste Código.

Art. 127 - O total de área dos vãos para o exterior, em cada compartimento, não poderá ser inferior à fração da área do piso estabelecida nos tipos edifícios, conforme Título VIII.

Art. 128 - Sempre que a ventilação e iluminação dos compartimentos efetivar-se por vãos localizados em reentrâncias cobertas, estas deverão satisfazer as seguintes condições:

I - ter largura maior ou igual a sua profundidade quando para estas abrirem somente vão paralelos à abertura;

II - ter largura maior ou igual ao dobro de sua profundidade quando nesta se situem vãos perpendiculares à abertura;

III - ter a largura maior ou igual ao seu pé-direito.

§ 1 - No caso de lojas e sobre-lojas, cujos vãos se localizarem sob marquises ou galerias cobertas, estão dispensadas as exigências do artigo acima.

§ 2º - Quando os vãos se localizarem sob qualquer tipo de cobertura, a porção de área externa aos mesmos será somada à área dos compartimentos que por eles ventitam, para fins de dimensionamento.

§ 3º - Em cada compartimento, uma das vergas da abertura distará do teto, no máximo, 1/7 do pé-direito deste compartimento, não ficando nunca a altura inferior a 2,20m a contar do piso deste compartimento.

Art.129 - Os compartimentos que tiverem vãos de iluminação e ventilação com peitoril em altura igual ou superior a 3,00m, deverão ter entradas de ar adequadamente dimensionadas e localizadas, no máximo a 0,30m do piso.

Art.130- Sempre que efetivar-se ventilação e iluminação de compartimento, além das demais disposições do presente Código, deve-se atender a distância mínima perpendicular de 1,50m de qualquer divisa, conforme o Código Civil.

### CAPÍTULO II DUTOS

Art. 131 - Poderão ser ventilados por duto natural ou mecânico:

I - sanitários;

II - circulações;

III - garagens.

Art. 132 - A ventilação natural por dutos verticais será constituída de duto de entrada de ar e duto de tiragem, devendo atender as seguintes condições:

I - ser dimensionado pela fórmula:

$$A = V/1200m$$

Onde:

A = área mínima da seção do duto, (m<sup>2</sup>);

V - somatório dos valores dos compartimentos que ventitam pelo duto, (m<sup>3</sup>);

II - ter, o duto de entrada de ar:

a) abertura inferior da captação na base do duto, com as dimensões deste;

b) fechamento no alto da edificação ;

c) abertura de ventilação localizada, no máximo, a 0,40m do piso do compartimento, dimensionado pela fórmula:

$$A = V/1200m$$

Onde:

A = área mínima da abertura, (m<sup>2</sup>)

V = volume do compartimento, (m<sup>3</sup>)

§ 1º - A menor dimensão dos dutos de ventilação natural, bem como de sua abertura de ventilação, deverá ser, no mínimo, de 0,20m.

§ 2º - A tomada de ar do duto não poderá ser no passeio público.

Art. 133-Os dutos horizontais e as suas aberturas para ventilação natural deverão atender as seguintes condições:

I - ter 0,40m de largura mínima;

II - ter altura mínima livre de 0,20m;

III - ter comprimento máximo de 6,00m, exceto no caso de ser aberto nas duas extremidades, quando não haverá limitações para seu comprimento.

Art. 134- Quando a ventilação se fizer por processo mecânico, os dutos deverão ser dimensionados conforme especificações do equipamento a ser instalado.

### CAPÍTULO III PÁTIOS

Art. 135- Todos os compartimentos, exceto os previstos no art. 132, deverão ventilar diretamente para o logradouro ou pra pátios de iluminação e ventilação, dimensionados em função do número de pavimentos que

atendam, devendo obedecer os padrões estabelecidos na Planilha abaixo:

PÁTIOS DE ILUMINAÇÃO E VETILAÇÃO					
Nº DE PAVIMENTAÇÃO ATENDIDOS PELO PÁTIO	PÁTIOS PRINCIPAIS			PÁTIOS SECUNDÁRIOS	
	PÁTIO FECHADO		PÁTIO ABERTO		
	Diâmetro mínimo (m)	Área mínima (m <sup>2</sup> )	Diâmetro mínimo (m)	Diâmetro mínimo (m)	Área mínima (m <sup>2</sup> )
1	2,00	10,00	1,50	1,50	6,00
2	3,00	10,00	2,10	1,80	6,00
3	3,40	12,00	2,40	2,00	6,00
4	3,80	15,00	2,50	2,20	6,00
5	4,30	20,00	2,80	2,50	7,00

6	4,70	25,00	3,10	2,70	8,00
7	5,20	30,00	3,40	2,90	9,00
8	5,60	35,00	3,70	3,10	10,00
9	6,10	40,00	4,00	3,30	11,00
10	6,50	45,00	4,30	3,50	13,00
11	7,00	50,00	4,60	3,70	14,00
12	7,40	55,00	4,90	3,90	16,00
13	7,90	60,00	5,20	4,10	17,00
14	8,30	65,00	5,60	4,30	19,00
15	8,80	70,00	5,90	4,50	21,00
16	9,20	75,00	6,20	4,70	23,00
17	9,70	80,00	6,50	4,90	24,00
18	10,10	85,00	6,80	5,10	26,00
19	10,60	90,00	7,10	5,30	28,00
20	11,00	95,00	7,40	5,50	30,00

**Compartimentação**

Salas, dormitórios, escritórios, lojas, oficinas, indústrias, etc.

Obs.: excluem-se quando atenderem ao artigo 138

Cozinhas, lavanderias, sanitários, circulações, compartimentos de uso secundário

Obs.: os pátios deverão manter a dimensão mínima em toda a sua extensão.

Art. 136- Sempre que o pátio se torne aberto a partir de um determinado pavimento, serão calculados dois diâmetros:

I - o primeiro, correspondendo ao pátio fechado, dimensionado pelo número de pavimentos servidos por este pátio até o ponto em que se torne aberto;

II - o segundo, correspondendo ao pátio aberto, dimensionado pelo número total de pavimentos da edificação.

Art. 137- A partir da altura em que a edificação fique completamente afastada das divisas, permitir-se-á utilizar o diâmetro das áreas secundárias para a ventilação e iluminação de qualquer compartimento, desde que o afastamento em todo o perímetro seja, no mínimo, igual a este diâmetro.

Art. 138- Dentro de um pátio com as dimensões mínimas, não poderão existir saliência com mais de 0,20m e nem beirados com projeção superior a 1/5 do diâmetro do mesmo, limitado em qualquer caso a 1,20m.

Parágrafo Único - Nos pátios fechados, não são permitidos beirados cuja proteção se sobreponha ao diâmetro mínimo exigido.

Art. 139- As reentrâncias destinadas à iluminação e ventilação, deverão satisfazer as seguintes condições:

I - ter largura maior ou igual a sua profundidade quando para estas abrirem somente vãos paralelos á abertura;

II - ter largura maior ou igual ao dobro de sua profundidade quando nesta se situem vãos perpendiculares à abertura.

Art. 140- Todo pátio principal ou secundário, deverá ter 1,50m, no mínimo, o afastamento de qualquer vão á face da parede oposta, afastamento este medindo sobre a perpendicular traçada, em plano horizontal, no meio do peitoril ou soleira do vão interessado.

**TÍTULO VIII****TIPOS EDIFÍCIOS E COMPARTIMENTAÇÃO**

Art. 141 - Para efeito do presente Código, o destino dos compartimentos não será considerado apenas pela sua denominação em planta, mas também pela sua finalidade lógica, decorrente de sua disposição no projeto.

Art. 142 - A subdivisão de compartimentos, em caráter definitivo, com parede chegando ao forro, só será permitida quando os compartimentos resultantes satisfizerem as exigências deste Código, tendo em vista sua finalidade.

Art. 143 - Para efeito de cálculo de altura vertical de edificações, os entrespos serão considerados de 0,15m, no mínimo.

## CAPÍTULO I EDIFICAÇÕES RESIDENCIAIS

Art. 144 - São edificações residenciais aquelas destinadas, basicamente, à atividade de moradia, seja do tipo unifamiliar, multifamiliar ou coletiva.

### SEÇÃO I CASAS

Art. 145 - As casas devem ter, no mínimo, ambientes de sala, dormitório, cozinha, sanitário e pé-direito, no mínimo, de 2,40m.

Art. 146 - As casas construídas em madeira, ou outros materiais não resistentes ao fogo, deverão observar o afastamento mínimo de 1,50m de qualquer divisa do terreno, e 3,00m de outra economia de madeira ou material similar no mesmo lote.

Parágrafo Único - O afastamento de 1,50m não se aplica as divisas em que a parede extrema for de alvenaria ou material equivalente.

Art. 147 - Os lotes edificados, com mais de uma unidade residencial deverão atender as prescrições dos edifícios residenciais ou condomínios horizontais.

Parágrafo Único - Os lotes isolados, para habitações populares, poderão possuir mais de uma unidade residencial, ficando a cargo do Órgão Técnico Municipal a liberação e as exigências que lhe forem cabíveis.

### SEÇÃO II EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS

Art. 148 - Os edifícios residenciais deverão ter:

I - estrutura e entrespos resistentes ao fogo;

II - materiais e elementos da construção de acordo com o Título - V;

III - circulações de uso condominal de acordo com o Título - VI.

IV - iluminação e ventilação de acordo com o Título - VII;

V - instalações e equipamentos atendendo ao Título - XI;

VI - instalações de prevenção contra incêndio de acordo com o título- X;

VII - instalações sanitárias de serviços compostos de, no mínimo, vaso sanitário, lavatório e local para chuveiro, dimensionados de acordo com o art. 152;

VIII - dependência de zelador quando o prédio possuir mais de quatro pavimentos ou mais de 16 economias;

IX - no pavimento de acesso, caixa receptora de correspondência de acordo com as normas da EBCT;

X - central de gás (GLP) quando o prédio possuir mais de quatro pavimentos ou mais de 16 economias.

§ 1º - As garagens deverão atender ao disposto no capítulo - IV - deste Título.

§ 2º - os prédios mistos, nos quais uma das atividades for referencial, deverão ter:

a) acesso e circulações totalmente independentes;

b) atividades implantadas classificadas como não incomodas, nocivas ou perigosas.

Art. 149 - Cada apartamento residencial deverá constar de, pelo menos, uma sala, um dormitório, uma cozinha, uma lavanderia e um sanitário.

Parágrafo Único - A sala, o dormitório e a cozinha poderão constituir um único compartimento devendo neste caso, ter área mínima de 17,00m² e a máxima de 23,00m².

Art. 150 - Nos apartamentos compostos no máximo de uma sala, um dormitório, um sanitário, uma cozinha, uma lavanderia, um hall, é permitido reduzir a área da sala ou do dormitório para 9,00m<sup>2</sup>, quando situados em compartimentos distintos.

Art. 151 - os dormitórios deverão ter, no mínimo, o seguinte:

I - pé-direito de 2,60m;

II - área de 12,00m<sup>2</sup> para o primeiro, e 7,50m<sup>2</sup> para os demais;

III - diâmetro de 2,60m;

IV - ter iluminação e ventilação através de pátio principal;

V - ter vãos de iluminação e ventilação não inferior 1/6 da superfície do piso;

VI - ter área de 5,00m<sup>2</sup>, quando se destinarem a dormitório de empregada, desde que fiquem situados na dependência de serviço e sua posição no projeto não deixe dúvidas quanto a sua utilização, podendo o pé-direito ser de 2,40m, permitir a inscrição de um círculo de diâmetro 1,80m e serem iluminados e ventilados por Pátio Principal ou Secundário.

Art. 152 - As salas deverão ter, no mínimo, o seguinte:

I - pé-direito de 2,60m;

II - área de 12,00 m<sup>2</sup> para a primeira e 7,50m<sup>2</sup> para as demais;

III - diâmetro de 2,50m;

IV - ter vãos de iluminação e ventilação através de pátio principal;

V - ter vãos de iluminação e ventilação não inferior 1/6 da superfície do piso;

Parágrafo Único - os demais compartimentos não definidos nos artigos 152, 153, 154, 156, 157 e 158 serão considerados salas.

Art. 153 - Os sanitários deverão ter, no mínimo, o seguinte:

I - pé-direito de 2,20m;

II - paredes até a altura de 1,50m e pisos revestidos com material liso lavável, impermeável e resistente;

III - vaso sanitário e lavatório;

a) quando situados em dependência de serviço poderão ter vaso sanitário e chuveiro coincidindo com áreas de acesso.

IV - dimensões tais que permitam a instalação dos aparelhos, garantindo:

a) acesso aos mesmos, com largura não inferior a 0,60m;

b) afastamento de 0,15 m entre os mesmos;

c) afastamento de 0,20m entre a lateral dos aparelhos e as paredes.

Parágrafo Único - Para fins do dimensionamento dos sanitários serão consideradas as seguintes medidas mínimas;

Lavatório - 50 cm x 40 cm

Vaso e bidê - 40 cm x 60 cm

Local para chuveiro - área mínima de 0,64 m<sup>2</sup> e largura tal que permita a inscrição de um círculo com diâmetro mínimo de 0,80m.

V - ter iluminação e ventilação através de pátio principal, secundário ou dutos;

VI - ter vão de iluminação e ventilação não inferior 1/12 da superfície do piso;

VII - incomunicabilidade direta com cozinhas.

Art. 154 - É obrigatória a previsão de local para chuveiro em, no mínimo um sanitário da unidade autônoma.

Art. 155 - As cozinhas deverão ter, no mínimo, o seguinte:

I - pé-direito de 2,40m;



II - paredes até a altura de 1,50m e pisos revestidos com material liso lavável, impermeável e resistente;

III - tampo com cuba;

IV - dimensões tais que permitam a instalação de um refrigerador, um fogão e um balcão para pia, garantindo acesso a frente dos mesmos com largura não inferior a 0,80m;

Parágrafo Único - Para fins do dimensionamento das cozinhas serão consideradas as seguintes medidas mínimas:

Refrigerador - 0,80m x 0,70 m

Fogão - 0,60 m x 0,60m

Balcão para pia - 1,20 m x 0,60m

V - ter iluminação e ventilação através de pátio principal, secundário ou através da lavanderia;

VI - ter vãos de iluminação e ventilação não inferior 1/12 da superfície do piso.

Art. 156 - As lavanderias deverão ter, no mínimo, o seguinte:

I - pé-direito de 2,40m;

II - paredes até a altura de 1,50m e pisos revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente;

III - tanque;

IV - a lavanderia poderá ser substituída por espaço, integrado a cozinha, que comporte o total de aparelhos exigidos;

V - ter iluminação e ventilação através de pátio principal ou secundário;

VI - ter vãos de iluminação e ventilação não inferior 1/12 da superfície do piso;

a) quando a cozinha for iluminada através da lavanderia deverão ser somadas as áreas dos dois compartimentos para dimensionamento dos vãos;

VII - dimensões tais que permitam a instalação do tanque e máquina de lavar roupas, garantindo acesso com largura mínima de 0,60m.

§ 1º - Para fins do dimensionamento das lavanderias serão consideradas as seguintes medidas mínimas:

tanque - 0,70 m X 0,50m

maquina de lavar - 0,60 m x 0,60m

§ 2º - As unidades autônomas de até um dormitório estão isentas da previsão de espaço para a máquina de lavar roupa.

§ 3º - O vão para ventilação da lavanderia deverá ser dotado de ventilação superior, através de bandeira móvel ou venezianas para ventilação permanente.

Art. 157- os depósitos, dispensas e vestir deverão atender o seguinte:

I - depósito e despesas não deverão deixar dúvidas quanto ao seu uso e poderão ter acesso, iluminação e ventilação pelo compartimento a que estão dependentes;

II - ter área máxima de 3,00m<sup>2</sup>, quando em discordância do item I;

III - vestir, compartimento diretamente ligado ao dormitório e ele dependente quanto ao acesso, ventilação e iluminação.

## CAPÍTULO II

### EDIFICAÇÕES COMERCIAIS, SERVIÇOS E INSTITUCIONAIS

#### SEÇÃO I

##### CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 158 - São edificações comerciais, serviços e institucionais, aquelas destinadas a estes fins.

Art. 159 - Estas edificações em geral, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ser construídas em alvenaria;

II - ter pé-direito mínimo de:

a) 3,00m, quando a área do compartimento não exceder a 30,00 m<sup>2</sup>;

- b) 3,50m, quando a área do compartimento não exceder a 100,00m<sup>2</sup>;
- c) 4,00m, quando a área do compartimento exceder a 100,00m<sup>2</sup>.

III - ter estruturas e entrepisos resistentes ao fogo;

IV - ter materiais e elementos da construção de acordo com o título - V;

V - ter abertura de ventilação e iluminação, com superfície não inferior a 1/12 da área do piso, atendendo o Título - VII;

VI - ter instalações e equipamentos de acordo com o Título - XI;

VII - ter circulações de acordo com o título - VI;

VIII - ter chaminés, quando houver de acordo com o Título - V;

IX - ter instalação de prevenção de Incêndio de acordo com o Título - X;

X - ter nos sanitários, banheiros e lavabos, quando público, dimensões e forma de abertura da porta e distribuição dos aparelhos que permitam sua utilização por usuários em cadeira de roda de 0,70m x 1,20m, devendo também possuir piso antiderrapante;

XI - possuir condições de acessibilidade ao pavimento térreo para deficiente físico, quando de uso público.

Parágrafo Único - os pés-direitos previstos no inciso II do presente artigo, poderão ser reduzidos para 2,60m, 3,00m e 3,50m respectivamente, quando o compartimento for dotado de ar condicionado, caso em que deverá ser apresentado o respectivo projeto.

Art. 160 - Os sanitários deverão ter, no mínimo, o seguinte:

I - pé-direito de 2,20m;

II - paredes até a altura de 1,50m e pisos revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente;

III - vaso sanitário e lavatório;

IV - dimensões tais que permitam a instalação dos aparelhos, garantindo:

- a) acesso com largura não inferior a 0,60m;
- b) afastamento de 0,15m entre os mesmos;
- c) afastamento de 0,20m entre a lateral dos aparelhos e as paredes;

Parágrafo Único - Para fins do dimensionamento dos sanitários serão consideradas as seguintes medidas mínimas:

Lavatório - 0,50m x 0,40 m

Vaso e bidês - 0,40m x 0,60m

Art. 161 - Refeitórios, cozinhas, copas, depósitos de gêneros alimentícios (despensas), lavanderias e ambulatórios deverão:

I - ser dimensionados conforme equipamento específico;

II - ter piso e parede até a altura mínima de 2,00, revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente.

## SEÇÃO II EDIFÍCIOS DE ESCRITÓRIOS

Art. 162 - As edificações destinadas a escritórios e estúdio de caráter profissional, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter, no pavimento térreo, caixa receptora de correspondência, dentro das normas da ECT;

II - ter no "hall" de entrada, local destinado a instalação de portaria, quando a edificação constar de mais de 20 salas ou conjuntos;

III - ter salas com pé-direito mínimo de 2,60m;

IV - ter sanitários separados para cada sexo e de uso exclusivo da sala na proporção de um conjunto de vasos, lavatórios (e mictórios quando masculino), na razão de um conjunto para cada 70,00m<sup>2</sup> de área de piso exceto quando:

- a) as salas com área não superior a 70,00m<sup>2</sup> o sanitário de uso exclusivo poderá servir ambos os sexos;
- b) se tratar de um conjunto de salas, estas poderão ter apenas sanitários de uso coletivos por pavimento.

V - ter iluminação e ventilação através de pátios principais.

Art. 163 - Além das exigências do artigo anterior, a edificação deverá possuir condições de acessibilidade ao pavimento térreo para deficientes físicos.

### SEÇÃO III LOJAS, GALERIAS E CENTROS COMERCIAIS

Art. 164 - As lojas, as galerias e centros comerciais além das demais disposições do presente Código, deverão ter, no mínimo;

I - sanitários separados para cada sexo e de uso exclusivo da loja na proporção de conjunto de vasos, lavatórios, e mictórios quando masculinos, na razão de um conjunto para cada 200,00m<sup>2</sup> da área de piso, exceto quando:

- a) as lojas com área não superior a 70,00m<sup>2</sup> o sanitário de uso exclusivo poderá servir para ambos os sexos;
- b) se tratar de conjunto de lojas, estas poderão ter apenas sanitários coletivos por pavimento.

II - sanitários separados para cada sexo, de uso público, nas lojas que formam conjuntos ou galerias, na razão de um conjunto de vaso, lavatório, e mictório quando masculino, para cada 600,00m<sup>2</sup> de área de piso.

Parágrafo Único - Os sanitários poderão ser ventilados por pátios principais, secundários ou dutos, não sendo permitido pelo corredor coletivo.

Art. 165 - As lojas, quando houver, deverão ter pé-direito mínimo de 2,60m e possuir acesso exclusivo pela loja.

Art. 166 - As circulações das galerias e centros comerciais quanto a largura do corredor estão definidos no Título VI;

Art. 167 - As lojas que compõem as galerias e os centros comerciais deverão ter, no mínimo, área de 10,00m<sup>2</sup>.

Art. 168 - As lojas que compõem as galerias deverão ter iluminação e ventilação conforme Título - VII.

### SEÇÃO IV LOCAIS DE REFEIÇÕES

Art. 169 - Os bares, cafés, restaurantes, confeitarias e estabelecimentos congêneres, além das exigências do artigo 10 que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ter cozinha, copa, despensa e depósito;

II - ter os sanitários dispostos de tal forma que permita a utilização, inclusive pelo público.

### SEÇÃO V COMÉRCIO DE COMESTÍVEIS

Art. 170 - As leiterias, fiambreiras, mercadinhos, armazéns de secos e molhados e estabelecimentos congêneres, além das exigências do artigo 160 no que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ter um compartimento independente do salão com ventilação e iluminação regulamentares, que sirva para depósitos das mercadorias comerciáveis;

II - ter piso revestido com material liso, resistente, impermeável e lavável.

Art. 171 - Os açougues, peixarias e estabelecimentos congêneres, além das exigências do artigo 160 no que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ter as paredes com os cantos internos arredondados e revestidas até a altura mínima de 2,50m com azulejos ou material equivalente;

II - ter piso revestido com material liso, resistente, impermeável e lavável;

III - ter torneiras e ralos na proporção de um para cada 40,00m<sup>2</sup> de área do piso ou fração;

IV - ter chuveiros na proporção de 1 para cada 15 empregados ou na proporção de uma pessoa para cada 20,00m<sup>2</sup> de área do piso;

V - ter assegurada incomunicabilidade direta com compartimentos destinados à habitação.

Art. 172 - Os supermercados além das exigências do presente Código, deverão:

I - ter recuos mínimos de 4,00 m em relação aos alinhamentos, de 3,00m em relação as divisas laterais e 8,00m nas divisas de fundos do lote, devendo a superfície resultante receber pavimentação adequada e estar livre de muretas ou qualquer obstáculo, para movimentação de veículos de carga e descarga de mercadorias;

II - ter uma área livre para estacionamento, disposta de maneira a não perturbar o tráfego da via frontal, com uma área prevista de 1/3 da área do mercado;

III - ter os pavilhões com pé-direito mínimo de 3,50m no ponto mais baixo do vigamento do telhado;

IV - ter compartimento para bancas com área mínima de 8,00m<sup>2</sup>. As bancas deverão ter os pisos, balcões e as paredes, até a altura mínima de 2,00m, revestidos com material liso, resistente, impermeável e lavável, e ser dotados de ralos e torneiras;

V - ter compartimento para administração e fiscalização;

VI - ter sanitários, separados para cada sexo, na proporção de um vaso, lavatório, mictório quando masculino, para cada 50,00 m<sup>2</sup> ou fração de área útil de banca;

VII - ter no mínimo, dois chuveiros, sendo um para cada sexo.

#### SEÇÃO VI

##### HOTÉIS E CONGÊNERES

Art. 173- As edificações destinadas a hotéis e congêneres, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter além dos compartimentos destinados à habitação, apartamentos ou quartos, mais as seguintes dependências:

- a) vestíbulo com local para instalações de portaria;
- b) sala de estar geral;
- c) entrada de serviço.

II - ter 2 elevadores, no mínimo, sendo um deles de serviço, quando com mais de 3 pavimentos;

III - ter local para coleta de lixo situado no pavimento térreo ou subsolo, com acesso pela entrada de serviço;

IV - ter, em cada pavimento, instalações sanitárias, separadas por sexo, na proporção de um vaso sanitário, um chuveiro e um lavatório, no mínimo, para cada grupo de 6 hóspedes que não possuam sanitários privativos;

V - ter vestiários e instalações sanitárias privativos para pessoal e serviço.

Art. 174- Os dormitórios deverão possuir área mínima de 9,00m<sup>2</sup>.

Parágrafo Único - Os dormitórios que não dispuserem de instalações sanitárias privativas deverão possuir lavatórios.

Art. 175-As lavanderias, quando houver, deverão ter:

I - local para lavagem e secagem de roupa;

II - depósito de roupas servidas;

III - depósito, em recinto exclusivo, para roupas limpas.

##### EDIFICAÇÕES EDUCACIONAIS E RECREAÇÃO

#### SEÇÃO VII

##### ESCOLAS

Art. 176- As edificações destinadas a escolas, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter locais de recreação descobertos e cobertos, atendendo ao seguinte:

- a) local de recreação descoberto com área mínima duas vezes a soma das áreas das salas de aula, devendo os mesmos, ser no mínimo gramados ou ensaibrados e com perfeita drenagem;
- b) local de recreação coberto com área mínimo igual a 1/3 da soma das áreas das salas de aula.

II - ter instalações sanitárias obedecendo as seguintes proporções mínimas:

a) Meninos:

- um vaso sanitário para cada 50 alunos;
- um mictório para cada 25 alunos;
- um lavatório para cada 50 alunos.

b) Meninas:

- um vaso sanitário para cada 20 alunas;
- um lavatório para cada 50 alunas.

c) Funcionários:

- um conjunto de lavatório, vaso sanitário e local para chuveiro para cada grupo de 20 funcionários, de cada sexo.

d) Professores:

- um conjunto de lavatório e vaso sanitário para cada grupo de 20 professores, de cada sexo.

III - ter bebedouro automático, de água filtrada, no mínimo, um para cada 40 alunos;

IV - ter chuveiro, quando houver vestiários para educação física, na proporção de um chuveiro para cada 50 alunos;

V - garantir fácil acesso, para portadores de deficiência física, às dependências de uso coletivo, administração e 2% das salas de aulas e sanitários.

Parágrafo Único - Poderá ser única a instalação sanitária destinada a professores e funcionários, desde que observadas as proporções respectivas.

Art. 177-As salas de aula deverão satisfazer as seguintes condições:

I - comprimento máximo de 10,00m;

II - largura não excedente a 2 vezes a distância do piso das janelas principais;

III - pé-direito mínimo de 2,60m;

IV - área calculada à razão de 1,50m<sup>2</sup>, no mínimo, por aluno, não podendo ter área inferior a 15,00m<sup>2</sup>, nem ser ocupada por mais de 40 alunos;

V - piso pavimentado com material adequado ao uso;

VI - possuírem vãos que garantam a ventilação permanente de, pelo menos 1/3 da superfície, e que permitam a iluminação natural, mesmo quando fechado;

VII - possuírem janelas, em cada sala, cuja superfície total seja equivalente a 1/5 da área do piso respectivo;

VIII - possuírem iluminação direta, em cada pavimento.

Art. 178-Nas escolas existentes, que não estejam de acordo com as exigências do presente Código, só serão permitidas obras de acréscimo, reconstrução parcial ou de reforma, quando forem imprescindíveis à conservação do edifício ou a melhoria das condições higiênicas e pedagógicas existentes, sem contudo aumentar a capacidade de alunos.

Art. 179-Nas escolas existentes, que não estejam de acordo com as exigências do presente Código não serão permitidas obras que venham a agravar em suas condições gerais as partes já existentes.

Art. 180- As escolas, além das disposições do presente Código, deverão ter afastamento mínimo de 80,00m de indústrias, hospitais e asilos.

## SEÇÃO VIII CRECHES

Art. 181- As edificações destinadas a creches, maternais e jardins de infância, além das disposições da seção I, capítulo II, deverão atender as tabelas abaixo:

PROGRAMA MÍNIMO PARA CRECHES, MATERNAIS E JARDINS DE INFÂNCIA		
TIPO DE COMPARTIMENTO	EQUIPAMENTO MÍNIMO	PROPORÇÃO
Instalação sanitária infantil para crianças de 1 a 6 anos.	1 conjunto de vaso/ lavatório 1 local para chuveiro	1/20 crianças 1/30 crianças
Instalação sanitária de serviço	1 conjunto de vaso/ lavatório e local para chuveiro	1/20 funcionários

## PROGRAMA MÍNIMO PARA CRECHES, MATERNAIS E JARDINS DE INFÂNCIA

TIPOS DE COMPARTIMENTO	ÁREA MÍNIMA POR CRIANÇA m²	FAIXA ETÁRIA	ÁREA MÍNIMA DO COMPARTIMENTO m²
Recepção	-0-	-0-	3,00
Secretaria	-0-	-0-	6,00
Berçário	2,00	0 - 1	9,00
Sala de recreação	1,00	1 - 2	9,00
Sala de ativ. Múltiplas	1,20	2 - 6	12,00
Sala de repouso	2,00	2 - 6	9,00
Refeitório	1,20	2 - 6	10,00
Compartimento para banho e higiene para cada 5 berços	-0-	0 - 2	3,00
Solário ( contínuo ao berçário) com largura mínima de 2,00m	1,00	0 - 2	9,00
Pátio com largura mínima de 3,00m	4,00	-0-	20,00
Cozinha	0,40	-0-	
Lactário	0,20	0 - 1	3,00
Depósito e gêneros alimentícios	-0-	-0-	3,00
Lavanderia	-0-	-0-	10,00

§ 1º - A sala de atividades múltiplas poderá acumular a função de refeitório ou repouso, desde que, quando para repouso, atenda a proporção de 2,00m², por criança.

§ 2º - O compartimento de banho ou higiene poderá estar vinculada ao sanitário infantil.

§ 3º - O pátio poderá acumular a função de solário, desde que contínuo ao berçário, respeitadas as proporções mínimas respectivas.

§ 4º - O lactário poderá estar integrado á cozinha, desde que em espaço próprio definido.

§ 5º - O depósito de gêneros alimentícios deverá ser contíguo à cozinha, podendo estar integrado a mesma, na forma de armário-despensa.

§ 6º - A lavanderia poderá ser substituída por local para tanque em área coberta de, no mínimo, 3,00m², quando não houver lavagem de roupas no local.

§ 7º - A instalação sanitária infantil é obrigatória em todos os pavimentos em que houver salas de atividades, tendo acesso por circulação fechada.

#### SEÇÃO IX AUDITÓRIO, CINEMA, TEATRO E ASSEMBLHADOS

Art. 182 - As edificações destinadas a auditórios, cinemas, teatro ou assemblhados além das disposições do presente Código, deverão:

I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias, parapeitos e revestimentos do piso. No caso de haver forro, este deverá ser incombustível, assim como a estrutura do telhado;

II - ter instalações sanitárias para o uso de ambos os sexos, devidamente separados, com fácil acesso, obedecendo as seguintes proporções, nas quais "L" representa a metade da lotação:



## a) Homens:

- vasos L/300
- lavatórios L/250
- mictórios L/150

## b) Mulheres

- vasos L/250
- lavatórios L/250

Parágrafo Único - Quando situados em estabelecimento de ensino, poderá ser dispensada a exigência constante do inciso II do presente artigo, havendo a possibilidade de uso dos sanitários existentes.

I - as circulações de acesso e escoamento devem ter completa independência, relativamente às economias contíguas ou superpostas ao auditório.

Art. 183 - As edificações destinadas a cinemas e teatros, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ser equipadas, no mínimo, com instalação de remoção mecânica de ar, deverá ser dotado de instalação de ar condicionado;

II - ter salas de espera independentes para plateia e balcão com área mínima de dois centímetros quadrados (0,02m<sup>2</sup>) por pessoa, calculada sobre a capacidade total;

III - ter tratamento acústico adequado.

SEÇÃO X  
TEMPLOS

Art. 184 - As construções destinadas a templos, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ter as paredes de sustentação de material incombustível;

II - ter vãos que permitam a ventilação permanente.

Art. 185 - Podem ser autorizadas as construções de templos de madeira, sempre de um único pavimento e em caráter provisório, com área construída de até 150,00m<sup>2</sup>.

SEÇÃO XI  
GINÁSIOS

Art. 186 - As edificações destinadas a ginásios, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ser construídas de material incombustível, admitindo-se emprego de madeira ou outro material combustível, nas esquadrias e no revestimento de piso. No caso de haver forro, este será incombustível, assim como a estrutura da cobertura;

II - ter instalações sanitárias de uso público, com fácil acesso, para ambos os sexos, nas seguintes relações, nas quais "L" representa a metade da lotação:

## Homens:

- Vasos L/300
- lavatórios L/250
- Mictórios L/100

## Mulheres:

- vasos L/250
- lavatórios L/250

III - ter instalações sanitárias para uso exclusivamente dos atletas, separadas por sexo, obedecendo aos seguintes mínimos:

## Homens:

- vasos 5
- lavatórios 5
- mictórios 5
- chuveiros 10

## Mulheres:

- vasos 5
- lavatórios 5
- chuveiros 10

IV - ter vestiários separados por sexo, com área mínima de 16,00m<sup>2</sup>, permitindo a inscrição de um círculo de 2,00m de diâmetro.

Parágrafo Único - Em ginásios de estabelecimento de ensino, poderão ser dispensadas as exigências constantes dos incisos III e IV do presente artigo, havendo a possibilidade de uso dos sanitários já existentes.

## SEÇÃO XII

### SEDE DE ASSOCIAÇÕES RECREATIVAS, DESPORTIVAS, CULTURAIS E CONGÊNERES

Art. 187 - As edificações destinadas a sede de associações recreativas, desportivas, culturais e congêneres, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ser construídas de alvenaria, tolerando-se o emprego de madeira ou outro material combustível apenas nas esquadrias, parapeitos e revestimentos de piso. No caso de haver forro, este será incombustível, assim como a estrutura da cobertura;

II - ter sanitários separados por sexo, nas seguintes proporções, nas quais "L" representa a metade da lotação:

Homens:

- vasos - L/200
- lavatórios - L/150
- mictórios - L/100

Mulheres:

- vasos - L/10
- lavatórios - L/150

Art. 188 - Os clubes que possuam departamentos esportivos devem possuir sanitários e vestiários de acordo com o previsto no artigo anterior.

Art. 189 - Poderão ser autorizadas as construções de madeira destinadas à sede de pequenas associações, a critério do departamento competente, porém sempre de um único pavimento, em caráter provisório, e com área construída não superior a 300,00m<sup>2</sup>.

## SEÇÃO XIII

### LOCAIS DE DIVERSÕES E CIRCOS

Art. 190 - Os locais de diversão deverão ter afastamento mínimo de 80,00m de escolas, bibliotecas, casas de saúde, asilos e outras edificações de ocupação semelhante.

Art. 191- A licença de instalação será concedida mediante requerimento acompanhado de indicação de local, projeto de montagem, esquema completo de todos os mecanismos e aparelhos, bem como cálculos gráficos que forem exigidos pelo departamento.

Art. 192 - Os locais de diversões deverão atender o Título - X das Instalações de Prevenção de Incêndio.

Art. 193 - Os locais de diversões não poderão ser franqueados ao público sem a vistoria e a respectiva liberação da licença.

## SEÇÃO XIV

### PISCINAS EM GERAL

Art. 194 - As piscinas em geral deverão satisfazer as seguintes condições:

I - ter as paredes e o fundo revestidos com azulejos ou material equivalente;

II - ter as bordas elevando-se acima do terreno circundante;

III - ter aparelhamento para tratamento e renovação d'água, quando destinado ao uso coletivo (clubes), devendo, neste caso, ser apresentado o respectivo projeto.

Parágrafo Único - O projeto para a construção de piscinas deverá ser acompanhado, além do projeto de instalações hidráulicas, o projeto de instalação elétrica, quando houver.

## SEÇÃO XV

### HOSPITAIS

Art. 195 - As edificações destinadas a estabelecimentos hospitalares e congêneres, obedecerão a legislação estadual pertinente, além das

disposições do presente Código, deverão:

I - ser de material incombustível, tolerando-se o emprego da madeira ou outro material, apenas nas esquadrias, parapeitos, revestimentos de piso e sustentação da cobertura;

II - ter paredes internas concordando entre si e com forro, por meio de superfície arredondada, sendo ainda os rodapés do tipo hospitalar, não sendo no entanto, permitidos materiais terceiros para o arredondamento na concordância de paredes entre si e com o forro;

III - ter pé-direito mínimo de 3,00m em todas as dependências, com exceção de corredores e sanitários;

IV - ter instalação de lavanderia com aparelhamento de lavagem, desinfecção e esterilização de roupas, dispositivos para exaustão, sendo as dependências correspondentes, pavimentadas com material liso, resistente, lavável e impermeável, e revestidas com azulejos ou material equivalente até a altura mínima de 2,00m;

V - ter instalação destinada a farmácia, com área mínima de 12,00m<sup>2</sup>;

VI - ter necrotério satisfazendo as seguintes condições:

- a) distar no mínimo, 20,00m das habitações vizinhas e estar localizado de maneira que seu interior não seja devassado;
- b) piso revestido com ladrilho ou material equivalente, com inclinação necessária e ralos para escoamento das águas de lavagem;
- c) paredes revestidas até a altura mínima de 2,00m com material liso, resistente, impermeável e lavável;
- d) aberturas de ventilação dotadas de tela milimétrica;
- e) sala contígua, com área mínima de 20,00m<sup>2</sup> destinadas à câmara mortuária;
- f) instalações sanitárias separadas para cada sexo;

VII - ter instalações sanitárias, em cada pavimento, para uso de pessoal e de doentes que não possuem privativas, nas seguintes proporções mínimas:

- a) para uso dos doentes, um vaso sanitário, um lavatório e um chuveiro para cada 12 leitos;
- b) para uso do pessoal de serviço, um vaso sanitário, um lavatório e um chuveiro para cada 25 leitos, exigindo-se em qualquer caso, um mínimo de dois conjuntos.

VIII - ter no mínimo, quando com mais de um pavimento, uma escada principal e uma escada de serviço;

IX - ter, quando com mais de um pavimento, um elevador para transporte de macas, não sendo o mesmo computado para cálculo de tráfego, quando exigidos mais elevadores;

X - ter instalações de energia elétrica de emergência;

XI - ter instalações e equipamento de coleta, renovação e incineração de lixo, que garantam completa limpeza e higiene;

XII - ter no mínimo, um posto de enfermagem para cada 25 leitos constituído de, no mínimo, uma sala de curativos, uma sala de utilidades, local de despejo, um posto de enfermagem, depósito de macas e carros e, rouparia ou armário-roupa.

Art. 196 - As escadas deverão satisfazer as seguintes condições:

I - não poderão ser desenvolvidas em leque ou caracol;

II - estarem localizadas de maneira que nenhum doente necessite percorrer mais de 40,00m para alcançá-la;

III - possuírem iluminação direta, em cada pavimento.

Art. 197 - As rampas deverão ter declividade máxima de 10%, e o revestimento do piso antiderrapante.

Art. 198 - Os quartos e enfermarias devem satisfazer as seguintes condições:

I - área mínima de 8,00m<sup>2</sup>, para quartos de 1 leito; 14,00m<sup>2</sup> para quartos de 2 leitos; 6,00m<sup>2</sup> por leito, para enfermarias de adultos e 3,5m<sup>2</sup>, por leito, para enfermarias de criança;

II - possuírem as enfermarias no máximo de 6 leitos;

III - portas principais com, no mínimo, 0,90 m de largura, dotadas, na parte superior, de basculante, salvo quando houver ar condicionado;

IV - vergas a uma distância máxima do forro de 1/10 do pé-direito.

Art. 199 - Os blocos cirúrgicos devem constar, no mínimo, de 1 sala de operação, 1 ante sala de escovação, 1 sala de esterilização, 1 sala de anestesia, 1 sala de recuperação pós-operatória, local de expurgo, depósito, lavabo, vestiário de médicos e enfermeiros.

Art. 200- Nas salas de operação devem constar as seguintes condições:

I - área mínima de 20,00m<sup>2</sup>;

II - tomadas de corrente elétrica localizadas a uma altura de 1,50m do piso;

III - portas com largura mínima de 1,50m, dotadas de molas;

IV - piso revestido com material bom condutor de eletricidade, formando superfície lisa, resistente, uniforme e contínua;

V - paredes revestidas em toda a altura com material liso, resistente, impermeável e lavável;

Art. 201 - As seções de maternidade deverão constar de, no mínimo, 1 sala para trabalhos de parto, 1 sala de partos e berçário.

Art. 202- As instalações e dependências destinadas a cozinha, depósito de suprimentos e copa, devem ter o piso revestido com materiais lisos, resistentes, impermeáveis e laváveis; e paredes revestidas até a altura mínima de 2,00m com azulejo ou material equivalente, aberturas teladas milimetricamente, tetos lisos sendo obrigatório o uso de coifas com tiragem previamente em condensadores de gorduras.

Parágrafo Único - Não é permitida a comunicação direta entre a cozinha e os compartimentos destinados à instalação sanitária, lavanderias e farmácias.

Art. 203 - Nas construções hospitalares existentes e que não estejam de acordo com as exigências do presente Código, somente serão permitidas obras de conservação. As obras de acréscimo, reconstrução parcial ou de reformas somente serão permitidas quando forem imprescindíveis a conservação do edifício ou a melhoria das suas condições de higiene e de conforto, de acordo com a orientação fixada pelas disposições deste Código.

Art. 204 - Nas construções hospitalares existentes que não estejam de acordo com as exigências deste Código, serão permitidas obras que importem no aumento do número de leitos enquanto:

I - for previamente aprovado pelo departamento competente, um plano geral de remodelação da construção hospitalar, que a sujeite às disposições deste Código;

II - as obras projetadas fizerem parte integrante do plano geral de remodelação aprovado.

#### SEÇÃO XVI FARMÁCIAS

Art. 205 - As farmácias, além das exigências do presente Código, deverão:

I - ter compartimento destinado a guarda de drogas e aviamentos de receitas, devendo o mesmo possuir o piso e as paredes até a altura mínima de 2,00m, revestidas com material liso resistente, impermeável e lavável;

II - ter compartimento para curativos e aplicações de injeções, quando houver, com o piso e as paredes até a altura mínima de 2,00m, revestidas com material liso, resistente, impermeável, lavável.

#### SEÇÃO XVII ASILOS E CONGÊNERES

Art. 206 - As edificações destinadas a asilos, orfanato, albergues e congêneres, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ter dormitórios:

a) quando individuais, área mínima de 6,00m<sup>2</sup> e pé-direito mínimo de 2,60m;

b) quando coletivos, 9,00m<sup>2</sup>, no mínimo, para 2 leitos, acrescidos de 4,00 m<sup>2</sup> por leito excedente, e pé-direito de 2,80m, no caso da área total inferior a 60,00m<sup>2</sup>. Quando com área superior a 60,00m<sup>2</sup>, o pé direito mínimo será de 3,30m. Por dormitórios, a capacidade máxima será de 30 leitos.

II - ter instalações sanitárias constantes de banheiras ou chuveiros, lavatórios e vasos para sanitário na proporção de um conjunto para cada 10 ocupantes;

III - ter, quando se destinarem a abrigo de menores, salas de aula e pátio para recreação, aplicando-se para tais dependências as prescrições referentes a escolas;

IV - ter área livre externa mínima, na proporção de 1,00m<sup>2</sup> para cada ocupante;

V - ter área para permanência dos ocupantes com locais de trabalho, de leitura e de recreio;

VI - terem, quando destinados a velhice e com mais de 2 pavimentos, instalação obrigatória de elevadores.

SEÇÃO XVIII  
PONTO DE REFERÊNCIA

Art. 207 - Para o fornecimento de alvará de instalação de representantes, prestadores de serviços pessoais e outras atividades caracterizadas pelo Município como ponto de referência, faz-se necessário atender o Título X, de Instalação de Prevenção de Incêndio, estando isentas das exigências do título VIII - Tipos Edifícios.

CAPÍTULO III  
EDIFICAÇÕES, OFICINAS E DEPÓSITOS

SEÇÃO I  
CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 208 - Estas edificações destinadas a indústrias, oficinas e depósitos em geral, além das disposições do presente Código que lhes forem aplicáveis, deverão:

I - ser construídas em material incombustível;

II - ter pé-direito mínimo de:

- a) 3,00m, quando a área do compartimento não exceder a 80,00m<sup>2</sup>;
- b) 4,00m, quando a área do compartimento exceder a 80,00m<sup>2</sup>.

III - ter estrutura e entre pisos resistentes ao fogo;

IV - ter materiais e elementos da construção de acordo com o Título V;

V - ter abertura de ventilação e iluminação, com superfície não inferior a 1/10 da área do piso, atendendo o Título VII;

VI - ter instalações e equipamentos de acordo com o Título XI;

VII - ter circulações de acordo com o Título VI;

VIII - ter chaminés, quando houver de acordo o Título V;

IX - ter instalação de prevenção de incêndio de acordo com o Título X;

X - possuir condições de acessibilidade ao pavimento térreo para deficientes físicos.

Art. 209 - Os sanitários deverão ter, no mínimo o seguinte:

I - pé-direito de 2,20m;

II - paredes até a altura de 1,50m e pisos revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente.

III - vaso sanitário e lavatório;

IV - dimensões tais que permitam a instalação dos aparelhos, garantindo:

- a) acesso com largura não inferior a 0,60m;
- b) afastamento de 0,15m entre os mesmos;
- c) afastamento de 0,20m entre a lateral dos aparelhos e as paredes.

Parágrafo Único - Para fins do dimensionamento dos sanitários serão consideradas as seguintes mínimas:

Lavatório - 0,50m x 0,40m

Vaso e bidê - 0,40m x 0,60m

Art. 210 - Refeitórios, cozinhas, copas, depósitos de gêneros alimentícios (dispensas), lavanderias e ambulatórios deverão:

I - serem dimensionados conforme equipamento específico;

II - terem piso e parede até a altura mínima de 2,00m, revestidos com material liso, lavável, impermeável e resistente.

Art. 211 - As edificações destinadas a atividades potencialmente incômodas, nocivas ou perigosas, além das prescrições do presente Código, deverão obedecer à legislação do impacto ambiental.

SEÇÃO II

**FÁBRICAS E OFICINAS**

Art. 212 - As edificações destinadas a fábricas em geral e as oficinas, além das disposições do presente Código, deverão:

I - enquadrar-se na Lei do Plano Diretor, quanto ao uso do solo;

II - ter as paredes confinantes, do tipo corta-fogo, elevadas 1,00 m acima da calha, quando construídas na divisa do lote;

III - ter instalações sanitárias separadas por sexo, na seguinte proporção:

- a) até 60 operários, 1 conjunto de vasos sanitários, lavatórios, chuveiro, mictório quando masculino, para cada grupo de 20 excedentes;
- b) acima de 60 operários, 1 conjunto de vasos sanitários, lavatórios, chuveiro, mictórios quando masculino, para cada grupo de 30 excedentes.

IV - ter vestiários separados por sexo;

V - nas zonas residenciais mistas, ter o afastamento mínimo de 80,00m de escolas. A distância será medida entre o ponto de instalação da fábrica ou oficina e o terreno da escola;

VI - ter os contrapisos impermeabilizados, com pavimentação adequada a natureza do trabalho, quando assentes diretamente sobre o solo.

Parágrafo Único - No caso, em que por exigência de ordem técnica houver comprovadamente necessidade de redução dos pés direitos, previstos no Artigo 207, deverão os projetos respectivos ser submetidos à apreciação do corpo técnico da Prefeitura Municipal.

Art. 213 - Os compartimentos destinados a manipulação ou depósito de inflamáveis localizar-se em lugar convenientemente preparado, consoante com as determinações relativas a inflamáveis ou sólidos.

Art. 214 - Os forros, ma'quinas, caldeiras, estufas, fogões, forjas ou quaisquer outros aparelhos onde se produza fogo ou concentre calor, deverão ser convenientemente dotados de isolamento térmico e obedecer o seguinte:

I - distar, no mínimo, 1,00m do teto, sendo este espaço aumentado para 1,50m, quando houver pavimentado superposto;

II - distar no mínimo, 1,00m das paredes das próprias edificações vizinhas.

Art. 215 - Em se tratando de oficinas com área de até 80,00m<sup>2</sup>, será tolerado apenas um conjunto sanitário composto de vaso sanitário, lavatório, chuveiro e mictório.

Art. 216 - As fábricas de produtos alimentícios e de medicamentos, além das demais exigências do presente título, deverão:

I - ter paredes revestidas até a altura mínima de 2,00m com azulejos ou material similar;

II - ter o piso revestido com material liso, resistente, lavável e impermeável, não sendo permitido piso simplesmente cimentado;

III - ter concordância curva nos planos das paredes, entre si e com forro e o piso;

IV - ter assegurada a incomunicabilidade direta com os compartimentos sanitários ou de habitação;

V - ter os vãos de iluminação e ventilação telados milimetricamente.

Art. 217 - As fábricas de explosivos, além das demais exigências do presente capítulo, deverão:

I - conservar entre seus diversos pavilhões e em relação às divisas do lote, o afastamento mínimo de 50,00m;

II - ter cobertura impermeável, incombustível, resistente e o mais leve possível, apresentando vigamento metálico bem contraventado;

III - ter pisos resistentes, incombustíveis e impermeáveis;

IV - ser dotados de pára-raios.

Parágrafo Único - Nas zonas de isolamento, obtidas de acordo com o inciso I, deverão ser levantados merlões de terra de, no mínimo, 2,00m de altura, onde devem ser plantadas árvores.

**SEÇÃO III****DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS**

Art. 218 - As edificações destinadas a depósitos de inflamáveis, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter os pavilhões com um afastamento mínimo de 4,00m entre si e afastamento mínimo de 10,00m das divisas do lote;

II - ser divididas em seções, contendo cada uma no máximo 200.000 litros, devendo ser os recipientes resistentes, ficando localizados a



1,00m, no mínimo, das paredes e com capacidade máxima de 200 litros;

III - ter piso protegido por uma camada de concreto e com declividade suficiente para recolhimento do líquido armazenado, a um ralo;

IV - ter portas de comunicação entre as seções ou de comunicação com outras dependências, do tipo corta-fogo e dotadas de dispositivos de fechamento automático;

V - ter as soleiras das portas internas de material incombustível e com 0,15m de altura acima do piso;

VI - ter os vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/20 da superfície do piso;

VII - ter ventilação mediante aberturas ao nível do piso em oposição as portas e janelas quando o líquido armazenado puder ocasionar produção de vapores;

VIII - ter instalação elétrica blindada, devendo os focos incandescentes ser providos de globos impermeáveis ao gás e protegido com tela metálica.

Art. 219 - O pedido de aprovação do projeto deve ser instruído com especificação da instalação mencionada, o tipo de inflamável, a natureza e capacidade dos tanques ou recipientes, aparelhos de sinalização, assim como todo o aparelhamento ou maquinário a ser empregado na instalação.

Art. 220 - São considerados como inflamáveis, para os efeitos do presente Código, os líquidos que tenham seu ponto de inflamabilidade abaixo de 135° C, entendendo-se como tal, a temperatura em que o líquido emite vapores em quantidade que possam inflamar-se ao contato de chama ou centelha.

Art. 221 - Não são considerados depósitos de inflamáveis os reservatórios ou autoclaves empregados na fusão de materiais gordurosos, fábricas de vela, sabão, limpeza a seco, bem como tanques de gasolina, essência ao álcool, que façam parte integrante de motores de explosão ou combustão interna, em qualquer parte que estejam instalados, salvo se em mas condições de segurança.

#### SEÇÃO IV DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS

Art. 222 - As edificações destinadas a depósitos de explosivos, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter pavilhões com um afastamento mínimo de 50,00m entre si e das divisas do lote;

II - ter vãos de iluminação e ventilação com área não inferior a 1/20 da superfície do piso;

III - ter instalações elétricas blindadas, devendo os focos incandescentes serem protegidos com telas metálicas;

IV - possuir instalação de pára-raios;

§ 1º - Deverão ser levantados, na área de isolamento, merlões de terra de 2,00m de altura, no mínimo, onde serão plantadas árvores.

§ 2º - Não é permitida a existência de instalação de rede elétrica no interior ou sobre depósitos de explosivos.

§ 3º - Todo o depósito de explosivos deve observar um afastamento mínimo de 1.000,00m (mil metros) de escolas, hospitais e postos de saúde.

#### CAPÍTULO IV EDIFICAÇÕES DE GARAGEM E ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS

##### SEÇÃO I CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 223 - As edificações destinadas a garagens e abastecimento de veículos além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter as paredes de material incombustível;

II - ter pé-direito de 2,20m;

III - ter aberturas de ventilação permanente com área não inferior a 1/20 da superfície do piso, sendo tolerada a ventilação através de duto;

IV - ter o piso revestido com material resistente, lavável e impermeável;

V - ter a estrutura de entrepisos resistentes ao fogo;

VI - ter materiais e elementos da construção de acordo com o Título V;

VII - ter instalações e equipamentos de acordo com o Título XI;

VIII - ter circulações de acordo com o Título VI;

IX - ter instalações de prevenção contra incêndio de acordo com o Título X;

X - o rebaixamento dos meios-fios de passeios para os acessos de veículos não poderá exceder a 7,00m para cada acesso de veículos, nem ultrapassar a extensão de 50% da testada do lote.

## SEÇÃO II

### GARAGENS PARTICULARES INDIVIDUAIS

Art. 224 - As edificações destinadas a garagens particulares individuais, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter largura mínima de 2,50m;

II - ter profundidade mínima de 5,00m;

III - ter incomunicabilidade direta com o dormitório;

IV - ter as rampas, quando houver, declive conveniente.

## SEÇÃO III

### GARAGENS PARTICULARES COLETIVAS

Art. 225 - São consideradas garagens particulares coletivas, as que forem construídas no lote, subsolos ou em um ou mais pavimentos de edifícios de habitação coletiva ou de uso comercial.

Art. 226 - As edificações destinadas a garagens particulares coletivas, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter vãos de entrada com largura mínima de 2,30m e no mínimo 2 vãos quando comportar mais de 50 carros;

II - ter os locais de estacionamento (box), para cada carro, com largura mínima de 2,40m, comprimento mínimo de 4,80m e área mínima de 12,00m<sup>2</sup>.

§ 1º - Os locais de estacionamento (box) para cada carro, a disposição dos pilares na estrutura e a circulação prevista, deverão permitir a entrada e a saída independente para cada veículo.

§ 2º - Não serão permitidas quaisquer instalações de abastecimento ou reparos em garagens particulares coletivas.

§ 3º - O corredor de circulação deverá ter largura mínima de 3,00m, 3,50m, 4,00 ou 5,00m, quando os locais de estacionamento formarem em relação aos mesmos, ângulos até 30º, 45º, 60º ou 90º, respectivamente.

## SEÇÃO IV

### GARAGENS COMERCIAIS

Art. 227 - Serão consideradas comerciais aquelas destinadas à locação de espaços para estacionamento e guarda de veículos, podendo ainda nelas haver serviços de reparos, lavagens, lubrificação e abastecimento.

Art. 228 - As edificações destinadas a garagens comerciais, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter área de acumulação com acesso direto ao logradouro que permita o estacionamento eventual de um número de veículos não inferior a 5% da capacidade total da garagem, quando não houver circulação independente, para acesso e saída aos locais de estacionamento. Nesta área de circulação não poderá ser computado o espaço necessário à circulação de veículos;

II - ter pé-direito livre mínimo de 2,40m, no local de estacionamento e mínimo de 3,50m na parte das oficinas, devendo as demais dependências obedecerem às disposições do presente Código;

III - ter as paredes dos locais de lavagem e lubrificação com material resistente, liso, lavável e impermeável;

IV - ter vãos de entrada com largura mínima de 2,75m, e, no mínimo, 2 vãos, quando comportar mais de 50 carros;

V - ter o local de estacionamento situado de maneira a não sofrer interferência dos demais serviços;

VI - ter locais de estacionamento (box), para cada carro, largura mínima de 2,40m, comprimento mínimo de 4,80m e área mínima de 12,00m<sup>2</sup>;

VII - ter instalação sanitária na proporção de 1 conjunto de vaso sanitário, lavatório, mictório e chuveiro para cada grupo de 10 pessoas, ou fração, de permanência efetiva na garagem;

VIII - o corredor de circulação deverá ter largura mínima de 3,00m, 3,50m, 4,00m ou 5,00m, quando os locais de estacionamento formarem, em relação ao mesmo, ângulos de até 30°, 45°, 60° ou 90°, respectivamente.

§ 1º - Os locais de estacionamento (box), para cada carro, a distribuição dos pilares na estrutura e a circulação prevista deverão permitir a entrada e a saída independente para cada veículo.

§ 2º - Quando as garagens estiverem recuadas do alinhamento, este recuo deverá possuir tratamento adequado e estar livre de construção ou quaisquer obstáculo.

Art. 229 - Quando as garagens se constituírem em um segundo prédio de fundo, deverão possuir, no mínimo, dois acessos, com pavimentação adequada e livre de obstáculos, com largura mínima de 2,75m.

Parágrafo Único - No caso em que as garagens previstas no presente Artigo, se localizarem em fundos de prédios residenciais ou escritórios, não será permitida sua utilização para transportes coletivos, bem como instalação para estabelecimentos ou reparo de veículos.

Art. 230- Sob ou sobre garagens comerciais serão permitidas economias de uso industrial, comercial ou residencial, desde que as garagens não possuam instalações para abastecimento ou reparos de veículos.

Art. 231 - As garagens comerciais com mais de um pavimento (edifícios-garagens) com circulação por meio de rampas, além das exigências da presente seção, deverão:

I - ter pé-direito mínimo de 2,20m, o local de abastecimento;

II - ter circulação vertical independente, para os usuários, com largura mínima de 1,10m;

III - ter os serviços de lavagem, lubrificação e abastecimento localizados obrigatoriamente no pavimento térreo.

Art. 232 - As garagens comerciais com mais de um pavimento (edifícios garagens) com circulação vertical por processo mecânico, além das demais exigências da presente seção, deverão ter instalação de emergência para fornecimento de força.

§ 1º - Em todas as garagens com circulação vertical processo mecânico será exigida área de acumulação.

§ 2º - No caso de garagens comerciais com circulação vertical por processos mecânicos e que por suas características técnicas não possam ser enquadradas dentro das exigências constantes da presente seção, serão estudadas, pelo departamento competente, condições específicas a cada caso, de acordo com suas exigências técnicas.

## SEÇÃO V ABASTECIMENTO DE VEÍCULOS

Art. 233 - A instalação de dispositivos para abastecimento de combustível será permitida somente em postos de serviços, garagens, estacionamentos comerciais e industriais, empresas de transportes e entidades públicas.

Art. 234 - Todo o posto de serviço a ser construído deverá observar um raio mínimo de 100,00m de qualquer outro posto existente ou licenciado.

Art. 235 - Todo o posto de serviço a ser construído deverá conservar um afastamento mínimo de 100,00m de escolas, hospitais, postos de saúde e creches.

Art. 236 - São considerados postos de serviço, as edificações construídas para atender o abastecimento de veículos automotores e que reúnam, em um mesmo local aparelhos destinados a limpeza e conservação, bem como suprimento de ar e água, podendo ainda existir serviços de reparos rápidos.

Art. 237 - As edificações destinadas a postos de serviço, além das disposições do presente Código, deverão:

I - ter, no mínimo, um chuveiro para os funcionários;

II - ter muros de divisa com altura de 1,80m.

Art. 238 - Os postos de serviço, além dos dispositivos para abastecimento deverão possuir obrigatoriamente mais os seguintes equipamentos:

I - balança de ar;

II - elevador hidráulico ou rampa;

III - compressor de ar.

Parágrafo Único - Quando os serviços de lavagem e lubrificação estiverem localizados a menos de 4,00m das divisas, deverão os mesmos

estar em recintos cobertos e fechados nestas divisas.

Art. 239 - Os equipamentos para abastecimento deverão atender as seguintes condições:

I - as colunas deverão ficar recuadas, no mínimo 6,00m dos alinhamentos e afastadas, no mínimo, 7,00m das divisas laterais e de fundos;

II - os reservatórios serão subterrâneos, metálicos, hermeticamente fechados devendo ainda distar, no mínimo, 2,00m de quaisquer paredes da edificação;

III - quando os reservatórios forem elevados deverão atender disposições do CNP;

IV - deverão obedecer a NR-20 (Líquidos Combustíveis e Inflamáveis).

Art. 240 - No projeto de posto de serviço deverá ser ainda identificada a posição dos aparelhos de abastecimento e o equipamento.

Art. 241 - O abastecimento em garagens comerciais somente será permitido considerando-se 1 tanque para cada 700,00m<sup>2</sup> da área coberta de estacionamento e circulação ou comprovada capacidade de guarda de 50 carros, devendo a respectiva aparelhagem obedecer ao seguinte:

I - ser instalada obrigatoriamente no interior da edificação e de maneira que, quando em funcionamento, não interferirá na circulação de entrada e saída de veículos;

II - as colunas deverão ficar recuadas, no mínimo 6,00m, dos alinhamentos e afastamentos, no mínimo 7,00m das divisas laterais e fundos, devendo ainda no mínimo distar 2,00m, de quaisquer paredes;

III - os reservatórios deverão distar no mínimo 2,00m de quaisquer paredes.

Parágrafo Único - No projeto de garagens deverá ser ainda identificada a posição dos aparelhos de abastecimento.

C - Abastecimentos em Estabelecimento Comerciais, Industriais, Empresas de Transportes e Entidades Públicas

Art. 242 - O abastecimento em estabelecimento comerciais, industriais,, empresas de transporte e entidades públicas, somente será permitido, quando tais estabelecimentos possuírem, no mínimo, 10 veículos de sua propriedade, devendo o respectivo equipamento atender as seguintes condições:

I - as colunas deverão ficar recuadas, no mínimo 7,00m, do alinhamento e divisas, devendo ainda distar no mínimo 7,00m das paredes de madeira e 2,00m das paredes de alvenaria;

II - os reservatórios deverão distar, no mínimo, 4,00m de quaisquer paredes;

III - o requerimento para instalação deverá ser acompanhado de plantas de localização de equipamentos.

## TÍTULO IX

### PREVENÇÃO CONTRA POLUIÇÃO SONORA

Art. 243 - É vedado perturbar o bem-estar e o sossego público ou de vizinhança com ruído, algazarras, barulhos ou sons de qualquer natureza, produzidos por qualquer forma e que ultrapasse os níveis máximos de intensidade fixados nesta Lei.

Art. 244 - Para impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, incumbe ao Poder Executivo Municipal adotar as seguintes medidas:

I - impedir a localização de estabelecimentos industriais, fábricas e oficinas que produzam ruídos ou sons excessivos ou incômodos em setores residenciais e comerciais;

II - disciplinar e controlar a execução do serviço de propaganda falada por meio de alto-falantes, amplificadores de som e reprodução eletro-acústica em geral;

III - impedir o uso de qualquer aparelho, dispositivo ou motor de explosão que produza sons próximos de maternidades e, sempre que possível disciplinar o trânsito de modo a permitir a redução ou eliminação de tráfego netas áreas;

V - disciplinar o horário de funcionamento noturno das construções;

VI - impedir a localização, na zona de silêncio ou setor residencial, de casas de divertimento públicos, que pela natureza de suas atividades produzam sons excessivos ou ruídos incômodos.

Art. 245 - Máquinas, motores e equipamentos eletro-acústicos em geral deverão quando produzirem sons excessivos ou ruídos incômodos, utilizar dispositivos para amortecimento dos mesmos.

Parágrafo Único - Máquinas, motores e equipamentos elétrico acústicos em geral, que tenham necessidade de utilização eventual e embora

utilizando dispositivos para amortecer os efeitos do som, não apresentem diminuição sensível das perturbações ou ruído e prejudiquem prédios vizinhos, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem fora do horário compreendido entre 7:00 e 19:00 horas, dependendo, no entanto, de prévia autorização do setor competente do Poder Executivo Municipal.

Art. 246 - Para impedir ou reduzir a poluição proveniente de sons e ruídos excessivos, ficam proibidas:

I - a utilização de buzinas, trompas, "claxons", apitos, tímpanos, campainhas, sinos e sirenes e/ou qualquer aparelho semelhante;

II - a utilização de matracas, cornetas ou de outros sinais exagerados ou contínuos, usados como anúncios, usados por ambulantes;

III - a utilização de anúncio de propaganda, produzidos por alto-falantes, amplificadores, bandas de música, tambores e fanfarras;

IV - a utilização de alto-falantes, fonógrafos, rádios e outros aparelhos sonoros usados como meio de propaganda, mesmo em casas de negócio, ou para outros fins, desde que se façam ouvir fora do recinto onde funcionem, de modo a prejudicarem o sossego da vizinhança ou incomodarem os transeuntes;

V - a queima de morteiros, bombas, rojões, foguetes e fogos ruidosos em geral, em logradouros públicos;

VI - a utilização de anúncios ou pregões de jornais e mercadorias em vozes exageradas, alarmantes, estridentes ou contínuas.

Parágrafo Único - Também é proibido na zona urbana, o uso de buzinas de automóveis, a não ser em casos de extrema urgência.

Art. 247 - Não se compreendem nas proibições ao artigo anterior, os sons produzidos:

I - por vozes ou aparelhos usados na propaganda eleitoral, de acordo com a legislação própria;

II - os sinos de igrejas ou templos públicos, desde que sirvam exclusivamente para indicar as horas, ou para anunciar a realização de atos ou cultos religiosos;

III - por fanfarras ou bandas de música, desde que em procissões e cortejos, em desfiles públicos;

IV - por sirenes ou aparelhos de sinalização sonora, de ambulância ou carros de bombeiro;

V - por toques, silvos, apitos, buzinas ou outros aparelhos de advertência de veículos em movimento dentro do período compreendido entre as 6:00 e as 20:00 horas, desde que funcionem com extrema moderação e oportunidade, na medida do estritamente necessário, devendo cessar a produção dos sinais se esses não produzirem efeitos imediatos;

VI - por explosivos empregados no arrebenamento de pedreiras, rochas, ou nas demolições, desde que detonadas em horários previamente deferidos pela Prefeitura Municipal;

VII - por manifestações nos divertimentos públicos, nas reuniões ou prédios esportivos, com horários previamente licenciado.

Art. 248 - Nas proximidades de repartições públicas, escolas, hospitais, sanatórios, teatros, tribunais, ou de igrejas nas horas de funcionamento e, permanentemente, para o caso de hospitais e sanatórios, ficam proibidos ruídos, barulhos ou rumores, bem assim a produção daqueles sons excepcionalmente permitidos no artigo anterior.

Art. 249 - Por ocasião do tríduo carnavalesco e na passagem do ano velho para o ano novo, são toleradas, excepcionalmente aquelas manifestações tradicionais, normalmente proibidas por Lei.

Art. 250 - Casas de comércio ou de diversões públicas, como parques, bares, cafés, restaurantes, cantinas, recreios, "boites", "cassinos", "dancings", e cabarés, nas quais haja a execução ou reprodução de números musicais por orquestras, instrumentos isolados ou aparelhos, deverão aquelas e estes, após as 22:00 horas, além de outras providências cabíveis, adotar instalações adequadas e reduzir sensivelmente, a intensidade de suas execuções, ou reproduções, de modo a não ser perturbado o sossego da vizinhança.

Art. 251 - Os níveis de intensidade de som ou ruídos serão medidos por instrumentos adequados, em "decibel" - db.

Art. 252 - Os níveis máximos de intensidade de som ou ruído permitidos, são os seguintes:

I - para veículos auto-motores: os constantes da resolução 448/71, do Conselho Nacional de Trânsito;

II - em zonas residenciais: 60 db no horário entre 7:00 e 19:00 horas, medidas na curva "B" e 45 db das 19:00 às 7:00 horas do dia seguinte, medidos na curva "A";

III - na zona industrial: de 85db, no horário compreendido entre 7:00 e 19:00 horas, medidos na curva "B" e 65 db decibéis das 19:00 às 7:00 horas do dia seguinte, medidos na curva "A";

IV - em zonas comerciais: de 75db, no horário compreendido entre 7:00 e 19:00 horas, medidos na curva "B" e 60 db das 19:00 às 7:00 horas do dia seguinte, medidos na curva "A".

Parágrafo Único - Os estabelecimentos produzindo níveis de som ou ruídos superiores aos fixados neste artigo, só poderão continuar funcionando a título precário, enquanto não haja prejuízo para o interesse coletivo ou de vizinhança.

Art. 253- Infração a qualquer dos dispositivos deste capítulo é punida, cada vez que, em período de 24:00 horas, for constatada a infração.

## TÍTULO X INSTALAÇÃO DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

### CAPÍTULO I GENERALIDADE E COMPARTIMENTAÇÃO

Art. 254 - A classificação dos prédios para a determinação do risco de incêndio obedece Anexo I do presente Código.

Art. 255 - Serão consideradas como prédios distintos, para efeito de risco de incêndio e da exigência de saída de emergência as partes dos prédios com circulação independente, completamente isolados por paredes corta fogo, com resistência mínima ao fogo de 2 horas para prédios de pequeno e médio risco; de 4 horas para prédios de grande risco e entresijos resistentes ao fogo por 4 horas, com aberturas com afastamento mínimo 3,00m, horizontal ou vertical, de qualquer abertura de outras partes.

§ 1º - O afastamento vertical de 3,00m entende-se para aberturas situadas em paredes paralelas, perpendiculares ou oblíquas entre si

§ 2º - O afastamento horizontal de 3,00m entende-se para aberturas situadas em lados opostos a parede corta fogo e que formam um ângulo menor que 180º entre o prolongamento das faces externas das aberturas, quando o ângulo for igual ou maior que 180º e as aberturas estiverem no mesmo nível a distância reduz-se para 1,40m.

§ 3º - O afastamento vertical de 3,00m poderá ser substituído por aba horizontal solidária com o entresijo que avance no mínimo 0,90m da edificação, com material resistente ao fogo por 4 horas.

§ 4º - As abas horizontais ou marquises com a finalidade de proteção contra incêndio e com um máximo de 1,20m de balanço não serão consideradas para efeito de cálculo dos afastamentos laterais e de fundos exigidos pelo Plano Diretor do Município, quando em cota igual ou inferior a 7,00m, contados do nível natural do terreno.

§ 5º - O afastamento de 1,40m entre aberturas será dispensado quando houver aba vertical perpendicular ao plano das aberturas com 0,50m de saliência sobre o mesmo, e ultrapassando 0,30m a verga destas aberturas.

§ 6º - A aba horizontal referida no parágrafo 4º poderá ser substituída por um recuo do pavimento superior, 0,90m, no mínimo, em relação ao plano da fachada do pavimento inferior.

§ 7º - A aba vertical referida no parágrafo 5º poderá ser substituída por um recuo do alinhamento de fachada de no mínimo 0,90m.

§ 8º - Os afastamentos previstos nos parágrafos 1º e 2º devem ser tomados nas direções vertical e horizontal.

Art. 256 - A compartimentação por aba horizontal, por "aba vertical", referidas no artigo anterior, não poderão ser utilizadas nas seguintes situações:

I - no interior de pátios principais fechados, salvo quando atendidas as exigências do artigo 258;

II - em pátios principais abertos salvo quando o diâmetro do círculo a inscrever na área for no mínimo 3,00m, não sendo admitida superposição da projeção da aba com o círculo;

III - sob projeções de balanços de pavimentos, corpo avançados ou marquises de quaisquer espécie;

IV - simultaneamente "aba vertical" e aba "horizontal".

Art. 257 - Será admitida a compartimentação no interior de pátios principais fechados somente quando estas obedecerem, simultaneamente, às seguintes condições:

I - serem limitadas, em dois lados opostos de seu perímetro, por linhas de divisa do lote ou por parcelas cegas de edificação e, num terceiro lado, por fachada de outro bloco voltado para a área, ou linha de divisa do lote;

II - terem quaisquer de suas dimensões valor igual ou maior que um terço da altura do prédio, Em qualquer caso, o diâmetro do círculo a inscrever na área deverá ser de, no mínimo, três metros, não sendo admitida a superposição da projeção das abas com o círculo.

Art. 258 - O balanço do pavimento de uma edificação não caracteriza isolamento de risco entre esse pavimento e aquele que lhe fica abaixo, salvo quando:

I - for obedecido o afastamento de três metros referidos no artigo 254.

II - houver isolamento por meio de aba horizontal solidária ao balanço, com as características previstas no parágrafo 3º do artigo 254, devendo, neste caso, a medida da aba ser tomada a partir do parâmetro da fachada em balanço.



Art. 259 - Na compartimentação vertical entre dois setores de uma edificação, uma única escada (saída de emergência) poderá servir como saída para os dois setores, caracterizados a "circulação independente" prevista pelo artigo 254, desde que:

I - a altura do prédio, calculada conforme a norma NBR 9077, seja, no máximo, de 20m;

II - seja utilizada escada à prova de fumaça;

III - haja em todos os pavimentos, parapeitos, com altura mínima de 1,20 m entre vergas e peitorais de aberturas situadas em pavimentos consecutivos;

IV - a compartimentação obedeça, rigorosamente, todas as demais disposições legais;

V - a laje, no pavimento onde for feita a compartimentação, seja de concreto armado calculado de acordo com a norma NBR 5627.

Art. 260 - As paredes das edificações em geral serão, obrigatoriamente executadas em alvenaria de tijolos maciços quando tiver função corta fogo, com as seguintes espessuras mínimas:

I - 25 cm em:

- a) paredes corta-fogo, tendo resistência ao fogo de 4 horas;
- b) paredes de escadas à prova de fumaça;
- c) nas divisas do lote para ocupações do grupo I, da tabela de classificação anexo II.

II - 15 cm em:

- a) paredes corta-fogo, tendo resistência ao fogo de 2 horas;
- b) paredes de escadas protegidas e enclausuradas;
- c) paredes que constituam divisórias entre dormitórios de hotéis e assemelhados.

§ 1º - As paredes corta-fogo mencionadas neste artigo deverão ser convenientemente estruturadas em painéis com dimensão horizontal e vertical maior do que 3,00m, ou deverão obedecer a fórmula de Rondelet, quanto à sua estabilidade, respeitados os limites mínimos acima.

§ 2º - As paredes corta-fogo poderão ser construídas em concreto armado, devendo neste caso, ser projetadas e executadas de acordo com a NB-503 (NBR 5627) "Exigências Particulares da Obra em Concreto Armado e Protendido em Relação à Resistência ao Fogo".

Art. 261 - Quaisquer que sejam os riscos isolados, as paredes corta-fogo deverão ultrapassar, obrigatoriamente, no mínimo, 0,50m o telhado mais elevado.

§ 1º - Dispensa-se o prolongamento quando a distância vertical entre os telhados de cada risco isolado for superior a 3,00m ou quando um dos riscos isolados possuir laje corta-fogo no forro do último pavimento, executada de acordo com a norma NB 503 (NBR 5627).

Art. 262 - O prolongamento da parede corta-fogo sobre o telhado terá as mesmas características construtivas desta parede, ou em qualquer caso, poderá ser executado em concreto armado, desde que calculado de acordo com a NB-503 (NBR 5627).

Art. 263 - As aberturas em parede corta-fogo, para a passagem de canalizações, só serão permitidas quando adequadamente vedadas e protegidas.

Art. 264 - A abertura de vão em parede corta-fogo, independente de que tipo for, deverá ser dotada de porta corta-fogo.

Art. 265 - Não prejudica o isolamento entre prédios a passarela aberta em ambos os lados ou marquises destinada exclusivamente à circulação, cuja largura máxima seja de 3,00m (três metros) e seja executada unicamente de material incombustível.

Parágrafo Único - Admite-se a passarela fechada em um dos lados, desde que seu comprimento seja, no mínimo, o dobro de sua largura.

Art. 266 - As áreas descobertas, que constituam isolamento de risco de incêndio, não podem ser utilizadas para estacionamento de veículos ou depósito de materiais combustíveis.

Art. 267 - As partes compartimentadas das edificações devem ter saída para via pública, diretamente ou através de corredor enclausurado.

Art. 268 - Quando, pela natureza ou condições de parte da edificação compartimentada, for necessário que a porta corta-fogo permaneça aberta, esta deve ser dotada de fechamento automático em caso de incêndio.

Art. 269 - As portas corta-fogo deverão possuir o selo de Marca de Conformidade da ABNT e terão as resistências ao fogo mínimas de:

- duas horas (P-120) para prédios de risco Classe A;
- três horas (P-180) para os prédios de risco Classe B;
- quatro horas (P-200) para prédios de risco Classe C especial.

## CAPÍTULO II EXTINTORES DE INCÊNDIO

Art. 270 - É obrigatória a instalação de extintores de incêndio em todas as edificações e estabelecimentos existentes, em construção e a construir, excetuados os prédios unifamiliares, os exclusivamente residenciais até 4 (quatro) pavimentos, com o máximo de oito economias, tendo entrepiso e forro em concreto armado.

§ 1º - A existência de garagem, elevador ou central de gás no corpo do prédio coletivo obriga a exigência de extintor, independente do número de pavimentos e economias.

§ 2º - Considera-se garagem no corpo do prédio todo o estabelecimento coberto ou descoberto distante de até 3 metros do prédio ou de sua projeção, devendo sua área ser computada para cobertura de risco.

§ 3º - A existência de outros sistemas de prevenção não exclui a obrigatoriedade da instalação de extintores.

§ 4º - Para estabelecimentos comerciais de até 80,00m<sup>2</sup>, tais como barbearias, institutos de beleza, sapatarias e outras atividades afins, será exigido somente prevenção móvel (extintor).

§ 5º - Para estabelecimentos comerciais de 80,00m<sup>2</sup> até 150,00m<sup>2</sup> será necessário além da prevenção, apresentar laudo técnico aprovado pelo órgão competente.

Art. 271-Os prédios serão classificados em risco pequeno, médio e grande, conforme Anexo I deste Código.

§ 1º - Nos prédios onde se depositam inflamáveis ou explosivos, além das exigências desta Lei, deverão ser observadas as normas técnicas oficiais e as normas especiais emanadas da autoridade competente.

§ 2º - Nos prédios com mais de um tipo de ocupação, prevalecerá, em cada pavimento, a classificação correspondente à de maior risco, se os entrespos forem de concreto armado.

§ 3º - Nos prédios com mais de um tipo de ocupação e cujos entre pisos não forem de concreto armado, prevalecerá em todo prédio a classificação correspondente à de maior risco.

Art. 272-Será adotada a seguinte classificação de incêndios:

Classe I - fogo em materiais combustíveis comuns, tais como materiais celulósicos (madeira, tecido, algodão, papeis), onde o efeito do "resfriamento" pela água ou por soluções contendo muita água é de primordial importância.

Classe II - fogo em líquidos inflamáveis, graxa, óleos e semelhantes, onde o efeito do "abafamento" é essencial .

Classe III - fogo em equipamento elétrico, onde a extinção deve ser realizada com material não condutor de eletricidade.

Classe IV - fogo em metais onde a extinção deverá ser feita por meios especiais. Por exemplo: fogo em metal magnésio, em aparas, pó, etc.

Art. 273-As substâncias a serem utilizadas para extinção do fogo, de acordo com a classificação constante do artigo anterior, são as seguintes:

I - para fogo da classe A: água, espuma, soda ácida ou solução do mesmo efeito.

II - para fogo de classe B: espuma, compostos químicos em pó, gás carbônico, compostos halogenados, aprovados.

III - para fogo da classe C: compostos químicos em pó (pó químico), gás carbônico, compostos halogenados, aprovados.

IV - para fogo da classe D: compostos químicos especiais, limalha de ferro, sal-gema, areia e outros.

Art. 274-- Para efeito desta Lei constitui-se "unidades extintoras" um aparelho contendo o mínimo da capacidade e substância a seguir especificadas:

I - extintores a base de água, espuma e soda ácida: 10 litros;

II - extintores de bióxido de carbono (CO<sub>2</sub>): 4 Kg;

III - extintores de pó químico: 4 Kg;

IV - extintores de compostos halogenados: 2 Kg.

Art. 275- A quantidade de extintores será determinada obedecendo a tabela a seguir:

CLASSE DE RISCO	ÁREA DE AÇÃO	DISTÂNCIA MÁXIMA PARA ALCANÇAR O EXTINTOR
PEQUENO	500,00m <sup>2</sup>	30,00m
MÉDIO	250,00m <sup>2</sup>	15,00m
GRANDE	150,00m <sup>2</sup>	15,00m

§ 1º - Em qualquer caso, será exigida, no mínimo, uma unidade por pavimento excetuando mezaninos e jiraus de uso privativo desde que somado com a área do pavimento principal não ultrapasse os limites acima estipulados para cada unidade extintora.

§ 2º - Quando houver mais de uma classe de incêndio e não houver agente extintor nacional único para cobri-las, serão exigidos extintores que cubram as classes existentes, intercalando os diferentes tipos indicados e respeitando a quantidade de uma unidade para cada área de ação máxima ou por pavimentos e observando a distância máxima para alcançá-lo.

Art. 276- Aos riscos constituídos por armazéns ou depósitos em que não haja processos de trabalho, a não ser operações de carga e descarga, será permitida a colocação dos extintores em grupos, em locais de fácil acesso, de preferência em mais de um grupo e próximos às portas de entrada e/ou saída.

Art. 277-Os extintores deverão ser localizados obedecendo os seguintes critérios:

I - onde sejam bem visíveis, para que todos fiquem familiarizados com sua localização;

II - onde haja menor possibilidade do fogo bloquear o seu acesso;

III - não ter a sua parte superior a mais de 1,70m acima do piso;

IV - não estarem localizados nas paredes internas da escada;

V - quando sobre-rodas, terem sempre garantido livre acesso a qualquer ponto do estabelecimento;

VI - nos prédios de risco médio e grande, estarem claramente sinalizados e com a indicação das classes de fogo a que se aplicam;

VII - os extintores de incêndio podem ser colocados em nichos devidamente sinalizados;

VIII - os extintores podem ser colocados no piso, em suporte fixo ao mesmo e com devida sinalização na parede.

Art. 278-Quando houver excesso de extintores de incêndio, não poderá ele ultrapassar a dotação de risco imediatamente superior. No caso de risco grande, admite-se este excesso até 30% (trinta por cento) do mínimo exigido por este risco.

Parágrafo Único - Os excessos fora destes critérios deverão ser mencionados no memorial descritivo dos extintores, o que foram por solicitação do proprietário ou responsável pelo prédio e por ele assinado.

Art. 279- Somente serão aceitos os extintores que possuírem selo atualizado da Marca e Conformidade do INMETRO ou entidade reconhecida.

### CAPÍTULO III

#### INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO SOB COMANDO

Art. 280- As instalações hidráulicas de proteção contra incêndio poderão ser sob comando ou automáticas.

§ 1º - Instalação sob comando é aquela em que o fluxo da água ao ponto de aplicação faz-se mediante manobra manual de dispositivos adequados.

§ 2º - Instalação automática é aquela em que o fluxo da água ao ponto de aplicação faz-se independentemente de qualquer intervenção, uma vez atingidas certas condições ambientais preestabelecidas.

Art. 281- Para as instalações hidráulicas de proteção contra incêndio:

I - a altura das edificações será medida da soleira da entrada ao piso do último pavimento;

II - na área construída das edificações não serão computadas as áreas correspondentes a reservatório d'água e piscinas.

Art. 282- As edificações deverão ser dotadas de instalação sob comando quando:

I - com altura superior a 12m;

II - não residenciais com área total construída superior a 1000m<sup>2</sup> independente da altura;

III - destinadas a postos de serviço ou garagens com abastecimento, a depósitos de GLP acima de 520 Kg e a depósitos de líquidos inflamáveis ou combustíveis.

§ 1º - São dispensadas das exigências deste artigo as edificações destinadas a instalação provisórias (F7), depósitos e indústrias de risco pequeno.

§ 2º - São também dispensadas das exigências deste artigo as edificações de um único pavimento destinadas a ginásio de esportes quando dotadas de, no mínimo, duas saídas, em paredes opostas ou, quando tal não for possível, afastadas entre si no mínimo 10m.

§ 3º - Nas edificações de ocupação mista com área superior ao limite indicado no inciso II deste artigo, será exigida instalação sob comando sempre que a área não residencial for superior a 500,00m<sup>2</sup>.

§ 4º - A isenção de instalação hidráulica pela compartimentação somente é permitida quando a exigência é imposta pela área, Quando a exigência da hidráulica é imposta pela altura não há isenção pela compartimentação.

Art. 283- O dimensionamento da instalação hidráulica sob comando obedecerá à classificação de prédios com risco pequeno, médio e grande de acordo com anexo I deste Código.

Art. 284- A instalação sob comando será constituída de reservatório, barrilete de incêndio, válvula de retenção, colunas de incêndio, caixas de incêndio com os respectivos equipamentos e registro de passeio.

Art. 285 - A reserva d'água para incêndio poderá ser armazenada em reservatório superior ou inferior devendo, nesta última hipótese, possuir dispositivo de bombeamento próprio.

§ 1º - A reserva d'água para hidrantes e/ou chuveiros automáticos poderá ser comum com abastecimento geral, desde que a reserva mínima exigida para incêndio seja até duas vezes maior do que o volume de consumo diário de abastecimento e que o reservatório que promova a recirculação da água.

§ 2º - O reservatório de incêndio poderá ser a céu aberto, constituindo lago ou piscina, desde que, na sucção, haja dispositivo retentor de detritos e seja afixado em lugar visível aviso indicando tratar-se de reserva de incêndio, e que deve ser mantido permanentemente cheio.

§ 3º - Na hipótese dos §§ 1º e 2º deste artigo, com reservatório inferior a moto-bomba do sistema geral de abastecimento poderá ser, suplementarmente, acoplada ao sistema próprio de moto-bomba de reserva de incêndio.

Art. 286- A capacidade de armazenamento de água para incêndio deverá ser tal que possa alimentar duas tomadas de incêndio durante 30 minutos com as vazões indicadas no artigo 292.

Art. 287- A capacidade mínima dos reservatórios das instalações hidráulicas sob comando serão de acordo com a tabela abaixo:

TIPO DE ATIVIDADE .....	VOLUME
Residencial, prestação de serviços profissionais, pessoais e técnico sem estacionamento .....	10.000 L
Prestação de serviços profissionais, pessoais e técnicos, com estacionamento. Outras atividades de risco pequeno .....	12.000 L
Postos de serviços, garagens com abastecimento, depósitos de líquidos combustíveis e inflamáveis e depósitos de GLP acima de 520Kg .....	15.000 L
Atividades de risco médio .....	30.000 L
Atividades de risco grande .....	54.000 L

Art. 288- Os barriletes e colunas de incêndio deverão ser:

I - de ferro fundido ou aço galvanizado, fabricados de acordo com as normas da ABNT;

II - dimensionados de modo a ter 63mm de diâmetro interno mínimo.

Art. 289- As colunas de incêndio unir-se-ão no pavimento térreo da edificação e serão prolongados até o passeio onde será colocado o registro de passeio e curva com boca voltada para cima protegido por caixa de ferro com tampa.

§ 1º - A caixa com registro a que se refere este artigo deverá ser colocada em uma das situações abaixo:

I - no passeio, a 50 cm do meio-fio;

II - na fachada ou em outro local, desde que desimpedido e devidamente sinalizado e, no máximo a 10m do meio-fio.

§ 2º - O registro a que se refere este artigo será de 63 mm de diâmetro, dotado de junta de união Storz, com tampão cuja boca ficará situada à profundidade máxima de 0,15m.

§ 3º - Quando um imóvel for atingido por recuo viário, a caixa de registro de passeio deverá ser implantada em função do alinhamento projetado, em lugar visível e desimpedido.

Art. 290- As caixas de incêndio abrigarão as tomadas de incêndio e as mangueiras com os respectivos esguichos e juntas de união, e terão as seguintes dimensões mínimas.

MANGUEIRAS		CAIXAS	
Diâmetro mm	Prof. Cm	Larg. Cm	Alt. Cm
38	17	45	75
63	17	60	90

Art. 291- As caixas de incêndio:

I - deverão ter ventilação permanente, fechamento por meio de trinco com chave, permitindo a abertura manual pelo lado interno, tendo na porta amplo visor de vidro com os dizeres, em cor verde: "Incêndio - Quebre o vidro - abra o trinco";

II - deverão ser instaladas em locais de fácil acesso, de preferência próximas às saídas e de modo que não possam ficar bloqueadas pelo fogo;

III - não poderão estar localizadas nas escadas protegidas, enclausuradas e à prova de fumaça.

Art. 292- As caixas de incêndio serão dispostas, em cada pavimento, de modo que qualquer foco de incêndio possa ser alcançado por dois jatos simultaneamente, considerando-se um comprimento Máximo de 30m de mangueira e um jato mínimo de 10m.

§ 1º - Em prédios de uso exclusivamente residencial ou de escritórios admitir-se-á que apenas um jato atinja o foco de incêndio.

§ 2º - O alcance mínimo dos jatos de água, para os riscos de classe pequena, poderá ser reduzido para até 4m.

§ 3º - Nos mezaninos e jirais e coberturas de uso privativo não será necessária a colocação de caixas de incêndio, desde que as do pavimento principal assegurem sua proteção.

§ 4º - Em pavimentos destinados exclusivamente a instalações fixas de equipamentos elétricos, hidráulicos, de gás e outros, não será necessária a colocação de caixas de incêndio, desde que as do pavimento imediatamente superior ou inferior assegurem sua proteção.

Art. 293- As tomadas de incêndio terão capacidade de vazão livre determinada pela classe de risco, de acordo com a seguinte tabela:

CLASSE DE RISCO ..... VAZÃO  
Pequena (A) ..... 200 l/ min  
Média (B) ..... 500 l/ min  
Grande (C) ..... 900 l/ min

Art. 294- As tomadas de incêndio:

I - terão adaptador tipo Storz de 38mm ou 63 mm de diâmetro, conforme o diâmetro da mangueira;

II - serão instaladas em altura entre 1,00m a 1,50m acima do piso e terão o adaptador Storz montado em ângulo de 45 graus com saída voltada para baixo.

Art. 295- As mangueiras flexíveis deverão ser de fibras resistentes a umidade, revestidas internamente, capazes de suportar a pressão mínima de 1,50Mpa (150 m de coluna d'água) e providas de esguichos com requinte.

Art. 296- Serão previstas mangueiras de 38 mm a 63mm de diâmetro nominal, em módulos de 15m de comprimento.

§ 1º - O diâmetro será exigido de acordo com a classe de risco e conforme a seguinte tabela:

CLASSE DE RISCO	MANGUEIRAS		DIÂMETRO MÍNIMO DO REQUINTE
	Comprimento Máx.	Diâmetro mínimo	
Pequeno	30m	38mm	13mm
Médio	30m	38mm	13mm
Grande	30m	63mm	25mm

Art. 297- Nos postos de abastecimento, garagens com abastecimento, depósito de líquidos combustíveis ou inflamáveis e depósitos de GLP acima de 520 Kg a instalação deverá ter:

I - esguicho de neblina regulável;

II - pressão mínima de 350 KPa (35m de coluna d`água);

III - mangueira diâmetro 38mm;

IV - reservatório com capacidade mínima de 15.000 litros.

Parágrafo Único - As disposições deste artigo não se aplicam a depósitos e tanques a céu aberto desde que dispensados por legislação específica e que mantenham as distancias exigidas pela legislação pertinente.

Art. 298-A instalação de energia elétrica para alimentar grupos moto-bomba deverá ser independente da instalação geral do prédio ou ser executada de tal modo que permita desligar a instalação geral sem interpor a operação do grupo moto-bomba.

Art. 299--Os grupos moto-bomba deverão ser instalados em área compartimentada.

Art. 300- As bombas deverão, preferencialmente, estar situadas abaixo do nível da água do reservatório que as alimenta.

Parágrafo Único - Quando a disposição construtiva não permitir, deverá ser previsto dispositivo de escorva automático alimentado por fonte independente e permanente.

Art. 301-Quando usadas bombas de partida automática, sua entrada em serviço deverá ser denunciada por dispositivos de alarme.

Art. 302- A vazão mínima da bomba deve ser tal que possa alimentar duas tomadas de incêndio, na posição mais favorável, com as condições especificadas anteriormente.

#### CAPÍTULO IV INSTALAÇÕES AUTOMÁTICAS DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO AUTOMÁTICAS

Art. 303- As edificações deverão ser dotadas de instalação de chuveiros automáticos (Sprinklers):

I - quando com mais de 30m de altura;

II - quando com área construída superior a 1.500m<sup>2</sup> independentemente de altura;

III - quando possuam pavimento abaixo do nível da soleira de entrada, com área superior a 500m<sup>2</sup> e que tenham um único acesso;

IV - quando de ocupação mista em que uma delas for residencial, sempre que a parte não residencial ultrapassar 50% do limite de área estabelecido.

Art. 304- Excetuam-se das exigências do artigo antecedente as edificações destinadas exclusivamente a:

I - atividades com classe de risco pequena independente da área construída;

II - escola com altura até 30m, independente de sua área construída;

III - edifícios de escritórios com altura inferior a 30m e área total construída até 5.000m<sup>2</sup>;

IV - garagens comerciais para a prática de esportes (canchas e arquibancadas), independente da sua área construída.

Art. 305- A instalação automática será constituída de:



I - reservatório d`água, com reserva forçada e permanente;

II - moto-bomba de incêndio e moto-bomba piloto para a pressurização do sistema, ambas com sucção positiva ou, quando com sucção negativa, dotada de tanque de escorva e, quando elétricas com ligação independente da de consumo geral;

III - válvula de governo com válvulas de testes e alarme hidráulico de funcionamento;

IV - tubulações e conexões;

V - chuveiros automáticos (Sprinklers) portadores da marca de conformidade com a Norma EB-152 da ABNT;

VI - registros de recalque, para uso do Corpo de Bombeiros, localizado externamente, no passeio.

Art. 306- A capacidade de abastecimento de água, os diâmetros, vazões e pressões das tubulações e chuveiros e a densidade de água atenderão as normas vigentes da ABNT.

## CAPÍTULO V

### ESCADAS E SINALIZAÇÕES DE SAÍDA

Art. 307- Além das demais prescrições do presente código que lhe forem aplicáveis, as rampas, escadas, rotas de saída e sinalização de saída deverão atender a NBR 9077 da ABNT ou norma que vier a substituí-la.

Art. 308-Será necessário a escada de emergência nos seguintes casos, conforme planilha abaixo:

TIPOS DE ESCADAS ÁREA DO PAVIMENTO MENOR QUE 750 m²				
ALTURA OCUPAÇÃO	TÉRREAS	H < 6	6M < H < 14M	14M < H < 30 M
RESIDENCIAL	NE	NE	NE	EP
COMÉRCIO VAREJISTA	NE	NE	EP	PF
SERVIÇOS PROFISSIONAIS	NE	NE	EP	PF

#### Definições:

H - Altura (distância vertical entre a soleira da entrada e o piso do último pavimento)

PF - Escada enclausurada a prova de fumaça;

EP - Escada enclausurada protegida

NE - Escada não enclausurada ou escada comum.

Art. 309 - As edificações acima caracterizadas através de ocupação, área e altura necessitam de escada de emergência do tipo:

I - PF - escada enclausurada a prova de fumaça; escada cuja caixa e envolvida por paredes corta-fogo, cujo acesso é por antecâmara igualmente enclausurada ou local aberto, de modo a evitar fogo e fumaça em caso de incêndio.

Os dutos de entrada e saída de ar da antecâmara deverão ser dimensionados conforme NBR 9077.

II - EP - escada enclausurada protegida = escada devidamente ventilada situada em ambiente envolvido por paredes corta-fogo e dotadas de portas resistentes ao fogo.

III - NE - escada não enclausurada ou escada comum - escada que, embora possa fazer parte de uma rota da saída, se comunica diretamente com os demais ambientes, como corredores, "halss" e outros, em cada pavimento, não possuindo paredes e portas corta-fogo.

Art. 310- As edificações, que por suas características de ocupação, área e altura requeiram saída (escada) de emergência, e não estejam especificadas no artigo anterior, deverão atender as disposições da norma NB-9077.

## CAPÍTULO VI

### ALARME ACÚSTICO SOB COMANDO

Art. 311-Deverão ser dotadas do sistema de alarme acústico para incêndio, com acionamento dos pavimentos ou setores para o zelador ou guarda, e deste para todo o prédio, classificados conforme tabela abaixo:

I – prédios menores que 1000,00m <sup>2</sup>				
Altura (m) / classe	Até 6m	6 a 12m	12 a 30m	Acima de 30m
Residencial				x
Comercial		x	x	x
Industrial	x	x	x	x

X = local onde é exigido alarme.

II - as edificações maiores que 1000,00m<sup>2</sup> a as não incluídas na tabela acima serão classificadas conforme tabela 8 da NBR 9077.

§ 1º - Nos prédios de ocupação mista, deve ser considerada somente a área construída não residencial, devendo o alarme acústico ser instalado em toda a edificação.

§ 2º - Quando a parte não residencial da edificação for compartimentada da residencial, a exigência da instalação de alarme acústico é feita apenas para a não residencial.

§ 3º - Em prédios onde não houver zelador ou guarda, o alarme deve ser direto e o mecanismo de acionamento situar-se dentro das economias ou setores.

§ 4º - Nos diversos pavimentos ou setores, em posição somente ao alcance de pessoas habilitadas (zelador, guarda, administrador, síndico), deverá existir um dispositivo através do qual possa ser dado o alarme geral.

§ 5º - Para o ávido de incêndio ao guarda ou zelador poderá ser usado sistema de intercomunicadores, desde que este possua atendimento permanente.

§ 6º - Os sistemas de alarme deverão possuir alimentação elétrica de emergência.

§ 7º - A instalação de "central de alarme acústico" deve ser feita em local tecnicamente adequado, devendo ser instalado avisador sonoro no interior do apartamento do zelador ou local de permanência do guarda.

Art. 312- A altura da edificação será medida da soleira da entrada ao piso do último pavimento.

Art. 313-O alarme acústico deve:

I - ter fonte alimentadora que assegure um funcionamento mínimo de 1 (uma) hora;

II - ter um som bitonal ou intermitente;

III - nas edificações não residenciais, ser dotado de dispositivo de tempo, para acionamento automático do alarme, com retardo de um minuto.

Art. 314- Os botões de acionamento do alarme acústico devem:

I - situar-se de 0,90m (noventa centímetros) a 1,3m (um metro e trinta centímetros)a cima do piso;

II - ser colocados de forma que a distancia para atingi-los seja, no máximo de 37,00m (trinta e sete metros) nas edificações não residenciais

e 12,00 m (doze metros) nas residenciais, medida na forma da NBR 9077.

Art. 315-O sistema de alarme deverá ser projetado conforme normas da ABNT NBR 9441 ou que vier a substituí-las .

## CAPÍTULO VII ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA

Art. 316- Será obrigatória a instalação de iluminação de emergência quando:

I - a área de ocupação não residencial ocupar mais de dois pavimentos ou localizar-se acima do segundo pavimento;

II - a área de ocupação não residencial for superior a 1000 m<sup>2</sup> e de acesso ao público;

III - as rotas de saída se enquadram no item 4.13.2 da NBR 9077.

Art. 317-A iluminação deve ser instalada nas áreas de circulação de pessoas, com um nível de iluminamento adequado para orientar a saída até o exterior do prédio.

Art. 318- Todos os acessos devem ter sinalização luminosa com indicação do sentido de saída.

Art. 319- Todo o sistema deve ser alimentado por acumuladores e funcionará por, no mínimo, duas horas, quando faltar energia elétrica na rede pública.

Art. 320- No teto das cabinas dos elevadores será instalado dispositivo que ilumine parcialmente a cabine e mantenha alimentado o circuito da campainha de alarme, no caso de falta de energia elétrica.

Parágrafo Único - Este dispositivo será constituído por bateria de longa duração, permanentemente carregada pela rede elétrica do prédio e controlada por dispositivo elétrico.

Art. 321- A iluminação de emergência deverá ser executada conforme NBR 10898 ou a que vier a substituí-la.

## CAPÍTULO VIII FISCALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO

Art. 322-A instalação dos extintores e demais equipamentos de proteção de incêndio será feita por firmas especializadas e legalmente habilitadas, que para tal fim estejam registradas no Município ou órgão por ela delegado.

Art. 323- As firmas quando das instalações dos extintores e demais equipamentos de proteção contra incêndio deverão entregar ao síndico ou proprietário do prédio manual de utilização dos mesmos onde rezem sobre seus manuseios e conhecimento.

§ 1º - O manual de utilização referido neste artigo deverá ser previamente aprovado pelo órgão competente do Município ou pelo órgão delegado por ele.

§ 2º - O síndico, o responsável ou proprietário do prédio deverá transmitir a todos os usuários deste prédio os conhecimentos e forma de manuseio contidos no referido manual.

Art. 324- As instalações de extintores e demais equipamentos de prevenção de incêndio deverão ser permanentemente mantidos em rigoroso estado de conservação e funcionamento.

Parágrafo Único - Anualmente deverá ser encaminhado um atestado ao órgão fiscalizador do Município e ao órgão delegado pelo Município através da firma especializada e credenciada, visado pelo proprietário ou representante legal do prédio ou estabelecimento, sobre o estado de conservação e funcionamento dos extintores e demais equipamentos de proteção contra incêndio.

Art. 325- A fiscalização será exercida pelo órgão fiscalizador do Município ou pelo órgão por ele delegado, mediante convênio prévio, que poderão, em qualquer época, independente de comunicação, vistoriar as instalações e submete-las à prova de eficiência.

Parágrafo Único - Os elementos investidos da função fiscalizadora poderão vistoriar qualquer imóvel ou estabelecimento ou documentos relacionados com a segurança contra incêndio.

## TÍTULO XI

### CAPÍTULO I INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS E SANITÁRIAS

Art. 326- As edificações deverão ser dotadas de instalações hidrossanitárias executadas de acordo com as prescrições obedecendo as Normas Brasileiras e legislação municipal específica.

Parágrafo Único - A instalação hidrossanitária mínima deverá atender aos equipamentos exigidos neste Código.

Art. 327-- As edificações com 1 ou 2 pavimentos acima do nível médio do logradouro onde se localiza o distribuidor público, será dispensada a construção de reservatório.

Art. 328-- Nas edificações com 3 ou 4 pavimentos acima do nível médio do logradouro onde se localiza o distribuidor público, será obrigatória a instalação de reservatório superior, dependendo a instalação de reservatório inferior e bombas de recalque das condições piezométricas reinantes no distribuidor público.

Parágrafo Único - Serão previstos, no entanto, locais para reservatório inferior e bombas de recalque mesmo que não sejam necessários de início, a fim de fazerem frente a futuros abaixamentos de pressão.

Art. 329-Nas edificações com mais de 4 pavimentos acima do nível médio do logradouro onde se localiza o distribuidor público, serão obrigatórias as instalações de reservatórios superior, inferior e bombas de recalque.

Art. 330- O volume de reserva deverá ser, no mínimo, igual ao seu consumo diário, calculado de acordo com o quadro abaixo:

OCUPAÇÃO	CONSUMO DIÁRIO	CÁLCULO DA POPULAÇÃO
A Residencial	200l / pessoas	2 pessoas/dormit. Até 12,00m² 3 pessoas/ dormit. c/mais de 12,00m²
D-1 Locais para prestação de serviços profissionais ou condução de negócios	50 l/ pessoa	1 pessoa/ cada 7,00m² de área de sala/de serviços profissionais ou condução de negócios.
Demais ocupações	Conforme legislação específica	

Art. 331-- O reservatório superior terá, no mínimo, 40% do volume diário, devendo o inferior completar o volume necessário.

Art. 332 - No caso de abastecimento misto, a reserva poderá sofrer descontos proporcionais ao número de aparelhos sanitários abastecidos diretamente

Art. 333 - Os reservatórios inferiores deverão ser localizados em espaço cobertos ou descobertos do lote, de acordo, porem com as prescrições seguintes:

I - deverão ficar em área do condomínio, assim como o seu acesso;

II - em volta do reservatório, no fundo e sobre o mesmo, deverá haver um espaço de no mínimo 0,60m.

Art. 334 - As instalações de recalque de água, nas edificações, sujeitar-se-ão as seguintes normas:

I - as bombas de recalque serão sempre em número de duas, cada uma com capacidade total exigida para o consumo da edificação;

II - o espaço destinado a cada bomba terá pelo menos 1,00m² de área, sendo dotado, obrigatoriamente, de ventilação natural.

Art. 335 - Onde não existir rede cloacal será obrigatório o emprego de fossas sépticas e filtros anaeróbicos para tratamento do esgoto cloacal.

Art. 336 - Os filtros e as fossas deverão estar situadas no interior do lote afastados 1,50m das divisas.

Art. 337 - Os filtros anaeróbicos devem atender as seguintes condições:

I - ser dimensionado pela fórmula

$V = 1,60 \text{ N.C.T.}$

V = volume útil

N = Nº de contribuintes

C = contribuição de despejos, (em litros/pessoa X dia), conforme tabela NBR 7229.

T = Período de detenção, em dias conforme NBR 7229

I - ter a profundidade útil de  $h=1,80m$ ; para qualquer volume de dimensionamento;

II - ter a profundidade de  $1,20m$  (  $h = 1,20m$  ) para qualquer volume de dimensionamento; (Redação dada pela Lei nº 4855/2003)

III - ter diâmetro mínimo de  $d=0,95m$ ;

IV - ter largura mínima de  $l = 0,85m$ ;

V - ter diâmetro (d) máximo e a largura (1) não excedendo a 3 vezes a profundidade útil (h).

Art. 338 - As águas provenientes de lavagem de veículos, da drenagem e/ou lavagem de pisos de locais de abastecimento e troca de óleo e de quaisquer locais que manipulem óleos e graxas devem ser canalizados para a caixa separadora de óleo e lama.

§ 1º - Não é permitida a ligação nas redes pluvial e/ou cloacal nas canalizações acima referidas, na montagem da caixa separadora de óleo e lama.

§ 2º - A caixa separadora de óleo e lama deve ter tampas, de fácil remoção, que permitam acesso a todos os compartimentos para vistoria e manutenção periódicas, admitindo-se, em locais cobertos, o uso de tampas vazadas.

## CAPÍTULO II

### INSTALAÇÃO PARA ESCOAMENTO DE ÁGUAS PLUVIAIS E DE INFILTRAÇÃO

Art. 339 - Os terrenos que recebem edificações serão convenientemente preparados para dar escoamento às águas pluviais e de infiltração.

Art. 340 - As águas pluviais e as de lavagem (de pisos, telhados, terraços e balcões) e a coleta dos aparelhos de ar condicionado, serão canalizados para esgoto pluvial ou calha do logradouro, (sarjetas sob passeio).

## CAPÍTULO III

### INSTALAÇÃO PARA ARMAZENAMENTO DE LIXO

Art. 341 - As edificações de uso residencial e comercial fica proibido o uso de dutos ou tubos verticais para remoção do lixo, bem como a instalação de incineradores.

Art. 342 - os resíduos devem ser acondicionados em recipientes higiênicos e colocados em locais apropriados.

Art. 343 - Hospitais e assemelhados atenderão legislação específica.

## CAPÍTULO IV

### INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 344 - As edificações deverão ter suas instalações elétricas excetuadas de acordo com as prescrições das normas brasileiras e do regulamento de instalações consumidoras da concessionária de energia elétrica.

Art. 345 - As edificações com mais de  $100,00m^2$  ou mais de  $5000w$  de carga a instalar, deverão apresentar projeto elétrico e submeter este a aprovação, do órgão competente.

Art. 346 - A municipalidade admite a instalação de geradores de energia em edifícios comerciais ou industriais, com finalidade de fornecimento de energia, com independência de concessionária.

Art. 347 - As instalações de usinas geradoras próprias deve merecer um estudo conjunto da municipalidade e interessados.

Art. 348 - A usina particular poderá fornecer energia exclusiva ao edifício ou conjunto de edificações comerciais ou industriais, sendo vedada a operação de fornecimento a terceiros.

Art. 349 - As instalações devem oferecer no mínimo, segurança e continuidade de fornecimento iguais às dadas pela concessionária.

## CAPÍTULO V

### INSTALAÇÕES PARA ANTENAS

Art. 350 - Nas edificações residenciais é obrigatória a instalação de tubulação para antena de televisor em cada unidade autônoma.

## CAPÍTULO V

### INSTALAÇÕES TELEFÔNICAS

Art. 351 - As edificações deverão ser providas de tubulação e rede telefônica de acordo com as normas vigentes das empresa concessionária

de serviço telefônico.

## CAPÍTULO VII INSTALAÇÕES DE GÁS

Art. 352 - As instalações de gás nas edificações deverão ser executadas de acordo com as prescrições das normas brasileiras e da legislação específica.

Art. 353 - Os botijões de gás liquefeito de petróleo (GPL), inclusive os vazios e os de reserva, deverão ser colocados em local desimpedido e permanentemente ventilado, tendo uma das faces pelo menos, abertura para o exterior da edificação (pátio principal, secundário ou via pública).

Parágrafo Único - A face aberta deste local, quando dotada de mureta, deverá possuir, junto ao piso, duas aberturas com no mínimo 5 cm de diâmetro ou área equivalente.

Art. 354 - Quando existirem aquecedores a gás, será obrigatório a instalação de chaminé para descarga dos gases de combustão.

## CAPÍTULO VIII INSTALAÇÕES DE ELEVADORES E ESCADAS ROLANTES

### SEÇÃO I CONSIDERAÇÕES GERAIS

Art. 355- Será obrigatório a instalação de, no mínimo, um (01) elevador nas edificações em geral, que apresentam entre o piso do pavimento de menor cota e o piso do pavimento de maior cota, distância vertical superior a 10,00m (dez metros), e no mínimo, dois (02) elevadores, no caso desta distância ser superior a 18,50m (dezoito metros e cinquenta centímetros).

§ 1º Quando o pavimento de menor cota situar-se acima do nível superior do passeio, as distâncias verticais, de que trata o presente artigo, serão consideradas a partir deste, no alinhamento e no ponto que caracteriza o acesso principal da edificação.

§ 2º Estas distâncias poderão ser referidas a partir de um pavimento intermediário, quando este ficar bem caracterizado como acesso principal a edificação, sem prejuízo do que dispõe o parágrafo anterior.

§ 3º A referência do nível inferior será a soleira da entrada a edificação e não o passeio, no caso de edificações que fiquem suficientemente recuadas do alinhamento, para permitir que seja vencida esta diferença de nível, através de rampas, conforme previsto no Título VI, Capítulo II.

§ 4º Para efeito de cálculo destas distâncias verticais, os entrespos serão considerados de 0,15m (quinze centímetros), no mínimo.

§ 5º A distância de 18,50m (dezoito metros e cinquenta centímetros) será medida a partir do segundo pavimento, quando o pavimento térreo for constituído por pátio coberto de uso comum (pilotis), desde que o seu pé-direito não seja superior a 4,00m (quatro metros).

§ 6º Em qualquer caso, o número de elevadores a serem instalados dependerá do cálculo de tráfego.

Art. 356 - Será obrigatório a instalação de no mínimo 2 elevadores em todas as edificações comerciais e prestação de serviços ao público com mais de 4 pavimentos.

Art. 357 - No calculo das distâncias verticais não serão computados:

I - o último pavimento quando for uso exclusivo do penúltimo (duplex) ou destinado a dependências do prédio ou dependência do zelador;

II - o pavimento imediatamente inferior ao térreo, quando servir como garagem, depósito de uso comum do prédio ou dependência de zelador.

Art. 358- No caso de edificações que apresentem mais de uma entrada de acesso, por um ou mais logradouros, em níveis diferentes e que possuam circulação geral interligando estas entradas, cada entrada será analisada em separado, sendo obrigatória a instalação de elevadores conforme as disposições do art. 354 e seus parágrafo.

Parágrafo Único - Será necessária a instalação de um elevador quando o cálculo de trafego assim exigir, ou, quando analisadas separadamente cada entrada, como se não houvesse interligação, as distâncias verticais ultrapassam os 19,00m.

Art. 359 - Sempre que for necessária a instalação de elevadores, estes deverão percorrer toda a distância vertical que for medida, após apurar-se a necessidade ou não de seu emprego.

Art. 360 - Quando a edificação possuir mais de um elevador, um deles poderá ser utilizado como elevador de serviço, desde que o "hall" principal e o de serviço sejam interligados, em todos os pavimentos.

Art. 361 - Em caso algum os elevadores poderão constituir o meio exclusivo de acesso aos diversos pavimentos de uma edificação.

Art. 362 - A exigência de instalação de elevadores de acordo com o disposto nos artigos anteriores é extensiva às edificações que forem



acrescidas do número de seus pavimentos, ou limites estabelecidos anteriormente.

Art. 363 - A instalação de elevadores, em qualquer caso, obedecerá as normas brasileiras.

Art. 364 - Edifícios mistos deverão ser servidos por elevadores exclusivos para escritórios e exclusivos para apartamentos, devendo os cálculos de tráfego ser feitos separadamente, e pelo menos dois elevadores servirem os pavimentos superiores ao sexto (6º).

Art. 365 - As caixas de corrida dos elevadores deverão sempre constar em planta dentro das casas de máquinas e ter cada uma, internamente, quando pronta, a frente mínima de 1,60 m e profundidade mínima de 1,50m.

Art. 366 - O projeto para a instalação de elevadores deverá constar de todos os detalhes da instalação e memorial descritivo, de conformidade com as normas da ABNT.

Art. 367 - Só poderão encarregar-se da instalação de elevadores as firmas legalmente habilitadas, que para tal fim estejam registradas no Município.

Art. 368 - As casas de máquinas deverão receber tratamento acústico adequado.

## SEÇÃO II FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO

Art. 369 - Os elevadores e as escadas rolantes são aparelhos de transportes de passageiros, de uso público, e seus funcionamento e uso ficam condicionados a esta legislação.

Parágrafo Único - Toda a responsabilidade pelo funcionamento e uso de elevadores, escadas rolantes e monta-cargas, recairá sobre os proprietários do imóvel.

Art. 370 - A liberação para funcionamento e uso dos elevadores, escadas rolantes e similares, fica condicionada a vistoria por parte da fiscalização do Município, devendo o pedido ser instruído com certificado expedido pela firma instaladora que declarem estarem os aparelhos e perfeitas condições de uso e funcionamento; terem sido testados e obedeceram a legislação vigente e as normas da ABNT.

Parágrafo Único - As certidões de "habite-se" somente serão fornecidas após a liberação dos aparelhos para funcionamento e uso.

Art. 371 - Junto ao aparelho e a vista do público, deverá ser colocada uma ficha de inspeção fornecida pelo município e que deverá ser rubricada, mensalmente, após a revisão pela empresa responsável pela conservação.

Art. 372 - Nos elevadores de edificações comerciais deverá o funcionamento ter assistência de técnico habilitado.

Art. 373 - Só poderão encarregar-se da manutenção e conservação de elevadores e similares as firmas legalmente habilitadas, e que para tal fim estejam registradas no Município.

Parágrafo Único - Sempre que houver substituição da empresa conservadora, deverá ser feita comunicação à fiscalização do Município, no prazo máximo de 10 dias da data em que houver a alteração.

Art. 374 - As instalações são sujeitas à fiscalização de rotina ou extraordinária, por parte do Município, a qualquer dia ou hora.

Art. 375 - É obrigatória a colocação de lanternas de 4 pilhas, a vista do público, no interior do elevador.

Parágrafo Único - A lanterna poderá ser substituída por dispositivo de emergência que ilumina a cabine do elevador, em caso de falta de energia.

Art. 376- A fiscalização Municipal poderá interditar para uso e funcionamento, os aparelhos que não apresentarem condições de segurança ou não atendam a legislação.

§ 1º - A interdição será procedida pela amarração com arame e selo de chumbo ou lacre, de forma a impedir o funcionamento do aparelho.

§ 2º - A interdição poderá ser levantada para fins de conserto ou regularização por empresa conservadora, sob cuja responsabilidade passarão a funcionar os aparelhos, e que deverá fornecer novo certificado de funcionamento.

Art. 377 - No interior dos elevadores, não será permitido transportar um número de passageiros superior a lotação do aparelho.

## CAPÍTULO IX INSTALAÇÕES DE PÁRA-RAIOS

Art. 378 - Será obrigatória a instalação de pára-raios, de acordo com as normas brasileiras, nas edificações em que se reünam grande número de pessoas, tais como escolas, fábricas, quartéis, hospitais, cinemas e assemelhados, bem como em torres e chaminés elevados, em construções elevadas e muito expostas, em depósitos de explosivos e inflamáveis, e em locais que contenham objetos de valor inestimável.

## CAPÍTULO X

**INSTALAÇÕES DE CENTRAIS E APARELHOS DE AR CONDICIONADO**

Art. 379- Nas edificações onde forem previstas centrais de ar condicionado, as mesmas deverão ser excetuadas de forma a ter um tratamento acústico adequado, de acordo com a legislação.

Art. 380 - Quando da instalação de equipamentos de ar condicionado nas fachadas frontais ou faces voltadas a passeios e vias públicas, será exigido a canalização da água de condensação produzida por estes equipamento, evitando incomodo dos transeuntes e mantendo a limpeza pública.

**CAPÍTULO XI****INSTALAÇÕES DE APARELHOS RADIOLÓGICOS**

Art. 381 - Nas edificações onde houver aparelhos radiológicos, a instalação destes só será admitida em locais adequadamente isolados contra radiações, de acordo com as disposições da legislação federal e estadual pertinentes, bem como as normas brasileiras.

**CAPÍTULO XII****INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS GERADORES DE CALOR**

Art. 382 - Nas edificações não residenciais os fornos, máquinas, estufas e fogões tipo industrial, além de forjas ou quaisquer outros aparelhos onde se produza ou concentre calor (exceto caldeiras), deverão ser dotadas de isolamento térmico e obedecer ao seguinte:

I - distar no mínimo de 1,00m das paredes da própria edificação ou das edificações vizinhas.

**CAPÍTULO XIII****INSTALAÇÕES DE CALDEIRAS**

Art. 383 - As caldeiras em qualquer edificação ou estabelecimento devem ser instaladas em local específico para tal fim.

Parágrafo Único - Excetuam-se destas disposições as pequenas unidades com capacidade de produção de vapor de até 200 Kg/h.

Art. 384 - As casas de caldeiras devem satisfazer aos seguintes requisitos:

I - constituir prédio separado, com material resistente ao fogo, podendo ter apenas uma parede adjacente á edificação, com resistência ao fogo de 4 h, sendo as outras paredes afastadas de, no mínimo, 3,00m de outras edificações no mesmo lote, das divisas do lote e do alinhamento predial;

II - estar afastadas dos depósitos de combustíveis líquidos e gososos conforme normas técnicas vigentes;

III - não ser utilizado para outras finalidades;

IV - dispor de, pelo menos, duas saídas amplas e permanentemente desobstruídas, localizadas em paredes opostas, ou uma face totalmente livre, guarnecida por esquadrias de material incombustível com ventilação permanente;

V - ter sistemas de captação de gases provenientes da combustão e de lançamento dos mesmos para fora dos recintos das caldeiras, isolados de partes combustíveis da edificação, ou separado por distância mínima de 0,50m;

VI - dispor de acesso fácil e seguro necessário à operação e manutenção da caldeira;

VII - dispor de ventilação e iluminação adequada;

VIII - ter válvula para fechamento manual do suprimento de combustível, em posição próxima da entrada, preferentemente externa a esta.

Art. 385 - Será admitida, excepcionalmente, a instalação de caldeiras a vapor no interior da edificação, devendo neste caso, o local de instalação ser dotado de isolamento térmico e compartimentado, sem prejuízo das demais disposições do artigo anterior, obedecendo ao disposto na legislação pertinente, exceto saída eventual.

Parágrafo Único - Quando, para isolamento, for necessário a colocação de porta corta-fogo e não houver iluminação suficiente na sala de caldeiras, a mesma deverá ser mantida aberta, devendo ser dotada de dispositivo de fechamento automático em caso de incêndio.

Art. 386 - Em qualquer caso, as aberturas das casas de caldeiras deverão ser voltadas para as áreas de menor risco.

**CAPÍTULO XIV****INSTALAÇÕES DE EQUIPAMENTOS EM GERAL**

Art. 387 - A instalação de qualquer tipo de equipamento deverá ser feita com tratamento adequado, afim de não comprometer o meio ambiente, de acordo com legislação específica.

**TÍTULO XII****INFRAÇÕES E PENALIDADES**

## CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 388 - As infrações ao disposto no presente Código serão sancionadas com as seguintes penalidades:

- I - multa;
- II - embargo;
- III - interdição;
- IV - demolição.

Parágrafo Único - O processo administrativo de imposições das sanções estipuladas neste artigo deverá ser precedido de notificação por escrito, através da qual se dará conhecimento ao proprietário e ao responsável técnico das providências ou medidas que lhes caibam realizar.

## CAPÍTULO II AUTO DE INFRAÇÃO E MULTAS

Art. 389 - As multas independentemente de outras penalidades previstas pela legislação em geral, e as do presente Código, serão aplicadas quando:

- I - obra em execução ou executada sem licenciamento;
- II - obra em execução ou excetuada em desacordo com o projeto em seus elementos essenciais;
- III - obra habitada sem a carta de "Habite-se";
- IV - obra em execução estando a mesma embargada;
- V - infrações as demais disposições do presente Código.

Art. 390 - A verificação de infração ao presente Código gera a lavratura do respectivo auto em formulário próprio, que conterá:

- I - o nome do proprietário do imóvel ou da obra, assim como do responsável técnico, se houver;
- II - a infração cometida, assim como as providências que deverão serem tomadas, bem como o prazo concedido pela administração;
- III - o prazo concedido à defesa;

Parágrafo Único - Quando o autuado não se encontrar no local da infração ou se recusar a assinar o auto respectivo, o autuante anotará neste o fato que deverá ser firmado por duas testemunhas.

Art. 391 - Lavrado o auto de infração, o autuado terá o prazo de 08 dias para oferecer defesa.

§ 1º - Na ausência da defesa ou sendo esta julgada improcedente, será imposta multa pelo titular do órgão competente.

Art. 392 - Imposta a multa, o infrator será notificado para que proceda ao pagamento no prazo de 15 dias, cabendo recurso do valor arbitrado no mesmo prazo.

§ 1º - Negado provimento ao recurso ou reduzido o valor arbitrado, o infrator deverá recolher a quantia pecuniária em um prazo de cinco dias.

§ 2º - Na falta de recolhimento no prazo estabelecido anteriormente, o valor da multa será encaminhado à execução fiscal, o prazo máximo de trinta dias.

Art. 393 - As multas terão graduação entre 5 (cinco) e 1000 (mil) Unidades Fiscais Municipais, dependendo da gravidade da infração, conforme regulamento.

Parágrafo Único - A reincidência será punida com a multa em dobro.

## CAPÍTULO III EMBARGOS

Art. 394 - Obras em andamento, sejam elas reparos, construção ou reforma, serão embargadas sem prejuízo das multas, quando estiverem:

- I - sendo executadas sem o licenciamento ou em desacordo com o projeto aprovado;
- II - sendo executado sem a responsabilidade de profissional qualificado;

III - causando danos ou oferecendo riscos ao próprio imóvel, á segurança e outros interesses públicos.

Art. 395 - O encarregado da fiscalização fará na hipótese de ocorrência dos casos supra citados notificação por escrito ao infrator dando ciência da mesma a autoridade superior.

Art. 396 - Verificada pela autoridade competente a procedência da notificação determinará embargo em "termo" que mandará lavrar, no qual fará constar as providências exigíveis para o prosseguimento da obra, sem prejuízo de imposições de multas de acordo com o estabelecido nos artigos anteriores.

Art. 397 - O termo de embargo será apresentado ao infrator para que assine; em caso de recusa ou não localização será o mesmo publicado no expediente do Município, seguindo-se o processo administrativo e a ação competente visando à paralisação da obra.

Art. 398 - O embargo será levantado após o cumprimento das exigências consignadas no respectivo termo.

#### CAPÍTULO IV INTERDIÇÃO

Art. 399 - Um prédio ou qualquer de suas dependências poderá ser interditado em qualquer tempo com impedimento de sua ocupação quando oferecer iminente perigo de caráter público.

Art. 400 - A interdição prevista no artigo anterior será imposta por escrito após vistoria efetuada pelo departamento competente.

Parágrafo Único - Não atendida e não interposto recurso ou indeferido este tomará o Município as providências cabíveis.

#### CAPÍTULO V DEMOLIÇÃO

Art. 401 - A demolição total ou parcial de uma edificação ou dependência será imposta nos seguintes casos:

I - quando executada sem licenciamento ou em desacordo com projeto licenciado;

II - quando julgada com riscos iminentes de caráter público e o proprietário não quiser tomar as providências que o Município determinar a sua segurança;

III - quando construída sobre valas ou redes pluviais existentes.

Art. 402 - A demolição não será imposta nos casos dos itens I e II ao artigo anterior, se o proprietário, submetendo ao Município o projeto de construção, mostrar:

I - que a mesma preenche os requisitos regulamentares;

II - que, embora não os preenchendo, sejam executadas edificações que a tornem de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo Único - Tratando-se de obra julgada em risco, aplicar-se-á ao caso o artigo 934, inciso III e artigos seguintes do Código de Processo Civil, de embargo de obras.

#### TÍTULO XIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 403 - A mudança de uso de edificações existentes implicará no atendimento das exigências de proteção contra incêndio para edificações a construir, sempre que ocorrer aumento de risco de incêndio, nas condições estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 404 - NA reciclagem do uso das edificações, excetua-se a exigência do pé-direito, devendo atender integralmente as demais exigências deste Código.

Art. 405 - Esta Lei entrará em vigor em 60 dias a contar da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Timbé do Sul, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente Lei, nesta secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.882/2017

ANEXO I –a

## CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES POR OCUPAÇÃO/USO

A	RESIDENCIAL	A 1	HABITAÇÕES UNIFAMILIARES	CASAS TÉRREAS OU ASSOMBRADAS, ISOLADAS OU NÃO	CASA	1
		A 2	HABITAÇÕES MULTIFAMILIARES	EDIFÍCIOS DE APARTAMENTOS EM GERAL	EDIFÍCIO RESIDENCIAL	1
		A 3	HABITAÇÕES COLETIVAS (GRUPOS SOCIAIS EQUIVALENTES À FAMÍLIA)	PENSIONATOS, INTERNATOS, MOSTEIROS, CONVENTOS, RESIDENCIAIS GERIÁTRICOS	CASA EDIFÍCIO RESIDENCIAL	1
B	SERVIÇO DE HOSPEDAGEM	B 1	HOTÉIS E ASSEMBLADOS	HOTÉIS, MOTÉIS, PENSÕES, HOSPEDARIA, ALBERGUES, CASAS DE CÔMODO	HOTEL CASA	4
		B 2	HOTÉIS RESIDENCIAIS	HOTÉIS ASSEMBLADOS COM COZINHA PRÓPRIA NOS APARTAMENTOS (INCLUI APART-HOTÉIS, HOTÉIS, RESIDENCIAIS)	HOTEL	4
C	COMÉRCIO VAREJISTA	C 1	COMÉRCIO EM PEQUENO PORTE	ARMARINHOS, TABACARIAS, MERCEARIAS, FRUTEIRAS, BUTIQUES, ETC	LOJA	6
		C 2	COMÉRCIO DE GRANDE E MÉDIO PORTE	EDIFÍCIOS DE LOJAS DE DEPARTAMENTOS, MAGAZINES, GALERIAS, COMERCIAIS, SUPERMERCADOS EM GERAL, MERCADOS, ETC	GALERIA COMERCIAL LOJA PAVILHÃO	7
		C 3	CENTROS COMERCIAIS	CENTROS DE COMPRAS EM GERAL (SHOPPING CENTERS)	CENTRO COMERCIAL	7
D	SERVIÇOS PROFISSIONAIS PESSOAIS E TÉCNICOS	D-1	LOCAIS PARA PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS OU CONDUÇÃO DE NEGÓCIOS	ESCRITÓRIOS, ADMINISTRATIVOS OU TÉCNICOS, CONSULTÓRIOS, INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS (NÃO INCLUIDAS EM D-2), REPARTIÇÕES PÚBLICAS, CABELEIREIROS, LABORATÓRIOS DE ANÁLISES, CLÍNICAS SEM INTERDIÇÃO, CENTROS PROFISSIONAIS, ETC.	EDIFÍCIO ESCRITÓRIO LOJA CASA	3
		D-2	AGÊNCIAS BANCÁRIAS	AGÊNCIAS BANCÁRIAS E ASSEMBLADOS	EDIFÍCIO ESCRITÓRIO E LOJA	3
		D-3	SERVIÇOS DE REPARAÇÃO (EXCETO OS CLASSIFICADOS EM G E I)	LAVANDERIAS, ASSISTÊNCIAS TÉCNICA, REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE APARELHOS ELETRODOMÉSTICOS, TORNEIRAS, ESTOFARIAS, GALVANIZAÇÃO, CROMAGEM, PINTURA DE LETREIROS, ETC	EDIFÍCIO ESCRITÓRIO LOJA CASA PAVILHÃO	3
E	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA FÍSICA	E-1	ESCOLAS EM GERAL	ESCOLAS DE 1º, 2º E 3º GRAUS, CURSOS SUPLETIVOS E PRÉ-UNIVERSITÁRIOS, ETC	ESCOLA CASA	2
		E-2	ESCOLAS ESPECIAIS	ESCOLAS DE ARTES E ARTESANATO, DE LÍNGUAS, DE CULTURA GERAL, DE CULTURA ESTRANGEIRA, ETC.	ESCOLA CASA ED. ESCRITÓRIO LOJA	
		E-3	ESPAÇO PARA CULTURA FÍSICA	LOCAIS DE ENSINO E/OU PRÁTICA DE ARTES MARCIAIS, GINÁSTICA (ARTÍSTICA, DANÇA, MUSCULAÇÃO, ETC.), ESPORTES COLETIVOS (TÊNIS, FUTEBOL, ETC. NÃO INCLUÍDO EM F-3), SAUNA, CASAS DE FISIOTERAPIA	PAVILHÃO CASA LOJA GINÁSIO	2
		E-4	CENTRO DE TREINO/PROFISSIONAL	ESCOLAS PROFISSIONAIS EM GERAL	ESCOLA	5

		E-5	PRÉ-ESCOLAS	CRECHES, ESCOLAS, MATERNAIS, JARDINS DE INFÂNCIA	ESCOLA CASA	5
		E-6	ESCOLAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	ESCOLAS PARA EXCEPCIONAIS, DEFICIENTES VISUAIS E AUDITIVOS, ETC..	TIPO ESPECÍFICO	5
F	LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO	F-1	LOCAIS ONDE HÁ OBJETOS DE VALOR INESTIMÁVEL	MUSEUS, GALERIAS DE ARTE, ARQUIVOS, BIBLIOTECAS E ASSEMELHADOS	TIPO ESPECÍFICO CASAS LOJAS	2
		F-2	TEMPLOS E AUDITÓRIOS	IGREJAS, SINAGOGAS, TEMPLOS E AUDITÓRIOS EM GERAL	TEMPLO PAVILHÃO AUDITÓRIO	2
		F-3	CENTROS ESPORTIVOS	ESTÁDIOS, GINÁSIOS E PISCINAS COBERTAS COM ARQUIBANCADAS EM GERAL	GINÁSIO ESTÁDIO PAVILHÃO	5
		F-4	ESTAÇÕES E TERMINAIS DE PASSAGEIROS	ESTAÇÕES RODO-FERROVIÁRIAS, AEROPORTOS, ESTAÇÕES DE TRANSBORDO	TIPO ESPECÍFICO	5
		F-5	LOCAIS PARA PRODUÇÃO E APRESENTAÇÕES DE ARTES CIÊNCIAS	TEATROS EM GERAL, CINEMAS, ÓPERAS, AUDITÓRIOS DE ESTÚDIO DE RÁDIO E TELEVISÃO, ETC..	CINEMA TEATRO	8
		F-6	CLUBES SOCIAIS	SALAS DE DANÇAS, CLUBES SOCIAIS, BOATES, LOCAIS DE DIVERSÕES E ASSEMELHADOS	CLUBE CASA SALÃO DE DANÇA	8
		F-7	CONSTRUÇÕES PROVISÓRIAS	CIRCOS E ASSEMELHADOS	TIPO ESPECÍFICO	10
		F-8	LOCAIS PAA REFEIÇÕES	RESTAURANTES, LANCHEIRIAS, BARES, CAFÉS, REFEITÓRIOS, CANTINAS, ETC..	LOJA CASA	8
G	SERVIÇOS AUTOMOTIVOS	G-1	GARAGENS SEM ACESSO DE PÚBLICO E SEM ABASTECIMENTO	GARAGENS AUTOMÁTICAS	EDIFÍCIO GARAGEM	2
		G-2	GARAGENS COM ACESSO DE PÚBLICO E SEM ABASTECIMENTO	GARAGENS COLETIVAS NÃO AUTOMÁTICAS EM GERAL. SEM ABASTECIMENTO (EXCETO PARA VEÍCULOS DE CARGA E COLETIVOS)	EDIFÍCIO GARAGEM PAVILHÃO TELHEIRO	5
		G-3	LOCAIS DOTADOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUTÍVEL	POSTOS DE ABASTECIMENTO E SERVIÇOS, GARAGENS (EXCETO DE CARGA E COLETIVOS)	ED. GARAGEM PAVILHÃO POSTO DE ABASTECIMENTO	7
		G-4	SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPAROS	POSTOS DE SERVIÇO SEM ABASTECIMENTO, OFICINAS DE CONserto DE VEÍCULOS (EXCETO DE CARGAS E COLETIVOS) BORRACHARIA (SEM RECAUCHUTAGEM)	PAVILHÃO TELHEIRO LOJA	9
		G-5	SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO EM VEÍCULOS DE GRANDE PORTE E RETIFICADORES EM GERAL	OFICINAS E GARAGENS DE VEÍCULOS DE CARGA E COLETIVOS, MÁQUINAS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIAS, RETIFICADORES DE MOTORES	PAVILHÃO TELHEIRO LOJA	9
H	SERVIÇOS DE SAÚDE E INSTITUCIONAIS	H-1	HOSPITAIS VETERINÁRIOS E ASSEMELHADOS	HOSPITAIS. CLÍNICAS E CONSULTÓRIOS VETERINÁRIOS DE ASSEMELHADOS (INCLUI ALOJAMENTO COM OU SEM ADESTRAMENTO)	HOSPITAL CASA	4
		H-2	LOCAIS ONDE PESSOAS REQUEREM CUIDADOS ESPECIAIS POR LIMITAÇÃO FÍSICA OU MENTAIS	ASILOS, ORFANATOS, ABRIGOS, GERIÁTRICOS, REFORMATÓRIOS SEM CELAS, ETC..	TIPOLOGIA	4



		H-3	HOSPITAIS E ASSEMBELHADOS	HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE, PRONTO SOCORRO, CLÍNICAS COM INTERNAÇÃO, AMBULATÓRIOS E POSTOS DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA, POSTOS DE SAÚDE E PUERICULTURA, ETC..	HOSPITAIS CASA	5
		H-4	PRÉDIOS E INSTALAÇÕES VINCULADAS ÀS FORÇAS ARMADAS, POLICIAIS CIVIL E MILITAR	QUARTÉIS, CENTRAIS DE POLÍCIA, DELEGACIAS, DISTRITAIS, POSTOS POLICIAIS, ETC	TIPOLOGIA ESPECÍFICA	5
		H-5	LOCAIS ONDE A LIBERDADE DAS PESSOAS SOFRE RESTRIÇÕES	HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS, REFORMATÓRIOS, PRISÕES EM GERAL INSTITUIÇÕES ASSEMBELHADOS	TIPOLOGIA ESPECÍFICA	7
I	INDUSTRIAL COMÉRCIO DE ALTO RISCO, ATACADISTA E DEPÓSITO	I-1	LOCAIS ONDE AS ATIVIDADES EXERCIDAS E OS MATERIAIS UTILIZADOS E/OU DEPOSITADOS APRESENTEM GRANDE POTENCIAL DE INCÊNDIO, LOCAIS ONDE A CARGA COMBUSTÍVEL NÃO CHEGA A 50Kg/m <sup>2</sup> ou 1200J/m <sup>2</sup> E QUE NÃO SE ENQUADRAM EM L-3	ATIVIDADES QUE MANIPULAM E/OU DEPOSITAM OS MATERIAIS CONSTANTES DA LISTA DO ANEXO II CLASSIFICADOS COMO RISCO DE INCÊNDIO MÉDICO	LOJA PAVILÃO	9
		I-2	LOCAIS ONDE AS ATIVIDADES EXERCIDAS E OS MATERIAIS UTILIZADOS E/OU DEPOSITADOS APRESENTEM GRANDE POTENCIAL DE INCÊNDIO, LOCAIS ONDE A CARGA COMBUSTÍVEL NÃO CHEGA A 50KG/m <sup>2</sup> E QUE NÃO SE ENQUADRAM EM I-3	ATIVIDADES QUE MANIPULAM E/OU DEPOSITAM OS MATERIAIS CONSTANTES DA LISTA DO ANEXO II CLASSIFICADOS COMO RISCO DE INCÊNDIO MÉDICO	PAVILHÃO	11
		I-3	DEPÓSITOS SEM CONTEÚDO ESPECÍFICO. LOCAIS ONDE HÁ RISCO DE INCÊNDIO PELA EXISTÊNCIA DE QUANTIDADE SUFICIENTE DE MATERIAIS PERIGOSO	FÁBRICAS E DEPÓSITOS DE EXPLOSIVOS, GASES E LÍQUIDOS INFLAMÁVEIS, MATERIAIS OXIDANTES E OUTROS DEFINIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS	PAVILHÃO	12
J	DEPÓSITOS E INDÚSTRIAS DE BAIXO RISCO		DEPÓSITOS DE INDÚSTRIAS SEM RISCO INCÊNDIO EXPRESIVOS	EDIFICAÇÕES QUE ARMAZENAM E FABRICAM, EXCLUSIVAMENTE, GESSO, TIJOLOS, PEDRAS, AREIA, CIMENTO, METAIS E OUTROS MATERIAIS INCOMBUSTÍVEIS	LOJA PAVILHÃO	2

## Observações:

(\*\*) Na divisão D-3 as ocupações exemplificadas somente serão admitidas no tipo edifício "Edifício de escritórios" se consideradas compatíveis, a critério do Município.

(\*) Os algarismos indicados na coluna 7 expressam os graus de risco incêndio das respectivas ocupações/uso. Com base nesta gradação é estabelecida a classificação dos riscos, como segue:

Risco Pequeno: ocupações/usos com grau de risco de 1 a 4.

Risco Médio – ocupações/usos com grau de risco de 5 a 9.

Risco Grande – ocupações/usos com grau de risco 10 a 12.

LEI Nº 1.882/2017

ANEXO II- a

OCUPAÇÃO GRUPO "I"

INDUSTRIAL, COMERCIAL DE ALTO RISCO, COMERCIAL, ATACADISTA E DEPÓSITOS

Atividades classificadas nas divisões I-1 e I-2

I –1 (Risco Médio)

- Armarinhos e miudezas
- Artigos cirúrgicos, hospitalares, dentários, ortopédicos, óticos, etc.
- Artigos esportivos, etc.
- Automóveis, caminhões e ônibus;
- Bebidas;

- Borracha, produtos de – depósitos e fabricação (sem emprego de inflamáveis);
- Brinquedos;
- Calçados, bolsas, cintos, luvas, malas, etc;
- Cera – depósitos;
- Colchões e acolchoados – depósitos;
- Discos, fitas e similares;
- Eletrodomésticos, aparelhos de som, vídeo, etc.; aparelhos eletrônicos e elétricos em geral.
- Esmaltação;
- Estanhagem;
- Estofados - depósitos;
- Ferragens;
- Fibras vegetais e sintéticas – depósitos.
- Frigoríficos.
- Fumo, cigarros, etc;
- Fundição;
- Gêneros alimentícios – sem beneficiamento;
- Galvanização;
- Impressoras;
- Instrumentos musicais de metal – fabricação, instrumentos musicais em geral – depósitos;
- Jóias e relógios;
- Lãs e outras fibras animais;
- Laticínios
- Lavanderias e seco sem emprego de inflamáveis;
- Livros e similares;
- Louças e cutelaria;
- Madeira-depósitos (inclui móveis, etc);
- Máquinas agrícolas e industriais;
- Maquinas de escritório, costura, etc.
- Materiais de construção.
- Materiais fotográficos;
- Medicamentos;
- Metais – laminação, serralheria, tornearia, etc.
- Moinhos sem secadores, silos, depósitos de grãos;
- Móveis – depósitos e fabricação (ver matéria prima empregada);
- Niquelação e cromagem;
- Padarias;
- Papeis novos – depósitos;
- Perfumarias -depósitos;
- Pintura – oficinas;
- Pneumáticos – depósitos;
- Produtos químicos (exceto os classificados como perigosos em I-3) – depósitos;
- Resinas e óleos vegetais e minerais –depósitos;
- Roupas;
- Sabão sabonetes – depósitos;
- Tecidos;
- Tintas – fabricação (sem utilização de matérias primas inflamáveis); depósitos de tintas e vernizes;
- Velas – depósitos;
- Vime, junco, piaçava e similares –depósito de artefatos.

**ANEXO II- b****OCUPAÇÃO GRUPO "I"****INDUSTRIAL, COMERCIAL DE ALTO RISCO, COMERCIAL ATACADISTA E DEPÓSITOS****Atividades classificadas nas divisões I-1 e I-2****I-2 (risco Grande)**

- Borracha, produtos de - fabricação com emprego de inflamáveis.
- Cera – fabricação (com emprego de inflamáveis);
- Colchões e acolchoados – fábricas e oficinas;
- Destilarias;
- Elevadores de grãos;
- Estofados – oficinas e fábricas;
- Fibras vegetais e sintéticas - fabricação;
- Gêneros alimentícios a seco com emprego de inflamáveis
- Madeira – fabricas de artefatos de, marcenarias, serrarias, etc;
- Matérias plásticas;
- Moinhos (secadores e/ou estufas);
- Papel – fabricação de artigos de;
- Papel velho e/ou trapos e/ou estopas -depósitos;

- Perfumarias – fabricação;
- Produtos químicos (exceto os classificados como perigoso em I-3) -fabricação.
- Recauchutagem de pneus;
- Refinarias;
- Resinas e óleos vegetais e minerais – fabricação;
- Sabão e sabonete -fabricação;
- Solventes;
- Tintas e vernizes – fabricação (quando utilizadas matérias primas inflamáveis);
- Velas – fabricação;
- Vime, junco, piaçava e similares – fabricação de artefatos de.

LEI Nº 1.882/2017

## ANEXO III

PADRÕES PARA DIMENSIONAMENTO DE CIRCULAÇÕES CÁLCULO DA POPULAÇÃO/CAPACIDADE DA UNIDADE DE PASSAGEM				
OCUPAÇÃO		CÁLCULO DA POPULAÇÃO	CAPACIDADE Nº DE PESSOAS/UNIDADES DE PASSAGEM CORREDORES, ESCADAS	
A	RESIDENCIAL	2 PESSOAS/DORMITÓRIO	60	45
B	SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM	1,50 PESSOA/ LEITO	60	45
C	C-1	1 PESSOA/3,00m² ÁREA BRUTA, PARA TÉRREO E SUBSOLO.	100	600
	C-2 COMÉRCIO	1 PESSOA/5,00m² DE ÁREA BRUTA, PARA PAVIMENTOS SUPERIORES	100	75
D	SERVIÇOS PROFISSIONAIS, PESSOAS E TÉCNICOS	1 PESSOA/9,00m² DE ÁREA BRUTA	100	60
E	SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA FÍSICA	1 ALUNO/m² DE SALA DE AULA	100	60
F	LOCAIS DE REUNIÃO DE PÚBLICO F-1	1 PESSOA/m² DE ÁREA BRUTA  2PESSOAS/m² DE ÁREA BRUTA PARA ASSISTENTES	100	75
	F-2			
	F-3			
	F-4			
	F-5			
	F-6			
	F-7			
G	SERVIÇOS AUTOMOTIVOS G-2	1 PESSOA/40 VAGAS  1 PESSOA/20m² DE ÁREA BRUTA	100	60
	G-3			
	G-4			
	G-5			

H	SERVIÇOS DE SAÚDE E INSTITUCIONAIS H-1	1PESSOA/0m² DE ÁREA BRUTA		
	H-2	1 PESSOA/9m² DE ÁREA BRUTA EM SETORES ADMINISTRATIVOS	100	60
	H-3		30	22
	H-4	1 PESSOA/3m² DE ÁREA DE ALOJAMENTOS 1,5 PESSOA/LEITO		
	H-5			
I	INDUSTRIAL, COMERCIAL DE ALTO RISCO, ATACADISTA E DEPÓSITOS	1 PESSOA/10m² DE ÁREA BRUTA	100	600
J	DEPOSITOS E FÁBRICAS DE BAIXO RISCO	1 PESSOA/30m² DE ÁREA BRUTA	100	60

LEI Nº 1.882/2017

ANEXO IV

EXIGÊNCIA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO NAS EDIFICAÇÕES

ÁREA TOTAL		<100m²					1.000 Á 1.500m²			
ALTURA DA EDIFICAÇÃO(m)		<1	1 A 6	6 A 12	12 A 30	>30	>1	1 A 6	6 A 12	12 A 30
OCUPAÇÃO										
A RESIDENCIAL		E	E	E	EH	EHA	E	E	E	EHA
B SERVIÇOS HOSP.		E	E	EI	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1
C COMERCIO VAREJO		E	E	EI	EHA1	EHA1S	EHI	EHI	EHA1	EHA1
D SERVIÇOS PROFIS		E	E	EI	EHA1	EHA1S	EHI	EHI	EHA1	EHA1
E SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO	E1									
	E2	E	E	EAI	EHA1	EHA1	EHI	EHI	EHA1	EHA1
	E3									
	E4	E	E	EAI	EHA1	EHA1S	EHI	EHI	EHA1	EHA1
	E5									
F LOCAIS DE REUNIÃO PÚBLICA	D6									
	F1	E		EI	EHA1	EHA1	EHI	EHI	EHA1	EHA1
	F2		E							
	F3	E		EAI	EHA1	EHA1S	EHI	EHA1	EHA1	EHA1
	F4	E	E	EAI	EHA1	EHA1S	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1
	F5									
	F6	E	EA	EAI	EA	EHA1S	EI	EIA	EIA	EIA
G SERVIÇOS AUTOMOTIVOS	F7									
	G1	E	E	EI	EHI	EHA1	EH*I	EHI	EHI	EHI
	G2									
	G3	EH	EH	EHI	EHI	EHA1	EHI	EHI	EHI	EHI
H SERVIÇOS	G4G5	E	E	EI	EI	EHA1S	EHI	EHI	EHI	EHI
	H1	E	E	EAI	EHA1	EHA1	EHI	EHA1	EHA1	EHA1
	H2	E	EA	EAI	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1
	H3	E	EA	EAI	EHA1S	EHA1S	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1
	H4	E+	E+	E+I	EH+IS	EH+IS	EH+I	EH+I	EH+I	EH+I
	H5									

I IST. COMERCIAL ALTO RISCO, A ATACADO E DEPÓSITO	I1	E	E	EAI	EHA1	EHAIS	EHI	EHA1	EHA1	EHA1
	I2	E	EA	EAI	EHA1	EHAIS	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1
	I3	EA	EA	EAI	EHA1	EHAIS	EHA1	EHA1	EHA1	EHA1
J DEPÓSITO E FÁBRICAS BAIXO RISCO		E	E	EI	EAI	EAI	EI	EAI	EAI	EAI

**OBSERVAÇÃO:**

- 1 – Todos os prédios exclusivamente residencial, (sem garagem ou gás central) com até oito economias é dispensado os extintores.  
 2 – Os prédios residenciais unifamiliares quando forem ponto de referência não serão dispensado extintores.  
 3 – Todas as rotas de saída enquadrada na NBR 9077, item 4.13.2, deverão ter iluminação de emergência.  
 4 – Todas as edificações que possuírem sub-solo com área superior a 500m<sup>2</sup> e que tenham um único acesso é obrigatório Sprinklers.  
 5 – São dispensados de Hidrante edificações depósito de baixo risco instalações provisórias (circos) art. 283, § 1º;  
 6 – Todos os depósitos de GLP acima de 520 Kg e depósitos de líquidos inflamáveis ou combustíveis é exigido hidrante, independente de área.  
 7 – Todos os prédios de escritórios, D, terão Sprinklers com área superior a 5000m<sup>2</sup> independente da altura.  
 8 – Todos os prédios residenciais unifamiliares serão dispensados de extintores, conf. Art. 271.  
 \* -Ver artigo 283 § 2º.

## **LEI Nº 1.884/2017 CRIA O ADICIONAL DE ALIMENTAÇÃO AOS MOTORISTAS DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1455041

LEI Nº 1.884, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

### **CRIA O ADICIONAL DE ALIMENTAÇÃO AOS MOTORISTAS DO TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º Ao Servidor deste Município que exerça as funções de motorista de veículo utilizado no transporte universitário, será concedido "Adicional de Alimentação" no valor de até R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais) mensais, a título de indenização de alimentação.

Parágrafo único. O Adicional de Alimentação será concedido mediante ato do Chefe do Poder Executivo que designar o servidor para a função, subsistindo esse direito a partir do momento que o servidor deixar de exercer esta função.

Art. 2º Ao servidor beneficiado com o adicional de alimentação não será concedido diárias ou indenização de despesas de viagens, salvo, excepcionalmente, quando em viagem que exija pernoite fora do Município, devidamente justificado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretario de Administração e Finanças

## **LEI Nº 1.885/2017 CRIA O ADICIONAL PLANTÃO AMBULÂNCIA AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1455043

LEI Nº 1.885, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

### **CRIA O ADICIONAL PLANTÃO AMBULÂNCIA AOS MOTORISTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º - Ao Servidor deste Município contratado através de processo seletivo, que exerça a função de motorista de veículo utilitário ambulância, será concedido "Adicional Plantão Ambulância" no valor de até R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) mensais.

Parágrafo único. O Adicional será concedido mediante ato do Chefe do Poder Executivo que designar o servidor para a função, subsistindo esse direito a partir do momento que o servidor deixar de exercer - lá.

§ 1º - O valor base do adicional será corrigido anualmente no mês de maio pelo mesmo índice aplicado na revisão geral da remuneração e subsídio dos servidores públicos municipais previsto pela Lei nº 1.164/2002.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Biava  
Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta  
Secretario de Administração e Finanças

**LEI Nº 1.886/2017 TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 467 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL DO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1455047

LEI Nº 1.886, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

TRATA DA ALTERAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 467 DE 16 DE DEZEMBRO DE 1998 QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE TIMBÉ DO SUL DO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente lei:

Art. 1º Fica acrescido ao artigo 79 da Lei nº. 467, de 16 de dezembro de 1.988, o inciso VII, com a seguinte redação:

“Art. 79 Além dos vencimentos, o funcionário, dependendo de haver preenchido as condições para a sua percepção, fará jus às seguintes vantagens:

(...)

VII - Adicional noturno”

Art. 2º O Artigo 89 da Lei nº. 467, de 16 de dezembro de 1.988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 89 - Ao servidor que realize atividades em condições penosas ou insalubres fará jus ao adicional respectivamente de 40% (quarenta por cento), 20% (vinte por cento) ou 10% (dez por cento) do salário mínimo nacional vigente, segundo se classifiquem nos graus máximo, médio e mínimo em conformidade com o LTCAT - Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho.

§ 1º Os adicionais não são acumuláveis por tipo de atividade, devendo o servidor optar por um deles.

§ 2º O direito ao adicional cessa quando deixar de realizar atividade ou com a eliminação das condições ou riscos que deram causa à sua concessão.

§ 3º O adicional de que trata o “caput” deste artigo será concedido ao servidor que ocupe atividades determinadas por Decreto baixado pelo chefe do Poder Executivo, observadas as situações de legislação específica, e, em conformidade com o LTCAT”.

Art. 89–A. Ao servidor que realize atividades em condições de periculosidade fará jus ao adicional 30% (trinta por cento) sobre o salário base sem outros acréscimos.”

Parágrafo Único: São consideradas atividades ou operações perigosas em conformidade com o LTCAT aquelas que por sua natureza ou métodos de trabalho impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador a:

I – inflamáveis, explosivos ou energia elétrica;

II – roubos ou outras espécies de violência físicas nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial.”

Art. 3º Fica acrescida a Seção IX, do Capítulo IV e o artigo 103-A, com a seguinte redação:

**SEÇÃO IX**

**Do Trabalho Noturno**

“Art. 103-A. Salvo nos casos de revezamento semanal ou quinzenal, o trabalho noturno terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 20% (vinte por cento), pelo menos, sobre a hora diurna.

§ 1º A hora do trabalho noturno será computada como de 52 (cinquenta e dois) minutos e 30 (trinta) segundos.

§ 2º Considera-se noturno, para os efeitos deste artigo, o trabalho executado entre as 22 (vinte e duas) horas de um dia e as 5 (cinco) horas do dia seguinte.”

Art. 4º Fica acrescido ao artigo 60 da Lei nº. 467, de 16 de dezembro de 1.988, o parágrafo 6º, com a seguinte redação:

“Art. 60 Após cada decênio de efetivo exercício, no serviço público municipal, ao funcionário que as requer, conceder-se-ão férias-prêmio de 6 (seis) meses, com todos os direitos e vantagens do seu cargo efetivo.

(...)

§ 6º A critério do Chefe do Poder Executivo, a licença prêmio poderá ser convertida em pecuniária, a razão de 50% (cinquenta por cento) da remuneração do servidor.



Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul - SC, 12 de dezembro de 2017.

Roberto Biava

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta Secretaria na data supra.

Marlon Arcaro Panatta

Secretario de Administração e Finanças

**Timbó****PREFEITURA****ATA ABERTURA HABILITAÇÃO - CONCORRÊNCIA 06 2017 FUMTRAN**

Publicação Nº 1455341

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DA  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 06/2017 - FUMTRAN

Às oito horas e cinco minutos, do décimo primeiro dia do mês de dezembro de dois mil e dezessete, na sala de licitações da Prefeitura de Timbó, SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela Portaria nº 55, de 27 de janeiro de 2017, sob a presidência da Sra. Lourdes Moser, estando presentes os membros Ângela Preuss e Felipe Ramos dos Santos e, o Sr. Sidney Constantino – MEI para abertura dos envelopes de Habilitação da Concorrência Pública nº. 06/2017 – FUMTRAN.

Protocolou tempestivamente, os envelopes de Habilitação e Proposta o Sr. Sidney Constantino – Micro Empreendedor Individual – CNPJ nº. 27.891.069/0001-09.

A Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e que conferissem sua inviolabilidade. Em prosseguimento passou à abertura do envelope de Habilitação, colocando à disposição dos presentes para exame e rubrica, todos os documentos nele contido. Na sequência a Comissão fez a análise documental, sendo que não foram apresentados os seguintes documentos:

- Certidão do Poder Judiciário informando a quantidade de distribuidores (6.1.3-d);
- Atestado expedido por pessoa jurídico de direito público ou privado, em nome da empresa, comprovando a execução dos serviços similares e compatíveis com o objeto desta licitação, devendo constar o prazo, quantidade e característica do serviço (6.1.5-a).

Tendo em vista a necessidade de análise e parecer técnica da qualificação econômico-financeira, os documentos deverão ser encaminhados ao Setor de Contabilidade referente à legalidade da apresentação ou efetiva dispensa dos documentos elencados no item 6.1.3(a,b).

O envelope de proposta deverá permanecer no Setor de Licitações, devidamente lacrado, até a data designada para sua abertura.

Nada mais havendo, a Senhora Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão, sendo que o Sr. Sidney Constantino retirou-se antes da conclusão da mesma.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

LOURDES MOSER Presidente	ANGELA PREUSS Membro	FELIPE RAMOS DOS SANTOS Membro

**AVISO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL N.º 27 2017 SAMAE - HIDRÔMETROS (REPETIÇÃO TOTAL, SEM ALTERAÇÕES)**

Publicação Nº 1455342

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2017 - SAMAE

OBJETO: aquisição de hidrômetros novos destinados à substituição dos antigos e instalação de novas ligações (repetição total do Pregão Presencial nº 22/2017 SAMAE, sem alterações). ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h10min do dia 10 de janeiro de 2018. ABERTURA: dia 10 de janeiro de 2018 às 08h15min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site: [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br).

Timbó (SC), 12/12/2017  
JAIME JOEL AVENDANO JARA  
Diretor Presidente do SAMAE

**AVISO PRORROGAÇÃO CREDENCIAMENTO N.º 01 2017 FMS - FISIOTERAPIA AMBULATORIAL**

Publicação Nº 1455343

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE FISIOTERAPIA AMBULATORIAL DE ACORDO COM AS NORMAS DO SUS – Sistema Único de Saúde

O Fundo Municipal de Saúde informa que o prazo do credenciamento de interessados em prestação de serviço de fisioterapia ambulatorial de acordo com as normas do SUS – Sistema Único de Saúde, de acordo com o disposto no item 1.2 do edital, fica prorrogado até 31/12/2018. A entrega do envelope contendo os documentos de Habilitação e o termo de aceitação dos preços poderá ser feita durante

o período de vigência (até 31/12/2018). Os interessados poderão obter a íntegra do edital no site [www.timbo.sc.gov.br](http://www.timbo.sc.gov.br), link de Licitações.

Timbó, 12 de dezembro de 2017  
DEISE ADRIANA NICHOLLETTI MENDES  
Secretária de Saúde e Assistência Social

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 01-01.2017 FMS**

Publicação Nº 1455444

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 01-01/2017

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa CLÍNICA DE FISIOTERAPIA TIMBÓ LTDA, CNPJ nº. 01.270.253/0001-48, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 21/12/17  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 13 de dezembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº. 01-02.2017 FMS**

Publicação Nº 1455447

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 01-02/2017

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa PHISIO CLINICA DE REABILITAÇÃO LTDA, CNPJ nº. 02.957.442/0001-56, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 21/12/17  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 13 de dezembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

### **CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120.2017 PMT**

Publicação Nº 1455344

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE TERMO ADITIVO  
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2017 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, SOVRANA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº. 14.770.128/0001-49, a comparecer para assinatura do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 120/2017, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 20/12/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 12 de dezembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 74.2017 SAMAE**

Publicação Nº 1455345

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 74/2017

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da contratada FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU – FURB, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 20/12/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 12 de dezembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2014.068 SAMAE**

Publicação Nº 1455443

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 2014/068  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2014 SAMAE

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa DRJ RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA CNPJ nº. 83.159.087/0001-71, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 21/12/2017.  
HORÁRIO: das 07hs às 13hs.

Timbó, 13 de dezembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016.13 FUMDEC**

Publicação Nº 1455346

FUNDO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DA DEFESA CIVIL DE TIMBÓ  
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2016/13  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2015 - FUMDEC

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa ROZALVA GONZAGA PEREIRA - ME, CNPJ nº. 22.048.175/0001-01, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;  
DATA: até 20/12/2017  
HORÁRIO: entre as 07hs e as 13hs.

Timbó, 12 de dezembro de 2017.  
DÉBORA BARTH  
Central de Licitações

**EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 46 2017 PMT - AQUISIÇÃO DE CARNEIRAS E TAMPAS DE CONCRETO**

Publicação Nº 1455347

MUNICÍPIO DE TIMBÓ  
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 46/2017 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de carneiras (gavetas de concreto) e tampas de concreto destinadas aos cemitérios Municipais de Timbó para a confecção de sepulturas.

EMPRESA FORNECEDORA: ERH Artefatos de Cimento Ltda – Me.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 12/12/2018

Timbó, 12/12/2017

DARCÍZIO BONA

Secretário de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola

## EXTRATO DE DISPENSA Nº 85 2017 PMT

Publicação Nº 1455440

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 85/2017

CONTRATANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração.

CONTRATADO: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL - CIGA.

OBJETO: Dispensa de licitação para prestação de serviços continuados de tecnologia da Informática e Comunicação.

VALOR TOTAL: R\$ 19.155,00 (dezenove mil, cento e cinquenta e cinco reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 1º de janeiro de 2018 até 31 de dezembro de 2018.

TIMBO (SC), 13/12/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

## SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 102 2016 PMT

Publicação Nº 1446501

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 102/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de materiais de higiene e limpeza destinados a atender as necessidades da administração Direta e Indireta (Autarquias, Fundos e Fundações) do Município de Timbó.

EMPRESAS FORNECEDORAS: Blu Distribuidora de Papelaria Eireli Me; J.P. Lima Com. Prod. Limpeza Ltda - Epp; Foot Comercial Ltda Me; Limpexcel Prod. Limpeza Ltda Me; M.C. Dalabona Distribuidora - Me e MMobile Eireli.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 180.526,23 (cento e oitenta mil, quinhentos e vinte e seis reais e vinte e três centavos).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 12/06/2018

Timbó, 12/06/2017

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária de Fazenda e Administração

## CÂMARA MUNICIPAL

## Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação ao Projeto de Lei nº 70/2017

Publicação Nº 1455389

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 70/2017 – Acresce o art. 2º F à Lei n.º 1940 de 21 de maio de 1997, que disciplina a pavimentação de ruas sob o regime de mutirão.

Iniciativa do Projeto: Prefeito Municipal Jorge Augusto Krüger

Relator: Vereador Haroldo Fiebes

### I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo, que pretende alterar a Lei n.º 1.940, de 21 de maio de 1997, que disciplina a pavimentação das ruas sob o regime de mutirão, instituindo cláusula de incentivo econômico de modo a permitir o Poder Executivo a auxiliar

nas pavimentações das vias que compõe a área industrial da cidade.

Respectivo projeto foi protocolizado na Secretaria Legislativa no dia 27 de novembro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa despachou-o a esta Comissão no dia 28 de novembro, em Sessão Ordinária, conforme art. 126 do Regimento Interno, para apreciação dos aspectos legais e constitucionais. No dia 29 de novembro os autos do projeto foram encaminhados à Assessoria Jurídica da Casa para elaboração de orientação técnica, tendo sido devolvidos à Comissão no dia 6 de dezembro.

Nos dias 6 e 11 de dezembro esta Comissão teve como pauta o presente em suas reuniões ordinária e extraordinária exarando parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

## II - FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal determina, em seu art. 30, inciso I, que cabe exclusivamente ao Município legislar sobre matéria de interesse local. Do mesmo modo, a Lei Orgânica Municipal em seu art. 10, inciso I reproduzindo a diretriz constitucional, dispõe que compete ao Município de Timbó legislar acerca de assuntos de interesse local.

No presente caso, verifica-se que o que se pretende é a de garantir à população das zonas industriais do município o acesso à pavimentação das vias pelo regime de mutirão, levando-se em consideração que a metragem das propriedades é costumeiramente muito maior que as das demais propriedades localizadas na zona urbana municipal, o que por si só já tornaria a pavimentação muito mais onerosa aos interessados. Além disso, a pavimentação das ruas localizadas na área industrial é diferente daquela que geralmente é realizada nas demais vias do município, uma vez que na zona industrial a pavimentação deve ser projetada para suportar constante tráfego de veículos pesados e de carga, fato esse que aumenta os custos da obra a ser realizada.

Assim, o incentivo previsto no projeto em questão nada mais é do que uma ação do Poder Público visando fomentar o desenvolvimento da indústria e do comércio em Timbó, constituindo, por óbvio, medida de indubitável interesse público, posto refletir diretamente no desenvolvimento econômico e social de todo o Município, razão pela qual esse Relator não encontra óbices a tramitação da proposição em Plenário.

## III - CONCLUSÃO

### VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei n.º 70/2017.

Esse é o voto.

### DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o Relator, aprovando o Parecer:

Vereador Rubens Borchardt

Vereador Martinho de Souza Filho

Sala das Comissões, em 6 de dezembro de 2017.

Rubens Borchardt

Presidente

Haroldo Fiebes Martinho de Souza Filho

Relator Membro

---

## **TIMBOPREV - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ**

---

### **PORTARIA TIMBOPREV Nº 100, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454267

PORTARIA TIMBOPREV Nº 100, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição ao Servidor Público Municipal Sergi Frederico Mengarda.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

#### RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição, ao Servidor Público Municipal SERGI FREDERICO MENGARDA, brasileiro, casado, nascido em 30 de agosto de 1960, portador do CPF sob nº 382.191.079-87, RG nº 1.044.648, ocupante do cargo de Professor D, Referência Salarial D-25, matrícula nº 19291-00, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos calculados de forma integral ao seu vencimento, com direito a paridade remuneratória, no valor de R\$ 5.094,11 (cinco mil e noventa e quatro reais e onze centavos), com base no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, observando-se a incorporação dos valores referentes à regência de classe e ampliação de jornada, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV nº 84/2017, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.



MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 01 de Dezembro de 2017; 148o ano de Fundação; 83o ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

### **PORTARIA TIMBOPREV Nº 101, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454269

PORTARIA TIMBOPREV Nº 101, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal Osni Machado.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal OSNI MACHADO, brasileiro, solteiro, nascido em 08 de maio de 1950, portador do CPF sob nº 309.354.079-87, RG nº 611.587-0, ocupante do cargo de Operador de Máquina, Referência Salarial SG-36, matrícula nº 142972-01, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Águas e Esgoto - SAMAE, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, elevado ao Salário Mínimo Nacional, no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), sem direito à paridade remuneratória, nos termos do art.40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV 80/2017, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de dezembro de 2017; 148o ano de Fundação; 83o ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

### **PORTARIA TIMBOPREV Nº 102, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454271

PORTARIA TIMBOPREV Nº 102, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

Concede Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal Cildo Pfeifer.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015, e art.17 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder Aposentadoria Voluntária Por Idade ao Servidor Público Municipal CILDO PFEIFER, brasileiro, casado, nascido em 08 de dezembro de 1947, portador do CPF sob nº 125.320.530-20, RG nº 6.063.963, ocupante do cargo de Pedreiro, Referência Salarial SG-26, matrícula nº 57231-01, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviço Urbano e Agrícola, com proventos calculados de forma proporcional ao tempo de contribuição, elevados ao Salário Mínimo Nacional, no valor de R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), sem direito à paridade remuneratória, nos termos do art.40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, tudo conforme provas constantes dos autos do processo TIMBOPREV nº 85/2017, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de dezembro de 2017; 148o ano de Fundação; 83o ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

**PORTARIA TIMBOPREV Nº 99, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017**

Publicação Nº 1454265

PORTARIA TIMBOPREV Nº 99, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2017

Autoriza a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição à Servidora Pública Municipal Cleusa Van Bommel Zermiani.

A DIRETORA ADMINISTRATIVA-FINANCEIRA DO TIMBOPREV, no uso das atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, alterado pela Lei Complementar nº 473, de 22 de dezembro de 2015,

**RESOLVE:**

Art.1º AUTORIZAR CLEUSA VAN BOMMEL ZERMIANI, ocupante do cargo de Professor, Referência Salarial D-33, matrícula nº 18554-00, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a Contagem Recíproca do Tempo de Contribuição para fins de Aposentadoria, junto ao Regime Próprio de Previdência Social, com base no art. 40, § 9º da Constituição Federal, e artigo 50 da Lei Complementar nº 411, de 26 de dezembro de 2011, do tempo de contribuição ao RGPS, certificado pelo INSS através da Certidão nº 20021070.1.00063/17-0, expedida em 07/11/2017, computando-se 2.355 (dois mil trezentos e cinquenta e cinco) dias, ou seja, 6 (seis) anos, 5 (cinco) meses e 15 (quinze) dias, conforme processo TIMBOPREV 92/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 30 de novembro de 2017; 148º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

CARMELINDE BRANDT

Diretora Administrativa-Financeira do TIMBOPREV

# Três Barras

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2017 MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL

Publicação Nº 1454258

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2017

Processo Licitatório nº 69/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 09/11/2017 até 31/12/2017.

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.563.356/0001-50.

Contratado: CAGERÊ CASA ASSISTENCIAL LTDA. - EPP, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Professor Francisco Bodenmüller, n.º 100 – Casa A, Centro – Brusque / SC – CEP 88.353-145, inscrita no CNPJ sob n.º 19.354.317/0001-54.

Objeto: O objeto do presente é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO ATENDIMENTO A PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS, CONSIDERANDO O MÁXIMO DE 03 (TRÊS) VAGAS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO TERMO DE REFERÊNCIA anexo inseparável do Procedimento Licitatório.

Valor Total: R\$ 9.200,00 (nove mil e duzentos reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão à conta das dotações orçamentárias do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com recursos financeiros próprios do Município.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 09 de novembro de 2017.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2017. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017

Publicação Nº 1454285

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2017.

Processo Licitatório nº 59/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 31/10/2017 até 30/10/2018.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: J.C.B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 16.850.663/0001-35.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 01 (um) veículo automotor tipo AMBULÂNCIA, NOVA, ZERO KM, ANO 2017, COR BRANCA, COM TETO ALTO E CHASSIS LONGO ORIGINAL DE FABRICA, PORTA LATERAL CORREDIÇA E PORTA TRASEIRA DUPLA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISPOSTAS NO TERMO DE REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 59/2017.

Valor Total: R\$ 173.800,00 (cento e setenta e três mil e oitocentos reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 31 de outubro de 2017.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2017. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 66/2017

Publicação Nº 1454287

EXTRATO DO CONTRATO Nº 17/2017.

Processo Licitatório nº 66/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 20/11/2017 até 05/01/2018.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Três Barras – SC – CNPJ nº 11.491.075/0001-39.

Contratado: CONSTRUTORA IC LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 85.248.920/0001-86.

Objeto: O objeto do presente contrato é o FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E DE MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DE RAMPA DE ACESSO – UBS CENTRO, LOCALIZADA NA RUA LUMBER, S/Nº, CENTRO, EM CONFORMIDADE COM A PASTA TÉCNICA, ANEXO VII DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 66/2017 (MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS, ART, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA).

Valor Total: R\$ 63.480,45 (sessenta e três mil e quatrocentos e oitenta reais e quarenta e cinco centavos).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 20 de novembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2017 VIGÊNCIA: 31/10/2017 ATÉ 31/12/2017.**

Publicação Nº 1454289

EXTRATO DO CONTRATO Nº 34/2017

Vigência: 31/10/2017 ATÉ 31/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: ANA CARDOSO ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.265.365/0001-00.

Objeto: O objeto do presente contrato é a CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS SERVENTES E MERENDEIRAS, destinados a manutenção dos serviços públicos para manutenção de Escolas Municipais, Centros Municipais de Educação Infantil (CMEI's), Unidades de Saúde e Secretaria de Viação e Obras, conforme itens abaixo:

Item 01 – Contratação de 15.100 (quinze mil e cem) horas/homem de Serventes.

Item 02 – Contratação de 8.070 (oito mil e setenta) horas/homem de Vigias, e,

Item 03 – Contratação de 2.150 (dois mil e cento e cinquenta) horas/homem de Merendeiras.

Valor Total: R\$ 307.948,00 (trezentos e sete mil e novecentos e quarenta e oito reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 65/2017**

Publicação Nº 1454291

EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2017

Procedimento Licitatório nº 65/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 31/10/2017 até 30/11/2018.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: SUPERAUTO MOTOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 72.297.468/0001-09.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 02 (dois) veículos automotores que passarão a integrar a frota veicular da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Item>	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	01 (UM)	UNIDADE	VEICULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, ANO E MODELO 2017 OU ACIMA, COR LISA BRANCA OU PRATA, TIPO SW (STATION WAGON), 04 (QUATRO) PORTAS, TRAVA E VIDROS ELETRICOS NAS QUATRO PORTAS, ESPELHOS RETROVISORES COM REGULAGEM ELETRICA, DIREÇÃO HIDRAULICA OU ELETRICA, MOTOR COM POTENCIA MÁXIMA MINIMA DE 100 (CEM) CV, COM ALIMENTAÇÃO FLEX (BICOMBUSTIVEL - ALCOOL / GASOLINA), BRAKE-LIGHT, FAROIS E LANTERNAS DE NEBLINA, TRANSMISSÃO MANUAL COM NO MINIMO 05 MARCHAS A FRENTE E UMA A RE, BANCOS DIANTEIROS RECLINAVEIS, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCOS TRASEIROS REBATIDOS COM TRES APOIOS DE CABEÇA, BARRAS LATERAIS DE PROTEÇÃO, DESEMBAÇADOR DE PARABRISA COM AR QUENTE, DESEMBAÇADOR E LIMPADOR DO VIDRO TRASEIRO, AR CONDICIONADO, COMPARTIMENTO DE CARGA COM VOLUME MINIMO DE 400 (QUATROCENTOS) LITROS, RADIO AM/FM E ENTRADA USB OU CARTÃO DE MEMORIA INSTALADO, RODAS EM LIGA LEVE TAMANHO MINIMO 15".	57.200,00	57.200,00
02	01 (UM)	UNIDADE	VEICULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, ANO E MODELO 2017 OU ACIMA, COR LISA BRANCA OU PRATA, TIPO SW (STATION WAGON), 04 (QUATRO) PORTAS, TRAVA E VIDROS ELETRICOS NAS QUATRO PORTAS, ESPELHOS RETROVISORES COM REGULAGEM ELETRICA, DIREÇÃO HIDRAULICA OU ELETRICA, MOTOR COM POTENCIA MÁXIMA MINIMA DE 100 (CEM) CV, COM ALIMENTAÇÃO FLEX (BICOMBUSTIVEL - ALCOOL / GASOLINA), BRAKE-LIGHT, FAROIS E LANTERNAS DE NEBLINA, TRANSMISSÃO AUTOMÁTICA COM NO MINIMO CINCO VELOCIDADES, BANCOS DIANTEIROS RECLINAVEIS, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCOS TRASEIROS REBATIDOS COM TRES APOIOS DE CABEÇA, BARRAS LATERAIS DE PROTEÇÃO, DESEMBAÇADOR DE PARABRISA COM AR QUENTE, DESEMBAÇADOR E LIMPADOR DO VIDRO TRASEIRO, AR CONDICIONADO, COMPARTIMENTO DE CARGA COM VOLUME MINIMO DE 400 (QUATROCENTOS) LITROS, RADIO AM/FM E ENTRADA USB OU CARTÃO DE MEMORIA INSTALADO, RODAS EM LIGA LEVE TAMANHO MINIMO 15".	69.000,00	69.000,00

Valor Total: R\$ 126.200,00 (cento e vinte e seis mil e duzentos reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2017

Publicação Nº 1454292

EXTRATO DO CONTRATO Nº 37/2017

Procedimento Licitatório nº 73/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 16/11/2017 até 23/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: INFOTRIZ COMERCIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 04.586.694/0001-41.

O objeto do presente contrato é a compra de "MATERIAIS ESCOLARES", conforme itens especificados abaixo:

Sem lote						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
5	CADERNO DE LINGUAGEM, BROCHURA - FOLHAS BRANCAS, COM NO MÍNIMO 90 FOLHAS	UNIDADE	JANDAIA	18.000	R\$1,34	R\$24.120,00
7	CADERNO QUADRICULADO (MÍNIMO 90 FOLHAS), FOLHAS BRANCAS - BROCHURA	UNIDADE	JANDAIA	2.200	R\$1,54	R\$3.388,00
12	CANETA HIDROGRAFICA 12 CORES - TRAÇO DE 2 MM, TAMP A ANTI ASFIXIANTE, A TOXICA, CARGA A BASE DE AGUA, PONTA DE FIBRA DE POLIESTER (CANETINHA)	ESTOJO	LEO E LEO	2.300	R\$1,81	R\$4.163,00
13	CANETA HIDROGRAFICA GIGANTE, 06 CORES - TRAÇO DE 2 MM, TAMP A ANTI ASFIXIANTE, A TOXICA, CARGA A BASE DE AGUA, PONTA DE FIBRA DE POLIESTER (CANETA HIDROCOR)	ESTOJO	LEO E LEO	1.237	R\$3,42	R\$4.230,54
14	COLA EM BASTÃO, RESINA SINTÉTICA, COM 40 GR	UNIDADE	LEO E LEO	3.200	R\$1,25	R\$4.000,00
16	GIZ DE CERA, CURTO, GROSSO, COLORIDO (CAIXA COM 12 UNIDADES)	CAIXA	KOALA	3.600	R\$1,30	R\$4.680,00
17	CAIXA DE LÁPIS DE COR COM 24 CORES (CAIXA GRANDE)	CAIXA	LEO E LEO	3.500	R\$4,00	R\$14.000,00
18	LAPIS PRETO ESCOLAR No.2	UNIDADE	PIRILAMPO	8.400	R\$0,12	R\$1.008,00
24	PASTA ESCOLAR POLIONDA LARGA 55 MM CORES AMARELAS, AZUIS, VERDES E VERMELHAS (325 UN. DE CADA COR)	UNIDADE	ALAPLAST.	1.300	R\$1,70	R\$2.210,00
27	RÉGUA PLÁSTICA 30CM	UNIDADE	WALEU	3.100	R\$0,35	R\$1.085,00
Total do Fornecedor:						R\$62.884,54

Valor Total: R\$ 62.884,54 (sessenta e dois mil e oitocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2017

Publicação Nº 1454294

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2017

Procedimento Licitatório nº 73/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 16/11/2017 até 23/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: BRUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 14.534.916/0001-36.

3.1 - O objeto do presente contrato é a compra de "MATERIAIS ESCOLARES", conforme itens especificados abaixo:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	APONTADOR DE LÁPIS, COM DEPÓSITO, PLÁSTICO	UNIDADE	LEONORA	3.200	R\$0,18	R\$576,00
3	CADERNO DE CALIGRAFIA BROCHURA, FORMATO 202MM X 140MM, 40 FOLHAS BRANCAS	UNIDADE	CREDEAL	2.000	R\$0,67	R\$1.340,00



4	CADERNO DE DESENHO GRANDE (MÍNIMO 40 FOLHAS) - FOLHAS BRANCAS - ESPIRAL	UNIDADE	PANAMERICANA.	5.000	R\$1,83	R\$9.150,00
8	CADERNO UNIVERSITÁRIO DE 10 MATÉRIAS, FORMATO 200MM X 275MM, MÍNIMO 200 FOLHAS BRANCAS	UNIDADE	CREDEAL	400	R\$5,74	R\$2.296,00
10	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, CORPO TRANSPARENTE, CARGA REMOVÍVEL, NÃO ROSQUEADA, COR PRETA.	UNIDADE	INJEX PEN	4.500	R\$0,28	R\$1.260,00
26	PINCEL Nº 12	UNIDADE	LEONORA	3.000	R\$0,65	R\$1.950,00
28	TESOURA ESCOLAR, METAL 13 CM, LAMINA EM METAL E CABO EM RESINA TERMOPLÁSTICA ATOXICA	UNIDADE	LEONORA	3.100	R\$0,74	R\$2.294,00
29	TINTA GUACHE - 15 ML - ESTOJO COM 12 FRASCOS - CORES VARIADAS	CAIXA	PIRATININGA	3.300	R\$3,43	R\$11.319,00
30	TRANSFERIDORES	UNIDADE	WALEU	1.000	R\$0,46	R\$460,00

Valor Total: R\$ 30.645,00 (trinta mil e seiscentos e quarenta e cinco reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2017

Publicação Nº 1454295

EXTRATO DO CONTRATO Nº 39/2017

Procedimento Licitatório nº 73/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 16/11/2017 até 23/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: FABIO DOS SANTOS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 07.214.825/0001-58.

O objeto do presente contrato é a compra de "MATERIAIS ESCOLARES", conforme itens especificados abaixo:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
15	COMPASSO ESCOLAR	UNIDADE	BRW	1.000	R\$1,77	R\$1.770,00

Valor Total: R\$ 1.770,00 (um mil e setecentos e setenta reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

### EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2017

Publicação Nº 1454296

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2017

Procedimento Licitatório nº 73/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 16/11/2017 até 23/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: MARCELO JACOB ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 11.774.132/0001-97.

Objeto: O objeto do presente contrato é a compra de "MATERIAIS ESCOLARES", conforme itens especificados abaixo:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
25	PEN DRIVE 8 GB	UNIDADE	MULTILASER	350	R\$19,98	R\$6.993,00

Valor Total: R\$ 6.993,00 (seis mil e novecentos e noventa e três reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.



**EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2017**

Publicação Nº 1454297

EXTRATO DO CONTRATO Nº 41/2017

Procedimento Licitatório nº 73/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 16/11/2017 até 23/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: MAPU DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 81.715.427/0001-78.

Objeto: O objeto do presente contrato é a compra de "MATERIAIS ESCOLARES", conforme itens especificados abaixo:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
19	MARCA TEXTO AMARELO	UNID	MASTER	400	R\$0,60	R\$240,00

Valor Total: R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2017**

Publicação Nº 1454298

EXTRATO DO CONTRATO Nº 42/2017

Procedimento Licitatório nº 73/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 16/11/2017 até 23/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: M. C. DALABONA DISTRIBUIDORA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.972.018/0001-13.

Objeto: O objeto do presente contrato é a compra de "MATERIAIS ESCOLARES", conforme itens especificados abaixo:

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
23	PASTA DE PAPELÃO COM ELÁSTICO - COLORIDAS	UNIDADE	ICL.	300	R\$0,78	R\$234,00

Valor Total: R\$ 234,00 (duzentos e trinta e quatro reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 73/2017**

Publicação Nº 1454305

EXTRATO DO CONTRATO Nº 43/2017

Procedimento Licitatório nº 73/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 16/11/2017 até 23/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: ENDER RAIMUNDO DE SOUZA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 27.966.382/0001-69.

Objeto: O objeto do presente contrato é a compra de "MATERIAIS ESCOLARES", conforme itens especificados abaixo:

2	BORRACHA NO.40	UNIDADE	ZAPP	3.600	R\$0,12	R\$432,00
6	CADERNO DE LINGUAGEM, CAPA DURA, FORMATO 140MM X 202MM, 96 FOLHAS BRANCAS	UNIDADE	FORONI	3.500	R\$2,27	R\$7.945,00
9	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, CORPO TRANSPARENTE, CARGA REMOVIVEL, NÃO ROSQUEADA, COR AZUL.	UNIDADE	arte feliz	4.500	R\$0,24	R\$1.080,00
11	CANETA ESFEROGRÁFICA, ESCRITA GROSSA, CORPO TRANSPARENTE, CARGA REMOVIVEL, NÃO ROSQUEADA, COR VERMELHA.	UNIDADE	arte feliz	600	R\$0,24	R\$144,00
20	MASSINHA DE MODELAR COM 12 CORES	CAIXA	MASSABEL	1.200	R\$1,72	R\$2.064,00
21	MINI-DICIONÁRIO DA LÍNGUA PORTUGUESA, FORMATO PEQUENO, MEDIDA MÍNIMA 12X17CM, ACABAMENTO BROCHURA, ÚLTIMA EDIÇÃO.	UNIDADE	TODO LIVRO	1.500	R\$1,78	R\$2.670,00

22	MINI-DICIONÁRIO INGLÊS, FORMATO PEQUENO, MEDIDA MÍNIMA 12X17CM, ACABAMENTO BROCHURA	UNIDADE	TODO LIVRO	1.000	R\$1,78	R\$1.780,00
----	---	---------	------------	-------	---------	-------------

Valor Total: R\$ 16.115,00 (dezesesseis mil e cento e quinze reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 71/2017

Publicação Nº 1454301

EXTRATO DO CONTRATO Nº 44/2017

Procedimento Licitatório nº 71/2017

Modalidade de Pregão Presencial

Vigência: 16/11/2017 até 15/12/2022.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: ITAU UNIBANCO S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº. 60.701.190/0001-04.

Objeto: Prestação dos seguintes serviços bancários da Administração Pública Municipal Direta do Município de Três Barras, conforme especificações contidas no Procedimento Licitatório nº. 71/2017 – Edital Pregão Presencial nº. 62/2017, bem como da proposta da CONTRATADA.

Documentos que passam a fazer parte integrante deste instrumento:

- Em caráter de exclusividade: Pagamento de vencimentos, salários, proventos, aposentadorias, pensões e similares, dos servidores da administração pública municipal;

- Sem caráter de exclusividade: Conceder aos servidores públicos empréstimos em consignação.

Valor Total: Pela execução dos serviços objeto deste instrumento, a CONTRATADA pagará ao CONTRATANTE, o valor total de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 92/2017 CHAMADA PÚBLICA Nº 03/2017

Publicação Nº 1454302

EXTRATO DO CONTRATO Nº 45/2017

Procedimento Licitatório nº 92/2017

Chamada Pública nº 03/2017

Modalidade Dispensa de Licitação

Vigência: 17/11/2017 até 31/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: COOPERATIVA AGROCOMERCIAL FAMILIAR DE TRÊS BARRAS - COOPAFA, inscrita no CNPJ sob o nº 17.279.660/0001-56.

Objeto: É objeto desta contratação a aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, para os meses de novembro e dezembro do ano letivo de 2017, de acordo com a Chamada Pública nº. 003/2017, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição conforme segue:

Item	GÊNERO	Unidade Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	AMEIXA IN NATURA	Quilo	750	4,85	3.637,50
02	BOLACHA CASEIRA (COCO, AMENDOIM, ARARUTA)	Quilo	600	16,30	9.780,00
03	MAÇÃ GALA, TAMANHO MÉDIO, CASCA ÍNTEGRA, SEM AMASSADOS. NÃO SERÁ PERMITIDO A ENTREGA DO PRODUTO FORA DOS PADRÕES EXIGIDOS PARA CONSUMO	Quilo	3.205	5,53	17.723,70
04	MORANGO IN NATURA	Quilo	400	15,00	6.000,00
05	NECTARINA IN NATURA	Quilo	750	4,85	3.637,50
06	SUCO INTEGRAL DE UVA (CONCENTRADO)	Litro	1.688	12,60	21.268,80
Total Geral:					62.047,50

Valor Total: R\$ 62.047,50 (sessenta e dois mil e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 72/2017**

Publicação Nº 1454312

EXTRATO DO CONTRATO Nº 46/2017

Procedimento Licitatório nº 72/2017

Modalidade Pregão Presencial

Vigência: 20/11/2017 até 31/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: CONFECÇÕES TRUNFO LTDA - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 00.675.069/0001-15.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de UNIFORMES ESCOLARES (Japona / Jaqueta / Calça Colegial / Bermuda Colegial / Camisetas / Calça e Bermuda leg / Meias / Sueter), conforme dispostos no Termo de Referência, anexo inseparável do Procedimento Licitatório nº 72/2017 e quadro de quantidades e preços abaixo:

24821 - CONFECÇÃO TRUNFO LTDA. - ME

Lote: 1 - LOTE 01 - JAPONA / JAQUETA / CALÇA COLEGIAL / BERMUDA COLEGIAL

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	JAPONA COM CAPUZ CONFECCIONADA EM TACTEL, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	NT	3.000	R\$94,05	R\$282.150,00
2	JAQUETA COLEGIAL, EM HELANCA, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	3.000	R\$51,73	R\$155.190,00
3	CALÇA COLEGIAL, EM HELANCA, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	1.300	R\$28,22	R\$36.686,00
4	BERMUDA COLEGIAL, EM HELANCA, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	1.300	R\$23,51	R\$30.563,00

Lote: 2 - LOTE 02 - CAMISETAS

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CAMISETA MANGA CURTA GOLA O, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	4.000	R\$13,05	R\$52.200,00
2	CAMISETA INFANTIL MANGA CURTA GOLA "O" SUBLIMADA, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	2.000	R\$16,65	R\$33.300,00

Lote: 3 - LOTE 03 - CALÇA E BERMUDA LEG

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	CALÇA FEMININA LEG, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	1.700	R\$42,08	R\$71.536,00
2	BERMUDA FEMININA LEG, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	1.700	R\$32,72	R\$55.624,00

Lote: 4 - LOTE 04 - MEIAS

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	MEIA COLEGIAL, conforme termo de referência contido no edital.	PARES	SAI-LOR	2.000	R\$6,50	R\$13.000,00
2	MEIA SOLADO, conforme termo de referência contido no edital.	PARES	SAI-LOR	1.000	R\$22,90	R\$22.900,00

Lote: 5 - LOTE 05 - SUETER

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	SUÉTER, conforme termo de referência contido no edital.	UNIDADE	ALVO	3.000	R\$59,49	R\$178.470,00

Valor Total: R\$ 931.619,00 (novecentos e trinta e um mil e seiscentos e dezenove reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 76/2017**

Publicação Nº 1454314

EXTRATO DO CONTRATO Nº 47/2017

Procedimento Licitatório nº 76/2017

Modalidade Pregão Presencial

Vigência: 23/11/2017 até 22/11/2018.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: J.C.B. MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 16.850.663/0001-35.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 02 (dois) veículos automotores que passarão a integrar a frota veicular da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Item>	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Total
01	02 (DOIS)	UNIDADE	VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO; ZERO KM, TIPO VAN MINIBUS, COM TETO ALTO E CHASSI LONGO ORIGINAL DE FÁBRICA; ANO DE FABRICAÇÃO 2017 OU SUPERIOR, CORES ACEITAS: AZUL / BRANCA / PRATA / PRETA / VERMELHA, COM CAPACIDADE MINIMA PARA 15 (QUINZE) PASSAGEIROS MAIS O MOTORISTA, POLTRONAS ESTOFADOS COM ENCOSTO RECLINÁVEL INDIVIDUAL, COM CINTOS DE SEGURANÇA EM TODOS OS ASSENTOS; COM MOTOR DIESEL COM POTENCIA MÁXIMA MÍNIMA DE 125 CVS, INJEÇÃO ELETRÔNICA, TURBINADA E INTERCOOLADA, ALTURA INTERNA DE NO MÍNIMO 1.800MM, TACÓGRAFO DIGITAL, CONTA GIROS, DIREÇÃO HIDRÁULICA, AR CONDICIONADO FRONTAL E TRASEIRO COM DUTO DE AR CENTRAL, VIDROS DIANTEIROS ELÉTRICOS, TRAVAS ELÉTRICAS EM TODAS AS PORTAS, LATERAIS E TETO REVESTIDOS, FARÓIS COM REGULAGEM DE ALTURA, PORTA LATERAL CORREDIÇA, AIR BAGS, BAGAGEIRO ELEVADO A PARTIR DA SEGUNDA FILEIRA DE BANCOS E PORTA PACOTE NA LATERAL ESQUERDA, RODADOS SIMPLES OU DUPLO COM RODAS 16; RADIO CD/MP3 COM SAÍDA PARA USB OU CARTÃO DE MEMORIA E AUTOFALANTES INSTALADOS NA FRENTE E NO COMPARTIMENTO DOS PASSAGEIROS, FARÓIS DE NEBLINA, FREIO A DISCO E ABS NAS 04 (QUATRO) RODAS, PELÍCULA ESCURA NOS VIDROS DE ACORDO COM AS NORMAS DO DETRAN, ESTRIBO NA LATERAL PARA EMBARQUE E DESEMBARQUE, COM TODOS OS EQUIPAMENTOS OBRIGATÓRIOS EXIGIDOS PELAS LEIS DE TRANSITO E COMPONENTES DE SEGURANÇA HOMOLOGADOS PELO INMETRO, SAÍDA DE EMERGÊNCIA.	367.980,00

Valor Total: R\$ 367.980,00 (trezentos e sessenta e sete mil e novecentos e oitenta reais).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 84/2017**

Publicação Nº 1454316

EXTRATO DO CONTRATO Nº 48/2017

Procedimento Licitatório nº 84/2017

Modalidade Carta Convite

Vigência: 23/11/2017 até 22/01/2018.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: ROCHA EMPREENDIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 05.279.711/0001-60.

Objeto: O objeto do presente contrato é o FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA OBRA CIVIL DE ALVENARIA, NO FECHAMENTO DE LATERAIS, E MELHORIAS DO GINÁSIO DE ESPORTES, LOCALIZADO NA ESCOLA BÁSICA MUNICIPAL JOÃO PACHECO DE MIRANDA LIMA – EXTENSÃO II, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PROJETO ARQUITETÔNICO, ANEXOS INSEPARÁVEIS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2017.

Valor Total: R\$ 144.795,10 (cento e quarenta e quatro mil e setecentos e noventa e cinco reais e dez centavos).

Previsão orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 11 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 79/2017**

Publicação Nº 1454318

EXTRATO DO CONTRATO Nº 49/2017

Procedimento Licitatório nº 79/2017

Modalidade Pregão Presencial

Vigência: 24/11/2017 até 18/01/2018.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 86.857.174/0001-90.

Objeto: O objeto é a AQUISIÇÃO DE 05 (CINCO) UNIDADES DE PARQUES INFANTIS, DEVIDAMENTE INSTALADOS NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO, conforme descritivo completo disposto no Procedimento Licitatório nº 79/2017 e quadro de quantidades e valores abaixo descrito:

124710 - BRINQUEDOS CRIATIVOS WH LTDA ME						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	PARQUE INFANTIL COLORIDO, INSTALADO, (UM NA E.B JOÃO PACHECO DE MIRANDA LIMA (CAIC), LOCALIZADA NA AVENIDA ABRAHÃO MUSSI, S/Nº - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO E OUTRO NA E.B JOÃO PACHECO DE MIRANDA LIMA EXTENSÃO II, LOCALIZADA NA AVENIDA ABRAHÃO MUSSI, S/Nº - BAIRRO SÃO CRISTÓVÃO), COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) DE MADEIRA PLÁSTICA MEDINDO 11X11CM E PAREDE DE 20MM REVESTIDA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO COR ITAÚBA, CONTENDO TODOS OS BRINQUEDOS INDICADOS NO EDITAL EPIGRAFADO.	UNID	KRENKE	2	R\$63.500,00	R\$127.000,00
2	PARQUE INFANTIL COLORIDO, INSTALADO, NA E.B. FRANCISCO ROCHA LOCALIZADA NA LOCALIDADE DO SÃO JOÃO DOS CAVALHEIROS, COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) DE MADEIRA PLÁSTICA MEDINDO 11X11CM E PAREDE DE 20MM REVESTIDA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO COR ITAÚBA, CONTENDO TODOS OS BRINQUEDOS INDICADOS NO EDITAL EPIGRAFADO.	UNID	KRENKE	1	R\$30.600,00	R\$30.600,00
3	PARQUE INFANTIL COLORIDO, INSTALADO, NA E.B. JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA, LOCALIZADA NA LOCALIDADE DA CAMPINHA, COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) DE MADEIRA PLÁSTICA MEDINDO 11X11CM E PAREDE DE 20MM REVESTIDA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO COR ITAÚBA, CONTENDO TODOS OS BRINQUEDOS INDICADOS NO EDITAL EPIGRAFADO.	UNID	KRENKE	1	R\$20.600,00	R\$20.600,00
4	PARQUE INFANTIL, COLORIDO, INSTALADO, NA E.B. JOÃO PACHECO DE MIRANDA LIMA EXTENSÃO I, LOCALIZADA NA RUA SENADOR LENOIR VARGAS FERREIRA, S/Nº - SÃO CRISTÓVÃO, COM ESTRUTURA PRINCIPAL (COLUNAS) DE MADEIRA PLÁSTICA MEDINDO 11X11CM E PAREDE DE 20MM REVESTIDA COM ACABAMENTO DE POLIPROPILENO E POLIETILENO PIGMENTADO COR ITAÚBA, CONTENDO TODOS OS BRINQUEDOS INDICADOS NO EDITAL EPIGRAFADO.	UNID	KRENKE	1	R\$22.000,00	R\$22.000,00

Valor: R\$ 200.200,00 (duzentos mil e duzentos reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 12 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 80/2017**

Publicação Nº 1454319

EXTRATO DO CONTRATO Nº 50/2017

Procedimento Licitatório nº 80/2017

Modalidade Pregão Presencial

Vigência: 24/11/2017 até 31/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: FUTURA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.227.496/0001-05.

Objeto: O objeto é a AQUISIÇÃO DE PISO ESPORTIVO MODULAR EM POLIPROPILENO INDOOR, conforme descritivo completo disposto no

Procedimento Licitatório nº 80/2017 e quadro de quantidades e valores abaixo descrito:

679763 - FUTURA COMERCIAL IMPORTADORA LTDA						
Lote: 1 - LOTE 01						
Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
1	FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE PISO ESPORTIVO MODULAR EM POLIPROPILENO DE ALTA RESISTÊNCIA INDOOR 250 X 250 X 12,7 MM, IMUNE A UMIDADE E FUNGOS, APLICAÇÃO POR ENCAIXE COM TRAVAS SEM UTILIZAÇÃO DE COLA OU QUALQUER OUTRO ELEMENTO QUÍMICO, MARCAÇÃO PARA FUTSAL NA COR VERDE, MARCAÇÃO PARA VOLEIBOL NA COR AZUL.	METROS QUADRADOS	FUTURA SPORTS	1.440	R\$118,65	R\$170.856,00
2	MANTA DE BORRACHA REGENARADA DE 3 MM	METROS QUADRADOS	FUTURA SPORTS	1.440	R\$12,05	R\$17.352,00
3	RAMPA DE ACABAMENTO MACHO	METRO LINEAR	FUTURA SPORTS	276	R\$10,04	R\$2.771,04
4	RAMPA DE ACABAMENTO FEMEA	METRO LINEAR	FUTURA SPORTS	276	R\$10,03	R\$2.768,28

Valor: R\$ 200.200,00 (duzentos mil e duzentos reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 12 de dezembro de 2017.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 78/2017

Publicação Nº 1454320

EXTRATO DO CONTRATO Nº 51/2017

Procedimento Licitatório nº 78/2017

Modalidade Pregão Presencial

Vigência: 24/11/2017 até 31/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: ERICK ROBERTO SUDOSKI EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 06.342.234/0001-01.

Objeto: O objeto é AQUISIÇÃO DE MICRO COMPUTADORES, DESTINADOS A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, ESCOLAS MUNICIPAIS E CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIS, conforme quadro de especificações, quantidades e valores abaixo descritos:

Item>	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	60 (sessenta)	Und.	COMPUTADOR COM PROCESSADOR COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE TECNOLOGIA INTEL PENTIUM; MODELO DO PROCESSADOR INTEL 1151 PENTIUM G4400 3.3GHZ 3MB 6ª GERAÇÃO OU SUPERIOR; MEMÓRIA DDR4 4GB 2133MHZ OU SUPERIOR; PLACA MÃE S1151 CHIPSET H110 OU SUPERIOR; HD SATA3 3.5" 1TB 7200RPM 64MB; PLACA WIRELESS INTERNA PCI-EXPRESS; VELOCIDADE MÍNIMA DE 300MBPS E NO MÍNIMO 2 ANTENAS EXTERNAS; MONITOR LED COM TAMANHO MÍNIMO DE 18.5; TECLADO CONEXÃO USB PORTUGUÊS ABNT COM NUMÉRICO CABO COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,20M COR PRETO; MOUSE CONEXÃO USB RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 800DPI CABO COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,20M COR PRETO; CAIXA DE SOM CONEXÃO USB COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2W RMS COR PRETO; GABINETE MÍNIMO DE 02 BAIAS COR PRETO; FONTE ATX COM NO MÍNIMO 200W REAIS; ESTABILIZADOR 300VA ENTRADA BIVOLT ATENDENDO A NORMA BRASILEIRA PARA ESTABILIZADORES DE TENSÃO NBR 14373:2006; LICENÇA SOFTWARE MS WINDOWS 10 PRO; LICENÇA SOFTWARE MS OFFICE 2013 PROFESSIONAL OU OFFICE 2016 PROFESSIONAL.	2.830,00	169.800,00



3	02 (dois)	Und.	COMPUTADOR; PROCESSADOR COM CONFIGURAÇÃO MÍNIMA DE TECNOLOGIA INTEL I7; MODELO DO PROCESSADOR INTEL 1151 I7-7700 3.6GHZ 8MB 7ª GERAÇÃO OU SUPERIOR; MEMÓRIA DDR4 32GB 2400MHZ OU SUPERIOR; PLACA MÃE S1151 CHIPSET H270 COM TECNOLOGIA OPTANE INTEL OU SUPERIOR; HD SSD 480GB 2.5" SATA III COM VELOCIDADE MÍNIMA DE ATÉ 550MB/S PARA LEITURA E 500MB/S PARA GRAVAÇÃO COM KIT DESKTOP; HD SATA3 3.5" 1TB 7200RPM 64MB; PLACA DE VÍDEO CHIPSET NVIDIA GTX 1060 3GB DDR5 192BITS OU SUPERIOR; PLACA WI-RELESS INTERNA PCI-EXPRESS VELOCIDADE MÍNIMA DE 300MBPS E NO MÍNIMO 2 ANTENAS EXTERNAS; MONITOR LED COM TAMANHO MÍNIMO DE 29 ULTRAWIDE/IPS/FHD; TECLADO CONEXÃO USB PORTUGUÊS ABNT COM NUMÉRICO CABO COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,20M COR PRETO; MOUSE CONEXÃO USB RESOLUÇÃO MÍNIMA DE 1000DPI CABO COM TAMANHO MÍNIMO DE 1,20M COR PRETO; CAIXA DE SOM CONEXÃO USB COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 2W RMS COR PRETO; GABINETE MID TOWER PARA MINI ITX, MICRO ATX E ATX MÍNIMO DE 02 BAIAS COR PRETO; FONTE ATX COM NO MÍNIMO 550W REAIS COM CERTIFICAÇÃO MÍNIMA 80 PLUS BRONZE; NOBREAK 1400VA ATENDENDO A NORMA BRASILEIRA PARA ESTABILIZADORES DE TENSÃO NBR 14373:2006.; LICENÇA SOFTWARE MS WINDOWS 10 PRO; LICENÇA SOFTWARE MS OFFICE 2013 PROFESSIONAL OU OFFICE 2016 PROFESSIONAL.	8.950,00	17.900,00
---	-----------	------	---	----------	-----------

Valor: R\$ R\$ 187.700,00 (cento e oitenta e sete mil e setecentos reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 12 de dezembro de 2017.

## EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 81/2017

Publicação Nº 1454321

EXTRATO DO CONTRATO Nº 52/2017

Procedimento Licitatório nº 81/2017

Modalidade Pregão Presencial

Vigência: 27/11/2017 até 26/11/2018.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: BREITKOPF CAMINHÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 82.713.843/0002-80.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 01 (um) chassi para Ônibus que passará a integrar a frota veicular da Prefeitura Municipal, conforme segue:

Item>	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Total
01	01 (UM)	UNIDADE	CHASSI LONGO, NOVO, ZERO KM, COM COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO DE 8,70 (OITO METROS E SETENTA CENTÍMETROS), DESTINADO A ÔNIBUS ESCOLAR URBANO, COM MOTOR DIANTEIRO, ALIMENTADO A ÓLEO DIESEL, COM POTÊNCIA LIQUIDA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 180 CV, CAIXA DE CÂMBIO COM NO MÍNIMO 05 VELOCIDADES A FRENTE E UMA A RÉ, SUSPENSÃO DIANTEIRA COM MOLAS SEMI ELÍPTICAS, AMORTECEDORES TELESCÓPICOS DE DUPLA AÇÃO, MOLAS E BARRA ESTABILIZADORA, SUSPENSÃO TRASEIRA COM MOLAS SEMI ELÍPTICAS COM MOLAS AUXILIARES PARABÓLICAS, AMORTECEDORES TELESCÓPICOS, MOLA E BARRA ESTABILIZADORA, 07 (SETE) RODAS DE ARO 7,5 X 22,5 COM PNEUS 275/80 (DIANTEIRO / TRASEIRO / ESTEPE), FREIO A AR, TAMBORES NAS RODAS DIANTEIRAS E TRASEIRAS, SISTEMA ELÉTRICO TENSÃO NOMINAL 24 V, COM BATERIAS (2X 12 V 170 AMPERES), CHAVE DE RODAS E MACACO.	158.000,00

Valor: R\$ 158.000,00 (cento e cinquenta e oito mil reais),

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 12 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 88/2017**

Publicação Nº 1454322

EXTRATO DO CONTRATO Nº 53/2017

Procedimento Licitatório nº 88/2017

Modalidade Carta Convite

Vigência: 29/11/2017 até 28/01/2018.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: GABRIEL AARON LUIZ - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 24.703.351/0001-27.

Objeto: O objeto do presente contrato é o FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA SERVIÇOS DE REFORMA E MELHORAMENTO NO PAVIMENTO TÉRREO E SUPERIOR DO PRÉDIO LOCALIZADO NA RUA PREFEITO EMILIANO UBA, Nº 240, CENTRO DE TRÊS BARRAS – SC, ADAPTANDO-O PARA SERVIR COMO CENTRAL DE SUPRIMENTOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL, EM CONFORMIDADE COM O MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO, ANEXOS INSEPARÁVEIS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2017.

Valor: R\$ 99.914,09 (noventa e nove mil e quatorze reais e nove centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 12 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2017 VIGÊNCIA: 06/11/2017 ATÉ 10/12/2017.**

Publicação Nº 1454324

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2017

Vigência: 06/11/2017 até 10/12/2017.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, inscrita no CNPJ sob n.º 03.774.688/0015-50.

Objeto: Tem por objeto a prestação de serviços no fornecimento dos seguintes cursos profissionalizantes: Eletricidade e Instalação Elétricas, Mecânica Básica, Informática Básica e Qualidade no Atendimento ao Cliente.

Valor: R\$ 27.602,40 (vinte e sete mil e seiscentos e dois reais e quarenta centavos).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 12 de dezembro de 2017.

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2017 PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 89/2017**

Publicação Nº 1454327

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2017

Procedimento Licitatório nº 89/2017

Modalidade Pregão Presencial

Vigência: 01/12/2017 até 30/11/2018.

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – SC – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: MARCOPOLO S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob n.º 88.611.835/0008-03.

Objeto: O objeto do presente contrato é a aquisição de 02 (dois) Micro Ônibus que passarão a integrar a Frota veicular da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Três Barras - SC, conforme segue:

Item>	Quantidade	Unidade	Descrição	Valor Total
-------	------------	---------	-----------	-------------

01	01 (UM)	UNIDADE	MICROONIBUS NOVO, ZERO KM, ANO E MODELO 2017 OU ACIMA, COR AMARELA; PESO BRUTO TOTAL MINIMO DE 8.500 KG; MOTOR TURBO ALIMENTADO A DIESEL DE 04 CILINDROS COM POTENCIA MINIMA DE 150 CV; COMPRIMENTO TOTAL MINIMO DE 7.000 MM; ALTURA INTERNA MINIMA DE 1850 MM; PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA MINIMO 215/75/17,5; FREIO DIANTEIRO E TRASEIRO A TAMBOR ASSISTIDA A AR AUXILIADO POR ABS; DIREÇÃO HIDRÁULICA; CÂMBIO MECÂNICO DE NO MINIMO 05 MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ; CAPACIDADE MINIMA PARA 34 (TRINTA E QUATRO) PASSAGEIROS SENTADOS MAIS O MOTORISTA; POLTRONAS FIXAS EM COURVIN COM LARGURA MINIMA DE 1000 X 800 MM; CORREDOR CENTRAL ANTI DERRAPANTE E LAVÁVEIS; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE SALÃO; PORTA TIPO DOBRADIÇA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO; SAÍDAS DE EMERGÊNCIA NO TETO E LATERAIS; VIDROS LATERAIS FUMES E MÓVEIS; CINTOS DE SEGURANÇA EM TODAS AS POLTRONAS; CÂMERA DE MARCHA A RÉ; FAIXA ESCOLAR NA LATERAL DO VEÍCULO; BANCO DO MOTORISTA HIDRÁULICO; DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, O VEICULO DEVERÁ PREENCHER TODAS AS NORMAS VIGENTES DO CONTRAN.	243.300,00
02	01 (UM)	UNIDADE	MICROONIBUS NOVO, ZERO KM, ANO E MODELO 2017 OU ACIMA, COR AMARELA; PESO BRUTO TOTAL MÍNIMO DE 8.500 KG; MOTOR TURBO ALIMENTADO A DIESEL DE 04 CILINDROS COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 150 CV; COMPRIMENTO TOTAL MÍNIMO DE 8750 MM; ALTURA INTERNA MÍNIMA DE 1850 MM; PNEUS RADIAIS SEM CÂMARA MÍNIMO 215/75/17,5; FREIO DIANTEIRO E TRASEIRO A TAMBOR ASSISTIDA A AR AUXILIADO POR ABS; DIREÇÃO HIDRÁULICA; CÂMBIO MECÂNICO COM NO MÍNIMO 05 MARCHAS À FRENTE E UMA À RÉ; CAPACIDADE MÍNIMA PARA 42 (QUARENTA E DOIS) PASSAGEIROS SENTADOS MAIS O MOTORISTA; POLTRONAS FIXAS EM COURVIN COM LARGURA MÍNIMA DE 1000 X 800 MM; CORREDOR CENTRAL ANTI DERRAPANTE E LAVÁVEIS; AR CONDICIONADO CONDENSADOR DE TETO; SISTEMA DE ILUMINAÇÃO DE SALÃO; PORTA TIPO DOBRADIÇA COM ACIONAMENTO PNEUMÁTICO; SAÍDAS DE EMERGÊNCIA NO TETO E LATERAIS; VIDROS LATERAIS FUMES E MÓVEIS; CINTOS DE SEGURANÇA EM TODAS AS POLTRONAS; CÂMERA DE MARCHA A RÉ; FAIXA ESCOLAR NA LATERAL DO VEÍCULO; BANCO DO MOTORISTA HIDRÁULICO; DEMAIS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE; O VEICULO DEVERÁ PREENCHER TODAS AS NORMAS VIGENTES DO CONTRAN.	265.000,00

Valor: R\$ 508.300,00 (quinhentos e oito mil e trezentos reais).

Previsão Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Contrato ficam vinculadas à previsão orçamentária específicas da SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, em 12 de dezembro de 2017.

# Treze Tílias

## PREFEITURA

### DECRETO 2341

Publicação N° 1455163

DECRETO N.º 2.241/2017 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

DEFINE O VALOR DE REFERÊNCIA FISCAL – VRF DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade com o Art. 409, § 1º da Lei Complementar n.º 80/2014, que instituiu o Código Tributário do Município de Treze Tílias,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o VRF - VALOR DE REFERÊNCIA FISCAL do município de Treze Tílias, conforme prevê o artigo 409 § 1º do Código Tributário Municipal, estipulado em R\$ 844,47 (oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos).

Art. 2º. O Valor de Referência Fiscal – VRF que se refere o artigo 1º, servirá de base de cálculo para o ISS - Imposto Sobre Serviços e das Taxas Municipais, no decorrer do exercício de 2018.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias,  
12 de dezembro de 2017.  
MAURO DRESCH  
Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

### EXTRATO DE CONTRATO N° 12/2017

Publicação N° 1454422

EXTRATO DE CONTRATO 04/2017 FMS

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: POGGERE INDUSTRIA E COSTRUÇÕES LTDA

OBJETO: Este contrato tem origem no edital de Tomada de preços nº 12/2017/FMS no qual, a contratada, como vencedora, se compromete na reforma da Unidade Básica de Saúde Central totalizando uma área de 222,63m², na rua Oscar Von Hohenbruck, no município de Treze Tílias - SC, conforme projeto, cronograma, constantes no Anexo I, do presente edital.

DOTAÇÃO: Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2017: 04.01.2104.4.4.90.00.00.00.00 com recursos provenientes do convênio nº 03347.8850001/15-00 com o Fundo Nacional de Saúde

VIGÊNCIA: O contrato terá início no momento da assinatura e término previsto para 04 meses

VALOR: O preço total ajustado para a aquisição do objeto deste contrato é de R\$ 151.303,35 (Cento e cinquenta e um mil, trezentos e três reais e trinta e cinco centavos),

PROCESSO LICITATÓRIO: TP 12/2017

DATA ASSINATURA: 12/12/2017

TREZE TÍLIAS, 12 de Dezembro de 2017

**PORTARIA Nº 190/2017**

Publicação Nº 1453489

PORTARIA Nº 190/17 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2017

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR por motivo de aposentadoria, no dia 08 de dezembro de 2017, o Sr. TARCÍSIO IRINEU TREVISOL, CPF nº 479.576.209-06, residente e domiciliado no município de Treze Tílias/SC.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as portarias contrárias.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 08 DE DEZEMBRO DE 2017.

MAURO DRESCH  
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

IVO PAULO HARTMANN  
Secretário de Administração e Finanças

# Trombudo Central

## PREFEITURA

### LEI 1996

Publicação Nº 1455069

LEI COMPLEMENTAR 1996 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a conceder o uso do imóvel, bem público, mediante licitação, à pessoa jurídica legalmente constituída, para fins de exploração de cozinha com área de 18,84m<sup>2</sup> e cozinha com área de 14,04m<sup>2</sup>, conforme planta baixa anexa, localizadas no Ginásio Municipal de Esportes Walter Bell, sito na Rua Arno Zimmermann, Bairro Liberdade, Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Trombudo Central, sob nº 2.316, livro nº 2, fl. 01.

Art. 2º. A concessão de uso será onerosa, mediante contrato administrativo, com prazo de 36 (trinta e seis meses), poderá ser prorrogada por igual período, caso a concessionária preencha os requisitos legais e contratuais, observado a conveniência e oportunidade da Administração Pública.

§ 1º – Caberá à concessionária além do pagamento da taxa mensal de ocupação, em valor a ser estipulado por comissão especial de avaliação de imóvel público, a limpeza de toda a extensão do Ginásio, nos termos da planta baixa que integra a presente lei.

Art. 3º. A concessionária poderá realizar no imóvel as obras e melhorias necessárias ao cumprimento da finalidade desta concessão de uso, sempre mediante prévia anuência do Município.

§ 1º – Os investimentos realizados pela concessionária não serão indenizados pelo Município, incorporando-se aos bens concedidos.

§ 2º – Caberá à concessionária todos os ônus e encargos de limpeza da parte interna e externa do Ginásio Municipal de Esportes Walter Bell, bem como a limpeza e manutenção da fração correspondente às cozinhas do imóvel concedido.

Art. 4º. As demais normas e condições desta concessão de uso serão estabelecidas na licitação e contrato.

Art. 5º. As despesas do Município decorrentes desta Lei são suportadas por dotações orçamentárias próprias.

Art. 6º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

### LEI 1997

Publicação Nº 1455071

LEI 1997 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ESTIMA RECEITA E FIXA DESPESA DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL PARA O EXERCÍCIO DE 2018.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, com base na alínea "f", do inciso II, do § 1º, do artigo 32, da subseção III, da seção VII, da Lei Orgânica do Município.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

DO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º - O Orçamento Geral para o município de Trombudo Central para o exercício de 2018, estima a receita e fixa a despesas em R\$



26.457.443,03 (vinte e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e três centavos), sendo R\$ 21.220.443,70 (vinte e um milhões, duzentos e vinte mil, quatrocentos e quarenta e três reais e setenta centavos) do orçamento fiscal e, R\$ 5.236.999,33 (cinco milhões, duzentos e trinta e seis mil, novecentos e noventa e nove reais e trinta e três centavos), do orçamento da seguridade Social.

#### DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º - O Orçamento do município para o exercício de 2018, estima Receita em R\$ 26.457.443,03 (vinte e seis milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e três centavos) e, fixa despesa do Poder Executivo e Legislativo em R\$ 25.455.443,03 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e três centavos) e, R\$ 1.002.000,00 (um milhão, dois mil reais) respectivamente.

Parágrafo Único. A Despesa Geral do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

#### I – CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

01 – Câmara Municipal de Vereadores	1.002.000,00
02 – Gabinete do Prefeito	608.361,56
03 – Secretaria Municipal de Administração	3.962.507,36
04 – Secr. Municipal de Educação Cultura e Esportes	6.710.333,55
05 – Secr. Munic. Transp., Obras e Serviços urbanos	6.108.841,23
06 – Secr. Mun. de Agricultura e Meio Ambiente	1.669.500,00
07 – Secretaria da Saúde (Fundo)	4.297.154,24
08 – Secr. De Assistência Social e Habitação	1.074.745,09
09 – Secretaria de Planejamento	357.000,00
10 – Secretaria da Cultura e Turismo	667.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>26.457.443,03</b>

#### II – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – Legislativa	1.002.000,00
04 – Administração	4.719.035,02
06 – Segurança Pública	24.382,44
08 – Assistência Social	136.571,84
10 – Saúde	4.297.154,24
12 – Educação	6.445.333,55
13 – Cultura	667.000,00
14 – Direitos da Cidadania	938.173,25
15 – Urbanismo	5.746.841,23
17 – Saneamento	362.000,00
18 – Gestão Ambiental	139.000,00
20 – Agricultura	1.530.500,00
24 – Comunicação	20.000,00
27 – Desporto e Lazer	265.000,00
28 – Encargos Especiais	164.451,46
<b>TOTAL</b>	<b>26.457.443,03</b>

#### III – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0001 – Legislativo em Ação	1.002.000,00
0002 – Gestão Político-Administrativa	608.361,56
0003 – Administração Geral	3.962.507,36
0004 – Educação com Qualidade	6.710.333,55
0005 – Infra Estrutura Urbana, Transporte e Obras	6.108.841,23
0006 – Fomento a Agricultura e Agropecuária	1.669.500,00
0007 – Cultura e Turismo	667.000,00
0008 – Inclusão Social	942.773,25
0009 – Planejamento Urbano	357.000,00
0010 – Fundos Especiais	131.971,84
0011 – Saúde para Todos	4.297.154,24
<b>TOTAL</b>	<b>26.457.443,03</b>

#### IV – CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	20.861.579,14
3.1.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	11.234.636,25

3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	85.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	9.541.942,89
4.0.00.00 – Despesas de Capital	5.395.863,89
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	5.330.863,89
4.6.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	65.000,00
9.9.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	200.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>26.457.443,03</b>

## DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA PREFEITURA

Art. 3º - O Orçamento da Unidade Gestora Prefeitura para o exercício de 2018, estima Receita em R\$ 24.722.489,03 (vinte e quatro mil, setecentos e vinte e dois mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e três centavos) e, fixa despesa em R\$ 21.158.288,79 (vinte e um milhões, cento e cinquenta e oito mil, duzentos e oitenta e oito reais e setenta e nove centavos) e, transferências financeiras para o Fundo Municipal da Saúde no valor de R\$ 2.562.200,24 (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos reais e vinte e quatro centavos) e, para a Câmara Municipal de Vereadores no valor de R\$ 1.002.000,00 (um milhão, dois mil reais).

Art. 4º - A receita da Unidade Gestora Prefeitura será realizada mediante a arrecadação de tributos, renda e outras receitas correntes de capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros em anexo, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>24.310.627,02</b>
1.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.335.736,14
1.2 – Contribuições	495.791,73
1.3 – Patrimonial	101.037,57
1.4 – Receita Agropecuária	14.448,00
1.6 – Receita de Serviços	103.000,00
1.7 – Transferências Correntes	21.233.231,49
1.9 – Outras Receitas Correntes	27.382,09
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.482.435,92</b>
2.1- Operação de Crédito	2.005.000,00
2.2 – Alienação de Bens	30.000,00
2.3 – Amortização de Empréstimo	5.000,00
2.4 – Transferência de Capital	1.442.435,92
<b>3. DEDUÇÃO DE RECEITA CORRENTE</b>	<b>3.070.573,91</b>
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>24.722.489,03</b>

## § 1º Da classificação da Despesa por função:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
04 – Administração	4.719.035,02
06 – Segurança Pública	24.382,44
08 – Assistência Social	136.571,84
12 – Educação	6.445.333,55
13 – Cultura	667.000,00
14 – Direitos da Cidadania	938.173,25
15 – Urbanismo	5.746.841,23
17 – Saneamento	362.000,00
18– Gestão Ambiental	139.000,00
20 – Agricultura	1.530.500,00
24 – Comunicação	20.000,00
27 – Desporto e Lazer	265.000,00
28 – Encargos Especiais	164.451,46
<b>TOTAL</b>	<b>21.158.288,79</b>
Transferências Financeiras	3.564.200,24
<b>TOTAL</b>	<b>24.722.489,03</b>

## § 2º – Da classificação segundo a natureza

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>3.0.00.00 – Despesas Correntes</b>	<b>16.615.129,90</b>
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	9.033.736,25
3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	35.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	7.546.393,65
4.0.00.00 – Despesas de Capital	4.343.158,89
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	4.288.158,89
4.6.00.00.00.00 – Amortização da Dívida	55.000,00

9.9.00.00.00.00 – Reserva de Contingência	200.000,00
SUB-TOTAL	21.158.288,79
Transferências Financeiras	3.564.200,24
TOTAL GERAL	24.722.489,03

## DO ORÇAMENTO DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Art. 5º - O Orçamento da Unidade Gestora Fundo Municipal de Saúde para o exercício de 2018, estima Receita em R\$ 1.734.954,00 (um milhão, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais), complementado com transferências financeiras previstas em R\$ 2.562.200,24 (dois milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, duzentos reais e vinte e quatro centavos) e, fixa despesa em R\$ 4.297.154,24 (quatro milhões, duzentos e noventa e sete mil, cento e cinquenta e quatro reais e vinte e quatro centavos).

Art. 6º - A receita da Unidade Gestora FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros em anexo, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	1.019.954,00
1.1 – Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	50.000,00
1.7 – Transferências Correntes	969.954,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	715.000,00
2.1 – Operações de Crédito	300.000,00
2.2 – Alienação de Bens	15.000,00
2.4 – Transferência de Capital	400.000,00
Transferências Financeiras	2.562.200,24
TOTAL DA RECEITA	4.297.154,24

## § 1º Da classificação da Despesa por função:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
10 – Saúde	4.297.154,24
TOTAL	4.297.154,24

## § 2º – Da classificação segundo a natureza

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	3.444.449,24
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	1.640.900,00
3.2.00.00.00.00 – Juros e Encargos da Dívida	50.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	1.753.549,24
4.0.00.00 – Despesas de Capital	852.705,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	842.705,00
4.6.90.00.00.00 – Amortização da Dívida	10.000,00
TOTAL GERAL	4.297.154,24

## DO ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Art. 7º - O Orçamento da Unidade Gestora Câmara Municipal de Vereadores para o exercício de 2018, estima Receita em R\$ 1.002.000,00 (um milhão e dois mil reais) e, fixa despesa em igual valor.

Art. 8º - A receita da Unidade Gestora Câmara Municipal de Vereadores, será realizada mediante Transferências Financeiras na forma de legislação em vigor, discriminada nos quadros em anexo, com o seguinte desdobramento.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Transferências Financeiras	1.002.000,00
TOTAL DA RECEITA	1.002.000,00

## § 1º Da classificação da Despesa por função:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01 – Legislativa	1.002.000,00
TOTAL	1.002.000,00

## § 2º – Da classificação segundo a natureza

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.0.00.00 – Despesas Correntes	802.000,00
3.1.00.00.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais	560.000,00
3.3.00.00.00.00 – Outras Despesas Correntes	242.000,00
4.0.00.00 – Despesas de Capital	200.000,00
4.4.00.00.00.00 – Investimentos	200.000,00
TOTAL GERAL	1.002.000,00

**DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA**

Art. 9º - Os Recursos da Reserva de Contingência, serão destinados ao atendimento dos riscos fiscais representados por passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos, abertura de créditos adicionais para despesas não orçadas a menor, conforme tabela abaixo:

**UNIDADE GESTORA PREFEITURA**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. – Passivos Contingentes	150.000,00
2. – Demais riscos fiscais passivos	50.000,00

§ 1º – A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feito por ato do chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais especificados neste artigo.

§ 2º – Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais relacionados no caput do presente artigo, os recursos a ele reservados, poderão ser utilizados por ato do chefe do poder Executivo Municipal, para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

§ 3º – Os recursos da reserva de contingência destinadas ao evento “demais riscos fiscais passivos”, serão utilizadas por ato do chefe do Poder Executivo, para abertura de créditos adicionais suplementares para as dotações que se tornem insuficientes ao longo da execução orçamentária.

**DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTÁRIO**

Art.10. - Fica o Executivo Municipal Autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de cada projeto/atividade.

Art. 11. - O Executivo Municipal estará autorizado, nos termos do Art.7º da lei federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos desde que não comprometidos:

I – O excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício; e,  
II – O superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

§ único – Se exclui desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 12. - Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizadas nesta Lei como recursos vinculados a destinações oriundas da transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de créditos Alienações de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º – A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, Parágrafo 3º da Lei 4.320/1964, será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da receita e despesa, nos termos do que preceitua a Legislação vigente.

§ 2º – O controle da execução Orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos conforme dispostos nos artigos 8º, 42 e 50,I da LRF.

Art. 13. – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar o remanejamento das modalidades de aplicação e das fontes de recursos, através de Decreto, nos casos em que a execução da ação prevista no Projeto/atividade se mostre viável através de modalidade de aplicação e fonte de recurso diversa daquela prevista originalmente, desde que garantido o equilíbrio entre fontes na execução da despesa.

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 14. - Durante o Exercício de 2018, o Executivo Municipal poderá realizar Operações de Créditos para financiamento de programas priorizados nesta Lei, mediante Autorização do Poder Legislativo e, também, realizar a incorporação de receitas de operações de crédito e suas respectivas despesas através de crédito adicional, por Decreto do Poder Executivo.

Art. 15. - A Presente lei entrará em vigor durante o exercício de 2018, a partir de primeiro de janeiro, revogando-se disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

**LEI 1998**

Publicação Nº 1455077

LEI 1998 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, A PROCEDER CESSÃO DE USO GRATUITO DE TERRENO, PARA A CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA DA CÂMARA DE VEREADORES DE TROMBUDO CENTRAL, ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo Municipal, a proceder a CESSÃO DE USO a título gratuito a Câmara de Vereadores do Município de Trombudo Central, pelo prazo de 100 (cem) anos, de 01 (um) imóvel urbano sem benfeitorias, sito aos fundos da Praça Arthur Siwerdt, Bairro Centro, neste Município e Comarca, registrado no Cartório de Ofício do Registro de Imóveis de Trombudo Central, sob matrícula nº 813 nos livros de Transcrições das Transmissões nº 3-A, à fl. 109, com área total de 872,85 m² (oitocentos e setenta e dois metros e oitenta e cinco decímetros quadrados), extremado a FRENTE com terras de Oswaldo Claudino dos Santos e de uma Rua sem denominação, nos FUNDOS extremado com terras de Daniel Pinheiro, de um LADO extremado com terras de José Bertoldi e de outro LADO extremado com terras de Bruno Blaese.

Art. 2º - A área a ser cedida será destinada a construção da sede própria da Câmara de Vereadores de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, devendo constar do Termo de Cessão de Uso, os seguintes encargos e ônus:

I – Que deverá o Poder Legislativo Municipal, proceder à construção da sede própria, iniciando-se as obras no prazo máximo de 12 (doze) meses a partir da assinatura do Termo de Cessão de Uso, e após, o prazo máximo de 04 (quatro) anos para a sua conclusão.

II – Que a construção se constituirá num edifício com 04 (quatro) pavimentos, devendo ser destinado o 1º (primeiro) pavimento ao Poder Executivo Municipal para atividades administrativas, sem qualquer ônus ou custos, exceto os decorrentes de suas atividades, como consumo de água, energia elétrica e telefone.

III – As despesas decorrentes da execução da obra e serviços necessários para a construção da sede de que trata esta Lei, correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento vigente da Câmara de Vereadores de Trombudo Central.

IV – Constará também no Termo de Cessão de Uso, o direito recíproco entre o Cedente e a Cessionária, na utilização dos espaços externos de acesso à Câmara Municipal e à Prefeitura.

V – A vedação de desvio de finalidade, como venda, doação ou não edificação no prazo estipulado, bem como a obrigatoriedade de disponibilização do 1º (primeiro) pavimento à Prefeitura, sob pena de revogação do Termo de Cessão de Uso da área.

Art. 3º - A presente medida é do interesse público municipal, visto que a construção da sede da Câmara de Vereadores é antigo anseio de toda população, concentrando num só local os Poderes Executivo e Legislativo, facilitando assim o melhor acesso a todos os cidadãos, além de proporcionar economia, já que a Câmara se concentra instalada em imóvel locado.

Art. 4º - A Cessão de Uso é dispensada de Licitação pública, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 8.666/93.

Art. 5º - A Cessão de Uso de que trata a presente Lei, atende aos requisitos constantes da Lei Complementar Federal nº 101/00 e Lei Federal nº 4.320/64.

Art. 6º - Na forma do disposto no item XIV do art. 17 da Lei Orgânica do Município, competirá a Câmara Municipal a administração do bem imóvel de que trata a presente Lei, durante sua vigência.

Art. 7º - Para os devidos fins legais, Será precedido ao Termo de Cessão de Uso, avaliação do imóvel cedido, através de laudo próprio por Comissão de Avaliação Imobiliária, nomeada através de Decreto municipal.

Art. 8º - As despesas decorrentes do cumprimento da presente Lei, exceto aquelas de competência da Câmara de Vereadores, correrão à conta de dotações próprias do Orçamento vigente do Município de Trombudo Central.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 12 de dezembro de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

# Tunápolis

## PREFEITURA

### PORTARIA Nº 4680/2017

Publicação Nº 1455099

PORTARIA Nº. 4.680/2017  
Em 12 de Dezembro de 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, Art. 72;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA MATERNIDADE", a Servidora efetiva ADRIANI KAPPAUN WERMUTH, cargo de MERENDEIRA, Portaria 2.753/2011 lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, neste município.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 12 de Dezembro de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

### PROCESSO DE COMPRA Nº.: 248/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 155/2017 DATA EMISSÃO: 13/12/2017

Publicação Nº 1455290

Secretaria de Administração/Departamento de Compras

Processo de Compra Nº.: 248/2017

Pregão Presencial nº: 155/2017

Data Emissão: 13/12/2017

Forma de Julgamento: Menor Preço Unitário por Item

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço Unitário por Item, sob regime de entrega parcelada, de acordo com a Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 e com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Decreto Municipal nº 1923/2017. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até às 13h15min do dia 27 de dezembro de 2017, iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas, visando a "contratação de empresa para o fornecimento de combustíveis, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Tunápolis para o exercício de 2018, em conformidade com as especificações dos Anexos.

As quantidades constantes do Anexo I são estimativas de consumo, não se obrigando a Administração à aquisição total.

A licitante vencedora, quando da solicitação do Município deverá atender as seguintes exigências:

Fornecer os combustíveis quando solicitados mediante Ordem de abastecimento emitida pelo Município.

A empresa vencedora deverá fornecer qualquer quantidade solicitada pelo Município, não podendo portanto estipular em sua proposta de preços, cota mínimas ou máximas, para fornecimento do produto.

Entrega e abertura dos envelopes dos documentos e proposta até as 13h15min do dia 27 de dezembro de 2017.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx49) 3632-1122. Email: [compras@tunapolis.sc.gov.br](mailto:compras@tunapolis.sc.gov.br).



Tunápolis, SC., 13/12/2017.  
RENATO PAULATA  
PREFEITO MUNICIPAL

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 159/2016 TOMADA DE PREÇO Nº 07/2016 CONTRATO Nº 05/2017**

Publicação Nº 1454190

Processo licitatório Nº 159/2016  
TOMADA DE PREÇO Nº 07/2016  
CONTRATO nº 05/2017

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Pelo presente instrumento de TERMO ADITIVO em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho, 111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.1980001-52, neste ato representado por seu Prefeito Municipal Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, neste Município, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa TRANSPORTES SERNI LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.026.402/0001-89, estabelecida a Rua Teotônia Nº 104 na cidade de Iporã do Oeste-SC, representada pelo sócio-gerente Sr. Sérgio Osvino Mallmann, portador do CPF nº 347.581.519-20 e Identidade nº 714.683, residente no endereço anteriormente mencionado, denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO de prazo para a prestação de serviços de coleta, transporte, triagem e disposição final dos resíduos domiciliares, comerciais em conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 159/2016, Tomada de Preço nº 07/2016, e contrato nº 05/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o prazo referente a prestação de serviços de coleta, transporte, triagem e disposição final dos resíduos domiciliares, comerciais conforme segue abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Preço Máximo	Especificação
1	12,00	MES	8.000,00	COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS CONVENCIONAIS (ORGÂNICOS E SIMILARES) EM TODO O PERÍMETRO URBANO DA SEDE DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC.
2	12,00	MES	4.000,00	COLETA, TRANSPORTE, TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS PROVENIENTES DA COLETA SELETIVA DA CIDADE E INTERIOR (ZONA RURAL) DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS/SC.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS "O prazo de vigência do Contrato Administrativo, decorrente deste procedimento licitatório será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da emissão da ORDEM DE SERVIÇO podendo ser renovado por períodos de 12 meses, até o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, posto que tem caráter continuado", mediante ajuste entre as partes interessadas"da Execução do Contrato nº 05/2017. O presente termo aditivo não terá reajuste de valores durante esse período.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC., 08 de dezembro de 2017.

Renato Paulata	Transportes Serni Ltda
Prefeito Municipal	Sérgio Osvino Mallmann
Sócio Gerente	

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

**Testemunhas:**

Cleverson Inácio Kerkhoff	Sheila Inês Bieger
CPF: 918.368.409-34	CPF: 020.226.259-60

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016 CONTRATO Nº 62/2017**

Publicação Nº 1454131

Processo licitatório Nº 50/2017  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2016  
CONTRATO nº 62/2017

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO – PRAZO**

Pelo presente instrumento de contrato em regime de execução parcelada, o MUNICÍPIO DE TUNAPOLIS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua João Castilho n.111, Centro, na cidade de Tunápolis - SC, com CNPJ sob nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua João Pessoa, 134, 1º andar, Centro, em Cidade Criciúma/SC-, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.456.865/0001-67, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente termo aditivo de prazo para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA E SERVIÇOS TÉCNICOS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL e integrante do presente contrato como se aqui transcritos estivessem em decorrência do Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial nº 40/2017, e de conformidade com o que preceitua a Lei Nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS**

Fazem parte do presente Termo Aditivo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem o Processo Licitatório nº 50/2017 e Pregão Presencial nº 40/2017, e Contrato nº 62/2017.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO PRAZO E PRORROGAÇÃO:**

2.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto formalizar o PRAZO referente CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ÁREA DE INFORMÁTICA PARA LICENCIAMENTO MENSAL DE SISTEMAS PARA GESTÃO PÚBLICA.

2.2 O presente contrato fica prorrogado por mais 12(doze) meses, a partir de 01 de janeiro de 2018 até o dia 31 de dezembro de 2018, em conformidade com o contrato CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO "Este Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do Município, com a apresentação das devidas e adequadas justificativas, para melhor adequação das finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA, Parágrafo Primeiro. A alteração de quaisquer disposições

estabelecidas neste Contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele. Com exceção das alterações provenientes de reajustamento contratual previsto no § 5º da Cláusula 7ª, as quais poderão, sem obstáculos, serem executadas através de simples Apostila nos termos do artigo 65, §8º, da Lei de Regência do Contrato nº 62/2017.

**a) LICENCIAMENTO MENSAL DOS SISTEMAS: Prefeitura Municipal Tunápolis**

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	12	Mês	Planejamento Público	2	460,00	5.520,00
2.	12	Mês	Contabilidade Pública	4	1.168,00	14.016,00
3.	12	Mês	Tesouraria Pública	3	250,00	3.000,00
4.	12	Mês	Tributação Municipal	3	850,00	10.200,00
5.	12	Mês	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	---	387,00	4.644,00
6.	12	Mês	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	---	350,00	4.200,00
7.	12	Mês	Atendimento ao Cidadão via internet	---	280,00	3.360,00
8.	12	Mês	Compras e Licitações	4	490,00	5.880,00
9.	12	Mês	Almoxarifado Público	2	290,00	3.480,00
10.	12	Mês	Patrimônio Público	2	290,00	3.480,00
11.	12	Mês	Gestão de Frotas Municipal	1	350,00	4.200,00
12.	12	Mês	Recursos Humanos	1	425,00	5.100,00
13.	12	Mês	Folha de Pagamento	2	915,00	10.980,00
14.	12	Mês	Ponto eletrônico	1	485,00	5.820,00
15.	12	Mês	Relógio de ponto via internet	---	220,00	2.640,00

16.	12	Mês	Administração Educacional Pública	2	425,00	5.100,00
17.	12	Mês	Gestão de Faturamento de Água/Esgoto	2	410,00	4.920,00
18.	12	Mês	Portal da Transparência	---	175,00	2.100,00
					TOTAL R\$	98.640,00

b) CONVERSÃO, IMPLANTAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO: Prefeitura Municipal Tunápolis.

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	PARCELAS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.	1	Serv.	Serviços de conversão, implantação e treinamento	01	17.500,00	17.500,00
2.	110	Hora	Assistência técnica na sede da entidade (hora técnica)	xx	80,00	8.800,00
3.	800	KM	Deslocamento para Assistência técnica na sede da entidade (quilometro rodado)	xx	0,80	640,00
4.	5	Diária	Hospedagem e Alimentação para Assistência técnica na sede da entidade (diária)	xx	151,00	755,00
					TOTAL R\$	27.695,00

Parágrafo Segundo. Nos valores referidos nesta Cláusula estão computadas todas as despesas com obrigações sociais e de proteção aos prestadores de serviço, bem como todas as despesas necessárias para a execução do objeto contratado.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

As demais cláusulas do contrato, por este aditado, permanecem em pleno vigor.

**CLÁUSULA QUARTA – DO FORO**

Fica eleito o foro da Comarca de Itapiranga, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Termo de Aditivo

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Aditivo ao Termo aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunápolis – SC, 11 de dezembro de 2017.  
 RENATO PAULATA BETHA SISTEMAS LTDA  
 Prefeito Municipal CONTRATADA  
 CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer  
 Assessor Jurídico  
 OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff      Sheila Inês Bieger  
 CPF: 918.368.409-34      CPF: 020.226.259.60

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 30/2017**

Publicação Nº 1455364

TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 30/2017 CELEBRADO PELO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E PELA NOAL DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA QUE TEM POR OBJETO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES (RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, CONTRASTE DE PARA EXAME DE RESSONÂNCIA MAGNÉTICA) DE ACORDO COM A TABELA DO SUS E CIS AMEOSC PARA A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS - SC

CONTRATANTE: O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240/0001-49, neste ato representado pela gestora do a Sra. Clarice Weis Staub, portadora do RG nº 3.381.905 e CPF nº 017.981.689-60, residente e domiciliado, neste Município, denominada de CREDENCIANTE.

A empresa NOAL DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA, estabelecido na rua Marechal José B. Bormann, nº 576 e, bairro Jardim Itália no Município de Chapecó/SC, devidamente inscrito no CNPJ: 14.006.296/0001-62 doravante denominado CREDENCIADA.

Os CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente termo aditivo ao 12 de dezembro de 2017, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e às seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1. O presente termo aditivo tem como objeto a SUPRESSÃO de R\$ 6.075,00 (seis mil setenta e cinco reais) do valor do contrato firmado entre as partes em 24 de Outubro de 2017, nos termos previstos no Art. 65, da Lei Federal nº 8.666/93.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO**

1. O valor mensal do contrato, após a supressão, é R\$ 6.075,00 (seis mil setenta e cinco reais).

1.2 - os efeitos financeiros decorrentes do decréscimo vigoram a partir de 12/12/2017.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL**

1. O presente termo aditivo decorre de autorização da Secretária do Fundo Municipal da Saúde, e encontra amparo legal no artigo 65, § 1º, da Lei n.º 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS**

1. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA, e pelas testemunhas abaixo.

Tunápolis, SC., 12 de dezembro de 2017.

CLARICE WEIS STAUB  
Gestora do Fundo Municipal da Saúde  
CREDENCIANTE

NOAL DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA  
CREDENCIADO

Alcides Luis Hofer  
Assessor Jurídico  
OAB/SC 33.683

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff  
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger  
CPF: 020.226.259.60

# Urussanga

## PREFEITURA

### RESULTADO CLASSIFICAÇÃO FINAL PL 36 20147 PMU TP 02 2017

Publicação Nº 1454828

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA  
Comissão Permanente de Licitação - CPL

#### RESULTADO FINAL CLASSIFICAÇÃO TP 02/2017/PMU

Objeto: Contratação agência de publicidade para divulgação de atos institucionais.

Empresas participantes:

. ASPEKTO COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ 03.642.206/0001-03

. CONTINENTAL ORGANIZAÇÃO PUBLICITÁRIA LTDA

CNPJ 04.410.887/0001-47

. COSTA PROPAGANDA E PUBLICIDADE LTDA

CNPJ 05.462.492/0001-50

. DMPA COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ 01.577.937/0001-97

. ÔMEGA COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ 10.761.785/0001-79

Empresas classificadas:

. ASPEKTO COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ 03.642.206/0001-03

. DMPA COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ 01.577.937/0001-97

. ÔMEGA COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ 10.761.785/0001-79

Urussanga, 12 de dezembro de 2017.

IZOLETE VIEIRA DUARTE GASTALDON

Presidente da CPL

### TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/122/2017

Publicação Nº 1454560

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

#### EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Contrato: 01/122/2017

Processo de Licitação: 19/2017

Data de assinatura: 12/12/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI

CNPJ/CPF: 83.052.191/0001-62

Objeto: serviços de assistência técnica e extensão rural

Vigência Prorrogada até 31/12/2018.

Valor Global Estimado: R\$ 45.446,76

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/231/2017**

Publicação Nº 1454874

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Contrato: 02/231/2017

Processo de Licitação: 50/2017

Data de assinatura: 12/12/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: JOSÉ JANUÁRIO VIEIRA

CNPJ/CPF: 288.558.849-72

Objeto: locação de jazida para extração de areão.

Vigência Prorrogada até 31/12/2018.

Valor Global Estimado: R\$ 27.289,20

**TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/253/2013**

Publicação Nº 1454057

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

**EXTRATO DE TERMO ADITIVO**

Contrato: 07/253/2013

Processo de Licitação: 85/2013

Data de assinatura: 12/12/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Contratado: XPTI TECNOLOGIAS EM SEGURANÇA LTDA ME

CNPJ/CPF: 18.190.216/0001-22

Objeto: serviço de gestão contábil.

Vigência Prorrogada até 11/12/2018

Valor Global Estimado: R\$ 16.530,00



# Vargeão

## PREFEITURA

### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS 2017/2018

Publicação Nº 1455135

#### EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS 2017/2018

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TERCEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LAÍS LTDA - ME  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 088/2015 por mais um período, até 31/12/2018.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 088/2015.  
Vargeão SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volmir Felipe  
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE VARGEÃO  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC  
CONTRATADA: FAXINAL RADIODIFUSÃO LTDA  
OBJETO: Prorroga o prazo de vigência do Contrato nº 154/2017 por mais um período, até 31/12/2018.  
AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 154/2017.  
Vargeão SC, 12 de dezembro de 2017.  
Volmir Felipe  
Prefeito Municipal

# Videira

## PREFEITURA

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0524/17

Publicação Nº 1454646

Extrato do Contrato n. 0524/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ALINE RIBEIRO

CPF: 077.759.959-71

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0525/17

Publicação Nº 1454648

Extrato do Contrato n. 0525/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ARMINDO DA SILVA SANTOS

CPF: 464.369.600-15

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0526/17

Publicação Nº 1454653

Extrato do Contrato n. 0526/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ELIZANDRA FERRAZ ALONSO

CPF: 067.952.239-57

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0527/17

Publicação Nº 1454655

Extrato do Contrato n. 0527/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: EVERSON MANDELLI ALVES

CPF: 045.579.829-05

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.

VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0529/17**

Publicação Nº 1454656

Extrato do Contrato n. 0529/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: ROGER AUGUSTO PADILHA  
CPF: 094.908.739-42  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.  
VIGÊNCIA: de 02 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018  
FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0541/17**

Publicação Nº 1454657

Extrato do Contrato n. 0541/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: RAQUEL DA SILVA DE LIMA  
CPF: 067.454.699-79  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.  
VIGÊNCIA: de 13 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018  
FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0542/17**

Publicação Nº 1454658

Extrato do Contrato n. 0542/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: MARTIN WATZEL  
CPF: 335.343.309-00  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.  
VIGÊNCIA: de 13 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018  
FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0558/17**

Publicação Nº 1454682

Extrato do Contrato n. 0558/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: DIANE APARECIDA LERIAS DE OLIVEIRA  
CPF: 067.651.129-52  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARCIA MIRANDA QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 06 de novembro de 2017 a 04 de dezembro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0559/17**

Publicação Nº 1454680

Extrato do Contrato n. 0559/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: EMANUELI FATIMA MARIN  
CPF: 073.890.129-60  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.  
VIGÊNCIA: de 16 de novembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0560/17**

Publicação Nº 1454678

Extrato do Contrato n. 0560/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: JERUSA ALVES DA SILVA  
CPF: 044.314.709-48  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO EM VIRTUDE DE SUBSTITUIÇÃO A VACÂNCIA DE CARGOS EM RAZÃO DE EXONERAÇÃO OU DEMISSÃO, FALECIMENTO OU APOSENTADORIA.  
VIGÊNCIA: de 13 de novembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017  
FUNÇÃO: PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 2.633,89 (dois mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0561/17**

Publicação Nº 1454675

Extrato do Contrato n. 0561/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: LUANA QUEIROZ DA SILVA  
CPF: 091.089.259-84  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.  
VIGÊNCIA: de 06 de novembro de 2017 a 31 de janeiro de 2018  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0563/17**

Publicação Nº 1454673

Extrato do Contrato n. 0563/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: VALMIRA PEREIRA DE OLIVEIRA ROBERTI  
CPF: 278.664.832-72  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA MARIA IZABEL DE SOUZA GENERO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO

DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.  
VIGÊNCIA: de 13 de novembro de 2017 a 06 de fevereiro de 2018  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0564/17**

Publicação Nº 1454671

Extrato do Contrato n. 0564/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: PRISCILA LOPES CARDOSO  
CPF: 075.611.079-35  
OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.  
VIGÊNCIA: de 16 de novembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0566/17**

Publicação Nº 1454666

Extrato do Contrato n. 0566/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: NELICE CANSAN  
CPF: 626.645.659-15  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA SILVANA APARECIDA PALAORO QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.  
VIGÊNCIA: de 08 de novembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0567/17**

Publicação Nº 1454661

Extrato do Contrato n. 0567/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: KETLYN CRISTINA DAROLD  
CPF: 063.416.439-26  
OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA VERA LUCIA LOCATELLI QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.  
VIGÊNCIA: de 08 de novembro de 2017 a 06 de fevereiro de 2018  
FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS  
SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

**EXTRATO DO CONTRATO N. 0569/17**

Publicação Nº 1454660

Extrato do Contrato n. 0569/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADO: MARIA ZENITA BURLINI  
CPF: 665.666.579-91

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA JANAINA DE BARROS QUE SE ENCONTRA EM LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE, CONFORME PERÍCIA MÉDICA.

VIGÊNCIA: de 09 de novembro de 2017 a 21 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

### EXTRATO DO CONTRATO N. 0570/17

Publicação Nº 1454644

Extrato do Contrato n. 0570/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JESSICA VEIGA DE SOUZA

CPF: 105.321.229-17

OBJETO: ADMISSÃO EM SUBSTITUIÇÃO À SERVIDORA ANA PAULA MENDES QUE SE ENCONTRA EM GOZO DE LICENÇA PRÊMIO.

VIGÊNCIA: de 22 de novembro de 2017 a 29 de dezembro de 2017

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

### EXTRATO DO CONTRATO N.0543/17

Publicação Nº 1454649

Extrato do Contrato n. 0543/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: ANTONIO DA CRUZ

CPF: 665.342.409-04

OBJETO: ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO - DEMANDA INCAPAZ DE SER SUPOSTADA PELA SECRETARIA APÓS REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, LISTA ESGOTADA PARA O REFERIDO CARGO.

VIGÊNCIA: de 16 de outubro de 2017 a 31 de março de 2018

FUNÇÃO: AUXILIAR OPERACIONAL

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS SEMANAIS

SALÁRIO BASE: R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais)

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0031/17

Publicação Nº 1454619

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0031/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: BRENDA VALENGO

CPF: 054.886.019-02

OBJETO: Alterando-se o vencimento e a justificativa de: "R\$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais); para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de vaga não ocupada após a realização do concurso – lista esgotada para o referido cargo" para: "R\$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais); e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista do parto"

VIGÊNCIA: de 01 de fevereiro de 2017 até 21 de abril de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

### EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0151/17

Publicação Nº 1454610

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0151/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: JULIO CESAR BARBOSA DE BRITO

CPF: 074.612.049-47

VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 até 06 de fevereiro de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0152/17**

Publicação Nº 1454625

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0152/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FRANCIELI ALVES DOS SANTOS  
CPF: 006.746.249-98  
VIGÊNCIA: de 16 de fevereiro de 2017 até 06 de fevereiro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0163/17**

Publicação Nº 1454622

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0163/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MERY ANGELLA MUHLBRANDT  
CPF: 025.280.489-98  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0175/17**

Publicação Nº 1454604

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0175/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: JUCIELE MEZZARI  
CPF: 076.446.299-71  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 21 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0176/17**

Publicação Nº 1454628

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0176/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IDUARDO ZAGO  
CPF: 094.778.069-60  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 31 de janeiro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0177/17**

Publicação Nº 1454630

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0177/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: MAYRON CURUCA  
CPF: 076.416.179-21  
VIGÊNCIA: de 01 de março de 2017 até 31 de janeiro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0288/16**

Publicação Nº 1454593

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0288/2016  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: FRANCIELE SIRLEI DA SILVA NORDT  
CPF: 058.788.399-54  
OBJETO Alterando-se a justificativa de: "e fica assegurada a contratação da funcionária até 16 de novembro de 2017, referente à estabilidade de 5 (cinco) meses após o parto" para: "para atender em caráter de excepcional interesse público a necessidade temporária da demanda, incapaz de ser suportado pela Secretaria de Educação, em virtude de vaga não ocupada após a realização do concurso – lista esgotada para o referido cargo"  
VIGÊNCIA: de 20 de junho de 2016 até 31 de janeiro de 2018  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0335/17**

Publicação Nº 1454639

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0335/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: THAIS ANDRESSA HEPP

CPF: 069.401.849-02

OBJETO: Alterando-se a justificativa de: "e fica assegurada a contratação da funcionária até 20 de novembro de 2017, referente à estabilidade de 5 (cinco) meses após o parto" para: "em substituição à servidora REGIANE LOUISE BEHER, se encontra em licença de tratamento de saúde, conforme perícia médica"

VIGÊNCIA: de 06 de abril de 2017 até 01 de janeiro de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0360/16**

Publicação Nº 1454598

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0360/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: ROSALIA FATIMA SUZIN

CPF: 828.944.779-53

VIGÊNCIA: de 03 de outubro de 2016 até 06 de março de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0369/16**

Publicação Nº 1454617

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0369/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: CRISTIANE BRANCALEONI

CPF: 048.765.029-86

VIGÊNCIA: de 10 de outubro de 2016 até 13 de novembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0441/17**

Publicação Nº 1454601

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0441/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DOUGLAS WANDERSON ULIANO

CPF: 029.703.321-24

VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2017 até 21 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0455/17**

Publicação Nº 1454616

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0455/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: IRACILDA COLOMBELLI BALDISSERA

CPF: 844.885.739-91

VIGÊNCIA: de 03 de agosto de 2017 até 31 de janeiro de 2018

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0489/17**

Publicação Nº 1454612

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0489/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADO: GABRIELA MENEGOLLA BELINI

CPF: 107.920.509-83

VIGÊNCIA: de 04 de setembro de 2017 até 29 de dezembro de 2017

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0499/17**

Publicação Nº 1454608

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0499/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CRISTIANE ALVES DOS SANTOS  
CPF: 081.780.739-00  
VIGÊNCIA: de 14 de setembro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0507/17**

Publicação Nº 1454588

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0507/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: IZAMARA PELENTIR DE OLIVEIRA PAVLAK  
CPF: 057.478.159-54  
VIGÊNCIA: de 18 de setembro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0508/17**

Publicação Nº 1454581

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0508/2017  
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: CRISLAINE DE MATIAS  
CPF: 094.863.529-09  
VIGÊNCIA: de 18 de setembro de 2017 até 29 de dezembro de 2017  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**TERMO ADITIVO 200/2017 - FMS**

Publicação Nº 1454022

Termo Aditivo nº 200/2017  
Contrato/Ata nº: CT nº 24/2016  
Processo: PR nº 10/2016- FMS  
Contratada: MF DE ALMEIDA E CIA LTDA -ME  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de Prestação de Serviço nº 24/2016, com efeitos a partir de 01/01/2018 até 31/12/2018.  
Data: 12/12/2017.

**TERMO ADITIVO 201/2017 - FMS**

Publicação Nº 1454116

Termo Aditivo nº 201/2017  
Contrato/Ata nº: CT nº 07/2017  
Processo: PR nº 01/2017- FMS  
Contratada: SERVIÇOS MÉDICOS JANARA LTDA EPP.  
Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de Prestação de Serviço nº 07/2017, com efeitos a partir de 31/01/2018 até 31/01/2019.  
Data: 12/12/2017.

**TERMO ADITIVO 202/2017 - FMS**

Publicação Nº 1454203

Termo Aditivo nº 202/2017  
Contrato/Ata nº: CT nº 01/2017  
Processo: DL nº 01/2017- FMS  
Contratada: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - CISAMARP.  
Objeto: Aditar o Contrato de Prestação de Serviço nº 01/2017, com o fim de acrescentar o valor do contrato, com o repasse de mais R\$ 90.000,00 (noventa mil reais), conforme previsão contratual e justificativa da Secretaria de Saúde.  
Data: 12/12/2017.

**TERMO ADITIVO 203/2017 - FMS**

Publicação Nº 1454343

Termo Aditivo nº 203/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 137/2014

Processo: PR nº 40/2014- FMS

Contratada: ESCRIMATE COMERCIAL E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EIRELI.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviço nº 137/2014, com efeitos a partir de 14/01/2018 até 14/01/2019.

Data: 12/12/2017.

**TERMO ADITIVO 204/2017 - PMV**

Publicação Nº 1454690

Termo Aditivo nº 204/2017

Contrato/Ata nº: CT nº 24/2016

Processo: PR nº 10/2016- PMV

Contratada: COLOR BLACK RECICLAGEM DE CARTUCHO DE TINTA E TONER LTDA ME.

Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do contrato de prestação de serviço nº 34/2016, com efeitos a partir de 01/01/2018 até 31/12/2018.

Data: 12/12/2017.

# Vitor Meireles

## PREFEITURA

### DECRETO Nº 088/2017

Publicação Nº 1454251

DECRETO N.º 088/2017

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO Nº 003/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Complementar 049, de 23 de dezembro de 2009; Lei Complementar 010, de 19 de dezembro de 2003, DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Processo Seletivo, integrada pelos Senhores OSMAR HOBOLD, ALINI NEILI MASOTE, EDENIR BRANGER FRANÇA, LUIS CARLOS BOING e JEOVANA WINTER, para, sob a Presidência do primeiro, supervisionar a preparação, execução e julgamento do Processo Seletivo destinado ao preenchimento de vagas dos cargos existentes no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles para o ano letivo de 2018.

Art. 2º - A Comissão de Processo Seletivo ora constituída poderá baixar instruções especiais sobre o Processo Seletivo nº 003/2017, e as disposições legais em vigor, tomando as providências necessárias à sua fiel execução e julgamento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/10/2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

Publicado e Registrado na data BENTO FRANCISCO SILVY

Vitor Meireles/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_. Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº 247/2017

Publicação Nº 1454233

PORTARIANº 247/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve CONCEDER:

de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CLAUDIA MENEGHELLI FUSINATO

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL

Do Quadro de Pessoal de provimento efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, Licença para Tratamento de Saúde, por 15 dias, pelo período de 05/12/2017 a 19/12/2017, sendo que a partir desta data, se necessário, a servidora deverá ser encaminhada ao INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social, para realização de Perícia Médica, ficando a servidora licenciada pelo período estabelecido pela Previdência Social.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/2011.

### PORTARIA Nº 248/2017

Publicação Nº 1455123

PORTARIANº 248/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: JUREMA DECARLI  
Cargo: SERVENTE/MERENDEIRA – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 107/2017, de 02 de maio de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 249/2017**

Publicação Nº 1455117

PORTARIANº 249/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:  
de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: AMANDA BOGO  
Cargo: PROFESSOR NIVEL II – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 063/2017, de 14 de fevereiro de 2017, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE DEZEMBRO DE 2017.  
BENTO FRANCISCO SILVY  
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

### **PORTARIA Nº 250/2017**

Publicação Nº 1455132

PORTARIANº 250/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:  
de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CIRLEI FAUSTO  
Cargo: PROFESSOR NIVEL III – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 051/2017, de 10 de fevereiro de 2017, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## **PORTARIA Nº 251/2017**

Publicação Nº 1455146

PORTARIANº 251/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: CRISTINA RENGEL

Cargo: PROFESSOR NIVEL II – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 057/2017, de 10 de fevereiro de 2017, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

## **PORTARIA Nº 252/2017**

Publicação Nº 1455162

PORTARIANº 252/2017

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

EXONERAR:

de acordo com o Artigo 30, da Lei Complementar Municipal nº 007/2003, de 13 de maio de 2003,

Nome: DANIELI SINCLAIR DECARLI

Cargo: PROFESSOR NIVEL I – ACT

Do Quadro de Pessoal admitido em caráter temporário, por término de contrato, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, na Secretaria de Educação, contratada pela Portaria nº 100/2017, de 30 de março de 2017, com carga horária de 15 (quinze) horas semanais, alterada para 25 (vinte e cinco) horas semanais, a partir de 25 de setembro de 2017, exonerada a partir de 14 de dezembro de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 14 de dezembro de 2017, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

# Xanxerê

## PREFEITURA

### EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 0081/2017

Publicação Nº 1453978

Extrato do 1º Aditivo ao Contrato nº 0081/2017

Contratante: Município de Xanxerê através do Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Abreu & Abreu Serviços Eireli - ME

Objeto: Complementação de Obra na Unidade Básica de Saúde do Bairro Vista Alegre, no município de Xanxerê.

Em conformidade com o art. 65 da Lei 8.666/93, atualizada pelas Leis n. 8.883/94 e 9.648/98.05/01/2018 até 04/01/2019.

Valor: R\$ 6.685,00

Xanxerê-SC, 07 de dezembro de 2017. Avelino Menegolla- Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº RH-AM 538/2017

Publicação Nº 1454333

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 538/2017

RETIFICAR A PORTARIA Nº RH-AM 528/2017 DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

RETIFICAR a Portaria Nº RH-AM 528/2017 do Servidor Público Municipal o Sr. JOSE VINICIUS BONNEAU, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado, nesta cidade de Xanxerê – SC, portador da CI nº 3.451.355 e CPF nº 463.692.600-53, nomeado conforme Decreto nº AM 070/08 no cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA, com 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, para desempenhar suas funções na Escola Municipal de Educação Básica Vista Alegre.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0004880/2017 datado de 28.11.2017.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 06 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

### PORTARIA Nº RH-AM 539/2017

Publicação Nº 1454336

PORTARIA Nº RH-AM 539/2017

REVOGAR A PORTARIA Nº RH-AM 526/2017 QUE REDUZ CARGA HORÁRIA DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº AM 2907/06,

RESOLVE

REVOGAR a partir de 04.12.2017 a Portaria Nº RH-AM 526/2017 que reduz carga horária de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais da Servidora Pública Municipal, Sra. EDENILSE SIGNORI BAGATINI, brasileira, casada, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador (a) do CI nº 3.895.382-0 e CPF nº 008.075.279-98, nomeada conforme Decreto nº AM 092/08, no cargo de EDUCADOR SOCIAL, com 40(quarenta) horas semanais, vinculada a Secretaria Municipal de Assistência Social.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 06 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº RH-AM 540/2017**

Publicação Nº 1454344

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 540/2017

LOTAR A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PAUL HARRIS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Art. 69, incisos VI e VIII e Lei Municipal BLB 3.375/11 Art. 9. RESOLVE

LOTAR a Servidora Pública Municipal a Srª. JOSELENE MONTAGNA, brasileira, casada, residente e domiciliada, nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora da CI nº 4.738.015 e CPF nº 008.050.009-92, nomeada conforme Decreto nº AM 032/2003 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com vinte (20) horas semanais e Decreto nº AM 106/08 no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO - ENSINO FUNDAMENTAL – 1ª A 4ª SÉRIE, com 20 (vinte) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, com lotação na ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA – PAUL HARRIS.

Esta lotação atende ao Parecer Jurídico datado de 07.12.2017.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 08 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

## **PORTARIA Nº RH-AM 541/2017**

Publicação Nº 1454347

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 541/2017

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 165 (cento e sessenta e cinco) dias a partir de 18.12.2017 a 31.05.2018 a Servidora Pública Municipal, a Sra. LEDANIR DOS SANTOS, brasileira, solteira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portadora do RG nº 1.786.236 e CPF nº 707.623.509-97, nomeada conforme Decreto nº JB 34/94 no Cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO-CRECHE, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o nº 0005028/2017 datado de 08.12.2017.

A licença prêmio concedida refere-se aos períodos de:

17.02.1999 a 16.02.2004 = 42 dias.

17.02.2004 a 24.07.2006 = 45 dias.

25.07.2006 a 22.05.2009 = 18 dias.

23.05.2009 a 22.05.2012 = 30 dias.

23.05.2012 a 22.05.2015 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 18.12.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 08 de Dezembro de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

# Xavantina

## PREFEITURA

### ADENDO 01.2017 PP 052.2017

Publicação Nº 1454650

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2017 PMXV  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017 PMXV

Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de preço para possível aquisição de peças para a manutenção preventiva e corretiva de Ensiladeiras do município de Xavantina-SC, conforme especificações do anexo "C" deste edital.

ADENDO Nº 001 ÀO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2017

1.1 - O Município de Xavantina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Prefeito Octávio Urbano Simon, 163, Centro, representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Enoir Fazolo, TORNA PÚBLICA a ocorrência de ALTERAÇÃO no EDITAL da licitação modalidade Pregão Presencial 052/2017, na seguinte conformidade:

1. Em virtude de que o pregoeiro do município de Xavantina – SC, não estará presente por motivo de doença no dia 12 de dezembro de 2017, fica alterada a data para protocolo e abertura dos envelopes.

2. Face ao acima exposto, e em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/93, fica ALTERADO para o dia 18/12/2017, até às 13h30, o prazo de recebimento (protocolização) dos Envelopes nº 01 – Proposta Comercial e dos Envelopes nº 02 - Documentação dos interessados, cuja sessão pública de abertura e julgamento terá início a partir das 13h45 da mesma data.

Xavantina, 11 de Dezembro de 2017.  
Enoir Fazolo  
Prefeito Municipal

### LEI 1.632/2017

Publicação Nº 1454822

LEI Nº 1.632, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Altera dispositivos da Lei nº 708, de 28 de dezembro de 1998 que dispõe sobre Normas de Saúde em Vigilância Sanitária, estabelece penalidades e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do Município, que o Poder Legislativo aprova e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o art. 30 e transforma a Tabela II em Anexo Único da Lei nº 708, de 28 de dezembro de 1998 que dispõe sobre Normas de Saúde em Vigilância Sanitária, estabelece penalidades e das outras providências que passa a ter a seguinte redação:

.....

Art. 30. A Taxa dos atos de Vigilância Sanitária Municipal são as estabelecidas no Anexo Único - Atos de Saúde Pública, da presente Lei, que tem como base a Tabela II da Lei Estadual nº 7.541, de 30 de dezembro de 1988 que dispõe sobre as taxas estaduais e dá outras providências, podendo ser regulamentado por Decreto do Poder Executivo Municipal.

.....

Art. 2º Fica transformado em Anexo Único a Tabela II da Lei nº 708, de 28 de dezembro de 1998 que dispõe sobre Normas de Saúde em Vigilância Sanitária, estabelece penalidades e das outras providências que passa fazer parte integrante da presente Lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 12 de Dezembro de 2017.  
ENOIR FAZOLO  
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

LEI 1.632, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017.

ATOS DA SAÚDE PÚBLICA

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM UFRM
1	ALVARÁ SANITÁRIO ANUAL (POR ATIVIDADE DESENVOLVIDA)	
11	INDÚSTRIA DE ALIMENTOS	
111	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
11101	Conservas de produtos de origem vegetal	25
11102	Doces / produtos de confeitaria (c/creme)	25
11103	Massas frescas	25
11104	Panificação (fab. / distrib.)	25
11105	Produtos alimentícios infantis	25
11106	Produtos congelados	25
11107	Produtos dietéticos	25
11108	Refeições industriais	25
11109	Sorvetes e similares	25
11199	Congêneres grupo 111	25
112	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
11201	Aditivos	20
11202	Água mineral	20
11203	Amido e derivados	20
11204	Bebidas analcoólicas, sucos e outras	20
11205	Biscoitos e bolachas	20
11206	Cacau, chocolates e sucedâneos	20
11207	Cerealista, depósito e beneficiamento de grãos	20
11208	Condimentos, molhos e especiarias	20
11209	Confeitos, caramelos, bombons e similares	20
11210	Desidratadora de frutas (uva-passa, banana, maçã, etc.)	20
11211	Desidratadora de vegetais e ervateiras	20
11212	Farinhas (moinhos) e similares	20
11213	Gelatinas, pudins, pós para sobremesas e sorvetes	20
11214	Gelo	20
11215	Gorduras, óleos, azeites, cremes (fab. / ref. / envasadoras)	20
11216	Marmeladas, doces e xaropes	20
11217	Massas secas	20
11218	Refinadora e envasadora de açúcar	20
11219	Refinadora e envasadora de sal	20
11220	Salgadinhos / batata frita (empacotado)	20
11221	Salgadinhos e frituras	20
11222	Suplementos alimentares enriquecidos	20
11223	Tempero à base de sal	20
11224	Torrefadora de café	20
11299	Congêneres grupo 112	20
12	LOCAL DE ELABORAÇÃO E/OU VENDA DE ALIMENTOS	
121	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
2101	Açougue	30



12102	Assadora de aves e outros tipos de carne	30
12103	Cantina escolar	30
12104	Casa de carnes	30
12105	Casa de frios (laticínios e embutidos)	30
12106	Casa de sucos / caldo de cana e similares	30
12107	Comércio atacadista de alimentos grupo 121	30
12108	Confeitaria	30
12109	Cozinha de escolas	30
12110	Cozinha clube / hotel / motel / creche / boate / pensão / similares	30
12111	Cozinha de lactários / hosp. / mater. /casas de saúde	30
12112	Feira livre (comércio de carnes e derivados, leite e derivados, pescados, produtos de confeitaria, ovos, outros)	30
12113	Lanchonete / café colonial e petiscarias	30
12114	Mercados / super / mini (somatório das atividades) *	30
12115	Mercearia / armazém (única atividade)	30
12116	Padaria / panificadora	30
12117	Pastelaria	30
12118	Peixaria (pescados e frutos do mar)	30
12119	Pizzaria	30
12120	Produtos congelados	30
12121	Restaurante / buffet / churrascaria	30
12122	Rotisserie	30
12123	Serv-carro / drive-in / quiosque / trailer e similares	30
12124	Sorveteria e/ou posto de venda	30
12125	Depósito de alimentos grupo 121	30
12126	Transportador e ou transportadora de alimentos grupo 121 (por veículo)	30
12127	Venda ambulante (cachorro quente, crepe, sanduíche, churros, outros)	30
12199	Congêneres grupo 121	30
122	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
12201	Bar / boate / uisqueria	30
12202	Bomboniere	30
12203	Café	30
12204	Depósito de bebidas	30
12205	Depósito de frutas e verduras	30
12206	Depósito de alimentos grupo 122	30
12207	Envasadora de chás / cafés / condimentos / especiarias	30
12208	Feira livre (comércio de frutas, legumes e verduras)	30
12209	Quitanda, frutas e verduras	30
12210	Venda ambulante (comércio de pipoca, milho verde, algodão doce, outros)	30
12211	Comércio atacadista de alimentos grupo 122	30
12212	Transportador e/ou transportadora de alimentos grupo 122 (por veículo)	30
12299	Congêneres grupo 122	30

13	INDÚSTRIA DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
131	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
13101	Produtos tóxicos e/ou faz uso	30
13102	Cosméticos, perfumes e produtos de higiene pessoal	30
13103	Insumos farmacêuticos	30
13104	Produtos farmacêuticos (medicamentos em geral e/ou correlatos estéreis)	30
13105	Produtos biológicos	30
13106	Produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	30
13107	Produtos de consumo médico / hospitalar	30
13108	Produtos de consumo odontológico	30
13109	Material implantável	30
13110	Saneantes domissanitários	30
13111	Produtos de consumo radiológico	30
13112	Educação física, embelezamento ou correção estética (órteses)	30
13199	Congêneres grupo 131	30
132	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
13201	Embalagens	25
13202	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos laboratoriais	25
13203	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos médico / hospitalares	25
13204	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos odontológicos	25
13205	Produtos veterinários	25
13206	Artefatos de cimento de esgotamento sanitário	25
13207	Equipamentos ou aparelhos ou instrumentos radiológicos	25
13299	Congêneres grupo 132	25
14	COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
141	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
14101	Comércio de produtos tóxicos	30
14102	Distribuidora de medicamentos	30
14103	Comércio de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	30
14104	Comércio de produtos de consumo médico / hospitalar	30
14105	Comércio de produtos de consumo odontológico	30
14106	Comércio de produtos veterinários	30
14107	Comércio de produtos saneantes domissanitários	30
14108	Comércio de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes, outros)	30
14109	Distribuidora de produtos tóxicos	30
14110	Transportadora de produtos tóxicos (por veículo)	30
14111	Transportadora de medicamentos (por veículo)	30
14112	Distribuidora de produtos de consumo laboratorial de análises clínicas	30
14113	Transportadora de prod. de consumo laboratorial de análises clínicas (por veículo)	30
14114	Distribuidora de produtos de consumo médico / hospitalar	30
14115	Transportadora de produtos de consumo médico / hospitalar (por veículo)	30
14116	Distribuidora de produtos de consumo odontológico	30

14117	Transportadora de produtos de consumo odontológico (por veículo)	30
14118	Comércio de produtos de consumo radiológico	30
14119	Distribuidora de produtos de consumo radiológico	30
14120	Transportadora de produtos de consumo radiológico (por veículo)	30
14121	Distribuidora de produtos veterinários	30
14122	Transportadora de produtos veterinários (por veículo)	30
14123	Comércio de produtos cosméticos, perfumes e produtos higiene pessoal	30
14124	Distribuidora de produtos cosméticos, perfumes e produtos higiene pessoal	30
14125	Transportadora de prod. químicos (tintas, solventes, vernizes, outros) (por veículo)	30
14126	Distribuidora de produtos químicos (tintas, solventes, vernizes, outros)	30
14127	Distribuidora de produtos saneantes domissanitários	30
14128	Transportadora de produtos saneantes domissanitários (por veículo)	30
14129	Comércio de materiais implantáveis	30
14130	Distribuidora de materiais implantáveis	30
14131	Transportadora de materiais implantáveis	30
14132	Transportadora de prod. cosméticos, perfumes e prod. higiene pessoal (por veículo)	30
14199	Congêneres grupo 141	30
142	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
14201	Comércio de produtos destinados à alimentação animal	25
14202	Distribuidora de produtos destinados à alimentação animal	25
14203	Embalagens	25
14204	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos agrícolas ou ferragens	25
14205	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	25
14206	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico/hosp.	25
14207	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso odontológico	25
14208	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética	25
14209	Comércio de sementes ou mudas	25
14210	Transportadora de produtos destinados à alimentação animal (por veículo)	25
14211	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética	25
14212	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos destinados à educação física, embelezamento ou correção estética (por veículo)	25
14213	Distribuidoras de embalagens	25
14214	Transportadora de embalagens (por veículo)	25

14215	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial	25
14216	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso laboratorial (por veículo)	25
14217	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico / hosp.	25
14218	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos de uso médico / hosp. (por veículo)	25
14219	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em odontologia	25
14220	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em odontologia (por veículo)	25
14221	Comércio de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia	25
14222	Distribuidora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia	25
14223	Transportadora de equipamentos ou aparelhos ou instrumentos para uso em radiologia (por veículo)	25
14224	Distribuidora de sementes ou mudas	25
14225	Transportadora de sementes ou mudas (por veículo)	25
14226	Agropecuária * (soma de todas as atividades desenvolvidas pelo respectivo estab.)	25
14227	Comércio de pequenos animais (aves, peixes, outros)	25
14299	Congêneres grupo 142	25
15	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	
151	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
15101	Ambulatório médico	30
15102	Ambulatório odontológico	30
15103	Ambulatório veterinário	30
15104	Ambulatório de enfermagem	30
15105	Banco de leite humano	30
15106	Banco de órgãos (olhos, rins, fígado, etc)	30
15107	Clínica médica	30
15108	Clínica veterinária	30
15109	Hemodiálise	30
15110	Policlínica	30
15111	Pronto socorro	30
15112	Serviço de nutrição e dietética	30
15113	Unidade sanitária	30
15114	Medicina nuclear	30
15115	Radioimunoensaio	30
15116	Radioterapia, cobaltoterapia, etc. (por equipamento)	30
15117	Radiologia médica (por equipamento)	30
15118	Radiologia odontológica (por equipamento)	30
15119	Farmácia (alopática)	30
15120	Farmácia (homeopática)	30

15121	Drogaria	30
15122	Posto de medicamentos	30
15123	Dispensário de medicamentos	30
15124	Ervanária	30
15125	Unidade volante de comércio farmacêutico	30
15126	Farmácia privativa (hosp. / clínica / assoc., etc.)	30
15127	Hospital especializado (soma das atividades desenvolvidas)	30
15128	Hospital geral (soma das atividades desenvolvidas)	30
15129	Hospital infantil (soma das atividades desenvolvidas)	30
15130	Maternidade (soma das atividades desenvolvidas)	30
15131	Unidade integrada de saúde / unidade mista	30
15132	Laboratório de análises clínicas	30
15133	Laboratório de análises bromatológicas	30
15134	Laboratório de anatomia e patologia	30
15135	Laboratório de controle qualidade ind. farmacêutica	30
15136	Laboratório químico-toxicológico	30
15137	Laboratório cito / genético	30
15138	Posto de coleta de material biológico	30
15139	Agência transfusional de sangue	30
15140	Banco de sangue	30
15141	Posto de coleta de sangue	30
15142	Serviço de hemoterapia	30
15143	Serviço industrial de derivados de sangue	30
15144	Unidade volante de assistência médica e/ou pré-hospitalar (por unidade móvel)	30
15145	Unidade volante de assistência de enfermagem (por unidade móvel)	30
15146	Unidade volante laboratorial de análises clínicas	30
15147	Unidade volante de coleta de sangue	30
15148	Clínicas e institutos de beleza sob responsabilidade médica	30
15149	Quimioterapia	30
15150	Clínica de diagnóstico por imagem (por equipamento)	30
15151	Unidade volante de assistência odontológica	30
15199	Congêneres grupo 151	30
152	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
15201	Clínica de fisioterapia e/ou reabilitação	30
15202	Clínica de psicoterapia / desintoxicação	30
15203	Clínica de psicanálise	30
15204	Clínica de odontologia	30
15205	Clínica de tratamento e repouso	30
15206	Clínica de ortopedia	30
15207	Ultrassonografia	30
15208	Clínica de fonoaudiologia	30
15209	Consultório médico	30
15210	Consultório nutricional	30
15211	Consultório odontológico	30

15212	Consultório de psicanálise / psicologia	30
15213	Consultório veterinário	30
15214	Estabelecimento de massagem	30
15215	Laboratório ou oficina de prótese dentária	30
15216	Laboratório de prótese auditiva	30
15217	Laboratório de prótese ortopédica	30
15218	Laboratório de ótica	30
15219	Ótica	30
15220	Consultório psico-pedagógico	30
15221	Estabelecimentos saúde de propriedade da União, Estado e Município	Isento
15222	Clínica psico-pedagógico	30
15299	Congêneres grupo 152	30
16	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
161	MAIOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
16101	Asilo e similares	30
16102	Desinsetizadora e/ou desratizadora	30
16103	Escola de natação e similares	30
16104	Estação hidromineral / termal / climatério	30
16105	Estab. de ensino pré-escolar maternal, pré-escolar creche, pré-escolar jardim de infância	30
16106	Estab. ensino de 1º, 2º, 3º graus e similares	30
16107	Estab. ensino (todos os graus) regime internato	30
16108	Piscina coletiva	30
16109	Radiologia industrial	30
16110	Sauna	30
16111	Zoológico	30
16112	Estab. de propriedade da União, Estado e Municípios	Isento
16113	Centro de formação de condutores	30
16114	Hotel infantil	30
16115	Serviço de coleta, transporte e destino de resíduos	30
16116	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de poços	30
16117	Serviço de limpeza e/ou desinfecção de caixas d'água	30
16118	Serviço de limpeza e conservação de ambientes	30
16119	Serviço de capina química	30
16120	Motel (hospedagem) (por cômodo)	30
16121	Desentupidora de rede de esgotamento sanitário	30
16199	Congêneres grupo 161	30
162	MENOR RISCO EPIDEMIOLÓGICO	
16201	Hotel de pequenos animais	25
16202	Academia de ginástica / dança / artes marciais e similares	25
16203	Agência bancária e similares	25
16204	Barbearia	25
16205	Camping	25
16206	Cárcere / penitenciária e similares	25



16207	Casa de espetáculos (discoteca / baile, similares)	25
16208	Casa de diversões (jogos eletrônicos, boliche, similares)	25
16209	Cemitério / necrotério / crematório	25
16210	Cinema / auditório / teatro	25
16211	Circo / rodeio / hípica / parque de diversão	25
16212	Comércio geral (eletrodomésticos, calçado, tecido, disco, vest., etc.)	25
16213	Dormitório (por cômodo)	25
16214	Escritório em geral	25
16215	Estação de tratamento de água para abastecimento público	25
16216	Estação de tratamento de esgoto	25
16217	Estética facial / maquiagem	25
16218	Floricultura / plantas / mudas	25
16219	Garagem / estacionamento coberto	25
16220	Hotel (hospedagem) (por cômodo)	25
16221	Igrejas e similares	25
16222	Lavanderia	25
16223	Tabacaria	25
16224	Oficina / consertos em geral	25
16225	Orfanato / patronato	25
16226	Parque natural / campo de naturismo	25
16227	Pensão (por cômodo)	25
16228	Posto de combustível / lubrificante	25
16229	Quartel	Isento
16230	Salão de beleza / manicuro / pedicuro / cabeleireiro	25
16231	Shopping (área comum) exceto estabelecimentos	25
16232	Salão de beleza para pequenos animais	25
16233	Pet Shop	25
16234	Serviço de lavagem de veículo	25
16235	Colônia de férias	25
16236	Estabelecimentos de propriedade da União, Estado e Município	Isento
16299	Congêneres grupo 162	25
2	ALVARÁ SANITÁRIO PARA HABITAÇÃO	
21	DIVERSOS	
211	DIVERSOS	
21101	Apartamento (prédio) (p/m²)	1,06
21102	Residência (casa) (p/m²)	1,06
	Ampliação (p/m²)	1,06
	Habitação popular até 40 m²	Isento
21103	Sala comercial (p/m²)	2,11
21104	Ginásio / estádio / e similares (p/m²)	2,11
21105	Galpão / depósito e similares (p/m²)	2,11
21106	Garagem / estacionamento coberto (p/m²)	1,06
21107	Estabelecimento de saúde (p/m²)	1,06
21108	Estabelecimento de ensino (p/m²)	1,06
21109	Estabelecimento de ginástica / natação e lazer (p/m²)	2,11

21110	Maternal / creche / jardim infância (p/m²)	1,06
21111	Habitação coletiva - internato e similares (p/m²)	1,06
21112	Cemitérios e afins (p/m²)	1,06
21113	Hotel, motel, cabana (p/m²)	2,11
21114	Hotel infantil (p/m²)	2,11
21199	Congêneres (p/m²)	1,06
3	ANÁLISE DE PROJETOS	
31	DIVERSOS	
311	DIVERSOS	
31101	Apartamento (prédio) até 100 m²	41,92
31102	Estabelecimento de saúde até 100 m²	41,92
31103	Estabelecimento de ensino até 100 m²	41,92
31104	Estabelecimento de ginástica / laser e similares até 100 m²	41,92
31105	Estabelecimentos e locais de trabalho até 100 m²	41,92
31106	Maternal, creche, jardim de infância até 100 m²	41,92
31107	Cemitérios e afins até 100 m²	41,92
31108	Sistema de tratamento de água até 100 m²	41,92
31109	Sistema de tratamento de esgoto até 100 m²	41,92
31110	Hotel, motel, cabanas até 100 m²	41,92
31111	Hotel infantil até 100 m²	41,92
31112	Salões de festas até 100 m²	41,92
31113	Residência (casa) até 100 m²	41,92
31113	Ampliação até 100 m²	41,92
31113	Habitação popular até 40 m²	Isento
31199	Congêneres até 100 m²	41,92
	Para cada metro quadrado de projeto analisado acima de 100 m² (por m²)	0,43
4	SERVIÇOS DIVERSOS	
41	DIVERSOS	
411	DIVERSOS	
41101	Segunda via do alvará sanitário	20,98
41102	Análise de processos para registro de produto	209,62
41103	Qualquer alteração do alvará sanitário	
41103.1	Por item alterado	41,92
	Alteração de endereço (100% do valor do alvará)	
41104	Desarquivamento de processo de registro de produto (por processo)	104,8
41105	Visto em receitas e notificação de receitas	Isento
41106	Fornecimento de notificação de receita (por bloco)	Isento
41107	Qualquer alteração de registro de produto	
41107.1	* Por item alterado	209,62
41107.2	* Cancelamento de registro	Isento
41108	Encerramento das atividades	Isento
41109	Baixa de responsabilidade técnica	20,96
41110	Vistoria para concessão de autorização federal de funcionamento	230,58
41111	Qualquer alteração de autorização de funcionamento	

41111.1	* Por item alterado	104,8
41111.2	* Alteração de endereço	230,58
41111.3	* Mudança de responsabilidade técnica	Isento
41111.4	* Cancelamento da autorização	Isento
41112	Segunda via do laudo de análise	41,92
512	LICENÇAS	
51201	Livre trânsito de produtos sujeitos a fiscalização sanitária	20,96
513	LIBERAÇÃO DE PRODUTOS DE INTERESSE DA SAÚDE	
51301	Liberação de produtos (paciente estado terminal)	Isento
514	AUTENTICAÇÃO DE LIVROS	
51401	Farmácia, hospital, laboratório ótico, laboratório de prótese, ótica, creche, banco de órgãos, piscinas e outros (por folha)	0,12
51402	Transferência de responsabilidade técnica (por livro)	20,96
51403	Baixa (encerramento) (por livro)	20,96
515	SOLICITAÇÕES / PARECERES TÉCNICOS	
51501	Emissão de edital	41,92
51502	Atestado de antecedentes	104,8
51503	Avaliação da conformidade de programa informatizado sobre medicamentos sujeitos ao regime especial de controle	209,62
51504	Certidão (de qualquer natureza)	104,8
51505	Requerimentos diversos	104,8
51506	Certificado de livre comercialização de produtos	146,72
51507	Laudo técnico	104,8
51508	Fornecimento de cópia de legislação (por folha)	0,3
6	ANÁLISES LABORATORIAIS	
61	ANÁLISES BROMATOLÓGICAS	
611	ÁGUA	
61101	Análise Química de potabilidade (completa)	293,47
61102	Análise Microbiológica de potabilidade	83,84
61103	Análise Microbiológica de água mineral potabilidade	83,84
61104	Análise Potabilidade (química + bacteriológico)	371,02
61105	Análise Química de água por elemento determinado	41,92
61106	Determinação do pH, cor e turbidez (todas)	20,96
61107	Determinação do teor de cloro e flúor (cada)	20,96
61108	Análise Flúor com eletrodo seletivo	52,4
61109	Análise Microbiológica de água para elucidação de enfermidade de transmissão hídrica	167,68
61110	Análise Microbiológica de água mineral	272,5
61111	Análise Microbiológica indicativa de água mineral	94,32
61112	Avaliação da eficiência de filtros e similares usados p/ potabilidade de água, por microorganismos usado no teste	83,84
61113	Água de piscina (Exame microbiológico)	83,84
61114	Retenção de cloro em filtros	83,84
61115	Avaliação da eficiência microbiológica de filtros	167,68

61116	Análise química de água para hemodiálise, por elemento (segundo Portaria 2042/96)	41,92
61117	Pesquisa de Endotoxina em águas para hemodiálise (segundo Portaria 2042/96)	104,8
612	ADITIVOS PARA ALIMENTOS	
61201	Aditivos em Alimento, exame qualitativo, por Aditivo	41,76
61202	Aditivos em Alimento, exame quantitativo, por Aditivo	125,76
61203	Aditivos quimicamente definidos, acima de 4 determinações	628,87
61204	Aditivos quimicamente definidos, até 4 determinações	419,25
61205	Determinação de Aditivos por HPLC, por Aditivos	209,62
61206	Determinação de 3,4 benzopireno	41,92
61207	Identificação de bromato	83,84
613	ALIMENTOS E BEBIDAS	
61301	Análise microbiológica (contagem de mesófilos, coliforme total e de origem fecal, S. aureus, B. cereus, clostrídios, salmonella, bolores e leveduras)	356,35
61302	Análise microbiológica de alimentos para elucidação de enfermidades de transmissão alimentar	209,62
61303	Bactérias do grupo coliforme de origem fecal	62,88
61304	Bactérias do grupo coliforme total	52,4
61305	Contagem de bactérias em placas, para cada temperatura	62,88
61306	Determinação de Bacillus cereus	73,36
61307	Determinação de bolores e leveduras	62,88
61308	Determinação de clostrídios sulfito redutores a 46º C	73,36
61309	Determinação de enterobactérias	83,84
61310	Determinação de enterococos	94,16
61311	Determinação de Listeria monocytogenes	104,8
61312	Determinação de Pseudomonas aeruginosa	73,36
61313	Determinação de Salmonella spp	94,16
61314	Determinação de Shigella spp	94,16
61315	Determinação de Staphylococcus aureus	73,36
61316	Determinação de Vibrio cholerae	94,16
61317	Determinação de Vibrio parahaemolyticus	94,16
61318	Outras determinações microbiológicas (a combinar com a seção)	83,84
61319	Teste de Estufa	52,4
62	ANÁLISE MICROSCÓPICA	
62001	Análise microscópica de alimentos em geral	209,62
62002	Contagem de filamentos micelianos pelo método de Howard	83,84
62003	Dosagem de paus e cascas	62,88
62004	Histologia para alimentos em geral	41,92
62005	Identificação de amido	41,92
62006	Matérias estranhas para alimentos em geral	41,92
62007	Pesquisa de ovos de insetos em farinhas e em produtos de frutas (método enzimático)	94,16
62008	Sujidades pelo método de digestão ácida	41,92
62009	Sujidades pesadas (areia, terra...)	41,92

62010	Sujidades, larvas e parasitos	41,92
63	ANÁLISES FÍSICO-QUÍMICAS	
63001	Acidez	31,44
63002	Acidez em ácido láctico	31,44
63003	Acidez em solução normal	31,44
63004	Acidez volátil	52,4
63005	Álcool para fins alimentícios (incluindo análise por cromatografia gasosa)	524,05
63006	Amido	83,84
63007	Amidos em produtos cárneos	104,8
63008	Atividade de água	62,88
63009	Atividade diastásica em mel	136,24
63010	Avaliação das características organolépticas	20,96
63011	Bases voláteis	62,88
63012	Brix	20,96
63013	Cafeína em bebidas não-alcoólicas	62,88
63014	Cálcio	62,88
63015	Características organolépticas, acidez, índice de refração, índice de iodo, pesquisa de ranço, índice de peróxido em óleo e gorduras comestíveis	251,54
63016	Caseína em alimentos (com consulta prévia)	125,76
63017	Cloro e hipoclorito (domissaniantes)	41,92
63018	Cloro residual livre	20,96
63019	Colesterol em alimentos com consulta prévia	83,84
63020	Composição centesimal de alimentos incluindo valor calórico	210,88
63021	Composição centesimal de alimentos incluindo: umidade, cinzas, lipídeos, protídios, glicose, sacarose e amido	209,62
63022	Composição centesimal de alimentos incluindo: umidade, cinzas, lipídeos, protídios e carboidratos totais	167,68
63023	Composição de ácidos graxos em óleos e gorduras comestíveis de origem animal e vegetal por cromatografia gasosa	282,99
63024	Composição provável do sal	209,62
63025	Crioscopia ou índice de refração do leite	41,92
63026	Cromatografia de açúcares (qualitativo)	104,8
63027	Demanda bioquímica de oxigênio	125,76
63028	Demanda química de oxigênio	104,8
63029	Densidade	20,96
63030	Densidade do leite	20,96
63031	Determinação de açúcares não redutores	52,4
63032	Determinação de açúcares redutores em glicose	52,4
63033	Determinação de açúcares totais	41,92
63034	Determinação de cloretos	41,92
63035	Determinação de fibra	52,4
63036	Determinação de isômeros CIS/TRANS de ácidos graxos insaturados em óleos e gorduras de origem animal e vegetal por cromatografia em fase gasosa	314,43

63037	Determinação de lipídeos	41,92
63038	Determinação de proteínas	62,88
63039	Determinação de resíduo mineral fixo	41,92
63040	Determinação de voláteis a 105º C	31,44
63041	Determinação do iodo no sal	41,92
63042	Dosagem de corante artificial por espectrofotometria	125,76
63043	Dosagem de corante artificial por HPLC	314,43
63044	Dureza	41,92
63045	Estabilidade ao etanol	20,96
63046	Extrato alcoólico	31,44
63047	Extrato aquoso	31,44
63048	Extrato etéreo	31,44
63049	Extrato seco desengordurado do leite	41,92
63050	Extrato seco total do leite	41,92
63051	Falsificação de bebidas, por cromatografia gasosa	282,99
63052	Falsificação em óleos e gorduras comestíveis de origem animal e vegetal por cromatografia gasosa	251,54
63053	Ferro quantitativo	62,88
63054	Formol qualitativo	73,36
63055	Fosfato	83,84
63056	Fósforo	83,84
63057	Glutamato monossódico em alimentos	73,36
63058	Gradação alcoólica em bebidas e alcoóis para fins alimentícios	52,4
63059	Granulometria do sal	62,88
63060	Hidroximetilfurfural em mel	136,24
63061	Insolúveis em éter de petróleo	52,4
63062	Identificação de corante artificial	83,84
63063	Índice de iodo	52,4
63064	Índice de peróxido	41,92
63065	Índice de refração	20,96
63066	Índice de saponificação	41,92
63067	Lactose e sacarose, cada um	52,4
63068	Matéria insaponificável	62,88
63069	Nitrito qualitativo	41,92
63070	Nitrito quantitativo	125,76
63071	Pectina	83,84
63072	Peso líquido / peso líquido drenado, cada um	20,96
63073	Pesquisa de corante artificial	41,92
63074	Pesquisa de metanol em bebidas alcoólicas por cromatografia em fase gasosa	417,87
63075	PH	20,96
63076	Ponto de fusão	41,92
63077	Prova de cocção	31,44
63078	Prova de reconstituição	20,96
63079	Quantificação de componentes secundários em bebidas alcoólicas destiladas, por cromatografia em fase gasosa	419,25



63080	Quantificação de metanol em bebidas por cromatografia em fase gasosa	282,99
63081	Reação de acidez em leite	41,92
63082	Reação de Kreiss (pesquisa de ranço)	31,44
63083	Reação de peroxidase em leite	52,4
63084	Reação para dextrina em leite	41,92
63085	Reação para fosfatase em leite	41,92
63086	Reações de Eber	20,96
63087	Resíduo mineral fixo insolúvel em ácido clorídrico	31,44
63088	Tanino em bebidas não alcoólicas	136,24
63089	Teste de indol	104,8
63090	Turbidez do sal	41,92
63091	Umidade	31,44
63092	Vácuo	20,96
63093	Valor calórico total	61,7
64	NUTRIENTES E CONTAMINANTES	
64001	Beta caroteno adicionado em alimento	83,84
64002	Beta caroteno natural em alimento	104,8
64003	Cádmio e chumbo em sangue, por elemento	125,76
64004	Determinação de Arsênio (colorimetria)	104,8
64005	Fermento químico (dióxido de carbono total)	146,72
64006	Mercúrio em alimento	450,69
64007	Mercúrio urinário	125,76
64008	Micotoxina - cada uma	209,62
64009	Micronutrientes e contaminantes metálicos (sódio, potássio, ferro, cálcio, manganês, fósforo, magnésio, chumbo, cádmio, zinco, cromo e outros) preço por um metal (a partir do 2º elemento, acrescentar R\$ 43,66 para cada elemento)	293,47
64010	Resíduos de fosfina	628,87
64011	Resíduos de óxido de etileno, etileno clorídrico e etileno-glicol, cada um	314,43
64012	Resíduos de pesticidas organoclorados e organofosforados, carbamatos, piretróides, benzimidazoles por classe, cada um	628,87
64013	Vitamina B 2 em alimento	188,64
64014	Vitamina A em alimento	104,8
64015	Vitamina B 1 em alimento	188,64
64016	Vitamina C em alimento	62,88

Obs.: O valor total da análise bromatológica completa de um alimento é a soma do exame microbiológico, do exame microscópico e do exame físico-químico; no caso de produtos com aditivos, nutrientes e outros componentes, à taxa bromatológica será acrescida os valores de cada um deles. Quando houver necessidade de se determinar contaminantes químicos deverá ser computado também uma taxa complementar ao valor da análise bromatológica.

## LEI 1.633/2017

Publicação Nº 1454824

LEI Nº 1.633, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.



O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 18.958,69 (dezoito mil, novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e nove centavos), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	4	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES			
Unidade:	2	Depto. Ensino Médio, Educação Superior e Especial			
Projeto Atividade:	2010	Auxiliar no Ensino Médio			
Modalidade:	34	33900000000000	Aplicações Diretas	18.958,69	
		00.01.0022			
		TOTAL ..... R\$			18.958,69

Art. 2º Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da subtração do provável excesso de arrecadação na fonte de recursos - Transferência de Convênios Educação - 01.0022.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 12 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1.634/2017

Publicação Nº 1454826

LEI Nº 1.634, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	3	SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS		
Unidade:	1	Departamento de Serviços Gerais		
Projeto Atividade:	2003	Manter as Atividades da Administração e Finanças		
Modalidade:	129	31900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 14.000,00
		00.03.0000		

Art. 2º Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	4	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Unidade:	1	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil		
Projeto Atividade:	2004	Manter o Ensino Fundamental		
Modalidade:	127	31900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 14.000,00
		00.03.0001		

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 12 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1.635,/2017**

Publicação Nº 1454832

LEI Nº 1.635, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	6	SEC.MUN.DA AGRICULTURA,IND. E COMÉRCIO		
Unidade:	1	Departamento de Agricultura		
Projeto Atividade:	2015	Manter as Atividades da Agricultura e Agropecuária		
Modalidade:	67	33900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
		00.01.0000		

Art. 2º Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	6	SEC.MUN.DA AGRICULTURA,IND. E COMÉRCIO		
Unidade:	2	Departamento de Comércio, Ind., Turismo e Serviços		
Projeto Atividade:	1005	Incentivos Econômicos		
Modalidade:	69	33500000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	20.000,00
		00.01.0000		

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 12 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1.636/2017**

Publicação Nº 1454835

LEI Nº 1.636, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 38.200,00 (trinta e oito mil e duzentos reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	7	SEC.MUN.TRANSPORTES,OBRAS E URBANISMO		
Unidade:	3	Departamento dos Transportes		
Projeto Atividade:	2019	Manter as Atividades do DMER		
Modalidade:	126	33900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 25.000,00
		00.03.0000		
Órgão:	7	SEC.MUN.TRANSPORTES,OBRAS E URBANISMO		
Unidade:	3	Departamento dos Transportes		
Projeto Atividade:	2019	Manter as Atividades do DMER		
Modalidade:	79	33900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 13.200,00
		00.01.0000		

								TOTAL .....	R\$	38.200,00
Art. 2º Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):										
Órgão:		10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
Unidade:		1	Departamento de Saúde							
Projeto Atividade:		2022	Auxiliar as Entidades de Saúde							
Modalidade:		41	44500000000000	Transf. a Instituições Privadas s/ Fins Lucrativos					R\$10.000,00	
			00.03.0002							
Órgão:		10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE							
Unidade:		1	Departamento de Saúde							
Projeto Atividade:		2022	Auxiliar as Entidades de Saúde							
Modalidade:		43	33930000000000	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos					R\$15.000,00	
			00.03.0002							
Órgão:		3	SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS							
Unidade:		1	Departamento de Serviços Gerais							
Projeto Atividade:		1001	Investimentos na Administração e Gabinete do Prefeito							
Modalidade:		1	44900000000000	Aplicações Diretas					R\$5.600,00	
			00.01.0000							
Órgão:		3	SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS							
Unidade:		1	Departamento de Serviços Gerais							
Projeto Atividade:		2003	Manter as Atividades da Administração e Finanças							
Modalidade:		7	33930000000000	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos					R\$4.900,00	
			00.01.0000							
Órgão:		3	SEC.MUN.DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS							
Unidade:		1	Departamento de Serviços Gerais							
Projeto Atividade:		2003	Manter as Atividades da Administração e Finanças							
Modalidade:		5	33500000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu					R\$2.700,00	
			00.01.0000							
								TOTAL .....	R\$	38.200,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 12 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

## LEI 1.637/2017

Publicação Nº 1454837

LEI Nº 1.637, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 91.000,00 (noventa e um mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	4	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES		
Unidade:	1	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil		
Projeto Atividade:	2004	Manter o Ensino Fundamental		
Modalidade:	9	31900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 91.000
		00.01.0001		

Art. 2º Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	11	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES								
Unidade:	1	Câmara Municipal de Vereadores								
Projeto Atividade:	2001	Manter as Atividades da Câmara Municipal de Vereadores								
Modalidade:	3	33900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 35.000						
		00.01.0000								
Órgão:	11	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES								
Unidade:	1	Câmara Municipal de Vereadores								
Projeto Atividade:	2033	Investimentos no Poder Legislativo								
Modalidade:	4	44900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 13.000						
		00.01.0000								
Órgão:	4	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES								
Unidade:	1	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil								
Projeto Atividade:	1003	Investimentos no Ensino Infantil								
Modalidade:	21	44900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 8.000						
		00.01.0001								
Órgão:	4	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES								
Unidade:	1	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil								
Projeto Atividade:	2006	Transporte Escolar								
Modalidade:	14	33900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 25.000						
		00.01.0001								
Órgão:	4	SEC.MUN.DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES								
Unidade:	1	Departamento de Ensino Fundamental e Infantil								
Projeto Atividade:	1002	Investimentos no Ensino Fundamental								
Modalidade:	8	44900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 10.000						
		00.01.0001								
								TOTAL .....	R\$	91.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.  
Xavantina/SC, 12 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

**LEI 1.638/2017**

Publicação Nº 1454838

LEI Nº 1.638, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAVANTINA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo art. 101, inc. V da Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no valor de até R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		
Unidade:	1	Departamento de Saúde		
Projeto Atividade:	2021	Manter os Programas de Saúde Básica		
Modalidade:	4	31900000000000	Aplicações Diretas	R\$ 55.000,00
		00.01.0002		

Art. 2º Para atender a suplementação do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Órgão:	11	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES										
Unidade:	1	Câmara Municipal de Vereadores										
Projeto Atividade:	2033	Investimentos no Poder Legislativo										
Modalidade:	4	44900000000000	Aplicações Diretas								R\$ 47.000	
		00.01.0000										
Órgão:	10	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE										
Unidade:	1	Departamento de Saúde										
Projeto Atividade:	2022	Auxiliar as Entidades de Saúde										
Modalidade:	22	33500000000000	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu								R\$ 8.000	
		00.01.0002										
										TOTAL .....	R\$	55.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Xavantina/SC, 12 de Dezembro de 2017.

ENOIR FAZOLLO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa



# Xaxim

## PREFEITURA

### EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº. 0072/2013

Publicação Nº 1454004

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 11º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0072/2013

Contratado: CRI - COLETA RECICLAGEM E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA

Objeto: Contratação de empresa especializada p/coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos domiciliares e comerciais urbanos do município e a disposição final de resíduos sólidos domiciliares e comerciais, através da operação, manutenção e monitoramento de unidade de triagem e aterro sanitário. Coleta e transporte de resíduos sólidos recicláveis, coleta seletiva no perímetro urbano e interior do município, com destinação final em unidade de triagem, de propriedade da empresa.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de Prazo conforme no inciso II, do art. 65 e §1º, inciso II do art. 57, da Lei 8.666/93, bem como paragrafo segundo da clausula terceira do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 30 de Novembro de 2017 até 31 de Dezembro de 2017

Xaxim/SC, 28 de Novembro de 2017. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 0034/2017

Publicação Nº 1454030

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0034/2017

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: CONSTRUTORA DECA LTDA EPP

Objeto: Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para construção de Ponte de concreto linha São Valentin que liga as comunidades de Nova Brasília e Monte Belo com localização 27°01'54.03S e 52°31'08.08'O, com medidas de 13,00x 05,00.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de Prazo, fundamentação legal no art. 57, da Lei 8.666/93, bem como clausula segunda do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 01 de Janeiro de 2018 á 31 Dezembro 2018

Xaxim/SC, 07 de Dezembro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

### EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 0082/2017

Publicação Nº 1454019

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0082/2017

Contratado: CIVIL ENGENHARIA DE EDIFICAÇÕES LTDA-ME

Objeto: Contratação de Empresa para Execução de Projeto e Obra de reforma e ampliação de uma edificação em alvenaria, para uso do CEIM PROSPERINA FOLLE, com área de 45,34m², situado na Rua Dez de Novembro, nº 559, Centro do Município de Xaxim, com fornecimento de Projeto Executivo, Materiais e Mão de Obra, conforme Projeto e Memorial Descritivo.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de valor, com fundamentação legal no inciso I, "b" do art. 65 e §1º, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

Valor: R\$ 14.733,54 (quatorze mil e setecentos e trinta e três reais e cinquenta e quatro centavos) do quantitativo de 9,70%,

Xaxim/SC, 04 de Dezembro de 2017. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 0089/2017**

Publicação Nº 1454036

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0089/2017

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: ARKITEL CONSTRUTORA LTDA-ME

Objeto: Elaboração de Projetos Arquitetônicos, de Responsabilidade Técnica, acompanhamento e gerenciamento das obras da pavimentação asfáltica e pedras irregulares de diversas ruas do Município, com recursos junto ao Governo do estado de Santa Catarina e Governo Federal para pleitear Recursos junto as Esferas Governamentais.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de Prazo, fundamentação legal no art. 57, da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 18 de Dezembro de 2017 á 18 fevereiro de 2018

Xaxim/SC, 07 de Dezembro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº. 0056/2016**

Publicação Nº 1454046

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0056/2016

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: L.S.W SERVIÇOS LTDA- EPP

Objeto: A contratação de empresa especializada na área de engenharia, para pavimentação com Pedras Irregulares e drenagem pluvial nas Ruas Vitório Duz, Vilson Chitolina, Eleutério Coltro, Adelfo Coltro e João Evangelista, no Bairro Santa Terezinha com área total de 3.037,45m².

Aditivo: Terceiro Termo Aditivo de Prazo, fundamentação legal no art. 57, da Lei 8.666/93, bem como cláusula quarta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Vigência: 22 de Dezembro de 2017 á 22 Junho de 2018

Xaxim/SC, 07 de Dezembro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

**EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE Nº. 0144/2014**

Publicação Nº 1453968

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0144/2014

Contratante: MUNICIPIO DE XAXIM

Contratado: CONSTRUTORA COLINA LTDA-ME

Objeto: Ampliação de edificação em alvenaria destinada ao espaço de educação infantil - Creche Maria Lunedo Batistella, com área a construir de 331,12 m² na Rua Luiz Roman - Bairro Ari Lunardi.

Aditivo: Quinto Termo Aditivo de Supressão de Valor, conforme art. inciso I, "b" do art. 65 e §1º, da Lei 8.666/93, bem como a minuta do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato.

Valor: R\$ 2.031,04 (dois mil e trinta e um reais e quatro centavos).

Xaxim/SC, 30 de Novembro de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

**DECRETO Nº446**

Publicação Nº 1454274

**DECRETO Nº 000446/17 de 7 de Dezembro de 2017**

Abre crédito adicional - suplementar - originário do orçamento geral no Orçamento programa de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE XAXIM no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de XAXIM e autorização contida na Lei Municipal nº 004246/16 de 9 de Dezembro de 2016.

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício, crédito no valor de R\$ 12.337,43 para as seguintes dotações orçamentárias:

13 - Encargos Gerais do Município

13.01 - Encargos Gerais do Município

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 4.6.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.337,43

Art. 2º - Para atendimento da suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação de saldos das seguintes dotações orçamentárias:

13 - Encargos Gerais do Município

13.01 - Encargos Gerais do Município

13.01 - 28.846.0000 - 0.000 - 3.2.90.00.00.00.00.00 - Aplicacoes Diretas 12.337,43

Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xaxim/SC, 7 de Dezembro de 2017

**LIRIO DAGORT**  
**Prefeito Municipal**

# Zortéa

## PREFEITURA

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2017 - DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍODO DE LICENÇA MATERNIDADE CONFORME TRATA O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O ART. 128 DA LEI MUNICIPAL Nº 003 DE 03 DE JANEIRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1454391

LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A AMPLIAÇÃO DO PERÍODO DE LICENÇA MATERNIDADE CONFORME TRATA O REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O ART. 128 DA LEI MUNICIPAL Nº 003 DE 03 DE JANEIRO DE 1997, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - À servidora pública municipal quando nomeada para exercer cargo de provimento efetivo, será concedida licença especial de sessenta dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração, que terá início no dia seguinte ao término da licença maternidade de cento e vinte dias concedida com base no Regime Geral da Previdência Social e o Art. 128 da Lei Municipal 03 de 03 de janeiro de 1997.

§ 1º A licença especial referida no caput será garantida à servidora mediante requerimento efetivado até o quinto dia útil anterior ao vencimento da licença concedida pelo Regime Geral da Previdência Social devendo juntar ao requerimento laudo ou inspeção médica atestando a necessidade.

§ 2º O prazo previsto no caput fica estendido às servidoras que estiverem em gozo de licença maternidade, no mês da publicação desta lei complementar, as quais poderão solicitar prorrogação da licença, mediante apresentação de requerimento junto ao Setor de Recursos Humanos.

§ 3º Durante o período de prorrogação da licença maternidade, a servidora municipal terá direito a percepção de sua remuneração integral, nos mesmos moldes do que ocorre durante o período normal de licença maternidade, conforme determina o Art. 128 da Lei nº 003/1997.

§ 4º O período de licença de que trata este artigo será considerado de efetivo exercício para todos os efeitos legais.

§ 5º A servidora ou servidor, que adotar criança com idade inferior a 6 (seis) meses terá os benefícios desta lei, proporcionalmente, até que a criança venha completar os seis meses de idade.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão a conta de dotações consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa - SC, em 06 de dezembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 06 de dezembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

### **LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2017 - ALTERA O ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR N.º 030/2017**

Publicação Nº 1454394

LEI COMPLEMENTAR Nº 033/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

altera o anexo ii da lei complementar n.º 030/2017 e dá outras providências.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - O Anexo II da Lei Complementar n.º 030/2017 passa a vigorar com a seguinte redação:

#### ANEXO II

#### DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS

	Denominação de Função Gratificada	Valor Fixado	Quantidade
FG - I	FUNÇÕES DE CONFIANÇA EM GERAL	R\$ 351,31	10
FG - II	COORDENADOR DE PROGRAMAS	R\$ 526,95	09

FG - III	DIRETOR MUNICIPAL, CHEFE DE DEPARTAMENTO COM NÍVEL DE ENSINO MÉDIO E JUIZ CONCILIADOR DA CASA DA CIDADANIA	R\$ 702,61	18
----------	--	------------	----

Art. 2º - As despesas decorrentes da aprovação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa SC., em 06 de dezembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 06 de dezembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## **LEI N.º 575/2017 - AUTORIZA RECEBER BEM PARTICULAR EM COMODATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO**

Publicação N° 1454406

LEI N.º 575/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA RECEBER BEM PARTICULAR EM COMODATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º: Fica autorizado o Município de Zortéa a receber em comodato bem móvel pertencente à ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DO RIO AGUDO, sendo ele um DISTRIBUIDOR DE SEMENTES, simples, 600, com saída dupla, marca industrial São José, cor vermelha, para o fim de prestar serviços aos agricultores de Zortéa/SC, nos moldes do TERMO DE COMODATO em anexo, que é parte integrante desta Lei.

Artigo 2º: Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Zortéa, 06 de dezembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 06 de dezembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## **LEI Nº 573/2017 - AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ZORTÉA, FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE OURO, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL MICRORREGIONAL**

Publicação N° 1454396

LEI Nº 573/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE ZORTÉA, FIRMAR CONVÊNIO COM O MUNICÍPIO DE OURO, ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL MICRORREGIONAL

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Autoriza o Município de Zortéa/SC firmar convênio com o Município de Ouro/SC, para prestação de serviços pelo Município de Ouro/SC, por equipe multiprofissional, com o fim de garantir atenção às pessoas portadoras de transtornos mentais e usuários de entorpecentes, em sofrimento psiquiátrico, dependência química por alcoolismo/drogas e depressão grave, usuários do SUS – Sistema Único de Saúde e encaminhados para atendimento na modalidade de Centro de Atenção Psicossocial – CAPS I, para a população do Município de Zortéa/SC, conforme Portaria n. 1654, de 09 de setembro de 2016, do Ministério da Saúde, que habilita o Município de Ouro a receber o incentivo financeiro de implantação do Centro de Atenção Psicossocial para implantação do CAPS I, microrregional, abrangendo os Municípios de Ouro, Jaborá, Lacerdópolis e Zortéa, conforme minuta de convênio em anexo.

Art. 2º: Fica o Município de Zortéa autorizado a repassar para o Município de Ouro, o valor máximo de R\$ 0,50 (cinquenta centavos) per capita, para cooperar nas despesas de manutenção dos serviços no período compreendido entre o início do funcionamento do CAPS, assim compreendido o momento da vistoria do serviço realizada pela Coordenação Estadual de Saúde Mental e emissão do Parecer Técnico para deliberação da Comissão Intergestores Bipartite – CIB, até a liberação da Portaria Ministerial de Cadastramento, sendo que a partir deste

momento todas as despesas serão custeadas por verbas federais e estaduais.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Zortéa, 06 de dezembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI  
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 06 de dezembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

## LEI Nº 574/2017 - DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1454398

LEI Nº 574/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

DISPÕE SOBRE A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2018 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

### I - DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Zortéa para o exercício de 2017 estima a Receita e fixa a Despesa em R\$ 16.705.272,00 (Dezesseis milhões, setecentos e cinco mil e duzentos e setenta e dois reais).

### II - DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2018 estima a Receita em R\$ 16.705.272,00 (Dezesseis milhões, setecentos e cinco mil e duzentos e setenta e dois reais), fixa as Despesas do Poder Legislativo e Executivo em R\$ 757.000,00 (Setecentos e cinquenta e sete mil reais) e R\$ 15.948.272,00 (Quinze milhões, novecentos e quarenta e oito mil e duzentos e setenta e dois reais) respectivamente.

§ 1º Os orçamentos do Fundo Municipal de Assistência Social e do Fundo Municipal da Infância e da Adolescência integrarão o orçamento do Poder Executivo como órgãos e unidades orçamentárias, respeitados na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 2º O orçamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS, no valor de R\$ 2.570.884,75 (Dois milhões, quinhentos e setenta mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) integrará o orçamento do Poder Executivo como Unidade Gestora, respeitadas na fixação de suas despesas aquelas estabelecidas na legislação em vigor.

§ 3º Observado o inciso I, § 8º, do artigo 120 da Constituição Estadual, é permitido ao Poder Executivo Municipal recompor dotações orçamentárias, em até o limite de um quarto do montante citado no caput deste artigo, mediante transposição, remanejamento ou transferências de valores entre Unidades Orçamentárias ou Gestoras, projetos, atividades, operações especiais, ou modalidades de aplicação.

§ 4º A Receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada conforme o quadro:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1. RECEITAS CORRENTES	16.673.272,00
Receita Tributária	696.900,00
Receita de Contribuições	198.500,00
Receita Patrimonial	70.050,00
Receita de Serviços	297.210,00
Transferências Correntes	17573.445,00
Outras Receitas Correntes	96.450,00
Deduções da Receita	-2.259.283,00
2. RECEITAS DE CAPITAL	32.000,00
Operações de Crédito	0,00
Alienação de Bens	0,00
Amortizações de Empréstimos	0,00
Transferências de Capital	32.000,00
TOTAL	16.705.272,00

§ 5º As Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas obedecendo a seguinte classificação institucional:

CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	VALOR
ESPECIFICAÇÃO	
Unidade Gestora – Prefeitura Municipal	13.377.387,25



CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Gabinete do Prefeito	1.224.505,00
Secretaria de Administração e Finanças	1.573.109,00
Secretaria de Educação e Cultura	4.909.818,25
Secretaria de Infraestrutura	3.159.940,00
Secretaria de Assistência Social	51.565,00
Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio	958.500,00
Secretaria de Esportes, Cultura e Turismo	690.500,00
Encargos Gerais	222.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	559.950,00
Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	7.500,00
Reserva de Contingência	20.000,00
Unidade Gestora – Fundo Municipal de Saúde	2.570.884,75
Fundo Municipal de Saúde	2.570.884,75
Unidade Gestora – Câmara Municipal de Vereadores	757.000,00
Câmara Municipal de Vereadores	757.000,00
TOTAL	16.705.272,00

§ 6º A classificação funcional-programática e por natureza econômica das Despesas dos Poderes Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei.

Art. 3º Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, e também para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais para despesas não orçadas ou orçadas a menor, conforme disposto na Portaria MPO nº 42/99, art. 5º, Portaria STN nº 163/2001, art. 8º e demonstrativo de riscos fiscais no Anexo IV da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO (art. 5º, III, "b" da LRF).

§ 1º A utilização dos recursos da Reserva de Contingência será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, observado o limite e a ocorrência de cada evento de riscos fiscais.

§ 2º Não se efetivando até o dia 10/12/2018 os riscos fiscais, os recursos a eles reservados poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares nas dotações que se tornarem insuficientes ao longo da execução orçamentária, desde que o Orçamento para 2018 tenha reservado recursos para riscos fiscais.

Art. 4º Fica o Executivo Municipal autorizado a remanejar dotações de um grupo de natureza de despesa para outro, dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais.

Parágrafo único - Nos termos do art. 26, parágrafo único da Lei nº 568/2017 (LDO), a abertura de créditos adicionais suplementares na forma do artigo 43, III, da Lei Federal nº 4.320/64, quando não ocorrer dentro de um mesmo projeto, atividade ou operações especiais, deverá ser autorizada por Lei específica e obedecer ao limite de 25% da despesa fixada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras.

Art. 5º Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50, I da LRF, e Portarias STN nº 700/2014 e Conjunta STN/SOF nº 1/2014.

§ 2º O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF, e Portarias STN nº 700/2014 e Conjunta STN/SOF nº 1/2014.

Art. 6º Fica o Executivo Municipal autorizado a:

I - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o excesso de arrecadação em cada uma das destinações de recursos, observada a tendência do exercício.

II - Abrir créditos adicionais suplementares, utilizando como fonte de recurso o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos.

III - Assinar convênios com o Governo Federal, Estadual e Municipal através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do Município ou não.

IV - Mediante autorização legal específica, transferir recursos do Tesouro Municipal às entidades privadas, de caráter educativo, assistencial, saúde, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltada para o fortalecimento do associativismo municipal.

V - Realizar em qualquer mês do exercício financeiro operações de crédito por antecipação da receita, para atender a insuficiência de caixa, nos termos do art. 7º, II da Lei Federal nº 4.320/64.

VI - Realizar Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento previsto em Lei Complementar Federal (arts 30, 31 e 32 da LRF).

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Município de Zortéa/SC, em 06 de dezembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 06 de dezembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**LEI Nº 576/2017 - AUTORIZA PAGAR FUNÇÃO GRATIFICADA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO CEDIDO PARA A CASA DA CIDADANIA QUE VENHA A DESEMPENHAR AS FUNÇÕES DE SECRETARIA CUMULADA COM A DE JUIZ CONCILIADOR, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL N.º 148 DE 26 DE SETEMBRO DE 2001.**

Publicação Nº 1454409

LEI Nº 576/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

AUTORIZA pagar função gratificada ao servidor público municipal efetivo cedido para a casa da cidadania que venha a desempenhar as funções de secretaria cumulada com a de juiz conciliador, nos termos da lei municipal n.º 148 de 26 de setembro de 2001.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a pagar Função Gratificada – FG III ao Servidor Público Efetivo do Município, que quando cedido à Casa da Cidadania Municipal para secretariar os trabalhos nos termos do artigo 2º da Lei Municipal n.º 148/2001, exerça além de referido múnus, o cargo de Juiz Conciliador.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aprovação desta Lei correrão por conta do orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa/SC, em 06 de dezembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 06 de dezembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

**LEI Nº 577/2017 - INSTITUI O DIREITO AO RECEBIMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E TAMBÉM DE FÉRIAS REMUNERADAS ACRESCIDAS DE 1/3 (UM TERÇO) DO SALÁRIO AOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC.**

Publicação Nº 1454410

LEI Nº 577/2017 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2017

INSTITUI O DIREITO AO RECEBIMENTO DE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO E TAMBÉM DE FÉRIAS REMUNERADAS ACRESCIDAS DE 1/3 (UM TERÇO) DO SALÁRIO AOS CONSELHEIROS TUTELARES DO MUNICÍPIO DE ZORTÉA/SC.

ALCIDES MANTOVANI, PREFEITO MUNICIPAL DE ZORTÉA, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Nos termos do artigo 134 da Lei Federal n.º 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei Municipal n.º 0535/2016, fica instituído aos Conselheiros Tutelares Municipais em efetivo exercício, o Direito ao gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal.

Art. 2º - Aos Conselheiros Tutelares em efetivo exercício, fica garantido o Direito ao recebimento de 13º (décimo terceiro) salário.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e do orçamento vigente.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Zortéa/SC, em 06 de dezembro de 2017.

ALCIDES MANTOVANI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada a presente Lei em 06 de dezembro de 2017.

BIRAJARA CÉSAR DA SILVA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

# Associações

## AMAI

### EDITAL 09.2017 ASSEMBLEIA DE PREFEITOS DA AMAI

Publicação Nº 1454125

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 009/2017

O Presidente da Associação dos Municípios do Alto Irani (AMAI), Senhor LÍRIO DAGORT, Prefeito Municipal de Xaxim, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto no Art. 26, inciso XI, do Estatuto,

#### CONVOCA:

Os(as) Senhores(as) Prefeitos(as), para ASSEMBLEIA GERAL a realizar-se em Xanxerê, conforme segue:

Data: 15 dezembro de 2017 (sexta-feira)

Local: Sala de reuniões da AMAI

Horário: 14 horas

#### ORDEM DO DIA:

14h Abertura dos trabalhos:

- Relato das audiências acompanhadas pelo Presidente da AMAI;
- Entrega dos contratos e apresentação do layout do estande dos municípios na Expo Femi 2018;
- Alteração do Estatuto Social da AMAI;
- Apresentação e entrega do Relatório de Atividades gestão 2017;
- Indicação de representante da Associação para compor a chapa da Fecam;
- Eleição da Diretoria da AMAI/gestão 2018.

16h: Assuntos de interesse dos associados e considerações finais.

Xanxerê, SC, 08 de dezembro 2017

Lírio Dagort

Prefeito de Xaxim

Presidente da AMAI

## AMAUC

### ATA Nº13.01.2017 - ORDINÁRIA 06 DEZEMBRO DE 2017 - CASA LAR

Publicação Nº 1454555

ATA 13.01/2017 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIOASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE

Às nove horas do dia seis do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, tendo como local a sede da AMAUC – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense, situada na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar, Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina reuniram-se os Prefeitos dos Municípios que integram o Consórcio Casa Lar, para a realização da assembleia geral ordinária, convocada através do edital nº 01 de 1º de dezembro de 2017, em conformidade com o art. 14 e 16 do Estatuto Social. Inicialmente o Prefeito do Município de Ipumirim, senhor Volnei Antonio Schmidt – Presidente do Consórcio saudou e agradeceu a presença de todos e deu por aberta a reunião. Para secretariar os trabalhos convidou a senhora Ivanete Terezinha Pereira Grendene, Secretária Administrativa da AMAUC. Ato contínuo passou para os assuntos da pauta conforme segue: 1) Apresentação do Consórcio Casa Lar – finalidades, equipe e atual situação financeira e administrativa. Inicialmente o Presidente apresentou para os Prefeitos o quadro de pessoal que integra a Casa Lar. Informou o número de crianças e adolescentes que estão sob a responsabilidade da Entidade e fez breve relato sobre a situação financeira e administrativa, ressaltando que as contas estão à disposição de todos e que na primeira assembleia que acontecer no próximo ano, o setor responsável pela contabilidade irá apresentar o balanço geral do ano 2017, assim como a equipe apresentará o relatório completo das atividades desenvolvidas no ano de 2017. 2) Contrato de Rateio para o exercício de 2018. A proposta do Contrato de Rateio foi apresentada pelo senhor Vanderlei Roberto Picinini – Assessor Contábil da Amauc. Foram mantidos os valores de 2017, tendo em vista o equilíbrio das contas no decorrer deste ano. O Contrato de Rateio foi aprovado por unanimidade. 3) Eleição da Diretoria Gestão 2018. O Presidente suspendeu a reunião por cinco minutos para composição da chapa. Reaberto os trabalhos o Presidente anunciou o registro de apenas uma chapa que passou a denominar de chapa única, com a seguinte nominata: Presidente: Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, brasileira, casada, Pedagoga - Orientadora Educacional, CPF 492.348.549-34, RG 14/R 1.555.097, residente e domiciliada à Linha Unidos, Município de Arabutã – SC – CEP 89.740-000. Vice-Presidente: Volnei Antonio Schmidt – Prefeito de Ipumirim, brasileiro, casado, Empresário, CPF 607.586.609-44, RG 1.878.032, residente e domiciliado à Rua Dias Velho, 110, Município de Ipumirim – SC – CEP 89.790-000; Secretário: Genir Loli – Prefeito de Lindóia do Sul, brasileiro, casado, Empresário, CPF 892.861.709-04, RG 1.877.022, residente e domiciliado à Rua Leonelo Bertol, 149, Município de Lindóia do Sul – SC – CEP 89.735-000. A referida chapa foi aprovada por unanimidade e declarados eleitos nos respectivos cargos, sendo

que a posse se dará de forma automática a partir de primeiro de janeiro, conforme estabelece o art. 16 do Estatuto Social. 4) Assuntos Gerais. O Prefeito Genir Loli convidou a todos para a Festa da Polenta que se realizará nos dias 8 e 9 de dezembro, no Município de Lindóia do Sul. Nada mais havendo a tratar e esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e o apoio recebido durante sua gestão. Desejou um feliz e próspero ano novo, extensivo aos familiares e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu \_\_\_\_\_, Ivanete Terezinha Pereira Grendene, lavrei a presente ata que vai assinada por quem de direito.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT  
Presidente

Roberto Kurtz Pereira  
OAB/SC 22.519

## ATA Nº222.04.2017 - ORDINÁRIA 01 DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1454532

Às oito horas e trinta minutos do dia primeiro do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, tendo como local a sede da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, situada à Rua Marechal Deodoro nº 772, 12º andar – Edifício Mirage Offices, na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos, Vice-Prefeitos e convidados, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 04, folha nº 31 – frente, para a realização da Assembleia Geral Ordinária da AMAUC, conforme Edital de Convocação 04/2017 de 16 de novembro de 2017. Verificado o quorum e havendo número legal de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Presidente de Câmaras de Vereadores presentes, o Presidente Kleber Mércio Nora declarou aberta a assembleia, agradeceu a presença de todos e destacou a importância dos assuntos constantes na ordem do dia. Ato contínuo convidou a senhora Ivanete Grendene, Secretária Administrativa da Amauc para secretariar a reunião. Ordem do dia. 1) Leitura da ata da reunião anterior. Lida e aprovada a ata da Assembleia Geral ordinária do dia 8 de agosto de 2017. 2) Aprovação Orçamento para o exercício de 2018: O Secretário Executivo da Amauc, senhor Roberto Kurtz Pereira, apresentou a proposta para reajuste da contribuição da Amauc no índice de 4% (quatro por cento), para o ano de 2018, acrescida do valor da contribuição do Município de Paial, para ser rateado entre os demais municípios, a exemplo do que foi aprovado para o Consórcio Lambari. Além disso, propôs a inclusão do valor dos programas ConSimples com o módulo de recuperação do Transporte, Esclareceu que esta ação só facilita o dia a dia na contabilidade dos municípios e evita a elaboração de Termos Aditivos no decorrer do ano. Senhora Renate esclareceu que todos os contadores apoiam o uso desses programas devido ao objetivo que é de resgatar recursos para os municípios. Concluídos os esclarecimentos, o Presidente colocou em apreciação a proposta orçamentária da AMAUC para o ano de 2018, a qual foi aprovada por unanimidade. 3 - ASSINATURA DO CONTRATO DE RATEIO/2018: Senhor Vanderlei Roberto Picinini, Assessor Contábil da Amauc, apresentou o Contrato de Rateio para 2018 de acordo com o orçamento antes aprovado, inclusive com valores arredondados, o qual foi firmado por todos os prefeitos. 4 - ELEIÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA, DO CONSELHO FISCAL E REPRESENTANTES JUNTO À FECAM/2018: O Presidente Kleber suspendeu a reunião por trinta minutos para elaboração e apresentação das chapas. Reaberto os trabalhos foi apresentada apenas uma chapa que passou a denominar de Chapa Única. Após a leitura da nominata da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e Representantes Junto à Fecam, estando tudo de acordo, o Presidente colocou em votação a Chapa Única, que foi aprovada por unanimidade. Declarou eleita a chapa única, para a gestão de 2018, sendo que a posse se dará automaticamente em 1º de janeiro, findando em 31 de dezembro, na forma estatutária. A composição ficou assim definida: DIRETORIA EXECUTIVA. Presidente: Edemilson Canale – Prefeito Seara, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, CPF 369.691.099-68, residente e domiciliado à Rua Padre Anchieta, 201, Município de Seara – SC – CEP 89.770-000. 1º Vice-Presidente: Volnei Antônio Schmidt – Prefeito de Ipumirim, brasileiro, casado, Empresário, CPF 607.586.609-44, RG 1.878.032, residente e domiciliado à Rua Dias Velho, 110, Município de Ipumirim – SC – CEP 89.790-000. 2º Vice-Presidente: Kleber Mércio Nora, Prefeito de Jaborá, brasileiro, casado, Contador, CPF 612.781.069-87, CI 2.140.723, residente e domiciliado à Linha São Francisco, nº 2, CEP 89.677-000, Município de Jaborá – SC; 3º Vice-Presidente: Jairo Luis Sartoretto – Prefeito de Itá, brasileiro, casado, Empresário, CPF 182.652.199-20, RG 14/R 561.713, residente e domiciliado à Rua 15, nº 129, Município de Itá – CEP 89.760-000. CONSELHO FISCAL: Titulares (4): Ademir Domingos Miotto – Prefeito de Presidente Castello Branco - brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.447.889-20, RG 1.309.011, residente e domiciliado à Rua Paraná, 97 - Município de Presidente Castello Branco – SC, CEP 89.745-000; Olmir Paulinho Benjamini – Prefeito de Piratuba, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.462.509-78, RG 11/C 938.177, residente e domiciliado à Av. 18 de Fevereiro, 1657, Município de Piratuba – SC – CEP 89.667-000 e Rogério Luciano Pacheco – Prefeito de Concórdia, brasileiro, casado, Advogado, CPF 540.567.809-00; RG 841.667, residente e domiciliado à Rua Marechal Deodoro, 153 – Apto.2, Centro, Município de Concórdia – SC – CEP 89.700-174 e Sivio Antônio Lemos das Neves – Prefeito de Irani, brasileiro, casado, Contador, CPF 665.448.239-53, RG 2.465.964, residente e domiciliado à Rua Caixa D'Água, 99, Município de Irani – SC – CEP 89.680-000. Suplentes (3): Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, brasileira, casada, Pedagoga - Orientadora Educacional, CPF 492.348.549-34, RG 14/R 1.555.097, residente e domiciliada à Linha Unidos, Município de Arabutã – SC – CEP 89.740-000; Genir Loli – Prefeito de Lindóia do Sul, brasileiro, casado, Empresário, CPF 892.861.709-04, RG 1.877.022, residente e domiciliado à Rua Leonelo Bertol, 149, Município de Lindóia do Sul – SC – CEP 89.735-000 e Enoir Fazolo, Prefeito de Xavantina, brasileiro, casado, Empresário, CPF 518.220.759-04, RG 11.47012, residente e domiciliado à Rua Prefeito Rebelato, 151, Município de Xavantina – SC – CEP 89.780-000. REPRESENTANTES JUNTO A FECAM (3). Neusa Klein Maraschini, Prefeita de Peritiba, brasileira, casada, Enfermeira, CPF 825.056.329-87, residente e domiciliada à Rua Miguel Balduino Boll, nº 10, CEP 89.750-000, Município de Peritiba – SC; Cátia Tessmann Reichert, Prefeita de Alto Bela Vista, brasileira, casada, Professora, CPF 017.160.299-45, CI 1.877.467-9, residente e domiciliada à Rua São Vicente, s/n, CEP 89.730-000, Município de Alto Bela Vista – SC e Emerson Ari Reichert – Prefeito de Ipira, brasileiro, casado, Contador, CPF 758.846.159-49, CI 1.877.623, residente e domiciliado à Rua João Batista Riffel, 98, Município de Ipira – SC - CEP 89.669-000. 5. Ratificação da Secretaria Executiva da AMAUC e suas atribuições. A assembleia, na forma do inciso XII, do art. 16, do Estatuto Social, aprovou a continuidade do cargo de Secretário Executivo continuar a ser exercida pelo senhor Roberto Kurtz Pereira, funcionário que exerce esta função desde 08 de janeiro de 1993. O Secretário deverá em conjunto com o Presidente praticar todos os atos necessários para administração e movimentação financeira da Amauc, especialmente as disposições previstas no art. 30 e seus incisos do Estatuto Social, bem como outras tarefas inerentes ao cargo. A Assembleia também determinou ao atual Presidente da AMAUC a edição de resolução de ratificação do Secretário Executivo nos termos antes aprovado. A resolução deverá ser encaminhada às instituições bancárias, juntamente com os documentos necessários para movimentação bancária pela Diretoria eleita para o exercício de 2018. 6. Delegação de atribuições aos funcionários da AMAUC para administração de Consórcios Públicos constituídos por municípios que integram a

AMAUC. De acordo com a decisão tomada nas assembleias do Consórcio Lambari e do CIS AMAUC, o Secretário Executivo da AMAUC – Roberto Kurtz Pereira responderá cumulativamente pelo cargo de Diretor Executivo do Consórcio Lambari e a Secretária Administrativa – Ivanete Terezinha Pereira Grendene responderá cumulativamente pela Diretoria Administrativa do CIS AMAUC. Para o exercício das funções receberão gratificação a exemplo do ano em curso, sendo que os Consórcios farão o reembolso das despesas para a AMAUC. 6. Assuntos Gerais. O Prefeito de Concórdia, senhor Rogério Luciano Pacheco, solicitou apoio dos demais Prefeitos para interceder junto ao Governo do Estado e ao DEINFRA para que seja efetivada a recuperação da Rodovia SC 283, do trecho compreendido entre Concórdia a Seara. A proposição do Prefeito Rogério foi aprovada por todos e definido o envio de moção de apoio ao pleito, que já foi apresentado ao Governador por entidades de classes dos municípios de Concórdia e Seara, com aval das Agências de Desenvolvimento Regional de Concórdia e de Seara. Ninguém mais desejando se pronunciar e esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião. Para constar, solicitou a mim \_\_\_\_\_ Ivanete Terezinha Pereira Grendene – Secretária Administrativa, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

KLEBER MERCIO NORA  
Presidente

VISTO:  
EM 01/12/2017

ROBERTO KURTZ PEREIRA  
OAB/SC nº 22.519

## CONTRATO DE RATEIO Nº01/2018

Publicação Nº 1454342

### CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2018

Os Municípios que integram a Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, neste ato representado pelos seus respectivos Prefeitos, com base nas decisões tomadas em Assembleia Geral realizada no dia 1 de dezembro de 2017, nos termos do art. 8º, II e IV c/c art. 16,V, do Estatuto Social da Associação, através deste Contrato de Rateio estabelecem o que segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETIVO

1ª - O presente contrato de rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita da Amauc para o exercício de 2018, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município associado.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA DESPESA

2ª - A despesa da Amauc para o exercício de 2018 é fixada em R\$ 1.852.800,00 (um milhão, oitocentos e cinquenta e dois mil e oitocentos reais) distribuída da seguinte forma:

- a) Despesas Correntes, no valor total de R\$ 1.702.800,00 (um milhão, setecentos e dois mil e oitocentos reais);
- b) Despesas de Capital, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais);

2.1 Para a realização da despesa da Amauc obedecerá aos princípios da publicidade e economicidade, seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	Amauc – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense.		
Unidade	1	Amauc – Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense.		
Funcional programática				
01.01.23	Comércio e Serviços			
01.01.23.452		Serviços		
01.01.23.452		Desenvolvimento Regional		
23.452.2.001		Manutenção das Atividades da Amauc		
Elemento	Recurso	Descrição	Valor Orçado	Total
3.0.00.00.00	0	DESPESAS CORRENTES		1.702.800,00
3.1.90.00.00	0	Pessoal e Encargos sociais	922.800,00	
3.2.90.00.00	0	Juros e Encargos da Dívida	10.000,00	
3.3.90.00.00	0	Outras Despesas Correntes	770.000,00	
4.0.00.00.00	0	DESPESAS DE CAPITAL		150.000,00
4.4.90.00.00	0	Investimentos	50.000,00	
4.6.90.00.00	0	Amortização da Dívida	100.000,00	
		TOTAL		1.895.600,00

2.2 No decorrer da execução do orçamento a Amauc poderá promover através de resolução da Presidência alterações para adequar o



orçamento com recursos de anulação parcial ou total de dotações, excesso de arrecadação e superávit do exercício anterior.

2.3 Demais serviços, convênios de cooperação técnica e outros contratos poderão ser realizados pela AMAUC sendo que a execução da receita e despesa dar-se-á pelo controle orçamentário exclusivo através de fontes de recursos e aplicados nos respectivos objetos pactuados.

2.4 No caso de prestação de serviço específico para apenas um município, a exemplo da realização de Concursos Públicos ou Processos Seletivos, serviços de geologia dentre outros, as despesas serão reembolsadas pelo Município requisitante do serviço, por meio de Termo Aditivo ao presente Contrato de Rateio ou de um novo contrato.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DA RECEITA

3ª - A receita da Amauc para o exercício de 2018 é estimada em R\$ 1.845.600,00 (um milhão, oitocentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais), distribuída da seguinte forma:

ORIGEM	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
4 -Receitas	153.800,00	1.852.800,00
Contribuições Municipais	150.300,00	1.810.800,00
401 -Alto Bela Vista	8.130,00	97.560,00
402 -Arabutã	8.270,00	99.240,00
404 -Concórdia	29.500,00	354.000,00
405 -Ipira	8.380,00	100.560,00
406 -Ipumirim	8.730,00	104.760,00
407 -Irani	8.480,00	101.760,00
408 -Itá	10.310,00	123.720,00
409 -Jaborá	8.480,00	101.760,00
410 - Lindóia do Sul	8.480,00	101.760,00
412 -Peritiba	8.350,00	100.200,00
413 -Piratuba	13.970,00	167.640,00
414 -Pres. Castelo Branco	8.380,00	100.560,00
415 -Seara	12.950,00	155.400,00
416 -Xavantina	8.490,00	101.880,00
42 -Outras Receitas	3.500,00	42.000,00
421 -juros	300,00	3.600,00
423 -Outras receitas	3.200,00	38.400,00

#### CLAUSULA QUARTA DO RATEIO

4ª - Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pela Amauc no exercício de 2018, cada Município repassará à associação, mensalmente, a importância conforme quadro abaixo, até o dia 22 (vinte e dois) de cada mês:

MUNICÍPIO	VALOR MENSAL	VALOR MENSAL
Alto Bela Vista	8.130,00	97.560,00
Arabutã	8.270,00	99.240,00
Concórdia	29.500,00	354.000,00
Ipira	8.380,00	100.560,00
Ipumirim	8.730,00	104.760,00
Irani	8.480,00	101.760,00
Itá	10.310,00	123.720,00
Jaborá	8.480,00	101.760,00
Lindóia do Sul	8.480,00	101.760,00



Peritiba	8.350,00	100.200,00
Piratuba	13.970,00	167.640,00
Presidente Castello Branco	8.380,00	100.560,00
Seara	12.950,00	155.400,00
Xavantina	8.490,00	101.880,00
TOTAL	150.900,00	1.810.800,00

**CLÁUSULA QUINTA****DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

5ª - As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio correrão por conta das rubricas orçamentárias de cada um dos Municípios Associados.

**CLÁUSULA SEXTA****DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

6ª - A AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade com as normas contábeis as quais a AMAUC esteja subordinada, bem como observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina.

6.1 A AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DA ASSOCIAÇÃO**

7. - Todos os Municípios associados terão direito a utilizar os serviços prestados pela AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar o serviço conforme normas e acordos, sendo que havendo custos adicionais, após aprovação do orçamento por parte do Município será lavrado um Termo Aditivo, conforme previsto na cláusula 2 – item 2.4.

**CLAUSULA OITAVA****DA VIGÊNCIA**

8ª - O presente Contrato de Rateio terá vigência a contar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA NONA****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9ª - As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas pela Diretoria ou quando necessário pela Assembleia Geral da AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pela AMAUC aos Municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 01 de dezembro de 2018.

CATIA T. REICHERT Prefeita Mun. de A. B. Vista	LEANI KAPP SCHIMITT Prefeita Municipal de Arabutã	ROGÉGIO L. PACHECO Prefeito Mun. de Concórdia
VOLNEI A. SCHMIDT Prefeito Municipal de Ipumirim	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira	JAIRO L. SARTORETTO Prefeito Municipal de Itá
SIVIO A. L. DAS NEVES Prefeito Municipal de Irani	GENIR LOLI Prefeito Municipal de L. do Sul	KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
NEUSA K. MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	ADEMIR D. MIOTTO Prefeito de Pres. C. Branco	OLMIR P. BENJAMINI Prefeito Municipal de Piratuba
EDEMILSON CANALE Prefeito Municipal de Seara	ENOIR FAZOLO Prefeito Municipal de Xavantina	
ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918		

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017 - ABRIGO SEARA**

Publicação Nº 1454284

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017**

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita do Município de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, na condição de Presidente do Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade □ Modalidade Abrigo Institucional, com a denominação fantasia de ABRIGO INSTITUCIONAL, de acordo com as atribuições concedidas através do Art. 18, XII do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos e Prefeita, dos municípios integrantes do Consórcio, para a Assembleia Geral que será realizada às nove horas do dia 18 de dezembro de 2017, tendo como local o Gabinete da Prefeitura Municipal, na cidade de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, com os seguintes objetivos:

**ORDEM DO DIA**

09 horas	· Abertura
09h05	· Apresentação da Atual Situação do Consorcio
09h45	· Contrato de Rateio para 2018
10h15	· Eleição para 2018: 1. Montagem e apresentação da chapa: Presidente, Vice-Presidente, Secretário 2. Votação
10h30	· Palavra Livre
10h45	· Encerramento

Seara - SC, 12 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Presidente Gestão 2017

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº01/2017 - ABRIGO INSTITUCIONAL**

Publicação Nº 1454551

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2017**

Janete Paravizi Bianchin, Prefeita do Município de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, na condição de Presidente do Consórcio Intermunicipal do Serviço Socioassistencial de Alta Complexidade □ Modalidade Abrigo Institucional, com a denominação fantasia de ABRIGO INSTITUCIONAL, de acordo com as atribuições concedidas através do Art. 18, XII do Estatuto Social, CONVOCA os Prefeitos e Prefeita, dos municípios integrantes do Consórcio, para a Assembleia Geral que será realizada às nove horas do dia 18 de dezembro de 2017, tendo como local o Gabinete da Prefeitura Municipal, na cidade de Arvoredo, Estado de Santa Catarina, com os seguintes objetivos:

**ORDEM DO DIA**

09 horas	· Abertura
09h05	· Apresentação da Atual Situação do Consorcio
09h45	· Contrato de Rateio para 2018
10h15	· Eleição para 2018: 1. Montagem e apresentação da chapa: Presidente, Vice-Presidente, Secretário 2. Votação
10h30	· Palavra Livre
10h45	· Encerramento

Seara - SC, 12 de dezembro de 2017.

JANETE PARAVIZI BIANCHIN

Presidente Gestão 2017

# Consórcios

## ARIS

### PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 004/2017 - CASAN - MUNICÍPIO DE ATALANTA

Publicação Nº 1454373

Processo Administrativo Punitivo nº 004/2017

Auto de Infração nº 004/2017

Recorrente: CASAN

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 14, XI DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 004/2017. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 30 de novembro de 2017, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Willian Narzetti, Gilberto Valente Canali, Michele Batista Correia de Mello, Roberto Aurélio Merlo, Stefânia Martins Hoffmann Mohedano e Nádia Boff Ribeiro. Florianópolis, 30 de novembro de 2017

Willian Carlos Narzetti

Conselheiro Relator

#### DO RELATÓRIO

Em 20 de junho de 2017 foi emitido o Auto de Infração nº 004/2017 ao prestador Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), pois em consulta realizada ao Sistema de Informação em Saneamento (SISARIS), Módulo Água, foi constatada não conformidade relativa ao sistema de abastecimento de água no Município de Atalanta, conforme descrito no Termo de Notificação nº 66/2016.

Nº	NÃO CONFORMIDADES	PRAZOS (em dias)
20	Fornecer água fora do padrão de potabilidade estabelecido pela legislação vigente.	Imediato

\*A numeração do item segue a mesma numeração do TN nº 066/2016

Desta forma, ao analisar a não conformidade apresentada no SISARIS, fez-se o enquadramento a seguir quanto aos dispositivos legais contravindos pela Cia. Estadual.

ITEM*	DISPOSITIVOS INFRINGIDOS	PENALIDADE
20	Art. 14, XI da IN 003/11 – fornecer água, por meio do sistema público de abastecimento, dentro dos padrões de potabilidade estabelecidos em legislação específica do Ministério da Saúde.	Advertência

\*A numeração do item segue a mesma numeração do TN nº 066/2016

Assim, em que pese a gravidade das condutas, é caso de aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, com fundamento no artigo 4º, I, c/c artigo 14, XI, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 3/2011.

Fica definido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento do Auto de Infração para, querendo, interpor recurso ao Conselho de Regulação, em observância ao art. 12, §1º, V, da Resolução Normativa/ARIS nº 2/11.

Em 20 de junho de 2017 é encaminhado o Ofício/Diretor-Geral nº 219/2017 ao Comitê de Relacionamento das Agências Reguladoras da CASAN comunicando sobre a instauração do Processo Administrativo Punitivo, através do Auto de Infração nº 004/2017 que trata da aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA. Salienta-se o prazo de 15 dias para apresentação de recursos, contatos do recebimento do ofício. Em 12 de julho de 2017, através do ofício CT/COMITÊ – 089/2917 a CASAN encaminha à ARIS RECURSO em face ao contido no Auto de Infração nº 004/2017. O recurso foi protocolado dentro do prazo. Neste, a Prestadora apresenta seus argumentos quanto ao mérito da penalidade e reforça seu pedido de reconsideração sobre a decisão da aplicação de penalidade.

Em 23 de outubro de 2017 é emitido pela equipe da ARIS o Parecer 443/2017 o qual analisa o mérito do RECURSO apresentado pela CASAN. Após analisar todos os argumentos da defesa, conclui-se por ser evidente que o serviço prestado quanto à qualidade da água permanece INSATISFATÓRIO quanto aos parâmetros:

- Turbidez na pré-desinfecção/pós-desinfecção;
- Cor Aparente na saída do tratamento e no sistema de distribuição;
- Desinfecção no sistema de distribuição;
- Coliformes Totais na saída do tratamento;
- Fluoreto na saída do tratamento.

Diante do exposto, recomenda-se a manutenção da penalidade de ADVERTÊNCIA quanto à não conformidade nº 20.

Em 23 de outubro de 2017 é encaminhado o Processo Administrativo Punitivo nº 004/2017 à Diretoria Geral.

Em 23 de outubro de 2017, o Diretor Geral em face ao parecer técnico nº 443/2017, mantém o Auto de Infração nº 004/2017, encaminhando os autos ao Conselho de Regulação da ARIS.

DO VOTO

Após realizar análise minuciosa dos autos do processo, considera-se que a Prestadora não apresentou em seu RECURSO informações e fatos que comprovem o cumprimento da não conformidade descrita no Auto de Infração nº 004/2017, embasado no Termo de Notificação nº 066/2016, qual seja, "Fornecer água tratada fora do padrão de potabilidade estabelecido pela legislação vigente". Em sua defesa, a Prestadora discorda da penalidade imposta pela Agência indicando que se encontram em curso obras e serviços que demonstram o comprometimento da Companhia atuada com boas práticas sanitárias, ambientais e operacionais. Destaca que a não conformidade apontada já foi sanada via a entrada em funcionamento de um novo poço, novo sistema de tratamento e alocação de um funcionário ao SAA de Atalanta. Que essas medidas têm surtido efeito e, como pode ser verificado nos relatórios do SISARIS, levaram à melhora da qualidade da água. Em resposta, o Parecer 443/2017 da ARIS demonstra que os argumentos apresentados no RECURSO da prestadora não são válidos, pois:

- No Processo Adm. Nº 128/2016 constam os Pareceres Técnicos SISARIS nº 022/2016, 004/2017, 227/2017 – avaliando o atendimento ao padrão de potabilidade da água estabelecido pela Portaria nº 2.914/2011 do Ministério da Saúde – os quais motivaram a instauração do Processo Administrativo Punitivo;
- Nos pareceres técnicos constantes no Proc. Administrativo 128/2016 ficou evidente a frequência das irregularidades quanto aos parâmetros de potabilidade;
- O Prestador se equivocou ao afirmar que esta Agência não considerou o histórico da qualidade da água, visto que os períodos analisados nos pareceres superam 12 meses, portanto, amplo o suficiente para avaliação dos parâmetros.

Diante dos pareceres supracitados, a equipe técnica da ARIS afirma estar evidente que o serviço prestado em relação à qualidade da água permanece INSATISFATÓRIO quanto aos parâmetros: Turbidez na pré-desinfecção/pós-desinfecção; Cor Aparente na saída do tratamento e no sistema de distribuição; Desinfecção no sistema de distribuição; Coliformes Totais na saída do tratamento; Fluoreto na saída do tratamento.

Sendo assim, conheço das alegações da defesa e, no mérito, nego provimento ao recurso, concluindo pela sustentação da decisão do Diretor-geral da ARIS nos autos do Processo Administrativo Punitivo nº 004/2017, mantendo a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à CASAN.

Portanto VOTO pela MANUTENÇÃO das penalidades de ADVERTÊNCIA relativamente à infração prevista com fundamento no artigo 4º, I, c/c artigos 14, XI da Resolução Normativa/ARIS nº 03/2011.

É o voto.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 006/2017 - CASAN - MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

Publicação Nº 1454358

Processo Administrativo Punitivo nº 006/2017

Auto de Infração nº 006/2017

Recorrente: CASAN

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 12, XIV DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 006/2017. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 30 de novembro de 2017, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Willian Narzetti, Gilberto Valente Canali (relator), Michele Batista Correia de Mello, Roberto Aurélio Merlo, Stefânia Martins Hoffmann Mohedano e Nádia Boff Ribeiro. Florianópolis, 30 de novembro de 2017

Gilberto Valente Canali

Conselheiro Relator

### DO RELATÓRIO

O Diretor-Geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu em 28 de julho de 2017 o Auto de Infração nº 006/2017 à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, e aplicou a penalidade de ADVERTÊNCIA em razão de não ter aquela Prestadora dos serviços de saneamento no Município de Balneário Piçarras demonstrado o cumprimento de não conformidade constatada em fiscalização realizada pela ARIS na data de 07 de fevereiro de 2013 e em 24 de abril de 2014, que consistia em não realização pela Prestadora de tratamento e disposição adequada dos efluentes do tratamento de água.

Ressalte-se que em 26 de julho de 2017, Despacho do Coordenador de Fiscalização da ARIS, tendo por base o Parecer Técnico 309/2017, elaborado pelo Eng. Lucas Vincent Lopes de Barros, informa que "...mesmo após o prazo concedido de 720 dias a prestadora não regularizou este item...", fato que ensejou a aplicação pelo Diretor-Geral da ARIS da penalidade de advertência à Prestadora do SAA.

Lavrado o Auto de Infração nº 006/2017, foi concedido o prazo, improrrogável, de 30 dias para que a CASAN procedesse ao atendimento das determinações normativas pertinentes e apresentasse comprovação de cumprimento /solução da não-conformidade apontada. No mesmo Auto de Infração foi definido o prazo de 15 dias, a contar da data de seu recebimento pela Prestadora, para, querendo, interpor recurso ao Conselho de Administração, em observância ao disposto na Resolução Normativa/ARIS nº 2/11.

Em 04 de setembro de 2017, portanto tempestivamente, a Prestadora encaminhou ao Diretor-Geral da ARIS Recurso ao Conselho de Regulação, requerendo primeiramente reconsideração da decisão de aplicação da penalidade, "tendo em vista os fundamentos declinados nos autos, somados aos do presente Recurso, para que seja excluída a penalidade de advertência."

No Recurso, a Prestadora argumenta que "se encontram em curso obras e serviços que demonstram o comprometimento da Companhia atuada com boas práticas sanitárias, ambientais e operacionais", que passou a expor informando que a CASAN possui um projeto, finalizado

em 2015 (grifos do Relator), de Sistema de Tratamento de Efluente (TEF) para a Estação de Tratamento de Água do município de Balneário Piçarras”.

Informa também que ainda nesse ano de 2017 a CASAN pretende dar entrada no pedido de Licença Ambiental de Operação – LAO Corretiva do SAA, tendo em vista que todos os demais documentos necessários já foram providenciados, restando apenas a regularização do terreno da captação da ETA, que também já está em trâmite. Com a obtenção da LAO Corretiva, a CASAN já poderá dar início ao processo licitatório das obras de implantação do TEF, havendo dotação orçamentária, estimando-se a sua execução para o ano de 2019 (grifos do Relator).

Discorre ainda o Recurso sobre atitudes da Companhia que considera positivas entre as quais a de que “a Companhia sempre prezou por uma relação transparente e de boa-fé com a ARIS, com o titular dos serviços e com os usuários, prestando-lhes todas as informações de modo fidedigno, não havendo qualquer indício nestes autos que concluam em sentido contrário.”

Em vista de tais argumentos, requer:

a. A anulação do Auto de Infração nº 006/2017 lavrado pela ARIS com a consequente não imposição (sic) de qualquer uma das penalidades disciplinadas na Resolução Normativa nº 003/2011 da ARIS.

b. O reconhecimento do cumprimento das determinações constantes no Relatório de Fiscalização RF- SAA - Balneário Piçarras - 002/2014, nos termos da manifestação técnica anexa ao processo que comprova que as diversas desconformidades já foram adequadas e outras se encontram em adiantado trâmite de resolução definitiva, de forma que, atenta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, a ARIS promova a revogação da penalidade de advertência cominada.

c. O recebimento e acatamento da manifestação técnica (CI n. 185/2017) exarada pela equipe técnica multidisciplinar da Superintendência Regional de Negócios Norte/Vale da Companhia.

Em Parecer Técnico de nº 382/2017, elaborado pelo Eng. Lucas já mencionado anteriormente, tendo examinado o Recurso da Prestadora e efetuado minuciosa análise dos investimentos realizados pela CASAN no Município, conclui que “a Prestadora não realizou nenhuma atividade concernente à implantação (etapalizada, por exemplo) do sistema de tratamento de efluentes, demonstrando o descumprimento na legislação federal e municipal (na forma do Plano Municipal de Saneamento Básico). Assim sendo, as próprias justificativas apresentadas em recurso pela prestadora demonstram o descumprimento de tais determinações, ensejando a manutenção da penalidade de advertência.” Encaminhado o referido Parecer Técnico ao Diretor-Geral, este houve por bem manter o Auto de Infração nº 006/2017 e remeteu os autos ao Conselho de Regulação.

Este é o Relatório.

#### DO VOTO

Após realizar uma minuciosa leitura dos documentos apresentados e que compõe os autos do processo, e considerando que:

- as fiscalizações realizadas pela ARIS tem como fundamento a busca de adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não conformidades constatadas nos prazos estabelecidos;

- o Auto de Infração expedido pelo Diretor-geral da ARIS está de acordo com o previsto no Protocolo de Intenções que deu origem à Agência;

- foi observado o devido processo legal e assegurado à Recorrente – Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN o contraditório e o direito à ampla defesa;

- a Lei Municipal nº 284/2013, que autorizou o ingresso do Município de Balneário Piçarras e incorporou o Protocolo de Intenções da ARIS no ordenamento jurídico municipal, prevê as penalidades passíveis de aplicação pela ARIS aos prestadores dos serviços por ela regulados;

- as Razões de Recurso apresentadas pela CASAN relativamente à não conformidade ainda pendente se mostram, eminentemente protelatórias, atentatórias à adequada prestação do serviço e, portanto, não afastam a incidência imediata das normas trazidas pela Política Nacional de Saneamento - Lei Federal nº 11.445/2007, em especial o artigo 43, bem como aquelas contidas na Resolução Normativa nº 3/2011 da ARIS;

- que o Parecer Técnico nº 382/2017 permite concluir de modo incontestado que a não conformidade persiste, não obstante o extenso prazo decorrido desde a sua constatação em 2013, ocasionado ameaça ao meio ambiente, atentatória ao interesse público,

DESTACO, inicialmente, em detrimento das alegadas transparência e boa-fé da Prestadora, que somente após decorridos 4 anos e aproximadamente seis meses, a mesma forneceu à Agência as informações de suas providências para sanar a não conformidade apontada, demora esta que compromete a qualidade dos serviços por ela prestados e a sua imagem.

Assim, CONHEÇO das alegações de recurso apresentadas pela Prestadora e, no mérito, NEGO PROVIMENTO AO RECURSO, concluindo pela manutenção da decisão nos autos do Processo Administrativo nº 006/2017 e, consequentemente, do Auto de Infração nº 006/2017, impondo a aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, relativamente à não conformidade que consiste na ausência de tratamento e disposição adequada dos efluentes do tratamento de água no SAA de Balneário Piçarras.

RECOMENDO, no entanto, que a ARIS manifeste à Prestadora, no que couber, o reconhecimento do cumprimento das determinações constantes no Relatório de Fiscalização RF- SAA - Balneário Piçarras - 002/2014, bem como o recebimento e acatamento, com as ressalvas que julgar apropriadas, da manifestação técnica (CI n. 185/2017) exarada pela equipe técnica multidisciplinar da Superintendência Regional de Negócios Norte/Vale da Companhia, atendendo assim o requerido pela Prestadora, pelo menos quanto às não conformidades já solucionadas.

É o voto.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 017/2016 - CASAN - MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE

Publicação Nº 1454368

Processo Administrativo Punitivo nº 017/2016

Auto de Infração nº 017/2016

Recorrente: CASAN

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS



RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS. APLICAÇÃO DO ARTIGO 11, XI, XII; 12, XIV, XVII, XIX e XX e 13, XVI DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 017/2016. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 30 de novembro de 2017, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Willian Narzetti, Gilberto Valente Canali, Michele Batista Correia de Mello, Roberto Aurélio Merlo (relator), Stefânia Martins Hoffmann Mohedano e Nádia Boff Ribeiro. Florianópolis, 30 de novembro de 2017

Roberto Aurélio Merlo  
Conselheiro Relator

#### DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS, em 19 de abril de 2016, emitiu Auto de Infração nº 017/2016 e aplicou a penalidade de ADVERTÊNCIA, em face da CASAN, no Município de São Lourenço do Oeste, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração:

#### “3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Em 15 de março de 2016 foi realizada a 3ª Fiscalização no SAA no Município São Lourenço do Oeste. Na respectiva fiscalização foi constatado o não atendimento das não conformidades elencadas nos Relatórios de Fiscalizações SAA – São Lourenço do Oeste - nºs 002/2014 e 003/2015, bem como Termo Notificação nº 197/2014, senão vejamos:

N.	NÃO CONFORMIDADE	PRAZO PARA ATENDIMENTO (em dias)
I	QUANTO ÀS CAPTAÇÕES	
20	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação: a) Na captação do Rio Macaco; b) No Poço.	60
21	Foi constatado que a barragem de nível do Rio Macaco está assoreada.	150
22	Foi constatado que a pintura do Poço está em condições inadequadas de conservação.	150
II	QUANTO À ESTAÇÃO DE RECALQUE DE ÁGUA BRUTA (ERAB)	
24	Foi constatado que a ERAB está em condições inadequadas de limpeza.	60
25	Foi constatada a existência de fiação elétrica exposta junto a um dos conjuntos motobombas da ERAB.	150
III	QUANTO ÀS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA	
26	Foi constatada no pátio da ETA a existência de tubulações, peças e conexões expostas às intempéries climáticas.	60
27	Foi constatado que a pintura da casa de química está em condições inadequadas de conservação.	150
28	Foi constatado que a casa de química está em condições inadequadas de limpeza e organização.	60
29	Foi constatado que as bombas dosadoras de coagulante estão instaladas de forma improvisada.	150
30	Foi constatado que o depósito para armazenamento de cloro está em condições inadequadas de limpeza e organização.	60
IV	QUANTO ÀS ESTAÇÕES DE RECALQUE DE ÁGUA TRATADA	
32	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação: a) Na ERAT 01; b) Na ERAT 04 (Booster).	60
33	Foi constatado que a ERAT 01 está em condições inadequadas de limpeza.	60
35	Foi constatado que a pintura da ERAT 01 está em condições inadequadas de conservação.	150
36	Foi constatada a existência de falha na vedação do tanque de sucção da ERAT 01.	150
37	Foi constatado que a escada de acesso à cobertura do tanque de sucção da ERAT 02 está instalada de forma improvisada.	150
38	Foi constatada a inexistência de dispositivo de travamento da tampa da abertura de inspeção do tanque de sucção da ERAT 02.	60
V	QUANTO AOS RESERVATÓRIOS	
40	Foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação: a) Nos Reservatórios R 01 e R 02; b) No Reservatório R 03.	60
41	Foi constatada a existência de falhas na passarela de acesso ao deck e no deck sobre a cobertura dos Reservatórios R 01 e R 02.	60
42	Foi constatado que o dispositivo medidor do nível de água dos Reservatórios R 01 e R 02 está inoperante.	150
VI	QUANTO AOS CONTROLES E PROCEDIMENTOS	



43	Foi constatada a inexistência de plano de limpeza dos reservatórios.	90
44	Foi constatada a inexistência de licença ambiental do SAA.	150

Ao analisar as não conformidades apresentadas no Relatório de Fiscalização, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS efetuou o enquadramento a seguir quanto aos dispositivos legais contravindos pela Cia. Estadual

ITEM*	DISPOSITIVOS INFRINGIDOS	PENALIDADE
20 (a,b)	Art. 12, XIV da IN 003/11 - cumprir as normas técnicas e os procedimentos estabelecidos para a implantação ou operação das instalações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;	Advertência
21	Art. 12, XIV da IN 003/11 - cumprir as normas técnicas e os procedimentos estabelecidos para a implantação ou operação das instalações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;	Advertência
22	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário;	Advertência
24	Art. 11, XII da IN 003/11 – manter as instalações dos sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em bom estado de limpeza e organização;	Advertência
25	Art. 12, XIV da IN 003/11 - cumprir as normas técnicas e os procedimentos estabelecidos para a implantação ou operação das instalações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;	Advertência
26	Art. 12, XVII da IN 003/11 – operar os sistemas de abastecimento de água com a instalação de macromedicação adequada;	Advertência
27	Art. 13, XVI da IN 003/11 – elaborar planos de emergência e contingência conforme as disposições legais, regulamentares e contratuais;	Advertência
28	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário	Advertência
29	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário	Advertência
30	Art. 11, XII da IN 003/11 – manter as instalações dos sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em bom estado de limpeza e organização;	Advertência
31	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário;	Advertência
32	Art. 12, XIV da IN 003/11 - cumprir as normas técnicas e os procedimentos estabelecidos para a implantação ou operação das instalações dos sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário;	Advertência
33	Art. 11, XII da IN 003/11 – manter as instalações dos sistema de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em bom estado de limpeza e organização;	Advertência
35	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário;	Advertência
36	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário;	Advertência
37	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário;	Advertência
38	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário	Advertência
40	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário	Advertência
41	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário;	Advertência
42	Art. 11, XI da IN 003/11 – utilizar material, equipamento, instalação, quadro de pessoal e método operativo, em condições adequadas e quantidade suficiente, de forma a garantir a prestação de serviço adequado ao usuário;	Advertência
43	Art. 12, XIX da IN 003/11 – realizar, mantendo o devido registro, a limpeza periódica dos reservatórios de acumulação e distribuição, de acordo com a legislação aplicável;	Advertência
44	Art. 12, XX da IN 003/11 - obter no prazo adequado, junto às autoridades competentes, as licenças, inclusive as ambientais, necessárias à execução de obras ou de serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, bem como não arcar com os custos respectivos;	Advertência

Ficou definido à AUTUADA o prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de recebimento do Auto de Infração, para, querendo, interpor recursos ao Conselho de Regulação, em observância ao art.12, § 1º, V, da Resolução/ARIS nº02/2011.

Em 09 de Maio de 2016, A AUTUADA apresentou através do Ofício CT/COMITÊ - 064/2016, RECURSO, abordando todos os itens que levaram à emissão do Auto de Infração nº 017/2016 lavrado pela ARIS, e requereu sua anulação e consequentemente a anulação das penalidades de advertência.

Em 30 de Maio de 2016, a Diretoria de Regulação, através do Parecer Técnico 031/2016, analisou o referido Ofício CT/COMITÊ – 064/2016 da CASAN no qual constata o não cumprimento do termo de notificação 017/2016.

Em consequência o Diretor-geral da ARIS manteve integralmente o Auto de Infração nº 017/2016, pelos seus próprios fundamentos e, portanto, mantendo a penalidade de ADVERTÊNCIA, e encaminhou os autos ao Conselho de Regulação da ARIS, com fundamento no artigo 4º, I, c/c artigos 11, XI, XII; 12, XIV, XVII, XIX e XX e 13, XVI, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 03/2011.

Este é o RELATÓRIO.

#### DO VOTO

A leitura atenta e cuidadosa dos fatos resumidos no Relatório, e considerando que as fiscalizações realizadas pela ARIS tem como fundamento a busca de adequada prestação dos serviços, oportunizando e assegurando ao prestador dos serviços a correção das não conformidades constatadas nos prazos estabelecidos;

Considerando que os Relatórios das Fiscalizações efetuadas foram dados ao conhecimento da Prestadora do Município de São Lourenço do Oeste, a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, com indicação de prazos para o cumprimento/solução das não conformidades constatadas;

Considerando que os prazos concedidos à Prestadora foram vencidos sem que tenham sido integralmente sanados, conforme apontados pela Diretoria de Regulação da ARIS;

Tendo em vista, as implicações negativas para a qualidade dos serviços prestados;

Ademais, considerando que o Auto de Infração expedido pelo Diretor-geral da ARIS está de acordo com o devido processo previsto no Protocolo de Intenções, ratificado pela Lei nº 1.988/2011, que deu origem à Agência;

Considerando que foi assegurado à RECORRENTE o contraditório e o direito à ampla defesa;

CONHEÇO das alegações de defesa apresentadas pela RECORRENTE e, que no mérito, não cumpriu com suas obrigações contratuais, enquadrando-se nas penalidades previstas no artigo 98 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Público que deu origem à ARIS e que foi ratificado pela Lei Municipal nº 5.228/2011, bem como nas disposições contidas no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e IV da Resolução Normativa ARIS nº 002/2011, de 25 de agosto de 2011.

Portanto VOTO pela MANUTENÇÃO das penalidades de ADVERTÊNCIA relativamente à infração prevista com fundamento no artigo 4º, I, c/c artigos 11, XI, XII; 12, XIV, XVII, XIX e XX e 13, XVI, todos da Resolução Normativa/ARIS nº 03/2011.

É o voto.

## PROCESSO ADMINISTRATIVO PUNITIVO Nº 052/2017 - CASAN - MUNICÍPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Publicação Nº 1454377

Processo Administrativo Punitivo nº 52/2015

Auto de Infração nº 52/2015

Recorrente: CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento

Sistema de Abastecimento de Água – SAA, de Dionísio Cerqueira - SC

Acórdão

Conselho de Regulação da ARIS

RECURSO. AUTO DE INFRAÇÃO. ADVERTÊNCIA MANTIDA. DESCUMPRIMENTO/DESATENDIMENTO DAS OBRIGAÇÕES APURADAS PELA ARIS.APLICAÇÃO DOS ARTIGOS 11, XI, XII; 12, XIV, XIX e XX; 13, XVI DA RESOLUÇÃO NORMATIVA/ARIS Nº 003/2011. RECURSO DESPROVIDO. A despeito das razões expostas pela parte recorrente, merece ser mantido o Auto de Infração nº 52/2015. Recurso conhecido e desprovido.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de recurso, em que é recorrente CASAN, o Conselho de Regulação da ARIS decidiu, por votação unânime, negar provimento ao recurso, mantendo a penalidade de Advertência.

Participaram do julgamento, realizado no dia 30 de novembro de 2017, os Srs. Conselheiros Afonso Veiga Filho, Gilberto Valente Canali, Michele Batista Correia de Mello, Roberto Aurélio de Merlo, Willian Carlos Narzetti, Stefânia Martins Hoffmann Mohedano e Nádia Boff Ribeiro. Florianópolis, 30 de novembro de 2017

Stefânia Martins Hoffmann Mohedano

Conselheira Relatora

#### DO RELATÓRIO

A Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento – ARIS emitiu, em 21 julho de 2015, o Auto de Infração nº 052/2015 em face da CASAN, no Município de Dionísio Cerqueira, com a seguinte descrição dos atos constitutivos da infração:

#### 3 - DESCRIÇÃO DOS ATOS CONSTITUTIVOS DA INFRAÇÃO

Em 2 de dezembro de 2014 foi realizada a 2ª Fiscalização do SAA no Município de Dionísio Cerqueira. Na respectiva fiscalização foi verificado o não atendimento referente às não conformidades, sendo essas elencadas no Relatório de Fiscalização SAA – Dionísio Cerqueira – nº 002/2015, senão vejamos:

ITENS	NÃO CONFORMIDADES	PRAZO PARA ADEQUAÇÃO
-------	-------------------	----------------------

01	Há falha quanto à manutenção e conservação: a barragem de captação de água está assoreada.	07/06/2014
02	Há falha quanto à segurança e/ou proteção: foi constatada a inexistência de qualquer dispositivo de segurança – cerca do tipo tela alambrado, muro ou grade no entorno da ERAB 01.	07/06/2014
03	Há falha que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e/ou movimentação de materiais: foi constatada a inexistência de grade de proteção ou guarda corpo em um dos poços de sucção da ERAB 01.	07/06/2014
04	Há falhas quanto à manutenção e/ou conservação: a. foi constatado que um dos poços de sucção da ERAB 01 está em estado inadequado de conservação; c. foi constatado que a caixa de registro de manobras da ERAB 01 está em estado inadequado de conservação;	07/06/2014
05	Há uso de tecnologia defasada: a. foi constatado que a tecnologia do sistema de dosagem de Flúor é defasada; b. foi constatado que a tecnologia dos equipamentos laboratoriais utilizados nas análises de cor e Cloro é defasada;	07/06/2014
06	Há falhas quanto à manutenção e/ou conservação: b. foi constatado que as chicanas do floculador estão em condições inadequadas de conservação; c. foi constatado que as comportas das chicanas do floculador estão em condições inadequadas de conservação; d. foi constatado que há rachaduras e infiltrações nos módulos de tratamento de água da ETA; e. foi constatado que a pintura da ETA está em condições inadequadas de conservação; f. foi constatado que o elevador do depósito de produtos químicos está inoperante;	07/06/2014
07	Há falhas quanto à estrutura do depósito de Cloro: a. foi constatado que o sistema de ventilação do depósito de armazenamento de Cloro está em desacordo com a NBR 12.216/1992, que diz que “deve haver ventilação natural por meio de aberturas até o piso; b. foi constatado que as motobombas instaladas no depósito de armazenamento de Cloro estão em desacordo com a NBR 12.216/1992, que diz que “as áreas utilizadas para depósito ou dosagem de Cloro devem contar somente com equipamentos e produtos químicos relacionados com a cloração”.	07/06/2014
08	Foi constatada a inexistência de tratamento e/ou destinação adequada dos subprodutos do tratamento de água.	07/01/2015
09	Há falha quanto à segurança e proteção: na entrada de veículos da ERAT 01, foi constatada a inexistência de portão que impeça o acesso de pessoas estranhas.	07/06/2014
10	Há falha quanto à manutenção e/ou conservação: foi constatado que a pintura da ERAT 01 está em condições inadequadas de conservação.	07/06/2014
11	Há falhas quanto à segurança e/ou proteção: a. foi constatada a inexistência de dispositivo de travamento em uma das tampas de abertura de inspeção do reservatório R 01; b. foi constatada a inexistência de qualquer tipo de dispositivo de segurança – cerca do tipo tela alambrado muro ou grade no entorno do reservatório R 02; c. foi constatada a inexistência de grade de proteção na caixa do registro de manobras do reservatório R 02;	07/06/2014
12	Há situação que coloca em risco de acidentes a circulação de pessoas e a movimentação de materiais: foi constatada a inexistência de guarda corpo na cobertura do reservatório R 01.	07/06/2014
13	Há falhas quanto à manutenção e conservação: a. foi constatado que a pintura do reservatório R 01 está em condições inadequadas de conservação; b. foi constatado a existência de rachaduras e infiltrações no reservatório R 01; c. foi constatado que uma das tampas de abertura de inspeção do reservatório R 01 está em condições inadequadas de conservação; d. foi constatada a inexistência de dutos de ventilação no reservatório R 01; e. foi constatado que a pintura do reservatório R 02 está em condições inadequadas de conservação; f. foi constatado que a caixa de registro de manobras do reservatório R 02 está em estado inadequado de conservação; g. foi constatada a inexistência de dispositivo indicador do nível de água do reservatório R 02.	07/06/2014
14	Foi constatada a inexistência de sistema de macromedição de água no reservatório R 02.	07/06/2014
15	Há unidades do SAA sem dispositivo de identificação: a. foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação no ponto de captação de água; b. foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação na ERAB 01; c. foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação na ERAT 01; d. foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação no reservatório R 01; e. foi constatada a inexistência de dispositivo de identificação no reservatório R 02;	07/06/2014
16	Há falhas quanto à limpeza e organização das unidades do SAA: a. foi constatado que a caixa de registro de manobras da ERAB 01 está em condições inadequadas de limpeza; b. foi constatado que a ERAB 01 está em condições inadequadas de limpeza; c. foi constatado que há tubulações depositadas no pátio da ETA e expostas às intempéries climáticas; d. foi constatado que o depósito de produtos químicos está em condições inadequadas de limpeza; e. foi constatado que o entorno da ERAT 01 está em condições inadequadas de limpeza; f. foi constatado que o entorno do reservatório R 02 está em condições inadequadas de limpeza;	07/03/2014
17	Não há cadastro georreferenciado das unidades do SAA.	07/10/2014
18	Não há planta de pressões da rede de abastecimento de água.	07/01/2015
20	Não há planos de emergência e contingência para o sistema de abastecimento de água.	07/04/2014
21	Não há outorga de uso da água nos mananciais supridores do SAA.	07/10/2014

22	Não há licenciamento ambiental do SAA.	07/10/2014
23	Não há plano de limpeza de reservatórios.	07/04/2014

\* A numeração dos itens segue a mesma numeração do Relatório de Fiscalização nº 001/2013 e TN nº 090/2013.

O presente Processo Administrativo Punitivo, que instaurou a penalidade de Advertência através do Auto de Infração nº 052/2015 à Companhia Catarinense de Água e Saneamento – CASAN – no Município de Dionísio Cerqueira é resultante dos seguintes fatos:

Em 18/07/2013, foi realizada a primeira fiscalização do SAA da CASAN no Município de Dionísio Cerqueira, cujo Relatório de Fiscalização (RF – SAA – DIONÍSIO CERQUEIRA – 001/2013), emitido em 04 de novembro de 2013, constatou 49 itens distribuídos em 23 não conformidades. Dentre estas, pode-se destacar o assoreamento da barragem de captação de água (nº 01), a inexistência de tratamento e/ou destinação adequada dos subprodutos do tratamento de água (nº08), inexistência de licenciamento ambiental do SAA (nº 22) e a falta de um plano de limpeza dos reservatórios, cujas desconformidades podem afetar negativamente a qualidade da água tratada e a qualidade ambiental do entorno da ETA.

A CASAN foi notificada através do Termo de Notificação nº 90/2013, juntado ao Procedimento Administrativo nº 219/2013, o qual apresentou prazo para a correção das não conformidades pontuadas.

Através do ofício CT/COMITÊ – 0199, datado de 20/11/2013, a CASAN solicitou à ARIS a dilatação do prazo para resposta ao TN nº 90/2013 em 60 (sessenta) dias. Solicitação esta acatada pela Agência Reguladora, tendo-se portanto o novo prazo para resposta encerrado em 05/02/2014.

Em 24/10/2014 a CASAN protocolou, intempestivamente, na ARIS, o Ofício CT/COMITÊ 0284 em resposta ao TN nº 90/2013, cujo prazo expirara havia 259 dias.

Em resposta ao referido Termo de Notificação a Companhia apresentou um Plano de Ação da Superintendência de Negócios da Região Oeste (SRO) para diversos SAA desta região, dentre os quais o município de Dionísio Cerqueira estaria contemplado, e que apresenta uma série de ações que contemplariam parte das não conformidades, as quais foram subdivididas nos seguintes grupos: reforma e revitalização; instalação de guarda corpo; limpeza dos reservatórios; tratamento de efluentes; necessidade de bombas reservas; melhorias em captações (ERAB); necessidade de macromedicação; mapeamento de pressão.

Em análise à manifestação da Companhia face ao Termo de Notificação nº90/2013, a Coordenadoria de Fiscalização emitiu o Parecer Técnico nº 004/2015 datado de 14/01/2015, cujo teor apontou o não atendimento de 48 dos 49 itens das 23 não conformidades elencadas no referido TN, recomendando, assim, a abertura de processo administrativo punitivo.

Em 02/12/2014 a ARIS realizou uma segunda fiscalização no SAA de Dionísio Cerqueira, cujo Relatório de Fiscalização (RF – SAA – DIONÍSIO CERQUEIRA – 002), emitido em 02 de fevereiro de 2015, constatou que dos 49 itens, somente três havia sido cumpridos, a saber os de nº: 4.b, 6.a, e 19. Além disso, as unidades do SAA (incluindo a ETA) continuavam em péssimas condições de manutenção e conservação.

Em 04/02/2015 a Coordenadoria de Fiscalização da ARIS emitiu o Despacho nº 010/2015 recomendando a abertura de Processo Administrativo Punitivo face o não atendimento por parte da CASAN das não conformidades não cumpridas do TN nº 090/2013.

Em 19/02/2015 o Diretor de Regulação da ARIS emitiu Despacho s/n relatando reunião realizada juntamente com a CASAN, onde foi apresentado, pela Companhia, um plano de ações a ser executado no SAA de Dionísio Cerqueira. Ainda, solicitou à Coordenadoria de Fiscalização da ARIS buscar e acompanhar o cumprimento do cronograma físico para os investimentos apresentados.

Em 20/02/2015 a ARIS emitiu o Ofício Diretor de Regulação nº 065/2015 requerendo à Companhia a apresentação de cronograma físico-financeiro dos investimentos previstos, apresentando o valor relativo a cada não conformidade e os prazos de início e fim das atividades. Foi dado prazo de 30 dias para encaminhamento das informações.

Em 16/07/2015 a Coordenadoria de Fiscalização da ARIS emitiu o Parecer Técnico nº 101/2015, referente à análise da manifestação da Prestadora face ao Termo de Notificação nº 090/2013, cujo relatório aponta que a Prestadora não apresentou o cronograma físico-financeiro tampouco evidências do atendimento das não conformidades pendentes e, portanto, recomendando abertura de Processo Administrativo Punitivo. Recomendação esta acatada pelo Diretor de Regulação em 20/07/2015.

Diante dos fatos supra relatados, a ARIS instaurou, no dia 21/07/2015, o Processo Administrativo Punitivo nº 052/2015, com base na Decisão n. 053/2015, com fulcro no artigo 11, Parágrafo Único, incisos I e IV, da Resolução nº002/2011, com a lavratura de Auto de Infração, com a aplicação da penalidade de advertência.

Devido ao não atendimento das não conformidades de nº 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 17,18, 20, 21, 22 e 23 a Autuada infringiu os seguintes dispositivos legais: artigos 11, XI, XII; 12, XIV, XIX e XX; 13, XVI, todos da Resolução Normativa da ARIS n. 03/2011, culminando na aplicação da penalidade de Advertência, com fulcro no artigo 4º, I, também da Res. Normativa/ARIS n. 03/2011.

A partir de 31/07/2015 (data do AR) foi concedido prazo de 15 dias para a apresentação de Recurso por parte da Autuada.

Por meio do Ofício CT/COMITÊ – 177/2015, recebido na ARIS em 14/08/2015, a Autuada recorreu tempestivamente, requerendo seja reconsiderada a decisão de aplicação de penalidade, tendo em vista os fundamentos já declinados nos autos, somados ao presente recurso, para que seja excluída a penalidade de advertência.

Em seu recurso, a Autuada cita que encaminhou em 24/10/2014 o Plano de Ação com especificação dos prazos para cumprimento de cada uma das ações visando a regularização de pontuais não conformidades. No entanto, o Plano de Ação mencionado não contemplaria todas as não conformidades notificadas, nem tampouco faz menção alguma ao município de Dionísio Cerqueira, conforme relatado no Parecer Técnico da Coordenadoria de Fiscalização da ARIS nº 004/2015.

Por fim, a CASAN requer a anulação do Auto de Infração nº 052/2015 e o reconhecimento do cumprimento das determinações constantes do Termo de Notificação conforme Plano de Ação anexo ao Processo.

Em 06/02/2017 a ARIS realizou a terceira fiscalização no SAA de Dionísio Cerqueira, cujo Relatório de Fiscalização 003/2017, emitido em 07 de fevereiro de 2017, constatou que a Autuada havia solucionado 5 dos 46 itens das não conformidades ainda pendentes, a saber os de nº: 5-a, 5-b, 13-d e 16-c do Auto de Infração nº 052/2015.

Em 14/02/2017 a Coordenadoria de Fiscalização emitiu Despacho (s/n) referente ao acompanhamento da situação das não conformidades do Auto de Infração nº 052/2015, onde pontua que Prestadora regularizou a situação das não conformidades 5-a, 5-b, 13-d e 16-c; e não regularizou a situação das não conformidades 01, 02, 03, 04-a, 4-c, 6-b, 6-c, 6-d, 6-e, 6-f, 7-a, 7-b, 8, 9, 10, 11-b, 11-c, 12, 13-a, 13-b, 13-c, 13-e, 13-f, 13-g, 14, 15-a, 15-b, 15-c, 15-d, 15-e, 16-a, 16-b, 16-d, 16-e, 16-f, 17, 18, 20, 21, 22 e 23.

Em 14/02/2017 o Diretor de Regulação da ARIS recomenda a manutenção das penalidades impostas.

Por fim, em 04/10/2017, o Dir. Geral da ARIS decidiu por manter parcialmente o Auto de Infração n. 052/2015 pelos seus próprios

fundamentos.

#### DO VOTO

Diante das razões apresentadas pelo Recorrente, e com base nos fundamentos legais, conheço do recurso, e nego provimento, mantendo a decisão nos autos do processo 219/2013, vez que não foram solucionadas as não conformidades nº 01, 02, 03, 04-a, 4-c, 6-b, 6-c, 6-d, 6-e, 6-f, 7-a, 7-b, 8, 9, 10, 11-b, 11-c, 12, 13-a, 13-b, 13-c, 13-e, 13-f, 13-g, 14, 15-a, 15-b, 15-c, 15-d, 15-e, 16-a, 16-b, 16-d, 16-e, 16-f, 17, 18, 20, 21, 22 e 23 constatadas na 1ª Fiscalização do SAA no Município de Dionísio Cerqueira, realizada em 18 de julho de 2013, devendo-se mater a penalidade de Advertência à Cia. Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, nos termos da fundamentação.

É o voto.

---

### CIM-AMAVI

---

#### RESOLUÇÃO Nº 09, DE 12/12/2017

Publicação Nº 1454796

RESOLUÇÃO nº 09, de 12/12/2017.

Institui a Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI e dá outras providências.

HUMBERTO PESSATTI, PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI, no uso de suas atribuições legais,

#### RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI – CIM-AMAVI.

Parágrafo único. A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI - CIM-AMAVI será composta pelos servidores:

Zulnei Luchtenberg  
Contador do Município de Trombudo Central  
Matrícula Funcional 114  
RG 2.498.875  
CPF 732.297.509-00  
adm@trombudocentral.sc.gov.br

Mariane Fernandes da Rosa  
Analista de Compras e Licitações do Município de Trombudo Central  
Matrícula Funcional 2404  
RG 3.993.011  
CPF 038.665.519-75  
marianefernandesdarosa@hotmail.com

Gerson Chaves Cabral  
Técnico em Controle Interno do Município de Agronômica  
Matrícula Funcional 05  
RG 1.421.031  
CPF 468.407.969-49  
xeba@agronomica.sc.gov.br

Rose Nardelli Bechtold  
Agente Administrativa do Município de Laurentino  
Matrícula Funcional 91.4  
RG 1.223.184  
CPF 609.184.469-53  
licitacao@laurentino.sc.gov.br

Valmir Batista  
Assessor Contábil da AMAVI  
RG 417.969  
CPF 222.517.409-10  
valmir@amavi.org.br



Evelina Elisabeth Rosa Zucatelli  
Contadora da AMAVI  
RG 2.626.432  
CPF 891.487.209-25  
evelina@amavi.org.br

Walcy Mees da Rosa  
Secretária Administrativa da AMAVI  
RG 1.892.871  
CPF 596.528.029-72  
amavi@amavi.org.br

Art. 2º A Comissão Permanente de Licitação do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário dos Municípios da AMAVI- CIM-AMAVI terá mandato de 1 (um) ano, cabendo ao Assessor Contábil da AMAVI, Valmir Batista, a Presidência da Comissão e à Secretária Administrativa da AMAVI, Walcy Mees da Rosa, a relatoria dos trabalhos da Comissão.

Art. 3º Caberá à comissão ora instituída o processamento inclusive dos credenciamentos e procedimentos afins realizados pelo CIM-AMAVI.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 12 de dezembro de 2017.  
Humberto Pessatti  
Presidente do CIM-AMAVI

Agostinho Senem  
Diretor Executivo do CIM-AMAVI

## CIS/AMAUC

### ATA Nº033.01.2017 - 08 MARÇO 2017

Publicação Nº 1454507

ATA Nº 033.01.2017 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CIS AMAUC

Às oito horas do dia oito do mês de março do ano de dois mil e dezessete, tendo como local a Sala de Reuniões da Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, situada à Rua Marechal. Deodoro, 772 12º andar, Edifício Mirage Offices, Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos e Vice-Prefeitos dos Municípios que integram o CIS AMAUC, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 01, folha nº 38 – frente e verso, para a realização da Assembleia Geral Ordinária do CIS AMAUC, conforme Edital de Convocação 1/2017 de 13 de fevereiro de 2017. Verificado o quórum e havendo número legal de Prefeitos presentes a Presidente do CIS Amauc – Prefeita Neusa Klein Maraschini saudou a todos e declarou aberta a reunião. Ato contínuo convidou a Senhora Ivanete Terezinha Pereira Grendene –Diretora-Administrativa do CIS Amauc para secretariar a reunião, seguindo com os assuntos de pauta, conforme seguem: 1 – Balanço Geral 2016: Apresentação do parecer do Conselho Fiscal relativo ao Balanço Geral encerrado em 31.12.2016 e Apreciação das contas do exercício de 2016: O balanço geral, com o parecer favorável firmado pelos membros do Conselho Fiscal foi apresentado pelo Senhor Roberto Kurtz Pereira – Secretário Executivo da Amauc, com o auxílio do senhor Vanderlei Roberto Picinini, Assessor Contábil do CIS Amauc. Ressaltou que a conta bancária 572.642-5 refere-se exclusivamente a movimentação dos recursos do Contrato de Rateio 1/2016 e Termos Aditivos, referentes a contratação de Nutricionista para os municípios signatários desse Contrato. A conta bancária 547.150-8 movimentou os recursos do Contrato de Rateio 2/2016 e seus Aditivos, que se referem aos serviços de especialidades médicas credenciadas ao CIS Amauc e à anuidade 2016. Após esclarecimentos o Balanço Geral relativo ao Exercício de 2016 foi aprovado por unanimidade. 2 – CIS Amauc: Prefeita Neusa repassou informações sobre os serviços disponíveis e prestadores credenciados ao CIS Amauc. Enfatizou a necessidade de avanço do consórcio, principalmente na efetivação da inscrição no SCNES e do credenciamento ao SUS. Apesar da Deliberação CIB/SC 35/2005 trazer a relação de documentos necessários para o credenciamento ao SUS, não existe um consenso em relação aos tramites. A Assembleia aprovou por unanimidade a realização do processo de inscrição no SCNES e credenciamento ao SUS e determinou que a Diretora-Administrativa do CIS busque informações para concretizar e finalizar este processo. Esgotada a pauta, a Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia. Para constar, solicitou a mim \_\_\_\_\_ Ivanete Terezinha Pereira Grendene – lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

NEUSA KLEIN MARASCHINI  
Presidente do CIS Amauc

### ATA Nº034.02.2017 - 01 DEZEMBRO 2017

Publicação Nº 1454509

ATA Nº 034.02.2017 – ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ALTO URUGUAI CATARINENSE – CIS AMAUC

Às oito horas e trinta minutos do dia primeiro do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, tendo como local a Sala de Reuniões da Associação de Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC, situada à Rua Marechal Deodoro, 772 12º andar, Edifício Mirage Offices,



Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos e Vice-Prefeitos dos Municípios que integram o CIS AMAUC, cujas assinaturas constam no Livro de Assinaturas nº 01, folha nº 39 – frente, para a realização da Assembleia Geral Ordinária do CIS AMAUC, conforme Edital de Convocação 2/2017 de 16 de novembro de 2017. Verificado o quórum e havendo número legal de Prefeitos presentes a Presidente do CIS Amauc – Prefeita Neusa Klein Maraschini saudou a todos e declarou aberta a reunião. Ato contínuo convidou a Senhora Ivanete Terezinha Pereira Grendene –Diretora-Administrativa do CIS Amauc para secretariar a reunião, seguindo com os assuntos de pauta, conforme seguem: 1 – Aprovação da ata da assembleia do dia 8 de março, a qual foi aprovada por todos. 2 – Orçamento e Contrato de Rateio para 2018: Senhor Roberto e Senhor Vanderlei apresentaram o Orçamento e o Contrato de Rateio/2018, explicando que os valores foram definidos por cada Secretário de Saúde, tendo em vista serem valores estimados para Exames, Consultas, Procedimentos e Cirurgias, bem como o valor da anuidade para 2018 de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), por município. Esse recurso cobre despesas do CIS Amauc como impressos, materiais e pagamento de programa contábil e outras despesas. O Contrato de Rateio foi aprovado por todos e o Senhor Vanderlei providenciou as assinaturas. Em relação ao Contrato de Rateio das Nutricionistas, para os municípios de Peritiba e Piratuba, os quais mantêm profissionais de Nutrição contratados através do CIS Amauc, ficou acertado o reajuste de 4% (quatro por cento) para 2018. Senhor Vanderlei Picinini – Assessor Contábil da Amauc, vai providenciar o Contrato de Rateio para esses municípios. 3 – Sobreaviso Médico Hospital São Francisco: A Presidente Neusa expôs aos Prefeitos sobre a negociação com o Hospital São Francisco para o Sobreaviso Médico, realizada na Câmara Técnica e de Apoio do CIS Amauc/CIR, formada pelos Secretários de Saúde dos municípios. Esclareceu que a proposta do hospital veio com reajuste de 9,98% e foi feita contraproposta de 4,94%, a qual foi aceita pelo hospital, após ouvir os argumentos dos gestores. Desta forma a Presidente solicitou aos Prefeitos para aprovarem o reajuste, tendo em vista a importância e necessidade do sobreaviso médico. A proposta foi homologada por unanimidade. 4 - Tabela de Serviços CIS Amauc: Senhora Neusa explanou que foi formada uma comissão de Secretários de Saúde, da qual fazem parte Valdir Zanella, Sidinei Schmidt, Adriano Krindges e Fabiano Frare, para analisarem a Tabela de Serviços e Valores do CIS Amauc Edital 2013. Este trabalho da comissão está sendo realizado para adequar algumas situações, sendo que a proposta é de utilizar como base a Tabela CIS Amosc com o percentual de 10% (dez por cento) a mais, para a Tabela do Edital/2013 que é utilizada para profissionais instalados na região da Amauc. Para a Tabela CIS Amauc do Edital 2005, serão considerados os mesmos valores do CIS Amosc. Os Prefeitos aprovaram a revisão da Tabela e homologam a decisão da Câmara Técnica do CIS Amauc. 5 – Eleição Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal para 2018: A Presidente suspendeu a reunião por trinta minutos para elaboração e apresentação das chapas. Reaberto os trabalhos foi apresentada apenas uma chapa que passou a denominar de Chapa Única, com a seguinte composição: CONSELHO DELIBERATIVO. Presidente: Neusa Klein Maraschini, Prefeita de Peritiba, brasileira, casada, Enfermeira, CPF 825.056.329-87, residente e domiciliada à Rua Miguel Balduino Boll, nº 10, CEP 89.750-000, Município de Peritiba – SC. Vice-Presidente: Genir Loli – Prefeito de Lindóia do Sul, brasileiro, casado, Empresário, CPF 892.861.709-04, RG 1.877.022, residente e domiciliado à Rua Leonelo Bertol, 149, Município de Lindóia do Sul – SC – CEP 89.735-000. 1º Secretário: Olmir Paulinho Benjamini – Prefeito de Piratuba, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.462.509-78, RG 11/C 938.177, residente e domiciliado à Av. 18 de Fevereiro, 1657, Município de Piratuba – SC – CEP 89.667-000. 2º Secretário: Ademir Domingos Miotto – Prefeito de Presidente Castello Branco - brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.447.889-20, RG 1.309.011, residente e domiciliado à Rua Paraná, 97 - Município de Presidente Castello Branco – SC, CEP 89.745-000. CONSELHO FISCAL: Titulares: 1º Jairo Luis Sartoretto – Prefeito de Itá, brasileiro, casado, Empresário, CPF 182.652.199-20, RG 14/R 561.713, residente e domiciliado à Rua 15, nº 129, Município de Itá – CEP 89.760-000. 2º Kleber Mércio Nora, Prefeito de Jaborá, brasileiro, casado, Contador, CPF 612.781.069-87, CI 2.140.723, residente e domiciliado à Linha São Francisco, nº 2, CEP 89.677-000, Município de Jaborá – SC. 3º Sivio Antônio Lemos das Neves – Prefeito de Irani, brasileiro, casado, Contador, CPF 665.448.239-53, RG 2.465.964, residente e domiciliado à Rua Caixa D'Água, 99, Município de Irani – SC – CEP 89.680-000. 4º Cátia Tessmann Reichert, Prefeita de Alto Bela Vista, brasileira, casada, Professora, CPF 017.160.299-45, CI 1.877.467-9, residente e domiciliada à Rua São Vicente, s/n, CEP 89.730-000, Município de Alto Bela Vista – SC. 5º Rogério Luciano Pacheco – Prefeito de Concórdia, brasileiro, casado, Advogado, CPF 540.567.809-00; RG 841.667, residente e domiciliado à Rua Oswaldo Zandavalli, 15 – 1º andar, Município de Concórdia – SC – CEP 89.700-136. 6º Edemilson Canale – Prefeito Seara, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, CPF 369.691.099-68, residente e domiciliado à Rua Padre Anchieta, 201, Município de Seara – SC – CEP 89.770-000. Suplentes: 1º Volnei Antônio Schmidt – Prefeito de Ipumirim, brasileiro, casado, Empresário, CPF 607.586.609-44, RG 1.878.032, residente e domiciliado à Rua Dias Velho, 110, Município de Ipumirim – SC – CEP 89.790-000. 2º Leani Kapp Schmitt, Prefeita de Arabutã, brasileira, casada, Pedagoga - Orientadora Educacional, CPF 492.348.549-34, RG 14/R 1.555.097, residente e domiciliada à Linha Unidos, Município de Arabutã – SC – CEP 89.740-000. 3º Enoir Fazolo, Prefeito de Xavantina, brasileiro, casado, Empresário, CPF 518.220.759-04, RG 11.47012, residente e domiciliado à Rua Prefeito Rebelato, 151, Município de Xavantina – SC – CEP 89.780-000. 4º Emerson Ari Reichert – Prefeito de Ipira, brasileiro, casado, Contador, CPF 758.846.159-49, CI 1.877.623, residente e domiciliado à Rua João Batista Riffel, 98, Município de Ipira – SC – CEP 89.669-000. Tendo em vista o registro de apenas uma chapa, a eleição ocorreu por aclamação, sendo eleita por unanimidade dos presentes a chapa antes mencionada, para a Gestão 2018, com posse automática em 1º de janeiro findando em 31 de dezembro de 2018. 6 - Indicação da Diretoria Administrativa do CIS AMAUC e suas atribuições. A assembleia, na forma do inciso VI, do art. 13, do Estatuto Social, aprovou a indicação para o cargo Diretor Administrativo ser exercido pela senhora Ivanete Terezinha Pereira Grendene, funcionária da AMAUC. A Diretora deverá em conjunto com o Presidente praticar todos os atos necessários para administração e movimentação financeira do CIS Amauc, especialmente as disposições previstas no art. 20 e seus incisos do Estatuto Social, bem como outras tarefas inerentes ao cargo. A Assembleia também determinou ao atual Presidente do CIS Amauc a edição de resolução de indicação da Diretoria Administrativa nos termos antes aprovado. A resolução deverá ser encaminhada às instituições bancárias, juntamente com os documentos necessários para movimentação bancária pela Diretoria eleita para o exercício de 2018. Da mesma forma do corrente exercício, para execução das tarefas a Diretoria Administrativa receberá gratificação, que será paga pela AMAUC e reembolsada pelo CIS Amauc. 7 - Possibilidade do Presidente reeleita constituir procurador. A senhora Neusa Klein Maraschini – Prefeita de Peritiba, na condição de Presidente reeleita para a Gestão 2018, solicitou à Assembleia Geral que lhe seja concedida autorização, nos termos do inciso III, do art. 15 do Estatuto Social, para constituir procurador, caso julgar necessário durante sua gestão, com o objetivo de delegar à outra pessoa as atribuições previstas no inciso IV do art. 15, ou seja, a movimentação bancária, especialmente efetuar pagamentos on line, através do gerenciador eletrônico (token ou outro que venha a ser instituído pelas instituições bancárias), em conjunto com o Diretor Administrativo. A intenção é delegar esta atribuição ao senhor Roberto Kurtz Pereira – Secretário Executivo da AMAUC. A Presidente argumentou que a Diretoria e os demais Prefeitos possuem os meios necessários para fiscalização e controle administrativo e financeiro do CIS AMAUC e que a delegação dos pagamentos facilita a todos, especialmente à Presidente, pois em função de seus compromissos no cargo de Prefeita nem sempre está disponível para atender todas as demandas do consórcio. A solicitação foi autorizada por unanimidade dos Prefeitos presentes, ficando a cargo da Presidente eleita adotar a medida, caso julgar necessária. 8 – Assuntos Gerais: A Presidente passou a palavra para a Diretoria Administrativa do CIS Amauc, Senhora Ivanete, a qual informou que neste ano o CIS conseguiu seu registro no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES, sob nº 9269185 e que para

2018 continuará os tramites para conseguir registro no SUS. Falou sobre os desafios para 2018, sendo que o principal é rever a estrutura do CIS Amauc em função da implantação do SisReg que irá possibilitar a publicação das filas de espera para procedimentos, instituído por lei, no qual os Consórcios Públicos estão inseridos e a busca de credenciamentos de novas especialidades. Destacou ainda o trabalho constante da Câmara Técnica e de Apoio do CIS/CIR, com reuniões mensais, e outras extraordinárias, onde temas importantes da saúde são debatidos o que tem contribuído para o avanço da saúde na região. Esgotada a pauta, a Presidente agradeceu o apoio recebido de todos os colegas e a confiança em reconduzi-la ao cargo. Agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a assembleia. Para constar, solicitou a mim \_\_\_\_\_ Ivanete T. Pereira Grendene – Diretora Administrativa, lavrar esta ata que, após lida e aprovada, será assinada por quem de direito.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Presidente do CIS Amauc

VISTO:

EM 01/12/2017

ROBERTO KURTZ PEREIRA

OAB/SC nº 22.519

## CONTRATO RATEIO Nº01/2018 - EXAMES

Publicação Nº 1454345

### CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2018

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense, neste ato representados pelos seus respectivos Prefeitos, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA

##### DO OBJETIVO

O presente Contrato de Rateio tem por objetivo fixar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC para o exercício de 2018, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, em especial, para atender as despesas com a contratação de atendimentos médico clínicos especializados e exames, nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados ao Consórcio e para manutenção das atividades administrativas do Consórcio.

Durante o exercício os Municípios integrantes do CIS AMAUC poderão utilizar os serviços dos profissionais de saúde para atendimentos médicos clínicos especializados e exames laboratoriais, sendo que o pagamento será feito pelos serviços utilizados.

Durante o decorrer do exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior.

#### CLÁUSULA SEGUNDA

##### DO VALOR DO CONTRATO DE RATEIO

O valor do presente Contrato de Rateio é a estimativa de uso dos serviços estimados pelos Municípios, ao qual, dá-se o valor de R\$ 753.000,00 (setecentos e cinquenta e três mil reais), além do valor do rateio dos serviços conforme cláusula terceira deste Contrato de Rateio.

O valor do presente Contrato de Rateio poderá ser alterado mediante Termo Aditivo conforme a necessidade de cada ente consorciado visando atender sua demanda, ou através de assembleia geral em caso de novos serviços.

#### CLÁUSULA TERCEIRA

##### DO RATEIO

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio CIS AMAUC no exercício de 2018, cada Município repassará ao Consórcio os seguintes valores:

I - R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em duas parcelas, sendo a primeira no mês de março e a segunda no mês de agosto/2018, para as despesas de custeio do Consorcio.

II - O valor utilizado pelo ente consorciado em serviços médicos, clínicos e laboratoriais, em cada mês, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a efetiva utilização dos serviços.

#### CLÁUSULA QUARTA

##### DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA

4.1 As despesas decorrentes do presente Contrato de Rateio para a manutenção das atividades do consórcio correrão por conta da rubrica orçamentária, conforme abaixo especificado:

ELEMENTO			TOTAL/ANO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.000,00
3.3.71.39.01 – Transferência a consórcios Públicos - Outras Despesas Correntes			2.000,00
TOTAL DO MUNICÍPIO			2.000,00

4.2 As despesas dos Municípios com a realização de serviços médicos especializados correrão por conta da seguinte classificação orçamentaria

em cada um dos entes consorciados:

ELEMENTO			TOTAL/ANO
OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
3.3.93.39.50 – Aplicações Diretas decorrentes de operações entre órgãos Consorciados que o Ente Participe – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica – Serviços Médico-Hospitalar, Odontológicos e Laboratorial.		Valor conforme o Município vai utilizar no ano	
TOTAL DO MUNICÍPIO			

#### CLÁUSULA QUINTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CIS AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O CIS AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

#### CLÁUSULA SEXTA DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO

Todos os Municípios consorciados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo CIS AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar os serviços e efetuar o pagamento conforme a efetiva prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DO RATEIO DAS DESPESAS

Para atender as despesas previstas, cada ente consorciado repassará os valores conforme tabela abaixo:

I – Manutenção das despesas do Consórcio:

Alto Bela Vista	2.000,00
Arabutã	2.000,00
Concórdia	2.000,00
Ipira	2.000,00
Ipumirim	2.000,00
Irani	2.000,00
Itá	2.000,00
Jaborá	2.000,00
Lindóia do Sul	2.000,00
Peritiba	2.000,00
Piratuba	2.000,00
Pres. Castello Branco	2.000,00
Seara	2.000,00
Xavantina	2.000,00

II – Serviços Médicos, Clínicos e laboratoriais (valores estimados)

Alto B.Vista	75.000,00
Arabutã	10.000,00
Concórdia	20.000,00
Ipira	60.000,00
Ipumirim	85.000,00
Irani	75.000,00
Itá	35.000,00
Jaborá	20.000,00
Lindóia Sul	30.000,00
Peritiba	70.000,00
Piratuba	100.000,00
Pres.C.Bco	35.000,00
Seara	40.000,00
Xavantina	70.000,00

#### CLÁUSULA OITAVA

**DA VIGÊNCIA**

O presente contrato de rateio terá vigência de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018.

**CLÁUSULA NONA****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo CIS AMAUC aos municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

CATIA T. REICHERT Prefeita Mun. de A. B. Vista	LEANI KAPP SCHMITT Prefeita Municipal de Arbutã	ROGÉGIO L. PACHECO Prefeito Mun. de Concórdia
VOLNEI A. SCHMIDT Prefeito Municipal de Ipumirim	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira	JAIR L. SARTORETTO Prefeito Municipal de Itá
SIVIO A. L. DAS NEVES Prefeito Municipal de Irani	GENIR LOLI Prefeito Municipal de L. do Sul	KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
NEUSA K. MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	ADEMIR D. MIOTTO Prefeito de Pres. C. Branco	OLMIR P. BENJAMINI Prefeito Municipal de Piratuba
EDEMILSON CANALE Prefeito Municipal de Seara	ENOIR FAZOLO Prefeito Mun. de Xavantina	
ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918		

**QUINTO ADITIVO CONTRATO RATEIO CIS AMAUC Nº1/2017 - EXAMES XAVANTINA**

Publicação Nº 1454498

Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Rateio 01/2017  
CIS AMAUC EXAMES E CONSULTAS

O CIS Amauc e o Município de Xavantina, que integra Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS Amauc, neste ato representado pelo seu Prefeito, através deste Termo Aditivo ao Contrato de Rateio 01/2017 estabelece o que segue:

**CLAUSULA PRIMEIRA  
DO OBJETIVO**

O presente aditivo tem por objetivo alterar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC, junto ao Município de Xavantina para o restante do exercício de 2017, para atender as despesas com a contratação de atendimentos médico clínicos especializados e exames, nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados ao Consórcio.

Durante o exercício o Município integrante do CIS AMAUC poderá utilizar os serviços dos profissionais de saúde para atendimentos médico clínicos especializados e exames laboratoriais nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, sendo que o pagamento será feito pelos serviços utilizados, não tendo rateio das despesas, pois o cálculo do valor será aplicado sobre a tabela de credenciamento pela quantidade de exames utilizados.

**CLÁUSULA SEGUNDA  
DA DESPESA**

Para a realização da despesa o CIS AMAUC obedecerá o que dispõe a Lei nº8.666/96 (Leis das Licitações Públicas), seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	CISAMAUC
Unidade	1	CISAMAUC
Funcional Programática		
01.01.10	Saúde	
01.01.10.301	Atenção Básica	
01.01.10.301.0001	Desenvolvimento Regional	
12.361.0001.2.002	Disponibilização de Exames Profissionais	

Elemento	Recurso	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		15.000,00
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	15.000,00	
		TOTAL		15.000,00

Durante o decorrer do exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio CIS AMAUC no exercício de 2017, o Município realizará o pagamento do valor utilizado em serviços médicos, clínicos e laboratoriais, em cada mês, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a utilização dos serviços, ao Consórcio

#### CLÁUSULA QUARTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CIS AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O CIS AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO

Todos os Municípios consorciados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo CIS AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar os serviços e efetuar o pagamento conforme a efetiva prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

O presente aditivo terá vigência de 23 de agosto a 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SÉTIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo CIS AMAUC aos municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzamos efeitos legais.

Concórdia, 26 de outubro de 2017.

Neusa Klein Maraschini Prefeita Municipal de Peritiba Presidente do CIS Amauc	Enoir Fazolo Prefeito de Xavantina
Roberto Kurtz Pereira OAB/SC 22.519	Vanderlei Roberto Picinini Contador CRC/SC 023.918

### SETIMO ADITIVO CONTRATO RATEIO CIS AMAUC Nº1/2017 EXAMES CONCORDIA

Publicação Nº 1454502

#### Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Rateio 01/2017 CIS AMAUC EXAMES E CONSULTAS

O CIS Amauc e o Município de ITÁ, que integra Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS Amauc, neste ato representado pelo seu Prefeito, através deste Termo Aditivo ao Contrato de Rateio 01/2017 estabelece o que segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETIVO

O presente aditivo tem por objetivo alterar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC, junto ao Município de Itá para o restante do exercício de 2017, para atender as despesas com a contratação de atendimentos médico clínicos especializados e exames, nas mais diversas

áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados ao Consórcio.

Durante o exercício o Município integrante do CIS AMAUC poderá utilizar os serviços dos profissionais de saúde para atendimentos médico clínicos especializados e exames laboratoriais nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, sendo que o pagamento será feito pelos serviços utilizados, não tendo rateio das despesas, pois o cálculo do valor será aplicado sobre a tabela de credenciamento pela quantidade de exames utilizados.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA DESPESA

Para a realização da despesa o CIS AMAUC obedecerá o que dispõe a Lei nº8.666/96 (Leis das Licitações Públicas), seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	CISAMAUC		
Unidade	1	CISAMAUC		
Funcional Programática				
01.01.10	Saúde			
01.01.10.301	Atenção Básica			
01.01.10.301.0001	Desenvolvimento Regional			
12.361.0001.2.002	Disponibilização de Exames Profissionais			
Elemento	Recurso	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		15.000,00
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	15.000,00	
		TOTAL		15.000,00

Durante o decorrer do exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior.

#### CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio CIS AMAUC no exercício de 2017, o Município realizará o pagamento do valor utilizado em serviços médicos, clínicos e laboratoriais, em cada mês, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a utilização dos serviços, ao Consórcio

#### CLÁUSULA QUARTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CIS AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O CIS AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

#### CLÁUSULA QUINTA DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO

Todos os Municípios consorciados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo CIS AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar os serviços e efetuar o pagamento conforme a efetiva prestação dos serviços.

#### CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

O presente aditivo terá vigência de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2017.

#### CLÁUSULA SETIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo CIS AMAUC aos municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzamos efeitos legais.

Concórdia, 1º de novembro de 2017.



Neusa Klein Maraschini Prefeita Municipal de Peritiba Presidente do CIS Amauc	Jairo Luiz Sartoretto Prefeito de Itá
Roberto Kurtz Pereira OAB/SC 22.519	Vanderlei Roberto Picinini Contador CRC/SC 023.918

## SEXTO ADITIVO CONTRATO RATEIO CIS AMAUC Nº1/2017 - EXAMES ITÁ

Publicação Nº 1454499

Sexto Termo Aditivo ao Contrato de Rateio 01/2017  
CIS AMAUC EXAMES E CONSULTAS

O CIS Amauc e o Município de ITÁ, que integra Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS Amauc, neste ato representado pelo seu Prefeito, através deste Termo Aditivo ao Contrato de Rateio 01/2017 estabelece o que segue:

### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETIVO

O presente aditivo tem por objetivo alterar a despesa e estimar a receita do CIS AMAUC, junto ao Município de Itá para o restante do exercício de 2017, para atender as despesas com a contratação de atendimentos médico clínicos especializados e exames, nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, junto aos profissionais credenciados ao Consórcio.

Durante o exercício o Município integrante do CIS AMAUC poderá utilizar os serviços dos profissionais de saúde para atendimentos médico clínicos especializados e exames laboratoriais nas mais diversas áreas e especificidades da saúde, sendo que o pagamento será feito pelos serviços utilizados, não tendo rateio das despesas, pois o cálculo do valor será aplicado sobre a tabela de credenciamento pela quantidade de exames utilizados.

### CLÁUSULA SEGUNDA DA DESPESA

Para a realização da despesa o CIS AMAUC obedecerá o que dispõe a Lei nº8.666/96 (Leis das Licitações Públicas), seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	CISAMAUC		
Unidade	1	CISAMAUC		
Funcional Programática				
01.01.10	Saúde			
01.01.10.301	Atenção Básica			
01.01.10.301.0001	Desenvolvimento Regional			
12.361.0001.2.002	Disponibilização de Exames Profissionais			
Elemento	Recurso	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		15.000,00
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	15.000,00	
		TOTAL		15.000,00

Durante o decorrer do exercício o Presidente do Consórcio poderá efetuar por ato próprio o remanejamento de dotações de uma categoria de programação para outra, bem como suplementar o orçamento tendo como fontes de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior.

### CLÁUSULA TERCEIRA DO PAGAMENTO

Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio CIS AMAUC no exercício de 2017, o Município realizará o pagamento do valor utilizado em serviços médicos, clínicos e laboratoriais, em cada mês, até o dia 10 (dez) do mês subsequente a utilização dos serviços, ao Consórcio

### CLÁUSULA QUARTA DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O CIS AMAUC manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

O CIS AMAUC encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

### CLÁUSULA QUINTA

**DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO**

Todos os Municípios consorciados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo CIS AMAUC ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar os serviços e efetuar o pagamento conforme a efetiva prestação dos serviços.

**CLÁUSULA SEXTA  
DA VIGÊNCIA**

O presente aditivo terá vigência de 1º de novembro a 31 de dezembro de 2017.

**CLÁUSULA SETIMA  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do CIS AMAUC, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo CIS AMAUC aos municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzamos efeitos legais.

Concórdia, 1º de novembro de 2017.

Neusa Klein Maraschini Prefeita Municipal de Peritiba Presidente do CIS Amauc	Jairo Luiz Sartoretto Prefeito de Itá
Roberto Kurtz Pereira OAB/SC 22.519	Vanderlei Roberto Picinini Contador CRC/SC 023.918

---

**CIS/AMMVI**

---

**RESOLUÇÃO Nº 182-2017 - CISAMVI**

Publicação Nº 1454637

RESOLUÇÃO nº. 182, de 12/12/2017

PRESIDENTE DA DIRETORIA DO CISAMVI DELEGA ATRIBUIÇÕES AO DIRETOR EXECUTIVO.

MATIAS KOHLER, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, e pelo artigo 28, em especial pelo disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, do Estatuto do Consórcio Público do CISAMVI, e:

CONSIDERANDO, os termos da Resolução nº 131/2016, publicada no DOM/SC, Edição nº 2138, do dia 06/12/2016, pág. 702, que contratou para o exercício de 2016, o Sr. Cleones Hostins para o emprego público de Diretor Executivo;

CONSIDERANDO, a Resolução nº. 180/2017, publicada no DOM/SC, Edição nº. 2404, do dia 08/12/2017, pág. 1311, que ratificou a confirmação do Sr. Cleones Hostins no cargo de Diretor Executivo para o exercício de 2018;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam delegadas ao Diretor Executivo as competências estabelecidas ao Presidente do CISAMVI, respeitados os ditames constantes no Artigo 28, em especial o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo, do Estatuto do Consórcio Público do CISAMVI;

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2018.

Blumenau (SC), em 12 de dezembro de 2017.

MATIAS KOHLER  
Presidente do CISAMVI

**RESOLUÇÃO Nº 183-2017 - CISAMVI**

Publicação Nº 1454595

RESOLUÇÃO nº 183, de 12/12/2017

Dispõe sobre a suspensão das atividades no final deste exercício e início do próximo ano, autorizando recesso ou férias regulares fracionadas aos empregados do CISAMVI.

MATIAS KOHLER, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, através do Contrato de Consórcio Público, pelo Estatuto

do CISAMVI e pelo art. 139, "caput" e § 1º da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Convenção nº 132 da OIT (incorporado ao ordenamento jurídico pátrio na forma do Decreto nº 3.197, de 05/10/1999); e

Considerando a deliberação da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí, realizada em 30 de novembro de 2017, autorizando a concessão de férias coletivas aos empregados e Estagiários do CISAMVI;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias coletivas aos empregados e estagiários do CISAMVI no período de 26/12/2017 à 10/01/2018, autorizando o gozo de férias regulares fracionadas.

§ 1º - Serão concedidas férias em dois períodos aos empregados do CISAMVI, com gozo de férias regulares fracionadas durante o primeiro período estabelecido no "caput" deste artigo, considerando-se este como 15 (quinze) dias, devidamente remuneradas nesta situação, restando saldo para gozo em período posterior, nos termos da Lei.

§ 2º - Neste período, os estagiários terão o gozo de recesso regular fracionado, considerando-se neste período 15 (quinze) dias, devidamente remunerados.

Art. 2º - Os servidores e estagiários sem saldo de férias permanecerão em suas atividades normais.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, SC, em 12 de dezembro de 2017.

MATIAS KOHLER

Presidente do CISAMVI

---

## CIS/AMOSC

---

### RESOLUÇÃO Nº 22/2017

Publicação Nº 1454840

RESOLUÇÃO Nº 22/2017

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento vigente do o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI, Prefeito de Nova Itaberaba e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC, no uso das atribuições que lhe confere os incisos IV e VIII do art. 17 do Estatuto Social,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento de 2017 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina – CIS-AMOSC no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme descrição a seguir:

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01.02 - Serviços Médicos Especializados

Atividade: 2.002 - Serviços Médicos Especializados

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º Para fazer face às despesas provenientes do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será utilizada a anulação da seguinte dotação orçamentária.

Órgão: 01.00 - Consórcio Intermunicipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 01.01 - Secretaria Administrativa

Atividade: 2.001 - Manutenção das Atividades do CIS-AMOSC

3.3.90.00 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Chapecó, SC, 12 de dezembro de 2017.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito de Nova Itaberaba

Presidente do CIS-AMOSC

**CIS/AMURES****ATA Nº 15/2017 CIS/AMURES - ELEIÇÃO PRESIDÊNCIA 2018 E CONSELHO FISCAL 2018**

Publicação Nº 1454013

**ATA 15 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS/AMURES**

Aos sete dias do mês de Dezembro de dois mil e dezessete, com início às catorze e trinta horas, estiveram reunidos em assembléia ordinária, devidamente convocada e publicada no DOM, conforme rege o estatuto social desta autarquia, os prefeitos dos municípios que compõem o Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES. A Diretora Executiva Nalú Terezinha Júlio, cumprimentou aos presentes, agradeceu a parceria no decorrer do ano de dois mil e dezessete. A exemplo do que tem sido feito nos anos anteriores, foi deliberado que a prestação de contas e relatório de atividades 2017, bem como o planejamento para o próximo exercício será apresentada na primeira reunião ordinária de 2018. Ato contínuo a Presidente, Sra. Fernanda Souza Córdova, deu início ao processo de eleição da Presidência do Consórcio Intermunicipal de Saúde. Foi reeleita por aclamação para Presidente, a Prefeita de Palmeira, Sra. Fernanda Souza Córdova. Foram eleitos como primeiro e segundo vice-presidentes, respectivamente, Sr. Giovani Nunes, Prefeito de São Joaquim, Sr. Ademilson Conrado, Prefeito de Cerro Negro. O conselho Fiscal ficou com a seguinte composição: Primeiro Conselheiro, Prefeito de Urupema, Sr. Evandro Frigo Pereira; Suplente, Sr. Luiz Carlos Xavier, Prefeito de Otacílio Costa; Segundo Conselheiro, Prefeito de Bom Jardim da Serra, Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, Suplente, Sr. Luiz Paulo Farias, Prefeito de Ponte Alta; Terceiro Conselheiro, Sr. Arno Tadeu Marian, Prefeito de São José do Cerrito, e como Suplente Sr. Luiz Carlos Schmuller, Prefeito de Bocaina do Sul. A posse da nova diretoria, bem como do Conselho Fiscal do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS/AMURES, conforme prevê o protocolo de intenções e o estatuto do mesmo, dar-se-á no mês de janeiro de 2018. Em seguida foi lembrado aos prefeitos a respeito das férias. A diretora Nalú Júlio, explicou que segundo o estatuto do CIS/AMURES, a férias são sempre coletivas. Que serão de dezoito de Dezembro do corrente à dezessete de janeiro de dois mil e dezoito. Assim sendo a diretora propõe retornar dez dias antes. O prefeito de Campo Belo do sul, Sr. José Tadeu Martins de Oliveira, sugere deixar um plantão a exemplo das secretarias municipais de saúde. Em votação os prefeitos deliberaram que o CIS/AMURES, feche e retorne após trinta dias. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia. Estiveram presentes: Sra. Fernanda de Souza Córdova, Prefeita de Palmeira; Sr. Giovani Nunes, Prefeito de São Joaquim; Sr. Ademilson Conrado, Prefeito de Cerro Negro; Sr. Luiz Carlos Schmuller, Prefeito de Bocaina do Sul; Sr. Evandro Frigo Pereira, Prefeito de Urupema; Sr. Serginho Rodrigues de Oliveira, Prefeito de Bom Jardim da Serra; Sr. Arno Tadeu Marian, Prefeito de São José do Cerrito; Sr. Luiz Carlos Xavier, Prefeito de Otacílio Costa; Sr. Luiz Paulo Farias, Prefeito de Ponte Alta; Sr. Antonio Zilli, Prefeito de Urubici; Sr. Antonio Ceron, Prefeito de Lages; Sr. Celso Rogério Ribeiro, Prefeito de Correia Pinto; Sr. Vilmar Neckel, Prefeito de Bom Retiro; Sr. Juliano Polese, Vice-Prefeito de Lages; Sr. José Tadeu Martins de Oliveira, Prefeito de Campo Belo do Sul; Sr. João Cidinei da Silva, Prefeito de Anita Garibaldi e Sra. Nalú Terezinha Júlio, Executiva CIS/AMURES.

Fernanda Souza Córdova  
Prefeita de Palmeira

Serginho Rodrigues de Oliveira  
Prefeito de Bom J. da Serra

Luiz Carlos Schmuller  
Prefeito de Bocaina do Sul

José Tadeu Martins de Oliveira  
Prefeito de Campo B. do Sul

Arno Tadeu Marian  
Prefeito de São J. do Cerrito

Giovani Nunes  
Prefeito de São Joaquim

Ademilson Conrado  
Prefeito de Cerro Negro

Evandro Frigo Pereira  
Prefeito de Urupema

Luiz Paulo Farias  
Prefeito de Ponte Alta

Luiz Carlos Xavier  
Prefeito de Otacílio Costa

Vilmar Neckel  
Prefeito de Bom Retiro

Celso Rogério Ribeiro  
Prefeito de Correia Pinto

Antonio Zilli  
Prefeito de Urubici

Antonio Ceron  
Prefeito de Lages

João Cidinei da Silva  
Prefeito de Anita Garibaldi

Nalú Terezinha Júlio  
Dir. Executiva CIS/AMURES

**ATO DELEGATÓRIO 2018 - CIS/AMURES**

Publicação Nº 1454008

Ofício nº 116 / 2017

Lages (SC), 07 de Dezembro de 2017.

**ATO DELEGATÓRIO**

Informamos a Vossa Senhoria, por meio deste, os poderes de conta corrente a serem cadastrados para movimentação financeira para as seguintes entidades:

CNPJ : 07.383.800/0001-88, CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMURES - CIS

As contas cadastradas sob os CNPJs acima, serão movimentadas mediante assinaturas dos gestores: Sra. Fernanda de Souza Cordova, CPF nº 007.142.639-66 e carteira de identidade nº 4399773, expedida em 11/12/2013 e pela Srta. Nalu Terezinha Júlio, CPF nº 443.262.549-04 e RG nº 1.174.920 expedida em 04/02/2009.

Salientamos que as movimentações financeiras serão assinadas em conjunto de dois (02) dos gestores acima citados ou individualmente (conforme o caso), com exceção da consulta de saldos e extratos, que podem ser consultados de forma individual.

Os poderes cadastrados são os seguintes:

EMITIR CHEQUES  
ABRIR CONTAS DE DEPÓSITO  
AUTORIZAR COBRANÇA  
UTILIZAR O CRÉDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES  
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO  
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES  
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS  
AUTORIZAR DÉBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES  
ENDOSSAR CHEQUES  
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES  
CANCELAR CHEQUES  
BAIXAR CHEQUES  
EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS  
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS  
EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE  
EFETUAR SAQUES – POUPANÇA  
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO  
CONSULTAR CONTAS/APLIC. PROGRAMAS REPASSE RECUP  
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO AASP  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS  
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO  
EMITIR COMPROVANTES  
EFETUAR TRANSFERÊNCIA P/ MESMA TITULARIDADE – MEIO ELETRÔNICO  
ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITO  
CONSULTAR OBRIGAÇÕES DE DÉBITO DIRETO AUTORIZADO  
SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES  
REQUISITAR CARTAO ELETRONICO  
EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO  
ASSINAR INSTRUMENTO DE CONVÊNIO E CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Atenciosamente,

Fernanda de Souza Cordova Nalú Terezinha Júlio  
Presidente Diretora Executiva

## CISAM

### PARECER TÉCNICO CISAM-REG 042017

Publicação Nº 1454328

PARECER TÉCNICO Nº 004/2017/CISAM-REG

Assunto: Análise da alteração da estrutura tarifária, considerando a sustentabilidade econômica e financeira do SAMAE.

No município de Campos Novos, os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário são prestados pelo SAMAE, autarquia municipal. O CISAM-MO, Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental, através do CISAM-REG e de sua Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico (CREFISBA), por intermédio da Lei Municipal nº 4006 de 20 de fevereiro de 2014, é responsável pela regulação e fiscalização dos serviços citados.

O SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, através do Ofício OF. CNO-221/2017, recebido pelo CISAM-REG na data de 14 de novembro de 2017, solicitou análise desta câmara de regulação quanto à alteração da Estrutura Tarifária do SAMAE, referente aos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Para tanto, anexa ao ofício planilhas, demonstrativos e demais documentos necessários para dar suporte à análise solicitada.

A estrutura anterior era caracterizada pela existência de uma tarifa atribuída ao consumo mínimo de até 10 m<sup>3</sup> de água a ser paga por todos os usuários do sistema de abastecimento de água, a despeito dos casos em que o usuário consumisse um volume mensal de água menor do que aquele. A estrutura proposta pelo SAMAE substitui a referida tarifa pela Tarifa de Disponibilidade de Serviço (TDS), calculada de modo a fazer frente às despesas fixas da autarquia, as quais existiriam mesmo que o consumo de água fosse nulo. Pela estrutura proposta, todos os usuários passariam a pagar a TDS adicionada do valor referente a cada metro cúbico de água consumido, mantendo-se a característica ascendente relacionada às faixas de consumo, a qual objetiva incentivar o consumo consciente.

Tomando-se por base o histograma de consumo fornecido, aplicando-se ao mesmo a estrutura tarifária anterior e a nova proposta, foi

analisado o impacto que a alteração causaria no faturamento da autarquia. A tabela abaixo apresenta os resultados, considerando-se a estimativa de faturamento mensal apenas com a tarifa de água (desprezando-se a de esgoto):

Observou-se que a alteração da estrutura tarifária não causa impacto significativo no faturamento da autarquia, garantindo que não haja perda de receita.

Foi analisado também o impacto da alteração sobre o valor da fatura de cada usuário, conforme o seu consumo mensal de água. Os valores absolutos utilizados nesta análise desprezam novamente a tarifa de esgoto, uma vez que o valor da mesma é estabelecido como 80% da tarifa de água, não alterando a análise do impacto percentual. Esta análise gerou o gráfico a seguir:

Impacto percentual na fatura, conforme consumo mensal de água, na Categoria A.

Na Categoria A (Residencial) observa-se que os usuários que consomem mensalmente menos do que 10 m<sup>3</sup> de água irão perceber redução no valor da fatura. Aqueles que consomem 10 m<sup>3</sup>/mês pagarão o mesmo valor que já vinham pagando. Os usuários que consomem mensalmente volume de água maior do que 10 m<sup>3</sup> terão acréscimo no valor da fatura, o qual é ainda maior para os consumos mais elevados, trazendo assim um incentivo adicional ao consumo consciente e ao não-desperdício. A redução nos valores das faturas de usuários de menor consumo, bem como o aumento nos valores dos usuários de maior consumo, que chega a 17,7% aos que consomem 50 m<sup>3</sup> de água por mês, é uma discricionariedade da administração pública municipal.

Na Categoria B (Comercial, Públicos, Industrial e Construção) os impactos da alteração mostraram-se muito semelhantes aos da Categoria A, com aumento no valor da fatura apenas para os usuários que consomem mais do que 10 m<sup>3</sup> de água por mês, sendo esse aumento de 0,2% para 11 m<sup>3</sup>, e de 13,8% para 43 m<sup>3</sup>.

Assim sendo, os membros da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico APROVAM a nova estrutura tarifária proposta pelo SAMAE, conforme encontra-se em anexo ao presente Parecer.

Destaca-se que o presente parecer refere-se apenas à alteração de estrutura tarifária solicitada, a qual não traz alteração significativa na receita do SAMAE. Alertamos que permanece a defasagem na receita da autarquia e o consequente desequilíbrio entre receita e despesas, decorrentes de não ter sido aplicada a tabela tarifária aprovada por meio do Parecer Técnico Nº 005/2016, o qual teria proporcionado um aumento de receita de 13,30 %. Entretanto, por ter sido aplicado em janeiro de 2017 apenas o reajuste inflacionário de 7,39 %, existe a defasagem da diferença (5,91 %) a ser recuperada, a qual se somará ao percentual apurado no novo ciclo de reajuste (de janeiro a dezembro de 2017). Determina-se, portanto, que o SAMAE proceda análise do equilíbrio econômico e financeiro da autarquia, e submeta à apreciação do CISAM-REG documentos que comprovem o equilíbrio, ou uma solicitação de reajuste tarifário, nos moldes da Resolução Normativa CISAM-REG 03/2015, com vistas a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do serviço (conforme reza o caput do Art. 29 da Lei 11.445).

Os termos deste Parecer Técnico, ficam condicionados ao atendimento das seguintes determinações:

- Emitir ato legal de Aprovação do Regulamento da Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto, conforme legislação do município; providenciar a devida publicação e divulgação, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação ao início da cobrança com os novos valores;
- Encaminhar a esta Câmara, cópia do ato legal; do Regulamento da Prestação de Serviços Públicos de Água e Esgoto na íntegra, bem como dos respectivos comprovantes das publicações.

Os membros da Câmara de Regulação e Fiscalização do Saneamento Básico concordam e assinam este Parecer Técnico, nada havendo que mereça qualquer outra sugestão ou retificação.

Capinzal/SC, 08 de dezembro de 2017.

Nasser Ibrahim Engenheiro Químico Presidente da CREFISBA	Aluir Flemming Diretor Técnico Operacional – CISAM-MO Membro da CREFISBA
Sidnei Penzo Diretor Administrativo e Financeiro – CISAM-MO Membro da CREFISBA	Leomar Eggers Contador Membro da CREFISBA
Bruno Cesar Schmitt Engenheiro Sanitarista e Ambiental Membro da CREFISBA	Nilvo Dorini Presidente do CISAM-MO Membro da CREFISBA

#### Taxa de Disponibilidade do Serviço (TDS)

Categoria	Valor (R\$)
SOCIAL	11,36
RESIDENCIAL	22,71
COMERCIAL	40,53
INDUSTRIAL	40,53
PÚBLICA	40,53
CONSTRUÇÃO	40,53

#### TARIFA DE ÁGUA

CATEGORIA SOCIAL	
Faixa m <sup>3</sup>	Valor P/ M <sup>3</sup>
1 – 10	R\$ 0,15
11 – 15	R\$ 4,93
16 – 20	R\$ 5,83
21 – 25	R\$ 6,73



26 – 30	R\$ 7,63
31 – 40	R\$ 8,53
41 – 50	R\$ 9,43
Acima de 50	R\$ 10,33

CATEGORIA RESIDENCIAL	
Faixa m <sup>3</sup>	Valor P/ M <sup>3</sup>
1 – 10	R\$ 0,30
11 – 15	R\$ 4,93
16 – 20	R\$ 5,83
21 – 25	R\$ 6,73
26 – 30	R\$ 7,63
31 – 40	R\$ 8,53
41 – 50	R\$ 9,43
Acima de 50	R\$ 10,33

CATEGORIA COMERCIAL E PODERES PÚBLICOS	
Faixa m <sup>3</sup>	Valor P/ M <sup>3</sup>
1 – 10	R\$ 1,40
11 – 15	R\$ 7,00
16 – 20	R\$ 7,60
21 – 25	R\$ 8,20
26 – 30	R\$ 8,80
31 – 40	R\$ 9,40
41 – 50	R\$ 10,00
Acima de 50	R\$ 10,60

CATEGORIA INDUSTRIAL	
Faixa m <sup>3</sup>	Valor P/ M <sup>3</sup>
1 – 10	R\$ 1,40
11 – 15	R\$ 7,00
16 – 20	R\$ 7,60
21 – 25	R\$ 8,20
26 – 30	R\$ 8,80
31 – 40	R\$ 9,40
41 – 50	R\$ 10,00
Acima de 50	R\$ 10,60

1) A tarifa de esgoto será cobrada na importância de 80% (oitenta por cento) da conta correspondente ao consumo de água, a título de TDS (Tarifa de Disponibilidade de Serviço).

2) Nos imóveis servidos pelo fornecimento de água oriunda de Poço Artesiano próprio, fica autorizado o SAMAE a instalar hidrômetro na saída do poço artesiano, e cobrar a Tarifa de Esgoto pelo consumo de água, na forma estabelecida no item anterior, conforme Art. 4º da Lei 3.412/2009 de 10/06/2009.

3) Para efeito da cobrança das tarifas, as ligações provisórias, tais como para construções de qualquer natureza, feiras, circos, exposições, etc equiparam-se as de Categoria Comercial.

## CONSÓRCIO INTEGRAR

### ATA Nº017.01.2017 - ELEIÇÃO DIRETORIA 2018

Publicação Nº 1454640

#### ATA 017.01.2017 DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTEGRAR

Às nove horas do dia seis do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete, tendo como local a sede da Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense – AMAUC, situada na Rua Marechal Deodoro, 772, 12º andar, no Município de Concórdia, Estado de Santa Catarina, reuniram-se os Prefeitos dos Municípios que integram o Consórcio Integrar para a realização da Assembleia Geral Ordinária, convocada através do Edital nº 01/2017. Conferido o quorum e havendo número legal de Prefeitos presentes que assinaram a lista de presenças, o Presidente do Consórcio senhor Emerson Ari Reichert – Prefeito de Ipira, declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos e deu início aos trabalhos. Para secretariar a reunião convidou a senhora Ivanete T Pereira Grendene, Secretária Administrativa da AMAUC. De imediato passou para ordem do dia, constando da seguinte: 1) Apresentação do Consórcio Integrar: O Secretário Executivo da Amauc – Senhor Roberto Kurtz Pereira, procedeu uma breve apresentação dos objetivos, finalidades, composição e estrutura do Consórcio Integrar. Explicou que a contabilidade é pública e realizada na Amauc, através do Auxiliar de Contabilidade Rafael Nicolli, bem como a parte de recursos humanos. Informou ainda que a prestação de contas aos municípios consorciados é mensal, com o envio do balancetes. Colocou-se à disposição para esclarecimentos necessários. 2) Apreciação da proposta orçamentária para 2018 e Aprovação e assinatura do contrato de rateio para o exercício de 2018. O Secretário Executivo da AMAUC apresentou a proposta orçamentária para o exercício de 2018 e lembrou que já é de

conhecimento de todos, uma vez que encaminhada aos Prefeitos e Contadores dos municípios antes da elaboração dos orçamentos municipais no mês de outubro. A proposta foi aprovada por unanimidade. Na sequência o senhor Vanderlei Roberto Picinini, contador da AMAUC e responsável pela contabilidade do Consórcio Integrar apresentou o Contrato de Rateio para o ano de 2018, visando a manutenção administrativa do Consórcio e o pagamento das despesas de pessoal. Após análise os prefeitos aprovaram por unanimidade o Contrato de Rateio, que tem por base a proposta orçamentária antes aprovada. 3) Eleição da Diretoria do Consórcio Integrar para a Gestão 2018. O Presidente suspendeu a reunião por dez minutos para apresentação das chapas. Reaberta a reunião foi apresentada a proposta de recondução aos cargos da Diretoria/2017, sendo: Presidente: Emerson Ari Reichert, Prefeito de Ipira, brasileiro, casado, Contador, CPF 758.846.159-49, CI 1.877.623, residente e domiciliado à Rua João Batista Riffel, 98, Município de Ipira – SC - CEP 89.669-000; 1º Vice-Presidente: Olmir Paulinho Benjamini, Prefeito de Piratuba, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.462.509-78, RG 11/C 938.177, residente e domiciliado à Av. 18 de Fevereiro, 1657, Município de Piratuba – SC – CEP 89.667-000; 2º Vice-Presidente: Neusa Klein Maraschini, Prefeita de Peritiba, brasileira, casada, Enfermeira, CPF 825.256.329-87, residente e domiciliada à Rua Miguel Balduino Boll, nº 10, Município de Peritiba– SC - CEP 89.750-000; Secretário: Ademir Domingos Miotto, Prefeito de Presidente Castello Branco, brasileiro, casado, Comerciante, CPF 437.447.889-20, RG 1.309.011, residente e domiciliado à Rua Paraná, 97 - Município de Presidente Castello Branco – SC, CEP 89.745-000; Tesoureira: Cátia Tessmann Reichert, Prefeita de Alto Bela Vista, brasileira, casada, Professora, CPF 017.160.299-45, CI 1.877.467-9, residente e domiciliada à Rua São Vicente, s/n, Município de Alto Bela Vista – SC - CEP 89.730-000. A eleição ocorreu por aclamação, sendo a chapa eleita por unanimidade. A posse nos cargos acontece de forma automática a partir do primeiro dia útil de do ano subsequente, em conformidade com o que dispõe o Estatuto Social. Ninguém mais desejando se pronunciar e esgotada a pauta, o Presidente agradeceu a presença de todos, desejou um feliz natal e próspero ano novo, e declarou encerrada a reunião. Para constar, eu \_\_\_\_\_, Ivanete Terezinha Pereira Grendene, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada por todos os consorciados.

EMERSON ARI REICHERT  
Presidente Gestão 2018

Visto em 06 de dezembro de 2017

Roberto Kurtz Pereira  
OAB SC 22 519

## CONSÓRCIO LAMBARI

### CONTRATO RATEIO Nº01/2018

Publicação Nº 1454346

#### CONTRATO DE RATEIO Nº 01/2018

Os Municípios que integram o Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do do Alto Uruguai Catarinense, neste ato representados pelos seus respectivos Prefeitos, com base nas decisões tomadas em Assembleia Geral realizada no dia 22 de novembro de 2017 e de acordo ao que dispõe a Lei Federal nº 11/107/2005, através deste contrato de rateio estabelecem o que segue:

#### CLAUSULA PRIMEIRA DO OBJETIVO

1. O presente contrato de rateio tem por objetivo de fixar a despesa e estimar a receita do Consórcio Lambari para o exercício de 2018, e a cota de transferência de recursos financeiros que compete a cada município consorciado, na forma e condições previstas nas cláusulas seguintes.

#### CLÁUSULA SEGUNDA DA DESPESA

2. A despesa do Consórcio Lambari para o exercício de 2018 é fixada em R\$ 516.469,00 (quinhentos e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e nove reais) divididos da seguinte forma:

- a) Despesas Correntes, no total de R\$ 380.000,00 (Trezentos e oitenta mil reais);
- b) Despesas de Capital: No valor total de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

2.1 Para a realização da despesa do Consórcio Lambari obedecerá o que dispõe a Lei nº 8.666/96 e a Lei 4.320/64, seguindo a seguinte classificação da despesa:

Órgão	1	Consórcio Lambari
Unidade	1	Consórcio Lambari
Funcional Programática		
01.01.18	Gestão Ambiental	
01.01.18.541	Preservação e Conservação Ambiental	
01.01.18.541.0001	Desenvolvimento Regional	



185.410.012.001		Manutenção das Atividades do Consorcio Lambari		
Elemento	Recurs	Descrição	Valor	Total
3.0.00.00.0		DESPESAS CORRENTES		380.000,00
3.1.90.00.0		Pessoal e Encargos Sociais	190.000,00	
3.3.90.00.0		Outras Despesas Correntes	190.000,00	
4.0.00.00.0		DESPESAS DE CAPITAL		30.000,00
4.4.90.00.0		Investimentos	30.000,00	
		TOTAL		410.000,00

2.2 No decorrer da execução do orçamento o Consórcio Lambari poderá promover através de resolução da Presidência alterações para adequar o orçamento com recursos de anulação parcial ou total de dotações, excesso de arrecadação e superávit do exercício anterior.

2.3 Demais serviços, convênios de cooperação técnica e outros contratos poderão ser realizados pelo Consórcio Lambari sendo que a execução da receita e despesa dar-se-á pelo controle orçamentário exclusivo através de fontes de recursos e aplicados nos respectivos objetos pactuados.

2.4 No caso de prestação de serviço específico para apenas um município, a exemplo de realização de licenciamentos ambientais, as despesas serão reembolsadas pelo Município por meio de termo aditivo ao presente contrato de rateio.

2.5 Havendo necessidade de aporte financeiro ao Consórcio Lambari para aquisição de bens ou serviços não previstos no orçamento anual, os municípios repassarão os recursos por meio de termo aditivo ao presente contrato de rateio, desde que aprovado em assembléia geral.

### CLÁUSULA TERCEIRA

#### DA RECEITA

3. A receita do Consórcio Lambari para o exercício de 2018 é estimada em 520.000,00 (quinhentos e vinte mil reais) distribuída da seguinte forma:

Mês	jan	fev	mar	Abril a dezembro 9x 2491,00	TOTAL
4 -Receitas					520.000,00
40 -Contr. Municipais	65.264,00	65.264,00	65.264,00	34.874,00	509.658,00
401 -Alto Bela Vista	2.991,00	2.991,00	2.991,00	2.491,00	31.392,00
402 -Arabutã	5.291,00	5.291,00	5.291,00	2.491,00	38.292,00
404 -Concórdia	8.581,00	8.581,00	8.581,00	2.491,00	48.162,00
405 -Ipira	2.991,00	2.991,00	2.991,00	2.491,00	31.392,00
406 -Ipumirim	4.791,00	4.791,00	4.791,00	2.491,00	36.792,00
407 -Irani	3.891,00	3.891,00	3.891,00	2.491,00	34.092,00
408 -Itá	4.791,00	4.791,00	4.791,00	2.491,00	36.792,00
409 -Jaborá	3.991,00	3.991,00	3.991,00	2.491,00	34.392,00
410 -Lindóia do Sul	5.291,00	5.291,00	5.291,00	2.491,00	38.292,00
412 -Peritiba	2.991,00	2.991,00	2.991,00	2.491,00	31.392,00
413 -Piratuba	2.991,00	2.991,00	2.991,00	2.491,00	31.392,00
414 -Pres. Castelo Branco	3.291,00	3.291,00	3.291,00	2.491,00	32.292,00
415 -Seara	6.991,00	6.991,00	6.991,00	2.491,00	43.392,00
416 -Xavantina	6.391,00	6.391,00	6.391,00	2.491,00	41.592,00
42 -Outras Receitas	600,00	600,00	601,00	570,00	6.931,00
421 - juros	600,00	600,00	601,00	570,00	6.931,00
423 - outras receitas					3.412,00

3.1 Durante o exercício de 2018, por deliberação da Assembleia Geral do Consórcio os valores do rateio mensal dos Municípios poderão ser alterados para atender a situação orçamentária do Consorcio e formalizados através de termo aditivo ao presente contrato de rateio

### CLAUSULA QUARTA

#### DO RATEIO

4. Para realizar a receita, viabilizar a despesa prevista e possibilitar a prestação de serviços pelo Consórcio Lambari no exercício de 2018, cada Município repassará ao consórcio, mensalmente, a importância conforme quadro abaixo, até o dia 22 (vinte e dois) de cada mês:

--	--	--	--	--

Mês	jan	fev	mar	Abril a dezembro 9x 2491,00	TOTAL
40 -Contr. Municipais	65.264,00	65.264,00	65.264,00	34.874,00	509.658,00
401 -Alto Bela Vista	2.991,00	2.991,00	2.991,00	2.491,00	31.392,00
402 -Arabutã	5.291,00	5.291,00	5.291,00	2.491,00	38.292,00
404 -Concórdia	8.581,00	8.581,00	8.581,00	2.491,00	48.162,00
405 -Ipira	2.991,00	2.991,00	2.991,00	2.491,00	31.392,00
406 -Ipumirim	4.791,00	4.791,00	4.791,00	2.491,00	36.792,00
407 -Irani	3.891,00	3.891,00	3.891,00	2.491,00	34.092,00
408 -Itá	4.791,00	4.791,00	4.791,00	2.491,00	36.792,00
409 -Jaborá	3.991,00	3.991,00	3.991,00	2.491,00	34.392,00
410 -Lindóia do Sul	5.291,00	5.291,00	5.291,00	2.491,00	38.292,00
412 -Peritiba	2.991,00	2.991,00	2.991,00	2.491,00	31.392,00
413 -Piratuba	2.991,00	2.991,00	2.991,00	2.491,00	31.392,00
414 -Pres. Castelo Branco	3.291,00	3.291,00	3.291,00	2.491,00	32.292,00
415 -Seara	6.991,00	6.991,00	6.991,00	2.491,00	43.392,00
416 -Xavantina	6.391,00	6.391,00	6.391,00	2.491,00	41.592,00

**CLÁUSULA QUINTA****DA RUBRICA ORÇAMENTÁRIA**

5. As despesas decorrentes do presente contrato de rateio correrão por conta da rubrica orçamentária, conforme abaixo especificado:

TIPO DA DESPESA	%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS 800,25	55,00%
3.1.71.11.99 – Pessoal 800,25	55,00%
OUTRAS DESPESA CORRENTES 787,88	50,00%
3.3.71.30.99 - Outras Despesas Correntes 787,88	50,00%
INVESTIMENTOS 61,88	
4.4.71.52.99 – Investimentos 61,88	5,00%
	100%
TOTAL	

**CLÁUSULA SEXTA****DA CONTABILIDADE E PRESTAÇÃO DE CONTAS**

6. O Consórcio Lambari manterá os registros contábeis em conformidade ao que dispõe a Lei nº 4.320/64, e observará as instruções emitidas pelos Tribunais de Contas do Estado de Santa Catarina e da União.

6.1 O Consórcio Lambari encaminhará aos Municípios associados, até o dia 15 (quinze) do mês subsequente, cópia do balancete e dos relatórios mensais conforme dispõe a legislação vigente.

**CLÁUSULA SÉTIMA****DA UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DO CONSÓRCIO**

7. Todos os Municípios associados terão direito a utilizar os serviços prestados pelo Consórcio Lambari ou os que venham a ser implementados, bastando apenas requisitar o serviço.

**CLÁUSULA OITAVA DA VIGÊNCIA**

8. O presente contrato de rateio terá vigência a contar de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2018, podendo ser alterado através de termo aditivo mediante deliberação da Assembleia Geral do Consórcio.

**CLÁUSULA NONA****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

9. As dúvidas oriundas deste Contrato serão resolvidas em Assembleia Geral do Consórcio Lambari, que poderá suprimir ou acrescentar novas cláusulas que objetivem aprimorar os serviços prestados pelo Consórcio Lambari aos Municípios associados.

E, por estarem justos e acertados, firmam o presente Contrato de Rateio em 2 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

Concórdia, 01 de dezembro de 2017.

CATIA T. REICHERT Prefeita Mun. de A. B. Vista	LEANI KAPP SCHIMITT Prefeita Municipal de Arabutã	ROGÉGIO L. PACHECO Prefeito Mun. de Concórdia
VOLNEI A. SCHMIDT Prefeito Municipal de Iupirimir	EMERSON ARI REICHERT Prefeito Municipal de Ipira	JAIRO L. SARTORETTO Prefeito Municipal de Itá
SÍVIO A. L. DAS NEVES Prefeito Municipal de Irani	GENIR LOLI Prefeito Municipal de L. do Sul	KLEBER MERCIO NORA Prefeito Municipal de Jaborá
NEUSA K. MARASCHINI Prefeita Municipal de Peritiba	ADEMIR D. MIOTTO Prefeito de Pres. C. Branco	OLMIR P. BENJAMINI Prefeito Municipal de Piratuba
EDEMILSON CANALE Prefeito Municipal de Seara	ENOIR FAZOLO Prefeito Mun. Xavantina	
ROBERTO KURTZ PEREIRA VANDERLEI ROBERTO PICININI OAB/SC 22.519 Contador CRC/SC 023.918		

## CIAPS

### ATA DA 18ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CIAPS

Publicação Nº 1455062

ATA DA 18ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete (11/12/2017), às quatorze horas, nas instalações do CIAPS (Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna – SC), reuniram-se os Senhores Gerson Gonçalves - Prefeito do Município de Apiúna, Lairton A. Possamai - Prefeito do Município de Ascurra, Valcir Ferrari – Prefeito em Exercício do Município de Rodeio, Marcelo Doutel da Silva – Secretário de Saúde de Apiúna, Enilson E. de Freitas – Secretário de Saúde de Apiúna, a Coordenadora do CIAPS – Sra. Etineia Berkembrock Ceruti e Camila Alessandra Costa – Auxiliar Administrativa do CIAPS, para Assembleia Geral Ordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Aprovação da Proposta Orçamentária do CIAPS para 2018; e 3) Assuntos Gerais. Dando início aos trabalhos, a coordenadora executiva informou que o Presidente do CIAPS Sr. Paulo Roberto Weiss encontra-se em férias e então assumindo o cargo o Vice Presidente do Consórcio, Prefeito de Ascurra, Lairton A. Possamai, que confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente em exercício abordou o item 2 da pauta, passando a palavra à Coordenadora, Sra. Etineia Berkembrock Ceruti, que informou sobre a proposta orçamentária do CIAPS para 2018 prevendo receita de transferências da União no montante de R\$ 339.660,00 (trezentos e trinta e nove mil e seiscentos e sessenta reais), transferência do Estado de Santa Catarina no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e transferência dos Municípios Consorciados no montante de R\$ 410.403,87 (Quatrocentos e dez mil, quatrocentos e três reais e oitenta e sete centavos), correspondentes ao valor de R\$ 144.176,90 para o Município de Apiúna, R\$ 108.201,78 para o Município de Ascurra e R\$ 158.025,19 para o Município de Rodeio, conforme critério da proporcionalidade populacional (IBGE – 2016). Deste modo a receita fica estimada em R\$ 810.063,87 (Oitocentos e dez mil, sessenta e três reais e oitenta e sete centavos) e a despesa fixada neste mesmo montante, incluindo-se R\$ 603.499,73 (Seiscentos e três mil, quatrocentos e noventa e nove reais e setenta e três centavos) para Pessoal e Encargos (elemento 3190), 186.564,14 (Cento e oitenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e quatorze centavos) para Outras Despesas Correntes (elemento 3390) e R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para Investimentos (elemento 4490). Debatido os valores e verificado sua compatibilidade, restou aprovada a proposta orçamentária, a qual será encaminhada aos Municípios para inclusão das dotações necessárias para as transferências financeiras ao CIAPS de competência de cada Ente consorciado em sua Lei Orçamentária 2018. Por fim, em Assuntos diversos – item 03 da pauta, foi informado que o Contrato de Rateio, segue o estabelecido nesta Assembleia do CIAPS, motivo pelo qual deverá ser assinado pelos Senhores Prefeitos e encaminhados para as respectivas assessorias, visando seu cumprimento a partir de janeiro de 2018. Em assuntos gerais, a coordenadora executiva relatou sobre o boletim de ocorrência nº 00292-2017 registrado devido ao furto ocorrido no CIAPS no dia 26/10/2017 e que devido a esta ocorrência foram instalados no CIAPS sistema de alarme e monitoramento de câmeras. Etineia pediu autorização aos prefeitos para utilizar os recursos do rateio para sustação de 38 (trinta e oito) folhas de cheques desta conta de rateio nº 7249-4, agência 5442-9 com as seguintes numerações: 850.053 até 850.068, 850.177, 850.085 até 850.104 e 850.151. E 02 (duas) folhas de cheques da conta nº 7504-3 agência 5442-9 da união, com as numerações 850.005 e 850.006. Todos os presentes concordaram com a sustação dos mesmos. Foi repassado aos prefeitos e aos secretários que o CIAPS estará em férias coletivas do dia 21/12/2017 ao dia 09/01/2018 de acordo com autorização do Presidente Paulo Roberto Weiss. A coordenadora solicitou ao Prefeito de Rodeio em exercício o pagamento dos recursos referente a primeira alteração do contrato de rateio nº 2016/001, do qual o município está em atraso de todas as parcelas, totalizando o valor de R\$ 70.245,60 (Setenta mil, duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos), salientou ainda que necessita do repasse para realizar os pagamentos das despesas com pessoal no mês de dezembro. Apresentado aos prefeitos e secretários os documentos de habilitação e do repasse dos recursos da união que foram incorporados ao MAC do município de Apiúna e que após elaboração do plano de trabalho para o exercício de 2018 e da aprovação da lei municipal será realizado o repasse financeiro a conta nº 7504-3, agência 5442-9 do CIAPS. Apresentou que os valores repassados pela União serão gastos com despesas de pessoal para completar o quadro funcional do CIAPS em 2018. Expressou a preocupação em completar a equipe mínima do CAPS exigida pela portaria do MS, 336/2002 e discutida na reunião de Rede realizada no dia 01/12/2017 no fórum da Comarca de Ascurra com as equipes dos três municípios e com a presença da promotora Sandra F Sachs que

orientou a regularização dos requisitos mínimos de cada serviço para o ano de 2018. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Etineia Berkembrock Ceruti, secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Lairton Antônio Possamai  
Município de Ascurra

José Gerson Gonçalves                      Valcir Ferrari  
Município de Apiúna                      Município de Rodeio

Marcelo Doutel da Silva                      Enilson Erley de Freitas  
Secretário de Saúde de Apiúna                      Secretário de Saúde de Ascurra

Etineia Berkembrock Ceruti Camila                      Alessandra Costa  
Coordenadora Executiva do CIAPS                      Auxiliar Administrativa do CIAPS

## ATA DA 19ª ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CIAPS

Publicação Nº 1455031

ATA DA 19ª ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS:

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete (11/12/2017), às quatorze horas e trinta minutos, nas instalações do CIAPS (Rua Quintino Bocaiúva, 542, centro, Apiúna – SC), reuniram-se os Senhores José Gerson Gonçalves - Prefeito do Município de Apiúna, Lairton Antonio Possamai - Prefeito do Município de Ascurra, Valcir Ferrari – Prefeito em Exercício do Município de Rodeio, Marcelo Doutel da Silva – Secretário de Saúde de Apiúna, Enilson E. de Freitas – Secretário de Saúde de Ascurra, a Coordenadora do CIAPS – Sra. Etineia Berkembrock Ceruti e Camila Alessandra Costa – Auxiliar Administrativa do CIAPS, para Assembleia Geral Extraordinária do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL – CIAPS com a seguinte Ordem do Dia: 1) Leitura e aprovação da Ata da Assembleia anterior; 2) Eleição da Diretoria para o exercício de 2018 e indicação/confirmação do Coordenador Executivo; 3 – Assuntos Gerais. Dando início aos trabalhos, o Senhor Presidente em Exercício, Prefeito Lairton Antônio Possamai, confirmou a entrega/recebimento da ata por parte dos demais prefeitos do CIAPS, colocando-a em discussão, e, nada havendo a registrar, passou-se a sua aprovação por unanimidade. Prosseguindo, o Presidente passou a palavra a Coordenadora do CIAPS – Sra. Etineia Berkembrock Ceruti, que tratou da eleição da Diretoria do CIAPS para o exercício de 2018, informando que os artigos 26 e 30 do Estatuto estabelecem que a eleição regular deve ocorrer em dezembro de cada ano, e que o mandato do Presidente e do Vice-Presidente do Consórcio Público será de um ano, iniciando-se em 1º de janeiro do ano seguinte ao da eleição e encerrando-se em 31 de dezembro do mesmo exercício, permitido a reeleição para um único mandato subsequente. Foi tratado da recondução dos então titulares para as mesmas funções no mandato de 01/01 a 31/12/2018. Neste sentido, tais Prefeitos não podem mais ocupar a mesma função na Diretoria no próximo exercício, sendo necessário a composição de candidaturas que respeitem a previsão estatutária do CIAPS. Assim, houve a inscrição dos candidatos, com a formalização das seguintes candidaturas: DIRETORIA – Prefeito de Rodeio para Presidente e Prefeito de Ascurra para Vice-Presidente. Abertas as discussões, houve manifestação favorável à composição apresentada, sendo eleitos os candidatos da Diretoria por aclamação unânime. Deste modo, registrou-se que o Estatuto estabelece a necessidade de posse do Presidente e do Vice-Presidente nas respectivas funções, fato que se dará na data de 1º de Janeiro de 2018, mediante a assinatura de Termo específico. Fazendo uso da palavra, o Senhor Prefeito Lairton Antônio Possamai confirmou a manutenção da Sra. Etineia Berkembrock Ceruti no emprego de confiança de Coordenadora Executiva pelo prazo de 12 meses, ou seja, até 31/12/2018. Presente na Assembleia, o Coordenadora Executiva anuiu com tal decisão, a qual foi submetida à votação dos senhores prefeitos, sendo acolhida por unanimidade. Assim, o novo Presidente em Exercício registra que todos os poderes conferidos a Coordenadora Executiva pelo Presidente anterior permanecem válidos e prorrogados, independentemente de nova resolução. Nada mais havendo a tratar, da referida assembleia, eu, Etineia Berkembrock Ceruti, secretária "ad-hoc", lavrei a presente ata que vai assinada pelos participantes.

Lairton Antônio Possamai  
Município de Ascurra

José Gerson Gonçalves                      Valcir Ferrari  
Município de Apiúna                      Município de Rodeio

Marcelo Doutel da Silva                      Enilson Erley de Freitas  
Secretário de Saúde de Apiúna                      Secretário de Saúde de Ascurra

Etineia Berkembrock Ceruti Camila                      Alessandra Costa  
Coordenadora Executiva do CIAPS                      Auxiliar Administrativa do CIAPS



**CONTRATO DE RATEIO CIAPS Nº 001/2017**

Publicação Nº 1455004

**CONTRATO DE RATEIO CIAPS nº 001/2017**

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS E OS MUNICÍPIOS DE APIÚNA, ASCURRA E RODEIO, OBJETIVANDO O RATEIO DE RECURSOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CONSÓRCIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE 2018.

Pelo presente contrato de rateio, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, pessoa jurídica de direito público, na forma de associação pública nos termos da Lei nº 11.107/05, inscrito no CNPJ sob no 21.568.943/0001-95, com sede na Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, bairro Centro, no Município de Apiúna - SC, aqui representado por seu presidente Paulo Roberto Weiss, doravante denominado simplesmente CONSÓRCIO, e de outro lado os MUNICÍPIOS de APIÚNA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, com sede à Rua Quintino Bocaiúva, nº 204, na cidade de Apiúna, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, José Gerson Gonçalves, inscrito no CPF nº 633.345.699-34; de ASCURRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.772/0001-61, com sede à Rua Benjamin Constant, nº 221, na cidade de Ascurra, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal, Lairton Antônio Possamai, inscrito no CPF nº 692.994.209-04 e de RODEIO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 83.102.814/0001-64, com sede na Rua Barão do Rio Branco, nº 1.069, na cidade de Rodeio, neste Estado, representado por seu Prefeito Municipal em exercício, Valcir Ferrari, inscrito no CPF nº 710.929.359-91, doravante denominados simplesmente CONSORCIADO(S), fundamentados na Lei Federal nº 11.107/05 e seu Decreto regulamentador nº 6.017/07, no Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, no Contrato de Consórcio Público e no Estatuto do CIAPS, bem como considerando a aprovação da proposta de Orçamento 2018 pela Assembleia Geral na reunião realizada em 11 de dezembro de 2017, tem justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO**

1.1 - O presente contrato tem como objeto disciplinar o rateio dos recursos necessários à manutenção da gestão associada dos serviços públicos de Saúde Mental (serviço de atenção psicossocial) do CONSÓRCIO no exercício fiscal de 2018.

1.2 – A gestão associada dos serviços públicos de Saúde Mental será executada de forma integral pelo CONSÓRCIO, incluindo todas as atividades estabelecidas para um Centro Regional de Atenção Psicossocial (CAPS), modalidade I, no atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS das redes municipais de saúde dos CONSORCIADOS.

1.3 - Para a consecução da gestão associada tratada neste instrumento, os CONSORCIADOS transferem ao CONSÓRCIO o exercício integral das competências de planejamento, de gestão e/ou de execução deste serviço público, praticando os demais atos de sua competência e/ou necessidade.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA E CONDIÇÕES DO RATEIO**

2.1 - O rateio dos recursos entre os CONSORCIADO(S) se dará pelo critério da proporcionalidade populacional (IBGE – 2016).

2.2 - As cotas de despesas serão divididas conforme elementos de despesa do CONSÓRCIO, distribuídos proporcionalmente entre os CONSORCIADO(S).

2.3 - O valor correspondente a cada CONSORCIADO será dividido em 12 (doze) parcelas, resultando na "Cota Mensal", que será repassada mensalmente sob a forma de depósito em conta corrente de titularidade do CONSÓRCIO, que fornecerá o recibo correspondente datado no dia do depósito.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**

3.1 - Para consecução do objeto deste contrato considerar-se-á para o exercício de 2018 o valor total de R\$ 410.403,87 (quatrocentos e dez mil, quatrocentos e três reais e oitenta e sete centavos), compreendendo a previsão necessária para pagamento de pessoal, encargos sociais, material de expediente, deslocamentos, serviços de terceiros, etc., na manutenção das atividades contempladas no item 1.2 da Clausula Primeira.

3.2 - O rateio do valor total entre os CONSORCIADO(S) resulta nos seguintes valores, em reais:

Município	Cota Mensal	Cota Anual (R\$)		
		Grupo de Despesa	Valor	Valor Total Anual (R\$)
Apiúna	R\$ 12.014,74 de janeiro a novembro e R\$ 12.014,76 em dezembro	3190	R\$ 71.609,90	R\$ 144.176,90
		3390	R\$ 65.540,90	
		4490	R\$ 7.026,10	
Ascurra	R\$ 9.016,81 de janeiro a novembro e R\$ 9.016,87 em dezembro	3190	R\$ 53.741,75	R\$ 108.201,78
		3390	R\$ 49.187,09	
		4490	R\$ 5.272,94	

Rodeio	R\$ 13.168,76 de janeiro a novembro e R\$ 13.168,83 em dezembro	3190	R\$ 78.488,08	R\$ 158.025,19
		3390	R\$ 71.836,15	
		4490	R\$ 7.700,96	

3.3 - Os depósitos em conta corrente das cotas mensais correspondentes deverão ocorrer até o dia 15 (quinze) de cada mês, de janeiro a dezembro de 2018.

3.4 - Outras despesas não previstas, necessárias à consecução do objeto deste instrumento, ficam condicionadas a aprovação em assembleia, e deverão ser objeto de termo aditivo ao contrato de rateio.

#### CLÁUSULA QUARTA – DOS PRAZOS

4.1 - O presente Contrato de Rateio terá início de vigência e execução em 01 de janeiro de 2018 e término em 31 de dezembro de 2018.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 - As despesas decorrentes da transferência financeira prevista no presente contrato de rateio correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento programa (LOA) de cada CONSORCIADO(S), vigentes para o exercício financeiro de 2018.

5.2 - Os repasses mensais feitos pelo(s) CONSORCIADO(S) ao CONSÓRCIO serão incorporados como receita orçamentária deste, conforme estimado em seu Orçamento-Programa Anual 2018.

5.3 - Na eventualidade de não observância dos prazos para repasse pelo(s) CONSORCIADO(S) este(s) deverá(ao) inscrever no seu passivo permanente os valores a serem repassados, cabendo ao CONSÓRCIO contabilizar tais valores em seu ativo permanente.

5.4 – As despesas para custeio das atividades desenvolvidas pelo CONSÓRCIO no âmbito da gestão associada de que trata este instrumento, correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:

Código Dotação	Descrição
06	CIAPS
06.001	Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial
08.301.0011.2001	Manutenção Atividades Saúde Mental
331900000	Aplicações Diretas
333900000	Aplicações Diretas
344900000	Aplicações Diretas
1000118	Recursos Ordinários CIAPS Manut. 2018

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 - Sem prejuízo das atribuições dispostas nas demais cláusulas, fica desde já o CONSÓRCIO responsável por:

- promover a gestão técnico-administrativa, executando direta ou indiretamente todos os serviços necessários para o cumprimento das finalidades deste instrumento;
- contabilizar os recursos recebidos e os créditos decorrentes deste contrato de rateio, fornecendo recibo dos depósitos efetuados em conta corrente pelo(s) CONSORCIADO(S);
- aplicar os recursos recebidos exclusivamente na manutenção de suas finalidades;
- facilitar o acompanhamento e a fiscalização de todas as atividades objeto do presente instrumento;
- fornecer todas as informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados, inclusive prestando contas na forma da Lei.

6.2 - Além das demais obrigações e responsabilidades constantes da Legislação, deste instrumento, do Estatuto do CIAPS e do Contrato de Consórcio Público, fica(m) o(s) CONSORCIADO(S), desde já, responsável(eis) por:

- efetuar o pagamento mensal de sua cota de rateio, nos termos estipulados na cláusula terceira;
- inscrever em seu passivo permanente os valores a serem repassados na eventualidade de não observância dos prazos fixados para repasse, assegurando o pagamento futuro e a correta demonstração contábil do débito;
- fiscalizar e acompanhar o cumprimento e a execução do presente instrumento.

6.3 - O não repasse dos valores devidos ora acordados poderá ensejar a aplicação de multa e a cobrança de juros de mora, sem prejuízo das demais sanções estabelecidas em Lei, no Estatuto do CIAPS ou fixada em Assembleia do Consórcio Público.

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - Ressalvados os motivos devidamente comprovados de força maior e aqueles que porventura possam ser apresentados, a parte que infringir qualquer das cláusulas, prazos, condições, obrigações ou responsabilidades constantes deste instrumento, incorrerá no pagamento de multa a base de 10% (dez por cento) do valor do contrato, inclusive no caso de rescisão sem justo motivo. A parte será notificada antes da aplicação da penalidade e terá até 3 (três) dias úteis para apresentar sua defesa, a qual, não sendo aceita ou deixando de ser

apresentada, culminará na cobrança da penalidade.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1 - Os casos omissos ao presente termo serão resolvidos em estrita obediência às diretrizes da Lei nº 11.107/05, regulamento e demais instrumentos legais aplicáveis.

8.2 - Havendo restrição na realização de despesas, de empenhos ou de movimentação financeira, ou qualquer outra derivada das normas de direito financeiro, o(s) CONSORCIADO(S), mediante notificação escrita, deverá informá-la ao CONSÓRCIO, apontando as medidas que tomou para regularizar a situação, de modo a garantir a contribuição prevista neste instrumento, sem prejuízo da aplicação da penalidade estabelecida na cláusula anterior.

8.3 - A eventual impossibilidade de o(s) CONSORCIADO(S) cumprir(em) obrigação orçamentária e financeira estabelecida neste instrumento obriga o CONSÓRCIO a adotar medidas para adaptar a execução orçamentária e financeira aos novos limites.

8.4 - Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar no 101/2000, o CONSÓRCIO deve fornecer as informações financeiras necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do(s) CONSORCIADO(S), todas as receitas e despesas realizadas, de forma a que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente da Federação na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

9.1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Ascurra – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Apiúna - SC, 11 de dezembro de 2017.

CIAPS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

Presidente em Exercício

MUNICÍPIO DE APIÚNA - SC

José Gerson Gonçalves - Prefeito

MUNICÍPIO DE ASCURRA - SC

Lairton Antônio Possamai - Prefeito

MUNICÍPIO DE RODEIO - SC

Valcir Ferrari – Prefeito em Exercício

Testemunhas:

Etinéia Berkembrock Ceruti CPF nº 049.066.219-61	Camila Alessandra Costa CPF nº 090.614.909-60
---	--

Sabrina Furlani CPF nº 053.618.579-47	Lairton Antônio Possamai Presidente do CIAPS Em Exercício
--	---

#### RESOLUÇÃO Nº 60, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2017

Publicação Nº 1455012

Resolução nº 60, de 11 de Dezembro de 2017.

Estima a receita e fixa a despesa do CIAPS para o exercício de 2018, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL - CIAPS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Protocolo de Intenções ratificado pelos Municípios, pelo Contrato de Consórcio Público e pelo Estatuto do CIAPS, e com base na Lei nº 4.320, de 17/03/1964, e na Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000; e

Considerando a proposta de Orçamento aprovada pela 15ª Assembleia Geral Ordinária realizada 25 de julho de 2017 na cidade de Apiuna; resolve:

Art. 1º - Estabelecer o Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Atenção Psicossocial - CIAPS para o exercício de 2018, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 810.063,87 (oitocentos e dez mil, sessenta e três reais e oitenta e sete centavos).

§ 1º - A Receita do CIAPS será realizada mediante a arrecadação de transferências dos municípios, rendas e outras Receitas Correntes e/ou Receitas de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com os seguintes desdobramentos:

RECEITA ORÇAMENTÁRIA	810.063,87
RECEITAS CORRENTES	790.063,87
Transferências dos Municípios – Contrato de Rateio	390.403,87
Município de Apiúna	137.150,80
Município de Ascurra	102.928,84
Município de Rodeio	150.324,23
Outras Receitas – Transferências Intergovernamentais	399.660,00
Transferências da União	339.660,00
Transferências do Estado SC	60.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	20.000,00
Transferências dos Municípios – Contrato de Rateio	20.000,00
Município de Apiúna	7.026,10
Município de Ascurra	5.272,94
Município de Rodeio	7.700,96

§ 2º - As Despesas do CIAPS serão realizadas obedecendo à legislação em vigor e serão distribuídas da seguinte maneira:

DESPESA ORÇAMENTÁRIA	810.063,87
Despesas Correntes	790.063,87
Pessoal e Encargos	603.499,73
Outras Despesas Correntes	186.564,14
Despesas de Capital	20.000,00
Investimentos	20.000,00

Art. 2º - A Presidência do CIAPS fica autorizada a remanejar dotações de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais.

Art. 3º - A Presidência do CIAPS está autorizada ainda, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, até o limite de 25% da Receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fontes de recursos:

I - O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - A anulação de saldos de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III - Superávit financeiro do exercício anterior, se for o caso;

IV - A reserva de contingência.

Parágrafo Único - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares decorrentes de leis municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de 1º de Janeiro de 2018.

Apiúna - SC, em 11 de Dezembro de 2017.

Lairton Antônio Possamai

Presidente do CIAPS em Exercício

**CISAM-SUL****ATA Nº 5 - ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL**

Publicação Nº 1454355

**ATA DA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL – CISAM-SUL**

Aos doze dias do mês de dezembro de dois mil e dezessete, às dez horas em segunda chamada, reuniram-se na sede do CISAM-SUL, situado na Rua Agenor Loli, no Bairro Corridas, na cidade de Orleans/SC, as seguintes autoridades: Jorge Luiz Koch, Prefeito de Orleans e Presidente do CISAM-SUL; Ênio João Zanelatto Bagio Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM-SUL; Sr. Marcio Borba Blasius prefeito de Grão Para, Sr. Volnei Weber, prefeito de São Ludgero; Amarildo Scursel Alexandre preposto do Prefeito de Timbé do Sul; Jackson Luís da Silva preposto do Prefeito de Morro Grande, Romário Zapelini Ghisi preposto do Prefeito de Pedras Grandes; Felipe De Brida preposto do Prefeito de Urussanga; Carla Cristina Possamai Della preposta do Prefeito de Cocal do Sul; Judite Peters diretora do SAMAE de São Ludgero; Nadjanara Martinho Eduardo preposta do Prefeito de Sangão; Sérgio de Souza preposto do Prefeito de Anitápolis; Fábio Echelli Bett, diretor do SAMAE de Orleans; Anderson José Pagani preposto do Prefeito de Treviso; Sandro Rogério Machado preposto do Prefeito de Santa Rosa do Sul, Juaci do Amaral Vice Prefeito de Imarui, Sr. Antônio Ironildo Willemann Superintendente do CISAM-SUL, Ênio João Zanelatto Bagio – Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM-SUL, Guilherme Valente de Souza professor e representante da Universidade Barriga Verde (UNIBAVE), Sr. Igor Henrique K. Sana engenheiro da Funasa-SC, Sra. Ângela Rosso Chefe do SESAM da Funasa-SC, João Luiz, Sr. Henrique Maciel, diretor do SAMAE de Praia Grande, Sr. Joelson F. Pereira vereador do município de Santa Rosa do Sul, e diversas outras autoridades, diretores, gerentes e técnicos dos municípios que fazem parte do CISAM-SUL para deliberarem sobre a ordem do dia, devidamente convocadas por edital que foi publicado DOM – Diário Oficial dos Municípios e enviado a cada ente consorciado e anexado a esta Ata. Iniciaram os trabalhos que foram conduzidos pelo superintendente do CISAM-Sul, Sr. Antônio I. Willemann, que acolheu a todos solicitando que tomassem assento no auditório. Na sequência passou-se a formação da mesa de autoridades que foi composta pelo Presidente do Consórcio Dr. Jorge Luiz Koch, pela Senhora Ângela Rosso da Funasa-SC, pelo prefeito de Grão Para, Sr. Marcio Borba Blasius, pelo Sr. Guilherme Valente, professor da UNIBAVE e pelo Sr. Ênio João Zanelatto Bagio, Diretor Administrativo e Financeiro do CISAM-SUL. Seguindo a ordem do dia o Sr. Antônio procedeu a leitura do Edital de Convocação. Dando continuidade fez uso da palavra o Prefeito de Grão Para, Sr. Marcio Borba Blasius, que elogiou a estrutura e parabenizou a todos os municípios pela conquista da sede do CISAM-SUL. Posteriormente, tomou a palavra o Sr. Guilherme Valente professor da UNIBAVE que salientou a importância do CISAM-SUL e da grande relevância da parceria do CISAM-SUL com a UNIBAVE. Em seguida, a Sra. Ângela Rosso, da Funasa-SC teve a palavra e relatou todo o trajeto do CISAM-SUL até o momento e a satisfação pessoal e FUNASA-SC pela Sede do CISAM-SUL. Em seguida foram feitos agradecimentos aos SAMAE's de São Ludgero e de Orleans, sendo passada a palavra ao Presidente do CISAM-SUL, Dr. Jorge Luiz Koch que cumprimentou a todos, falou sobre a importância do CISAM-SUL e sua relevante atuação regional e sobre o impacto positivo da inauguração para o município e para todo estado, e declarou aberto os trabalhos dessa importante assembleia. O primeiro assunto apresentado e seguindo a ordem do Edital foi a discussão detalhada e aprovação da Proposta Orçamentária para o exercício de 2018 que estimou uma receita total de R\$ 957.063,20 (novecentos e cinquenta e sete mil, sessenta e três reais e vinte centavos) e o mesmo valor para as despesas do próximo exercício, tendo sido aprovado por unanimidade. Dando continuidade foi aprovado por unanimidade dos presentes a autorização para o Consórcio CISAM-SUL, firmar convênios com Instituições de ensino e órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Também foi aprovado pelos presentes autorização para o CISAM-SUL, contratar Estagiários, podendo remunerar os serviços dos estagiários da seguinte forma: por 4 (quatro) horas diárias de estágio o valor mensal de R\$ 600,00 (Seiscentos reais) e por 6 (seis) horas diárias de estágio o valor mensal de R\$ 900,00 (novecentos reais), podendo estes valores serem reajustados anualmente pelo INPC do IBGE ou outro índice oficial que vier substituí-lo. Por fim foi apresentado a tabela de valores das análises para ser cobrado pelo CISAM-SUL, quando este realizar análises laboratoriais a terceiros e também para órgãos e entidades, tendo sido aprovado por unanimidade conforme tabela de valores anexa, parte integrante desta ata. Foram também abordados os temas extras, do I Simpósio Sul Catarinense de Saneamento Ambiental que será organizado em parceria UNIBAVE e CISAM-SUL, provavelmente no mês de fevereiro/18 e posteriormente, por parte do Sr. Patrick Mendes Berto, foram citados os eixos e diretrizes da fiscalização por parte da CREFISBA em relação aos municípios regulados pelo CISAM-SUL e sobre a importância do desenvolvimento dos Planos de Segurança da Água (PSA) nos municípios.

Em razão de ter esgotado todos os assuntos da pauta, o presidente solicitou uma pausa para a conclusão da ATA e retomando os trabalhos declarou encerrada presente assembleia, da qual eu Carlos Eduardo Favaretto Menossi, como secretário, redigi a presente ata, que aprovada vai assinada por todos os presentes.

## Editais de Notificação

### AGRONÔMICA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8112 495/2017

Publicação Nº 1453836

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8112 495/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATA0909	P02BU000AI	20/09/2017	50100	162 * I	880.40
CCG1228	P02BU00088	08/08/2017	50450	162 * V	293.47
ATA0909	P02BU000AJ	20/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCE1012	P02BU00086	08/08/2017	52070	169	88.38
MGJ2010	P02BU000BH	11/10/2017	57200	186 * I	195.23
MEJ0318	P02BU0008M	19/08/2017	69550	236	130.16
CXC4603	P02BU000AH	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
CCG1228	P02BU00087	08/08/2017	65992	230 * V	293.47
LYO5430	P02BU0008I	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
ATA0909	P02BU000AK	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
MLX5705	P02BU000AM	21/09/2017	65992	230 * V	293.47
LWV1383	P02BU000B8	29/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8112 494/2017

Publicação Nº 1453837

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO





## DE TRANSITO N.8112 494/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MJZ3888	P02BU000D8	22/11/2017	50100	162 * I
MBM5344	P02BU000DI	26/11/2017	51851	167
MJI5150	P02BU000C6	27/10/2017	65992	230 * V
MJZ3888	P02BU000D7	22/11/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

AGRONOMICA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

---

**ÁGUA DOCE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8128 1111/2017**

Publicação Nº 1453810

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8128 1111/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

MMH2669	54304969N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
OKH4958	P013H000IO	29/09/2017	54600	181 * IX	130.16
OKF7073	P013H000IB	19/09/2017	54870	181 * XI	195.23

-----

MEB7215	P013H000IF	20/09/2017	56300	182 * VII	130.16
MEP4775	P013H000IG	21/09/2017	61220	214 * I	293.47
QHF4409	P013H000IU	02/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHL7440	P013H000J5	09/10/2017	59670	203 * V	1467.34
QHJ6397	P013H000H4	03/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 680/2017

Publicação Nº 1453523

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8774 680/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKB0303	54300620N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGM0368	54303799N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
OKG6297	54303803N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIO1172	54282442N	31/07/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIA4039	54303401N	29/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MBQ8198	54306591N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJE0828	0000099930	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
IVP9045	0000099770	27/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIA4039	0000099777	28/09/2017	74550	218 * I	130.16
APM7888	0000099627	23/09/2017	74550	218 * I	130.16
AXB2936	0000099736	26/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDV0854	0000099745	27/09/2017	74550	218 * I	130.16
IIX8991	0000099879	30/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLA8126	0000099882	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
LZZ7592	0000099889	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
KLE8003	0000099899	03/10/2017	74550	218 * I	130.16
MCC5484	0000099918	04/10/2017	74550	218 * I	130.16
OKE7986	0000099799	29/09/2017	74550	218 * I	130.16
INJ3435	0000099810	29/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCE3345	0000099818	30/09/2017	74550	218 * I	130.16

MET0769	0000099826	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCI4017	0000099829	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFI1010	0000099830	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ5915	0000099837	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA0491	0000099845	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA9703	0000099850	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM6764	0000099555	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0038	0000099565	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV6163	0000098813	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU1513	0000098814	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEI3128	0000099037	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DPP7955	0000099100	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF9072	0000098261	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIP0245	0000098300	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DMC0572	0000098302	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIK2342	0000098451	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQA2001	0000098573	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BAU6185	0000098593	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBQ1688	0000098695	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKV2079	0000099131	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY9287	0000099221	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CDW6578	0000099367	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV6163	0000099415	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWR8010	0000099416	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKB7456	0000099436	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU2780	0000099440	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV6163	0000099441	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAH8952	0000099458	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NRW4031	0000099505	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV6163	0000099514	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ1769	0000098729	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIP0245	0000098306	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLL8209	0000099123	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MMB9292	0000099853	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QIP0245	0000098256	02/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHH4272	0000099566	20/09/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8128 1110/2017**

Publicação Nº 1453811

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - 280070

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8128 1110/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MMD9508	P013H000JT	01/11/2017	54870	181 * XI
ARA9804	P013H000L8	25/11/2017	61490	214 * III
ARA9804	P013H000L9	26/11/2017	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 679/2017**

Publicação Nº 1453524

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUA DOCE - ELETRONICO - 280070

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8774 679/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MLK7820	54322951N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHI8921	54322952N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGP2235	54322953N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIG2138	0000101105	23/11/2017	74550	218 * I
QIO5763	0000101108	23/11/2017	74550	218 * I
MHF9710	0000100544	01/11/2017	74550	218 * I
MKY1973	0000100548	01/11/2017	74550	218 * I

GPY0938	0000100549	01/11/2017	74550	218	*	I
ASL2616	0000101116	23/11/2017	74550	218	*	I
MHG3826	0000101124	23/11/2017	74550	218	*	I
CPI6300	0000101130	24/11/2017	74550	218	*	I
MCF1452	0000101171	25/11/2017	74550	218	*	I
BBL1909	0000101174	25/11/2017	74550	218	*	I
MCF1452	0000101188	25/11/2017	74550	218	*	I
MKB3428	0000101190	25/11/2017	74550	218	*	I
QHM9337	0000100412	26/10/2017	74550	218	*	I
MEP8524	0000100413	26/10/2017	74550	218	*	I
EZA3198	0000100431	27/10/2017	74550	218	*	I
QHW0599	0000100449	28/10/2017	74550	218	*	I
MGD7563	0000100463	28/10/2017	74550	218	*	I
MLU1860	0000100464	28/10/2017	74550	218	*	I
CMD3765	0000100473	29/10/2017	74550	218	*	I
MMD5829	0000100504	30/10/2017	74550	218	*	I
MCV6163	0000100555	01/11/2017	74550	218	*	I
MLB7948	0000100564	01/11/2017	74550	218	*	I
MKE9358	0000100580	02/11/2017	74550	218	*	I
MEN4345	0000100594	02/11/2017	74550	218	*	I
MHR1519	0000100618	04/11/2017	74550	218	*	I
LXH4672	0000100627	04/11/2017	74550	218	*	I
ILU5073	0000100629	04/11/2017	74550	218	*	I
MCV6163	0000100634	04/11/2017	74550	218	*	I
MMJ0713	0000100638	05/11/2017	74550	218	*	I
LXR7373	0000100642	05/11/2017	74550	218	*	I
MHR1519	0000100666	04/11/2017	74550	218	*	I
IPH8272	0000101205	26/11/2017	74550	218	*	I
MKD5694	0000101206	26/11/2017	74550	218	*	I
BAK4874	0000101208	26/11/2017	74550	218	*	I
MLC2025	0000101210	26/11/2017	74630	218	*	II
LRM1082	0000101218	28/11/2017	74630	218	*	II
QIP0245	0000100519	30/10/2017	74630	218	*	II
MLZ8249	0000101191	25/11/2017	74630	218	*	II
AJL0962	0000101140	24/11/2017	74630	218	*	II
MCF1452	0000101155	25/11/2017	74630	218	*	II
AIN1992	0000101164	25/11/2017	74630	218	*	II
IQL9998	0000101165	25/11/2017	74630	218	*	II
NJB6133	0000100551	01/11/2017	74630	218	*	II
MHG3826	0000101112	23/11/2017	74630	218	*	II

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AGUA DOCE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DAVIS RABUSKE DE MATOS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**ALFREDO WAGNER****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8214 731/2017**

Publicação Nº 1453744

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8214 731/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LQN4588	P03EQ0003B	15/09/2017	51930	168	293.47
LXB5025	P03EQ0004D	28/09/2017	51930	168	293.47
MAT8052	P03EQ00041	24/09/2017	52070	169	88.38
LXB5025	P03EQ0004C	28/09/2017	51851	167	195.23
MJT8778	P03EQ0004K	29/09/2017	51851	167	195.23
LYC7858	P03EQ00002	05/08/2017	51851	167	195.23
MKH2360	P03EQ00009	19/08/2017	51851	167	195.23
MDA1344	P03EQ0000A	19/08/2017	51851	167	195.23
LQN4588	P03EQ0003A	15/09/2017	51851	167	195.23
MHL0481	P03EQ00007	17/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODEMEL  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8214 730/2017**

Publicação Nº 1453745

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8214 730/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXJ4086	P03EQ0008T	30/10/2017	65300	228	
MDF4725	P03EQ0009C	05/11/2017	65300	228	
MFB2778	P03EQ000BE	24/11/2017	72850	250	* III
LXJ4086	P03EQ0008U	30/10/2017	72850	250	* III
MKX4332	P03EQ00099	03/11/2017	72850	250	* III
MAY0856	P03EQ0009A	03/11/2017	72850	250	* III
MED6926	P03EQ0009B	05/11/2017	72850	250	* III
DZJ4367	P03EQ00091	30/10/2017	72850	250	* III
LYC7858	P03EQ00094	02/11/2017	51851	167	
MKX4332	P03EQ00097	03/11/2017	51851	167	
MFS5716	P03EQ00090	30/10/2017	51851	167	
LXB5025	P03EQ000BQ	25/11/2017	51851	167	
LXB5025	P03EQ000BV	27/11/2017	51851	167	
LYZ4025	P03EQ000C5	27/11/2017	51851	167	
LXB5025	P03EQ000AJ	20/11/2017	51851	167	
MDN7018	P03EQ000AX	21/11/2017	51851	167	
MBL5874	P03EQ000B8	22/11/2017	51851	167	
MFN7412	P03EQ000BB	22/11/2017	51851	167	
LWU4533	P03EQ0008P	29/10/2017	51851	167	
MKX4332	P03EQ00098	03/11/2017	51852	167	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALFREDO WAGNER/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODEMEL  
DELEGADO DE POLICIA

**ALTO BELA VISTA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8657 253/2017**

Publicação Nº 1453557

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8657 253/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MYM4030	P034I0000Q	22/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ALTO BELA VISTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14 DRP

### ANCHIETA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8250 721/2017

Publicação Nº 1453723

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8250 721/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AON2726	P01E7000GR	16/08/2017	50100	162 * I	880.40
GWD8959	P01E7000IY	27/09/2017	54100	181 * IV	130.16
AYN3285	P01E7000J6	02/10/2017	55250	181 * XV	130.16
HLX0870	P01E7000IW	26/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MCE9134	P01E7000H0	18/08/2017	69120	232	88.38
MEL7060	P01E7000GZ	18/08/2017	51851	167	195.23
MDL6205	P01E7000HG	31/08/2017	51851	167	195.23
LYX5580	P01E7000HB	25/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
CXC9060	P01E7000JD	05/10/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8250 720/2017**

Publicação Nº 1453724

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8250 720/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHY6268	P01E7000LZ	24/11/2017	50100	162 * I
MHY6268	P01E7000M0	24/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
CRF3283	P01E7000KM	01/11/2017	52070	169
BXO0582	P01E7000KN	01/11/2017	57200	186 * I
MHY6268	54611592F	24/11/2017	57380	186 * II
MHY6268	54611591F	24/11/2017	58350	195
ALR8085	P01E7000M8	25/11/2017	65300	228
ATA6344	P01E7000LX	22/11/2017	68580	231 * VII
MHY6268	54611593F	24/11/2017	58191	193
ATA6344	P01E7000LY	22/11/2017	65992	230 * V
EIR7709	P01E7000M3	24/11/2017	65992	230 * V
MCG1031	P01E7000KA	26/10/2017	65992	230 * V
MFO8720	P01E7000KK	01/11/2017	65992	230 * V
MHY6268	54611594F	24/11/2017	52741	175
FFE3711	P01E7000KV	05/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANCHIETA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**ANITA GARIBALDI**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8468 597/2017**

Publicação Nº 1453602

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8468 597/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEM9737	54449712E	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
AFE3323	54449713E	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGW5099	54449718E	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGW5099	54449731E	19/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
JJY8870	54449705E	15/08/2017	51930	168	293.47
MII9670	54449714E	19/08/2017	64080	221	130.16
MVZ7752	P03D400005	03/10/2017	51851	167	195.23
MIS0549	P03D400006	03/10/2017	51851	167	195.23
LXN1677	P03D400007	03/10/2017	51851	167	195.23
MEC7016	P03D40000D	03/10/2017	51851	167	195.23
MIV6533	55145646C	30/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8468 596/2017**

Publicação Nº 1453603

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8468 596/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXX8455	54449572E	09/11/2017	54870	181 * XI
MJM8295	54449792E	25/09/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITA GARIBALDI/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA DE POLICIA

**ANITÁPOLIS****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8406 375/2017**

Publicação Nº 1453643

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8406 375/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFE2436	P02ZD00021	21/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANITAPOLIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALESSANDRO DE SOUZA ISOPPO  
DEL COMARCA STO AMARO IMPERATR

**ANTÔNIO CARLOS**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8061 745/2017**

Publicação Nº 1453902

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8061 745/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HPT1653	P01HX0004P	14/09/2017	65480	229	130.16
MJX5963	P01HX00058	26/09/2017	51851	167	195.23
LZZ0049	P01HX0003Z	12/08/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8061 744/2017**

Publicação Nº 1453903

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8061 744/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYV7210	P01HX0006E	05/11/2017	50292	162* II
LYV7210	P01HX0006F	05/11/2017	51262	164 c/c 162 * II
MDF3120	P01HX0006B	03/11/2017	51691	165
LYV7210	P01HX0006H	05/11/2017	51691	165
LYV7210	P01HX0006D	05/11/2017	65561	230 * I
LYV7210	P01HX0006G	05/11/2017	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ANTONIO CARLOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**APIUNA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8104 525/2017**

Publicação Nº 1453843

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8104 525/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZT3261	P01Y10005W	16/08/2017	50450	162 * V	293.47
MCC7555	P01Y100070	03/10/2017	51851	167	195.23
LYV8249	P01Y100073	03/10/2017	51851	167	195.23
LYR1069	P01Y100074	03/10/2017	51851	167	195.23
AJA4246	P01Y10005V	16/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 524/2017

Publicação Nº 1453844

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8104 524/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CIZ1626	55508246E	30/10/2017	50100	162 * I
LZC8610	P01Y100083	24/11/2017	69120	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

APIUNA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO DE POLICIA

---

**ARROIO TRINTA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8418 476/2017**

Publicação Nº 1453635

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8418 476/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAU5914	P02OI0000L	30/09/2017	69120	232	88.38
MAU5914	P02OI0000J	30/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ARROIO TRINTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**ASCURRA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8096 939/2017**

Publicação Nº 1453857

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8096 939/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEB6614	P01XX000WA	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEB6614	P01XX000WB	27/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEB6614	P01XX000WC	27/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 938/2017**

Publicação Nº 1453858

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8096 938/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEA6691	P01Y100089	24/11/2017	58350	195
MEA6691	P01Y10008C	25/11/2017	62700	220 * II
MEA6691	P01Y10008B	24/11/2017	65480	229
MEA6691	P01Y10008A	24/11/2017	59670	203 * V
LZP2993	P01XX000ZG	24/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ASCURRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE SANTANA AMARANTE  
DELEGADO DE POLICIA

---

**ATALANTA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8368 545/2017**

Publicação Nº 1453656

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8368 545/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFZ0117	P02S00003W	22/09/2017	50450	162 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8368 544/2017**

Publicação Nº 1453657

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

## DE TRANSITO N.8368 544/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LZR9456	P02S00004T	05/11/2017	65480	229
MBS5382	P02S00004V	07/11/2017	51851	167
MIK0440	P02S00004W	07/11/2017	51851	167
MJA0521	P02S00004X	07/11/2017	51851	167
MCB7084	P02S00004U	05/11/2017	52741	175

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ATALANTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

---

**AURORA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8110 415/2017**

Publicação Nº 1453838

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8110 415/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----



MJI7511 P01W10003S 29/11/2017 65992 230 \* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

AURORA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

### BALNEÁRIO GAIVOTA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8508 934/2017

Publicação Nº 1453586

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8508 934/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD4842	P01FS0028O	24/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
IHD3057	P01FS00288	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAY6351	P01FS0028B	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
ILD3009	P01FS002IH	08/10/2017	50450	162 * V	293.47
MAY6351	P01FS0028C	22/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ILD3009	P01FS002II	08/10/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MIB6750	P01FS002H9	03/10/2017	55250	181 * XV	130.16
LZQ1323	P01FS002GI	30/09/2017	57200	186 * I	195.23
MLL0495	P01FS002EK	21/09/2017	69120	232	88.38
MHT3974	P01FM00056	13/09/2017	73070	251 * II	130.16
MMJ5380	P01FS002BM	04/09/2017	51851	167	195.23
ENS8677	P01FS002CY	12/09/2017	51851	167	195.23
MDN4009	P01FS0027D	19/08/2017	51851	167	195.23
QHP0913	P01FS002GS	02/10/2017	51852	167	195.23
INE2114	P01FS00286	21/08/2017	65561	230 * I	293.47
IHD3057	P01FS00289	22/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAY6351	P01FS0028A	22/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHB1964	P01FS0028V	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
IKQ7155	P01FS0028W	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
MIA8534	P01FS0028X	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
IIY1336	P01FS002CZ	12/09/2017	65992	230 * V	293.47

LZE7651	P01FS002H0	03/10/2017	65992	230	* V	293.47
MLO5453	P01FS002HC	03/10/2017	65992	230	* V	293.47
MHL7097	P01FS002JT	15/10/2017	65992	230	* V	293.47
MBN2917	P01FS002JV	15/10/2017	65992	230	* V	293.47
MGS7537	55865658F	31/08/2017	66372	230	* IX	195.23
MLL0495	P01FS002EL	21/09/2017	70561	244	* III	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

AILTON ZANELATTO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8508 933/2017

Publicação Nº 1453587

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8508 933/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILP3499	P01FS002PV	01/11/2017	75790	165 A
ILP3499	P01FS002PT	01/11/2017	50100	162 * I
BRL5567	P01FS002OK	29/10/2017	50100	162 * I
BRL5567	P01FS002OL	29/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
ILP3499	P01FS002PU	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
INA4124	P01FS0031L	29/11/2017	54100	181 * IV
MCM5829	P01FS002Q3	03/11/2017	55250	181 * XV
HIU7729	P01FS0031K	28/11/2017	55250	181 * XV
ILP3499	P01FS002PW	01/11/2017	58350	195
BRL5567	P01FS002OI	29/10/2017	58350	195
MHI1038	P01FS0031V	29/11/2017	64910	227 * II
MMF5948	P01FS002N6	27/10/2017	51851	167
BAA0535	P01FS002R8	04/11/2017	51851	167
NRS0469	P01FS002RC	04/11/2017	51851	167
MLB3772	P01FS0031P	29/11/2017	51851	167
MIX0746	P01FS00311	28/11/2017	51851	167
ATI4015	P01FS0031D	28/11/2017	51851	167

HNA1787	P01FS0031F	28/11/2017	51851	167	
MAX5421	P01FS002ZN	24/11/2017	51851	167	
MKR2565	P01FS002ZR	24/11/2017	51851	167	
CBE3519	P01FS00300	24/11/2017	51851	167	
MLB3772	P01FS0030G	28/11/2017	51851	167	
IUB4524	P01FS0030L	28/11/2017	51851	167	
DJC9549	P01FS0030M	28/11/2017	51851	167	
MLC9488	P01FS0030O	28/11/2017	51851	167	
AXM8832	P01FS0030Q	28/11/2017	51851	167	
QIN9342	P01FS0030S	28/11/2017	51851	167	
IBD6807	P01FS002MW	24/10/2017	54521	181	* VIII
MLB3772	P01FS0031Q	29/11/2017	58194	193	
LXT1958	P01FS002QB	04/11/2017	65992	230	* V
JEM1228	P01FS002RN	05/11/2017	65992	230	* V
MKL2478	P01FS002ZM	24/11/2017	65992	230	* V
LXS5354	P01FS002N5	27/10/2017	65992	230	* V
MBN2917	P01FS002NU	27/10/2017	65992	230	* V
MEB9239	P01FS002O1	29/10/2017	65992	230	* V
BRL5567	P01FS002OH	29/10/2017	65992	230	* V
INR0697	P01FS002PF	31/10/2017	65992	230	* V
QHD7548	P01FS002PS	01/11/2017	65992	230	* V
ILP3499	P01FS002PX	01/11/2017	52741	175	
BRL5567	P01FS002OJ	29/10/2017	52741	175	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO GAIVOTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

AILTON ZANELATTO  
DELEGADO DE POLICIA

### BALNEÁRIO RINCÃO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 112/2017

Publicação Nº 1453511

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 112/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MEM1537	54875990G	02/08/2017	50100	162	*	I	880.40
MFM3123	54876063G	18/08/2017	50100	162	*	I	880.40
MGP7080	P02XS0005Q	22/08/2017	50100	162	*	I	880.40
JXU4239	P02XS0005U	24/08/2017	50100	162	*	I	880.40
ICF0161	P03810001Y	10/09/2017	50100	162	*	I	880.40
MBN5394	P02XS000DF	01/10/2017	50100	162	*	I	880.40
MBN5394	P02XS000DG	01/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MFM3123	54876064G	18/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MEM1537	54875992G	02/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MEM1537	54875991G	02/08/2017	64080	221			130.16
MJV9580	P02XS000B5	19/09/2017	67000	230	*	XVI	195.23
QHG7397	P02XS0005E	20/08/2017	69120	232			88.38
MEM1537	54875993G	02/08/2017	73400	252	*	IV	130.16
BTF1635	P02XS000BX	22/09/2017	65561	230	*	I	293.47
MGP7080	54876018G	22/08/2017	65561	230	*	I	293.47
MGP7080	P02XS0005P	22/08/2017	65992	230	*	V	293.47
JXU4239	P02XS0005T	24/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MBN5394	P02XS000DD	01/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MEM1537	54875989G	02/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MFM3123	54876066G	18/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MFM3123	54876065G	18/08/2017	66372	230	*	IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO REGIONAL

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 113/2017**

Publicação Nº 1453510

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO - 211920

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8804 113/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ECT2960	54876088G	22/08/2017	51930	168	293.47
MGL1544	P02XS0003V	03/08/2017	53800	181 * I	130.16
QHM3415	P02XS00019	24/07/2017	54100	181 * IV	130.16

MGL1544	P02XS0003U	03/08/2017	54600	181	*	IX	130.16
MFV6334	P02XS0003L	02/08/2017	55250	181	*	XV	130.16
MKF2909	P02XS0005L	21/08/2017	55250	181	*	XV	130.16
MIO0084	P02XS000AM	15/09/2017	55250	181	*	XV	130.16
MLQ5495	P02XS0001J	26/07/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MFE1386	P02XS0001O	27/07/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MHW6082	P02XS00046	05/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MCE5176	54876002G	05/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MGP7080	54876019G	22/08/2017	57380	186	*	II	293.47
MBW1407	P02XS0003D	01/08/2017	51851	167			195.23
CJL5328	P02XS000BN	21/09/2017	51851	167			195.23
OKG9542	P02XS000DH	02/10/2017	51851	167			195.23
MEV7187	P02XS0005G	21/08/2017	51851	167			195.23
MDB7402	P02XS000DU	03/10/2017	51852	167			195.23
EBM3780	P02XS000F0	14/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MKV1309	P02XS000CY	28/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MET6262	P02XS0007N	30/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MIO5883	P02XS00033	30/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
AIK3449	P038100019	02/08/2017	57461	187	*	I	130.16
MEQ2079	P03810000M	28/07/2017	57461	187	*	I	130.16
MCQ3909	P03810001K	07/08/2017	57461	187	*	I	130.16
OKF7280	P02XS00085	03/09/2017	57461	187	*	I	130.16
QHO7453	P02XS0008G	03/09/2017	57461	187	*	I	130.16
MHM7040	P02XS0008L	03/09/2017	57461	187	*	I	130.16
MEM3477	P02XS0009F	07/09/2017	57461	187	*	I	130.16
MGP7080	54876017G	22/08/2017	58192	193			880.40
MGP7080	P02XS0005R	22/08/2017	70301	244	*	I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

NESTOR BACK  
SECRETARIO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 110/2017**

Publicação Nº 1453513

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 110/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZX4382	P02XS000HU	01/11/2017	50450	162 * V
CTI6627	P02XS000IH	04/11/2017	65992	230 * V
MCD6637	P02XS000H9	29/10/2017	65992	230 * V
MEP1894	P02XS000IB	03/11/2017	66102	230 * VII
CTI6627	P02XS000IJ	04/11/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO REGIONAL

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 111/2017**

Publicação Nº 1453512

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO - 211920

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8804 111/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHO7453	54311230N	23/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIF6835	54323216N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AIA0779	P03810003A	26/11/2017	55250	181 * XV
GAT2005	P038100037	26/11/2017	55250	181 * XV
QHC4457	P02XS000IL	04/11/2017	55250	181 * XV
LYW1249	P02XS000HO	30/10/2017	55250	181 * XV
QID3618	P02XS000MV	25/11/2017	55250	181 * XV
QHN2666	P02XS000MX	25/11/2017	55250	181 * XV
GAT2005	P02XS000ME	23/11/2017	55250	181 * XV
GAT2005	P02XS000N8	27/11/2017	55250	181 * XV
OKE6291	P02XS000N9	27/11/2017	55250	181 * XV
MHS2163	P02XS000NB	27/11/2017	55250	181 * XV
MHU8389	P02XS000NN	28/11/2017	55250	181 * XV
MDR9151	P02XS000N4	27/11/2017	55250	181 * XV



MLB3756	P02XS000NS	28/11/2017	55500	181	*	XVIII
MEP1894	P02XS000IC	03/11/2017	55500	181	*	XVIII
CTI6627	P02XS000II	04/11/2017	55500	181	*	XVIII
AJK3426	P02XS000GX	27/10/2017	55500	181	*	XVIII
MHF3705	P02XS000N5	27/11/2017	51851	167		
MFH2331	P02XS000NO	28/11/2017	51851	167		
LXA8307	P02XS000NP	28/11/2017	51851	167		
LZS8274	P02XS000NR	28/11/2017	51851	167		
MMF1538	P02XS000N3	27/11/2017	51851	167		
AUY6447	P02XS000MY	26/11/2017	54521	181	*	VIII
ISY7551	P02XS000NC	27/11/2017	54521	181	*	VIII
MGY7856	P02XS000NI	28/11/2017	54521	181	*	VIII
MGT0895	P02XS000HH	30/10/2017	54521	181	*	VIII
MAY1107	P02XS000HN	30/10/2017	54521	181	*	VIII
MHL8003	P02XS000IO	04/11/2017	54521	181	*	VIII
QJQ7060	P02XS000IP	04/11/2017	54521	181	*	VIII
MIZ3460	P02XS000IR	04/11/2017	54521	181	*	VIII
DXQ5411	P038100039	26/11/2017	57461	187	*	I
MEP7106	P02XS000H4	28/10/2017	57461	187	*	I
AXA6945	P02XS000HX	02/11/2017	57461	187	*	I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BALNEARIO RINCAO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

NESTOR BACK  
SECRETARIO

### BARRA BONITA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8777 106/2017

Publicação Nº 1453521

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8777 106/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CMB8995	P03M200002	04/09/2017	61220	214 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA BONITA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO DE POLICIA

### BARRA VELHA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1624/2017

Publicação Nº 1453846

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1624/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HSJ1456	P028K000RT	17/09/2017	75790	165 A	2934.68
OWQ8971	P00S8000PC	11/02/2017	75790	165 A	2934.68
AUD5664	P028K000RK	09/09/2017	75790	165 A	2934.68
BBO0510	P01JX000L2	03/10/2017	75790	165 A	2934.68
BBO0510	P01JX000KZ	03/10/2017	50100	162 * I	880.40
MBC6012	P028K000SB	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
MBC6012	P028K000SC	02/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
BBO0510	P01JX000L0	03/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
BBO0510	P01JX000L1	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
HQC4523	P028K000RS	17/09/2017	65992	230 * V	293.47
GWH7861	54522889E	26/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZF0771	P028K000RZ	28/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBC6012	P028K000SA	02/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8102 1625/2017**

Publicação Nº 1453845

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8102 1625/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AUK3714	P028G0005W	31/08/2017	52070	169	88.38
ANW8663	P028G0006L	12/09/2017	52070	169	88.38
QHG8778	P01JX000KL	24/09/2017	51851	167	195.23
MIN9106	P028K000TH	10/10/2017	51851	167	195.23
QHT2717	P00S8000KZ	23/01/2017	51851	167	195.23
CAP8444	P01JX000HQ	27/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1622/2017**

Publicação Nº 1453848

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8102 1622/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

NGK5863 P028K000VH 12/11/2017 65480 229  
MCB7455 P01JX000NF 28/11/2017 66450 230 \* X  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILSON MASSON  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1623/2017**

Publicação Nº 1453847

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA VELHA - 280410

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8102 1623/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

QHG8778 54318359N 13/11/2017 50020 257 ÷ 8\$  
ALW3878 P01JX000LQ 29/10/2017 54100 181 \* IV  
ALU7892 P01JX000M1 29/10/2017 51851 167  
AMX8912 P01JX000M6 29/10/2017 51851 167  
MKS9601 P01JX000M7 29/10/2017 51851 167  
MDR3834 P01JX000MD 29/10/2017 51851 167  
AHH7365 P028G0008R 12/11/2017 51851 167  
EZF2673 P028G0008S 12/11/2017 51852 167  
MBO6339 P028K000V6 02/11/2017 54523 181 \* VIII  
LZB6610 P028K000V0 28/10/2017 69471 235  
QIN2495 P028K000W2 19/11/2017 70991 244 \* V II  
-----

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BARRA VELHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

AUTIERES MAURO MACCAGNAN  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**BELMONTE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8380 409/2017**

Publicação Nº 1453649

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8380 409/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEL6062	P03KP00004	15/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEL6062	P03KP00005	15/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MLO7265	55844541D	01/08/2017	57200	186 * I	195.23
MEL6062	P03KP00003	15/08/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BELMONTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A

**BENEDITO NOVO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8165 774/2017**

Publicação Nº 1453787

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8165 774/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ARG7340	55076614F	10/06/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8165 773/2017**

Publicação Nº 1453788

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8165 773/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------



-----  
MGC6556 P036K0004C 05/11/2017 65480 229  
LZW8683 P036K0003Z 29/10/2017 59670 203 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BENEDITO NOVO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADODE POLICIA

---

### BIGUAÇU

---

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2102/2017**

Publicação Nº 1453919

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2102/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
LZY1669 P03DL0002E 27/09/2017 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8048 2103/2017**

Publicação Nº 1453918

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8048 2103/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEV8375	54849382E	25/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
OBL7256	54853728E	27/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
EJS0877	54853743E	27/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QIQ6681	54853939E	27/09/2017	54281	181 * V	293.47
MBZ8585	54853947E	02/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MLU9459	54853927E	26/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MIH7641	54853720E	27/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
QHG4942	54849390E	26/09/2017	56221	182 * VI	88.38
MCU7087	54853739E	27/09/2017	56221	182 * VI	88.38
MKG1392	54853740E	27/09/2017	56221	182 * VI	88.38
MIH7641	54849380E	25/09/2017	56221	182 * VI	88.38
MBW3538	54853812E	03/10/2017	56221	182 * VI	88.38
MCX1853	54853843E	04/10/2017	56221	182 * VI	88.38
MGK8358	54853847E	04/10/2017	56221	182 * VI	88.38
MDQ8972	P03DL0002H	27/09/2017	70481	244 * II	293.47
MMJ9701	54853814E	03/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIC9547	54855425E	23/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJE5591	54851246E	21/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HMY2480	54853919E	25/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIQ6681	54853946E	30/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

BIGUACU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 2100/2017**

Publicação Nº 1453921

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8048 2100/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MES6336 P03DK0002H 26/10/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8048 2101/2017**

Publicação Nº 1453920

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUACU - 280450

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8048 2101/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MFO8267 P03MC0000B 06/11/2017 55500 181 \* XVIII  
HMP9412 54853679E 04/10/2017 55680 181 \* XIX  
MBO7391 54852604E 25/10/2017 55680 181 \* XIX  
IQA9729 54852608E 25/10/2017 54521 181 \* VIII  
MBH0036 54853642E 24/10/2017 54521 181 \* VIII

MID2447	54853584E	20/10/2017	54521	181	*	VIII	
PVD3857	54852703E	09/11/2017	54521	181	*	VIII	
MKZ3935	54853573E	18/10/2017	54521	181	*	VIII	
OUU5387	54853636E	24/10/2017	54522	181	*	VIII	
MID2447	54853583E	20/10/2017	60171	206	*	III	
MFZ9707	54852723E	14/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
MKQ5480	54852724E	14/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
QIQ6681	54852731E	20/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
OOP5785	54852736E	21/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
MKN4452	54852741E	22/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
MGJ5901	54853643E	24/10/2017	55414	181	*	XVII	c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BIGUACU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SAUL DE MELLO FERREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### BLUMENAU

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8801 310/2017

Publicação Nº 1453515

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8801 310/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHD7327	54300877N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
KRG1489	54303942N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIB7303	54303944N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJT5548	54306710N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIA7647	54306717N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMA0899	0000101766	29/09/2017	74550	218 * I	130.16
DLB3226	0000101890	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
LWY6416	0000101850	01/10/2017	74550	218 * I	130.16
EMK4977	0000101992	01/10/2017	74550	218 * I	130.16
MKA3183	0000101968	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
QHB3265	0000102299	04/10/2017	74550	218 * I	130.16

HSR0289	0000102493	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC8970	0000102541	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BUA8625	0000102625	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZQ8544	0000102703	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AXT2192	0000102777	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO3238	0000102812	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDJ7549	0000102940	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN7545	0000101421	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAW1632	0000101432	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AFF1590	0000101429	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB0984	0000101451	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MED0327	0000101454	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT6875	0000101481	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAT4718	0000101495	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS9126	0000101498	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX3234	0000101500	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD4878	0000101503	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL8949	0000101612	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC1183	0000101613	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT1750	0000101601	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP2109	0000101609	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA9684	0000101181	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK2791	0000101194	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI8462	0000101198	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KPM0721	0000101207	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL7661	0000101570	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN2026	0000101585	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAY4945	0000101640	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM0875	0000101655	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM0432	0000101667	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ0958	0000101708	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV1436	0000101673	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AMF8622	0000101679	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO4636	0000101697	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ1823	0000101738	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CKO4551	0000102068	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIN7586	0000103392	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MID2266	0000103416	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ANB2585	0000100986	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKD5233	0000100882	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AEW0228	0000100887	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AFE9469	0000100893	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC4423	0000101232	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF9761	0000101236	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ8788	0000101245	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ2672	0000101249	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS9741	0000101260	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK4305	0000101265	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JVE7877	0000101295	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUN0765	0000101305	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC3976	0000101309	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS1922	0000101330	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIV6265	0000101333	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM0188	0000101353	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDI3901	0000101368	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK4455	0000101413	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA7130	0000101106	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUO6413	0000101107	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH8677	0000101109	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE8327	0000101110	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ6219	0000101112	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP1412	0000101115	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EZQ4021	0000101127	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16

DDZ1433	0000101131	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB8544	0000101135	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL3548	0000100367	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYI5935	0000100470	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE8344	0000100683	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY1065	0000100829	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJR6447	0000100053	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IPU8604	0000100918	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ0275	0000096976	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB2123	0000097032	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT5217	0000097395	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKL8782	0000097432	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ4807	0000097566	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM0985	0000097567	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ0275	0000097472	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ0275	0000097473	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ0275	0000097474	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD9872	0000096169	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS9980	0000096926	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY7603	0000096832	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IPU8604	0000096946	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AVY0921	0000097535	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB0533	0000097468	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ5403	0000097416	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL7584	0000097445	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PWL0294	0000097626	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ0275	0000097585	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO1354	0000098089	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHG3053	0000098357	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA7838	0000098411	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QID4165	0000098601	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXQ9000	0000099112	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBE2663	0000099224	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DZK3439	0000099301	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU8642	0000099856	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF3160	0000099879	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE4442	0000099550	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY8966	0000099657	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE3889	0000099681	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NWA9754	0000099756	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ9817	0000099736	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ0722	0000099705	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO7876	0000099851	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASR6008	0000100065	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIB8304	0000099249	27/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHD8593	0000099131	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LPG0070	0000098668	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCS3798	0000099104	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIL7584	0000097517	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAQ0275	0000096975	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MAQ0275	0000097475	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFY2778	0000100107	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHL2439	0000100156	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LYE7991	0000100845	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEB0984	0000101416	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFF0989	0000101154	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLL4878	0000101164	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKA3183	0000103443	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX0924	0000101732	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIX4593	0000101665	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKZ7631	0000101588	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJD7296	0000101217	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
INQ5753	0000101228	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23



NWN2600	0000101559	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJM4486	0000103045	12/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LXA0298	0000101678	27/09/2017	74710	218	*	III	880.40
IKD5233	0000100944	18/09/2017	74710	218	*	III	880.40
IKD5233	0000100956	18/09/2017	74710	218	*	III	880.40
IKD5233	0000100973	18/09/2017	74710	218	*	III	880.40
AFE9469	0000100862	17/09/2017	74710	218	*	III	880.40
AFE9469	0000100881	17/09/2017	74710	218	*	III	880.40

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 309/2017**

Publicação Nº 1453516

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - LE - 280470

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8801 309/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MHN9815	54323025N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJM1829	54323026N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHN9815	54323028N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHD7006	54323029N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFK0248	54323031N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEL0323	54323032N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMA8474	54323033N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MAW1193	54323034N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
ETV3539	54323036N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHX8076	54323042N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHX8076	54323043N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFP6649	54324829N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIT9200	54324830N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMC0456	54324831N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMF2278	54324832N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$

MHI3657	54324833N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
MCB6758	0000107175	29/11/2017	74550	218	*	I
MIK4952	0000107177	29/11/2017	74550	218	*	I
MHF4446	0000106732	23/11/2017	74550	218	*	I
QJF1007	0000107007	26/11/2017	74550	218	*	I
MIX1626	0000106988	26/11/2017	74550	218	*	I
APN0014	0000106990	26/11/2017	74550	218	*	I
MHE7644	0000106832	24/11/2017	74550	218	*	I
MEK4023	0000107014	26/11/2017	74550	218	*	I
MET2693	0000107023	27/11/2017	74550	218	*	I
QII2814	0000107080	27/11/2017	74550	218	*	I
MIZ2798	0000107046	27/11/2017	74550	218	*	I
INQ5753	0000107039	27/11/2017	74550	218	*	I
FDM6014	0000107052	27/11/2017	74550	218	*	I
MBX6875	0000107059	27/11/2017	74550	218	*	I
MDZ2235	0000107063	27/11/2017	74550	218	*	I
ELG8136	0000107066	27/11/2017	74550	218	*	I
MKI6498	0000107067	27/11/2017	74550	218	*	I
ANP9819	0000107068	27/11/2017	74550	218	*	I
MEA6589	0000106375	18/11/2017	74550	218	*	I
MIE5585	0000106384	18/11/2017	74550	218	*	I
MFS7028	0000106437	19/11/2017	74550	218	*	I
MKJ2768	0000106672	22/11/2017	74550	218	*	I
DGJ0640	0000106691	23/11/2017	74550	218	*	I
LZU3354	0000106693	23/11/2017	74550	218	*	I
AKT8625	0000106702	23/11/2017	74550	218	*	I
MFL8949	0000106791	24/11/2017	74550	218	*	I
MAD3247	0000106795	24/11/2017	74550	218	*	I
MDU9706	0000106805	24/11/2017	74550	218	*	I
MGO7427	0000106861	25/11/2017	74550	218	*	I
LZS1729	0000106837	24/11/2017	74550	218	*	I
MGT7913	0000106706	23/11/2017	74550	218	*	I
AWE0678	0000106715	23/11/2017	74550	218	*	I
MHU7051	0000106941	26/11/2017	74550	218	*	I
DML2538	0000106866	25/11/2017	74550	218	*	I
MBP3313	0000106868	25/11/2017	74550	218	*	I
MKI6653	0000106956	26/11/2017	74550	218	*	I
MKC4037	0000106879	25/11/2017	74550	218	*	I
LYX6406	0000106881	25/11/2017	74550	218	*	I
MAL0744	0000106914	25/11/2017	74550	218	*	I
MEA7167	0000106920	25/11/2017	74550	218	*	I
DDF8027	0000106921	25/11/2017	74550	218	*	I
MEV3338	0000106924	25/11/2017	74550	218	*	I
PVW8518	0000104327	25/10/2017	74550	218	*	I
QIN0431	0000104332	25/10/2017	74550	218	*	I
MEK0317	0000104334	25/10/2017	74550	218	*	I
MDG6461	0000104336	25/10/2017	74550	218	*	I
QHQ2840	0000104343	25/10/2017	74550	218	*	I
MDF8486	0000104344	25/10/2017	74550	218	*	I
MFE6756	0000104357	25/10/2017	74550	218	*	I
MEL2869	0000104368	25/10/2017	74550	218	*	I
AHI5374	0000104422	26/10/2017	74550	218	*	I
MEI0243	0000104426	26/10/2017	74550	218	*	I
QHZ0320	0000104438	26/10/2017	74550	218	*	I
QHT9878	0000104466	27/10/2017	74550	218	*	I
MDA1907	0000104389	26/10/2017	74550	218	*	I
MGN5340	0000104413	26/10/2017	74550	218	*	I
OKE1261	0000104436	26/10/2017	74550	218	*	I
MFN2966	0000104588	28/10/2017	74550	218	*	I
APS8599	0000104591	28/10/2017	74550	218	*	I
MFW4408	0000104565	28/10/2017	74550	218	*	I
MEC4333	0000104569	28/10/2017	74550	218	*	I
MGP6798	0000104557	28/10/2017	74550	218	*	I

MLA1474	0000104560	28/10/2017	74550	218	*	I
MFI0630	0000104495	27/10/2017	74550	218	*	I
MKA3183	0000104605	28/10/2017	74550	218	*	I
MIF8319	0000104618	28/10/2017	74550	218	*	I
QHI9372	0000104502	27/10/2017	74550	218	*	I
QIN5261	0000103674	18/10/2017	74550	218	*	I
MKU4879	0000103830	20/10/2017	74550	218	*	I
MLF1786	0000103836	20/10/2017	74550	218	*	I
MGD3735	0000103847	20/10/2017	74550	218	*	I
MMF8218	0000103848	20/10/2017	74550	218	*	I
MKR3251	0000103864	20/10/2017	74550	218	*	I
MJW8272	0000103950	21/10/2017	74550	218	*	I
EZW8811	0000104012	21/10/2017	74550	218	*	I
EBK6588	0000104074	22/10/2017	74550	218	*	I
MKR2715	0000104104	22/10/2017	74550	218	*	I
MKY8975	0000104124	22/10/2017	74550	218	*	I
OKF7190	0000104142	22/10/2017	74550	218	*	I
MLL3402	0000102982	11/10/2017	74550	218	*	I
MHM8101	0000103627	17/10/2017	74550	218	*	I
MKM0409	0000104526	28/10/2017	74550	218	*	I
MFY7483	0000104527	28/10/2017	74550	218	*	I
HTI2808	0000104658	28/10/2017	74550	218	*	I
ASR6008	0000104549	28/10/2017	74550	218	*	I
LYP4262	0000104552	28/10/2017	74550	218	*	I
CZX8354	0000104674	29/10/2017	74550	218	*	I
MAN7571	0000104677	29/10/2017	74550	218	*	I
MKP2934	0000104694	29/10/2017	74550	218	*	I
QHQ4190	0000104686	29/10/2017	74550	218	*	I
FRA5666	0000104702	29/10/2017	74550	218	*	I
AZQ8152	0000104750	29/10/2017	74550	218	*	I
EQL9575	0000104724	29/10/2017	74550	218	*	I
QIV8892	0000104727	29/10/2017	74550	218	*	I
JNE0385	0000104776	30/10/2017	74550	218	*	I
MFF3124	0000104829	30/10/2017	74550	218	*	I
JHZ2574	0000104895	31/10/2017	74550	218	*	I
MFF3124	0000104892	31/10/2017	74550	218	*	I
LXT1569	0000104646	28/10/2017	74550	218	*	I
MHT7375	0000105375	06/11/2017	74550	218	*	I
MHH1148	0000105899	13/11/2017	74550	218	*	I
MCI9112	0000106218	17/11/2017	74550	218	*	I
MDX8745	0000106277	18/11/2017	74550	218	*	I
DLP0912	0000106307	18/11/2017	74550	218	*	I
LCK9508	0000106419	19/11/2017	74550	218	*	I
AFA5832	0000106342	18/11/2017	74550	218	*	I
MCK3059	0000106344	18/11/2017	74550	218	*	I
MAV1022	0000106463	19/11/2017	74550	218	*	I
MCP9202	0000106502	20/11/2017	74550	218	*	I
MFR5827	0000106478	20/11/2017	74550	218	*	I
MHL1106	0000106479	20/11/2017	74550	218	*	I
LYH5301	0000106491	20/11/2017	74550	218	*	I
MLQ2208	0000106497	20/11/2017	74550	218	*	I
MHF1076	0000106526	20/11/2017	74550	218	*	I
MJS2996	0000106586	21/11/2017	74550	218	*	I
MBW4623	0000106587	21/11/2017	74550	218	*	I
MGG4416	0000106636	22/11/2017	74550	218	*	I
MLW2363	0000106643	22/11/2017	74550	218	*	I
MBO8629	0000106649	22/11/2017	74550	218	*	I
MEU7154	0000106612	21/11/2017	74550	218	*	I
CZQ2575	0000106604	21/11/2017	74550	218	*	I
LZO9853	0000106662	22/11/2017	74630	218	*	II
MKA4941	0000106358	18/11/2017	74630	218	*	II
MJL7856	0000106370	18/11/2017	74630	218	*	II
LZU4689	0000106228	17/11/2017	74630	218	*	II

MBQ9291	0000104672	29/10/2017	74630	218	*	II
MJS1154	0000105020	02/11/2017	74630	218	*	II
MFF3124	0000104812	30/10/2017	74630	218	*	II
BOT0486	0000104746	29/10/2017	74630	218	*	II
MBU6588	0000104556	28/10/2017	74630	218	*	II
IXT6519	0000103669	18/10/2017	74630	218	*	II
MAQ0275	0000103383	15/10/2017	74630	218	*	II
EVJ3255	0000104295	24/10/2017	74630	218	*	II
QHV0235	0000104637	28/10/2017	74630	218	*	II
LZO9853	0000106748	23/11/2017	74630	218	*	II
LZO9853	0000106816	24/11/2017	74630	218	*	II
MIX3234	0000106747	23/11/2017	74630	218	*	II
MEQ2564	0000106461	19/11/2017	74630	218	*	II
LXR2309	0000106789	24/11/2017	74630	218	*	II
MJQ9902	0000107088	28/11/2017	74630	218	*	II
QHR5957	0000107120	28/11/2017	74630	218	*	II
MFT0649	0000106954	26/11/2017	74630	218	*	II
INQ5753	0000107078	27/11/2017	74710	218	*	III
ANL5055	0000107002	26/11/2017	74710	218	*	III
MFT0649	0000106944	26/11/2017	74710	218	*	III
MMS8881	0000106930	26/11/2017	74710	218	*	III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8800 309/2017**

Publicação Nº 1453517

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8800 309/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKD2005	54286003N	08/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJZ6040	54288264N	15/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMD8069	54293742N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIG1119	54293744N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16

MJR5295	54293795N	01/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MEH4043	54298316N	15/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHN4456	54295593N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MGA7986	54295626N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJX7697	54295638N	08/09/2017	50020	257	õ	8\$	880.40
QHA8398	54299176N	19/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MMJ7823	54299181N	19/09/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QIE2699	54299208N	19/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHJ0375	54299219N	19/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
HJJ2140	54300305N	22/09/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIE7039	54303461N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKY9994	54303463N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHK1962	54303465N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJH0505	54303466N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHR1720	54303471N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
KRG1489	54303473N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MMC0456	54303475N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIJ9597	54303476N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHT8581	54303477N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKF8062	54303479N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIE0730	54303481N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHD7116	54303484N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHN2027	54303485N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MHI2763	54303486N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QJJ1868	54303488N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLN6201	54303489N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MIU1337	54303490N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJK1802	54306025N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHP7138	54306026N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKX6883	54306036N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHO3961	54306049N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MHW4946	54306051N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MKD6867	54306058N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MEP7332	54306059N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLM8755	54306060N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
IPN7362	54306062N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLT5067	54306074N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QHC4605	54306086N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLJ6471	54306087N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJM2505	54306090N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QIG5104	54308598N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHX5838	54309352N	17/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MGR0013	54309424N	17/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MLC4648	8800156682	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXQ7604	8800156705	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD1827	8800156709	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQO0568	8800156727	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH6604	8800156728	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE8817	8800156740	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MER9148	8800156758	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBM7119	8800156760	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB9636	8800157362	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMJ5109	8800157414	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AFR4383	8800157480	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBA8114	8800156810	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS3688	8800156889	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
PVL1930	8800156901	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO0245	8800156965	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EEN2413	8800157169	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD6410	8800156112	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE9185	8800156132	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCN3804	8800156133	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY5088	8800156140	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16



QIQ5866	8800156141	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI1098	8800156156	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV7808	8800156158	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDU2658	8800156162	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MID8935	8800156185	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF0432	8800156190	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7041	8800156239	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI7196	8800156265	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK2684	8800156280	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM4488	8800156292	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AZW0703	8800156353	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY3323	8800156373	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXB5110	8800156387	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI0251	8800156412	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHP9966	8800156420	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO6440	8800156436	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF7811	8800156439	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT4390	8800156441	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW4245	8800156445	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MES2657	8800156501	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ7036	8800156502	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DJJ4793	8800156513	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MID4104	8800156514	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK0433	8800156534	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKR8654	8800156562	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCL4666	8800156085	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP7032	8800156087	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV8476	8800156571	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ8110	8800156580	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM1264	8800156602	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MML2368	8800156604	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
INN9078	8800156609	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZA7005	8800156631	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KRE8347	8800156647	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR1456	8800156649	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE7478	8800156652	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IJJ9346	8800156658	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ6288	8800156672	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
COS3186	8800157181	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF3122	8800157199	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYU6347	8800157547	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QJO1050	8800157626	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ5733	8800157882	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA8524	8800151751	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP0732	8800156784	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO0947	8800154200	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGW0171	8800154213	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK0168	8800154248	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EFD0300	8800154255	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE6587	8800154273	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA5504	8800154445	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI2540	8800154458	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GUC9442	8800154459	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJK2900	8800154472	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA6536	8800154475	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KXU2885	8800154481	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CGH1123	8800154590	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG4323	8800154591	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD6360	8800154598	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN4416	8800154606	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK8745	8800154615	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IHR8652	8800154624	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL5627	8800154625	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16



MJW5110	8800154638	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM4118	8800154501	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALZ2007	8800154560	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP9909	8800154566	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLT5888	8800154568	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OTT2720	8800154571	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIE4947	8800154167	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAC2373	8800154663	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AXM7954	8800154688	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY4278	8800154695	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAE3539	8800154698	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL4149	8800154705	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN7978	8800154713	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF2204	8800154737	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKV2316	8800154739	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM7385	8800154768	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ8169	8800154774	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE1943	8800154800	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD3119	8800154802	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI9888	8800154822	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EGC5535	8800154838	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BSI7447	8800154845	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AEU7707	8800154851	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB9835	8800154854	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX2801	8800154857	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY5851	8800154865	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NCO4972	8800154874	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH0410	8800154888	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH8933	8800154908	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW4136	8800154911	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD0905	8800154923	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC3983	8800154924	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW3945	8800154943	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ1722	8800154981	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BGA8884	8800155019	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBS4302	8800155039	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BAA0788	8800155041	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK7157	8800155042	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO7776	8800155049	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK9222	8800155053	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MES6539	8800155055	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGA3396	8800155057	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM0090	8800155082	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCB7113	8800155101	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DHR4053	8800155103	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT0649	8800155109	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB2866	8800155110	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IWZ1383	8800155113	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA5217	8800155120	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK1962	8800155123	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDA3578	8800155138	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF3166	8800155247	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ3907	8800155248	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK2057	8800155256	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXA3674	8800155258	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAE4849	8800155262	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA2391	8800155266	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC0263	8800155269	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB9835	8800155273	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ2763	8800155292	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EGC5535	8800155310	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM8944	8800155313	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW2953	8800155322	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MGG0052	8800155336	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LOM3862	8800155367	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHP3143	8800155375	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM5676	8800155378	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH2342	8800155386	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ9714	8800155388	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMF6509	8800155389	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP1821	8800155411	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI8601	8800155412	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB6924	8800155427	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ7015	8800155428	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBO1484	8800155459	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ8044	8800155463	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EAE2880	8800155499	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU3899	8800155502	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQS2545	8800155168	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP4855	8800155171	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS0984	8800155183	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA8934	8800155185	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EYN4474	8800155189	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HZU4562	8800155203	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ5352	8800155218	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYD3011	8800155225	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH0102	8800155245	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ7620	8800155591	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXV7655	8800155596	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXR9176	8800155598	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ4808	8800155619	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW1185	8800155624	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQK6507	8800155636	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHZ5716	8800155645	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ8413	8800155676	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDU9628	8800155685	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDA8835	8800155686	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW7605	8800155723	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO1327	8800155732	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI8070	8800155755	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AHY9358	8800155756	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIO7986	8800155766	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHP8114	8800155771	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE3216	8800155797	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILS1142	8800155811	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ5506	8800155836	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL1816	8800155855	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB5293	8800155886	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OPN9045	8800155887	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF2086	8800155895	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB8392	8800155907	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL1102	8800155920	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALW7886	8800155925	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX4327	8800155936	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE8907	8800155950	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ6861	8800155963	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DHR4053	8800154679	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ2425	8800155162	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAL7025	8800155529	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DVB6084	8800155671	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CRE5307	8800155992	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QII1794	8800156014	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHU9231	8800156015	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKZ7976	8800156027	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL8367	8800156048	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANR9250	8800156065	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MHR0057	8800156077	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ2600	8800156079	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYA4177	8800153369	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANC1136	8800153380	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ2221	8800153382	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ2764	8800153385	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE8831	8800153396	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF0759	8800153414	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD8312	8800153426	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYR6032	8800153441	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CQQ8163	8800153443	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIC4587	8800153447	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY2126	8800153459	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS6947	8800153461	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU3956	8800153467	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FTC1522	8800153470	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EQW9827	8800153479	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB2225	8800153486	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV5685	8800153498	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DXE8654	8800153539	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KHR8777	8800153540	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDQ8883	8800153565	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP2258	8800153583	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EYG5228	8800153584	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY6556	8800153586	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW5922	8800153590	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MML5252	8800153182	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA1584	8800153226	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AVC0753	8800153314	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QJI8400	8800151888	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH1052	8800152983	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCW2255	8800153048	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ6703	8800152338	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MII5657	8800152385	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QJK2828	8800152439	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DWB0431	8800152467	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ9205	8800152825	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AVT3176	8800152909	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG1821	8800152925	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIP0856	8800148992	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK7308	8800149045	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP8722	8800151733	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MII6776	8800151734	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG8286	8800152220	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NRJ3573	8800152243	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DJB2261	8800152248	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL5663	8800152277	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHZ5709	8800152543	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX7294	8800152561	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FDJ0378	8800152562	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ0251	8800152616	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ3037	8800152690	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB9501	8800152705	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OJZ3777	8800152815	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS2249	8800153672	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM8825	8800153676	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY6063	8800153699	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG9085	8800153701	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OEM5571	8800153709	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO2832	8800153719	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB4623	8800153721	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS3423	8800153620	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DBW0196	8800153641	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MGN2230	8800153659	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFH7844	8800153663	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ORC4731	8800153664	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDG2394	8800153727	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM3989	8800153736	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIH0808	8800153744	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS4587	8800153760	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB2925	8800153770	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO2779	8800153773	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JWX7368	8800153776	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIV4443	8800153783	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE5770	8800153793	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL0545	8800153800	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM9726	8800153814	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAZ3821	8800153835	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LVK2019	8800153909	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR6915	8800153915	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE1414	8800153932	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXR1539	8800153933	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN4283	8800153939	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV2265	8800153944	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ1004	8800153948	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFO8967	8800153963	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAX7030	8800153970	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KOY7787	8800153138	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM7035	8800153154	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFE1860	8800153880	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV7146	8800153884	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD7946	8800153988	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASI4442	8800154003	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU8478	8800154007	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
PXV1370	8800154010	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP4217	8800154060	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF5696	8800154062	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXL7652	8800154065	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY2482	8800154078	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZX8802	8800154094	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO0389	8800154114	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKP9865	8800154118	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP8853	8800154130	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJY5172	8800154149	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE0730	8800154151	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP7651	8800154019	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAM6042	8800154027	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NZD3791	8800154042	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHY6504	8800154183	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DEN5731	8800154187	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF5672	8800154190	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU3364	8800154281	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUR5767	8800154282	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LRE3176	8800154299	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAZ8101	8800154305	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH6095	8800154316	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV6937	8800154339	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT6272	8800154350	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIR2475	8800154358	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM9698	8800154398	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXH4648	8800154404	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD9498	8800154428	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR9187	8800154432	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEL5258	8800151813	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKN9697	8800151821	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LTJ1211	8800151822	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16



MFA5085	8800150669	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KEA7258	8800150931	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX6870	8800150933	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QJD1300	8800151165	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ9622	8800149980	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ7935	8800150030	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CSM1414	8800150073	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIQ2060	8800150138	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM0638	8800151894	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0932	8800151921	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDJ0002	8800151926	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMX0501	8800151938	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBF4297	8800151946	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCB3454	8800151954	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OSH9265	8800151957	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JQX4407	8800151984	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD3601	8800151990	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP5677	8800152007	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB6090	8800152015	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ7408	8800152083	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA9229	8800152120	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO3435	8800152160	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC4478	8800151283	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDP0709	8800151292	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIS8642	8800151321	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO0158	8800151323	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV2937	8800151398	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGC1662	8800151417	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ5736	8800151425	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MES4384	8800151472	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI7258	8800151481	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK2295	8800151564	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AZM8698	8800151571	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBM3287	8800151580	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCB5267	8800151618	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBS8347	8800151620	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKM7686	8800151630	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXX9435	8800151702	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCC9767	8800146622	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN9653	8800146671	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DGZ2679	8800148770	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INO1187	8800148791	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHU9138	8800148813	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IIS5896	8800148816	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG0820	8800149061	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JPL3910	8800149160	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA2024	8800149245	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI5632	8800149440	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ7036	8800149569	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF5141	8800149572	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NJV5414	8800149677	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH4284	8800149783	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE4938	8800149880	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CYY6868	8800147989	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI9577	8800148056	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG5302	8800148095	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK3986	8800148138	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP2176	8800148159	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ATC7433	8800148182	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV2490	8800148274	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK1675	8800148342	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU2784	8800148396	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DDB2281	8800148609	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MLJ7479	8800148614	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJU1471	8800148629	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP6148	8800144824	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LSV5209	8800144848	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV8280	8800144900	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JQM4321	8800144927	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ICE9104	8800144964	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LRZ2962	8800145161	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH0042	8800145390	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU4799	8800146101	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FHZ0465	8800146032	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX9997	8800146730	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCD1149	8800146861	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP7600	8800147259	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB8646	8800147309	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR1164	8800147529	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA5746	8800147549	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP4163	8800147575	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DCY7890	8800147631	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL4187	8800147675	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC0678	8800147882	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ3741	8800144547	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FJE6714	8800140946	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD5995	8800142032	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAX0964	8800144707	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY4096	8800144030	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO7127	8800144113	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG4591	8800144124	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX8945	8800144135	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK9564	8800144157	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFF3244	8800142462	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ORS1636	8800142482	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD0497	8800142520	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO4765	8800142748	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDI5402	8800144195	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
NZT3888	8800144199	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIJ8422	8800144220	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD2803	8800144224	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJD1745	8800144269	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXQ0265	8800144306	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LWZ1532	8800144315	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU7432	8800144329	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIH1593	8800144336	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY9891	8800144342	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS3294	8800144381	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ5299	8800144398	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEC5761	8800144429	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KAJ1059	8800144430	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN2081	8800144457	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL8184	8800144461	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX3393	8800144483	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL6988	8800144189	01/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHA3631	8800144769	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKR0594	8800142197	20/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGR3294	8800144552	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IVV3130	8800144658	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
OKH3961	8800147541	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHC4324	8800146608	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QIP1974	8800145340	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AOK3735	8800148713	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGD7385	8800148752	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKJ1995	8800148210	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHY7826	8800147949	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23



OKF3941	8800149923	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEZ5292	8800149940	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCV9663	8800149958	30/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFM2513	8800149650	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MET2603	8800148891	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFG0421	8800148961	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFG0421	8800148783	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDU8794	8800146411	17/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHV5787	8800151721	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDQ8601	8800152180	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MMD4888	8800151978	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDX3633	8800150224	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHI9128	8800151836	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFG4942	8800151839	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QJK0770	8800154434	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHL7647	8800154058	19/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HLW0213	8800154165	19/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJX9125	8800153908	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFT0649	8800153979	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJD0128	8800153847	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MES5735	8800153849	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
BUM0941	8800153763	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJH6538	8800153669	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJD0128	8800153726	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIL6098	8800152818	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHY4714	8800152334	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHH7919	8800151750	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
OKH9602	8800149059	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIU7406	8800152975	14/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLS3954	8800152485	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
KZH4117	8800153087	14/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AYX4054	8800153604	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHG1564	8800153572	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGF7491	8800153502	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCV0816	8800153442	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGS8532	8800156080	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDG4221	8800156083	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCF0677	8800155675	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGC5880	8800155533	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
FJD4545	8800155166	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MMJ2705	8800154684	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCV7127	8800155969	25/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIC0784	8800155976	25/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LZO4202	8800155246	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCQ3099	8800155504	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LYQ3594	8800155161	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLY3327	8800155108	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
COM8005	8800155069	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
FLR2907	8800155043	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCD0307	8800154781	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
OQK4408	8800154677	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFZ1158	8800154174	19/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LYQ3954	8800154576	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHF6583	8800154649	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HMI0195	8800154657	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKI8405	8800154500	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKE6213	8800154279	19/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDO8049	8800158589	07/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MLJ9023	8800156679	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EBG6764	8800156639	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
OKG3958	8800156582	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AGO0343	8800156102	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLS0309	8800156566	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23

MEK6802	8800156506	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKK1015	8800156319	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKE6213	8800156230	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHY5088	8800156150	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIJ0539	8800157180	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QHY2453	8800156769	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIR5004	8800156770	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HKL2010	8800157360	05/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MKQ4657	8800156438	27/09/2017	74710	218	*	III	880.40
EBK6033	8800154983	22/09/2017	74710	218	*	III	880.40
LZK1344	8800155661	23/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MAM0272	8800156034	25/09/2017	74710	218	*	III	880.40
QHJ5398	8800151893	12/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MFO9752	8800154016	15/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MHY1814	8800154192	19/09/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 308/2017**

Publicação Nº 1453518

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - RE - 280470

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8800 308/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

MCN2986	54312545N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHB0754	54312551N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHW2812	54312565N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QIQ0113	54312574N	27/10/2017	50020	257	õ	8\$
QHC6434	54310870N	23/10/2017	50020	257	õ	8\$
MHD9498	54319141N	17/11/2017	50020	257	õ	8\$
MIE2836	54323073N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MBJ4679	54323078N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$

IWQ2826	54323079N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MEX6925	54323756N	28/11/2017	50020	257	õ	8\$
MDX7976	54323793N	28/11/2017	50020	257	õ	8\$
MIB3918	54324299N	30/11/2017	50020	257	õ	8\$
QHX5868	54324886N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
EMR0959	54324888N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
MGT6060	54324893N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
MFT8772	54324896N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
MJR9633	54324897N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
OKE0454	54324898N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHB8898	54324899N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
FVB5357	8800157641	03/10/2017	74550	218	*	I
MKD4448	8800165740	28/11/2017	74550	218	*	I
MLF8025	8800165665	28/11/2017	74550	218	*	I
MDZ3665	8800165673	28/11/2017	74550	218	*	I
MDH8171	8800165678	28/11/2017	74550	218	*	I
AJW3952	8800165691	28/11/2017	74550	218	*	I
MDF0161	8800165694	28/11/2017	74550	218	*	I
MEK0254	8800165704	28/11/2017	74550	218	*	I
MBI1236	8800165733	28/11/2017	74550	218	*	I
MKL9442	8800165144	22/11/2017	74550	218	*	I
KPA9588	8800165146	22/11/2017	74550	218	*	I
MKC1190	8800165159	22/11/2017	74550	218	*	I
MIV5325	8800164019	17/11/2017	74550	218	*	I
MGF8233	8800165575	28/11/2017	74550	218	*	I
MJD4905	8800165582	28/11/2017	74550	218	*	I
MHJ4616	8800165591	28/11/2017	74550	218	*	I
MIK6628	8800165601	28/11/2017	74550	218	*	I
HPJ5045	8800165607	28/11/2017	74550	218	*	I
MJH6112	8800165610	28/11/2017	74550	218	*	I
MDK0856	8800165611	28/11/2017	74550	218	*	I
MJM6634	8800165612	28/11/2017	74550	218	*	I
MMH0036	8800165619	28/11/2017	74550	218	*	I
MGN1849	8800165620	28/11/2017	74550	218	*	I
MGK6669	8800165625	28/11/2017	74550	218	*	I
MKH5845	8800165626	28/11/2017	74550	218	*	I
MCY3057	8800165628	28/11/2017	74550	218	*	I
MIS4660	8800165637	28/11/2017	74550	218	*	I
MAB8305	8800165640	28/11/2017	74550	218	*	I
MCF0677	8800165346	28/11/2017	74550	218	*	I
OTY7002	8800165366	28/11/2017	74550	218	*	I
MHV0111	8800165373	28/11/2017	74550	218	*	I
MKU6104	8800165375	28/11/2017	74550	218	*	I
MAM0272	8800165380	28/11/2017	74550	218	*	I
OKG6153	8800165388	28/11/2017	74550	218	*	I
AIS5483	8800165393	28/11/2017	74550	218	*	I
MCI6946	8800165399	28/11/2017	74550	218	*	I
MCL2746	8800165413	28/11/2017	74550	218	*	I
KVE3627	8800165417	28/11/2017	74550	218	*	I
MGW7487	8800165426	28/11/2017	74550	218	*	I
MFB5732	8800165441	28/11/2017	74550	218	*	I
MJB2790	8800165450	28/11/2017	74550	218	*	I
MGK3729	8800165469	28/11/2017	74550	218	*	I
MHA5968	8800165476	28/11/2017	74550	218	*	I
NJS0493	8800165485	28/11/2017	74550	218	*	I
QHP6204	8800165499	28/11/2017	74550	218	*	I
LYP3162	8800165516	28/11/2017	74550	218	*	I
MID0320	8800165518	28/11/2017	74550	218	*	I
MBF6608	8800165519	28/11/2017	74550	218	*	I
MEI0367	8800165533	28/11/2017	74550	218	*	I
MEH5702	8800165538	28/11/2017	74550	218	*	I
QID8206	8800165539	28/11/2017	74550	218	*	I
MEE6273	8800165548	28/11/2017	74550	218	*	I

MBP3697	8800165569	28/11/2017	74550	218	*	I
MHM7155	8800164146	17/11/2017	74550	218	*	I
MDC8366	8800164147	17/11/2017	74550	218	*	I
MMK9269	8800164153	17/11/2017	74550	218	*	I
MJU3066	8800164157	17/11/2017	74550	218	*	I
AMR0881	8800165270	23/11/2017	74550	218	*	I
QHH8818	8800165275	23/11/2017	74550	218	*	I
MGY2365	8800165285	23/11/2017	74550	218	*	I
JVE7877	8800165166	22/11/2017	74550	218	*	I
IVC2092	8800165172	22/11/2017	74550	218	*	I
MIC7711	8800165177	22/11/2017	74550	218	*	I
QII7269	8800165185	22/11/2017	74550	218	*	I
MEH7437	8800165186	22/11/2017	74550	218	*	I
AMU9240	8800165200	22/11/2017	74550	218	*	I
MKB2462	8800165208	22/11/2017	74550	218	*	I
LZT4523	8800165215	22/11/2017	74550	218	*	I
MIB4945	8800165221	22/11/2017	74550	218	*	I
QHH8818	8800165230	22/11/2017	74550	218	*	I
MBA4834	8800165234	22/11/2017	74550	218	*	I
MIB4669	8800165244	22/11/2017	74550	218	*	I
MKK9566	8800165245	22/11/2017	74550	218	*	I
MIW4214	8800165247	22/11/2017	74550	218	*	I
MKK2296	8800163869	17/11/2017	74550	218	*	I
MGM8359	8800164339	20/11/2017	74550	218	*	I
JDO2621	8800164350	20/11/2017	74550	218	*	I
FAA4930	8800165020	21/11/2017	74550	218	*	I
MIR0269	8800165030	21/11/2017	74550	218	*	I
MIA3804	8800164029	17/11/2017	74550	218	*	I
DDH9339	8800164033	17/11/2017	74550	218	*	I
MIS1543	8800164042	17/11/2017	74550	218	*	I
ELV0235	8800164043	17/11/2017	74550	218	*	I
MLO6667	8800164047	17/11/2017	74550	218	*	I
MCM8390	8800164053	17/11/2017	74550	218	*	I
MAZ8044	8800164069	17/11/2017	74550	218	*	I
MKV6825	8800164072	17/11/2017	74550	218	*	I
ANU2696	8800164090	17/11/2017	74550	218	*	I
MLX6457	8800164102	17/11/2017	74550	218	*	I
MDD3847	8800164120	17/11/2017	74550	218	*	I
QIR2728	8800164121	17/11/2017	74550	218	*	I
MCQ3776	8800164122	17/11/2017	74550	218	*	I
MAX2154	8800165293	23/11/2017	74550	218	*	I
MKL4357	8800165294	23/11/2017	74550	218	*	I
MET3715	8800165298	23/11/2017	74550	218	*	I
DEB9318	8800165308	23/11/2017	74550	218	*	I
QHP4744	8800165314	23/11/2017	74550	218	*	I
MEY3848	8800165315	23/11/2017	74550	218	*	I
MKX8804	8800165322	23/11/2017	74550	218	*	I
MEL4877	8800165332	23/11/2017	74550	218	*	I
IJS1939	8800165339	23/11/2017	74550	218	*	I
MKI0538	8800165101	22/11/2017	74550	218	*	I
MGB6913	8800165106	22/11/2017	74550	218	*	I
LYX6406	8800165111	22/11/2017	74550	218	*	I
MLO5413	8800165120	22/11/2017	74550	218	*	I
MIU0070	8800165125	22/11/2017	74550	218	*	I
MAZ2607	8800165133	22/11/2017	74550	218	*	I
NEV5011	8800165134	22/11/2017	74550	218	*	I
MMI0251	8800165137	22/11/2017	74550	218	*	I
LYN1617	8800160560	20/10/2017	74550	218	*	I
MEY3510	8800163706	16/11/2017	74550	218	*	I
MGJ7685	8800163707	16/11/2017	74550	218	*	I
MLH0730	8800164718	21/11/2017	74550	218	*	I
MKF0688	8800164731	21/11/2017	74550	218	*	I
MGY1366	8800164743	21/11/2017	74550	218	*	I

QIC7680	8800164753	21/11/2017	74550	218	*	I
MLT1293	8800164754	21/11/2017	74550	218	*	I
AME6495	8800164807	21/11/2017	74550	218	*	I
QHK3634	8800164854	21/11/2017	74550	218	*	I
MLX7986	8800164878	21/11/2017	74550	218	*	I
MJI7841	8800164887	21/11/2017	74550	218	*	I
MKU6104	8800164937	21/11/2017	74550	218	*	I
NST9910	8800164942	21/11/2017	74550	218	*	I
MIZ6701	8800164944	21/11/2017	74550	218	*	I
MMJ5109	8800164974	21/11/2017	74550	218	*	I
MIC0335	8800164986	21/11/2017	74550	218	*	I
AWH5904	8800164998	21/11/2017	74550	218	*	I
MHD8889	8800165001	21/11/2017	74550	218	*	I
LZQ4822	8800163888	17/11/2017	74550	218	*	I
QHL6158	8800163903	17/11/2017	74550	218	*	I
LPJ5104	8800163910	17/11/2017	74550	218	*	I
MIW8322	8800163911	17/11/2017	74550	218	*	I
ETH0857	8800163919	17/11/2017	74550	218	*	I
MEI2786	8800163928	17/11/2017	74550	218	*	I
MHY7930	8800163935	17/11/2017	74550	218	*	I
QHJ9904	8800163938	17/11/2017	74550	218	*	I
IGR7704	8800163940	17/11/2017	74550	218	*	I
MFB9046	8800163949	17/11/2017	74550	218	*	I
MEH7437	8800163951	17/11/2017	74550	218	*	I
LYR3680	8800163969	17/11/2017	74550	218	*	I
JSI6545	8800163970	17/11/2017	74550	218	*	I
DIQ9086	8800163976	17/11/2017	74550	218	*	I
MJQ5048	8800163988	17/11/2017	74550	218	*	I
PUZ4209	8800163996	17/11/2017	74550	218	*	I
MHB7016	8800163997	17/11/2017	74550	218	*	I
MKR7226	8800164004	17/11/2017	74550	218	*	I
MIG8221	8800164014	17/11/2017	74550	218	*	I
ATV9802	8800163326	16/11/2017	74550	218	*	I
MDD4227	8800163490	16/11/2017	74550	218	*	I
MCS0509	8800163560	16/11/2017	74550	218	*	I
EPW1980	8800160629	20/10/2017	74550	218	*	I
QHC5956	8800160705	20/10/2017	74550	218	*	I
DWP4076	8800160706	20/10/2017	74550	218	*	I
MHM1895	8800164194	20/11/2017	74550	218	*	I
MCP9202	8800164236	20/11/2017	74550	218	*	I
DBW0196	8800164245	20/11/2017	74550	218	*	I
MIT4045	8800164254	20/11/2017	74550	218	*	I
MLQ1244	8800164265	20/11/2017	74550	218	*	I
MHP9297	8800164283	20/11/2017	74550	218	*	I
MIW5863	8800164286	20/11/2017	74550	218	*	I
MBQ4860	8800164315	20/11/2017	74550	218	*	I
MJR0281	8800164319	20/11/2017	74550	218	*	I
MHQ0251	8800164389	20/11/2017	74550	218	*	I
MKP9462	8800164398	20/11/2017	74550	218	*	I
MHR0057	8800164406	20/11/2017	74550	218	*	I
MGY5650	8800164421	21/11/2017	74550	218	*	I
MDP8893	8800164431	21/11/2017	74550	218	*	I
MGB8708	8800164450	21/11/2017	74550	218	*	I
MBD4731	8800164461	21/11/2017	74550	218	*	I
MIE9540	8800164483	21/11/2017	74550	218	*	I
LCH8191	8800164485	21/11/2017	74550	218	*	I
MLD1538	8800164504	21/11/2017	74550	218	*	I
MIA5060	8800164541	21/11/2017	74550	218	*	I
MDR8566	8800164564	21/11/2017	74550	218	*	I
MCW3966	8800164572	21/11/2017	74550	218	*	I
MHX7826	8800164605	21/11/2017	74550	218	*	I
MGR6841	8800164606	21/11/2017	74550	218	*	I
FFM0765	8800164623	21/11/2017	74550	218	*	I



MDT5384	8800164677	21/11/2017	74550	218	*	I
MAD3247	8800164679	21/11/2017	74550	218	*	I
MKK6110	8800161768	26/10/2017	74550	218	*	I
QHS9286	8800161779	26/10/2017	74550	218	*	I
MDS1435	8800161783	26/10/2017	74550	218	*	I
LLQ7174	8800161784	26/10/2017	74550	218	*	I
AMH4343	8800161787	26/10/2017	74550	218	*	I
MLH3126	8800161789	26/10/2017	74550	218	*	I
LZA1297	8800161797	26/10/2017	74550	218	*	I
AZD9628	8800161802	26/10/2017	74550	218	*	I
MCI8758	8800161805	26/10/2017	74550	218	*	I
MBV3936	8800161808	26/10/2017	74550	218	*	I
AJF7926	8800161813	26/10/2017	74550	218	*	I
MAF4770	8800161821	26/10/2017	74550	218	*	I
MKM6903	8800161827	26/10/2017	74550	218	*	I
MGM7810	8800161841	26/10/2017	74550	218	*	I
MFU8835	8800161845	26/10/2017	74550	218	*	I
MHY3735	8800161853	26/10/2017	74550	218	*	I
DPJ3075	8800161856	26/10/2017	74550	218	*	I
MHN3487	8800161858	26/10/2017	74550	218	*	I
MKC5624	8800161865	26/10/2017	74550	218	*	I
MCK8842	8800161878	26/10/2017	74550	218	*	I
MGB8902	8800161884	26/10/2017	74550	218	*	I
MDC8564	8800161903	26/10/2017	74550	218	*	I
MJU9944	8800161904	26/10/2017	74550	218	*	I
MKA2435	8800161905	26/10/2017	74550	218	*	I
MHA9222	8800161923	26/10/2017	74550	218	*	I
QID3588	8800161924	26/10/2017	74550	218	*	I
MCH3801	8800161940	26/10/2017	74550	218	*	I
FGC4774	8800161943	26/10/2017	74550	218	*	I
MTC5554	8800161944	26/10/2017	74550	218	*	I
MJM7766	8800161962	26/10/2017	74550	218	*	I
QHH7443	8800161969	26/10/2017	74550	218	*	I
MHW2708	8800161987	27/10/2017	74550	218	*	I
MGR5720	8800162056	27/10/2017	74550	218	*	I
MGE8847	8800162063	27/10/2017	74550	218	*	I
MBQ6312	8800162088	27/10/2017	74550	218	*	I
MBZ9946	8800162090	27/10/2017	74550	218	*	I
CAL4358	8800162114	27/10/2017	74550	218	*	I
MKA4223	8800162137	27/10/2017	74550	218	*	I
MLE7564	8800162218	27/10/2017	74550	218	*	I
MHH4457	8800162280	27/10/2017	74550	218	*	I
QIC8453	8800162295	27/10/2017	74550	218	*	I
MHE8258	8800162533	07/11/2017	74550	218	*	I
ARI3598	8800158003	06/10/2017	74550	218	*	I
MEY1950	8800160007	19/10/2017	74550	218	*	I
NMG0055	8800159428	18/10/2017	74550	218	*	I
MKH6444	8800159433	18/10/2017	74550	218	*	I
IFZ0014	8800159487	18/10/2017	74550	218	*	I
MLT3505	8800159831	18/10/2017	74550	218	*	I
MHE6741	8800160872	18/10/2017	74550	218	*	I
MMC6954	8800160462	20/10/2017	74550	218	*	I
MMH6820	8800160466	20/10/2017	74550	218	*	I
MJT8137	8800160468	20/10/2017	74550	218	*	I
MKY2669	8800160482	20/10/2017	74550	218	*	I
MJA5422	8800160942	17/10/2017	74550	218	*	I
MKP1545	8800160952	17/10/2017	74550	218	*	I
MEN1880	8800160978	17/10/2017	74550	218	*	I
MLP3404	8800160980	17/10/2017	74550	218	*	I
MHU6018	8800160219	20/10/2017	74550	218	*	I
OUL6369	8800160226	20/10/2017	74550	218	*	I
MIS7080	8800160246	20/10/2017	74550	218	*	I
KHK6511	8800160254	20/10/2017	74550	218	*	I



MJI5403	8800160272	20/10/2017	74550	218	*	I
QHJ5398	8800160316	20/10/2017	74550	218	*	I
QHP0207	8800160320	20/10/2017	74550	218	*	I
NGN0046	8800160322	20/10/2017	74550	218	*	I
MHW9742	8800160334	20/10/2017	74550	218	*	I
ALY5433	8800160409	20/10/2017	74550	218	*	I
MAE5337	8800161127	23/10/2017	74550	218	*	I
FJE6714	8800161131	23/10/2017	74550	218	*	I
ARZ3800	8800161133	23/10/2017	74550	218	*	I
MEF8194	8800161144	23/10/2017	74550	218	*	I
QHZ3465	8800161193	23/10/2017	74550	218	*	I
MHF4957	8800161214	23/10/2017	74550	218	*	I
MCY3774	8800161224	23/10/2017	74550	218	*	I
QHV9892	8800161228	23/10/2017	74550	218	*	I
MJM9543	8800161245	23/10/2017	74550	218	*	I
MHI0777	8800161261	23/10/2017	74550	218	*	I
ELI5173	8800161272	23/10/2017	74550	218	*	I
MBR6417	8800161280	23/10/2017	74550	218	*	I
MDS4774	8800161290	23/10/2017	74550	218	*	I
MAU5007	8800161318	23/10/2017	74550	218	*	I
QHB1434	8800161357	23/10/2017	74550	218	*	I
MGK0410	8800161379	24/10/2017	74550	218	*	I
MDX4486	8800161529	26/10/2017	74550	218	*	I
MMD5804	8800161534	26/10/2017	74550	218	*	I
AHE2741	8800161537	26/10/2017	74550	218	*	I
EAO6200	8800161552	26/10/2017	74550	218	*	I
MJB9588	8800161576	26/10/2017	74550	218	*	I
MFH4495	8800161596	26/10/2017	74550	218	*	I
MCL5137	8800161631	26/10/2017	74550	218	*	I
MHI4081	8800161634	26/10/2017	74550	218	*	I
QHJ7317	8800161641	26/10/2017	74550	218	*	I
MMI9684	8800161642	26/10/2017	74550	218	*	I
MLF5946	8800161658	26/10/2017	74550	218	*	I
MKJ0773	8800161661	26/10/2017	74550	218	*	I
MLS1887	8800161667	26/10/2017	74550	218	*	I
MBS8753	8800161669	26/10/2017	74550	218	*	I
AVL0427	8800161699	26/10/2017	74550	218	*	I
MJB7397	8800161700	26/10/2017	74550	218	*	I
MAW1094	8800161705	26/10/2017	74550	218	*	I
CLL3095	8800161757	26/10/2017	74550	218	*	I
MMB9068	8800161761	26/10/2017	74550	218	*	I
MHF3066	8800161765	26/10/2017	74630	218	*	II
MMI0341	8800161649	26/10/2017	74630	218	*	II
MKR4040	8800161489	24/10/2017	74630	218	*	II
MFQ0041	8800160417	20/10/2017	74630	218	*	II
QIA5044	8800160443	20/10/2017	74630	218	*	II
OKG0205	8800160502	20/10/2017	74630	218	*	II
DNS1224	8800159507	18/10/2017	74630	218	*	II
AUM1460	8800159469	18/10/2017	74630	218	*	II
MHW6323	8800158121	07/10/2017	74630	218	*	II
MHB8291	8800158684	09/10/2017	74630	218	*	II
MLW0899	8800158825	09/10/2017	74630	218	*	II
QIM1644	8800162659	07/11/2017	74630	218	*	II
ALE2145	8800161912	26/10/2017	74630	218	*	II
CIB1302	8800164686	21/11/2017	74630	218	*	II
MBD1879	8800164474	21/11/2017	74630	218	*	II
DCY7890	8800164333	20/11/2017	74630	218	*	II
AQP9587	8800160759	20/10/2017	74630	218	*	II
MEQ9055	8800161123	23/10/2017	74630	218	*	II
QHX3429	8800163601	16/11/2017	74630	218	*	II
QHI9999	8800163620	16/11/2017	74630	218	*	II
MER9337	8800164017	17/11/2017	74630	218	*	II
QIJ0028	8800165014	21/11/2017	74630	218	*	II

MHL1104	8800164804	21/11/2017	74630	218	*	II
MIO1301	8800164193	20/11/2017	74630	218	*	II
ALL1024	8800160583	20/10/2017	74630	218	*	II
MMJ0328	8800164127	17/11/2017	74630	218	*	II
QIK6288	8800163878	17/11/2017	74630	218	*	II
MJL5165	8800165286	23/11/2017	74630	218	*	II
BMW3753	8800165288	23/11/2017	74630	218	*	II
MGO2283	8800164160	17/11/2017	74630	218	*	II
AJC6754	8800165573	28/11/2017	74630	218	*	II
MIB1437	8800165650	28/11/2017	74630	218	*	II
MKN0217	8800165581	28/11/2017	74630	218	*	II
MHI6168	8800164027	17/11/2017	74630	218	*	II
AFG4057	8800165164	22/11/2017	74630	218	*	II
MET9855	8800165734	28/11/2017	74630	218	*	II
QIQ3802	8800165693	28/11/2017	74630	218	*	II
MJH2754	8800165677	28/11/2017	74630	218	*	II
MGT5274	8800164381	20/11/2017	74710	218	*	III
QHX5868	8800165140	22/11/2017	74710	218	*	III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2621/2017**

Publicação Nº 1453936

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2621/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIL4796	54286685N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIO0628	54286686N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHX3820	54287775N	14/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFH6493	54292434N	28/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIH6066	54295767N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIJ4522	54298504N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIO9800	54298932N	18/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23

MJT1946	54304847N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QHV5937	54304848N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MKL3649	54304849N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
AWD0457	54304852N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MMA0588	54304860N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MMJ9290	54304863N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MMI6493	54304864N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MMA0588	54304878N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
QHQ2365	54304880N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MJT8626	54304882N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MIB7303	54304886N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QHK1962	54304887N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MJD2193	54306565N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MLJ9149	54306566N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
EVV2664	54306571N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MJO2667	54306572N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MLJ9110	54306573N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MKB9886	54306574N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MKN7978	54307088N	10/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MKN7978	54308416N	16/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MLD2771	54145994G	04/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
QHE7215	54148517G	27/09/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
DAM9710	54148652G	22/09/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MFT9793	54148542G	03/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MJT4949	54148545G	02/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
LXJ1224	54146385G	16/09/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MCL9059	54148152G	18/09/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
DVR7183	54148467G	25/09/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MBM8522	54148521G	27/09/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
QIP5826	54145330G	14/08/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
QHX8908	54145493G	17/08/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MER4726	54145170G	08/08/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
OPS8022	54145607G	09/08/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MLN8496	54144606G	03/08/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MJV5823	54145028G	04/08/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
PUI2660	54142837G	03/07/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
OKH5643	54151156G	25/10/2017	76331	ART	252,	UNICO	293.47
MIP6255	P02UX000B6	11/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MHD5478	P018F001EY	10/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MGR6841	P018F0014O	26/09/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
PUK0366	54148673G	03/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MLR0134	P018F001D4	08/10/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MKO2210	54153358G	28/09/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
MLP8374	54146991G	26/09/2017	76332	ART	252,	UNICO	293.47
IIU1738	P018F001LU	17/10/2017	51930	168			293.47
MKZ9817	P02UY000AY	11/10/2017	52070	169			88.38
MJQ5931	P02UY000A7	08/10/2017	52070	169			88.38
MLT7233	54148199G	26/09/2017	52070	169			88.38
MLB4666	P02UY0009A	30/09/2017	52070	169			88.38
MBK8398	P018H000PJ	08/08/2017	52070	169			88.38
MHN9689	P018F000WW	16/09/2017	52070	169			88.38
MHS0821	54153382G	04/10/2017	54100	181	*	IV	130.16
MDG2008	54153385G	04/10/2017	54100	181	*	IV	130.16
MJJ0753	54153387G	04/10/2017	54100	181	*	IV	130.16
AYD2680	54153394G	04/10/2017	54100	181	*	IV	130.16
MKE2855	54146214G	30/08/2017	54600	181	*	IX	130.16
MHF1565	54142583G	17/08/2017	54600	181	*	IX	130.16
BGA4034	P03BT0009G	02/10/2017	54790	181	*	X	130.16
LZW8162	54149511G	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MLF0014	54148485G	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
JVV4808	54148487G	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MDM0090	54148513G	25/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
NST9910	54146649G	30/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16

MIW1868	54148546G	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MBW6633	54086291F	05/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MJZ4813	54148886G	04/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
LWW4063	54148276G	04/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
NXB1812	54145943G	28/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MIM3739	54146321G	28/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MBB2421	54148452G	19/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MLK4132	54087376F	14/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MIK5744	54149211G	16/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MBO5287	54148565G	24/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MKC7856	54148111G	29/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MBI5743	54788134E	06/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MFB0238	54149690G	15/10/2017	55920	1m 182	*	III	130.16
MLJ5730	55029087F	14/09/2017	57200	186	*	I	195.23
MGG5826	54146130G	28/08/2017	57380	186	*	II	293.47
MJJ9205	54148591G	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MDT7781	54150226G	02/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MHJ0553	54150212G	28/09/2017	58350	195			195.23
MFO8851	54150220G	02/10/2017	58350	195			195.23
MAI0369	54148068G	04/10/2017	58350	195			195.23
MFD0954	54148688G	10/10/2017	58350	195			195.23
MIS4050	54146992G	26/09/2017	58350	195			195.23
MBH4676	P03E90004K	03/10/2017	58350	195			195.23
LYF5762	P03BT00091	27/09/2017	58350	195			195.23
MIS5952	54145631G	27/09/2017	58350	195			195.23
MFB0238	54149691G	15/10/2017	58350	195			195.23
MDW7902	P03E90005W	16/10/2017	58350	195			195.23
MJP3739	54148589G	28/09/2017	59910	206	*	I	293.47
MBI3681	54140985G	25/08/2017	61220	214	*	I	293.47
OKH6296	54145444G	07/08/2017	61220	214	*	I	293.47
HOB3595	54148662G	27/09/2017	65300	228			195.23
LAA0399	P018F00180	02/10/2017	68580	231	*	VII	130.16
MIS5952	54145632G	27/09/2017	69800	239			293.47
LXT3040	P02UY00077	12/08/2017	72340	250	*	I * a	130.16
LXT3040	P02UY0007B	13/08/2017	72340	250	*	I * a	130.16
LZW8592	P018H000V9	03/10/2017	72340	250	*	I * a	130.16
LZA3570	54149410G	05/10/2017	51851	167			195.23
CYJ6890	54148754G	21/09/2017	51851	167			195.23
HRP9262	P018F0015G	28/09/2017	51851	167			195.23
MLG8823	55815396F	28/09/2017	51851	167			195.23
MEV4520	55815399F	29/09/2017	51851	167			195.23
QHE7215	54148518G	27/09/2017	51851	167			195.23
AVE0660	54149246G	02/10/2017	51851	167			195.23
MGA5039	54146722G	07/08/2017	51851	167			195.23
ADA9694	P018B000MT	08/08/2017	51851	167			195.23
MBM8522	54148522G	27/09/2017	51851	167			195.23
LXE3570	P018C0001I	26/08/2017	51851	167			195.23
MBW2719	P018F000V1	15/09/2017	51851	167			195.23
MJU3554	54148921G	13/09/2017	51851	167			195.23
MAY8006	P03BT00079	10/09/2017	51851	167			195.23
MGT7508	54150479G	12/10/2017	51851	167			195.23
MFM3729	54152940G	31/08/2017	51852	167			195.23
LZR0752	P018B000WW	31/08/2017	51852	167			195.23
MDS9682	54146718G	03/08/2017	51852	167			195.23
MHF7928	54146198G	27/09/2017	51852	167			195.23
MJN7131	P018F0018P	03/10/2017	51852	167			195.23
MAU9968	54149408G	04/10/2017	51852	167			195.23
MIS5952	54145633G	27/09/2017	52151	170			293.47
MIS5952	54145634G	27/09/2017	52152	170			293.47
MFH2497	54146970G	02/08/2017	52311	172			130.16
MJG2558	54145823G	09/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MFU9832	54147651G	10/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
FFW3798	55029074F	12/09/2017	54525	181	*	VIII	195.23



MBH4676	P03E90004L	03/10/2017	58192	193		880.40
QHY7514	54148130G	10/10/2017	60412	207		195.23
MKU7658	P018F00165	29/09/2017	60412	207		195.23
MEC1147	P018F00169	29/09/2017	60412	207		195.23
LWV9536	P03BT00089	21/09/2017	60412	207		195.23
LZQ2104	P018B000SW	21/08/2017	60412	207		195.23
MER4726	54145169G	08/08/2017	60412	207		195.23
MLS2851	54147684G	26/08/2017	60501	208		293.47
QHA7552	54146188G	22/09/2017	60501	208		293.47
MHU3945	54146827G	28/09/2017	60501	208		293.47
MGC3259	54147639G	08/09/2017	60501	208		293.47
MJT9827	54150223G	02/10/2017	60501	208		293.47
MDW7902	P03E90005V	16/10/2017	70562	244	* III c/c õl\$	130.16
LYF5762	P03BT00090	27/09/2017	57970	191		2934.68
MCZ9932	54149524G	10/10/2017	59670	203	* V	1467.34
MFG0421	54140983G	25/08/2017	59670	203	* V	1467.34
DKG9416	54144069G	06/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MDF9321	P000000005	26/09/2017	59670	203	* V	1467.34
MIK2416	54147421G	06/08/2017	59670	203	* V	1467.34
BCM9100	54149244G	28/09/2017	75870	ART. 184	III	293.47
MIH0800	54145639G	28/09/2017	75870	ART. 184	III	293.47
MMB4320	P018F00163	28/09/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
AQQ1709	54149551G	09/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDM0090	54148283G	05/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MJD5981	54153360G	02/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MHG1383	54153364G	03/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
FOZ3879	54153366G	03/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
ANS2567	54141244G	05/09/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFL8568	54145903G	05/08/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MEO9888	55555183F	17/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKH5886	55555653F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHA2662	55555673F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
AJY5087	55555682F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QID5769	55555685F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MJC1676	55555742F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
HDK4223	55555748F	10/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKQ0323	55555775F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MMC9278	55555782F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MLB0130	55555787F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIT5670	55555789F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MMK0893	55555799F	26/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHK1682	55555394F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGL5861	55555460F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGT9118	55555498F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MAY7920	55555508F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
ENW8589	55555510F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MHM3601	55555531F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
LYO6332	55555559F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MHN7155	55555562F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
NDL9379	55555594F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFS4163	55554128F	28/06/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MKC7627	55554799F	10/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
NYN2707	55554982F	12/07/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFT9582	55556771F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MLS9699	55556772F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIK2666	55556814F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MMI4498	55556830F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MLM0355	55556897F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MBU6438	55556905F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
NYB2140	55556907F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MDF3396	55556913F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGR5940	55556918F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIB0911	55556976F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146	195.23

MLM6750	55556993F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBL7698	55556997F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBU8100	55557004F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHB2272	55557016F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFB2511	55555844F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHA2662	55555863F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCG7769	55555885F	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIR5404	55555988F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DMR1200	55556015F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHG1332	55556126F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMM0915	55556135F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF6203	55556342F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKM1930	55557097F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AKE2916	55557173F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JAR0118	55557190F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAY6978	55556854F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGI8734	55556867F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHD4743	55557272F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJZ7797	55557281F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCZ7677	55557282F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCO2365	55557290F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ISS1274	55557342F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIM0894	55557944F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLL9016	55558012F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKT5997	55558015F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IOU6787	55558024F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MID3080	55558062F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI5632	55557471F	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIS1256	55557628F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBO9914	55557631F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMK6680	55557640F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBD8376	55557748F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFW1326	55557774F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ANT8351	55557779F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO8538	55558206F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGA1405	55558236F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HHE0627	55558258F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DOS5495	55558260F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHL9279	55558353F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHL9279	55558355F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIH3664	55558394F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBO8629	55558404F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGM5895	55558405F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HYG6499	55558407F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXT4144	55558267F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AUY3623	55558293F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGN5862	55558330F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAX2372	55558525F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL6630	55558530F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ILD9473	55558532F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBO8629	55558620F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCF1544	55558629F	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEG2210	55558636F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIK9711	55558646F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJA9332	55558658F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APS2433	55558659F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK2829	55558663F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFQ2961	55558664F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEX0215	55558671F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHR6610	55558673F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEB7036	55558679F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZZ8634	55558683F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJC8232	55558686F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23



AUM9564	55558687F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHY1964	55558689F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDC2217	55558693F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIS5676	55558707F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ELR8154	55558715F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZN4654	55558720F	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHB2391	55558721F	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKP8305	55558740F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHK1962	55558745F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEA9684	55558749F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGZ5512	55558752F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJQ2083	55558753F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGZ5512	55558774F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH3969	55558798F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJE8894	55558804F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO3651	55558851F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHL4043	55558899F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDE6807	55558914F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZX2370	55559051F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIB6175	55559062F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLG1005	55559095F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJJ9788	55559131F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHS7784	55558417F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDY2126	55558428F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI2091	55558431F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIV4988	55558433F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLH1365	55558434F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJR0281	55558440F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEX3124	55558442F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFG2326	55558443F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MPE4306	55558450F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWW8326	55558452F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGP6789	55558462F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFA1663	55558467F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGC8955	55558474F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMM4129	55558480F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGG6220	55558484F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK2900	55558490F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AZZ0193	55558534F	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAV1835	55558538F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWW4063	55558540F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFD4392	55558547F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LQT2492	55558555F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHZ4127	55558559F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIU8832	55558569F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEA9684	55558572F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK8725	55558578F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALB6228	55558583F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE5089	55558595F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGU8265	55558603F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAJ1778	55558604F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHE5582	55558605F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIH1211	55558609F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEE4235	55559206F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKN7978	55559233F	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFV5505	55559287F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGO8114	55559304F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMC6624	55559325F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHU9596	55559352F	29/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO6137	54148665G	28/09/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIH0413	54146606G	05/09/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IQC9390	54145545G	04/09/2017	73662	252*VI			130.16
QHZ1799	54145167G	08/08/2017	73662	252*VI			130.16

CDL5240	54144607G	04/08/2017	73662	252*VI	130.16
MKR0999	P02UZ0005N	25/09/2017	73662	252*VI	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2620/2017

Publicação Nº 1453937

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8034 2620/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHH1579	P018F000XW	17/09/2017	75790	165 A	2934.68
MCE3682	P018C0001J	15/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEA0522	P018F00140	26/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXT1501	54147047G	07/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFB6508	55031840F	10/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDI9958	P018B000LR	07/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGX8218	P02UY00093	26/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHQ2365	54139994G	28/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKU7658	P018F00166	29/09/2017	50100	162 * I	880.40
MLB4666	P02UY00097	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
IMZ5968	54148268G	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
LAA0399	P018F0017Y	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
MJS7980	P03JC0000K	12/10/2017	50100	162 * I	880.40
MFT7122	54150652G	12/10/2017	50450	162 * V	293.47
AOH8776	54149507G	02/10/2017	50450	162 * V	293.47
MKE3480	P018B00004	09/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFZ5518	P018B000PA	10/08/2017	50450	162 * V	293.47
MBM0076	P018B000X1	01/09/2017	50450	162 * V	293.47
MFK9930	P018F0010Q	21/09/2017	50450	162 * V	293.47
MBE8106	54148253G	14/09/2017	50450	162 * V	293.47
ARD3342	54148747G	01/09/2017	50450	162 * V	293.47
MGX7534	54147631G	08/09/2017	50450	162 * V	293.47
MKU7658	P018F00167	29/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40

ARD3342	54148748G	01/09/2017	50960	163	c/c	162	*	V	293.47
LYP7082	54149193G	01/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
LXT1501	54147048G	07/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
QHQ2365	54139995G	28/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MGX8218	P02UY00094	26/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
MLB4666	P02UY00099	30/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
AOH8776	54149508G	02/10/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MFT7122	54150653G	12/10/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MBM0076	P018B000X2	01/09/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MFZ5518	P018B000PD	10/08/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MKE3480	P018B000O5	09/08/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MGX7534	54147632G	08/09/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MFK9930	P018F0010R	21/09/2017	51420	164	c/c	162	*	V	293.47
MAV7856	54149180G	29/08/2017	64080	221					130.16
MEY1723	54143637G	04/08/2017	64080	221					130.16
MGE8428	P018F0019J	04/10/2017	64080	221					130.16
MEQ0912	54149546G	14/10/2017	66020	230	*	VI			293.47
MDS9682	54146717G	03/08/2017	66020	230	*	VI			293.47
MIY4398	P018F000VO	15/09/2017	66020	230	*	VI			293.47
MDC5729	54148944G	22/09/2017	66700	230	*	XIII			195.23
MMI0401	P018F0019A	03/10/2017	66700	230	*	XIII			195.23
LYA9580	P018F0015D	28/09/2017	67000	230	*	XVI			195.23
MLG8891	P018F001F3	10/10/2017	67690	230	*	XXII			130.16
AQB1285	P018J00461	31/05/2017	67690	230	*	XXII			130.16
MCV0851	P03BT00055	13/08/2017	69120	232					88.38
DGV4657	54145863G	18/08/2017	69120	232					88.38
MFE3746	P018E0007I	25/09/2017	69120	232					88.38
MIS5952	54145630G	27/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
INU8086	54146987G	13/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MKY9246	54146277G	02/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MBK8398	P018H000PK	08/08/2017	73400	252	*	IV			130.16
MJQ5931	P02UY000A6	08/10/2017	73400	252	*	IV			130.16
MKZ9817	P02UY000AX	11/10/2017	73400	252	*	IV			130.16
MEU4080	P03E90004M	04/10/2017	73400	252	*	IV			130.16
MLB4666	P02UY00098	30/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MHV4685	P018F0016O	29/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
QHN3791	P018F0016R	29/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
ARD3342	54148746G	01/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MGX8218	P02UY00092	26/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MMI0401	P018F00199	03/10/2017	73400	252	*	IV			130.16
FPH9849	54147916G	06/10/2017	51691	165					2934.68
MEB8078	P03BT0008Z	27/09/2017	65561	230	*	I			293.47
MHE8380	P018F0012H	25/09/2017	65561	230	*	I			293.47
MIS5952	54145629G	27/09/2017	65992	230	*	V			293.47
DIB7926	54148264G	27/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MDI0631	P018F0013Z	26/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MGX8218	P02UY00091	26/09/2017	65992	230	*	V			293.47
HRL0306	P018F0010S	21/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MHY5051	54148459G	20/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MFM2674	54148935G	19/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MGI5396	P03E90003W	21/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MFK9930	P018F0010P	21/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MCV5243	P02UX00092	13/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MFH6416	P018F000UR	14/09/2017	65992	230	*	V			293.47
LYV8473	P018F000YW	19/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MAY8006	P03BT00075	10/09/2017	65992	230	*	V			293.47
DRM1679	54148855G	04/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MGX7534	54147630G	08/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MAU9795	P018B000MJ	08/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MDG0885	P018B000M2	07/08/2017	65992	230	*	V			293.47
DFK1134	54147037G	03/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MHL8964	54146714G	02/08/2017	65992	230	*	V			293.47
MFE1485	54144187G	01/08/2017	65992	230	*	V			293.47

MEY1723	54143636G	04/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MAT9913	54144190G	04/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MJP3794	54147044G	04/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MBM0076	P018B000X0	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MFZ5518	P018B000P9	10/08/2017	65992	230	*	V	293.47
ARD3342	54148745G	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
QHQ2365	54139993G	28/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LYF5762	P03BT0008X	27/09/2017	65992	230	*	V	293.47
CEM7015	P03BT0009H	03/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MJT9827	54150224G	02/10/2017	65992	230	*	V	293.47
IMZ5968	54148267G	02/10/2017	65992	230	*	V	293.47
AOH8776	54149506G	02/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MIX1266	54148877G	26/09/2017	65992	230	*	V	293.47
IQZ7437	P018F0018A	03/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MLZ4364	54148127G	08/10/2017	65992	230	*	V	293.47
ABB3667	54147966G	05/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MBU9029	54147911G	05/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MKZ9817	P02UY000AZ	11/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MIL3536	P03E90005M	15/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MEU7476	54150704G	11/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MMI0401	P018F0019B	03/10/2017	66102	230	*	VII	195.23
MIQ9072	54146049G	31/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
MMI0401	P018F0019C	03/10/2017	66371	230	*	IX	195.23
MJN7131	P018F0018R	03/10/2017	66371	230	*	IX	195.23
MIX3629	P018F0018S	03/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
LYA9580	P018F0015C	28/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MEC3312	P018B000ON	09/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MCF9335	P018B000OU	10/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MCI0513	P018B000MM	08/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
AQB5689	54148922G	13/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
IRA1451	54149148G	05/09/2017	66531	230	*	XI	195.23
MDP6214	P018B000M5	07/08/2017	66531	230	*	XI	195.23
MGG5826	54146129G	28/08/2017	66531	230	*	XI	195.23
MDF6133	54148888G	04/10/2017	66531	230	*	XI	195.23
MGX8218	P02UY00095	26/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEC1147	P018F0016B	29/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
CEM7015	P03BT0009I	03/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MJN7131	P018F0018Q	03/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LAA0399	P018F0017Z	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFZ5518	P018B000P7	10/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
ARK1740	P018B000M0	07/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
DCE2384	P018F000Z2	19/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LYR7364	P018F0011H	21/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBN4275	P018F000MW	30/07/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2619/2017**

Publicação Nº 1453938

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU - SETERB - 280470

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8034 2619/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKX6219	54314381N	31/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGM9971	54322533N	24/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLZ4364	54322537N	24/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIE8159	54322823N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMA6036	54322824N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHM9333	54322827N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHS7730	54322830N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKD0710	54322832N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEP1205	54322833N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEB7036	54322835N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJS4679	54322836N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
KVO4741	54322838N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLZ4364	54323543N	28/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHL7728	54324849N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGS9258	54324851N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFG2326	54324852N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHC2555	54324857N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGH9547	54324858N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHL3452	54324860N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGO7579	54324862N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLJ9110	54324863N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
NEV5011	54924101G	28/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MCA2124	54922764G	22/11/2017	76331	ART 252, UNICO
ACH6391	54153477G	21/11/2017	76331	ART 252, UNICO
ACM0206	54922544G	07/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MMD7131	54150167G	24/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MHH0201	P03FN0008F	30/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MKG4134	P03FN00083	30/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MHH8427	54150132G	27/10/2017	76331	ART 252, UNICO
HJD6301	54922006G	27/10/2017	76331	ART 252, UNICO
QIW0440	54151189G	30/10/2017	76331	ART 252, UNICO
QHS9669	54151179G	26/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MEX1313	P018F001VH	27/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MHO5431	55030115F	30/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MBE8641	55030125F	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MIQ0607	P018G000V1	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QJS8999	54922941G	28/11/2017	76332	ART 252, UNICO
AKA9251	54922620G	28/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QHX1495	P018J005GM	30/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MMH0290	P018F001X2	27/10/2017	51930	168
MAV5664	P018F001YA	30/10/2017	51930	168

MIH9231	P02UY000DH	29/10/2017	52070	169	
MHC5542	54922256G	26/10/2017	52070	169	
LZY2443	54922258G	26/10/2017	52070	169	
MJP3794	P02UX000DZ	27/10/2017	52070	169	
MJL8675	P018F0026E	25/11/2017	52070	169	
LZX6335	P018G000VR	27/11/2017	52070	169	
MHM6343	54153492G	28/11/2017	52070	169	
MLS9791	P02UY000ID	26/11/2017	52070	169	
MJF6957	54147777G	26/11/2017	54600	181	* IX
IEV7313	P02UX000E7	31/10/2017	54600	181	* IX
MHQ6802	P02UZ0006K	29/10/2017	54600	181	* IX
MET7014	54150581G	15/10/2017	55090	181	* XIII
QIQ6056	54150625G	21/10/2017	55090	181	* XIII
MKA7265	54922405G	18/11/2017	55090	181	* XIII
LZB9180	P03BT000EP	26/11/2017	55250	181	* XV
ANG3360	54148433G	24/11/2017	55250	181	* XV
MLX0030	54922935G	28/11/2017	55250	181	* XV
AEQ7128	54148434G	28/11/2017	55500	181	* XVIII
MJE8254	54151117G	28/11/2017	55500	181	* XVIII
MJR6947	54150973G	25/11/2017	55500	181	* XVIII
MJQ8430	54922197G	27/11/2017	55500	181	* XVIII
BAF8719	P018F001Y2	27/10/2017	55500	181	* XVIII
KZI2514	54149638G	22/10/2017	55500	181	* XVIII
OOK7916	54149612G	13/10/2017	55500	181	* XVIII
MHE3901	54149444G	21/10/2017	55500	181	* XVIII
EMY0736	54150336G	23/10/2017	55500	181	* XVIII
MLA0056	54922004G	26/10/2017	55500	181	* XVIII
DQN2262	54148423G	26/10/2017	55500	181	* XVIII
IPN4726	54151051G	20/10/2017	55680	181	* XIX
QHO2477	54922821G	20/11/2017	55680	181	* XIX
MLN8663	54150977G	24/11/2017	57030	185	* I
LYI2631	54151012G	23/11/2017	58350	195	
MFZ1158	P03JE0000F	24/11/2017	58350	195	
MCB9758	P03E900095	28/11/2017	58350	195	
MAB7338	55030117F	31/10/2017	58350	195	
MKE4038	54149383G	24/10/2017	58350	195	
QHN8574	P018F001Y7	30/10/2017	58350	195	
MFN6406	P018J005G3	29/10/2017	58350	195	
MFU5244	54923128G	23/11/2017	61220	214	* I
LPQ3536	P018F00285	28/11/2017	61220	214	* I
MCQ7519	54922624G	29/11/2017	61300	214	* II
MAM7000	P03E90009C	30/11/2017	65300	228	
LWY6157	P018F0028U	29/11/2017	65300	228	
AGD8665	P02UX000FG	25/11/2017	65300	228	
MIA6118	P02UX000DR	27/10/2017	65300	228	
MKZ7513	P02UX000DS	27/10/2017	65300	228	
MIA6118	P03FN0007F	27/10/2017	65300	228	
MDS5224	P018F001V1	26/10/2017	68580	231	* VII
MKZ2338	P018G000VB	25/11/2017	72340	250	* I * a
MIJ3902	P02UY000I8	26/11/2017	72340	250	* I * a
QHA6759	P02UY000IA	26/11/2017	72340	250	* I * a
LXV8147	P02UY000IB	26/11/2017	72340	250	* I * a
MGF0245	P018F0026T	27/11/2017	51851	167	
MIN9170	54151013G	17/11/2017	51851	167	
PUA0130	P018F0028H	28/11/2017	51851	167	
MCB9758	P03E900094	28/11/2017	51851	167	
MDF2382	P018F00284	28/11/2017	51851	167	
MJP9670	P018G000WB	29/11/2017	51851	167	
MIR9220	P018G000WF	29/11/2017	51851	167	
LZH8558	54153479G	21/11/2017	51851	167	
MHB5858	54923388G	23/11/2017	51851	167	
LYA8481	P018F0028S	29/11/2017	51851	167	
MKY7404	P018G000UG	23/11/2017	51851	167	



LZX5741	54923131G	23/11/2017	51851	167	
MEV4947	P03BT000CF	01/11/2017	51851	167	
MKQ3615	P018G000MR	31/10/2017	51851	167	
MKR7078	P018F001Z9	31/10/2017	51851	167	
MJC2637	P018G000MX	31/10/2017	51851	167	
MEC2153	P018G000MY	31/10/2017	51851	167	
NLC3844	P018G000N0	31/10/2017	51851	167	
MKN1658	P018G000N4	31/10/2017	51851	167	
MBG4371	P018G000N6	31/10/2017	51851	167	
BFN3588	P018F001YX	31/10/2017	51851	167	
QHJ0375	P018G000MK	31/10/2017	51851	167	
KJC0623	P018F001XA	27/10/2017	51851	167	
LYR6524	P018F001XF	27/10/2017	51851	167	
DAV6130	P018F001XI	27/10/2017	51851	167	
MAJ1832	P018F001WL	27/10/2017	51851	167	
KLM3794	P018F001W7	27/10/2017	51851	167	
MAY8204	P018F001WK	27/10/2017	51851	167	
OKG1472	P018F001UE	26/10/2017	51851	167	
MLH8105	P02UX000DP	25/10/2017	51851	167	
MCZ1533	54151162G	25/10/2017	51851	167	
MEX1313	P018F001VI	27/10/2017	51851	167	
LZT3182	P018F001VR	27/10/2017	51851	167	
LYF8729	P018H000Z2	29/10/2017	51851	167	
MIX7551	P018F001Y3	30/10/2017	51851	167	
MGR3294	P02UZ0006L	30/10/2017	51851	167	
MCD8640	P018F001VS	27/10/2017	51852	167	
MMH0290	P018F001X1	27/10/2017	51852	167	
JFF7191	P018G000MN	31/10/2017	51852	167	
NJY5406	P018G000RU	16/11/2017	51852	167	
AI18849	P018F00298	30/11/2017	51852	167	
CCC3925	P018G000VO	27/11/2017	51852	167	
MFN6406	P03JC00019	29/10/2017	52152	170	
IJQ6714	P02UX000ER	04/11/2017	54521	181	* VIII
MKU6312	P02UZ0006E	28/10/2017	54523	181	* VIII
MFC4675	54922422G	28/11/2017	54526	181	* VIII
QHO1978	P018D000AV	22/11/2017	56141	182	* V
MAM3294	P02UY000E0	01/11/2017	58191	193	
MCB9758	P03E900093	28/11/2017	58191	193	
MBK7386	P018F0027Z	28/11/2017	58191	193	
IRR2120	54923386G	23/11/2017	58196	193	
MHB5858	54923387G	23/11/2017	58196	193	
LZS0029	54922495G	27/11/2017	60501	208	
MGD9054	54922120G	30/10/2017	60501	208	
MCB9758	P03E900092	28/11/2017	59401	203	* III
MFY8293	54922937G	28/11/2017	59670	203	* V
MIS9733	54922940G	28/11/2017	59670	203	* V
MIT1606	54922913G	24/11/2017	59670	203	* V
QHU2003	54922928G	27/11/2017	59670	203	* V
MMK6270	54150776G	25/11/2017	59670	203	* V
QIX5080	54922908G	24/11/2017	59670	203	* V
NEV6390	54922917G	24/11/2017	59670	203	* V
MHH4247	P018J005G5	30/10/2017	59670	203	* V
MJA5401	P03BT000CE	01/11/2017	59670	203	* V
MGT8688	P03E900078	04/11/2017	59670	203	* V
LZC8957	54922208G	20/11/2017	75870	ART. 184	III
MIU3928	54151115G	22/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
OQZ8289	P02V00002U	25/11/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
QIC8968	54149811G	28/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MFE3874	54150935G	25/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MKI8158	54143413G	21/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
AOS8461	54922053G	27/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MLT2130	54150341G	28/10/2017	55411	181*XVII	c/ Lei13146
MLF6728	55559893F	30/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146

MJL5366	55559895F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGO8533	55559897F	31/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCX1833	55559901F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIQ5531	55559909F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLN0608	55559913F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHM8174	55559914F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHK6935	55559919F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHQ2971	55559926F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLY7172	55559927F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGT5565	55559929F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFA6383	55559930F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGM5608	55559931F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGH8783	55559934F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKJ3976	55559937F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMA8222	55559940F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYP4362	55559941F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHQ3545	55559946F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCY1984	55559683F	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIU1160	55559317F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGA4144	55559810F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHS8693	55559839F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIY3601	55559870F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IMX0398	55066696G	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DKV5373	55066698G	06/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN6100	55066759G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZO0043	55066765G	07/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKZ6236	55066776G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCE7243	55066778G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLS2696	55066781G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLF3480	55066782G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLY1040	55066783G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AXQ5332	55066784G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LNK9675	55066799G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFF3328	55066803G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKC7871	55066806G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLE1521	55066809G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DPP5915	55066810G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLS2696	55066811G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIA5212	55066818G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JAC0540	55066821G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HXY7239	55066823G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NZO3292	55066831G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJJ2018	55066832G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHQ3916	55066835G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
APP2548	55066836G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ANH3438	55066837G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLW6118	55066843G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDJ5473	55066846G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDI1905	55066852G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJO0196	55066859G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIR5404	55559978F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMM2460	55559982F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLY1261	55559983F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJU7679	55559997F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJN8603	55560013F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJM8456	55560032F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZY0733	55560037F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDB3044	55560038F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LPP1394	55560059F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JFV3519	55560066F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGD8658	55560078F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DYX4386	55560106F	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MSM6404	55560193F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

KMY4009	55066009G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJT3676	55066049G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLX9812	55066383G	30/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHN8669	55066879G	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDS1584	55066886G	27/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGS8989	55066901G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEA9391	55066910G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHH9958	55066911G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHN0696	55066915G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJO0196	55066920G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLD1432	55066924G	28/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCF8313	55066928G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKW0049	55066932G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BYM2328	55066933G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJS6463	55066936G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CIL9399	55066937G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXS0119	55066939G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASA0595	55066941G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHA2723	55066942G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHJ1707	54922772G	27/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MHW6471	54922725G	27/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
QID6370	54922052G	30/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MGR3294	P02UZ0006M	30/10/2017	73662	252*VI		
IDQ2630	54923201G	25/10/2017	73662	252*VI		
LWR2785	54922420G	24/11/2017	73662	252*VI		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FELIPE BUENO  
DIRETOR DE TRANSITO SETERB

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2618/2017**

Publicação Nº 1453939

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8034 2618/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJM8288	54140699G	30/11/2017	50292	162* II
MJM8288	54140698G	30/11/2017	75790	165 A
MCB9758	P03E900091	28/11/2017	75790	165 A
MMC1464	P02UY000EC	02/11/2017	75790	165 A
MKY7147	P018F001YM	31/10/2017	50100	162 * I
MCZ8102	54149767G	31/10/2017	50100	162 * I
MCF3827	54149915G	31/10/2017	50100	162 * I
MAL4491	P03E90008K	22/11/2017	50100	162 * I
LZU4689	P018D000AW	23/11/2017	50100	162 * I
LXQ8629	P02UX000FD	25/11/2017	50100	162 * I
MEW7171	54923017G	26/11/2017	50100	162 * I
MDQ9841	P018F00271	27/11/2017	50100	162 * I
MEW8538	54923160G	25/11/2017	50100	162 * I
LZY6481	P018F00279	27/11/2017	50100	162 * I
MAW5461	P018F0027D	27/11/2017	50100	162 * I
LXR2309	P018G000VU	27/11/2017	50100	162 * I
MHH6469	54923138G	27/11/2017	50450	162 * V
MCW2418	54923148G	28/11/2017	50450	162 * V
MEU8319	54923163G	28/11/2017	50450	162 * V
MAC7379	54923011G	24/11/2017	50450	162 * V
LWT8276	P03BT000CN	04/11/2017	50450	162 * V
HWY8537	54923215G	30/10/2017	50450	162 * V
BTG2190	54150528G	15/10/2017	50450	162 * V
MCF3827	54149916G	31/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEW7171	54923018G	26/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZU4689	P018D000AX	23/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDQ9841	P018F00272	27/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEW8538	54923161G	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXR2309	P018G000VV	27/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAW5461	P018F0027E	27/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZY6481	P018F0027A	27/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCW2418	54923149G	28/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MHH6469	54923139G	27/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MEU8319	54923164G	28/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MAC7379	54923012G	24/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MCZ6997	P03FN0007Q	30/10/2017	64080	221
AOD5825	P018F001OF	20/10/2017	64080	221
MCW2418	54923150G	28/11/2017	64080	221
MIL2558	54923249G	28/11/2017	66020	230 * VI
KDU8763	54149794G	27/11/2017	66020	230 * VI
LYC7358	P018G000WE	29/11/2017	66020	230 * VI
MDG8135	54923247G	25/11/2017	66700	230 * XIII
MKE9364	54923135G	24/11/2017	66700	230 * XIII
MIX8385	P018G000VP	27/11/2017	66700	230 * XIII
MBQ6081	P03BT000EV	30/11/2017	67690	230 * XXII
MBT3441	P018F001UV	26/10/2017	67690	230 * XXII
QIA5104	P03BT000C9	30/10/2017	67690	230 * XXII
LYG3401	P03JE00006	04/11/2017	67690	230 * XXII
MHM6343	54153495G	28/11/2017	67690	230 * XXII
MBR1922	P03JE0000D	24/11/2017	67690	230 * XXII
MHM6343	54153493G	28/11/2017	69120	232
AFI2880	P02UY000IG	27/11/2017	69120	232
MKI9114	54922264G	30/10/2017	69120	232
MFN6406	P03JC00016	29/10/2017	69120	232
CDN3530	P018I000AQ	24/10/2017	69120	232
MDR0279	54923068G	27/11/2017	69120	232
MEV0825	54147109G	28/11/2017	73400	252 * IV
MIY2577	P02UY000IE	26/11/2017	73400	252 * IV
MHN9753	P018G000WI	29/11/2017	73400	252 * IV
MKI9114	54922263G	30/10/2017	73400	252 * IV
MDZ5183	54922849G	24/11/2017	73400	252 * IV

MBU6438	54923119G	20/11/2017	50371	162	*	III
MCZ6997	P018F001YD	30/10/2017	50531	162	*	VI
MBU6438	54923120G	20/11/2017	51341	164	c/c	162 * III
MFN6406	P03JC00017	29/10/2017	51691	165		
HWY8537	54923213G	30/10/2017	65561	230	*	I
HWY8537	54923216G	30/10/2017	65564	230	*	I
MFU3324	54150137G	30/10/2017	65992	230	*	V
MCO6737	P03FN0007P	30/10/2017	65992	230	*	V
MCF3827	54149914G	31/10/2017	65992	230	*	V
AQS1662	P03FN00095	31/10/2017	65992	230	*	V
AOF6948	P018F001YV	01/11/2017	65992	230	*	V
HWY8537	54923212G	30/10/2017	65992	230	*	V
LZY2443	54922259G	26/10/2017	65992	230	*	V
BTG2190	54150527G	15/10/2017	65992	230	*	V
MDH5807	54150151G	21/10/2017	65992	230	*	V
LXH1197	P018F001Q8	24/10/2017	65992	230	*	V
MAL4491	P03E90008J	22/11/2017	65992	230	*	V
OKE1707	P018G000US	23/11/2017	65992	230	*	V
MEW7171	54923016G	26/11/2017	65992	230	*	V
LZU4689	P018D000AY	23/11/2017	65992	230	*	V
LXQ8629	P02UX000FC	25/11/2017	65992	230	*	V
FKK7450	54147996G	27/11/2017	65992	230	*	V
MEU8319	54923162G	28/11/2017	65992	230	*	V
MHN9753	P018G000WL	29/11/2017	65992	230	*	V
LXG7088	54924103G	29/11/2017	65992	230	*	V
LXR2309	P018G000VM	27/11/2017	65992	230	*	V
MAW5461	P018F0027C	27/11/2017	65992	230	*	V
MDW8418	54149796G	27/11/2017	65992	230	*	V
MHH6469	54923140G	27/11/2017	65992	230	*	V
QIG2308	54923145G	27/11/2017	65992	230	*	V
MCW2418	54923147G	28/11/2017	65992	230	*	V
MCB9758	P03E900090	28/11/2017	65992	230	*	V
MLN6691	54147104G	28/11/2017	65992	230	*	V
LYC9841	P018G000WV	29/11/2017	65992	230	*	V
MHV3888	P018F0029C	30/11/2017	65992	230	*	V
MFK9276	54152264G	29/11/2017	65992	230	*	V
MBQ6081	P03BT000ET	30/11/2017	66371	230	*	IX
MHN9753	P018G000WK	29/11/2017	66371	230	*	IX
MHN9753	P018G000WM	29/11/2017	66372	230	*	IX
MDO7339	P018F0027O	27/11/2017	66372	230	*	IX
INQ5753	54147110G	28/11/2017	66372	230	*	IX
MKL4357	54149793G	27/11/2017	66372	230	*	IX
MBX7843	P018I000BM	27/11/2017	66372	230	*	IX
MHM4273	54922132G	02/11/2017	66531	230	*	XI
MIL7881	P03FN00098	31/10/2017	66531	230	*	XI
MLE6145	P03E900073	02/11/2017	66531	230	*	XI
LCH9022	P018F0026K	27/11/2017	66961	230	*	XV
MHM6343	54153494G	28/11/2017	67261	230	*	XVIII
MBU6438	54923121G	20/11/2017	67261	230	*	XVIII
LZK0001	P018G000V6	25/11/2017	67261	230	*	XVIII
MGX2192	P018F001VC	27/10/2017	67261	230	*	XVIII
HWY8537	54923214G	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
MEV0825	54147108G	28/11/2017	67261	230	*	XVIII
MHN9753	P018G000WJ	29/11/2017	67261	230	*	XVIII
LXR2309	P018G000VW	27/11/2017	67261	230	*	XVIII
MBQ6081	P03BT000EU	30/11/2017	67261	230	*	XVIII
MFK9276	54152265G	29/11/2017	67261	230	*	XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)



DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BLUMENAU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO EMANUEL MARCHETTI  
DELEGADO REGIONAL - 3A DRP

### BOM JARDIM DA SERRA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8705 274/2017

Publicação Nº 1453550

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8705 274/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMJ1000	P03EI0001A	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
LZX2407	P03EI00008	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
LZX2407	P03EI00007	19/08/2017	65800	230 * IV	293.47
LZX2407	P03EI00009	19/08/2017	69120	232	88.38
LZX2407	P03EI00006	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
MII5140	P03EI0000X	16/09/2017	65992	230 * V	293.47
MII5140	P03EI0000W	16/09/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO GONCALVES DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8705 273/2017**

Publicação Nº 1453551

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8705 273/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAX2155	P03EI0001W	29/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JARDIM DA SERRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO GONCALVES DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**BOM JESUS DO OESTE**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8510 334/2017**

Publicação Nº 1453584

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8510 334/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------



-----  
MBU5320 P03L900001 07/08/2017 51851 167 195.23  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 333/2017**

Publicação Nº 1453585

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8510 333/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AH08521 P03L90000C 06/10/2017 50450 162 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM JESUS DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

**BOM RETIRO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8470 747/2017**

Publicação Nº 1453600

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8470 747/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCS3884	P03E10001A	14/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHD9640	P03E10004J	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCN7321	P03E10003V	15/09/2017	58350	195	195.23
QHX9586	P03E10001N	18/08/2017	51851	167	195.23
MBU0996	P03E10004X	16/10/2017	51851	167	195.23
MAR0565	P03E100046	20/09/2017	51851	167	195.23
JNC2902	P03E10004B	22/09/2017	51851	167	195.23
MCN7321	P03E10003W	15/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM RETIRO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VAL RIO LUIZ DE FARIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8470 746/2017**

Publicação Nº 1453601

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8470 746/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BOA8422	P03E100070	21/11/2017	50100	162 * I
BOA8422	P03E100071	21/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
AFO4272	P03E100073	24/11/2017	51851	167
MCD0862	P03E100075	24/11/2017	51851	167
MAU5529	P03E10006S	18/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOM RETIRO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VAL RIO LUIZ DE FARIAS  
DELEGADO DE POLICIA

### BOTUVERÁ

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8196 617/2017

Publicação Nº 1453763

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8196 617/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWZ0051	P016Q0001A	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
AFA2185	P016Q0001O	11/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BOTUVERA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

### BRUSQUE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2575/2017

Publicação Nº 1453915

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2575/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MPN5536	54102753G	16/09/2017	50292	162* II	880.40
MAY7012	P01VA000KD	29/09/2017	75790	165 A	2934.68
LXN5241	P01V9000D8	22/09/2017	75790	165 A	2934.68
LLN7487	55517843F	22/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHU7889	55518429F	20/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFO3990	P01V8000H6	01/10/2017	50100	162 * I	880.40
MHK1496	P01V9000E1	29/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEC9352	54102757G	16/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEB1242	54104308G	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJJ2216	P016T000AE	25/09/2017	50450	162 * V	293.47
OQI6816	55518433F	20/09/2017	50450	162 * V	293.47
LXX5847	55517948F	19/09/2017	50450	162 * V	293.47
MBE6434	55518434F	24/09/2017	50450	162 * V	293.47
IJT4731	55518437F	24/09/2017	50450	162 * V	293.47
MHF8325	54103442G	23/09/2017	50450	162 * V	293.47
LLN7487	55517844F	22/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MHU7889	55518430F	20/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFO3990	P01V8000H7	01/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEB1242	54104316G	30/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEC9352	54102758G	16/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCA7516	P019U000S9	15/09/2017	64080	221	130.16
EII8938	P01V6000FR	01/10/2017	66020	230 * VI	293.47
MMD2294	54103386G	02/10/2017	66290	230 * VIII	195.23
MIU7377	54103505G	23/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
MBS6156	P01V8000GQ	24/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
MGK6654	P018M000VU	23/09/2017	69120	232	88.38
MLX8681	P01V9000DO	25/09/2017	69120	232	88.38
MDM8111	P01V9000EJ	05/10/2017	69120	232	88.38
MIY6681	P01V6000GJ	15/10/2017	69120	232	88.38

APU9734	P01V6000FP	01/10/2017	73400	252	*	IV	130.16
MBE6434	55518435F	24/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
MPN5536	54102754G	16/09/2017	51262	164	c/c	162 * II	880.40
AVD4953	P01V9000DK	25/09/2017	51691	165			2934.68
MFB2799	P019V0003V	02/10/2017	65561	230	*	I	293.47
HZX0722	P01V9000D5	22/09/2017	65561	230	*	I	293.47
MFI7373	55518431F	20/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MIK9766	P01V8000GG	21/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LZV4849	54102863G	17/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MHB2676	55518412F	16/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MCT2811	55518415F	16/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDZ1716	55517884F	16/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MBI6034	55518401F	03/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LYC0445	P01V9000BF	07/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MBP0356	P01VA000IT	13/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LZE0016	54102629G	18/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDL9110	55518445F	03/10/2017	65992	230	*	V	293.47
ALS3177	55519294F	03/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MEC9352	54102756G	16/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MCM6115	54103471G	29/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MEB1242	54104307G	30/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MPN5536	54102752G	16/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MCS8485	P01VA000KO	02/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MGK6654	P018M000VT	23/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MJJ2216	P016T000AF	25/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MHK1496	P01V9000E0	29/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MFO3990	P01V8000H5	01/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MEN0646	55519274F	29/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MAR2887	P01V8000HL	11/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MCD7114	P01V9000EC	03/10/2017	65992	230	*	V	293.47
HJJ2725	P018M000WP	03/10/2017	65992	230	*	V	293.47
APU9734	P01V6000FO	01/10/2017	66102	230	*	VII	195.23
MAY7125	P016T000AJ	29/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MES2767	54102970G	24/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MBS6156	P01V8000GP	24/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MAY7125	P018M000W9	24/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MLR9888	P01V6000F8	23/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MGK6654	P018M000VW	23/09/2017	66371	230	*	IX	195.23
LBK8158	P019U000T6	23/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
LXN5241	P01V9000D6	22/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
LYZ6909	P016T000AM	03/10/2017	66372	230	*	IX	195.23
MEB1242	54104309G	30/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AFQ3970	P018M000WL	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MCM6115	54103472G	29/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MAY7125	P016T000AI	29/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LXN5241	P01V9000D7	22/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGS7190	55517936F	07/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGK6654	P018M000VV	23/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHL6026	54102887G	23/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
EII8938	P01V6000FS	01/10/2017	52741	175			2934.68
MFA1734	55517928F	30/08/2017	52742	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



BRUSQUE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2576/2017**

Publicação Nº 1453914

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRÑNSITO E M

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8050 2576/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGZ5172	54292449N	28/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
OKG3209	54300532N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMD9277	54302953N	28/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKG2130	54304773N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
IRN4581	54304781N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
DTR8600	54306625N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLP6611	54306632N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
COE2633	54103702G	29/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MFZ2115	54104506G	05/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MKK5401	54101465G	03/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
ASB6545	54103162G	25/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
LWR2785	54101740G	26/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
JUL0215	54101743G	28/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MCP2951	54103751G	28/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
BGJ8789	54103243G	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
DUE9923	54102493G	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
LYR5689	54103706G	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIC3799	54103441G	21/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
KMX4842	P01V6000AX	24/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QJJ7778	54101542G	03/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCN8049	54103202G	03/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKJ7274	54103452G	19/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
EYM7707	54103366G	14/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLD0023	54102773G	10/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AEX5270	P01V8000GR	24/09/2017	51930	168	293.47
CMR9966	54103238G	23/09/2017	51930	168	293.47
MEH1784	54976245C	18/09/2017	52070	169	88.38
MBX4741	P01V6000F7	20/09/2017	52070	169	88.38
MBG9485	P01V8000GO	22/09/2017	52070	169	88.38
MEW3766	54102094G	23/08/2017	52070	169	88.38
QII7713	54102644G	20/09/2017	54870	181 * XI	195.23
KCJ6061	P019U000TD	24/09/2017	55250	181 * XV	130.16
QHL6821	54103376G	22/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MHC2717	54103375G	22/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MES6430	54102647G	22/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MDP6346	54101176G	18/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16

MLT0501	54102545G	27/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
BBP2223	54103300G	26/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MKD0495	54102763G	30/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
HOA0212	54104675G	09/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MGC5718	54102133G	30/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
HXY9449	P01V9000DG	23/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MLX8681	P01V9000DN	25/09/2017	58350	195			195.23
MGR8191	P01V6000FT	03/10/2017	60330	206	*	V	293.47
MBN8787	54103244G	27/09/2017	61220	214	*	I	293.47
MDE4056	55519285F	30/09/2017	65300	228			195.23
MKF2011	54103905G	25/09/2017	65640	230	*	II	293.47
LZS2485	P019U000T8	23/09/2017	72340	250	*	I * a	130.16
MJC4402	P018M000V0	07/09/2017	72340	250	*	I * a	130.16
ANF0633	P019U000PE	02/08/2017	72340	250	*	I * a	130.16
MLM4137	54101290G	24/07/2017	51851	167			195.23
DMX3411	54101827G	05/09/2017	51851	167			195.23
MHT3381	54101548G	07/09/2017	51851	167			195.23
MKF2886	P016T0009N	30/08/2017	51851	167			195.23
GLH2600	P019U000T3	22/09/2017	51851	167			195.23
MEK0248	P01V9000DE	22/09/2017	51851	167			195.23
LZH4802	P019U000SM	17/09/2017	51851	167			195.23
MIW9060	54102519G	13/09/2017	51851	167			195.23
MDK3073	55518410F	16/09/2017	51851	167			195.23
LZV4849	54102862G	17/09/2017	51851	167			195.23
MEA9148	54102621G	10/09/2017	51851	167			195.23
MJG1612	55519603F	22/09/2017	51851	167			195.23
MHX0680	54102534G	23/09/2017	51851	167			195.23
MBL8944	54102537G	25/09/2017	51851	167			195.23
MHV1413	54102692G	27/09/2017	51851	167			195.23
MJG2487	54103250G	29/09/2017	51851	167			195.23
MLH3282	54103932G	01/10/2017	51851	167			195.23
MHT2598	54104320G	02/10/2017	51851	167			195.23
CAM7759	54103475G	03/10/2017	51851	167			195.23
MJU5460	54104237G	11/10/2017	51851	167			195.23
MAH8112	54104314G	30/09/2017	51851	167			195.23
QIC8125	54103940G	03/10/2017	51851	167			195.23
MGL2598	54102549G	29/09/2017	51851	167			195.23
DDP6446	54102978G	04/10/2017	51852	167			195.23
MHX5706	55519270F	27/09/2017	51852	167			195.23
MKU8241	54102539G	25/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MDZ6178	54103242G	25/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MCP9048	54102013G	16/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
INN6458	P01V9000DH	23/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MIX7091	54101832G	11/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHY7986	54102501G	11/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
IKA9305	54102893G	25/09/2017	54522	181	*	VIII	195.23
MIP2806	54102645G	20/09/2017	54522	181	*	VIII	195.23
MLH7097	54103860G	26/09/2017	54522	181	*	VIII	195.23
ISI7395	54104209G	03/10/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MAP8958	54103929G	27/09/2017	54526	181	*	VIII	195.23
MFB0442	54103324G	11/09/2017	54526	181	*	VIII	195.23
MFQ0562	54102451G	06/09/2017	54526	181	*	VIII	195.23
MHS6420	54102871G	21/09/2017	54526	181	*	VIII	195.23
MCZ4282	54102477G	22/09/2017	60501	208			293.47
MBS1874	54103469G	29/09/2017	60501	208			293.47
MHO5768	54103160G	21/09/2017	60501	208			293.47
JUM2192	54102885G	25/09/2017	60501	208			293.47
MDM8111	P01V9000EI	05/10/2017	60501	208			293.47
MEC9352	54102759G	16/09/2017	70481	244	*	II	293.47
MLX8681	P01V9000DM	25/09/2017	70561	244	*	III	293.47
MEZ8082	P01VA000IO	12/09/2017	70561	244	*	III	293.47
MBE8510	P01VA000JQ	22/09/2017	70991	244	*	V II	195.23
MGH3033	54103293G	19/09/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146	195.23

LVJ3827	54104663G	05/10/2017	55411	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MML5226	54103872G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIB4990	54103863G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIG7272	54103889G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL0999	54103892G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCS3517	54103895G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIH3600	54104256G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGL1999	54104253G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGS6242	54103882G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGT2068	54103879G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGP2597	54103878G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN0099	54104283G	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CFA7607	54104285G	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIB4990	54104290G	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIB4990	54104291G	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZT9652	54104272G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFY6560	54104266G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MUJ4318	54104262G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LOQ1724	54104260G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBO6930	54104295G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIC0065	54104330G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHW1118	54104622G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAI0055	54104623G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AIO4827	54104625G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AML2106	54104627G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCK8460	54104611G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJY9914	54104619G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDT0669	54104606G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKH4927	54104341G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWS3180	54104640G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZO0961	54104639G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL7273	54104637G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEC9759	54104633G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLH3207	54103914G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IJV0216	54103910G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCT1908	54103913G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHH9779	54104601G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO5423	54102646G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HTD8487	54102804G	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBF5675	54102718G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIM8850	54102726G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHE9412	54102736G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HFB5367	54102737G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KIB0517	54102743G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYA4011	54102749G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIW1489	54102705G	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHO1461	54102706G	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJQ8908	54102393G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDE1745	54102607G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJV5682	54103092G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGZ1234	54101645G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDD2091	54102567G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAK9030	54102560G	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIT6383	54102593G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGL2598	54102196G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDP6346	54102186G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEZ8993	54102184G	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGK2288	54101921G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJI8865	54101226G	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIA4421	54100686G	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JNU8858	54103021G	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK9363	54103023G	10/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCY6352	54103146G	09/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

AKV6662	54103150G	09/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHE7175	54100398G	21/06/2017	73662	252*VI	130.16
MCN0591	P016T0009K	25/08/2017	73662	252*VI	130.16
CNB7950	54103357G	08/09/2017	73662	252*VI	130.16
LXX6952	54103358G	08/09/2017	73662	252*VI	130.16
MES4384	P01V8000FX	15/09/2017	73662	252*VI	130.16
LZE0016	54102667G	19/09/2017	73662	252*VI	130.16
MMD2294	54103385G	02/10/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALONSO MORO TORRES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2573/2017

Publicação Nº 1453917

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2573/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AMY1193	55519690F	30/10/2017	50292	162* II
ANT4681	P01V9000H7	10/11/2017	75790	165 A
ILV2895	P038F0002N	25/11/2017	50100	162 * I
MCD0524	54103983G	22/10/2017	50100	162 * I
MHM7020	54104780G	03/11/2017	50100	162 * I
MHH9382	P01V6000JX	26/11/2017	50100	162 * I
MLV0323	54105934G	24/11/2017	50100	162 * I
LYY8198	55519640F	26/11/2017	50450	162 * V
LYI3132	55518716F	27/11/2017	50450	162 * V
MEY9073	P018M000XJ	25/10/2017	50450	162 * V
AMY1193	55519691F	30/10/2017	50450	162 * V
ILV2895	P038F0002O	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCD0524	54103984G	22/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MLV0323	54105935G	24/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
DST3753	55519613F	19/11/2017	51420	164 c/c 162 * V

ILV2895	P038F0002M	25/11/2017	65800	230	*	IV
MVE1197	55519615F	20/11/2017	66610	230	*	XII
MAZ8867	55519618F	20/11/2017	66700	230	*	XIII
HKT7107	P017900048	29/11/2017	66700	230	*	XIII
MCO7959	55518712F	27/11/2017	67690	230	*	XXII
AFF7438	55519641F	26/11/2017	69120	232		
DST3753	55519621F	19/11/2017	69120	232		
MCJ8763	P01V9000G6	24/10/2017	69120	232		
MBP7354	P01790002D	28/10/2017	73400	252	*	IV
MLY7037	P01V6000HC	29/10/2017	73400	252	*	IV
MCJ6207	54104978G	27/10/2017	73400	252	*	IV
MEG4073	54102049G	03/11/2017	73400	252	*	IV
ALI0713	P01VA000OL	28/11/2017	73400	252	*	IV
QHU9035	55518659F	27/11/2017	65992	230	*	V
LYI3132	55518715F	27/11/2017	65992	230	*	V
MFE5173	55518706F	19/11/2017	65992	230	*	V
MKQ3696	55518162F	20/11/2017	65992	230	*	V
AFF7438	55519642F	26/11/2017	65992	230	*	V
AMY1193	55519692F	30/10/2017	65992	230	*	V
MCW3545	P01V6000JC	22/11/2017	65992	230	*	V
MBZ4506	54105665G	17/11/2017	65992	230	*	V
DYA2463	54104163G	21/11/2017	65992	230	*	V
LYT0672	P038F00022	04/11/2017	65992	230	*	V
MHM7020	54104781G	03/11/2017	65992	230	*	V
MCD0524	54103981G	22/10/2017	65992	230	*	V
MMB2804	P01V6000GZ	23/10/2017	65992	230	*	V
LYH5624	P01V6000H0	23/10/2017	65992	230	*	V
MEL6511	P016T000AW	23/10/2017	65992	230	*	V
MAR1037	54103538G	23/10/2017	65992	230	*	V
MEY9073	P018M000XI	25/10/2017	65992	230	*	V
MGV5665	55519638F	24/11/2017	66102	230	*	VII
GWK2913	P01VA000OB	26/11/2017	66102	230	*	VII
HKT7107	P017900047	29/11/2017	66102	230	*	VII
MHH9382	55519644F	26/11/2017	67261	230	*	XVIII
MLN0556	55519616F	20/11/2017	67261	230	*	XVIII
MDT5198	55519634F	22/11/2017	67261	230	*	XVIII
MVE1197	55519614F	20/11/2017	67261	230	*	XVIII
MGO5028	P01VA000NM	15/11/2017	67261	230	*	XVIII
ILV2895	P038F0002P	25/11/2017	67261	230	*	XVIII
AFF7438	P01V6000JW	26/11/2017	67261	230	*	XVIII
MCW3545	P01V6000JD	22/11/2017	67261	230	*	XVIII
CCT9443	P01V6000JM	24/11/2017	67261	230	*	XVIII
MCD0524	54103985G	22/10/2017	67261	230	*	XVIII
MAY4895	P038F0001V	26/10/2017	52741	175		
IOK0320	P038F0002Q	26/11/2017	52741	175		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS  
DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8050 2574/2017**

Publicação Nº 1453916

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE - SECRETARIA DE TRÑNSITO E M

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
 DE TRANSITO N.8050 2574/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
 DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLF1006	54312368N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKF2563	54314763N	03/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFR5455	54322848N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIG1892	54322851N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJM5811	54322852N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIG5104	54322853N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHG9565	54104376G	30/10/2017	76251	ART 181, XX
LYC8326	54103848G	19/10/2017	76251	ART 181, XX
MJG4422	54102782G	18/10/2017	76252	ART 181, XX
INE5835	54105562G	22/11/2017	76252	ART 181, XX
QHZ5955	54105920G	22/11/2017	76331	ART 252, UNICO
QIM8731	54105923G	22/11/2017	76331	ART 252, UNICO
CAM7759	54105459G	23/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MHS7200	54104168G	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHA6219	54103849G	21/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MLR3356	54104061G	14/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MCX2275	54104321G	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MLX4950	54102993G	24/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MKT2585	P019S001N1	30/10/2017	76332	ART 252, UNICO
ETA4997	54105674G	19/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHP9305	54103794G	21/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QII0177	54105691G	21/11/2017	76332	ART 252, UNICO
DYA2463	54104164G	21/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHU5622	P01V9000IB	22/11/2017	52070	169
MIX4101	P018M000ZZ	24/11/2017	52070	169
MGA2532	54105577G	24/11/2017	52070	169
QHK1908	P01V6000K7	30/11/2017	52070	169
DFM3853	55519639F	26/11/2017	54600	181 * IX
MGR5147	54104492G	17/10/2017	54790	181 * X
MLV5686	54105556G	20/11/2017	55250	181 * XV
MJA7364	54104896G	21/10/2017	55500	181 * XVIII
QID8357	54103536G	21/10/2017	55500	181 * XVIII
MDG1543	54105453G	09/11/2017	55500	181 * XVIII
MHB0235	54104385G	01/11/2017	55500	181 * XVIII
MEG5332	P01V6000K3	27/11/2017	57200	186 * I
MIE9699	54102800G	25/11/2017	58350	195
MHH9382	55519645F	26/11/2017	58350	195
MJU9388	P038F0002V	27/11/2017	65300	228
LYY8198	P01V6000JV	26/11/2017	51851	167
MAX9532	P038F0002L	25/11/2017	51851	167
LYF8281	P01V9000GD	02/11/2017	51851	167



MKP3002	54105659G	13/11/2017	51851	167	
IIL8305	54105662G	13/11/2017	51851	167	
MDT3773	54105664G	15/11/2017	51851	167	
QJA1940	54105673G	19/11/2017	51851	167	
KKK0823	P01V6000JI	22/11/2017	51851	167	
EEU0963	54104071G	14/10/2017	51851	167	
MLR3356	54104062G	14/10/2017	51851	167	
MES0585	54104004G	18/10/2017	51851	167	
KMX4842	54104031G	22/10/2017	51851	167	
KMX4842	54104033G	22/10/2017	51851	167	
MHW1545	54104043G	22/10/2017	51851	167	
MKA7616	P01V8000IE	28/10/2017	51851	167	
MFQ9855	P01V9000G5	24/10/2017	51851	167	
MFR5231	54105020G	29/10/2017	51852	167	
AKD3902	P018M000XP	25/10/2017	51852	167	
MLZ9553	54105932G	24/11/2017	54522	181	* VIII
BHP8210	P01VA000OP	29/11/2017	54523	181	* VIII
CRJ6509	54104377G	30/10/2017	54526	181	* VIII
MER2957	54104165G	21/11/2017	54526	181	* VIII
MEL9419	54105003G	25/10/2017	54526	181	* VIII
MLB5191	54102642G	20/09/2017	58191	193	
JPB0222	54102797G	25/11/2017	60412	207	
MJI8865	54104101G	17/10/2017	60501	208	
OLR8117	54104788G	27/11/2017	60681	209	
QIN0943	54104791G	27/11/2017	60681	209	
MHH9382	P01V6000JY	26/11/2017	70561	244	* III
ESZ7846	P018M000ZV	24/11/2017	70991	244	* V II
MJX1658	P038F0001W	28/10/2017	59670	203	* V
EEX2570	54105455G	15/11/2017	59670	203	* V
MIE9699	54102799G	25/11/2017	59670	203	* V
IML3402	54105677G	19/11/2017	72422	250,	I, b
CHT3815	54105680G	19/11/2017	72422	250,	I, b
JTG9946	54105681G	19/11/2017	72422	250,	I, b
MDP9662	P01VA000M1	24/10/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
PUI5197	54104846G	04/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LZH8081	54104826G	10/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MFB6142	54104768G	26/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MJV5682	54104884G	03/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
QHL1654	54103727G	26/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
DGD1712	54104952G	09/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MDI5593	54104963G	09/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MGQ8937	54104966G	11/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MKO7008	54104402G	13/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MMF6341	54103996G	13/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
LXJ1062	54104406G	16/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
DKV5373	54105912G	06/11/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
MCW4950	54105117G	26/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
OKF9165	54105090G	24/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146
AGS8592	P017900036	13/11/2017	73662	252*	VI
QIN0943	54104790G	27/11/2017	73662	252*	VI
QIK4251	54105931G	24/11/2017	73662	252*	VI
MBA3369	54105921G	22/11/2017	73662	252*	VI
MFT9143	P01VA000OK	28/11/2017	73662	252*	VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALONSO MORO TORRES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### CAÇADOR

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2542/2017

Publicação Nº 1453911

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2542/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCG7124	P01Q0000UK	01/10/2017	75790	165 A	2934.68
LXG8607	P01I9000W6	13/10/2017	75790	165 A	2934.68
MBS9119	P02PN0001S	14/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHC2326	P03BM00043	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
AGZ9392	P02PL0001N	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDC6715	P02PM0002R	28/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBX4006	P02PN0002S	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
IMZ6322	P01I7000VI	21/09/2017	50100	162 * I	880.40
MLC7128	P01Q0000UA	28/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXC3464	P03BM0005T	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCT2890	P01Q0000UE	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHD2256	P02PM0002A	17/08/2017	50450	162 * V	293.47
MCG7124	P01Q0000UJ	01/10/2017	50450	162 * V	293.47
MDC6715	P02PM0002S	28/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXC3464	P03BM0005U	30/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MLC7128	P01Q0000UB	28/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IMZ6322	P01I7000VJ	21/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AHY9569	P03BM0005O	22/09/2017	66020	230 * VI	293.47
LZI7881	P01Q0000U7	27/09/2017	66020	230 * VI	293.47
MDN8505	P01Q0000U8	27/09/2017	66020	230 * VI	293.47
AOS6958	P02PK00040	12/09/2017	66020	230 * VI	293.47
AQU1189	P03BM0005D	13/09/2017	66020	230 * VI	293.47
IIO1975	P01Q0000UM	03/10/2017	66020	230 * VI	293.47
MCG7418	P02PK00011	10/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
DCZ8823	P02PL00039	19/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
MBX4006	P02PN0002T	06/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MLA8116	P01I7000TW	17/08/2017	69120	232	88.38
CMU8157	P01I9000SE	17/08/2017	69120	232	88.38
MBX4006	P02PN0002U	06/09/2017	51341	164 c/c 162 * III	586.94
MBQ8666	P01PS000T3	29/09/2017	51691	165	2934.68
CMU8157	P01I9000SF	17/08/2017	51691	165	2934.68
AHJ2092	P02PL00021	26/08/2017	51691	165	2934.68

QHO8806	P01I7000VB	19/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDC6715	P02PM0002Q	28/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LZI8632	P02PN0004U	16/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLC7128	P01Q0000UC	28/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MAT2090	55803409F	27/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MCG7124	P01Q0000UI	01/10/2017	65992	230	*	V	293.47
LZI8632	P02PN0004V	16/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
DCZ8823	P02PL00037	19/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MCL2940	P01I7000WX	11/10/2017	66102	230	*	VII	195.23
MCT2890	P01Q0000UG	30/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
AMH4271	P01PV000SW	07/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MLC7128	P01Q0000UD	28/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2543/2017

Publicação Nº 1453910

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8053 2543/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICL8716	54291244N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJF0847	54304928N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMH4128	54304929N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	88.38
MLP5070	54304931N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AJW0653	54304935N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMH4128	54304937N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	88.38
MEU8299	P01Q0000Q6	06/08/2017	51930	168	293.47
EEW3043	P01I7000TX	19/08/2017	51930	168	293.47
MML4841	P02PL00032	14/09/2017	52070	169	88.38
OKH4301	P02PL0003Y	29/09/2017	52070	169	88.38
MAS7613	P03BM00069	03/10/2017	52070	169	88.38
OKH4301	P03BM0006N	03/10/2017	52070	169	88.38
ATN1082	P02PL00048	08/10/2017	52070	169	88.38

MAT2090	55803408F	27/09/2017	55250	181	*	XV	130.16
LYT0446	55803252F	01/10/2017	55250	181	*	XV	130.16
LZG2573	P01PS000RE	17/09/2017	55250	181	*	XV	130.16
MLA3410	55803555F	29/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
AQN3284	P01IM000Y9	21/09/2017	58350	195			195.23
AFZ1474	P03BM0003P	13/08/2017	58600	198			130.16
MJN8807	P01IM000VW	11/08/2017	61220	214	*	I	293.47
AGX6668	P01I7000SR	04/08/2017	65300	228			195.23
MGJ2506	P02PL00019	05/08/2017	65300	228			195.23
MEU8299	P01Q0000Q5	06/08/2017	65300	228			195.23
AFL0303	P01PV000VY	17/09/2017	65300	228			195.23
KKG6146	P02PK0004L	17/09/2017	65300	228			195.23
MBZ3269	P02PN0004O	15/09/2017	65300	228			195.23
MBY6303	P03BM0004S	01/09/2017	65300	228			195.23
MCL5118	P02PN0005T	30/09/2017	65300	228			195.23
FAA6474	P01IM000X9	12/09/2017	72340	250	*	I * a	130.16
NTZ2524	P02PK0004Q	18/09/2017	72340	250	*	I * a	130.16
MCV0243	P02PK0001L	23/08/2017	51851	167			195.23
ICE5407	P02PL00027	30/08/2017	51851	167			195.23
MAC4826	P01I7000U0	21/08/2017	51851	167			195.23
KAU1321	P02PK0001C	18/08/2017	51851	167			195.23
BOZ7996	P02PN0004N	14/09/2017	51851	167			195.23
AQN3284	P01IM000Y8	21/09/2017	51851	167			195.23
AQR1841	P01PV000WR	03/10/2017	51851	167			195.23
AMG0479	P01Q0000V4	11/10/2017	51851	167			195.23
MCL2940	P01I7000WY	11/10/2017	51851	167			195.23
DCZ8823	P02PL00038	19/09/2017	51852	167			195.23
MJY3999	P01IM000YB	21/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LXI7410	P03BM0006R	04/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
AJT7365	P01Q0000RP	22/08/2017	56144	182	*	V	195.23
AQN3284	P01PV000WD	21/09/2017	60412	207			195.23
MML3665	P01I9000VN	02/10/2017	73662	252	*	VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2540/2017**

Publicação Nº 1453913

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2540/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHF0119	P02PM0004E	26/11/2017	75790	165 A
BLE3376	P02PL0005K	12/11/2017	50100	162 * I
AMB0129	P03BM000A6	25/11/2017	50100	162 * I
AGE4919	P01I9000Z7	25/11/2017	50100	162 * I
CNZ7879	P02PK0008A	25/11/2017	50100	162 * I
CNZ7879	P02PK0008B	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AGE4919	P01I9000Z8	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AMB0129	P03BM000A5	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
BLE3376	P02PL0005L	12/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LIZ2264	P01PS000XQ	25/11/2017	66020	230 * VI
LYJ0166	P01I9000XX	05/11/2017	66020	230 * VI
MDO8718	P01I7000XR	01/11/2017	66020	230 * VI
MFY6823	P01I7000XK	01/11/2017	66020	230 * VI
LXW6449	P01I7000ZT	27/11/2017	66020	230 * VI
MDR3767	P01PS000Y9	29/11/2017	66020	230 * VI
DJH5354	P02PK0008E	27/11/2017	67690	230 * XXII
MCB8161	P02PL0007C	25/11/2017	67690	230 * XXII
QIC2890	P02PL0007J	26/11/2017	51691	165
LZK6522	P02PL00058	02/11/2017	51691	165
LXD6237	P01PV000Y1	05/11/2017	65992	230 * V
BLE3376	P02PL0005I	12/11/2017	65992	230 * V
CNZ7879	P01I9000Z9	25/11/2017	65992	230 * V
MIS0839	55803428F	27/10/2017	65992	230 * V
BLE3376	P02PL0005J	12/11/2017	66102	230 * VII
LXD6237	P01PV000Y2	05/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2541/2017**

Publicação Nº 1453912

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CACADOR - 280570

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8053 2541/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,





NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MIQ8878	54322815N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKP6833	P02PL0007U	27/11/2017	76331	ART 252, UNICO
QHN8556	55803318F	01/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MKP3542	55803733F	09/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MIL6993	55803732F	09/11/2017	51930	168
MFZ0288	P01PS000XY	28/11/2017	52070	169
MJB6202	P01PS000XZ	28/11/2017	52070	169
MEE1045	P01PS000Y0	28/11/2017	52070	169
MKF6330	P01PS000VI	04/11/2017	52070	169
MLP9773	P03BM000AC	26/11/2017	52070	169
MGN8485	P03BM000A7	25/11/2017	52070	169
MDU0567	P03BM0008D	12/11/2017	54440	181 * VII
QHW8722	P01I9000XH	31/10/2017	55250	181 * XV
LZE9796	P01PV000XN	31/10/2017	55250	181 * XV
MKP4744	P01PV000XG	27/10/2017	55250	181 * XV
QHU8889	55803440F	22/11/2017	61220	214 * I
MCQ6983	55803721F	30/10/2017	61300	214 * II
BOX0969	P03BM0007L	04/11/2017	65300	228
MGP8320	P02PL00050	31/10/2017	65300	228
MEF6470	P01IM000ZY	02/11/2017	65300	228
MDQ3496	P01IM000ZU	28/10/2017	65300	228
MKW7359	P01PS000V7	29/10/2017	65300	228
CLS4281	P01PS000WS	19/11/2017	65300	228
EBS3497	P01I9000Z2	23/11/2017	65300	228
JCO0066	P02PL00079	24/11/2017	65300	228
HCH6002	P03BM000AH	28/11/2017	51851	167
CLS4281	P01I7000Z6	19/11/2017	51851	167
CLS4281	P01PS000WT	19/11/2017	51851	167
MIU2390	P01I9000ZG	27/11/2017	51851	167
MCB8161	P02PL0007D	25/11/2017	51851	167
LWW7935	P01PV000XH	30/10/2017	51851	167
FHC0951	P01PV000XM	31/10/2017	51851	167
MMA5940	P03BM0007G	03/11/2017	51851	167
MKE9804	P01Q0000VT	25/10/2017	52152	170
MEN8718	P01IM0010V	16/11/2017	54521	181 * VIII
MIS2268	P02PN0009J	29/11/2017	58433	196
ASR4295	P02PN0009G	28/11/2017	60412	207
MLL3472	P01I9000ZA	25/11/2017	60412	207
MIE7415	P01PS000XN	24/11/2017	60501	208
LZW4193	P01PS000VO	05/11/2017	57970	191
OPC6588	P01I7000ZG	23/11/2017	72422	250, I, b
MLF4786	P01PS000VG	04/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLF4786	P01I7000XQ	01/11/2017	73662	252*VI
QHV8217	55803580F	30/10/2017	73662	252*VI
OZF5627	55803742F	21/11/2017	73662	252*VI
OZF5627	55803743F	21/11/2017	73662	252*VI
AQL2218	P03BM000AI	28/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS



PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOCIMAR ANTONIO SOARES DE ABREU  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### CAMBORIÚ

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1913/2017

Publicação Nº 1453765

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1913/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEM9133	P00220007Y	26/09/2016	65992	230 * V	191.54
AQZ3209	P0026000WQ	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJZ4036	P0022000KY	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHD9490	P000B000C3	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
IAY3168	P002500129	09/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEM5975	P00230014M	17/10/2017	50100	162 * I	880.40
MDH0503	P0029000XQ	01/09/2017	50450	162 * V	293.47
MHD9490	P000B000C4	03/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHU1141	54505940F	23/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEM5975	P00230014N	17/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEM5975	P00230014L	17/10/2017	66450	230 * X	195.23
MEM5975	P00230014K	17/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MAO7989	P002A000YP	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
MJZ4036	P0022000KZ	27/09/2017	65992	230 * V	293.47
QHC2639	P0022000IZ	30/07/2017	65992	230 * V	293.47
MKV7354	P002A000XY	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDH0503	P0029000XP	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEM5975	P00230014O	17/10/2017	65992	230 * V	293.47
LWR0886	P0022000LO	01/10/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

CAMBORIU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8194 1914/2017**

Publicação Nº 1453764

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8194 1914/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLG1099	P0029000YU	29/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
KVP4004	P0022000L3	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
JIL3969	P00250011L	22/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MEC8379	54506587F	12/07/2017	52070	169	88.38
ESB4004	P0022000IV	28/07/2017	57380	186 * II	293.47
MEH1714	P0022000KE	19/09/2017	57380	186 * II	293.47
ATO9278	P00M4000W2	30/09/2017	57380	186 * II	293.47
ODP1662	P0022000L2	02/10/2017	51851	167	195.23
LXY5000	P0029000YO	29/09/2017	51851	167	195.23
MGS9238	P000B000C5	03/09/2017	51851	167	195.23
MIH6191	P00230012Z	19/09/2017	60175	206 * III	293.47
MCI6843	54506588F	12/07/2017	60501	208	293.47
MEM5975	P00230014J	17/10/2017	70561	244 * III	293.47
MJW5935	P0029000YW	30/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCD9809	P0029000YY	30/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFB0196	P002300139	19/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LYK1656	P0022000L7	03/10/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAO7989	P002A000YO	03/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDEMIR MEISTER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1911/2017**

Publicação Nº 1453767

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8194 1911/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEN4088	P00230014U	29/10/2017	50100	162 * I
MCP1363	P002A0010C	23/11/2017	50100	162 * I
MFY9359	P00M4000Y9	23/11/2017	50100	162 * I
MDL7157	P02TC0000E	23/11/2017	50100	162 * I
MDP3926	P028500190	28/11/2017	50100	162 * I
MLC9879	P02TD0002E	29/11/2017	50100	162 * I
AJM8608	P02TC0000S	29/11/2017	50100	162 * I
MFO9207	P02TC0000W	29/11/2017	50100	162 * I
LZC8085	P02TD0002M	29/11/2017	50100	162 * I
MCY4881	P02TC00019	29/11/2017	50100	162 * I
MHX8136	P002A0010T	30/11/2017	50100	162 * I
MDL7157	P02TC0000D	23/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
MDP3926	P028500191	28/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZC8085	P02TD0002O	29/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
APW2685	P0020000UZ	14/11/2017	67690	230 * XXII
MCP1363	P002A0010E	23/11/2017	69120	232
IBB1994	P000B000CK	28/11/2017	69120	232
LYW0957	P02860010A	30/11/2017	69120	232
MKM7314	P00290010S	29/11/2017	69120	232
MKD0585	P02TD0002H	29/11/2017	73400	252 * IV
MJJ2250	P0029000ZK	24/10/2017	73400	252 * IV
MLC9879	P02TD0002F	29/11/2017	51504	164 c/c 162 * VI
MLE9330	54506527F	25/11/2017	51691	165
MDP3926	P02850018Z	28/11/2017	65992	230 * V
AJM8608	P02TC0000R	29/11/2017	65992	230 * V
KQQ2314	P02TC0000T	29/11/2017	65992	230 * V
INP3007	P002A0010F	23/11/2017	65992	230 * V
INU7144	P02TC0000N	23/11/2017	65992	230 * V
MGB3997	P02TC0000O	23/11/2017	65992	230 * V
MCV4199	P0029000Z4	09/10/2017	65992	230 * V
MCP1363	P002A0010D	23/11/2017	65992	230 * V
MDL7157	P02TC0000C	23/11/2017	65992	230 * V
AEQ7134	P00220000G	23/11/2017	65992	230 * V
MLX1872	P02TD00025	23/11/2017	65992	230 * V
MGR6518	P02TD0001Z	23/11/2017	65992	230 * V
MFO9207	P02TC0000V	29/11/2017	65992	230 * V
MCZ0908	P00290010Z	29/11/2017	65992	230 * V
MCY4881	P02TC00018	29/11/2017	65992	230 * V
MLQ5960	P02TD0002K	29/11/2017	65992	230 * V
LYW0957	P02860010B	30/11/2017	65992	230 * V
MJJ2250	P0029000ZL	24/10/2017	66371	230 * IX

MEN4088	P00230014V	29/10/2017	66371	230	*	IX
APW2685	P0020000UW	14/11/2017	66371	230	*	IX
APW2685	P0020000UX	14/11/2017	66372	230	*	IX
MHG5841	P00M4000XU	23/11/2017	66372	230	*	IX
MDE6671	P0020000V9	28/11/2017	66372	230	*	IX
MIS5760	P002A0010S	30/11/2017	66372	230	*	IX
MFO9207	P02TC0000X	29/11/2017	67261	230	*	XVIII
ANL9601	P02TC0000U	29/11/2017	67261	230	*	XVIII
APW2685	P0020000UY	14/11/2017	67261	230	*	XVIII
AEQ7134	P00220000F	23/11/2017	67261	230	*	XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RODRIGO CORONHA  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1912/2017**

Publicação Nº 1453766

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU - 280610

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8194 1912/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MML2701	54323191N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MML2701	54323192N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJF2765	54323193N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJC8127	54323194N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHK8082	P02TD00019	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MGY8329	P00M4000YA	23/11/2017	52070	169
MCI4454	P00250012Z	29/11/2017	52070	169
MHY2064	P00220000H	24/11/2017	55250	181 * XV
AEQ7134	P00220000E	23/11/2017	55250	181 * XV
AUN4900	P00250012W	25/11/2017	55500	181 * XVIII
AMP1933	P0022000MO	28/10/2017	51851	167
MJZ4572	P00250012Y	28/11/2017	60175	206 * III
MFI7211	P00220000L	25/11/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146

MMB1427 P0022000MY 31/10/2017 55414 181\*XVII c/ Lei13146  
DJR8694 P02TD00029 27/11/2017 73662 252\*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDEMIR MEISTER  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### CAMPO ALEGRE

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8360 739/2017

Publicação Nº 1453661

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8360 739/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKJ2434	P01OS000RO	08/09/2017	75790	165 A	2934.68
LZY2964	P01OS000PH	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFJ2411	P03BZ00003	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
LZY2964	P01OS000PI	06/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LTF6620	P01OS000V4	12/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MCL0838	P03BZ0000B	27/09/2017	55250	181 * XV	130.16
ITT3881	P01OS000UH	12/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ARM0888	P03BZ0000A	27/09/2017	69120	232	88.38
MHB8601	P01OS000SY	22/09/2017	57461	187 * I	130.16
LZY2964	P01OS000PF	06/08/2017	65561	230 * I	293.47
LZY2964	P01OS000PD	06/08/2017	65565	230 * I	293.47
LZY2964	P01OS000PE	06/08/2017	65992	230 * V	293.47
LZY2964	P01OS000PJ	06/08/2017	66102	230 * VII	195.23
ARM0888	P03BZ00008	27/09/2017	66371	230 * IX	195.23
LZY2964	P01OS000PG	06/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ALEGRE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8360 738/2017**

Publicação Nº 1453662

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8360 738/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBZ3148	P01OS000WA	30/10/2017	50100	162 * I
LXX5490	P01OS000WE	01/11/2017	50100	162 * I
ATS3833	P01OS000VT	29/10/2017	50450	162 * V
MJD0945	P01F1000OA	29/11/2017	50450	162 * V
MBZ3148	P01OS000WD	30/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDL6461	P03BZ0000I	09/11/2017	55500	181 * XVIII
LXX5490	P01OS000WG	01/11/2017	67690	230 * XXII
MDL6461	P03BZ0000J	09/11/2017	69120	232
MGM4510	P01F1000OB	29/11/2017	51851	167
MDK2067	P01LG001FB	29/11/2017	51851	167
MAK7934	P01OS000VI	21/10/2017	54521	181 * VIII
HTT3778	P032V000LP	29/11/2017	65992	230 * V
LXX5490	P01OS000WH	01/11/2017	66371	230 * IX
LXX5490	P01OS000WF	01/11/2017	66372	230 * IX
MDL6461	P03BZ0000L	09/11/2017	66372	230 * IX
ATS3833	P01OS000VU	29/10/2017	66532	230 * XI
MDL6461	P03BZ0000K	09/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



CAMPO ALEGRE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO DE POLICIA

### CAMPO ERÊ

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8256 1001/2017

Publicação Nº 1453721

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8256 1001/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLU6010	54304927N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	880.40
AWW8026	P02DJ0002U	08/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ISN4778	P02DJ0003N	14/09/2017	57200	186 * I	195.23
AKA1343	P02DJ0003P	17/09/2017	51851	167	195.23
JMA3410	54601133F	18/07/2017	56141	182 * V	195.23
MFN9319	54601052F	14/09/2017	70721	244 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 1000/2017

Publicação Nº 1453722

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8256 1000/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BRB8792	P02DJ0004M	01/11/2017	50100	162 * I
BRB8792	P02DJ0004O	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AJK2990	P02DJ0004A	27/10/2017	51851	167
DWK0754	P02DJ0004I	31/10/2017	51851	167
AJI8809	P02DJ0004G	28/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CAMPO ERE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

### CAMPOS NOVOS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1721/2017

Publicação Nº 1453850

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1721/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AKI4075	P00Y80008O	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
EKO0526	P00Y9000Q6	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
LXX0372	P01FA00004	29/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXX0372	P01FA00005	29/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40



EKO0526	P00Y9000Q9	19/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
AKI4075	P00Y80008P	18/08/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
HMP4785	P01FA000OD	05/10/2017	67000	230	*	XVI			195.23
AJB5643	P01FA000KO	18/08/2017	65992	230	*	V			293.47
AKI4075	P00Y80008N	18/08/2017	65992	230	*	V			293.47
LXX0372	P01FA000O3	29/09/2017	65992	230	*	V			293.47
LXX0372	P01FA000O6	29/09/2017	66101	230	*	VII			195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1722/2017

Publicação Nº 1453849

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8100 1722/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAL5966	P01FB00068	03/10/2017	51851	167	195.23
MAB2239	P02V70001S	04/10/2017	51851	167	195.23
LYQ7499	P02V70001U	04/10/2017	51851	167	195.23
AVH9087	P01FB0006H	04/10/2017	51851	167	195.23
AEF5252	P01FB0006U	04/10/2017	51851	167	195.23
MCE0508	P01FB00066	03/10/2017	51851	167	195.23
MCE0508	P01FB00067	03/10/2017	51852	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1719/2017**

Publicação Nº 1453852

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8100 1719/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LPZ5237	P01FA000QH	26/11/2017	50292	162* II
MFB5324	P00Y8000A6	05/11/2017	67690	230 * XXII
LPZ5237	P01FA000QI	26/11/2017	50702	163 c/c 162 * II
MIR7597	P00Y80009I	01/11/2017	51691	165
MFC5408	P01FA000QJ	26/11/2017	65992	230 * V
MFN1467	P00Y80009O	02/11/2017	65992	230 * V
ALT5658	P01FB0007A	28/11/2017	65992	230 * V
MHE0205	P01FA000QM	28/11/2017	66102	230 * VII
ILN2686	P01FA000QG	25/11/2017	66102	230 * VII
MFC5408	P01FA000QK	26/11/2017	66102	230 * VII
MHA9028	P00Y9000U1	04/11/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

THIAGO FERNANDO DOS SANTOS REIS  
DELEGADO REGIONAL - 26A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8100 1720/2017**

Publicação Nº 1453851

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS - 280690

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8100 1720/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----

IVW0700 P01FA000QF 25/11/2017      65300              228  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAMPOS NOVOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

GERALDO MAFIOLETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**CANELINHA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8145 932/2017**

Publicação Nº 1453802

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8145 932/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento      Valor Multa  
-----  
MBL1177 P02ST00035 05/10/2017      50100              162 \* I                      880.40  
MBL1177 P02ST00036 05/10/2017      51180              164 c/c 162 \* I              880.40  
MHX9145 P02ST0001U 27/09/2017      51851              167                              195.23  
MCE3991 P02ST0001V 27/09/2017      51851              167                              195.23  
-----

MJZ0532	P02ST0002J	01/10/2017	51851	167	195.23
MBC0109	P02ST0002K	01/10/2017	51851	167	195.23
LYU2848	P02ST00024	27/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MIU7842	54635426E	18/07/2017	65561	230 * I	293.47
MIU7842	54635425E	18/07/2017	65992	230 * V	293.47
QHH8913	P02ST0001K	18/09/2017	65992	230 * V	293.47
MIV0593	54635453E	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
OPR0217	P02ST0002X	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
MJO1076	P01KB001S2	04/10/2017	65992	230 * V	293.47
MBL1177	P02ST00034	05/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANELINHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 931/2017

Publicação Nº 1453803

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8145 931/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMM8919	P02ST0004A	28/10/2017	51691	165
MLL5460	P02ST0004K	20/11/2017	51851	167
AXA1434	P02ST0004O	20/11/2017	51851	167
DEX3293	P01KB001T5	20/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



CANELINHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

### CANOINHAS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2178/2017

Publicação Nº 1453907

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2178/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IBW5179	P01H10007V	01/08/2017	50100	162 * I	880.40
LXS4502	P01H000060	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
CES2558	P01H000064	04/10/2017	50100	162 * I	880.40
JWO1744	P01IF000PP	11/10/2017	50100	162 * I	880.40
LXS4502	P01H000061	02/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CES2558	P01H000067	04/10/2017	64080	221	130.16
IBW5179	P01H10007U	01/08/2017	65800	230 * IV	293.47
LXA1415	P01IF000N6	04/09/2017	50372	162 * III	586.94
CES2558	P01H000066	04/10/2017	51691	165	2934.68
LXA1415	P01IF000N5	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
INC5046	P01IF000OS	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
IBW5179	P01H10007T	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
AKG8638	55614192F	09/08/2017	66371	230 * IX	195.23
JWO1744	P01IF000PO	11/10/2017	66371	230 * IX	195.23
CES2558	P01H000065	04/10/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8055 2179/2017**

Publicação Nº 1453906

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8055 2179/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKR6745	54287243N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCK3149	P01IF000L1	22/08/2017	52070	169	88.38
DWT4898	P01H10009S	27/09/2017	52070	169	88.38
AWV1730	55611020F	23/09/2017	52070	169	88.38
AJH2919	P01H10009E	15/09/2017	60501	208	293.47
IQW8340	55468763F	13/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKS2633	P020600049	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIK3343	P02060003A	29/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

CANOINHAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2176/2017**

Publicação Nº 1453909

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8055 2176/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBM5497	55610958F	26/11/2017	75790	165 A
IMM5392	P02060004V	30/10/2017	50100	162 * I
KOC3500	55613252F	22/11/2017	50100	162 * I
AGE0247	55612757F	26/11/2017	50100	162 * I
QHS1036	P01GC000R9	26/11/2017	50100	162 * I
CES2558	P01H000082	27/11/2017	50100	162 * I
AGE0247	55612756F	26/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
BHG7822	55611810F	25/11/2017	67690	230 * XXII
ARL1329	P02050000T	26/11/2017	51691	165
AWJ3699	P01GC000PC	08/11/2017	65561	230 * I
ATS0697	P02050000R	24/11/2017	65992	230 * V
IMM5392	P02060004Y	30/10/2017	65992	230 * V
AQQ5518	P01IF000RQ	01/11/2017	65992	230 * V
AGE0247	55612758F	26/11/2017	65992	230 * V
QHS1036	P01GC000R8	26/11/2017	65992	230 * V
AFI7320	P01H000084	27/11/2017	66102	230 * VII
CES2558	P01H000083	27/11/2017	66372	230 * IX
IMM5392	P02060004X	30/10/2017	66372	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2177/2017**

Publicação Nº 1453908

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANOINHAS - 280730

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8055 2177/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MHE3393	55468750F	30/10/2017	76251	ART 181, XX
QHK7193	P01H00007R	03/11/2017	76332	ART 252, UNICO
IMM5392	P02O60004W	30/10/2017	51930	168
MCU6149	55612204F	23/11/2017	52070	169
MEW3754	55610807F	23/11/2017	52070	169
MLC5781	55613206F	24/11/2017	52070	169
HEX5936	P01H00006Z	30/10/2017	53800	181 * I
QIH3224	P01IF000RJ	30/10/2017	54870	181 * XI
QIC4139	P01GC000R7	26/11/2017	58270	194
MJX3335	55613259F	25/11/2017	72340	250 * I * a
MCD3257	55612155F	25/11/2017	51851	167
MBR0781	55610956F	24/11/2017	51851	167
MLF6320	55610810F	24/11/2017	51851	167
MII3077	55611856F	26/11/2017	51851	167
MLF5471	55612205F	24/11/2017	51851	167
MBR0781	55611563F	24/11/2017	51851	167
HMF7774	55611957F	26/11/2017	51851	167
MLS7244	55611816F	25/11/2017	51851	167
OKE1625	55612256F	26/11/2017	51851	167
DXF0550	55610914F	25/11/2017	51851	167
ARU7476	P02O50000H	30/10/2017	51851	167
MBO6513	55611806F	24/11/2017	51851	167
AFI5223	55613205F	24/11/2017	51851	167
LWS1134	55612054F	25/11/2017	51851	167
MCK3849	P02O60004S	30/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CANOINHAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DARIO GRAVI GONCALVES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### CAPINZAL

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1957/2017

Publicação Nº 1453716

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1957/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILP0154	P00VD000Z2	29/08/2017	69120	232	88.38
LWS7218	P00VE0012Q	24/09/2017	66372	230 * IX	195.23
AOQ5447	P00VD000ZT	10/09/2017	66531	230 * XI	195.23
QHZ9307	P00VD0011K	04/10/2017	66532	230 * XI	195.23
MGQ8777	P00VE00132	01/10/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1958/2017**

Publicação Nº 1453715

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8266 1958/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKK8924	P00VD000Y8	21/08/2017	52070	169	88.38
KCZ8022	P00VD0012J	15/10/2017	54600	181 * IX	130.16
MGQ8777	P00VE00131	01/10/2017	65300	228	195.23
BOH3602	P00VD000Y9	22/08/2017	65300	228	195.23
MFT8326	P00VE000ZB	07/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
QHE9301	P00VE0012Z	29/09/2017	59670	203 * V	1467.34
MFO0643	P00VE00136	02/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ATL8908	P00VE000YZ	03/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LXY3187	P00VE0010W	30/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGL2588	P00VE0012T	27/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
GSG3870	P00VE00133	02/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKX5737	P00VE00134	02/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1955/2017**

Publicação Nº 1453718

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8266 1955/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEO6738	P00VD0013Z	28/10/2017	50100	162 * I
MBW1224	P00VD00167	25/11/2017	50100	162 * I
MBW1224	P00VD00166	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEO6738	P00VD00140	28/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEO6738	P00VD00141	28/10/2017	65992	230 * V
MBW1224	P00VD00165	25/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8266 1956/2017**

Publicação Nº 1453717

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL - 280750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8266 1956/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCY1474	P00VD00164	25/11/2017	65300	228
MHG1647	P00VD0014A	31/10/2017	60501	208
MCQ9659	P00VD00162	25/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CAPINZAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANTONIO MOACIR BECHER  
DIRETOR DE TRANSITO

**CATANDUVAS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8346 862/2017**

Publicação Nº 1453671

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8346 862/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIZ6597	P00Y000089	03/10/2017	50450	162 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 861/2017

Publicação Nº 1453672

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8346 861/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDJ8164	P00Y00009K	25/11/2017	65300	228
AJN7902	P00Y000095	04/11/2017	51851	167
AJN7902	P00Y000094	04/11/2017	60502	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CATANDUVAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**CHAPADÃO DO LAGEADO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8719 193/2017**

Publicação Nº 1453545

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8719 193/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFR0264	P02S000041	25/09/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPADAO DO LAGEADO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**CHAPECÓ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2620/2017**

Publicação Nº 1453948

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8028 2620/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFP3133	P02T2000RC	16/08/2017	50292	162* II	880.40
AEX7883	P0190000DW	04/09/2017	50292	162* II	880.40
MKO6368	P03DG0005Y	24/09/2017	50292	162* II	880.40
MIL9350	P03DG0005W	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
MKO6368	P03DG0005X	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
QIH3661	P017Q0020B	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
MBD9796	P017Q0020I	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
INF6190	P02T20010H	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
MHA9969	P02VC000BM	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
IOT3587	P02QO00091	25/09/2017	75790	165 A	2934.68
MJY0907	P017Q0020M	24/09/2017	75790	165 A	2934.68
DDQ0212	P017S000FE	06/10/2017	75790	165 A	2934.68
AKG5865	P02VD0002Z	08/09/2017	75790	165 A	2934.68
AOX0827	P02VC000A7	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
MAX5350	P02T2000Y5	10/09/2017	75790	165 A	2934.68
ITF2805	P01HA000JE	17/09/2017	75790	165 A	2934.68
DJA0947	P02VF0005X	21/09/2017	75790	165 A	2934.68
OBX8039	P038H0006I	21/09/2017	75790	165 A	2934.68
AJC6835	P017P0008G	19/08/2017	75790	165 A	2934.68
ADK3434	P030R00010	06/08/2017	75790	165 A	2934.68
MDV9978	P02VD00026	12/08/2017	75790	165 A	2934.68
AJE6464	P02UT00038	12/08/2017	75790	165 A	2934.68
IPM8379	P02VD0004K	22/10/2017	75790	165 A	2934.68
DZL8738	P019P000D3	15/10/2017	50100	162 * I	880.40
MGF9235	P01HA000H1	15/08/2017	50100	162 * I	880.40
LZT1759	P01HA000HE	16/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCC8324	P038H0004H	15/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDC1205	P01HA000HJ	16/08/2017	50100	162 * I	880.40
EDO8354	P038H0002E	08/08/2017	50100	162 * I	880.40
MJQ7006	P02VC00054	07/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEY4223	P02RI0004Y	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
MIL4774	P02RJ0003C	31/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEZ3283	P019Q0004E	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
AKD2541	P017Q001QX	20/08/2017	50100	162 * I	880.40
AEC0246	P017Q001R8	20/08/2017	50100	162 * I	880.40
DCC5670	P017Q001RZ	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
CRY3689	P01II00085	17/09/2017	50100	162 * I	880.40
HPH2431	P02T2000Z7	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
OKH2604	P02T2000ZV	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
IHX7247	P02UT00046	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
ILZ2422	P02T2000X0	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGH0291	P038H00061	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDF2248	P02QN00094	03/10/2017	50100	162 * I	880.40
MAO9335	P017Q00237	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
LYU3240	P02QN00082	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
DWF6826	P017Q0021K	28/09/2017	50100	162 * I	880.40
QIA2639	P02VF00069	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDN4461	P02RJ00042	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
INF6190	P02T20010I	24/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHP0703	P01HA000JM	28/09/2017	50450	162 * V	293.47
AAV7202	P02RJ0002N	11/08/2017	50450	162 * V	293.47
EDO8354	P038H0002F	08/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCC8324	P038H0004I	15/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AKD2541	P017Q001QY	20/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ICW6251	P01HA000II	31/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGH0291	P038H00062	07/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IHX7247	P02UT00047	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
OKH2604	P02T2000ZW	18/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
HPH2431	P02T2000Z8	18/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MAO9335	P017Q0023B	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFP1769	P030R00030	22/09/2017	52820	176 * I	1467.34

MFQ3770	P02QO0006Y	02/09/2017	52900	176	*	II	1467.34
MFP1769	P030R00031	22/09/2017	53200	176	*	V	1467.34
MIL9239	P02VF0005R	15/09/2017	64080	221			130.16
MAR5983	P02VC000CC	07/10/2017	64080	221			130.16
MFP3133	P02T2000RE	16/08/2017	64080	221			130.16
MIS8697	P038H0001P	07/08/2017	64080	221			130.16
MEK3732	P02T2000PT	10/08/2017	64080	221			130.16
AMQ5773	P017Q001LA	07/08/2017	66020	230	*	VI	293.47
IDB7971	P017P0007U	18/08/2017	66020	230	*	VI	293.47
JTB1634	P017Q001WA	06/09/2017	66700	230	*	XIII	195.23
IPM8379	P02VD0004J	22/10/2017	67000	230	*	XVI	195.23
MMC9885	P01HA000JG	24/09/2017	69120	232			88.38
JZF6789	P017Q001UT	04/09/2017	69120	232			88.38
LZT1759	P01HA000HF	16/08/2017	69120	232			88.38
ILN9709	P01HA000HH	16/08/2017	69120	232			88.38
LYP6634	P02T2000NA	01/08/2017	73400	252	*	IV	130.16
JZF6789	P017Q001UV	04/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
MFI2246	P019O000DP	04/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
AED1118	P017Q001QR	20/08/2017	73400	252	*	IV	130.16
DCC5670	P017Q001S0	22/08/2017	73400	252	*	IV	130.16
BNG0763	P03DG00055	14/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
CVY7110	P019O000EU	14/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
CDN5855	P02T2000WA	04/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
DZL8738	P019P000D4	15/10/2017	73400	252	*	IV	130.16
MAO9335	P017Q00239	14/10/2017	73400	252	*	IV	130.16
CVY7110	P019O000EV	14/09/2017	73580	252	*	V	130.16
LBP0676	P017Q001ZN	21/09/2017	73580	252	*	V	130.16
LYF0254	P02T2000ZA	18/09/2017	50371	162	*	III	586.94
MKC4030	P019P000C7	24/09/2017	51691	165			2934.68
MAO9335	P017Q0023A	14/10/2017	51691	165			2934.68
MJS6578	P02QN0006D	07/09/2017	51692	165			2934.68
MDN4461	P02RJ00043	27/09/2017	65561	230	*	I	293.47
MEN8109	P019O000H1	12/10/2017	65561	230	*	I	293.47
DCC5670	P017Q001S1	22/08/2017	65561	230	*	I	293.47
MKA5664	P017S000BZ	24/08/2017	65561	230	*	I	293.47
ITV6745	P038H0004F	15/08/2017	65561	230	*	I	293.47
MCC8324	P038H0004G	15/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LZL1994	P02QO0005P	12/08/2017	65992	230	*	V	293.47
ICX7765	P01HA000H6	15/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MFY3422	P02VD0000U	01/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MBN4485	P01HA000G0	10/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MEY4223	P02RI0004X	11/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MDV9978	P02VD00025	12/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MDS5784	P02T2000V9	29/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MKF8895	P02T2000RG	17/08/2017	65992	230	*	V	293.47
JZF6789	P017Q001UU	04/09/2017	65992	230	*	V	293.47
IRT4903	P01HA000IO	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MAC0815	P017Q001RJ	21/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MAO9335	P017Q00238	14/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MGU0136	P017P0009D	08/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MHM0967	P02UT0005H	03/10/2017	65992	230	*	V	293.47
QHP0703	P01HA000JL	28/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LYU3240	P02QN00081	27/09/2017	65992	230	*	V	293.47
CDN5855	P02T2000WB	04/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MIL5946	P017Q001VZ	05/09/2017	65992	230	*	V	293.47
IUH9385	P017Q001ZP	21/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLH1214	P019P000BL	21/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MFD1775	P019O000F8	18/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
MML0659	P02T200115	28/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
EEJ8398	P02QN0008T	30/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
AKD2541	P017Q001QZ	20/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
AED1118	P017Q001QQ	20/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
LXD2155	P017Q001KK	03/08/2017	66102	230	*	VII	195.23



IPM8379	P02VD0004H	22/10/2017	66102	230	*	VII	195.23
KKX4896	P017Q001DX	12/07/2017	66371	230	*	IX	195.23
ICW6251	P01HA000IL	31/08/2017	66371	230	*	IX	195.23
MMH0981	P019Q0004P	16/09/2017	66371	230	*	IX	195.23
MDP3275	P02T2000ZD	18/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MMH0981	P019Q0004O	16/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
ICW6251	P01HA000IK	31/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MFP3133	P02T2000RD	16/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
DCC5670	P017Q001S2	22/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MCY7108	P02VC0005R	08/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
AOX0827	P02VC0006E	10/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
JFD0243	P01HA000H7	15/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
MDC1205	P01HA000HI	16/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
AEL4579	P01HA000HL	16/08/2017	66372	230	*	IX	195.23
ILT5462	P017Q001P3	15/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
MCY7108	P02VC0005S	08/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
CHN0988	P02RJ0002L	09/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
AEX0294	P017Q001RP	21/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
AEC0246	P017Q001R9	20/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
IKK1450	P017Q001QV	20/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
ICW6251	P01HA000IJ	31/08/2017	66532	230	*	XI	195.23
MFI2246	P019O000DR	04/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MDP3275	P02T2000ZC	18/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MAY9942	P017Q0021O	28/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MAM1987	P017Q00214	28/09/2017	66532	230	*	XI	195.23
MKH7071	P038H00098	22/10/2017	66532	230	*	XI	195.23
IPM8379	P02VD0004I	22/10/2017	66532	230	*	XI	195.23
DZL8738	P019P000D5	15/10/2017	66532	230	*	XI	195.23
IGI5762	P038H000BI	08/11/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDO2758	P02QN00084	27/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFP1769	P030R00032	22/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
KKX4896	P017Q001DW	12/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHQ2433	P02QN00090	30/09/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2621/2017**

Publicação Nº 1453947

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8028 2621/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
HUV2948	54300804N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLU2470	54303964N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJG5629	54303966N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MAV9270	54303974N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
OKF2633	54303976N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QJD2090	54303977N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHX9656	54303980N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LYF9219	54308482N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLV0234	P02UT0005C	28/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MIM6279	P01II0008L	02/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MFO3084	P019P000CH	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGV0058	P02VD0003Q	28/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHN2747	P02VD0003R	28/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHN2747	P02VD0003S	28/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJQ5664	P02VC0008K	28/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
CKZ9953	P017Q001TB	29/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFD1775	P019O000F9	18/09/2017	51930	168	293.47
MGP4667	P02VC0009H	31/08/2017	52070	169	88.38
MAZ8825	P01II0008E	23/09/2017	53800	181 * I	130.16
MHM0199	P017S000EK	24/09/2017	53800	181 * I	130.16
NMJ7985	P02QO00097	29/09/2017	53800	181 * I	130.16
EBR7144	P019R0005T	23/09/2017	54100	181 * IV	130.16
ILW0785	P02RJ0002H	05/08/2017	54100	181 * IV	130.16
IQK0679	P019R00064	25/09/2017	55250	181 * XV	130.16
LXM5061	P02QN00093	03/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MLE1035	P02RJ0002P	13/08/2017	57200	186 * I	195.23
IND5246	P017S000EW	24/09/2017	65300	228	195.23
IRU0336	P01II0007O	03/09/2017	65300	228	195.23
LWW3194	P02RJ0004A	12/10/2017	65300	228	195.23
DKN2156	P017S000F6	25/09/2017	65300	228	195.23
LAL5498	P019R00065	28/09/2017	65300	228	195.23
AQC9061	P02QN00089	29/09/2017	65300	228	195.23
CMJ3042	P02QN0008G	30/09/2017	65300	228	195.23
EEJ8398	P02QN0008S	30/09/2017	65300	228	195.23
DCA4928	P02QN0008U	30/09/2017	65300	228	195.23
INT9808	P02QN0008V	30/09/2017	65300	228	195.23
MMC9885	P01HA000JF	24/09/2017	72340	250 * I * a	130.16
KKR2279	P02VC000AL	18/09/2017	51851	167	195.23
LYS8027	P03DG0005I	21/09/2017	51851	167	195.23
AEX7883	P019O000DU	04/09/2017	51851	167	195.23
IVN1834	P02VD0001N	10/08/2017	51851	167	195.23
JGZ3796	P01II0005T	15/08/2017	51851	167	195.23
MIK1533	P03DG0001O	07/08/2017	51851	167	195.23
MCA4213	P02VC0005A	07/08/2017	51851	167	195.23
LZO9588	P02T2000OI	07/08/2017	51851	167	195.23
MHR7759	P038H00036	08/08/2017	51851	167	195.23
MIH5017	P017Q001M5	07/08/2017	51851	167	195.23
EDO8354	P038H0002G	08/08/2017	51851	167	195.23
AEL4579	P01HA000HK	16/08/2017	51851	167	195.23
MLH5322	P02RI0005L	18/08/2017	51851	167	195.23
MAC0815	P017Q001RI	21/08/2017	51851	167	195.23
APM3357	P038H00059	31/08/2017	51851	167	195.23
MDP3275	P03DG0004H	31/08/2017	51851	167	195.23
BZW2241	P017Q0021Y	28/09/2017	51851	167	195.23
MDT0699	P019R0006G	30/09/2017	51851	167	195.23

LYG8358	P017Q00221	28/09/2017	51851	167		195.23
MHW5003	P02VD0003M	28/09/2017	51852	167		195.23
MEU1658	P02VH00013	19/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MGF9235	P01HA000H2	15/08/2017	58191	193		880.40
AEX7883	P019O000DV	04/09/2017	58197	193		880.40
MBZ8977	P019O000G0	02/10/2017	60175	206	* III	293.47
EFZ1530	54637931E	26/08/2017	60502	208		293.47
MJS6578	P02QN0006E	07/09/2017	60681	209		195.23
MEZ3283	P019Q0004F	03/09/2017	70561	244	* III	293.47
MDO2758	P02QN00083	27/09/2017	70561	244	* III	293.47
QIG4023	P019O000E6	04/09/2017	59080	202	* I	1467.34
MAU1800	P019O000FT	01/10/2017	59670	203	* V	1467.34
MEN8109	P019O000H0	12/10/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
LYK2394	P030R0002L	10/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
MMM7604	P019P000BI	18/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QIT4942	P019P000BO	23/09/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
QHJ8005	P02VF0006R	05/10/2017	55413	181	*XVII c/ Lei13146	195.23
IUO7978	P02T10000A	31/08/2017	73662	252	*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBÉ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2047/2017

Publicação Nº 1453559

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2047/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AME6653	55866779E	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
AME6653	55866780E	27/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2048/2017**

Publicação Nº 1453558

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8655 2048/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AGQ5537	54286806N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHB5395	54293297N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MAV1155	54290729N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AQJ2271	54295847N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJS8857	54298626N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDL5844	54300545N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHJ8371	54300556N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHP4895	54303610N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHP4895	54303612N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJO5304	54303613N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJD3216	54303615N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AUZ3133	54303618N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGP1209	54303619N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
OKG9559	54303620N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLJ3558	54303621N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
HFB5386	54303622N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QJB0070	54304355N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
CLY2830	54306133N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIG5469	54306135N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMI7806	54306137N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIT8926	54306139N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJR2430	54306143N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMI7806	54306152N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHT8339	54306154N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLS0957	54285333N	08/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
DBU8288	55865656E	09/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MCZ1513	55865442E	08/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MEE1040	55865358E	02/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MFE2993	55866466E	26/09/2017	54600	181 * IX	130.16
MEC5657	55865484E	28/09/2017	54870	181 * XI	195.23

QID1233	55865363E	10/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MCW9994	55866409E	14/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MAM9965	55866463E	19/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
IXQ5866	55865475E	12/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MDB7094	55865270E	05/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
JZK6605	55865618E	19/09/2017	57200	186	*	I	195.23
AEP5567	55865249E	27/09/2017	58350	195			195.23
BOU4889	55865239E	11/09/2017	58350	195			195.23
AME6653	55866778E	27/09/2017	58350	195			195.23
AME6653	55866777E	27/09/2017	70561	244	*	III	293.47
MCK6054	55865444E	12/09/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AKG9934	55181709F	08/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
DBY9774	55181762F	08/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MMF4311	55181763F	08/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIT3502	55181765F	08/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKT8281	55181773F	08/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MBO5672	55181781F	08/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHO0428	55178270F	27/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
INV6351	55178285F	27/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHO0428	55178292F	27/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ENB4331	55178324F	27/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIS9978	55176748F	10/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCN0708	55177293F	15/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MMA3163	55177314F	17/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFY3422	55177316F	17/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
DHS3487	55181790F	09/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CFH5430	55181815F	09/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKB0303	55181841F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKD7471	55181845F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CGS3287	55181862F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
BUM4984	55181871F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
BUN2313	55181875F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGD8694	55181879F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJZ7726	55181884F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJZ7726	55181901F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
NPP7292	55181904F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MBF2984	55181917F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCW7768	55181926F	11/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKI3257	55181943F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LZB6929	55181952F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHM9930	55181956F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIM5112	55181967F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LZB6929	55181968F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHV2333	55181986F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
IIR0415	55181988F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJS7633	55181989F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKE4122	55181990F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LYF8942	55181992F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLP6955	55182007F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LYF8942	55182024F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKK5410	55182026F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
EFE0902	55182032F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MHT9951	55182035F	12/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFZ5759	55182126F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
EYT6747	55182145F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MEZ1818	55182146F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIM5112	55182148F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJO9169	55182159F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFJ0385	55182160F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKV4425	55182164F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LYZ6528	55182173F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJL0219	55182177F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MLR4969	55182183F	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23



MMA6794	55182185F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLB9399	55182193F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIV3698	55182195F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKH4637	55182197F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKD7471	55182201F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZF7911	55182204F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ANF2833	55182207F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJQ9175	55182211F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NOR2227	55182216F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHO3347	55182227F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAM6413	55182240F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFB0631	55182245F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JGN7287	55182250F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLB8543	55182281F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AWE0176	55182288F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIP0660	55182293F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ERZ0982	55182294F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEP1641	55182296F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLF2722	55182304F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJN6770	55182307F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MPR0025	55182663F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHQ5153	55182675F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEG7446	55182678F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLX8850	55182686F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ENC3346	55182687F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCI6617	55182689F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JHC4921	55182699F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IGS6731	55182709F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DYB1378	55182717F	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IAZ5312	55182728F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAN4846	55182729F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MED5907	55182738F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHW3999	55182755F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAN4846	55182761F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BKM4877	55182775F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHK4232	55182778F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF5678	55182784F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIL1413	55182800F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CMO9496	55182807F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLS6143	55182810F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DGG5507	55182817F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIL1413	55182820F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LUH2467	55182859F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF0609	55182869F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCW0565	55182877F	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHP4949	55182461F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QJC0620	55182467F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BZE1054	55182479F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJZ7726	55182481F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKK4875	55182482F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF5678	55182488F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FOE9041	55182490F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH4388	55182496F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHD4739	55182498F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFL4239	55182499F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWU0546	55182505F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO1102	55182509F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHV7466	55182526F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KPC4481	55182527F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLB3924	55182530F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO1102	55182532F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJR5843	55182542F	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAS7780	55182546F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

IKL2310	55182548F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCC1046	55182549F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DFO1739	55182561F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHH7601	55182571F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHO5106	55182581F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE3702	55182597F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJF9341	55182602F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIM4497	55182607F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KNI2837	55182611F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE3702	55182621F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFR9700	55182627F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PNY1269	55182311F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BZE1054	55182323F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OXI5630	55182326F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX9953	55182328F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AME4214	55182331F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE3702	55182336F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AZH5273	55182339F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX8453	55182349F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CPY2937	55182350F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FHF2942	55182360F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHO8257	55182362F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IGR7482	55182364F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MER9229	55182371F	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DJB1748	55182372F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDM8101	55182374F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGM7900	55182379F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AWC2657	55182381F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDF0304	55182385F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI6629	55182396F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ANY9489	55182398F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AWC2657	55182400F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHU1115	55182404F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MXG6999	55182405F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IBY6449	55182409F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IBN9729	55182413F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO1102	55182420F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HBA8884	55182421F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ENW7263	55182423F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO1102	55182435F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJU2891	55182440F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCL0351	55182443F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NSE5019	55182455F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LBV1644	55181114F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLW9497	55181153F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO3975	55181154F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO1293	55181161F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DGO9336	55181166F	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEQ7651	55181170F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEQ7651	55181184F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLX3777	55181218F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHF3645	55181250F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HJB7735	55181275F	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIN4995	55181309F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ILX8618	55181326F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EVI2002	55181328F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLF9176	55181343F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EUD8068	55181347F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFF3823	55181349F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGP1139	55181355F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLF9176	55181361F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ILX8618	55181368F	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DRH7789	55181409F	02/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23



MED5907	55181439F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMM9171	55181463F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QID4701	55181493F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDA3091	55181512F	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKF0920	55181552F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BNG7796	55181557F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DNU2771	55181577F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IRP3652	55181601F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASD4572	55181628F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASD4572	55181647F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI1586	55181677F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFC8649	55180700F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55180737F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BCF1511	55180765F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FEV2436	55180767F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55180769F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFQ4585	55180771F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKZ2555	55180792F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMJ8495	55180796F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLX3777	55180797F	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJI9397	55180832F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLW9071	55180860F	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55180887F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLA9834	55180897F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKW3475	55180924F	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLE8906	55180989F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55180995F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ILX8618	55180998F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKL5248	55181049F	29/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HDD7212	55178341F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGU5140	55178378F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IHK9507	55178390F	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AOL0645	55178459F	29/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBV7765	55178540F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD9620	55178555F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGH2795	55178565F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBV7765	55178570F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ITX0866	55178579F	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAW2346	55178689F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIL8054	55178698F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EGO0493	55178724F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EEK1534	55178755F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEK9539	55178865F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIS0842	55178869F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLP3816	55178897F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAW4395	55178992F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BBZ4488	55179002F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAW4395	55179015F	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEZ7075	55179303F	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AMN4890	55179607F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179614F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179640F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179712F	12/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179740F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179752F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179766F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179778F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179796F	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179820F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AXS8284	55179823F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179837F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHV6949	55179849F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIL8419	55179853F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

HFF4028	55179867F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55179870F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AUC2396	55179916F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AXS8284	55179921F	15/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCT3431	55180024F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEF1072	55180034F	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GVR6631	55180049F	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHM4158	55180140F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZT2523	55180184F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDF0304	55180185F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IRA9074	55180198F	18/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFI6883	55180237F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDF0304	55180240F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ESB1402	55180263F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFI6883	55180266F	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARZ5051	55180317F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEF1072	55180340F	21/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55180425F	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55180552F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AWV5568	55180634F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FRA9977	55180636F	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIG7940	55177495F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177499F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIT6377	55177508F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177512F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177518F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO2990	55177525F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177529F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJE1843	55177534F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IVA2574	55177539F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJL8130	55177540F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKI1859	55177544F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFS3178	55177548F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177555F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IVA2574	55177570F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177582F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCO4831	55177586F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APP6610	55177589F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GVM4469	55177590F	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIK4011	55177597F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IIR7455	55177603F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177618F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKD2322	55177668F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177670F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IDH6218	55177674F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PUC9823	55177684F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY0390	55177688F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177695F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKR4011	55177713F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAD8292	55177715F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLF8788	55177717F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177755F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMA5079	55177762F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IDH6218	55177768F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GTI3551	55177770F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIB6075	55177785F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEJ6114	55177787F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AGA0244	55177789F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IEB1292	55177798F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IJW2761	55177800F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMC3530	55177814F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DQK1349	55177815F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177828F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

QHB0097	55177862F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177881F	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177920F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJN4485	55177947F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEN8092	55177961F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFN2826	55177970F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LCD4226	55177974F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EPN5793	55177998F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJR3925	55178009F	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLO8430	55178076F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EMV3194	55182037F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDN3065	55182038F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY5565	55182054F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GFW0333	55182058F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKE5824	55182059F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAH9499	55182072F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IKV3421	55182088F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDK2486	55182097F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIU5820	55182102F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHR9235	55182106F	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLQ0131	55182922F	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA2948	55183038F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA2948	55183068F	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBX9238	55183207F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IVK0984	55183285F	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IOC9718	55184189F	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GUE9298	55866468E	21/09/2017	73662	252*VI			130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8745 987/2017**

Publicação Nº 1453537

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - ELETRONICO - 280810

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8745 987/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IWK8880	54284620N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
DBB1847	54284623N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MAA4776	54284627N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MBH0364	54284654N	04/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIF0988	54287046N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLV4227	54287050N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
OKH2379	54289493N	18/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
NPP5894	54289514N	18/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCD6393	54290463N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGG1146	54290476N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDA0515	54290494N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLY1732	54293455N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCU6288	54298900N	18/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLV0234	54300092N	21/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AJM9396	54300433N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHO4861	54300461N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKI7671	54302208N	26/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJI7730	54303495N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
NSD8619	54303496N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
NKM0940	54303497N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIF5752	54303498N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJI3841	54303499N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHP1959	54303507N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJF0957	54303508N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MYK2789	54303509N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MJJ4313	54303516N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AMY3591	54303518N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDJ9397	54303526N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QJR1199	54303528N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLY1275	54303534N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLQ4228	54303535N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHR6193	54303536N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMF7371	54303537N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
NKM0940	54303538N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QID7842	54303539N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFP7350	54303543N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLT5783	54303544N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MBK6912	54303552N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHP1959	54303554N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MBS8777	54303555N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MGY7940	54303563N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MIH6154	54303565N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLC0910	54303566N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIM6216	54303572N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LYZ5127	0000776307	29/09/2017	56732	183	130.16
MHH7601	0000776311	29/09/2017	56732	183	130.16
MJO1466	0000776195	29/09/2017	56732	183	130.16
MLV0615	0000776266	29/09/2017	56732	183	130.16
MJF4318	0000776268	29/09/2017	56732	183	130.16
MGV0453	0000776270	29/09/2017	56732	183	130.16
AOZ6105	0000778932	04/10/2017	56732	183	130.16
AAI8899	0000778786	04/10/2017	56732	183	130.16
HDI6582	0000779897	06/10/2017	56732	183	130.16
MFL1402	0000778808	04/10/2017	60503	208	293.47
MIC9313	0000779801	06/10/2017	60503	208	293.47
MIC9313	0000779802	06/10/2017	60503	208	293.47
MIX9328	0000791792	27/10/2017	60503	208	293.47
IKO8308	0000776276	29/09/2017	60503	208	293.47
MFB4678	0000776242	29/09/2017	60503	208	293.47
ADP9894	0000776209	29/09/2017	60503	208	293.47
MKA1285	0000776214	29/09/2017	60503	208	293.47



QIP2264	0000776295	29/09/2017	60503	208	293.47
MDK2085	0000776286	29/09/2017	60503	208	293.47
MKG6843	0000776173	29/09/2017	60503	208	293.47
IKO8308	0000776158	29/09/2017	60503	208	293.47
MQO7059	0000776731	30/09/2017	60503	208	293.47
MBK4243	0000776756	30/09/2017	60503	208	293.47
IUB9182	0000776819	30/09/2017	60503	208	293.47
PAB9546	0000776776	30/09/2017	60503	208	293.47
HQW7126	0000776334	29/09/2017	60503	208	293.47
MGS3645	0000778320	03/10/2017	60503	208	293.47
ODS1389	0000778247	03/10/2017	60503	208	293.47
MAN4856	0000777368	02/10/2017	60503	208	293.47
MAN4856	0000777644	02/10/2017	60503	208	293.47
MFI3521	0000777561	01/10/2017	60503	208	293.47
AEH3192	0000777212	02/10/2017	60503	208	293.47
AMS1896	0000777207	01/10/2017	60503	208	293.47
BNM2989	0000777318	01/10/2017	60503	208	293.47
MEJ6867	0000777321	01/10/2017	60503	208	293.47
HRQ6966	0000777514	01/10/2017	60503	208	293.47
EFB0887	0000777627	01/10/2017	60503	208	293.47
ISL6875	0000777630	01/10/2017	60503	208	293.47
BNM7731	0000775742	28/09/2017	60503	208	293.47
MDM1616	0000775815	28/09/2017	60503	208	293.47
QHN4854	0000775772	28/09/2017	60503	208	293.47
IEA6598	0000775763	28/09/2017	60503	208	293.47
AKI1250	0000775250	27/09/2017	60503	208	293.47
MKW6037	0000775237	27/09/2017	60503	208	293.47
AZZ0727	0000775297	27/09/2017	60503	208	293.47
MJR0547	0000775373	27/09/2017	60503	208	293.47
MEE5451	0000775156	27/09/2017	60503	208	293.47
JCB0045	0000775160	27/09/2017	60503	208	293.47
LYJ5181	0000775162	27/09/2017	60503	208	293.47
MEK9079	0000774811	26/09/2017	60503	208	293.47
IDM8358	0000774611	26/09/2017	60503	208	293.47
MEV1189	0000774414	10/09/2017	60503	208	293.47
IIU7141	0000774454	14/09/2017	60503	208	293.47
MIL9239	0000774461	14/09/2017	60503	208	293.47
MFZ6644	0000774656	26/09/2017	60503	208	293.47
MHQ3149	0000772720	23/09/2017	60503	208	293.47
MHM0199	0000773386	24/09/2017	60503	208	293.47
ITY0524	0000772888	23/09/2017	60503	208	293.47
MFB5372	0000773226	24/09/2017	60503	208	293.47
AKH8814	0000772262	22/09/2017	60503	208	293.47
ERQ9237	0000772660	23/09/2017	60503	208	293.47
AMK0591	0000774085	25/09/2017	60503	208	293.47
IIO0113	0000773905	25/09/2017	60503	208	293.47
QHG0949	0000773929	25/09/2017	60503	208	293.47
LZH5518	0000773931	25/09/2017	60503	208	293.47
ATH7281	0000773889	25/09/2017	60503	208	293.47
ALC2403	0000773566	24/09/2017	60503	208	293.47
APY3405	0000773465	24/09/2017	60503	208	293.47
IXJ9268	0000771189	19/09/2017	60503	208	293.47
ODF6094	0000771198	20/09/2017	60503	208	293.47
QHK6152	0000772123	22/09/2017	60503	208	293.47
MDK3285	0000772149	22/09/2017	60503	208	293.47
ABA6237	0000772110	22/09/2017	60503	208	293.47
MBQ8302	0000772111	22/09/2017	60503	208	293.47
AZZ8443	0000768512	15/09/2017	60503	208	293.47
QIH5061	0000768379	15/09/2017	60503	208	293.47
AUN7674	0000768985	16/09/2017	60503	208	293.47
QHY5542	0000769003	16/09/2017	60503	208	293.47
IFS5400	0000769026	16/09/2017	60503	208	293.47
MAI9232	0000769390	17/09/2017	60503	208	293.47

AMA3037	0000770640	19/09/2017	60503	208	293.47
MIO6771	0000765744	10/09/2017	60503	208	293.47
AKH8814	0000765797	10/09/2017	60503	208	293.47
IUQ4862	0000767341	13/09/2017	60503	208	293.47
ABL0954	0000767342	13/09/2017	60503	208	293.47
MJM1043	0000767374	13/09/2017	60503	208	293.47
MHJ5521	0000767266	13/09/2017	60503	208	293.47
MMC3030	0000767514	13/09/2017	60503	208	293.47
EWT2122	0000768007	14/09/2017	60503	208	293.47
CYB5823	0000768484	15/09/2017	60503	208	293.47
EXM8866	0000759123	31/08/2017	60503	208	293.47
IRY8886	0000758901	31/08/2017	60503	208	293.47
DNL4671	0000759090	31/08/2017	60503	208	293.47
QHI7196	0000758456	30/08/2017	60503	208	293.47
MEY1161	0000758843	31/08/2017	60503	208	293.47
MJU5589	0000758387	30/08/2017	60503	208	293.47
ICA5326	0000758390	30/08/2017	60503	208	293.47
KKY9281	0000763591	07/09/2017	60503	208	293.47
MLX8850	0000750090	17/08/2017	60503	208	293.47
MCI4029	0000749515	16/08/2017	60503	208	293.47
MDH7375	0000749027	15/08/2017	60503	208	293.47
MJU5589	0000749440	16/08/2017	60503	208	293.47
QHD1593	0000744995	09/08/2017	60503	208	293.47
AXP5646	0000745666	10/08/2017	60503	208	293.47
MIE5242	0000751987	20/08/2017	60503	208	293.47
EUK2758	0000752457	21/08/2017	60503	208	293.47
MIL7604	0000751310	19/08/2017	60503	208	293.47
AGI7382	0000754454	24/08/2017	60503	208	293.47
MDU9013	0000754550	24/08/2017	60503	208	293.47
AGI7382	0000754561	24/08/2017	60503	208	293.47
MJR7233	0000754381	24/08/2017	60503	208	293.47
ATJ5370	0000753489	22/08/2017	60503	208	293.47
LYR7641	0000758016	29/08/2017	60503	208	293.47
MBM0749	0000757323	28/08/2017	60503	208	293.47
MHG5094	0000741676	04/08/2017	60503	208	293.47
MHG5094	0000742385	05/08/2017	60503	208	293.47
MLU9262	0000742215	05/08/2017	60503	208	293.47
MBE3174	0000743743	07/08/2017	60503	208	293.47
MIV7481	0000743761	07/08/2017	60503	208	293.47
MBI6287	0000743865	07/08/2017	60503	208	293.47
MGZ8665	0000744875	09/08/2017	60503	208	293.47
MGG1125	0000744316	08/08/2017	60503	208	293.47
AUL3718	0000744394	08/08/2017	60503	208	293.47
AVX8456	0000744435	08/08/2017	60503	208	293.47
IIJ6444	0000740473	02/08/2017	60503	208	293.47
AOO1406	0000739897	01/08/2017	60503	208	293.47
MKJ5498	0000740998	03/08/2017	60503	208	293.47
MKJ5498	0000740999	03/08/2017	60503	208	293.47
MLL4391	0000737015	30/07/2017	60503	208	293.47
MFL0282	0000735871	26/07/2017	60503	208	293.47
ATF9537	0000734199	25/07/2017	60503	208	293.47
MER5776	0000734253	25/07/2017	60503	208	293.47
MFL0282	0000735668	26/07/2017	60503	208	293.47
MLJ0239	0000737975	29/07/2017	60503	208	293.47
MGZ8665	0000736968	28/07/2017	60503	208	293.47
ALA4247	0000732238	23/07/2017	60503	208	293.47
QHB0097	0000732252	22/07/2017	60503	208	293.47
ABI5103	0000732380	22/07/2017	60503	208	293.47
AOL3511	0000731992	22/07/2017	60503	208	293.47
MMJ5284	0000732834	23/07/2017	60503	208	293.47
MIP7979	0000732663	22/07/2017	60503	208	293.47
MCX9347	0000730821	18/07/2017	60503	208	293.47
MLF4424	0000730858	18/07/2017	60503	208	293.47



ARJ1032	0000730951	18/07/2017	60503	208		293.47
MCP1942	0000728772	16/07/2017	60503	208		293.47
MAK7729	0000711564	14/06/2017	60503	208		293.47
LZG6459	0000731588	20/07/2017	60503	208		293.47
INH5136	0000731238	19/07/2017	60503	208		293.47
MKS6274	0000732377	21/07/2017	60503	208		293.47
MBD3441	0000732164	21/07/2017	60503	208		293.47
MFK4709	0000732210	21/07/2017	60503	208		293.47
IRB9499	54303575N	02/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIL1287	54303576N	02/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MMK9079	54303577N	02/10/2017	50020	257	õ 8\$	293.47
MHY8584	54303578N	02/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MKI7671	54303582N	02/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
QHJ9465	54303593N	02/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
AKM6706	54303597N	02/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MKY5565	54303598N	02/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MDE3621	54303600N	02/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
OTU0910	54304419N	03/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MEE6858	54304455N	03/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
QIO6053	54304469N	03/10/2017	50020	257	õ 8\$	293.47
QIM5082	54304491N	03/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MJR9418	54304495N	03/10/2017	50020	257	õ 8\$	293.47
MKT0572	54306229N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIP2892	54306231N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIH9863	54306233N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MMC6894	54306235N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MJD3216	54306236N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
LUH2467	54306255N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MJQ8019	54306269N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIH3611	54306270N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
IRB9499	54306285N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIP2892	54306286N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
ALN8646	54306287N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
ARH6647	54306290N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
MIO8542	54306291N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	293.47
MLC0910	54306292N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	195.23
DRD5756	54306293N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MED5907	54306301N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MLU5912	54306303N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
QHC9720	54306347N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
QHQ4034	54306351N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIP2892	54306356N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
LZF2592	54306358N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
AVS4213	54306392N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	293.47
OKF3412	54306408N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	880.40
MGG3483	54306412N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIP2892	54306413N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MHP5326	54306414N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MJZ7730	54306421N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MIX9602	54306422N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MLM2640	54306426N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
QHE5870	54306428N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
QHE4160	54306429N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MGG5394	54306447N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MED5907	54306462N	06/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
JJJ4407	54307181N	10/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MEC8567	54307692N	13/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MLM3322	54308157N	16/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
AWP0548	54309096N	17/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MLD1047	54309189N	17/10/2017	50020	257	õ 8\$	130.16
MVA7033	0000782178	09/10/2017	74550	218	* I	130.16
FHA5535	0000782359	10/10/2017	74550	218	* I	130.16
QIZ1072	0000782556	10/10/2017	74550	218	* I	130.16

MEL3857	0000782826	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KKS0719	0000782834	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QJC0811	0000783643	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ODF1838	0000782057	09/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM0912	0000793618	29/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AKF9375	0000778632	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AKF9375	0000778634	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY7788	0000778641	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG7446	0000778740	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO0043	0000778752	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI6629	0000778754	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCC3744	0000778759	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP4849	0000778775	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM0947	0000778397	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KXP6674	0000778407	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LXM2260	0000778788	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM5730	0000778817	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IWM5328	0000778837	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD1703	0000778874	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QID4802	0000778945	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF0304	0000778964	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AQC9061	0000778996	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN5852	0000779013	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AOB9615	0000779031	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI4799	0000779051	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AVL6958	0000779061	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IRI3819	0000779075	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AUY2846	0000779080	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFF9964	0000779081	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QJB9080	0000779116	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE8961	0000779126	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AQJ6686	0000779146	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA0281	0000779157	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM9624	0000779165	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX7658	0000779171	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIN6950	0000780747	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DBQ3426	0000780804	07/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB7418	0000781480	08/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ4393	0000776323	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HQW7126	0000776333	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ0278	0000776601	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY0490	0000776665	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LOF3138	0000776674	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI5155	0000776681	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO5227	0000776685	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IGD9497	0000776395	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4461	0000776402	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG7642	0000776405	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBO6131	0000776410	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLI9760	0000776420	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU4330	0000776425	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA3407	0000776430	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IWL6047	0000776432	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW8245	0000776447	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS5972	0000776452	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT4122	0000776455	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3521	0000776457	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG6691	0000776461	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMM4778	0000776474	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZT1582	0000776498	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK2258	0000776508	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR5343	0000776509	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ISB1349	0000776510	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MDS1564	0000776512	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ9115	0000776514	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIC3497	0000776515	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH1679	0000776516	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IDK8219	0000776520	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA6678	0000776526	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCZ4921	0000776693	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX5216	0000776699	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUI6244	0000776710	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AIC0633	0000776711	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR8403	0000776631	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD3216	0000776752	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DUJ9545	0000776758	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ETO6764	0000776760	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AGI2301	0000776763	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIC2271	0000776772	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUI6244	0000776792	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCZ4921	0000776804	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FHN1531	0000776807	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX5216	0000776814	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZV5419	0000776858	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBI3570	0000776870	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JYE1411	0000776871	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHD7871	0000776884	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JFM0515	0000776888	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO2819	0000776892	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF1808	0000776907	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJQ8731	0000776915	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN1719	0000776919	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4461	0000776922	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ7359	0000776942	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HDK6498	0000776971	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EAM2850	0000776978	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH2511	0000776998	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM8133	0000776999	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY9763	0000777011	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
PXS8957	0000777013	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IJN7570	0000777016	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
PWT8233	0000777018	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN2428	0000775973	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBZ2552	0000775974	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL8403	0000775979	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDG3294	0000775988	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGG5394	0000776000	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX8414	0000776010	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB9478	0000776014	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AOW7307	0000776015	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBB1375	0000776029	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IWA2011	0000776035	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS1564	0000776041	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAF4165	0000776074	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDD6464	0000776075	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AED0609	0000776077	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU2033	0000776080	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IEZ5058	0000776082	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IQB7397	0000776083	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000775847	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFP7102	0000775859	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX8850	0000775867	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX8850	0000775869	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANA2064	0000776119	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBL4926	0000776120	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU6112	0000776122	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MFZ6103	0000776134	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX8850	0000776140	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOA7937	0000776169	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AQQ4127	0000776175	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOA7937	0000776197	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI8839	0000776208	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IJC4699	0000776226	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
INO0326	0000776227	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KAG7492	0000776230	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBR0157	0000776261	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO0043	0000776189	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDX6591	0000776275	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000776278	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY2580	0000776294	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILR5484	0000776299	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4461	0000776338	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILW8011	0000776339	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW4253	0000776345	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX9126	0000776348	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0331	0000776356	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK6667	0000776383	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ9494	0000776384	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LNO0061	0000776824	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP8088	0000776836	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AIF0704	0000776851	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB4080	0000777044	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYY9136	0000777059	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FHN1531	0000777073	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FHN1531	0000777075	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDE8498	0000777086	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYY9136	0000777089	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE5870	0000777095	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NBX4967	0000777108	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IIB0550	0000777110	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJS6259	0000777112	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF4408	0000777126	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DEM9528	0000777136	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC9593	0000777141	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILI6227	0000777242	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU0861	0000777243	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO5227	0000777251	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ6867	0000777272	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHB0466	0000777278	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB6434	0000777298	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BBB1142	0000777156	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY4049	0000777186	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO5227	0000777353	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCZ4861	0000777369	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO5227	0000777419	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIC8898	0000777440	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FNL1746	0000777474	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000777478	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDG1841	0000777490	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV7001	0000777495	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KVZ3485	0000777579	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH0353	0000777580	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ6867	0000777584	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH0935	0000777585	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
NVJ1028	0000777586	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZC8869	0000777625	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000777657	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCT5157	0000777660	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGD8327	0000777668	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16

APJ8381	0000777718	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV1161	0000777719	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IFL3080	0000777727	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
EEI4231	0000777729	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG3274	0000777753	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH3334	0000777755	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS2492	0000777816	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU6231	0000777817	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEZ0172	0000777844	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS2564	0000777853	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIK1634	0000777858	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CLY4071	0000777896	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR6315	0000777901	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF1514	0000777916	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
JTR7878	0000778010	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DXS0331	0000778023	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIP2892	0000778029	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IHQ3134	0000778095	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG7455	0000778134	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ7726	0000777540	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM7197	0000777238	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI8839	0000777285	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO3347	0000777363	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH8852	0000777520	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV6420	0000777891	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
BCL9339	0000777894	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AJY6630	0000777930	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
PWU3658	0000777939	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW9176	0000777944	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV7001	0000777987	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QIO4732	0000777999	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MYI1391	0000778001	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
COS2584	0000778063	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LYH5472	0000778072	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF7072	0000778074	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL8481	0000778076	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AYB9649	0000778080	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDJ5457	0000778084	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLV7640	0000778088	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJF1639	0000778115	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF1862	0000777676	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA5857	0000777711	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IIU7141	0000777742	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
IIU7141	0000777743	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
DLS6290	0000777745	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
FNS3679	0000777763	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN4526	0000777831	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH3183	0000777875	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDT9807	0000777885	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB1275	0000778165	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX8850	0000778191	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF2332	0000778254	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS7992	0000778262	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE9915	0000778286	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OQH4178	0000778300	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HJW4340	0000778303	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
CJF5175	0000778428	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX4480	0000778432	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC2115	0000778446	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AML2987	0000778463	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
ISQ7692	0000778472	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW1608	0000778483	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AIO7574	0000778484	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16



MDR6186	0000778490	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZB5569	0000778491	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH2981	0000778492	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI6629	0000778326	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH2981	0000778382	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX8240	0000778383	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA8697	0000778503	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGK2119	0000778531	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
JXG4828	0000778546	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
GZK1616	0000778561	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
GOL3356	0000778564	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX5536	0000778611	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ8005	0000775726	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CGB2328	0000775384	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS8672	0000775389	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAT2135	0000775394	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCH9558	0000775429	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IWJ1129	0000775746	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA0008	0000775764	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU0497	0000775765	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN0397	0000775767	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ5773	0000775812	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
PVP5987	0000775881	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKP4081	0000775883	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK3551	0000775884	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF1862	0000775885	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ7893	0000775902	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASY3783	0000775906	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN6672	0000775921	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1417	0000775931	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AOG0357	0000775934	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AZE2910	0000775940	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
INL8009	0000775941	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EKS8440	0000775945	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV8766	0000775955	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV5002	0000775958	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILJ5307	0000775961	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DJA5776	0000775962	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX7241	0000774299	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIQ0487	0000774373	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI4504	0000774545	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH3438	0000774737	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AZZ0727	0000774740	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYU3240	0000774822	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ9133	0000774844	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6087	0000774845	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ6994	0000774856	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ICJ6601	0000774890	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCT3260	0000774909	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHR7878	0000774964	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IIU3489	0000774986	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AGY5125	0000775011	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOC1455	0000775024	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FME3193	0000774775	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ2304	0000775026	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM0826	0000775040	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKV2384	0000775090	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDP0867	0000775099	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AYC2022	0000775108	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEL4372	0000775109	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU5272	0000775125	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE5270	0000775126	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DRD5511	0000775134	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16



ANA2064	0000775180	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3521	0000775332	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO4317	0000775539	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AHE8606	0000775540	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIB0044	0000775587	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DSU6009	0000775608	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK6063	0000775610	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLR3555	0000775220	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QJO0810	0000775235	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA5310	0000775243	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE4791	0000775475	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH5398	0000775479	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG9625	0000775482	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB3820	0000775491	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NJH2648	0000775499	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB5870	0000775503	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX4907	0000775511	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDF5525	0000775512	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000775532	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP4849	0000775565	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI9892	0000775637	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DNU2771	0000775639	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF0686	0000775648	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ3758	0000775657	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC2711	0000775668	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDN4461	0000775670	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC0627	0000775675	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFL5535	0000775689	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AUT1631	0000775698	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK9808	0000775699	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG2478	0000775700	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BGJ7103	0000772891	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV3661	0000773466	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARJ2656	0000773116	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EPZ1546	0000773117	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DAD1940	0000773123	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKX1594	0000773145	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAQ3429	0000773168	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWT1899	0000773169	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8742	0000773172	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM4903	0000773179	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALS6457	0000773185	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ6725	0000773195	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFT3345	0000773421	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL7245	0000772914	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP0771	0000772925	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMN5580	0000772930	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW1417	0000772933	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IJC4599	0000772937	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP4998	0000772948	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZB0390	0000772949	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA2639	0000772960	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IIU7141	0000772972	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYF3061	0000772991	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW6372	0000773009	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DSQ2952	0000773030	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM2081	0000773042	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIX7300	0000773049	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOS5322	0000773063	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH8726	0000773073	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AIR5204	0000773090	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU4461	0000772166	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU4461	0000772232	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MEN8109	0000772355	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GQV3018	0000772371	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIF2843	0000772379	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJI8839	0000772400	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MPD7450	0000772487	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEK0135	0000772489	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ1461	0000772517	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYL8448	0000772569	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ADQ1406	0000772572	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKH8814	0000772578	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCO7447	0000772579	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYY9136	0000772613	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB4703	0000772624	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM5373	0000772644	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IKO6497	0000772689	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HGI3461	0000772701	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QJC0860	0000772708	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EGL2086	0000772273	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAI0160	0000772309	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGH0935	0000772759	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS1994	0000772826	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ2167	0000772853	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK1909	0000772878	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC8259	0000773297	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC8259	0000773322	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LKP5396	0000773368	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EPS5059	0000773382	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH2981	0000772907	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKK6484	0000773134	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM0181	0000773427	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIX7300	0000773433	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA9692	0000773445	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CDH4900	0000773463	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MOL8370	0000773545	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EPS5059	0000773567	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HAY3387	0000773584	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR2695	0000773589	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZF5822	0000773595	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILZ4218	0000773597	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCF5963	0000773610	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM0199	0000773611	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE9915	0000773619	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HTM1510	0000773622	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EVE5393	0000773627	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CXW0481	0000773662	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH7369	0000773674	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP1221	0000773677	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZH5518	0000773688	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUU7168	0000773700	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY1956	0000773704	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG9262	0000773726	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AVF2236	0000773735	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY5531	0000773754	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DPP8261	0000773757	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK5410	0000773782	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ISS6393	0000773814	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCB5417	0000773818	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS2388	0000773822	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP9863	0000773825	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEL4372	0000773835	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CDB7339	0000773837	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BRM5103	0000773850	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HDM5501	0000773852	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16

GUW4493	0000773855	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB2422	0000773868	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ5835	0000773978	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATV2726	0000774036	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ICA6028	0000774044	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOR3443	0000773912	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARR6265	0000773925	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALF3565	0000773926	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM9930	0000774056	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH4546	0000773944	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG6919	0000774108	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP1221	0000774122	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATN8629	0000774165	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWZ3983	0000774168	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS9341	0000774170	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP3580	0000774188	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE1277	0000774232	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CTB2154	0000774240	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF7306	0000774281	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP9850	0000771092	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUI8059	0000771107	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP0771	0000771153	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI7508	0000771180	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARP4563	0000770748	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KFH3960	0000770770	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWW3270	0000770797	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ONW4836	0000770814	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG6283	0000770831	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IRM1480	0000770901	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DVJ2767	0000770998	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD2653	0000771007	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JXE4254	0000771048	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GPA8832	0000770402	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DKV8698	0000770700	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ETB9577	0000771211	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LAU0962	0000771282	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BDD1080	0000771300	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUI7141	0000771332	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV1154	0000771397	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LNI0084	0000771405	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASZ2309	0000771443	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKP4584	0000771448	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE2871	0000771460	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILZ5619	0000771485	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKL2444	0000771501	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH8460	0000771513	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHI4908	0000771515	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ9048	0000771709	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF9873	0000771722	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB0808	0000771731	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAT2135	0000771743	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF3767	0000771745	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF1862	0000771764	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DKN2881	0000771768	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY4050	0000771781	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH2976	0000771793	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANL0893	0000771194	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO9739	0000771799	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LGB4322	0000771851	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBJ6811	0000771862	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HNB6808	0000771878	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUI7141	0000771890	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM4755	0000771896	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16

AAQ4921	0000771940	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HJW4340	0000771944	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OTQ6863	0000771949	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ERK5938	0000771959	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ7631	0000771985	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFX4726	0000772036	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
APX1202	0000772043	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDJ9834	0000772085	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IGY5064	0000771685	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWV3513	0000772120	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP9850	0000768510	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ABY8998	0000768377	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU0497	0000768366	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ABY8998	0000768353	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATI7119	0000768847	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM6751	0000768852	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOA8412	0000768863	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATI7119	0000768864	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ6725	0000768468	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB3968	0000768923	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALS6457	0000768951	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB3968	0000768952	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NOR2227	0000768982	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZS0239	0000769011	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ1075	0000769142	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA8938	0000769287	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN1527	0000769292	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKO1841	0000769315	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK1538	0000769321	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA1218	0000769325	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYP6872	0000769352	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP9158	0000769067	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ8219	0000769069	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NBY1668	0000769113	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ATL7050	0000769126	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EQK1376	0000769425	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KVP8445	0000769539	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DSY2176	0000769578	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DMF9496	0000769727	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG8763	0000769777	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT8779	0000769868	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY1278	0000769889	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIG8763	0000769954	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARE6474	0000769971	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW9163	0000769998	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAD9619	0000770002	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OPR0305	0000770103	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OPR0305	0000770109	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ9703	0000770249	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ3167	0000770295	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXA1816	0000770306	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FME3193	0000770307	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN8521	0000770348	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ALN6890	0000770452	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
COJ9984	0000770476	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIE6316	0000770480	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZX1173	0000770481	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP0771	0000770543	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR6625	0000770571	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ2902	0000770583	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHO5310	0000770585	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NHD3333	0000770589	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYP6872	0000770607	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16

QJM6080	0000768248	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MI17915	0000768278	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOM2104	0000767715	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IDE3347	0000768149	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMI8768	0000768302	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FAN6011	0000768539	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXS4419	0000768633	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIH4661	0000768658	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU1800	0000768673	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC2711	0000768750	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CJJ5737	0000768776	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ5687	0000768478	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AFN0899	0000767290	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS4060	0000767446	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW2790	0000767451	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJZ0474	0000767546	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT6629	0000767561	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NTY5553	0000767568	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN9890	0000767624	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY1333	0000767745	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF5565	0000767766	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ1986	0000767768	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JVI2542	0000767805	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU0497	0000767857	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJU0497	0000767868	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMY9163	0000765937	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OPL6847	0000765993	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JVV1270	0000766018	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIV1711	0000766114	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJK9926	0000766571	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW7620	0000766679	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK3330	0000766720	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX9529	0000766991	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IFO9580	0000767011	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEX8216	0000767013	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IQB6311	0000767097	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NPJ5645	0000767113	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ2814	0000767157	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ILZ0274	0000767174	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IUS1629	0000767179	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CNZ5981	0000767186	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JKZ9927	0000767240	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JBT0033	0000767265	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MOG2702	0000765134	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NPJ4295	0000765443	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AWX0199	0000765478	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFG9269	0000765555	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS1692	0000765628	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LWY0551	0000765634	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV9491	0000764363	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP9660	0000765851	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIP3126	0000765854	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FKI7786	0000767322	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DEY0182	0000758129	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLH2237	0000758143	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JZJ2906	0000758174	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM5742	0000758189	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GVR6631	0000758205	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KAD7801	0000758216	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HRG9265	0000758232	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ATD7077	0000757421	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DHW8071	0000757520	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DUH2887	0000757639	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16



ANE7832	0000757655	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MML5069	0000758442	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHA6812	0000758865	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDI0225	0000759107	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IHQ9347	0000759164	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HWO5208	0000759335	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JMF4715	0000759830	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IHQ4334	0000760002	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM1301	0000760316	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN1714	0000760435	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IRN8068	0000760588	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DIP0660	0000760838	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS9517	0000760897	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DSN5132	0000761114	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ADM9897	0000761313	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ7651	0000761337	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HCI9782	0000761427	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT8779	0000761449	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EBE2488	0000761612	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLZ5552	0000761619	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE9310	0000761711	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EVZ4047	0000761882	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7305	0000761973	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKF8081	0000762219	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN3869	0000762371	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HEI3626	0000762538	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDU8084	0000762643	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NUA0853	0000762736	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB9103	0000762761	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NWV2564	0000763230	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBW0321	0000763250	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IJS0979	0000763382	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB0824	0000763385	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EQJ0746	0000763529	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ITE9838	0000763538	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDF0304	0000763694	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QAA9339	0000763922	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBO5327	0000763975	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BNG7796	0000764586	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS9232	0000764679	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LCX4071	0000764717	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
APY1885	0000764778	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AVH6435	0000764783	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CMM0823	0000764840	08/09/2017	74550	218	*	I	130.16
EAU6604	0000764909	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ANA3129	0000765270	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM7272	0000765561	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MMB2390	0000752302	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF1422	0000752322	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL7379	0000752366	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0701	0000752539	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD0108	0000752588	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DHW8071	0000752829	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0701	0000752896	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDU9013	0000751785	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0701	0000751878	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IME0499	0000751975	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ0086	0000750729	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5179	0000750878	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ4256	0000750905	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG1235	0000751023	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXK3761	0000751060	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDB9150	0000751424	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16



MFQ5179	0000751428	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC9341	0000751479	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIP5195	0000751329	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0701	0000751601	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX9692	0000751610	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IMW6373	0000751701	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IHG3061	0000751719	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJB7726	0000745246	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN1041	0000745267	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MI15837	0000745273	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGJ0846	0000745279	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JYE3941	0000745314	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP3587	0000745361	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS2317	0000745392	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OTK7423	0000745766	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY8539	0000744881	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BAY7275	0000744890	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBL3473	0000745034	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AQF5350	0000745039	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK2627	0000745800	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCI7291	0000747345	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ONE0422	0000747376	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CJR8614	0000747757	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IGE6196	0000747801	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS3882	0000747834	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CBN2927	0000749471	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AYV4129	0000749478	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HSC9052	0000749514	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IMW6373	0000747219	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DUH6802	0000749629	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0701	0000749719	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAW2080	0000750434	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP4854	0000750543	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCA4213	0000752900	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QBZ7535	0000752917	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMN4890	0000753015	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGR8200	0000753063	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ANE7832	0000753417	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBZ3751	0000752238	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT8779	0000753995	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD8881	0000754695	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AGI7382	0000754751	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM0599	0000754865	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AYH7183	0000754991	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD1319	0000755253	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IFO5076	0000755256	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI6925	0000755349	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AGW2593	0000755520	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFO1319	0000755612	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCS3268	0000755731	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBG0701	0000755782	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU3781	0000755786	25/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MII4510	0000756182	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5179	0000756285	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DVL2393	0000753596	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAT4070	0000753652	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT4132	0000756061	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JXI9161	0000756096	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYJ0795	0000756151	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IMW6373	0000756394	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IWG5527	0000756429	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ5179	0000756494	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CTC8197	0000756750	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MMK1382	0000756862	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DFO9445	0000756979	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG7005	0000757122	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ATB5230	0000757172	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY1446	0000757249	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IUD8268	0000757270	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEB3160	0000757694	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ANE7832	0000757716	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL4774	0000757734	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAU5652	0000757767	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JUD1431	0000757785	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IBI4884	0000741380	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DFX1291	0000741387	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IBI4884	0000741388	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN5056	0000741392	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG3958	0000741399	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AMI0426	0000741651	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO0841	0000741444	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IEG5700	0000741451	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT2389	0000741748	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO0841	0000741821	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJM4714	0000741830	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB6921	0000741836	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHG5094	0000741909	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB3196	0000741934	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ7448	0000741981	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL5061	0000741986	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFX5214	0000741992	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHC1304	0000742003	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DMH1418	0000742010	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX3454	0000742023	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO0841	0000741760	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ASA7172	0000741768	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL8725	0000741797	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFJ0474	0000742044	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIF8709	0000742263	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZV7465	0000742264	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ARZ6261	0000742283	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE6102	0000742285	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN4042	0000742291	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL7825	0000742302	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AIX8035	0000742120	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ2861	0000742322	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ION1203	0000742392	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCH2160	0000742425	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS5934	0000742431	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CAB5108	0000742462	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLJ6970	0000742465	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKP8141	0000742478	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIW6260	0000742535	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GYS7102	0000742597	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIS3305	0000742651	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHV7400	0000742652	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIP2344	0000742659	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJR2311	0000742674	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR7513	0000742675	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CFS6081	0000742681	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV8625	0000742704	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJH4737	0000742744	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB9545	0000742747	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF2565	0000742765	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJE3812	0000742767	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IKI7544	0000742768	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MIS1831	0000742773	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DBN5959	0000743150	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI4822	0000743175	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AIF3749	0000743229	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBP0944	0000743252	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK8047	0000743320	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MES8392	0000743377	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JXI2062	0000743378	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD9820	0000743404	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY1386	0000743469	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE6102	0000743489	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MED0557	0000743519	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW9897	0000743560	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EEK1534	0000743569	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH8484	0000743589	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT7705	0000743608	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBO0221	0000743619	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB7434	0000743631	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EBP0944	0000743633	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IPU1027	0000743637	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CPC0885	0000742867	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZW7525	0000742881	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FRS9979	0000742914	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BBM1996	0000742915	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY6264	0000742923	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FRS9979	0000742937	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM3475	0000742962	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IEI6238	0000743094	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DAK5175	0000743669	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CJJ0145	0000744270	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KAK7699	0000744282	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQH8085	0000743677	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN4042	0000743707	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB7029	0000743723	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXW3783	0000742514	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK1534	0000743867	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DNZ8603	0000743868	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK2545	0000743880	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CJZ3223	0000743889	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH3165	0000743908	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD1923	0000744023	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DUL9203	0000744056	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AAV9841	0000744081	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC0388	0000744084	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IGT8528	0000744097	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIN2784	0000744105	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZO3674	0000744111	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS0969	0000744122	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJP6095	0000744157	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAJ9827	0000744170	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIS1616	0000744185	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD3594	0000744189	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIS8880	0000744191	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY7646	0000744203	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM7824	0000744210	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIB3639	0000744252	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IIR7455	0000744352	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBI5445	0000744361	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS2185	0000744480	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW7164	0000744486	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYY3507	0000744506	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEP4032	0000744509	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBE2451	0000744525	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16

MCZ0134	0000744550	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV2037	0000744624	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAN5171	0000744651	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE2392	0000744685	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ0832	0000744697	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCS2287	0000744764	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ6329	0000739966	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DIZ5868	0000740090	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEG3958	0000740109	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAX9546	0000740219	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV2037	0000740299	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DSM5474	0000740315	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALT3707	0000740317	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE4580	0000740319	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DSM5474	0000740334	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AZM3278	0000740410	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGN9939	0000740419	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KAK7699	0000740434	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF0621	0000739181	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAG6935	0000739234	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP4911	0000739278	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BUM2133	0000739295	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAG6935	0000739324	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BUM2133	0000739325	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX6375	0000739407	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
APR8894	0000739426	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IIR7455	0000739508	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP7737	0000739537	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAG6935	0000739570	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS2181	0000739643	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW8867	0000739670	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH5442	0000739701	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CLR3696	0000740117	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
OKF1913	0000740119	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ING2689	0000740135	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GPD6131	0000738411	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DLU6206	0000740743	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW8867	0000740766	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
JGZ8339	0000740799	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS1402	0000740837	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EJP9411	0000740868	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV7775	0000740872	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZI4811	0000740886	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IPQ5231	0000740902	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ8862	0000739748	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CSB3802	0000740996	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DSM5474	0000741083	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HQF3148	0000741093	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBE2451	0000741118	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HSN9938	0000741133	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ6245	0000741217	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIU5522	0000741220	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIJ5837	0000741227	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IJL7103	0000741258	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJL0688	0000741310	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX7164	0000741316	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKM3691	0000741346	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ILB4376	0000741351	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCH1748	0000738395	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHO8901	0000738551	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH0220	0000738684	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT5205	0000737401	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJT1973	0000737508	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16

DSM1026	0000737669	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BET0438	0000737796	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJA5389	0000737828	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL2742	0000737835	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DKN7184	0000737985	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD7897	0000738768	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
GVG3049	0000737244	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JPO9559	0000738351	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ICX7765	0000738352	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LCJ5034	0000738407	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIX7293	0000738433	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD8700	0000738618	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIZ9606	0000738645	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCX1926	0000738703	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHJ7301	0000738705	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYE7015	0000738716	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DLG1177	0000733361	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHE9086	0000733410	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DVJ7555	0000733534	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CAZ6775	0000734175	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU8533	0000734390	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL6611	0000734401	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO1082	0000734427	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN7503	0000735680	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IUG6738	0000735689	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY4223	0000735919	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ2612	0000736050	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EMM3415	0000736064	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY4406	0000737056	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IGK2874	0000737115	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFD0125	0000737301	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ASM3624	0000737383	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAG6935	0000737767	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IIR7455	0000737961	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MER5776	0000734590	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG6082	0000734675	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLF1732	0000737978	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AJD5476	0000738101	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
KJZ3260	0000738220	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BHP7319	0000738292	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IOB1965	0000738322	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIK9258	0000738338	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYR2063	0000733205	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IUA2760	0000733395	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW5653	0000732218	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
PUD2850	0000731995	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLL9747	0000732000	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW5653	0000732065	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW5653	0000732118	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EQC8009	0000732122	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD5832	0000732138	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBC7058	0000732140	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHS8067	0000732146	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DKB1962	0000732475	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JCO0133	0000732529	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK2545	0000732539	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA5422	0000732573	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CMN1650	0000732575	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHX0419	0000732580	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR3714	0000732670	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IUB7280	0000732673	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AVQ1476	0000732686	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH8457	0000732702	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16



IIR7455	0000732835	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY4971	0000732852	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
GNV0256	0000732960	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CWJ7420	0000732983	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR9272	0000733046	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CON4665	0000733176	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHR0859	0000733222	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKS8543	0000733232	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY4223	0000733244	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
NGM8780	0000732918	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DVJ7555	0000733276	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
GNV0256	0000733287	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ANR6735	0000733289	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ASM1083	0000733422	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK1456	0000733429	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY7017	0000733457	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEE7073	0000733487	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF4151	0000733494	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHU8533	0000733499	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHN4042	0000733767	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN1949	0000733771	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZS3094	0000733812	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
OSX6607	0000733818	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLW1275	0000733833	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIT1722	0000733869	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHQ6284	0000733923	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEQ7578	0000733945	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ6118	0000733946	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDO0792	0000733958	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EER9597	0000733979	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH5442	0000734011	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS4343	0000728841	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IOX3228	0000728983	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IKW3785	0000729096	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EAW3342	0000711385	13/06/2017	74550	218	*	I	130.16
CPW5087	0000719312	27/06/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY1171	0000730246	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHS4343	0000730299	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IFV7125	0000730352	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ICS6482	0000730679	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE2007	0000740372	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE4806	0000726616	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJJ5975	0000726627	10/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP6460	0000729623	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHP3435	0000729552	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCJ9400	0000730995	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ILD9902	0000731027	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000731036	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK7543	0000731037	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AGX9047	0000731041	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CHN0988	0000731108	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AWB9188	0000731111	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL9066	0000731125	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW0828	0000731451	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC0408	0000731457	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	0000731471	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IJM7564	0000731474	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DJF9734	0000731490	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB2675	0000731496	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHB2675	0000731497	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IBB0372	0000731718	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ARX3127	0000731730	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AGA0244	0000731734	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16



MEZ1232	0000731764	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
INK6169	0000731936	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF8158	0000731989	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJW8268	0000732158	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LZS6136	0000731876	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY5188	0000732217	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS4653	0000732493	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS8019	0000733128	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IFM3175	0000733181	21/07/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000731887	20/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEY4223	0000731835	20/07/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000731467	19/07/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000731448	19/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEY4223	0000731449	19/07/2017	74630	218	*	II	195.23
ISW0492	0000730990	18/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IIB8948	0000731019	18/07/2017	74630	218	*	II	195.23
INK6169	0000731020	18/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IFM3175	0000730097	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKJ1575	0000729492	16/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG9443	0000726764	10/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKN8415	0000740394	01/08/2017	74630	218	*	II	195.23
CPW5087	0000718938	26/06/2017	74630	218	*	II	195.23
CPW5087	0000718959	26/06/2017	74630	218	*	II	195.23
AQC9061	0000614198	13/01/2017	74630	218	*	II	195.23
MGN9939	0000734066	24/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG5094	0000733501	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
LZT1759	0000733339	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DUB0821	0000732919	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEY4223	0000733248	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DRY2420	0000732626	21/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCM7431	0000732423	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
AYE1766	0000732586	23/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIT8723	0000738346	29/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKN6695	0000738211	29/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHN4042	0000733739	24/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MLZ6284	0000733375	23/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFF4994	0000739179	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MLP9287	0000738408	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFF4994	0000737314	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DLF4946	0000733516	23/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIX7293	0000738132	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MMA5254	0000738728	28/07/2017	74630	218	*	II	195.23
DKN7184	0000737009	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
IBI4884	0000741236	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IBI4884	0000741242	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJA5389	0000740644	02/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LYX3548	0000740180	01/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJJ8062	0000739720	31/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MEJ1218	0000740114	01/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHW9292	0000744227	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCY7646	0000744205	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
FHF0325	0000743917	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCH2160	0000742521	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MKL2742	0000743126	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFD0125	0000743640	06/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG5094	0000742551	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
EZA1694	0000742576	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ABT7551	0000742591	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCS5863	0000742312	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG5094	0000742046	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEO0841	0000741820	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
CKN7961	0000741769	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEO0841	0000741773	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23

MJY2273	0000741784	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEG3958	0000741642	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEG3958	0000741653	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
CVY2077	0000741665	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IBI4884	0000741386	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEG3958	0000741097	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEP5401	0000741103	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QID9832	0000741114	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEA8503	0000756467	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEF2523	0000756422	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFQ5179	0000756039	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDV5805	0000755633	25/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIU3439	0000754782	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AQI6138	0000754855	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHI3645	0000754859	24/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDT7654	0000754014	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFO1319	0000754032	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG0701	0000754150	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG0701	0000753507	22/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFZ7108	0000747305	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MHB0149	0000745159	09/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MCZ0134	0000744956	09/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFO1319	0000751400	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG0701	0000751733	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG0701	0000751895	19/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBG0701	0000752897	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ITE9838	0000765034	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKL5793	0000761558	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LZD8510	0000762313	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AGM5914	0000761361	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MER2443	0000760692	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHN5515	0000757666	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAV9392	0000768145	14/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIN4224	0000767633	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIL5242	0000767705	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HOG6414	0000768722	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLW3038	0000767720	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LAU0962	0000770362	18/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IPB7213	0000769722	17/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LXY7296	0000770319	18/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJB5097	0000770323	18/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKZ2137	0000769974	17/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ABT6346	0000769127	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ABT6346	0000769366	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HZU2309	0000768997	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
EQK1376	0000768974	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCE2871	0000771191	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIH3621	0000771936	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AYI3779	0000771865	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MAU1800	0000771575	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHG6833	0000771796	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEM6179	0000771356	20/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDY1545	0000770409	18/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AKH8814	0000770433	18/09/2017	74630	218	*	II	195.23
BZH6365	0000774295	25/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDG7878	0000773853	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QIP6266	0000773792	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDG7878	0000773808	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGI3831	0000773655	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGG3483	0000773609	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKE0645	0000773585	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MER1213	0000773588	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFZ5773	0000773448	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23

EPS5059	0000773453	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LYZ9494	0000773141	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJP3580	0000772909	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDH2981	0000772911	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IKO6497	0000772814	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDH3438	0000772466	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AOA0392	0000772475	22/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHB7905	0000773098	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ASP0230	0000772994	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKK7256	0000773425	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LYP5922	0000773132	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHM0199	0000773467	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AOM9898	0000772906	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHC2711	0000775535	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
JAK2525	0000775580	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGS8672	0000775292	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHO3347	0000775047	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHV2333	0000775025	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLY4837	0000774748	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGS8672	0000774655	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IKE1677	0000775966	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LXN0157	0000775972	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDN4461	0000775459	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCW4237	0000775251	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
CXW0481	0000775458	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AXW9519	0000778631	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGD0552	0000778385	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
AKF9375	0000778502	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MEZ9635	0000777886	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MIM6279	0000777883	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QHR5343	0000777253	02/10/2017	74630	218	*	II	195.23
AQL7404	0000777848	01/10/2017	74630	218	*	II	195.23
AHO4997	0000777771	01/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MEH0353	0000777778	01/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MDO7948	0000777481	01/10/2017	74630	218	*	II	195.23
BAD0581	0000777446	01/10/2017	74630	218	*	II	195.23
BRO2385	0000777152	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGT6071	0000777097	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LYZ5127	0000777083	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEM6179	0000776389	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HQW7126	0000776224	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IJC4699	0000776321	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
AZE2910	0000775846	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IOS5322	0000776160	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDL5640	0000776084	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IJQ4616	0000776019	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
OXZ5337	0000777032	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKY2580	0000776495	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ILI6227	0000776572	30/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IHQ3134	0000778019	01/10/2017	74630	218	*	II	195.23
DDY0105	0000779144	04/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MDH3438	0000778914	04/10/2017	74630	218	*	II	195.23
AKE2290	0000778929	04/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGY8115	0000778427	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IRX5644	0000780417	07/10/2017	74630	218	*	II	195.23
QIN1714	0000782091	09/10/2017	74630	218	*	II	195.23
AOB7908	0000782018	09/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IHQ3134	0000778018	01/10/2017	74710	218	*	III	880.40
AKR1766	0000774906	26/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MFI6875	0000773876	24/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MCE2871	0000772004	21/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MFW1417	0000770217	18/09/2017	74710	218	*	III	880.40
AQC9061	0000760026	01/09/2017	74710	218	*	III	880.40

MAW6495	0000761519	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MJU6218	0000752311	20/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000751602	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
FXL8000	0000751720	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFQ5179	0000751560	19/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBG0701	0000755653	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBG0701	0000755698	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBG0701	0000755468	25/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MBG0701	0000754612	24/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MKW3549	0000757020	27/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MEO0841	0000741759	04/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MHG5094	0000742030	04/08/2017	74710	218	*	III	880.40
LZO2867	0000742513	05/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFN2753	0000744236	07/08/2017	74710	218	*	III	880.40
ITB7806	0000738431	30/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MKY7678	0000740929	02/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MEG3958	0000741371	03/08/2017	74710	218	*	III	880.40
MFF4994	0000738701	30/07/2017	74710	218	*	III	880.40
JQB2058	0000733416	22/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MEY4223	0000734491	25/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MHL9239	0000734569	25/07/2017	74710	218	*	III	880.40
IDF7490	0000732922	23/07/2017	74710	218	*	III	880.40
IDF7490	0000732924	23/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MHG5094	0000733509	22/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MJJ3781	0000678587	25/04/2017	74710	218	*	III	880.40
HRY0551	0000720050	29/06/2017	74710	218	*	III	880.40
MEY4223	0000729293	16/07/2017	74710	218	*	III	880.40
INK6169	0000731932	20/07/2017	74710	218	*	III	880.40
AVQ7948	0000732499	21/07/2017	74710	218	*	III	880.40
CCE4688	0000732272	21/07/2017	56732	183			130.16
MKB7006	0000731325	19/07/2017	56732	183			130.16
LYF4993	0000731124	19/07/2017	56732	183			130.16
MJP8295	0000731505	18/07/2017	56732	183			130.16
MLF3219	0000730745	18/07/2017	56732	183			130.16
MKS8543	0000732870	23/07/2017	56732	183			130.16
DSL1853	0000732177	22/07/2017	56732	183			130.16
MBG5375	0000735758	26/07/2017	56732	183			130.16
MKA5713	0000735793	26/07/2017	56732	183			130.16
LXO6886	0000737357	30/07/2017	56732	183			130.16
CAP5459	0000741094	03/08/2017	56732	183			130.16
QHG6619	0000741033	03/08/2017	56732	183			130.16
MLZ6354	0000741041	03/08/2017	56732	183			130.16
MKT9015	0000741043	03/08/2017	56732	183			130.16
MEK0779	0000740476	02/08/2017	56732	183			130.16
AJQ4569	0000740520	02/08/2017	56732	183			130.16
MLU5601	0000740567	02/08/2017	56732	183			130.16
BEA0797	0000739891	01/08/2017	56732	183			130.16
MID5530	0000740470	02/08/2017	56732	183			130.16
MDH7784	0000739554	31/07/2017	56732	183			130.16
AIS1362	0000739411	31/07/2017	56732	183			130.16
QHB6139	0000744309	08/08/2017	56732	183			130.16
MGZ8665	0000744849	09/08/2017	56732	183			130.16
DSZ7318	0000743834	07/08/2017	56732	183			130.16
JCA5458	0000743944	07/08/2017	56732	183			130.16
MCV4661	0000743665	07/08/2017	56732	183			130.16
MGZ8665	0000743701	07/08/2017	56732	183			130.16
DDM4366	0000742819	06/08/2017	56732	183			130.16
DDM4366	0000742851	06/08/2017	56732	183			130.16
MLU5601	0000742112	05/08/2017	56732	183			130.16
FIZ7046	0000741597	04/08/2017	56732	183			130.16
DZX5756	0000741608	04/08/2017	56732	183			130.16
MGG0900	0000757804	29/08/2017	56732	183			130.16
MCA2654	0000757941	29/08/2017	56732	183			130.16



MF3207	0000753789	23/08/2017	56732	183	130.16
MX8898	0000755976	26/08/2017	56732	183	130.16
DDE5190	0000756730	27/08/2017	56732	183	130.16
IJX9458	0000755019	25/08/2017	56732	183	130.16
LXR2423	0000755081	25/08/2017	56732	183	130.16
ITF9183	0000753254	22/08/2017	56732	183	130.16
ILL1635	0000754391	24/08/2017	56732	183	130.16
IHG3061	0000751901	20/08/2017	56732	183	130.16
MLA6280	0000751903	20/08/2017	56732	183	130.16
IHG3061	0000751931	20/08/2017	56732	183	130.16
MGZ8665	0000744337	08/08/2017	56732	183	130.16
MHS4343	0000746717	12/08/2017	56732	183	130.16
AZT0716	0000750725	18/08/2017	56732	183	130.16
MCC8332	0000750482	18/08/2017	56732	183	130.16
CKZ9953	0000763401	07/09/2017	56732	183	130.16
MJS2224	0000763071	06/09/2017	56732	183	130.16
MI5381	0000763624	07/09/2017	56732	183	130.16
LOH8491	0000764358	08/09/2017	56732	183	130.16
MFG6170	0000760099	01/09/2017	56732	183	130.16
MBR8161	0000760117	02/09/2017	56732	183	130.16
MEE3166	0000759503	01/09/2017	56732	183	130.16
IBC8557	0000761125	03/09/2017	56732	183	130.16
IBC8557	0000761126	03/09/2017	56732	183	130.16
CZK6491	0000761172	03/09/2017	56732	183	130.16
AXU6851	0000768497	15/09/2017	56732	183	130.16
QHN1501	0000767303	13/09/2017	56732	183	130.16
LNK3431	0000767790	14/09/2017	56732	183	130.16
MGT1586	0000765908	10/09/2017	56732	183	130.16
CJX6098	0000764517	08/09/2017	56732	183	130.16
MEZ0648	0000765661	10/09/2017	56732	183	130.16
JNR7679	0000769647	17/09/2017	56732	183	130.16
MFF3624	0000769700	17/09/2017	56732	183	130.16
MED7177	0000770192	18/09/2017	56732	183	130.16
DDV5945	0000768947	16/09/2017	56732	183	130.16
AKL1208	0000768427	15/09/2017	56732	183	130.16
EQC8009	0000768916	16/09/2017	56732	183	130.16
QHA8661	0000768808	16/09/2017	56732	183	130.16
MFO6501	0000768444	15/09/2017	56732	183	130.16
MHD9834	0000768446	15/09/2017	56732	183	130.16
NZW6870	0000771688	21/09/2017	56732	183	130.16
MFA9103	0000771622	21/09/2017	56732	183	130.16
MBF4365	0000770739	19/09/2017	56732	183	130.16
FKL2000	0000771535	21/09/2017	56732	183	130.16
MLO1772	0000774045	25/09/2017	56732	183	130.16
CBR4713	0000773953	25/09/2017	56732	183	130.16
CKN7566	0000772223	22/09/2017	56732	183	130.16
LXE3996	0000772351	22/09/2017	56732	183	130.16
MIF1862	0000773416	24/09/2017	56732	183	130.16
MEZ0833	0000774501	26/09/2017	56732	183	130.16
MKK0615	0000775146	27/09/2017	56732	183	130.16
MES0414	0000774696	26/09/2017	56732	183	130.16
JZE6032	0000775325	27/09/2017	56732	183	130.16
DAK9358	0000775217	27/09/2017	56732	183	130.16
MHA4763	0000775751	28/09/2017	56732	183	130.16
DZX6946	0000775779	28/09/2017	56732	183	130.16
MGO2919	0000775790	28/09/2017	56732	183	130.16
MHT9524	0000775796	28/09/2017	56732	183	130.16
MCD6416	0000775730	28/09/2017	56732	183	130.16
IRC6541	0000775736	28/09/2017	56732	183	130.16
PVI7380	0000775741	28/09/2017	56732	183	130.16
AIO7574	0000776750	30/09/2017	56732	183	130.16
MIF1862	0000777322	01/10/2017	56732	183	130.16
HKC6247	0000776856	30/09/2017	56732	183	130.16

MJN2334	0000776835	30/09/2017	56732	183	130.16
NTG1607	0000777422	01/10/2017	56732	183	130.16
DUJ9545	0000777201	01/10/2017	56732	183	130.16
MIZ2759	0000777206	01/10/2017	56732	183	130.16
DLR1902	0000777262	02/10/2017	56732	183	130.16
QHI6121	0000777551	02/10/2017	56732	183	130.16
LYL1435	0000777552	02/10/2017	56732	183	130.16
IJY0031	0000777341	02/10/2017	56732	183	130.16
MDN1719	0000778146	03/10/2017	56732	183	130.16
QHS8575	0000778306	03/10/2017	56732	183	130.16
MFQ1115	0000776592	30/09/2017	56732	183	130.16
MMK9679	0000776594	30/09/2017	56732	183	130.16
LYN4179	0000776598	30/09/2017	56732	183	130.16
IIB0550	0000776692	30/09/2017	56732	183	130.16
MEV6198	0000776602	30/09/2017	56732	183	130.16
MMB1762	0000776806	30/09/2017	56732	183	130.16
GVE3578	0000776645	30/09/2017	56732	183	130.16
INO9151	0000776660	30/09/2017	56732	183	130.16
JPQ5887	0000776729	30/09/2017	56732	183	130.16
LXF8837	0000776183	29/09/2017	56732	183	130.16
QHE0085	0000776123	27/09/2017	56732	183	130.16
MHN8068	0000776121	27/09/2017	56732	183	130.16
QIT6080	0000775873	28/09/2017	56732	183	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2618/2017**

Publicação Nº 1453950

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2618/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----



QIG3813	P02UT0006N	29/10/2017	75790	165	A
IEX3845	P019O000ID	02/11/2017	75790	165	A
MCL8472	P02VF0008R	02/11/2017	75790	165	A
IMO7743	P019O000IL	02/11/2017	75790	165	A
IGT8528	P019O000IO	02/11/2017	75790	165	A
QIY2648	54174002G	16/11/2017	75790	165	A
MHP3415	P030R00053	25/11/2017	75790	165	A
DDF8093	P02QN000AP	26/11/2017	75790	165	A
DLL2977	P02VF000AV	27/11/2017	75790	165	A
MCI0835	P02RI0008E	26/11/2017	50100	162	* I
IHX3009	P02UT0007J	27/11/2017	50100	162	* I
DDF8093	P02QN000AO	26/11/2017	50100	162	* I
MHU6192	P02RJ0005Q	23/11/2017	50100	162	* I
MBY5611	54091538G	13/11/2017	50100	162	* I
MGN6145	P02RI0007R	02/11/2017	50100	162	* I
LZH3424	P02T20015R	03/11/2017	50100	162	* I
IEX3845	P019O000IE	02/11/2017	50100	162	* I
IKY4999	P02VF0007Y	29/10/2017	50100	162	* I
IDG9454	P017Q0024Y	19/10/2017	50100	162	* I
MGS8047	P02VF00080	30/10/2017	50100	162	* I
MAV9392	P02VF00088	01/11/2017	50100	162	* I
ICJ8753	P02VF0008H	01/11/2017	50100	162	* I
ICJ8753	P02VF0008I	01/11/2017	51180	164	c/c 162 * I
ALC7462	55071420F	22/11/2017	64080	221	
QIY2648	54174001G	16/11/2017	65800	230	* IV
LZH3424	P02T20015Q	03/11/2017	65800	230	* IV
ION8269	P02VC000EO	26/10/2017	66020	230	* VI
QIY2648	54174003G	16/11/2017	73400	252	* IV
AFC8880	54173979G	22/11/2017	65561	230	* I
OKE9696	55071426F	22/11/2017	65992	230	* V
MDB5738	55503178F	22/11/2017	65992	230	* V
MHC2711	P01II000C8	25/11/2017	65992	230	* V
AMR2843	54169549G	09/11/2017	65992	230	* V
HOW2474	54174055G	22/11/2017	65992	230	* V
MCI0835	P02RI0008F	26/11/2017	65992	230	* V
MGS8047	P02VF0007Z	30/10/2017	65992	230	* V
IDG9454	P017Q0024X	19/10/2017	65992	230	* V
MAV9392	P02VF0008A	01/11/2017	65992	230	* V
ICJ8753	P02VF0008G	01/11/2017	65992	230	* V
MGN6145	P02RI0007Q	02/11/2017	65992	230	* V
LZH3424	P02T20015P	03/11/2017	65992	230	* V
MCL8472	P02VF0008U	02/11/2017	65992	230	* V
IMO7743	P019O000IJ	02/11/2017	65992	230	* V
MHA8295	P019O000KV	24/11/2017	66102	230	* VII
DCD3500	P02UT0007E	26/11/2017	66371	230	* IX
MJQ0083	55071423F	22/11/2017	66371	230	* IX
IMO7743	P019O000IM	02/11/2017	66371	230	* IX
MHB3897	P02T20019Q	22/11/2017	66372	230	* IX
MGS8047	P02VF00081	30/10/2017	66372	230	* IX
NUD5244	P02T20013B	18/10/2017	66372	230	* IX
LPP0604	54173975G	22/11/2017	66372	230	* IX
IMO7743	P019O000IK	02/11/2017	66531	230	* XI
MCL8472	P02VF0008S	02/11/2017	66532	230	* XI
IGT8528	P019O000IP	02/11/2017	66532	230	* XI
ION8269	P02VC000EN	26/10/2017	66532	230	* XI
MGB1124	P02T20015N	01/11/2017	66532	230	* XI
MAV9392	P02VF00089	01/11/2017	66532	230	* XI
ALC7462	55071421F	22/11/2017	67261	230	* XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL - 12ª DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2619/2017**

Publicação Nº 1453949

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - 280810

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8028 2619/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHR7759	54311141N	23/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
ECT4752	54315968N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MCC1588	54315969N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLO1018	54323183N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEH4725	P01II000C9	28/11/2017	76251	ART 181, XX
MIP5088	P019P000FC	29/11/2017	76251	ART 181, XX
MLS1088	P02UT0007K	28/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHO9895	P01II000CA	28/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QHK4129	P03DG000BC	24/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHJ0484	P019R0007V	03/11/2017	51930	168
OKE9696	55071425F	22/11/2017	51930	168
MKD9782	P019R0007N	30/10/2017	51930	168
MGB1124	P02T20015O	01/11/2017	52070	169
IMO7743	P019O000IN	02/11/2017	52070	169
LYL9316	P019P000E7	05/11/2017	53800	181 * I
MFZ6598	P02UT0007O	29/11/2017	55500	181 * XVIII
EBI2775	P019P000E1	03/11/2017	56060	182 * IV
AFX7887	P038H0009Z	23/10/2017	65300	228
CHI6569	P019P000DM	29/10/2017	65300	228
OKE9696	54174151G	22/11/2017	51851	167
LZF0267	54174152G	22/11/2017	51851	167
MDA7870	P019R0007S	31/10/2017	54522	181 * VIII
MJA6478	P019R0007G	30/10/2017	60174	206 * III
MIA5918	P02VF0009B	05/11/2017	60502	208
LPN1662	P030R0003P	28/10/2017	73662	252*VI
MKD1585	P02VF000B4	29/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 2045/2017**

Publicação Nº 1453561

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 2045/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYY9136	55867595E	20/11/2017	65992	230 * V
MJN9626	55867039E	21/11/2017	66532	230 * XI
DRI3969	55868235E	27/11/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WAGNER VALDIVINO MEIRELLES  
DELEGADA REGIONAL 12ª DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8655 2046/2017**

Publicação Nº 1453560

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECO - - 280810

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
 DE TRANSITO N.8655 2046/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
 -----

MID9355	54311781N	24/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDI4931	54312604N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDI4931	54312605N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
AVE0286	54312612N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MII9192	54312615N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLX8877	54315756N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLX8877	54315757N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLX8877	54315758N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLX8877	54315759N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLX8877	54315760N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLR2232	54315761N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
IRL3066	54323009N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIQ4941	54323010N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJD3216	54323011N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QJH7979	54323012N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGE3342	54323017N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJD3216	54324655N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJD3216	54324659N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDD7578	54324663N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
IMM4213	55867069E	06/11/2017	76251	ART 181, XX
MFQ6533	55866897E	18/11/2017	76251	ART 181, XX
QHB5395	55867590E	17/11/2017	51930	168
MIG1742	55867090E	21/11/2017	54600	181 * IX
MBF4112	55866871E	20/10/2017	54600	181 * IX
BBB9150	55867281E	23/11/2017	54600	181 * IX
MGB5809	55867131E	26/10/2017	55500	181 * XVIII
DOC1642	55866841E	28/10/2017	55680	181 * XIX
MIU2817	55867036E	09/11/2017	57200	186 * I
QHU2225	55866866E	16/10/2017	57380	186 * II
MIU2817	55867034E	09/11/2017	58350	195
BXR1840	55866978E	17/11/2017	58350	195
MKF4474	55866889E	03/11/2017	58350	195
DRI3969	55866639E	27/11/2017	58350	195
BXR1840	55866977E	17/11/2017	61220	214 * I
MGC6067	55867038E	21/11/2017	61220	214 * I
MKB7996	55867064E	06/11/2017	54521	181 * VIII
IVI8745	55863931E	28/10/2017	54521	181 * VIII
QIA5201	55865913E	24/10/2017	54521	181 * VIII
IGN2953	55865519E	21/11/2017	54521	181 * VIII
MDS7044	55867580E	09/11/2017	54522	181 * VIII
BXR1840	55866979E	17/11/2017	58191	193

QIG8939	55866966E	23/11/2017	60171	206 * III	
MIU2817	55867035E	09/11/2017	70301	244 * I	
CEN8092	55186612F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
HLP0984	55186617F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMD2841	55186619F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
ENW7263	55186620F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBL8862	55186623F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MNM8258	55186630F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55186631F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
FRH8517	55186645F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55186650F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZP3885	55186652F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLH2408	55186656F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55186657F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDC0042	55186659F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
ABY5457	55186663F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MFH8116	55186665F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MAE9009	55186679F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55186682F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHO3347	55186683F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
IUB4885	55186684F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MMH1455	55186694F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MET7554	55186705F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55186709F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MLP5790	55186726F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MET7554	55186727F	09/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
DZE4368	55185131F	23/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJL8130	55185140F	23/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZF6488	55185165F	23/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MBP6403	55185168F	23/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QHX1921	55185184F	23/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LXP1027	55185206F	23/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJF3529	55185245F	24/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
EMU4074	55185300F	24/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MDF4840	55185315F	24/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHM5930	55185326F	24/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
EMU4074	55185333F	24/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MJG9952	55185344F	25/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKG5477	55185352F	25/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
ABR0082	55185378F	25/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
JQL0145	55185388F	25/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
JQL0145	55185408F	25/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CIG3126	55185433F	25/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
JQL0145	55185438F	25/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
ISZ6132	55185454F	25/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
IVB4519	55185701F	27/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
NFT8160	55186360F	06/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
HKP2734	55186430F	07/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
QGC9938	55186502F	08/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
APW4177	55186561F	08/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
NJH6048	55186574F	08/11/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55184855F	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55184888F	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55184902F	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
LZM1769	55184910F	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKX2325	55184927F	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
EIJ8915	55184931F	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55184932F	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MKS9958	55184939F	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
MHX3219	55184942F	19/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
CEN8092	55184964F	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
AVQ4122	55184966F	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146
AFQ7254	55184974F	20/10/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146



CEN8092	55184977F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DBA1502	55184978F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AVQ4122	55184979F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIT6377	55184982F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCL8290	55185002F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DKV0177	55185013F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NEJ2174	55185022F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLC7589	55185052F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKS5803	55185076F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FUH9883	55185090F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKL8031	55185101F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY0956	55185109F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FUH9883	55185121F	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHT7735	55184246F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IPN5556	55184252F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJV8308	55184253F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMC5567	55184261F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IPN5556	55184262F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIT9579	55184263F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDY4251	55184270F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI0063	55184284F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IPN5556	55184290F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLF3839	55184292F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QID1731	55184293F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLV8356	55184295F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIF4356	55184297F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGE3342	55184306F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKX8106	55184314F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAM3953	55184315F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXC4497	55184322F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBC3190	55184332F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LRF3629	55184342F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DST4610	55184346F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXC4497	55184347F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KRS1291	55184370F	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HCO8132	55184383F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHI3873	55184384F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DNB3869	55184418F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJV5891	55184420F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLD6649	55184433F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLD4182	55184439F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIR8047	55184465F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MED9993	55184470F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLM8258	55184472F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMH6834	55184479F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJF0971	55184491F	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHB5485	55184514F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGY8697	55184524F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKP4818	55184531F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKD7096	55184533F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXS1986	55184534F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJH2461	55184541F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAM1313	55184543F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EZA4507	55184546F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIM2865	55184576F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGZ4043	55184580F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IQF2223	55184586F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIX3264	55184594F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EBH7428	55184595F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEF5257	55184611F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIV8747	55184629F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JZP0466	55184639F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDY7201	55184661F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146



KYL8261	55184662F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ADF8640	55184670F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IFM4524	55184674F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEN8092	55184676F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI6464	55184691F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHK5007	55184697F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NJS3800	55184718F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGY8697	55184740F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMI6642	55184744F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMA6503	55184748F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ2854	55184751F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IBC8557	55184759F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHQ7679	55184760F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIG7940	55184766F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEN8092	55184767F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMA6503	55184769F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASC2408	55184770F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEE4076	55184784F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKF4262	55184792F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI6464	55184794F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEN8092	55184808F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CHF1051	55184810F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFY9293	55184825F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKZ2869	55184831F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEN8092	55184835F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH1374	55186735F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EEP8053	55186737F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAB2928	55186740F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IKF4094	55186741F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DWP0362	55186745F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NPB8668	55186747F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHA2948	55186751F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DGE8751	55186753F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BAD0576	55186759F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHG2716	55186760F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ITT6715	55186764F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGS9379	55186769F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DDM7321	55186776F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJF4120	55186778F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB5508	55186783F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLE3248	55186787F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYJ0571	55186790F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DEA2211	55186794F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFZ5773	55186802F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DLR1902	55186803F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHD7308	55186805F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLH3191	55186808F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKG8614	55186809F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIP5172	55186827F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHN0543	55186829F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXP9286	55186833F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DAZ5956	55186845F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FBL7434	55186846F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AEC0772	55186847F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DDP2717	55186850F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EQF3922	55186854F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIV5898	55186855F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMI1413	55186857F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEF6274	55186860F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDJ9163	55186861F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AIB4807	55186863F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMD2196	55186866F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MUR0260	55186868F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

IHP5653	55186871F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEF6274	55186872F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DDR3764	55186874F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKY4442	55186876F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AIB4807	55186881F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IHP5653	55186885F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NGK5337	55186887F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMI9469	55186892F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGN0588	55186894F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AGS6954	55186895F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AIB4807	55186898F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AME4214	55186904F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DIP0660	55186907F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMI9469	55186910F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GXG9764	55186911F	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHA0008	55186916F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EWX2787	55186919F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHO5237	55186921F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHV4635	55186926F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFU3368	55186928F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYO3607	55186929F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55186932F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAY1895	55186936F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BZW2241	55186941F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ4341	55186942F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKX9049	55186953F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFZ5759	55186956F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJR1886	55186957F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHO5237	55186959F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AOG0357	55186960F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ELS7664	55186961F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBK4675	55186966F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLO1102	55186967F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGR7893	55186969F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIQ9888	55186972F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAB2928	55186979F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHO0914	55186981F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ANX7793	55186986F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGM3865	55186988F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MNM8258	55186996F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DKS7310	55187000F	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HLP0984	55187006F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIN8111	55187007F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYD6178	55187008F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EQJ7322	55187009F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ISN5988	55187012F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ATF4875	55187017F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CFH5430	55187018F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIM3795	55187019F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KOG4658	55187022F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHN0865	55187023F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHP4949	55187024F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ISN5988	55187025F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFZ4104	55187027F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJJ0049	55187030F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGD8768	55187031F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKO2343	55187034F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHZ2319	55187041F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDO8518	55187046F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHJ3217	55187052F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IND8852	55187053F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKP7058	55187055F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHA2948	55187056F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MGV5968	55187057F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIK9876	55187058F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JQC3244	55187059F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHZ1101	55187063F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AAD2074	55187067F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJU7482	55187070F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH1029	55187072F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AFE0037	55187073F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IND8852	55187075F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLC4204	55187080F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHN3185	55187081F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ8972	55187082F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZU3404	55187083F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AAD2074	55187087F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKI9794	55187088F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGV5968	55187089F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AYU9483	55187096F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGR9534	55187105F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIL2668	55187107F	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDB2086	55187115F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHH1698	55187119F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MUH7551	55187121F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIC5340	55187122F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AHW8875	55187127F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHA2948	55187131F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHM9930	55187135F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IVF9627	55187142F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ALK3766	55187143F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AWA7349	55187144F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IUL8572	55187156F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLT9698	55187163F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMI0923	55187166F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHG7732	55187168F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEN8092	55187169F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHL1543	55187173F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
NLS9229	55187175F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJS6820	55187183F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CRL8174	55187186F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEZ1818	55187194F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKB7006	55187196F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHL1543	55187198F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJD3216	55187202F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMH1455	55187203F	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IWT9321	55867587E	11/11/2017	73662	252*VI		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBE  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8745 986/2017**

Publicação Nº 1453538

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ - ELETRONICO - 280810

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
 DE TRANSITO N.8745 986/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
 -----

OKG1773	54311320N	24/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIQ9126	54312396N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MCU0275	54312404N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIL4064	54312420N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFQ9924	54312421N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLU0410	54312433N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJN6081	54312463N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLH2237	54312468N	24/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHS0373	54314144N	31/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFT0436	54314961N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLS5584	54314968N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLG2644	54314969N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIW5671	54314970N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLR2232	54314972N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHM5730	54319402N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
OGK7512	54322306N	24/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MML1357	54322329N	24/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AJE5852	54322867N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLD3013	54322871N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MID9495	54322881N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AZE2910	54322890N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIP2264	54322891N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIO6053	54322892N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFJ9991	54322896N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AOQ8113	54322897N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKN7614	54322898N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFV9577	54322899N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKR4621	54322901N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLF8045	54322902N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHE7763	54322903N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJE9790	54322904N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHR0165	54322905N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLL5620	54322906N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
HBZ1037	54322908N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFU7567	54322909N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLR6582	54322910N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
ITI1370	54322911N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGC1481	54322912N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJE9790	54322913N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
LXU3745	54322914N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MMC6684	54322915N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$



MGN8731	54322916N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLV0234	54322917N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIN8111	54322918N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MKT2208	54322919N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MCU7242	54322920N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MAP7721	54322921N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
AOC4746	54322922N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MFG8447	54322923N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MGC8623	54322924N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
QHR5343	54322925N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIN8111	54322926N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MLY6804	54322927N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
ITE6800	54322928N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIM8313	54322941N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
QIB0375	54323621N	28/11/2017	50020	257	õ	8\$
MEN0360	54323649N	28/11/2017	50020	257	õ	8\$
MDS4522	54323672N	28/11/2017	50020	257	õ	8\$
MDT1354	54324697N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
MDT1354	54324698N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
MJC1731	54324703N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
MJD3216	54324723N	01/12/2017	50020	257	õ	8\$
QHU6130	0000809849	29/11/2017	74550	218	*	I
LZB1671	0000810196	30/11/2017	74550	218	*	I
QJQ3800	0000810240	30/11/2017	74550	218	*	I
MEE5451	0000810281	30/11/2017	74550	218	*	I
FME3193	0000809296	29/11/2017	74550	218	*	I
MGC6067	0000809301	29/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000809337	28/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000809338	28/11/2017	74550	218	*	I
MLM3493	0000809348	28/11/2017	74550	218	*	I
LXN0157	0000809362	29/11/2017	74550	218	*	I
EIE6827	0000809373	28/11/2017	74550	218	*	I
QHP8088	0000809383	28/11/2017	74550	218	*	I
MGS9690	0000809391	28/11/2017	74550	218	*	I
IUE5261	0000809420	29/11/2017	74550	218	*	I
MFY2765	0000809433	28/11/2017	74550	218	*	I
AOE2995	0000809437	29/11/2017	74550	218	*	I
MEG5348	0000809438	29/11/2017	74550	218	*	I
MLX0423	0000809446	28/11/2017	74550	218	*	I
MKL4331	0000809525	28/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000809542	28/11/2017	74550	218	*	I
MCG1748	0000809556	28/11/2017	74550	218	*	I
CMW7234	0000809560	28/11/2017	74550	218	*	I
MKY2580	0000809561	28/11/2017	74550	218	*	I
NXQ3110	0000809566	28/11/2017	74550	218	*	I
MLC5350	0000809570	28/11/2017	74550	218	*	I
MBW1168	0000809571	28/11/2017	74550	218	*	I
MEM5022	0000809574	28/11/2017	74550	218	*	I
AWE0176	0000809579	28/11/2017	74550	218	*	I
HJP1230	0000809586	27/11/2017	74550	218	*	I
MHO1849	0000809588	28/11/2017	74550	218	*	I
MEM5022	0000809589	28/11/2017	74550	218	*	I
AND6941	0000809493	28/11/2017	74550	218	*	I
MHO0250	0000809494	28/11/2017	74550	218	*	I
MLB3820	0000809495	28/11/2017	74550	218	*	I
MMD4676	0000809499	28/11/2017	74550	218	*	I
MDV9680	0000809486	28/11/2017	74550	218	*	I
QIA2769	0000809591	28/11/2017	74550	218	*	I
CEA3875	0000809593	28/11/2017	74550	218	*	I
MED1943	0000809597	28/11/2017	74550	218	*	I
MMJ8826	0000808817	27/11/2017	74550	218	*	I
EBR7268	0000808818	27/11/2017	74550	218	*	I
MKZ1982	0000808822	27/11/2017	74550	218	*	I

BBZ2005	0000808830	27/11/2017	74550	218	*	I
MCZ9206	0000808832	27/11/2017	74550	218	*	I
AKE5206	0000808836	27/11/2017	74550	218	*	I
QHL4895	0000808840	27/11/2017	74550	218	*	I
AUN2169	0000808857	27/11/2017	74550	218	*	I
MJX0229	0000808858	27/11/2017	74550	218	*	I
QIN2158	0000808868	27/11/2017	74550	218	*	I
CFW7317	0000808875	27/11/2017	74550	218	*	I
QHG1445	0000808886	27/11/2017	74550	218	*	I
MKV6081	0000808896	27/11/2017	74550	218	*	I
IKY8003	0000808903	27/11/2017	74550	218	*	I
MBY8819	0000808905	27/11/2017	74550	218	*	I
MMM6054	0000808918	27/11/2017	74550	218	*	I
QIF3471	0000808920	27/11/2017	74550	218	*	I
MHF8096	0000808798	27/11/2017	74550	218	*	I
GTA7735	0000808800	27/11/2017	74550	218	*	I
MGB3126	0000808804	27/11/2017	74550	218	*	I
MCX3215	0000808808	27/11/2017	74550	218	*	I
MKS3512	0000808922	27/11/2017	74550	218	*	I
LZX2160	0000808923	27/11/2017	74550	218	*	I
OFW9306	0000808929	27/11/2017	74550	218	*	I
MET4008	0000808931	27/11/2017	74550	218	*	I
MFY8175	0000808974	27/11/2017	74550	218	*	I
MIJ3053	0000808983	27/11/2017	74550	218	*	I
MLD7438	0000808986	27/11/2017	74550	218	*	I
MCZ2728	0000808988	27/11/2017	74550	218	*	I
INJ1585	0000808993	27/11/2017	74550	218	*	I
MAJ1117	0000808999	27/11/2017	74550	218	*	I
OPS6414	0000809005	27/11/2017	74550	218	*	I
MJT6537	0000809010	27/11/2017	74550	218	*	I
APG1711	0000809011	27/11/2017	74550	218	*	I
LZA6939	0000809016	27/11/2017	74550	218	*	I
MBL3173	0000809023	27/11/2017	74550	218	*	I
OKE1844	0000809026	27/11/2017	74550	218	*	I
MFZ6103	0000809033	28/11/2017	74550	218	*	I
MEY9189	0000809066	28/11/2017	74550	218	*	I
MDQ1313	0000809068	28/11/2017	74550	218	*	I
MKQ5264	0000809090	28/11/2017	74550	218	*	I
MDW2116	0000809107	29/11/2017	74550	218	*	I
MEI4076	0000809144	28/11/2017	74550	218	*	I
MLY2566	0000809160	29/11/2017	74550	218	*	I
AJP6367	0000809174	28/11/2017	74550	218	*	I
IOF0546	0000809240	28/11/2017	74550	218	*	I
MFZ4754	0000809256	28/11/2017	74550	218	*	I
MLU2765	0000809262	29/11/2017	74550	218	*	I
MCD6416	0000809264	29/11/2017	74550	218	*	I
MLS0359	0000809265	29/11/2017	74550	218	*	I
MGH2807	0000809275	28/11/2017	74550	218	*	I
LZV8535	0000806662	23/11/2017	74550	218	*	I
CER5871	0000806665	23/11/2017	74550	218	*	I
LZG9741	0000806668	23/11/2017	74550	218	*	I
MIS9603	0000806680	23/11/2017	74550	218	*	I
JGO2381	0000806692	23/11/2017	74550	218	*	I
MGD5263	0000806714	23/11/2017	74550	218	*	I
MHO1849	0000806755	23/11/2017	74550	218	*	I
ARN7132	0000806768	23/11/2017	74550	218	*	I
LZA9329	0000806789	23/11/2017	74550	218	*	I
ISG8878	0000806822	23/11/2017	74550	218	*	I
MEF0342	0000806850	23/11/2017	74550	218	*	I
MHV2264	0000806852	23/11/2017	74550	218	*	I
MDK4322	0000806855	23/11/2017	74550	218	*	I
MFE5370	0000806860	23/11/2017	74550	218	*	I
QHV6549	0000806864	23/11/2017	74550	218	*	I



MEB4703	0000806892	23/11/2017	74550	218	*	I
MFQ5179	0000806917	23/11/2017	74550	218	*	I
MCX9683	0000806924	23/11/2017	74550	218	*	I
MJF3181	0000806449	23/11/2017	74550	218	*	I
IWN9336	0000806602	23/11/2017	74550	218	*	I
DDA3063	0000806962	24/11/2017	74550	218	*	I
MLO5249	0000806969	24/11/2017	74550	218	*	I
MKY0064	0000806975	24/11/2017	74550	218	*	I
EFK3277	0000806988	24/11/2017	74550	218	*	I
LYR5019	0000806989	24/11/2017	74550	218	*	I
MLM1270	0000806992	24/11/2017	74550	218	*	I
MFR7974	0000807051	24/11/2017	74550	218	*	I
CJF5175	0000807052	24/11/2017	74550	218	*	I
DJC4364	0000807062	24/11/2017	74550	218	*	I
MDQ8782	0000807067	24/11/2017	74550	218	*	I
MIU0501	0000807070	24/11/2017	74550	218	*	I
MCL9538	0000807072	24/11/2017	74550	218	*	I
QIF1973	0000807090	24/11/2017	74550	218	*	I
QHC9720	0000807018	24/11/2017	74550	218	*	I
QHE4156	0000807119	24/11/2017	74550	218	*	I
MGF8795	0000807189	24/11/2017	74550	218	*	I
MEU2882	0000807212	24/11/2017	74550	218	*	I
MLQ3292	0000807218	24/11/2017	74550	218	*	I
IDV9405	0000807225	24/11/2017	74550	218	*	I
ITE3395	0000807229	24/11/2017	74550	218	*	I
MDU9013	0000807249	24/11/2017	74550	218	*	I
BQK0609	0000807270	24/11/2017	74550	218	*	I
MLG1693	0000807278	24/11/2017	74550	218	*	I
QIX5302	0000807283	24/11/2017	74550	218	*	I
MFQ8344	0000807284	24/11/2017	74550	218	*	I
IY4824	0000807297	24/11/2017	74550	218	*	I
FDO4531	0000807299	24/11/2017	74550	218	*	I
MFL8621	0000807300	24/11/2017	74550	218	*	I
MHC0554	0000807303	24/11/2017	74550	218	*	I
QHS3314	0000807305	24/11/2017	74550	218	*	I
IPY5719	0000807308	24/11/2017	74550	218	*	I
MIZ1460	0000807311	24/11/2017	74550	218	*	I
LZR2890	0000807312	24/11/2017	74550	218	*	I
LZY7272	0000807313	24/11/2017	74550	218	*	I
BCK0403	0000807328	24/11/2017	74550	218	*	I
AKE8591	0000807337	24/11/2017	74550	218	*	I
MLG7455	0000807340	24/11/2017	74550	218	*	I
MCA2451	0000807349	24/11/2017	74550	218	*	I
MHI7212	0000807134	24/11/2017	74550	218	*	I
PVL8108	0000807156	24/11/2017	74550	218	*	I
MLS6378	0000807157	24/11/2017	74550	218	*	I
LOD6048	0000807160	24/11/2017	74550	218	*	I
KPQ6791	0000807161	24/11/2017	74550	218	*	I
MGM4337	0000807172	24/11/2017	74550	218	*	I
MDD5733	0000807176	24/11/2017	74550	218	*	I
INS8614	0000807179	24/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000807352	24/11/2017	74550	218	*	I
MDI8663	0000807353	24/11/2017	74550	218	*	I
MAX9525	0000807354	24/11/2017	74550	218	*	I
IKG9325	0000807358	24/11/2017	74550	218	*	I
IMU6752	0000807377	24/11/2017	74550	218	*	I
IMU6752	0000807378	24/11/2017	74550	218	*	I
MFP7102	0000807384	25/11/2017	74550	218	*	I
MJD3216	0000807389	25/11/2017	74550	218	*	I
DDF8093	0000807396	25/11/2017	74550	218	*	I
MLV6202	0000807401	25/11/2017	74550	218	*	I
MFY7023	0000807447	25/11/2017	74550	218	*	I
MDQ8333	0000807450	25/11/2017	74550	218	*	I

IVK5693	0000807461	25/11/2017	74550	218	*	I
KRC1364	0000807462	25/11/2017	74550	218	*	I
IHW8704	0000807414	25/11/2017	74550	218	*	I
LTH5435	0000807418	25/11/2017	74550	218	*	I
ALY7359	0000807477	25/11/2017	74550	218	*	I
IIO0113	0000807490	25/11/2017	74550	218	*	I
BRB9787	0000807514	25/11/2017	74550	218	*	I
MJF9228	0000807565	25/11/2017	74550	218	*	I
AAE3628	0000807575	25/11/2017	74550	218	*	I
MAD4432	0000807577	25/11/2017	74550	218	*	I
MGC8528	0000807583	25/11/2017	74550	218	*	I
DRC3848	0000807586	25/11/2017	74550	218	*	I
LXF8837	0000807591	25/11/2017	74550	218	*	I
MCI0835	0000807596	25/11/2017	74550	218	*	I
MCA2451	0000807626	25/11/2017	74550	218	*	I
AIN3193	0000807640	25/11/2017	74550	218	*	I
IOS5322	0000807641	25/11/2017	74550	218	*	I
MIH9504	0000807650	25/11/2017	74550	218	*	I
QHC9063	0000807656	25/11/2017	74550	218	*	I
MFZ2760	0000807660	25/11/2017	74550	218	*	I
MFQ0138	0000807661	25/11/2017	74550	218	*	I
CFY7969	0000807674	25/11/2017	74550	218	*	I
MAE9009	0000807677	25/11/2017	74550	218	*	I
AGW0302	0000807678	25/11/2017	74550	218	*	I
MBT1935	0000807701	25/11/2017	74550	218	*	I
AQC0679	0000807705	25/11/2017	74550	218	*	I
MFQ5179	0000807712	25/11/2017	74550	218	*	I
KXW0293	0000807713	25/11/2017	74550	218	*	I
MFR0945	0000807722	25/11/2017	74550	218	*	I
IRE9473	0000807750	25/11/2017	74550	218	*	I
IRS8874	0000807770	25/11/2017	74550	218	*	I
MJN6116	0000807776	25/11/2017	74550	218	*	I
MJZ3154	0000807779	25/11/2017	74550	218	*	I
LBX7430	0000807782	25/11/2017	74550	218	*	I
MCJ6234	0000807784	25/11/2017	74550	218	*	I
MKZ1900	0000807791	25/11/2017	74550	218	*	I
DDF8093	0000807793	25/11/2017	74550	218	*	I
ADB1955	0000807698	25/11/2017	74550	218	*	I
ALG1201	0000807812	25/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000807818	25/11/2017	74550	218	*	I
MHO1998	0000807820	25/11/2017	74550	218	*	I
MBF2795	0000807881	25/11/2017	74550	218	*	I
LWX8355	0000807896	25/11/2017	74550	218	*	I
HLO3050	0000807900	25/11/2017	74550	218	*	I
ARC1585	0000807904	25/11/2017	74550	218	*	I
MFR6230	0000807916	25/11/2017	74550	218	*	I
MJT8593	0000807918	25/11/2017	74550	218	*	I
MLQ5324	0000807847	25/11/2017	74550	218	*	I
MFQ6127	0000807849	25/11/2017	74550	218	*	I
MEX5387	0000807864	25/11/2017	74550	218	*	I
MCM6355	0000807867	25/11/2017	74550	218	*	I
MFH6096	0000807939	25/11/2017	74550	218	*	I
MFS3760	0000807942	25/11/2017	74550	218	*	I
MET1329	0000807958	26/11/2017	74550	218	*	I
AJW1220	0000807960	26/11/2017	74550	218	*	I
QHS0940	0000807877	25/11/2017	74550	218	*	I
FDN1115	0000807973	26/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000807976	26/11/2017	74550	218	*	I
CSD9560	0000807986	26/11/2017	74550	218	*	I
MHI3118	0000807987	26/11/2017	74550	218	*	I
MGA4764	0000808001	26/11/2017	74550	218	*	I
MKH3687	0000808005	26/11/2017	74550	218	*	I
APS8222	0000808012	26/11/2017	74550	218	*	I

MHC9988	0000808016	26/11/2017	74550	218	*	I
CVM6335	0000808023	26/11/2017	74550	218	*	I
NEN2790	0000808025	26/11/2017	74550	218	*	I
MHU2725	0000808028	26/11/2017	74550	218	*	I
KYZ6146	0000808029	26/11/2017	74550	218	*	I
NEN2790	0000807997	26/11/2017	74550	218	*	I
MIR9742	0000808070	26/11/2017	74550	218	*	I
MJB1083	0000808075	26/11/2017	74550	218	*	I
MLU0861	0000808087	26/11/2017	74550	218	*	I
MHR4774	0000808097	26/11/2017	74550	218	*	I
IRG4041	0000808114	26/11/2017	74550	218	*	I
LZM8285	0000808116	26/11/2017	74550	218	*	I
DLA2841	0000808142	26/11/2017	74550	218	*	I
MJI7540	0000808257	26/11/2017	74550	218	*	I
MKA3699	0000808259	26/11/2017	74550	218	*	I
MIL0010	0000808262	26/11/2017	74550	218	*	I
MGS9379	0000808263	26/11/2017	74550	218	*	I
ITI4309	0000808265	26/11/2017	74550	218	*	I
AVO4254	0000808275	26/11/2017	74550	218	*	I
MCO3278	0000808276	26/11/2017	74550	218	*	I
EJQ0716	0000808284	26/11/2017	74550	218	*	I
MDZ3758	0000808289	26/11/2017	74550	218	*	I
MKZ8227	0000808304	26/11/2017	74550	218	*	I
MGK2258	0000808305	26/11/2017	74550	218	*	I
AQB2188	0000808309	26/11/2017	74550	218	*	I
MJB6524	0000808327	26/11/2017	74550	218	*	I
MJE5988	0000808331	26/11/2017	74550	218	*	I
DYH8086	0000808340	26/11/2017	74550	218	*	I
MAZ1742	0000808347	26/11/2017	74550	218	*	I
MHM8903	0000808348	26/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000808358	26/11/2017	74550	218	*	I
LXN0157	0000808361	26/11/2017	74550	218	*	I
IPO7090	0000808375	26/11/2017	74550	218	*	I
MKV0601	0000808376	26/11/2017	74550	218	*	I
MLT2831	0000808487	26/11/2017	74550	218	*	I
MIW4599	0000808488	26/11/2017	74550	218	*	I
AJG7691	0000808490	26/11/2017	74550	218	*	I
MCM6355	0000808493	26/11/2017	74550	218	*	I
MJG4449	0000808495	26/11/2017	74550	218	*	I
AGW0302	0000808498	26/11/2017	74550	218	*	I
MJZ4781	0000808514	26/11/2017	74550	218	*	I
MAM7973	0000808516	26/11/2017	74550	218	*	I
LXB4544	0000808520	26/11/2017	74550	218	*	I
IPH8272	0000808530	26/11/2017	74550	218	*	I
QHG2287	0000808534	26/11/2017	74550	218	*	I
MJZ7107	0000808160	26/11/2017	74550	218	*	I
MKF4530	0000808162	26/11/2017	74550	218	*	I
ERX2746	0000808165	26/11/2017	74550	218	*	I
DMF9496	0000808189	26/11/2017	74550	218	*	I
CZU1037	0000808195	26/11/2017	74550	218	*	I
DAR6133	0000808215	26/11/2017	74550	218	*	I
MKH6040	0000808384	26/11/2017	74550	218	*	I
IQC8082	0000808387	26/11/2017	74550	218	*	I
MDI4513	0000808392	26/11/2017	74550	218	*	I
IFD1002	0000808403	26/11/2017	74550	218	*	I
MHX1485	0000808416	26/11/2017	74550	218	*	I
MLS4079	0000808417	26/11/2017	74550	218	*	I
MKS9146	0000808421	26/11/2017	74550	218	*	I
MAB5356	0000808433	26/11/2017	74550	218	*	I
EEZ5368	0000808439	26/11/2017	74550	218	*	I
MHE3426	0000808440	26/11/2017	74550	218	*	I
MLC7016	0000808457	26/11/2017	74550	218	*	I
LZJ2370	0000808471	26/11/2017	74550	218	*	I

ABX0052	0000808476	26/11/2017	74550	218	*	I
MCD7110	0000808582	27/11/2017	74550	218	*	I
MDN4461	0000808172	26/11/2017	74550	218	*	I
MEJ8835	0000808595	27/11/2017	74550	218	*	I
MLO0043	0000808635	27/11/2017	74550	218	*	I
QIR8346	0000808653	27/11/2017	74550	218	*	I
MAB8616	0000808716	27/11/2017	74550	218	*	I
MCX3215	0000808721	27/11/2017	74550	218	*	I
MAU4599	0000808726	27/11/2017	74550	218	*	I
MEY8426	0000808732	27/11/2017	74550	218	*	I
MJN3869	0000808667	27/11/2017	74550	218	*	I
MGA4764	0000808746	27/11/2017	74550	218	*	I
MJW3739	0000808748	27/11/2017	74550	218	*	I
AES0123	0000808768	27/11/2017	74550	218	*	I
MEW8158	0000806429	23/11/2017	74550	218	*	I
DHF8395	0000806455	23/11/2017	74550	218	*	I
MPD7450	0000806468	23/11/2017	74550	218	*	I
MGL1625	0000806475	23/11/2017	74550	218	*	I
QHJ2734	0000806520	23/11/2017	74550	218	*	I
MMC2906	0000806556	23/11/2017	74550	218	*	I
MCE7399	0000806216	22/11/2017	74550	218	*	I
IKP3508	0000806233	22/11/2017	74550	218	*	I
OBR9708	0000806253	22/11/2017	74550	218	*	I
MEH6456	0000806289	22/11/2017	74550	218	*	I
MJE6070	0000806308	22/11/2017	74550	218	*	I
MAV7572	0000806309	22/11/2017	74550	218	*	I
MIA8868	0000806343	22/11/2017	74550	218	*	I
ILM4845	0000806406	22/11/2017	74550	218	*	I
MCR1394	0000806407	22/11/2017	74550	218	*	I
ONK6193	0000806412	22/11/2017	74550	218	*	I
ITG9394	0000804711	19/11/2017	74550	218	*	I
IKQ7284	0000805172	19/11/2017	74550	218	*	I
MHJ6309	0000805199	20/11/2017	74550	218	*	I
ABY8998	0000805310	20/11/2017	74550	218	*	I
IPK5898	0000805324	20/11/2017	74550	218	*	I
PVJ3500	0000805480	20/11/2017	74550	218	*	I
HLX1760	0000805540	20/11/2017	74550	218	*	I
JFM0935	0000805614	20/11/2017	74550	218	*	I
MJP0124	0000805952	21/11/2017	74550	218	*	I
ITA9372	0000805973	21/11/2017	74550	218	*	I
FSR9903	0000801801	14/11/2017	74550	218	*	I
FAX0705	0000802269	15/11/2017	74550	218	*	I
QHN1890	0000802339	15/11/2017	74550	218	*	I
NFT8160	0000803345	17/11/2017	74550	218	*	I
IRK5468	0000803471	17/11/2017	74550	218	*	I
AMZ4537	0000803504	17/11/2017	74550	218	*	I
BPN2526	0000803597	18/11/2017	74550	218	*	I
IWF5221	0000803613	18/11/2017	74550	218	*	I
IPK5898	0000804181	18/11/2017	74550	218	*	I
MCI7291	0000804182	18/11/2017	74550	218	*	I
MEN1689	0000804186	18/11/2017	74550	218	*	I
MHG4666	0000804222	18/11/2017	74550	218	*	I
ICJ6601	0000804255	18/11/2017	74550	218	*	I
ONU1100	0000804265	18/11/2017	74550	218	*	I
MLA4611	0000804325	18/11/2017	74550	218	*	I
MHP5495	0000802951	16/11/2017	74550	218	*	I
LRL8186	0000803199	17/11/2017	74550	218	*	I
ICJ6601	0000804431	18/11/2017	74550	218	*	I
EQK1376	0000804496	19/11/2017	74550	218	*	I
EQK1376	0000804509	19/11/2017	74550	218	*	I
IXB5893	0000804630	19/11/2017	74550	218	*	I
INI3425	0000804848	19/11/2017	74550	218	*	I
ALF6153	0000804860	19/11/2017	74550	218	*	I

ICJ6601	0000804877	19/11/2017	74550	218	*	I
IPT0383	0000804892	19/11/2017	74550	218	*	I
ICJ6601	0000804893	19/11/2017	74550	218	*	I
MMF2953	0000804940	19/11/2017	74550	218	*	I
HLX1760	0000804948	19/11/2017	74550	218	*	I
NTZ7363	0000804958	19/11/2017	74550	218	*	I
HLX1760	0000804964	19/11/2017	74550	218	*	I
ALF6153	0000805074	19/11/2017	74550	218	*	I
FHN1531	0000805075	19/11/2017	74550	218	*	I
AEG5171	0000805122	19/11/2017	74550	218	*	I
MGV0133	0000797659	06/11/2017	74550	218	*	I
MBJ8642	0000797691	06/11/2017	74550	218	*	I
MIB9349	0000797736	06/11/2017	74550	218	*	I
MEM4267	0000797740	06/11/2017	74550	218	*	I
NJR6112	0000797781	06/11/2017	74550	218	*	I
ETS0345	0000797820	06/11/2017	74550	218	*	I
MJX6384	0000797904	06/11/2017	74550	218	*	I
MFN3417	0000797919	06/11/2017	74550	218	*	I
QIV8618	0000797996	07/11/2017	74550	218	*	I
MGV0133	0000798107	07/11/2017	74550	218	*	I
APG7807	0000798113	07/11/2017	74550	218	*	I
EJZ4150	0000798369	07/11/2017	74550	218	*	I
AKE3805	0000798756	08/11/2017	74550	218	*	I
HSH7150	0000800004	11/11/2017	74550	218	*	I
IWU2600	0000800483	12/11/2017	74550	218	*	I
ARY9792	0000800528	12/11/2017	74550	218	*	I
MLO4199	0000801221	13/11/2017	74550	218	*	I
ARD0753	0000801297	13/11/2017	74550	218	*	I
CZU8188	0000797448	05/11/2017	74550	218	*	I
LYM4019	0000797450	05/11/2017	74550	218	*	I
MGE2360	0000797452	05/11/2017	74550	218	*	I
HRP3325	0000795113	01/11/2017	74550	218	*	I
GYZ8644	0000795141	01/11/2017	74550	218	*	I
QII1513	0000795154	01/11/2017	74550	218	*	I
NYI1149	0000795811	02/11/2017	74550	218	*	I
MDX1107	0000796220	03/11/2017	74550	218	*	I
JNJ5726	0000796233	03/11/2017	74550	218	*	I
QHS7244	0000796859	04/11/2017	74550	218	*	I
OGA4728	0000797542	06/11/2017	74550	218	*	I
MLO4199	0000801468	13/11/2017	74550	218	*	I
EKV7833	0000795875	03/11/2017	74550	218	*	I
EKV7833	0000795893	03/11/2017	74550	218	*	I
AYK1102	0000795900	03/11/2017	74550	218	*	I
GPB3192	0000795718	02/11/2017	74550	218	*	I
MDX9912	0000795721	02/11/2017	74550	218	*	I
MGT8470	0000795738	02/11/2017	74550	218	*	I
MEN7557	0000795746	02/11/2017	74550	218	*	I
CXV1843	0000795779	02/11/2017	74550	218	*	I
MDK7075	0000795791	02/11/2017	74550	218	*	I
MFZ8752	0000795793	02/11/2017	74550	218	*	I
MGT3111	0000795807	02/11/2017	74550	218	*	I
JXK7688	0000795829	02/11/2017	74550	218	*	I
MGQ1412	0000795980	03/11/2017	74550	218	*	I
MFC9567	0000796005	03/11/2017	74550	218	*	I
AYK1102	0000796043	03/11/2017	74550	218	*	I
LZS3959	0000796047	03/11/2017	74550	218	*	I
JQL0145	0000796057	03/11/2017	74550	218	*	I
MFC3123	0000796059	03/11/2017	74550	218	*	I
MFG1422	0000796064	03/11/2017	74550	218	*	I
QHA3179	0000796066	03/11/2017	74550	218	*	I
JNJ5726	0000796084	03/11/2017	74550	218	*	I
QIB7293	0000796086	03/11/2017	74550	218	*	I
MBN8668	0000796090	03/11/2017	74550	218	*	I



MBQ0240	0000796144	03/11/2017	74550	218	*	I
MFO8792	0000795524	02/11/2017	74550	218	*	I
MJF4628	0000795910	03/11/2017	74550	218	*	I
JYJ0023	0000796150	03/11/2017	74550	218	*	I
MGU5140	0000796152	03/11/2017	74550	218	*	I
ILB4376	0000796190	03/11/2017	74550	218	*	I
BCJ1810	0000796192	03/11/2017	74550	218	*	I
QHB2521	0000796194	03/11/2017	74550	218	*	I
MKR5554	0000794810	01/11/2017	74550	218	*	I
EJS7261	0000794816	01/11/2017	74550	218	*	I
MLA4400	0000794932	01/11/2017	74550	218	*	I
NGO0639	0000794954	01/11/2017	74550	218	*	I
GOW4331	0000795320	02/11/2017	74550	218	*	I
MJT2507	0000795386	02/11/2017	74550	218	*	I
AOU3292	0000795396	02/11/2017	74550	218	*	I
ALY1722	0000795422	02/11/2017	74550	218	*	I
MEH2472	0000795446	02/11/2017	74550	218	*	I
IQG8089	0000795479	02/11/2017	74550	218	*	I
JLU3673	0000795485	02/11/2017	74550	218	*	I
EPN4146	0000795508	02/11/2017	74550	218	*	I
CXV1843	0000795593	02/11/2017	74550	218	*	I
AUS5311	0000795598	02/11/2017	74550	218	*	I
IRD5665	0000795621	02/11/2017	74550	218	*	I
MKX0321	0000795644	02/11/2017	74550	218	*	I
NGI4026	0000795649	02/11/2017	74550	218	*	I
CXV1843	0000795661	02/11/2017	74550	218	*	I
MFR3775	0000795662	02/11/2017	74550	218	*	I
MBN5258	0000795541	02/11/2017	74550	218	*	I
IJV7808	0000795561	02/11/2017	74550	218	*	I
LYC2304	0000795575	02/11/2017	74550	218	*	I
IGL6097	0000795677	02/11/2017	74550	218	*	I
MHX9450	0000795678	02/11/2017	74550	218	*	I
CXV1843	0000795690	02/11/2017	74550	218	*	I
LZM1769	0000795962	03/11/2017	74550	218	*	I
MBM8758	0000795966	03/11/2017	74550	218	*	I
IKI7544	0000796205	03/11/2017	74550	218	*	I
AYE5236	0000796226	03/11/2017	74550	218	*	I
MMA3989	0000796240	04/11/2017	74550	218	*	I
MCG4441	0000796275	04/11/2017	74550	218	*	I
QIA0154	0000796287	04/11/2017	74550	218	*	I
AWX1239	0000796295	04/11/2017	74550	218	*	I
ISF2662	0000796306	04/11/2017	74550	218	*	I
MBI6287	0000796429	04/11/2017	74550	218	*	I
IGC2059	0000796446	04/11/2017	74550	218	*	I
DWO5386	0000796457	04/11/2017	74550	218	*	I
MFD0336	0000796487	04/11/2017	74550	218	*	I
MKB8644	0000796514	04/11/2017	74550	218	*	I
MKX9652	0000796521	04/11/2017	74550	218	*	I
IQJ9539	0000796524	04/11/2017	74550	218	*	I
IOB2723	0000796575	04/11/2017	74550	218	*	I
CAT1821	0000796580	04/11/2017	74550	218	*	I
ISZ6132	0000796614	04/11/2017	74550	218	*	I
MCG4441	0000796623	04/11/2017	74550	218	*	I
MMH2152	0000796643	04/11/2017	74550	218	*	I
MGH7618	0000796666	04/11/2017	74550	218	*	I
MTC6759	0000796675	04/11/2017	74550	218	*	I
MEH6436	0000796690	04/11/2017	74550	218	*	I
LXH5082	0000796725	04/11/2017	74550	218	*	I
BEL0964	0000796730	04/11/2017	74550	218	*	I
IJR9190	0000796737	04/11/2017	74550	218	*	I
MMH5442	0000796746	04/11/2017	74550	218	*	I
JTD5980	0000796769	04/11/2017	74550	218	*	I
MHY1457	0000796770	04/11/2017	74550	218	*	I



MLD9405	0000796772	04/11/2017	74550	218	*	I
IPW2000	0000796822	04/11/2017	74550	218	*	I
MTC6759	0000796826	04/11/2017	74550	218	*	I
IXT9708	0000796876	05/11/2017	74550	218	*	I
CWF7194	0000796908	05/11/2017	74550	218	*	I
MDH4853	0000796911	05/11/2017	74550	218	*	I
MGE2360	0000796913	05/11/2017	74550	218	*	I
IXT9708	0000796936	05/11/2017	74550	218	*	I
MJD2157	0000796992	05/11/2017	74550	218	*	I
MIB0329	0000797013	05/11/2017	74550	218	*	I
MBE6456	0000797023	05/11/2017	74550	218	*	I
MGE2360	0000797092	05/11/2017	74550	218	*	I
BCC1771	0000797097	05/11/2017	74550	218	*	I
IOB4812	0000797113	05/11/2017	74550	218	*	I
MDF9711	0000797116	05/11/2017	74550	218	*	I
MAP6437	0000797123	05/11/2017	74550	218	*	I
IOB4812	0000797141	05/11/2017	74550	218	*	I
MIB0329	0000797144	05/11/2017	74550	218	*	I
MKJ6701	0000797204	05/11/2017	74550	218	*	I
NJD9630	0000797209	05/11/2017	74550	218	*	I
CGR0736	0000797212	05/11/2017	74550	218	*	I
IEG5700	0000797215	05/11/2017	74550	218	*	I
MJP8349	0000797249	05/11/2017	74550	218	*	I
IPS6094	0000797258	05/11/2017	74550	218	*	I
JYE8583	0000797279	05/11/2017	74550	218	*	I
MIM1237	0000797342	05/11/2017	74550	218	*	I
MMH3776	0000797347	05/11/2017	74550	218	*	I
MFJ3776	0000797373	05/11/2017	74550	218	*	I
MJY1724	0000797381	05/11/2017	74550	218	*	I
MIT9467	0000797385	05/11/2017	74550	218	*	I
IEG5700	0000797404	05/11/2017	74550	218	*	I
MJU1491	0000797228	05/11/2017	74550	218	*	I
LXT3059	0000797433	05/11/2017	74550	218	*	I
MJC6524	0000797437	05/11/2017	74550	218	*	I
IMF6409	0000791743	27/10/2017	74550	218	*	I
LAE8987	0000791761	27/10/2017	74550	218	*	I
MDB2137	0000791774	27/10/2017	74550	218	*	I
EOZ9137	0000791790	27/10/2017	74550	218	*	I
EOZ9137	0000791791	27/10/2017	74550	218	*	I
MLK2500	0000791859	27/10/2017	74550	218	*	I
LNK7624	0000791278	26/10/2017	74550	218	*	I
LNK7624	0000791306	26/10/2017	74550	218	*	I
MJD6062	0000791369	26/10/2017	74550	218	*	I
MDV7321	0000791376	26/10/2017	74550	218	*	I
NRS6259	0000791398	26/10/2017	74550	218	*	I
AQR2886	0000791416	26/10/2017	74550	218	*	I
MFQ1468	0000789570	22/10/2017	74550	218	*	I
MMC0429	0000789866	23/10/2017	74550	218	*	I
IMQ3592	0000791451	26/10/2017	74550	218	*	I
MGS0230	0000791466	26/10/2017	74550	218	*	I
IVJ3255	0000791497	26/10/2017	74550	218	*	I
MEB5317	0000791516	26/10/2017	74550	218	*	I
ARV7244	0000791523	26/10/2017	74550	218	*	I
FGZ4727	0000791550	26/10/2017	74550	218	*	I
QIN2172	0000791589	26/10/2017	74550	218	*	I
HJF5150	0000791605	26/10/2017	74550	218	*	I
MIL9636	0000791639	26/10/2017	74550	218	*	I
MJD2058	0000791643	26/10/2017	74550	218	*	I
MFO4582	0000788235	20/10/2017	74550	218	*	I
MGM2218	0000788759	21/10/2017	74550	218	*	I
ITE9838	0000789145	22/10/2017	74550	218	*	I
KEM1527	0000790975	25/10/2017	74550	218	*	I
CZQ5681	0000791037	25/10/2017	74550	218	*	I

MHP9394	0000791066	25/10/2017	74550	218	*	I
ITN2662	0000791139	25/10/2017	74550	218	*	I
IWG4628	0000777171	30/09/2017	74550	218	*	I
MEN0554	0000781006	08/10/2017	74550	218	*	I
MEN0554	0000781036	08/10/2017	74550	218	*	I
CIU1237	0000786080	16/10/2017	74550	218	*	I
IRY8886	0000786751	17/10/2017	74550	218	*	I
QIA0224	0000787190	18/10/2017	74550	218	*	I
MFX0210	0000787416	18/10/2017	74550	218	*	I
MHV8882	0000788106	20/10/2017	74550	218	*	I
QIS1317	0000790025	23/10/2017	74550	218	*	I
MMH9256	0000790082	23/10/2017	74550	218	*	I
MGQ5136	0000790100	23/10/2017	74550	218	*	I
QIT8002	0000790150	23/10/2017	74550	218	*	I
MHU8845	0000790173	23/10/2017	74550	218	*	I
MGX8498	0000790572	24/10/2017	74550	218	*	I
QJQ7117	0000790646	24/10/2017	74550	218	*	I
ARR6265	0000792029	27/10/2017	74550	218	*	I
MAC5056	0000792046	27/10/2017	74550	218	*	I
ICV5889	0000792051	27/10/2017	74550	218	*	I
ANG6861	0000792054	27/10/2017	74550	218	*	I
LXX4756	0000792056	27/10/2017	74550	218	*	I
AOL4714	0000792062	27/10/2017	74550	218	*	I
IWA7230	0000792085	27/10/2017	74550	218	*	I
DVA0456	0000792127	27/10/2017	74550	218	*	I
MEJ6114	0000792156	27/10/2017	74550	218	*	I
ERZ8608	0000792166	27/10/2017	74550	218	*	I
MJY1429	0000792180	27/10/2017	74550	218	*	I
ALW2707	0000792205	27/10/2017	74550	218	*	I
LZC2549	0000792219	27/10/2017	74550	218	*	I
IIK6843	0000792238	27/10/2017	74550	218	*	I
MMC8057	0000792250	27/10/2017	74550	218	*	I
MIM4950	0000792252	27/10/2017	74550	218	*	I
HEW3811	0000792289	28/10/2017	74550	218	*	I
QHO9290	0000792313	28/10/2017	74550	218	*	I
JPF1802	0000792339	28/10/2017	74550	218	*	I
MKT1788	0000792341	28/10/2017	74550	218	*	I
QHO9290	0000792346	28/10/2017	74550	218	*	I
IOQ8646	0000792353	28/10/2017	74550	218	*	I
MLF8788	0000792356	28/10/2017	74550	218	*	I
JPF1802	0000792366	28/10/2017	74550	218	*	I
MBY0206	0000792367	28/10/2017	74550	218	*	I
MLY5317	0000792395	28/10/2017	74550	218	*	I
MKC2049	0000792397	28/10/2017	74550	218	*	I
MHQ5065	0000792401	28/10/2017	74550	218	*	I
MJF9228	0000791913	27/10/2017	74550	218	*	I
QIQ9550	0000791919	27/10/2017	74550	218	*	I
MKC2049	0000792507	28/10/2017	74550	218	*	I
MAD8038	0000792539	28/10/2017	74550	218	*	I
KKT2133	0000792543	28/10/2017	74550	218	*	I
MGQ1412	0000792556	28/10/2017	74550	218	*	I
QIN4507	0000792557	28/10/2017	74550	218	*	I
JSQ0012	0000792254	27/10/2017	74550	218	*	I
LZS3094	0000792258	27/10/2017	74550	218	*	I
MIT1525	0000792598	28/10/2017	74550	218	*	I
MJE5714	0000792610	28/10/2017	74550	218	*	I
MLX6621	0000792655	28/10/2017	74550	218	*	I
IPI2311	0000792686	28/10/2017	74550	218	*	I
MCL6597	0000792715	28/10/2017	74550	218	*	I
MGF8155	0000792757	28/10/2017	74550	218	*	I
MJW8806	0000792764	28/10/2017	74550	218	*	I
QHQ0281	0000792779	28/10/2017	74550	218	*	I
MLG9860	0000792739	28/10/2017	74550	218	*	I

QHA9900	0000792796	28/10/2017	74550	218	*	I
EEV8111	0000792809	28/10/2017	74550	218	*	I
MFC4978	0000792829	28/10/2017	74550	218	*	I
LYQ8425	0000792848	28/10/2017	74550	218	*	I
QIR2677	0000792851	28/10/2017	74550	218	*	I
MFK1823	0000792890	28/10/2017	74550	218	*	I
MKC2049	0000792892	28/10/2017	74550	218	*	I
MDN6646	0000792938	28/10/2017	74550	218	*	I
NTP3420	0000792969	28/10/2017	74550	218	*	I
AVY3873	0000793646	29/10/2017	74550	218	*	I
MKA1371	0000793005	29/10/2017	74550	218	*	I
LXH8647	0000793039	29/10/2017	74550	218	*	I
MGC5994	0000793040	29/10/2017	74550	218	*	I
ION8811	0000793087	29/10/2017	74550	218	*	I
MGC5994	0000793113	29/10/2017	74550	218	*	I
CIE7470	0000793173	29/10/2017	74550	218	*	I
COK2248	0000793240	29/10/2017	74550	218	*	I
MDF6053	0000793248	29/10/2017	74550	218	*	I
MBN2523	0000793251	29/10/2017	74550	218	*	I
AXC8984	0000793255	29/10/2017	74550	218	*	I
EIH0325	0000793282	29/10/2017	74550	218	*	I
MFS2495	0000793293	29/10/2017	74550	218	*	I
APG0127	0000793295	29/10/2017	74550	218	*	I
IOR9625	0000793194	29/10/2017	74550	218	*	I
JEQ2106	0000793330	29/10/2017	74550	218	*	I
AGC6807	0000793392	29/10/2017	74550	218	*	I
BUO0671	0000793433	29/10/2017	74550	218	*	I
MLE1035	0000793456	29/10/2017	74550	218	*	I
MGZ1930	0000793470	29/10/2017	74550	218	*	I
EGL1771	0000793472	29/10/2017	74550	218	*	I
MIL5751	0000793519	29/10/2017	74550	218	*	I
MLF0638	0000793534	29/10/2017	74550	218	*	I
QHP8553	0000793576	29/10/2017	74550	218	*	I
MDM0028	0000793607	29/10/2017	74550	218	*	I
MKA2356	0000793614	29/10/2017	74550	218	*	I
EVP6217	0000793631	29/10/2017	74550	218	*	I
MBY5569	0000793698	30/10/2017	74550	218	*	I
FAX0705	0000793700	30/10/2017	74550	218	*	I
AOY8899	0000793701	30/10/2017	74550	218	*	I
CIO2441	0000793733	30/10/2017	74550	218	*	I
MGH2807	0000793819	30/10/2017	74550	218	*	I
ICS6482	0000793845	30/10/2017	74550	218	*	I
MKG8557	0000793853	30/10/2017	74550	218	*	I
JZQ6306	0000793885	30/10/2017	74550	218	*	I
MFH3758	0000793900	30/10/2017	74550	218	*	I
QIC1977	0000793910	30/10/2017	74550	218	*	I
QHW6778	0000793681	30/10/2017	74550	218	*	I
AQN9758	0000793766	30/10/2017	74550	218	*	I
MJG1223	0000793797	30/10/2017	74550	218	*	I
MFU4855	0000793934	30/10/2017	74550	218	*	I
EIU9458	0000793935	30/10/2017	74550	218	*	I
MHX9942	0000793939	30/10/2017	74550	218	*	I
MAZ4666	0000793944	30/10/2017	74550	218	*	I
MKV4436	0000793945	30/10/2017	74550	218	*	I
MCT8711	0000793963	30/10/2017	74550	218	*	I
ERE1084	0000793964	30/10/2017	74550	218	*	I
EQI6106	0000793976	30/10/2017	74550	218	*	I
MBM8959	0000793993	30/10/2017	74550	218	*	I
ECT1788	0000794013	30/10/2017	74550	218	*	I
HXV8137	0000794052	31/10/2017	74550	218	*	I
QIA0936	0000793817	30/10/2017	74550	218	*	I
LXN9713	0000794085	31/10/2017	74550	218	*	I
QHS5357	0000794157	31/10/2017	74550	218	*	I

MHH0646	0000794241	31/10/2017	74550	218	*	I
MJX5163	0000794245	31/10/2017	74550	218	*	I
IMQ3592	0000794249	31/10/2017	74550	218	*	I
CRD5808	0000794306	31/10/2017	74550	218	*	I
QIF6009	0000794308	31/10/2017	74550	218	*	I
MJA1778	0000794215	31/10/2017	74550	218	*	I
MEB1006	0000794219	31/10/2017	74550	218	*	I
NME7208	0000794321	31/10/2017	74550	218	*	I
OKF0558	0000794324	31/10/2017	74550	218	*	I
JNJ5726	0000794348	31/10/2017	74550	218	*	I
MFH7267	0000794352	31/10/2017	74550	218	*	I
JNJ5726	0000794354	31/10/2017	74550	218	*	I
QIO6766	0000794362	31/10/2017	74550	218	*	I
CZD4900	0000794366	31/10/2017	74550	218	*	I
MGQ4984	0000794367	31/10/2017	74550	218	*	I
MIL7921	0000794372	31/10/2017	74550	218	*	I
MJF1517	0000794375	31/10/2017	74550	218	*	I
QII1513	0000794377	31/10/2017	74550	218	*	I
IQH8085	0000794382	31/10/2017	74550	218	*	I
ILD5420	0000794431	31/10/2017	74550	218	*	I
MLY5317	0000794435	31/10/2017	74550	218	*	I
MEV2037	0000794444	31/10/2017	74550	218	*	I
EGL6990	0000794451	31/10/2017	74550	218	*	I
MGT5811	0000794487	31/10/2017	74550	218	*	I
MEE9317	0000794492	31/10/2017	74550	218	*	I
LZS8025	0000794515	31/10/2017	74550	218	*	I
GSC8266	0000794519	31/10/2017	74550	218	*	I
MGX9111	0000794545	31/10/2017	74550	218	*	I
MFD6554	0000794608	01/11/2017	74550	218	*	I
MDG3508	0000794691	01/11/2017	74550	218	*	I
MJI5751	0000794694	01/11/2017	74550	218	*	I
ARR5803	0000794729	31/10/2017	74550	218	*	I
QHX8947	0000794731	31/10/2017	74550	218	*	I
QIS8412	0000794764	01/11/2017	74550	218	*	I
MIW8541	0000794775	01/11/2017	74550	218	*	I
MIT6377	0000794784	01/11/2017	74550	218	*	I
MEF2052	0000794845	01/11/2017	74550	218	*	I
MKG9241	0000794850	01/11/2017	74550	218	*	I
ADT5599	0000794852	01/11/2017	74550	218	*	I
LZJ7901	0000794866	01/11/2017	74550	218	*	I
MMF7275	0000794869	01/11/2017	74550	218	*	I
NJW4417	0000794874	01/11/2017	74550	218	*	I
MKS9958	0000794914	01/11/2017	74550	218	*	I
LXW1590	0000794922	01/11/2017	74550	218	*	I
APS4450	0000794987	01/11/2017	74550	218	*	I
QHC6655	0000794990	01/11/2017	74550	218	*	I
HXV6147	0000794996	01/11/2017	74550	218	*	I
MII2252	0000795019	01/11/2017	74550	218	*	I
QHR2543	0000795028	01/11/2017	74550	218	*	I
MEV6905	0000795044	01/11/2017	74550	218	*	I
EEK6980	0000795046	01/11/2017	74550	218	*	I
LXK4777	0000795059	01/11/2017	74550	218	*	I
MHR8373	0000795068	01/11/2017	74550	218	*	I
DSC2078	0000795177	02/11/2017	74550	218	*	I
IRD5185	0000795190	02/11/2017	74550	218	*	I
MCD0944	0000795193	02/11/2017	74550	218	*	I
LZR5689	0000795201	02/11/2017	74550	218	*	I
ANM9274	0000795211	02/11/2017	74550	218	*	I
QIQ9778	0000795222	02/11/2017	74550	218	*	I
IXD0636	0000795225	02/11/2017	74550	218	*	I
ADT5599	0000795230	02/11/2017	74550	218	*	I
QIQ9778	0000795251	02/11/2017	74550	218	*	I
MEH2472	0000795264	02/11/2017	74550	218	*	I

MFB9163	0000795271	02/11/2017	74550	218	*	I
MDH9972	0000795111	01/11/2017	74630	218	*	II
MFH9739	0000794929	01/11/2017	74630	218	*	II
MHF2953	0000794787	01/11/2017	74630	218	*	II
QHX9710	0000794517	31/10/2017	74630	218	*	II
MKZ5505	0000794446	31/10/2017	74630	218	*	II
MIM5431	0000794443	31/10/2017	74630	218	*	II
MIA9958	0000794403	31/10/2017	74630	218	*	II
MEZ2706	0000794371	31/10/2017	74630	218	*	II
ITN2700	0000794356	31/10/2017	74630	218	*	II
MGV0239	0000794347	31/10/2017	74630	218	*	II
AWG3768	0000794227	31/10/2017	74630	218	*	II
MBN8668	0000794313	31/10/2017	74630	218	*	II
MFU5100	0000793933	30/10/2017	74630	218	*	II
MCT9409	0000793803	30/10/2017	74630	218	*	II
MLC6983	0000793582	29/10/2017	74630	218	*	II
MKC4640	0000793575	29/10/2017	74630	218	*	II
MDW9656	0000793529	29/10/2017	74630	218	*	II
MGC5994	0000793073	29/10/2017	74630	218	*	II
MBN2523	0000793015	29/10/2017	74630	218	*	II
MWO4100	0000793436	29/10/2017	74630	218	*	II
MJX1971	0000792919	28/10/2017	74630	218	*	II
QHF7788	0000792827	28/10/2017	74630	218	*	II
MIY6165	0000792749	28/10/2017	74630	218	*	II
ATE0456	0000792752	28/10/2017	74630	218	*	II
IJX9458	0000792781	28/10/2017	74630	218	*	II
MDC8071	0000792253	27/10/2017	74630	218	*	II
QJQ7117	0000790654	24/10/2017	74630	218	*	II
AQU7861	0000783297	12/10/2017	74630	218	*	II
ITE9838	0000789458	22/10/2017	74630	218	*	II
MBJ4446	0000789547	22/10/2017	74630	218	*	II
AOB4120	0000791444	26/10/2017	74630	218	*	II
QHM4042	0000797445	05/11/2017	74630	218	*	II
MDA8500	0000797231	05/11/2017	74630	218	*	II
MGO8925	0000797429	05/11/2017	74630	218	*	II
AHM1275	0000797357	05/11/2017	74630	218	*	II
IKN2644	0000797227	05/11/2017	74630	218	*	II
IEG5700	0000796919	05/11/2017	74630	218	*	II
MDO8602	0000796866	05/11/2017	74630	218	*	II
CIS6143	0000796709	04/11/2017	74630	218	*	II
QHI2224	0000796237	04/11/2017	74630	218	*	II
AQU1781	0000795697	02/11/2017	74630	218	*	II
MDW5225	0000795704	02/11/2017	74630	218	*	II
CXV1843	0000795576	02/11/2017	74630	218	*	II
QIE4324	0000795663	02/11/2017	74630	218	*	II
NGO0639	0000794977	01/11/2017	74630	218	*	II
MIT5589	0000794817	01/11/2017	74630	218	*	II
MAX0370	0000794840	01/11/2017	74630	218	*	II
MDJ6886	0000796197	03/11/2017	74630	218	*	II
MDH9972	0000795527	02/11/2017	74630	218	*	II
QIE8067	0000796146	03/11/2017	74630	218	*	II
MDL2983	0000795843	02/11/2017	74630	218	*	II
MDQ6467	0000801338	13/11/2017	74630	218	*	II
MFD9730	0000804645	19/11/2017	74630	218	*	II
NDP1997	0000804673	19/11/2017	74630	218	*	II
ABY8998	0000804379	18/11/2017	74630	218	*	II
MLL9924	0000804203	18/11/2017	74630	218	*	II
IRG3922	0000805417	20/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000808787	27/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000808788	27/11/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000808789	27/11/2017	74630	218	*	II
MAM7870	0000808177	26/11/2017	74630	218	*	II
LXY7296	0000808591	27/11/2017	74630	218	*	II



IMV6762	0000808397	26/11/2017	74630	218	*	II
QHC5054	0000808402	26/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000808243	26/11/2017	74630	218	*	II
IRG3922	0000808245	26/11/2017	74630	218	*	II
MJD8455	0000808250	26/11/2017	74630	218	*	II
MED1943	0000808494	26/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000808371	26/11/2017	74630	218	*	II
MJD8895	0000808299	26/11/2017	74630	218	*	II
IIO0113	0000807878	25/11/2017	74630	218	*	II
MHV7131	0000807879	25/11/2017	74630	218	*	II
AIN3193	0000807874	25/11/2017	74630	218	*	II
MFU9009	0000807857	25/11/2017	74630	218	*	II
MFS3760	0000807927	25/11/2017	74630	218	*	II
BTD7703	0000807932	25/11/2017	74630	218	*	II
BPM6626	0000807688	25/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000807837	25/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000807797	25/11/2017	74630	218	*	II
AHG3392	0000807717	25/11/2017	74630	218	*	II
MFV9975	0000807682	25/11/2017	74630	218	*	II
ADB1955	0000807658	25/11/2017	74630	218	*	II
IOS5322	0000807639	25/11/2017	74630	218	*	II
FHM9309	0000807612	25/11/2017	74630	218	*	II
BPM6626	0000807445	25/11/2017	74630	218	*	II
MEU2882	0000807186	24/11/2017	74630	218	*	II
DGX9984	0000807158	24/11/2017	74630	218	*	II
MEX4178	0000807142	24/11/2017	74630	218	*	II
MEU2882	0000807351	24/11/2017	74630	218	*	II
CJF5175	0000807017	24/11/2017	74630	218	*	II
QBX7453	0000805917	21/11/2017	74630	218	*	II
MDR6257	0000806657	23/11/2017	74630	218	*	II
EUN0202	0000809249	28/11/2017	74630	218	*	II
MFI5025	0000809051	28/11/2017	74630	218	*	II
MFN3840	0000809162	29/11/2017	74630	218	*	II
LZA6939	0000809002	27/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000808995	27/11/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000808987	27/11/2017	74630	218	*	II
IIO0113	0000808975	27/11/2017	74630	218	*	II
MJT3946	0000808976	27/11/2017	74630	218	*	II
MAJ1117	0000808973	27/11/2017	74630	218	*	II
MFY7616	0000808813	27/11/2017	74630	218	*	II
MFG8447	0000808801	27/11/2017	74630	218	*	II
MDD9713	0000808921	27/11/2017	74630	218	*	II
MCS3101	0000809492	28/11/2017	74630	218	*	II
MCJ2569	0000809502	28/11/2017	74630	218	*	II
MCQ8593	0000809590	28/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000809343	29/11/2017	74630	218	*	II
QIO6900	0000810219	29/11/2017	74630	218	*	II
MDN4461	0000809471	29/11/2017	74710	218	*	III
MDN4461	0000809479	28/11/2017	74710	218	*	III
MDN4461	0000808855	27/11/2017	74710	218	*	III
QHD6645	0000807126	24/11/2017	74710	218	*	III
BNM7675	0000807559	25/11/2017	74710	218	*	III
ADB1955	0000807686	25/11/2017	74710	218	*	III
MDN4461	0000807835	25/11/2017	74710	218	*	III
MDN4461	0000807815	25/11/2017	74710	218	*	III
MDN4461	0000807699	25/11/2017	74710	218	*	III
MDD9713	0000808511	26/11/2017	74710	218	*	III
IPY5719	0000808468	26/11/2017	74710	218	*	III
IRG3922	0000805306	20/11/2017	74710	218	*	III
QIN1714	0000806583	23/11/2017	74710	218	*	III
MNM5670	0000805136	19/11/2017	74710	218	*	III
LZZ8970	0000792736	28/10/2017	74710	218	*	III
QHS8126	0000792282	28/10/2017	56732	183		



EUB5584	0000792581	28/10/2017	56732	183
QHL4154	0000792594	28/10/2017	56732	183
MIR3021	0000793049	29/10/2017	56732	183
JTP5279	0000791924	27/10/2017	56732	183
AGA3666	0000789935	23/10/2017	56732	183
MFI5466	0000791862	27/10/2017	56732	183
OKG9083	0000791813	27/10/2017	56732	183
AQB8658	0000791819	27/10/2017	56732	183
MJP8295	0000791783	27/10/2017	56732	183
JTP8933	0000791729	27/10/2017	56732	183
CRY0115	0000791730	27/10/2017	56732	183
MGC5994	0000791237	26/10/2017	56732	183
MLQ5267	0000790898	25/10/2017	56732	183
CHF1051	0000793178	29/10/2017	56732	183
MGU7349	0000793334	29/10/2017	56732	183
APG0127	0000793355	29/10/2017	56732	183
LZG5570	0000793215	29/10/2017	56732	183
DGK9416	0000793233	29/10/2017	56732	183
MKI0710	0000793658	30/10/2017	56732	183
MJA6674	0000793781	30/10/2017	56732	183
MKR0883	0000793319	29/10/2017	56732	183
MEB3616	0000793761	30/10/2017	56732	183
MBV4734	0000794064	31/10/2017	56732	183
OLY6444	0000794796	01/11/2017	56732	183
MEE4835	0000794761	01/11/2017	56732	183
MJM4714	0000795157	02/11/2017	56732	183
QIM8086	0000795274	02/11/2017	56732	183
IPV2957	0000804473	19/11/2017	56732	183
MWD3968	0000803235	17/11/2017	56732	183
NOA4545	0000797634	06/11/2017	56732	183
MGZ8665	0000797526	06/11/2017	56732	183
JXW4846	0000804738	19/11/2017	56732	183
MLW5487	0000802696	16/11/2017	56732	183
FBX0895	0000805658	21/11/2017	56732	183
AWD7346	0000795468	02/11/2017	56732	183
MEK9764	0000796357	04/11/2017	56732	183
QIM7304	0000796404	04/11/2017	56732	183
MLU2246	0000797031	05/11/2017	56732	183
MCN6757	0000797158	05/11/2017	56732	183
FSA0900	0000808188	26/11/2017	56732	183
MLK5705	0000808735	27/11/2017	56732	183
QHI7735	0000808658	27/11/2017	56732	183
MIY4108	0000807955	26/11/2017	56732	183
IQB9237	0000807975	26/11/2017	56732	183
LYU7717	0000808239	26/11/2017	56732	183
NJR2534	0000808127	26/11/2017	56732	183
MKV8363	0000808104	26/11/2017	56732	183
MEE5730	0000808055	26/11/2017	56732	183
MFU4518	0000808061	26/11/2017	56732	183
DYF2919	0000808038	26/11/2017	56732	183
MDP1832	0000807978	26/11/2017	56732	183
MKN1581	0000807465	25/11/2017	56732	183
MIU5045	0000807481	25/11/2017	56732	183
QHB7424	0000807523	25/11/2017	56732	183
QIN0524	0000807527	25/11/2017	56732	183
KVH3884	0000807529	25/11/2017	56732	183
LYN4179	0000807544	25/11/2017	56732	183
MMM0957	0000807546	25/11/2017	56732	183
MJD3216	0000807555	25/11/2017	56732	183
EXM8866	0000807105	24/11/2017	56732	183
IWI0335	0000806996	24/11/2017	56732	183
MES1119	0000806617	23/11/2017	56732	183
MHP1313	0000806628	23/11/2017	56732	183

MHA0056	0000806932	24/11/2017	56732	183
DPL2526	0000809186	28/11/2017	56732	183
MHD9613	0000809218	29/11/2017	56732	183
MKQ9713	0000809221	29/11/2017	56732	183
MIM6928	0000809239	28/11/2017	56732	183
MHC2464	0000808703	27/11/2017	56732	183
MHH0487	0000809280	28/11/2017	56732	183
MJU9682	0000809320	28/11/2017	56732	183
MFY7023	0000809324	28/11/2017	56732	183
QHH8393	0000810003	30/11/2017	60503	208
QHI7196	0000809322	28/11/2017	60503	208
ISJ4408	0000809306	29/11/2017	60503	208
MDN2543	0000809316	28/11/2017	60503	208
MCQ8593	0000809165	29/11/2017	60503	208
MCQ8593	0000809134	29/11/2017	60503	208
MMK3545	0000809136	28/11/2017	60503	208
GMD0579	0000809074	28/11/2017	60503	208
MJQ3262	0000809080	28/11/2017	60503	208
MLM0177	0000809048	28/11/2017	60503	208
QIF5985	0000806937	24/11/2017	60503	208
FLE1117	0000806952	24/11/2017	60503	208
ILR4800	0000806971	24/11/2017	60503	208
MJB9218	0000806994	24/11/2017	60503	208
QHL8746	0000806616	23/11/2017	60503	208
MJF2199	0000806450	23/11/2017	60503	208
MCF3026	0000806999	24/11/2017	60503	208
MIP5004	0000807021	24/11/2017	60503	208
MED3787	0000807101	24/11/2017	60503	208
MIA9372	0000807480	25/11/2017	60503	208
EIM6209	0000807463	25/11/2017	60503	208
MDC8556	0000807408	25/11/2017	60503	208
DDK1564	0000807487	25/11/2017	60503	208
EUN0202	0000807595	25/11/2017	60503	208
QIF2835	0000807623	25/11/2017	60503	208
AOC4746	0000807990	26/11/2017	60503	208
MCV3998	0000808022	26/11/2017	60503	208
MER1246	0000808040	26/11/2017	60503	208
AOC4746	0000808000	26/11/2017	60503	208
EBV7092	0000808085	26/11/2017	60503	208
MCO7447	0000807970	26/11/2017	60503	208
DAE5779	0000807972	26/11/2017	60503	208
MDN4461	0000807957	26/11/2017	60503	208
LXO8500	0000808641	27/11/2017	60503	208
IBM0990	0000808647	27/11/2017	60503	208
MAP4872	0000808751	27/11/2017	60503	208
MCT6538	0000808686	27/11/2017	60503	208
IQM5818	0000808623	27/11/2017	60503	208
LWT8863	0000808166	26/11/2017	60503	208
MAX0680	0000808157	26/11/2017	60503	208
BBS0053	0000797169	05/11/2017	60503	208
MFZ7944	0000796507	04/11/2017	60503	208
MAF9212	0000795971	03/11/2017	60503	208
IKM3307	0000796292	04/11/2017	60503	208
MJX7410	0000795474	02/11/2017	60503	208
QHC1510	0000795510	02/11/2017	60503	208
MCZ0804	0000795516	02/11/2017	60503	208
MDH9972	0000795323	02/11/2017	60503	208
IQM5818	0000795345	02/11/2017	60503	208
CHN6190	0000795952	03/11/2017	60503	208
MFO2854	0000795901	03/11/2017	60503	208
LKZ6716	0000806101	22/11/2017	60503	208
JXN7827	0000806134	22/11/2017	60503	208
DQV2843	0000805370	20/11/2017	60503	208

NBY9436	0000806588	23/11/2017	60503	208
FLU4007	0000806439	23/11/2017	60503	208
FLE1117	0000806440	23/11/2017	60503	208
QIG8939	0000806444	23/11/2017	60503	208
MML3953	0000806930	24/11/2017	60503	208
MPW7292	0000801678	14/11/2017	60503	208
QHB1897	0000804494	19/11/2017	60503	208
AEV5585	0000804571	19/11/2017	60503	208
DIQ5951	0000803691	18/11/2017	60503	208
BBN6584	0000802646	16/11/2017	60503	208
APG0127	0000795307	02/11/2017	60503	208
MGV0133	0000794627	01/11/2017	60503	208
MDH9972	0000794638	01/11/2017	60503	208
OKG6049	0000794664	01/11/2017	60503	208
AVY3873	0000794683	01/11/2017	60503	208
EFU1595	0000793826	30/10/2017	60503	208
BAY3912	0000794181	31/10/2017	60503	208
CSE9116	0000794129	31/10/2017	60503	208
FUZ9565	0000794054	31/10/2017	60503	208
AUO4192	0000793772	30/10/2017	60503	208
MFY5101	0000793796	30/10/2017	60503	208
KEF0154	0000793719	30/10/2017	60503	208
MGH2201	0000793840	30/10/2017	60503	208
IJA1012	0000793119	29/10/2017	60503	208
QHX7909	0000793081	29/10/2017	60503	208
QHX3841	0000793101	29/10/2017	60503	208
MLL6962	0000793106	29/10/2017	60503	208
AWW1565	0000793304	29/10/2017	60503	208
LYQ5553	0000791737	27/10/2017	60503	208
ICJ8753	0000791785	27/10/2017	60503	208
QHY7060	0000791843	27/10/2017	60503	208
MCS6926	0000791853	27/10/2017	60503	208
MLM3925	0000791867	27/10/2017	60503	208
MFY0298	0000791875	27/10/2017	60503	208
AKE0507	0000791463	26/10/2017	60503	208
MGO4446	0000791918	27/10/2017	60503	208
QDD9129	0000792577	28/10/2017	60503	208
IVB6534	0000792448	28/10/2017	60503	208
QHS8126	0000793054	29/10/2017	60503	208
DGK9416	0000793061	29/10/2017	60503	208
MLW3025	0000793063	29/10/2017	60503	208
MED3423	0000793043	29/10/2017	60503	208
MJO3330	0000792997	29/10/2017	60503	208

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CHAPECO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANE APARECIDA FILIPINI STOBÉ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**COCAL DO SUL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8208 1213/2017**

Publicação Nº 1453750

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8208 1213/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMK5165	54290897N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MEL0180	54290905N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFL4251	54292323N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MKD8208	54300910N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
HNW1764	54304682N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MAV5547	54304684N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHF5248	54304687N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEM2412	54304691N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MHN2101	P01L70049J	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
LZL1482	P01L70049L	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DIT3544	P02IU000EY	01/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLH4956	P01L7003SM	25/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLE5484	P01L7003QG	20/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MCR7083	P02IU000DN	21/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHZ5474	P01L7003M4	10/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
CRA4900	P02IU000GT	20/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
NJU3088	P02IU000H3	20/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QHC3564	P01L70046X	21/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ANH4252	P01L700491	26/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
JPP7416	P01L700492	26/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
ANH4252	P01L700457	18/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AMZ6474	P01L7004BC	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLK8719	P01L7004BF	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGK1299	P01L7004C9	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
DAQ7697	P01L7003XL	04/09/2017	50100	162 * I	880.40
AFJ8874	P01L700459	18/09/2017	52070	169	88.38
MKD2244	P01L70048T	26/09/2017	52070	169	88.38
MJP6162	P01L7003TC	27/08/2017	52070	169	88.38
MCR4692	P01L7003QF	20/08/2017	54600	181 * IX	130.16
MEL6318	P01L7003NB	12/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MFL6598	P01L70044T	17/09/2017	55250	181 * XV	130.16
DGD0671	P01L70045E	18/09/2017	57200	186 * I	195.23
MFF9487	P01L7003QC	20/08/2017	58780	199	130.16
EUA6757	P01L70047K	21/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MIJ3097	P01L7004A2	28/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
QH0930	P01L70047S	21/09/2017	72340	250 * I * a	130.16
DZV9093	P01L7003N8	12/08/2017	72340	250 * I * a	130.16
MGV4767	P01L700495	26/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MEE8262	P01L70049I	27/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MAS1764	P02IU000G2	12/09/2017	73400	252 * IV	130.16

MIM6769	P01L7003ZS	09/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
QHU9901	P01L7003ZX	09/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
MFN9879	P01L7003ZY	09/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
MJI2851	P01L7003JW	02/08/2017	73580	252	*	V	130.16
CTI5568	P01L7003N9	12/08/2017	51851	167			195.23
MFG2350	P02IU000DL	21/08/2017	51851	167			195.23
NGQ5540	P01L7003IG	31/07/2017	51851	167			195.23
MEV8343	P01L7003PE	17/08/2017	51851	167			195.23
MKX1102	P01L7003PI	17/08/2017	51851	167			195.23
MLL2564	P01L7003SC	24/08/2017	51851	167			195.23
MCT7262	P01L7003UA	28/08/2017	51851	167			195.23
CEM5448	P01L7003UG	28/08/2017	51851	167			195.23
MEL6318	P02IU000EV	01/09/2017	51851	167			195.23
MIR1640	P01L7003YB	05/09/2017	51851	167			195.23
DRM3335	P01L7003XQ	04/09/2017	51851	167			195.23
MHH7262	P01L7003ZN	09/09/2017	51851	167			195.23
LZC5517	P01L70042Y	13/09/2017	51851	167			195.23
MLI0270	P01L70044K	16/09/2017	51851	167			195.23
MIU5816	P01L70041I	12/09/2017	51851	167			195.23
MGJ7527	P01L70048U	26/09/2017	51851	167			195.23
MGR7447	P01L70047Y	22/09/2017	51851	167			195.23
NSM3172	P01L700487	22/09/2017	51851	167			195.23
MJQ0216	P01L700488	23/09/2017	51851	167			195.23
MDC1498	P01L70048N	25/09/2017	51851	167			195.23
MLI4739	P01L70046R	21/09/2017	51851	167			195.23
LWY2783	P01L70046T	21/09/2017	51851	167			195.23
MAH9737	P01L7004AA	29/09/2017	51851	167			195.23
MCT7262	P01L7004AE	29/09/2017	51851	167			195.23
MDF3971	P01L70049M	27/09/2017	51851	167			195.23
MFD7283	P01L70045X	20/09/2017	51851	167			195.23
MIL1765	P02IU000ES	01/09/2017	51852	167			195.23
LYO9923	P01L7003UB	28/08/2017	51852	167			195.23
MGN0828	P01L7003U2	28/08/2017	51852	167			195.23
MKJ5998	P01L7004DC	09/10/2017	52311	172			130.16
AKT3134	P01L7003Z6	07/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
IPW6616	P01L70044S	17/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
HLE9077	P01L700416	11/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MEH2652	P01L7004B7	01/10/2017	54522	181	*	VIII	195.23
MKJ5998	P01L7004DD	09/10/2017	58433	196			195.23
AKT3134	P01L7003Z8	07/09/2017	58433	196			195.23
ILY0631	P02IU000DY	24/08/2017	58433	196			195.23
MJK1847	P01L7003Q7	19/08/2017	60412	207			195.23
MBY0017	P02IU000EW	01/09/2017	60412	207			195.23
MAG7286	P01L70040K	11/09/2017	60412	207			195.23
BAA6092	P01L7004FH	12/10/2017	60412	207			195.23
AKT3134	P01L7003Z9	07/09/2017	60502	208			293.47
CTI1689	P01L7003VX	01/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MGV5781	P01L7003OH	16/08/2017	65992	230	*	V	293.47
CBV2448	P01L7003PZ	18/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MCT7262	P01L70045F	18/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
DGD0671	P01L7004AP	29/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
DAQ7697	P01L7003XT	04/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MEC1518	P01L7003WH	01/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MCL2663	P01L70045C	18/09/2017	66531	230	*	XI	195.23
MLZ5878	P01L7003LW	09/08/2017	73662	252	*	VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE



EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1212/2017**

Publicação Nº 1453751

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8208 1212/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIB3353	54312852N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MDR2534	54315952N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGD5497	54323121N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJJ6563	54323122N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLP4694	54323123N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLV5498	54323124N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
EQQ5241	P01L7004X4	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QHI1622	P01L7004XV	29/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MID3076	P01L7004XZ	29/11/2017	76332	ART 252, UNICO
AME4846	P01L7004XI	28/11/2017	76332	ART 252, UNICO
AGH0133	P01L7004M2	24/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MKH5013	P02IU000JY	06/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MLG6050	P01L7004MY	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
LYK4532	P01L7004N5	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MFM7536	P02IU000JK	31/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MDN2527	P01L7004O6	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
DIT2108	P01L7004W3	24/11/2017	50100	162 * I
DIT2108	P01L7004WO	24/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHR4675	P01L7004OS	03/11/2017	52070	169
DIT2108	P01L7004WP	24/11/2017	58350	195
LYK3954	P01L7004XS	28/11/2017	67690	230 * XXII
MMM9400	P01L7004L7	23/10/2017	67690	230 * XXII
MGZ9897	P01L7004OB	02/11/2017	73400	252 * IV
MHA7816	P01L7004PH	05/11/2017	73400	252 * IV
MDU5685	P01L7004WS	25/11/2017	73400	252 * IV
LYK3954	P01L7004XT	28/11/2017	73400	252 * IV
ILI2027	P01L7004XG	28/11/2017	73580	252 * V
MJC3413	P01L7004X5	27/11/2017	51851	167
MIW0119	P01L7004XJ	28/11/2017	51851	167
FAX4914	P01L7004W4	24/11/2017	51851	167
MDX7715	P01L7004UV	20/11/2017	51851	167



MFM7370	P01L7004HO	18/10/2017	51851	167
MHT8404	P01L7004X9	27/11/2017	58433	196
MLH1770	P01L7004WT	25/11/2017	60412	207
MKE5291	P01L7004N7	27/10/2017	60412	207
LYK3954	P01L7004XR	28/11/2017	65561	230 * I
DIT2108	P01L7004WQ	24/11/2017	52741	175
MHD5722	P01L7004XU	29/11/2017	59670	203 * V
MEB6520	P02IU000IQ	27/10/2017	73662	252*VI
MJV9900	P02IU000IV	27/10/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

COCAL DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### CONCÓRDIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2462/2017

Publicação Nº 1453889

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2462/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHK9631	P01IH000HY	01/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCF8548	P02RM0002C	10/08/2017	50100	162 * I	880.40
ILU0635	P01IG000GX	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHQ8930	P02RK0002D	12/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCM1402	P02RM0003A	14/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCH0717	P02RK0003I	23/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFF3199	P01IG000I8	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCX4881	P01I4000HE	16/08/2017	50450	162 * V	293.47
LYO3218	P02RM0003Q	04/10/2017	50450	162 * V	293.47
MHK9631	P01IH000HZ	01/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ILU0635	P01IG000GY	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCH0717	P02RK0003J	23/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYO3218	P02RM0003R	04/10/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47

MIV9894	P01IH000K7	04/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MCH0717	P02RM0003J	23/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MLA5963	P01I1000IZ	02/09/2017	65992	230	*	V	293.47
ILU0635	P01IG000GW	09/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MCH6076	P02RK00035	12/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LYX4344	P02RM0002P	21/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MCM1402	P02RK00039	14/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIV9894	P01IH000K9	04/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2463/2017

Publicação Nº 1453888

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8070 2463/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IRK7498	54300821N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCF9255	54291750N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
EMK4898	54304961N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIQ9793	54304962N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKP4258	54306216N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLT1496	54306217N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
EMK4898	54306221N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LYG3638	55953754F	03/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
CID3383	55954226F	28/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLB6332	55954356F	09/10/2017	53800	181 * I	130.16
MJE0828	55954373F	10/10/2017	54600	181 * IX	130.16
QHK2675	P01IG000GI	23/08/2017	51851	167	195.23
MDU3355	P01IG000GM	23/08/2017	51852	167	195.23
QHY5767	55954225F	28/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MCF0531	P01IA000HV	31/08/2017	60501	208	293.47
MIB7108	P01IA000IT	21/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MEU2736	55954008F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

AAZ0117	55954158F	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAM9269	55954165F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAM9269	55954209F	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDL0399	55953684F	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFP8523	55953686F	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MML4055	55953808F	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ELM4403	55953785F	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLN0042	55953787F	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AFP6191	55953837F	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJD6032	55953850F	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKR2320	55954173F	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ILL6850	55954176F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXB9776	55954187F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCM9306	55954269F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCN7710	55954272F	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AQO7095	55954274F	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AVR1965	55954116F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IVP9847	55954117F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLG9218	55954119F	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKZ3968	55954132F	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEU2736	55954245F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DXU7669	55954247F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHP7241	55954195F	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXB9776	55954196F	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLJ7986	P02RM0003F	22/09/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKE7952	P02RM0003S	04/10/2017	73662	252*VI			130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8763 848/2017**

Publicação Nº 1453529

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8763 848/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

AUN7509	54291746N	25/08/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MBY6842	54306599N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
MBI2138	54306602N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
IOS6650	54306604N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
AOM5785	8763073033	27/09/2017	74550	218	*	I	130.16
INL1380	8763073079	26/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCW8332	8763073105	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MVI9339	8763073013	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLO0299	8763073022	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD4196	8763072027	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HRF7483	8763073217	06/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF2166	8763072943	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QID9578	8763072960	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGX7157	8763072975	22/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDM9842	8763072857	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL9445	8763072983	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU7090	8763072673	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZH8350	8763071958	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW0193	8763071979	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCU6647	8763071999	11/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBH8345	8763072688	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFA2622	8763072694	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JRN0526	8763072696	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY4442	8763072697	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKG4754	8763072702	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKE6942	8763072708	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM9337	8763072886	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IRM7527	8763072892	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBY5719	8763072918	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IJU2541	8763072921	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZP2409	8763071359	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CPP8936	8763071616	27/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG6857	8763071784	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
EKR5516	8763071795	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB1856	8763071815	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKA4649	8763071824	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAN5517	8763071835	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW0496	8763071848	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA1516	8763071859	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJM7642	8763071895	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CIP1978	8763071902	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDT7124	8763071913	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCP4717	8763071920	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG6701	8763072474	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IXM4656	8763072507	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IOX6199	8763072555	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARF8953	8763072632	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZJ6722	8763072652	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IXM4656	8763072662	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDP8131	8763072731	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFN3547	8763072733	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHY7464	8763072738	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLD2913	8763072753	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MER9877	8763072757	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKJ6147	8763072759	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFC0183	8763072761	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX7747	8763072772	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYQ4783	8763072773	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ0400	8763072791	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIK6642	8763072797	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFO2414	8763072798	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJD2245	8763072799	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16

ITM5225	8763072806	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AKV0419	8763072825	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LAA2124	8763072831	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFU3870	8763072838	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCY8908	8763072847	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IXB5893	8763072849	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN5496	8763072851	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LNK7396	8763072853	21/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDQ2759	8763072665	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QJQ2200	8763072668	13/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ANP8719	8763071953	07/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LAA2124	8763072935	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MJX3588	8763072730	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHM0961	8763072008	08/08/2017	74630	218	*	II	195.23
QHY9198	8763071986	13/08/2017	74630	218	*	II	195.23
IST3535	8763072681	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
GXU4451	8763072250	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AWH3630	8763073003	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
GRR6371	8763072979	23/09/2017	74630	218	*	II	195.23
IQL0884	8763073132	01/10/2017	74630	218	*	II	195.23
LAA2124	8763072862	24/09/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2460/2017

Publicação Nº 1453891

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2460/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MGF9435	P034G0000C	27/10/2017	50100	162	*	I
CGZ5311	P01IA000K9	27/11/2017	50100	162	*	I



MLO4751	P03YB0000G	28/11/2017	50100	162	* I
MHT1034	54071682F	23/10/2017	50450	162	* V
CGZ5311	P01IA000KA	27/11/2017	51180	164	c/c 162 * I
MLO4751	P03Y80000B	28/11/2017	51691	165	
KAW3567	P03Y800008	28/11/2017	65992	230	* V
MEV1794	P01IG000J1	28/10/2017	65992	230	* V
LXO4613	P01I1000M3	25/11/2017	65992	230	* V
MHT1034	55837739F	23/10/2017	65992	230	* V
MFS6521	P03Y900004	27/10/2017	66102	230	* VII
DLU6544	P01I1000M4	25/11/2017	67261	230	* XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCELO SAMPAIO NOGUEIRA  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2461/2017

Publicação Nº 1453890

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - 280830

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8070 2461/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHP1861	54323185N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKP4258	54323186N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MFH6364	55954659F	29/11/2017	53800	181 * I
MFH6364	55954497F	22/11/2017	53800	181 * I
MDN4597	P01I1000M5	26/11/2017	54522	181 * VIII
MGK9827	P01I1000MA	28/11/2017	60501	208
MLM8280	55954597F	21/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MHB6463	55954601F	10/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EUV7633	55954654F	11/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
FBO3907	55954648F	10/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EMK4898	55954542F	08/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MKA0354	55954544F	09/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DVK8255	55954545F	09/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146



MF10441	55954501F	10/11/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
PUW3939	55954460F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
JGD9350	55954392F	10/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
ILG1602	55954343F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
ILG1602	55954345F	16/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MAJ8648	55954447F	14/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MAE7530	55954506F	18/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MHW6153	55954603F	17/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
MIS1840	55954475F	20/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
QIP0245	55954478F	23/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
DKF1763	55954479F	24/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
LYM3998	55954571F	26/10/2017	55412	181*XVII	c/ Lei13146
HIR1759	P01I1000KI	26/10/2017	55414	181*XVII	c/ Lei13146
QHR9739	55836318F	20/11/2017	73662	252*VI	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 847/2017**

Publicação Nº 1453530

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCORDIA - DTMC - ELETRONICO - 2808

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8763 847/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

GUX5804	54315886N	06/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJU9839	54323196N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEQ0400	8763073818	09/11/2017	74550	218 * I
IMJ3286	8763073484	15/10/2017	74550	218 * I
MKD8978	8763073503	15/10/2017	74550	218 * I
AJR7736	8763074063	13/11/2017	74550	218 * I
MFN3782	8763074092	16/11/2017	74550	218 * I
MGC0417	8763074098	18/11/2017	74550	218 * I
MEU6317	8763074106	15/11/2017	74550	218 * I

MKL5263	8763074117	16/11/2017	74550	218	*	I
CZO3550	8763074118	18/11/2017	74550	218	*	I
MKI2168	8763074123	12/11/2017	74550	218	*	I
QHC3312	8763074129	14/11/2017	74550	218	*	I
KAC3841	8763074130	15/11/2017	74550	218	*	I
MBH9955	8763074132	15/11/2017	74550	218	*	I
MWF9976	8763074138	17/11/2017	74550	218	*	I
QIB4865	8763074152	18/11/2017	74550	218	*	I
MGE3617	8763074173	17/11/2017	74550	218	*	I
CCQ2282	8763073395	16/10/2017	74550	218	*	I
IJC6965	8763073396	16/10/2017	74550	218	*	I
MCI5980	8763073440	18/10/2017	74550	218	*	I
IGC9446	8763073448	19/10/2017	74550	218	*	I
MAK0150	8763073457	15/10/2017	74550	218	*	I
QHP6647	8763073480	20/10/2017	74550	218	*	I
MLB7028	8763073838	10/11/2017	74550	218	*	I
MHT2757	8763073845	11/11/2017	74550	218	*	I
MIT3239	8763073846	11/11/2017	74550	218	*	I
DMK7373	8763073855	08/11/2017	74550	218	*	I
MBL8372	8763073857	09/11/2017	74550	218	*	I
MAE6777	8763073876	05/11/2017	74550	218	*	I
MLC2612	8763073879	06/11/2017	74550	218	*	I
AUU8619	8763073883	07/11/2017	74550	218	*	I
MHR1105	8763073896	08/11/2017	74550	218	*	I
MEQ0400	8763073900	09/11/2017	74550	218	*	I
MIY6718	8763073909	10/11/2017	74550	218	*	I
MKL5263	8763073934	10/11/2017	74550	218	*	I
LZK9797	8763073943	11/11/2017	74550	218	*	I
MLD2913	8763073959	09/11/2017	74550	218	*	I
DSA5789	8763073969	11/11/2017	74550	218	*	I
QIG2757	8763073976	06/11/2017	74550	218	*	I
AYN7033	8763073978	09/11/2017	74550	218	*	I
IMG2826	8763073981	11/11/2017	74550	218	*	I
MGB5215	8763073992	08/11/2017	74550	218	*	I
MBS0865	8763073998	05/11/2017	74550	218	*	I
MEJ8581	8763073999	07/11/2017	74550	218	*	I
MHS2395	8763074002	08/11/2017	74550	218	*	I
LZX5349	8763074010	17/11/2017	74550	218	*	I
MLT3394	8763074019	12/11/2017	74550	218	*	I
QHJ4752	8763074036	13/11/2017	74550	218	*	I
BDU1122	8763074042	15/11/2017	74550	218	*	I
MLF8089	8763074059	12/11/2017	74550	218	*	I
MDP8131	8763074060	12/11/2017	74630	218	*	II
AYK3523	8763073997	05/11/2017	74630	218	*	II
MDP8131	8763073921	11/11/2017	74630	218	*	II
QHJ6993	8763073922	11/11/2017	74630	218	*	II
LZS2859	8763073923	11/11/2017	74630	218	*	II
MLU6046	8763073929	10/11/2017	74630	218	*	II
MJA4067	8763073483	15/10/2017	74630	218	*	II
IXG4553	8763073447	19/10/2017	74630	218	*	II
IAW3951	8763073393	15/10/2017	74630	218	*	II
MKF1367	8763074093	17/11/2017	74710	218	*	III
MDP8131	8763073819	09/11/2017	74710	218	*	III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CONCORDIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDIMAR VITTO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

**CORDILHEIRA ALTA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8450 222/2017**

Publicação Nº 1453611

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8450 222/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAE6982	P01FN00063	02/09/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORDILHEIRA ALTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

---

**CORONEL FREITAS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8306 640/2017**

Publicação Nº 1453690

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8306 640/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBI3545	P01FN0004P	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBI3545	P01FN0004Q	06/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBT2592	P01FN00078	26/09/2017	55172	181 * XIV	195.23
MBI3545	P01FN0004R	06/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORONEL FREITAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**CORREIA PINTO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8174 1042/2017**

Publicação Nº 1453781

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8174 1042/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CMU2098	P03CA00051	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHZ4293	P03CA0005A	29/09/2017	54360	181 * VI	130.16
LXL6675	P03CA0005F	02/10/2017	54360	181 * VI	130.16
ALT5389	P03CA0005G	02/10/2017	54360	181 * VI	130.16
MGU6639	P03CA0005I	03/10/2017	54360	181 * VI	130.16
ASL8163	P03CA0001Z	21/08/2017	54360	181 * VI	130.16
MLU7539	P03CA0004C	20/09/2017	54360	181 * VI	130.16
LYP5564	P03CA0004H	24/09/2017	65300	228	195.23



BJE4404	P03CA0004F	21/09/2017	58191	193		880.40
MGO4035	P03CA0002B	28/08/2017	65992	230	* V	293.47
CMU2098	P03CA00050	27/09/2017	65992	230	* V	293.47
MEO2157	P03CA00037	06/09/2017	66371	230	* IX	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 1041/2017

Publicação Nº 1453782

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8174 1041/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MKM4149	P03CA000A1	28/11/2017	50450	162	* V
AHM2345	P03CA000A2	29/11/2017	54360	181	* VI
LZM7884	P03CA0007Y	06/11/2017	54360	181	* VI
MDI7080	P03CA0009M	23/11/2017	59910	206	* I
MGZ1412	P03CA0009J	22/11/2017	50371	162	* III
QHN1962	P03CA0009Z	26/11/2017	54521	181	* VIII
EAG0085	P03CA0009T	25/11/2017	54521	181	* VIII
MBJ2701	P03CA0009W	25/11/2017	54521	181	* VIII
MKM4149	P03CA0009X	25/11/2017	54521	181	* VIII
MIO9754	P03CA0009Y	25/11/2017	54521	181	* VIII
MKY8889	P03CA0006R	24/10/2017	60412	207	
MEI1727	P03CA0007X	05/11/2017	60412	207	
MKM4149	P03CA000A0	28/11/2017	65991	230	* V
MGZ1412	P03CA0009I	22/11/2017	66532	230	* XI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORREIA PINTO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO HENRIQUE SCHMITT  
DELEGADO DE POLICIA

### CORUPÁ

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8238 895/2017

Publicação Nº 1453731

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8238 895/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QII8392	P00XH000T2	15/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MAH2140	P00KC000QX	20/09/2017	50100	162 * I	880.40
ASO9558	P00XG000SG	03/10/2017	50100	162 * I	880.40
MFN7551	P00KC000QZ	20/09/2017	50100	162 * I	880.40
MJW0594	P00SF0016G	14/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
MKY9357	P00XH000RU	23/08/2017	51851	167	195.23
MFY4732	P00XG000R7	02/09/2017	51851	167	195.23
MCA4428	P00XG000S4	26/09/2017	51851	167	195.23
MJT7150	P00XG000S5	26/09/2017	51851	167	195.23
MAK1016	P00XH000TJ	05/10/2017	51851	167	195.23
LXD8230	P00XH000TU	14/10/2017	51851	167	195.23
MFU3930	P00XH000RO	02/08/2017	56144	182 * V	195.23
MCA9244	P00XH000RL	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBI5685	P00SL001JM	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
MJW0594	P00SF0016E	14/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBE4867	P00XG000SB	01/10/2017	65992	230 * V	293.47
ASZ0912	P00XG000SH	05/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAH2140	P00KC000QY	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
MJW0594	P00SF0016F	14/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE



EDITAL.

CORUPA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8238 894/2017**

Publicação Nº 1453732

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8238 894/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MKA1208	54323213N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKW7872	P00S70012H	27/11/2017	50100	162 * I
CEA4172	P00SF001AI	26/10/2017	51930	168
MCG8935	P00S70012O	27/11/2017	73400	252 * IV
MCB1720	P00XH000VU	23/11/2017	73400	252 * IV
BBO0676	P00XG000UN	06/11/2017	51851	167
MFV2017	P00XH000V9	25/10/2017	51851	167
MEE3855	P00XG000TV	26/10/2017	51851	167
CVM3849	P00S70012I	27/11/2017	65992	230 * V
MIJ7375	P00XG000VT	27/11/2017	65992	230 * V
ICN0708	P00XG000VR	27/11/2017	65992	230 * V
AEI9564	P00S70012K	27/11/2017	65992	230 * V
LYC2118	P00S70012N	27/11/2017	66531	230 * XI
MDU0236	P00XG000VP	27/11/2017	66531	230 * XI
MDU0236	P00XG000VQ	27/11/2017	67261	230 * XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CORUPA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL 15.DRP

**CUNHA PORÃ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8258 874/2017**

Publicação Nº 1453719

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8258 874/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZZ7243	P01150008G	09/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCL3594	P0115000A3	16/09/2017	50100	162 * I	880.40
LZZ7243	P01150008I	09/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCL3594	P0115000A2	16/09/2017	64080	221	130.16
LZZ7243	P01150008H	09/08/2017	65561	230 * I	293.47
LZZ7243	P01150008F	09/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCL3594	P0115000A1	16/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGE2580	P01150008M	11/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHA PORÃ/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8258 873/2017**

Publicação Nº 1453720

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8258 873/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYB3468 P0115000BH 29/10/2017 51691 165  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHA PORA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**CUNHATAÍ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8772 158/2017**

Publicação Nº 1453528

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8772 158/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

MED6671 P030S0000E 21/08/2017 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CUNHATAI/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DEL REGIONAL 12 DRP

### CURITIBANOS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1976/2017

Publicação Nº 1453840

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1976/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIY1582	P01BD000LE	20/08/2017	50100	162 * I	880.40
AKQ3093	P01BB000LD	11/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCS0346	P01BD000N2	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
HFX8264	P01BC000SK	05/10/2017	50100	162 * I	880.40
AOD6045	P01BD000LA	19/08/2017	50450	162 * V	293.47
HFX8264	P01BC000SM	05/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QIY1582	P01BD000LF	20/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHR3638	P01B9000WP	16/10/2017	53200	176 * V	1467.34
HFX8264	P01BC000SL	05/10/2017	51691	165	2934.68
QHQ2587	P01BB000LY	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
MDW6355	P01BB000KM	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBV3172	P01BD000MV	11/09/2017	65992	230 * V	293.47
AKQ3093	P01BB000LC	11/09/2017	65992	230 * V	293.47
QIY1582	P01BD000LH	20/08/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8106 1977/2017**

Publicação Nº 1453839

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE TRANSITO N.8106 1977/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAA8244	54309683N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIY1582	P01BD000LG	20/08/2017	58350	195	195.23
AMC1545	P01BE000SE	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
CWO6630	P01BD000LV	30/08/2017	74550	218 * I	130.16
HOR3353	P02QA0004G	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHN4770	P02QA0005O	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
DLC2049	P01BB000KA	21/08/2017	60501	208	293.47
MKN9278	55779520F	13/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFO5630	55779530F	18/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFQ1555	55779533F	18/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKH3295	55779539F	19/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ASW1392	55779552F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMK3083	55779554F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IMA3140	55779557F	21/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFM9968	55779558F	26/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ANT5018	55779561F	26/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LNC3815	55779565F	26/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MLA5851	55779272F	02/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LWT5604	55779296F	07/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MML9216	55779309F	09/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGE4399	55779370F	17/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHF9276	55779389F	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAR1231	55779427F	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

HERCILIO BEPPLER  
 SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1974/2017**

Publicação Nº 1453842

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8106 1974/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
HJT4920	P01BB000MJ	01/11/2017	50100	162 * I
MHP1204	P01BB000P5	28/11/2017	50100	162 * I
MBH2602	P01BB000P8	29/11/2017	50450	162 * V
MHP1204	P01BB000P6	28/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
HJT4920	P01BB000MI	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MMJ7125	P01BE000VF	26/11/2017	65992	230 * V
MMK1536	P01BB000PH	30/11/2017	65992	230 * V
AMQ5002	P01BC000TW	25/11/2017	73232	252 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA  
DELEGADA REGIONAL - 24A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8106 1975/2017**

Publicação Nº 1453841

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS - DIRTRAN - 280930

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8106 1975/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO



FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEG6182	54323212N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MBG2983	P02QA00092	25/10/2017	51930	168
MIY7681	P01BB000PI	30/11/2017	53800	181 * I
MMD7470	P01BB000PE	29/11/2017	54870	181 * XI
MJK1374	P01B9000X2	26/10/2017	61220	214 * I
LXI4912	P01BB000MK	02/11/2017	65300	228
MKT6134	P02QA00074	23/10/2017	74550	218 * I
OEE7049	P02QA000B4	17/11/2017	74550	218 * I
AJG9873	55779841F	21/11/2017	51851	167
IRG9111	P02QA000AJ	14/11/2017	51851	167
MKL5969	P02QA00093	26/10/2017	51852	167
IKR6805	P02QA000E0	29/11/2017	51852	167
MHJ1192	55779861F	24/11/2017	60681	209
MKX6891	55779873F	21/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OKF1611	55779881F	22/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCT1756	55779882F	22/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDM1549	55779885F	22/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJO1018	55779887F	22/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDM1549	55779890F	23/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MGE8227	55779894F	23/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHO2006	55779660F	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHO2006	55779678F	19/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHO2006	55779691F	20/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MES5380	55779710F	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
IMZ8816	55779725F	24/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJY0388	55779774F	03/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LXM1394	55779829F	13/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ASS9251	55779831F	13/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEV8013	55779834F	13/11/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCN1427	P01BB000P4	28/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

CURITIBANOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

HERCILIO BEPLER  
SECRETARIO TRANSPORTES E OBRAS

**DESCANSO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8398 652/2017**

Publicação Nº 1453644

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8398 652/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDH0954	P01EE0009M	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDH0954	P01EE0009N	11/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDH0954	P01EE0009L	11/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DESCANSO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**DIONISIO CERQUEIRA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8038 1050/2017**

Publicação Nº 1453930

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8038 1050/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CJP1967	P019F0005Q	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
BZO3370	P019F0005U	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
HUQ4394	P019F0005E	01/08/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 1049/2017**

Publicação Nº 1453931

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8038 1049/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IDR7809	P019F00082	26/11/2017	50100	162 * I
BMT3368	P019G0006M	18/11/2017	50450	162 * V
BMT3368	P019G0006O	18/11/2017	69120	232
MFE1012	P019F00080	24/11/2017	65992	230 * V
AGG1670	P019G0006X	25/11/2017	65992	230 * V
AJO3242	P019F00081	25/11/2017	65992	230 * V
BMT3368	P019G0006N	18/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

DIONISIO CERQUEIRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

---

**ERMO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8724 279/2017**

Publicação Nº 1453543

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8724 279/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHL5941	P02U200017	09/08/2017	50100	162 * I	880.40
IVG6357	P02U200022	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
MF11709	P02U200023	04/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERMO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8724 278/2017**

Publicação Nº 1453544

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8724 278/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

DOM2722 P02U20002W 07/11/2017 55250 181 \* XV  
MIP5031 P02U20002X 07/11/2017 55250 181 \* XV  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ERMO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### FAXINAL DOS GUEDES

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8354 954/2017

Publicação Nº 1453663

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8354 954/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
LWS5439 P01FO00002 24/09/2017 50100 162 \* I 880.40  
LWS5439 P01FO00003 24/09/2017 51180 164 c/c 162 \* I 880.40  
MIM0487 P01FO000LB 28/08/2017 51851 167 195.23  
AHY7769 P01FO000NP 20/09/2017 54522 181 \* VIII 195.23  
MCC8969 P01FO000IO 27/07/2017 54522 181 \* VIII 195.23  
ABY2710 P01FO000JB 09/08/2017 54522 181 \* VIII 195.23  
DHQ0734 P01FO000JX 16/08/2017 65992 230 \* V 293.47  
MDV5127 P01FO000KK 22/08/2017 55411 181\*XVII c/ Lei13146 195.23  
-----

MGQ8155 P01FO000KL 22/08/2017 55411 181\*XVII c/ Lei13146 195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 953/2017**

Publicação Nº 1453664

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8354 953/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

AHB3889	P01FO000QZ	25/11/2017	53200	176 * V
IOO1756	P01FO000PO	28/10/2017	65480	229
IOO1756	P01FO000PN	28/10/2017	51691	165
CNA2138	P01FO000PY	05/11/2017	51852	167
AHB3889	P01FO000QY	25/11/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FAXINAL DOS GUEDES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP



**FORQUILHINHA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1358/2017**

Publicação Nº 1453698

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8288 1358/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BGE4286	54599551G	10/08/2017	50100	162 * I	880.40
LWX5343	P02NC000A4	26/09/2017	50100	162 * I	880.40
AKK3435	P02NE0007O	01/10/2017	50100	162 * I	880.40
AKK3435	P02NE0007N	01/10/2017	65992	230 * V	293.47
MCM4988	P02NF0001E	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
LWX5343	P02NC000A2	26/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBI8323	P02NF0000O	24/07/2017	65992	230 * V	293.47
LZE4921	P02NE00057	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBC1157	P02NC000A7	28/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8288 1359/2017**

Publicação Nº 1453697

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8288 1359/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IQD4809	P02NE0007M	28/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
ALT0416	P02NE0007J	23/09/2017	55090	181 * XIII	130.16
MDF9941	P02NE00068	22/08/2017	61220	214 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1356/2017**

Publicação Nº 1453700

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1356/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IKW8525	P02NC000B8	21/10/2017	50100	162 * I
MDN1091	P02NE0009R	07/11/2017	50100	162 * I
MEM9880	P02NC000C7	22/11/2017	50100	162 * I
DEH9318	P02NC000CK	28/11/2017	50100	162 * I
MKQ0375	P02NE000AI	25/11/2017	67000	230 * XVI
MHZ3574	P02NE000AK	27/11/2017	67000	230 * XVI
QHS0785	P02NE000AN	28/11/2017	69120	232
IKW8525	P02NC000B7	21/10/2017	65992	230 * V
LYZ4746	P02NE000AL	28/11/2017	65992	230 * V
LAP7801	P02NE0009B	31/10/2017	65992	230 * V
MKQ0375	P02NE000AH	25/11/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1357/2017**

Publicação Nº 1453699

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA - 209730

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8288 1357/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto      Data Infr.      Infr/Desd.      Enquadramento  
-----

CZZ1071 54312947N 27/10/2017 50020 257 ã 8\$  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FORQUILHINHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILLIAN ACORDI PIZZETTI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**FRAIBURGO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2248/2017**

Publicação Nº 1453685

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8324 2248/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDN3682	P01JE000IW	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEC5890	P01JD000SQ	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEC5890	P01JD000SR	21/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IDN3682	P01JE000IX	18/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFA1086	P01JG000A5	16/10/2017	69120	232	88.38
MFA1086	P01JG000A4	16/10/2017	50371	162 * III	586.94
MEC5890	P01JD000SN	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
MHN5352	P01JC000SY	10/08/2017	65992	230 * V	293.47
IDN3682	P01JD000SD	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEU1153	P01JC000WT	25/09/2017	65992	230 * V	293.47
CKN9910	P01JG0009C	27/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFA1086	P01JG000A3	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
MBO9192	P01JC000TY	18/08/2017	66102	230 * VII	195.23
MEC5890	P01JD000SM	21/08/2017	66102	230 * VII	195.23
AKK2561	P01JG0008D	06/09/2017	66371	230 * IX	195.23
MEC5890	P01JD000SP	21/08/2017	66371	230 * IX	195.23
AKK2561	P01JG0008C	06/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MEU1153	P01JC000WU	25/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MEC5890	P01JD000SO	21/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MAL5161	P01JD000RO	09/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8324 2249/2017**

Publicação Nº 1453684

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8324 2249/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHO4711	P01JC000TR	15/08/2017	52070	169	88.38
MKA3703	P01JD000XW	17/10/2017	52070	169	88.38
BAO3037	P01JG0008Q	16/09/2017	54600	181 * IX	130.16
BEA1182	P01JC000UC	22/08/2017	54600	181 * IX	130.16
QHD5265	P01JE000IG	10/08/2017	57200	186 * I	195.23
MCH2047	P01JD000XK	17/10/2017	57200	186 * I	195.23
BFE4314	P01JD000XA	13/10/2017	57380	186 * II	293.47
LZZ0559	P01JD000SJ	19/08/2017	68580	231 * VII	130.16
NHS6657	P01JC000RI	31/07/2017	73070	251 * II	130.16
CKN9910	P01JG0009D	27/09/2017	51851	167	195.23
LXF8479	P01JC000XO	11/10/2017	51851	167	195.23
CPX5318	P01JC000T4	11/08/2017	51851	167	195.23
MFL6055	P01JD000UE	30/08/2017	51851	167	195.23
AYD8953	P01JC000TN	15/08/2017	51851	167	195.23
MLQ7631	P01JC000U0	18/08/2017	59670	203 * V	1467.34
MHJ5308	P01JD000XI	17/10/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SILVANO PELISSARO  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2246/2017**

Publicação Nº 1453687

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8324 2246/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFW8453	P01JD00140	23/11/2017	50292	162* II
MBG6145	P01JE000L4	28/10/2017	75790	165 A
MGG1849	P01JD00100	03/11/2017	75790	165 A
MFF7349	P01JE000LC	28/10/2017	50100	162 * I
MMO3007	P01JD0010U	07/11/2017	50100	162 * I
MAU6126	P01JD0013Y	22/11/2017	50100	162 * I
AJA9623	P030K0001A	23/11/2017	50100	162 * I
LZJ1291	P030P00028	25/11/2017	50100	162 * I
AOA1559	P030P0002L	29/11/2017	50100	162 * I
AOA1559	P030P0002M	29/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LZJ1291	P030K00029	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AJA9623	P030K00019	23/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MMO3007	P01JD0010V	07/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFF7349	P01JE000LD	28/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
AET2881	P01JC000Z8	01/11/2017	64080	221
MAU1604	P030P0002E	28/11/2017	64080	221
LXN1183	P030K0002C	26/11/2017	66020	230 * VI
LXN1183	P030K0002D	26/11/2017	66700	230 * XIII
MHV4704	P01JE000L1	26/10/2017	67000	230 * XVI
LWZ4532	P01JD0010F	06/11/2017	65992	230 * V
MMO3007	P01JD0010T	07/11/2017	65992	230 * V
AET2881	P01JC000Z5	01/11/2017	65992	230 * V
LZJ1291	P030P00027	25/11/2017	65992	230 * V
AJA9623	P030K00018	23/11/2017	65992	230 * V
DUA8869	P030P00029	26/11/2017	65992	230 * V
LZJ1291	P030K0002B	25/11/2017	66371	230 * IX
AET2881	P01JC000Z7	01/11/2017	66371	230 * IX
AET2881	P01JC000Z6	01/11/2017	67261	230 * XVIII
LZJ1291	P030K0002A	25/11/2017	67261	230 * XVIII
DUA8869	P030P0002A	26/11/2017	67261	230 * XVIII
ACO4662	P030P0002D	28/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8324 2247/2017**

Publicação Nº 1453686

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO - ORTFRAI - 281070

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
 DE TRANSITO N.8324 2247/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
 Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
 -----

MHJ9706	54323190N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8§
LXN1183	P030K0002E	26/11/2017	52070	169
MGG1849	P01JD00101	03/11/2017	52070	169
MFY8789	P01JC0016D	29/11/2017	52070	169
LZF1792	P01JC00106	04/11/2017	54600	181 * IX
LYZ8304	P01JC00150	26/11/2017	54600	181 * IX
QHI5733	P030P0001Y	25/11/2017	65300	228
LZD4289	P01JD00107	05/11/2017	65300	228
LZD4289	P01JC0010C	05/11/2017	65300	228
DBK8454	P01JC0016G	29/11/2017	65300	228
AQT6641	P01JC0016K	29/11/2017	51851	167
DBK8454	P01JC0016L	29/11/2017	51851	167
MHS1432	P01JC0016E	29/11/2017	51851	167
MGK9445	P01JC0016F	29/11/2017	51851	167
MJC7520	P030K00030	30/11/2017	51851	167
MCF6068	P01JD000XZ	19/10/2017	51851	167
AOQ1420	P01JD000ZH	01/11/2017	51851	167
HSJ8328	P030P0001J	22/11/2017	51851	167
LWU9893	P030P0001L	22/11/2017	51851	167
MKW8886	P030K0001G	23/11/2017	51851	167
MBL3902	P01JC0015H	25/11/2017	51851	167
LZM8241	P01JC0015I	25/11/2017	51851	167
CMA5431	P030K00028	25/11/2017	51851	167
ANJ0262	P01JC000ZT	03/11/2017	51851	167
IEC1246	P01JC000ZY	03/11/2017	51851	167
MID3930	P030P00024	25/11/2017	51851	167
IKY8501	P01JC0015M	25/11/2017	51851	167
AIC0661	P030P00025	25/11/2017	51851	167
MJP9221	P01JC00161	27/11/2017	51851	167
CZM2594	P01JC0015R	27/11/2017	51851	167
JXZ4409	P01JC0015T	27/11/2017	51851	167
MGV8003	P01JC0015W	27/11/2017	51851	167
AEW8894	P030K0002F	26/11/2017	51851	167
MES3234	P030K0002P	28/11/2017	51851	167
MFT6870	P01JC0016C	29/11/2017	51851	167
MDS9665	P01JC000ZN	03/11/2017	52312	172
AKO4964	P01JC0013K	18/11/2017	54523	181 * VIII
AVI7403	P030K00021	25/11/2017	60412	207
AHW6592	P030K0002W	29/11/2017	60412	207
MJV3638	P030K00031	30/11/2017	60501	208
MJW8320	P01JC0010F	06/11/2017	60501	208

MJM5697	P01JC0015K	25/11/2017	60501	208
MBS7461	P01JC00166	27/11/2017	57970	191
MHS6842	P01JC00150	23/11/2017	59670	203 * V
IJV2663	P01JC00154	24/11/2017	59670	203 * V
ALZ3737	P01JC000ZQ	03/11/2017	59670	203 * V
MJP4636	P01JE000L5	28/10/2017	59670	203 * V
MKT3185	P030K0002X	29/11/2017	59670	203 * V
AGG0303	P01JC000ZB	01/11/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

FRAIBURGO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SILVANO PELISSARO  
PRESIDENTE DO ORTFRAI

### GAROPABA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1502/2017

Publicação Nº 1453616

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1502/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDE0162	55757084F	16/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGB8725	P02OP0002O	18/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFW1838	P02OS0003T	27/09/2017	50450	162 * V	293.47
MDE0162	55757085F	16/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFW1838	P02OS0003U	27/09/2017	65800	230 * IV	293.47
MFW1838	P02OS0003V	27/09/2017	65992	230 * V	293.47
MMA3269	P02OP0002Z	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
MJC5077	P02OP0002T	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
MGB8725	P02OP0002N	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEP2528	55757331F	15/01/2017	66531	230 * XI	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1503/2017**

Publicação Nº 1453615

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8440 1503/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGD0793	P02OP0001T	29/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ITH3715	55758364F	25/02/2017	57380	186 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO  
DIRETORA DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1500/2017**

Publicação Nº 1453618

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1500/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ALA7614 P02OS00048 31/10/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1501/2017**

Publicação Nº 1453617

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA - 281130

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8440 1501/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

NEJ9126 P02OQ0005S 30/11/2017 65640 230 \* II  
MHM8914 P02OQ00043 25/10/2017 55411 181\*XVII c/ Lei13146  
IEE0753 P02OQ0004J 02/11/2017 55411 181\*XVII c/ Lei13146  
MDE6895 P02OQ0004L 02/11/2017 55411 181\*XVII c/ Lei13146  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GAROPABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALESSANDRA DINIZ GREGORIO  
DIRETORA DE TRANSITO

---

**GARUVA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8188 621/2017**

Publicação Nº 1453772

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8188 621/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DOT2689	P01I3000J8	30/08/2017	50100	162 * I	880.40
DOT2689	P01I3000J9	30/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AJV2802	P01I3000KJ	11/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHY2995	P01I3000JT	03/10/2017	58350	195	195.23
MDL3614	P01I2000N7	10/08/2017	61650	214 * V	195.23
MHY2995	P01I3000JS	03/10/2017	66371	230 * IX	195.23
MLV5456	P01I2000OX	21/09/2017	73662	252*VI	130.16
OKG0719	P01I3000JW	04/10/2017	73662	252*VI	130.16
MEC1402	P01I3000K8	09/10/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8188 620/2017**

Publicação Nº 1453773

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8188 620/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ATO6249	P01I2000P7	18/10/2017	50100	162 * I
ASU7565	P01I2000PK	19/10/2017	50100	162 * I
LYD1290	P01I3000KZ	24/11/2017	50100	162 * I
ATO6249	P01I2000P8	18/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYD1290	P01I3000L1	24/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MIU0692	P01I3000L3	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LYD1290	P01I3000L0	24/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GARUVA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**GASPAR**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2408/2017**

Publicação Nº 1453799

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8147 2408/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA



AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCT4702	P01JO00010	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
DHV0620	P01K0000N8	21/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBN0695	P01K0000KK	06/09/2017	50450	162 * V	293.47
MEV5260	P01K0000CV	02/08/2017	50450	162 * V	293.47
MEV5260	P01K0000CW	02/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
DHV0620	P01K0000N9	21/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBN0695	P01K0000KQ	06/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
IQL5617	P00Z20008N	01/10/2017	65480	229	130.16
BRE7326	P01K0000N6	21/09/2017	66020	230 * VI	293.47
IBV5935	54543850E	20/09/2017	67500	230 * XXI	130.16
ETV3539	54543951E	20/09/2017	67500	230 * XXI	130.16
QHY0961	P01K0000QA	09/10/2017	69120	232	88.38
MGW6569	54543956E	20/09/2017	73400	252 * IV	130.16
IMW6684	P01K0000O3	27/09/2017	65992	230 * V	293.47
IGU5579	P011F00089	08/09/2017	65992	230 * V	293.47
ADL1004	54543787E	30/08/2017	65992	230 * V	293.47
OKE6606	54543851E	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MXW2631	54543615E	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEG8103	54543698E	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
QHH0505	P01K0000J9	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCT4702	P01JO0000Z	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXH9397	P01K0000OY	04/10/2017	65992	230 * V	293.47
AAI7352	P01K0000P2	04/10/2017	65992	230 * V	293.47
MUW1137	P01K0000OG	03/10/2017	66372	230 * IX	195.23
IMW6684	P01K0000O4	27/09/2017	66372	230 * IX	195.23
BRE7326	P01K0000N7	21/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2409/2017**

Publicação Nº 1453798

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8147 2409/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIE8159	54300798N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLT3516	54309228N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKN7978	54309237N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCU8327	54309247N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHC0757	P01JY000BX	14/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJW1419	P01K0000OJ	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGE8292	P01K0000P9	05/10/2017	51930	168	293.47
ARE7462	P00Z40004H	11/12/2016	57380	186 * II	293.47
GWK2599	P01K0000MK	13/09/2017	58350	195	195.23
IKA4746	54542567E	04/03/2017	65300	228	195.23
MGP1044	P01K0000BY	26/07/2017	65300	228	195.23
MLM0784	8147017400	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
LXV9839	8147017243	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGH9999	8147017246	08/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIN5285	8147017541	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHY5354	8147017659	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
AXP9412	8147017767	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFL0993	8147017783	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFR9446	8147017798	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCO6376	8147017803	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFC7475	8147017804	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCV0851	8147017810	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHG4090	8147017833	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJF2686	8147017844	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
KNG4078	8147016343	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MGR5353	8147016351	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MHU7085	8147016401	24/08/2017	74550	218 * I	130.16
IMQ0731	8147016431	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCM9005	8147016523	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLF7312	8147016885	31/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLV5495	8147016920	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
LZD0741	8147016970	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MMD7211	8147017000	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIG5104	8147017016	01/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCU2631	8147017034	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFB9775	8147017035	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIC6594	8147017047	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
BOF4506	8147017086	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
LUZ5610	8147017092	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
AXV8622	8147018413	21/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHL4212	8147017470	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFJ9578	8147017481	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
IGT3253	8147018331	21/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHF2231	8147017882	14/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDK4822	8147017934	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
MAQ4900	8147017982	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJU0980	8147018045	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGQ4958	8147018159	20/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDP8386	8147018223	20/09/2017	74550	218 * I	130.16
EKP5365	8147018254	20/09/2017	74550	218 * I	130.16
MAI1406	8147018295	20/09/2017	74550	218 * I	130.16
QIH7382	8147018716	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
MHN0429	8147018755	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
MJJ5594	8147018774	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
MMK2223	8147018789	05/10/2017	74550	218 * I	130.16

MLL3675	8147018842	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
AWX8629	8147018531	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AUL2411	8147018474	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KYH6246	8147018503	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDT9191	8147018633	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OKE0584	8147018858	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO0649	8147019200	10/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHU5331	8147019405	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKL9338	8147019432	11/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MHI2354	8147019514	12/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHX2498	8147019601	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
QHN4333	8147019618	15/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIU3285	8147019246	10/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MJO8162	8147018648	05/10/2017	74630	218	*	II	195.23
IPW1087	8147018545	28/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LWS7011	8147018855	05/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MEW8194	8147018950	06/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MKK9280	8147018981	06/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MGC1733	8147018983	06/10/2017	74630	218	*	II	195.23
ASX1996	8147017492	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HLH7454	8147017148	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
KDP5328	8147017174	06/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MBK1448	8147017238	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
ASO5697	8147016767	31/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MBX3728	8147017326	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLM0784	8147017349	08/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIV4098	8147017430	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HEW9866	8147018409	21/09/2017	74710	218	*	III	880.40
QHG0607	8147018410	21/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MMA0256	8147018556	28/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MHR2978	8147019402	11/10/2017	74710	218	*	III	880.40
LNC4625	P01270006S	23/09/2017	51851	167			195.23
MJC7395	54543379E	28/09/2017	51851	167			195.23
QHC0560	P01K0000MU	19/09/2017	51851	167			195.23
MDI4287	P01JY0009I	26/07/2017	51851	167			195.23
IVF2331	54543647E	19/09/2017	57463	187	*	I	130.16
MJY2294	54543875E	19/09/2017	57463	187	*	I	130.16
AUO6740	54637403F	19/09/2017	57463	187	*	I	130.16
MCL8602	54543522E	06/07/2017	58191	193			880.40
MKT5341	54541638E	26/01/2017	58191	193			880.40
MGI7177	P01K0000OQ	04/10/2017	60502	208			293.47
MEM7194	P01JY000CG	28/09/2017	59670	203	*	V	1467.34
ILT6612	54833714E	31/08/2017	55412	181	*	XVII c/ Lei13146	195.23
MBC2610	54542200E	09/08/2017	73662	252	*	VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8590 1232/2017**

Publicação Nº 1453566

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE TRANSITO N.8590 1232/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJO2776	54287268N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIC8545	54294275N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLR8966	54295747N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHH6189	54303675N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHR1488	54303677N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLJ4280	54303684N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIW3430	54303692N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLL3911	54303694N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
OKH4933	54303706N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
HQF8670	54306575N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCQ2528	8590143672	10/08/2017	74550	218 * I	130.16
MJO4507	8590143724	08/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIG1119	8590143766	07/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKR9400	8590143821	06/08/2017	74550	218 * I	130.16
DFV0101	8590143845	06/08/2017	74550	218 * I	130.16
AVS8745	8590144084	10/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLM8727	8590143094	26/07/2017	74550	218 * I	130.16
EDG4178	8590144417	17/08/2017	74550	218 * I	130.16
OKG1477	8590143252	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
AMI9580	8590143300	02/08/2017	74550	218 * I	130.16
CVH8474	8590143411	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHD5167	8590143520	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
KYJ4714	8590126886	24/12/2016	74550	218 * I	130.16
BUQ8044	8590141740	03/07/2017	74550	218 * I	130.16
AZV0103	8590142008	12/07/2017	74550	218 * I	130.16
MDZ8810	8590142024	13/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKV7980	8590142044	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLX6389	8590142107	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
KXV1890	8590142957	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHN8364	8590142989	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLD5336	8590142993	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHR2764	8590143009	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
KXH0823	8590143044	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHF3901	8590143055	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
OKE1207	8590143065	27/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKE3010	8590142183	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKX3609	8590142256	24/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGC3368	8590142257	24/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKC8965	8590142295	21/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJK7576	8590142316	20/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHU8761	8590142432	16/07/2017	74550	218 * I	130.16
MHS5015	8590142480	23/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIT6142	8590142496	25/07/2017	74550	218 * I	130.16

MJY2602	8590142553	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDB8246	8590142607	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMK1571	8590142636	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHJ6823	8590142705	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLB4965	8590142730	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY3102	8590142740	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
CZI3727	8590142769	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBX9040	8590142810	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DEJ1284	8590142847	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHC3973	8590142853	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
IOJ1731	8590142870	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCR2567	8590142887	29/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MHV7865	8590142518	25/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFT5217	8590143068	27/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIF2329	8590142159	17/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MFJ8037	8590143542	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIS5627	8590143098	26/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHF2231	8590143101	26/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MDX0326	8590144218	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2406/2017**

Publicação Nº 1453801

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2406/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MIP2213	P00Z70008S	03/11/2017	65480	229	
MLF1804	54637859F	23/11/2017	66450	230	* X
OKF9146	54637863F	23/11/2017	66450	230	* X
MLG1207	54543919E	19/10/2017	66880	230	* XIV



MEO6753	54543986E	16/10/2017	67500	230	*	XXI
MLF1804	54637862F	23/11/2017	67690	230	*	XXII
ANP9819	54543942E	16/11/2017	73400	252	*	IV
MEX8617	P01270007Z	27/11/2017	65992	230	*	V
MIL0402	54637803F	10/11/2017	65992	230	*	V
QIR8286	P011F0009I	27/11/2017	66372	230	*	IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

PAULO NORBERTO KOERICH  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2407/2017**

Publicação Nº 1453800

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - 281170

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8147 2407/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

QHW3408	54322552N	24/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MAV3883	54323059N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MAA7733	54323060N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGW1616	54323061N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKA1980	54323062N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AST9609	54323063N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHA3765	54323064N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHV4492	54323065N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHC8338	54323066N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFG5913	54323068N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
BAI5220	54325007N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MI19103	54325011N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MID9888	54325012N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
GHX5870	54637442F	08/11/2017	54790	181 * X
QHW7985	54637760F	16/11/2017	57380	186 * II
MJI3206	P00Z100070	25/11/2017	58350	195
QIC7695	8147020001	19/10/2017	74550	218 * I



MIU6123	8147020012	19/10/2017	74550	218	*	I
MER4479	8147020355	01/12/2017	74550	218	*	I
MMC5448	8147020359	01/12/2017	74550	218	*	I
MAV2500	8147020365	01/12/2017	74550	218	*	I
MLL3352	8147020401	01/12/2017	74550	218	*	I
MKE6361	8147020405	01/12/2017	74550	218	*	I
QIR6548	8147020468	01/12/2017	74550	218	*	I
MFY3124	8147020489	01/12/2017	74550	218	*	I
AVC3983	P011F0008S	31/10/2017	51851	167		
LXV1952	54637682F	06/11/2017	57463	187	*	I
MFL6273	54637830F	20/11/2017	57463	187	*	I
MJU7680	54637449F	14/11/2017	57463	187	*	I
MKY8369	54637779F	22/11/2017	57463	187	*	I
DTB6025	54637829F	18/11/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146
QHZ5634	54833749E	09/10/2017	55412	181	*	XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1231/2017**

Publicação Nº 1453567

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR - DITRAN - LOMBADA ELETRONICA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8590 1231/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKC9548	54312872N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIF1660	54312873N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GASPAR/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE MARILDO AZEVEDO  
DIRETOR DE TRANSITO

---

**GOVERNADOR CELSO RAMOS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8062 919/2017**

Publicação Nº 1453900

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8062 919/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAE0449	P03EX00006	18/08/2017	50100	162 * I	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8062 918/2017**

Publicação Nº 1453901

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8062 918/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLE2042	54531978F	23/11/2017	56570	182 * IX
MLO0277	55013094E	13/11/2017	58780	199
AQU6073	55013373E	20/10/2017	61220	214 * I
MGJ9718	54531987F	28/11/2017	54521	181 * VIII
MBW5756	55013093E	01/11/2017	70561	244 * III
MAN3318	55013379E	26/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MBO7479	54531977F	24/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALAN JOSE DE AMORIM  
DELEGADO DE POLICIA

### Grão Pará

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8328 632/2017

Publicação Nº 1453680

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8328 632/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBN2588	P02PZ0001O	03/09/2017	50450	162 * V	293.47
MBN2588	P02PZ0001N	03/09/2017	65992	230 * V	293.47

MBN2588	P02PZ0001P	03/09/2017	66102	230 * VII	195.23
DDR9085	P02PZ00019	23/08/2017	73662	252*VI	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 631/2017**

Publicação Nº 1453681

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8328 631/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHG4659	P02PZ00022	20/11/2017	73662	252*VI
---------	------------	------------	-------	--------

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAO PARA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

**GRAVATAL****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8246 1056/2017**

Publicação Nº 1453727

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8246 1056/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACI5168	54291600N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHR6534	P01WV000LX	27/09/2017	50450	162 * V	293.47
MHR6534	P01WV000LW	27/09/2017	54600	181 * IX	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAVATAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8246 1055/2017**

Publicação Nº 1453728

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8246 1055/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CGP5301	P01WV000Q0	06/11/2017	50292	162* II
OWP3713	P01WV000PY	05/11/2017	54440	181 * VII
ANV4776	P01WV000PZ	05/11/2017	54440	181 * VII
HHJ9279	P01WT000S2	29/11/2017	55500	181 * XVIII
MKZ1556	P01WV000RL	27/11/2017	57200	186 * I
LXV8506	P01WV000RE	25/11/2017	58350	195
AJW4757	P01WV000PB	31/10/2017	61490	214 * III
LXM2531	P01WV000PX	05/11/2017	58197	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GRAVATAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

### GUARACIABA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8348 749/2017

Publicação Nº 1453669

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8348 749/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADU3950	P03N30000N	10/09/2017	50100	162 * I	880.40
ADU3950	P03N30000O	10/09/2017	52070	169	88.38
CLM7846	P03N300004	23/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
MER7109	54599620F	07/08/2017	65992	230 * V	293.47
MER7109	54599621F	07/08/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-



AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8348 748/2017**

Publicação Nº 1453670

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8348 748/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXW8767	P03N30001I	02/11/2017	50100	162 * I
LXW8767	P03N30001J	02/11/2017	65992	230 * V
LXW8767	P03N30001K	02/11/2017	66372	230 * IX
MGG5582	P03N30001L	04/11/2017	70481	244 * II

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARACIABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**GUARAMIRIM****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1459/2017**

Publicação Nº 1453757

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8204 1459/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGB3138	P00QT0019R	14/07/2017	50100	162 * I	880.40
MCM8335	P01LO000KY	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
MJI0704	P00QT001JF	28/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFR0448	P00Q2001GC	28/09/2017	50100	162 * I	880.40
KAC3611	P01LO000O7	11/10/2017	50450	162 * V	293.47
KAC3611	P01LO000O8	11/10/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MGN6831	P00Q20018P	01/08/2017	64080	221	130.16
LZT1103	P00Q2001GO	03/10/2017	66020	230 * VI	293.47
EZS1944	P00Q20016X	21/07/2017	67690	230 * XXII	130.16
MCL0712	P00Q2001A1	09/08/2017	73400	252 * IV	130.16
JHD6173	P00QD000T8	14/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MBY7291	P00QT001K4	05/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MIZ9366	P00QT001KP	10/10/2017	65992	230 * V	293.47
MEU6416	P00Q2001GI	28/09/2017	65992	230 * V	293.47
AMN7044	P00QT001I4	18/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFL3875	P00QT001G1	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
ATG5744	P00QQ000RM	14/09/2017	65992	230 * V	293.47
ANH7165	P00QD000PM	02/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFD8055	P00QT001DU	04/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCT7434	P00QD000SG	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
KAC3611	P01LO000O6	11/10/2017	65992	230 * V	293.47
MLE3822	P01LO000LN	31/08/2017	66102	230 * VII	195.23
KGG9570	P01LO000NO	02/10/2017	66102	230 * VII	195.23
LXR4712	P00QT001J1	25/09/2017	66102	230 * VII	195.23
KGG9570	P01LO000NP	02/10/2017	66371	230 * IX	195.23
LYB5008	P00QT001JT	02/10/2017	66372	230 * IX	195.23
DAY9998	P00QT001HG	14/09/2017	66372	230 * IX	195.23
MBL4967	P00Q20019X	09/08/2017	66372	230 * IX	195.23
MIN3191	P00QT001HJ	14/09/2017	66531	230 * XI	195.23
MGO8485	P00QQ000RY	27/09/2017	66531	230 * XI	195.23
MIH8937	P00QT001JX	02/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LYB5008	P00QT001JS	02/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MIZ9366	P00QT001KQ	10/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AJZ8229	P00QD000TP	03/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
DUC5908	P00QD000TR	03/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LXU8549	P00QD000TT	03/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
NEM4999	P00QT001IL	22/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AGF5848	P00Q2001F7	22/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1460/2017**

Publicação Nº 1453756

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8204 1460/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN2484	P00Q2001FG	25/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MEQ1492	P00QT001FV	23/08/2017	52070	169	88.38
LZK8084	P00QD000T5	12/09/2017	72340	250 * I * a	130.16
MDF0639	P00QD000TQ	03/10/2017	51851	167	195.23
MEE7285	P00Q2001CC	07/09/2017	51851	167	195.23
MFT4026	P00QT001DC	02/08/2017	51851	167	195.23
MKW5785	P00QT001DE	02/08/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

GLADDECIR JOSE FALCAO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1457/2017**

Publicação Nº 1453759

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8204 1457/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYV5099	P01LO000PY	29/11/2017	50100	162 * I
AJN1060	P00QY000J0	29/11/2017	66020	230 * VI
MDR2818	P00QY000E9	30/10/2017	66700	230 * XIII
ARH3291	P00Q2001JN	31/10/2017	69120	232
ALX8671	P00Q2001NF	30/11/2017	69120	232
AGV0255	P00QY000F2	04/11/2017	51691	165
AGV0255	P00QY000F1	04/11/2017	65992	230 * V
MHV2344	P01LO000PR	25/11/2017	65992	230 * V
MFW8368	P00QQ000SU	27/11/2017	65992	230 * V
MBG3958	P00Q2001N9	29/11/2017	65992	230 * V
LYV5099	P01LO000PX	29/11/2017	65992	230 * V
MBZ0938	P00QY000J3	30/11/2017	65992	230 * V
ALX8671	P00Q2001NE	30/11/2017	65992	230 * V
ITJ3853	P00Q2001KH	06/11/2017	66371	230 * IX
ALX8671	P00Q2001NG	30/11/2017	67261	230 * XVIII
MEK0640	P00QY000DY	27/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8204 1458/2017**

Publicação Nº 1453758

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM - 281270

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO

## DE TRANSITO N.8204 1458/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLS2124	P00Q2001KE	06/11/2017	76251	ART 181, XX
MAL9649	P01LO000P7	26/10/2017	54600	181 * IX
MLC9335	P00Q2001N2	25/11/2017	55250	181 * XV
MML3224	P01LO000PQ	22/11/2017	61220	214 * I
MGI2519	P00QD000VB	26/11/2017	61300	214 * II
MEP3315	P00Q2001ND	30/11/2017	51851	167
MMD2769	P00QD000V6	22/11/2017	51851	167
AJW6623	P00QY000FM	06/11/2017	51852	167
ISO7293	P00QY000ET	03/11/2017	59670	203 * V
MJV7990	P00QY000J8	30/11/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

GUARAMIRIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

GLADECIR JOSE FALCAO  
DIRETOR DE TRANSITO

**HERVAL D'OESTE**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1551/2017**

Publicação Nº 1453941

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1551/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKQ8140	P00ZQ000G8	12/02/2017	75790	165 A	2934.68
LWX4506	P00ZN001U7	02/08/2017	50100	162 * I	880.40
AGG1028	P00ZQ000VE	13/08/2017	50100	162 * I	880.40
LWX4506	P00ZN001U8	02/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYW3165	P00ZO00113	21/08/2017	64080	221	130.16
AGG1028	P00ZQ000VH	13/08/2017	51691	165	2934.68
LYW3165	P00ZO00111	21/08/2017	65992	230 * V	293.47
APP7339	P013I000CK	15/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1552/2017**

Publicação Nº 1453940

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8032 1552/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFR2434	P00ZN001XV	01/10/2017	51851	167	195.23
MIS5851	P00ZQ000TX	28/07/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.



ADRIANO BARETTA MANDRYK  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8032 1550/2017**

Publicação Nº 1453942

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE - DEMUTRAN - 281310

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8032 1550/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHI4914	54323214N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
APK8935	P00ZO0016M	01/11/2017	51851	167
MCT0783	P00ZR000C0	23/11/2017	51852	167
MET5991	P02W0000BD	24/11/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

HERVAL D OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ADRIANO BARETTA MANDRYK  
DIRETOR DE TRANSITO

**IBICARÉ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 539/2017**

Publicação Nº 1453526

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8773 539/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZR0487	P01JN000C5	16/09/2017	50100	162 * I	880.40
LZR0487	P01JN000C4	16/09/2017	51691	165	2934.68
LZR0487	P01JN000C6	16/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 540/2017**

Publicação Nº 1453525

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARE - 281330

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8773 540/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEC7756	P01JQ00004	22/08/2017	52070	169	88.38
MIH0485	P01JN000AQ	06/09/2017	59670	203 * V	1467.34
AYA1357	P01JN000D1	21/09/2017	59670	203 * V	1467.34
OQP5073	P01JN000D5	21/09/2017	59670	203 * V	1467.34
AYA1357	P01JN000DB	27/09/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ SARTORI  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8773 538/2017**

Publicação Nº 1453527

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICARE - 281330

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8773 538/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZZ0829	P01JN000JI	29/11/2017	52070	169
MDR4792	P01JN000JE	28/11/2017	51851	167
MLZ2547	P01JN000HL	03/11/2017	51851	167
MHE4929	P01JN000GH	28/10/2017	59670	203 * V
QHC3305	P01JN000H7	31/10/2017	59670	203 * V
MJM1369	P01JN000HJ	02/11/2017	59670	203 * V
QHF0274	P01JN000JB	23/11/2017	59670	203 * V
MJT3163	P01JN000JA	23/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBICARE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ SARTORI  
DIRETOR DE TRANSITO

**IBIRAMA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8420 1527/2017**

Publicação Nº 1453632

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8420 1527/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MAO6447	P03SD00014	01/10/2017	50100	162 * I	880.40
MAO6447	P03SD00015	01/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGB2342	P03SD0000T	27/09/2017	66020	230 * VI	293.47
MAO6447	P03SD00016	01/10/2017	67690	230 * XXII	130.16
MHM3156	P03SD00013	01/10/2017	65992	230 * V	293.47
MGB2342	P03SD0000S	27/09/2017	65992	230 * V	293.47
MEN9313	P01T6000AL	30/08/2017	66372	230 * IX	195.23
MGB2342	P03SD0000V	27/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1525/2017**

Publicação Nº 1453634

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8420 1525/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
BZC7023	P03SD00042	23/11/2017	50100	162 * I
MFW0923	P03SD0004F	27/11/2017	50450	162 * V
MGE0600	P03SD0002W	02/11/2017	50450	162 * V
ALU1023	P03SD0004K	27/11/2017	50450	162 * V
MFW0923	P03SD0004G	27/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MFW0923	P03SD0004E	27/11/2017	65992	230 * V
BZC7023	P03SD00041	23/11/2017	65992	230 * V
ADR8958	P03SD0002T	02/11/2017	65992	230 * V
ADR8958	P03SD0002U	02/11/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1526/2017**

Publicação Nº 1453633

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIRAMA - DEMUTRAN - 281350

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8420 1526/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADR8958	P03SD0002V	02/11/2017	65300	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IBIRAMA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCONDES UHLMANN  
DIRETOR DE TRANSITO

### IMBITUBA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2394/2017

Publicação Nº 1453620

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2394/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEX8202	P01NX0006L	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAY0327	P01O400059	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAO3042	P01NY003DC	27/09/2017	50450	162 * V	293.47
IEN2617	P01NY003AD	23/08/2017	50450	162 * V	293.47
CNA8557	P01NY003AE	23/08/2017	50450	162 * V	293.47
MJK9861	P01NU000LT	26/09/2017	66020	230 * VI	293.47
CNA8557	P01NY003AF	23/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
MJK9861	P01NU000LU	26/09/2017	69120	232	88.38
MEH4105	P03G40000Q	07/08/2017	50371	162 * III	586.94
MEX8202	P01NX0006J	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
BMA9213	P01O400042	20/08/2017	65992	230 * V	293.47
CNA8557	P01NY003AG	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAO3042	P01NY003DD	27/09/2017	65992	230 * V	293.47
MAY0327	P01O40005A	27/09/2017	65992	230 * V	293.47
IFZ7686	P01O40003T	09/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAJ6729	P01NZ000LA	31/08/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



IMBITUBA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2395/2017**

Publicação Nº 1453619

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8436 2395/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHM0981	P01NY0039I	15/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MMM5827	P01NY0039L	16/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKN5425	55831932F	11/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJB7858	55831934F	11/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
ART6485	55831972F	29/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
AVJ7460	P01NY003CS	15/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHC9273	55590189F	24/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
APM9688	P01NZ000L0	11/08/2017	54360	181 * VI	130.16
QIR1015	P01NY003E1	05/10/2017	54360	181 * VI	130.16
MJI5488	P03G400017	19/08/2017	54790	181 * X	130.16
MAN6842	55828185F	04/09/2017	55090	181 * XIII	130.16
MFN0866	P01NY00390	11/08/2017	55090	181 * XIII	130.16
MEX8202	P01NX0006K	17/08/2017	58350	195	195.23
MGG8741	55830289F	27/09/2017	58780	199	130.16
MHC5922	P01O40004H	03/09/2017	65300	228	195.23
MLC3210	P01NY0039W	18/08/2017	51851	167	195.23
EZD4908	P01NY0039X	18/08/2017	51851	167	195.23
MGH4018	P03G40000W	16/08/2017	51851	167	195.23
DQZ6754	55831915F	07/08/2017	51851	167	195.23
MIQ2680	55830273F	10/08/2017	51851	167	195.23
MIT0736	P01NY00372	31/07/2017	51851	167	195.23
MIE3589	55830330F	31/07/2017	51851	167	195.23
MJT5514	55830337F	31/07/2017	51851	167	195.23
MKI2852	P01NY0038X	10/08/2017	51851	167	195.23
MAV2813	P01NZ000MJ	21/09/2017	51851	167	195.23
MHY3588	P01NY003A1	22/08/2017	51851	167	195.23
MJI0071	P01NY003AI	24/08/2017	51851	167	195.23
MQT9228	55831962F	23/08/2017	54281	181 * V	293.47
MJE6079	P01NY003D0	25/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MEP0791	P01NY003DE	28/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKY9802	P01NY003DN	03/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MKY4872	P01NY003DO	03/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
QIB7317	55590132F	20/09/2017	58433	196	195.23
MLH3485	P01NY00394	11/08/2017	60175	206 * III	293.47
QHO5448	55831973F	29/08/2017	60501	208	293.47
ASL9901	55831990F	06/09/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146	195.23

QIO1597	55832058F	26/09/2017	55414	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
ISU0786	55832055F	30/08/2017	55414	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
IVB9650	P01NY003DJ	29/09/2017	55414	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MHW7729	55831988F	04/09/2017	55414	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
ASL9901	55828186F	05/09/2017	55414	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MBM0637	P01NY00377	01/08/2017	55414	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MLF6194	P01NY0039M	16/08/2017	55414	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MCF6421	P01NY003AL	25/08/2017	73662	252*VI		130.16
MJA2754	55590134F	22/09/2017	73662	252*VI		130.16
NSL7195	55830286F	26/09/2017	73662	252*VI		130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANTONIO ROZ DE SOUZA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2392/2017**

Publicação Nº 1453622

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2392/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MHL3282	P03G40002Q	23/11/2017	50100	162 * I
MJT1328	P01NU00002	04/11/2017	53040	176 * III
AJJ6260	P03G50000S	04/11/2017	65480	229
QIN2716	P01NU000N1	27/10/2017	50371	162 * III

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAPHAEL JOHANN GIORDANI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8436 2393/2017**

Publicação Nº 1453621

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA - DEMUT - 281430

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8436 2393/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHR7954	54312536N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MFR6984	54325014N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
MJX8423	55832074F	30/10/2017	76251	ART 181, XX
ITY0374	55831404F	30/10/2017	76252	ART 181, XX
MIU9964	55831100F	19/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MJZ7481	55828412F	25/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MKO7924	55832083F	10/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MKQ1081	P01NY003LB	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
FEH7989	55589735F	30/10/2017	52070	169
MHL7029	55828434F	14/11/2017	54360	181 * VI
AHJ0123	P01NY003IY	01/11/2017	54870	181 * XI
IQY0628	55589725F	15/10/2017	55250	181 * XV
ILY2267	P01NU000P5	26/11/2017	55250	181 * XV
IPL4634	55590149F	26/10/2017	55500	181 * XVIII
IMC6885	P01NU000NS	03/11/2017	55500	181 * XVIII
MDA2002	P01NY003GS	19/10/2017	57200	186 * I
ANH6331	P02OQ0004A	02/11/2017	65300	228
IMS0106	P03G50001O	25/11/2017	65300	228
MED1238	55832028F	17/11/2017	51851	167
MIT1914	P01NY003J0	01/11/2017	51851	167
MJM7055	P01NY003I6	27/10/2017	51851	167
QHY4513	P01NY003IB	27/10/2017	51851	167
PUZ5564	P01NY003IJ	30/10/2017	51851	167
HGN3660	55831098F	19/10/2017	51851	167
MDJ5202	55832010F	24/10/2017	51851	167
MLO4173	55828407F	25/10/2017	51851	167
JEV4331	P01NY003LD	28/11/2017	51851	167
GW12803	P01NY003LG	28/11/2017	51851	167
MJJ4111	P03G50000T	05/11/2017	54521	181 * VIII
MKP9224	55590147F	25/10/2017	54522	181 * VIII
MKT3546	P01NY003IZ	01/11/2017	61732	215 * I * a
MHY9285	P01NY003HN	25/10/2017	67851	231 * II * a

MDV8535	P01NY003IR	01/11/2017	59670	203 * V
ENA6477	P03G40002R	29/11/2017	59670	203 * V
JQI1936	55828358F	07/11/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MJO9776	55828425F	08/11/2017	73662	252*VI
MDQ4685	55832025F	14/11/2017	73662	252*VI
QHY3899	55828437F	14/11/2017	73662	252*VI
MMH6120	55828414F	31/10/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IMBITUBA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANTONIO ROZ DE SOUZA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### INDAIAL

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2181/2017

Publicação Nº 1453753

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2181/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLG8707	P01Y0000RW	04/10/2017	50292	162* II	880.40
MDH5015	P01XZ000XJ	01/10/2017	50100	162 * I	880.40
MDH5015	P01XZ000XK	01/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AJP5750	54989932F	08/09/2017	53040	176 * III	1467.34
MDH5015	P01XZ000XL	01/10/2017	66020	230 * VI	293.47
HHX4470	P01XY000KJ	06/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
HHX4470	P01XY000KH	06/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
CHV9901	P01XZ000X9	01/10/2017	67000	230 * XVI	195.23
MEQ6317	P01Y0000MD	05/08/2017	69120	232	88.38
MBD6577	P01Y0000NA	23/08/2017	73400	252 * IV	130.16
MJQ9720	54990367F	05/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MHL9881	P01XY0000OS	16/10/2017	73400	252 * IV	130.16
MLG8707	P01Y0000RX	04/10/2017	51262	164 c/c 162 * II	880.40
MDU3527	P01XY000NF	02/10/2017	65992	230 * V	293.47
MHL9881	P01XY0000OT	16/10/2017	65992	230 * V	293.47

LYC2204	P01XY000NO	10/10/2017	65992	230	*	V	293.47
AUJ4976	P01XY000LZ	06/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MDH5015	P01XZ000XM	01/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MFK1103	P01XY000N1	17/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
HPG0638	P01Y0000N2	16/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
MEF6440	P01Y0000RS	30/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
HHX4470	P01XY000KK	06/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
MAO0439	P01XY000KP	07/08/2017	66102	230	*	VII	195.23
AUJ4976	P01XY000M0	06/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
CKY6659	54989873F	27/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MLJ3487	P01XY000NH	05/10/2017	66531	230	*	XI	195.23
MDU3527	P01XY000NG	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEQ6317	P01Y0000ME	05/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
DAY7580	P01Y0000PE	19/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
DPN9060	P01Y0000PG	19/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHL9881	P01XY000OQ	16/10/2017	52741	175			2934.68
MHL9881	P01XY000OR	16/10/2017	52742	175			2934.68

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE KLOCK  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2182/2017**

Publicação Nº 1453752

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8206 2182/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-----					
AUD3809	P01Y0000SS	18/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHL9881	P01XY0000O	16/10/2017	52070	169	88.38
MFR3482	55367964F	07/08/2017	52070	169	88.38
MDX9977	55368232F	13/09/2017	52070	169	88.38
MHL9881	P01XY0000Y	16/10/2017	57200	186 * I	195.23
MLD8452	P01XQ000J2	11/08/2017	57380	186 * II	293.47
MHL9881	P01XY0000W	16/10/2017	58350	195	195.23
MHL9881	P01XY0000N	16/10/2017	58350	195	195.23

MBK8206	55367952F	04/08/2017	61810	215	* II	195.23
MDM7459	55367954F	07/08/2017	51851	167		195.23
MKT7591	55367957F	07/08/2017	51851	167		195.23
MGG8885	55367979F	07/08/2017	51851	167		195.23
IAG8324	P01XZ000XB	01/10/2017	51851	167		195.23
MEL7982	55368156F	06/09/2017	51851	167		195.23
MJL3535	P01XY000NX	16/10/2017	51851	167		195.23
JNY5636	P01XY000MQ	12/09/2017	57703	189		293.47
MHL9881	P01XY000OV	16/10/2017	58191	193		880.40
MGJ1442	55367997F	09/08/2017	58192	193		880.40
MKU2314	P01XQ000O1	19/09/2017	58196	193		880.40
MDT2643	P01XQ000O7	19/09/2017	58196	193		880.40
HDI2902	P01Y0000PN	19/09/2017	58196	193		880.40
MGM1264	P01XZ000VK	08/09/2017	58196	193		880.40
MBE9841	P01XZ000WK	22/09/2017	58196	193		880.40
CEG5376	P01Y0000QJ	23/09/2017	58196	193		880.40
MLW4100	P01XY000O2	16/10/2017	58196	193		880.40
QHU1476	P01XY000OZ	17/10/2017	60502	208		293.47
MFS2334	55368297F	27/09/2017	63941	220	* XIV	293.47
MHL9881	P01XY000OX	16/10/2017	70561	244	* III	293.47
MEX3081	55368289F	25/09/2017	59670	203	* V	1467.34
AOE3465	P01Y0000PU	20/09/2017	59670	203	* V	1467.34
IMQ8594	55367986F	08/08/2017	59670	203	* V	1467.34
MLL2881	55367941F	03/08/2017	59670	203	* V	1467.34
MIU9249	55367970F	07/08/2017	59670	203	* V	1467.34
MFD3551	55367971F	07/08/2017	59670	203	* V	1467.34
MFZ2453	55367471F	07/08/2017	73662	252	*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2179/2017**

Publicação Nº 1453755

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2179/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGP1016	P01XZ0011L	27/11/2017	75790	165 A
LXR1539	P01XZ0011R	29/11/2017	50100	162 * I
DFN7884	P01XZ0011H	23/11/2017	50450	162 * V
LXR1539	P01XZ0011S	29/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
IEK4890	P01XZ0011J	25/11/2017	52900	176 * II
MHS1947	P01XQ000QE	30/10/2017	67000	230 * XVI
LYP9862	P01Y0000TF	22/10/2017	69120	232
MAN0201	55369266F	23/11/2017	73400	252 * IV
MJR2221	55368166F	13/11/2017	65992	230 * V
LXR1539	P01XQ000T1	29/11/2017	65992	230 * V
MPM6266	P01XZ000Z8	02/11/2017	65992	230 * V
MGK7156	P01XY000PW	05/11/2017	65992	230 * V
MCQ3727	P01Y0000W1	25/11/2017	65992	230 * V
DSY6616	P01Y0000W0	24/11/2017	65992	230 * V
DEZ1174	P01Y0000TX	29/10/2017	66532	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE KLOCK  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2180/2017**

Publicação Nº 1453754

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - 281470

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8206 2180/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKW0321	54323202N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGK2828	54323203N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AUD3809	54322571N	24/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGY2566	55369268F	23/11/2017	52070	169

LYJ4509	55725083E	26/11/2017	55250	181	*	XV
MAY3112	P01XQ000SM	26/11/2017	55250	181	*	XV
CXN0965	P01XQ000SN	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
LXU7476	P01XQ000SS	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
LXU1716	P01XQ000ST	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
MAD0013	P01XQ000SU	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
MBC5307	P01XQ000SV	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
MDU6132	55725080E	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
MBH4642	55725081E	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
MBH3880	P01XQ000SC	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
AHX7428	P01XQ000SK	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
MAY3112	P01XQ000SL	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
LYJ4509	55725082E	26/11/2017	55500	181	*	XVIII
MFD6872	55368873F	28/11/2017	51851	167		
HLH6857	55369043F	25/10/2017	51851	167		
NDL9379	55369023F	20/10/2017	51851	167		
FJJ0031	55369047F	26/10/2017	54521	181	*	VIII
MHO2931	P01XQ000S4	23/11/2017	58196	193		
KNH3313	55368184F	17/11/2017	58196	193		
DSB9502	55368175F	17/11/2017	58196	193		
MGY2566	55369269F	23/11/2017	60502	208		
MGY2566	55369270F	23/11/2017	63941	220	*	XIV
MGD2822	55369272F	24/11/2017	70991	244	*	V II
MIU6418	55369259F	23/11/2017	59670	203	*	V
MEU5529	55369264F	23/11/2017	59670	203	*	V
MGY2566	55369267F	23/11/2017	59670	203	*	V
MKN3431	55368188F	21/11/2017	59670	203	*	V
MHA5018	55368868F	01/11/2017	59670	203	*	V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARIO SIDNEI ROSSI  
DIRETOR DE TRANSITO

**IOMERÊ**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8740 430/2017**

Publicação Nº 1453540

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERE - 209220

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8740 430/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHG0144 P02OH00023 30/10/2017 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IOMERE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIELA GOMES DA ROCHA MUNARO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### IPIRA

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8464 445/2017

Publicação Nº 1453604

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8464 445/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
BGV7659 54756078B 11/07/2015 54521 181 \* VIII 127.69  
MEY5106 P02VN00009 05/08/2017 50100 162 \* I 880.40  
MEY5106 P02VN0000A 05/08/2017 51180 164 c/c 162 \* I 880.40  
MBV1054 P02VZ00004 29/07/2017 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPIRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**IPUMIRIM**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8163 632/2017**

Publicação Nº 1453789

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8163 632/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CAC8648	P034C0001G	18/09/2017	52070	169	88.38
FKX6326	P034C00014	17/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IPUMIRIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO REGIONAL - 14A DRP

---

**IRANI**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8538 771/2017**

Publicação Nº 1453579

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8538 771/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBF3726	P034F0004I	17/08/2017	64080	221	130.16
MBF3726	P034F0004H	17/08/2017	73400	252 * IV	130.16
MBF3726	P034F0004G	17/08/2017	51851	167	195.23
MCY1425	P034F00068	22/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRANI/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELGADO REGIONAL - 14. DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8538 770/2017**

Publicação Nº 1453580

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8538 770/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBW0152	P034F00096	27/11/2017	75790	165 A
MAK3451	P034F0007C	27/10/2017	50100	162 * I
MAK3451	P034F0007D	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAK3451	P034F0007E	27/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRANI/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELGADO REGIONAL - 14. DRP

---

**IRINEÓPOLIS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8428 523/2017**

Publicação Nº 1453627

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8428 523/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

QHI8130 P03A300011 05/11/2017 51691 165  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

IRINEOPOLIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA  
DELEGADO DE POLICIA



**ITAÍÓPOLIS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8350 1215/2017**

Publicação Nº 1453667

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8350 1215/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDD0803	P02DT00084	25/07/2017	50292	162* II	880.40
MHM7382	P02DT0008I	12/08/2017	75790	165 A	2934.68
MJT3264	P02DT0008A	05/08/2017	50100	162 * I	880.40
ASU4855	P02DT000A5	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
AEW9025	P02DT000BB	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHM7382	P02DT0008H	12/08/2017	50100	162 * I	880.40
LYY2318	P02DT000BE	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
AEW9025	P02DT000BC	27/09/2017	64080	221	130.16
AMQ5118	P02DT00097	07/09/2017	51851	167	195.23
ALR8007	P02DT0008D	12/08/2017	70301	244 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8350 1214/2017**

Publicação Nº 1453668

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8350 1214/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LZA5948	P02DT000ES	28/11/2017	50100	162 * I
IHA2847	P02DT000EL	25/11/2017	50450	162 * V
AMZ5290	P02DT000EV	28/11/2017	67690	230 * XXII
IHA2847	P02DT000EN	25/11/2017	51691	165
QHA6437	P02DT000D6	31/10/2017	51851	167
AGU7776	P02DT000E5	23/11/2017	51851	167
HCS1670	P02DT000E9	23/11/2017	51851	167
QHJ8012	P02DT000ED	23/11/2017	51851	167
MKY4138	P02DT000EF	23/11/2017	51851	167
MHP9448	P02DT000EO	26/11/2017	65992	230 * V
LXS0625	P02DT000EH	24/11/2017	65992	230 * V
QHA6437	P02DT000D5	31/10/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA

---

### ITAPIRANGA

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8298 933/2017

Publicação Nº 1453693

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8298 933/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

QHK0017	P019L000F4	21/09/2017	66020	230 * VI	293.47
OKH3879	P019L000FG	28/09/2017	51851	167	195.23
QHK0017	P019L000F3	21/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 932/2017**

Publicação Nº 1453694

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8298 932/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

ILV4174	P019L000GC	27/10/2017	73662	252*VI
---------	------------	------------	-------	--------

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPIRANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**ITAPOÁ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8190 894/2017**

Publicação Nº 1453770

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8190 894/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBF4656	54304680N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
EPK7339	P00P10015B	29/09/2017	50100	162 * I	880.40
EPK7339	P00P10015D	29/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ABX7877	P00Y4000SR	23/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MKO3061	P00P10015Q	01/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKI9081	P00P10015U	02/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKI9081	P00P10015V	02/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
AXX4208	P00P10015T	02/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
EPK7339	P00P10015A	29/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ACJ6556	P00Y4000S4	17/09/2017	65300	228	195.23
HGR2487	P00P10011C	07/09/2017	66450	230 * X	195.23
EPK7339	P00P10015C	29/09/2017	69120	232	88.38
HGR2487	P00P10011D	07/09/2017	51851	167	195.23
AQN4282	P00P100151	25/09/2017	54281	181 * V	293.47
BKM3330	P00Y4000SF	21/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MDT3331	P00Y4000U5	17/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
AHZ3207	P00P10015E	01/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAB7133	P00P10015H	01/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AQK2161	P00P10012Q	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AYD3350	P00P100141	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIP3435	P00P100142	10/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8190 893/2017**

Publicação Nº 1453771

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8190 893/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHT5596	P00P100180	04/11/2017	55500	181 * XVIII
EZW8996	P00P100181	04/11/2017	55500	181 * XVIII
NAN9948	P00Y4000Y6	19/11/2017	55500	181 * XVIII
AYA7683	P00P1001AJ	26/11/2017	55680	181 * XIX
ALB3488	P00P1001AR	26/11/2017	55680	181 * XIX
AMA6370	P00P100183	05/11/2017	57200	186 * I
ATX3120	P00P1001A6	25/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
ARQ1989	P00P1001AA	25/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
BCG0252	P00Y4000X9	17/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AQW6107	P00Y4000TT	13/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
ATH6134	P00Y4000VA	02/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITAPOA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

**ITUPORANGA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1989/2017**

Publicação Nº 1453862

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8092 1989/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBR6072	P02RX0006H	01/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAW0233	P02RX00072	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAC2233	P02RX0007S	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAW0233	P02RX00073	06/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBM7098	P02RX0009T	24/09/2017	66610	230 * XII	195.23
MFI0601	P02RX0006S	04/08/2017	65561	230 * I	293.47
MAW0233	P02RX00071	06/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBR6072	P02RX0006G	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAC2233	P02RX0007T	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAW0233	P02RX00074	06/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1990/2017**

Publicação Nº 1453861

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8092 1990/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIT6879	P02RX0006D	01/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
HWE0827	P02RX000AD	02/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MBM7098	P02RY0001O	24/09/2017	65300	228	195.23
MBM7098	P02RX0009R	24/09/2017	68580	231 * VII	130.16





MAW0233	P02RX00075	06/08/2017	51851	167	195.23
MBM7098	P02RX0009S	24/09/2017	51852	167	195.23
LYG5394	P02RX00082	21/08/2017	54521	181 * VIII	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8566 1196/2017**

Publicação Nº 1453571

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8566 1196/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHC2654	54290404N	22/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLT8692	54300143N	21/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MJL4660	54302946N	28/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLY1040	54303638N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHY3883	54303639N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHP3650	54303642N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
DIG2384	0000063526	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
QII4211	0000064437	14/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDR1377	0000063915	17/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFM6925	0000063146	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHL9455	0000063143	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJD5802	0000063713	13/09/2017	74550	218 * I	130.16
LZW6893	0000062647	02/09/2017	74550	218 * I	130.16
AOV3441	0000063577	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJU7999	0000063027	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHS8570	0000062685	03/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKK8089	0000063501	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLK8941	0000063378	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
NLW7202	0000060216	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGW2832	0000060649	04/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDQ9154	0000060654	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
OKE4052	0000060655	05/08/2017	74550	218 * I	130.16

DIV4358	0000059268	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MHK1426	0000059270	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYI9610	0000059284	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
JUN7831	0000059074	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBM0174	0000059891	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHT7266	0000060372	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXT2903	0000060570	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM2887	0000060568	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZZ9729	0000060497	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
PYW1488	0000060489	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS6169	0000060491	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAJ4921	0000060525	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYY5735	0000060807	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLY9665	0000061297	14/08/2017	74550	218	*	I	130.16
IQA9690	0000061172	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDW8536	0000061659	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM0429	0000062276	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYM0429	0000062093	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCQ3464	0000062599	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL4128	0000062331	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DMG3053	0000062048	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLI3932	0000060566	04/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIN0599	0000060282	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MBM0174	0000059962	26/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MCO1885	0000060658	05/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AUU5079	0000060495	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LZW6893	0000062731	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MHT6861	0000063101	05/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFR8580	0000063768	14/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MBM0174	0000059970	27/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MBM0174	0000059965	27/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MBM0174	0000059963	27/07/2017	74710	218	*	III	880.40
MGK9099	0000060427	02/08/2017	56732	183			130.16
MFU4319	0000060436	02/08/2017	60503	208			293.47
LYZ4545	0000061072	10/08/2017	60503	208			293.47
MJI3121	0000060501	03/08/2017	60503	208			293.47
MGW8163	0000060478	02/08/2017	60503	208			293.47
AXR3715	0000060454	02/08/2017	60503	208			293.47
MAP3657	0000060455	02/08/2017	60503	208			293.47
MLL8880	0000060536	03/08/2017	60503	208			293.47
MDC9717	0000060544	03/08/2017	60503	208			293.47
MCP4595	0000060546	03/08/2017	60503	208			293.47
MKE5026	0000060550	03/08/2017	60503	208			293.47
LYG8108	0000060551	03/08/2017	60503	208			293.47
MJQ0435	0000060552	03/08/2017	60503	208			293.47
MAK1584	0000060555	03/08/2017	60503	208			293.47
MDB7928	0000062229	25/08/2017	60503	208			293.47
HJP2978	0000061674	21/08/2017	60503	208			293.47
QHR2300	0000061622	20/08/2017	60503	208			293.47
MBB8546	0000062021	16/08/2017	60503	208			293.47
MKT0355	0000061869	21/08/2017	60503	208			293.47
MCR1694	0000061758	17/08/2017	60503	208			293.47
MLG0118	0000060743	06/08/2017	60503	208			293.47
DHT6174	0000061320	14/08/2017	60503	208			293.47
MLY9665	0000061311	14/08/2017	60503	208			293.47
MKZ2871	0000059945	26/07/2017	60503	208			293.47
MHP2944	0000059037	13/07/2017	60503	208			293.47
MHI3552	0000059768	23/07/2017	60503	208			293.47
MAV3966	0000059191	15/07/2017	60503	208			293.47
MHA7420	0000060406	01/08/2017	60503	208			293.47
DGC0694	0000060338	31/07/2017	60503	208			293.47
MFU7080	0000060339	31/07/2017	60503	208			293.47
MJY2100	0000060356	31/07/2017	60503	208			293.47

MGN2969	0000060319	31/07/2017	60503	208	293.47
DES8354	0000060321	31/07/2017	60503	208	293.47
MES4624	0000060322	31/07/2017	60503	208	293.47
BLX6637	0000060598	04/08/2017	60503	208	293.47
BNG5249	0000060119	28/07/2017	60503	208	293.47
MGC5783	0000060702	05/08/2017	60503	208	293.47
AIN4028	0000060620	04/08/2017	60503	208	293.47
LYM6032	0000060624	04/08/2017	60503	208	293.47
MKH9724	0000060626	04/08/2017	60503	208	293.47
MDD0713	0000060627	04/08/2017	60503	208	293.47
DQP7615	0000060631	04/08/2017	60503	208	293.47
MBG8267	0000060633	04/08/2017	60503	208	293.47
NGG5965	0000063685	13/09/2017	60503	208	293.47
LYC3161	0000063690	13/09/2017	60503	208	293.47
MEG1800	0000063704	13/09/2017	60503	208	293.47
AGF2186	0000063074	04/09/2017	60503	208	293.47
AGF2186	0000063085	04/09/2017	60503	208	293.47
QHL0284	0000063593	11/09/2017	60503	208	293.47
ADY5860	0000062631	01/09/2017	60503	208	293.47
MJD3133	0000063714	13/09/2017	60503	208	293.47
LZS8941	0000063659	12/09/2017	60503	208	293.47
MIL1613	0000063605	12/09/2017	60503	208	293.47
CTJ5127	0000062677	02/09/2017	60503	208	293.47
MAJ3677	0000063019	05/09/2017	60503	208	293.47
MBS4414	0000062942	02/09/2017	60503	208	293.47
HQV4091	0000062953	02/09/2017	60503	208	293.47
LYO7552	0000062772	04/09/2017	60503	208	293.47
LXU6306	0000063328	08/09/2017	60503	208	293.47
MFM6925	0000063303	08/09/2017	60503	208	293.47
MGP3698	0000063195	06/09/2017	60503	208	293.47
MMD3534	0000063514	10/09/2017	60503	208	293.47
MBZ5096	0000063492	10/09/2017	60503	208	293.47
MJO4186	0000063400	09/09/2017	60503	208	293.47
MBE3291	0000064409	24/09/2017	60503	208	293.47
HQW1909	0000064847	30/09/2017	60503	208	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1987/2017**

Publicação Nº 1453864

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8092 1987/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MHB4101	P02RX000ET	26/11/2017	50100	162 * I
MHT2862	P02RX000D1	06/11/2017	64080	221
LZM4633	P02RX000CE	24/10/2017	66102	230 * VII
LZJ7311	P02RX000CU	01/11/2017	66532	230 * XI
MHT2862	P02RX000CX	06/11/2017	66532	230 * XI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1988/2017**

Publicação Nº 1453863

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA - DEMUTRAN - 281670

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 1988/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LZM4633	P02RX000CD	24/10/2017	55250	181 * XV
---------	------------	------------	-------	----------

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1195/2017**

Publicação Nº 1453572

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA- DEMUTRAN - ELETRONICO -

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 1195/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

NGR7690	54311095N	23/10/2017	50020	257 ã 8\$
APW1386	54315960N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
AZM8223	54323173N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIO2062	54324874N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
CIM6912	0000068380	18/11/2017	74550	218 * I
LXD3253	0000068382	19/11/2017	74550	218 * I
LZF4550	0000068279	17/11/2017	74550	218 * I
LYL9167	0000069056	28/11/2017	74550	218 * I
MJN7564	0000069005	28/11/2017	74550	218 * I
MDG9137	0000068982	27/11/2017	74550	218 * I
MDE5167	0000068965	27/11/2017	74550	218 * I
PFZ1396	0000068942	27/11/2017	74550	218 * I
MFO3096	0000068933	26/11/2017	74550	218 * I
MKS4896	0000068925	25/11/2017	74550	218 * I
LYF6131	0000068926	25/11/2017	74550	218 * I
MIZ1936	0000069100	29/11/2017	74550	218 * I
MEL2318	0000068823	25/11/2017	74550	218 * I
LYF6131	0000068736	24/11/2017	74550	218 * I
MEN6135	0000068664	21/11/2017	74550	218 * I
MBZ7840	0000068583	22/11/2017	74550	218 * I
MDK6479	0000068578	22/11/2017	74550	218 * I
MEH9738	0000068556	21/11/2017	74550	218 * I
MLV8181	0000068529	20/11/2017	74550	218 * I
MFM8813	0000068554	20/11/2017	74550	218 * I
DVN4506	0000068489	18/11/2017	74550	218 * I
MBZ7840	0000068454	20/11/2017	74550	218 * I
ADG6918	0000068447	16/11/2017	74550	218 * I
MBN6362	0000068436	18/11/2017	74550	218 * I



ORC7805	0000068429	15/11/2017	74550	218	*	I
MLN6291	0000068417	19/11/2017	74550	218	*	I
IMD0151	0000068395	19/11/2017	74550	218	*	I
AKJ3593	0000067983	12/11/2017	74550	218	*	I
MJU3386	0000068910	26/11/2017	74550	218	*	I
BMA1682	0000068876	26/11/2017	74550	218	*	I
MEF6356	0000068844	25/11/2017	74550	218	*	I
MJR2477	0000068859	25/11/2017	74550	218	*	I
MIL4247	0000068783	24/11/2017	74550	218	*	I
LZE4471	0000066023	17/10/2017	74550	218	*	I
MIJ5533	0000065999	17/10/2017	74550	218	*	I
MGY7996	0000065878	15/10/2017	74550	218	*	I
MLC4230	0000065976	16/10/2017	74550	218	*	I
MJD8512	0000065891	15/10/2017	74550	218	*	I
MGY7996	0000065914	15/10/2017	74550	218	*	I
ADU9686	0000066292	21/10/2017	74550	218	*	I
ADU9686	0000066287	21/10/2017	74550	218	*	I
MIJ5533	0000066052	17/10/2017	74550	218	*	I
MGV8163	0000066054	17/10/2017	74550	218	*	I
MMH2541	0000066055	17/10/2017	74550	218	*	I
MCH6239	0000066051	16/10/2017	74550	218	*	I
MHW7282	0000065385	08/10/2017	74550	218	*	I
MKH8156	0000065744	13/10/2017	74550	218	*	I
QIA9590	0000065591	10/10/2017	74550	218	*	I
MIV7443	0000064930	01/10/2017	74550	218	*	I
DZL7427	0000063910	17/09/2017	74550	218	*	I
MJS0064	0000063911	17/09/2017	74550	218	*	I
NNH5808	0000064329	23/09/2017	74550	218	*	I
MDR4004	0000065245	06/10/2017	74550	218	*	I
CGM8157	0000065813	14/10/2017	74550	218	*	I
MFK9092	0000065755	13/10/2017	74550	218	*	I
MAR0984	0000065505	07/10/2017	74630	218	*	II
MLE2723	0000065331	08/10/2017	74630	218	*	II
MBM6155	0000066047	15/10/2017	74630	218	*	II
ADU9686	0000066291	21/10/2017	74630	218	*	II
MHQ0200	0000065697	12/10/2017	74630	218	*	II
QIY9162	0000068401	19/11/2017	74630	218	*	II
MBZ7840	0000068573	22/11/2017	74630	218	*	II
MFR8580	0000068813	25/11/2017	74630	218	*	II
MEQ2498	0000068730	24/11/2017	74630	218	*	II
MEQ2498	0000068744	24/11/2017	74710	218	*	III
QIY9162	0000068802	25/11/2017	74710	218	*	III
MFR8580	0000068384	19/11/2017	74710	218	*	III
MFK0871	0000068407	19/11/2017	74710	218	*	III
MJD9968	0000068510	21/11/2017	74710	218	*	III
IRN5523	0000065722	12/10/2017	56732	183		
CTX8979	0000065479	06/10/2017	56732	183		
MBC2546	0000064772	29/09/2017	56732	183		
MIT6879	0000065177	04/10/2017	56732	183		
MLV5129	0000065070	03/10/2017	60503	208		
LZA8981	0000065836	14/10/2017	60503	208		
MFF9785	0000065757	13/10/2017	60503	208		
QHG0851	0000065762	13/10/2017	60503	208		
MFM6188	0000064636	27/09/2017	60503	208		
MHZ6280	0000064091	20/09/2017	60503	208		
MFP9075	0000065710	12/10/2017	60503	208		
MII9217	0000065606	10/10/2017	60503	208		
JMF3787	0000065417	10/10/2017	60503	208		
MFC0615	0000065358	09/10/2017	60503	208		
AKF5006	0000066114	17/10/2017	60503	208		
MJW8990	0000066122	17/10/2017	60503	208		
MLY0744	0000066125	17/10/2017	60503	208		
AOH8231	0000068899	26/11/2017	60503	208		



MDE0926	0000068902	26/11/2017	60503	208
MIW8086	0000068915	26/11/2017	60503	208
MJG8254	0000068892	26/11/2017	60503	208
LXE3899	0000068894	26/11/2017	60503	208
MBM9267	0000068773	24/11/2017	60503	208
MLC6703	0000068760	24/11/2017	60503	208
QIA4433	0000068761	24/11/2017	60503	208
LZG8238	0000068762	24/11/2017	60503	208
MKO6923	0000068839	25/11/2017	60503	208
QHB3822	0000065956	16/10/2017	60503	208
LXK3112	0000065928	16/10/2017	60503	208
LZG0948	0000066258	20/10/2017	60503	208
APB1827	0000068056	13/11/2017	60503	208
MIY0588	0000065885	15/10/2017	60503	208
MAK3490	0000065874	15/10/2017	60503	208
MIY0588	0000065890	15/10/2017	60503	208
QIH3292	0000065970	16/10/2017	60503	208
MDD0314	0000065974	16/10/2017	60503	208
MHA8492	0000066026	17/10/2017	60503	208
DIS9335	0000068515	21/11/2017	60503	208
MLW3930	0000068519	21/11/2017	60503	208
MAL8094	0000068467	20/11/2017	60503	208
AAT3408	0000068472	20/11/2017	60503	208
IPR7235	0000068480	20/11/2017	60503	208
JYP5415	0000068481	20/11/2017	60503	208
ABY3933	0000068482	20/11/2017	60503	208
MAB0069	0000068411	19/11/2017	60503	208
MHV7895	0000068412	19/11/2017	60503	208
MDO3759	0000068405	19/11/2017	60503	208
MIK0735	0000068585	22/11/2017	60503	208
MJD4543	0000068700	23/11/2017	60503	208
MHS8959	0000068562	21/11/2017	60503	208
MFM8813	0000068555	20/11/2017	60503	208
LZF9284	0000068521	21/11/2017	60503	208
MAL8094	0000069078	29/11/2017	60503	208
MMD9936	0000069003	27/11/2017	60503	208
QH9100	0000069021	28/11/2017	60503	208
NYL7770	0000069025	28/11/2017	60503	208
MAZ8486	0000069041	28/11/2017	60503	208
IRI6661	0000068376	18/11/2017	60503	208
LZO1311	0000068368	18/11/2017	60503	208
MKK9950	0000068373	18/11/2017	60503	208
MLT5373	0000068362	18/11/2017	60503	208
LZR0435	0000068367	18/11/2017	60503	208
ION9086	0000068332	17/11/2017	60503	208
NUV3284	0000068301	17/11/2017	60503	208

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JUVENAL VALDEMIRO CAPISTRANO  
DIRETOR DE TRANSITO

**JABORÁ****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8178 373/2017**

Publicação Nº 1453780

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8178 373/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

DCE9741	P00XZ0004W	19/11/2017	73580	252 * V
DCE9741	P00XZ0004V	19/11/2017	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JABORA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

-----  
**JACINTO MACHADO**  
-----

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8376 901/2017**

Publicação Nº 1453650

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8376 901/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

## INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
GYL8376	P02U60008S	30/08/2017	50292	162* II	880.40
MGL6702	P02U60006R	06/08/2017	75790	165 A	2934.68
ILY9103	P02U60006S	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGL6702	P02U60006P	06/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGC5887	P02U6000AZ	20/09/2017	50100	162 * I	880.40
MGL6702	P02U60006Q	06/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ILY9103	P02U60006T	06/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ILY9103	P02U60006U	06/08/2017	58350	195	195.23
MHO9111	P02U60007L	16/08/2017	65640	230 * II	293.47
MKW1551	P02U60006X	07/08/2017	69120	232	88.38
MJE5694	P02U600070	07/08/2017	69120	232	88.38
ILY9103	P02U60006W	06/08/2017	51691	165	2934.68
MAD4617	P02U600080	21/08/2017	51851	167	195.23
MIU6553	P02U600085	21/08/2017	51851	167	195.23
MCP1175	P02U60009V	08/09/2017	51851	167	195.23
ILY9103	P02U60006V	06/08/2017	52152	170	293.47
DWG8514	P02U6000BM	03/10/2017	54522	181 * VIII	195.23
CPR0226	P02U60009R	07/09/2017	60681	209	195.23
MGL6702	P02U60006O	06/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEZ7482	P02U60007J	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
MII3187	P02U60007K	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
GYL8376	P02U60008R	30/08/2017	66372	230 * IX	195.23
MIV5578	P02U6000B3	21/09/2017	70481	244 * II	293.47
MGL2615	P02U60007Z	19/08/2017	59401	203 * III	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8376 900/2017**

Publicação Nº 1453651

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8376 900/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBX5841	P02U6000DK	02/11/2017	75790	165 A
QHC7577	P02U6000DM	05/11/2017	50100	162 * I
LXH1290	P02U6000D2	28/10/2017	50100	162 * I
MAU8564	P02U6000DP	06/11/2017	50100	162 * I
QHC7577	P02U6000DN	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MGW7344	P02U6000F7	22/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MEC4290	P02U6000F0	16/11/2017	69120	232
IMP7241	P02U6000DJ	02/11/2017	73580	252 * V
MJF7993	P02U6000DD	02/11/2017	51851	167
MMF8505	P02U6000DE	02/11/2017	51851	167
MEN7740	P02U6000DF	02/11/2017	51851	167
QHC7577	P02U6000DL	05/11/2017	65992	230 * V
MFM4712	P02U6000FF	28/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

JACINTO MACHADO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COLTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### JARAGUÁ DO SUL

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2658/2017

Publicação Nº 1453927

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2658/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDL0555	P00SB001D5	28/09/2017	50292	162* II	880.40
MKQ2876	P00PZ000N6	03/10/2017	50292	162* II	880.40
MKQ2876	54141868F	03/10/2017	75790	165 A	2934.68



APJ4637	P00SJ000Y7	02/09/2017	75790	165	A	2934.68
MHV2344	P00RB000GT	07/09/2017	50100	162	* I	880.40
MFL8654	P00RB000F7	05/08/2017	50100	162	* I	880.40
LZA6935	P00S8001CS	27/09/2017	50100	162	* I	880.40
LZA6935	P00S7000W0	30/09/2017	50100	162	* I	880.40
LZA6935	P00S8001CT	27/09/2017	51180	164	c/c 162 * I	880.40
MFL8654	P00RB000F9	05/08/2017	51180	164	c/c 162 * I	880.40
AKZ5517	P00SL001RU	03/09/2017	65480	229		130.16
MAX3947	P00KC000R1	24/09/2017	65480	229		130.16
AJV0184	P00OR00003	28/09/2017	65480	229		130.16
OFS3838	P00R50017D	24/09/2017	66700	230	* XIII	195.23
MDL0555	P00SB001D6	28/09/2017	67000	230	* XVI	195.23
MLC4334	P00S20016E	11/09/2017	67690	230	* XXII	130.16
MMH5550	P00S8001BU	11/09/2017	67690	230	* XXII	130.16
MJL1509	P00R9001VI	22/09/2017	67690	230	* XXII	130.16
MDL0555	P00SB001D7	28/09/2017	73400	252	* IV	130.16
LZA6935	P00S7000W1	01/10/2017	65992	230	* V	293.47
MKQ2876	P00PZ000N5	03/10/2017	65992	230	* V	293.47
LZV5034	P00S600140	03/10/2017	65992	230	* V	293.47
MDL0555	P00SB001D4	28/09/2017	65992	230	* V	293.47
OPZ7085	P00SL001Q3	24/08/2017	65992	230	* V	293.47
LZA6935	P00S8001CU	27/09/2017	65992	230	* V	293.47
MHV2344	P00RB000GV	07/09/2017	65992	230	* V	293.47
MFL8654	P00RB000F8	05/08/2017	65992	230	* V	293.47
MFL8654	P00RB000FA	05/08/2017	66102	230	* VII	195.23
LZA6935	P00S8001CV	27/09/2017	66102	230	* VII	195.23
ATH8915	P00S7000YH	17/10/2017	66372	230	* IX	195.23
LZV5034	P00S600141	03/10/2017	66372	230	* IX	195.23
LZV5034	P00S600142	03/10/2017	67261	230	* XVIII	195.23
ATH8915	P00S7000YG	17/10/2017	67261	230	* XVIII	195.23
ARZ5342	P00OR00004	30/09/2017	52741	175		2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2659/2017**

Publicação Nº 1453926

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8041 2659/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO



QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGT5029	54286916N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDF3764	54286919N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MJC9814	54295937N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
OSN2375	54296975N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMC0978	54298256N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMJ1915	54303984N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MIA9747	54303987N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MBL2217	54303988N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MJB0281	54303990N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
LXU7273	54303991N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIF3356	54304000N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MBL2217	54304002N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHZ2803	54304004N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHB9946	54306497N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIA2802	54306503N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHM6375	54306506N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHT0674	P00SD00139	15/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MCS3713	P00S60013P	30/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MBT3379	P00SL001XN	30/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
ATH8485	P00S7000VD	20/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MLL0662	P00R9001V0	21/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MJN4477	P00S7000VB	20/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
OBF5306	P00S7000VX	28/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGD9841	P00SB0018R	28/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
DFP5730	P00S20011J	16/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
ANJ1383	P00SB0016Q	19/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGD9841	P00R9001S5	30/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGD9841	P00S7000PJ	25/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MJW9036	P00S6000ZC	10/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QIE2592	P00S80019E	05/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MCO1217	P00SF0012H	05/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MJH1976	P00S80018X	31/07/2017	76252	ART 181, XX	293.47
EAW0840	P00R50018L	01/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QIN5867	P00SL001YE	03/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MFD8310	P00SL001QC	24/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJN3498	P00SJ000X9	29/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
AKQ7730	P00SL001VZ	22/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
IWB2308	P00S60012V	22/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
HPZ7353	P00SB001CO	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MEE5098	P00S200155	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKG3572	P00S20015B	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGN7997	P00S7000U3	11/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJB8031	P00S6000Y6	02/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKT0486	P00R500195	05/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QIB6758	P00SB001EF	05/10/2017	52070	169	88.38
MEX8001	P00SB001EK	05/10/2017	52070	169	88.38
MGK3629	P00S20017K	02/10/2017	52070	169	88.38
MDS1716	P00S7000Q4	26/08/2017	52070	169	88.38
AJH6352	P00SJ000ZH	27/09/2017	52070	169	88.38
ILL3126	P00SJ000ZB	22/09/2017	52070	169	88.38
QHK5447	P00R9001U6	13/09/2017	53800	181 * I	130.16
MGH3172	P00S20013L	01/09/2017	53800	181 * I	130.16
MTX7097	P00SD000L8	12/05/2017	54100	181 * IV	130.16
MHK5336	P00SH000YU	03/10/2017	54870	181 * XI	195.23
MGL1088	P00S80015T	08/07/2017	55250	181 * XV	130.16
MID8881	P00R9001PA	03/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIJ3575	P00SH000XN	28/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16



MHB2937	P00SH00106	09/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MHY9637	P00S7000W3	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MDG7884	P00S7000W4	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
ATQ5446	P00SH000YE	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
LYX9227	P00R9001WA	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
QHM3196	P00SL001YA	03/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MMI0734	P00SL001YB	03/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MDN1604	P00SH000YL	02/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MLV6346	P00S20017L	02/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MHB2937	P00S60014I	10/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MIJ3575	P00SD0011H	28/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
IHG9892	P00SB001D9	28/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MHN6261	P00SH000XC	27/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MKB2366	P00SD00116	27/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
QHP2730	P00SD00118	27/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
QII2372	P00SF0017O	20/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
AGL6105	P00R9001TM	11/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
FKY8174	P00R50016W	12/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
CRC2151	P00S7000UY	15/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MCW8676	P00S7000V0	15/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MIX9976	P00SB0015G	11/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MET7959	P00SF0018C	03/10/2017	56650	182	*	X	130.16
MGK3629	P00S20017J	02/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MFZ4294	P00S7000VZ	29/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MGM0416	P00R500187	27/09/2017	58000	192			195.23
MFV5168	P00R500185	27/09/2017	58000	192			195.23
MJL6232	P00SL001N2	11/08/2017	58000	192			195.23
MKR6928	P00SL001JQ	03/08/2017	58000	192			195.23
MCL1072	P00KC000RH	02/10/2017	58000	192			195.23
MFT3976	P00SJ0011F	02/10/2017	58000	192			195.23
MFJ7121	P00SJ00111	02/10/2017	58000	192			195.23
MLQ6529	P00SJ00118	02/10/2017	58000	192			195.23
MEL4597	P00SJ0011A	02/10/2017	58000	192			195.23
MGZ2756	P00SJ0010E	02/10/2017	58000	192			195.23
MCR6591	P00SJ0010F	02/10/2017	58000	192			195.23
MFS1123	P00SJ0010J	02/10/2017	58000	192			195.23
MGO4391	P00SJ0010R	02/10/2017	58000	192			195.23
MGL4463	P00SJ0010V	02/10/2017	58000	192			195.23
MHO2279	P00S7000XL	10/10/2017	58000	192			195.23
MAR4719	P00SF0019O	17/10/2017	58000	192			195.23
MHU0696	P00SF0019Q	17/10/2017	58000	192			195.23
MBU1304	P00PZ000NI	06/10/2017	58000	192			195.23
MHQ7251	P00KC000RI	02/10/2017	58000	192			195.23
MMF9334	P00KC000RJ	02/10/2017	58000	192			195.23
MKS6512	P00KC000RK	02/10/2017	58000	192			195.23
MGD2055	P00KC000RL	02/10/2017	58000	192			195.23
MIZ6393	P00R50018W	05/10/2017	58000	192			195.23
FQR0003	P00S600132	25/09/2017	58780	199			130.16
QIF0606	P00S7000VO	26/09/2017	61220	214	*	I	293.47
OMH0497	P00R50016T	11/09/2017	61220	214	*	I	293.47
HDK3161	P00S20015R	11/09/2017	61220	214	*	I	293.47
MLJ1040	P00S200112	07/08/2017	61220	214	*	I	293.47
MKO2422	P00SL001JW	04/08/2017	61220	214	*	I	293.47
MIG2072	P00SD000WS	03/09/2017	61220	214	*	I	293.47
MIC8842	P00S200134	30/08/2017	61220	214	*	I	293.47
MFQ7852	P00SL001XI	29/09/2017	61220	214	*	I	293.47
LXM3134	P00SD000VU	31/08/2017	65300	228			195.23
ANI6882	P00SF00159	31/08/2017	72340	250	*	I * a	130.16
MDF1805	P00R9001PE	07/08/2017	72340	250	*	I * a	130.16
MHE0834	P00SI000YV	06/08/2017	51851	167			195.23
QHK2222	P00R50011W	06/08/2017	51851	167			195.23
HIX4774	P00RB000GB	27/08/2017	51851	167			195.23
MMT6087	P00S8001A0	18/08/2017	51851	167			195.23

MIN7711	P00SD000YZ	11/09/2017	51851	167		195.23
IKC6443	P00R50016K	11/09/2017	51851	167		195.23
MHY0246	P00R9001TS	11/09/2017	51851	167		195.23
QIP5050	P00S20015G	11/09/2017	51851	167		195.23
MDA8481	P00SD000XD	07/09/2017	51851	167		195.23
MCR5604	P00R50014Y	08/09/2017	51851	167		195.23
DPA4523	P00SF0016O	15/09/2017	51851	167		195.23
MAJ4117	P00SL001UT	18/09/2017	51851	167		195.23
HPZ7353	P00SB001CP	27/09/2017	51851	167		195.23
LYL7432	P00SL001XF	28/09/2017	51851	167		195.23
ACR8740	P00SL001XW	02/10/2017	51851	167		195.23
MCZ7570	P00SL001XY	02/10/2017	51851	167		195.23
MIM3871	P00SL001Y2	02/10/2017	51851	167		195.23
QHT2402	P00SH000YC	02/10/2017	51851	167		195.23
MGS2838	P00SJ0010X	02/10/2017	51851	167		195.23
MLV9675	P00SJ0010D	02/10/2017	51851	167		195.23
MIA0755	P00SL001XT	02/10/2017	51852	167		195.23
CGH4290	P00S7000U6	12/09/2017	51852	167		195.23
EBI8342	P00SI000YJ	05/08/2017	51852	167		195.23
MGZ0493	P00SL001MP	11/08/2017	54281	181	* V	293.47
DRU1894	P00S6000OG	28/05/2017	54521	181	* VIII	195.23
MDB4930	P00SH000X7	27/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MIA1569	P00SH000UT	13/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
MCL7756	P00S600143	04/10/2017	54521	181	* VIII	195.23
MFS6960	P00SH000XX	30/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
MJB2675	P00SH000Y1	01/10/2017	54523	181	* VIII	195.23
AHM6761	P00SH000Y2	01/10/2017	54523	181	* VIII	195.23
LPX5717	P00SJ000ZU	27/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
AFE9179	P00SF00185	30/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
DFL6008	P00S7000TW	11/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
MKX8271	P00R50015P	11/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
MCO9593	P00R50016R	11/09/2017	54523	181	* VIII	195.23
DZY1104	P00SH000UG	09/09/2017	56221	182	* VI	88.38
MFK3778	P00SJ000V1	17/08/2017	56221	182	* VI	88.38
MMH2698	P00SH000T6	03/09/2017	56222	182	* VI	88.38
MKN4100	P00SH000UX	13/09/2017	56222	182	* VI	88.38
MJL8390	P00SB001DF	30/09/2017	58433	196		195.23
MGZ6924	P00SB001DQ	30/09/2017	58433	196		195.23
LZD3731	P00SB001DW	30/09/2017	58433	196		195.23
MKM6025	P00S7000TU	10/09/2017	60502	208		293.47
QHT3795	P00SJ000Y3	01/09/2017	60502	208		293.47
MJI3260	P00SI000ZE	09/08/2017	60841	211		195.23
NKX3898	P00SF0017Y	25/09/2017	57970	191		2934.68
AWU1500	P00R500194	05/10/2017	57970	191		2934.68
MGG9951	P00R500190	05/10/2017	59670	203	* V	1467.34
MDG5277	P00SJ0011K	02/10/2017	59670	203	* V	1467.34
MJB5651	P00SJ00112	02/10/2017	59670	203	* V	1467.34
MEB0215	P00SD000Z8	11/09/2017	59670	203	* V	1467.34
JGL2416	P00S7000Q3	26/08/2017	59670	203	* V	1467.34
MIN0747	P00SB0019H	05/09/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MHM9144	P00SJ000WG	24/08/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MKV2326	P00SI0011V	13/09/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MDF3098	P00SH000X1	26/09/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
QHP4540	P00R50018I	30/09/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MFY9552	P00SH000XP	29/09/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
HLX6976	P00SH00111	16/10/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MBY8137	54884362G	29/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MJY8258	54884379G	30/09/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
MKS1239	54884405G	02/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
LYZ8732	54884423G	03/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
AHH1811	54884432G	03/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
QHB9445	54884472G	04/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146	195.23
DFX1673	54884483G	04/10/2017	55412	181*	XVII c/ Lei13146	195.23

NTI3932	54884583G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAL8099	54884595G	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIX1515	54884626G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AFG5278	54884638G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HLX6976	54884683G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OXK0945	54883979G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JPJ6677	54883980G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO1955	54883983G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEA0298	54883984G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54883986G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJV6454	54883993G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54883998G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKS1919	54883999G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGK9913	54884000G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIQ0825	54884007G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGK9913	54884008G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884010G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CSM1710	54884014G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZX3772	54884017G	14/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDI8157	54884028G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AQP1030	54884030G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKE6450	54884036G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFK9016	54884040G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APM6582	54884041G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARZ4705	54884043G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJK3078	54884044G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCS3713	54884047G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIK8516	54884051G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEA1377	54884056G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884057G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXT4069	54884058G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJU8249	54884060G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHG7310	54884062G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBH8002	54884064G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884073G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CNE4008	54884076G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI9738	54884077G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAU6593	54884080G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIQ8645	54884086G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLS1674	54884088G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HIH7647	54884092G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCO2895	54884094G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CNE4008	54884100G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LMG9826	54884105G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLG3670	54884114G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIV7303	54884115G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DOC6674	54884120G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884122G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHO0149	54884123G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884125G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BEF1780	54884135G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHA9444	54884142G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QKJ9313	54884143G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIQ9122	54884145G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
NTZ5115	54884153G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJX0340	54884157G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIK8516	54884161G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JPJ6677	54884167G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EMN6971	54884176G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJM8627	54884177G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO1955	54884188G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCO0866	54884193G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AZD3374	54884197G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

MJE5091	54884199G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884206G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884214G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLD4908	54884215G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX1133	54884221G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IFW5480	54884230G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHS3803	54884235G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBI6290	54884237G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHE5767	54884238G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JPC1120	54884243G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBT3379	54884246G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMM3675	54884248G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEP9673	54884253G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MID1845	54884260G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN8899	54884262G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCT1905	54884268G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HRY2811	54884272G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FIU3035	54884277G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJR6999	54884282G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CNE4008	54884284G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJU8249	54884290G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLG2589	54884301G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYC3226	54884307G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HBZ4105	54884308G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AJU8249	54884311G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MES0457	54884320G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYK9487	54884323G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJS7755	P00SH000X8	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBH8002	P00SH000WD	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALW1962	54883682G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJL8436	54883772G	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AEU0334	54883783G	05/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDN0189	54883798G	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGP9707	54883817G	06/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHN9557	54883840G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BAG5760	54883896G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KNJ8466	54883932G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CLX7040	54883940G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EGL2738	54883944G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFL8955	54883032G	05/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBZ2886	54883052G	07/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FRZ1121	54883123G	08/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEC1828	54883202G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GWV7977	54883218G	11/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EMU5924	54883272G	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEJ7497	54883377G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKM5055	54883559G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MID4283	54883587G	26/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHC8191	54881202G	26/05/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAL1858	54882067G	01/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EFY8788	54882267G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJN5655	54882637G	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EBA6510	54882638G	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFG3455	54882606G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXJ7443	54882610G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH0543	54882632G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKG6937	54882636G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CXN5657	54882701G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIA5066	54882711G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDK7409	54882725G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHC5719	54882736G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIR8596	54882753G	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY8283	54882772G	27/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23



ILW1792	54882796G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCP8589	54882798G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DDT6159	54882812G	29/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AKL1663	54882831G	29/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHP6869	54882857G	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKU0704	54882870G	31/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAC6820	54882892G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGS6077	54882899G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHS3093	54882900G	01/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AZN5431	54882914G	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHB1198	54882917G	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AZN5431	54882919G	02/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJG0459	54882959G	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLL1977	54882963G	03/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLC5486	54882995G	04/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLS1509	P00SF000YQ	30/06/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIT1108	P00SH000XG	27/09/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8588 1337/2017

Publicação Nº 1453569

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8588 1337/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHS2218	54296575N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIA1332	54298375N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MFE6085	54300589N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MIU9653	54300594N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMI4559	54303629N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MII5166	54303630N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MLW6284	54303631N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MFQ6191	54303633N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47

LLQ9508	54303634N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
DRQ8133	54303635N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
LOQ5215	54303636N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MGL5579	54303637N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MLA1467	54305999N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MIA9378	54306005N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
AWE8977	54306007N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHF0790	54306010N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
AFI7209	8588283483	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGZ9033	8588283489	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LWR6766	8588283490	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFS2252	8588283523	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AFI7209	8588283562	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI5416	8588283134	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIU7782	8588283159	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHK6461	8588283364	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIT3005	8588283639	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL1005	8588281038	21/06/2017	74550	218	*	I	130.16
LXJ7699	8588282381	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
FFE0535	8588282518	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB6121	8588282573	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP1094	8588282483	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV6323	8588282687	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QHH7681	8588282778	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGQ8751	8588282785	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFK8927	8588282942	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI5416	8588282969	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
BED0067	8588282971	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ADJ1371	8588282977	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ARK1396	8588283035	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE1543	8588283047	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYN7732	8588283111	21/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIL4293	8588283794	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AI9596	8588283831	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKQ0028	8588283849	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIH5570	8588283877	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MML2968	8588283886	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHW5565	8588282484	14/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QIB5106	8588282498	14/07/2017	60503	208			293.47
LYN0509	8588282767	18/07/2017	60503	208			293.47
MLT7460	8588282574	17/07/2017	60503	208			293.47
IEL9460	8588282580	15/07/2017	60503	208			293.47
MBZ1273	8588282595	16/07/2017	60503	208			293.47
MAC4240	8588282620	16/07/2017	60503	208			293.47
MKI8592	8588282652	17/07/2017	60503	208			293.47
MKB8658	8588282410	14/07/2017	60503	208			293.47
ASW3206	8588282458	14/07/2017	60503	208			293.47
MGY9352	8588282466	13/07/2017	60503	208			293.47
MIU6666	8588282361	14/07/2017	60503	208			293.47
QHW1394	8588263135	17/11/2016	60503	208			293.47
OKG4382	8588280013	03/06/2017	60503	208			293.47
MBO1213	8588283112	21/07/2017	60503	208			293.47
MIZ9371	8588283127	23/07/2017	60503	208			293.47
MFS2283	8588283133	23/07/2017	60503	208			293.47
LYZ5010	8588282996	24/07/2017	60503	208			293.47
LXG1947	8588282786	20/07/2017	60503	208			293.47
MLM4767	8588282818	18/07/2017	60503	208			293.47
MLR3315	8588282860	20/07/2017	60503	208			293.47
BAR8919	8588282901	19/07/2017	60503	208			293.47
CEZ8704	8588282911	21/07/2017	60503	208			293.47
MGN4153	8588282916	23/07/2017	60503	208			293.47
MAU0842	8588283647	04/08/2017	60503	208			293.47
MII9429	8588283654	05/08/2017	60503	208			293.47



MMK1489	8588283657	31/07/2017	60503	208	293.47
MJE9570	8588283736	03/08/2017	60503	208	293.47
MFQ1546	8588283414	29/07/2017	60503	208	293.47
MGM6147	8588283420	29/07/2017	60503	208	293.47
EXI7429	8588283453	31/07/2017	60503	208	293.47
IJF4598	8588283565	31/07/2017	60503	208	293.47
QID4465	8588283630	30/07/2017	60503	208	293.47
BER2243	8588283635	31/07/2017	60503	208	293.47
MJY7037	8588283637	04/08/2017	60503	208	293.47
ARJ9020	8588283896	31/07/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8589 1342/2017**

Publicação Nº 1453568

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - LE - 281750

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8589 1342/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHA6865	54289455N	18/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDB1416	54287123N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMF4414	54287133N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIV0790	54296871N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
AZS0012	54300581N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLW8470	54302275N	26/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIX9902	54303431N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJE1357	54303433N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
BEZ0117	54303435N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMK0067	54303436N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MIB8603	54303437N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDO5181	54303444N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHP5253	54303445N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
ARH2179	54306553N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
DPX7944	8589247714	25/06/2016	74630	218 * II	127.69

AHV1295	8589281672	30/05/2017	74550	218	*	I	130.16
LWY1183	8589282068	05/06/2017	74550	218	*	I	130.16
MMC7003	8589284549	09/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF2337	8589284829	14/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAB1998	8589284838	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EQB7110	8589284873	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM2460	8589284877	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL7171	8589284892	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFZ3159	8589284911	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIA0190	8589284927	13/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA6384	8589284967	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
EMR5905	8589285042	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AKG4618	8589285047	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKI0555	8589285056	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV0763	8589285062	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MLP5268	8589285069	16/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ARS8783	8589285071	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMF4127	8589285077	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ORC3693	8589285091	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AFW2891	8589285110	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBD1906	8589285165	15/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFY4887	8589285204	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEH4498	8589285279	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ASB2508	8589285283	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
APH9530	8589285285	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO1258	8589285332	20/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFF1719	8589285457	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
QIA9916	8589285462	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS9787	8589285464	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN4301	8589286113	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN4301	8589286123	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AQG0487	8589286149	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ALK6907	8589285694	28/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCK4103	8589285758	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEO9315	8589285823	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP9556	8589285863	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE9192	8589285871	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AHK8141	8589285914	01/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR8343	8589285947	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AXN3719	8589286040	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHE5979	8589286075	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFB6360	8589285490	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV6445	8589285524	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
AWP1403	8589286201	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM4223	8589286085	31/07/2017	74630	218	*	II	195.23
FSS3136	8589286154	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MVZ5506	8589286166	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
FMA7745	8589285476	22/07/2017	74630	218	*	II	195.23
HDK6896	8589286099	04/08/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL

## AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8776 607/2017**

Publicação Nº 1453522

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - RADAR MOVEL -

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE TRANSITO N.8776 607/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIO3463	54294270N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEB3756	54303660N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLA1467	54303662N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIE3623	54303663N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIP7934	54303665N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGX0605	54303666N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEU7826	54303667N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QIM5403	54303668N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MHI0178	8776036253	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIF7673	8776036318	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MKS7226	8776036338	01/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHL1474	8776036349	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCS1987	8776036352	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJO8487	8776036353	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
MCZ4152	8776036366	31/07/2017	74550	218 * I	130.16
LZV4100	8776035758	11/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJY9494	8776035851	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
ILY6509	8776035854	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHC7967	8776035876	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
QII0754	8776035885	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MDV0071	8776035892	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBI3482	8776035899	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
JGV6696	8776035941	14/07/2017	74550	218 * I	130.16
AWQ4865	8776035951	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
OKF4169	8776035969	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLW9759	8776035977	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGX5279	8776035981	15/07/2017	74550	218 * I	130.16
MLV0720	8776036017	19/07/2017	74550	218 * I	130.16
MIS9705	8776036037	19/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJA1971	8776036087	24/07/2017	74550	218 * I	130.16
QHB1537	8776036238	28/07/2017	74550	218 * I	130.16
MBQ3151	8776036246	28/07/2017	74630	218 * II	195.23
DMJ3884	8776035929	14/07/2017	74630	218 * II	195.23
MIQ1011	8776035940	14/07/2017	74630	218 * II	195.23
MKE5079	8776035910	14/07/2017	74710	218 * III	880.40
QIQ0001	8776035920	14/07/2017	74710	218 * III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2656/2017

Publicação Nº 1453929

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2656/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KJG6838	P00R5001FE	26/11/2017	50292	162* II
MDS3031	P00S6001AB	29/11/2017	75790	165 A
AHR3654	P00SI00190	29/11/2017	50100	162 * I
MDS3031	P00S6001AA	29/11/2017	50100	162 * I
MBK0092	P00PZ000OQ	28/11/2017	50100	162 * I
MKI4876	P00R90022M	26/11/2017	50100	162 * I
LYN2532	P00SJ0018M	26/11/2017	50100	162 * I
MEG8723	P00SF001ET	23/11/2017	50100	162 * I
MGM3842	P00S8001KH	26/11/2017	50100	162 * I
IGM0544	P00QD000VA	26/11/2017	50100	162 * I
ADA6455	P00PZ000OJ	24/11/2017	50450	162 * V
MBW3328	P00S60019H	25/11/2017	50450	162 * V
MET5848	P00R5001EK	23/11/2017	50450	162 * V
MHQ9327	P00S8001K9	22/11/2017	50450	162 * V
AKI8624	P00SD0018R	27/11/2017	50450	162 * V
IIP9812	P00SD0019A	29/11/2017	50450	162 * V
AFQ2882	P00SJ0019F	28/11/2017	50450	162 * V
MFW3344	P00S70012W	28/11/2017	50450	162 * V
IGM0544	P00S700135	28/11/2017	50450	162 * V
HSA0120	P00RB000II	30/11/2017	50450	162 * V
MGC1594	P00R5001GB	30/11/2017	50450	162 * V
MBK0092	P00PZ000OR	28/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
MKI4876	P00R90022K	26/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
AHR3654	P00SI00191	29/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
IIP9812	P00SD0019B	29/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
MIC2301	P00S5000B1	25/11/2017	64080	221

MJH1808	P00RB000IG	29/11/2017	65480	229	
MKI4876	P00R90022I	26/11/2017	65800	230	* IV
MBL6259	P00S5000AT	25/11/2017	66700	230	* XIII
MDH4074	P00R900231	28/11/2017	66700	230	* XIII
MAO4605	P00S70012V	28/11/2017	67000	230	* XVI
MBL6259	P00S5000AU	25/11/2017	67000	230	* XVI
JMS4780	P00SJ0019C	28/11/2017	67000	230	* XVI
MKZ6352	P00R5001FK	27/11/2017	67000	230	* XVI
MDE0979	P00SJ0019P	28/11/2017	67690	230	* XXII
JPB8756	P00SB001GD	25/10/2017	67690	230	* XXII
MDS3031	P00S6001A9	29/11/2017	67690	230	* XXII
MMD2610	P00SF001AA	21/10/2017	69120	232	
AFN5420	P00SF001EW	24/11/2017	69120	232	
MGY7695	P00R90022T	28/11/2017	69120	232	
AWM0178	P00R5001FP	27/11/2017	69630	237	
MEZ1792	P00SD0018O	25/11/2017	73400	252	* IV
MCM0744	P00R9001YQ	25/10/2017	73400	252	* IV
MKG0477	P00S2001E4	22/11/2017	73400	252	* IV
MDG6843	P00S8001G2	25/10/2017	73580	252	* V
KJG6838	P00R5001FD	26/11/2017	51691	165	
MIC2301	P00S5000AY	25/11/2017	51691	165	
MJA5029	P00SL00233	26/11/2017	51691	165	
MDI2688	P00S70012T	28/11/2017	65564	230	* I
MDI2477	P00R5001FV	28/11/2017	65992	230	* V
MDE0506	P00PZ000OO	28/11/2017	65992	230	* V
MBK0092	P00PZ000OP	28/11/2017	65992	230	* V
MHK7861	P00SJ0018N	27/11/2017	65992	230	* V
MAC6968	P00S70012F	26/11/2017	65992	230	* V
LYN2532	P00SJ0018L	26/11/2017	65992	230	* V
KQL6428	P00SD0018U	28/11/2017	65992	230	* V
MJC6149	P00S70012P	27/11/2017	65992	230	* V
MJG7144	P00S70012S	27/11/2017	65992	230	* V
IIP9812	P00SD00199	29/11/2017	65992	230	* V
KJG6838	P00R5001FC	26/11/2017	65992	230	* V
MKI4876	P00R90022J	26/11/2017	65992	230	* V
ADA6455	P00PZ000OI	24/11/2017	65992	230	* V
MBW3328	P00S60019G	25/11/2017	65992	230	* V
MBK8027	P00SF001AZ	30/10/2017	65992	230	* V
AED1807	P00PZ000O7	01/11/2017	65992	230	* V
MDF4497	P00RB000HH	05/11/2017	65992	230	* V
MCV1978	P00SF001EQ	22/11/2017	65992	230	* V
MKG0477	P00S2001E3	22/11/2017	65992	230	* V
MKE9638	P00SI0018F	23/11/2017	65992	230	* V
MAO5052	P00R5001EW	23/11/2017	65992	230	* V
MCQ7276	P00R900233	28/11/2017	65992	230	* V
IGM5022	P00SJ0019R	30/11/2017	65992	230	* V
HSA0120	P00RB000IH	30/11/2017	65992	230	* V
AHR3654	P00SI0018Z	29/11/2017	65992	230	* V
MEK1173	P00S70013A	30/11/2017	66102	230	* VII
MCQ7276	P00R900234	28/11/2017	66102	230	* VII
MBX8074	P00S5000AH	24/11/2017	66102	230	* VII
MBL6259	P00S5000AS	25/11/2017	66102	230	* VII
ADA6455	P00PZ000OK	24/11/2017	66102	230	* VII
MMK2313	P00S70012C	26/11/2017	66102	230	* VII
MKI4876	P00R90022L	26/11/2017	66371	230	* IX
AFQ2882	P00SJ0019H	28/11/2017	66371	230	* IX
AFQ2882	P00SJ0019I	28/11/2017	66372	230	* IX
MJZ7325	P00SL0022Z	26/11/2017	66372	230	* IX
MIC2301	P00S5000B0	25/11/2017	66372	230	* IX
MES3985	P00S5000AV	25/11/2017	66532	230	* XI
MBZ8909	P00R90022X	28/11/2017	66532	230	* XI
AFQ2882	P00SJ0019G	28/11/2017	67261	230	* XVIII
JMS4780	P00SJ0019E	28/11/2017	67261	230	* XVIII



MKI4876	P00R90022N	26/11/2017	67261	230	*	XVIII
MKZ6352	P00R5001FJ	27/11/2017	67261	230	*	XVIII
MEK1173	P00S70013B	30/11/2017	67261	230	*	XVIII
MGC1594	P00R5001GA	30/11/2017	67261	230	*	XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

URIEL RIBEIRO  
DELEGADO REGIONAL - 15A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2657/2017**

Publicação Nº 1453928

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - 281750

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8041 2657/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

OUR5253	54312581N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MEN6714	54312590N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MHQ8025	54316640N	07/11/2017	50020	257 ã 8\$
QHS1983	54322976N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MLT9729	54322977N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIN8963	54322979N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
BFZ8977	54323985N	28/11/2017	50020	257 ã 8\$
MLO1019	54324801N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
QJS1919	54324806N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
HJU5551	54324807N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
AGZ9624	P00SI0018X	26/11/2017	76251	ART 181, XX
MGH9905	P00S600193	23/11/2017	76251	ART 181, XX
MGX1889	P00S60019Q	26/11/2017	76252	ART 181, XX
MFV4526	P00S5000BL	26/11/2017	76252	ART 181, XX
LYO0154	P00S5000BN	26/11/2017	76252	ART 181, XX
LZI6034	P00S5000BP	26/11/2017	76252	ART 181, XX
QIR0668	P00SJ00153	26/10/2017	76252	ART 181, XX
MHA4590	P00S600165	28/10/2017	76252	ART 181, XX
QHU3165	P00S600164	28/10/2017	76252	ART 181, XX



MGO3126	P00R90022V	28/11/2017	76252	ART 181, XX
MHN0725	P00R5001G4	29/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MLZ0974	P00SI00188	22/11/2017	76331	ART 252, UNICO
HCS8696	P00R5001EE	22/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MGQ3136	P00S8001KA	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MAW9794	P00SI0018L	24/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MIP9696	P00R90022A	24/11/2017	76332	ART 252, UNICO
NGQ6790	P00SL00239	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MGE9990	P00S5000BM	26/11/2017	76332	ART 252, UNICO
BFZ8977	P00SL0023F	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MKA3414	P00SL0023H	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QHC2484	P00SJ0018Z	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
DEB6362	P00SJ00194	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MEV1958	P00SD00198	29/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QJJ0306	P00SB001H6	30/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QIH6467	P00S2001AG	31/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MLI2744	P00SB001G2	18/10/2017	76332	ART 252, UNICO
CJH9298	P00SI0014W	26/10/2017	76332	ART 252, UNICO
AIM1150	P00R5001G6	29/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MDY3727	P00R5001G7	29/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MIQ1823	P00S2001EG	28/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MEZ5058	P00R5001G1	28/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MFU4409	P00S5000BT	30/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MEQ8151	P00S5000BV	30/11/2017	76332	ART 252, UNICO
ACS0514	P00S600195	24/11/2017	51930	168
MIJ7713	P00R5001CS	18/11/2017	52070	169
MEP4821	P00S5000AW	25/11/2017	52070	169
MIC2301	P00S5000AZ	25/11/2017	52070	169
MGK8732	P00S7000YX	29/10/2017	52070	169
MCC5941	P00SJ00154	28/10/2017	52070	169
MGC6061	P00SJ0019Q	28/11/2017	52070	169
MIN6640	P00S60019N	26/11/2017	52070	169
PYB4767	P00SI0014X	26/10/2017	54600	181 * IX
MAO3698	P00S70012B	24/11/2017	54600	181 * IX
MEQ4567	P00S8001KV	27/11/2017	54600	181 * IX
LXC4830	P00SB001HF	02/11/2017	55250	181 * XV
NLN0777	P00R5001AN	03/11/2017	55250	181 * XV
QIF9740	P00S60015T	26/10/2017	55250	181 * XV
QHW5864	P00S8001GL	25/10/2017	55250	181 * XV
MCU4689	P00R9001ZJ	29/10/2017	55250	181 * XV
MBZ6452	P00S5000AE	24/11/2017	55500	181 * XVIII
LYI9869	P00SH00158	30/11/2017	55500	181 * XVIII
DLG2034	P00SD0014Z	30/10/2017	55680	181 * XIX
DOH6594	P00SD00153	30/10/2017	55680	181 * XIX
MAZ6360	P00R5001F8	26/11/2017	55680	181 * XIX
QIU4356	P00SL0020O	26/10/2017	55680	181 * XIX
NRB4545	P00S20019K	26/10/2017	55680	181 * XIX
ATZ2635	P00S60015V	26/10/2017	55680	181 * XIX
PWD4295	P00S20019J	26/10/2017	55680	181 * XIX
MIC2301	P00S5000AX	25/11/2017	57200	186 * I
AUG9197	P00S600192	23/11/2017	57200	186 * I
MLN4915	P00KC000SI	05/11/2017	57380	186 * II
ATS4950	P00KC000SJ	05/11/2017	57380	186 * II
MBH8401	P00KC000SM	05/11/2017	57380	186 * II
MET5848	P00R5001EJ	23/11/2017	58000	192
MDL0696	P00R5001EL	23/11/2017	58000	192
MDI6429	P00S8001GN	26/10/2017	58000	192
MIW9974	P00SF001B2	30/10/2017	58000	192
MGR9222	P00S2001A6	30/10/2017	58000	192
MIN4092	P00SF001B6	30/10/2017	58000	192
MIO7071	P00SF001AQ	30/10/2017	58000	192
MBK8027	P00SF001AY	30/10/2017	58000	192
MEN6316	P00SF001AM	30/10/2017	58000	192

BPB9119	P00S5000BF	26/11/2017	58350	195	
MKT8576	P00SJ00184	19/11/2017	61220	214	* I
APR3412	P00SI0018Q	24/11/2017	61220	214	* I
MJY7866	P00S6001A2	28/11/2017	61220	214	* I
CWK2898	P00S70011J	15/11/2017	61300	214	* II
JPH5438	P00S6001A0	28/11/2017	65300	228	
JPH5438	P00S6001A1	28/11/2017	65300	228	
CSF2748	P00S60015U	26/10/2017	72340	250	* I * a
MEN2773	P00S8001GQ	26/10/2017	51851	167	
MDG6843	P00S8001G1	25/10/2017	51851	167	
MMH0250	P00R9001Z0	27/10/2017	51851	167	
MIM0839	P00SB001GP	29/10/2017	51851	167	
QHC2474	P00SB001GL	29/10/2017	51851	167	
MHH9204	P00SB001GM	29/10/2017	51851	167	
AEX4552	P00SF001DB	16/11/2017	51851	167	
ACS0514	P00S600196	24/11/2017	51851	167	
MFB8269	P00S60019B	24/11/2017	51851	167	
MLJ7397	P00SL0022Y	25/11/2017	51851	167	
AJV1805	P00S8001KE	23/11/2017	51851	167	
CMM0158	P00SL00238	27/11/2017	51851	167	
HLH6566	P00SL0023C	27/11/2017	51851	167	
MFH0441	P00SH0014U	27/11/2017	51851	167	
MEG2253	P00SH0014X	27/11/2017	51851	167	
BPB9119	P00S5000BE	26/11/2017	51851	167	
CSC5743	P00SD00194	28/11/2017	51851	167	
MCZ4321	P00SF001F2	30/11/2017	51851	167	
MCZ4321	P00SF001F3	30/11/2017	51852	167	
MAY5496	P00SD00195	28/11/2017	51852	167	
AUW1448	P00S8001KI	26/11/2017	51852	167	
MFQ9815	P00SL0023B	27/11/2017	51852	167	
MFB8269	P00S60019C	24/11/2017	51852	167	
MKY5786	P00SH0012Y	04/11/2017	51852	167	
MHG8567	P00SH0012E	26/10/2017	51852	167	
MKE8367	P00SB001GH	27/10/2017	54521	181	* VIII
NHT1839	P00S7000YZ	29/10/2017	54523	181	* VIII
ANH4807	P00S7000Z4	30/10/2017	54523	181	* VIII
MEB0928	P00SH0012W	02/11/2017	54523	181	* VIII
MAY8532	P00SH0014R	24/11/2017	54523	181	* VIII
MHX7948	P00R5001AX	06/11/2017	60501	208	
AUQ0534	P00R5001A9	31/10/2017	60502	208	
MFS9156	P00S2001E8	25/11/2017	60502	208	
MFA6639	P00SH00157	30/11/2017	59591	203	* IV
MFC0585	P00SD0019D	29/11/2017	59670	203	* V
MCR6591	P00SD0019E	29/11/2017	59670	203	* V
MEZ1792	P00SD0018N	25/11/2017	59670	203	* V
MDR8029	P00SD0018M	25/11/2017	59670	203	* V
BPB9119	P00S5000BG	26/11/2017	59670	203	* V
EJN3780	P00S5000AJ	24/11/2017	59670	203	* V
MDQ3526	P00SL0020R	26/10/2017	59670	203	* V
MIA1134	P00S60016B	30/10/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
MIH0044	P00R5001FA	26/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
IPA4031	P00S8001KP	27/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
MEA0674	P00S2001EB	27/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
ANC1614	P00S8001KW	27/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
MID5971	P00S8001L5	29/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
MKA5600	P00SH00155	29/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
MIK2121	P00R90022U	28/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
MLL3695	54885268G	13/11/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146
MEN8899	54885278G	13/11/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146
MDO7845	54885279G	13/11/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146
MGP6593	54885283G	13/11/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146
MAU6174	54885292G	13/11/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146
IBW6011	54885296G	14/11/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146

MBL0456	54885304G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN8899	54885324G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FIU3035	54885325G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHO0530	54885328G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MES6548	54885335G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCK6828	54885337G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ANU6416	54885352G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HGX7179	54885367G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEP3361	54885373G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH4055	54885375G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AHJ7097	54885378G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHM5830	54885381G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBP3718	54885384G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AMT1638	54885392G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGV5249	54885394G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HFB5732	54885398G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHV6037	54885406G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGY7695	54885407G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GLQ4433	54885408G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLH7298	54885411G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLG2589	54885415G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HMO4552	54885417G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IFP5948	54885422G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DMZ5641	54885427G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXG5867	54885436G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BRG5326	54885438G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN8899	54885459G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLJ0016	54885460G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHD3198	54885463G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCV6705	54885465G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN8899	54885469G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EYL4497	54885479G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN8899	54885481G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBD1176	54885486G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN8899	54885495G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHN5215	54885499G	21/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLK3247	54885509G	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFW3393	54885511G	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJT3667	54885523G	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLQ3681	54885524G	22/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHG0382	54885532G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
COY1202	54885540G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHS8451	54885541G	23/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAX0457	54885557G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEF8614	54885562G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AP05914	54885567G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MII4738	54885580G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AYR6301	54885588G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKT3353	54885600G	24/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
FSL2237	54885207G	03/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QII0019	54884746G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKW4685	54884747G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJK2682	54884750G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHE2842	54884758G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IPA0563	54884761G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEW5072	54884762G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCW6006	54884765G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ1251	54884766G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDC5831	54884770G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EZJ9256	54884774G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFS2762	54884775G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGJ1251	54884779G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDG1769	54884781G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

MGJ1251	54884783G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDR4377	54884784G	17/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AZG8714	54884795G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEN8551	54884797G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EEO3486	54884803G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYE7292	54884807G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIZ1472	54884823G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLK4075	54884842G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIJ6836	54884843G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEE5212	54884846G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHB2331	54884852G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QJM8185	54884873G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DIH3499	54884877G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIG3347	54884881G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHV9458	54884882G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGF5045	54884883G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHC6265	54884898G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIX9927	54884906G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEG1798	54884908G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AVM4157	54884917G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLJ0108	54884919G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFU3491	54884925G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFB7451	54884927G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFA1916	54884931G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBG2549	54884933G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHP9210	54884937G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMC2251	54884939G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CLW7311	54884949G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HHR6561	54884953G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFH6094	54884954G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDH8684	54884970G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMB8902	54884971G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGE5392	54884986G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AZT5399	54884988G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KXN3718	54885001G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8588 1336/2017**

Publicação Nº 1453570

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUA DO SUL - CTT - FS - 281750

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8588 1336/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI



N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

OHI5661	8588284375	25/10/2017	74550	218	*	I
MLE3982	8588285036	29/10/2017	74550	218	*	I
MIO7958	8588285262	10/11/2017	74550	218	*	I
ADA6455	8588285296	10/11/2017	74550	218	*	I
MBF9454	8588285324	10/11/2017	74550	218	*	I
MEI1507	8588285335	10/11/2017	74550	218	*	I
QHV1775	8588285389	09/11/2017	74550	218	*	I
MLU9572	8588285395	09/11/2017	74550	218	*	I
ADY3992	8588285400	09/11/2017	74550	218	*	I
MHF4971	8588285490	08/11/2017	74550	218	*	I
MIA3757	8588285493	08/11/2017	74550	218	*	I
EUE9515	8588285499	08/11/2017	74550	218	*	I
MCM0599	8588285501	08/11/2017	74550	218	*	I
MLZ2299	8588285504	08/11/2017	74550	218	*	I
ADA6455	8588285423	09/11/2017	74550	218	*	I
HLH6566	8588285467	09/11/2017	74550	218	*	I
QHE2914	8588285469	09/11/2017	74550	218	*	I
ADY3992	8588285470	09/11/2017	74550	218	*	I
DMV1258	8588285567	08/11/2017	74550	218	*	I
AJN2715	8588285665	06/11/2017	74550	218	*	I
MGR1104	8588285666	06/11/2017	74550	218	*	I
MGO6415	8588285670	06/11/2017	74550	218	*	I
MBE2303	8588285673	06/11/2017	74550	218	*	I
QHE0668	8588285726	05/11/2017	74550	218	*	I
MHW8526	8588285728	05/11/2017	74550	218	*	I
CRE1299	8588285729	05/11/2017	74550	218	*	I
MDU5741	8588285733	05/11/2017	74550	218	*	I
AYG6886	8588285737	05/11/2017	74550	218	*	I
MDI6929	8588285738	05/11/2017	74550	218	*	I
PWN6941	8588285742	05/11/2017	74550	218	*	I
QHR0768	8588285743	05/11/2017	74550	218	*	I
MLY3929	8588285580	08/11/2017	74550	218	*	I
MMB1116	8588285581	07/11/2017	74550	218	*	I
LOH5618	8588285596	07/11/2017	74550	218	*	I
MGN9007	8588285767	05/11/2017	74550	218	*	I
MJD7596	8588285602	07/11/2017	74550	218	*	I
COJ6619	8588285798	05/11/2017	74550	218	*	I
CRE1299	8588285803	05/11/2017	74550	218	*	I
MHN1100	8588285818	04/11/2017	74550	218	*	I
QIG9025	8588285821	04/11/2017	74550	218	*	I
LWY1614	8588285834	04/11/2017	74550	218	*	I
MJE3471	8588285835	04/11/2017	74550	218	*	I
NKY6053	8588285837	04/11/2017	74550	218	*	I
MLM0902	8588285843	04/11/2017	74550	218	*	I
MLM0902	8588285844	04/11/2017	74550	218	*	I
BHJ7807	8588285807	05/11/2017	74550	218	*	I
MGB2229	8588285867	04/11/2017	74550	218	*	I
DIM3655	8588285874	04/11/2017	74550	218	*	I
MBJ4927	8588285912	12/11/2017	74550	218	*	I
AQT9066	8588285889	12/11/2017	74550	218	*	I
AME5256	8588285903	12/11/2017	74550	218	*	I

MJE0760	8588285908	12/11/2017	74550	218	*	I
CCP3076	8588285910	12/11/2017	74550	218	*	I
AQT9066	8588285961	12/11/2017	74550	218	*	I
MEE6843	8588285951	12/11/2017	74550	218	*	I
MGR1104	8588285979	12/11/2017	74550	218	*	I
MMF1012	8588285981	11/11/2017	74550	218	*	I
MAI1021	8588285991	11/11/2017	74550	218	*	I
MLO0081	8588285993	11/11/2017	74550	218	*	I
MJL9473	8588286000	11/11/2017	74550	218	*	I
BPL2450	8588286036	11/11/2017	74550	218	*	I
MHV8285	8588286044	11/11/2017	74550	218	*	I
LZD6437	8588286045	11/11/2017	74550	218	*	I
MFA7504	8588286046	11/11/2017	74550	218	*	I
MHN2185	8588286020	11/11/2017	74550	218	*	I
MJY9540	8588286026	11/11/2017	74550	218	*	I
LXZ1920	8588286008	11/11/2017	74550	218	*	I
MIF4587	8588286085	11/11/2017	74550	218	*	I
MMD1658	8588286093	11/11/2017	74550	218	*	I
MGX8288	8588286097	11/11/2017	74550	218	*	I
MEM7153	8588286098	11/11/2017	74550	218	*	I
EPN9169	8588286100	11/11/2017	74550	218	*	I
LXZ1920	8588286107	04/11/2017	74550	218	*	I
KYB1693	8588286125	15/11/2017	74550	218	*	I
PXT2111	8588286139	15/11/2017	74550	218	*	I
MDU5741	8588286140	15/11/2017	74550	218	*	I
MKV8808	8588286206	14/11/2017	74550	218	*	I
QH9122	8588286208	14/11/2017	74550	218	*	I
MIW5775	8588286265	14/11/2017	74550	218	*	I
KYB1693	8588286185	15/11/2017	74550	218	*	I
MHU7040	8588286196	15/11/2017	74550	218	*	I
QIM5403	8588286328	13/11/2017	74550	218	*	I
LXQ8198	8588286330	13/11/2017	74550	218	*	I
MJU1030	8588286340	13/11/2017	74550	218	*	I
LYU4657	8588286400	13/11/2017	74550	218	*	I
MII2051	8588286362	13/11/2017	74550	218	*	I
MLM0902	8588286146	15/11/2017	74630	218	*	II
MJM9263	8588285990	11/11/2017	74630	218	*	II
ADY3992	8588285386	09/11/2017	74630	218	*	II
MLM0902	8588285840	04/11/2017	74630	218	*	II
MCH5262	8588285610	07/11/2017	74630	218	*	II
MEB4728	8588285346	10/11/2017	74630	218	*	II
ADA6455	8588286108	04/11/2017	74710	218	*	III
MCY6036	8588285306	10/11/2017	56732	183		
QIF4791	8588285454	09/11/2017	56732	183		
LYN2152	8588285455	09/11/2017	56732	183		
MLM7125	8588285511	08/11/2017	56732	183		
MFD8946	8588285866	04/11/2017	56732	183		
MLO8589	8588285811	05/11/2017	60503	208		
ATG4478	8588285812	05/11/2017	60503	208		
MJS2543	8588285877	04/11/2017	60503	208		
ALS0598	8588285871	04/11/2017	60503	208		
MGB8786	8588285850	04/11/2017	60503	208		
MGI4720	8588285852	04/11/2017	60503	208		
MMH5205	8588285855	04/11/2017	60503	208		
MJK9128	8588285856	04/11/2017	60503	208		
MHD0926	8588285857	04/11/2017	60503	208		
MKI9747	8588285860	04/11/2017	60503	208		
CDK9767	8588285861	04/11/2017	60503	208		
LYJ1852	8588285805	05/11/2017	60503	208		
JQS4775	8588285606	07/11/2017	60503	208		
ADY7545	8588285772	05/11/2017	60503	208		
MHA3026	8588285779	05/11/2017	60503	208		
MDH6314	8588285784	05/11/2017	60503	208		



MBD9901	8588285793	05/11/2017	60503	208
MIY6386	8588285597	07/11/2017	60503	208
MJI0867	8588285598	07/11/2017	60503	208
AWZ9037	8588285583	07/11/2017	60503	208
MMB1518	8588285612	07/11/2017	60503	208
MIT9556	8588285613	07/11/2017	60503	208
AYH2474	8588285619	07/11/2017	60503	208
MFG7870	8588285624	07/11/2017	60503	208
AGU5757	8588285628	07/11/2017	60503	208
BBT3303	8588285629	07/11/2017	60503	208
CUA7988	8588285634	07/11/2017	60503	208
MIG2709	8588285635	07/11/2017	60503	208
MGL5574	8588285636	07/11/2017	60503	208
MGL7746	8588285640	07/11/2017	60503	208
LXV1716	8588285643	07/11/2017	60503	208
MBK3847	8588285644	07/11/2017	60503	208
MMM5073	8588285646	07/11/2017	60503	208
QIV4082	8588285649	07/11/2017	60503	208
MFO9530	8588285650	07/11/2017	60503	208
QHQ5050	8588285653	07/11/2017	60503	208
AMX7189	8588285658	07/11/2017	60503	208
EGC8334	8588285766	05/11/2017	60503	208
MEF6640	8588285687	06/11/2017	60503	208
QIH9377	8588285694	06/11/2017	60503	208
MGP5319	8588285701	06/11/2017	60503	208
MJO6301	8588285703	06/11/2017	60503	208
AHV2443	8588285704	06/11/2017	60503	208
MBW1169	8588285707	06/11/2017	60503	208
MMK5805	8588285708	06/11/2017	60503	208
MBD1344	8588285714	06/11/2017	60503	208
MCM0357	8588285721	06/11/2017	60503	208
MGR1104	8588285722	06/11/2017	60503	208
DZC5784	8588285518	08/11/2017	60503	208
NWJ3919	8588285521	08/11/2017	60503	208
MEW6967	8588285526	08/11/2017	60503	208
LYQ8534	8588285535	08/11/2017	60503	208
MHQ1987	8588285536	08/11/2017	60503	208
MHJ5517	8588285544	08/11/2017	60503	208
AOD1034	8588285548	08/11/2017	60503	208
MKH2575	8588285549	08/11/2017	60503	208
LZZ8749	8588285556	08/11/2017	60503	208
MHD0491	8588285557	08/11/2017	60503	208
MEP3181	8588285561	08/11/2017	60503	208
AYF9753	8588285563	08/11/2017	60503	208
MBD6385	8588285564	08/11/2017	60503	208
MBK4032	8588285459	09/11/2017	60503	208
OXE4535	8588285571	08/11/2017	60503	208
MBX7281	8588285578	08/11/2017	60503	208
IDU6768	8588285471	09/11/2017	60503	208
MEP6255	8588285477	09/11/2017	60503	208
MEX8933	8588285424	09/11/2017	60503	208
MBQ6586	8588285425	09/11/2017	60503	208
MAZ5902	8588285434	09/11/2017	60503	208
MAZ7622	8588285439	09/11/2017	60503	208
BFI2765	8588285442	09/11/2017	60503	208
MJE5428	8588285444	09/11/2017	60503	208
MMB5962	8588285445	09/11/2017	60503	208
HNI0868	8588285447	09/11/2017	60503	208
MKH8062	8588285448	09/11/2017	60503	208
CLB9588	8588285452	09/11/2017	60503	208
MFW7979	8588285310	10/11/2017	60503	208
AJI5346	8588285311	10/11/2017	60503	208
MDL4806	8588285317	10/11/2017	60503	208

MGT2958	8588285320	10/11/2017	60503	208
QIE3567	8588285411	09/11/2017	60503	208
MMD9072	8588285350	10/11/2017	60503	208
INO5345	8588285352	10/11/2017	60503	208
HQB4763	8588285354	10/11/2017	60503	208
KWL1331	8588285357	10/11/2017	60503	208
AUF2051	8588285369	10/11/2017	60503	208
EBG4650	8588285372	10/11/2017	60503	208
MBD6746	8588285373	10/11/2017	60503	208
MFL7109	8588285374	10/11/2017	60503	208
IRN7544	8588285375	10/11/2017	60503	208
QHE2914	8588285377	10/11/2017	60503	208
MGA5528	8588285380	10/11/2017	60503	208
QJJ1307	8588285299	10/11/2017	60503	208
MDY5308	8588285303	10/11/2017	60503	208
AFG5278	8588285305	10/11/2017	60503	208
MJG2372	8588285265	10/11/2017	60503	208
MBN2865	8588285268	10/11/2017	60503	208
BBS0306	8588285279	10/11/2017	60503	208
HIM6071	8588285280	10/11/2017	60503	208
MIA9378	8588285283	10/11/2017	60503	208
MET4068	8588285284	10/11/2017	60503	208
MDO6244	8588285045	29/10/2017	60503	208
MEJ2093	8588284484	23/10/2017	60503	208
AMG3695	8588284011	20/10/2017	60503	208
AMG3695	8588284319	23/10/2017	60503	208
BBG3982	8588284339	22/10/2017	60503	208
OHI5661	8588284374	25/10/2017	60503	208
IJK1778	8588286112	04/11/2017	60503	208
MHN2511	8588286115	04/11/2017	60503	208
QHH4819	8588286086	11/11/2017	60503	208
LXZ3210	8588286013	11/11/2017	60503	208
MKA8653	8588286017	11/11/2017	60503	208
CLF3658	8588286030	11/11/2017	60503	208
MKS0107	8588286033	11/11/2017	60503	208
ATB3818	8588286152	15/11/2017	60503	208
MLQ3693	8588286154	15/11/2017	60503	208
MJC2887	8588286160	15/11/2017	60503	208
MHH9160	8588286163	15/11/2017	60503	208
LQN3563	8588286168	15/11/2017	60503	208
DWB1011	8588286169	15/11/2017	60503	208
MFT2957	8588286175	15/11/2017	60503	208
QIH2137	8588286180	15/11/2017	60503	208
MBB1991	8588286218	14/11/2017	60503	208
MKK8255	8588286219	14/11/2017	60503	208
MFL3817	8588286224	14/11/2017	60503	208
MHT2873	8588286230	14/11/2017	60503	208
LYQ5909	8588286232	14/11/2017	60503	208
JQS4775	8588286234	14/11/2017	60503	208
MFM0105	8588286235	14/11/2017	60503	208
MMB5396	8588286237	14/11/2017	60503	208
EYZ4391	8588286243	14/11/2017	60503	208
QHP8477	8588286248	14/11/2017	60503	208
MDX3381	8588286251	14/11/2017	60503	208
ISH0206	8588285958	12/11/2017	60503	208
MEK2885	8588286002	11/11/2017	60503	208
LXZ3210	8588286003	11/11/2017	60503	208
MMF7136	8588286055	11/11/2017	60503	208
MEF6640	8588286063	11/11/2017	60503	208
AES8502	8588286070	11/11/2017	60503	208
MFZ2810	8588286072	11/11/2017	60503	208
MKV4640	8588286073	11/11/2017	60503	208
MGR3686	8588286075	11/11/2017	60503	208

IFZ9203	8588286078	11/11/2017	60503	208
CLB9588	8588286081	11/11/2017	60503	208
LXZ3210	8588286084	11/11/2017	60503	208
QII4187	8588285972	12/11/2017	60503	208
KVQ1026	8588285973	12/11/2017	60503	208
MFD7523	8588285974	12/11/2017	60503	208
MHE5156	8588285975	12/11/2017	60503	208
HIR6323	8588285911	12/11/2017	60503	208
MIU3627	8588285923	12/11/2017	60503	208
KVP1584	8588285924	12/11/2017	60503	208
MKJ2298	8588285928	12/11/2017	60503	208
MDO9367	8588285932	12/11/2017	60503	208
MJO1621	8588285934	12/11/2017	60503	208
MGC2480	8588285940	12/11/2017	60503	208
MBS9126	8588285942	12/11/2017	60503	208
MYW4803	8588286374	13/11/2017	60503	208
ENL1674	8588286378	13/11/2017	60503	208
QHH2485	8588286384	13/11/2017	60503	208
IPO9532	8588286385	13/11/2017	60503	208
LWW3432	8588286389	13/11/2017	60503	208
AFQ1876	8588286403	13/11/2017	60503	208
CBB3909	8588286404	13/11/2017	60503	208
MAZ9236	8588286413	13/11/2017	60503	208
MHX5292	8588286414	13/11/2017	60503	208
QHM3436	8588286416	13/11/2017	60503	208
MGX7965	8588286418	13/11/2017	60503	208
MGF9599	8588286425	13/11/2017	60503	208
ANN1101	8588286435	13/11/2017	60503	208
MMM6395	8588286443	13/11/2017	60503	208
MJE8357	8588286445	13/11/2017	60503	208
BJL0441	8588286348	13/11/2017	60503	208
MAQ8265	8588286356	13/11/2017	60503	208
OKF2285	8588286361	13/11/2017	60503	208
MHL2617	8588286200	15/11/2017	60503	208
KOR4023	8588286195	15/11/2017	60503	208
MCZ2464	8588286277	14/11/2017	60503	208
MKX0858	8588286278	14/11/2017	60503	208
LYE2415	8588286280	14/11/2017	60503	208
MCZ4054	8588286283	14/11/2017	60503	208
MEN4445	8588286284	14/11/2017	60503	208
MGJ4786	8588286287	14/11/2017	60503	208
MFG3821	8588286289	14/11/2017	60503	208
ASU0771	8588286292	14/11/2017	60503	208

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JARAGUA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IRIO RIEGEL  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**JOAÇABA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2323/2017**

Publicação Nº 1453933

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8036 2323/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AUH8581	P013I00088	12/05/2017	75790	165 A	2934.68
MDU6764	P00ZN001XN	27/09/2017	50450	162 * V	293.47
MDU6764	P00ZN001XO	27/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
LZG6391	P00ZN001VQ	12/08/2017	51691	165	2934.68
MCY0701	P00ZN001XM	27/09/2017	65992	230 * V	293.47
ITO6403	P02W00004G	09/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8036 2324/2017**

Publicação Nº 1453932

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8036 2324/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCN7003	54285263N	07/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MBH5384	54296096N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LYM5692	54304924N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
LXE1157	P00ZP000GY	07/08/2017	54870	181 * XI	195.23
MAH2045	P00ZQ000UQ	05/08/2017	51851	167	195.23
MBW0232	P00ZO0012M	14/09/2017	51851	167	195.23
MDA4076	P02W00008E	04/10/2017	60412	207	195.23
MFV7944	P02W00004J	09/08/2017	60412	207	195.23
ITT0846	P00ZN001VJ	10/08/2017	60501	208	293.47
MCE1468	P02W00005P	21/08/2017	59670	203 * V	1467.34
HQD0941	P00ZN001UF	05/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIZ5372	P00ZN001V1	10/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2321/2017

Publicação Nº 1453935

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2321/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QH09391	P00ZN00209	02/11/2017	75790	165 A
MDV0727	P00ZO0016O	02/11/2017	75790	165 A
CGO9086	P00ZO0016Q	02/11/2017	50100	162 * I
MHL1367	P00ZP000PM	01/11/2017	50450	162 * V
MDJ7623	P00ZO0015M	28/10/2017	50450	162 * V
MJF9352	P00ZO0015V	28/10/2017	50450	162 * V
CGO9086	P00ZO0016R	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I



MDJ7623	P00ZO0015N	28/10/2017	69120	232	
AEH9246	54034336F	17/10/2017	65992	230	* V
MHL1367	P00ZP000PL	01/11/2017	65992	230	* V
CGO9086	P00ZO0016S	02/11/2017	65992	230	* V
MDJ7623	P00ZO0015L	28/10/2017	65992	230	* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DEL REGIONAL 11 DRP

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2322/2017

Publicação Nº 1453934

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA - DEMUT - 281770

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8036 2322/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

AUG4817	54323200N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
LYA8078	P00ZO00161	28/10/2017	51851	167
MCN6168	P00ZO0016K	01/11/2017	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOACABA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILTON WERNER ZUKOWSKI  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**José Boiteux****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8134 518/2017**

Publicação Nº 1453806

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8134 518/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHA2238	P02YI0006M	11/10/2017	52070	169	88.38
MIG1290	P02YI00058	20/09/2017	51851	167	195.23
QHA2238	P02YI0006L	11/10/2017	51852	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8134 517/2017**

Publicação Nº 1453807

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8134 517/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHY3883	54323215N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
COO8476	P02YI0009O	25/11/2017	75790	165 A
HPI5889	P02YI000A4	28/11/2017	50450	162 * V
HPI5889	P02YI000A5	28/11/2017	69120	232
MFR8966	P02YI0009K	23/11/2017	51851	167
MDR4146	P02YI0009R	25/11/2017	51852	167
MDR0965	P02YI0009V	25/11/2017	51852	167
MGD4778	P02YI0007S	01/11/2017	58433	196

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

JOSE BOITEUX/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

#### LACERDÓPOLIS

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8312 283/2017

Publicação Nº 1453688

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8312 283/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DON8217	P03BJ00007	25/11/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

LACERDOPOLIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

### LAGES

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2650/2017

Publicação Nº 1453893

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2650/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXH1119	P0163001WB	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFY8725	P0163001XL	23/09/2017	50100	162 * I	880.40
CEX9900	P00SV000MW	14/10/2017	50100	162 * I	880.40
LYU3110	P00SX000W5	28/09/2017	50450	162 * V	293.47
DIZ4240	55198247E	05/10/2017	50450	162 * V	293.47
MFY8725	P0163001XN	23/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CEX9900	P00SV000MX	14/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
PUP5325	P0163001V8	04/08/2017	64080	221	130.16
AOG1537	P02EK00092	02/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
CEX9900	P00SV000MY	14/10/2017	51691	165	2934.68
MFY8725	P0163001XM	23/09/2017	51691	165	2934.68
ELY1707	P00ZU001E0	14/09/2017	51691	165	2934.68
BYG3199	P00SV000M8	01/10/2017	51691	165	2934.68
CEX9900	P00SV000MV	14/10/2017	65992	230 * V	293.47
AMV2870	55512979F	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFY8725	P0163001XK	23/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXH1119	P0163001WA	11/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAS2401	P02E800060	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
IND3704	55512956F	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
DIZ4240	55198246E	05/10/2017	65992	230 * V	293.47
IMA3445	P00ST000P4	29/09/2017	65992	230 * V	293.47
LWX1013	P00SZ000YO	30/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

LAGES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8068 2651/2017**

Publicação Nº 1453892

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8068 2651/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKH3440	54304972N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIM4472	P02E800076	11/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MFU6474	55805193D	01/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
LQG1034	54607739G	19/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MMH0503	54608210G	21/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIT4454	P02EK000GM	04/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHK5252	P00ST000PD	10/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
DOX1299	P00SX000WF	01/10/2017	52070	169	88.38
ALY5831	55512960F	28/08/2017	52070	169	88.38
MFE3605	P02EK000JG	14/09/2017	52070	169	88.38
MEL7709	P00SY000T0	17/09/2017	53470	178	130.16
LWS8270	P00ST000OT	21/09/2017	53980	181 * II	88.38
MEC6753	55512753F	23/07/2017	55680	181 * XIX	195.23
MHT1912	55198234E	02/10/2017	55680	181 * XIX	195.23
MJB3926	P02EK000IB	06/09/2017	65300	228	195.23
DOX1299	P00SX000WG	01/10/2017	70640	244 * IV	293.47
MHZ6234	P02EK000OU	03/10/2017	51851	167	195.23
MGI1113	P02EK000OX	03/10/2017	51851	167	195.23
IKS5457	55385493F	23/09/2017	51851	167	195.23
MES5940	54611491G	23/09/2017	51851	167	195.23
ISY8843	P02EK000JF	14/09/2017	51851	167	195.23
DXQ3678	55805185D	30/08/2017	51851	167	195.23
MMA4050	P02EK00090	02/08/2017	51851	167	195.23
CVC0944	P00SY000QW	02/08/2017	51851	167	195.23
GTT2230	P02EK0009R	07/08/2017	51851	167	195.23
AFB5888	P0163001VT	09/08/2017	51851	167	195.23
LWV9654	P02EK000B4	18/08/2017	51851	167	195.23
MBH5994	P02EK000B8	18/08/2017	51851	167	195.23
AOT2020	P02EK000MU	25/09/2017	51851	167	195.23
MHC8051	P02EK000NM	26/09/2017	51851	167	195.23
AOT2020	P02EK000NV	27/09/2017	51851	167	195.23
HIP6361	P02EK000LB	20/09/2017	51851	167	195.23
CIU9000	54607750G	23/09/2017	51851	167	195.23

MHH6920	55385474F	23/09/2017	51851	167	195.23
MHS6148	P02EK000O7	28/09/2017	51851	167	195.23
ALC4828	P00SX000W8	01/10/2017	51851	167	195.23
MBD1447	P00SX000W9	01/10/2017	51851	167	195.23
BQY6597	P00SX000WB	01/10/2017	51851	167	195.23
LYM5203	P00SX000WD	01/10/2017	51851	167	195.23
MKF2232	P02EK000LR	20/09/2017	51852	167	195.23
MCS6820	55513040F	21/09/2017	60501	208	293.47
MCS6820	55513039F	21/09/2017	60502	208	293.47
MFD5118	P00ZT0006R	15/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHN0926	P02EK000DM	23/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FKK6266	55691672E	24/08/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AWX6613	55513562F	28/09/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QIL8062	55513383F	12/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO  
DIRETORA DE TRÑNSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8663 1083/2017**

Publicação Nº 1453555

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8663 1083/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEH6652	54286977N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MWD0219	54295801N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MMA2334	54295807N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJJ7241	54295813N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	880.40
QHS2316	54300926N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MLU9743	54303644N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MJK9581	54303645N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MGT9343	54303647N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDA6841	54303648N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDU0363	54303651N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCC5070	54303654N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16

AYS5250	54303655N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	293.47
MMA3890	54303657N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
GCB2009	54303659N	02/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
AEC0082	54305905N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
AWX1550	54305918N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
QHM1023	54305933N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
CIA8875	8663230157	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKW7776	8663230258	23/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN2037	8663230473	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MET0291	8663230551	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BSB1515	8663230693	29/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HZY0532	8663230737	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHA3764	8663230827	28/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEU7202	8663229806	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFW9894	8663229807	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IIM7651	8663229809	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHF6542	8663229596	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGN3269	8663229613	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ACA6152	8663229912	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHM7345	8663229917	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKG9118	8663229921	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE7046	8663229924	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF7953	8663229942	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OHA4847	8663229970	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDS8625	8663229978	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IQY5078	8663229982	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXZ1043	8663231122	25/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHM0854	8663231206	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
PVH4087	8663231305	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MKH7012	8663231312	01/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU4101	8663231422	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO6099	8663231435	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO1309	8663231436	30/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIO6099	8663231470	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MMD6725	8663231488	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI3250	8663231498	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEN2037	8663231516	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HGZ1989	8663231543	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
HGZ1989	8663231555	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
NMW4069	8663231735	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF3928	8663231790	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
KPK0391	8663231812	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZF3259	8663231832	03/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI8812	8663231879	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MJG5147	8663231919	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OKB9778	8663231933	02/10/2017	74550	218	*	I	130.16
LZB8108	8663229618	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BNQ3733	8663229620	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLX4869	8663229621	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OLX4192	8663229629	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBB9770	8663229633	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYS2142	8663229642	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FTR1812	8663229649	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC6063	8663229673	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CNN1350	8663229693	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJP9109	8663229694	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AJA8750	8663229698	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ARG9393	8663229709	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDC7336	8663229722	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IJY3911	8663229734	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CYO7921	8663229746	20/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEA1779	8663229759	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BNQ3733	8663229764	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16



MJN2659	8663229770	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGI0364	8663229771	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN7636	8663229773	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
HTJ5107	8663229780	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXH9580	8663229782	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHH3135	8663229784	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
JKV3490	8663229787	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ERI7408	8663229788	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBV2493	8663229790	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN2114	8663229375	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEJ0179	8663229385	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV6879	8663229380	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXU3318	8663229396	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IMJ9058	8663229408	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCT1731	8663229417	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIV0274	8663229420	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LZY8534	8663229447	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXZ0931	8663229449	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AZD4726	8663229470	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGF4126	8663229336	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KPG2331	8663229351	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AAP1197	8663229354	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBZ7395	8663229368	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QID0389	8663228983	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAE1505	8663229040	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJN2511	8663229490	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GCB2009	8663229503	16/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QHP8221	8663229523	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLG5454	8663229542	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCN0725	8663229550	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGY3118	8663229554	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYZ1953	8663229575	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHL5643	8663229581	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYR3596	8663229582	15/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGO4796	8663229813	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLQ8736	8663229825	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLN2300	8663229831	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS7993	8663229842	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
DDS1309	8663229844	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GZK8754	8663229847	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIE5580	8663229855	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CSI3137	8663229860	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBB0198	8663229865	19/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKB6107	8663228860	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
IHI7206	8663228756	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL0396	8663228504	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDQ1439	8663228588	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
KDR2026	8663228626	09/09/2017	74550	218	*	I	130.16
FKU8551	8663228723	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ABD1307	8663228143	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AXS4306	8663228165	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QII1614	8663228252	07/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AXS4306	8663228273	06/09/2017	74550	218	*	I	130.16
NUA5000	8663228473	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXH9580	8663229060	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBM6885	8663229075	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG1290	8663229081	13/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI7219	8663229147	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKK7167	8663229174	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI7219	8663229218	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLE9100	8663229235	12/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG3659	8663229249	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AEF4073	8663229251	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16

MFZ1777	8663229252	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCC0498	8663229260	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDV9233	8663229268	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
QIX2620	8663229269	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG3659	8663229271	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LYG7121	8663229278	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO3905	8663229279	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MEF5400	8663229293	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
ASV8662	8663229299	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLU7782	8663226720	30/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HAN5618	8663226821	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKX8237	8663226849	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY8847	8663226889	28/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLS6007	8663226975	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DNO8844	8663226981	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA0793	8663226238	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ITN4719	8663226309	24/08/2017	74550	218	*	I	130.16
GVO0168	8663226368	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG7807	8663226429	23/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR4588	8663224966	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBK9894	8663224994	13/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKT5833	8663227045	27/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR1663	8663227128	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
DFG3854	8663227295	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MBE5346	8663227314	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV8021	8663227331	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MI19682	8663227373	02/09/2017	74550	218	*	I	130.16
LXB9098	8663227410	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGM8646	8663227416	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
GVT1199	8663227429	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJV5068	8663227431	01/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR1663	8663227265	26/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALW8474	8663227510	31/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAA2036	8663227594	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGU0109	8663227730	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
OKH4603	8663227738	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF0633	8663227740	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MJO6622	8663227777	05/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLC2037	8663227886	04/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MFQ9932	8663222699	30/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGW0211	8663222177	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MEL2189	8663222261	24/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBO9311	8663222024	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MAV9622	8663222027	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MFR2564	8663222068	23/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGE5465	8663218198	25/06/2017	74550	218	*	I	130.16
ADC7744	8663221257	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
PUP5325	8663221274	17/07/2017	74550	218	*	I	130.16
ASX8937	8663221408	18/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGS9807	8663221448	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MBU9574	8663221522	19/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MMH7276	8663223997	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDL1620	8663224046	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHF7856	8663224066	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CWG6217	8663224086	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ABX1067	8663224091	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AJE7060	8663224105	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIY8835	8663224108	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
AVI4709	8663224113	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ACU0707	8663224275	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE7408	8663224258	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHD8638	8663224262	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIV5696	8663224226	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16

ABX1067	8663224205	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ABX1067	8663224208	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGL6360	8663224191	02/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDZ3896	8663222875	29/07/2017	74550	218	*	I	130.16
LYP0040	8663223044	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
DGX7003	8663223104	26/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MJR4070	8663223668	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAC9326	8663223763	06/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAS6900	8663223793	05/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEV4272	8663223962	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QHL0888	8663223965	04/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJX9741	8663224138	03/08/2017	74550	218	*	I	130.16
CRK7448	8663224338	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLK7392	8663224379	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYA9036	8663224426	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIG8110	8663224444	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV3765	8663224454	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
ALW4749	8663224490	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MIL7040	8663224505	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEW6513	8663224633	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYI5482	8663224657	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BPK3115	8663224680	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM1981	8663224705	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
BGI2828	8663224708	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKF7758	8663224779	07/08/2017	74550	218	*	I	130.16
FLB1551	8663225367	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
KPS6530	8663225402	18/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFV8145	8663225509	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXZ2636	8663225839	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
INS8112	8663225922	21/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QID8024	8663225945	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MGB4295	8663225949	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MMA3054	8663225975	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDK9197	8663226030	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAF4769	8663226032	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYW0192	8663226056	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MII0927	8663226137	19/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MBN6172	8663224450	09/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MFG4822	8663224333	10/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDA6076	8663224171	03/08/2017	74630	218	*	II	195.23
LOR3896	8663221344	18/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MKS5402	8663222104	23/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MGG3955	8663222278	24/07/2017	74630	218	*	II	195.23
QHP0977	8663222781	30/07/2017	74630	218	*	II	195.23
MIW5899	8663227917	04/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MFR1663	8663227266	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MIF4142	8663227360	02/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DBM6765	8663227129	26/08/2017	74630	218	*	II	195.23
ATU8446	8663225063	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MJJ4470	8663226437	23/08/2017	74630	218	*	II	195.23
AHY4748	8663229264	17/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCN0725	8663229202	12/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEG5031	8663228476	10/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHW6464	8663228181	07/09/2017	74630	218	*	II	195.23
DFO4436	8663228742	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
HHS9983	8663228928	14/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCN0725	8663229556	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCI1713	8663229560	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MGY8150	8663229497	16/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHS5669	8663229956	18/09/2017	74630	218	*	II	195.23
LXP6754	8663229904	18/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MDL1909	8663229803	19/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MMH4578	8663229810	19/09/2017	74710	218	*	III	880.40

CIN2962	8663227671	03/09/2017	74710	218	*	III	880.40
IBI3194	8663223591	06/08/2017	74710	218	*	III	880.40
QHE2273	8663222910	29/07/2017	74710	218	*	III	880.40
CPZ0700	8663227443	01/09/2017	56732	183			130.16
MDY1446	8663229896	18/09/2017	56732	183			130.16
MEI5388	8663229977	18/09/2017	60503	208			293.47
MEA9997	8663230872	27/09/2017	60503	208			293.47
FLX0078	8663229044	13/09/2017	60503	208			293.47
LXB3805	8663229369	16/09/2017	60503	208			293.47
MKM9617	8663229484	16/09/2017	60503	208			293.47
MDI9248	8663229586	15/09/2017	60503	208			293.47
MBD1263	8663229588	15/09/2017	60503	208			293.47
MFY5372	8663229873	19/09/2017	60503	208			293.47
MAI2816	8663229797	19/09/2017	60503	208			293.47
MIX9983	8663226994	27/08/2017	60503	208			293.47
MCI0141	8663228731	11/09/2017	60503	208			293.47
JKV8856	8663228245	07/09/2017	60503	208			293.47
MGI5975	8663228297	06/09/2017	60503	208			293.47
MAK6680	8663229306	17/09/2017	60503	208			293.47
MLK1067	8663223851	05/08/2017	60503	208			293.47
QHP0977	8663223995	04/08/2017	60503	208			293.47
LZB0129	8663226224	19/08/2017	60503	208			293.47
MJO3999	8663224889	14/08/2017	60503	208			293.47
MLV0528	8663220697	13/07/2017	60503	208			293.47
MMI1419	8663221795	21/07/2017	60503	208			293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO  
DIRETORA DE TRÑNSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2648/2017**

Publicação Nº 1453895

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2648/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ENC1884	P00ZU001FT	27/10/2017	50100	162 * I
LXN3698	P015N0003C	28/10/2017	50100	162 * I
MHM7082	P00SV000OC	01/11/2017	50100	162 * I
LXI6650	P00SV000PM	27/11/2017	50100	162 * I
BEH0909	P00SV000PN	27/11/2017	50100	162 * I
MFD3517	P00SV000PU	28/11/2017	50100	162 * I
LXV6844	P01630028V	28/11/2017	50100	162 * I
LXF3217	54610789G	11/11/2017	50450	162 * V
BYG3199	P00SV000PR	28/11/2017	50450	162 * V
MIN6133	P02EK000YD	26/11/2017	50450	162 * V
QHZ5625	54610780G	31/10/2017	50450	162 * V
BEH0909	P00SV000PP	27/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFD3517	P00SV000PV	28/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
LXV6844	P01630028U	28/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
BYG3199	P00SV000PQ	28/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
AVC0203	P02EK000XY	24/11/2017	67000	230 * XVI
LXE7557	P00SY000UB	31/10/2017	67000	230 * XVI
DCE6679	P00ST000Q1	30/10/2017	67000	230 * XVI
MCT3054	P02EK000YC	26/11/2017	69120	232
AQH6921	P016300295	29/11/2017	69120	232
LXY0931	P01630029S	30/11/2017	69120	232
LWW5975	P016300299	29/11/2017	73400	252 * IV
LXY0931	P01630029R	30/11/2017	65561	230 * I
NQM2707	P00ZU001H1	30/11/2017	65992	230 * V
MIR4818	P00SV000Q3	28/11/2017	65992	230 * V
MEG1178	P00SV000PK	27/11/2017	65992	230 * V
LXI6650	P00SV000PL	27/11/2017	65992	230 * V
MFU7138	P01630028R	28/11/2017	65992	230 * V
AME5654	P0163001ZM	29/10/2017	65992	230 * V
IGP8054	P02EK000SY	30/10/2017	65992	230 * V
QHA0927	P02EK000S6	27/10/2017	65992	230 * V
QHY6602	P00SZ00116	23/11/2017	65992	230 * V
MEX5240	P00SV000OH	02/11/2017	65992	230 * V
LWW1354	P02EK000VE	04/11/2017	65992	230 * V
IIY6533	P00ZU001G9	29/10/2017	66102	230 * VII
MBW8532	P00SY000UQ	31/10/2017	66102	230 * VII
MCS7780	P01630028S	28/11/2017	66102	230 * VII
MBX1422	P00SV000PT	28/11/2017	66102	230 * VII
MCW2262	P0154000BQ	29/11/2017	66102	230 * VII
AQH6921	P0154000BL	29/11/2017	66102	230 * VII
BEH0909	P00SV000PO	27/11/2017	66102	230 * VII
LWW5975	P016300298	29/11/2017	66102	230 * VII
LWW5975	P016300296	29/11/2017	66371	230 * IX
ICK3611	P00SY000VZ	22/11/2017	66371	230 * IX
LXE7557	P00SY000UC	31/10/2017	66371	230 * IX
MFE4595	55198574E	28/11/2017	66372	230 * IX
LWW5975	P016300297	29/11/2017	67261	230 * XVIII
OKE3737	P02EK000UM	01/11/2017	73232	252 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



LAGES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUCIANA RODERMEL  
DELEGADA REGIONAL - 8A DRP

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2649/2017**

Publicação Nº 1453894

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - 281830

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8068 2649/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEM4451	54325121N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
QHN0362	54325123N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIU5794	54608174G	08/11/2017	76251	ART 181, XX
MMD6931	P0163002A2	30/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHI8306	55512410F	24/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MBG3141	55512947F	13/11/2017	76332	ART 252, UNICO
LXC4883	P0154000BV	29/11/2017	51930	168
DOX1299	54611162G	31/10/2017	52070	169
HRS8444	55198552E	24/10/2017	52070	169
JPZ0323	P00SV000Q2	28/11/2017	54600	181 * IX
MLN0391	P00ZT00080	30/11/2017	54600	181 * IX
MMH3837	54611121G	10/11/2017	58350	195
CLL1427	P00ZU001GB	29/10/2017	58350	195
IIX6937	54608228G	06/11/2017	65300	228
MAR3338	P0154000BX	30/11/2017	72340	250 * I * a
LZD4974	P01630029I	30/11/2017	51851	167
MAX0768	P0154000BT	29/11/2017	51851	167
MEE1931	54611115G	08/11/2017	51851	167
MKZ0193	54611119G	10/11/2017	51851	167
MHF4734	54611126G	10/11/2017	51851	167
NAH4230	54611136G	11/11/2017	51851	167
CLL1427	P00ZU001GC	29/10/2017	51851	167
MDZ4072	P0163001Z3	28/10/2017	51851	167
CXB2073	55198554E	24/10/2017	51851	167
IKK8253	P02EK000T7	30/10/2017	51851	167
MEU2165	54611182G	31/10/2017	51851	167
MBE2857	54611189G	06/11/2017	51851	167
MJA2990	54611190G	06/11/2017	51851	167
IDW2091	54611133G	08/11/2017	51851	167
AKX7389	54611112G	08/11/2017	51851	167
LZV9240	P02EK000TO	01/11/2017	51852	167
MJX4069	P00ZU001G8	29/10/2017	51852	167
MMH3837	54611122G	10/11/2017	52152	170
MHR3977	55512771F	04/11/2017	54521	181 * VIII



MEZ4884	55198072E	04/11/2017	54523	181 * VIII
MEG9167	55512885F	21/11/2017	54523	181 * VIII
MMH3837	54611123G	10/11/2017	59080	202 * I
ABW7613	55514501F	22/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
IAR0008	55512776F	13/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MKF2012	55201688E	17/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
OKE4796	55198094E	27/11/2017	55413	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO  
DIRETORA DE TRÑNSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1082/2017

Publicação Nº 1453556

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGES - DIRETRAN - ELETRONICO - 2818

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8663 1082/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MJR6175	54311010N	23/10/2017	50020	257 ã 8\$
QIE3133	54319918N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIR7092	54322962N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
APV6845	54323575N	28/11/2017	50020	257 ã 8\$
KOS5488	54323587N	28/11/2017	50020	257 ã 8\$
MGP7882	54325039N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIY2000	54325040N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIB8871	54325041N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
MIB8871	54325042N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
DZK4451	54325043N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
MCD1309	54325045N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
QIW7792	54325046N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
MHM0825	54325047N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
QHN9235	54325048N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
MJM7158	8663168948	25/06/2016	74550	218 * I
MHW5069	8663230552	21/09/2017	74550	218 * I

MEI9247	8663230991	26/09/2017	74550	218	*	I
MEX7515	8663231191	02/10/2017	74550	218	*	I
MIF3474	8663232193	06/10/2017	74550	218	*	I
MED6060	8663232298	14/10/2017	74550	218	*	I
MEE5567	8663232484	13/10/2017	74550	218	*	I
MCT6877	8663232583	12/10/2017	74550	218	*	I
IKD7974	8663232712	11/10/2017	74550	218	*	I
MLA2809	8663232805	10/10/2017	74550	218	*	I
MJT0756	8663232825	10/10/2017	74550	218	*	I
MDO5482	8663232952	09/10/2017	74550	218	*	I
AJX2718	8663232961	09/10/2017	74550	218	*	I
MMD1751	8663233020	08/10/2017	74550	218	*	I
MBL7138	8663233268	16/10/2017	74550	218	*	I
MHT4609	8663233272	16/10/2017	74550	218	*	I
JOY0120	8663233277	16/10/2017	74550	218	*	I
MLR6527	8663233291	16/10/2017	74550	218	*	I
MEC4539	8663233320	15/10/2017	74550	218	*	I
MEP6767	8663234043	16/10/2017	74550	218	*	I
QDH9031	8663234047	16/10/2017	74550	218	*	I
LWU6502	8663234049	16/10/2017	74550	218	*	I
QHG5954	8663234064	16/10/2017	74550	218	*	I
MFE8270	8663234068	16/10/2017	74550	218	*	I
MAM6164	8663233402	15/10/2017	74550	218	*	I
MCJ3367	8663233409	15/10/2017	74550	218	*	I
MCK4812	8663233467	20/10/2017	74550	218	*	I
QHY3493	8663233471	20/10/2017	74550	218	*	I
MIR8591	8663233544	20/10/2017	74550	218	*	I
AND9089	8663233567	20/10/2017	74550	218	*	I
LZX0163	8663233572	20/10/2017	74550	218	*	I
QHJ1807	8663233590	19/10/2017	74550	218	*	I
EVC9780	8663233607	19/10/2017	74550	218	*	I
AWG9809	8663233767	18/10/2017	74550	218	*	I
MKS8296	8663233769	18/10/2017	74550	218	*	I
MLN4109	8663233780	18/10/2017	74550	218	*	I
LRT1794	8663233782	18/10/2017	74550	218	*	I
MJS4576	8663233783	18/10/2017	74550	218	*	I
MJB7237	8663233785	18/10/2017	74550	218	*	I
AKV8754	8663233790	18/10/2017	74550	218	*	I
DAQ5554	8663233807	18/10/2017	74550	218	*	I
MJN3449	8663233817	18/10/2017	74550	218	*	I
QHZ7677	8663233842	18/10/2017	74550	218	*	I
MCQ5869	8663233846	18/10/2017	74550	218	*	I
AWG9809	8663233857	17/10/2017	74550	218	*	I
MDJ6919	8663233886	17/10/2017	74550	218	*	I
QHZ8121	8663233905	17/10/2017	74550	218	*	I
MBX7880	8663233910	17/10/2017	74550	218	*	I
GAQ3020	8663233914	17/10/2017	74550	218	*	I
MLV1813	8663233932	17/10/2017	74550	218	*	I
MIY9743	8663233947	17/10/2017	74550	218	*	I
MKY7115	8663233959	17/10/2017	74550	218	*	I
LYG7623	8663233972	17/10/2017	74550	218	*	I
MDO3434	8663233977	17/10/2017	74550	218	*	I
QHP0729	8663234000	17/10/2017	74550	218	*	I
LYU9445	8663234003	16/10/2017	74550	218	*	I
MDO0684	8663234018	16/10/2017	74550	218	*	I
QHB5459	8663234021	16/10/2017	74550	218	*	I
IJI5766	8663234032	16/10/2017	74550	218	*	I
MJN3449	8663233462	20/10/2017	74550	218	*	I
MFM6679	8663233463	20/10/2017	74550	218	*	I
MDA3569	8663233641	19/10/2017	74550	218	*	I
MHZ1399	8663233665	19/10/2017	74550	218	*	I
MJO4951	8663233672	19/10/2017	74550	218	*	I
MJQ5256	8663233694	19/10/2017	74550	218	*	I

MKS8296	8663233697	19/10/2017	74550	218	*	I
MDA4836	8663233698	19/10/2017	74550	218	*	I
MMC7415	8663233730	18/10/2017	74550	218	*	I
MKS0564	8663233757	18/10/2017	74550	218	*	I
AYT9018	8663234084	16/10/2017	74550	218	*	I
MKX3461	8663234087	16/10/2017	74550	218	*	I
MEI6917	8663236460	06/11/2017	74550	218	*	I
HAE5459	8663236744	09/11/2017	74550	218	*	I
QHH8630	8663236760	09/11/2017	74550	218	*	I
MLG1209	8663236781	08/11/2017	74550	218	*	I
MJL9782	8663235499	27/10/2017	74550	218	*	I
JPB7979	8663235664	31/10/2017	74550	218	*	I
MLQ8297	8663236801	08/11/2017	74550	218	*	I
MHP9481	8663236813	08/11/2017	74550	218	*	I
HJK7530	8663236836	08/11/2017	74550	218	*	I
ACK7006	8663236868	08/11/2017	74550	218	*	I
MJY0555	8663236873	13/11/2017	74550	218	*	I
MLO4865	8663236883	13/11/2017	74550	218	*	I
LYC5989	8663236913	13/11/2017	74550	218	*	I
MIF9304	8663236941	13/11/2017	74550	218	*	I
MLV9686	8663236943	13/11/2017	74550	218	*	I
MED9220	8663236967	13/11/2017	74550	218	*	I
MCT4830	8663236968	13/11/2017	74550	218	*	I
MJH7051	8663235048	24/10/2017	74550	218	*	I
QHU0880	8663235049	24/10/2017	74550	218	*	I
MMA4286	8663235056	24/10/2017	74550	218	*	I
DEF7095	8663235075	29/10/2017	74550	218	*	I
ATN0094	8663235078	29/10/2017	74550	218	*	I
CLT8494	8663235119	29/10/2017	74550	218	*	I
OXS0529	8663235363	27/10/2017	74550	218	*	I
QHH8462	8663234802	26/10/2017	74550	218	*	I
MLN7203	8663234815	25/10/2017	74550	218	*	I
MDN0321	8663234837	25/10/2017	74550	218	*	I
MWF6979	8663234966	24/10/2017	74550	218	*	I
MJL0648	8663235007	24/10/2017	74550	218	*	I
MHH9138	8663235381	27/10/2017	74550	218	*	I
QIN3936	8663235464	27/10/2017	74550	218	*	I
LZH0780	8663234143	23/10/2017	74550	218	*	I
MAO2664	8663234168	23/10/2017	74550	218	*	I
OKE8716	8663234193	23/10/2017	74550	218	*	I
LXI6333	8663234237	23/10/2017	74550	218	*	I
AQN7859	8663234238	23/10/2017	74550	218	*	I
MBE8645	8663234279	23/10/2017	74550	218	*	I
QHM1222	8663234312	22/10/2017	74550	218	*	I
MHP6944	8663234313	22/10/2017	74550	218	*	I
AFO4022	8663234384	22/10/2017	74550	218	*	I
AOY1134	8663234390	22/10/2017	74550	218	*	I
AME5654	8663234391	22/10/2017	74550	218	*	I
MKQ7497	8663234440	22/10/2017	74550	218	*	I
LXN9832	8663234448	22/10/2017	74550	218	*	I
LWR8473	8663234458	22/10/2017	74550	218	*	I
MDM8537	8663234466	22/10/2017	74550	218	*	I
AME5654	8663234486	22/10/2017	74550	218	*	I
MGP4590	8663234551	21/10/2017	74550	218	*	I
MFR1776	8663234555	21/10/2017	74550	218	*	I
MHL4106	8663234561	21/10/2017	74550	218	*	I
MGS7580	8663234603	21/10/2017	74550	218	*	I
MJT5682	8663234604	21/10/2017	74550	218	*	I
MLB3172	8663234674	21/10/2017	74550	218	*	I
MCF0193	8663234677	21/10/2017	74550	218	*	I
EDW9132	8663234685	21/10/2017	74550	218	*	I
IRP1907	8663234690	26/10/2017	74550	218	*	I
MLA2270	8663234732	26/10/2017	74550	218	*	I

MKK6603	8663234752	26/10/2017	74550	218	*	I
LZK2551	8663234109	16/10/2017	74550	218	*	I
MLF6436	8663234128	23/10/2017	74550	218	*	I
LYC6421	8663234594	21/10/2017	74550	218	*	I
MJB3022	8663234774	26/10/2017	74550	218	*	I
MHQ8940	8663237345	11/11/2017	74550	218	*	I
MCN6777	8663237349	11/11/2017	74550	218	*	I
MHB9864	8663237360	11/11/2017	74550	218	*	I
QIL4246	8663237363	11/11/2017	74550	218	*	I
QHA8230	8663237640	09/11/2017	74550	218	*	I
MDK9197	8663237646	09/11/2017	74550	218	*	I
MIB4787	8663237379	11/11/2017	74550	218	*	I
MAG6396	8663237381	11/11/2017	74550	218	*	I
MFY0336	8663237388	11/11/2017	74550	218	*	I
NZB6510	8663237409	11/11/2017	74550	218	*	I
QHA6121	8663237419	10/11/2017	74550	218	*	I
MKI8845	8663237423	10/11/2017	74550	218	*	I
MBH2880	8663237433	10/11/2017	74550	218	*	I
MSQ4420	8663237462	10/11/2017	74550	218	*	I
EQY0814	8663237463	10/11/2017	74550	218	*	I
AXL4970	8663237465	10/11/2017	74550	218	*	I
MDB4069	8663237471	10/11/2017	74550	218	*	I
LYX5062	8663237491	10/11/2017	74550	218	*	I
MJD4266	8663237493	10/11/2017	74550	218	*	I
DJE7657	8663237546	09/11/2017	74550	218	*	I
MBG3141	8663237554	09/11/2017	74550	218	*	I
PUF4182	8663237557	09/11/2017	74550	218	*	I
MIC4706	8663237566	09/11/2017	74550	218	*	I
LYC5989	8663237572	09/11/2017	74550	218	*	I
MML0131	8663237593	09/11/2017	74550	218	*	I
AOE2048	8663237605	09/11/2017	74550	218	*	I
MJG9112	8663236982	13/11/2017	74550	218	*	I
MET4613	8663236989	13/11/2017	74550	218	*	I
MJY4171	8663237010	12/11/2017	74550	218	*	I
MBL6103	8663237012	12/11/2017	74550	218	*	I
MKG0646	8663237015	12/11/2017	74550	218	*	I
LZN3164	8663237020	12/11/2017	74550	218	*	I
MGO3637	8663237026	12/11/2017	74550	218	*	I
MLQ1702	8663237129	12/11/2017	74550	218	*	I
MFZ0549	8663237137	12/11/2017	74550	218	*	I
MAX1173	8663237153	12/11/2017	74550	218	*	I
LYC5989	8663237158	12/11/2017	74550	218	*	I
MKY4624	8663237173	12/11/2017	74550	218	*	I
MIP3099	8663237174	12/11/2017	74550	218	*	I
MMA0793	8663237185	12/11/2017	74550	218	*	I
BBY5100	8663237196	12/11/2017	74550	218	*	I
MFY6253	8663237209	11/11/2017	74550	218	*	I
BLL8109	8663237220	11/11/2017	74550	218	*	I
IOY8914	8663237232	11/11/2017	74550	218	*	I
MIN0315	8663237235	11/11/2017	74550	218	*	I
LYE0460	8663237236	11/11/2017	74550	218	*	I
CMB7760	8663237242	11/11/2017	74550	218	*	I
MHH6632	8663237258	11/11/2017	74550	218	*	I
LZB4117	8663237275	11/11/2017	74550	218	*	I
LYC5989	8663237286	11/11/2017	74550	218	*	I
IPP1280	8663237078	12/11/2017	74550	218	*	I
LYC5989	8663237085	12/11/2017	74550	218	*	I
MIC4706	8663237095	12/11/2017	74550	218	*	I
QIS6328	8663237314	11/11/2017	74550	218	*	I
HJT1674	8663237342	11/11/2017	74630	218	*	II
LZJ0698	8663233746	18/10/2017	74630	218	*	II
MFY0191	8663237110	12/11/2017	74630	218	*	II
LZZ7050	8663237291	11/11/2017	74630	218	*	II

MLR1581	8663234792	26/10/2017	74630	218	*	II
MHH1465	8663234595	21/10/2017	74630	218	*	II
QHI4680	8663234140	23/10/2017	74630	218	*	II
MAY1396	8663234120	23/10/2017	74630	218	*	II
MLB3172	8663234589	21/10/2017	74630	218	*	II
MFZ2165	8663234915	25/10/2017	74630	218	*	II
QID1520	8663235365	27/10/2017	74630	218	*	II
MCW1597	8663235372	27/10/2017	74630	218	*	II
IHI8529	8663236818	08/11/2017	74630	218	*	II
MIS0641	8663235783	30/10/2017	74630	218	*	II
MVE1546	8663236792	08/11/2017	74630	218	*	II
QHZ2412	8663234103	16/10/2017	74630	218	*	II
MDQ6751	8663234085	16/10/2017	74630	218	*	II
IBE9294	8663233761	18/10/2017	74630	218	*	II
IBE9294	8663233763	18/10/2017	74630	218	*	II
MMI3365	8663233717	18/10/2017	74630	218	*	II
MPE6413	8663233465	20/10/2017	74630	218	*	II
MJV6397	8663233631	19/10/2017	74630	218	*	II
MGW0816	8663234083	16/10/2017	74630	218	*	II
NMZ2904	8663233442	15/10/2017	74630	218	*	II
MKI9566	8663233445	15/10/2017	74630	218	*	II
MHR0067	8663233456	20/10/2017	74630	218	*	II
MJG5602	8663233301	15/10/2017	74630	218	*	II
APC1520	8663233212	07/10/2017	74630	218	*	II
MBX5337	8663233619	19/10/2017	74710	218	*	III
MPE6413	8663233744	18/10/2017	74710	218	*	III
HZR8831	8663234769	26/10/2017	74710	218	*	III
IFV7777	8663237100	12/11/2017	74710	218	*	III
BBY5100	8663237035	12/11/2017	74710	218	*	III
AXS3211	8663233559	20/10/2017	56732	183		
AXS3211	8663233560	20/10/2017	60503	208		
QIM5391	8663233617	19/10/2017	60503	208		
MJT0756	8663232795	10/10/2017	60503	208		
MLL2371	8663230500	21/09/2017	60503	208		
LZW6689	8663236973	13/11/2017	60503	208		
CYH8064	8663235471	27/10/2017	60503	208		
MIE6743	8663235030	24/10/2017	60503	208		
MDK9197	8663237213	11/11/2017	60503	208		
MBQ6129	8663237106	12/11/2017	60503	208		
MFJ1979	8663237618	09/11/2017	60503	208		
MDK9197	8663237370	11/11/2017	60503	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIMONI SCHLICHTING BRANCO  
DIRETORA DE TRÂNSITO



**LAGUNA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2412/2017**

Publicação Nº 1453821

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8122 2412/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHP4454	54256043F	05/02/2017	75790	165 A	2934.68
MCN7191	P01GX000LS	16/08/2017	75790	165 A	2934.68
MCN7191	P01GX000LR	16/08/2017	50100	162 * I	880.40
QHH8983	P01GZ000CC	17/01/2017	50100	162 * I	880.40
MEW3067	P01GX000LZ	24/08/2017	50100	162 * I	880.40
LYD3468	55008920F	19/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHH8983	P01GZ000CD	17/01/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCN7191	P01GX000LQ	16/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHP4454	54256044F	05/02/2017	69120	232	88.38
MHB2693	P035R0000A	01/09/2017	69120	232	88.38
QHP4454	54256042F	05/02/2017	51691	165	2934.68
MEW3067	P01GX000LY	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
JME9056	P03J70000Y	01/10/2017	65992	230 * V	293.47
LYX6657	P01GZ000QZ	12/10/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLÍCIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8122 2413/2017**

Publicação Nº 1453820

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO





## DE TRANSITO N.8122 2413/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKY2536	P01GX000KJ	02/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
QHP4454	54256045F	05/02/2017	52070	169	88.38
DTB3088	P01GX000L3	08/08/2017	54360	181 * VI	130.16
LYX6657	P01GZ000R0	12/10/2017	68580	231 * VII	130.16
MKM8941	54254984F	04/09/2017	52311	172	130.16
MGF9697	P01GZ000QB	30/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MMC3680	P01GZ000O4	09/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MCR9302	54256829F	18/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMC4463	P01GX000MX	21/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEANDRO DE ARAUJO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2410/2017**

Publicação Nº 1453823

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8122 2410/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCO8863	P01GX000PY	30/10/2017	50100	162 * I
MEV2215	P01GZ000SC	04/11/2017	50450	162 * V



MCO8863	P01GX000PZ	30/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
MIO3718	P035R0002G	29/11/2017	69120	232	
MKV7571	P01GZ000RF	27/10/2017	51691	165	
MEV2215	P01GZ000SB	04/11/2017	65992	230	* V
MIO3718	P035R0002E	29/11/2017	65992	230	* V
MEV2215	P01GZ000SD	04/11/2017	66102	230	* VII
LYX6657	P01GZ000U6	30/11/2017	66371	230	* IX
MCO8863	P01GX000Q0	30/10/2017	66371	230	* IX
KKN1319	P01GZ000TX	22/11/2017	66372	230	* IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE DAVID MACHADO  
DELEGADO POLÖCIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2411/2017

Publicação Nº 1453822

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA - DEMUTRAN - 281850

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8122 2411/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIE2218	54323207N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MEQ9929	54254488G	24/11/2017	53800	181 * I
MLH0895	54254491G	24/11/2017	53800	181 * I
MHU6034	54256636F	24/10/2017	55090	181 * XIII
IZH1111	P01GZ000RV	02/11/2017	55500	181 * XVIII
FGD1877	P01GX000QJ	02/11/2017	55500	181 * XVIII
MKY9823	P01GX000QO	02/11/2017	55500	181 * XVIII
MEN4413	54256638F	27/10/2017	57380	186 * II
MIO3718	P035R0002F	29/11/2017	54281	181 * V
MLF4282	54254471G	22/11/2017	57461	187 * I
MCI9192	54254465G	22/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJP5248	54255387F	18/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MHA3267	54254846F	23/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAGUNA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LEANDRO DE ARAUJO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### LAJEADO GRANDE

---

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8667 328/2017**

Publicação Nº 1453554

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8667 328/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMJ5598	P02WZ0002F	22/09/2017	50450	162 * V	293.47
MDH1532	P02WY0001E	29/09/2017	70301	244 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAJEADO GRANDE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO DE SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**LAURO MULLER****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8212 1156/2017**

Publicação Nº 1453746

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8212 1156/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MEL7774	54307993N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
DFR2167	P01FE000Y3	27/09/2017	53800	181 * I	130.16
LYZ2572	P01FE000WW	21/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MLB7073	P01FE000SB	18/08/2017	51851	167	195.23
MII8650	P01FE000TV	29/08/2017	51851	167	195.23
MJU8771	P01FE000PG	25/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LXO6023	P01FE000YU	05/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8212 1155/2017**

Publicação Nº 1453747

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8212 1155/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-

FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MBD0748	P01FE0014V	27/11/2017	50100	162 * I
MEL2106	P01FE00124	24/10/2017	64400	224
JRI0551	P01FE0012U	31/10/2017	51851	167
AJE2690	P01FE00136	03/11/2017	66102	230 * VII
KWB9499	P01FE0014P	25/11/2017	59670	203 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

LAURO MULLER/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**LEBON REGIS**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8526  
657/2017**

Publicação Nº 1453582

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8526 657/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO  
QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.  
INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

JDP9643	P02QD00042	15/08/2017	66020	230 * VI	293.47
EAE8184	P02QD00052	20/09/2017	51851	167	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU  
INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-  
LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-  
GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DI-  
AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

LEBON REGIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO LOCATELLI  
DELEGADO REGIONAL - 10 DRP

**LEOBERTO LEAL**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8516 295/2017**

Publicação Nº 1453583

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8516 295/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LCI4567	P02S20001V	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFK2703	P02S30000L	16/09/2017	70301	244 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LEOBERTO LEAL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**LINDÓIA DO SUL**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8340 494/2017**

Publicação Nº 1453678

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO**



## DE TRANSITO N.8340 494/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFC9161	P035800011	27/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFC9161	P035800010	27/11/2017	58350	195

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LINDOIA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

**LUIS ALVES**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8651 953/2017**

Publicação Nº 1453562

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8651 953/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKJ7406	P016E000C5	02/09/2017	50450	162 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SAVERIO SARUBBI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8651 951/2017**

Publicação Nº 1453564

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8651 951/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDR8557	P016E000EC	26/11/2017	65480	229
LXL6445	P016E000EB	26/11/2017	65992	230 * V
LXW4443	P016E000EH	28/11/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SAVERIO SARUBBI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8651 952/2017**

Publicação Nº 1453563

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES - DETRANLU - 281970

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8651 952/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento  
-----

MKD6959 P016E000EF 28/11/2017      57380      186 \* II  
MGA8913 P016E000DI 06/11/2017      51851      167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUIZ ALVES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FRANCISCO EDUARDO GESSER  
DIRETOR DE TRANSITO

**LUZERNA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8500  
512/2017**

Publicação Nº 1453588

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8500 512/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa      N.Auto              Data Infr.    Infr/Desd.    Enquadramento      Valor Multa  
-----  
MKY7659 P02W00008D 04/10/2017      76332      ART 252, UNICO      293.47  
MGP0732 P013I000BT 29/08/2017      58780      199      130.16  
MKQ2299 P013I000BJ 21/08/2017      61220      214 \* I      293.47  
KXL0841 P00ZR000AJ 28/09/2017      59670      203 \* V      1467.34  
-----

MFO7886	P00ZQ00101	03/10/2017	59670	203 * V	1467.34
QHF4600	P00ZR000AY	16/10/2017	59670	203 * V	1467.34

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 511/2017

Publicação Nº 1453589

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8500 511/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

QHX4948	P02W0000B3	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MFF7758	P00ZM000BZ	02/11/2017	52070	169
MFF7758	P00ZM000C0	02/11/2017	73400	252 * IV
MDC0442	P013I000ED	30/10/2017	51851	167
MHT2907	P013I000EJ	01/11/2017	59670	203 * V
MDR2512	P03ZR0000O	25/11/2017	59670	203 * V
MKL0479	P03ZR0000Q	25/11/2017	59670	203 * V
AJV8741	P013I000E7	30/10/2017	59670	203 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

LUZERNA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

---

**MAFRA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1693/2017**

Publicação Nº 1453885

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8074 1693/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIC5105	P01GF000AZ	08/08/2017	65992	230 * V	293.47
AMU2477	P02PH00098	05/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8074 1694/2017**

Publicação Nº 1453884

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8074 1694/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIB6626	P01GF000CB	16/10/2017	57380	186 * II	293.47
MHH7237	P02PG00084	27/09/2017	58350	195	195.23
AIF1400	P02PG0007A	19/09/2017	51851	167	195.23
ICB1703	P02PH0008E	27/09/2017	51851	167	195.23
AUK0933	P02PG0008T	03/10/2017	51851	167	195.23
MHH7237	P02PG00085	27/09/2017	51852	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1691/2017

Publicação Nº 1453887

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1691/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IBH1861	P024N00017	02/11/2017	75790	165 A
MDX2744	P01GF000CO	02/11/2017	75790	165 A
AGH8945	P01GF000CT	05/11/2017	50100	162 * I
CIU8917	P024N0001Y	21/11/2017	50100	162 * I
ANC1520	P01H5000E3	26/11/2017	50100	162 * I
MHN7884	P02DU00027	23/11/2017	50450	162 * V
AMT1368	P02PG000BV	29/11/2017	50450	162 * V
AFD6309	P02PG000BW	29/11/2017	50450	162 * V
MIO0597	P024N00029	27/11/2017	69120	232
AGW2541	P02PG000BT	28/11/2017	69120	232



MLA7138	P01GF000DG	28/11/2017	65992	230	*	V
HPP4754	P01H5000E7	28/11/2017	65992	230	*	V
MEM5808	P02PG000BH	26/11/2017	65992	230	*	V
MIO0597	P024N00028	27/11/2017	65992	230	*	V
LZY8277	P02PH000BM	23/11/2017	65992	230	*	V
EUN3865	P02DS0001Z	23/11/2017	65992	230	*	V
MLA8287	P02DU00023	05/11/2017	65992	230	*	V
AHI2426	P02PH000AQ	19/11/2017	65992	230	*	V
BOJ7163	P02PG00091	01/11/2017	65992	230	*	V
AGH8945	P01GF000CS	05/11/2017	65992	230	*	V
EUN3865	P02DS00021	23/11/2017	66102	230	*	VII
IKE0143	P02PH000C0	29/11/2017	66102	230	*	VII
EUN3865	P02DS00020	23/11/2017	66371	230	*	IX
IKE0143	P02PH000C1	29/11/2017	66372	230	*	IX
IBH1861	P024N00018	02/11/2017	67261	230	*	XVIII
AGH8945	P01GF000CU	05/11/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAFFAELLO ROSS  
DELEGADO DE POLICIA - 9 DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1692/2017

Publicação Nº 1453886

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAFRA - 281990

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8074 1692/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

MBJ4782	54323201N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFA4686	P02DU0001X	01/11/2017	52070	169
LWS0949	P02PH0009L	02/11/2017	51851	167
LZL6312	P02PH000BE	22/11/2017	51851	167
MFW4971	P02PH000BX	28/11/2017	51851	167
MEM5808	P02PG000BG	26/11/2017	51851	167
MCG7097	P02PH000BY	28/11/2017	51851	167



AGW2541	P02PG000BS	28/11/2017	51851	167	
MAC3875	P02PH000CB	30/11/2017	51851	167	
MCT8653	P02PG000C1	30/11/2017	51851	167	
AWH9078	P02PH000C9	30/11/2017	51851	167	
MEM5808	P02PG000BI	26/11/2017	52151	170	
AIT6688	P02PG000BL	27/11/2017	54522	181	* VIII
AWU0777	P01GF000DF	28/11/2017	60501	208	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MAFRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOAO ALFREDO FERREIRA  
AUTORIDADE MUNICIPAL TRANSITO

### MARACAJÁ

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8372 782/2017

Publicação Nº 1453654

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8372 782/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCE3543	P01JT0007T	24/08/2017	50100	162 * I	880.40
IFO8510	P01JT0007E	10/08/2017	50450	162 * V	293.47
MCE3543	P01JT0007U	24/08/2017	73400	252 * IV	130.16
EGS8631	P01JT00077	07/08/2017	51851	167	195.23
MJU7937	P01JT0007J	15/08/2017	51851	167	195.23
MCE3543	P01JT0007S	24/08/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8372 781/2017**

Publicação Nº 1453655

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8372 781/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHX1629	P01IB000EM	03/11/2017	50291	162* II
MEV6498	P01JT000AI	01/11/2017	50100	162 * I
MEV6498	P01JT000AJ	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
CBQ1530	P02WI001K0	03/11/2017	64080	221
MEB1744	P01JT000AQ	03/11/2017	67000	230 * XVI
MHI1459	P01JT0009Y	27/10/2017	67000	230 * XVI
QHX1629	P01IB000EL	03/11/2017	69120	232
MEB1744	P01JT000AP	03/11/2017	51851	167
MLV3071	P01JT000AU	06/11/2017	51851	167
MEV6498	P01JT000AH	01/11/2017	65992	230 * V
MCE5974	P02WI001K4	03/11/2017	66102	230 * VII
MEV6498	P01JT000AK	01/11/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARACAJA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**MARAVILHA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1942/2017**

Publicação Nº 1453738

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8224 1942/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BFV3745	P000L000VH	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
CNC4184	P000L000X2	04/10/2017	50100	162 * I	880.40
AHH6611	P000L000WA	13/09/2017	50450	162 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8224 1943/2017**

Publicação Nº 1453737

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8224 1943/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

-----  
MER1459 P000L000VE 17/08/2017 56144 182 \* V 195.23  
AFE6113 P0135000T1 12/08/2017 73662 252\*VI 130.16  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1940/2017**

Publicação Nº 1453740

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1940/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MEJ6206 P0135000UA 23/10/2017 50100 162 \* I  
LWS0989 P0135000UL 02/11/2017 50100 162 \* I  
MKO3659 P0135000VZ 29/11/2017 69120 232  
MKO3659 P0135000VY 29/11/2017 51691 165  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8224 1941/2017**

Publicação Nº 1453739

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAVILHA - ORTRAMA - 282050

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8224 1941/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EWQ5212	P0135000UM	02/11/2017	53470	178
MLU3945	P0135000UU	08/11/2017	54600	181 * IX
MMH4596	P0135000VV	25/11/2017	61810	215 * II
KAK3300	P000L000YN	23/11/2017	51851	167
BAF1289	P0135000VX	28/11/2017	61732	215 * I * a
EWQ5212	P0135000UN	02/11/2017	64591	225 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MARAVILHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VALDEMIR ANDRETTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**MASSARANDUBA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8234 991/2017**

Publicação Nº 1453733

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8234 991/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO



QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIA5097	54295950N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
FGY0787	P00QN000TL	21/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QHT2402	P00QN000U9	27/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
LYR8005	P00QM000Q2	22/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKC8794	P00QM000NS	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBR4723	P00QN000QH	23/08/2017	50100	162 * I	880.40
MKC8794	P00QM000NT	19/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYR8005	P00QM000Q3	22/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCF9921	P00QM000OY	18/09/2017	52070	169	88.38
MGV1424	P00QM000PG	20/09/2017	52070	169	88.38
QIA4024	P00QM000PP	21/09/2017	52070	169	88.38
MKC8794	P00QM000NR	19/08/2017	58350	195	195.23
MJS3614	P00QN000QJ	23/08/2017	64080	221	130.16
OKH4686	P00QN000R2	29/08/2017	51851	167	195.23
AWX0310	P00QM000Q6	02/10/2017	54522	181 * VIII	195.23
MBT2078	P00QN000QX	28/08/2017	65992	230 * V	293.47
LYR8005	P00QM000Q1	22/09/2017	65992	230 * V	293.47
MJS3614	P00QN000QI	23/08/2017	66532	230 * XI	195.23
MEH3561	P00QM000NQ	19/08/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 990/2017

Publicação Nº 1453734

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8234 990/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IVK4200	54312286N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MCD8214	P00QN000VV	24/10/2017	76331	ART 252, UNICO
LXY5154	P00QN000YD	26/11/2017	53040	176 * III
MHQ1963	P00QM000QH	03/11/2017	65640	230 * II
MLD8136	P00QN000WO	01/11/2017	51851	167
MAK6682	P00QM000QE	03/11/2017	51851	167
MAK6682	P00QM000QF	03/11/2017	51852	167
LXN4103	P00QM000QG	03/11/2017	54521	181 * VIII
IEV4900	P00QM000QL	07/11/2017	54522	181 * VIII
MJG0108	P00QN000YG	28/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MASSARANDUBA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**MATOS COSTA**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8362 208/2017**

Publicação Nº 1453659

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8362 208/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDL9068	54029609E	08/03/2016	50100	162 * I	574.61
MIE4466	54029853E	02/10/2016	50100	162 * I	574.61
CBB8862	54029961E	07/09/2016	50100	162 * I	574.61
CBB8862	54029969E	07/09/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
MIE4466	54029854E	02/10/2016	51180	164 c/c 162 * I	574.61
LZA1543	54620464C	27/11/2015	51180	164 c/c 162 * I	574.61
CIQ5172	54620796C	08/03/2016	53800	181 * I	85.13
MEA5748	54030054E	16/05/2016	53800	181 * I	85.13
CJZ8605	54029933E	02/06/2016	55250	181 * XV	85.13
AMW0913	54029927E	18/04/2016	55250	181 * XV	85.13

MFH5796	54620847C	23/07/2015	55250	181	*	XV	85.12
AMD3204	54029942E	23/07/2016	55500	181	*	XVIII	85.13
IBB7871	54029941E	20/07/2016	57380	186	*	II	191.54
IBB7871	54029939E	20/07/2016	58350	195			127.69
MDL9068	54029610E	08/03/2016	65800	230	*	IV	191.54
IBB7871	54029940E	20/07/2016	67690	230	*	XXII	85.13
AST9882	54030006E	24/10/2016	51851	167			127.69
AKA5036	54620797C	08/03/2016	51851	167			127.69
AIV7825	54030002E	01/05/2016	51851	167			127.69
ANY1218	54029958E	03/06/2016	56144	182	*	V	127.69
MDL9068	54029611E	08/03/2016	65992	230	*	V	191.54
MDF1612	54029865E	26/03/2017	50100	162	*	I	880.40
MHF1053	54030019E	08/08/2017	50100	162	*	I	880.40
MDU4445	54030174E	21/08/2017	55250	181	*	XV	130.16
ALS1804	54030060E	12/06/2017	55250	181	*	XV	130.16
MHY8413	54030013E	27/03/2017	55250	181	*	XV	130.16
KMM2032	54030164E	19/05/2017	55250	181	*	XV	130.16
MHF1053	54030021E	08/08/2017	64080	221			130.16
LWZ8044	54030184E	08/09/2017	51851	167			195.23
MAB3907	54030014E	26/05/2017	51851	167			195.23
KMM2032	54030055E	21/11/2016	51851	167			195.23
MAB3907	54030151E	26/12/2016	51851	167			195.23
MAB3907	54030152E	26/12/2016	51852	167			195.23
LZR7199	54030175E	21/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MDF1612	54029866E	26/03/2017	65561	230	*	I	293.47
MHF1053	54030020E	08/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MDF1612	54029867E	26/03/2017	66371	230	*	IX	195.23
LZR7199	54030176E	21/08/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MATOS COSTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIRLEI GUTOSKI  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8362 207/2017**

Publicação Nº 1453660

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8362 207/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-

DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

ITG7985	54030022E	04/11/2017	50100	162 * I
ITG7985	54030025E	04/11/2017	58350	195
ITG7985	54030026E	04/11/2017	60760	210
ITG7985	54030024E	04/11/2017	51691	165
AXE5498	54030256E	04/11/2017	54522	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MATOS COSTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SIRLEI GUTOSKI  
DELEGADO DE POLICIA

### MELEIRO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8078 687/2017

Publicação Nº 1453882

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8078 687/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKE3828	P02UA0003N	23/09/2017	54950	181 * XII	195.23
QHB9115	P02UA0001X	09/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MDZ7142	P02U300068	22/08/2017	69120	232	88.38
MLF2522	P02UA0001M	31/07/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE



EDITAL.

MELEIRO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGDO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8078 686/2017**

Publicação Nº 1453883

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8078 686/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
OKH0315	P02UA0005E	06/11/2017	54950	181 * XII
MLQ1583	P02UA0005A	31/10/2017	50531	162 * VI
MJW2814	P02UA00061	28/11/2017	51851	167
BNP3711	P02UA0005D	04/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MELEIRO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGDO DE POLICIA

**MODELO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8434 534/2017**

Publicação Nº 1453623

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8434 534/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CSW6559	55870129D	09/08/2017	50450	162 * V	293.47
CSW6559	55870171D	09/08/2017	69120	232	88.38
CSW6559	55870128D	09/08/2017	65992	230 * V	293.47
ALR3505	P03L700002	11/08/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MODELO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETTO  
DELEGADO DE POLICIA

**MONTE CARLO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 979/2017**

Publicação Nº 1453597

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8474 979/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FIC8544	P01JF0009G	22/09/2017	50100	162 * I	880.40
AWC0117	P01JF0009I	22/09/2017	50100	162 * I	880.40
AWC0117	P01JF0009J	22/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
FIC8544	P01JF0009H	22/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40



FIC8544 P01JF0009F 22/09/2017 65992 230 \* V 293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8474 980/2017**

Publicação Nº 1453596

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - 255610

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8474 980/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXN1495	P01JF0009L	28/09/2017	55250	181 * XV	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE COUTO DE OLIVEIRA FILHO  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 977/2017**

Publicação Nº 1453599

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8474 977/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYD4597 P01JF000AT 26/11/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JHON ENDY LAMB  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8474 978/2017**

Publicação Nº 1453598

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARLO - 255610

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8474 978/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MFL9257 P01JF000AR 25/11/2017 65300 228  
MIF9215 P01JF000AS 25/11/2017 65300 228  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CARLO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE COUTO DE OLIVEIRA FILHO  
DIRETOR DE TRANSITO

---

### MONTE CASTELO

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8200 510/2017

Publicação Nº 1453761

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8200 510/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEQ3623	P02WL0000X	22/08/2017	52820	176 * I	1467.34
EIR3701	P02WL0000U	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
AEQ3623	P02WL0000W	22/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8200 509/2017**

Publicação Nº 1453762

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8200 509/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXP8991	P02WL0001G	03/11/2017	50100	162 * I
LXP8991	P02WL0001H	03/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MONTE CASTELO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR  
DELEGADO DE POLICIA

**MORRO DA FUMAÇA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8248 1150/2017**

Publicação Nº 1453725

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8248 1150/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIF3786	P01FD001K5	23/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJQ8038	P01FD001GI	05/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
ASD8970	P01FD001H6	06/08/2017	51851	167	195.23
MIT1019	P01FD001HE	06/08/2017	51851	167	195.23
MFU1500	P01FD001I1	10/08/2017	51851	167	195.23
MKA3131	P01FD001I9	10/08/2017	51851	167	195.23
MFG4290	P038J00008	18/09/2017	51851	167	195.23
IRA9051	P038J00013	01/10/2017	51851	167	195.23
MIL5905	P038J00015	01/10/2017	51851	167	195.23
MBV9377	P038J00019	01/10/2017	51851	167	195.23
LYF6868	P038J0001A	01/10/2017	51851	167	195.23
MAY8066	P038J0001B	01/10/2017	51851	167	195.23
QHQ1529	P038J0001H	04/10/2017	51851	167	195.23
EBU4681	P038J0001K	04/10/2017	51851	167	195.23
MBO8587	P01FD001LO	03/09/2017	51851	167	195.23
MFU1500	P01FD001J9	18/08/2017	51851	167	195.23
MLC0517	P01FD001JB	18/08/2017	51851	167	195.23
MGZ6497	P01FD001O9	15/10/2017	51851	167	195.23
CCD9225	P01FD001IN	11/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
DIH9807	P01FD001HU	07/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
MAZ8844	P01FD001IV	12/08/2017	60501	208	293.47
MIT2876	P01FD001MT	13/09/2017	60501	208	293.47
EBI4608	P01FD001NS	09/10/2017	64321	223	195.23
MAF3695	P01FD001J4	15/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEU9103	P01FD001NY	13/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 1149/2017**

Publicação Nº 1453726

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8248 1149/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IJH7114	P00PC00081	28/10/2017	50100	162 * I
MHB7640	P00PC00083	28/10/2017	50100	162 * I
MID6707	P01FD001RO	04/11/2017	50100	162 * I
MID3093	P01FD001RQ	04/11/2017	50100	162 * I
MCX9462	P01FD001RS	04/11/2017	50100	162 * I
MCE5432	P01FD001UF	25/11/2017	72340	250 * I * a
MFT0182	P038J0001W	28/11/2017	51851	167
COK8735	P01FD001UK	28/11/2017	51851	167
CFF0587	P01FD001UL	28/11/2017	51851	167
MKP0830	P01FD001R3	31/10/2017	51851	167
CIM0808	P038J00016	01/10/2017	51851	167
MIG8468	P01FD001OG	15/10/2017	51851	167
MCP5744	P01FD001PO	19/10/2017	51851	167
MAR5807	P01FD001QK	27/10/2017	51851	167
QHH1629	P01FD001RA	02/11/2017	54521	181 * VIII
MCC4934	P01FD001UO	29/11/2017	58191	193
MFG3149	P01FD001UP	29/11/2017	58191	193
MGP8590	P01FD001UH	25/11/2017	64321	223
MGC4323	P01FD001RB	01/11/2017	64321	223
MCX9462	P01FD001RR	04/11/2017	65992	230 * V
MID3093	P01FD001RP	04/11/2017	65992	230 * V
IJH7114	P00PC00080	28/10/2017	65992	230 * V
MEP8196	P00PC00082	28/10/2017	65992	230 * V
MID6707	P01FD001RN	04/11/2017	65992	230 * V
MHB7640	P00PC00084	28/10/2017	66372	230 * IX
MMH0738	P01FD001RC	01/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO DA FUMACA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

### MORRO GRANDE

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8462 244/2017

Publicação Nº 1453605

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8462 244/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKR4947	54303605N	02/10/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
LYX6857	P02U900013	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
LYX6857	P02U900014	23/08/2017	66531	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 243/2017**

Publicação Nº 1453606

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8462 243/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYM1884	P02U900032	25/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

MORRO GRANDE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

### NAVEGANTES

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2222/2017

Publicação Nº 1453709

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2222/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFN8783	P01A1000AF	22/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAK2148	P02OX0001R	22/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDS2953	P016S0007W	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHV8037	55587747C	28/08/2017	50450	162 * V	293.47
MDS2953	P016S0007Y	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEK3528	P02OX0002D	13/10/2017	73400	252 * IV	130.16
JQX6039	P02P00001N	15/09/2017	65561	230 * I	293.47
MBJ2531	55587363C	18/09/2017	65992	230 * V	293.47
AJK6324	P01A1000A7	21/09/2017	65992	230 * V	293.47
MKI8261	55587739C	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
HHU5972	55587736C	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDS2953	P016S0007V	02/09/2017	65992	230 * V	293.47
AI11708	55587788C	04/09/2017	65992	230 * V	293.47
AHQ4918	P02P00001V	23/09/2017	65992	230 * V	293.47
LZW1134	55586343C	22/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCS9055	55587371C	22/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDJ6599	P01A10008Z	01/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AJK6324	P01A1000AA	21/09/2017	52742	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8272 2223/2017**

Publicação Nº 1453708

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8272 2223/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJF5608	54289738N	18/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIN0079	54298418N	15/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
AI19067	55587407C	30/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
IUS6367	55587963C	20/07/2017	54600	181 * IX	130.16
LXP6052	P016X0008T	27/08/2017	54790	181 * X	130.16
QIC8896	P02P00000M	26/07/2017	54870	181 * XI	195.23
MAT6053	P02P20001K	06/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MFP8697	P02OX00018	10/09/2017	55250	181 * XV	130.16
DZV9518	P01A10009W	21/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MLN4584	55937838E	18/09/2017	55250	181 * XV	130.16
ENX2050	55937850E	23/09/2017	55250	181 * XV	130.16
JGX3189	P01A1000AL	24/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MKI9888	P016X00096	04/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MKQ9893	55587415C	31/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
AJK6324	P01A1000AD	21/09/2017	61220	214 * I	293.47
MHY0555	55586309C	29/08/2017	51851	167	195.23
MHY7984	P014T0006J	11/10/2017	51851	167	195.23
FMD4044	P01A10009Z	21/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MJC7489	55587821C	25/09/2017	54523	181 * VIII	195.23
QHS4247	P02P20001W	20/09/2017	54525	181 * VIII	195.23
MGA3967	P014T0005O	01/09/2017	58192	193	880.40
MLS2941	P02OW00011	08/08/2017	60411	207	195.23
AJK6324	P01A1000AC	21/09/2017	63944	220 * XIV	293.47
HWE3095	P016S0008I	27/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIL6599	55587160C	11/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ARM1225	55587355C	14/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGL0664	55587669C	13/07/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOHNNY EURICO COELHO  
SUPERINTENDENTE

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2220/2017**

Publicação Nº 1453711

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8272 2220/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGO2976	55587101C	20/10/2017	50100	162 * I
MIV6481	P02OW0003G	29/10/2017	73400	252 * IV
MCT1319	P016X000A0	02/11/2017	73400	252 * IV
QIJ6554	P02OW0002O	21/10/2017	73400	252 * IV
IIC2854	P017G000QT	29/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARIA DE FATIMA SOUZA IGNACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8272 2221/2017**

Publicação Nº 1453710

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES - NAVETRAN - 282210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8272 2221/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLT9028	54311214N	23/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHY0555	55587213C	20/11/2017	76251	ART 181, XX
QHG1747	55586134C	16/10/2017	76252	ART 181, XX
MDF7170	P02P00002D	17/10/2017	52070	169
MEX6653	55586127C	11/10/2017	54600	181 * IX
APT7547	P016X0009W	30/10/2017	54790	181 * X
CZI3727	P016X0009Y	02/11/2017	55250	181 * XV
MFW2683	P014T00077	04/11/2017	55250	181 * XV
MMA9133	P02P20002O	23/11/2017	55250	181 * XV
LYM1451	55587219C	24/11/2017	55500	181 * XVIII
MGK0108	P016S00098	01/11/2017	55500	181 * XVIII
AWS5579	55587269C	20/11/2017	55500	181 * XVIII
MCX4456	55587270C	20/11/2017	55500	181 * XVIII
BXE0162	55587225C	28/11/2017	55500	181 * XVIII
EQZ2262	55586115C	06/10/2017	55500	181 * XVIII
MEK9295	55586121C	09/10/2017	55500	181 * XVIII
QHI6366	55586122C	09/10/2017	55500	181 * XVIII
MHS5008	55586131C	11/10/2017	55680	181 * XIX
QHX0726	55586113C	06/10/2017	55680	181 * XIX
MFL9665	55586139C	16/10/2017	55680	181 * XIX
AKP6176	P02OW00031	25/10/2017	55680	181 * XIX
AQN1550	P02OW0003K	29/10/2017	55680	181 * XIX
ALV8371	P02OX00031	28/11/2017	57380	186 * II
MDF2829	55587223C	27/11/2017	57380	186 * II
ICP4859	P02P00002N	30/10/2017	65300	228
IVE9939	P014T0007L	11/11/2017	51851	167
MDQ6530	55587326C	01/11/2017	54521	181 * VIII
MHH3176	P02P00002O	30/10/2017	54521	181 * VIII
AQN1550	P02OW0003J	29/10/2017	54522	181 * VIII
MJJ5803	P016S00096	25/10/2017	54522	181 * VIII
EVQ1552	P01A1000BT	19/11/2017	54522	181 * VIII
QHQ5409	P016X0009S	25/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MLO6117	P016X0009T	25/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QHX2297	P02P00002M	29/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AOS6906	55587208C	17/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
AFU5923	55587119C	23/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MFO5427	55587267C	17/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MGQ2426	55941603E	19/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NAVEGANTES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOHNNY EURICO COELHO  
SUPERINTENDENTE

**NOVA TRENTO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8153 1192/2017**

Publicação Nº 1453790

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8153 1192/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKD2434	P01KE000V9	04/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIC1885	55589417F	21/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIC1885	55589416F	21/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MGJ8133	P01KE000U2	13/09/2017	53200	176 * V	1467.34
MJN9913	P01KE000R8	30/07/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MEY3202	P01KE000R3	29/07/2017	64080	221	130.16
IGX6214	P01KE000RB	02/08/2017	65992	230 * V	293.47
MIC1885	P01KE000UK	21/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGH0335	P01KE000V7	03/10/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8153 1191/2017**

Publicação Nº 1453791

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8153 1191/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,



CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LXX1190	54323198N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MBU6903	P02RO0001Q	05/11/2017	66610	230 * XII
MBU6903	P02RO0001R	05/11/2017	54521	181 * VIII
MKK3916	P01KE000W4	22/11/2017	54521	181 * VIII
MBU6903	P02RO0001P	05/11/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA TRENTO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

---

### NOVA VENEZA

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8149 1053/2017

Publicação Nº 1453796

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8149 1053/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
CEM0822 P01WG000A5 07/09/2017 54600 181 \* IX 130.16  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8149 1052/2017**

Publicação Nº 1453797

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8149 1052/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MJJ6517	P03PN0002N	21/11/2017	50100	162 * I
MKC2903	P03PN0002Z	24/11/2017	50450	162 * V
DIL8637	P03PN0002C	18/11/2017	50450	162 * V
QHK2448	P03PN00037	25/11/2017	69120	232
ALD2128	P03PN00025	14/11/2017	69120	232
MKC2903	P03PN00030	25/11/2017	51691	165
QHK2448	P03PN00036	25/11/2017	65992	230 * V
MEY2037	P02ZA0004M	23/11/2017	65992	230 * V
MKC2903	P03PN0002Y	24/11/2017	65992	230 * V
MHV3016	P03PN00016	02/11/2017	65992	230 * V
MAG3768	P03PN0003C	29/11/2017	65992	230 * V
MHV3016	P03PN00017	02/11/2017	66372	230 * IX
CTJ4993	P03PN00015	02/11/2017	73662	252*VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

NOVA VENEZA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**ORLEANS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1734/2017**

Publicação Nº 1453874

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8084 1734/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QH8700	P01FX0016M	11/08/2017	75790	165 A	2934.68
MGB7153	P01FZ000W2	01/10/2017	75790	165 A	2934.68
BXC6760	P01FZ000WF	03/10/2017	50100	162 * I	880.40
MBS9183	P01FZ000UQ	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
MIH1392	P01FE000SG	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
BXC6760	P01FZ000WG	03/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEF2923	P01FX0017L	21/08/2017	66020	230 * VI	293.47
MGB7153	P01FZ000W3	01/10/2017	51691	165	2934.68
MBS9183	P01FZ000UP	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXA5884	P01FX00172	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
MIH1392	P01FE000SE	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEF2923	P01FX0017K	21/08/2017	66102	230 * VII	195.23
BXC6760	P01FZ000WH	03/10/2017	66102	230 * VII	195.23
MIH1392	P01FE000SF	18/08/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8084 1735/2017**

Publicação Nº 1453873

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO

## DE TRANSITO N.8084 1735/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIZ1659	54304989N	03/10/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
BCM6059	P01FX0019K	15/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
DEA8202	P01FZ000SK	04/08/2017	58350	195	195.23
CVL5281	P01FX00179	18/08/2017	58350	195	195.23
LOW6429	P01FX0017B	19/08/2017	65300	228	195.23
LXM3330	P01FX0017G	20/08/2017	51851	167	195.23
DEA8202	P01FZ000SM	04/08/2017	51851	167	195.23
CPR9315	P01FX00168	06/08/2017	51851	167	195.23
CGE4226	P01FZ000T9	16/08/2017	51851	167	195.23
MAN1310	P01FZ000SF	03/08/2017	51851	167	195.23
IPM0008	P01FX00184	24/08/2017	51851	167	195.23
LXM3330	P01FX0017H	20/08/2017	51852	167	195.23
MFV7036	P01FZ000UY	22/09/2017	61732	215 * I * a	195.23
JSR1323	P01FZ000V0	22/09/2017	70301	244 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1732/2017**

Publicação Nº 1453876

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8084 1732/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
JEX0003	P01FX001C0	24/11/2017	50292	162* II
NSG5994	P01FX001BF	15/11/2017	50450	162 * V
LWV5440	P01FX001BQ	23/11/2017	65992	230 * V
MDC1173	P01FY0005C	30/10/2017	66531	230 * XI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1733/2017**

Publicação Nº 1453875

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS - 282290

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8084 1733/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLM5996	54315966N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIR0150	P01FZ000Z2	25/10/2017	53800	181 * I
ARD1497	P01FZ0010J	30/11/2017	65300	228
MMD3304	P01FW000BK	28/11/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ORLEANS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### Ouro

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 805/2017**

Publicação Nº 1453712

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8268 805/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGZ7975	P00VD0010I	22/09/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ederson savaris  
Diretor de transito

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 803/2017**

Publicação Nº 1453714

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 803/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,



OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MDG0790 P00VD0016F 29/11/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 804/2017**

Publicação Nº 1453713

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO - DETRANO - 282310

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8268 804/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MJQ2629 P00VD0013P 27/10/2017 59670 203 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

Ederson savaris  
Diretor de transito

---

**OURO VERDE**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8744 266/2017**

Publicação Nº 1453539

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8744 266/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYH0447	P01FT0019A	02/11/2017	50100	162 * I
LYH0447	P01FT0019B	02/11/2017	65992	230 * V
IJQ8265	P01FP0005Q	26/11/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

OURO VERDE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**PALHOÇA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2495/2017**

Publicação Nº 1453897

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8064 2495/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MES4841	P02XB00035	20/08/2017	75790	165 A	2934.68
MBR4222	P02XA0005C	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
MCZ4840	P03AM0006W	08/09/2017	50100	162 * I	880.40
AEQ9154	P016M000FE	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
QHL4479	P03BK0000G	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
MMI9676	P02XB00053	10/10/2017	50100	162 * I	880.40
MFC4254	P02XA0007X	28/09/2017	50450	162 * V	293.47
MGM1019	P02XB0004I	28/09/2017	50450	162 * V	293.47
MMI9676	P02XB00054	10/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
AEQ9154	P016M000FF	02/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHL4479	P03BK0000F	02/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCZ4840	P03AM0006X	08/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBR4222	P02XA0005E	19/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MFC4254	P02XA0007W	28/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MEL0315	P02WJ0002R	25/08/2017	64080	221	130.16
IRL3620	55461722F	12/09/2017	65480	229	130.16
MGM1019	P02XB0004J	28/09/2017	66020	230 * VI	293.47
LYD3333	P01GE000FQ	02/10/2017	66020	230 * VI	293.47
MGM1019	P02XB0004K	28/09/2017	66700	230 * XIII	195.23
ICX9045	P016I000EM	05/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
CNA7716	P03AM00054	05/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
MCC9229	P02WJ0002I	19/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
JFN3924	P02XA00053	16/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
MEL0315	P02WJ0002S	25/08/2017	69120	232	88.38
MJH9096	P03AM0007U	04/10/2017	69120	232	88.38
MBF1729	P02WJ0005B	17/10/2017	69120	232	88.38
MBF1729	P02WJ0005A	17/10/2017	65992	230 * V	293.47
MEL0315	P02WJ0002P	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
AEQ9154	P016M000FD	02/10/2017	65992	230 * V	293.47
JFN3924	P02XA00052	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFC4254	P02XA0007V	28/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFU7933	P03AM00062	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
ICX9045	P016I000EL	05/08/2017	66102	230 * VII	195.23
JFN3924	P02XA00056	16/08/2017	66371	230 * IX	195.23
JFN3924	P02XA00054	16/08/2017	66372	230 * IX	195.23
MCG0014	P01JV0005F	18/08/2017	66531	230 * XI	195.23
JFN3924	P02XA00055	16/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MES4841	P016K000G8	20/08/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS  
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

# **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2496/2017**

Publicação Nº 1453896

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8064 2496/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IOE3024	54287111N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
ANB3501	54291902N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MJI5877	54294365N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
BEN8999	54297543N	12/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
OUW1817	54304550N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	880.40
ARN2508	54304551N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLI9808	54304558N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QID8393	54304559N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QIB4607	54304560N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MTE3937	54304562N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHT2905	54305299N	05/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
BGV1762	54307263N	10/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
QHT0995	54308601N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGH2357	54874510G	31/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MJD4915	54874093G	31/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
ARZ0656	54873108G	11/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
QIH1840	54873316G	10/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DRT3419	54873126G	22/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
HIB7842	54870634G	03/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
BBE8886	54872834G	28/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DSJ0689	54874442G	25/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
FVE1070	55016153G	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLG4253	55016104G	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKR2200	54873587G	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
DVL0691	54874764G	20/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MMJ5056	55016150G	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
QIS6432	55016060G	28/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKB9027	54872373G	04/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MKR2822	54874312G	01/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
DSN2242	54874369G	29/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIT7727	54874350G	13/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFO9186	55016128G	03/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MEH1686	P02WJ0004J	01/10/2017	51930	168	293.47
AJJ8963	P02X70001K	20/08/2017	54790	181 * X	130.16
IPH7007	P02XA0005Z	28/08/2017	55250	181 * XV	130.16
MHY2225	54872646G	28/09/2017	55250	181 * XV	130.16

MJY8455	55016171G	28/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
QIL4874	55016190G	29/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
FSR2280	54874858G	20/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MLQ2509	54874772G	21/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MHW5016	54874250G	13/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MIS7471	55016931G	05/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MKA7773	55016207G	02/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MFO7105	54874331G	12/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
CIP3176	P02X80003X	10/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
QHI0823	54873816G	21/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
DMW2268	P02XA0006I	03/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MLA4864	P02XA0006J	03/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MEA8760	54872560G	06/07/2017	55680	181	*	XIX	195.23
FSR2280	54874855G	19/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MAX2033	P02XA0007L	21/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MKW6588	54874043G	19/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MJV6878	54875027G	15/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MHA3954	55016201G	28/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MIW8417	55016544G	04/10/2017	56650	182	*	X	130.16
BAI6874	P02XA0009O	15/10/2017	56650	182	*	X	130.16
NSA0438	55016728G	06/10/2017	57200	186	*	I	195.23
MKA0870	55016741G	06/10/2017	57200	186	*	I	195.23
EAR0930	55016271G	29/09/2017	57200	186	*	I	195.23
MEV3534	55016270G	29/09/2017	57200	186	*	I	195.23
OKE2125	55016357G	28/09/2017	57200	186	*	I	195.23
MEV3534	54872634G	26/09/2017	57200	186	*	I	195.23
NSB4094	54872638G	26/09/2017	57200	186	*	I	195.23
MLB3772	P01GE000FF	02/10/2017	57200	186	*	I	195.23
MBR9543	P03AM0001H	06/07/2017	57200	186	*	I	195.23
MAD4085	P03AM0005J	09/08/2017	57200	186	*	I	195.23
QHK9799	54129330G	24/01/2017	57380	186	*	II	293.47
MJV2987	55461868F	28/04/2017	57380	186	*	II	293.47
MJS0242	54873359G	09/08/2017	57380	186	*	II	293.47
MJW9943	54873210G	16/08/2017	57380	186	*	II	293.47
MJN5013	54875063G	15/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MLJ0196	P016K000GU	02/10/2017	57380	186	*	II	293.47
CID8848	P016K000GV	02/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MMK8105	P016K000HA	02/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MEO3928	P016K000HG	02/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MEH1686	P02WJ0004I	01/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MII1843	55016055G	25/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MHD6386	55016071G	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MHZ2408	55016072G	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
ASY4128	55016252G	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MGM8256	55016260G	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MIN0748	P01GE000E1	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
AYR3737	P01GE000E2	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
ETF4816	P01GE000E3	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MLW0351	54875031G	18/09/2017	57380	186	*	II	293.47
JMM7360	54875033G	18/09/2017	57380	186	*	II	293.47
KEW3947	54875039G	18/09/2017	57380	186	*	II	293.47
IRI5599	54875077G	18/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MIE5005	54874866G	19/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MIJ2892	54875011G	15/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MJV0668	54875015G	15/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MGB8366	54875021G	15/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MDP6824	54874802G	19/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MGM8256	55016429G	03/10/2017	57380	186	*	II	293.47
FAH6270	55016307G	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MLW0351	55016312G	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
FYA0808	55016317G	28/09/2017	57380	186	*	II	293.47
CBG5724	55016948G	05/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MFY8672	55016704G	05/10/2017	57380	186	*	II	293.47



MGR8297	P01GJ000G5	16/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MDN5366	P01GJ000G6	16/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MHE0500	55016293G	05/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MCD5925	P03AM0007N	04/10/2017	57380	186	*	II	293.47
ANC1136	P03AM0007R	04/10/2017	57380	186	*	II	293.47
QHT0995	P02X70002W	12/10/2017	57380	186	*	II	293.47
MES4841	P016K000G4	20/08/2017	58350	195			195.23
IQW9602	P02XA00085	29/09/2017	59750	204			195.23
MKE3658	54873507G	06/09/2017	61220	214	*	I	293.47
MEY8436	P016M000E6	05/08/2017	65300	228			195.23
MES4841	P016K000G5	20/08/2017	68580	231	*	VII	130.16
MES4841	P016K000G7	20/08/2017	72340	250	*	I * a	130.16
MLN1028	54873613G	21/08/2017	51851	167			195.23
MES4841	P016K000G6	20/08/2017	51851	167			195.23
LXD0977	54873655G	09/08/2017	51851	167			195.23
MEZ2710	P03AM0005B	07/08/2017	51851	167			195.23
MFO8437	54871942G	07/08/2017	51851	167			195.23
MJO6523	54872592G	08/08/2017	51851	167			195.23
MGF7905	54874507G	29/08/2017	51851	167			195.23
MKM8063	54873117G	18/08/2017	51851	167			195.23
MJW0092	54874272G	29/08/2017	51851	167			195.23
BEC2277	54874565G	29/08/2017	51851	167			195.23
MIC6389	54874440G	25/09/2017	51851	167			195.23
LYG6578	55016175G	29/09/2017	51851	167			195.23
MID9755	55016182G	29/09/2017	51851	167			195.23
MJS8906	55016137G	03/10/2017	51851	167			195.23
IRA0851	55016123G	03/10/2017	51851	167			195.23
QII2336	54874779G	25/09/2017	51851	167			195.23
MMC3871	54873596G	27/09/2017	51851	167			195.23
MKA4179	54873572G	27/09/2017	51851	167			195.23
MJK2865	54873579G	27/09/2017	51851	167			195.23
MKB6835	54873557G	26/09/2017	51851	167			195.23
MHZ8194	55016642G	11/10/2017	51851	167			195.23
KNS5612	55016145G	03/10/2017	51851	167			195.23
MGF5359	54874927G	03/10/2017	51851	167			195.23
MGK9393	54874667G	27/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QHH7145	54874877G	21/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MGA7963	54874708G	13/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
EZF9680	54874703G	12/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LXJ2901	55461710F	18/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MJI7192	P02WJ0003E	04/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MFL4875	55460347F	04/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MEC3193	54872198G	03/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MLO9922	54873958G	17/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
DRT0423	55016113G	02/10/2017	54522	181	*	VIII	195.23
OKE8200	55016333G	03/10/2017	54523	181	*	VIII	195.23
KAS6665	54874810G	20/09/2017	54523	181	*	VIII	195.23
MIK1317	54874831G	21/09/2017	54526	181	*	VIII	195.23
MFY9264	54873329G	14/08/2017	54526	181	*	VIII	195.23
MFQ0202	54873504G	06/09/2017	54526	181	*	VIII	195.23
QHP0112	54874750G	03/10/2017	54526	181	*	VIII	195.23
MKP5012	55017465G	17/10/2017	54526	181	*	VIII	195.23
MYJ7195	54874751G	13/09/2017	56221	182	*	VI	88.38
MES4841	P02XB00034	20/08/2017	58191	193			880.40
MFD1795	55016017G	20/09/2017	58196	193			880.40
QHT0995	P02X70002V	12/10/2017	60411	207			195.23
MJB7040	55016958G	04/10/2017	60412	207			195.23
MGB8146	P016M000FJ	03/10/2017	60412	207			195.23
MJT8644	55016022G	21/09/2017	60412	207			195.23
MAE5666	54874914G	26/09/2017	60412	207			195.23
MHS3067	P01GE000F4	02/10/2017	60412	207			195.23
MJE1583	55016198G	29/09/2017	60412	207			195.23
QHP0541	55016199G	29/09/2017	60412	207			195.23



MIZ0056	54873695G	23/08/2017	60412	207		195.23
MDQ8096	54872532G	03/08/2017	60412	207		195.23
CAC4675	54872334G	04/08/2017	60412	207		195.23
MBY1014	54873755G	23/08/2017	60412	207		195.23
MEJ2733	54874103G	23/08/2017	60412	207		195.23
QID2444	54874115G	24/08/2017	60412	207		195.23
MKV2484	54873794G	29/08/2017	60412	207		195.23
MKB9027	54874427G	05/09/2017	60412	207		195.23
MCT4118	54872397G	22/08/2017	60501	208		293.47
MGA3654	54873818G	22/08/2017	60501	208		293.47
MDU3998	54873527G	11/09/2017	59670	203 * V		1467.34
MKX7538	54875051G	14/09/2017	59670	203 * V		1467.34
MHW5525	55016037G	25/09/2017	59670	203 * V		1467.34
ONM9594	54874959G	25/09/2017	59670	203 * V		1467.34
LYD3333	P01GE000FP	02/10/2017	59670	203 * V		1467.34
MHB6219	P01GE000FX	02/10/2017	59670	203 * V		1467.34
AMC5299	55016158G	28/09/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LBZ4815	54871936G	07/08/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MIR1995	54873355G	09/08/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146	195.23
AOU5321	54873284G	10/08/2017	55417	181*XVII c/	Lei13146	195.23
AUW0873	55016106G	02/10/2017	55417	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJZ5611	55016352G	02/10/2017	55417	181*XVII c/	Lei13146	195.23
DVO4274	55016351G	02/10/2017	55417	181*XVII c/	Lei13146	195.23
EEY1827	P02XB0003R	06/09/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2493/2017**

Publicação Nº 1453899

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2493/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCW3895	P02WJ0005U	25/10/2017	50100	162	*	I
IPE8587	P03YD0001L	23/11/2017	50100	162	*	I
LXZ9027	P016O000Q0	25/11/2017	50100	162	*	I
MCA4632	P01GE000GR	25/11/2017	50100	162	*	I
MKS9688	P03YC00019	27/11/2017	50450	162	*	V
MJF4172	P02XA000FJ	24/11/2017	50450	162	*	V
IPE8587	P03YD0001M	23/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
HDJ3064	P02XA000EG	18/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MCW3895	P02WJ0005T	25/10/2017	51180	164	c/c	162 * I
MHZ3728	P03YC0000O	26/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
IFG1099	P02X80005X	25/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MJF4172	P02XA000FK	24/11/2017	51420	164	c/c	162 * V
AOK6499	P03YC00015	27/11/2017	64080	221		
MLL7411	P016O000PL	24/11/2017	66700	230	*	XIII
MKZ9314	P02XA000EV	19/11/2017	67000	230	*	XVI
MIN9384	P03AM000EZ	03/11/2017	67000	230	*	XVI
MIT9580	P02WJ0006Y	03/11/2017	67000	230	*	XVI
IPE8587	P03YD0001R	23/11/2017	69120	232		
ARN4639	P03Y10001C	26/11/2017	69120	232		
MFV3678	55018701G	25/11/2017	65992	230	*	V
MHZ3728	P03YC0000N	26/11/2017	65992	230	*	V
MSD0676	P03Y10001B	25/11/2017	65992	230	*	V
IFG1099	P02X80005W	25/11/2017	65992	230	*	V
MEP0465	P02XB0005J	27/11/2017	65992	230	*	V
LYC2321	P03YD0000W	05/11/2017	65992	230	*	V
QHZ8571	P02WJ0004S	09/10/2017	65992	230	*	V
MFW3160	P02WJ0006H	29/10/2017	65992	230	*	V
DMO1918	P03Y10000D	01/11/2017	65992	230	*	V
MHG2623	P016O000PM	24/11/2017	65992	230	*	V
LXZ9027	P016O000PZ	25/11/2017	65992	230	*	V
MKD1701	P03Y10000G	01/11/2017	66102	230	*	VII
AOK6499	P03YC00014	27/11/2017	67261	230	*	XVIII
IPE8587	P03YD0001N	23/11/2017	52741	175		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

BEATRIZ RIBAS DIAS DOS REIS  
DELEGADA REGIONAL/30A CIRETRAN

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2494/2017**

Publicação Nº 1453898

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA - DIMUT - 282330

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8064 2494/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,



NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMI3514	54313512N	30/10/2017	50020	257 ã 8\$
OKG2164	54315926N	06/11/2017	50020	257 ã 8\$
MKX8346	54323130N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
QHH6515	54323131N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
QHQ9535	54323132N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MLO0428	54323133N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MLM5190	54323136N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
OKG7273	P02XA000FW	25/11/2017	76251	ART 181, XX
MJU6794	55018718G	29/11/2017	76252	ART 181, XX
MHP2324	55017289G	28/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MKP8263	55018552G	23/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MCW4105	55018555G	24/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MGT7264	55018657G	27/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MCG8311	55019013G	23/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MKZ9946	55018558G	27/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MHR6256	55019039G	29/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MFO0888	55017305G	31/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MGN5697	55016238G	24/10/2017	76331	ART 252, UNICO
QJN2010	55017226G	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
HAD0111	P03Y10000N	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
ITE5395	55018652G	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
ILL9689	55018961G	24/11/2017	53800	181 * I
OKG7273	P02XA000FX	25/11/2017	55250	181 * XV
IGK7995	55018721G	29/11/2017	55250	181 * XV
PAA1164	P03BK00015	29/11/2017	55500	181 * XVIII
QHB9479	55017761G	28/11/2017	55500	181 * XVIII
MEY4657	55019035G	28/11/2017	55500	181 * XVIII
MKT9247	P02X80005Y	26/11/2017	55500	181 * XVIII
MJE3488	P02XA000BX	02/11/2017	55500	181 * XVIII
EQF8487	P02XF0002U	02/11/2017	55500	181 * XVIII
QID3939	55017140G	27/10/2017	55500	181 * XVIII
MKN6336	P02WJ0005Y	28/10/2017	55680	181 * XIX
BAD2879	55018152G	01/11/2017	55680	181 * XIX
MIK1800	P02XA000CF	04/11/2017	55680	181 * XIX
MCB3795	P02XA000G3	26/11/2017	55680	181 * XIX
IBD9843	55017775G	29/11/2017	55680	181 * XIX
MMJ7344	55017778G	30/11/2017	55680	181 * XIX
MJO9619	55018965G	21/11/2017	57200	186 * I
MIX0142	55018964G	21/11/2017	57200	186 * I
MDS5152	55018962G	21/11/2017	57200	186 * I
KUW7445	P02X700047	22/11/2017	57200	186 * I
MFY2140	55017964G	06/11/2017	57200	186 * I
IRA0827	55017597G	26/10/2017	57200	186 * I
MFS8858	55017593G	26/10/2017	57200	186 * I
QIN5526	55016748G	06/10/2017	57200	186 * I
MKP8685	55016050G	29/09/2017	57200	186 * I
FAS1956	55016047G	28/09/2017	57200	186 * I
MHS6708	55016947G	05/10/2017	57380	186 * II
GVE3730	P02X70002T	12/10/2017	57380	186 * II
ASY4128	55017052G	23/10/2017	57380	186 * II
MIR4863	55017099G	26/10/2017	57380	186 * II
MBC6495	55017076G	25/10/2017	57380	186 * II

MIM3077	55017123G	26/10/2017	57380	186	*	II
MJG8941	55017149G	30/10/2017	57380	186	*	II
MGJ8976	55016497G	24/10/2017	57380	186	*	II
JQZ5946	55018067G	26/10/2017	57380	186	*	II
MFE5859	55018070G	26/10/2017	57380	186	*	II
MKP6519	55016091G	26/10/2017	57380	186	*	II
QIR8002	55018158G	06/11/2017	57380	186	*	II
MIL3499	P03Y10000O	01/11/2017	57380	186	*	II
LXG1837	P03AM000FI	03/11/2017	57380	186	*	II
QHF7736	P03AM000FJ	03/11/2017	57380	186	*	II
QIG2950	55017164G	31/10/2017	57380	186	*	II
QHU9973	55017217G	31/10/2017	57380	186	*	II
MKV2101	55017218G	31/10/2017	57380	186	*	II
MKO6937	55017156G	30/10/2017	57380	186	*	II
MDB3067	55017160G	30/10/2017	57380	186	*	II
MIQ4459	P03AM000CE	30/10/2017	57380	186	*	II
EZG9794	P03AM000CI	30/10/2017	57380	186	*	II
QHF7463	P03AM000CS	30/10/2017	57380	186	*	II
MKK8888	55018654G	27/11/2017	57380	186	*	II
AUT7628	55019030G	24/11/2017	57380	186	*	II
MEX5832	55017846G	23/11/2017	57380	186	*	II
IUD4325	55017847G	23/11/2017	57380	186	*	II
IPE8587	P03YD0001P	23/11/2017	57380	186	*	II
MHU2103	55018639G	24/11/2017	57380	186	*	II
IWZ8772	55018708G	28/11/2017	57380	186	*	II
CZU4938	55018711G	28/11/2017	57380	186	*	II
MIK3568	55019017G	24/11/2017	57380	186	*	II
MED7304	55018714G	28/11/2017	57380	186	*	II
MIR6129	55019050G	28/11/2017	57380	186	*	II
MLN1397	55019046G	28/11/2017	57380	186	*	II
IWL6288	55019045G	28/11/2017	57380	186	*	II
MBC4192	55018886G	28/11/2017	57380	186	*	II
IPE8587	P03YD0001O	23/11/2017	58350	195		
QIB5881	P02XA000FF	24/11/2017	59750	204		
MKZ9314	P02XA000EW	19/11/2017	68580	231	*	VII
IGF1455	P016O000P1	01/11/2017	73740	253		
OQR8743	P03AM000DR	03/11/2017	51851	167		
MEU1783	P03AM000DX	03/11/2017	51851	167		
BPP7276	P03AM000E1	03/11/2017	51851	167		
MBX0865	P03AM000D0	30/10/2017	51851	167		
ITV6113	P03AM000D3	30/10/2017	51851	167		
MGO9282	P03AM000EU	03/11/2017	51851	167		
MIB7474	P03AM000AX	24/10/2017	51851	167		
MJN0372	55017895G	25/11/2017	51851	167		
MFT1406	55018569G	29/11/2017	51851	167		
LZP8413	55018897G	30/11/2017	51851	167		
MKQ8695	55019802G	24/11/2017	54521	181	*	VIII
JPD3307	P016N000J1	25/11/2017	54521	181	*	VIII
KZD7960	55018660G	28/11/2017	54521	181	*	VIII
JPG5862	55017899G	28/11/2017	54521	181	*	VIII
QHY5346	55017137G	27/10/2017	54521	181	*	VIII
ARM2622	55016829G	27/10/2017	54521	181	*	VIII
HOD6270	55016487G	24/10/2017	54521	181	*	VIII
QHY6058	55461743F	18/10/2017	54521	181	*	VIII
INH4844	55017907G	06/11/2017	54521	181	*	VIII
DUB8516	55016992G	20/10/2017	54523	181	*	VIII
MCY0592	55017840G	23/11/2017	54526	181	*	VIII
MJA8343	55018960G	24/11/2017	54526	181	*	VIII
EGP8714	54873650G	01/11/2017	56221	182	*	VI
QID4615	55016248G	31/10/2017	56221	182	*	VI
MBB6833	55017438G	01/11/2017	58191	193		
IPE8587	P03YD0001Q	23/11/2017	58191	193		
EVM7737	55017150G	30/10/2017	58196	193		

IGU5235	P03AM000BG	26/10/2017	60411	207
QHW1304	55017354G	25/10/2017	60412	207
QHB3710	55018115G	30/10/2017	60412	207
MLF5187	55017953G	06/11/2017	60412	207
MBA1284	55017285G	27/11/2017	60412	207
MFF5025	55018717G	28/11/2017	60412	207
MCD7041	P02XA000C8	03/11/2017	67851	231 * II * a
MFE5564	P02WJ0006J	29/10/2017	59080	202 * I
MEZ8346	55017830G	20/11/2017	59670	203 * V
MLV0290	P02XA000B8	29/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
AKA5690	55017139G	27/10/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
QHO7214	55018566G	29/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
INK9379	55017892G	22/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
OXC2471	55017281G	27/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MFB1327	55018883G	23/11/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146
MMJ8015	55017152G	27/10/2017	55417	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALHOCA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLAUDIO MONTEIRO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### PALMITOS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1340/2017

Publicação Nº 1453625

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1340/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDV1229	P01LN000CV	28/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAZ2351	P01LN000CW	29/09/2017	50100	162 * I	880.40
BGA6776	P01LN000CZ	30/09/2017	65992	230 * V	293.47
BGA6776	P01LN000CY	30/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1341/2017**

Publicação Nº 1453624

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS - 282370

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8432 1341/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLM3245	P01LN000BQ	15/08/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

AIRTON COSTA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1339/2017**

Publicação Nº 1453626

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8432 1339/2017**



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

CXW0610 P01LN000EW 26/11/2017 65480 229  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PALMITOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOAO LUIZ MIOTTO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### PAPANDUVA

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1419/2017

Publicação Nº 1453833

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1419/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
MDW3476 P01GD000B3 25/08/2017 50100 162 \* I 880.40  
MDW3476 P01GD000B5 25/08/2017 65561 230 \* I 293.47  
MDW3476 P01GD000B2 25/08/2017 65992 230 \* V 293.47  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1420/2017**

Publicação Nº 1453832

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8114 1420/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDW3476	P01GD000B4	25/08/2017	70481	244 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA  
PREFEITO MUNICIPAL

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1417/2017**

Publicação Nº 1453835

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1417/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCI4402	P01GD000C3	03/11/2017	50100	162 * I
JNO2566	P01GD000C5	04/11/2017	50100	162 * I
MCI4402	P01GD000C4	03/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHP1768	P01GD000CU	28/11/2017	65992	230 * V
MCI4402	P01GD000C2	03/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUI ORESTES KUCHNIR  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1418/2017

Publicação Nº 1453834

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA - DETRANPV - 282390

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8114 1418/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MCI4402	P02WK0001Z	03/11/2017	51930	168
MHP1768	P01GD000CV	28/11/2017	70481	244 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAPANDUVA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ HENRIQUE SALIBA  
PREFEITO MUNICIPAL

### PASSO DE TORRES

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8448 849/2017

Publicação Nº 1453612

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8448 849/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ITC6518	P01FJ001MA	01/10/2017	75790	165 A	2934.68
IES3469	P01FJ001LJ	21/09/2017	50100	162 * I	880.40
IIY0154	P01FJ001II	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBL2490	P01FJ001LB	21/09/2017	50450	162 * V	293.47
IIY0154	P01FJ001IJ	25/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IES3469	P01FJ001LK	21/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBL2490	P01FJ001LD	21/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
MCP9429	P01FJ001IA	24/08/2017	66700	230 * XIII	195.23
MCP9429	P01FJ001IC	24/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
GYR4099	P01FJ001ID	24/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
EIA2469	P01FJ001KY	14/09/2017	67000	230 * XVI	195.23
EQY5805	P01FJ001EX	10/08/2017	51851	167	195.23
IVQ6000	P01FJ001F8	10/08/2017	51851	167	195.23
ISB5343	P01FJ001GY	18/08/2017	51851	167	195.23
APM8321	P01FJ001HS	22/08/2017	51851	167	195.23
IOC2670	P01FJ001GP	18/08/2017	51851	167	195.23
QIJ8564	P01FJ001GR	18/08/2017	51851	167	195.23
IPW6077	P01FJ001MB	01/10/2017	65992	230 * V	293.47
IIY0154	P01FJ001IH	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBV3877	P01FJ001JK	29/08/2017	66371	230 * IX	195.23
MBL2490	P01FJ001LE	21/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8448 848/2017**

Publicação Nº 1453613

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8448 848/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IOC6258	P01FJ001QO	05/11/2017	50100	162 * I
IOC6258	P01FJ001QP	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAP4862	P01FJ001PV	01/11/2017	66700	230 * XIII
MLD6716	P01FJ001TQ	26/11/2017	51691	165
ICT7408	P01FJ001PS	30/10/2017	51851	167
QHN7198	P01FJ001Q5	03/11/2017	65992	230 * V
IOC6258	P01FJ001QN	05/11/2017	65992	230 * V
MAP4862	P01FJ001PU	01/11/2017	67261	230 * XVIII
ICT7408	P01FJ001PT	30/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSO DE TORRES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**PASSOS MAIA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8554 397/2017**

Publicação Nº 1453573

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8554 397/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
NSM8594	P01FG000CT	04/10/2017	50100	162 * I	880.40
OKG4931	P01FG00095	22/08/2017	51851	167	195.23
MED4641	P01FG00097	22/08/2017	51851	167	195.23
NSM8594	P01FG000CV	04/10/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSOS MAIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8554 396/2017**

Publicação Nº 1453574

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8554 396/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.



Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ILE9619	P01FG000EE	02/11/2017	76332	ART 252, UNICO
ILE9619	P01FG000ED	02/11/2017	51851	167
MBB5627	P01FG000EF	03/11/2017	54521	181 * VIII
MBV9630	P01FG000GD	25/11/2017	54521	181 * VIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PASSOS MAIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**PAULO LOPES**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8392 699/2017**

Publicação Nº 1453645

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8392 699/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBE0644	54048335F	20/07/2017	50100	162 * I	880.40
MFK1218	54048392F	14/09/2017	50450	162 * V	293.47
MBE0644	54048336F	20/07/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDQ7019	54048376F	19/08/2017	51691	165	2934.68
MAM2104	54048384F	04/09/2017	51851	167	195.23
MAM5553	54048389F	04/09/2017	51851	167	195.23
QHU3895	54048375F	15/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MBE0644	54048337F	20/07/2017	65992	230 * V	293.47
MJP3939	54048323F	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
MGE7848	P024000004	03/09/2017	66372	230 * IX	195.23
MGE7848	P024000005	03/09/2017	66531	230 * XI	195.23
QIB4058	54048393F	16/09/2017	70561	244 * III	293.47
MGE7848	P024000003	03/09/2017	52741	175	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 698/2017**

Publicação Nº 1453646

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8392 698/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBG7467	54048211F	10/11/2017	50100	162 * I
MBG7467	54048212F	10/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBG7467	54048210F	10/11/2017	65992	230 * V
MKT5788	54048206F	26/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PAULO LOPES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS CARDOSO GEREMIAS FILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**PENHA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2101/2017**

Publicação Nº 1453870

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8086 2101/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OKH3377	54187753F	01/01/2017	50292	162* II	880.40
MFK7663	P01F8000T8	15/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFK7663	P01F8000T9	15/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MBN9034	54179982F	17/02/2017	73400	252 * IV	130.16
MIT7201	P01FC001PY	29/07/2017	50371	162 * III	586.94
OKH3377	54187754F	01/01/2017	50702	163 c/c 162 * II	880.40
MIT7201	P01FC001PX	29/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

PROCÀPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8086 2102/2017**

Publicação Nº 1453869

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8086 2102/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFU0484	54300911N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
BPA7515	P01F8000WW	16/09/2017	55250	181 * XV	130.16
LZK1097	P01F8000WS	16/09/2017	51851	167	195.23
LZZ4965	P01F8000XC	27/09/2017	51851	167	195.23
AST0039	P01F8000XE	27/09/2017	51851	167	195.23
MHD7837	54179708F	06/02/2017	51851	167	195.23
MBN9034	54179981F	17/02/2017	51851	167	195.23
LWU8536	P01FC001R8	06/08/2017	51851	167	195.23
MKM8721	P01F8000TK	16/08/2017	51851	167	195.23
LZB4068	P01F8000VK	05/09/2017	51851	167	195.23
LZB4068	P01K400057	08/09/2017	51851	167	195.23
ATP2786	P01F8000XX	28/09/2017	51851	167	195.23
AJQ6121	P01F8000Y6	28/09/2017	51851	167	195.23
AJB6385	P01FC001YJ	15/10/2017	51851	167	195.23
MHP3115	P01FC001YW	18/10/2017	51851	167	195.23
MCO7791	P01K40005K	28/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHR8874	54179851F	05/02/2017	54521	181 * VIII	195.23
MHR6626	P01F8000W4	09/09/2017	54523	181 * VIII	195.23
MCO8498	P01FC001SH	23/08/2017	54523	181 * VIII	195.23
MLM5527	P01FC001RK	13/08/2017	54523	181 * VIII	195.23
MGP6233	54180115F	19/02/2017	54527	181 * VIII	195.23
MDF5957	P01K40005F	27/09/2017	56221	182 * VI	88.38
MFK7663	P01F8000TA	15/08/2017	70481	244 * II	293.47
LYZ3258	P01FC001VS	20/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON SEVERINO  
DIRETOR DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2099/2017**

Publicação Nº 1453872

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2099/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.



SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

NKF9798	P01F80011H	30/10/2017	50450	162 * V
MIJ4790	P01FC0020Z	04/11/2017	65480	229
NKF9798	P01F80011I	30/10/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU  
POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO  
DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS  
PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)  
DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE  
EDITAL.

PENHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

PROCÀPIO BATISTA DA SILVEIRA NETO  
DELEGADO DE POLICIA

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2100/2017**

Publicação Nº 1453871

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA - DETRANPEN - 282450

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8086 2100/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI  
N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,  
NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA  
DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,  
CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,  
OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRA-  
FO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

DNL0943	54312998N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJY1482	54322578N	24/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJD8267	P01FC00252	29/11/2017	76251	ART 181, XX
MHB3392	P01FC0024Z	28/11/2017	76332	ART 252, UNICO
HBP4080	P01FC00203	28/10/2017	55680	181 * XIX
EBP1920	P01F800119	29/10/2017	55680	181 * XIX
MEO4337	P01FC0024V	26/11/2017	65300	228
MIE1396	P01F80010M	23/10/2017	51851	167
KLI6056	P01FC0024U	25/11/2017	51851	167
MLF2680	P01F80011J	31/10/2017	51851	167
MBQ3960	P01FC00211	04/11/2017	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PENHA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON SEVERINO  
DIRETOR DE TRANSITO

### PETROLÂNDIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8143 618/2017

Publicação Nº 1453804

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8143 618/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ALI7799	P02RZ0000C	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
MFM4875	P02RZ0000W	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFM4875	P02RZ0000Y	27/09/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MJT9479	P02RZ0000S	26/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MFM4875	P02RZ0000X	27/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PETROLANDIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8143 617/2017**

Publicação Nº 1453805

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8143 617/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFU4513	P02RZ0001F	05/11/2017	65300	228
CPG9355	P02RZ0001E	26/10/2017	50371	162 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PETROLANDIA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

EDSON ANTUNES JACQUES  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**PINHALZINHO**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8290 1106/2017**

Publicação Nº 1453695

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8290 1106/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKK6556	P036J00093	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
IMZ3089	P036J000AL	16/09/2017	50100	162 * I	880.40
CMK7796	P036J000B3	21/09/2017	50100	162 * I	880.40
OKE3412	P036J000A9	11/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
DDJ2519	P02Z00001L	01/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 1105/2017

Publicação Nº 1453696

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8290 1105/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYB7107	P02Z00004P	06/11/2017	75790	165 A
HFS5636	P02Z000069	23/11/2017	50100	162 * I
MFU2439	P02Z000042	31/10/2017	54600	181 * IX
DHJ2103	P02Z00005X	22/11/2017	58350	195
MCE9698	P02Z00005Q	21/11/2017	69120	232
IKN4381	P02Z00006B	25/11/2017	51691	165
HOW7643	P02Z00003Y	31/10/2017	51851	167
DHJ2103	P02Z00005Z	22/11/2017	60502	208
MCE9698	P02Z00005O	21/11/2017	65992	230 * V
DHJ2103	P02Z000061	22/11/2017	66102	230 * VII
DHJ2103	P02Z000060	22/11/2017	52741	175
DHJ2103	P02Z00005Y	22/11/2017	57970	191
ICP7019	P02Z00006K	29/11/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHALZINHO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKEL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**PINHEIRO PRETO**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8542 577/2017**

Publicação Nº 1453578

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8542 577/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXF6536	P00X000071	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
LXF6536	P00X000072	21/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHZ2140	P00X000070	21/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

THIAGO COSTA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8542 578/2017**

Publicação Nº 1453576

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO - PPTRAN - 282550

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8542 578/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHI0051	P00X00007A	02/10/2017	65640	230 * II	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PINHEIRO PRETO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DALVANA SASSO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**PIRATUBA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8342 833/2017**

Publicação Nº 1453676

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8342 833/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BSA1300	54314469D	07/10/2015	51691	165	1915.38

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOSE SERGIO APARECIDO DE CASTILHO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8342 832/2017**

Publicação Nº 1453677

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - 282570

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8342 832/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MDX7878	P02VN00015	04/11/2017	52070	169
MDX7878	P02VN00016	04/11/2017	63780	220 * XII
MGH0441	P02VZ00017	26/11/2017	51851	167
MDG0790	P02VZ00018	26/11/2017	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PIRATUBA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLADEMIR SERGIO DA SILVA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**POMERODE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2181/2017**

Publicação Nº 1453813

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8126 2181/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHR9051	P02B1000BL	24/09/2017	50100	162 * I	880.40
MEZ9330	P02B20008K	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
MHR9051	P02B1000BM	24/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHR9051	P02B1000BO	24/09/2017	66450	230 * X	195.23
MHJ1297	55669561F	15/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
MIF3926	P02B1000C0	01/10/2017	51691	165	2934.68
MGA2394	P02B1000C1	02/10/2017	65992	230 * V	293.47
BOS5603	P02B1000AR	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
CTJ0215	55669419F	09/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEZ9330	P02B20008J	27/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHR9051	P02B1000BN	24/09/2017	66531	230 * XI	195.23
CTJ0215	55669420F	09/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8126 2182/2017**

Publicação Nº 1453812

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8126 2182/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
FMR6008	54296998N	11/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MBA5936	54304947N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MEL5838	54306996N	09/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MIA0422	55955435E	26/10/2014	55250	181 * XV	85.12
MIV3031	55955722E	04/12/2014	57380	186 * II	191.53
MIQ6451	55956276E	07/02/2015	51851	167	127.69
MFY1157	55956036E	23/01/2015	55411	181 * XVII	53.20
MDL2793	54882829E	27/06/2014	58191	193	574.61
MHI0184	55669628F	04/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MHY9056	55669334F	07/07/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
IKP7655	55669609F	29/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MKE8330	P02B1000AG	08/09/2017	52070	169	88.38
MDQ5789	55669463F	07/09/2017	52070	169	88.38
MIT2016	55669458F	04/09/2017	53800	181 * I	130.16
CYW5355	P02B1000AC	03/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MBC2514	55669629F	04/09/2017	51851	167	195.23
MIC0350	P02B000012	04/10/2017	51851	167	195.23
MCL0561	55669264F	14/09/2017	51851	167	195.23
QIC7987	P02B20008T	11/10/2017	51852	167	195.23
MCL0561	55669263F	14/09/2017	57461	187 * I	130.16
CTP8769	55669649F	11/09/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8762 748/2017**

Publicação Nº 1453531

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8762 748/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDV1687	54309503N	17/10/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MEV5788	8762058967	27/11/2015	60503	208	191.54
QIH0442	8762070966	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIN7624	8762071254	28/08/2017	74550	218 * I	130.16
MEP8987	8762071575	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIE6705	8762071587	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGP6893	8762071589	09/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBB1991	8762071622	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
FSJ5532	8762071628	10/09/2017	74550	218 * I	130.16
ALZ6035	8762071702	04/09/2017	74550	218 * I	130.16
KDE1071	8762071747	05/09/2017	74550	218 * I	130.16
LBG4969	8762071752	06/09/2017	74550	218 * I	130.16
QID9826	8762071755	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKB0903	8762071757	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJO6128	8762071762	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHW2088	8762072796	22/10/2017	74550	218 * I	130.16
LWU8472	8762072297	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
ADC1996	8762072298	02/10/2017	74550	218 * I	130.16
AUJ9203	8762072360	05/10/2017	74550	218 * I	130.16
MET6210	8762071811	15/09/2017	74550	218 * I	130.16
LQL2268	8762072015	23/09/2017	74630	218 * II	195.23
QHT1369	8762072043	24/09/2017	74630	218 * II	195.23
MFY2423	8762071372	01/09/2017	74630	218 * II	195.23
MDY5187	8762071541	07/09/2017	74630	218 * II	195.23
MDY5187	8762071549	07/09/2017	74630	218 * II	195.23
MHD8470	8762071003	14/08/2017	74630	218 * II	195.23
MCJ7830	8762071777	18/09/2017	56732	183	130.16
MLV3344	8762071949	20/09/2017	56732	183	130.16
MHV0418	8762070954	11/08/2017	60503	208	293.47
ATZ5268	8762071402	02/09/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2179/2017

Publicação Nº 1453815

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8126 2179/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
GRR0691	P02B1000EJ	29/11/2017	69120	232
ADR0683	55669711F	05/10/2017	65992	230 * V
ADR0683	55669712F	05/10/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ CARLOS GROSS  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2180/2017

Publicação Nº 1453814

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8126 2180/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHL2225	54323211N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGY0698	54325148N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MER9255	54325149N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MCK4318	55669757F	09/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MJZ8975	55669764F	09/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MHG4591	55669723F	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MIW1399	55669772F	10/10/2017	76331	ART 252, UNICO

IJF9222	P02B1000DA	01/11/2017	52070	169	
IOT2292	P02B1000CY	25/10/2017	61220	214	* I
AAE5783	P02B1000EI	29/11/2017	61220	214	* I
MIP9779	55669724F	10/10/2017	51851	167	
MHA4979	55669785F	14/10/2017	59670	203	* V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 747/2017

Publicação Nº 1453532

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - ELETRONICO - 282

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8762 747/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MFW0295	54312647N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFB5732	54322859N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHN2027	54322860N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKK9280	54322861N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKT6966	54325070N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MLE9989	54325072N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIZ8936	54325074N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEK1507	54325075N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MGD0507	54325076N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJZ3285	54325077N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
LZH0552	8762073622	19/11/2017	74550	218 * I
MKQ8135	8762072922	24/10/2017	74550	218 * I
AEF8655	8762073053	30/10/2017	74550	218 * I
LYB2621	8762073480	14/11/2017	74550	218 * I
MHK7402	8762073486	09/11/2017	74550	218 * I
DEJ6804	8762073491	13/11/2017	74550	218 * I
QHO0743	8762073493	13/11/2017	74550	218 * I
BUR8585	8762073495	15/11/2017	74550	218 * I

KRE6167	8762073546	16/11/2017	74550	218	*	I
MLE1807	8762073574	17/11/2017	74550	218	*	I
MLO0489	8762073576	17/11/2017	74550	218	*	I
QIV0126	8762073521	15/11/2017	74550	218	*	I
AHL4904	8762073596	18/11/2017	74550	218	*	I
CLB9588	8762073448	14/11/2017	74550	218	*	I
QJT0111	8762073458	10/11/2017	74550	218	*	I
QIP6744	8762073463	14/11/2017	74550	218	*	I
CAX6303	8762073466	14/11/2017	74550	218	*	I
QHR4199	8762072742	20/10/2017	74550	218	*	I
MIO9282	8762072769	21/10/2017	74550	218	*	I
MIG9844	8762072774	21/10/2017	74550	218	*	I
OPR7419	8762072778	22/10/2017	74550	218	*	I
ORC7879	8762072858	11/10/2017	74550	218	*	I
MGW6319	8762072860	11/10/2017	74550	218	*	I
QIG8324	8762072871	17/10/2017	74550	218	*	I
QHB6257	8762072874	17/10/2017	74550	218	*	I
MMK3614	8762072513	11/10/2017	74550	218	*	I
AOR8090	8762072519	11/10/2017	74550	218	*	I
NLC3844	8762072538	12/10/2017	74550	218	*	I
MLR2429	8762072486	10/10/2017	74550	218	*	I
FSN0677	8762072569	13/10/2017	74550	218	*	I
MMK3955	8762072603	15/10/2017	74550	218	*	I
JYZ8234	8762072613	15/10/2017	74550	218	*	I
MKT5833	8762072614	15/10/2017	74550	218	*	I
MJA7834	8762072620	15/10/2017	74550	218	*	I
MJT8730	8762072632	15/10/2017	74550	218	*	I
AOC8089	8762072633	15/10/2017	74550	218	*	I
MCU5249	8762072593	14/10/2017	74550	218	*	I
LXR3039	8762072680	17/10/2017	74550	218	*	I
ILY1718	8762072703	18/10/2017	74550	218	*	I
MKF7791	8762072602	15/10/2017	74630	218	*	II
MGX5555	8762072842	09/10/2017	74630	218	*	II
MBB1991	8762073608	19/11/2017	74630	218	*	II
MIR6912	8762073539	16/11/2017	74630	218	*	II
QIM9234	8762073498	15/11/2017	74630	218	*	II
MHU6018	8762072510	11/10/2017	74630	218	*	II
MDI1788	8762073541	16/11/2017	74710	218	*	III
MJO9192	8762073587	18/11/2017	56732	183		
MGU3535	8762072916	24/10/2017	56732	183		
QIG3120	8762072662	17/10/2017	56732	183		
CTB3875	8762072492	10/10/2017	56732	183		
MFW5856	8762072559	13/10/2017	56732	183		
MJV2977	8762072575	13/10/2017	60503	208		
APL6258	8762073478	14/11/2017	60503	208		
AVV5646	8762073305	07/11/2017	60503	208		
FYL8759	8762073393	11/11/2017	60503	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL DA LUZ  
GERENTE DE TRANSITO

**PONTE SERRADA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8130 1067/2017**

Publicação Nº 1453808

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8130 1067/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
APC1896	P01F9000FB	26/07/2017	55250	181 * XV	130.16
LXW7601	P01FG000C9	24/09/2017	55250	181 * XV	130.16
AJM5421	P01FG000AP	15/09/2017	65300	228	195.23
INM0533	P01FG000BX	23/09/2017	65300	228	195.23
MAE5279	P01FG00092	19/08/2017	51851	167	195.23
EQW4841	P01FG000AE	09/09/2017	51851	167	195.23
AOV0817	P01FG000BI	19/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
DBW0467	P01FG000BH	18/09/2017	65992	230 * V	293.47
AJM5421	P01FG000AO	15/09/2017	66961	230 * XV	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8130 1066/2017**

Publicação Nº 1453809

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8130 1066/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,



CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AMU8998	P01FG000EB	02/11/2017	76251	ART 181, XX
AQV8750	P01FG000GJ	26/11/2017	53800	181 * I
MGM9926	P01FG000E1	22/10/2017	55250	181 * XV
MBX7180	P01FG000EV	05/11/2017	65300	228
HJW4340	P01FG000G5	22/11/2017	54522	181 * VIII
BGS7625	P01FG000ER	05/11/2017	64322	223

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PONTE SERRADA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

### PORTO BELO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1532/2017

Publicação Nº 1453784

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1532/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWT0221	P02R6000AZ	04/08/2017	50100	162 * I	880.40
MAF7685	P02R6000BD	07/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBZ1332	P02R9000AO	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
JNQ7484	P02R7000IX	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDT3136	P02R6000DJ	28/08/2017	50100	162 * I	880.40
JOR6865	P02R7000P1	25/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAP1069	P02R9000CA	30/08/2017	50450	162 * V	293.47



LYU2287	P02R7000MV	11/09/2017	50450	162	*	V	293.47
MDT3136	P02R6000DL	28/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
LWT0221	P02R6000B0	04/08/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
AIB3028	P02R8000GI	06/09/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
MHU1858	P02R6000AT	03/08/2017	52900	176	*	II	1467.34
AOK9505	P02R7000OS	21/09/2017	64080	221			130.16
MDB9235	P02R9000CF	31/08/2017	69120	232			88.38
AYD9602	P02R9000G5	28/09/2017	69120	232			88.38
KON9517	P02R8000LZ	01/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MDB9235	P02R9000CE	31/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LWT0221	P02R6000AY	04/08/2017	65992	230	*	V	293.47
LZQ5521	P02R8000ER	24/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MBZ1332	P02R9000AN	19/08/2017	65992	230	*	V	293.47
BYF5724	P02R8000L4	24/09/2017	66102	230	*	VII	195.23
LXC3598	54628856G	30/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
LXO6688	P02R9000FX	27/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
MIZ4476	P02R9000GR	01/10/2017	66531	230	*	XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1533/2017

Publicação Nº 1453783

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8167 1533/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHD3178	54300534N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHE8479	54309713N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MDH2967	54627699G	30/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MDB9879	54628043G	01/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MBF9913	54628047G	03/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MMH4409	54628495G	29/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MHG4097	54628496G	29/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MJS6099	54628726G	22/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47



CID3383	54628728G	24/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MLL7735	54628740G	26/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AGQ5735	54628222G	12/08/2017	51930	168	293.47
MLQ8753	P02R9000GI	01/10/2017	52070	169	88.38
BNP6103	P02R9000FU	26/09/2017	55250	181 * XV	130.16
QIO0317	54628768G	23/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MLC6526	P02R9000G9	29/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MHB3029	54629056G	05/10/2017	55250	181 * XV	130.16
QHH8090	54628744G	27/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MDB4051	54628659G	14/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MMB5091	54628500G	30/09/2017	57380	186 * II	293.47
MHV0353	P02R600093	23/07/2017	57620	188	130.16
MFA2759	P02R6000I4	28/09/2017	65300	228	195.23
IMA8036	P02R9000HS	13/10/2017	65300	228	195.23
MLK7929	54628754G	22/09/2017	72340	250 * I * a	130.16
MEL9943	P02R9000BB	25/08/2017	51851	167	195.23
AAM0818	P02R9000GT	01/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
AWU2807	P02R6000GP	17/09/2017	54523	181 * VIII	195.23
INI9576	P02R6000GX	17/09/2017	54523	181 * VIII	195.23
MLP8446	P02R7000QV	09/10/2017	57461	187 * I	130.16
ATL8147	54629057G	06/10/2017	60412	207	195.23
MAF0024	P02R9000DU	07/09/2017	60501	208	293.47
MKJ7343	54628711G	22/09/2017	60501	208	293.47
ALG3928	54628748G	27/09/2017	60501	208	293.47
AWX3217	54628646G	23/09/2017	60501	208	293.47
MHZ7508	54627296G	15/09/2017	60681	209	195.23
BAF0381	54627300G	27/09/2017	60681	209	195.23
ELG8157	54628717G	22/09/2017	60681	209	195.23
ETP2656	P02R9000HY	13/10/2017	57970	191	2934.68
MKU2043	54628772G	25/09/2017	73662	252*VI	130.16
MKK1306	54628708G	20/09/2017	73662	252*VI	130.16
MMD6169	54628710G	20/09/2017	73662	252*VI	130.16
MMD6169	54628645G	23/09/2017	73662	252*VI	130.16
IVS4773	54628369G	30/08/2017	73662	252*VI	130.16
LYZ9101	54628455G	04/09/2017	73662	252*VI	130.16
MBB3030	P02R7000I9	18/08/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1530/2017**

Publicação Nº 1453786

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8167 1530/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHF9258	P02R9000LT	10/11/2017	50292	162* II
MEZ6646	P02R7000YA	24/11/2017	50100	162 * I
MBX0362	P02R7000TO	27/10/2017	50100	162 * I
MCY4230	P02R8000RZ	27/11/2017	50100	162 * I
MCZ5205	P02R9000O9	29/11/2017	50450	162 * V
MGM7527	P02R7000UE	31/10/2017	50450	162 * V
MBX0362	P02R7000TP	27/10/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEZ6646	P02R7000YB	24/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEZ6646	P02R7000Y8	24/11/2017	65800	230 * IV
MCY4230	P02R8000S0	27/11/2017	67690	230 * XXII
MGP2532	P02R8000PG	02/11/2017	69120	232
MBL5262	P02R8000S5	28/11/2017	50371	162 * III
MDF2842	P02R7000R4	11/10/2017	65561	230 * I
MAV5573	P02R7000TA	26/10/2017	65992	230 * V
MBX0362	P02R7000TN	27/10/2017	65992	230 * V
MBL1376	P02R8000OU	29/10/2017	65992	230 * V
LZX8872	P02R9000L2	02/11/2017	65992	230 * V
MGM7527	P02R7000UD	31/10/2017	65992	230 * V
MEZ6646	P02R7000Y7	24/11/2017	65992	230 * V
DMQ5828	P02R7000YC	24/11/2017	65992	230 * V
MEF9325	54629858G	18/11/2017	65992	230 * V
MEZ6646	P02R7000Y9	24/11/2017	66371	230 * IX
QIL9473	P02R7000YF	25/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUANA CHAVES CERVI BACKES  
DELEGADA DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1531/2017**

Publicação Nº 1453785

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO - 282650

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8167 1531/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI



N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMK7802	54312875N	27/10/2017	50020	257 ã 8\$
MHL4503	54323163N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
QIA7981	54323164N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
ASI4134	54629802G	17/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MLD8318	54629809G	19/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MJD2169	54629187G	23/10/2017	76331	ART 252, UNICO
JIS4059	54629311G	17/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MLP4110	54629160G	17/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MKI0247	54629198G	24/10/2017	76331	ART 252, UNICO
NOT1660	54629410G	26/10/2017	76331	ART 252, UNICO
MGW2829	54629423G	27/10/2017	76331	ART 252, UNICO
QIL8458	54629190G	23/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MIW0028	54629640G	03/11/2017	76332	ART 252, UNICO
QIE5580	54629828G	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MIS6431	54629842G	24/11/2017	76332	ART 252, UNICO
CIB5640	P02R7000X3	15/11/2017	51930	168
LZI7015	54629208G	12/10/2017	55250	181 * XV
PWR4547	P02R9000O5	29/11/2017	55250	181 * XV
MJU9389	54629855G	18/11/2017	55250	181 * XV
KYS3403	54629862G	18/11/2017	55680	181 * XIX
ARF5426	54629432G	28/10/2017	55680	181 * XIX
MKU5539	54629542G	14/11/2017	56300	182 * VII
AJL9256	54629764G	16/11/2017	57200	186 * I
LZY8029	54629740G	15/11/2017	57380	186 * II
LYM7052	54629424G	27/10/2017	57380	186 * II
MEG5094	P02R9000NY	25/11/2017	51851	167
MFY5123	P02R7000YI	25/11/2017	54523	181 * VIII
OPF1019	54629209G	12/10/2017	56221	182 * VI
EYO5613	P02R9000NS	25/11/2017	60501	208
MCU0313	54629763G	16/11/2017	60681	209
MMJ0219	54629801G	17/11/2017	73662	252*VI
MGY4046	54629834G	24/11/2017	73662	252*VI
MLF2936	54629848G	25/11/2017	73662	252*VI
HEO7475	54629692G	13/11/2017	73662	252*VI
MMB3464	54629279G	18/10/2017	73662	252*VI
MIN4273	54629176G	20/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO BELO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VANESSA ROCHA DE OLIVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

**PORTO UNIÃO****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1887/2017**

Publicação Nº 1453629

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8426 1887/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZN3171	55569266F	02/09/2017	75790	165 A	2934.68
LZN3171	55569265F	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBV4639	55569066F	14/08/2017	50450	162 * V	293.47
LZN3171	55569267F	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBV4639	55569067F	14/08/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
LXH1087	55568790F	01/08/2017	64080	221	130.16
MHW8012	55569138F	14/08/2017	69120	232	88.38
LXH1087	55568789F	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBV4639	55569135F	14/08/2017	65992	230 * V	293.47
ADD1838	55569427F	03/09/2017	65992	230 * V	293.47
MIP7035	55569603F	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXG9205	55569533F	20/09/2017	65992	230 * V	293.47
MHW8012	55569068F	14/08/2017	66532	230 * XI	195.23
MHW8012	55569137F	14/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23
ACJ8047	55569443F	07/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8426 1888/2017**

Publicação Nº 1453628

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670



EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8426 1888/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBV4639	55569134F	14/08/2017	51851	167	195.23
MEF2834	55569580F	19/09/2017	51851	167	195.23
AZJ0965	55569582F	19/09/2017	51851	167	195.23
ADD1838	55569430F	03/09/2017	51852	167	195.23
MLM0626	55569421F	27/08/2017	59670	203 * V	1467.34
QHY0828	00010107A	21/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AAX7114	00010142A	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1885/2017**

Publicação Nº 1453631

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8426 1885/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKT8600	P03A400066	27/11/2017	50450	162 * V
AJL7312	55569761F	30/10/2017	66020	230 * VI
ADE9732	55570117F	09/11/2017	67690	230 * XXII

CLA3567	55570016F	09/11/2017	50531	162	*	VI
AIK8731	P03A40004O	14/11/2017	65561	230	*	I
AJL7312	55569760F	30/10/2017	65992	230	*	V
ARP0248	55570115F	09/11/2017	65992	230	*	V
IGJ2503	55569900F	06/11/2017	65992	230	*	V
QHA5006	55570022F	09/11/2017	65992	230	*	V
AIK8731	P03A40004P	14/11/2017	66371	230	*	IX
IGJ2503	55569901F	06/11/2017	67261	230	*	XVIII
ALL5671	55569797F	07/11/2017	67261	230	*	XVIII
LVB0127	P03A40005T	23/11/2017	67261	230	*	XVIII
ARP0248	55570116F	09/11/2017	67261	230	*	XVIII
LXV3682	P03A400067	27/11/2017	67261	230	*	XVIII
QIZ2611	P03A400031	02/11/2017	67261	230	*	XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIS DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL - 23A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1886/2017

Publicação Nº 1453630

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIAO - 282670

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8426 1886/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IQT0172	P03A400027	26/10/2017	51930	168
BLI9309	55570012F	05/11/2017	51930	168
ASF4521	55568987F	04/11/2017	61220	214 * I
ANV5465	P03A40002W	30/10/2017	51851	167
QIZ2611	P03A400032	02/11/2017	60501	208
AVM9801	00010171A	24/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
AVM9801	00010181A	23/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU

POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PORTO UNIAO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVAN LUIZ SCHEID  
DIRETOR DE TRANSITO

### POUSO REDONDO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8180 938/2017

Publicação Nº 1453778

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8180 938/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLP5362	P02SB0002S	20/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MIC2754	P02SB00035	01/09/2017	65992	230 * V	293.47
MAS0458	P02SB0002M	12/08/2017	65992	230 * V	293.47
JZJ3257	P02SB0004A	29/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCOS ITO OKUMA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8180 937/2017**

Publicação Nº 1453779

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8180 937/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DBP5940	P02SB0004V	05/11/2017	50100	162 * I
DBP5940	P02SB0004Y	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDW1286	P02SB0005C	25/11/2017	65992	230 * V
MBO5508	P02SB0004U	04/11/2017	65992	230 * V
ATY5638	P02SB0005D	26/11/2017	66531	230 * XI
DBP5940	P02SB0004W	05/11/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POUSO REDONDO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCOS ITO OKUMA  
DELEGADO DE POLICIA

**PRAIA GRANDE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8226 851/2017**

Publicação Nº 1453735

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8226 851/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGN7935	P01BI000MU	07/08/2017	50100	162 * I	880.40
INP8532	P01BI000N3	07/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBH1022	P01BI000NS	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
MBM9738	P01BI000RP	03/10/2017	50100	162 * I	880.40
IHU9809	P01BI000N9	10/08/2017	50450	162 * V	293.47
QIA6863	P01BI000NW	18/08/2017	50450	162 * V	293.47
MEA7327	P01BI000O7	23/08/2017	50450	162 * V	293.47
MBM9738	P01BI000RQ	03/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBH1022	P01BI000NT	17/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
INP8532	P01BI000N4	07/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ITV5025	P01BI000PS	05/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MER0853	P01BI000RC	29/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
MBM9738	P01BI000RR	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
MCP6583	P01BI000OF	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFJ0319	P01BI000NQ	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
MGB0014	P01BI000MV	07/08/2017	65992	230 * V	293.47
INP8532	P01BI000N1	07/08/2017	65992	230 * V	293.47
MBH1022	P01BI000NU	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
QIA6863	P01BI000NV	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
MGN7935	P01BI000MT	07/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRAIA GRANDE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8226 850/2017**

Publicação Nº 1453736

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8226 850/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIE9650	P01BI000TC	30/10/2017	50100	162 * I
MHX8194	P01BI000TJ	02/11/2017	50100	162 * I
MBV1981	P01BI000TM	04/11/2017	50100	162 * I
LNG5352	P01BI000TQ	06/11/2017	50100	162 * I
MHX8194	P01BI000TI	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
IPJ6819	P01BI000VL	30/11/2017	65640	230 * II
MMA7548	P01BI000VD	28/11/2017	54522	181 * VIII
MKX3973	P01BI000T0	27/10/2017	54522	181 * VIII
MBV1981	P01BI000TL	04/11/2017	65561	230 * I
MDY9906	P01BI000SY	25/10/2017	65992	230 * V
MHX8194	P01BI000TH	02/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRAIA GRANDE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

#### PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8386 210/2017

Publicação Nº 1453648

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8386 210/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGD4829	P034K0001I	18/08/2017	51851	167	195.23
LXX5060	P034K00023	21/09/2017	51852	167	195.23
MJC3812	P034K00025	22/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-



GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICA

---

**PRESIDENTE NEREU**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8454 223/2017**

Publicação Nº 1453610

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8454 223/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLU2721	P00VG0000D	13/07/2017	50450	162 * V	293.47
MLU2721	P00VG0000E	13/07/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
DHT6174	P00VG0000F	13/07/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

PRESIDENTE NEREU/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL GARCIA  
DELEGADO DE POLICIA

**RIO DO CAMPO****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8364 715/2017**

Publicação Nº 1453658

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8364 715/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

IOH1231 P02W80005I 01/11/2017 51851 167  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO CAMPO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO SAROLDI CHAVES  
DELEGADO DE POLICIA

**Rio do Sul****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2607/2017**

Publicação Nº 1453923

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8043 2607/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AFA0302	P01HU000D8	01/10/2017	75790	165 A	2934.68
AFA0302	P01HU000D9	01/10/2017	50100	162 * I	880.40
MCY1555	P02BU00097	03/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCQ6321	P01HZ0008D	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGG8464	P00VG000TB	12/10/2017	50100	162 * I	880.40
MBN3805	P01HU000AT	28/07/2017	50450	162 * V	293.47
MBN3805	54697675E	28/07/2017	50960	163 c/c 162 * V	293.47
AFA0302	P01HU000DA	01/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCQ6321	P01HZ0008E	11/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGG8464	P00VG000TA	12/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHA9425	55855694F	21/09/2017	66020	230 * VI	293.47
MBN3805	54697676E	28/07/2017	69120	232	88.38
IFB1329	P01HZ000BJ	02/10/2017	51691	165	2934.68
MFD6644	P00VG000SV	02/10/2017	65561	230 * I	293.47
MBN3805	P01HU000AR	28/07/2017	65992	230 * V	293.47
MEA6623	P00VG000Q1	01/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCQ6321	P01HZ0008F	11/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFF3931	P00VC000UI	02/10/2017	65992	230 * V	293.47
MFD9536	P00VC000UJ	02/10/2017	65992	230 * V	293.47
MHA9425	55855693F	21/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCX1427	P00VC000SV	05/09/2017	66532	230 * XI	195.23
MDW5117	P01HZ0009A	28/08/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2608/2017**

Publicação Nº 1453922

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8043 2608/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MKG5036	54304009N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
QIG9542	54304011N	03/10/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
HJI0656	54305716N	06/10/2017	50020	257	õ	8\$	130.16
ALZ9924	54292400N	28/08/2017	50020	257	õ	8\$	195.23
MFL5643	55861182F	25/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MDW1668	55861183F	29/09/2017	57380	186	*	II	293.47
MAT0770	P00VG000PL	25/07/2017	61220	214	*	I	293.47
MLA0681	55852739F	29/04/2017	54523	181	*	VIII	195.23
JPM2618	P01HU000BK	01/09/2017	60412	207			195.23
MHL2789	55861308F	26/07/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MAJ9022	P01HZ00081	07/08/2017	55411	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
JGG7987	54905268G	31/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
IBQ6262	54905274G	31/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJK3176	54905276G	31/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
DDC2772	54904302G	31/07/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJS7285	54904783G	01/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MBK6162	54904399G	02/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ASB3738	54904829G	03/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MKC5997	54904450G	04/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
EXU0171	54904890G	05/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCX2438	54904922G	07/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJV5735	54905413G	05/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
DZX4142	54905414G	05/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIC2927	54904468G	08/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MAH0140	54904481G	08/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MBX3717	54904488G	08/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MQK3621	54905461G	08/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AJV1781	54905463G	08/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
BHJ1832	54905490G	09/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDX7963	54905497G	09/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFG1411	54905515G	09/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QHI1406	54905674G	11/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDL0735	54906090G	14/08/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MEN3157	54913404G	13/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MDY0217	54913415G	13/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MFM3552	54913419G	13/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
AON5021	54913428G	13/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MEN3157	54913435G	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
CLF3081	54911620G	13/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MBS1350	54911621G	13/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MIJ4199	54911652G	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ABB1088	54911654G	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MER8224	54911663G	14/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIH5405	54911675G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MAJ6422	54911676G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MAN3434	54911687G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MBR4882	54911689G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QHT3663	54911695G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MMI2226	54911698G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJC0968	54911703G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
LYI2862	54911705G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
HNK5388	54911717G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIJ4186	54911718G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MEQ7445	54911722G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGM0553	54911724G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MJG1222	54911728G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCD5429	54911732G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCW7265	54911739G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
ARN2858	54911564G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MGM5559	54911567G	15/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
MCW7265	54911568G	16/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23
QIJ4186	54911573G	16/09/2017	55412	181*	XVII	c/ Lei13146	195.23

QIG7281	54911598G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AAF0112	54911600G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BVY8702	54911801G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCD5429	54911807G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HNK5388	54911817G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFM3552	54911823G	16/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDV2341	54911827G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CFE4314	54911829G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCW1435	54911831G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHJ2520	54911834G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIJ4186	54911835G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ACS2855	54911837G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL9307	54911856G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BRG1918	54911864G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PUS8927	54911868G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHS8449	54911873G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAY9886	54911877G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAS7647	54911881G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASD8960	54911883G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN3157	54911884G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGA3761	54911885G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CTZ7924	54911889G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKZ0550	54911894G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBB5401	54911895G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CYA0878	54912504G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXZ0265	54912505G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYV6453	54912517G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGD7318	54912531G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZP1600	54912532G	19/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCO9256	54912653G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IUM1212	54912660G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AUB9406	54912662G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIM8798	54912665G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIM8798	54912681G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHS8449	54912689G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIP6445	54905747G	14/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DAM3582	54906202G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHO3703	54906231G	16/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIP6445	54905780G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYR9282	54905785G	17/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAK2930	54906348G	19/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO7097	54631552G	01/04/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJW0746	54912587G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJW0746	54912591G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QII6999	54912720G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAS3570	54911959G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHB4729	54911963G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI1406	54911968G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJY2788	54911970G	25/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MQJ4808	54912751G	26/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI1406	54912903G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IGF8312	54912913G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGO5110	54912852G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN3157	54912861G	28/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LNI5038	54913504G	30/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GDU1212	54913678G	03/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHI1406	54912962G	04/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJW0746	54911758G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMI7101	54911764G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFB4063	54911765G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGE9508	54911767G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARR0410	54911768G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL9307	54911771G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23



QHJ4331	54911776G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFC2211	54911781G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHW8032	54911790G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHK4461	54911791G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDL2309	54911792G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHB4729	54911799G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEA5859	54911800G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DHG2002	54911897G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCX0409	54911904G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHL9307	54911907G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJC0968	54911908G	20/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AEI3849	54911913G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIE2383	54911919G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE3286	54911923G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBM0201	54911925G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLR7755	54911935G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
GYQ3277	54911941G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYQ0567	54912609G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIP7686	54912612G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HNK5388	54912617G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHB4729	54912620G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIH0062	54912624G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHQ1277	54912625G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
PUS8927	54912626G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLL0891	54912627G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHX2256	54912631G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLR6695	54911946G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIN7225	54912643G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MVL7322	54912646G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKE3286	54912555G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBV8760	54912562G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKI0043	54912563G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKM1616	54912564G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXY6561	54912568G	22/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLW5016	54912580G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZH4748	54912581G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZQ2429	54912583G	23/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CLP0441	54918915G	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIR0065	54918919G	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCO5471	54918929G	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCO5471	54918855G	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CZD7472	54918873G	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIY7056	54918882G	14/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DHT6174	54904029G	15/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHK1426	54904040G	15/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMH0328	54904050G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDV3978	54918970G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAQ1679	54918974G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHR4336	54918979G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYW5159	54918983G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KFG1541	54918994G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF0981	54904961G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCI4823	54904964G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF0981	54904966G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBZ8396	54904976G	17/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
APB6008	54904057G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DDX5941	54904068G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LOW8381	54904072G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFY6158	54904076G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMA8399	54904079G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBC3203	54904086G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBA1866	54905005G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX1006	54905007G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23



LZL3551	54905018G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MID7540	54905029G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
BEE8181	54905037G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIF0981	54905045G	18/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYO1012	54905058G	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
FTE7030	54905069G	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LWV6666	54905078G	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF8398	54905080G	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDZ1038	54904105G	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBE3962	54904109G	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYO1012	54904110G	19/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KFG1541	54904130G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIJ7036	54904521G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFS6149	54904534G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHW1410	54904535G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGQ4386	54904161G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DHP0703	54904163G	20/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHS0672	54904193G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLI4875	54904561G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKO1824	54904571G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIO3776	54904589G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLK9634	54904592G	21/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFC0615	54905165G	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLD8246	54905166G	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HAK4601	54905168G	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARW5255	54905105G	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJV4132	54905106G	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZL3680	54905122G	22/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASV0643	54905141G	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHS5639	54905145G	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF8398	54905148G	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF8398	54904607G	24/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYW7582	54904634G	25/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMI5697	54904279G	26/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBD8123	54905240G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MHS4684	54905241G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDP9246	54905243G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZA4078	54905322G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGC5033	54905335G	28/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIE2766	54905842G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKH2411	54905843G	22/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCI3440	54906434G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKV2296	54906447G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLJ1370	54906449G	23/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
IPA7896	54905944G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
KZJ1420	54912006G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLY5452	54912008G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASB3738	54912021G	24/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HXQ0143	54912058G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCU6374	54912069G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MLJ1370	54912078G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AQL8876	54912103G	25/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIB7250	54906492G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
HXQ0143	54912158G	28/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CVC8137	54913045G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DXT4353	54913055G	30/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASB3738	54913092G	31/08/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXL1110	54913240G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDD8217	54912248G	01/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEC2118	54912273G	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCB5516	54913253G	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CEC2118	54913263G	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKH2328	54913278G	04/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23

DED5597	54912442G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARC6161	54913308G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ARI3581	54913311G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OHA4338	54913323G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DPS7225	54913333G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN3157	54913336G	08/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DIN7225	54913357G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MMF2321	54913370G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MAJ6422	54913387G	11/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEQ7445	54913487G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MI18657	54913497G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEN3157	54911505G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LZH8810	54911516G	12/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AON5021	54911525G	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MFO7097	54632581G	29/04/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MBE1925	54634135G	13/05/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJE2583	54917585G	16/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QIM4751	54917610G	16/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKE7050	54917668G	19/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MDP9246	54917228G	27/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJW3823	54917401G	28/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASB3738	54916235G	29/06/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ASV0643	54916347G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MCY3242	54918072G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX1006	54916461G	03/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHF2267	54918005G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AHA4309	54918008G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
QHY3174	54918049G	04/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EBB0889	54918349G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXW4019	54918233G	06/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXI2841	54918415G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEU2466	54918434G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MEU2466	54918355G	07/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CHH8705	54918399G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX1006	54918260G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LXW9168	54918296G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AKX7996	54918297G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJG1551	54918460G	08/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALA0078	54918560G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
DHT6174	54918568G	10/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
OKF4639	54918576G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYQ4415	54918579G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJL0901	54918583G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AKX7996	54918602G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIX1006	54918622G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJT0316	54918640G	11/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
LYQ0567	54918742G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
ALA0078	54918781G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MJM2029	54918788G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
AKX7996	54918824G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
CAS6981	54918826G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
JQN6486	54918654G	12/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MGV8748	54918670G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MKY2374	54918699G	13/07/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
MIQ3316	55855688F	08/09/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EYI0963	55855689F	08/09/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146	195.23
EMI3725	54700632E	21/09/2017	73662	252*VI			130.16
MKC4492	54700638E	25/09/2017	73662	252*VI			130.16
MJH1983	54700637E	25/09/2017	73662	252*VI			130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENA-

LIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2605/2017**

Publicação Nº 1453925

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8043 2605/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MMH5010	P01HT0001Q	05/11/2017	50100	162 * I
LYF6480	54700129E	19/11/2017	50100	162 * I
MBL6203	P00VC000YD	29/11/2017	50100	162 * I
MDX9051	P00VC000WN	24/10/2017	50450	162 * V
MIZ4501	P00VC000Y9	29/11/2017	50450	162 * V
MMH5010	P01HT0001R	05/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MBL6203	P00VC000YC	29/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHB4287	P00VG000WV	06/11/2017	64080	221
MDF4751	P00VG000YL	26/11/2017	67690	230 * XXII
MHB4287	P00VG000WW	06/11/2017	69120	232
LYB4852	P02BU000DB	22/11/2017	65992	230 * V
DJE4287	P01HZ000EY	24/11/2017	65992	230 * V
MEP4597	54700128E	19/11/2017	65992	230 * V
MKC4108	54700134E	20/11/2017	65992	230 * V
LXP9896	P00VG000YQ	27/11/2017	65992	230 * V
MDX9051	P00VC000WO	24/10/2017	65992	230 * V
LXD5684	P00VG000VC	25/10/2017	65992	230 * V
MFE5106	P00VG000YS	28/11/2017	65992	230 * V
DOS7177	P01HU000G2	28/11/2017	65992	230 * V
MFD7071	P01HU000G3	28/11/2017	65992	230 * V
AWU3153	P00VG000UW	22/10/2017	66531	230 * XI
MDF4751	P00VG000YK	26/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SCLIFO ZUCON  
DELEGADO DE POLICIA

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2606/2017**

Publicação Nº 1453924

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL - DETURS - 282910

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8043 2606/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DIT3544	54312628N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEA5859	54322799N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKF8746	54322800N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIO0767	54324632N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIO0767	54324633N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MEA5859	54324635N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJI3093	55861333F	18/10/2017	54526	181 * VIII
MCT3134	54698200E	18/10/2017	70481	244 * II
OKH7698	54907254G	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
OKH7698	54907258G	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MMI4047	54907275G	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BAD7979	54907283G	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MHD6686	54907284G	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MJV5706	54907204G	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHI5969	54907225G	17/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
QHD7840	54907242G	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BAD7979	54908609G	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
EVX5111	54907145G	14/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MLD8246	54908556G	14/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MIV3377	54908563G	14/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDH4495	54908567G	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
BHJ1832	54908568G	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDH4495	54908569G	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
LYJ5512	54908582G	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCO3338	54908588G	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
DVA0565	54907155G	13/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MEQ0705	54907169G	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDT4846	54907171G	16/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146



DDX5941	54907176G	16/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DLB9056	54906518G	18/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMK9270	54908612G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIT5404	54908622G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HFP4046	54908636G	19/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DDL7209	54908254G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DNA7567	54908264G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIH4932	54908266G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HNK5388	54908270G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CCB1255	54908274G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
KFC3958	54908180G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKE3286	54908182G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHE1267	54908184G	13/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHI1482	54908283G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLX0700	54908293G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AGL0744	54908295G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJV4051	54908298G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HIX2853	54908299G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHU1717	54908185G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLE8207	54908189G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZV1372	54908190G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HMO9555	54908191G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFA1663	54908192G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEI8185	54908193G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHG1422	54908194G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IEQ5392	54908199G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BBU0199	54908203G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IGE8710	54908204G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDT0134	54908207G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFD8000	54908208G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
INU6181	54908215G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJQ1867	54908216G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AAK7470	54908218G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYT4485	54908222G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGQ8435	54908231G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BEE8181	54908236G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJB4495	54908242G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDO6768	54908248G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFA1663	54908306G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYN3504	54908311G	14/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DSK3921	54908315G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BEE8181	54908318G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EEI0888	54908326G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BFD9701	54908328G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCL6743	54908329G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIW3814	54908347G	16/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHH7426	54908353G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBX4301	54908355G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGR6877	54908356G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGR6877	54908357G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LNG5620	54908364G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BMA4237	54908365G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HNK5388	54908368G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BFD9701	54908370G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
GQZ8349	54908381G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
HNK5388	54908384G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCJ1854	54908385G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDP8699	54908387G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIV7466	54908388G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFR0637	54908392G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DZX0500	54908400G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMI7009	54907508G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDE8050	54907510G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146

BEE8181	54907518G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLN6315	54907519G	17/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBH1432	54907530G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MML1050	54907533G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHZ5077	54907534G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHF7889	54907540G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKH7698	54911529G	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHS3173	54911617G	13/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHR8193	54911737G	15/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASV0643	54911586G	18/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKH7698	54912629G	21/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DSS8106	54912775G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKH7698	54912836G	27/09/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
IJX0182	54912988G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DCX4984	54912991G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBL1436	54913758G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJZ8213	54913791G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKI5041	54913803G	05/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJB1908	54913809G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJB1295	54913824G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFO7696	54913832G	06/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AKG1452	54913726G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDN6862	54913734G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWX2902	54913736G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFS2459	54913739G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJC0050	54913741G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MCE1604	54913744G	07/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI7487	54913745G	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LZK5792	54913878G	09/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
PWW9740	54913903G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAT1824	54913904G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEQ0705	54913911G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIY8010	54913918G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DQT8977	54913959G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEH7674	54913966G	10/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJZ8213	54913991G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMK5526	54913992G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAR6908	54913999G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MUO9350	54907008G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JQN6486	54907010G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHG3598	54907013G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEX8961	54907038G	11/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QIM2702	54907063G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MGT5017	54907068G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEO8010	54907074G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHR3383	54907084G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ATE2301	54907088G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJW1500	54907092G	13/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
OKH7698	54908664G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDH9477	54908668G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBV5755	54908694G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBU8353	54908695G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIC2254	54908696G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LXE3855	54908708G	20/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDY9797	54908715G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDN7548	54908721G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
DES8354	54908733G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AOD4469	54907361G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MIG1435	54907367G	21/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MMK9873	54907376G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYT8679	54907381G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MAQ6367	54907382G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ASV0643	54907383G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146



LXG2672	54907395G	23/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHD9090	54907317G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LWX5056	54907335G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLL1510	54908832G	24/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDW2452	54908770G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDH9477	54908773G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MKT4511	54908849G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLY3944	54906572G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
QHP1068	54906581G	25/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CST8333	54906593G	26/10/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CEK2009	54906917G	08/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BEA6609	54906929G	08/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
LYI2862	54906862G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
JFZ1522	54908113G	09/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EJZ1657	54908118G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
EJZ1657	54908121G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ABB1088	54908123G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
ANC8383	54908133G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFA1663	54906894G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEW5530	54906959G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEW5530	54906967G	10/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDK7207	54906986G	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJI4158	54906992G	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBV5015	54906999G	11/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MLJ8159	54908402G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEO4359	54908404G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHL9307	54908405G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBQ0164	54908408G	18/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MHC8041	54908412G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
COS5445	54908415G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
CML3988	54908416G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BEE8181	54908417G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
BFD9701	54908427G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AFU9004	54908430G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MFJ2561	54908435G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MEO0465	54908438G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AJJ3886	54907558G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MDP4413	54907561G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MJH9555	54907564G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
AOT6384	54907581G	20/11/2017	55412	181*XVII	c/	Lei13146
MBH5582	55857552F	21/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MHF6352	55856667F	27/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MAI0680	55861299F	23/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
EGV8977	55851649F	19/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
QHL3366	55851641F	18/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MKA2009	55861331F	18/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MHS4369	55852992F	11/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MEK0354	55861338F	26/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MKC9330	P040T0000I	28/11/2017	73662	252*VI		
DCZ6368	P01HZ000D1	23/10/2017	73662	252*VI		
JIP8062	P01HZ000D3	23/10/2017	73662	252*VI		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ELIANE KROEHNKE AGOSTINHO  
AUTORIDADE DE TRÂNSITO

### Rio dos Cedros

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 859/2017

Publicação Nº 1453859

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8094 859/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFT7960	P02PJ0005A	28/09/2017	51930	168	293.47
MFT7960	P02PJ00058	27/09/2017	58350	195	195.23
LYO3313	P02PJ0005C	29/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MFT7960	P02PJ00059	28/09/2017	51851	167	195.23
MDW8717	P02PJ0005S	09/10/2017	65992	230 * V	293.47
CZO3711	P02PJ00060	11/10/2017	66372	230 * IX	195.23
LYO3313	P02PJ0005D	29/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
LYY2262	55591229E	15/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MFT7960	P02PJ00057	27/09/2017	52741	175	2934.68
MMJ1093	P02PJ0005F	04/10/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8094 858/2017

Publicação Nº 1453860

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8094 858/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

LYT9302	P02PJ0007W	04/11/2017	54600	181 * IX
CNE8119	P02PJ0007X	04/11/2017	54600	181 * IX
MGG8503	P02PJ000B5	26/11/2017	51851	167
IIH1064	P02PJ000B9	26/11/2017	51851	167
MER5816	P02PJ000BH	27/11/2017	51851	167
LXV2770	P02PJ000BI	28/11/2017	65992	230 * V
MIQ5706	P02PJ0007I	31/10/2017	59670	203 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO DOS CEDROS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**Rio FORTUNA**

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8536 395/2017**

Publicação Nº 1453581

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8536 395/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBM5145	P02PS0000U	04/11/2017	65992	230 * V
MBM5145	P02PS0000V	04/11/2017	66102	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

RIO FORTUNA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VIVIAN GARCIA SELIG  
DELEGADA REGIONAL DE POLICIA

### **SALTO VELOSO**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8326 335/2017**

Publicação Nº 1453682

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8326 335/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IKG6976	P02OJ0000Z	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
IKG6976	P02OJ00010	30/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
IKG6976	P02OJ0000Y	30/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8326 334/2017**

Publicação Nº 1453683

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8326 334/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

IBM1042	P02OJ0001F	05/11/2017	58350	195
IBM1042	P02OJ0001E	05/11/2017	69120	232
ACF6081	P02OJ0001D	04/11/2017	51851	167
IBM1042	P02OJ0001G	05/11/2017	65992	230 * V

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

SALTO VELOSO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL - 25 DRP

---

**SANTA HELENA**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8352 416/2017**

Publicação Nº 1453665

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8352 416/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFJ0167	P01SO0002Z	04/10/2017	57200	186 * I	195.23
MFH3411	P01SO00027	20/09/2017	51851	167	195.23
MKU0526	P01SO0002E	22/09/2017	51851	167	195.23
QHD0965	P01SO0002F	22/09/2017	51851	167	195.23
QHU9226	P01SO00038	05/10/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA HELENA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8352 415/2017

Publicação Nº 1453666

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8352 415/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBY6236	P01SO0003U	25/10/2017	51851	167
LXU1570	P01SO00043	31/10/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS



PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA HELENA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### SANTA ROSA DO SUL

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8244 737/2017

Publicação Nº 1453729

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8244 737/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLA9207	54304986N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MCA4655	P01JW000SG	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
MKB6362	P01JW000PB	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
IJV6062	P01JW000QC	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
IMQ5206	P01JW000QD	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
MKM8261	P01JW000P8	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
LZR6789	P01JW000PR	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
QHK7621	P01JW000PT	21/08/2017	50100	162 * I	880.40
MGB9662	P01JW000Q1	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEQ1214	P01JW000PG	19/08/2017	50450	162 * V	293.47
MGB9662	P01JW000Q2	22/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
IMQ5206	P01JW000QF	25/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCA4655	P01JW000SH	07/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEQ1214	P01JW000PH	19/08/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
ISI1167	P01JW000TW	30/09/2017	55250	181 * XV	130.16
LYU7897	P01JW000OY	16/08/2017	57380	186 * II	293.47
IPB2593	P01JW000QL	25/08/2017	58350	195	195.23
MCN6738	P01JW000PD	18/08/2017	64080	221	130.16
MEQ1214	P01JW000PI	19/08/2017	69120	232	88.38
DJH2081	P01JW000PU	21/08/2017	69120	232	88.38
MCY4771	P01JW000P4	17/08/2017	73400	252 * IV	130.16
INT9212	P01JW000P3	17/08/2017	51851	167	195.23
MDA6766	P01JW000Q0	21/08/2017	51851	167	195.23
DJC1029	P01JW000Q3	23/08/2017	51851	167	195.23
MEQ9431	P01JW000Q8	24/08/2017	51851	167	195.23
MCA4655	P01JW000SI	07/09/2017	52152	170	293.47
HYD4914	P01JW000PP	19/08/2017	54522	181 * VIII	195.23

MDF5506	P01JW000P1	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
MKM8261	P01JW000P9	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCN6738	P01JW000PE	18/08/2017	65992	230 * V	293.47
MCA4655	P01JW000SF	07/09/2017	65992	230 * V	293.47
MJZ6960	P01JW000PS	21/08/2017	66531	230 * XI	195.23
CII0403	P01JW000TR	26/09/2017	73662	252*VI	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 736/2017

Publicação Nº 1453730

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8244 736/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MKE7311	54323187N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
LXX0769	P01JW000WO	02/11/2017	75790	165 A
IEX0019	P01JW000WL	01/11/2017	50100	162 * I
IJN7589	P01JW000WC	30/10/2017	51851	167
BLZ5280	P01JW000YG	23/11/2017	51851	167

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA ROSA DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

### SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8780 434/2017

Publicação Nº 1453519

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8780 434/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ATP6993	P03B60002P	31/07/2017	51851	167	195.23
MGS5886	P03B600041	26/08/2017	51851	167	195.23
BEY0047	P03B60003C	15/08/2017	54522	181 * VIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 433/2017

Publicação Nº 1453520

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8780 433/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MEI5131 P03B60007B 05/11/2017 69120 232  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO DE ANDRADE MORBINI  
DELEGADO DE POLICIA

---

### SÃO BENTO DO SUL

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2580/2017

Publicação Nº 1453817

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2580/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----

CKK5187	P01LC000K1	01/10/2017	50292	162* II	880.40
MFK8362	P01LA000JI	04/10/2017	50292	162* II	880.40
QHN4240	P01LG00145	13/10/2017	50292	162* II	880.40
MDW1726	P01LC000JW	30/09/2017	75790	165 A	2934.68
MEF4193	P01L9000U2	01/10/2017	75790	165 A	2934.68
CKK5187	P01LC000JZ	01/10/2017	75790	165 A	2934.68
LNQ0857	P01L9000U4	01/10/2017	50100	162 * I	880.40
MBX7113	P01LC000K8	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
MAO4752	P01LG0011K	30/09/2017	50450	162 * V	293.47
CKK5187	P01LC000K0	01/10/2017	50450	162 * V	293.47
LXV1791	P01LG000Z6	19/09/2017	50450	162 * V	293.47

MAO2604	P01LF000L4	28/09/2017	50450	162	*	V	293.47
MBX7113	P01LC000K9	02/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
LNQ0857	P01L9000U5	02/10/2017	51180	164	c/c	162 * I	880.40
MAO4752	P01LG0011L	30/09/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
LXV1791	P01LG000Z7	19/09/2017	51420	164	c/c	162 * V	293.47
MDT6632	P01LG000WC	25/08/2017	64080	221			130.16
CKK5187	P01LC000K2	01/10/2017	64080	221			130.16
LYV2906	P01LG0011S	30/09/2017	67690	230	*	XXII	130.16
MAO4752	P032V000FK	30/09/2017	73400	252	*	IV	130.16
MLL8724	P01LG0011B	28/09/2017	50531	162	*	VI	293.47
LYX6916	P01LG0012K	03/10/2017	50531	162	*	VI	293.47
OCX4567	P01LG0012N	03/10/2017	50531	162	*	VI	293.47
MBX7113	P01LC000K7	02/10/2017	65992	230	*	V	293.47
ASA0184	P032V000GC	04/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MII4310	P01LC000K5	02/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MCR7494	P01LG0011V	02/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MLM6276	P01LG0011X	02/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MLL8724	P01LG0011C	28/09/2017	65992	230	*	V	293.47
IGQ2155	P01L9000RH	06/08/2017	65992	230	*	V	293.47
AEU6652	P01LC000IP	03/09/2017	65992	230	*	V	293.47
LYP6626	P032V000F2	22/09/2017	65992	230	*	V	293.47
MHO6794	P032V000FI	28/09/2017	66372	230	*	IX	195.23
AKA1909	P01LB000QD	27/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LXI5865	P01LG0010H	27/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LXV1791	P01LG000Z5	19/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGP6401	P01LG00112	28/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MIC1264	P032V000FZ	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBX7113	P01LC000K6	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBY6789	P032V000GL	05/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFK8362	P01LA000JJ	04/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO REGIONAL

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2581/2017**

Publicação Nº 1453816

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8124 2581/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.



## INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHQ1333	55602814F	02/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MIX3202	55602797F	06/11/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QIK0002	55602486F	25/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGX5996	55602489F	29/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
ASC1129	55602551F	19/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MGP6588	P032V000FJ	30/09/2017	51930	168	293.47
MYJ8659	P01LG0011G	30/09/2017	51930	168	293.47
MEQ1530	P01LG0011P	30/09/2017	51930	168	293.47
MMA8221	P01L9000TV	22/09/2017	52070	169	88.38
MBF3044	P01LG00113	28/09/2017	52070	169	88.38
MJT8898	P02TX0004R	08/10/2017	53470	178	130.16
MFH1503	55602758F	27/09/2017	61220	214 * I	293.47
MHQ2072	P01LF000AZ	09/03/2017	68580	231 * VII	130.16
HHP8976	P01LC000IB	05/08/2017	68580	231 * VII	130.16
LXI1204	P01LG000V8	22/08/2017	51851	167	195.23
LXV1791	P01LG000Z4	19/09/2017	51851	167	195.23
MHQ2726	P01LB000Q1	19/09/2017	51851	167	195.23
LWW6850	P01LG0011W	02/10/2017	51851	167	195.23
ASC1250	P01LB000QH	02/10/2017	51851	167	195.23
MJO5953	55602721F	27/09/2017	51851	167	195.23
MCF6185	P032V000FS	02/10/2017	51852	167	195.23
MGB1426	P01LG0011O	30/09/2017	51852	167	195.23
MKN4415	P01LG0010T	27/09/2017	51852	167	195.23
LNQ0857	P01L9000U6	02/10/2017	60412	207	195.23
MFD0646	55602646F	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CMC4435	55602588F	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKO0015	55602636F	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ATK6362	55602578F	31/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MMB7884	55602298F	23/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHN6755	55602571F	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HZT3444	55602281F	25/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFT0985	55602521F	08/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EQG2893	55602376F	20/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIO DO PRADO LIMA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2578/2017**

Publicação Nº 1453819

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO



## DE TRANSITO N.8124 2578/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MAS6890	P01LC000L5	03/11/2017	50100	162 * I
MCZ4355	P02TX00088	29/11/2017	50100	162 * I
LXO8962	P01LB000RC	27/10/2017	50450	162 * V
MCZ4355	P02TX00089	29/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MHN7181	P01LG001F0	28/11/2017	64080	221
MHW5676	P01LC000KW	26/10/2017	66450	230 * X
MDA7312	P01LA000MB	26/11/2017	66700	230 * XIII
MHX7897	P01LG0016P	25/10/2017	67000	230 * XVI
MJY1442	P032V000J9	30/10/2017	67000	230 * XVI
DBY7187	P032V000JP	31/10/2017	67000	230 * XVI
LXO8962	P01LB000RB	27/10/2017	69120	232
MDZ1586	P01LG0018K	03/11/2017	69120	232
MCA5817	P01LC000ML	27/11/2017	69120	232
AQA3865	P01LG001F2	28/11/2017	69120	232
MDT1336	P01LG001F3	28/11/2017	69120	232
ASQ5425	P01LG001F7	28/11/2017	73400	252 * IV
MAX4133	P01LG001EE	25/11/2017	73400	252 * IV
AEG0912	P01LG001ED	25/11/2017	73400	252 * IV
MFB6586	P01LG001DY	24/11/2017	73400	252 * IV
HMJ7264	P01LG001EH	27/11/2017	73400	252 * IV
MCP3497	P01LG001EI	27/11/2017	73400	252 * IV
MLJ4684	P01LG0018C	31/10/2017	73400	252 * IV
MBV3207	P01LA000L6	29/10/2017	73400	252 * IV
MDC1273	P032V000IQ	26/10/2017	73400	252 * IV
DML9448	P01LF000NH	27/11/2017	73580	252 * V
CSF7513	P01LG001EC	25/11/2017	50531	162 * VI
OPZ0409	P032U0001A	27/11/2017	50531	162 * VI
MCG8282	P01LG001EN	27/11/2017	65992	230 * V
LZF7668	P02TX0007B	24/11/2017	65992	230 * V
MLB2336	P01LG0018V	03/11/2017	65992	230 * V
MAS6890	P01LC000L4	03/11/2017	65992	230 * V
MBG6393	P01LG0017Z	30/10/2017	65992	230 * V
MHN7351	P01LG001F5	28/11/2017	66371	230 * IX
DBY7187	P032V000JO	31/10/2017	67261	230 * XVIII
MDC1273	P032V000IP	26/10/2017	67261	230 * XVIII
MDZ1586	P01LG0018L	03/11/2017	67261	230 * XVIII
LYA4178	P01LG001D6	23/11/2017	67261	230 * XVIII
ATA0585	P032U00015	23/11/2017	67261	230 * XVIII
MFK5842	P01LG001DZ	24/11/2017	67261	230 * XVIII
DOR1595	P02TX0007N	25/11/2017	67261	230 * XVIII
MHN7181	P01LG001EZ	28/11/2017	67261	230 * XVIII
MHN7351	P01LG001F4	28/11/2017	67261	230 * XVIII
LZV8033	P02TX0007V	26/11/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS

PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUBENS ALMEIDA PASSOS DE FREITAS  
DELEGADO REGIONAL

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2579/2017**

Publicação Nº 1453818

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO BENTO DO SUL - DETRU - 283110

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8124 2579/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MHC2338	54323205N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MIM2348	54323206N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
AOP3972	55603161F	22/11/2017	76251	ART 181, XX
AWP4954	P01L9000VY	25/11/2017	76252	ART 181, XX
DOC2156	55603215F	23/11/2017	76252	ART 181, XX
MLI2529	55602790F	04/11/2017	76252	ART 181, XX
MDO8627	55603228F	21/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MIS5010	55603229F	21/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MJL4016	55603192F	27/11/2017	76331	ART 252, UNICO
AXK9519	55602925F	08/11/2017	76332	ART 252, UNICO
LXP6043	55602844F	16/11/2017	51930	168
AVO5947	P02TX0005I	28/10/2017	52070	169
QHP3523	P02TX0005R	31/10/2017	52070	169
MHT4783	P02TX0005X	31/10/2017	52070	169
MJN9151	55603164F	23/11/2017	53800	181 * I
MGD0633	55603182F	25/11/2017	54600	181 * IX
AHJ4680	P01LA000L8	29/10/2017	58350	195
MDR3841	55910633E	24/11/2017	58350	195
ALS7808	55910634E	17/11/2017	58350	195
LXA4928	55910638E	23/11/2017	58350	195
MBT6529	P02TX0007L	25/11/2017	61220	214 * I
NRN0994	P01LG001E4	24/11/2017	68580	231 * VII
MDS6558	P01LG0017A	27/10/2017	51851	167
LYW8504	P032U00011	23/11/2017	51851	167
MHN7181	P01LG001EY	28/11/2017	51851	167
MKA2875	P01LC000MX	30/11/2017	55172	181 * XIV
DML9448	P01LF000NG	27/11/2017	58433	196
ONT1105	P01LB000ST	28/11/2017	60501	208

MMJ8991	55598961F	21/11/2017	60502	208	
MHW5676	P01LC000KU	26/10/2017	70303	244	* I
LZV8033	P02TX0007X	26/11/2017	70561	244	* III
MHW5676	P01LC000KV	26/10/2017	75521	244	* IX
LZV8033	P02TX0007W	26/11/2017	57970	191	
AHK4295	55602932F	24/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
NST0808	55603166F	24/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
MDS4242	55603248F	28/11/2017	55411	181	*XVII c/ Lei13146
LZE8851	55602748F	10/10/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146
MBV3207	55602750F	10/10/2017	55412	181	*XVII c/ Lei13146
BAE7991	P01L9000VX	25/11/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
QIX3742	55603224F	25/11/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MMD9498	55603168F	24/11/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
LYR6669	55603184F	25/11/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
NEJ6637	55602842F	24/11/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146
MGM4461	55602996F	21/11/2017	55414	181	*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO BENTO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MARCIO DO PRADO LIMA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### SÃO CARLOS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 949/2017

Publicação Nº 1453742

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 949/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IQI9823	P01VY000FI	07/08/2017	50100	162 * I	880.40
LYT4326	P01VY000FQ	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
LYK9991	P01VY000FA	05/08/2017	50450	162 * V	293.47
KNP6930	P01VY000IB	05/10/2017	66880	230 * XIV	195.23
IQI9823	P01VY000FJ	07/08/2017	65561	230 * I	293.47
IQI9823	P01VY000FH	07/08/2017	65992	230 * V	293.47



-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8220 950/2017**

Publicação Nº 1453741

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CARLOS - 283150

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8220 950/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLU2575	P01VY000G6	18/08/2017	57200	186 * I	195.23
NTZ7363	P01VY000HZ	20/09/2017	59910	206 * I	293.47
MFV2499	P01VY000HT	13/09/2017	59401	203 * III	1467.34

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VOLNEI MUMBER  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8220 948/2017**

Publicação Nº 1453743

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8220 948/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IMD9336	P01VY000KT	27/11/2017	50100	162 * I
IMD9336	P01VY000KU	27/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CARLOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

NILSON LUIZ DE OLIVEIRA CEZAR  
DELEGADO REGIONAL 12. DRP

**São Cristóvão do Sul****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8480 357/2017**

Publicação Nº 1453594

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8480 357/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCH1845	P015900035	20/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCH1845	P015900036	20/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCH1845	P015900038	20/09/2017	69120	232	88.38
MCH1845	P015900037	20/09/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA  
DELEGADA DE POLICIA

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 356/2017**

Publicação Nº 1453595

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8480 356/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHA8348	P01590003M	22/11/2017	54010	181 * III
CRM8520	P01590003O	24/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO CRISTOVAO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ROXANE FAVERO PEREIRA  
DELEGADA DE POLICIA



**São Domingos****EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8336 762/2017**

Publicação Nº 1453679

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8336 762/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IFF3816	P01Q10007K	19/11/2017	50100	162 * I
ATN2014	P01Q100073	05/11/2017	51691	165
IFF3816	P01Q10007M	19/11/2017	51691	165
MAQ3947	P01Q100071	01/11/2017	65992	230 * V
IFF3816	P01Q10007L	19/11/2017	52742	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO DOMINGOS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

MAIKO FRANK VIVI  
DELEGADO DE POLICIA

**São Francisco do Sul****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082 1663/2017**

Publicação Nº 1453879

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8082 1663/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DCD5994	P02QS0008R	08/08/2017	50100	162 * I	880.40
MEA4591	P02QS0008Y	09/08/2017	50100	162 * I	880.40
APX3738	P02QT000B0	20/08/2017	50100	162 * I	880.40
MJY6973	P02QS000BE	14/09/2017	50100	162 * I	880.40
CJC4852	P02QT000BA	24/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MEA4591	P02QS0008Z	09/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
APX3738	P02QT000B3	20/08/2017	65800	230 * IV	293.47
ATT6746	P02QU0003F	11/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MDQ2838	P011A000LG	04/10/2017	69120	232	88.38
QH0927	P011A000LH	04/10/2017	65992	230 * V	293.47
MGM5593	P00W2000JW	07/10/2017	65992	230 * V	293.47
MJJ2013	P00UF000M7	02/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAW5294	P02QS0009Z	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEA4591	P02QS0008X	09/08/2017	65992	230 * V	293.47
MEA4591	P02QS00090	09/08/2017	66371	230 * IX	195.23
APX3738	P02QT000B4	20/08/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082 1664/2017**

Publicação Nº 1453877

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO SUL - 283190

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8082 1664/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OKH5784	P011A000LL	06/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47

MHI6051	P00ZA000IF	27/09/2017	52070	169		88.38
MGJ1638	P02QT000CZ	09/09/2017	55250	181	* XV	130.16
QHE5807	P00UF000KG	30/07/2017	55250	181	* XV	130.16
MKB9211	P010L000NE	09/08/2017	57380	186	* II	293.47
MKG2673	P00W2000IO	10/08/2017	51851	167		195.23
AFH8434	P010L000O7	21/08/2017	51851	167		195.23
BAP8316	P010L000P6	09/09/2017	51851	167		195.23
AIU0427	P02QS00081	04/08/2017	51851	167		195.23
MFK8725	P010L000MT	01/08/2017	51852	167		195.23
ATF7634	P010L000NH	09/08/2017	52311	172		130.16
QHE5807	P00UF000KH	30/07/2017	54521	181	* VIII	195.23
CAT3155	P02QS000C9	30/09/2017	54521	181	* VIII	195.23
QIB6697	P011A000L2	21/09/2017	73662	252	*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JACKSON PORTELLA DE LIMA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1661/2017

Publicação Nº 1453881

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1661/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
DWH5228	P02QS000DR	28/10/2017	50100	162 * I
ALT6618	P00ZA000IY	29/10/2017	50100	162 * I
MBH4249	P02QS000G1	27/11/2017	50100	162 * I
MCW1312	P02QS000G3	27/11/2017	50100	162 * I
MGF3918	P02QS000G6	27/11/2017	50100	162 * I
MBD8314	P02QU0003S	18/10/2017	50450	162 * V
MBD8314	P02QS000DP	26/10/2017	50450	162 * V
MGF3918	P02QS000G7	27/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
MBH4249	P02QS000G2	27/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
DWH5228	P02QS000DS	28/10/2017	51180	164 c/c 162 * I

ALT6618	P00ZA000J0	29/10/2017	51180	164	c/c 162 * I
AXC5070	P00W2000L8	01/11/2017	64080	221	
DWH5228	P02QT000EV	28/10/2017	66020	230	* VI
MJR8039	P00W2000LJ	07/11/2017	67690	230	* XXII
MJT6807	P02QT000HF	26/11/2017	67690	230	* XXII
QHF6436	P00W2000M2	28/11/2017	69120	232	
DAS0285	P00ZA000JR	23/11/2017	69120	232	
QHN0046	P00ZA000J2	02/11/2017	69120	232	
QHN0046	P00ZA000J1	02/11/2017	73400	252	* IV
MJR8039	P00W2000LH	07/11/2017	65561	230	* I
DAS0285	P00ZA000JP	23/11/2017	65992	230	* V
AGE7663	P02QS000DY	28/10/2017	65992	230	* V
LYQ6653	P02QT000F9	30/10/2017	65992	230	* V
ALT6618	P00ZA000IZ	29/10/2017	65992	230	* V
MGN2430	P02QT000HC	26/11/2017	65992	230	* V
MLB3698	P02QS000FY	27/11/2017	65992	230	* V
AAT2900	P02QS000G0	27/11/2017	65992	230	* V
MGF3918	P02QS000G5	27/11/2017	65992	230	* V
QHF6436	P00W2000M1	28/11/2017	65992	230	* V
MCI9784	P02QT000HX	30/11/2017	65992	230	* V
MJR8039	P00W2000LK	07/11/2017	66372	230	* IX
DAS0285	P00ZA000JQ	23/11/2017	67261	230	* XVIII
MCZ0598	P00W2000LZ	26/11/2017	52741	175	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LAURITO AKIRA SATO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1662/2017**

Publicação Nº 1453880

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO FRANCISCO DO SUL - 283190

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8082 1662/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

GPE7975	54323144N	27/11/2017	50020	257	õ 8\$
MHD4549	P02QS000G8	28/11/2017	76251	ART	181, XX
MJG9502	P00W2000M3	28/11/2017	76252	ART	181, XX
CLM4001	P02QS000FR	25/11/2017	76252	ART	181, XX
JGL7865	P02QS000FU	25/11/2017	76252	ART	181, XX
MIC6940	P02QT000EO	23/10/2017	76252	ART	181, XX
AGP3444	P00W2000KW	28/10/2017	52070	169	
MJR8039	P00W2000LI	07/11/2017	52070	169	
MCK2336	P00W2000KJ	26/10/2017	53800	181	* I
MEB3963	P02QT000EX	28/10/2017	55090	181	* XIII
MCZ0598	P00W2000M0	26/11/2017	58350	195	
MDJ5389	P00ZA000JT	27/11/2017	51851	167	
MBA3826	P02QT000H0	25/11/2017	51851	167	
MER9369	P02QS000FO	23/11/2017	54522	181	* VIII
MMB6847	P02QS000E3	01/11/2017	60501	208	
MGH1935	P02QT000FG	01/11/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
AIN3473	P02QT000FS	06/11/2017	55414	181*	XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO FRANCISCO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JACKSON PORTELLA DE LIMA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### São João Batista

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1480/2017

Publicação Nº 1453793

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1480/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJC1700	55476147F	29/06/2016	50450	162 * V	191.54
MAE8380	P01KB001NZ	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHC8152	P01KC001RR	21/08/2017	50450	162 * V	293.47
MAP2557	P01KB001NI	17/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFI4945	P01KB001S9	05/10/2017	69120	232	88.38

MLV4185	P01KB001RY	02/10/2017	73400	252	*	IV	130.16
MAP2557	P01KB001NH	17/08/2017	50371	162	*	III	586.94
MHC8152	P01KC001RQ	21/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MAE8380	P01KB001NY	22/08/2017	65992	230	*	V	293.47
MET6387	P03LG00002	03/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MBR7541	P01KB001O5	26/08/2017	65992	230	*	V	293.47
AJY5033	P01KB001SE	10/10/2017	65992	230	*	V	293.47
IKU0775	P01KC00209	02/10/2017	65992	230	*	V	293.47
MAE8380	P01KB001O0	22/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
IMF2921	P01KC001XT	20/09/2017	52741	175			2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1481/2017**

Publicação Nº 1453792

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8151 1481/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MIO7645	54304993N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
IKU0775	P01KC0020A	02/10/2017	52070	169	88.38
LWZ4855	P01KC001RP	19/08/2017	57200	186 *	195.23
MAP8138	54174359G	03/08/2017	58350	195	195.23
QIK1432	P01KB001RJ	01/10/2017	58350	195	195.23
QHA1607	P01KC001WK	12/09/2017	61300	214 *	293.47
MJN9096	P01KC001Z0	23/09/2017	65300	228	195.23
CVR7438	P01KC001ZZ	28/09/2017	51851	167	195.23
MJY2873	P01KC001YC	22/09/2017	51851	167	195.23
MII3696	P01KC001S4	24/08/2017	51851	167	195.23
MJP2527	55796607C	30/08/2017	51851	167	195.23
MKX5954	P01KB001NT	20/08/2017	51851	167	195.23
MJC8081	P01KC001QP	04/08/2017	51851	167	195.23
MGN0757	P01KB001RO	02/10/2017	51851	167	195.23
DDP6446	P01KB001RR	02/10/2017	51851	167	195.23



MJV4042	P01KB001RS	02/10/2017	51851	167	195.23
MHY9568	P01KB001RU	02/10/2017	51851	167	195.23
LXQ5555	P01KB001RX	02/10/2017	51851	167	195.23
ACP9859	P01KC0020E	04/10/2017	51851	167	195.23
MJR9633	P01KC0020N	04/10/2017	51851	167	195.23
MIG1698	P01KC0020W	04/10/2017	51851	167	195.23
MLE9549	P01KC00211	04/10/2017	51851	167	195.23
IBH3575	P01KC00213	04/10/2017	51851	167	195.23
MRY0990	P01KB001RL	01/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
LWZ4855	P01KC001RO	19/08/2017	58192	193	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVANIO PIZZI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1478/2017

Publicação Nº 1453795

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1478/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MFM2851	P03LG0000I	04/11/2017	50100	162 * I
MFY7077	P01KB001U4	29/11/2017	50100	162 * I
MDJ8808	P01KC002B2	23/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFY7077	54170081F	29/11/2017	73400	252 * IV
MGG0859	P01KC002B3	26/11/2017	65992	230 * V
MII8119	P01KC0027W	05/11/2017	66531	230 * XI
MFY7077	54170082F	29/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA)

DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANGELO MORENO CINTRA FRAGELLI  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8151 1479/2017**

Publicação Nº 1453794

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO BATISTA - 283210

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8151 1479/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SEND0 PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QIO8334	54322995N	27/11/2017	50020	257 ã 8\$
MDP0386	54325030N	01/12/2017	50020	257 ã 8\$
MCK6150	P01KB001U1	27/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MJK3967	P01KC00278	01/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MMB3913	54174744G	24/11/2017	53710	180
MJK3967	P01KC00279	01/11/2017	51851	167
QHB4073	P01KC0025L	24/10/2017	51851	167
LWU9544	P01KC00264	24/10/2017	51851	167
MKY9217	P01KC0026K	28/10/2017	51851	167
ATW4666	P01KC0026S	31/10/2017	51851	167
MMB3913	54174745G	24/11/2017	52312	172
MHO8974	P01KC002BF	30/11/2017	54283	181 * V
JRM8082	P01KC0025A	24/10/2017	56731	183
MBQ7558	P01KC0027K	02/11/2017	58191	193

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO BATISTA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVANIO PIZZI  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**São João do Oeste****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8310 494/2017**

Publicação Nº 1453689

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8310 494/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFN2915	55868095D	23/09/2017	51930	168	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**São João do Sul****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8374 750/2017**

Publicação Nº 1453652

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8374 750/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ILM5063	P01FH000QZ	05/08/2017	50100	162 * I	880.40
MDG6861	P01FH000SC	17/08/2017	50100	162 * I	880.40
ILM5063	P01FH000R0	05/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ILM5063	P01FH000R1	05/08/2017	52070	169	88.38
IQR1032	P01FH000SI	18/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
MBG4196	P01FH000SP	20/08/2017	69120	232	88.38
LYO9064	P01FH000W8	18/09/2017	51851	167	195.23
MHW4367	P01FH000SA	16/08/2017	51851	167	195.23
QIT5046	P01FH000SU	22/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
MJY2914	P01FH000WG	19/09/2017	65561	230 * I	293.47
MDG6861	P01FH000SF	17/08/2017	65561	230 * I	293.47
IQR1032	P01FH000SH	18/08/2017	65561	230 * I	293.47
ILM5063	P01FH000QY	05/08/2017	65992	230 * V	293.47
LZO2183	P01FH000S7	16/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDW5767	P01FH000Y6	14/10/2017	65992	230 * V	293.47
MBG4196	P01FH000SK	20/08/2017	65992	230 * V	293.47
ITK0620	P01FH000X8	30/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDINEI CHARÇO TEIXEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 749/2017**

Publicação Nº 1453653

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8374 749/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJW1857	P01FH000ZC	29/10/2017	75790	165 A
CHR8840	P01FH000ZS	02/11/2017	75790	165 A
INI5575	P01FH000ZQ	02/11/2017	50100	162 * I
INI5575	P01FH000ZP	02/11/2017	51180	164 c/c 162 * I

MIZ1736	P01FH000ZJ	30/10/2017	67690	230	*	XXII
CHR8840	P01FH000ZT	02/11/2017	51851	167		
LYQ9791	P01FH0012X	29/11/2017	51851	167		
IFX5948	P01FH0012Z	29/11/2017	65992	230	*	V
MID4988	P01FH000Z4	25/10/2017	65992	230	*	V
MID4988	P01FH000Z5	25/10/2017	66102	230	*	VII
MBC0231	P01FH0010H	05/11/2017	66102	230	*	VII
IKT3559	P01FH000ZH	30/10/2017	66371	230	*	IX

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAO DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RUDINEI CHARÇO TEIXEIRA  
DELEGADO DE POLICIA

### São Joaquim

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1611/2017

Publicação Nº 1453701

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8284 1611/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHI1396	P03D500029	21/08/2017	57380	186 * II	293.47
MLN7753	P03D50004K	12/10/2017	54521	181 * VIII	195.23
MJD2599	P03D50004Q	16/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE MORAIS DA ROSA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1609/2017**

Publicação Nº 1453703

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8284 1609/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDI5985	P03D500065	06/11/2017	50291	162* II
MHP9064	P03D10000M	29/11/2017	50100	162 * I
MHP9064	P03D10000N	29/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDI5985	P03D500061	06/11/2017	51691	165
MGU5227	P03D500058	28/10/2017	65992	230 * V
MHP9064	P03D10000L	29/11/2017	65992	230 * V
MHP9064	P03D10000O	29/11/2017	66371	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JOS CARLOS GARCIA  
DELEGADO REGIONAL 27. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8284 1610/2017**

Publicação Nº 1453702

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAQUIM - 283250

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8284 1610/2017



FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
CEG3943	P03D50006V	11/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MGG4293	55033824F	30/10/2017	51851	167
MLF0134	55033826F	30/10/2017	51851	167
MIJ7071	55033834F	30/10/2017	51851	167
QHF3609	P03D500084	25/11/2017	54521	181 * VIII
IWI1594	P03D500087	26/11/2017	56221	182 * VI
MIO8705	55033839F	30/10/2017	60412	207
MKG0990	55033831F	30/10/2017	60412	207
MDA9844	P03D50005G	29/10/2017	59670	203 * V
AAB0171	P03D50006O	10/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOAQUIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE MORAIS DA ROSA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**São José**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2549/2017**

Publicação Nº 1453956

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2549/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

MKW4168	P01640004S	27/08/2017	75790	165	A	2934.68
MCV0308	P01HC0023N	15/08/2017	50100	162	* I	880.40
MDV1245	P02NS0001M	16/08/2017	50100	162	* I	880.40
DHW9875	P01HE0022W	16/08/2017	50100	162	* I	880.40
MFQ0765	P015A000FE	26/07/2017	50100	162	* I	880.40
MDZ7273	P01HE0025J	28/08/2017	50100	162	* I	880.40
LXT4606	P01HE0026L	02/09/2017	50100	162	* I	880.40
MFG7955	P02NR0003K	05/09/2017	50100	162	* I	880.40
HHJ0448	P02NR0003M	05/09/2017	50100	162	* I	880.40
MDU4291	P03Q800002	08/09/2017	50100	162	* I	880.40
MDX1593	P02NX0004W	14/09/2017	50100	162	* I	880.40
MEJ2342	P01HE002DI	27/09/2017	50100	162	* I	880.40
MGA7356	P01HC002EQ	02/10/2017	50100	162	* I	880.40
MBB4343	P01HC002FW	05/10/2017	50100	162	* I	880.40
MBC5515	P02TQ0002E	05/10/2017	50100	162	* I	880.40
MDF8818	P01HC002FU	05/10/2017	50450	162	* V	293.47
LZP3582	P01HE0026P	04/09/2017	50450	162	* V	293.47
MFK4628	55791868F	04/08/2017	50450	162	* V	293.47
MEJ2342	P01HE002DJ	27/09/2017	50610	163	c/c 162 * I	880.40
MJZ3465	P01HE002DO	28/09/2017	64080	221		130.16
MAE2022	P02NX0002S	02/08/2017	64080	221		130.16
MHB8815	P01HE0026T	04/09/2017	64080	221		130.16
MEK4834	P035U000BX	07/08/2017	66020	230	* VI	293.47
MFI4825	P01HC002ER	02/10/2017	66020	230	* VI	293.47
MMI9721	55792078F	21/09/2017	66020	230	* VI	293.47
MFV0316	P01HE002BC	20/09/2017	67000	230	* XVI	195.23
MCQ7014	P02WO0000R	01/10/2017	73580	252	* V	130.16
IIB6436	P01HC002D4	22/09/2017	50371	162	* III	586.94
MDI6776	P01HE0029W	15/09/2017	51691	165		2934.68
IFC1345	54981141F	09/08/2017	65561	230	* I	293.47
IIB6436	P01HC002D5	22/09/2017	65564	230	* I	293.47
MIQ1276	P01HE002CW	26/09/2017	65992	230	* V	293.47
MDD0304	P01HE002AZ	19/09/2017	65992	230	* V	293.47
MGA7356	P01HC002EP	02/10/2017	65992	230	* V	293.47
MBM0584	P01HC002DV	27/09/2017	65992	230	* V	293.47
DDP1923	P01HE002D5	27/09/2017	65992	230	* V	293.47
MEO2045	54981119F	09/08/2017	65992	230	* V	293.47
LXT4606	P01HE0026N	02/09/2017	65992	230	* V	293.47
MEF8691	P01HE00289	08/09/2017	65992	230	* V	293.47
LZP3582	P01HE0026Q	04/09/2017	65992	230	* V	293.47
MKE0394	55791640F	03/08/2017	65992	230	* V	293.47
MFQ0765	P015A000FH	26/07/2017	65992	230	* V	293.47
MFO6584	P01HE00209	24/07/2017	65992	230	* V	293.47
DHW9875	P01HE0022X	16/08/2017	65992	230	* V	293.47
MEW5416	55792083F	02/10/2017	65992	230	* V	293.47
MHF8107	P01HC002H7	10/10/2017	65992	230	* V	293.47
MLE1207	P01HE002EW	04/10/2017	65992	230	* V	293.47
LPH5247	P01HC002EX	03/10/2017	65992	230	* V	293.47
MDT5063	P01HE002EN	03/10/2017	65992	230	* V	293.47
MBB4343	P01HC002FX	05/10/2017	65992	230	* V	293.47
LWW4443	P01HC002FZ	05/10/2017	65992	230	* V	293.47
MBC5515	P02TQ0002D	05/10/2017	65992	230	* V	293.47
MCB4638	P01HE002FD	05/10/2017	66102	230	* VII	195.23
MBB4343	P01HC002FV	05/10/2017	66102	230	* VII	195.23
MCM6034	P01HC002GM	09/10/2017	66102	230	* VII	195.23
LYH7521	P01HC002DN	27/09/2017	66102	230	* VII	195.23
LYH7521	P01HC002DO	27/09/2017	66371	230	* IX	195.23
MCD1626	P02NX0004R	14/09/2017	66371	230	* IX	195.23
MID2114	P02NX0003S	25/08/2017	66371	230	* IX	195.23
MHY8586	54982384F	31/08/2017	66372	230	* IX	195.23
JNK8835	P0166000H6	15/10/2017	66372	230	* IX	195.23
MCO6576	P01HE002HX	12/10/2017	67261	230	* XVIII	195.23

MCB4638	P01HE002FE	05/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDP8851	P01HE002F7	04/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFP8340	P01HC002F1	03/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBS1168	P01HC002EF	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFI4825	P01HE002E5	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
IOO1873	P01HC002F4	03/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
AVZ5269	P01HE002E6	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGO5762	P02NR0003Q	14/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDL6274	P01HC00295	11/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
EAD4500	P02PB0002G	15/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MBW2876	P01HE002CX	26/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MAS0103	P01HC002BZ	20/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGW0130	P01HC002C6	21/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
EOM1463	P01HE002C6	22/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFV3060	P01HE002C9	22/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDW5228	P01HC002EC	28/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
QHA2378	P01HE002DS	28/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGE4989	P01HE002EE	02/10/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MDW7939	P01HE002D6	27/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MMJ0496	P01HC002E5	28/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
ELQ8123	P01HC002E9	28/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LXT4606	P01HE0026M	02/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGP7658	54981143F	09/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
LCK3742	P01HE0027W	07/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MEF8691	P01HE00288	08/09/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MCV0308	P01HC0023O	15/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MFK4628	55791867F	04/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
QHV6903	P01HE0025G	28/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MGM5033	P01HE0021H	26/07/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
IEI8076	P01HC0022R	07/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23
MHE9326	P01HC0022U	10/08/2017	67261	230	*	XVIII	195.23

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2550/2017**

Publicação Nº 1453955

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8023 2550/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHZ4025	54304892N	03/10/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
OKH7009	54304893N	03/10/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
AOK6576	54304895N	03/10/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
QHV2629	P02NY000XS	12/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MJD4138	P02NY000XY	13/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
FIK6603	P015Y0003U	17/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MMJ6335	P02PC0014Y	10/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MDL4354	P02PC0012W	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
FQS3542	P02UN000EP	12/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MIC8495	P02UN000F7	13/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MLQ0507	P02PC000WD	08/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MGQ6713	P02WT0001Y	09/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AVT3202	P02PC000ZE	17/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AZO2504	P02PC000OF	12/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
OOO3777	P02PC000SK	20/07/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHZ4837	P02NY000W3	01/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MIB9258	P02NX0004V	14/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MEP2011	P035U000DR	14/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
NOZ1367	P02UN000G2	19/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MES3106	P02UN000GE	22/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHZ7275	P02PC0013A	29/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFC7997	P02PC0016U	16/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDD8217	P035U000ES	15/09/2017	53800	181 * I	130.16
MLX5353	P015Y00036	03/08/2017	54600	181 * IX	130.16
DRQ6043	P02NY0010X	08/10/2017	54600	181 * IX	130.16
MLA1772	P02PC00135	28/09/2017	54600	181 * IX	130.16
MFV6963	P03AU0000Y	11/10/2017	54870	181 * XI	195.23
MBT5752	P035U000E2	14/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MHU9331	P02NY000YK	19/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MKR4802	P02NX00053	20/09/2017	57200	186 * I	195.23
DNS2927	P03AU00008	03/10/2017	57200	186 * I	195.23
MEF8691	P01HE00287	08/09/2017	58350	195	195.23
MCQ7014	P02WO0000Q	01/10/2017	64910	227 * II	88.38
MFN0407	54890505G	07/09/2017	65300	228	195.23
MEU5155	P02NY000Y4	13/09/2017	51851	167	195.23
CJB8958	P02PC000SS	20/07/2017	51851	167	195.23
MFY0133	P02WR00029	24/08/2017	51851	167	195.23
LWZ8538	P02NY000HD	13/07/2017	51851	167	195.23
MFR1763	P02UN0004W	04/07/2017	51851	167	195.23
FBL4566	P02WU0000L	18/08/2017	51851	167	195.23
MIX1031	P02WR00022	24/08/2017	51852	167	195.23
KUP8242	P02NY00123	11/10/2017	51852	167	195.23
MIU1235	P02NY000EA	05/07/2017	54521	181 * VIII	195.23
MCH8946	P01640005C	29/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
DRQ6043	P02NY0010W	08/10/2017	54522	181 * VIII	195.23
MEF8691	P01HE00286	08/09/2017	58191	193	880.40
MFD5833	P02PC0012X	27/09/2017	58433	196	195.23
QHT5854	P035U000DZ	14/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QII8104	P035U000DM	14/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
AMB3931	P02NY000XD	12/09/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MJY2431	P035U000C7	09/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
APT5974	P02PC00148	04/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGH8829	P03AU0000N	10/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JDM2004	P03AU00009	03/10/2017	73662	252*VI	130.16
QHH8233	P02PC000V1	03/08/2017	73662	252*VI	130.16
IOB3435	P02NY000Z5	21/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2049/2017**

Publicação Nº 1453547

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2049/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJY7797	54114663G	23/09/2017	50292	162* II	880.40
MFT4554	54114659G	22/09/2017	50100	162 * I	880.40
MBB3350	54114459G	28/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFT4554	54114660G	23/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MKF0602	54114668G	22/09/2017	69120	232	88.38
MFT4554	54114657G	22/09/2017	65992	230 * V	293.47
MBB3350	54114458G	28/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8714 2050/2017**

Publicação Nº 1453546

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE TRANSITO N.8714 2050/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MGL2624	54293336N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHE2450	54303447N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MIK8331	54303449N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
NSW4607	54303451N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKE1647	54303454N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHC8066	54303455N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHD4739	54303458N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
BAP1540	54304696N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MKL2275	54306160N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
KYH7168	54306162N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QIS6432	54306168N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKF0237	54306170N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MLQ3044	54307254N	10/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	293.47
MGD2655	54115760G	29/09/2017	76251	ART 181, XX	293.47
LYO3082	54109885G	22/08/2017	76251	ART 181, XX	293.47
KWA9533	54114006G	16/09/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MML1493	54107782G	05/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MEU7293	54107787G	11/10/2017	76252	ART 181, XX	293.47
QHV7312	54111844G	13/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MMC6644	54116751G	03/10/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
OKH8792	54112974G	25/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MHC8192	54922048F	25/08/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
ALQ6232	54918300F	27/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
AKR3978	54114318G	20/09/2017	76331	ART 252, UNICO	293.47
MHQ0271	54114312G	18/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MFT4554	54114658G	22/09/2017	51930	168	293.47
MED6884	54116700G	04/10/2017	52070	169	88.38
MKW5628	54116673G	01/10/2017	52070	169	88.38
GTV7769	54113851G	14/08/2017	53800	181 * I	130.16
DMD0410	54115701G	20/09/2017	54600	181 * IX	130.16
LXT0635	54113423G	02/10/2017	54600	181 * IX	130.16
MEU8963	54111881G	31/07/2017	54870	181 * XI	195.23
MCD0717	54115901G	21/09/2017	55090	181 * XIII	130.16
MHJ5920	54116109G	25/09/2017	55090	181 * XIII	130.16
MFZ4113	54116774G	05/10/2017	55090	181 * XIII	130.16
ALQ1466	54114402G	04/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MCV0119	54116555G	30/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MMB2839	54116285G	28/09/2017	55250	181 * XV	130.16
ADC9363	55669723C	29/08/2017	55250	181 * XV	130.16
ATL8620	54112306G	03/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
KKU4602	54112310G	03/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
HFD8336	54113689G	04/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MDX9023	54114014G	23/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16



MJJ5801	54113554G	31/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MJV0279	55669350C	31/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MFJ7062	54107819G	01/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MFE3917	54113212G	01/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MKV6172	54921941F	20/06/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MGQ1629	54112190G	01/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MIW2174	54113135G	01/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
ASM8202	54113665G	16/08/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MAT5655	54116257G	26/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MKP6539	54116290G	28/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MGI7696	54116528G	27/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
QHT5857	54116360G	30/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
IEI0615	54116362G	30/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MMD8315	54115768G	01/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MJR0038	54107845G	29/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MJQ7351	54116653G	29/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MDT8706	54116240G	28/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MBI1427	54114913G	18/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MFO7048	54114843G	22/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
OKG2609	54116141G	25/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
AVX6705	54116107G	25/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
QHL5936	54113417G	23/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MEX8318	54112981G	24/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MHK3931	54116243G	29/09/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MJX0482	54117256G	02/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
EYJ3244	54117084G	07/10/2017	55500	181	*	XVIII	130.16
MKZ3656	54114573G	29/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MJX5668	54116719G	28/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
OKF9422	54116890G	03/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MAY1245	54115022G	05/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MFV0807	54115813G	22/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MLW4273	54116145G	25/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MKF0237	54114922G	19/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MIB6454	54115012G	02/10/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MCV0119	54116552G	30/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MED6936	54116193G	26/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MFM9845	54116808G	29/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MFF1105	54116295G	28/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MHU2813	54109685G	18/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
AFF0811	54113353G	05/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
CPD7459	54111425G	14/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MLE3221	54109660G	15/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MIG4276	54113149G	01/08/2017	55680	181	*	XIX	195.23
LYT1864	54114141G	11/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
MGR3893	54116655G	29/09/2017	56650	182	*	X	130.16
MJV3699	54115616G	16/10/2017	57200	186	*	I	195.23
MHA0963	54113386G	01/09/2017	57200	186	*	I	195.23
MKK1129	54113478G	03/08/2017	57200	186	*	I	195.23
MLD3635	54111185G	23/06/2017	57380	186	*	II	293.47
MKM8022	54111890G	02/08/2017	59910	206	*	I	293.47
MKJ3522	54113096G	28/08/2017	59910	206	*	I	293.47
GRW0084	54115206G	19/09/2017	51851	167			195.23
LZZ6483	54113347G	10/08/2017	51851	167			195.23
MAJ8877	54116352G	27/09/2017	51851	167			195.23
MEE5282	54116509G	25/09/2017	51851	167			195.23
MBD9345	54116674G	01/10/2017	51851	167			195.23
MFR7039	54114941G	25/09/2017	51851	167			195.23
LAH6614	54111350G	24/09/2017	51851	167			195.23
MJF7891	54117433G	09/10/2017	51851	167			195.23
ARR8112	54116401G	26/09/2017	51852	167			195.23
LYH5671	54116032G	26/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
JIB7115	54116019G	25/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MJX6686	54116194G	26/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23

IPQ0693	54116181G	26/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MLU8250	54116179G	26/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MDA5842	54116170G	26/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
IRX1487	54114819G	19/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
DHS6225	54114820G	19/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MLL7216	54116001G	21/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
LYX1769	54116867G	29/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MKB3209	54116854G	28/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QIX3300	54116244G	29/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MIG9425	54116219G	27/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHH6275	54116049G	28/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
ASS6063	54116531G	27/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHL4746	54116532G	27/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MEC4838	54116259G	26/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHS6705	54116273G	26/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MKP1491	54116280G	28/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MMI7161	54113277G	04/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MGH2486	55660437C	17/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MHJ4207	55122288C	24/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MAL9061	54111692G	08/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MGW8824	54112594G	21/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QIG2950	54113219G	03/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QIE6240	54920744F	20/07/2017	54521	181	*	VIII	195.23
DQH0249	54114987G	18/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
NRP5862	54115690G	20/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QHU1375	54114788G	18/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
JGF8449	54114864G	13/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
ISD5496	55677619C	31/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
FRF5650	55661831C	28/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QIM1555	54110444G	28/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
ATR5236	54108592G	30/08/2017	54521	181	*	VIII	195.23
QID4760	54909634F	01/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MFU8389	54114568G	30/09/2017	54521	181	*	VIII	195.23
AHL8489	54114577G	03/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
MEB8836	54117558G	11/10/2017	54521	181	*	VIII	195.23
ALQ1466	54117074G	04/10/2017	54522	181	*	VIII	195.23
AKR3675	54113280G	04/08/2017	56221	182	*	VI	88.38
EGW2778	54923571F	08/08/2017	56221	182	*	VI	88.38
EGW2778	54923572F	08/08/2017	58191	193			880.40
AKR3675	54113281G	04/08/2017	58191	193			880.40
MIM3293	54113515G	08/08/2017	60681	209			195.23
QHI4499	54109651G	23/05/2017	55411	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
IPQ0693	54116177G	26/09/2017	55411	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
MMC5096	54116040G	27/09/2017	55411	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
LNO0180	54113894G	28/09/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGO2808	54116216G	27/09/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
MEC5687	54116009G	22/09/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
MCD4614	54113175G	03/08/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
MHW9695	54113776G	15/08/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHE5017	55122269C	24/08/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
MEW2804	54923413F	28/08/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
MFT5933	54113976G	05/09/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
ARJ2716	54114976G	14/09/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
ISM4405	54114148G	11/09/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
LSR5435	54115706G	20/09/2017	55414	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
IJG9613	54115654G	19/09/2017	55417	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
QHF8390	54115661G	19/09/2017	55417	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
KEY5051	54115068G	18/09/2017	55417	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
NSI3351	54114855G	13/09/2017	55417	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIR3606	54923409F	28/08/2017	55417	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
AQL0979	54909647F	01/09/2017	55417	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
OLR8113	55677633C	31/08/2017	55417	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIX8744	54110337G	31/08/2017	55417	181	*XVII	c/ Lei13146	195.23

MCE6535	54909265F	23/08/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MGE2595	54113243G	03/08/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MIJ4249	54110265G	07/06/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
KYD6462	54116405G	26/09/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
MMF1306	54116406G	25/09/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
AQL0979	54114933G	22/09/2017	55417	181*XVII	c/ Lei13146	195.23
ATD4767	54115604G	04/10/2017	73661	252*VI		130.16
MFR7039	54114942G	25/09/2017	73662	252*VI		130.16
IRE8135	54114456G	22/09/2017	73662	252*VI		130.16
DYE7055	54114301G	05/09/2017	73662	252*VI		130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2547/2017

Publicação Nº 1453958

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2547/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

IQE7023	P01HC002LQ	27/10/2017	50291	162* II
MGA7949	P03OL0000Y	28/11/2017	50292	162* II
MDQ0307	P0166000I3	29/11/2017	50100	162 * I
MDO5303	P02NS0003C	30/11/2017	50100	162 * I
MCF0973	P01610008I	26/10/2017	50100	162 * I
LZO4552	P01HE002HS	12/10/2017	50100	162 * I
QHB0917	55949487E	20/11/2017	50100	162 * I
IFR3587	55791540F	23/11/2017	50100	162 * I
MBL6424	P01HC002Q9	27/11/2017	50100	162 * I
KOR2168	P01HE002RB	27/11/2017	50100	162 * I
MHX3821	P01HE002RO	28/11/2017	50100	162 * I
MIB0819	P01HE002RI	28/11/2017	50450	162 * V
MHK7228	P01HE002RC	28/11/2017	50450	162 * V

MKD1837	55791550F	24/11/2017	50450	162	*	V
IHS9752	55949481E	17/11/2017	50450	162	*	V
MET6363	55791521F	23/11/2017	50450	162	*	V
MGQ1173	P01HE002K7	23/10/2017	50450	162	*	V
MIN7098	54982400F	14/11/2017	64080	221		
MJA2057	P01HC002QB	27/11/2017	64080	221		
MLV7337	P01HE002R9	27/11/2017	64080	221		
MIIO559	P04130000K	21/11/2017	66020	230	*	VI
MIIO559	P04130000L	21/11/2017	67000	230	*	XVI
MEE4407	55083727E	22/11/2017	67000	230	*	XVI
MJZ3532	P04130000Y	27/11/2017	69120	232		
MGQ1173	P01HE002K8	23/10/2017	50371	162	*	III
MAE6077	P01HE002LK	26/10/2017	65561	230	*	I
MKR2788	P01HE002QY	27/11/2017	65561	230	*	I
MIB0819	P01HE002RH	28/11/2017	65564	230	*	I
KOR2168	P01HE002RA	27/11/2017	65992	230	*	V
MBL6424	P01HC002QA	27/11/2017	65992	230	*	V
IQW1573	P01HC002Q1	24/11/2017	65992	230	*	V
MBW3491	55791543F	23/11/2017	65992	230	*	V
ADO1307	55083747E	23/11/2017	65992	230	*	V
DER7408	55083748E	23/11/2017	65992	230	*	V
MIR4045	55791535F	23/11/2017	65992	230	*	V
ANH3304	55791536F	23/11/2017	65992	230	*	V
IFR3587	55791539F	23/11/2017	65992	230	*	V
MHR5246	55789596F	16/11/2017	65992	230	*	V
IHS9752	55949480E	17/11/2017	65992	230	*	V
OKF9175	55083726E	22/11/2017	65992	230	*	V
IPL4358	55949482E	20/11/2017	65992	230	*	V
MDP9158	P01HE002LM	26/10/2017	65992	230	*	V
MLW1137	P01HE002LJ	26/10/2017	65992	230	*	V
MCF0973	P01610008J	26/10/2017	65992	230	*	V
MBQ2744	P0169000DA	27/10/2017	65992	230	*	V
LYR3629	P01HE002HP	12/10/2017	65992	230	*	V
MIP1780	P01640006C	22/11/2017	65992	230	*	V
MLA2591	P02NR0004I	23/11/2017	65992	230	*	V
MAM0404	P04130000W	24/11/2017	65992	230	*	V
MKD1837	P01HC002PT	24/11/2017	65992	230	*	V
HGG6097	P01HE002M4	30/10/2017	65992	230	*	V
MDY4557	P01HE002N9	01/11/2017	65992	230	*	V
LZT9023	P0169000DH	04/11/2017	65992	230	*	V
MDO5303	P02PB0003T	30/11/2017	65992	230	*	V
MDQ0307	P0166000I4	29/11/2017	65992	230	*	V
MCI7633	P03OL0000X	28/11/2017	65992	230	*	V
MGL6481	P01HE002S4	29/11/2017	65992	230	*	V
MJE3686	P01HE002RR	29/11/2017	65992	230	*	V
MKG5956	P01HE002S0	29/11/2017	65992	230	*	V
MDQ0307	P0166000I7	29/11/2017	66102	230	*	VII
MDT6662	P01HC002PS	22/11/2017	66102	230	*	VII
MJJ4884	P01HE002I2	12/10/2017	66102	230	*	VII
MEU6713	P01HE002LH	26/10/2017	66102	230	*	VII
MDI6219	P01HC002I9	16/10/2017	66102	230	*	VII
MFA7117	P01HC002LS	27/10/2017	66102	230	*	VII
MEB3039	P01HE002K3	23/10/2017	66372	230	*	IX
MHX4016	55786246F	17/11/2017	66372	230	*	IX
MJX9412	55791525F	23/11/2017	66372	230	*	IX
MCZ0613	55083732E	22/11/2017	67261	230	*	XVIII
IIM1292	55083744E	22/11/2017	67261	230	*	XVIII
IEM6744	55949486E	20/11/2017	67261	230	*	XVIII
MEY6150	55791541F	23/11/2017	67261	230	*	XVIII
MHK4797	55791542F	23/11/2017	67261	230	*	XVIII
MIV6558	P01HC002QS	28/11/2017	67261	230	*	XVIII
MHX3821	P01HE002RP	28/11/2017	67261	230	*	XVIII
MAY8925	P01HE002NI	03/11/2017	67261	230	*	XVIII

MCH2273	P01HE002M5	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
AFH2999	P01HE002MS	31/10/2017	67261	230	*	XVIII
MCC1166	P01HE002N7	01/11/2017	67261	230	*	XVIII
LZH4438	P01HE002QN	24/11/2017	67261	230	*	XVIII
MAM0404	P04130000X	24/11/2017	67261	230	*	XVIII
MLE0276	P01HE002MF	30/10/2017	67261	230	*	XVIII
QHV8875	P01HC002LB	26/10/2017	67261	230	*	XVIII
MGC3033	P01HE002J5	18/10/2017	67261	230	*	XVIII
MDQ6049	P01HC002JT	20/10/2017	67261	230	*	XVIII
MDI6219	P01HC002I8	16/10/2017	67261	230	*	XVIII
MJG4588	P01HE002SH	30/11/2017	67261	230	*	XVIII
MOK0401	P01HC002R9	29/11/2017	67261	230	*	XVIII
MDQ0307	P0166000I5	29/11/2017	52741	175		
MDO5303	P02NS0003D	30/11/2017	52741	175		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL DRP SAO JOSE

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2548/2017**

Publicação Nº 1453957

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - 283270

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8023 2548/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-  
DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MKV4315	54312701N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MJN7618	54322968N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIX0368	54322969N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIU6277	54322970N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKF1252	54322971N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHO3097	54322972N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
ITE5139	54324001N	28/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKJ8976	54325146N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIQ6345	P02PC001FR	24/11/2017	76251	ART 181, XX



MLD7311	P02PC001G9	26/11/2017	76251	ART 181, XX
MCY9114	P02PC001EO	23/11/2017	76251	ART 181, XX
QIQ6345	P02PC001EQ	23/11/2017	76251	ART 181, XX
MIQ0111	P02PC001ES	23/11/2017	76251	ART 181, XX
MLE0276	P02PC0017L	24/10/2017	76251	ART 181, XX
EME7277	P02UN000JG	30/10/2017	76251	ART 181, XX
LRT3954	P02NY0015O	04/11/2017	76251	ART 181, XX
MEG8094	P02NY0018X	23/11/2017	76252	ART 181, XX
MIK6401	P03AU00019	14/10/2017	76252	ART 181, XX
MLD7311	P02PC001FF	24/11/2017	76252	ART 181, XX
MDU9998	P02PC001GB	26/11/2017	76252	ART 181, XX
MMM1061	P02PC001GJ	26/11/2017	76252	ART 181, XX
MJT1610	P02NY0019E	27/11/2017	76252	ART 181, XX
MKR0635	P02NY0012K	11/10/2017	76331	ART 252, UNICO
QHB0302	P02PC0018F	26/10/2017	76331	ART 252, UNICO
AVP9184	P02PC001E4	21/11/2017	76331	ART 252, UNICO
QHW5398	P02NY00187	20/11/2017	76332	ART 252, UNICO
AYU8336	P02NY00198	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MHW9249	P02PC001F7	24/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MMI5041	P02PC001F9	24/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MJW3873	P02UN000IU	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MFR7833	P02PC0018Q	27/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QHW8046	P02PC0016Z	18/10/2017	76332	ART 252, UNICO
DEF0359	P02PC00185	26/10/2017	76332	ART 252, UNICO
QHV4027	P02PC00181	25/10/2017	76332	ART 252, UNICO
MHR0215	P02UN000N0	29/11/2017	76332	ART 252, UNICO
CQL3707	P04130001D	29/11/2017	52070	169
MIX4040	P02PC001H7	28/11/2017	54600	181 * IX
IDL4114	P02PB00037	06/11/2017	54600	181 * IX
MEL6807	P035U000FH	03/11/2017	54600	181 * IX
MMA9075	P02PC0019F	30/10/2017	55500	181 * XVIII
MKS5654	P041300019	27/11/2017	55500	181 * XVIII
MJJ1066	P04130001M	29/11/2017	55680	181 * XIX
MFO1608	P04130001E	29/11/2017	55680	181 * XIX
ATK2948	P02NY0012Q	17/10/2017	61220	214 * I
MIJ8402	P02PC0018A	26/10/2017	51851	167
NOR1837	P02PC0019L	31/10/2017	51851	167
MIE8413	P02NY0019Z	28/11/2017	51851	167
IQX9962	P0166000I0	29/11/2017	51851	167
MIE9269	P02NY001AJ	29/11/2017	51851	167
MIU8057	P02NY001AR	29/11/2017	51852	167
LZO8132	P02NY0019P	28/11/2017	51852	167
MEL0455	P02PC0018G	26/10/2017	51852	167
MJF0919	P02PC00189	26/10/2017	51852	167
MJL2906	P02UN000MK	27/11/2017	54521	181 * VIII
MIF7673	P02PC001HI	29/11/2017	54521	181 * VIII
MLT0575	P015Y00045	28/11/2017	54521	181 * VIII
MIZ9551	P02PC001GY	28/11/2017	54521	181 * VIII
MCN0034	P02PC001E8	22/11/2017	58191	193
IQX9962	P0166000HZ	29/11/2017	58433	196
MIP1780	P01640006B	22/11/2017	60501	208
MKY5220	P02PC001EM	23/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIY9396	P02PC0019W	01/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MLR3617	P03AU00026	26/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJL9649	P02UN000II	26/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
QIG8516	P03AU00011	11/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MDW3037	P02NY0010L	05/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MKC0515	P02NY001A2	28/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MJN5127	P02PC001HH	29/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MEY7092	P02PC001HK	29/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MIL3823	P02PC001HM	29/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MEE5282	P01HE002RX	29/11/2017	73662	252*VI
DOR1297	P02NY001A0	28/11/2017	73662	252*VI



MHX4016 55786245F 17/11/2017 73662 252\*VI  
QHW8046 P02NY0010Z 09/10/2017 73662 252\*VI  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2047/2017

Publicação Nº 1453549

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2047/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----  
LZO7840 54115877G 24/11/2017 75790 165 A  
MFD7501 54118596G 24/11/2017 65992 230 \* V  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO RIBEIRO DA ROCHA  
DELEGADO REGIONAL - 1A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8714 2048/2017**

Publicação Nº 1453548

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE - DEMUTRAN - GM - 283270

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
 DE TRANSITO N.8714 2048/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHD8885	54312281N	26/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKF5889	54312520N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QJC0009	54312522N	24/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
CPD7459	54312523N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHO9698	54323179N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QIE0444	54324836N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIX8744	54324837N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MIF1196	54324839N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
KAU6367	54324841N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
QHR1594	54116841G	21/11/2017	76251	ART 181, XX
MKC8086	54119530G	24/11/2017	76252	ART 181, XX
MJC8982	54107796G	16/11/2017	76252	ART 181, XX
MBY2655	54117540G	17/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MIY2958	54116390G	23/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MLI0172	54117537G	17/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MIG4053	54118024G	14/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MDN4511	54117889G	23/11/2017	52070	169
ETQ7786	54115032G	23/10/2017	53800	181 * I
IJZ7298	54115569G	28/11/2017	53980	181 * II
MIG8746	54923145F	03/11/2017	54600	181 * IX
BRG8844	54117223G	20/11/2017	55250	181 * XV
MKW9638	54113523G	22/11/2017	55500	181 * XVIII
MAN3200	54110634G	26/11/2017	55500	181 * XVIII
MLV3221	54119502G	23/11/2017	55500	181 * XVIII
AMO2234	54119539G	24/11/2017	55500	181 * XVIII
MLW4273	54114599G	23/11/2017	55500	181 * XVIII
ASC0422	54118440G	15/11/2017	55500	181 * XVIII
DBP8325	54119516G	23/11/2017	55500	181 * XVIII
AHA4841	54119555G	18/11/2017	55500	181 * XVIII
MCI3915	54118449G	18/11/2017	55500	181 * XVIII
MJA3748	54118416G	12/11/2017	55500	181 * XVIII
MFO0629	54118417G	12/11/2017	55500	181 * XVIII
QHK7131	54118419G	12/11/2017	55500	181 * XVIII
HFV4612	54118412G	12/11/2017	55500	181 * XVIII
MGS3616	54117733G	18/11/2017	55500	181 * XVIII
LZA3478	54117732G	18/11/2017	55500	181 * XVIII
QHG4522	54117730G	18/11/2017	55500	181 * XVIII
HMY8657	54118587G	14/11/2017	55500	181 * XVIII
KVC3714	54913712F	19/11/2017	55500	181 * XVIII
AOC0642	54913714F	19/11/2017	55500	181 * XVIII
MJZ1900	54118031G	20/11/2017	55500	181 * XVIII

MLY6704	54117773G	22/10/2017	55500	181	*	XVIII	
QIC8569	54112997G	30/09/2017	55500	181	*	XVIII	
MBL9135	54118005G	24/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MJC8097	54117307G	11/10/2017	55500	181	*	XVIII	
MIY2632	54119728G	29/11/2017	55500	181	*	XVIII	
MLQ7333	54119714G	28/11/2017	55500	181	*	XVIII	
IKE2100	54118423G	13/11/2017	55500	181	*	XVIII	
APP8761	54119560G	21/11/2017	55500	181	*	XVIII	
BLA7149	54119602G	26/11/2017	55500	181	*	XVIII	
IKE2100	54118444G	18/11/2017	55500	181	*	XVIII	
IKE2100	54118427G	15/11/2017	55500	181	*	XVIII	
MCY4528	54119541G	24/11/2017	55500	181	*	XVIII	
MMJ7355	54117900G	25/11/2017	55500	181	*	XVIII	
KVC3714	54118447G	18/11/2017	55500	181	*	XVIII	
AOC0642	54118448G	18/11/2017	55500	181	*	XVIII	
AOC0642	54118442G	18/11/2017	55500	181	*	XVIII	
MFG0561	54118455G	01/11/2017	55680	181	*	XIX	
MFU3555	54118395G	16/11/2017	55680	181	*	XIX	
BJN4626	54115050G	16/11/2017	57200	186	*	I	
MAB1325	54116383G	24/10/2017	54283	181	*	V	
MII1199	54117368G	21/10/2017	54521	181	*	VIII	
MJH0304	54117372G	24/10/2017	54521	181	*	VIII	
JQK3940	54117388G	25/10/2017	54521	181	*	VIII	
MFY0263	54117311G	11/10/2017	54521	181	*	VIII	
MLG5311	54117780G	25/10/2017	54521	181	*	VIII	
MJG3385	54117356G	20/10/2017	54521	181	*	VIII	
NWA2970	54118148G	09/11/2017	54521	181	*	VIII	
OBA1252	54118176G	14/11/2017	54521	181	*	VIII	
MDU1699	54119559G	21/11/2017	54521	181	*	VIII	
MHG8217	54118392G	14/11/2017	54521	181	*	VIII	
MEI2442	54118421G	12/11/2017	54521	181	*	VIII	
JPE9816	54119071G	24/11/2017	54521	181	*	VIII	
MCN4386	54119052G	23/11/2017	54521	181	*	VIII	
QHY6415	54119045G	22/11/2017	54521	181	*	VIII	
QHY6415	54119027G	21/11/2017	54521	181	*	VIII	
MJA0971	54119376G	23/11/2017	54521	181	*	VIII	
MHR5279	54116388G	17/11/2017	54521	181	*	VIII	
MJZ8921	54118190G	16/11/2017	54521	181	*	VIII	
MEM9861	54117590G	17/11/2017	54521	181	*	VIII	
QIX1078	54117600G	18/11/2017	54521	181	*	VIII	
MGY3983	54118161G	13/11/2017	54521	181	*	VIII	
HCA2162	54119377G	23/11/2017	54521	181	*	VIII	
MCU0195	54119366G	22/11/2017	54521	181	*	VIII	
MGG0075	54117895G	24/11/2017	54522	181	*	VIII	
OKE8702	54117334G	17/10/2017	56221	182	*	VI	
MMF4743	54119060G	23/11/2017	56731	183			
MIB0819	54117534G	14/11/2017	58191	193			
NTV9927	54115565G	18/11/2017	60411	207			
MFO5752	54117820G	24/11/2017	60412	207			
QIK4378	54117804G	25/10/2017	59320	203	*	II	
MIX8744	54118061G	25/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
MIY6333	54117209G	21/10/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
MJJ8294	54116844G	21/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
LOA8759	54117904G	25/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
DJR4709	54117905G	25/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
MCD0577	54114355G	22/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
QIO7681	54116838G	21/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
MDX1403	54111474G	13/11/2017	55411	181	*	XVII	c/ Lei13146
CHJ1963	54119358G	21/11/2017	55414	181	*	XVII	c/ Lei13146
ASA9433	54119731G	29/11/2017	55414	181	*	XVII	c/ Lei13146
MLW5066	54119011G	20/11/2017	55414	181	*	XVII	c/ Lei13146
QIL1415	54119038G	22/11/2017	55414	181	*	XVII	c/ Lei13146
EBZ4566	54117226G	23/11/2017	55414	181	*	XVII	c/ Lei13146

MJA7675	54118754G	23/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
QHY0565	54119212G	17/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
LLS2359	54118170G	13/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
PUB7573	54118398G	16/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MLD2703	54117894G	24/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
LNB7403	54118955G	22/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
FIR9063	54117536G	17/11/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MHW9695	54118084G	30/10/2017	55414	181*XVII	c/	Lei13146
MCW4081	54118283G	30/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MIX8744	54118263G	26/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MIX8744	54117397G	25/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MIX8744	54117373G	24/10/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MGN2238	54117892G	23/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
NGO5035	54117891G	23/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
QHP9726	54119661G	29/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
KSW8413	54119025G	21/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MDB9174	54119013G	20/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MFV6827	54117898G	25/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MIY2862	54119547G	27/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
QIC5548	54119548G	27/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
MKV2493	54117885G	22/11/2017	55417	181*XVII	c/	Lei13146
QHN4687	54115927G	23/11/2017	73662	252*VI		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDREA IRANY PACHECO RODRIGUES  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### São José do CEDRO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8486 977/2017

Publicação Nº 1453590

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8486 977/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

-----

MLK0037	P02MU0007O	21/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
AFC1794	P02MU0008K	29/09/2017	50100	162 * I	880.40
AFC1794	P02MU0008M	29/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHR3775	P02MU0009D	09/10/2017	55250	181 * XV	130.16
MJF7905	P02MU0008C	28/09/2017	55760	182 * I	130.16
LZF5751	P02MU0007P	21/09/2017	65300	228	195.23
BDW6409	P02MU00064	30/08/2017	54522	181 * VIII	195.23
MJF7905	P02MU0008B	28/09/2017	56222	182 * VI	88.38
KFF6943	P02MU0009O	11/10/2017	65992	230 * V	293.47
AFC1794	P02MU0008L	29/09/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 976/2017**

Publicação Nº 1453591

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8486 976/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

IMW3544	P02MU000CG	24/11/2017	72340	250 * I * a
---------	------------	------------	-------	-------------

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO JOSE DO CEDRO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### São LOURENÇO DO OESTE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1641/2017

Publicação Nº 1453829

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1641/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCM1289	P010U000QZ	27/08/2017	50100	162 * I	880.40
MHU7890	P010U000RJ	06/09/2017	50100	162 * I	880.40
BCT0009	P02SY0000X	15/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDW1560	P010U000SQ	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDW1560	P010U000SS	30/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
KLC6466	P010U000Q7	13/08/2017	67690	230 * XXII	130.16
IGZ2662	P010U000Q8	13/08/2017	69120	232	88.38
BCT0009	P02SY0000W	15/09/2017	73400	252 * IV	130.16
CZZ7681	P02RP00028	30/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDW1560	P010U000SR	30/09/2017	65992	230 * V	293.47
MCM1289	P010U000QY	27/08/2017	65992	230 * V	293.47
IIL6778	P010V000MM	21/09/2017	65992	230 * V	293.47
AMF2958	P02RP0001F	14/09/2017	65992	230 * V	293.47
IIL6778	P010V000MN	21/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP



**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8116 1642/2017**

Publicação Nº 1453828

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO OESTE - 283330

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8116 1642/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFV9770	P010V000LG	02/09/2017	52070	169	88.38
QIO5971	P010U000SK	28/09/2017	54870	181 * XI	195.23
AUE5673	P02RP0001N	18/09/2017	57200	186 * I	195.23
MKY9114	P02SY0000E	21/08/2017	57200	186 * I	195.23
ITT2508	P010U000SX	10/10/2017	57200	186 * I	195.23
MDW1560	P010U000ST	30/09/2017	58350	195	195.23
ARK8465	P010V000NI	04/10/2017	65640	230 * II	293.47
MFV6188	P010U000Q2	10/08/2017	51851	167	195.23
AOK2023	P010V000NY	17/10/2017	51851	167	195.23
AJU1398	P010V0000O	17/10/2017	60502	208	293.47
MEF4428	P02RP00024	29/09/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SERGIO PEDERSSETTI  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1639/2017**

Publicação Nº 1453831

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8116 1639/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO,

OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

AFW0104	P010U000UQ	25/11/2017	75790	165	A
MDY3566	P02SY00023	01/11/2017	50100	162	* I
LAP8729	P010U000UT	25/11/2017	65561	230	* I
MDY3566	P02SY00022	01/11/2017	65992	230	* V
LAP8729	P010U000US	25/11/2017	65992	230	* V
AFW0104	P010U000UO	25/11/2017	66102	230	* VII
AFW0104	P010U000UP	25/11/2017	66531	230	* XI
MFY9398	P02SY00021	31/10/2017	66532	230	* XI
LAP8729	P010U000UR	25/11/2017	52741	175	

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CARLOS AUGUSTO ANDRADE MORBINI  
DELEGADO REGIONAL - 28A DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1640/2017**

Publicação Nº 1453830

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO LOURENCO DO OESTE - 283330

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8116 1640/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

QHR2699	54323197N	27/11/2017	50020	257	õ 8\$
DRZ1919	P010U000V6	29/11/2017	76252	ART	181, XX
AGR9312	P02RP0003E	27/10/2017	54600	181	* IX
MDV1049	P02RP0003I	27/10/2017	54870	181	* XI
ICU9961	P02RP0003L	04/11/2017	51851	167	
MBD9876	P010U000UY	28/11/2017	51851	167	



EAD0256	P02RP0004Q	11/11/2017	54525	181 * VIII
MIZ6555	P010U000V7	29/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
MES5254	P02RP0003O	06/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146
BZT7671	P02RP0003Q	06/11/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO LOURENCO DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

SERGIO PEDERSSETTI  
DIRETOR DE TRANSITO

### SÃO MIGUEL DO OESTE

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2339/2017

Publicação Nº 1453944

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2339/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AAQ4073	P01S4000FR	21/09/2017	75790	165 A	2934.68
AAQ4073	P01S4000FS	21/09/2017	50100	162 * I	880.40
BGS4762	P03MI0000Q	08/10/2017	50100	162 * I	880.40
ICT9164	P01S4000G8	10/10/2017	50100	162 * I	880.40
LWZ4476	P01S8000BP	23/08/2017	50100	162 * I	880.40
LWZ4476	P01S8000BQ	23/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ICT9164	P01S4000G9	10/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MBB2760	P01S6000EL	24/09/2017	66020	230 * VI	293.47
IQB6176	P01S500079	08/08/2017	67000	230 * XVI	195.23
MLO5196	P01RM000DC	17/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MGM4921	P01S50007G	13/08/2017	51691	165	2934.68
MIM8115	P01RM000DK	28/09/2017	65992	230 * V	293.47
AIG4190	P03MH0001C	01/10/2017	65992	230 * V	293.47
LWX2916	P03MH0001D	04/10/2017	65992	230 * V	293.47
MCL2767	P01RM000DD	21/09/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2340/2017**

Publicação Nº 1453943

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8029 2340/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKK3301	P01S6000EP	24/09/2017	51851	167	195.23
CBN4491	P01RM000DO	30/09/2017	54521	181 * VIII	195.23
MFH9443	P01RN000EW	05/09/2017	59591	203 * IV	1467.34
MIM8115	P01RM000DL	28/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8750 958/2017**

Publicação Nº 1453535

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8750 958/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MJF7918	54303626N	02/10/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
DKA9636	54303627N	02/10/2017	50020	257 ã 8\$	130.16
MBP6952	8750257478	22/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLP7597	8750257355	11/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJX4189	8750257365	12/09/2017	74550	218 * I	130.16
IRL3380	8750257402	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJZ1132	8750257405	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBY0847	8750257432	18/09/2017	74550	218 * I	130.16
LZM9432	8750257455	20/09/2017	74550	218 * I	130.16
MII1294	8750257466	21/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCS5715	8750256846	06/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBV3438	8750256875	08/08/2017	74550	218 * I	130.16
IMY8141	8750256964	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
MBT1322	8750256952	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
QHJ6086	8750257511	25/09/2017	74550	218 * I	130.16
MLX9307	8750257515	25/09/2017	74550	218 * I	130.16
AGW1881	8750257527	26/09/2017	74550	218 * I	130.16
LXF2627	8750257693	09/10/2017	74550	218 * I	130.16
LXZ0886	8750256821	04/08/2017	74630	218 * II	195.23
IQC3407	8750257474	22/09/2017	74630	218 * II	195.23
MCI8493	8750257408	16/09/2017	74630	218 * II	195.23
MIP0342	8750257350	11/09/2017	74630	218 * II	195.23
CBO5547	8750257486	23/09/2017	74710	218 * III	880.40
AXG6902	8750257510	25/09/2017	56732	183	130.16
AFZ2741	8750256777	01/08/2017	56732	183	130.16
MMI5281	8750257191	31/08/2017	56732	183	130.16
IXO4561	8750257260	05/09/2017	56732	183	130.16
MDM8058	8750256959	14/08/2017	60503	208	293.47
MCD6509	8750256982	17/08/2017	60503	208	293.47
KAN5119	8750257061	23/08/2017	60503	208	293.47
MKM2389	8750257124	28/08/2017	60503	208	293.47
MFY2877	8750256778	01/08/2017	60503	208	293.47
MGV5195	8750256770	01/08/2017	60503	208	293.47
AZQ4289	8750256878	09/08/2017	60503	208	293.47
MKX3280	8750256908	10/08/2017	60503	208	293.47
DTB6456	8750256911	11/08/2017	60503	208	293.47
MKK2032	8750256923	11/08/2017	60503	208	293.47
QHA9545	8750257508	25/09/2017	60503	208	293.47
ILI9869	8750257581	01/10/2017	60503	208	293.47
LXP4802	8750257625	04/10/2017	60503	208	293.47
DFQ6873	8750257400	16/09/2017	60503	208	293.47
QIG1323	8750257451	20/09/2017	60503	208	293.47
HTG1596	8750257453	20/09/2017	60503	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DI-

AS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

# **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2337/2017**

Publicação Nº 1453946

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2337/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
FNZ8695	P03MH0002Q	27/11/2017	50291	162* II
INO8756	P03MI0003F	22/11/2017	50292	162* II
LXW8434	P01S8000D4	25/11/2017	50100	162 * I
LZD2346	P01S4000HJ	27/11/2017	50100	162 * I
MDO5628	P01RK000DU	31/10/2017	50100	162 * I
CPS3414	P01S50009P	22/11/2017	50100	162 * I
CPS3414	P01S50009Q	22/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
DBR4852	P01S4000GK	26/10/2017	66020	230 * VI
MAM5866	P01S6000EY	02/11/2017	69120	232
MAK4754	P03MH0002K	22/11/2017	69120	232
INO8756	P03MH0002O	22/11/2017	69120	232
INO8756	P03MI0003E	22/11/2017	73400	252 * IV
INO8756	P03MH0002N	22/11/2017	51262	164 c/c 162 * II
INO8756	P03MI0003D	22/11/2017	65992	230 * V
MAK4754	P03MH0002J	22/11/2017	65992	230 * V
MAJ5907	P01S6000EU	02/11/2017	65992	230 * V
MAM5866	P01S6000EV	02/11/2017	65992	230 * V
LXW8434	P01S8000D3	25/11/2017	65992	230 * V
AGQ8819	P01S8000CL	04/11/2017	66102	230 * VII
MAM5866	P01S6000EX	02/11/2017	66371	230 * IX
MAM5866	P01S6000EZ	02/11/2017	67261	230 * XVIII
MAM5866	P01S6000EW	02/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI.



OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

HENRIQUE GONCALVES MUXFELDT  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8029 2338/2017**

Publicação Nº 1453945

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL DO OESTE - 283390

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8029 2338/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AGQ8819	P01S8000CM	04/11/2017	52070	169
INO8756	P01S50009R	22/11/2017	52070	169
MGM5629	P01RM000EC	16/11/2017	55500	181 * XVIII
MJS0267	55857550D	20/11/2017	60760	210
MAB0366	55857555D	20/11/2017	60760	210
BPW6412	P01RK000E0	04/11/2017	65300	228
LXS7715	55865237D	22/11/2017	51851	167
ANY1854	P03MH0002L	22/11/2017	51852	167
MBT4345	P03MI0001J	05/11/2017	58191	193
MJG8200	P03MH0001R	15/10/2017	69472	235
MJY0249	P01S50009Z	27/11/2017	70561	244 * III
QIW0487	P01S4000GP	31/10/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8750 957/2017**

Publicação Nº 1453536

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO MIGUEL D'OESTE - ELETRONICO - 28

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8750 957/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MDU3404	54323116N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
INV4077	8750258211	25/11/2017	74550	218 * I
QIF5801	8750257843	19/10/2017	74550	218 * I
MJW9042	8750257857	20/10/2017	74550	218 * I
MKW3152	8750257858	20/10/2017	74550	218 * I
MHI8059	8750257939	28/10/2017	74550	218 * I
CMH7981	8750257956	29/10/2017	74550	218 * I
MKR2271	8750257959	30/10/2017	74550	218 * I
MMJ0571	8750257960	30/10/2017	74550	218 * I
MLC6986	8750258219	26/11/2017	74550	218 * I
MEN4985	8750258222	27/11/2017	74550	218 * I
LZD6667	8750258229	27/11/2017	74550	218 * I
OKF1878	8750258128	17/11/2017	74630	218 * II
MJR2197	8750257965	31/10/2017	74630	218 * II
MGD8641	8750258212	25/11/2017	74630	218 * II
MEV5414	8750258198	24/11/2017	74630	218 * II
DII5144	8750258202	24/11/2017	74710	218 * III
DRC4783	8750258195	23/11/2017	60503	208
DVB8708	8750257819	17/10/2017	60503	208
MIO3008	8750257836	18/10/2017	60503	208
KMH2932	8750258104	15/11/2017	60503	208
HUW6896	8750257867	20/10/2017	60503	208
MIY5005	8750257895	23/10/2017	60503	208

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SAO MIGUEL DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JEFERSON RODRIGO PEREIRA DIAS  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**SCHROEDER****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8192 990/2017**

Publicação Nº 1453768

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8192 990/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MFL7820	P00Q1001MN	09/09/2017	50100	162 * I	880.40
ASW2802	P00Q1001QX	04/10/2017	50100	162 * I	880.40
MGW7140	P00Q1001OP	22/09/2017	50450	162 * V	293.47
MFL7820	P00Q1001MO	09/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ASW2802	P00Q1001QW	04/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MGW7140	P00Q1001OQ	22/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
QHA7749	P00Q1001PR	25/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MLP4493	P00Q1001RQ	08/10/2017	69120	232	88.38
MLP4493	P00Q1001RP	08/10/2017	73400	252 * IV	130.16
IEB6803	P00Q1001G5	29/07/2017	51851	167	195.23
DXD3175	P00Q1001HI	03/08/2017	65992	230 * V	293.47
MFL7820	P00Q1001MM	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGW7140	P00Q1001OO	22/09/2017	65992	230 * V	293.47
AHV9075	P00Q1001QZ	04/10/2017	65992	230 * V	293.47
KNM5647	P00Q0001A3	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
AIM7083	P00Q00017P	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
AHV9075	P00Q1001R1	04/10/2017	66372	230 * IX	195.23
ACT1269	P00Q1001RB	04/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AHV9075	P00Q1001R0	04/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23
AIM7083	P00Q00017Q	13/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MDV9569	P00Q1001SA	11/10/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8192 989/2017**

Publicação Nº 1453769

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8192 989/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MEN0264	P00Q0001E2	25/11/2017	50100	162 * I
MEF8191	P00Q0001E9	26/11/2017	50450	162 * V
MEN0264	P00Q0001E1	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MEF8191	P00Q0001EA	26/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
QHB0050	P00Q1001VN	29/11/2017	51930	168
MEF8191	P00Q0001E6	26/11/2017	51851	167
MEF8191	P00Q0001EB	26/11/2017	65992	230 * V
MIY5117	P00Q0001BM	26/10/2017	65992	230 * V
MGY8098	P00Q1001TJ	01/11/2017	65992	230 * V
CXF6758	P00Q0001DW	25/11/2017	65992	230 * V
MEN0264	P00Q0001DZ	25/11/2017	65992	230 * V
CXF6758	P00Q0001DX	25/11/2017	66102	230 * VII
CXF6758	P00Q0001DY	25/11/2017	67261	230 * XVIII
MGC0601	P00Q1001TY	01/11/2017	67261	230 * XVIII
MBZ0928	P00Q1001VM	29/11/2017	70481	244 * II
HIT8801	P00Q0001C1	05/11/2017	59670	203 * V
MFY6466	P00Q1001U4	06/11/2017	59670	203 * V
FUI8762	P00Q1001ST	24/10/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SCHROEDER/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL FERREIRA DIAS  
DELEGADO DE POLICIA

**SEARA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1732/2017**

Publicação Nº 1453608

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8460 1732/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ACQ6728	P034J0005C	07/09/2017	50100	162 * I	880.40
DXA3854	P034J0006W	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
CCP6514	P034J0006Y	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
IEC2142	P034J0006Z	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
ACQ6728	P034J0005E	07/09/2017	51691	165	2934.68
MGL6461	P03560002P	10/08/2017	65992	230 * V	293.47
CYP6365	P034J00057	06/09/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

LUIZ AUGUSTO BUCHELE  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8460 1733/2017**

Publicação Nº 1453607

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8460 1733/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a.

INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MDQ8192	55174398E	22/01/2016	51851	167	127.69
MID5206	P03560002R	18/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MHN9500	P034J0007I	08/10/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SEARA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1731/2017**

Publicação Nº 1453609

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA - SEATRAN - 283450

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8460 1731/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LXW1973	P03560004T	06/11/2017	72340	250 * I * a
HNE3072	P035600058	25/11/2017	51851	167
ANY6586	P034J0008C	01/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.



SEARA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

VANESSA FERNANDES PALUDO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

### SIDERÓPOLIS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8210 994/2017

Publicação Nº 1453748

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8210 994/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MET5478	P0100000F4	05/09/2017	50100	162 * I	880.40
MAS1771	P02UG00013	22/09/2017	50100	162 * I	880.40
LYO5382	P02UG00016	03/10/2017	50100	162 * I	880.40
DYU6455	P0100000FU	28/09/2017	53800	181 * I	130.16
JLF4355	P0100000FF	17/09/2017	53800	181 * I	130.16
LYG3275	P0100000FR	28/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
MAS1771	P02UG00014	22/09/2017	64080	221	130.16
MAH8293	P0100000G1	04/10/2017	64080	221	130.16
MAI5982	P0100000FV	30/09/2017	67690	230 * XXII	130.16
MAI5982	P0100000FX	30/09/2017	51691	165	2934.68
DUO6378	P0100000FS	28/09/2017	54522	181 * VIII	195.23
DYU6455	P0100000FT	28/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFL6655	P02NC0008U	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
MET5478	P0100000F3	05/09/2017	65992	230 * V	293.47
LYO5382	P02UG00015	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
MJZ0095	P0100000FZ	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
MAI5982	P0100000FW	30/09/2017	66532	230 * XI	195.23
MAS1771	P02UG00012	22/09/2017	66532	230 * XI	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8210 993/2017**

Publicação Nº 1453749

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8210 993/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKP2605	P02UG00022	26/11/2017	75790	165 A
MFP2560	P01O0000GT	31/10/2017	50100	162 * I
DIQ8755	P02UG00018	02/11/2017	50450	162 * V
MGD6012	P02UG0001E	02/11/2017	50450	162 * V
MFT1548	P02UG00028	27/11/2017	57620	188
QHF1121	P02UG00029	27/11/2017	58350	195
MJK7467	P02UG00024	27/11/2017	66450	230 * X
MFT1548	P02UG00026	27/11/2017	73400	252 * IV
MKP2605	P02UG00021	26/11/2017	65992	230 * V
DIQ8755	P02UG00017	02/11/2017	65992	230 * V
ATI3587	P02UG0001D	02/11/2017	66372	230 * IX
MJK7467	P02UG00023	27/11/2017	66372	230 * IX
QHF1121	P02UG0002A	27/11/2017	59670	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SIDEROPOLIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

**SOMBRI**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8057 1348/2017**

Publicação Nº 1453904

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8057 1348/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AVA6363	54303412N	29/09/2017	50020	257 ã 8\$	195.23
LXS2001	P01BG000VK	20/08/2017	75790	165 A	2934.68
ICP2869	P01BG000WK	02/09/2017	50100	162 * I	880.40
KXK0234	P01BF002MZ	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
MFP9907	P01BF002N4	30/09/2017	50100	162 * I	880.40
MCG0977	P01FS002I0	06/10/2017	50100	162 * I	880.40
MHH9941	P01BF002LH	13/09/2017	50450	162 * V	293.47
MFP9907	P01BF002N5	30/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
KXK0234	P01BF002N0	30/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MCG0977	P01FS002I1	06/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ICP2869	P01BG000WL	02/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MHH9941	P01BF002LI	13/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
DEF6440	P01BG000TK	06/08/2017	51930	168	293.47
MCR0176	P01BH000GO	23/08/2017	67420	230 * XX	195.23
ILI1971	P01BG000U3	09/08/2017	69120	232	88.38
MEY9659	P01BF002NB	03/10/2017	51691	165	2934.68
CTB0065	P01BG000TL	06/08/2017	51851	167	195.23
MEF1447	P01BF002J4	24/08/2017	51851	167	195.23
LXJ7832	P01BF002KH	05/09/2017	51851	167	195.23
MFP9907	P01BF002N7	30/09/2017	52151	170	293.47
AMH0247	P01BF002O3	08/10/2017	65992	230 * V	293.47
EDB5170	P01BF002OQ	16/10/2017	65992	230 * V	293.47
MHH9941	P01BF002LJ	13/09/2017	65992	230 * V	293.47
NFJ7893	P01BF002MW	29/09/2017	65992	230 * V	293.47
KXK0234	P01BF002MY	30/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFP9907	P01BF002N6	30/09/2017	65992	230 * V	293.47
DKS9115	P01BF002LC	11/09/2017	65992	230 * V	293.47
DTS8145	P01BF002JL	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
KMS2713	P01BG000V3	17/08/2017	65992	230 * V	293.47
MAZ9328	P01BG000VQ	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
LYW3349	P01BG000VS	23/08/2017	65992	230 * V	293.47
MDQ2158	P01BG000VJ	19/08/2017	66102	230 * VII	195.23
DKS9115	P01BF002LD	11/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MFP9907	P01BF002N8	30/09/2017	66102	230 * VII	195.23
AAAY0060	P01BG000T6	04/08/2017	55414	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SOMBRI0/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8057 1347/2017**

Publicação Nº 1453905

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8057 1347/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
ADW7009	P01BF002S5	19/11/2017	75790	165 A
MKX2512	P01BF002SH	26/11/2017	75790	165 A
KLD3076	P01BF002SI	26/11/2017	50100	162 * I
MAP2950	P01BF002SA	25/11/2017	50100	162 * I
IFN5350	P01BG000YR	17/11/2017	50100	162 * I
MCX3228	P01BF002QG	02/11/2017	50450	162 * V
LXU1876	P01BF002SD	25/11/2017	50450	162 * V
BON7015	P01BF002SO	27/11/2017	50450	162 * V
IFN5350	P01BG000YT	17/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MAP2950	P01BF002SB	25/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
KLD3076	P01BF002SJ	26/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MCX3228	P01BF002QH	02/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
BON7015	P01BF002SP	27/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
LXU1876	P01BF002SE	25/11/2017	51420	164 c/c 162 * V
DUA6622	P01JW000WG	30/10/2017	54600	181 * IX
ADW7009	P01BF002S4	19/11/2017	57380	186 * II
MEG6332	P01BF002Q7	29/10/2017	58000	192
MKR1265	P01FS00329	30/11/2017	64910	227 * II
MIO1493	P01FS00327	30/11/2017	65640	230 * II
LXU1876	P01BF002SG	25/11/2017	66700	230 * XIII
LXU1876	P01BF002SF	25/11/2017	69120	232
BON7015	P01BF002SQ	27/11/2017	69120	232
MCX3228	P01BF002QI	02/11/2017	69120	232
MLK1236	P01BF002QF	02/11/2017	65992	230 * V
KLD3076	P01BF002SK	26/11/2017	65992	230 * V
BON7015	P01BF002SN	27/11/2017	65992	230 * V
KLD3076	P01BF002SL	26/11/2017	66102	230 * VII
MAP2950	P01BF002SC	25/11/2017	66102	230 * VII
MIO1493	P01FS00326	30/11/2017	69471	235
MHS4709	P01FS0032B	30/11/2017	69471	235
MEX3417	P01FS0032F	30/11/2017	69471	235
AMD2653	P01BF002RZ	18/11/2017	59320	203 * II
MGR9846	P01BF002RY	18/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE

EDITAL.

SOMBRIO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DIEGO ARCHER DE HARO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**SUL BRASIL**

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8484 219/2017**

Publicação Nº 1453592

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8484 219/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IDG7133	P03L800009	08/10/2017	51851	167	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8484 218/2017**

Publicação Nº 1453593

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8484 218/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA,

NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CON-DUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

IAR0748 P03L800008 08/10/2017 50100 162 \* I  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

SUL BRASIL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RONALDO NECKENL MORETO  
DELEGADO DE POLICIA

---

**TANGARÁ**

---

---

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8414 1067/2017**

---

Publicação Nº 1453641

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8414 1067/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
MDD9658 P010N000NQ 16/08/2017 64080 221 130.16  
MAT8095 P010N00006 25/08/2017 66700 230 \* XIII 195.23  
MAT8095 P010N00005 25/08/2017 67690 230 \* XXII 130.16  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.



OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

THIAGO COSTA  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8414 1068/2017**

Publicação Nº 1453640

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - 283530

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8414 1068/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
OKF9588	54303958N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMC6840	P010N000P6	29/09/2017	55680	181 * XIX	195.23
LXK6392	P010N000OA	30/08/2017	51851	167	195.23
ILI0350	P010N000P5	27/09/2017	51851	167	195.23
MHC1442	P010N000P3	26/09/2017	70481	244 * II	293.47
MJT9341	P010N000P1	22/09/2017	59670	203 * V	1467.34

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8414 1066/2017**

Publicação Nº 1453642

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARA - DETRANTAG - 283530

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8414 1066/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MCV9821 P010N000Q4 02/11/2017 60412 207  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TANGARA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CESAR LUIZ DA NUNZ  
AUTORIDADE DE TRANSITO

---

### TJUCAS

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1940/2017

Publicação Nº 1453952

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1940/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
JUG7453 P025D000KR 28/07/2017 50100 162 \* I 880.40  
MBJ3574 P025D000PB 17/09/2017 50100 162 \* I 880.40  
MLS2323 P025D000PD 18/09/2017 50100 162 \* I 880.40  
MIA5393 P025D000PO 23/09/2017 50100 162 \* I 880.40  
QHM8301 P025D000QN 04/10/2017 50100 162 \* I 880.40  
QHD4223 54016716G 10/10/2017 50450 162 \* V 293.47  
MGV0125 P025E0009A 23/08/2017 50450 162 \* V 293.47  
-----

JUG7453	P025D000KQ	28/07/2017	50610	163	c/c	162	*	I	880.40
MLS2323	P025D000PE	18/09/2017	50610	163	c/c	162	*	I	880.40
MIA5393	P025D000PP	23/09/2017	51180	164	c/c	162	*	I	880.40
QIJ0247	54269589F	15/09/2017	67000	230	*	XVI			195.23
QIM0236	54016373G	11/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MGI6110	54016379G	12/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MJD5761	54016382G	12/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MIR8461	54016388G	14/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MEP0154	54016392G	14/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MGU9982	54016195G	29/08/2017	73400	252	*	IV			130.16
MMF6776	54016411G	05/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MMJ3198	54016630G	04/10/2017	73400	252	*	IV			130.16
MKK9769	54016607G	21/09/2017	73400	252	*	IV			130.16
MGV0125	P025E0009B	23/08/2017	51691	165					2934.68
LRM0925	P02TJ0007Y	24/08/2017	65992	230	*	V			293.47
CCQ2505	P02TJ0009P	06/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MGU9982	P02TJ00094	30/08/2017	65992	230	*	V			293.47
QHE0505	54016561G	18/09/2017	65992	230	*	V			293.47
LCW6465	P02TJ000AJ	21/09/2017	65992	230	*	V			293.47
DAQ0465	P02TJ000AQ	21/09/2017	65992	230	*	V			293.47
QHM8301	P025D000QO	04/10/2017	65992	230	*	V			293.47
MDP0386	P02TJ000BR	04/10/2017	65992	230	*	V			293.47
QHD4223	54016717G	10/10/2017	65992	230	*	V			293.47
MIA5393	P025D000PQ	23/09/2017	65992	230	*	V			293.47
MGC6945	P025E0009I	26/09/2017	65992	230	*	V			293.47
AAI0223	54016519G	27/09/2017	65992	230	*	V			293.47
IMQ6457	P02TJ000BF	02/10/2017	65992	230	*	V			293.47
AMR8284	54016506G	20/09/2017	65992	230	*	V			293.47
JZQ8648	54016511G	21/09/2017	65992	230	*	V			293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1941/2017**

Publicação Nº 1453951

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8026 1941/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKW7953	54290447N	22/08/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
PUZ2079	54295945N	08/09/2017	50020	257 ã 8\$	293.47
IMA8036	P025D000RW	14/10/2017	76251	ART 181, XX	293.47
MAJ3042	P02TJ000BK	02/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MJZ5389	54016599G	02/10/2017	51930	168	293.47
MJZ5389	54016672G	04/10/2017	51930	168	293.47
MLR2635	54015586G	01/08/2017	57380	186 * II	293.47
MDZ7372	54015588G	01/08/2017	57380	186 * II	293.47
JSR8205	54015826G	18/08/2017	57380	186 * II	293.47
MDW3184	P025D000QC	30/09/2017	58350	195	195.23
MDX0696	P02TJ000B5	27/09/2017	62700	220 * II	195.23
MHM4043	P02TJ000BB	30/09/2017	65300	228	195.23
MEG4477	P02TJ000B4	27/09/2017	65300	228	195.23
MBL6175	P02TJ000BX	09/10/2017	51851	167	195.23
KRJ0692	54016549G	06/10/2017	51851	167	195.23
MKQ4464	54016766G	11/10/2017	51851	167	195.23
MHM4043	P02TJ000BC	30/09/2017	51851	167	195.23
LZZ0164	54016651G	02/10/2017	51851	167	195.23
MJH9679	P02TJ000B8	28/09/2017	51851	167	195.23
ABI6137	P025D000Q2	29/09/2017	51851	167	195.23
ALD1266	P02TJ0009V	13/09/2017	51851	167	195.23
LKU7767	P02TJ0009Y	14/09/2017	51851	167	195.23
MBS6601	P02TJ000A0	14/09/2017	51851	167	195.23
PRK9164	54016431G	11/09/2017	51851	167	195.23
MGA7044	54015841G	06/09/2017	51851	167	195.23
AJW5997	54016454G	15/09/2017	51851	167	195.23
MJV4241	54015645G	21/08/2017	51851	167	195.23
MGP0292	54016042G	21/08/2017	51851	167	195.23
AVK4889	54016202G	22/08/2017	51851	167	195.23
MFW1473	54016129G	17/08/2017	51851	167	195.23
MHJ6380	54016256G	24/08/2017	51851	167	195.23
MDE9307	54016149G	22/08/2017	51851	167	195.23
QHI4496	54016008G	04/08/2017	51851	167	195.23
GVF9999	54016118G	16/08/2017	51851	167	195.23
MFL0404	54016124G	16/08/2017	51851	167	195.23
MUT2192	P02TJ000AI	20/09/2017	51852	167	195.23
LZG3721	P025E00097	14/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MBA7539	P02TJ0007V	24/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MEX8529	54016587G	27/09/2017	57463	187 * I	130.16
MBW3874	P025D000LZ	18/08/2017	58191	193	880.40
MDL3318	P025D000OZ	10/09/2017	58191	193	880.40
MDX0696	P02TJ000B6	27/09/2017	58434	196	195.23
BOM2609	54016620G	29/09/2017	60501	208	293.47
MKU9745	54016529G	29/09/2017	60501	208	293.47
MDQ3843	54016311G	12/09/2017	70562	244 * III c/c ã1\$	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER  
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1938/2017**

Publicação Nº 1453954

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8026 1938/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MDE4374	P025D000Y4	26/11/2017	50100	162 * I
MHQ1897	P025D000XM	22/11/2017	50450	162 * V
MDE4374	P025D000YC	26/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
MDC9806	P025D000XW	25/11/2017	69120	232
MKV8264	54017227G	30/11/2017	73400	252 * IV
MKV8264	54017149G	24/11/2017	73400	252 * IV
MEX3145	P025E000AS	27/11/2017	65561	230 * I
MDQ0371	P025D000X8	18/11/2017	65992	230 * V
MDE4374	P025D000Y5	26/11/2017	65992	230 * V
MEX3145	P025E000AR	27/11/2017	66372	230 * IX
JJQ1957	P025D000Y1	26/11/2017	52741	175

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ETELINO PEDRO STEIL  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8026 1939/2017**

Publicação Nº 1453953

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS - 283550

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8026 1939/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MKU9745	54319678N	17/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
IOM9773	54325118N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MKY4969	54017317G	28/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MCL4285	54016940G	08/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MFZ8745	54016894G	03/11/2017	76331	ART 252, UNICO
MJV4318	P025D000SV	23/10/2017	76332	ART 252, UNICO
LZX7016	54017212G	21/11/2017	76332	ART 252, UNICO
ASG7829	54017098G	15/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MLG1631	P02TJ000DJ	23/11/2017	76332	ART 252, UNICO
MBW8372	P02TJ000D1	30/10/2017	51930	168
DTB4280	54017221G	23/11/2017	53800	181 * I
ALA5602	P025D000YI	27/11/2017	55250	181 * XV
MMA3808	54017181G	21/11/2017	55250	181 * XV
MGA1431	P025D000XI	21/11/2017	55500	181 * XVIII
OQW3299	54016869G	26/10/2017	55680	181 * XIX
MAU3001	P025D000YN	28/11/2017	57200	186 * I
ISQ2626	54017261G	23/11/2017	57380	186 * II
MKZ8015	P025D000YW	30/11/2017	57380	186 * II
MLA0877	P025D000TG	28/10/2017	65300	228
MFC9685	P02TJ000DH	12/11/2017	65300	228
AMK4759	54017358G	29/11/2017	69550	236
LWW5023	54017316G	28/11/2017	51851	167
MEJ6769	54017061G	06/11/2017	51851	167
PUY5731	54017078G	09/11/2017	51851	167
MLN5658	54016950G	15/11/2017	51851	167
OKG0564	54017183G	22/11/2017	51851	167
MBH3610	54017187G	22/11/2017	51851	167
MLN3877	54017099G	15/11/2017	51851	167
MDC9806	P025D000XV	25/11/2017	51851	167
MBV0264	54017256G	22/11/2017	51851	167
MGH8657	54017260G	22/11/2017	51851	167
MGO3555	P02TJ000D4	30/10/2017	51851	167
AVB5116	P025D000U8	01/11/2017	51851	167
MDF2842	54017101G	06/11/2017	51851	167
MJB7561	54016839G	02/11/2017	51851	167
MFT9914	54016906G	01/11/2017	51851	167
ANU9881	P025D000VD	06/11/2017	51851	167
MIP3920	54016873G	02/11/2017	54521	181 * VIII
MLJ8641	54016735G	23/10/2017	54521	181 * VIII
DTB4280	54017220G	23/11/2017	54521	181 * VIII
LWT2138	54017235G	01/12/2017	54521	181 * VIII



MGJ9464	P025D000VF	07/11/2017	54523	181	*	VIII
MIX9859	P025D000S7	18/10/2017	56224	182	*	VI
MHZ3345	54017005G	07/11/2017	57461	187	*	I
AEK5717	54017251G	20/11/2017	57463	187	*	I
AEK5717	54017167G	17/11/2017	57463	187	*	I
QHY5269	54016956G	02/11/2017	60501	208		
MLI1926	54016889G	03/11/2017	60501	208		
MKY4987	54017023G	28/11/2017	60501	208		
MMC9233	P025D000YL	27/11/2017	60501	208		
MHI0365	P025D000YO	28/11/2017	61732	215	*	I * a
MID1911	P025D000V5	05/11/2017	55411	181	*	XVII c/ Lei13146

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIJUCAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALVINO AURELIO MULLER  
DIRETOR DE TRANSITO

### TIMBÉ DO SUL

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8280 645/2017

Publicação Nº 1453706

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8280 645/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CDU8550	54926774F	13/09/2017	50100	162 * I	880.40
IIB9530	P02XL0006J	18/09/2017	50100	162 * I	880.40
QHF1761	P02XL0006N	21/09/2017	50450	162 * V	293.47
IIB9530	P02XL0006K	18/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LYG4292	P02XL0006Y	03/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
QHF1761	P02XL0006O	21/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
QIF1064	P02XL0003M	16/08/2017	52070	169	88.38
QHF1761	P02XL0006M	21/09/2017	69120	232	88.38
JZD6052	P02XL0003J	16/08/2017	51851	167	195.23
IIB9530	P02XL0006I	18/09/2017	65992	230 * V	293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 644/2017**

Publicação Nº 1453707

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8280 644/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MJI2968	P02XL00088	03/11/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBE DO SUL/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**TIMBÓ****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2367/2017**

Publicação Nº 1453854

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8098 2367/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBS9557	P00WM000FZ	05/09/2017	66102	230 * VII	195.23
MBS9557	P00WM000G0	05/09/2017	67261	230 * XVIII	195.23
MBS7964	P036Q0001R	15/08/2017	67261	230 * XVIII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8098 2368/2017**

Publicação Nº 1453853

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8098 2368/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
-------	--------	------------	------------	---------------	-------------

LXG7925	54968115F	08/09/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MDQ2157	P00WL000BP	05/10/2017	51851	167	195.23
MFE5114	54967567F	24/07/2017	51851	167	195.23
CBP1140	P00WM000FH	22/08/2017	54521	181 * VIII	195.23
MGC2251	54967899F	03/08/2017	60681	209	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8756 862/2017

Publicação Nº 1453533

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8756 862/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QIE8159	54303671N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MDJ4323	54303672N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
ALI0724	54303673N	02/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MEF5696	54306545N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MKG1397	54306547N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHK1962	54306551N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
LYR6032	0000107689	30/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGC7437	0000107713	30/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCG1611	0000107793	30/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKF5861	0000107623	29/09/2017	74550	218 * I	130.16
MDT8825	0000107631	29/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBA7378	0000107638	29/09/2017	74550	218 * I	130.16
GTV0822	0000107607	29/09/2017	74550	218 * I	130.16
AXE7321	0000105843	26/08/2017	74550	218 * I	130.16
MDE5496	0000107447	25/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGA9101	0000107568	28/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHL3146	0000107569	28/09/2017	74550	218 * I	130.16
MED6932	0000107861	04/10/2017	74550	218 * I	130.16
ERF5585	0000107911	05/10/2017	74550	218 * I	130.16

MAY8242	0000107915	05/10/2017	74550	218	*	I	130.16
OQW3261	0000107881	04/10/2017	74550	218	*	I	130.16
MIR7420	0000104980	08/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MLM9009	0000104986	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MHQ2309	0000104991	09/08/2017	74550	218	*	I	130.16
QIS2345	0000105076	10/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MJQ3565	0000105158	12/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MFM8148	0000103945	22/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MKD0012	0000104085	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MCM1083	0000104128	25/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MGP0558	0000104528	31/07/2017	74550	218	*	I	130.16
MDY1536	0000105256	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MDR7865	0000105264	15/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LXI6899	0000105371	16/08/2017	74550	218	*	I	130.16
HDT4006	0000105410	17/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEY6118	0000105536	20/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LYY5720	0000106038	29/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MKY9270	0000106283	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCG3334	0000106325	03/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MIM3906	0000106661	10/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MLA2891	0000106686	11/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CYV3279	0000106837	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MGV4106	0000106845	14/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MHW3453	0000107010	17/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MDH3215	0000107035	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
CZK0743	0000107040	18/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCE3992	0000107222	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
BDN0063	0000107248	21/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AVX0902	0000107368	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
AVX0902	0000107407	24/09/2017	74550	218	*	I	130.16
MCV1656	0000105578	21/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MDB6490	0000105160	12/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MGW8391	0000108265	11/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MHF5341	0000105947	28/08/2017	74630	218	*	II	195.23
GTV0822	0000107614	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
GTV0822	0000107639	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
KWH4157	0000107837	03/10/2017	74630	218	*	II	195.23
MJT5932	0000107624	29/09/2017	60503	208			293.47
EPR0176	0000107988	06/10/2017	60503	208			293.47
LXW1593	0000105172	12/08/2017	60503	208			293.47
LWV1960	0000105175	12/08/2017	60503	208			293.47
ANO3274	0000105285	14/08/2017	60503	208			293.47
CYY8237	0000104818	05/08/2017	60503	208			293.47
LYM4885	0000104266	27/07/2017	60503	208			293.47
MFP2317	0000106728	11/09/2017	60503	208			293.47
MBS2795	0000106767	12/09/2017	60503	208			293.47
MKH1662	0000107425	25/09/2017	60503	208			293.47

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8803 113/2017**

Publicação Nº 1453514

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÀ - DEMUTRAN - RADAR ESTÁTICO -

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8803 113/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHX7423	54286841N	11/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHX1559	54292150N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2365/2017**

Publicação Nº 1453856

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8098 2365/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
EBB8276	P00WL000D4	25/11/2017	75790	165 A



MLF6516	P00WM000IO	28/11/2017	50100	162	*	I
MCC5357	P00WM000IS	29/11/2017	50100	162	*	I
ADD3347	P00WM000IK	27/11/2017	50450	162	*	V
MCM1103	P00WM000H9	26/10/2017	50610	163	c/c	162 * I
MLF6516	P00WM000IP	28/11/2017	50610	163	c/c	162 * I
MCM1103	P00WM000HC	26/10/2017	51180	164	c/c	162 * I
MCC5357	P00WM000IT	29/11/2017	51180	164	c/c	162 * I
MCC5357	P00WM000IU	29/11/2017	64080	221		
ADD3347	P00WM000IM	27/11/2017	67690	230	*	XXII
LXU7736	55703252E	04/11/2017	69120	232		
LZV6602	P03600005A	30/10/2017	65992	230	*	V
MEZ8377	P00WM000IN	27/11/2017	66532	230	*	XI
ADD3347	P00WM000IL	27/11/2017	67261	230	*	XVIII

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO  
DELEGADO DE POLICIA

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2366/2017**

Publicação Nº 1453855

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - 283570

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8098 2366/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LQF4502	54968186F	24/11/2017	57030	185 * I
LQF4502	54968185F	24/11/2017	65300	228
LQF4502	54968190F	24/11/2017	52152	170
LQF4502	54968187F	24/11/2017	52311	172
LQF4502	54968188F	24/11/2017	60502	208
LQF4502	54968189F	24/11/2017	57970	191

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO

DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 861/2017**

Publicação Nº 1453534

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBO - DEMUTRAN - ELETRONICO - 2835

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8756 861/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

QHR2917	54311866N	24/10/2017	50020	257 ã 8\$
HDM2884	54314388N	31/10/2017	50020	257 ã 8\$
MDH7740	54322432N	24/11/2017	50020	257 ã 8\$
MHH0084	0000110093	16/11/2017	74550	218 * I
QHJ6736	0000110150	17/11/2017	74550	218 * I
MKU0432	0000109244	30/10/2017	74550	218 * I
MHD9644	0000109782	10/11/2017	74550	218 * I
MHX8076	0000109813	11/11/2017	74550	218 * I
CLR6271	0000110204	18/11/2017	74550	218 * I
MEF4172	0000110209	19/11/2017	74550	218 * I
MHL6900	0000110265	19/11/2017	74550	218 * I
MIB5327	0000110362	22/11/2017	74550	218 * I
MDZ6582	0000110075	16/11/2017	74550	218 * I
MGA9101	0000110115	17/11/2017	74550	218 * I
MHV6309	0000110119	17/11/2017	74550	218 * I
MCP7706	0000110142	17/11/2017	74550	218 * I
MEW8369	0000110183	18/11/2017	74550	218 * I
LZI5182	0000108713	20/10/2017	74550	218 * I
MDK1005	0000108766	21/10/2017	74550	218 * I
MII3868	0000108806	21/10/2017	74550	218 * I
LRE9086	0000108810	21/10/2017	74550	218 * I
MCP5925	0000108818	22/10/2017	74550	218 * I
MMF5613	0000108071	08/10/2017	74550	218 * I
MHW0059	0000108383	14/10/2017	74550	218 * I
MMA7974	0000108874	23/10/2017	74550	218 * I
MGF8822	0000108922	24/10/2017	74550	218 * I
ATT2664	0000108958	24/10/2017	74550	218 * I

MHZ4854	0000109008	26/10/2017	74550	218	*	I
MKV6296	0000109017	26/10/2017	74550	218	*	I
MFK0698	0000109058	26/10/2017	74550	218	*	I
IOZ1881	0000110528	25/11/2017	74550	218	*	I
QIA6285	0000110571	25/11/2017	74550	218	*	I
MDN9961	0000110577	25/11/2017	74550	218	*	I
MCH6971	0000110603	26/11/2017	74550	218	*	I
PWN0868	0000110605	26/11/2017	74550	218	*	I
MGL3600	0000110606	26/11/2017	74550	218	*	I
NZD3791	0000110614	26/11/2017	74550	218	*	I
MGD5611	0000110615	26/11/2017	74550	218	*	I
MJD7296	0000110616	26/11/2017	74550	218	*	I
MGN8411	0000110618	26/11/2017	74550	218	*	I
MCH6971	0000110621	26/11/2017	74550	218	*	I
MJB3063	0000110485	24/11/2017	74550	218	*	I
MEH1493	0000110564	25/11/2017	74550	218	*	I
MGL3600	0000110566	25/11/2017	74550	218	*	I
PYD4297	0000110669	27/11/2017	74550	218	*	I
JWH7169	0000110674	27/11/2017	74550	218	*	I
MHB6711	0000110693	28/11/2017	74550	218	*	I
MJW5360	0000110707	28/11/2017	74550	218	*	I
MJR3416	0000110720	28/11/2017	74550	218	*	I
MEU6754	0000110748	29/11/2017	74550	218	*	I
ILS2892	0000110199	18/11/2017	74550	218	*	I
MJW5360	0000110507	24/11/2017	74550	218	*	I
MHY3557	0000110724	29/11/2017	74550	218	*	I
DIX1937	0000110732	29/11/2017	74550	218	*	I
AEG9054	0000110733	29/11/2017	74550	218	*	I
MDT7247	0000110765	30/11/2017	74550	218	*	I
MGL1683	0000110770	30/11/2017	74550	218	*	I
MIF9789	0000110767	30/11/2017	74630	218	*	II
MBN6335	0000110523	24/11/2017	74630	218	*	II
MCH6971	0000110536	25/11/2017	74630	218	*	II
MFP4731	0000110551	25/11/2017	74630	218	*	II
MLM3539	0000108911	23/10/2017	74630	218	*	II
MLJ9782	0000108835	22/10/2017	74630	218	*	II
MJH1949	0000108860	22/10/2017	74630	218	*	II
CCY1389	0000110196	18/11/2017	74630	218	*	II
NUB5382	0000109876	12/11/2017	74630	218	*	II
MGL3384	0000110156	18/11/2017	74630	218	*	II
QHP8477	0000110157	18/11/2017	74630	218	*	II
MHX6111	0000110099	16/11/2017	56732	183		
MHA0019	0000110749	29/11/2017	56732	183		
IWC8264	0000110555	25/11/2017	60503	208		
MIE0834	0000110394	22/11/2017	60503	208		
MLG8357	0000110448	23/11/2017	60503	208		

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

FABIANO MARTINS ADRIANO  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**TRÊS BARRAS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8202 925/2017**

Publicação Nº 1453760

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8202 925/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MKA6796	55918916F	14/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ADI7246	P03E60002B	02/10/2017	51691	165	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TRES BARRAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDR LUIS CEMBRANELLI BARBETA  
DELEGADO REGIONAL DE POLICIA

**TREZE TÍLIAS****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8344 818/2017**

Publicação Nº 1453674

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8344 818/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXP3213	P013F000FI	14/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXP3213	P013F000FJ	14/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
LXP3213	P013F000FK	14/09/2017	66102	230 * VII	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8344 819/2017**

Publicação Nº 1453673

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8344 819/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CWN4225	P013F000GW	02/10/2017	61220	214 * I	293.47
MGQ6209	P013F000G0	20/09/2017	51851	167	195.23
IQG9471	P013F000G1	20/09/2017	57463	187 * I	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8731 982/2017**

Publicação Nº 1453541

ESTADO DE SANTA CATARINA  
 SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
 PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
 DE TRANSITO N.8731 982/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
QHX5195	54292187N	25/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHA4174	54295824N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
QHA4174	54295825N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
QHG9503	54300665N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MHX7833	54309722N	17/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
MCH5041	0000055937	29/09/2017	74550	218 * I	130.16
MEQ1600	0000055849	26/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBI2138	0000055855	26/09/2017	74550	218 * I	130.16
MHE1543	0000055863	26/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCW1225	0000055886	27/09/2017	74550	218 * I	130.16
MJF9335	0000055888	27/09/2017	74550	218 * I	130.16
BER1214	0000054749	15/08/2017	74550	218 * I	130.16
MCK0188	0000054765	16/08/2017	74550	218 * I	130.16
MLR2271	0000055528	07/09/2017	74550	218 * I	130.16
NQM6513	0000055559	14/09/2017	74550	218 * I	130.16
MIR4730	0000055813	24/09/2017	74550	218 * I	130.16
MCO1778	0000055830	25/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKU9805	0000055833	25/09/2017	74550	218 * I	130.16
OKH4958	0000055835	25/09/2017	74550	218 * I	130.16
CVE8737	0000055609	16/09/2017	74550	218 * I	130.16
QHO4934	0000055628	17/09/2017	74550	218 * I	130.16
MFR9963	0000055635	17/09/2017	74550	218 * I	130.16
MBZ6713	0000055651	18/09/2017	74550	218 * I	130.16
MKB7482	0000055658	19/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGP8158	0000055662	19/09/2017	74550	218 * I	130.16
BYO7500	0000055672	15/09/2017	74550	218 * I	130.16
MGW5587	0000054284	29/07/2017	74550	218 * I	130.16
MJY3578	0000054306	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MMA7230	0000054323	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
MGN6718	0000054341	30/07/2017	74550	218 * I	130.16
QIL7595	0000054425	03/08/2017	74550	218 * I	130.16
MIM9054	0000054496	05/08/2017	74550	218 * I	130.16
LYW3165	0000054608	10/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIO5733	0000054622	11/08/2017	74550	218 * I	130.16
MAZ8922	0000054636	11/08/2017	74550	218 * I	130.16
MKG2893	0000054678	12/08/2017	74550	218 * I	130.16
QIB5283	0000054707	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
QJG0310	0000054710	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
QJG0310	0000054717	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
MAZ8922	0000054730	14/08/2017	74550	218 * I	130.16
ALZ1299	0000054845	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
MMH3494	0000054856	20/08/2017	74550	218 * I	130.16
ARN4925	0000054862	20/08/2017	74550	218 * I	130.16



MEM8865	0000054886	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MEM8865	0000054895	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
LZJ8101	0000054897	22/08/2017	74550	218	*	I	130.16
MAZ8922	0000054733	14/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MAZ8922	0000054635	11/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MEK3256	0000055412	09/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCH8685	0000055441	11/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEC0530	0000055492	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MEC0530	0000055500	03/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIV9270	0000055848	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MLC8958	0000054808	18/08/2017	74630	218	*	II	195.23
MLP4503	0000055914	27/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MKP3904	0000055854	26/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHO4934	0000055582	15/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MCH5041	0000055948	29/09/2017	74630	218	*	II	195.23
QHC0626	0000056395	15/10/2017	74630	218	*	II	195.23
KRT5859	0000055810	24/09/2017	74630	218	*	II	195.23
MIH8205	0000055515	05/09/2017	74710	218	*	III	880.40
MMF9873	0000055725	21/09/2017	74710	218	*	III	880.40

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 817/2017

Publicação Nº 1453675

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - 283630

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8344 817/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MLC6397	54323167N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
MHW6526	54323168N	27/11/2017	50020	257	õ	8\$
LWZ3822	P013F000MS	25/11/2017	60760	210		
AAM2507	P013F000MQ	24/11/2017	65300	228		

HNG4801	P013F000KG	01/11/2017	65300	228
MGM1076	P013F000ML	24/11/2017	51851	167
QHJ2943	P013F000KJ	02/11/2017	57463	187 * I
MEO9312	P013F000KT	04/11/2017	57463	187 * I
QHB4657	P013F000KQ	04/11/2017	57463	187 * I
MEY7938	P013F000MB	22/11/2017	57463	187 * I

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

## **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 981/2017**

Publicação Nº 1453542

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE TREZE TILIAS - ORTTRE - ELETRONICO -

### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8731 981/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
-------	--------	------------	------------	---------------

-----

MLY3304	54323147N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
QII3973	54323148N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
OKH4958	54323149N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AIN1992	54323150N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
AZK1200	0000057529	26/11/2017	74550	218 * I
MCQ4176	0000057612	30/11/2017	74550	218 * I
IVD5698	0000056827	29/10/2017	74550	218 * I
MLN6716	0000056345	14/10/2017	74550	218 * I
ANL1178	0000056674	24/10/2017	74550	218 * I
ANL1178	0000056696	25/10/2017	74550	218 * I
QHO3261	0000056708	21/10/2017	74550	218 * I
AKO7199	0000056740	26/10/2017	74550	218 * I
ANL1178	0000056753	27/10/2017	74550	218 * I
MBH3102	0000056786	28/10/2017	74550	218 * I
MLO5776	0000056790	28/10/2017	74550	218 * I
MHU1687	0000056800	28/10/2017	74550	218 * I
QHF8950	0000056806	29/10/2017	74550	218 * I

QIQ0045	0000056823	29/10/2017	74550	218	*	I
MGK9454	0000056898	31/10/2017	74550	218	*	I
AGY0947	0000056901	31/10/2017	74550	218	*	I
MJX1729	0000056963	04/11/2017	74550	218	*	I
MBO3225	0000056981	05/11/2017	74550	218	*	I
FQY8276	0000056984	03/11/2017	74550	218	*	I
QIJ6398	0000057007	05/11/2017	74550	218	*	I
MAZ8922	0000057044	06/11/2017	74550	218	*	I
CEM0821	0000057199	12/11/2017	74550	218	*	I
AZE2019	0000057294	16/11/2017	74550	218	*	I
QIE7470	0000057362	18/11/2017	74550	218	*	I
MHB6315	0000057391	19/11/2017	74550	218	*	I
MHH6034	0000057415	21/11/2017	74550	218	*	I
MIC8012	0000057436	21/11/2017	74550	218	*	I
BER1214	0000057437	21/11/2017	74550	218	*	I
QHL9161	0000057452	22/11/2017	74550	218	*	I
QHE0497	0000057460	23/11/2017	74550	218	*	I
QHE0497	0000057462	23/11/2017	74550	218	*	I
QIT4422	0000057475	23/11/2017	74550	218	*	I
JPK9530	0000057476	23/11/2017	74550	218	*	I
AKM7956	0000057323	17/11/2017	74630	218	*	II
QHV8982	0000056935	02/11/2017	74630	218	*	II
MHC8630	0000056938	02/11/2017	74630	218	*	II
LXH4679	0000056960	04/11/2017	74630	218	*	II
MKC2019	0000056826	29/10/2017	74630	218	*	II
AAQ0228	0000056758	27/10/2017	74630	218	*	II
MUJ2369	0000056779	28/10/2017	74630	218	*	II
QHZ2696	0000056833	29/10/2017	74630	218	*	II

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TREZE TILIAS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ISMAEL BRANDALISE  
DIRETOR DE GESTAO DE TRANSITO

### TUNÁPOLIS

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8300 492/2017

Publicação Nº 1453691

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8300 492/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLO7265	P00UI00092	11/08/2017	50100	162 * I	880.40
MLO7265	P00UI00093	11/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
MFI4633	P00UI00090	05/08/2017	52312	172	130.16
MBA8141	P00UI00095	18/08/2017	60502	208	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 491/2017

Publicação Nº 1453692

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8300 491/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MBZ3964	P00UI000AR	30/10/2017	50100	162 * I
MEA1382	P00UI000AP	29/10/2017	65300	228
KNN5129	P00UI000AZ	06/11/2017	51851	167
MMF5920	55606923C	21/11/2017	70301	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TUNAPOLIS/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RICARDO NEWTON CASAGRANDE  
DELEGADO REGIONAL - 13A DRP

### Turvo

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8184 1069/2017

Publicação Nº 1453774

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8184 1069/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICP2869	P02U300071	25/08/2017	75790	165 A	2934.68
BTN9969	P02U30009J	03/10/2017	50100	162 * I	880.40
MEK3552	P02U300035	22/07/2017	50100	162 * I	880.40
DOS6437	P02U30004Z	13/08/2017	50100	162 * I	880.40
LZU4196	P02U30005Z	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
CHV3609	P02U300061	20/08/2017	50100	162 * I	880.40
CDM2482	P02U30006B	22/08/2017	50100	162 * I	880.40
ICP2869	P02U30006Y	25/08/2017	50100	162 * I	880.40
LWS7090	P02U30007U	31/08/2017	50450	162 * V	293.47
LZU4196	P02U30005Y	19/08/2017	50610	163 c/c 162 * I	880.40
LWS7090	P02U30007V	31/08/2017	50960	163 c/c 162 * V	293.47
BTN9969	P02U30009K	03/10/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
ICP2869	P02U30006Z	25/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
CDM2482	P02U30006C	22/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
DOS6437	P02U300050	13/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MEZ2889	P02U300090	20/09/2017	51420	164 c/c 162 * V	293.47
GZD4800	P02U300065	21/08/2017	58350	195	195.23
LWS7090	P02U30007W	31/08/2017	69120	232	88.38
MGA9148	P02U300067	22/08/2017	51691	165	2934.68
GZD4800	P02U300066	21/08/2017	51851	167	195.23
MEK3552	P02U300037	22/07/2017	65561	230 * I	293.47
CDM2482	P02U30006A	22/08/2017	65992	230 * V	293.47
ICP2869	P02U300070	25/08/2017	65992	230 * V	293.47
ETS5663	P02U900010	22/08/2017	65992	230 * V	293.47
LNF5950	P02U30007F	29/08/2017	65992	230 * V	293.47
LWS7090	P02U30007T	31/08/2017	65992	230 * V	293.47
BTN9969	P02U30009L	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
OKF5151	P02U300089	05/09/2017	73662	252*VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8184 1068/2017**

Publicação Nº 1453775

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8184 1068/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
QHB1365	P02U3000B3	02/11/2017	54523	181 * VIII
CSW7518	P02U3000B8	02/11/2017	54523	181 * VIII
MDZ2099	P02U3000BA	02/11/2017	54523	181 * VIII
MJX3111	P02U3000BH	02/11/2017	54523	181 * VIII
MCV0635	P02U3000BI	02/11/2017	54523	181 * VIII
MKX7184	P02U3000BJ	02/11/2017	54523	181 * VIII
MCY9796	P02U3000C9	26/11/2017	66371	230 * IX
MGM4704	P02U3000AG	21/10/2017	73662	252*VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

TURVO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ANDRE GAZZONI COUTRO  
DELEGADO DE POLICIA



**UNIÃO DO OESTE****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8182 336/2017**

Publicação Nº 1453776

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8182 336/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IHO1109	P02VU00010	02/10/2017	50100	162 * I	880.40
LZF4848	P02VU00016	13/10/2017	55250	181 * XV	130.16
AIC3367	P01L60001Y	07/09/2017	67690	230 * XXII	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8182 335/2017**

Publicação Nº 1453777

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8182 335/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.  
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGW1543	P02VU0001I	28/10/2017	53800	181 * I
ENW6324	P02VU0001J	28/10/2017	53800	181 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

UNIAO DO OESTE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

TATIANA KLEIN SAMUEL  
DELEGADA REGIONAL 12. DRP

### URUSSANGA

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8282 1294/2017

Publicação Nº 1453704

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8282 1294/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MHE8311	54290278N	21/08/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MKM5848	54293628N	01/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
CEK5709	54520449F	04/09/2017	55250	181 * XV	130.16
MEY0184	P01FR0009O	13/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MLC8473	P01HM0019H	11/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
BPB0402	P01HM0019S	11/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
IKA2001	54898042G	14/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MBW9701	54898078G	19/09/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MLG1799	P01HM001A2	11/08/2017	55680	181 * XIX	195.23
MIX0983	P01FR000M2	11/10/2017	69120	232	88.38
MCP1016	54520448F	04/09/2017	73400	252 * IV	130.16
MEM6086	54519713F	01/09/2017	73400	252 * IV	130.16
CIE5663	54520443F	04/09/2017	51851	167	195.23
MAW9129	54520447F	04/09/2017	51851	167	195.23
MIX5439	54520450F	04/09/2017	51851	167	195.23
MHH6698	P01FR000EH	02/09/2017	51851	167	195.23
BQL7590	54519724F	05/09/2017	51851	167	195.23

MAF9796	P01FR000J1	02/10/2017	51851	167	195.23
AKA8704	54898091G	25/09/2017	51851	167	195.23
AEZ2372	P01FI0026Y	31/07/2017	51852	167	195.23
MFR4197	P01FR000B8	25/08/2017	55172	181 * XIV	195.23
QHF5969	54519989F	31/08/2017	57461	187 * I	130.16
CBA8456	P01FR000FC	06/09/2017	65992	230 * V	293.47
MGG4141	P01FR000H2	12/09/2017	65992	230 * V	293.47
AFD7674	P01FI002DT	18/09/2017	65992	230 * V	293.47
MDX6799	54898171G	10/10/2017	66102	230 * VII	195.23
MDN7428	P01FR000IE	28/09/2017	66372	230 * IX	195.23
MIX0983	P01FR000M1	11/10/2017	70481	244 * II	293.47
MGT1618	P01FR000CB	27/08/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIC4729	P01FI0026P	29/07/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1293/2017

Publicação Nº 1453705

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8282 1293/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

MJM5518	54324017N	28/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MHC3107	54325145N	01/12/2017	50020	257 ÷ 8\$
MFV9501	P01FI002K8	30/10/2017	52070	169
MCT5317	P01FY0005M	03/11/2017	66020	230 * VI
ERY4801	54898312G	16/11/2017	51851	167
AYI9142	54898184G	10/10/2017	51851	167
MAO8979	P01FI002JX	30/10/2017	65992	230 * V
MCT5317	P01FY0005L	03/11/2017	66102	230 * VII
MAO8979	P01FI002JY	30/10/2017	66372	230 * IX
INV6656	P01FR000NI	31/10/2017	59670	203 * V

LYX2429 P01FR000NM 01/11/2017 55411 181\*XVII c/ Lei13146  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVALDO GREGORIO INACIO  
DELEGADO DE POLICIA

---

### VARGEÃO

---

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 427/2017

Publicação Nº 1453575

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8546 427/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento  
-----

BNA2679 P01FO000QN 17/11/2017 50292 162\* II  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEAO/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**VARGEM BONITA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8645 322/2017**

Publicação Nº 1453565

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8645 322/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZY3145	P03C70000P	01/10/2017	58350	195	195.23
LZY3145	P03C70000O	30/09/2017	70301	244 * I	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VARGEM BONITA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

DANIEL SA FORTES REGIS  
DELEGADO DE POLICIA

**VIDEIRA****EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2401/2017**

Publicação Nº 1453637

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8416 2401/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MCB5651	P020F0006C	23/09/2017	75790	165 A	2934.68
MLW0045	P020C0007J	23/09/2017	50100	162 * I	880.40
MDP1329	P020G00059	18/08/2017	50100	162 * I	880.40
IBG8385	P020C0007W	27/09/2017	50100	162 * I	880.40
IBG8385	P020C0007X	27/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MDP1329	P020G0005A	18/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MWB0051	P013A000YZ	23/09/2017	66020	230 * VI	293.47
IJK8430	P020G0006E	19/09/2017	69120	232	88.38
BGS9596	P020G00072	30/09/2017	51691	165	2934.68
MFU2653	P013A000ZD	03/10/2017	65992	230 * V	293.47
MDR8750	P013A000YI	15/09/2017	66371	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2402/2017

Publicação Nº 1453636

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8416 2402/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMB0667	54300863N	22/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMB7816	P00PD000L2	13/06/2016	54600	181 * IX	85.13
MAO7417	P012X000XV	16/08/2017	76252	ART 181, XX	293.47
MGC5891	P020F00049	31/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
BBS0751	P020D00064	06/08/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
LUW6819	P013A0010B	14/10/2017	76332	ART 252, UNICO	293.47
MEH1486	P012X0012D	27/09/2017	52070	169	88.38
MFK3679	P020F00071	03/10/2017	52070	169	88.38
QID0342	P012Y000B7	09/10/2017	55500	181 * XVIII	130.16
QIM0900	P020C0005I	26/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MIX3019	P013A000X4	16/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16



MJG8366	P012Y0009B	04/09/2017	55680	181	*	XIX	195.23
DRI0455	P012Y0008R	29/08/2017	56650	182	*	X	130.16
GYH8844	P012X000SN	10/06/2017	57200	186	*	I	195.23
MLX4814	P02OC0004I	10/08/2017	57380	186	*	II	293.47
MDS3656	P02OD0006Q	18/08/2017	57380	186	*	II	293.47
AOS2561	P013A000XN	23/08/2017	61220	214	*	I	293.47
MLI4753	P012X000YD	22/08/2017	65300	228			195.23
AJL3294	P02OC0006J	07/09/2017	65300	228			195.23
MGB9827	P012X0010X	10/09/2017	65300	228			195.23
MEK6782	P0130001G6	12/09/2017	65300	228			195.23
BBS0751	P02OD00065	06/08/2017	65300	228			195.23
MAC9355	P00PE0018D	01/02/2017	65300	228			195.23
MDJ6228	P012X000VB	06/07/2017	65300	228			195.23
MJL8288	P012Y00074	30/07/2017	65300	228			195.23
MHZ2315	P012Y00089	18/08/2017	73150	252	*	I	130.16
MHZ2315	P012Y0008A	18/08/2017	51851	167			195.23
CCM3231	P02OG0005G	23/08/2017	51851	167			195.23
QIN5444	P02OF00068	21/09/2017	51851	167			195.23
MJL8288	P012Y00075	30/07/2017	51851	167			195.23
LWU1730	P02OG0004T	01/08/2017	51851	167			195.23
AME0136	P012X000ON	25/04/2017	51851	167			195.23
MIM9255	P02OD0002O	12/06/2017	51851	167			195.23
LUW6819	P013A0010A	14/10/2017	51851	167			195.23
DSK0164	P02OF0006O	30/09/2017	51851	167			195.23
AME0136	P012X000OO	25/04/2017	51852	167			195.23
MFK4457	P012Y00087	18/08/2017	60412	207			195.23
MJI5062	P02OF0004T	04/09/2017	60501	208			293.47
MHW1346	P02OF0000H	24/05/2017	60501	208			293.47
MLO6802	P012Y0007E	08/08/2017	60501	208			293.47
QHS0082	P012Y0007G	08/08/2017	60501	208			293.47
AME0136	P00PE001HB	08/04/2017	57970	191			2934.68
AME0136	P012X000OP	25/04/2017	73662	252	*	VI	130.16

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILMAR ANTUNES PEREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2399/2017**

Publicação Nº 1453639

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### **EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2399/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,



CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MGN8743	P020F0008K	01/11/2017	50100	162 * I
MGN8743	P020F0008L	01/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MDX7289	P020F000BA	24/11/2017	69120	232
MFV4749	P020G000B9	24/11/2017	69120	232
MCE0497	P020C0008W	24/11/2017	73400	252 * IV
MHI0672	P020F000BF	26/11/2017	51691	165
MGN8743	P020F0008J	01/11/2017	65992	230 * V
LXB1214	P013A00129	25/11/2017	65992	230 * V
MGN8743	P020F0008M	01/11/2017	67261	230 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

VIDEIRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IGHOR SIQUEIRA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 25. DRP

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2400/2017

Publicação Nº 1453638

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA - ORTRAVI - 283790

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8416 2400/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MLK7396	54323001N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
FSZ6714	P020F000BT	28/11/2017	76332	ART 252, UNICO
LXP4772	P020G000C0	28/11/2017	51930	168
MIP7013	P020G000CV	30/11/2017	52070	169
QHF3694	P020G000CY	30/11/2017	52070	169

QHN0767	P02OG000BM	27/11/2017	52070	169	
MMC1622	P02OF0008Y	04/11/2017	54600	181	* IX
MIR1645	P02OF00091	04/11/2017	54600	181	* IX
MCL7519	P02OF0009E	07/11/2017	54600	181	* IX
MKQ6112	P012Y000C8	26/10/2017	55250	181	* XV
CSS0147	P02OG000BG	27/11/2017	55250	181	* XV
MGQ2504	P02OD0009W	24/11/2017	55500	181	* XVIII
MKS7817	P013A0010W	26/10/2017	57380	186	* II
MMF1422	P013A00130	01/12/2017	61220	214	* I
ANU2627	P013A0012B	26/11/2017	65300	228	
ISS0214	P02OC0008F	28/10/2017	65300	228	
NEQ1250	P02OG0008U	02/11/2017	65300	228	
QIN2921	P012Y000CT	02/11/2017	65300	228	
QHK2871	P012Y000D0	02/11/2017	65300	228	
MIB3809	P012Y000D2	02/11/2017	65300	228	
MML2684	P02OF000C7	30/11/2017	73150	252	* I
JYF9761	P02OG0008E	25/10/2017	73740	253	
ANU2627	P013A0012C	26/11/2017	51851	167	
IDF9912	P012Y000D7	04/11/2017	51851	167	
MDV0819	P02OF000B5	23/11/2017	51851	167	
MLF9104	P013A0012G	27/11/2017	51851	167	
DEB6500	P013A0012I	27/11/2017	51851	167	
MKZ8309	P02OG000B2	24/11/2017	54522	181	* VIII
MHA5907	P013A0012R	29/11/2017	59401	203	* III
IBW8912	P02OD000A1	28/11/2017	59670	203	* V
BET2424	P02OD000A4	30/11/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MII4116	P02OG000BE	27/11/2017	55411	181*	XVII c/ Lei13146
MGI5786	P02OF000BI	27/11/2017	73662	252*	VI

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VIDEIRA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

WILMAR ANTUNES PEREIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO

**VITOR MEIRELES**

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8390 563/2017**

Publicação Nº 1453647

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8390 563/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXB3793	P02GD00022	20/08/2017	75790	165 A	2934.68

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

VITOR MEIRELES/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

JULIANO CEZAR TUMITAN  
DELEGADO DE POLICIA

**XANXERÊ**

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2366/2017

Publicação Nº 1453866

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2366/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXC7356	P01L5000FD	24/08/2017	50292	162* II	880.40
MFQ8948	P01KA000M1	19/08/2017	50100	162 * I	880.40
MJI7840	P02ZO0001T	21/09/2017	50100	162 * I	880.40
BYG6269	P02ZN0000C	25/09/2017	50100	162 * I	880.40
LXC7356	P01L5000FE	24/08/2017	50450	162 * V	293.47
MFQ8948	P01KA000M2	19/08/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJI7840	P02ZO0001V	21/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
BYG6269	P02ZN0000A	25/09/2017	51180	164 c/c 162 * I	880.40
MJI7840	P02ZO0001U	21/09/2017	65992	230 * V	293.47
LXC7356	P01L5000FC	24/08/2017	65992	230 * V	293.47
MGP0671	P01L4000EK	09/09/2017	65992	230 * V	293.47
MFQ8948	P01KA000M0	19/08/2017	65992	230 * V	293.47
BYG6269	P02ZN0000B	25/09/2017	66372	230 * IX	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

## **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2367/2017**

Publicação Nº 1453865

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

### **EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8090 2367/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ORW2672	54295578N	08/09/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
APC4994	54304788N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MEU1661	54304794N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGY7940	54304795N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MGY7940	54306685N	06/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	130.16
ALU7707	54308568N	16/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
ARD9515	P01L2001N7	08/09/2017	51930	168	293.47
LYG3832	P02ZO0001Z	30/09/2017	53800	181 * I	130.16
MIS6236	P02ZP0004H	30/08/2017	54870	181 * XI	195.23
IHA8791	P02ZN00000	30/09/2017	55250	181 * XV	130.16
CAL7740	P01L5000F9	22/08/2017	55500	181 * XVIII	130.16
MKQ7419	P02ZP00024	26/07/2017	57200	186 * I	195.23
IDY7413	P02ZP0001W	23/07/2017	58350	195	195.23
MCD1980	P02ZO0000Q	21/08/2017	60760	210	293.47
QHR9365	P01L2001GD	17/08/2017	51851	167	195.23
DBX9406	P01L2001H5	23/08/2017	51851	167	195.23
DFM2711	P01WM0001C	10/05/2017	51851	167	195.23
HSC9052	P01L200193	27/07/2017	51851	167	195.23
MKS2355	P01L2001EB	11/08/2017	51851	167	195.23
MBV9882	P01L2001GA	17/08/2017	51851	167	195.23
LZV2765	P01L2001J4	31/08/2017	51851	167	195.23
LXP1914	P01L2001IR	30/08/2017	51851	167	195.23
MHC0082	P02ZO0001Q	20/09/2017	51851	167	195.23
NHC6067	P02ZO0001S	20/09/2017	51851	167	195.23
OKG1773	P01L2001MK	06/09/2017	51852	167	195.23
MKE8936	P01L2001GC	17/08/2017	51852	167	195.23
EEO5944	P01L2001BZ	05/08/2017	51852	167	195.23



IDH6542	P02ZO0001L	20/09/2017	51852	167		195.23
ALC4104	P01L4000CQ	26/07/2017	54521	181 * VIII		195.23
LQT9500	P01L2001OT	07/10/2017	54522	181 * VIII		195.23
MHJ8047	P01L5000F8	22/08/2017	63941	220 * XIV		293.47
MFQ8948	P01KA000M3	19/08/2017	70301	244 * I		293.47
AHP1507	P01L2001FP	16/08/2017	55411	181*XVII c/	Lei13146	195.23
EXT2815	54033063G	01/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
IIR7455	54033069G	02/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
FER2367	54033078G	02/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MBB0034	54033087G	03/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MDR1395	54033089G	03/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MMK9903	54033098G	03/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MMH1151	54033101G	03/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
AUV7113	54033113G	04/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJA5857	54033165G	08/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
AUV7113	54033249G	14/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MHF9562	55018057F	08/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
AKA6912	55018087F	10/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
ANK1848	54033945G	27/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MIL0151	54033043G	31/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
AVE0545	54031739G	15/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFE6313	54031802G	20/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MLS4822	54031806G	20/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MAM0711	54031832G	21/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
NVT0148	54033862G	24/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MKG5531	54033883G	25/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MLK4183	54033895G	25/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MJG3197	54033908G	26/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
CDG7701	54033915G	26/07/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
AOT2628	54033284G	16/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MHQ3823	54031934G	21/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MHC6587	54031997G	01/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LWX2254	54033353G	01/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFJ0385	54031984G	02/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFN6953	54033362G	04/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
CPX0430	54033367G	04/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MLV4406	54033403G	06/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
AOV3640	54033415G	06/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MHK6812	54033422G	06/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
EER1220	54033426G	08/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
KNZ1081	54033436G	08/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
ASU0342	54027107G	11/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
IFH4128	54027129G	12/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MII7172	54031890G	24/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
NWD7555	54025458G	29/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MIH3360	54031963G	31/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MGR6438	54031971G	31/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LXH4751	54031974G	31/08/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFK3386	54027149G	13/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MIH8678	54027001G	13/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
LXK0919	54027009G	14/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
ALQ5572	54027019G	14/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MKR1949	54027020G	14/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
OKE3696	54027023G	14/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MHV1334	54027029G	16/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
HCM3360	54027032G	16/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MCH4496	54027038G	16/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
OCA5813	54027199G	23/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MGW3767	54026084G	25/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MDP1838	54026005G	19/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MFG8108	54026010G	19/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
MLU2475	54027047G	15/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23
QHR4699	54027093G	18/09/2017	55412	181*XVII c/	Lei13146	195.23



MBF1802	54026101G	27/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
FEU6172	P01L2001OU	09/10/2017	73662	252*VI	130.16
MFI6201	P02Z40002W	03/10/2017	73662	252*VI	130.16
INU5903	P02Z40002K	13/09/2017	73662	252*VI	130.16

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2364/2017

Publicação Nº 1453868

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

#### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2364/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

-----

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
IAT9773	P02Z30002Z	27/11/2017	50100	162 * I
MF7539	P02ZQ00019	24/11/2017	50450	162 * V
IAT9773	P02Z400037	27/11/2017	51180	164 c/c 162 * I
MFF7152	P02ZQ0000U	29/10/2017	64080	221
OFO7740	P02ZM0001E	28/10/2017	67690	230 * XXII
IAT9773	P02Z300031	27/11/2017	51691	165
MBQ1648	P02ZM0001T	24/11/2017	65992	230 * V
IAT9773	P02Z30002Y	27/11/2017	65992	230 * V
IAT9773	P02Z300030	27/11/2017	52742	175

-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO REGIONAL 16.DRP

**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8090 2365/2017**

Publicação Nº 1453867

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERE - DEMUT - 283830

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8090 2365/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AVY5962	54322988N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
IQO6795	54322990N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MED1239	54322991N	27/11/2017	50020	257 ÷ 8\$
MBW4316	P02ZP00059	04/11/2017	65300	228
MCG4046	P01L2001SY	27/11/2017	51851	167
MML7631	P01L2001T3	27/11/2017	51851	167
MLR1823	P01L2001TA	28/11/2017	51851	167
MHO3075	P01L2001PU	26/10/2017	51851	167
MHE9828	P02ZQ0000T	29/10/2017	51851	167
CNS8623	P01L2001QH	31/10/2017	51852	167
MJY6148	P02ZQ0000S	28/10/2017	54522	181 * VIII
MMJ7020	P01L2001PL	23/10/2017	54522	181 * VIII
MIU4293	P02ZN0001R	25/11/2017	55411	181*XVII c/ Lei13146
MFB0845	54027223G	11/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCS4525	54027234G	13/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MCF2432	54026211G	05/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDA9972	54026216G	05/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
JQS5770	54026226G	06/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDA9972	54026242G	09/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ILB6913	54026246G	09/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
ATK5414	54027202G	10/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDA9972	54027204G	10/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146
MDA9972	54027209G	10/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XANXERE/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

CLARICE BEATRIZ SERENA  
COORDENADORA DE TRANSITO

**XAXIM**

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1756/2017**

Publicação Nº 1453825

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8120 1756/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MMM4633	P00Y200104	17/08/2017	65992	230 * V	293.47

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.  
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8120 1757/2017**

Publicação Nº 1453824

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO  
DE TRANSITO N.8120 1757/2017**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO

QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MLD7397	54304985N	03/10/2017	50020	257 ÷ 8\$	195.23
MMM4633	P00Y200105	17/08/2017	52070	169	88.38
BGV0272	P02XM0001I	01/10/2017	51851	167	195.23
QHS2922	55706141E	17/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
HRI5124	55707676E	24/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
OKG2399	55707700E	27/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
QHF9000	55708309E	28/07/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IKY2995	55708332E	01/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MKI1041	55708382E	11/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAM7128	55708390E	14/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LQR0055	55708395E	14/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
DHK9017	55707605E	19/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MFQ4585	55707610E	22/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JVW2573	55707627E	25/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EDK7935	55707562E	31/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
EDK7935	55707566E	31/08/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MAO6490	55707579E	04/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MHY7107	55707596E	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MIC5340	55707598E	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ICA6028	55707599E	05/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
CJC4569	55707516E	09/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LZE2926	55707506E	06/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LZE2926	55707504E	06/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
LZE2926	55707501E	06/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MGL0777	55707533E	13/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
ICA6028	55707527E	14/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
MDV1740	55707050E	12/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
JYV0059	55707045E	11/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23
IHA6496	55707039E	11/09/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146	195.23

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1754/2017

Publicação Nº 1453827

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO  
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8120 1754/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI

N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LZR1078	P02WF0005J	27/11/2017	50100	162 * I
LZR1078	P02WF0005K	27/11/2017	50610	163 c/c 162 * I
LZR1078	P02WF0005I	27/11/2017	51691	165
LZR1078	P02WF0005L	27/11/2017	65992	230 * V
MML9410	P01KA000N2	31/10/2017	65992	230 * V
MKI5313	P01L10005I	31/10/2017	65992	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

XAXIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

ALBINO SOUZA DE ARAUJO  
DELEGADO DE POLICIA

## EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1755/2017

Publicação Nº 1453826

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE XAXIM - 283870

### EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8120 1755/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AIM0313	54312969N	27/10/2017	50020	257 ÷ 8\$
MML9410	P01KA000N3	31/10/2017	54870	181 * XI
IDN3995	P01L10005P	04/11/2017	55250	181 * XV
MCT0258	P01KA000NB	03/11/2017	59910	206 * I
MMM5099	55706676E	18/10/2017	55412	181*XVII c/ Lei13146

LYT0566 55706678E 19/10/2017 55412 181\*XVII c/ Lei13146  
LYL9316 55706679E 19/10/2017 55412 181\*XVII c/ Lei13146  
MFO4125 55706680E 19/10/2017 55412 181\*XVII c/ Lei13146  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

XAXIM/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

IVO HEIDRICH SILVEIRA  
DIRETOR DE TRANSITO

---

### ZORTÉA

---

## EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670 417/2017

Publicação Nº 1453552

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTEA - CMT - 209500

### EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE TRANSITO N.8670 417/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

-----  
Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa  
-----  
MDI3205 P01KJ0006G 10/08/2017 51851 167 195.23  
-----

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAUL VILARINO LIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO



**EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8670 416/2017**

Publicação Nº 1453553

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ZORTEA - CMT - 209500

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO  
DE TRANSITO N.8670 416/2017

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
MML3632	P01KJ00091	23/11/2017	51851	167
IFK1760	P01KJ00092	23/11/2017	51851	167
MBX5865	P01KJ0008V	23/11/2017	51851	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ZORTEA/SC, 09 DE DEZEMBRO DE 2017.

RAUL VILARINO LIRA  
AUTORIDADE DE TRANSITO